Evento Pré-ALAS

Anais

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA



Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias

Edna Castro
Eunápio do Carmo
(Orgs.)

NAEA EDITORA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
Diretor Geral: Armin Mathis
Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

EDITORA
Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo
Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins
Albano Rita Gomes

CONSELHO CIENTÍFICO
Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará
Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia – Universidade Federal do Pará
Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez – Universidad de La Habana, Cuba
Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia
Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France
Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará
Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal
Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA
Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica
Armin Mathis

Evento Pré-ALAS

Anais

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA



Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias

Edna Castro
Eunápio do Carmo
(Orgs.)

Pré V SIALAT
18 a 20 • out/2023

V SIALAT
24 a 26 • abr/2024

Belém • 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

S471a Seminário Internacional América Latina e Caribe (5.: 2023-2024: Belém, PA).
Anais [recurso eletrônico] / 5º Seminário Internacional América Latina e Caribe; Edna Maria Ramos de Castro, Eunápio Carmo (Orgs.). — Belém: NAEA, 2024.
1 recurso online (2519 p.)

Textos em português e espanhol
Tema: Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias
Modo de acesso:
ISBN 978-85-7143-232-1
Exibir detalhes

1. Geopolítica - América Latina. 2. Caribe. 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 4. Utopias. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Carmo, Eunápio, orgs. III. Título.

CDD 22. ed. – 320.12098

Elaborado por Ruthane Saraiva da Silva – CRB-2/1128

© Direitos Reservados à Editora Naea
Av. Augusto Corrêa, nº 1 - Campus Universitário do Guamá, CEP: 66.075-750
Belém, Pará, Brasil
(91) 3201-7231 | naeaeditora@gmail.com



Comissão Científica

Adélia Malevich Ribeiro – UFES
Agustin Lao Montes – Universidade de Massachusetts, Amherst – USA
Ana Manoela Primo dos Santos Soares Karipuna – PPGSA/UFPA
Ana Maria Araújo – Universidad de la República/UDELAR – Uruguay
Ana Rivoir – Universidad de la República/UDELAR – Uruguay
Andréa Bittencourt Pires Chaves – PPGSA/UFPA
Andrea Zhoury – GESTA/PPGA/UFMG
Andrès Felipe Ortiz Gordillo – Universidade Colômbia – Colômbia
Assunção José Pureza Amaral – UFPA/Campus Castanhal
Bruno Malheiros – UNIFESSP
Carlos Freire da Silva – PPGSA/UFPA
Carlos Potiara Castro – PPGSA/UFPA
Claudio Fabian Szlafsztein – NAEA/UFPA
Dalva Motta – CPATU/EMBRAPA
Daniela Ribeiro de Oliveira – PPGSA/UFPA
Diego Andrès Parra Suarez – Universidad de Cuenca – Equador
Edila Arnaud Moura – IFCH/UFPA
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA
Eduardo Gudynas – CEAS – Uruguay
Elis de Araújo Miranda – UFF/RJ
Elton Luis da Silva Júnior – UFPA
Ernesto Renan Freitas Pinto – UFAM
Eugênia Cabral – PPGCP/UFPA
Eunápio do Carmo – GETTAM/NAEA
Felipe Milanez Pereira – UFBA
Fernando Michelotti – UNIFESSPA
Gilberto de Souza Marques – PPGE/UFPA
Guilherme Guerreiro Neto – NAEA/UFPA
Gutemberg Armando Diniz Guerra – INEAF/UFPA
Hector Atílio Poggiese – FALCSO – Argentina
Helena Zagury Tourinho – PPDMU/UNAMA
Jane Beltrão – PPGA/IFCH
Janete Rodrigues Botelho – PPGSA/UFPA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
José Raimundo Trindade –ICSA/UFPA
José Vicente Tavares dos Santos – UFRGS
Juliano Ximenes (PPGAU/UFPA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Leila da Costa Ferreira – IFCH/UNICAMP
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Luzia Miranda Álvares – GEPEM/UFPA
Manoel Pereira de Andrade – NEAz/CEAM/UNB
Marcel Theodoor Hazeu – ICSA/UFPA
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA
Marcos Colón – State University Florida
Maria Amoras – PPGSS/UFPA
Maria Antônia Nascimento – ICSA/UFPA
Maria Dolores Lima da Silva – PPGCP/UFPA
Maria Goretti Tavares – PPGGEO/UFPA
Michel de Melo Lima – PPDMU/UNAMA
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Olga Castreghini de Freitas – UFPR – UNAMA
Patrícia da Silva Santos – PPGSA/UFPA



Paulo Henrique Martins – UFPE
Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto – PPGSA/IUFPA
Rosane Alvino Steinbrenner – PPGCOM/UFPA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Roselene Portela (PPGSS/ICSA/UFPA)
Sabrina Nascimento – GETTAM/NAEA
Saint Clair Trindade – NAEA/UFPA
Sandra Helena Cruz (PPGSS/ICSA/UFPA)
Sara Alonso – Universidade Ramon lul-Barcelona, Espanha
Silvio Figueiredo – NAEA/UFPA
Simaia das Mercês – NAEA/UFPA
Simy Corrêa – (FASE/Fundo Dema; ABJD; GETTAM)
Sirlei Aparecida Silveira – SOPIC/UFMT
Thales Maximiliano Ravena Cañete – PPGDSTU/NAEA
Uriens Maximiliano Ravena Cañete – GEPREV
Voyner Ravena Cañete – PPGSA/IFCH
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA

Comissão Organizadora
Edna Castro – GETTAM/NAEA – Coordenadora
Eunápio do Carmo – GETTAM/NAEA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA
Marcos Colón – State University Florida
Iraneide Silva – MPEG – GETTAM/NAEA
Maria da Paz Corrêa Saavedra – NAEA/UFPA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA
Marcel Hazeu – ICSA/UFPA
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
Sabrina Nascimento – GETTAM/NAEA
Pedro Loureiro de Bragança – UNAMA – GETTAM/NAEA
Guilherme Guerreiro Neto – NAEA/UFPA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Simy Corrêa – (FASE/Fundo Dema; ABJD; GETTAM)
Cassia Karimi Vieira Cativo – GETTAM/NAEA
Camilla Souza Barbosa – GETTAM/NAEA
Raiane Siqueira Mendes – GETTAM/NAEA
Jamyle Cristine Abreu Aires – GETTAM/NAEA
Evelyn Neves – FACS/IFCH/UFPA
Alessandro Sobral Farias – PPGSA/IFCH/UFPA
Denny Júnior Cabral Ferreira – PPGSA/IFCH/UFPA
Antônio Luis Parlandin dos Santos – PPGSA/IFCH/UFPA

Comissão Organizadora de Sessões de Pôsteres
Cassia Karimi Vieira Cativo – GETTAM/NAEA
Camilla Souza Barbosa – GETTAM/NAEA
Raiane Siqueira Mendes – GETTAM/NAEA
Alessandro Sobral Farias – PPGSA/IFCH/UFPA
Denny Júnior Cabral Ferreira – PPGSA/IFCH/UFPA
Antônio Luis Parlandin dos Santos – PPGSA/IFCH/UFPA
Pedro Loureiro de Bragança – UNAMA – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA
Jamyle Cristine Abreu Aires – GETTAM/NAEA

Comissão de Apoio
Evelyn Neves de Souza – Secretaria – NAEA/UFPA
Manuela Almeida André – Mídia – NAEA/UFPA
Ione Sena – Desigh e Gráfica
Paulo Mesquita – Informática – NAEA/UFPA
Paulo Vinicius – Informática – NAEA/UFPA
Alan Souza da Silva – PPGDSTU/NAEA

Capa
Marcio Novelino



Sumário

Introdução

1 Programação

1.1 Programa do Pré 5º Sialat
1.2 Programa completo do 5º Sialat

2 Grupos de Trabalho

GT 01 - Democracia e conjuntura política na América Latina

GT 02A e 02B - Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latinoamericanas

GT 03 - Pensamento social, utopias e epistemologias na América Latina e no Caribe

GT 04 - Democracia e conjuntura política na América Latina

GT 05- Modelo neoextrativista, megaprojetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o bem viver na América Latina e no Caribe

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

3 Sessões de Pôsteres

Sessão de Poster 01 – Cidades

Sessão de Poster 02 – Racismos, colonialismos e diásporas na história da América Latina e do Caribe

Sessão de Poster 03 – Democracia e lutas por justiça social e ambiental

Sessão de Poster 04 – Neoextrativismo e agricultura familiar



Introdução

Estamos plenamente satisfeitos com os resultados alcançados na edição do V Seminário Internacional América Latina e Caribe, políticas e conflitos contemporâneos – V SIALAT ABYA AYLA, que ocorreu em Belém, promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ NAEA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, conjuntamente com o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/ PPGSA, ambos da Universidade Federal do Pará.

O incentivo recebido da Associação Latinoamericana de Sociologia/ALAS foi importante ao considerar o V SIALAT como um evento Pré-ALAS, prestígio reconhecido pela presença de seu Vice-presidente, de vários ex-presidentes da ALAS e de membros da direção de diversas associações nacionais das ciências sociais da América Latina e do Caribe. Igualmente relevante foi o apoio recebido e a parceria do Grupo de Trabalho de Ecologia Política e do Conselho Latinaomericano de Ciências Sociais/CLACSO. Compartilhamos os momentos de intenso debate com nossos colegas de várias universidades e institutos de pesquisa do Brasil e de outros países, entre eles o Uruguay, a Argentina, a Colômbia, os Estados Unidos, a Espanha, o México, a Venezuela, o Equador, o Panamá, a Bolívia, o Perú e Porto Rico.

Destacamos em especial a excelente parceria com a State University of Florida, cuja Revista AmazôniaLatitude tornou-se um eixo importante de difusão dos debates sobre esse universo panamazônico-latinoamericano, estando previstos inúmeros desdobramentos temáticos, de incursões na crítica política, e de podscash com atores em situações críticas de violência e conflitos em territórios amazônicos ameaçados por empreendimentos neoextrativistas, do agonegócio à mineração e à infraestrutura. Igualmente cabe ressaltar a parceria, a participação e a articulação ensejada com lideranças de movimentos sociais de vários países ali presentes.

O V SIALAT ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024, com uma programação composta de duas conferências, oito mesas redondas, uma oficina, três minicursos, reuniu oito Grupos de Trabalho e apresentações de Pôsteres e teve duas sessões especiais de lançamento de livros e uma de relato de experiências de resistências e re-existências. A



programação pode ser consultada nos Anais que ora vem à público, no qual se encontram os trabalhos completos apresentados nos GTs e os resumos de Pôsteres. As conferências e as mesas redondas podem ser visualizadas no Canal NAEA/UFPA, do Youtube. Nestes Anais pode também ser encontrada a memória da programação do evento preparatório do V SIALAT que ocorreu nos dias 18 e 19 de outubro de 2023, no auditório do NAEA, na modalidade presencial.

Foram retornadas as atividades presenciais depois dos impasses dolorosos da crise sanitária com a pandemia da Covid–19 que nos atingiu a todos no planeta. À crise sanitária soma-se outras crises contemporâneas de caráter político com desdobramentos terríveis nos países da América Latina e do Caribe agravando, ainda mais, os problemas estruturais da violência, da exclusão e da desigualdade social, do racismo, da colonialidade e da degradação ambiental impondo novos desafios às sociedades do presente. Da Patagônia à Amazônia, dos Andes ao cerrado, a cegueira da economia e da política agridem de forma definitiva a natureza com seus processos causadores do aquecimento global, de emissão de carbono e de intensificação de eventos extremos que ocorrem de forma simultânea em demais continentes. Estamos diante de decisões importantes pois decisivas para manter a vida no planeta e a preservação da humanidade, apesar da acumulação e da concentração de terras e riquezas permanecem como obsessão maior da modernidade.

Este evento pretendeu contribuir com essa linha de entendimento, de descolonização do conhecimento e mostrar quão nocivo é o negacionismo da realidade contemporânea. Razão do seminário ter direcionado parte de sua programação para os fundamentos do pensamento crítico, para a releitura histórica e à contrapelo dos processos e das diásporas afroamericanas e das formas estruturais do colonialismo e do racismo. Um giro epistemológico a partir da diversidade de culturas e de saberes. Um apelo a impensar como um exercício de imaginação crítica que possa apontar caminhos de esperança e de reencantamento do mundo, e de utopias. Procuramos fomentar novas questões e estudos no contexto da diversidade do pensamento e das práticas sociais insurgentes, e dos levantes, no afã de contribuir com o tema central do seminário que foi *Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias.* Assim, um pensar público da ciência enquanto proposta epistemológica, existencial e política.

Edna Castro
V SIALAT ABYA YALA



Programação

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



5º SIALAT

SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA e CARIBE 2023

Belém, Pará, Brasil

Programa Pré V SIALAT

Pré V SIALAT

18 a 20 • out/2023

Auditório do NAEA
Campus da UFPA - Belém

Dia 18/10/2023 (quarta-feira)

09h - Sessão de Abertura do V SIALAT
Armin Mathis - Diretor Geral do NAEA
Edna Castro - Coordenadora Geral do GETTAM e do V SIALAT
Edila Moura - Diretora do IFCH
Thales Cañete - Coordenador do PPGDSTU/NAEA
Telma Amaral - Vice-coordenadora do PPGSA/IFCH

10:00 às 12:00h

MR 01: Pensamento Crítico e Utopias a partir da América Latina e Caribe
Mediadora: *Edna Castro* - GETTAM/NAEA/UFPA
Expositores/as: *José Vicente Tavares dos Santos* - UFRGS (Brasil)
Ana Maria Araújo - Universidad de la República - UDELAR (Uruguay)
Sara Alonso - Facultad de Comunicación - Universidad Ramón Llull (Barcelona, Espanha)
Edna Castro - GETTAM/NAEA/UFPA (Brasil)

14:00h às 16h

MR 02: Re-existência e resistência em territórios múltiplos no Brasil e Equador
Mediadora: Voyner Cañete - PPGSA/UFPA (Brasil)
Expositores: *Guilherme Guerreiro Neto* - GETTAM/FACOM-UFPA (Brasil)
Marcel Theodor Hazeu - GESTERRA/GETTAM/UFPA (Brasil)
Diego Andres Parra Suarez - PPGSA/UFPA (Equador)

16:00h às 18:00h

MR 03: Epistemologias e crítica política à mercantilização dos corpos-territórios
Mediadora: Simmy Correa GETTAM e FASE (Brasil)
Expositores/as: *Gilberto Marques* - ICSA/UFPA (Brasil)
Júlio Cézar Luna - Universidad Nacional de Rosário (Argentina)
Cassia Karimi Vieira Cativo - GETTAM//NAEA-UFPA (Brasil)
Raiana Siqueira Mendes - GETTAM/NAEA-UFPA (Brasil)

Dia 19/10/2023 - (quinta-feira)

09:30h às 12:00h

MR 04: Emergências territoriais e movimentos Indígenas na América Latina
Mediador: Eunápio do Carmo - FACSS-UFPA-Breves/GETT (Brasil)
Expositores/as: *Jane Beltrão* - UFPA - ABA (Brasil)
Andres Felipe Ortiz Gordillo - PPGSA/GETTAM (Colômbia)
Almires Martins Machado - Guarani-Terena, Professor Visitante no PPGD/ICJ (Brasil)
Gahela Tseneg Cari Contreras - RRII de Nuevo Perú, Liderança Indígena da FENMUCARINAP (Perú)

14:00h às 16:00h

MR 05: Desenvolvimento e extrativismos na Pan-Amazônia: perspectiva da Ecologia Política
Mediador: Thales Cañete - PPGDSTU/NAEA (Brasil)
Expositores/as: *Eunápio do Carmo* - FACSS-UFPA-Breves/GETTAM (Brasil)
Rosane de Seixas Bruto Araújo - GETTAM/NAEA/UFPA (Brasil)
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA (Brasil)
Domingos Antonio Feitosa Ribeiro - GETTAM/ NAEA/UFPA (Brasil)
Pedro Loureiro de Bragança - MPE/GETTAM/NAEA/UFPA (Brasil)

16:00h às 18:00h

MR 06: Colonialismo de dados, conflitos sociais e os espaços urbanos
Mediaador: Welson de Sousa Cardoso - ICSA/UFPA (Brasil)
Expositores/as:
Jader Gama - GETTAM/ NAEA/UFPA (Brasil)
Jondison Rodrigues - PPGEO/UFPA (Brasil)
Camilla Barbosa - GETTAM/ NAEA/UFPA (Brasil)
Iraneide Silva - MPEG-GETTAM/NAEA/UFPA (Brasil)
Jamyle Cristine Abreu Aires - GETTAM/ NAEA/UFPA (Brasil)

Dia 20/10/2023 - (sexta-feira)

10:00h - Conferência de Encerramento

Tema: Contrapontos diaspóricos: cartografias políticas de nossa Afroamérica en Caribe
Prof. Agustin Laó-Montes - Universidade de Massachussets, Amherst (Porto Rico)
Debate: Aberto ao público presencial e virtual.

Evento Pré-ALAS



5º SIALAT

SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA e CARIBE 2024

Belém, Pará, Brasil

Programa do V SIALAT

24 a 26 abr/2024

Dia 24/04/2024 (quarta-feira)

08h30 às 18h30 - Credenciamento
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA

09h00

Sessão de Abertura do V SIALAT
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA
Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho - Magnífico Reitor da UFPA
Prof. Dr. Jesus M. Diaz Segura - Vice-presidente da ALAS e Presidente do XXXIV Congresso da ALAS
Prof. Dr. Armin Mathis - Diretor Geral do NAEA
Profa. Dra. Edna Castro - Coordenadora do V SIALAT e Presidenta da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.
Profa. Dra. Edila Moura - Diretora Geral do IFCH
Prof. Dr. José Vicente T. dos Santos - Professor da UFRGS e ex-Presidente da ALAS (Brasil)
Prof. Dr. Eunábio do Carno - Representante da Comissão Organizadora do V Sialat

10h00 às 12h30

MR 01 – Pensamento latino-americano: rupturas para uma sociologia crítica cosmopolita
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA
Moderadora: *Edna Castro* – Professora da UFPA e Presidenta da SBS (Brasil).
Expositoras/es:
José Vicente Tavares dos Santos – Professor da UFRGS. Ex-Presidente da ALAS (Brasil).
Ana Rivoir – Professora da UDELAR. Ex-Presidente da ALAS (Uruguay).
Bruno Bringel – Professor do IESP/UERJ. Diretor da ALAS (Brasil)
Jesús M. Díaz Segura – Professor da Universidad de Santo Domingos, Vice-presidente da ALAS (República Dominicana)
Adélia Miglievich Ribeiro – Professora da UFES. Diretora da SBS (Brasil)

14h00 às 16h00

MR 02 - Democracia e conjuntura política na América Latina
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA
Moderadora: *Edila Moura* - Professora da UFPA e Diretora do IFCH (Brasil)
Expositoras/es:
Luis Fernando Novoa - Professor da UNIR (Brasil)
Philip Martin Fearnside - Pesquisador do INPA (Brasil)
José Vicente Tavares dos Santos – Professor da UFRGS. Ex-Presidente da ALAS (Brasil).

16h00 às 18h30

Sessão Especial: Outros possíveis
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA
Pré-lançamento do livro Utopias Amazônicas - *Lúcio Flávio Pinto* e *Marcos Colón (orgs).*
Homenagem a *Lúcio Flávio Pinto*
Partiticipação especial *de Nilson Chaves*
Coordenação: *Marcos Colón* (Florida State University)

Participantes:
Bruno Malheiro - Unifesspa; *Edna Castro* - UFPA; *Edyr Augusto* - autor; *Fernando Michelotti* - Unifesspa; *Flávia Marinha Lisbôa* - Unifesspa; *Ivânia Neves* - UFPA; *João de Jesus Paes Loureiro* - UFPA; *José Ángel Quintero Weir* - Universidade de Zulia (Venezuela); *José Ribamar Bessa Freire* - UERJ; *Lúcio Flávio Pinto* - autor; *Marianne Schmink* - University of Florida; *Paulo Vieira* - UFPA-Altamira; *Philip Fearnside* - Inpa; *Suzanna Hetch* - U. Califórnia Los Angeles; *Saint-Claire Cordeiro da Trindade Jr.* - UFPA; *Violeta Refkalefsky Loureiro* - UFPA

18h15 - Coffee break - Centro de Eventos Benedito Nunes

18h30 - Conferência de Abertura do V SIALAT

Conferencista: *Agustin Laó-Montes* - Professor de Massachusetts Amherst
Título: Diásporas y decolonialidad en América Latina y Caribe
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA
Moderador: *Silvio Lima Figueiredo* - Professor do NAEA/UFPA (Brasil)

20h00

Lançamento de livros e autógrafo dos/as autores/as
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA

Grupos de Trabalho

14h00 às 18h00
Local: Salas do NAEA e do ICSA

Oficina

14h00 às 18h00
Título: Metodologias de Planejamento Participativo e Gestão Associada
Ministrantes: *Héctor Poggiese* - Professor do FLACSO/CLACSO (Argentina) e *Elis Miranda* - Professora da UFF (Brasil)
Local: Sala 17 no NAEA

Sessões de Pôsteres

14h00 às 18h00
Local: Salas Hp-05/Hp-06 do ICSA

Dia 25/04/2024 (quinta-feira)

08h30 às 10h30

MR 03 – Territórios expropriados, violação de Direitos Humanos e estratégias jurídicas de garantias fundamentais: o conflito entre empresas da cadeia do dendê e Comunidades na Amazônia Paraense.
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA

Moderador: *José Helder Benatti* – Professor Titular da UFPA (Brasil)
Expositoras/es:
Paulo Sérgio Weyl – Professor da UFPA. Presidente do WFK-DH (Brasil)
Aianny Monteiro – Assessora do MPPA (Brasil)
Manoel Andrade – Professor da UnB e coordenador do NEAz (Brasil)
Elielson Pereira da Silva – Professor da UFRA (Brasil)

10h30 às 12h30

MR 04 – Urgências climáticas, agentes presentes no debate pré-COP 30 e perspectivas em conflito
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA
Moderadora: *Nirvia Ravena* – Professora da NAEA/UFPA (Brasil)
Expositoras/os:
Leila Ferreira – Professora da UNICAMP, ex-presidente da ANPPAS (Brasil)
Nils Edvin Asp Neto – Professor Titular da UFPA (Brasil)
Marcela Vecchione – Professora do NAEA/UFPA (Brasil)
Felipe Milanêz – Professor da UFBA, atua no GT-CLACSO (Brasil)

12h00 às 13h30 - Auditório do NAEA

Relato de Resistências
Conversa com militantes, autoras e autores do livro ***Vidas em confluência: cotidiano e luta em comunidades tradicionais de Abaetetuba e Barcarena*** - Anazilda Gonçalves, Daniela Araújo, Dilmara Araújo, Euniceia Rodrigues, Lourdes Nery, Luciene Pinheiro, Mário do Espírito Santo, William Costa
Moderador: *Guilherme Guerreiro Neto* (GETTAM/NAEA e FACOM/UFPA)

14h00 às 16h00

MR 05 – Geopolítica, conflitos sociais e questões do desenvolvimento na América Latina: a agenda pública e sociológica em debate
Local: Auditório do NAEA
Moderador: *Miguel Serna* – Professor da UDELAR e Ex Presidente do Colegio de Sociólogos del Uruguay, (Uruguay).
Expositores/as:
Francisco Reyes – Directiva Asociação Colombiana de Sociología (Colômbia).
Marina Abrego – Presidenta Associação de Sociólogos Graduados da Universidade de Panamá (Panamá).
Edna Castro – Professora da UFPA. Presidenta da SBS (Brasil).
Eduardo Arroyo – Presidente Colégio de Sociólogos do Peru (Peru).

16h30 às 18h30

MR 06 – Sociedades en movimiento y defensa de la vida en Abya Yala. Experiencias altercomunicativas
Local: Auditório do NAEA
Moderador: *Andrés Felipe Ortiz Gordillo*. Doutor pelo PPGSA, UFPA (Colômbia)
Expositores/as:
Gabriela Condori Laura, Red de la Diversidad (Bolivia)
Mónica Montalvo, doutoranda em Desenvolvimento Rural. La Sandía Digital (México)

Vilma Angelica Chuy, Mujer indígena. Consejo del Pueblo Maya CPO (Guatemala)
Diana Isabel Villalba Yate. Resguardo Indígena San Antonio de Calarma (Colombia)
Andrés Tapia – Sacha, ex-dirigente de Comunicación de la Confeniae (Ecuador)

18h15 - Coffee break - Sala de Convivência do NAEA

18h30 - Conferência

Título: Filosofar desde el agua. Hacertopia añuu para un otro mundo.
Conferencista: *José Angel Quintero Weir* – Professor da Universidad Autónoma Indigena de Zulia, membro do povo Añuu (Venezuela)
Local: Auditório do NAEA
Moderadora: *Sirlei Silveira* - Professora da UFMT (Brasil)

Grupos de Trabalho

14h00 às 18h00

Sessões de Grupos de Traballho (GTs 01 a 08)
Locais: Salas do NAEA e do ICSA - Setor Profissional

Dia 26/04/2024 (sexta-feira)

08h30 às 10h30

MR 7– Racismo, racialização e pensamento decolonial na América Latina e Caribe
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA
Moderador: *Eunápio do Carmo* – Professor da UFPA no Campus de Breves (Brasil)
Expositores/as:
Zelia Amador – Professora Emérita da UFPA. Coord. da Casa África-Brasil (Brasil)
Agustin Lao-Montes – Professor na Universidade de Massachusetts (Colômbia).
Flávia Silva dos Santos – Quilombola, doutoranda da UFPA e Advogada da MULUNGU (Brasil).
Sara Alonso – Professora do Máster da Blanquerna/Universidade Ramon Llull (Barcecola)

10h30 às 12h]30

MR 08 – Pensamento indígena, territórios e rupturas epistemológicas face às narrativas coloniais
Local: Centro de Eventos Benedito Nunes - Campus da UFPA
Moderador: Marcos Colón – Professor da State University Florida (EEUU)
Expositores/as:
José Angel Quintero Weir – Professor da Universidad Autónoma Indigena de Zulia, membro do povo Añuu (Venezuela)
Jane Beltrão – Professora Emérita da Pará, ex-Vice diretora da ABA (Brasil).
Bruno Malheiro – Professor da UNIFESSPA. (Brasil)

Grupos de Trabalho

14h00 às 18h00
Locais: Salas do NAEA e do ICSA - Setor Profissional

Oficina

14h00 às 18h00

Título: Metodologias de Planejamento Participativo e Gestão Associada
Ministrantes: *Héctor Poggiese* - Professor do FLACSO/CLACSO (Argentina) e *Elis Miranda* - Professora da UFF (Brasil)
Local: Sala 17 do NAEA - Setor Profissional

Sessões de Pôsteres

14h00 às 18h00
Local: Salas do ICSAl - Hp-05/Hp-06

GRUPOS DE TRABALHO

GT 01 – Democracia e conjuntura política na América Latina
Coordenadoras/es - *Nirvia Ravena* (NAEA/UFPA), *Eugênia Cabral* (PPGCP/UFPA), *Maria Dolores Lima da Silva* (PPGCP/UFPA), *Marcela Vecchione Gonçalves* (NAEA/UFPA), *Bruno Malheiro* (UNIFESSP), *Tânia Guimarães* (PPGSA/IFCH).
Local: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), sala 12.

GT 02A e 02B -Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latinoamericanas
Coordenadoras/es - *Simaia das Mercês* (NAEA/UFPA), *Welson Cardoso* (ICSA/UFPA), *Olga Castreghini de Freitas* (UFPR e UNAMA), *Helena Zagury Tourinho* (UNAMA), *Carlos Freire* (PPGSA/IFCH/UFPA), *Maria Goretti Tavares* (PPGGEO/IFCH), *Michel de Melo Lima* (UNAMA), *Juliano Ximenes* (PPGAU/ UFPA), *Sandra Helena Ribeiro Cruz* (PPGSS/ICSA/UFPA), *Andrea Pires Chaves* (PPGSA/UFPA), *Bruno Soeiro* (ICJ/UFPA).
Locais: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), sala lp-02 e sala lp-04.

GT 03 – Pensamento social, utopias e epistemologias na América Latina e no Caribe
Coordenadoras/es - *Edna Castro* (NAEA/UFPA), *Sirlei Silveira* (UFMT), *Adélia Maria Miglievich Ribeiro* (UFES), *Saint Clair Trindade* (NAEA/UFPA), *Marcos Colón* (Florida State University), *Sara Alonso* (Univ. de Barcelona), *Agustin Lao-Monte* (Univ. de Massachussets, Amherst, USA).
Local: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), sala 13.

GT 04 – Movimentos sociais e étnico-territoriais e levantes na América Latina e no Caribe
Coordenadoras/es - *Simy Correa* (FASE/GETTAM), *Marcel Hazeu* (ICSA/UFPA), *Hector Atilio Poggiese* (FLACSO - Argentina), *Maria Antônia Nascimento* (ICSA/UFPA), *Elis de Araújo Miranda* (UFF/RJ), *Guilherme Guerreiro* (FACOM/ UFPA).
Local: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas(ICSA), sala lp-07

GT 05 – Modelo neoextrativista, megaprojetos e economia de *commodities* na América Latina e Caribe
Coordenadoras/es - Eunápio do Carmo (NAEA/UFPA), *Jondison Rodrigues* (NAEA), *Felipe Milanez* (UFBA), *Rosane Brito* (NAEA/UFPA), *José Raimundo Trindade* (ICSA/UFPA), *Luiz Novoa* (UNIR).
Local: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), sala lp-05.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o bem viver na América Latina e no Caribe
Coordenadoras/es - *Dalva Mota* (Embrapa), *Sabrina Nascimento* (NAEA/UFPA), *Manoel Pereira de Andrade* (NEA/CEAM/UNB), *Andrés Felipe Ortiz Gordillo* (PPGSA/Universidade Colômbia), *Uriens Maximiliano Ravena Cañete* (GEPREV).
Local: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), sala lp-06.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável
Coordenadoras/es - *Voyner Ravena Cañete* (PPGSA/IFCH), *Leila da Costa Ferreira* (IFCH/UNICAMP), *Silvio Figueiredo* (NAEA/UFPA), *Carlos Potiara Castro* (PPGSA/UFPA), *Larissa Carreira* (GETTAM/NAEA), *Claudio Fabian Szlafsztein* (NAEA/UFPA).
Local: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), sala 15.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe
Coordenadoras/es - *Luzia Miranda Álvares* (GEPEM/UFPA), *Patrícia da Silva Santos* (PPGSA/UFPA), *Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto* (PPGSA/UFPA), *Jane Beltrão* (PPGA/IFCH), *Daniela Ribeiro de Oliveira* (PPGSA/UFPA), *Ana Manoela Soares Karipuna* (PPGSA/UFPA), *Elton Luis da Silva Júnior* (UFPA), *Hellen Regina Martins Rocha* (PPGSA/UFPA), *Janete Rodrigues Botelho* (PPGSA/UFPA), *Maria Amoras* (PPGSS/UFPA), *Ignácio Gabriel San Martin* (PPGSA/UFPA).
Local: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), mini-auditório.

MINICURSOS

MC 01 – LETRAMENTO RACIAL NA AMAZÔNIA
Data: 25 e 26 de abril de 2024 - Horário: 08h30 às 10h30
Local - Auditório do NAEA
Professora: *Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães* – Campus Universitário do Marajó (CUMB/UFPA).

MC 02 – GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA: FUNDAMENTOS DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS
Data: 25 e 26 de abril de 2024 - Horário: 10h30 às 12h30
Local - Auditório do NAEA
Professora e Professor: *Maria Luzia Miranda Álvares* (GEPEM/UFPA) e Nilson *Almeida de Souza Filho* (UFPA).

MC 03 – ROTEIROS GEO-TURÍSTICOS – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: COMO CONSTRUIR E IMPLEMENTAR?
Data: 25 e 26 de abril de 2024 - Horário: 10h30 às 12h30
Local: Miniauditório do NAEA
Professoras e professor: *Maria Goretti da Costa Tavares* (UFPA), *Ana Paula Neves Lins* (PPGDS/MPEG), *Jonathan Rodrigues Nunes* (PPGTH/UNIVALI) e Magaly Caldas Barros (PPGEO/UFPA).



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 01

Democracia e conjuntura política na América Latina

Coordenadoras/es

Nirvia Ravena (NAEA/UFPA) • Eugênia Cabral (PPGCP/UFPA) • Maria Dolores Lima da Silva (PPGCP/UFPA) • Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA) • Bruno Malheiro (UNIFESSP) • Tânia Guimarães (PPGSA/IFCH)

Ementa: O GT Democracia e conjuntura política na América Latina tem como objetivo reunir trabalhos na perspectiva crítica ao desenvolvimento e às ações do Estado através de suas políticas, e os conflitos gerados. Estudos sobre conjunturas políticas em diferentes países, o crescimento de organizações de direita, de milícias e de fundamentalismos. Contempla estudos de caso e análises comparativas entre movimentos políticos anteriores e na história do presente, em diferentes conformações. Trabalhos que buscam compreender as crescentes tensões entre movimentos sociais e o Estado, entre sociedade e as novas regulações do mercado mundial sobre os estados. Contempla ainda as análises sobre as tensões e os conflitos territoriais que têm levado a instabilidade de populações crescentes na região, à migrações e diásporas relacionadas à conjuntura política no contexto geopolítico mundial impondo limites à democracia no Brasil e demais países da América Latina.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

"IREMOS À BATALHA CONTRA AS DEMOCRACIAS DO OCIDENTE": A REPETIÇÃO DA HISTÓRIA E AS ESTRATÉGIAS DA EXTREMA DIREITA ATUAL[1]

Darcon Sousa (UFCG) [2]

Resumo: Este trabalho analisa a ascensão da extrema direita no século XXI, sob o pressuposto de que o principal objetivo desse espectro político consiste em desconstruir a democracia ocidental, num contexto em que as contradições do capitalismo favorecem a emergência de ideologias fascistas derrotadas na primeira metade do século passado. Neste sentido, identificamos algumas das principais estratégias manejadas pela extrema direita, quais sejam: 1) A eliminação do debate público racional, 2) o desmonte das instituições do Estado democrático de direito e 3) a incitação à aversão ao social. Trata-se de um estudo qualitativo quanto à abordagem, do tipo descritivo, e bibliográfico em relação ao procedimento técnico. Como resultado do diálogo teórico, inferimos que as lutas sociais, sobretudo na América Latina, precisam incorporar a defesa da democracia como tarefa prioritária, ainda que essa democracia, diversa em formatos e conteúdos, seja substancialmente limitada para o alcance de transformações estruturais. Todavia, nas brechas da democracia liberal, as reivindicações e pressões da sociedade organizada podem avançar em direitos e em maior participação na arena política. Diferentemente do século passado, quando o socialismo se constituía em oposição concreta ao fascismo e às sociedades liberais, os setores progressistas hoje não têm um modelo à esquerda que possa ser alternativo à hegemonia neoliberal. A derrocada do socialismo histórico impôs a necessidade de se defender a democracia e radicalizar a sua prática. Ademais, as grandes nações que antagonizam com o bloco econômico liberal (China, Rússia) incorporaram o modelo de exploração capitalista, com o agravante de reduzirem as liberdades democráticas.

Palavras-chave: Fascismo, Extrema Direita, Política Antidemocrática, Democracia

INTRODUÇÃO

O relatório do Latinobarômetro (2023) aponta que 48% dos latino-americanos apoiam a democracia. É o menor percentual desde 1995, quando a pesquisa começou a ser realizada e o apoio à democracia chegou a alcançar 65%, em 1997 e 1998, vindo a declinar desde então. Múltiplos fatores explicam esse quadro, com destaque para as crises econômicas que acentuam desigualdades e afetam negativamente os níveis de emprego, ainda que, em períodos de recuperação econômica, não tenha havido um crescimento proporcional do apoio à democracia. A baixa qualidade das elites, os personalismos, a corrupção e o desempenho dos governos também impactam os níveis de apoio à democracia.

Para além do contexto latino-americano, o declive do número de cidadãos que defende o regime democrático se expressa na Europa e na América do Norte. Líderes e partidos autoritários alcançam popularidade crescente e, mesmo perdendo eleições eventualmente, conservam as massas

[1] Trecho de discurso de Benito Mussolini, líder fascista da Itália, em "Vozes da Segunda Guerra", documentário Netflix. Direção: Rob Coldstream, 2023.

[2] Universidade Federal de Campina Grande, darcon.sousa@professor.ufcg.edu.br

sob sua esfera de influência e continuam interferindo na agenda política. Dentro desse quadro, ganha realce o extremismo de direita, face confessa da incompatibilidade do capitalismo com a democracia. O projeto de destruir a democracia, conduzido pela extrema direita do século XXI, repete o ideário nazifascista que levou o mundo à segunda guerra mundial na primeira metade do século passado.

A derrocada do nazifascismo criou as condições para o avanço da democracia no ocidente. Direitos e conquistas foram consolidados, principalmente no continente europeu. Por outro lado, a existência do modelo socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, conteve o ímpeto do extremismo de direita, ante a concorrência político-ideológica representada pelo socialismo real. Todavia, de 1989 (ano da queda do muro de Berlim e do consequente desabamento do modelo soviético) para hoje, a democracia encolheu e as alternativas à utopia igualitária desidrataram-se. Consolida-se a hegemonia capitalista sob a lógica neoliberal, cujos efeitos deterioram a vida social, o meio ambiente e a cultura política. As crises econômicas se sucedem e as desigualdades sociais se acentuam. Os conflitos imigratórios, o iminente colapso ambiental e o esgotamento da democracia liberal palmilharam o caminho para o retorno do extremismo de direita.

Nesse contexto, a extrema direita retoma seu intento de destruir a democracia, lançando mão de três estratégias principais: 1) A eliminação do debate público racional, 2) O desmonte das instituições do Estado democrático de direito e 3) A incitação à aversão ao social. Sendo assim, neste estudo, buscamos descrever cada uma dessas estratégias nas seções que se seguem, a partir de uma pesquisa bibliográfica, não exaustiva, que busca explicar os movimentos de extrema direita no espaço da disputa política em face do seu objetivo de desdemocratizar as sociedades ocidentais.

A eliminação do debate público racional

Na primeira metade do século XIX, quando Marx (2011) relatou as facetas do processo que levou Luís Bonaparte a derrotar a democracia liberal francesa e a estabelecer seu domínio autoritário, percebe-se como o comprometimento crescente com a democracia conspira contra os interesses das classes dominantes. Os direitos civis, a igualdade, a liberdade de imprensa e de reunião, o sufrágio universal, a dinâmica do parlamento e a participação popular passaram a ameaçar o poder da burguesia, que havia derrotado o feudalismo levantando essas bandeiras para suplantar a velha ordem. Todavia, a democracia burguesa volta-se contra a própria dominação da classe que a conduz, e é Luís Bonaparte quem encarna a tarefa de aniquilar a democracia para que as contradições entre as forças de produção e as relações de produção fossem controladas. Nesta direção, em relação ao processo democrático, cabe destacar que Marx (2011) menciona o debate público como espaço de racionalidade por meio do qual a opinião pública é formada e as decisões da maioria são articuladas e ecoadas no parlamento. Para destruir a democracia, os bonapartistas, além de eliminar as

instituições da democracia, precisaram inserir a irracionalidade, a consciência falsa e a indiferença entre o que é falso e verdadeiro, como forma de assegurar a dominação burguesa sem a obstrução representada pelos valores e compromissos da democracia liberal.

Pouco mais de cem anos depois da revolução de Luís Bonaparte, é Benito Mussolini, líder fascista italiano, quem reproduz o ódio à democracia liberal: "Iremos à batalha contra as democracias do ocidente". A segunda guerra mundial foi o desfecho trágico do projeto nazifascista, impulsionado por forças diversas, dentre as quais uma construção discursiva baseada também na irracionalidade. Segundo Albright (2018), Hitler e Mussolini nutriam ódio e ressentimento, e disso resultou uma doutrina de raiva e medo, cuja máquina de comunicação era movida a apelos emocionais que usavam música solene, retórica incendiária, estética corporal e outros métodos para despertar o fervor dos séquitos e impedi-los de discernir os fatos. Kakutani (2018, p.8) lembrou que "dois dos regimes mais abomináveis da história da humanidade chegaram ao poder no século XX, e ambos se estabeleceram com base na violação e no esfacelamento da verdade." Referia-se ao comunismo e ao nazifascismo. Para florescer e "quebrar os ossos dos democratas", conforme pretendia Mussolini, Albright (2018, p.31), o fascismo precisava aniquilar a racionalidade do debate público.

Mas, "[...] por que, a esta altura do século XXI, voltamos a falar de fascismo?", perguntou Albright (2018, p.11). A resposta está nas verossimilhanças entre aquele regime do século passado e a emergência das forças de extrema direita dos dias atuais. A despeito das controvérsias sobre a comparação entre esses dois fenômenos políticos, no caso particular da comunicação política, os objetivos são os mesmos. A expansão do espectro da extrema direita é catapultada pela estratégia de turvar o debate público por meio de uma sofisticada rede de desinformação e de notícias falsas, amplificada pelas novas tecnologias digitais.

Na análise que fez da ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos, Kakutani ,(2018), lembrou que os regimes totalitários do século XX se valeram do cinismo, do cansaço e do medo das pessoas para impor uma realidade em que não se podia distinguir o falso do verdadeiro. Atualmente, a ameaça à verdade é alavancada por *fake news* produzidas em escala industrial. As bolhas informacionais impedem o compartilhamento da realidade e indivíduos são cativos da manipulação política amparada no descaso pelos fatos, na corrosão da linguagem e na substituição da razão pela emoção. O declínio da verdade, como realça Kakutani, (2018, p.8), não se restringe às notícias falsas, mas:

> [...] também existe a ciência falsa (produzida por negacionistas das mudanças climáticas e anti-vaxxers, os ativistas do movimento antivaciana) a história falsa (promovida por revisionistas do Holocausto e supremacistas brancos), os perfis falsos de norte-americanos no Facebook (criados por *trolls* russos) e os seguidores e "*likes*" falsos nas redes sociais (gerados por *bots*).

As novas tecnologias digitais têm sido intensamente utilizadas pelas forças políticas de extrema direita para empoeirar a esfera do debate público, na qual a busca pela verdade, por meio de discussões racionais, é indispensável ao regime democrático. A produção massiva de *fake news*, *de* desinformação e de teorias da conspiração, visam obscurecer as razões da argumentação democrática - demonizando seus símbolos e conteúdos – e difundir valores relacionados a uma nova ordem social, idealizada pela extrema direita. Os arquitetos da comunicação política desse segmento ideológico buscam transformar fatos em narrativas e relativizar evidências, o que é essencial para uma construção discursiva que reforça o projeto de desmonte da democracia e de hegemonia do neoliberalismo.

D'Ancona (2018) utiliza o conceito de pós-verdade para explicar o tipo de comunicação política em curso. Esse autor identifica o ano de 2016 como propulsor da guerra contra os fatos, caracterizando uma etapa da atual era. A verdade desmorona, enquanto emoções e crenças ocupam o lugar dos fatos objetivos. As novas comunicações informacionais desempenham um papel decisivo. Sites conspirativos e mídias digitais desdenham dos veículos tradicionais, tendo-os como representantes de uma elite liberal que sustenta a ordem globalista. Especialistas em qualquer tema precisam ser desacreditados pelos porta-vozes da pós-verdade.

Uma indústria poderosa de desinformação, propaganda enganosa e falsa ciência empenhou-se em rebaixar a verdade. Organizações de fachada buscam difundir mentiras e questionar consensos científicos para gerar confusão. Negacionistas a serviço de interesses de grupos atuam para conservar o *status quo*, impregnando os debates de ideologia, muitas vezes aproveitando-se de oportunidades fornecidas por mídias tradicionais que colocam em confronto posições falsamente equivalentes. A *internet* é o espaço digital tecnologicamente disruptivo, por onde trafega a pós-verdade interessada em cativar a atenção, criando bolhas de usuários com afinidades ideológicas, onde eles são indiferentes à distinção entre verdade e mentira, ao mesmo tempo em que fornecem seus dados para os que manipulam os algoritmos e os colocam à disposição da fábrica de notícias falsas. (D'Ancona, 2018).

Nessa engrenagem, D'Ancona (2018) afirmou que a culpa não está em um único sociopata político. No episódio da saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, a campanha dos favoráveis à saída disseminou crenças sobre inimigos reais e imaginários, com foco principalmente nos imigrantes, agindo de forma perniciosa. Privilegiou-se a emoção no lugar da razão, as soluções simples em vez da honestidade complexa. Na Polônia, o partido nacionalista Lei e Justiça espalhou mentiras sobre homossexuais, refugiados, doenças e comunistas. A mentira virou regra e obteve como respostas a indiferença e a conivência. No caso da eleição de Trump, suas falhas de caráter eram conhecidas, sua fúria, impaciência e hábito de transferir responsabilidades. Mas suas narrativas

ganharam notoriedade, manipulando sentimentos e ressentimentos. No cenário de digitalização, a emoção vem em primeiro lugar e a verdade está indo embora.

Na avaliação de Empoli (2019), a *internet* alterou o comportamento dos cidadãos, tornando-os mais impacientes em relação à necessidade de mudanças e estabelecendo novos padrões de relações entre as pessoas e delas com a sociedade. As plataformas informacionais se encarregaram de gerar a incerteza e a carência constantes, alimentando hiatos entre a vida virtual e a real, do que resultam frustrações. Neste sentido, as teorias da conspiração oferecem explicações confortáveis, ao mesmo tempo em que mobiliza a raiva e o ressentimento. Conectados e seduzidos por emoções fortes e indignação, os indivíduos participam de bolhas de consenso ou se armam contra outros. Por outro lado, a produção de *fake news* se transformou num negócio lucrativo, ainda mais para quem explora conteúdos radicais. As redes sociais são intensamente usadas por movimentos extremistas e de direita, dos quais emergiram novos políticos que conquistaram engajamento considerável, estimulando ódio político que se transferiu do ambiente virtual para o real.

Como destaca Empoli (2019), a despeito das aparências, ideólogos, especialistas em comunicação e cientistas de dados trabalham orientados por uma lógica sórdida, criando e recriando um ambiente de permanente tensão que domina as atenções. Antes de qualquer coisa, pretendem "quebrar os códigos das esquerdas e do politicamente correto." Operando nas redes sociais, onde não há intermediação, os populistas perseguem curtidas e engajamento, não importando se o conteúdo que compartilham seja algo real, bastando apenas que seja capaz de catalisar medos. As emoções negativas devem ser canalizadas contra elites que supostamente são contra o povo. A desinibição propiciada pela *internet* favorece o envolvimento de pessoas, tornando-as ativas num teatro em que imagens valem mais do que ideias e textos, e a narrativa mais do que a veracidade dos fatos. No espaço digital, integrantes das redes populistas adequam notícias às suas visões de mundo e constroem realidades que respondem aos anseios dos seguidores. As mentiras tornam-se eficazes ao serem encaixadas em narrativas condizentes com as aspirações dos eleitores. Os fatos objetivos, as demonstrações de dados e a correção de informações não produzem efeitos quando os eleitores estão convencidos de que aquilo que vem da política tradicional não corresponde à realidade.

O argumento radical precisa ganhar força e conta com a passividade da maioria. As novas (des)informações radicais recebem mais apoio quando coincidem com as convicções de quem se conecta com elas. Quanto mais pessoas as aceitam, menor é a resistência aquilo que antes se considerava improvável, podendo alcançar grandes massas a partir de pequenos grupos que, na *internet*, multiplicam as "cascatas cognitivas" por meio de sites, blogs e páginas de *facebook.* Nesse processo, são os extremistas que têm obtido vantagem, procurando a desintegração incendiária. A

questão em destaque, colocada por Empoli (2019, p.119), é se será possível governar sociedades instabilizadas por muito tempo. Como escreveu: "Hoje, a ideia de uma esfera pública na qual todos são expostos às mesmas informações, como era antes com a leitura de jornais e o ritual do noticiário televisivo, praticamente não existe mais." O deslocamento da política para as redes sociais implica em consequências cada vez mais imprevisíveis e irracionais. A instabilidade, a subjetividade e a coexistência de verdades contraditórias são as marcas da nova dinâmica política impulsionada na *internet.* A segmentação do público e o direcionamento de conteúdos destinados a reforçar crenças e valores individuais dificulta o entendimento coletivo. Dentro de bolhas, os indivíduos ouvem apenas o que circula dentro delas e consideram fatos os enxergados nelas.

Diferente disso, a democracia é o lugar comum em meio às diferenças e distâncias. Cidadãos podem reunir-se politicamente e deliberar sobre a correção das desigualdades e a alavancagem da justiça social que, mais do que uma convicção ideológica, funciona como antídoto para as exclusões e estratificações das ordens capitalistas. Por isso, a demarcação do espaço social assegura a realização do bem comum e acrescenta dimensões às identidades dos indivíduos, famílias, produtores, consumidores e investidores (BROWN,2020).

Sendo assim, a desestabilização de uma esfera pública de debate racional torna a democracia insustentável. Não se trata apenas de um ambiente discursivo democrático propício às disputas eleitorais, nas quais a comunicação sempre foi fator determinante. A própria governabilidade dos governos se vulnerabiliza. A medição da avaliação popular, feita por tradicionais institutos de pesquisa, reflete a guerra de informação das plataformas digitais, onde a verdade é segmentada e a realidade comum não é compartilhada. Sem regulação estatal adequada na maioria das sociedades democráticas, o tipo de conteúdo digital vinculado à extrema direita, difuso e anônimo, é funcional ao objetivo de desarticular a democracia e abrir caminho para o autoritarismo em vários formatos e intensidade, mas com a mesma estratégia de comunicação que visa, assim como no passado, corroer a consciência democrática.

O desmonte das instituições do Estado democrático de direito

A corrosão da consciência democrática facilita o esvaziamento das instituições do Estado democrático e a desarticulação da provisão pública que opera por meio de políticas e órgãos criados como resultado das demandas sociais, muitas delas transformadas em direitos adquiridos. Para a extrema direita, destruir os pilares das instituições representativas da democracia ou sequestrar suas estruturas é crucial para o seu projeto. A educação pública, o sistema de saúde, a cultura, a proteção do meio ambiente, dentre outras, são vistas como áreas portadoras de uma visão de mundo baseada

no conhecimento e no secularismo, contrária a diversos valores que se aglutinam em torno do extremismo de direita conservador, instrumentais ao avanço do neoliberalismo.

O extremismo de direita rechaça a razão democrática e suas instituições, representativas de um projeto de sociedade incompatível com a lógica neoliberal. O conhecimento especializado e a *expertise* de organizações públicas em lidar com problemas complexos são constantemente atacados pelos movimentos extremistas. Nessas organizações, cortes orçamentários, indicação de pessoas sem qualificação e sabotagem aos seus próprios objetivos são práticas dos governos de extrema direita para anular o papel que elas desempenham nas sociedades democráticas. Nos termos de D'Ancona (2018, p.19):

> Estamos em uma nova fase do combate político e intelectual, em que ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática da política é percebida como um jogo de soma zero, em vez de uma disputa entre ideias. A ciência é tratada com suspeição e, às vezes, franco desprezo.

Kakutani (2018) contou como Donald Trump atacava rotineiramente as instituições democráticas e as normas vigentes. A imprensa, o sistema de justiça e eleitoral, os funcionários públicos e a estrutura responsável pelo funcionamento do governo, constavam na lista dos alvos do presidente norte-americano. Em qualquer campo – política internacional, segurança nacional, economia ou educação -, a autoridade dos especialistas era hostilizada. Vale a pena transcrever parte do relato dessa autora (p.39) e verificar a semelhança com o comportamento de outros líderes de extrema direita, conectados entre si pela mesma mentoria ideológica:

> A preferência do governo Trump por lealdade e afinidade ideológica em detrimento da *expertise* está bem clara. Juízes sem qualificações e diretores de órgãos foram indicados com base em nepotismo, conexões políticas ou por estarem comprometidos com o enfraquecimento de agências que pudessem atrapalhar os planos desregulatórios de Trump para beneficiar a indústria de combustíveis fósseis e os grandes doadores corporativos. Rick Perry, que ficou famoso por querer abolir o Departamento de Energia, foi nomeado para comandá-lo, ordenando cortes nos programas relacionados a fontes renováveis de energia e o novo diretor da EPA (*Environmental Protection Agency, Agência de Proteção Ambiental*), Scott Pruitt, que processou repetidas vezes a EPA ao longo dos anos, começou rapidamente a desmantelar e atravancar a legislação criada para proteger o meio ambiente.

A experiência do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro no Brasil reproduzia estas práticas. O ministério da Educação, da Cultura, do Meio ambiente, da Saúde, órgãos de proteção aos indígenas de defesa dos direitos das minorias, de pesquisa e outros, foram ocupados por pessoas sem trajetória de atuação no setor ou conhecimento dos temas relacionados às áreas. Nas universidades

públicas, Bolsonaro adotou o procedimento de nomear os últimos colocados dentre os votados pela comunidade. A sabotagem às instituições de governança social, principalmente, era explícita. Na expressão de Starling *et al*, (2022, p.11), Jair Bolsonaro criava um "stress institucional" permanente em seu projeto de rebaixar a democracia e as nomeações para órgãos públicos e ministérios de pessoas sem relevância, refugos de várias classes sociais, era instrumental à planejada demolição do governo. Esses autores lembram a frase dita por Bolsonaro antes de assumir a Presidência: "Nós temos que desconstruir muita coisa", e acrescentam:

> Fomentar crises é o complemento necessário ao seu propósito de corroer, de dentro para fora, as instituições democráticas e as unidades vitais da máquina pública. Sem estrondo, os órgãos são erodidos um a um: ou pela ação de figuras medíocres alçadas à chefia e a cargos administrativos estratégicos, ou por cooptação. As nomeações do governo atendem a um propósito: indicar inimigos das próprias instituições para seu comando, visando contribuir para a desconstrução mais ampla do Estado. (Starling et al, 2022, p.11)

Neste sentido, a utopia neoliberal, de acordo com Brown (2020), sempre foi a de um Estado orientado para propiciar uma ordem global de capitais livres e de nações organizadas pelo mercado e pela moralidade tradicional. De fora ficariam racionalistas, planejadores, redistribucionistas e igualitaristas em geral. A democracia ficaria afastada da ideia de soberania popular, limitando-se ao voto para assegurar a transferência pacífica de poder. Democracias e plutocracias não serviriam à garantia dos domínios do mercado e da moral. Uma tecnocracia autoritária conformava o projeto neoliberal. No entanto, apenas o rebaixamento da democracia se concretizou. A antidemocracia está gerando uma vida política em que os Estados são dominados por interesses econômicos e o populismo de direita reacendeu a raiva, o rancor e o ressentimento.

Levitsky e Ziblatt (2018, p.89), indagaram: "Como autoritários eleitos destroem as instituições democráticas cujo dever é restringi-los?". Por vezes, respondem esses autores, as investidas contra as instituições ocorrem de forma lenta e imperceptível, simultaneamente a uma aparente normalidade. Pode acontecer que iniciativas governamentais surjam com "verniz de legalidade" ou até sob o argumento de aperfeiçoar a qualidade da democracia. No que concerte às instituições neutras, como o sistema judiciário, elas podem representar uma ameaça ou uma oportunidade para potenciais autoritários.

> Se elas permanecem independentes, têm a capacidade de denunciar e punir abusos governamentais. Este é o trabalho do árbitro, impedir fraudes. Não obstante, se controladas por sectários, essas instituições podem servir aos objetivos do aspirante a ditador, protegendo o governo de investigações e processos criminais que possam levar ao seu afastamento do poder. O presidente pode infringir a lei, ameaçar direitos civis e até violar a Constituição sem ter que se preocupar com a possibilidade de tais abusos serem investigados ou censurados. Com tribunais

> cooptados mediante alteração de sua composição e autoridades policiais rendidas, os governos podem agir com impunidade. (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.90)

No Brasil, sob o governo Bolsonaro, as táticas para destruir a democracia, mencionadas por esses autores, foram por demais evidenciadas. Protegido por um Procurador Geral que tinha a responsabilidade de denunciar os crimes da Presidência da República, Jair Bolsonaro coordenou uma campanha de hostilidade ao Supremo Tribunal Federal com o objetivo de intimidá-lo e de desligitimá-lo, enquanto levantava suspeitas contra o sistema eleitoral eletrônico, propondo a volta da votação impressa, comportamentos que ganharam apoio nas redes sociais controladas pela extrema direita. Tal cenário, sabe-se agora pelo conjunto de indícios e provas, visava criar o ambiente propício a um golpe de Estado, instituído por decreto, o qual, malogrado, expressou sua face violenta em 08 de janeiro de 2023, por meio do ataque de milhares de bolsonaristas aos prédios dos três poderes na capital, Brasília, como última tentativa de desestabilizar a ordem democrática.

Segundo registrou Starling *et al* (2022), além de Brasil, Hungria, Turquia, Rússia, Venezuela, Polônia, Índia, Estados Unidos, Filipinas e Ucrânia, são países onde os governantes, embora eleitos, conduziram involuções democráticas alinhadas com o ideário da extrema direita. Como afirmam:

> A novidade, hoje, é a ação de desmanche da democracia praticada por governantes eleitos, mas que caminham firmes em direção ao autoritarismo. Em vez de comandarem uma mudança abrupta em que o regime democrático será demolido de maneira inconfundível como no passado, com um golpe de Estado, eles avançam de modo sistemático numa corrosão por dentro do sistema. Utilizam atos e ações com efeito cumulativo para degradar a ordem política, destruir os mecanismos de representação, minar o sistema judicial e a mídia, erodir as instituições, uma a uma, até o colapso final. Isso não ocorre em um país só; pode-se dizer que o fenômeno é global e está moendo a democracia em vários pontos do planeta. (Starling *et al*, 2022, p.6)

As forças antidemocráticas ascendem ao lado do neoliberalismo e reforçam sua dominação. Por isso, apregoa-se o desmonte do Estado de bem-estar e o afrouxamento do controle político sobre os mercados, fragilizando, inclusive, a representatividade sindical dos trabalhadores. Culturalmente, os cidadãos assimilam valores antidemocráticos difundidos pelo pensamento neoliberal, aprendem a rechaçar a política e tornam-se receptivos ao autoritarismo de direita. Os poderes econômicos passam a vigiar e a submeter a política para que dela não resulte um Estado redistributivo e não favoreça um ambiente de participação e de partilha de poder com os cidadãos, de modo a direcionar os governos para o bem comum ou a qualquer noção de interesse público. O Estado neoliberal deve ser forte para limitar a democracia e recusar as demandas das massas, oriundas dos consensos gerados numa arena plural. As consequências da omissão desse Estado antidemocrático atingem mais diretamente os trabalhadores e os pobres, os quais precisam de um Estado social e, "a menos que sejam enganados,

condicionados ou efetivamente marginalizados, [....] vão sempre combater os mercados, como injustos em sua distribuição de oportunidades e recompensas." (BROWN, 2020, p.78).

Além disso, o ataque à democracia inclui a demonização de seus símbolos e dos seus discursos. A deliberação de desmontar os espaços do debate esclarecido e de destruir as instituições democráticas precisa ser amparada no constante combate aos atores e organizações sociais vinculadas à causa da justiça social. Estigmas, preconceitos e desinformações são direcionados contras esses alvos, despertando ódios que, em qualquer circunstância, visa desligitimá-los e reduzir o capital político que possuem. Sobre isso, avançamos na secção seguinte.

A incitação à aversão ao social

Durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro no Brasil, e mesmo depois de sua derrota para Luís Inácio Lula da Silva, os partidos fiéis ao ideário do ex-presidente se empenharam em construir narrativas e em lançar mão de prerrogativas parlamentares para esfarelar a reputação de movimentos sociais. Os fatos mais notórios em relação a isso foram as Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas para criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e as Organizações Não Governamentais. No primeiro caso, trata-se de um dos maiores movimentos sociais da América Latina na luta pela reforma agrária. No segundo, incluem-se organizações que atuam nas mais diversas áreas sociais, mobilizando populações e aplicando conhecimentos especializados para atenuar os problemas.

A estratégia dos partidos de extrema direita é sempre a de criar narrativas descoladas da realidade para atribuir crimes e ilegalidades aos movimentos sociais, amplificando preconceitos e ódios via redes sociais, espaço controlado pela comunicação política radical. Sem lograr êxito por meio dos mecanismos legais no parlamento, em função de falta de provas e de evidente falseamento dos fatos, aos políticos de extrema direita interessa produzir conteúdos recortados para difundir nas bolhas digitais e consolidar as crenças dos apoiadores presos ao que circulam nessas bolhas. O exercício perverso de instigar raiva contra o social e de deslocar pessoas da realidade é praticado diuturnamente pelas forças políticas de extrema direita.

Nesta direção, as consequências discursivas do ataque neoliberal à justiça social reforçam ideias que reduzem o conceito de sociedade, quando não o desconhecem, à ideia de indivíduos e famílias regidas pelo mercado e pela moral. Tornam-se invisíveis hierarquias, exclusões e violências. Desaparecem as subjetividades em torno das condições de classe, gênero e raça. Instalam-se guerras culturais que têm como alvos os que desafiam o conservadorismo neoliberal. Igualdade e inclusão passam a ser vistas como tiranias do politicamente correto. A razão liberal priva direitos, culpabiliza os pobres por sua condição, despreza as explicações que denunciam as forças sociais historicamente perpetuadores de dominações e elege o social como inimigo da liberdade (Brown, 2020).

Starling, (2022, p.75), lembra o maniqueísmo bolsonarista que estabeleceu um confronto entre bem e mal. Nessa guerra, quaisquer indivíduos que não partilhem as crenças do reacionarismo são vistos como inimigos, os quais podem ser: "a professora, o ateu, o procurador que vela pelos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, a jornalista, o antirracista, o advogado criminalista, a vereadora, a feminista, o estudante, a médica, a ministra do STF, o artista, o ambientalista, o cientista, a comunidade lgbtqia+ inteira". Contra eles e contra as instituições democráticas, o reacionarismo usa continuamente a violência e a intimidação como forma de se impor na sociedade.

Segundo Brown, (2020), o ressentimento é outro fator a mover ataques dos autoritários, os quais sentem-se ameaçados pelos valores democráticos e desenvolvem subjetividades contrárias a eles. O ressentimento puro impulsiona ataques contra supostos culpados (feministas, multiculturalistas, globalistas), desferidos por aqueles cujos afetos são mobilizados para vinganças que têm o objetivo de revogar conquistas democráticas. Em consonância com isso, os ressentidos arrogam-se possuidores de direitos históricos. No contexto dos Estados Unidos, os brancos reivindicam sua supremacia de volta. Nas palavras de Brown (2020, p. 220), pensam eles: "Se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma".

Ainda sobre o contexto norte-americano, Stanley (2018), registra que, apesar do êxito de movimentos sociais progressistas no trabalho de suscitar empatia, a política fascista tem como alvo os refugiados, o feminismo, os sindicatos trabalhistas, as minorias raciais, religiosas e sexuais. Todos os grupos sociais que não se enquadram na "identidade nacional branca" são vistos como inimigos. A retórica fascista divide os cidadãos e não considera que (p.89): "um Estado democrático saudável é governado por leis que tratam todos os cidadãos de forma igual e justa, apoiados por laços de respeito mútuo entre as pessoas".

Contrário a isso, o discurso da extrema direita estimula o ódio a tudo que possar representar grupos minoritários ou justiça social. No Brasil, esse ódio dirigiu-se a figuras públicas como o padre católico Júlio Lancellotti, conhecido por suas obras sociais em favor de moradores de rua em São Paulo. Vereadores bolsonaristas já abriam uma Comissão Parlamentar de Inquérito para atacar o religioso e levantar suspeitas sobre seu trabalho. Mas não só os vivos são objetos da agressividade dos seguidores de Jair Bolsonaro. Incitados por discursos do seu líder, eles também vilipendiam a memória de Mariele Franco, política e militante assassinada em função do seu ativismo social. Personalidade mundialmente respeitada, o falecido educador Paulo Freire, referência na área, é continuamente objeto de ataques, sem que os agressores apresentem qualquer justificativa para tal. O que importa para eles é destruir a reputação de vivos e mortos que estejam identificados com o social e com a conquista de direitos.

Os direitos, conforme Starling (2022), informam que o poder se move do soberano para os cidadãos. O reacionarismo sobrevivente pretende demolí-los porque são eles os alicerces dos Estado de bem-estar. Direitos sociais demandam políticas públicas e essa dinâmica é inerente ao processo democrático, cujo objetivo é atenuar as desigualdades e melhorar as condições de vida dos que mais precisam. Para o reacionarismo, políticas sociais incentivam a mendicância, a vadiagem e a indigência e é dessa forma que elas precisam ser vistas pela sociedade.

Para tanto, o reacionarismo de Bolsonaro investe na proleferação de palavras e imagens que estimulem a ojeriza ao social. As redes sociais fornecem os meios para que a linguagem tosca e agressiva dos extremistas de direita viralize, gotejando preconceitos e medos a partir de recortes de fatos, de desinformação e de *fake News*, sempre na direção de demonizar o social. O fluxo intenso de mensagens carregadas de emoções negativas, gerido por uma sofisticada rede de robôs, não permite aos cidadãos comuns o tempo e os mecanismos para ordenar seus processos cognitivos e elaborar seus julgamentos com base num raciocínio esclarecido. O sacerdote, o ambientalista, o sindicalista, o professor e outros, se transformam rapidamente em comunistas, esquerdopatas, doutrinadores, aparelhados, abortistas e inimigos da família e do bem.

Noutra direção, deve-se limitar o poder legislativo - impedindo-o de criar políticas de interesse público -, desacreditar o discurso de justiça social e proteger a esfera pessoal. Se alcançados esses objetivos, a moralidade tradicional (representada, sobretudo, pela religião) e o mercado assumem a primazia na sociedade, em detrimento das reformas democráticas. Os códigos morais e as regras de mercado, evoluídos, devem suplantar "formulações não orgânicas do bem" e substituir a democracia. As pretensões de justiça oriundas do Estado e inspiradas em projetos racionais para a sociedade, precisam ser desqualificadas. (Brown, 2020).

Uma máquina de destruição de reputações e de causas progressistas é acionada. O bolsonarismo, afirmou Bignotto, (2022, p.134), quando o relacionou ao fascismo no que concerne papel ideológico, possui um aspecto importante que é "a montagem de um aparelho de propaganda e combate ideológico que está entre seus instrumentos de poder mais eficazes." Esse autor frisa ser necessário observar as forças e as etapas que formam o fascismo para definir tal regime como tal. Mas, como as forças políticas democráticas estavam sob ataques constantes, durante o governo Bolsonaro, tudo podia acontecer com a democracia brasileira.

Não aconteceu o pior. Jair Bolsonaro não se reelegeu. Entretanto, dentro ou fora do poder, o bolsonarismo persegue sua sanha: desmobilizar, atacar, estigmatizar e obstruir esforços, símbolos e personagens ligados à justiça social. Derrotado nas urnas, prestes a ser condenado e preso, incontido, mesmo depois da avalanche de depoimentos nos inquéritos que confirmam ter sido ele, o arquiteto

da tentativa de golpe no Brasil, Jair Bolsonaro percorre cidades usando o mesmo recurso linguístico, dirigido aos mesmos alvos: “Nessas eleições municipais, nós vamos extirpar essa esquerdalha sem vergonha e corrupta que ainda tem no meu Brasil”, (Folha de São Paulo, 16/03/2024). O projeto reacionário e protofascista do bolsonarismo procura de todas as formas e em qualquer espaço – no parlamento, nas redes sociais, nas ruas -, desidratar o espírito empático da sociedade, porque sem ele a democracia não subsistirá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A destruição da democracia, em sua versão liberal, era parte essencial dos regimes e fascistas que no século passado levaram o mundo à segunda guerra. O discurso nazifascita era assumidamente antidemocrático e fazia disso parte da sua retórica totalitária. No século XXI, a despeito de, talvez, não ser possível estabelecer equivalências completas com o passado, o extremismo de direita assume as feições fascistas de muitas formas, principalmente na tentativa de destruir o que restou das democracias ocidentais. Só que hoje, por dentro delas, às vezes, em nome da própria democracia.

Como se pode imaginar, na arena que define a luta ideológica, a da comunicação política, o desafio dos novos fascismos deveria ser difícil. Mas as tecnologias da informação otimizaram o processo de disfunção cognitiva e de manejo das emoções negativas, indispensável aos projetos totalitários, os quais, irrigados pelo dinheiro do poder econômico, conquistaram vantagem em suas estratégias políticas baseadas na destruição da democracia, muito mais factíveis do que as opostas.

Seja para radicalizar a dominação neoliberal ou retornar a passados míticos, uma confluência de interesses e crenças ressurge para ameaçar as democracias. Desde a responsabilização religiosa do pecador, passando pela aposta no egoísmo do liberalismo até a atomização dos indivíduos sob a lógica capitalista, tudo converge para o acionamento do moinho fascista que tenta esmagar a ideia de democracia. Incompleta, insuficiente, dinâmica por natureza, ela é de construção complexa e suas demandas são contínuas. Apesar disso, é simples perceber o quanto ela pode fazer falta, basta observar o moinho girar e perceber as consequências que está produzindo em termos de destruição de direitos, violência, mortes, degradação ambiental e esmagamento da consciência democrática.

Neste cenário, concluímos que as lutas sociais, sobretudo na América Latina, precisam incorporar a defesa da democracia como tarefa prioritária, ainda que essa democracia, diversa em formatos e conteúdos, seja substancialmente limitada para o alcance de transformações estruturais. Todavia, nas brechas da democracia liberal, as reivindicações e pressões da sociedade organizada podem avançar em direitos e em maior participação na arena política. Diferentemente do século passado, quando o socialismo se constituía em oposição concreta ao fascismo e às sociedades liberais, os setores progressistas hoje não têm um modelo à esquerda que possa ser alternativo à

hegemonia neoliberal. A derrocada do socialismo histórico impôs a necessidade de se defender a democracia e radicalizar a sua prática. Ademais, as grandes nações (China e Rússia) que antagonizam com o bloco econômico liberal, incorporaram o modelo de exploração capitalista, com o agravante de asfixiarem as liberdades democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRIGHT, Madeleine. **Fascismo, um alerta**. São Paulo: Planeta, 2018.

BIGNOTTO, N.. Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo (pp.121-195). In.: STARLING, H.M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N.. **Linguagem da destruição**: a democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

EMPOLI, Da Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LATINOBARÔMETRO – INFORME 2023. **La Recesión Democrática de América Latina**. Disponível em: < https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=724> Acesso em: 02/02/2024.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D.. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luís Bonabarte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

STARLING, H.M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N.. **Linguagem da destruição**: a democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

STARLING, H.M. Brasil, país do passado (pp.72-120). In.: STARLING, H.M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N.. **Linguagem da destruição**: a democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do "nós" e "eles". São Paulo: L&PM Editores, 2018

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

A contribuição do pensamento crítico de Florestan Fernandes ao debate da crise da democracia na atualidade brasileira.

Sérgio Roberto Moraes Corrêa (UEPA)[1]

Resumo: O presente texto toma como campo de interesse investigativo o pensamento crítico de Florestan Fernandes para o debate da crise da democracia brasileira na atualidade (2016-2022). Para fins de delimitação desse texto, levantou-se a seguinte questão: "Ao se posicionar o pensamento crítico de Florestan Fernandes, a partir da noção de "Sul Global", que contribuições é possível identificar em seu legado tanto para o debate da democracia na atualidade brasileira, como para o revigoramento do pensamento social crítico? Esse artigo é parte de uma pesquisa de pós-doutoramento concluída recentemente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por meio do projeto de pesquisa Procad-Amazônia.

Palavras-chaves: Pensamento Crítico de Florestan Fernandes. Crise da Democracia. Realidade Brasileira.

INTRODUÇÃO

Sé é bem verdade que a crise da democracia na sociedade contemporânea não é uma exclusividade da sociedade brasileira e que ela expressa múltiplas dimensões e escalas, haja vista o avanço global de movimentos e governos de extrema direta, que demarcam uma onda conservadora e reacionária; é, também, verdade que a realidade brasileira é marcada por toda uma especificidade complexa, histórica e conjuntural, que exige, como já alertava Florestan Fernandes (2020), um esforço interpretativo crítico, a partir "*dos de baixo*", que considere essa dinâmica particular de capitalismo dependente e periférico, seus processos sociais, políticos, econômicos e culturais e seus conflitos de interesse de classe e grupos sociais internos, para além dos interesses entre Estado-Nações.

Nesses termos, torna-se relevante investigar, a partir do Sul Global[2], a crise brasileira da democracia, buscando fazer emergir interpretações críticas outras e dar-lhes visibilidade numa perspectiva de "ecologia de saberes" do mundo e, por conseguinte, identificar suas contribuições para o revigoramento, diversidade e ampliação desse escopo crítico de conhecimento.

[1] Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, Brasil. sergio.correa@uepa.br.

[2] Para Boaventura Santos, é preciso "Aprender que existe um Sul, aprender a ir para o Sul e aprender com o Sul" e, mais recentemente, "como é que se conhece a partir das perspectivas do Sul?" (2010; 2019). Assim, o autor usa a expressão *Sul* não no sentido geográfico estritamente, mas sim do ponto de vista *epistêmico*, metafórico, a fim de designar o "sofrimento humano" produzido e provocado pelos sistemas dominantes capitalista, colonialista e (hetero)patriarcal, o qual está no Norte e está no Sul da geopolítica global, demarcando uma política de conhecimento desigual associada dialeticamente com o modelo de sociedade hegemônica neoliberal. Adverte, ainda, o referido autor que é preciso diferenciar o *Sul Imperial* (das classes e grupos dominantes) do *Sul anti-imperial* (das classes e grupos subalternos).

Assim, ao ajustarmos as nossas lentes de análises a partir da chave interpretativa do Sul Global, em particular da realidade brasileira (e latino-americana), que outras possibilidades de interpretação podemos identificar no campo do pensamento social crítico brasileiro em relação aos avanços, limites e desafios da democracia na sociedade brasileira na atualidade? É nesse campo de interesse investigativo maior que a presente proposta se insere, tomando como foco central o pensamento crítico de Florestan Fernandes para o debate da democracia na atualidade (2016-2022).

Para fins de delimitação desse texto, levantou-se a seguinte questão: "Ao se posicionar o pensamento crítico de Florestan Fernandes, a partir da noção de "Sul Global", que contribuições é possível identificar em seu legado tanto para o debate da democracia na atualidade brasileira, como para o revigoramento do pensamento social crítico? Esse artigo é parte de uma pesquisa de pós-doutoramento concluída recentemente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE: REVISITANDO FLORESTAN

De início, cabe destacar que, se por um lado, o tema da *democracia*[3] ocupa um lugar clássico no debate da teoria social latino-americana, em particular no pensamento social brasileiro, por outro, entretanto, não é consenso que no Brasil, bem como em outras nacionalidades da região, se tenha constituído uma democracia plena como bem já chamou atenção Florestan Fernandes[4].

No caso do Brasil, como alerta Fernandes (2020a; 2020b), tanto a República como a Democracia foram erguidas, histórica e hegemonicamente, de forma restrita e privatista, *de cima para baixo*, num diapasão bastante desafinado entre as duas e com os grupos sociais historicamente subalternizados, às avessas, forjando um tecido social e institucional marcado por *privilégios*, (re) produzindo dominação e opressão social, étnico-racial e patriarcal, conformando, por conseguinte, múltiplas formas articuladas de opressão, desigualdade e exclusão social, o que imprimi toda uma particularidade para se enfrentar e debater esse tema no país dada sua formação histórica marcada por um capitalismo dependente e periférico, uma modernização-colonialista. Contudo, como ainda nos adverte o referido autor (1986), é importante não negligenciar e secundarizar toda uma história de luta que emerge *de baixo*, das *margens*, para tencionar essa restrita e raquítica república e

[3] O sentido de democracia é concebido aqui como um regime, um fenômeno histórico e social inconcluso e inacabado. Por isso, denominar-se, também, de *democratização*. Processo, que implica correlação de poder e conflito de interesses, que precisa ser considerado em cada momento histórico e sociedade, sua especificidade, sua formação história e sua relação mundial (SANTOS; AVRITZER, 2003; SANTOS; MENDES, 2018; TILLY, 2013).

[4] Para outras leituras sobre esse dilema da democracia brasileira, consultar: Sérgio B. de Holanda (1995), Florestan Fernandes (2020), Murilo de Carvalho (2016), Marilena Chauí (2001); Boaventura Santos; Leonardo Avritzer (2003).

democracia no horizonte de alargamento, expansão e vigor de cidadania e direitos, como por exemplo a Constituição de 1988.

Na atualidade da sociedade brasileira, estamos vivendo uma crise de múltiplas dimensões e um grave *retrocesso democrático e civilizatório*[5] com implicações e inflexões profundas para diversos campos da ciência e da pesquisa, em particular para as humanidades, e para diversos setores da sociedade, como a saúde, a educação, a cultura, o meio ambiente etc., agravando e esgarçando, profundamente, as relações institucionais e condições de vida na sociedade, em particular da classe trabalhadora, dos povos originários e comunidades tradicionais e camponesas, da população negra e LGBTQIA+, das mulheres etc. (CPT, 2018; 2019; 2020; Anistia Internacional, 2020; 2020/2021).

É bem verdade que a crise brasileira já dava seus sinais na transição do primeiro para o segundo mandado da presidente Dilma Rousseff[6]. Ela vai tentar avançar no projeto Lulista, radicalizando em dois "ensaios": *desenvolvimentista* e *republicano* (SINGER, 2018). Contudo, como assinala Singer, seu governo, em face das medidas e políticas adotadas, vai contrariar diversos setores da classe burguesa, em particular a fração rentista, e, como resposta, o governo Dilma vai, também, sofrer diversas retaliações das frações dessa classe burguesa e, assim, suas fissuras vão começar a se transformar em grandes rachaduras, fazendo desmoronar essas relações (*alianças de pés de barro*), trazendo à baila uma crise, que vai está já em gestação com os movimentos e protestos de junho que tomaram conta do país, passando a ser hegemonizados por setores conservadores e reacionários (GOHN, 2017; SINGER; VENTURI, 2019).

No final do primeiro e início do segundo governo de Dilma Rousseff, a *guinada neoliberal* já era flagrante e se expressou no avanço da agenda de ajuste fiscal, cortando e reduzindo os investimentos em programas, políticas sociais, colocando em risco as tímidas, mas relevantes conquistas sociais e trabalhistas da década anterior[7]. No entanto, é, também, verdade que essa crise vai se agudizar sobretudo com o *impeachment* da referida presidente[8], em agosto de 2016, e com o recrudescimento hegemônico da racionalidade neoliberal, aprofundando, sem precedentes, a

[5] É preciso compreender esse quadro mais particular na relação com o avanço da extrema direita no mundo e com a conquista de eleições por vias democráticas desses setores e o desmonte da democracia por eles. Sobre isso, consultar: Levitsky e Ziblatt (2018), Manuel Castells (2018); Boaventura Santos (2016); Adam Przeworski (2020), e Giulinano Da Empoli (2021).

[6] Um desses sinais da crise da democracia brasileira pode ser ilustrado com a não aceitação do resultado eleitoral de 2014 pelo candidato Aécio Neves (PSDB), forjando um evidente flagrante contra as normas democráticas (SINGER, 2018; AVRITZER, 2019), expressando as profundas contradições e fragilidades dessa "democracia de baixa intensidade" (SANTOS, 2007, 2016).

[7] Conforme argumentei em outro momento (CORRÊA, 2014), entendo que, mesmo durante a Era Lulista e sua Agenda Neodesenvolvimentista, não se rompeu estruturalmente com a agenda neoliberal, mas se reduziu a sua ênfase e influência na orientação da agenda política do Estado com base numa tensa e contraditória conciliação de classes.

[8] Esse processo de *impeachment* da presidente Dilma foi conduzido de forma bastante controversa e tendenciosa. Sobre esse tema, consultar Jesse Souza (2016); Wanderley dos Santos (2017); Leonardo Avritzer (2019); André Singer (2018, 2019).

reorientação e *inflexão* da agenda política do Estado com o governo de Michel Temer, que passou a implementar uma série de Reformas (ou melhor *Contrareformas*), que provocaram um "novo/velho" cenário de desmonte de direitos individuais e coletivos na sociedade brasileira (SINGER, 2018), intensificando sua condição de *autocracia burguesa* e de *capitalismo dependente* (FERNANDES, 2009, 2020)[9] como marca da modernização colonialista, à custa do sacrifício da democracia e da república brasileiras[10].

No tocante a esse processo de *impeachment* da presidente Dilma, o mesmo pode ser lido sob uma nova chave interpretativa de *golpe*, que usa das contradições e ambiguidades das constituições democráticas liberais para golpear o próprio regime e a ordem institucional legal por *dentro* dela, sem rupturas drásticas e quarteladas. Sob diferentes ângulos e perspectivas teóricas, esse novo fenômeno vem sendo debatido em nível internacional[11] e, especificamente, no Brasil[12].O conceito de contrarrevolução de Florestan é muito atual para chamar atenção da atuação da classe dominante brasileira na atualidade para brecar e reprimir toda e qualquer experiência de ampliação de direitos e de democratização da sociedade.

Em relação às (contra)reformas do governo Temer, a trabalhista (Lei 13. 467) representou uma importante vitória da racionalidade de mercado e uma profunda derrota para a classe trabalhadora, quer do ponto de vista econômico e social, quer do ponto de vista político e subjetivo. A precarização das condições de trabalho, com essa reforma, se intensifica e expande-se sem precedentes, retrocedendo a momentos anteriores da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (VERAS DE OLIVEIRA et al., 2019; POCHMANN, 2018).

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 (na Câmara), que se transformou em PEC 55 (no Senado), conhecida, difundida e defendida pela grande mídia como "Teto dos gastos públicos", foi aprovada no dia 13 de dezembro de 2016, estabelecendo um **teto de gastos públicos** para o país, que passou a vigorar em 2017. Como a PEC propõe mudanças na Constituição e dependendo do projeto de país a que ela está vinculada, ela pode produzir mudanças importantes no sentido de

[9] Sobre esses conceitos, ver Florestan Fernandes (2009, 2020). No atual contexto, esse autor vem sendo bastante revisitado por chamar atenção para a especificidade de nossa burguesia e de nosso capitalismo, que anda de mãos dadas com o colonialismo e com o racismo, conformando um desenvolvimento heterônomo, uma democracia restrita, de base autocrática.

[10] Para uma leitura dos dilemas e desafios atuais da democracia brasileiras, consultar Alonso et al (2019).

[11] Sobre esse debate, consultar Levitsky e Ziblatt (2018), Castells (2018); Santos (2016); Santos; Mendes (2018); Przeworski (2020). Para não reforçar e reproduzir uma *geopolítica desigual de conhecimento* (MIGNOLO, 2005) e as *linhas abissais* (SANTOS, 2010), é importante ressaltar que esse debate internacional guarda toda uma especificidade de pontos de vista, e não linear e universal, mas sim pluriversal (SANTOS, 2019).

[12] Consultar sobre esse debate: Souza (2016); Santos (2016); Guilherme dos Santos (2017); Avritzer (2019); Singer (2019); Chauí (2019). Para não reproduzir essa *geopolítica desigual do conhecimento*, é relevante, também, não situar o pensamento brasileiro num *provincianismo*. É preciso fomentar uma *desprovincialização* (COSTA, 2006) e *ecologia de saberes* (SANTOS, 2006, 2010).

democratização da sociedade e do Estado, garantindo e alargando direitos e cidadania, mas pode, também, seguir um caminho contrário. E foi justamente esse o caminho antidemocrático da racionalidade neoliberal escolhido e imposto pelo governo Temer, por meio dessas PECs: um movimento de desmonte e de *direitização* da Constituição Brasileira de 1988, impondo o congelamento dos investimentos públicos na saúde e na educação por vinte anos, gerando impactos desastrosos a curto, médio e longo prazos sem precedentes para o povo brasileiro, em particular para as classes e grupos sociais subalternizados, que dependem dos serviços públicos.

Essa é mais uma concreta política antidemocrática, que, de um lado, expressa a subordinação ao mercado e possibilita e incentiva a ampliação da dinâmica de acumulação de capital via apropriação privatista do *dinheiro público* (OLIVEIRA, 1998)[13], mas, também, de outro lado, leva à produção e reprodução da exclusão social, que aprofunda e agudiza ainda mais a desigualdade na sociedade brasileira, em especial na saúde e educação.

Se sem a crise sanitária atual já era visível o tamanho do erro histórico que o Estado brasileiro estava cometendo, combalindo um relevante projeto e política pública como o Sistema Único de Saúde (SUS), com a emergência da pandemia, não é difícil dimensionar que tal medida contribuiu, decisivamente, para criar um terreno propicio de vulnerabilidade às milhares de morte no país, em particular das classes e grupos sociais subalternizados.

No tocante à educação pública, essa medida apresenta impactos negativos estruturantes, que atingem desde a educação básica ao ensino superior[14]. Essa medida impôs grandes obstáculos para implementação e concretização das políticas públicas definidas no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014), que está assentado na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (2021), comprometendo, por conseguinte, a garantia de direitos fundamentais aí estabelecidos. Ademais, o impacto na pesquisa, na ciência e na inovação apresentou outro grave problema, posto que com a redução de investimento nas universidades públicas e em pesquisa, tanto a formação e ampliação de pesquisadores (as) no país ficou comprometida, como propriamente as pesquisas e inovações científico-tecnológicas, para enfrentar os problemas estruturantes do país e orientar e balizar os caminhos das políticas públicas para um projeto de Nação democrático.

Isso expressa, como lembra Florestan (2020a, 2020b), o quanto a sociedade e educação brasileiras têm estruturantes desafios para construir uma democracia social, haja vista que essa democratização não pode prescindir tanto da distribuição socioeconômica quanto do

[13] Francisco de Oliveira (1998), nos anos 90 e início dos 2000, ao fazer uma crítica ao neoliberalismo, já desnudava uma lógica de acumulação especifica no Brasil, deixando uma relevante contribuição ao debate atual.
[14] Ainda no "governo 'interino'" de Michel Temer, Marcelino (2016) já assinalava o descaminho do financiamento da educação brasileira.

reconhecimento da diversidade. Para Florestan, não existe democracia com desigualdade social e racial. A contribuição da sociologia crítica de Florestan sobre esse quadro histórico é muito importante e atual para interpretar os impactos danosos desse modelo hegemônico neoliberal nessas políticas públicas, posto que sua análise não fica presa na elação estrutural do capital, de *classes* – economia política – , mas articular a outras dimensões e dinâmicas de dominação e opressão, de *processos de subjetivação*, considerando a especificidade de cada realidade, sociedade, seu tipo de capitalismo dependente e periférico, como o brasileiro, que não está dissociado de sua relação com o colonialismo, racismo e patriarcado, evidenciando sua dupla face indissociável e dialética moderno-colonial[15].

Por isso, que construir uma sociedade democrática implica não só o enfretamento e superação do sistema capitalista, mas, também, do colonialismo e do patriarcado, sistemas de dominação e opressão que operam articuladamente na realidade latino-americana/brasileira, o que conforma sua particularidade e precisa ser tratada analiticamente em sua interpretação crítica. Entendo que essa é uma importante chave de releitura do pensamento freireano, para revigorar sua imaginação social e educacional crítica e criativa (CORRÊA, 2021).

Portanto, além do dramático quadro de desemprego e precarização das condições de trabalho e de pobreza e desigualdade socioeconômica, que se acirram como resultados dessas reformas, é preciso identificar, também, nesses processos traumáticos da sociedade e, em particular da educação, o racismo estrutural e institucional bem como o machismo, o patriarcado, a homofobia, a fim de colocar num outro patamar e perspectiva o debate da democracia, isto é, das excluídas e dos excluídos, das oprimidas e dos oprimidos. Nesses termos, *o projeto de modernização* do governo Temer é a expressão concreta da reprodução e intensificação desses sistemas de dominação e opressão, dessa modernização colonial.

É no horizonte de continuidade mais aguda de crise da democracia e de civilização, que é entendido o governo de Jair Bolsonaro. A emergência dessa *personalidade autoritária* (ADORNO, 2019), do movimento que lhe dá sustentação e de seu governo não podem ser compreendidos sem o reconhecimento da formação histórica da sociedade brasileira, marcada pelo autoritarismo ainda tão vivo em nossas instituições e relações sociais (FERNANDES, 2020), bem como sem esses novos condicionantes do tempo presente, que ajudam a entender a emergência dessa onda populista autoritária de extrema direita no mundo (DA EMPOLI, 2021;), em particular no Brasil como o movimento bolsonarista (ALONSO, 2019).

[15] Numa linhagem de marxismo aberto e renovado na América Latina, destaco algumas contribuições a esse debate: Jose Carlos Maríategui, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Destaco, também, a contribuição do pensamento decolonial e das epistemologias do Sul na renovação desse debate e na releitura desses autores.

Em 2018, Jair Messias Bolsonaro (atualmente, filiado ao Partido Liberal - PL, mas foi eleito pelo Partido Social Liberal - PSL), representante do campo político de extrema direita, é eleito presidente do Brasil. A racionalidade neoliberal assume outros contornos com o avanço de toda uma onda ultra conservadora e reacionária no mundo, que impôs, com vigoroso teor e trabalho político-ideológico religioso e de mercado, um aprofundamento dessas (contra)reformas, com marcante traço obscurantista e autoritário, desmontando e esvaziando as instituições e as políticas públicas anteriores, além de todo um trabalho ideológico de criminalização de povos, movimentos e organizações sociais que se colocam num campo de oposição a esse governo (CPT, 2019, 2020), marcando um profundo retrocesso dos direitos humanos no país (Anistia Internacional, 2020; 2020/2021).

Durante a campanha presidencial[16], Jair Bolsonaro, em discurso, por meio de vídeo, para seus seguidores na avenida paulista, deu o recado para os seus opositores, afirmando uma postura típica de uma personalidade autoritária, um ditador: "Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia". Defendeu, ainda, fazer "uma limpeza nunca vista na história desse Brasil. Vamos varrer do mapa esses bandidos vermelhos do Brasil"[17]. Ainda durante a campanha presidencial, o documento do Plano de Governo (2018) do referido candidato já apontava para um forte combate e perseguição ideológica ao pensamento crítico, em especial de esquerda marxista. Nesse documento, a perseguição e o combate ao pensamento do educador Paulo Freire é explicita, assim como às organizações e movimentos sociais que se situem nesse espectro político-ideológico. Além disso, a defesa da iniciativa privada e de valores tradicionais, com forte toque fundamentalista, marcam bem essa plataforma de poder emergente populista de extrema direita.

Isso demonstra objetivamente um "homem público" pelo avesso[18], que chega à presidência da república de um país, que não aceita oposição, que não aceita o contraditório\crítica, que não aceita o pensar diferente, por isso, ele defende a perseguição de seus opositores, o que só é possível num regime autoritário. Sobre esse grande risco trilhado pelo país, o sociólogo Gabriel Cohn (2018) sustenta e adverte que "temos uma temática explosiva, pronta a causar sérios problemas se não for

[16] Tanto a tese do "golpe parlamentar" contra a presidente Dilma (PT), bem como da ilegalidade do julgamento e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do impedimento de sua participação na eleição presidencial de 2018 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ganharam mais robustez com o fenômeno da "Vaza Jato". Em fevereiro de 2021, a segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as condenações do ex-presidente Lula e reconheceu a parcialidade do juiz Sérgio Moro no julgamento e condenação do referido presidente, o que possibilitou a Lula recuperar seus direitos políticos. Em 2022, Lula foi eleito presidente do Brasil pela 3ª vez numa disputa muito acirrada com o Bolsonaro. Nessa eleição, Moro foi eleito para o senado federal. Na atualidade, ele está sendo julgado e pode perder seu mandato.

[17] Ver reportagem na Revista Fórum (2018).

[18] O fenômeno político e psicossocial Bolsonaro pode ser lido sob diferentes interpretações. Uma delas é da "personalidade autoritária" de Adorno (2019).

neutralizada em tempo". Com a ajuda de Florestan (1986) ao fazer à crítica a "nova república", chamando atenção para o não acerto de contas com a ditadura, Bolsonaro é um típico exemplo de um país que não resolveu seus problemas históricos. Ao contrário, estão muito presentes e seus fantasmas reaparecem para mostra o quanto do nosso passado está em nosso presente e obstaculizando nossos avanços futuros.

Nessa trilha antidemocrática, o presidente Bolsonaro, ainda no início de seu governo para comemorar os seus 100 dias, assina um Decreto (9.759), que já ansiava por desmontar e esvaziar o papel da sociedade civil no controle social do Estado. Com esse Decreto, ele objetivava diminuir de 700 para 50 o número de Conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

De acordo com esse Decreto, além desses Conselhos, também, entraram nessa mira tirânica os comitês, as comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns e salas e outras formas, que tinham um caráter de colegiado para viabilizar o controle social, a transparência, o debate e fiscalização de políticas públicas e relação entre sociedade civil e poder público, contudo, estes foram desmontados e desfigurados de sentido e o pouco que restou foi instrumentalizado para atender ao interesse privatista do atual governo, dando, assim, um passo decisivo em direção a um projeto autoritário. Em pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), evidencia-se, após dois anos do referido Decreto, que o governo Bolsonaro, em larga medida, desmontou e esvaziou essa estrutura de participação popular. Conforme o CEBRAP, a pesquisa mostra que naquele momento, "75% dos comitês e concelhos nacionais mais importantes estão esvaziados ou foram extintos"[19].

No tocante à política educacional do Ministério da Educação (MEC), o governo Bolsonaro revela um grande retrocesso e muita incompetência, regredindo em conquistas e avançando na crise e precarização da educação brasileira, em particular a pública, aprofundando o abismo da desigualdade no sistema educacional. Durante a gestão Bolsonaro, passaram cinco Ministros pela pasta do MEC. O primeiro a assumir foi Ricardo Vélez, que ficou na pasta por três meses, até abril de 2019, e tinha o interesse, em coerência com a agenda do governo Bolsonaro, de mudar os livros didáticos para "revisar" (diga-se: distorcer e negar) a maneira como o golpe militar de 1964 no país e a ditadura são tratados historicamente. Ele defendia que a universidade era um espaço para uma "elite intelectual", e não para todos. O segundo foi Abraham Weintraub. Ele compunha o núcleo ideológico mais fiel ao presidente e foi um marco de autoritarismo e incompetência na gestão da educação, destruindo conquistas e produzindo retrocesso. Com base num discurso moralista e raivoso, longe do que exige um cargo de ministro, ele implantou uma política de retenção de recursos (30%) para as

[19] Ver reportagem no Jornal Nacional (2021).

universidades públicas e puniu com severos cortes os cursos de filosofia e sociologia para deslocar esse recurso àqueles cursos/áreas supostamente mais "produtivos" aos olhos de seus contribuintes. O terceiro foi Carlos Alberto Decotelli, que não chegou nem a tomar posse, posto que foram constatadas informações falsas em seu *lattes*, como doutorado e pós-doutorado, o que gerou mais um desgaste para o governo e para o referido professor. O quarto a assumir a pasta foi Milton Ribeiro, pastor presbiteriano, professor e ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ele assumiu no contexto da pandemia e, como marca desse governo, assumiu fazendo declarações polêmicas, afirmando que assumiu um "cargo espiritual" e defende a universidade como um espaço social restrito a uma elite. Ele foi afastado do cargo por denúncia de corrupção, em que foi apontado fortes indícios de favorecimento de liberação de verba do governo federal a prefeituras ligadas a pastores evangélicos. O último ministro do MEC nessa gestão Bolsonaro foi Victor Godoy Veiga. Em abril de 2022, ele foi oficializado como novo ministro, contudo, sua experiência profissional nunca esteve ligada ao campo da educação. (ABRUCIO, 2021; MATOS, 2022).

Cabe ressaltar que o *território da educação* já se apresentava como um dos mais mirados pela artilharia desse governo tendo em vista seu projeto de poder autoritário. Nesse caso, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, em particular os cursos e programas de pós-graduação em ciências humanas/sociais, eram as mais visadas. Nessa trilha do governo Bolsonaro para o Estado, a educação e a sociedade brasileiros, um programa assumiu a baliza e a dianteira, chamado atenção: o *Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares* (Pecim). Ainda que essa não seja a única iniciativa de militarização da instituição escolar no país, contudo, esse programa federal chama atenção pela sua origem, concepção e particularidade, sua forma e conteúdo, idealizado e proposto por um governo populista de extrema direita e defensor contumaz da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a qual, para Bolsonaro, representou uma "revolução" em defesa da democracia e "libertação" do risco socialista/comunista na sociedade brasileira.

Esse programa foi desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa e foi implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal" (BRASIL, 2019). O Pecim buscou se pautar no discurso e ideário da melhoria da gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa "baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares" (Art. 2º, II).

Ao fazer uma avaliação da política de educação dos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, o *Observatório da Democracia*[20] destaca em seu Relatório da Educação que "uma das poucas atuações do MEC" em 2019 se reduziu e restringiu ao citado programa acima. Em seu relatório, o Observatório identifica um evidente processo de "'militarização' das estruturas do Estado" brasileiro, o que se liga a sua orientação político-ideológica conservadora e retrograda, expondo um grande retrocesso na política educacional e grave problema para educação básica.[21]

Esse foi um dos programas que seguiram o repertório de sua base de apoio bolsonarista, que defende a intervenção militar, a liberalização e o armamento da população civil; o combate à violência com aumento da punição e maior rigor das leis (redução da maior idade penal e pena de morte); a defesa da manutenção da ordem pela disciplina, hierarquia e moral (coação e controle dos corpos); a defesa dos valores tradicionais, como família tradicional (branca, heterossexual e cristã, a obediência ao patriarca e à autoridade, sobretudo masculina); a defesa da propriedade privada, e o combate vigilante ao pensamento marxista, em especial do educador Paulo Freire, concebido com "doutrinador" e "perigoso" para esse modelo de educação e sociedade (PROGRAMA DE GOVERNO DE JAIR BOLSONARO, 2018). Esse combate incluí, sobretudo, o uso sistemático das redes sociais para disseminar *fake news* (notícias falsas) e ódio, medo e terror.

Nesses termos, esse programa das escolas cívico-militares do governo federal pode ser inscrito no contexto, não só de militarização do Estado, mas, também, da sociedade brasileira em seu conjunto se tomarmos o conceito de *Estado ampliado* de Antonio Gramsci (2011), segundo o qual, a *sociedade política* (aparelhos coercitivos, que operam a *dominação* com predominância da força) e *sociedade civil* (*aparelhos privados de hegemonia*, que operam a construção da *hegemonia* pelo consenso, *ideologia*) relacionam-se dialeticamente, a fim de (a depender da direção das classes e grupos sociais dominantes e hegemônicos na sociedade), conservar a ordem social vigente ou transformá-la.

No caso do atual cenário brasileiro, esse programa das escolas cívico-militares é direcionado por setores conservadores e reacionários das classes e grupos dominantes, para reprodução, imposição e expansão de seus interesses materiais e simbólico-culturais, o qual busca tanto conservar alguns ideais da ordem social hegemônica, como a propriedade privada, o livre mercado e o trabalho (*precarizado*), como, também, regredir, "restaurar" ideais obscurantistas do passado, como

[20] O *Observatório da Democracia* constitui-se num grupo formado por fundações partidárias, predominantemente de esquerda, que busca acompanhar diversos temas nacionais, como democracia, educação, produzindo e divulgando relatórios sobre os mesmos, a fim de orientar e influenciar na formulação de políticas públicas e de projeto de país. Sobre isso, consultar o portal desse grupo.

[21] Ver reportagem *Relatório Observatório da Democracia: Políticas públicas para educação 2019-2020* (2021). O presente relatório toma como base de referência para construir seu ponto de vista, além dos documentos oficiais do MEC, os Relatórios (Anuais de Acompanhamento do *Educação Já*) de 2019 e 2020, coordenados pelo *Todos pela Educação*.

a moral religiosa cristã, a família tradicional, a disciplina e hierarquia militar como únicas e legitimas para reestabelecer um ideal de ordem na sociedade e educação brasileiras.

É, também, digno de destaque que a sociedade brasileira expressa relevantes possibilidades e marcas de democratização, advindas de lutas históricas de diversos setores e grupos sociais, em particular dos povos, das classes e grupos sociais subalternos e excluídos, que ajudaram a construir e alargar um sentido material e simbólico dos direitos e da cidadania no Brasil (CARVALHO, 2016). Nesses termos, a sociedade brasileira, em particular os temas da democracia e da educação pública, é eivada e (re)inventada historicamente por contradições e conflitos sociais, que evidenciam estruturas, processos e dinâmicas socais, políticos, econômicos, culturais, territoriais e ambientais de continuidades e descontinuidades. Sob essa chave de interpretação, é possível ler mais um capítulo da história do país, em especial de sua democracia e educação pública, que se encontram encurraladas e asfixiadas pela atual cruzada fundamentalista-autoritária, que faz o país retroceder e caminhar ao encontro do obscurantismo, mas, que também, enfrenta resistências e lutas de diversos setores da sociedade, mesmo que ainda, em larga medida, na defensiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, se o desafio da democratização do país implica continuar enfrentando o problema estrutural das relações desiguais entre classes socais, outros desafios (junto com esse: gênero/sexual, étnico-racial, ambiental) são postos à prova para, de fato, inventarmos uma sociedade e educação democráticas na sua radicalidade. A luta, portanto, por esse processo de democratização passa pela redistribuição da riqueza de bens materiais e simbólico-culturais, mas, também, passa necessariamente pelo reconhecimento dos direitos,

das diferenças, das subjetividades e do conhecimento de se autorepresentar, que possam emergir *a partir de dentro* e *de baixo*, das *margens do Sul*. Isso mostra contribuições da sociologia crítica de Florestan para compreensão da crise da democracia brasileira na atualidade, mas também limites para dar conta de outras dimensões estruturantes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AGUIAR, Márcia A. da S. Reformas conservadoras e a "nova educação": orientações hegemônicas no MEC e no CNE. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, 2019.

ALONSO, Ângela. A comunidade moral bolsonarista. In. ALONSO, Ângela; et al. (Orgs). *Democracia em risco?* 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALONSO, Ângela; et al. (Orgs). *Democracia em risco?* 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Anistia Internacional. *Informes 2020/21*: O estado de direitos humanos no mundo. Disponível em: < https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1032022021BRAZILIAN%20PORTUGUESE.PDF>. 2021. Acesso em 20 de abril/2021.

Anistia Internacional. Relatório: *Direitos humanos nas Américas*: retrospectiva 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/02/relatorio-aponta-que-2019-foi-ano-de-retrocessos-para-os-direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em 10 de Janeiro/2021.

ARAÚJO, Ronaldo. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. *Revista HOLOS*, Ano 34, Vol. 08, 2018.

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia.* São Paulo: Todavia, 2019.

BRASIL. Balanço MEC 2019. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/Balanco-MEC-2019.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro/2021.

CARVALHO, José M. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura*: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zarar, 2018.

Centro de Referência em Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-impacto-do-teto-de-gastos-sobre-as-politicas-de-educacao/.>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: uma nova forma de totalitarismo. *A terra é redonda*. P. 1.; 2019. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/ >. Acesso em 06 de outubro de 2020.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil 2018*. Goiânia: CPT Nacional, 2018.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil 2019*. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

COHN, Gabriel. A nova cara do presidencialismo. *Le Monde Diplomatique* (Brasil). Novembro, 2018. Disponível em: < https://diplomatique.org.br/a-nova-cara-do-presidencialismo/?fbclid=IwAR3oqnNtyig0R6M8E-kiimGfbZ5ZuPoBLxRjbOFujGUASeo5zxYxWfEEiqY>. Acesso em 10 dezembro de 2018.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Rev. bras. Ci. Soc. 21* (60). Fev 2006.

DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2020.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. [Tradução: Mariana Echalar]. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016 (Col. Estado de Sitio).

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

_____**.** *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica**.** Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

GOHN, Maria da G. *Manifestações e protestos no Brasil*: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção: Questões de nossa época).

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v.3: *Maquiavel: notas sobre o Estado e a política.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Jornal Nacional. "75% dos comitês e concelhos nacionais mais importantes estão esvaziados ou foram extintos", 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLAT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zarar, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. Políticas do antivalor, e outras políticas. In. HADDAD, Fernando. (Org.). *Desorganizando o consenso*: nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petropolis-Rj: Vozes, 1998.

Proposta de plano de governo: "o caminho da prosperidade", 2018. Disponível em: < file:///C:/Users/Bem%20Viver/Downloads/plano%20de%20governo%20bolsonaro.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

POCHMANN, Márcio. "O neoliberalismo do governo Temer trouxe a nova segregação social". *Estudo da FGV Social*, 2018. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pobreza-e-desigualdade-aumentaram-ultimos-4-anos-brasil-revela-estudo>. Acesso em: 20 de jun/2020.

PRZEWORSKI, Adam. *Crise da democracia*. Rio de Janeiro: Zarar, 2020.

Relatório Observatório da Democracia: Políticas públicas para educação 2019-2020. Disponível em: <https://observatoriodademocracia.org.br/2021/04/09/as-politicas-publicas-para-a-educacao-2019-2020/>. Acesso em 10 de março/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fim do Império Cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2019.

_____. *A difícil democracia*: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de S; MENDES, José M (Orgs). *Demodiversidade*: imaginar outras possibilidades democráticas. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura de S; MENEZES, Maria P. (Org). *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de S; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In. SANTOS, Boaventura de S (Org)**.** *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V1.

SANTOS, Wanderley G. dos. *A democracia impedida*: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SINGER, André. *O lulismo em crise*: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 1. 389p.

SINGER, André; VENTURI, Gustavo. Sismografia de um terremoto eleitoral. ALONSO, Ângela; et al. (Orgs). *Democracia em risco?* 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jesse. *A Radiografia do Golpe*: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petropolis-RJ: Vozes, 2013.

VERÁS DE OLIVEIRA, Roberto, et al. (Orgs). *Reforma trabalhista no Brasil*: promessas e realidade. Campinas-SP: Curt Nimuendajú, 2019.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

IMPACTOS POLÍTICOS DO GREAT LOCKDOWN NOS ESTADOS BRASILEIRO E MEXICANO

Marcus Ianoni[1] (PPGCP-UFF)

Resumo: A pesquisa investiga impactos políticos, no Brasil e México, do *Great Lockdown* ou *COVID-19 recession*, crise econômica internacional que ocorreu entre 2020 e 2022. Para operacionalizar a investigação, recorre-se a uma conceituação tridimensional do Estado, duas referentes às suas funções – ele é *regime político* e *aparato* decisor – e outra à sua estrutura, dada sua condição de *aparelho de dominação política alavancado em coalizões*. Argumenta-se que as crises internacionais tendem a reequacionar este conteúdo tridimensional do Estado. Formulam-se duas hipóteses. A primeira hipótese é que, dada a íntima conexão, na pandemia, entre a saúde pública e a economia, a COVID-19 enfraqueceu o governo Bolsonaro, a tal ponto de que, na sucessão presidencial de 2022, formou-se uma frente ampla democrática contra sua candidatura, fato distinto do que ocorreu em 2018, quando os empresários se uniram em seu apoio, no segundo turno, bem como sua votação na região Sudeste foi bem maior. Resultado: Lula venceu, ensejando a reversão da autocratização. A segunda hipótese refere-se ao México: antes da pandemia, AMLO organizou-se na coalizão *Juntos haremos historia*, reunindo forças de centro-esquerda e esquerda, cujo conteúdo programático é antineoliberal, da qual não participou o grande empresariado, que, pelo contrário, se opôs a ela; ademais, apesar do mal desempenho de AMLO na gestão da pandemia, sua política econômica e social antineoliberal teve impactos populares positivos no crescimento e na redistribuição; por fim, as evidências não permitem dizer que houve regressão democrática naquele país, cujas tendências autoritárias são endógenas ao sistema político, dificultando a consolidação da democracia.

Palavras-chave: Recessão da COVID-19, Estado, regimes políticos, coalizões, autocratização

Introdução

Vários fatores têm sido relacionados ao desencadeamento de mudanças qualitativas ou quantitativas no regime político. A mudança qualitativa implica a *substituição* de um tipo de regime para outro, enquanto a quantitativa diz respeito a alguma alteração *no regime existente*, tornando-o mais ou menos autoritário ou democrático. Entre os fatores que desencadeiam estas mudanças, estão, especialmente, as crises econômicas, as condições socioeconômicas (renda per capita, alfabetização e educação, nível de urbanização, qualidade e extensão dos meios de comunicação) e as condições socioestruturais (homogeneidade social, desigualdade baixa ou moderada, distribuição relativamente uniforme de poder entre grupos sociais e lealdades abrangentes ou clivagens transversais como fatores que facilitam a democracia, cultura política, instituições políticas, legados e/ou padrões políticos e econômicos internacionais e o ambiente mundial ou regional). Alguns autores criticam abordagens que buscam explicar as mudanças de regime focando demasiada ou exclusivamente em fatores estruturais. Tais críticas alegam que abordagens preponderantemente

[1] Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Email: marcusianoni@id.uff.br .

apoiadas nestes fatores desconsideram os processos reais que permitiriam compreender adequadamente as causas das mudanças em questão (Gasiorowskj, 1995; Dahl 1971; Lijphart 1977; Almond, 1980; Huntington, 1991).

Entre os fatores acima mencionados, as crises econômicas ocupam um lugar de destaque em diversos estudos sobre as causas das mudanças de regime (Gasiorowskj, 1995, p. 882; Berger and Spoerer, 2002, pp. 293-94; Dowd, 2003, pp. 126-27; Djuve and Knutsen, 2023). Evidências históricas revelam que crises econômicas induzem à configuração de situações e relações que ensejam tanto processos políticos democratizantes quanto autoritários, a depender de variáveis específicas de cada caso.

Estas abordagens inserem-se no que denominamos economia política dos regimes políticos. Porém, a análise ganha em profundidade se mobilizarmos o conceito de Estado. Na verdade, regime político é uma das três dimensões do conceito de Estado aqui formulado para operacionalizar o trabalho de pesquisa a ser exposto. As outras duas são as estruturas de coalizões simultaneamente sociopolíticas e político-institucionais às quais todo Estado está vinculado e as decisões políticas, sobretudo as que se referem à política econômica e às regras do jogo político (Ianoni, 2024).

Os três principais argumentos teóricos são os seguintes:

- Processos de democratização induzidos por crise econômica internacional dependem de respostas políticas que impliquem, relativamente ao contexto autocratizante imediatamente anterior, em coalizões ideologicamente democráticas, em decisões visando ampliar a inclusão econômica e social (pelo mercado e pelo Estado) e/ou que, pelo menos, mantenham as liberdades e direitos civis e políticos ou as expandam. O compromisso democrático dos atores opera contra a autocratização.
- Processos de autocratização induzidos por crise econômica internacional dependem ou a) de respostas políticas que impliquem, relativamente ao contexto imediatamente anterior, em coalizões ideologicamente autoritárias, em decisões que priorizem a eficiência de mercado e que restrinjam as liberdades e direitos civis, políticos e sociais; ou de respostas políticas que impliquem, relativamente ao contexto imediatamente anterior, em b) coalizões ideologicamente autoritárias, em decisões de políticas públicas econômica e socialmente includentes, ao menos relativamente, mas político-institucionalmente restritivas às liberdades civis e políticas.
- Processos neutros em termos de autocratização/democratização podem impactar tanto as coalizões de sustentação do Estado como as decisões políticas, mas não alteram qualitativa e/ou quantitativamente os componentes institucionais relacionados ao regime.

O objetivo deste trabalho é investigar, pelo método histórico-comparativo, complementado pelo *process tracing*, impactos políticos, em dois Estados nacionais latino-americanos com sistemas presidencialistas, Brasil e México, da crise econômica internacional denominada *Great Lockdown* ou *COVID-19 recession*, que ocorreu entre o primeiro quartil de 2020 e o primeiro quartil de 2022.

Dada a onda de *autocratização* observada desde a *Grande Recessão (2007-2008)*, período temporal em que se reduz o número de países em processos de democratização e em que, simultaneamente, a trajetória autoritária influencia várias ordens políticas nacionais, foca-se mais na dimensão do *regime político* do Estado, mas articulando-a às suas outras duas dimensões, a de *tomador de decisões* e à de *associação política alavancada em coalizões*.

Na pesquisa em política comparada, é necessário explicitar os critérios de seleção dos casos (Lijphart, 1971, pp. 689-691). Além de serem Estados latino-americanos, terem sistemas presidencialistas, serem federações com multipartidarismo, Brasil e México, no período selecionado, estavam sendo governados por presidentes – respectivamente, Jair Bolsonaro e Andrés Manuel López Obrador – que apresentaram mal desempenho na gestão da pandemia e, ademais, foram qualificados como autoritários, populistas ou neofascistas, além de nacionalistas. No caso do México, o presidente continua exercendo seu mandato, que expirará em julho de 2024. Segundo algumas fontes, López Obrador, sobretudo por se colocar como um presidente pós-neoliberal, estaria ameaçando a democracia no México, embora essa avaliação não seja incontroversa.[2] Por outro lado, há uma diferença importante do mexicano em relação a Bolsonaro. Obrador é considerado como de esquerda e antineoliberal, ao passo que o brasileiro escolheu como seu ministro da Economia um economista e empresário com visão ultraliberal.

O que nos interessa aqui é avaliar as mudanças qualitativas e/ou quantitativas nos regimes políticos induzidas pela crise da pandemia, seja para que lado do espectro ideológico possam ter ocorrido. Porém, dado o conceito de Estado acima mencionado, é imprescindível a análise do comportamento dos atores, por meio das ações das principais coalizões em jogo, incluindo as decisões tomadas e as não decisões (políticas públicas e regras institucionais).

Dadas as similares e distintas características de Brasil e México no período da pesquisa e a crítica ao desempenho de seus presidentes na pandemia da covid-19, que se desdobrou em uma recessão entre os primeiros quartiis de 2020 e de 2022, a estratégia de comparação utilizada será o *método conjunto da semelhança e da diferença* (Perissinotto e Nunes, 2023, p. 20), formulado por John Stuart Mill. As semelhanças a serem observadas estão no mal desempenho na economia e no suposto deslocamento autoritário nos regimes políticos dos dois países, ponto a ser observado, sobretudo, nos

[2] Consultar https://urx1.com/sGvih, https://l1nq.com/8MXvA, https://urx1.com/2CcMp e (Ortega, 2022).

principais processos políticos ocorridos e nas decisões sobre regras político-institucionais, ao passo que, a princípio, as diferenças estão nas coalizões formadas e nas decisões-chave de política econômica, uma vez que o perfil ideológico dos dois presidentes examinados difere. Enquanto Bolsonaro se apoiou numa coalizão que vai da extrema-direita à centro-direita e implementou políticas ultraliberais, Obrador, que ainda está na presidência do México, se apoiou, desde antes da pandemia, na coalizão *Juntos haremos historia*, reunindo forças de centro-esquerda e esquerda.

Formulam-se duas hipóteses específicas, uma para cada país. A primeira é que, dada a íntima conexão, na pandemia, entre a gestão da saúde pública e o desempenho da economia, a crise da covid 19 impactou no Estado brasileiro enfraquecendo o governo Bolsonaro, a tal ponto de, na sucessão presidencial de 2022, enfraquecerem-se tanto a votação do candidato à reeleição na região mais rica do país, o Sudeste, quanto a *unidade empresarial* que o havia eleito no segundo turno das eleições de 2018. Estes enfraquecimentos são, simultaneamente, causa e efeito da *frente ampla*, de conteúdo democrático, que alavancou a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e permitiu a retomada do processo de fortalecimento da democracia. A segunda hipótese específica refere-se ao México: primeiramente, desde antes da pandemia, AMLO organizou-se na coalizão *Juntos haremos historia*, reunindo forças de centro-esquerda e esquerda, cujo conteúdo programático é antineoliberal, da qual não participou o grande empresariado, que, pelo contrário, se opôs a ela; em segundo lugar, apesar do mal desempenho de AMLO na gestão da pandemia, sua política econômica e social antineoliberal teve impactos populares positivos no crescimento e na redistribuição; em terceiro lugar, as evidências não permitem dizer que houve regressão democrática naquele país, cujas tendências autoritárias são endógenas ao sistema político, dificultando a consolidação da democracia.

Quadro 1

QUADRO COMPARATIVO A SER INVESTIGADO E HIPÓTESES

ESTADOS NACIONAIS	COALIZÕES (COMPOSIÇÃO E DINÂMICA)	PRINCIPAIS DECISÕES SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA E SOBRE REGRAS DECISÓRIAS	EFEITOS SOBRE O REGIME POLÍTICO
BRASIL	Extrema-direita e direita, com apoio do empresariado	Neoliberais	Transitou de um processo de regressão democrática para o reforço da democracia
MÉXICO	Centro-esquerda, com apoio de movimentos populares	Social-democratas	Não houve efeito sobre o regime, mas nas políticas públicas

É preciso ainda mencionar brevemente o que foi a *COVID-recession* ou *Great Lockdown*. O FMI a avalia como a pior recessão desde a Grande Depressão. Os primeiros casos dessa doença surgiram em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Rapidamente, no primeiro quartil de 2020, a recessão

já estava em curso. Enquanto o crescimento global em 2019 foi de 2.6%, o de 2020 caiu para -3.1%. Nesse mesmo período, a taxa de desemprego global subiu 17.8%, passando de 5.6% para 6.6%.[3] A contaminação pelo vírus impactou na oferta de mão de obra, o medo do contágio afastou as pessoas dos mercados, houve demissões, queda da renda e do mercado de ações, redução da mobilidade (devido às quarentenas e ao distanciamento social), paralisação de vários setores da economia, aumento do custo do crédito e redução de sua oferta, crise global no setor de energia (2021-2022), interrupções em cadeias de abastecimento, queda na produtividade etc (International Monetary Fund, 2020).

Seguem duas seções, uma sobre o Brasil, outra sobre o México, e uma conclusão.

BRASIL: DA DESDEMOCRATIZAÇÃO À RETOMADA DA DEMOCRATIZAÇÃO

A deposição de Dilma Rousseff, em 2016, foi um marco na história do regime democrático ancorado na Constituição de 1988. A euforia com a Assembleia Constituinte e com a Constituição Cidadã diminuiu desde a promulgação da Carta Magna até os primeiros anos da década de 1990, período em que, devido à dificuldade de se superar o problema da hiperinflação, as forças defensoras da primeira geração de reformas neoliberais focavam na suposta ingovernabilidade do sistema político brasileiro, tema que, após o Plano Real, não desapareceu da agenda da centro-direita – que então se estruturou politicamente, no que diz respeito ao Congresso Nacional, em torno da coalizão PSDB-PFL-PTB –, mas perdeu importância relativa. O entusiasmo com o regime democrático ressurgiu desde a eleição, em 2002, e posse, em 2003, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores, uma agremiação que transita da centro-esquerda para a esquerda, encabeçava o governo federal e, a partir de então, passou a aprovar medidas progressistas em termos de ampliação da participação, dos direitos e da distribuição de renda, mas sem romper com a política macroeconômica de estrutura neoclássica. Neste contexto, influentes análises, presentes em trabalhos de diversos autores, sobretudo os intelectuais da ciência política, apreendiam, de diferentes ângulos, a democracia brasileira como consolidada, forte, uma verdadeira poliarquia. Porém, do governo de Michel Temer ao de Jair Bolsonaro, este otimismo democrático deu lugar ao pessimismo, que, por sua vez, só foi superado, retomando-se a esperança na democracia, a partir da eleição, em 2022, e posse, em 2023, pela terceira vez, do presidente Lula. Considero que o impacto da COVID-recession no Brasil incidiu sobre variáveis peculiares da situação nacional, de modo a induzir à retomada da trajetória democrática então relativamente estancada no pós-2016, sobretudo, a partir das eleições de 2018.

[3] Consultar World Bank Open Data, em https://data.worldbank.org/.

A hipótese específica sobre o Brasil é que, dada a íntima conexão, na pandemia, entre a gestão da saúde pública e o desempenho da economia, a crise internacional da COVID-19 impactou no país debilitando o governo e a candidatura de Bolsonaro à reeleição, a tal ponto de que, no pleito eleitoral de 2022, sobretudo no segundo turno, ocorreram duas novidades correlacionadas: por um lado, o eleitorado do Sudeste (SE) votou bem mais na candidatura do PT do que havia feito em 2018, ainda que o incumbente tenha novamente vencido nesta principal região do país; por outro, enfraqueceu-se a *unidade empresarial* que havia apoiado o presidente em exercício quatro anos antes. Este duplo processo de relativo enfraquecimento do bolsonarismo ensejou a conformação da *frente ampla* democrática, que alavancou a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e permitiu a reversão da autocratização. O argumento é que, ao responder à crise, o governo autocratizante tomou decisões ineficientes e prejudiciais à saúde pública, à economia e à democracia, que estimularam, mediante as ações e interações de atores, o rearranjo ou recomposição das principais coalizões ampliadas (político-institucionais e sociopolíticas) que o apoiavam e que a ele se opunham, bem como a relação de forças entre elas. Nesta mudança, destacam-se o aumento da votação no candidato do PT em 2022, em comparação com a eleição presidencial anterior e o relativo definhamento da *frente empresarial* que, no segundo turno das eleições de 2018, havia respaldado a eleição de Bolsonaro, processo que abriu caminho para a formação da *frente ampla*, que alavancou a vitória de Lula e mudou a conjuntura, propiciando que o processo de reconstrução democrática ganhasse guarida institucional no executivo federal e alentasse membros de outras instituições do Estado, como alguns ministros do STF.

Para fins da contextualização do *process tracing* minimalista, considera-se que o Brasil estava passando por autocratização. Cabe agora mostrar que e como a crise incidiu no país, colocando o governo Bolsonaro perante o duplo desafio de responder à pandemia e à economia e que, devido ao desempenho controverso do mandatário-mor da República em relação a essas demandas-chave, insucesso que, inclusive, o levou a radicalizar em sua volição autoritária, o presidente enfraqueceu-se o suficiente, em termos de apoio de aliados-chave e de suporte eleitoral, para perder a eleição presidencial de 2022 para a candidatura que expressava o anseio por reconstrução democrática.

Identificar o impacto da *COVID-recession* no país, especialmente no Estado, para evidenciar sua influência na reversão da autocratização e retomada da democratização, passa por observar seus efeitos na economia (mercado), na sociedade civil (frações de classe e eleitorado) e nas instituições políticas (decisões e ações dos três poderes e partidos parlamentares), assim como o processo de interrelação destas esferas.

A pandemia agravou o quadro da economia brasileira, que já apresentava crescimento baixo e desemprego e informalidade altos, conforme mostra a Tabela 1. Note-se que, em 2021, a economia mundial cresceu 6.2% e a América Latina, 7%.

Tabela 1: Indicadores econômicos no Brasil (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Variação % do PIB	1.25	11.9	4.6	3.0
Taxa média de desocupação (%)	11.9	13.5	13.2	9.3
taxa de informalidade (%)	41.1	37.7	40.1	39.6

Fonte IBGE

Quanto à relação do Estado com a economia, Bolsonaro vinha sendo respaldado por amplo apoio do empresariado. Nessa área-chave, ambas as partes compartilhavam semelhantes preferências ideológica e de políticas públicas. A convergência do *business* no sentido do liberalismo econômico, conformada desde as eleições de 2018, permaneceu forte durante todo o período do mandato presidencial. O que passou a perder força relativa, a partir de 2021, foi a unidade política em torno do presidente Bolsonaro, devido a dois fatores: a) a gestão da pandemia (e seu impacto econômico); b) o autoritarismo.

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020. Naquele ano, houve 202.209 mortes. No ano seguinte, elas subiram para 411.028. Somadas, foram mais de 613 mil.[4] Até meados de 2021, a gestão de Bolsonaro na saúde pública foi considerada péssima, nacional e internacionalmente (Sott et al., 2022; Vieira 2021). O presidente brasileiro foi visto como um dos maiores negacionistas do coronavírus do mundo. Ele se opôs ao isolamento e ao distanciamento sociais, ao uso de máscaras, à quarentena e atrasou o início da vacinação .[5] Em maio de 2020, 50% dos brasileiros avaliavam que o desempenho de Bolsonaro na pandemia era ruim ou péssimo, percepção que, em março de 2021, chegou a 54%; em maio de 2021, 58% dos eleitores avaliavam que o presidente não tinha capacidade de liderar o Brasil. Os números de contaminados e mortos só começaram a cair na medida que, a despeito da ineficiência do governo federal, o estado de São Paulo, em janeiro de 2021, passou a vacinar os cidadãos.[6]

A pandemia foi formalmente considerada uma calamidade pública, o que abriu caminho para gastos fiscais não previstos nas metas até então vigentes. Seu impacto social causou pressões "pela implementação de um programa emergencial de transferência de renda a trabalhadores informais e desempregados" e às famílias cadastradas nos programas sociais. Em abril de 2020, foi instituído "um auxílio emergencial no valor de R$ 600,00, inicialmente, por três meses e, depois, prorrogado por mais dois meses", que alcançou cerca de um terço da população. Nesse mesmo ano,

[4] Consultar surl.li/skbss . Acesso: 30 mar 2024.
[5] Consultar surl.li/skbss , surl.li/skbvs , surl.li/skbxm e surl.li/scaou e surl.li/skbxx . Acesso: 30 mar 2024.
[6] Consultar surl.li/scayi. surl.li/scbpm e surl.li/scark . Acesso: 30 mar 2024.

após o pagamento das cinco parcelas, foram aprovadas mais quatro parcelas de R$ 300,00. Em março de 2021, reagindo à segunda onda do coronavírus, o Congresso Nacional aprovou um novo auxílio emergencial de quatro parcelas, desta vez de R$ 250 (Paula et al., 2023, pp. 264 e 268). Com a aproximação do último ano de mandato e motivado a se candidatar à reeleição, Bolsonaro logrou aprovar no Congresso Nacional, em dezembro de 2021, o programa social Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, famoso programa de transferência de renda criado em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula. Em maio de 2022, o valor mínimo do benefício passou a ser de R$ 400, tendo sido reajustado para R$ 600, em julho. Porém, dada a situação fiscal, a garantia de pagamento era até dezembro de 2022.[7]

De abril a outubro de 2021, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) "para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil". O relatório final aprovado sugeriu o indiciamento de Bolsonaro por nove crimes: prevaricação, charlatanismo, epidemia com resultado morte, infração a medidas sanitárias preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documentos particulares, crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo) crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos).[8]

Segundo Rennó et al. (2021), a gestão caótica e irresponsável da pandemia foi um dos fatores que impactou negativamente na ampla aliança que sustentou politicamente Bolsonaro até o início de 2020, abrangendo atores do mercado financeiro, da classe média e os conservadores morais. Nesse sentido, cabe mencionar que, em março de 2021, mais de 1500 economistas e empresários, inclusive quatro ex-presidentes do Banco Central, publicaram a "Carta Aberta à Sociedade Referente a Medidas de Combate à Pandemia: O País Exige Respeito; a Vida Necessita da Ciência e do Bom Governo".[9] O documento dizia que o Brasil estava no epicentro mundial da Covid-19, que o contexto econômico e social era desolador, que a superação da crise, nas suas diversas dimensões, dependia, antes de tudo, da vacinação em massa, na qual o país, por negligência governamental, estava atrasado, causando significativos impactos negativos, entre outros, na arrecadação tributária e no PIB.

A ampla unidade da classe média alta em torno de Bolsonaro desapareceu em 2022, ano de eleições gerais, em comparação com o que ocorreu em 2018 (Cardoso, 2020; Nicolau, 2020; Avritzer et al., 2023).[10] De uma eleição a outra, o antipetismo diminuiu e o antibolsonarismo aumentou.[11] As

[7] Consultar surl.li/scayo . Acesso: 30 mar 2024.
[8] Consultar surl.li/scbei, surl.li/scbfv e surl.li/scbel. Acesso: 30 mar 2024.
[9] Consultar surl.li/scbtt. Acesso: 30 mar 2024.
[10] Consultar surl.li/scbno. Acesso: 30 mar 2024.
[11] Consultar surl.li/scobh . Acesso: 30 mar 2024.

pesquisas eleitorais indicam que, no segundo turno do pleito presidencial de 2022, 40% dos eleitores com renda mensal de dez ou mais salários-mínimos votaram em Lula. Estes dados contribuem para evidenciar que, sobretudo na segunda metade do governo Bolsonaro, ocorreu um processo sociopolítico e político-institucional de rejeição relativa ao presidente da República, que explica a frente ampla oposicionista.

O setor empresarial, de onde provêm os ricos, também manifestou oposição ao chamado populismo de Bolsonaro, sobretudo desde a implementação do Auxílio Brasil, pelo seu impacto fiscal. Além disso, a carta acima mencionada e várias matérias publicadas na grande imprensa atestam a insatisfação de contingentes da classe média alta e dos ricos com a ineficiência da gestão governamental.[12]

Em 2021 e 2022, Bolsonaro foi radicalizando nas demonstrações de autoritarismo, processo que impactou negativamente em grupos sociais que o haviam apoiado em 2018.[13] Não se trata de uma rejeição do autoritarismo que expressa uma cultura política de valoração desinteressada da democracia. Do ponto de vista de alguns agentes-chave do mercado, por exemplo, que têm interesses arraigados em seus negócios, a autocratização, ao menos naquele contexto, representava instabilidade política para o *business*, assim como, do ponto de vista dos trabalhadores, o autoritarismo colocava em risco suas liberdades e direitos. Em setembro de 2021, já havia 143 pedidos de impeachment de Bolsonaro e, ao final de seu mandato, 153.[14]

Na esfera político-institucional, a *frente ampla*, formalmente registrada como *Coligação Brasil da Esperança*, reuniu sete partidos: PT, PCdoB, PV, PSOL, REDE, PSB, Solidariedade, Avante, Agir e PROS. A principal expressão partidária da formação da frente ampla foi o fato de o candidato a vice-presidente ter sido Geraldo Alckmin, quadro político do PSDB durante 33 anos, até sair dessa agremiação em dezembro de 2021. No ano seguinte, ele ingressou no PSB.[15] Desde as eleições de 1994, até as de 2014, a disputa presidencial concentrou-se na disputa entre candidatos do PSDB e do PT. A chapa Lula-Alckmin aproximou a referida coligação de economistas e empresários ligados ao setor financeiro, como Pedro Malan, Pérsio Arida, Edmar Bacha e Armínio Fraga, entre outros.[16]

Em uma disputa acirradíssima, Lula derrotou Bolsonaro no segundo turno, quando, descartada a possibilidade de uma *terceira via*, a frente ampla se configurou na sua máxima dimensão

[12] Consultar surl.li/scpdj , surl.li/shqod e surl.li/shqnc . Acesso em: 30 mar 2024.
[13] Consultarsurl.li/shsek. Acesso em: 30 mar 2024.
[14] Consultar surl.li/sifal , surl.li/shsgd , surl.li/sifdm e surl.li/sifbh , surl.li/sihfs , surl.li/sihfj . Acesso em: 4 abr 2024.
[15] Consultar surl.li/scswb. Acesso: 30 mar 2024.
[16] Consultar surl.li/scsvu . Acesso: 30 mar 2024.

eleitoral, atraindo, por exemplo, o apoio de 16 dos 32 partidos existentes, bem como a candidata derrotada pelo MDB, Simone Tebet e vários empresários que a haviam apoiado.[17]

Os resultados das eleições presidenciais de 2022, em comparação com os de 2018, expressam a mudança na conjuntura, que a frente ampla ajudou a induzir.[18] Lula venceu, ainda que com apenas 2,1 milhões de votos de vantagem. Recebeu 50,9% dos votos válidos, contra 49,1% de Bolsonaro. Dois dados são relevantes para evidenciar a frente ampla nos votos depositados nas urnas. Novamente, a região Nordeste (NE) votou em peso no candidato presidencial do PT: 69,7% dos votos em 2018 e 69,3% em 2022 (ou seja, uma redução mínima). Ou seja, no NE, a situação não se alterou de uma eleição para outra. Por outro lado, na região Sudeste (SE), a mais importante e povoada do país, enquanto a diferença a maior de Bolsonaro contra Fernando Haddad (PT), em 2018, foi de 30,8%, Lula logrou uma desvantagem bem menor, de 8,5%. No resultado das eleições na região SE, em 2022, em comparação com o ocorrido em 2018, situa-se a principal expressão eleitoral do processo político da frente ampla: o aumento dos votos de Lula, em relação aos de Haddad, e a perda relativa de votos de Bolsonaro. Ou seja, o antipetismo diminuiu.[19]

Para concluir o *process tracing* minimalista cabe evidenciar, por comparação, a mudança que ocorreu, entre 2018 e 2022, no posicionamento do empresariado em relação a Bolsonaro. Já foi dito que, em linhas gerais, a agenda de políticas públicas do empresariado, desde o governo Temer, vinha convergindo em torno do neoliberalismo, a começar pela austeridade fiscal, passando, entre outros, pelas reformas previdenciária e tributária, desburocratização e privatizações. Claro que o empresariado não é homogêneo, há distintos setores de atuação e portes de capital. Há quem demande alguma proteção e quem priorize o puro livre-comércio, mas prevalece entre eles a convergência, e não o conflito entre liberais e nacionalistas ou desenvolvimentistas.[20] Estas preferências não mudaram de 2018 para 2022. A maioria dos empresários prosseguiu apoiando Bolsonaro, mas, como afirmou Christopher Garman, diretor-executivo para as Américas do Eurasia Group, o apoio do empresariado foi muito mais forte em 2018 que em 2022. Associações empresariais que haviam dado apoio público a Bolsonaro em 2018 se declararam apartidárias em 2022. A Fiesp e a Febraban assinaram o manifesto acima mencionado. O chamado populismo fiscal de Bolsonaro também pesou negativamente, assim como a deterioração da imagem internacional do país durante a pandemia, o descaso em relação às políticas ambientais e seu autoritarismo.[21] Por fim, indícios relevantes da existência de um processo de frente ampla, na sua dimensão sociopolítica, são

[17] Consultar surl.li/sctcu . Acesso: 31 mar 2024.
[18] Consultar surl.li/scthz. Acesso: 31 mar 2024.
[19] Consultar surl.li/sfriz , surl.li/sfrfh , surl.li/sfrhj e surl.li/sfrhy . Acesso: 2 abr 2024.
[20] Consultar surl.li/sifjf , surl.li/sigav . surl.li/sigbs e surl.li/sigcf . Acesso: 5 abr 2024.
[21] Consultar surl.li/sigfi . Acesso: 5 abr 2024.

fornecidos pelas valências do Manchetômetro: em 2022, por um lado, as principais corporações jornalísticas do país, que compõem um oligopólio, foram mais críticas a Bolsonaro do que em 2018; por outro, elas foram menos críticas a Lula que ao candidato à reeleição.[22]

Concluindo, foi visto que a recessão da pandemia impactou no país e, em particular no Estado nacional, desafiando o governo Bolsonaro a implementar decisões e ações direcionadas a uma dupla face interrelacionada, que possui evidentes conexões com a situação social: a saúde pública e a economia. Seu desempenho foi insatisfatório, inclusive porque seu autoritarismo o levou a negar a pandemia, vista como um obstáculo à sua ideologia conservadora e aos seus objetivos políticos (Roque, 2021).[23] Em consequência, na comparação com as eleições de 2018, Bolsonaro perdeu relativo apoio, na disputa de 2022, dos eleitores da região SE e do empresariado, inclusive da mídia corporativa. Tal enfraquecimento se fez acompanhar pela formação da frente ampla. Os achados desta pesquisa vão ao encontro dos argumentos deste trabalho de que o compromisso democrático dos atores opera contra a autocratização e de que a mudança no regime induzida pelas crises internacionais evidencia o lastro que as instituições políticas e a competição política têm na economia política. Passo agora ao caso do México, no qual o presidente da República ainda está no exercício do cargo.

MÉXICO: ESPERANÇAS RENOVADAS E CAMINHOS INUSITADOS

A eleição de Andrés Manuel López Obrador, mais conhecido por AMLO, em 2018, foi um marco na história política mexicana. Pela primeira vez, elegia-se um líder de centro-esquerda alheio ao espectro PRI (Partido de la Revolución Institucionalizada), de centro *catch-all*, e PAN (Partido de la Acción Nacional), de centro-direita neoliberal.

A hegemonia semiautoritária do PRI ao longo do século XX, a qual passou do desenvolvimentismo moderado do pós-guerra, chamado *desarrollo estabilizado*, ao neoliberalismo ostensivo a partir da década de 1980, mais especificamente desde o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) e continuado pelos governos do PAN desde Vicente Fox (2000-2006), moldou o México enquanto país urbano-industrial de renda média, porém clivado de grandes desigualdades sociais e regionais e forte dependência dos Estados Unidos (Hamnett, 2016).

O relativo sucesso da *modernização pelo alto*, inicialmente com políticas protecionistas de cunho industrialista e, depois, com políticas de abertura comercial e financeira, criaram relativa complexidade social, com numerosa classe média integrada a circuitos econômicos transnacionais,

[22] Consultar os gráficos em https://manchetometro.com.br/. Acesso: 5 abr 2024.
[23] Consultar também surl.li/siszl . Acesso: 6 abr 2024.

sobretudo no âmbito do NAFTA (North American Free Trade Agreement). Porém, este processe de mudança foi incapaz de estabelecer uma sociedade igualitária e de proporcionar possibilidades de ascensão social à massa pauperizada e altamente informalizada, que participa da integração norte-americana de forma subalterna, em grande parte, até, como imigrante ilegal no vizinho anglo-saxão. A tensão entre o México das classes médias e altas qualificadas para a globalização comercial e financeira e o México dos pobres e marginais, que não participa dos ganhos pecuniários e simbólicos da globalização, perpassa o sistema político local, tornando as regras democráticas suscetíveis a estratagemas populistas.

AMLO, que iniciou sua trajetória partidária no PRI, foi um dos fundadores do PRD (Partido de la Revolución Democrática), de 1989, agremiação de centro-esquerda que reunia os priistas descontentes com a guinada neoliberal do partido e outras plataformas populares. O PRD, liderado por Cuauhtémoc Cárdenas, filho do lendário presidente populista Lázaro Cárdenas (1934-1940), propunha resgatar os valores patrióticos e distributivistas do cardenismo, porém, com o tempo, o partido se acomodou às estruturas neoliberais vigentes no México, tornando-se, em muitos casos, indistinguível do PRI e do PAN.

AMLO, presidente do PRD entre 1996 e 1999, Chefe de Governo do Distrito Federal por esse partido de 2000 a 2005 e candidato a Presidente do México pela mesma agremiação, em 2006, era uma das suas principais lideranças. Em 2012, ele se transferiu para o recém-fundado MORENA (Movimiento de Regeneración Nacional), quando se tornou o presidente do seu Conselho Nacional. Este partido, nascido como movimento social em 2010-2011 e formalizado como partido político em 2012, abrangia desde nacionalistas populares até social-democratas, desde a "velha esquerda" cardenista até a "nova esquerda" pós-materialista, formando, assim, uma espécie de "frente ampla" progressista.[24]

A vitória eleitoral de AMLO em 2018, após duas derrotas contestadas – para Felipe Calderón, do PAN, em 2006, e para Enrique Peña Nieto, do PRI, em 2012 – trouxe esperança de renovação política e social. Ele se propôs a não ser um presidente como qualquer outro, mas um transformador da ordem vigente, que respeitaria as regras democráticas, mas as pressionaria, mobilizando coalizões partidárias e sociais, para comportarem mudanças estruturantes que rompessem com o paradigma neoliberal vigente desde a década de 1980.

Na campanha eleitoral de 2018, AMLO prometeu, se eleito, realizar em seu governo "La Cuarta Transformación", visando posicioná-lo, no conjunto da história mexicana, ao lado de processos reformadores consagrados: a Independência, de 1810 a 1821, que rompeu a ligação com o

[24] Consultar surl.li/skcjp . Acesso: 5 de abr 2024.

Império Espanhol (1ª Transformação), a Guerra de Reforma, de 1858 a 1861, que implicou mudanças laicistas e constitucionais (2ª Transformação) e a Revolução de 1910, que pôs fim ao "Porfiriato" (3ª Transformação). São comuns, na retórica obradoriana, a alusão a ícones do passado nacional, como Benito Juárez, líder da "2ª Transformação", Lázaro Cárdenas, que mais acentuou o caráter popular da "3ª Transformação", e López Mateos, presidente de 1958 a 1964, responsável pela nacionalização do setor elétrico.

Já no início do mandato, AMLO iniciou um conjunto de reformas que visavam alterar o modelo econômico e social mexicano, visando alargar as competências e funções regulatórias e planejadoras do Governo Central. Ele tentou aumentar a presença do Estado no setor elétrico, para reverter as privatizações ocorridas desde a década de 1990 e fortalecer o papel da estatal CFE (Comisión Federal de Electricidad). Não logrou muito êxito, porém, nacionalizou as reformas de lítio e concedeu ganho real de 20% ao salário mínimo.[25] Com o fito de transferir aos ministérios as funções das agências reguladoras, enviou projeto de lei visando reformar a administração pública.[26] Também criou o Banco del Bienestar, banco público voltado ao atendimento e bancarização dos setores sociais mais vulneráveis, assim como iniciou grandes projetos industriais e de infraestrutura, como o Trem Maya, na Península de Yucatán, uma das regiões mais pobres do país, a Refinaria Dos Bocas, a cargo da petroleira estatal Pemex, que retomou seu portfólio de investimentos após décadas de sucateamento, e o Aeroporto Internacional General Felipe Ángeles, a 50 km da capital e o terceiro maior do país.

Outro aspecto é a relação conflituosa de AMLO com a maior parte do grande empresariado nacional e estrangeiro. Ele costuma acusar os capitalistas de "máfia do poder", "saqueadores" e "minoria rapace". Mas ele vai além das palavras, ao buscar reverter privatizações, como no setor elétrico, ou endurecendo as regras de concessão, como no caso dos aeroportos.[27]

A boa relação com o magnata mexicano Carlos Slim, com quem mantém vínculos amistosos desde os tempos de governador da Cidade do México, indica que ele não possui qualquer veleidade disruptiva. AMLO conduz uma política fiscal e monetária moderadamente ortodoxa e mantém a autonomia do Banco Central. Sua retórica de ruptura com o neoliberalismo não encontra, pois, total correspondência com a realidade, ainda que as políticas públicas e reformas implementadas alterem a correlação de forças favoravelmente a uma futura revisão dos termos monetários e financeiros instituídos nas últimas décadas.

[25] Consultar surl.li/slaif e surl.li/slajc. Acesso: 5 de abr 2024.
[26] Consultar http://surl.li/slalj , surl.li/slalr e surl.li/slalw. Acesso: 5 de abr 2024.
[27] Consultar surl.li/sjsof e surl.li/slant . Acesso: 5 abr 2024

O relativo isolamento entre as altas classes econômicas induziu o governo a redefinir os termos de coalizão vigentes até então, visando diluir a presença do grande capital e da tecnoburocracia corporativos. Nesse sentido, ele busca aproximar-se dos setores populares, estimulando sua participação e representação, e das Forças Armadas.

AMLO vem insistindo em uma reforma eleitoral, visando uma democracia de resultados (México, s/d). Nesse sentido, apresentou ambicioso projeto que tem, no seu cerne, a extinção do INE (Instituto Nacional Electoral) e sua substituição por novo órgão, o INEC (Instituto Nacional de Elecciones y Consultas), mais centralizado, com menos atribuições e mais permeável à ingerência governamental; a instituição de eleições diretas para o TEPJF (Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación); a redução dos assentos na Câmara dos Deputados, de 500 para 300, e do Senado, de 128 para 64; a eliminação de cargos legislativos plurinominais; a redução de conselheiros eleitorais, de 11 para 7; e a redução para 30% da participação eleitoral necessária para tornar vinculatórios os resultados das consultas populares.28

Ao contrário das demais reformas, que contaram com amplo apoio popular e em relação às quais a oposição não conseguiu mobilizar uma narrativa contrária convincente, a reforma eleitoral foi altamente controversa e encontra forte resistência no Legislativo, inclusive na base política governamental. Até agora ela não foi votada, devido às intrincadas negociações para a sua viabilização: sendo uma emenda constitucional, requer composição com a oposição para lograr os votos necessários à sua aprovação no parlamento. O alerta para a alegada inclinação autoritária e populista do governo levou à realização de massivos protestos contrários, liderados pela Frente Cívico Nacional, organizada desde 2023.

Ao mesmo tempo, o governo estreita suas relações com as Forças Armadas. AMLO atribuiu aos militares diversas funções de segurança pública e econômicas, como o controle das principais obras públicas, o Trem Maya, a Refinaria Dos Bocas, o Aeroporto Internacional General Felipe Ángeles e as agências do Banco del Bienestar. Após décadas de isolamento político, as Forças Armadas mexicanas recobram seu protagonismo desenvolvimentista, tornando-se uma das principais bases institucionais de apoio do Governo AMLO.29

Neste cenário contraditório, entende-se a pressa do governo, desde seu início, para acelerar o crescimento econômico e proporcionar melhorias materiais à população mais pobre, sujeito central dos discursos do presidente. As melhorias econômicas e sociais galvanizariam o apoio popular e proporcionariam resultados mais favoráveis ao MORENA e partidos aliados nas eleições locais e

[28] Consultar surl.li/slant Acesso: 5 abr 2024
[29] Consultar surl.li/slaom e surl.li/slrpk . Acesso: 5 abr 2024

legislativas, facilitando a eleição do sucessor de AMLO (lá, o mandato presidencial é de 6 anos, sem direito à reeleição).

Tendo alcançado o continente americano no primeiro trimestre de 2020, com pouco mais de um ano de governo, a pandemia da COVID-19 representou duro golpe para as pretensões de AMLO. Sua resistência em adotar medidas restritivas, como lockdowns, se deveu ao seu receio de não cumprir as metas de estímulo à economia e ao consumo, ainda mais em um país com elevada taxa de informalidade e que seguia refém de um viés monetário ortodoxo. Contudo, a economia mexicana não foi tão afetada. Houve recessão em 2019-2020, mas recuperação em 2021-2023 e o desemprego se manteve baixo.

A irreverência negacionista de AMLO no início da pandemia, contudo, logo foi substituída por uma abordagem mais cautelosa, uma vez que a gravidade da situação se impôs. Diferentemente do Brasil, em que o Presidente Jair Bolsonaro colidiu frontalmente com governadores, prefeitos e juízes quanto à aplicação de medidas restritivas, no México, AMLO ofereceu apoio aos demais governantes, de situação ou oposição, dentro de um pacto nacional pela vida e pela saúde. Tampouco ele obstou a compra de vacinas ou desestimulou a vacinação. Não obstante, ao longo de toda a pandemia, emitiu diversos sinais de inconformidade com as normas sanitárias estabelecidas pelo seu próprio governo. Recusou-se a usar máscaras faciais e convocou a população a exercer sua "liberdade" ao ar livre, além de ter assegurado a facultatividade da vacinação.

Em outras palavras, AMLO interpretou a pandemia como óbice ao seu programa desenvolvimentista e distributivista e tentou encaminhá-lo de todas as formas, mesmo com o risco de prejudicar o desempenho sanitário. As elevadas taxas de aprovação de AMLO, antes, durante e depois da pandemia, demonstram que, de modo geral, a população mexicana o isentou de responsabilidade pelos números relativamente altos de vítimas fatais da COVID-19 no país. O México foi o 5º país do mundo com mais mortes naquela pandemia, em um total de 231 países, após EUA, Brasil, Índia e Rússia.30

O aval de AMLO à candidatura de Claudia Sheinbaum para a candidatura nas eleições presidenciais de 2024 – governadora da Cidade do México pelo MORENA, responsável pela adoção criteriosa de medidas sanitárias convencionais durante a pandemia – indica que o curso errático do Governo Federal na crise sanitária não afetou as relações políticas dentro e fora do seu partido. Ela goza de amplo apoio partidário, representa a continuidade da atual coalizão governista e, até o momento, é a candidata favorita na disputa presidencial, o que expressa a popularidade de AMLO.31

[30] http://surl.li/sjsow Acesso: 6 abr 2024
[31] Consultar surl.li/slsyu . Acesso: 7 abrl 2024.

Na oposição, o PAN e o PRI aliaram-se para lançar uma candidatura unificada, a da senadora e empresária Xóchitl Gálvez, próxima do setor empresarial, relegado ao segundo plano nos últimos anos.

Ainda não está claro como serão as relações de um provável governo Sheinbaum com o empresariado e com os militares, uma vez que, durante sua gestão na capital, ela demonstrou, em relação a AMLO, maior abertura ao diálogo com o grande capital e viés mais progressista em questões ambientais e de gênero, centrais nas diretrizes ESG (Environment, Social and Governance).[32] Entretanto, pela sua filiação partidária e base eleitoral, ela representa o atual governo e dele herdará tanto a aprovação quanto a rejeição. Por outro lado, a candidatura de oposição representa o interesse de reabilitar os setores empresariais e tecnoburocráticos politicamente atenuados durante o governo AMLO.

Por fim, cabe avaliar a hipótese formulado sobre o México. Considero que, apesar do mal desempenho na pandemia, sua política econômica e social antineoliberal teve impactos populares positivos no crescimento e na redistribuição e que as evidências não permitem dizer que houve regressão democrática naquele país, cujas tendências autoritárias são endógenas ao sistema político, dificultando a consolidação da democracia. A gestão de AMLO acirrou o debate entre situação e oposição, não houve retrocesso nas liberdades políticas, o governo teve vitórias e derrotas no Legislativo e procurou ampliar a democracia direta.[33] Ao nível da opinião pública, tem havido crescimento do apoio ao autoritarismo, mas isso não se expressa nas instituições políticas. Por outro lado, AMLO procura se colocar como um líder forte contra a corrupção e a insegurança dos cidadãos. A opinião pública internacional e a oposição interna batem na tecla de que AMLO implementa um populismo antidemocrático, porém não encontrei evidências de desdemocratização neste país.

Enquanto no Brasil a crise internacional da COVID-10 ensejou a reversão da autocratização, no México, ela fortaleceu o projeto político do MORENA, cuja implementação tem alterado o perfil decisório das políticas públicas e a composição das coalizões governista e oposicionista, visando, em alguma medida, se contrapor ao ideário neoliberal, mas sem mudar promover desdemocratização.

[32] Consultar surl.li/sjtit Acesso: 6 abr 2024
[33] Consultar surl.li/sltkt . Acesso 8 abr 2024.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel A. (1980). "The Intellectual History of the Civic Culture Concept." In *The Civic Culture Revisited*, ed. Gabriel A. Almond and Sidney Verba. Boston: Little, Brown.

ANJOS, Anna Beatriz et al. (2022) "Violência eleitoral: noite da votação teve pico de assassinatos". Agência Pública, 3 de novembro. Acesso: 4 mar 2024. Disponível em https://apublica.org/2022/11/violencia-eleitoral-noite-da-votacao-teve-pico-de-assassinatos/

AVRITZER L. (2018) "O Pêndulo da Democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018". Novos Estudos CEBRAP, 37(2):273–89. Disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300201800020006

AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (2023) *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, ePub

BERGER, Helge; SPOERER, Mark (2001). "Economic Crises and the European Revolutions of 1848". The Journal of Economic History, Vol. 61, No. 2, pp. 293-326, Cambridge University Press.

BRITO, A. S.; MENDES, C. H.; SALES, F. R.; AMARAL, M.C.S.; BARRETO, M.S. (2022). São Paulo. O caminho da autocracia - Estratégias atuais de erosão democrática. Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT). Disponível em: https://laut.org.br/o-caminho-da-autocracia/ . Acesso: 23 mar 2023.

CARDOSO, Adalberto (2020). *À beira do abismo. Uma sociologia política do bolsonarismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Amazon.

COLLIER, David. (2011) "Understanding Process Tracing". *PS: Political Science & Politics*, Volume 44, Issue 4, October 2011, pp. 823 - 830 DOI: https://doi.org/10.1017/S1049096511001429

COTA, Isabella. (2024) "El sesgo de los grandes empresarios a favor de Claudia Sheinbaum". El País, 9 nov 2023. Acesso: 5 de abril de 2024

DAHL, Robert A. 1971. *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.

DJUVE, Vilde Lunnan; KNUTSEN, Carl Henrik (2023) "Economic crisis and regime transitions from within". Journal of Peace Research

FRIEDEN, Jeffry A.; LAKE, David A.; NICHOLSON, Michael; RANGANATH, Aditya (2017). "Economic Crisis and Political Change in the United States, 1900 to the Present". Working Paper. Disponível em https://scholar.harvard.edu/jfrieden/pages/working-papers-1 .

GOPINATH, Gita (2020). "The Great Lockdown: Worst Economic Downturn Since the Great Depression". Disponível em: https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2020/04/14/blog-weo-the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression. Acesso: 14 fev 2024.

HAMNETT, Brian R. (2016). *História Concisa do México*. São Paulo: Edipro.

HUNTINGTON, Samuel P. (1991). *The Third Wave*: Democratization in the Late Twentieth Century. Norman, University of Oklahoma Press.

IANONI, M..(2024) "Três por Quatro: Impactos Políticos das Crises Econômicas Internacionais no Brasil, Estados Unidos e Alemanha". Dados - Revista de Ciências Sociais, 2024. No prelo.

INTERNACIONAL MONETARY FUND. (2020), *World Economic Outlook: The Great Lockdown*. Washington, DC.

LIJPHART, Arend. "Comparative Politics and the Comparative Method". *American Political Science Review*, Volume 65, Issue 3, September 1971, pp. 682 – 693. DOI: https://doi.org/10.2307/1955513

Lijphart, Arend (1977). *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven: Yale University Press.

México – Gobierno de la República. (s/d). *Reforma Política Electoral*. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/3080/EXPLICACION_AMPLIADA_REFORMA_POLITICA_ELECTORAL.pdf .

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Monitor: policies for the recovery. Washington: FMI. (2020). Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/09/30/ october-2020-fiscal-monitor. Acesso: 14 mar 2024.

NICOLAU, Jairo. (2020) *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018.* São Paulo: Zahar.

PAULA, Luiz Fernando de; VAZ, Camila; MACHADO, Pedro Lange Netto. A economia política da pandemia de Covid-19: o Brasil na encruzilhada entre o "velho normal" e as novas tendências internacionais. (2023) In FONTAINHA, F., and MILANI, C. R. S., eds. *Coletânea Covid-19 e agendas de pesquisa nas ciências sociais* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, ISBN: 978-85-7511-606-7. https://doi.org/10.7476/9788575116067.

PERISSINOTTO, Renato; NUNES, Wellington. (2023) *Introdução aos Métodos Qualitativos: Comparação Histórica, QCA e Process Tracing*. São Paulo: Edusp.

RENNÓ L., AVRITZER L., CARVALHO P.D. de. Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. Rev Bras Ciênc Polít [Internet]. 2021;(36):e247120. Available from: https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.247120

RENTERIA, Cesar; Arellano-Gault, David. (2020) "How does a populist government interpret and face a health crisis? Evidence from the Mexican populist response to COVID-19". *Brazilian Journal of Public Administration*, Rio de Janeiro 55(1): 180-196, Jan. - Feb..

STOTT, Michael; MURRAY, Christine. (2023) López Obrador militariza economia do México e converte Exército em aliado. Financial Times, publicado em Valor, 16 ago 2023. https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/08/16/lopez-obrador-militariza-economia-do-mexico-e-converte-exercito-em-aliado.ghtml Acesso: 5 abr 2024.

Sott MK, Bender MS, da Silva Baum K. (2022) Covid-19 Outbreak in Brazil: Health, Social, Political, and Economic Implications. *International Journal of Health Services*. 52(4):442-454. doi:10.1177/00207314221122658

TILLY, Charles (2003). "Regimes and Contention". The Handbook of Political Sociology States, Civil Societies, and Globalization, pp. 423 – 440. Cambridge University Press, DOI: https://doi.org/10.1017/CBO9780511818059.023.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

DAS JORNADAS DE JUNHO/2013 À ELEIÇÃO DA "FRENTE AMPLA" /2022: A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E AS TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

PAULO ROBERTO DE SENA JÚNIOR (UFPA)[1]
JEAN FRANÇOIS YVES DELUCHEY (UFPA)[2]

Resumo: Esta pesquisa analisa as táticas e estratégias da esquerda e seus partidos políticos na arena democrática brasileira entre as "Jornadas de Junho" /2013 e as Eleições gerais em Outubro/2022. É desafiador escrever sobre as categorias Democracia e Partidos Políticos de esquerda nos âmbitos marxiano e marxistas, na atualidade, em virtude do processo de erosão dos direitos e liberdades democráticas em curso no mundo, especificamente no Brasil. Por diversas vezes e em países muito distintos, esse processo tem colocado em xeque não apenas as instituições democráticas existentes e a ideia de Democracia, mas afeta também os partidos de programas e tradição de esquerda, na capacidade de endereçar os problemas do mundo contemporâneo, e propor novas alternativas ao status quo. Nesse trabalho delinearemos sobre as características fundamentais da Democracia Liberal e os elementos que constituem sua crise de legitimidade no mundo contemporâneo e no Brasil, além de explicitar as táticas e estratégias dos Partidos Políticos de Esquerda no país, tomando como marco temporal o período das Jornadas de Junho/2013 à 3ª vitória de Luís Inácio Lula da Silva e a "Frente Ampla" encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao executivo brasileiro em 2022. O referencial teórico metodológico que será utilizado nessa pesquisa se baseia na teoria marxiana de compreensão da realidade, tendo como parâmetro a divisão da sociedade em classes sociais em conflito e esmiuçando as categorias Democracia e Partidos Políticos de Esquerda, além de auxiliar na contextualização histórica das transformações políticas que ocorreram no período de Junho/2013 à Dezembro/2022.

Palavras-chaves: Democracia; Partidos Políticos de Esquerda; Táticas; Estratégias.

INTRODUÇÃO

É desafiador escrever sobre o papel dos partidos de esquerda e a esperança, que trazem (ou traziam), de que a mazelas estruturais da sociedade capitalista se "desmanchariam no ar". O desafio já existia em outros momentos históricos, dada a amplitude das categorias *Democracia, Partidos Políticos de esquerda, táticas e estratégias* nos âmbitos marxiano e marxistas. Tal desafio se faz, todavia, ainda mais acentuado na atualidade, em virtude do processo de erosão dos direitos e liberdades democráticas em curso no mundo, especificamente no Brasil. Por diversas vezes e em países muito distintos, esse

[1] Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado/Licenciatura), com área de concentração em Ciência Política – (UFPA/IFCH), Mestre em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política-UFPA (PPGCP/UFPA) e Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UFPA (PPGSS/UFPA). E-mail: **paulosena_1986@yahoo.com.br**

[2] Doutor em Ciência Política / Políticas Públicas pela Univ. da Sorbonne Nouvelle (Paris 3). Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA), docente da Faculdade de Serviço Social (FASS/ICSA), do PPG em Direito (PPGD-ICJ), e do PPG em Serviço Social (PPGSS-ICSA). Pós-Doutor em Filosofia e Sociologia pela Université Paris-Nanterre (Sophiapol), e em Direito pela PUC-Rio. Co-líder do grupo de pesquisa CNPq CESIP-MARGEAR (Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia). Pesquisador-membro do GENA (Grupo internacional de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas; Sophiapol, Univ. Paris Nanterre), e tem experiência de pesquisa com o IPEA (Brasília), a fundação Gerda Henkel Stiftung (Dusseldorf/Alemanha) e o LE STUDIUM Loire Valley Institute for Advanced Studies (Tours/França). E-mail: **jfdeluchey@gmail.com**

processo tem colocado em xeque não apenas as instituições democráticas existentes e a ideia de Democracia, mas afeta também os partidos de programas e tradição de esquerda, na capacidade de endereçar os problemas do mundo contemporâneo, e propor novas alternativas ao *status quo*.

A escolha da investigação desta temática se faz necessária para que se vislumbre as possibilidades e as ações políticas da classe que vive do trabalho, pois uma estratégia revolucionária não pode prescindir do conhecimento da engenharia democrática e de sua forma política e organizativa, considerando que é necessário uma organização que se crie as condições para o desenvolvimento de uma proposta, programa ou alternativa de projeto ao capitalismo. E para essa árdua tarefa, é necessário tempo, pesquisa, conhecimento da totalidade e da particularidade, e ter em mente que esta este trabalho de pesquisa só terá seu sentido acadêmico e político, se for enriquecido com a pratica social, das opiniões e sugestões dos atores sociais, pois uma sociedade alternativa ao capital deve ser construído democratizando o debate e as demandas com o proletariado, e não ser decretado de cima para baixo.

Nesse sentido, este artigo terá a insígnia de analisar os limites e possibilidades da esquerda e seus partidos na arena democrática brasileira entre Junho/2013 e Dezembro/2022, entre estar na oposição e administrar o executivo federal. Verificar os zig-zags das organizações de esquerda e as mudanças de percurso nos seus programas e ações políticas, nos auxiliará a entender a essência e a aparência de fenômenos, em meio ao avanço político quanti-qualitativo da extrema direita e do conservadorismo; a ascensão de um político carreirista, sem expressão parlamentar, que passa a ser o autêntico "representante das classes populares" a partir de soluções simplistas, reducionistas e negacionistas, explorando nuances crescente de sentimento antipetista e antiesquerda; a deterioração das relações institucionais entre os 3 (três) poderes da República, entre outros. Sentimento este que foi fortemente funcionalizado diante da conjuntura de crise econômica e de seus efeitos sociais.

A "TORMENTA" QUE ABALA A DEMOCRACIA LIBERAL BRASILEIRA E OS PARTIDOS DE ESQUERDA NO "OLHO DO FURACÃO": DAS JORNADAS DE JUNHO/2013 ÀO *IMPEACHMEN*T DE DILMA ROUSSEF (PT)/2016

Refletir sobre a democracia contemporânea como se ela fosse inerte as violações a que tem sido submetidas denuncia de pronto a insuficiência da análise. Ela ostenta uma quantidade de interrupções e impedimentos que carregam uma cicatriz profunda no rearranjo político do país, afetando principalmente as organizações de esquerda e os movimentos sociais. Os últimos quase 15 anos foram efervescentes, do ponto de vista da instabilidade econômica, política, social e institucional, assim como as respostas das organizações do espectro da esquerda, a partir de suas táticas, estratégias e agendas no contexto da luta de classes.

Dilma Rousseff (PT), embarcando na alta popularidade dos mandatados de Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), foi eleita para um terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores, em meio as consequências da crise internacional de 2007-2008, a chamada "bolha imobiliária Norte-Americana". Segundo Santos (2019), o contexto de soma de expansão da riqueza (período em todos os grupos sociais são beneficiados, ainda que alguns mais que os outros) estava em transição para um cenário de soma-estagnada (tendência de congelamento do perfil social de distribuição de riqueza) e de soma negativa (alguns grupos sociais reduziriam o ritmo de apropriação da renda gerada).

Coggiola (2019) chama a atenção para os índices da crise econômica no Brasil e o aguçamento da luta de classes no período pré-Jornadas de Junho/2013, vindoura de uma junção entre contingenciamento no orçamento para áreas estratégicas, queda dos índices econômicos e manutenção da "cartilha" sobre a vigência do pagamento da Dívida Pública. O PIB (Produto Interno Bruto) reduziu de 4,5% em 2011, para 1% em 2012, principalmente devido a queda no setor de serviços, em particular da intermediação financeira, como consequência da redução das taxas de juros. O saldo comercial nesse mesmo período reduziu de U$$ 31,3 bilhões em novembro de 2011, para U$$ 23,9 bilhões em junho de 2012. "*O governo federal destinou dois terços dos recursos gastos em 2013 para pagamento de juros e amortizações da dívida: estavam previstos R$ 900 bilhões para a dívida pública, 20% a mais do que os R$ 753 bilhões gastos no ano precedente*". (*IBIDEM*: 149).

Osvaldo Coggiola analisou também, as consequências da crise econômica para o mundo do trabalho e sua organização sindical e política. Entre 2012 e 2013, a quantidade de greves no Brasil atingiu um novo patamar, comparável ao final dos anos 1970 e início de 1980, segundo apontou o DIEESE. A greve do funcionalismo Federal em 2012 (encabeçada pelos sindicatos ANDES, FASUBRA e SINASEFE), que paralisou 58 das 59 universidades, promoveu massivas passeatas e jornadas de lutas em Brasília. Os auditores fiscais paralisaram por um reajuste salarial de 30%. Greves chegaram a paralisar o polo industrial de Manaus e o trabalho de servidores da Polícia Federal. Destaque também para o setor privado, onde os trabalhadores reagiram com paralisações e greves em setores de metalúrgicos (trabalhadores da General Motors no ABC Paulista e em São José dos Campos – SP), e na Eletrobrás (FURNAS, CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e outras dez empresas), contestando os efeitos da Reforma Trabalhista "fatiada", que já previa a "demissão voluntária" e a inserção do "banco de horas"[3].

Os indicadores macro e microeconômicos estavam se deteriorando, assim como a popularidade de Dilma Rousseff, e deu mostras das entranhas do Regime democrático brasileiro, em

[3] *IBIDEM: 149-159.*

suas nuances sociais e políticas. A crise social foi explicitada a partir das mobilizações contra o aumento da tarifa dos transportes em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 2013, e agregou posteriormente, reivindicações relacionadas aos serviços de saúde e educação, além de bandeiras anticorrupção e a denúncia da "farra" da gastança do dinheiro público para a preparação da Copa do Mundo de 2014 e da violenta ação policial contra as manifestações. Essas demandas da agenda social básica brasileira, juntamente com o aprofundamento das mobilizações, desferiram o início da maior crise política que a Nova República perpassa, ainda sem conclusão, e que afetou diretamente o funcionamento das instituições democráticas, ora com ênfase nas esferas representativas (Executivo e Legislativo), ora nas esferas não representativas (Judiciário e Forças Armadas). (BIONDI, 2021).

Nesse sentido, várias eram as organizações que tentavam hegemonizar as pautas das manifestações. Buzetto (2013) e Calil (2013) identificaram as organizações no espectro da esquerda, que estavam presentes desde o início: o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Além destes também foi possível encontrar membros de tendências que atuam dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), o Polo Comunista Luís Carlos Prestes e a Consulta Popular. No entanto, com a nacionalização das passeatas, o surgimento e avanço de bandeiras claramente de direita, "contra o PT", "contra o comunismo", defesa sumária da volta da ditadura militar, o rechaço a "bandeira vermelha" nos protestos e a sistemática criminalização dos movimentos sociais por parte da grande mídia, acuaram a esquerda em sua atuação, e ao arrefecer os protestos já em fins de junho, essas organizações não conseguiram lograr uma polarização com a ascendente direita "parida" das jornadas.

Entretanto, a tentativa de demonstrar força e organização foi tardia. No mês seguinte, em 11 de julho, houve uma convocação chamada de "Dia nacional de mobilização", e foi controversa, pois envolveu Centrais sindicais de oposição ao Governo Federal (*CSP-Conlutas* e *Intersindica*l), e Centrais governistas atreladas ao projeto petista (Central Única dos Trabalhadores – *CUT*; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - *CTB*, vinculada ao PCdoB; e pelas centrais sindicais tradicionalmente associadas ao sindicalismo de conciliação de classes (*Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e Central do Sindicatos Brasileiros*). Para Calil (2013), a participação de centrais sindicais governistas foi o *upgrade* para que a grande mídia explorasse e influenciasse a opinião pública, correlacionando o movimento com a defesa do governo petista, além de *stigmas* como a associação à praticas sindicais corruptas e ao clientelismo, acentuando a despolitização e confusão no seio da classe trabalhadora,

além de denúncias sobre a presença de "militantes" que foram pagos para participarem das manifestações.

Ainda em 2014, se avizinhava as eleições gerais, em que a presidenta Dilma Rousseff tentava a reeleição, em um contexto bem desfavorável com relação as outras três eleições anteriores, vencidas por Lula e por ela mesma. A direita avançava rapidamente, com uma rápida ideologização e politização da agenda nacional, usurpando as bandeiras anti-institucionais, antiparlamentares e mesmo antissistêmicas, passando a lhe atribuir um valor ultraconservador. (ANTUNES, 2022).

A esquerda encontrava-se "zonza" ainda, sob efeitos das Jornadas de Junho/2013, e se articulava entre os partidos políticos que atuavam na oposição petista, com pouca inserção parlamentar, mas ainda com enraizamento sindical (urbano e rural), na juventude e em movimentos populares. Chegado a hora do processo eleitoral de 2014, a presidenta Dilma Rousseff buscava a reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), polarizando pela 6ª vez a disputa com a candidatura do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), o mineiro Aécio Neves. A esquerda estava fragmentada, não reeditando a "Frente de Esquerda/PSOL-PSTU-PCB" que alçou a 3ª colocação em 2006, quando a época foi encabeçada por Heloísa Helena (PSOL), que angariou mais de 6,5 milhões de votos, equivalente a 6,85% dos votos válidos. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) lançou a candidatura da ex-deputada federal Luciana Genro à presidência, visto que o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) registrou o metalúrgico José Maria de Almeida; enquanto que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) disputou o pleito com o professor Mauro Iasi; e o Partido da Causa Operária (PCO), que estava representado por Rui Costa Pimenta, mas teve a candidatura indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao longo da campanha, sendo liberada *sub judice* até o fim do pleito.

A candidata do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) fez a sua campanha em eixos como economia, financiamento de campanha, questões de costumes (Legalizações do Aborto e da Descriminalização da Maconha) e a Dívida Pública Brasileira. Em entrevista ao Portal UOL, em conjunto com o programa "Poder e Política", da Folha de São Paulo, em 22 de junho de 2014[4], a ex-deputada enfatizou a importância do financiamento público paritário das campanhas, defendendo o fim de seu financiamento privado e ao não recebimento de doações de empresas multinacionais, bancos e empreiteiras. Além disso, defendeu a Descriminalização do aborto e da maconha, onde o Estado, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) acolha as gestantes, mediante a um programa de acompanhamento e tratamento seguro e gratuito, e que estimule um diálogo aberto e democrático

[4] "**Leia a transcrição da entrevista de Luciana Genro ao Uol e a Folha"**. Ver mais em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/06/24/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-luciana-genro-ao-uol-e-a-folha.htm>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

com a população sobre métodos contraceptivos e planejamento familiar, além da proposta de auditoria da dívida, a exemplo do que ocorreu no Equador. Para Genro, a auditoria é necessária para que se possa destinar os recursos a população, "(...) preservando os interesses de pequenos poupadores, dos trabalhadores que têm seu dinheiro nos fundos de pensão, e buscando uma renegociação a partir dessa auditoria". (*IBIDEM*, 2014).

Seguindo a análise da política eleitoral dos partidos de esquerda nas eleições gerais de 2014, José Maria de Almeida representou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) pela quarta vez, com uma plataforma política que vislumbra a estatização do sistema do sistema financeiro, a suspensão do pagamento da dívida pública, o financiamento público das campanhas eleitorais e o programa da revolução socialista. Ao ser entrevistado pelo portal UOL, através do jornalista Guilherme Balza, em 01 de Agosto de 2014[5], "Zé Maria" afirmou que a moratória da Dívida Pública brasileira e a estatização do sistema financeiro tem o objetivo de inverter prioridades: o de financiar e direcionar políticas públicas para a construção de moradias, escolas, hospitais, a produção de alimentos, obras de infraestrutura e oferecer crédito barato à população. Todo esse arcabouço precisa estar vinculado ao término do que chama de "privilégio das grandes empresas", findando subsídios fiscais das multinacionais, como as montadoras de veículos, com uma política progressiva de "redução da jornada de trabalho, garantiria salário e aposentadoria aos índices dos valores calculados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Ainda segundo o candidato do PSTU, o financiamento público de campanha tem que ser acompanhado pela isonomia dos espaços de debate em campanhas eleitorais. Segundo ele, é inadmissível que uma empresa de televisão como a Rede Globo, que tem uma concessão pública, oferece mais espaços de visualização jornalísticas a 2 ou 3 candidaturas mais bem posicionadas em pesquisas eleitorais. Além disso, mesmo sabendo que tem poucas chances de ganhar a eleição, a sua organização política participa do pleito eleitoral com o intuito de divulgar e debater o programa político socialista.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançou a candidatura à presidência da República, o professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mauro Iasi, que apresentou uma agenda com eixos econômicos, políticos, a questão das agendas identitárias e a debate do programa socialista. Em entrevista ao site "O Viés"[6], as vésperas do 1º turno do pleito, o

[5] Ver mais em **Zé Maria (PSTU) defende salário mínimo a políticos e estatização de bancos**. Disponível em <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/08/01/ze-maria-pstu-defende-salario-minimo-a-politicos-e-estatizacao-de-bancos.htm>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

[6] Ver mais em **Entrevista com Mauro Iasi**. Disponível em <<https://www.revistaovies.com/2014/10/02/eleicoes-2014-entrevista-com-mauro-iasi-pcb/>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

candidato do PCB centra suas propostas no que ele denomina de "poder popular", que seria utilizar as ferramentas necessárias na luta de classes para o convencimento político e a mobilização permanente dos segmentos que compõe a classe que vive do trabalho, e que lutam por seus direitos: trabalhadores urbanos e rurais, da juventude, mulheres, negros, homossexuais, índios, entre outros, para om confronto contra a dominação capitalista e em defesa de uma sociedade alternativa, a sociedade socialista.

Ao final da campanha eleitoral, a candidata do Partido dos Trabalhadores, em um 2º turno acirradíssimo contra Aécio Neves (PSDB), foi reeleita para um segundo mandato, com uma diferença de um pouco mais de 3,5 milhões de votos (51,64% x 48,36%). As candidaturas menores, da esquerda, quantitativamente, angariaram quase 2 milhões de votos, com destaque para Luciana Genro (PSOL), que obteve 1,6 milhões de votos (1,55% dos votos válidos/4ª colocação). José Maria de Almeida (PSTU), foi o 8º colocado, obtendo 91.209 votos (0.09% dos votos válidos); Mauro Iasi (PCB), que finalizou o pleito na 10ª colocação, com 47.845 votos (0,05% dos votos válidos); e Rui Costa Pimenta (PCO), que mesmo com quase a totalidade da campanha eleitoral em viés de impugnação da chapa, obteve 12.324 (0,01% dos votos válidos).

Dilma Rousseff (PT) começa o seu governo, em 2015, sob o prisma da desconfiança em um ambiente polarizado, tanto da classe política que garante a governabilidade parlamentar, quanto dos movimentos sociais, que ainda reverberam a agenda das Jornadas de Junho/2013. Brás (2017), analisa o início do 4º mandato petista como uma "era já em crise", efeitos estes construídos conscientemente pela classe dominante, que perpassavam desde problemas na coalizão no Congresso Nacional, e sofrendo a sangria das investigações da Polícia Federal na "Operação Lava-Jato", os reveses no Supremo Tribunal Federal (STF) e a cristalização ideológica da mídia burguesa.

Com a crise econômica a passos largos, a governabilidade da coalizão cada vez mais fragilizada, o avanço das investigações da Operação Lava-Jato atingindo o "núcleo-duro" do Governo, a insatisfação era quase generalizada aos arredores de Brasília, que a possibilidade de abortar o mandato de Dilma Rousseff era real. Até que em 2 de dezembro de 2015, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB), acatou um pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, para abertura de um processo de crime de responsabilidade da presidência da República. Era o caminho para o *Impeachment*. Sua justificação: crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso[7]. Foram 273 dias de um percurso institucional, que se

[7] "A acusação argumentou que os decretos autorizaram suplementação do orçamento em mais de R$ 95 bilhões e contribuíram para o descumprimento da meta fiscal de 2015. Disseram que o governo sabia da irregularidade porque já havia pedido revisão da meta quando editou os decretos e que o Legislativo não tinha sido consultado, como deveria ter

encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma Rousseff.

O processo de impedimento do mandato petista que pôs fim a 13 anos seguidos de administração da máquina federal, foi contexto de debates, elaborações políticas e diferentes perspectivas de analises, conjunturas e ações no campo da esquerda. A tese de que houve um "Golpe" se tornou quase que unanimidade entre partidos, movimentos sociais, intelectuais e na academia. Lowy (2016) analisa o processo de *Impeachment* como "Golpe Parlamentar e/ou Institucional", e até mesmo um "*Golpe de Estado*", que trazia em si um movimento de reorganização da classe política para garantir a sua autossalvação, mediante a repercussão das investigações, acusações e julgamentos dos atos de corrupção, que tinham em alvos principais o PT e seus aliados, e citam determinantes econômicos, políticos e sobredeterminações jurídica para tal definição.

Michael Lowy avalia o impedimento da presidenta Dilma Rousseff como um movimento das classes dominantes e do capital financeiro na América Latina, pois o mesmo método foi utilizado em deposições presidenciais em Honduras e no Paraguai. O autor denomina esse processo no Brasil como um Golpe de Estado pseudolegal, "constitucional", "institucional" e parlamentar, articulada por uma aliança de partidos de direita a partir da bancada de parlamentares chamada de "BBB": da "Bala" (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e à milícias privadas), do "Boi" (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da "Bíblia" (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos. Era um movimento, segundo o autor, da classe política fisiológica, puxado por deputados e senadores que estavam envolvidos em casos de corrupção, e como forma de "desviar" as atenções das investigações que estavam sofrendo pela Polícia Federal e o Ministério Público, atribuíram as irregularidades contábeis ("pedaladas fiscais") para cobrir déficits nas contas públicas à presidenta, que já estava com sua popularidade em frangalhos desde o período pré-*impeachment*. Dilma Rousseff perdeu o cargo, mas manteve seus direitos políticos, enquanto que a direção da celeuma "golpista", o deputado federal Eduardo Cunha (MDB – RJ), foi obrigado a renunciar, investigado e preso por corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal, etc.

Nesse sentido, quase todos os partidos políticos, organizações de esquerda e movimentos sociais realinharam as ações políticas em torno de, inicialmente, defender o mandato petista, e posteriormente, na tentativa de desgaste e derrubada do novo "Governo Temer (2016-2018)". PT, PC do

sido feito antes da nova meta ser aprovada. Em relação às pedaladas, a acusação disse que não foram apenas atrasos operacionais porque o débito do Tesouro com os bancos públicos se acumulou por longo tempo e chegou a valores muito altos. Segundo os juristas, o acúmulo dos débitos serviu para fabricar superávit fiscal que não existia e para criar uma situação positiva das contas públicas que não era verdadeira. O objetivo das "pedaladas", como afirmaram, teria sido, portanto, esconder a real situação fiscal do país". Ver mais em **"Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil"**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso 25 Jan. 2024

B, PCB, PCO, a direção majoritária do PSOL, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Intersindical, Central do Trabalhador e Trabalhadora Brasileira (CTB), União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO), intelectuais, artistas, entre outros, fundaram a "Frente Povo sem Medo", norteando-se por três eixos: "(...) Enfrentamento às políticas de austeridade, enfrentamento ao conservadorismo e saídas para a crise com reformas populares e taxação dos ricos"[8].

Em contrapartida, intelectuais, artistas, alguns movimentos sociais e Partidos Políticos, como o PSTU e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST – UIT)9, advogam que o *Impeachment* de Dilma Rousseff é parte do funcionamento da Democracia de classes da burguesia e seus agentes políticos, e expressa de forma distorcida a luta de classes, e não representa e não reflete a agenda da classe que vive do trabalho.

Biondi (2021) reconhece o forte elo entre a consumação do impedimento da presidenta petista e o impacto da Operação Lava-Jato. No palavratório lavajatista, o fim dos governos do PT era um evento de "libertação nacional", o "fim do julgo do partido que seria o maior corrupto da vida política brasileira". No entanto, contesta as conclusões de *Michael Lowy*, de que houve um "Golpe", seja lá de qual tipo ele transparece ("Institucional", "Parlamentar", "de Estado", etc), que tenha vilipendiado a democracia liberal e o Estado Democrático de Direito. A interrupção do mandato petista, em 2016, deve ser tratado como um determinante final da dinâmica e contradições da luta de classes, e não o ponto de partida para defesa de dogmas como "houve rupturas institucionais", ou então "um golpe na presidenta eleita democraticamente".

O golpismo, segue *Pablo Biondi*, é um termo aberto a adjetivações, mas o método marxista de análise do Estado e da democracia burguesa prescinde de uma análise do real, dos cenários econômicos, políticos e sociais, e não centralmente a imputação jurídica dos governante. A tese de Lowy, de que o *impeachment* era uma "aberração jurídica", simplesmente por ser um ritual de corruptos julgando casos de corrupção, e por não ter precedente por que "pedaladas fiscais" sempre

[8] Ver mais em "**Frente Povo Sem Medo engrossa luta contra o retrocesso".** Disponível em <<https://www.cut.org.br/noticias/frente-povo-sem-medo-engrossa-luta-contra-o-retrocesso-8b8f>>. Acesso 27 de Jan. 2024.

[9] A **Corrente Socialista dos Trabalhadores – Unidade Internacional dos Trabalhadores (CST – UIT)** foi uma das tendências fundadoras do *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL), em 2004, e após polêmicas e desacordos com a direção majoritária deste partido, rompem com a organização, devido a participação orgânica como base parlamentar no Governo Lula 3 (2022 – 2025), com a composição em ministérios e cargos de 1º e 2º escalões, e a consequente perda de sua independência política e de classe. "*Neste cenário estrutural – integração ao governo central, órgão da dominação de classe da burguesia – não há mais uma real luta interna. O PSOL selou, de forma irreversível, seu destino ao ingressar e apoiar o governo capitalista de Lula/Alckmin. Cristaliza-se na institucionalização, sem eixo na luta de classes, como partido dos gabinetes e assessorias. O PSOL está amarrado à lógica parlamentar, ao peso do monumental e milionário fundo partidário e a cabos eleitorais pagos. Nós sabemos que o atual PSOL seguirá elegendo mandatos, mas jamais voltará a cumprir o papel que cumpriu em sua fundação como uma ferramenta da esquerda independente*". (**Por quê a CST rompe com o PSOL?** *In* <<https://www.cstuit.com/home/2023/06/05/por-que-a-cst-rompe-com-o-psol/>>). Acesso 28 Jan. 2024.

foram atos de governos passados, não passa de um proselitismo ético, como se houvesse julgamento de um governo burguês "honesto", por um "bando de desonestos". A compreensão da conjuntura da luta de classes não abarca a totalidade e nem suas particulares apenas pelo viés de pareceres jurídicos, e nem espera que os agente políticos se comportem como cidadãos movidos pela obediência à estrita legalidade da democracia liberal. Essa interpretação, inclusive, foi tomado como cartilha pela grande maioria dos partidos de esquerda, que tomaram lado de "um campo progressista" na luta de classes, com a vestimenta de que o polo petista da burguesia e do capital era o posicionamento sensato do proletariado. O mesmo fervor que tinham em "defender a democracia", se arrefeceu na hora de denunciar a carestia provocada pelo "jeito petista de governar", de aliança com a fração burguesa do capital nacional, e o caráter reacionário do sistema eleitoral e do poder judiciário.

O *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)* e a *Corrente Socialista dos Trabalhadores – Unidade Internacional dos Trabalhadores (CST – UIT)*[10] estiveram fora do "raio de influência" da maioria dos partidos de esquerda, que atribuíram o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) à uma "ação golpista". Consideram que, assim como *Pablo Biondi*, os determinantes econômicos, políticos e sociais são as ferramentas do método marxista para análise de conjuntura, da correlação de forças entre as classes sociais e a política para a concretude do momento. Fatos como o aumento do número de greves desde 2013, contra a austeridade econômica imposta a vários setores da economia, a crise política desencadeada pelas investigações e prisões da Operação Lava-Jato, o fim das mínimas concessões mantidas pelos governos Lula e por Dilma no início de seu primeiro mandato, num contexto de crescimento econômico, a queda das taxas de lucro do agronegócio com a crise das *comodities*, a inflação galopante, a queda na criação dos empregos, o avanço das demissões e das taxas de desemprego, minaram a base social do governo, sem contar o "abandono" de uma fração de classe que apoiou o governo petista, deveriam expressar uma alternativa independente do proletariado, tanto do Governo quanto da oposição burguesa.

A PRISÃO DE LULA (PT) E O ASCENSO DO BOLSONARISMO: NO JOGO DE XADREZ, A EXTREMA-DIREITA DEU "XEQUE-MATE"

Em 2018, já no último ano do Governo de Michel Temer (MDB), houveram drásticas mudanças no tabuleiro do jogo democrático, em vistas as eleições que ocorreriam em outubro do corrente ano. Num cenário em que a gestão emedebista, tendo já reposicionado os interesses do capital financeiro e a hegemonia da burguesia ultraneoliberal no país, aplicando os planos de

[10] Ainda como tendência interna do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

austeridade fiscal e social, para recompor as taxas de lucro e manter o superávit primário para ampliar o pagamento das dívidas externas e interna, foi impactado por um fato que iria nortear o pleito eleitoral que se avizinhava: a prisão do ex-presidente e virtual candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva (PT).

Em 07 de abril de 2018, Lula se entrega à Polícia Federal, depois de um grande ato político que lançava, desde já, a campanha "Lula Livre", no entorno de seu berço político, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – SP. A sentença condenatória foi definida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), de 12 anos e 1 mês de prisão, com início em regime fechado, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. (...) Lula é acusado de receber o tríplex no litoral de SP como propina dissimulada da construtora OAS para favorecer a empresa em contratos com a Petrobras"[11].

Sem entrar no mérito do conteúdo jurídico da decisão, o intuito será analisar o impacto deste fato político para os partidos de esquerda no pleito eleitoral de 2018, e quais as táticas utilizadas por eles a partir da retirada do ex-presidente do tabuleiro de xadrez da política no Brasil.

Em uma nota pública unificada e assinada por PT, PDT, PC do B e PSOL, os partidos afirmam que o ex-presidente petista foi vítima de perseguição política, e "(...) representa agressão à democracia brasileira e aos tratados internacionais de direitos humanos, os quais consagram, como fundamentos dos regimes democráticos, os princípios da soberania popular, da presunção da inocência e do devido processo legal"[12]. Ainda segundo o comunicado, mesmo que o poder judiciário tenha faltado com o rito processual do Estado Democrático de Direito, há uma demonstração de clara confiança nas instituições da democracia burguesa em reverter o caso, pois a resposta para a injusta cassação (segundo afirma a nota), do até então "líder nas pesquisas de intenção de votos", é se ater e respeitar a democracia.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançou uma nota em seu *website*[13] e foi na mesma linha retórica do PT, PC do B, PSOL e PDT. Inicia repudiando a prisão do ex-presidente Lula, e acusou o poder judiciário de fazer um julgamento cheio de vícios, com manipulações e seletividade durante todo o processo, que teve o aval ideológico e proeminente dos grandes meios de comunicação, principalmente da Rede Globo, com o objetivo de retirá-lo da disputa eleitoral.

[11] Ver mais em "**Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro**", disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>>. Acesso 30 Jan. 2024.

[12] Ver mais em "**Partidos de esquerda divulgam nota de repúdio à prisão de Lula**". Disponível em <<https://pt.org.br/partidos-de-esquerda-divulgam-nota-de-repudio-a-prisao-de-lula/>>. Acesso em 30 Jan. 2024.

[13] Ver mais em "**PCB repudia a prisão do ex-presidente LULA**". Disponível em <<https://pcb.org.br/portal2/19284>>. Acesso 01 Fev. 2024.

Ainda segundo a nota, essa seletividade fica demonstrada "(..) pelo fato de que os principais corruptos, tanto no Executivo quanto no Legislativo, mesmo com vastas provas, continuam soltos e gozando de liberdade[14]". O texto termina com o PCB chamando uma unidade de todas as forças democráticas, progressistas e revolucionárias, e resistirem contra o esvaziamento das liberdades democráticas, "(...) participar ativamente do enfrentamento, em conjunto com as organizações e movimentos populares, à escalada fascistizante, ao avanço do conservadorismo e aos ataques contra a classe trabalhadora"[15].

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) lançou uma nota em seu *website*[16], e ressaltou o caráter da prisão de Lula, seu significado político e as consequências da ação do poder judiciário com relação a classe que vive do trabalho. Inicialmente, o informe afirma que a condenação do ex-presidente apenas em 1 (um) de seus 9 (nove) indiciamentos em andamento, é parte de sua escolha e do PT em sua estratégia de dirigir o Estado burguês brasileiro, e ao fazer coalisões com políticos (Sarney, Barbalho, Calheiros, Temer, Maluf, Collor, entre outros), que nada tem a ver com os trabalhadores e as classes populares do país, e se afundou em suas mesmas arapucas da corrupção.

Diferentemente da nota divulgada pelo próprio PT, PSOL, PC do B, PDT e PCB, não se trata de um aprofundamento do chamado "golpe", ou de "um ataque a democracia", ou uma "afronta ao Estado de Direito" ou "a justiça que está sendo seletiva", e que culminou com o impedimento de Dilma Rousseff (PT) e agora a prisão do dirigente petista. A Justiça e o seu Estado de Direito são seletivos quando encarceram "(...) 290 mil pessoas presas – na sua ampla maioria negros e pobres – sem que nunca tenham tido direito a qualquer julgamento, nem em segunda nem em primeira instância"[17]. Mas como o poder judiciário é um instrumento de hegemonia da classe dominante, não se vai afundo apenas na prisão de corruptos. É necessário também a prisão dos corruptores, das empresas e políticos financiadores, além da expropriação dos bens acumulados a partir da corrupção, de todos os envolvidos e indiciados. "A Justiça é seletiva sim, mas a saída é exigir a prisão dos demais corruptos, e não a impunidade geral"[18].

A nota conclui com uma pergunta e o apontamento a estratégias diferentes dos partidos de esquerda que estão na "órbita do PT": "Democracia e presunção de inocência são só para os políticos e empresários?[19]". E faz observações e questionamentos sobre o poder judiciário, que não deve ter a confiança do proletariado, pois como um poder instituído das classes dominantes burguesas, num

[14] *Idem* 13.
[15] *Ibidem* 14.
[16] Ver mais em **"NOTA DO PSTU: STF nega habeas corpus e prisão de Lula é decretada"**. Disponível em << https://www.pstu.org.br/stf-nega-habeas-corpus-e-prisao-de-lula-e-decretada/>>. Acesso em 30 Jan. 2024.
[17] *Idem* 16.
[18] *Ibidem* 17.
[19] *Ibid* 18.

país de salários miseráveis e com juízes ganhando 40, 50 vezes mais que um trabalhador comum, e que deixa livre e impunemente figuras como Jair Bolsonaro, que explicitamente louva os 21 anos de Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e é a favor da retirada das liberdades democráticas, deve "acobertar" toda forma de exploração e opressão sempre com uma justificativa do Direito e/ou normativa. E, quem pode construir um outro judiciário, "(...) para acabar com toda impunidade e injustiça, derrotar todo autoritarismo contra o povo trabalhador e, inclusive, defender as liberdades democráticas que possam ser ameaçadas, é a mobilização dos trabalhadores"[20], e o erguimento de uma sociedade socialista.

Os partidos de esquerda que estavam sobre a "rota de influência", do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua principal figura pública, Luís Inácio Lula da Silva, agora no cárcere, encarariam um contexto em que seu principal candidato estaria "fora de combate", situação ratificada na decisão de 01 de setembro de 2018, pelo Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que indeferiu, por maioria de votos (6 a 1), o registro de candidatura do ex-presidente para disputar as eleições à Presidência da República em outubro, que declarou a sua inelegibilidade com base na Lei da Ficha Limpa[21].

Nicolau (2020) verificou que, na esteira da campanha eleitoral, foi se fortalecendo a candidatura de um deputado federal carreirista, que teve sua atividade parlamentar, por duas décadas (1990-2010) discreta, tendo aprovado apenas um projeto de lei, sem presidir uma comissão ou sendo líder de partido ou bancada: Jair Bolsonaro. Se não fossem seus vários discursos espalhafatosos, seria mais um deputado a ser despercebido no cenário nacional. Mesmo sem ser campeão de votos em todos os processos eleitorais (com uma média de 100 mil votos por pleito eleitoral), priorizava a pauta da defesa dos interesses das corporações militares. Mas a partir da legislatura de 2011, Bolsonaro diversifica suas bravatas para abordar temas comportamentais na Câmara dos Deputados e nos meios de comunicação. Agora ele passa a centrar no que chama de

[20] *Ibid* 19.

[21] Em 01 de setembro de 2018, seguindo o voto do relator do Ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o registro da candidatura de Lula foi declarada inelegível, como consequência de questionamentos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por impugnações, notícias de inelegibilidade e ações de impugnação de mandato, num total de 17 processos. As demandas foram apresentadas pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), por candidatos e partidos adversários, entidades e até eleitores. Todas essas contestações continham, essencialmente, o mesmo fundamento: Lula é inelegível em razão da incidência do artigo 1º, inciso I, alínea 'e', itens 1 e 6, da Lei Complementar nº 64/90 (com a redação dada pela Lei Complementar n° 135/2010, a Lei da Ficha Limpa), que dispõe que são inelegíveis aqueles que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público (item 1) e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Ver mais em "**TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República".** Disponível em <<*https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da republica#:~:text=O%20relator%2C%20entretanto%2C%20considerou%20necess%C3%A1rio,todos%20os%20recursos%20se%20esgotassem*>>. Acesso 30 Jan. 2024.

"defesa da família tradicional", que ao seu ver, era constantemente "(...) ameaçada pelo casamento gay, pelo material escolar do governo do PT 'que incentiva as crianças a serem homossexuais' e até pela 'lei menino Bernardo', que pune castigos físicos e maus-tratos contra crianças, a qual para Bolsonaro, tiraria a autonomia dos pais". (*IDEM: 76*). Era uma exposição consciente, tendo em vistas um eleitorado que a cada eleição estava se multiplicando, responsável pela votação que compôs uma bancada no parlamento: os evangélicos e conservadores.

No âmbito histórico e político, 2 (dois) eventos tiveram repercussão nos rumos da disputa. Cronologicamente, o primeiro, é o que o autor chama de "fora da curva", mas aconteceu. O candidato Jair Bolsonaro (PSL) sofreu um atentado em Juiz de Fora – MG, conhecido como "a facada", em 06 de setembro. O candidato passou quase o 1º turno todo convalescendo em um quarto de hospital, para depois seguir em sua casa. Nunca um candidato a presidente haveria sofrido tal ato de tamanha magnitude. E o segundo foi a alteração da composição de uma chapa em plena campanha, por motivos judiciais. Como dito anteriormente, o Partido dos Trabalhadores (PT) inscreveu a Coligação "O Povo Feliz de novo", composto por PT, PC do B e PROS, encabeçada por Lula e o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT). Com o indeferimento do ex-presidente pela Lei da Ficha Limpa, no dia 11 de setembro, 10 dias depois da decisão de "impedimento" traçada pelo TSE, Haddad passa a ser o "cabeça de chapa", sendo a gaúcha Manuela D'Ávila (PC do B) como sua vice.

Retomando o trabalho de Nicolau (2020), o candidato do PT, ao ser oficializado o substituto de Lula, obteve uma ascensão meteórica nas pesquisas de opinião. Ele partir de 5% para a faixa de 20% das preferências, segundo as pesquisas DATAFOLHA e IBOPE, se tornando um dos concorrentes mais fortes de ir para o segundo turno. Essa transferência de votos de Lula empolgou a direção do PT, que criava expectativas de uma virada ainda na 1ª etapa das eleições. Era "quase uma reviravolta", pois com Lula no páreo, o ex-presidente sempre esteve à frente das pesquisas com uma margem de 30 a 35% da preferência dos eleitores. Com a entrada de Haddad no páreo, Jair Bolsonaro passa a frente no decorrer da campanha. Ele começa com uma margem de 20% das intenções, passa a ter mais de 30% na segunda metade de setembro, rompendo a barreira dos 40% ao final do mês. Havia a possibilidade, entre os coordenadores da campanha do PSL da possibilidade de vitória em 1º turno, o que não ocorreu. No "primeiro round" das eleições, Jair Bolsonaro saiu vencedor, tendo 42% dos votos totais (o equivalente a 46% dos votos válidos), enquanto que Haddad teve 27% dos votos totais (29% dos votos válidos).

No primeiro turno do processo eleitoral, os partidos de esquerda analisados até aqui, que se encontravam fora do espaço da máquina estatal (PSOL, PCB e PSTU) e com inserção nos movimentos sociais, sindicais, populares, juventude e do campo, inscreveram candidaturas com diferentes

perspectivas, ainda que fossem coadjuvantes, em um cenário polarizado entre a volta do petismo, na figura de Fernando Haddad (PT), e a alternativa conservadora antipetista, que se apresentava como "antissistema, temente a Deus e patriótica", na figura de Jair Bolsonaro (PSL).

O PSOL e o PCB selaram uma aliança eleitoral no dia 21 de julho, em que Guilherme Boulos (Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto/MTST) foi escolhido o candidato ao executivo brasileiro, tendo Sônia Guajajara (Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/APIB) como vice. A chapa "Vamos sem medo de mudar o Brasil" também recebeu o apoio de movimentos sociais, como o próprio MTST, a APIB, além do grupo "Mídia Ninja" e a Intersindical.

Na plataforma política lançada no *website* do Tribunal Superior Eleitoral, a chapa PSOL – PCB se apresenta como uma alternativa "(...) de nação soberana, democrática, igualitária, revertendo o caos atual de aprofundamento das desigualdades sociais, do medo e da desesperança"[22]. Havia uma perspectiva antissistêmica, de enfrentamento ao *status quo* da classe dominante do país, que historicamente, construiu seus privilégios econômicos, sociais e políticos em detrimento da desigualdade social crônica e do empobrecimento da classe trabalhadora brasileira. Acrescenta ainda que o programa político da esquerda socialista deve ter como perspectivas centrais o arrebatamento ao capital financeiro, ao agronegócio, aos monopólios (inclusive dos grandes meios de comunicação), à dependência comercial, econômica e tecnológica, e que combata o conservadorismo e toda forma de agressão do Estado capitalista. Segundo a proposta, a fundamentação da plataforma da chapa deve ser transversal, e ter como eixos o meio ambiente, fazendo um balanço dos modelos predatórios de recursos naturais, florestas e comunidades tradicionais, assim como as demandas do mundo do trabalho, da seguridade social, da política de geração de empregos para a juventude e "(...) a centralidade na luta contra a desigualdade e por direitos, nas demandas de mulheres, negros e negras, LGBTI, pessoas com deficiência, indígenas e num outro modelo de desenvolvimento consistente e coerente com esta natureza programática"[23].

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) oficializou a operária Vera Lúcia como "cabeça de chapa" à presidência da República, tendo o ativista do Movimento Negro "Raça e Classe" Hertz Dias, ambos filiados ao partido. Em entrevista aos jornalistas Lucas Arraz e Ailma Teixeira, do *website* "*Bahianoticias*", a candidata pretende fazer da sua campanha durante as eleições gerais como "um chamado a rebelião", e que estende a sua candidatura a classe que vive do trabalho, tendo como eixos centrais "(...) a expropriação de empresas e latifúndios, assim como a entrega da

[22] Ver mais em **"Programa da Coligação "VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL" – Guilherme Boulos e Sonia Guajajara.** Ver mais em << https://divulgacandcontas. tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016/proposta_ 1533565462424.pdf>>. Acesso 01 Fev. 2024.
[23] *Idem* 22.

tutela dessas propriedades aos trabalhadores, como parte das medidas que adotará para combater a concentração de renda no Brasil, caso seja eleita"[24].

Tentando se consolidar como uma alternativa no espectro à esquerda, a candidata do PSTU afirma que, em meio ao contexto de mais uma crise econômica e política, do aprofundamento da desigualdade social, do desemprego e da carestia, a sua candidatura tem por objetivo aglutinar a luta da classe trabalhadora, debater a necessidade de uma revolução socialista e um país socialista, e apresentar um programa revolucionário e que represente o proletariado.

Já no segundo das eleições gerais de 2018, era consenso entre os marqueteiros petistas que Fernando Haddad deveria adotar uma nova estratégia neste segundo turno, mais voltada ao centro e distante do ex-presidente Lula. O candidato do PT, para atrair os eleitores indecisos e dos candidatos mais ao centro, tirou o termo Assembleia Constituinte, uma das polêmicas do primeiro turno, e eliminou menções à descriminalização das drogas e à reforma ou desmilitarização da polícia. Tratou logo de fazer acenos ao mercado, como manter a autonomia do Banco Central e ao agronegócio, e ainda alijou a ideia de mandato fixo para tribunais superiores. Essa é mais uma peça na busca de votos para tentar derrotar o adversário Jair Bolsonaro (PSL)[25].

Para *Jairo Nicolau*, a campanha do candidato do PT não emplacava, e isso se deu na demora ou na negativa de apoios nos setores democráticos. Ele recebeu apoio crítico do PDT, sendo que o candidato do partido Ciro Gomes preferiu nem declarar voto, viajando inclusive para Paris na campanha do 2º turno. Fernando Henrique Cardoso e outas lideranças nacionais do PSDB não se manifestaram, ou declararam abertamente o voto em Jair Bolsonaro, como os governadores eleitos João Dória e Eduardo Leite, por São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente. Marina Silva deu seu apoio somente 15 dias depois da votação do 1º turno. O PSOL manifestou o voto em Haddad e inclusive se juntou à campanha com o candidato Guilherme Boulos, o mesmo caminho tomou o PCB. Já o PSTU declarou voto crítico no PT, defendendo a preservação das liberdades democráticos, que corriam o risco de serem dissipadas num possível governo Bolsonaro. Registre-se ainda que circulavam nos bastidores da campanha de Haddad que nem a direção petista acreditava na virada, e torcia para que a derrota, pelo menos não fosse humilhante. (NICOLAU, 2020).

O autor ressalta ainda que houve a tentativa de dar um "último suspiro" em uma campanha de "vira voto", cultivado nas redes sociais, e do "Ele Não", por movimentos ligados as causas de gênero e LGBTQIA+, com diversas atividades de rua em diferentes cidades do país. Ao final da campanha,

[24] Entrevista **"Contra 'teoria do empoderamento', candidata do PSTU à Presidência defende revolução socialista no país"**. Ver mais em << https://www.bahianoticias.com.br/entrevista/584-contra-teoria-do-empoderamento-candidata-do-pstu-a-presidencia-defende-revolucao-socialista-no-pais-30072018>>. Acesso 30 Jan. 2024.
[25] *Idem* 24.

mesmo tendo Fernando Haddad tendo crescido mais que Bolsonaro, o candidato do PSL triunfou. O candidato petista passou de 27% para 41% dos votos totais, enquanto que Jair Bolsonaro foi de 42% para 50%. Em votos válidos, a vitória do ex-deputado foi de 55% a 45%. (*IDEM*, 2020).

A GUISA DE CONCLUSÃO: DIANTE DO AVANÇO DO BOLSONARISMO, É URGENTE RESGATAR A NECESSIDADE DA INDEPENDENCIA DE CLASSES

As eleições gerais de 2018 foram um marco, na perspectiva institucional. Caracterizou-se por ser *disruptiva* (ABRANCHES, 2019; CORBELLINI e MOURA, 2019), pois encerrou um ciclo político que organizava o presidencialismo de coalizão brasileiro dos últimos vinte e cinco anos, movidos por uma disputa polarizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), realinhando a força dos partidos políticos em uma troca abrupta no poder governamental – no caso, da esquerda tradicional e parlamentar para a direita ultraconservadora.

A instabilidade atual na luta de classes brasileira, aprofundada pelo impeachment de Dilma Rousseff, e materializado de forma "caricata" nas eleições de 2018, resultou na aplicação de uma agenda ultraneoliberal, que garanta a soberania do agronegócio e da exploração de minérios, "(...) às custas da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas", da "(...) centralidade recém-assumida da contrarreforma da Previdência, (...) colocando para andar o projeto do "Brasil, paraíso do capital fictício e da superexploração do trabalho sem direitos" (SANTOS, 2019).

Demier (2018) avalia o novo período aberto com a eleição de Bolsonaro, como um produto do avanço do autoritarismo e do conservadorismo, e como uma espécie de semibonapartismo reacionário, no qual vislumbra-se uma relativa autonomização do aparelho governamental em relação as próprias classes dominantes, preenchendo cargos estratégicos do alto escalão por militares e atores togados (como no caso do ex-juíz Sérgio Moro), assim como, por uma agenda econômica ultraneoliberal, localizado entre as diretrizes democráticas e a emergência de um regime político neofascista, mas atuando dentro dos marcos da democracia liberal-blindada.

Ao retornarmos Antunes (2022), fazendo um resgate histórico desses quase quatro anos de governo de ultradireita, o autor aponta que Jair Bolsonaro não foi a melhor opção das classes dominantes desse país e do capital internacional, mas sua candidatura se mostrou viável ao combinar a autocracia militarizada com uma política ultraneoliberal na economia. A perfeita combinação de "Defesa do Sistema Financeiro".

Ainda segundo *Ricardo Antunes*, tempos mais obscuros ainda pairam sobre o Brasil, como reflexo da crise estrutural do capital. Afirmando que o Governo Bolsonaro foi "(...) a maior tragédia econômica, social e política do país em todo o período republicano". (ANTUNES, 2022: 76). É o

contexto em que as classes dominantes brasileira perderam qualquer resquício de apego à engenharia democrática; assumiu abertamente sua face colonialista, escravista, entreguista e autoritária; aprofundou o desmonte da legislação social protetora do trabalho; arruinou a política de seguridade social, com a reforma da Previdência Pública em 2019, pelo qual os assalariados mais pobres foram excluídos de uma efetiva previdência pública, restando-lhe, no máximo, migalhas assistencialistas; adiciona-se nesse pacote a tentativa de destruição dos organismos de classe, da Justiça do Trabalho e da predominância do "acordado" sobre o "Legislado"; a sistemática destruição da natureza, com a liberação recorde de agrotóxicos e defensivos agrícolas, além da devastação da Amazônia pelo trabalho irregular e danoso do garimpo, da extração de minérios, da madeira, do agronegócio, das queimadas, etc; somando-se a isso, a decomposição econômica e social, com o aprofundamento da miséria (33 milhões abaixo da linha da pobreza) e quase 15 milhões de desempregados. (*IBIDEM*, 76-77).

Por todo esse cenário, ainda há alternativa programática e independente, oriundo das demandas da classe trabalhadora? Qual o programa a ser à apresentado, pela Esquerda socialista, à classe que vive do trabalho? As alianças que o, à época candidato, Luís Inácio Lula da Silva (PT), articulou em 2022 (a chamada "*Frente Ampla*"), seriam as mais consequentes para derrotar a extrema direita nas ruas e nas urnas? A reedição do chamado "pacto social", da conciliação de classes, encampada na disputa eleitoral há 20 anos, inclusive, aglutinando adversários históricos e taxados de "golpistas", como Geraldo Alckmin, Renan Calheiros, Gilberto Kassab, Rodrigo Maia, Tasso Jereissati, Jáder Barbalho, entre outros baluartes do falacioso "golpe parlamentar" de 2016, teriam condições de apresentar uma agenda que atribuísse direitos e o avanço da consciência da classe que vive do trabalho?

Engels, no *Prefácio* de *A luta de classes na França de 1848 a 1850*, já apontava as armadilhas da democracia burguesia ao movimento operário e suas organizações. É de extrema importância a luta por conquista de direitos democráticos transitórios (como o sufrágio universal e de livre organização), mas estipular o cunho de síntese da "plenitude política da classe trabalhadora" não deve ser estratégico, pois a engenharia institucional burguesa é "campo do inimigo" de classe, sendo sua sobrevivência inversamente proporcional a capacidade de mobilização do proletariado.

Prosseguindo com Engels, o movimento proletário pode, e deve, ter as suas organizações participando nos processos políticos legais, se apoiando nos trabalhadores, como na Espanha, Alemanha e França. Entretanto, as experiências da luta de classes nos ensinam 3 (três) lições: 1 – é preciso transformar o processo eleitoral e o acesso à tribuna parlamentar como uma ferramenta de denúncia da fraude classista (acordos espúrios, usurpação e destruição dos poucos direitos

instituídos, etc.) que é a democracia burguesa; 2 – A necessidade de usá-lo como instrumento de propaganda poderoso, para alcançar e conquistar a consciência da classe trabalhadora para o programa revolucionário e socialista; 3 – Assegurar que o jogo parlamentar é apenas tático, e não estratégico, pois as burguesias tentam assegurar, a partir da repressão de suas forças armadas, qualquer desproporção das conquistas dos trabalhadores na luta de classes26.

Mézsaros (2010: 157-165), reforça o caráter contemporâneo das análises de Engels, e afirma que, entre crises e contradições, o Estado do sistema do capital, é um constituinte material regulador e contingenciador da reprodução sociometabólica, sendo assim, admite momentos de "mais democracia" e "menos democracia". A democracia constitucional é uma engenharia de classe e representa a multiplicidade dos interesses dos capitalistas, sob um comando político global, perpassando por períodos de concessões ao trabalho, através de medidas sociais e protetivas, até em períodos que coloca em xeque a própria existência da humanidade para permanecer no comando da reprodução social, minando as instituições com o ativo envolvimento em medidas autoritárias e legislativas, bem como provocando guerras insanas e sanguinárias, de invasão de territórios, para manter um patamar sustentável de acumulação de capital.

Nesse sentido, o autor reforça a importância do resgate da categoria Estado e a análise marxiana de sua constituição histórica, partindo do pressuposto de que é um equívoco pensar na dualidade Sociedade Civil x Estado Político, posto que a estrutura parlamentar é um mero assunto formal/legal, de legitimação política, "(...) uma vez que o capital detém realmente o controle de todos os aspectos vitais do metabolismo social (...) e da reprodução socioeconômica do capital, "(...) ainda que se suponha (...) a 'igualdade democrática' de todas as forças políticas que participam do processo legislativo". (MEZSAROS, 2010: 36).

Empenhar algumas ortodoxias marxianas se faz de extrema urgência, para que se possa ganhar a consciência da classe que vive do trabalho, e unificar suas necessidades imediatas, a viabilidade do Socialismo e derrotar a ultradireita. Mézsaros (2011) e Antunes (2022) resgatam um princípio fundamental para a solidificação da esquerda socialista, que anda esquecido na prática política: a independência de classes. A rejeição a qualquer tipo de Conciliação, acordos com as classes dominantes, não é uma questão de sectarismo e "purismo ético, ideológico e noético", e sim de princípio ontológico, histórico e dialético. As forças econômicas do capital e as forças sociais do trabalho são inconciliáveis. Vide o desastre stalinista com a política de "Frente Populares" que

[26] ENGELS, Friedrich. Prefácio *In* Marx, Karl. **As Lutas de Classes na França – De 1848 a 1850**. Tradução: Nélio Scheneider. 1. Ed. São Paulo – SP: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

permeiam os Partidos Comunistas até o presente momento, e que, arruinou o projeto alternativo de sociometabolismo que a Revolução Russa de Outubro de 1917 inaugurou.

Portanto, na medida em que é preciso comungar fatores quantitativos e qualitativos, para contrapor de forma extraparlamentar, a elaboração de ações flexíveis que possam mediar as diferentes demandas da classe trabalhadora, ancoradas nas suas lutas e resistências a partir de seus sindicatos, partidos de classe e movimentos populares, em uma agenda que inclui pleno emprego; educação; saúde; o combate: ao machismo, a misoginia, o racismo, a LGBTQIA+fobia; o reconhecimento das culturas originárias e a proteção ao meio-ambiente, não como "produto de troca" para acordos, e sim pontos programáticos radicais, para avançar a consciência da classe trabalhadora e sua tarefa como sujeito social e político, debatendo a necessidade da superação da divisão social do trabalho e na construção de uma alternativa anticapitalista e sociometabólica emancipatória.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral *In* ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco?** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. 1. Ed. São Paulo – SP: Boitempo, 2022.

BIONDI, Pablo. **Operação Lava-Jato e Luta de Classes – Forma Jurídica, crise política e Democracia Liberal**. São Paulo – SP: Sunderman, 2021.

BRÁS, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.BIONDI, Pablo. **Operação Lava-Jato e Luta de Classes – Forma Jurídica, crise política e Democracia Liberal**. São Paulo – SP: Sunderman, 2021.

BUZETTO, Marcelo. **As mobilizações de junho de 2013 e os desafios na construção do poder popular**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, vol.17 n.31, p.125-39, jul./dez. 2013.

CALIL, Gilberto. **Embates e disputas em torno das jornadas de junho**. Projeto História, São Paulo, n. 47, pp. 377-4 e 03, Ago. 2013

CORBELLINI, Juliano; MOURA, Mauricio. **A Eleição Disruptiva – Por que Bolsonaro venceu.** 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

COGGIOLA, Osvaldo. **De FHC a Bolsonaro – Elementos para uma História Econômico-política do Brasil (1979-2019)**. 1 ed. São Paulo: Liber Ars, 2019.

DEMIER, Felipe. Rumo a um semibonapartismo reacionário? Alguns poucos paragráfos de conjecturas *In* ARCARY, Valério; BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe. **O ovo da serpente – A ameaça Neofascista no Brasil de Bolsonaro.** 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

ENGELS, Friedrich. Prefácio In Marx, Karl. **As Lutas de Classes na França – De 1848 a 1850**. Tradução: Nélio Scheneider. 1. Ed. São Paulo – SP: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil *In* SINGER, André (*et a*l). **Por que gritamos Golpe? Para entender o Impeachment e a crise política no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo – SP: Boitempo, 2016.

MESZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria de Transição**. Tradução: Paulo Cézar Castanheira; Sérgio Lessa. 1 ed. Revista – São Paulo –SP: Boitempo, 2011.

_____. **Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou a Direita – Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. 1ª Ed. Rio de Janeiro – RJ: Zahar, 2020.

SANTOS, J.S. O enfrentamento conservador da questão social e desafios para o Serviço Social no Brasil *In* **Serviço Social e Sociedade, v. 136, p. 484-497, 2019.**

ENTREVISTAS E *WEBSITES*

BIANCHINI, Lia. **Após dois anos do golpe, Temer deixa um Brasil destroçado**. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/28/apos-dois-anos-do-golpe-temer-deixa-um-brasil-destrocado>>. Acesso 25 Jan. 2024.

Contra "teoria do empoderamento'", candidata do PSTU à Presidência defende revolução socialista no país". Disponível em << https://www.bahianoticias.com.br/entrevista/584-contra-teoria-do-empoderamento-candidata-do-pstu-a-presidencia-defende-revolucao-socialista-no-pais-30072018>>. Acesso 30 Jan. 2024.

Entrevista com Mauro Iasi. Disponível em <<https://www.revistaovies.com/2014/10/02/eleicoes-2014-entrevista-com-mauro-iasi-pcb/>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

Fora Temer! Fora Todos! Fora Renan, Cunha, Serra, Aécio, Dilma e Lula! Disponível em <<<https://www.cstuit.com/home/2016/05/19/fora-temer-fora-todos-fora-renan-cunha-serra-aecio-dilma-e-lula/>>. Acesso 28 Jan. 2024.

Frente Povo Sem Medo engrossa luta contra o retrocesso. Disponível em <<https://www.cut.org.br/noticias/frente-povo-sem-medo-engrossa-luta-contra-o-retrocesso-8b8f>>. Acesso 27 de Jan. 2024.

Haddad atualiza plano de governo e retira pontos polêmicos". Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/haddad-atualiza-plano-de-governo-e-retira-pontos-polemicos-5l41ovn3e7w6nevkqcyup7g14/ >>. Acesso 01 Fev. 2024.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso 25 Jan. 2024.

Leia a transcrição da entrevista de Luciana Genro ao Uol e a Folha. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/06/24/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-luciana-genro-ao-uol-e-a-folha.htm>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro". Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>>. Acesso 30 Jan. 2024.

Nota do PSTU: STF nega habeas corpus e prisão de Lula é decretada. Disponível em <<https://www.pstu.org.br/stf-nega-habeas-corpus-e-prisao-de-lula-e-decretada/>>. Acesso em 30 Jan. 2024.

O significado do impeachment de Dilma. Disponível em <<https://www.pstu.org.br/o-significado-do-impeachment-de-dilma/>>. Acesso 28 Jan. 2024.

Partidos de esquerda divulgam nota de repúdio à prisão de Lula. Disponível em <<https://pt.org.br/partidos-de-esquerda-divulgam-nota-de-repudio-a-prisao-de-lula/>>. Acesso em 30 Jan. 2024.

PCB repudia a prisão do ex-presidente LULA. Disponível em <<https://pcb.org.br/portal2/19284>>. Acesso 01 Fev. 2024.

Por quê a CST rompe com o PSOL? Disponível em <<https://www.cstuit.com/home/2023 /06/05/por-que-a-cst-rompe-com-o-psol/>>). Acesso 28 Jan. 2024.

Programa da Coligação "VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL" – Guilherme Boulos e Sonia Guajajara. Disponível em << https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial /2018/BR/BR/2022802018 /280000601016/ proposta_1533565462424.pdf>>. Acesso 01 Fev. 2024.

TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República. Disponível em <<*https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica#:~:text=O%20relator%2C%20entretanto%2C%20considerou%20necess%C3%A1rio, todos%20os%20recursos%20se%20esgotassem*>>. Acesso 30 Jan. 2024.

Zé Maria (PSTU) defende salário mínimo a políticos e estatização de bancos. Disponível em <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/08/01/ze-maria-pstu-defende-salario-minimo-a-politicos-e-estatizacao-de-bancos.htm>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

TERRITÓRIO DIGITAL: A ATUAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO BOLSONARISMO DENTRO DAS REDES SOCIAIS

Márcia Sousa França[1] (IFPA)
Wesley Ribeiro Cantão Silva[2] (IFPA)
Breno Rodrigo de Oliveira Alencar[3] (IFPA)

Resumo: Este trabalho discute os impactos causados no campo da política a partir da integração das redes sociais na sociedade brasileira, com ênfase para a atuação e articulação do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e sua base eleitoral, o bolsonarismo, no território digital. Metodologicamente, partimos, em um primeiro momento, do levantamento sistematizado da literatura e, posteriormente, da netnografia, a qual nos tornou possível analisar o comportamento do bolsonarismo nas plataformas digitais. Identificamos, a partir do diálogo entre as duas metodologias, que Jair Bolsonaro e sua base eleitoral possuem bases materiais nos espaços geográficos e, por meio do populismo digital, se apropriaram do ciberespaço, possibilitando, assim, uma compreensão desse espaço virtual como território digital, impactando não só o processo eleitoral, mas também a democracia brasileira.

Palavras-chaves: Ciberespaço. Território Digital. Geografia. Bolsonarismo. Política.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, categoria analisada por meio de conceitos socioespaciais — paisagem, território, rede e lugar —, não se encontrando limitada à dimensão cultural ou simbólica do próprio espaço.

Considerando as diferentes e numerosas abordagens sobre o conceito de espaço, assim como as diversas abordagens incorporadas ao seu conceito, tem-se que as características geográficas clássicas que nos permitem determiná-lo também se materializam no espaço virtual enquanto categoria relacionada ao território geográfico dinâmico, delimitada e frequentemente subordinada às relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Assim, nesta pesquisa, o foco está no território digital, onde as atividades virtuais são frequentemente responsáveis pela dinamização e transformações culturais e políticas no território geopolítico.

O bolsonarismo, fenômeno responsável pela propagação de discursos de ódio e negacionismo científico, é um alinhamento ideológico marcado por tradições autoritárias no campo da política institucional, usurpando das formas contemporâneas de interação social. Sua ascensão política se deu através do populismo digital, fenômeno social no qual ideias antidemocráticas são propulsionadas através de plataformas digitais. Assim, tem-se que o

[1] Instituto Federal do Pará, IFPA, Brasil. mfranca2512@gmail.com
[2] Instituto Federal do Pará, IFPA, Brasil. wesley.ribeiro72@hotmail.com
[3] Instituto Federal do Pará, IFPA, Brasil. breno.alencar@ifpa.edu.br

presente trabalho possui como objetivo, discutir a relação das plataformas digitais com bolsonarismo, considerando seus valores ideológicos e reconhecendo o ciberespaço como território digital.

2.TERRITÓRIO DIGITAL: BOLSONARISMO E O POPULISMO NAS REDES DIGITAIS

2.1 Pensando o território digital a partir da dimensão geográfica

O debate acerca do conceito de território é fundamental para os estudos geográficos, sobretudo para o campo da Geografia Política clássica, a qual foi desenvolvida e sistematizada por Friedrich Ratzel no século XIX em um contexto de unificação e expansionismo alemão.

Nesse sentido, compreender tal conceito nos abre possibilidades para um leque de concepções, uma vez que a Geografia contemporânea vem se debruçando em vários contornos analíticos em relação ao conceito de território para além daquele desenvolvido pela Geografia Política clássica do século XIX.

Assim, na contemporaneidade, há diferentes abordagens sobre o conceito de território, tais como o território nacional; território quilombola; território indígena; território da criminalidade; território rural etc. Há várias formas de enfoques relacionadas ao conceito, entretanto, isso varia da perspectiva de cada autor e seus interesses de pesquisa, relacionando o objeto de investigação – quando for o caso de trabalhos científicos – a uma determinada terminologia de território.

Nesta pesquisa, nosso enfoque se dá para uma categoria emergente de território nos estudos geográficos, sendo este o território digital (DUARTE, 1999). Esta compreensão territorial não está isenta das características geográficas clássicas acerca da concepção do conceito, ao contrário, estão presentes em sua formação, o que reforça uma abordagem nos parâmetros da Geografia.

A dimensão desta perspectiva de território está na virtualidade, embora sua existência necessite, intrinsecamente, de uma base material técnica espacializada e geolocalizada (ISRAEL, 2021) que produz o espaço virtual, ou seja, o ciberespaço – enquanto totalidade virtual – e o território digital – enquanto um espaço virtual delimitado e subordinado à relações de poder –, este último, dominado e apropriado por determinados indivíduos, grupos ou instituições.

Tais características aproximam, teoricamente, o território material e o território digital a partir de suas relações de poder, sociais, políticas, econômicas e culturais que são engendradas dentro dos respectivos territórios, deixando-os cada vez mais dinâmicos.

Essas características são fundamentais para analisar como o bolsonarismo, enquanto nosso objeto de estudo, atua no ciberespaço – este, enquanto totalidade virtual – e, consequentemente, levando em consideração a formação do território a partir da abordagem geográfica cuja mencionada anteriormente, tornando-o um território digital.

Ao se apropriar das redes digitais, Jair Bolsonaro e sua base eleitoral, o bolsonarismo, tornam o espaço virtual em um território digital, articulando-se diante de seus interesses políticos, econômicos e, sobretudo, ideológicos. Esse movimento se dá a partir do que Lilia Schwarcz (2019) vai chamar de populismo digital, presente não só na figura de Jair Bolsonaro, mas em seu eleitorado sistematicamente ativo, organizado e articulado no ambiente digital.

2.2 O populismo digital de Jair Bolsonaro e sua base eleitoral: a digitalização da atuação e articulação política

O advento tecnológico e a expansão da rede de computadores, a internet, possibilitou mudanças significativas em vários campos da sociedade global e novas formas de difusão midiática, proporcionando, assim, um maior alcance das mídias digitais em comparação às mídias tradicionais.

Práticas que antes eram comuns nos espaços geográficos passaram por uma digitalização e virtualização, sendo realizadas expressivamente para além dos espaços físicos, ou seja, no ciberespaço (ISRAEL, 2021). Todo esse processo, o midiático e as novas formas de interações sociais no âmbito digital, se deram a partir da inserção técnica e tecnológica nas sociedades contemporâneas.

Assim, o campo da política foi, sem dúvidas, um dos campos mais impactados a partir da popularização da internet e da integração do ciberespaço no cotidiano dos indivíduos. Seja no campo da política institucional, a qual agentes com cargos políticos se utilizam das redes digitais para se aproximarem de sua base eleitoral, seja no campo da política não institucional, como determinados setores da sociedade civil se organizando e articulando politicamente para reivindicar pautas sociais coletivas e, subsequentemente, ocupar os grandes centros urbanos por meio manifestações populares.

Contudo, a relação das redes digitais com o bolsonarismo, um movimento político alinhado ao campo da direita do espectro político cujo sua ascensão nas redes digitais se deu por meio do populismo digital, é antagônica à reivindicação de pautas sociais e coletivas. Sua atuação se dá mediante a disparo sistematizado de *fake news*, ataques constantes à imprensa e a seus opositores políticos e ideológicos.

Cristaliza-se, por populismo digital, aquele político o qual se utiliza das plataformas digitais para difundir não só seus valores ideológicos, mas cooptar novas pessoas e aumentar sua base eleitoral, por meio de um discurso totalitário e autoritário (SCHWARCZ, 2019), aproveitando-se do dinamismo das redes digitais para a difusão de suas pautas e, como consequência inevitável de toda essa atuação, impactar diretamente o processo eleitoral.

Apontado como um exemplo claro do populismo digital contemporâneo, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, se utilizou das redes digitais para chegar ao centro do poder executivo. Cesarino (2019) aponta que a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, com ênfase para a de 2018, foi repleta de conteúdos alarmistas e conspiratórios, tendo a intenção de esvaziar o debate público e se estabilizar como populista (digital) para a grande massa que estava formando sua base eleitoral naquele momento.

Essa articulação de Bolsonaro não ficou limitada apenas nas eleições de 2018, uma vez que a pandemia de COVID-19, durante o mandato de Bolsonaro, foi repleta de *fake news* espalhadas no território digital envolvendo as políticas de contenção e prevenção do vírus, tendo Jair Bolsonaro e seus apoiadores como principais expoentes da difusão do negacionismo científico por meio das plataformas digitais.

Silveira, Rosa e Souza (2022), ao investigarem a atuação de Jair Bolsonaro durante a pandemia, apontam que as narrativas negacionistas por parte de Bolsonaro foram e são estratégicas, almejando ampliar seu apoio para uma ala da extrema-direita conservadora, reacionária e anticientífica.

As eleições gerais de 2022 também foram marcadas pela presença das redes digitais no debate público e político, sobretudo por Jair Bolsonaro, sua base eleitoral e políticos aliados fortemente engajados nas redes, como os deputados federais de extrema-direita, Nikolas Ferreira (PL), Carla Zambelli (PL), entre outros, com um quantitativo expressivo de seguidores empenhados e articulados em seus perfis pessoais nas principais plataformas digitais.

O cenário eleitoral de 2022 foi análogo ao cenário de 2018 no que tange o uso dessas redes e o processo de conectividade virtual, tendo a base de apoiadores de Bolsonaro mais do que estabelecida não só nos espaços físicos da sociedade brasileira, mas nos espaços virtuais.

A agenda foi semelhante: ataques constantes contra a imprensa; ataques à esquerda; ataques a Lula e ao Partido dos Trabalhadores (PT); ataques aos movimentos sociais; exaltação ao agronegócio; o uso exacerbado de *fake news* e uma polarização política entre esquerda e direita mais do que anunciada.

O contexto político brasileiro da última década se apresenta como uma conjuntura nova, a qual se tem a combinação de um ambiente polarizado e as redes digitais fortemente utilizadas como ferramenta política, dividindo, assim, a sociedade brasileira que passou a ser influenciada por políticos populistas (SBARAINI FONTES e MARQUES, 2023).

Em paralelo com a contemporaneidade, precisamente no século XX, a principal ferramenta para os movimentos totalitários – nazismo e fascismo, principalmente – era o rádio. Hoje, as

propagandas são disseminadas de forma massiva em um novo espaço virtual, o qual entendemos por território digital. Assim, além de viabilizar a existência do território digital, as *Big Techs* apresentam um alcance bem maior do que os antigos meios midiáticos, sendo uma nova ferramenta política para ideologias totalitárias e autoritárias do século XXI (FRIAS, 2021).

Fica claro que a nova forma de difusão midiática, desencadeada e sustentada pelo avanço da internet, da técnica e da tecnologia, quando utilizada de forma negativa, vem contribuindo significativamente para o avanço do populismo digital em várias escalas geográficas, notadamente no Brasil. Impactando, principalmente e intencionalmente, o processo eleitoral, uma vez que esses grupos se fazem presentes na virtualidade, utilizando esses espaços para alcançar seus próprios objetivos políticos em detrimento do modelo democrático brasileiro.

3. ANTIESTRUTURA, BOLSONARISMO E EXTREMA-DIREITA

A estrutura social de uma sociedade consiste na forma como os indivíduos se organizam dentro de um sistema, determinado por diversos fatores: culturais, econômicos, históricos, políticos, religiosos e sociais. Essa estrutura social, acompanhada por ritos que concedem direitos de acesso a determinadas esferas de poder ou *status*, cooperam para a existência do que o antropólogo Victor Turner define como antiestrutura, na medida em que produz sujeitos limiares[4], transitórios ou não, que se agrupam em *communitas* (TURNER, 2013).

Assim sendo, a antiestrutura é a antinorma, tendo em vista que as camadas marginais, latentes, heterodoxas do sistema emergem para a superfície, tensionando a sistematização integral na direção se seus limites estruturais. Dessa forma, o centro do sistema é invertido, de maneira a modificar a fisionomia, virando "do avesso" (CESARINO, 2022).

Diante disso, vê-se que as novas mídias participam de modo central nessa dialética de estrutura e antiestrutura ao aumentarem drasticamente a velocidade do fluxo dos sistemas sociotécnicos, favorecendo para a aceleração de processos estruturais que de outro modo teriam acontecido mais lentamente.

Assim, nessa rápida inversão de ciclo histórico, processos antiestruturais que no mundo pré-digital eram excepcionais, radicalização política e teorias da conspiração, vão se difundindo de tal forma que concebeu-se paradoxos e oscilações entre seus extremos (CESARINO, 2022).

É nesse contexto que se estabelece o bolsonarismo político, um movimento conservador de extrema-direita marcado por teorias conspiratórias, negação da realidade, desprezo pela ciência,

[4] É uma condição transitória na qual os sujeitos encontram-se destituídos de suas posições sociais anteriores, ocupando um entre-lugar indefinido no qual não é possível categorizá-los plenamente (TURNER, 2013).

relativização dos direitos humanos, nacionalismo exacerbado, negação de problemas ambientais e avanços sociais progressistas.

Esse fenômeno, que congrega diferentes vertentes da direita, dada sua força e alcance, trata-se de uma conjuntura mais orgânica e longeva do que transparece. Desconsiderar esse panorama impede que se compreenda o processo político no qual a sociedade brasileira ficou submetida. Pois, os repertórios antiestruturais nunca são totalmente novos, contudo, são recuperados a partir de "arquivos miméticos" (MAZZARELLA, 2017 apud CESARINO, 2022).

A dinâmica utilizada por Jair Bolsonaro emerge através da lógica da plataformização e ascensão intermediada pelos espaços virtuais, instrumentalizadas por noções de causalidade coemergentes e recursivas, simplificadoras e imaginárias, rumo a uma verdade única e universal, situada fora da história e dos avanços e conquistas de inúmeros indivíduos.

Essa estratégia hegemônica constituída dentro do ciberespaço faz com que os usuários se sintam mais livres e soberanos exatamente lá onde estão sendo mais influenciados, estreitando as fronteiras ideológicas e adjacentes de Bolsonaro e seus seguidores (CESARINO, 2022).

As fronteiras, antes existentes, abstratas, são performadas, através dos territórios digitais, por aparatos rituais e simbólicos, que transmitem aos usuários os metacódigos daquele grupo (puro-impuro, amigo-inimigo etc.). Assim sendo, Jair Bolsonaro apropriou-se desse espaço para difusão de suas ideologias, influenciando o processo eleitoral, no qual foi determinante em sua vitória nas eleições de 2018.

As mídias, instrumentalizadas pelo ex-presidente, na qual controla o acesso das pessoas ao real, sedimentaram através de *fake news* a figura de Jair Bolsonaro como um líder avesso às figuras políticas existentes, criando uma espécie de "mito" supostamente incorporado fora do sistema. Com isso, o povo, a nação, a família, a igreja etc., passam a ocupar o centro simbólico das sociedades antiestruturais emergentes, autorizando práticas às margens da legalidade, como orçamentos secretos, pseudociências ou milícias (FELTRAN, 2020 apud CESARINO, 2020).

Á visto disso, essas forças antiestruturais, instituída dentro das redes por Bolsonaro, encontram não apenas espaço, mas encorajamento, por meio de suas incisões pontuais no real (ABREU, 2019 apud CESARINO, 2022), para irem pouco a pouco inscrevendo uma outra realidade sociotécnica, ancoradas em camadas mais subterrâneas da internet (CESARINO, 2022).

4. ALGORITMOS E INFRAESTRUTURA DAS NOVAS MÍDIAS NO CONTEXTO BOLSONARO

A infraestrutura técnica das novas mídias introduze no âmbito do ciberespaço viesses favoráveis às forças antiestruturais (CONNOLLY, 2021 apud CESARINO, 2022), pois, seu aparato técnico acelera a temporalidade e desestabilização dos sistemas preexistentes, fazendo com o que o

usuário deixe de ser agente, tornando-se, assim, ambiente, para as agências de sistemas não humanos.

Esses sistemas antiestruturais introduzidos também pelas novas mídias e sua infraestrutura técnica, não derivam apenas de uma configuração com vistas a equilibrar um novo modelo de organização, mas da orientação técnica com base em pressupostos invertidos, como o bolsonarismo (CESARINO, 2022).

Através dos territórios digitais, a extrema-direita ocupou nichos de mercado político, opondo-se não apenas ao campo progressista, mas também à direita convencional, ressignificando sua hegemonia emergente por meio de *fake news*, silogismos e algoritmos tendenciosos (CESARINO, 2022).

Os algoritmos da internet, tendo em vista seu caráter teleológico, positivo ou negativo, nas relações sociais cibernéticas, afetam as estruturas sociais, as condições de trabalho, a relação entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida quotidiana e as relações entre o eu e o outro, assim, desprovidos de parâmetros éticos e regulamentares efetivos, essa sequência infinita de instruções transformam-se em mecanismos de disseminação de informações falsas (BAUMAN, 2005).

Por isso, diante da relativização de valores civilizatórios, intermediada pelas novas mídias, o indivíduo, pouco a pouco, está perdendo a capacidade de estabelecer interações espontâneas com o real, dando abrigo a ideologias antidemocráticas.

A busca pela identidade, enaltecida pelos algoritmos e sua relação com a política embutida, tem sido um dos motivos pelo qual alguns seguidores de Jair Bolsonaro acreditam veementemente que a liquefação5 das estruturas e instituições existentes fará com que sua identidade política reacionária se torne hegemônica.

5. BOLSONARISMO E SUAS GEOGRAFIAS

Compreender o bolsonarismo envolve compreender suas múltiplas dimensões: do material ao imaterial. Neste tópico, nos debruçaremos mais em relação a dimensão da materialidade, enfatizando a atuação do bolsonarismo nos espaços geográficos da sociedade brasileira.

A apropriação e atuação da base eleitoral de Jair Bolsonaro na materialidade dos espaços antecede sua inserção no território digital, levando em consideração que as relações políticas acontecem, antecipadamente, nos espaços físicos (AZEVEDO, 2021). Assim, há determinadas geografias que sustentam o bolsonarismo não só no espaço virtual, mas principalmente na solidez dos espaços geográficos. Nesse sentido, as bases espaciais que alicerçam a existência e perpetuação

[5] A expressão costuma se relacionar com o estado de mudança de uma substância para outra.

do bolsonarismo na sociedade brasileira estão espacializadas em determinados espaços no território brasileiro, sendo denominadas de geografias do bolsonarismo (MALHEIRO, 2023).

Para Bruno Malheiro (2023), o bolsonarismo é sustentado a partir de algumas geografias que estão difundidas e localizadas nos espaços geográficos cujas o autor vai denominar de: 1 – geografia do capitalismo de guerra; 2 – geografia do negacionismo; 3 – geografia do Brasil evangélico. De acordo com ele, "Essas três geografias serão pensadas como condição e, ao mesmo tempo, produtos da geografia do bolsonarismo" (MALHEIRO, p. 19, 2023).

A geografia do capitalismo de guerra pode ser caracterizada pelo avanço e expansão das commodities em detrimento da dignidade humana, de um futuro sustentável, do desrespeito à fauna, à flora e aos povos tradicionais que perdem suas terras repletas de simbolismo frente aos interesses do grande capital. A expansão do agronegócio movimenta milhões de reais, porém, ao mesmo tempo, sucumbe a territorialidades seculares, promovendo um apagamento de identidades que são substituídas pelo avanço da soja.

Já a geografia do negacionismo se dá a partir do discurso anti-ciência. Tal discurso fez parte do lema bolsonarista durante a pandemia COVID-19, opondo-se contra as políticas de contenção do vírus, minimizando sua letalidade e criando teorias conspiratórias envolvendo as vacinas. Como resultado, houve a morte de mais de 700 mil pessoas no território brasileiro e milhões de casos de contaminação.

Por fim, a geografia do Brasil evangélico cuja pode ser percebida na expressiva espacialização das igrejas evangélicas, na atuação de fundamentalistas religiosos e da igreja como palanque político, difundindo discursos alarmistas e moralizantes com o principal objetivo de amedrontar os frequentadores, visando, evidentemente, interesses políticos alinhados com políticos da extrema-direita, como é o caso de Jair Bolsonaro.

Em relação à fé evangélica e o bolsonarismo, Souza (2020) demonstra que durante a pandemia de COVID-19 se teve falsas narrativas de líderes religiosos bolsonaristas espalhadas dentro de seus templos, promovendo histórias forjadas que eram usadas como estratégia para garantir a manutenção das igrejas e o pagamento dos dízimos durante a quarentena, além das concessões de rádios e Tv 's.

Essas três geografias trabalham em consenso, dando sustentabilidade para a existência e a presença do bolsonarismo, como bem pontuou Malheiro (2023). A geografia do negacionismo, evidenciada durante a pandemia e espacializada nos espaços geográficos a partir dos números lamentáveis de óbitos, está diretamente atrelada à atuação de grupos bolsonaristas dentro do

território digital. Foi por meio da conectividade que se teve a circulação de fake news envolvendo a crise sanitária e a aversão à ciência.

Tendo sua roupagem negacionista cristalizada com a pandemia de COVID-19, o bolsonarismo, dentro das plataformas digitais, não busca compartilhar algo verdadeiro. Tem, assim, o objetivo de compartilhar falácias em busca de um engajamento pelo ódio, buscando espalhar desinformação de forma massiva em troca de um novo regime de verdade (SILVEIRA; ROSA; SOUZA, 2022).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos apontar que o território digital não está isento de uma base física, ou seja, de uma espacialidade material, principalmente no que envolve a técnica que produz o espaço virtual. Nesse sentido, compreendemos o ciberespaço como um território digital, uma vez possui as características territoriais que engendram o território físico, além de ser ocupado e apropriado por determinados indivíduos, grupos ou instituições.

Nosso principal enfoque analítico foi sobre o bolsonarismo e sua ocupação do território digital, que se deu por meio do populismo digital, difusão massiva de *fake news* e ataques contra seus opositores políticos e ideológicos. Essa ocupação por parte do bolsonarismo também é uma expressão de uma antiestrutura que se enfatiza, também, no processo de conectividade. Tal atuação nos espaços virtuais cristaliza-se durante as eleições gerais de 2018 e 2022, e na pandemia de COVID-19, na qual o uso das plataformas digitais por parte do bolsonarismo foi uma ferramenta política e de ataques constantes contra a ciência.

Além disso, o bolsonarismo é sustentado não só por uma virtualidade a qual detém bases físicas, mas, também, a partir de determinadas bases geográficas que se apresentam como pilares de sustentabilidade e possibilitam a perpetuação do bolsonarismo. Com isso, apontamos as três geografias do bolsonarismo, de acordo com as contribuições de Malheiro (2023): 1 – geografia do capitalismo de guerra; 2 – geografia do negacionismo; 3 – geografia do Brasil evangélico.

Da materialidade, envolvendo os espaços físicos, à imaterialidade – a qual não está isenta de uma materialidade – envolvendo o território digital, é evidente que o bolsonarismo tem alicerces mais do que estabelecidos na sociedade brasileira contemporânea. Suas tentativas de compreensão nos levam a analisar todas as suas dimensões e facetas, não esgotando, neste trabalho, as investigações, uma vez que o mundo virtual é dinâmico e está em constante movimento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Daniel Abreu de; BRULE, David Melo van den. CIBERESPAÇO É A NOVA PANACEIA DA DEMOCRACIA?. **Mercator (Fortaleza)**, v. 20, p. e20009, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, 2001.

CESARINO, Letícia. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. **VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**, 2019.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubo Editora, 2022.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DUARTE, Fábio. Democracia no território digital. **Comunicação & Educação**, n. 14, p. 27-32, 1999.

FRIAS, Eliana Sanches. Inteligência artificial, desinformação e populismo digital: Como as plataformas digitais impulsionam os movimentos de extrema direita. **Razón y Palabra**, v. 25, n. 112, p. 12-31, 2021.

ISRAEL, Carolina Batista. **Redes digitais: espaços de poder: por uma geografia da Internet**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 376p.

Malheiro, Bruno. **Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil**/ Prefácio Rogério Haesbaert - Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2023. / 96p.

RENNÓ, Lucio. **Bolsonarismo e as eleições de 2022**. Estudos Avançados, v. 36, p. 147-163, 2022.

SBARAINI FONTES, Giulia; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Defending democracy or amplifying populism? Journalistic coverage, Twitter, and users' engagement in Bolsonaro's Brazil. **Journalism**, v. 24, n. 8, p. 1634-1656, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVEIRA, Felipe Lazzari; ROSA, Pablo Ornelas; SOUZA, Aknaton Toczek. Negacionismo científico e tecnologias algorítmicas em tempos pandêmicos:: etnografia das narrativas bolsonaristas em grupos de WhatsApp. **Revista Opinião Filosófica**, v. 13, n. 1, p. 1-29, 2022.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura**. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 2013.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

NEGAR A PANDEMIA, NEGAR A DEMOCRACIA: ELEMENTOS PARA UM DEBATE SOBRE O NEGACIONISMO E SEUS DESLOCAMENTOS A PARTIR DE FREUD E ADORNO

Mateus Abreu Pereira[1] (UFPA/UNIESAMAZ)
Mauricio Rodrigues de Souza[2] (UFPA)

Resumo: A partir de um diálogo entre a psicanálise freudiana e a teoria social de Adorno, o presente trabalho visa compreender os deslocamentos do discurso negacionista sobre a pandemia de COVID-19 que vigorou no Brasil durante os anos de 2020 e 2022. Neste sentido, o trabalho propõe que o negacionismo é capaz de mobilizar diversos mecanismos psicológicos e sociais, sendo uma categoria muito mais ampla do que a mera coletivização do mecanismo de defesa da negação (*Verneinung*) proposta por Freud. Para tanto, promove uma discussão acerca do negacionismo à luz da gramática das negações propostas por Freud, sobretudo no que se refere aos conceitos de *Verneinung* e o de recusa/desmentido (*Verleugnung*) para escrutinar este fenômeno social. De maneira semelhante, analisa-se o negacionismo enquanto um discurso calcado em estratagemas de psicologia das massas e de dispositivos psicológicos típicos da propaganda fascista descritos por Theodor W. Adorno. Em termos conclusivos, o negacionismo da COVID-19 é proposto enquanto um discurso que visa mais do que negar a existência e perigo trazidos pelo vírus, mas também obter ganhos políticos de tal situação a partir da instrumentalização da perda da realidade, mediante uso de *fake News* e teorias conspiratórias. Tal estratégia, por fim, foi utilizada de maneira ostensiva por parte dos eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro na ocasião de sua derrota na eleição presidencial de 2022.

Palavras-chave: COVID-19, negacionismo, psicologia das massas, psicanálise.

INTRODUÇÃO

A COVID-19, doença derivada da infecção pelo vírus SARS-CoV-2 e seus variantes, foi classificada não mais como surto, mas como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 (KAMPS; HOFFMAN, 2020). Por se tratar de uma doença nova se comparada àquelas causadas por outros coronavírus e pela sua alta transmissibilidade, a OMS recomendou a adoção de políticas de distanciamento e isolamento social, o uso de equipamentos de proteção individual (máscaras faciais, *face shields*, etc) e também *lockdowns* (bloqueios totais) como estratégias de prevenção da proliferação do vírus. Destarte, fez-se necessária uma cooperação internacional em busca não somente de testes eficazes e medicamentos que mitigassem os sintomas da COVID-19, mas também de vacinas que pudessem prevenir significativamente a infecção pelo novo coronavírus, fato que aconteceu ainda em 2020 com o advento dos primeiros imunizantes contra o SARS-CoV-2.

Segundo os dados compilados pelo site Our World in Data (RITCHIE, 2023), foram contabilizados mais de 15 milhões de mortes ao redor do mundo até o dia 05 de maio de 2023, dia em

[1] Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil. Email:mateuspereira21@gmail.com.
[2] Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil. Email: souzamr@gmail.com

que a COVID-19 deixou de ser considerada uma emergência de saúde pública de interesse internacional - PHEIC, na sigla em inglês (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2023).

No fim das contas, a pandemia trouxe consequências sanitárias até então quase desconhecidas para a comunidade científica mundial, bem como velozes e inquietantes transformações sociais, políticas e econômicas, sobretudo ao longo dos anos de 2020 e 2021, período no qual muitos países viveram uma situação de crise. Levando em consideração a velocidade de transmissão do SARS-CoV-2 e o risco que ele representa para populações mais vulneráveis, a rapidez em tomar medidas de combate e prevenção ao COVID-19 seria um fator decisivo para um maior sucesso ou insucesso no enfrentamento da pandemia em cada país. Em tal contexto, seria esperado dos poderes constituídos em cada país, nas figuras dos chefes de Estado, combatessem com todos os artifícios possíveis a pandemia, adotando políticas públicas de prevenção, testagem e busca por vacinas (GREER et al, 2020).

Contudo, conforme aponta Lasco (2020), alguns governantes de alguns países (a saber: Rodrigo Duterte, Donald Trump e Jair Bolsonaro, então presidentes das Filipinas, Estados Unidos e Brasil, respectivamente) optaram por uma espécie de "populismo médico" em vez de seguir as recomendações da OMS e da comunidade científica global acerca do enfrentamento da pandemia em termos de saúde pública. No caso específico do Brasil, que desde os idos de março de 2020 acumula a ominosa marca de quase 700 mil mortos por COVID-19, observou-se uma postura de negar ou subestimar o real perigo representado pelo novo coronavírus. Nesses termos, o que se viu nas ações (bem como nas omissões) do governo federal de 2020 até 2022 era bem manifesto nos discursos do então presidente da república Jair Bolsonaro: as infecções por COVID 19 foram tratadas como "gripezinha" ou "vírus chinês" pelo presidente da república, quando do início da pandemia (CALEJON, 2021). De forma semelhante, o próprio ex-presidente e outras figuras políticas que o apoiavam passaram a veicular noticias sobre a existência de remédios que poderiam ofertar um "tratamento precoce" à doença, embora não houvesse sustentação científica que comprovasse a eficácia desses medicamentos.

Em suma, a atitude do governo federal do Brasil, epitomizada nos discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro, consistiu na adoção de um discurso político calcado no negacionismo. (FONSECA et al, 2021). Embora este termo tenha ampla difusão hodierna no noticiário e na linguagem comum, caberia aqui um breve esforço de definí-lo. Cunhado pelo sociólogo francês Henry Rousso (1987), o termo negacionismo, conforme a acurada conceituação trazida por Diethelm e McKee (2009), seria uma série de artifícios retóricos que visam sugerir que um dado consenso científico/acadêmico seria, na verdade, fraudulento. .

Outrossim, trata-se de uma noção que já era usual nos debates sobre história (tal como no exemplo dos grupos que negam a existência do Holocausto) e também sobre meio-ambiente (como no exemplo dos negacionistas climáticos, cuja tese principal é que o aquecimento global é uma farsa), conforme é possível compreender a partir do artigo de Roque (2020)3. Este expediente de negação não seria, pois, o único atributo do discurso negacionista, mas também a proposição de teorias conspiratórias, bem como o testemunho de falsos *experts* no tópico em questão e a produção de notícias falsas. Portanto, tais estratégias visam mais que negar o consenso cientificamente estabelecido, senão também descredenciar a própria possibilidade de a ciência ter a primazia sobre o tema em questão.

Nesse aspecto, o termo negacionismo é, desde Rousso (1987), tributário ao conceito de negação (*Verneinung*) proposto por Freud ([1925]2016). Em uma breve definição, uma vez que a discussão mais pormenorizada sobre este tópico será promovida na próxima seção deste projeto, a *Verneinung* seria um "processo pelo qual o sujeito, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos até então recalcado, continua a defender-se dele negando que lhe pertença (LAPLANCHE; PONTALIS, [1987]1992, p.293)".

Assim, torna-se evidente que a psicanálise tem algo a dizer sobre o negacionismo que grassou durante os dois primeiros anos da pandemia de COVID-19. Contudo, se tal abordagem seguisse pelo caminho de reduzir o negacionismo apenas à incidência da *Verneinung*, não seria isto já uma forma de negar a complexidade do fenômeno em questão mediante o recurso a um psicologismo? Estaríamos diante de uma *Verneinung* em massa de um fenômeno social? Pois bem, cabe suspeitar que o negacionismo não é uma ocorrencia multitudinária da negação e da rejeição dos fatos, isto é, não se trata de uma ocorrência fortuita de várias pessoas negando um determinado consenso científico de forma independente. Ao fim e ao cabo, o negacionismo é um fenômeno socialmente mediado e, de uma maneira particular, instrumentalizado de acordo com o apelo às coletividades através de tal mediação social (DIETHELM; McKEE, 2009).

Valeria, pois, propor uma questão a partir do que foi acima exposto: como discursos negacionistas como o do ex-presidente Jair Bolsonaro podem angariar tamanha adesão? De antemão, considerando que o negacionismo é um fenômeno social com forte apelo às moções inconscientes dos sujeitos e, além disso, analisando os acontecimentos recentes na política brasileira, é possível

[3] É interessante notar que o artigo de Roque (2020) foi publicado cerca de um mês antes da pandemia, denunciando a adoção de um negacionismo climático sobre os impactos dos desmatamentos na Amazônia sobre a questão do aquecimento global em um Brasil sob a batuta do então presidente Jair Bolsonaro e de seu Ministro do Meio Ambiente da época, Ricardo Salles. Nesses termos, parece adequado suspeitar que o discurso negacionista possa ser "deslocado" de uma área para outra – do negacionismo climático descrito pela autora para um negacionismo sanitário em relação à pandemia e daí para, segundo é possível ora testemunhar, um negacionismo com fortes traços paranoicos em relação ao resultado das eleições presidenciais de 2022.

cogitar a hipótese de tal fenômeno ocorrer de uma maneira semelhante aos fenômenos de psicologia das massas, apresentados por Freud ([1921]2011). Com efeito, a reunião de pessoas que contam com a identificação com figuras de autoridade e liderança para se exaltar às expensas do despejo de ódio contra aqueles de fora do grupo se assemelha, mais uma vez ao que Sigmund Freud ([1921]2011a) atribuiu como um dos atributos presentes na psicologia das massas.

Além disso, o conteúdo ideológico e político dos objetos compartilhados por essas massas, como notícias falsas, discurso de ódio, etc., pretende ser superficial e quase desprovido de reivindicações objetivas, uma vez que busca um apelo mais psicológico do que objetivo. Tais traços já estavam presentes no discurso autoritário do que Theodor W. Adorno ([1946]2015; [1951]2015) entendeu como "propaganda fascista", presente em discursos e programas de rádio de alguns ícones políticos e religiosos do pós-Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos.

Alguns dos aspectos que Adorno nos apresenta relativos ao agitador fascista e sua propaganda são insolitamente atuais. Segundo Adorno, as ideias dos agitadores são praticamente destituídas de qualquer conteúdo objetivo, apostando, na verdade, em um forte apelo afetivo. É uma demagogia de teor psicológico. Esses demagogos conseguem conjugar um discurso conservador ao desembaraço em violar tabus sociais, falando "sem papas na língua" daquilo que supostamente todos pensam, mas nunca tiveram coragem de expressar. Desta maneira, conseguem difundir nas massas seu oposicionismo simplista e binário entre "nós" e os "outros", entre "amigos" a saudar e "inimigos" a aniquilar.

Tal aniquilação dos inimigos que não pertencem ao *ingroup* do demagogo fascista pode resultar, inclusive, em um expediente autodestrutivo. Para Adorno ([1946]2015), a destrutividade é o fundamento psíquico de propaganda fascista. As propostas vagas trazem consigo o mote da destruição, por isso a oratória fascista insiste tanto em relatar ameaças ou catástrofes iminentes. Contudo, o líder e os seus seguidores gozam com tais delírios autodestrutivos. O agitador sonha com a caótica conjunção do horror e da glória, de modo que a destruição do inimigo e de si mesmo ganham uma aura de redenção. No fim das contas, esse desejo de autoaniquilação revela a estrutura de tais movimentos políticos: a manifestação de uma disposição mortífera tal qual Freud ([1920]2010) já havia proposto.

Pode-se apontar, sem embargo, que tal movimento destrutivo foi observado na maneira de governar do ex-presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia. Ao defender teses sem respaldo científico tais como o tratamento precoce (STRUCK, 2021) e a imunidade de rebanho (AMADO, 2022), Bolsonaro aponta na direção de que não apenas negou a seriedade da pandemia, mas principalmente estimulou o contágio e o consumo de medicamentos ineficazes pela população brasileira. Isso se deu

em momentos críticos da pandemia, tais como a crise de falta de cilindros de oxigênio em Manaus no início de 2021, na qual ficou patente a omissão e descaso do Governo Federal.

Assim, o objetivo deste estudo é o de compreender, a partir do diálogo entre a psicanálise e a psicologia social de Adorno, como o discurso negacionista sobre a pandemia de COVID-19 que vigorou no Brasil durante os anos de 2020 e 2022 pode mobilizar /e outros mecanismos além da *Verneinung* através de elementos metapsicológicos e sociais.

NEGAÇÃO, DESMENTIDO E NEGACIONISMO

É adequado apontar que muitos campos do saber têm voltado a atenção para todos os elementos que circundam a pandemia da COVID-19 e que há um número considerável de trabalhos sobre o contexto pandêmico. Nesta seção, portanto, convém elencar algumas das contribuições específicas do projeto de tese que aqui se apresenta e sua relevância para o campo da psicologia e da psicanálise.

Destarte, é válido questionarmo-nos quais as possíveis contribuições que o saber psicanalítico pode fornecer ao debate acerca do negacionismo, ponderando sobre a possível vinculação do negacionismo científico/sanitário da pandemia a uma expressão social do conceito freudiano de negação, tal como este é descrito no célebre trabalho de 1925:

> A negação é uma maneira de tomar conhecimento do recalcado; na verdade, é já é uma suspensão do recalcamento (*Verdrängung*), mas evidentemente não é uma admissão do recalcado (*Verdrängten*). Aqui se pode ver como a função intelectual se dissocia do processo afetivo. Com o auxílio da negação, só se revoga uma das consequências do processo de repressão, ou seja, o fato de que o conteúdo da representação não tem acesso à consciência. Daí resulta uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, mantendo-se a repressão quanto ao essencial (FREUD, [1925]2016, p.306)

É possível, pois, compreender que a *Verneinung* descrita por Freud ([1925]2016) seria uma maneira de admitir um conteúdo que fora recalcado pela via de sua negação, desempenhando a função de mecanismo de defesa do Eu[4]. Assim, Freud atribui à *Verneinung* uma capacidade de operar uma suspensão (*Aufhebung*) do recalque que se dá de uma maneira peculiar: a *Verneinung* pode

[4] Segundo James Strachey (1989), a ideia de que um juízo negativo pode ser um substituto intelectual do recalcamento aparece pela primeira vez em "O chiste e sua relação com o Inconsciente" (FREUD, [1905]2017), quando Freud aproxima o chiste do trabalho do Sonho. Um chiste (*Witz*) ou um sonho podem representar um determinado objeto pelo seu oposto e, por isso, serem expostos a juízos condenatórios por serem demasiado "absurdos". Tais juízos condenatórios são consequência do recalcamento, que operaria em uma região intermediária entre o "reflexo de defesa e a condenação pelo julgamento (FREUD, [1905]2017, p.249)". É como se Freud, vinte anos antes de seu artigo sobre a *Verneinung*, começasse a desenvolver a noção de que ela serve tanto como uma defesa do Eu quanto como corolário da autocrítica superegóica, uma vez que o recalcado só pode advir se for devidamente negado. Também é digno de nota a possível aproximação entre negação, chiste e trabalho do sonho. De todo modo, Strachey (1989) argumenta, ainda, que tal ideia reaparece em textos posteriores tais como "Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico", de 1911 e "O Inconsciente", de 1915.

revogar alguns dos efeitos do processo de recalcamento mas conserva o material recalcado. Nesse sentido, a *Verneinung* exporia, como se vê no excerto acima, uma fratura entre a função intelectual e a afetividade por meio das peculiaridades da função do juízo (*Urteilsfunktion*) no aparelho psíquico.

Para Freud ([1925]2016), o juízo pode atribuir uma qualidade a algo, bem como reconhecer a existência de um objeto na realidade, o que foi proposto por Hyppolite (1998) como juízos de atribuição e juízos de existência. Nos juízos de atribuição, há uma decisão sobre o acolhimento ou não de um objeto no Eu a partir da atribuição de qualidades como "bom" ou "mau", no sentido de que o que é bom pode ser acolhido no Eu. Tal cálculo seria responsabilidade de um Eu-prazer originário, decisivamente ligado à oralidade. Objetos bons são prazerosos e devem ser "engolidos" – caso contrário, devem ser "cuspidos" para fora do Eu.

No caso dos juízos de existência, estes são coligados ao Eu-Realidade e são responsáveis por reconhecer a existência de um objeto na realidade exterior. Para tanto, o Eu deve entrar em contato com tal objeto e fazer, a partir dele, uma representação, esta podendo ou não ser reencontrada na percepção. Destarte, a percepção, para Freud ([1925]2016), não é um processo de passividade, mas de investimento. O que é percebido pode ser afirmado pelo juízo, o que seria o substituto intelectual daquilo que foi acolhido no Eu, bem como o que é negado pelo juízo é um sucedâneo do que se tentou expulsar. Portanto, a fala de um analisando que diz "não pense que com isso eu quero dizer tal coisa" seria somente uma maneira de reeditar a tentativa de expulsar esta "coisa" nele existe e de alguma forma travou relação com o recalcamento.

Em estudos recentes sobre o tema do negacionismo (CASSORLA, 2021; KLAJMAN 2021; BEER, 2021), a *Verneinung* é apontada como o principal subsídio metapsicológico para a adesão ao negacionismo em relação à pandemia. Tais autores sustentam que a *Verneinung* fundamentou a política brasileira em relação a não querer encarar o perigo real representado pela COVID-19 de uma maneira semelhante ao que Freud ([1912]2017] denominou como a "política do avestruz" típica da repetição – esconde-se a cabeça na terra com a ilusão de se livrar do perigo.

Tal vinculação, no entanto, pode ser insuficiente para cotejar as complexas dimensões do negacionismo enquanto fenômeno social contemporâneo. Para além dos possíveis prejuízos teóricos de tal derivação da negação observada na clínica para o contexto social, não é possível, de antemão, garantir que o negacionismo se resuma a uma negação coletiva que operaria sem o auxílio de outros mecanismos de defesa ou outros processos metapsicológicos (GUIMARÃES, 2021). Dito de maneira distinta, é bem possível que o fenômeno social do negacionismo mobilize outros processos e conceitos que se entretecem em uma trama complexa.

Dunker (2021), ao comentar sobre o discurso negacionista, aponta que há toda uma gramática de negações na psicanálise para além da *Verneinung*, de maneira que não seria possível resumir de forma peremptória as consequências subjetivas do negacionismo apenas a este conceito. A partir deste ponto de vista, aquiesce-se com Dunker (2021) sobre a possibilidade de o negacionismo teria uma maneira particular de interagir com a forma como cada subjetividade lidaria com a castração (isto é, a partir das vicissitudes da neurose, psicose ou perversão). Nessa esteira, Dunker (2021) aponta que o discurso negacionista da pandemia assumiu formas, mobilizando tanto aqueles que de alguma forma rejeitam a factualidade da pandemia de uma maneira similar à das psicoses, mediante a enunciação de delírios, mas também aqueles que negam ou subestimam a pandemia por medo da renúncia de prazeres advindos do contato social. Algo similar é dito alhures pelo mesmo autor:

> A pandemia criou três perfis: o tolo, o confuso e o desesperado. O "tolo" sente tanto medo que precisa negar o que está acontecendo. Então, ele diz: "isso é uma gripezinha, vai passar, foi uma invenção dos chineses, não precisamos ter medo". A segunda resposta do tolo é a seguinte: "Ok, isso existe, mas eu sou uma pessoa especial, alguém me protege lá em cima, estou imune, sou atleta". É outra forma de negar o medo. (DUNKER, 2020, p. 72)

De maneira semelhante, Dunker (2021) adverte para um tipo intrigante de discurso negacionista: aquele que até sabe do perigo representado pela COVID-19, mas nega tal realidade para mostrar que é alguém "contestador" e ostentar sua contrariedade àqueles que defendem medidas de prevenção e restrição que corporificariam a Lei. Para este tipo, é importante manter uma relação de desafio à Lei e à castração. Nesse sentido, Safatle (2006), ao comentar comparativamente os textos "A perda de realidade na neurose e psicose" (FREUD, [1924]2016) e "Fetichismo" (FREUD, [1927]2016), aponta que a neurose não desmentiria os elementos penosos da realidade, somente não quer nada deles saber, enquanto a psicose opera um desmentido (*Verleugnung*) da realidade e busca substituí-la e reestruturá-la.

Contudo, segue Safatle (2006), o desmentido que seria operado no Fetichismo desafiaria tal oposição aparente. A *Verleugnung*, o desmentir a realidade, seria um procedimento de desconsiderar uma algo desagradável tal como a castração materna. No fetichismo, haveria um deslocamento do valor *(Wertverschiebung)* do pênis ausente na mãe para um objeto substituto. O fetichista negaria a castração ao operar tal deslocamento, mas negaria também esta negação por saber que o objeto substituto nada mais é do que um arremedo, uma alternativa ao pênis ausente. Significa dizer que no fetiche há um saber sobre a castração que é duplamente negado – sabe-se que o pé não é um órgão sexual, mas desconsidera-se isso, desmente-se que isso tenha um valor real e nega-se a incidência da

castração. Ocorre, pois, uma clivagem do sujeito ao entrar se defrontar com a falta ao que ele opera este simultâneo reconhecimento, mobilizando o desmentido e a substituição da castração:

> Na dimensão do fetichismo, o sujeito sabe que portar uma bota de látex negra náo permite à mulher ser menos castrada do que antes. Há, pois, um *saber da verdade*, mas isso não o impede de gozar como se ele não soubesse (SAFATLE, 2006, p.192).

A partir deste exemplo, é possível entender que na *Verneinung* ocorre a admissão indireta do recalcado porquanto a negação substitui a tentativa de expulsão do que é desagradável, enquanto na *Verleugnung* típica do fetiche há uma operação de tomar conhecimento da castração, recusando a parcela desagradável dessa realidade e deslocando-a para um objeto substituto que é reconhecido enquanto tal. É como se o sujeito enunciasse "Eu sei disso, mas como isso atrapalha meu gozo, agirei como se não soubesse". Daí a aproximação da *Verleugnung* do fetiche com o estudo das perversões5.

Como foi supramencionado, o que se apresenta é uma aparente multideterminação no discurso negacionista que não se restringe à *Verneinung*, sobretudo quando se leva em consideração, no caso do Brasil, a postura dos cargos mais altos do Poder Executivo da época, posturas estas que se aproximam bastante da desconsideração conveniente da realidade caracterizada pela *Verleugnung*.

Contudo, trazer à baila o estudo das neuroses, psicoses e perversões para compreender o negacionismo não deve caminhar para um psicologismo que reduz a questão às categorias nosográficas da psicanálise. Em vez disso, podemos considerar que a adesão ao discurso negacionista não se sustentaria em um comprometimento de ordem psicopatológica, mas seria derivado de uma produção social de uma relação turbulenta com a realidade e com os consensos científicos que, em outros contextos, seriam aceitos como estratégias de autoconservação. A este respeito, é interessante convocar o pensamento de Theodor W. Adorno sobre como a permanência do fascismo em sociedades ditas democráticas pode dar a impressão de que a própria relação com a realidade é danificada, tal como no excerto abaixo:

> A psicologia totalitária reflete o primado de uma realidade social que produz seres humanos já tão insanos quanto ela própria. A insanidade, entretanto, consiste em que os seres humanos aprisionados funcionam apenas como agentes de uma realidade todo poderosa; em que sua psicologia configura tão somente estações parada dessa tendência da realidade. O fato de que possa surgir um sistema delirante [*Wahnsystem*] a partir da doutrina das próprias leis sociais objetivas não deve seduzir ninguém a recair em um psicologismo, que se contenta com a fachada

[5] Zizek (1992) aproxima estes aspectos da *Verleugnung* da discussão sobre o totalitarismo e o cinismo que dele subjaz. No totalitarismo, não mais vigoraria o adágio marxiano sobre o véu de falsa consciência da ideologia: "eles não sabem o que fazem, mas o fazem mesmo assim", em vez disso, sob a ordem totalitária essa máxima poderia ser invertida para "eles sabem o que fazem e por isso o fazem", em um procedimento que convocaria o desmentido da realidade representado pelos aspectos da *Verleugnung* coligados à lógica perversa.

> social e, além disso, nem sequer é satisfatório psicologicamente (ADORNO, [1954] 2015, p. 196).

Destarte, esses elementos puderam ser vislumbrados na atuação do governo federal em relação ao COVID-19. Por meio das redes sociais, foi possível testemunhar a existência de uma espécie de campanha ou propaganda contra as medidas de proteção e as informações científicas sobre o coronavírus, mormente baseada em notícias falsas, ataques virtuais e algumas teorias de conspiração que chegam a ser bizarras. Decerto, é notório que o espaço da internet permite a ação de "grupos" virtuais, responsáveis por compartilhar postagens, fotos e notícias (a maioria não verificadas ou flagrantemente falsas) voltadas para aqueles que podem ser percebidos como inimigos políticos (LEWANDOWSKY; ECKER; COOK, 2017). Embora a ação desses grupos possa parecer uma característica nova da política contemporânea, presume-se, em vez disso, que eles são uma forma atualizada de aplicar elementos de psicologia das massas e propaganda fascista.

A maneira de consumar tal proposta é a de trazer este diálogo para problematizar as maneiras que o discurso negacionista consegue ser objeto de massiva adesão, como se deu no caso brasileiro. Assim, a hipótese que aqui se levanta é de que tal adesão se deu mediante estratagemas típicos da psicologia das massas que subjaz do emprego de táticas de propaganda fascista coligidas no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nestes termos, será necessário um breve excurso sobre psicologia das massas em Freud e sua recepção na obra de Adorno.

A psicologia das massas em Freud e Adorno

Em "Psicologia das Massas e Análise do Eu", Freud ([1921]2011) propõe as massas se coligariam pela libido em relações de identificação. Identificação esta que, desde o seu momento primordial, é uma via de mão dupla: há a assimilação de aspectos do Outro no Eu pela existência de aspectos do Eu nesse Outro. A sucessão de identificações, sobretudo após o a dissolução do Édipo, resulta na especialização de uma instância que servirá como reguladora e modelo a ser seguido: o ideal do Eu (*Idealich*). Ela acolhe os ideais coletivos e autoridades chanceladas pela cultura, dando continuidade ao "trabalho" da figura paterna. É neste sítio que residirá a figura do Líder. Ele catalisa a trama de identificações que constitui a massa: sujeitos que se identificam entre si por comungarem de um Ideal do Eu. Assim, ele passa a gozar das mesmas franquias que cada sujeito destinava para si no estágio do narcisismo primário. A adesão aos desígnios do Líder não é somente ensejada pelo exercício de autoridade, mas justamente por esta autoridade ser uma via, enquanto ideal do Eu, para que o sujeito possa uma vez mais ter acesso àquele estado de plenitude narcísica do Eu Ideal. A idealização do líder é um "atalho", pois, para a reconquista de um Eu idealizado: um Eu onipotente

cuja fruição é assentada na destruição sádica dos elementos do mundo ao seu redor, um Eu intolerante ao não-idêntico.

No entanto, entre membros de uma massa e em relação ao Líder, não existem apenas sentimentos fraternos. Também as relações no interior da massa Freud ([1921]2011), são permeadas pela ambivalência afetiva, isto é, a coexistência e intercâmbio entre ódio e amor, hostilidade e ternura. Nesse sentido, Freud ([1921]2011) salienta o quão importante é para a união do grupo a existência de um rival externo que atue como depositário da hostilidade que é poupada aos próximos, mesmo que este ódio esteja direcionado a alguém que é, no fim das contas, muito semelhante. Por meio deste narcisismo das pequenas diferenças, a animosidade interna da massa é redirecionada como ódio e intolerância em relação ao outro.

Justamente por isso testemunhamos a admiração por figuras políticas de inclinação protofascista, pois eles, como aponta Adorno ([1951]2015b), reconciliam o homem comum com sua própria imagem idealizada, porquanto este alimenta seu próprio opressor pessoal. Assim, tais lideranças conquistam um endosso popular digno de nota, sedimentado no achaque de adversários para impulsionar sua imagem de condutor de um novo projeto de nação.

No capitalismo contemporâneo, especialmente em países que experienciaram governos que levam a termo um neoliberalismo autoritário, as lideranças neofascistas se valem ainda do culto ao sujeito rígido que apenas investe no que diz respeito a si e a seus pares, evadindo-se de formas de participação coletiva. O enrijecimento é uma maneira de se adaptar a uma sociedade capitalista também enrijecida. Esse é um dos fundamentos desse autoritarismo imanente presente no capitalismo: a produção em massa de subjetividades egocêntricas, que se orgulham do seu progressivo fracasso em lidar com a alteridade (GANDESHA, 2018). Afinal, a psicologia das massas é ainda e ainda mais uma ferramenta de dominação social em nossos dias.

O elemento regressivo das massas é um componente fundamental dessa dominação, já que remonta aos estágios arcaico e infantil. Aliás, é justamente este elemento regressivo que permite que observemos a massa fascista como uma maneira socialmente mediada de ampliar as demandas narcísicas que o Eu “individual” não era capaz de satisfazer. Portanto, a responsabilidade do Eu agora é projetada e integrada em uma imagem coletiva e onipotente que se assemelha à economia libidinal narcísica. Por meio desse sujeito desindividualizado porém narcisista, semiformado porém crente de que é o centro do mundo, o fascismo consuma uma importante mudança na maneira em que se dão as identificações em sociedade (SAFATLE, 2017).

Os líderes fascistas, por exemplo, passam a ser admirados por serem o alargamento da personalidade de seus seguidores e não por representarem ideais políticos objetivamente expressos.

A identificação narcísica é retroalimentada por um Eu débil, incapaz de entrar em contato com o não-idêntico por estar em seu claustro de narcisismo e idealização de si. Esse Eu débil encontra compensação na imagem da coletividade arrogante que se regozija na atuação da liderança fascista. O narcisismo exacerbado de um líder arrogante e chucro, que se orgulha de seus atributos decadentes e daninhos, reconcilia o homem comum consigo mesmo, com a imagem idealizada que faz de si. No meio dessa massa de pequenos grandes homens, ele encontra o abrigo perfeito para exprimir o opressor que reside dentro de si, sendo o líder fascista um catalisador das identificações que ocorrem dentro dessa massa. Destarte, a liderança fascista atua como uma compensação da incapacidade de lidar com a diferença. Nesse contexto, qualquer alteridade é tomada como um fracasso social: a mera existência de pessoas que sejam diferentes, não-idênticas ao Eu, subsidiam uma frustração que deve ser exprimida na forma de intolerância. Assim, Adorno vislumbrou que o narcisismo tem potenciais autoritários ao submeter o mundo ao filtro da identificação narcísica: feio é tudo o que não for espelho[6].

No fim das contas, o laço social do fascismo prospera justamente pela expropriação inconsciente do controle social. Significa dizer que não é somente mediante a coerção que o autoritarismo se impõe, mas também pelo apelo direto a afetividade dos sujeitos. O fascismo, pois, é aqui tratado como uma forma de laço social que vincula sua significação política com as disposições psicológicas das quais pode se servir. Seu perigo reside justamente na possibilidade de sua insidiosa permanência em sociedades supostamente democráticas, justamente pelo fato de o autoritarismo ser uma imanência das sociedades modernas.

É na psicologia das massas freudiana que Adorno ([1955]2015) encontra um ponto de partida para esta concepção menos enrijecida do Eu. A partir dela, julga ser possível compreender melhor como as massas se entregam a políticas que atentam inclusive contra o interesse de conservação da sua própria vida, políticas estas estabelecidas mediante uma agenda de medo e violência. E é assim que tal minoria imporia seus interesses não em oposição, mas por intermédio das grandes maiorias, com as massas se tornando o seu verdadeiro campo de ação mediante a incorporação (pela via identificatória) da ideologia dominante como bússola para a conduta em sociedade.

[6] Segundo Zaretsky (2020), esta é uma das principais contribuições que Adorno nos introduz neste ensaio. Ao mostrar que a "psicologia das massas do fascismo" remete mais à promoção de condições sociais que favorecem a regressão a um narcisismo infantil pré-edípico do que às consequências sociais de uma sociedade que promove a repressão sexual - como sugerido por Reich ([1930]), Adorno nos dá os contornos do sujeito pós-psicológico. Com efeito, aqui o sujeito "pós-psicológico" se relaciona com o Eu ainda precário do narcisismo primário. Premia-se, no fascismo, o enrijecimento do sujeito que lança mão seu expediente narcísico de devotar amor apenas ao Eu coletivizado, que não leva em consideração o não-idêntico. Nesse sentido, o sujeito pós-psicológico tende, dialeticamente, também ao pré-metapsicológico: visa investir energia psíquica somente em si mesmo e é socialmente recompensado por isso, o que cada vez mais alija a noção de "Outro" das relações sociais, senão como ameaça. Zaretsky, nesse sentido, aponta que o ensaio de 1951 de Adorno é um importante retrato da transição de uma sociedade que reprime o Eu para uma sociedade que, de maneira farsesca, o exalta.

A partir disso, entendemos que o trabalho coletivo e socialmente mediado de elaboração do passado (ainda presente) relativo à pandemia é fundamental. É o que abordamos na seção a seguir.

A memória, o lembrar ativo e a perlaboração.

À primeira vista, a memória enquanto lembrança de contextos tais como o pandêmico servem como alternativa ao negacionismo: se lembramos de algo, não esquecemos, mantemos viva a memória do objeto perdido e afirmamos sua existência. Contudo, como é possível vislumbrar a partir de Freud em "Lembrar, Repetir e Perlaborar" (1914/2017), a mera lembrança (*Erinnerung*) pode estar decisivamente afetada por resistências e impedimentos advindos do recalcamento, bem como as lembranças encobridoras.

A simples recordação de algo traumático, pois, não garante que necessariamente alguém evitará a reocorrência deste fenômeno. Na verdade, diz Freud (1914/2017), podemos inclusive lembrar daquilo que nunca chegou à nossa consciência, como no exemplo dos sonhos e fantasias originárias. Neste cenário, os conteúdos inconscientes ou não podem suscitar que atuemos de forma a repetir aquilo que nos é nocivo, deletério, à maneira de uma compulsão à repetição *(Wiederholungszwang*).

Assim, os eventos pretéritos não perdem seu gume traumático ao serem meramente lembrados, uma vez que a lembrança somente não rearranja por si só as condições para que o evento não se repita. Traumas costumam ter, diz Freud (1914/2017), uma potência atual e viva sobre o decurso da vida de alguém, não sendo somente elementos relegados ao passado: por isso mesmo é injusta a pecha de que os psicanalistas só tratam de eventos muito longínquos na história de seus analisandos. As lembranças interessam sobretudo pelos usos que alguém decide dar a elas em um processo de análise, é preciso trabalhá-las, elaborá-las ou, em termos freudianos, operar com elas um processo de perlaboração (*Durcharbeitung*): trabalhar dentro do fenômeno, através dele, não como um observador isento, mas como um ator implicado neste processo.

Quando tratamos de contextos que são traumáticos e significativos para toda a sociedade, como no caso da pandemia, a trabalhar coletivamente a questão da memória e do esquecimento é árdua e delicada. Ao menos este é o argumento de Jeanne Marie Gagnebin (2006), seguindo o esteio de Freud e de Theodor W. Adorno. Gagnebin (2006) retoma estes dois autores para atualizar uma questão feita por Adorno na década de 1950: o que significa elaborar o passado?

Sem embargo, Gagnebin aborda esta questão a partir do que Adorno (1970/2009) propôs como um novo imperativo categórico: aquele que versa sobre como toda ética deve ser direcionada para que Auschwitz não se repita. Assim, Gagnebin (2006) relembra que Adorno propõe que Auschwitz não deve ser meramente lembrada, seja com solenidades, eventos alusivos, etc. Deve-se, em vez disso,

lutar contra o esquecimento de Auschwitz, uma luta ativa e política que acarreta, para o sujeito, o encontro com sua própria culpabilidade e participação em cenários de barbárie tais como esse.

Nesses termos, o excerto a seguir tem muito a dizer para o momento pós-pandemia em que vivemos:

> Em oposição a essas figuras melancólicas e narcísicas da memória, Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um no seu contexto específico, defendem um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento — do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos (GAGNEBIN, 2010, p.105).

. Do excerto acima, depreendemos que o lembrar ativo requer um trabalho de perlaboração do passado, que requer uma responsabilização e respeito às conexões entre a memória do passado e do presente. Portanto, cabe perguntar a quem interessa a anistia ou o esquecimento do passado da pandemia de COVID-19.

Tal como Adorno (1959/1996), suspeitamos que "o gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça.(p.28)". A anistia e esquecimento interessam àqueles que ativamente participaram de (ausência de) políticas públicas que desampararam milhões de brasileiros em relação ao vírus da COVID-19. Talvez, pois, a anistia não seja uma sábia solução para um trabalho de memória ativa do passado recente da pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse do que foi aqui discutido, vinculando a discussão sobre o negacionismo e algumas das categorias psicanalíticas e sociais a ele relativas, quais sejam, os conceitos de negação, desmentido, psicologia das massas, propaganda fascista, etc., encaminhamos algumas conclusões para este trabalho.

Em primeiro lugar, entendemos que o negacionismo mobiliza conjuntamente diferentes elementos de ordem inconsciente e social. Governos como o do ex-presidente Bolsonaro usaram do apelo aos afetos uma valiosa estratégia para angariar apoio das massas e de parte da classe política. Assim, o negacionismo científico da pandemia se tornou mais que uma posição "puramente" ideológica, mas também de privilegiar os interesses políticos e financeiros dos aliados do ex-presidente. Como vimos a partir da obra de Adorno, tal tipo de propaganda com caracteres neofascistas tem método e objetivos muito bem definidos que podem ser escamoteados sob a falsa

aura de “espontaneidade” dos agitadores. Os “tweets” de Jair Bolsonaro mostram tal realidade, por exemplo (PAES; BRASIL; ,MASSARANI. 2022).

Além disso, promovemos uma discussão sobre psicologia das massas, propaganda fascista e a importância do trabalho da elaboração do passado, ou melhor, da sua perlaboração efetiva. Tais móbiles conceituais nos ajudam a compreender como o processo de maior adesão ao negacionismo no Brasil é algo socialmente mediado pelo apelo à afetividade das massas, instadas a desconfiar dos dados oficiais de instituições científicas. Tal processo, contudo, não se inicia na pandemia, mas talvez já nos primeiros atos do governo Bolsonaro, quando o ex-presidente passa a contestar frontalmente os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre o desmatamento no Brasil (GALVÃO, 2001).

Se a adesão ao negacionismo não se iniciou com a pandemia, ela também não se restringiu a ela ou se encerrou junto com o decreto do fim do período pandêmico. Ao fim das eleições de 2022, o ex-presidente e seus apoiadores passaram a contestar a lisura e credibilidade nao só do processo eleitoral, mas de toda a organização do Estado Democrático de Direito brasileiro. Em meio a difusão coordenada de inúmeras teorias conspiratórias sobre manipulação das urnas eletrônicas, o ex-presidente e sua camarilha de asseclas tecia a tentativa de um golpe de estado, cujo paroxismo se deu no dia 08 de janeiro de 2023, com a invasão dos prédios dos três poderes em Brasília. Como apontam Fleck e Silva (2023), foram três tempos de negação em um curto período.

É importante, em termos conclusivos, considerar que esta sucessão de eventos não diz respeito a uma espécie de “psicose coletiva”, na qual uma nação inteira se afastou da “realidade”. Como vimos a partir de Freud e da recepção que a obra deste tem na de Theodor Adorno, mesmo nas neuroses ditas “normais” já há elementos que podem ser considerados delirantes em outros contextos. Significa dizer que mesmo aquilo que julgamos normal e ordinário pode estar edificado sobre bases repletas de manifestações do Inconsciente. Os agitadores fascistas, como expresso por Adorno, sabem disso pois são a prova viva de que a política pode regredir ao Inconsciente.

No fim das contas, buscamos evidenciar como o discurso negacionista faz parte de um complexo sistema de estratégias políticas que visam instrumentalizar, senão a perda, mas talvez a negação da realidade com fins lucrativos. “Teorias” como as que versavam sobre o tratamento precoce, ineficácia das vacinas e a imunidade de rebanho tinham beneficiários diretos, tais como laboratórios farmacêuticos, planos de saúde, etc. Não será possível, nos limites deste trabalho, atestar se os membros do governo anterior sabiam da falsidade de tais procedimentos sanitários. A situação, contudo, sugere uma política de Estado praticada por pessoas que poderiam até saber das consequências nefastas do negacionismo e das teorias de conspiração, mas que agiam como se nada

disso importasse. Uma postura mista entre"Eu sei bem disso, mas mesmo assim...", adágio típico do fetichismo e da denegação e o "E daí?" de quem, de fato, não se importou de fato com o processo que resultou em mais de 700 mil mortes (CALEJON, 2001).

Nesses termos, o presente trabalho pretendeu apresentar o argumento de que faz-se necessário promover o entrelaçamento do saber psicanalítico com a teoria social para entender como o discurso negacionista acerca da pandemia de COVID-19 repousa em alguma medida em moções inconscientes. Assim, o estudo contribui para a reflexão acerca de como a população pode ser induzida, com base em sua afetividade, a negar o enfrentamento a situações que representam risco iminente às suas vidas. Desta forma, o presente trabalho pode auxiliar não só no âmbito acadêmico, mas também no das políticas públicas em saúde no que se refere à importância de discutir e problematizar não somente os aspectos sanitários, mas também os psicológicos que estão envolvidos no debate sobre a Saúde Pública.

Assim, acredita-se que é fundamental que tal discussão seja celebrada publicamente no sentido de perlaborar algumas das vivências experienciadas nos anos mais críticos da pandemia, com a finalidade de minorar o risco de que a sociedade brasileira repita o mesmo malfadado roteiro que acarretou na perda de mais de 700 mil vidas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Antissemitismo e propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: EDUNESP, 2015.p. 137-152. (Trabalho original publicado em 1946)

ADORNO, Theodor W. Observações sobre política e neurose. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: EDUNESP, 2015, p. 191-198. (Trabalho original publicado em 1954).

ADORNO, Theodor W. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: EDUNESP, 2015, p. 71-135. (Trabalho original publicado em 1955)

ADORNO, Theodor W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: EDUNESP, 2015, p. 136-152. (Trabalho original publicado em 1951)

AMADO, G. Imunidade de rebanho de Bolsonaro não funcionaria nem em gado. **Metrópoles**, [*S. l.*], 2022. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/imunidade-de-rebanho-de-bolsonaro-nao-funcionaria-nem-em-gado. Acesso em: 4 jan. 2023.

BEER, P. From negation to negationism: the COVID-19 pandemic in Brazil. **Journal of Psychosocial Studies**, v 14, n 3, 2021, p. 187-201, 2021.

CALEJON, C. **Tempestade perfeita: o bolsonarismo e a sindemia covid-19 no Brasil**. Editora Contracorrente, 2021

CASSORLA, R. Arrancando os olhos: reflexões sobre negacionismo. **Jornal de Psicanálise**, v. 54, n. 101, p. 35-55, 2021.

DIETHELM, P; MCKEE, M. Denialism: what is it and how should scientists respond?, **European Journal of Public Health,** V. 19, N.1, 2009.

DUNKER, C.I.L. **A arte da quarentena para principiantes**. Boitempo Editorial, 2020.

DUNKER, C.I.L. **Negacionismo e psicanálise**: Christian Dunker - Falando nIsso 312.. [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1IenkrIsa1U. Acesso em: 21 de fev. 2024

FLECK, A; SILVA, E. Três vezes negação: Colapso climático, corrosão da democracia e pandemia. **Estudos de Sociologia**, 2023.

FONSECA, E. M. D.; NATTRASS, N.; LAZARO, L. L. B. ;BASTOS, F. I. Political discourse, denialism and leadership failure in Brazil's response to COVID-19. **Global Public Health**, v. 16, n. 8-9, p. 1251-1266, 2021.

FREUD, S. A perda de realidade na neurose e na psicose. **Neurose, Psicose, Perversão (Obras incompletas)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 279-285. (Trabalho original publicado em 1924)

FREUD, S. A negação. In: FREUD, S. **Neurose, Psicose, Perversão (Obras incompletas)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 305-314 .(Trabalho original publicado em 1925)

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: FREUD, Sigmund. **Sigmund Freud: obras completas** (vol. 14). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 161-243. (Trabalho original publicado em 1920)

FREUD, S. Fetichismo In: FREUD, S. **Neurose, Psicose, Perversão (Obras incompletas)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 315-325 .(Trabalho original publicado em 1927)

FREUD, S. Lembrar, repetir, perlaborar. In: FREUD, S. **Fundamentos da clínica psicanalítica (Obras incompletas)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 156-165. (Trabalho original publicado em 1912)

FREUD, S. **O chiste e sua relação com o Inconsciente** (Obras completas, vol. 07). São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Trabalho original publicado em 1905)

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, Sigmund. **Sigmund Freud: obras completas** (vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras, 2011a, p.13-113 (Trabalho original publicado em 1921)

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALVÃO, R. M. O. O Professor Ricardo Galvão fala sobre" Meio Ambiente, Ciência e Censura"[Entrevista]. **Revista TRIP FM**, 2021.

GANDESHA, S. "Identifying with the aggressor": From the authoritarian to neoliberal personality. **Constellations**, 25: 147– 164, 2018.

GREER, S. L.; KING, E. J.; FONSECA, E. M.; PERALTA-SANTOS, A. The comparative politics of COVID-19: The need to understand government responses. **Global public health**, v. 15, n. 9, p. 1413-1416, 2020.

GUIMARÃES, E. A íntima relação entre o negacionismo e o real. **Outras Palavras.** Disponível em:<https://outraspalavras.net/poeticas/a-estranha-relacao-entre-o-negacionismo-e-o-real/>. Acesso em 03 de outubro de 2022.

HYPPOLITE, J. Apêndice I: Comentário falado sobre a Verneinung de Freud. In: LACAN, J. **Escritos**, Rio de Janeiro, RJ: Zahar, p. 893-902, 1998.

KAMPS, B.S.; HOFFMANN, C. **COVID reference**. Munique: Steinhauser Verlag, 2020.

KLAJNMAN, D.L. Pandemia e “negacionismos”: notas e considerações a partir da psicanálise. **Revista Psicologia e Transdisciplinaridade**, v. 1, n. 2, p. 8-26, 2021.

LAPLANCHE, J. PONTALIS, Jean-Baptiste; **Vocabulário da psicanálise.** Santos, SP: Martins Fontes, 1992. (Trabalho original publicado em 1987)

LASCO, Gideon. Medical populism and the COVID-19 pandemic. **Global Public Health**, v. 15, n. 10, p. 1417-1429, 2020.

LEWANDOWSKY, S; ECKER, U.K.H; COOK, J. Beyond misinformation: Understanding and coping with the “post-truth” era. **Journal of applied research in memory and cognition**, v. 6, n. 4, p. 353-369, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHO Director-General‘s opening remarks at the media briefing**: 4 January 2023. [*S. l.*], 2023. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing--4-january-2023>. Acesso em: 5 jan. 2023.

PAES, Amanda; BRASIL, Vanessa; MASSARANI, Luisa. Negacionismo Científico: Uma Análise do Twitter de Jair Bolsonaro em Março e Novembro de 2020. **Razón Y Palabra**, v. 26, n. 114, 2022.

REICH, W. **Psicologia das Massas do Fascismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

RITCHIE, H. Coronavirus pandemic (COVID-19). **Our world in data**, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=JPN~USA>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

ROQUE, T. O negacionismo no poder. **Revista Piauí**, v. 161, 2020..

ROUSSO, H. Le syndrome de Vichy: De 1944 à nos jours. Paris: Éditions Du Seuil, 1987

SAFATLE, V. **A paixão do negativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SAFATLE, V. Adorno’s Freud in the Age of Trump. **Public Seminar: Reading Adorno’s Fascist Propaganda Essay in the Age of Trump.** Nova Iorque: New School for Social Research, 2017. Disponível em< https://publicseminar.org/2017/10/adornos-freud-in-the-age-of-trump/> Acesso em 15 de agosto de 2022.

STRUCK, J.P. Na ONU, Bolsonaro defende ineficaz "tratamento precoce". **Deutsche Welle**, 2021. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/na-onu-bolsonaro-defende-ineficaz-tratamento-precoce/a-59251010. Acesso em: 5 jan. 2023.

ZARETSKY, Eli. Adorno's Three Contributions to a Theory of Mass Psychology and Why They Matter. **A Companion to Adorno**. Wiley: Blackwell, p. 321-334, 2020.

ZIZEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

O VOTO RELIGIOSO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO PENTECOSTALISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Raissa Pimentel Costa[1](UFPA)

RESUMO: A relação religião e política têm estado cada vez mais presente no cenário político brasileiro, esse novo formato vem se constituindo desde as últimas décadas do século XX, quando os primeiros parlamentares evangélicos vieram a ser eleitos de forma organizada, a partir da ascensão religiosa do segmento pentecostal. A inserção evangélica no ambiente político nacional vem se estabelecendo com êxito, as atuações de pentecostais nas assembleias legislativas e na câmara dos deputados representam a emergente incorporação das pautas levantadas por esse público, que anteriormente buscava não se envolver politicamente, mas atualmente representam um dos maiores segmentos políticos do Brasil. A ascensão de políticos pentecostais e a capacidade de mobilização política exercida pelas igrejas tem se refletido pelo o que muitos autores denominam como *voto evangélico*. O voto evangélico consiste na escolha eleitoral motivada por estímulos políticos adquiridos no interior do grupo religioso. Tendo em vista este cenário, o presente trabalho buscou analisar quais os fatores determinantes do voto evangélico. O estudo tem carácter essencialmente qualitativo e quantitativo, com enfoque na análise bibliográfica acerca do voto evangélico. A presente pesquisa se baseou nos dados do censo demográfico do IBGE 2010 e nas pesquisas pós-eleitorais do ESEB 2014. Os resultados indicam que os fatores preponderantes para o sucesso eleitoral do segmento evangélico são organização política desenvolvida pelas igrejas, e a capacidade de mobilização do seu público.

Palavras-chave: voto evangélico; politica; determinantes.

INTRODUÇÃO

As igrejas pentecostais tem desempenhado papel importante no cenário político brasileiro, principalmente quando se fala em câmara dos deputados, onde atualmente temos 93 (noventa e três) deputados que se autodeclaram evangélicos. Parlamentares evangélicos vêm se estabelecendo no âmbito político desde o final dos anos 1980, quando os primeiros deputados evangélicos vieram a ser eleitos de forma organizada, desde então o número de parlamentares cresceu de tal maneira que temos hoje no congresso nacional a Frente Parlamentar Evangélica, que representa uma das três maiores bancadas do congresso brasileiro. O número de fiéis evangélicos tem tido uma crescimento constante e atualmente eles representam 22,2% da população (IBGE, 2010). Para Machado (2014, p. 603), deve-se esclarecer que esse crescimento é resultado da difusão do pentecostalismo, uma vez que os integrantes desse segmento deixaram para trás os chamados protestantes históricos, e, segundo os dados do último censo, representam agora 60% dos evangélicos.

A ascensão de políticos pentecostais e a capacidade de mobilização política exercida pelas igrejas tem se refletido pelo o que muitos autores denominam como *voto evangélico*. O voto evangélico consiste na escolha eleitoral motivada por estímulos políticos adquiridos no interior do grupo

[1] Graduada em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, UFPA, Brasil. Email: raissa_pimentel@outlook.com.

religioso (FUKS, 2015, p. 115). A inserção evangélica no ambiente político nacional vem se estabelecendo com êxito, as atuações de pentecostais nas assembleias legislativas e na câmara dos deputados representam a emergente incorporação das pautas levantadas por esse público, que anteriormente buscava não se envolver politicamente.

O crescente número de parlamentares evangélicos principalmente na câmara dos deputados levanta um questionamento: quais os fatores determinantes do voto evangélico? Alguns autores definem como determinante à frequência dos fiéis aos cultos religiosos, determinando que quanto maior a frequência aos cultos e atividades relacionadas à igreja maiores são as chances dos fiéis votarem no candidato apresentado pelo grupo religioso (Fucks, 2015, p.115; Baptista, 2006; Bonh, 2004, p. 334). Outros associam ao nível de escolaridade e a renda (Bonh, 2004, p. 298 à 299). E ainda a forma de organização eclesial, se ela será centralizada ou descentralizada (ORO, 2003, p. 97; FUKS, 2015, p. 116). Assim, ganham cada vez mais relevância às discussões sobre o voto evangélico e a influência das igrejas pentecostais no comportamento político-eleitoral dos fiéis no Brasil.

Para que o estudo fosse possível, houve um levantamento bibliográfico sobre a história do pentecostalismo, o voto evangélico e as principais denominações pentecostais presentes no ambiente político brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa será baseada nos estudos de Saulo Baptista, Simone Bonh, Guilherme Alberto Rodrigues, Mario Fuks, Maria Dolores Machado, entre outros pensadores pertinentes ao assunto. O estudo terá caráter essencialmente quantitativo e qualitativo, com base nos dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, e nas pesquisas pós-eleitorais realizadas pelo Estudo Brasileiro Eleitoral (ESEB), em 2014.

Inicialmente, apresentamos um apanhado sobre a história do pentecostalismo no Brasil enfatizando as suas três ondas: pentecostal, deuteropentecostal e neopentecostalismo, chamando a atenção para o crescimento do público evangélico no país. No segundo capítulo, apresentamos as duas principais vertentes pentecostais em público e em participação política, ressaltando ainda o uso do evangelismo eletrônico pelas igrejas Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus. No terceiro capitulo, buscou-se fazer uma análise sucinta sobre a politização do público pentecostal levando em consideração fatores como renda, grau de escolaridade e idade. Além de explorar o crescimento pentecostal nas legislaturas de 2010 e 2014. Por fim, são apresentados os resultados.

Este trabalho fará suas análises a partir de como a relação religião e política tem se estabelecido no Brasil entre 2010 e 2014, através de três perspectivas: como as igrejas pentecostais e neopentecostais Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus tem o maior êxito nas eleições ao promoverem candidatos a cargos públicos, o formato de organização política exercida por estas congregações e como o apoio e a participação política das igrejas pentecostais têm influenciado

direta ou indiretamente no voto dos fiéis através do que muitos pesquisadores definem como *voto evangélico*.

O Pentecostalismo e a Expansão Evangélica.

O Brasil tem sofrido grandes mudanças no seu quadro religioso durante os últimos 40 anos. O país que até a década de 1980 tinha 89,0% (IBGE) da população autodeclarada católica viu esses números mudarem gradualmente com o crescimento de uma nova vertente evangélica que se estabeleceu no Brasil em 1910, o pentecostalismo. Formado no início do século XX nos Estados Unidos, o pentecostalismo vem crescendo em vários países em desenvolvimento na África, no Leste e no Sudeste da Ásia, sobretudo da América Latina (Mariano, 2004, p. 121). O desenvolvimento do pentecostalismo no Brasil tem sido destacado em muitos estudos por períodos históricos (FRESTON, 1993; MARIANO, 2004; ROSAS, 2009) estes períodos são definidos através de algumas características como: a fundação de igrejas, a forma de organização eclesial e as semelhanças em suas doutrinas, nesse sentido, o pentecostalismo brasileiro é caracterizado por três ondas.

As Três Ondas do Pentecostalismo.

A primeira onda pentecostal se constituiu em 1910 com a fundação de duas igrejas a Congregação Cristã no Brasil (CCB) em São Paulo e a Assembleia de Deus (AD) em Belém- PA. As duas congregações são consideradas pertencentes ao pentecostalismo clássico brasileiro. A CCB e AD foram fundadas por missionários no início do século XX, a primeira pelo italiano Luigi Francescon e a segunda pelos suecos Daniel Berg e Gunnar Vigren, os três missionários eram discípulos de William H. Durham na cidade de Chicago. Os missionários trouxeram ao Brasil o novo segmento evangélico que havia se estabelecido nos Estados Unidos, como meio de propagação da nova doutrina, os fiéis das igrejas pentecostais clássicas apresentavam sectarismo e asceticismo religioso radical, além da rejeição a vida mundana. Rosas (2009, np) descreve a primeira onda: “por agregar membros de pouca escolaridade e renda, apresentar forte resistência com o catolicismo, acreditar no paraíso como redenção, e dar grande ênfase ao dom de línguas”.

A segunda onda pentecostal também conhecida como deuteropentecostalismo teve início a partir da década de 50 com a fundação de novas igrejas pentecostais no Brasil, decorrentes das ações desenvolvidas pela Cruzada Nacional de Evangelização. O deuteropentecostalismo tem início com a chegada dos missionários norte-americanos Harold Williams e Raymond Boatrhigt a cidade de São Paulo, que pertenciam a Internacional Church of The Foursquare Gospel. Na cidade iniciaram o projeto de evangelização das massas com o lançamento da Cruzada Nacional de Evangelização, em 1953. Para Rosas (2009, np) “a campanha da Cruzada enfatizava a cura divina centrada no

evangelismo de massa e atingia a camadas mais pobres da população". O deuteropentecostalismo se pautava na cura divina, na pregação itinerante e em meios de comunicação como o rádio, trazendo uma inovação para o meio pentecostal, o que difundiu de forma rápida o pentecostalismo. A primeira igreja expoente da segunda onda no país foi à igreja do Evangelho Quadrangular fundada por Harold e Raymond, posteriormente, foram fundadas em São Paulo as igrejas: O Brasil para Cristo em 1955, a Igreja Pentecostal Deus é Amor, em 1962. Passos (2014, p. 192), em seu artigo reconheceu que a massificação dos cultos religiosos em espaços públicos, o visual dos pregadores, o desempenho teatral, bem como toda uma inovação rítmica aos cultos fora introduzida no pentecostalismo brasileiro pela Igreja do Evangelho Quadrangular. O que evidenciava uma inovação doutrinária característica da segunda onda do pentecostalismo no Brasil.

A terceira onda do pentecostalismo é a mais discutida no meio acadêmico, também conhecida como *neopentecostal*, tem sido alvo de muitas pesquisas por trazer uma nova perspectiva à doutrina adotada pelo segmento pentecostal, devido a sua rápida expansão, o envolvimento de muitos de seus líderes no meio político brasileiro e por sua presença ativa nos meios de comunicação rádio televisivo. As igrejas neopentecostais são as que mais se diferem caracteristicamente das igrejas de primeira e segunda onda. O neopentecostalismo se estabeleceu durante as décadas de 1970 e 1980, a partir da fundação das igrejas Universal do Reino de Deus (IURD), em 1977 no Rio de Janeiro, a Igreja Renascer em Cristo, em 1986, a Igreja Internacional da Graça de Deus, em 1998, entre outras denominações.

> Os neopentecostais, contrariamente aos pentecostais das primeiras ondas, promoveram grande liberdade quanto às representações em torno do corpo, exacerbaram a guerra contra o diabo, aderiram e acentuaram a pregação da Teologia da Prosperidade de que se deve usufruir dos bens que Deus reservou aos seus filhos ainda na terra. (ROSAS, 2009, np).

A principal expoente da terceira onda é a igreja Universal do Reino de Deus, uma vez que muitos autores definem que a transição do deuteropentecostalismo para o neopentecostalismo se deu a partir da expansão da igreja Universal (FRESTON, 2006; MORAES, 2009, p. 6), o que promoveu uma reformulação da doutrina pentecostal em muitos aspectos, como a inserção da Teologia da prosperidade que pregava a benção financeira de seus fiéis e que estes deviam ser bem sucedidos em seus empreendimentos, outro aspecto é a forma de organização eclesial que assumiu uma postura empresarial e centralizadora. Moraes (2009, p. 6) chama a atenção para a falta de homogeneidade nas igrejas de terceira onda quando comparada as suas antecessoras. Além disso, as igrejas de terceira onda também se voltaram para atividades externas aos templos religiosos como politicas assistenciais, atividades culturais, empresariais e políticas, o que atraiu muitos fiéis. Freston (2006, p. 118) afirma que o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foi um período de crescimento para as

neopentecostais, que passaram a apresentar uma tendência a um discurso com ênfase na justiça social. As pentecostais de terceira onda se mostram mais dispostas a se ajustar a vida moderna e a inibir as proibições promovidas por suas antecessoras.

A expansão evangélica.

O pentecostalismo cresceu e se difundiu rapidamente na sociedade brasileira, principalmente nas três últimas décadas do século XX. Inicialmente sua expansão se deu entre camadas populares de nossa sociedade e posteriormente veio a abrigar fiéis de diversas classes sociais, assumindo um papel único quando se fala em religião no Brasil. Ari Pedro Oro em artigo publicado pela revista Horizonte atribui ao pentecostalismo:

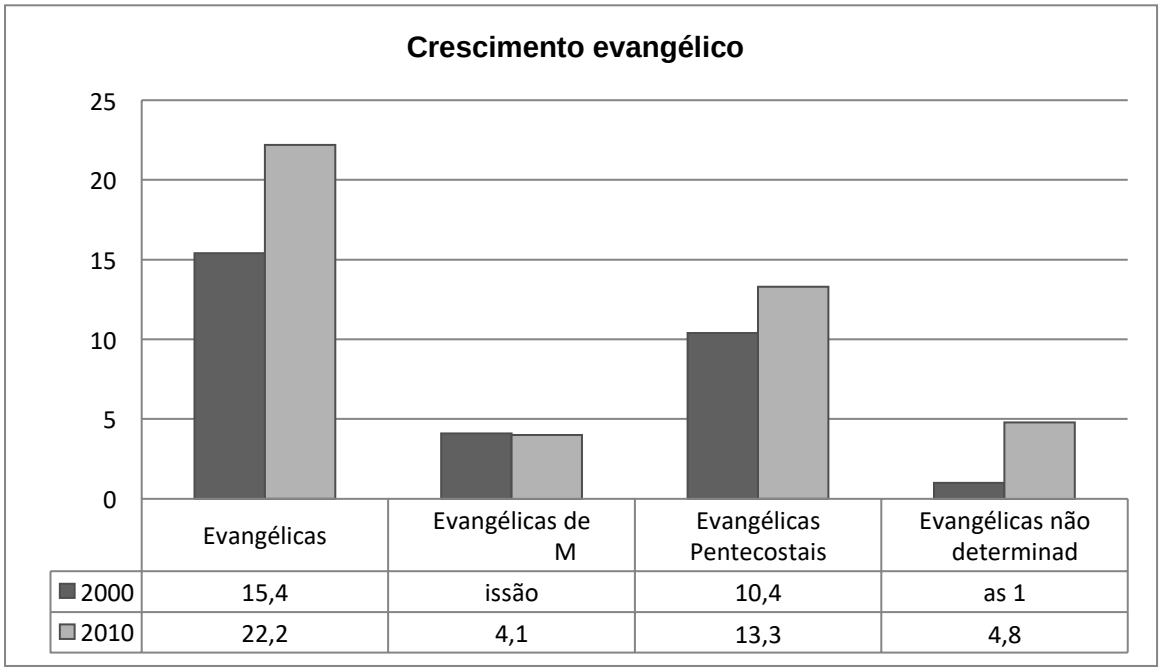
> Deve-se, em grande medida, à sua capacidade de adaptação que o pentecostalismo atrai indivíduos das diferentes camadas sociais e não mais somente os pobres dos meios urbanos, embora estes ainda constituam a maioria dos fiéis. Não podemos, igualmente, subestimar o impacto do pentecostalismo sobre os indivíduos e as instituições. Se assim for, há que se considerar que o pentecostalismo constitui hoje um ator social que não dá mais para não ser levado em conta no quotidiano da sociedade brasileira. (ORO, 2011, p. 385)

De 1910 a 1980 a expansão evangélica é dada de forma lenta e seu crescimento era de 1% a 2% a cada década (IBGE). Esses números mudam a partir dos censos de 1990 e 2000, quando o crescimento evangélico ultrapassa os 3%. Segundo o IGBE, em 1990 os evangélicos representam 9% da população, já nos anos 2000 esses números crescem consideravelmente assumindo um total de 15,4% da população brasileira. Esses números também se refletem no decréscimo de fiéis católicos, historicamente o Brasil é um país de maioria católica e até os anos 1980 os católicos representavam 89,2% da população, já apresentando uma pequena queda em relação à década anterior. Mariano, explica essas mudanças no quadro religioso brasileiro da seguinte forma:

> [...] nesse período, as igrejas pentecostais souberam aproveitar e explorar eficientemente, em benefício próprio, os contextos socioeconômicos, cultural, político e religioso do último quarto de século no Brasil. Nesse sentido, cabe destacar, em especial, a agudização das crises social e econômica, o aumento do desemprego, o recrudescimento da violência e da criminalidade, o enfraquecimento da Igreja Católica, a liberdade e o pluralismo religiosos, a abertura política e a redemocratização do Brasil, a rápida difusão dos meios de comunicação de massa. (Mariano, 2004, p. 122).

Desde então a queda no número de fiéis católicos tem aumentado a cada censo e em 2010 os católicos representavam 64,6% da população brasileira. O avanço evangélico tem continuidade ao longo das primeiras décadas do século XXI, e no censo de 2010 os evangélicos somavam 22,2% da população brasileira representando 42.275.440 milhões de fiéis (IBGE, 2010). Os evangélicos como

um todo tem crescido, no entanto o pentecostalismo é o segmento evangélico que obteve maior expansão no país durante os últimos 50 anos, mantendo uma distinção clara em relação ao crescimento de adeptos das protestantes históricas, em 2010 essa diferenciação entre o crescimento dos dois segmentos se repete deixando claro que a expansão evangélica teve maior êxito para vertente pentecostal. Como podemos ver no gráfico abaixo:



Fonte: IBGE 2010

As evangélicas de missão representam em maioria as protestantes históricas, que tiveram uma pequena redução percentual entre os censos de 2000 e 2010. As diferenciações no crescimento evangélico brasileiro também se refletem em uma divisão por região, pois a expansão evangélica não é homogênea no país, as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste são os redutos onde as igrejas evangélicas obtiveram maior crescimento, já a região Nordeste continua sendo o maior reduto católico no país, seguida pela região Sul que mantém uma maioria expressiva católica. Apesar dos evangélicos terem se expandido em todo o país inclusive nas regiões Nordeste e Sul, as duas regiões citadas são onde as igrejas pentecostais tem obtido o menor crescimento. Como mostram os números da tabela abaixo:

Percentual de grupos religiosos por região

Grupos de Religião	Distribuição percentual da população residente (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro - Oeste
2010	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Católica	64,6	60,6	72,2	59,5	70,1	59,6
Evangélicas	22,2	28,5	16,4	24,6	20,2	26.8
Evangélicas de Missão	4,0	4,8	3,4	3,9	5,0	4,1
Evangélicas de origem pentecostal	13,3	20,1	10,1	14,3	10,9	16,6
Evangélica não determinada	4,8	3,6	2,9	6,3	4,3	6,1

Fonte: produção própria com base nos dados do IBGE 2010

Os dados da tabela revelam que as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam alto indicie de desenvolvimento das igrejas pentecostais e o maior crescimento evangélico em todo país. Esses números são atribuídos à facilidade na legalização de templos religiosos, que é de fácil acesso e consideravelmente menos burocrática do que qualquer outro empreendimento no país. Algumas denominações não tem necessariamente um espaço físico e realizam as suas atividades em pregações itinerantes em parcerias com outras igrejas. Desse modo, os pentecostais são considerados um grupo altamente heterogêneo.

Segundo a pesquisa ESEB 2014 entre seus entrevistados foram encontradas 95 denominações evangélicas entre pentecostais e não pentecostais, entretanto, apesar do grande número de denominações os fiéis evangélicos se estabelecem em algumas igrejas de maior visibilidade como a Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus. A tabela abaixo nos mostra as três igrejas pentecostais com maior público.

Percentual das principais denominações pentecostais				
Ano	Total Evangélica	Assembleia de Deus	Congregação Cristã no Brasil	Universal do Reino de Deus
2010	22,9	6	0,7	0,7
2014	24,4	9,1	1,6	1,4

Fonte: ESEB 2010; ESEB 2014

Há uma pequena variação entre o percentual total de evangélicos nas pesquisas do IBGE 2010 e do ESEB 2014. É válido ressaltar, que a segunda maior igreja evangélica em número de fiéis é a igreja Batista que é considerada igreja evangélica de missão.

Nos anos 2000, 26 milhões de brasileiros se declararam evangélicos, em 2010 eram 42.275.440 milhões de fiéis evangélicos, 60,1% desses eram pentecostais e dessa percentagem 29,12% eram fiéis

que frequentavam a igreja Assembleia de Deus que é hoje a maior igreja pentecostal do Brasil. O Brasil é considerado o país com o maior número de fiéis pentecostais do mundo. E esse avanço pentecostal não se manteve somente no número de fiéis, se estendeu ao campo político, tanto que atualmente o pentecostalismo é grupo religioso com maior destaque na câmara dos deputados.

A ação pentecostal

O avanço das igrejas pentecostais não se limitou somente ao campo religioso, como citado anteriormente as pentecostais estão presentes nos campos sociais, culturais e principalmente no cenário político. Com o crescimento pentecostal nos últimos 50 anos o quadro político brasileiro teve uma maior aproximação da população evangélica, estando presente nas mais diversas camadas da esfera pública com destaque para cargos no congresso nacional, nas assembleias legislativas e câmaras municipais. A comunidade evangélica e principalmente a pentecostal e suas vertentes apresentaram grande capacidade de mobilização política, despertando interesse da comunidade acadêmica e tornando-se alvo de estudos da sociologia, ciências da religião e ciência política (BONH, 2004, p. 292; CAMPOS, 2010, p. 43; MORAIS, 2012, p. 386; SILVA, 2017, p. 224).

Com o crescimento da representação politica deste grupo, surgiram questionamentos de como as denominações evangélicas, em especial as pentecostais se inseriram com sucesso no campo político brasileiro a ponto de comporem uma bancada evangélica, também conhecida como Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A ascensão politica na década de 80, a quantidade de candidatos eleitos que representam ou são apoiados por alguma denominação evangélica só aumentou, a exceção do pleito de 20062. Mas se engana quem pensa que a bancada evangélica é um grupo homogêneo, pois esta é caracterizada pelo pluralismo político e pela falta de homogeneidade das pautas apresentadas, sendo consenso somente às pautas voltadas para moral e ética cristã como a contrariedade a legalização do aborto, as pautas LGBTQI+ e ao feminismo.

Neste tópico, darei ênfase ao desenvolvimento das igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus que estão altamente envolvidas no campo político, a primeira por ser hoje a igreja com o maior número de candidatos na câmara de deputados e a segunda por

[2] Durante o pleito de 2006, muitos parlamentares evangélicos se envolveram em escândalos de corrupção, como os escândalos do "mensalão" e "sanguessugas". Por esse envolvimento os planos de aumentar o número de parlamentares evangélicos na câmara não deram certo, e ao contrário do planejado os números diminuíram drasticamente. A maior prejudicada foi a IURD que nas eleições de 2002 elegeu 17 deputados federais e após os escândalos em 2006 elegeu somente 7 deputados.

ter desenvolvido o mais eficiente modelo de organização politica do meio evangélico, que posteriormente veio a ser adotado pelas demais denominações pentecostais.

A Igreja Universal

A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada em 1977, no Rio de Janeiro, pelo agora bispo Edir Bezerra Macedo fundador e líder da igreja. A IURD rapidamente se desenvolveu e em menos de doze anos já tinha templos em todos os estados da federação. Mariano (2004, p. 125) destaca que nenhuma outra igreja evangélica cresceu tão rápido em tão pouco tempo no país.

O sucesso na expansão da IURD é atribuído ao modelo de organização eclesial adotado pela igreja que é centralizador e institucionalizado com aspectos empresariais, outra característica marcante da igreja, que também é presente em outras igrejas neopentecostais é a sua inserção nos meios de comunicação que sempre estiveram presente desde sua fundação. Inicialmente, a IURD esteve presente em programas de rádio transmitidos pela Rádio Metropolitana, programa apresentado pelo próprio Edir Macedo tornando a IURD famosa, principalmente entre as classes mais populares. Outra conquista da IURD foi à negociação e compra da Rede Record, canal televiso que foi comprado pela igreja em 1990, por 45 milhões de dólares. A compra da Rede Record foi um marco pra IURD, pois chamou atenção da mídia nacional o fato de uma igreja que tinha pouco mais de uma década de existência ter recursos suficientes para a compra de uma grande rede de televisão.

Na década de 1990 a igreja Universal se envolveu em vários escândalos, com denúncias de corrupção e sonegação de impostos, além de desvio de dinheiro, passando a ser alvo de investigações da Justiça Federal. A partir das denúncias realizadas a IURD passou por um longo período de investigação de seus líderes e dirigentes em todo o país. O auge dos escândalos se deu após denúncias do ex-pastor Carlos Magno que acabou com a prisão do Bispo Edir Macedo por charlatanismo e estelionato, em 1992, em São Paulo, onde ficou preso por 12 (doze) dias. A igreja só conseguiu cessar as investigações e sair das páginas policias no final da década de 1990. Neste período, o Bispo Edir Macedo se afastou da administração da IURD no Brasil e expamdiu a igreja no exterior, a administração brasileira nas mãos do pastor Renato Suhett.

A coordenação da IURD é verticalizada e definida da seguinte forma: Conselho Mundial de Bispos, Conselho de Bispos do Brasil e Conselho de Pastores. Um sistema eficiente que mantinha a verticalização e a concentração de poder eclesial nas mãos do Bispo Edir Macedo. Destaca-se assim o modelo de estrutura hierárquico instituído pela igreja universal que permite a centralização de recursos, garante uma gestão eficiente.

O eficiente crescimento da IURD se evidenciou também na área politica. Após o período de redemocratização a igreja Universal se inseriu pela primeira vez no campo politico elegendo seu primeiro candidato ao congresso nacional, na eleição seguinte elegeu três deputados federais e seis estaduais, desde então, a cada novo pleito o número de candidatos pertencentes ou apoiados pela IURD aumentava. Em 1990 elegeu três deputados federais, no pleito de 1994 dobrou o número deputados. Em 2002 chegou à marca de 22 deputados federais. O sucesso politico da igreja é atribuído principalmente ao carisma pessoal de seu dirigente e ao carisma de função exercido pela igreja. O carisma apontado aqui se baseia nos conceitos propostos por Max Weber de dominação carismática e líder carismático. Nesse sentido, o carisma só existe a partir da relação de reconhecimento da comunidade a que ele pertence, seja ele no individuo ou na instituição a que pertence, se baseando numa relação de dominação entre dominador e dominado.

> É incontestável a autoridade carismática de Edir Macedo – fundador da IURD –, reconhecida como tal tanto pelos membros da hierarquia quanto pelos fiéis, ao mesmo tempo em que é também forte o poder que emana da instituição Igreja Universal, adquirindo esta, entre seus fiéis, a condição de uma marca com forte densidade simbólica. (ORO, 2003, p. 98)

A igreja universal desenvolveu um modelo político próprio, que é dado desde a escolha dos seus candidatos para eleição, para que assim se obtivesse o maior número de candidatos eleitos possíveis, destacando sua predominância politica. As candidaturas lançadas ou apoiadas pela IURD eram direcionadas e nomeadas a partir do número de fiéis de cada localidade ou região. Segundo Oro (2003, p. 100) a IURD realizava uma espécie de recenseamento entre as igrejas obtendo assim o número aproximado de fiéis que votariam em candidatos indicados ou apoiados pelo segmento religioso. A quantidade de candidaturas indicadas por localidade era de responsabilidade dos dirigentes locais que se responsabilizavam por escolher os candidatos e em como eles seriam distribuídos. Com o sucesso do modelo empregado pela IURD outras denominações evangélicas adotaram o mesmo modelo de organizacional.

Outro método utilizado pela igreja é o combate à corrupção, que é utilizada como artificio e marketing politico pelas igrejas no êxito ao elegerem “Homens de Deus” para as diversas esferas públicas. Os cultos religiosos eram fundamentais no apoio das candidaturas, pois neles os candidatos eram apresentados aos membros da igreja como homens e mulheres tementes ao Senhor, muitas vezes subindo ao púlpito e sendo abençoados pelos pastores por serem os futuros representantes da igreja e de Deus na política.

A conciliação entre o carisma institucional e as candidaturas se evidenciava quando o apoio a certa candidatura era retirado. Muitos candidatos que inicialmente eram lançados com apoio da igreja se elegiam com número expressivo de votos, e posteriormente, com a retirada do apoio da IURD ao voltar a lançar-se como candidato não conseguia se eleger e ainda obtinham um número irrisório de votos em relação ao pleito anterior. Deixando claro o quão importante era o papel institucional desempenado pela igreja nas eleições. O sucesso da IURD no campo político foi tão grande que, em 2003, foi fundado o seu próprio partido político pelo Bispo Marcelo Crivella, o Partido Republicano Brasileiro (PRB).

O avanço no número de candidatos representantes da IURD obteve decréscimo no pleito de 2006 quando alguns candidatos ligados à igreja se envolveram em escândalos de corrupção, como no caso do mensalão, quando um de seus principais dirigentes o Bispo Rodrigues que era responsável pela organização político-eleitoral da igreja foi denunciado causando grande impacto à igreja. Todos os candidatos que nesse período se envolveram em escândalos de corrupção, inclusive o Bispo Rodrigues foram sumariamente afastados da IURD. Um fato interessante é que ainda que a igreja exerça influencia politica direta ou indireta sobre seus membros, quando algum politico representante do segmento era envolvido em escândalos de corrupção ou de qualquer outra natureza, ele era automaticamente rechaçado pela comunidade eclesial.

A Assembleia de Deus

A Assembleia de Deus é uma igreja de primeira onda do pentecostalismo que foi fundada, em 1911, em Belém do Pará por missionários europeus de origem humilde que conheceram o pentecostalismo através de uma convenção batista realizada na cidade de Chicago nos Estados Unidos. Os missionários Daniel Berg e Gunnar Vigren se conheceram nesta convenção e se tornaram amigos. Durante a reunião de um grupo de oração um profeta pentecostal lhes disse que deveriam levar a palavra de Deus a um lugar chamado Pará. Após essa revelação os dois procuraram saber onde se localizava tal local.. Inicialmente, ao chegarem a Belém ficaram hospedados e obtiveram o apoio da igreja Batista, onde frequentavam os cultos e participavam das pregações. Sete meses após sua chegada a Belém, os missionários foram expulsos da congregação junto com outros membros da igreja Batista por pregarem a ação do batismo através do espirito santo, divergindo da doutrina da igreja.

Após sua criação rapidamente a igreja se difundiu, se aproximando das classes populares e realizado missões em outras cidades, utilizando um formato simples de pregação, e permitindo aos leigos e pessoas de baixa instrução que também pregassem ajudando na

difusão do novo segmento. A Assembleia de Deus tem como ênfase doutrinária a cura divina, o uso da glossolalia e a crença na bênção divina; além de pregar uma comunidade fraterna e familiar onde todos são irmãos. Estas características auxiliaram em sua expansão, apresentado o novo ambiente religioso brasileiro. Ainda, que a AD apresentasse novos elementos religiosos aos evangélicos foram mantidos alguns traços das igrejas protestantes históricas como o sectarismo religioso e o asceticismo.

A AD foi crescendo gradualmente assim como outras igrejas pentecostais, tendo maior taxa de crescimento ao final do século XX. Atualmente a Assembleia de Deus é maior igreja evangélica de origem pentecostal brasileira com 12. 314.410 milhões de membros, seguida pela CCB com 2.289.634 milhões (IBGE, 2010).

Assim como a IURD a Assembleia de Deus também se envolveu na politica, sua inserção foi posterior ao da universal, entretanto, a inserção que outrora fora tímida hoje é um sucesso, possuindo o maior número de parlamentares eleitos que representam ou são ligados a igrejas evangélicas no Brasil. Ao iniciar no ambiente politico a Assembleia de Deus não estruturava as candidaturas apoiadas pela igreja no modelo desenvolvido pela IURD, era construído um apoio contido, onde os fiéis eram aconselhados a votar em alguns nomes que eram tidos como a representação de Deus no ambiente sujo que é a política. Com o passar do tempo vendo o êxito do sistema coordenado pela IURD a Assembleia de Deus passou a adotar o mesmo sistema que se tornou extremamente eficiente.

Nas eleições de 2010 a AD elegeu 22 deputados federais. Em 2014, elegeu 24 deputados federais e 23 estaduais em todo o país. As denominações evangélicas que mais elegem representantes para cargos no executivo são a Assembleia de Deus, seguida pela igreja Batista e pela IURD. Os números eleitorais positivos da AD podem ser atribuídos ao número de fieis pertencentes à igreja que é consideravelmente maior do que qualquer outra pentecostal. Reforçando ainda mais a bancada evangélica.

A politização pentecostal e o voto evangélico.

A redemocratização brasileira foi um período de ascensão dos movimentos sociais no país, neste período o público evangélico ainda não tinha uma forte representação política, e temia o avanço do socialismo juntamente ao retorno da influência política do catolicismo. É consenso entre alguns autores que o crescimento político do segmento evangélico neste período atuou inicialmente como o movimento de representação de uma minoria social religiosa (MACHADO, 2010, p. 604-605; CAMPOS, 2010, p. 42). Para outros este crescimento se associava ao avanço de outros grupos minoritários que vinham de contra aos preceitos

morais e religiosos empregados pelo público evangélico como o feminismo e o grupo LGBTQI+ (MACHADO, 2014, p. 605). Entretanto, a inserção de religiosos no ambiente político não foi bem aceita por muitos setores da sociedade civil organizada e por parte da população vendo como negativa a associação entre igreja e estado, e temendo por retrocessos em alguns setores pela futura instauração de uma política proselitista. Nesse contexto, o público evangélico se estruturou e iniciou sua introdução no campo político de forma mais ativa, tendo como maiores adeptos nesse processo o segmento pentecostal e neopentecostal.

Após a constituinte de 1985, com a reformulação do processo de participação política evangélica, surge um novo formato no lançamento de candidaturas que é atribuída por Leonildo Silveira Campos como *candidatura oficial* ou *político de Cristo*. Este formato se caracterizou pelo o lançamento de candidaturas oficiais por cada igreja evangélica para representar os interesses específicos de suas respectivas denominações. A partir do lançamento das candidaturas oficiais, falas de líderes evangélicos apresentando a necessidade de inserção dos "homens de Deus" no quadro político nacional se tornaram cada vez mais frequentes tanto no púlpito quanto nas atividades externas a igreja. Neste, período houve forte disseminação de discursos pautados na moralização política que candidatos evangélicos poderiam promover ao exercer cargos públicos, principalmente entre as igrejas pentecostais e neopentecostais.

> A política pentecostal, nesse sentido, não tem um "projeto" de conquista do Estado e sim articula uma aspiração de hegemonia como busca de permear espaços. Não podemos perder a dimensão potencialmente contraditória dessa construção discursiva, pois ela traduz tanto a diferença entre o discurso pentecostal e um discurso liberal clássico como a existência de embates internos ao pentecostalismo. (MACHADO, 2014, p. 616).

Ainda que o marketing político utilizado pelas pentecostais fosse eficiente, e corroborasse com as expectativas do público evangélico em tornar o ambiente político mais ético, as práticas exercidas por muitos parlamentares evangélicos não eram tão éticas quanto se esperava e muitos candidatos eleitos vieram a se envolver em escândalos de corrupção sendo rechaçados tanto pelo eleitor evangélico quanto pelas igrejas. Para Campos (2010, p. 45), "a formação acumulativa de uma "nova" cultura política, dentro de um cenário que valoriza o clientelismo e o mandonismo, a forma evangélica de fazer política não tem trazido modificações ditadas por suas concepções de ética e moralidade". Nos dois períodos históricos em que parlamentares evangélicos se envolveram em grandes escândalos de corrupção, que ocorrerão em 1985, no governo Sarney e em 2006, no governo Lula, o número

de representantes evangélicos diminui drasticamente no pleito subsequente. Como revelam os dados da tabela abaixo sobre o desempenho das igrejas Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus nas eleições de 2002 e 2006:

Tabela 2 – Comparação de deputados eleitos em 2002 e 2006

Igrejas	2002	2006
Assembleia de Deus	24	17
Universal do Reino de Deus	17	6

Fonte: Campos (2010).

Revelando o quão importante é a manutenção da ética e moral cristã dos parlamentares para os eleitores evangélicos. Ainda, que tenha havido uma grande diminuição no número de candidatos eleitos no pleito de 2006, nas eleições de 2010 mesmo que em menor número o indicíe de candidatos evangélicos voltou a crescer.

Tabela 3 – Presença Pentecostal na Câmara

Igreja	N° de deputados eleitos	Total de votos 2010
Assembleia de Deus	19	1.774.743
Universal do Reino de Deus	07	652.283
Cristã no Brasil	01	270.661
Internacional da Graça	03	255.754
Sara Nossa Terra	01	150.616
Evangelho Quadrangular	04	364.330

Fonte: Campos (2010).

A presença evangélica nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) se tornou mais presente a cada pleito, chamando a atenção de inúmeros partidos políticos que começaram a buscar candidatos evangélicos para se filiar a suas legendas partidárias, tornando o bloco evangélico mais forte, mas ao mesmo tempo pluripartidário.

Outro ponto, importante foi à criação da Frente Parlamentar Evangélica que foi registrada em 2003 e é uma das maiores bancadas do congresso nacional, a frente é comandada pelo deputado Hidekazu Takayma do Partido Social Cristão (PSC), atualmente a frente conta com 199 deputados e 4 senadores, entretanto, esses números consistem na quantidade de parlamentares que assinaram o documento para a criação da frente, os parlamentares pertencentes a FPE que são realmente evangélicos consistem em 84, em 2014.

O Voto Evangélico.

Vários estudos suscitam a importância dos padrões de comportamento político no processo eleitoral. Busca-se entender quais os parâmetros definem o voto de determinado grupo social como: suas escolhas políticas, os partidos, a religião e em como as redes de interação podem inferir nas preferências políticas de cada grupo. Para Fuks (2015, p. 116) as preferencias politicas estão condicionadas ao pertencimento a grupos e as relações interpessoais características da vida cotidiana, o processo de formação da escolha política é dado a partir das relações sociais existentes que é denominado como a lógica social da política. Nesse sentido, as diversas redes de interação a que as pessoas estão submetidas definem as preferencias eleitorais do grupo.

Com o crescimento evangélico e a expansão desse grupo no campo político, busca-se analisar quais fatores são determinantes na definição do voto evangélico. Para Baptista (2007,

p. 207-208) quanto maior a frequência dos fiéis aos cultos ou as atividades promovidas pela igreja maiores são as chances do indivíduo votar nos candidatos apresentados pelo segmento. De fato, as igrejas pentecostais são as que mais cobram a presença dos fiéis em seus templos, a assiduidade de seus membros é bem maior do que em qualquer outra religião brasileira, e são os que mais produzem atividades extra igreja como as células (grupos de oração), as escolas bíblicas dominicais, o movimento jovem, além da frequência aos cultos que normalmente são mais de uma vez na semana. Para Fuks (2015, p.118) grupos que contam com elevada assiduidade de seus membros são mais efetivos na transmissão de informações políticas e na coerção social, dispondo de maiores possibilidades de comunicação e conformação de atitudes. Quanto mais presente é o indivíduo, mas exposto ele está às interações no grupo, favorecendo a ação de estímulos políticos do grupo social a que pertence.

Segundo Oro (2003, p. 103-104) as organizações eclesiais centralizadoras com bases hierárquicas e líderes carismáticos tem maior sucesso no processo de persuasão. As igrejas pentecostais como um todo são caracterizadas por serem organizações hierarquizadas e centralizadoras, mantendo o comando da organização eclesial nas mãos das lideranças religiosas como pastores, bispos e diáconos que conduzem as atividades desenvolvidas pelo segmento e controlam a comunicação do grupo, diferentemente das protestantes históricas que exercem um modelo de organização horizontal e de maior participação dos membros nas decisões da igreja. O modelo de organização hierárquico tem maior sucesso no processo de estimulo político por não dar espaço para que outros círculos de informação política se insiram no grupo, e por serem bem claros ao apresentar os candidatos ao qual a igreja apoia.

Já para Bohn (2003) o nível de escolaridade, a idade e a renda podem se apresentar como fatores determinantes nas preferências políticas dos eleitores. Alguns autores definem que fatores como o perfil socioeconômico, o grau de escolaridade e a faixa etária influem diretamente na escolha política dos eleitores. Até a década de 1990 os fiéis evangélicos pentecostais em sua maioria tinham renda aproximada de um salário mínimo e baixo grau de escolaridade (ensino fundamental). Já os membros das protestantes históricas tinham normalmente de ensino médio a superior e pertenciam a classe média. Entretanto com o passar dos anos as igrejas pentecostais passaram a agregar membros das diversas classes sociais e grau de escolaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar como a relação politica e religião tem se interligado nas duas últimas eleições no país. A partir da expansão política de um segmento religioso que passou a crescer consideravelmente em número de membros durante os últimos 50 anos, apresentando uma mudança significativa no quadro religioso brasileiro, sobretudo, a partir dos anos 1970 quando novas denominações pentecostais vieram a surgir popularizando o segmento, uma década depois sua expansão pode ser vista através da participação politica, quando a representação desse segmento se tornou mais efetiva na câmara dos deputados.

A partir, da análise das duas igrejas que tem melhor desempenho no processo eleitoral evidenciou-se que a forma de organização politica exercida pela igreja Universal é eficiente, entretanto precisou se reformular diante dos escândalos que alguns parlamentares se envolveram durante a primeira década do século XXI, desde então a IURD tem crescido gradualmente em número de membros e ganhando espaço em outra vertente política, tendo elegido o ex-senador Marcelo Crivella para prefeitura do Rio de Janeiro a segunda maior capital do país, durante as eleições municipais de 2016. Já Assembleia de Deus, apesar de ter adotado o sistema politico da IURD deu manutenção ao seu crescimento eleitoreiro, uma das diferenciações entre ela e a universal é que os parlamentares representantes da AD em sua maioria não pertencem à cúpula da igreja como na universal, e apesar de também ter se envolvido em escândalos o impacto foi bem menor. As duas denominações fazem uso exacerbado do evangelismo eletrônico que as popularizam tanto no campo político quanto religioso, tornando-se o negócio mais lucrativo das igrejas pentecostais no país.

Os políticos pentecostais se inserem no cenário político pregando uma renovação do ambiente político, uma moralização que seria estabelecida a partir da inserção dos “Homens e Mulheres de Deus” no campo político, no entanto, apesar do discurso de salvação muitos

perderam credibilidade ao dar manutenção às práticas patrimonialistas e elitistas, perpetuando vários traços da velha política, e sem buscar uma real renovação deste ambiente. Após a experiência de 2006, fica em evidência que o envolvimento de representantes evangélicos em casos de corrupção afeta diretamente os planos de crescimento político desempenhado pelas igrejas evangélicas o discurso de "irmão vota em irmão" não consegue se sustentar diante dessas circunstâncias, havendo assim uma recusa do eleitor pentecostal a dar manutenção ao voto evangélico.

Dentre os últimos processos eleitorais, a eleição de 2014 foi onde igrejas evangélicas obtiveram maior sucesso eleitoral, e com a continuação do crescimento evangélico a expansão pentecostal na política tende a aumentar cada vez mais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da igreja universal do reino de Deus no congresso nacional (1999-2006). São Bernardo do Campo, 2007.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo, Anna Blume e Instituto Metodista Isabela Hendrix, 2009.

BOHN. Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. Opinião Pública, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 288-338.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O Projeto Político de "Governo do Justo": os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para câmara federal. Debates do NER. Porto Alegre, n° 18, p. 39-82. Jul./Dez., 2010.

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO– ESEB, 2010. Terceira onda de pesquisa pós- eleitoral. Disponível em: << https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas>> Acesso em: 17 de outubro de 2018.

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO– ESEB, 2014. Quarta onda de pesquisa pós-eleitoral. Disponível em: << https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas>> Acesso em: 17 de outubro de 2018.

FOERSTER, Norbert C. H. Poder e política na Congregação Cristã no Brasil: um pentecostalismo na contramão. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 121- 138, outubro de 2006.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-Unicamp, 1993.

FRESTON, Paul. Religião e política, sim; igreja e estado, não: os evangélicos e a participação politica. Viçosa, MG. Ed. Ultimato, 2006.

BRASIL, IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em << https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2018.

LOPES, Deivis Vânio. A organização Eclesial da Assembleia de Deus em Canoas/RS. Dissertação. PUCRS, 2008.

MACHADO, Maria das Dores; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 57, no 3, 2014, pp. 601 a 631.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja Universal. Estudos Avançados. N°. 52. Setembro, 2004.

MORAES, Gerson Leite de. Neopentecostalismo - um conceito-obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro. Revista de Estudos da Religião.

MORAIS, Edson Elias de. O discurso religioso e a política conservadora. 2012. Disponível em << http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/edsonemorais.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2018.

NETTO, Gabriela Figueiredo; SPECK, Bruno Wilhelm. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?. Revista Opinião Pública. Campinas. Vol. 23, n° 3, set./dez., 2017.

NOVAES, Regina Reyes. A divina politica: notas sobre as relações delicadas entre religião e politica. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 60-81, março/maio 2001.

ORO, Ari Pedro. A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 53. Outubro/2003.

ORO, Ari Pedro. Algumas interpelações do pentecostalismo no Brasil. Belo Horizonte, 2011.

PASSOS, Paulo Rogério Rodrigues. As premissas do deuteropentecostalismo: tradição e renovação no campo religioso brasileiro. Revista Observatório da Religião. Vol. 1, n°. 1, jan./jun. 2014.

PRAGMATISMO POLITICO. A história do surgimento e ascensão da bancada evangélica. Disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/01/a-historia-do- surgimento-e-da-ascensao-da-bancada-evangelica-na-politica.html>> Acesso em: 17 de agosto de 2018.

RODRIGUES, Guilherme Alberto; FUKS, Mario. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 30, nº 87.

Fevereiro/2015.

ROSAS, Nina Gabriela. O desenvolvimento do neopentecostalismo brasileiro: esboços sobre a positividade da experiência religiosa nos dias de hoje. Goiânia, 2009.

SILVA, Luís Gustavo T. da. Religião e Politica no Brasil. Revista Latinoamérica. n° 64, pp.223-256. 2017 ISSN 2448-6914. Disponível

<<http://dx.doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56799.>> Acesso em: 30 de agosto de 2018.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. Debates do NER. Porto Alegre, Ano 16, n° 27, p. 259-288, Jan./Jun, 2015.

UNGER, Roberto Mangabeira. Cinco teses sobre a relação da religião com a política. Estudos Avançados, n. 35, 1999.

WALTER, Alice V.N.P.; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Ativismo Religioso e Ativismo Político: o papel das instituições religiosas no comportamento político dos brasileiros e latino- americanos. Porto Alegre. Setembro, 2015.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

ESTADO, VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO CASO BRUNO E DOM

Max André Correa Costa[1] (PPGSTU/NAEA/UFPA)

RESUMO: O Estado brasileiro tem promovido alterações nas dinâmicas territoriais da Amazônia, incentivando novas oportunidades de mercado e ampliando a concentração de renda, ao mesmo tempo em que gera sérios danos socioambientais e promove violências contra os povos amazônidas. Isto porque, em uma região de capital dependente, o Estado tem feito o uso da força e de métodos violentos para garantir as condições de ampliação da acumulação de capital. Neste sentido, este artigo pretende discutir as relações entre violência, interesses econômicos do mercado capitalista e as estratégias de mediação do Estado nos conflitos socioambientais na Amazônia, a partir da análise das mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, assassinados em junho de 2022, no Vale do Javari, no Amazonas. Para tanto, este estudo procura fazer um debate sobre o conceito de violência estrutural, econômica e/ou extraeconômica, e suas interfaces com o capitalismo brasileiro, para posteriormente analisar o papel do Estado nos modelos de desenvolvimento experimentados historicamente na Amazônia, buscando responder em que medida as instituições brasileiras podem ser responsabilizadas pelos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips.

Palavras-chave: Amazônia, Estado, Violência, Bruno, Dom

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o Estado brasileiro estimulou diversas estratégias de ocupação da Amazônia, por meio de planos e projetos pensados de forma exógena, que geraram sérios danos socioambientais e violências cometidas contra os povos dos rios e das florestas. A partir das iniciativas do Estado, foram promovidas alterações nas dinâmicas territoriais da Amazônia, incentivando novas oportunidades de mercado e ampliando a concentração de renda, enquanto as populações locais permaneceram em situação de vulnerabilidade socioambiental, sendo violentadas em sua cultura, sua história, sua memória e seu modo de vida.

Castro (2017) destaca que essa alteração territorial observada na Amazônia está diretamente ligada à dinâmica do mercado mundial, que é fundamental para a compreensão dos processos de produção na região. Nesse sentido, observa-se que as estratégias do Estado e dos mercados para a Amazônia, nas últimas décadas, estiveram voltadas para a intensificação da exploração dos recursos naturais, aumentando as pressões de estruturas e agentes econômicos sobre áreas preservadas, em especial terras da agricultura familiar, bacias hidrográficas, reservas minerais e florestas com rica biodiversidade.

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email: maxandrecosta@gmail.com.

Porém, em uma região de capitalismo dependente, as estratégias do Estado não seguem apenas as leis naturais do mercado, mas utilizam o que Marx conceitua como violência extraeconômica, em que o Estado em articulação com o capital tem feito o uso da força e de métodos violentos para ampliar a acumulação e, assim, tem recorrido à imposição de cercas, remoção forçada das terras, criminalização dos movimentos sociais, não participação dos povos amazônidas nas tomadas de decisão, ameaças e até extermínios daqueles e daquelas que ousam se contrapor às novas dinâmicas territoriais exógenas.

Neste sentido, este artigo parte do pressuposto de que o Estado tem tido um papel central na conflitualidade socioambiental vivenciada na Amazônia, seja como mola propulsora ou como agente direto de um modelo de desenvolvimento excludente, predatório e violento contra os povos amazônidas. É nesse cenário amazônico de conflitualidade estimulada pelo Estado, que em junho de 2022, o indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados no Vale do Javari, na fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, onde o profissional da imprensa fazia uma reportagem sobre os crimes socioambientais praticados na região e duramente combatidos pelo indigenista em conjunto com os indígenas e demais movimentos sociais.

O crime gerou comoção internacional em virtude do sumiço dos corpos em plena floresta amazônica e pelos requintes de crueldade com que foi executado, mas também provocou debates acerca do papel do Estado e da democracia brasileira, uma vez que a liberdade de imprensa foi cerceada brutalmente com o assassinato do jornalista Dom Phillips e as instituições brasileiras não garantiram a segurança e a vida do indigenista Bruno Pereira, que constantemente sofria ameaças de morte, já de conhecimento dos órgãos públicos, que pouco ou nada fizeram para impedir uma tragédia anunciada.

Assim, ao analisar o caso Bruno e Dom, este artigo pretende discutir as relações entre violência, interesses econômicos do mercado capitalista e as estratégias de mediação do Estado nos conflitos socioambientais na Amazônia. Para tanto, este estudo faz primeiramente um debate sobre o conceito de violência estrutural, econômica e/ou extraeconômica, e suas interfaces com o capitalismo brasileiro, para posteriormente analisar o papel do Estado nos modelos de desenvolvimento experimentados historicamente na Amazônia, e finalmente buscar responder em que medida as instituições brasileiras podem ser responsabilizadas pelos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips.

VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A violência não é um método ou um fenômeno exclusivo do capitalismo. Porém, encontra nele um solo fértil, uma vez que é expressão das questões sociais produzidas pelo modo de produção

capitalista, ou seja, o processo estruturante da violência tem materialidade em uma sociedade organizada por mecanismos de exploração, dominação e opressão, que tem no conflito uma base fundante, a partir da produção de desigualdades sociais como resultado da apropriação/concentração da riqueza produzida socialmente.

Desta feita, este artigo parte da compreensão que a violência não é um fenômeno autônomo e tampouco de responsabilidade exclusiva dos setores por ela atingidos. Não se resume a um problema de segurança pública, ou resultado de patologias, nem é fruto de má-índole ou simplesmente 'vadiagem', mas é dimensionada como um problema social, que se relaciona com macroestruturas econômicas, sociais e políticas.

Multifacetada, a violência não pode ser resumida somente aos atos de transgressão de regras, leis e normas, ou restrita a relações físicas ou de proximidade, mas compreendida a partir de determinantes macroestruturais. Analisada dessa forma, a violência é conceituada como violência estrutural, que tem como eixo basilar a dominação de classes e a produção de desigualdades sociais, que se expressam também na pobreza, na discriminação e outros aspectos socioeconômicos. (Soares et al, 2019).

Uma das principais características da violência estrutural é a sutileza, pois sua reprodução está diretamente ligada à naturalização de gestos e procedimentos estruturantes da sociedade, haja vista que o processo de sociabilidade capitalista naturaliza as desigualdades socioeconômicas e as disparidades regionais, além de criminalizar os sujeitos políticos que se contrapõem à ordem do capital. Sobre a invisibilidade da violência estrutural, Soares et al (2019) afirma:

> Invisibilizada no cotidiano das relações, ela recebe contornos que estão muito além do âmbito econômico, mas atinge os demais processos sociais, tais como: as desigualdades e discriminações de gênero, raça/etnia, na educação adultocêntrica, patriarcal e machista e, sobretudo, nas diversas formas de dominação e opressão. A violência estrutural afeta os sujeitos em todas as esferas da vida social, tendo conseqüências brutais que vão além das condições objetivas, mas refletem na perda de identidade social, na anomia política, no adoecimento psíquico dos sujeitos, em relações efêmeras e na própria coisificação do ser humano. (SOARES et al, 2019, p. 17-18)

Como pode se observar, esse processo de violência estrutural não se resume às questões econômicas, mas se expressa em diversos processos sociais, a ponto de Marx (2017) desenvolver os conceitos de violência econômica e violência extraeconômica. O primeiro conceito é associado às leis naturais do modo de produção que possibilitam a subordinação do trabalho ao capital. Já o segundo é compreendido como um mecanismo de garantia das condições de acumulação de capital, principalmente quando há debilidades estruturais como nos países de capitalismo dependente, onde

a violência é uma potencialidade usualmente comum para o Estado garantir o desenvolvimento capitalista.

Embora diversos, os dois conceitos não são apartados, uma vez que a violência extraeconômica é, ao fundo, um tipo de violência econômica ao criar, por meios coercitivos, condições de exploração da força de trabalho e possibilitar o desenvolvimento das forças produtivas, tendo como fim a ampliação da acumulação de capital. Portanto, são meios pelos quais a relação capital-trabalho se reproduz, seja pelas vias naturais do modo de produção, ou utilizando um recurso extra com viés autoritário, necessário sobretudo em regiões de capitalismo dependente, como na Amazônia:

> A violência e o genocídio continuam não porque a situação colonial não foi superada, mas sim porque não foram superadas as relações sociais que permanecem fazendo da violência uma força produtiva. Assim como não há possibilidades de superar a situação de dependência pelo nacionalismo ou (neo)desenvolvimentismo, a violência, como seu corolário, também não pode ser superada estruturalmente sem a superação do sociometabolismo do capital. (CAMPOS; OLIVEIRA, 2023, p. 392)

Desta feita, a violência extraeconômica é estrutural, permanente e desigual porque é conseqüência da dependência dos países, que necessitam deste recurso para ampliar a acumulação de capital. Nesse aspecto, segundo Campos e Oliveira (2023), a violência tem um papel central no desenvolvimento capitalista, principalmente em países da América Latina.

No Brasil, esse aspecto é comprovado historicamente, até porque a constituição de um mercado interno e a subsunção do trabalho ao capital ocorreu em meio aos processos violentos contra povos indígenas e pessoas negras, em que a escravidão foi base estruturante. Não há como compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil sem fazer as conexões com o processo de escravização das pessoas vindas forçadas da África.

Moura (1988) lembra que o Brasil se tornou um país independente mantendo a escravidão e, posteriormente, aboliu a escravatura conservando o latifúndio. Assim, o moderno foi se constituindo em meio a estruturas arcaicas, em que práticas coloniais foram sendo redefinidas e mantidas no contexto do capital financeiro.

> A abolição conserva a estrutura latifundiário-oligárquica. Essa estrutura rigidamente hierarquizada dentro do modelo escravista era necessária para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial. Com isto ficou descartada a possibilidade de integração social e cultural daquelas grandes parcelas de força de trabalho liberadas que irão constituir a massa de marginalizados, saída das senzalas. (MOURA, 1988, p. 25)

Desse modo, conforme assinala Netto (2007), a trajetória política brasileira é marcada pelo autoritarismo, em que predominam ações colonialistas, clientelistas, patrimonialistas e mandonistas. A formação histórica, social e política brasileira é estruturada na conciliação do moderno com o arcaico, como observamos acima, e também na exclusão do povo da vida política, na centralização de poder e na concentração de renda.

Nesse contexto, o Estado é apresentado como o principal agente da violência estrutural originada pelos processos de desigualdade social da sociedade capitalista. Na maioria das vezes, as respostas dos agentes estatais estão ancoradas em discursos e práticas assistencialistas, focalizadas e filantrópicas, em que prevalecem a violação, a redução e a negação da cidadania e dos direitos sociais.

> É possível afirmar que o modo de produção capitalista contribui conjuntamente com o Estado para a reprodução e naturalização da violência estrutural, numa díade que consiste na omissão de respostas capazes de enfrentar o fenômeno em suas raízes sócio-históricas, quanto na construção de respostas que reforçam a subalternidade e
> os estigmas dos sujeitos, atuando de forma pulverizada e superficial, sem considerar as determinações históricas, econômicas, políticas e sociais que perpassam as múltiplas expressões que desencadeiam a reprodução da violência estrutural. (SOARES et al, 2023, p. 19)

ESTADO, VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Assim como o Brasil, a Amazônia também vivenciou um processo de formação histórica marcado pelo autoritarismo e por reprodução de práticas colonialistas, em que o Estado teve um papel ativo enquanto condutor de um modelo de desenvolvimento violento, excludente e reprodutor de desigualdades, contribuindo decisivamente para a destruição socioambiental e para violências cometidas contra os povos dos rios e das florestas.

Desde que Getúlio Vargas lançou as bases de uma política de expansão demográfica e econômica, o Estado estimulou estratégias de ocupação da Amazônia, que experimentou diversos modelos de desenvolvimento regional, em sua maioria planos e projetos pensados de forma exógena, que não conseguiram empoderar comunidades locais e nem garantir o equilíbrio entre preservação e o prometido desenvolvimento, gerando sérios danos socioambientais à região e aos seus povos.

O modelo de desenvolvimento aplicado na região amazônica nesse período baseava-se nas formulações da Comissão Econômica Para América Latina (Cepal), que acreditava na industrialização como forma de progresso e superação do famigerado atraso econômico. Para atingir tal estágio de desenvolvimento, sob influência keynesiana, os teóricos da Cepal defendiam a forte participação do Estado na economia de modo que, a partir de um planejamento global, facilitaria o processo de industrialização nacional, mesmo que, para isso, os danos socioambientais fossem

demasiadamente elevados. Daí a centralidade do papel do Estado na condução das políticas de desenvolvimento na Amazônia e as conseqüências advindas de práticas estatais violentas e coercitivas.

Esse processo violento e excludente se ampliou com a adoção de um modelo nacional-desenvolvimentista por Juscelino Kubitschek em meados da década de 1950 e se intensificou, sobretudo, com a Ditadura Militar de 1964, quando o governo brasileiro reeditou a estratégia bandeirante, desta vez em uma versão autoritária, que tinha como foco a ocupação de terras na Amazônia, na perspectiva de integrar a região ao país, para garantir o progresso e a segurança nacional (Castro, 2017). Nesse período de regime militar, a violência de Estado se tornou também força produtiva, pois a repressão, a prisão, a tortura e os demais meios coercitivos da Ditadura favoreceram a extração de sobretrabalho, garantindo e reforçando a subordinação de operários e camponeses à dominação econômica e política do capital (Ianni, 2019).

Assim, foi consolidada a ocupação da Amazônia e construído um novo formato de organização das atividades econômicas, baseado no conceito de soberania associado à Doutrina da Segurança Nacional. Nesse contexto, foram construídas obras de infraestrutura, entre elas a Transamazônica, que aprofundaram danos socioambientais e contribuíram para o extermínio de indígenas, em especial dos Arara, que habitavam a Bacia dos Rios Xingu e Iriri, no Pará. Aliás, a perseguição aos Arara por colonizadores e conquistadores remonta ao final do século XIX, quando foram perseguidos e forçados à migração por seringueiros, que começavam a explorar a região. Mas até então, os povos indígenas dos rios Xingu e Iriri não tinham experimentado uma mudança tão drástica e radical em sua dinâmica de vida quando da construção da Rodovia Transamazônica, que cortou ao meio o território dos Arara, aumentou as invasões e a pressão de populações não-indígenas, e limitou a livre circulação e acesso dos indígenas aos igarapés das bacias dos rios impactados pela obra.

A implantação de grandes projetos e os danos socioambientais deles decorrentes se tornaram cada vez mais comum no cenário amazônico e a região passou por práticas de gestão conflitantes nas últimas décadas, o que se agravou a partir do século XXI com as políticas agroexportadoras dos sucessivos governos para a Amazônia.

Segundo Castro (2017), o Estado brasileiro, em sintonia com o processo de expansão intensa do capital, passou a estimular a produção de commodities agrícolas e minerais, que com a crise econômica mundial, obteve um papel ainda mais central na economia e na balança comercial brasileira. Ela destaca, ainda, que as estratégias do Estado e dos mercados para a Amazônia estão voltadas para a intensificação da exploração dos recursos naturais, aumentando as pressões dos

agentes econômicos mundiais – com anuência e/ou estímulos pelos governos – sobre áreas preservadas, em especial terras agricultu ráveis, bacias hidrográficas, reservas minerais e florestas com rica biodiversidade.

> O Estado reforça assim o modelo de produção de bens para o mercado de commodities, inclusive na contramão das novas perspectivas de mercado que se formam em torno de bens e serviços ambientais que podem ser gerados pela floresta. (CASTRO, 2017, p. 32)

Essa política do Estado para a Amazônia entra em choque com a necessidade da floresta em pé, dos rios livres, navegáveis e sem barragens, da manutenção da rica biodiversidade, da reprodução de práticas coletivas de manejo do solo, de cuidado e do bem viver, entre outros. A implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu no Pará, por exemplo, foi a expressão do que o Estado brasileiro tem projetado para Amazônia nas últimas décadas, com programas neodesenvolvimentistas cujo foco principal é o investimento em infraestrutura, mesmo que os danos socioambientais sejam elevados e a violação dos direitos dos povos amazônidas também.

Para atender os interesses do mercado, o Estado nega o direito ao território aos povos originários e tradicionais, enquanto legitima e financia os grandes projetos minerários, as atividades agropecuárias, as monoculturas e as práticas neoextrativistas, ações estas altamente violentas e destrutivas ao solo e ao subsolo, por transformar recursos naturais em uma massa extraível a ser mercantilizada.

A Amazônia então, enquanto fronteira de recursos naturais, é um território estratégico para expansão do mercado capitalista, que busca agregar novos valores e ampliar sua acumulação por meio da espoliação dos recursos da fauna, da flora e minerais abundantes na região. É essa voracidade dos mercados que encontra guarida nas políticas neodesenvolvimentistas do Estado brasileiro, cuja perspectiva é transformar e consolidar o país enquanto exportador de commodities, considerando a exploração de matérias-primas como base essencial para a garantia do desenvolvimento industrial e dos interesses econômicos do Norte Global.

Mas essa voracidade dos mercados encontra também resistência dos povos da Amazônia, que constroem lutas cotidianas em defesa da vida e de seus territórios, numa perspectiva civilizacional em que o tempo e o espaço não devem seguir a lógica do capital, mas um modelo de vida sustentado na solidariedade entre os povos, na cidadania ativa, no respeito à terra e na interação equilibrada com a natureza.

Este é o centro da conflitualidade socioambiental na Amazônia na atualidade. De um lado, iniciativas do Estado voltadas a integrar a Amazônia à dinâmica do capitalismo, aprofundada pela lógica neoliberal, com incentivos ao livre mercado e redução da participação estatal nas atividades

econômicas. Do outro, a resistência e a auto-organização dos povos amazônidas, apoiados por movimentos sociais e pesquisadores, e embasados pelas memórias, ancestralidade, história e cultura, em que as potencialidades locais são mobilizadas e exploradas de forma endógena, garantindo maior sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A resposta do Estado, enquanto condutor de um modelo de desenvolvimento dependente do Norte global, tem sido o uso da violência para garantir a produção de bens para o mercado de commodities e, consequentemente, assegurar as condições para a acumulação de capital, mesmo que para isso precise ir na contramão de novas perspectivas de mercado e até exterminar os focos de resistências constituídos historicamente na região.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que, entre 2012 e 2022, 43 indígenas foram assassinados na Amazônia brasileira, sendo mais da metade – 23 – durante a gestão de Jair Bolsonaro na Presidência da República (2019-2022), cujo governo colocou o Brasil entre os 10 países com maiores tendências de autocratização do mundo2. Não existem dados que comprovem a participação direta do Estado em todos esses crimes, mas grande parte dos indígenas assassinados foi vitimada enquanto lutava contra invasões de seus territórios, desmatamento, garimpo, tráfico de drogas e pesca ilegal, ou seja, no enfrentamento à ilicitudes cujo combate deveria ser responsabilidade de agentes estatais.

Mas os extermínios de lideranças socioambientais não se resumem à Amazônia brasileira. O relatório 'Assassinatos na Pan-Amazônia', produzido por organizações de direitos humanos do Brasil, Equador, Peru, Bolívia e Colômbia, entre elas a CPT, indica que 202 defensores da Amazônia foram assassinados, entre os anos de 2020 e 2022, nestes países. O documento registrou 62 assassinatos no território brasileiro, entre eles o indigenista e servidor da Fundação Nacional do Índio (Funai) Bruno Pereira e jornalista britânico Dom Phillips.

O Estado brasileiro e as mortes de Bruno e Dom

O servidor da Funai Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foram assassinados em 5 de junho de 2022 no Vale do Javari, em território indígena devidamente demarcado, localizado no Estado do Amazonas, na fronteira do Brasil com Colômbia e Peru, área em que o profissional da imprensa fazia uma reportagem sobre os crimes socioambientais praticados na região e duramente combatidos pelos indígenas e indigenistas. Bruno e Dom desapareceram após percorrerem rios da região, mais precisamente na comunidade São Rafael no município de Atalaia do Norte, onde o

[2] Ver V-DEM INSTITUTE. **Democracy Report 2022: Autocratization Changing Nature?.** Gotemburgo: University of Gothemburg, 2022.

indigenista tinha ido conversar com comunitários sobre a vigilância realizada por indígenas e ribeirinhos contra invasores do território.

O crime chocou o mundo pelos requintes de crueldade com que foi cometido, e também pelo desaparecimento de Bruno e Dom, que só foram encontrados dez dias depois de mortos e identificados apenas 17 dias após o crime. A demora na busca dos corpos gerou protesto de familiares, indígenas, movimentos sociais e da comunidade internacional, e indicou a leniência do governo brasileiro em solucionar o caso, considerando que, em um primeiro momento, as autoridades nacionais não moveram esforços para encontrar os desaparecidos e ainda tentaram responsabilizar as vítimas, alegando equivocadamente que as mesmas não tinham autorização para adentrar no território.

Diante das pressões da sociedade civil, o Estado brasileiro começou a se mover e algumas iniciativas foram tomadas pelas instituições brasileiras, entre elas a criação pela Câmara Federal de uma Comissão Externa destinada a acompanhar, fiscalizar e propor providências acerca da apuração das circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, cujo relatório final foi utilizado como base e uma das fontes documentais deste estudo. No entanto, cabe destacar que este artigo não busca se debruçar sobre o funcionamento, composição e objetivos da Comissão e nem se deter sobre a avaliação das providências propostas, mas a partir do relatório final, coletar dados que possibilitem embasar a discussão sobre as relações entre violência e estratégias de mediação do Estado, tendo como objeto de análise o assassinato de Bruno e Dom.

Coordenada pelo deputado federal José Ricardo (PT/AM) e tendo como relatora a deputada federal Vivi Reis (PSOL/PA), a Comissão promoveu audiências públicas, ouviu familiares, indígenas e indigenistas, reuniu com autoridades, expediu solicitações e requerimentos e realizou uma diligência à área do crime, visitando os municípios de Tabatinga e Atalaia do Norte, no Vale do Javari, no Amazonas. O relatório final da Comissão indicou que Bruno e Dom foram vítimas de uma rede criminosa, que atua no Vale do Javari com a anuência de agentes estatais, praticando ilicitudes como tráfico de drogas e pesca ilegal, o que vinha sendo combatido e denunciado pelos ativistas socioambientais.

O documento da Câmara responsabilizou, principalmente, o Estado brasileiro pelo crime, em virtude de que as instituições públicas, em especial a Fundação Nacional do Índio (Funai), não atuaram no cumprimento de suas missões institucionais e dificultaram a atuação de agentes públicos voltadas para a proteção de lideranças e dos territórios indígenas do Vale do Javari.

> Por certo, o descaso do atual Governo e da própria Funai é gritante. Das falas e documentos coletados, verificamos uma constante atuação da cúpula da instituição para tolher a atividade daqueles que se encontram "na ponta", em contato direto com os povos indígenas, para proteger seus territórios e promover seus direitos. (BRASIL, 2022, p. 36)

O sucateamento da Funai é visível. Além das faltas de condições estruturais, a Coordenação Regional do órgão em Atalaia do Norte conta com somente 23 servidores, para coordenar e monitorar a implementação de ações de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Vale do Javari, em uma área de quase 10 milhões de hectares, onde habitam povos das etnias Matis, Marubo, Mayuruna, Mawetek, Kulina, Kanamari e Cacau do Tarauacá. Nos relatos feitos pelos servidores, eles alegaram que a Funai negava até o pagamento de diárias para o deslocamento no território, prejudicando diretamente a fiscalização e o combate aos criminosos que atuam na região.

> A atual Funai não está somente despreparada, mas tem verdadeiro desprezo pelos indígenas e indigenistas da região amazônica. Parece os enxergarem como obstáculos ao chamado "desenvolvimento", à desgovernada exploração dos nossos recursos ambientais. Com seus discursos e atitudes, acabam por incentivar os criminosos, para que cresçam despreocupadamente na região e cheguem, inclusive, a tirar a vida daqueles que ousem combatê-los. (BRASIL, 2022, p. 39)

Após as visitas técnicas e relatos, a Comissão Externa da Câmara Federal do Brasil aprovou requerimento ao Ministério da Justiça, solicitando o imediato afastamento do presidente da Funai, Marcelo Xavier, pelo descumprimento de sua missão institucional, mas o governo brasileiro não atendeu a solicitação, em uma demonstração de que o descaso com os povos indígenas era uma escolha política. Até porque, além do desmonte da Funai,o escritório do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na região foi desativado, e a Força Nacional contava com um efetivo de somente seis agentes par atuação em toda a extensão do Vale do Javari.

O relatório aponta, ainda, uma série de elementos que corroboram com a tese que o Estado brasileiro, durante a gestão de Jair Bolsonaro, aplicava uma agenda violenta de desmonte socioambiental, como o recorde de desmatamento e incêndios florestais, o evento denominado Dia do Fogo3, a conivência do governo federal com redes de tráfico de drogas, pesca irregular e garimpagem ilegal, e o assassinato do servidor da Funai Maxciel Pereira dos Santos, ocorrido na região três anos antes da morte de Bruno e Dom e até hoje não desvendado.

As ameaças de morte aos indígenas e lideranças socioambientais são constantes na região e até naturalizadas, conforme aponta o relatório da Comissão, em virtude do Estado não promover

[3] Evento organizado por um grupo de fazendeiros do Oeste do Pará, em agosto de 2019, que promoveu uma manifestação criminosa com diversos incêndios na Amazônia, em apoio às políticas de desmonte soambiental do Brasil. Disponível em https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/dia-do-fogo-completa-um-ano-com-legado-deimpunidade/.

ações para a garantia da integridade física e da vida dos povos indígenas que habitam no Vale do Javari. O próprio Bruno Pereira já havia sofrido diversas ameaças, devidamente comunicadas às instituições do Estado brasileiro, em especial à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, mas nada de concreto foi efetivado para garantir a vida do indigenista.

Assim, o próprio documento final da Comissão Externa da Câmara tratou a morte de Bruno Pereira como uma tragédia anunciada, uma vez que as primeiras ameaças remontavam a 2012, durante o processo de demarcação da Terra Indígena do Vale do Javari, quando o indigenista desenvolveu uma luta para garantir o direito ao voto dos indígenas e defendeu que as urnas eletrônicas chegassem até os territórios.

Porém, as ameaças ganharam força e mais materialidade em 2019, quando Bruno Pereira, estando à frente da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, desencadeou uma ação estatal que levou à destruição de balsas utilizadas no garimpo ilegal na Terra Indígena do Vale do Javari. A iniciativa contrariou o governo federal e os interesses de grupos econômicos que financiavam a operação irregular de extração do ouro, para atender os objetivos de acumulação do mercado capitalista. Após a ação, Bruno passou a ser perseguido na própria Funai e foi exonerado do cargo que possuía na instituição, enquanto que o servidor Maxciel Pereira, que teve participação ativa neste processo, foi assassinado.

Questionada pela Comissão Externa da Câmara, a Funai reconheceu que Bruno Pereira foi exonerado do cargo por ter rompido vínculo de confiança, sem causa efetiva ou falta grave. O documento final da Comissão indica que a exoneração ocorreu "por incomodar interesses de um Governo que, de forma evidente, buscava a inconstitucional liberação do garimpo em terras indígenas".

Ao final dos trabalhos, a Comissão Externa da Câmara recomendou a implementação de um Plano Emergencial de Ações de Proteção dos Territórios do Vale do Javari, visando assegurar a integridade física e a vida de indígenas e servidores. Além da responsabilização administrativa e penal de alguns agentes estatais, a Comissão também indicou ao Estado brasileiro:

> a) tomar medidas de proteção para os indígenas, servidores e representantes de entidades indigenistas locais, inserindo-os em programas protetivos e/ou deslocando aqueles diretamente ameaçados para o exercício do ofício em outra região, ou ainda providenciando força policial para a realização das atividades funcionais no Vale do Javari; b) concluir as investigações referentes aos assassinatos de Bruno, Dom e Maxciel e, após o devido processo criminal, responsabilizar os executores, os mandantes e os financiadores dos repugnantes delitos. (BRASIL, 2022, p. 60)

Além da Câmara Federal, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) também responsabilizou o Estado brasileiro. Após solicitação de organizações da sociedade civil, a CIDH outorgou medidas cautelares contra o governo brasileiro, obrigando o Estado adotar ações para proteger o direito à vida e à integridade física de Bruno e Dom, ainda quando estes estavam desaparecidos. Com a localização dos corpos e a confirmação das mortes, o governo federal respondeu à CIDH que o caso estaria concluído e solicitou o encerramento das medidas cautelares, porém, as entidades postulantes contestaram a manifestação do Estado brasileiro e defenderam a manutenção e ampliação de tais medidas, tendo em vista a situação de ameaças de morte recorrentes na região contra indígenas e indigenistas.

Assim, as medidas cautelares contra o Estado brasileiro foram mantidas e ampliadas para a proteção da integridade física e da vida de mais 11 pessoas, entre lideranças indígenas, indigenistas e membros da equipe de vigilância territorial da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), que também estavam sofrendo ameaças de morte, sem uma resposta efetiva do Estado brasileiro. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos observou que o Estado não implementou as medidas concretas de proteção, que permitissem que as pessoas ameaçadas pudessem continuar seus trabalhos enquanto defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos ao longo deste estudo, o avanço do capital e da política neodesenvolvimentista dos governos sobre a Amazônia se contrapõe à autodeterminação e sustentabilidade dos povos, ao promover graves danos socioambientais, que são agravados em um contexto de emergência climática, em que o país finge assumir compromissos de redução da emissão de gases em conferências internacionais, enquanto na prática segue incentivando a extração mineral, as monoculturas e a produção de combustíveis fósseis, como na tentativa recente de iniciar a prospecção de petróleo na foz do Rio Amazonas e na região do Salgado paraense, na Amazônia brasileira.

Nesse sentido, o Estado em sintonia com o mercado mundial tem recorrido à métodos e práticas coercitivas como mecanismos de garantia das condições de acumulação de capital, principalmente pelo fato da Amazônia ser exportadora de matéria-prima e desenvolver um modo de produção dependente do Norte global, o que consequentemente leva os agentes estatais a fazerem uso da violência extraeconômica para impor projetos e controlar qualquer processo de resistência na região. E assim, não só mantém o mundo do trabalho subordinado aos interesses do capital, como contribui para colocar em risco a própria humanidade, em virtude de possibilitar uma espoliação e exploração desenfreada dos recursos da sociobiodiversidade por agentes econômicos mundiais.

Assim, a morte de Bruno e Dom não foi um fenômeno isolado, mas expressou como a violência tem sido um método e uma estratégia de mediação do Estado brasileiro no processo de ocupação histórico da Amazônia. Em uma região de capital dependente, com debilidades estruturais, o Estado faz uso da violência extraeconômica para expansão do mercado capitalista, agregando novos valores e ampliando sua acumulação por meio da espoliação dos recursos da fauna, da flora e minerais abundantes na região, nem que isso signifique danos e destruição socioambiental.

Mesmo constantemente ameaçado, Bruno Pereira foi assassinado por representar um pólo de resistência a esse avanço predatório e destrutivo do capital – e Dom Phillips por estar junto. O indigenista era um empecilho aos interesses dos mercados, que perpassava pela destruição socioambiental a fim de garantir as condições para exploração da Amazônia enquanto nova fronteira de expansão do capital. O Estado operou para que o crime ocorresse, seja pelo desmonte dos órgãos fiscalizadores da região, ou pela inércia diante de mais uma tragédia anunciada, uma vez que as ameaças de morte eram de conhecimento das instituições brasileiras.

A partir da análise do caso Bruno e Dom, não há dúvida em afirmar que o Estado brasileiro não protegeu a vida, a integridade física e o território indígena do Vale do Javari, ao mesmo tempo em que desenvolveu atividades voltadas para a proteção e garantia da reprodução da acumulação de capital na Amazônia, utilizando para isso, quando preciso, de métodos violentos para tal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão Externa – Acompanhar investigação Região Vale do Javari – AM – Relatório final**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022.

CAMPOS, G. A.; OLIVEIRA, I. F. **Acumulação como violência, violência como acumulação: o Estado e o capitalismo dependente**. Revista Katálysis, v. 26, n. 3. Florianópolis, 2023.

CASTRO, E. M. R. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CHAGAS, C. A., Tendências recentes de desenvolvimento regional e a gestão do território. In: SILVA, C. **Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense**. Belém: UFPA, 2013.

COUTO, A. C. A Amazônia e o pensamento desenvolvimentista para a região: do desenvolvimento global ao desenvolvimento local sustentável. In: SILVA, C. **Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense**. Belém: UFPA, 2013.

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum – Ensaios sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FARIAS, H.; CARVALHO, C; BELTRÃO, B.; SANTOS, S.; SILVA, S. Transformações na Amazônia brasileira: o avanço da fronteira e a dicotomia desenvolvimento x conservação. In: SILVA, C.; SILVA, J.; CUTRIM, A.; OLIVEIRA NETO, A. **Territorialidades em análise e pesquisas socioambientais**. Belém: GAPTA/UFPA, 2023.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, K. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. 4 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social pós-64**. São Paulo, Cortez, 2007

SOARES, M. N. T.; VIEIRA, M. S.; COSTA, R. G. **Violência Estrutural e Capitalismo: Particularidades da Sociedade Capitalista Brasileira**. Sociedade Em Debate, v. 25, n. 3. Pelotas, 2019.

V-DEM INSTITUTE. **Democracy Report 2022: Autocratization Changing Nature?.** Gotemburgo: University of Gothemburg, 2022.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

POR UMA HERMENÊUTICA INTERPRETATIVA DA AMAZÔNIA: APONTAMENTOS NARRATIVOS DO TERRITÓRIO NA MÍDIA

Alda Cristina Costa[1] (UFPA),
Ivana Guimarães Oliveira[2] (UNAMA)
Thiago Almeida Barros[3] (UNAMA)

Resumo: Como compreender a complexidade das realidades amazônicas quando estas são reportadas apenas como informação e não como narração que produz um contínuo temporal e uma história? A perspectiva deste artigo problematiza a falta de sentido vinculativo das experiências vividas na Amazônia, a partir das análises das narrativas jornalísticas que noticiam a realização, em 2025, na capital paraense, Belém, de um dos mais importantes eventos ambientais do planeta, a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30). Nossa hipótese é que essas narrativas simplificam uma interpretação única de uma Amazônia múltipla e diversa, inclusive retomando ideias restritas construídas sobre território na sua formação social. Acreditamos que a realidade não pode ser reduzida apenas ao que pode ser visto, mas também daquilo que dela pode ser dito. Daí a necessidade de chegar a uma interpretação criadora de sentido que leve à compreensão da complexidade do território. Nossos aportes teóricos e metodológicos são inspirados na análise hermenêutica de Paul Ricoeur, com a incorporação de elementos como a palavra, o mito, a poesia, o símbolo, o signo como expressões da linguagem humana, cujas esferas da compreensão e da explicação têm funções de integração, legitimação e dissimulação, que podem conduzir a equívocos, mas também revelar manipulações ou desejos coletivos. Nossos resultados apontam a inexistência de protagonismo da Amazônia/amazônias nas narrativas jornalísticas, porque ainda há a imposição de interlocutores exógenos, sem a compreensão de fato do que ela significa.

Palavras-chave: Amazônia; Hermenêutica; Narrativas jornalísticas; COP30.

INTRODUÇÃO

Quatro dimensões de perguntas têm norteado nossas reflexões com os/as discentes de graduação e pós-graduação, assim como bolsistas e pesquisadores, quais sejam: O que é a Amazônia? Como vocês sabem o que sabem sobre a Amazônia? O que sabem? E com que efeitos sabem e afetam as experiências de vocês? Essas indagações feitas ao longo das nossas experiências como pesquisadores e docentes, são relevantes na medida que permitem às pessoas elaborarem sentidos de compreensão sobre o território. Evidente que das inúmeras respostas dadas elas sempre se encontram no campo do complexo, uma vez que ao ser indagado sobre determinado assunto ou questões, somos tomados de surpresa, pois temos que recorrer ao repertório subjetivo e intersubjetivo sobre o que conhecemos. Conforme afirma Schutz (2012), a intersubjetividade tem a ver com a maneira pela qual os seres humanos compartilham e compreendem experiências,

[1] Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com
[2] Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura. UNAMA, Brasil. E-mail: ivana.professora2020@gmail.com
[3] Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, UNAMA, Brasil. E-mail: tbarros81@gmail.com

significados e realidades comuns, mesmo mantendo suas perspectivas individuais. Em linhas gerais, sem entrar no mérito particular das respostas, observamos uma repetição de enunciações reproduzidas ao longo da história e do tempo sobre a Amazônia.

Essas indagações vão ao encontro das reflexões postuladas por Piza (2021, p. 285) sobre a possibilidade de "des-pensar as subjetividades" e contra uma epistemologia dita universal, apontando sua inquietude, assim como a nossa, com a produção e reprodução do conhecimento, que ao cabo e ao largo, acabam tendo o interesse prático de produzir e reproduzir a vida das comunidades e não a "reprodução dos fatores reprodutivos da vida". Segundo a autora, o pensamento decolonial tem mostrado outros saberes existentes, principalmente porque, "como em qualquer lugar onde os povos vivem o seu cotidiano experimentando a violência colonial, o racismo determinante, a violência patriarcal e um tipo muito peculiar de capitalismo, era necessário ouvir a voz do outro". Ou seja, promoveu um deslocamento dos saberes produzidos pelo discurso hegemônico, "que certamente precisavam e continuam precisando ser questionados (pelo menos por serem parciais e insuficientes) para uma avaliação dos sujeitos produtores de conhecimentos" (ibid, p. 287). Mas não somente isso, para a autora e para nós, acabamos chegando "ao ponto que importa mais quem fala do que o que se fala, ou pelo menos o ponto no qual não há como desvincular uma coisa da outra" (ibid., p. 288). Se por um lado, tivemos ganhos substanciais com os estudos decoloniais, contra a criação de uma narrativa única, universal e homogênea, não no sentido de sujeitos e sujeitas iguais, mas de explicações padronizadas, por outro, criamos novos problemas que ainda precisamos refletir, pois, caímos numa armadilha. Uma vez, que,

> Ao usar procedimentos essencialistas de construção de novos sujeitos, fixando nos indivíduos algumas características, funda-se uma metafísica nos mesmos moldes europeus, mas agora com conteúdo decolonial. O sujeito-homem-europeu-branco que era por si só, pela sua cor, nacionalidade, gênero e tipo de racionalidade, o detentor do conhecimento, independente das tolices que proferisse, é questionado agora (enfraquecido certamente, mas não destruído) por seus vizinhos que reproduzem as mesmas práticas e disputam o poder hegemônico de quem é o detentor da verdade (Piza, 2021, p. 288).

As formulações da pesquisadora, embora sejam refletidas em contextos específicos de uma dada realidade, nos incentivaram a pensar e problematizar os sentidos produzidos sobre a Amazônia. Para tanto, recorremos a Freitas Pinto (2005) para refletir a trajetória do pensamento social sobre a Amazônia que, segundo o autor, ao longo dos séculos, teve um conjunto relativamente restrito de ideias que moldou a percepção desse espaço natural e cultural. Essas ideias, ao percorrerem espaços e conectar diferentes épocas e sociedades, podem em momentos específicos impor-se como sistemas predominantes de pensamento, influenciando como o mundo é sentido, tomado em ação e

percebido. Nesse processo, Freitas Pinto evidencia que a formação do pensamento que construiu a Amazônia foi recheada de percepções persistentes que foram sendo reinventadas ao longo do tempo. Isto é, reduziram a compreensão do próprio território a um conjunto relativamente limitado de ideias.

Para ele, o desenvolvimento histórico das ideias sobre a Amazônia envolveu uma variedade de campos científicos e de pensamento, com foco especial em áreas como história natural, geografia e antropologia, em que as ideias passaram a definir a região. O pesquisador mapeia as noções que estabeleceram divisões entre civilização e barbárie e alimentaram preconceitos, inclusive lembra a disputa entre Sepúlveda e Las Casas sobre a legitimidade da escravização de povos indígenas pelos europeus, mostrando como esse debate histórico refletiu e perpetuou a ideia da superioridade branca e europeia sobre os povos indígenas. Os argumentos para tal debate têm base nas reflexões do filósofo Aristóteles sobre os povos derrotados em guerra, fazendo emergir a ideia de que existem povos que, em razão de sua inferioridade racial, estariam fadados a serem submetidos e levados à situação da escravidão.

No mapeamento das ideias, Freitas Pinto (2005) destaca como as representações da Amazônia estiveram presentes desde o início da filosofia do mundo moderno, influenciando a compreensão de temas como sociedade, estado e desigualdade. O autor observa que as matrizes do pensamento ocidental em relação à Amazônia foram moldadas tanto por pensadores que não trataram diretamente da região quanto por aqueles que a tomaram como objeto de estudo, contribuindo para a compreensão das ideias sociais no Brasil. Ou seja, essas ideias têm estado presentes na maior parte dos intentos para explicar e decifrar a condição cultural do Novo Mundo e da Amazônia e que terminaram por se constituírem em aspectos de evidente relevância para a construção da história do pensamento social ocidental moderno.

> A Amazônia como um dos espaços mais característicos do Novo Mundo esteve, desde o início da construção da filosofia do mundo moderno, presente nas reflexões em torno de temas como o surgimento da sociedade e do Estado, do reconhecimento da desigualdade entre os homens e os povos, das novas geografias, e continua a fornecer alimento para a recriação de novas polarizações, como a recriação do bom selvagem em idéias com a de "povos da floresta" e de "ribeirinhos", portanto, de um novo romantismo social (Freitas Pinto, 2005, p. 98).

Os excertos acima objetivam panoramizar nossas discussões na presente tessitura partindo da seguinte indagação: Como compreender a complexidade das realidades amazônicas quando estas são reportadas apenas como informação e não como narração que produz um contínuo temporal e uma história? A perspectiva de discussão problematiza a falta de sentido vinculativo das experiências vividas na Amazônia, a partir das análises das narrativas jornalísticas que noticiam a

realização, em 2025, na capital paraense, Belém, de um dos mais importantes eventos ambientais do planeta, a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), organizado pelas Organizações das Nações Unidas[4].

As ideias restritas objeto de estudos de Freitas Pinto e sua reprodução levaram à seguinte hipótese de pesquisa, de que as narrativas jornalísticas ou midiáticas simplificam e unificam uma interpretação única de uma Amazônia múltipla e diversa, que, inclusive, requer tratamento com dimensão e sentidos plurais, considerando suas diferenças e complexidades territoriais. Acreditamos que a realidade não pode ser reduzida apenas ao que pode ser visto, mas também daquilo que dela pode ser dito, exigindo assim, uma interpretação criadora de sentido que leve à compreensão do que de fato é a vida das comunidades que vivem cotidianamente a Amazônia.

Por que a escolha das narrativas jornalísticas? Primeiro, devemos considerar que a mídia, na contemporaneidade, entendida aqui enquanto instituição, disputa formas de construção sobre o social para os indivíduos. Para muitas pessoas, as mídias são literalmente os espaços nos quais, por meio da comunicação, promulgam o social (Couldry; Hepp, 2020, p. 13). Segundo, as narrativas jornalísticas ou o jornalismo como um tipo de conhecimento construído cotidianamente sobre os fatos sociais. Aqui, não estamos inferindo as escolhas feitas sobre o que vai ser publicado ou não. Mas sobre um jornalismo que deve ter a responsabilidade na apuração dos acontecimentos.

Na compreensão interpretativa desse fazer cotidiano, retomamos um dos primeiros embates sobre o jornalismo como conhecimento, do sociólogo Robert Park (2008), que ainda hoje produzem importantes ressonâncias de compreensão desse fazer. O pesquisador toma a notícia com base em dois tipos: conhecimento de e o conhecimento sobre. Com o primeiro, o conhecimento é adquirido com a experiência; com o segundo, o conhecimento sobre se concentra na investigação sistemática, de caráter mais analítico. Logo, ele é baseado na observação e nos fatos. Isto é, envolve respostas à vida em sociedade. Assim,

> Para que um relato de eventos tenha qualidade de notícias, ele deve ser publicado (...). A publicação tende a dar à notícia o caráter de documento público. Notícias são mais ou menos autenticadas pelo fato de terem sido expostas ao exame crítico do público a quem são dirigidas e com cujos interesses estão envolvidas (Park, 2008, p. 62).

Diante dessas breves discussões, tensionamos os sentidos produzidos pelo jornalismo sobre a Amazônia, inclusive porque esses profissionais, segundo Costa (2022, p. 24 – grifos da autora) "são

[4] Segundo a National Geographic, a COP (*Conference of the Parties)*, é uma conferência anual criada pela ONU em 21 de março de 1994 para prevenir por meio de ações as intervenções humanas perigosas ao sistema climático mundial. Disponível< Qual é a origem da COP, uma das conferências mais importantes sobre mudanças climáticas | National Geographic (nationalgeographicbrasil.com). Acesso 10 mar. 2024.

sujeitos sociais envolvidos em práticas culturais. Seu modo de ver e relatar o mundo nos diz muito sobre o que a sociedade pensa sobre "si" e sobre o "outro"".

É sobre esse "outro" que nos interessa pesquisar, uma vez que a Amazônia é quase sempre colocada nesse lugar. Isto é, um lugar ainda em descoberta ou desconhecido dos brasileiros.

Nossos aportes teóricos e metodológicos nesta escrita são inspirados na análise hermenêutica de Paul Ricoeur, entre atitude metodológica e atitude ontológica, cujo pressuposto é a filosofia reflexiva. Ou seja, entre a relevância da dialética da compreensão e da dialética na explicação da interpretação. A hermenêutica Ricoeuriana incorpora elementos como a palavra, o mito, a poesia, o símbolo, o signo como expressões da linguagem humana, por isso, não estão isentas de ideologias e utopias do campo sociocultural e político, cujas esferas da compreensão e da explicação têm funções de integração, legitimação e dissimulação, que podem conduzir a equívocos, mas também revelar manipulações ou desejos coletivos.

Em Ricoeur (2019), a intersubjetividade é abordada através da hermenêutica, uma vez que ela está interessada em como as pessoas interpretam e atribuem sentido às suas experiências e a dos outros. O autor parte da interpretação de textos, símbolos e ações que podem ser vistos como um ponto de interseção nas suas pesquisas, sugerindo que a compreensão do outro envolve um ato de interpretação continuada. Essa é a perspectiva que buscamos na compreensão dos significados construídos sobre a Amazônia.

Como corpus de análise selecionamos as matérias publicadas nos portais da Folha de São Paulo, O Globo, Diário do Pará (DOL) e O Liberal, no período de janeiro a dezembro de 2023, quando da candidatura e do anúncio da escolha de Belém como sede da COP30, até as reverberações ao longo do ano, com a análise do contexto de como as narrativas jornalísticas enunciam a participação da Amazônia no evento mundial. Assim, acompanhamos o caráter configurador dessas narrativas, buscando compreender o papel da linguagem nessa construção sobre o território, pois a linguagem tem como função, esclarecer, descrever, revelar e também criar novas realidades. Nossa intenção é compreender aquilo que existe no texto (jornalístico) e aquilo que esse mesmo texto convoca para o sentido de Amazônia. Com a hermenêutica interpretativa há a preocupação com aquilo que um texto pode oferecer para a compreensão do humano ou do mundo que o cerca. Ou da reflexão crítica e da abertura interpretativa na leitura de textos jornalísticos.

O CONTEXTO DE ESCOLHA DA AMAZÔNIA

Segundo informações do portal G1[5], o Brasil deveria ter sido sede da COP25, em 2019, mas o então presidente eleito Jair Bolsonaro, em 2018, teria pressionado o presidente Michel Temer (MDB) a abrir mão de receber a conferência. A justificativa para tal pedido foi que o evento geraria um custo de mais de R$ 500 milhões ao país. Esse posicionamento do ex-presidente foi criticado por especialistas, pesquisadores, ambientalistas e parte da sociedade civil. Já na campanha eleitoral de 2022, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu a realização do encontro no país, inclusive prometendo, caso vencesse a eleição, lutar para ser realizado no Brasil.

A situação da Amazônia se agravou no governo do então presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022), quando sua administração foi marcada de forma negativa na área ambiental, trabalhando na eliminação das regulamentações, consolidadas na Constituição de 1988, no desmonte das instituições de proteção e a abdicação da gestão ambiental como um todo. O então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, em reunião com o presidente e demais ministros, em abril de 2020, propõe passar as reformas infralegais de desregulamentação, aproveitando que a mídia estava com a atenção voltada para a Covid-19, e passar a boiada. De acordo com dados do Observatório do Clima (2021, p. 4), em seu relatório denominado Passando a Boiada, até dezembro de 2020 houve 593 canetadas do governo federal relacionadas a meio ambiente, classificadas como por impacto das normas, sendo 57 determinavam reformas institucionais, 32 revisaços de regulamentos, 32 promoviam flexibilização, 19 desregulação e 10 revogaços.

Após essas medidas do governo, segundo dados do Infoamazônia[6], de 2019 a 2021, a taxa anual do desmatamento da floresta dobrou em comparação com a dos anos anteriores até 2018, elevando a destruição a patamares históricos. Do mesmo modo, o garimpo se expandiu pelas terras indígenas, chegando a 18 territórios indígenas, e atingindo quase 200 km² em 2021, mais que o dobro do que havia em 2018 e cinco vezes maior do que em 2013, quando se identificou um aumento das áreas de garimpo nesses territórios.

Os processos de implementação de políticas públicas na Amazônia ainda têm reforçado em grande parte a manutenção do paradigma de grandes projetos na (Buarque, 2006; Fearnside, 2009; Bermann, 2002). Apesar da existência de inúmeras frentes de jornalismo profissional no Brasil, esta situação reverbera negativamente na construção de um ambiente de discussões sobre questões amazônicas na mídia, com noticiário impactado por características generalizantes (Dutra, 2005). Há

[5] Disponível<Belém é escolhida como sede da COP30, em 2025, diz governo | Política | G1 (globo.com)>. Acesso 10 mar.2024.
[6] Disponível<Em imagens de satélite: a devastação da Amazônia no governo Bolsonaro (infoamazonia.org)>. Acesso 10 mar.2024.

uma persistência na imprensa tradicional brasileira em abordar a Região Norte a partir da lógica de frentes de expansão econômica do centro do País (Barros, 2011).

Ainda figurando como importante rede de comunicação diante do crescimento das plataformas de redes sociais digitais, a imprensa tradicional brasileira direciona parte do debate que envolve tomada de posições e opiniões sobre os problemas do sistema político nacional. Investigar conteúdos oriundos dessa frente contribuem para melhor compreensão do papel social representado por ela. É necessário elucidar processos relacionados à "fabricação" de ambientes, por exemplo, a partir da visão do jornalismo para a Amazônia (Hansen, 1994).

Precisamos compreender o que esses dispositivos têm a dizer, mas, também, a partir de suas teias de vinculações, "chegar a um entendimento sobre como determinados conteúdos são produzidos e postos em circulação" (Dutra, 2005, p. IX) e quais as relações de agendamento se estabelecem. Políticas públicas "recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos" (Souza, 2006, p. 24). Portanto, diferentes mídias são utilizadas, na atualidade, como estruturas de poder, capazes de produzir sentidos sobre a Amazônia, agendá-los, projetá-los e legitimá-los em busca de determinados fins.

Essa lógica de midiatização da Amazônia tem efeitos, contudo, deixa marcas a partir do que é gerado pela manipulação política de lugares e valores geográficos (Tuathail, 1998): "Estas geopolítica simbólica é produzida no meio social e pelo meio social; institui uma visão do mundo através das mídias em geral" (Steinberger, 2005, 191-192). Esse problema interfere diretamente no que entra ou é excluído do ciclo de políticas públicas. Determinados problemas regionais são ignorados pela definição de agenda porque "algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório" (Souza, 2006, p. 29-30). A mídia, e especificamente o jornalismo, são sujeitos relevantes porque assumem o papel de garantir visibilidade aos problemas sociais. No entanto, a lógica que assume se modifica de acordo com a lógica dos sujeitos apoiadores (Silva e Silva, 2001).

Conhecido mundialmente, o termo Amazônia é alvo de uma profusão de discursos, porém, parte desses conteúdos segue por trilhas basilares comuns, que apresentam a região a partir de perspectivas do fantástico, do salvacionismo, do colonialismo, da fronteira, do conflito e de reducionismo dos povos que a habitam. A região é "vista ainda hoje como exótica, subalterna, selvagem, pelo centro-sul do país", alvo de narrativas que "reforçam imagens cristalizadas de uma terra que necessita ser ocupada" (Costa, 2008, p. 1). Mas a Amazônia não é homogênea; é, sim, híbrida e complexa. Há inúmeras amazônias inseridas na Amazônia e refletir sobre elas implica considerar o lugar dos indivíduos que a conformam, se podem ou não definir o destino de seus territórios e vidas (Gonçalves, 2008; Marcovitch, 2011; Barros, 2023).

No entanto, neste momento, pensamos a Amazônia e sua geopolítica, isto é, as disputas das relações entre poder e espaço geográfico, e não somente isso, não um espaço apenas territorial, mas toda a sua significação para a política nacional e mundial. Principalmente, porque por meio desse poder serão exercidas a "tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território" (Becker, 2005, p. 71). Ou mesmo, pela crescente demanda internacional por recursos naturais estratégicos (Amim, 2015). Logo, a região ganha destaque internacional, não somente por conta do anúncio da realização da COP30 em Belém, mas sobretudo por se caracterizar por fiel da balança nas discussões acerca das mudanças climáticas. O interesse "aumenta de acordo com o status que lhe é conferido no cenário econômico e geopolítico" e os projetos elencados ao território "baseiam-se em compromisso e discussões que passam pela sua representação simbólica de região vocacionada para o desenvolvimento sustentável" (Costa; Oliveira; Ravena, 2017, p. 1).

AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS À LUZ DA HERMENÊUTICA

Com a Hermenêutica e o uso nas narrativas de Ricoeur buscamos compreender uma teoria da interpretação que vai além da mera decodificação de linguagem para alcançar uma compreensão mais profunda dos significados subjacentes e do mundo em que esses significados são produzidos e recebidos. Para o autor, interpretar é um ato de compreensão. Ou seja, interpretar não é apenas encontrar o significado literal ou imediato de um texto, mas envolve um processo dialético de compreensão e explicação que considera tanto o contexto histórico quanto a relevância atual do que foi produzido. Essa interpretação se configura como um movimento entre compreender um texto em seu próprio contexto e aplicar seu significado à nossa própria situação ou à realidade daqueles que vivem nesse contexto de quem se fala.

Ao recorrermos aos princípios hermenêuticos nas análises das narrativas jornalísticas, exploramos não apenas o conteúdo explícito, mas também as camadas mais profundas de significado, intenção, contexto e impacto. Consideramos os objetivos, as intencionalidades, a seleção e os aspectos que são apresentados sobre e da Amazônia. A escolha de palavras, uso de metáforas, subtextos, inclinações ideológicas presentes no texto, com a finalidade de compreender como essa linguagem é usada para moldar as percepções sobre os temas que tratam sobre a realidade do território. Do mesmo modo, analisamos como a história é contada, a partir da organização das informações, o foco narrativo e a presença de elementos narrativos como personagens, configuração e conflito, que podem revelar como o texto pode influenciar ou reproduzir sentidos já existentes, mas sem relação com a realidade social ou às experiências dos amazônidas.

Outro importante aspecto da nossa análise consiste em observar como a ideologia e o poder se manifestam ou são contestados dentro das narrativas, levando-se em conta se certas perspectivas

são privilegiadas, marginalizadas ou invisibilizadas, pensando essas narrativas jornalísticas como formas de manutenção ou desafio das estruturas de poder existentes.

Ao selecionarmos a Hermenêutica para analisar a inserção da Amazônia nas narrativas jornalísticas, consideramos que esse aporte teórico e metodológico possibilita uma interpretação profunda dos significados que não são aparentes sobre o território. Do mesmo modo, é necessário situar a Amazônia dentro do seu contexto mais amplo para entender seu significado, não apenas dentro de ideias restritas, mas numa abordagem que enfatiza a compreensão, o contexto e a interpretação. Buscamos com as narrações compreender o lugar e o estar dos amazônidas, dando à vida significado e orientação. Como bem diz Han (2023, p. 11), uma narração que modifica e que desvela um mundo não é posta arbitrariamente no mundo por uma única pessoa. "Na verdade, (...) é um processo complexo no qual diferentes forças e atores estão envolvidos. (...) ela {narração} é a expressão da tonalidade afetiva de uma época". Ou seja, as narrações devem ter um momento interno de verdade.

Nossas análises partiram de um corpus de 74 notícias veiculadas em quatro veículos jornalísticos que mantêm a publicação de suas edições impressas e em formato digital, nos seus portais, sendo dois sediados em estados da região Sudeste – Folha de S. Paulo (São Paulo) e O Globo (Rio de Janeiro) – e dois da região Norte – O Liberal e Diário do Pará (ambos do Pará). A seleção possibilitou verificar a construção de sentidos, em diferentes eixos geopolíticos do país, abordagens opostas ou semelhantes. Por notícia entendemos os fatos jornalisticamente interpretados da realidade cotidiana (Braga; Costa, 2020).

Demarcamos que as notícias não foram analisadas individualmente, pelo contrário, agrupamos todas com a finalidade de compreensão do sentido de Amazônia. É importante destacarmos que com a hermenêutica e a narração buscamos uma forma de desfecho, com a criação de significado e identidade sobre a Amazônia. Portanto, o período selecionado foi definido a partir do mês em que Belém é confirmada como a cidade brasileira candidata à sede da COP30 – janeiro de 2023, e se estende pelo noticiário do ano todo. A seleção foi somente de notícias que tem a COP30 em destaque na manchete.

As notícias foram categorizadas, porém sem a perspectiva de isolar esse produto social como um fenômeno que pode ser separado em um frasco e analisado tal qual um composto fragmentado do real. A classificação conforme o gênero[7] do texto jornalístico – ver quadro 1 - informativo ou

[7] Como explica Marques Melo (2003), os gêneros jornalísticos se referem a um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens de atualidade, como um reflexo do consenso corporativo. Nesta classificação de gênero, o Informativo incluiu apenas as reportagens; e no Opinativo àquelas notícias que estavam em formato de nota de colunistas dos veículos pesquisados.

opinativo – possibilitou nos apontar também como o veículo expunha a diversidade de opiniões sobre a região nos textos analisados.

Quadro 1 - Classificação das notícias analisadas

VEÍCULO	GÊNERO INFORMATIVO	GÊNERO OPINATIVO	TOTAL
Diário do Pará	41	-	41
O Liberal	16	-	16
Folha de S. Paulo	4	4	8
O Globo	7	2	9

Fonte: Produção dos autores (2024)

Nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, as narrativas analisadas se alinham ao significado global da região amazônica: exótica, isolada e sem condições de resolver seus próprios desafios e conflitos, portanto à espera de soluções exógenas. Assim, é destacada a facilidade dos financiamentos que devem ser oferecidos ao Estado do Pará.

As notícias salientam mais a falta de estrutura para a realização do evento em Belém do que a agenda climática, que norteará as discussões. A região e seu ativo florestal como vocação não são evidenciados, somente a histórica depredação, índices de queimadas, problemas fundiários, contaminação e destruição provocadas pelos garimpos. Como aponta Gonçalves (2008), além de região vista a partir de lentes reducionistas – tratando-se de fauna e flora – a Amazônia passou a ser tratada como cenário de conflitos: "as antigas imagens que da região se tinha cederam lugar a uma outra de devastação, de exploração, de violência e resistência. É esta imagem que vem ganhando o mundo através não só da imprensa (Gonçalves, 2008, p. 13).

A escolha de Belém, ao término da leitura de todas as notícias, é definida como medida que vai demandar altos investimentos e a região, com tão poucas estatísticas positivas, não irá responder à altura. Diametralmente, os textos apontam a riqueza natural e a pobreza natural num paradoxo que a simplificação da abordagem não permite apontar saídas.

Os sujeitos amazônicos e a diversidade da região estão ausentes das pautas, restringindo as fontes ouvidas aos governantes nas esferas municipal, estadual e federal. É a retomada de relações históricas de práticas de colonialidade em que a região só é ouvida através da voz oficial do Estado.

As Amazônias que circulam na mídia são construções discursivas baseadas em lutas pelo poder e busca de significado. Dessa forma, o que vemos é uma imposição do que o campo constrói desse espaço público: são imagens fragmentadas, cada uma com seu recorte (Faria, 2003). Podemos afirmar que construções sobre a Amazônia são alvo de constrangimentos do campo político (Bourdieu, 1994), por meio de instâncias governamentais, por exemplo, quando pressionam empresas

jornalísticas materialmente – inclusive com recursos financeiros – e simbolicamente, por estarem investidas de autoridade como fontes oficiais.

Os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo ressaltam a determinação política do presidente Lula em definir a COP30 no Pará acima ou apesar de qualquer dificuldade que seja apontada, tangenciado por um compromisso político com o governador do Pará, Helder Barbalho.

No jornal O Liberal, o tom da narrativa jornalística é de expectativas positivas antes da definição, e de exaltação quando Belém é confirmada como sede da COP30, ressaltando os esforços envolvidos para a realização do evento e, principalmente, as oportunidades para melhoria da cidade de Belém. Os investimentos vão financiar principalmente obras de infraestrutura, destacando que as iniciativas vão incrementar o desenvolvimento e gerar renda e empregos, do centro à periferia da capital.

No palco da primeira conferência do clima em solo brasileiro e amazônico, a imprensa reforça as expectativas salvacionistas que repetem a espera histórica do redentor na região. O jornal salienta que o evento visibiliza a região, expõe as potencialidades de crescimento local, estabelecendo um ponto de virada na história de Belém a partir da realização do encontro mundial. O Liberal reitera a lógica já identificada por Barros e Chagas Junior (2021) em narrativas jornalísticas no Brasil, que evidenciam uma lógica economicista na abordagem de questões do campo do meio ambiente. Sujeitos amazônidas são colocados em posição secundária e sem posição relevante nas discussões representadas.

A Amazônia é apresentada como solução climática mundial, mas de forma simplificada porque as notícias não discutem as questões da urgência climática e os desafios ambientais. Questões que de fato mudam a realidade das populações, sejam locais, nacionais ou mundiais. O legado do evento é o assunto dominante nas pautas: obras que devem ficar para melhorar a qualidade de vida da população de Belém. Assim, os investimentos, modificações e melhorias urbanas são exaltados.

Na seleção das notícias analisadas não surpreende que os jornais do sudeste do país tenham a metade do volume, mas o jornal Diário do Pará totaliza 41 notícias destacando a COP30, no período estudado. A quantidade está relacionada à ligação do jornal com o governo do Estado[8]. A família que

[8] Historicamente o jornal Diário do Pará foi fundado por Laércio Barbalho, pai do atual senador da República, Jader Barbalho e avô do atual governador do Estado, Helder Barbalho, em 1982, para, na época, ser parte da campanha de Jáder Barbalho. Hoje o Grupo de Comunicação RBA, pertencente à família, além do jornal Diário do Pará, reúne oito emissoras de rádio (FM 91, 99 FM, Rádio Clube do Pará, Rádio Clube de Marabá, Rádio Clube de Maracanã, Rádio Clube de Paragominas, Rádio Clube do Tapajós e Diário FM); as emissoras de tv aberta RBA TV, RBA TV Breves, RBA TV Marabá, RBA TV Parauapebas, RBA TV Paragominas. RBA TV Santarém; e o portal de notícias Diário Online (DOL). Jader Barbalho é pai do governador do Pará, Helder Barbalho, foi Vereador em Belém (PA), pelo MDB de 1967 a 1971; Deputado Estadual, PA, pelo mesmo partido, de 1971 a 1975; Governador do Pará pelo PMDB nas legislaturas de 1983 a 1987; e 1991 a 1995; E está no terceiro

protagoniza a política paraense há 45 anos ainda tem planos para o futuro. O próprio governador Helder Barbalho[9], que está na política desde os 21 anos, é visto como provável quadro nacional para as eleições de 2026. Assim, a COP30 é abordada pelo jornal da família como um trunfo político, as notícias relatam as conquistas no cenário nacional, as declarações sobre o evento em toda a agenda do governador.

Desta maneira, o noticiário foi determinante para que a opinião pública apontasse o evento, mesmo sendo realizado na capital, como uma realização do governo do Estado. As notícias informam sobre as negociações políticas para investimentos na cidade, o planejamento, o andamento das obras, reforçando o legado e as oportunidades percebidas e as ações já realizadas. O quadro de notícias do Diário do Pará corrobora a força nacional do mandato estadual de Helder Barbalho e potencializa capital político para cenários eleitorais futuros.

A versão da Conferência a ser realizada em Belém ganha a denominação de COP da Floresta e as declarações do governador se equilibram entre projetos criticados por ambientalistas e a defesa de uma nova economia verde. Claramente as pautas fazem parte de um posicionamento do governador se concretizando como uma liderança política do tema.

Mas a região apresentada no noticiário depende do exógeno para enfrentar seus desafios. Os cofres e as decisões estão geograficamente longe do verde amazônico e a rotina de suas populações.

A análise do noticiário publicado pelo jornal endossa o questionamento acerca dessas práticas enviesadas. É cada vez maior a importância das funções democráticas do jornalismo para o desenvolvimento sustentável da região amazônica e manutenção dos direitos humanos dos sujeitos que a habitam. Daí a necessidade de manter claras as práticas e consequências de agendas de poder perante os processos de produção de conteúdos noticiosos na e da Amazônia, pois, "se os media agirem, realmente, como agentes de sustentação do status *quo* e de amplificação dos poderes, a sua imagem dominante, ao nível do ser humano comum poderá, por consequência, facilitar perigosamente a manipulação e a desinformação do público" (Sousa, 1999, p. 4).

mandato de Senador pelo Pará até 2027. Disponível em https://www.camara.leg.br/deputados/73929/biografia . Acesso em fevereiro de 2024.

[9] Helder Barballho foi como vereador de Ananindeua (Pará), em 2000. Em 2002, elegeu-se deputado estadual. Em 2004, foi eleito para o cargo de prefeito de Ananindeua, tendo assumido com 25 anos, tornando-se o prefeito mais jovem da história do Pará. Em 2008, foi reeleito. Em 2014 foi ministro da Pesca e Aquicultura, e em 2015 ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos e ministro da Integração Nacional do Brasil. Foi eleito governador do Estado do Pará em 2018 e reeleito em 2022, em primeiro turno, com mais de 70% dos votos, sendo o governador mais bem votado do Brasil. Disponível em https://www.pa.gov.br/orgao . Acesso em fevereiro de 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos a Paul Ricoeur Ricoeur para refletir o sentido de Amazônia enunciado pelas narrativas jornalísticas, e refletimos na relevância de colocar um foco significativo na distinção entre explicar e compreender, em que a hermenêutica não se configura apenas como um método de interpretação de textos, mas como uma maneira de entender a existência humana, e a existência dos amazônidas. Com a hermenêutica abre-se a possibilidade do leitor de ir e voltar entre o entendimento do todo e das partes. Isso significa que a compreensão de cada parte de um texto depende da compreensão total que se tem dele, e vice-versa. E a impressão que teima em se firmar, quando analisamos os sentidos produzidos, é que essa Amazônia somente pode ser compreendida no olhar da informação. Ou seja, a informação, que segundo Han (2023), é aditiva e cumulativa. "Ela não é portadora de sentido, enquanto a narração, por sua vez, transporta o sentido. Originariamente, sentido significa direção" (Han, 2023, p. 14). As narrações criam uma comunidade, pois elas são histórias que conectam as pessoas umas com as outras.

Nossos resultados apontam nesta análise, que a mídia não determina as ações sociais, mas possui uma capacidade intensa tanto de explicitar discussões sobre a Amazônia quanto silenciá-las. Precisamos de balizadores para encontrar e discernir, em um emaranhado de produtos midiáticos, "sentidos que não são simples reflexos ou cópias da realidade, mas são, isso sim, realidades produzidas e embaladas de tal modo que o receptor as consome sob o rótulo de verdades prontas, embora não sob o determinismo de nelas crer (Dutra, 2005, p. 252).

O que está guardado por essas embalagens pode ser acessado além das decodificações textuais quando há uma sólida compreensão do contexto em que determinados conteúdos jornalísticos são produzidos e de qual forma circulam. Dada a relevância atual do corpus, destacamos um tensionamento de diferentes campos, especialmente o da política, no sentido de direcionar o noticiário da COP30 nos diferentes jornais analisados.

De todos os territórios físicos e simbólicos existentes, segundo Costa et al (2020, p. 15) parece-nos que a Amazônia é um dos lugares que ainda não conseguiram se libertar do pensamento colonial". Ou seja, de se impor a esse pensamento, seja negando as narrativas de viagem, as quais forjaram sua construção ao longo dos séculos, "seja assumindo as narrativas dissidentes contra as leituras equivocadas com abordagens mais críticas a respeito do seu lugar no contexto regional, nacional e internacional".

Nos subtextos identificados, observamos o trânsito de ideologias e marcas de poder semelhantes e outras distintas. Enquanto os jornais da região Sudeste retratam a Amazônia como uma região exótica e isolada, incapaz de resolver seus próprios problemas, os periódicos que circulam

no Pará enfatizam a lógica de dependência de soluções externas para garantia do próprio desenvolvimento.

Folha de S. Paulo e O Globo enumeram dificuldades de infraestrutura e conflitos na região em vez de aprofundar o debate acerca da agenda climática, investindo em fontes oficiais. Se os jornais de São Paulo e Rio se desviam da discussão sobre oportunidades para a Amazônia a partir da COP30, os de Belém veem o evento internacional como um condão salvacionista para a região - e especialmente para seus maiores centros urbanos -, mas convergem para uma visão de desenvolvimento economicista. O Liberal mantém a lógica de destaque a agendas oficiais e o Diário do Pará destaca conteúdo com uma forte ligação com o governo estadual, amplificando o capital político do atual governador.

Nessas diferentes narrativas, cada jornal demonstra sua atuação em uma luta pela apropriação política e econômica da Amazônia que focaliza não somente o espaço físico, mas a elaboração de uma dimensão simbólica do território (Raffestin, 1993). Suas estratégias seguem diferentes fluxos - lançando mão de variadas estratégias simbólicas -, mas convergem na apresentação da realidade que afasta os seres humanos da natureza e inferioriza e invisibiliza a população amazônida, ou seja, a parcela mais impactada por mudanças climáticas.

Para sintetizar nossas preocupações, acionamos o poeta e doutor em Sociologia da Cultura Paes Loureiro (1978), que chama atenção para a configuração de uma Amazônia aureolada, uma "obra-prima do mundo", "objeto que possui aura de culto", mas que continua sendo vista, por outro lado, como "El Dorado" cobiçado internacionalmente. A via para compreensão da Amazônia/amazônias, argumenta o autor, é acionar uma condição diferenciada de diversidade:

> À medida que ela for encarada como uma diversidade diversa, com suas diferenças internas e em relação ao mundo, passando a ser sustentada por um amplo projeto político-científico que a reconheça como tal, pode haver uma saída. Não como manutenção de seu isolamento nem passadismo, mas como integração ou relação transacional com o planeta, processo pelo qual existirão trocas sem que um desapareça no outro (Paes Loureiro, 2019).

Portanto, em um contexto de imposição de interlocutores exógenos, na inexistência de protagonismo da Amazônia/amazônias, não há caminho para compreensão de fato do que o território significa. Lembramos o que afirma Ricoeur, que as narrativas (histórias) desempenham um papel central na formação da identidade pessoal e cultural. Contar histórias é uma maneira fundamental pela qual os indivíduos e as comunidades fazem sentido de suas experiências e constroem suas identidades.

REFERÊNCIAS

AMIM, M. M. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século xxi. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, p. 17-38, 2015.

BARROS, T. A. **Sentidos da matriz energética brasileira na mídia:** projetos hidrelétricos na Amazônia de FHC a Lula (2001-2002 e 2008-2009). 2011. 132 f.: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Belém, 2011.

BARROS, T. **Coração da Amazônia, território em disputa**: Movimento Indígena e Representação Política em Campanha Contra Hidrelétricas. Curitiba: Appris, 2023.

BRAGA, Thaís. L. C.; COSTA, A. C. Amazônia em pedaços: discursos sobre a divisão do Pará no jornal Correio do Tocantins. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, 15(1), 2020.

BEKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005.

BERMANN, C. A perspectiva da sociedade brasileira sobre a definição e implementação de uma política energética sustentável – uma avaliação da política oficial. *In*: Seminário internacional fontes alternativas de energia e eficiência energética – opção para uma política energética sustentável no Brasil **(Anais...)**. Câmara dos Deputados, Brasília, jun. 2002.

BUARQUE, S. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, P. L'emprise du journalisme. *In*: **Actes de La Recherches en Sciences Sociales**, Paris, Seuil, n. 101-102, p. 3-9, mar. 1994.

COSTA, A. C.; OLIVEIRA, I. C.; RAVENA, N. Vozes institucionais e os discursos de dominação: análise dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. ID24880, 2017. DOI: 10.15448/1980-3729.2017.2.24880. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br /ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24880. Acesso em: 12 abr. 2023.

COSTA, A. C.; OLIVEIRA, I. C.; RODARTE, L. K.; KABUENGE, N. N. O índio e os outros: apontamentos e contribuições sobre a invenção da Amazônia na construção de uma narrativa dissidente. *In*.: **Narrativas midiáticas contemporâneas**: epistemologias dissidentes [recurso eletrônico] / Organização Marta R. Maia, Mateus Yuri Passos - Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020.

COSTA, V M. T. A Amazônia narrada: entre passado e presente quase nada mudou. *In*: 6º Encontro Nacional da Rede Alcar, 2008, Niterói. **Anais do 6º Encontro Nacional da Rede Alcar**. Porto Alegre: Alcar, 2008.

COULDRY, N.; HEPP, A. **A construção mediada da realidade**. Tradução Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2020.

DUTRA, M. **A natureza da TV**: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.

FARIA, C. Ideias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (S.l.), vol. 18, n. 51, fev 2003, p. 21-29.

FEARNSIDE, P. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases do efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, vol 12, n. 2, dez 2009, p. 5-56.

FREITAS PINTO, R. A viagem das ideias. **Estudos Avançados,** 19 (53), p. 97-114, 2005.

GONÇALVES, C. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

HAN, Byung-Chul. **A crise da narração**. Tradição de Daniel Guilhermino. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

HANSEN, A. (Ed.). **The mass media and environmental issues**. Studies in communication and society (2. ed.). Leicester: Leicester University Press, 1994.

MARCOVITCH, J. **A Gestão da Amazônia**: Ações Empresariais, Políticas Públicas, Estudos e Propostas. São Paulo: Edusp, 2011.

MARQUES DE MELO, J. **O desafio do estudo dos gêneros**. Pauta Geral, Salvador, n.5, p.11-20, 2003.

PAES LOUREIRO, J. J. **Porantim - Poemas Amazônicos.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.

PAES LOUREIRO, J. J. Cultura amazônica: uma diversidade diversa. **Amazônia Latitude**, 2019. Disponível em: https://www.amazonialatitude.com/2019/04/10/cultura-amazonica-uma-diversidade-diversa/. Acesso em: 10 fev. 2024.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. *In*: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo:** teorias sociais da imprensa. p. 51-70. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação da imprensa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PIZA, S. Des-pensar as subjetividades, enfrentar as armadilhas da identidade. **Das Questões**, Vol.8, n.2, p. 284-291, abril de 2021.

RAFFESTIN, C**. Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, P. **Hermenêutica e ideologias**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 2019.

SILVA E SILVA, M. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. *In*: SILVA E SILVA, M (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria & prática. São Paulo: Veras Editora, 2001, p. 37-93.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos.** As "teorias" do jornalismo e dos efeitos sociais dos média jornalísticos, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>. Acesso em: 23 mar. 2006.

SOUZA, C. Políticas públicas: Uma revisão da Literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

TUATHAIL, G. Postmodern Geopolitics. *In*: TUATHAIL, G e DALBY, S. (Orgs.). **Rethinking Geopolitics**. New York: Routledges, 1998.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

A GOVERNANÇA LOCAL E OS DESAFIOS PARA CONTORNAR OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM DUAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA ILHA DE MARAJÓ-PA

Luciana Otoni de Souza[1] (UFPA)
Ligia Terezinha Lopes Simonian[2] (UFPA)
Hisakhana Pahona Corbin[3] (UFPA)

Resumo: Estudo realizado a partir da disciplina Governança e Instituições Públicas do curso de doutorado NAEA/UFPA com comunidades tradicionais quilombolas na ilha de Marajó, em Salvaterra-PA, durante a pandemia da COVID-19. Estudou-se os principais efeitos sofridos por essas populações objetivando compreender a participação das governanças locais nesse processo envolvendo os moradores e o poder público, apontando suas potencialidades e fragilidades. Atualiza as reflexões baseando-se nas ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19 que tem promovido problemáticas como a desigualdade social e o fortalecimento de alguns processos de preconceito e exclusão desde a época colonial nesses povos. Sistematiza as informações por meio de um questionário aplicado em forma de entrevista online (devido a necessidade do isolamento e distanciamento social) e analisa com base na percepção das lideranças a realidade que vivem e o período particular sob a influência da pandemia. Resultados indicam que, de modo geral, a participação social é efetivada por meio de organizações sociais, de grupos criados por governanças locais para o engajamento, resistência e divulgação da ancestralidade e cultura das origens africanas de comunidade remanescentes de quilombos. Por um lado, a separação das forças locais e o isolamento social dificultam o fortalecimento da participação dos moradores dessas comunidades em ações que visem melhorar a qualidade de vida e saúde nesses espaços, por outro, o processo de conscientização étnico-racial está presente na busca contínua pelo cumprimento de leis e garantia dos direitos adquiridos.

Palavras-chaves: governanças locais; lideranças comunitárias; comunidades quilombolas; Salvaterra; COVID-19.

INTRODUÇÃO

As trajetórias das lideranças em comunidades tradicionais coincidem com a criação desses núcleos familiares, suas lutas e conquistas e o desenvolvimento de atividades que contemplam aspectos culturais e ancestrais que garantam a perpetuação de seus traços mais remotos.

A governança enquanto forma de gestão dentro das comunidades tradicionais desenvolve um papel fundamental para o crescimento dessas populações, visto que entendem e percebem o espaço de moradia como parte de sua história, como uma extensão do "ser" tradicional e que existe uma relação de interdependência com a terra. Seria uma prática em que não existe uma instituição

[1] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Brasil. Email:lucianaotoni@ufpa.br
[2] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Brasil. Email: simonianl@gmail.com
[3] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, UFPA, Brasil. Email: hisacorbin@hotmail.com

controladora de seus espaços e ações, mas sim uma associação de pessoas que vivem de maneira igual, sem privilégios para um determinado grupo ou pessoa (LIFSCHITZ, 2011).

A estrutura organizacional percebida em comunidades tradicionais demonstra certa capacidade de manter as questões produtivas, sociais e ambientais de maneira homogênea que permite entender que a dinâmica presente nesses espaços compete inevitavelmente com o sistema capitalista adotado pelo Estado principalmente no meio urbano.

Nessa linha, Perez e Souza (2022) apontam que a percepção ambiental dos espaços e ainda o bem-estar social do ponto de vista da população, dependem diretamente das ações do poder público, direcionadas para as comunidades em geral. O que é percebido, no entanto, é a transferência de responsabilidades para as lideranças locais.

A Amazônia brasileira vem desenvolvendo ações que contemplam aspectos da gestão socioambiental, por tratar-se de uma área de diversidade estudada e ainda pouco conhecida. Nela, segundo destaca Shiraishi Neto (2007) são definidas ações pelo governo nas diversas esferas do poder através de políticas e programas que visam mitigar possíveis impactos ambientais trazidos com o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais locais, além de controlar as degradações e conflitos pelo uso e ocupação de terras e recursos naturais.

Em crises, como a provocada pela COVID-19, esses espaços estiveram ainda mais vulneráveis às problemáticas socioambientais e econômico-culturais destacando questões que apontavam para o distanciamento das políticas públicas aplicadas em regiões mais urbanas em detrimento de áreas rurais ou mais distantes dos grandes centros urbanos (MONDARDO, 2020).

De acordo com Simonian (2018), assim como os povos tradicionais se organizaram para enfrentar a pressão do modelo capitalista que adentrava seus espaços nos anos 90, de certa maneira, tal fato tornou esses povos mais resistentes e conscientes a respeito das interferências externas que receb(em)iam.

As lutas travadas a partir desse contexto histórico, permitiram que os moradores, no entendimento do amparo legal, das comunidades tradicionais cobrassem ações dos governantes para atendimento às necessidades frente a problemáticas expostas pela pandemia que destaca as questões sanitárias e de saúde coletiva, setores esses que representam ainda parte de um projeto a ser alcançado e viabilizado a esses grupos sociais.

Nesse período, as lideranças de acordo com as diretrizes implementadas pelo governo estadual e desenvolvendo o seu poder de governança local, procurou regular as dinâmicas socioambientais e implementar espaços de gestão compartilhada das políticas públicas setoriais e

territoriais junto com os demais moradores e a sociedade civil organizada, envolvidos em consonância com o paradigma democratizante da governança pública

A importância da participação popular, nesse sentido, segundo Gomes, Madeira e Brandão (2020) é fundamental para que a organização e a implementação de ações preventivas e de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19 alcançassem os resultados esperados e diminuíssem os casos de contágio pela doença.

Diante disso, este artigo vem demonstrar as principais interpretações por parte das lideranças comunitárias acerca dos impactos gerados pela pandemia da COVID-19 dentro da sua comunidade na ilha de Marajó no município de Salvaterra-PA.

Optou-se por realizar essa pesquisa no formato de estudo de caso visto que este consegue articular diferentes perspectivas dentro da investigação da pesquisa e que pode ser aplicado nos estudos de caso como ferramenta de ensino, de etnografias e observação ativa ou participante e dos métodos qualitativos (YIN, 2001).

Assim como, o estudo buscou elencar os principais desafios a serem superados em um contexto pós-pandêmico nas comunidades tradicionais estudadas sob a ótica das lideranças comunitárias, apresentando alternativas que auxiliem as governanças locais superarem os desafios impostos pela pandemia.

Nesse sentido, foram identificados aspectos de governança e de governabilidade aplicados no âmbito social dentro dessas comunidades tradicionais que colaboram para a compreensão das ações implementadas e a visibilidade do trabalho realizado por esses grupos sociais diante do poder público.

MARCO TEÓRICO

Os anos de 1990 foram simbólicos no que diz respeito às ações públicas com relação ao tratamento do meio ambiente, particularmente a sua governança, tendo por referência poder, legitimidade e participação de atores e instituições sociais governamentais e não governamentais (ARAUJO e SIMONIAN, 2016).

A pandemia do COVID-19 trouxe abertamente questões aparentemente superadas, mas que nunca deixaram de existir, que segundo Lima (2020) voltam à luz da discussão para justificar desigualdades e exclusões: guerras étnicas, racismo, escravidão disfarçada ou não, violência de gênero, apartheid social entre outras formas de segregação social e preconceitos sofridos por desses grupos.

A sociedade mergulhada no caos e considerando o fato dos vírus reproduzirem um planeta com sérios riscos onde os desastres ambientais e sociais se multiplicam, nos deixa em alerta para o que está por vir dentro da sociedade brasileira, em especial das comunidades tradicionais que ficam por vezes isoladas e esquecidas dos seus direitos básicos humanos.

Embora muitos obstáculos surjam no desenvolvimento de políticas locais específicas para essas comunidades, existem ações pontuais que viabilizam o acesso e o aproveitamento das potencialidades locais. Como exemplo, a aplicação de uma economia florestal que se consolida para destacar e manter as florestas sociais que agrupam as comunidades tradicionais (AZEVEDO-RAMOS e PEZZUTI, 2016).

Desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais foram surgindo e sendo adaptadas das realidades locais para o enfrentamento da pandemia (MONDARDO, 2020) e que necessitou de mobilização por parte das lideranças. Nesse caso, a governança explica que mesmo sem a atuação direta do governo os líderes de comunidades tradicionais e mais afastadas dos centros urbanos podem traçar melhores ações que contemplem as reais necessidades dos moradores das comunidades.

Na descrição de Rhodes (2005) o uso desse tipo de governança sugere que se tornem auto-organizadas as redes que compõem essa forma de liderança, onde de maneira similar podem se auto-organizar, significando ter uma rede comunitária autônoma e independente. Ao mesmo tempo, essa experiência se apresenta como uma inter-relação necessária que deve se prolongar aos povos adjacentes de espaços delimitados como territórios especialmente protegidos.

Riscos anunciados, epidemias crescentes que resultaram na pandemia atual, talvez a primeira de muitas que estão por vir devem pautar direcionamentos no que tange as ações para sanar as principais necessidades de populações vulneráveis que dependem de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda, cuidados com a saúde física e mental, questões sanitárias, promoção de atividades culturais e educacionais, saúde coletiva, entre outras.

Para se conseguir a efetivação de todas essas ações faz-se necessário uma articulação entre comunidades tradicionais e poder público, sendo confirmado no estudo de Sablayrolles, Porro e Oliveira (2019) segundo o qual destaca que os aspectos técnicos, econômicos e de comercialização, as questões de conflitos com atores externos ou internos às comunidades e as relações com órgãos públicos exigem uma atuação em dois níveis, o local e o regional/estadual.

Para as comunidades tradicionais destacadas no contexto brasileiro, especialmente as remanescentes de quilombos é importante a aproximação com outras formas de governança independentes para que fortaleçam suas práticas originárias e que isso fomente suas necessidades

básicas principalmente em tempos de crise humanitária como a da COVID-19, assim sendo, para essa situação aplicação a atuação local das instituições públicas.

Vale ressaltar, que diante da amplitude dos casos de infecção pelo vírus as propostas sociais no que tange a evolução e distribuição do processo saúde-doença na humanidade segundo Azevedo-Ramos e Pezzuti (2016) tem sido objeto de estudo dando origem às várias disciplinas acadêmicas e que fora das ciências da saúde ou parte dela, outras tantas preocuparam-se em compreender este processo considerando seus campos de ação respectivos.

Tal preocupação foi fundamentada em uma crescente desigualdade social e esquecimento pelo poder público em relação à saúde coletiva de populações tradicionais e que em seu cotidiano já vivem um isolamento social imposto pelo modo de vida da sociedade moderna.

O surgimento de um efeito retrógrado na economia mundial, o que impacta substancialmente na produção local e o escoamento de seus itens agrícolas acabam sendo bloqueados e muitos sem consumo local podem perder a validade para seu uso, o que significa perda de produção, diminuição de renda e moradores com ainda mais dificuldades econômicas.

Além disso, ao mesmo tempo que o modelo de economia imposto pelos colonizadores quando chegaram no país constitui-se como fundamento dos conflitos, que estabeleceram as relações de produção e de trabalho a partir de interesses pessoais dos estrangeiros, eram antagônicas e incompatíveis com o tipo de economia praticada pelos povos que viviam na Amazônia (ALMEIDA, MARIN E MELO, 2020).

Desde a colonização, comunidades tradicionais e povos originários já eram marcados pelas chamadas “guerras justas”, no estudo de Gomes, Madeira e Brandão (2020) é esclarecido que os processos de ocupação da região são intensificados através de um modelo de economia voltado para a exploração dos produtos da floresta e o trabalho escravo às populações originárias e todo aquele pertencente a minorias sociais da época.

MATERIAIS E MÉTODOS

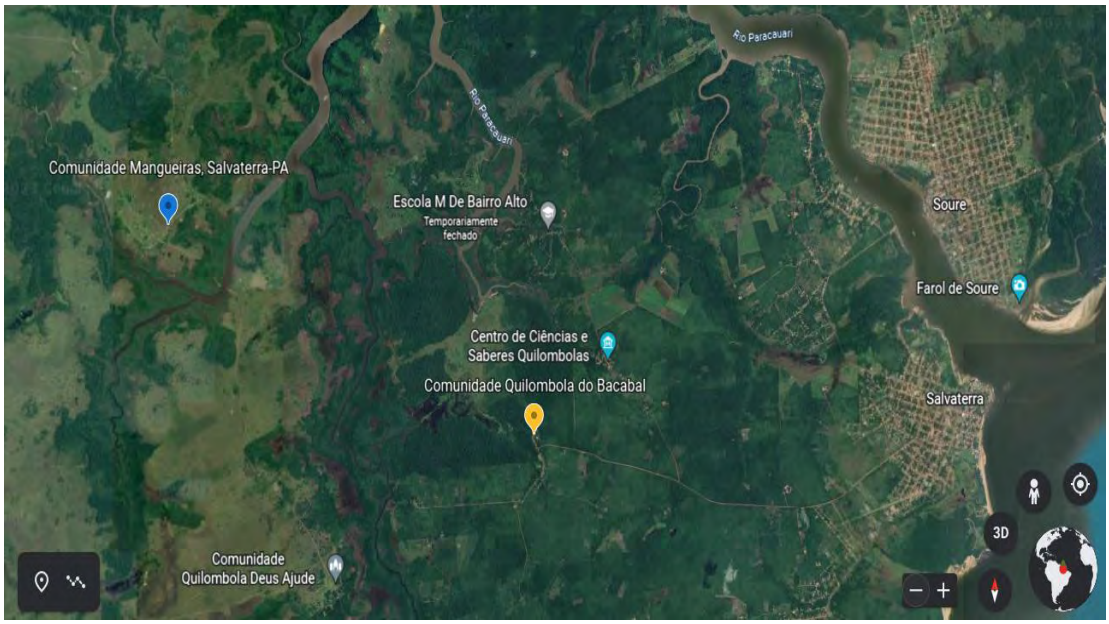
Para a construção deste artigo, adotou-se o que se infere a partir da leitura de Minayo (1994) que enxerga as ciências como uma possibilidade de transformar real os estudos realizados a partir de questionamentos pertinentes e específicos a realidade estudada, buscando soluções para a coletividade que é alvo da pesquisa sem esquecer os conhecimentos adquiridos pela ancestralidade, por meio de suas respostas e suas linguagens, a qual se fundamentam em métodos e técnicas conduzidas de modo coerente por seus representantes.

Ressalta-se que há diversos pensadores e teorias que embasam os estudos realizados acerca da própria inserção e relação do homem nos diversos meios (YAGIU, CASTRO-SILVA, EUZEBIOS

FILHO e MARTIN, 2021). Estes devem ser considerados no desenvolvimento do trabalho de pesquisa aqui construído, a fim de permitir que os achados nas comunidades sejam estudados de modo conceitual.

Foram utilizadas para o desenvolvimento deste artigo, a pesquisa qualitativa para argumentar os resultados do estudo por meio de análises e percepções através da realização de entrevista com perguntas semiestruturadas junto às lideranças das comunidades deste estudo – Mangueiras e Bacabal- (Figura 01) a pesquisa exploratória, visto que a problemática ainda é pouco conhecida no contexto adotado pelo artigo.

Figura 01: Comunidades Mangueiras (marcador azul) e Bacabal (marcador amarelo), em Salvaterra-PA, na ilha de Marajó.



Fonte: Google Earth, 2023.

Utilizou-se também a pesquisa bibliográfica com a coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas científicas nas múltiplas áreas do conhecimento para fundamentar as discussões e ampliar o saber aqui apresentado (Estado da arte).

O foco da pesquisa realizada se concentrou na relação entre a pandemia da COVID-19 e as comunidades quilombolas, contribuindo, desta forma, para uma concepção ampliada da eficiência das lideranças e suas ações e iniciativas no período pandêmico.

Suas determinações sociais tornaram-se um referencial importante para a compreensão da complexidade de processos de governança-saúde coletiva e proteção dos territórios tradicionais e de seus ocupantes (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Por tratar-se de um estudo das relações sociais, representações e percepções de sujeitos e nossa fonte ser constituída de consulta primária e referenciais teóricos, definiu-se como o método

mais adequado para a compreensão do objeto de estudo a abordagem qualitativa, pois esta possibilita organizar e explicar o conhecimento de como os seres humanos vivem, sentem e pensam.

Adotou-se ainda o modelo documental por tratar-se de fontes primárias e pela qualidade das informações que este método possibilita que sejam consultados documentos muitos deles de acesso restrito permitido apenas para fins de pesquisa e uso no local da pesquisa, isso, no entanto, contribui para a compreensão do objeto estudado.

As comunidades de Mangueiras e Bacabal, onde o estudo foi realizado estão localizadas na ilha de Marajó no município de Salvaterra-Pará, sendo uma região com presença marcante de comunidades remanescentes de quilombos, o que revela a complexidade de sua formação histórico-social em relação aos demais espaços que ocupam o município, suas relações e condições de vida.

Em termos da presença do Estado nessa área, conta apenas com uma Unidade de Saúde (hospital municipal de Salvaterra), podendo ainda utilizar-se da infraestrutura do município vizinho Soure-PA que dista 10 min na travessia de barcos pequenos (rabetas).

A maior parte das habitações é formada por casas de madeira, barro e algumas de alvenarias construídas próximas umas às outras e os moradores convivem com saneamento básico precário, ausência de opções de lazer e socialização que muitas vezes são supridas com atividades promovidas pela própria liderança justamente para tentar conter o avanço da violência e da criminalidade do tráfico de drogas, além dos altos índices de gravidez juvenil (MALUNGU, 2006).

As referências mais recentes do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do estado do Pará em 2000, na Região de Integração (RI) do Marajó, todos os municípios se situavam na faixa de muito alta vulnerabilidade social. Já em 2010, apenas o município de Soure apresentou diminuição suficiente no IVS que permitiu que ele fosse reclassificado para a faixa de nível de alta vulnerabilidade social.

Os demais municípios da RI também apresentaram diminuição do IVS em 2010, mas permaneceram na mesma faixa de nível de vulnerabilidade social (FAPESPA, 2015), o que retrata uma condição de esquecimento e marginalidade em um contexto global das ações promovidas pelo Estado.

Segundo dados do *Observatório de Informações Municipais*, Salvaterra tem uma população estimada em 24.392 habitantes e sua principal atividade econômica é a pesca, extração do açaí e agricultura familiar, que a colocam entre os municípios do Pará com baixos coeficientes de fundo de participação municipal de 1,4, representando um repasse para 2022 de R$18.644.414 (Bremaeker, 2021).

Para este estudo, foram analisadas as informações prestadas pelas lideranças das comunidades coletadas no período de setembro a outubro de 2021 através de entrevistas *online* em

uma etapa que compreende ainda as restrições sanitárias quanto à aglomeração e ao isolamento social, por isso não se pode fazer contato presencial nas comunidades. Esse momento possibilitou a atualização das reflexões com base nas consequências da pandemia da COVID-19 nas comunidades estudadas, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas à distância com as lideranças da comunidade por meio de aplicativos multiplataforma de mensagens (WhatsApp e telefonemas), além do envio do documento em Word contendo as questões que foram respondidas durante as entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisou-se as narrativas relatadas pelas lideranças comunitárias nos processos participativos que acompanham o desenvolvimento histórico de lutas pela melhoria das condições de vida durante uma semana do mês de junho de 2022, em que foram apontadas algumas potencialidades e dificuldades observadas pela organização e socialização comunitárias. Foram apresentadas algumas questões contextualizadas pelos impactos ocasionados pela pandemia da COVID-19 e a partir daí seguiu-se a coleta dos dados.

Dificuldades observadas através da organização e socialização e nos processos participativos das lideranças comunitárias.

Segundo as lideranças das comunidades que foram entrevistadas nesse estudo, a participação social é caracterizada como força coletiva que agrupa jovens, adultos e idosos sem distinção de gênero, possibilitando inclusão, empoderamento e autonomia. Tais ações, possibilitam o desenvolvimento interno da comunidade sob a perspectiva da sua realidade e atendem às principais necessidades dos seus moradores.

A qualidade e efetividade das práticas desenvolvidas dentro desses espaços está associada à possibilidade de formação de vínculos com o objetivo de reivindicar ou criar formas afirmativas de superação da violação dos direitos (Costa; Castro-Silva, 2015). Todavia, a falta de incentivo e ausência de políticas públicas, ou a dificuldade de acesso a esses auxílios, fornecidos pelo governo local, representa uma das grandes dificuldades.

> *Os projetos desenvolvidos na comunidade incentivam a participação de jovens e mulheres na produção de artefatos regionais que caracterizam a cultura marajoara e possibilitem geração de renda para essas famílias. Os participantes sentem que os projetos funcionam como uma terapia que trata de algumas problemáticas comuns na região que cerca a comunidade, tais como violência contra a mulher e tráfico de drogas. (Tia Noca, Comunidade Mangueiras, Salvaterra-PA)*

Essa consciência crítica que surge diante da realidade e cerca o pensamento dessa liderança, proporciona uma nova práxis que por sua vez abre para novas formas de consciência. A análise de Martin-Baró (2017) possibilita inferir que o processo de conscientização tem como consequência o fortalecimento dos sujeitos e da comunidade, pois as pessoas percebem que as situações de opressão que vivem são compartilhadas pelas outras pessoas da comunidade e isso aproxima e estimula a construção de um novo saber e de novas práticas que possibilitem o crescimento humano, social e econômico desses espaços.

> *Para a segurança da comunidade e de seus moradores no ano de 2020 e 2021 tivemos que montar uma porteira para controlar o acesso de entrada e saída na nossa comunidade, além da saída só ser permitida para os casos de extrema necessidade como idas ao hospital para quem estava doente, idas ao supermercado, farmácias sendo que as pessoas respeitaram essa regra e controlavam para ficarem isolados em casa, mesmo depois de se vacinarem.*
> *(Luzia Betania, Comunidade de Bacabal, Salvaterra-PA)*

A ausência e/ou omissão da participação do Estado dentro desses espaços provocando situações de desamparo social (Dimenstein; Cirilo Neto, 2020) favorece a instalação de problemáticas agravantes como o tráfico de drogas, a exploração sexual infantil e a violência contra a mulher, que segundo Maia e Lobo (2013), são problemas com difícil resolução nos planos prático e ideológico.

As fragilidades acima se inserem num contexto de extrema pobreza e falta de saneamento básico que colocam cotidianamente em risco a saúde física e mental dos habitantes, condição que gera um sentimento de esquecimento e exclusão social e que agrava o sofrimento, uma vez que o lugar onde se mora reflete na dignidade, como descrito no livro Quarto de despejo (JESUS, 2014).

As perguntas feitas seguem o modelo do questionário utilizado e apresentado no ANEXO deste estudo como roteiro, a partir das entrevistas coletou-se outras informações que não estão diretamente descritas nas questões propostas, mas que surgem ao longo da discussão e descrição sobre a dinâmica das comunidades no período de pandemia da COVID-19 relatadas pelas lideranças.

> *Durante a pandemia foram instaladas barreiras sanitárias nos portões de entrada de cada uma das comunidades quilombolas, nesse período a saída e entrada de moradores da comunidade ficou restrita fazendo com que muitas famílias tivessem dificuldade de acesso ao auxílio emergencial, a bancos, farmácias e aos supermercados para compra de insumos. Nesse momento muitos deixaram de respeitar a barreira, inclusive até agredindo quem ficasse de guarda, principalmente quando eram mulheres. Isso demonstrou a necessidade de adequar um esquema para permitir que as pessoas vacinadas e com máscara pudessem ter o passe livre na comunidade. Essa abertura, no entanto, foi restrita aos moradores, pessoas de fora continuaram com acesso bloqueado a comunidade.*
> *(Tia Noca, Comunidade de Mangueiras, Salvaterra-PA)*

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 18 de março de 2020, os casos confirmados da COVID-19 já haviam ultrapassado 214 mil em todo o mundo. Não existiam planos estratégicos prontos para serem aplicados a uma pandemia de coronavírus, pois tudo era muito novo. Entre as ações aplicadas no sentido de prevenção da doença, está o isolamento e o distanciamento social que provocaram uma série de conflitos, principalmente se tratando de comunidades já isoladas em alguns aspectos.

Por outro lado, verificou-se a formação de redes de solidariedade, de iniciativas e respostas comunitárias que, como em outros desafios, não somente sanitários, já vividos, são elos fundamentais na construção de respostas que têm nos exigido reflexões constantes (NAKAMURA E SILVA, 2020), refletindo o que aconteceu nesta comunidade que, apesar de todo o estresse, contou com a solidariedade dos moradores, cooperação necessária para enfrentar a minimização da presença dos governos locais.

> *Aqui na nossa comunidade, realizamos a confecção de blusas, turbantes e outros artefatos da cultura quilombola junto as mulheres através do "Grupo de Mulheres Sementes do quilombo" que se fortaleceu em 2019, o grupo de crianças que apresentam danças folclóricas como forma de fortalecimento e divulgação da cultura, além do grupo "Abayomi" que empodera os jovens para o surgimento de novas lideranças.*
> *(Tia Noca, Comunidade de Mangueiras, Salvaterra-PA)*

Todas essas atividades que já vinham sendo realizadas serviram de incentivo para que a comunidade, mesmo isolada continuasse produzindo e gerando resultados ainda que aquém do programado, mas ajudando como forma de terapia já que um dos impactos mais marcantes provocados pela COVID-19 foram os problemas psicológicos que as pessoas passaram a desenvolver em vistas ao isolamento e distanciamento social, medo da contaminação e da morte.

Dessa forma, o tratamento dado a cada situação vivenciada em espaços tão peculiares segundo Freitas, Napimoga e Donalisio (2020) é preciso considerar a heterogeneidade dos indicadores entre diferentes regiões com transmissão, uma vez que esses variam de acordo com ações, rotinas, disponibilidade de suprimentos, estrutura de serviços de saúde e de vigilância, questões culturais e políticas.

No caso de comunidades tradicionais que geralmente se localizam distantes dos centros urbanos, a necessidade de adoção de práticas urgentes e que protegessem os seus moradores foi inevitável e as consequências desse isolamento ainda mais agressivo pôde ser sentido principalmente pelas famílias mais carentes dentro desses núcleos familiares (GOHN, 2019).

Entre os efeitos adversos desse isolamento ainda podemos citar as dificuldades de comercialização de produtos manufaturados, como artesanato e outras obras de arte produzidos pela

comunidade, uma realidade demonstrada também pela pesquisa de Kato, Sousa, Maciel et. al (2021) que entrevistaram comunidades tradicionais de pescadores, quando perguntados sobre os efeitos do isolamento social na frequência de consumo, 50,43% dos respondentes não modificaram a frequência de consumo de pescado. No entanto, uma parcela de 26,92% reduziu o consumo, 4,27% deixaram de consumir o pescado, enquanto 18,38% aumentaram o consumo. Isso significa que de alguma forma, o isolamento social atingiu o sistema de produção adotado por esses indivíduos, enfraquecendo a geração de renda com a prática da pesca e impactando na economia doméstica dessas famílias.

Apesar dos entraves, as lideranças conseguiram se organizar para enfrentar a disseminação do vírus ao conscientizar os moradores, utilizar os recursos oferecidos pela tecnologia e fazer parcerias com organizações como a Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (MALUNGU) para obtenção de itens necessários para a proteção, tais como máscara, álcool em gel, sabão, detergente e água sanitária.

> *A doação de cestas básicas no início da pandemia foi bem baixa, muitas famílias passaram por muitas dificuldades, umas mais que as outras. Conseguimos doações da prefeitura de Salvaterra, no entanto, a quantidade não atendia a toda comunidade por isso tinha que ser feita uma seleção para ver qual família precisava mais. No segundo momento da pandemia, já no início de 2021 a Fundação Cultural Palmares fez a doação de uma cesta para cada família e já na terceira fase da pandemia no mês de junho/2021 a MALUNGU conseguiu doar 3 cestas básicas para cada família, o que nos trouxe um alívio, principalmente pensando naquelas famílias mais necessitadas.*
> *(Tia Noca, Comunidade de Mangueiras, Salvaterra-PA)*

Os relatos aqui mencionados foram coletados a partir de fontes secundárias de informação utilizando da ferramenta *Whatsapp* para o envio e recebimento da coleta de dados através de perguntas semiestruturadas no questionário que está presente no ANEXO. Respeitou-se o tempo cedido para a entrega das informações, bem como as falas na íntegra de cada líder comunitária foram reproduzidas aqui na escrita deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que as lideranças das comunidades remanescentes de quilombos no município de Salvaterra-PA têm uma história de conquistas com relação às melhorias das condições de vida a despeito da existência do que se considera fragilidades como, por exemplo, a atual falta de mobilização por parte do governo local dentro das comunidades, a percepção ainda em construção sobre o empoderamento dos mais antigos e dos mais jovens sobre suas origens e ancestralidade e a

desarticulação entre as lideranças e a violência que ocorre nos arredores do espaço da comunidade como o tráfico de drogas e a violência contra a mulher.

Apesar da existência de potencialidades como os processos de conscientização, organização e diálogo com a comunidade para atingirem alguns objetivos – tais como a divulgação e o fortalecimento dos grupos existentes dentro das comunidades formados e coordenados pelos próprios moradores e sua liderança, grande parte das ações ainda não resultou em uma efetivação de direitos e políticas públicas de saúde, educação, assistência ou cultura.

As precariedades na qualidade de vida na comunidade, que foi acentuada pela pandemia da COVID-19, se colocam como uma corrente impulsionadora para a participação social, pois se torna uma necessidade concreta e urgente a ser instalada efetivamente através das governanças locais.

Apesar dos conflitos apresentados durante o período de pandemia da COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Salvaterra-PA, ressalta-se que a participação das governanças locais vem sendo de fundamental importância para aquisição de insumos e suprimentos para dentro da comunidade de maneira a diminuir os impactos principalmente econômicos trazidos pela pandemia, fortalecendo a união dos moradores.

Este trabalho ainda deixa lacunas com relação ao desenvolvimento de outros temas relacionados ao fenômeno da participação social no período da pandemia, tais como: a superação do assistencialismo (auxílio emergencial); a questão do gênero, tendo em vista o protagonismo das mulheres nesta comunidade; os aspectos que levam à governança local e o papel que o Estado desempenha nas comunidades vulneráveis. Estas questões permanecem como temas de desejável investigação futura com o propósito de contribuir para o necessário enfrentamento das desigualdades dentro de comunidades tradicionais remanescentes de quilombos como as que foram alvo neste estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MELO, Eriki Aleixo de (Org). **Pandemia e Território.** São Luís: UEMA Edições/PNCSA, 2020.

ARAUJO, Monica de Nazaré Ferreira de; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Governança ambiental e turismo: a participação de atores no Parque Nacional Tortuguero, Costa Rica. **PASOS:** Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Vol. 14 n° 2. Págs. 319-334. 2016.

AZEVEDO-RAMOS, Claudia; PEZZUTI, Juarez (Org). **Desafios Amazônicos**. Belém: NAEA, 2016.

BREMAEKER, François E. J. de. Estimativas anuais do fundo de participação dos municípios 2022. Maricá: **Observatório de Informações Municipais** (OIM), 2021. Disponível em:

http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/EC76DE49-EFA0-B79B-15F5E7E7179B20EB19092021093317.pdf&i=3212. Acesso em: 02 outubro 2021.

Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará – MALUNGU. Projeto nova cartografia social da Amazônia. Série movimentos sociais, identidades coletivas e conflitos. **FASCÍCULO 7:** Quilombolas da ilha de Marajó, Belém, 2006.

COSTA, S. L.; CASTRO-SILVA, C. R. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v.10, n. 2, p. 283-291, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n2/06.pdf. Acesso em: 03 outubro 2021.

DIMENSTEIN, M.; CIRILO NETO, M. Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 1, e2935, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n1/02.pdf. Acesso em: 01 outubro 2021.

FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiologia e serviços de saúde**: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil, v. 29, n. 2, p. e2020119, 2020a

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará). **Relatório sobre a Vulnerabilidade Social no Estado do Pará.** / Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural, disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Belém, 2015.

GOHN, M. G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.

GOMES, Daiane de Oliveira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; BRANDÃO, Wanessa Nhayara Maria Pereira. **Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais**. R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 317-326, maio/ago. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. 10ed. 200p. São Paulo: Ática, 2014.

Shiraishi Neto, Joaquim. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: Declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Joaquim Shiraishi Neto, org. Manaus: UEA, 2007.

KATO, Hellen Christina de Almeida; SOUSA, Diego Neves de; MACIEL, Erika da Silva; LIMA, Leandro Kanamaru Franco de; SANTOS, Viviane Rodrigues Verdolin dos; CHICRALA, Patrícia Costa Mochiaro Soares. Efeitos do isolamento social durante a pandemia de Covid-19 na comercialização e no consumo de pescado no Brasil. Palmas, TO: **Embrapa Pesca e Aquicultura**, 2021.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2011.

LIMA, Jacob Carlos. Sociologia, processos sociais e pandemia. In: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (Org.). Cientistas sociais e o coronavírus. São Paulo: **Anpocs**, p.154-158, 2020.

MAIA, Denise da Silva; LOBO, Beatriz de Oliveira Meneguelo. O desenvolvimento da habilidade de solução de problemas interpessoais e a convivência na escola. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 17-29, abr. 2013.

MARTIN-BARÓ, I. Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2017.

MONDARDO, Marcos. **Povos indígenas e comunidades tradicionais em tempos de pandemia da COVID-19 no Brasil**: Estratégias de luta e r-existência. Finisterra, LV (115), pp. 81-88, 2020.

RHODES, Roderick Arthur William. La nueva gobernanza: gobernar sin gobiernol. In: A gobernanza hoy: 10 textos de referência. - 1: ed. - Madrid: **Instituto Nacional de Administración Pública**, 99- 122 p. 2005.

SABLAYROLLES, Philippe Jean Louis; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka e OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de. Construindo a governança local para a gestão socioambiental na Amazônia. **Revista Retratos de Assentamentos**. Vol. 22 N.2 de 2019.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Políticas públicas e participação social nas **Reservas Extrativistas amazônicas**: entre avanços, limitações e possibilidades. Vol. 48, novembro 2018. DOI: 10.5380/dma.v48i0.58920. e-ISSN 2176-9109.

NAKAMURA, Eunice; SILVA, Cristiane Gonçalves. O contexto da pandemia do Covid-19: desigualdades sociais, vulnerabilidade e caminhos possíveis. In: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (Org.). Cientistas sociais e o coronavírus. São Paulo: **Anpocs**, p.154-158, 2020.

World Health Organization. Coronavirus disease (COVID-19) outbreak [Internet]. Geneva: **World Health Organization**, 2020. Disponível em: https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/criteria-for-releasing-Covid-19-patients-from-isolation. Acesso em: 28 de setembro 2021.

YAGIU, Hailton; CASTRO-SILVA, Carlos Roberto; EUZEBIOS FILHO, Antonio; MARTIN, Sueli Terezinha Ferrero. Participação social de lideranças comunitárias em um contexto de desigualdade social e no enfrentamento da pandemia da COVID-19: um enfoque psicossocial. **Saúde Sociedade**, 30 (2) 18 Jun 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Algre: Bookman, 2001.

ANEXO

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Professora: Drª. Lígia Terezinha Lopes Simonian
Disciplina: Governança e Instituições Públicas
Aluna: Luciana Otoni de Souza

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA ILHA DE MARAJÓ, MUNICÍPIO DE SALVATERRA-PA
N° famílias (habitantes) que moram na comunidade e principal fonte de renda
Nome da liderança:

1) Qual a importância das lideranças comunitárias frente as problemáticas enfrentadas pelas comunidades em situações de crise, como as geradas pela COVID-19?

2) Quais desses impactos (sociais, ambientais e econômicos) foram/são observados em sua comunidade durante a COVID-19.

( ) Fome
( ) Diminuição de renda familiar
( ) Surgimento de outras doenças. Psicológico
( ) Falta de água consumo humano
( ) Perda de insumos/produção agrícola (principalmente alimentos), farmácia, banco
( ) Dificuldades de acesso a políticas públicas de assistencialismo (auxílio emergencial)
( ) Poluição/degradação ambiental (queimadas, contaminação dos rios, igarapés, praias etc)

3) Dentre os níveis atingidos de impactos ocasionados pela COVID-19 em sua comunidade, escolha uma das opções:

( ) Sem Impacto
( ) Baixo Impacto
( ) Médio Impacto
( ) Alto Impacto
( ) Altíssimo Impacto

4) Se houve, quais as principais atividades desenvolvidas pela liderança para as comunidades no período de isolamento/distanciamento social.

5) Como a liderança classifica a participação da comunidade em projetos desenvolvidos/executados durante a pandemia da COVID-19.

( ) Insatisfatória
( ) Satisfatória
( ) Em construção, PRECISA MELHORIAS

6) O isolamento social durante a pandemia da COVID-19 foi um entrave dentro da comunidade?

( ) Sim. Quais? _____
( ) Não

7) As lideranças durante a pandemia da COVID-19 tiveram ajuda/contribuição de alguma instituição, ONG, secretarias do governo etc. para combater os principais impactos causados dentro da comunidade.

8) Quanto a imunização da comunidade contra a COVID-19, de que forma a liderança enxerga a adesão das pessoas

( ) Satisfatória
( ) Insatisfatória
( ) Está aumentando o n° de vacinados

9) Quais ações estão sendo conduzidas dentro da comunidade, nesse retorno gradual após início da imunização.

Obrigada pela participação!

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

"INVENTORES DE AMAZÔNIAS": A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985) A PARTIR DA PERSPECTIVA CIENTÍFICA

Tayanná Santos de Jesus Sbrana[1] (IFPA)

Resumo: O presente trabalho apresenta uma interpretação a respeito da construção do desenvolvimento durante a Ditadura Militar (1964-1985) na Amazônia, a partir da perspectiva de cientistas amazônidas situados em instituições de promoção e/ou crítica do desenvolvimento, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA S. A.), o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp). Partimos da ideia de que foi no regime autoritário iniciado em 1964 que se constituiu, na Amazônia, um consenso em torno do desenvolvimento enquanto necessidade inescapável, que precisaria ser construído pelos esforços mais variados. Os cientistas, partindo das instituições, empreenderam esta tarefa acionando conceitos como região, Amazônia, desenvolvimento e ciência, estabelecendo uma crítica à forma como o Estado brasileiro implementava os chamados grandes projetos na região, concernentes à constituição de um colonialismo interno, instituindo a Amazônia como "o Outro do Brasil". O pensamento social amazônida do período, tendo como alguns de seus expoentes Clara Martins Pandolfo, Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo de Oliveira Santos, estabeleceu críticas e ressignificações dos processos de desenvolvimento, com limites e possibilidades interpretativas. Partindo do campo científico, esses intérpretes do desenvolvimento criaram perspectivas originais a respeito do desenvolvimento, com propostas como a de um "desenvolvimento econômico-ecológico", da "invenção da Amazônia", das "florestas de rendimento", entre outras. O intuito do trabalho é, desse modo, compreender como o estabelecimento de um consenso desenvolvimentista na Amazônia durante a Ditadura Militar, tendo como participantes nessa elaboração cientistas amazônidas, persiste até a atualidade, com suas particularidades, mas, especialmente, sua força, resistindo às críticas e reformulações. O referencial é interdisciplinar, partindo da Historiografia do Desenvolvimento e dialogando com a Análise de Discursos, a Sociologia e a Antropologia do Desenvolvimento, e as fontes são audiovisuais e bibliográficas.
Palavras-chaves: Desenvolvimento. Amazônia. Ditadura Militar. Cientistas. Consenso desenvolvimentista.

INTRODUÇÃO

A questão do desenvolvimento povoa o imaginário ocidental há bastante tempo. Filho do conceito moderno de progresso, desenvolvimento se tornou, ao longo do século XX, o objetivo das sociedades contemporâneas, tendo como sinônimos outros conceitos também complexos, como modernização, racionalização, futuro, tecnologização, dentre outros (ESTEVA, 1996; ESCOBAR, 2007; SBRANA, 2024). Walter Benjamin (2012), ao interpretar o transcurso histórico ocidental diante dos horrores, apresenta o sentido da história como um misto de progresso e catástrofe, que nos auxilia a compreender a consubstanciação do desenvolvimento enquanto realidade.

Na América Latina, desenvolvimento é sinônimo de classificação social, construção e reconstrução do mundo a partir de divisões arbitrárias, analisadas por Arturo Escobar (2007) como a

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Paragominas, IFPA, Brasil. E-mail: tayanna.sbrana@ifpa.edu.br.

invenção do Terceiro Mundo, que são também fruto da própria invenção do subdesenvolvimento. Para o dito Terceiro Mundo resta, desde então, superar seus problemas de falta de desenvolvimento, e isso leva a uma busca constante por acionamento da Ciência e da Tecnologia enquanto os possíveis remédios para o atraso, a ingerência, a falta de construção de sentido, em suma, de História. São os povos latino-americanos aqueles subalternos, dos quais fala Gayatri Spivaki (2010): sem voz, sem compreensão, à espera sempre de um outro superior a lhes ensinar o caminho. Historicamente, os argumentos ocidentais partindo da Europa tem sido o de que a missão civilizadora deve ser constantemente reeditada, sendo encontrada no presente imediato, enquanto a busca por desenvolvimento.

Falar de desenvolvimento no contexto brasileiro é entender as divisões internas do Brasil, uma delas, a construção da subalternidade amazônida diante dos "desafios do desenvolvimento". A Amazônia brasileira historicamente tem sido constituída por diferentes agentes enquanto o Outro do Brasil, de acordo com Violeta Refkalefski Loureiro (2019). Esse outro precisa ser iniciado na senda desenvolvimentista, educado, transformado, em suma, melhorado. O aprimoramento do outro passa pela mudança radical da própria realidade que é, intrinsecamente, pobre, indouta, a-histórica, nos discursos de muitos intérpretes da Amazônia. O ser amazônida é ontologicamente inferior e somente o desenvolvimento pode salvá-lo de seus próprios não-caminhos.

Este trabalho apresentará resultados de extensa pesquisa a respeito da constituição do consenso desenvolvimentista na Amazônica, especificamente a contribuição de cientistas amazônidas situados em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento nessa construção durante a Ditadura Militar brasileira. Tais intérpretes, formando uma complexa geração intelectual, construíram análises, debateram os problemas do desenvolvimento nacional e regional, elaboraram propostas e, em grande medida, insistiram na questão do desenvolvimento ao longo do tempo, acompanhando a discussão internacional e nacional, desenhando propostas inovadoras e também reinterpretando propostas antigas.

Nossa proposta concentra-se em apresentar alguns dos acionamentos discursivos empreendidos por Armando Dias Mendes, Clara Martins Pandolfo, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo de Oliveira Santos, em suas passagens pelas instituições SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), BASA (Banco de Desenvolvimento da Amazônia S. A.) e Idesp (Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará), a respeito do conceito de desenvolvimento. Esses discursos, interpretado a partir da Análise de Discursos (PETIT, 2003), advêm de fontes bibliográficas como relatórios técnicos, obras autorais, laudos, entrevistas na mídia jornalística impressa, palestras, etc., e também

de entrevistas realizadas pela autora com pessoas que conviveram com os cientistas, como seus parentes próximos, ex estudantes e ex colegas de trabalho.

CONTEXTO

Alinhando nosso estudo aos dados apreendidos nas entrevistas com pessoas que conviveram com os cientistas aqui analisados ou que possuem conhecimento a respeito de suas construções intelectuais, interpretaremos os escritos de Pandolfo, Mendes, Costa e Santos como inseridos no que denominamos de uma *geração intelectual*. Consideramos enquanto tal um grupo de pessoas que possuem divergências e convergências em relação ao sentido de uma época, inseridas num mesmo grupo ou relacionando-se intelectualmente e/ou laboralmente entre si, tendo como foco um tema comum, abordado por diferentes perspectivas. No caso em estudo, Clara Martins Pandolfo, Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo de Oliveira Santos, embora com diferentes formações e períodos distintos de atuação, encontraram-se em um momento específico de construção de sentidos – a Ditadura Militar – e possibilitaram a constituição do que pode ser denominado como um pensamento social amazônida a respeito do desenvolvimento. Esses cientistas formaram uma geração intelectual porque construíram, de forma convergente, uma interpretação que se alinhava em diversos momentos, pensando o desenvolvimento de uma forma parecida, embora com distintos enfoques: em grande sentido, a Amazônia deveria ser desenvolvida, mas isso seria realizado a partir dos anseios amazônicos, e não os do Brasil central ou o centro de irradiação do poder no período – região Centro-Sul.

Para compreender essa geração intelectual, precisamos interpretar os cientistas em diferentes escalas, desde sua atuação profissional nas instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento até o campo geral do pensamento sobre o desenvolvimento que vigia à época. Não se trata, reiteramos, de uma glorificação do gênio individual de pessoas posicionadas no campo científico, haja vista nossa perspectiva crítica em relação inclusive à construção científica vigente na Ditadura Militar, nem uma interpretação que identifica pessoas "à frente de seu tempo", já que, como historiadores, entendemos que não há essa existência singular, pois as pessoas estão temporalmente condicionadas aos elementos de seu lugar social, de sua época. São agentes que constroem um conhecimento amazônida a respeito do desenvolvimento, cujas perspectivas assumem um lugar de geração e são irradiadas por um bom tempo, com reflexos até a atualidade. Sua atuação indica, em linhas gerais, como os cientistas estavam implicados na construção do desenvolvimento durante a Ditadura Militar, tornando possível a legitimação social do desenvolvimento por meio da construção do *consenso desenvolvimentista*.

Durante o século XX esteve em vigor um projeto geopolítico brasileiro que tinha como ação central uma ordenação territorial a partir das noções de utilidade e técnica, protagonizado por ensaístas, geógrafos, militares, economistas, tecnocratas, administradores, muitas vezes, sem preocupações de cunho teórico e em outras assumindo "uma certa importância no rol das ciências" (BONFIM, 2010). Alguns discursos antigos persistem, como a *Marcha para o Oeste*, vigente desde os anos 1920 até 1940, evocados por pensadores como Oliveira Vianna, passando pela Cepal e pelo ISEB, nos anos 1950, e sendo amplamente difundido durante a Ditadura Militar. O Estado brasileiro, ao construir e organizar a ocupação dos chamados espaços vazios, um deles o mítico sertão, avançou em direção à Amazônia brasileira e, desde então, persistiu nesse espaço como agente de transformação da realidade social – especialmente a violenta transformação advinda do desenvolvimentismo consubstanciado pelos grandes projetos.

Durante a segunda metade do século XX, no Brasil e na Amazônia, de modo geral, foi atribuída uma importância à utilização do espaço e sua valorização econômica. O espaço regional, ao longo do tempo, adquiriu seu valor a partir do processo de regionalização e, ainda, da transformação da natureza em um recurso, portanto, uma mercadoria – transformação característica da instituição do desenvolvimento como necessidade incontornável ao longo do último século. Segundo Bomfim (2010), o atributo do sertão, que se desloca discursivamente, inclusive tornado Amazônia, é o do discurso valorativo, variando conforme distintos interesses em confronto. De forma geral, é um espaço em constante disputa, como objeto de movimento expansionista, enquanto "áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal". Nesse sentido, "o *sertão amazônico*" é metodologicamente categorizado como uma "região de estágio de desenvolvimento pré-industrial, de larga extensão territorial 'não homogênea', isolado geograficamente e ligado de maneira débil ao 'sistema econômico nacional'" (BONFIM, 2010: 15). O autor aponta, ainda, que a Amazônia é apresentada como ideologia geográfica, em condição quase mítica, "relacionada a um imaginário segundo o qual a América Latina seria a porção do espaço mais apta para o florescimento de uma nova humanidade" (BONFIM, 2010: 15).

O debate a respeito da Amazônia enquanto objeto de ação do Estado esteve configurado de diferentes formas, remetendo a imagens advindas de diferentes períodos históricos (PORTO GONÇALVES, 2015). Durante a segunda metade do século XX, conforme Bomfim, a Amazônia era compreendida como uma área de apreensão geopolítica, necessitando da efetiva presença do Estado, mediante os anseios de segurança nacional e desenvolvimento, pela ocupação dos seus "vazios" e sua dinamização econômica. Era o período do "Brasil Potência" e, sob essa retórica, a Amazônia seria uma fronteira de recursos, em um cenário de grandes vantagens comparativas (PETIT, 2018).

Conforme Bomfim, dois autores influenciaram a forma de atuação do Estado na Amazônia, nos termos do planejamento do desenvolvimento: John Friedmann, com a obra *Introdução ao planejamento regional (com ênfase espacial à Amazônia)* (1960), e François Perroux, a partir da teoria dos polos de desenvolvimento, apresentada em sua obra *A economia do século XX* (1967). Especialmente o segundo, para nosso trabalho, é notado no pensamento de José Marcelino Monteiro da Costa, conforme Costa (2023), contudo, não é possível mensurar com precisão todas as influências que condicionavam a atuação dos cientistas estudados, já que além dos seus escritos teóricos, ensaísticos, relatoriais e técnicos, há um conjunto de leituras e interpretações que derivam de suas interlocuções que nem sempre estão registradas em fontes escritas e audiovisuais. Como bem sabemos, a completude e complexidade de uma trajetória só é parcialmente apreendida pela análise historiográfica, devido ao caráter passageiro da temporalidade histórica e, especialmente, aos limites de nossa compreensão historiadora (CERTEAU, 2013).

Friedmann tinha por objetivo fornecer subsídios para o planejamento da região amazônica em sua obra, contudo, sua análise possuía um "viés bastante irrealista", sendo uma proposta vaga, baseada em *condições sociais do progresso econômico*. Para Bomfim (2010: 16),

> entre essas condições, mencione-se a motivação de contar com um número suficiente de empreendedores 'dispostos a arriscar' seus capitais, preocupados com a educação para a dominação da natureza mediante um 'esforço consciente' e com garantia de acesso à saúde, mobilidade social, mobilidade geográfica, propriedade e administração, ou seja, bom funcionamento da burocracia, o que significava maior responsabilidade social [...]. De acordo com o autor, a penetração do Estado na Amazônia, como 'espaço vazio', deveria começar por áreas dessa região em 'estado de desenvolvimento mais adiantado'.

Os centros urbanos deveriam ser fortalecidos para alcançar o interior, considerado como área isolada de desenvolvimento, uma área que necessitava ser ligada às cidades maiores e às cidades circundantes, já que essa área, devido ao seu isolamento, era difícil de atingir. As cidades seriam os "pontos básicos", e por meio delas se conseguiria a realização do *progresso regional*. Nessa perspectiva, a Amazônia seria uma *região de integração*, com sua formação orientada por atividades sociais e econômicas que se direcionariam para a cidade enquanto centro. Definia para a Amazônia as formas de obtenção dessa assimilação sistemática, iniciando pela orientação dos fluxos viários, a saber, no eixo Belém-Brasília/Amazônia Oriental se implementaria uma ocupação por fazendas de gado e colônias agropecuárias (BONFIM, 2010).

Ao longo do tempo, a opção pelos chamados grandes projetos se torna mais nítida, configurada na implementação do I, II e III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), traduzidos regionalmente pelo I, II e III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA). É interessante destacar,

seguindo a argumentação de Bomfim, que Clara Pandolfo, pessoa que durante bom tempo foi diretora de Recursos Naturais da Sudam, em uma conferência pronunciada na Câmara dos Deputados em 6 de maio de 1975, apontava o caminho dos grandes projetos e da captação de recursos advindos de políticas de grande aporte para a Região Norte, já que a região passava por uma mudança de perfil econômico, entendendo que as terras amazônicas, devido às suas necessidades de manejo, não estariam acessíveis aos pequenos produtores, como os ribeirinhos, sendo necessário pensar um *novo modelo de ocupação*. Agora seria o momento da penetração das grandes multinacionais na região, com seu *know-how* e capital para desenvolver, abrindo totalmente o campo de ação para o capital internacional.

À luz desse contexto, persigamos algumas das formas pelas quais os cientistas buscaram contribuir para o processo de desenvolvimento na Amazônia, bem como suas definições deste conceito.

POVOANDO O DESENVOLVIMENTO

No decorrer do período, a categoria *desenvolvimento* passou por um povoamento de sentidos[2]. O que era desenvolver, para os cientistas? Conforme Lúcio Flávio Pinto (2023), Mendes, Pandolfo, Costa e Santos entendiam o desenvolvimento conforme os agentes da Ditadura o interpretavam: desenvolvimento econômico, no sentido de que a transformação da Amazônia, estagnada enquanto "região-problema", deveria ser transformada mediante a constituição de projetos agrícolas, industriais, infraestruturais, em suma, pelo *grande projeto* ocorreria a construção de uma Amazônia desenvolvida[3].

Apesar de autores como Mendes e Santos afirmarem que o espaço não era vazio, inclusive argumentando de forma veemente contra a representação antiga do vazio demográfico amazônico, suas interpretações convergiam com a visão geral do regime autoritário, pois era preciso transformar, *inventar* a Amazônia, inseri-la nos caminhos do novo século. E o século XXI, que se avizinhava, seria o século do desenvolvimento, tendo como sinônimos a tecnologia e a riqueza, todos signos alinhados à superação do subdesenvolvimento – objeto central da disputa narrativa de Monteiro da Costa – e à revelação das potencialidades amazônicas – objetivo crucial para Pandolfo.

Não havia uma compreensão do espaço amazônico enquanto povoado por diferentes grupos sociais, especialmente povos indígenas, comunidades negras – posteriormente classificadas

[2] Essa expressão remete à análise de Manuela Carneiro da Cunha e Mauro B. Almeida (2009) a respeito do processo de constituição da categoria povos e comunidades tradicionais. Nos apropriamos dessa elaboração para tentar entender como uma categoria externa – *desenvolvimento* – foi preenchida pelas categorias locais de sentido.

[3] Ao utilizar esses termos, importante frisar que não concordamos com as definições dos agentes ditatoriais. Apenas estamos reproduzindo algumas delas para operá-las criticamente.

como quilombolas –, nem ribeirinhos ou camponeses. A Amazônia possuía *recursos* para a construção do desenvolvimento, mas nenhum deles envolvia inserir as populações alvo dos grandes projetos como protagonistas desse processo. De forma geral, os protagonistas estavam nos espaços de construção do saber acadêmico e científico, nas instituições de construção do desenvolvimento, nos espaços decisórios do poder político e empresarial, mas não no campo, na floresta, na beira dos rios, enfim, nos espaços amazônicos. Aí estava o limite da construção do desenvolvimento amazônico: para os cientistas, em diferentes elaborações intelectuais, era preciso construir um desenvolvimento a partir dos interesses dos sujeitos amazônicos, mas essa definição possuía restrições, já que não incluía as pessoas que, na classificação social vigente, eram entendidos como *cidadãos de quarta ou quinta categoria*. A título de exemplo, José Marcelino Monteiro da Costa (2004: 507) criticava o que chamava de uma "tentativa, enigmática e esdrúxula, de outorga de soberania à chamada 'nação ianomâmi'".

Notamos, por exemplo, que nas descrições geográficas do espaço amazônico não há menções a territórios habitados por indígenas – e aqui cabe uma observação: o debate a respeito da proteção ambiental que, em algum momento, resvalaria na proteção dos povos indígenas, não era inexistente entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, período ditatorial brasileiro. Os limites impostos pelo regime autoritário, como bem sabemos, não permitiam que pessoas como os quatro cientistas aqui estudados, elaborassem críticas ao regime sem que isso levasse a retaliações, o que amplia nossa compreensão a respeito da ausência desses elementos de crítica nos escritos dos cientistas.

Contudo, o debate existia mundialmente e nacionalmente. Clara Pandolfo, por exemplo, foi uma pessoa que elaborava sentidos baseada numa interpretação da Ecologia que demonstrava sua compreensão do debate ambiental existente, especialmente as querelas entre preservacionistas e conservacionistas que surgem com maior força na década de 1970 (ALLIER, 2011). Lembremos que, conforme Sant'Ana Júnior (2023), a Ditadura embargou o debate ambiental no Brasil por muito tempo, aliada à perspectiva de conquista do desenvolvimento mediante processos que estavam sendo recusados no mundo dito desenvolvido.

É nos textos de Roberto Santos que encontramos uma única menção à Ditadura Militar enquanto "regime autoritário", e uma análise dos problemas amazônicos relacionando-os aos conflitos fundiários, o que nos habilita a entender o teor de seus escritos. Havia uma crítica à falta de protagonismo dos sujeitos amazônidas na condução de seu processo de desenvolvimento, mas não uma elaboração a respeito de quem seriam esses sujeitos, o que, ao longo dos escritos, nos é esclarecido pela ausência de menções às populações-alvo da transformação desenvolvimentista. A ausência de indígenas, ribeirinhos, camponeses, extrativistas nos fala pelo silenciamento: não eram

essas as pessoas que deveriam decidir o tipo de desenvolvimento da Amazônia, mas sim, aqueles agentes inseridos na categoria de *recursos humanos de mais alto nível*, já que, durante a Ditadura Militar, imperava uma concepção de que era pelos tecnocratas que seriam construídos os processos de desenvolvimento (PINTO, 2021).

Para Roberto Santos (1980: 306), "o problema do desenvolvimento da Amazônia estava estruturalmente ligado ao problema brasileiro desde 1823, e o país tinha suas próprias prioridades políticas", ainda que estivessem nos espaços decisórios do poder diversos representantes políticos amazônidas. Era, em suma, o desenvolvimento nacional, e não amazônico, que estava na ordem do dia durante a Ditadura Militar – e, segundo o cientista, essa lógica era contínua, renovando-se a cada novo momento histórico.

Conforme o autor, se fosse possível implementar o desenvolvimento na Amazônia, deveria ser um *desenvolvimento econômico-social*, um "processo autógeno, supondo um mínimo de circulação e apropriação de conhecimentos" (SANTOS, 1979a: 135). A esse respeito, apontava que havia uma indiferenciação na população ou massa rural, seguindo os seus termos, tendo como único fundo comum a sua força de trabalho, ou seja, tal população não conseguia internalizar os avanços técnicos e econômicos vigentes no período, o que impedia sua condução de um processo próprio de desenvolvimento. É como se houvesse um desencaixe entre os fenômenos realmente existentes e ligados à fixação do desenvolvimento na Amazônia e, localmente, no Pará, e a participação da população nesses processos. Não havia, portanto, uma contribuição real dos modernos empreendimentos na vida dessas pessoas, já que "tais empreendimentos se comportam como ilhas ou enclaves, face à ausência de difusão dos próprios efeitos sobre parcela importante da massa" (SANTOS, 1979a).

Diante dos empreendimentos, que o autor dividia entre modernos e tradicionais4, a população trabalhadora continuava uma "massa indefinida, instável, em permanente oferta", sendo que boa parte deles estaria de fora do "potencial arregimentável" pelos empreendimentos (SANTOS, 1979a: 137). A regra, portanto, seria a da incerteza, já que tais grupos de trabalhadores, inadequados às demandas modernas e tradicionais do desenvolvimento, não se encaixavam no processo em curso. Muitos eram parte de um grupo "bastante móvel, sem garantia de permanência no emprego, sujeito aos riscos das safras e ao acaso das oportunidades" (SANTOS, 1979a: 138). A instabilidade, consequentemente, gerava disputas em torno da terra, conformando "as disputas em torno da

[4] Os modernos eram a "grande empresa agropecuária ou madeireira beneficiária de incentivos fiscais da União, empresa agropecuária, menor que a anterior, não beneficiária de incentivos, e empresa de construção rodoviária", e os tradicionais eram "o comerciante ou outro 'aviador' tradicional, inclusive o 'geleiro', e a unidade extrativista tradicional" (SANTOS, 1979).

propriedade, as grilagens, as compras forçadas e a expulsão física" como "parte da nova história do mundo rural paraense" (SANTOS, 1979a: 139).

Os espaços decisórios nacionais e regionais não eram ocupados pelas chamadas populações locais, e muito menos tais grupos faziam parte da tecnocracia. É sintomático que em poucos momentos os cientistas falam de conflitos que estavam ocorrendo durante toda a Ditadura Militar. Havia uma guerra na Amazônia, no campo e na cidade, mas a disputa onde os cientistas se inseriam era a disputa pelo desenvolvimento, o que aparentemente pode indicar que são situações dissociadas. Compreendemos que a luta pelo desenvolvimento fomentava os conflitos e os envolvia pois, no âmago dos fenômenos, o autoritarismo do Regime permitia a construção do desenvolvimento.

E mesmo as construções interpretativas dos cientistas pertencentes à tecnocracia regional não eram consideradas enquanto válidas pelos agentes da Ditadura Militar. Em 1979 avizinhava-se o momento em que o Regime enfim sucumbiria e uma série de protestos contra as violações dos direitos humanos se tornava cada vez mais visível. O Estado autoritário passou a buscar forma de contornar a crise generalizada, adequando-se às discussões que aconteciam internacionalmente como, por exemplo, o denominado debate ambiental. As instituições de construção e/ou crítica ao desenvolvimento passaram a ser chamadas para contribuir na formulação das diretrizes para implementação do desenvolvimento, constituindo-se uma legitimidade social a órgãos como o NAEA e seus pesquisadores.

Em 1979 foi criado um grupo interministerial para elaborar medidas de reformulação da política florestal brasileira, tendo como foco a Amazônia. No Pará, pesquisadores do NAEA forneceram subsídios para o anteprojeto de lei produzido pelo grupo interministerial e Roberto Araújo de Oliveira Santos elaborou uma palestra, depois publicada com o título *A política florestal para a Amazônia e o projeto interministerial* (1979a), que apresentava considerações sobre as formas de exploração da Floresta Amazônica, bem como a condução do desenvolvimento.

Segundo Santos, os pesquisadores do NAEA construíram quatro teses básicas para subsidiar o anteprojeto:

> 1ª Toda exploração de recursos naturais da Amazônia deve estar subordinada aos interesses ecológicos e às aptidões das diferentes zonas que compõem o complexo regional. É a tese do zoneamento;
>
> 2ª A extração, o transporte e o comércio de madeiras brutas devem ser entregues a um organismo estatal que, em regime de monopólio e guiado por critérios conservacionistas, realize a exploração racional da floresta e execute os programas de reflorestamento. É a tese do monopólio estatal;

> 3ª Deve ser sustada toda transferência de terras públicas para o patrimônio particular na Amazônia, instituindo-se imediatamente o sistema de arrendamento social das terras devolutas da região – para o que se promoverá a modificação do Estatuto da Terra (tese do *arrendamento social*);
>
> 4ª Em toda medida de política florestal ou fundiária na Amazônia deve predominar o princípio do respeito intransigente aos direitos dos indígenas, pequenos lavradores e posseiros. É a tese do *respeito à posse do pequeno* (SANTOSa, 1979: 24).

A tese do zoneamento, conforme o cientista, havia sido amplamente aceita pelo Governo, caracterizando-se a proposta de um zoneamento econômico-ecológico da Amazônia para fins de desenvolvimento, a partir da atuação dos técnicos da Sudam. O problema consistia, contudo, na falta de acordo quanto a quais os tipos de atividades para cada zona, gerando embates principalmente em torno da atividade pecuária. O argumento de Clara Martins Pandolfo, por sua vez, é visível no documento escrito por Santos, apontando a destinação da pecuária para solos de cerrados, cerradões e campos naturais, das culturas temporárias para terras de várzea e manchas férteis dos solos de terra firme e das culturas permanentes para áreas menos férteis da terra firme, o que demonstra um diálogo entre os cientistas das instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento, bem como a divulgação de suas ideias entre a comunidade científica paraense.

Contudo, queixava-se Roberto Santos que havia grande relutância do governo em implementar uma reforma no Código Florestal brasileiro, e também porque a tese do monopólio estatal da exploração madeireira não havia sido aceita, já que melindrava sentimentos ligados aos acordos entre Estado e empresa privada na exploração da floresta e na condução do desenvolvimento. Lúcio Flávio Pinto (2023) afirma que durante a Ditadura Militar, a Amazônia foi completamente entregue à chamada iniciativa privada, e isso gerou a continuidade dos conflitos no campo, ampliando a violência. No período de escrita do documento, Santos relatava que ao longo de vinte anos se experimentava o problema "das relações entre planejamento governamental e sistema privado de poder" (1979b: 25). Nesse sentido,

> [...] na Amazônia é [...] o sistema privado de poder [que] tem conseguido, ao longo desses anos, quase sempre e de maneira muito importante, redirecionar o planejamento governamental em seu próprio benefício, ou evitando a aplicação dos planos governamentais, ou de alguma forma modificando-os na prática, de maneira a atender interesses particulares de grupos ou classes (SANTOS, 1979b: 25).

Roberto Santos observava, no final dos anos 1970, o risco que corria a Amazônia, nela inclusa sua população, diante da possibilidade de uma larga procura por madeiras pelos países desenvolvidos que haviam esgotado suas reservas. Para ele, poderia se reproduzir algo semelhante a uma corrida pelo ouro e a experiência histórica do autor, bem como sua análise da histórica

econômica da Amazônia, o habilitavam a elaborar uma advertência, inclusive demonstrando sua insatisfação com a forma com que os agentes da Ditadura vinham conduzindo o processo desenvolvimentista na região: não havia diálogo com os representantes locais da tecnocracia e da própria intelectualidade, ainda que fossem chamados a contribuir na construção da legislação, dos planos e projetos de desenvolvimento. Suas recomendações eram parcialmente aceitas, ou nem eram vislumbradas, o que se apresenta, para nós, como mais um dos aspectos do desenvolvimento no período. O diálogo não era possível porque não havia o entendimento de que os cientistas amazônidas estavam à altura da tecnocracia da Ditadura, ao ponto de serem escutados em suas elaborações de sentido. A ciência amazônida não estava à altura da ciência desenvolvida – e isso é um sintoma do colonialismo interno.

Durante a Ditadura Militar, nas décadas de 1960 e 1970 imperava um significado geral para desenvolvimento, associado à sua faceta econômica. Desenvolvimento, nessas décadas, adquire o sentido de melhoramento das realidades, de construção de novas situações que promoverão a passagem de um estágio inferior de sociedades para um estágio superior. O desenvolvimento econômico, portanto, é a categoria geral e empregada. Porém, da segunda metade dos anos 1970 à década de 1980, passou a vigorar o desenvolvimento sustentável como categoria desejável, e então foram incorporadas as chamadas discussões ecológicas no planejamento do desenvolvimento.

A diferença entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável é que, no primeiro, o planejamento em bases econômicas, tendo como transfundo a industrialização, a urbanização e a constituição de aparato infra estrutural para o escoamento de produtos advindos da exploração dos chamados recursos naturais não são compreendidos como compatível com uma preservação dos elementos da natureza. Não há, no conceito de desenvolvimento econômico, uma preocupação em manter a oferta renovada de recursos naturais mediante práticas como reciclagem, reflorestamento, controle de desmatamentos e mitigação de impactos – somente no final da Ditadura Militar e períodos seguintes, inclusive, esse termo será uma constante, com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em 1981[5], e do SNUC, nos anos 2000. No segundo conceito, desenvolvimento sustentável, se instaura uma possibilidade que compatibiliza a vigência da produção de riquezas e a preservação dos recursos, considerando sua sustentação ao longo do tempo, para prover os países e suas respectivas populações dos mecanismos de sobrevivência, mesmo com a continuidade dos modelos de desenvolvimento.

[5] Pela Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto 1981. O Conama é o órgão colegiado brasileiro responsável pela adoção de medidas de natureza consultiva e deliberativa acerca do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 02 dez. 2023).

As maneiras como esses conceitos e seus respectivos debates foram recebidos regionalmente remetem às relações entre centro e periferia, em escala regional e global. Embora não existisse ainda a definição "desenvolvimento sustentável", já em 1979 Clara Pandolfo construía uma percepção segundo a qual a exploração madeireira precisaria ser efetuada mediante reservas florestais específicas, as *florestas de rendimento*. Para tanto, acionava uma preocupação ecológica segundo a qual a melhor saída para o desgaste provocado pela exploração florestal em larga escala seria o contraponto das florestas de rendimento a serem criadas pelo Estado, com ampla participação da iniciativa privada.

Entretanto, o processo de desenvolvimento preconizado pela cientista, em muitos aspectos, possuía características coloniais, já que previa a atração da grande empresa e a constituição de monocultivos, como a dendeicultura[6]. Para Lúcio Flávio Pinto (2023),

> o Pará é um dos maiores produtores do óleo de dendê. A cultura que se estabeleceu na base da substituição da floresta nativa diversificada para uma floresta homogênea e exótica. Essa é a incursão mais profunda que se teve na Floresta Amazônica. As outras são: substituir a floresta por pasto e substituir a floresta por plantio de soja.

Nas fontes analisadas, os cientistas acompanham, ao longo do tempo, esses debates, reproduzindo as definições de desenvolvimento conforme a época de escrita da fonte ou também adicionando suas definições próprias. Em 1979, na obra organizada por José Marcelino Monteiro da Costa, Armando Dias Mendes (1979: 15) afirma que "qualquer programação de desenvolvimento aspira, em princípio, à melhoria do bem-estar dos seres humanos que compõem uma nação, ou uma região dentro desta, ou uma comunidade no contexto nacional", sendo qualquer plano de desenvolvimento, "uma declaração de boas intenções". A este argumento, em tom profético, adiciona que "é preciso cuidar que [às boas intenções] não se acrescentem as suas similares que, segundo alguns teólogos, pavimentam o inferno".

O autor percebia que, naquele período, havia uma interpretação geral de que o desenvolvimento possuía uma "conotação indesejável de mero aproveitamento de recursos naturais" (MENDES, 1979: 16), mas que já se processava um movimento de centralização do ser humano como a medida de todas as coisas, ou seja, a própria definição de desenvolvimento econômico passava por transformações. Sua escrita se dirigia à produção de um argumento persuasivo, buscando trazer para o debate a centralidade da Amazônia. Nesse sentido, produzir o desenvolvimento de "uma região

[6] Os resultados da inserção da dendeicultura ou produção de óleo de Palma no Pará são conflituosos, alguns deles analisados por Maria da Paz Corrêa Saavedra, na dissertação de mestrado intitulada *O "ir" para o assalariamento na agroindústria do dendê e o "voltar" para a comunidade quilombola: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará* (SAAVEDRA, 2017).

como a Amazônia não se pode[ria] reduzir, por conseguinte, à retirada maciça dos recursos do subsolo [...], nem, por igual, à adequada utilização dos seus recursos agrícolas, ou dos energéticos, e assim por diante. Será isto e algo mais" (MENDES, 1979: 16). Desse modo, não negava a validade do desenvolvimento e do padrão vigente de extração de recursos, mas entendia que seria necessário ir além desse padrão, o que aprofundou ao longo de suas obras, chegando, nos anos 1990, a incorporar-se ao debate em torno da construção do chamado desenvolvimento sustentável.

O "algo mais" do desenvolvimento econômico estava relacionado a proporcionar ao "homem real" as "condições para um nível de vida econômica, social, cultural e espiritualmente mais digno" (MENDES, 1979: 17), ou seja, centralizar no ser humano o objeto do desenvolvimento. Um ser humano que precisaria ser consequentemente transformado em ser desenvolvido e, portanto, partilhar dos sentidos que o planejamento do desenvolvimento direcionava para si. Tais sentidos eram antigos, porém renovados, já que remetiam ao projeto iluminista de guiar as sociedades para uma construção ideal de liberdade e autonomia. Dessa forma, o desenvolvimento econômico, enquanto conceito balizador da intervenção federal na Amazônia, notadamente carregava o sentido do progresso, traduzido nos termos da integração de populações apartadas à nova era de riquezas e transformações: "o homem é o fim do desenvolvimento – ou deve sê-lo. Os recursos são instrumentos para isso" (MENDES, 1979: 31). Para Mendes, as intenções do Governo, no período, eram boas, pois estavam construindo uma "utopia realista", interpretação elaborada por John Friedmann, uma das referências mais citadas por todos os cientistas aqui analisados. Se as intenções do Governo eram boas, planejar seria então um "ato de sonho e amor" (MENDES, 1979: 34).

Em grande medida, esta visão que positivava as ações do Governo Federal na Amazônia durante a Ditadura Militar também é encontrada nos escritos de José Marcelino Monteiro da Costa, o que, por outro lado, não nos permite caracterizar a sua escrita como elogiosa. Diferente disso, ele também tece duras críticas em relação à forma como o Governo Federal conduzia o desenvolvimento na Amazônia efetuada pelo Governo Federal, especialmente quando afirmava que "[...] o problema não se pode cingir à adoção de uma postura simplista de que o desenvolvimento regional será a óbvia decorrência da canalização de mais recursos ou incentivos para os setores modernos vinculados à exportação" (COSTA, 1979: 69). Em sua visão, deveria haver uma integração de objetivos nacionais e regionais que seria consequência da integração da Amazônia ao esquema de promoção do desenvolvimento sem estar em uma posição inferior.

Por integração, Costa entendia como as "políticas e coordenadas comuns, em uma escala suficiente para assegurar que os objetivos econômicos essenciais e de bem-estar sejam alcançados" (COSTA, 1979: 72). Em seu escrito, o autor não traz uma definição de desenvolvimento, comparado

com os textos dos demais cientistas, contudo, apresenta ideias que, a nosso ver, são componentes do desenvolvimento, como o *planejamento racional*, a *integração* e o *aproveitamento de recursos*, todas inseridas na já referida estratégia de revelação das potencialidades amazônicas. Para o cientista, o desenvolvimento vigente "depend[ia] em altíssimo nível [do] componente tecnológico" (COSTA, 1979: 85) e, portanto, seria necessário criar trabalhadores capazes de produzir tecnologia na Amazônia, a partir de uma exploração racional dos recursos. E, a esse respeito, indicava que a "racionalidade prevalecente no processo de desenvolvimento", seja em "economias de industrialização madura", ou em "recentes experiências retardatárias de industrialização", deveria ser a de "corrigir distorções econômico-territoriais" (COSTA, 2004: 495).

Para ele, contudo, persistia na época

> um acentuado saibo de ceticismo, dado o grande dilema quanto à efetivação do uso e aproveitamento dos recursos naturais conciliáveis com a valorização do homem regional, ao atentar-se, *mutatis mutandis*, para as funções perspectivas que historicamente a região estará fadada a desempenhar, de forma essencialmente complementar, em consonância com a evolução e as contradições inerentes à viabilização do processo de acumulação do polo dinâmico industrial nacional (COSTA, 1979: 88).

Em 1979, Clara Pandolfo definia o desenvolvimento regional a ser promovido mediante "um planejamento integrado de ordenamento racional do território, dentro de princípios de conservação de espaços vocacionais quanto à utilização e estratégicos quanto ao desenvolvimento, isto é, servindo à economia sem violentar as condições naturais" (PANDOLFO, 1979: 05). Sua proposta de Florestas de Rendimento, nesse sentido, associava-se a essa noção de *ordenamento racional do território* e *conservação de espaços vocacionais* sem ataques às condições naturais. Como uma agente da Sudam, sua definição de desenvolvimento estava alinhada à missão institucional da Superintendência de promover a ocupação econômica da Amazônia e integrá-la ao ritmo de progresso do país, partilhando de uma estratégia governamental de promoção do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incontáveis são as propostas para a construção de um desenvolvimento amazônida. As mais relevantes, conforme o que apreendemos durante a análise das fontes são as da *(re)invenção da Amazônia* e a do *desenvolvimento racional com enfoque econômico-ecológico*, representadas por Armando Dias Mendes e por Clara Martins Pandolfo – talvez essas as duas visões com maior incidência na consolidação do pensamento social amazônida sobre o desenvolvimento, que será relevante ao longo do tempo para a construção do consenso desenvolvimentista.

A luta pelo desenvolvimento, empreendida pelos quatro cientistas em suas respectivas frentes, apresentava um componente importantíssimo para compreendermos como o consenso desenvolvimentista foi construído durante a Ditadura Militar na Amazônia. Esse componente está relacionado à matéria da duração temporal, das temporalidades que habitam a construção histórica de sentidos. Destacamos que a produção do desenvolvimento passa pela construção de um sentido único que aciona diferentes saberes identificados como os únicos existentes. Essa produção processa um apagamento, que é notável no contexto aqui analisado: há uma produção de esquecimento dos elementos que formam o território amazônico – e aqui estamos falando de território para unir as fronteiras, o espaço físico, o espaço simbólico, as construções variadas que os agentes empreendem ao habitar um lugar (HAESBAERT, 2021).

Nos longos inventários de potencialidades amazônicas há a produção de um apagamento que percebemos com uma característica do desenvolvimento. O Estado, para esse fim, precisa de dados objetivos a respeito da região, numa clara estratégia de espacialização do poder. Esses dados, considerados também neutros, são números, não pessoas. Não havia, durante a Ditadura Militar, uma preocupação em saber por quantas terras indígenas – ainda nem demarcadas, por exemplo, porque não havia esse instrumento na Constituição Federal de 1967 – passaria a construção de uma rodovia "no coração da Amazônia". Já era prática antiga dos agentes do Estado "passarem por cima de índio", então, para que inserir nos inventários quantas populações indígenas habitavam o espaço?

A produção do esquecimento, que consideramos como também uma característica do desenvolvimento, assemelha-se a uma estrutura organizada, com agentes, técnicas, argumentos e construção de sentido. E durante a Ditadura Militar, o consenso desenvolvimentista foi construído por essa construção de esquecimento ou apagamento da completude da realidade social. Essa constituição de um consenso desenvolvimentista – que é, em suma, uma disputa por sentidos cuja instituição não deixa de ser conflituosa – acompanha a historicidades amazônida até a contemporaneidade, em suas mais variadas conformações discursivas, instituindo o desenvolvimento como uma necessidade incontornável, mesmo diante das diversas críticas a seu respeito, estabelecidas por técnicos, militantes.

Referências

ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres*: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Trad.: Maurício Waldman. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. *In*: *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. pp. 241-252.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização?. *Boletim Goiano de Geografia*. V. 30, n. 1, jan.-jun., 2010, pp. 13-33. Disponível em: https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/11191. Acesso em: 04 nov. 2023. p. 14.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 3ª ed.

COSTA, Eduardo. [fev. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém, Pará/Grajaú, MA – Ambiente virtual. Belém, 23 de fev. 2023. Acervo pessoal.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Amazônia: recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuição para o debate) *In* COSTA, José Marcelino Monteiro da (Ed.). *Amazônia:* desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

_____. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. *In:* MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia – Terra & Civilização*: uma trajetória de 60 anos. V. II. 2ª ed. rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. pp. 481-523. p. 481.

CUNHA, Manuela Carneiro da. ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naif, 2009. pp. 267-292.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarollo*. Tradução Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. *In*: SACHS, Wolfgang (org.). *Diccionario del desarrollo. Un guía del conocimiento como poder*. PRATEC, Perú, 1996.

HAESBAERT, Rogério. O giro espacial e o espaço(tempo) como esfera da mudança de perspectiva. *Território e descolonialidade:* sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021. pp. 29-58.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. *In:* CASTRO, Edna (Org.). *Pensamento crítico latino-americano*: reflexões sobre políticas e fronteiras. São Paulo: Annablume, 2019. pp. 197-224.

MENDES, Armando Dias. O anúncio de uma nova Amazônia. *In* COSTA, José Marcelino Monteiro da (Ed.). *Amazônia:* desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

PANDOLFO, Clara Martins. *A Amazônia brasileira e suas potencialidades*. Belém: SUDAM/DRN, 1979.

PETIT, Pere. *Chão de promessas:* elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

_____. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da Spvea à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018, pp. 95-122.

PINTO, Lúcio Flávio. [out. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém-PA/Paragominas-PA. Ambiente virtual, 13 de out. 2023. Acervo pessoal.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2015. 3ª ed.

SAAVEDRA, Maria da Paz Corrêa. *O "ir" para o assalariamento na agroindústria do dendê e o "voltar" para a comunidade quilombola:* o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará. 2017. 140 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais

– Universidade Federal do Pará), Belém: PPGSA/UFPA, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-XPuxW_q7gBnRvQmg-DNh7y_mcXmeuVw/view. Acesso em: 02 de dez. 2023.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. [jun. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís-MA/ Paragominas-PA. Ambiente Virtual, 10 de jun. 2023. Acervo pessoal.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *A política florestal para a Amazônia e o projeto interministerial*. Sudam: Belém, 1979.

_____. *História Econômica da Amazônia (1800-1920).* São Paulo: TAQ, 1980.

_____. Sistema de propriedade e relações de trabalho no meio rural paraense *In* COSTA, José Marcelino Monteiro da (Ed.). *Amazônia:* desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. *Ciência e construção do* consenso desenvolvimentista *na Amazônia a partir de quatro cientistas durante a Ditadura Militar (Pará, 1964-1985).* 2024. 350 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024 – no prelo.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*? Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

ARTICULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL: ALGUNS FATOS HISTÓRICOS E ORGANIZATIVOS DO CONTEXTO PERNAMBUCANO E BRASILEIRO.

Káio Carneiro de Oliveira[1] (UFPE)

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um *working paper* da dissertação de mestrado, feito com uma análise documental e política em relação a participação indígena na construção do Brasil, suas violências sofridas constantes, sua resistência e articulação. Dando destaque às etnias pernambucanas e as grandes associações a que estão vinculadas, como CIMI e sua tradicional relação com a Igreja Católica, ora com violência, ora como defesa e auxílio; e as criadas pelos próprios indígenas, a APOINME, contando com 10 estados da federação e a APIB a nível nacional e internacional; suas subdivisões, organizações associadas e estruturas. Destacando como a vida comunitária e coletiva forja um ambiente de cultura democrática e participativa, demonstrando nada dever com os não indígenas, e até mais preparados, pelas várias instâncias em que estão sempre envolvidos. Podendo e devendo reocupar os postos de cargos eletivos do legislativo e executivo brasileiro. A participação e articulação indígena já é um movimento que se faz mais sentido e visto, constando em fóruns internacionais e veículos de grande circulação de informações e notícias na sua defesa de direitos, dos seus, do meio-ambiente, contra a violência, autogestão, na arte e cultura.

Palavras-chave: APOINME, APIB, CIMI, articulação indígena, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O Brasil e os indígenas tem sua ligação antes mesmo da vinda dos europeus ao solo desse Estado, aqui já tinham suas dinâmicas de articulação e luta muitas vezes étnica. Os europeus souberam aqui fazer alianças e usarem de artifícios para enfraquecer, dominar e exterminar de vários meios. Por muito tempo oscilou-se entre a conversão ao modo europeu e o já dito extermínio, mais tarde com a independência de Portugal e o movimento do romantismo e fundação do Estado-Nacional buscou-se no indígena o elemento fundador com o elemento assimilacionista. Havendo ainda os impactos nas sociedades indígenas com a lei de terras.

No século XIX criou-se um órgão, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) buscando criar mão-de-obra rural para a expansão do Estado e aculturação indígena. Ele durou até a década de 1960 com a criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Durante a existência do SPI houveram muitas articulações as vezes junto a Igreja Católica para assegurar os direitos indígenas e as terras, como no caso dos Fulni-ô e da resistência dos Torés para continuarem existindo. As articulações daí foram se fortalecendo e se somando.

Existiram algumas candidaturas esparsas na política, contudo somente na década de 1980 é que começou a ser mais sentida a presença indígena na política e suas articulações. Já existia o CIMI

[1] Departamento de Ciência Política, Programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, PPGCP-UFPE, Brasil. Email:kaiocoliveira1@gmail.com

(conselho indigenista missionário), uma organização indigenista, com participação indígena. Após vieram outras associação que iremos abordar como a APOINME (Associação dos povos indígenas do nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, retirando o Maranhão), de nível regional e a APIB (Articulação dos povos indígenas do Brasil) de caráter nacional e internacional, demonstrando um fortalecimento da luta para além da etnia para os povos indígenas como um todo. Essas organizações inclusive conta com quadros técnicos dos povos indígenas ocupando seus vários setores e as vezes tendo circularidade com os setores da educação e saúde nas terras indígenas, bem como de outros setores sociais também como artes, comunicação, entre outros. Algumas dessas associações incentivam uma participação na política institucional tendo alguns quadros participado de postos como prefeituras, vereanças entre outros.

A luta e articulação indígena vêm de várias frentes e modos e talvez daí venha sua força, da pluralidade. Aqui estará alguns dados de como são as estruturas organizacionais e a articulação desse associativismo e seus fins desejados. Utilizando de uma análise política e documental para a produção do texto.

1 A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INDÍGENAS COM A FORMAÇÃO DO BRASIL.

Os indígenas como diria Ailton Krenak não acharam a paz ainda, vivem em estado permanente de disputa e incertezas desde a invasão europeia em 1500 e colonização nos anos posteriores. A paz sempre é a paz de alguém, como nos livros de história quando se fala do momento da “pax romana” a paz era interna e a luta externa permanentemente. No contexto indígena muitas vezes nem internamente há paz, seja por influência externa ou internalizada. Contudo desde o inicio da colonização os indígenas conseguiram negociar em parte algumas questões, qual grupo aborígene se filiava a qual grupo europeu a depender do trato e condições de termos de acordos. As políticas do cunhadismo. A exemplo, da família Albuquerque em Pernambuco onde um europeu casou com uma filha de uma liderança indígena que acabou sendo convertida ao cristianismo. Nos livros de história pernambucano e talvez militares, falasse da construção do mito das três raças e a construção de um exército nacional dos devedores dos holandeses entre outras causas que acabaram por expulsarem os holandeses do nordeste, tendo um exército de indígenas liderado por Felipe Potiguar ou Felipe Camarão como ficou conhecido em seu nome aportuguesado, Henrique Dias patrono de diversas construções militares pernambucanas liderando os negros e posteriormente tendo uma força militar ou paramilitar negra o Terço dos Henriques. Além do trato incessante entre a Igreja Católica por meio de suas diversas ordens religiosas, jesuítas entre outras na conversão dos indígenas e seu etnocídio paulatino.

Quanto as participações indígenas em momentos de livros de história ainda estão a revolução pernambucana, o período da independência de Portugal, as revoltas populares brasileiras do período imperial e por fim a guerra do Paraguai. Onde os índios e caboclos, ou como Edson Silva gosta de falar, caboclo, são os índios sem terra, foram à luta lá ficaram e outros voltaram. Aqui viviam os denominados caetés, tapuias, tabajaras, camarás, entre outros. Muitos nomes de cidades, e elas mesmas, ainda portam histórias ligadas a esses povos no estado de Pernambuco, como Igarassu, agora num processo de etnogênese do povo Karaxuwanassu, Camaragibe, a terra dos camarás, Amaraji, Caruaru, Tupanatinga, Itambé entre tantas outras. Os indígenas ainda participaram da resistência centenária de Palmares no agreste e mata sul. Tiveram reconhecimento de um território de algumas léguas quadradas em algum momento, oq eu hoje, é a região que é hoje Tamandaré e Barreiros, contudo muito invadido e desrespeitado por poderosos locais, na época dos senhores de engenho. O município de Escada na mata sul também era conhecido por ter um território indígena, hoje não tendo conseguido ter mantido a terra coletiva, mas mantiveram-se vivos alguns no local.

A colonização teve algumas opções no trato dos não-indígenas com eles, foi a via do acordo, do extermínio, da submissão, etnocídio, violência e dar as costas para eles. A Igreja veio com a via da violência menos sanguinária, mas do uso do indígena como mão de obra livre. A história do Rio Grande do Sul é reflexo desses modos. Com os decretos pombalinos acaba-se por as ordens jesuítas, serem expulsas do Brasil, abrindo espaço para o extermínio de muitos indígenas e invasão de suas terras. Ficando o hábito do uso do chimarrão, uso de instrumentos de caça e trabalhos, os genes em alguns e outros sobreviventes mantendo a língua e cultura escapados dos massacres e estupros.

Outro fator que perpassou os indígenas é o convívio com o instituto da sesmaria abrasileirado, ou seja, na prática deturpado do original, criando os latifúndios com terras a perder de vista na mão de uma pessoa ou família. Em Portugal era previsto como a justa medida em que uma pessoa pudesse cultivar e cuidar sozinho, centenas de hectares já torna a tarefa muito difícil, milhares nem se fala, mas foi o que aqui conseguiu acontecer. Isso acabou por invadir muitas terras indígenas. Afora isto ainda havia as chamadas “guerras justas” em que não se poderia atacar os indígenas de pronto, por ordens reais e religiosas, somente defender-se e sofrendo ataque revidar, contudo, acontecia o contrário muitas vezes, ou uma provocação para que a parte indígena acabasse cedendo ao ataque dos europeus.

Durante o século XIX, no império brasileiro buscando por elementos para a construção nacional, nativa, os indígenas foram sendo retomados em pautas e entraram no romantismo brasileiro. Seguindo na arte brasileira dali em diante de alguma forma. Falar em lideranças indígenas nesse momento era questão de movimentos locais, regionais, étnicos. A Igreja Católica talvez por

culpa ou outra razão acaba por fortalecer-se com os indígenas em Pernambuco criando uma ligação religiosa e as vezes sincrética com as religiões indígenas, em outras numa tentativa de garantir direitos sociais como educação formal e saúde. Tendo alguns grupos étnicos tendo um contato específico com somente uma ordem religiosa, muitas vezes europeus estrangeiros. Outra forma de contato da sociedade abrasileirada com os indígenas foi pelo trabalho braçal e artífices, no corte da cana e as migrações sazonais, as bandas de pife, os cantos e aboios, no trabalho de operário nas indústrias do século XX.

1.1 O SÉCULO XX.

No início do século XX já na primeira república brasileira, é criado o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), onde um grande expoente foi o indígena Marechal Cândido Rondon. Já se via uma vertente de não extermínio oficial pelo Estado brasileiro, contudo o que prevalecia era a vertente do "amansamento" e aculturação indígena, para que abandonassem seu modo de viver e servissem de mão de obras nos rincões ainda muito rural do Brasil. Muitos povos especialmente no sul tiveram suas terras esbulhadas, e algumas mulheres levadas a "casar no laço", literalmente apanhadas como animais no laço e forçadas ao matrimônio não consensual. O termo usado era o de bugres para os indígenas, e existiam caçadores de recompensa que recebia por cada orelha ou escalpo retirado, agora não mais a violência portuguesa, mas de outras nacionalidades europeias recolonizadoras do sul.

O SPI funcionou até os anos da ditadura militar brasileira, concomitantemente com outra instituição indigenista, ou seja, uma instituição não criada por eles, mas que trata deles e com eles nos aspectos formais. Ela tutelava os indígenas, eles eram tidos como incapazes, para ter seus direitos reconhecidos plenamente, eles tinham que se disfarçar de caboclos, se assim quisessem. Pois o indígena era relativamente incapaz para exercício de seus direitos. Em substituição as essas instituições de forma mais centralizada surge a FUNAI em 1967, a fundação nacional do índio. As ideias fundantes da FUNAI ainda permaneciam, com uma ideia evolucionista em que os indígenas estariam no grau mais baixo da civilização e que chegariam ao tido como mais avançado que era o da sociedade e Estado brasileiro.

O fim da tutela, assistencialismo e plenos direitos indubitavelmente aos indígenas, nasce com a constituição de 1988. Onde reconhece a pluralidade étnica brasileira e estabelece direitos gerais e específicos aos indígenas e capacidade civil plena.

Vale voltar um pouco as lutas e movimentos indígenas e indigenistas, nos tempos do SPI. A Igreja católica agora pagando pelos seus pecados ajudou no fortalecimento da luta pela terra e reconhecimento dos povos indígenas de Pernambuco como tal, especialmente na área próxima ao São Francisco, valendo ressaltar a luta dos Fulni-ô, dos Pankararú, Pankará e seus torés, entre outros,

criando talvez nesse momento apesar de muitas divergências entre si, um movimento para além de étnico de sua própria etnia, mas agora da causa indígena e agora com alguns elementos de mais fortalecimento o movimento indígena apesar dos prós e contras foi se encorpando com o SPI e a Igreja.

Na segunda metade do século XX já se tem notícias de candidaturas indígenas antes da constituição de 1988. Já marcando o interesse na retomada de poder e espaço na política local a nível de prefeituras e vereanças nas mais diversas regiões e rincões do Brasil. Houve ainda uma criação de um exercito indígena de cima para baixo durante a ditadura militar. Somente na reabertura pluripartidária, regularização de alguns partidos e políticos banidos é que os indígenas vão ganhar ao menos chances de concorrerem e participarem da política, espaço político ainda é muito cedo neste momento a se dizer. Apesar de combatente e relevante, o pensamento comum raso sobre o primeiro indígena a ser eleito para Câmara Federal, é do lúdico e anedótico, sendo eleito ele pelo Rio de Janeiro e sigla do PDT, o Cacique Juruna, vindo do centro-oeste brasileiro e sendo eleito por lá, marcou seu posto e foi ativo nos seus tempos de parlamentar, além do lúdico ficou famoso por sempre portar um gravador em mãos para expor o homem branco e suas mentiras, aliás, o congresso nunca deixou de ter essa maioria no poder. Com isso acabou levando o debate indígena aos holofotes, e deve ter tido algum impactos naquelas pessoas e localidades onde os indígenas já vinha atuando nos níveis municipais. Com essas pavimentações efervescência política social e de movimentos entre eles, os indígenas com a participação popular ou através dos partidos acabaram por terem seus direitos reconhecidos, com direito a manifestações marcante no imaginário coletivo como a do jovem Ailton Krenak, nos debates da constituinte de 1988, e atuante ainda na política nos meios não formais. Aliás os meios não formais é onde está a maior parte do ativismo indígena. A política indigenista apesar da trajetória de dependência, não tem mais um viés evolucionista e de aculturação, pretende também preservar os povos isolados da floresta, marcando um novo ciclo para o indigenismo e indígenas.

Daremos destaque aos movimentos mais fortemente dos anos 1988 em diante, abarcando ainda alguns momentos pretéritos de 1960 em diante, e chegando em 2022. Tendo como enfoque dessa participação social a luta para ser eleitos e se manter nos cargos políticos eletivos e partidários.

2. AS ASSOCIAÇÕES E CONSELHOS.

Com os direitos políticos plenamente estabelecidos nos meios formais, com a constituição de 1988 somando as construções paulatinas sociais, os indígenas vão criando associações coletivas dos mais variados tipos tendo como elo comum essa identidade indígena, ora de um mesmo grupo

étnico, ora abarcando vários povos de uma mesma região, ora por causas específicas, ora gerais e ora associados e grupos apoiadores da sua causa e indigenistas.

Em Pernambuco, por exemplo, as razões das associações são étnicas, de produção rural e desenvolvimento, de professores, das escolas, culturais, de mulheres, cooperativa e regionais multiétnica como a APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), o nordeste da sigla exclui o Maranhão, esta com sede em Olinda. Dentro das associações étnicas podem existir várias numa mesma comunidade. Há ainda a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) com sede em Brasília.

Dentre as pautas coletiva de luta estão os direitos sociais e individuais, destacando-se generalizadamente a luta pelo direito a terra e seu usufruto perpétuo, à saúde indígena e a educação indígena. Mesmo sem perceber essa intensa vida comunitária já os prepara desde cedo, os forjando na política, apesar de numericamente poucos conseguirem ser eleito. Em parte pelo seu parco número em relação à população, por outro não se enxergarem como possível exercer cargos eletivos no legislativo, executivos e partidários e principalmente pela dificuldade de obter votos e ser eleito. O contexto indígena em alguns lugares é extremamente rural, apesar de existirem muitos em contextos urbanos e em grandes cidades. Contudo em Pernambuco eles acabam habitando em cidades com menos de 200 mil eleitores, com eleições locais que se resolvem no primeiro turno.

2.1 O CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO)

O CIMI é um exemplo de órgãos e entidade que ajudaram os indígenas na defesa de seus direitos e articulações. Ele foi criado no contexto da ditadura militar, em 1972. Ele auxiliou naquele contexto a construção de grandes assembleias indígenas para a discussão de suas questões, bem como articulação entre os povos indígenas entre si, aproveitando a grande rede da Igreja Católica e a facilidade de deslocamento além de uma aceitabilidade da religião majoritária no contexto brasileiro. Ele é vinculado a CNBB (Conferência nacional dos Bispos do Brasil). Em seus objetivos além de declarar sua profissão de fé, buscam dar assistência aos projetos de vida indígena, auxiliam denunciando as situações de violência, dominação e injustiças, exercem o debate ecumênico e inter-religioso, bem como assistem na ligação com outros movimentos de base populares que buscam um mundo pluriétnico, mais igualitário, democrático e harmônico com a natureza. Buscando a justiça e solidariedade entre os povos, respeitando as alteridades e saberes tradicionais.

A estrutura deles conta com um secretariado nacional e 11 regionais. Nesses postos ficam a disposição indígena os serviços de assessoria jurídica, de comunicação e antropológica, além de uma teológica. Voltado mais para entidade em sai, existem ainda um setor contábil, financeiro, de transporte e de documentação. A entidade conta com um corpo de 171 missionários entre religiosos e leigos; além

desses ainda tem 50 funcionários e 4 colaboradores voluntários nos serviços de assessoria da entidade e no administrativo. A regional do nordeste fica em Recife, no bairro central de Santo Amaro, atendendo todos os estados da região com exceção do Maranhão que tem entidade própria.

Através do CIMI e outras organizações religiosas calcadas na teologia da libertação foi possível agregar mais força na luta pela emancipação indígena nos anos de 1960 e 1970, conforme apontou Silva (2022, P.151), seguindo aos dias atuais, com os indígenas já com sua conquista da capacidade civil plena. Através do Concílio Vaticano II a meta da Igreja é a defesa dos direitos e não sua conversão, e foi possível assim a atuação dela nas aldeias. O respeito aos indígenas segundo o Papa Francisco é o respeito a riqueza cultural humana (Silva, 2022.P.152).

2.2 A APOINME.

Segundo a APOINME (2023), a população indígenas desses estados totaliza 213 mil pessoas, 70 povos e 130 terras. Esta associação foi criada em maio de 1990 durante o encontro dos povos indígenas do leste e nordeste em Itabuna na Bahia, dentro das terras dos Pataxó Hãhãhãe. Partilham esses indígenas diferentes contextos climáticos e de biomas, cerrado, mata de cocais, restinga, mata atlântica e o maior deles a caatinga.

Entre as pautas dessa associação está de forma repetida, a luta pelos direitos dos povos indígenas, luta pela terra, afirmação da autonomia indígena e a formação política e técnica das lideranças e bases, como prezam em seu endereço eletrônico. Servem da mesma forma como articulação entre as bases e as demais 10 microrregionais dos estados participantes, associados, buscam o consenso entre estas e aquelas, entendendo os contextos diversos e regionais com suas particularidades e daí sobressair a unidade. A associação serve ainda como mediadora de possíveis conflitos e para conciliação. Ela está ligada com os principais espaços de participação e movimentos indígenas, entre eles a APIB.

Essas microrregionais tem coordenadores com mandatos de 3 anos. E os povos aqui denominados podem ser mais numerosos que o tradicional em outras fontes, contudo por ser esta um associação construída pelos indígenas para os indígenas acaba por ter mais confiança nas denominações e subdivisões. A microrregião de Pernambuco apresenta 19 terras e 19 povos no estado apesar de outras fontes apontarem 11 etnias, talvez por desconsideraram as subdivisões de alguns povos.

Na gestão 2023-2026 os coordenadores são: COOR.TITULAR– Ary Pereira Bastos Povo–Pankará da Serra do Arapuá; COOR.SUPLENTE – Marcos Xukuru Povo–Xukuru de Ororubá; COOR.SUPLENTE – Maria das Dores dos Santos Silva Povo–Pankará; DMI TITULAR – Elisa Urbano Ramos Povo–Pankararu; DMI SUPLENTE – Cícera Leal Cabral Povo–Pankará; JOVEM TITULAR

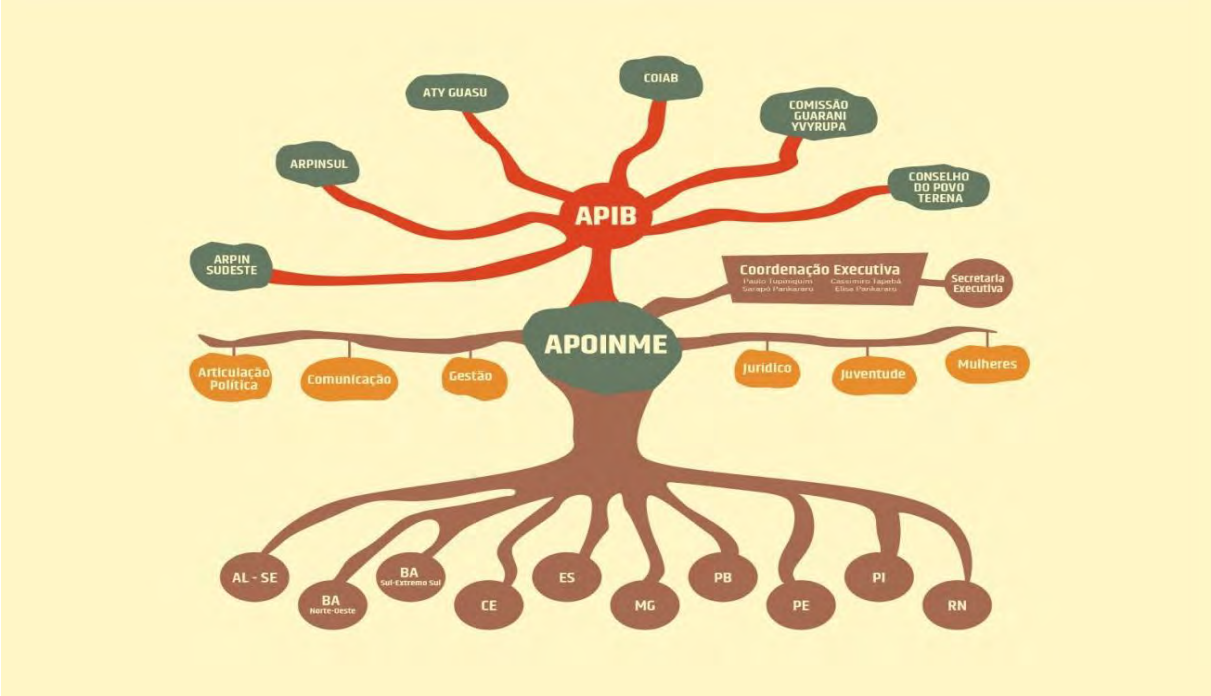
– Denisson Arnaldo de Oliveira Povo–Pankará; JOVEM SUPLENTE – Amanda Fernanda Leal de Almeida Povo–Pankararu.

Mostrando as lideranças dos povos Pankará, Pankararu e Xukuru do Ororubá. Marcos Xukuru que conseguiu ser eleito prefeito indígena em sua cidade encrustrada em terra indígena, Pesqueira. Os indígenas pernambucanos mostrando mais uma vez seu peso, força e influência, por estarem na coordenação executiva da APOINME, ocupando o posto de coordenador executivo, "Sarapó" da etnia Pankararu e Elisa Pankararu como Coordenadora executiva de mulheres.

Dentro do guarda-chuva da APOINME ainda existem seis subdivisões, Mulheres; Jurídico; Comunicação; Juventude; Gestão e Articulação Política. A Articulação Política é o ente que atua de forma transversal com as microrregionais e a coordenação executiva, entre seus papeis está a de assistir nas incidências políticas em diversos níveis, internacional, regional, estadual e local. A Gestão tem uma orientação política da coordenação executiva a fim de agregar parcerias, tornar viável as ações da APOINME e criar projetos para isso; é também nela que acontece a gestão contábil e de procedimentos administrativos. A Comunicação visa estabelecer e demarcar posição deles principalmente configurando a defesa de sua narrativa feita por eles mesmos e não por outros órgãos, havendo espaço para auxilio de parceiros, visando principalmente a pauta do meio ambiente, defesa da cultura, de sua sociedade, defesa do território e dos direitos indígenas, para sua autodeterminação e controle territorial como seus ancestrais, a nível nacional, regional, local e internacional. Em momentos de desinformação e ataques contra os indígenas é que a comunicação se faz mais forte e necessária. O setor Jurídico, por muito tempo foi formada por indigenistas que assessoravam juridicamente a entidade, contudo felizmente a partir de 2012 começou a ter uma participação indígena maior seja de forma voluntária ou não, adquiriu um novo formato em 2022, e atualmente tem um Pankararu, Tuxá, etnias presentes em Pernambuco, e Tabajara. Eles têm a função de popularizar e educar os povos os quase 75 sobre seus direitos, sejam os consuetudinários, direitos humanos ou sobre ordenamento jurídico pátrio. Vale destacar junto com esse trabalho, a partilha dos direitos costumeiros através dos anciões homens, mulheres, jovens, lideranças e caciques, e a troca com os direitos indigenistas pelo setor. O setor jurídico tem como foco a defesa dos direitos coletivos, costumeiros, do meio ambiente, dos povos indígenas e territorial. Atuando sempre que necessário com os estados, governos federal, locais e frente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CDIH), comissão está onde tiveram êxito na causa da defesa do Xukuru frente o Estado brasileiro. Existe ainda o Departamento das Mulheres, tem como foco o aumento da participação e articulação feminina, autonomia produtiva e combate a violência doméstica. Lutam pela paridade de gênero na associação, capacitação e formação através de cursos e educação formal; dão sempre o destaque a

mulheres que fizeram coisas e ocuparam postos pela comunidade e causa, como Maninha Xukuru, e ressaltando a importância da mãe terra como ente feminino, geradora e garantidora da vida. E tudo isto dentro do respeito as tradições internas próprias. Atualmente é coordenada por Elisa Pankararu.

Por fim e não menos importante dentre está o departamento de Juventude indígena. Sem a renovação e participação jovem não haveria continuidade da luta. Esse setor surgiu em 2022 através de um encontro onde ficaram registrado as principais demandas, problemas e desafios deles e ver como a APOINME poderia auxiliar nisto. Os focos principais seriam na defesa do território e sua gestão, a questão do meio ambiente, a capacitação dos jovens, promoção da educação e saúde, e a questão dos jovens LGBTQIA+.



Fonte: APOINME.

Como a APOINME existem outras grandes associações indígenas regionais e todas acabam sendo filiadas a APIB. E por isso agora daremos destaque a esta segunda entidade indígena brasileira.

2.3 A APIB.

A APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) foi criada dentro do contexto dos ATL (Acampamento Terra Livre), manifestação essa em prol de garantir as terras indígenas, permitir a paz em seus territórios, livres de ingerências e garantir o respeito e reinvindicação pelo Estado brasileiro ao direito dos indígenas, que foi criado em 2004, nele os indígenas de todo Brasil encontram-se em Brasília, capital do Brasil, acampando pelo mês de abril nas proximidades do dia 19 de abril, dia do índio no calendário nacional, no plano piloto de Brasília. Logo no ano seguinte, em 2005, decidiram por criar uma associação de nível nacional que agregasse as demais associações regionais, como a

APOINME e ARPINSUL, entre outras, fortalecendo-as, garantindo mais união e força a causa indígena e suas pautas, fortalecendo a luta como a pregada no ATL, dentre outras, garantindo a resistência contra agressões e ameaças aos direitos indígenas e indigenistas.

Ela é representada em cada estado pela organização da qual cada estado do país participa, a Bahia seria no mesmo local da sede da APOINME microrregional, por exemplo. Fazem parte de APIB, a APOINME, ARPINSUL, ARPINSUDESTE, ATY GUASU(Grande assembleia do povo Guarani), Comissão Guarani Yvyrupa e COIAB(Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira). Eles tem junto a APIB os objetivos de formular e implementar um programa de lideranças indígenas em seus locais; avaliar e construir política públicas específicas direcionadas aos indígenas; exercer papel de comunicação em favor da causa indígena em âmbito internacional, diante do Estado e da opinião pública; criar parcerias e envolvimentos coletivos com associações indígenas internacionais entre outros movimentos internacionais; por fim garantir o funcionamento da infraestrutura da organização e institucional, bem como do corpo técnico e político para dar o andamento dos planejamentos da entidade nacional.

Esse corpo técnico e político ficam estruturados pelas 6 principais demandas grosso modo; 1. A demarcação, desintrusão e proteção das terras indígenas, 2. Legislação indigenista, 3. Saúde indígena, 4. Educação Escolar indígena, 5.Gestão territorial e sustentabilidade, 6. Participação e controle sociais.

O ponto número 6 busca a paridade nas instâncias governamentais que discutam, norteiem a concepção e implementem políticas públicas voltadas aos indígenas. O ponto 5 prevê a consolidação e implementação da PNGATI, que é a política nacional de gestão ambiental em terras indígenas.

O ponto 4, prevê a defesa do ensino diferenciado para os indígenas até o ensino médio, bem como garantir acesso aos cursos profissionalizantes, superiores, com programas especiais e com fim de atender as necessidades indígenas. O ponto 3, efetivação das DSEI(Distritos Sanitários especiais indígenas), com efetivação da autonomia financeira, administrativa e administrativa; criação da secretaria de saúde indígena; formação e reconhecimento de Agentes Indígenas de Saneamento(AISAN) e Agentes Indígenas de Saúde (AIS).

O ponto 2, prevê algumas demandas e consolidação de direitos e regulações. O respeito a Declaração da ONU sobre povos indígenas, assegurando o direito a consulta prévia, livre e informada de assuntos que lhe sejam concernentes e pertinentes; fim da violência de criminalização das lideranças e comunidades indígenas na defesa e luta por seus territórios; pedem ainda a aplicação da convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Requerem a completa refutação

das legislações antiindígenas que busquem reverter os direitos constitucionais indígenas de 1988; a aprovação do Novo Estatuto dos Povos Indígenas e aprovação do projeto de lei que cria o CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista).

Todos esses elementos divididos pelo corpo e departamentos administrativos da Secretaria Executiva, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação, Gestão de Projetos e Assessoria Internacional.

Além do ATL, outras articulações estão sob o guarda-chuva da APIB, como os eventos da COP onde participaram em na COP26 em 2021, com participação de uma liderança Tuxá e uma Pankararu da região da APOINME, COP27 e COP28 em 2023 contando com a maior presença indígena, 60 lideranças. Atuam de forma constante pressionando os congressistas para que não atuem de forma a reduzir e não respeitarem os direitos indígenas; e o judiciário através de seus representantes legais ou em forma de manifestação popular. Abrigando ainda a ANMIGA (Associação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) e o Observatório de Justiça Criminal que estuda os casos de violência envolvendo os indígenas e atentados contra suas terras e povos de forma a melhorar a situação de violência.

2.4 DOS DADOS DOS PROBLEMAS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA/ELEITORAL.

Muitas populações e grupos acabam sofrendo repressão, omissão do Estado na prestação dos seus direitos, normalmente eles são maioria da população como os negros e pessoas de baixa renda, o contexto indígena se faz mais preocupante por questão de modo de vida diverso, terem uma população diminuta em relação aos demais brasileiros e praticamente não haver um grupo que viva tranquilamente com os respeito as regras do ordenamento jurídico brasileiro e direitos humanos. Essa violência e violações poderiam gerar apatia, contudo acaba sendo uma força para reivindicar que a legislação, convenções e constituição valham na realidade vivida, com saúde, educação, meio ambiente, direitos, território e autogestão respeitados. Como foi visto nas articulações e associações são pedidos constantes para que sejam assegurados e respeitados. Talvez por não receberem isto dos não indígenas, resolveram ir a luta eleitoral e tentar fazer a diferença de dentro da burocracia e dos cargos eletivos do legislativo e executivo.

Os estudos de Valentim e Postali (2022) mostram uma relação ou correlação interessante. As cidades com DSEI em terras indígenas/aldeias tendem a ter mais participação nas eleições municipais e maior número de eleitos. Chegaram as esses dados cruzando dados dos lugares com grande mortalidade indígena usando base de dados de 2016 e 2019. E entenderam que onde havia mais descaso com a saúde indígena, era de lá que saiam os candidatos e eleitos indígenas nas eleições municipais.

Já Migliavacca (2022) reitera a questão com dados sobre a violência imposta aos indígenas como um grupo que sofre violência grande e crescente acima da média brasileira, usando dados do CIMI, por meio de método dedutivo-analítico. Ela concatena este fato com teoria da necropolítica e biopoder praticado sistematicamente contra essas populações. Reafirmam também o poder da arte, cultura e comunicação como forma de resistência e sobrevivência do grupo, um dos pilares de toda associação acima mencionada, que é a área da comunicação e relação com as pessoas não indígenas.

Um outro ponto de forte resistência aos direitos indígenas conquistados são as pessoas, o advocacy e lobby contra os direitos indígenas que vem trabalhando para relativizar e diminuir os direitos indígenas. Essa atividade legislativa é antiga datando de 1988 inicialmente com questões mais ligada a possibilidade de exploração mineral, hidrelétrica e recursos hídricos; variando ao longo do tempo para também abrirem as terras indígenas a exploração de madeira, mercado imobiliário, agronegócio, por exemplo, e o controle e influência maior do Estado, talvez para que os indígenas voltassem para os regimes de tutela, diminuindo sua auto-gestão plena. Como apontou Alkmin (2022).

Há ainda a questão do meio-ambiente, outra pauta relevante e recorrente dos movimentos sociais indígenas. O caso de estudo da relação dos indígenas Xakriabá do norte de Minas Gerais, região da APOINME, com sua autogestão da questão ambiental e relação com o Estado é interessante por trazer uma evolução do número de associações indígenas em número relevante desde a década de 1980 até os anos 2000, e dá a entender que isto veio em parte para garantir uma boa autogestão e trocas com o mundo fora das terras indígenas (TI) e também como garantia de obtenção de recursos financeiros para administrarem a questão ambiental através dos projetos, podendo vir através do Estado, organizações sócias, etc, como aponta Mendonca (2022). Ela acaba por mostrar essa questão não só do poder tradicional, mas da ascensão das lideranças vindas das grandes pautas indígenas e talvez sendo a razão da grande procura pelos 5 principais cursos dos indígenas, quais sejam, direito, pedagogia, administração e enfermagem. (Alkmin, 2022. P.100).

> "As narrativas contam que no início do século 20 os indígenas foram expulsos do município de Inhacorá, vindo a localizar-se, predominantemente, no território do município vizinho, São Valério do Sul, RS. Em 1921 houve uma nova demarcação realizada pelo governo estadual, que reduziu a área para 5.859 hectares. No ano de 1962 o governo estadual destinou 3.049 hectares para o loteamento da sessão de Coroados e Vila São Luiz (Gu) e 1.750 hectares para uma Estação Experimental Fitotécnica da Secretaria Estadual de Agricultura.
> Segundo o atual cacique, Airton Policena (2020), foram muitas as modificações ocorridas no território indígena Kaingang de Inhacorá." (Schonardie et al. 2021.P.3)

Mostra a ingerência estatal sobre as terras indígenas. Essas influências do caso Kaingang do noroeste gaúcho apontado por Schonardie et al. (2021) foi reflexo em outra regiões do sul do Brasil, e as violências em si acabam repetindo-se ao longo dos outros povos indígenas do Brasil. Contudo vale

ressaltar o trabalho de preservação das línguas indígenas em que os vários povos conseguiram manter. Já a vivência de caça e coleta já não é possível pela diminuição das terras para as praticas dos costumes tradicionais. Tendo que se readaptarem no estilo de vida com outras alimentações e práticas de plantio. O pouco de terra que lhes restaram acaba por se a fonte da resistência e luta para terem seus direitos respeitados.

Todos esses pontos são forças e razões para que os indígenas não só participem politicamente com manifestação, juridicamente e com comunicação, mas integrem também os cargos políticos e ocupem os partidos e eleições, não sendo somente objeto de arrecadação de voto dos grupos não indígenas, porém sendo protagonistas e atuantes como legítimos representantes de suas causas. Com a criação do Ministério dos povos indígenas junto a esfera da presidência da república em 2023, não se sabe como serão as coisas mudadas, mantidas ou pioradas, mas isto não será objeto de estudo desta pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Com vida calcada num constante convívio com as discussões e a coletividade. Os indígenas acabam por estarem embebidos de uma certa cultura política, acostumados a participação nele em vários níveis de discussão, é consenso que somente algumas lideranças alcançam os postos mais elevados, entretanto a nível local as discussões tem mais aderência e partilhamento de informações das discussões mais estáveis e próximos pelas realidades vividas e partilhadas. A medida que as instâncias mudam como no nível não étnico mais da APOINME, os debates se enriquecem pelas variações e experiências vividas, bem como na APIB, essas lideranças podem da mesma forma enriquecer o debate nas instâncias locais.

Quando os indígenas atingem a idade de candidatura para vereador com 18 anos e 21 para prefeito e vice-prefeito, já podem disputar os níveis locais dos municípios, e disputar os cargos de deputado estadual e federal, estes sendo os postos onde mais frequentemente os indígenas se candidatam. Já para Senadores, presidente e vice-presidente é necessário ter 35 anos. E para Governador e vice-governador 30 anos.

Os dados sobre as candidaturas indígenas somente podem ser contabilizados oficialmente a partir de 2014. Apesar de existirem bancos de dados pretéritos a isto, formais e informais, com pesquisas sobre isto, além da memória coletiva dos povos com dados interessantes.

Aos que veem nos indígenas candidatos comuns, talvez ser forjado nesse contexto de participação e democracia interna, possa beneficiar as instâncias de poder em que atuem e contribuir para um respeito maior de seus povos quando eleitos, bem como evitar as formas de resistência das burocracias para o exercício dos direitos garantidos e obrigatórios, bastando citar o direito a saúde e educação como exemplos não taxativos. Hoje os indígenas são sentidos e vistos muito mais facilmente pela sociedade brasileira, eles não têm um rosto só e nem características específicas, são

muito variados e fazem se sentir em todos os âmbitos sociais, não só num local de afastamento, isolamento ou rural, estão conectados com o mundo e suas tradições, estão em contexto urbanos, podem ser negros, ter cabelo crespo, grande, comprido ou raspado, colorido. E estão ocupando os espaços devidos a qualquer brasileiro. Na política nacional e local acabem por ter mais sucesso nas disputas obtendo cargos apesar do pouco número comparado ao resto dos grupos sociais. Mas é na luta constante que os espaços vão ser retomados paulatinamente. Os indígenas podem não ganhar por serem maioria, contudo ganham por consenso das suas causas.

REFERÊNCIAS

<Articulação dos Povos Indígenas do Brasil | APIB (apiboficial.org)> Acessado em 28/01/2024.

A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EM CONFLITO: A TERRA INDÍGENA INHACORÁ Elenise Felzke **Schonardie** – Mauro **Cipriano** – Régis Natan **Winkelmann**

http://dx.doi.org/10.21527/2176-6622.2022.57.e12526

Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí Editora Unijuí – Ano XXXI – n. 57 – jan./jun. **2022** – ISSN 2176-6622 – e12526https://www.revistas.unijui.edu.br/ index.php/revista direitoemdebate P. 1-16

CANDIDATOS PELA VIDA: MORTES INDÍGENAS ESTIMULAM A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE POVOS NATIVOS? Matheus **Valentim**1 ; Fernando **Postali**2 ANAIS III SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIA AMBIENTAL – 1 aED. – **2022** – P. 31

<Home - APOINME>Acessado em 28/01/2024.< O Cimi | Cimi> Acessado em 28/01/2024.

O movimento indígena e as políticas públicas para os povos indígenas no Brasil: o caso da Associação Indígena Xakriabá. AUGUSTA APARECIDA NEVES DE **MENDONCA**. Revista Espaço Acadêmico.-n.235-jul./ago. **2022**-bimestral. ANO XXI- ISSN 1519.6186

O PODER LEGISLATIVO E A OFENSIVA ANTI-INDÍGENA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO ENVOLVENDO AS TERRAS INDÍGENAS (1989-2021). Fábio Márcio **Alkmin**.Volume 4, nº. 2 (2022) ISSN: 2675-2395 https://doi.org/10.46551/rvg26752395202229611 8V. 4, n.2, **2022** https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande

OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: A VIOLÊNCIA DO ESTADO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA. Karine Montanari **Migliavacca**1| Revista da Defensoria Pública RS | Porto Alegre, ano 12, v. 2, n. 30, p. 105-122, **2022**.

Silva, D. G. da. (2022). Povos indígenas no Brasil em processos de libertação histórica. *Caminhos De Diálogo*, *10*(16), 149–154. https://doi.org/10.7213/cd.a10n16p149-154

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

O FUTURO ANCESTRAL DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE AS PRIMEIRAS CANDIDATURAS DE MULHERES INDÍGENAS PARA DEPUTADAS FEDERAIS DO PARÁ

Nailana Thiely Salomão Pereira[1] (PPGCOM/UFPA)
Rosane Steinbrenner[2] (PPGCOM/UFPA)

Resumo: Nas últimas cinco décadas, os povos indígenas começaram a eleger seus primeiros representantes legislativos e o crescimento recente da participação indígena em processos eleitorais no Brasil tem voltado o olhar de pesquisadores para reflexões sobre esta expansão enquanto fenômeno sociopolítico (BANIWA, 2003, 2006, 2010, 2021; De PAULA, 2023; HARARI, 2023; JECUPÉ, 1998; KAMBEBA, 2020; LIMA, 2022; OLIVEIRA, 1966; OLIVEIRA, 1983; PATAXÓ, 2023; TERENA, 2021; TUXÁ, 2020; VERDUM, 2004, 2023). A dimensão comunicacional, entretanto, atravessa esses estudos ainda de maneira incipiente. Poucas pesquisas exploraram a forma como os povos indígenas se envolvem com a comunicação político partidária, o impacto das estratégias de campanha na mobilização eleitoral entre não-indígenas e indígenas e as barreiras culturais enfrentadas por esses grupos. Apesar da Constituição Federal de 1988 reconhecer as organizações sociais e culturais dos povos indígenas como base para cidadania diferenciada – noção que se explica, segundo Baniwa (2022), na medida em que povos indígenas têm direitos específicos, além daqueles extensivos ao restante de cidadãos brasileiros e dado o contexto sócio-histórico de sua existência e resistência na constituição da sociedade brasileira - e apesar do número recorde de pessoas indígenas candidatas às eleições no pleito de 2022 no Brasil, a representatividade no Legislativo, Executivo e também no Judiciário, ainda é proporcionalmente incipiente para que indígenas participem politicamente de forma mais ativa nas decisões que dizem respeito a seus povos e ao país, como um todo. O direito à cidadania política diferenciada e as lacunas de estudos sobre os desafios de comunicação político partidária de indígenas nas eleições brasileiras são o ponto de partida deste estudo. As candidaturas à Câmara dos deputados das primeiras indígenas no estado do Pará, Maial Kaiapó e Nice Tupinambá, pela coligação Rede/Psol, em 2022, são o recorte em análise.

Palavras-chave: Comunicação política, cidadania especial, mulheres indígenas, eleições.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a construção do que se entende por Estado-nação brasileiro não foi firmada na democracia das relações sociais e políticas. O Brasil, ao contrário, subjetiva e reestrutura diversas formas de racismo em sua história.

Enquanto modelo político, vivemos um sistema republicano que é igualmente insuficiente e ineficiente para a garantia de representatividade indígena de forma simétrica e justa, mesmo após a constituição de 1988 (BANIWA, 2021). Ao contrário, a desumanização de longa duração causada pelo

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). Brasil. E-mail:nailanathiely@gmail.com.
[2] Docente permanente do PPGCOM/UFPA. E-mail: steinbrenner@ufpa.br

racismo, escravização e subalternização na constituição populacional do país encontra reflexos até hoje nas dinâmicas político-partidárias e demais dinâmicas sociais (CARNEIRO, 2011).

Examinar a representatividade indígena no legislativo federal é, por exemplo, também articular sobre a preservação de territórios florestais, por sua vez, uma questão que repercute na saúde pública planetária. Ou seja, ao tratar sobre a não representatividade política efetiva de povos responsáveis pela proteção da vida natural do país e do planeta, esta investigação reitera uma reflexão que remete à pauta da injustiça climática em um contexto de crise social e humanitária que persiste mesmo após o ápice da pandemia de Covid-19. São inúmeros os estudos que apontam a associação entre desflorestamento e aumento de doenças infecciosas (ELLWANGER, et al, 2020), ou ainda as que associam eventos climáticos extremos ao agravamento de doenças infecciosas (MORA et al, 2022). No entanto, não há uma conscientização adequada por parte da maioria dos parlamentares e da sociedade brasileira em geral bem como dos parlamentares que a representam sobre a associação entre estes temas.

Dados do Pedido de Parecer Consultivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2023), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e do Conselho Terena enviado em dezembro de 2023 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre povos indígenas e crise climática, apontam que a única via para a garantia de direitos humanos no contexto emergencial passa pelo fortalecimento dos direitos territoriais indígenas e pela participação ativa destes povos em esferas de liberação de políticas que impactam o clima. Povos indígenas em terras indígenas representam atualmente 5% da população mundial, mas preservam mais de 80% da biodiversidade do planeta.

A autonomia para decisões e a demarcação de terras indígenas, a participação no governo e a revogação de atos normativos que atacam direitos indígenas são as principais reivindicações do movimento indígena no Brasil (APIB, 2022; OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022). No modelo político atual, as decisões fundamentais destas pautas passam pelo Congresso Nacional, onde, apesar do aumento expressivo de representantes indígenas eleitos nas últimas eleições, a presença indígena ainda é proporcionalmente pequena durante as votações de projetos de lei, e sujeita a inúmeras violências.

Atentamos a um equívoco comum ao pensarmos representatividade eleitoral indígena utilizando apenas parâmetros numéricos, desconsiderando as subjetividades desta questão no país. Em termos numéricos, segundo dados do último Censo do IBGE, em 2022, a região Norte concentra 44,48% da população indígena do país (753.357 pessoas). No Pará, estão 80.974 indígenas, sendo 41.819

em terras indígenas e 39.155 em áreas urbanas. O número representa 1% da população do Pará, de 8.116.132 habitantes.

Em relação à dimensão territorial, segundo o levantamento do MapBiomas (2023), rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia, as terras indígenas ocupam 13% do território do país, contendo 112 milhões de hectares (ha), ou 19% de toda a vegetação nativa. Em termos de desmatamento, apenas 1% da perda de vegetação nativa nas últimas três décadas (entre os anos de 1985 e 2023) se deu nestas áreas, período analisado pelo projeto citado acima. Em números atualizados, 82% da biodiversidade do planeta está sob a guarda dos povos indígenas no mundo.

A porcentagem de preservação ambiental alcançada não é proporcional aos números relacionados à segurança destes povos. Dados do relatório de 2023 do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sobre o brusco aumento nos índices de violência contra os povos indígenas durante os quatro anos da gestão de Jair Bolsonaro, apontam que, em 2022, seu último ano de mandato, foram observados os piores índices, com um total de 416 casos de violência pessoal (homicídios, lesões corporais, ameaças de morte, etc), violência que é refletida simbolicamente no Congresso, seja na forma de violências políticas de gênero, seja na forma de racismo e retrocesso na votação de pautas ligadas à saúde, segurança e à demarcação de territórios indígenas.

Durante a escrita deste artigo, algumas conquistas positivas ao movimento indígena igualmente ocorrem no Brasil, intensificando a urgência e relevância das ponderações aqui debatidas. Um exemplo desta afirmação é a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, de 27 de fevereiro de 2024, pela implementação de cotas eleitorais para indígenas, em que partidos e federações partidárias com candidaturas indígenas registradas terão direito à distribuição proporcional de recursos financeiros do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos), e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), bem como, de tempo gratuito de rádio e televisão (MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, 2023).

Vale ressaltar que este trabalho busca lançar olhar sobre a representatividade político partidária de povos indígenas, iniciando com uma breve localização historiográfica e conceitual sobre a participação deste grupo em eleições federais, para termos um panorama das participações político-partidárias mais relevantes referenciando a Constituição de 1988, até chegarmos nas eleições de 2022, com o recorte estadual das candidaturas de Nice Tupinambá e Maial Kaiapó, pelo Pará. O diálogo foi realizado através de coleta de dados e entrevistas em profundidade, semiestruturadas, diretamente com as candidatas e/ou com suas assessoras de campanha.

Em 2022, sob influência do "Efeito Joênia" (HARARI, 2022), com avanço não apenas do número de candidaturas, mas um melhor tratamento de pautas indígenas a partir da eleição e

presença de Joênia Wapichana como primeira deputada federal indígena no congresso, a candidatura das duas primeiras mulheres indígenas a uma vaga no legislativo federal pelo Estado do Pará, através da coligação Rede/Psol marca um avanço da luta indígena contra barreiras do poder tutelar e uma resistência ao racismo anti-indígena do Estado no pleito eleitoral, ainda que as candidatas paraenses não tenham conseguido se eleger.

A capacidade e as limitações destas candidaturas, as formas diferentes de imaginar a política neste cenário, a complexidade das relações entre indígenas e não-indígenas em um sistema que ainda é marcado pelo pacto da branquitude (BENTO, 2022) são tratadas neste artigo. Buscamos traçar um percurso teórico de pesquisa coerente com as críticas aqui apresentadas, priorizando referencial teórico de pensamento não-hegemônico sobre o tema, sem descartar ferramentas metodológicas convencionais, como entrevistas e coletas de dados, mas buscando aplicar estas técnicas de forma crítica, promovendo aproximação com outras fontes e autoras/es. Os links para obras utilizadas também foram incluídos nas referências, sempre que possível, pensando em facilitar a acessibilidade das investigações e questões aqui tratadas.

Balizadas pela multimetodologia de pesquisa engajada, no contexto de desafios destas candidatas, marcadas por camadas de interseccionalidade (COLLINS, 2019) e interculturalidade (SUESS, 2008; BANIWA, 2017), empreendemos esforços para produzir contribuições de análise em um cenário eleitoral marcado por diversas assimetrias estruturais, intensificadas no contexto do último ano de mandato (2022) do então presidente Jair Bolsonaro.

Entre as questões, buscamos considerar as estratégias de viabilidade e visibilidade eleitoral adotadas pelas primeiras candidatas indígenas ao pleito federal e os desafios de comunicação eleitoral destas candidatas (Maial Kaiapó e Nice Tupinambá) no contexto do sistema eleitoral brasileiro. A abordagem de interseccionalidade que utilizamos, parte da compreensão que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres.

2. CONTEXTO ELEITORAL BRASILEIRO

O texto da primeira Constituição de 1823, primeiro projeto constitucional do Brasil (PLANALTO FEDERAL), em seu Artigo 6°, anuncia que “ingênuos ou libertos” também são cidadãos brasileiros, porém, impedidos de votar, por critérios de renda (“Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos”), sexo (mulheres nem são citadas), localidade e cor da pele (“os libertos”). Logo, proibiu que negros e indígenas assumissem seus direitos políticos, atribuindo uma subcidadania, e uma envergadura de cidadãos de segunda categoria. Pode-se facilmente afirmar que até hoje, uma política satisfatória de compensação

histórica da escravidão não foi implementada. O sistema de cotas não garante um reparo de todo o processo colonial e escravista da construção do estado-nação brasileiro. Até hoje, não houve uma reforma agrária que contemplasse as especificidades da população negra e indígena no Brasil. Na mesma lógica do pensamento sobre colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), em que a constituição de um poder mundial capitalista, moderno/ colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores, no contexto brasileiro, defendemos que não se pode falar de uma sociedade realmente democrática, se existe um acesso diferenciado a direitos básicos, à construção de pensamento crítico, à opinião e ao direito de escolher representantes, excluindo as subjetividades da história escravocrata do país.

Na dinâmica eleitoral contemporânea, se analisarmos questões como respeito à língua nativa de povos originários nos processos de escolha de representantes políticos, respeito às diferenças de organização política da diversidade de povos indígenas do Brasil, e outras indagações estruturais como acesso a transporte para zonas eleitorais, acesso à educação, saúde, à fontes de renda, a colonialidade direcionada a povos indígenas permanece até hoje no país, sobretudo em representações político-partidárias. As práticas políticas atuais refletem a situação de desvantagem histórica de comunidades indígenas no modelo de organização política e militar herdado dos colonizadores do Brasil, do exercício de poder praticado pelo Estado, e o não entendimento do poderio militar e tecnológico da União enquanto reflexo da cultura de um povo invasor (BANIWA,2022).

Para Felipe e Dinamam Tuxá (2020), exercer a cidadania indígena em um sistema eleitoral onde a vontade da maioria prevalece leva as minorias étnicas a se verem subrepresentadas e cujo jogo político com modelo de cidadania individual contraria o sentimento de coletividade que pauta a organização social dos povos indígenas.

2.1 CIDADANIA DIFERENCIADA PARA POVOS ORIGINÁRIOS

O primeiro conceito importante a ser pensado especificamente sob a ótica de respeito aos povos indígenas é o de cidadania. O modelo político republicano e democrático vivenciado no Brasil nas últimas três décadas aponta a cidadania como o principal direito humano. Entende-se por cidadania o direito de pertencimento à comunidade nacional, fazendo parte orgânica e ativamente da vida coletiva, com direitos e deveres, e a participação em todas as tomadas de decisões que dizem respeito à comunidade. Para a garantia de participação efetiva, é necessária a inclusão nas tomadas de decisão. É a cidadania que expressa um conjunto de direitos que possibilita participar ativamente da vida e do governo do seu povo (DALLARI, 1998).

Para o intelectual indígena Gersem Baniwa (2022), considerando a prática política vigente, a compreensão desta cidadania apresenta duas dimensões distintas: participação social e participação política. A primeira garantiria o direito do cidadão de ouvir e ser ouvido. A segunda, de caráter mais amplo, garantiria o direito de participação e de acompanhamento de políticas e ações, além das tomadas de decisões que, em geral, se exercem por meio da representação de pessoas nos poderes constituídos, eleitas pelo voto popular.

Nessa lógica, o fomento dos direitos indígenas no Brasil precisaria ser pensado e tratado também no campo da participação política, das correlações de forças e dos espaços de tomadas de decisões, pois são parte integrante dos interesses da sociedade brasileira (BANIWA, 2022).

A Constituição Federal de 1988 reconhece as organizações sociais e culturais dos povos indígenas como base não apenas de cidadania, mas de cidadania diferenciada, com direitos específicos para povos indígenas, além daqueles extensivos ao restante dos cidadãos brasileiros.

2.2 CRONOLOGIA DA CIDADANIA PARTICIPATIVA NA PAUTA DO MOVIMENTO

Nessa perspectiva, porém, percebe-se que a luta por participação política de povos indígenas ainda tem muito para avançar na complexa, burocrática e desigual trama política brasileira. Na década de 80, o movimento indígena iniciou um processo importante de garantia e exercício de cidadania participativa, buscando superar o longo processo de tutela racista do Estado, que por séculos excluiu, invisibilizou, amordaçou e subalternizou política e culturalmente os povos originários. Nas últimas cinco décadas, os povos indígenas começaram a eleger seus primeiros representantes.

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o primeiro indígena eleito no Brasil registrado pelo movimento foi Seu Coco (Manoel dos Santos), representante do povo Karipuna que cumpriu mandato como vereador no Oiapoque, no Amapá, em 1969 (ZAGHETTO, 2019; BANIWA 2022). Porém há ainda dois registros relevantes - na esfera municipal/estatal - na literatura disponível: Ainda no ano de 1963, Carmelita Cruz, agente de saúde e professora do povo Tuxá, foi eleita vereadora na primeira eleição que ocorreu no município de Rodelas, interior da Bahia (FELIPE TUXÁ e DINAMAM TUXÁ, 2020).

Outro nome importante, além do de Carmelita, nos leva a Angelo Kretã. Liderança da etnia Kaingang, ele assumiu o cargo de vereador na cidade de Mangueirinha, Paraná, em 1976. Angelo teria aceitado o convite de um dos candidatos majoritários do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) à prefeitura de Mangueirinha. A candidatura e a cidadania plena de Kretã foram questionadas por políticos da ARENA, que argumentaram que ele era um indígena Kaigang, ainda sob tutela do Estado. Há diversos registros que apontam que o cacique pensou em renunciar ao posto, após assédio

de jornalistas, políticos e da própria Fundação Nacional do Índio, hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que não aceitava sua candidatura e poderia cancelar sua documentação. Apesar de viver esse paradoxo tutelar do Estado, o cacique conseguiu na justiça o direito de concorrer e foi eleito em 15 de novembro de 1976, o primeiro vereador indígena do Brasil (CASTRO). Na legislação pré-Constituição apenas um indígena "aculturado" poderia ter a documentação necessária para participar de uma eleição (OLIVEIRA E LIMA, 2022).

No âmbito federal - e aqui temos um consenso de fontes - o primeiro indígena eleito **deputado** foi Mário Juruna Xavante, em 1982, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro, com o suporte direto de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, seis anos antes do reconhecimento de direitos indígenas proporcionado pela Constituição Federal de 1988. Aproveitando essa brecha legal, em momento político de relativa abertura, o indígena Xavante foi eleito em 1982 e empossado em 1983. Porém, quando começou a defender os interesses dos indígenas, foi perseguido e teve, inclusive, a emissão de um passaporte negado quando iria apresentar denúncias em fóruns internacionais sob a justificativa jurídica da tutela. O indígena protagonizou diversas piadas racistas e ficou conhecido por sempre estar acompanhado de um gravador de voz, pois alegava que políticos brancos não mantinham a palavra.

O registro de cor/raça de candidatas (os) foi incluído no cadastramento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apenas em 2014. Em 2016, foram eleitos seis prefeitos indígenas, 10 vice-prefeitos e 169 vereadores.

Em 2017, a APIB lança a nota pública Carta Aos Povos Indígenas Do Brasil: Por Um Parlamento Cada Vez Mais Indígena, um manifesto pela reforma política (não apenas reforma eleitoral), onde fundamentaram a necessidade de indígenas enxergarem o parlamento como um lugar estratégico para o empoderamento dos povos e para que as lutas e pautas pudessem ser evidenciadas e transformadas em instrumentos de resistência.

Apenas três décadas após a Constituição de 1988, Joenia Batista de Carvalho Wapichana consegue ocupar uma cadeira na Câmara Federal, eleita pelo Partido Rede de Sustentabilidade, em 2018, e tornando-se a primeira mulher indígena a ocupar cadeira no legislativo federal. Joênia não conseguiu se reeleger em 2022, mas em 2023, com o início do governo Lula, assumiu outro feito histórico: foi a primeira presidente indígena da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), fortalecendo a luta dos povos (PATAXÓ, 2023). O efeito subjetivo desta participação é um multiplicador de esperança entre povos indígenas (HARARI, 2022).

Também em 2023, Sonia Guajajara e Célia Xakriabá elegeram-se deputadas federais. A primeira passou a ocupar, outro marco histórico, o cargo de ministra dos Povos Indígenas, em novo ministério sancionado pelo presidente Lula.

Uma avaliação meramente quantitativa indicaria o crescente interesse de indígenas pela política partidária nas últimas eleições, mas há autores que aprofundam a discussão para além da participação quantitativa, e lançam luz em características como a legitimidade da representação e a manipulação de identidades ou indivíduo que mesmo com ascendência indígena representam interesses contrários à sua coletividade, outro dado que podemos associar às discussões sobre colonialidades.

A abordagem de Luis Roberto de Paula (2022) sistematizou o perfil de candidatas (os) indígenas em 2018 e 2022 e propôs uma classificação pertinente: 1- Quantidade de candidaturas indígenas autodeclaradas; 2- Quantidade de candidaturas indígenas com vínculo étnico; 3- Quantidade de candidaturas indígenas apoiadas pela APIB.

Esta investigação aponta para outros critérios possíveis para resultados mais expressivos, mas suscita também, novas perguntas. Entre as reflexões possíveis desta investigação, situa-se historicamente o percurso de investigação até a ausência de uma representante indígena paraense no legislativo federal.

Conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o Brasil reúne 1,7 milhão de indígenas de 305 etnias que falam 274 línguas, distribuídos em pouco mais de 13% do território nacional. No entanto, entre as candidaturas indígenas relevantes mais recentes no Pará, destacamos: Vereadora - Marcia Kambeba (2020), Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Etnia Omágua/Kambeba; Dep. Estadual – Coletivo Manas de Luta (com Iza Tapuia), Partido dos trabalhadores (PT), Etnia Tapuia; Dep. Federal – Maial Kaiapó (2022), coligação REDE/Psol, Etnia Kaiapó; Dep. Federal – Nice Tupinambá (2022), Coligação REDE/ Psol, Etnia Tupinambá.

A região Norte concentra 44,48% da população indígena do país (753.357 pessoas). No Pará, estão 80.974 indígenas, sendo 41.819 em terras indígenas e 39.155 em áreas urbanas. O número representa 1% da população do Pará, de 8.116.132 habitantes (CENSO 2022).

No campo da política partidária, apenas em 2022, ocorre a candidatura das duas primeiras mulheres indígenas a uma vaga no legislativo federal pelo Estado do Pará, através coligação Rede/Psol. Ainda que as candidatas Nice Tupinambá e Maial Kaiapó não tenham conseguido se eleger, as reflexões sistematizadas neste texto dizem respeito a este contexto e apresenta contribuições de análise para um cenário eleitoral de diversas assimetrias.

2. 3 PRIMEIRAS CANDIDATURAS À DEPUTADAS FEDERAIS INDÍGENAS DO ESTADO DO PARÁ – BREVE TRAJETÓRIA DAS CANDIDATAS

A votação de representantes de povos originários bateu ao menos dois recordes nas eleições de 2022. Pela primeira vez na história do Brasil, duas mulheres ligadas ao movimento indígena entraram, de uma só vez, na Câmara dos Deputados: Sônia Guajajara e Célia Xakriabá - ambas do PSOL. No Pará, entretanto, as duas primeiras candidatas indígenas à deputada federal não obtiveram votos suficientes para serem eleitas. Maial Kaiapó obteve 6.639 votos, enquanto Nice Tupinambá recebeu 9.387 votos. Nem Vivi Reis, candidata não-indígena e aposta do partido, conseguiu se eleger, devido à matemática do processo eleitoral, mesmo obtendo 53.353 votos.

Em ambas as candidaturas de deputadas indígenas no Pará, o questionamento sobre uma investida em âmbito estadual e não federal era posto em discussão, mostrando a falta de entendimento sobre as pautas indígenas, que são votadas e decididas majoritariamente em âmbito federal.

Além disso, coletamos relatos de diversas violências, como descrédito da identidade indígena, interrupções de fala, toques sem permissão, insinuações sobre a aparência física e questionamentos sobre a vida privada.

A seguir, apresentamos uma breve trajetória das candidatas, com pontos de atenção para histórico na política partidária, atuação em movimentos políticos, povos de origem, estratégias de campanha, desafios e pontos positivos durante o pleito de 2022:

2.3.1. Maial Kaiapó

Maial Kaiapó (Maial Panhpunu, nome de sua avó paterna) pertence a uma grande família Mẽ bêngôkré Kayapó. Nasceu em Belém e cresceu na Aldeia Aukre, próxima ao rio Fresco. É uma das três filhas de Irekran e Paulinho Paiakan, um dos principais nomes do movimento indígena brasileiro, conhecido sobretudo durante a luta pela elaboração da Constituição de 1988, ao lado de lideranças como Ailton Krenak e o Cacique Raoni (Tio avô de Maial). Paiakan faleceu em junho de 2021, seis meses antes de a vacina contra Covid-19 chegar às aldeias indígenas no Brasil (HARARI, 2023).

Maial Paiakan Kaiapó foi estudar em Redenção, a 280 km da sua aldeia e se tornou a primeira Kaiapó a concluir uma graduação, formando-se em direito em 2015. Em sua trajetória, merece destaque a defesa dos direitos dos povos indígenas na hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Em 2020, Maial trabalhou como assessora da deputada Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita no Congresso Nacional.

Sua irmã mais velha, O-é (primeira cacica Kaiapó), seria inicialmente o nome indicado por seu povo para a candidatura em 2022. Mas ela engravidou, e a comunidade chegou a um consenso de que seria melhor que Maial assumisse o desafio (HARARI, 2023).

Maial optou pela Rede Sustentabilidade, partido criado em 2013 a partir da mobilização de ambientalistas como a atual Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, com quem Maial tem proximidade. Nas eleições de 2022, a Rede formava coligação com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Maial contou com a assessoria de Teresa Harari e Kokanã (Tânia, irmã de Maial) para a coordenação de campanha e para criação de alguns vídeos e fotografias para redes sociais. Elas também contrataram uma empresa especializada em comunicação política chamada Baselab, agência de marketing político focada exclusivamente no campo progressista. O desafio era adequar as várias frentes de campanha, comunicar entre indígenas e não-indígenas, sem perder as bases ancestrais de Maial e o alinhamento com as propostas políticas e peculiaridades da candidata.

O recurso financeiro era pouco e o risco iminente: 2022 foi marcado pela escalada da violência contra os povos indígenas no país, ainda sob a gestão de Jair Bolsonaro. Alguns municípios do interior do Estado ainda ocupam posições de destaque no ranking dos mais violentos do país e Maial havia decidido articular a campanha mais no interior do Pará que na região metropolitana. Os deslocamentos entre essas regiões também são bastante precários, deixando a candidata vulnerabilizada, pois ela representava uma candidatura indígena em campanha por cidades onde grileiros, madeireiros e fazendeiros dominam a economia. Maial e suas duas assessoras viajavam sozinha de ônibus, avião, carro e embarcações, em período de campanha que coincidiu com o assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillipis, no Amazonas.

A Rede disponibilizaria R$200 mil reais para a campanha de Maial, valor baixo se comparado com outras candidaturas, como a de Vivi Reis e Elcione Barbalho. A prioridade foi contratar um advogado e um contador para a campanha, devido primeiramente à falta de transparência e aos inúmeros erros que podem ser interpretados como boicote à candidatura da Maial pelo partido (HARARI, 2023). Uma delas, inclusive, diz respeito ao erro de registro da candidatura, inicialmente colocada como estadual e o erro de grafia no nome de Maial, o que poderia comprometer toda a campanha.

Ainda em relação às dificuldades, Maial testou positivo para malária durante a campanha, o que fez com que diversos compromissos agendados precisassem ser cancelados. Nesta época, o medicamento Cloroquina, usado no tratamento contra Malária, estava em falta, pois o discurso de que ele também teria efeito contra a Covid-19 fez com que se esgotasse rapidamente de redes de saúde

e farmácias. A saúde da candidata apresentou melhoras apenas em setembro de 2022. Outro fator importante no fator tempo e alcance da campanha, dizia respeito às agendas com apoiadores que precisaram ser canceladas algumas vezes, pelo falecimento de algum parente (termo usado por alguns povos para designar outros indígenas), uma "caçada" ou outro evento, característico do tempo da aldeia, onde outras prioridades eram consideradas.

Maial recebeu apoio também de uma empresa de São Paulo para criar a identidade visual da campanha, mas tudo tinha caráter de inovação. Os primeiros adesivos de campanha, elaborados por sua equipe reduzida de campanha, ficaram prontos em julho (mês da convenção partidária) e foram impressos com a ajuda de amigos (HARARI, 2023). Em seu perfil no Instagram e no material gráfico oficial de campanha, ela aparece com o rosto pintado de urucum. Para os Kaiapó, o urucum é a cor da vitalidade e representa uma proteção contra ameaças externas.

A Articulação dos povos indígenas (APIB) apoiou trinta candidaturas indígenas, a partir da campanha Bancada do Cocar. Além das reuniões no começo da campanha, criaram um grupo no WhatsApp e davam suporte de um contador e um advogado, mas a coordenação da campanha de Maial acabou não recorrendo a esses profissionais pois já havia montado uma estrutura independente, sobretudo via apoio nacional do partido, pela proximidade com Marina Silva e Joênia Wapichana.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) também prestou apoio e fez publicações nas redes sociais reiterando a importância de Maial como uma escolha coletiva para o movimento indígena.

Em seu perfil de Instagram (https://www.instagram.com/maialpaiakan/) foi possível um registro de sua agenda de campanha. Observando de março de 2022 (início de sua pré-campanha), a 2 de outubro (dia da votação do primeiro turno) de 2022, extraímos conteúdos ligados à suas demarcações políticas como comprometimento com a justiça social, a indissociabilidade das lutas antirracistas e antissexistas, e a defesa dos territórios e das comunidades tradicionais. Mais do que interesses particulares, a atuação de Maial apresentava um projeto de país e futuro, cujo principal valor seria a coletividade.

Entre as principais propostas de campanha, com comunicação específica iniciada em setembro de 2022, foram apontadas as seguintes pautas prioritárias: ampliar as ações de enfrentamento à violência doméstica; ampliar a resistência no congresso contra projetos de lei que autorizam a exploração econômica destrutiva em terras indígenas; aprimorar o atendimento às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas e de pequenos produtores rurais por meio de um diálogo direto com as comunidades; ampliar frentes voltadas para a qualificação profissional,

conciliação do trabalho produtivo e de cuidados; lutar pela reestruturação e fortalecimento dos órgãos de fiscalização e monitoramento do desmatamento; lutar pela ampliação do abastecimento de água, energia e comunicação; fortalecer a inclusão de comunidades no mercado de produtos da socio biodiversidade; fortalecer a ação básica de saúde nos municípios, com ênfase nas aldeias e povoados distantes e desassistidos.

Além desta pontual proposta de mandato, o conteúdo de seu perfil no Instagram incluiu celebridades de cunho nacional, da política e da arte, com nomes como Ailton Krenak, Caetano Veloso, Marcos Palmeira, Céu, Gaby Amarantos, entre outros, ligados à Rede, como Marina Silva e Joênia Wapichana.

A campanha de Maial (de número 1818) foi marcada por uma agenda intermunicipal, com visitas a aldeias e diálogo direto com as comunidades, tendo início pontuado no dia 18 de agosto, em Ourilândia do Norte, próximo à aldeia da família da candidata. Teresa Harari, sua assessora, aponta para um entendimento dessa escolha como significativa à profunda reverência e respeito à ancestralidade Kaiapó, em uma teia de relações que envolvia parentes e encantados.

2.3.2. Nice Tupinambá

Nice Tupinambá - Maria Gracionice Barbosa Gonçalves - é jornalista, indígena do povo Kamuta Tupinambá e foi candidata ao cargo de deputada federal na coligação Federação PSOL /REDE, em 2022. Nascida em 89, atualmente tem 35 anos de idade.

Original de Porto Grande/Cametá, migrou para Belém aos 14 anos, para estudar e trabalhar. Trabalhou como babá, auxiliar em açougue e auxiliar em consultório odontológico. Ingressou na luta social, por meio do movimento estudantil em 2009, ano da fraude do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Foi assessora parlamentar do então Deputado Federal Edmilson Rodrigues e coordenou a sua campanha para prefeito – onde foi eleito - em 2020.

Nice sinaliza o movimento estudantil da UFPA como agregador de indígenas em contexto urbano. Ela demarca que os Kamuta Tupinambá “são um povo renascido no Brasil”, porque foram praticamente extintos, e buscam o fortalecimento da identidade e ancestralidade. Como jornalista, também cobriu temas ligados às pautas ambientais e de direitos humanos, em seu site pessoal e redes sociais, mas também como colunista do Belém Trânsito Mais (BTMais), Mídia multiplataforma de informação e entretenimento.

A candidata também ressalta a criação/atuação no Instituto Nossa Voz, instituto socioambiental, indígena e étnico social que atua desde 2020, com sede inaugurada no final de 2021, no bairro do Guamá, em Belém do Pará. A organização não governamental (ONG) atua sobretudo nos

municípios de Redenção, Capitão Poço, Santarém, Cametá, Paragominas, Ananindeua, Belém e Altamira.

A violência política de gênero e o racismo estiveram bem presentes na campanha de Nice. Após pesquisa qualitativa, questionavam se ela possuía capacidade política e domínio da língua portuguesa para exercer o cargo de deputada, caso eleita. "A gente vive muito essa marca do estereótipo, tanto que o slogan da minha campanha onde a gente passou a falar e até hoje eu sempre me apresento, é Tupinambá, jornalista indígena. Eu tenho que trazer esse diploma pro meu nome pra poder me qualificar, pra poder me autorizar a estar disputando esse espaço", afirmou em entrevista para a produção deste artigo.

Nice afirma que não teve um planejamento mais específico de campanha, ela mesma, inclusive, por seus conhecimentos em marketing e comunicação, testava algumas estratégias e em vários momentos atuava na produção de conteúdo para seu site e perfil no Instagram e Twitter.

A ex-candidata considerou importante a atuação na área metropolitana e o trabalho para divulgação e obtenção de votos de não-indígenas. Foram também frequentes os reforços sobre sua habilidade para trabalhar em várias frentes, não apenas as de temática indígena. O uso ou não do cocar era outra questão relevante: no povo Tupinambá, só usam cocar quando se sentem bem, havia também a preocupação de Nice em não reforçar estereótipos para que ela tivesse respeito enquanto mulher indígena. Aqui pode-se ligar também um ponto de análise sobre desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2017), por acontecer em um cenário tenso de enfrentamentos, resistências e também de negociações de sentidos, enquanto reação em uma tentativa de subalternização e fixação com estereótipos.

Em relação ao auxílio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Nice afirma que perdeu um prazo de envio de informações e acabou não recebendo apoio da APIB. O fato fez com que a legitimidade de sua candidatura enquanto mulher indígena fosse questionada (coincidentemente eram predominantemente pessoas brancas, entre pessoas do partido ou não, e entre não-candidatos), dando à candidata duas inserções como direito de resposta durante o período eleitoral.

No total de recursos recebidos, incluindo doações, Nice contabilizou R$138.671,46, enquanto Maial Kaiapó, R$452.915,00, valores considerados baixos proporcionalmente e levando em consideração aos recursos de estrutura necessários para deslocamento em um estado que se localiza como a segunda maior extensão territorial do país.

Por sua experiência em comunicação, Nice dividia os compromissos mais formais de campanha à produção de conteúdo para seu site e redes sociais.

Analisado de março de 2022 a 2 de outubro (dia da votação do primeiro turno) de 2022, extraímos conteúdos ligados à suas demarcações políticas em seu perfil no Instagram, que incluíram intensa agenda tanto no interior do Estado, quanto na capital, muitas vezes marcados pela atuação de Nice como jornalista e fundadora da ONG Nossa Voz, quanto pelo papel de secretária geral do PSOL BELÉM e enquanto mãe, com publicações de foro mais íntimo ligadas à maternidade.

Suas articulações incluíram apoio de representantes do povo Tembé, Hexkaryana, Tikuna, Baré, Tupinambá, Guajajara, Kumaruara, Wai Wai, entre outros. O evento de pré-candidatura de Nice Tupinambá está demarcado em seu perfil no Instagram no dia 21 de junho, com convite para cerimônia em 25 de junho de 2022 (data de distribuição de seu material físico de campanha). No conteúdo, diversos apoiadores ligados ao PSOL, incluindo o presidente nacional do partido, Juliano Medeiros.

Entre os destaques de seu perfil, a publicação no Instagram em fundo verde, com foto de Lula beijando a testa de Nice Tupinambá e propostas em textos curtos, com as 7 principais frentes de campanha - Propostas 5015:Trabalhar pela regulamentação dos profissionais de aparelhagem, DJs, técnicos de som, montagem, luz e apoio aos movimentos culturais; Lutar contra o garimpo ilegal, Marco Temporal pela garantia dos direitos indígenas nas cidades e territórios; Criar projetos de leis que impulsionem o empreendedorismo de mulheres e jovens com apoio de rédito e qualificação; Perdão da dívida do Fies! Mais de 1 milhão de estudantes estão endividados com o Fies; lutar pelo projeto de lei 5228/2019 que trata de incentivos fiscais para contratação de jovens sem experiência; criar o projeto que concede benefícios tributários a empresas que contratem mães; lutar por concurso público nas instituições de proteção ambiental. A publicação data de 9 de setembro de 2022.

Outra publicação de destaque, no início de setembro (dia 09), aponta para a vitória judicial de Nice, contra “o racismo, a violência de gênero e o jogo sujo das FakeNews”. O PSOL havia conseguido no Tribunal Regional Eleitoral (TER), três liminares obrigando o senhor Olavo Dutra a retirar do ar várias publicações criminosas contra Nice, com conteúdos racistas, machistas e falsos que atingiam a candidata em sua identidade, ao chamá-la de “Índia fake”.

3. CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

O Estado do Pará ainda não conseguiu eleger uma (um) representante federal para Câmara dos Deputados. Considerando que as regras eleitorais vigentes, ainda que com a atualização da política de cotas, não integram a cultura de diferentes povos indígenas brasileiros, ainda há um longo caminho de mudanças para que um cenário democrático e justo se faça presente, reiterando práticas e pactos de branquitude - pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais (Bento, 2002, 2014, 2022) - neste sistema. Ou, nas palavras de Lourenço

Cardoso, branquitude como lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial "injusta" e racismo. Em relação às escassas verbas, reiteramos que a utilização para despesas pessoais como transporte e hospedagem, é proibida pela legislação eleitoral brasileira, o que dificulta contextos de campanha atravessados por dificuldades de transporte e necessidades específicas de segurança, como o caso de candidaturas indígenas e seu traslado entre os territórios. É possível considerar que esta limitação favorece a articulação de candidaturas privilegiadas, com recursos próprios maiores.

Ainda que brevemente, vale apontar alguns dos muitos desafios enfrentados pelas candidaturas indígenas de forma geral, identificados na bibliografia consultada, das entrevistas realizadas, bem como no acompanhamento como fotógrafa da candidatura de uma das candidaturas indígenas analisadas (produzindo, junto à jornalista Catarina Barbosa, a cobertura da agenda de Maial em Belém, para a Agência Sumaúma, 2022). Desafios como a criação de uma assessoria multilíngue institucional que contemple a diversidade indígena, melhores condições de transporte, inserção de urnas eletrônicas em territórios, distribuição de renda de campanha considerando as especificidades territoriais, interculturais e interseccionais. Também a compreensão e punição de atos de discriminação étnica e violência política de gênero no âmbito do processo eleitoral (que atravessaram nossas investigações sobre as candidatas mesmo quando conversávamos com pessoas filiadas ao partido/coligação ao qual elas fazem parte). Estas primeiras explorações, apontam para um longo caminho de pesquisa, a seguir ainda nas trilhas de conclusão de uma pesquisa de mestrado, mas já contextualizam o tema e historicizam as duas candidaturas indígenas em questão.

A atenção adequada a um sistema político-partidário-eleitoral mais inclusivo, algo observado em relação ao nosso recorte de análise, mas facilmente aplicável a outros contextos geográficos, permite que outras perspectivas de considerações e investigações lancem luz ao caráter de coletividade, as dimensões de espiritualidade, multisensorialidade, ancestralidade e outras subjetividades desses povos nas considerações adaptativas do processo eleitoral e, portanto, também em sua dimensão comunicativa. Sem essas adequações, a cidadania especial, como apresentada por Baniwa, se torna apenas um conceito não aplicável à realidade da participação político-partidária de indígenas no Brasil. Pensar e buscar contribuir para o atendimento dessas demandas também nesse espaço de reflexão mostrou-se urgente para nós, uma urgência de produção de saberes contra a hegemonia sistêmica branca que também é desafiadora ao tempo de amadurecimento da criação de campos de pesquisa tradicionalmente eurocentrados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. Censo 2022 mostra o Pará com mais de 80 mil indígenas, a maioria vivendo em seus territórios . lorena esteves agencia pará. 07/08/2023 https://www.agenciapara.com.br/ noticia/46144/censo-2022-mostra-o-para-com-mais-de-80-mil-indigenas-a-maioria-vivendo-em-seus-territorios

APIB. Nota pública Carta Aos Povos Indígenas Do Brasil: Por Um Parlamento Cada Vez Mais Indígena. 2017. Disponível em: https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com /2017/01/31/carta-aos-povos-indigenas-do-brasil-por-um-parlamento-cada-vez-mais-indigena/

APIB. Pedido de parecer consultivo da APIB à Corte Interamericana de Direitos Humanos. 2023. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2023/12/Minuta-OC-Climática.docx.pdf

APIB. Carta aberta do Acampamento Terra Livre ao pré-candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva. 12/abr/2022. https://apiboficial.org/2022/04/12/carta-aberta-do-acampamento-terra-livre-ao-pre-candidato-a-presidencia-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva/

Arquivo Nacional. MAPA - MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. Constituição de 1824. http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/305-constituicao-de-1824

BANIWA, Gersem. Indígenas e processos eleitorais no século XXI. In: Sistematização das normas eleitorais : eixo temático VII : participação política dos grupos minorizados. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral | 2022. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/10324? locale-attribute=es . Acesso em: 10.02.2023

BANIWA, G. O Sonho de um Parlamento Indígena no Brasil. In: SOCIOECONÔMICOS, I. DE E.(Ed.). . Índios e Parlamentos. Luciana Costa e Ricardo Verdum (org). Brasilia: [s.n.].

BANIWA, G. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo.In: RAMOS, Alcida Rita (org.). Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 206–227.

BANIWA, G. L. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. Tellus, v. 7, n. 12, p. 127–146, 2007.

BANIWA, G. L. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. Saberes e Identidades: Povos, Culturas e Educações. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. p. 295-310, maio/ago. 2017. Disponível em 2238-2097-repub-26-62-00295.pdf (fcc.org.br)

BENTO, Cida. Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a, p. 25-57.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b, p. 147-162.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva; SILVEIRA, Marly de Jesus; NOGUEIRA, Simone Gibran (Org.). Identidade, Branquitude e Negritude: Contribuições para a Psicologia Social no Brasil: Novos Ensaios, Relatos de Experiência e de Pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 13-23.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva Bento (Org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CALGARO, COIMBRA, LA FLOR, 2019 . A demarcação de terras indígenas no Brasil e as lições do movimento constitucionalista latino-americano insurgente. 2019. https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-FD-UFG_v.43.03.pdf

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil / Sueli Carneiro — São Paulo : Selo Negro, 2011. — (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito). Disponível em https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-Sueli-Carneiro-1.pdf

CASTRO, Paulo Afonso de Souza. O BRASIL E SUAS MEMÓRIAS. ANGELO KRETÃ. Disponível em: https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-angelo-kreta/

CIMI - Cimi lança Relatório de Violência contra povos indígenas no Brasil com dados de 2022 e retrato das violações sob governo Bolsonaro 21/07/2023. Disponível em https://cimi.org.br/2023/07/lancamento-relatorio-2022/#:~:text=21%2F07%2F2023-,Cimi%20lan%C3%A7a%20Relat%C3%B3rio%20de%20Viol%C3%AAncia%20contra%20povos%20ind%C3%ADgenas%20no%20Brasil,das%20viola%C3%A7%C3%B5es%20sob%20governo%20Bolsonaro&text=O%20Conselho%20Indigenista%20Mission%C3%A1rio%20

COLLINS, P.H. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DE PAULA, Luís Roberto. Jogando com as identidades': um perfil multidimensional das candidaturas e dos mandatos indígenas conquistados nas eleições de 2018 e 2022 e uma tipologia de modalidades de legitimidade indígena na arena político-partidária nacional.2023.

ELLWANGER, Joel Henrique. Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health. Além da perda de diversidade e das mudanças climáticas: Impactos do desmatamento da Amazônia nas doenças infecciosas e na saúde pública. 17 de abril 2020 https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32321030/ . Acesso em 10 de maio de 2023.

FUNAI. GOV.BR. Dia Internacional da Biodiversidade: cerca de 80% da biodiversidade mundial encontra-se em Terras Indígenas. Publicado em 22/05/2023.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Dia Internacional da Biodiversidade: cerca de 80% da biodiversidade mundial encontra-se em Terras Indígenas. (on-line). https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dia-internacional-da-biodiversidade-cerca-de-80-da-biodiversidade-mundial-encontra-se-em-terras-indigenas

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Balanço: Funai retoma missão de proteger os povos indígenas e trabalha para fortalecer estruturas e ações. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/balanco-funai-retoma-missao-de-proteger-os-povos-indigenas-e-trabalha-para-fortalecer-estruturas-e-acoes ACESSO EM 10.03.2023

GASCHÉ, J. Niños, maestros, comuneros y escritos antropológicos como fuentes de contenidos indígenas escolares y la actividad como punto de partida de los procesos pedagógicos interculturales: un modelo sintáctico de cultura. IN: GASCHÉ, J.; BERTELY, M.; PODESTA, R. (Coord.). Educando en la diversidade: investigaciones y experiências educativas interculturales y bilingües. Quito: Abya-Yala, CIESAS, IIAP, 2008.

HARARI, Teresa. "Vai Ter Menire Mebêngôkre Na Política": Histórias E Reflexões Sobre A Campanha Político-Partidária De Maial Kaiapó Para A Câmara Dos Deputados No Estado Do Pará. In Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro. Mórula Editorial, 2023. E-book.

ISAGUIRRE-TORRES, MASO, 2023. As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. https://www.scielo.br/j/rdp/a/yDkqJkpnpdHnQHZcF395Zkk/# . https://doi.org/10.1590/ 2179-8966/2023/73122

KAIAPO, Maial. Pará, 2022. Instagram: @maialpaiakan. Disponível em https://www.instagram.com/maialpaiakan/

MALDONADO-TORRES, N..Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Joaze Bernardino- Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Coleção Cultura Negra e Identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p.27-52.

MAPBIOMAS. PERDA DE VEGETAÇÃO NATIVA NO BRASIL ACELEROU NA ÚLTIMA DÉCADA. (ONLINE) Disponível em: < https://brasil.mapbiomas.org/2023/08/31/perda-de-vegetacao-nativa-no-brasil-acelerou-na-ultima-decada/ >

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 32 N° 94, 2017. p. 1-18. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Candidaturas indígenas terão cota de recursos eleitorais e de tempo de rádio e TV, decide TSE https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/ 2024/02/candidaturas-indigenas-terao-cota-de-recursos-eleitorais-e-de-tempo-de-radio-e-tv-decide-tse .2023.

MORA, C., Met al. Over half of known human pathogenic diseases can be aggravated by climate change. Nat. Clim. Chang. 12, 869–875 (2022). Revista científica Nature Climate Change. Over half of known human pathogenic diseases can be aggravated by climate change. https://www.nature.com/articles/s41558-022-01426-1#Sec11 2022.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Brasil 2 45- Construindo uma potência ambiental. Volume 1—Propostas para a Política Ambiental Brasileira em 2023–2024. https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/05/2045—VF.pdf

OLIVEIRA, João Pacheco de. Índios, eleições e partidos. Aconteceu – Povos Indígenas no Brasil, 1982. São Paulo: CEDI, 1983, p. 96-97. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=-1AtDgAAQBAJtDgttQBt&BRpsourcegbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em:

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Urbanização e tribalismo. A integração dos índios Terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/000721943

OLIVEIRA,Bruno Pacheco de; LIMA, Antonio Carlos De Souza. Pleitos eleitorais e cidadania indígena no Brasil: o presente e o futuro. In: Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro de 2022 / organização Ricardo Verdum, Luis Roberto de Paula, Antonio Carlos de Souza Lima. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

ONU NEWS. Reportagens humanas. https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683741

PATAXÓ, Samara. Portal do Tribunal Superior Eleitoral. Samara Pataxó destaca necessidade de maior representação indígena nos espaços de poder. Disponível em https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Novembro/samara-pataxo-destaca-necessidade-de-maior-representacao-indigena-nos-espacos-de-poder. Acesso em 10.02.2023.

PLANALTO FEDERAL. CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824). Coleção de Leis do Império do Brasil - 1824 Página 7 Vol. 1. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm >. Acesso em 14 fev 2024.

PORTAL DA C MARA DOS DEPUTADOS. Joenia Wapichana denuncia violência política de gênero (on-line). 16/03/2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/ estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/joenia-wapichana-denuncia-violencia-politica-de-genero. Acesso: 10, fev., 2024.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RÁDIO SENADO. Saiba como foi a primeira Assembleia Constituinte brasileira Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/05/05/saiba-como-foi-a-primeira-assembleia-constituinte-brasileira#:~:text=Em%2003%20de%20maio%20de%201823%2C%20membros%20do%20Parlamento%20se,certa%20quantidade%20de%20mandioca%20plantada.> .. Acesso: 10, fev., 2024.

TERENA, Eloy. (2022), Povos indígenas e o judiciário no contexto pandêmico: a ADPF 709 proposta pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Rio de Janeiro, Mórula Editorial.

TUPINAMBÁ, Nice. Nice Tupinambá - site oficial. Disponível em https://www.nicetupinamba.com/nice-tupinamba . Acesso em 10 de maio de 2023.

TUPINAMBÁ, Nice. Pará, 2022. Instagram: @nicetupinambaoficial. Disponível em <https://www.instagram.com/nicetupinambaoficial/>

TUXÁ, Felipe Tuxá e Dinamam Tuxá. Vote parente, vote! A participação indígena no sistema eleitoral brasileiro (2020). Disponível em: https://midianinja.org/colunistaninja/vote-parente-vote-a-participacao-indigena-no-sistema-eleitoral-brasileiro/

VERDUM, Ricardo. É possível criar um partido indígena no Brasil? Nota Técnica, n. 94, INESC, 2004. Disponível em:
https://www.academia.edu/4682442/%C3%89_poss%C3%ADvel_criar_um_partido_ind%C3%ADgena_no_Brasil. Acesso em 10 de maio de 2023.

VERDUM, Ricardo; de paula, Luís Roberto (Orgs.). Antropologia da política indígena: experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020. Disponível em: http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2020/06/PoliticaIndigena.pdf. Acesso em 10 de maio de 2023.

VERDUM, Ricardo; DE PAULA, Roberto; LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro. Mórula Editorial, 2023. E-book.

WERÁ, K. A arte do Bem-Viver. Conversa com Daniel Munduruku. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wJS1YbT-Lhg>. Acesso em 10 de maio de 2023.

WERÁ, Kaká. A Terra dos mil Povos. 2a edição. Peirópolis. 2020. https://pt.scribd.com/document/449287560/A-TERRA-DOS-MIL-POVOS-pdf . Acesso em 10 de maio de 2023.

ZAGHETTO, S. História de Oiapoque: com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort. Brasília: Senado Federal, 2019.

GT 01 – Democracia e conjuntura política na América Latina e Caribe

AUTONOMIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE DOS PROMOTORES E PROCURADORES NA DÉCADA DE 1980

Hugo Sanches da Silva Picanço[1] (UFPA)

RESUMO: O ponto de partida para a institucionalização e profissionalização do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) inicia-se como um processo de descolamento do Poder Executivo, visando a uma autoadministração independente com recursos próprios. Esse processo tinha como missão ideológica a proteção social. A partir do acesso a determinados documentos da instituição no Pará (documentos históricos, incluindo jornais da AMPEP (Associação do Ministério Público do Estado do Pará) de 1981 a 1999 e atas de reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça de 1983 a 1995 foi possível compreender os principais passos para esta institucionalização. O marco histórico fundamental para este processo foi a criação do primeiro Colégio de Procuradores de Justiça em janeiro de 1983, e os esforços nacionais para a criação de leis orgânicas estaduais uniformes, refletindo a nova configuração do Ministério Público. Assim variáveis históricas e conjunturais influenciaram a autonomização do MPPA, como a redemocratização e a virada discursiva em favor do interesse público primário. Referidas variáveis foram crucias para entender o movimento de elite instituída na década de 1980, marcando os passos dados para autonomizar, profissionalizar e institucionalizar o MPPA.

Palavras-chave: história social da elite, institucionalização, autonomização, profissionalização e ministério público do Estado do Pará.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco principal entender como ocorreu o processo de institucionalização/profissionalização do Ministério Público do Estado do Pará, partindo o seu olhar especificamente nos seus protagonistas: Promotores Públicos/de Justiça e Procuradores de Estado, dentro do recorte temporal na década de 1980. O objetivo é apresentar este processo a partir de variáveis históricas e conjunturais da época e como esse movimento ecoou aqui no Pará. Dessa forma, operou-se a construção de um banco de dados através de jornais da época, textos de leis, anteprojetos, assim como, bibliografias da época, no qual foram extraídos elementos centrais desses agentes, no qual a partir de uma perspectiva Bourdesiana como o capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico e como esses capitais foram operacionalizados para a tomada de decisões que permitiram a profissionalização do Ministério Público do Estado do Pará, fenômeno este que ocorreu na década de 1980. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira falando deste processo de profissionalização, institucionalização e autonomização do campo de poder, demonstrando teoricamente como essa ideologia vai se sustentando. O segundo capítulo busca fazer um levantamento efetivo como foi ocorrendo essa autonomização no Ministério Público do Estado do

[1] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: qpacom@gmail.com

Pará que começa de modo tardio se comparado com outras instituições e terá como o marco inicial os chamados "Pacotes de Abril" em pleno governo Geisel na ditadura militar. Portanto, esta análise centra-se na institucionalização especificadamente do Ministério Público do Estado do Pará e a formação da carreira dos promotores públicos, na qual pode ser feita a evolução precisa deste ambiente de descolamento do Executivo a partir da fala dos agentes no subcampo jurídico do Ministério Público.

I – O Fenômeno da Institucionalização, Autonomização e Profissionalização do Campo de Poder no qual se insere o Ministério Público Brasileiro.

O êxito do Ministério Público na configuração estabelecida pela Constituição Federal de 1988 evidencia-se pelo seu processo de "distanciamento" em relação às esferas de poder político, um fenômeno que tem suas raízes na denominada institucionalização do poder estatal. Este processo apoia-se na autonomização e na profissionalização de seus membros, aspectos que necessitam de explicação. No âmbito do presente estudo, que se debruça sobre a construção da autonomia do Ministério Público do Estado do Pará, torna-se imperativo entender como tal processo se desdobrou no cenário nacional. Este entendimento passa pela análise de variáveis históricas e conjunturais que influenciaram diretamente o fortalecimento dessa entidade.

Codato (2008), em seu estudo, focado nas elites e instituições no Brasil, revela um aspecto interessante ao examinar as décadas de 1930 e 1937: a transição da figura do coronel, característica do meio rural, para o bacharel, figura urbana, dentro de uma estrutura oligárquica. Adorno (1988), por sua vez, investigou o papel desses bacharéis, especificamente os formados em Direito, ao analisar a construção sociológica da academia em São Paulo. Naquele período, as ideias liberais começaram a ser implementadas nas instituições de poder, prática mediada pela atuação dos bacharéis através do jornalismo.

Tanto Adorno (1988) quanto Codato (2008), em seus respectivos estudos, identificam a influência dos bacharéis na política brasileira. Adorno observa que, no século XIX, ainda não era evidente uma profissionalização da classe política por meio desses profissionais, uma transformação que Codato nota a partir dos anos 1930, com a substituição da figura do coronel da república velha pelo bacharel da nova república. Este contexto é relevante para o objeto deste artigo por dois motivos: primeiro é a necessidade de compreender os conceitos de autonomia, institucionalização e profissionalização; o segundo é entender o papel desses bacharéis que, posteriormente, ocupariam posições de destaque no Ministério Público Brasileiro, com foco no Ministério Público do Estado do Pará durante a década de 1980.

Codato (2008) identifica um processo de dissociação entre a classe dirigente e a classe dominante em seus estudos sobre os anos 1930, especialmente em 1937, durante a ditadura do Estado Novo. Segundo o autor, esse período marca o surgimento de um novo espaço político institucional, caracterizado pela figura do político profissional. Ao estudar a elite política de São Paulo a partir dos anos 30, Codato sugere que, após o regime de 1937, configurou-se um cenário específico.

> (...) seus critérios de seleção ideológica, métodos de recrutamento político e modos de operação burocrática funcionaram como uma engrenagem que teve duas consequências inesperadas ou não planejadas: descasou a classe economicamente dominante da classe politicamente dirigente e constituiu no seio desta última uma classe política naquele sentido defendido acima por Panebianco, resultado, entre outras coisas, do requinte da gestão pública (o que ele chamou de "profissionalização intelectual") (CODATO, 2008, p. 176–177).

Nessa diretriz, a partir da ditadura de 1937, está acontecendo um movimento que não é tão espontâneo, da institucionalização do poder político, cuja maior evidência, conforme apontado por Codato (2008), é a formação de um Estado Nacional, onde começam a se formar agremiações partidárias nacionais em detrimento das estaduais. Essa mudança passa a responder a lógica do campo burocrático. É exatamente neste ponto que vai surgir o ambiente de profissionalização intelectual e o mais impressionante é que essa profissionalização política intelectual começa a ocorrer a partir da própria negação da política dentro de um Estado autoritário. O ponto mais alto deste processo é a burocratização extrema das rotinas políticas (CODATO, 2008).

Dentro deste cenário, o campo de poder político, como afirma Bourdieu (1989), passa a contar com um novo aspecto após 1937, que é uma relativa autonomia desses espaços em institucionalização. Essa teoria dos campos não possui uma definição exata, muita das vezes eles estão sobrepostos, um englobando o outro e havendo áreas de interseções, onde há uma verdadeira disputa naquele espaço de poder. Porém, a existência de profissionais neste campo de poder, ou seja, a constituição de agentes especificamente políticos, supõe a existência de um universo político relativamente autônomo e isso vai ocorrendo dentro de várias variáveis, sejam contextuais, sejam históricas Codato, (2008).

Começa a surgir a figura de uma pessoa no espaço político que praticamente vai se especializando, centrado na pessoa do expert, o bacharel, o jurista, o profissional liberal. Isso não substitui o modelo anterior, mas se reconfigura, por intermédio do transformismo. Aquilo que Codato (2008) vai chamar de dissociação da classe dirigente e da classe dominante. O profissional político só vai surgir face a relativa autonomização do espaço político. Essa autonomização, aqui defendida, é no sentido de encenação, figuração. Ora existe uma esfera de interesses sociais e ora existe uma esfera dos interesses políticos e só é possível falar em autonomia do campo político quando se fala

em autonomização do próprio campo da representação política e naquela época isso vai ocorrer através de um Órgão chamado DASP, transformando-se.

Esse profissionalismo político que, conforme apresentado por Codato, inicia-se nesse momento nas precisas palavras de Panebianco:

> Nosso caso aqui – um processo de substituição dos parlamentares de origem aristocrática, burguesa ou operária (isto é, de origem classista) pelo político "de classe média", com alto nível de instrução (profissionalização intelectual), exigência e efeito, segundo ele, da "tecnização" das decisões políticas. (CODATO, 2008, p. 438–439 Apud Pabenianco).

Essa profissionalização que se inicia neste momento, vai se fortalecer no decorrer da história, ao ponto de criar outros espaços autônomos, como o do Ministério Público enquanto instituição nacional. Essa autonomização do MP Brasileiro, vai se iniciar nos chamados "Pacotes de Abril de 1977"[2]. O achado extremamente importante por parte de Codato (2008), é no sentido de que isso acontece num ambiente de negação da política e de pseudoneutralidade dos agentes que atuam neste campo de poder, como se esses técnicos fossem isentos de determinadas escolhas. Isso acontece tanto no Estado Novo de 1937, fortalece-se nos anos vindouros, principalmente na ditadura militar e na redemocratização, em um ambiente muito mais fortalecido, outros grupos profissionais assumem a diretriz na construção de um discurso de neutralidade, negação da política novamente e numa diretriz de proteção social, passam a assumir um papel de agentes provocadores da justiça, a fim de proteger a sociedade, que conforme a ideologia permeada por esses atores, não teriam condições de sozinha se organizar. Portanto, o ponto importante aqui é demonstrar como vai ocorrendo essa profissionalização que vai desembocar na construção de um ideário de um agente que de forma "neutra" seria o regulador da democracia: o Ministério Público Brasileiro enquanto instituição nacional.

Esse processo de institucionalização seria a consolidação no poder do Estado de uma determinada organização que foi paulatinamente conseguindo se separar do campo social, criando suas regras próprias, sua lógica própria, enfim, seu fortalecimento ao ponto de interferir em determinadas estruturas políticas. A institucionalização, propriamente dita, foi pensada por Bourdieu (2004, p. 100–101), que discorrendo sobre o assunto, asseverou o seguinte:

> (...) o processo de instituição, de estabelecimento, quer dizer, a objetivação e a incorporação como acumulação nas coisas e nos corpos de um conjunto de

[2] Ao baixar esses pacotes, foi incluído na Constituição o art. 96 com a seguinte redação: o Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual. **Parágrafo único. Lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, estabelecerá normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual, observado o disposto no § 1º do artigo anterior** (grifo do autor).

> conquistas históricas, que trazem a marca das suas condições de produção e que tendem a gerar as condições da sua própria reprodução (quanto mais não fosse pelo efeito de demonstração e de imposição das necessidades que um bem exerce unicamente pela sua existência), aniquila continuamente possíveis laterais. À medida que a história avança, estes possíveis tornam-se cada vez mais improváveis, mais difíceis de realizar, porque a sua passagem à existência suporia a destruição, a neutralização ou a reconversão de uma parte maior ou menor da herança histórica – que é também um capital -, e mesmo mais difíceis de pensar, porque os esquemas de pensamento e de percepção são, em cada momento, produto das opções anteriores transformadas em coisas.

Neste sentido, o mundo político, incluído aqui o Estado e seus aparelhos, possui uma gama de instituições políticas e organizações formais. Esse processo de institucionalização dos espaços políticos denota a entrega da política a um grupo de profissionais que passaram a defender os seus interesses econômicos, assim como os interesses de sua corporação (BOURDIEU, 1989). Essa institucionalização reforça a lógica neoliberal de representação em detrimento da participação, conservando uma ideia autoritária e centralizadora do poder político. Foi dentro deste panorama que, conforme Rezende (2020), o Ministério Público, enquanto instituição nacional, construiu o seu discurso de defensor do interesse público que atuou neste processo durante o regime militar de 1964. Incorporando nas estruturas operativas do Estado, esse discurso que vai se redirecionar no processo de redemocratização, principalmente pelo fato de não ocorrer ruptura com esse regime.

Este espaço institucionalizado fortalecido pós-constituição de 1988 ocupado no meio jurídico por um profissional chamado promotor de justiça se torna também autônomo, ou seja, a capacidade de determinado campo social em expressar por sua própria lógica, os seus valores, as suas visões de mundo da realidade social, escolhendo o melhor sentido e dinâmica. Neste passo, o campo burocrático que se formou pela instituição Ministério Público, deve ser entendido "como um microcosmo, como um pequeno mundo social relativamente autônomo dentro do grande mundo social" (BOURDIEU, 2000, p. 52). Assim, este campo institucionalizado, relativamente autônomo, trabalha com sua própria lei, ou seja, ele possui por si mesmo o princípio de seu próprio funcionamento. Essa autonomia, desta instituição do Estado, é relativa, apesar de em 1988 não ter ocorrido nenhuma ferramenta de accountability, uma espécie de controle externo por parte desse campo social (KERCHE, 2009).

Bourdieu (1989) vai demonstrar que a concentração do poder nas sociedades modernas vai estar diretamente ligada à gênese do Estado, o qual está organizado em um campo de poder, um poder simbólico como "estruturas estruturadas (passível de uma análise estrutural)" (BOURDIEU, 1989, p. 9). Porém, ao mesmo tempo, vão ocorrer mudanças que aqui no Pará se dará na década de 1980, posto as alterações no próprio campo. Registre-se que a nível nacional houve todo um cenário de construção deste discurso ao longo do tempo. Esse discurso se operou em um determinado momento

e em certas condições. Por conta disso, Bourdieu (1989) vai mencionar que as lutas são travadas pelos detentores de determinados capitais que se dão em torno do Estado de oficializar divisões de poder e hierarquias sociais ou economicamente produzidas. Ou seja, essa aptidão não natural, mas social que vai sendo construída a partir do tempo, lugar e sobretudo das distribuições do poder, o qual ele denomina *habitus*.

Neste prisma, se o Estado é um campo de poder e se o campo de poder é um espaço onde os detentores de certos capitais de diferentes tipos lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, o Ministério Público, enquanto instituição em disputa neste campo, amealhou capitais que preponderaram em detrimento de outras instituições, como a própria instituição política e esse processo ocorre através dos agentes que integram esse campo.

Este ambiente tecnicista que vai se operando dentro do campo de poder, a ser ocupado por um corpo especializado é feito dentro de um capital específico: o capital jurídico, que cria um verdadeiro aparelho jurídico neste sentido para o seu exercício. Bourdieu (1996) afirma que o processo de concentração do capital jurídico acompanha o processo de diferenciação, que resulta na constituição de um campo jurídico autônomo. Dentro deste contexto, portanto, o grupo dominante que permeava o Ministério Público Brasileiro veio a posicionar-se perante o cenário político para ocupar um papel técnico de proteção do cidadão, onde os políticos a época, aliado ao intenso lobby da categoria dos membros deram essa função ao Ministério Público, esvaziando de certa forma a profundidade do conteúdo democrático da própria autonomia do cidadão, ou seja, o papel que deveria ser exercido diretamente pelos grupos, pelos cidadãos, pelas associações e sindicatos foi repassado a um terceiro, consolidado naquilo que os juristas criaram artificialmente um nome para romper a naturalidade chamando de substituição processual. Assim a soberania popular vai cedendo a figura do expert, do profissional que se apresenta como neutro e detêm um conhecimento específico para lhe dar com uma situação específica de conflito social.

A consolidação dessa disputa no campo social, de onde o Ministério Público Brasileiro vai consolidar uma séria de atributos diferenciados, dos quais estarão presentes na Constituição de 1988, decorreu de um intenso lobby e atuação nesta Constituinte, do qual fatores históricos e conjunturais produziram um ambiente favorável para isso. Para se chegar em uma atuação em três grandes áreas, houve uma rigorosa e profissionalizada construção deste ideário de muita disputa. As três principais área em que esta burocracia vitalícia atua é a persecução penal, tendo o monopólio da ação penal, deflagrando um processo criminal através da denúncia; uma segunda área ligada mais a uma questão cível, sendo fiscal dos processos na área do incapaz, direito de família, no chamado direitos individuais indisponível e uma terceira e diferenciada área que é a tutela dos interesses difusos e

coletivos, construída na virada da redemocratização, como se fosse uma espécie de advogado da sociedade. Praticamente esta instituição migra de defensora do Estado, de um advogado do Estado para ser advogado da sociedade, atuando em áreas como o meio ambiente, defesa do consumidor, patrimônio histórico-cultural, fiscalização da probidade na administração pública, combate à corrupção e tantos outros interesses coletivos. Tais tarefas, grosso modo definidas no art. 127 da Constituição Federal que assim dispõe: o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A reivindicação dessas atuações decorrem de um intenso trabalho que foi desenvolvido pelos seus principais atores que passaram a defender e consolidar essa visão de mundo conforme narrado por Bourdieu, institucionalizada e autônoma. Esse movimento pode ser esclarecido na linha do tempo abaixo, com os principais acontecimentos.

Tabela 1 – Linha do Tempo: Acontecimentos no campo do Ministério Público Brasileiro

Linha do Tempo	
Ano	Acontecimento
1942	1º Encontro Nacional do MP
1967	Grupos de Estudos para Discutir o MP
1970	Fundação da CAEMP
1971	I Congresso do MPSP - Defesa da tese - ampliação do MP na atividade custos legis
1971	Surgimento da AMPEP - MPPA
1973	CPC de 1973 e MP como defensor do interesse público
1977	"Pacote de Abril" - Lei Nacional do MP
1980	MP - SP - Fleury e Dal Pozzo percorrem o Estado Brasileiro - divulgando o sentido do MP
1981	Lei nº 6.938/81 - Lei da PN. Meio Ambiente
1981	14/12 - Ficou conhecimento com dia nacional do Ministério Público
1981	LC nº 40 - Lei Nacional do MP - 10/11/1981
1981	Organização Legal dos MP's
1982	LC nº 01 - LOMPPA MPE-Pará
1983	Janeiro - Tomou posse o 1ª Colégio de Procuradores de Justiça
1983	18 de março ocorreu a posso do 1ª Conselho Superior do Ministério Público
1985	Lei nº 7.347/1985 - LACP
1985	Sarney convoca Assembleia Nacional Constituinte
1985	VI Congresso Nacional do MP em SP
1985	A Pesquisa da CONAMP - Anteprojeto - Síntese

1986	1ª Encontro Nacional de PGJ e Presidentes de Associação - Carta de Curitiba
1986	Comissão Afonso Arinos
1987	Instalação da Constituinte
1987	Audiência Pública
1988	Constituição Federal de 1988

Fonte. Elaborada pelo autor (2024).

II – As Variáveis Históricas e Conjunturais que Permitem a Autonomização do Ministério Público do Estado do Pará.

Nacionalmente o Ministério Público Brasileiro após o chamado Pacotes de Abril do Governo Geisel, vinha num processo de construção de sua identidade nacional que trouxe um comando normativo para criação da chamada norma geral dos Ministérios Públicos Estaduais. Essa variável histórica vai repercutir diretamente nos Ministérios Públicos Estaduais de todo o país, principalmente para que haja a corrida pela edição das leis orgânicas estaduais em cada Estado e a linha de comando traçada pela CAEMP[3] seria de que nos estados fosse mantida uma uniformidade, um paralelismo com relação a lei nacional.

Buscava-se então o estabelecimento e sanção da Lei Nacional do Ministério Público. Esse movimento ecoou em todo o país[4], chegando na região Norte, especificamente no Estado do Pará, e o meio de comunicação na instituição ministerial no Pará se dava através do jornal da AMPEP. O Jornal da AMPEP era instrumento de veiculação das notícias do grupo dirigente para os promotores públicos no Pará, como eram chamados a época, inclusive, assim este veículo se apresentava, como a fala da Ex-Procuradora de Justiça aposentada, senhora Edith Marília Maia Crespo ao se reportar sobre o assunto:

> (...) além do jornal da AMPEP, órgão de divulgação de nossa associação que já ultrapassou fronteiras, sendo admirado pelos Colegas de Outros Estados pela sua feitura, ressaltando os assuntos de interesse da classe não somente do Ministério Público, mas também da Magistratura, da Ordem dos Advogados e dos poderes constituídos (PEIXOTO;FILHO, 1981, p. 61).

O Ministério Público do Estado do Pará na década de 80 tinha como chefe o Procurador Geral do Estado que era pessoa da confiança do Governador. Registre-se que os promotores estavam diretamente subordinados ao Executivo e não havia paridade com os membros do Judiciário. Havia

[3] Era o órgão de classe a nível nacional, hoje chamado CONAMP.

[4] Havia uma mobilização por parte da CAEMP neste sentido. Arantes (2002, p. 45) traz a seguinte citação: "*segundo Vasconcelos, promotor de justiça (PB, 1985), essa lei resultou, em grande medida, do lobby feito pela confederação das Associações Estaduais do Ministério Público. Entendemos que cada degrau conquistado vale a pena. E dessa vez foram vários degraus percorridos*".

uma busca muito grande pelos membros de defesa do chamado interesse público e esse interesse público vai aparecer formalmente, com a edição do Código de Processo Civil de 1973, o Ministério Público obteve êxito em incluir neste diploma legal a defesa nas demais causas em que houvesse interesse público, conforme previsão no art. 81, III do CPC de 1973. Esse inciso terceiro introduzido no Código de Processo Civil foi o momento em que o MP Brasileiro, liderado por sua organização política nacional, a CAEMP, passa a criar um ambiente de mobilização de saída do Estado para o lado da sociedade. Esse é um grande marco. O que num primeiro momento era defesa do interesse público genérico, depois passa a ser interesse difuso e coletivo até chegar a determinadas políticas públicas. Ou seja, foi sendo inovado esse tipo de tutela ao ponto do próprio MP reivindicar na Constituição de 1988 o papel de grande defensor da sociedade.

Neste contexto, o Ministério Público do Estado do Pará encontrava-se muito atrasado se comparado com outros Ministérios Públicos no Brasil. Enquanto o MPPA, em 1980, agigantava-se em melhorar sua estrutura por dentro do Executivo, visando, por exemplo, ter pelo menos uma sede própria, o MPRS, por exemplo, já possuía funções junto ao Tribunal local com atribuição para fiscalização do dinheiro público, objeto de determinadas demandas judiciais. Isso já ocorria lá em 1966. Arantes (2002) interpretando esse dispositivo, art. 81, III do CPC, trouxe a ideia de que esse interesse público estaria vinculado às questões que envolvessem a fiscalização das entidades públicas de direito interno e suas autarquias, mas como não havia uma definição expressa do que seria esse interesse público, o Ministério Público Estadual Brasileiro passou a atuar num contexto muito maior do que a mera proteção e fiscalização de pessoas jurídicas de direito público. Esse crescimento vai posicionar o MP, diante da disputa dentro do campo político, por essa assunção de ocupação do defensor dos direitos difusos e coletivos.

A legislação que vigia no MPPA (Lei Estadual nº 3346/1965) vai modificar-se apenas na década de 1980, com a edição da Lei Complementar nº 01/1982. Mudanças significativas vão se operar com essa legislação, até mesmo porque dela já vem todos os ganhos adquiridos como decorrência do "Pacote de Abril" de 1977 e principalmente com aprovação contida na Lei Complementar nº 40/1981, o que estabelecia normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual. O primeiro concurso do MPPA veio a ocorrer em 1972.

No Pará, em dezembro de 1980, conforme acesso à informação concedida pelo MPE do Pará do livro caixa remuneratório da década de 1980, após garimpagem desses dados, havia a seguinte composição do Ministério Público:

Tabela 2 – Número de membros do Ministério Público em 1980

Composição do MPE Década de 1980	
Membros da PGE	3
Promotores Públicos	50
Adjunto de Promotor	85
Mulheres	22 / 16%
Homens	116 / 84%
Integrantes Total	138

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de pesquisa documental (2022).

O Ministério Público do Estado do Pará, no período da década de 70, com esses acontecimentos importantes (CPC de 1973 e "Pacotes de Abril de 1977") chega na década de 1980, segundo entrevista realizada com a Ex-Procuradora de Justiça Edith Marília Crespo, numa situação em que não havia estrutura orçamentária, os salários não eram atraentes, não havia equiparação com a magistratura, não havia carreira profissional consolidada, apesar do ambiente externo encontrar-se propício para a sua mudança. Afirmava Marília Crespo, em sua entrevista, que os operadores do direito não queriam fazer parte do Ministério Público porque era um órgão vinculado ao Executivo, e ela até mesmo afirmou em um dos momentos de sua entrevista: *"quem iria querer estar num órgão subalternizado, sem prestígio, sem bons salários e ainda ter que ir para o interior do Estado? Ninguém"* (Edith Marília Maia Crespo, informação verbal[5]). Inclusive, a esse respeito, conforme argumentos colhidos no livro de Sabella et al. (2013), sobre os vinte cinco anos do perfil constitucional do MP Brasileiro, nas memórias dessa disputa, a respeito do movimento que ocorreu na Constituinte de 1988, o MP do Pará era ainda um dos últimos Ministérios Públicos em que os membros poderiam advogar e havia o sentimento interno dos promotores públicos que aqui se encontravam em permanecer essa possibilidade. Conforme Crespo, em sua entrevista:

> (...) era uma dificuldade imensa conseguir gente para fazer o concurso, as lideranças a época tinham que correr atrás de pessoas para se inscrever no concurso. Não era atraente. Naquela época a advocacia era uma grande profissão, uma profissão importante. Dificilmente alguém trocaria advocacia pelo Ministério Público (Edith Marília Maia Crespo, informação verbal[6]).

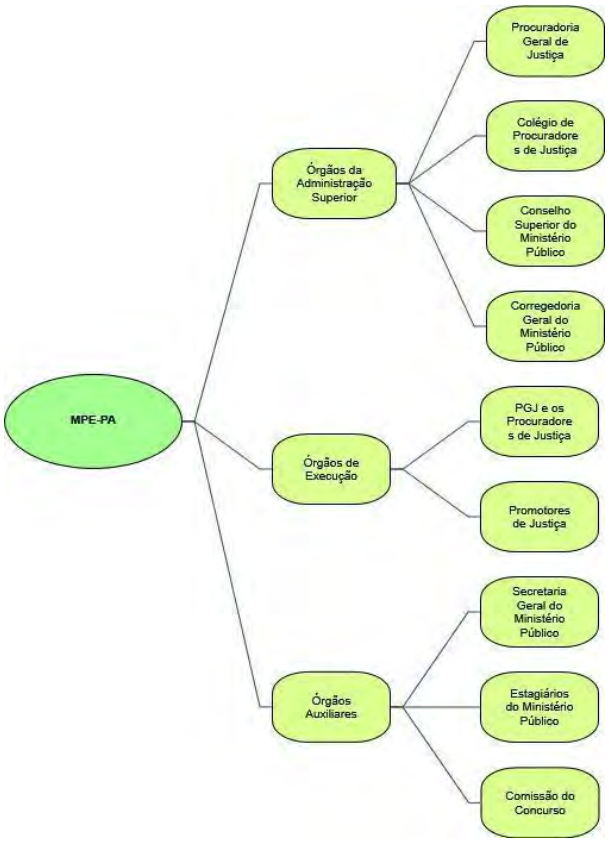
Esse dado aqui no Estado do Pará, nesse momento, vai relevar que os vínculos com o Executivo eram dentro de um contexto "normal do Estado Moderno". Normal no sentido de que o Executivo, eleito pelo voto, tinha ingerência burocrática no órgão ministerial, tanto é que o chefe na instituição no MPPA era uma pessoa escolhida pelo Governador eleito. Ocorre que aquelas variáveis históricas e conjunturais já eram percebidas pelo grupo dirigente aqui no Norte do país e que assim

[5] Entrevista de Edith Marília Crespo, Belém, setembro de 2021.
[6] *Id.*

também começavam a perseguir de forma organizada a profissionalização da carreira, que oficialmente vai ocorrer com a edição da Lei Complementar Estadual nº 01/1982, a chamada Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará. Portanto, essa lei de 1965 que organizava o MPE do Pará perdurou até 1982, com a criação da Lei Complementar nº 01/1982, que modificou substancialmente a estrutura da instituição, acabando com o cargo de adjunto de promotor de justiça e os que haviam adquirido a estabilidade por força da Constituição Federal de 1967 ficariam em disponibilidade. A previsão do art. 209 era fulcral neste sentido: "é vedado o exercício das funções do Ministério Público a pessoas a ele estranhas"[7].

Dessa forma, com a lei complementar nº 01/1982, a estrutura do MPE passa a contar com o seguinte organograma:

Gráfico 3 – Estrutura do MPE decorrente da Lei Complementar nº 01/1982



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da ALEPA (2022).

No Estado do Pará, quem reforçava essa ideologia de mudança da saída do MP do campo de poder político do Governador propriamente dito, era a AMPEP. No jornal de 1981, o redator-chefe divulgou a seguinte nota:

[7] Lei Complementar nº 1, de 10 de novembro de 1982. Organiza o Ministério Público do Estado do Pará. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/legislacao_estadual_LeiComplementar01-1982.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

> ASSEMBLEIA GERAL DA CONFEDERAÇÃO
> Do colega Joaquim Cabral Netto, presidente da Confederação nacional do Ministério público (CAEMP), o presidente da AMPEP recebeu o seguinte ofício, datado de 16 do corrente: "face ao adiamento da assembleia anteriormente marcada pela CAEMP, em razão dos motivos já conhecidos pelo colega, convoco para a assembleia geral extraordinária em Brasília, dias 22 e 23 do corrente, às 13:00, no hotel das Américas. Sua presença é imprescindível. Em pauta trataremos da lei complementar do Ministério público e da designação da eleição da diretoria e conselho consultivo da CAEMP". Atendendo a convocação do presidente da CAEMP, o colega Carlos Aílson Peixoto irá ao Distrito Federal não só como dirigente dá AMPEP, mas também como diretor de nosso jornal, com o encargo de escrever sobre os resultados da assembleia geral extraordinária, sobretudo no tocante ao encaminhamento da lei nacional do Ministério público ao Congresso (PEIXOTO; FILHO, 1981, p. 72).

Havia uma conexão entre a CAEMP, a AMPEP e o grupo dirigente no MPPA. A CAEMP extremamente interessada na aprovação da Lei Geral Nacional, que traria os ditames dessa efetiva profissionalização do MPPA, abastecia as associações estaduais no Brasil de informações de que era necessária uma visão uniforme desta profissionalização, principalmente quando se leva em consideração que o MP passava a deslocar-se do seu âmbito de defesa: saia da defesa dos interesses do Estado Executivo para a defesa dos interesses sociais. Isso gerava uma articulação e a AMPEP, em seu jornal de circulação local, informava os membros de toda essa voz que passava a efetivamente existir a nível político nacional de profissionalização da carreira.

Assim, os membros começam a entender o comando político nessa disputa do campo político do poder por um espaço institucionalizado, profissionalizado e autônomo que começa a se instalar. Notavam pelas informações divulgadas pela AMPEP, que com a publicação desta da lei nacional do MPPA, além dos instrumentos jurídicos mais aperfeiçoados (instrumentos jurídicos de proteção dos chamados direitos difusos e coletivos)[8], viriam como consequências os benefícios, o que nesse tipo de carreira de Estado são chamadas de prerrogativas[9]. Mas além disso, viria também como consequência a valorização da carreira, melhoria da remuneração, autonomia financeira, orçamentária, autonomia patrimonial e tudo numa escala gradativa até um processo de consolidação que vai ocorrer com a Constituição de 1988. Dentro desse contexto, Carlos Ailson Peixoto era a pessoa designada para essa função pelo Ministério Público do Estado do Pará.

Na prática, a edição da lei nacional permitiria que o MPPA passasse a ter uma via de organização própria, desvinculada da ingerência do Governador do Estado diretamente. Assim, a lei trazia um avanço profissional considerável, posto que passava a ter órgãos próprios com organização dos próprios membros. Os integrantes, apenas os Promotores e Procuradores de Justiça passavam a

[8] Cite-se a criação da Lei da Ação Civil Pública, que vai ocorrer em 1985.
[9] Aqui de certa forma se liga a ideia de nobreza. A nobreza da atividade cria a necessidade de uma remuneração diferenciada que possa justificar o exercício dessa atividade (Bourdieu, 2015).

ter direito a voto para escolher a lista tríplice que seria enviada ao Governador para a escolha discricionária de qualquer um que estivesse. O mandato era de dois anos, podendo ser prorrogado por uma única vez. Com a lei, seria criado o Colégio de Procuradores de Justiça, que era composto de todos os Procuradores de Justiça, tendo como Presidente o Procurador Geral de Justiça, sendo que uma das principais funções desse CPJ seria de decidir tanto as matérias administrativas internas, quanto o exercício de matérias ligadas a atividade finalística do MP, seja no que se refere a estrutura, organização, execução, recursos, criação de cargos, envio de projetos de leis para a ALEPA e tantas outras atividades interna corporis dos membros. Também seria criado o chamado Conselho Superior do Ministério Público, uma espécie de órgão interno mais político, cuja função maior seria de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público.

Permanecia a Corregedoria Geral do MPPA como órgão consultivo e corretivo das atividades dos Promotores de Justiça em sua atuação finalística. Surgia efetivamente com previsão na lei, a profissionalização da carreira, com ingresso mediante concurso público de provas e títulos a função de execução, a ser desenvolvida pelos Promotores e Procuradores de Justiça. Surgiam órgãos auxiliares dentro do MPPA, como a Secretaria Geral do MP, cuja função seria comandar as atividades administrativas subalternas, os estagiários e a comissão do concurso.

O processo de profissionalização do Ministério Público, com a edição da Lei Complementar nº 01/1982, trazia já na lei alguns benefícios decorrentes da nobreza da função, que passava a se operacionalizar na disputa do campo do poder político local. Um exemplo importante desta conquista, foi a previsão contida nos artigos 101 a 108 LC nº 01/1982, que assim dispunham no quesito vencimentos, ajuda de custo, diárias, despesas com transporte, gratificações, demais vantagens pecuniárias e férias. A profissionalização do campo do MPPA vai se descolando do executivo e isso vai repercutindo na carreira melhorais remuneratórias. Dessa forma, numa análise documental para encontrar fontes históricas que pudessem demonstrar o cenário do campo ministerial e como os integrantes desse campo em formação vão utilizando-se do jornal da AMPEP, veículo de informação da classe dos promotores e procuradores, inclusive com a opinião pública local, para justificar a necessidade de uma melhoria da remuneração. Assim, foi colhida nas microfilmagens desse Jornal que se encontrava no arquivo do MPPA e após garimpados e analisados, foi procedido com a codificação dessas informações, no período de 1981 a 1983, ocorrências as quais foram denominadas, “melhoria da remuneração”, “luta salarial” e “notícias vencimentos magistratura”. Na tabela abaixo, no período do Jornal da AMPEP de abril de 1981 a novembro de 1983, tiveram 28 ocorrências com as seguintes notícias:

Tabela 3 – Notícias publicadas no Jornal da AMPEP referente a remuneração dos membros

Codificação	Ano	Ocorrência
melhorar remuneração	abr/81	reajuste semestral é direitos de todos - CLT é paradigma do funcionalismo público
melhorar remuneração	abr/81	vencimentos de outros MP's, informando que o do Pará é com o salário mais baixo e sem a gratificação de representação.
melhorar remuneração	mai/81	Membro do MP de Santa Catarina estavam recebendo igual aos magistrados
melhorar remuneração	out/81	Sapato de Defunto - artigo de Ernesto Pinho falando da falta de isonomia
melhorar remuneração	out/81	40 juízes do DF ganham a correção de salários na justiça
melhorar remuneração	out/81	Reajuste de 73% dos vencimentos da magistratura - 23 juizes impetraram MS que reajustou vencimentos abaixo da inflação
melhorar remuneração	dez/81	Transcrição no Jornal da AMPEP trecho do Jornal Repóter 70 no qual é citada convocação dos juízes por problemas da correção dos seus vencimentos
luta salarial	jan/82	Salário do MP Gaúcho - precedente de que equiparou com a magistratura
luta salarial	jan/82	Súmula do STF apoia a Equiparação Salarial
luta salarial	fev/82	Governo do Pará reconhece direito de representação do MP - 30% incidindo sobre o vencimento
Notícias Vencimentos Magistratura	fev/82	Salário dos juízes e conceito de padrão de moralidade
Notícias Vencimentos Magistratura	fev/82	Ganhar menos que subalternos de autarquias é um absurdo, diz nota dos magistrados
melhorar remuneração	mar/82	Arthur Cláudio Mello é homenageado por ter conseguido o benefício da representação e o reajuste salarial a partir de janeiro
Notícias Vencimentos Magistratura	mar/82	Ganhou, mas não levou. Mesmo com vitória judicial, o Governo Federal não implementou o reajuste salarial, contrariando a garantia constitucional da irredutibilidade
luta salarial	abr/82	Governo de SP não cumpre promessa de aumento salarial
melhorar remuneração	abr/82	MP Paulista Protesta por causa de salários - quer aumento de 80% + verba de representação
luta salarial	jun/82	Seguir o modelo do MP de SP - abdicar o direito de advogar e paridade com a Magistratura
Notícias Vencimentos Magistratura	jun/82	MP Paulista desde 1947 abdicou o direito de advogar
Notícias Vencimentos Magistratura	jun/82	Reajustes trimestrais para magistrados do RS
Notícias Vencimentos Magistratura	jun/82	Reajustes Trimestrais para os magistrados - Garantindo pela primeira vez a irredutibilidade pelo Poder Judiciário de São Paulo.
melhorar remuneração	jul/82	PGR - alteração dos estudos da lei do MPF para equiparar a remuneração a dos magistrados
melhorar remuneração	fev/83	Reajuste salarial se estende aos órgãos públicos - garantido por sentença
melhorar remuneração	mar/83	Autonomia orçamentária no Poder Judiciário de Santa Catarina
Notícias Vencimentos Magistratura	mar/83	ALESC fortalece autonomia orçamentária do TJSC
Notícias Vencimentos Magistratura	mar/83	Magistratura Paulista faz estudo mostrando que está ocorrendo descréscimo de seus recursos
Notícias Vencimentos Magistratura	mar/83	A magistratura de Porto Alegre saiu prejudicada com a falta de reajustes
Notícias Vencimentos Magistratura	mar/83	Estudo do Estado de São Paulo demonstram o corte de 25% de sua remuneração
Notícias Vencimentos Magistratura	nov/83	Em virtude da luta nacional dos magistrados, no Pará inicia uma campanha por melhoria nos vencimentos.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados coletados do Jornal da AMPEP (2022).

A partir da tabela acima, verifica-se que o grupo dirigente, que se encontrava no campo do Ministério Público do Estado do Pará em formação, vai assumir o protagonismo de implementação

política dessas melhorias remuneratórias para os seus membros. Melhorias, porque o grupo vai começar a perceber que era inaceitável um órgão profissionalizado, que passava a cuidar da defesa do interesse público primário, pudesse ganhar menos que subalternos de autarquias. Notem que o grupo já não vai se considerar um órgão vinculado ao Poder Executivo, o grupo já vai começando a perceber a profissionalização da carreira, o ingresso de forma diferenciado, a estrutura interna em órgãos superiores e auxiliares, o exercício da atividade fim, como, por exemplo, cuidar do meio ambiente como substituto processual da sociedade em um interesse difuso , portanto, não seria compatível, dentro dessa disputa no campo do poder, que um órgão que estivesse desvinculado do Executivo, Legislativo ou Judiciário, pudesse receber menos que uma autarquia, por exemplo. Outro ponto que já era notado dentro desse campo em formação, em processo de desvencilhamento do Executivo, do Governador propriamente dito, era a necessidade de autonomia orçamentária. Isso criaria a possibilidade de internamente o próprio órgão, autônomo, com recursos próprios, por intermédio do seu Colégio de Procuradores de Justiça, implementar direitos remuneratórios *interna corporis*. Essa conquista da unidade orçamentária própria, efetivamente ainda não acontecia, mas o grupo dirigente já via a importância da efetivação dessa criação da unidade orçamentária autônoma do MPPA. Posteriormente o MPPA consolida o chamado orçamento próprio, tendo uma auto-administração e autonomia patrimonial.

Por outro lado, mesmo em um momento de muita crise, decorrente principalmente pela inflação galopante do período da década de 1980, havia a narrativa de que o MPPA, sendo autônomo, postulava um discurso de correção monetária remuneratória decorrente da perdas que vinham da inflação, paridade com a magistratura, aumento salarial para manter a nobreza da função, enfim, o campo vai exigindo uma diferenciação nessa disputa dentro do campo do poder, no qual o MPPA vai pelo exercício da função dentro do Estado, vai encontrar o seu agasalho, ou seja, a sua estabilidade profissional dentro de um orçamento público.

Um outro ponto visível nesse quadro é que a AMPEP já conseguia executar o comando institucional deflagrado pela CAEMP. Havia uma conexão com outras associações brasileiras do Ministério Público, o qual era permitido por esse papel que estava sendo desenvolvido pela associação nacional, que pregava que as normas dos Ministérios Públicos Estaduais fossem uniformes em todas as unidades da federação. Assim, o MPPA começava a se comparar com outras unidades da federação. E assim, por muito mais razão, o campo profissional do MPPA ia se fortalecendo, porque o grupo que se encontrava no poder, assim como os integrantes, passava a percorrer esse ambiente nacional de irredutibilidade de salário, autonomia orçamentária, paridade, abdicação do direito de advogar, percepção de verbas de representação, correção monetária dos

vencimentos, ou seja, a variável conjuntural dessas reformas passa a ser visível na aplicação do campo do MPPA.

A disputa dentro desse campo do poder político operante na década de 1980, principalmente após a edição da lei complementar nº 01/1982, não foi automática com a publicação da lei. Apenas o primeiro passo havia sido dado, que era da sanção da lei, mas sua implementação efetiva iria decorrer da disputa de outros capitais dentro deste cenário competitivo do poder. Neste sentido, a mobilização da classe dos membros era marcada passo a passo. Na edição do Jornal da AMPEP de junho de 1981, em uma edição histórica, o Presidente da AMPEP, Carlos Ailson Peixoto, apresentou a seguinte declaração:

> PTE. FIGUEIREDO ASSINOU MENSAGEM AO CONGRESSO.
> Naturalmente que depois de uma espera de 3 anos me foi sumamente grato receber essa notícia, pois ela reflete a preocupação e o interesse do Palácio do Planalto em aperfeiçoar e fortificar a instituição perante os demais órgãos da justiça brasileira. A notícia me foi transmitida pelo ilustre procurador geral do estado, doutor Arthur Cláudio Melo, e confirmada pelo presidente da Confederação do Ministério Público do Brasil (CAEMP). A felicidade com recebimento da notícia é muito grande porque foram 3 anos de luta que a CAEMP devotou através de seus presidentes Ferdinando Vasconcelos Peixoto e Joaquim Cabral Neto, com apoio de todas as associações congêneres do Brasil, inclusive a do Pará, que sempre acompanhou a tramitação da lei no Ministério da Justiça em Brasília. E, com a graça de Deus, é meu sincero desejo que a lei orgânica do Ministério público seja sancionada pelo presidente da República ainda no decurso de nossa gestão à frente dos destinos de nossa pujante associação dos membros do Ministério público do Pará (PEIXOTO; FILHO, 1981, p. 38).

Em Brasília, o clima era de muito lobby e acompanhamento por parte dos juristas que se uniam aos políticos dissidentes ao regime militar, que pregava uma abertura lenta, gradual e pacífica. O MP, na época da ditadura militar, se mostrou um braço institucional do regime autoritário instaurado em 1964. O golpe de 1964 necessitava de uma certa legalidade e o MP durante o regime, participou da instalação dessa legalidade e isso ocorria pela Procuradoria Geral da República (ARANTES, 2002). Então, o preço dessa legislação, por parte do Ministério Público Brasileiro, foi numa articulação dentro desse contexto. Arantes (2002, p. 44) conclui sobre este assunto o seguinte:

> O que se pode concluir até aqui é que, mesmo por vias tortas, houve uma convergência entre o regime autoritário e o desejo há muito alimentado pelo Ministério Público de se transformar em fiscal da administração e guardião do interesse público. O fato de ter havido um reforço dessas funções durante os anos de autoritarismo talvez explique os grandes avanços que a instituição iria conquistar nos anos de 1980, na medida em que ela pôde se antecipar à transição democrática, ocupando desde antes a posição de fiscal da lei e do interesse público e se habilitando para reivindicar essa mesma posição também no regime democrático. De fato, exceto as atribuições francamente relacionadas ao arbítrio, as demais acumuladas pelo Ministério Público durante o regime militar serão confirmadas e mesmo ampliadas pela Constituição de 1988.

Portanto, importante registrar que a festejada comemoração da AMPEP pela sanção do Presidente Figueiredo, referente aprovação da Lei Complementar nº 40/1981 (Lei Geral do Ministério Público Brasileiro), tinha um preço alto, que era robustecer a legalidade de um regime que foi extremamente arbitrário.

Registre-se que havia uma Comissão para elaboração do anteprojeto de Lei Complementar supracitado, composto por membros do Ministério Público Nacional. Além da divulgação deste trabalho pela Comissão, o que era feito de forma maciça entre os representantes estaduais, foram os encontros nacionais de Procuradores-Gerais de Justiça e Presidentes de Associações do Ministério Público, o que possibilitou amplo engajamento desta matéria por parte da classe dos membros, principalmente a nível interno, da própria categoria aqui no Pará. A união de esforços, neste momento, de toda a categoria do Ministério Público no âmbito nacional era para o estabelecimento de regras gerais e que sendo aprovada, reverberaria diretamente nos Estados, posto que na Emenda Constitucional nº 77 ("Pacote de Abril"), em seu artigo 96, caput, era expresso de que o Ministério Público Estadual seria organizado por Lei Estadual.

A lei nacional era um passo imenso para a profissionalização da carreira. Era o credenciamento de uma vitória na disputa desse campo político do poder, do qual o MP iniciava o grande passo para assumir uma função até então inédita: proteger o interesse público social como se fossem os vulneráveis, sem sê-lo na prática. Criava-se uma ficção jurídica que alavancaria substancialmente o posicionamento do Ministério Público dentro do Estado, criava-se a figura da substituição processual para permitir ao Ministério Público defender os interesses difusos e coletivos, ou seja, funcionar como uma espécie de advogado da sociedade e consolidar-se perante a disputa com outras atores do Estado.

CONCLUSÃO:

A presente pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: como na década de 1980 ocorreu o processo de autonomização do Ministério Público do Estado do Pará? Ou seja, como os agentes fizeram valer suas visões, seus valores, seus compromissos, as reproduzindo dentro de sua realidade social, projetando esta lógica para fora do seu próprio campo de atuação profissional. Para responder esta pergunta, buscou-se olhar o comportamento tanto dos agentes dentro do campo profissional, ou seja, os promotores e procuradores de justiça do Ministério Público do Estado do Pará, quanto para a instituição. Neste aspecto, nos valemos dos conceitos de Pierre Bourdieu, quando falou da teoria dos campos, habitus, doxa e os capitais operantes dentro desse campo. O grupo dirigente na década de 1980 que encarnava o habitus neste campo em formação, permeado de

capitais, que dentro deste contexto era mais valorizado do que outros campos em disputa. Ou seja, quem decidia internamente no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e porquê decidia.

O declínio da ditadura militar e a consequente redemocratização, o Ministério Público, enquanto instituição brasileira, ia operando fortíssimo lobby junto ao Congresso Nacional para ocupar este espaço deixado pelos militares, numa espécie de democracia tutela, na chamada proteção dos direitos difusos e coletivos da sociedade. O MP do Pará, colhia todos os capitais dessa conjuntura. O MP enquanto instituição que se consolidava paulatinamente, passava a disputar de forma intensa o campo de poder no Estado, no qual diante da acumulação do capital jurídico, capital este de manutenção do *status quo*, acaba por não permitir rupturas com o modelo ditatorial anterior, mas sim o seu continuísmo. É dentro deste cenário conjuntural, que Edith Marília Crespo, encarnou o habitus dentro do campo, diante da valorização dos capitais existentes no campo do Ministério Público do Estado do Pará, que em disputa com outros agentes e instituição saem de uma instituição praticamente subordinada ao Executivo, para um quarto poder, colocando-se ao lado dos políticos dissidentes da ditadura militar e a favor da redemocratização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Os Aprendizes do poder**. São Paulo, 1988.

AMPEP. **Jornal da AMPEP: "nosso esforço e seus frutos em quatro mandatos"**. Belém: Jornal da AMPEP, 1990.

ARANTES, R. B. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 83–102, 1999.

ARANTES, R. B. **Ministério Público e Política no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo, 2002.

ARANTES, R. B. Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política. **Revista Observatório - Justitia2**, p. 325–335. São Paulo, 2007.

ARANTES, R. B.; MOREIRA, T. M. Q. Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. **Revista do CESOP Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 97–135. São Paulo, 2019.

AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

BARAUNA, A. D. C. **O MINISTÉRIO PÚBLICO E A ATUAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

BARBALHO, Jader Fontenele. **Tempo do trabalho: artigos publicados em jornais do Diário do Pará e memórias dos jornais**. Belém: 2ª Edição, 2011.

BOURDIEU, P. **O PODER SIMBÓLICO**. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da razão**. 1ª Edição. São Paulo, 1996.

BOURDIEU, P. Conference: le champ politique. In : _____. **Propos sur le champ politique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. 1ª edição. São Paulo, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no College de France (1989-92)**. 1ª edição. São Paulo, 2015.

CODATO, A. **A Formação do Campo Político Profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo**, p. 89–105. São Paulo, 2008.

CODATO, A. N. **Elites e Instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. **Marxismo como ciência social**. 2011.

KERCHE, F. **Virtude e Limites: Autonomia e Atribuições do Ministério Público no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo, 2009.

KERCHE, F. Independência, Poder Judiciário E Ministério Público. **Revista Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 567–580. Salvador, 2018.

MATOS, B. B. **MINISTÉRIO PÚBLICO E OS SEUS DISCURSOS DE VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**, 2019. Universidade de Brasília. Disponível em: <https://barnard.edu/sites/default/files/inline/student_user_guide_for_spss.pdf%0Ahttp://www.ibm.com/support%0Ahttp://www.spss.com/sites/dm-book/legacy/ProgDataMgmt_SPSS17.pdf%0Ahttps://www.neps-data.de/Portals/0/Working Papers/WP_XLV.pdf%0Ahttp://www2.psy>. Acesso em: 27 ago. 2021.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. **Como estudar elites. Metodologia para identificação de elites: três exemplos clássicos**. Paraná, 2015.

PERISSINOTTO, R. M.; MEDEIROS, P. L.; WOWK, R. T. Valores, socialização e comportamento: sugestões para uma sociologia da elite judiciária. **Revista de Sociologia e Política,** v. 16, n. 30, p. 151–165. Curitiba, 2008.

REZENDE, A. DE A. E. **Como se constrói o defensor do interesse público: estudo sobre o Ministério Público brasileiro de 1964 a 2019**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

SABELLA, W. P.; POZZO, A. A. F. D.; FILHO, J. E. B. **Ministério Público - Vinte e cinco anos do novo perfil constitucional - Constituinte e CF/1988 (Memórias e História) A Criação de uma identidade (Doutrina)**. 1ª Edição. São Paulo, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismos e Democracia**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, 1961.

GT 01 – Democracia e Conjuntura Política na América Latina e Caribe

(Re)Formulação da Política Externa Brasileira e Ministério Público Federal: de 2013 a 2021

Danilo Elias Fialho Josaphat[1] (UnB)

RESUMO: O objetivo da pesquisa é verificar se há atuação do Ministério Público Federal (MPF) e sua chefia, a Procuradoria Geral da República (PGR), em temas de Política Externa (PE) entre 2013 e 2021. Investiga-se a possibilidade de a instituição ter influído no posicionamento brasileiro frente a tratados internacionais, decisões sobre o serviço consular e diplomático brasileiro, política migratória e demais áreas das relações exteriores de condução do Poder Executivo Federal. Ainda como objetivos específicos, busca-se entender se a possível influência sobre a PE foi intencional e se o órgão pode ser identificado como um possível meio de vazão dos interesses da sociedade civil junto ao desenvolvimento ou correção da postura internacional brasileira. Inscrito no paradigma de Politização da PE, a pesquisa averigua se o MPF se qualifica como um dos novos atores no processo de decisão e implementação da PE.

Palavras-chave: Ministério Público Federal, Política Externa Brasileira, Politização, Judicialização, Internacionalização.

INTRODUÇÃO

A formulação de política externa (PE) tem sido cada vez mais objeto de escrutínio no Brasil, resultando em um processo que autores chamam por politização da PE (LIMA, 2013; MILANI; PINHEIRO, 2013). Novos atores, além dos tradicionais Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Presidência da República, estariam se envolvendo nas decisões relativas à conduta brasileira em plano internacional. Essa tendência, relacionada à estrutura poliárquica estabelecida na Constituição Federal de 1988 (CF-88) e a crescente internacionalização de temáticas domésticas, levou à reorientação do paradigma teórico da análise da Política Externa Brasileira (PEB), que passa a recusar à dissociação entre política doméstica e externa (LIMA, 2013; MILANI; PINHEIRO, 2013).

Nesse processo de politização, a sociedade civil organizada, agências e autarquias do Estado sem engajamento tradicional com o âmbito ou temáticas internacionais passam a tentar influir nos posicionamentos brasileiros perante a comunidade internacional e disputam responsabilidades e entendimentos para a internalização e efetivação dos compromissos firmados (COUTO, 2004). Existe, portanto, uma crescente complexidade no processo de decisão e implementação da PEB, que agora, por estar sujeita à disputa política, passa a ser compreendida enquanto mais uma política pública do Estado brasileiro (MILANI; PINHEIRO, 2013).

[1] Departamento de Estudos Latino-americanos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas, UnB, Brasil. Email: danilojosaphat@gmail.com.

Ao assumir este posicionamento programático, diversos caminhos podem ser percorridos pelas pesquisas que se subscrevem nessa agenda de investigação. Dentre esses caminhos, faz-se necessário mapear os diversos atores políticos que tem se aproximado dos processos de decisão e entender como estes tem influenciado, participado, cooperado ou mesmo resistido às possibilidades de ação no plano internacional (JATOBÁ; FLORES, 2015). No âmbito dos atores políticos estatais, produções têm focado na intensificação do engajamento dos Poderes Legislativo e Judiciário Federais, e até mesmo dos entes subnacionais, na formulação e execução da PEB. Não obstante, a possível participação de um relevante órgão da arquitetura institucional de 1988 – controversamente categorizado como 4º Poder da República (RATTON SANCHEZ et al., 2006) - tem sido ignorada, a do Ministério Público.

Incumbido da "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", segundo a CF-88, este órgão independente funcionalmente e autônomo administrativamente dos demais poderes da República é promotor de legislações, de interesses coletivos e da aplicação das leis (ARANTES, 1999; CARVALHO). Reconhecido por ser uma instituição ativa, o Ministério Público não raro pronuncia-se publicamente tendo como destinatário/interlocutor/indiciado/acusado o próprio Estado. Kerche (2007) afirma que o órgão "é singular porque combina elementos – autonomia, instrumentos de ação, discricionariedade e amplo leque de atribuições – que não são comuns em instituições com poucos mecanismos de *accountability*" (p. 260).

Por mais que a instituição Ministério Público já existisse anteriormente à CF-88, a redação da última constituinte inovou no desenho da estrutura organizacional desta estabelecendo a existência do Ministério Público dos estados, com suas 26 chefias, e o Ministério Público da União (MPU), sob a chefia da Procuradoria Geral da República (PGR). Estão abrangidos no MPU o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Trabalho, além do objeto de investigação da presente pesquisa, o Ministério Público Federal (MPF).

Este é o ramo que dispõe de competências perante os atos do Executivo Federal (SOUZA, 2019), poder constituído que conduz as relações internacionais do país e que tradicionalmente manteve o monopólio da formulação da PEB através do MRE. Faz-se relevante ressaltar que a já citada chefia do órgão, a PGR, abriga em sua construção institucional a Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) – responsável dentro do órgão por lidar com uma gama de assuntos relacionados ao plano internacional. Essa é a composição de cenário e variáveis que despertou o interesse de se elaborar o plano de trabalho que produziu o presente relatório de pesquisa: a ainda inédita averiguação da participação do MPF no processo de politização da PEB.

MÉTODO

A pesquisa empreendida consistiu em um estudo averiguador da hipótese de transversalidade das ações do MPF com a formulação e execução da PEB no período entre janeiro de 2013 e setembro de 2021, limite estabelecido no plano de trabalho para análise das evidências. O motivo pelo qual se faz a escolha pelo marco inicial do período é o fato da SCI ter sido alçada ao seu atual nível de secretaria e consolidada dentro da PGR no ano de 2013. Ao mesmo tempo, o período escolhido diz respeito a três diferentes chefias do Executivo Federal e linhas de execução da PEB e quatro diferentes chefias da PGR, permitindo ousar avaliar a hipótese de que a imisção do órgão em temas de PE seria uma prática institucionalizada, não restrita às gestões ou aos seus membros.

Cabe ressaltar que a expressão "(re)formulação" reflete a possibilidade de o MPF agir no processo decisório das linhas de PEB e/ou em ação corretiva das políticas públicas de projeção brasileira no plano externo. Tal objetivo exigiu a realização não somente de uma revisão bibliográfica sobre politização, judicialização e Ministério Público, como também um aprofundamento nas legislações que regem a instituição.

Como fontes materiais primárias relevantes para investigação, coletaram-se atos do MPF como inquéritos civis, ações civis públicas, ações de inconstitucionalidade, recomendações, ofícios, notificações e requisições. Esses instrumentos outorgam ao órgão a capacidade de fiscalizar a constitucionalidade, legalidade e moralidade das decisões de tomadas pelo poder Executivo Federal, como a PEB.

O plano de pesquisa também considerava a realização de entrevistas semiestruturadas que ambicionavam avaliar a intencionalidade do MPF de influir na PEB junto a membros da SCI e membros do MRE comumente interpelados pelo MPF. As referidas entrevistas acabaram não sendo realizadas em função da ausência da manifestação de disponibilidade por parte dos contactados, situação possivelmente relacionada com a pandemia de COVID-19 ocorrida durante a execução do plano de trabalho. Frente à perda dessas fontes secundárias, lançou-se mão de revisão bibliográfica e consulta às notícias do órgão que repercutiam suas ações ou opiniões de seus membros sobre assuntos conexos à PEB.

A metodologia também compreendia a averiguação das implicações observáveis dos instrumentos publicados pelo MPU na PEB, realizada pela avaliação da eficiência e efetividade das medidas propugnadas. Ou seja, conferir se o que foi pedido/recomendado/notificado/requerido foi (1) cumprido ou (2) levado em consideração pelo Executivo Federal na formulação/execução da PEB. Para fins da pesquisa, identificou-se metodologicamente a PE como política pública de projeção no plano internacional expressa por meio do posicionamento frente a tratados internacionais, decisões

sobre o serviço consular e diplomático brasileiro, política migratória e demais áreas das relações exteriores de condução do poder Executivo Federal.

A viabilidade da execução da pesquisa se deu pela estabilidade das ferramentas e fontes de pesquisa principais. Através da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) é garantido que se tenha acesso do que o MPF decide e publica. A publicização dos atos emitidos pelo órgão se dá principalmente em dois bancos de dados online[2]: (i) o sistema de consulta processual *Aptus*, disponível dentro do Portal da Transparência do MPU e que dispõe de procedimentos instaurados pela instituição; e (ii) o Repositório Institucional do MPF, que dispõe de atos administrativos do MPF.

As seções da SCI e do PGR dentro do sítio eletrônico do MPF dispõem de seções de "Notícias"[3], diretamente gerenciadas pela Secretaria de Comunicação do órgão. Através dessas seções, as ações tomadas pelo MPF e os comentários institucionais sobre tais atos são expressos em formato de nota jornalística, contendo por vezes hiperlink que direciona à integra do ato ao qual se refere a notícia.

Diante das restrições decorrentes da pandemia da COVID-19 e da abundância de bancos de dados em rede, a coleta de dados ocorreu de inteiramente em meio digital. A seleção das fontes materiais primárias foi realizada em parte pela pesquisa de palavras-chave afins à PEB[4] junto ao *Aptus* e o Repositório Institucional. Outra parte das fontes materiais foi coletada a partir da análise cuidadosa da totalidade das Notícias do SCI e da PGR publicadas entre janeiro de 2013 e setembro de 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E SUAS ATRIBUIÇÕES EXPANDIDAS

Como comentado anteriormente, o MPF é o ramo do MPU responsável por atuar no âmbito federal na defesa dos interesses sociais, direitos difusos e coletivos, e os direitos individuais indisponíveis, como estabelecido pela Lei Complementar 75/93, o Estatuto do MPU. A instituição é composta pelos procuradores da República, uma carreira estável, submetida a uma hierarquia unicamente administrativa e com liberdade profissional para agir por convicção individual, quando respaldada na lei. Através dos seus instrumentos como a ação direta de inconstitucionalidade, mandado de segurança, inquérito civil e ação civil pública, o MPF seria capaz de transformar quase todos os assuntos em questão judicial (KERCHE, 2007). Segundo Arantes (1999):

> Incumbe [...] ao Ministério Público, precipuamente por força de sua função institucional, trazer ao Poder Judiciário as grandes questões, já que os outros Poderes

[2] Disponível em: http://apps.mpf.mp.br/aptusmpf/portal; http://apps.mpf.mp.br/aptusmpf/portal

[3] Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/noticias; http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr

[4] Entre os termos consultados estavam: Internacional, Política Externa, Relações Exteriores, Diplomático/Diplomata, Embaixada, Consular, Migração, Tratado Internacional, Acordo Internacional, Itamaraty, MRE, Relações Bilaterais.

> do Estado, por sua própria natureza, não poderiam dirimi-las, além do que, em muitas oportunidades, atuam contra os direitos fundamentais dos cidadãos. (p. 96)

Não obstante, o MPF também pode lançar mão de instrumentos extrajudiciais como recomendações - visando à melhoria dos serviços ou relevância pública-, notificações ou ainda requisições (de informações, de documentos, de diligências investigatórias). Seja como for, todos os instrumentos de ação do órgão podem incidir sobre o controle de atos da administração pública federal, tendo por base a legislação existente.

Ciente de que a CF-88 estabelece Princípios Fundamentais que devem reger o Estado brasileiro - inclusive especificando em seu 4º Artigo os princípios que regem as relações internacionais do Brasil -, Princípios da Administração Pública (em seu 37º Artigo), para além dos Direitos e Garantias Fundamentais vigentes no atual Estado de direito brasileiro, o MPF, como fiscal do cumprimento da carta política brasileira, tem respaldo constitucional para, em tese, agir sobre as decisões de PE.

É importante ressaltar, que já foram feitos alguns estudos que tratam do relacionamento do MPF com temas internacionais, como Souza (2020) e Oliveira (2016), mas tomando a perspectiva das redes de cooperação jurídica internacional. Essas produções tratam das ações de natureza cível e penal do órgão como ações de extradição, repatriação de menores, regime de pensões internacional, bloqueio internacional de bens, redes transnacionais de crime organizado e cooperação técnica. Em ambos os estudos citados, teve-se como constatação uma crescente internacionalização do órgão.

Esse processo de internacionalização do MPF teria suas origens a partir da década de 1990 com as recorrentes demandas de atuação em temas internacionais, sendo respondidas em lento e longo caminho de afirmação até a composição da SCI em 2013, enquanto núcleo especializado (SOUZA, 2020). Depreende-se, a partir das entrevistas empreendidas por Souza (2020) junto às ex-chefias da Secretaria, que, com a constituição da SCI, houve uma qualificação e dedicação exclusiva de servidores às temáticas internacionais nos anos seguintes à 2013. A formação profissional destes membros capacitou a instituição a ultrapassar seu campo de atuação sobre as políticas públicas domésticas, dando possibilidade aos membros de incursionarem na fiscalização da PEB, rogando-se de suas prerrogativas legais e baseados na natureza constitucional do tema.

Diferentemente dos estudos citados sobre cooperação internacional no âmbito do MPF, o foco da presente pesquisa foi verificar se há imisção do MPF e sua chefia, a PGR, em temas de PE, a partir de 2013. Essa postura hipotetizada e investigada consistiria em mais um indício do citado processo de politização da PEB.

INSTRUMENTOS RECOLHIDOS E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA

Identificou-se 22 atos e 71 notícias publicados pelo MPF que se relacionam com a PEB ao longo dos mais de oito anos de análise, em uma trajetória ascendente em número de publicações feitas a cada ano. A partir da análise qualitativa dos atos, pode-se propor quatro tipologias de ações empreendidas pelo MPF no campo da PEB. Estas tipologias baseiam-se no que Milani e Pinheiro (2013) abordam como "modelos de interação política (influência, participação, cooperação, resistência, conflito)" (p. 12).

As quatro tipologias propostas denotam não somente um tipo de comportamento da instituição MPF, mas também uma gradação de coerção do MPF no exercício da PEB. Apesar de cada um dos atos possuírem uma natureza jurídica própria, para efeitos de classificação nas tipologias, interpreta-se qual o impacto imediato que possuem para a PEB. Os instrumentos publicados pelo MPF que possuem intersecção com a PE serão apresentados e sucintamente discutidos a seguir dentro das subseções correspondentes à sua tipologia.

a. RECOMENDAÇÕES FEITAS

Por recomendações feitas, entende-se atos do MPF em que se tenta convencer o Executivo Federal a adotar determinada postura de PE baseada na argumentação do que seria mais complementar ao interesse social[5]. Essa tipologia considera instrumentos publicados pelo MPF como Recomendações, Notas Técnicas e Ofício. O conteúdo desses documentos usa de uma linguagem informativa e dá sugestões às partes detentoras do poder de decisão.

Quadro 1 – Atos classificados sob a tipologia Recomendações Feitas

Nome	Seção do MPF	Assunto	Relação com a PEB
Nota Técnica nº 04/2016/SCI/PGR	Secretaria de Cooperação Internacional	Sugestões para emendas ao Projeto de Lei nº 5.276/2016 que versava sobre tratamento de dados pessoais.	Faz considerações de que o Projeto de Lei deve conceder permissão para a transferência internacional de dados pessoais com base no princípio da reciprocidade diplomática.
Nota Técnica 4ª CCR nº 4/2017	4ª Câmara de Coordenação e Revisão/PGR	Informação genética digital na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)/ Protocolo de Nagoya.	Recomenda que o Brasil adote a posição de apoio à inclusão da informação genética digital no escopo do Protocolo de Nagoya.
Recomendação nº 79/2018	Procuradoria da República no Amapá	Descoberta de recife de corais na foz do rio Amazonas e possível exploração de petróleo em área contígua	Recomenda ao MRE que sejam consultados os países potencialmente atingidos pelos efeitos da atividade petrolífera.

[5] "o que consulta à maioria da sociedade civil: o interesse que reflete o que esta sociedade entende por 'bem comum'; o anseio de proteção à res publica; a tutela daqueles valores e bens mais elevados, os quais essa sociedade espontaneamente escolheu como sendo mais relevantes" MANCUSO, 2000 apud NUNES, Maria Emília M. Interesse público e interesse social. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**. Nova Lima, 2010, p. 25.

Ofício nº 169/2019-SDHDC/PGR	Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da PGR	Candidatura do Estado brasileiro ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.	Expressa ao MRE seu apoio à candidatura brasileira.
Recomendação nº 09/2019/PFDC/MPF	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	Portaria MJ nº 666/2019, que dispõe sobre "o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal".	Pede adoção de medidas necessárias para a imediata suspensão dos efeitos da Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019 e sua consequente revogação.
Ofício nº 736/2020-SUBCAP/SEJUD/PGR	Procuradoria Geral da República	Convenção do Cibercrime (Convenção de Budapeste)	Manifesta o interesse do MPF quanto à rápida tramitação da ratificação legislativa da Convenção.
Recomendação PGR/GIAC-COVID-19 nº 2	Gabinete Integrado de Acompanhamento à COVID-19 da PGR	Ordem de retirada imediata do pessoal do corpo diplomático venezuelano expulso em 5 de março de 2020.	Sugere ao Ministro de Estado das Relações Exteriores que avalie a possibilidade de suspender o cumprimento da ordem.

Fonte: Elaboração própria com base na coleta de dados

b. COBRANÇAS DIRETAS

Por cobranças diretas, entendem-se atos do MPF em que se adverte as autoridades do Executivo Federal a adotarem determinada postura de PE, em detrimento à postura até então em prática, para evitar incorrer eventualmente em crime. Essa tipologia considera instrumentos publicados pelo MPF como Inquéritos Civis, Nota Técnica, Despacho, e Nota Pública. O conteúdo desses documentos usa de linguagem inquisitiva na medida em que requer expressamente a adoção de decisão de PE ou a explicação pela atual condução da PEB.

Quadro 2 – Atos classificados sob a tipologia Cobranças Diretas

Nome	Seção do MPF	Assunto	Relação com a PEB
Inquérito Civil - 1.31.000.001406/2009-24	Procuradoria da República em Rondônia	Disputa por território em áreas de fronteira entre seringueiros brasileiros e civis bolivianos.	Examina o cumprimento das providencias exigidas em ofício ao MRE datado de 2012.
Despacho nº 4.872	Procuradoria da República no Distrito Federal	Irregularidades que teriam ocorrido no CONARE, à época em que lá exercia suas funções.	Solicita-se informações acerca de possível morosidade proposital na tramitação dos pedidos de refúgio de bolivianos e de indevidas trocas de informações entre o MRE e a Embaixada da Bolívia.
Nota Técnica nº 7/PFDC/2017	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	Consulta Pública do Ministério dos Direitos Humanos sobre a Revisão Periódica Universal (RPU) brasileira feita na 27ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.	Entende que as recomendações expedidas na RPU tendentes à implementação e consolidação de direitos humanos no Brasil devem ser reconhecidas, acolhidas e abordadas.
Inquérito Civil nº 1.32.000.000671/2017-68	Procuradoria da República em Roraima	Acompanhar as ações do MRE no cumprimento do acordo de transferência de material com a Universidade da Pensilvânia, objetivando a devolução de amostra de sangue yanomami.	Cobra explicações ao MRE sobre a negociação e cumprimento do Acordo de Transferência de Material (ATM) entre o Estado Brasileiro e a Universidade da Pensilvânia, nos EUA.
Inquérito Civil - 1.29.017.000028/2018-21	Procuradoria Regional da República da 4ª Região	Regularização do processamento e emissão de vistos de reunião familiar e humanitários a nacionais haitianos	Oficiou-se ao MRE informar da regularização de vistos de reunião familiar e humanitário à nacionais haitianos.
Nota Pública PFDC–GT13–002/2021	Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos	Importância da ratificação do Acordo de Escazú pelo Brasil	Cobra aos poderes Executivo e Legislativo federais a urgência na adoção e implementação do Acordo de Escazú.

Fonte: Elaboração própria com base na coleta de dados

c. JUDICIALIZAÇÃO DE QUESTÕES

Por judicialização de questões, entende-se atos do MPF em que o órgão denuncia formalmente a União ou seus agentes, ou ainda se movimenta com a intenção expressa de confrontar judicialmente o Executivo Federal sobre a condução da PEB. Essa tipologia considera instrumentos como Portarias e Ações Civis Públicas. O conteúdo desses documentos contém uma linguagem acusatória na medida em que busca convencer um tribunal a condenar ou acolhe a ação impetrada com intenção expressa de a judicializar.

Quadro 3 – Atos classificados sob a tipologia Judicialização de questões

Nome	Seção do MFP	Assunto	Relação com a PEB
Portaria nº 287/2018/PRDF	Procuradoria da República no Distrito Federal	Demora na prestação de alimentos para 90 detentos brasileiros da penitenciária de Palmasola, na Bolívia, por negligência do Consulado-Geral do Brasil em Santa Cruz de la Sierra.	Decide apurar e tomar providências em relação a suposta demora, autua-se o MRE, o Cônsul-Geral e da Cônsul-Geral Adjunta do Brasil em Santa Cruz de la Sierra.
Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência	Procuradoria da República no Distrito Federal	Nomeação de pessoa de fora dos quadros diplomáticos para o cargo de Embaixador nos Estados Unidos da América	Pleiteia junto ao Superior Tribunal de Justiça a autuação da União, a suspenção do trâmite de nomeação, a obrigação da observação de critérios nas próximas indicações aos cargos de Embaixador.
Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência	Procuradoria da República no Rio de Janeiro	Peticiona Ação Civil tendo como referência o Inquérito Civil nº 1.30.001.001659/2017-35 sobre registro de nascidos no exterior filhos de casais homoafetivos por técnicas de reprodução assistida.	Pleiteia que a União passe imediatamente, através dos consulados brasileiros, a permitir o registro, ainda que na certidão local conste apenas o nome de um dos pais/mães.
Portaria nº 14/2021/PRDF	Procuradoria da República no Distrito Federal	Envio de agentes da Agência Brasileira de Inteligência à Conferência do Clima das Nações Unidas (COP- 25), para monitoramento de organizações não governamentais, comitiva brasileira e estrangeiras.	Converte Notícia Fato em Inquérito Civil, abrindo investigação contra o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno.
Portaria ASSEP/PGR Nº 2/2021	Procuradoria Geral da República	Ação de repatriação de espécime fóssil originário sob guarda do Instituto de Paleobiologia da Academia de Ciências da Polônia.	Determina a transferência do Inquérito ao PGR, considerando a necessidade de se oficiar ao MRE e à Embaixada da Polônia, bem como possibilidade de autuação junto ao STF6.

Fonte: Elaboração própria com base na coleta de dados

d. ATUAÇÃO INDEPENDENTE

Por atuação independente, entende-se atos do MPF, ou assinados por este, em que o órgão critica ou atenta-se à determinado aspecto da PEB, ou ainda propõe-se agir no plano internacional como instituição representante do Brasil. Essa tipologia considera documentos como Nota Técnica, Portaria e Nota de Repúdio, conformando um quadro plural de instrumentos que, grosso modo, não estão correlacionados às tipologias anteriores.

[6] Supremo Tribunal Federal

Quadro 4 – Atos classificados sob a tipologia Atuação independente

Nome	Seção do MPF	Assunto	Relação com a PEB
Nota Técnica nº 08/2018/PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	Acreditação da PFDC como Instituição Nacional de Direitos Humanos junto à Aliança Global das Instituições Nacionais de Direitos Humanos.	Pede que o MRE ou qualquer outro órgão não intervenha no processo.
Portaria nº 38/2020/PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	Proteção de cidadãos brasileiros na Venezuela e possível reabertura da Embaixada ou consulados do Brasil na Venezuela.	Instaura Procedimento Administrativo para acompanhar a situação dos brasileiros em território venezuelano no período da pandemia do Covid-19.
Nota de Repúdio (31 de maio de 2017)	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	Atitude do governo brasileiro em relação ao Comunicado da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) de 26/05/2017.	Clama para que o MRE se retrate imediatamente pela forma desrespeitosa e descompromissada em que se dirigiu à CIDH e ao ACNUDH, reiterando apoio aos órgãos.

Fonte: Elaboração própria com base na coleta de dados

CONCLUSÃO

No período analisado, o MPF constituiu-se como ator não-tradicional na arena de disputas políticas pela construção e execução da PEB. O órgão tem feito isso rogando-se de seu mandato legal sob a base de um progressivo processo de internacionalização, atestado na consolidação da SCI e nas possibilidades de formação profissional aos seus membros. O MPF tem buscado influir, com comportamento consideravelmente institucionalizado, haja vista a regularidade dos atos ao longo do período considerado, na adoção de tratados internacionais, decisões sobre o serviço consular e diplomático brasileiro, política migratória, repatriação de bens e outras temáticas de PEB.

Houve, no entanto, poucas evidências de que o órgão possa reduzir o déficit democrático da PEB enquanto canal de vazão confiável para interesses da sociedade civil na medida em que a maioria dos atos colhidos considera ações de discricionariedade do órgão. Não obstante, houve uma relevante minoria de ações promovidas por indivíduos e organizações da sociedade civil dentro do universo amostral colhido. Ademais, aferiu-se que a PGR e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, concentraram grande parte dos atos do MPF que atestam a participação do MFP no processo de politização da PEB.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, R. B. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 83–102, fev. 1999.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 4. **Nota Técnica 4ª CCR Nº 4/2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Amapá. **Recomendação nº 79/2018 - MPF/PR/AP/GABPR4**. Macapá, 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional, Gabinete do Procurador Geral da República. **Nota Técnica nº 04/2016/SCI/PG**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. **Ofício nº 736/2020-SUBCAP/SEJUD/PGR**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. **Ofício nº 169/2019-SDHDC/PGR - PGR-00463794/2019**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19, Procuradoria Geral da República. **Recomendação PGR/GIAC-COVID-19 Nº 2 , de 1º de maio de 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Recomendação Nº 09/2019/PFDC/MPF**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Rio de Janeiro. **Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência, Ref: Inquérito Civil nº 1.30.001.001659/2017-35**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Distrito Federal. **Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência sobre a possível indicação de Deputado Federal à Embaixada do Brasil nos EUA**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. **Portaria ASSEP/PGR nº 2, de 17 de setembro de 2021**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Distrito Federal. **Portaria nº 287, de 2 de agosto de 2018**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Distrito Federal. **Portaria nº 14, de 21 de janeiro de 2021**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Núcleo de Apoio Operacional da PRR/4ª região. **Voto nº 9117/2020, Ref: Inquérito Civil - PR/RS nº 1.29.017.000028/2018-21**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Distrito Federal. **Despacho nº 4.872, de 11 de abril de 2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Nota Pública PFDC–GT13–002/2021**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Nota Técnica º 7 /PFDC/2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. **Inquérito Civil Nº 1.32.000.000671/2017-68 - PGR-00355108/2019**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Nota Técnica nº 08/2018/PFDC/MPF - PGR-00591862/2018**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Portaria nº 38, de 18 de maio de 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional da República, 1ª Região. **Voto nº: 1248/2014, Ref: ICP 1.31.000.001406/2009-24 PR/RO**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. **Procedimento MPF 1.00.000.007898/2013-14**. Brasília, 2014.

COUTO, E. F. Judicialização da política externa e direitos humanos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 140–161, jun. 2004.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS (IDDH). **Nota de Repúdio contra resposta do Brasil à CIDH e ACNUDH**. Disponível em: https://iddh.org.br/nota-de-repudio-contra-resposta-do-brasil-a-cidh-e-acnudh/.

JATOBÁ, D.; FLORES, F. P. **Análise de Política Externa, Politização e Democracia: Um Panorama Crítico**. In: 5o ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Belo Horizonte: 29 jul. 2015.

KERCHE, F. Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. **Dados**, v. 50, n. 2, p. 259–279, 2007.

LIMA, M. R. S. DE. Relações internacionais e políticas públicas: a contribuição da análise de política externa. In: **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Eduardo Marques, Carlos Aurélio Pimenta de Faria, 2013. p. 127–155.

MILANI, C.; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11–41, jun. 2013.

NUNES, M. E. M. Interesse público e interesse social. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**. Nova Lima, 2010, p. 25.

OLIVEIRA, F. C. G. C. **Faces da cooperação jurídica internacional no Ministério Público Federal**. 2016. 20 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RATTON SANCHEZ, M. et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, p. 125–143, nov. 2006.

SOUZA, G. A. **Cooperação e Direito no Mundo Globalizado: O Ministério Público Federal nas Relações Internacionais**. 2019. 104 f., il. Dissertação (Mestrado Relações Internacionais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

GT 01 – Democracia e conjuntura política na América Latina

REFLEXÕES SOBRE PODER, LEGITIMIDADE E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA

Anderson Romério Rosas França[1] (UFPA)

RESUMO

Este artigo busca, por meio de diretrizes teóricas, analisar e discutir aspectos pertinentes à gestão participativa e os mecanismos de controle social que possibilitam uma forma de gestão democrática na administração pública do Estado. Para tanto, a partir das contribuições de TAVARES (2004), analisamos o exercício de poder existente a partir da noção de controle externo da administração pública para a correção de gestores, principalmente, de modo que as ações sejam legitimadas e evitem vícios. Propomos, ainda, uma análise do poder a partir da concepção formulada por Max Weber para, em seguida, contextualizar o momento atual de Estado democrático. De acordo com o referencial teórico que serviu de subsídio para esta pesquisa, percebemos que os esforços para garantir que o controle externo seja cumprido tem a ver, também, com o modelo gerencial de gestão, que orienta as atividades da administração pública a fim de satisfazer aos cidadãos que utilizam os serviços públicos e almeja o aperfeiçoamento da participação social no corpo estatal.

Palavras-chave: Democracia. Participação e controle social. Cidadania. Gestão pública.

INTRODUÇÃO

Os mecanismos de controle da Administração Pública Federal (APF) têm sido aperfeiçoados constantemente a fim de ampliar e qualificar os espaços típicos dos sistemas democráticos. Este controle significa um constante exame das atividades dos gestores públicos para identificar a finalidade pública é atendida satisfatoriamente, uma vez que existem atos impuros que podem comprometer a execução das políticas públicas, sobretudo a má intenção de agir orientado pelo interesse privado.

É por meio do controle, também, que se torna possível observar se os gestores cumprem à legislação e aos princípios aplicáveis ao setor público (legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade, transparência, etc.). Marinela (2010 p. 210), define o controle da administração como "o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos para a fiscalização e revisão de toda atividade administrativa".

A Constituição Federal de 1988, seguida dos demais instrumentos legais, trata do tema como a responsabilização dos órgãos da estrutura do Estado, permitindo que a sociedade participe ativamente do controle. A sujeição de qualquer atuação administrativa do Poder Público ao mais

[1] Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Gestão Pública pelo Programa de Pós-graduação em Gestão Pública (PPGP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. Email: anderson.franca@ilc.ufpa.br

amplo controle é uma consequência dos Estados Democráticos de Direito, em que prevalece a observância dos princípios constitucionais expressos no art. 37 da Constituição Federal.

Embora o controle seja atribuição do Estado, o indivíduo também participa desse processo, "à medida que pode e deve provocar o procedimento de controle, não apenas na defesa de seus interesses individuais, mas também na proteção de interesse coletivo". Maria Sylvia Zanella di Pietro (2008, p. 690) afirma que "a Constituição outorga ao particular determinados instrumentos de ação a serem utilizados com essa finalidade. É esse, provavelmente, o mais eficaz meio de controle da Administração Pública: o controle popular". Para exemplificar destacamos o §3°, do art. 37.

Na mesma linha de pensamento, Carvalho Filho (2014, p. 929) denomina como controle da Administração Pública "o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas do Poder".

ESTADO, DOMINAÇÃO E PODER

Desde a "polis" grega e a "civitas" romana, percebemos que o Estado passa por transformações. Na Idade Média, quando teve início o Estado Moderno, este ente recebeu diferentes denominações, tais como *rich, imperium land, terrae* e outras. A Itália consta como o primeiro país a utilizar o termo *Stato*; em seguida a Inglaterra, a França e a Alemanha, utilizaram o termo Estado para definir a ordem pública constituída. Contudo, foi com Maquiavel, o criador do direito público moderno, quem definitivamente introduziu a expressão Estado na literatura científica. (MALUF, 1995, p. 19).

Surge assim a imperiosa necessidade de que o agrupamento social institua mecanismos que controlem este Estado primitivo de autotutela e livre arbítrio.

Neste contexto aparece à figura do Estado, definida por Bobbio:

> "O Estado, entendido como ordenamento político de uma comunidade, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externas (a defesa). [...] O nascimento do Estado representa o ponto de passagem da idade primitiva, gradativamente diferenciada em selvagem e bárbara, à idade civil, onde 'civil' está ao mesmo tempo para 'cidadão' e 'civilizado'" (BOBBIO, 1987, p. 73).

Deste modo, a formação do Estado está intimamente relacionada às questões que derivam do exercício do poder, uma vez que, nas sociedades atuais, esta é a entidade que centraliza o poder. Nesta complexa trama acerca dos modos de governo, a legitimidade emerge como um tema essencial para entender como se dá a relação entre governantes e governados, pois, é possível que, dentro de

um sistema democrática, os detentores de cargos públicos atuem contrários ao interesse público, sem sequer envolver a sociedade nos processos decisórios.

Ao propor contribuição para a Revista Brasileira de Direito Constitucional, o professor André Ramos Tavares faz uma instigante análise a respeito de aspectos essenciais para o exercício do poder. O autor apresenta, de antemão, que a democracia participativa não é senão resultado de uma paulatina evolução do sistema democrático.

Dentre as mais diversas concepções, o termo "poder", que dá origem a este artigo, é mais comumente definido como a "capacidade de um influenciar e submeter outrem a determinada vontade ou induzi-los a realizar ou não realizar uma ação" (Lyra, 2006, p.29), existe também a noção de poder como a "produção dos efeitos desejados" (Russel, 1938), ou ainda a ideia de poder como a "probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social' (Caetano, 1996, p.83). Esta relação pode ser constatada no nível simbólico, por meio dos discursos e enunciados, e, também, por meio da repressão física. É neste campo que Estado e sociedade colocam-se, constantemente, em tensão a fim de atingir o interesse público, a racionalidade.

Para Bobbio (1987), na área da filosofia política, podemos distinguir três teorias fundamentais do poder, a *substancialista*, em que o poder é concebido como uma coisa que se possui e se usa como um outro bem qualquer; a *subjetivista*, que se define pela capacidade de um sujeito alcançar certo efeitos; e, por fim, a teoria *relacional*, que, de acordo com o autor, possui grande aceitação na teoria política contemporânea e é caracterizada por qualquer relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria. Em última análise, o autor afirma que o poder, desta forma, "está estreitamente ligado ao conceito de liberdade" (Bobbio, 1987, p.78).

É justamente por esta estreita relação entre poder e liberdade que Tavares (2004, p.353) diz que é necessário que existam análises teóricas a fim de evitar as "consequências socialmente negativas advindas de seu uso inadequado". Por isso, em uma sociedade estatal, o poder político demanda pela participação dos diferentes atores que compõe esta relação, sendo que o controle social adquire função de tomar ou terminar uma decisão, assim como a "capacidade dos detentores do poder de obrigarem os destinatários a cumprir esta decisão, que jamais poderá ser tomada em benefício pessoal de quem representa o todo" (Tavares, 2004, p.354). Ainda de acordo com o autor, o poder, "quando não estiver controlado, tende a corromper-se, podendo transformar até mesmo governos legitimamente indicados em tirânicos e despóticos" (p.354).

Neste ponto, a legitimidade pode ser compreendida como um tema como um problema político e uma questão jurídica que demanda que sejam conhecidas as bases do princípio da legitimidade.

No âmbito da legalidade, o autor clássico Max Weber fez observações a respeito dos tipos de legitimidade, sobretudo a crença na legitimidade da legalidade, que é considerada uma das principais contribuições de Weber à racionalização da teoria política moderna. É também importante salientar que o sociólogo alemão menciona a existência de uma ordem legítima como aquela que se manifesta na representação dos atores sociais como "modelar e obrigatória", servindo como elemento de coesão e dominação.

Desta forma, Weber classifica a existência de três tipos puros de poder, sendo que cada tipo está ligado a uma estrutura sociológica radicalmente diversa do corpo administrativo e dos meios da administração. O autor classifica os três tipos de poder como *poder legal*, baseado em normas, onde "não se obedece à pessoa, em virtude do seu direito próprio, mas da regra estatutária que determina a quem e enquanto se lhe deve obedecer" (p.2). De forma oposta, o *poder tradicional*, segundo Weber, existe "em virtude da fé na santidade dos ordenamentos e dos poderes senhoriais desde sempre presentes, tal como a dominação patriarcal" (p.4). Neste tipo, o conteúdo das ordens é "vinculado pela tradição, cuja violação inconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio poder, que assenta apenas na sua santidade" (p.4). Já o *poder carismático* existe "mediante a dedicação afetiva à pessoa do senhor e aos seus dons gratuitos, sobretudo o carisma. (...) Obedece-se, com toda a exclusão, de modo puramente pessoal ao chefe por mor das suas qualidades pessoais, fora do habitual, não por causa da posição estatutária ou da dignidade tradicional" (p.9).

A SOBERANIA DO POVO E CONTROLE SOCIAL

Desde o fim da década de 1980, o Brasil vivencia o período democrático. Pela primeira vez, o tema da participação social foi introduzido e, aos poucos, aperfeiçoa-se enquanto sistema, conforme dito anteriormente. Tavares (2004), por isso, menciona que o Estado somente poderá ser legítimo se considerar o que declara a Constituição Brasileira em seu artigo 1º, que "todo poder emana do povo".

Ora, nesta acepção, firmamos que o povo é detentor soberano do poder, devendo o Estado ser a entidade que gerencia as vontades, o interesse coletivo. Porém, o autor salienta que mera declaração formal não é o suficiente para garantir que as decisões sejam tomadas considerando aquele que deveria nortear a ação dos representantes eleitos pelo voto, o povo. É com base neste pressuposto que o autor afirma que, por isso, a democracia participativa é o estágio em que os soberanos atuam no

processo decisório, garantindo legitimidade às ações estatais, que é o pilar de sustentação do poder do Estado e da democracia.

Contudo, Bobbio (1987) afirma que o problema da justificação do poder surge da pergunta: "admitindo que o poder político é o poder que dispõe do uso exclusivo da força num determinado grupo social, basta a força para fazê-lo aceito por aqueles sobre os quais se exerce, para induzir seus destinatários a obedecê-los?". Para esta indagação, o pensador nega que o poder possa ser exercido somente pela força repressiva, pois este não poderá durar. Uma segunda justificativa é que somente a força pode ser efetiva, mas não será legítimo.

Ainda em Tavares (2004), vemos que o controle social é uma maneira de evitar a autocracia, ou seja, a concentração no exercício do poder, sendo que este servirá como uma delimitação do poder. O autor nos conta que

> "A limitação do exercício do poder (quantos aos seus detentores eventuais) por meio do meio do povo é consectário do constitucionalismo e atende, nessa perspectiva, ao princípio da dignidade da pessoa humana, consagrando de maneira definitiva a cidadania. É que a dignidade impõe a possibilidade de o ser humano autodeterminar-se, ter consciência dos seus próprios rumos, influenciar naquela gestão e comportamento que direcionará inevitavelmente a evolução de sua vida. Neste particular, articula-se com a cidadania, que exige considerar o indivíduo como um importante componente do Estado, a razão de ser deste" (TAVARES, 2004, p.354)

Assim, o controle social cumpre, ainda, uma dimensão de formação da consciência cidadã, evidenciando a ação dos sujeitos como corresponsáveis na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas que serão direcionadas a eles.

Diante deste cenário, é possível afirmar que a experiência democrática que busca aperfeiçoar a si mesma, delineando os limites para o poder estatal, principalmente ao acrescentar o controle social aos demais controles realizados, internamente, pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Assim, o controle social faz parte da modernização da administração pública, que, no Brasil, passa, ainda, por mudanças na forma de lidar com a lógica de funcionamento do Estado, do modelo burocrático ao modelo gerencial, implementado a partir da reforma administrativa do Estado.

Consideramos que, ainda longe de ser completamente satisfeito, o modelo gerencial, que prima pela participação popular, tem servido para movimentar a administração em busca da legitimidade fundada no poder soberano do povo, mesmo que ainda não consigamos vislumbrar um horizonte em que, de fato, as políticas públicas sejam definidas e deliberadas a partir da efetiva participação social. Este, portanto, pode ser visto como um grande desafio a ser enfrentado para permitir um sistema democrático tal como dispõe o principal instrumento jurídico, a constituição.

Por isso, neste percurso em busca da legitimidade do Estado no âmbito da democracia participativa, o professor Luís Carlos Bresser Pereira (1997) faz importantes considerações acerca da reforma da administração pública, que representa a vontade dos indivíduos de participar da formulação e implementação de políticas públicas, transformando, assim, a forma de governar.

> "Dentre as reformas cujo objetivo é aumentar governança ou capacidade de governar — a capacidade efetiva de que o governo dispõe para transformar suas políticas em realidade — as que primeiro foram iniciadas, ainda nos anos 80, foram aquelas que devolvem saúde e autonomia financeira para o Estado: particularmente o ajuste fiscal e a privatização. Mas igualmente importante é a reforma administrativa que torne o serviço público coerente com o capitalismo contemporâneo, que permita aos governos corrigir as falhas do mercado sem incorrer em falhas maiores. Este tipo de reforma vem recebendo crescente atenção nos anos 90.
>
> Há uma explicação para isto: os cidadãos estão tornando-se cada vez mais conscientes de que a administração pública burocrática não corresponde às demandas que a sociedade civil apresenta aos governos por ela eleitos, no capitalismo democrático contemporâneo. Sabemos que os cidadãos tendem a exigir do Estado muito mais do que o Estado pode fornecer. Esta lacuna entre demandas e possibilidade de oferta por parte do Estado está na origem não apenas da crise fiscal, como observou O'Connor (1973), e da crise de governabilidade, como destacou Huntington (1968), mas também da crise da administração pública burocrática. Os recursos econômicos e políticos são, por definição, escassos em relação à demanda, e se tornam ainda mais escassos quando a administração pública é ineficiente. Entretanto, quando não se pode contar com o mercado, i.e., quando a alocação de recursos pelo mercado não é solução factível, dado seu caráter distorcido ou dada sua incompletude, a existência de uma administração pública eficiente passa a ter valor estratégico ao reduzir a lacuna que separa a demanda social e a satisfação desta demanda" (PEREIRA, 1997, p.24).

A respeito do controle sobre a administração pública, o professor Bresser Pereira é enfático ao afirmar que esta é uma maneira de prevenir possíveis excessos e desvios, sendo, assim, uma tarefa complexa, mas necessária.

> "Enquanto a administração pública burocrática se concentra no processo, em definir procedimentos para contratação de pessoal; para compra de bens e serviços; e em satisfazer as demandas dos cidadãos, a administração pública gerencial orienta-se para resultados. A burocracia concentra-se nos processos, sem considerar a alta ineficiência envolvida, porque acredita que este seja o modo mais seguro de evitar o nepotismo e a corrupção. Os controles são preventivos, vêm *a priori*. Entende, além disto, que punir os desvios é sempre difícil, se não impossível; prefere, pois, prevenir. A rigor, uma vez que sua ação não tem objetivos claros - definir indicadores de desempenho para as agências estatais é tarefa extremamente difícil - não tem alternativa senão controlar os procedimentos". (PEREIRA, 1997, p.28)

Apesar de soarem como sinônimos, é necessário fazer uma breve diferenciação entre participação e controle social. Na participação social, os cidadãos são ouvidos no processo de decisão

dos governantes, colaborando para que as ações busquem satisfazer o interesse público. Já o controle social é um mecanismo de fiscalização da ação do Estado, fazendo com que gestores públicos expliquem o uso dos recursos públicos a fim de saber se houve uma correta destinação do orçamento.

Existem variados espaços de participação social e diálogo na administração pública federal, configurando-se como uma verdadeira ecologia da participação social em que variadas interfaces viabilizam o contato entre Estado e sociedade na formulação e implementação de políticas públicas para o cumprimento de distintos objetivos e papéis. "Isto é, diferentes instrumentos e mecanismos possuem diferentes vocações e potenciais para interferirem na gestão das políticas públicas" (PIRES E VAZ, 2012).

Os mecanismos institucionais e jurídicos criados estão reconfigurando as práticas da administração, que se movimenta para possibilitar a desburocratização do Estado e garantir que os cidadãos tenham participação ativa dos processos de deliberativos. Assim, participação social e controle social são duas faces da mesma moeda, uma vez que são temas pertinentes ao contexto atual de gestão gerencial democrática, por isso, a ampla participação da sociedade no controle social fortalece as políticas públicas, tornando-as mais adequadas às necessidades da coletividade e ao interesse público, e mais eficientes.

É salutar mencionarmos que o controle social é um importante passo para que os governos recuperem a legitimidade que o distanciamento e exclusão do povo nos processos decisórios e o enrijecimento das instituições causado pela democracia representativa em que o estatuto do voto soava como suficiente para expressar a coletividade. Tavares (2004), ao aprofundar a crise do sistema representativo, afirma que

> "O regime democrático, ancorado no sistema representativo, não pôde, pois, escapar às críticas, e ingressou numa crise profunda, tornou-se ele meramente formal, posto que dirigido ao cumprimento de ritos eleitorais justificadores apenas do acesso aos cargos de representação política, deixando a massa de cidadãos fora do processo decisório, do aceso ao poder político ou de qualquer forma de seu exercício" (TAVARES, 2004, p. 362).

O autor defende que sejam combinadas as características tanto do sistema representativo quanto do participativo, a fim de reduzir os excessos trazidos pelo modelo representativo, uma vez que este modelo apresenta riscos de os representantes políticos agirem de modo arbitrário e ilegítimo, sem considerar o interesse coletivo.

Para efetivar o controle social, é imprescindível que sejam disponibilizadas informações de maneira ampla e irrestrita para dotar os cidadãos de conhecimento acerca dos atos da administração pública, permitindo que este possam servir como contrapeso para a decisões tomadas pelos gestores,

evitando ações autoritárias. Roberto Moreno Espinoza afirma que a publicidade e a transparência das informações são essenciais para o controle social.

> "A sociedade dispõe de maiores recursos e meios para exigir contas, como o controle social, o acesso à informação pública governamental e a mobilização. Esse conjunto cria condições para a obtenção de melhores resultados, assim como para a participação de atores governamentais e não governamentais na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas" (ESPINOZA, 2012, p.16).

Diversas instâncias e mecanismos de participação social foram instituídos com o intuito de efetivar o espaço qualificado de debate acerca da administração pública. Desde os anos 2000, principalmente, temos visto experiências exitosas que buscam fornecer tais mecanismos jurídicos e institucionais para que os cidadãos desempenhem o controle social e influenciem os processos decisórios governamentais.

De modo breve, podemos citar as ouvidorias públicas e a Lei de Acesso à Informação como exemplos de mecanismos jurídicos e institucionais que, junto com as demais ferramentas de interface Estado-sociedade, proporcionam a efetivação de uma democracia participativa da forma prevista na Constituição.

No âmbito da gestão pública, o controle social também é importante para que exista, de fato, uma governança democrática que, de acordo com Lopez (2013), é um ideal que expressa por meio do

> "Deslocamento do centro decisório e alocativo de recursos da burocracia, antes autônoma ou tecnocrática, para as estruturas de decisão que envolvam a participação dos grupos sociais interessados, de modo que a eles seja dado o direito de participar permanentemente de escolhas e decisões" (LOPEZ, 2013, p. 355).

Ou seja, o controle social atua como uma forma essencial para o sistema democrático, uma vez que este necessita agir em prol do interesse coletivo, evitando excessos, para que seja a legítima expressão da coletividade. Por isso, consideramos a efetivação do controle social é necessária para que o poder seja exercido satisfatoriamente, em nome da soberania do povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia não pode ser mais pensada como um Estado em que os cidadãos atuam somente para eleger um representante político que poderá agir movido pelo interesse próprio e não pelo interesse coletivo. A crise de legitimidade das democracias modernas pode ser contornada através de uma maior abertura à participação popular, onde o controle social seja o instrumento capaz de fazer com que os sujeitos tenham maior grau de confiança da decisão dos gestores públicos e os faça sentirem-se como parte do processo de deliberação, não sendo somente o objeto.

Para concretizar, de fato, o controle social sobre as políticas públicas, é necessário superar alguns desafios que limitam a realização plena deste direito. Destacamos, em primeiro lugar, a necessidade de superação de uma cultura política autoritária, que historicamente marcou as relações de poder no Brasil. Muitos governos concordam, em princípio, com a participação, mas, na prática, agem sem levá-la em conta. O mesmo vale para a população, que muitas vezes "pede" pela participação, mas, na prática, fica esperando um líder que resolva tudo, sem que precise se envolver muito com as questões.

É o controle social que permite uma maior fiscalização sobre o exercício do poder e, também, atribui maior responsabilidade aos governos no trato da coisa pública *(res publica).* Cada vez mais participante da vida pública, o cidadão sente a necessidade de exercer o controle democrático ou social, como forma de proteção de direitos individuais e coletivos perante a Administração Pública.

Os incentivos à participação democrática na gestão das instituições públicas têm sido orientados, principalmente, com a construção da Política Nacional de Participação Social, que surgiu da necessidade de reconhecer a participação social como direito – já previsto na Constituição Federal – e organizar os mecanismos de participação, fortalecendo a atuação conjunta entre Estado e Sociedade para o aprimoramento da gestão pública.

A Política Nacional de Participação Social (PNPS), instituída pelo Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014, se configura como uma referência aos órgãos e entidades da administração pública federal para melhor estruturação dos mecanismos e instâncias de participação social existentes, permitindo um maior grau de aderência social ao ciclo de gestão de políticas públicas, e contribuindo para o aumento da transparência administrativa e da eficácia da gestão pública. No entanto, a PNPS foi revogada durante a gestão de extrema-direita do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, demonstrando a forte tendência ao autoritarismo que insiste em assombrar a democracia brasileira.

Por fim, consideramos que o exercício do poder por parte dos governantes precisa dos contrapesos fornecidos pelos controles internos e externos de modo a delimitar a atuação dos gestores e ampliar o senso de responsabilidade que estes devem ter em relação ao bem público, restaurando o interesse dos cidadãos com os assuntos que dizem respeito à coletividade, trazendo-os para o centro do debate acerca da oferta de serviços públicos que satisfaçam suas necessidades.

No caso brasileiro, o Estado está estruturado de forma que vige os princípios democrático e participativo, consolidados pela Constituição Federal, desde o seu preâmbulo e ainda em inúmeros dispositivos, os quais vem concretizar os anseios da população, quer seja a liberdade, a igualdade, a dignidade e a justiça social.

Finalmente, o cenário mostrado, e os resultados aqui expostos, indicam ser este momento propício para o processo de aprendizagem sobre Controle Social. Tal processo contribuirá para o engrandecimento dos indivíduos para lidar com a vida em sociedade, que hoje não pode mais se resumir aos papéis de senhor e vassalos em relação ao Estado e seus cidadãos.

Atualmente, as democracias almejam chegar a uma nova fase em que os cidadãos assumam o papel central na fiscalização, de maneira a legitimar as ações do Estado.

Por isso, concordamos com a afirmação de Tavares (2004) ao dizer que "a democracia participativa deve estar ancorada num sistema educacional, direito social sem o qual não se poderá alcançar o verdadeiro exercício da liberdade de consciência e de opinião asseguradas constitucionalmente" (p.373), buscando a emancipação do cidadão para que este atue de forma ativa e plena nas decisões acerca das políticas públicas e nas tensões que derivam do exercício do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 8.243**, de 23 de maio de 2014. Dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Participação Social – PNPS e do Sistema Nacional de Participação Social – SNPS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 mai. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CAETANO, Marcello**. Manual de ciência política e direito constitucional**. 6. ed., rev. e ampl. Por Miguel Galvão Teles. Tomo I. Coimbra: Almedina, 1996.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 27. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

ESPINOZA. Roberto Moreno**. Accountability**. In. CASTRO. Carmem Lúcia Freitas de. GONTIJO. Cynthia Rúbia Braga. AMABILE. Antônio Eduardo de Noronha. (Org) Dicionário de Políticas Públicas. Barbacena: EdUEMG, 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ouvidoria pública brasileira: reflexões, avanços e desafios** / MENEZES, Ronald do Amaral; CARDOSO, Antônio Semeraro Rito (orgs). Brasília: Ipea, 2016.

LANGOSKI, Deisemara Turatti. **Estado, democracia participativa e empoderamento**. Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10066>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LOPEZ, F. G. **Responsabilização e controle social na administração pública federal brasileira**. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C.; BERCOVICI, G. (Orgs.). República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: Ipea, 2013. v. 10.

LYRA, Rubens Pinto. **Estado e cidadania: de Maquiavel à democracia participativa**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2006.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 23. ed. rev. e atual. pelo Prof. Miguel Alfredo Maluf e Neto. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 4ª Ed. Niterói: Impetus, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estratégia e estrutura para um novo Estado**. Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública – v1. n.1- ano 48 (jan-abr/1997). Brasília: ENAP, 1997.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexandre. **Participação social como método de governo? Um mapeamento das "interfaces socioestatais" nos programas federais**. IPEA. Texto para Discussão 1707, Rio de Janeiro, fevereiro de 2012: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

TAVARES, André Ramos. **Democracia e exercício do poder: apontamentos sobre a participação política**. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional (RBDC): Revista do Programa de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Direito Constitucional. Escola Superior de Direito Constitucional (ESDC) – São Paulo: ESDC, 2004. v.3.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 02A e 02B

Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latinoamericanas

Coordenadoras/es

Simaia das Mercês (NAEA/UFPA) • Welson Cardoso (ICSA/UFPA) • Olga Castreghini de Freitas (UFPR e UNAMA) • Helena Zagury Tourinho (UNAMA) • Carlos Freire (PPGSA/IFCH/UFPA) • Maria Goretti Tavares (PPGGEO/IFCH) • Michel de Melo Lima (UNAMA) • Juliano Ximenes (PPGAU/UFPA) • Sandra Helena Ribeiro Cruz (PPGSS/ICSA/UFPA) • Andrea Pires Chaves (PPGSA/UFPA) • Bruno Soeiro (ICJ/UFPA)

Ementa: A vida urbana tem sido um dos temas centrais nas análises das ciências sociais abrigando várias abordagens na contribuição de disciplina e e sobretudo os aportes teóricos e metodológicos vindos da interdisciplinariedade, e relacionados ao debate formulado enquanto crítica ao desenvolvimento e à desigualdade social, de classe, de raça, e de gênero. Essas análises têm permitindo conhecer a diversidade da cultura urbana, como mostram os estudos realizados nos diferentes países da América Latina, com abordagens quantitativas e/ou qualitativas. São cada vez mais importantes os estudos sobre as mudanças na subjetividade das pessoas e dos grupos sociais, nos desejos e frustrações dos sujeitos, e nas formas como montam suas estratégicas coletivas para enfrentar processos dolorosos devido a desigualdade social, a exclusão, o desenraizamento, e a violência do Estado e da sociedade. Pretende-se discutir trabalhos resultantes de pesquisa teórica ou empíricas sobre a vida urbana, considerando categorias chave como tempo, espaço, identidade, singularidade, diferença, cotidiano, cultura, economia urbana e global, política e planejamento urbano e regional. O GT contempla trabalhos que abordem as manifestações políticas nas cidades, ou em seu entorno, mas a elas articuladas, visando fomentar o debate crítico sobre o urbano e os limites e potencialidades da ação política e da democracia.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano.
Modalidade: Comunicação Oral

DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS EM MARABÁ: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MODELO CAPITALISTA NO SUDESTE PARAENSE

Flávia Madeira da Silva[1] (Faculdade dos Carajás)
Sara Brigida Farias Ferreira[2] (UNIFESSPA),

RESUMO: Este artigo investiga os complexos desafios enfrentados pela Amazônia e pela cidade de Marabá no sudeste paraense, áreas marcadas por intensas interações entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e dinâmicas sociais. O problema central reside na difícil tarefa de conciliar o progresso econômico com a sustentabilidade ambiental e a equidade social numa região de significativa importância ecológica e social. A justificativa se ancora na urgência global de abordar as repercussões do desenvolvimento acelerado, visando a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades locais. O objetivo deste estudo é analisar as transformações socioeconômicas e ambientais na Amazônia e no sudeste paraense, destacando as respostas das comunidades a tais mudanças e contribuir para o debate sobre desenvolvimento sustentável. Empregando uma metodologia qualitativa interdisciplinar, o estudo realiza uma análise de conteúdo de diversas fontes, incluindo artigos acadêmicos e relatórios governamentais. As considerações finais ressaltam a necessidade de políticas públicas e práticas de gestão que harmonizem desenvolvimento econômico, conservação ambiental e justiça social, evidenciando a possibilidade de um equilíbrio entre progresso e preservação através do compromisso e inovação.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Conservação ambiental; Dinâmicas sociais; Amazônia; Marabá.

INTRODUÇÃO

Este artigo se debruça sobre a intricada trama de desafios e transformações na Amazônia e na cidade de Marabá, no sudeste paraense, um palco de intensas interações entre o desenvolvimento econômico, a conservação ambiental e as dinâmicas sociais. Essa região, marcada por sua rica biodiversidade e significativo potencial econômico, encontra-se no epicentro de debates globais sobre sustentabilidade e direitos humanos, colocando em relevo o problema de como conciliar o progresso econômico com a preservação ambiental e a equidade social.

A justificativa para tal investigação reside na crescente preocupação global com as consequências do desenvolvimento desenfreado, especialmente em áreas de elevada importância ecológica e social como a Amazônia. As dinâmicas de desenvolvimento na região não apenas afetam a biodiversidade e os ecossistemas locais, mas também têm profundas repercussões para as

[1] Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Licenciada e Bacharela em Ciências Sociais Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Docente da Faculdade dos Carajás. E-mail:madeiraflavia34@gmail.com
[2] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bacharela em Direito, com habilitação em Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: sara_farias@hotmail.com.

comunidades que historicamente habitam essas terras. Assim, torna-se imperativo entender essas interações para propor soluções que assegurem um futuro sustentável para a região e para o planeta.

Adotando uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, este estudo realiza análises de conteúdo de artigos acadêmicos, relatórios de ONGs e documentos governamentais, complementados por uma revisão bibliográfica abrangente sobre o tema. Essa metodologia permite uma compreensão profunda das complexas relações entre os processos de desenvolvimento, os impactos ambientais e as respostas sociais na região estudada.

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre desenvolvimento sustentável, oferecendo visões sobre como as políticas públicas e as práticas de gestão podem equilibrar progresso econômico, conservação ambiental e justiça social. Ao elucidar as nuances do desenvolvimento na Amazônia e no sudeste paraense, este artigo busca fornecer bases para a formulação de estratégias mais equitativas e sustentáveis, alinhadas às necessidades ambientais globais e às aspirações das comunidades locais.

AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI: DESAFIOS, INOVAÇÕES E A CONVERGÊNCIA ENTRE CIÊNCIA, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2009) discute a complexidade e os desafios enfrentados pela Amazônia no século XXI, destacando sua importância tanto para a ciência quanto para a geopolítica e a ecologia global. Ele aborda a rica biodiversidade da região, sua relevância para os estudos científicos, especialmente em biogenética e biotecnologia, e as variadas formas de ocupação humana, desde comunidades indígenas pré-colombianas até atividades extrativistas e projetos de grande escala na agricultura e mineração.

Costa (2019) cita o conceito de "novas territorialidades" surgidas como resistência social à expropriação contínua da terra, impulsionadas por um modelo autoritário de ocupação regional nas décadas de 1960 e 1970. Essas novas territorialidades foram apoiadas por alianças internacionais, motivadas tanto por razões legítimas quanto geopolíticas, reflexo do novo valor atribuído à natureza na era contemporânea. A natureza passa a ser vista sob duas óticas principais: como símbolo de vida e base dos movimentos ambientalistas, e como capital natural, um recurso escasso e valioso tanto econômico quanto estrategicamente.

A discussão de Cantagalo (2016) avança para a descrição de dois vetores de transformação na região: o "vetor tecno-industrial", focado no desenvolvimento e na mobilização de recursos naturais, e o "vetor tecno-ecológico", que agrega projetos preservacionistas e conservacionistas. Brasil (2024) detalha a evolução desses vetores, destacando iniciativas significativas como o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras e o projeto de corredores biológicos.

O CGEE (2009) argumenta que a experimentação científica na Amazônia, tanto em laboratórios avançados quanto *in situ*, na própria floresta, é crucial para a compreensão e conservação da biodiversidade. Ele enfatiza a importância do conhecimento tradicional das comunidades locais nesse processo, que não apenas facilita o acesso à informação genética, mas também atua como protetor da biodiversidade. A complexidade dos desafios enfrentados pela Amazônia, portanto, reflete a interseção de questões ambientais, sociais e científicas, exigindo uma abordagem multidisciplinar para sua compreensão e gestão.

O CGEE (2009) enfatiza a importância do trabalho empírico na geografia, apesar de ser considerado por alguns como obsoleto, e destaca que este continua sendo um elemento crucial em sua abordagem científica. Procede então a discutir projetos alternativos na Amazônia, os quais se baseiam tanto em iniciativas científicas quanto em movimentos sociais que buscam resistir à expropriação da terra e melhorar as condições de vida. Tais práticas sociais são descritas não apenas como fornecedoras de conhecimento e informação, mas também como estratégias de apropriação e uso do território, contribuindo para o desenvolvimento de novos conceitos relacionados à interação humana com a natureza.

Em seus estudos, Albagli (2001) aborda a definição e a mensuração de "capital natural", a emergência do termo "biodiversidade" em 1987, e a multiplicidade de definições para "desenvolvimento sustentável", apontando para a contribuição das práticas sociais na conceituação desses termos ainda em formação. O palestrante argumenta que a Amazônia representa uma "fronteira experimental", um espaço potencialmente gerador de novas realidades, destacando o papel histórico da experimentação desde o século XVI.

Importante citar exemplos concretos de iniciativas, como as reservas extrativistas, que surgiram da luta dos seringueiros, liderados por Chico Mendes, contra a expansão agrícola e a colonização governamental. Essas reservas são apresentadas como um modelo de gestão sustentável e conservacionista dos recursos naturais, destacando-se pela sua abordagem inovadora de uso coletivo da terra e pelo seu sucesso em promover a conservação da biodiversidade (CGEE, 2009).

A geógrafa Becker (2014) também aborda a dimensão experimental das políticas governamentais voltadas para a Amazônia, destacando a criação de um ministério específico e a adoção de uma política integrada baseada em desenvolvimento sustentável. Essas políticas refletem um esforço de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental, destacando o papel essencial do conhecimento científico e tecnológico nesse processo.

A autora reflete sobre as complexidades das experiências de conservação in situ, enfatizando a interconexão entre práticas sociais e científicas na criação de novos métodos e conceitos para a proteção e uso da biodiversidade. Essas iniciativas não apenas contribuem para a redução dos custos

de conservação, mas também promovem a criação de novos territórios e abordagens para o desenvolvimento sustentável, mediados por uma ampla rede de colaboração entre ONGs, igrejas, agências governamentais e programas internacionais.

A preocupação manifestada por Becker aborda a reação limitada da população frente a impactos culturais e o risco de formação de novos enclaves na Amazônia, reminiscentes das críticas dirigidas aos modelos de ocupação e aos grandes projetos minerais da década de 1960 e 1970. Estes últimos foram apontados como fatores que contribuíram para a desigualdade regional, ao criar áreas de desenvolvimento isolado que não favoreceram a disseminação dos benefícios econômicos para a população em geral (Becker, 2014).

Em um nível geopolítico mais amplo, destaca-se a preocupação com o controle e a disseminação de informações geradas por pesquisas científicas na região. A discussão sobre biodiversidade e patentes é destacada como um tema de relevância internacional, mas insuficientemente abordado no contexto regional, o que poderia indicar uma forma de neocolonialismo científico, onde o conhecimento produzido localmente é controlado e utilizado por entidades externas (Becker, 2014).

Finalmente, Becker (2014) sinaliza um papel crucial para o estado na mediação e no controle dessas dinâmicas, apontando para esforços em curso de institucionalização desses processos através de novas políticas ou projetos. Essa abordagem sugere uma tentativa de equilibrar os benefícios da conservação e do desenvolvimento sustentável com a necessidade de garantir que tais iniciativas sejam inclusivas e distribuam justamente seus benefícios, evitando a exclusão social e garantindo que a gestão do conhecimento produzido sirva aos interesses nacionais e locais.

GEOGRAFIA E ECOLOGIA DO PARÁ: UMA VISÃO INTEGRADA DO SEGUNDO MAIOR ESTADO BRASILEIRO

O Pará, localizado na região Norte do Brasil, é apresentado como o segundo maior estado do país em termos de área territorial, possuindo mais de 1.245.870 km², conforme dados de 2020 (Pará, 2021). A ênfase é dada às suas características geográficas distintas, incluindo sua localização equatorial, a presença da Ilha do Marajó - o maior arquipélago flúvio-marítimo - e um extenso litoral atlântico de mais de 500 km (CMN, 2015).

Além disso, o texto descreve a infraestrutura rodoviária significativa do estado, com rodovias importantes como a BR-010 (Belém-Brasília) e a Transamazônica, facilitando a conexão leste-oeste, além da Cuiabá-Santarém, que percorre o estado de norte a sul. Demograficamente, o Pará apresenta uma baixa densidade populacional de aproximadamente 7 habitantes por quilômetro quadrado, com uma população estimada de 8.690.745 habitantes. Esta densidade é significativamente menor que a

média nacional, refletindo vastas áreas de baixa densidade habitacional, especialmente em comparação com as regiões urbanas mais densas como Belém, Marabá e Santarém (Pará, 2021).

A divisão política do Pará é destacada pela organização em 144 municípios, com Altamira sendo o maior município não apenas do estado, mas de todo o Brasil, e Marituba, próximo a Belém, como o menor. Essas informações compõem um panorama abrangente do estado, enfatizando sua relevância geográfica, demográfica e política, elementos essenciais para a preparação em concursos públicos que demandam conhecimento específico sobre a realidade do Pará (Pará, 2021).

Importante mencionar as características geográficas da região Norte da Amazônia, com foco específico no estado do Pará. É destacado que o relevo da região é caracterizado por grandes altitudes no Norte, decorrentes do Planalto das Guianas, e por planaltos residuais tanto ao norte quanto ao sul. A classificação do relevo é abordada, dividindo-se em planaltos, depressões e planícies, sendo importante notar que a menor ocorrência no estado é a de planícies, encontradas em uma faixa estreita ao longo do Rio Amazonas e na região do Marajó.

A divisão política do Pará é mencionada, indicando que o estado é constituído por 144 municípios, com Altamira destacando-se como o maior e Marituba como o menor. A importância das rodovias para a conectividade do estado também é sublinhada, com menção à BR-010 (Belém-Brasília), à Transamazônica e à Cuiabá-Santarém, que facilitam o acesso de leste a oeste e de norte a sul, respectivamente (Pará, 2021).

Isso reflete vastas áreas de baixa densidade habitacional, contrastando com regiões urbanas mais densamente povoadas, como Belém e Santarém. Um aspecto destacado é o ponto culminante do estado, a Serra do Acari, que atinge 906 metros, indicando que a maior parte do Pará possui um relevo antigo e desgastado, com altitudes modestas. A maior parte do território paraense não excede 200 metros acima do nível do mar, com exceção do extremo norte, onde se localiza o ponto mais elevado (Xafi, 2013).

A rica hidrografia do Pará é ressaltada, caracterizada por uma abundância de rios perenes e caudalosos, o que é atribuído às intensas precipitações na região e ao relevo pouco acidentado. Isso contribui para a presença de grandes volumes de água nos rios, como o Amazonas, Tapajós, Araguaia, Xingu, entre outros (Xafi, 2013).

Ademais, a diversidade geográfica e ecológica do estado do Pará, situado na região Norte do Brasil, enfatizando sua extensa hidrografia, variada vegetação e características do solo. O estado é reconhecido por seus rios perenes e caudalosos, que, além de terem um grande potencial hidrelétrico, oferecem amplas possibilidades para a navegação. A discussão também abrange o mapa oficial de vegetação do Pará, indicando que, apesar da predominância da floresta Amazônica (Xafi, 2013).

A devastação ambiental deve ser mencionada, apontando para a perda significativa de cobertura florestal na região, especialmente ao longo da rodovia Transamazônica. A floresta Amazônica, caracterizada por sua heterogeneidade e imensa biodiversidade, é descrita como um patrimônio da humanidade, ocupando a maior parte do território paraense. Esta vegetação é dividida em três principais tipos: igapó, várzea e terra firme, diferenciados principalmente pelo grau de inundação associado ao ciclo dos rios (Xafi, 2013).

DINÂMICAS DE TRANSFORMAÇÃO E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO NO SUDESTE PARAENSE: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL

O artigo "A Economia do Sudeste Paraense: Evidências das Transformações Estruturais" de Santos (2020) apresenta um estudo detalhado sobre as mudanças socioeconômicas e estruturais ocorridas no sudeste paraense, uma mesorregião do estado do Pará, Brasil. Este estudo abrange aspectos como a dinâmica econômica, transformações na estrutura produtiva, o impacto de grandes projetos agropecuários e de mineração, mudanças na ocupação humana e urbanização, além de questões relacionadas ao mercado de trabalho, infraestrutura e conflitos fundiários.

A mesorregião, compreendendo 39 municípios, destacou-se pelo seu dinamismo econômico, impulsionado significativamente por atividades de mineração e agropecuária desde a década de 1970. Esse desenvolvimento, no entanto, apresentou um caráter desigual e resultou em problemas ambientais e sociais, incluindo conflitos por terra. A mineração, especialmente com a atuação da então Companhia Vale do Rio Doce, e a expansão agropecuária emergiram como vetores principais do crescimento, embora esse crescimento não tenha necessariamente traduzido em melhorias significativas na qualidade de vida da população local (Santos, 2020).

As transformações na base produtiva refletiram-se em um aumento expressivo do PIB da região e na sua contribuição para o PIB estadual e nacional. A agropecuária, apesar de sua representatividade histórica, viu a mineração se destacar como a atividade econômica de maior peso. Paralelamente, houve uma intensificação da urbanização, com a criação de novos municípios e o desenvolvimento de infraestruturas viárias, energéticas e de comunicação.

Para Hébette (2004), no âmbito da região Amazônica, o Programa Grande Carajás (PGC) compõe desde a década de 1980 um dos maiores empreendimentos minerários e metalúrgicos, ramificando-se por diversas frentes de atuação, desde a agropecuária até a geração de energia. A construção da infraestrutura necessária para o efetivo desenvolvimento do programa foi responsável por um dos maiores ciclos migratórios da região, corroborando com novas dinâmicas socioeconômicas e ambientais jamais vistas.

Santos formula duas hipóteses principais sobre essa experiência regional: a primeira, de que a região cresceu e viu mudanças significativas na sua estrutura produtiva, mas sem transformações profundas nas condições de vida da população; a segunda, de que o dinamismo regional derivou tanto da expansão agropecuária quanto da mineração, mas que a última, apesar do crescimento exponencial, não conseguiu promover impactos qualitativamente positivos na economia regional, exceto em alguns municípios (Santos, 2020).

O mercado de trabalho, apesar da ampliação, caracterizou-se pela heterogeneidade e precarização, evidenciando a informalidade e o trabalho infantil. A infraestrutura econômica, embora em processo de ampliação e modernização, ainda apresenta carências, principalmente no que se refere a armazenagem de grãos e condições domiciliares urbanas. Por fim, a questão do mercado de terras revelou a existência de tensões e conflitos fundiários intensificados pela disputa por recursos naturais valiosos.

O estudo de Santos (2020) contribui para a compreensão das complexas dinâmicas socioeconômicas e estruturais que moldam o sudeste paraense, refletindo sobre os desafios do desenvolvimento regional em contextos de intensa exploração de recursos naturais e expansão econômica.

O artigo "Grandes projetos capitalistas na Amazônia e a luta pela terra no sudeste paraense" de Santos e Congilio (2022) discute a questão agrária e a luta pela terra na Amazônia, enfocando o impacto dos grandes projetos capitalistas na região do sudeste paraense desde a década de 1970. Os autores argumentam que esses projetos, apoiados por políticas governamentais, provocaram uma significativa transformação socioeconômica e ambiental, impactando diretamente a vida das populações locais, incluindo indígenas, camponeses e outros grupos tradicionais. A análise evidencia como a expansão do capital, representada por atividades como mineração e pecuária, levou à expropriação de terras, à transformação das relações de trabalho e à intensificação dos conflitos por terra, esta dinâmica notória no sudeste paraense evidencia sua tendencia ao circuito nacional de exploração. Para a autora (2022, pag. 113):

> A luta pela Reforma Agrária no Brasil se desdobra historicamente em cenário de contradição intensa entre duas classes: a dos latifundiários, mantenedores de grandes concentrações de terras, visando explorá-las para garantir lucros, e a dos trabalhadores rurais, na condição de excluídos da condição de produzir na terra e dela subtrair seu sustento, consequentemente transformando-se em Sem Terras.

A região, rica em recursos naturais, atraiu investimentos federais que visavam a exploração mineral e a expansão agropecuária, resultando em deslocamentos populacionais e reestruturação do espaço geográfico. Esses processos não apenas alteraram a dinâmica econômica local, mas também

desencadearam uma série de disputas pela posse de terras, configurando um cenário de luta e resistência das populações afetadas (Santos; Congilio, 2022).

Os autores Santos e Congilio (2022) destacam a importância da mobilização social e da organização coletiva na luta pela terra, evidenciada pelo surgimento de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desempenharam um papel central na reivindicação por reformas agrárias e na busca por justiça social. Essas lutas não apenas questionam a distribuição desigual de terras, mas também desafiam o modelo de desenvolvimento imposto, buscando alternativas sustentáveis que respeitem os direitos das comunidades locais e a preservação do meio ambiente.

Em síntese, o artigo de Santos e Congilio (2022) analisa a complexa interação entre desenvolvimento capitalista, políticas estatais e resistência social na Amazônia, destacando os desafios enfrentados pelas populações locais na defesa de seus territórios e modos de vida diante da pressão de grandes projetos de exploração de recursos naturais.

O artigo "Desenvolvimento Capitalista na Amazônia Oriental: Mudanças Recentes nos Principais Municípios Minerados do Sudeste Paraense" aborda a evolução histórica e as implicações do desenvolvimento econômico focado na mineração na região sudeste do estado do Pará, Brasil. As políticas de desenvolvimento implementadas desde a segunda metade do século XX têm promovido um dinamismo econômico centrado na exploração mineral, principalmente nos municípios de Marabá, Canaã dos Carajás, e Parauapebas. O artigo destaca a importância econômica da indústria extrativa mineral, que tem ampliado seu papel, principalmente no estado do Pará, tornando-o o maior exportador de minérios do país.

Os autores apontam que, apesar dos benefícios econômicos de curto prazo, a dependência da mineração traz vulnerabilidades para a região, incluindo possíveis impactos negativos a longo prazo devido à exaustão dos recursos minerais, caso alternativas econômicas sustentáveis não sejam desenvolvidas. O texto também discute como as mudanças estruturais nos municípios minerados foram impulsionadas por planos, projetos e políticas de desenvolvimento voltados para a Amazônia Oriental, ressaltando a necessidade de refletir sobre alternativas econômicas frente à dependência atual da mineração.

Em suma, o estudo fornece uma análise detalhada sobre o crescimento econômico impulsionado pela mineração na Amazônia Oriental, destacando tanto os benefícios quanto as vulnerabilidades associadas a essa dependência econômica, e conclui ressaltando a importância de diversificar a economia para reduzir riscos futuros.

Santos e Congilio investigam a expansão capitalista na Amazônia, com foco na luta pela terra no sudeste paraense, destacando a importância de manter viva a discussão sobre a questão agrária e

a resistência contra a lógica de lucro de grandes corporações. Analisa-se a ação estatal na região para constituir uma força de trabalho essencial à expansão do capital, destacando-se a chegada de grandes projetos na década de 1970, como a rodovia Transamazônica e a Hidrelétrica de Tucuruí, que transformaram a dinâmica local.

A luta pela terra é apresentada como uma resposta necessária às tentativas de apropriação capitalista, que visam a expropriação e a subordinação de camponeses e povos tradicionais. O texto também aborda o processo histórico de resistência contra a expansão do capitalismo e o latifúndio, enfatizando a ação de movimentos sociais, como o MST, na reivindicação por uma reforma agrária ampla e digna. A violência no campo é destacada como um instrumento utilizado pela burguesia agrária para suprimir a luta camponesa, mas apesar disso, o artigo conclui que a luta pela terra no sudeste paraense não apenas persiste mas se fortalece, evidenciando a necessidade de políticas de reforma agrária que assegurem a dignidade das populações camponesas.

ENTRE HOMENS, NATUREZA E CAPITAL: O EXTRATIVISMO E SUAS REPERCUSSÕES SOCIOAMBIENTAIS EM MARABÁ.

O artigo "A Ecologia Desumana dos Castanhais: A Experiência do Extrativismo na Cidade de Marabá (Estado do Pará Amazônia Brasil) entre 1900-1950" de Cabral e Montarroyos (2015) aborda a dinâmica de exploração dos castanhais na região de Marabá, Pará, no início do século XX, analisando as relações socioeconômicas entre trabalhadores, patrões e prostitutas dentro deste contexto. Utilizando uma abordagem interdisciplinar que combina ecologia, história, sociologia, direito, ética e economia, o estudo reconstrói o ambiente capitalista e desumano dos castanhais, destacando os efeitos adaptativos e prejudiciais dessa interação homem-natureza, incluindo doenças, deformações físicas, carências psicológicas e sociais, riscos de morte, e acidentes de trabalho.

O período estudado, entre 1900 a 1950, é marcado pelo extrativismo da castanha e outras atividades que obrigavam a constante mobilidade da população trabalhadora, caracterizando Marabá como uma cidade de natureza nômade. Esse extrativismo era fundamentado em relações de trabalho extremamente precárias, com a exploração baseada na mais-valia absoluta, violações de direitos fundamentais e um profundo impacto na dignidade e qualidade de vida dos trabalhadores (Cabral; Montarroyos, 2015).

O artigo também descreve o cotidiano e as condições de vida na cidade de Marabá, influenciadas pela sazonalidade do extrativismo. A população trabalhadora se movimentava de acordo com as estações, deixando a cidade quase deserta fora da temporada de coleta das castanhas. Essa mobilidade e a dinâmica de trabalho nos castanhais geravam um ciclo de vida marcado por períodos de intenso trabalho e momentos de ócio, frequentemente passados em contextos de

prostituição e consumo de álcool, que eram tanto uma forma de lazer quanto um meio de controle social e econômico exercido pelos patrões (Cabral; Montarroyos, 2015).

Por fim, o estudo conclui destacando a relação complexa e muitas vezes prejudicial entre homem e natureza mediada pela exploração econômica, apontando para a necessidade de reconhecer essas interações como parte integral da história socioambiental da região e refletindo sobre as consequências de longo prazo desse modelo de desenvolvimento (Cabral; Montarroyos, 2015).

A dissertação de Almeida (2008) examina as transformações sociais, econômicas e urbanísticas na cidade de Marabá, localizada no Sudeste do Pará, sob influência direta de políticas públicas e projetos governamentais, especialmente a partir dos anos 1970, com a descoberta de minério de ferro na Serra dos Carajás. O estudo aborda como Marabá, estrategicamente situada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, evoluiu de um centro urbano sujeito a inundações periódicas, com uma economia baseada no extrativismo da castanha-do-pará e da borracha, para um polo regional influenciado por grandes projetos de desenvolvimento, incluindo o Projeto Grande Carajás.

O autor detalha as intervenções urbanas e de infraestrutura realizadas pelo governo federal, visando preparar a cidade para o esperado crescimento populacional e econômico decorrente da exploração mineral. Uma dessas intervenções foi o planejamento e a implementação de um novo núcleo urbano, a Nova Marabá, visando transferir a população do antigo centro urbano, vulnerável às enchentes, para uma localização mais segura. Apesar desses esforços, a pesquisa ressalta a resistência e adaptação da população local às mudanças impostas, mantendo parte de suas tradições e modos de vida, ao mesmo tempo em que se integram às novas realidades econômicas (Almeida, 2008).

Almeida (2008) critica a visão de desenvolvimento adotada nas políticas públicas, que muitas vezes desconsiderou as particularidades locais e os impactos sociais de grandes empreendimentos. A persistência do núcleo urbano original, mesmo frente aos desafios das inundações e ao incentivo governamental para a mudança, é apontada como um sinal do fracasso parcial das políticas de planejamento urbano implementadas sem a devida atenção às necessidades e à cultura da população local. Conforme o autor (pag. 83):

> Os estudos feitos a respeito de Marabá, embora mostrassem a visão de que a modernização dos hábitos e costumes adquiridos com o processo de desenvolvimento, iriam melhorar as condições de vida daquela população, trouxeram ao conhecimento dos estudiosos e planejadores aspectos que caracterizavam também as especificidades do convívio daquela população com a natureza. Muitos desses aspectos deveriam ser considerados nas políticas de

> planejamento, as quais, em geral, viam as mesmas como exemplos do atraso e da estagnação que deveriam ser revertidas.

A dissertação de Almeida (2008), ao analisar a história recente de Marabá, contribui para a compreensão mais ampla dos desafios e das consequências da implementação de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, enfatizando a necessidade de políticas públicas que considerem as dinâmicas locais e promovam um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Silva (2022) discute o papel do Estado e das políticas públicas na expansão urbana e no "desenvolvimento" da cidade de Marabá, Pará, e seus impactos socioambientais. A pesquisa, de caráter teórico qualitativo, evidencia a ativa participação do Estado na produção do espaço urbano amazônico desde meados do século XX, destacando como a expansão do sistema capitalista para a região norte do Brasil tem desencadeado segregação urbana e ambiental. Corroborando com Silva, Santos (2011) destaca que:

> Transformações relevantes, verificadas nas últimas décadas, na estrutura agrária e fundiária da Mesorregião do Sudeste Paraense, foram particularmente perceptíveis no interregno de 1970 a 1980, a partir da inserção de grandes projetos agropecuários, apoiados por ampla política de benefícios fiscais. Por seu turno, também se verificou a adição de mão-de-obra potencial para o campo e a formação de importante contingente de pequenos produtores, que migraram para a Região sob o estímulo de programas de colonização.

O estudo de Silva (2022) revela que essa dinâmica resulta na formação de espaços urbanos contrastantes, onde convivem, de um lado, áreas que personificam a "modernidade" com avançados padrões tecnológicos e, de outro, espaços urbanos marcados pela decadência e segregação ambiental. Especificamente, a cidade de Marabá, transformada de um assentamento ribeirinho em uma fronteira de expansão do capital, exemplifica como as intervenções do Estado têm (re)definido seu desenho urbano, levando à formação de áreas marcadas por intensa desigualdade social e exclusão, contrastando com a visão de um desenvolvimento que beneficiaria toda a sociedade.

O artigo "Os Riscos Naturais e a História: O Caso das Enchentes em Marabá (PA)" de Almeida (2011) aborda a complexa relação entre desastres naturais, especificamente enchentes, e a organização social e histórica da comunidade de Marabá, no Pará. Através de uma perspectiva multidisciplinar, englobando sociologia, economia e história, o estudo destaca como as respostas sociais e políticas a essas enchentes têm sido moldadas e limitadas pelas especificidades locais e culturais.

O caso de Marabá ilustra a incorporação do risco de enchentes ao cotidiano da comunidade, apontando falhas nas políticas públicas e intervenções urbanísticas que não levaram em consideração a relação histórica e cultural da população com seu ambiente. A análise ressalta a

importância de abordagens mais integradas e sensíveis ao contexto para o enfrentamento de desastres naturais, que considerem a percepção do risco, a vulnerabilidade social e as práticas locais de adaptação (Almeida, 2011).

O trabalho de Ferreira (2021) intitulado "Enchente de 1980: imaginário cultural, crescimento urbano e transformação do espaço social em Marabá-PA" apresenta uma análise detalhada sobre os impactos sociais, urbanos e culturais da enchente de 1980 na cidade de Marabá, Pará. Esta enchente é contextualizada em um período de intensa migração para a região, motivada por projetos desenvolvimentistas do governo e pela descoberta de ouro na Serra Pelada, o que levou a um rápido aumento populacional e à criação de novos núcleos urbanos, como a Nova Marabá.

O estudo de Ferreira (2021) reflete sobre como essa enchente, devido à sua magnitude, ficou fortemente presente na memória coletiva da cidade, transformando o modo de vida da população e a estrutura urbana local. Além disso, Ferreira (2021) explora a importância do uso de fotografias e registros fotográficos em sala de aula para ensinar a história local, argumentando que a escola desempenha um papel fundamental no estímulo ao pensamento crítico e na compreensão da construção do conhecimento histórico.

O artigo "A História Ambiental e o Ensino de História na Cidade de Marabá-PA a Partir das Revistas em Quadrinhos de Rildo Brasil" de Reis (2023) aborda a ausência da história ambiental no ensino em Marabá, Pará. Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado e propõe a integração da história ambiental no currículo escolar, destacando a relação histórica entre a ocupação humana e os impactos ambientais na região. A autora desenvolve um material paradidático focado na destruição ambiental e na exploração dos rios, utilizando as revistas em quadrinhos de Rildo Brasil como ferramenta pedagógica.

A pesquisa ressalta a tendência histórica de associar progresso ao avanço sobre a natureza, resultando na marginalização da preservação ambiental. A ocupação e o desenvolvimento de Marabá são contextualizados pelos rios Tocantins e Itacaiúnas, sendo fundamentais para o entendimento da configuração urbana e social da cidade. O artigo também discute a relevância de incorporar a história ambiental ao ensino de história, evidenciando a escassez de estudos e materiais didáticos nesse âmbito até o final do século XX. A crise ambiental serve de catalisador para essa integração, com a educação ambiental ganhando força legal e presença nos currículos escolares (2023).

Além disso, o texto aborda o impacto de projetos governamentais de desenvolvimento, iniciados durante a ditadura militar, que promoveram uma ocupação desordenada e exploratória, exacerbando os conflitos agrários e a destruição ambiental. Tais projetos refletem a priorização de interesses econômicos em detrimento das questões ambientais e sociais (Reis, 2023).

A autora enfatiza a importância de desenvolver uma consciência crítica sobre as questões ambientais e sua relação com a história local, utilizando paradidáticos como uma ferramenta valiosa para enriquecer o ensino e a aprendizagem. A utilização de revistas em quadrinhos como material de apoio didático é destacada como uma maneira inovadora de engajar os alunos no estudo da história ambiental de Marabá, evidenciando a necessidade de preservação e conscientização sobre o patrimônio natural da região (Reis, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo ofereceu uma visão crítica e abrangente dos desafios e transformações enfrentados pela Amazônia e pelo sudeste paraense, destacando a complexa interação entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e dinâmicas sociais na cidade de Marabá. Ao explorar as nuances da expansão capitalista, os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento e a resposta das comunidades locais, fica evidente que a região representa um campo vital para o estudo da sustentabilidade, dos direitos humanos e da justiça social.

As análises apresentadas demonstram que, apesar dos avanços econômicos pontuais trazidos pela mineração e outros setores, persistem desafios significativos relacionados à equidade social, à preservação ambiental e ao respeito às culturas e modos de vida tradicionais. As experiências de Marabá e das comunidades no sudeste paraense ilustram vividamente as consequências de um modelo de desenvolvimento que muitas vezes prioriza ganhos econômicos imediatos em detrimento da sustentabilidade e do bem-estar das populações locais.

A necessidade de abordagens mais integradas e sensíveis ao contexto, que reconheçam a importância da biodiversidade, da cultura local e da participação comunitária na formulação de políticas de desenvolvimento, é um tema recorrente. A valorização do conhecimento tradicional, juntamente com a ciência contemporânea, surge como um elemento fundamental para a construção de um futuro mais justo e sustentável para a Amazônia e suas populações.

Portanto, este estudo reforça a urgência de repensar as estratégias de desenvolvimento na região, promovendo um diálogo inclusivo entre diferentes atores sociais, governamentais e não governamentais, para assegurar que os esforços de conservação e desenvolvimento sejam mutuamente reforçadores. A história da Amazônia e do sudeste paraense nos ensina que é possível buscar um equilíbrio entre progresso econômico e preservação ambiental, mas tal equilíbrio exige comprometimento, inovação e, acima de tudo, respeito pela terra e por quem nela habita.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. In: **Parcerias Estratégicas**, nº 12, Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, setembro de 2001.

ALMEIDA, José Jones de. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais.** 2008. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALMEIDA, José Jonas. Os riscos naturais e a história: O caso das enchentes em Marabá (PA). **Históricos Tempos**, v. 15, 2º semestre, p. 205-238, 2011. ISSN 1517-4689 (versão impressa); ISSN 1983-1463 (versão eletrônica).

BECKER, Bertha K. **A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.

BRASIL. **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil** - PPG7. 2024. Disponível em: https://www.tcu.gov.br/arquivositeamb/Decis%C3%B5es%20Sistematizadas/Meio%20Ambiente/Arquivos/ppg7.html. Acesso em: 29 mar. 2024.

CABRAL, Ramon; MONTARROYOS, Heraldo Elias. A ecologia desumana dos castanhais: A experiência do extrativismo na cidade de Marabá (Estado do Pará, Amazônia, Brasil) entre 1900-1950. **Revista Ouricuri**, Paulo Afonso, Bahia, v. 5, n. 2, p. 053-080, jul./ago. 2015.

CANTAGALO, Michel. **Degradação e preservação:** uma análise histórico-econômica das ocupações humanas na Amazônia. 2016. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo de Freitas Vian.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Um projeto para a Amazônia no século 21:** desafios e contribuições - Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.

COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa**: estratégias de reprodução e organização socioespacial. Rio Branco: Edufac, 2019.

FERREIRA, Adenilson Silva. **Enchente de 1980:** imaginário cultural, crescimento urbano e transformação do espaço social em Marabá-PA. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Faculdade de História, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2021.

HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. Belém (PA), 2004. In:Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Ed. da UFPA, 2004.

PARÁ. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Relatório de análise das contas do governador do Estado do Pará**. 2021.

REIS, Aline Barros dos. A história ambiental e o ensino de história na cidade de Marabá-PA a partir das revistas em quadrinhos de Rildo Brasil. In: 32º Simpósio Nacional de História - ANPUH Nacional, 2023, Anapu. **Democracia e Direitos Humanos:** um desafio para uma história profissional. Anapu, 2023.

SANTOS, Ana Cristina Sousa; CONGILIO, Célia Regina. Grandes projetos capitalistas na Amazônia e a luta pela terra no sudeste paraense**. Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 48, p. 107-121, jan./jun. 2022.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. A economia do sudeste paraense: evidências das transformações estruturais. In: **Desenvolvimento Regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. 2020.

SANTOS, Valdeci M. dos. A economia do sudesteparaense: fronteiras de expansão na periferia brasileira. Tese (Doutoradoem Economia),Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011

SILVA, Rozani Uchoa. Estado e políticas públicas na Amazônia: "desenvolvimento" e expansão urbana da cidade de Marabá/PA. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 10, n. 20, p. 20-46, 2022.

XAFI, João da Silva Jorge. **Geodiversidade do estado do Pará.** Belém:
CPRM, 2013.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano.

URBANODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA: uma revisão de literatura

Joicy Helena da Costa Pantoja (UFPA)[1]
Isabella Santos Corrêa (UFPA)[2]
Leonardo Costa Miranda (UFPA)[3]
Mônica de Melo Medeiros (UFPA)[4]

RESUMO: O urbano na Amazônia tem sido objeto de pesquisa e discussão por vários/as estudiosos/as, em diversas áreas da ciência, a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. O conceito de urbanodiversidade desenvolvido pelo geógrafo Prof. Dr. Saint-Clair Trindade Jr. busca, a partir da teoria crítica neomarxista, tecer reflexões sobre as diferenciações e particularidades presentes nas cidades amazônicas. A interpretação acerca da complexidade presente na urbanização na região deve passar, necessariamente, pelas diferenciações regionais internas, sem desconsiderar a vinculação da Amazônia aos processos globais de acumulação capitalista (Trindade Jr, 2013). Para elucidar esta temática, foi realizado um levantamento de Trabalhos de Conclusão de Cursos de Mestrado e Doutorado disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para verificar a produção do conhecimento que trata da urbanodiversidade na Amazônia. Como resultado do levantamento bibliográfico, o estudo identificou um universo de trabalhos de 242 (duzentos e quarenta e dois), entre Teses e Dissertações. Desse modo, após a identificação do universo, foram selecionados para o presente estudo 22 (vinte e dois) trabalhos, sendo 06 (seis) teses e 16 (dezesseis) dissertações. Foi possível identificar nestes trabalhos a incidência de autores mais citados/as, as tipologias apontadas e as temáticas com maior frequência. Além disso, verifica-se o avanço das pesquisas com intuito de conhecer a realidade amazônica, demonstrando as contradições da produção do espaço no âmago da produção do capital na região.

Palavras-chaves: Urbanodiversidade. Cidades. Amazônia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir a produção de conhecimento, no âmbito da pós-graduação brasileira, relacionada à teoria da urbanodiversidade. Esta teoria, ainda em construção, foi elaborada pelo geógrafo Saint-Clair Trindade Jr e tem apresentado importantes reflexões, especialmente no que se refere à urbanodiversidade na região amazônica brasileira. Neste

[1] Assistente Social. Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: joycehelenac17@gmail.com

[2] Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: isabellacorrea51@gmail.com

[3] Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com

[4] Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB-PPGSS/UFPA). E-mail: m3monicamelo@gmail.com

sentido, o teórico em questão tem chamado atenção para a necessidade de interpretar o urbano na Amazônia a partir de uma visão dialética, sendo necessário, portanto, considerar as diferenciações regionais presentes na região ao mesmo tempo em que é fundamental localiza-la na dinâmica global da acumulação capitalista (Trindade Jr, 2013).

O urbano na Amazônia brasileira tem sido recorrentemente objeto de pesquisa e análise por diversos pesquisadores/as. Neste sentido, podemos destacar estudos pioneiros como os de Becker (2004), em que desenvolve o conceito de "selva urbanizada", Oliveira (2000) com o conceito de "cidades na selva", Castro (2008), por sua vez, realizou discussões em torno do que chamou de "cidades na floresta", entre outros/as. Diante das contribuições sobre a forma de analisar a Amazônia, pesquisadores/as da região têm buscado revelar – e defender – a diversidade existente na região no que se refere ao urbano. Nesta linha de raciocínio, Trindade Jr. (2013) apresenta as tipologias para as cidades amazônicas a partir do seu vínculo histórico-social, das quais, destacam-se as cidades tradicionais, cidades rodoviárias, as cidades-empresa, entre outras.

Incorporando esta contribuição teórica do referido autor, o presente artigo buscou identificar as dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação brasileiros que estão relacionados à teoria da urbanodiversidade. Em termos metodológicos, o levantamento foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),[5] no qual foram utilizados os seguintes descritores combinados: "urbanodiversidade/Amazônia"; "cidades-empresa"/Amazônia"; "cidades tradicionais/Amazônia; e "cidades rodoviárias/Amazônia", com recorte temporal de 2013 a 2023[6]. Além disso, foi utilizado o recurso do uso da palavra *AND* entre as palavras combinadas, estas últimas acrescidas de aspas. Após a identificação do universo, foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave para verificar em que medida o conteúdo do trabalho estava relacionado ao tema proposto para este estudo. Dessa maneira, foram identificados 22 (vinte e dois) trabalhos, sendo 06 (seis) teses e 16 (dezesseis) dissertações.

Em termos de organização do texto, além desta introdução, a segunda seção apresenta a discussão sobre urbanodiversidade, dando ênfase aos elementos históricos conceituais de referida teoria; em seguida, a terceira seção apresenta o estado da arte com base nos dados levantados a partir da busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e os principais levantamentos decorrentes deste levantamento; por fim, considerações finais e referências.

[5] Link do Catálogo de Teses e Dissertações: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses

[6] Tal período justifica-se pela disponibilidade de trabalhos na forma *on-line* no referido Catálogo.

URBANODIVERSIDADE: elementos históricos conceituais para sua elaboração

O termo urbanodiversidade, elaborado pelo professor Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior, surge do resultado de pesquisas acerca das cidades amazônicas no campo da geografia humana e da inquietação acerca das discussões sobre a Amazônia não convergirem com o que se era estudado sobre cidades no/do restante do Brasil: "Visões sobre a Amazônia ancoradas em perspectivas externas a ela estão presentes desde as impressões iniciais sobre esse espaço, feitas pelos primeiros conquistadores que chegaram à região" (Trindade Jr., 2022, p. 25). Desta forma, ao longo dos anos a Amazônia sempre foi interpretada ou não, através de estudos que não dialogavam com a realidade da região.

Ao pesquisarmos sobre a temática, analisa-se que o primeiro estudo a ser publicado com este conceito remete-se ao ano de 2010, o artigo intitulado: "Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional", publicado na revista Cidades. Trindade Jr. (2010a) afirma que, o resultado das reflexões acerca deste estudo foi elaborado a partir das seguintes pesquisas: a) "Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pa)"[7]; b) "Cidades médias na Amazônia: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense"[8]; c) "A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais"[9].

Conforme já sinalizado, o conceito de urbanodiversidade se apresenta quanto a insatisfação de interpretações acerca da Amazônia a partir de uma homogeneidade em relação ao território nacional. Frente a isso, no decorrer do processo de urbanização e inserção da Amazônia no cenário global, principalmente a partir dos grandes projetos, Trindade Jr. (2010a) comenta acerca da diferenciação regional, por vezes passada despercebida, pelo espaço-tempo. Sobre este aspecto da Geografia, Trindade Jr (2010a) sintetiza:

> Conforme sugere Haesbaert (1999), o entendimento da diversidade territorial pela Geografia tem sido dado, ou pelo viés da diferença, em sentido estrito, considerando a singularidade, conforme se tornou conhecida a Geografia Regional lablacheana, ou pelo viés da desigualdade, quando então se tomou um padrão de medida como referência para, com base nele, situar cada região. Esse foi o caso das perspectivas que analisaram a diversidade como produto da divisão territorial do trabalho ou da abordagem das regiões funcionais, que foram hierarquizadas de acordo com as áreas de influência das cidades (Trindade Jr., 2010a, p. 232).

[7] Desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA) e da Fundação Ford, por meio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – Amazônia.

[8] Desenvolvido com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[9] Desenvolvido com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Dessa maneira, o conceito urbanodiversidade está assentado principalmente em quatro autores que discutem acerca do espaço e da Amazônia: Milton Santos, Henri Lefebvre, Berta Becker e José de Souza Martins. Os referidos autores discutem o espaço e a Amazônia a partir das relações sociais e de sua condição enquanto fronteira econômica, ou seja, o espaço não se trata de algo cronológico e/ou extensão da realidade, mas sim é produzido a partir das suas relações sociais, do mesmo modo em que a fronteira econômica tecnoecológica busca compreender a região a partir dos interesses e investimentos capitalistas em diferentes momentos.

Para Milton Santos, segundo Trindade Jr. (2023), a composição orgânica do espaço e de formação socioespacial auxiliam na interpretação da Amazônia para o reconhecimento das desigualdades e diferenças presentes frente ao modo de produção do território. Na dimensão da composição orgânica do espaço, enquanto é complexificado a partir da divisão territorial do trabalho e que diversifica no território os seus objetos e ações[10], é através da formação socioespacial que reúne elementos que reconhecem as particularidades regionais através da espacialidade econômica (Trindade Jr., 2023).

David Harvey e Henri Lefebvre também são autores utilizados para auxiliar na interpretação desta diversidade presente na região Amazônica, citando os referidos autores, Trindade Jr. (2023) afirma que ocorre na região uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual, no qual este desenvolvimento se dá através da mobilização do capital em vista de lucro, mas que ocorrem com manifestações diferentes: "em razão as potencialidades imprimidas pela natureza e seus recursos e pela cultura dos povos que se estabeleceram na região ao longo de sua história milenar" (Trindade Jr., 2023, p. 227).

O pensamento de Berta Becker também auxilia nesta compreensão da formação desigual do espaço amazônico, quando utiliza o conceito de fronteira urbana, onde caracteriza-se a chamada "floresta urbanizada". Para Becker, segundo Trindade Jr. (2023), associado ao conceito de fronteira econômica, pelo modo de vida urbano, a urbanização se apresenta desigual e polimorfa.[11] Além disso, complementa-se também o conceito de fronteira econômica tecnoecológica, onde para Trindade Jr. (2023, p. 227): "Refere-se a um movimento pioneiro de ocupação de um território, onde se verificam avanços em manchas de processos de reprodução capitalista [...] por isso, um espaço estratégico de expansão, de imposição e de negociação dos interesses capitalistas".

[10] "A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo" (Santos, 2017, p. 22).

[11] "Foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro do poder nacional" (Becker, 2001, p. 136).

Complementando-se os autores citados acima, Saint-Clair Trindade Junior também se sustenta de José de Souza Martins, com o conceito de fronteira cultural, para se entender a urbanodiversidade na Amazônia. Para o autor, a fronteira cultural denomina-se considerar a dimensão socioantropológica dos novos processos que se configuram, sendo, por isso, espaço de encontro entre os diferentes. Neste sentido, sugere que para além do modo de produção e da formação econômica, os elementos sociocultural e político dos sujeitos possam ser considerados, através dos seus conflitos e resistências, demarcando a multidimensionalidade da vida social regional.

Ao longo dos anos, a rede urbana de cidades no Brasil foi reconhecida e denominada a partir das nomenclaturas preestabelecidas (pequena, média, grande, metrópole, etc.) através de aspectos estritamente demográficos. No entanto, Trindade Jr. (2010), tomando por base Vicentini (2004), apresenta diferenciações de cidades a partir das tipologias urbanas, sendo as quais: metrópoles contemporâneas, cidades novas e modernas, cidades da colonização, cidades "espontâneas" e cidades tradicionais. Trindade Jr. (2010a) afirma que, essa diferenciação acompanha as dinâmicas econômicas e da força de trabalho, que define a urbanização bem como as dinâmicas urbanas do plano regional.

> Ainda que existam cidades onde predominem um ou outro padrão de urbanização, a urbanodiversidade é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo, mas também por formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em faces do processo de diferentes naturezas (Trindade Jr., 2010a, p. 235).

Tratando-se ainda dessa perspectiva de nomenclatura através dos números, a respeito do conteúdo urbano e rural das cidades amazônicas, estes também são problematizados por Saint-Clair. Para tratar a respeito dessa temática, Saint-Clair relaciona com o conceito de urbanização da sociedade utilizada elaborada por Lefebvre, no qual se consolida através dos objetos técnicos no território e está inserido no modo de vida e no cotidiano da sociedade, para além da forma espacial da cidade e do campo. (Trindade Jr., 2010a).

Nesta condição, os tipos de urbanização também são diversificados na Amazônia, principalmente quando se trata do urbano e rural na região. Trindade Jr. (2010a), a partir de Becker (1990), considera os seguintes tipos: urbanização espontânea, urbanização dirigida pela colonização particular, urbanização dirigida pela colonização oficial, urbanização dos grandes projetos e a urbanização tradicional.

Seguindo a problematização acerca do processo histórico de ocupação da Amazônia e assentado nos autores acima referidos, Trindade Jr. elaborou a expressão de "cidades na floresta"[12] para identificar as cidades criadas e desenvolvidas a partir dos grandes projetos na Amazônia a partir da década de 1960, conhecidas como *company-tows* e cidades-empresas. Essa tipologia de cidades pré-dispõem uma gama de elementos que as fazem reconhecê-las como uma cidade na floresta, no entanto, ela diferencia outro tipo de cidade denominado "cidades da floresta", cujo nome remete ao modelo de ocupação territorial ocasionado pela imigração da população do Nordeste e Centro-Oeste para a região até meados do século XX.

Ao se tratar a respeito destas nomenclaturas, Trindade Jr. (2010b) reafirma a sua interpretação do espaço para além das formas físicas e visuais, sendo, para o autor, um espaço de relações sociais, pois: "definir a cidade na Amazônia para além da paisagem pressupõe levar em conta elementos outros que considerem a relação das mesmas com seu respectivo entorno e com os processos que a região vivenciou" (Trindade Jr., 2010b, p. 118). Desse modo, as "cidades da floresta" eram predominância na região durante a metade do século XX, no qual as cidades tinham a, em geral, o transporte fluvial, com relações vinculadas à floresta e as características rurais.

No que tange as "cidades na floresta", Trindade Jr. (2010b) comenta que esse modelo de cidade está associado muito mais a demandas externas da região, no qual a floresta passa a ser meio de exploração de recursos visando o estritamente o lucro: "Tratam-se, em sua maioria, de cidades que se tornaram bases logísticas para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional, a exemplo das cidades-empresa, que servem de apoio aos grandes projetos econômicos" (Trindade Jr., 2010b, p. 118).

Neste sentido, o conceito de urbanodiversidade elaborado pelo professor Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior colabora, de maneira significativa, para o estudo e interpretação das cidades amazônicas, não apenas no campo da geografia, mas de outras áreas do conhecimento que também possuem as cidades como objeto de estudo. Diante disso, a urbanodiversidade nos propõe a reconhecer as particularidades e singularidades urbanas e amazônicas, através do aspecto da natureza (biodiversidade) e da sociedade (sociodiversidade) (Trindade Jr., 2022).

URBANODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA: uma revisão de literatura

Como indicado no resumo do presente artigo, para a elaboração deste foi aplicada a técnica de revisão da literatura, nos trabalhos de conclusão de pós-graduação – teses e dissertações –

[12] Esta expressão foi denominada por Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior a partir das discussões que Milton Santos criou para "cidades do campo" e "cidades no campo". Apesar desta nomenclatura ser utilizada também por Edna Castro.

encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tratavam do tema da urbanodiversidade na Amazônia. Destaca-se que como caminho para a coleta dos trabalhos, foi utilizado o levantamento bibliográfico enquanto procedimento metodológico, assim, foram utilizadas as seguintes combinações de descritores separados pela palavra *AND*: 1) "urbanodiversidade/Amazônia"; 2) "cidades-empresa"/Amazônia"; 3) "cidades tradicionais/Amazônia; e 4) "cidades rodoviárias/Amazônia". Além disso, aplicou-se também o recorte temporal dos anos de 2013 a 2023.

Salienta-se que o levantamento identificou um universo de 242 (duzentos e quarenta e dois), entre Teses e Dissertações. Posteriormente, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves dos trabalhos encontrados, a fim de verificar quais tinham similaridade temática com o tema proposto para este artigo.

Desse modo, foi selecionada uma amostra de 22 (vinte e dois) trabalhos, sendo 06 (seis) teses e 16 (dezesseis) dissertações para serem lidas e analisadas. Os quadros 1 e 2 apresentam dados como título do trabalho, nome do autor, programa de pós-graduação e ano das teses e dissertações selecionadas para este estudo.

Quadro 1 – DISSERTAÇÕES SELECIONADAS PARA O ESTUDO

TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	INSTITUIÇÃO
NOVA MUTUM PARANÁ: UMA COMPANY TOWN OU UMA VILA PARA REMANEJADOS?	BARROSO, MARCIA MOREIRA.	2015	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
"QUILOMBO URBANO", LIBERDADE, CAMBOA E FÉ EM DEUS: Identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão.	ASSUNCAO, ANA VALERIA LUCENA LIMA	2017	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPERIÊNCIAS FEMININAS NOS MUNDOS DO TRABALHO DE SERRA DO NAVIO E VILA AMAZONAS/ AMAPÁ (1960-1985).	SOUSA, ROMULO MORAES DE.	2018	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
Marĩ mahsĩa, Marĩ da'raá, Marĩ dua'a (Nosso conhecimento, Nosso trabalho, Nossa venda): atividades econômicas dos grupos indígenas na zona urbana de São Gabriel da Cachoeira – AM.	FERRAZ, FLAVIO PEREIRA.	2018	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CIDADE, TERRITÓRIO E MODOS DE VIDA NA AMAZÔNIA: o processo de transformação do uso do Território do Conde em Barcarena-Pa.	PINHEIRO, JOYSE FERNANDA DOS SANTOS	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: Um estudo sobre as histórias e narrativas orais das práticas extrativistas da coleta da castanha na Comunidade Santo Isidoro/Tefé-AM.	ZURRA, RAIZINARA DE OLIVEIRA.	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

INDÍGENAS NO CONTEXTO URBANO: IDENTIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO DOS INDÍGENAS RESIDENTES NA COMUNIDADE NAÇÕES INDÍGENAS TARUMÃ MANAUS.	SILVA, ELISANGELA GUEDES DA	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM BAIXA GRANDE, ALCÂNTARA – MA: A questão da sustentabilidade e as formas de resistência étnica.	CONCEICAO, MOISES DO CARMO.	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO,
Entre a várzea e terra firme: estudos de espaços de assentamentos tradicionais urbanos rurais na região do Baixo Tocantins.	OLIVEIRA, KAMILA DINIZ	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GENTE DO ESTUÁRIO: mudanças e permanências dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais de Vigia (PA).	SILVA, JOSE MATHEUS BARATA	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Saberes da Floresta, Produtos na Cidade? Os atravessamentos socioculturais que permeiam as práticas tradicionais de cura amazônica em ambiente urbano – Belém/Pará.	VIEIRA, LAURA CAROLINA	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
DO RIO À ESTRADA: AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA MICRORREGIÃO DO JURUÁ ACREANO.	SILVA, EDNILSON GOMES DA.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
MUDANÇAS NA PAISAGEM: o olhar dos citadinos sobre as intervenções no Núcleo Histórico de Boa Vista – Roraima.	MORALES, JEFFERSON EDUARDO DA SILVA.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
O PERIGO DOS AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS.	GOMES, ROBERTO ANTONIO DOS REIS.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREEND. AGROALIMENTARES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
A CIDADE E O PATRIMÔNIO: O VELHO E O NOVO NO CONTEXTO URBANO E PATRIMONIAL DE TEFÉ/AM.	FERNANDO, VERONICA LIMA	2021	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
A URBANODIVERSIDADE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE OIAPOQUE-AP/BRASIL.	CRUZ, RONE LEAO.	2022	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE FRONTEIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2024.

Quadro 2 – Teses selecionadas para o estudo

TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	INSTITUIÇÃO
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO (AM) E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Perspectivas de Gestão Local na Amazônia e Percepção das comunidades.	SOUSA, ROBERTA MARIA DE MOURA	2017	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NEODESENVOLVIMENTISMO, REESTRUTURAÇÃO URBANA E CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós.	SCHUBER, ELIANA SOUZA MACHADO.	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
ESPECIFICIDADES DA PRECARIEDADE HABITACIONAL NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: um olhar sobre a região do Baixo Tocantins.	SAKATAUSKAS, GISELLE DE LOURDES BANGOIM	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NA AMAZÔNIA: O caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.	RODRIGUES, MARCOS MASCARENHAS BARBOSA.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DO CENTRO-OESTE PARA O NORTE: a expansão da soja em Rondônia e a formação da Região Produtiva do Agronegócio – RPA em Vilhena.	SOUZA, JUANDER ANTONIO DE OLIVEIRA.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CRUZANDO FRONTEIRAS: um estudo sobre mobilidade humana, construção de redes e de novos territórios de imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus/Amazonas.	SILVA, SIMONE TAVARES DA.	2022	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2024.

No que se refere as temáticas dos trabalhos identificados são estas: a) formação, transformações e/ou modificações territoriais; b) identidades tradicionais e/ou territoriais; c) grandes projetos e desenvolvimentismo na Amazônia; d) impactos socioambientais; e) conflitos territoriais; f) saberes, cultura e comunidades tradicionais; g) relações de trabalho e superexploração na Amazônia; h) cidades ribeirinhas; i) formação e/ou construção de *company town* na Amazônia; j) paisagens e patrimônio cultural; k) modos de vida; l) urbanodiversidade; e m) turismo. Vale destacar que os temas: formação e modificação territorial, conflitos territoriais e identidades territoriais são os que têm mais destaque.

Destaca-se que as pesquisas foram desenvolvidas em diversas localidades da região amazônica, os lócus observados são: Microrregião do Juruá–AC; Microrregião do Baixo Tocantins–PA; Tefé-AM; Manaus-AM; Alcântara-MA; Altamira-PA; Belém-PA; Vigia-PA; Paragominas-PA; Itaituba-PA; Barcarena-PA; Rio Branco-AC; Distrito de Mutum-Paraná em Porto Velho/RO; bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus em São Luís-MA; Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, São Thomé, Santo Antônio do Lago do Tiririca e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba em Iranduba-AM; e Comunidade Santo Isidoro em Tefé-AM.

Observa-se que no que se refere as tipologias de cidades apresentadas nos trabalhos, são poucas aquelas que estão referenciadas diretamente, contudo, destaca-se que a maioria delas está em conformidade com as tipologias de cidades apresentadas por Trindade Jr. (2010a).

Sendo assim, identificou-se que dentre as regiões estudadas, se tinham: 1) as cidades empresas, que são definidas por Barroso (2015, p. 34), como cidades construídas por empresas, com a finalidade de "assegurar a seus trabalhadores o atendimento de necessidades como habitação, lazer, cultura e promoção social". Entretanto, "cada Company Town está ligada a uma empresa que explora um determinado elemento, minério ou energia. Ao fim das operações, a empresa entrega a vila à administração da unidade federativa na qual está instalada para que esta administre à sua maneira" (Barroso, 2015, p. 35). Assim, após o uso e superexploração do solo e da mão de obra barateada, as empresas deixam de ser responsáveis pela administração e provento de tais cidades, transferindo ao Estado a função de administração delas.

Isso sem contar, as problemáticas ligadas ao sentimento de não pertencimento, vivenciado pelas famílias residentes dessas cidades empresas, como no exemplo de Nova Mutum-Paraná, que foi criada para substituir a Mutum-Paraná original – que precisava ser desocupada para implantação de duas Usinas Hidrelétricas no rio Madeira.

> A Nova Mutum Paraná se encaixa nas definições acima, o que reforça a teoria de que esta nova localidade não possibilitava, em nenhum aspecto, o resgate de identidades das famílias que escolheram ir para a Nova Mutum, pois estas Company Towns não têm como finalidade recriar as características afetivas, sociais e culturais de territórios como o antigo e extinto, Mutum Paraná (Barroso, 2015, p. 58).

Ressalta-se que o processo da cidade-empresa de Mutum-Paraná, em Rondônia, é muito semelhante ao processo das Vilas de Serra do Navio e Vila Amazonas, no estado do Amazonas[13].

[13] Estudadas no trabalho de Sousa (2018).

Outra tipologia encontrada é das cidades tradicionais, que são descritas por Conceição (2019), enquanto cidades coloniais, com estruturas de urbanização mais antigas, mas que também agregam a possibilidade de modificações urbanas mais recentes, conforme os novos modelos tecnológicos e de produção.

Salienta-se que nenhum dos trabalhos fazia referência direta ao que é uma cidade rodoviária, por outro lado, o trabalho de Silva (2020), destaca que a microrregião do Juruá, pode ser considerada também uma microrregião que está como suporte para outras cidades produtoras, como Manaus-AM, a partir da construção de uma nova rede de transportes, que coloca Rio Branco-AC – onde está localizada a microrregião do Juruá – no circuito do mercado nacional e global das grandes empresas e torna aquela área em corredor rodoviário para os centros econômicos brasileiros e/ou sul-americanos (Silva, 2020).

Ademais, destaca-se que outras quatro tipologias foram identificadas nos trabalhos, sendo elas: cidades da fronteira[14]; cidades ribeirinhas[15]; cidades da floresta; e cidades na floresta[16].

No que tange os 10 autores mais citados, destaca-se que estes são:

[14] Cruz (2022, p. 70), caracteriza as cidades da fronteira enquanto espalho de "troca não apenas de cunho comercial, mas cultural.", que por sua vez, "fortalecem não apenas as relações comerciais extrarregionais, mas também uma interação nos aspectos: históricos, culturais, sociais, políticos, etc." (p. 96).

[15] Sousa (2017), afirma que as comunidades amazônicas possuem uma forma particular de organização social e utilização do espaço. Sakatauskas, (2020), diz que as cidades ribeirinhas têm particularidades que não são facilmente captadas pelos conceitos, metodologias e dados disponíveis em âmbito nacional, ou seja, homogeneizantes. Em diálogo com os escritos de Trindade Jr. acerca do cotidiano do ribeirinho, Sakatauskas, (2020), coloca que as cidades ribeirinhas apresentam características como: "a) estão localizadas às margens dos rios; b) são pequenas, quanto ao seu tamanho populacional, à extensão de seu formato territorial e às funções urbanas que nelas se fazem presentes; c) são locais, dados o alcance de sua polarização, a sua forma de relação com os espaços do seu entorno e sua forma de inserção no conjunto regional; d) tradicionais, no sentido do ordenamento espacial do conjunto sub-regional em que se inserem do padrão de seu ordenamento intra-urbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais." (p.148-149).

[16] Trindade Jr. (2010a, p. 239), assinala que "as cidades da floresta eram [...] pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam-lhes forte ligação com a dinâmica da natureza, da vida rural não moderna e do ritmo da floresta ainda pouco explorada." e "as cidades na floresta são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, e tida principalmente como espaço de exploração económica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais, turismo etc.)."

Quadro 3 – 10 autores/as mais citados/as

AUTOR(A)	Nº DE CITAÇÕES
SANTOS, Milton.	63
TRINDADE JR., Saint-Clair.	37
BECKER, Bertha.	36
HARVEY, David.	14
LOUREIRO, Violeta.	8
ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de.	8
ACSELRAD, Henri.	7
CUNHA, Manuela Carneiro.	6
OLIVEIRA, José Aldemir.	6
CORRÊA, Roberto.	6

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2024.

Evidencia-se também que foi verificado nos trabalhos quais as contradições relacionadas a produção do espaço a partir da lógica capitalista, foi observado que a maioria dos trabalhos não faz uma crítica diretamente ao modo de produção e as desigualdades causadas por ele, contudo, como são trabalhos que partem da realidade concreta, as contradições são evidenciadas por meio dos elementos descritos acerca dos territórios e das relações sociais e de produção destes espaços. Sendo assim, destacamos: 1) as consequências socioambientais do desenvolvimento de grandes projetos capitalistas na região amazônica[17]; 2) conflitos socioterritoriais e culturais entre agentes em disputa por territórios amazônidas[18]; e 3) ausência/omissão do Estado e políticas públicas que considerem as particularidades da região[19].

No que se refere as consequências socioambientais dos grandes projetos destacadas nos trabalhos, é salientado a chegada dos grandes projetos na região indica a criação de espaços dotados de infraestrutura urbana, contudo, se tem nestes mesmos espaços a "produção de gases tóxicos; desmatamento de grandes áreas e desapropriação de terras pertencentes, geralmente, a comunidades pobres e tradicionais." (Barroso, 2015, p. 40), o que por sua vez, impacta diretamente as

[17] Verificado nos trabalhos de Barroso (2015), Assunção (2017), Sousa (2017), Sousa (2018), Ferraz (2018), Schuber (2019), Conceição (2019), Zurra (2019), Alves (2019), Silva (2019), Oliveira (2020), Silva (2020), Silva (2020), Morales (2020), Gomes (2020), Vieira (2020), Souza (2020) e Rodrigues (2020).

[18] Tratado direta e/ou indiretamente nos trabalhos de Assunção (2017), Sousa (2017), Sousa (2018), Ferraz (2018), Schuber (2019), Conceição (2019), Zurra (2019), Alves (2019), Silva (2019), Oliveira (2020), Silva (2020), Silva (2020), Morales (2020), Gomes (2020), Vieira (2020), Souza (2020), Rodrigues (2020) e Fernando (2021).

[19] Tratado em Schuber (2019), Cruz (2022), Sousa (2018), Alves (2019) e Sakatauskas (2020).

populações locais e o meio ambiente. Além disso, a consolidação destes grandes projetos na região é apontada como a causa para a acentuação de diversas problemáticas como: a pobreza, o desemprego, violência, prostituição e poluição ambiental.

Os conflitos culturais e socioterritoriais ganham contornos nas pesquisas que têm como sujeitos poluções originárias e/ou tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, campesinos, conflitos que se dão a partir dos interesses do capital na região, que vão desde o conflito pela terra até conflitos por respeito e preservação da cultura e do modo de morar amazônico, sendo assim, "o conflito territorial diz respeito à luta pela terra, o conflito socioambiental refere-se a luta em defesa do uso comum dos recursos naturais e de sua conservação" (Conceição, 2019, p. 55).

A contradição de ausência/omissão do Estado e políticas públicas, se dá tendo em vista, que são pensadas políticas desenvolvimentistas para a região, tais políticas são financiadas pelo Estado, mas, estas são pensadas para o benefício do grande capital e não das populações residentes da região.

O desenvolvimento de infraestrutura rodoviária, fluvial, entre outras, não significa acesso as populações amazônidas, tendo em vista que o Estado não elabora políticas públicas voltadas para os nativos da região, o que por sua vez, "tornam mais precárias as condições de vida local por proporcionar uma sobrecarga a infraestrutura insuficiente ou inexistente." (Schuber, 2019, p. 356).

Em síntese, destaca-se que o presente estudo permitiu observar o esforço dos pesquisadores, que estudam a região amazônica, no que se refere a considerar as diferentes e plurais realidades encontradas na região, ou seja, a urbanodiversidade (Trindade Jr. *et al*. 2011) encontrada nas mais diversas localidades estudadas, que são determinadas a partir de processos históricos, econômicos, sociais e culturais, como a colonização, os ciclos econômicos e formas de produção, além das disputas dos agentes antagônicos que compõem e produzem tal espaço.

Trindade Jr. (2010a, p. 251), diz que quando se considera a urbanodiversidade da região, tais "espaços passam a ser vistos não apenas como desiguais, mas também como espaços diferenciados na sua formação e existência.", não limitando a interpretação apenas ao elemento da divisão territorial do trabalho, mas também, não desconsiderando o fator econômico, que atravessa a discussão de todos os trabalhos encontrados, tendo em vista, que o modo de produção capitalista tem em sua base as contradições, que por sua vez, fomentam consequências tanto para aqueles que estão inseridos na lógica de acumulação do capital, quanto aqueles que resistem e enfrentam tal lógica, como no caso das populações tradicionais e originárias da Amazônia.

Por fim, vale destacar que considerar o elemento da urbanodiversidade é um passo fundamental para a apreensão da particularidade regional da Amazônia, pois assim, é possível "reconhecer tipos diferenciados de cidades e seus conteúdos, [...] pensar também a possibilidade de

políticas urbanas mais plurais voltadas para essa diversidade urbana reconhecidamente complexa" (Trindade Jr. 2010a, p. 246).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região amazônica possui particularidades que a caracterizam, tanto do ponto de vista de suas paisagens, quanto de suas formas e conteúdos urbanos/rurais, econômicos, políticos e culturais. Estas particularidades podem ser identificadas, também, nas cidades e nos diferentes territórios presentes na região amazônica, com uma considerável riqueza e diversidade em termos de fauna e flora, mas também étnico-racial, além de diferenciadas formas de urbanização e/ou conservação do conteúdo rural, a depender do território. Nesta, podemos visualizar cidades econômicas ou tradicionais, ribeirinhas ou planejadas, e cidades híbridas, com conteúdo urbano e rural, conforme apontado por Trindade Jr. (2010a), o que conformam uma verdadeira urbanodiversidade na Amazônia.

Desse ponto de vista, o artigo ora apresentado buscou identificar e analisar teses e dissertações relacionadas à teoria da urbanodiversidade, cunhada por Trindade Jr., e, neste sentido, apontar as principais características dos trabalhos, com o intuito de demonstrar o estado da arte. Nota-se, assim, que um considerável quantitativo de trabalhos foi identificado a partir do levantamento, ainda que alguns deles não possuam o elemento da urbanodiversidade no título, resumo ou palavras-chaves, encontrando-se apenas no conteúdo do texto.

Conforme destacado ao longo da apresentação dos dados coletados, os trabalhos analisados indicam que suas respectivas orientações teórico-metodológicas são, em geral, ancoradas em autores notadamente críticos. Em consonância com esta constatação, Milton Santos é o autor mais citado entre os trabalhos. Este dado é revelador na medida em que demonstra que os/as pesquisadores estão buscando assentar suas análises em referenciais que apontam a necessidade de vincular os objetos de pesquisa aos processos globais da ordem do capital, e destacar as diferenciações urbanas e/ou rurais sem perder de vista o lugar que o Brasil e a Amazônia ocupam na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Ao encontro deste dado, é coerente que as principais temáticas identificadas sejam: a) formação, transformações e/ou modificações territoriais; b) identidades tradicionais e/ou territoriais; c) grandes projetos e desenvolvimentismo na Amazônia; d) impactos socioambientais; e) conflitos territoriais; f) saberes, cultura e comunidades tradicionais; g) relações de trabalho e superexploração na Amazonia; h) cidades ribeirinhas; i) formação e/ou construção de *company town* na Amazônia; j) paisagens e patrimônio cultural; k) modos de vida; l) urbanodiversidade; e m) turismo. Em síntese, os trabalhos identificados e analisados que ancoram-se em referenciais críticos

e utilizam o conceito de urbanodiversidade apontam justamente as diferenciadas formas e conteúdos urbanos presentes na Amazônia brasileira. Estes estudos são fundamentais pois permitem interpretar os territórios – especialmente aqueles vinculados às pequenas cidades – a partir de uma lógica que considera as particularidades regionais, sendo, portanto, imprescindíveis para a elaboração de políticas públicas que tenham a particularidade regional como aspecto estruturante. Além disso, estas interpretações demarcam uma importante posição dentro da produção de conhecimento pois, ao mesmo tempo em que consideram que na Amazônia coexistem conteúdos e formas diferenciados, estão também interessados em pensar a região a partir de sua realidade, vinculando-a aos processos mais amplos da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

BARROSO, M. M. **Nova Mutum Paraná: uma company town ou uma vila para remanejados?** (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Velho, 2015. Disponível em:https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_789dd0305b4d0ba0192e644e1ad5babf. Acesso em: 14 de mar. 2024.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possivel identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias estratégicas**, n. 12, set. 2001, p. 135-159.

BECKER, B. K. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CONCEIÇÃO, M. do C. **Conflito socioambiental em Baixa Grande, Alcântara – MA:** a questão da sustentabilidade e as formas de resistência étnica. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, São Luís, 2019. Disponível em: https://repositorio.uema.br/handle/123456789/1465#:~:text=Por%20meio%20da%20problematiza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20aspectos%20%C3%A9tnicos%2C%20pol%C3%ADticos%2C,%C3%A1guas%20fluviais%2C%20atrav%C3%A9s%20do%20Projeto%20Alc%C3%A2ntara%20Cidade%20Sustent%C3%A1vel.. Acesso em: 14 de mar. 2024.

CRUZ, R. L. **A URBANODIVERSIDADE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE OIAPOQUE-AP/BRASIL**. (Dissertação de Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Macapá, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11922785. Acesso em: 14 de mar. 2024.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva** Manaus: Valer, 2000. 224p.

SAKATAUSKAS, G. de L. B. **Especificidades da Precariedade Habitacional na Amazônia Ribeirinha : Um Olhar Sobre a Região do Baixo Tocantins.** (Tese de doutorado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ufabc.edu.br/index.html. Acesso em: 14 de mar. 2024.

SANTOS, M**. A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 7ª reimpressão. Editora Universidade de São Paulo (EDUSP) (Coleção Milton Santos, 1). São Paulo, 2017.

SCHUBER, E. S. M. **Neodesenvolvimentismo, reestruturação urbana e cidades médias na Amazônia:** o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019. Disponível em:

https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFPA_f3b2e835fae4348c5fd4ba03a217f582?lng=en. Acesso em: 14 de mar. 2024.

SILVA, E. G. da. **DO RIO À ESTRADA:** AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA MICRORREGIÃO DO JURUÁ ACREANO. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Velho, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9296935. Acesso em: 14 de mar. 2024.

SOUSA, R. M. de M. **Reserva de desenvolvimento sustentável Rio Negro (AM) e sua relação com o turismo de base comunitária:** perspectivas de gestão local na Amazônia e percepção das comunidades. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017. Disponível em: https://www.bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_35cea571c63fa51544ffe146c799150d. Acesso em: 14 de mar. 2024.

TRINDADE JR., S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Revista Cidades**, v. 7, p. 227-255, 2010a.

TRINDADE JR., S-C. C. Regionalização, cidades e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Acta Geográfica,** v. 17, p. 222-239, 2023.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 51, p. 113-137, 2010b.

TRINDADE JR., S-C. C. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JR., S-C. C. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo. In: Miguel Pacífico Filho: Luís Octavio de Faria e Silva; Jandir Ferreira de Lima; Jairon Barbosa Gomes. (Org.). **Urbanodiversidade:** possibilidades e contradições. 1ed.Palmas: EdUFT, 2022, v. 1, p. 25-58.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano.

GESTÃO DE PRÁTICAS TURÍSTICAS NOS LENÇÓIS MARANHENSES: PERCURSOS ENTRE O MERCADO E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Fernando Campelo Pãozinho[1] (NAEA/UFPA)
Silvio José de Lima Figueiredo[2] (NAEA/UFPA)

RESUMO: O turismo de base comunitária se estabelece como um fenômeno social complexo, proveniente de práticas turísticas desenvolvidas por agentes, na posição de protagonistas em seus territórios, influenciadores de mudanças por meio da força e capacidade de autogestão de seu desenvolvimento. Neste entendimento, as práticas turísticas comunitárias desenvolvidas em regiões, como nos Lençóis Maranhenses, são influenciadas tanto pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses quanto pelo Polo Turístico Lençóis e Delta. Neste contexto, a presente pesquisa visa analisar a gestão das práticas turísticas comunitárias e suas interfaces com a conservação ambiental e o mercado nos Lençóis Maranhenses. A metodologia empregada estrutura-se em uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de estudo bibliográfico e documental, com posterior pesquisa de campo para aplicação de entrevistas e formulários, utilizando-se também do método de observação direta, pesquisa-ação e estudo de casos múltiplos. As etapas de investigação buscam identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas realizadas nas comunidades de Satuba e Betânia em Santo Amaro do Maranhão, avaliar suas interfaces de gestão sob a perspectiva dos conceitos do turismo de base comunitária, compreendendo os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que atuam sobre a dinamização das práticas turísticas comunitárias na região, para assim, evidenciar aqueles que possuem a capacidade de potencializar o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Deste modo, os resultados contribuem para um entendimento mais consistente, sobre modelos próprios de gestão comunitária no turismo dos Lençóis Maranhenses, forjados sobre um cenário de tensão entre as exigências de mercado e as necessidades de conservação ambiental, demonstrando que, em vez de protagonizarem seu processo de desenvolvimento, estão sofrendo as mazelas da incompatibilidade de objetivos de agentes externos no território.

Palavras-chave: Práticas Turísticas; Turismo de Base Comunitária; Santo Amaro do Maranhão; Lençóis Maranhenses.

INTRODUÇÃO

Para se compreender o turismo, sob o olhar da prática, deve-se ater ao seu transcurso dentro do conceito da viagem como uma prática da necessidade humana, que evoca a experiência do deslocamento entre o mesmo e o diferente (Figueiredo, 2014).

Sendo assim, o estudo do turismo seria então o estudo de uma forma particular de viagem, da viagem que pressupõe o lazer, da experiência do retorno, e da viagem-pacote: a mercadoria turismo (MacCannell, 2003; Figueiredo & Ruschmann, 2004; Figueiredo, 2010).

[1] Discente. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: nando.camp@hotmail.com
[2] Docente. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: silviolimafigueiredo@gmail.com

Diante destas várias visões acerca do turismo, verifica-se como necessário elevar o entendimento da teoria da prática fundamentada nas concepções de Bourdieu. Segundo o teórico, a prática é um produto do habitus que transcreve a relação dialética entre uma situação e o contexto (Ortiz, 2003, p.57).

Por sua vez, o habitus se define como a mediação universalizante que faz com que as práticas sejam orquestradas. Práticas estas, que não são fatos acabados e fogem dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante, construíndo seu princípio gerador no interior do movimento de sua efetividade (Bourdieu, 1994).

Neste âmbito, a prática turística é uma categoria trabalhada na perspectiva sócio-antropológica como a sociabilidade (trocas econômicas e sociais) do encontro, da interação do turista com o local residente, sendo este concebido como o próprio núcleo da prática turística. Em que os principais agentes em campo são os turistas e as comunidades receptoras, pois o encontro é o principal fato social do turismo (Figueiredo, 2022).

A prática turística quando desenvolvida em comunidades tradicionais é configurada por habitus que influenciam, constantemente, a formação do campo destas práticas, onde diversos mecanismos exteriores e/ou interiores à coletividade, podem assumir tanto a face mercadológica da atividade turística (mercado tradicional) ou a protagonização de um turismo de base comunitária.

Para tanto, a gestão destas práticas turísticas em comunidades tradicionais pressupõe o protagonismo individual, familiar e comunitário na configuração de modelos próprios que vão desde a visitação, operacionalização de empreendimentos até a governança da atividade turística na constituição de uma cadeia produtiva local adotando assim este formato como modelo de desenvolvimento turístico e estratégia social.

No Maranhão, observa-se a região dos Lençóis Maranhenses como um dos destinos turísticos mais indutores de fluxos nacionais e internacionais de turistas do nordeste brasileiro. Tal região, contempla o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), unidade de conservação de proteção integral, regido pela Lei n.º 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com jurisdição no território pertencente aos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz.

Pela atratividade do PNLM e seu entorno, veiculada pela promoção do destino, contemplando o campo de dunas e lagoas, enquanto atrativos naturais de alta demanda turística, muitas comunidades tradicionais localizam-se no percurso dos principais roteiros de mercado para visitação ou mesmo possuem tais recursos em seus territórios, como as comunidades de Satuba e Betânia em Santo Amaro do Maranhão.

Neste sentido, como as práticas turísticas comunitárias e suas formas de gestão se desenvolvem diante das necessidades de conservação ambiental do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e do mercado turístico do polo turístico Lençóis e Delta? Quais mecanismos podem influenciar no desenvolvimento do turismo de base comunitária?

Para tanto, o objetivo desta pesquisa é analisar a gestão das práticas turísticas comunitárias e suas interfaces com a conservação ambiental e o mercado nos Lençóis Maranhenses.

A metodologia empregada estrutura-se em uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de estudo bibliográfico e documental, com posterior pesquisa de campo para aplicação de entrevistas e formulários, utilizando-se também do método de observação direta e análise do discurso e conteúdo.

As etapas de investigação buscaram identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas realizadas nas comunidades de Satuba e Betânia em Santo Amaro do Maranhão, avaliar suas interfaces de gestão sob a perspectiva dos conceitos do turismo de base comunitária, compreendendo os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que atuam sobre a dinamização das práticas turísticas comunitárias na região, para assim, evidenciar aqueles que possuem a capacidade de potencializar o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

METODOLOGIA

Como forma de obter tais respostas, a metodologia empregada consistiu na elaboração de uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de estudo bibliográfico e documental, por meio da coleta de dados, com posterior pesquisa de campo para aplicação de entrevistas, formulários, boletins de escuta, observação direta e registros fotográficos.

Anterior ao estudo bibliográfico foi realizado um levantamento de artigos científicos a partir das principais bases de pesquisa acadêmica, entre elas as plataformas: *Google Scholar*, *SciELO* e CAPES, além de sites oficiais de órgãos relacionados a área de estudo, desenvolvendo uma programação de leituras e fichamentos.

Em seguida, para a coleta de dados, destacaram-se os seguintes métodos utilizados: a observação direta, pesquisa de campo e *survey*, para identificar as práticas turísticas, bem como os perfis dos comunitários, além da investigação sobre os mecanismos de influência dos campos. Para construção do diagnóstico de gestão das práticas turísticas, elaborou-se um formulário adaptado a partir de outras metodologias de aplicação, como proposto por Miranda et al. (2019). Por fim, para tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo e do campo social para ensaios de interseção e cruzamento dos campos estudados.

A observação direta foi utilizada para obter informações sobre o cotidiano das comunidades, das práticas turísticas realizadas, bem como das interações entre os agentes do campo. Nessa perspectiva, para Gil (2008), a observação é a aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos da realidade, auxiliando na análise de cenários e comportamentos. Sendo assim, por meio do uso de métodos e técnicas próprios, são produzidos resultados peculiares sobre a realidade estudada (Rudio, 2014).

A pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (Fonseca, 2002).

Neste sentido, aplicou-se um *survey* no mês de julho de 2022 nas comunidades estudadas, a fim de obter um primeiro contato com a população-alvo, realizando um reconhecimento do campo.

Posteriormente, o método de aplicação de diagnóstico sobre as práticas turísticas foi desenvolvido no período de março de 2024, possibilitando uma avaliação holística acerca do cenário atual no que tange desde a gestão da visitação, dos empreendimentos até a própria gestão da atividade turística nestas comunidades.

Como forma de conduzir a uma validação apropriada dos dados e resultados da pesquisa, elencam-se como possíveis limitações ao método: a logística de acesso e mobilidade dentro das comunidades para aplicação dos instrumentos de coleta, um desafio para atingir uma amostra expressiva de entrevistados; a sazonalidade turística que em períodos de alta estação, demanda ainda mais o tempo dos comunitários para a prestação de serviços junto aos clientes, gerando uma possível indisponibilidade para a participação nas entrevistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria da Prática de Bourdieu

Para o entendimento sobre o conceito da prática, torna-se fundamental compreender seu aporte epistemológico alicerçado sobre as concepções do conhecimento praxiológico, fundamentado nas evoluções do pensamento entre as teorias fenomenológicas e estruturalistas ou objetivistas, na tentativa de construir uma teoria do conhecimento prático do mundo social (Ortiz, 2003, p.40).

Assim, a teoria da prática pode ser explicada a partir do diálogo entre variáveis interiorizantes e exteriorizantes ao meio, em que agentes sociais estão em constante movimento em um campo.

Essa perspectiva teórica contribui para entender que, estruturas constitutivas de um tipo particular de meio, que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus (Ortiz, 2003, p.53).

Segundo Bourdieu (1989), "a maioria das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre um *habitus* e um campo (conjuntura)". Assim, o *habitus* é a mola propulsora que leva tais agentes a agirem dentro dos diversos campos que constituem a esfera social. E é este *habitus* que produz a prática ou as práticas, tendo como ponto de partida a dicotomia agente social (indivíduo) e sociedade (estruturas estruturadas e estruturas estruturantes), numa relação dialética entre interioridade e exterioridade, representadas por estilos gerais de vida, de atitudes, de posturas, de condicionamentos, dentro de informações sistemáticas válidas e reconhecidas, aceitas ou rejeitadas pelos indivíduos, grupos e classes (Freitas, 2012, p.6-10).

Neste sentido, os agentes e relações podem ser identificados como redes, sistemas, cadeias, arranjos, processos com características relacionais e reflexivas, em disputa, em forças opostas que buscam a manutenção de suas estruturas e de sua reprodução (Figueiredo, 2022).

Tão logo, somente através das práticas é que se capta o *habitus*, e que se delineiam os jogos de interesses e capitais simbólicos, partindo do produto ao processo e vice-versa (Bourdieu, 1994).

Assim, a teoria científica Bourdieusiana consegue demonstrar que a dinâmica dos campos se define pelo espaço das condições, uma vez que, cada agente social tem uma condição diferente. Desse modo, a estrutura que o campo irá assumir dependerá do capital cultural e simbólico ali incorporado, objetivado e institucionalizado.

Por fim, entende-se a prática como um produto do *habitus* dentro da relação dialética entre uma situação e um contexto estruturante de um campo social com e por agentes sociais.

Com base neste entendimento, engendra-se o conceito da prática para conceituar, na perspectiva fenomenológica e praxiológica, a prática turística.

A Prática Turística

A prática turística fundamenta-se como unidade mínima para o turismo acontecer. Para tanto, apresenta como núcleo-base, o encontro, condicionado aos pressupostos de interação, sociabilidade do turista com o local residente, organização, narrativas, dentre outras categorias que influenciam e são influenciadas pela situação e contexto das predisposições.

No campo de estudo da prática turística, apreende-se que as sociabilidades são traduzidas tanto em trocas sociais quanto em trocas econômicas. Isso quer dizer que, além da perspectiva sócio-antropológica, a atividade turística, em uma abordagem mercadológica, também desdobra-se como uma prática turística (Figueiredo, 2021).

Em uma perspectiva voltada para o campo de práticas turísticas enquanto fenômeno social, Figueiredo e Nóbrega (2015), preferem conceber o turista, não como meros consumidores, mas sim como atores sociais em situação de encontro e convívio, orientado para trocas e desse modo amplia o sentido do turismo para além do enquadramento mercadológico.

Essa abordagem teórica lança luz sobre o entendimento de que existem categorias que determinam como a prática turística se desenvolve, ora se comportando como produto do mercado tradicional, considerando assim, categorias como tempo, espaço e volume (Pinto e Moesch, 2005), ora se estabelecendo como produto das relações sociais, considerando, categorias como a qualidade do encontro, as trocas estabelecidas e a interculturalidade entre os agentes sociais em um campo simbólico (Figueiredo, 2022).

Isso implica dizer que, ambas as abordagens da prática turística são importantes para compreensão da complexidade dos cenários turísticos a partir de diversas realidades do global ao local e vice-versa. Compreendendo, então, o modo como este turismo se comporta, o foco da pesquisa se volta para aprofundar, principalmente, sua perspectiva como mudança em uma coletividade humana.

Conforme esta linha de pensamento, a prática do turismo tem um sentido retórico e social, utilizando nele, signos de diferenciação social (Appadurai, 1988, p.38). Na mesma direção, em que o turismo se origina na possibilidade de estabelecimento de trocas, comunicações e relações humanas diferenciadas daquelas que caracterizam a vida cotidiana (Silva et al., 2020).

García Canlini (1999, p.42), corrobora nesta discussão indicando que a prática turística se estabelece como um conjunto de processos de apropriação e usos de produtos nos quais o valor simbólico predomina sobre os valores de uso e de troca, ou onde, pelo menos, estes últimos se configuram subordinados à dimensão simbólica.

Por fim, utiliza-se como referência o conceito de Figueiredo (2022), que trata a prática turística como a sociabilidade (trocas econômicas e sociais) do encontro, da interação do turista com o local residente, sendo este concebido como o próprio núcleo da prática turística. Em que os principais agentes em campo são os turistas e as comunidades receptoras, pois o encontro é o principal fato social do turismo.

A partir da compreensão estabelecida acima, o olhar, neste momento, se direciona para uma especificidade da prática que busca dar conta das mudanças advindas do turismo em uma coletividade humana gerada em sua interioridade, ou seja, no âmago comum do habitus, exteriorizando a possibilidade do encontro com o outro, definida como prática turística comunitária.

A Prática Turística Comunitária

Comunidades tradicionais evocam às várias formas de uso do espaço físico em um processo coletivo de sentidos, significâncias e relações de significados constituídos como *habitus*, com base na integração de recursos ambientais, valores simbólicos culturais de memória e produção de saberes e fazeres em um campo social de influências mútuas de seus sujeitos-agentes presentes e antepassados.

Esta construção do conhecimento empírico tradicional explicita, a tomada de consciência do processo histórico de surgimento dos povos e comunidades tradicionais, influenciando uma mudança do contexto de indivíduo para sujeito-agente-protagonista, envolvido pelo desejo de luta por direitos legítimos.

Para Bourdieu (1994, p. 67), "os sujeitos sociais se tornam agentes, isto é, indivíduos considerados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade". Estes agentes, por sua vez, tomados de consciência dos fatos sociais e históricos que permeiam suas heranças de vida, tornam-se cada vez mais senhoras e senhores do seu tempo-espaço, frutos de um protagonismo despertado por ensinamentos e aprendizados cotidianos.

Mas o que entendemos como protagonismo? Esta avaliação perpassa pelo sentido de que "há rachaduras no processo de hegemonia ou dominação de classe: lentamente, da massa, surgem lideranças carismáticas que organizam movimentos sociais com visão própria" (Boff, 2014).

Este protagonismo, dotado de discurso, ação e liderança comunitária auxilia no processo de desenvolvimento endógeno, influenciado pelas práticas diárias de exercício do saber tradicional, valorizado, amplificado e compartilhado em teoria e prática de geração a geração.

Neste sentido, volta-se um olhar para a relação entre turismo e comunidades tradicionais, entendendo que uma das formas de prover um turismo mais sustentável está na perspectiva do turismo de base comunitária enquanto uma prática turística comunitária que traz a eficácia social necessária como resultado da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Para tanto, verifica-se o turismo de base comunitária como prática promotora do desenvolvimento comunitário quando estimulado no território a partir da capacidade de gestão comunitária de práticas locais orientadas ao turismo.

Evoca-se, neste cenário, o conceito de desenvolvimento comunitário como uma forma particular de desenvolvimento local, delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais, normalmente não tem uma estrutura político-administrativa e institucional (como a municipalidade), mas tende a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica, além da capacidade de organização e participação comunitária (Buarque, 2006, p.33).

Concomitante a isto, observa-se que, a gestão comunitária, pode ser compreendida como um regime de propriedade comum e auto-organização de comunidades para a gestão sustentável de seus recursos ou bens comuns (Ostrom, 1990).

Assim sendo, a prática turística comunitária se constitui com base na ação de agentes-protagonistas com capacidade de gestão das próprias práticas voltadas para o encontro com o visitante a partir das condições estabelecidas de organização e participação.

Essa reflexão leva a pensar sobre a importância de perceber as formas de gestão destas práticas turísticas comunitárias no campo das relações interiores e exteriores, a facilitar o encontro entre visitante e visitado.

Gestão de Práticas Turísticas Comunitárias

A gestão de práticas comunitárias, expressa-se como, toda organização (associação, cooperativa ou empresa familiar) formada por indivíduos comunitários responsáveis pela gestão e implementação de serviços e produtos, aplicando o manejo sustentável dos recursos naturais em seu território (Miranda et al., 2019, p. 27).

Assim, a prática de turismo de base comunitária torna como principal centro do protagonismo, o agente comunitário, em posição de iniciativa individual ou coletiva do fazer turístico, seja por meio da oferta de serviços turísticos formatados em empreendimentos com estrutura física, a exemplo de pousadas e restaurantes, seja pela simples oferta de experiências de visitação aos atrativos naturais, ainda não configuradas diretamente como um negócio.

Pela vertente de entendimento do turismo de base comunitária enquanto modelo de gestão, observa-se na literatura, três direções: a primeira como um modelo de gestão de empreendimentos, a segunda como um modelo de gestão da atividade turística em todos os seus aspectos e a terceira como um modelo de gestão da visitação.

Em sua vertente enquanto modelo de gestão de empreendimentos, estes podem ser classificados enquanto comunitários (único ou vários empreendimentos de gestão coletiva, em que as responsabilidades são compartilhadas e os benefícios distribuídos de forma comum ao nível comunitário) ou como familiares (empreendimento(s) gerido(s) por núcleos familiares com responsabilidades direcionadas ao grupo parental e benefícios divididos familiarmente).

Sendo assim, independente da forma de organização ou participação, este conceito dentro da prática turística, atende a uma necessidade de ter os próprios comunitários como protagonistas da gestão de empreendimentos turísticos, contrapondo ao cenário de comando do turismo local por agentes externos que estabelecem negócios e grandes investimentos de capital, colocando a comunidade na condição de coadjuvante ou até mesmo figurante do fenômeno turístico.

O turismo de base comunitária, quando compreendido como um modelo de gestão da atividade turística, amplia-se a uma perspectiva, de que a comunidade não está à frente apenas dos empreendimentos, mas também de toda a cadeia produtiva local do turismo, em uma posição de governança, refletindo no conjunto de todas as relações ambientais, culturais, econômicas e políticas de seu território.

Dessa forma, o TBC é entendido como um modelo de gestão da atividade turística em que a população local de um determinado território rural (principalmente famílias camponesas e povos indígenas), e através de suas diferentes estruturas organizacionais de natureza coletiva (como cooperativas, assembleias comunitárias, associações ou grupos de famílias associadas de alguma forma), desempenha um papel de liderança no controle de seu desenho, execução, gestão e distribuição de benefícios (Cañada; Fandiño, 2009; Cañada, 2015).

Assim, é possível analisar nesta interface que o turismo de base comunitária, consegue por meio de seus agentes sociais evoluir os níveis de capacidade de gestão para além dos empreendimentos, criando um ecossistema comunitário turístico de proporção e amplitude maior a atender uma governança, ainda que em escala local da atividade turística (Bursztyn; Bartholo, 2012), fortalecendo os cenários de organização, manutenção, monitoramento e controle frente ao mercado tradicional para a comercialização.

O turismo de base comunitária é visto como um modelo de gestão da visitação sob regime de monitoramento e controle que parte tanto da fiscalização do órgão gestor das Unidades de Conservação, como nas UCs Federais, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), quanto das próprias comunidades tradicionais envolvidas no processo de acolhimento.

Neste olhar, o TBC passa a ser conceituado como um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2018).

Dessa forma, o turismo de base comunitária pode tomar proporções diferenciadas de evolução com base na consolidação das práticas dentro da comunidade, ou em todo o território a partir das categorias estruturantes encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Prática Turística nos Lençóis Maranhenses

Dentre a diversidade de ambientes naturais existentes no Maranhão, a região dos Lençóis Maranhenses, se destaca pela unicidade de suas paisagens, formadas por um fenômeno raro,

geológico, a partir da deposição de sedimentos e areia por influência do mar e dos ventos, a formar um conjunto de dunas, por uma extensa área litorânea, que adentra ao continente, interligado por lagoas de água doce, em ocorrência no período de chuvas, denotando a este território o conceito de experiência singular de turismo no mundo.

Estas características reforçam desejos e motivações para fluxos turísticos provenientes de diversos estados e regiões brasileiras, bem como de outros países, a vivenciar práticas de turismo de natureza e cultura, baseadas em uma imersão de sensações, encontros e conexões.

Apesar desta vocação indiscutível para o turismo, suas características biológicas e geomorfológicas representam valor ecossistêmico de grande necessidade de proteção, por sua ocorrência geológica e por suas espécies animais e vegetais endêmicas de alta sensibilidade.

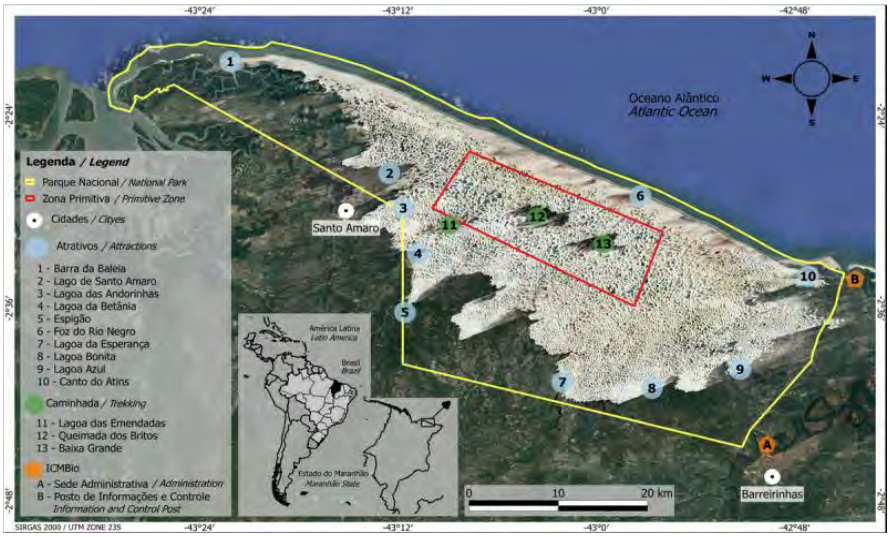
Neste sentido, a prática turística nos Lençóis Maranhenses é influenciada tanto pelos mecanismos de conservação ambiental com a existência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) quanto pelos mecanismos do mercado turístico tradicional classificando a região dentro da categoria de um polo turístico.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, por sua vez, é uma Unidade de Conservação Federal, classificada na categoria proteção integral, segundo diretrizes da Lei n.º 9.985 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000).

A gestão do PNLM é conduzida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com sede no município de Barreirinhas (MA). Dentre suas atividades e competências, incluem planejamento, ordenamento das atividades, educação ambiental e fiscalização (ICMBIO, 2020).

Diante disto, o parque (Figura 1) possui uma área de 156.608,16 hectares, inseridos na região do litoral oriental maranhense, apresentando uma linha de costa regular com 2/3 de sua extensão coberta por dunas e lagoas interdunares. Abrange três municípios do estado do Maranhão: Barreirinhas (44,79%), Santo Amaro (44,20%) e Primeira Cruz (7,14%) (ICMBIO, 2020, p. 4).

Figura 1 — Delimitações do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Brasil



Fonte: ICMBIO, 2020.

Assim, a prática turística no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses obedece às normas de conservação ambiental instituídas pelos instrumentos de gestão da unidade de conservação, o plano de manejo, o zoneamento e o plano de uso público.

Desta maneira, o zoneamento do PNLM torna-se um instrumento de grande importância para a definição e gestão das atividades permitidas na política de uso público, dentre elas a prática turística.

Dentre as práticas turísticas permitidas a depender do zoneamento estabelecido do PNLM encontram-se: acampamento com pernoite, ciclismo, canoagem, observação astronômica, observação de fauna, contemplação, recreação na água, caminhada, cavalgada, sobrevoo, passeio de quadriciclo, transporte terrestre em veículo com tração nas rodas, passeio náutico, kitesurf, visitação à praia e cachoeira.

Fora das delimitações do PNLM, na zona de amortecimento e outras áreas de influência, é possível observar outras práticas turísticas desenvolvidas e ofertadas pelo mercado turístico, principalmente dos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão. Dentre estas práticas, pode-se elencar: visitação ao mangue e observação da cata do sarnambi, passeio de barco pelo rio Preguiças, prática do boia *cross* no rio Cardosa, surfe na Praia da Barra da Baleia e expedições fotográficas.

Contudo, vale destacar, principalmente, o desenvolvimento de práticas turísticas comunitárias, na zona rural de Barreirinhas: Mandacaru (situado às margens do Preguiças, formado por comunidade de pescadores, possui como símbolo, o Farol de Mandacaru, gerido pela Marinha Brasileira, que recebe visitação turística para contemplação panorâmica da paisagem); Ponta do Mangue (apresenta-se como um povoado próximo à Atins e ao povoado de Santo Inácio, formada por

comunidade tradicional de pescadores e marisqueiras); Sobradinho (localizado na entrada da sede do município, apresenta-se como balneário, assim como o povoado de São Domingos, apresentando estrutura de bares e restaurantes); Tapuio e Cantinho (localizados na área de acesso ao PNLM, apresentam um conjunto de restaurantes, com uma proposta de lazer e experiência gastronômica às margens do rio Preguiças); e as comunidades de Marcelino, Santa Cruz e Santo Antônio, pelo título de áreas quilombolas, com produção de farinha, artesanato em fibra de buriti e cerâmicas.

E na zona rural de Santo Amaro do Maranhão, formada por povoados, comunidades e assentamentos, dispostos, principalmente, em regiões bem distintas: comunidades localizadas dentro do PNLM, como Betânia e em sua zona de amortecimento ou entorno imediato, no caso das comunidades de Barra, Satuba e Buritizal. Alguns outros povoados estão situados em uma área mais litorânea, próximo à região de praia, como a comunidade de Travosa.

Destas últimas, cumpre-se o objetivo de mapear as práticas turísticas comunitárias desenvolvidas nas comunidades de Satuba e Betânia.

Mapeamento de Práticas Turísticas Comunitárias nos Lençóis Maranhenses

Apesar das oportunidades de pesquisa e mapeamento das práticas turísticas comunitárias em várias comunidades da região dos Lençóis Maranhenses, delimitou-se para fins desta pesquisa, compreender tais práticas a partir das experiências nas comunidades de Satuba e Betânia no município de Santo Amaro do Maranhão (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de localização das comunidades de Satuba e Betânia



Fonte: O autor, 2023.

O Município de Santo Amaro do Maranhão, diferencia-se de outros municípios da região, por ter a sede mais próxima à área de dunas da delimitação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Sendo assim, conhecer estas comunidades e o cenário de gestão comunitária do turismo, torna-se importante no processo de entendimento destas práticas no destino.

Gestão de Práticas Turísticas na Comunidade de Satuba

O espaço rural do município de Santo Amaro do Maranhão está distribuído em comunidades (Brasil, 2011), classificadas em sítios, povoados, fazendas e assentamentos, representando assim um total de 182 localidades (Silva, 2011).

Dentre estas, encontra-se a comunidade de Satuba que, de acordo com IMESC (2020), integra um dos territórios para projeto de assentamento estadual.

Devido à quase inexistência de dados sociodemográficos e econômicos sobre Satuba, em pesquisa aos órgãos oficiais, adotou-se metodologicamente, entrevistas *in loco* no mês de julho de 2022, com uma comunitária, diretora da única escola existente e uma comunitária representante da unidade básica de saúde na localidade, a fim de acessar dados complementares a esta realidade.

Segundo a coleta, foi possível saber que, "mais de 40 famílias formam a comunidade de Satuba, com um total de 190 pessoas, fazendo parte de um assentamento de maior proporção que integra as localidades de Rio da Coã, Novo Satuba, Pedorreiro e São João" (Entrevistada, Prof.ª V.S.S., 2022).

Distante 23,8 km da sede municipal (mensurado por meio do aplicativo minha rota), Satuba pode ser caracterizada como uma comunidade que tem por base econômica a agricultura familiar de subsistência, destacando-se o desenvolvimento da cadeia produtiva da mandioca, representada pelas 04 casas de farinha distribuídas ao longo de seu território.

Neste contexto, uma prática observada junto aos donos de casas de farinha de Satuba, perpassa pela concessão aos outros moradores do direito de fabricar farinha em seu espaço, utilizando seus equipamentos e ferramentas, em troca do recebimento de uma quantidade proporcional da produção.

Em seus aspectos relacionados às manifestações culturais, Satuba apresenta em seu contexto, eventos de cunho carnavalesco (fevereiro), festas juninas (junho), período da farinhada (julho a setembro) e religioso (dezembro).

Apesar das dinâmicas sociais e econômicas em constante transformação na comunidade de Satuba como outrora evidenciadas, o turismo não é uma prática atualmente concreta na realidade destas pessoas. No entanto, na visão dos comunitários, existem perspectivas para seu

desenvolvimento por entenderem este como um processo que leva tempo e os projetos de fomento, principalmente através das universidades, estimulam seu acontecimento.

Sendo assim, por localizar-se no fluxo das principais rotas de passeios turísticos para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), os comunitários de Satuba relatam interesse no envolvimento com o turismo a partir da intenção em operacionalizar serviços de hospitalidade como o rede & café, restaurantes de culinária local, além das experiências proporcionadas por seus recursos naturais de potencial interesse para o turismo rural.

Ao decorrer da pesquisa de campo foi possível constatar que, uma média de seis comunitários de Satuba, possuem veículo com tração nas quatro rodas, apropriados para percursos em terrenos arenosos, trabalham com a atividade turística como condutores, porém fora da comunidade, prestando serviços para a Cooperativa de Transportes Turísticos de Santo Amaro do Maranhão, na sede do município nas mais diversas rotas já comercializadas dentro e fora do PNLM.

Atualmente, é possível encontrar uma associação de moradores, entidade de representatividade, mas que não possui atividades e reuniões constantes. As principais formas estabelecidas de convivência social se traduzem na participação de alguns comunitários junto às igrejas e nos eventos de campeonatos de futebol.

Gestão de Práticas Turísticas na Comunidade de Betânia

A comunidade de Betânia localiza-se sob as coordenadas geográficas, 2° 32′ 33‴ Sul e 43° 11′ 00‴ Oeste, integrando área de delimitação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em Santo Amaro do Maranhão, distante 10,3 km de sua sede. Para acesso ao povoado, torna-se necessário utilizar veículo com tração 4×4, bandeirante ou *Toyota hilux*, quadrículo e barco. No entanto, suas atividades são regidas por normas e políticas de uso, estabelecidas pelo plano de manejo do PNLM.

Consoante a estes aspectos, constitui-se como um povoado formado por 96 habitantes (Vieira, et al., 2022) distribuídos em domicílios familiares distribuídos em uma área às margens do Rio Alegre, de vegetação típica de restinga, contrária à região de dunas do parque.

A prática turística em Betânia iniciou-se com o pioneirismo das atividades de *trekking* pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, demonstrando a necessidade de apoio e suporte para uma demanda de perfil diferenciado do turista convencional, a partir de sua disponibilidade de imersão e experiência junto ao território, por intermédio de atividades de aventura e interação com a natureza.

A partir de uma demanda de serviços turísticos de acolhimento e alimentação, a comunidade começou a receber, em suas próprias casas, os viajantes com a oferta de pernoite e refeição para prosseguir assim com a sua jornada.

Este fenômeno de encontro entre viajantes e comunitários, despertou o sentimento da hospitalidade e da manutenção das experiências, ora ofertadas pelo destino Lençóis Maranhenses para turistas nacionais e internacionais, com mais intensidade em Betânia a partir de 2003.

Neste marco, começaram a surgir os primeiros empreendimentos turísticos, mais especificamente restaurantes e hospedarias familiares sob gestão de um protagonismo feminino, reiterando os fatores cuidado e acolhimento proporcionado aos visitantes como categorias motivadoras para a expansão dos negócios de base comunitária no povoado.

Além dos viajantes motivados pelo *trekking*, começa a surgir uma demanda de turistas nacionais e internacionais em busca dos passeios em Betânia e, principalmente, do serviço de alimentação ofertado, permanecendo na comunidade menos tempo do que os viajantes de longa caminhada.

Nesse sentido, é possível compreender que a prática turística em Betânia pode ser caracterizada pelo acolhimento dos comunitários aos turistas, classificados aqui em dois perfis distintos: os turistas motivados pela atividade de *trekking* e os turistas motivados pelo consumo de atrativos e circuitos convencionais comercializados pelo mercado turístico.

O acolhimento também se diferencia, uma vez que, para os turistas de *trekking*, Betânia, funciona como um ponto de parada para descanso, suporte e reposição das condições físicas para continuidade do percurso. Neste encontro, pode acontecer o pernoite em rede (Figura 4) e os serviços de alimentação. Para este contexto, existe uma interação deste perfil de turista com o ambiente local, como a contemplação da paisagem, banho de rio e lagoa, passeio de caiaque, além do passeio noturno de barco no rio.

Figura 3 – Redário para oferta do serviço de hospedagem em Betânia



Fonte: O autor, 2022.

Para o turista convencional que busca, o aspecto contemplativo dos Lençóis Maranhenses, o lazer por meio do banho de lagoa ou rio, durante o passeio contratado, é um dos principais chamarizes para a experiência em Betânia, acompanhado pela oferta do serviço de alimentação, que acontece com o agendamento prévio, pelos guias e condutores, ou mesmo pelas agências de receptivo da sede do município. Neste encontro, a interação entre comunitários e turistas se estabelece, principalmente, pela relação de prestação do serviço contratado.

No entanto, a receita proveniente dos passeios, nem sempre, passa diretamente pelas mãos da comunidade, uma vez que, o turista possui a opção de contratar antecipadamente com as agências localizadas na sede do município, não havendo participação dos comunitários, nem no guiamento de grupos, tampouco no processo de comercialização dos passeios em Betânia.

Sendo assim, a oferta turística em Betânia pode ser caracterizada pelos passeios à Lagoa de Betânia, travessia de barco, caiaque e banho pelo Rio Alegre, conduzidos por comunitários do povoado, além da experiência gastronômica dos restaurantes familiares com um cardápio variado entre pescados, mariscos, caprinos e aves.

Em apoio a estas experiências de práticas turísticas na comunidade, entre os empreendimentos existentes, que oferecem serviços de alimentação e/ou hospedagem em Betânia, destacam-se: Restaurante Cantinho da Felicidade, Restaurante Novo Horizonte, Restaurante do Carimbó e Restaurante da Dona Terezinha.

Influências do Mercado Turístico e da Conservação Ambiental na Gestão das Práticas Turísticas Comunitárias em Satuba e Betânia

A partir da observação de campo e da aplicação de entrevistas com 05 representantes do segmento de agências de turismo receptivo, na sede de Santo Amaro no período de 26 a 30 de março de 2024, foi possível constatar que os agentes de mercado influenciam, sobremaneira, a gestão das práticas turísticas comunitárias, principalmente na comunidade de Betânia, por já estabelecer uma relação comercial para atendimento ao turista.

Conforme as entrevistas, para as agências de turismo receptivo, não existe uma relação de parceria com a comunidade, apenas comunicação para reserva de serviços de alimentação em Betânia.

Em contrapartida, verifica-se que a comunidade de Satuba, não apresenta-se como comunidade de interesse para comercialização por parte das agências de receptivo, pois indicam não haver nenhuma iniciativa dos comunitários em formatar atividades que possam atrair o turista.

Mesmo apresentando tal cenário, constatou-se que dentre as agências de turismo receptivo pesquisadas, no corpo de colaboradores, pelo menos um profissional condutor de passeios ou motorista, é procedente de uma das duas comunidades aqui destacadas.

Para os agentes do mercado turístico convencional, a autonomia dos comunitários na gestão da prática turística é um fator que prejudica o fluxo de suas operações comerciais, pois julgam dependerem da disponibilidade dos comunitários em Betânia para atender aos turistas em horários divergentes já praticados pela comunidade como um mecanismo de controle.

Nas implicações das normas e instrumentos de conservação ambiental estabelecidas pelo ICMBio, em observação direta, na participação de uma reunião do conselho do consultivo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em maio de 2023, na sede do órgão gestor, verificam-se como mecanismos de influência, as determinações de controle de ampliação de infraestrutura em comunidades como Betânia, por estar dentro da jurisdição da unidade de conservação; fiscalização de acesso a veículos não credenciados e não autorizados a percorrerem área do parque, exceto os comunitários e direito de participação e representação no conselho consultivo do parque.

De modo diferente, na comunidade de Satuba, não existem influências diretas das normas e diretrizes do PNLM, pois não encontra-se dentro das dependências da unidade de conservação.

Por fim, observa-se a partir da análise que, os mecanismos de influência do mercado convencional incidem diretamente sobre a gestão de práticas turísticas na comunidade de Betânia, como pressão às exigências de comercialização tradicional do turismo, e de modo contrário, reprimem a oportunidade de desenvolvimento de práticas turísticas na comunidade de Satuba, por não possuir experiências de valor de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa contribuem para um entendimento mais consistente, sobre modelos próprios de gestão comunitária no turismo dos Lençóis Maranhenses, construídos sobre um cenário de tensão entre as exigências de mercado e as necessidades de conservação ambiental, demonstrando que, em vez de protagonizarem seu processo de desenvolvimento, os comunitários estão sofrendo as mazelas da incompatibilidade de objetivos de agentes externos ao território.

Na comunidade de Betânia se desenvolve uma prática turística comunitária orientada a um modelo de gestão de empreendimentos turísticos e de visitação protagonizados. Já na comunidade de Satuba são desenvolvidas práticas comunitárias que se aproximam de um modelo de gestão de empreendimentos turísticos e de visitação, porém ainda com necessidades de maior organização e participação comunitária.

Neste entendimento, as práticas turísticas comunitárias desenvolvidas nos Lençóis Maranhenses, são influenciadas tanto pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, por seus dispositivos de conservação ambiental quanto pelo Polo Turístico Lençóis e Delta representado pelo mercado turístico convencional.

Desse modo, faltam entendimentos mais claros de mecanismos de luta para as comunidades, como em Betânia, bem como do exercício de se autodeterminarem como agentes do turismo, como nas condições atuais em Satuba.

Por fim, as práticas turísticas comunitárias e suas formas de gestão se desenvolvem de maneira co-dependente das demandas do mercado tradicional e das normas de zoneamento do PNLM em Betânia. Em Satuba tais práticas se desenvolvem sob a tutela da indicação e afetividade, distante dos interesses do mercado turístico tradicional e fora das normas de manejo e zoneamento do parque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A. **The social life of things**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BOFF, L. Em busca de um conceito de povo: de ator secundário a protagonista. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2014. p. 1-5.

BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. **Lei Federal n° 9.985**, de 18 de setembro de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L 9985.htm>. Acesso: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Sistema de informações de vigilância epidemiológica**: malária, 2011.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, v.3, n.1 (jan./jun.), 2012. pp. 97-116.

CAÑADA, E. La Comercialización Del Turismo Comunitario En América Latina. **Anuario de Estudios Centroamericanos,** Universidad de Costa Rica, 2015, p.159-189.

CAÑADA, E.; FANDIÑO, M. **Experiencias de Turismo Comunitario En Nicaragua. Aportes La Economía Campesina.** Managua: Editorial Enlace, 2009.

FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA** 7(1), 2004.

FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e Viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

FIGUEIREDO, S. L. NOBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NOBREGA, W. R. M. (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 11-37.

FIGUEIREDO, S.J.L. Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. Dossiê Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. n. 54. 2022.

FIGUEIREDO, S. J. L. Cultura e natureza: a viagem e o turismo como necessidade humanas. **Revista de Turismo Contemporâneo**. v.2, n.2, Natal, 2014.

FIGUEIREDO, S. J. L. Planejamento, políticas públicas e novas práticas de turismo e lazer. **Aula**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará. 2021.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC. **Apostila**. 2002.

FREITAS, C. A prática em Bourdieu. **Revista Científica FacMais**.v.1, n.1, 2012.

GARCÍA CANCLINI, N. "El consumo cultural: una propuesta teórica", In: Sunkel, G. (coord.): **El consumo cultural en América Latina**. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999. pp. 26-49.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro Metodológico para a elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília, 2018.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Manual do Condutor de Visitantes**: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas, 2020.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses**: Lençóis Maranhenses. v. 5. São Luís: 2020.

MACCANNELL, D. **El Turista**: uma nueva teoria de la clase ociosa. Barcelona: Melusina, 2003.

MIRANDA, K.; COELHO, R.; SILVA, M.; PRESTES, M. **Formar Gestão**: Formação continuada em gestão de empreendimentos comunitários na Amazônia. 1. ed., Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2019.

ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo, 2003.

OSTROM, E. **Governando os comuns: a evolução das instituições para a ação coletiva.** Nova York: Cambridge University Press, 1990.

PINTO, D. B.; MOESCH, M. M. Práticas turísticas fundando novas teorias – o caso da linha turismo em Porto Alegre. Apresentação de trabalho. **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Universidade de Caxias do Sul–RS, 2005.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, L.C.A. **Avaliação da qualidade da água de consumo humano no município de Santo Amaro do Maranhão–MA como instrumento de garantia do direito à saúde**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA, 2011.

SILVA, S. M. S.; CARVALHO, L. G.; FIGUEIREDO, S. J. L. Os "estrangeiros" no contexto do turismo como fenômeno social e o capital social. **Paper do NAEA**. v.26. n. 1, 2020.

VIEIRA, K. C. D.; ARAÚJO, M. N. F.; CÂMARA, R. J. B.; RIBEIRO, R. T. O protagonismo feminino e o turismo de base comunitária: um estudo das empreendedoras de Betânia e Travosa do município de Santo Amaro do Maranhão. **Revista Turismo Estudos e Práticas**. v. 11. n. 2, 2022.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS CAMPOS DO MARAJÓ: ENTRE OS AVANÇOS DA RIZICULTURA E AS LÓGICAS E RESISTÊNCIAS LOCAIS

Marinete da Silva Boulhosa[1] (IFPA)
Flávia Ferreira Gomes[2] (PPGDSTU/NAEA/UFPA)
Silvio José de Lima Figueiredo[3] (NAEA/UFPA)

RESUMO: A introdução da cultura do arroz na ilha do Marajó, impulsionada a partir de 2010, com apoio de segmentos econômicos e incentivos do Poder Público estadual, alterou a ocupação e uso do território, impactando campos historicamente ocupados pela pecuária e por populações tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos. Tal atividade confronta a lógica capitalista com a lógica do território/abrigo das populações autóctones, gerando profundos impactos, como favorecimento do latifúndio, conflitos agrários e problemas ambientais. O presente artigo, embasado nas teorias de Lefebvre e Harvey, a luz da perspectiva decolonial e do desenvolvimento endógeno, utilizadas para compreender as dinâmicas de poder, conflito e resistência nesse processo, aborda as transformações ocorridas na Ilha do Marajó devido à introdução da rizicultura em larga escala, no município de Cachoeira do Arari, que vem afetando paisagens naturais e relações sociais, econômicas e culturais locais e as lógicas de relação e apropriação da terra-território no contexto marajoara.

Palavras-chave: Rizicultura, Ilha do Marajó, Segregação socioespacial, Desenvolvimento endógeno.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, ocorreram grandes mudanças no arquipélago do Marajó, que abriga a maior ilha fluviomarinha do planeta, situada na mesorregião do estado do Pará, especificamente na cidade de Cachoeira do Arari. Essas transformações afetaram as paisagens, as relações sociais, econômicas e culturais dos habitantes locais, devido à introdução da rizicultura em larga escala. Este artigo aborda questões referentes à produção do espaço entre a lógica capitalista e a lógica do território/abrigo.

A cultura do arroz, impulsionada a partir de 2010, com apoio de importantes segmentos econômicos do Estado e incentivos do Poder Público estadual, alterou a ocupação e uso do território, impactando campos historicamente ocupados pela pecuária e por populações tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos.

[1] Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Belém. Eixo Turismo Hospitalidade e Lazer. Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPGDSTU – NAEA/ UFPA. Brasil. marinete.boulhosa@ifpa.edu.br

[2] Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará. Brasil. flaviaferreira31@yahoo.com.br.

[3] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/ UFPA. Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/NAEA, Universidade Federal do Pará. Brasil. slima@ufpa.br

A introdução da rizicultura confronta duas lógicas: a lógica do capital, defendendo a atividade como crucial para o desenvolvimento econômico da região, e a lógica da terra/território/abrigo, estabelecida pelas populações autóctones com o ambiente marajoara.

Os impactos da rizicultura incluem favorecimento do latifúndio, conflitos agrários, concorrência com comunidades tradicionais, problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos, comprometimento da qualidade da água, preterimento de atividades importantes na produção campesina, geração mínima de empregos, e operações sem licença ambiental. Por outro lado, as populações locais mantêm uma relação intrínseca com o ambiente, onde a terra/território são espaços materiais e simbólicos de reprodução da vida.

Esta contraface do avanço da rizicultura nos campos do Marajó são as incidências sobre o uso da terra pelas populações autóctones sobre a qual avança a monocultura, provocando segregação socioespacial (Harvey, 2011).

Diante dessa contraface da rizicultura, cabe indagar quais os benefícios para a população local. Há de fato fomento ao desenvolvimento local ou essa atividade reatualiza velhas práticas de colonialidade? Diante desse cenário, é crucial analisar essa nova configuração do espaço com base em teorias que permitam compreender as dinâmicas de poder, conflito e resistência presentes nesse processo, bem como, novas abordagens sobre desenvolvimento, que considerem as demandas das populações locais.

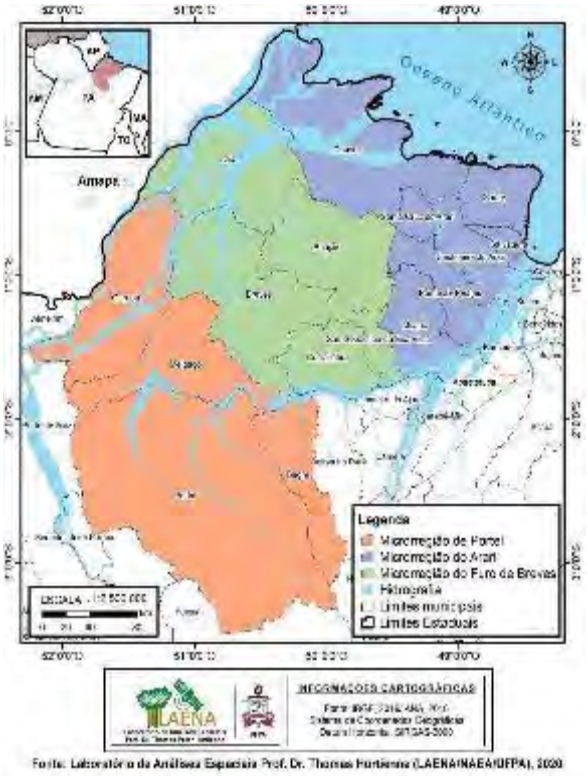
As contribuições teóricas de Lefebvre e Harvey ajudam a compreender as dinâmicas desse processo. A perspectiva da decolonialidade e do desenvolvimento endógeno e a lógica da terra/território possibilitam repensar a produção do espaço nos campos do Marajó, buscando construir um território mais democrático, diverso e inclusivo.

O artigo foi elaborado a partir de levantamento bibliográfico e documental, observação *in loco*, registro fotográfico na linha da fotografia documental e entrevista semiestruturada através do aplicativo de mensagens *whatsapp*, com residentes de Cachoeira do Arari.

DOS CAMPOS DE GADO AOS CAMPOS DE ARROZ: AS LÓGICAS DE OCUPAÇÃO E "DESENVOLVIMENTO" NA ILHA DO MARAJÓ

Localizado na foz do rio Amazonas, o arquipélago marajoara é o maior arquipélago fluviomarinho do mundo, abrangendo uma área de 104.140 km² e com uma população de 497.474 habitantes (IBGE, 2022). Ele é formado por 17 municípios e politicamente dividido em três microrregiões denominadas de Microrregião do Arari, Microrregião do Furo de Breves e Microrregião de Portel (figura 01).

Figura 01 - Mapa da mesorregião do Marajó – Estado do Pará, com identificação das microrregiões do Marajó em relação ao Pará.



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2020

Este arquipélago constitui um vasto complexo fluviomarinho com dezenas de ilhas, sendo a Ilha do Marajó a maior, com uma área de 49.606 km². A ilha é formada por 12 municípios, com predominância de dois grandes ecossistemas: campos naturais na parte oriental e floresta tropical na parte ocidental, estendendo-se até o sudoeste da ilha.

Desde o período colonial, o arquipélago marajoara foi concebido como região de exploração de recursos naturais ou espaço para introdução de práticas culturais e atividades econômicas que obedeciam a lógicas externas à região, submetendo gente e ambiente às mais diversas agruras da colonização, com um ordenamento territorial baseado, principalmente, no extrativismo vegetal nas áreas de florestas, e na pecuária nas áreas de campos naturais, ambos para suprir demandas externas à região. Com a fundação de Belém em 1616, o Marajó foi transformado, efetivamente, em uma região fornecedora de alimentos para a população citadina. A pecuária extensiva introduzida nos campos de Marajó até hoje se destaca como uma das mais importantes na economia da ilha.

Com a distribuição de terras em sesmarias doadas às vezes há uma só família, o processo de concentração de terras nessa região do Marajó foi consolidado, onde as relações de poder eram tecidas em torno dessas concentrações, mantidas até hoje sob o domínio de uma elite de fazendeiros que se perpetuam através do direito de herança, constituindo o que, no Marajó é definido, por moradores da ilha, como “terras de família” (Boulhosa, 2017).

As elites marajoaras, além do poder econômico, informa Acevedo Marin (2009), detinham o poder político e o poder militar. Tais características se explicam por suas origens de formação:

> A elite tradicional da ilha de Marajó teve origem nas famílias das grandes fazendas escravocratas surgidas no século XIX, descendentes de militares, funcionários e colonos que tinham conseguido sesmarias nos tempos coloniais. Na época da independência, representavam duas, máximo três gerações. Na ilha de Marajó, as fazendas expropriadas das antigas ordens religiosas (Jesuítas e Mercedários, expulsos do Pará em 1758 e 1794) foram distribuídas entre os "contemplados" que, por ordem régia, tinham a prioridade na distribuição dessas terras aos oficiais militares e casais provenientes do reino (Acevedo Marin, 2009, p.8).

A história da ocupação colonial no Marajó está intimamente ligada à história da instalação das fazendas de gado e seus proprietários, o que contribuiu para o estabelecimento dos grandes latifúndios, os quais nasceram sob a violência e expropriação das populações nativas, pois a concessão de sesmarias tinha a intenção clara de usurpar a terra dos indígenas e instalar o regime escravista (Araújo, 2002).

Assim, a pecuária na Ilha nasceu como reflexo da colonização da região, em um regime escravocrata de trabalho, que como em toda a Amazônia, foi marcado pela destruição do modo de vida de seus habitantes nativos, cujos sobreviventes passaram a compor a mão-de-obra que iria consolidar o processo de colonização. Assim, indígenas aldeados e depois negros, foram também introduzidos na atividade, originando à figura do vaqueiro marajoara, um dos mais representativos grupos humanos dos campos do Marajó (Fotografias 1 e 2).

A constituição de grandes latifúndios na Ilha criou situações de dominação de espaços e vidas, sendo objeto de inúmeras pesquisas e cenário de destaque no clássico romance "Marajó", de Dalcídio Jurandir (1992), onde é possível se observar a perversa estrutura socioeconômica da grande ilha, centrada na figura do fazendeiro Coronel Coutinho e seu filho Missunga, herdeiro daquele "mundo" onde o pai era "dono de tudo".

> Marajó, para Coronel Coutinho e alguns fazendeiros grandes era um mundo à parte, privado, lhes pertencia totalmente. Qualquer pensamento para aliviar as condições do vaqueiro e das fazendas, era como um ato de invasão à propriedade (...) Coronel dizia aos amigos em Belém que sabia povoar os seus matos, cruzar o seu fidalgo sangue português com os das índias, encher a terra de povo com a marca dos Coutinhos. De que serviam as vacas e as mulheres senão para aumentar os rebanhos? (Jurandir, 1992, p. 28).

Fotografias 1 e 2 – Criação de gado, cavalos e búfalos nos campos de Marajó.



Fonte: M. Boulhosa,

Essa atividade, por inúmeras vezes entrou em crise, ora pelos intensos e rigorosos ciclos sazonais de cheias e estiagem do Marajó (Miranda Neto, 2005), ora pela proliferação de doenças entre os rebanhos (Teixeira, 1953), pelo roubo de gado (Gallo, 1980), pelas dificuldades logísticas e perda de competitividade (Ximenes, 1997), mas também, ou principalmente, pelo pouco avanço tecnológico presente na atividade, onde quase todo o trabalho árduo fica a cargo dos vaqueiros, sendo desenvolvida praticamente da mesma forma como era no período colonial (Boulhosa, 2016).

Esses e outros fatores levaram muitos fazendeiros a adquirirem terras, para instalação de fazendas fora da Ilha (Ximenes, 1997), e outros venderam suas propriedades. E é nesse contexto que chega à ilha a monocultura do arroz, quando então os campos onde a pecuária secular era exercida, vão dar lugar ao agronegócio da rizicultura.

Os primeiros fazendeiros de arroz que chegaram ao Marajó, a convite de empresários paraenses e governo estadual, foram expulsos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, por determinação judicial em 2009, quando, na época, segmentos econômicos apoiados

pelo governo do estado do Pará, desejavam a implementação de um polo rizicultor no Marajó (Gomes *et al*., 2018).

É assim, então, que se inicia a introdução da rizicultura na região leste da ilha do Marajó, dentro de uma lógica de interesse de um pequeno grupo com o incentivo do Estado. Desta forma, em 2010, nas regiões que correspondem aos campos naturais, é introduzida essa atividade, nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra. Nesses locais, tais fazendeiros encontraram extensos latifúndios, preços da terra relativamente baixos, se comparados a outras regiões do Pará e do Brasil, localização privilegiada, próxima a centros consumidores como Belém, Manaus e Macapá e incentivo político do governo do Estado e da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará - Faepa (Gomes *et al*., 2018).

Mas, se em Roraima o conflito era com grupos indígenas, além dos outros problemas ambientais provocados pela atividade, no Marajó, ele vai se dar com comunidades quilombolas, ribeirinhos e populações urbanas. Em Cachoeira do Arari, por exemplo, Paulo César Quartiero, o primeiro do agronegócio do arroz na ilha, adquiriu 12 mil hectares de terras no entorno do município, isolando a sede deste, com suas cercas, e afetando as comunidades do entorno (Cruz; Silva, 2014).

Analisando dados sobre a produção agropecuária do Município de Cachoeira do Arari, no período de 2001 a 2012, Cruz e Silva (2014), observam que entre 2001 a 2010, o município apresentava maior expressividade na produção de leite de vaca, açaí e abacaxi. A partir de 2011/12, a produção de arroz (inexistente até 2010) possui notável expressividade, quando comparada às outras atividades.

Com esses dados, é possível inferir que atividades importantes na produção campesina, há décadas desenvolvidas na ilha, são preteridas ante ao agronegócio do arroz.

> A produção de arroz não faz parte nem mesmo da cultura produtiva recente do município, sendo instalada alheia às, e geralmente em detrimento, das demandas locais culminando em conflitos pelo uso do território entre o rizicultor e os demais agentes que historicamente já estavam estabelecidos no município, como os pescadores, os agricultores familiares e os quilombolas que têm acumulado obstáculos no desenvolvimento de suas atividades, seja em decorrência do monopólio da terra ou devido aos efeitos "colaterais" da rizicultura, como no caso do despejo de efluentes do arrozal no rio Arari, prejudicando a atividade pesqueira (Cruz; Silva 2014, p. 85).

Porém, com exceção dos benefícios aos fazendeiros do arroz, essa atividade tem agravado os problemas ambientais do Marajó, embora o discurso desenvolvimentista, baseado na geração de empregos, produção de alimentos, progresso a uma região pobre, é recorrente nas falas desses novos fazendeiros, de segmentos econômicos e do governo do Pará.

"Despertamos um gigante! O Marajó pode retornar a ser o celeiro da Amazônia!" Essas foram falas de Paulo César Quartiero, em reunião na Federação de Agricultura e Pecuária do Pará - FAEPA. Ecoando a esse discurso, o secretário de Estado do Pará, na época, Sidney Rosa, declarou: "Queremos

que o Quartiero expanda sua área e traga outros produtores!" E assim, com o apoio do governo do Pará, se estabelece o "polo arrozeiro", com projeção de 300 mil hectares de arroz irrigado no Marajó (Meirelles Filho, 2007).

No entanto, sobre a rizicultura desenvolvida no Marajó, o que se tem a se dizer é que: utiliza extensas áreas de terra (o que favorece o latifúndio); é mecanizada; emprega grande quantidade de agrotóxicos (Fabrini *apud* Gomes *et al*., 2018); usa grande quantidade de recursos hídricos, retirados de rios, lagos e açudes por meio de bombeamento, água que também é utilizada por moradores locais (Huffner; Meirelles, 2016); concorre com a sobrevivência de comunidades quilombolas, ribeirinhas, entre outras (Cruz, Silva, 2014); e, provoca exclusão de pequenos criadores, que trabalham com a produção de leite e queijo, dos pastos, anteriormente alugados, obrigando-os a procurarem áreas mais distantes e caras (Gomes *et al*., 2018). (fotografias 3 e 4)

Todo esse impacto provocado pela rizicultura no Marajó, acaba por agravar a situação já delicada dessa região que concentra os menores Índices de Desenvolvimento Humano do Estado do Pará e os maiores Índices de Vulnerabilidade do Pará e do Brasil (IPEA, 2010; FAPESPA, 2015).

A lógica de "desenvolvimento" para o Marajó, baseada numa perspectiva da colonialidade, ora aprisiona a região a um espaço de exploração e exportação de recursos naturais, sem oferecer condições de melhoria das atividades tradicionais da ilha, responsáveis pela manutenção da vida e fixação do homem no campo, ora prioriza as atividades que potencializam os problemas ambientais e conflitos sociais, cujos interesses e benefícios reais não são internalizados pela população local, mas sim, capturados por pequenas elites ou pelo grande capital. Foi assim na pecuária, é assim na rizicultura!

Fotografias 3 e 4 – Canais para irrigação do arroz nos campos de Marajó





Fonte: M, Boulhosa, 2022

O conceito de colonialidade que envolve a expropriação de terras, recursos e mentes, não somente através da apropriação estrangeira, mas também, pelos mecanismos do mercado e dos Estados-nações modernos (Mignolo, 2008; Maldonado-Torres, 2019), nos ajuda a compreender como os modelos e processos de dominação e expropriação da Amazônia, caracterizados historicamente, pela violência, impunidade, consenso do Estado nação, violação de direitos humanos, mortes, etc. permanecem e são atualizados através da manipulação da legislação, dos procedimentos administrativos e burocráticos e do impedimento das manifestações das populações autóctones, sob a égide de uma lógica desenvolvimentista aplicada a uma região "atrasada".

Ao lançar um olhar sobre a realidade do Marajó à luz das abordagens decoloniais, é possível compreender o porquê da continuidade de velhas práticas. É como assistir a reprise de uma novela colonial, onde a lógica da colonialidade, travestida em suas versões modernas, a saber, neoliberalismo **(**Castro, 2018**),** eurocentrismo (Mignolo, 2017) globalismo (Ianni, 2000), neocolonialidade (Loureiro, 2019) continua a desterrar, através das mais diversas formas de violência legal, social, política, ideológica, psíquica e física, uma multidão de desfavorecidos, em favor de uma minoria.

Tal realidade nos impele à busca pela decolonidade do ser, saber e fazer, imprescindíveis para o questionamento, a reinterpretação, o esforço analítico, o exercício da crítica, que superem a perspectiva da colonialidade intrínseca ao desenvolvimento neoliberal, na busca de novas formas de conceber e promover o desenvolvimento e de dar visibilidade a conhecimentos e práticas culturais que foram invisibilizados por uma modernidade que se nutre e se atualiza através da colonialidade, e que partam de outras matrizes de saberes e práticas sociais, onde o centro do protagonismo seja o local, em oposição à lógica dominante global, como instigam Mignolo (2008), Maldonado-Torres (2019), Escobar (2012), Vázquez-Barquero (2000), Santos (2009), entre outros.

ENTRE OS AVANÇOS DA RIZICULTURA E AS LÓGICAS E RESISTÊNCIAS LOCAIS

Agenor Pacheco (2009, 2012; 2016; 2018) ao escrever sobre a história social dos Marajós, chama atenção para os saberes, identidades, conflitos, sociabilidades e religiosidades, para as expressões de cantos, danças, gestos, silêncios, performances e falares, dos povos insulares, que continuam se reafirmando nesses séculos nos Marajós de campos e florestas.

As mediações culturais entre os povos que habitaram o Marajó antes de sua colonização, os brancos colonizadores e os negros trazidos para a região, contribuíram para a construção de uma cultura local marcada por um profundo conhecimento sobre a natureza, por uma cosmovisão de mundo que influencia as formas de organização social, as atividades de subsistência e a relação com a terra/território.

O saber sobre o ciclo da natureza, a chegada da chuva rigorosa ou da estiagem, sobre o tempo de coleta, plantio, os momentos, locais, instrumentos e técnicas de pesca e caça, sobre o poder de cura de plantas, promessas, orações, e invocação dos "encantados"[4] etc., se dão nessa simbiose entre gente e natureza que, longe de serem apenas opiniões ou crenças, fazem parte do ser, saber e fazer da gente marajoara (Gallo, 1980; Jurandir, 1995; Maués, 2007; Boulhosa, 2016; Pacheco, 2017; 2018).

Todavia, para o "pensamento abissal", que Boaventura Santos (2009) define como aquele que invisibiliza o "outro", negando sua existência, o conhecimento das populações nativas é comumente subjugado, negado, muitas vezes relegado a crenças, magias e opiniões, reflexo do ranço colonial no pensamento ocidental moderno. No entanto, na verdade, eles são conhecimentos elaborados e apurados, num aprendizado resultante de séculos de convivência, observação, experienciação, num

[4] A crença nos "encantados" se refere à existência de seres sobrenaturais que são normalmente invisíveis às pessoas comuns e habitam "no fundo", uma região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou subaquática e se manifestam de formas distintas. Manifestam-se nos rios e igarapés, sob forma de cobras, peixes, botos etc. chamados de "bichos do fundo" e são considerados perigosos, pois podem provocar "mau olhado" ou "flechada de bicho", que são doenças "não-naturais". Quando se manifestam sob forma humana, parecendo pessoas conhecidas que desejam levar para o fundo, são chamados de "oiaras". Sua terceira forma de manifestação é aquela em que eles permanecem invisíveis, incorporando-se nos pajés, figura central pajelança marajoara, quando são chamados de caruanas ou guias (Maués, 1995; 1999).

contato constante e direto com esse ambiente insular e repassado de uma geração à outra geração, através da tradição oral.

As populações autóctones, tanto nas áreas de florestas, quanto nas áreas de campos, possuem outra relação com a terra/território. Na microrregião do Arari, que corresponde as áreas de campos naturais da Ilha, onde é expressivo o número de comunidades tradicionais, com destaque às populações quilombolas, mas também, pela forte presença das oligarquias locais, representadas pelos fazendeiros de gado e agora do arroz, os conflitos são históricos na região, pela disputa da posse da terra entre comunidades e fazendeiros, entre a lógica do
recurso e a lógica do abrigo (Santos, 2001).

Enquanto o fazendeiro compreende a terra como recurso que gera lucro, as populações autóctones construíram, historicamente, uma relação de pertencimento, onde a terra/território são espaços materiais, mas também simbólicos, de reprodução da própria vida (Acevedo Marin, 2009; 2015; Teles, 2015). Essas lógicas se choram e potencializam a disputa, o conflito, a segregação socioespacial, com favorecimento do interesse e do capital externo, em detrimento da população local, corroborando para a manutenção das desigualdades e injustiças que permeiam a sociedade local, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social na região marajoara.

A rizicultura introduziu uma nova dinâmica socioespacial nos campos do Marajó. Sua chegada trouxe mudanças significativas na paisagem e na vida das comunidades locais, afetando as populações urbanas, que são atingidas pela aplicação de agrotóxicos aéreos, pois as cercas da fazenda do Arroz Acostumado, em Cachoeira do Arari, por exemplo, fazem limite com a sede desse município, tiveram seus espaços de lazer e pesca destruídos pelas construções dos canais de irrigação do arroz e instalação de cercas eletrificadas, e sofrem ainda com problemas de falta de áreas para construção de moradias e descarte de lixo, pois a sede do município está sitiada entre o rio e as cercas da fazenda de arroz (fotografias 5 e 6).

Fotografia 5 – Limite na Fazenda Reunida Espírito Santo, produtora no Arroz Acostumado coincide com a entrada principal da cidade de Cachoeira por via terrestre (PA 154).



Fotografia 6 – Com a instalação de cercas da fazenda de arroz, o espaço da cidade está comprimido e o lixo a céu aberto é despejado na estrada de acesso ao cemitério municipal, aumentando a dor dos enlutados em momentos de sepultamento, além dos constantes transtornos devido a proximidade do lixo das residências, em Cachoeira do Arari.



Fonte: M. Boulhosa, 2023

Fora da sede do município, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pequenos criadores experimentos os mesmos problemas provocados pela cultura do arroz. A comunidade quilombo de Gurupá, em particular, com cerca de 850 famílias, enfrenta desafios como a diminuição da oferta de peixes, impactos ambientais e a ocupação irregular do território.

Não obstante aos inúmeros impactos ambientais provocados pela produção de arroz e diante da operação ilegal desenvolvida em terras marajoaras, considerando que desde 2010 a Fazenda Reunida Espirito Santo opera sem licença ou autorização dos órgãos ambientais, pouca coisa, ou mesmo nada, vem sendo feito no sentido de exigir dos empreendedores do monocultura do arroz o cumprimentos dos dispositivos legais e o respeito pela ambiente e populações que vem sofrendo os impactos danosos de tal atividade.

Nota-se a permanência da omissão e favorecimento do Estado diante do interesse do capital. “O Estado recusa a enfrentar a concentração de terra, as injustiças sociais no campo, entretanto, continua favorecendo o latifúndio e a grande empresa” (Acevedo Marin, 2015, p. 40)

Harvey (2011) enfatiza que o capitalismo é um sistema voltado para a acumulação e o lucro. Nesse sentido, a expansão contínua das fronteiras agrícolas é necessária para sustentar o sistema. A rizicultura, ao se expandir no Marajó, reflete essa lógica capitalista, redefinindo espaços e relações com a natureza, sendo um exemplo concreto das contradições inerentes ao capitalismo, onde a busca incessante pelo lucro muitas vezes colide com a conservação e preservação ambiental e a justiça social. A segregação socioespacial resultante, desafia a sustentabilidade e exige alternativas que considerem tanto a economia quanto o bem-estar das comunidades locais.

Nesse contexto, as abordagens de David Harvey oferecem uma perspectiva crítica e analítica sobre as dinâmicas do capitalismo e suas consequências para as relações sociais e espaciais. Harvey destaca a importância de compreender como o capitalismo gera e perpetua desigualdades, explorando as contradições inerentes ao sistema econômico e as formas como ele molda o espaço urbano e rural.

Ao analisar a rizicultura no Marajó à luz das ideias de Harvey, é possível identificar como as relações de poder e a lógica do capital influenciam a organização do espaço e a vida das comunidades locais. A concentração de terras, a expropriação de populações autóctones, a ausência de políticas públicas eficazes são algumas das questões que emergem desse debate.

O conceito de espaço vivido, vinculado à prática social, proposto por Henri Lefebvre (2008) também nos oferece uma perspectiva interessante para compreender as transformações socioespaciais que ocorrem na região do Marajó. Para Lefebvre, o espaço vivido é aquele que é apropriado e significado pelas pessoas que o habitam, transformam e dão sentido às suas práticas cotidianas.

Nesse contexto da expansão da rizicultura no Marajó, o conceito de espaço vivido de Lefebvre pode ser aplicado para analisar como as comunidades locais interagem com o ambiente e como se relacionam e/ou resistem à lógica da produção de arroz, onde o espaço vivido é o espaço onde emergem as lutas, os conflitos territoriais, que estão intimamente interligados e refletindo às dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas da região.

O conceito de espaço vivido de Lefebvre aponta para a necessidade de uma análise crítica e sensível das transformações que ocorrem na região. É fundamental considerar as experiências e percepções das pessoas que habitam e trabalham nesse espaço, valorizando suas práticas e saberes locais para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

É importante ressaltar, que a população marajoara, embora historicamente tratada de forma discriminatória, sendo levada a reboque pelos processos e formas de intervenção e "desenvolvimento" na região, que lhes negam o direito à vida com dignidade, não está alheia aos conflitos e disputas existentes no Marajó.

Nas últimas décadas, populações do Marajó dos campos e florestas têm se posicionado ante as históricas práticas públicas e privadas de exclusão, opressão, expulsão, expropriação, subordinação, cooptação, devastação ambiental, de mando, de ilegalidade, de violência e até de morte, no território marajoara.

Estudos de Cardoso (2008), Pacheco, (2012), Acevedo Marin (2015), Teles (2015), Cardoso, Filho e Silveira (2018), para citar alguns, mostram as constantes lutas e resistências em busca da

manutenção de modos de vidas e reprodução social e identitária dos povos marajoaras, sejam eles quilombolas, ribeirinhos, extrativistas ou populações urbanas.

Representando resistência a esse modelo de desenvolvimento desigual, comunidades humanas marajoaras passaram a se organizar e a buscar novas formas de desenvolvimento que correspondam aos seus próprios anseios e baseadas no local, criando estratégias de permanências e manutenção da vida no grande arquipélago.

Recentemente, populações dos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra vem se organizando e, mesmo diante a ausência proposital do Estado, têm feito enfretamento à expansão do agronegócio e a devastação ambiental, em torno de identidades coletivas (Teles, 2015).

Em Cachoeira do Arari, moradores ocupam, desde agosto de 2023, um loteamento em área supostamente do fazendeiro do arroz. A principal justificativa de ocupação, pelo movimento denominado "Movimento de luta por moradia e contra impactos por crimes ambientais[5], organizado por moradores de Cachoeira do Arari, é a necessidade de áreas para moradia. Ao local, o Movimento nomeou como "Bairro Novo", localizado entre os limites do núcleo urbano e os campos de arroz (fotografias 7 a 9).

> "Essa plantação foi a pior coisa que poderia ter acontecido no nosso município. Destruição das matas, envenenamento por agrotóxicos, desvios dos nossos rios e igarapés e o fim de nossos animais e peixes"
> (Moradora de Cachoeira do Arari, ocupante do Bairro Novo).

Fotografia 7 a 9 – Ocupação Bairro Novo, na cidade de Cachoeira do Arari, em área supostamente pertencente à Fazenda Reunidas Espírito Santo.



[5] Foi realizado contato e entrevista semiestruturada com lideranças no movimento, através de aplicativo do whatsapp que optaram em não se identificar, com questões de segurança.



Fonte: M. Boulhosa, 2022, 2023.

Após a ocupação, que teve repercussão na mídia no estado do Pará, a população tem se mobilizado para cobrar do governo local e estadual, providências quanto os impactos provocados pela rizicultura, exigindo melhores condições de vida e moradia através da realização de audiências públicas na Prefeitura do município de Cachoeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço nos campos do Marajó é um cenário complexo, onde se entrelaçam interesses econômicos, políticos e socioculturais. A introdução da rizicultura em larga escala trouxe consigo transformações significativas, impactando tanto a paisagem quanto as relações sociais e culturais dos habitantes locais.

Por um lado, a lógica capitalista defende a rizicultura como crucial para o desenvolvimento econômico da região. Com apoio de segmentos econômicos do Estado e incentivos governamentais, a cultura do arroz ganhou espaço nos campos historicamente ocupados pela pecuária e por

comunidades tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos. No entanto, essa expansão não ocorre sem consequências.

Os impactos da rizicultura são diversos e multifacetados. O favorecimento do latifúndio, os conflitos agrários, a concorrência com comunidades tradicionais e os problemas de saúde decorrentes do uso de agrotóxicos são desafios enfrentados. Além disso, a qualidade da água é comprometida, atividades importantes na produção campesina são preteridas, e a geração de empregos é mínima. Operações sem licença ambiental também são uma realidade preocupante.

Por outro lado, as populações locais mantêm uma relação profunda com o ambiente. Para elas, a terra/território não são apenas espaços materiais, mas também simbólicos de reprodução da vida. Essa perspectiva entra em conflito com a lógica capitalista, que muitas vezes ignora essas conexões intrínsecas.

A monocultura avança sobre a terra e sobre as populações autóctones, provocando segregação socioespacial. A rizicultura no Marajó é um exemplo concreto dessa dinâmica. A resistência local se manifesta na defesa do território como abrigo e na busca por alternativas sustentáveis que respeitem a relação ancestral com o ambiente.

A produção do espaço nos campos do Marajó é um embate entre lógicas divergentes: a do capital e a do território/abrigo. A busca por soluções que conciliem desenvolvimento econômico com conservação cultural e ambiental é um desafio urgente para garantir um futuro mais equitativo e sustentável para essa região única e rica em história e diversidade.

A análise crítica proposta neste artigo, embasada nas teorias de Lefebvre e Harvey, na perspectiva da decolonialidade e do desenvolvimento endógeno (Barquero, 2000), revela as dinâmicas de poder, conflito e resistência que permeiam a expansão da rizicultura, bem como a importância de considerar as demandas e saberes das populações locais na construção de um desenvolvimento mais democrático e inclusivo. A perspectiva da decolonialidade e do desenvolvimento endógeno emerge como uma alternativa viável e sustentável, capaz de valorizar as práticas e organizações comunitárias locais, fundamentais para garantir a diversidade e autonomia das comunidades marajoaras.

Diante desse cenário, torna-se imperativo repensar as estratégias de desenvolvimento no Marajó, promovendo uma reorganização das relações de poder e uma maior participação das comunidades na definição dos rumos do território. Somente assim será possível construir um espaço mais justo, diverso e inclusivo, que respeite as identidades e necessidades das populações locais.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. A. Debates e discursos em torno do Plano de Desenvolvimento territorial Sustentável do arquipélago do Marajó. In: ACEVEDO MARIN, R. E. A. et al. Povos tradicionais no Arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental. Rio de Janeiro: CASA 8, p. 23- 37, 2015.

ACEVEDO MARIN, R. E. Quilombolas na ilha de marajó: território e organização política. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. ACEVEDO MARIN, R. A. (org). Diversidade do campesinato: expressões e categorias, construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP, v. 1, p. 209-227, 2009.

ACEVEDO MARIN, R. E. TERRA GURUPÁ" E DIREITOS TERRITORIAIS DE QUILOMBOLAS DO RIO GURUPÁ E ARARI. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

ARAÚJO, L. M.; PACHECO, A. S. A fauna marajoara em narrativas de viajantes do século XIX. Iluminuras, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 248-269, ago./dez., 2016

BOULHOSA, M. S. Entre a sela e o santo. Belém: IFPA, 2016

GALLO, G. Marajó, a ditadura da água. Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e turismo. Belém: Neo-gráfica e editora, 1980.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ªEd. São Paulo, 1996.

JURANDIR, D. Marajó. 3. ed. Belém: Cejup, 1992.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas.2. ed. São Paulo: USP, 2011.

SOUZA, Márcio História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desarrollo endógeno: Teorías y políticas de desarrollo territorial. Investigaciones Regionales, Madri, n.11, p. 183 -210, 2007.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

QUILOMBO RAMAL DE QUINDIUA: UM TERRITÓRIO ÀS MARGENS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO

Claudyule de Jesus Ribeiro dos Santos Torres[1] (UEMA)
Marivania Leonor Souza Furtado[2] (UEMA)
Gabriela Silva de Oliveira[3] (UEMA)

RESUMO: A comunidade quilombola Ramal de Quindiua possui uma historicidade ancestral, que carrega valores, experiências e práticas territoriais do bem viver. Assolada pelo processo de construção da Ponte Central-Bequimão e das obras da rodovia MA-211, as famílias da comunidade foram afetadas diretamente por esses empreendimentos estatais. Os efeitos de caráter socioambiental, em decorrência do modelo desenvolvimentista implementado na região, desencadearam um grande desequilíbrio ecológico que afeta a saúde da comunidade e causou danos territoriais irreparáveis. A construção da ponte-rodovia trouxe à tona uma realidade engendrada pelo ideário hegemônico de "desenvolvimento", levado a efeito por um Estado que zela por benefícios economicistas, que marginaliza outras concepções de conhecimento e modos de vida outros, que se diferenciam da lógica devastadora e lucrativa da economia capitalista. Nesse sentido, serão abordadas as distintas formas de concepção de desenvolvimento, em disputa na conjuntura atual; os processos de luta da comunidade de Ramal de Quindiua frente aos efeitos socioterritoriais, e as reflexões sobre o bem viver de uma comunidade às margens do desenvolvimento hegemônico. Utilizando uma metodologia decolonial, a abordagem empregou levantamento bibliográfico, fichamentos e trabalho de campo. As reflexões aqui expostas resultam de um processo investigativo junto à comunidade, que se iniciou em junho de 2021 e sinaliza para os efeitos negativos de um processo desenvolvimentista hegemônico, que não dialoga com outras formas de ser e estar no mundo, como é o caso da comunidade quilombola de Ramal de Quindiua.

Palavras-chaves: Comunidade Quilombola Ramal de Quindiua; Ponte Central-Bequimão; MA-211; "Desenvolvimento"

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa emerge de um Projeto de Pesquisa, intitulado "Os efeitos socioculturais, territoriais e econômicos do "desenvolvimento" sobre as comunidades tradicionais e povos indígenas do Maranhão", iniciado, ainda em 2021, e do qual resultaram produções reflexivas em níveis de TCC, relatórios de Iniciação Científica e Artigos Científicos, como o que ora se apresenta.

Em nossas produções acadêmicas apontamos que os projetos caracterizados como "avanço" e "desenvolvimento" carregam o discurso ideológico em prol do regional, da "melhora" da economia

[1]Discente do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão/ UEMA, integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidade, GEPEX- LIDA, UEMA, Brasil. Email: claudyullerstorres97@gmail.com

[2]Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais/CCSA e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial da Universidade Estadual do Maranhão, Coordenadora do GEPEX-LIDA/UEMA, Brasil. Realiza Pós Doutorado no PPGAS da UnB. E-mail: marivaniafurtado@yahoo.com.br.

[3]Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão. Discente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. Email: oliveiragabrielasde@gmail.com

e de “benefícios” à população. Neste artigo, será abordado como a comunidade quilombola de Ramal de Quindiua tem sofrido os efeitos socioambientais e territoriais, devido ao projeto de obras voltado para a infraestrutura rodoviária, a pavimentação asfáltica da rodovia MA-211 e a construção da Ponte José Antônio Dino, construída sobre o Rio Pericumã, ligando os municípios de Bequimão e Central, no estado do Maranhão.

A construção do complexo ponte-rodovia é considerada pelo estado do Maranhão como uma das maiores obras de infraestrutura já realizadas e, se faz ecoar como promessa de “desenvolvimento” para toda a região maranhense, ao introduzir um discurso de “movimentação da economia e do turismo de todo litoral ocidental maranhense” (SINFRA, 2021). O discurso governamental propala que esse empreendimento objetiva facilitar o deslocamento, ao encurtar a distância entre São Luís (capital do Estado) e o Litoral Ocidental, estabelecer uma nova rota logística de escoamento de produtos, além de potencializar o turismo na região.

Ao longo do texto, apresentaremos, inicialmente, o posicionamento governamental, o que nos permitirá reflexões teóricas sobre o processo desenvolvimentista do Governo do Estado do Maranhão materializado na execução do empreendimento complexo rodovia/ponte, o qual afetou diretamente a rotina da comunidade de Ramal de Quindiua e deixou rastros de destruição no desequilíbrio ambiental e na saúde dos moradores. Em seguida, discutimos os efeitos sócio territoriais do projeto de desenvolvimento empreendido pelo poder público através da construção da ponte Central-Bequimão e da MA-211 sobre a territorialidade quilombola de Ramal de Quindiua. Por fim, a perspectiva de “bem viver” e os processos de luta da comunidade quilombola de Ramal de Quindiua frente aos efeitos sociais e territoriais da ponte Central-Bequimão e da MA-211 sobre seu território, serão aqui analisados.

As reflexões presentes neste trabalho apresentam uma abordagem decolonial sobre o território quilombola Ramal de Quindiua situado no município maranhense de Bequimão. As referências e reflexões adotadas neste estudos pautam-se em pensadores decoloniais, como Mignolo (2003), Acosta (2016) que espelham a relação da modernidade aliada com o conhecimento, enquanto uma colonialidade do saber, e que com isso revelam uma opressão cognitiva, em nome da “modernidade”.

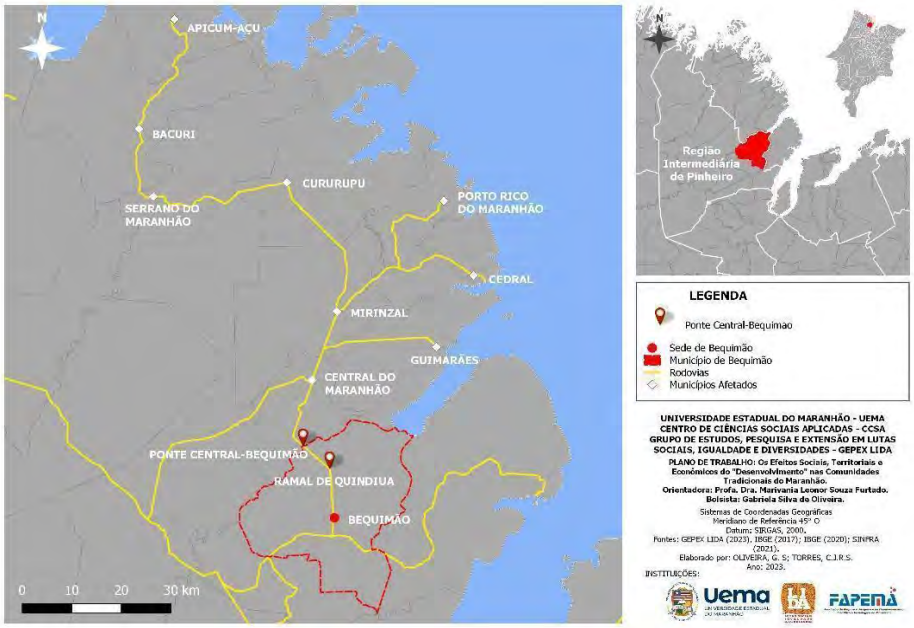
A *PONTE* TEÓRICA: A ESFERA GOVERNAMENTAL E OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DO “DESENVOLVIMENTO”

O centro da análise consiste no esforço inicial de redigir acerca do “desenvolvimento”. A partir disso, realiza-se uma análise dos aspectos sócio territoriais do projeto de desenvolvimento empreendido pelo poder público através da construção da ponte Central-Bequimão e da rodovia estadual sobre a territorialidade quilombola de Ramal de Quindiua e sua perspectiva de “bem viver”.

O discurso desenvolvimentista de caráter estatal, visa, a princípio, o fortalecimento da economia local a partir da gama turística, que futuramente irá expressar um modelo de desenvolvimento econômico lucrativo, de caráter exploratório sobre os solos e paisagens naturais dessa região. Sampaio Jr. (2012), afirma que esse discurso desenvolvimentista junto a uma economia capitalista é enraizada em economias subdesenvolvidas e que gera um círculo vicioso de dependência.

O projeto Ponte Central-Bequimão e a construção da rodovia MA-211, possuía como objetivo aumentar o progresso social e econômico da região. Com uma extensão de 589 metros, o investimento de R$180 milhões de reais visava proporcionar uma nova rota, facilitando tanto o transporte quanto a logística de escoamento de produtos, contribuindo também para o turismo Maranhão-Pará. Com um trecho de 32 km de ligação com a MA-106, a nova rota interliga os municípios de Bequimão, Central do Maranhão, Mirinzal, Guimarães, Cedral, Cururupu, Porto Rico, Serrano do Maranhão, Bacuri e Apicum-Açu. Além de promover o intercâmbio econômico, cultural, turístico, político e social entre os municípios (Boletim Nacional, 2021; Governo do Maranhão, 2017; NETO, 2021; SEATI, 2016).

IMAGEM 1: Localização da comunidade de Ramal de Quindiua e da Ponte Central-Bequimão.



Fonte: Acervo LIDA, 2023.

A região do Litoral Ocidental Maranhense se caracteriza por atividades econômicas de cunho comercial, agrícola e extrativista. A partir da urbanização nessa região, com o objetivo de facilitar a locomoção de veículos de pequeno, médio e grande porte, para turismo e escoamento de grãos, que com a inserção da nova rota logística beneficia o transporte de produtos oriundos da região maranhense e de outros estados. Assim, "é importante perceber que o Maranhão é parte constitutiva de uma totalidade: a sociedade brasileira com seus vínculos de dependência externa e de subordinação ao capitalismo internacional" (BARBOSA, 2004, p. 24).

De acordo com Neto (2021), há dois aspectos com a construção do complexo ponte-rodovia, a primeira de caráter positiva, uma vez que sediará o crescimento econômico para o estado, com a circulação de pessoas, o que aumentará o consumo nos diferentes ramos da economia local, e a segunda, por outro,

> "(...) a urbanização das margens do rio, o que aumenta a quantidade de lixo e resíduos de esgoto lançados na bacia, pois se sabe que os municípios que a compõem não possuem o tratamento adequado e, desta forma, jogam diretamente no rio, causando danos irreparáveis ao meio ambiente e consequentemente ao homem que se utiliza dele para sobreviver" (NETO, 2021, p. 19).

Projetos de grande porte (como o referido caso), localizados em uma área rural, trazem duas faces: o discurso Governamental enfatizado pelas vantagens coletivas, e a visão daqueles que estão adjacentes à sua execução, que foram implicados antes, durante e após a execução, e que perderam parte do seu território devido ao caráter impositivo do empreendimento.

As primeiras mudanças sentidas ocorreram ainda quando da instalação do canteiro de obras. As movimentações foram iniciadas no ano de 2016, com o deslocamento dos equipamentos necessários para a fase de fundação. A intensidade do trânsito local, desmatamento e aterramento do manguezal para ampliação da rodovia, foram as primeiras consequências negativas sobre o território. Para a construção houve, conforme Neto (2021), a exploração de jazidas naturais para a extração de pedras, piçarras e areia, deixando para trás, as enormes crateras, o que afetou áreas anteriormente preservadas e a exposição do solo.

Os moradores relataram o crescimento de casos de problema respiratórios, o incômodo da sujeira nas moradias, a falta de segurança devido ao fluxo dos grandes veículos (tratores, escavadeira e caçambas), que com a ausência de sinalização deixou os moradores expostos a acidentes e atropelamentos (NETO, 2021). Brasil (1996) e Simonetti (2010) apontam ainda, que nuvens de poeira e a lama, podem interferir nas áreas mais povoadas contribuindo para o risco e ocorrência de acidentes. A fase de operações gera poluição do ar e da água, aumento dos níveis de ruído e vibrações, bem como problemas de segurança que são transmitidos para os seres humanos, para a biota e para o meio físico (BRASIL, 1996; SIMONETTI, 2010).

IMAGEM 2: Construção da rodovia MA-211 sobre o território quilombola Ramal de Quindiua



Fonte: Acervo LIDA, 2021.

IMAGEM 3: Efeito da construção da rodovia MA-211 sobre as moradias



Fonte: Acervo LIDA, 2021.

Observa-se que o "desenvolvimento" estatal, de caráter capitalista, beneficia a exploração dos solos e áreas ambientais. Em contrapartida, uma parte significativa dos(as) moradores(as) da região, vive às margens desses grandes projetos e se defronta com danos irreparáveis de cunho ambiental, social e político. Esse cenário assolou a comunidade quilombola de Ramal de Quindiua, uma vez que a comunidade (r)existe a lógica dominante, com um modo de vida pautado na economia familiar, onde a sua produção alimentar é destinada às unidades familiares residentes na comunidade e a parte sobrante dessa produção é destinada para venda, como forma de manter-se economicamente.

Segundo informações do SINFRA (2021), a obra da MA-211 tinha a previsão de conclusão em janeiro de 2022, porém a entrega da rodovia sucedeu-se apenas no início do mês de maio do ano de 2023. A rodovia MA-211 possui quarenta quilômetros de extensão para acesso à Ponte Governador

Antonio Dino. No processo de conclusão da pavimentação asfáltica da extensão rodoviária, nos períodos chuvosos a extensão da rodovia era tomada por lama e barro, o que tornava-se intrafegável e quase impossibilitava o deslocamento de carros e motos de pequeno e grande porte na rodovia.

A extensão da rodovia MA-211, logo após a conclusão da pavimentação asfáltica e solenidade de inauguração em 2023, apresentou inúmeros problemas para a comunidade, como a falta de sinalização, iluminação e deterioração asfáltica como podemos observar nas imagens abaixo.

IMAGEM 4: Pavimentação Asfáltica da MA-211



Fonte: Acervo LIDA, 2023.

Após conversa com moradores da comunidade quilombola de Ramal de Quindiua que alegaram que o asfalto era de “silicone”, podemos observar que o asfalto que faz parte do pavimento é do tipo flexível, o qual tem características de deformabilidade e flexibilidade parecidas com o silicone. Contudo, ao fissurar a camada de revestimento asfáltico a tensão provocada pelo fluxo de veículos combinadas pela percolação de água entre as camadas do pavimento criam condições necessárias para o surgimento dos buracos na via. Como mostra a imagem a seguir.

IMAGEM 5: Camada asfáltica deteriorada



Fonte: Acervo LIDA, 2023.

Os(as) moradores(as) da comunidade quilombola de Ramal de Quindiua, expressaram algumas inquietações após a inauguração, como Dona do Carmo, que afirma "de um lado melhorou, de outro... foi piorando... mataram um jumento ontem... (...) e... passa carro toda hora, aí ... o carro quando vem... dois quente e um fervendo". Em contrapartida, Seu Djalma ressalta a importância da rodovia MA-211, ao afirmar que "com a construção da ponte facilitou essa condução da pessoa se deslocar com a chegada mais rápida da cidade."

Há falas favoráveis condizem com o discurso desenvolvimentista do governo de trazer "melhorias" para a região, melhorar o tráfego e facilitar o deslocamento para outros municípios do estado. Contudo, há também falas que retratam o descaso do governo com a comunidade, uma vez que realizaram o pavimento da rodovia MA-211, sem nenhuma sinalização, o que coloca em risco todos(as) moradores(as), e também os animais que vivem na região.

2. ETNOGRAFIA DOS PROCESSOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA RAMAL DE QUINDIUA

Segundo Ramos (2022), a comunidade quilombola Ramal de Quindiua tem em sua ancestralidade uma mulher negra e fugida da escravidão, chamada de Guilhermina Amorim. Esse movimento é chamado por seus descendentes de "migração do chicote", que ocorreu no município de Bequimão/MA durante o século XIX, "a região fez parte da Capitania de Tapuitapera e Cumã, e posteriormente, foi denominada de Santo Antônio e Almas" (RAMOS, 2022, p.9).

Ramos (2022), relata que na década de 70 (setenta), ocorreu a migração de inúmeras famílias oriundas dessas pequenas comunidades (originárias) para um trajeto rudimentar que aproxima os municípios de Bequimão a Central do Maranhão, surgindo a comunidade quilombola Ramal de Quindiua em sua atual configuração. Ao longo do tempo, os moradores desenvolveram uma profunda

relação com o seu território, no qual se insere o Rio Pericumã (NETO, 2021; RAMOS, 2022; TORRES, 2023).

A comunidade de Ramal de Quindiua fica a 12km (doze quilômetros) de distância da sede do município de Bequimão/MA e possui 115 (cento e quinze) famílias residentes no território que vivem à base da pesca, lavoura e programas sociais de transferência de renda. Na comunidade as moradias são, em sua maioria, feitas de alvenaria e possuem equipamentos como escola, igrejas e centros recreativos, como clubes.

Não há postos de saúde, em decorrência disso, os moradores precisam se direcionar ao centro do município de Bequimão para ter atendimento médico. Quanto às expressões religiosas, há a presença tanto da católica, como da protestante. E em relação às manifestações culturais de matriz africana, há o tambor de crioula, roda de capoeira e radiola de reggae (RAMOS, 2022). A área territorial atual do quilombo de Ramal de Quindiua é fruto de uma territorialização histórica que remonta a antigas áreas ocupadas denominadas: Carará, Vaquejador e Baiano.

Desde o ano de dois mil e dez a comunidade quilombola Ramal de Quindiua possui o certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, assegurado legalmente pela aplicabilidade do artigo 216, da Constituição Federal de 1988:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial,tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] § 5o Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988, art.216).

A passagem da invisibilidade jurídica da comunidade de Ramal de Quindiua para condição de comunidade remanescente de quilombo está inserida na garantia constitucional do direito territorial quilombola, que assegura a todos(as) moradores(as) a garantia e o reconhecimento mínimo de direito aqueles que vivem em “terras de preto”. Nesse sentido, cabe ao Estado assegurar na forma da lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, a fim de garantir de fato um Estado pluriétnico. Para tanto, o Estado precisa reconhecer que a

> “(...) identidade nacional é constituída por identidades específicas de grupos minoritários, além de permitirem uma dicotomia entre território e propriedade privada, uma vez que o artigo 216, da CR/88, entende aquele como local de manutenção do criar, do fazer e do viver de segmentos particulares da sociedade brasileira” (DUPRAT, 2002 apud RAMOS, 2022, p. 17).

As comunidades remanescentes de quilombo possuem uma relação de equilíbrio com o ambiente, tratando o território como sujeito. A lógica utilizada é de respeito e uso sustentável do

território, para garantir hábitos que fazem a manutenção de seu modo de vida e reprodução da identidade quilombola (a história ancestral, religião e manifestações culturais). Conforme a Constituição Federal de 1988,

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> § 1o O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo

Os artigos 215 e 216 da CF 88 contribuem para a manutenção da identidade, cultura e territorialidade dos remanescentes de quilombos. Enquanto a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais – Decreto no 6040/2007, inspirada nos artigos citados, possui como principal objetivo o desenvolvimento sustentável, o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Nessa perspectiva, Furtado (2014) afirma que as políticas universais e específicas poderiam ser uma faca de dois gumes, por um lado expressam a concessão de um direito, que os asseguram a propriedade definitiva de seus territórios, garantida por lei; por outro, é um mecanismo de controlá-los na lógica das leis e estatutos. Esses protocolos estatais a serem seguidos com base a prescrições normativas instaurados pelo modelo atual dominante, reflete o mecanismo do Estado em "adequar" o diferente ao padrão instaurado com base no sistema econômico capitalista que impõe um modelo de "desenvolvimento" em detrimento do modo de vida das comunidades quilombolas.

A organização política e social que (re)existe na Comunidade Quilombola de Ramal de Quindiua é o meio de luta por território livre. Segundo Acosta (2016), o Bem Viver é o modo de vida harmônico com a natureza, sem explorá-la ou destruí-la. É romper com a dinâmica predatória de exploração e destruição capitalista. Busca nos conhecimentos ancestrais e tradicionais, o viver em aprendizado com a natureza, entende-se a natureza como parte de um todo.

Historicamente, preservar o meio ambiente e usá-lo de modo consciente é uma característica presente na vida de todos(as) que residem na comunidade quilombola de Ramal de Quindiua. Dessa forma, reconhecem o seu território como área de significados simbólicos e sagrados, que conta a história de resistência e o modo de vida da comunidade quilombola, que se diferencia de um modo de vida exploratório e predatório.

As atividades realizadas de plantio e pesca na comunidade quilombola de Ramal de Quindiua, mesmo com os danos e destruição causada pelas obras a comunidade quilombola, (re)existem, o que expressa a luta da comunidade em manter viva seu modo de vida próprio. De modo

específico, a pesca na comunidade é praticada para consumo interno, sendo que o pequeno excedente vendido supre algumas necessidades das famílias.

As imagens abaixo mostram pescadores da comunidade quilombola de Ramal de Quindiua preparando seus utensílios para realizar a pesca nas extensões do Rio Pericumã, área atingida pela construção do complexo ponte-rodovia.

IMAGEM *6*: Pesca sob a ponte Antônio Dino



Fonte: Acervo LIDA, 2023.

Após a pavimentação asfáltica da MA-211 a comunidade vem recebendo ataques territoriais por aqueles que "*se dizem dono do território*" (Santana, 2023). A luta por território livre nas relações socioterritoriais das comunidades quilombolas, mostra o modo como as comunidades se articulam no âmbito político e social por meio das associações e movimentos quilombolas, fazendo-se necessário para a sua (re)existência, frente ao discurso estatal do "desenvolvimento" que atinge as comunidades quilombolas do município de Bequimão.

As comunidades quilombolas que vivem às margens da rodovia MA-211, possuem suas próprias associações de moradores para tratar de assuntos decorrentes de suas comunidades. Essas associações configuram-se como estratégias de aquilombamento contemporâneo (Furtado, 2018).

Nesse sentido, "as comunidades tradicionais se mobilizam politicamente, passando de uma existência atomizada para uma existência coletiva" (Cf ALMEIDA,2008 apud FURTADO, 2014, p. 2), e se tornam agentes sociais inseridos no processo político e social de luta por direitos socioterritoriais específicos e diferenciados. Esse processo se define como "aquilombamento" (FURTADO, 2018). Nesse sentido, a

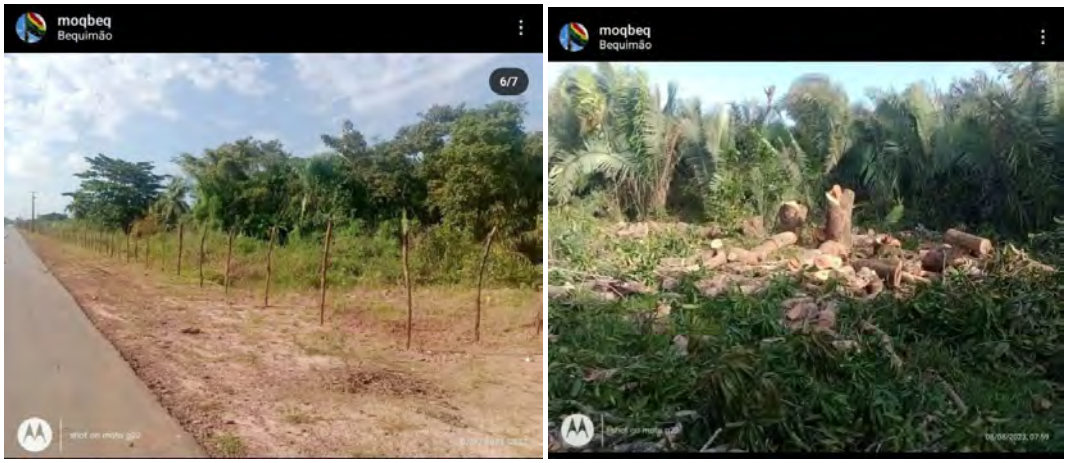
> "(...) bandeira de luta do aquilombamento, redefine os valores constitutivos de uma estrutura agrária concentradora, (...) a luta por territórios livres, significa a luta por um novo modelo de ser e estar no mundo, que tem se movimentado, externando-se para fora dos limites geográficos do quilombo, e, de certa forma, impactado as estruturas de poder atual" (FURTADO, 2014, p.16)

De acordo com Furtado; Silva (2018) o Litoral Ocidental Maranhense é a região do Maranhão onde se verifica a maior parte dos territórios e comunidades autodeclaradas remanescentes de quilombo e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

A comunidade de Ramal de Quindiua, através do Movimento Quilombola de Bequimão (MOQBEQ) utiliza as redes sociais para denunciar os crimes que circundam o território. É possível observar a denúncia na publicação realizada MOQBEQ, acerca da invasão territorial, em postagem eles denunciam

> "Desmatamento, grilagem, loteamento e cercamento do território quilombola de Ramal do Quindiua, Mafra e Santa Rita em Bequimão (MA). Nos últimos meses, as invasões e o desmatamento tem se intensificado no território quilombola de Ramal do Quindiua. A última situação foi a derrubada de cerca de quinze (15) mangueiras centenárias por parte de um fazendeiro dentro do território quilombola. Sem nenhuma autorização de qualquer órgão ambiental. Outras situações recentes são de cercas erguidas dentro do território margeando a rodovia MA-211, que corta o território quilombola. São incursões concretas de grilagem de terra, inclusive com venda de centenas de hectares nos últimos meses por terceiros. Todas essas ações estão sendo denunciadas aos órgãos cabíveis. Mas, tudo sob a conveniência dos órgãos fundiários, já que a lentidão no processo de regularização fundiária por parte do @iterma_oficial. Mesmo o @governoma não vem cumprindo com os acordos feitos e compromissados, durante as obras da rodovia e da ponte, com as comunidades quilombolas de Ramal do Quindiua. Urge uma atitude mais eficaz e dura dos órgãos competentes. A situação tem se "inflamado" nos últimos dias, e o conflito é iminente pela defesa do território quilombola, que é nosso por direito e a constituição federal nos garante isso! (MOQBEQ, 2023)

IMAGEM 7 E 8: Cercamento e desmatamento no território quilombola de Ramal de Quindiua



Fonte: MOQBEQ, 2023.

Como forma de mobilização e reivindicação, a comunidade se organizou para a derrubada da cerca colocada dentro do território quilombola de Ramal de Quindiua. Decisão executada pela comunidade, visto que órgãos fundiários e governamentais mantêm-se indiferentes à atual situação da titulação definitiva do território comunidade de Ramal de Quindiua.

IMAGEM 9: Derrubada da cerca



Fonte: Acervo LIDA, 2023

O que observamos na imagem acima, é o que Nascimento (2006), denomina como "continuidade histórica" o ato de permanecer (re)existindo frente aos processos de dominação, subserviência e "desenvolvimento".

Portanto, é evidente que a visão antropocêntrica do progresso e desenvolvimento resulta em ameaças à vida humana e da natureza. Acosta (2016) ressalta que o modelo imperialista/capitalista que o Estado assume é de caráter abusivo, uma vez que se baseia na subjugação cultural, apropriação estratégica de territórios para interesse econômico.

A ponte é a presença danosa do Estado, e a luta e (re)existência persiste em cada vida que habita a comunidade quilombola de Ramal de Quindiua. Acosta (2016) afirma, ainda, que o *bem viver* se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e espaços comuns.

A comunidade expressa, a partir da retirada da cerca, sua (re)existência aos ataques de cunho socioambientais ocasionados pelo complexo ponte-rodovia. Esta e outras são formas do modo de (re)existir da comunidade quilombola de Ramal de Quindiua frente à lógica do "desenvolvimento hegemônico". A comunidade tem lutado pelo seu direito de existir, ainda que seu *bem viver* esteja atravessado pela imposição da "estrada para o desenvolvimento".

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, a partir desta pesquisa, que o objetivo central da obra Ponte Central-Bequimão e Rodovia MA-211 se baseia em aumentar o fluxo turístico para as regiões do Litoral Ocidental Maranhense, uma vez que diminui sensivelmente o tempo de deslocamento da capital São Luís para os municípios do Litoral Ocidental e Baixada Maranhense. Entretanto, com a entrega da obra houve o aumento significativo de ataques de fazendeiros, grileiros e etc., dentro do território quilombola de

Ramal de Quindiua. A pavimentação asfáltica da MA-211 facilitou o acesso de fazendeiros e maquinário de cortes para dentro do território, ocasionando destruição e desmatamento ambiental.

O processo de silenciamento das comunidades tradicionais coloca em questão os direitos apresentados pela CF 88 e da Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. A assimetria que é estabelecida com as comunidades, exige um processo de resistência por parte dos(as) moradores(as) que recorrem a denúncias, apoio de instituições e movimentos sociais para se fazerem ouvidos.

As comunidades remanescentes de quilombo sobrevivem e (re)existem nessas regiões, por vezes, de forma hostil e com escassos recursos naturais que comprometem o seu consumo e a sua renda. A assimetria que o estado estabelece com a comunidade quilombola de Ramal de Quindiua, a partir do seu discurso desenvolvimentista, é irreparável. As famílias que residem nas regiões atingidas encontram-se em situação desfavorável e vivem em constante insegurança, em decorrência da conclusão das obras do complexo ponte-rodovia, como aumento de fluxo de carros leves e pesados e constantes ameaças de fazendeiros que se alegam donos do território.

O quilombo de Ramal de Quindiua, imposto às margens da rodovia MA-211, sobrevive aos impactos deixados pela Ponte Central-Bequimão e luta pela titulação para garantir permanência no seu território. Os motivos que os(as) moradores(as) da comunidade Ramal de Quindiua continuam a manifestar as suas insatisfações e preocupações pós-conclusão do complexo ponte-rodovia, mostram a importância da articulação e mobilização dessas comunidades frente a um Estado (dual) que por meio do âmbito político-jurídico tenta dar conta de uma realidade extremamente diversa. Ao mesmo passo que tenta enquadrar o diferente em um perfil hegemônico para fim de controle estatal.

O uso da etnografia como instrumento para a realização dessa pesquisa, apresentou-se como algo fundamental para observar o Bem Viver (ACOSTA, 2016) em Ramal de Quindiua, uma vez que a comunidade busca com seus conhecimentos ancestrais e tradicionais "viver em aprendizado e a conviver com a natureza" que rompe com uma lógica extrativista, predatória e exploratória que acompanha a lógica desenvolvimentista.

A pesquisa de campo realizada na comunidade de Ramal de Quindiua reflete a forma científica e política em "ir ver mais de perto a realidade social, livre para ir de encontro às visões oficiais, a opor-se às forças que impõem o respeito e o silêncio, àquelas que monopolizam o olhar sobre o mundo" (BEAUD; WEBER, 2014, p. 11).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**/ Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda.- São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo.** Manaus: UEA Edições, 2017, p. 63-143.

BARBOSA, Z. **As "temporalidades" da Política no Maranhão.** Lutas Sociais, [S. l.], n. 9/10, p. 19–26, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i9/10.18970. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18970. Acesso em: 15 jan. 2023.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo** – produzir e analisar dados etnográficos. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOLETIM NACIONAL. **Obras de ponte sobre o Rio Pericumã no Maranhão devem ser concluídas em 2021.** Publicado em: 21 de agosto de 2021. Disponível em: https://boletimnacional.com.br/noticias/obras-de-ponte-sobre-o-rio-pericuma-no-maranhao-devem-ser-concluidas-em-2021. Acesso: 11 de maio de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Compreender.** In Bourdieu, P; et all. A miséria do mundo. 7 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRANDÃO GOVERNADOR. **Rota dos Guarás: novos caminhos para o desenvolvimento.** Disponível em: https://carlosbrandao.com.br/rota-dos-guaras-novos-caminhos-para-o desenvolvimento/. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Diretoria de Engenharia Rodoviária. Divisão de Estudos e Projetos. Serviço de Estudos Rodoviários e Ambientais. **Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controles Ambientais.** Rio de Janeiro, 1996.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

FURTADO, M. L. S.; SILVA, R. de A. **Das andanças do movimento quilombolas na Amazônia Legal maranhense: uma nova gramática na luta por territórios em conflitos.** Cadernos CERU, [S. l.], v. 29, n. 2, 2018. DOI: 10.11606/issn.2595- 2536.v29i2p%p. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/155313 . Acesso em: 26 fev. 2023.

FURTADO, Marivania Leonor Souza**. Aquilombamento contemporâneo no Maranhão: estratégias de luta por direitos territoriais quilombolas.** 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal/RN, 2014.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente. 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC.1989.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **O "desenvolvimento" como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares.** PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho, [S. l.], v. 6, n. 1, 2012. DOI: 10.33026/peg. v6i1.1296. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1296. Acesso em: 18 jan. 2023.

NETO, João José Ferreira. **Impactos socioambientais causados pela construção da ponte Central-Bequimão (sobre o rio Pericumã) e da rodovia MA 211 nas comunidades quilombolas de Ramal do Quindiua, Santa Rita e Mafra.** Orientador: Fábio José da Silva Neto. 2021. Monografia (Geografia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

Patrimônio – Patrimônio Cultural Brasileiro. **Bequimão – Quilombo Ramal de Quindiua.** Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/bequimao-quilombo-ramal-de quindiua/#!/map=38329&loc=-2.4284420021935893,-44.77505922317505,15. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

SECRETARIA ADJUNTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEATI. **Governo cumpre cronograma e preparativos para obras de fundação da ponte sobre Rio Pericumã.** Governo do Maranhão. Publicado em: 21 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=159877. Acesso em: 11 de maio de 2023.

SIMONETTI, H. **Estudos de Impactos Ambientais Gerados pelas Rodovias**: sistematização do processo de elaboração de EIA/RIMA. 2010. Trabalho de Diplomação (Graduação em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 55p.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade social e Cidades latino-americano.
Modalidade: Comunicação Oral

A RELEVÂNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES DA MULHER SURDA E MULHER OUVINTE

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto[1](UFPA),

RESUMO: Este estudo tenciona realizar uma análise investigativa no campo da comunicação, fundamentada no debate acerca da desvalorização e negação dos direitos de cidadania da mulher surda em comparação a mulher ouvinte. A fundamentação teórica, conceitos e teorias foram problematizados para promover um tecido teórico, pensando em comunicação, identidade, cultura surda, cidadania e as mídias sociais (Bonin, 2013; Butler, 2019ª, Connell, 2015, Hjarvard, 2014; maldonado, 2013; Martin-Barbero, 2004). Esta pesquisa se justifica pela sua relevância teórica na compreensão dos contextos formadores de identidade cultural, que se encontram continuamente associados com os discursos produzidos nas mídias sociais, nas demandas de cidadania e a maneira como estão introduzidos na hodierna composição social. Este estudo possui como problema norteador, compreender como os discursos nas diversas mídias sociais contribuem na luta contra a discriminação em relação a surdez e, na conquista da cidadania para a mulher surda. Este trabalho está alicerçado em uma abordagem qualitativa, tendo como principal técnica, a análise das narrativas nas mídias sociais (plataformas: Facebook- Somos Surdos, Surdos & Surdas Brasil, Pais de Surdos e Codas; Instagram- @pravidadossurdos, @surdospelademocracia; Youtube- Isflocos, Sou Surda, sou mulher, entre outros). À guisa de conclusão, acreditamos que os discursos nas mídias sociais, possibilitam a quebra de fronteiras mundiais, resultando em benefício para a mulher surda e, as instituições sociais, ainda necessitam avançar no reconhecimento dos direitos desta mulher surda. À luz dos fatos narrados, não[2] podemos negar que a comunicação, os discursos reverberados nas mídias sociais contribuem na construção da identidade da mulher surda.

Palavras-chaves: Comunicação; Mulher Surda; Identidade; Cidadania; Mídias.

INTRODUÇÃO

Estruturada pela diversidade nas diversas formas de existência de determinados grupos sociais, sobretudo nos modos de existir, refletir, de arcabouços de sentimento e narração (Martín-Barbero, 2004), a identidade percorre o mundo hodierno de "fluxos intensos, mudanças tecnoculturais, configurações de poder político e reestruturação de modelos da sociedade" (Maldonado, 2013, p. 23). A Identidade é um processo o qual se encontra constantemente em transformação e, por intervenção das culturas que se modificam, em conformidade com as situações. São correlacionais, isto é, na conexão com o outro, por intervenção de pertencimento e diferenciação. À medida que sujeitos, se reconhecem, acontece o processo de difusão pelas inúmeras organizações sociais que auxiliam na constituição de nossas identidades. Experimentamos a nossa existência através dos nossos comportamentos no corpo social o qual é permeado pelo nosso contato social com a família, escola, conhecidos e, simultaneamente com as mídias sociais. Alicerçada nesse discurso, é

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, carlageogria24@yahoo.com.br.
[2]

que se estabelecem os preceitos sociais, arraigadas em uma cultura, pela qual determinam e personificam a maneira com deve se apresentar e o lugar em que devem ocupar os sujeitos: homens, mulheres, brancos, negros, deficientes, indígenas etc.... No presente estudo, as mulheres surdas. Porém, esse processo de construção de identidades, não está limitado somente em regras e normatizações culturais, mas nos rígidos delineamentos do poder hegemônico, opressão e discriminação.

Neste contexto, a identidade da mulher surda, a partir das representações midiáticas realizadas por determinados grupos hegemônicos preconizam distinções que estabelecem estereótipos e comportamentos normativos e regularizadores. Há, em conformidade com estes comportamentos, espaços específicos que podem e devem ser preenchidos obrigatoriamente pela comunidade surda. Da mesma forma, há espaços nas instituições públicas e particulares, habitualmente outorgados para as pessoas consideradas "normais". Essa orientação moral é procriadora de desigualdades não somente entre os gêneros, mas também entre categorias (mulher surda x mulher ouvinte), fortalecendo as conexões desarmônicas e de autoridade intelectual entre o próprio gênero feminino, e também entre os diversos grupos sociais. Por conseguinte, produzindo e fortalecendo inúmeros obstáculos a mulher surda.

Enfatizamos que os impedimentos às mulheres deficientes em geral, são ainda bem mais árduos quando comparado as mulheres ditas normais. Da mesma maneira, é revistado com outros marcadores sociais, tais como: padrão de normalidade, etnia e classe social. São inúmeras as violências sofrida pela mulher ouvinte, todavia, importante destacar que são menos evidente, da violência sofrida pela mulher deficiente, etc...A admissão desta mulher deficiente na instituição escolar, no mercado de trabalho, o excesso de obrigações domésticas, abusos sexuais, o salário, atuação na política e a desumanidade que esse grupo social (mulher deficiente), são expostas, não representa a integralidade e a dimensão das discriminações impregnada na sociedade brasileira, contudo indubitavelmente nos oferecem uma compreensão para analisarmos a respeito do assunto.

O enfrentamento do movimento feminista atravessa décadas e vem lutando contra os diversos estereótipos, até mesmo por intervenção de políticas públicas que afirmam que homens e mulheres no contexto social são iguais e, portanto, possuem os mesmos direitos, dentro de uma democracia. No Brasil, com certeza a mais conhecida e respeitada é a própria Constituição Federal de 1988[3]. Contudo, social e culturalmente, há ainda lamentavelmente posição subalternizada

[3] Além de igualar homens e mulheres perante a lei, "o novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros, não por acaso, foi batizada de "Constituição Cidadã" (Schwarcz; Starling, 2015, P. 488).

destinada às mulheres e robustecida por diversas instituições sociais, que possui como expediente delinear padrões de vivências e de comportamentos sobretudo para as mulheres. Logo, para uma legítima cidadania para as mulheres é fundamental que os meios de comunicação reconheçam e anunciem sua relevância na luta contra as diversas discriminações que há entre o próprio gênero feminino, com base nesse discurso que, converte as diferenças entre mulher ouvinte e mulher surda, usufruindo dessas diferenças como forma de redescobrir-se e simultaneamente aprender com a diversidade a convivência harmoniosa em comunidade, como recomenda o movimento feminista.

Esse estudo se justifica pela sua relevância teórica na compreensão dos contextos formadores da identidade cultural, que se encontra continuamente associada com as mídias sociais e, discursos produzidos que afetam, as demandas de cidadania e a maneira como estão introduzidos na hodierna composição social. Neste sentido, ponderar a ideia de identidade surda em relação a identidade ouvinte, é de suma importância, por esse motivo, as considerações e concepções aqui realizadas não são inamovíveis, mas condescendente a refutação. Ademais, a questão que norteia o problema central deste estudo é compreender como os discursos nas diversas mídias sociais contribuem na luta contra a discriminação em relação a surdez e, na conquista da cidadania para a mulher surda em um verdadeiro contexto de transformação social. Neste estudo, nossos objetivos são:

- compreender como as mídias sociais abordam a luta contra as desigualdades entre os diferentes grupos femininos, e, se os seus discursos fortalecem o convívio harmonioso na sociedade feminina.
- Identificar social e culturalmente como as instituições sociais subalternizam e determinam padrões de comportamento para a mulher surda.

METODOLOGIA

Este estudo é alicerçado em uma abordagem qualitativa, tendo como principal técnica a análise das narrativas nas mídias sociais (aplicativos: Facebook (somos surdos, surdos & surdas Brasil, e Pais de surdos e Codas; no instagram @pravidadossurdos, @surdospelademocracia; Youtube canal: Isflocos, Sou surda, sou mulher entre outros. Tendo como ponto de partida as narrativas e a realidade verbalizada nos respectivos aplicativos e, como estes contribuem na reflexão, interpretação e compreensão dos inúmeros processos comunicacionais que permeiam a sociedade, produzindo os diversos juízos, comportamentos e concepções que influenciam a realidade e a cidadania da mulher surda na sociedade brasileira. Neste sentido, a pesquisa qualitativa na área da comunicação, de acordo com as ideias de Minayo (2009, p. 21), é utilizada para elucidar as diversas práticas sociais bem como os diversos processos comunicacionais que efetivamente ocorrem na realidade, "[...] pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações

dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes". Em outras palavras, a pesquisa qualitativa a partir da análise das narrativas nas mídias sociais é excelente na promoção da compreensão da realidade da mulher surda comparada a mulher ouvinte.

A IDENTIDADE CULTURAL SURDA

No momento do nosso nascimento, os sujeitos adentram em meio a um mundo repleto de circunstâncias que atuam na formação da nossa identidade, quer pelo local de pertencimento em que o sujeito se encontra, pelo reconhecimento com o sexo biológico ou pela sua raça, etnia.

Por conseguinte, Hall sustenta que "as identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial" (Hall, 1999, p. 47), melhor dizendo, ainda que a identidade seja formada socialmente e culturalmente, ocasionalmente reconhecemos que inúmeras compreensões da nossa identidade como mulher ouvinte ou mulher surda, a título de exemplo, já surgem conosco.

Significativo mencionar que reputamos a identidade demasiadamente ligada no processo de representação, e por esse motivo, o discurso se ergue como um dos "modos de construir sentidos e influenciar tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" (Hall, 1999, p. 50). Observando, podemos depreender que elas são construídas e transformadas em cada contexto, no qual possui o propósito de desenvolver sentidos e estruturar deste modo um conjunto de representação cultural (Hall, 1999). Por conseguinte, cada cultura possui seus próprios padrões de comportamentos, controlados por regras que são organizadas por uma soma de preceitos que as validam e as transformam perceptíveis, mas igualmente por um "conjunto de práticas legitimas e institucionalizadas" (Cortina, 2005, p. 148). Diante disso, a formação de uma identidade é responsável por construir no sujeito os alicerces, isto é, estabelecer nos sujeitos a consciência em relação ao seu respectivo mundo cultural o qual ele pertence (Hall, 1999).

Refletir acerca da organização de uma identidade cultural e a maneira como ela se desenvolve, fortalece e modifica no decurso da vida. Na identidade da mulher surda em relação a identidade da mulher ouvinte se diferencia e sustenta não somente nos entendimentos de uma cultura, mas se transformam em elementos fomentadores de poder que alteram essas desigualdades em diferenças. Essa estrutura, conforme Johnson (1997), determina compreensões de normalidade que fortalecem a dominação de grupos hegemônicos sobre certos grupos culturais. Esta interpretação é confirmada por Silva quando declara que as diversas singularidades entre as mulheres na realidade originam-se nas conexões discrepantes em vários comportamentos na vida social "nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias" (Silva, 2014, p. 82).

Na sociedade brasileira, assim como em outras sociedades, a mulher geralmente é subalternizada e, assentada em posições inferiores. Neste caso, diferença entre a mulher ouvinte e a mulher surda é em razão da sua forma de compreender e perceber o mundo, de se manifestar e igualmente oriunda da sua identidade cultural. Posto isso, surgem as incontáveis dificuldades no acolhimento familiar, na escola, no trabalho, no convívio público e no poder econômico que permeiam a realidade desta mulher surda em relação a mulher ouvinte.

Mesmo com inúmeras dificuldades enfrentadas no dia a dia das mulheres em geral, ainda assim, as características como a pujança, os estímulos são direcionados para a mulher ouvinte, enquanto a incapacidade, a submissão, desvalorização são apontadas para a mulher surda. Nesse contexto, lembramos Biroli (2018) "afirma-se superioridade de determinadas identidades ao mesmo tempo que se promove a desvalorização das vidas construídas como seu 'outro'" (Biroli, 2018, p. 166).

Não há como negar, a mulher surda pertence a dois grupos com minorias de direitos, é duas vezes mais oprimida. Sua existência é compreendida pelo senso comum como "incapaz" ou "desprotegida, de maneira que a misoginia enraizada no corpo social é adicionada com mais força a mulher surda, bem como a violência simbólica promovida pela hodierna hegemonia ouvinte. Sendo assim, em um complexo com numerosas compreensões de si, do que é ser uma mulher e surda, as experiencias no seu dia a dia, a superação dos incontáveis obstáculos e, sobretudo, na formação de sua identidade e independência.

São depreciadas a sua compreensão e o seu conhecimento é colocado em dúvida, no tocante a sua comunicação e convivência social igualmente são desconceituados, a sua forma de pensar, de comportar-se e por que não, a sua indignação perante as injustiças são constantemente depreciadas. Concernindo a própria sociedade compreender a relação entre a liberdade existencialista com os liames sociais correntes na vida de determinados grupos sociais, como no caso da categoria mulher surda. A autonomia ontológica encontra-outorgada, contudo, na concretude do dia a dia, nas diversas situações sociais e histórica, ela aparece em contínua construção para diversas minorias e promovendo suas primeiras mudanças em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Essas e mais algumas concepções se confirmam na realidade vivida por inúmeras mulheres surdas. Entretanto, a própria comunidade surda está a cada dia compreendendo a relevância da educação, todavia as possibilidades não são iguais para mulheres ouvintes e mulheres surdas: dados do último IBGE (2022) 23,5% das mulheres ouvintes concluíram um curso superior, todavia, somente 2,3% de mulheres surdas tiveram as mesmas condições (Agência Brasil, 2018). Em relação a remuneração do seu trabalho, é bastante complicado termos esses dados explícitos, já que em inúmeros cargos não há presença da comunidade surda, muito menos da mulher surda.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A RESPONSABILIDADE DAS MÍDIAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DA CIDADANIA DA MULHER SURDA

Não há como negar que hodiernamente as mídias sociais influenciam e determinam certos comportamentos na sociedade, elas estão imersas nas instituições sociais e culturais, auxiliando na produção de identidades culturais. As regras do poder político, atreladas ao mercado econômico e, simultaneamente nas narrativas promovidas por intermédio das mídias sociais, alteraram demasiadamente os comportamentos dos sujeitos em sociedade. E, atravessaram a condição de comuns agentes da informação com a sociedade para intercessores na organização da respectiva compreensão do discurso (Martín-Barbero, 2004). Investigar as mídias sociais, no que concerne a comunicação, é um procedimento complicado, uma vez que a ação comunicativa abrange uma disposição de perspectivas históricas, técnicas, culturais e sociais. De acordo com Maldonado (2011), para investigar um meio é necessário

> [...] concebê-lo como um complexo de estruturas, pensá-lo como um campo de produção e contradições e observá-lo no seu funcionamento concreto, buscando sistematizar procedimentos operativos e ideias em raciocínios que incluam a experiência, as vivências de realização diária, as condições de produção e os produtos fabricados nesses processos (Maldonado, 2011b, p. 285).

Tendo em conta estas perspectivas, é relevante enfatizar algumas transformações nos fundamentos da comunicação no decurso de décadas. Na contemporaneidade, as mídias sociais, em inúmeras proporções, determinam afetações nos sujeitos que as influenciam. Todavia, hodiernamente as mídias sociais, agem como agenciadores sobre o homem na sociedade. É precisamente a partir desta concepção que Maldonado (2013) e Bonin (2013) recomendam abduzir do nosso léxico os vocábulos “massa”, “receptores”, “consumidores”, “usuários” e legitimar o vocábulo sujeitos comunicantes.

> Essas pessoas não permaneciam em uma prática de absorção automática dos conteúdos e das formas das mensagens. De um modo ou de outro, elas produziam experiências comunicacionais; às vezes, alienantes, outras, criativas, lúdicas, em ocasiões conservadoras, em oportunidades subversoras, em muitas oportunidades recreativas e também organizadoras dos ciclos socioculturais nas formações sociais midiatizadas. Essas pessoas, nesta conjuntura de mudança cultural, vão dando continuidade a suas culturas midiáticas históricas (radiofônicas, cinematográficas, televisivas, jornalísticas) e, ao mesmo tempo, combinam-nas com as possibilidades de experimentação que o novo tempo/ espaço digital permite. Muitas dessas experiências ainda vão estar marcadas pelos antigos hábitos. De fato, os esquemas e as matrizes de interpretação, prática e avaliação continuaram exercendo sua força nos comunicadores/internautas; apesar disso, as

> inter-relações de conjunto (com as mídias anteriores e com a Internet enquanto mídia) transformam-se (Maldonado, 2023, p. 91).

Percebemos que os comportamentos produzidos pelos agentes sociais são influenciados pelas mídias, criando hodiernas estruturas no desenvolvimento da comunicação.

Na tessitura dessa narrativa, percebemos que as formações das identidades culturais relacionadas com as mídias sociais produzem um tipo de afetação nos sujeitos, à vista disso, Maldonado (2013, p. 90), declara que elas "produzem sentido de maneira fluida, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora". Isto posto, podemos afirmar que as mídias interferem nos comportamentos dos sujeitos em uma sociedade, estabelecendo novas ordenações no processo de interação, pois é justamente pela permuta com o outro e consigo mesmo e, com base nessas permutas é que vamos captando informações, condutas e obrigações sociais, o que autoriza a constituição do conhecimento e da respectiva consciência (Hjarvard, 2014).

Neste contexto, não há como comprovar as categorias de afetação e quais o entendimento que cada conteúdo midiático vai provocar nos sujeitos, mas é correto declarar que, os respectivos sujeitos irão incorporar e analisar os conhecimentos que adquiriram por intermédio da comunicação. Além disso, mais à frente da posição de meros receptores, os sujeitos preenchem no processo comunicacional hodierno progressivamente o campo de autores de matérias, ultrapassando os entraves elucidativos e comunicacionais considerados anteriormente como zonas próprias e conscientes pelo compartilhamento do conhecimento como os meios de comunicação (Bonin, 2013).

Destarte, Certeau adverte para a situação de que cada sujeito irá perfilhar uma "utilização". No caso do consumo, poder-se-ia quase afirmar que a produção fornece o capital e os usuários, como locatários, adquirem o direito de efetuar operações sobre este fundo sem serem os seus proprietários" (Certeau, 1988, p. 96). Neste sentido, pode-se afirmar que as mídias proporcionam conhecimentos, porém a utilização destes, isto é, quais concepções que a sociedade irá perfilhar acerca dos respectivos conhecimentos, está intrinsicamente atrelado a forma como cada sujeito receberá a informação. Sendo assim, fortalece a perspectiva de que a recepção/usuários não são passivos no tocante ao que se absorvem. Entretanto, Certeau (1988) evoca que ainda com determinado tipo de relutância, os sujeitos permanecem sendo "adaptados" pelo grafado.

Essa adequação pelo grafado a qual Certeau (1988) menciona tem relação não somente à decodificação dos vocábulos em si, mas da sua significação, ou melhor, a consciência que os representam. Com tal característica, Canclini (1998), ao mencionar as sequelas da televisão, como recurso tecnológico que, de acordo com ele, não é imparcial nem um recurso com tamanha supremacia, da mesma forma fortalecemos que os resultados provocados pelas narrativas

reverberadas pelas mídias sociais, estão diretamente relacionadas com a finalidade e forma que os sujeitos concebem e utilizam, em sua produção de perspectivas que os mesmos conferem as diversas matérias. Essas perspectivas imputadas pelos sujeitos resultam de uma memória cultural. Por conseguinte, progressivamente as mídias sociais vão se transformando em elementos da cultura, como destaca Martín-Barbero,

> La comunicación em el campo de la cultura deja de ser entonces um movimento exterior a los processos culturales mismos- como cuando la tecnologia era excluída del mundo de lo cultural y tenida por algo meramente instrumental- para convertirse em um movimiento entre culturas: movimento de exposición y apertura de unas culturas a las otras, que implicará siempre la transformación/recreación de la propia (Martìn-Barbero, 2004, p. 1)

Nessa lógica, é justamente na proximidade da cultura com as mídias sociais que se solidificam as influências na formação de identidades e na existência de uma cidadania. Conforme já ressaltado, os sujeitos possuem alguma independência, sobretudo nas condutas que tomam diante das matérias veiculadas e discutidas pelas mídias sociais, ainda assim, não devemos desconsiderar a realidade de que, ao comunicar alguns contextos sociais, as mídias podem fortalecer ou metamorfosear identidades.

Martin-Barbero (2004) alerta para o poder das mídias sociais, e que podem revelar-se nas emoções ligadas a um mundo fictício desmedido nos sujeitos. Refletindo em relação as identidades culturais, a mídia, consegue, em determinadas circunstâncias fortalecer ou desconstruir estereótipos conectados à deficiência, no que se refere a este último, desestruturando a suposta superioridade do ouvintismo, aqui em especial as mulheres surdas, auxiliando continuamente na reflexão crítica de inúmeras concepções e comportamentos produzidos a partir das representações negativas, transformando paradigmas excludentes impostas a elas, em valorização das suas potencialidades, oferecendo-lhes meios para garantir o direito à cidadania, direito esse tão desejado por essa categoria.

Compreender que hodiernamente as mídias sociais são parte integrantes de uma cultura, e que por intervenção desta associação são processados comportamentos que se reverberam em representações positivas ou negativas. Em determinadas situações, essas representações, são capazes, até mesmo, de criar grandes complicações do que a simples formação de identidade, à exemplo: na discriminação em relação a mulher surda, ao afirmar que a mulher surda são seres incapazes e, portanto, inferiores as mulheres ouvintes, discursos reconhecendo a mulher surda com inferior a mulher ouvinte, possibilitando a compreensão que a mulher ouvinte possui mais competência e inteligência que a mulher surda. Assim como, do mesmo modo, pode exercer papel fundamental no compartilhamento de conteúdos, gerando conhecimento de políticas de inclusão, com o intuito de enfrentar o desrespeito e o preconceito em relação a essa categoria de gênero mulher surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de compreensão, acreditamos que os discursos e narrativas verbalizadas por intermédio das mídias sociais, possibilitaram o começo de rompimentos de fronteiras mundiais, resultando em benefício para a mulher surda. Os discursos nas mídias sociais, auxiliam e esclarecem as especificidades em relação a surdez e semelhantemente na luta contra as desigualdades. Em nossas análises, ressaltamos que nos discursos reverberados, há luta constante para esclarecer efetivamente o convívio harmonioso na sociedade feminina.

No que concerne ao segundo objetivo, as instituições sociais, ainda necessitam avançar no reconhecimento dos direitos desta mulher surda. A subalternização social e cultural da mulher surda está explícita, no momento que não há um interprete de Libras, no posto de saúde, nas escolas, sobretudo, as públicas, onde há carência de recursos matérias para subsistência, semelhantemente na forma implícita em que as empresas não admitem em seu quadro de funcionários uma mulher surda, quantas juízas surdas, médicas, delegadas, repórteres surdas há no Brasil? Por vezes, encontramos mulheres surdas na função de faxineira, embaladora (muito comum em alguns grandes supermercados).

Depreender as diferenças e as particularidades de uma identidade cultural formada na discussão do gênero feminino e suas diversas categorias, evidencia as inúmeras dificuldades produzidas e fundamentadas nesta perspectiva, uma vez que o padrão de normalidade é a forma pela qual a sociedade compreende e capta as conexões de poder. Logo, podemos afirmar que as representações realizadas com base no ser mulher surda contribuem na sua constituição e na percepção de se enxergar mulher e, se reverbera nas suas ações e comportamentos na sociedade.

Sendo assim, é somente uma breve configuração de toda complicada problemática das desigualdades, entre a hegemonia dita normal e uma minoria deficiente, porém robustecendo que pode ser um dispositivo para refletirmos com base em nossas práxis do dia a dia e, especialmente as comunicacionais, a favor de uma democracia e a comunicação auxiliando na produção da paridade de direitos.

Podemos acentuar como um corpulento impulsionador de mudança os movimentos sociais, entre eles o feminista, que esforçar-se para que a identidade “mulher surda” seja reconhecida e produza uma transformação social, um corpo social mais justo, democrático e cidadã. Essa transformação, é cognoscível e, necessita obter parceria, a fim de alcançar por intermédio das mídias sociais a cooperação para uma exequível ponderação acerca da compreensão e direito de cidadania para a mulher surda. À luz dos fatos acima narrados, não podemos negar que a comunicação, as

mídias sociais contribuem na construção e no reconhecimento da identidade da mulher surda e no seu direito à cidadania.

REFERÊNCIAS

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; DO ROSÁRIO, Nísia Martins (Organizadoras). Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em Comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.
HJARVARD, Stig. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. In: Matrizes. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Vol.8, n.1, jan./jun. 2014. p.21-44.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, Jiani Adriana; DO ROSÁRIO, Nísia Martins (Organizadoras). Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em Comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualizações, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: VVAA. Metodologias de pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Medios y culturas en el espacio latino-americano. Pensar Iberoamérica, Revista de Cultura, n. 5, Abril, 2004. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/ pensariberoamerica/ric05a01.htm> Acesso em: 03 maio 2023.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americano

FEIRA DO VER-O-PESO: PERMANÊNCIAS E REPRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BELÉM

Flávia Ferreira Gomes[1] (PPGDSTU/NAEA/UFPA)
Silvio José de Lima Figueiredo[2] (NAEA/UFPA)
Marinete da Silva Boulhosa[3](IFPA)

RESUMO: O presente texto aborda a feira do Ver-o-Peso,em Belém-Pará,considerada a maior feira livre da América Latina. No contexto societário atual, caracterizdo por profundas mudanças nas formas de consumo, a permanência e representatividade das feiras é atingida pela força do capital. Refletir sobre a feira como espaço de expressão de formas tradicioanais de comercialização que se mantém excercendo funções importantes na produção e representação das cidades, integrando uma cadeia produtiva mais ampla, se apresenta como um debate necessário, principalmente por conjugar na complexidade de suas relações e dinâmicas funções, econômica, social,histórica e turística. Foi observado, no decorrer de sua trajetória histórica a consolidação no espaço da cidade, através da associação de suas funções, como referência de existência, permanência e constâncias de dinâmicas comerciais características de modos de vida, organização e trabalho intrinsicamente relacionados à natureza e ao local de sua origem, assim como dinamizou nas sociabilidades que enseja saberes e fazeres, conhecimentos, costumes e símbolos representativos da cultura e da identidade amazônica.

Palavras-chaves: Feira; Ver-o-Peso; Permanências,Espaço, Belém.

INTRODUÇÃO

Belém, município sede da Região Metropolitana de Belém (RMB), reune características de uma metróple, a maior concentração de indústrias, bancos, atividades comerciais, serviços e órgãos públicos de toda a região. Em 2021, o PIB per capita foi de R$ 22.216,33, conta com uma população de 1.303.403 habitantes, distribuídos em duas grandes áreas, uma continental correspondente a 34,36% da área total, outra insular, constituída de aproximadamente 39 ilhas, que ocupam 65,64% do território, esta modelação, reune elementos singulares, uma rede hidrográfica densa e a floresta, estes elementos caracterizam o processo de ocupação e desenvolvimento urbano de Belém, desde sua fundação (IBGE, 2022; Cruz, 1973).

Tais elementos, não são apenas apêndices deste desenvolvimento, exerceram e continuam a exercer funções determinantes e dinamizadoras dos processos econômicos, sociais e culturais que caracterizam a produção do espaço e a representação de Belém, cidade que tem sua gênese

[1] Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará, Brasil. flaviaferreira31@yahoo.com.br

[2] Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará, Brasil. slima@ufpa.

[3]. Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Belém, Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará, Brasil. marinete.boulhosa@ifpa.edu.br

indissóciavel destes elementos, e cujo modelo de ocupação respondeu a uma estratégia militar da Coroa Portuguesa para manutenção do território. Reproduzindo as estratégias de defesa já utilizadas em outras colônias de domínio eurocêntrico foi instalado um forte na confluência do rio Guamá com a baia do Guajará a fim de garantir uma melhor visualização antecipada de possíveis ataques de outras nações europeias (ingleses, irlandeses, franceses e holandeses) interessadas em explorar as riquezas da região, ávidas em avançar de relações mercantis para o capitalismo mercantil mais estruturado, incluisive subsidiado pelos avanços tecnológicos e um sistema abastado de escravidão já acumulado por estas nações. Assim, a lógica eurocêntrica ao conduzir o processo de disputa pelas terras das Américas, nas palavras de Quijano (2005, p.120) "O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado" forjava a constituição e domínio do capitalismo mercantil em expansão que tanto fragelou as colônias, com violência,perseguições, aculturação, segregação e extermínio de povos e suas culturas" (Cruz, 1973; Sousa, 2019;Castro, Campos,2015).

A ordem colonial portuguesa[4] estabeleceu uma ocupação e relações de exploração, intrinsicamente imbricadas com este espaço estuarino. Seguindo a esteira da lógica eurocêntrica implantada em outras colônias, conforme assevera Santos (2011) os equilíbrios tradicioanais dos povos nativos, usos, costumes e crenças, diretamente vinculados à natureza foram atravessados e este espaço, passou, na escala societária da época a servir forçosamente a um sistema de dominação mais amplo de exploração dos recursos naturais. Estes recursos foram fundamentais nos processos de organização e desenvolvimento dos modos de vida e trabalho em Belém, produziram "enraizamentos", deixaram marcas que permanecem e se (re)atualizam, assim como também estão na base das primeiras trocas comerciais realizadas em cidades amazônicas, como é o caso de Belém (Trindade Jr, 2010). Figueiredo e Castro (2014) completam esta assertiva afirmando "as cidades amazônicas localizadas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes foram, e são ainda, pontos nodais dessas redes de trocas comerciais que se estendem até as fronteiras transnacionais" (Figueiredo; Castro, 2014, p.8). Ao longo de seu desenvolvimento Belém, foi atravessada por um conjunto de transformações de ordem infraestrutural, histórica, social e ambiental demarcando seu processo de urbanização.

> A capital paraense, que tinha surgido em torno do forte português, aos poucos foi se transformando na aglomeração urbana que na foz do Amazonas se tornou a grande metrópole do vale. Já em 1743, se levarmos em conta o depoimento de Charles Marie de La Condamine, a cidade já tinha sua graça e personalidade (Sousa, 2019, p.111).

[4] Até 1757, o território português na Amazônia era chamado de estado do Maranhão e Grão-Pará, composto de sete capitanias: quatro pertencentes a donatários — Caetê, Cametá, Joanes (Marajó) e Cumã; e três diretamente pertencentes ao rei — Pará, Maranhão e Piauí.

A cidade se desenvolveu e o comércio também, ao longo da orla, em especial as feiras, segmento econômico do setor terciário, caracterizado pela realização de trocas comerciais que congrega elementos e produtos tradicionais, sociabilidades e realização de novas atividades, como o turismo e o lazer (Cruz, 1973; Sampaio *et al.*, 2018; Figueiredo, 2008).

É nessa perpectiva que situamos a feira do Ver-o-Peso, em Belém, Pará, o maior entreposto pesqueiro da região, cuja gênese, refere aproximadamente o ano de 1627, na atualidade, conta com quase de 400 anos de existência. Segundo levantamento realizado tem como marco embrionário o espaço estuarino da orla da cidade de Belém, situado na convergência do rio Guamá com a baia do Guajará (IPHAN, 2016; Santos, 2016; Santos, 2018; Lima, 2008; Cruz, 1973; Leitão,2010).

Sua trajetória está entrelaçada com o processo de produção do espaço da cidade de Belém, assim a feira ao longo dos anos não foi um passivo, ou resultado de uma letárgia, nessa dinâmica de produção deste espaço, ao contrário produziu "enraizamentos", que ao serem transmitidos de gerações, permanecem e se fortalecem. Sobre o espaço e sua produção, parte-se das contribuições de Lefebvre (2008, p.55) que define, "o espaço é idelógico, é político, é estratégico, [...] é "como um produto da história", completa afirmando "de fato toda sociedade produz "seu" espaço, produz "um" espaço". E a "produção do espaço" é compreendida para além do aspecto urbanístico e arquitetônico, nas palavras de Lefebvre (2008) "a produção envolve o conjunto da sociedade", e para exemplificar permanência e representação na produção do espaço de Belém, toma-se como referência a feira do Ver-o-Peso,

> "o complexo do Ver o Peso, ou simplismente o Ver-o-Peso, encerra em si próprio um espaço significativo para a identidade econômica e cultural da cidade e d etoda a região, principalmente das ilhas que dele depende, emblema oficail da cidade, e pr que não dizer de todo o Pará" (Campelo, 2010, p.45).

Como a feira do Ver-o-Peso participa da produção e da representação do espaço de Belém? Responder a esta pergunta pressupõe, aqui, identificar alguns de seus elementos constituintes, os quais envolvem sua própria permanência.

Parti-se da premissa de que as feiras são um campo social (Bourdieu,2009) com múltiplas dimensões, exercendo um conjnto de funções. De forma simplificada delimita-se em três funções: econômica,histórica e turística que ao formarem um amálgama subvertem uma possível redução da complexidade da feira.

Nessa perspectiva entendemos que as feiras livres, em especial o Ver-o-Peso considerando a combinação de suas funções exerce um importante papel como micro universo dinamizador na produção do espaço urbano de Belém, assim este texto reúne algumas observações sobre a feira do Ver-o-Peso, a partir de dados secundários coletados junto ao Departamento de Feiras, Mercados e

Portos (DFMP) seguido de consulta ao site oficial do DIEESE-Pará, além de pesquisas documentais realizadas sobre o Ver-o-Peso.

Destarte, o artigo está estruturado em três sessões, na primeira será apresentada a feira do Ver-o-Peso, destacando os principais aspectos de sua fundação e composição atual. Na segunda sessão serão abordada a permanência e a representação do Ver-o-Peso a partir das funções econômica, histórica e turística. Por fim, como considerações finais, ressalta-se a importância do Ver-o-Peso na produção do espaço de Belém.

Para subsidiar a análise acionamos as contribuições teóricas de Lefebvre (2008), defensor de uma abordagem ancorada na crítica ao sistema capitalista e sua incidência desvastadora sobre a produção do espaço por agentes do capital, e para quem a representação e a produção do espaço são categorias essenciais, onde o espaço é "uma construção social", ele "articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real" (Lefebvre, 2008, p. 41).

David Harvey (1996) soma-se a base conceitual, pois para ele o espaço é categoria básica da existência humana, que compreende os processos materiais, as práticas da vida social e as relações sociais. Entendendo que a feira do Ver-o-Peso é um campo social complexo, caracterizado como espaço produtor de relações comerciais, mas também porque "encerra em si próprio um espaço significativo para a identidade econômica e cultural da cidade e de toda a região, principalmente das ilhas que dele dependem, emblema oficial da cidade, e por que não dizer de todo o Pará" (Campelo, 2010, p.45), toma-se como referência de representação de um espaço rico de processos materiais e imateriais, subjetividades, sentidos e signos, um campo social, e nessa perspectiva acionamos a teoria Geral dos Campos de Pierre Bourdieu, segundo a qual,

> Compreender a gênese social do campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbítrio e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (Bourdieu, 2009, 69).

Para Bourdieu (2009), que propõe uma ruptura epistemológica com o senso comum, na busca da compreensão do mundo social, formado por estruturas objetivas e subjetivas, o campo "representa um espaço simbólico, a produção de relações objetivas", o campo se ocupa sobretudo das relações entre os agentes que são determinadas por suas posições no interior do campo.

Considerando a feira como um campo social plural, subjetivo, produtor de saberes, constâncias, inspiração e identificação marcado também por disputas, o escopo conceitual da teoria Geral dos Campos, como chave teórico-metododlógica alcança a feira e permite utlrapassar o subejtivismo e o obejtivismo das estruturas e melhor compreender a potência dos agentes no

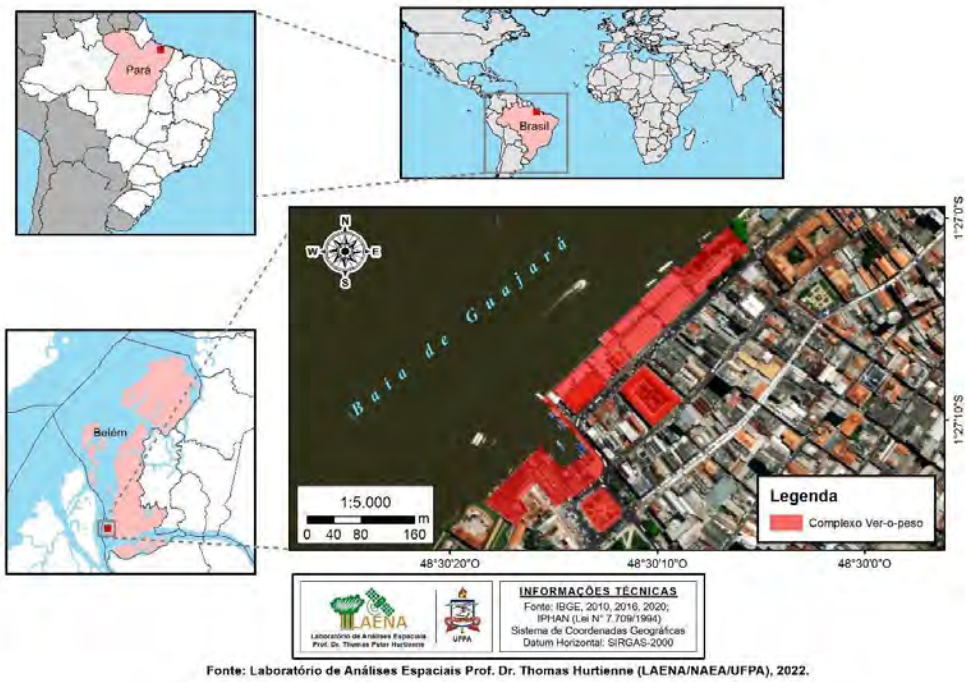
inteirior do campo que é relacional, aqui represenatdo pelos feirantes, que através de seu trabalho cotidiano na feira, contribuem na permanência dessa forma tradicional de comércio, ao mesmo tempo são também, mantenedores da pluralidade não esgotada apenas pelos produtos comercializados, mas potencializada pelo imaginário, pela memória, pelas crenças, pelos sentidos, pela cultura, são saberes e fazeres que dão sustentação a essa pluralidade. Desta forma escapa-se de pensar a feira de forma reducionista, o que incorreria num grande equívoco, posto ser insuficiente restringir sua abordagem e sob esta perspectiva reside a pretensão de refletir sobre sua importância na produção do espaço de Belém, como exemplo de permanências e representação.

FEIRA DO VER-O-PESO – ASPECTOS DA SUA FUNDAÇÃO E COMPOSIÇÃO ATUAL

É na capital paraense que está localizada, a feira do Ver-o-Peso, na região intermediária chamada Belém, e região imediata Belém, integra a Mesorregião Metropolitana de Belém, também formada pelos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Barcarena. Belém conta com as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 27' 18'' Sul e longitude de 48° 30' 9'' Oeste. Seus limites são ao norte com o município de Santo Antônio do Tauá, a leste com Santa Bárbara do Pará e Ananindeua, ao sul com Acará e a oeste com Barcarena (FAPESPA, 2022, p. 45; IBGE, PANORAMA DAS CIDADES, 2023).

A feira do Ver-o-Peso está localizada na confluência do rio Guamá com a baia do Guajará, ladeada por bairros centrais da cidade, conforme o Mapa 1 a seguir.

Mapa 01 – Mapa de localização da Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2022.

A feira do Ver-o-Peso, em Belém, Pará, está localizada na região central da cidade, cito a Avenida Boullevard Castilho França, no bairro da Campina, um dos primeiros bairros a se formar na cidade, é ladeada por bairros centrais (Reduto, Cidade Velha, Batista Campos e Nazaré) que concentram grande oferta de serviços, instituições públicas e diversos equipamentos públicos, e para onde convergem as principais linhas de ônibus da capital, inclusive oriundas de outros municípios da RMB, gerando um fluxo intenso de pessoas circulando, inclusive nas "franjas" da feira do Ver-Peso, aqui, entendidas, como as mais diversas lojas, pequenos comércios, bancas e outros equipamentos, constituintes do Ver-o-Peso, espalhadas no entorno da feira, cuja abrangência escapa aos limites estabelecidos da área de mais de 26 mil metros quadros, isto porque, a feira se estende para algumas ruas próximas, entre fixos e flúidos a feira se espraia e toma conta do espaço, cria equipamentos típicos e forma um espaço de trocas e sociabilidades abrangente, onde estas "franjas" também representam a feira.

Assim como a feira a cidade também se beneficia da localização estuarina. A localização estuarina da cidade de Belém mereceu nos estudos de Cruz (1962;1973) e Moreira (1966) uma atenção especial, em ambos o elemento hídrico é constantemente referenciado na caracterização da cidade. Para Moreira (1966) "Belém, não deve às águas apenas uma parte de sua beleza, mas a sua própria modelação [...] a água é o elemento dinamizador da cidade" (Moreira, 1966, p.63).

Cruz (1962) ao descrever o Ver-o-Peso, inicia por destacar exatamente esta localização,

> "ampla doca aberta por onde desaguava no extenso igarapé do Piry, outra tradição colonial que o Conde Dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito) principiou a ensecar em 1803, constituiu-se com o decorrer do tempo, no refúgio das canoas que trazem do interior do Estado, os gêneros mais diversos" (p. 519).

Em pesquisas mais recentes realizadas por Leitão (2010) e Campelo (2010) a localização da feira do Ver-o-Peso, às margens do rio Guamá e da Baia do Guajará, constitui um elemento diferenciador da feira, nesse sentido se aproximam da assertiva de Cruz (1962). No contexto mais contemporâneo, destacam a interface entre o ribeirinho/amazônico e o urbano, a trajetória da feira, demonstra, de um lado a vivência ribeirinha, caracterizada pela interação histórica e contínua com o rio. De forma integrativa, o rio foi se constituindo no mais importante meio de acesso, comunicação e transporte da região, uma funcionalidade, observada nos usos e costumes estabelecidos com o rio e por meio dele, perspectiva também destaca por Castro (2016), conforme trecho a seguir,

> De acordo com Edna Castro, a dimensão ribeirinha do Ver-o-Peso – ou seja, a sua relação interativa com o rio, os portos e as ilhas do entorno – é um aspecto que precisa ser melhor tratado pelos governos ao conceberem mudanças para a área em que se encontra o Ver-o-Peso e os seus arredores (PROJETO DE REFORMA DO VER O PESO RELATÓRIO FINAL, 2016, p.14).

Esta localização ribeirinha remonta a sua gênese, sua ênfase aqui, destacada se justifica, pela importância histórica, social e cultural, e se entreleça com a própria produção do espaço da cidade de Belém, pois desde sua fundação, tanto a cidade que se formava, como a feira que se constituia foram sendo transformadas por uma complexa malha hidrográfica, onde rios, alagadiços e iagarapés serviam de caminhos e pontos onde surgiram as primeiras trocas de mercadorias (Cruz, 1973).

Um marcador histórico referenciado na literatura (Leitão, 2010; Cruz,1973; Lima, 2008) como determinante sobre a origem do Ver-o-Peso corresponde à instalação da ***Casa de Haver o Peso,*** uma controladoria alfandegária da Coroa Portuguesa, com o objetivo de garantir o controle de mercadorias que embarcavam e desembarcavam, e da arrecadação de impostos e tributos, instalada às proximidades do alagadiço de Jussara (igarapé do Piri), um ancoradoro natrual na esquina da antiga Rua dos Mercadores. Neste local, de forma embrionária ocorria a realização de trocas comerciais, um certo ir e vir de canoas e "das drogas do sertão".

Este espaço singular de trocas, de usos e costumes, de cultura, de aproveitamento e manejo dos recuros naturais, característicos de povos tradicionais, foi se constituindo, criando formas muito particulares de ocupar o espaço, de interação, de comercialização, de exposição de produtos, tudo mediado pela ação de seus agentes que foram chegando, incorporando-se ao espaço, espraiando-se, firmando identidades, crescendo junto com a cidade.

Segundo Weber (2004) um dos fundamentos da cidade "é a realização de uma *troca de bens* não apenas ocasional mas regular, na localidade, como componente *essencial* das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um *mercado*[5] (Weber, 2004, p. 409). O autor reitera a importância do mercado na definição de cidade para ele "a cidade (no sentido aqui adotado da palavra) é um assentamento com mercado permanente" (Weber, 2004, p.410). O autor associa a definição de cidade com o mercado permanente, um espaço onde são realizadas trocas comercias, essa relação entre cidade e mercado remonta, ainda a Antiguidade, e permanece densa nos dias atuais.

Oficialmente, a feira do Ver-o-Peso tem como data de sua fundação o dia 27 de março de 1627, em sua trajetória a feira passou por modificações estruturais decorrentes do processo de urbanização. A primeira foi o aterramento do igarapé do Piri, destacado como um ponto nodal para circulação de mercadorias e pessoas, representava o caminho natural delineado pela densa e complexa malha hidrográfica característica da cidade na época, cumpre ressaltar a importância dos

[5] O termo Mercado aqui é utilizado no sentido de troca comerciais. Embora, Weber esteja referindo-se a cidades medievais, sua definição colabora na compreensão da relação densa e imbricada entre o surgimento de feiras e mercados e a formação das cidades, inclusive na Idade Contemporânea, na Amazônia paraense.

rios para a ocupação, organização e o surgimento de assentamentos ribeirinhos, historicamente, muitas cidades amazônicas surgiram a partir desse processo, como Belém.

Desconsiderando a importância deste sítio natural para a manutenção de modos de vida da população local, pois os rios são elementos importantes para a representação da identidade da população tradicional, que deles extraia e ainda extrai parte de sua base de alimentação, ponto central na realização do comércio e para a formação do núcleo urbano, ainda assim, a Coroa Portuguesa deflagra seu aterramento, sob a égide do ideário desenvolvimentista que considerou o Piri um obstáculo, pois ele impedia a integração entre os bairros Campina e Cidade, como consequência, o traçado natural da cidade é alterado, entrecortada por rios,lagos,alagadiços e igarapés, Santa Maria do Grão Pará, começa no século XVIII a vivenciar um prelúdio do processo de alteração do seu espaço, que ao ser modificado passa a atender aos interesses de Modernidade ditado pela lógica eurocêntrica (Castro; Campos, 2015).

Na esteira dessas mudanças a feira do Ver-o-Peso vai se consolidando como centro de abastecimento, principalmente de gêneros alimentícios, cada vez mais essenciais diante do aumento da população, e da necessidade de ampliação e adequações das estruturas onde funcionava a feira, assim, já no século XIX, conforme descreve o Relatório de José Bento Figueiredo, presidente da província do Grão-Pará, cita "o atterro do cáes entre o castello e o Ver-o-Pezo", em outro trecho cita " atterro e escadaria da doca do Ver-o-pezo, ressalta que o então cais estava "imperfeito e carcomido", logo era "uma obra de primeira necessidade para o comércio", pois a medida que a população da cidade crescia, a necessidade de ampliação das casas de comércio também (Fleury; Ferreira, 2011; Figueiredo, 1869).

Na sua trajetória, a feira foi passando por mudanças estrutrurais, assim como a cidade de Belém, sob a égide da modernização da cidade foi construído o Mercado de Carne, para abrigar o Mercado Municipal, entre 1860-1870, (ciclo da borracha), onde era possível comprar aves, frutas,verduras e outros genros alimentícios. Em 1908, Francisco Bolonha engenheiro responsável pela execução do projeto de reforma introduz elementos alusivos à *art noveau,* que se somam as linhas neoclássicas,o mercado passa a ter dois pavimentos, além dos pavilhões em ferro fundido, e uma escada em forma de espiral no centro se impõe ao mesmo tempo que convida para contemplar a feira.

As observações já realizadas, como parte integrante das atividades de pré-campo de pesquisa, denunciam duas questões fundamentais, de um lado, a necessidade de restauro da estrutura, de outro, um certo esvaizamento de suas funções, posto que a venda de carne foi atingida a partir dos anos de 1980 com a instalação dos açougues nos bairros, e mais recentemente, segundo relatos informais de feirantes pela concorrência dos grandes supermercados e redes de atacarejos.

Todavia, o Mercado de Carne, através de seus agentes, resiste e encontra novas formas de permanecer. É possível encontrar no pavilhão inferior, a oferta de artesanato, artigos de umbanda além da venda de comidas típicas. No pavilhão superior encontra-se uma representação do DFPM/SECON/PMB e o Instituto Ver-o-Peso. Apesar dos problemas citados visitar, passear e conhecer a história deste Mercado secular integra uma das novas estratégias de permanência, o Turismo. A figura 01 a seguir apresenta a parte interna do mercado e uma de suas entradas.

Figura 01: Parte interna do pavilhão inferior lateral do Mercado de Carne; Entrada do Mercado Municipal, em frente ao Solar da Beira





Fonte: Pesquisa Pré-Campo, 2023.
Autor: Acervo Pessoal do autor

Outro elemento representativo da feira é o Mercado de Peixe ou Mercado de Ferro, uma estrutura em ferro fundido com suas torres, inaugurado em 1901, comumente é encontrado nos antigos cartões postais de Belém, comumente usado para representar toda a feira. Diferente do Mercado de Carne, a função econômica permanece forte, pois é o maior entreposto pesqueiro da região.

Figura 2 - Mercado de Peixe ou Mercado de Ferro



Fonte: Pesquisa Pré-Campo, 2023.
Autor: Acervo Pessoal do autor

Em 1980, a feira passa por outra reforma, sendo realizada a ampliação e o reordenamento da feira, restauração dos Mercados de Carne e Peixe, do Solar da Beira, construção da Praça do Velame

e do Café Chic sob a plataforma elevada, depois conhecida por “toca do morcego”, ambas as estruturas já não existem mais.

Entre 1999 e 2004, tem início uma nova reforma,desta vez com participação dos trabalhadores da feira em “consonância com o ideário democrático” do Partido dos Trabalhadores PT, que à época governava a cidade, Lima (2008) refere que esta participação foi mais efetiva. A premissa da reforma baseava-se na valorização da cultura local, além da promoção da feira para o turismo nacional e internacional. Todas estas reformas produziram alterações na feira, seja pela introdução de materiais novos, seja pela retirada de equipamentos, seja pelo legado de mobilização e articulação que gerou entre os seus agentes (Lima, 2008).

Em 2016, houve uma grande mobilização e articulação dos feirantes em razão da propositura de um projeto de reforma pela Prefeitura Municipal de Belém, cuja mobilização não teria a devida participação destes trabalhadores. Houve um movimento de debate entorno da proposta incluisve com a participação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), através da realização de um seminário que resultou na elaboração de um Relatório Técnico sobre a reforma, que não ocorreu.

Na atualidade, uma nova reforma se inicia em razão da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-30) que ocorrerá em Belém, em 2025, a feira passará por uma reforma, orçada em R$ 63 milhões, as obras já se iniciaram pela recuperação da Ladeira do Castelo, depois expandirá para a feira do Açaí, Feira Livre e os Mercados de Ferro e Mercado de Carne, além das barracas e boxes. Os recursos foram pleiteados pela Prefeitura Municipal de Belém junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), será fiscalizada por uma Comissão de Fiscalização (COFIS) composta por representantes de todos os setores da feira do Ver-o-Peso (PONTO DE PAUTA, 21, MARÇO,2024; O LIBERAL.COM, 06.03.2024).

Nesse momento como nos predecessores o desafio é garantir espaços efetivos de discussão entre o poder público e os trabalhadores da feira, como condição basilar para todo o processo de planejamento e realização da reforma da feira do Ver-o-Peso. A nova reforma da feira precisa incorporar a dimensão da funcionalidade endógena da feira e os *Habitus* de sesus agentes, ressaltando suas particularidades, e não apenas responder ao ditames de um ordenamento assimétrico, impulsionado pela relização de um evento.

No que se fere a sua composição a feira do Ver-o-Peso, também conhecida como Complexo do Ver-o-Peso é formada pelo Mercado de Carne ou Mercado Francisco Bolonha,Mercado de Peixe ou Mercado de Ferro,Feira Livre,Feira do Açaí, Solar da Beira, Docas do Ver-o-Peso, Praça do Relógio, Praça do Pescador, integra um conjunto paisagístico e arquitetônico que inclui a Praça D. Pedro II, a Avenida Boulevard Castilho França e áreas adjacentes. Abrange uma área de mais de 26m quadrados, organizada em 33 setores, poussui cerca de 5.000 trabalhadores, entre permissionários e

trabalhadores informais, segundo dados do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP) da Secretaria Municipal de Economia (SECON-PMB (SECON/PMB,2022).

A feira está organizada em setores, onde é possivel encontrar frutas, pescado, mariscos, carnes, farinha, ervas medicinais,plantas ornamentais, aves, maniva (folha da mandioca comercializada moída para preparo do prato típico da região a maniçoba), tucupi (caldo extraído da chamada mandioca brava, comercializado cozido ou cru, utilizado na culinária regional e em rituais místicos), artesanato, polpa de frutas, comidas típicas, castanhas, refeições, bebidas regionais, açaí, produtos industrializados, brinquedos, artefatos variados, utensílios, cestaria, roupas,calçados, citando de forma simplificada o universo de mercadorias e produtos disponíveis na feira. Nestes setores, os equipamentos principais box e barracas, dividem o espaço com lonas dispostas no chão servindo de mostruários para frutas e verduras, assim como carrinhos de supermercado, paineis, bicicletas, caixotes de madeira, talhos, folhas de isopor e display adaptados. Na feira são observados usos e adaptações de equipamentos para atender a funcionalidade unÍssona do Ver-o-Peso (Campelo,2010).

Cada setor apresenta sua própria temporalidade e espacialidade, de acordo com o tipo de mercadoria, a feira do Açaí, por exemplo funciona 24 horas, ainda na madrugada, conforme o tempo das águas, se altera, a baía do Guajará é tomada pelo fluxo de dezenas de embarcações, onde os agentes e seus *Habitus* manifestam segundo o enunciado de Bourdieu (2008) o conhecimento adquirido, o sentido do jogo.

Quanto ao seu ordenamento e gestão está sob a responsabilidade do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP) da Secretaria Municipal de Economia (SECON/PMB), que conta com uma equipe de técnicos e fiscais, distribuídos nos turnos da manhã e tarde, onde trabalham cerca de 744 permissionários distribuídos em 1.193 equipamentos, cabe ressaltar, este quantitativo ainda deverá ser atualizado, considerando, a existência de trabalhadores não permissionários, além, de arranjos organizativos estabelecidos que fazem parte da dinâmica e funcionalidade da feira (DFMP/SECON/PMB).

Em relação às condições físicas e ambientais, o atual estado de conservação da feira evidencia problemas estruturais nos boxes, desgaste das coberturas das barracas, rede elétrica inadequada, sistema de coleta de resíduo insuficiente, insuficiência de banheiros, precariedade das condições dos corredores de acesso entre os setores, problemas de drenagem e nos pisos, desconforto térmico, condições que se articulam potencializando ainda mais a insegurança no local (Campelo,2010).

Na atualidade, a feira perfaz 397 anos de existência, consolidada, permanece como símbolo da cidade exercendo sua função econômica, social, histórica e mais recentemente, também turística, pois juntamente com outras feiras e mercados, existentes em Belém, contribui na preservação e

divulgação da biodiversidade regional e da cultura paraense, mas também há oferta de outros novos produtos e novas atividades, nesse sentido, as feiras são tributárias na desconstrução do estigma premonitório de que estariam obsoletas (Silva, 2016; Lima, 2010; Campelo, 2010).

PERMANÊNCIAS E REPRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BELÉM

"o Ver-o-Peso representa um espaço e um tempo em que há a revelação e o esperado enccontro da história com a memória" (Campelo,2010,p.65).

As feiras tem sua origem ainda na Antiguidade, um segmento do setor terciário que atravessa o tempo, passou por metamorfoses, se ampliou, para além de trocas comerciais, e foi se transformando historicamente, num campo social complexo (Bourdieu, 2009), ancestral, plural, envolvente, familiar, produtor de relações comerciais, sociais e turísticas, de cenas cotidianas, sentidos, sabores, identidade e sociabilidades concretas (Simmel, 2006), nas cidades, para as cidades, e se mantém na atualidade, na ambiência de um contexto de profundas mudanças societárias, em especial nas formas de consumo (Sampaio *et al.*, 2018).

No Brasil, o surgimento das feiras, conforme descreve Mott (1976) está associado com a colonização portuguesa, o autor identifica em 1534, uma referência a primeira legislação sobre a comercialização com os povos índigenas feita pelo Rei de Portugal Dom Manuel I ao Capitão Mor de Pernambuco, já a primeira citação a feira é registrada em 1548, na então Província da Bahia. Em Belém, Pará, a menção a feira do Ver-o-Peso é introduzida em registros sobre a história da ocupação portuguesa na região.

> O Ver-o-pêso tem, pois, a sua história, que remonta à época dos primórdios da conquista portuguêsa, quando na Capitania do Pará, transcorriam com regular intensidade, os primeiros capítulos da sua vida administrativa e econômica, e muitos anos eram decorridos desde que Francisco Coelho de Carvalho, Governador e Capitão general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, concedera em 1627, à Câmara de Belém,umaléguade terras para sua serventia (Cruz,1973,p.519).

O Ver-o-Peso se consolidou na capital paraense, como o principal entreposto comercial da região, e como "símbolo da identidade paraense" (Leitão, 2010; Campelo, 2010). Conforme o levantamento documental realizado a feira do Ver-o-Peso, se constiui como um objeto de análise denso no âmbito regional (Leitão, 2010; Campelo,2010; Lima, 2008; Silva, 2016; Joseph, 2004; Cardoso *et al.*, 2018), assim como também é retratado em diversas manifestações culturais, sendo representado e servindo de inspiração como tema de uma vasta produção literária e artística.

Para exemplificar a feira do Ver-o-Peso como produtora de permanência e representação, toma-se como referência algumas observações sobre a feira a partir da reunião de elementos característicos de suas funções econômica, histórica e turística.

Dentro do segmento de comércio, a feira do Ver-o-Peso, ocupa posição importante na cadeia econômica, na verdade, ela pode ser considerada o ponto nodal dentro da cadeia de comercialização do pescado da região, decorrente do volume de pescado comercializado.

> A estimativa é de que por dia transitem através do Complexo entre 80 a 100 toneladas de pescado, chegando a 150 toneladas por ocasião da Semana Santa. Entre 12 a 15 toneladas são comercializadas diariamente no próprio Mercado do Ver-o-Peso, o restante são distribuídos pelos demais Mercados Municipais e Feiras da Grande Belém e/ou exportados através de caminhões Frigoríficos para outros Municípios do Estado e também para outros Estados da Federação (DADOS DO DIEESE,SEÇÃO PARÁ,2023)

A função econômica, aqui é refenciada por ser o maior entreposto pesqueiro da região e o espaço final de comercialização para a "agricultura cabocla e diversificada praticada pelos ribeirinhos do entorno de Belém e seus rios" (Castro; Campos, 2015, p.450).

Outro produto com expressividade é farinha de mandioca, sendo "comercializado por dia, entre 4,0 mil a 5,0 mil quilos de farinha de mandioca com uma média mensal de aproximadamente 140 mil quilos" (DIEESE,PARÁ, 2023). Já o açaí, fruto que representa uma das mais importantes e tradicionais bases da alimentação paraense, movimenta na feira do Açaí "cerca de 85% das 251 toneladas comercializadas em Belém" (SESSÃO ESPECIAL NA CÂMARA DE BELÉM,REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE AÇÁI, 22/11/2022), ou seja cerca de 213 toneladas. Parte dessa produção é oriunda das ilhas próximas à Belém, evidenciando a permanência de um vínculo histórico de interação da produção ribeirinha, do modo de produção e tecnologias sociais próprias do lugar, essa prática se aproxima dos princípios do desenvolvimento endógeno (Vásquez Barquero, 2001). A feira permanece integrando a rede de abastecimento de gêrenos alimentícios da Região Metropolitana de Belém, outras feiras, pequenos comércios, além de atender o consumo doméstico.

Sobre essa perspectiva o pesquisador Francisco de Assis Costa afirma "o Ver-o-Peso é um lugar de absorção e distribuição de fluxos de uma economia muito ampla e ao mesmo tempo muito específica em vários de seus aspectos". Explica sua assertiva quando diz que,

> "Construída há três séculos, as atividades que a sustentam se baseiam em relações específicas entre homem, trabalho e natureza originária. Com base nesse universo de capacidades produtivas associadas a saberes, contextos naturais e instituições específicas, essa economia extrapola a capital, interligando a mesorregião Nordeste Paraense – sobretudo nas áreas localizadas às margens do rio, as regiões das ilhas e a Metropolitana de Belém" (RELATÓRIO,2016, p.15).

O Referido relatório aponta que a feira Ver-o-Peso faz parte de uma engrenagem dentro da cadeia produtiva regional, exercendo a função de organizador dessa cadeia produtiva, caracterizada pela produção familiar agroflorestal, "sua importância se constituiu no passado e se estabeleceu com importância crescente" (RELATÓRIO, 2016, p.16).

A segunda função como referência de permanência, aqui destacada é a Histórica, a feira do Ver-o-Peso, como Complexo do Ver-o-Peso foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (IPHAN), através da Inscrição nº 069, de 09/11/1977.

Tem sua gênese no período colonial, mantém formas tradicionais de comercialização de produtos da região amazônica, que envolvem usos, manejos, aproveitamento, transporte, técnicas de armazenamento, baseados nos conhecimentos, saberes e fazeres dos povos tradicionais, sobre isso Becker (2005) já afirmava "é imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido" (p.72). Campelo (2010) reforça a importância histórica da feira ao escrever que a área atual foi concluída em 1913, passou por mudanças históricas e estruturais, mas manteve sua essencialidade, "é lugar cultural e humanístico", importante para a produção do cotidiano da cidade, da preservação e apesar dos avanços da novas formas de consumo ditada pelo espraiamento dos supermercados se mantém.

E a função Turística, a feira é um "formador do centro histórico", se constitui como a principal referência de visitação na cidade, a começar pela visitação ao conjunto arquitetônico, em especial aos prédios do Mercados de Ferro e de Carne, além do Solar da Beira, a contemplação da sua paisagem uníssona, a feira tem na sua localização um atrativo natural, um encontro entre a cidade, o rio e a floresta, oportuniza a degustação da gastronomia paraense, é um lugar de encontros, onde acontecem atividades turísticas de forma expontânea, de sociabilidades pois, "a sociabilidade é um dos conceitos-chave do turismo, pois diz respeito ao contato, ao encontro com outros lugares, outras culturas e outras pessoas" é um espaço público estratégico para a a promoção de um modelo de turismo mais inclusivo, um espaço de trabalho e de visitação, lazer e cultura (Cardoso *et al.*, 2108; Leitão,2010; Figueiredo, 2020).

Sobre representatividade Campelo (2010) argumenta que "há no Ver-o-Peso uma simbologia e uma memória ligadas à noção de identidade do povo que habita esta cidade. É um ponto de passagem obrigatória para todos aqueles que vêm visitar Belém" (Campelo, 2010, p.45). Durante uma visita a feira, o turista ou visitante, encontrará em cada setor, há um elemento representativo da cultura parense, seja nas frutas da região, nos usos das ervas medicinais, na culinária típica, na forma de extrair o tucupi, no artesanato, nas cores, na abordagem dos feirantes, nos símbolos que se entrelaçam.

A feira do Ver-o-Peso compreendida como um espaço caracterizado pelo estabelecimento de relações econômicas, sociais, culturais, e um campo fertil para a realização de atividades turísticas com mais de três séculos de existência, produz uma centralidade na cidade de Belém, que extrapola a perspectiva de localização, ela incorpora a dimensão de centralidade como expressão de importantes características de dimensões de vida e costumes da população. Tal condição, fortalece nossa argumentação de que o Ver-o-Peso produz permanências e representações na produção do espaço de Belém.

Algumas Considerações

Na contemporaneidade, refletir como as feiras livres, enquanto espaços de expressão de formas tradicioanais de comercialização que se mantém excercendo funções importantes na produção e representação do espaço das cidades, integrando uma cadeia produtiva mais ampla, se apresenta como um debate necessário, principalmente por conjugar na complexidade de suas relações e dinâmicas funções, econômica, social,histórica e turística.

Foi observado, que em Belém, a feira do Ver-o-Peso, no decorrer de sua trajetória histórica foi se consolidando no espaço da cidade, através da associação de suas funções, como referência de existência, permanência e constâncias de dinâmicas comerciais características de modos de vida, organização e trabalho intrinsicamente relacionados à natureza e ao local de sua origem, assim como dinamizou nas sociabilidades que enseja saberes e fazeres, conhecimentos, costumes e símbolos componentes da cultura e da identidade amazônica.

Verificou-se como a feira representa a cidade, e não apenas é representada nas artes, na música, em filmes e exposições, como pode ser identificado nas diversas manifestações culturais cujo objeto é o Ver-o-Peso. A feira está no imaginário coletivo, a relação com a feira é longíqua, é repassada de forma geracional. Muitos dos produtos, mercadorias, formas de manejo, preparo, condicioanamento e transporte dos produtos representam tecnologias sociais e singulares portadoras de elementos originários dos povos tradicionais formadores da população amazônica paraense, a menção à tais características reforça a força econômica, social e histórica da feira, como segmento com vivacidade, revestido de distinção e raridade, importante para a produção de uma cidade que valoriza sua cultura.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Secretaria Municipal de Planejamento, PMB, 2020.

BECKER, BERTHA K. Geopolítica da Amazônia.ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico: tradução Fernando Tomaz. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAMPELO, Marilu Márcia. Conflito e espacialidades de um mercado paraense.In: Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém. Wilma Marques Leitão (org.). Belém.NAEA/UFPA,2010.

CARDOSO, Silvia Laura, ALMEIDA LINS, Alexandre Sócrates de, MARTINS, Roberto, FIGUEIREDO, Silvio Lima. Performances endêmicas no Mercado do Ver-o-Peso, Belém do Pará, Revista Paisagens Híbridas, v. 1, Nº 2, 2018, UFRJ, ISSN: 25959638.

CASTRO, Edna, PINTO, Renan Freitas (Org).Deocolonialidade e sociologia na América Latina.Belém:NAEA:UFPA, 2018.394 p.il;22cm ISBN:978-85.

CASTRO, Edna e CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia, (Org.). Belém, NAEA, 2015.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In Edna Castro (org.). Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2008. (pp. 11-39.

CRUZ, E. O Ver-o-Peso: um capítulo da história colonial do Pará. *Revista de História.* v. 24, n. 50, p. 519-526, 1962.DOI 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121648.

CRUZ, E. O ver-o-pêso: um capítulo da História colonial do Pará. Revista de História, [S. l.], v.24, n. 50, p. 519-526, 1962. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121648. Disponível em:https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121648. Acesso em: 31 março de 2022.

_____. História de Belém. Belém: UFPA, 1973. 2 v. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/89. Acesso em:07/07/2022.

FIGUEIREDO, Silvio J. de Lima. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional, Figueiredo, Silvio Lima (Org.), Belém NAEA, 2008.

_____.Turismo e pandemia: impactos e estruturação das práticas e políticas no Brasil e estado do Pará. Paper do NAEA Volume 1, Número 3, Edição/Série 473,2020 (Dossiê Crise e Pandemia) ISSN 15169111.

FIGUEIREDO, Silvio Lima, CASTRO, Edna Maria Ramos de. Sociedade, Campo social e espaço público. Organizadores - Belém: NAEA, 2014.

FIGUEIREDO, Silvio Lima, Ruschmann, Doris. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. Novos Cadernos NAEA, v. 7, p. 171-203, 2004. https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/40Corbin, A. L'avènement des loisirs. In : CORBIN, A. (Org.). *L'avènement des loisirs*, 1850-1960. Paris: Flamarion, 2009.

HARVEY, David.Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ªEd. São Paulo, 1996.

JOSEPH, Isaac. Belém: paisagem, coisa pública. Cadernos do IPPUR, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.1-2, p.41- 90, 2004.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

_____. A cidade do capital. Tradução Maria Rauta Ramos. Rio de janeiro, DP&A, 2001, 2ªed.

LEITÃO, Wilma Marques (Org.). Ver o Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém.Belém.NAEA,2010.

LIMA, Dorotéia. Ver-o-Peso, patrimônio e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MÉSZÁROS, ISTVÃN. Para Além do Capital. Das Crises Cíclicas à Crise Estrutural. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. Impressa Universitária, Belém, Pará, 1966.

MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. Revista de História, Univ. de São Paulo, v. 53, p. 81-106, 1976. Disponível em:< https://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdfAcesso em: 14 de abril 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RELATÓRIO REFORMA DO VER-O-PESO EM DEBATE, RELATÓRIO FINAL, NAEA-UFPA, 2016.

SAMPAIO,et al. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). Novos Cadernos NAEA v. 21, n. 1, p. 35-56, jan-abr 2018, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ana Claudia dos Santos da Silva. Memória e Resistência: Os marcos sociais da memória de feirantes e moradores do bairro da Terra Firme, em Belém-PA. Tese de Doutorado.Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.NAEA/UFPA, 2018.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas.2. ed. São Paulo: USP, 2011.

SILVA, Luiz de Jesus. Pedra, Redes e Malha na circulação do pescado do Ver O Peso ao meio urbano de Belém do Pará. Tese (doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, 2016.

SIMMEL, George. Questões fundamentais da Sociologia.Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

SOUZA, Márcio História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão, SOUSA, Guilherme Moreira. Concentração. Concentração econômica e expansão territorial: lógicas espaciais do ramo supermercadista. In:As lógicas Econômicas e espaciais do ramo supermercadista. Vitor Koiti Miyazaki... (et al). Rio de Janeiro: Consequência Editora,2022.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Diferenciação Territorial e Urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. CIDADES, v. 7, n. 12, 2010.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001, 278 p.

WEBER, Max. ECONOMIA E SOCIEDADE Fundamentos da sociologia compreensiva VOLUME 2 Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa Revisão técnica de . Gabriel Cohn.Ed UNB,São Paulo, 2004.

GT 02: Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano

MEMORIAS, RESISTÊNCIAS, PRÁTICAS SOCIAIS E INTERAÇÕES NO BAIRRO DA TERRA FIRME-PA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL

Ana Cláudia dos Santos da Silva (MPEG)[1]

RESUMO: Este trabalho apresenta elementos de base teórico-metodológica para a reflexão sobre a relação entre memória social/individual, sociabilidade e pertencimento nas cidades modernas. O estudo sobre as formas de sociabilidade e a construção da memória social analisam como se constroem laços de identidade e pertencimento em bairros periféricos das grandes cidades, neste caso analisando o Bairro da Terra Firme, localizado em Belém do Pará. Propõe-se como recorte do estudo os espaços públicos que compreendem a feira, o mercado e as ruas circundantes onde ocorrem as práticas cotidianas representadas pelas trocas e conversas com linguagem própria, formas específicas de fazeres e saberes que caracterizam a identidade do bairro. Entende-se que esses espaços se configuram como espaços de memória, de interações e de práticas relacionadas ao cotidiano, as lutas sociais e a construção de identidade do morador da Terra Firme. Estes espaços são entendidos como catalizadores das singularidades e regularidades do bairro, onde a cena da vida cotidiana se apresenta nas diversas formas de sociação, sociabilidade, interações e conflitos. As narrativas de memória apresentam os relatos dos atores sociais do bairro (moradores e feirantes), mostrando seu percurso biográfico e as formas de pertencimento e suas estratégias para reforçar os laços sociais e resistência à ausência de diversas políticas públicas.

Palavras-chave: Memória social; Identidade; Sociabilidade; Cidades modernas; Terra Firme

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta parte do resultado de pesquisa de Doutorado que teve como problema de pesquisa a construção de memória social no bairro da Terra Firme, que está situado em área periférica de Belém do Pará. O bairro da Terra Firme surgiu em meados da década de 1940 e teve sua ocupação intensificada a partir de 1980 com a vinda de moradores de outras áreas centrais da cidade em busca de um lugar para fixar moradia.

A pesquisa teve como método a história oral, com coleta de relatos de moradores antigos, onde destacamos dois grupos: os que chegaram ao bairro entre os anos de 1940 a 1970, a partir da compra dos terrenos pertencentes a famílias que possuíam grandes extensões de terra naquela região; e os que chegaram a partir de 1980, com a ocupação dos terrenos, em sua maioria, pertencentes a Universidade Federal do Pará, além de outras instituições Federais existentes naquele Bairro ao longo da Avenida Perimetral. A partir da pesquisa construímos narrativas que mostram a relação de identidade dos moradores com o lugar, articulando o fazer cotidiano e as experiências vividas por estes sujeitos. A memória social é abordada com base na teoria de Maurice Halbwachs (2000), sendo articulada com as teorias de Certeau (1994), sobre as práticas sociais para a

[1] Museu Paraense Emilio Goeldi; acsilva@museu-goeldi.br

discussão sobre a construção da identidade local dos moradores do bairro a partir de suas interações com os lugares.

A Memória, entendida como fenômeno social, compreende um complexo sistema de representações do passado e sobre ele, que se articula entre os indivíduos integrantes dos grupos sociais e se configura pela articulação das suas lembranças individuais e coletivas ao longo de um tempo e espaço determinado. Neste sentido, buscamos Halbwachs (2004), para quem a memória coletiva/social sustenta-se na memória de cada indivíduo dos grupos sociais do qual faz parte. Significando que um mesmo indivíduo possui tantas memórias sociais quantos grupos que participa e, ao mesmo tempo, a memória do grupo tem tantas versões quantas forem narradas pelos seus detentores.

Esta memória está diretamente ligada à referência de identidade, tanto dos grupos, quanto dos indivíduos, dando a estes a noção de pertencimento e reconhecimento de sua história e do grupo que fazem parte. Os referenciais dessas memórias estão pautados em marcos sociais, que se definem através do espaço, do tempo e dos acontecimentos, como mostramos no desenvolvimento deste trabalho. Em linhas gerais, estes marcos sociais de memória nortearam o problema de pesquisa aqui apresentado, sendo eles: "Como se constituem os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1994) do bairro da Terra Firme e como o Hortomercado e a Feira se configuram como lugar de memória (NORÁ, 1993) e de pertencimento ao lugar?". Para esta abordagem, levamos em conta o contexto histórico e social do bairro da Terra Firme, pautado nos conflitos, disputas e resistências que o caracterizam ao longo de sua história. Aqui, apresentamos algumas considerações que concluímos sobre essa questão, além de propor futuras abordagens relativas à memória social deste bairro.

Os marcos sociais da memória coletiva do bairro da Terra Firme foram caracterizados a partir das formas de interação, estratégias e táticas de resistência e configuração de identidades dos atores sociais (feirantes e antigos moradores), que participaram da pesquisa tendo como perspectiva o fortalecimento do sentimento de resistência e pertencimento ao lugar percebido nas suas trajetórias e experiências de vida, o que ficou claro pelas narrativas dos interlocutores.

OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA COLETIVA DO BAIRRO DA TERRA FIRME

Percebemos, a partir dos relatos dos moradores do bairro, que foram destacados vários marcos de memória, dentre eles: as ruas; a feira e o Hortomercado; a água, igapó, estivas e passagens; e os movimentos sociais e as lutas para a sobrevivência. Estes marcos se fundam no espaço/lugar onde as pessoas vivenciam seu cotidiano e suas práticas sociais e constroem suas histórias de vida.

Neste contexto, podemos verificar que dois lugares são destaques nas narrativas de memórias dos atores da pesquisa, sendo estes: as ruas e o Hortomercado. Estes espaços do bairro

trazem marcas das lembranças dos moradores, nas adversidades do cotidiano vivenciadas por eles ao longo do tempo, portanto, consideramos “a paisagem do passado de florestas e águas; o presente da rua e da lama; os movimentos sociais com as lutas pela sobrevivência; e a Feira e Hortomercado (fig1) como espaços de trocas e conflitos”, sedo estes, os marcos de memória social identificados a partir das narrativas de seus atores sociais.



Figura 1 - Vista geral do Hortomercado setor de pescado.
Foto: Silva, 2017

Os lugares são referências fundamentais na construção das memórias individuais e coletivas, embora não sejam uma condição para a sua preservação, do contrário, os povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos também se referenciam nos espaços em que habitam e nas relações que constroem nestes lugares, visto que as mudanças ali ocorridas acarretam transformações importantes na vida e na memória dos grupos sociais. Isto, de fato, foi verificado nos relatos dos atores aqui apresentados, quando ressaltaram as mudanças ocorridas em determinados lugares do bairro. Um exemplo foi a rua Celso Malcher, onde está localizada a feira, que no passado era o caminho de ligação com o resto da cidade e que aparece nos relatos como uma trilha na mata que passava sobre o igarapé do Tucunduba.

Ao analisar os quadros de memória (HALBWACHS, 1994) de um bairro como a Terra Firme, que possui tantas memórias, identificamos muito mais memórias do que pudemos registrar. Entre elas a memórias subalternizadas (ANDREANI, 2015), que remetem as relações de poder e de resistência e incorporam o caráter dialógico das construções sobre o passado, produzindo uma luta entre as versões do passado. Desta forma, as memórias coletivas, quando articuladas, criam quadros de memórias que retratam os momentos vividos, ao ver como a Terra Firme é discursivizada como um lugar vivido e sonhado (POLLAK, 1989). Nestas memórias, temos como marco da memória coletiva os movimentos sociais; as lutas para sobrevivência, onde os atores da pesquisa relataram suas experiências na luta pelo lugar de moradia.

As narrativas dos moradores da Terra Firme expressam o seu apego pelo bairro, o que foi percebido quando questionados sobre o desejo de sair daquele local, todos os entrevistados foram categóricos ao afirmar que não sairiam da Terra Firme, mesmo com todas as dificuldades que ainda enfrentam. Ao acessarem e expressarem suas memórias, estes moradores trazem à tona um panorama de acontecimentos vividos e sua relação com o modo cujo seus atores se constituem por meio de seus percursos biográficos (BERTUAX, 2010). Estes acontecimentos focam na vinda destes sujeitos para o bairro, na infância vivida naquele lugar, para os que vieram crianças; na construção da moradia e a luta pela melhoria da qualidade de vida para os que vieram construir sua família no Bairro e na vida de trabalho para aqueles que passaram a atuar em vários serviços no bairro, inclusive na Feira.

Para os que nasceram naquele lugar, as referências de memória pautam-se em narrativas relacionadas à infância e às vivências de brincadeiras e de trabalhos, como recordaram Sr.Neemias e Sra Sâmia, para quem o trabalho, na infância, foi uma forma de crescimento pessoal. Para eles, naquele tempo, o espaço do bairro era propício para o brincar, pois a natureza chamava a isso no ambiente de floresta e rio. A ênfase em tais acontecimentos passa pelas "tradições locais" (NORÁ, 1993), pela participação sociopolítica destes homens e mulheres na comunidade [grifo meu], memória que culmina em sua identidade de trabalhador e morador e seu papel de "guardião da memória", "brigando por sua visibilidade e melhoria no bairro" (BAGNO, 2016).

Como já referimos anteriormente, em suas narrativas de memória estes atores mostram o bairro da Terra Firme como "o melhor lugar para morar". Para eles, o bairro é um lugar de vivência, experiências e aprendizado. Na tensão entre o lugar vivido e o lugar sonhado, coexistem as dificuldades do cotidiano e a resistência destes moradores, que é o principal fator de convivência e coesão, mas também de sociabilidade. Esta tensão é percebida, seja no espaço temporal ou físico.

No primeiro caso, em questão de espaço temporal, pode-se destacar as tensões durante as ocupações dos terrenos da Universidade Federal do Pará, durante os anos de 1980 a 1990, quando os moradores foram retirados de seus "barracos" pela polícia, inclusive com suas crianças. Temporal, porque a busca por uma moradia era um marco importante para aqueles homens e mulheres que lutavam para manter sua dignidade e qualidade de vida.

No caso da tensão no espaço físico, enfatizamos a Feira e o Hortomercado, onde se encontra a disputa de poder entre os feirantes e destes com a gestão municipal através da Secretaria Municipal de Economia- SECON, na pessoa do administrador do Hortomercado, o que acaba resultando em alguns conflitos identificados ao longo da pesquisa. E conflitos marcam formas de resistências. Percebemos nos relatos dos feirantes os discursos em relação às normas instituídas pela Prefeitura, diante do descaso do poder público para com o bairro. O lugar sonhado pelos feirantes da Terra Firme

é um espaço do Hortomercado adequado para que eles trabalhem de forma digna e que os seus clientes possam ter um lugar agradável para transitar.

Ao considerar a memória relacionada ao espaço e ao tempo nos contextos urbanos, é possível afirmar que cada indivíduo escolhe os seus pontos de referência para situar-se neste contexto, considera-se, assim, a carga simbólica desses lugares. Segundo Pesavento (2007), os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma audiência, reconfigurando uma temporalidade escoada (PESAVENTO, 2007, p. 2). Para Achugar (2003), os lugares de memória são marcados material e/ou simbolicamente, transformando-se em espaços de enunciação.

A identidade de um lugar (GRUPTA; FERGUSON, 2000, p. 21) surge da interseção entre o seu envolvimento em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural como comunidade ou localidades, as quais se referem tanto a um espaço físico quanto aos quadros de interações, desta forma, o bairro torna-se um espaço político de enunciação.

Estes enunciados que se buscam transmitir são formados de materialidade e dialogam com diferentes tipos de atores sociais e são interpretados de múltiplas formas. Isto porque uma mensagem que significa uma coisa para os moradores do bairro, por exemplo, pode significar outra totalmente distinta para quem não é morador, mesmo uma mesma mensagem pode ter significados diferentes para uma ou outra pessoal do lugar. Além disso, este significado muda de acordo com o contexto de interpretação. O resultado final surge de uma experiência com o espaço, na qual os significados sobre o passado se entrelaçam com os significados sobre o lugar.

MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E O PERTENCIMENTO COM O LUGAR VIVIDO

Moita Lopes & Bastos (2010) afirmam que a concepção de que há um entrelaçamento entre memórias, narrativas e configuração identitária se dá porque estes conceitos são dinâmicos, são construções sociais e são recriados nas interações que se inserem na linha do tempo dos grupos sociais. As configurações identitárias, quanto a relação com o espaço, com o lugar e com as memórias, em seus fragmentos de lembranças e esquecimentos, são elementos dinâmicos, mutáveis, constantemente atualizados nas narrativas e nas relações sociais.

Os lugares recebem a marca de um grupo, ou seja, a presença deixa marcas no lugar. Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social. Isto resulta em uma disputa de poder em todos os sentidos, do econômico ao político, até o poder da memória. E Qual o poder da memória? O poder está na disputa constante, como afirma Foucault (1987). No caso da memória, esta disputa estimula a afirmação da identidade e do pertencimento, e este exercício do poder empurra a memória

para o passado (CHAGAS, 2014). E isto estimula a vontade de Memória, que caracteriza a necessidade dos grupos de manterem suas memórias preservadas.

Verificamos que os feirantes e moradores do bairro da Terra Firme têm o Hortomercado e Feira da Celso Malcher como pontos de referência de memória, mas para eles este não é o único marco de memória em relação à feira, pois esta já funcionou em vários Locais anteriormente, inclusive no espaço onde hoje existe a Praça Olavo Bilac, que abriga o Shopping Chão (Fig 2). Pelos relatos, vimos que este foi o local do surgimento da feira do bairro. Percebe-se que este "pedaço do bairro" (MAGNANI, 2003), desde o início de sua ocupação, sempre abrigou comércios e se expandiu nos últimos 15 anos.



Figura 2 - Shopping Chão - venda na Praça Olavo Bilac
Foto: Silva, 2017

Mesmo com todas as dificuldades e descaso da SECON, que não reconhece oficialmente esta feira, os feirantes que ali trabalham criam estratégias e táticas de resistência que sustentam o seu sentimento de pertencimento ao bairro, buscando valorizar sua referência de identidade de feirante e morador do bairro, para aqueles que integram estas duas categorias; e a de feirante da Terra Firme, para aqueles que apenas atuam ali como trabalhadores.

Quanto aos fatos marcantes na memória dos feirantes, destacamos os acontecimentos focados na Feira e no Hortomercado, como: a inauguração do mercado; o remanejamento dos feirantes para este espaço; a disputa pelo espaço; a resistência dos feirantes criando a feira da Celso Malcher; as disputas de poder entre agentes da SECON e feirantes; a relação com os fregueses; as brigas entre feirantes e os casos de violência e roubos na feira.

Como visto, os argumentos de Halbwachs mostraram que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória, e que esta é indissociável do sentimento de identidade. Portanto, subsistem porque fazem parte de um conjunto de valores e acepções construídas pelo grupo. Neste contexto, percebe-se a luta pelo poder em torno da identidade que consolida os elementos que fazem parte de suas práticas sociais. Neste sentido, Le Goff (1996) considera a memória um elemento essencial da identidade individual e coletiva, sendo concebida como instrumento e objeto de poder entre as sociedades humanas.

A principal função social da memória é favorecer a coesão do grupo social e garantir a sua identidade. No entanto, na sociedade moderna, ao se pensar nas atuais práticas sociais e na própria dinâmica dos grupos, surgem tensões e conflitos presentes no cotidiano, que se materializarão na memória, visto que são expostos nas diversas versões das narrativas de memória dos indivíduos, possibilitando a concepção de diversas memórias: a dos excluídos, das mulheres, das minorias etc.

A MEMÓRIAS, RESISTENCIA NO BAIRRO DA TERRA FIRME NA PERSPECTIVA DE SUAS PRÁTICAS SOCIAIS

Neste texto, a memória foi tratada na perspectiva do social, ou seja, a memória de grupos sociais. Considerando a subjetividade de cada membro do grupo e a importância das interações sociais para a construção de uma memória coletiva, uma questão atual que norteia as pesquisas sobre memória, na perspectiva de compreender como a memória social se constrói a partir das situações criadas no cotidiano, além de buscar entender como se constituem os laços de identidade e de pertencimento dos indivíduos aos seus respectivos grupos, com base nas suas referências de memória.

Esta memória é sempre conflitiva, dividida entre o lado sombrio e o ensolarado; é feita de adesões e de rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, mas principalmente de lembranças e esquecimentos (CANDAU, 2012, p. 72). Pollak (1992) pontua que a memória é um fenômeno construído tanto social quanto individualmente, que denota a estreita relação entre memória e identidade concebida como valores disputados. Os sentimentos de identificação e de pertencimento expostos pelos moradores do bairro da Terra Firme estão presentes nas suas narrativas, que trazem suas versões da memória do Bairro, mostrando que estas memórias são atos que se materializam a partir do individual.

O cotidiano dos praticantes do bairro (CERTEAU, 1994) foi centrado no contexto da sua vivência neste bairro marcado pela exclusão social, além da violência, da pobreza e da falta de infraestrutura e saneamento básico, características presentes na maioria dos bairros periféricos da cidade. Este fato é resultante do descaso do poder público para com as áreas mais afastadas dos centros das grandes cidades, que passam a ser ocupadas a partir da expansão urbana que ocorreu nas grandes metrópoles, principalmente na segunda metade do século XX.

A problemática da memória também se associa a conceitos relacionados à cultura, entre os quais se destacam o patrimônio cultural imaterial, aqui entendido como a materialização da memória, principalmente no que se refere ao patrimônio imaterial. A memória também se relaciona a espaços como bibliotecas, arquivos e museus, que estão voltados à conservação de acervos e salvaguarda da memória de grupos sociais que se institucionalizam e correm o risco constante de

desparecimento na sociedade global. No entanto, em bairros periféricos como a Terra Firme a presença destes espaços é bem escassa, nada se tem neste sentido e a população fica à parte da ideia de preservação da memória e patrimônio. Mas isso não significa que estas pessoas não tenham uma produção cultural, pelo contrário, no bairro encontra-se uma riqueza de grupos culturais, como bois, grupos de capoeira, grupos de dança, de teatro, entre outras manifestações populares.

O lugar sonhado dos feirantes da Terra Firme é, na verdade, ter um lugar adequado e digno para o seu trabalho, o mesmo ocorre com os feirantes da Celso Malcher, pois são invisibilizados pela Prefeitura, que não reconhece aquele local como feira. Embora os feirantes permaneçam no local, seguindo as normas instituídas pela Prefeitura, esta ignora suas demandas e as infrações que ocorrem ali, como: a venda de remédios industrializados; venda de carne fora do mercado; barracas na rua; entre outros desvios encontrados. Desta forma, estes feirantes preferem se manterem marginalizados e invisibilizados, do que visibilizados e reconhecidos, pois neste caso terão que cumprir com as normas instituídas pela administração pública.

Outra questão é a falta de organização política destes atores, que não possuem uma associação ou uma entidade afim que articule as suas reivindicações. Percebe-se que estes sujeitos não aceitam este tipo de organização devido às experiências passadas que marcaram de forma negativa sua memória e, para eles, não é interessante tais articulações. Eles seguem usando a estratégias de embate e resistência às regras impostas, como já mencionamos anteriormente.

Em relação ao espaço, lugar e memória, Certeau (1994) afirma que um determinado espaço só se torna um lugar quando é ocupado e nele ocorrem dinâmicas de movimento através do uso, sendo então ativado e transformado, "tornando-se um lugar praticado", ou seja, os espaços estáticos são transformados em lugares pelas ações das pessoas que lhes dão vida.

Partindo das reflexões apresentadas, auferimos que o Hortomercado da Terra Firme, é um lugar que congrega diversas dimensões sociais, políticas e culturais, é espaço de interações sociais e constitui-se como um marco de memória do bairro, pois é um ponto de referência para os seus moradores que surge em diversas versões da memória social da Terra Firme. Este espaço, está marcado pela tensão e a resistência da feira por atos visibilizados e invisibilizados que materializam memórias e reforça o poder popular. Desta forma, a feira torna-se um patrimônio do bairro, enteando-se patrimônio, não como aquele instituído pelo poder oficializado, mas aquele instituído pela memória subalternizada do bairro.

Outro aspecto relevante que pode ser considerado, é o papel dos lugares na evocação da memória, não apenas como lugares de memória como definiu Norá (1993), mas como mostra Tuan (1983), em relação a paisagem do mundo urbano, como as grandes cidades que guardam as feições das estratégias de vida de seus moradores e os seus projetos de sonhos e desejos que compõem os repertórios cotidianos do Bairro. Aqui, procuramos abordar a temática da memória com foco no cotidiano e no contexto de vida dos sujeitos e de suas experiencias com a família, o trabalho, configurando, assim, os seus quadros sociais da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificar as paisagens de memória do bairro ou seus marcos sociais, identifica-se a representação das várias fases pelas quais passaram seus moradores com suas práticas cotidianas: O passado de floresta e águas; o presente das ruas é lama; os movimentos e as lutas para a sobrevivência e o Mercado e feira são como espaço de trocas e conflitos. Estes marcos foram narrados pelos moradores, quando cada um deles trouxe as suas versões acordadas de seu passado. Os lugares recebem a marca de um grupo, ou seja, a presença deixa marca no lugar. Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social.

O enquadramento da memória no bairro da Terra Firme se sustenta a partir das interações sociais que se estabelecem no tempo e no espaço evidenciados nas narrativas de vida de seus atores sociais, como foi destacado pelos relatos apresentados pelos seus moradores e feirantes durante a pesquisa. Destacando que a memória não pode ser considerada como um produto da lembrança de um único indivíduo, visto que o seu conteúdo está em constante reelaboração através da comunicação que se estabelece a partir das interações cotidianas.

Desta forma os indivíduos criam significados para os espaços públicos do bairro, que são configurados e modificados por processos interpretativos construídos pelos atores que interagem nestes espaços, onde se encontram e constroem suas representações sociais do passado e do presente. Estas representações envolvem significados partilhados pelos membros do grupo, os quais permanecem de forma implícita nas práticas sociais e enfatizam o papel ativo dos atores sociais em suas estratégias de sobrevivência e resistência. A resistência é conflitante, provoca embates e disputas (PRIOSTI, 2010), como vimos na feira e Hortomercado do bairro da Terra Firme. Isso ocorre devido às diversas representações do passado e do presente que sustentaram as lutas e histórias vividas para a conquista de seus sonhos, neste caso, o lugar de moradia.

Por fim, compreende-se a memória como uma teia de sentidos que articulam lugares, pessoas e acontecimentos, a partir da qual os sujeitos constroem suas representações sobre o lugar ao qual pertencem. A memória tem um caráter seletivo, pois nem tudo pode ou deve ser lembrado. Ao mesmo tempo, ela é construída de forma individual e coletiva, produzindo uma estreita reação com os sentimentos de identidade. Sendo assim, a memória social constitui-se a partir das interações sociais e dos seus processos comunicativos e discursivos. Nestes processos são compartilhados os diversos pontos de vista que compõem o grupo e que constituem suas trajetórias e narrativas de vida.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

ACHUGAR, Hugo (Coord.). Derechos de memoria. Actas, actos, voces, héroes y fechas: nación e independencia en América Latina. Argentina: Universidad de la República, 2003.

ANDREANI, María José Reyes. Construcción de políticas de memoria desde la vida cotidiana. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 341-350, ago. 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00341.pdf>. Acesso em: 25 de maio, 2017.

BAGNO, Silvana. Memória, pertencimento e identidade em Narrativas de moradores do Fallet, Rio de Janeiro, 2016. 257 fls. Tese (Doutorado em Memória Social) Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

BERTAUX, Daniel. Narrativa de vida a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA Inês. Apresentação. In: CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. (Orgs.). Dossiê Museologia Social. Cadernos do CEOM, v. 27, n. 41, 2014.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; Petrópolis, Vozes, 1987.

GRUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da "cultura" espaço, identidade e política de diferença In: ARANTES, Antônio A, espaço da diferença, Campinas, SP. Papirus,2000 (p 30-49).

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.
LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

MAGNANI, José G. Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. Revista Tempo social, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Liliana Cabral. A experiência identitária na lógica dos fluxos-uma lente para se entender a vida social. In: LOPES, Luiz Paulo. Moita; BASTOS, Liliana Cabral. (org.). Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: UFMG, p. 9-23. (2010).
NORÀ, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: Projeto História, São Paulo, (10), dez,1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias, Revista Brasileira de História, vol. 27, núm. 53, janeiro-junho, 2007, pp. 11-23 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. "Memória e identidade social". In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992

PRIOSTI, Odalice Miranda. Memória, comunidade e hibridação: museologia da libertação e estratégias de resistência, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Memória Social. Rio de Janeiro, 2010.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

Camadas sociais, desenvolvimento econômico e música urbana: a construção do imaginário e juízos estéticos sobre a Bossa Nova.

Henrique Martins[1] (UFRJ)

RESUMO: Por sua repercussão interna e externa ao país de origem, a bossa nova é considerada uma prática musical de destacada importância na história da música popular brasileira. A imensa maioria das abordagens a seu respeito articula seu material musical ao desenvolvimento econômico e crescente urbanização experimentados no período, à sua vinculação com a classe média moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro e a influxos musicais como o *cool jazz* e a música de concerto europeia. Usando ferramentas teóricas da sociologia da tradução, procuro problematizar o processo de construção e estabilização de marcadores estilísticos atribuídos à prática. Para isso, rastreio algumas controvérsias presentes na interlocução sobre o tema em críticas musicais que polarizavam entre tradição e modernidade. Proponho pensar os críticos musicais como porta-vozes da bossa nova, e suas análises totalizantes articulando música, economia e camadas sociais como panoramas. A investigação permite compreender parte da construção teórica a respeito da prática no Brasil, e sugere que o gênero musical não foi objeto de uma definição ostensiva, mas fruto de uma definição performativa operada também pelas críticas musicais e a valoração de determinados traços musicais por elas operada.

Palavras-chave: Música popular urbana; bossa nova; crítica musical; sociologia da tradução; desenvolvimento econômico.

INTRODUÇÃO

Quem se inteirasse dos lançamentos musicais por periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo entre o fim de 1959 e início de 1960 encontraria um cenário consideravelmente distinto daquele que em pouco tempo entraria para a história da música popular brasileira. Nele, *Chega de Saudade*, LP de João Gilberto lançado pela Odeon em 1959, aparecia relacionado a distintas práticas artísticas e literárias no Brasil e exterior. Compositores e letristas que teriam suas carreiras fortemente vinculadas à picada aberta pelo músico baiano também situavam a prática emergente em uma rede mais ampla agregando personagens e práticas artísticas que naquele momento se abrigavam sob a chancela de "bossa nova" (BN).

Longe da percepção de "gênero musical" objetivamente delimitado por marcadores estilísticos, ligado a um corpo específico de repertório e atores sociais, os primeiros escritos e entrevistas descreviam uma prática musical mais fluida e gregária. No curso de meses, no entanto, os discursos em torno da BN e dos atores e repertório a ela vinculados foram fortemente modulados, passando a convergir rapidamente para a noção que veio a se estabilizar em torno do termo.

[1] Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Email:henriquemartins@ufrj.br.

Assim, à diferença da percepção de uma música "revolucionária" que teria "irrompido" a partir do lançamento do disco de João Gilberto, no primeiro momento o termo descrevia uma série de outras práticas, referindo-se mais a uma "atitude" ou um "estado de espírito" do que à noção de gênero musical. Detenho-me por ora principalmente nas declarações do veterano e já consagrado compositor Ari Barroso, Tom Jobim, que embora já reconhecido naquele momento era catapultado para a destacada carreira que teve, e músicos neófitos que, embora de alguma forma presentes na cena musical, eram jovens compositores que encontraram na nova prática uma oportunidade de carreira profissionalizando-se, junto ao desenvolvimento da BN. São os casos dos compositores Carlos Lyra, Roberto Menescal e o letrista Ronaldo Bôscoli.

Em janeiro de 1960 Ari Barroso (*apud* Alencar, 1960, pp. 12) dava declarações junto aos jovens músicos explicando que "Não há Bossa Nova ou Bossa Antiga, o que há é apenas Bossa". O compositor não via separação entre a BN a música popular pregressa, postulando que "a BN é o próprio samba telecoteco". Nessa perspectiva, não havia nenhum constrangimento em classificar as próprias composições sob o termo. "No show que apresento no Fred's incluí duas músicas de minha autoria, completamente no estilo BN".

Tom Jobim parecia convergir com esta noção. Convidado a explicar o significado do termo, declarava que

> "Bossa Nova" é coisa velha para definir Vanguarda: Noel Rosa já falava dela. Confesso que não sei bem o que é Bossa Nova [...] Bossa Nova sempre existiu, a expressão é antiga e Noel já falava dela em seus sambas. Considero Bossa Nova tudo que está na frente de sua época, e que é a vanguarda de qualquer atividade. A meu ver, Bach é BN, bem como Debussy, Villa-Lobos, Carlos Drumond de Andrade, Niemeyer, Picasso. E Juscelino Kubitschek é evidentemente um presidente BN. [...] (*apud* Alencar, 1960, pp. 12).

O termo também abrigava compositores populares brasileiros do passado permitindo a Tom destacar "entre os antigos BN" nomes como "Ari Barroso, Caimy [*sic*] [...], Custódio Mesquita, Noel Rosa, Valzinho, Radamés Gnatalli, Lírio Panicalli, Heckel Tavarez, Valdemar Henrique, Marino Pinto e muitos outros que não caberia nesta reportagem" (*ibidem*: *idem*).

Duas semanas depois em outra reportagem, Ronaldo Bôscoli (*apud* Álvares, 1960, pp. 101) respondia à provocação de Ari Barroso explicando que "Filosoficamente, [BN] é um estado de espírito. Mas, por exemplo, Chaplin, Picasso, Prokofiev, Debussy, e mesmo Beethoven, foram bossa-nova. Agora, no Brasil, mestre Ari, você é". Na mesma ocasião, Roberto Menescal relutava em vincular a música que faziam ao termo BN considerando-o "até musicalmente perigoso" (*apud* ÁLVARES, 1960, pp. 104).

Meses mais tarde periódicos do Rio de Janeiro noticiavam conflitos entre os jovens músicos que se dividam disputando o termo o reivindicado para as respectivas práticas musicais e negando-

o a músicos cujas práticas não reconheciam como congêneres. Em maio de 1960, o *Jornal do Brasil* reportava que "Até pouco tempo o grupo manteve-se unido e liderado por Ronaldo Bôscoli e Carlinhos Lira [*sic*]. Hoje em dia esse grupo cindiu-se e cada um deles passou a promover espetáculos diferentes. Hoje, haverá um confronto entre os dois, que se exibirão simultaneamente na Universidade Católica e no Teatro de Arena, na Faculdade de Arquitetura" (20/05/1960, *Jornal do Brasil*). Em setembro do mesmo ano o jornal *Última Hora* divulgava o texto "Instala-se clube para defender 'bossa nova'" no qual Ronaldo Bôscoli ressaltava o "objetivo de proteger os verdadeiros artistas contra os aproveitadores". O mesmo Roberto Menescal antes receoso vincular o termo BN à sua música a esta altura considerava "uma farsa e uma maldade daqueles que tentam destruir um movimento tão sério à base de 'picaretagem'. Se a bossa nova virou varinha de condão para produzir dinheiro, nós não somos culpados [...]. Nosso clube terá, inclusive, um jornalzinho, onde todas as lições de bossa nova (verdadeira) serão ministradas, para quem quiser aprender". Bôscoli denunciava a espoliação do termo ligado à música que cultivava: "muita gente ridícula [...] se beneficiou com a palavra mágica 'BOSSA NOVA'. Muitos artistas improvisados surgiram sob a bandeira de uma escola criada por gente de categoria de um João Gilberto. [...] Visam apenas a abiscoitar alguns cruzeiros e para isso lançam mão do primeiro movimento jovem que já se organizou para melhorar a música popular brasileira" (14/09/1960, *Última Hora*).

Em poucos meses, a concepção aberta e gregária de BN passava a dividir espaço com uma mais específica, ligada à ideia de um "movimento para melhorar a música brasileira", uma BN ("verdadeira") que não se confundia com outras práticas. A chancela do termo passava objeto de tensão entre grupos que disputavam autoridade sobre seu uso. À época, dadas as definições elásticas inicialmente atribuídas e a falta de um escopo a arbitrar quem podia e quem não poderia se abrigar sob o termo, sua apropriação era constantemente operada por diferentes atores cuja auto-atribuição como BN não encontrava resistência na sociedade abrangente. Isso porque embora as reivindicações fossem cada vez mais constantes, o termo ainda não se prendia a uma prática específica.

Em meio a esse estado de coisas, o final de 1960, surge uma primeira crítica musical assinada por Brasil Rocha Brito. Seu autor se propunha a fazer uma "apreciação técnica fundamentada" através de uma "análise minuciosa" do "movimento renovador". Para isso contava com a formação de "musicólogo, ex-aluno do professor H. J. Koellreutter[2] (Escola Livre de Música)" tendo entrado "em contato, na época de elaboração de seu estudo, com Antônio Carlos Jobim, com o qual discutiu vários pontos de sua interpretação" (Campos, 2012, pp. 12). A partir daí se ergue uma

[2] Hans-Joachim Koelreutter (1915-2005) foi um compositor e professor de música alemão radicado no Brasil desde 1937, responsável pela introdução no país de técnicas contemporâneas de música europeia, especialmente o dodecafonismo (PAZ, 2013: 223).

ossatura teórica que viria a informar diversas produções tratando o tema e cuja relevância se mantém até os dias atuais. Muitos dos pressupostos teóricos, critérios definidores e marcadores estilísticos atribuídos à BN deitam raízes na análise de Brasil Rocha Brito e na interlocução sobre a prática ensejada a partir de seu artigo. Grosso modo, a discussão polarizava entre duas vertentes. Uma delas, hostil à novidade, enxergava na prática emergente o ponto crítico de um processo de aviltamento da música popular "genuinamente brasileira", progressivamente vilipendiada por influxos musicais norte-americanos. A outra celebrava o surgimento de uma música popular cosmopolita, capaz de mesclar elementos musicais nativos aos de países desenvolvidos, processo que a tornava simultaneamente regional e universal atualizando nosso populário. A primeira vertente encontrou expressão máxima nos escritos de José Ramos Tinhorão, já a segunda se configurou nos artigos do musicólogo Brasil Rocha Brito, do poeta Augusto de Campos, do maestro Júlio Medaglia e do compositor Gilberto Mendes. Em 1966 e 1968, respectivamente, a interlocução extravasava as páginas de periódicos cariocas e paulistanos imprimindo-se em dois importantes livros sobre o tema: *Música Popular: Um Tema em Debate* (Tinhorão, 1966) e *Balanço da Bossa e Outras Bossas* (Campos, 2012 [1968]).

O disco de João Gilberto fora lançado em um contexto marcado por um sentimento de tração econômica e modernização decorrentes da implementação do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, cujo slogan de campanha prometia o crescimento proporcional a 50 anos em 5. Através deste Plano, a gestão de Kubitschek aprofundou o processo de industrialização ampliando o setor industrial de bens de consumo duráveis com especial enfoque nos setores de energia, indústria pesada, alimentos e em especial de transportes – especialmente rodoviário. Entre 1956 e 1958 sua gestão pavimentou 6 mil quilômetros de estradas – uma vez e meia o total previamente pavimentado – visando integrar os territórios urbano e rural garantindo a circulação de mercadorias. Em 1958 além da profusão de eletrodomésticos que começavam a ser fabricados nacionalmente atendendo ao mercado interno, o Brasil assistia o primeiro automóvel montado no país com 50% de suas peças fabricadas solo nacional. O programa de Juscelino

> dava voz a uma nova e entusiástica condição de ser brasileiro que poderia contribuir para reparar as injustiças de uma herança histórica de miséria e desigualdades profundas, e serviria para abrir as portas da modernidade. A chave para construir esse novo país chamava-se "desenvolvimentismo" e defendia a ideia de que nossa sociedade, defasada e dependente dos países mais avançados, repartia-se em duas: uma parte do Brasil ainda era atrasada e tradicional; a outra já seria moderna, e estava em franco desenvolvimento. Ambas, o centro e a periferia, conviveriam no mesmo país, e essa era uma dualidade que se devia resolver pela industrialização e pela urbanização [...] (Schwarcz; Starling, 2015, pp. 417).

Essa dualidade se espraiava para a crítica musical e, no plano da música popular, encontrou na BN uma prática que não apenas era compatível com o sentimento de modernização e esperança

do imaginário mais amplo, mas também indicava os rumos que a música popular deveria tomar. Nesse cenário, as análises se serviam fartamente das dicotomias tradicional/moderno; desenvolvido/subdesenvolvido; primitivo/evoluído; sofisticado/simples, etc, atribuindo juízos de valor a aspectos estéticos vinculados às músicas "tradicionais" ou "modernas".

Proponho pensar os críticos favoráveis à prática como porta-vozes da BN, cujas análises valoraram e legitimaram o material musical a ela atribuído participando da própria construção daquilo que descreviam. A operação consistia, basicamente em valorizar traços musicais que aproximavam o material musical da BN ao de países desenvolvidos ao mesmo tempo detratando e desvinculando a prática emergente das influências "tradicionais", latinas e operísticas.

Para a teoria do ator-rede, a ideia de tradução se liga a um duplo aspecto: i) de um lado traduzir é deslocar, induzir atores de diversas naturezas à coexistência; ii) de outro é expressar na própria linguagem o que outros dizem e querem, por que agem e como agem, é enfim, se estabelecer-se como porta-voz (Callon, 1986, pp. 18-9). A figura do porta-voz delineia um grupo, fala por sua existência sendo, portanto, figura chave em qualquer associação. Isso porque "todos necessitam de pessoas definindo quem são, o que deveriam ser e o que foram". Porta-vozes "estão sempre em ação, justificando a existência do grupo, invocando regras e precedentes – e, como veremos, opondo uma definição às demais. [...] Não existe grupo sem um oficial de recrutamento" (Latour, 2012, pp. 55-6). Ao fim e ao cabo, essa operação enseja "uma conexão que transporta [...] transformações", "uma relação que não transporta causalidade, mas induz mediadores à coexistência" (*ibidem*, pp. 160).

DESENVOLVIMENTO

É através do contraste entre uma prática – a BN – e grupos concorrentes de anti-práticas que a estrutura teórica e os marcadores estilísticos que viriam a definir a BN se tonificam. Assim, Brasil Rocha Brito começa delineando seu objeto de análise pela comparação com a música brasileira precedente. "Na música popular anterior, a melodia – desenvolvida ritmicamente – recebia ênfase exagerada. Tinha-se mesmo, no mais das vezes, a preocupação de sublinhar uma melodia fácil de ser memorizada por uma harmonização pobre, que deixasse em relvo absoluto esse parâmetro composicional". Já na "bossa-nova, procura-se integrar melodia, harmonia, ritmo e contraponto na realização da obra, de maneira a não se permitir a prevalência de qualquer deles sobre os demais" (Brito, 2012, pp. 21-22). O aspecto anticontrastante será central e fortemente articulado às músicas jazzísticas e eruditas, afastando a BN de práticas "tradicionais" e "latinas". Normalmente as duas primeiras são vinculadas à noção de contenção e as outras à de excesso. "Quanto aos textos como veículos de ideias, já se pronunciaram muitos dos integrantes da BN contra as letras de concepção

'tanguista': ao invés de versos de tipo 'radionovelesco', procura-se reduzir as situações a seus dados essenciais através de uma expressão contida e despojada" (*ibidem*, pp. 38).

O contraste entre contenção e arroubos também se faria notar no canto. Um traço distintivo da prática que Brito delimitava consistiria na "tentativa de libertação dos influxos remanescentes do Romantismo que, até os nossos dias, vêm impregnando enormemente a música popular não só brasileira como de várias outras etnias, embora já inegavelmente superados no domínio da música erudita". Haveria na BN uma

> contensão de arroubos, uma recusa em permitir processos derivados do "operismo" (situam-se aqui aqueles que tipificam o *bel canto* em obras de alguns compositores de fins do século XIX e começos do século XX), banindo-se os efeitos fáceis e mesmo extra-musicais, que absolutamente não pretendem ser integrados na estrutura, na realização da obra, possuindo como que uma existência à parte. Estes lugares-comuns musicais, gastos pelo uso reiterado e abusivo, não funcional, são rejeitados em nosso populário pela concepção bossa-nova (*ibdem*, pp. 23-4).

A referência que viria a pautar o canto bossanovístico seria o *cool jazz*, estilo descrito como "elaborado, contido, anticontrastante. Não procura pontos máximos e mínimos emocionais. O canto usa a voz da maneira como normalmente fala. Não há sussurros alternados com gritos " (*ibidem*, pp. 18). A caracterização da interpretação vocal da BN vem de Tom Jobim que

> definiu a concepção do canto na BN como consistindo em se cantar *cool*. Tentaremos explicar essa colocação. Isto quer dizer: cantar sem procura de efeitos contrastantes, sem arroubos melodramáticos, sem demonstrações de afetado virtuosismo, se malabarismos. O *cool* coíbe o personalismo em favor de uma real integração do canto na obra musical. O que está de acordo com a posição estética do movimento. A "voz cheia", o "dó de peito", a "lágrima na voz", o "canto soluçado" etc., são rejeitados pela BN (*ibidem*, pp. 35).

A associação com *cool jazz* dissocia a BN do "nosso populário anterior" no qual "o cantor se colocava em posição de absoluto destaque frente ao conjunto orquestral ou ao instrumento que o acompanhava. Na BN, como já salientamos, isto não ocorre" (*ibidem*, pp. 35-6).

A análise levava o musicólogo à "conclusão, que expusemos a Antonio Carlos Jobim, e em relação à qual o compositor manifestou sua concordância: a música popular tende a se nivelar, no curso dos anos, à erudita", fato que corroborava a analogia entre jazz e BN uma vez que também "o *jazz* em todas as suas manifestações – *New Oreleans*, *be-bop* etc. – tem contribuído enormemente para a redução dessa distância". Isso permitia ao autor inferir que "a música popular brasileira, anteriormente ao advento da bossa-nova, estava, inegavelmente, mais de meio século atrasada em relação à erudita. Hoje pode-se afirmar que houve uma considerável diminuição desse distanciamento, e isso graças principalmente à concepção musical bossa-nova" (*ibiem*, pp. 27). Este

tipo de juízo levaria em publicações posteriores às ideias de que a BN dera um "salto qualitativo" em nosso populário, uma "virada de 180º" que inauguraria uma "linha evolutiva" em nossa música.

Em 1962 José Ramos Tinhorão entrava na discussão ratificando vários dos juízos inicialmente propostos por Brito. O jornalista, no entanto, era francamente contrário ao que enxergava como progressivo vilipêndio à música popular genuinamente brasileira. Sua análise se servia dos marcadores estilísticos do musicólogo, mas os submetia a uma grade analítica que vinculava material musical a camadas sociais e modo de produção. Para ele, a BN

> correspondia exatamente a um tipo novo (embora sociologicamente inevitável) de alienação não desejada das elites brasileiras, ao início de um processo de rápida industrialização. O mesmo que leva o Presidente Kubitschek a saudar com discurso de afirmação nacional a fabricação dos primeiros modelos de automóveis JK no Brasil, diante de algumas unidades trazidas às pressas da Itália, desmontadas, para servirem à ocasião" (TINHORÃO, 1966, pp. 36).

Assim, de forma análoga à feitura dos automóveis montados no Brasil com peças importadas

> os rapazes dos apartamentos de Copacabana, cansados da importação pura e simples da música norte-americana, resolveram *montar* o novo tipo de samba, à base de procedimentos da música clássica e de *jazz*, de vocalizações colhidas na interpretação jazzística (Ella Fitzgerald) e de uma mudança da temática para o campo intelectual mais identificado com os componentes do grupo, ou seja, da poesia erudita (o que explica o sucesso do poeta Vinícius de Morais como letrista) (*ibidem*, pp. 37).

Embora divergindo quanto ao mérito da BN, Tinhorão foi o primeiro autor a chancelar em um livro impresso os marcadores estilísticos propostos por Brito. A ironia é que, a despeito da tensão que polarizava entre "tradição" e "modernidade" pode-se dizer que os textos trabalharam juntos sedimentando e dando consistência ao que fora incialmente lançado pelo musicólogo como proposições.

As análises do jornalista acrescentaram outra dimensão aos postulados de seu interlocutor. Tinhorão tecia críticas que ancoravam o material musical da BN em sua análise social. "A intenção" da montagem de sambas pelos bossanovistas "em coerência com a euforia geral da população em face do chamado *desenvolvimento econômico* destinado a tornar o Brasil a *maior nação do mundo* – era a melhor possível, tendo o musicólogo Brasil Rocha Brito definido o movimento como 'o culto da música popular no sentido de integrar o universal da música às peculiaridades específicas daquela'" (*ibidem, idem*).

O impulso estético que para Brito levava os músicos bossanovistas a buscar elementos jazzísticos reaparecia nos textos de Tinhorão, porém este criticava "a pretensão gratuita de chegar à universalidade pela transplantação pura e simples de processos musicais válidos apenas para os

países que conseguiram impô-los ao mundo pela força de sua economia" (*ibidem*, pp. 58). Dentre tais processos reapareciam os mesmos elementos cuidadosamente delineados pelo musicólogo como a "música anticontrastante (*cool jazz*), integração da voz do cantor na orquestra ('ambas se integram e se conciliam, sem apresentarem elementos de contraste', na definição do musicólogo Brasil Rocha Brito) [...]" (*ibidem*: 38) etc.

A perspectiva "evolutiva" que permeava os juízos a respeito da apropriação de elementos musicais do *jazz* e da música erudita também reaparecia nas análises do jornalista que explicava a dinâmica pela espoliação da música de camadas baixas pelas médias, decorrência de um complexo de inferioridade frente aos países desenvolvidos. "O problema da evolução da música popular está diretamente ligado a um processo geral de ascensão social que faz com que a música das camadas mais baixas seja estilizada pela semicultura das camadas médias, nas músicas de samba orquestradas, para acabar sendo 'elevada' à categoria de música erudita pelas minorias intelectualizadas". Assim, seguia o autor, "o problema se prende, fundamentalmente, a um complexo de inferioridade, que deve ser vencido pela demonstração de que 'os modernos músicos têm categoria', 'têm cultura', 'tocam o popular mas também estudam o clássico', etc" (*ibidem*: 59).

As outras críticas pró-BN reunidas no livro de Campos datam do período entre 1966 e 1968. Muita água havia corrido sob a ponte da música popular brasileira desde 1960. O golpe militar de 1964 ensejara a produção da chamada música de protesto. De outra parte, o período via a divulgação massiva do incipiente rock nacional – chamado iê-iê-iê – que ganhava força nos meios de massa com a jovem guarda, projetando artistas como Roberto e Erasmo Carlos. Além disso, o momento também era marcado por programas televisivos sobre música popular que turvavam as delimitações estilísticas da BN cuidadosamente delineadas por Brasil Rocha Brito. Some-se a isso os festivais de música popular que projetavam uma nova leva de jovens compositores populares como Edu Lobo, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, entre outros.

Os marcadores estilísticos retornam mais uma vez respaldados por analogias entre o material musical, meios de produção e camadas sociais. À época, o programa televisivo "O Fino da Bossa" estrelado pela cantora Elis Regina, ganhava popularidade e as performances da *crooner* inicialmente relacionada à BN passavam a ser alvo de crítica. Nesse contexto voltava à baila a dicotomia entre contenção e excesso e análises que marcavam mais agressivamente as fronteiras entre BN e não-BN servindo-se de pares de oposição fortemente vinculadas ao imaginário de desenvolvimento e evolução. Assim, Augusto de Campos explicava a repercussão alcançada pelo iê-iê-iê e o concomitante desinteresse pela BN pelas parcelas da população que consumiam tais repertórios

> [...] De fato, se a jovem guarda, ou pelo menos alguns de seus sucessos [...] conseguem comunicar-se a gente de todas as idades, é inegável que o seu auditório básico é constituído pelo público infanto-juvenil. O ambiente universitário com sua problemática menos disponível, coincidindo com a maior maturidade intelectual do jovem, é muito mais permeável ao influxo da bossa-nova, a música popular mais exigente e sofisticada que se faz no Brasil (CAMPOS, 2012, pp. 52-53).

No entanto, para o poeta, o aspecto menos explorado da questão se prendia à assimilação do canto-falado pelos cantores da jovem guarda. Este marcador estilístico aparecia agora abertamente descrito como revolucionário e era contraposto ao que circulava na crítica como "influxos opero-tango-bolerísticos".

> [...] Dentre as características revolucionárias da BN, uma das essenciais foi o seu estilo interpretativo, decididamente antioperístico. João Gilberto e depois dele tantos outros [...] adotaram um tipo de interpretação discreta e direta, quase-falada, que se opunha de todo em todo aos estertores sentimentais do bolero e aos campeonatos de agudos vocais – ao *bel canto* em suma, que desde muito impregnou a música popular ocidental. (*ibidem*, pp. 54)

O elemento chave exposto pelo autor consistia na descaracterização da BN que se via "extroverter" nas performances de Elis Regina, ao lado da discrição e do canto falado adotado pelos cantores vinculados à Jovem Guarda. Aqui, contenção e excesso e aproximações com a música erudita e distanciamento do bel canto e do operismo são os marcadores que explicam o problema abordado pelo autor.

> Elis extroverteu a BN, desencravou-a tirou-a do âmbito restrito da música de câmara e colocou-a no palco-auditório de TV. Mas com o tempo, talvez pelo afã de ampliar o público, o programa foi-se tornando cada vez mais eclético, foi deixando de ser porta-voz da BN, para se converter numa antologia mais ou menos indiferente dos *hits* da música popular brasileira [...] (*ibidem*, 54-55)

Também em Campos, a BN era analisada segundo um modelo de desenvolvimento econômico atribuído aos países desenvolvidos. Nesse sentido, seus característicos musicais ligados ao *jazz* e à música erudita erma signos do desenvolvimento e do "passo à frente" que a música brasileira dera com a BN.

> [...] A expansão dos movimentos internacionais se processa usualmente dos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos, o que significa que estes, o mais das vezes, são receptores de uma cultura de importação. Mas o processo pode ser revertido, na medida mesma em que os países menos desenvolvidos consigam, antropofagicamente – como diria Oswald Andrade – deglutir a superior tecnologia dos superdesenvolvidos e devolver-lhes novos produtos acabados, condimentados por sua própria e diferente cultura. Foi isso que sucedeu, por exemplo, [...] com a bossa-nova, que, a partir da redução drástica e da racionalização de técnicas estrangeiras, desenvolveram novas tecnologias e criaram realizações autônomas, exportáveis e exportadas para todo o mundo (*ibidem*, pp. 59-60).

Nesse caso, Campos se via às voltas com as músicas de protesto, um repertório de música popular que se insurgia contra a ditadura em curso no país e, tentando se conectar com camadas populares, recorria a material musical "folclórico" ou "tradicional", recusando o "passo à frente" dado pela BN. Aqui, os critérios musicais definidores dessa última aparecerão vinculados às ideias de avanço, desenvolvimento e evolução. A sugestão é de que o Brasil teria chegado culturalmente à condição de "exportador" de produtos acabados ao invés de "matérias primas" vinculadas à música tradicional. Conforme a temperatura da querela entre "tradição e modernidade" subia, os argumentos também se tornavam mais hostis.

Assim, para o autor, das condições políticas que ensejaram a chamada "música de protesto"

> aproveitaram-se, porém, os expectantes adversários da bossa-nova para tentar mudar o curso da evolução da nossa música, com a conversa de que a bossa-nova não era entendida, se distanciava do "povo" etc. Em suma, com essa espécie de "má consciência" e a pretexto de protesto, ameaçavam dar a ordem de retirada, propunham o "eterno retorno" ao sambão quadrado e ao hino discursivo folclórico-sinfônico. Preparava-se o terreno para voltar àquela falsa concepção "verde-amarela" que Oswald Andrade estigmatizou em literatura como "triste xenofobia que acabou numa macumba para turistas", àquela ideologia artística que se dispõe a promover e exportar, não produtos acabados, mas matéria-prima, a matéria-prima do primitivismo nacional, sob o fundamento derrotista de que "o povo" é incapaz de compreender e aceitar o que não seja quadradão e estereotipado (*ibidem*, pp. 61)

Uma vez mais a popularidade da Jovem Guarda volta à baila como exemplo de que a assimilação dos elementos musicais – a essa altura cativos da BN – seriam o melhor caminho para a música popular. Não se trataria, segundo o poeta,

> de nenhum "saudosismo", mas da tomada de consciência e da apropriação da autêntica antitradição revolucionária da música popular brasileira, combatida e sabotada desde o início pelos verdadeiros "saudosistas", por aqueles que pregam explícita ou implicitamente a interrupção da linha evolutiva da música popular e o seu retorno a etapas anteriores à da bossa-nova, na expectativa de uma vaga e ambígua "reconciliação com as formas mais tradicionais da música brasileira". Ou seja, a diluição, a descaracterização, o amolecimento da linha criativa da nossa música, aquela que, precisamente por sua independência e por suas inovações, alcançou maioridade, ultrapassou fronteiras e se impôs ao mercado interno e externo. Enquanto se depreciam e se hostilizam os fautores da revolução da nossa música popular, em prol de "tradicionalismos" e "primitivismos" impingidos por uma nebulosa "má consciência", cantores de massa, como Roberto Carlos, vão incorporando ao seu estilo interpretativo e ao seu repertório de sucessos, sem nenhuma inibição, algumas das lições e dos achados da bossa-nova (*ibidem*, pp. 63-4).

Posteriormente, em balanço similar, o autor articula o sucesso dos artistas vinculados à então nascente Tropicália à retomada da "linha evolutiva" da BN, deixando para trás o uso de

material musical vinculado à música tradicional e folclórica. Novamente as características musicais da BN aparecem relacionadas às ideias de modernidade, avanço e industrialização

> eu já adivinhava que a solução não poderia ser voltar para trás. [...] Impossível fazer o novo com o velho. Pois o novo ainda era Tom [Jobim] & João [Gilberto]. E foi justamente por não temer as influências e por ter tido a coragem de atualizar a nossa música com a assimilação das conquistas do *jazz*, até então a mais moderna música popular do Ocidente, que a bossa-nova deu a virada sensacional na música brasileira, fazendo com que ela passasse, logo mais, de influenciada a influenciadora do *jazz*, conseguindo que o Brasil passasse a exportar para o mundo produtos acabados e não mais matéria-prima musical (ritmos exóticos), "macumba para turistas", segundo a expressão de Oswald de Andrade (*ibidem*, pp. 142-3).

Mais extenso, o "Balanço da Bossa Nova" do maestro Júlio Medaglia tentava uma análise menos hostil ao material musical não identificado com a BN. No entanto, também nesse texto, os contrastes entre seu objeto e o "resto do populário" se operarão segundo os mesmos pressupostos. Assim, embora entusiasta da música popular "em geral" o autor situa seu argumento mediante a oposição entre dois tipos principais de práticas musicais populares.

"Se uma modalidade de samba era extrovertida, adequada para uma prática musical de massa e de rua, outra visava uma versão musical introvertida, apropriada para a intimidade de pequenos recintos, versão camerística, portanto, sem que a presença de uma implicasse na negação da outra" (Medaglia, 2012, pp. 71). Adiante, o maestro aprofunda a clivagem.

> Os sambas de rua têm linhas melódicas mais simples, para serem facilmente cantados e assimilados; harmonias que contêm apenas os acordes básicos, para evitar a dispersão de qualquer espécie; ritmo simples, claro e repetitivo, pois sua função é condutora e unificadora. Os textos revelam estruturas simples, facilmente cantável e assimilável, permitindo e sugerindo, com isso, a participação inclusive da assistência [...] (*ibidem*, *idem*).

Já a BN, é descrita como

> uma música mais voltada para o detalhe, baseada quase sempre no canto, violão e pequenos conjuntos; desenvolver-se-ia a prática do "canto-falado" ou do cantar baixinho – uma vez que a audiência está próxima –, do texto bem pronunciado, do tom coloquial da narrativa musical, do acompanhamento e do canto integrando-se mutuamente, em lugar da valorização da "grande voz" ou do "solista". Essas condições de concentração permitem também o uso de textos mais elaborados, mais refinados e, não raro, com artifícios poéticos de alto nível literário (*ibidem*, pp. 72).

Os critérios definidores propostos por Brito, reiterados por Tinhorão e Campos retornam, agora relacionados às camadas sociais urbanas. Às camadas populares corresponderia uma música mais "simples", às médias uma mais "sofisticada". Assim, Zona Sul do Rio de Janeiro produziria para o autor uma prática na qual

> A estrutura musical é mais rebuscada; as melodias são, em geral, mais longas e mais dificilmente cantáveis, as harmonias mais complicadas, plenas de acordes alterados e pequenas dissonâncias, os efeitos de interpretação são mais sutis e mais pessoais, permitindo pequenos artifícios, como silêncios ou pausas expressivas, assim como detalhes de execução instrumental mais sofisticada etc (*ibidem*, *idem*)

Entretanto, alerta o maestro,

> Se a sutileza, o detalhe, a elaboração e a introversão são as características originais dessa espécie de música e a simplicidade, a espontaneidade num mínimo de elementos e a extroversão, os característicos da outra, isso não implica em maior ou menor grau de qualidade ou autenticidade de nenhuma delas. O fato de o Maracanã inteiro poder cantar em uníssono "ui ui ui, robaro a mulhé do Rui' e não poder cantar o *Desafinado* não significa – e esclareça-se muito bem este aspecto! – que esta música não seja ou não possa ser popular, ou possua algo menos que a outra (*ibidem*, pp. 72-73).

O canto-falado retorna como descritor essencial, uma vez mais afastando a BN das práticas musicais latinas.

> Uma interpretação despojada e sem a menor afetação ou peripécia "solística" era parte essencial da revolução proposta pelo disco [de João Gilberto]. Em outros termos, era a negação do "canto", do "solista" e do "estrelismo" vocal e de todas as variantes interpretativas opero-tango-bolerísticas que sufocavam a música brasileira de então. Era a vez do cantochão, da melódica mais simples e fluente, da empostação mais natural e relaxada, não raro com trechos de 'lá-lá-lá' ou assobiados, onde se percebem, com toda a clareza, as mínimas articulações musicais e literárias [...] (*ibidem*, pp. 75).

O balanço segue separando BN do repertório precedente. "[...] Numa época em que faziam sucesso músicas como *Ouça* ou *Risque*, cujo conteúdo musical e literário mais se aproxima dos longos dramas bolero-musicais centro-americanos, chegava o baiano BN com seu baiãozinho simples, concreto e musical [...]" (*ibidem*, pp. 78).

A densidade demográfica justificava a estética "camerística" atribuída à prática cuja "revolução proposta [...] em seu aspecto mais original" consistia em

> Evoluir no sentido de uma música de câmara adequada à intimidade dos pequenos ambientes, característicos das zonas urbanas de maior densidade demográfica. Uma música voltada para o detalhe, e para uma elaboração mais refinada com base numa temática extraída do próprio cotidiano; do humor, das aspirações espirituais e dos problemas da faixa social onde ela tem origem (*ibidem*, *idem*).

E retomando a "extroversão" da BN aludida por Campos, Medaglia alerta ao perigo de se "retornar" ao bolero vendo a "contenção" atribuída à prática eventualmente se converter em "excesso".

> Na realidade, aquela música BN que caracterizamos de "música camerística", "progressiva" "de pesquisa", "de elaboração", "música de detalhe", econômica, refinada, vanguardista, literariamente de alto nível, de *blague*, humor, sentimental, mas discreta, de linguagem simples e de rua', aquela música *relaxed* e desinibida [...] parece que deixou de atuar, pois o frenesi do sucesso trouxe a demagogia, o estardalhaço patológico: se não se tomar cuidado, estaremos reeditando todas as versões do bebopismo americanos – que nem sequer é o mais avançado *jazz* – caminharemos no sentido de uma sofisticação da música carnavalesca, que, em sua forma mais simples, aplicada ao espetáculo de rua, torna-se um fenômeno artístico-social dos mais raros e ricos do mundo – e estaremos outra vez às margens do bolero e às voltas com os gemidos típicos da música centro-americana (*ibidem*: 120-21)

Entusiasta da BN e convencido da rígida relação entre condições materiais e expressividade artística, Medaglia insiste em seu argumento, sempre zeloso para não ser mal interpretado.

> Se um habitante de morro, em sua necessidade de expansão temperamental através da música, por falta de condições materiais é levado a fazer uso de uma frigideira, chegando com isso aos melhores resultados artísticos, o músico urbano, que tem possibilidades materiais e meios para fazer uso de instrumental e técnicas musicais modernos, assim como as vias de informação – discos, partituras, livros – tem por obrigação cultivar uma modalidade de música com base nesses recursos. Essa conscientização e esse espírito de "evolução" intencional é que dá ao músico urbano a "organicidade de seleção". Só ele o fará identificar a oportunidade do emprego, em dado momento, de um sutil efeito eletrônico de gravação, assim como o conteúdo humano que possa ter um simples canto ou frase dita por um analfabeto de morro, que se tornam a matéria prima de sua criação artística. Essa foi a realidade proposta pela mais autêntica BN. [...] (*ibidem*, pp. 122-23).

Por fim, o autor parece se convencer de seu argumento novamente contrastando a BN a práticas musicais latinas aproximando-a da música norte-americana

> Enquanto o bolero, o chá-chá-chá e a música havaiana nos EUA e na Europa Central e do Norte não ultrapassam o interesse do exótico, atingindo a uma camada músicos que tocam em festinhas escolares ou em *boites* à meia-luz, espécie de ópio ou masturbação espiritual para sugerir paraísos perdidos nos mares do Sul, a BN entrou no mercado internacional via Carnegie Hall de Nova Iorque e Saal der Philharmonie de Berlim; por outro lado, a faixa de músicos que dela se ocupou foi a dos mais importantes, tecnicamente mais evoluídos e artisticamente mais conscientes e consequentes da música norte-americana de vanguarda [...] (*ibidem*, *idem*).

Finalmente, se ocupando dos festivais de canção e as tendências musicais que se apresentavam no Sudeste brasileiro em meados da década de 1960, o compositor Gilberto Mendes ancoraria sua análise em termos semelhantes. Uma vez mais, o sucesso de iê-iê-iê era atribuído à "queda de padrão" da música pelo abandono das práticas interpretativas da BN em prol daquelas vinculadas à música tradicional.

> Para fazer frente ao mau gosto do iê-iê-iê brasileiro vitorioso, urgia liquidar com o bom gosto de todas as conquistas renovadoras da BN e retornar ao sambão gritado e quadrado. [...] O mais grave ainda, compositores que se afirmavam de protesto e contra o subdesenvolvimento ganhavam [nos festivais da canção] uma nota sentida com a exploração de um gosto popular subdesenvolvido, subestimando as possibilidades que o povo tem de apreciar trabalhos mais elaborados (Mendes, 2012, pp. 134)

REBALANÇANDO O BALANÇO DA BOSSA

Alguns dos juízos estéticos sedimentados na interlocução vieram a informar produção acadêmica posterior tratando o tema. Quinze anos após a primeira edição de *Balanço da Bossa e Outras Bossas*, o etnomusicólogo Gerard Béhague[3] ratificaria várias das premissas elencadas acima em artigo fortemente informado pela interlocução aqui abordada. A relação entre o desenvolvimento econômico do período, a "modernização" da música popular pela BN e a camada social à qual é vinculada estão na base de sua análise.

> Desde o advento da *bossa nova* (1958-59), a história da música popular no Brasil parece ter seguido um padrão fundamental de modernização testemunhado nas áreas urbanas. O expressivo crescimento da população urbana nos últimos quinze anos tornou possível desenvolver um mercado de música diversificado de incrível proporção para um assim chamado país "subdesenvolvido". Além disso, a emergência consequente de uma poderosa classe média, com aspirações modernizadoras criou um clima favorável para experimentação com novos estilos [...] (Béhague, 1973, pp. 209).

Posteriormente, breve incursão do sociólogo Renato Ortiz ao tema reiteraria a aproximação da BN à música de concerto ligada a ideia de sofisticação e urbanidade. O movimento estaria

> ligado a um esforço de pesquisa sonora mais sofisticado que rompe com os padrões do passado, propondo um novo ritmo, uma nova forma de arranjo, uma outra maneira de cantar, um "canto falado" que se distancia do "dó do peito". Por isso eles a comparam à música da câmara. Brasil Rocha Brito diz que "a bossa nova apresenta vários pontos de contato com a música erudita de vanguarda pós-weberiana, e, se um modo geral com o Concretismo nas artes". Ponto de intersecção entre as esferas de ordens diferentes a bossa nova se exprime como um produto "popular-erudito", manifestando um novo tipo de musicalidade urbana (ORTIZ, 2001, pp. 106).

Anos mais tarde, a antropóloga Santuza Cambraia Naves, em perspectiva mais crítica e analítica em relação à interlocução, inicial retomaria o juízo segundo o qual "os músicos da bossa nova, notadamente João Gilberto, pautariam o seu trabalho pela rejeição dos sambas-canções e dos

[3] Um dos fundadores do programa de pós-graduação em musicologia-etnomusicologia na Universidade de Texas-Austin, onde lecionava, Gerard Behágue foi um importante musicólogo/etnomusicólogo especialista em América Latina. Entre diversos livros e publicações sobre o tema, destacamos sua atuação como editor da seção latino-americana do *New Grove's Dictionary of Music and Musicians* e *Die Musik in Geschichte und Gegenwart* (Volpe, 2005).

boleros melodramáticos do período anterior, e da maneira operística de interpretar estas canções [...]" (Naves, 2000, pp. 35).

Tais pressupostos, no entanto, nunca estiveram isentos de controvérsias. Alongo de suas carreiras Roberto Menescal e Carlos Lyra admitiram o influxo do bolero em suas formações musicais, o primeiro citando principalmente o cantor Lucho Gatica e o segundo mencionando os boleros de Augustin Lara e os "boleros brasileiros" pré-BN (Naves, 2000, pp. 36). O canto-falado, obsessivamente articulado ao *cool jazz*, já estava em curso na música popular brasileira anterior à BN, por exemplo, nos sambas de cantados por Mário Reis, fato reconhecido pela maioria dos autores pró-BN reunidos no livro de Campos, mas sempre negligenciado em suas análises (Brito, 2012, pp. 36; Campos, 2012: 54; Medaglia, 2012, pp. 81). O cosmopolitismo atribuído à BN enquanto prática capaz de mesclar elementos "regionais" e "universais" – leia-se oriundos do *jazz* e música de concerto europeia – sempre esteve acometido de irremediável ambuiguidade: como "romper" com a música precedente reivindicando manter sua "essência"? Além disso, importantes músicos e musicistas ligados à BN desde o primeiro momento e mencionados desde as primeiras análises não correspondiam à homogênea camada social de músicos brancos da classe média residentes na Zona Sul do Rio de Janeiro. Alaíde Costa e Elza Soares, cantoras que emprestaram grande consistência à prática no momento em que muitos de seus adeptos eram diletantes em vias de profissionalização, eram negras e moravam no subúrbio do Rio de Janeiro, respectivamente nos bairros de Água Santa e Engenho de Dentro. Baden Powell, exímio violonista e compositor, nascera em Varre-e-Sai e fora criado no bairro de São Cristóvão, Zona Norte do Rio de Janeiro. Apesar de fazer uso de acordes dissonantes, não há como negar as fortes influências de choro e samba em sua prática interpretativa.

A despeito de contradições como as brevemente elencadas acima, a imensa maioria dos escritos sobre a BN se servem das definições, marcadores estilísticos e juízos estéticos estabilizados durante a discussão entre "tradição e modernidade" travada durante a década de 1960. O caso é um exemplo eloquente de processos de valoração de material sonoro por atores sociais que, ao atribuírem determinadas características terminam por contribuir para a própria construção do objeto que pretendiam descrever.

No contexto da querela "tradição x modernidade" na música popular reencenada a partir do disco de João Gilberto, pode-se pensar o esforço dos críticos que se engajaram na interlocução aqui abordada como um trabalho de tradução, isto é, esses teóricos buscavam consolidar fronteiras de modo a legitimar a prática emergente destacando-a do resto do repertório e afirmando sua pertinência enquanto gênero musical autônomo. O confuso cenário no qual o termo BN se ligava a um estado de espírito e admitia em seu bojo uma miríade de atores e práticas artísticas deveria ser substituído por uma concepção fechada claramente delimitada. Toda vez que "grupos são formados

ou redistribuídos, seu porta-voz procura desesperadamente maneira de *de-fi-ni-los*. Fronteiras são demarcadas, delineadas, fixadas e conservadas" (Latour, 2012, pp. 57). Os pares de oposição e as análises ancoradas nas dicotomias abordadas acima se explicam porque "sempre que algum trabalho é necessário para traçar ou retraçar as fronteiras de um grupo, outros agrupamentos são classificados de vazios, arcaicos, perigosos obsoletos etc. É pela comparação com outros vínculos concorrentes que se enfatiza um vínculo. Assim, para cada grupo a ser definido, aparece logo uma lista de *antigrupos*" (*ibidem*, pp. 56).

As contradições brevemente elencadas se referem àquilo que Callon chama controvérsia, algo em curso quando a "representatividade do porta-voz é questionada, discutida, negociada ou rejeitada" (Callon, 1986, pp. 15). A presença de Ari Barroso os bossanovistas ou as definições iniciais ligando-a à práticas anteriores trazem a lume o trabalho teórico de construção de juízos estéticos habilmente operadas através das comparações entre BN e o "populário anterior" ao longo das críticas, afinal,

> toda formação de grupo será acompanhada da busca de um amplo leque de características mobilizadas para consolidar as fronteiras desse grupo contra as pressões adversas dos grupos antagônicos que ameaçam dissolvê-lo. Há inúmeras maneiras de tornar a definição de grupo uma coisa finita e segura, tão segura e finita, ao fim e ao cabo, que parece objeto de uma definição não-problemática. [...] No fim, parecerão tão inquestionáveis que serão tomadas como coisa certa e não mais produzirão nem traços, nem fagulhas, nem informações (Latour, 2012, pp. 57-58).

Neste processo, as análises que ancoravam a valoração estética do material musical às ideias de urbanidade, desenvolvimento e camadas sociais podem ser explicadas pela noção de panoramas, operações que "propiciam a única ocasião para ver a 'história total' *como um todo*" que desempenham papel crucial uma vez que "permitem aos espectadores, aos ouvintes e aos leitores *equipar-se com um desejo de totalidade e centralidade*. É dessas poderosas histórias que obtemos as nossas metáforas para aquilo que 'nos une', as paixões que supostamente compartilhamos, o contorno geral da arquitetura da sociedade, as narrativas mestras com as quais somos disciplinados" (*ibidem*, pp. 273). Esses dispositivos "resolvem magnificamente a questão da encenação da totalidade, da ordenação dos 'altos e baixos', do alojamento do 'micro', do 'meso', e do 'macro' um no outro" (*ibidem*, pp. 272), daí a coerência que parece cercar a construção teórica da BN a despeito das controvérsias e a forte adesão que os postulados teóricos iniciais seguem tendo sobre o tema.

Pelo exposto, proponho pensar que a BN nunca foi objeto de uma definição ostensiva, isto é, ela nunca "este lá", posta diante dos críticos que simplesmente a apontaram com o dedo indicador a descrevendo. Ela foi fruto de uma descrição performativa, operada também pelas críticas que seguem

sendo editadas em importantes livros sobre o tema, o que se explica pelo fato de que "os textos agem sobre o mundo, e circulam em redes práticas que nos ligam a situações" (Latour; Hermant, 2004: 5-6).

Assim, espero que a breve exploração das controvérsias sobre as articulações entre desenvolvimento econômico, camadas sociais e música urbana no caso da BN possa contribuir para a reflexão da construção social da música e suas políticas de valoração de material musical e marcadores estilísticos. Talvez com investigações mais críticas, possamos explorar as ambiguidades que levam práticas musicais latino-americanas a serem articuladas àquelas norte-americanas e europeias às expensas de influxos musicais de países vizinhos ou da música tradicional do próprio país, possibilitando outros insights sobre a dinâmica de construção de nossas práticas musicais.

Referências

ALENCAR, Míriam Lima de. Música moderna só tem um nome: 'bossa nova'". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1960. 2º caderno, p. 12. Disponível em http://memoria.bn.br/ DocReader/030015_08/1167, acessado em abril de 2024.

ÁLVARES. Música de bossa nova: os moços do samba estereofônico. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1960. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/003581/129415, acessado em abril de 2024.

BÉHAGUE, Gerard. Bossa & Bossas: Recent Changes in Brazil Urban Popular Music. In: *Ethnomusicology*, maio de 1973, vol. 17, n. 2, pp. 209-233.

BRITO, Brasil Rocha. Bossa Nova. In: CAMPOS, Augusto de. *O Balanço da Bossa e outras Bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen os St. Brieuc Bay. In: LAW, J. *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* Londres, Routledge, 1986, pp. 196-223.

CAMPOS, Augusto de. *O Balanço da Bossa e outras Bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GRUPOS de bossa nova disputam liderança: princesas vão assistir. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1960. 1º caderno, p. 10. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/5170, acessado em abril de 2024.

INSTALA-SE clube para defender a "bossa nova". *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1960. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/386030/61733, acessado em abril de 2024.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno; HERMANT, Èmilie. "Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções". In: PARENTE, André. *Tramas da Rede*. Sulina: Porto Alegre, 2004. pp. 39-63.

MEDAGLIA, Júlio. "Balanço da Bossa". In: CAMPOS, Augusto de. *O Balanço da Bossa e outras Bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MENDES, Gilberto. "De como a MPB perdeu a direção e continuou na vanguarda". In: CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

NAVES, Santuza Cambraia. Da bossa nova à tropicália: contenção e excesso na música popular. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*v. 15, nº 43, junho de 2000 pp. 35-44.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: um tema em debate*. Rio de Janeiro: JCM, 1966.

PAZ, Ermelinda A. *Pedagogia Musical Brasileira no Século XX: metodologias e tendências*. Brasília: Editora Musimed, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VOLPE, Maria Alice. O legado de Gerard Béhague (1937-2005). In: *Revista Brasileira de Música.* 2010, v.23, n.1, pp. 167-174.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americano

FRAGILIDADE DOS ARRANJOS SÓCIO-ESPACIAIS-CULTURAIS AMAZÔNICOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONSTANTES SOBREPOSIÇÕES DE RACIONALIDADES EM PARALELO COM AS FAZENDAS DE VACARIAS EM BELÉM.

Cristina Lima Cardoso (UFPA)[1]
Raul Ventura Neto (UFPA)[2]

RESUMO: As ações desenvolvimentistas, promovidas principalmente por políticas estatais, impulsionaram constantes modificações no espaço urbano amazônico. Especialmente a partir da segunda metade do século XX. Tais ações perpetuam processos que levam à desassociação das relações entre espaço, sociedade e natureza. Os usos da terra revelam as contradições históricas no espaço urbano, somadas aos variados contextos no percurso do urbanismo nas diferentes fases do capitalismo. Este artigo tem por objetivo levantar questões sobre a supressão de arranjos com aspectos sociais-culturais manifestados no urbano amazônico, intercalando o debate com o binômio urbanismo-capital, traçando paralelos com aspectos que sustentavam fazendas de vacarias em Belém, comuns na paisagem urbana até meados do século XX e expondo a questão da alimentação nos planos urbanísticos da cidade. No desenvolvimento procura-se contextualizar as fazendas de vacarias, posteriormente segue-se com a questão da alimentação nos planos de urbanização de Jerônimo Cavalcanti e planos urbanísticos de 1975 e 1980. E enfatiza-se que o urbanismo deve levar em conta forças multidisciplinares, validando valores ecológicos e culturais, que as históricas práticas urbanistas, reconfiguram continuamente os espaços num imbricado processo de urbanização Amazônica, e estes inviabilizam diferentes interrelações sócio ambiental, política, cultural e espacial.

Palavras-chaves: Amazônia; Belém; urbanização; Vacarias; alimento.

INTRODUÇÃO

As paisagens não são apenas um cenário passivo, onde se desenrolam as atividades humanas, mas sim espaços dinâmicos e historicamente constituídos de interações entre humanos e não humanos, nesse sentido a paisagem é uma co-construção de ambientes sociais e naturais (INGOLD, 2021). Uma rede de inter-relações entre múltiplos agentes, um resultado de relações sociais, históricas e materiais entrelaçadas. Em termos lefebvrianos, podemos pensar na paisagem, ou espaço de três maneiras, como concebido, percebido e vivido[3]. Nesses termos a paisagem é um espaço socialmente produzido e cheio de significados, um produto e também um processo, constantemente recriado pelas interações e práticas. Na abordagem da Ecologia Política Urbana o conceito de espaço é multifacetado, onde emergem desigualdades e conflitos. Por esse lado, a produção do espaço detém uma identidade não neutra, na perspectiva das relações de poder, que pode ser compreendida no controle e domínio da

[1] Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil.
Email:arquiteturacristinalima@gmail.com.

[2] PPGAU, UFPA, Brasil. Email: raulvneto@ufpa.br.

[3] A compreensão estabelecida por Henri Lefebvre na sua teoria do espaço social, em "A produção do Espaço" de 1974, aborda que é preciso reconhecer que o espaço é mais que uma característica física ou natural, é carregado de significado, usos e valores impostos. Onde pode este, ser concebido em mapas, planos e outras formas, pode ser percebido nos usos cotidianos e ainda pode ser compreendido pela vivência, nas experiências simbólicas e emocionais.

natureza, e como ela seus povos, na determinação de usos e valores antropocêntricos. Que gera um cenário, onde os aspectos da temática do desenvolvimento, tecnológico, econômico e urbano se firmam como a força motriz por trás das graves consequências das emergências climáticas, que revela a necessidade de reavaliar a relação estabelecida com o ambiente e reconhecer a interdependência existente. Esse quadro traz consigo uma série de desafios ambientais, sociais e econômicos, incluindo a perda de biodiversidade e impactos na produção de alimentos.

Os arranjos sociais e culturais que participam da composição particular da paisagem na Amazônia são extremamente diversificados, que reflete a rica biodiversidade da região e a pluralidade de povos que nela habitam, incluindo comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros. Vários estudos antropológicos reconhecem que esses grupos desenvolveram ao longo do tempo formas de vida e sistemas de conhecimento, milenar, adaptados ao meio ambiente amazônico, resultando em um mosaico de culturas e práticas sociais (CARDOSO, 2021). Estes, grupos plurais amazônicos, também estão relacionados a formas de agricultura, desenvolvendo práticas de modo que o uso da terra garanta a subsistência e a fertilidade, traduzida na lei do retorno. O manejo das florestas nesses moldes, concebe um verde específico domesticado, que proporciona variados tipos de alimentos, ervas medicinais e mantém uma ligação com a manutenção dos ecossistemas (LOPES, 2017; CARDOSO, 2021).

A denominação agricultura detém variações, e com o decorrer dos fenômenos históricos, principalmente ligados à modernidade, essa terminologia pode ser do tipo Urbana; Periurbana; rural; pode estar relacionada a práticas de Hortas; a atividade agrícola ou agropecuária; e outras dependendo da abordagem. Wandscheer e Medeiros (2012) organizam a denominação de Agricultura Urbana, do seguinte modo:

> Agricultura Urbana é um conceito que abarca a produção agrária nos limites do espaço urbano, de caráter e dinâmica multidimensional, podendo envolver produção e transformação. Distingue-se das atividades urbanas comuns, mas abarca diversidades de uma série de outras atuações citadinas, vincula potenciais de comercialização e articulação entre locais e localidades próximas. Porém, conserva consigo (transformando, adaptando e (re)criando o processo produtivo) a centralidade no alimento, este mais comum ao campo, porém não ausente no urbano, ainda que com maiores dificuldades no que se refere à área. Pode ser desenvolvido em caráter individual, familiar ou comunitário e não costuma empregar mão de obra remunerada, de forma que, quando o faz se dá em pequenas quantidades. Além disso, costuma utilizar pouco maquinário e tecnologia em sua produção, sendo a mesma voltada a demandas do mercado ou autoconsumo, neste último caso, sendo empregada comumente em comunidades pobres. Costuma estar relacionada a temáticas como segurança alimentar e sustentabilidade (WANDSCHEER; MEDEIROS, p.18,2012).

Em Belém na perspectiva da agricultura urbana e periurbana o verde dessa atividade, se relaciona à diversidade de paisagens bioculturais em formas de reprodução da vida no campo. A compreensão do verde na cidade admite várias interpretações, as que dizem respeito a saúde do ambiente urbano, na manutenção do clima, na dimensão da permeabilidade do solo que influencia na dinâmica das águas, na retenção, filtração e purificação (BOBROWSKI et. al., 2009). Na dimensão do lazer, no verde contemplativo, das praças e parques, na convivência com o relaxamento e também na experiência ativa recreativa (BAHIA, 2012). E na perspectiva do cultivo, plantação, que acessa compreensões originárias e ancestrais, Afro-Indígenas, do manejo do verde na produção de alimento,

no uso de plantas medicinais (MELO, et. al., 2021), e também na criação de animais relacionados ao cotidiano de arranjos amazônicos.

Porém na dinâmica do urbanismo tecnicista, na complexidade de estruturas modernizantes do capital, ocorre uma indução de um movimento em que porções de verdes devem ser localizados, ou direcionados para a elite, em condomínios fechados, na disputa do uso do solo urbano, nas várias fases do capitalismo. E personificam a ideologia do status e modismos estéticos que, no final do século 1990, passou a permear a capital do Pará, com os representantes das concepções das Cidades Jardins, em exemplares reducionistas como, Greenville, Cristalville, Lago Azul, Água Cristal e outros (VENTURA NETO, 2012). Fenômeno que ocorre em detrimento ao movimento de retirada e exclusão de áreas vegetadas nas parcelas adensadas da cidade. Legitimado um discurso excludente, manifestado por vezes em camadas sociais de médio a alto poder aquisitivo, influenciando as constantes modificações, de camadas com variado conteúdo social, econômico, simbólico e cultural. Num processo dramático que impõe preceitos e se move num marketing que reestrutura parâmetros para garantir uma refuncionalização espacial, onde o espaço urbano pode ser ressignificado a serviço de acumulação e especulação do investidor imobiliário.

A respeito da acumulação e especulação também se insere a problemática de espaços subutilizados, no meio urbano, e fomenta uma discussão de áreas produtivas, com potencial para a manutenção de cultura-histórica-social de plantio, de horta, que associa questões de transporte de alimentos, na necessidade de reduzir a importação de produtos de áreas distantes. Nesse sentido, soma-se também a compreensão de que essas áreas de verde, têm um potencial para contribuir na poluição contínua da cidade, além de regular temperaturas e favorecer espaços de convivência. Estimulando a economia local e promovendo emprego.

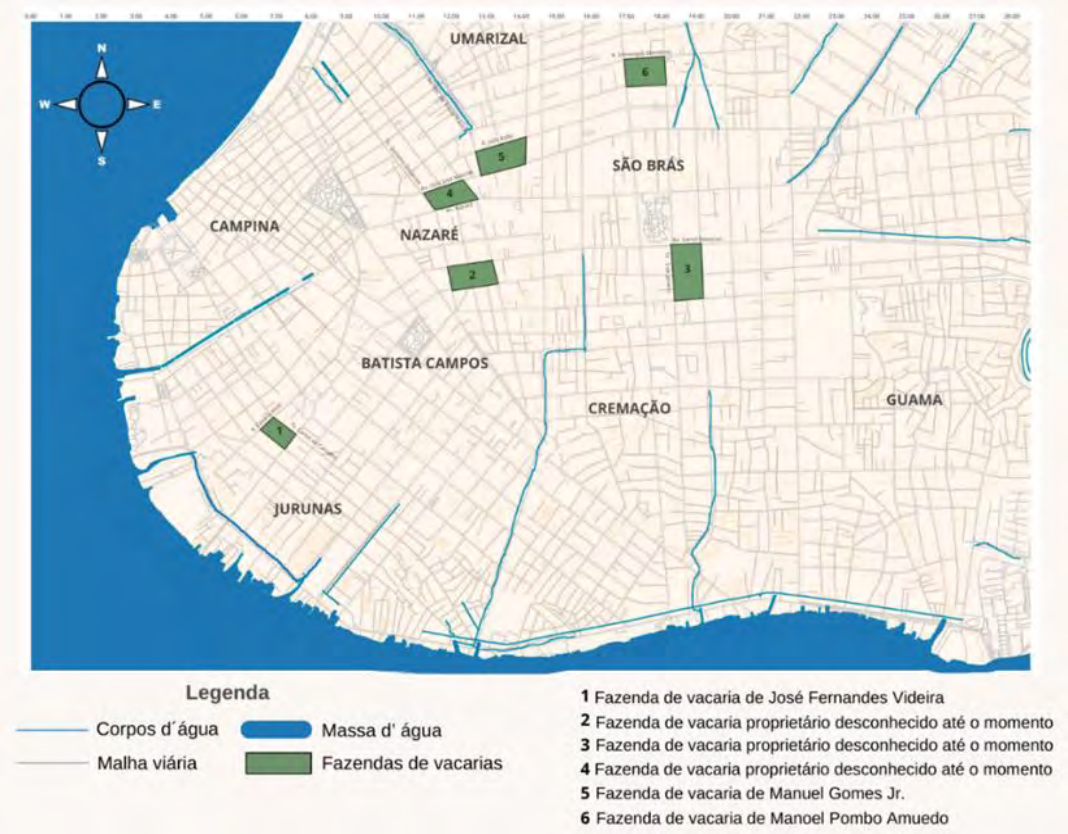
Nesse sentido, anteriormente colocado, este artigo tem por objetivo mobilizar um debate do aspecto da alimentação para ocasionar uma reflexão a respeito do lugar dos arranjos de agricultura urbana, nas constantes sobreposições de racionalidades do tempo, e explorando planos urbanísticos para a cidade de Belém que consideravam a questão da agricultura, traçando um paralelo com aspectos das fazendas de vacarias na paisagem de Belém no século XX. No sentido de que, o século XXI demanda por um amadurecimento das práticas urbanas, de modo a considerar as complexidades dos modos de vida e das outras formas de produção e apropriação da terra, que coexistem com o sistema capitalista, mas não são completamente regidas por ele, embora articulados às economias que os polarizam (CARDOSO, 2021; POLANYI, 2000). Enfatizando que o urbanismo deve levar em conta forças multidisciplinares, validando valores ecológicos e culturais. A estrutura do texto se divide em duas seções além da introdução e das considerações finais. Na primeira trazemos os aspectos que sustentavam as fazendas de vacarias em Belém, comuns na paisagem urbana até meados do século XX. Na segunda apontamos a questão da alimentação nos planos de urbanização de Jerônimo Cavalcanti e planos urbanísticos desenvolvidos para a Região Metropolitana de Belém entre os anos as décadas de 1970 e 1980.

As fazendas de Vacarias em Belém

Com base em acervos jornalísticos do estado do Pará, sabe-se que em meados do século XX já existiam na cidade de Belém arranjos com características rurais chamadas de vacarias ou fazenda de vacarias. E algumas destas estruturas ocupavam extensas áreas afastadas do centro da cidade (ver imagem 01), no seu interior, provavelmente havia o curral, espaço de pastagem, a sede, espaço para produção de leite e armazenamento, e também espaço para outras atividades agrícolas e criação de

outros animais. Como menciona Cardoso e Ventura Neto (2013): nas vacarias havia a produção de leite, hortaliças e criação de pequenos animais. Segundo Penteado (1968), nas dependências das vacarias, tinham os estábulos e pequenas granjas, postas junto à residência, e estas além de fornecerem leite *in natura*, também forneciam flores para enfeite das casas e de caixões. Mourão (1987) comenta que essas áreas foram requeridas, concedidas para atividade pastoril e tinham como primeiros proprietários as famílias, Lobo Guimarães, Leal Martins, Umbelina Quadros, Chermont, Santos Moreira, Pinheiro Filho, entre outras. Estas, ao longo do tempo, repassaram ou venderam a parentes ou a outras famílias, que se tornaram no fim do século XX os maiores proprietários privados das baixadas em Belém.

Imagem 01: Localização de algumas vacarias em Belém

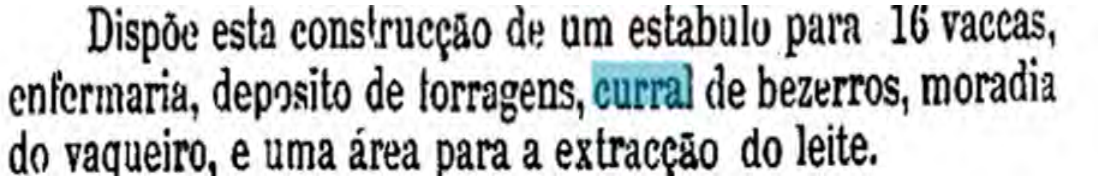


Fonte: Base da malha viária, DNIT,2019; Corpos d 'água e Massa d'água, ANA, 2019. Jornais: O Liberal do Pará de 1888; Diário de Notícias de 1887, 1889, 1896; Estado do Pará de 1916. Elaboração dos autores.

Em alguns bairros como o Umarizal a paisagem das vacarias compunha as características primitivas, do alagado, das casas de pau-a-pique cobertas com palha, e seus terreiros de umbanda, participando da formação da identidade cultural deste bairro, quando a predominância deste era de pretos e pobres (LIMA; NETO, 2021). Nos relatos do estudo de Rodrigues (2010), comenta-se que as vacarias estavam muito presentes e distribuídas nos bairros, que a maioria destas tinham plantações de flores, e chamavam de horta de flores, outro entrevistado narra que havia uma grande vacaria numa baixada, no bairro do Reduto e outra na Quintino, onde de lá partia a distribuição de leite quente na cidade. Nesse aspecto é inegável pensar nessas estruturas como participantes da distribuição e produção de alimentos na cidade. E devido a dificuldade do abastecimento de gêneros de primeira hora na cidade, os registros de relatórios de obras de governantes, (ver figura 02),

demonstram a necessidade de ter um curral, em locais que precisassem de abastecimento imediato, como por exemplo em hospital de grande público na região.

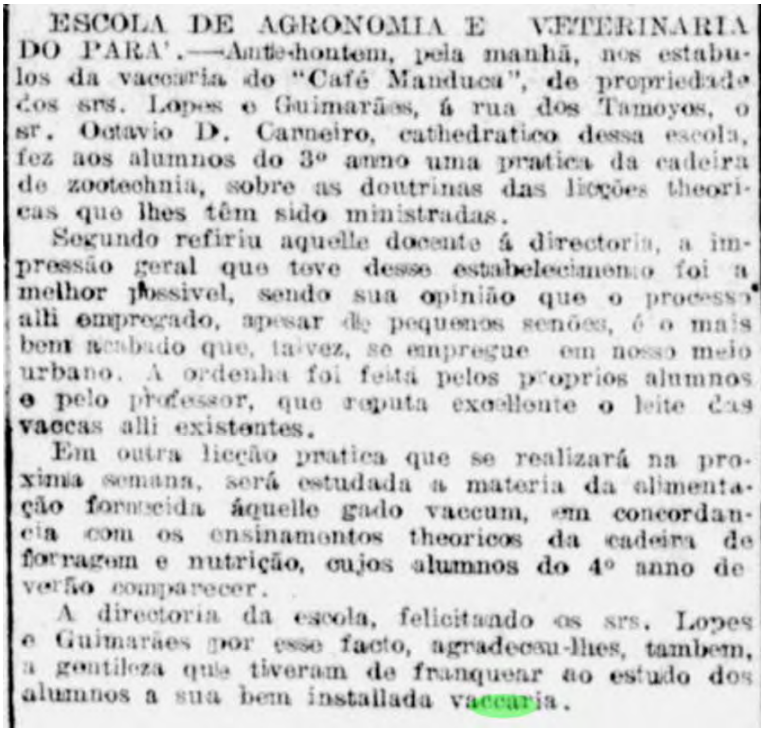
Imagem 02: Recorte do relatório de benfeitorias feitas no Hospital Domingos Freire, em 1904


Dispõe esta construcção de um estabulo para 16 vaccas, enfermaria, deposito de forragens, curral de bezerros, moradia do vaqueiro, e uma área para a extracção do leite.

Fonte: CRL Digital Delivery System.

Porém como vários registros jornalísticos da época apontam, pelos anúncios de venda, as vacarias foram abandonadas por seus primeiros proprietários, com o tempo, e já estavam bastante estigmatizadas com a cultura higienista perpetuada no decorrer do século. E essas estruturas foram sendo percebidas como algo extremamente perigoso, com risco de contaminação pela técnica empregada da extração e armazenagem do leite e foco de miasmas para os habitantes da cidade. Mesmo que em períodos anteriores estas tenham sido pontos de atividade de prática de estudantes de veterinária e zootecnia da universidade da região, como ilustra o texto no recorte da imagem 03.

Imagem 03: Recorte de jornal, relatando a utilização de uma vacaria para estudo técnico.


ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINARIA DO PARA'.—Anteshontem, pela manhã, nos estabulos da vaccaria do "Café Manduca", de propriedade dos srs. Lopes e Guimarães, á rua dos Tamoyos, o sr. Octavio D. Carneiro, cathedratico dessa escola, fez aos alumnos do 3º anno uma pratica da cadeira de zootechnia, sobre as doutrinas das lições theoricas que lhes têm sido ministradas.

Segundo referiu aquelle docente á directoria, a impressão geral que teve desse estabelecimento foi a melhor possivel, sendo sua opinião que o processo alli empregado, apesar de pequenos senões, é o mais bem acabado que, talvez, se empregue em nosso meio urbano. A ordenha foi feita pelos proprios alumnos e pelo professor, que reputa excellente o leite das vaccas alli existentes.

Em outra lição pratica que se realizará na proxima semana, será estudada a materia da alimentação fornecida áquelle gado vaccum, em concordancia com os ensinamentos theoricos da cadeira de forragem e nutrição, cujos alumnos do 4º anno de verão comparecer.

A directoria da escola, felicitando os srs. Lopes e Guimarães por esse facto, agradeceu-lhes, tambem, a gentileza que tiveram de franquear ao estudo dos alumnos a sua bem installada vaccaria.

Fontes: Jornal do Estado do Pará de 1921.

O desaparecimento das vacarias, e de estruturas semelhantes, acredita-se está relacionado com o dinamismo da atividade pecuária leiteira, com alta tecnologia e distanciamento do espaço de produção do consumidor final. Mas segundo Chaves (2016), a política de habitação de Magalhães Barata por volta de 1943, em conjunto com as novas ações de urbanização para Belém, proibiu áreas de criação de vacas na área urbana. Essa política combinou com a evolução das novas abordagens de agricultura para a produção em massa, com a dificuldade no abastecimento da capital, devido ao aumento da população como um todo, principalmente devido ao *boom* da borracha e principalmente

devido ao imbricado processo do capital imobiliário, gerando o esvaziamento das áreas de vacarias. Tornando suas antigas áreas espaços de disputa pelos agentes imobiliários e pela população descendente da ocupação das baixadas, que via nelas única alternativa de moradia.

A questão da alimentação no Plano de urbanização de Jerônimo Cavalcanti

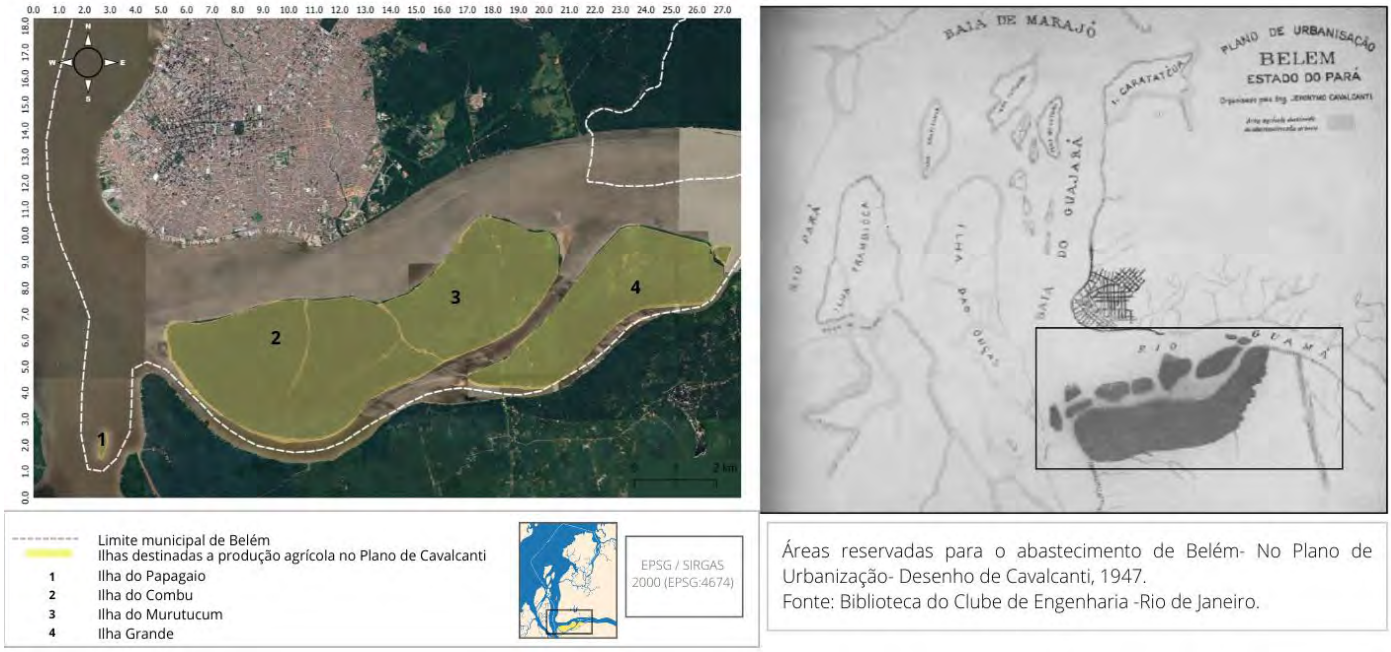
Quando Jerônimo Cavalcanti, em 1940 assumiu a prefeitura de Belém, nomeado por Magalhães Barata, teve como missão a promoção de um plano de urbanização para a cidade, que enfrentava graves problemas de infraestrutura, abastecimento e saneamento (GUEIROS,2021). Antes desse período em meados do século XIX, o abastecimento da capital em grande medida provinha dos interiores, tais como Cametá, Marajó, Óbidos, Bragança e Vigia, a própria capital contava com os gêneros alimentícios de primeira necessidade como carne verde, farinha, peixe seco ou fresco e outros, pois havia produção local, com plantações de cacau, milho, arroz, café, algodão e fumo e essa produção contribuiu no abastecimento da capital e seus arredores, participando também dos produtos que chegavam aos portos, do ver-o-peso, sal e doca (MACÊDO, 2009). (BRUSQUE,1862[4] apud. MACÊDO, 2009). Porém a problemática da disponibilidade de alimentos, se tornou mais expressiva com o ciclo econômico da borracha e o fluxo de pessoas para a capital. E nos tempos de guerras mundiais, a situação se intensificou de modo decisivo.

Para a elaboração de seu plano, no quesito produção e abastecimento alimentar, Cavalcanti mobilizou um levantamento, por agrônomos e especialistas, das terras sem aplicação no entorno de Belém de modo a especificar lhe as vocações e as áreas de produção a fim de formar um cinturão verde em torno da cidade, divididas em pequenas propriedades agrícolas, de modo que cada metro quadrado urbano habitado correspondesse a um metro quadrado agrícola cultivado (CAVALCANTI, 1942, apud. CHAVES, 2016). O Plano foi publicado em versão reduzida em 1944 e completo e definitivo em 1947, respectivamente em um Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia e na Revista Municipal de Engenharia (CHAVES, 2016). O estudo dos especialistas técnicos mobilizados por Cavalcanti identificou as melhores áreas para o cultivo de legumes, frutas e verduras, o objetivo após a identificação dessas áreas era distribuí-las a colonos interessados em produzir seguindo moldes contemporâneos de uma cooperativa agrícola, onde cada colono teria uma pequena propriedade com residência própria da qual seria proprietário dentro de 10 anos, com base na posse do sistema cooperativista (CAVALCANTI, 1942, apud. CHAVES, 2016).

Essas regiões localizadas na porção insular do município, compõem o arquipélago formado por várias ilhas (ver imagem 04), e segundo Cavalcanti (1947, apud. CHAVES, 2016) seriam estas áreas privilegiadas para o abastecimento devido a vantagem do transporte dos produtos, feitos por canoas, com baixo custo do transporte na independência do combustível. Além da criação de legumes, frutas e verduras, a ideia era intercalar essas áreas com pontos de criação de gado, bem como granjas, aproximando o produto aos consumidores, com essa criação de animais, poder-se-iam fazer o uso das fezes destes, criando também usinas, nas proximidades, que beneficiassem o lixo da capital, possibilitando uma fonte de adubo de qualidade significativa e a baixo preço para as pequenas produções agrícolas (CHAVES, 2016).

[4] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará, feito pelo Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de setembro de 1862. Pará: Impresso na Typographia de Frederico Carlos Rhossard.

Imagem 04: Recomposição da localização das áreas que seriam destinadas à produção agrícola para o abastecimento de Belém no Plano de Urbanização de Jerônimo Cavalcanti.



Fonte: CHAVES, 2016. Elaboração dos autores.

A composição do quadro para o abastecimento interno da cidade, teria então cinco pontos principais para serem implementados, onde o primeiro era a concentração de áreas agrícolas, com a plantação e cultivo; o segundo tinha relação com a logística, ligada a proximidade e a facilidade do rio, na forma de transporte tradicional da região, o terceiro ponto concentrava áreas para criação, na produção das carnes, de aves e boi, organizando uma espécie de cintura pastoril, complementando o abastecimento vindo dos interiores; em quarto teria-se o beneficiamento das fezes e do lixo orgânico, produzindo um adubo de baixo custo; e em último a distribuição, o mercado.

Os mercados propostos deveriam ser construídos em toda a malha urbana, a fim de desconcentrar o abastecimento nos antigos mercados no centro da cidade, para o engenheiro era necessário construir uma rede de mercados, onde um indivíduo pudesse encontrar um desses estabelecimentos, num raio de 600 metros de sua residência (CHAVES,2016).

Os planos de Cavalcanti não foram implementados, como um todo, porém suas ideias repercutiram, e anos depois resultaram na instituição da comissão do Plano Diretor, constituída pelos representantes das associações de classe da secretaria municipal, porém pouco foi feito efetivamente na cidade. Na questão do abastecimento, entre 1946 e 1948 houveram construções de vários mercados públicos nos distritos e nas áreas periféricas da cidade, no intuito de aliviar os principais mercados e facilitar a distribuição de alimentos e organizar as feiras informais (CHAVES, 2016). E as estratégias e ações efetivas na capital ocorreram, no sentido do saneamento e da promoção de políticas de habitação.

A questão da alimentação no Plano Diretor da Grande Belém de 1975 e Plano de Estruturação Metropolitana de 1980.

Em 1973 foi instituída a Região Metropolitana de Belém (RMB), formada pelos municípios de Belém e Ananindeua, dois anos depois houve a elaboração do Plano Diretor da Grande Belém (PDGB), de 1975 e em 1980 o Plano de Estruturação Metropolitana (PEM), ambos motivados por determinações federais, que condicionaram o investimento em recursos à construção de conjuntos habitacionais e de obras de infraestrutura (LIMA e RODRIGUES, 2022; CODEM, 1975; GEOTÉCNICA, 1980; LIMA et. al., 2006). O Conteúdo do PDGB se concentrava na estrutura espacial e econômica, no nível de diagnóstico da RMB e em projetos de usos do solo, em leis e projetos urbanos, o PEM tem direcionamento de políticas: para o desenvolvimento urbano; criação de empregos; habitacional; estrutura espacial; e gerenciamento metropolitano (LIMA et. al., 2006).

No PDGB, a questão da agricultura aparece como um dos elementos de estímulo ao desenvolvimento da economia na RMB, denominado de Reforço à produção de Alimentos, com uma preocupação com o abastecimento, que já teria recebido vultuosos investimentos, e necessitava de complementação para o desenvolvimento na produção de hortifrutigranjeiros na área de influência da Central de Abastecimento[5], na preocupação de converter a Central em mero entreposto de produtos importados de outras regiões do país (CODEM, 1975). A ideia era de viabilizar um estudo e implementar um sistema de produção de hortifrutigranjeiros, possibilitando um cinturão verde, que estaria associado diretamente a Central e que implicaria na redução da dependência dos suprimentos externos desses elementos e também incidiria na geração de novos empregos vinculados a setores agrícolas modernos (CODEM, 1975,) esta era a prospecção da ideia.

O serviço de abastecimento alimentar, também é ponto abordado dentro da temática de alimento no PDGB, no sentido que este abastecimento era ofertado, na época, em feiras livres, mercados, armazéns, quitandas e recentemente, naquele período, teria se juntado a estes centros de abastecimentos os supermercados (CODEM, 1975). No levantamento de uso do solo feito para a elaboração do PDGB, verificou-se que os tipos de centros de abastecimento mais importantes eram em primeiro os mercados, em segundo as feiras e por último os supermercados (CODEM, 1975).

Com a CEASA em Belém[6], a distribuição ficou pontual, a empresa cuidou da distribuição aos atacadistas e feirantes e representaria uma garantia de qualidade, no PDGB a intenção era promover melhorias na CEASA Belém, que teria papel de administrar as feiras (CODEM, 1975). A empresa, se tornaria ponto nodal na rede de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros na Amazônia, atuando na distribuição de produtos vindos de 21 estados brasileiros, com um fluxo de produtos de forma direta, na saída da produção com destino a CEASA, e de forma indireta, saindo da produção e passando por entrepostos comerciais, como a Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) (AMARAL; SABINO, 2015).

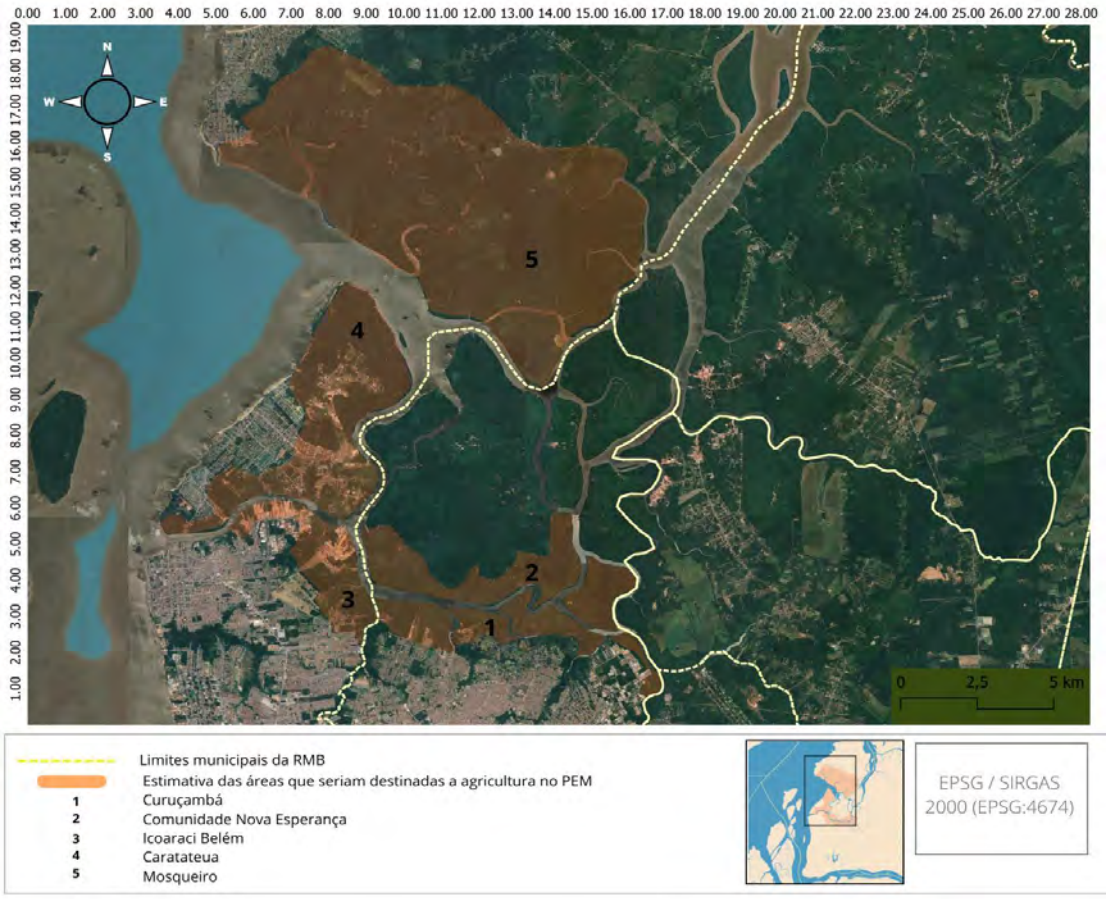
No PEM, havia a previsão da inclusão de áreas de atividades agrícolas, na região metropolitana, fundamentado, de um lado, como suporte a uma demanda suprida naquela época por

[5] Em 1972 pelo Decreto 70.502 de 11/05/72 foi instituído o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, assim foram criadas no país, 21 CEASAS (Centrais de Abastecimento S/A), que eram economia mistas, e se localizavam nas sedes dos municípios, a fim de atender os segmentos da produção e facilitar a comercialização de hortigranjeiros (MOURÃO et. al.,2008).

[6] Em 1975 foi criada a CEASA em Belém (MOURÃO et. al.,2008).

meio de importação de produtos hortifrutigranjeiros, e de outro, como uma forma alternativa de aproveitamento dos recursos naturais para geração de empregos diretos para a população da RMB (GEOTÉCNICA; 1980). Assim como ocorreu para a proposta de Cavalcanti que utilizou estudos para verificar onde havia potencial para produção agrícola, na proposição do PEM para áreas de atividades agrícolas, usou-se os estudos efetuados pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) naquela época, que caracterizou áreas com potencial para desenvolvimento de culturas anuais e perenes, que correspondem a um total de 23.000 hectares, ainda não comprometidos por usos urbanos, destas as selecionadas como viáveis para serem desenvolvidas nos 10 anos seguintes teriam juntas áreas de 8.700 ha, sendo as faixas do solo ao longo do rio Maguari, 800 ha na porção norte da parte continental da região metropolitana, uma parcela da ilha de Caratateua 526 ha, e as reservadas a atividade agrícolas da ilha de Mosqueiro, e ainda as ilhas Sassunema e Sorocaba 736 ha por localizarem-se próximas às áreas de ocupação urbana e integradas às demais áreas produtivas, os distritos industriais (GEOTÉCNICA; 1980).

Imagem 05: Estimativa da localização das áreas que seriam destinadas às atividades agrícolas na RMB no PEM



Fonte: GEOTÉCNICA, 1980. Elaboração dos autores

As diretrizes e medidas para a agricultura, no PEM estavam direcionadas a: integração da Política de Desenvolvimento Agrícola metropolitana com a política global de desenvolvimento agrícola do Estado do Pará; elaboração de termos de referência de projetos executivos para cada área detentora de potencial agrícola imediato; promover a integração entre a produção agrícola e a

produção agroindustrial e/ ou industrial, bem como o crescimento da população, entre o nível de consumo e a oferta de empregos; elaboração de lei de regulamentação do solo agrícola metropolitano, vetando qualquer tipo de edificações ou desmembramentos que não estejam diretamente relacionados com a produção agrícola; estimar a rentabilidade das tecnologias disponíveis para a produção de hortifrutigranjeiros nas áreas selecionadas para desenvolvimento imediato; e dar prioridade à utilização de tecnologias trabalho -intensivas, quer nas áreas de desenvolvimento imediato, médio ou longo prazos (GEOTÉCNICA; 1980).

Esses dois planos PDGB e PEM estimularam a produção de agricultura na RMB, e vincularam a distribuição à CEASA Belém.

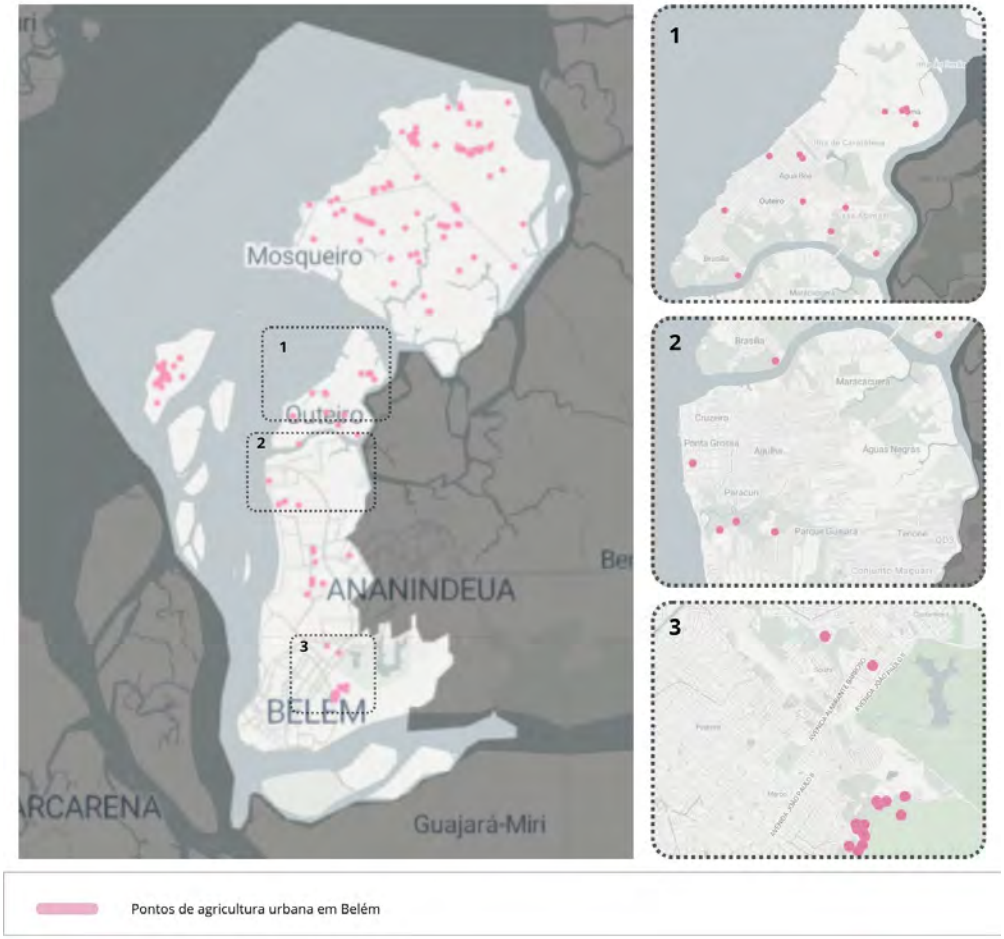
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura urbana e periurbana em Belém, tem relação direta com os sujeitos remanescentes afro/indígenas. Desse modo compreende-se que seus arranjos emergem como um elemento espacial de profundas relações sócio-históricas e culturais. E no desafio imposto pelo crescimento populacional acelerado, a urbanização tende a desvalorizar essas composições. Mesmo com a compreensão firmada pelos planos urbanísticos, sinalizado a importância da manutenção desses arranjos para a segurança alimentar da cidade. A segurança alimentar é uma questão de grande relevância globalmente, e na Amazônia essa temática ganha contornos específicos, dada a singularidade dos ecossistemas e a diversidade cultural dos povos. O plantar e o cultivar são pilares na região, no conhecimento repassado e tradicional.

O cinturão verde, mencionado nos planos não foi assimilado em sua magnitude, seria de grande valia dada às questões de emergências climáticas presentes, o verde foi absorvido, no centro de Belém, em meio ao avanço da especulação, relacionada ao um fenômeno global nas metrópoles e pequenas cidade, as glebas vegetadas foram aglutinadas na dinâmica do capital. No caso das vacarias a interferência da integração rodoviária com o resto do Brasil, com a construção da rodovia Belém-Brasília, interferiu nos espaços de produção artesanal de leite in natura, abrindo caminho para a ampla comercialização do leite industrializado, contribuindo para a mudança de paradigma na região (TRINDADE JR, 1997); (NETO, 2012). Os espaços de baixadas onde essas estruturas também existiam, receberam novos olhares, incentivos de valorização da terra, com grandes obras de macrodrenagem, afastando seus antigos moradores, e disponibilizando terras para o aquecido setor imobiliário, onde se enquadrar as famílias antigas donas das fazendas de vacarias (NETO, 2012).

Os cinturões verdes, de agricultura, teriam benefícios diretos em dois principais pontos, ambiental e social, podendo ser inserido no planejamento urbano como um apoio nas estratégias de preservação do verde e biodiversidade, cobertura vegetal, na melhoria da qualidade do ar, da regulação da temperatura, no favorecimento da infiltração de água no solo, atuando na diminuição do escoamento superficial, reduzindo o risco de enchentes. Os benefícios sociais se concentrariam na promoção de hortas comunitárias, ponto de encontro de moradores, fortalecendo identidades, trocas e sentimento de pertencimento, ainda mais, podem servir como locais educativos, onde seja abordado a origem dos alimentos e a importância da sustentabilidade. O lugar da agricultura urbana em planos urbanísticos de Belém deve embasar políticas públicas que apoiem e incentivem a expansão dos arranjos, garantindo que estes sejam parte integrante do desenvolvimento urbano de cidades amazônicas. Num estímulo a uma promoção de gestão equilibrada.

Imagem 06: Pontos de agricultura Urbana em Belém.



Fonte: agriculturaembelem.escolhas.org. Elaboração dos autores

Atualmente na capital, os arranjos de agricultura urbana e periurbana compõem o sistema alimentar urbano de Belém e região (agriculturaembelem.escolhas.org). Na imagem acima é possível notar uma relação histórica dos locais, que os planos urbanísticos previam como potenciais para o desenvolvimento da agricultura em seus variados tipos. Sua localização distante do centro, demonstra a segregação histórica e a alternativa de resistência dos arranjos, participantes ativos, na produção de alimentos regionais tradicionais. A permanência dessas estruturas, é ponto fundamental no debate da urbanização e natureza, na coexistência equilibrada e manejada do meio. Uma sinalização nesse caminho em Belém, ocorreu em junho de 2023, com a Lei Ordinária que instituiu a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana de Belém, porém muito ainda deve ser feito que garanta a sobrevivência desses arranjos.

Outra compreensão na invisibilidade de agricultura urbana é o imaginário que se tem destas em espaços domésticos, hortas comunitárias sustentadas por uma parcela de pessoas de baixa renda, no entanto a presença de iniciativas altamente capitalizadas, tecnologicamente avançadas e comercialmente sofisticadas é uma tendência emergente, a agricultura urbana já demonstra essa tendência desde 2000, entendida como mercado promissor a setores capitalizados não só pela oportunidade de exploração de nichos, mas também devido ao barateamento dos custos com logística, devido a aproximação com mercados consumidores (PÖLLING et. al., 2016); (KAUFMAN; BAILKEY, 2000); (FOLHES et. al., 2021).

No mais, é urgente a percepção do planejamento urbano amazônico e/ou regional, para a multifuncionalidade dos espaços de agricultura urbana (FOLHES et. al., 2021), nos seus diferentes níveis de tecnologias e estrutura para viabilizar caminhos, Inter e transdisciplinar nas dinâmicas fundiárias, que limitam, no sentido do acesso à terra, a posse do solo, a instabilidade nas contradições das formas de produção do espaço das cidades.

Referências

CARDOSO, A. C. D. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais 28.3, p.57-87.2021

_____.; NETO, R. dá S. V. A evolução urbana de Belém: Trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. Cadernos Metrópole, V.15, n.29, p.55-75,2013.

CAVALCANTI, J. A geografia urbana e sua influência sobre o urbanismo superficial e subterrâneo. Revista Brasileira de Engenharia, nº39, p.11-12, p.5-17, 1942.

_____. Plano de Urbanização de Belém, Capital do Pará. Revista Municipal de Engenharia. v.: XIV, Ed: 01, Rio de Janeiro, 1947.

CHAVES, T. A. P. de V. O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940. Tese. PPHIST-UFPA, 2016.

CODEM- Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, BNH- Banco Nacional de Habitação e DS- Desenvolvimento e Sistemas. Plano de Desenvolvimento da Grande Belém-PDGB. Belém, CODEM/BNH/DS. 1975.

FOLHES, R. T.; et. al. Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa. Novos Cadernos (NAEA), v.24, n. 2, p. 241-267, 2021.

GEOTÉCNICA Consultores; CODEM- Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém e SEPLAN- Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Pará. Planos Diretores para Áreas Urbanas de Belém. 1980.

BAHIA, M. C. et al. O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará. 2012.

BOBROWSKI, R.; et. al. "Composição de canteiros na arborização de ruas de Curitiba (PR)." Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana 4.2, p.44-61, 2009.

GUEIROS, H. O prefeito que as mangueiras de Belém derrubaram. Bacananews.com.br, 2011. Disponível em:[https://bacananews.com.br/o-prefeito-que-as-mangueiras-de-belem-derrubaram-por-heber-gueiros/]

KAUFMAN, J.; BAILKEY, M. Framing inside cities: entrepreneurial urban agriculture in the United States. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy Opitz, 2000.

INGOLD, T. The Perception of the Environment: Essay in Livelihood, Dwelling and Skill. London: routledge, 2021.

LIMA, S. A. L. de; NETO, A. C. Império do samba quem são eles: marco de resistência cultural no bairro do Umarizal. Revista ibero-americana de humanidades, ciências e Educação, v. 7, n. 12, São Paulo, 2021.

LIMA, J. J. F.; RODRIGUES, R. M. A institucionalidade da RMB e suas contradições, um debate em torno do direito à cidade e o planejamento metropolitano, o impacto dos projetos urbanos e intervenções na RMB. In: Reforma Urbana e Direito à cidade- Belém. v.8, p. 21, 2022.

_____ et. al. Impasses e desafios na gestão da Região Metropolitana de Belém. Cadernos metrópole, n. 14, p. 103-126, 2005.

LOPES, R. J. 1499: o Brasil antes de Cabral. HarperCollins Brasil, 2017.

MACÊDO, S. da C. F de. Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). Dissertação. IFCH-PPHSA-UFPA,2009.

MELO, P. M. C. de O.; et. al. Dinâmicas de conhecimento e uso de plantas medicinais em um assentamento rural de Belém do Pará-PA. Rodriguésia, v. 72, p. e00662018, 2021.

MOURÃO, L. O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980), "A luta pela terra de morar ou de especular". Dissertação. Curso internacional de mestrado e de planejamento do desenvolvimento (PLADES). N. A. E. A. Ufpa. 1987.

NETO, R. da S. V. Circuito Imobiliário e a Cidade. O espaço intra-urbano de Belém entre alianças de classes e dinâmicas de acumulação. Dissertação. PPGAU-UFPA. Belém, 2012.

PENTEADO, A. R. Belém- Estudo de Geografia Urbana. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

PÖLLING, B. et. al. Professional urban agriculture and its characteristic business models in Metropolis Ruhr, Germany. Land Use Policy, [s.l], v. 58, p. 366-379,2016.

POLANYI, K. A grande transformação. [1944] 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.

RODRIGUES, V. N. R. Memórias da Belém de antigamente: Espaço sócio cultural da cidade. Artigo. Anais do evento XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2010.

TRINDADE JR., S. C. A cidade Dispersa: Os novos Espaços de Assentamento em Belém e a Reestruturação Metropolitana. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFCH/USP, São Paulo, 1998.

WANDSCHEE, E. Al. R.; MEDEIROS, R. M. V. "Agricultura urbana em Belém do Pará: atividade produtiva, dinâmicas socioeconômicas e organização espacial." Geo Uerj 1.23, p. 192-222, 2012.

Gt 02 - Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

UMA FOTOETNOGRAFIA DOS IGARAPÉS E RIOS NA CIDADE DE BELÉM/PA

Mayara Feitosa Teodoro[1] (UFPA),
Ignacio Gabriel San Martin Araya[2] (UFPA)
Beatriz da Silva Vasques[3] (UFPA)

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta fazer uma fotoetnografia dos igarapés e rios presentes dentro da cidade de Belém. Para isso realizaremos uma breve contextualização histórica da fotografia na antropologia, por conseguinte, por meio da discussão teórico metodológica de autores que tratam da importância da fotoetnografia como linguagem difusora do saber para diversos públicos por meio da arte e criatividade, além de construir memórias acerca de problemáticas e/ou situações do rio Tucunduba, caracterizando a este desde uma revisão bibliográfica interdisciplinar.

Palavras-chaves: Belém do Pará, Igarapé, Fotoetnografia, Saneamento, Cidade.

Introdução

A antropologia e a fotografia/cinema possuem uma participação em comum no processo da observação científica no século XIX, momento que marca a mixagem dessas duas áreas que possuem como fundamento a visibilidade da vida social (Ribeiro, 2005, p. 615). Conforme Milton Gurhan (1995), nesse período histórico a fotografia retratava os costumes e a vida cotidiana dos povos, característica comum dos primeiros etnógrafos. Nesse sentido, o objeto de ambos se concentrava em sociedades distintas do pesquisador, a exemplo disso, William Rivers, Morgan e Bronisław Malinowski foram um dos antropólogos que utilizavam as fotografias em suas investigações em meados de 1914, eles investigavam em sociedades com costumes, localização geográfica, distintos das suas.

Andressa Soilo (2012, p. 76), no artigo "A arte da fotografia na Antropologia: o uso de imagens como instrumentos de Pesquisa Social", mostra que a espontaneidade nas fotografias começou a ser vista com mais frequência a partir da década de 1930, isso facilitou a representação e interpretação da experiência de mundo dos sujeitos. Para Gurhan (1995), o fotógrafo se consolidou como autor na medida em que se encontrava livre da boa vontade de posse de seu objeto.

A difusão da fotografia, possibilitou a perpetuação da imagem como uma necessidade de ordem psicológica. Ainda na segunda metade do século XIX, tornou-se moda o oferecimento de

[1] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA/UFPA, Brasil. Email: mftems@gmail.com

[2] Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA/UFPA, Brasil. Email: i.sanmartin.araya@gmail.com

[3] Graduanda em Ciências Sociais, UFPA, Brasil. Email: beatrizvasques65@gmail.com

pequenas fotos individuais a amigos e parentes no Brasil (Maya, 2008). Kossoy (2001), aponta que a *civilização da imagem*, já era demonstrada por meio da impressão, de seus cartões postais e publicações ilustradas.

Dessa forma, Ligia Simonian (2006, p. 6) aponta como as propostas racista do século XIX dentro do meio científico usaram a fotografia como método para consolidação e defesa de seus pensamentos eugenistas. Diversas imagens foram difundidas dentro da produção científica com a intenção de mostrar supostas anormalidades na evolução humana para defender a ideia de que certas raças são mais evoluídas e outras não, bem como para dar vida à teorias higienistas, como a do branqueamento com o intuito de mostrar que com a política de migração, iria tornar o Brasil "mais puro" em três gerações, que é o caso da pintura "A redenção de Cam[4]", quer dizer, a obra propõe a ideia que em três gerações a população brasileira deixaria de ser negra/indígena.

Figura 1: Pintura a óleo realizada pelo pintor espanhol Modesto Brocos em 1895. Brocos finalizou essa obra enquanto ensinava na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro.



Fonte: Schwarcz, 1993.

Entre 1935 e 1939, Lévi-Strauss ao realizar seu trabalho de campo no Brasil, fez cerca de três mil fotografias durante suas pesquisas, dando resultado na publicação de 64 dessas imagens em seu livro Tristes Trópicos de 1955. Somente em 1994, as três mil fotos foram disponíveis em seu livro Saudades do Brasil. Para Lévi-Strauss, a fotografia é uma forma simples de coleta de documentos (Achutti, p. 7, 2013).

Ao contrário de Lévi-Strauss, John Collier - com sua contribuição: *documentary photographydos* anos 30 nos Estados Unidos - e Pierre Verger - por meio da sistematização

[4] Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

metodológica da fotografia iniciaram pela fotografia e só depois se incluíam no meio acadêmico como antropólogos. Aqui nota-se uma virada, com Lévi-Strauss vemos a fotografia à serviço da antropologia e com John Collier, a antropologia dialogando com as fotografias como técnica na perspectiva da pesquisa antropológica (Achutti, 2013).

As ciências humanas possuem uma forte tradição escrita, em particular nas ciências sociais, a antropologia. O que torna a utilização das artes digitais pouco usadas nessa forma de produção de conhecimento, e, em muitos casos, a fotografia aparece como elemento secundário da investigação (Achutti, 2013). Tanto José Ribeiro (2005) como Fabiene Gama (2020, p. 191), chamam atenção pelo fato de existir um certo caráter conservador das instituições e pouca abertura à sociedade e à inovação. Nesse sentido, as tecnologias digitais poderiam abrir brechas e romper com a ideia de uma ciência objetiva, pela fotografia ser um tipo de conhecimento produzido por meio de um corpo que se movimenta e se esbarra com diferentes ambientes, realidades, sujeitos, objetos e emoções e/ou por conta de seus elementos simbólicos.

O uso da fotografia na antropologia permite retratar experiências do mundo de maneira sensível e detalhada como as comunicações não verbais, os não ditos que envolvem expressões de sentimentos, sistemas de atitudes, mudanças sociais, padrões de comportamento, identidades (Bittencourt, 1998). Além disso, as fotografias evidenciam estilos de vida diversos, gestos e ritos, além de preservar memórias e aprofundarem a compreensão da cultura material e suas transformações ao longo do tempo. Para Bittencourt (1998), deve-se considerar o processo imagético e a atribuição de significados produzidos pelos atores sociais ao se usar a imagem na pesquisa de campo.

Etienne Samain (1995, p. 26), evidencia que se deve haver uma preocupação sobre o que vem a significar o encontro e a mistura de práticas cognitivas e comunicacionais seculares, como a visualidade, oralidade e escrita com o som, a fotografia, o cinema, o vídeo e informática que são tecnologias mais contemporâneas, ambos servem tanto para a fundação como a prática de uma antropologia visual. Fabiene Gama (2020, p. 19-20), também chama atenção para o uso de metodologias que exprimem a subjetividade do sujeito, essas além de dar corpo à pesquisa etnográfica, rompe com o pensamento positivista de produzir conhecimento, uma vez que a fotografia permite expor partes de fenômenos culturais que são vividos, mas não costumam ser ditos.

José da Silva Ribeiro (2005, p. 616), retrata que os limites da antropologia visual que se dão por meio de três fatores: 1) dependência econômica – com a necessidade de grandes investimentos em maquinaria; 2) os constrangimentos técnicos – só a partir dos anos de 1960 que o registro de som e de planos de longa duração foram possíveis; 3) a dificuldade de trabalho com os filmes sem o recurso a pesados equipamentos (moviola) e a conseqüente separação da escrita como corrente dominante da produção científica em antropologia (Ribeiro, 2005, p. 616). Somente com o advento da era digital

do DV que o investigador começou de fato a ter mais autonomia sobre o uso das imagens, e assim, realizar filmes e documentos visuais digitais.

Em Belém, a importância do uso da fotografia na ciência foi apontada por Emílio Goeldi (1898-1897) em um relatório anual para o governador do Pará, no qual ele aponta que a ciência e a arte podem auxiliar em uma fiel representação gráfica dos objetos a serem estudados (Simonian, 2006, p. 7). Goeldi (Simonian, 2006), então, definiu a fotografia como a possibilidade de comprovar evidências produzidas na pesquisa de campo, e assim, a necessidade de haver uma oficina fotográfica para a produção das fotografias. Ligia Simonian (2006), destaca que após esse relatório foi realizada a instalação de um laboratório fotográfico que permitiu a realização de um curso específico para o uso dos equipamentos e da associação arte e ciência.

Antropólogos podem usar as tecnologias digitais e os computadores como ferramentas poderosas para a apresentação de resultados de investigação, no qual a mídia se apresenta como um lugar de convergência com teorias e paradigmas de investigação tornando possível realizar uma amostra multissensorial com imagens, sons e escrita, e, fazer o relacionamento dessas mídias com a interpretação do olhar do pesquisador (Ribeiro, 2005, p. 619). Além de apresentar vozes e perspectivas distintas e o uso criativo no processo de aprendizagem gerando produtos culturais que podem ser acessados e compreendidos para um grande público distinto.

A fotoetnografia

A fotoetnografia nasce como uma ferramenta no campo da antropologia graças aos aportes de Emmanuel Garrigues (1991), Michael Young (1998) e Etienne Samain (1995), que espalharam seu uso à toda uma geração que continuou com a utilização da fotografia como prática etnográfica (Achutti, p. 9, 2013). Luiz Eduardo Achutti (2013, p. 11) aponta que a narrativa fotoetnográfica precisa se apresentar na série de fotos que estejam relacionadas entre si e componham uma sequência de informações visuais. Ou seja, uma série de fotografias que permitem oferecer apenas ao olhar, sem textos intercalados que dificultam a atenção do leitor/expectador.

Figuras 2: Série de imagens que representam uma narrativa fotoetnográfica



Fonte: Autores, pesquisa de campo: Agosto/2022

Quando a/o antropóloga/o trás o texto e as imagens, ele faz uma justaposição de narrativas, sendo o ideal que essas sejam trabalhadas separadamente, conservando dessa forma o potencial de cada uma. Para Achutti (2013, p. 11), trata-se de escrituras diferentes que devem ser então oferecidas e abordadas de maneiras diferentes.

À exemplo do uso de imagens na Amazônia e sua difusão, Simonian (2006, p. 4) informa que a série de filmes *The decade of destruction* popularizou as imagens da Amazônia pelo mundo, revelando cenários de violência contra os povos originários, destruição e diversas queimadas ao longo da floresta tropical. Contrastes imagéticos é uma metodologia desenvolvida por Deshayes em 1992, no qual, confronta um grupo com as imagens de outros, experiência que realizou com indígenas da Amazônia (Simonian, 2006).

Simonian (2006, p. 4, 6) evidencia que nas últimas décadas as populações tradicionais estão sendo consumidoras e /ou produzindo imagens - filmes e vídeos. No Brasil, o Projeto Vídeo nas Aldeias visa o treinamento de povos indígenas para a produção de vídeos, com foco em tornar alguns indígenas produtores no audiovisual. Em Belém, a produtora Negritar produções, atua em comunidades quilombolas e em áreas periféricas de Belém realizando o mesmo trabalho, dando visibilidade e protagonismo a essas populações diversas vezes silenciadas.

Sobre o Tucunduba

Assim como outras cidades do Brasil, Belém, a história da cidade está ligada às explorações realizadas pelos europeus, principalmente durante o período de "modernização", durante o Ciclo da Borracha no século XIX e o período áureo da borracha no século XX, momento em que recebeu imigrantes europeus e se tornou conhecida como a "Paris Tropical" e a "Francesinha do Norte". Nesse sentido, Belém passou por significativas intervenções urbanas, o que levou a uma alteração em sua infraestrutura, materializando um urbanismo intervencionista estético higienista. Assim, conforme Juliano Pontes (2015), em seu artigo "Belém do Pará: cidade e água", as dos rios assumem múltiplos papéis nessa nova cidade, além de ser um recurso econômico, ela também se tornou um veículo para dejetos, matérias e mercadorias.

A água desempenha funções de limpeza, diluição e reações químicas. A urbanização acelerada gerou sistemas de abastecimento e captação de água, mas também resultou em rejeitos. O curso d'água, antes um rio, agora é um canal utilizado para limpeza e escoamento. As redes de abastecimento, embora implantadas desde o século XIX, ainda não atendem completamente às necessidades de saneamento da cidade. Essa "água técnica" reflete uma lógica em que o rejeito se assemelha à navegação na forma como abordamos a água na cidade e na região (Ponte, 2015).

Na década de 70, a população que foi "expulsa" das áreas centrais de Belém e remanejada para as áreas periféricas da cidade enfrentou condições habitacionais precárias. Esse crescimento urbano se deu por meio de habitações irregulares, tanto no centro histórico, e, principalmente em locais considerados periféricos, que estão localizadas principalmente em regiões muito próximas a rios e igarapés que passam por dentro da cidade. De acordo com Sandra Cruz (2012, p. 173):

> Sarges (2002) explica que Belém, no período oitocentista, passou por processos de reformas urbanas na gestão do Intendente Municipal Antônio Lemos, que criou Código de Posturas, relacionado à vida social, para serem criados novos mecanismos para padronizar a cidade, ou seja, reformar, de maneira europeizada, adquirindo e transformando o seu espaço urbano de maneira disciplinada e ordenada. Mas, para fluir essa estratégia, Lemos, apesar de estar voraz em modificar a cidade, transformando-a num local de atração, teve que reprojetá-la segundo critérios elitistas, estabelecendo estratégias de modernização. Uma delas era expulsar os moradores de classes menos abastadas, que no seu imaginário enfeavam a cidade e não acompanhavam esse processo urbanístico (Cruz, 2012, p. 173).

Conforme Juliano Pontes (2015, p. 42), até o século XVII, Belém era uma cidade pequena com poucos habitantes, no qual, era composta por duas regiões, "a Cidade e a Campina, separados por um rio e um pântano, o *Alagadiço do Piri* que foi drenado no início do século XIX", ou seja, a cidade aproveitou as águas para produção do solo, através do acrescido de terras e da ocupação do território artificializado e drenado.

No período da borracha, quando na região de Belém foram implementados Grandes Projetos na Amazônia, além dos imigrantes, no bairro do Guamá houve um número alto de pessoas que estavam migrando de outras cidades pequenas para Belém. Ainda conforme Sandra Cruz (2012), pelo fato de os espaços no centro não serem considerados adequados para as pessoas que vinham do interior, essas passaram a viver em zonas que estavam em fase de crescimento, que é o caso do bairro Guamá, local que sequer tinham condições adequadas de saneamento, tampouco documentos que comprovassem a titularidade das terras.

Como o caso de parte do bairro do Jurunas e de casas ao longo da Av. Bernardo Saião, em que estão localizadas em locais conhecidos como palafitas, ou seja, casas construídas áreas alagadas, em geral, a maioria não possui atendimento de saneamento básico, rede de esgoto, água tratada, quando há coleta de lixo, é feito poucas vezes por semana, o que torna comum encontrar lixo em volta e/ou dentro dos igarapés, canais e rios. Esses problemas influenciam na saúde das pessoas que ali vivem e do meio ambiente em volta, impossibilitando qualidade de vida eficiente dos moradores (Rodrigues, 2013, p. 5).

Infelizmente, essa situação persiste na atualidade, e não há ideia de quando esse problema será resolvido, a falta infraestrutura adequada para habitar. É crucial enfatizar a conexão entre

políticas públicas e a urgência na resolução das questões socioambientais em diferentes locais como na bacia hidrográfica do Tucunduba, bem como os outros igarapés em forma de canais presentes na cidade de Belém. Ações efetivas são necessárias para melhorar a vida dessas comunidades e promover um ambiente mais saudável e sustentável.

Conforme Rodrigues (2013), a cidade de Belém ocupa a 96ª posição no ranking de tratamento de esgoto (Trata Brasil, 2022, p. 102) distribui água para 73% da população e trata somente 3,61% da água distribuída, já o indicador de Atendimento Urbano de Esgoto diz respeito somente à 17% da população, conforme o Trata Brasil Belém está entre as 20 cidades com pior desempenho em ambas as categorias: água e esgoto (Trata Brasil, 2022, p. 104).

Os igarapés de Belém foram convertidos em canais retificados, transformando também o curso da água, modificando a morfologia da cidade (Silva et al, 2015). A falta de empregos e oportunidade das cidades com menos investimento obrigam muitas pessoas a migrarem para cidades grandes, causando o crescimento populacional e em muitos casos inchaço populacional, o crescimento desordenado sem políticas públicas adequadas acarreta diversos problemas na cidade: moradia inadequadas, falta de esgotamento sanitário e água tratada, transporte coletivo lento e sem qualidade.

De acordo com Sandra Cruz (2012, p. 152), na década de 1980, o projeto Tucunduba começou a fazer parte do projeto pró-sanear, e nos anos 90, passou a ser comtemplado pelo programa Habitar Brasil – BID, já em 1997, passou a integrar o programa municipal: "Gestão dos Rios Urbanos: Belém cidade dos rios", que objetivava recuperar as áreas degradadas das áreas verdes localizadas, principalmente, nos bairros do Terra Firme, Marco e Guamá, bem como, garantir a sustentabilidade econômica da população local.

Conforme Ramos (2002), o início da história do bairro do Guamá está ligado a área do Igarapé Tucunduba, pois antes mesmo da ocupação europeia, as margens do Igarapé podem ter sido ocupadas por grupos indígenas existentes na área. Em sua pesquisa, Sandra Cruz (2012, p. 172), mostra que antes da ocupação das terras do bairro, a região era formada por riachos, rios, açaizais, mas que foram sendo invadidos e destruídos.

A bacia hidrográfica do Tucunduba abrange 11 canais, localizados em diversos bairros, principalmente na periferia, baixadas e áreas de assentamentos precários, como os bairros do Marco, Montese e Guamá, conforme afirmado por França (2013). Esses canais desempenham um papel crucial na drenagem e no escoamento de água na região, mas também estão sujeitos a problemas como poluição, assoreamento e transbordamentos, especialmente durante períodos de chuvas intensas. O gerenciamento adequado desses recursos hídricos é fundamental para mitigar os

impactos negativos e garantir a qualidade de vida das comunidades que dependem da bacia do Tucunduba.

Continuando no baixo curso, não muito distante do bairro Montese, o igarapé do Tucunduba atravessa a cidade universitária José da Silveira Netto, no bairro do Guamá, e desemboca no rio Guamá. A enorme diferença entre esses dois pontos é o planejamento urbano. A cidade universitária é planejada, com densa vegetação, arruamento com asfalto, bosques e sistema de drenagem (Sousa Leal et al, 2022).

A Bacia do Tucunduba apresentou os seguintes valores referentes a cada classe de uso do solo: 67,67 % para edificações (horizontais, verticais e especiais),19,43 % para cobertura vegetal, 1% para corpos hídricos (canais urbanos) e 11,90 % para vias (pavimentadas e não pavimentadas). Na bacia do Tucunduba, as áreas edificadas ocupam 7.993.949 m², o que equivale a 67,67% da área da bacia, ou seja, mais da metade dela. Nessa classe apresentam-se ainda três subclasses, são elas: áreas horizontais, áreas verticais e áreas especiais. As áreas edificadas horizontais ocupam 6.147.541 m², equivalentes a 76,9 % da área total edificada, predominando nessa classe os bairros do Montese e Guamá, que encontram-se em até 4 m de altitude.

No entanto, conforme Laís de Andrade e Luziane Luz (2014), parte dos bairros de Canudos e São Braz, que apresentam predominantemente edificações horizontais, estão localizados em áreas com altitude mais elevada, em unidades 472 de relevo caracterizadas como vertente (5 a 8 metros) e terraço (9 a 12 metros). As áreas edificadas verticais ocupam 19.127 m², equivalentes a 0,25 % da área total edificada, características dos bairros do Marco e São Braz. A porção da bacia ocupada por edificações verticais pontuais está sobre as unidades de terraço e topo do terraço da bacia, caracterizada pela porção mais alta da mesma, variando de 12 metros (terraço) a 16 metros (topo do terraço).

Já as áreas edificadas especiais ocupam 1.827.281 m², equivalentes a 22,85 % da área total edificada, representada pelo bairro Universitário. As áreas especiais variam desde área de planície, como é o caso da UFPA, até os terrenos com altitudes mais elevadas, onde se encontram, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), caracterizados como terraço e topo do terraço, com altitudes variando entre entre 9 e 12 metros (terraço) e 13 a 16 metros (topo do terraço) (de Andrade e Luz, 2014).

Figuras 3: Fotos sobre o Tucunduba no bairro Guamá. Palafitas sobre o Rio Tucunduba em Belém.



Fonte: Autores, pesquisa de campo, julho de 2023

O adensamento urbano na bacia do Tucunduba levou a alterações como retificação, canalização e aterramento que provocam modificações nos processos geomorfológicos a partir da alteração de etapas do ciclo hidrológico, como a infiltração e o escoamento superficial. As modificações geradas pela urbanização, como impermeabilização das vertentes do setor norte da bacia, aterramento nas áreas mais baixas levam a alagamentos constantes no período chuvoso em toda a área da bacia ocupada por canais, levando dezenas de pessoas a conviver com transbordamentos diários, permanência de água estagnada, entre outras condições que geram graves problemas de risco social e ambiental (Sousa Leal et al, 2022).

O desenvolvimento do setor imobiliário na região Metropolitana de Belém, presente em pontos específicos da bacia, em especial em sua porção Norte, representada pela unidade de terraço e topo do terraço, no bairro do Marco; a retirada da cobertura vegetal a fim de adquirir mais espaços de ocupação e sua influência na dinâmica hídrica da bacia, em especial na alteração do processo de escoamento superficial (run- off); a canalização e aterramento dos cursos dos rios da bacia, tornando-os eminentemente urbanos, modificando seus processos naturais que são agravados por sua localização basicamente na área de planície da bacia, com altitudes baixíssimas.

A pavimentação e consequente impermeabilização das vias no decorrer da bacia, em suas diversas unidades de relevo, alterando profundamente os processos de infiltração e escoamento superficial; enfim, todas as formas de uso do solo identificados na bacia do Tucunduba, relacionadas às formas de relevo locais possuem sua parcela de contribuição às condições em que a área se encontra, alterando consequentemente as condições socioeconômicas da população que ali reside, já que a geomorfologia colabora não apenas ao conhecimento físico do local, mas o relaciona com os aspectos socioeconômicos, o que realmente garante seu caráter multidisciplinar (Sousa Leal et al, 2022).

O uso do solo reflete na cobertura vegetal, que é praticamente inexistente, e trata-se de uma categoria de extrema importância pelas suas contribuições positivas e negativas, com relação à proteção do solo ou o seu desgaste. O solo, por se tratar de uma bacia urbanizada, apresenta baixa permeabilidade, causando assim, impermeabilização do leito do rio e utilização do igarapé como receptor de esgoto sem tratamento. Nota-se, também, certa dinâmica na paisagem em relação ao alto curso

A segregação espacial na região da bacia se iniciou como forma de manter fora das áreas centrais da cidade os acometidos por males infecciosos como a hanseníase e a varíola, mas, se tornou alternativa para a expansão da malha urbana do município, principalmente, para as camadas mais pobres da população que eram 'empurradas' das regiões mais elevadas e valorizadas da cidade para as áreas de cotas mais baixas, como as planícies aluviais holocênicas, entre elas a do Tucunduba (Silva et al. 2017, p. 15).

O Plano Diretor de Belém, que existe desde a década de 1990, destaca a importância dos espaços de lazer na política de planejamento sustentável da cidade. As Diretrizes da Política Ambiental do Município destacaram o propósito de preservar, conservar, recuperar e melhorar o meio ambiente natural, artificial e de trabalho, levando em consideração as peculiaridades locais em harmonia com o desenvolvimento econômico, com vistas a garantir a qualidade ambiental propícia à vida (Belém, 1993, p. 1). Outra realidade se vive nos bairros onde a bacia do Tucunduba está inserida, já que a ineficiência da gestão pública e a precária educação ambiental sanitária torna difícil o uso e cuidado de áreas públicas, ajudando assim o nascimento de lixeiras públicas ilegais, por conta da falta de aceso a lugares de despejo de resíduos.

Figura 4,5 e 6: Canais localizado na área do antigo alagado do Piri no bairro Cremação





Fonte: Autores, pesquisa de campo, junho/2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo que envolve a subjetividade dos pesquisadores, esse ensaio mostrou a partir de uma posição ético política um problema que afeta a cidade de Belém, a falta de saneamento básico adequada e o crescimento irregular sem a políticas públicas efetivas para se pensar o crescimento da cidade, com a falta de coleta de lixo regular em regiões em torno de igarapés transformados em canais e do Rio Tucunduba que atravessa quase toda a cidade de Belém. Dificulta que moradores dessas regiões, em sua maioria consideradas periféricas e perigosas não possuam qualidade de vida, uma vez que durante fortes chuvas causem sérios alagamentos, devolvendo os lixos não coletados para as ruas.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz. **Entrevista com professor Alexandre.** 2015 Disponível em: http://grupovisagem.org/revista/edicao_v1_n1/entrevista/luiz_eduardo_robinson_achutti.html

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotos e palavras, do campo aos livros. **Studium**, n. 12, p. 5-16, 2003.

BELÉM. **Plano diretor urbano do Município de Belém**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1993. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/1993/764/7644/lei-ordinaria-n-7644-1993-da-nova-redacao-a-dispositivos-vetados-na-lei-7603-de-13-01-93-que-dispoe-sobre-o-plano-diretor-e-da-outras-providencias

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN -BIANCO, Bela; LEITE Míriam L. Moreira (orgs.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.**

COWELL, Adrian et al. **The decade of destruction**. New York: Hodder & Stoughton Ltd., 1990.

DESHAYES, P. Demain, l cinéma etnographique? CinémAction, Paris, n. 64, p. 198-200, 1992. **Campinas: Papirus**, p. 197-212, 1998.

DE ANDRADE CRISTO[1], Laís; LUZ, Luziane Mesquita. **Morfologia e uso do solo na Bacia Urbana do Tucunduba, Belém/PA**. Revista Brasileira de Geografia Física, 2014, 7.03: 466-475.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.

GARRIGUES, Emmanuel. L'écriture photographique: essai de sociologie visuelle. **L'écriture photographique**, p. 1-240, 2000.
HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 209 -219, jul./set. 1995. **Entrevista com Milton Gurhan.**

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAYA, Eduardo Ewald. Nos passos da história: o surgimento da fotografia na civilização da imagem. **Discursos fotográficos**, v. 4, n. 5, p. 103-129, 2008.

PIAULT, Marc-Henri. **Anthropologie et cinéma: passage à l'image, passage par l'image**. Nathan, 2000.

PONTE, J. P. X.. (2015). **Belém do Pará: cidade e água. Cadernos** Metrópole, 17(33), 41–60. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3302

RAMOS, José Messiano Trindade**. Entre dois tempos**. Um estudo sobre o Bairro do Guamá, a Escola Frei Daniel e seu Patrono. Belém: [s.n.], 2002.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. **Revista de Antropologia**, v. 48, p. 613-648, 2005.

RODRIGUES, Roberta Menezes et al. ST4-825 Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. **Anais ENANPUR**, v. 15, n. 1, 2013.

SAMAIN, Etienne. Ver" e "dizer" na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes antropológicos**, v. 1, n. 2, p. 23-60, 1995.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia (Paper 196). **Papers do NAEA**, v. 15, n. 1, 2006.

SILVA, Kleber Roberto Matos da. 2004. **A Implantação de Obras Civis e de Saneamento na Bacia do Una, em Belém do Pará, e as Condicionantes Relacionadas às Características Geológicas e Geotécnicas**. Tese (Mestrado em Engenharia Civil). Belém: Programa de Pós- 17 Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará.

SOILO, Andressa Nunes. A arte da fotografia na Antropologia: o uso de imagens como instrumentos de Pesquisa Social. **Revista Habitus**, v. 10, n. 2, 2012.

SOUSA LEAL, Marcos Vinícius; DAVID RAMOS, Ana Caroline. A bacia hidrográfica urbana do Tucunduba: impactos no uso e ocupação do solo em Belém, Pará. Sustentabilidade: Diálogos Interdisciplinares, [S. l.], v. 3, p. 1–11, 2022. DOI: 10.24220/2675-7885v3e2022a5538. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/sustentabilidade/article/view/5538. TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento - Instituto Trata Brasil, 2022**. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/pt/estudos/ranking-do-saneamento/itb/ranking-do-saneamento-2022

YOUNG, Michael W.; MALINOWSKI, Bronislaw. **Malinowski's Kiriwina: fieldwork photography 1915-1918**. University of Chicago Press, 1998.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americano.

AUTOCONSTRUÇÃO DA CASA AMAZÔNICA: A CIDADE FLUTUANTE DO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM.

Rafael Magalhães Barros[1] (UFPR)
Cristina de Araújo Limar[2] (UFPR)
Luiz Belmiro Teixeira[3] (UFPR)

RESUMO: O presente artigo aborda o surgimento da cidade flutuante de Manaus durante o período do pós-ciclo da borracha (1920-1967), explorando os aspectos que influenciaram seu surgimento, discutindo a prática de autoconstrução da casa, que permitiu que a população trabalhadora resolvesse o problema da habitação que foi ignorado pelo Estado. A casa flutuante é resultado direto da relação do morador com o meio que o cerca, utilizando técnicas que utilizam saber tradicional para a autoconstrução, ao passo que essa prática evidencia um espaço urbano mercantilizado que nega o acesso as camadas mais populares da sociedade, consolidando a exclusão socioespacial e a espoliação urbana. A soma das extorsões vividas pela população da cidade flutuante, foi invisibilizada, contudo é discutida por diversos autores, ante as condições de subcidadania ao qual estavam condicionadas, sem qualquer assistência do Estado e acesso aos equipamentos e serviços urbanos. O conteúdo do texto se articula com material de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, utilizando a revisão bibliográfica e documental no tema da autoconstrução da moradia segundo autores como Ermínia Maricato, Aziz Ab'Saber, Bertha Becker, Lúcio Kowarick, Celso Serra e Wilson Cruz, devido suas contribuições acadêmicas explicarem detalhes da dinâmica socioeconômica da cidade flutuante. O estudo em andamento conta com a experiência do autor principal como cidadão amazônico e morador da cidade de Manaus e vivência com a dinâmica urbano-fluvial das casas flutuantes.

Palavras-chave: cidade flutuante; autoconstrução da casa; urbano fluvial; moradia de baixo custo; mercantilização da função residencial.

INTRODUÇÃO

A conquista da moradia é um desafio e, sem amparo das políticas públicas de habitação social, condiciona a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica a ocupar áreas informais, periféricas e sem acesso a qualquer tipo de infraestrutura urbana, onde a "autoconstrução da casa" é a única alternativa possível para garantir um espaço para habitar. É através do processo de autoconstrução que a massa trabalhadora das cidades resolve o problema da habitação, até aqui negligenciado pelo Estado (Maricato, 1979).

A autoconstrução resolve parcialmente problema da habitação, porém, com esse processo, ocorrem diversas situações, das quais se apontam duas: expansão da malha urbana e a falta de acesso

[1] Programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento PPGMADE, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Email: Rafael_mbarros@hotmail.com

[2] Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento PPGMADE; Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano PPGPU, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Email:cristinadearaujolima@gmail.com

[3] Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano PPU, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Email: luizbelmiro79@gmail.com

aos equipamentos urbanos. A expansão da malha urbana, que sem a aplicação do planejamento urbano, acontece de maneira informal e desordenada, acentua os problemas urbanos nas cidades e mantém a população sem acesso aos serviços básicos de saúde, saneamento, transporte etc.

A prática da autoconstrução é observada tanto em solo urbano quanto em outros ambientes, como os rios, como foi caso da cidade flutuante de Manaus, que coexistiu com o período que compreende o pós-declínio do Ciclo da Borracha [1920-1967] (Souza, 2010), se localizando defronte ao centro da cidade "formal", quando uma massa trabalhadora foi atraída pelos rumores de riquezas e perspectivas de melhores condições de vida daquele período áureo da borracha (Lira, 2012).

A origem da cidade flutuante é fortemente ligada ao colapso econômico do ciclo da borracha, onde um grande contingente de trabalhadores sem emprego e moradia resolveram por conta própria a questão da habitação, utilizando a autoconstrução como alternativa para reproduzirem suas vidas sobre as águas dos rios que banham a capital. Portanto o ciclo gomífero é o antecessor de muitos problemas urbanos, incluindo a formação de uma cidade "informal".

A autoconstrução da casa é um hábito com raízes rurais, mas que se perpetua no ambiente urbano, vindo com os migrantes rurais que se deslocaram para os centros das grandes capitais brasileiras (Maricato, 1979), atraídos pelos ciclos econômicos e outras pela industrialização. No entanto, os surtos econômicos são verdadeiros polos de atração para mão de obra, que elevam a demografia das cidades, sendo um estímulo para a consolidação da prática de autoconstrução, que acentuam as desigualdades socioeconômicas e caracterizam o perfil da cidade latino-americana (Santos, 2010).

Assim, esse artigo tem como objetivo analisar os fatores que influenciaram a conformação da cidade flutuante de Manaus, buscando entender os elementos que a constituem e a repercussão socioambiental da sua existência.

Os métodos adotados para a discussão se apoiam em Marconi e Lakatos (2021) e Gil (2008), caracterizando o presente trabalho como exploratório, descritivo-narrativo, de natureza quali/quantitativo, utilizando a pesquisa documental (fonte primária), documentos escritos ou não, que poderão ser manuseados de acordo com os objetivos estabelecidos (Prodanov, 2013) aliada a pesquisa bibliográfica (fonte secundária) buscando um maior aparato teórico para a discussão a partir dos trabalhos selecionados.

O artigo é dividido em três partes: 1) aspectos históricos do ciclo da borracha e os impactos sobre o tecido urbano; 2) declínio do ciclo e o surgimento dos problemas urbanos, em especial da habitação, com dados socioeconômicos da população e, 3) comportamento do Estado e as políticas adotadas para adensar a população da cidade flutuante.

Como resultados é prevista a discussão das práticas de autoconstrução com foco na cidade flutuante de Manaus, para compreender como essa dinâmica ocorre no contexto da região amazônica e também compreender o papel do Estado, enquanto principal agente interventor da organização socioespacial, para abrir o debate sobre as restrições ao acesso à cidade, e, principalmente, à habitação formal para determinadas camadas da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CICLO DA BORRACHA: O OURO BRANCO DA AMAZÔNIA

A urbanização na Amazônia andou por muito tempo a passos lentos com casos isolados de melhorias na sua infraestrutura urbana, com algumas construções de casas, edifícios públicos, abertura de ruas e portos, com um modelo que colocou em seu cerne a estética urbana. Contudo, o cenário de calmaria que pairava sobre a cidade, é alterado de forma brusca, em razão de um dos mais importantes ciclos econômicos, o ciclo da borracha que ocorreu entre 1870-1910 (Lira, 2012), sendo o impulso que faltara para que a cidade de Manaus se consolidasse como uma relevante economia da região norte do país.

Com os países da Europa vivendo a efervescência da industrialização, a borracha mostrou-se um produto versátil, possuindo diversos usos e aplicações na confecção de produtos, o que fez com esse material fosse bem recebido e absorvido pelo mercado internacional, gerando uma alta na demanda pela matéria-prima, resultado direto da revolução industrial (Becker, 2013). Com a receptividade do látex, um material elástico, à prova d'água e seu processamento melhorado com o sistema de vulcanização desenvolvido por Charles Goodyear em 1844 (Souza, 2019), foram pontos essenciais que contribuíram para o rápido desenvolvimento da capital, sendo resultado direto das relações econômicas internacionais.

A melhoria no processamento do látex[4] fez com que o produto valorizasse no mercado internacional, "saltando de 181 libras-ouro para 389 libras-ouro" (Lira, 2012, p. 57) e resultou em um repentino enriquecimento dos proprietários dos seringais, sendo suficiente para que esse rumor se espalhasse e soasse como uma "poderosa propaganda" para se "obter rápidas vantagens na extração ou comercialização da borracha" (Mesquita, 2005, p. 59), em pouco tempo, a fama foi disseminada pelo país inteiro, resultando em um fluxo migratório intenso, do qual o seringal precisara.

[4] A borracha já era de conhecimento dos povos pré-colombianos, a exemplo dos indígenas Cambebas ou Omaguás, (Lira, 2015; Souza, 2019), que sabiam de suas propriedades, havendo assim uma "apropriação" e mercantilização do saber tradicional, que beneficiou apenas uma ínfima parcela da sociedade manauara.

Para seduzir a mão-de-obra necessária para trabalharem nos seringais, muitos desses trabalhadores também foram patrocinados por fazendeiros, que tinham perspectivas de ganhos, buscando enriquecer e até mesmo o Governo Federal iniciou convincentes campanhas (Lira, 2012) pelo país, para atrair mais pessoas; coincidentemente, a região nordeste infelizmente sofria com um grande regime de seca, entre os anos de 1877-1880, em que houve cerca de 100.000 mortes na época, contribuindo com a migração em massa para a região amazônica (Souza, 2018).

Segundo Benchimol (1977), em dados não oficiais, estima que de 1877 a 1900 um total de 158.125 pessoas migraram para a região amazônica; enquanto Pereira (2006) *apud* Silva & Scudeller (2022) contabilizou que 300 mil nordestinos, fugindo da seca que assolou o nordeste, a maioria vindo do Estado do Ceará ingressaram em solo amazônico. As dificuldades oriundas do clima nordestino foram o impulso que faltava para a economia da borracha.

Os dados oficiais do primeiro censo demográfico no Brasil (IBGE, 1996), registraram que em 1872 a cidade de Manaus contabilizou 29 mil habitantes, enquanto que no censo de '90 não houve expressivo aumento. Por outro lado, a década seguinte (1890-1900) significou um aumento de 29%, enquanto esse percentual chegou a 50% (1900-1920) num período de 20 anos, coincidindo com o colapso econômico, em que houve um acréscimo de 25 mil pessoas no espaço urbano.

Tabela 01: População Manaus e Belém- Ciclo da Borracha

	1872	1890	1900	1920
Manaus	29.334	38.720	50.300	75.704
Belém	61.997	50.064	96.560	236.402

Fonte: IBGE- Anuário Estatístico (1996) - Censo Demográfico

A riqueza gerada pela comercialização da borracha era tanta que foi diretamente investido na infraestrutura urbana, corroborando com o que Harvey (2014) argumenta a respeito de como o processo de urbanização tem sido utilizado na história do capitalismo, um importante instrumento de absorção dos excedentes de capital e de trabalho.

Para Barbosa (2017) tudo girava em torno da borracha e as duas principais cidades, Manaus e Belém, se beneficiaram diretamente, viabilizando a construção de vilas e povoados, as dotando de equipamentos urbanos. Lira (2012) aponta as melhorias realizadas em ambas as cidades com o excedente de capital gerado pela borracha, das quais muitas cidades no Brasil ainda não possuíam:

> Manaus e Belém possuíam luz elétrica e sistema de água encanada e esgotos, gozavam de tecnologias que outras cidades do sul e sudeste do Brasil ainda não

> possuíam, tais como bondes elétricos, avenidas construídas sobre pântanos aterrados, além de edifícios imponentes e luxuosos, como o requintado Teatro Amazonas, o Palácio do Governo, o Mercado Municipal e o prédio da Alfândega, palacetes residenciais, enfim, todas as construções com influência europeia.

Por outro lado, a situação da massa trabalhadora que adentrava floresta não era a das melhores, "cuja remuneração é quase extinta com o pagamento exorbitante dos gêneros que o armazém do seringalista fornece a crédito. Esse sistema gera, assim, uma dívida eterna para os trabalhadores, que usam praticamente todo o seu rendimento para pagar o patrão" (Becker, 2013, p. 28). Submetidos a condições insalubres, se viam em um verdadeiro inferno, quando não aguentavam mais, realizavam constantes tentativas de fuga, visto a alta mortalidade por doenças tropicais e uma jornada de trabalho extensa, que via de regra, seguia o processamento natural do látex (Guillen, 1997).

No entanto, quando o Estado Novo interviu na tentativa de melhorar as condições trabalho dos seringueiros, através da Rubber Development Corporation, empresa contratada para abastecer os seringais, fornecendo comida e medicamentos, esta medida não foi eficaz, pois "por pressão da elite amazônica, a Rubber passou a entregar os suprimentos diretamente aos seringalistas, que, por sua vez, os repassavam aos seringueiros" (Guillen, 1997, p. 100). Assim, mantendo o sistema de endividamento, que por sua vez, mantinha esse trabalhador em condição semi-escravagista, sem salário e sem perspectivas.

Nesse ciclo de exploração, a conta nunca fechava e todo o suprimento fornecido aprofundava o sistema de endividamento (Silva & Scudeller, 2022), que não permitia condições seguras para estes trabalhadores e, muito menos, um retorno para a sua cidade natal, e quando conseguiam retornar, estavam maltrapilhos, doentes e famintos (Guillen, 1997). A cidade de Manaus cresceu e prosperou nesse período, à custa da força de trabalho dos seringueiros, expostos a um sistema desigual, que concentrou a riqueza nas mãos de poucos, acabando com o sonho dos migrantes nordestinos de uma vida melhor na região amazônica.

O ciclo da borracha prosperou por mais de um século na Amazônia, impulsionou o crescimento econômico e demográfico, permitiu que a cidade de Manaus pudesse crescer e se consolidar economicamente na região norte, chegando a ser conhecida como a "*Paris dos Trópicos*", devido a toda sua moderna infraestrutura urbana, vivendo o auge, conhecido como a *Belle Époque.* Porém, a euforia coletiva do governo e da elite local, envoltos em um sonho europeu na Amazônia, os cegou, a ponto de não investirem e diversificarem a economia, que ficou refém de um único produto, o que a tornou vulnerável a ponto que mal poderem prever a concorrência silenciosa que colapsaria a economia gomífera.

2.2 O DECLINIO DA BORRACHA: O FIM DO APOGEU DA "PARIS DOS TRÓPICOS"

A goma elástica brasileira levada para a Ásia foi adaptada e melhorada, possibilitou a comercialização a um preço menor no mercado internacional, o que bastou para que a frágil economia de Manaus entrasse em colapso (Lira, 2012). Porém, "o extrativismo continua muito pálido até 1910 e 1915. O que o extrativismo legou para a Amazônia durante um século entra em decadência, revelando uma geografia humana muito sofrida para os seringueiros, para os beiradeiros de igarapés e também para as cidades." (Ab´Saber, p. 20, 2005). O declínio deixou uma grande massa de trabalhadores sem perspectivas, o mesmo contingente, que outrora havia sido o pilar do ciclo borracha, configurou os pobres da cidade.

Silva & Scudeller (2022, p. 4) apontam que foi "um rápido apogeu, que só deu tempo da capital se urbanizar e se resumir em obras como prédios históricos, aterramento de alguns igarapés e construções de algumas pontes restritas, principalmente, a área central da cidade", deixando aquém qualquer perspectiva de planejamento urbano para além do centro, quase não havendo mudanças no tecido urbano, se mantendo fiel ao formato em tabuleiro xadrez.

Santos (2010), em sua obra Ensaios Sobre a Urbanização Latino Americana, explora como a rede de cidades se tornou uma projeção espacial da organização econômica e social, a partir das relações com países mais evoluídos, o que explica o desenvolvimento da cidade de Manaus como resultado direto dessa relação. No aspecto econômico da relação, em seu centro, estava o látex, permitindo a entrada de capital estrangeiro, promovendo riquezas e benesses para os barões da borracha, que por sua vez, influenciavam o Estado, que intervia no aspecto social diretamente sobre a massa de seringueiros.

Monte-Mór (2008, p. 4) diz que, no caso das cidades brasileiras, "à medida que as mazelas sociais, geradas pela concentração populacional e industrial, surgem no processo de expansão do capitalismo, vão sendo importadas também as "soluções", como influência das relações econômicas e sociais, modelos estrangeiros foram importados para Manaus, refletindo na forma de organização do espaço, que mais tarde configurou um desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2014), com o colapso econômico.

Com um modelo de cidade importada, vieram também os problemas, dos quais um dos mais latentes e atuais é relativo à moradia, que foi escancarado com o declínio da borracha, criando um retrato de "caos" urbano (Grazia Di Grazia, 1990), por não haver nenhum tipo de política para melhora da condição de vida dessa população.

Conforme Becker (2013), no auge do ciclo da borracha, Manaus se torna uma efetiva cidade, uma urbe cosmopolita, moderna e avançada para os padrões da época, promovido à custa de um

sistema completamente predatório e espoliativo da força de trabalho do seringueiro. O colapso econômico que se seguiu pós-ciclo escancarou todas as mazelas sociais da *"Paris dos Trópicos"*, mascaradas pelas futilidades dos barões da borracha e um estilo de vida supostamente "europeu".

A situação da massa trabalhadora, a precariedade ao qual se encontravam, foi agravada ainda mais com a derrocada da economia, os seringueiros foram esquecidos nos seringais, sem o mínimo para viver, enquanto na cidade, resultou diretamente em muitos suicídios, famílias inteiras mudando e um alto índice de desemprego (Lira, 2012). Com o regresso dos seringueiros à capital, ambas as massas se somaram, sem emprego e moradia, o cenário foi um dos piores.

Apesar do colapso ter afetado todas as classes sociais, não se pode afirmar que foram sentidas de igual forma, pois aos barões da borracha, que outrora enriqueceram às custas da exploração do seringueiro, perderam a fortuna e provável tinham redes de apoio, enquanto a massa trabalhadora, restou contar com a própria sorte para não ter que morrer de fome, escancarando a desigualdade social existente.

2.3. A AUTOCONSTRUÇÃO DA CASA AMAZÔNICA: O SURGIMENTO DA CIDADE FLUTUANTE DE MANAUS

Com o colapso econômico da borracha, os seringueiros, abandonados à própria sorte nos seringais, viram-se obrigados a sair da floresta e retornarem para a cidade. Em um contra movimento, com a mesma intensidade em que foram atraídos, muitos retornaram para a capital amazonense, porém, ao chegarem "se deparavam com dois grandes problemas: não possuir emprego, tampouco casa para morar." Para Barbosa (2017, p. 47), esses problemas foram acentuados pela falta de políticas de habitação social por parte do Estado e a especulação do solo urbano pelo mercado imobiliário, sem condições de acesso à terra urbanizada, tornando a única alternativa possível a de autoconstrução da casa.

Os seringueiros que retornaram para a cidade, além de não terem emprego e moradia, viram-se impedidos de realizar construções em solo urbanizado, ante o Código de Postura (CP), que estabelecia o padrão arquitetônico da construção das casas na região central, e, conforme Castro (2008), era uma forma de normatizar as tipologias arquitetônicas, contidas na Lei Nº 23 de 06 de Maio de 1893, estabelecia os padrões desejados, assim consolidando a expulsão dos mais pobres para espaços precários, visto que não poderiam erguer qualquer moradia que fugisse a regra estabelecida.

Para Silva e Scudeller (2022, p.11), o Estado executou uma política habitacional de "repressão e exclusão", pois, o centro construído aos moldes europeus não era para as pessoas mais pobres, além do que as casas com estilo de construção consideradas "simples" tinham de ser

derrubadas para que nos seus lugares fossem construídos casarões suntuosos, distanciando ainda mais a possibilidade de uma casa em terra.

Por outro lado, o instrumento reforçou uma estrutura de privilégios mediada por seu principal agente, o Estado. Somente quem pertencia ao pequeno grupo da elite tinha acesso aos equipamentos urbanos e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida, que por sua vez no ambiente urbano também é mercantilizada (Harvey, 2014), assim como outros elementos da vida citadina.

Quando o Estado direcionou os investimentos para a área central da cidade, este contribuiu para que fossem criadas zonas, as quais somente as camadas de maior poder aquisitivo acessavam (Kowarick, 2000). Contudo, a estrutura física e a forma da cidade foram diretamente influenciadas por forças quase que invisíveis, como os interesses capitalistas que mercantilizaram o espaço urbano, e, em conformidade aos interesses desses grupos, o poder público utilizou seu principal instrumento de controle social, a legislação, o que a consolidou como um mecanismo regulador e discriminatório (Grazia Di Grazia, 1990).

Com a área central especulada e com o CP impedindo a construção, possibilitou a massa trabalhadora construir suas casas sobre os rios. Em 1920 apareceu no litoral do bairro Educandos a primeira casa flutuante, construída pelo Sr. João Aprígio (Serra e Cruz, 1964), que por não dispor de condições financeiras para pagar aluguel na cidade em terra, encontrou no rio um lugar para construir sua moradia e abrigar-se com a família, visto que "o rio não é alcançado pelo estatuto da propriedade privada" (Frota e Oliveira, 2017, P. 5), portanto, foge da lógica do solo urbano, o que permitiu sua ocupação.

A cidade flutuante é considerada uma herança direta do ciclo da borracha, conforme exposto, o declínio da economia, acentuou todas as mazelas sociais até então camufladas pelas riquezas. Com altos índices de desemprego e ausência de políticas de habitação social, logo a massa trabalhadora vulnerabilizada pelo sistema econômico, entendeu que a única moradia possível era sobre os rios, uma vez que estes espaços fluviais não incidiam impostos tal qual em solo urbano, não tinham uma arquitetura pré-estabelecida e nem proprietários.

Conforme Souza (2010), o termo "*cidade flutuante*" é atribuído ao conjunto de casas de madeira, construídas sobre troncos de madeira, que as faziam flutuar sobre as águas, porém, o termo foi cunhado pós-segunda guerra, em uma codificação da realidade desse tipo de moradia, que se estende para além dos limites terrestres. Para Barbosa (2017), a cidade flutuante é um reflexo dos problemas urbanos, e, por fim, Samuel Benchimol, no prefácio do livro de Serra e Cruz (1964), diz que a cidade foi fruto de um descuido do Estado. Logo, o que começou com uma casa flutuante, ao decorrer dos anos seguintes, se tornou uma cidade.

Figura 01- A Cidade Flutuante de Manaus sobre o Rio Negro



Fonte: Instituto Durango Duarte, 2024.

Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/fotografia-aerea-da-cidade-flutuante/

Acessado em: 21/03/2024

Ao decorrer dos anos houve um aumento exponencial e silencioso, às vistas do Estado, que se mantinha inerte, quanto às condições precárias dos habitantes da cidade flutuante. Souza (2010) apresenta dados do crescimento demográfico da cidade flutuante, conforme tabela abaixo:

Tabela 02: Censo Demográfico Cidade Flutuante

Ano	Número de Flutuantes	Número de Moradores
1961	1389	-
1964	2145	9.788
1966	1950	11.400

Fonte: Souza, 2010

A necessidade de moradia dessas famílias fez com que muitas se instalassem em casas com estrutura de palafita inicialmente, porém, com "os períodos hidrológicos de enchente que ocorrem entre os meses de dezembro-junho, com pico de cheia em julho, vazante entre agosto-outubro e seca em novembro" (Marinho, 2019, p. 37), fez com que esse tipo de construção estivesse vulnerável em períodos com cheias históricas, onde eram invadidas pelas águas (Alencar e Souza, 2016), causando prejuízos aos moradores. As cheias permitiram um processo de adaptação da casa palafita, permitindo que a mesma pudesse flutuar, assim, acompanhando as cheias e vazantes, sem sofrer danos.

Para os moradores da cidade flutuante, os mesmos não estavam cometendo nenhum tipo de crime, pois, em seu entendimento, os rios não possuíam donos, portanto, não haveria oposição para construírem suas casas (Barbosa, 2017). A cidade flutuante compôs o cenário urbano fluvial por mais de quatro décadas, sem nenhum tipo de intervenção ou preocupação dos agentes estatais.

Souza (2010) comenta com indignação, a forma como mais de 2.000 casas flutuantes frente à orla de Manaus, com aproximadamente 12.000 habitantes, foi invisibilizada desde seu surgimento. Os habitantes dos flutuantes não eram apenas pessoas vulnerabilizadas pela situação que se estabeleceu, o governo os fazia parecer uma espécie de peso morto, porém, a cidade flutuante movimentava e detinha uma dinâmica socioeconômica própria, que por sua vez, o Estado arrecadava e direcionava para outros lugares (Serra e Cruz, 1964).

Os desafios da moradia na cidade flutuante iniciavam com a autoconstrução da casa, que exigia um conhecimento prévio, do qual os seringueiros detinham das experiências na floresta, como por exemplo, a escolha da madeira que dá a sustentação à casa. Em geral, os materiais que sustentam a estrutura da casa flutuante são as toras de madeira chamada *assacú*, nome científico "*hura crepitans*", popularmente chamada de boias (Frota e Oliveira, 2017), que fazem a casa flutuar.

Apesar da técnica empregada, o tamanho da casa flutuante, conforme relatado no trabalho de Serra e Cruz (1964, p. 38), variava entre as dimensões de "2x3 a 4x7"; era de um ou dois cômodos, sem o mínimo de conforto, chegando a ser ocupada por até quinze pessoas. Alguns moradores criavam animais, aumentando ainda mais o adensamento, por vezes, em um único cômodo. As condições de vida na cidade flutuante não eram das melhores, a higiene dos moradores era completamente inexistente, sem saneamento, as águas ao qual eram despejados os dejetos humanos e de animais eram as mesmas utilizadas para as atividades diárias, para beber e cozinhar, resultando que a população sofria de desarranjo intestinal.

Diferente da autoconstrução em solo urbano, em que a casa cresce parceladamente, conforme a renda do morador, a casa flutuante precisa nascer por completo, poderíamos classificar a cidade flutuante como urbana, mas totalmente desurbanizada (Maricato, 1979), visto as condições que a população vivia. Nessa relação existe uma somatória de extorsões, que se concretiza com a inexistência de serviços coletivos e evidencia a espoliação urbana, conforme Kowarick (2020).

Por fim, a autoconstrução é uma maneira que a população encontra de poder (re) existir em meio a dinâmica urbana, mas, é exposta a condições precárias de vida, sem políticas públicas de habitação social, o Estado por sua vez, invisibiliza os moradores e suas demandas, deixando-os aquém do acesso a infraestrutura e serviços urbanos, o que consolida um sistema desigual para aqueles que desejavam um lugar digno para habitar.

2.4 O ESTADO E A EXTINÇÃO DA CIDADE FLUTUANTE

Desde que a cidade flutuante surgiu, o Estado não demonstrou nenhum interesse em intervir ou promover melhores condições de vida para os habitantes flutuantinos. Contudo, com o país comandado pelo recente regime militar, logo houve mudanças, em especial, voltadas à ocupação da Amazônia, que ainda era vista como um imenso "vazio demográfico" (Barbosa, 2017, p. 53), que necessitava ser ocupada.

A dimensão territorial da Amazônia em si causou certa preocupação para o regime militar, que temia uma suposta invasão estrangeira, então, sob o lema de *"Integrar para não entregar"* (Oliveira, 1988 apud Barbosa, 2017, p. 53) iniciaram a **Operação Amazônia (O.A)**, que consistiu em uma cooperação entre o Estado e a iniciativa privada para o desenvolvimento da Amazônia, visto que a mesma estava com sua econômica estagnada pela derrocada do ciclo da borracha.

O professor Benchimol escreveu ainda no prefácio do livro de Serra e Cruz (1964), que cidade flutuante só passou a chamar atenção do governo do Estado após repercussão da mídia internacional, que retratava o modo de vida dos habitantes flutuantinos como "inédito e pitoresco". Com o avanço da **O.A** foi criada a Zona Franca de Manaus (ZFM), em que preparou o espaço para o modelo industrial, que seria implantando na cidade, dessa forma reavivando a economia.

Ficou decidido que Manaus receberia a Zona Franca, portanto, a cidade não poderia ter em seu portal de entrada aquela "cidade", pois para os gestores destoava do "adequado". Então, o governo do Estado, em 1965, decidiu extinguir a cidade flutuante, visto o incômodo que havia se tornado. Incômodo até então inexistente, pois a cidade flutuante estava às vistas do Estado desde a década de 20 e não tinha sido alvo de qualquer preocupação (Barbosa, 2017).

Figura 02: Vista da Cidade Flutuante: Orla da Cidade de Manaus- 1964



Fonte: Instituto Durango Duarte, 2024.

Disponível em: https://idd.org.br/jornais/vista-da-cidade-flutuante/

Acessado em: 21/03/2024

O discurso utilizado para realizar a retirada da cidade flutuante era de melhorar a imagem da cidade e garantir melhores condições de habitação, porém, é sabido que esse discurso foi utilizado para fins de embelezamento estético, pavimentando a entrada de capital estrangeiro, consolidando de vez a expansão do capitalismo na Amazônia e expulsando os mais pobres para espaços mais distantes do centro planejado e dos equipamentos urbanos.

Através do Decreto nº 168, de 10 de Abril de 1965 do Diário Oficial do Estado, o governador do Estado, o então Arthur Reis, determinou a criação de grupo de trabalho para a mudança da cidade flutuante, sendo utilizada força policial para expulsar os moradores da cidade flutuante e conter qualquer tipo de resistência (Salazar, 1985 *apud* Barbosa, 2017).

Por fim, o Estado concluiu a expulsão dos mais pobres e extinguiu a cidade flutuante, sendo um reflexo da falta de planejamento e controle estatal, ausência de políticas públicas de habitação social, que condicionou as pessoas a autoconstruírem suas casas, vivendo em condições insalubres. Barbosa (2017, p. 52) relata sobre o planejamento que o Estado fez para a realocação dos moradores da cidade flutuante:

> Estes moradores foram remanejados para as zonas noroeste, sudoeste e oeste de Manaus e ficaram a um raio de até 07 km de distância de onde era o núcleo central da cidade flutuante que se situava no centro da capital amazonense. Pelo Estado foram construídos dois conjuntos habitacionais, o Costa e Silva com 134 casas a 3,4 km do centro e o conjunto de Flores a 7,0 km do centro com 146 casas. É fácil observar que a quantidade de casas construídas foi insuficiente frente à proporção de famílias (aproximadamente 2.400) que perderam seus flutuantes.

Ainda através de Serra e Cruz (1964) é citado que o governador Gilberto Mestrinho, figura política bastante conhecida no cenário amazonense, reivindicou ao governo federal na VI Reunião dos Governadores, um aporte financeiro de Cr$ 275.200.000,00 para a construção de 500 casas para as famílias da cidade flutuante. Percebe-se que apesar da tentativa de "planejamento" com a construção de conjuntos populares, o Estado mais uma vez o faz sem considerar qualquer fator social e econômico, transferindo o "problema" para outra área, o distanciando da vista da elite, "resolvendo" parcialmente o incômodo com a comunidade flutuante.

A ação do Estado foi endossada pelos comerciantes locais (mercado), temendo que a concorrência e a ascensão econômica da cidade flutuante pudessem comprometer seus negócios, realizaram constantes campanhas a favor do seu fim, consolidada através da ação institucional do Estado, comprovando que os interesses do mercado se sobrepõem ao coletivo e influenciam diretamente a organização do espaço urbano.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter exploratória, descritiva-narrativa. A pesquisa exploratória busca uma aproximação com o objeto, permitindo o estudo do tema sob diferentes enfoques, em geral esse tipo de pesquisa é acompanhamento de duas técnicas de levantamento de dados, a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, proporcionado uma visão geral acerca de determinado assunto, resultando em problemas sociais mais esclarecidos (Gil, 2008; Prodanov, 2013). Por sua vez, a descritiva narrativa se atém, como o próprio nome sugere, uma descrição dos fatos referente ao fato/ fenômeno.

Ainda a pesquisa documental (fonte primária) que segundo Marconi e Lakatos (2021) são fontes primárias, estando restrita a documentos escritos ou não, que podem ser recolhidas no momento em que o fato/fenômeno ocorre ou depois, sendo utilizado neste trabalho, documentos oficiais, iconografia, leis e anuários e conforme Gil (2008, p. 50) "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica (fonte secundária) reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente", que para Prodanov (2013) resultam de livros, revistas, publicações, boletins, jornais, teses, dissertações e etc. usados no trabalho para uma maior compreensão do assunto. Outro instrumento para coleta de dados é a

Portanto, a partir das abordagens e métodos utilizados buscou-se o máximo de aproximação com a realidade em que o fato/fenômeno ocorreu, apoiado nos trabalhos selecionados, tornando possível a discussão do presente trabalho. Foi possível através dos trabalhos obter enorme quantidade de dados sociais e demográficos, ao qual conferem natureza quali/quantitativa a pesquisa, que permitem uma análise mais aprofundada da realidade estudada.

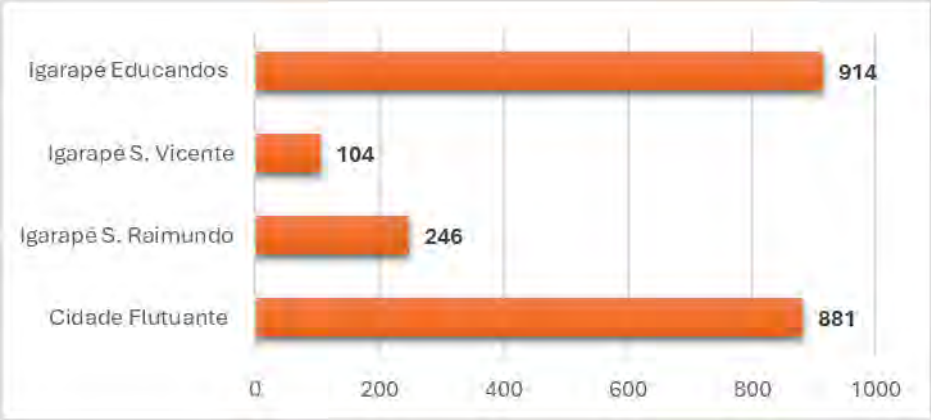
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do trabalho de pesquisa realizado pelos autores Serra e Cruz (1964), compilado no livro publicado "Aspectos Econômicos e Sociais da Cidade Flutuante", é possível obter dados socioeconômicos da dinâmica urbana fluvial, que contribuem para apresentação e discussão dos resultados. Dessa fonte foi possível realizar a conversão para gráficos, permitindo melhor visualização para os recortes que serão apresentados, a começar pela distribuição geográfica da cidade flutuante pela margem litorânea de Manaus.

Conforme o gráfico 01, a cidade flutuante propriamente dita e considerada é o conjunto localizado defronte a área central de Manaus, contendo 881 flutuantes, com estrutura de madeira e

interligadas por pontes, em alguns casos. A segunda maior quantidade de casas ficava localizada no igarapé do bairro Educandos e se estendia a outros igarapés, como o do bairro São Raimundo, com 246 flutuantes e, por fim, São Vicente com 104 flutuantes, formando uma extensa e numerosa rede de casas flutuantes, totalizando 2.145 casas.

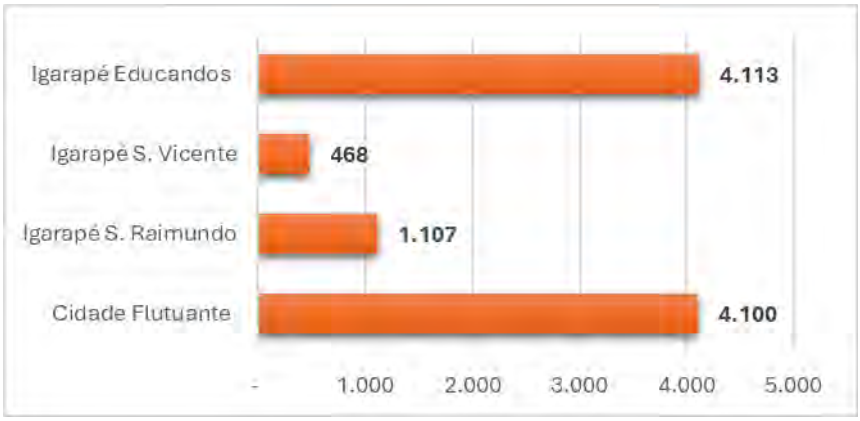
Gráfico 01: Distribuição das Casas Flutuantes por Localidade



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Salienta-se que há uma diferença de quantidade entre os dados de Souza (2010) e os de Serra e Cruz (1964), visto que estes últimos só contabilizaram até o ano da pesquisa, enquanto o primeiro autor contabilizou até o ano de 1966, onde houve um decréscimo no número de flutuante, porém, um aumento populacional chegando a quase 12.000 habitantes.

Gráfico 02: Número de Habitantes da Cidade Flutuante por Local



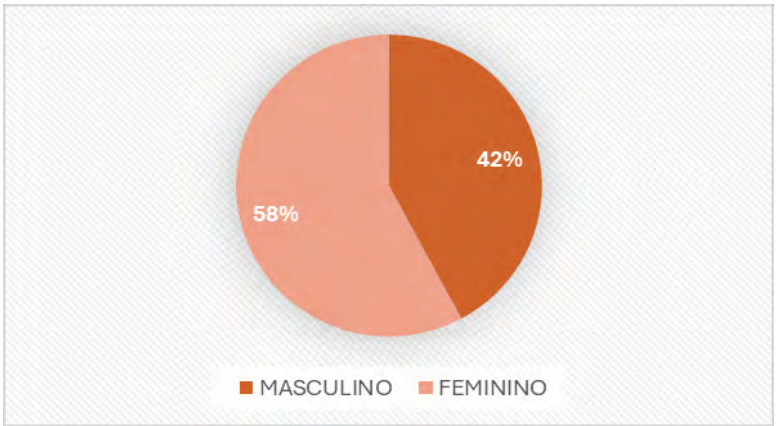
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O gráfico 02 expande um pouco mais os dados populacionais e podemos observar a distribuição dos moradores por local, apesar de haver diferença de 33 casas flutuantes, entre a Cidade Flutuante (881) e o conjunto do bairro Educandos (914), a população moradora é quase a mesma, o que

corrobora com o descrito por Serra e Cruz (1964), onde uma casa com poucos cômodos adensavam mais moradores que o habitual, que promovia um desconforto devido às dimensões físicas.

É importante também trazer recortes de raça e gênero da cidade, questões indissociáveis quando se analisa os dados da cidade flutuante. A cidade flutuante e aqui considero todo o complexo de casas, é do gênero feminino, as mulheres são majoritariamente as moradoras vulnerabilizadas e excluídas do acesso ao solo urbano. Conforme os dados, **58%** dos habitantes são do gênero feminino, que representam em números **5.662** pessoas; enquanto os homens representam **42%** e um total de **4.126** pessoas.

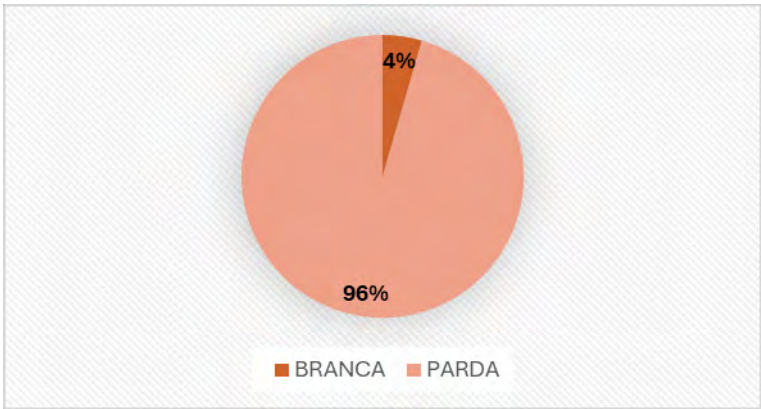
Gráfico 03: O Gênero da Cidade Flutuante- 1920 a 1967



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Quanto a cor da cidade flutuante (gráfico 04), a maioria dos habitantes se autodeclarou **PARDA**, representando **95%** da população, totalizando 9.300 pessoas; enquanto que a segunda maior porcentagem era de brancos ocupando **4%**, com 438 pessoas, e, por fim, 1% da população ficou dividido entre autodeclarados como pessoas pretas, 29 pessoas; e, amarelos, 21 pessoas. A população da cidade flutuante era majoritariamente parda, sendo acedência predominantemente das populações indígenas da região, resultado direto do processo de colonização que incentivava o "casamento" entre os colonos e as mulheres indígenas, como forma de aprofundar a domínio sobre os povos originários.

Gráfico 04: A Cor da Cidade Flutuante



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos gráficos apresentados conclui-se que a segregação socioespacial ocorre para com as camadas mais populares da sociedade, em específico a pessoas autodeclaradas pretas e pardas e majoritariamente mulheres, o gênero mais violentado no ambiente urbano. Enquanto que as políticas de habitação social do Estado se mostraram ineficientes para atender demanda popular por moradia de qualidade, visto que as 500 casas destinadas a essa população não poderiam absorber as 12.000 pessoas que viviam na cidade flutuante. A política adotada caracterizou-se como excludente, pois não houve tentativa posterior de reintegrar essas pessoas à cidade e tampouco políticas ambientais para recuperação dos rios.

Por fim, com a ação do Estado em extinguir a cidade flutuante e não resolver o problema habitacional houve um espraiamento do problema da demanda por habitação para outras regiões. Criando um ciclo vicioso e cômodo, onde o Estado não precisa utilizar seu principal instrumento de planejamento urbano para expandir o ambiente urbano de forma ordenada, mas sim, deixar que a população o faça, para depois reconhecer a legitimidade da ocupação informal, com a titularização e, consequentemente, dotando a região de equipamentos urbanos.

Conclui-se que a inação do Estado reflete diretamente no espaço urbano fluvial, ao não promover habitação para a população, a relega à baixa qualidade de vida, a condiciona a situações de moradia precária, como no caso da Cidade Flutuante de Manaus, sendo também uma resposta à invisibilidade aos quais os moradores foram condicionados. Além do que, os dados apresentados confirmam que raça e gênero são questões indissociáveis do meio ambiente. Portanto, não se pode mais discutir a temática ambiental sem considerar estes aspectos, tal como o da questão habitacional. E finalmente, ressalta-se a importância de a população reivindicar participação nos espaços de poder, tornando o processo de decisões mais democrático e alinhado à demanda

societária, pois com um planejamento urbano adequado são possíveis melhores políticas públicas de habitação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ab'Saber, Aziz. **Problemas da Amazônia brasileira. Estudos Avançados, [S. l.], v. 19, n. 53, p. 7–35, 2005**. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10044.. Acesso em: 1 abr. 2024.

ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, I. S. D. **TRADIÇÃO E MUDANÇAS NO MODO DE HABITAR AS VÁRZEAS DOS RIOS SOLIMÕES E JAPURÁ**, AM. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 203-232, ago./2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/64567. Acesso em: 24 out. 2023.

BARBOSA, Tatiana da Rocha. **Ocupações Irregulares e a (re) produção do espaço urbano da zona Leste de Manaus (AM): da ilegalidade do processo a legalidade da questão da moradia**. 2017. 217f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.637.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Surtos de Crescimento de Manaus. Espaço Aberto**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 19–44, 2013. DOI: 10.36403/espacoaberto.2013.2099. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ EspacoAberto /article/view/2099. Acesso em: 4 fev. 2024.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1977.

CASTRO, Márcia Honda Nascimento**. Reconstruindo a Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião**. Márcia Honda Nascimento Castro. – Manaus: UFAM, 2008 Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.

FROTA, J. A.; OLIVEIRA, J. A. de. **A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am**. REVISTA GEONORTE, *[S. l.]*, v. 8, n. 28, p. 1–15, 2017. DOI: 10.21170/geonorte. 2017.V.8.N.28.1.15i. Disponível em: //www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/3505. Acesso em: 4 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-197.

GRAZIA DE GRAZIA (Org.). **Plano Diretor: instrumento de reforma urbana**. Rio de Janeiro: FASE, 1990. (p. 9-25; 33-42; 70-88).

GUILLEN. I. C.M. **A batalha da borracha: Propaganda Política E Migração Nordestina para a Amazônia Durante o Estado Novo. Revista de Sociologia e Política.** N.9, 1997. 95-102p. Disponível em: < http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301/24120> Acesso em: 13.01.2024.

HARVEY, David. **CIDADES REBELDES**: DO DIREITO À CIDADE À REVOLUÇÃO URBANA. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 1-296.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil- 1996**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/ visualizacao /periodicos/20/aeb_1996.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

IMPRENSA OFICIAL. **EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL**. Disponível em: https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/. Acesso em: 4 fev. 2024.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed.34, 2000.

KOWARICK, L**. Sobre a construção de um instrumento de análise: a espoliação urbana. Novos estudos**. São Paulo: CEBRAP, V39n03. p. 567-576. SET.–DEZ. 2020. http://dx.doi.org/10.25091 /s01013300202000030007.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/. Acesso em: 22 nov. 2023.

LIRA, Penelope Aryadne Antony. **O princípio da cidade sustentável na urbanização brasileira: estudo de caso de Manaus**. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, 2012.

MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARINHO, Rogério Ribeiro. **Integração de dados de campo e sensoriamento remoto no estudo do fluxo de água e matéria no Arquipélago de Anavilhanas, Rio Negro - Amazonas, Brasil**. 2019. 175f. Tese (Doutorado em Clima e Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Clima e Ambiente, Instituto Nacionais de Pesquisas da Amazônia, Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, 2019.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La belle vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-199). 2005. 439f**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira**. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. de. Planejamento Urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 1-277.

SANTOS, Milton. **Ensaios sobre a Urbanização Latino-Americana**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 1-200.

SERRA, Celso Luis Rocha e CRUZ, Wilson Rodrigues da. **Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante**. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.

SILVA, J. R. C. da; SCUDELLER, V. V. . **The amazon rubber booms and the Free Trade Zone of Manaus: urban expansion and watersheds degradation**. **Research, Society and Development**, *[S. l.]*, v. 11, n. 6, p. e33611629103, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29103. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29103. Acesso em: 4 feb. 2024.

SOUZA, Leno Barata. **A "Cidade Flutuante" de Manaus: rediscutindo conceitos**. **Aedos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 149-165, jan./2010.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Márcio Souza. –1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Roberto Fontes de. **Urbanização sobre as águas: um panorama das intervenções do PROSAMIM em Manaus**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-12122018-170518/. Acesso em: 28 nov. 2023.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americano

SANEAMENTO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: A REALIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA, EM BELÉM - PA

Gizele Cristina Carvalho dos Santos (NAEA/PPGDSTU/UFPA)[1]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a realidade do saneamento em Belém do Pará à luz da experiência da segunda etapa do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). No trabalho optou-se pela Teoria Social de Marx e Engels e do método Materialismo histórico-dialético como ferramentas teórico - metodológicas orientadoras do processo analítico dos dados relativos à compreensão da referida realidade social que não pode ser desvelada de forma imediata e metodologicamente recorreu-se à bibliografia especializada sobre saneamento básico e aos documentos relativos ao Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II). Por meio da bibliografia levantada, identificou-se que a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), visando solucionar a questão do saneamento da Bacia hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), vem implementando desde 2009, o Programa de Saneamento da Bacia a Estrada Nova com aporte financeiro da própria PMB e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em linhas gerais, identificou-se que os rebatimentos da lógica do capital financeiro se mostram nesse território por meio da restrição/exclusão de frações da classe trabalhadora do acesso ao Saneamento, contraditoriamente, diante da renovação dos territórios para o mercado imobiliário e comercial. A renovação desse território vem provocando o deslocamento de segmentos populacionais e provocando o processo de transitoriedade permanente.

Palavras-chave: Saneamento. Desigualdades Socioespaciais. Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. Belém

INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir a realidade do saneamento em Belém do Pará à luz da experiência da segunda etapa do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

As análises aqui apresentadas foram extraídas em parte da dissertação de mestrado da autora, defendida em 2022 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA) e também são oriundas da experiência profissional como Assistente Social na Subcoordenadoria Social do PROMABEN, no período de 2023 a 2024.

No trabalho optou-se pela Teoria Social de Marx e Engels e do método Materialismo histórico-dialético como ferramentas teórico - metodológicas orientadoras do processo analítico dos dados relativos à compreensão da referida realidade social que não pode ser desvelada de forma imediata e metodologicamente recorreu-se à bibliografia especializada sobre saneamento básico e aos documentos relativos ao Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II).

O presente artigo está estruturado em seis itens. O item 1 compreende a introdução. O Item 2 persegue uma contextualização histórica e teórica do planejamento e gestão urbana, a produção das desigualdades socioespaciais, considerando a realidade brasileira e a partir de uma perspectiva

[1] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU, Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil. Email: gizelecarvalhoufpa@gmail.com.

teórica crítica. O item 3 apresenta aspectos históricos e as particularidades da bacia hidrográfica da Estrada Nova. O item 4 é exposto a implementação do PROMABEN I e II, na bacia hidrográfica da Estrada Nova. O item 5 apresenta a discussão sobre a produção das desigualdades socioespaciais como efeito do processo de renovação urbana no território da bacia hidrográfica da Estrada Nova, a partir da experiência de implementação do PROMABEN II. E o item 6, por fim, expõe as notas conclusivas.

2 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DO CAPITAL

Diversas abordagens de planejamento e gestão urbana tem orientado a regulação das cidades do mundo inteiro, perspectivas diversas seja com enfoque sustentável, mercadológico, participativo e outros. Tais abordagens além de representarem uma concepção técnica, revelam uma concepção política, que pode beneficiar determinado segmento da cidade (Souza, 2002).

Concebendo que a cidade é disputada por diversos segmentos, desde os sujeitos que enxergam o seu potencial lucrativo até aqueles que reivindicam por uma cidade inclusiva, que todos e, principalmente, as frações mais empobrecidas da cidade possam usufruir, ao analisar as diversas abordagens existentes, questiona-se: quais são as principais abordagens de planejamento e gestão urbana implementadas no Brasil? Essas abordagens tem considerado as demandas das frações da classe trabalhadora, que sobrevivem em territórios populares com a ausência de saneamento e em condições precárias de moradia?

No Brasil, conforme Milton Santos (1993), a urbanização se desenvolve a partir do século XVIII, porém só no século seguinte que ocorreu a sua maturação e foi preciso mais um século para a urbanização possuir características que são conhecidas hoje. Nos anos de 1970 ocorreu uma urbanização aglomerada com o aumento populacional e de núcleos populacionais com mais de 20.000 habitantes e depois com a população concentrada, com a multiplicação das cidades de tamanho intermediário.

Conforme aponta Villaça (1990), foi durante o processo de urbanização e industrialização nos países centrais, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, que emergiram as primeiras concepções de planejamento urbano, que inclusive vieram a influenciar a regulação do espaço urbano brasileiro.

O processo de urbanização, industrialização e crescimento demográfico das cidades, principalmente europeias, se deu com precárias condições sanitárias. Engels (2010), em sua obra *"A situação da classe trabalhadora na Inglaterra"* descreve muito bem as condições de moradia que a classe operaria vivia nas cidades inglesas, mesmo diante de um cenário de extremo crescimento econômico.

O planejamento urbano (*lato sensu*) no Brasil nasce sob a égide dos planos de embelezamento, em 1875. Os planos de melhoramento e embelezamento, mais conhecido pela expressão embelezamento urbano**,** chegaram, principalmente, da França, mas já tinham uma penetração em vários países, inclusive nos Estados Unidos, se tornou a proposta que a classe dominante possuía para as cidades brasileiras. Esse plano foi executado na cidade do Rio de Janeiro, na administração de Carlos Sampaio, através das obras de aterro para a Avenida Beira-Mar, com o intuito de abrir espaço para a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Villaça, 1990).

Destaca Maricato (2014), que essas intervenções urbanas, com a proposta de renovação urbana, realizavam obras de saneamento básico visando eliminar epidemias, porém promoviam o embelezamento paisagístico para atender aos interesses do mercado e das elites. Nesse cenário, as populações mais empobrecidas de várias cidades brasileiras como Manaus, Belém, Porto Velho, Curitiba, Santos, Recife e Rio de Janeiro, vivenciaram o processo de segregação socioespacial, já que foram expulsas para as franjas da cidade, para sobreviver em territórios populares que careciam de infraestrutura básica de moradia.

Após o declínio dos planos de melhoramento e embelezamento, Villaça (1990) mostra que nos anos seguintes ocorreu o predomínio de outras tendências, tal como o Urbanismo, o Plano Diretor, os Superplanos e o "Plano sem Mapa".

É interessante a atualidade da perspectiva de quem sobreviveu em uma favela, não tendo terminado os estudos, catadora de recicláveis, migrante, mulher, negra e mãe solo na década de 1950 no Brasil. Carolina Maria de Jesus (2014), no seu livro "*Quarto de despejo*", expõe os desafios de morar na favela de Canindé, na cidade de São Paulo, diante da fome, das condições de trabalho precárias de uma catadora de recicláveis e em uma situação precária de moradia, como ela bem afirma:

> [...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que eu estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p.33)

Indo na mesma direção, e sobre o contexto das décadas seguintes, na obra *"Passa-se uma casa"*, Valladares (1978, p.14) afirma que as ações de remoção no Rio de Janeiro no contexto das décadas de 1960 a 1970 contribuiu "[...] para a transformação da paisagem e da estrutura urbana da cidade. Na verdade, a política de favelas fazia parte de um processo geral de renovação urbana da metrópole"

Até aqui é possível identificar que as principais abordagens de planejamento e gestão urbana implementadas no Brasil, tem considerado muito mais a cidade legal e pouco as demandas das

frações da classe trabalhadora, que sobrevivem em territórios populares com a ausência de saneamento e em condições precárias de moradia.

Desse modo, é importante destacar a proposta do planejamento e gestão de cidade com influência do ideário da reforma urbana, a partir da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980. Esse viés de planejamento e gestão de cidade, segundo Villaça (1990), se deu por conta do avanço da consciência popular e das lutas sociais, no qual se destaca o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). O surgimento do FNRU está diretamente ligado ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, que ao final da década de 1970 e toda a década seguinte viu a emergência de diversas organizações da sociedade civil. Ao mesmo passo, houve também promulgação da Constituição de 1988, que produziu uma imensa mobilização societária no intuito de influir em sua redação. A pressão popular do FNRU se constituiu em uma alternativa para o planejamento participativo no Brasil, na medida que impulsionou a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal, compondo o capítulo da Política Urbana (Novaes, 2012).

Outra abordagem de planejamento e gestão de cidade brasileiras é o chamado planejamento estratégico, inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School e segundo seus defensores, este modelo deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem às cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Para Vainer (2002, p. 98), esta lógica de planejamento urbano visa a "eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial [...] transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria".

No Brasil, a incorporação do chamado, planejamento estratégico, que tem se materializado nos Grandes Projetos Urbanos que tiveram início nos anos de 1990, nas cidades do sul, mais especificamente em Curitiba, Paraná, posteriormente alastrando-se para outras cidades como Belém. Porém, destaca-se que a sua intensificação vem se dando a partir da implementação de megaeventos esportivos internacionais – a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016) –, que por sua vez vem gerando diversas expressões da questão social, no qual destaca-se a remoção forçada. Somente nas cidades-sede destes eventos, foram removidas de 150.000 à 170.000 pessoas, de acordo com o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Cruz, 2012).

O modelo de planejamento urbano do Estado capitalista adotado sem levar em consideração as particularidades de cada região e formas de ocupação tradicionais é mais uma engrenagem da máquina de despossessão. Diante desse processo de radicalização da transformação da cidade em empresa, como bem afirmam Vainer (2002) e Sánchez (2001). Isto é, não importa se o local é em Dubai, Rio de Janeiro ou Mumbai, pois o processo de despossessão é uma máquina de aniquilamento, material e simbólico, de modos de vida em qualquer lugar do mundo, como expõe Rolnik (2015).

Nesse sentido, visualiza-se no cenário mais recente do século XXI que apesar dos avanços nas políticas urbanas e para o planejamento das cidades brasileiras, muitos desafios relacionados ao projeto de sociedade antissocial que o governo brasileiro aderiu a partir dos anos de 1980 com o neoliberalismo e que vem tornando cada vez mais difícil a vida da classe trabalhadora (Maricato, 2014).

Diante desse cenário de disputa, com os impactos do projeto ultraneoliberal, mercantilizar as políticas urbanas, implica considerar que as expressões da Questão Social, de modo específico, a questão urbana, tende a se intensificar, agravando profundamente as condições de vida das frações da classe trabalhadora nos territórios populares.

3 A BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA COMO TERRITÓRIO DE BAIXADA

A cidade de Belém é essencialmente hidrográfica[2] e está localizada na confluência do rio Guamá com a baía do Guajará. Possui um relevo similar ao da região amazônica, verificando-se a presença de igarapés, várzeas e terra firme, sendo a área insular formada por 39 ilhas, correspondendo a 65,64% de sua extensão total, enquanto a área continental, cortada por furos e igarapés, é composta por 47 bacias hidrográficas.

A bacia hidrográfica da Estrada Nova, abrange 8 (oito) bairros localizados na área central do Município de Belém do Pará, possuindo uma extensão de 9,7 km² sendo a 8ª maior bacia hidrográfica da área continental do município[3], conforme estudos recentes sobre as bacias hidrográficas contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico da Prefeitura de Belém (Belém, 2020).

É importante afirmar que este território possui 72,70% do solo constituído de áreas inundáveis pelos efeitos de marés e/ou chuvas constantes da região (Belém, 2007a). Para Cruz (2012, p. 162-163):

> Na BHEN predominam os terrenos de Marinha, cuja ocupação se deu ao longo do século XX, constituindo-se nos dias atuais por diferentes tipos de uso do solo: a) Comercial: comercialização de madeiras e estâncias; b) Indústrias: beneficiamento da castanha-do-pará e da madeira através das serrarias; c) Residencial: grande incidência de moradias, preponderantemente constituídas por palafitas; d) Serviços: predominam o serviço de transporte e de passageiros

Conforme Trindade Jr. (1997, p. 29), historicamente, a bacia da Estrada Nova como território de baixada se enquadra "[...] enquanto espaços segregados, socialmente excluídos, com deficiência e

[2] Foi destacado inicialmente o elemento hídrico como uma peculiaridade da cidade de Belém, pois pode-se dizer que as relações sociais na cidade nascem a partir da relação estreita com o fenômeno das águas, por isso os cursos d'água e os demais elementos hídricos da paisagem sempre estiveram presentes na historiografia da região metropolitana de Belém (Cruz, 2012).

[3] O município de Belém possui 47 bacias hidrográficas, na área insular e continental (BELÉM, 2020).

insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários, naquele tipo de espaço que Santos (1987) considera como espaços 'sem cidadãos'".

Para Cruz (2012, p. 162), a história desses bairros está diretamente ligada ao processo de ocupação e crescimento populacional das margens do rio Guamá, no início do século XX, "a partir da expansão econômica vivenciada em Belém em diferentes momentos históricos. Assim, o processo de ocupação demográfica se inicia pelas áreas às margens do rio Guamá e da baía do Guajará, das quais a BHEN faz parte".

Conforme a história dos bairros que compõem a bacia da Estrada Nova, apontada por Penteado (1968, p. 299), é possível compreender que a chamada Estrada Nova (atual Avenida Bernardo Sayão) surgiu no contexto de construção do dique de proteção dos bairros do Guamá, Jurunas e Condor pelo Serviço Especial da Saúde Pública (SESP). Para o autor, "[...] Esta estrada, que, na verdade, é mais uma rua do que uma estrada, corresponde ao grande 'eixo' de que dispõem estes bairros para a sua ligação com o centro de Belém".

Atualmente, estima-se que a população total desta bacia hidrográfica seja de 305.378 habitantes (Rios, 2018), como apresenta a Tabela 1:

Tabela 1 – População dos bairros da bacia hidrográfica da Estrada Nova, em Belém.

Bairros	População (1.000/hab.)
Batista Campos	19.136
Cidade Velha	12 128
Cremação	31.264
Condor	42.758
Guamá	94.610
Jurunas	64.478
Nazaré	20.504
São Brás	20.500
Total	**305.378**

Fonte: Rios, 2018.

Conforme Cruz (2012), a bacia hidrográfica da Estrada Nova, em um contexto mais atual, ainda é um território de vida que possui condições de moradia precárias e insalubres, na medida em que existem ocupações em torno ou dentro de canais o que é um perigo pois, tanto a consumo de

água e o efeito das marés, como transbordamento dos canais há uma propagação de doenças de veiculação hídrica como ameba, diarreia, cólera, leptospirose e febre tifoide.

Cabe afirmar que uma das ações do poder público municipal para solucionar a questão do saneamento da bacia hidrográfica da Estrada Nova foi a implementação do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova que está sendo executado desde 2009 pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) com aporte financeiro da própria PMB e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

4. O SANEAMENTO DOS TERRITÓRIOS POPULARES NA BACIA DA ESTRADA NOVA: O PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA (PROMABEN)

O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), se constitui em uma obra de macrodrenagem com vistas ao saneamento básico, que em conjunto com o Projeto Orla – que visa a revitalização da orla do rio Guamá –, constituem o Projeto Portal da Amazônia[4].

O programa prevê de uma forma geral, a macro e microdrenagem de quatro sub-bacias da bacia hidrográfica da Estrada Nova (ENO): sub-bacia 1, que se estende da travessa Veiga Cabral à rua Fernando Guilhon; sub-bacia 2, da rua Fernando Guilhon até o canal da travessa Quintino Bocaiúva; sub-bacia 3, do canal da Quintino Bocaiúva ao canal da travessa 3 de Maio; e sub-bacia 4, do canal da 3 de maio à Universidade Federal do Pará (UFPA) (Cruz, 2012).

O PROMABEN constitui importante programa de saneamento em Belém, haja vista que esta bacia hidrográfica representa 16% do território da cidade (BELÉM, 2007), além, de resultar da luta e reivindicação dos moradores dessa parte do território de Belém, colocando-o no patamar de programa estruturante, tanto pela caraterísticas de suas ações quanto pelos efeitos que pode produzir sobre a realidade afetada.

4.1 PROMABEN I (2006 - 2012)

O PROMABEN I teve início ainda na gestão do prefeito Duciomar Costa, em 2006, e pode-se dizer que o programa, em sua primeira etapa, obedeceu a quatro pilares básicos de obras estruturantes:

> Drenagem da bacia, com adequação do sistema de macro e microdrenagens; 2) Saneamento básico, com melhoria nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; *3) Urbanismo e habitação*, com implantação de novas vias urbanas e equipamentos urbanísticos, melhoria na habitação e o reassentamento da população das áreas de risco; 4*) Revitalização urbano-ambiental*, com a

[4] O Projeto Portal da Amazônia, teve início no século XXI, na cidade de Belém e "[...] se insere no contexto das experiências de revitalização urbana, que tem nos projetos com grandes dimensões urbanísticas, a perspectiva de tomar a cidade como referência urbanística em escala mundial", como mostra a pesquisa de Cruz (2012).

> implantação de infraestrutura urbana que proporcionará a implantação e desenvolvimento de atividades e a integração socioeconômica da população residente nas áreas da bacia (Cruz, 2012, p. 181, grifo nosso).

Conforme os dados do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do PROMABEN de 2007, a área diretamente afetada por esse programa era a bacia hidrográfica da Estrada Nova, mas, também se considerou que indiretamente, toda a cidade de Belém seria beneficiada. A mesma relação é feita com a pretensão de atendimento do projeto pela população. O documento ainda aponta que a população diretamente atingida de forma definitiva da área do total da bacia hidrográfica da Estrada Nova (ENO), consiste naquela que será removida, reassentada ou remanejada da área de intervenção do projeto, "[...] aquela que terá seus empregos extintos devido à remoção das atividades econômicas instaladas ao longo da Avenida Bernardo Sayão e dos canais que sofrerão intervenção" (Belém, 2007).

Conforme Cruz (2012, p.191), o padrão adotado pelo PROMABEN, ainda na primeira etapa, para as ações de remanejamento e reassentamento revelou limitações para efetivar "soluções" justas para à questão da moradia:

> [...] Embora se trate de um programa de saneamento básico, o PROMABEN está afetando diretamente a questão da habitação na BHEN, uma vez que para a sua realização está desalojando centenas de famílias que viviam nas áreas de intervenção há cerca de 30 ou 40 anos. Segundo a documentação do BID, para a construção das obras seria necessário o remanejamento de 1.100 famílias (BID, 2006. p. 1), entretanto ao verificarmos as informações do programa percebe-se que esse número é bem maior como veremos mais a diante.

Em relação à questão das soluções habitacionais na sub-bacia I da bacia hidrográfica da Estrada Nova (ENO), foi possível analisar através da pesquisa de Cruz (2012), que o processo de negociação e adesão ao programa foi permeado de conflitos entre a Prefeitura Municipal de Belém e moradores, em decorrência das soluções habitacionais propostas. Pode-se afirmar que os moradores questionaram e não aceitaram os valores de avaliação dos imóveis afetados e a indisponibilidade de unidades habitacionais e comerciais para os moradores e comerciantes com imóveis avaliados em até R$ 25 mil reais pela Prefeitura. Portanto:

> Tais aspectos revelam que entre o que a prefeitura planejou no âmbito do PROMABEN e o que foi detectado nas áreas há grandes disparidades e divergências, em decorrência, em primeiro lugar, da falta de conhecimento mais detalhado da realidade a ser modificada pelo programa; em segundo lugar, em decorrência do alto adensamento demográfico e domiciliar nas áreas que compõem a BHEN e a total falta de mobilização e articulação, pelos gestores públicos, da população moradora das áreas, tornando o diagnóstico socioeconômico inconsistente. Nesse sentido, a elaboração de diagnósticos socioeconômicos e levantamentos cadastrais nem sempre revelam os desejos e necessidades existentes nas áreas selecionadas para a intervenção urbanística, resumindo a participação da comunidade à

> assinatura do Termo de Adesão, momento em que o programa deve obter no mínimo 85% de assinaturas (Cruz, 2012, p. 192).

Destaca-se que "[...] nas recomendações feitas pelo banco está implícita a tentativa de superação das falhas cometidas nas experiências anteriores, sobretudo quando da intervenção urbanística realizada na bacia do Una, no período de 1993-2005" (Cruz, 2012, p. 185).

A perspectiva de orçamento inicial para a primeira etapa do PROMABEN era de 250 milhões de dólares em 2018 "[...] mas devido ao não cumprimento de metas na gestão anterior da prefeitura de Belém, o orçamento foi reduzido para 143 milhões, com um período de execução de 5 anos, que vai de 2018 a 2022" (Brito, 2021).

É importante afirmar que a proposta do PROMABEN ainda na primeira etapa, como afirma Santana (2012), estava permeada pelo discurso ideológico do BID, de enfrentamento das desigualdades e diminuição da pobreza, como mostra a autora na discrepância orçamentária destinada aos projetos de infraestrutura (36,09%) e os de gastos efetivos com a questão da moradia e ambiental, como as ações de reassentamento, remanejamento e educação ambiental (3,92%). Isso demostra que "há pouca preocupação, seja do BID, seja do Estado com a permanência ou com o nível de satisfação das pessoas nas novas unidades habitacionais. Na maioria das vezes, o que permanece é a infraestrutura física e não as pessoas pobres" (Santana, 2012, p. 28).

4.2 PROMABEN II (2017 - 2024)

Destaca-se que o contrato de execução do PROMABEN II ocorreu ainda na gestão do prefeito Zenaldo Coutinho, em 2017 (Bid, 2017), sendo que na gestão do atual prefeito Edmilson Rodrigues (2021-2024) ocorreu um processo de reformulação do programa e de retomada das tratativas com o agente financiador e tramites para a contratação de empresas para a execução do Trabalho Social e das obras.

Conforme o contrato de empréstimo entre a Prefeitura Municipal de Belém e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o PROMABEN II prevê a sua intervenção somente nas sub-bacias 1 e 2 da bacia hidrográfica da Estrada Nova (ENO) e está orçado em US$ 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de dólares), no qual a PMB (Mutuário) se comprometeu a pagar 50% deste valor total da obra, o equivalente a US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares); e BID se comprometeu a emprestar 50% do valor total, isto é, US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares) (Bid, 2017).

Na retomada do programa pela gestão atual, após análise realizada pela UCP/PROMABEN, BID e a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), a matriz de custos foi alterada de US$ 250

milhões para US$ 143.604.000,00 (cento e quarenta e três milhões, seiscentos e quatro mil dólares), sem redução de metas, apenas redução financeira por variação de câmbio, no qual o mutuário pagará US$ 71.802.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e dois mil dólares) e o BID emprestará US$ US$ 71.802.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e dois mil dólares) (Belém, 2021).

A segunda etapa do programa possui uma extensão territorial por toda a Avenida Bernardo Sayão, em sua faixa continental, cuja poligonal vai da Rua Veiga Cabral até Quintino Bocaiúva, cobrindo as áreas do Miolo do Jurunas e Comunidade Ilha Bela.

Segundo a reportagem do Agência Belém, publicada em 4 de março de 2021, o programa:

> [...] foi praticamente parado na administração anterior, a ponto de receber uma avaliação insatisfatória do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um dos financiadores do programa, por apresentar uma baixa evolução financeira por ineficiência da gestão [...] O engenheiro sanitarista e Mestre em saneamento ambiental e recursos hídricos, Rodrigo Rodrigues, que assumiu a coordenação geral do Promaben há menos de dois meses, herdou um passivo financeiro e de obras que já estava praticamente inviabilizando a continuação do programa. Segundo Rodrigo, já está sendo feito o alinhamento com as empresas e a Prefeitura para não paralisar essas obras. A nova gestão do Programa está fazendo a revisão de carteira para mudar a avaliação de desempenho para satisfatória e manter o contrato com o banco, em reunião prevista para o próximo mês de abril. Isso inclui a realização de ações importantes para a parte social do programa como a atualização dos cadastros sociais que deve começar a ser feita ainda este mês e a previsão de obras como a Estação de Tratamento de Esgotos e unidades habitacionais e comerciais (Sena, 2021).

É importante afirmar que esta é a terceira gestão Edmilson Rodrigues como prefeito da cidade de Belém. As suas duas experiências como prefeito no final do século XX e início do século XXI na cidade foram referências de uma gestão participativa, pois buscou-se romper com a cultura política autoritária historicamente imposta no país e reinventar na cidade de Belém a esfera da participação popular (Neves; Quintela; Cruz, 2004).

A experiência atual da gestão mantém o seu discurso democrático e participativo, considerando os desafios de implementar essa proposta em um cenário de extremo conservadorismo, autoritarismo e violência contra os direitos humanos e contra os movimentos sociais e outras formas de organização popular, bem como os desafios impostos pelo cenário de pandemia da Covid-19.

Prosseguindo, cabe salientar que o PROMABEN II incide sobre 6 (seis) dos 8 (oito) bairros componentes desta bacia hidrográfica, a saber: Jurunas, Condor, Cremação, Nazaré, Batista Campos e São Brás.

Conforme o Relatório do primeiro semestre de 2021, o PROMABEN na sua segunda etapa tem como objetivo geral "contribuir para melhorar as condições socioambientais que afetam os habitantes da bacia da Estrada Nova e da bacia do Una, na cidade de Belém" e de forma mais específica visa (Belém, 2021, p.13):

> i. Melhorar as condições ambientais e urbanas da população por meio da reabilitação e/ou construção de sistemas de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de águas servidas; construção e reabilitação de vias de acesso; educação sanitária e ambiental; regularização da posse da terra; controle de doenças tropicais; e adoção de soluções habitacionais adequadas;
> ii. Aumentar a capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas. O Projeto complementa e completa as obras previstas no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) e amplia a área de intervenção e o número de beneficiários (Belém, 2021, p.13).

O programa está estruturado em dois componentes. O Componente I, obras de infraestrutura, engloba as ações de: i) infraestrutura sanitária: água potável e esgoto nas sub-bacias 1 e 2 da bacia da Estrada Nova, incluindo uma estação de tratamento de esgoto na sub-bacia 1 e conexões intradomiciliares; ii) drenagem e melhoria ambiental e habitacional: macrodrenagem na sub-bacia 2, microdrenagem nas sub-bacias 1 e 2; aterramento de várzeas na sub-bacia 1 e áreas adjacentes da Av. Bernardo Sayão; construção de unidades habitacionais para as sub-bacias 1 e 2, bem como para necessidades futuras na Bacia do Una; iii) infraestrutura viária nas sub-bacias 1 e 2; iv) reabilitação dos canais da bacia do Una (Belém, 2021).

O componente II, Sustentabilidade e Fortalecimento Institucional, através das seguintes ações:

> i. Reassentamento de famílias e de atividades econômicas, por meio de compensações, definidas e estabelecidas no plano de reassentamento do Projeto;
> ii. Regularização de propriedade, educação sanitária e ambiental, participação comunitária e comunicação social;
> iii. Escritório de gestão participativa;
> iv. Implementação de ações de planejamento, gestão e controle de projetos do Município de Belém, incluindo o apoio nas seguintes instituições: implementação de sistema de gestão por resultados; reestruturação da Secretaria de Saneamento (SESAN), da Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEP) e da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), ou outras que vierem a sucedê-las com as mesmas competências legais; capacitação e treinamento de servidores públicos; adequação do setor de saneamento do Município de Belém aos requisitos da legislação federal de saneamento básico; gestão da agência municipal reguladora de serviços de água e esgoto (AMAE/Belém); fortalecimento da capacidade operacional da SESAN; implantação de um sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) na CODEM; implantação de um Sistema de Gestão Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA); (ix) ações de melhoria da saúde da família e controle de doenças negligenciadas por meio de tratamento e na construção de

> duas unidades de saúde para a Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) (Belém, 2021, p.14).

Ainda conforme o documento, os beneficiários indiretos do PROMABEN II são de modo geral todos os habitantes do Município de Belém e os beneficiários diretos são os moradores que residem na bacia hidrográfica da Estrada Nova. Conforme o documento, "[...] em particular os 136 mil que residem nas sub-bacias 1 e 2. Somam-se àqueles os 700 mil habitantes que terão os benefícios da reabilitação das obras da bacia hidrográfica do Una" (Belém, 2021, p.14-15).

Como foi mencionado, o Programa tem no seu escopo a criação de um sistema interligado de serviços de saneamento, à saber: 1) Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que está sendo construída na Avenida Bernardo Sayão, esquina da Travessa Quintino Bocaiúva, e objetiva transformar água suja em efluentes reutilizáveis; 2) Unidade de Referência de Vigilância das Doenças Tropicais Negligenciadas (URVET), que está em fase de conclusão e visa fortalecer institucionalmente a Secretaria Municipal de Saúde (SESMA), com o objetivo de garantir maior controle sobre as doenças causadas pela falta de saneamento; e o 3) Canal de Descarga Caripunas Beira-Mar, obra já entregue pela atual gestão, tem o papel de controlar as águas das marés altas por meio de um sistema de comportas que previne alagamentos.

Atrelado a estes serviços, o Programa está construindo o Conjunto Habitacional I e o Conjunto habitacional Adicional, ambos localizados na Travessa Quintino Bocaiúva, contando com um total de 352 unidades habitacionais. Outrossim, dentro do Conjunto habitacional estão sendo construídos 44 boxes comerciais, para reassentar os comerciantes afetados diretamente pelas obras do PROMABEN II.

5. **A RENOVAÇÃO URBANA DO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA E A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS**

Embora os serviços implementados pela segunda etapa do PROMABEN tenham uma articulação, é importante considerar o seu caráter de transformação do conteúdo social do território por meio da renovação urbana.

A partir do *modus operandi* das intervenções urbanísticas que vem sendo implementadas na cidade de Belém, identifica-se que um dos efeitos produzidos na vida das famílias que residem nos territórios populares definidos como "poligonal da obra", é a restrição/exclusão do acesso ao saneamento, por meio do processo de reassentamento involuntário.

Por meio dos dados e informações do Plano Específico de Reassentamento, que se originou do Diagnóstico Socioambiental, Econômico e Institucional correspondentes aos trechos I, II e III (Ilha Bela), realizados pela Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II

e pelo consórcio de empresas TPF-Synergia, foi possível identificar que a população afetada pelo programa, engloba um total de 423 famílias e 1.319 pessoas residentes, em 314 imóveis (Belém, 2022).

Dessa forma, um primeiro dado importante trazido pelos diagnósticos é que a população negra predomina as áreas onde ocorrerá o PROMABEN II. Os dados indicam que as características étnico-raciais dos componentes das 423 famílias, a partir da autodeclaração, é constituída por indivíduos pardos e pretos com o total de 1.046 (mil e quarenta e seis) pessoas, isto é, 79,3% (Belém, 2022).

Os diagnósticos socioterritoriais indicam que o público que será mais impactado pelo programa será do gênero feminino, possivelmente, mulheres chefes de famílias. No que diz respeito ao gênero, das 1.319 pessoas residentes nos imóveis residenciais e mistos, 694 (seiscentas e noventa e quatro) pessoas são do gênero feminino, equivalente a 53% e 625 (seiscentas e vinte e cinco) são pessoas do gênero masculino, equivalente a 47% (Belém, 2022).

Outro dado revelado nos documentos é o empobrecimento da população afetada, que utiliza os auxílios assistenciais para garantia das suas necessidades básicas. Conforme a renda mensal dos titulares das famílias, 16,31% dos entrevistados declararam não possuir renda. Além disso, 25,38% declararam possuir renda de até R$ 550,00 e 27,79%, renda de R$ 550,00 até R$ 1.100,00. Vale destacar que os titulares das famílias principais sem renda e com até um salário-mínimo somam 69% dessa população (Belém, 2022). É importante considerar ainda que o contexto de realização do Levantamento Cadastral das famílias afetadas e elaboração dos Diagnósticos Territoriais pelo PROMABEN II ocorreram no período de 2021 a 2022, ainda com um cenário pandêmico, de forte impacto econômico nas vidas das famílias com o aumento do desemprego.

É importante ressaltar o esforço da gestão atual de construção de um Plano Específico de Reassentamento (PER), no contexto do PROMABEN II, com 21 soluções, visando atender as diversas especificidades das famílias e comércios que existem nos territórios da Sub-Bacia I e II. Contudo, cabe reforçar que o processo de reassentamento involuntário gera uma cadeia de impactos sociais, ambientais e psicológicos na vida das famílias.

Conforme Vieira e Ágata (2020) e de Vieira (2015), o processo de remoção e reassentamentos reforçam processos de segregação e desigualdade social, como: 1) Perda de emprego; 2) Mudança para locais em condições piores do que as vivenciadas anteriormente à remoção; 3) Perda do ano letivo escolar e até abandono da escola, em casos de crianças, adolescentes ou adultos estudantes; 4) Incidência de doenças, como surtos nervosos, problemas cardíacos, depressão e outras, em decorrência da instabilidade criada pela indefinição da alternativa habitacional, provisória ou definitiva; 5) Ruptura das relações de solidariedade, que fornecem sustentação a muitas famílias,

inclusive emocional, estruturadas na vizinhança; e 6) Perda de alternativas de lazer anteriormente organizadas.

Rolnik (2015, p.141), na sua obra Guerra dos Lugares, traz uma leitura dos processos de remoções nos territórios sem nome, as favelas e assentamentos populares do mundo urbano. Para a autora, os assentamentos populares nas cidades são marcados pela transitoriedade permanente, que implica em espaços que operam como "territórios de reserva de terras, transitórios, passíveis de serem capturados no momento adequado aos interesses econômicos pelos agentes do mercado".

Destaca-se também que no século XIX, Engels (2015, p.41) afirmava que, a forma da classe burguesa solucionar a questão da habitação da moradia era contraditória, pois na medida em que a "solucionava-se", de forma pontual, a questão da moradia em determinado território, ocorria a reprodução da questão em outro território. Como o próprio autor afirma em relação a experiência Haussmaniana, "as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato, mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente na vizinhança imediata".

Esse referência a Engels traz a reflexão da contradição que está presente nas obras de intervenção urbanística, como é o caso do PROMABEN II, que apesar de ter no seu escopo um conjunto de obras e serviços e ações socioambientais - que visam mitigar os efeitos negativos da intervenção e renovar o espaço com infraestrutura urbana nos territórios da Bacia da Estrada Nova - , reforça as desigualdades ao excluir as frações da classe trabalhadora que viveram há anos nesses territórios populares por meio de soluções impostas, seja para locais distantes, locais próximos com infraestrutura urbana insuficiente ou compensações financeiras insuficientes para adquirir um imóvel em um local saneado. Ademais, com o processo de renovação, ao longo dos anos, pode-se ter o processo de expulsão indireta de famílias remanescentes, diante do aumento do custo de vida nas áreas renovadas, como mostra a experiência das obras da Doca de Souza Franco apresentada na obra de Abelém (2018) ou até mesmo conforme a experiência de reassentamento do Projeto Orla, apresentado na pesquisa de Marinho (2021).

Dessa forma, considera-se que existem desafios para o planejamento e gestão das cidades, na perspectiva de garantir os direitos humanos no processo de reassentamento "involuntário", diante da "face violenta e, portanto, mais visível, de processos em curso de criminalização e fortalecimento do estigma territorial que incide sobre os territórios populares" (Rolnik, 2015, p. 197-198).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a partir do referencial teórico e do método escolhido para expor os dados constatou-se, por meio da pesquisa bibliográfica, que na história do Brasil, diferentes matrizes de

planejamento e gestão urbana vem orientado as cidades. Diante da intensificação do neoliberalismo, o modelo de gestão e planejamento de políticas urbanas que vem ocupando o trono deixado pelo padrão tecnocrático-centralizado-autoritário é o chamado planejamento estratégico de cidades, que visa transformar a cidade em empresa.

A partir da análise do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), nas etapas I e II, revelou-se que a sua execução vem se dando de forma desafiadora na medida em que vem sendo redesenhado de acordo com as concepções ideopolítica e técnicas das diferentes gestões municipais, seja com um viés tecnocrático ou viés participativo.

É importante considerar que o Programa vem sendo desenhado em um território popular, a bacia hidrográfica da Estrada Nova, um território de baixada e que tem na sua história a marca da reivindicação popular por saneamento e melhores condições de moradia.

Embora a renovação urbana seja fundamental para a mudança do aspecto físico dos territórios, por meio do saneamento das áreas que antes eram baixadas e criação de infraestrutura; tem-se a um efeito segregativo com a mudança do aspecto social dos territórios populares, seja por meio do reassentamento involuntário ou até mesmo da expulsão indireta de moradores remanescentes em decorrência do encarecimento do valor do solo e aumento do custo de vida. Com isto, apreende-se que ao passo que a intervenção avança com a sua proposta de renovadora, há a produção e reprodução das desigualdades socioespaciais nos territórios populares da bacia hidrográfica da Estrada Nova.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção:** por que e para quem?. 2. ed. Belém: NAEA, 2018.

BELÉM. **Plano Específico de Reassentamento**. Belém: UCP/PROMABEN; BID, 2022.

BELÉM. **Plano Municipal de Saneamento Básico:** volume I caracterização geral do município de Belém. Belém: PMB/Consórcio Egis-ampla, 2020.

BELÉM. **Programa de Recuperação Urbano-Ambiental da bacia hidrográfica da Estrada Nova:** Estudos de Impacto Ambiental - Memorial Descritivo/Tomo 01/03. Belém, 2007.

BELÉM. **Relatório Semestral de Progresso: PROMABEN II - 06/2021**. Belém: UCPPROMABEN, 2021.

BID. **Contrato de Empréstimo nº 3303/OC-BR entre o município de Belém o o Banco Interamericano de Desenvolvimento:** Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN II. Belém, 2017

BRITO, Juliana. Prefeitura e BID discutem avanços e novo prazo para contrato do Promaben. **Agência Belém**, Belém, 06 mai. 2021. Disponível em: https://agenciabelem.com.br/Noti cia/219727/prefeitura-e-bid-discutem-avancos-e-novo -prazo -para-contrato-do-promaben. Acesso em: 18 mai. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 7. ed. São Paulo: paz & terra, 2020.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ENGELS, Friedrich. As Grandes Cidades. *In:* ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 67-116.

ENGELS, Friedrich. Como a burguesia resolve a questão da moradia. *In:* ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia.** 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015. p.32-49.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade revolução urbana. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Rio de janeiro: Vozes, 2014.

MARINHO, Taynáh de Nazaré Argolo. **Condições de moradia e de sobrevivência das famílias em auxílio aluguel em Belém Pa:** os efeitos do projeto Orla e o (não) direito à moradia digna na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **A política de assistência social em Belém**: palavra de quem trabalha e reinventa a vida (1997-2004). Belém: Paka-Tatu, 2004.

NOVAES, Jurandir Santos de. **Território e lugar:** a construção democrática da metrópole – O congresso da Cidade de Belém do Pará. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém:** estudo de geografia urbana – Volume 2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

RIOS, Naiara de Almeida. **Educação ambiental e gestão de recursos hídricos:** a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, Belém/PA. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

ROLNIK, Raquel. Os sem-lugar ou a crise global de insegurança da posse. *In:* ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p.141-194.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escaladas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.**,Curitiba, nº16, p.31-49, jun. 2001.

SANTANA, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. **R. Katál., Florianópolis**, v. 15, n. 1, p. 21-31, jan./jun. 2012.

SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos. **Planejamento Urbano do Brasil e a Intervenção Urbanística no Igarapé Tucunduba em Belém/PA – 1997/2004**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SENA, Raimundo. Membros das Cofis do Jurunas, Cremação e Condor tomam posse para fiscalizar obras do Promaben. **Agência Belém**, Belém, 06 mai. 2022. Disponível em: http://agenciabelem.com.br/Noticia/224807/membros-das-cofis-do-jurunas-cremacao-e-cond or-tomam-posse-para-fiscalizar-obras-do-promaben. Acesso em: 18 mai. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. 1. ed. Belém: NAEA,1997.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano. *In:* ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-104.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa:** análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, Núria Pardillos. **O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias: atualização de antigas requisições.** 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Serviço Social. 2015

VIEIRA, Núria Pardillos; ÁGATA, Lúcia. Remoções de famílias em intervenções urbanas e direito à cidade: convocação para o trabalho social em tempo de destruição de direitos. In: PAZ, Rosangela Dias Oliveira da Paz; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. **Serviço social e trabalho social em habitação:** requisições conservadoras, resistências e proposições. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p.171-191

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In:* DEÀK, Csaba; SCHEFFER, Ramon (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: ed. USP, 1990. p.169-244.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americano

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL

CORPOS EM MOVIMENTO: PERCURSOS E PERCALÇOS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO (BELÉM-PARÁ)

Bárbara Faciola Pessoa Baleixe da Costa (PPGAU-UFPA)[1]
Luiz de Jesus Dias da Silva (PPGAU-UFPA)[2]
Cintia G. R. da Silva Sousa (PPGAU-UFPA)[3]
Maria Carolina dos Santos Guimarães (FAU-UFPA)[4]

RESUMO: O presente trabalho objetiva investigar os trajetos experienciados pelos pedestres que adentram a Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, pelo seu portão 04, localizado na Avenida Perimetral. Ao etnografar os percursos percorridos pelos transeuntes, através de observação direta e de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, a ideia foi identificar e caracterizar os percalços enfrentados por quem transita pela região, com especial atenção aos usuários dos serviços ofertados no setor de saúde do campus, que fica nas proximidades do referido portão. Para o entendimento do contexto, além dos trajetos em si, importou realizar investigações complementares, voltadas para pessoas ligadas ao espaço por onde se passava, como, por exemplo, servidores responsáveis pela manutenção das calçadas, das vias e do bosque e igarapé Sapucajuba, um ponto comum a muitas das rotas feitas pelos diferentes transeuntes vindos do portão 04. Mobilidade, acessibilidade e caminhabilidade urbana são conceitos teóricos importantes para a análise proposta. Observações iniciais desenvolvidas em projeto de extensão universitária multisetorial e multidisciplinar em curso indicaram que as pessoas que entram no campus pelo referido portão sem a utilização de carros, ônibus ou bicicletas, ao terem que recorrer aos passeios, não raramente concorrem com veículos automotores e encontram obstáculos no caminho, e, sendo muitas dessas pessoas enfermas, idosas ou com dificuldade de locomoção, enfrentam nesses trajetos situações que podem acentuar desigualdades e vulnerabilidades estruturais. Identificar riscos, obstáculos, dificuldades e os caminhos dos trajetos pode subsidiar melhorias a serem implementadas na cidade universitária, tornando-a mais acessível e caminhável. E, a análise qualitativa nessa escala de menor proporção pode ser relacionada a questões enfrentadas em maior escala nas cidades amazônicas e da América Latina, contribuindo-se assim para a caracterização e superação das desigualdades que as permeiam.

Palavras-chaves: Percurso etnográfico, mobilidade, caminhabilidade, acessibilidade.

[1] Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Pará (Cesupa). Mestre em Antropologia pelo Programa de pós- graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFPA. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: barbarabaleixe@gmail.com.
[2] Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/UFRJ. Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFPA. Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, FAU/UFPA e do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: ljds@ufpa.br.
[3] Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Mestranda Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: cintiadasilva@live.com.
[4] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Email: mcarolinagsb@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na pandemia, o Setor da Saúde da UFPA da Cidade Universitária José da Silveira Netto, ou *campus* Guamá, precisou se adequar a novas demandas impostas pela Covid-19. Iniciou-se um trabalho de requalificação local, considerando-se sobretudo a maior necessidade de espaços abertos para profissionais da saúde, para os utilizadores dos seus serviços e também para os seus acompanhantes. Gina Calzavara, administradora da UFPA, contando com parcerias, protagonizou uma série de melhorias locais, como a construção de mobiliário urbano, de barreiras de *bougainvilles* para impedir o avanço do estacionamento para área vegetada do Sapucajuba, a captação de terra preta para melhoria da qualidade do solo para plantio e o plantio de diferentes espécies. Ao intensificar sua atuação na região, ela também constatou uma série de problemas e necessidades que precisam ser melhorados e atendidas.

Atrelando-se às suas iniciativas, desde 2023 até então está em curso o Projeto de Extensão "Laboratório de Urbanismo, Paisagismo e Percepção Sensorial: suporte à criação de sistema de espaços de convivência e de soluções baseadas na natureza para o Campus da Saúde", no qual professores, servidores e alunos da Universidade Federal do Pará trabalham em conjunto pensando o Bosque e Igarapé Sapucajuba e suas redondezas como um laboratório vivo.

Neste contexto, os autores desta comunicação, todos vinculados ao referido projeto e, mais especificamente, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, realizaram a pesquisa justamente para melhor conhecer a realidade local e para embasar possíveis propostas de soluções projetuais futuras para o local.

Mobilidade urbana[5] diz respeito a facilidade e a eficiência com que pessoas e bens se deslocam no espaço urbano. Esses deslocamentos podem ser motorizados ou não[6], sendo que o grande número de veículos motorizados em circulação e as muitas consequências negativas que eles trazem, tais como poluição, congestionamento, acidentes, importa que se pense em modos mais sustentáveis de mobilidade.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelecida pela Lei 12.587 de 2012, por exemplo, dentre as suas diretrizes, estabelece a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os

[5] [5] A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e estabelece outras providências, em seu artigo 4º define mobilidade urbana como "condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano" e acessibilidade como "facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor".

[6] A mesma lei, Lei nº 12.587, classifica os modos de transporte urbano como motorizado e não motorizado, e os define assim: "transporte motorizado: modalidades que se utilizam de veículos automotores" e " modos de transporte não motorizado: modalidades que se utilizam do esforço humano ou tração animal".

motorizados (Brasil, 2012). Dentre os modos de transporte não motorizado, destacamos o caminhar, cujos benefícios são altamente reconhecidos (Southworth, 2005). É um modo de transporte ativo, ou seja, movido pela força do pedestre, que permite o exercício físico concomitante a viagem, sem produzir ruídos ou poluição, está disponível para uma grande parcela da população, promove economia nos custos, diminui congestionamentos –apenas para citar alguns dos seus benefícios conforme exposto por Castro e Kanashiro (2021); Pitilin e Sanches (2020 *apud* Nascimento, 2016); Southworth (2005). Ainda mesmo quando falamos de outros modos de transportes, o caminhar não deixa de fazer parte das viagens cotidianas Southworth (2005 *apud* Cidade de Boulder, 2003) – caminhar até ao ônibus, ao carro, por exemplo.

A mobilidade pessoal é um direito assegurado às pessoas com deficiência, na forma e no momento em que elas quiserem, e a custo acessível, que deve ser assegurada e facilitada pelo Estado brasileiro, signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Brasil, 2009). A mesma Convenção, dentre diversos outros tópicos, reconhece "a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais" (Brasil, 2009), de modo que pensar em mobilidade urbana acessível no Campus Universitário, onde há tanto serviços relacionados à educação, como também à saúde, é pensar de acordo com o ordenamento jurídico vigente. A Norma Brasileira 9050 (2021) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define acessibilidade do seguinte modo: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

CAMINHABILIDADE E CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO

Caminhabilidade é uma livre tradução do termo em inglês *walkability* (Pitilin e Sanches, 2020), podendo ser definida da seguinte forma:

> Caminhabilidade é a medida em que o ambiente construído apoia e incentiva a caminhada, proporcionando conforto e segurança aos pedestres[7], conectando as pessoas a destinos variados, mediante uma quantidade razoável de tempo e esforço, e oferecendo interesse visual nos trajetos em toda a rede. (Southworth, 2005, p.247)

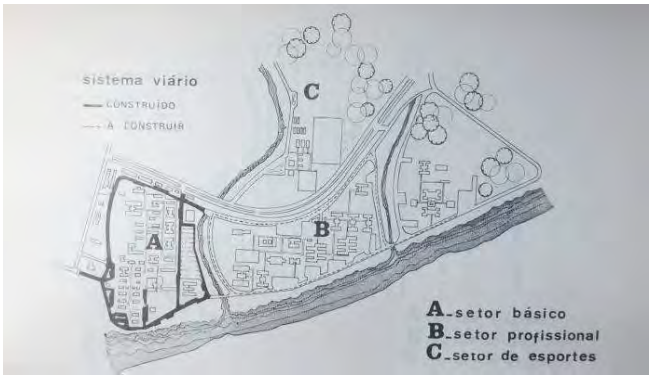
[7] Southworth (2005) cita a definição de pedestre do Planejamento da Política de Pedestres de Wisconsin de 2002: "A pedestrian is any person walking, standing or in a wheelchair", fixando o entendimento que uma pessoa em cadeira de rodas é um pedestre.

No âmbito urbano, a caminhabilidade era essencial às cidades antes da era dos automóveis, como se vê em algumas cidades medievais, em algumas cidades americanas coloniais e até mesmo em algumas cidades industriais do século XIX – ainda que neste último caso de modo insalubre (Southworth, 2005). "O deslocamento a pé até o início do século passado era a essência da forma das pessoas realizarem suas atividades diárias" (Castro e Kanashiro, 2021, p.278). O surgimento dos automóveis em 1920 somado a emergência do Modernismo, gerou impactos negativos na escala do pedestre, em muitos casos separado dos automóveis, obrigados a vencer grandes distâncias e embarreirados pelas vias de tráfego de alta velocidade: "[o]s valores do Modernismo orientados para o automóvel foram codificados nos padrões de transporte e design de ruas que hoje lutamos contra" explica Southworth (2005, p. 247, tradução nossa).

Criada com a sanção da Lei n°3.191, em 1957, instalada solenemente em 15 de março de 1958 e implementado inicialmente em 1964 com o nome "Núcleo Pioneiro do Pará" (UFPA, 1979), a Universidade Federal do Pará surge em período no qual o Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal possuía interesse em criar *campi* universitários em todo país, seguindo modelo norte-americano de ocupação, e possui diversos problemas usualmente atribuídos aos projetos urbanísticos e arquitetônicos de inspiração modernistas (Ximenes *et al*, 2011).

O partido geral urbano adotado pelo planejamento do "Campus" possui um sistema viário periférico para veículos, que visava gerar "grandes espaços utilizáveis flexivelmente com a vantagem de uma sensível redução de ruído de trânsito e dos conflitos de correntes de cruzamentos de veículos e de veículos com pedestres" (UFPA, p. 34, 1979). Além do anel viário, o seu partido geral possui sistemas de vias de penetração interna e bolsões de estacionamento (Ximenes *et al*, 2011). Somado a isso, "[s]ua malha urbana seguiu padrões de parcelamento rarefeitos, de menor densidade construída, e com grão espaçado, o que remonta aos espaços universitários ingleses e americanos do começo do século XX." (Ximenes *et al*, 2011, p.5).

Imagem 1 - Setorização da UFPA (Campus Guamá)



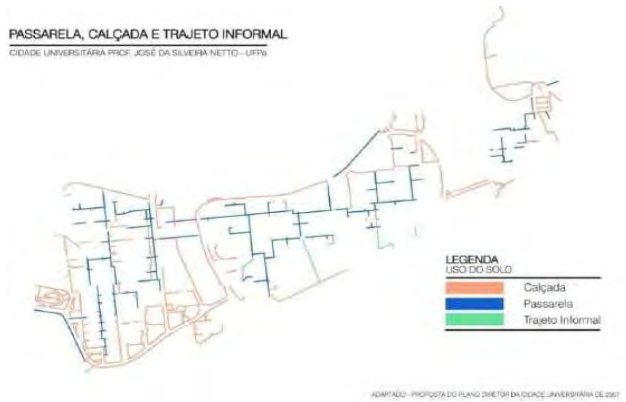
Fonte: UFPA, 1979, p.49

Ao realizarem investigações das condições de acessibilidade viárias e peatonal do campus e a conexão entre edifícios a partir de sua morfologia, os seguintes autores caracterizaram o sistema de mobilidade da Universidade da seguinte maneira:

> O sistema de mobilidade da cidade universitária da UFPa é composto por dois modais de circulação: vias com uso preferencial para tráfego de veículos e outra de uso exclusivo para pedestres. O sistema de circulação de pedestres da UFPa é composto por passarelas cobertas, passeios não cobertos e trajetos informais (Oliveira *et al*, 2020, *apud* UFPA, 2009).

As calçadas, passarelas e trajetos informais disponíveis para a circulação dos pedestres foram, inclusive, identificadas em diferentes cores, pelos mesmos referidos autores, como se vê adiante:

Imagem 2 - Passarelas, Calçadas e Trajetos Informais da UFPA (Campus Guamá)



Fonte: Oliveira *et al*, p.13

A falta de trajetos abrigados e acessibilidade espacial adequada para vencer distâncias de 600m ou maiores; e deslocamentos irracionais devido ao campus ainda ser, na visão dos usuários, muito esparso e sem misturas de uso do solo, foram alguns dos problemas identificados nos estudos da proposta de Plano Diretor da Cidade Universitária de 2007 (Ximenes *et al*, 2011).

Especificamente sobre o Setor da Saúde, os referidos estudos da proposta de Plano Diretor faz a seguinte caracterização, indicando um cenário desfavorável para quem caminha pela região:

> O Setor de Saúde é separado dos demais setores por uma barreira natural, o igarapé Sapucajuba. Neste setor do campus a ocupação é mais rarefeita e a ausência de passeios condiciona pedestres a deslocamentos extensos sem segregação entre os modais, deixando-os expostos a situações de risco, bem como a grandes deslocamentos. Os deslocamentos de pedestres são feitos a maior parte das vezes pelo ônibus circular, com tempo de espera elevado. Nota-se que em princípio não houve preocupação em integrar os edifícios, sobretudo devido à distância, e as passarelas existentes priorizam a ligação entre prédios com atividades em comum (Ximenes *et al*, 2011, p.16)

Levando em consideração as análises e caracterizações do campus feitas pelos referidos pesquisadores, e reduzindo a escala de análise, procuramos investigar as especificidades dos trajetos feitos pelos pedestres no setor da saúde.

Nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de setembro de 2023, 13 graduandos voluntários ao Projeto de Extensão "Laboratório de Urbanismo, Paisagismo e Percepção Sensorial: suporte à criação de sistema de espaços de convivência e de soluções baseadas na natureza para o Campus da Saúde" aplicaram 78 questionários aos pedestres do local. Os estudantes concentraram-se próximo ao portão 04, conversando com quem adentrava à Universidade pelo referido portão, e também concentraram-se próximo à ponte que atravessa o rio Sapucajuba, entrevistando quem vinha no sentido Setor Profissional ao Setor Saúde, com a expectativa de também indagar aqueles que não necessariamente entravam pelo portão 04, mas que também tinham parte de seus percursos no Setor da Saúde. No momento da aplicação, os entrevistadores procuraram acompanhar o entrevistado durante a entrevista, andando ao seu lado.

Dentre os entrevistados, a maioria era estudante (64,1%), seguido por usuários dos serviços de saúde (16,7%), depois por servidores (7,7%), atletas (3,8%), autônomos (2,6%) e por "outros" (egressos, colaboradores, caminhada e nenhum, cada um desses representando 1,3%), salientando-se que nenhuma professora ou professor constava dentre as resposta dadas. Além disso, a maioria era de interlocutoras, ou seja, a maioria se identificava como sendo do gênero feminino (62,8%).

São muitas e diferentes as origens dos transeuntes da região. Quanto aos bairros de origem dos entrevistados, obtivemos respostas indicando origens tanto do município de Belém, como de outros: Terra firme (4 pessoas); Guamá (4 pessoas); Pedreira (3 pessoas); Marco (3 pessoas); Curió-Utinga (2 pessoas); Coqueiro (2 pessoas); Aurá (2 pessoas); Cidade Velha (2 pessoas); Telégrafo (2 pessoas); São Brás (2 pessoas); e, com um respondente: Jurunas; Tapanã; Canudos; Bengui; Marambaia; Una; Cremação; Cidade Nova; Nazaré; Umarizal; Condor; Levilândia; Icuí; Tenoné; Parque Guajará; Distrito Industrial; Batista Campos; Maracangalha; Jaderlândia; 40 Horas; Mangueirão; Sacramenta e Souza. A resposta não era de múltipla escolha, possuindo um campo aberto, sendo respondida, em alguns casos com: Ananindeua, Barcarena, Pau D'Arco, Icoaraci, São Domingos do Capim, Castanhal, Santa Isabel, Salvaterra, Palmas, Ponta de Pedra, Bragança, Tucuruí, Viseu, comunidade quilombola em Mocajuba. Em algumas situações, mais de um bairro ou município foi indicado como sendo de origem e, numa situação específica, em seguida ao bairro, foi especificado que o respondente era do Paquistão.

Sobre o grupo dos estudantes, um universo de 50 das 78 respostas totais, é interessante perceber que eles possuem um tempo de permanência longo na universidade: 76% disse permanecer na Universidade por mais de 6h, 18% de 4 a 6 horas, 4% de 2 a 4h, 2% de 1 a 2 horas e nenhum afirmou

ficar menos de 1h. Havia pessoas ligadas a diferentes cursos (Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Ciências Naturais, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia de Bioprocessos, Engenharia de Telecomunicações, Farmácia, Física, Ciências Farmacêuticas, História, Medicina, Genética e Biologia Celular, Nutrição e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Turismo, Técnico em TI), sendo que, com mais de 5 respondentes, destacaram-se: Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, todos de cursos localizados no setor da saúde, ou seja, para a maioria deles, o Setor da Saúde era um lugar não apenas de passagem, mas também de permanência.

Quanto aos usuários dos serviços de saúde, 13 respondentes, 53,8% afirma não ser frequente na Universidade, 30,8% vai ao campus uma vez ao mês, 7,7% quinzenalmente e 7,7% semanalmente, sem respostas para as idas diárias. Essas 13 pessoas definiram que vão: agendar consultas ou serem consultas (4), ao otorrino (1), a maternidade (1), maternidade e otorrino (1), ao ginecologista (1), a pediatria neurologia (1), a odontologia (1), fazer exames no Hospital Bettina (1) e algumas, de modo mais genérico, vão por motivo de "saúde" e ao "Hospital Bettina". A não frequência das visitas pode ser interpretada como um indicativo da necessidade de aumento das identificações locais, como placas, mapas, guias, etc, afinal, quem pouco frequenta tem menos familiaridade com o local.

Um total de 06 servidores[8] também conversou conosco e 09 "outros", sendo, no último caso, também uma maioria (66,7%) de pessoas que permanecem mais de 6 horas na Universidade.

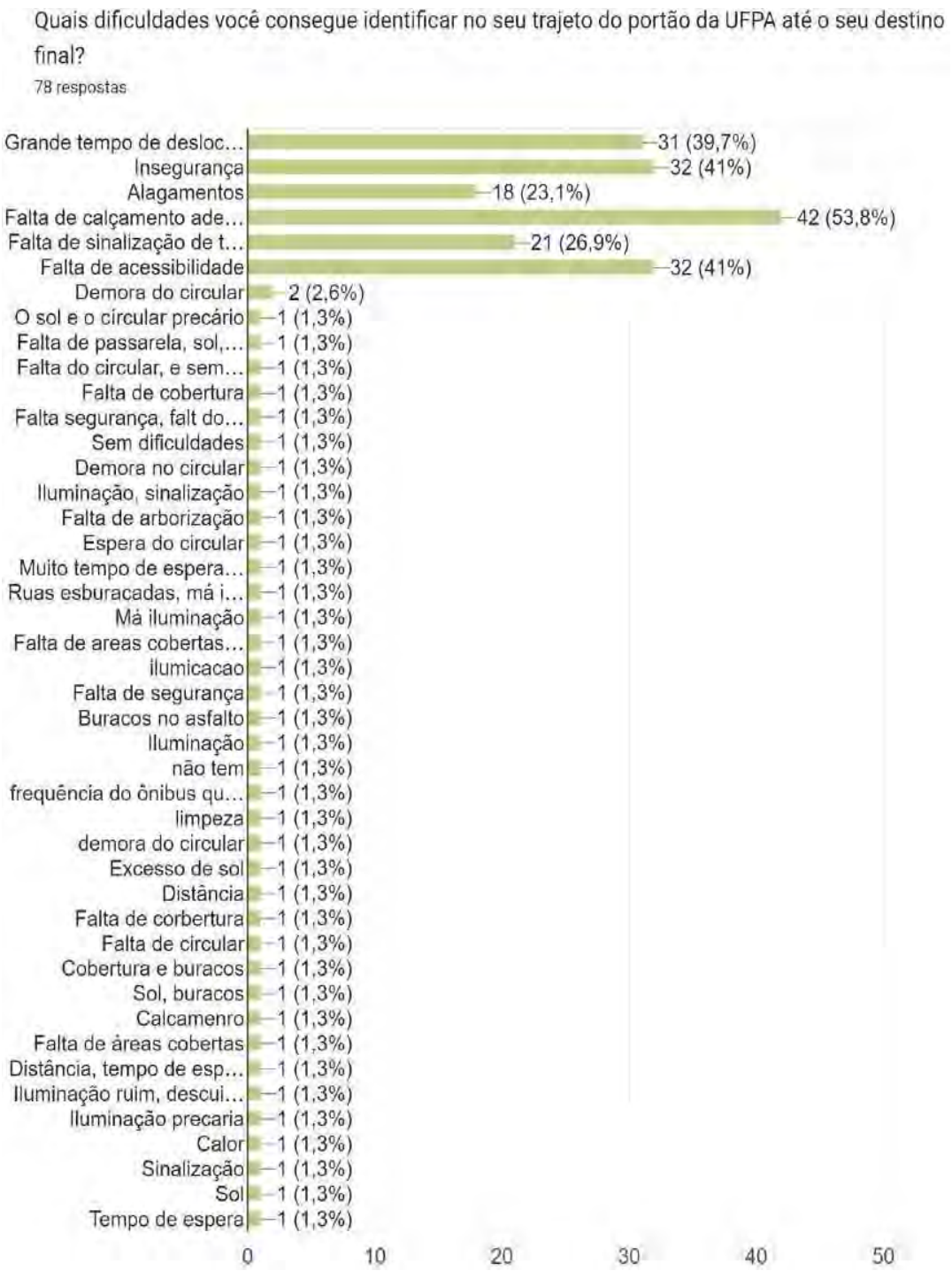
Mais da metade dos entrevistados (57,7%) desconheciam a existência do Bosque e Igarapé Sapucajuba nos trajetos do campus da saúde que estavam sendo realizados ao se fazer a entrevista. Por sua vez, 57,7% dos entrevistados sentiam que as ações feitas nos últimos meses no entorno do Sapucajuba, como trabalhos paisagísticos e limpeza do Igarapé impactaram no seu dia a dia. E 55,1% percebeu a redução dos níveis de alagamento nessas áreas, o que pode ser um reflexo positivo de algumas das ações de melhoria local, como a limpeza do Igarapé e o plantio de árvores com suas consequências positivas no ciclo hídrico..

A falta de calçamento adequado foi o problema mais apontado pelos entrevistados ao serem demandados sobre quais dificuldades conseguiam identificar nos seus trajetos do Portão da UFPA até o seu destino final. A insegurança e a falta de acessibilidade foram os segundos problemas mais apontados, seguidos pelo grande tempo de deslocamento. Depois, a falta de sinalização e, em seguida, os alagamentos

[8] Aqui houve um equívoco na construção do formulário e a pergunta "por quanto tempo você permanecer na faculdade" foi trocada por "há quanto tempo?", mudando o sentido almejado, com respostas como "há 2 anos" ou "Mais de 30 anos", portanto, foram desconsideradas nas comparações, gerando uma lacuna sobre o tempo de permanência dos servidores.

foram denunciados. Era uma questão de múltipla escolha, seguida de “outros” para que as pessoas trouxessem problemas não necessariamente previamente previstos na elaboração do formulário:

Imagem 3 - Dificuldades em trajetos no Setor da Saúde da UFPA na perspectiva dos pedestres



Fonte: *Google forms* (Bosque e Igarapé Sapucajuba - Formulários Google)

Além da pergunta sobre problemas, houve um questionamento sobre outras melhorias que os pedestres gostariam que ocorressem na área, com diversas respostas. Fizemos alguns destaques indicando a recorrência de alguns desses desejos, agrupando alguns por cor, de modo não taxativo.

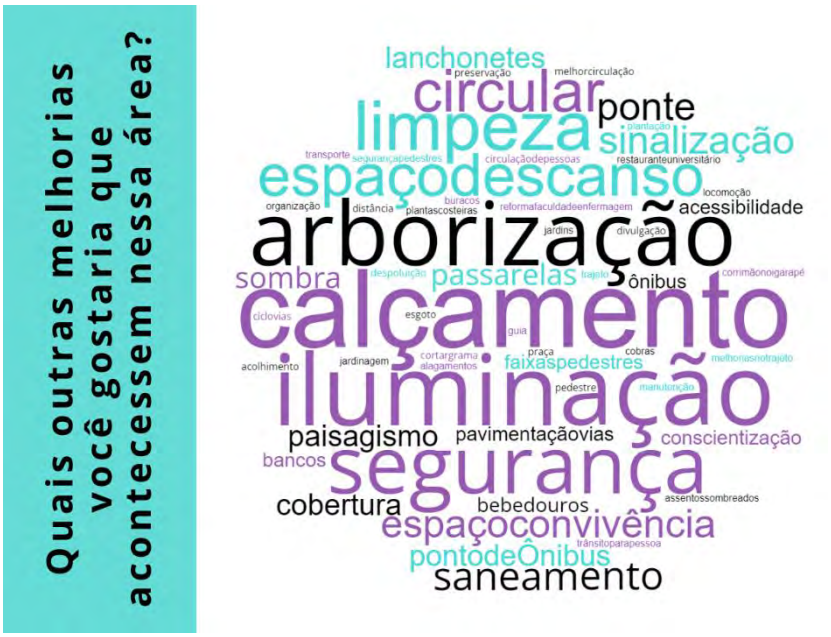
Imagem 4 - Melhorias desejadas para a área do sapucajuba na perspectiva dos pedestres.



Fonte: Elaborado pelos autores

Com alguns ajustes nas respostas para aproximar categorias sinônimas, uma nuvem de palavras foi construída, com auxílio do site wordclouds.com

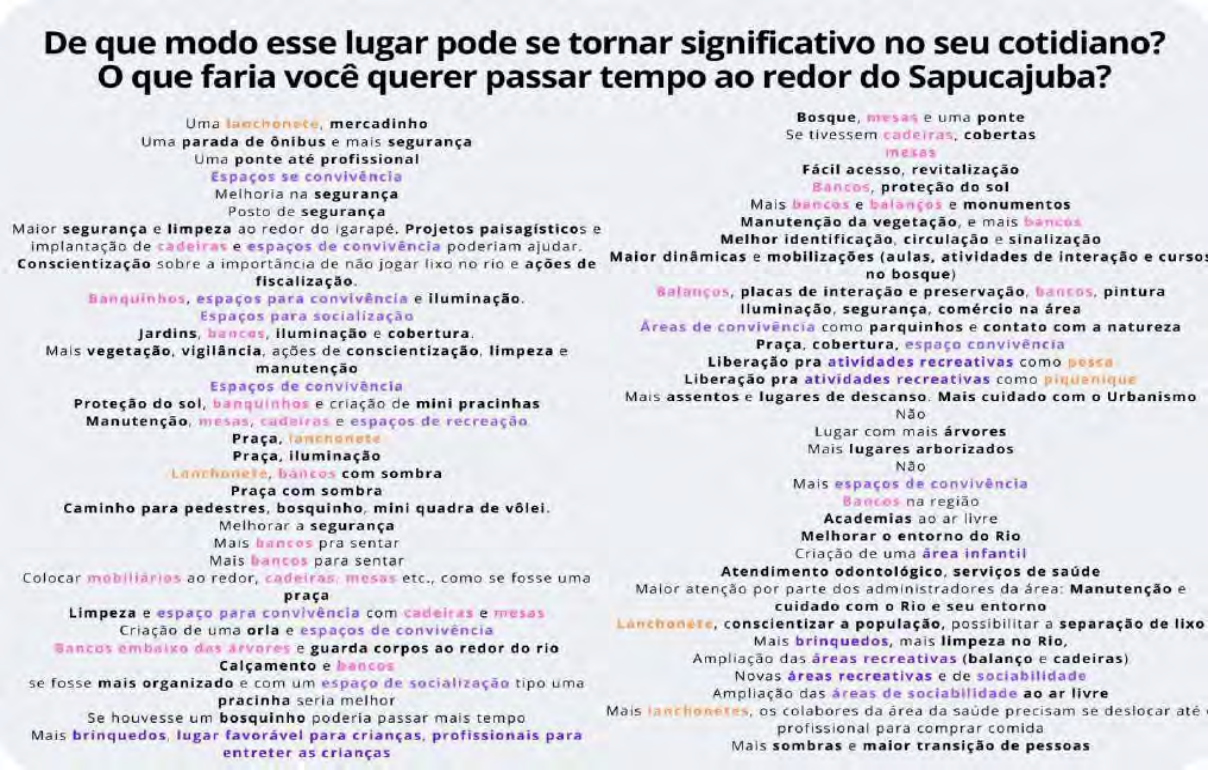
Imagem 5 - Nuvem de palavras com possíveis melhorias na área do sapucajuba na perspectiva dos pedestres



Fonte: Elaborado pelos autores

Foi perguntado também de que modo o espaço poderia se tornar significativo no cotidiano dos entrevistados; o que faria com que as pessoas quisessem passar tempo ao redor do Sapucajuba. As respostas se assemelharam às respostas da pergunta anterior, porém com mais soluções interessantes no sentido de pensar o Sapucajuba não apenas como um lugar de passagem, mas também de permanência, e na relação dessas duas perspectivas: por exemplo, a falta de Restaurante Universitário no Setor da Saúde obriga os estudantes a se deslocarem. As cores agrupando algumas das respostas estão em tons próximos considerando a que são elementos a não serem pensados de modo estanque. Importante destacar também que mobiliários urbanos, como bancos. cadeiras e balanços, podem ser úteis tanto para áreas de convivência, como também nos percursos de caminhada, como local de descanso intermitente, considerando que distâncias também são relativas e atravessadas por variáveis de diferentes corpos e necessidades.

Imagem 6 - Mudanças significativas para área do sapucajuba na perspectiva dos pedestres



Fonte: Elaborado pelos autores

Do mesmo modo, com algumas alterações por aproximação, outra nuvem de palavras foi gerada:

Imagem 7 - Nuvem de palavras com mudanças significativas para área do sapucajuba na perspectiva dos pedestres



Fonte: Elaborado pelos autores

DO PORTÃO 04 AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO E AO CENTRO DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

Atualmente a Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto possui 5 portões de acesso. O setor da saúde pode receber fluxos provenientes de todos os portões e é importante identificá-los e caracterizá-los, sendo que, nesta etapa do trabalho, nos voltamos especificamente ao portão 04, em uma micro escala. Além da proximidade do portão com o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) e ao Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (CASMuC), em entrevistas nos foi informado que é neste portão que, em dias de distribuição de senhas para agendamentos de consultas, é lá que ficam concentradas as pessoas em fila, esperando que a UFPA abra, muitas vezes desde o dia anterior para garantir o seu lugar. Nesses dias de agendamento, o portão é aberto apenas para pedestres antes mesmo das 6h, para que as pessoas que aguardam em fila possam andar aos seus destinos no Setor da Saúde e formar novas filas sem disputar com pacientes que estejam por exemplo de carro ou de transporte coletivo destinado ao transporte de pacientes médicos vindos de outros municípios –Tratamento Fora de Domicílio (TFD)–, garantindo-se assim a preferência dos pedestres. O ônibus circular só inicia às 7h da manhã, de modo que, neste intervalo e para essas pessoas, também não há a possibilidade do transporte público disponibilizado pela Universidade, mas tão somente o caminhar.

Uma série de observações foram feitas, como, por exemplo, no dia 20 de abril de 2023, por volta de 8h, após uma hora de trabalho de observação e contagem de pessoas e veículos que entravam e saiam no portão 4 da UFPA, observou-se, a partir das cadeiras que denominamos ponto de observação, de modo bem específico e com registro de imagens, duas senhoras que adentravam tal portão e que iam na direção das clínicas, provavelmente buscar serviços de saúde. Resolvemos acompanhá-las, inicialmente sem fazer abordagem pessoal ou identificá-las, mas com observação direta de longe, para verificar o trajeto que fariam para chegar ao setor mais concentrado, onde estão localizadas essas clínicas. Eram, uma senhora com menos idades aparentando ser acompanhante da outra senhora com mais idade, cada uma levando uma sacola típica de embalagem de exames médicos (Imagem 01 do quadro).

Nessa observação do percurso das duas senhoras, percebeu-se inicialmente a passagem delas pelo pórtico e a guarita dos vigilantes, mais especificamente pelo portão de pedestres, que fica no meio de uma calçada linear, a qual vem da área externa (avenida Perimetral) à área interna da UFPA e que ao adentrar por poucos metros o campus e logo é interrompida. Como que sabendo dessa interrupção do tal passeio público é abrupta,as duas senhoras logo mudaram de direção, preparando-se agora para atravessar a via de veículos automotores (Imagem 2 do quadro).

Imagem 8 -Percurso etnográfico a partir do portão 4



Fonte: Elaborado pelos autores, com fotos de Luiz de Jesus Dias da Silva e, na vista superior, Sâmyla Blois

As observadas ao descerem da calçada, tomam uma direção de travessia em diagonal, em relação à pista de entrada e saída da cidade universitária pelo setor de saúde, mas bem rente à margem da pista, onde deveria ter a continuidade da calçada que vem da área externa, e, nota-se que com a ausência dessa calçada, faz sua projeção transformar-se em um estacionamento para duas vagas de automóvel (Imagem 2 do quadro). O trajeto delas é diferente do senhor, que aparece na imagem 1 do quadro de imagens, o qual atravessa perpendicularmente fazendo um percurso menor para alcançar o outro lado da via.

Para atravessar elas levaram um tempo de 3 minutos e 12 segundos, enquanto aquele senhor da imagem 1 levou cerca de 15 segundos, pois é preciso considerar que a senhora idosa caminha com certa dificuldade, se amparando no braço da senhora mais jovem para atravessar a via, e, também, que elas vieram caminhando em uma diagonal muito intensa linearmente, possivelmente para intensificar mais a travessia quando não houvesse carros se aproximando delas.

A calçada da direita, (imagens 3 a 7 do quadro) é justamente a que fica nas proximidades do igarapé Sapucajuba e também não tem continuidade, ou seja, a partir de determinado trecho não é mais possível caminhar do mesmo lado, pois começa um gramado, sendo um terreno que pode ser alagadiço com influência da cheia do rio Guamá em marés altas, quando o igarapé Sapucajuba

transborda ou quando há coincidência da maré cheia e chuva. Assim, a caminhada das senhoras na calçada da direita da via vai até o fim da do calçamento, onde há uma placa com dizeres para que as pessoas atravessem a via novamente.

Nossa intenção nesse momento, foi de verificar a realidade desse trajeto corriqueiro que pessoas fazem diariamente e confirmar o que a administradora Gina Calzavara já havia dito, ainda no ano de 2021, quando ela estava problematizando as diversas situações de perigo que os pedestres passam quando adentram o setor de saúde pelo portão 4 e que são obrigados a fazerem esse movimento de ida e vinda de um lado para outro da pista por falta de calçada contínua, correndo riscos diantes dos muitos veículos que entram ou saem do da UFPA com pressa, imprimindo certa velocidade.

As senhoras que observamos, no trajeto a partir do portão 4, o qual, dá acesso ao do setor de saúde da UFPA, até em frente da Faculdade de Medicina, onde está o primeiro prédio que marca esse setor, nos ajuda a pensar o trajeto de muitas pessoas que fazem esse percurso no dia a dia: é feito por diferentes corpos e suas diferentes necessidades, velocidades, direções.

Da observação de diversos percursos semelhantes, construímos os quadros seguintes, um voltado para um caminho oficial e calçado e outro para um atalho frequentemente utilizado pelos pedestres:

Imagem 9 - Esquema com os principais problemas observados no percurso até o HUBFS e CASMUC



Fonte: Elaborado pelos autores, com imagens de satélite do Google e fotos de Bárbara Baleixe e Cintia Sousa

Imagem 10 - Esquema com os principais problemas observados no entorno do HBFS e CAMUSC



Fonte: Elaborado pelos autores, com imagens de satélite do Google e fotos de Bárbara Baleixe e Sâmyla Blois

Além da observação dos trajetos das pessoas no local e da aplicação de questionários, foram realizadas algumas entrevistas menos estruturadas por quem passava em direção ao Bettina ou ao CASMUC. Além do já exposto, sobre o atalho, uma servidora do local comentou que nele, sobretudo em dias de chuva ou quando chove na véspera, ela evita pegar o caminho mais curto com medo de cobra venenosas, ainda mais quando o mato que o ladeia está alto. Falou também do risco de se escorregar no trecho em que há terra batida e que, inclusive, já houve caso de idosa que escorregou lá devido a lama.

Pontos positivos relacionados ao local foram mencionados em algumas falas, seja no caminho calçado, seja no alternativo, como a possibilidade de prática de exercício físico, uma recomendação médica para uma das pacientes, e o contato com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análises sobre caminhabilidade podem ocorrer em escala micro, meso ou macro. Esta comunicação procurou contribuir na microescala, a partir de observações e entrevistas, corroborando algumas análises morfológicas já realizadas sobre o local que indicavam as dificuldades enfrentadas pelos pedestres no campus Guamá da UFPA que, seguindo inspirações modernistas, presumiu

deslocamentos motorizado em alguns trechos e, em muitos casos, não observando a escala do corpo humano.

A falta de calçamento, de acessibilidade, as grandes distâncias, a insegurança, os alagamentos, a demora do ônibus circular, a falta de cobertura para proteção contra sol e chuva, a iluminação precária, a falta de sinalização e de manutenção são as principais dificuldades enfrentadas e apontados pelos pedestres que precisam percorrer alguma parte do Setor de Saúde da Cidade Universitária José da Silveira Netto.

Melhorias no calçamento, iluminação, arborização, segurança, paisagismo, limpeza, ônibus circular, espaços de descanso e convivência, sinalização, saneamento, sinalização e a construção de mais passarelas, coberturas, lanchonetes, restaurante universitário e ponte são algumas das soluções que quem caminha no local gostaria que ocorressem na área.

Bancos, espaços de convivência, segurança, cadeiras, mesas, lanchonetes, iluminação, limpeza, sombreamento, áreas e atividades recreativas, conscientização, balanço, áreas infantis, dentre outros, são apontados como elementos que tornariam os arredores do Sapucajuba mais significativo, melhorando-o não apenas como lugar de passagem, mas também como lugar de permanência que é para muitos. Comum aos trajetos em questão, melhorias que envolvam e valorizem o Bosque e Igarapé Sapucajuba podem significar caminhos para a melhor convivência das cidades com seus rios, com papel pedagógico de respeito à natureza.

Pensar a partir da experiência dos pedestres e propor melhorias na caminhabilidade são fatores importantes para se construir uma mobilidade urbana mais acessível, igualitária e sustentável. Cuidar dos caminhos dos pedestres e seus diversos corpos do Campus Guamá, é cuidar também em alguma medida do acesso à saúde e educação, não estando os problemas da Cidade Universitária desatrelados daqueles da Cidade de Belém.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 29 março 2024.

BRASIL, Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasil: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-01-03;12587

CASTRO, Caroline Cesário de; KANASHIRO, Milena. Caminhabilidade em pequenas cidades: cotejamento entre variáveis objetivas e observações *in loco*. Arquitetura revista, v.17, n.2, 2021. DOI: 10.4013/arq2021.172

OLIVEIRA. Kamila Diniz. SILVA, Marta Gonçalves Tavares da. LIMA, Alberto Patrick Cassiano. LIMA, José Júlio Ferreira. Desempenho morfológico da Cidade Universitária Prof. José Da Silveira Netto (UFPA): Forma, controle e acesso In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO, XII., 2020, São Paulo. **Anais** do XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 2020

PITILIN, Taiany Richard. **Avaliação da caminhabilidade em área urbana utilizando análise multicritério.** Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. 2021.

PITILIN, Taiany Richard. SANCHES, Suely da Penha. A caminhabilidade: uma análise bibliométrica. **Revista de Morfologia Urbana**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 01-11. Ago, 2020. DOI: 10.47235/rmu.v8i2.129. Disponível em: https://pnum.org/rmu/index.php/rmu/article/view/129. Acesso em: 7 abr. 2024.

SENADO. Agência. Ampliado prazo para cidades elaborarem plano de mobilidade urbana. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/10/ampliado-prazo- para-cidades-elaborarem-plano-de-mobilidade-urbana

SOUTHWORTH, Michael (2005). Designing the walkable city. **Journal of Urban Planning and Development**, *[S.I]* v. 131, n. 4, p. 246-257. DOI: http://dx.doi.org/10.1061/(ASCE)0733-9488(2005)131:4(246)

XIMENES, Juliano. BENTES, Monique. PONTES, Louise. HOHLENWERGER, Sâmia. RODRIGUES, Roberta M. O plano diretor do campus Belém da UFPA. *In* ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro, RJ. **Anais**. P. 1-19

UFPA, Prefeitura do Campus Universitário, Escritório Técnico Administrativo. O Espaço Acadêmico da UFPa. 1979. Belém: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em https://fauufpa.org/2018/03/02/o-espaco-academico-da-ufpa-1979/ Acesso em: 6 abr. 2024.

Gt 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino- americano.

O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS VENEZUELANOS WARAO NO BRASIL: IMPACTOS NA INSERÇÃO URBANA E NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DE BELÉM/PA E MACEIÓ/AL

Sheyla Alves Barros[1]
Welson de Sousa Cardoso[2]

RESUMO: Trata-se de um estudo em andamento que tem por objetivo explorar os elementos que condicionam o processo de migração dos indígenas venezuelanos de etnia Warao[3] no Brasil, sobretudo na região amazônica e nordeste, em particular nos municípios de Belém e de Maceió, como lócus empírico representativo da pesquisa em tela, a partir de estudos bibliográficos e dados estatísticos oficiais das referidas cidades. Partiremos do levantamento de dados acerca da ampliação do número de migrantes indígenas venezuelanos Waraos em diversos estados brasileiros, e dos desafios enfrentados pelos municípios de Belém/PA e Maceió/AL no atendimento às demandas trazidas por essa população, sobretudo na oferta de condições materiais que garantam sua sobrevivência, considerando que são grupos populacionais que apresentam diversidade étnicas, linguísticas e culturais e que exigem do Estado um aporte mais robusto de políticas públicas. O estudo tem como fundamentação teórico-metodológica a construção do estado da arte partindo de pesquisa exploratória descritiva com levantamento documental e bibliográfico e análise alicerçada na teoria social crítica.

PALAVRAS – CHAVE: Migração. Warao. Cidades. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Os dados oficiais do governo brasileiro apontam para um aumento significativo de migrantes venezuelanos que adentraram o território nacional, tornando-se o principal destino na América Latina. Segundo o site do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, em matéria publicada em 31/03/2022, intitulada "Em cinco anos, o Brasil recebeu mais de 700 mil imigrantes venezuelanos", isso representa um aumento significativo de migrantes venezuelanos que adentraram o território nacional. Essa população migrante está presente em diversos estados brasileiros, ocupando, sobretudo, as capitais. Desse contingente, há um número expressivo de indígenas de diversas etnias e que apresenta características gerais diversas.

Partindo do pressuposto que as demandas trazidas por esses migrantes deverão se colocar na ordem do dia para as políticas sociais e representam um desafio na oferta de atendimento a essa

[1]Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela Universidade Federal do Pará-UFPA. E-mail.: sheyla.alves.barros@gmail.com

[2] Doutor em Ciências Socioambientais pelo (PPGDSTU/NAEA), na Universidade Federal do Pará, professor no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, Coordenador e Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA), E-mail: cardoso@ufpa.br.

[3] Povo originário da República Bolivariana da Venezuela, que, constituem a segunda etnia mais populosa do país (Censo de 2011), com cerca de 49 mil indivíduos, com características culturais.

população, sobretudo na oferta de condições materiais para garantia da proteção social pela política de assistência social.

Em seu arcabouço normativo, a Política de Assistência Social[4] prevê o atendimento a migrantes e refugiados, afirmando formalmente que possui condições materiais para garantir proteção social a essa população, visto que eles apresentam vulnerabilidades sociais que são objeto de atendimento dessa política. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as orientações existentes para atendimento a esses grupos populacionais atenderão aos diferentes perfis que essa população migrante apresenta, em suas diversidades étnicas, linguísticas e culturais, e que exigem da Política Nacional de Assistência Social um aporte mais robusto, sobretudo em seu papel de articular o atendimento junto as demais políticas que integram o Sistema de Proteção Social brasileiro.

Paralelo a isso, o contexto nacional pós pandemia e o avanço do processo de desmonte das políticas sociais, que tem como pano de fundo a perspectiva neoliberal e uma agenda que define políticas sociais restritivas, com a retração do investimento do Estado em ações destinadas ao enfretamento da Pobreza, como expressão mais evidente da questão social, traz um cenário complexo às ofertas de serviços socioassistenciais a essa população nos diferentes níveis de governo.

A chegada desses migrantes nas cidades coloca demandas de atendimento às políticas públicas, muitas vezes com situações totalmente novas para os municípios. Trava-se nesse momento a luta dessa população pelo reconhecimento de suas necessidades, respeitando suas particularidades culturais, buscando acessar direitos para garantia de sua reprodução.

2. MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL: elementos condicionantes

Os processos recentes de aumento da população que adentra as fronteiras brasileiras alteram o movimento migratório no país e, consequentemente, acrescentam novos elementos ao debate da questão migratória no Brasil, especialmente na ampliação da entrada de venezuelanos.

> A dinâmica recente da migração venezuelana para o Brasil aponta, para o ano de 2020, a presença de cerca de 261.441 refugiados e imigrantes, dos quais cerca de 46.434 como refugiados, 96.556 solicitantes de refúgio, 145.462 refugiados com visto de residência (Plataforma R4V, 2020) e 420 deportados até outubro de 2020 (STI, 2020). A contextualização da imigração venezuelana no Brasil incorpora a forte relação do Estado na gestão do fluxo no Brasil, em particular a condição fronteiriça e a questão humanitária, na perspectiva de Agier (2006), das populações protegidas. (Magalhães, Bógus, Baeninger, 2021. p. 125).

[4] A Lei Orgânica de Assistência Social de nº 12.435/2011, afirma em seu artigo 1º que "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas."

Essa ampliação está diretamente relacionada às mudanças ocorridas no seio do modo de produção capitalista, sua repercussão no mundo do trabalho e nos rebatimentos destas nas relações sociais.

As análises de autores como Tavares (2004), Dias (2006), Antunes (2011), Druck (2011), Mota (2012) Harvey (2016), dentre outros, evidenciam que essas mudanças têm origem nas transformações operadas no modo de produção capitalista no último quarto do século XX, que visa à manutenção de seu processo de reprodução e acumulação e que apresentam os desdobramentos de seu atual *modus operandi*,

> Entre os desafios presentes nos estudos sobre as migrações internacionais contemporâneas encontra-se a necessidade de compreender, a partir de epistemologias próprias ao Sul Global, as diferentes modalidades migratórias que compõem, também, a mobilidade internacional do capital e do trabalho (Sassen, 1990) no século XXI. Esse fenômeno, ainda que apresente bases históricas, se diferencia, no contexto atual, pela rapidez das transformações sociais e por novas lógicas migratórias (Baeninger, 2018) com sentidos, escalas, temporalidades, espacialidades e composições populacionais distintas. (Idem, p.126).

A chegada dos chamados novos fluxos migratórios no Brasil nos últimos anos, com destaque para refugiados advindos da Venezuela, modificou o perfil da migração no contexto nacional, uma vez que o deslocamento de grupos indígenas, sendo em sua maioria indígenas da etnia Warao, decorrem, em grande parte, das consequências da inserção da indústria petrolífera em seus territórios, ou seja, do processo de exploração desmedido do capital e das consequências e alterações do *modus vivendi* de povos originários daquele país.

A crise econômica da República Bolivariana da Venezuela condiciona o processo de grandes fluxos migratórios para o Brasil.

> A presença Warao é registrada no Brasil desde meados de 2014, mas se manteve pouco expressiva durante os primeiros anos. Foi somente a partir de meados de 2016, em decorrência do agravamento da crise na Venezuela, com desabastecimento de produtos básicos, hiperinflação e aumento da violência, que o processo de deslocamento de venezuelanos/as indígenas e não indígenas para o Brasil se intensificou. (ACNUR, 2020, p. 23).

Segundo dados do Ministério da Cidadania, divulgados na Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana no Brasil (2021), a presença majoritária dessa população concentra-se na região Norte, e, em menor número, no Nordeste. A matriz aponta, ainda, o mapeamento de 07 (sete) povos indígenas venezuelanos em território nacional.

Na referida pesquisa, destaca-se que a existência de grupos pluriculturais e com diversidade linguística revelam a heterogeneidade dessa população. Sendo realizada no primeiro semestre do ano de 2021, os dados coletados demonstram a baixa cobertura de políticas sociais a esse público, o que se traduz em maior exposição a vulnerabilidades sociais.

> Esse fluxo é decorrente da grave e generalizada violação dos direitos humanos em território venezuelano, conforme reconhecimento do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) no Brasil em junho de 2019. Trata-se de uma população com perfil sociodemográfico plural, dado que, para além da condição de refugiada e migrante, conta com uma diversidade étnica, etária e de gênero, além de pessoas com deficiência e LGBTQI+, entre outras características. Não é rara, inclusive, sua maior exposição a vulnerabilidades sociais sobrepostas e agravadas por múltiplos fatores, inclusive sanitários, como a pandemia da doença do coronavírus (Covid-19). (Brasil, 2021, p. 29).

No horizonte desse movimento, como caudatário do processo de crise do capital, o deslocamento desses migrantes venezuelanos ao Brasil traz a essas famílias a esperança da melhoria de suas condições de vida e subsistência, entretanto, elas encontram dificuldades de inserção no atendimento das políticas públicas e no mundo do trabalho, visto que os rebatimentos dessa crise são de ordem global.

> O neoliberalismo surgiu na América Latina com a instauração da autocracia burguesa nos anos 1970. [...] A segunda fase do neoliberalismo no continente ocorreu nos anos 1980 [...] o neoliberalismo (res)surgiu na região a partir de pleitos eleitorais da democracia representativa. A partir de então, até o início do século XXI, a agenda política da região girou em torno do Consenso de Washington, que previa uma série de medidas para acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários. (Castelo, 2012, p. 623).

Nessa linha de análise, os mecanismos utilizados para garantia de uma maior margem de lucro para o capital rebatem diretamente na ausência de emprego e no aumento acelerado do pauperismo, principalmente nos países de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil e da Venezuela.

A literatura existente traz análises importantes que contextualizam as determinações da reestruturação produtiva do capital, suas consequências no mundo do trabalho e o rebatimento disso nas expressões da questão social na América Latina, impulsionando os fluxos migratórios.

> No contexto das migrações internacionais, a migração venezuelana tanto de indígenas como de não indígenas pode ser pensada a partir do conceito de migração de crise usado por Baeninger e Peres (2017) para analisar a migração haitiana no Brasil. O conceito "se ancora em fenômeno condicionado socialmente e que reflete problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários" (Baeninger, Peres, 2007, p. 122). (Rosa, 2020. p. 38).

A previsibilidade de atendimento a migrantes refugiados tem normatização no Brasil, na Constituição Federal de 1988, na Lei do Refúgio nº 9474 de 22 de julho de 1997, na Lei de Migração nº 13.445/2017, dentre outras, que abordam a política de atendimento a esse público em território nacional. Não obstante, a oferta de serviços a esta população também está expressa nas normativas das políticas sociais, a exemplo da política de assistência social. Entretanto, essas garantias formais não garantem a sua materialização imediata.

Das diferentes e divergentes perspectivas ideológicas existentes na conceitualização do Estado, entendemos o mesmo a partir de sua natureza contraditória, uma vez que "[...] No contexto capitalista, coexistem, nessa arena, interesses tanto dos representantes do capital em se reproduzir e se ampliar à custa do trabalho, quanto dos trabalhadores em partilhar riqueza acumulada e influir no bloco do poder" (Pereira, 2009).

Nessa direção, o Estado modifica seu papel de acordo com os condicionamentos econômicos e sócio-históricos. No contexto histórico do final do século XIX, sob a égide do capitalismo concorrencial portanto, no conjunto de determinantes econômicos, sociopolíticos e culturais, o Estado volta sua intervenção para as chamadas políticas sociais públicas.

As contribuições teóricas existentes acerca da trajetória da Política Social no modo de produção capitalista e suas características na realidade brasileira - a exemplo de Fagnani (1997), Boschetti (2006), Pereira (2008) -, bem como as diferentes formatações da proteção social adotada nos países capitalistas apresentadas por Pereira (2013), destacam que, dialeticamente, há ganhos da classe trabalhadora em seu processo de luta por direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 ao definir em seu art. 194 que "a seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social", e data desse contexto sócio-histórico, a ampliação legal da oferta de serviços e benefícios da política de assistência social.

Ainda que se tenha um lapso temporal entre a definição legal da Assistência Social e sua estruturação enquanto política pública integrante do tripé da seguridade social e responsável pela oferta de proteção social, os governos que sucederam à promulgação da Constituição Federal cumpriram a agenda neoliberal, implementando uma política macroeconômica que imprimiu um caráter contrarreformista às políticas sociais.

Behring (2009), analisando as transformações do Estado capitalista ao longo da história, refere que este acompanha os extensos períodos de desenvolvimento do capitalismo, em seus movimentos de expansão e estagnação, e se modifica estruturalmente na perspectiva de cumprir seu papel na reprodução social do trabalho e do capital, exprimindo a direção política de manutenção da hegemonia burguesa.

Assim sendo, o Estado, enquanto espaço de implementação das políticas públicas, propõe, formalmente, a oferta das condições "mínimas" de sobrevivência da população subalternizada, ao mesmo tempo em que expressa dialeticamente a sua função de submissão à ideologia das classes dominantes e de enfrentamento das expressões da questão social.

Desse modo, as transformações do capitalismo, orquestradas pelo ideário neoliberal, vêm produzindo novas configurações na relação capital x trabalho em âmbito mundial, e consequentemente, na realidade brasileira, alterando os padrões de necessidades da classe trabalhadora, o recuo do Estado do seu papel interventivo bem como a retração na garantia dos direitos sociais adquiridos.

A ampliação do marco normativo e das ofertas da Política de Assistência Social, foram vivenciadas no governo Lula da Silva (2003-2010), ainda que reconheçamos os debates acerca da sua perspectiva focalizadora e num contexto de perdas significativas de direitos sociais na previdência e educação (Mota, 2012, p. 35), e foi nesse período que a assistência social alcançou maior desenvolvimento do ponto de vista da criação de programas, projetos, benefícios e serviços, bem como na implantação de unidades de atendimento socioassistenciais.

Contudo, nos governos que sucederam esse período de "expansão", observa-se um período de estagnação no governo Dilma Roussef, e a partir do golpe de 2016 até o governo Bolsonaro (2019-2022) há um processo de desmonte e de perda de direitos sociais já adquiridos.

Aliados a esses fatores, as consequências vivenciadas pela pandemia de COVID-19, em 2020, desenvolveram um complexo e perverso dilema para a oferta de proteção social à população demandatária dos serviços da política de assistência social.

Quando colocamos essas determinações na linha do horizonte da garantia de direitos da população migrante, observamos que a previsão do atendimento às suas necessidades, ainda que estabelecidas legalmente, padecem dos mesmos problemas, "Em que pese toda a gama de direitos reconhecidos no âmbito nacional e internacional em prol dos migrantes, evidencia-se que, na dinâmica do mundo real, tais direitos não são efetivados, ou seja, é preciso que se estabeleçam condições concretas para que tais direitos sejam efetivados, a exemplo de políticas públicas.

> No âmbito da dinâmica dos fluxos migratórios no Brasil, "faltam políticas públicas para essas pessoas. Para superar os entraves, elas buscam apoio mútuo em associações e contam com a solidariedade de organizações da sociedade civil" (Ferreira; Reinholz, 2020). Um horizonte de violações a direitos humanos e fundamentais é projetado diante do contexto brasileiro, no instante em que as patologias sociais se incorporam em todos os âmbitos das relações sociais provocando déficits estruturais e obstacularizando o acesso do ser migrante aos seus direitos." (Dutra *et. al.*, 2021, p. 11).

Quando se examina essas questões, depreende-se que, ainda que haja no arcabouço legal garantias aos migrantes na igualdade de condições de acesso a bens e serviços públicos, a sua inserção nas cidades brasileiras, pelos elementos brevemente explicitados, os colocam em uma arena de luta pela sobrevivência, tensionada por fatores que estão para além das questões intrínsecas a sua mobilidade: alteração de ocupação rural para ocupação urbana, limites políticos na sua entrada em outro país, afastamento cultural, desafios no uso da língua estrangeira e o risco de apagamento de sua língua mãe, preconceito, etc, a exemplo da busca por emprego, disputado com a grande massa de desempregados brasileiros que padecem das mesmas consequências do atual estágio do capitalismo.

> Na verdade, a raiz da crise migratória é a desigualdade entre as nações. Segundo a Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal (2009), há uma grande assimetria no desenvolvimento dos países. Alguns têm uma concentração maior de capital, comércios de bens e serviços e partem na frente na disputa de capitais. Essa assimetria tende a aumentar no decorrer do tempo, com a implantação das políticas neoliberais e o irreversível processo de globalização. (Pereira *et. al.*, 2021, p. 3).

Diante de um contexto histórico marcado pela mercantilização da vida, a garantia de uma maior margem de lucro para o capital rebate diretamente na ausência de emprego e no aumento acelerado do pauperismo, sequela de um mundo globalizado, sob a égide neoliberal, refletindo diretamente no movimento migratório mundial. Ainda que desastres naturais e mudanças climáticas possam incidir na decisão de pessoas a atravessar fronteiras internacionais, o cenário resultante da exploração Capital x Trabalho como fome, pobreza, destruição ambiental e perseguição sociopolítica, cria situações cada vez mais complexas que tendem a forçar grandes contingentes populacionais ao deslocamento.

O Estado brasileiro, enquanto espaço de implementação das políticas públicas, define na Lei Orgânica da Assistência Social (art. 1º, 1993) a oferta dos "mínimos sociais", ou seja, a oferta de condições "mínimas" de sobrevivência da população, expressando dialeticamente sua função de submissão à ideologia das classes dominantes e seu papel interventivo no enfrentamento das expressões da questão social.

Entretanto, as novas configurações na relação capital xX trabalho em âmbito mundial, e consequentemente na realidade brasileira, alteraram os padrões de necessidades da classe trabalhadora, bem como o recuo do Estado do seu papel interventivo com a retração na garantia dos direitos sociais adquiridos.

3. MIGRANTES INDÍGENAS WARAO: DESAFIOS NA OFERTA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BELÉM/PA E MACEIÓ/AL

Os migrantes indígenas venezuelanos de etnia Warao, representam a segunda etnia indígena mais populosa da Venezuela, e buscam em seu processo migratório, o acesso a melhores condições de vida.

Contudo, para além das questões nacionais, sua baixa qualificação profissional, suas particularidades culturais, a exemplo do uso majoritário de sua língua materna, são alguns dos fatores que dificultam sua sobrevivência no país.

> Dentre as motivações para deixarem a Venezuela, os Warao citam a fome e o fim de programas sociais; vieram para o Brasil em busca de alimentos, roupas, trabalho e dinheiro – obtido tanto por meio de doações como também pela venda de artesanato. Buscavam também acesso à saúde, pois muitos chegavam machucados ou doentes e muitas mulheres estavam grávidas. (Rosa. 2020, p. 23).

Ao colocarmos essas determinações na linha do horizonte da garantia de direitos da população migrante, sobretudo no acesso aos programas da política de assistência social, como garantia de aquisição das condições materiais de sua sobrevivência, observamos que o atendimento as suas necessidades padecem dos mesmos problemas da população pobre do país, em virtude da seletividade das ofertas, do baixo investimento de recursos e da baixa expertise no atendimento a essa população.

> O atendimento aos Warao, como já sinalizado, deve observar a intersecção de direitos decorrente de se tratar de indígena solicitante da condição de refugiado, refugiado reconhecido ou migrante. Seus direitos enquanto indígenas asseguram-lhes o respeito a tradições, costumes e modos de vida diferenciados, bem como o direito de consulta prévia diante de quaisquer ações a eles direcionadas. No contexto do abrigamento, devem ser garantidas as condições necessárias para sua reprodução cultural, no que toca à alimentação, organização social e representação política, dentre outras expressões da cultura indígena. (ACNUR, 2020. p. 41).

Contraditoriamente, ainda que haja no arcabouço legal brasileiro garantias aos migrantes na igualdade de condições para o acesso a bens e serviços públicos, a sua vivência nas cidades brasileiras empreendem uma luta pela sobrevivência, tensionados por questões culturais, políticas e sociais.

Os Waraos encontram inúmeras dificuldades em se inserirem na 'nova' realidade, além das dificuldades de acesso às políticas públicas, suas particularidades culturais como a língua e os costumes, frente as suas necessidades de sobrevivência levam essa população a procurar postos de trabalho informais, tanto pela baixa qualificação profissional como pela dificuldade na regularização de sua situação legal no país. Além disso, a não adaptação a novos hábitos de moradia, vestimenta e

alimentação, limitações na comunicação oral leva grupos familiares a sobreviverem nas ruas das metrópoles brasileiras, vivenciando um cenário de desproteção social.

É preciso destacar que os Waraos possuem uma trajetória de adaptação de seus costumes ainda no seu país, onde passaram por mudanças no seu *modus vivendi* a partir de vários determinantes, dentre eles a inserção de hábitos advindos de colonizadores.

Para a etnia Warao, a exploração do território onde viviam sempre se constituiu uma forma de sobrevivência, a partir do que eles denominam como coleta, essa população possuía características extrativista. Isso demonstra que a migração interna dessa etnia era uma característica de exploração territorial. Posteriormente, com a chegada da Igreja Católica em sua região, há uma modificação dessa característica, uma vez que o incentivo a prática da agricultura não permitia grandes deslocamentos, visto à necessidade do cultivo.

Ao migrar para espaços urbanos, essas características rurais precisam sofrer novas adaptações. O que se observa é que independentemente de onde esteja localizada essa população, se em uma cidade no Norte ou no Nordeste do país, a luta pela sobrevivência nos espaços urbanos faz com que essas famílias empreendam uma luta para acessar os meios necessários para seu sustento.

Devido à baixa escolaridade e as dificuldades de comunicação, visto que, em sua maioria, os Waraos falam apenas sua língua materna, a inserção no mercado de trabalho também representa um desafio. Dados apresentados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR (2020) acerca das ocupações, informam que para etnia venezuelana Warao no contexto urbano as estratégias de sobrevivência tem sido: o trabalho braçal, enquanto referência a ocupações que demandam força física, como auxiliar de pedreiro e carregador, que representou 6,5%; o comércio, com vendas de artesanato e itens variados de baixo custo, 6,4%; e o trabalho doméstico, 4,2%, ou seja, uma inserção precária no mercado de trabalho e, geralmente, pela via da informalidade.

A realidade da não inserção no mercado de trabalho não é uma realidade apenas da população indígena migrante. Segundo dados da Pnad Contínua do IBGE (2022), compilados por Janaina Feijó, pesquisadora da FGV Ibre, a população indígena do país é a que tem a menor taxa de participação no mercado, a segunda maior taxa de desemprego e o nível mais elevado de profissionais em postos informais, onde a baixa escolaridade e a maior exposição ao emprego informal agravam a vulnerabilidade dessa parcela da população. Enquanto a taxa de participação de brancos e amarelos era de 63,2% e a de pretos e pardos 62,3%, a de indígenas é de 59,7% no terceiro trimestre de 2022. Ou seja, a cada dez indígenas, apenas seis conseguem ofertar sua mão de obra no mercado de trabalho.

Lembramos que essas questões tomam maior ou menor proporção de acordo com diferentes estados do país, visto que, com características continentais, o Brasil traz diferenças regionais importantes tanto nas suas formações sócio-históricas, como nas suas realidades político-

econômicas, trazendo particularidades e singularidades que condicionam sua estrutura social. Dito isto, pressupõe-se que, ainda que similares de um modo geral, as dificuldades vivenciadas pelos migrantes indígenas Waraos não são as mesmas nas regiões Norte e Nordeste do país, regiões de maior concentração dessa população no país.

Com ofertas institucionais da política de assistência social que obedecem a uma legislação e orientação nacional, essas regiões diferem-se não apenas por suas particularidades, mas pelo histórico de acesso dos migrantes indígenas Warao.

Inicialmente, a região Norte possuía maior concentração dessa população em suas cidades, uma vez que a fronteira de acesso da Venezuela para o Brasil fica nessa região. Entretanto, há um movimento de migração interna no país que demanda as demais regiões novas ofertas de serviços, acompanhada por organismos nacionais e internacionais que monitora esse deslocamento e o acesso a bens e serviços públicos por essas famílias.

Nesse acesso, a oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios da Política de Assistência social garantam a essa população migrante o atendimento, sem reiterar situações de discriminação ou preconceito de nacionalidade, gênero, idade, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade funcional, raça, etnia, religião, idioma, status social ou qualquer outro motivo, bem como possuir uma grande afinidade institucional com os órgãos que lidam com regularização migratória, como prioridade de reconhecimento e acesso aos serviços.

Entre 1980 e 2017, prevaleceu no Brasil a Lei nº 6.815 de 1980, conhecida como Estatuto do estrangeiro. Embora já revogada, a legislação infraconstitucional, constituída pela Lei nº 6.815/80, denominada Estatuto do Estrangeiro, conflitava com o viés democrático emanado da Constituição Cidadã de 1988. É importante mencionar que a referida lei foi substituída pela Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que é considerada um avanço das políticas migratórias no Brasil, pois mudou o viés anterior, voltado unicamente para a defesa nacional e a proteção do trabalhador nacional, presente desde a época da ditadura militar. Outras importantes inovações que a Lei 13.445 trouxe foi (i) a mudança no tratamento dado ao não nacional, que passou de ameaça aos cidadãos brasileiros a sujeito de direitos e (ii) o fenômeno da imigração que passa de uma questão de segurança nacional ao patamar de política migratória respaldada nos direitos humanos.

Decerto, os efeitos da legislação anterior ainda são sentidos no contexto migratório nacional atual, tendo em vista que o novo marco legal é recente. Portanto, assegurar ao migrante que ultrapassa as divisas nacionais a proteção social que lhe é devida e assegurada nos princípios normativos, sobretudo da Política de Assistência Social, constitui-se um desafio.

Para tanto, as possibilidades de garantia dos direitos socioassistenciais formalmente estabelecidos não conseguem assegurar o atendimento dos migrantes indígenas Warao nas

condições estabelecidas pela política de assistência social, a exemplo da necessidade de escuta desses sujeitos para uma oferta qualificada dos serviços do SUAS.

> Além do impedimento de acesso decorrente da falta de documentação e da morosidade para a realização das inscrições no CadÚnico por parte das equipes de assistência social dos municípios, em função das constantes mudanças de cidade e do desconhecimento das regras para atualização e confirmação do castrado no PBF, é comum que o benefício seja bloqueado, suspenso ou cancelado. Para que consigam verificar a situação, os indígenas precisam se dirigir a um equipamento de assistência social na cidade onde residem no momento. Porém, em virtude da falta de conhecimento sobre esses procedimentos e da barreira linguística, a maioria deles não consegue realizar os encaminhamentos de maneira autônoma. (ACNUR, 2020, p.61).

Outro fator importante para análise da oferta da Assistência Social para população indígena Warao nas cidades de Belém/PA e Maceió/AL, consiste na necessidade de se repensar os modelos de acolhimento institucional a essa população. Nos moldes da proteção social de alta complexidade, o acolhimento institucional a famílias consiste na oferta de um imóvel, contendo a infraestrutura necessária para acomodação dos usuários, bem como a garantia para o acesso à segurança alimentar.

O que se observa é que, ainda que essa oferta venha sendo qualificada pela experiência das equipes técnicas junto às famílias Waraos ao longo dos anos, as peculiaridades da etnia têm sido apreendidas na prática. Pelas particularidades que a etnia apresenta, a oferta de espaços que garantam à manutenção de seus costumes é imperativo. A compreensão das formas de exploração do espaço urbano por essa população, bem como de seu costume de realizar o que eles chamam de "coleta", pode ser facilmente confundido com a prática de mendicância nos semáforos das cidades.

A barreira linguística é outro fator determinante para o atendimento às necessidades apresentadas pelas famílias e que demanda um grande investimento em capacitação das equipes.

Inegavelmente, analisar as condições em que vivem os migrantes que adentram as cidades nas regiões Norte e Nordeste é condição essencial para reafirmar a Política de Assistência Social enquanto política pública, integrante de um sistema de seguridade social, e garantidora de proteção social "a quem dela necessitar". No entanto, considerando o agravamento das condições de sobrevivência tanto da população migrante como da população pobre do Brasil, como consequência da conjuntura político-econômica global, complexificam as demandas a serem atendidas por essa política pública. Quando esse agravamento é pensado na perspectiva de garantia de proteção social a indígenas Warao, bem como as demais etnias existentes no país, respeitando suas particularidades e singularidades, a assistência social necessita robustecer suas ofertas, bem como fortalecer os sujeitos envolvidos, sob pena de corroborar com a desproteção social desses povos, além de cometer violência institucional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a atenção da política de assistência social ao migrante, é pensar na secular intersecção entre assistência social e as demais políticas públicas. Além disso, é inegável que a perspectiva de território que a própria política traz precisa ser compreendida a partir de novos elementos. Essa política, presente praticamente na estrutura de todos os estados sociais capitalistas contemporâneos, desempenha um papel preponderante na construção de estratégias de sobrevivência dessa população. Boschetti (2016) destaca que isso significa pensar também na presença da assistência social pela ótica de política destinada a participar mais ativamente da reprodução da força de trabalho em larga escala, ou seja, do conjunto geral dos trabalhadores que constituem a superpopulação relativa, atendendo-os por meio dos programas assistenciais de renda mínima.

Contudo, o pensamento de Boschetti (2016, p. 27) amplia esta visão, propondo uma direção teórico-crítica à política de assistência social, por entender que ela "participa do movimento mais geral que cria as bases de reprodução do capital e integra o Estado Social capitalista destinada a participar do processo de produção e reprodução ampliada do capital".

Não há como negar que as consequências do processo migratório venezuelano têm demandado ao estado brasileiro estratégias de atenção às necessidades trazidas por esta população, e que na complexa teia que se estabelece na chegada dessa população nas cidades, criam, de múltiplas formas, obstáculos na realização de sua integração ao novo espaço.

Entendemos que pensar uma política de atenção ao migrante é desafiadora. A construção de respostas adequadas às necessidades apresentadas por esse público carece de uma interlocução afinada entre gestores e entre políticas públicas, uma vez que, ainda que o município já possua expertise no atendimento a grupos indígenas, a condição de indígenas migrantes requer estratégias para superar os desafios desses atendimentos, pelas especificidades culturais que cada grupo apresenta implica pensar numa atuação política participativa na construção e defesa dos direitos sociais, econômicos e políticos dessa população.

5. REFERÊNCIAS

ACNUR, Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. "**Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para proteção de indígenas refugiados migrantes"**. Brasília, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social**: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação dos Dez Anos de Implementação Política de Assistência Social**: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, v. 8, n.2, p. 16-29, 2016. Disponível em https://periodicos.ufes.br/argumentum/issue/view/659 Acesso em 20 de mar. de 2024.

BRASIL. Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a lei de migração. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 24 de mai. de 2017.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, capítulo 1, Brasília, DF, 7 de dez. de 1993.

_____. Ministério da Cidadania. **Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana**. Brasília, DF: Organização Internacional Para as Migrações (OIM), 2021.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. *In*: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS, Edmundo. "Reestruturação produtiva": forma atual da luta de classes**. Revista Outubro**, n. 1, p. 45-52, 1998. Disponível em http://outubrorevista.com.br/revista/edicao-01/ Acesso em 20 de jan. de 2024.

DRUCK, Graça. Precarização e Informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. *In*: OLIVEIRA, R. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. Paraíba: Ed. Universitária, 2011.

DUTRA, Gabrielle Scola *et. al.*, O fenômeno das migrações sob a perspectiva biopolítica: limites e possibilidades da implementação de políticas públicas para migrantes no Brasil. *In*: JORNADA DE PESQUISA, 26, 2021, Ijuí. **Anais** [...]. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2021.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92. **Revista Economia e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 1-56, 1997. Disponível em https://www.eco.unicamp.br/economia-e-sociedade/vol-6-n-1-f-8-p-1-261-jun-1997 Acesso em 20 de mar. de 2024.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia; BAENINGER. COVID-19 e imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 26, n. 61, p. 15-32, 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/remhu/i/2021.v29n61/ Acesso em 01 de abr. de 2024.

MOTA, Ana E. et al. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. *In*: _____ (Org.). **Desenvolvimentismo e a Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Alan da Silva *et. al.* Como nasce uma política pública? Análise do processo de formulação da lei de migração. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 98223-98239, 2021. Disponível em https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/issue/view/148 Acesso em 15 de jan. de 2024.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Orientador: Ivanete Salete Boschetti. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Estado, sociedade e esfera pública**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: _____ (Org). **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-106.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho. 2020. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2020.

TAVARES, Maria A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americano

(IN)JUSTIÇA AMBIENTAL E SANEAMENTO BÁSICO: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO PARACURI EM BELÉM- PARÁ- BRASIL

Tiago Angelin Lopes (UEPA)[1]

Resumo: Uma das maiores problemáticas de Belém do Pará como metrópole tem sua gênese histórica em seu déficit habitacional e o precário saneamento básico em diversas localidades da cidade, não sendo diferente no distrito de Icoaraci, que nasceu de maneira distinta a áreas pertencentes ao centro histórico, sua visão metropolitana na capital em diversos âmbitos sempre foi distante, não sendo diferente quanto aos serviços sanitários (Dias, 2007). Os principais afetados quanto ao que se caracteriza como mais um pertinente caso de injustiça ambiental, seriam as pessoas residentes do bairro do Paracuri, situado às margens da Baía do Guajará, no distrito de Icoaraci, tendo seu principal problema habitacional relacionado justamente as condições sanitárias e de saúde principalmente dos moradores que residem em palafitas e se locomovem em estivas (passarelas de madeira que funcionam como vias de acesso às casas) que convivem com os constantes alagamentos que trazem tanto riscos habitacionais como de saúde, sendo mais um problema para uma comunidade que convive com criminalidade, desemprego e localização geográfica prejudicada em relação ao centro da capital paraense. A pesquisa é pautada como um estudo empírico, além da mesma usar a abordagem quanti-qualitativa para analisar os dados coletados. Como procedimentos metodológicos foram usadas quatro etapas: pesquisa exploratória e bibliográfica quanto a realidade habitacional e do Saneamento Básico em Belém, pesquisa de campo e a aplicação de entrevistas semiestruturadas que permitiram analisar de que forma o problema sanitário é encarado nas abordagens das políticas públicas e qual a visão da sociedade quanto a essa problemática.

Palavras Chaves: Meio Ambiente, Racismo Ambiental, Icoaraci.

INTRODUÇÃO:

No contexto atual de segregação urbana que experimentamos em nossa sociedade, especialmente na cidade de Belém, as pessoas com renda mais baixa se estabeleceram em áreas onde as condições de habitação são extremamente deficientes e inadequadas para a vida humana. Elas estão sujeitas a um acesso limitado a serviços de saneamento e políticas públicas, isso representa uma das situações enfrentadas por grande parte dos habitantes do bairro do Paracurí, distrito de Icoaraci, apesar de ser reconhecido por suas belezas naturais, suas conexões com as ilhas e sua atividade industrial, o distrito lida com a realidade de grande parte de sua população vivendo em ambientes urbanos degradados, com pouca ou nenhuma intervenção estatal para promover melhorias, tanto do ponto de vista social quanto ambiental(Costa, 2007).

Neste contexto, pretendemos analisar as informações que nos permitirão avaliar a vulnerabilidade ambiental na área do bairro Paracuri, no distrito de Icoaraci, e relacionar essas variáveis com dados que avaliem a vulnerabilidade social, bem como a presença de injustiça e

[1] Estudante Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Email:

racismo ambiental. Dessa maneira, a intenção é compreender e descrever, por meio de uma análise espacial, quais partes dessa região são mais vulneráveis para seus habitantes? Além disso, examinar como as políticas públicas estão sendo implementadas nesse contexto? e qual é o comportamento da sociedade civil em relação às questões ambientais tanto no distrito quanto na comunidade em questão.

A análise da vulnerabilidade socioambiental dos residentes e os efeitos da interação entre habitação e solo urbano requer a delimitação do Bairro do Paracuri como área de estudo. A periferização nas várzeas ao redor dos igarapés Paracuri e Livramento é uma forma de segregação urbana em Icoaraci. Durante décadas, essa região tem apresentado condições de vida desafiadoras para a população mais desfavorecida, devido à expansão urbana problemática em Belém, formando comunidades precárias ao longo das vias Augusto Montenegro e BR-316. Essas comunidades foram formadas sem políticas públicas adequadas, com pessoas buscando moradia em locais hostis e enfrentando problemas como falta de saneamento básico, água, inundações e descarte irregular de resíduos sólidos, prejudicando a qualidade de vida e saúde das famílias residentes.

Diariamente, diversas famílias buscam essas áreas periféricas e menos valorizadas, como as várzeas, na esperança de encontrar condições de vida melhores. No entanto, essa migração acaba por desencadear uma série de novos problemas que contribuem para a degradação tanto da vida urbana quanto do ambiente natural (Paiva, 2000). Nesse contexto, a situação socioeconômica dessas famílias desempenha um papel crucial na compreensão do perfil dos residentes que já se estabeleceram nessas regiões e daqueles que eventualmente virão a habitar esses espaços, e como lidam com o meio ambiente e o saneamento básico. Isso é particularmente relevante em uma cidade como Belém, onde os dados do Censo de 2010 revelam que apenas 30,3% dos domicílios localizados em aglomerados subnormais são atendidos pela rede geral de esgoto, em relação ao fornecimento de água, 77,4% dos 193.414 domicílios estão conectados à rede geral de distribuição (IBGE, 2010).

A Injustiça Ambiental é compreendida como um processo que envolve tanto a dinâmica social quanto as condições políticas (Hogan et al. 2001). Para uma análise mais precisa da Injustiça Ambiental e de como ela afeta os moradores, e com o objetivo de entender de forma abrangente os processos e resultados da interação entre habitação e solo urbano, é fundamental identificar os fatores que contribuem para a degradação ambiental em espaços designados como aglomerados subnormais, tanto em Belém como no distrito de Icoaraci. Nesse contexto, levantamos quatro questões fundamentais: Qual é o perfil socioeconômico das famílias que residem no Bairro do Paracuri? A falta de coordenação entre as políticas públicas tem contribuído para os impactos ambientais negativos no bairro do Paracuri e no distrito de Icoaraci? Por que o Estado não oferece

assistência nessas regiões? Qual é a legislação que assegura a essa população o direito a um ambiente mais adequado para sua subsistência?

De acordo com as observações de Filho (2006, apud GUERRA e MARÇAL, 2011), o significativo aumento da população urbana ao longo dos últimos séculos tornou absolutamente necessária a análise dos processos, materiais e configurações que emergem na interface entre a natureza e os espaços urbanos construídos, uma vez que esses elementos desencadeiam mudanças substanciais na paisagem natural.

O distrito de Icoaraci tem experimentado um processo acentuado de adensamento populacional, com destaque para o bairro do Paracuri, que é a problemática de nosso estudo. A ocupação tem ocorrido principalmente nas áreas sujeitas a inundação, e essa tendência é inevitavelmente liderada por uma população com recursos financeiros limitados. O uso do espaço é resultado da interação entre a dimensão física e a dimensão social, criando um ambiente singular devido às características distintas desses aspectos (Alcântara, 2014). É fundamental para a comunidade e a sociedade civil compreender os padrões e as formas de ocupação, uma vez que o espaço do distrito de Icoaraci tem sido utilizado de maneira desordenada, resultando em situações de risco para os habitantes locais.

As ramificações dessa intervenção, muitas vezes conduzida de maneira caótica no ambiente, resultam na configuração de um cenário urbano que se manifesta de diversas maneiras, como a presença de extensas áreas de pobreza nas periferias das grandes metrópoles, com pessoas habitando áreas ribeirinhas e às margens de igarapés, desprovidas de infraestrutura urbana, serviços básicos e qualidade de vida. Esse é o quadro que caracteriza a ocupação nas áreas periféricas da cidade de Belém, enfatizando a justificativa desta pesquisa para servir como um recurso teórico e orientativo tanto para a comunidade quanto para a busca de medidas que possam reduzir ou atenuar os riscos, garantindo assim o direito a um ambiente que promova uma vida urbana de melhor qualidade.

Assim, no seguinte trabalho veremos no primeiro momento a concepção conceitual da Injustiça e do Racismo ambiental, as questões quanto ao direito à cidade e sua construção na urbanização brasileira. No segundo momento veremos a importância do saneamento básico nas cidades, principalmente em Belém do Pará, tendo também uma base tanto da construção urbana de Icoaraci quanto sua relação com o saneamento e os assentamentos precários, no terceiro refletimos sobre as possíveis soluções e o futuro da universalização do atendimento de saneamento básico na cidade de Belém e suas periferias, para isso realizamos: pesquisa bibliográfica, coleta de dados e entrevista junto aos moradores do bairro.

Tendo o desenvolvimento do trabalho e sua metodologia, os resultados da pesquisa no distrito e no bairro e seu reflexo na discussão quanto a injustiça ambiental no cerne da capital da Paraense, trazendo as soluções e recomendações quanto a esse tema tão pertinente a uma capital tão carente quanto ao assunto meio ambiente, saneamento básico e assentamentos precários.

1. Noções de (in)justiça ambiental no contexto da realidade brasileira

O meio ambiente e o ambiente urbano não devem ser vistos como entidades separadas ou em oposição uma à outra. Pelo contrário, as cidades são componentes integrantes dos ecossistemas globais, e a maneira como planejamos, desenvolvemos o território, ocupamos os espaços e nos deslocamos dentro das cidades pode ter impactos variados no meio ambiente. Além disso, os efeitos da degradação ambiental repercutem na vida urbana, afetando, no entanto, as populações urbanas de forma desigual. Portanto, ao analisar as vulnerabilidades ambientais nas cidades brasileiras, é necessário levar em consideração outros indicadores de desigualdade social (Pólis, 2022).

> (...) ao longo da história das cidades e de suas representações sociais, a natureza tem sido considerada algo à parte, estranha e antagônica, algo a ser escondido ou modificado, algo a ser destruído ou desnaturalizado. Hoje, diante da dimensão e complexidade que assumiram os problemas socioambientais, a questão urbana é percebida, cada vez mais, na sua estreita relação com a natureza e não na sua dissolução. Isso implica, sem dúvida, uma revisão profunda no modo de pensar, planejar e executar políticas públicas; no modo de produzir e reproduzir o espaço urbano, no modo de viver e conviver nas cidades. (LIMA & RONCAGLIO, 2001, p. 62.)

Nas áreas urbanas, os impactos da crise ambiental se distribuem de maneira desigual, afetando desproporcionalmente as populações urbanas com base em sua vulnerabilidade e capacidade de adaptação. Portanto, é fundamental concentrar esforços e medidas em direção a esses grupos, que enfrentam segregação racial e social, uma herança histórica de discriminação que remonta às senzalas, à pobreza e às favelas (Pólis, 2022).

Os espaços de exclusão social, que apresentam riscos ambientais e insalubridade, como favelas, áreas de inundação e ocupações informais, não são valorizados no mercado imobiliário formal e não são abrangidos pelas regulamentações. No entanto, famílias de baixa renda os ocupam devido à falta de opções habitacionais acessíveis, uma vez que não possuem recursos financeiros para custear moradias no mercado formal, seja para compra ou aluguel. Simultaneamente, a ausência de políticas habitacionais adequadas para atender às necessidades das famílias mais pobres resulta em um processo de urbanização em áreas ambientalmente frágeis, onde diversas outras deficiências espaciais se sobrepõem (Herculano, 2008).

Essas comunidades enfrentam diariamente a ausência de serviços essenciais e vivem em situações de risco, sujeitas a eventos como escassez de água, inundações, deslizamentos, falta de eletricidade, insegurança alimentar e outros desafios, a distribuição desigual dessas ameaças segue o padrão de urbanização, que historicamente tem sido marcado por exclusão e divisões raciais. Fatores como renda, educação, raça/etnia, gênero e localização geográfica determinam quais grupos populacionais são mais vulneráveis e afetados. Esses problemas estruturais demandam mudanças profundas, muitas das quais envolvem reformas no sistema político e de representação (Herculano, 2002).

Em resumo, os impactos ambientais nas cidades não são meros eventos climáticos aleatórios, mas sim produtos da interação social, no entanto, a distribuição dessas consequências é desigual dentro do ambiente urbano. Essa disparidade reflete a presença de injustiça socioambiental e racismo ambiental nas cidades, que também se manifestam por meio do planejamento urbano deficiente, a falta de infraestrutura de serviços básicos, como acesso à água potável e saneamento, juntamente com eventos climáticos extremos, como inundações, alagamentos e deslizamentos.

A discussão sobre a qualidade do ambiente nas cidades atualmente destaca que essa questão não se restringe ao âmbito local, mas abrange também o cenário global. Ela está intrinsecamente ligada à evolução histórica do capitalismo e à maneira como as cidades são construídas, uma vez que o processo de acumulação capitalista, por sua própria natureza, ao moldar as cidades, promove a degradação e a segregação socioespacial e ambiental. Em outras palavras, o modo como o capitalismo se desenvolve, visando a acumulação, é o que contribui para a degradação do meio ambiente e a segregação espacial e social (Herculano, 2002).

Portanto, é crucial reconhecer que a degradação ambiental é moldada pelas dinâmicas de poder, nas quais aqueles com maior concentração de riqueza e controle sobre os meios de produção frequentemente transferem os impactos socioambientais para as camadas mais marginalizadas da sociedade. A compreensão dos conflitos ambientais sob essa perspectiva visa empoderar os grupos mais vulneráveis e fortalecer sua capacidade de resistência e cooperação.

Esses casos são considerados exemplos de injustiça ambiental porque violam os direitos humanos, as ações que resultam em desequilíbrio ecológico frequentemente acarretam em condições que negam a dignidade humana a grupos sociais, especialmente àqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Isso ocorre porque é inaceitável pensar em uma vida digna em locais de risco, desprovidos de acesso à água potável e saneamento básico (Lima, 2023).

É crucial destacar a dimensão discriminatória que permeia diferentes grupos e estratos sociais. Enquanto para grupos mais privilegiados economicamente, o meio ambiente representa áreas verdes, parques, tranquilidade e ar limpo, para grupos marginalizados e excluídos, o meio

ambiente se traduz na necessidade de lidar com córregos poluídos e a luta contra inundações. Essa disparidade reflete a profunda divisão na forma como diferentes setores da sociedade experimentam o ambiente e ressalta as desigualdades sociais e ambientais existentes.

Conforme Benjamin Chavis, líder afro-americano, o Racismo Ambiental se manifesta quando os impactos da degradação ambiental se concentram em bairros periféricos habitados por famílias de baixa renda, incluindo pessoas negras, indígenas e quilombolas. Essa caracterização nos permite compreender que a injustiça ambiental ocorre quando os impactos dos desastres ambientais afetam desproporcionalmente grupos socialmente vulneráveis, como pessoas de baixa renda, povos indígenas e a comunidade negra. Isso se manifesta em situações como enchentes, alagamentos, desastres em barragens, invasões de territórios, falta de acesso à água potável, saneamento adequado e coleta de lixo, revelando um tratamento discriminatório e preconceituoso desses grupos, muitas vezes por parte das autoridades públicas.

A discussão sobre Justiça Ambiental é fundamental, pois revela que os riscos e impactos ambientais não afetam a todos de maneira igual, quebrando a noção equivocada de que são problemas "comuns a todos". Um agravante é que as comunidades vulneráveis, mesmo em nações mais ricas, são as mais impactadas pelos efeitos adversos das mudanças climáticas. Geralmente, essas comunidades de baixa renda, já sobrecarregadas pela má qualidade ambiental, são as primeiras a sofrer os impactos, com eventos climáticos extremos, problemas de saúde, insegurança alimentar e desastres naturais.

No contexto brasileiro, a maioria das populações afetadas por esses aspectos são pessoas negras, aqui, o racismo ambiental e a injustiça ambiental estão estreitamente ligados, uma vez que os grupos em questão compartilham características étnicas, raciais e sociais semelhantes, com poucas exceções. Portanto, esses fenômenos podem ser considerados como praticamente inseparáveis, dadas as características do Brasil (Trannin, 2021).

O Racismo Ambiental é uma manifestação do Racismo Estrutural que se reflete nas ações das instituições, perpetuando desvantagens ambientais para grupos étnicos, comunidades tradicionais e outras minorias em comparação com a população branca. Isso faz parte da dinâmica de dominação que está entrelaçada com a relação entre sociedade e natureza na era capitalista. Como observado por Acselrad, Mello e Bezerra (2009), áreas com qualidade ambiental deficiente geralmente carecem de serviços públicos e abrigam populações de baixa renda. Essas áreas inacessíveis à população mais pobre revelam a presença significativa de Racismo Ambiental, já que a pobreza, raça e cor estão frequentemente associadas aos mesmos grupos sociais no contexto brasileiro.

Compreender o caráter estrutural do racismo é fundamental para as análises geográficas, uma vez que o espaço geográfico reflete as relações sociais marcadas por elementos racistas, tal como enfatizado por Milton Santos, que considera o espaço como uma das dimensões da sociedade ao lado da dimensão econômica e cultural-ideológica em contextos urbanos e periféricos.

De acordo com Saquet (2005), o território é percebido como um espaço de mobilização, organização, luta e resistência política, e a territorialidade é compreendida como a prática de atuação no território, visando à conquista de autonomia, justiça social, distribuição de riqueza, proteção ambiental e outros objetivos, nesse contexto, é possível inferir que o Racismo Ambiental no Brasil se manifesta no âmbito territorial, incluindo suas subcategorias. Sob uma perspectiva geográfica, o Racismo Ambiental diz respeito a políticas ambientais públicas e práticas que afetam territorialmente de maneira desigual, intencional ou não, indivíduos, grupos étnicos e comunidades de diferentes cores e raças, sejam elas urbanas ou rurais.

O território é o palco onde o Racismo Ambiental se manifesta por meio da constante disputa entre grupos sociais e agentes hegemônicos pela manutenção ou conquista de territórios. Essa dinâmica resulta em processos de territorialidade e desterritorialidade essencialmente marcados por questões raciais e ambientais. Jason Corburn (2017) destaca que pesquisadores e agências governamentais em âmbito global estão cada vez mais reconhecendo a importância de documentar as exposições cumulativas à poluição enfrentadas por populações urbanas empobrecidas e afrodescendentes nesses territórios. Além disso, são considerados os riscos ambientais relacionados às mudanças climáticas. Esses "estressores tóxicos" podem agravar os impactos da exposição à poluição na saúde e incluem fatores sociais e econômicos, como discriminação, racismo, isolamento e exclusão política.

Nesse contexto, o planejamento urbano desempenha um papel crucial na criação de ambientes saudáveis, uma vez que o ambiente construído tem impactos significativos na saúde pública. Além disso, questões relacionadas ao transporte e ao planejamento inadequado do uso da terra estão diretamente ligadas a problemas de saúde pública, como o aumento da obesidade, da asma e de impactos negativos na saúde mental. Portanto, é fundamental estabelecer uma conexão mais estreita entre o planejamento urbano e a saúde pública (Corburn, 2004).

Padrões semelhantes são vistos nas periferias em Belém e no Brasil, ocupação de terrenos vazios, autoconstrução e auto urbanização ocorrem em praticamente toda periferia Brasileira. Essas ações refletem contradições na produção urbana em sociedades capitalistas, envolvendo valorização, desvalorização, centralização, descentralização e segregação. Em outro plano vemos a necessidade e a lógica de mercado se unirem, assentamentos consolidados ocupam espaços vazios, subdividem terrenos e verticalizam informalmente, aumentando a densidade populacional.

2. Síntese panorâmica do saneamento básico no Brasil e em Belém do Pará

O acesso universal aos serviços de saneamento básico desempenha um papel crucial na qualidade de vida da população urbana. Investimentos e planejamento adequados nesse setor têm impactos diretos positivos na saúde pública. Os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário são considerados de utilidade pública devido à sua essencialidade e aos benefícios que proporcionam, portanto, a questão da universalização desses serviços é de suma importância e tornou-se um tema de grande relevância na atualidade.

É importante ressaltar que a carência de saneamento básico ainda representa um desafio global que afeta aproximadamente 40% da população mundial, de acordo com dados das Nações Unidas. A ONU estima que mais de 80% das doenças e mais de um terço da taxa de mortalidade em todo o mundo estão relacionados à má qualidade da água usada pela população e ao esgotamento sanitário inadequado, isso significa que uma parcela significativa da população global não possui acesso a condições socioambientais mínimas adequadas.

A Resolução 64/292 da ONU reconheceu o acesso à água potável e ao saneamento como um direito fundamental de todos os seres humanos. Os Estados signatários são responsáveis por adotar medidas adequadas para alcançar progressivamente a plena realização das obrigações de direitos humanos relacionadas ao acesso seguro à água potável e ao saneamento, incluindo áreas que atualmente não são atendidas de forma adequada. Outros documentos internacionais e a legislação brasileira, também destacam a importância do direito ao saneamento básico para a sobrevivência digna e o bem-estar humano (Pinheiro, et al. 2016). Portanto, o Brasil tem a obrigação de proteger e promover esse direito, alocando recursos humanos e financeiros adequados que visem à universalização do acesso de forma contínua.

De acordo com o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil possui cerca de 85% de sua população residindo em áreas urbanas (IBGE, 2010). Esse fenômeno é resultado de um modelo de urbanização intensivo que, no entanto, é altamente excludente e desigual. Essa desigualdade não se limita apenas a diferenças socioeconômicas, mas também têm impactos significativos na estrutura e no funcionamento das áreas urbanas, onde as populações de baixa renda frequentemente vivem em condições precárias e enfrentam carências no que diz respeito ao saneamento básico.

Conforme o Artigo 225 da Constituição Federal, todos têm o direito a um meio ambiente equilibrado, essencial para uma boa qualidade de vida, com o dever do Poder Público e da sociedade de preservá-lo para as gerações presentes e futuras. No entanto, o processo de urbanização tem resultado na exclusão das populações economicamente desfavorecidas do acesso a serviços públicos

essenciais, incluindo o saneamento básico, tornando esses grupos mais vulneráveis aos riscos ambientais e reforçando a ligação entre desigualdade socioeconômica e riscos ambientais.

Os serviços de saneamento abrangem uma série de aspectos fundamentais, que vão além do tratamento de esgoto, incluindo o fornecimento de água, a gestão adequada do lixo e o manejo das águas pluviais nas áreas urbanas. A ausência desses serviços tem sérias consequências para a saúde das pessoas, resultando na propagação de doenças transmitidas pela água, devido ao consumo de água sem tratamento adequado, bem como na exposição a condições precárias, como esgotos a céu aberto (Dos Santos Dias, 2017).

De acordo com as normas técnicas, o processo de abastecimento de água envolve a captação em fontes naturais, tratamento e distribuição para uso residencial e industrial. Após o uso, a água é coletada pelo esgoto, tratada e devolvida ao meio ambiente. Em 2017, o Brasil estava em 117º lugar em acesso ao saneamento básico, o que impacta diretamente a saúde, educação, produtividade e competitividade. Cerca de 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta e tratamento de esgoto, enquanto quase 35 milhões não têm água tratada em casa. Isso revela a necessidade de melhorar as condições ambientais para prevenir doenças e aumentar a qualidade de vida e a economia. Em 2020, o IPEA destacou a necessidade urgente de investimentos públicos para universalizar o saneamento básico, visto que mais de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água tratada. O Brasil enfrenta desigualdades na qualidade e acesso ao saneamento, com diferenças entre regiões: Sudeste e Centro-Oeste têm os melhores índices de atendimento, enquanto a Região Norte é a mais deficiente.

Nas cidades com maior densidade populacional, encontramos os mais altos índices de aglomerados subnormais. Em 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um estudo que identificou 13.151 favelas em 734 municípios, totalizando 5.127.747 de domicílios ocupados. Mais de 20 milhões de pessoas vivem em áreas consideradas irregulares, muitas delas sem acesso a serviços de água e esgotamento sanitário.

A maioria das regiões apresentam ocupações irregulares, muitas delas localizadas em terrenos particulares ou públicos invadidos, bem como em áreas de preservação ambiental, como margens de rios, encostas e topos de morros. Essas ocupações enfrentam crônicas deficiências nos serviços públicos, incluindo o saneamento básico. A principal razão é a irregularidade do uso da terra, uma vez que os ocupantes não possuem documentação reconhecendo a existência ou propriedade da área. Essa falta de documentação dificulta a instalação de serviços públicos, o que se torna um desafio para prefeituras e operadoras de saneamento.

A falta de saneamento é o principal catalisador para a propagação de diversas doenças, como diarreia, leptospirose e hepatite, as origens dessas enfermidades estão relacionadas à água

contaminada, ao esgoto a céu aberto e ao acúmulo de resíduos em locais inadequados. A ampliação do acesso ao saneamento proporciona benefícios diretos em termos de saúde, incluindo a redução da mortalidade infantil, a diminuição da incidência de doenças transmitidas pela água (como diarreia e vômitos) e, como consequência, a redução dos custos com saúde, refletindo em menores despesas com médicos, hospitalizações e medicamentos.

Conforme dados fornecidos pelo Instituto Trata Brasil, mais da metade das escolas no Brasil não estão conectadas a sistemas de esgoto, e somente 40% do esgoto gerado no país passa por tratamento adequado. Os 60% restantes, equivalentes a aproximadamente 1,3 trilhão de litros de esgoto anualmente, são despejados diretamente na natureza sem tratamento (Brasil, 2017). O Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em 2017 pela Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Ministério das Cidades (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), revela que 38,6% dos esgotos produzidos no Brasil não são coletados nem tratados, como é evidenciado em casos de esgotos a céu aberto. Além disso, 18,8% dos esgotos são coletados, mas lançados sem tratamento nos corpos d'água. Por fim, 42,6% dos esgotos são coletados e passam por tratamento antes de serem devolvidos aos mananciais, representando a situação ideal.

No entanto, a busca pela universalização esbarra em um grande desafio, que é a negligência e negação de direitos básicos aos moradores de favelas, que frequentemente não têm acesso a água potável e saneamento adequado. Atualmente, mais de 13 milhões de domicílios urbanos no Brasil estão em situação irregular e carecem de infraestrutura básica, é evidente que a expansão das redes de esgoto está significativamente atrasada em comparação com as redes de abastecimento de água, como no caso específico de Belém.

Segundo Pimentel et al. (2012, p. 36), a ocupação urbana de Belém desde sua fundação até meados do século XX caracterizou-se pela ocupação das áreas de Terra Firme pela classe social mais abastada, enquanto as áreas alagadas próximas aos igarapés foram destinadas à ocupação das pessoas consideradas mais pobres na cidade, nessa época já surgiam as primeiras palafitas em áreas mais pobres onde houve a miscigenação de índios e portugueses e também dos negros que eram habitantes destas regiões. O ciclo da Borracha, na virada do século XX, trouxe infraestrutura notável, porém seus benefícios alcançaram apenas uma parcela da população rica, enquanto os mais pobres foram empurrados para áreas alagadas, contribuindo para os problemas ambientais atuais (TRINDADE JR, 1998).

De acordo com um estudo do IPEA sobre assentamentos precários, as "baixadas" em Belém são identificadas como uma tipologia antiga de assentamento informal na periferia urbana da Região Metropolitana de Belém (IPEA, 2020). Essas áreas são caracterizadas por apresentar características típicas de áreas periféricas, como população migrante de baixa renda, baixa escolaridade, áreas

ambientalmente frágeis ou de propriedade pública da terra, e uma localização relativamente próxima aos centros econômicos da cidade.

Belém, caracterizada por sua topografia complexa, apresenta áreas de difícil acesso, conectadas por pontes estreitas conhecidas como 'estivas' e suscetíveis a alagamentos frequentes. Apesar dos desafios ambientais, essas regiões estrategicamente localizadas próximas a bairros de classe média e comerciais enfrentam riscos ambientais recorrentes (ABELÉM, 1988). Historicamente estabelecida ao redor de rios e afluentes, Belém perdeu grande parte dessas vias aquáticas devido à urbanização, resultando em canais de esgoto a céu aberto que agravam os problemas de saneamento básico (ABELÉM, 1988), essa transformação afeta a qualidade de vida da população, levando a doenças durante períodos chuvosos.

A cidade, segundo o IBGE, Belém enfrenta desafios significativos em termos de acesso à água potável e coleta de esgoto, com áreas permeáveis perdidas sendo a principal causa de alagamentos. A ocupação irregular em áreas periféricas cria demandas urbanísticas e de infraestrutura, enquanto a expansão para áreas rurais é observada em Belém, com 53,9% de sua população vivendo em aglomerados subnormais, destaca-se pela extensão dessas áreas, principalmente nas regiões de baixadas próximas ao Rio Guamá, evidenciando uma organização urbana deficiente e serviços sobrecarregados (IBGE, 2010).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), até 2014, a cidade de Belém era atendida por dois sistemas de abastecimento de água potável: um operado pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que atendia a 960,5 mil moradores, abrangendo 75% da população de Belém, e outro gerenciado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB), uma autarquia da prefeitura municipal, a COSANPA foi fundada em 1970, consolidando a gestão de água do Estado, embora tenha raízes em companhias anteriores (Bordalo, 2006). Por outro lado, o SAAEB foi criado em 1969 pela Fundação Nacional da Saúde e originalmente destinado a servir os municípios, com a expectativa de que a Prefeitura de Belém assumisse sua gestão, o que aconteceu somente em 1997, durante o mandato do prefeito Edmilson Rodrigues, na espera de que a Cosanpa possa finalmente tomar os pontos que foram da SAAEB (Freire, 2011).

Conforme argumentado por Farias (2011), a carência de regulamentação legal para os serviços de saneamento na Região Metropolitana de Belém (RMB) é um fator fundamental que contribui para a precariedade geral desses serviços, o autor destaca que nenhum dos municípios da RMB faz uso dos instrumentos proporcionados pela Lei nº 11.445/2007, e até mesmo os planos diretores municipais não contêm regras ou diretrizes para abordar esse problema, os sistemas de esgotamento sanitário geralmente são implementados para solucionar questões pontuais e localizadas, negligenciando a perspectiva metropolitana.

A situação caótica do saneamento em Belém, uma região de planície, tem impactos sociais e ambientais significativos. A poluição e contaminação do solo e das fontes de água afetam rios, mananciais e lençóis freáticos, prejudicando comunidades vulneráveis, os impactos sociais incluem a propagação de doenças transmitidas pela água, como disenterias, cólera e dengue, afetando desproporcionalmente a população negra, o que se reflete nas internações, com 51,5% envolvendo pessoas pretas ou pardas em 2021 (Guedes, 2022). A falta de acesso precário aos serviços de abastecimento de água e saneamento é evidenciada pela disparidade na conectividade à rede de esgoto, onde áreas mais centrais têm melhor acesso em comparação com bairros periféricos e densamente povoados como Icoaraci (IBGE, 2010).

Icoaraci, situado ao norte de Belém, é um distrito extenso que enfrenta desafios próprios e é considerado uma periferia da periferia (Ferrara, 1999), sendo distante do centro urbano e distante da periferia que convive mais próximas dos aparelhos sociais como Guamá e Jurunas, composta por nove bairros, Icoaraci é uma nova centralidade emergente, impulsionada por atividades comerciais e Industriais e sua localização estratégica em termos de escoamento produtivo.

Com a expansão de Icoaraci, os problemas ambientais e sociais se agravaram devido à falta de regulamentação urbana, refletindo o desenvolvimento das capacidades produtivas e evolução social, com a intervenção estatal afetando a ocupação das cidades (Dias, 2007). A falta de políticas para migrantes resultou em assentamentos precários, poluição de rios e áreas de risco, com negligência das autoridades, exacerbando a degradação ambiental e de vida urbana.

A complexa configuração ambiental e a ocupação intensa das áreas de várzea e baixadas no distrito de Icoaraci apresentam desafios significativos, incluindo despejo de resíduos e esgoto, poluição da água e perda de cobertura vegetal original devido à ocupação e urbanização acelerada (Dias, 2007). A análise da Região Metropolitana de Belém confirma os desafios ambientais em Icoaraci, com recursos naturais comprometidos, paisagem deteriorada e fatores como indústrias às margens de rios contribuindo para a degradação.

A ocupação inadequada em Icoaraci gera impactos sociais e ambientais graves, com infraestrutura inadequada intensificando problemas urbanos e resultando em áreas periféricas que afetam a qualidade de vida da classe trabalhadora. As ocupações nas áreas alagáveis dos igarapés, rios e margens da baía de Guajará e do furo do Maguari estão associadas ao despejo de resíduos, comprometendo ecossistemas fluviais e apresentando desafios para a instalação de infraestrutura básica. O processo de expansão urbana em Icoaraci concentra uma densa população em crescimento, mas esse aumento não é acompanhado pelo desenvolvimento das infraestruturas necessárias, resultando em um déficit de saneamento básico, especialmente nos sistemas de esgoto e drenagem urbana, principalmente nas áreas permeáveis como na Bacia do Paracuri. (Dias, 2007).

3. Análise da problemática socioambiental na bacia do Paracurí

A bacia hidrográfica do Paracuri, ao norte de Belém, entre a baía do Guajará e o Furo do Maguari, destaca-se por características únicas na região central da cidade, como ampla superfície permeável, cursos d'água navegáveis, mata ciliar e baixa densidade populacional como visto no mapa a seguir. Três cursos d'água notáveis são o Igarapé Tabocal ao norte, próximo à praia do Cruzeiro, e ao sul, os rios Paracuri e do Livramento, este último com nove braços hídricos, ambos com vegetação típica de áreas de várzea e florestas secundárias (BARROS; BRITO; PONTE, 2016). Essa região verde integra o Parque Guajará, classificado como Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) pelo Plano Diretor de Belém (2008).

Cobrindo uma área de 14,60 km 2, com 24,34% de sua extensão permanecendo permeáveis, a densidade populacional atinge 73,88 hab/ha, totalizando 62.221 habitantes em assentamentos precários. Essa bacia desempenha um papel crucial na região, uma vez que ao longo de seu curso estão localizadas várias jazidas de argila, essencial para a produção de cerâmica, uma das principais fontes de renda local, no entanto, o desenvolvimento desordenado e não planejado da região expõe essas fontes de matéria-prima a constantes invasões, ameaçando a pureza da argila.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, a ocupação na bacia do Paracuri é predominantemente composta por aglomerados subnormais, caracterizados por moradias precárias e infraestrutura incompleta, especialmente em termos de saneamento básico. Esses aglomerados estão concentrados próximos aos cursos d'água, em áreas de Preservação Permanente (APPs) (RODRIGUES; TAVARES; MIRANDA, 2016), seguindo a tendência de ocupação das baixadas em Belém.

O Plano de Estruturação Metropolitana (PEM) da década de 70 propôs a criação de dois parques metropolitanos para preservar as extensas áreas com cobertura vegetal na Região Metropolitana de Belém. O primeiro, o Parque Metropolitano Guajará, abrangendo 487 hectares de vegetação na várzea do Rio Paracuri, foi concebido para atender à demanda por áreas de lazer dos assentamentos urbanos próximos, em especial do Distrito de Icoaraci, e dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PA na década de 1970, no entanto, na prática, a área do parque foi sujeita a ocupação espontânea, iniciando-se após a implementação dos conjuntos habitacionais, devido à falta de coordenação entre os órgãos públicos, que não seguiram as diretrizes de uso da terra como parque (Miranda, 2021).

Diante dessas questões, projetos visam requalificar a área, incluindo a implementação de redes de abastecimento de água, esgoto, drenagem de águas pluviais e construção de equipamentos

públicos. Essas intervenções requerem também a realocação de famílias que residem em palafitas precárias localizadas em áreas de APPs. Em Belém, a questão ambiental assume relevância, especialmente devido à presença de cursos d'água e áreas de várzeas na morfologia do local, a necessidade frequente de projetos de macrodrenagem no planejamento urbano é evidente. No entanto, nota-se que, diante dos novos desafios ambientais, há uma dificuldade em articular projetos que integrem urbanização, moradia e requalificação ambiental. Desde os anos 1960, os projetos de macrodrenagem consolidaram soluções convencionais, transformando os cursos d'água em elementos de infraestrutura e negligenciando as características naturais das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Outro aspecto crucial nas urbanizações de áreas alagáveis diz respeito à oferta habitacional, considerando a precariedade das moradias e a necessidade de realocar famílias dessas regiões, assim, foram realizadas intervenções localizadas na bacia do Paracuri, no distrito de Icoaraci, como parte do primeiro ciclo de contratos do PAC UAP no Brasil. Embora os projetos tenham representado uma oportunidade para intervenções mais abrangentes, abordando urbanização de vias, inserção de infraestrutura básica e macrodrenagem dos rios, a execução da obra tem enfrentado constantes atrasos ao longo de décadas (Barros et al, 2016).

Apesar dos benefícios proporcionados à região pelos vultosos investimentos na ordem de 955 milhões de reais, porém existem diversos problemas associados à falta de projetos detalhados e interdisciplinares necessários para esse tipo de intervenção. Além disso, apontam os impactos ambientais resultantes de soluções que não consideraram as características físicas naturais e os costumes da população local. O modelo sanitarista adotado, que promove a ocupação das terras por meio de soluções de macrodrenagem, como canalização de igarapés e aterramento de grandes porções de áreas de várzea para aproveitamento urbano, é notoriamente criticado.

No que diz respeito ao reassentamento, o PAC-Paracuri planejava entregar 376 unidades habitacionais de 38,66m 2 cada, distribuídas em 47 blocos. Até o momento, o projeto foi parcialmente concluído, com alguns blocos no Bairro da Ponta Grossa já habitados, enquanto outros ainda estão em construção, os blocos habitacionais na região próxima ao Parque Guajará têm suas obras paralisadas desde 2009.

A iniciativa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Rio Paracuri foi desenvolvida e gerida pela prefeitura municipal de Belém em 2007, abrangendo os bairros Ponta Grossa e Paracuri, o projeto propôs a macrodrenagem do rio, incluindo a retificação de parte do curso d'água (Canal Trapezoidal), blocos habitacionais (área 01 e área 03), urbanização de vias, uma estação de tratamento de esgoto (ETE, área 02) e áreas de lazer. Ao ser analisado, esse plano apresenta benefícios em comparação com outras propostas para a área central de Belém, destacando-se pela

possibilidade de integração e articulação da urbanização, além da implementação de infraestrutura básica.

A partir de 2019, o auxílio moradia concedido às famílias deslocadas para as obras foi reajustado devido à demora e aos grandes problemas enfrentados por essa população. A Prefeitura de Belém tinha o prazo até o final de 2020 para entregar os imóveis do Projeto de Urbanização do Paracuri, conforme decisão do Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Raimundo Santana (O Liberal, 2019). O projeto de macrodrenagem da bacia do Paracuri, iniciado em 2010 no distrito de Icoaraci, visava beneficiar aproximadamente 150 mil pessoas, proporcionando abastecimento de água e saneamento para melhorar as condições de moradia da população que vivia às margens do igarapé Paracuri e preservar o meio ambiente. No entanto, a Urbanização do Canal do Paracuri está em processo de distrato do contrato, sem viabilidade técnica para continuidade. A prefeitura busca parcerias, como o projeto em conjunto com a Agência Alemã Giz Brazil, no Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS).

Belém obteve aprovação para os projetos de Requalificação Urbanística e Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Paracuri e Programa de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Mata Fome. Essa aprovação representa o direito à moradia digna para os residentes das áreas do Paracuri. Contudo, o andamento desses projetos depende do processo de escolha e parcerias para sua execução, visando reduzir alagamentos, preservar áreas verdes e oferecer equipamentos públicos de lazer, entre outros benefícios (Belém, 2023).

As áreas de várzea no Paracuri representam um dos poucos espaços remanescentes na zona de expansão urbana, geralmente desinteressantes para o mercado imobiliário. Contudo, suas características, como a presença de igarapés, matas com potencial para obtenção de alimentos, a ligação física à orla do Rio Guajará e a proximidade com o Distrito de Icoaraci, atraíram migrantes em busca de oportunidades de trabalho e residentes de outros bairros de Belém fugindo de altos custos de aluguel e violência.

A ocupação humana impactou as condições naturais de drenagem da bacia do Paracuri, resultando em problemas frequentes de alagamentos, especialmente durante a estação chuvosa em Belém. Diversos documentos mencionam o crescimento populacional como fator explicativo do problema ambiental do Paracuri, indicando um aumento de 183,63% na população do bairro de 1991 a 2000 (Prefeitura Municipal de Belém, Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social em Belém – ZEIS. Diagnóstico, 2003).

A concepção simplista de que as palafitas são a principal causa do problema ambiental no Paracuri é generalizada e superficial. Essas habitações, consideradas invasivas e predatórias pelos esquemas classificatórios, são apontadas como responsáveis pelo assoreamento do rio Paracuri, a

falta de saneamento, a poluição e a degradação também são associadas à presença das palafitas, ignorando as complexidades do contexto habitacional e ambiental (Abrahão, 2006).

Belém testemunhou a substituição de classes pobres por estratos mais abastados, financiada por substanciais investimentos públicos. As considerações do governo sobre o remanejamento de ocupações, antes justificadas por discursos higienistas, atualmente refletem a importância atribuída à resolução de problemas ambientais pelas autoridades locais, resultante do processo de "ambientalização" das questões urbanas, paralelamente, os discursos analisados expressam preocupações sociais imediatas em relação a ações desse tipo.

Práticas anteriores envolviam o realojamento de comunidades pobres em conjuntos habitacionais considerados precários e isolados na periferia, limitando o acesso a oportunidades de trabalho e renda devido às distâncias que os separavam de áreas de classe média e centros comerciais. A dificuldade de acesso a fontes de renda próximas resultava em deslocamentos cansativos para outros bairros, acarretando custos adicionais, como tarifas de transporte coletivo e riscos de transitar a pé ou de bicicleta em uma cidade planejada para favorecer veículos motorizados, esse contexto também implica isolamento sociocultural para essas classes.

Os residentes mais vulneráveis às ameaças da "maré", situados nas ocupações às margens dos rios Paracuri e Livramento, enfrentam os principais impactos dos "problemas ambientais" da região. Sua posição social desfavorecida em termos econômicos e culturais dificulta o acesso aos meios de poder necessários para sua afirmação como sujeitos coletivos de direitos, relegando-os a uma posição desvantajosa no espaço urbano e social da cidade (BITOUN, 2010). Os residentes do Paracuri temem especialmente o prospecto de remanejamento, receando a realocação para conjuntos habitacionais isolados sócio espacialmente. Esses conjuntos frequentemente carecem de acessibilidade aos locais de trabalho doméstico, emprego informal e outros serviços de baixa qualificação.

A habitação frequentemente tem sido abordada, segundo Abelém (1989), como se fosse a origem dos problemas urbanos. A perspectiva sugere que ao resolver as questões habitacionais, pode-se propor soluções para as adversidades enfrentadas pela classe trabalhadora nas cidades. Tanto as moradias quanto às atividades informais são percebidas pelas autoridades e pela imprensa como problemas a serem prontamente resolvidos, considerando até mesmo a possibilidade de remoção (TRINDADE JR., 1998). Dessa forma, destaca-se a importância de reorganizar as favelas, áreas alagadas e baixadas, visando oferecer condições habitacionais mais adequadas para a população de baixa renda, por meio de intervenções para a renovação urbana

A abordagem conservadora da questão ambiental urbana adotada muitas vezes não leva em consideração a lógica política subjacente à distribuição desigual do acesso a áreas seguras e

infraestrutura urbana. Essa abordagem negligencia as conexões entre degradação ambiental e injustiça social, pois os mecanismos de valorização fundiária e realocação dos estratos sociais mais pobres para áreas periféricas interagem com as estruturas de domínio do espaço urbano, contribuindo para os níveis existentes de desigualdade.

A ideia de que a não conformidade com leis ambientais é uma das causas da degradação ambiental na área surge, em parte, do mesmo objetivismo que atribui às instituições jurídicas a mesma autoridade concedida à ciência e à mídia na discussão das questões ambientais. No entanto, essa abordagem não considera adequadamente a produção social do direito e os processos sociopolíticos caracterizados pela assimetria de poder que atravessam tanto a criação quanto a aplicação das leis.

Ao analisar as causas subjacentes ao "problema ambiental" no Paracuri, destaca-se novamente a referência ao crescimento demográfico, apontado como fator propulsor de uma ocupação desordenada da área. Devido às suas características hidrogeológicas, inicialmente não destinada à habitação, a região passou por um processo de "degradação" resultante da proliferação de ocupações urbanas nas últimas duas décadas, especialmente quando o distrito de Icoaraci se consolidou como área prioritária de expansão urbana em Belém.

No processo de construção social das atuais práticas de apropriação material e simbólica do espaço urbano em Belém, as classes pobres historicamente foram relegadas a áreas territorialmente desvalorizadas, não propícias à geração de riqueza. Devido à sua limitada mobilidade e influência restrita nas decisões relacionadas às políticas urbanas, essas classes acabam sendo as mais prejudicadas.

Com o surgimento da questão ambiental e sua expansão para debates sobre políticas ambientais urbanas, a relação entre sociedade e território na área urbana incorporou novos significados aos elementos que compõem o capital material da cidade. Historicamente considerados incômodos para o crescimento ordenado e saudável da malha urbana, os cursos d'água de Belém passam a ser alvo de propostas de revalorização devido à crescente importância da temática ambiental, contrastando com as percepções passadas desses corpos hídricos.

Entretanto, as propostas de intervenção urbanística e ambiental idealizadas pelos moradores das áreas de produção artesanal concentram-se predominantemente nas necessidades de circulação associadas à produção e comercialização do artesanato cerâmico. Essas propostas não abrangem integralmente as comunidades das áreas de ocupação mais recentes do bairro, ocorridas nas últimas décadas, as quais enfrentam condições de moradia mais precárias nas margens e imediações dos rios, em áreas de várzea sujeitas a alagamentos frequentes (GAIA, 2010).

Em termos de subsistência, especialmente para os ocupantes dependentes dos rios para sua sobrevivência, a forma de ocupação os coloca em uma situação que os obriga a contribuir para a degradação ambiental e aumentar os riscos que enfrentam (Evans, 2002). Mobilizar essas comunidades em torno da "sustentabilidade" é desafiador, dada a prioridade centrada na sobrevivência, apesar da exposição a riscos e degradação.

Além dos desafios mencionados, a irregularidade no abastecimento de água nas moradias do Paracuri é uma questão séria. Muitas residências dependem de canos improvisados, conhecidos como "gatos", que passam por canais de água sob as palafitas. Essa prática, além de representar um risco de contaminação, destaca a falta de infraestrutura básica, a condição de vida dessas comunidades evidencia como as aglomerações subnormais proliferam nas áreas mais afastadas do centro de Belém, onde a falta de regularização fundiária limita a capacidade dos moradores de reivindicar serviços públicos.

O crescimento populacional nas grandes metrópoles, aliado à ausência de políticas habitacionais eficazes, cria uma preocupante situação de ocupação do solo em áreas de risco. A constante remoção da mata ciliar agrava ameaças de erosão, assoreamento e eventos climáticos extremos, surpreendentemente, áreas urbanas designadas como de proteção permanente estão sendo ocupadas, indicando a necessidade urgente de regulamentação do uso do solo para evitar danos significativos em caso de inundação e garantir a preservação ambiental.

A implementação de políticas habitacionais e, sobretudo, estratégias voltadas para a macrodrenagem de extensas bacias hidrográficas (englobando a urbanização dessas áreas) pode ser altamente eficaz na redução da vulnerabilidade socioambiental no bairro do Paracuri. Este enfoque seria particularmente relevante, uma vez que a maioria das regiões em situação de vulnerabilidade está localizada em proximidade aos rios que cortam a Região Metropolitana de Belém (RMB). É crucial que as diversas políticas públicas relacionadas à vulnerabilidade socioambiental, como habitação, saneamento e meio ambiente, sejam concebidas e implementadas de maneira conjunta e integrada.

É essencial ressaltar que qualquer medida destinada a resolver esses problemas não deve se limitar à simples realocação da população para áreas distantes das regiões alagadiças. Tal abordagem não soluciona efetivamente o problema, pois, em geral, apenas transfere essa população para periferias distantes, frequentemente carentes de serviços e infraestrutura urbana adequados, resultando na criação de novas situações de vulnerabilidade socioambiental.

Assim é interessante explorarmos a interdiscursividade entre as aspirações dos moradores do Paracuri e a ideologia que moldou a perspectiva da administração municipal sobre o ambiente urbano, dentro do contexto de uma gestão democrática e popular. Focados no processo de construção

social de um problema ambiental urbano, analisando como as discussões sobre a insalubridade das baixadas foram reinterpretadas tanto pelos moradores quanto pelo governo municipal, influenciadas pelo discurso ambiental nas políticas urbanas. A análise do Paracuri se baseia na interação de fatores relacionados à moradia das classes de baixa renda, que revelam injustiças sociais, e as questões ligadas à exposição dessas classes à precariedade, insegurança e riscos ambientais, evidenciando injustiças ambientais.

Nossa abordagem da questão ambiental urbana adota uma perspectiva crítica em relação ao padrão dominante de distribuição de poder nos sistemas de produção e apropriação do espaço urbano. Entendemos a noção de injustiça ambiental nas cidades como resultado de uma lógica social que marginaliza as classes de baixa renda, segregando-as socio espacialmente e relegando-as a áreas urbanas menos valorizadas e mais inseguras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Um dos princípios fundamentais da justiça ambiental preconiza que as comunidades devem ser os agentes principais na identificação dos perigos, riscos, oportunidades e medidas para a melhoria do bem-estar (Loh, 2016). Parcerias de longo prazo, baseadas na comunidade, entre universidades e moradores são essenciais para a coprodução de conhecimento e ações voltadas a uma sociedade mais justa, sustentável e democrática.

Pesquisas recentes indicam que a participação ativa dos residentes não apenas aprimora a avaliação dos riscos ambientais, mas também eleva a conscientização e capacita os moradores a buscar adaptações equitativas diante de riscos ambientais e climáticos (Corburn, 2017). No entanto, muitos processos de avaliação de riscos e planejamento urbano ainda ocorrem de forma especializada, distante da realidade territorial e das necessidades reais da população, frequentemente impulsionados pela pressa em concluir obras. Uma abordagem mais integrada e relacional com a comunidade é essencial para promover a justiça ambiental e fortalecer a capacidade da saúde pública de enfrentar os desafios contemporâneos. Os planejamentos urbanos futuros devem priorizar a saúde pública ambiental na construção de ambientes urbanos saudáveis, incluindo a promoção de serviços ecossistêmicos urbanos para a saúde e estratégias participativas e integradas para a urbanização de favelas.

O estabelecimento de parcerias e uma agenda unificada são fundamentais para criar um "ecossistema de aprendizado", promovendo a compreensão de questões complexas e empoderando a comunidade. Projetos globais estão cada vez mais adotando soluções baseadas na natureza, e em

planejamento urbano, visando criar cidades resilientes que alcancem metas econômicas e benefícios ambientais e sociais.

As populações mais vulneráveis, historicamente excluídas dos processos decisórios, demandam maior representatividade, portanto, é crucial ampliar a participação de mulheres, pessoas negras e indígenas nos processos democráticos que definem políticas territoriais. A urgência recai na ascensão de agendas políticas comprometidas com os direitos das populações vulneráveis para enfrentar desafios e promover mudanças substanciais. A luta contra o racismo ambiental engloba a defesa dos direitos humanos e ambientais, incluindo participação na tomada de decisões, acesso à informação e busca por justiça ambiental. É crucial valorizar os conhecimentos e experiências das comunidades afetadas na formulação de políticas e projetos de desenvolvimento, promovendo uma maior justiça ambiental e solidariedade na gestão pública quando as comunidades se tornam agentes ativos em seu processo de tomada de decisão.

Assim, o município deve adotar uma política urbana centrada no saneamento ambiental, que inclua o controle da expansão territorial para preservar áreas ainda não ocupadas, além disso, o modelo de ocupação do território deve ser ajustado às características geográficas e culturais da região. É importante que o município tenha capacidade institucional para tomar decisões relacionadas ao saneamento em todas as suas interfaces, considerando as limitações econômicas da população e articulando políticas de desenvolvimento acessíveis à maioria dos cidadãos, tais decisões devem ser respeitadas pelos demais agentes promotores de saneamento.

No contexto de Icoaraci, para mitigar as condições precárias do ambiente urbano, é necessário implementar um amplo projeto ambiental, este projeto deve abranger a recuperação da mata ciliar das áreas degradadas dos rios e igarapés que cortam o distrito, das regiões abandonadas por antigos projetos nas áreas de várzeas, visando explorar ambiental e economicamente sua beleza natural. Além disso, deve-se tratar os resíduos industriais, especialmente os rejeitos das madeireiras que têm sido depositados em áreas de baixadas alagadas, para efetivar essas ações, é essencial desenvolver um projeto de realocação das famílias para áreas sociais e ambientais dignas, proporcionando habitações que garantam uma vida digna.

Desse modo, os assentamentos precários urbanos, por sua vez, apresentam características que evidenciam a produção de uma cidade excludente, mas que subsistem e se desenvolvem independentemente de normas e padrões estabelecidos, é fundamental uma ressignificação no planejamento urbano-ambiental para compreender essas formas de agrupamento humano. As pessoas que habitam esses assentamentos devem ser capacitadas a participar das decisões que impactam suas realidades, nesse contexto, questões como moradia, urbanismo, saneamento, gestão de riscos e recursos hídricos devem ser incorporadas, demandando dos profissionais dessas áreas

uma mudança em suas concepções de atuação e de cidadania, reconhecendo a contribuição valiosa dessas comunidades na busca por soluções que promovam o bem comum.

Diante do atual cenário, a urbanização e regularização de favelas e assentamentos precários são elementos importantes para enfrentar o passivo habitacional e socioambiental nas cidades, o fornecimento de água e saneamento básico emerge como ferramentas para promover a saúde, reduzir o sofrimento humano e prevenir mortes por doenças evitáveis, especialmente nas populações de favelas e baixadas. Independentemente da classe social ou local de residência, é imperativo que o poder público atenda à diretriz de tratar as famílias com dignidade, sem violência estrutural, garantindo alternativas habitacionais definitivas, e assegurando o acesso básico à água e saneamento.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: UFPA/NAEA, 1989

ABRAHÃO, O. N. **Survey realizado na ocupação Paracuri 3**. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará; dossiê sobre pesquisa exploratória**. Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 21-36.

ABRAHÃO, Omar Numa et al. **Possibilidades de intervenção e de desenvolvimento urbanos em área de assentamento espontâneo no contexto metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3.** 2008.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental–novas articulações entre meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro: Ibase**, p. 10-11, 2000.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça ambiental e cidadania. In: **Justiça ambiental e cidadania**. 2004. p. 315-315.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?**. 2009.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BARROS, Nayara Sales; BRITTO, Ana Lucia; PONTE, Juliano Ximenes. **Alterações da dinâmica hídrica na formação especial urbana da bacia do Paracuri, Belém-PA.** In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre. 2016

BRASIL, Trata. **Instituto trata brasil. Ranking do Saneamento**, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Diário Oficial da União. Brasília, 5 de janeiro de 2007.

BULLARD, Robert (2004), "**Enfrentando o racismo ambiental no século XXI",** in Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua, Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 40-68

CORBURN, Jason. **Confronting the challenges in reconnecting urban planning and public health. American journal of public health**, v. 94, n. 4, p. 541-546, 2004.

CORBURN, Jason; SVERDLIK, Alice. Slum upgrading and health equity. **International journal of environmental research and public health**, v. 14, n. 4, p. 342, 2017.

CORRÊA. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

COSTA, Léa Maria Gomes da. **Icoaraci: formação socioespacial, tentativas de afirmação e de emancipação territorial.** 2007.

DIAS, Mario Benjamin. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DOS SANTOS DIAS, Daniella Maria; DO NASCIMENTO NONATO, Domingos; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. **Saneamento e direito à cidade: ponderações sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade de Belém/PA/Sanitation and right to the city: weights on water supply and sanitary filling in the city of Belém/PA**. Revista de Direito da Cidade, v. 9, n. 4, p. 1784-1814, 2017.

EVANS, Peter. **"Political strategies for more livable cities: lessons from six cases of development and political transition"**. In: EVANS, Peter. Livable cities?: Urban struggles for livelihood and sustainability. University of California: Berkeley and Los Angeles: 2002, p.222-246.

FARIAS, Rosa Sulaine Silva. **Perspectivas e limites da Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico: um estudo sobre a aplicação dos principais instrumentos e determinações da lei nº 11.445/07, nos municípios da região metropolitana de Belém-Pará**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo Wolfgang. Direito constitucional ambiental. **Estudos sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais**, 2011.

FERRARA, Lucrécia D. "'Aléssio." **Olhar Periférico**. São Paulo: Edusp/Fapesp (1999).

FREIRE, Luiz Carlos. **PMB repassa serviço municipal de abastecimento de água ao governo do estado.** Em 17 de setembro de 2011

GAIA, M. C. D. **Paracuri: a construção social de um "problema ambiental urbano"**. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOMES, G. et al. **Governo Federal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Chefe de Gabinete Conselho Editorial Assistentes de Pesquisa**. 2002 [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4172/1/bps_05_completo.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

GUEDES, Walef Pena; SUGAHARA, Cibele Roberta; FERREIRA, Denise Helena Lombardo. **SANEAMENTO E (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS**. Geoambiente On-line, n. 44, p. 15-38, 2022.

GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2011.

HERCULANO, S. **Justiça ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada**. In: **Justiça e Sociedade: temas e perspectivas.** Marcelo Pereira de Melo (org.). p. 215-238. São Paulo, 2001.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

HERCULANO, Selene. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. Encontro da ANPPAS**, v. 1, p. 1-15, 2002.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L.; OLIVEIRA, **A. Urbanização e vulnerabilidade socioambiental: o caso de Campinas**. In: Hogan, D.; BEANINGER, R.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L. (orgs.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO Unicamp, 2001, p. 396 – 418.

Icoaraci pode ganhar reserva ecológica com 180 hectares. A Província do Pará, Belém, 05 abr. 1995-cad.1.p.8.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

LIMA, M. V.; RONCAGLIO, C. **Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), Paraná, n. 3, p:53-63, jan./jun. 2001.

LIMA, E. **Entendendo a injustiça ambiental**. 2023 . Disponível em: <https://diplomatique.org.br/entendendo-a-injustica-ambiental/>.

LOH P. Community–university collaborations for environmental justice. (2016). **New Solutions: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, 26(3), 412-428.

PAIVA, K. F. G. M. **Uso e ocupação da bacia do Igarapé Paracuri: avaliação dos problemas ambientais atuais.** Monografia apresentada ao NUMA/UFPA, 2000. 74 p.

PIMENTEL, Márcia Aparecida; SANTOS, Viviane Corrêa; DA SILVA, Flávia Adriane Oliveira. **A OCUPAÇÃO DAS VÁRZEAS NA CIDADE DE BELÉM: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**. Revista Geonorte, v. 3, n. 5, p. 34-45, 2012.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes et al. **Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**, 2016.

PÓLIS, Instituto. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades.** Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>.

RODRIGUES, Roberta Menezes; TAVARES, Ana Carolina Miranda; MIRANDA, Thales Barroso. **Urbanizar as baixadas: experiências recentes de projetos de urbanização de assentamentos precários nas áreas de preservação permanente em Belém (PA). Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ)**, p. 1-25, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. **Encontro de Geógrafos da América Latina**, v. 10, p. 20, 2005.

SANTOS, Gesmar Rosa dos**. Estado e Saneamento: Sugestões de apoio à população carente durante e após a pandemia da Covid-19**. 2020.

SHKLAR, Judith N. **The faces of injustice**. Yale University Press, 1990.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque; **Desenvolvimento Local e Gestão Participativa: Concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce. Belém-PA.** Dissertação de mestrado do:NAEA/UFPA, Belém, 2006

TRANNIN, Maria Cecilia; BRUNO, Simara Ferreira. **JUSTIÇA AMBIENTAL E PLANEJAMENTO URBANO: CONSTRUINDO RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS. REPAE**-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia, v. 7, n. 1, p. 37-58, 2021.

TRINDADE JR., S-C. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana.** 1998. 395 fls. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidade latino-americanas

EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PAN-AMAZÔNIA: O CASO DO NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS DA UFPA

José Nilberlanio Vieira [1](UFPA)

RESUMO: A educação superior na Amazônia, incluindo os níveis mais elevados de ensino como a pós-graduação stricto sensu, representa uma oportunidade extremamente importante para o desenvolvimento da região e de seu povo, na medida em que favorece a mobilidade social (WANDERLEY, 2003). Entende-se que a formação recebida pelos profissionais no ensino superior tem implicações e reflexos sobre sua realidade social e econômica específica, sobre as demandas por soluções e melhorias, bem como sobre as possibilidades que emergem de sua formação recebida no ensino superior com vistas a atuar na redução da desigualdade social (LUCENA; LEAL, 2020). Neste sentido, este trabalho, cujos resultados ainda são preliminares, tendo em vista que esta é uma pesquisa em andamento, aborda o acompanhamento e análise das trajetórias profissionais de egressos da pós-graduação stricto sensu realizada pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável na Amazônia e Pan-Amazônia, considerando o aspecto da interdisciplinaridade na formação acadêmica desses egressos (PPGDSTU, 2021); UFPA (2022). Tem, especificamente como locus de pesquisa, o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), que constitui o recorte empírico de análise, considerando que esta é uma subunidade pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) (PPGDSTU, 2021); (UFPA, 2022).

Palavras-chave: Educação superior; pós-graduação stricto sensu; acompanhamento de egressos; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

2. METODOLOGIA

Este trabalho utiliza uma metodologia que privilegia o caráter qualitativo e exploratório, pretendendo explorar as reflexões dos egressos acerca de sua formação para o desenvolvimento sustentável recebida no curso. Foram aplicados questionários do tipo survey, a egressos de mestrado e de doutorado, tendo como recorte temporal os anos de 2007 a 2020, obedecendo os princípios éticos da pesquisa científica (CRESWEL, 2007); (CHIZZOTTI, 2000); (LAKATOS; MARCONI, 2003); (MINAYO, 2004).

3. A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NA UFPA

De acordo com os dados mais atuais, relativos ao ano de 2022, disponíveis no site da Pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento institucional (Proplan), a UFPA possui atualmente 144 cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo 96 cursos de mestrado e 48 cursos de doutorado, responsáveis pela formação de 1.058 mestres e 362 doutores (UFPA, 2022).

[1] PPGDSTU/NAEA/UFPA, Brasil. Email: nilber2004@gmail.com.

Os impactos resultantes da formação desses profissionais não se limitam ao âmbito acadêmico, estendendo-se significativamente à sociedade. Esse retorno pode ser interpretado por meio da produção e disseminação de conhecimento socialmente relevante, da promoção de inovação tecnológica e do estímulo à inclusão regional (UFPA, 2022).

Ao analisar mais detidamente esses números, fica evidente o papel relevante desempenhado pela UFPA na promoção do ensino superior avançado e na qualificação de profissionais altamente capacitados. O expressivo número de cursos de pós-graduação, tanto de mestrado quanto de doutorado, atesta o compromisso da instituição com a pesquisa e o desenvolvimento científico, fomentando o avanço do conhecimento em diversas áreas do saber. Tal entendimento é corroborado por Costa (1998, p. 100) quando pontua que:

> "(...) a UFPA é hoje uma instituição complexa, cuja característica principal é a de dispor de mecanismos institucionais que permitem abrigar a um só tempo as múltiplas disciplinas tanto das ciências da natureza quanto da sociedade e os subcampos de C&T de ensino e pesquisa".

Neste contexto, a formação de mestres e doutores contribui para enriquecer o ambiente acadêmico, mas também de maneira substancial para a sociedade em geral. A produção de conhecimento socialmente relevante impulsiona o progresso, enquanto a inovação tecnológica resultante desses programas pode ter impactos positivos na economia e na competitividade regional.

Ademais, a promoção de uma educação significativa como a verificada na pós-graduação stricto sensu da UFPA demanda a integração efetiva de diversos princípios fundamentais. O pensamento crítico, nesse contexto, emerge como uma ferramenta essencial, capacitando os indivíduos a questionarem, analisarem e interpretarem informações de maneira autônoma. Ao fomentar essa habilidade, a instituição de ensino se propõe a criar um ambiente intelectualmente enriquecedor, onde os alunos são incentivados a desenvolver perspectivas independentes e a enfrentar desafios complexos.

A aprendizagem integrada surge como complemento, buscando transcender as barreiras disciplinares tradicionais. Essa abordagem propicia uma compreensão mais completa e contextualizada do conhecimento, preparando os estudantes para enfrentar problemas que exigem uma visão interdisciplinar. A interconexão entre diferentes áreas do saber, além de enriquecer o aprendizado, estimula a criatividade e a resolução inovadora de questões contemporâneas.

No entanto, a eficácia desse processo educacional não se limita ao desenvolvimento cognitivo. A integração de valores como engajamento cidadão e respeito à diversidade amplia o impacto social da educação. O engajamento cidadão instiga os alunos a se tornarem agentes ativos na sociedade, conscientes de seu papel em questões sociais, políticas e comunitárias. Busca-se,

assim, formar cidadãos éticos, comprometidos com o bem comum e capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e participativa.

A valorização da cultura amazônica se insere nesse contexto como um componente fundamental de respeito aos povos e a seus modos de vida. Reconhecer e preservar as riquezas culturais da região amazônica enriquece o repertório cultural dos estudantes e promove uma compreensão mais profunda e respeitosa das diversidades culturais. Ao integrar elementos culturais amazônicos no processo educacional, a instituição contribui para a construção de identidades fortes e sustentáveis, valorizando a pluralidade cultural existente.

Para além desses aspectos, a UFPA, ao contribuir com seus cursos de pós-graduação stricto sensu para o processo educacional fomenta pensamento crítico, aprendizagem integrada, engajamento cidadão, valorização da cultura amazônica e respeito à diversidade, criando um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos alunos, repercutindo positivamente quando esses alunos viram egressos e passam a contribuir com seus conhecimentos para a sociedade em que vivem. Essa sinergia entre diferentes aspectos prepara os indivíduos para serem cidadãos conscientes, inovadores e culturalmente sensíveis, capazes de contribuir positivamente para a sociedade em que estão inseridos.

Depreende-se, assim, que os egressos da pós-graduação stricto sensu, particularmente, reforçam a importância estratégica da UFPA como agente propulsor do desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, destacando seu papel fundamental na construção de um futuro mais robusto e inovador para a região e o país, estando o NAEA e o PPGDSTU incluídos nesse processo transformador, conforme se depreende de Costa (1998).

4. A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos é uma atividade importante e deve estar vinculada à missão e aos objetivos finais da instituição, ou, mais especificamente, do Programa de pós-graduação stricto sensu, cujo compromisso maior é a melhoria da formação oferecida aos egressos, considerando a qualidade do ensino, a expansão da pesquisa e seu envolvimento efetivo com a sociedade, objetivando a melhoria da qualidade de vida, ou seja, a contribuição deste egresso para o desenvolvimento social e não apenas para saber o destino profissional do egresso per se, pois sua atuação pode ensejar um impacto social, ambiental, econômico, político, cultural, etc.

Para Hortale et al. (2014), ainda há falta de dados quando o assunto é egressos de programas da pós-graduação e, neste contexto, o acompanhamento permitiria uma análise mais minuciosa dos efeitos da formação na trajetória profissional, além de possibilitar subsídios para possíveis ajustes

nos processos de formação e curriculares (CAETANO SILVA; PATTA BARDAGI, 2016), bem como possibilitar a ampliação do conhecimento das instâncias de gestão acadêmica sobre os processos de formação, estabelecendo uma linha de ação para o acompanhamento da trajetória dos egressos e subsidiar o aprimoramento dos processos de acompanhamento de egressos dos programas de pós-graduação stricto sensu.

Andriola (2006) refere que é bastante relevante a investigação das repercussões sociais das atividades de uma IES, por meio, por exemplo, do acompanhamento sistemático dos seus egressos. Neste caso, em específico, toma-se o acompanhamento dos egressos da pós-graduação stricto sensu como um mecanismo importante também para mapear opiniões, atitudes e crenças acerca da universidade, do curso que o egresso concluiu, bem como da contribuição do egresso para a sociedade, identificando e avaliando o valor agregado pela IES, acerca da adequação e pertinência da formação profissional e cidadã dos recursos humanos formados.

Ademais, a observação da trajetória dos egressos pode servir como fonte de informações gerenciais, permitindo a tomada de decisões sobre o planejamento de ações para melhoria do curso ofertado pelo PPG a futuros alunos. Também é importante que o PPG mantenha contato com os ex-alunos, pois conforme Leopoldo (2019, p. 39):

> Quando esse elo não é mantido, há um distanciamento entre a instituição formadora e o aluno egresso. Para evitar isso, a instituição precisa formar uma base de dados sólida, e que seja capaz de fornecer subsídios para o desenvolvimento de ações futuras, voltadas ao crescimento do curso e beneficiar os próximos alunos.

Neste contexto, é importante o estabelecimento de um canal de comunicação com os egressos, a fim de ouvi-los acerca de suas percepções, críticas, elogios e sugestões para a melhoria do curso. Isso, nos dias atuais, pode ser feito de modo on-line, com a ajuda das tecnologias de informação e comunicação, conferindo um vínculo permanente com o egresso.

Destaca-se que o PPGDSTU/NAEA é um curso de pós-graduação da área interdisciplinar com nota 6 na avaliação da CAPES (2013 a 2016) e nota 7 na avaliação referente ao quadriênio 2017 a 2020, que tem procurado, desde sua criação, oferecer formação sólida ao egresso, contribuindo com a pesquisa, o ensino e a extensão na universidade, objetivando também mobilidade social e impacto da formação de seus egressos na sociedade. Tem, dentre seus objetivos formar pesquisadores, professores e profissionais que pensem o desenvolvimento econômico e regional na Amazônia, juntamente com os princípios de conservação e preservação ambiental com geração de prosperidade social.

Para além deste objetivo, propugna ainda pela realização de pesquisas e reflexões em âmbito internacional, conectado com os debates atuais de seu tempo acerca do desenvolvimento dos

Trópicos Úmidos em países da Pan-Amazônia, sempre atento aos desafios colocados pela complexidade socioambiental que permeiam a realidade amazônica.

No período compreendido para esta pesquisa (2007 a 2020), cujo recorte temporal se justifica por abranger quatro avaliações junto à Capes, sendo duas trienais (2007 a 2009 e 2010 a 2012) e duas quadrienais (2013 a 2016 e 2017 a 2020), uma vez que a periodicidade da avaliação foi alterada pela Capes a partir de 2013 (deixando de ser trienal e passando a ser quadrienal), o PPGDSTU formou 170 alunos de mestrado e 190 alunos de doutorado.

Quanto ao país de origem, a tabela 01 abaixo sintetiza o total de alunos de mestrado e de doutorado formados no período:

Mestrado		**Doutorado**	
País de origem	Quantidade	País de origem	Quantidade
Brasil	162	Brasil	181
Colômbia	03	Colômbia	02
Equador	02	Equador	01
Peru	02	Peru	01
Japão	01	Venezuela	01
-	-	Guiana	01
-	-	Guiné Bissau	01
-	-	Holanda	01
-	-	Japão	01
Total	**170**	**-**	**190**

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Secretaria do PPGDSTU/NAEA/UFPA (2023)

Isso evidencia a abrangência do Programa nos países Pan-Amazônicos, o que demonstra o nível de internacionalização do Programa não apenas entre os países da Pan-Amazônia, mas também em nível global. Neste sentido, o PPGDSTU tem procurado se inserir nos debates e em experiências inovadoras em pesquisas de campo engajadas de cunho interdisciplinar, levadas a cabo por um corpo docente altamente qualificado e com experiência nacional e internacional.

É relevante citar a abrangência de suas pesquisas, inseridas em projetos que pesquisam áreas como desenvolvimento socioambiental e regional, gestão dos recursos naturais, povos indígenas e quilombolas e povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar, economia regional,

assentamentos humanos rurais e urbanos em áreas amazônicas, conflitos socioambientais, dinâmicas sociais em áreas de mineração na Pan-Amazônia, uso da terra e mudança do uso da terra, migrações e dinâmicas populacionais na Pan-Amazônia, etc.

Essa experiência é salutar para os discentes e para os egressos, pois permite uma formação rica e diversificada, contribuindo para uma mobilidade social do egresso, colaborando para sua inserção em atividades diversas no mundo do trabalho e na sociedade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares apontam que os egressos do mestrado e do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) possuem uma diversidade de formações acadêmicas, evidenciando o caráter interdisciplinar do programa. Além disso, a atração de alunos de várias regiões do Brasil e até de países da Pan-Amazônia ressalta a reputação do programa na área de estudos socioambientais. A motivação para escolher o PPGDSTU/NAEA para o mestrado, envolve fatores como o prestígio da instituição, a nota atribuída pela Capes e a falta de outras opções similares na época de seus estudos. A interdisciplinaridade do programa e seu foco na sustentabilidade da Amazônia também foram considerados relevantes.

A ênfase na interdisciplinaridade permitiu aos egressos construir conhecimentos em áreas como ciência política, economia ecológica, ecologia política e geografia. Além disso, a pesquisa também os capacitou a lidar com dimensões sociais e econômicas da sustentabilidade.

O alto índice de egressos de mestrado que optaram por continuar no programa cursando o doutorado, sugere um nível de satisfação e reconhecimento da qualidade do programa por parte dos alunos. Isso indica que o PPGDSTU/NAEA atende às necessidades de formação avançada em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e questões socioambientais.

De modo geral, os egressos do Programa destacam que os conhecimentos adquiridos durante sua formação nesse programa têm uma influência significativa em suas vidas profissionais e contribuem de várias maneiras para a sociedade, como: 1) desenvolvimento de competências de pesquisa e escrita; 2) Preparação para a Docência; 3) Ampliação do Conhecimento Bibliográfico e Autoral; 4) Abordagem Interdisciplinar; 5) Acesso a Pesquisas de Alta Qualidade; 6) Atuação Profissional com Assertividade, etc.

Os egressos destacam várias contribuições significativas do programa para sua formação avançada de pós-graduação, podendo-se citar: 1) Aprimoramento do Conhecimento; 2) Visão Crítica e Sistêmica; 3) Ampliação de Interesses de Pesquisa, dentre outras.

A contribuição dos egressos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é bastante relevante. Eles atuam em várias áreas, desde pesquisa acadêmica e orientação de alunos até o

desenvolvimento de políticas públicas, projetos de extensão e trabalho com comunidades locais. Além disso, muitos deles têm participado ativamente em projetos de desenvolvimento em países da América Latina e da Pan-Amazônia, promovendo uma visão integrada e colaborativa para abordar desafios socioambientais.

No entanto, alguns egressos observam que ainda não viram resultados econômicos imediatos da formação, mas acreditam que o valor da formação do programa será mais reconhecido no futuro.

Quanto ao acompanhamento dos egressos, a pesquisa indica que há margem para melhorias. Embora a maioria dos egressos conheça o website do NAEA, poucos estão cientes das presenças do programa nas redes digitais, como Instagram e Twitter, sugerindo que o programa deve investir mais na divulgação desses canais de comunicação.

Sobre como o acompanhamento dos egressos deve ser realizado, os egressos propõem diversas formas, incluindo convites para eventos acadêmicos, participação em grupos de pesquisa, atualização do Currículo Lattes, proferir palestras e até mesmo promover eventos de interação entre os egressos para compartilhar experiências pós-formação. A pesquisa também destaca que é importante para o programa manter um contato mais próximo e efetivo com os egressos, envolvendo-os em atividades acadêmicas e mantendo-os informados sobre oportunidades de engajamento.

Essas sugestões dos egressos podem ser consideradas valiosas para o aprimoramento contínuo do PPGDSTU/NAEA, garantindo que ele continue contribuindo de maneira significativa para a ampliação do debate teórico e da vivência prática no dia a dia das comunidades sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia e da Pan-Amazônia.

6. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) tem desempenhado um papel fundamental na formação profissional e acadêmica de seus egressos. Os depoimentos dos ex-alunos refletem a qualidade do ensino e dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da Região Amazônica e Pan-Amazônica no contexto do desenvolvimento sustentável.

O PPGDSTU/NAEA se destaca por sua abordagem interdisciplinar e seu foco na Amazônia, proporcionando aos egressos uma compreensão profunda das complexidades dessa região única. Eles mencionaram ter desenvolvido pensamento crítico, visão sistêmica e habilidades de pesquisa avançadas, além de uma valorização das relações interpessoais e da diversidade de origens dos alunos.

As recomendações dos egressos para o aprimoramento do programa incluem maior promoção de eventos acadêmico-científicos, uma plataforma de acompanhamento de egressos, atualização constante de conteúdos e disciplinas, maior enfoque na economia política e a promoção de redes de pesquisadores.

Desta forma, para os egressos pesquisados, o PPGDSTU/NAEA demonstra ser uma instituição de excelência que prepara seus egressos para fazerem contribuições significativas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e da Pan-Amazônia. Por meio de uma formação interdisciplinar sólida e do engajamento ativo de seus ex-alunos, o programa desempenha um papel crucial na construção de um futuro mais sustentável para essa região vital. Suas contribuições e recomendações mostram que o PPGDSTU/NAEA continua a ser uma referência na promoção do conhecimento e da ação em prol do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação diagnóstica dos egressos de 2003 e 2004 dos cursos de graduação da UFC. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, 2006.

CAETANO SILVA, T.; PATTA BARDAGI, M. O aluno de pós-graduação stricto sensu no Brasil: revisão da literatura dos últimos 20 anos. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 12, n. 29, 6 jun. 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1998.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HORTALE, V. A.; MOREIRA, C. O. F.; BOCHNER, R.; LEAL, M. do C. Trajetória profissional de egressos de cursos de doutorado nas áreas da saúde e biociências. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 1-9, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LEOPOLDO, J. F. SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR: uma análise sob a ótica de atores institucionais. Dissertação de mestrado. Araranguá, 2019.

LUCENA, J. M. V. M. de .; AVELINO LEAL, D. . Educação, Ensino e Tecnologia e as Identidades Amazônicas (Education, Teaching and Technology and the Amazonian Identities). Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed.especial, p. e131820, 2020. DOI: 10.31417/educitec.v6ied.especial.1318. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1318. Acesso em: 22 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PPGDSTU (Site). O Programa. Disponível em <https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/> Acesso em 31 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2025), 2022. Disponível em <https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/documentos/PDI-2016-2025.pdf> Acesso em 19/01/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025. 2022. Disponível em <https://www.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf> Acesso em 12/05/2022.

Gt 02 –Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PROTEÇÃO DAS INFÂNCIAS DAS ÁGUAS E FLORESTAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DOS CRAS RIBEIRINHO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA

Luís Sidney Nascimento Fiel [1](UFPA)
Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães [2](UFPA)

RESUMO: O presente artigo visa refletir sobre as estratégias tomadas pela Política de Assistência Social a fim de alcançar famílias que vivem em comunidades ribeirinhas na Amazônia. Neste sentido, debruça-se na implementação do primeiro Centro de Referência de Assistência Social Ribeirinho do município de Cametá, pertencente à região do Tocantins (Pará). A metodologia utilizada no presente trabalho se pauta em uma abordagem exploratória onde se utilizou de pesquisas bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo que se deram a partir de entrevistas e observação durante o acompanhamento de ações realizadas com profissionais da instituição. Para a exposição das considerações e constatações alcançadas, o presente texto se encontra dividido da seguinte maneira: I) Realiza-se considerações sobre a construção histórica das políticas de Assistência Social no Brasil, destacando seus primórdios, principais avanços e retrocessos, tendo como suporte autores como Oliveira (2007), Silva (2018) e documentos como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 2004, as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social do BRASIL (2009). II) A organização territorial do município de Cametá, destacando a região do Beiradão, onde se localiza a Vila de Bom Jardim. Ao longo deste estudo dá-se ênfase à organização dos órgãos de Assistência Social do município em tela, bem como destacar-se os principais fatores que levaram a seleção da Vila de Bom Jardim para a implantação do primeiro CRAS Ribeirinho de Cametá - PA. III) Apresenta-se dados referentes a implementação do CRAS Ribeirinho da Vila de Bom Jardim, que se deram a partir de entrevistas que foram realizadas por meio de questionário semiestruturado com profissionais da instituição, onde se obteve informações como sua organização estrutural, serviços prestados, profissionais que estão presentes nesse espaço, abrangência territorial, suas principais dificuldades e principalmente as possibilidades das instituições de Assistência Social na região. As considerações finais apontam para a importância de ações em rede com outros órgãos presentes na região do Beiradão para superar dificuldades que surgem a partir do baixo recursos da instituição e também organização territorial de sua área de abrangência.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; proteção; Infância ribeirinha.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das ações de pesquisa e extensão realizadas na região do Tocantins desde o ano de 2019 pelo Programa Direitos Humanos Infância e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM) e Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Infância e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM), especialmente concentrados no projeto de pesquisa a "Rede de Proteção

[1]Formado em Letras-Língua Espanhola na Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email:Luis.sidney566@gmail.com.
[2]Doutora em Educação, Mestre em Serviço Social e Assistente Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: Jacguimaraes@ufpa.br.

da Infância nos municípios do Tocantins e do Marajó Ocidental: comparar para fortalecer. O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as estratégias tomadas pela Política de Assistência Social a fim de alcançar famílias que vivem em comunidades ribeirinhas na Amazônia, tendo como lócus o município de Cametá, pertencente à região do Tocantins (Pará), que recentemente teve a implementação do primeiro Centro de Referência de Assistência Social Ribeirinho (CRAS Ribeirinho),. Inicialmente, realiza-se considerações sobre a construção histórica da política de Assistência Social no Brasil, destacando seus primórdios, seus principais avanços e retrocessos no decorrer do tempo, tendo como suporte autores como Faleiros (1991), Iamamoto (1997) e documentos como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 2004, as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social do BRASIL (2009).

No segundo momento é apresentada a organização territorial do município de Cametá, destacando a região do Beiradão, onde se localiza a Vila de Bom Jardim, local escolhido para a implementação do referido órgão de Assistência Social, e que durante muito tempo pertenceu ao distrito de Carapajó, mas que, dada ao seu desenvolvimento populacional se consolidou, a partir do projeto de Lei 284 de dezembro de 2015 como distrito na região do Beiradão no Município de Cametá no ano de 2023 e que assim como os outros distritos da região se caracteriza desde de territórios que contém ilhas, a vila sede, regiões de sítios e estradas.

No terceiro momento é apresentado dados referentes a implementação do CRAS Ribeirinho da Vila de Bom Jardim, tais como os motivos que levaram a escolha da referida vila a se tornar o Local da implementação desse órgão e também informações mais específicas de sua organização, que foram obtidos por meio de entrevistas que foram realizadas a partir de um questionário semiestruturado com duas assistentes sociais que fazem parte do quadro de profissionais da instituição, onde se obteve informações como sua organização estrutural, serviços prestados, profissionais que estão presentes nesse espaço, abrangência territorial, suas principais dificuldades e principalmente possibilidades que esse órgão de Assistência Social pôde possibilitar nesta região.

A metodologia utilizada no presente trabalho se pautou em uma abordagem exploratória onde se utilizou de pesquisas bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo que se deram a partir de entrevistas e observação durante o acompanhamento de ações realizadas com profissionais da instituição. Dessa forma, as considerações finais apontam para a importância de ações em rede com outros órgãos presentes na região do Beiradão para superar dificuldades que surgem do baixo recurso da instituição e também organização territorial de sua área de abrangência.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

As práticas assistencialistas são históricas no país e nos demais marcados pelo Capitalismo. Segundo Oliveira (2007). As práticas assistencialistas se caracterizavam, inicialmente, como prática de atenção às pessoas pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida principalmente por grupos religiosos, partindo de uma compreensão naturalizada quanto à pobreza, vista como algo normal ou uma fatalidade da vida humana. Assim, a assistência praticada por esses grupos eram ações que além de serem desenvolvidas com o intuito de busca pela salvação individual, também era utilizada como mecanismo de manipulação, já que a realidade vivida pelos pobres e doentes era considerada um destino traçado sem qualquer possibilidade de mudança.

No Brasil, o assistencialismo era comum e se concentravam entre os grupos religiosos como católicos e protestante, mas no ano de 1942, período do Governo Vargas e também da Segunda Guerra Mundial o Estado brasileiro assinala seus primeiros indícios da Assistência, enquanto política, por meio de uma legislação. Conforme Baldessar, Oliveira, Schneider e et al (2018) a partir do Decreto de Lei nº 4830 de 15 de outubro de 1942, surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que foi pensada, principalmente, para auxiliar, os combatentes de guerra e seus familiares durante a Segunda Grande Guerra, garantindo-lhes a provisão de alimentos, de tratamentos de saúde, remédios e outros. Além disso, foi estruturada pautando-se em práticas em um processo de feminilização e Filantropia, tomando o discurso de gênero. Assim, essa lei, mesmo que respaldada pelo Estado brasileiro, ainda estava alicerçada nos vieses da caridade e filantropia, dando base para práticas assistencialistas decorrente dos ideais religiosos do catolicismo e protestantismo.

Observa-se que foi longa a trajetória, bem como recente, a saída de uma compreensão de assistencialismo para a construção de uma política de Estado que visasse garantir Assistência Social não somente para os trabalhadores de carteira assinada no Brasil. O Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (2003) demarca que o principal dispositivo para o reconhecimento da Assistência Social como política nacional é a Constituição Federal de 1988, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à esse setor, equiparando-o, ao mesmo nível da Política de Saúde e da Previdência Social, estruturando, assim, o tripé da Seguridade Social.

O referido documento passa a atribuir ao Estado o dever de garantir o direito ao cidadão, retirando essa função das instituições filantrópicas e de cunho religiosos, tornando-o um direito e visa o desenvolvimento e a garantia de uma vida digna a população em situação de vulnerabilidade social, como é destacado em seu artigo 203:

> [...]a assistência social deverá ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a

> proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Brasil, 1988).

A Constituição Federal surge como um grande passo ao desenvolvimento da Assistência Social como direito, a fim de garantir aos indivíduos uma vida com o mínimo de dignidade e possibilitar a autonomia. Inclusive, ofereceu parâmetros para outros avanços, regulamentados e aprimorados pela primeira legislação da assistência aprovada no Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De número 8.742 e que foi promulgada no ano de 1993, essa Lei vem regulamentar o que já foi abordado pela Carta Magna e também realizar considerações acerca das normas e critérios sobre os quais a política de assistência deve ser implementada no território nacional, o que engloba fatores como as diretrizes, a organização e a gestão, dos benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência. Dispõe também sobre a descentralização das ações e assinala que "as instâncias que têm caráter permanente nessa nova organização do sistema são: I - o Conselho Nacional de Assistência Social; II - Os Conselhos Estaduais de Assistência Social; III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social" (Brasil, 1993, p.15).

No entanto, mesmo com a criação da LOAS, a política de Assistencial Social enfrenta dificuldades em sua materialização, sendo um processo evidenciado desde 1995, momento que o país enfrentou os ditames do Projeto Neoliberal, introduzidos e consolidados no governo Fernando Henrique Cardoso, iniciando o aumento do campo filantrópico privado, apoiado pelas ideologias da solidariedade e voluntariado, principal marca daquele governo, colocando a LOAS em segundo plano, um grande exemplo foi o Programa Comunidade Solidária (Silva, 2018).

Mas a partir de 2003 com a mudança de governo, a Loas é posta em evidência novamente na IV Conferência Nacional de Assistência Social que ocorreu no mesmo ano. Essa conferência abre espaço para que no ano seguinte fosse viabilizada a criação de uma Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que segundo Brasil (2004):

> A decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e

> denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. (Brasil, 2004, p. 12).

O PNAS surge como forma de viabilizar um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do mesmo modo que já existia na Política de Saúde, portanto, o SUAS "é resultado de deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003 e expressa a materialização dos princípios e diretrizes dessa importante política social que coloca em prática os preceitos da Constituição de 1988 regulamentados na Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993." (Brasil, 2009, p. 08). Para materializar e garantir os direitos à Assistência Social, previstos na Constituição Federal/88 e também na Lei Orgânica da Assistência Social, surge em 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que depois de consolidado se destacam "a reorganização dos serviços por nível de proteção, a centralidade do Estado no acompanhamento às famílias, a territorialização das ações e a oferta de serviços da Proteção Social Básica, prioritariamente para famílias beneficiárias de transferência de renda." (Mds, 2009, p.05).

Para poder materializar esses direitos que estão na Constituição Federal/88 e na LOAS, o SUAS trabalha com uma rede de unidades públicas que disponibilizam os serviços da Assistência Social, destacando-se órgãos como Centro de Referência Especializado de Assistência (CREAS), Centro POP, Centro-Dia, Unidades de Acolhimento e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Esse último sendo considerado a porta de entrada da política abordada.

Nessa organização, o CRAS, anteriormente conhecido como Núcleo de Apoio à Família (NAF), ganha uma reconfiguração em 2005 e passa a ser chamado de Centro de Referência de Assistência Social, se tornando uma unidade que passa a organizar os serviços de proteção básica, decorrendo da função de gestão local (Brasil, 2009). A garantia do espaço físico, organização de atividades, funcionamento e recursos humanos devem manter coerência com a concepção de trabalho social com famílias, destacando os serviços que devem ser ofertados no CRAS.

O CRAS tem por objetivo "prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania." (MDS, 2009, p. 11). É partindo desse objetivo que ele vai ser inserido nos territórios e essa inserção precisa ser em locais estratégicos, onde se encontram as famílias com baixa renda e em situações de vulnerabilidade, precisando dos serviços de fortalecimento de vínculo familiar e dos outros serviços disponibilizados por essa instituição, assim, os locais de implantação vão ser em bairros periféricos e favelas.

No CRAS são disponibilizados os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que atua diretamente com a família, buscando fortalecê-la e prevenir qualquer situação que possa desfazer seus vínculos. Segundo Brasil (2014) o PAIF também tem a finalidade de promover o acesso de direitos que visam contribuir com a melhoria de vida, desenvolvimento familiar e comunitário, sempre por meio de ações preventivas, protetivas e proativas. Esses objetivos podem ser viabilizados através de acolhida ao serviço, de visitas domiciliares com as famílias que participam do PAIF, oficinas ou ações que podem ser feitas com a comunidade, todos esses sendo realizados de forma contínua.

Outro serviço disponibilizado pelo CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que tem o objetivo de:

> Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; - Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; - Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; - Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; - Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; - Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; - Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários. (Brasil, 2014, p. 19).

Assim, o SCFV vai trabalhar também em conjunto com a família e realizar ações direcionadas a grupos com faixa etária específicas, trabalhando o desenvolvimento através de atividades socioeducativas que podem estar ligadas ao esporte, a arte, o lazer e também a cultura, que são planejadas de acordo com a idade dos usuários a fim de promover a inclusão social, a prevenção de situações de violação de direitos, visando o direito a cidadania e a autonomia do usuário.

Enquanto que o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, segundo Brasil (2014) tem por objetivo a garantia de direitos, o desenvolvimento de ferramentas para a inclusão em sociedade, o aumento de oportunidades, de participação e principalmente o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, sempre a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento desses indivíduos. Assim, a busca por esses objetivos se dá através da acolhida,

das visitas familiares, orientações sociofamiliares, inserção nos serviços socioassistenciais, informação e outros.

É certo que esses órgãos estão presentes nos bairros periféricos das cidades onde se encontram altos índices de pobreza e riscos de vulnerabilidade das famílias, mas o que acontece em regiões onde as famílias estão distantes das grandes cidades e também vivem em situações de pobreza e de negação de direitos previstos na lei? Como alcançar e garantir direitos onde poucas informações sobre essa temática fazem parte do dia-a-dia desses indivíduos? Essas situações são frequentes, principalmente na região amazônica, onde a floresta é predominante e uma considerável parcela da população vivem nos interiores dos estados, população essa que são compostas também por povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos que vivem afastadas das grandes metrópoles e com isso também da maioria dos órgãos públicos de segurança, saúde e assistência, fazendo com que o acesso a seus direitos como cidadãos se torne um desafio.

Regiões compostas por ilhas e sítios onde pessoas enfrentam horas de viagem para chegar até as cidades, seja por meio de rios ou estradas de terra, para ter acesso a direitos que se materializam nas políticas de Assistência Social, Saúde e Educação. Municípios formados por arquipélagos, onde a maioria de sua população vive em ilhas, onde a economia é composta basicamente pelo extrativismo e que não estão isentos de violações de direitos como maus tratos praticado contra idosos, exploração sexual infantil, trabalho infantil, violência contra a mulher e relações fragmentadas entre as famílias, ademais disso, por viverem em regiões distantes dos grandes centros, situações como essas se tornam mais difíceis de serem mapeadas, fazendo assim com que essas situações sejam silenciadas.

Dessa forma, o Estado, visando também garantir o acesso de direito dessas comunidades desenvolve mecanismos para levar até esses lugares distantes as políticas públicas como é o caso da Assistência Social, através de serviços específicos para esses povos como o CRAS Quilombola e Ribeirinho, que atuam nesses territórios, precisando se adaptar às especificidades dessas regiões e criar mecanismos para que esses direitos garantidos por lei sejam efetivados nesses lugares, como é o caso do primeiro CRAS Ribeirinho inaugurado no município de Cametá no ano de 2023, na região nordeste paraense.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ E A REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS RIBEIRINHO

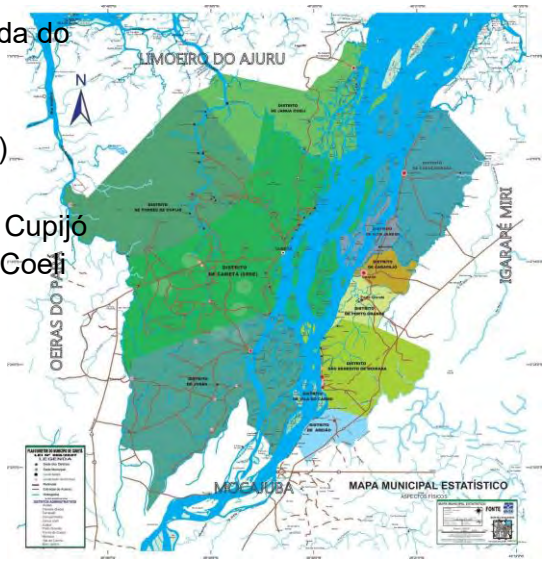
Localizado às margens do Rio Tocantins, o município de Cametá é considerado uma das mais antigas cidades do estado do Pará. Com 176 anos de idade, Cametá obteve o *status* de cidade em 1.848 e desde esse período vem se modificando ao longo do tempo. Seu território considerado um arquipélago, se destaca pela quantidade de ilhas existentes na região e também por uma grande

quantidade de comunidades que vivem em áreas de estradas, dentre estas estão presentes também comunidades quilombolas e principalmente ribeirinhas, sem contar sua vasta área de floresta. Composto atualmente por 11 distritos, Cametá está dividido entre a região da margem esquerda do rio Tocantins onde se encontram o distrito sede (Cametá), o distrito de Juaba (comunidade quilombola), o distrito de Torres de Cupijó e Janua Coeli e do lado direito do Rio Tocantins onde se encontra a região conhecida como beiradão que é formada pelos distritos de Carapajó, distrito de Vila do Carmo, distrito de Porto grande, distrito de Curuçambaba, distrito de São Benedito de Moiraba (comunidade quilombola), distrito de Areião e distrito de Bom Jardim.

Segundo dados do IBGE (2022) o número de habitantes do município é de 134.184 pessoas, que estão espalhadas em um território de 3.081.367 km², onde mais de 63% dessa população se encontra nas regiões dos interiores do município. Além disso, quando falamos em políticas públicas e distribuição de órgãos, cabe destacar que segundo Fiel (2023) os centros de Assistência Social, Hospitais, Postos de Segurança Pública, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Delegacia da Mulher (DEAM) são encontrados somente no centro da cidade (distrito sede), salvo as vilas de grande porte como Carapajó, Bom Jardim, Juaba, Vila do Carmo e Porto Grande que contam com unidades Básicas de Saúde (UBS) e delegacias de Polícia Militar (PM) com uma viatura e três policiais, além de escolas de nível fundamentais, infantis e Conselheiros Rurais. Contudo, tal estrutura não seria suficiente para lidar com as demandas que surgem espalhadas nas ilhas e vilas da região. Dessa forma a divisão dos distritos do município está organizada de acordo com a imagem abaixo:

Região Esquerda do Rio Tocantins.

*Cametá (sede)
*Vila de Juaba
*Vila Torres do Cupijó
*Vila de Janua Coeli



Região direita do Rio Tocantins ou região do Beiradão.

*Vila de Carapajó
*Vila de Bom Jardim
*Vila de Porto Grande
*Vila do Carmo
*Vila São Benedito de Moiraba
*Vila de Curuçambaba
*Vila de Areião

Imagem 1, Mapa do Município de Cametá. Fonte: Prefeitura de Cametá

Dessa forma, os órgãos já citados aqui estão presentes em sua maioria do lado esquerdo do rio e assim como essa organização, a organização dos CRAS do município durante muito tempo também ficou centrada na sede do município, fazendo com que a população ribeirinha, dos sítios e até mesmo quilombola precisasse se deslocar de suas comunidades para buscar serviços de assistência na cidade de Cametá, deslocamentos esses que podem chegar até duas horas de viagem entre rios e estradas de terra. Assim, as pessoas dos interiores eram cadastradas em um dos Centros de Referência de Assistência Social que ficava localizado na cidade, com isso, além de atender as demandas da população urbana, os CRAS também atendiam as demandas das comunidades ribeirinhas e estradas de todo o município.

Até o ano de 2022 o município contava com cinco unidades sendo o CRAS do São Benedito, CRAS do Bairro Novo, CRAS da Baixa Verde, CRAS da Cidade Nova, CRAS da Nova Cametá. No entanto, no dia 1 de agosto de 2022 a prefeitura de Cametá inaugura na comunidade de Juaba, o primeiro Cras Quilombola do município que começou a atender as demandas do distrito de Juaba e comunidades próximas como o quilombo de Matias, a comunidade de Porto Seguro, a comunidade de Mola, a comunidade de Porto Grande e a comunidade de Porto Alegre, todas consideradas quilombolas com certificação ou em processo de reconhecimento.

Assim, uma grande parte da população que enfrentava viagens que duravam horas até chegar na cidade ou até mesmo as que não conseguiam acessar os direitos a assistência tiveram a oportunidade de ter acesso a esses serviços mais próximos de suas localidades. É importante destacar que a comunidade de Juaba também fica localizada às margens esquerda do Rio Tocantins, assim, as comunidades que foram beneficiadas eram do interior da região onde a sede do município se localiza. Dessa forma, as comunidades da Região do Beiradão, margem direita do rio, ainda continuavam dependendo das viagens para cidade de Cametá para ter acesso aos serviços.

Esse cenário durou até o ano de 2023, quando a prefeitura de Cametá inaugurou o primeiro Centro de Referência de Assistência Social Ribeirinha (CRAS Ribeirinho) na região do Beiradão no dia 13 de maio, mais precisamente na Vila de Bom Jardim, que antigamente fazia parte do distrito de Carapajó, mas que através do decreto de Lei número 284 de 30 de dezembro de 2015 passou a ser considerado distrito do município e segundo o Art. 3° deste documento o novo distrito teve como sede o atual povoado de Bom Jardim que a partir da presente lei foi elevado à categoria de Vila.

Assim, surge às margens direita do Rio Tocantins o primeiro CRAS Ribeirinho, encarregado de atender a região dos setes distritos que compõe o Beiradão e atende até mesmo comunidades quilombolas, como é o caso da Vila São Benedito de Moiraba que é quilombola, mas que não possui seu próprio Cras. Sua localização na Vila de Bom Jardim partiu, segundo a entrevistada 1 “de um grande número e denúncias de exploração sexual, trabalho infantil e outras violações de direitos

(Entrevistada 1, Cras Ribeirinho, 2024). Com isso, a escolha da localização dessa instituição se deu por fatores de riscos sociais, onde o número de demandas da região do Beiradão era mais frequente naquela Vila e suas proximidades. No entanto, isso não significa que os outros distritos também não apresentassem um número significativo de demandas, na verdade, segundo Fiel (2023) na Vila de Carapajó, local onde estão presentes as principais empresas de transporte que fazem viagens intermunicipais existem muitos pontos de trabalho infantil, onde crianças trabalham carregando bolsas, lavando carros, vendendo salgados e água mineral e isso faz com que gere a evasão escolar e a exposição das mesmas à criminalidade e ao tráfico de entorpecentes.

Com um número expressivo de demandas, o Cras ribeirinho é inaugurado e precisa enfrentar, além do fator territorial da região do Beiradão, onde as Vilas sedes dos distritos estão no mínimo a 5 quilômetros de distância uma da outra, o número de demandas e também as dificuldades da própria instituição como a falta de profissionais e questões de repasses financeiros. Dessa forma, como disponibilizar serviços como atividades do SCFV que são realizados naturalmente dentro da instituição para famílias que vivem distantes de Bom Jardim? Como realizar acompanhamentos e palestras de conscientização em todas essas comunidades e ainda atender outros serviços que só podem ser realizados dentro do prédio institucional? Como fazer com que famílias de todas essas regiões participem das atividades do PAIF? Como produzir um trabalho produtivo em uma região onde o fator territorial deixa tudo mais complexo e demorado? Como uma simples visita domiciliar que pode levar a manhã toda e até passar para o período da tarde. Essas e outras perguntas foram feitas a alguns profissionais que atuam na instituição e que participaram da presente pesquisa.

4 A ATUAÇÃO DO CRAS RIBEIRINHO DE BOM JARDIM NA REGIÃO DO BEIRADÃO

Os dados mencionados aqui foram adquiridos através de entrevistas com duas funcionárias que são assistentes sociais na instituição e também de acompanhamentos realizados em atendimentos do CRAS Ribeirinho em comunidades que fazem parte da região de abrangência da instituição. Assim, o CRAS Ribeirinho da Vila de Bom Jardim foi inaugurado e começou a atuar com uma estrutura física de uma sala da coordenação, uma sala para as/os assistentes sociais, uma copa, uma sala onde são realizadas as atividades do serviço de convivência, dois banheiros, uma sala da psicóloga e uma recepção. é importante destacar aqui que, no município de Cametá a maioria dos CRAS está funcionando em prédios alugados, mas o CRAS Ribeirinho de Bom Jardim é um dos únicos que tem prédio próprio. Além disso, no ato de sua inauguração a grade de funcionários se forma com dois agentes de segurança, dois assistentes sociais, uma coordenadora que também é formada em

serviço social, uma pedagoga, duas instrutoras do serviço de convivência, um agente administrativo e um agente de serviços gerais.

As duas participantes da presente pesquisa são uma assistente social e a coordenadora da instituição, identificadas aqui como respectivamente como **entrevistada 1** e **entrevistada 2**, que foram entrevistadas através de um questionário semi estruturado, onde foram questionadas sobre o funcionamento da instituição, seus principais serviços, suas principais possibilidades e desafios que são encontrados na efetivação dos direitos nesta região. neste sentido, quando perguntada sobre as principais demandas encontradas na região do Beiradão, a Entrevistada 2 destacou que:

> As principais demandas encontradas no momento são os cadastros do Bolsa Família, que a gente é habilitado a fazer, as carteirinhas dos idosos que já estamos podendo fazer e validar elas, as visitas que realizamos com as famílias do Paif, mas antes, quando o Cras começou a funcionar, era muito frequente jovens de 13, 14 e 15 anos chegarem grávidas ou com filho para fazer cadastro do bolsa família com maridos de 30 anos por exemplo e isso configura estupro de vulnerável. (Entrevistada 2, Cras Ribeirinho, Bom Jardim).

Além de destacar as principais demandas encontradas, o motivo da escolha da Vila de Bom Jardim como sede para o primeiro CRAS Ribeirinho também se confirma quando ela relata as primeiras demandas mais constantes que eram atendidas na instituição. Outro ponto a ser destacado para a redução dessa demanda que era frequente foi as ações realizadas em parceria com as comunidades, onde os profissionais da instituição passavam orientações acerca dos serviços disponibilizados pela instituição e alertavam que os casos recorrentes jovens com menos de 15 anos tentando realizar cadastros seriam denunciados e assinalados como estupro de vulnerável, e que além disso, não seriam desmembradas dos prontuários de seus responsáveis para formar um novo cadastro familiar, como foi observado em uma ação acompanhada no dia 20 de novembro de 2023 que foi realizada na ilha de Ajaraí. A assistente social destaca que essas iniciativas foram cruciais para a diminuição desses casos que eram recorrentes no dia-a-dia da instituição.

Outro ponto a ser destacado em sua fala é o fato da instituição está realizando a produção e a validação das carteiras dos idosos, e em contrapartida ainda não conseguiu começar a realizar atividades com grupos de idosos dentro da instituição, a Entrevistada 1 afirma que “o principal motivo para isso é a falta de materiais como cadeiras de adultos, já que até então temos somente cadeiras de crianças, não temos também Datashow e outros equipamentos para propor atividades que os motivem a ficar, assim as atividades do SCFV estão acontecendo somente com jovens e crianças, sem os grupos de idosos e de mulheres”. (Entrevistada 1, Cras Ribeirinho, Bom Jardim).

Além disso, com relação aos trabalhos realizados pelo SCFV que deveriam ser feitos para atender todos os distritos da região do Beiradão atualmente só está atendendo as famílias da Vila de Bom Jardim, isso dadas as dificuldades territoriais encontradas na região,
que dificulta o trajeto das famílias até a instituição, que por sua vez, pela falta de mais profissionais em seu quadro de funcionários, tem dificuldade em realizar esse tipo de ação todas as semanas nos outros distritos e ainda continuar atendendo as demandas que chegam na instituição.

O mesmo ocorre com o PAIF que segundo dados fornecidos pela Entrevistada 2 o número de famílias que são acompanhadas pelo serviço chegou a 2.209 no mês de fevereiro deste ano e que no mesmo mês 271 famílias a mais foram adicionadas e que a tendência é o aumento já que, a marca de novos cadastros no início de abril já passava de 500 famílias. Cabe ressaltar que esses números são somente do distrito de Bom Jardim e que dada a quantidade populacional dos outros distritos dessa região a procura por esse serviço seria ainda maior.

Neste sentido, mesmo ainda não alcançando todas as famílias de sua área de cobertura, o CRAS Ribeirinho conseguiu proporcionar esses serviços a uma grande parcela da população que está em situações de vulnerabilidade social e que não poderiam participar das atividades nos centros que se localizavam na sede do município. Além disso, a proximidade da instituição com a população de Bom Jardim facilita a busca por outros serviços também. O acesso pela estrada, mesmo que sendo de terra batida, é mais prático do que pagar por Viagens que variam de 15 a 25 reais para a ida até a sede do município e isso facilita também para que pessoas da região do Beiradão, mesmo com as dificuldades, possam visitar o CRAS e procurar por serviços.

Com relação às outras comunidades da região do Beiradão, como a instituição não consegue está presente todos os dias e semanas nessas Vilas, as estratégias adotadas foram um intenso trabalho em rede com outros órgãos como as escolas, as UBS e Polícia Militar, Conselho Tutelar Rural e representantes dos distritos, como desta em sua fala:

> As ações realizadas nos outros distritos são feitas de forma programada por nós e outra instituição que possa nos ceder o espaço onde realizar elas, seja uma escola ou até mesmo em um salão comunitário. Essas ações são divulgadas dias antes de acontecerem para que as pessoas dessas comunidades possam comparecer em grande número. Ai, a gente faz orientações sobre as novas condicionalidades do Bolsa Família, realiza trabalhos referentes ao CadÚnico e sobre os bloqueios de benefícios, sobre
> a importância das vacinas e da presença escolar e sobre quais órgãos procurar (Entrevistada 1, CRAS Ribeirinho, Vila de Bom Jardim).

Esse trabalho em rede também ocorre de forma online, pois os profissionais do CRAS também montaram um grupo de mensagens onde estão incluído os representantes de todas as escola, UBS, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), conselheiros tutelar, assim, quando necessário o

esclarecimento de alguma situação como de bloqueio de benefício por presença escolar ou falta de vacina, os profissionais são acionados e disponibilizam informações de forma a prevenir fraudes e violações para poder desbloquear ou conseguir se cadastrar em programas como o Bolsa Família.

Essa estratégia também ajuda nas visitas domiciliares onde os assistentes sociais são acompanhados em sua maioria pelos ACS e conselheiros tutelares que atendem a região. Esses profissionais também informam demandas que são encontradas nas regiões das ilhas, como é o caso das escolas, que no período da safra do açaí indica um grande índice de evasão escolar, pois muitos jovens e também crianças param de frequentar as aulas para trabalharem de peconheiros. Assim a escola comunica a visita da instituição na comunidade e a importância da presença dos pais dos alunos, aciona o CRAS e também colabora com a vinda dos profissionais e com a alimentação dos mesmos, pois segundo a Entrevistada 2:

> O CRAS no início de seus trabalhos não possuía transporte para realizar essas ações nas ilhas, mas como as comunidades que acionavam a instituição pagavam aluguel de barco e também de combustível, a gente ia. Hoje o CRAS ainda não tem um veículo próprio pra fazer essas ações, mas a prefeitura já ajuda alugando um transporte que fica à nossa disposição e as ações em outras comunidades já são realizadas com ele (Entrevistada 2, CRAS Ribeirinho, Bom Jardim).

Essas parcerias também ocorrem com as UBS nas questões das vacinas das crianças e do preventivo das mulheres, condicionalidades que também estão presentes no programa Bolsa Família. Assim, o trabalho em rede se torna crucial para a efetivação de direitos na região do Beiradão, em todos os sentidos, já que, através dele, o CRAS Ribeirinho de Bom Jardim consegue realizar atendimentos em áreas que são de abrangência, mas que tem difícil acesso, e se complementa com profissionais de outras áreas no momento das ações, pois, atualmente o quadro de funcionários é considerado baixo para a quantidade de demandas, além disso, atualmente essas ações são realizadas sem a presença da psicóloga que vinha atuando desde o mês de setembro de 2023, mas que, desde o mês de fevereiro de 2024 não pertence mais a grade de profissionais da instituição, assim outros atendimentos que necessitavam de sua presença também foram prejudicados com a sua saída.

Assim, diante das dificuldades enfrentadas, tanto pelos usuários como pela equipe técnica que compõe o CRAS Ribeirinho as ações e serviços nesta região são programadas e realizadas de acordo com as necessidades dos usuários e também as possibilidades dos profissionais, sempre levando em consideração o território do município de Cametá e principalmente a região do Beiradão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar considerações acerca da implantação e atuação do CRAS Ribeirinho da Vila de Bom Jardim é de suma importância destacar primeiramente o território onde essas ações e trabalhos

vão ser realizados, pois dadas as logísticas das comunidades que são distantes uma das outras, somadas a dificuldades econômicas dos usuários e também as dificuldades enfrentadas pela instituição, alguns serviços precisam ser readaptados visando o maior alcance desses indivíduos. E neste sentido, é que o fortalecimento da rede de apoio entre esses órgãos que estão presentes nessa região contribuiu muito para o desenvolvimento e eficácia dos serviços prestados, além disso, o apoio das comunidades e a compreensão de que o fortalecimento dessas ações depende também do fortalecimento desse vínculo fez com que, as dificuldades apresentadas pela instituição fossem superadas, como é o caso a questão do transporte nos meses iniciais dos trabalhos do CRAS Ribeirinho.

Assim, outro ponto também a ser destacado é que diversas famílias que antes não tinham acesso aos serviços fornecidos pelos CRAS que estão na sede do município pudessem ser contemplados, mesmo que em partes, como são os casos das ações do PAIF que ainda se concentram somente com as famílias de Bom Jardim, mas que mesmo assim se mostra com um número expressivo de contemplados. Além disso, esse ano novas estratégias estão sendo pensadas com o intuito de abranger também as famílias dos outros distritos e que com certeza vai envolver ainda mais o trabalho em rede.

Por fim, os trabalhos de desbloqueio de benefícios e novos cadastros que antes eram fornecidos somente na cidade de Cametá, agora, mesmo com as dificuldades, se tornam mais viáveis para os usuários da região do Beiradão, assim também como a carteirinha do idoso e principalmente as ações que buscam informar sobre os serviços prestados e principalmente abordar sobre as prevenções e campanhas que são realizadas pela prefeitura de Cametá. è fato de que ainda existem muitas dificuldades a serem enfrentadas, mas dadas a organização estrutural e de funcionários dessa instituição, as possibilidades que surgem para essas comunidades são de extrema relevância, que assim, cada vez mais consegue acessar esses serviços e também se tornam mais autônomos à medida em que vão conhecendo seus direitos e onde buscá-los.

REFERÊNCIAS

BALDESSAR, Julia Sabino; OLIVEIRA, Taiana de; SCHNEIDER, Marina; ALVES, Ismael Gonçalves. **LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS:** Pobreza e Assistência no Discurso Jornalístico Brasileiro (1940-1960). II Jornada Internacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas. Santa Catarina, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988**. Brasília, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao>.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL**. Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

FIEL, Luís Sidney Nascimento. **A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA TOCANTINA:** Um Estudo de caso na Vila de Carapajó no Município de Cametá/Pa. Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Maranhão, 2023.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Rede de Proteção da infância nos municípios do Tocantins e do Marajó Ocidental: comparar para fortalecer**. Projeto de Pesquisa apresentado submetido ao Edital N°13/2020 PIVIC/PROPESP e apresentado à coordenação do Campus Universitário do Marajó/Breves da Universidade Federal do Pará, contemplado pela PORTARIA Nº 47/2020. CUMB/UFPA, 2020.

IBGE. **Cidades e Estados.** Município de Cametá. 2022. disponível em:<https:// www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/Cametá.html >. acesso em: 01/03/2024.

. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS Anotada:** Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 2003.

_____. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009. 72 p.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Brasília, 2014.

OLIVEIRA, Íris Maria de. **Assistência Social e Cultura do Atraso.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. Maranhão, 2007.

SILVA, Mossicleia Mendes da. **A Política de Assistência Social No Brasil:** Paralelismo e as Estratégias de "alívio à Pobreza". Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ENPESS. Vitória, ES. 2018.

GT 02 - Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano.

MORADIA EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS: CONTRADIÇÕES NA CAPITAL DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Norma Maria Bentes de Sousa[3]. (IBGE – SES / PA)

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas, a partir da implementação do modelo produtivo Zona Franca de Manaus (ZFM) no final da década de 1960, identificando suas repercussões na dinâmica econômica, demográfica e na urbanização, com foco nos impactos e desafios para a efetivação e garantia do direito à moradia adequada nesse subespaço regional, em particular na capital amazonense. A pesquisa utilizou dados secundários do período 1967 – 2019, em sua maioria produzidos pelo IBGE e também, por outras instituições de pesquisa. A implementação da Zona Franca de Manaus no Amazonas, teve forte impacto nesse subespaço regional, em particular na capital amazonense, reproduzindo na escala local um desenvolvimento socioeconômico calcado em assimetrias regionais, desigualdades sociais e concentração de riqueza numa única fração do território, próprias do modelo produtivo capitalista subordinado, dependente e voltado "para fora". Os resultados indicam que as atividades industriais transplantadas pela ZFM aprofundaram a concentração de riqueza, de população e de urbanização na capital do Amazonas. Por sua vez, a existência significativa de áreas de aglomerados subnormais (favelas e assemelhados), situação que abrange metade dos domicílios de Manaus no ano de 2019, evidencia também, a concentração da pobreza urbana na capital amazonense. Nesse sentido, o desenvolvimento promovido pela ZFM no Amazonas é contraditório e limitado na apropriação da riqueza produzida, situação retratada na magnitude das inadequadas condições de habitação presentes em Manaus, o espaço mais urbanizado da Amazônia brasileira, num flagrante desrespeito ao cumprimento do direito social à moradia consagrado na Carta Magna.

Palavras-chaves: Zona Franca de Manaus. Moradia. Aglomerados Subnormais. Manaus. Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização na Amazônia, cujo ápice ocorreu no contexto das políticas desenvolvimentistas de integração nacional em curso na região amazônica a partir da década de 1960, tem um ângulo de análise revelador ao serem avaliadas as condições de moradia dos habitantes dessa fração do território regional.

A precariedade de vida e moradia de sua população expressa-se na descomunal ocorrência dos denominados Aglomerados Subnormais (AGSNs), terminologia oficialmente definida pelo IBGE (2020), para classificar as favelas e assemelhados, que são áreas da cidade com características de acesso ilegal aos terrenos e / ou ausência de infraestrutura urbana ou planejamento da ocupação.

No ano de 2020 foi divulgado o mapeamento dos aglomerados subnormais pelo IBGE, evidenciando a manutenção e até mesmo o crescimento dessas ocorrências nas cidades da

[3] Supervisora das Pesquisas Sociais, IBGE – SES / PA, Brasil. Email: bentesn@hotmail.com

Amazônia. A existência dos AGSNs é significativa nos dois principais estados amazônicos, o Amazonas e o Pará, que ocupam o topo do *ranking* nacional em termos de maior quantitativo de áreas com essas características de condições inadequadas de moradia.

A situação agrava-se ainda mais quando o foco da análise são as capitais amazônicas, neste caso, Belém e Manaus. Conforme os dados do IBGE, esses municípios ocupam o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, no *ranking* das capitais estaduais com o maior número de áreas urbanas de moradia, cujo acesso à posse da terra é ilegal e são precárias de infraestrutura urbana ou há ausência de planejamento em sua ocupação.

Focando na parte ocidental da Amazônia, ou mais especificamente, no estado do Amazonas, questiona-se quais são as determinações que influenciam e possibilitam a existência de centenas de famílias em condições inadequadas de moradia e, como a significativa quantidade de áreas subnormais e de pessoas residentes nesses aglomerados revela a desigualdade social existente no Amazonas em particular, na cidade de Manaus, sede da Zona Franca de Manaus (ZFM).

A ZFM é um empreendimento que vem impulsionando o desenvolvimento econômico na Amazônia Ocidental desde o final da década de 1960 e, ao longo do tempo colocou a capital do Amazonas na condição de produtora de mais de 80% de toda a riqueza gerada em âmbito estadual.

Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é identificar as condições de moradia dos trabalhadores que vivem no Amazonas, com foco em Manaus, especificamente nos aglomerados subnormais, para compreender as relações entre garantia do direito à moradia e o acesso às riquezas produzidas no território amazonense.

Para fundamentar o estudo, foram utilizados dados secundários produzidos pelo IBGE, especificamente dos censos demográficos, do mapeamento de aglomerados subnormais (2020), do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e, do PIB municipal, além de outras pesquisas e levantamentos.

O texto está estruturado em cinco seções. Na seção 2, será feita uma abordagem da ZFM no contexto de integração da Amazônia ao desenvolvimento econômico nacional, com ênfase na industrialização incentivada pelo Estado, atividade que se tornou o centro dinâmico da economia amazonense e que está sediada na capital Manaus. O objetivo é refletir sobre o desenvolvimento promovido pela ZFM e seus reflexos na dinâmica econômica do estado e da capital amazonense.

Na seção 3, busca-se identificar as condições de habitação dos amazonenses para verificar se o direito à moradia é uma realidade concreta na vida dos moradores dessa fração do território amazônico, sendo apresentados indicadores de moradia em condições adequadas no Amazonas, para evidenciar o cumprimento ou não do direito constitucional à moradia.

Na seção 4, a partir do recorte territorial das áreas de aglomerados subnormais, contextualiza-se sua ocorrência na escala nacional, estadual e municipal, com foco nos estado amazônicos e, em especial no Amazonas e em sua capital Manaus. Nesta última, busca-se caracterizar essas áreas do ponto de vista das condições de infraestrutura urbana, além de traçar o perfil socioeconômico de seus moradores a partir dos dados censitários disponíveis.

Nas considerações finais, são feitas reflexões sobre as contradições do desenvolvimento econômico promovido pelo empreendimento ZFM no território amazonense. Os indicadores de inadequadas condições de habitabilidade e a existência dos AGSNs em grande escala no Amazonas, em particular no município sede da ZFM, evidenciam o não transbordamento desse desenvolvimento para a garantia do direito social à moradia nessa fração do espaço subnacional e amazônico.

2. Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento no Amazonas: A concentração da riqueza na capital

Passado mais de meio século desde a instauração do governo ditatorial militar no Brasil (1964), com a implementação de ações bem específicas para a Amazônia/Amazonas, retoma-se a questão das propostas de desenvolvimento implementadas naquele período, buscando estabelecer um entendimento sobre suas repercussões no século XXI.

Naquele contexto, a Amazônia foi concebida de forma contraditória, como uma "região problema" (OLIVEIRA, 2008) e, ao mesmo tempo, como solução para questões regionais/nacionais, sendo objeto de múltiplas intervenções governamentais que visavam integrá-la ao modelo de desenvolvimento econômico nacional.

Nesse aspecto, apesar da ênfase econômica, outros elementos tornavam a ação integradora prenhe de possibilidades. A ocupação do "vazio demográfico" da Amazônia, por meio de migrações controladas pelo governo, poderia atenuar tensões em outras regiões do país, especialmente no Nordeste, numa atuação complementar a essa região, já identificada por Celso Furtado nos anos 1950 (BECKER, 2009). A proteção das fronteiras amazônicas - que faz limite com quatro países (Venezuela, Bolívia, Peru e Colômbia) - perante a ameaça de insurreições advindas de nações com orientações não capitalistas (OLIVEIRA, 1994), era outro objetivo a ser alcançado.

No aspecto especificamente econômico, destacam-se a formação do mercado interno (GUIMARÃES NETO, 1997), com a implementação de projetos de infraestrutura para a integração física, como as rodovias, e aqueles voltados diretamente para a integração produtiva, pela exploração dos seus recursos naturais, especialmente minérios, além da geração de energia, dentre outros.

Em que pese o governo ditatorial, as políticas implementadas tinham inspiração desenvolvimentista, que, dentre outros pressupostos, fundamentavam-se nos princípios discutidos no âmbito da Comissão para a América Latina (CEPAL) - uma comissão regional criada pelo ONU no pós II Guerra Mundial, sintetizados na importância da intervenção estatal, no desenvolvimento econômico via industrialização e no nacionalismo (SOUSA, 2016).

Os impactos e consequências dos planos, programas e projetos governamentais na Amazônia, já foram objeto de diversos estudos que enfatizam a (des)organização do espaço amazônico que promoveu, dentre outros impactos, uma acelerada urbanização (ABELÉM,1992).

As análises destacam também a desestruturação dos meios e modos de vida das populações regionais (indígenas, ribeirinhos) e a forma autoritária como foram implementados, dando privilégios aos grandes grupos econômicos, usando de violência na implantação acelerada da malha tecnopolítica, tratando o espaço como isotrópico e homogêneo, e não respeitando as diferenças sociais e ecológicas, com efeitos perversos, destruindo formas de vida e saberes locais historicamente construídos (BECKER, 2009).

Especificamente na *Amazônia Ocidental*[4] (formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), a criação da Zona Franca de Manaus–ZFM, em 1967, visava retomar o desenvolvimento econômico dessa parte da região e ocupar a "terra sem homens", segundo o discurso oficial, integrando-a ao sistema econômico nacional. O estado do Amazonas e, em particular, sua capital Manaus, são o berço privilegiado da estrutura administrativa e de iniciativas que possibilitaram a implantação da ZFM, que, dentre outras ações, criou o *Polo Industrial de Manaus–PIM*, ofertando incentivos fiscais e creditícios para grupos capitalistas nacionais e internacionais instalarem-se nessa fração do território amazônico.

A Zona Franca de Manaus foi criada oficialmente em 1957 pela Lei 3.173 de 06/01/1957, portanto, antes do governo ditatorial. Já no contexto do governo militar a proposta original foi reformulada pelo Decreto-Lei 288 de 28 de fevereiro de 1967, sendo estabelecidos incentivos fiscais pelo período de trinta anos para a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário, sediado na capital do Amazonas (Art. 42º, Capítulo III), tendo em vista o seu desenvolvimento[5]. Abaixo, a definição e objetivos da criação da ZFM, no âmbito do Decreto-Lei 288/1967:

[4] Na outra parte da Amazônia, ficou estabelecida a Amazônia Oriental, formada pelo Estado do Pará e Território federal do Amapá.

[5] Para administrar os serviços e instalações da ZFM, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), como "Entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas" (BRASIL, Decreto 288, 1967, Capítulo III).

> Art. 1º: É uma área de livre comércio, de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais. Finalidade: criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

Desde a sua criação, a Zona Franca de Manaus–ZFM passou por várias fases, tendo sido concebida originalmente como porto livre (Lei 3.173 de 6/6/1957) para armazenamento, beneficiamento e comércio de mercadorias estrangeiras com os países limítrofes da Amazônia. Em 1967, a ZFM foi reformulada e ampliada. Nessa nova fase, a ZFM dinamizou-se como área de livre comércio, colocando Manaus na rota nacional e internacional. Em 30 de setembro de 1968 foi lançada a pedra fundamental do Polo Industrial de Manaus–PIM. A segunda fase da ZFM, que vai de 1976 a 1990, caracterizou-se pelo predomínio das atividades industriais, cuja dominância persiste até os dias atuais (SOUSA, 2016).

A atividade industrial incentivada pelos recursos da ZFM, aos poucos se tornou o centro dinâmico da economia amazonense. Composta por indústrias nacionais e estrangeiras, atraídas pelos incentivos fiscais e benefícios extrafiscais ofertados pelo governo para viabilizar a instalação no território da capital amazonense, a ZFM constituiu-se, quando de sua implantação, na única experiência existente no Brasil nessa modalidade de produção industrial (VALLE, 2007).

Na série histórica se inicia a partir do ano de 1966 indo até o ano de 2019, é possível observar a dinâmica da industrialização no Amazonas a partir do advento da ZFM, tanto pelo número de estabelecimentos industriais, quanto de pessoal ocupado, segundo o tipo de indústria, a extrativa e a de transformação.

Conforme os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) – Empresa, do IBGE, no início da série histórica em 1966, ainda no período pré-ZFM, haviam 176 Estabelecimentos que atuavam na indústria de transformação e, nenhum registro referente à indústria extrativa. No tocante a quantidade de pessoal ocupado (PO), naquele ano havia 5.055 trabalhadores e, conforme os dados disponíveis, 100% deles estavam inseridos na indústria de transformação.

Um marco importante na quantidade de pessoal ocupado na indústria de transformação ocorreu em 1973, quando alcançou 15.318 nessa modalidade industrial, já com a presença dos incentivos fiscais e extrafiscais da ZFM. O ano de 1988 também tem um registro importante pois o PO atingiu 53.831 trabalhadores nessa atividade industrial.

No ano de 2013 foi o auge da atividade industrial de transformação no Amazonas, evidenciado tanto no número de Unidades Locais (ULs) quanto em PO. Assim, em 2013, essa indústria atingiu um recorde no total de ULs, registrando 3.064 e, na contratação de trabalhadores,

com 135.963 pessoas ocupadas. Quanto a indústria extrativa, naquele ano possuía 24 Estabelecimentos e ocupava 1.245 pessoas nessa atividade.

É importante registrar, que o bom desempenho da indústria amazonense naquele período, coaduna-se com as políticas econômicas de dinamização do mercado interno em curso no Brasil (ARAÚJO, 2013), segmento que é o destino principal da produção da ZFM.

No final da série histórica (2019), os dados reafirmam a liderança incontestável da atividade de transformação no Amazonas, uma vez que, 993 ULs, eram dessa atividade industrial, enquanto apenas 14 ULs atuavam na indústria extrativa. Sobre o PO industrial, havia um total de 92.682 pessoas trabalhando na indústria de transformação e 2.103 na atividade extrativa.

Assim, a superioridade da indústria de transformação frente a indústria extrativa no Amazonas foi a tônica durante todo o período 1966–2019, tanto no quantitativo de estabelecimentos quanto no número de pessoas ocupadas nessa atividade.

Com relação à distribuição das indústrias no território amazonense, os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, destaca essas informações para o ano de 2019 tendo por base os municípios com mais de 50 mil habitantes. Naquele ano, havia 35 ULs atuando na atividade industrial extrativa e 893 pessoas ocupadas nos 10 municípios do Amazonas que possuíam a partir de 50 mil habitantes, incluindo a capital. Manaus liderava tanto no número de ULs – com 29, quanto em pessoas ocupadas, com 581 trabalhadores. O município com melhor posição depois da capital era Coari, com 3 ULs e 312 pessoas ocupadas nessa atividade produtiva.

Na indústria de transformação, como era de se esperar, a liderança do ranking é da capital. Das 2.032 ULs existentes em 2019, Manaus possuía 1.731 ULs. Depois de Manaus, o município que obteve melhor desempenho nessa atividade, na segunda colocação em número de estabelecimentos, é Manacapuru, com 58 empresas industriais. Em quantidade de pessoas ocupadas, haviam 91. 916 trabalhadores, dos quais Manaus possuía 89.213. A segunda posição ficou com o município de Itacoatiara, com 1.022 trabalhadores.

Essas informações referendam que, em termos de distribuição no território, as ULs industriais estão majoritariamente localizadas na capital estadual, pois concentra esse tipo de atividade produtiva tanto no número de estabelecimentos quanto no quantitativo de pessoas ocupadas, conforme já registrado anteriormente.

Dentre os subsetores da atividade industrial de transformação, na gênese das atividades incentivadas pela ZFM, o da indústria de eletroeletrônicos destacou-se dentre os demais atuantes no Polo Industrial de Manaus (PIM), dominância que persiste até os dias atuais.

Valle (2007), corrobora essas informações com base em dados da SUFRAMA. Nesse aspecto, essa autora identificou que o subsetor eletrônico registrou o maior quantitativo de trabalhadores,

assim como é o que possui maior número de estabelecimentos. Além disso, esse setor registrou o maior faturamento dentre os demais, correspondendo a quase 70% de toda a atividade industrial em Manaus. Segundo Valle (2007):

O crescimento industrial de Manaus teve e tem no setor eletroeletrônico o seu principal e mais importante polo. De fato, entre as 184 empresas industriais implantadas em 1981, contavam-se 31 do setor eletroeletrônico, o que corresponde a 17% do total, empregando 19,9 mil trabalhadores, ou seja, 40% da força de trabalho do total empregado pela indústria da ZFM [....]. Em 1996, eram 139 geograficamente concentrada na cidade de Manaus, empregando 27,324 trabalhadores, com um faturamento um pouco acima de US$9 bilhões, o que corresponde 68,4% do total do faturamento de todas as empresas do DI (US$13.242.230.327) (VALLE, 2007, p. 126).

Sobre a geração da riqueza no Estado do Amazonas, Sousa (2016), ao analisar a dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios amazonenses desde a implantação da ZFM, com foco no período 1970-2010, identificou que a concentração da riqueza em Manaus é fato incontestável.

Essa autora organizou os dados do PIB Municipal segundo 3 grupos de municípios: a capital Manaus, os 4 municípios com maior PIB após a capital e, os demais municípios amazonenses. Sousa (2016) observou, que a participação na geração da riqueza estadual do grupo de 4 municípios e dos demais municípios veio diminuindo ao longo do tempo, ao contrário de Manaus, que experimentou crescimento exponencial durante todo o período em estudo.

Conforme Sousa (2016), em 1970 Manaus possuía 64,27% de participação no PIB estadual. Em 1980, avançou exponencialmente e passou a ter 84,15%. Essa participação da capital na geração de mais de 80% da riqueza do estado do Amazonas mantêm-se até o final da série histórica, registrando 86,16%, em 1990, 84,14%, em 2000 e, 83,30% no ano de 2010.

Nesse aspecto, a constatação é de que à medida que os anos foram passando, década após década Manaus aumentava sua participação na geração da riqueza estadual *pari passu* ao avanço e consolidação da produção industrial de transformação como centro propulsor da economia amazonense.

No ano de 2017, a ZFM completou 50 anos de existência como modelo produtivo no Amazonas. De acordo com Sousa (2016), os dados do PIB municipal do referido ano, reafirmaram a concentração da geração de riqueza na capital Manaus e a sua proveniência da atividade industrial, especificamente da indústria de transformação. A capital Manaus participava com 78,54% no PIB estadual, sendo este gerado da produção industrial pois é esta a atividade com maior participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) deste município.

Mas, de que forma a concentração da riqueza na capital é distribuída e apropriada pela população amazonense, em particular nas condições de moradia das pessoas que residem no município sede da Zona Franca de Manaus. Esse assunto será abordado a seguir.

3. MORADIA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS: UM DIREITO GARANTIDO NO AMAZONAS?

Conforme já discutido na segunda seção deste artigo, com o advento da ZFM no final da década de 1960, a atividade industrial sediada na capital amazonense estabeleceu-se como centro dinâmico da economia estadual.

No aspecto da dinâmica demográfica, a partir da década de 1990, Manaus consolidou sua liderança no quantitativo de população do Amazonas, concentrando metade dos habitantes em seu território e, nos demais 61 municípios, passou a residir a outra metade. Os dados dos censos demográficos com a distribuição populacional no território amazonense, referendam essa divisão populacional entre capital e interior, ficando registrada da seguinte forma a partir dessa década: Em 1991, Manaus concentrava 48,09% da população estadual, com 51,91% residindo nos demais municípios; em 2000, os números eram 49,90% da população estava em Manaus e 50,10% nos demais municípios; em 2010, essa situação se inverteu, pois 51,72%, da população amazonense passou a domiciliar-se na capital, enquanto 48,28% residiam nos municípios do interior.

O fato de concentrar metade da população do Amazonas, conforme referendado nos dados do censo 2022, quando 2.063.689 pessoas, o que corresponde a 53, do total do Estado, ou precisamente, ...e um acelerado processo de urbanização, pois 99% de seus habitantes residem na área urbana desse município (dados do Censo 2010), trouxe para Manaus uma série de desafios dentre os quais, o atendimento das necessidades básicas da população através de políticas públicas garantidoras de direitos sociais.

Para Oliveira e Schor (2008), ao analisar as mudanças ocorridas no Amazonas e em Manaus no contexto do desenvolvimento promovido nas últimas décadas pela ZFM, dentre os problemas urbanos, o da moradia foi o mais afetado, pois se reveste de particularidades inerentes ao provimento dessa necessidade e de um conjunto de elementos fundamentais para a reprodução social.

Na perspectiva desses autores, a moradia não pode ser explicada isoladamente, visto que nela se concentra uma série de contradições. Ou seja, sua garantia prescinde de uma visão de totalidade, pois implica a dotação e acesso a vários serviços públicos. Assim, conforme esses autores: “não se pode morar apenas um dia, da mesma forma que não se pode morar em lugares sem transporte, trabalho e equipamentos como escolas, hospitais, sem falar nas áreas de lazer” (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, p. 89).

Do ponto de vista mais geral, o da oferta de moradia em quantidade e em condições adequadas às necessidades da população, os dados sobre o déficit habitacional trazem as primeiras indicações sobre a realidade do estado do Amazonas no referente a garantia do direito à moradia.

Sobre o conceito de Déficit Habitacional, a Fundação João Pinheiro (FJP)[6], órgão responsável pelo estudo e cálculo desse índice no Brasil, esclarece que este abrange tanto o aspecto quantitativo, ou seja, o da necessidade por novas habitações que venham ao encontro das demandas da população, quanto a qualidade que essa habitação possui, se está adequada para promover o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes. Nessa perspectiva:

Deficit habitacional é um conceito que tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta (*deficit*) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais. Deficit e inadequação habitacionais podem ser entendidos como a "falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo" e que, por algum motivo, não fornece (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019, p. 1).

Conforme estudo da FJP (2019) no ano de 2016, o Amazonas possuía o segundo maior déficit[7] de moradias do Brasil, correspondendo a 15,5%, atrás somente do estado do Maranhão, que registrou 17,9%. A existência de significativo déficit habitacional no Amazonas é um primeiro elemento revelador das condições de acesso à moradia no território amazonense, uma vez que, em termos quantitativos, as moradias existentes são insuficientes para prover as necessidades habitacionais da população desse estado.

Por sua vez, no estudo da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE (2017), são apresentadas informações sobre as características dos **Domicílios inadequados** no Brasil. Para a SIS do IBGE (2017, p. 71), **Domicílios inadequados** são aqueles cuja condição indique situação de precariedade ou vulnerabilidade que restrinja o direito à moradia adequada.

A SIS 2017 analisou quatro categorias que revelam a inadequação da moradia: *ausência de banheiro no domicílio, paredes externas construídas com materiais não duráveis, adensamento excessivo e o ônus excessivo com aluguel*.

---

[6] Um "Estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias no Brasil, para unidades da Federação e regiões metropolitanas selecionadas. Desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Programa Habitar/Brasil/BID." (Disponível em www.fjp.gov.br).m www.fjp.gov.br).

[7] Em relação ao seu total de domicílios particulares permanentes (DPPs) e domicílios particulares permanentes improvisados – DPPI (FJP, 2019).

Sobre a situação do Amazonas nessas categorias, nas duas primeiras, que se relacionam mais a precariedade física dos domicílios, o referido estudo não registrou situação de inadequação que destaque de forma negativa essa Unidade da Federação. Contudo, nos indicadores de *Adensamento excessivo e o ônus excessivo com aluguel*, o desempenho foi preocupante.

O indicador – *Adensamento excessivo do domicílio,* corresponde a uma situação em que o número de moradores é considerado inadequado ao domicílio. Para a SIS/IBGE (2017, p. 71), "utilizou-se como critério considerar excessivamente adensado o domicílio com mais de três moradores por dormitório".

O adensamento excessivo de pessoas no domicílio, revela distintas situações relativas à falta ou valorização da terra onde o domicílio encontra-se edificado; à ausência de condições financeiras para adquirir materiais visando a construção de mais divisões internas no domicílio ou à quantidade numerosa de membros do grupo familiar que restringe as possibilidades de estar num domicílio menos adensado. Conforme a SIS/IBGE (2017):

> [...] Essa inadequação pode estar relacionada a escassez ou alto custo do espaço em áreas com alta densidade ou também a falta de recursos para construção de um domicílio com área e divisões internas adequadas, mesmo quando há espaço disponível. Reflete também a taxa de natalidade – uma família com muitos filhos pode ter dificuldade em prover o número adequado de dormitórios (SIS/IBGE, 2017, p. 71).

É importante ressaltar que, além das condições já apontadas para a existência dessa situação de adensamento excessivo, existe também a possibilidade de várias famílias estarem morando num mesmo domicílio.

Sobre o desempenho do Amazonas no indicador *adensamento excessivo do domicílio*, este apresenta o maior percentual de domicílios nessa condição dentre as demais UFs no Brasil, situação que atinge 22,6% de sua população.

A situação de adensamento excessivo das moradias no Amazonas, vem ao encontro do déficit habitacional calculado pela Fundação João Pinheiro (2019) referido anteriormente, pois apontou a necessidade de serem ofertadas maior quantidade de moradias para suprir as carências habitacionais no estado amazonense. Essa carência por moradias empurra quase um ¼ da população amazonense a habitar em domicílios com muitas pessoas, fato captado pela SIS/IBGE.

A quarta inadequação analisada pelo SIS é o ô*nus excessivo com aluguel* – situação onde o valor do aluguel do domicílio iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. Nesse indicador, "[...]entende-se que essa situação constitui uma inadequação na medida em que o elevado comprometimento da renda com o aluguel pode impedir o acesso dos moradores a outras necessidades básicas" (SIS/2018, p. 62).

No indicador *ônus excessivo com aluguel, o* Amazonas registra 4,3% de domicílios com esse tipo de inadequação. Esse percentual é o maior se comparado as demais UFs da região Norte e, remete às dificuldades enfrentadas por parte dos trabalhadores amazonenses para arcar com as despesas do aluguel de seus domicílios, uma vez que podem estar comprometendo a garantia de outros elementos essenciais à reprodução e a condições dignas de vida, como a alimentação, por exemplo.

Assim, os indicadores apresentados apontam para a existência do déficit habitacional no Amazonas. Esse déficit habitacional está configurado, seja do ponto de vista quantitativo, pela necessidade de maior oferta de habitação (FJP, 2019), seja do ponto de vista qualitativo, pelas condições inadequadas de moradia, expressa no adensamento excessivo de moradores por domicílio ou no alto custo dos aluguéis que onera o orçamento familiar e dificulta seu custeio (SIS/IBGE, 2017).

Para avançar na compreensão da questão da habitação no Amazonas, no próximo item será abordado as condições de moradia e o perfil dos moradores dos domicílios localizados em áreas denominadas de aglomerados subnormais na capital Manaus.

4. AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM MANAUS: CONTRADIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ZFM NO AMAZONAS

Nesta seção, o foco especial será nos aglomerados subnormais em Manaus, terminologia alterada pelo IBGE no ano de 2024, para *Favelas e Comunidades Urbanas*. Com base em dados censitários, identifica-se num primeiro momento o contexto dessas ocorrências, sua distribuição nas escalas do país, dos estados e municípios, com atenção especial à realidade urbana da Amazônia e do Amazonas. Numa abordagem mais específica, serão caracterizados os domicílios e o perfil dos moradores nos Aglomerados Subnormais (AGSNs) situados na capital Manaus.

4.1. Aglomerados subnormais: retrato da pobreza urbana na Amazônia

Conforme mencionado inicialmente, os Aglomerados Subnormais – AGSNs, ou favelas e assemelhados, são áreas urbanas dos municípios brasileiros cujas características são a ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados), o padrão urbanístico irregular, a carência de serviços públicos essenciais e condições restritas à ocupação (IBGE, 2020).

Os AGSNs são habitados por populações em condições socioeconômicas de baixa renda, em moradias precárias e com pouco acesso à infraestrutura urbana (como saneamento básico, água, coleta de lixo e rede de esgoto) e equipamentos sociais (escolas, postos de saúde etc.). Além disso,

devido às características listadas, existe o fato de a densidade de ocupação dos domicílios nessas áreas tender a ser bastante elevada.

A nomeação das áreas de AGSNs varia conforme a região, recebendo as denominações de favela, invasão, grota, baixada, comunidade, mocambo, palafita, loteamento, vila, entre outros (IBGE, 2020).

A pesquisa "Aglomerados Subnormais: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19" foi divulgada pelo IBGE em 19 de maio de 2020[8], trazendo informações atualizadas sobre os domicílios brasileiros com esse tipo de ocorrência, tomando como referência o ano de 2019.

Com base nesse levantamento preliminar, no ano de 2019 foram identificados no Brasil 13.151 Aglomerados Subnormais, localizados em 734 municípios (13,2% dos municípios brasileiros), de todos os Estados e no Distrito Federal. A estimativa da quantidade de domicílios ocupados nessas áreas é de 5.127.747 unidades, o que corresponde a 7,8% do total dos domicílios do país.

No Censo de 2010, levantamento similar listou 323 municípios com registro de AGSNs no Brasil e, 6.329 áreas foram classificadas como subnormais com base nesses mesmos critérios do ano de 2019. Nos AGSNs do ano de 2010, havia 3.224.529 domicílios.

A estimativa dos AGSNs divulgada pelo IBGE no ano de 2020, apesar de ser composta por dados preliminares, ao ser confrontada com o levantamento feito pelo Censo 2010, leva a inferir que houve visível deterioração das condições de moradia dos brasileiros uma década depois, situação que se expressa nos aumentos do número de municípios com AGSNs, do número de aglomerados urbanos com essas características e, da quantidade de domicílios ocupados nessas áreas no país.

Quando a referida estimativa é analisada na escala estadual, ou seja, o registro dessas ocorrências nos estados brasileiros, os dados indicam grande quantidade de domicílios localizados em áreas subnormais nas Unidades da Federação da Amazônia[9].

---

[8] Com a pandemia do Covid 19, o IBGE antecipou a divulgação da pesquisa "Aglomerados Subnormais: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19", para balizar ações de combate à pandemia nessas áreas. A pesquisa apresenta o mapeamento preliminar dos AGSNs por município, a estimativa de domicílios ocupados, bem como a distância linear entre essas comunidades e as unidades de saúde. As informações sobre os AGSNs foram produzidas no ano de 2019 para o Censo Demográfico 2020 (adiado para 2021 em função da pandemia), e cruzadas com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, do Ministério da Saúde. Para o ano de 2019 o número de domicílios foi estimado. O Instituto adverte que a estimativa de domicílios ocupados não pode ser usada como parâmetro de comparação com os dados do Censo 2010 ou outras pesquisas do IBGE, uma vez que somente com a realização do Censo em 2022 será possível ter o dado concreto da realidade. Portanto, esses dados não são conclusivos, por serem versão preliminar, com atualizações até dezembro de 2019. O mapeamento definitivo dos Aglomerados Subnormais do Brasil será realizado no Censo 2022, podendo sofrer ajustes nesses resultados ora divulgados (IBGE, 2020).

[9] Aqui entendida como sinônimo de Região Norte.

Nesse aspecto, o Amazonas lidera em quantidade *proporcional* de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de seus domicílios ocupados, pois mais de 1/3 dos domicílios ocupados nessa UF localizam-se nessas áreas, correspondendo a 34,59%.

Nesse ranking estadual, na sequência está o estado do Espírito Santo, que registra 26,10% de domicílios ocupados em AGSNs. O terceiro e quarto lugares são ocupados pelos estados amazônicos do Amapá (21,58%) e Pará (19,68%). O Rio de Janeiro ocupa a quinta colocação, com 12,63%.

Quando a escala de localização dos AGSNs é a municipal, são as capitais de dois estados da Amazônia, neste caso, Belém e Manaus, que se destacam no cenário nacional por possuírem, em termos absolutos, uma representativa quantidade de seus domicílios localizados nas áreas precárias e sem condições de habitação adequada.

Assim, no grupo de 10 municípios com maior quantidade *absoluta* de domicílios ocupados em aglomerados subnormais no Brasil, Manaus ocupa a 4ª. colocação, com 348.684 domicílios, enquanto Belém vem em seguida, em quinto lugar nesse grupo, com 225.577 domicílios. As capitais amazônicas ficam atrás somente de grandes centros urbanos do país, como São Paulo (1º. lugar), Rio de Janeiro (2o. lugar) e Salvador (3º lugar).

E, quando o foco das ocorrência de AGSNs são as 27 capitais estaduais, Manaus se sobressai, pois ocupa a segunda colocação quanto a proporção de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao seu total de domicílios ocupados, uma vez que mais da metade de seus domicílios, ou 53,38%, estão localizados em áreas subnormais. A capital amazonense fica atrás somente de outra capital amazônica, Belém, que registrou 55,49%. A terceira colocação é a da capital baiana, Salvador, que possui 41,83% dos domicílios ocupados em AGSNs.

Portanto, segundo os dados preliminares dos AGSNs no Brasil no ano de 2019, Manaus chama a atenção nesse tipo de ocorrência, pois ocupa sempre as primeiras colocações quanto a quantidade de domicílios em áreas de favelas e assemelhados, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, indicando a prevalência da precariedade das condições de moradia em seu território.

Para melhor compreender as precárias condições de moradia em áreas de AGSNs em Manaus, bem como as características socioeconômicas dos seus moradores, a seguir serão apresentados dados sobre ambos os aspectos, tendo como base o Censo 2010, ano do último levantamento realizado nessas áreas[10].

[10] Essas informações serão atualizadas quando forem publicados os dados do Censo 2022.

4.2. Aglomerados Subnormais em Manaus: Condições dos domicílios e características socieconômicas dos moradores

Inicialmente, é importante ressaltar que, o uso de dados do ano de 2010 nesta parte - conforme já referido anteriormente, esse foi o ano do último levantamento censitário nessas áreas -, constitui-se numa forma de aproximação dessa realidade, uma vez que apesar da defasagem temporal, as pré-condições que permitem a classificação de áreas urbanas como subnormais são as mesmas utilizadas em todos os levantamentos censitários, ou seja, acesso ilegal à posse da terra, precárias condições de infraestrutura e/ou ausência de planejamento da ocupação (IBGE, 2020).

Nesse sentido, para fins dessa exposição, as informações sobre os aglomerados subnormais da capital do Amazonas foram organizados da seguinte forma: a) quantitativo e localização dos AGSNs no território da capital Manaus; b) características dos domicílios; c) características gerais dos moradores (sexo, faixa etária, cor/raça, educação); d) rendimento dos moradores.

a) Quantitativo e localização dos AGSNs no território da capital Manaus

Iniciando com o aspecto quantitativo, no Censo 2010 foram registradas 50 áreas de aglomerados subnormais em Manaus, correspondendo a 41,3% do total de 121 AGSNs identificados no Estado do Amazonas. Essa informação demonstra que a concentração da inadequação da moradia no Amazonas está no grande centro urbano e município-sede da Zona Franca de Manaus, a capital estadual.

Nesse sentido, nos Aglomerados Subnormais de Manaus havia 72.762 domicílios, o que representava 15,7% do total de domicílios da capital. Nesses domicílios residiam 295.910 pessoas, ou seja, 16,4% do total da população de Manaus no ano de 2010.

Sobre a existência de áreas subnormais na capital amazonense com base no Censo 2010, Sousa (2013), destacou que "na Região Norte, a capital Manaus é a segunda colocada na quantidade de domicílios em aglomerados subnormais, perdendo apenas para Belém, capital do Estado do Pará, que possuía 193.557 domicílios nessas áreas" (SOUSA, 2013, p. 15).

Quanto a localização das áreas dos AGSNs no território manauara, os dados do Censo 2010 indicam que eles estavam predominantemente nas periferias de Manaus, com destaque para as Zonas Leste e Norte da cidade, como a Comunidade Cidade de Deus, a Comunidade Parque Santa Itelvina, a Comunidade São Pedro e a Colônia Terra Nova.

Quando situados em áreas centrais da cidade, os AGSNs ficam próximos às áreas de igarapés e canais, como os Igarapé da Cachoeira – São Jorge, Igarapé do Castanha – Matinha, Igarapé do São

Raimundo, locais sabidamente carentes de infraestrutura urbana e inadequadas condições ambientais.

b) Características dos domicílios

Sobre a densidade de ocupação das moradias nessas áreas, nos dados de 2010, identifica-se uma densidade de 4,1 moradores por domicílio nos AGSNs. Nos setores normais de Manaus, a média de moradores por domicílio é de 3,9 (SOUSA, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos desencadeados a partir da implantação da ZFM no território do estado do Amazonas, especificamente o de industrialização pela atividade produtiva de transformação, impactaram de maneira intensa no desenvolvimento econômico, na dinâmica populacional e, no processo de urbanização dessa importante unidade federativa da Amazônia.

A existência de moradia em condições inadequadas no Amazonas, explicitada nos indicadores de déficit habitacional que atesta a necessidade de novas moradias, o excesso de moradores por domicílio e de ônus excessivo com aluguel, evidenciam as dificuldades de vida e moradia impostos aos trabalhadores da maior unidade da federação brasileira e, indicam a necessidade de uma reforma urbana que promova o *direito à cidade*.

A quantidade significativa de áreas de aglomerados subnormais que abrange metade dos domicílios de Manaus no ano de 2019, revela uma situação de flagrante desrespeito ao direito social a habitação constitucionalmente garantido. As informações sobre as características dos domicílios e dos moradores das áreas das favelas e assemelhados de Manaus, demonstram baixa aplicabilidade da legislação vigente no Brasil que consagra o direito a moradia em condições adequadas para todos os brasileiros.

Nesse sentido, a situação precária que afeta a moradia em Manaus e no Amazonas, traz à tona evidências contundentes sobre a não garantia dos direitos sociais aos seus habitantes, na medida em que o morar em condições precárias apresenta diversas situações de inadequação se confrontada com as diretrizes da II Conferência do Habitat promovida pela ONU em 1996 e também preconizado na legislação brasileira como a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade (2007).

Essas precárias condições de moradia impostas a população amazonense, em particular a que está domiciliada nos AGSNs de Manaus, demonstra quão distante está a garantia do direito à cidade, pela não promoção de qualidade de vida e habitação em condições adequadas para os

trabalhadores, mesmo quando habitam em territórios com indicadores econômicos que atestam sua condição de geradores de riqueza.

Por fim, a ausência e/ou limitada política pública de habitação no mais próspero município amazonense demonstra também que, além da dificuldade de acesso à riqueza produzida pelos empreendimentos fomentados pela ZFM por parte significativa de sua população, há ineficácia das ações públicas e privadas na redução das desigualdades sociais no espaço urbano amazonense. Esse fato é ilustrador de que, ao somatório das carências sociais existentes na Amazônia, inclui-se a escassez de contribuições mais efetivas para o enfrentamento e o combate a desigualdade social nessa região de importância ambiental mundial.

5. BIBLIOGRAFIA

ABELÉM, Auriléa Gomes. Amazônia: ocupação e reorganização do espaço urbano. In: OLIVEIRA, Nilson P. de (Org.). **Meio ambiente:** qualidade de vida e desenvolvimento. Belém: UFPA; NUMA, 1992, p. 2-12. (Série Universidade e Meio Ambiente, 2).

BECKER, Bertha, K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA JÚNIOR (Org.). **50 anos de formação econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 201-228.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil:** principais resultados para o período de 2016 a 2019. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (FJP), 2021.

GUIMARÃES NETO, Juarez. Desigualdades e Políticas regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, p. 41-99, jun. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos**. **Banco de dados SIDRA**. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 24 de fevereiro. 2022.

____. **Aglomerados Subnormais 2019:** Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. Rio de Janeiro, DGC/CMA, 18 de maio de 2020. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_apresentacao.pdf. Acesso em 19 de maio de 2020. Acesso em: 24 de fevereiro. 2022.

____. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE.** Disponível em: cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 27 set. 2018.

____. Síntese de Indicadores Sociais (SIS). Uma análise das condições de vida população brasileira. Rio de Janeiro, janeiro de 2017.

____. Produto Interno Bruto dos Municípios 2017. Banco de dados SIDRA. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 24 de fevereiro. 2022.

____. **Sinopse do censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

____. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-1 – 5-5, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. A reconquista da Amazônia. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, ed. 38, v. 1, mar. 1994.

OLIVEIRA, José Aldemir de e SCHOR, Tatiana. Manaus: Transformações e permanências do forte à metrópole. In Castro, Edna (Org.), **"Cidades na Floresta"** São Paulo, Annablume, 2008, p. 59-98.

SOUSA, Norma M. B. de. **Indicadores sociais no Amazonas**: contrastes na urbanização da capital e do interior. Manaus: Muiraquitã, 2008. 56 p.

_____. Habitação e gênero em Manaus: primeiras aproximações. Manaus, 3º EMFLOR, Anais, 2013.

_____. **Manaus**: realidade e contrastes sociais. 2. ed. Manaus: Valer; Caritas, 2014. 194 p.

_____. Urbanização do Amazonas entre o passado e presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2016.

_____. A urbanização do Amazonas no presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus. **Revista Direito da Cidade.** Rio de Janeiro, Editora UERJ, Volume 14, Nº 3, p. 1906-1964, 2022**.**

VALLE, Izabel. **Globalização e reestruturação produtiva**: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: UFAM, 2007. 254 p.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL

ANÁLISE DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA E IMPACTOS AMBIENTAIS DA DERROCADA DO PEDRAL DO LOURENÇO NO SUDESTE PARAENSE

Everton Herlan Guimaraes Lima[1](Faculdade dos Carajás),
Flávia Madeira da Silva[2](Faculdade dos Carajás)
Sara Brigida Farias Ferreira[3](Faculdade dos Carajás)

RESUMO: Este estudo examina a infraestrutura de transporte no Brasil, focando na predominância do modal rodoviário e suas implicações para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. A dependência excessiva do transporte rodoviário levanta questões críticas sobre eficiência logística, sustentabilidade ambiental e justiça social, evidenciando a necessidade de diversificar os modais de transporte. O objetivo deste artigo é analisar a estrutura atual do sistema de transporte brasileiro, avaliar o potencial dos modais ferroviário e hidroviário, identificar os desafios à sua implementação e propor estratégias para uma integração efetiva e sustentável dos diferentes modais. A metodologia inclui revisão bibliográfica, análise de dados secundários e estudo de caso, permitindo uma compreensão holística dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte mais diversificada no Brasil. As conclusões apontam para a importância de reavaliar as políticas de transporte, com foco em uma abordagem mais integrada que considere não apenas a eficiência logística, mas também a sustentabilidade ambiental e a equidade social. A transição para um sistema de transporte mais balanceado é urgente e fundamental para reduzir as emissões de carbono, melhorar a distribuição da matriz de transporte e estimular o desenvolvimento econômico regional, garantindo assim o compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável e a eficiência logística no futuro.

Palavras-chave: Infraestrutura de transporte. Modal rodoviário. Sustentabilidade ambiental. Diversificação de modais. Eficiência logística

INTRODUÇÃO

A infraestrutura de transporte é um componente vital para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de qualquer nação. No Brasil, a predominância do transporte rodoviário tem sido uma característica marcante do sistema de transporte, resultando em uma série de desafios logísticos, ambientais e sociais que incluem, mas não se limitam a custos elevados de transporte, altas emissões de gases de efeito estufa e a marginalização de outros modais, como o ferroviário e o

[1] Bacharel em Direito pela Faculdade dos Carajás.

[2] Mestra em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA), Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

[3] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bacharela em Direito, com habilitação em Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Email: sara_farias@hotmail.com.

hidroviário. Diante dessa realidade, surge a necessidade de reavaliar e diversificar os modais de transporte no país, visando não apenas a eficiência logística, mas também a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Este artigo se debruça sobre as complexidades e os desafios associados à gestão da infraestrutura de transporte no Brasil, com um enfoque particular na histórica preferência pelo modal rodoviário e suas implicações para o desenvolvimento nacional. A justificativa para tal investigação reside na perspectiva de que a diversificação dos modais de transporte é crucial para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável, reduzindo as emissões de carbono, melhorando a distribuição da matriz de transporte e estimulando o desenvolvimento econômico regional.

O objetivo principal deste estudo é analisar a configuração atual do sistema de transporte brasileiro, destacando as barreiras inerentes à implementação de alternativas ao transporte rodoviário, especialmente na região sudeste do Pará no que tange ao projeto de derrocagem do chamado Pedral do Lourenço, para efetivação da construção da hidrovia Tocantis-Araguaia, numa área que abrange os municípios de Itupiranga, Marabá e Tucuruí. De forma específica, o artigo visa avaliar o potencial dos modais de transporte no Brasil, identificar os principais desafios e oportunidades para sua expansão, propor estratégias para uma integração efetiva dos diferentes modais e avaliar a viabilidade da construção da hidrovia.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada compreende uma revisão bibliográfica extensiva, análise de dados secundários fornecidos por órgãos governamentais e instituições de pesquisa, bem como estudos de caso sobre projetos de infraestrutura de transporte atualmente em desenvolvimento no Brasil. Esta abordagem multidisciplinar permite uma análise holística dos desafios e oportunidades relacionados à diversificação dos modais de transporte no país, contribuindo para o debate sobre a necessidade de transformar o sistema de transporte brasileiro em um modelo mais sustentável e eficiente para o século XXI.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA DIVERSIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES NO BRASIL: RODOVIAS, FERROVIAS E HIDROVIAS EM PERSPECTIVA

No Brasil, há uma forte preferência pelo uso de rodovias para transporte em detrimento das ferrovias e hidrovias, reflexo de sua vasta extensão territorial e cultura automobilística marcante. O país investiu significativamente em sua rede rodoviárias, proporcionando flexibilidade e ampla cobertura territorial. As ferrovias, embora historicamente importantes, enfrentaram desativação e sucateamento ao longo do tempo. Importantes eixos de integração como a estrada de ferro Tocantins,

foi desativada em 1973, e estrada de ferro Madeira-Mamoré após a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho, conforme Pereira e Lessa (2011).

Atualmente, a construção da Ferrovia Norte-Sul busca integrar diversas regiões do país, estendendo-se por vários estados, com parte já em operação. Outras ferrovias, como a FIOL e a FICO, estão em construção, assim como a Ferrovia Paraense, que promete cruzar 23 municípios no Pará.

A política de transporte de Juscelino Kubitschek priorizou a infraestrutura rodoviária para suportar a indústria automobilística, relegando as ferrovias ao esquecimento. Essa estratégia favoreceu o transporte rodoviário, mas levou a uma malha ferroviária negligenciada, de acordo com Pereira e Lessa (2011).

A Transamazônica, por exemplo, uma das maiores rodovias do país, foi construída ainda na década de 1970 com a intenção de "desenvolver a Amazônia", mas enfrentou desafios em sua implementação e integração com outros modais de transporte, como o hidroviário. Ainda nos dias atuais, a rodovia, apesar de possuir uma malha rodoviária extensa, possui também uma porcentagem baixa de vias pavimentadas e problemas generalizados de qualidade. Para Hebbete (2004) a construção da transamazônica representa um marco no processo de deslocamento de massas para a região amazônica, consolidando um latente processo de absolvição de recursos naturais e humanos ao largo da expansão da fronteira. Este processo ramificou-se em torno de cada grande projeto de exploração agromineral e energético na região amazônica e, em especial no sudeste paraense. Sob a mística do desenvolvimento e progresso, há décadas estuda-se a viabilidade de implementação de novos grandes projetos de exploração e interligação regional, sem, contudo, considerar efetivamente os efeitos socio-econômicos e culturais na população local e o desgaste de seus modos de vida.

A viabilização do modal hidroviário na Amazônia e no Brasil, com um todo, embora subutilizado, oferece potencial significativo para o transporte de cargas e passageiros devido ao vasto sistema fluvial do país. No entanto, o país utiliza apenas uma fração de sua capacidade hidroviária navegável, conforme o Estatístico Aquaviário de 2022 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A hidrovia Araguaia-Tocantins, apresenta desafios e limitações, mas também oportunidades para o escoamento de produtos agrícolas e minerais. Nesta perspectiva, a demanda sociojurídica no entorno do projeto evidencia em sua morosidade de implentação muito mais que as frentes do grande capital, mas também as nuances do capital humano das populações locais.

Comparativamente, o transporte hidroviário é mais eficiente e menos poluente que os modais rodoviário e ferroviário, destacando-se por sua capacidade de carga, eficiência no consumo de combustível e menores emissões de CO^2. Apesar dessas vantagens, o desenvolvimento e a integração eficazes dos modais de transporte no Brasil permanecem como desafios importantes para

alcançar um sistema logístico mais sustentável e eficiente, especialmente quando coloca-se o desenvolvimento sustentável em

A região hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, abrangendo 921.921 km² e cruzando vários estados brasileiros, incluindo o norte do Distrito Federal, possui um papel crucial tanto no contexto agrícola quanto energético do país. O Rio Tocantins, estendendo-se por 1.960 km desde o Planalto de Goiás até sua foz em Belém do Pará, junto com seu principal afluente, o Rio Araguaia, é um eixo vital para a expansão agrícola e a geração hidro energética. Este sistema fluvial tem sido o foco de um projeto de hidrovia de longa data, visando a conectar a região ao Amazonas e, consequentemente, a mercados globais importantes (Souza, 2018).

A HIDROVIA TOCANTINS-ARAGUAIA: CONDICIONANTES SOCIOJURÍDICAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PERSPECTIVA.

O projeto da Hidrovia Tocantins-Araguaia contempla aproximadamente 3.000 km de via navegável, divididos em quatro segmentos, com potencial significativo para o escoamento da produção agrícola de estados como Mato Grosso, Goiás, Pará e Tocantins. A navegação é desafiada por corredeiras e variações sazonais, que atualmente limitam a disponibilidade para navegação a cerca de 18% do ano. Com planos de derrocamento, busca-se aumentar a acessibilidade para navegação para até 95% do ano, o que potencialmente poderia beneficiar o setor agrícola pela redução dos custos de exportação, especialmente de grãos como a soja (Souza, 2018).

Adicionalmente, a infraestrutura aquaviária inclui terminais e eclusas, como as duas eclusas de Tucuruí, que, após o derrocamento do Pedral de Lourenço, poderão reforçar significativamente em sua plenitude a capacidade de transporte e a eficiência logística da região. Isso não apenas promoverá o desenvolvimento agrícola, mas também impulsionará a indústria da construção naval e estimulará a economia local por meio da geração de empregos e renda (Souza, 2018).

O Pedral do Lourenço, no entanto, configura-se ao olhar do empreendimento, como um entrave a plena navegabilidade e escoamento da produção nos rios regionais . O denso território rochoso que abarca 43 km de extensão e está localizado entre a Ilha do Bogéa e o distrito de Santa Terezinha do Tauarí pertencente ao município de Itupiranga/PA (souza, 2018), conglomera para sua navegabilidade, o impacto do dano ambiental e social. Movimentos sociais, ribeirinhos e diversas organizações têm se manifestado e questionado o limite da tolerabilidade diante de danos irreversíveis alocados ao empreendimento ainda que apresente grande potencial de escoamento regional.

Conforme a Confederação Nacional do Transporte (CNT, 2019), a hidrovia está inserida em uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, com potencial para a navegação estendendo-se por até 2.000 km durante o período das cheias. No entanto, a navegação é comprometida em certos trechos durante o período de seca, destacando a necessidade de investimentos em infraestrutura para superar essas limitações naturais e aproveitar plenamente o potencial navegável e econômico da região.

A Hidrovia Tocantins-Araguaia representa um elemento chave na logística do corredor Centro-Norte do Brasil, com a promessa de transformar significativamente o transporte, a economia e o desenvolvimento agrícola da região, conectando-a eficientemente aos mercados internacionais (Souza, 2018; CNT, 2019).

Segundo informações da Confederação Nacional do Transporte (CNT), o início da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, foi em 1970, com a intenção de estabelecer uma conexão fluvial entre o Planalto Central e a Amazônia. Contudo, na inauguração da usina em 1984, observou-se a ausência de dois elementos cruciais: as eclusas necessárias para superar a diferença de altura de 71 metros entre o rio e o reservatório, e a eliminação de obstáculos no percurso, incluindo a remoção do Pedral do Lourenço.

A implementação da hidrovia Tocantins-Araguaia tem o objetivo de facilitar o transporte de produtos minerais e agrícolas na região sudeste do Pará. A derrocagem do Pedral do Lourenço, essencial para o projeto da hidrovia Tocantins-Araguaia, visa facilitar o tráfego fluvial entre Marabá e as eclusas de Tucuruí, principalmente durante o período de estiagem. Esta operação busca não só aumentar a navegabilidade do rio Tocantins, mas também estimular o desenvolvimento regional ao integrar a hidrovia aos modais rodoviário e ferroviário.

A CNT detalha um plano de execução em três fases para a hidrovia, que inclui dragagem e derrocamento para criar um canal navegável. Desde a década de 1990, o projeto enfrentou desafios burocráticos, incluindo a necessidade de cumprir diversas condicionantes ambientais e sociais antes de obter a licença definitiva.

Recentemente, com a concessão da licença prévia pelo Ibama e o anúncio do Novo PAC pelo Governo Federal, prevê-se o início das obras de derrocagem em 2024, prometendo impulsionar significativamente a logística regional. Souza (2018) destaca a importância socioeconômica do Pedral para as comunidades locais, especialmente para os pescadores que dependem dele para sua segurança alimentar e temem o impacto ambiental da derrocagem. O autor também relata divergências dentro da comunidade sobre o projeto, indicando a complexidade das questões envolvidas na realização de grandes empreendimentos infraestruturais na região.

O dano ambiental, conforme definido por Steigleder (2003) e Postiglione (1985), refere-se a qualquer alteração adversa no meio ambiente que resulte em prejuízos aos elementos naturais, sociais e econômicos, afetando direta ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Este tipo de dano apresenta características particulares, destacando-se por sua natureza difusa ou coletiva, sua intangibilidade e a dificuldade em mensurar seu valor monetário. Além disso, a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, e as ações de reparação visam não apenas compensações financeiras, mas também a restauração do ambiente ao seu estado original, quando possível.

Dentro do conceito jurídico, o dano ambiental só é considerado reparável quando efetivamente causa uma lesão a interesses juridicamente protegidos, relevante sob a perspectiva social e cultural do período histórico em questão. Destaca-se a importância dos princípios de precaução e prevenção, enfatizando a necessidade de ações antecipatórias para evitar a ocorrência de danos.

A sociedade civil tem um papel vital na identificação, denúncia e reparação de danos ambientais, podendo grupos ambientais e indivíduos promover ações legais para responsabilizar os causadores. A dimensão cultural e o interesse público também são aspectos relevantes, evidenciando o impacto do dano ambiental não apenas em termos de perdas naturais, mas também culturais e históricas.

O dano ambiental distingue-se do impacto ambiental por ser necessariamente prejudicial, enquanto o impacto pode ser tanto positivo quanto negativo. Contudo, o reconhecimento e a reparação de danos ambientais demandam uma compreensão ampla que englobe a interação complexa entre os diversos elementos do meio ambiente e as atividades humanas, levando em consideração os efeitos a longo prazo e a interdependência ecológica.

A legislação brasileira, através de diversas leis e políticas, como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/81), o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997), estabelece mecanismos para a prevenção, controle e reparação de danos ambientais, enfatizando a importância da conservação e restauração dos ecossistemas.

A natureza pública do dano ambiental enfatiza seu reconhecimento como um bem de interesse coletivo, cuja proteção transcende os interesses individuais, refletindo a responsabilidade compartilhada de garantir a preservação ambiental para as presentes e futuras gerações.

O dano ambiental, conforme definido por Steigleder (2003) e Postiglione (1985), refere-se a qualquer alteração adversa no meio ambiente que resulte em prejuízos aos elementos naturais, sociais e econômicos, afetando direta ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Este tipo de dano apresenta características particulares, destacando-se por sua natureza

difusa ou coletiva, sua intangibilidade e a dificuldade em mensurar seu valor monetário. Além disso, a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, e as ações de reparação visam não apenas compensações financeiras, mas também a restauração do ambiente ao seu estado original, quando possível.

A discussão sobre a tolerabilidade ambiental e os impactos sociais decorrentes da derrocada do Pedral do Lourenço envolve a compreensão do "princípio do limite de tolerabilidade", que indica a capacidade do meio ambiente de absorver certos níveis de impacto sem sofrer danos irreparáveis, conforme apontado por Penteado (1985), Caballero (1981) e Antunes (2002). Este princípio sugere que existe um ponto além do qual o dano ambiental se torna significativo ou irreparável, exigindo a prévia fixação de índices de tolerabilidade para cada atividade poluidora.

O princípio implica que a sociedade deve adotar práticas responsáveis em relação ao uso dos recursos naturais, evitando ultrapassar o ponto de não retorno da degradação ambiental. A capacidade de absorção do meio ambiente difere de sua capacidade de regeneração, destacando a importância de não se confundir o direito de utilizar recursos ambientais com o direito de poluir.

A exploração econômica e o progresso, embora tragam benefícios, frequentemente servem como justificativa para a degradação ambiental. A determinação dos padrões de tolerabilidade social diante das alterações ambientais é influenciada pela ideologia dominante de que progresso e desenvolvimento são indispensáveis para a qualidade de vida desejada, conforme mencionado por Santos (2000).

Os riscos e impactos negativos do desenvolvimento econômico incluem degradação ambiental, poluição, mudanças climáticas, perda de habitats, consumo excessivo de recursos hídricos, geração de resíduos e impactos irreversíveis as comunidades locais. Políticas e práticas de desenvolvimento sustentável são fundamentais para equilibrar crescimento econômico e proteção ambiental.

A legislação brasileira estabelece a responsabilidade objetiva por danos ambientais, mesmo para atividades lícitas, desde que não causem prejuízos ao meio ambiente. A avaliação do dano e a determinação da responsabilidade devem considerar a capacidade do meio ambiente de absorver os impactos.

Em relação à derrocada do Pedral do Lourenço, é crucial considerar os impactos sociais e econômicos na comunidade local, além dos aspectos ambientais. A experiência da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí oferece lições valiosas sobre os efeitos sociais do deslocamento de populações e da degradação ambiental. A derrocada promete repercutir significativamente na economia local e na qualidade de vida dos habitantes, exigindo medidas para mitigar os impactos sociais e promover alternativas econômicas sustentáveis.

A análise da tolerabilidade e dos impactos da derrocada destaca a importância de um planejamento cuidadoso que equilibre desenvolvimento e preservação ambiental, considerando também as necessidades e direitos das comunidades afetadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresenta uma análise do panorama atual do transporte no Brasil, destacando as complexidades e desafios enfrentados pelo país em seu esforço para desenvolver uma infraestrutura logística eficiente e sustentável. Através de um exame dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, evidencia-se uma tendência histórica de preferência pelo transporte rodoviário, apesar dos benefícios ambientais e de eficiência que os modais ferroviário e hidroviário oferecem. Este enfoque revela uma oportunidade significativa para reavaliar e redirecionar as políticas de transporte em favor de uma abordagem mais integrada e ambientalmente responsável.

A construção da Ferrovia Norte-Sul, bem como outros projetos ferroviários e hidroviários em andamento, são passos positivos em direção à diversificação dos modais de transporte do Brasil. Contudo, para que esses esforços sejam bem-sucedidos, é fundamental que haja uma coordenação eficaz entre os diferentes níveis de governo e o setor privado, além de investimentos significativos em infraestrutura e tecnologia.

O estudo também lança luz sobre a importância de considerar os impactos ambientais e sociais na implementação de projetos de infraestrutura de grande escala. A derrocagem do Pedral do Lourenço, por exemplo, serve como um caso emblemático das complexidades envolvidas na promoção do desenvolvimento econômico enquanto se preserva a integridade ambiental e se atende às necessidades das comunidades locais.

Em conclusão, o Brasil está diante de uma encruzilhada crítica em sua jornada para estabelecer um sistema de transporte coeso e sustentável. Para o Sudeste do Pará, região já tão amplamente afetada por grandes projetos de exploração, essa dinâmica torna-se ainda mais evidente, particularmente porque desde os primeiros empreendimentos, populações e habitats inteiros foram negligenciados e desconstruídos sob a égide do progresso e desenvolvimento a qualquer custo. A escolha de investir em uma infraestrutura diversificada, que equilibre necessidades econômicas com responsabilidade socioambiental, não somente atenderá às demandas logísticas do País, mas também reforçará seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. As decisões tomadas hoje determinarão a capacidade do Brasil de se posicionar como um líder global em logística sustentável e eficiência de transporte no futuro, mas não pode mais uma vez negligenciar as vozes locais no entorno de seus grande projetos desenvolvimentistas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Anuário Estatístico Aquaviário.** Brasília, 2019. Disponível em: http://web.antaq.gov.br/Anuario/. Acesso em: 14 outubro 2023

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Anuário estatístico aquaviário.** Brasília: ANTAQ, [s.d.]. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/Anuarios/Anuario2012/index.htm>. Acesso em: 09 outubro 2023.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. p. 37.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 mai. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

CABALLERO, Francis. **Essai sur la notion juridique de nuisance.** Paris: LGDJ, 1981. p. 69.

CATALÁ, Lucía Gomis. **Responsabilidad por daños al medio ambiente**. Elcano (Navarro): Arazandi, 1998.

HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. Belém (PA), 2004. In:Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Ed. da UFPA, 2004.

PENTEADO, Margarida Maria Orellana. Metodologia integrada no estudo do meio ambiente. **Geomorfologia**, Rio Claro – SP, v. 10, n. 20, p. 125-148, 1985.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 40, p. 26–45, 2011. DOI: 10.14393/RCG124016414. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16414. Acesso em: 15 mar. 2024.

POSTIGLIONE, Amedeo. Ambiente: suo siginificato giuridico unitário. **Revista Trimestrale de Diritto Pubblico,** Millano, ano XXXV, n. 1, p.32 e ss., 1985.

SANTOS, Celeste Leite dos. **Crimes contra o meio ambiente:** responsabilidade e sanção penal. 3. ed., aum. e atual. São Paulo: 2002.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** São Paulo, Malheiros, 2002.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **As dimensões do dano ambiental no direito brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídico Sociais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

SOUZA, Lucélia do Nascimento. **Derrocamento do Lourenção**: estudo so- cioantropológico da percepção dos moradores da Vila Tauiry, Itupiranga - PA. 2018.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latinoamericanas

URBANIZAÇÃO DESIGUAL E NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: O BAIRRO COMO EXPRESSÃO DAS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

MARLON D'OLIVEIRA CASTRO[1](EA-UFPA)
FELIPE TAVARES LOBATO[2](UFPA)

RESUMO: O objetivo deste estudo foi analisar a produção do espaço intraurbano a partir do bairro, especialmente em Ananindeua, Pará, dentro da Região Metropolitana de Belém (RMB), relacionando-a ao direito pleno à cidade. O foco foi entender a produção espacial desigual no Bairro Coqueiro como reflexo do desenvolvimento socioespacial desigual, considerando os agentes envolvidos nesse processo. Os agentes de produção do espaço, tanto públicos quanto privados, foram identificados como impulsionadores da dinâmica socioespacial desigual, negligenciando os direitos básicos de uma parte significativa da população e da cidade. A abordagem metodológica utilizada buscou captar as percepções e relações dos sujeitos sociais, considerando-os como produtores de sua existência material e social. No contexto do bairro Coqueiro, a análise se concentrou na (re)produção e circulação do espaço através das ações dos agentes de desenvolvimento urbano, que agem conforme os interesses do capital imobiliário e comercial. Esse processo envolve a urbanização e reurbanização para atender às demandas de segmentos de renda mais alta, enquanto comunidades de renda mais baixa permanecem em condições precárias. As transformações em curso revelam um descompasso entre a urbanização que beneficia o capital e as condições de vida das comunidades locais. A cidade é percebida como um produto comercial, legitimada pelo sistema que a reproduz, como destacado por Lefebvre. No caso do bairro Coqueiro, o reordenamento promovido pelo poder público revalorizou o solo e transformou o espaço em uma mercadoria. Esta análise evidencia a complexidade das relações entre produção do espaço urbano, interesses econômicos e direitos urbanos, especialmente no contexto de crescimento desigual das cidades brasileiras.

Palavras-chave: urbanização desigual; bairro e direito à cidade.

INTRODUÇÃO

Henri Lefebvre afirmava que o espaço se tornou um instrumento político crucial para o Estado. Ele argumentava que o Estado utiliza o espaço para garantir o controle dos lugares, a imposição de uma hierarquia rígida, a homogeneidade global e a segregação das partes. Assim, o espaço é administrativamente controlado e até mesmo policiado pelo Estado. A organização e o design espacial refletem, portanto, uma estrutura de poder imposta pelo Estado.

Assim, falarmos em segregação ou diferenciação urbana é compreensível então quando se analisa como um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas com fortes diferenças sociais presentes, pautadas, sobretudo, na hierarquia. Tais áreas segregadas possuem diferenças sociais essencialmente ao diferencial da capacidade que cada grupo social possui de pagar

[1] Coordenação de Pesquisa e Extensão, Escola de Aplicação, UFPA, Brasil. E-mail: marloncastro@ufpa.br.

[2] Curso de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, IFCH, Brasil. E-mail: felipetavares17548@gmail.com.

pela residência que ocupa. Harvey *apud* Corrêa (1997, p. 134-35) frisa que a diferenciação[3] residencial deve ser interpretada em termos da reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista, assim...

> [...] a segregação, quer dizer, *diferenciação* residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real – proximidade às facilidades da renda urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade dos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc. se já existe diferença de renda monetária, a localização residencial implica em diferença maior ainda no que diz respeito à renda real.

Entretanto, o mesmo autor lembra que a segregação nem sempre é rígida, e por meio da imagem que certos bairros projetam e da especulação imobiliária, é possível que não apresentem forte caráter de segregação, mas também é possível que a segregação esteja se tornando um processo de invasão-sucessão.

Um fator essencial para compreensão do processo de diferenciação espacial é a atuação do Estado de forma deliberada e explícita através do planejamento quando da criação "do zero" de núcleos urbanos. Em uma análise fria, a atuação se dá em três níveis político-administrativos e espaciais (CORRÊA, 1997): federal, estadual e municipal. No entanto, que é neste último que os interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz, principalmente pelo fato de que é no município que estão garantidos legalmente maiores poderes sobre o solo urbano, estando este poder relacionado a uma tradição de setores fundiário e imobiliário atrelado às elites locais.

Assim, o Estado cria condições para reprodução da sociedade capitalista, condições que possam sustentar a reprodução das classes sociais e de suas frações. Consequentemente ele cria mecanismos que ratificam a segregação.

Desta maneira, o Estado procura conjugar vários interesses por meio da chamada renovação urbana: o capital imobiliário tem a possibilidade maximizar lucros nos terrenos próximos às áreas centrais, via expulsão da população mais pobre. Principalmente nas áreas nas quais o Estado realizou alguma infraestrutura urbana, a partir da pressão de organizações como associações de moradores. Contudo, esta urbanização desencadeia uma valorização que culmina na expulsão de alguns de seus moradores e atração de outro com renda maior.

[3] Para Corrêa, diferenciação residencial significa o acesso diferenciado a recursos escassos para se adquirir oportunidades para ascensão social. As oportunidades como educação, desta forma, podem estar estruturadas de um modo que um bairro de classe operária seja reproduzido em outro bairro na próxima geração. Tal diferenciação produz "comunidades distintas com valores próprios do grupo, profundamente ligados aos códigos de moral, linguístico, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo 'enfrenta' o mundo." (CORRÊA, 1997, p.34).

O espaço não se reproduz sem conflitos ou contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à reprodução imediata. É no cotidiano da cidade que residem as formas apassivadoras de representação que traduzem a cidade como única e isenta de problemas e diferenciações de classe.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a produção do espaço intraurbano a partir do bairro, abarcando, para tal, a urbanização e a produção do espaço recente em um município componente da Região Metropolitana de Belém (RMB) e suas contradições no que se refere ao direito pleno à cidade para seus habitantes. Neste sentido, procura-se analisar o processo de produção espacial intraurbana desigual a partir do bairro Coqueiro, que possui parcelas do território em Ananindeua e Belém, além de compreender as contradições presentes no espaço intraurbano como reflexos do desenvolvimento socioespacial. Este artigo deriva do projeto de Iniciação Científica de mesmo título, financiado pela chamada PIBIC/PROPESP-UFPA, ano 2022.

URBANIZAÇÃO DESIGUAL

A produção do espaço social e os processos históricos e sociais não se desenrolariam alheios entre si, mas num jogo de interação, oposição, contradição (MARX 1973; LEFEBVRE, 1991). Por conseguinte, a estruturação do espaço poderia ser definida dialeticamente como o resultado das relações de produção necessárias ao próprio processo de produção no arranjo territorial e na disposição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas nos territórios, que, em última análise, criam diferenciações sociais e espaciais culminando em desenvolvimento desigual e combinado em diferentes escalas.

Nesse sentido, a urbanização seria uma forma de estruturação do território regional, quando o peso dos lugares varia historicamente em função das condicionantes e dos processos sociais, econômicos, políticos, e por vezes culturais, que tomam corpo. E a rede urbana seria a expressão cristalizada de diferentes estruturações do espaço em diferentes tempos históricos (LIMONAD, 1999).

A cidade desempenha papel econômico fundamental no desenvolvimento do capitalismo, e a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista. Entre outras definições, as cidades podem ser compreendidas como *lócus* de construção social, que se afirmam como espaço de trocas e de encontro, com base em relações sociais impressas em um determinado tempo e espaço, isto é, *obras*, locais de criação e de relacionamento, onde se estabelecem as centralidades, como frisam Lefebvre (2001), Santos (1995) e Gottdiener (2010). Dentre as relações mais frequentes, encontram-se as econômicas, as culturais, as sociais e as humanas, que fornecem características específicas a esse ambiente construído. Segundo Souza (2010), a cidade

pode ser compreendida como espaço de interação que, necessariamente, precisa estar pautada em uma função social, como

> um local de aglomeração humana onde as pessoas desempenham atividades das mais diversas, agindo e interagindo entre si, buscando, na medida do possível, uma melhoria em suas qualidades de vida, pressupondo estas, necessariamente, estudos técnicos voltados a tornar eficaz a função social da cidade, procurando compatibilizar os problemas apresentados pela urbe e os anseios de seus habitantes (SOUZA, 2010, p. 59).

Souza advoga por dois dos vários pontos cruciais na questão das contradições da cidade: melhoria da qualidade de vida e função social. Vista sob este prisma, a cidade teria necessariamente de ser entendida como lugar de viabilidade da vida, de materialização do bem-estar e, consequentemente, de exercício da cidadania.

Entretanto, analisar as contradições espaciais da cidade e do urbano apenas ganha concretude se estas estiverem relacionadas ao entendimento do modo de produção vigente e do nível de comprometimento das cidades na reprodução social de um modelo econômico, social e político considerado insustentável. Por esse ângulo, a conformação do *design* espacial urbano, descrito por Lefebvre (2001) como produto das relações sociais concretas e suas contradições, ganha especial sentido, principalmente a partir da emergência do regime de acumulação flexível, onde a sustentabilidade é tida como especial característica de novo modo de regulação urbana (SOJA, 1993; ACSELRAD, 2009; GOTTDIENER, 2010).

Nesse contexto, as cidades (e o urbano) são elos entre a economia local e os fluxos globais, sendo vistas como objeto de pressões competitivas, isto é, lugares onde confluência de características desejáveis à reprodução do capital em uma perspectiva neoliberal esteja cada vez mais especializada, desenvolvida. De tal sorte, são vistas como máquinas de crescimento (LOGAN; MOLOTCH, 1987), principais *lócus* da reprodução do modo capitalista de produzir e viver.

Para Logan e Molotch (1987), a cidade, além de um espaço da acumulação do capital, é também um espaço para se viver, o que cria outra dimensão de conflitos sociais, também relacionada com aqueles entre capital/trabalho, mas mais intensamente ligada ao cruzamento dos interesses pelo valor de troca (o espaço como mercadoria capitalista) e o valor de uso (o espaço como lugar de se viver, como um bem consumido). Os autores baseiam sua abordagem na constatação de que o ativismo humano é intenso nas cidades norte-americanas em torno de questões relativas à preservação de elementos ligados à qualidade de vida e dos espaços para seu uso. Assim, cria-se um conflito entre aqueles que veem o espaço como uma mercadoria lucrativa (os proprietários), e os que o veem como um suporte para uma vida de qualidade e de relações sociais humanizadas e mais solidárias.

Os significados dos termos 'urbano' e 'urbanização', para Lefebvre (1991), vão além dos limites das cidades. Em seu entender, a urbanização seria uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção, e a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado (LEFEBVRE, 1991), na compreensão de que "é neste espaço dialectizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico" (LEFEBVRE, 1991, p.19).

Os autores estudados para a composição do referencial teórico, na busca dessa compreensão, propõem trabalhar o conceito de diferenciação residencial em distintas dimensões do real. Interessou-nos, principalmente, a interpretação ligada a Santos (2008) sobre os quatro elementos de estudo do espaço: estrutura, função, processo e forma.

Porém, essa divisão é apenas didática, pois na prática, essas dimensões se entrelaçam simultânea e dialeticamente. Trabalharemos também com a produção do espaço como frutos das relações sociais e onde em diversos momentos de sua (re)produção surgem os conflitos socioespaciais em decorrência da luta entre aqueles que produzem o espaço impondo uma lógica de dominação, hierarquização e homogeneização das relações capitalistas, e aqueles que lutam por uma cidade mais justa, voltada para o lugar do encontro, da fruição e da simultaneidade.

O DIREITO À CIDADE E A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

Lefebvre considera o direito à cidade como essencial e inalienável, parte dos direitos fundamentais dos cidadãos e da vida. Ele enfatiza que a cidade deve ser vista como uma construção humana, não apenas como um produto comercial. Lefebvre destaca a oposição entre o valor de uso (a cidade como espaço de vida urbana e temporalidade) e o valor de troca (espaços tratados como mercadorias para consumo). Ele critica a percepção comercial da cidade, legitimada pelo sistema vigente. O objetivo de suas reflexões é superar essa contradição, buscando uma cidade mais humanizada, onde o direito à cidade seja garantido como um direito fundamental do cidadão.

> Não existe realidade urbana [...] sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nela a ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os objetos e sujeitos. Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade (LEFEBVRE, 2008, p.32).

Para ele, não se pode excluir grupos e, evidentemente, interesses diferentes do urbano. O direito do cidadão passa pela superação do isolamento discriminatório criado pelo desenvolvimento capitalista que aparta intencionalmente grupos que não participam dos privilégios políticos:

> O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão [...] anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos [...] O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. (LEFEBVRE, 2008, p.32).

Neste sentido, compreender como se portam as relações sociais do capitalismo atual para a vida cotidiana urbana imersa em contradições é exercer o que chama de práxis do concreto. Falando sobre a contribuição das interpretações de Lefebvre para a urbanização da Amazônia, Gemaque (2009, p. 5) remonta a apropriação do espaço urbano da cidade de Belém como marcada por "descontinuidades socioespaciais produto de uma dialética entre a forma metropolitana e aspectos do cotidiano da vida social regional. Logo, o espaço concebido assume o caráter moderno de inserção de uma ordem distante: a reprodução do espaço para o mercado". Isso é fundamental na compreensão deste espaço urbano, da mecanização das relações, do surgimento de papéis fragmentados, da superficialidade, do caráter transitório, da fugacidade das relações, da identidade urbana metropolitana.

É sabido que a produção do espaço social e os processos históricos e sociais não se desenrolariam alheios entre si, mas num jogo de interação, oposição, contradição (LEFEBVRE, 2004; GOTTDIENER, 2010). Não obstante, a estruturação do território poderia ser definida dialeticamente como um elemento básico das relações gerais de produção, simultaneamente sociais e espaciais, necessária para o próprio processo de produção do território e na distribuição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas no espaço que levam a uma diferenciação social e espacial que contribui para um desenvolvimento desigual e combinado em diferentes escalas, a nível espacial e de relações de dominação dentro da Região Metropolitana de Belém.

O direito à cidade para todos, passaria pelo acesso à urbanização como também pelo acesso à condição habitacional legal (MARICATO, 1995). Embora a ocupação ilegal da terra urbana seja genérica e crescentemente tolerada, seu reconhecimento legal é raro e dificultado. É evidente que estamos diante de um conflito generalizado que exige resolução institucional na medida em que as

relações democráticas se ampliem e com elas a universalização dos direitos como reza a constituição ratificada pelo Estatuto da Cidade.

> A generalização da cidadania e do direito acarreta transformações no mercado privado, na propriedade da terra e na relação entre os capitais que participam da produção do espaço. Por isso a superação da exclusão social no espaço exige profundas transformações na sociedade, não bastando, embora seja importante, garantir no texto da lei os direitos fundamentais dos quais estão privados a maioria da população brasileira. (MARICATO, 1995, p. 38).

Maricato destaca que uma das faces centrais da exclusão é a ilegalidade generalizada: ilegalidade nas condições de moradia (favela, aluguel informal de cômodo, loteamento ilegal), ilegalidade nas relações de trabalho, ilegalidade na ação da polícia ou desconhecimento de tribunais para a resolução de conflitos, além da impunidade, o Estado não está simplesmente ausente, mas sua presença pode se dar de forma ambígua e arbitrária: repressor, paternalista, ou clientelista.

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos precários foram e são autoproduzidos por seus próprios moradores com os meios que encontravam à sua disposição: salários baixos, insuficientes para cobrir o custo da moradia; falta de acesso aos recursos técnicos e profissionais; e terras rejeitadas ou vetadas pela legislação ambiental e urbanística para o mercado imobiliário formal (MARICATO, 2000; ROLNIK, 2008). Desta forma, em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como as encostas íngremes e as várzeas inundáveis, além das franjas de expansão periférica sobre as zonas rurais, vai sendo produzida a cidade fora da cidade desprovida das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizem urbanidade.

Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade dos cartórios, esses assentamentos têm uma inserção ambígua nas cidades onde se localizam. Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades, sua consolidação é progressiva, mas sempre incompleta e dependente da ação do poder público.

Ao delimitar as fronteiras que separam os regulares/formais dos irregulares/informais, o modelo de exclusão territorial que define a cidade brasileira é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda, funcionando como uma espécie de engrenagem da máquina de crescimento que, ao produzir cidades, reproduz desigualdades (ROLNIK, 2008, p.22-27). Em uma cidade dividida entre a porção rica, legal e infraestruturada e a porção pobre, ilegal e precária, a população desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades econômicas e culturais oferecidas pelo ambiente urbano.

A culminância do problema se dá com o caráter predatório do modelo, que condena a cidade como um todo a um padrão insustentável do ponto de vista ambiental e econômico. Em primeiro lugar, a concentração das oportunidades em uma parcela ou uma face da cidade e a ocupação extensiva de periferias cada vez mais distantes impõem um padrão de circulação e mobilidade dependente do transporte automobilístico e, portanto, de alto consumo energético e potencial poluidor. Em segundo lugar, a ocupação das áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental é decorrente de um padrão extensivo por abertura de novas fronteiras e expulsão permanente da população mais pobre das áreas ocupadas pelo mercado.

Esse padrão, regido por um mercado ávido por lucros rápidos e confrontado com um território que sempre pareceu ser uma vastidão sem limites, ditou a lógica da produção do "novo", expandindo os limites da cidade de forma fragmentada e a partir das iniciativas de proprietários de terra e loteadores ou arrasando e removendo o tecido construído para acolher os outros produtos imobiliários destinados à parcela "solvente" dos moradores urbanos (ROLNIK, 2008, p.22-23).

Para ilustrar a expansão destes limites, listamos aqui os principais problemas advindos do processo em dois momentos, um infraestrutural e outro mais relacionado ao aspecto socioeconômico: à dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer[4].

Para Maricato (2003, p.152) o desenvolvimento da desigualdade desafia a construção de conceitos: exclusão social, inclusão precária, segregação territorial, informalidade, ilegalidade, e alimenta um debate sobre a "funcionalidade" ou não do excesso de população para o capitalismo brasileiro ou a não aplicação do conceito marxista de exército industrial de reserva. À tradição secular de desigualdade social, a reestruturação produtiva internacional, do final do século XX, acrescentou características mais radicais. A caracterização da pobreza a partir de números mensuráveis relativos à carência material obscurece o "cerne político da pobreza" ou o que a autora chama de "pobreza

[4] Maricato diz que há uma característica comum aos países centrais e periféricos. A cidade do capitalismo periférico apresenta, como nos países centrais, a clássica luta de moradores de bairros tradicionais, contra a remoção motivada pela construção de mega projetos que invariavelmente estão associados à renda imobiliária. Ela apresenta também o fenômeno da gentrificação - expulsão da população pobre dos bairros reciclados a partir da introdução de melhorias estruturais pelo Estado.

política". "Ser pobre não é apenas não ter, mas, sobretudo, ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter".

O solo urbano é um grande campo de lutas no qual o conflito que se estabelece não é entre o espaço social, construído através de relações complexas no cotidiano e o Estado, apenas. Esse conflito de fato está presente nas lutas pela regularização fundiária (reconhecimento pelo Estado normalizador) ou pela implantação de infraestrutura nas áreas de ocupação ilegal. Mas existe paralelamente, um anseio por integrar-se à cidade legal. "É notável a satisfação que os moradores de loteamentos que passam por regularização fundiária manifestam, ao receber o primeiro carnê do imposto predial e territorial contendo seu nome e endereço" (MARICATO, 1995, p.47).

> Compreendendo o espaço como a expressão territorializada da sociedade, o acesso aos padrões de consumo capitalistas se dá frequentemente pela segregação no espaço das diversas classes ou frações de classe, referendada em decorrência da capacidade diferencial ou diferenciada que cada grupo social necessita ter para a obtenção ou o pagamento da residência que ocupa, quais as características estão relacionadas à qualidade do imóvel e, principalmente pela localização. (CARLOS, 1992, p.34).

Historicamente a questão da casa própria no Brasil e nas regiões metropolitanas foi condicionada à estrutura da produção espacial em si, como diriam os economistas políticos marxistas, isto é, na base da lógica formal de produção para acumulação. O bem *casa* está diretamente relacionado ao consumo e à reprodução do capital e a necessidade de sua não atenção indistintamente entre classes é fundamentalmente importante para a manutenção do sistema de maneira geral.

Em nosso caso, pensar na produção do espaço na periferia do capitalismo é remontar ao processo de consolidação do território, somado à influência do desenvolvimento desigual que o próprio sistema capitalista impôs a região com seus ciclos econômicos e momentos historicamente coordenados que determinam, mais a fundo, os papéis da América Latina, do Brasil e da Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), fato decisivo para a explicação dos momentos históricos e da produção social do espaço brasileiro de um modo geral.

O BAIRRO COQUEIRO

O bairro Coqueiro está inserido no que foi denomidado de processo de dispersão urbana caracterizado pelo espraiamento da malha urbana metropolitana, no contexto de criação da Região Metropolitana de Belém, em 1973. Desde então, a partir deste momento houve a configuração de estratégias diferenciadas de apropriação em relação à terra urbana e redes de articulação locais de agentes produtores do urbano que passaram a revelar relações de poder mediadas pelo espaço. Para compreendermos o caso do Coqueiro faz-se necessário entender o processo de dispersão urbana que

caracteriza o espaço metropolitano belemense. Trindade Jr. (2016) sustenta que no caso de Belém, o padrão disperso e desconcentrado dos assentamentos configurado a partir daquele momento, onde

> (...) a reestruturação urbana se tornou marcante. As áreas mais centrais, inclusive as baixadas, que já foram espaços de assentamentos para a população de baixa reanda, foram redefinidas em função dos interesses de agentes privados (empresas imobiliárias) que passaram a produzir habitação para uma demanda solvável da população de Belém. Por outro lado, definiram-se novos espaços de assentamentos, culminando com o processo de desconcentração, responsável relocalização no urbano das camadas sociais de baixa renda. (TRINDADE JR., 2016, p. 29)

A dinâmica do processo de dispersão não se resume à simples necessidade de expandir os limites do urbano, mas de garantir a apropriação do espaço e a segregação social (MARICATO, 2011). Por trás desse processo está, então, segundo Corrêa (1979) o controle das acessibilidades e/ou das amenidades socialmente produzidas; o que não pressupõe necessariamente, uma simples descentralização – entendida como um processo de caráter espontâneo ou planejado que possibilita a diminuição da excessiva centralização, seja das atividades econômicas, seja dos assentamentos residenciais. Trata-se de um processo muito mais complexo de reestruturação, por meio do qual se produzem novas localizações, ao mesmo tempo em que se garante a reapropriação das localizações já existentes. Trindade Jr. (2016, p. 143), destaca que

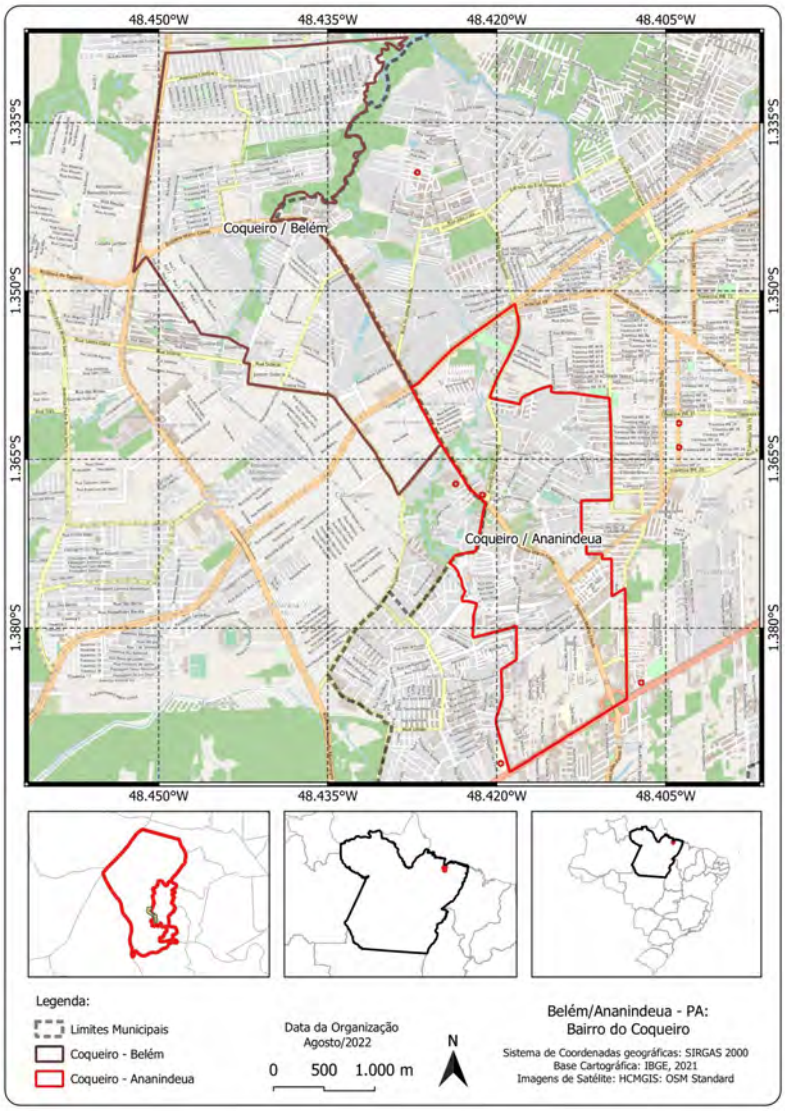
> Se visualizarmos o espaço metropolitano belenense, o que percebemos é que as acessibilidades/localizações de maior valor estão, em geral, no centro metropolitano ou no seu entorno. E no momento em que iniciou a dispersão dos assentamentos e da ampliação do urbano, tais localizações passaram a ser automaticamente valorizadas em detrimento dos novos espaços de assentamentos. Em consequência, a apropriação dessas áreas valorizadas ficou cada vez mais restrita a agentes que podiam pagar para usufruir dessas acessibilidades, sendo, ao mesmo tempo, motivo de investimentos e retornos para o capital imobiliário; não exatamente para qualquer empresa imobiliária, mas, principalmente, para aquelas em condições de investir um montante significativo de capital. Isso pode ser traduzido também como um reforço à concentração das áreas mais valorizadas, pressupondo uma autossegregação e uma segregação imposta.

Deste modo, a análise da correlação de forças estabelecida entre os agentes e sua repercussão na espacialidade urbana induz, igualmente, à necessidade de compreendermos as mudanças no que diz respeito às territorialidades surgidas e seus significados políticos em face do processo de reestruturação urbana.

A característica peculiar do bairro – possuir porções de seu território em dois municípios conurbados, Belém e Ananindeua – é um fator que torna a análise mais complexa ao pensarmos a forma, mas, sobretudo, as relações, pois se entende aqui o espaço como uma unidade dialética com a

sociedade, assim, sendo expresso como forma-conteúdo. Recorre-se a Santos (1988) pra quem a sociedade, por ser territorialmente organizada, exterioriza-se através de formas espaciais, isto é, através ou arranjo ordenado de objetos distribuídos no território, como elementos produzidos socialmente ou que adquirem uma existência social, a partir do sentido que as relações lhe atribuem. O Mapa 01, abaixo, mostra o bairro Coqueiro em suas porções nos municípios de Belém e Ananindeua.

Mapa 01 – O bairro Coqueiro



Fonte: elaborado por Felipe Tavares Lobato, a partir das bases do IBGE, 2021.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo que deu origem a este artigo teve como desafio analisar, em uma perspectiva crítica os temas urbanização e produção do espaço intraurbano. O foco da pesquisa empírica foi o bairro *lócus* escolhido por representar relações complexas da materialidade da produção, aspectos

essenciais para compreender onde se localiza o direito à cidade em um vetor de expansão urbana destinado à parcela considerada solvável da população.

Para atingir os objetivos traçados, o estudo se estruturou sob a perspectiva da compreensão de que a realidade é um todo inter-relacionado. Desse modo, elementos geográficos, econômicos, políticos, sociológicos, históricos e urbanísticos se somam na tentativa de, em conjunto com a base empírica, possibilitarem respostas às questões formuladas inicialmente, realizando a aproximação do objeto de interesse.

Diante disso, tornou-se essencial assumir no bairro, o papel dos agentes de produção do espaço, agentes fomentadores, atuação e suas características, como reais, capazes de intervir na produção de um espaço que não se relaciona, hipoteticamente, à atenção de direitos básicos e à cidade, numa perspectiva Lefebvriana, às populações nele habitantes, independentemente de classe social.

Para esse fim, a abordagem metodológica deste estudo tem como preocupação captar e compreender as percepções dos sujeitos sociais, em suas ações e relações, como produtores de sua existência material e social, por meio da utilização de abordagem materialista histórico-dialética, permeada pela análise qualitativa e interdisciplinar[3], no que concerne análise urbana. Dessa postura e concepções, derivam os procedimentos metodológicos, técnicos e estratégicos a serem utilizados nesta investigação.

O trabalho com o método dialético atenta para a materialidade (concreto) em movimento (KOSIK, 2010), o que revela inúmeras contradições, que estão em unidade (combinadas), integrando o mesmo processo (o capitalista). A realidade é permeada pelas contradições, pela luta dos contrários, essência da dialética. As contradições não expressam dualismos, mas sim pares dialéticos que devem ser analisados criticamente, como: pobreza e riqueza, mercado e Estado, matéria e consciência, necessário e contingente, forma e conteúdo, realidade e possibilidade, tempo e espaço. Os pares dialéticos mostram que os fenômenos, em sua essência, estão em unidade, integrando uma só dinâmica: no momento, a capitalista.

Os homens, enquanto produto das condições materiais determinadas, fazem a sua própria história. Frisamos que tais condições materiais decorrem da práxis social. Destarte, asseveramos que a dialética é o *"método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa [a essência do concreto], e, portanto, compreender a coisa"* (KOSIK, 2010, p. 18).

De acordo com Kosik, no método dialético, sujeito e objeto são intrínsecos; o sujeito se constrói e se transforma, construindo e transformando, ao mesmo tempo, o objeto, que construído (fruto do trabalho humano) influencia as ações do sujeito.

Essa concepção pode ser exemplificada pela relação homem ou sociedade (sujeito) e espaço (objeto): os homens produzem historicamente o espaço, fazendo dele um reflexo das ações humanas; contudo, enquanto produto social, o espaço condiciona a práxis dos homens, sendo, portanto, reflexo e condicionante. Assim, o espaço é social, interessando ao pesquisador as diferentes e desiguais produções do espaço que são criadas pelos variados agentes sociais (hegemônicos ou não).

A ciência, numa perspectiva dialética, alicerça-se na noção de historicidade, ou seja, na transformação da realidade, a qual é analisada de modo crítico. Os trabalhos científicos, elaborados de acordo com esse método, se dedicam a interpretação da totalidade em movimento, chegando, dessa maneira, a essência do concreto, isto é, às contradições, às desigualdades e às possibilidades de mudança rumo a um futuro diferente do presente.

Aqui são utilizados os conceitos de *forma*, *estrutura* e *função* utilizados por Lefebvre como essenciais à análise do espaço geográfico em tela. A eles, somou-se o de processo que é incorporado a partir de uma interpretação de Santos (1985), na qual a relação dialética dos quatro elementos é essencial para fazer uma leitura da sociedade através do espaço.

Sendo esta uma pesquisa explicativa por meio de aprofundamento das análises em uma perspectiva qualitativa, propõe-se a estratégia de estudo de caso, em que o pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo, com uma ou mais pessoas, buscando explicações que consigam desconstruir discursos, contribuir com o diálogo sobre o tema e avançar teoricamente.

O caso é agrupado por tempo e atividade e os pesquisadores obtêm informações detalhadas por meio de uma variedade de procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo prolongado (CRESWELL, 2007).

Sobre a associação entre o problema de pesquisa e a técnica escolhida, Creswell (2007) aponta que a pesquisa qualitativa explicativa é especialmente útil quando o pesquisador conhece as variáveis a utilizar e deseja aprofundar o olhar sobre elementos pouco ou ainda não estudados por determinada matriz metodológica.

Segundo Gil (2002), com relação à coleta de dados, o método de estudos de casos pode ser considerado o mais completo dentre todos os outros, pois este se vale tanto de dados de pessoas quanto de dados documentais. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob a técnica de estudos de casos, e uma de suas características mais significativas é a utilização de instrumentos não padronizados de coleta de dados.

Os procedimentos utilizados na pesquisa foram: levantamento bibliográfico; pesquisa documental; realização de entrevistas semiestruturadas; observação não participante; e, análise de imagem (fotografia).

No conjunto de ações para coleta de dados, serão utilizados: o levantamento bibliográfico sobre temas específicos, em que foi considerada *"toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, que tenha sido transcrito e que possa propiciar as análises das informações levantadas"* (LAKATOS, 2010, p. 166). Creswell (2007) esclarece que, na pesquisa qualitativa, os pesquisadores usam a literatura de maneira consistente, com as suposições de aprendizado do participante e, não, para prescrever as questões que precisam ser respondidas sob o ponto de vista do pesquisador.

DISCUSSÕES

A análise socioespacial sobre o bairro fez-nos compreendê-lo como geograficamente importante para a (re)produção do espaço da Região Metropolitana de Belém (RMB), por meio de estruturas que acabam influenciando a consolidação de uma nova organização espacial, sobretudo, ligada aos agentes de desenvolvimento do espaço urbano. Assim, tendo o bairro Coqueiro como ponto chave da discussão com base na circulação de bens, serviços e pessoas, considerando sua condição geográfica peculiar ao se localizar na confluência dos dois municípios mais importantes da RMB, possuindo parcelas de seu território em ambos, sendo evidentes as modificações nas características de sua estrutura ao longo do tempo, que vêm sendo moldada desde os anos 1970.

Inicialmente, o que atualmente denomina-se bairro Coqueiro cumpriu a função de espaço de reserva para a criação de conjuntos habitacionais destinados à classe média empobrecida belenense, passando, nas últimas duas décadas, por intensas transformações espaciais que vêm reordanando o uso deste espaço, sua forma, função dentro da rede urbana, sua estrutura principalmente após criação e/ou duplicação de ruas e avenidas, corredores que ajudaram a constituir novos espaços para moradia, empresas, negócios e serviços de variados ramos, em um processo intenso de redefinição.

O processo de ocupação do bairro Coqueiro resultou na produção habitacional em larga escala, principalmente viabilizada pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), durante os anos de 1970, que produziu, por exemplo, o Conjunto Cidade Nova, em parceria com a Companhia Executiva de Habitação do Pará (COHAB-PA), onde foram criadas mais de vinte e uma mil unidades habitacionais, de modo a absorver parcela significativa da demanda por habitação, principalmente de Belém.

Nos anos seguintes, a partir do arrefecimento da política habitacional estatal, o bairro passa a cumprir um novo papel na dinâmica urbana, atraindo empresas de variados ramos, sobretudo o de serviços, dadas às condições logísticas favoráveis com a proximidade da BR-316, a proximidade da capital do estado, Belém, e o baixo valor de terrenos, que tornava o bairro atraente ao capital. A partir dos anos 2000 com a progressiva melhoria das condições de trafegabilidade, com importantes vias

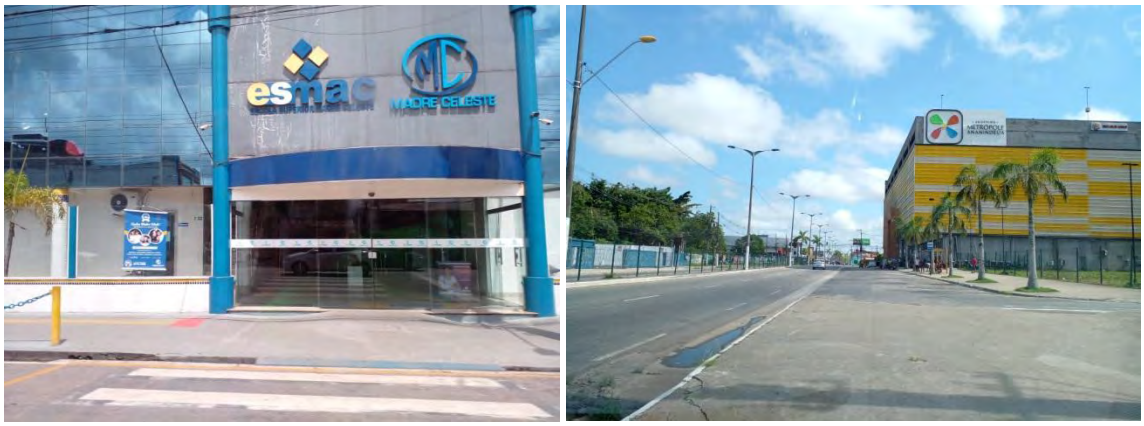
sendo reordenadas (Avenida Mário Covas – antiga Rodovia do Coqueiro; Avenida Hélio Gueiros – antiga Estrada do 40 Horas) e abertas (Avenida Independência), novas funcionalidades e agentes passam a atuar de forma sistematizada, agora com empreendimentos imobiliários voltados a uma faixa de renda superior àquelas beneficiadas pelo BNH nas décadas passadas: há a predominância de empreendimentos imobiliários para as classes média e alta, horizontais e verticais.

A mudança no perfil da estrutura do bairro está totalmente ligada, predominantemente, à maximização da atuação dos agentes imobiliários, além de toda a rede do circuito da economia que vê nesta atuação grande oportunidade para desenvolver o comércio local, prestação de serviços e ampliação de seus lucros. Sobre as mudanças no lugar, E9, dona de casa, residente no bairro há quarenta e dois anos revela ter acompanhado as mudanças mais significativas com satisfação:

> (...) viemos para cá em 1980, quando o Cojunto (*Jardim América*) foi aberto e eu venho acompanhando todas as mudanças. Quando chegamos aqui, as ruas eram de piçarra e os ônibus chegavam apenas até a Vila (*cruzamento entre as avenidas Mário Covas, Transcoqueiro e Hélio Gueiros*). A gente tinha que atravessar um igarapé que enchia com a chuva, próximo ao SESI. Hoje está tudo muito melhor porque a nossa vida ficou mais fácil...

As transformações ocorridas, na perspectiva da moradora, coadunam no entendimento nas mudanças para a que o lugar possibilite a viabilidade da vida, de materialização do bem-estar, descrito por Souza (2010). Tais mudanças são importantes para nossa análise, pois não são apenas simbólicas, mas, sobretudo, materiais com a introdução de equipamentos urbanos e objetos privados que *facilitam* a vida, mesmo que o espaço concebido assuma o caráter moderno de inserção para reprodução do espaço dedicado ao mercado, em última análise.As Imagens 01 e 02, a seguir, mostram dois importantes objetos nos últimos anos neste espaço: a Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) e o Shopping Metrópole, empresas privadas que exemplificam a mudanças importantes na dinâmica no setor de serviços.

Imagens 01 e 02: Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) e Shopping Metrópole



Fonte: Lobato, F.T. Pesquisa de campo, 2022.

A mesma lógica que observamos nas imagens abaixo, onde uma via de importante tráfego do bairro (Avenida Hélio Gueiros), que foi remodelada na última década, favorecendo, assim, a circulação, a consolidação de novos empreendimentos habitacionais e as trocas. Neste caso, destacando três empreendimentos habitacionais de pequeno, médio e alto padrão nas laterais da via e um supermercado do tipo *Meio a Meio* ou *Atacarejo* ao fundo. A inserção do empreendimento comercial tem relação direta com atenção ao fornecimento de bens de consumo não duráveis às famílias que habitam os empreendimentos, que necessitam alimentar-se.

Imagem 03: Avenida Hélio Gueiros suas alterações recentes: condomínios residenciais e supermercado



Fonte: Lobato, F.T. Pesquisa de campo, 2022.

E12, residente em um dos novos empreendimentos criados após a duplicação da Avenida Hélio Gueiros, destaca aspectos relevantes em relação à dinâmica na alteração com o espaço e a apropriação do lugar:

> Moramos durante muito tempo no centro (*de Belém*), mas em casa e apartamento alugados. A gente tinha medo de mudar pra longe de onde a nossa família vive, mas os filhos cresceram e decidimos comprar nosso apartamento aqui. Depois desses cinco, seis anos, já estamos acostumados com bairro, a distância e um dos nossos filhos até acabou vindo morar aqui também... Aqui tem tudo o que a gente precisa e a gente vai muito pouco ao centro da cidade.

As alterações ocorridas a partir da atuação do Estado, a implantação de condomínios verticais e horizontais continua a trazer famílias para o bairro, criando um novo momento de ocupação dirigida para uma nova demanda solvável de faixa de renda superior à habitação popular. Esta nova configuração se consolida com a chegada de uma infraestrutura logística eficiente, comércio variado e uma ampla rede de serviços oferecidos.

A morfologia urbana em desenvolvimento no bairro Coqueiro reflete mudanças significativas causadas por interesses comerciais que visam maximizar a rentabilidade da área. Estabelecimentos como supermercados, farmácias, postos de gasolina, escolas privadas e universidades estão reconfigurando a paisagem urbana. No entanto, essas transformações criam contradições visíveis, já que o acesso ao espaço não é igual para todas as classes sociais. Dentro do mesmo espaço urbano, há contrastes claros entre áreas de alto padrão, como condomínios fechados, e áreas ocupadas de forma irregular, com condições precárias materiais e sociais. As imagens mostram um corpo d'água alterado pela ação humana e uma ocupação chamada Manoel Pioneiro, vistas da Avenida Hélio Gueiros.

Imagens 04 e 05: Avenida Hélio Gueiros suas alterações recentes: corpo hídrico antropizado e Comunidade Manoel Pioneiro





Fonte: Castro, M.D. Pesquisa de campo, 2022

A valorização do solo urbano, com a consequente substituição de clubes, sítios e chácaras por condomínios não esconde as contradições visíveis, muitas vezes dentro do mesmo perímetro, como enfatizou E6, que já habitava o bairro, mas em função das alterações e da diferenciação criada pelo surgimento de condomínios fechados, fez a opção por um deles:

> Eu e meu marido sempre moramos no bairro, mas em um conjunto (*habitacional*) antigo. Temos muitos parentes aqui. Quando o Condomínio (*Park Itália*) foi criado, pensamos em comprar um lote e construir nossa casa do jeito que a gente queria. No nosso caso, a questão da segurança foi o mais importante porque a gente tinha filhos pequenos e a violência nos assusta muito. Hoje, a gente vê que aqui já tem o Assaí (*atacadista*), têm farmácias, escolas e já melhorou muito.

A maneira a qual a apropriação do espaço ocorre, denota claramente a distição do acesso à terra urbana, pois ratifica certo desequilíbrio em se tratando da qualidade social da produção do espaço, sobretudo, no que concerne ao acesso a equipamentos urbanos pela população residente apartada dos condomínios fechados, culminando em um processo de gentrificação novo e crescente, principalmente às margens das avenidas reorganizadas ou abertas, aonde o valor da terra urbana veio aumentando de modo significativo. Trata-se, então, da ocupação estratégica do bairro, que ao mesmo tempo segrega, diferencia espaços propositalmente e também autossegrega.

Outra característica marcante observada no Coqueiro é o desaparecimento de vivendas, chácaras e sítios, que passaram a ser adquiridos pelo capital imobiliário para dar lugar a novos empreendimentos, assim como antigos terrenos utilizados para especulação imobiliária, que agora são utilizados para instalação de empresas e galpões. A transformação desse espaço resulta em inúmeras e frequentes tensões, seja no âmbito de conflitos sociais, conflitos políticos e conflitos econômicos. Uma delas está relacionada à definição dos limites e responsabilidades de cada município pela atuação sobre os microespaços, que afeta, sobretudo, a manutenção de vias, redes de esgoto, redes de águas pluviais, iluminação pública, pontos de ônibus, coleta de lixo, transporte urbano, manutenção de calçadas e arborização pública, entre outros.

E14, moradora da Comunidade Manoel Pioneiro, aponta as dificuldades e problemas comuns aos residentes em ocupações urbanas "espontâneas" que, embora diferentes do início da criação da Comunidade, há duas décadas, continuam invisíveis aos olhos do poder público, ratificando a diferenciação urbana como uma organização espacial em áreas com fortes diferenças sociais presentes, pautadas na hierarquia:

> (...) quando o córrego enche, a água chega a entrar na nossa casa. Já tiraram algumas casas que ficavam em cima do canal (*remanejamento conduzido pela Prefeitura de Ananindeua*), mas não mexeram nele. Aqui atrás é o SESC e a gente fica muito perto

> do 40 Horas (*Avenida Hélio Gueiros*), mas não tem saída por lá por causa do Canal. Se tivesse uma saída por lá ia ser muito mais fácil pra nós...

Assim, o elemento catalisador para a compreensão do processo de diferenciação é a atuação do Estado de forma deliberada e explícita através do planejamento, quando da ação ou da inação, no caso presente. Neste sentido, a inação da Prefeitura de Ananindeua é decisiva para reforçar a diferenciação residencial de modo objetivo, pois o tratamento dispensado ao perímetro é totalmente diferente: enquanto os condomínios residenciais surgem de forma exponencial às proximidades com uma boa infraestrutura como espaços concebidos para o mercado, a mesma lógica não ocorre nas áreas ocupadas ao entorno, comunidades como a da E14 que não posuem saneamento básico ou qualquer equipamento urbano básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre o bairro Coqueiro permitiu analisar a (re)produção e circulação deste espaço a partir da atuação dos agentes de desenvolvimento do espaço urbano que nele atuam; e claro, considerando as atuais condições do capital na sua velocidade em perspectiva à necessidade de reproduzir o espaço de acordo com uma fração da sociedade que atua de forma parcial em nossa problemática.

O processo de diferenciação urbana – ou segregação – nitidamente reproduzido conjuga ação deliberada de agentes públicos e privados sobre o espaço por interesses particulares e em detrimento de interesses comuns: urbanização ou reurbanização de espaços e vias projetando formas de antecipação espacial pelo capital imobiliário e comercial que incorpora terrenos até então utilizados para especulação e outros, ainda utilizados como sítios, vivendas, clubes e afins para dar lugar a novos empreendimentos de faixas de renda solváveis.

O direito à cidade como direito inalienável ao cidadão e à vida pode ser visto como algo utopicamente formulado por tentar articular uma conjugação de direitos, mas materialmente está relacionado ao entendimento da cidade como obra humana, não pura e simplesmente como um produto comercializável. As transformações em curso, em nosso exemplo, evidenciam o descompasso entre uma urbanização que prepara o solo para o capital, sem alterar as condições de vida dos moradores das comunidades "espontâneas" criadas quase sempre em espaços precários do ponto de vista ambiental e social.

Como bem destaca Lefebvre, dentro da oposição entre valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos) a cidade se mostra aos sujeitos de maneira comercial, intencional e legitimamente atestada pelo sistema que a reproduz. No caso do bairro Coqueiro, o reordenamento

proporcionado pelo poder público acentuou permitiu a revalorização do solo e a ressignificação do espaço como espaço-mercadoria.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **A Duração das Cidades**: sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas. 2 ed. Henri Acselrad (Org.). Rio de Janeiro: Editora DP&A/ Lamparina, 2009.

CARLOS, A.F.A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

CORRÊA, R. L. Processos espaciais e a cidade. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.41, n.3, 1979.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GEMAQUE, C. B. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Revista Confin**s, número 5, Paris, 2009. Disponível em http://confins.revues.org/ index5633.html Acesso em 13 de maio de 2022.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space.** Tradução: Donald Nicholson. Blackwell Publishing (EUA), 1991.

_____. **A Cidade do Capital.** Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. ***O direito à cidade.*** São Paulo: Centauro Editora, 2004.

_____. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMONAD, E. **Reflexões sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização.** Geographia, Niterói, v. I, n. I, p. 71-91, 1999.

LOGAN, J. MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: the political economy of place.** University of California Press, 1987.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo: Martins Fontes Editor, 1981.

MARICATO, E. **Política Habitacional no Regime Militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado:** metrópoles brasileiras. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000.

_____ **Dimensões da tragédia urbana.** Com Ciência, São Paulo, mar. 2002. Seção Cidades. Disponível em: www.comciencia.br. Acesso em 12 de fevereiro 2022

_____. **O impasse da Política Urbana no Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 2011.

MARX, K. **El Capital – crítica de la economía política.** México: FCE, 1973.

ROLNIK, R. **Pactuar o Território:** desafio para a gestão de nossas cidades. Publicado em 01/09/2008. Disponível em < http://raquelrolnik.wordpress.com/2008/09/01/desafios-da-gestao-urbana/>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Ed. São Paulo. Edusp, 2008.

SOJA, E. **Geografias Pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica; São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, D. C. **O meio ambiente das cidades**. São Paulo: Atlas. 2010.

TRINDADE JR, S.C. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área de Baixada saneada**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. Belém, 1993.

_____. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-americano.

CARVOEIROS DO AMAZONAS: DESIGUALDADE E A FALTA DE TRABALHO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Charles dos Santos Pereira[1] (UFAM),
Elenise Faria Scherer[2] (UFAM)

RESUMO Este trabalho tem por objetivo apresentar a realidade vivida por trabalhadores da Região Metropolitana de Manaus, especificadamente, dos municípios que ficam localizados no entorno da capital amazonense, que foram submetidos ao desemprego e a falta de oportunidade de renda durante a Pandemia da COVID-19, e que encontraram na exploração de recursos vegetais, em comunidades rurais a alternativa para garantir o sustento familiar, precisamente, na produção de carvão vegetal o meio para enfrentar a crise sanitária. Alguns trabalhadores migraram durante o período de 2020 e 2021, e juntaram-se aos moradores da comunidade rural, localizada no município de Rio Preto da Eva, no estado do Amazonas. Esses trabalhadores, denominados de carvoeiros nesse trabalho, encontraram na produção de carvão vegetal a oportunidade de garantia do sustento de vida, o que lhes permitiu enfrentar a Pandemia da COVID-19. O resultado preliminar da pesquisa mostra ainda a questão do desemprego e das condições de vulnerabilidade imposta a muitos cidadãos durante o período de crise sanitária no entorno da cidade de Manaus, os objetivos desse trabalho foi apresentar as formas de produção e as condições que os trabalhadores se impõem para produzir o carvão. A pesquisa foi conduzida em perspectiva qualitativa apoiada em referências bibliográficas, observações diretas e entrevistas com os sujeitos da investigação no território de trabalho dos carvoeiros na área rural do município de Rio Preto da Eva.

Palavras-Chaves: Trabalhadores carvoeiros, Desigualdade, Crise sanitária.

1. INTRODUÇÃO

A Pandemia da COVID-19, foi até o momento um dos maiores problemas de saúde da humanidade nos últimos séculos. A forma como tudo aconteceu fez com que milhares de pessoas tivessem suas vidas alteradas de uma hora para outra. Em meio a um turbilhão de acontecimentos, os trabalhadores autônomos e os prestadores de serviços informais tiveram que encontrar uma forma imediata para sobreviver, famílias inteiras foram obrigadas a mudar o seu ritmo de vida e se adaptar à realidade do momento. Nesse cenário de grandes mudanças, destacamos aqui a população da Região Metropolitana de Manaus. Uma grande área composta atualmente por treze municípios, que estão em processo de conurbação e que ficam no entorno de Manaus, a capital amazonense.

Mediante a perda de vários postos de trabalhos, do distanciamento social, do fechamento de feiras e da falta de oportunidade nos anos de 2020 e 2021, período do ápice da Pandemia, várias

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil. Email: charles.spereira88@gmail.com

[2] Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Pesquisadora da FAPEAM e CNPq. E-mail: elenisefaria@gmail.com.

famílias foram obrigadas a se refugiar em áreas rurais dos municípios da Região Metropolitana de Manaus, como no município de Rio Preto da Eva, localizado a cerca de 80 km de Manaus. E muitas dessas famílias se viram obrigadas a trabalhar com a produção de carvão vegetal, atividade bastante desgastante e que impõe ao trabalhador condições precárias de trabalho. Buscando mostrar a realidade das pessoas que viveram e outras que ainda vivem da atividade carvoeira na região amazônica, uma vez que essa atividade apresenta complexidades de fatores na produção e pela matéria prima utilizada, este trabalho de pesquisa vem pautando na seguinte problemática: Quais motivos levaram trabalhadores a se dedicarem a produção do carvão vegetal no período da Pandemia da COVID-19 e por que outros continuam, mesmo após a crise sanitária? Nossos objetivos com essa pesquisa é apresentar resultados confiáveis e relevantes para o mundo científico, e como parte preliminar de um grande trabalho que está em desenvolvimento, objetivamos neste momento analisar as formas de trabalho dos produtores de carvão vegetal em uma comunidade rural, localizada no município de Rio Preto da Eva, às margens da AM 010 no km 105, ramal da ZF-9B no estado do Amazonas, identificando as áreas de produção e as condições de trabalho, assim como também investigar os motivos que levam a trabalhar nesse ramo de atividade. A perspectiva tipológica da pesquisa é qualitativa e nossas estratégias metodológicas foram realizadas por meio da pesquisa bibliográfica, observações de campo e entrevistas com trabalhadores da comunidade rural do ramal da ZF-9B do Município de Rio Preto da Eva.

2. O TRABALHO E A VULNERABILIDADE SOCIAL.

Para Marx (2010, p. 197) o trabalho se refere “ao conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade de um ser humano”, entendemos que essa referência é condizente com os esforços que o trabalhador faz para que o seu corpo, seu intelecto e suas capacidades sejam usadas para produzir determinadas mercadorias que serão usadas por ele mesmo, e por outros trabalhadores que ajudam no processo de produção de bens de consumo. No período da Pandemia da COVID-19, 2020 e 2021, dados empíricos revelam que alguns grupos de trabalhadores foram prejudicados, como por exemplo os trabalhadores autônomos informais e domésticos, que residem principalmente em áreas periféricas das grandes cidades e das regiões metropolitanas. Santos et al (2020) apresentam que:

> Os impactos da COVID-19 no mundo do trabalho obedecem às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Os negros com vínculos de trabalho mais frágeis compõem a maior parte da informalidade. Destaque para as mulheres, particularmente as negras, que também são muito vulneráveis por integrar setores

> econômicos historicamente desregulamentados – como a prestação de serviços domésticos, atividade que, em larga medida, foi reduzida, com demissão expressiva de trabalhadoras (es). (SANTOS ET AL, 2020, p. 04)

Segmentos de trabalhadores que já viviam em situação de vulnerabilidade social antes mesmo da pandemia, tiveram suas realidades agravadas ainda mais devido às condições impostas pelo isolamento e o fechamento das atividades produtivas. O que obrigou milhares de trabalhadores a encontrar alternativas imediatas para que pudessem garantir o sustento de suas famílias e sobreviver ao quadro de instabilidade que se apresentou. O fato é que, os menos favorecidos em todos os aspectos da sociedade sejam pelo âmbito econômico, jurídico e social são os que mais sentem os efeitos de uma crise, principalmente se tratando de uma crise sanitária e de magnitude global. Lopes (2008) afirma que o termo "exclusão social antecede o conceito de vulnerabilidade social, tendo sido amplamente utilizado na definição de situações sociais como pobreza e marginalidade". A marginalização social impõe muitas pessoas a condições sub-humanas, em alguns casos isola os indivíduos simplesmente por alguma atividade que exercem para sobreviver, como é o caso de catadores de materiais recicláveis e os próprios produtores de carvão vegetal. Pedersen e Silva (2013) dizem que a vulnerabilidade social tem sido usada para caracterizar um número cada vez maior de pessoas, que se encontram em uma situação desfavorável em relação a outros grupos populacionais. Os grupos populacionais se caracterizam pela heterogeneização de seus membros, o que faz ser composto por uma diversidade de pessoas que se organizam em diferentes camadas sociais. Martins (2021, p. 06) afirma que podemos compreender vulnerabilidade social da seguinte maneira:

> A princípio podemos compreender o termo vulnerabilidade social como um conceito que diz respeito a uma condição em que o indivíduo, ou grupo de pessoas, se encontra em fragilidade e/ou ausência de material básico para sobrevivência ou moradia adequada.

A abordagem da vulnerabilidade social é colocada em cena pelo fato de que, em meio a Pandemia, os mais afetados com relação à situação financeira foi sem dúvidas os segmentos mais pobres da classe trabalhadora, principalmente, porque tinham que fazer pagamentos de aluguéis, comprar de alimentos, contas de gás, água, energia elétrica e itens básicos que pesam bastante no orçamento. E com isso, é necessário termos compreensão que há um grande número de pessoas pobres, e que vivem em condições de miséria, como revela dados da ONU (2020).

> Hoje, mais de 780 milhões de pessoas vivem abaixo do Limiar Internacional da Pobreza (com menos de 1,90 dólar por dia). Mais de 11% da população mundial vive na pobreza extrema e luta para satisfazer as necessidades mais básicas na esfera da saúde, educação e do acesso à água e ao saneamento. (ONU, 2020)

Analisando esses dados revelados pela ONU (2020), no qual aponta dados com relação ao número de pessoas em nível mundial vivendo em condições de pobreza. Voltamos para a realidade brasileira, que segundo dados do IPEA (2023) a pobreza no Brasil registrou, de 2020 para 2021, o maior aumento em pontos percentuais desde 1990, com um avanço entre 1,8 pontos percentuais e 4,7 pontos percentuais, já a região norte o apresenta um quadro em que 10,4% dos municípios estão classificados com altas da vulnerabilidade social (IPEA, 2015). Com o registro de exposição de mais pessoas no quadro de vulnerabilidade social e sem oferta de empregos, alternativas imediatas precisaram ser criadas. Embora o governo brasileiro tenha agido criando o Programa Auxílio Brasil, no intuito de ajudar as populações necessitadas, para muitas famílias não foi o suficiente o que lhes obrigou a buscar outras oportunidades de renda. Santos et al (2020) comenta que:

> A sociologia do trabalho aborda a vulnerabilidade como produto da precarização do trabalho, dada a centralidade do trabalho nos processos de sociabilidade. A perspectiva de agravamento da precarização do trabalho durante e após a pandemia aponta para a acentuação do cenário de desigualdades anterior à mesma e surgimento de novos grupos sociais, historicamente mais desprotegidos, em situação de vulnerabilidade. (SANTOS ET AL, p.03)

A situação apresentada pelos citados autores abre discussões com relação ao estado do Amazonas.

> O Estado do Amazonas faz parte da Região Norte do Brasil que juntamente com a Região Nordeste apresenta os mais elevados indicadores de vulnerabilidade do país e com a chegada da pandemia vêm agravar os problemas socioeconômicos que sofrem cotidianamente a população. (SILVA ET AL, 2022, p. 130)

Destacamos a situação da vulnerabilidade social no contexto da Pandemia pelo fato do estado do Amazonas ter sido o mais afetado com relação a gravidade da COVID-19, tanto na primeira, quanto na segunda onda. E os dados com relação à situação de sua população a deixam em alerta

> Em relação à extrema pobreza, os números mostram que o Amazonas representa 22% da Extrema Pobreza da Região Norte. Sendo 13,8% (571.954 pessoas) um percentual bem acima do percentual regional (11,8%) e da média nacional (7,4%). Já em relação à pobreza, os números são mais preocupantes, 47,9% dos amazonenses encontram- se em situação de pobreza, o equivalente a 1.985.262 pessoas, sendo que o Estado é responsável por 33% da pobreza regional. (SILVA ET AL, 2022, p. 142)

O estado do Amazonas apresentou uma complexidade de fatores que chamou a atenção do Brasil e do Mundo no período da pandemia. E com esse cenário de muitas incertezas, onde os trabalhadores carvoeiros se destacaram pelas suas condições sociais e pela maneira com que sobreviveram ao momento de crise e de outros que permanecem no labor, este trabalho busca

mostrar a realidade de forma ética e confiável de trabalhadores carvoeiros que estão na invisibilidade da nossa sociedade.

2.1 A produção de carvão vegetal como alternativa de trabalho imediato

A produção de carvão vegetal é uma prática bastante antiga, não sendo uma novidade em nenhuma parte das regiões brasileiras. Desde tempos passados a utilização de materiais orgânicos de origem vegetal é usada para benefícios do homem. No caso da queima de árvores para produzir o carvão vegetal é uma forma de trabalho que requer muito esforço físico dos trabalhadores. E a forma de produzir esse elemento que é consumido por grande parte das pessoas é vista como uma prática ilegal, pois de certo modo apesar de ser uma produção por meio de recursos naturais, sua produção impõe muitos pontos negativos para o meio ambiente. Nem todas as regiões brasileiras oferecem condições necessárias para a produção atualmente, devido à escassez de matéria-prima. No caso do Amazonas podemos avaliar que devido a sua grandeza, a falta de fiscalização e a grande oferta de árvores presentes na floresta Amazônica, são fatores que colaboram para que trabalhadores continuem nesse ramo. Monteiro (2004) a quase duas décadas passadas já alertava que algumas indústrias siderúrgicas que usam o carvão vegetal estavam se deslocando para regiões amazônicas devido a facilidade de produção.

> O deslocamento destas indústrias para a fração Oriental da Amazônia, onde ainda a aquisição de carvão vegetal é bem mais fácil e barata, parece consolidar-se como uma tendência que se desenha e que já permite inferir efeitos deletérios relacionados à demanda daquele insumo. (MONTEIRO, 2004, p.04)

Nesse contexto, a região amazônica que é riquíssima em recursos naturais apresentando uma grande variedade de árvores de todos os tamanhos e variadas espécies se torna uma grande produtora de carvão vegetal, que é utilizado por vários ramos da indústria e do comércio. Os consumidores diretos conseguem visualizar esse produto geralmente nos finais de semana e nos restaurantes quando seu churrasco está bem passado ou mal passado para saciar a fome. Durante a pandemia da COVID-19, a imposição de medidas imediatas para que conseguíssemos nos adaptar ao novo momento fez com que muitas pessoas passassem a produzir o carvão vegetal por meio de um trabalho árduo e que garantisse a sobrevivência. A maioria das famílias que migraram para as áreas rurais, foram pessoas que residiam nas áreas periféricas das grandes cidades, no caso desta pesquisa, destacamos o exemplo de uma família composta por seis pessoas que moravam em um bairro da zona norte da cidade de Manaus, e que foram obrigados a se deslocarem para comunidade rural, localizada na AM 010, KM 105, ramal da ZF-9B do Município de Rio Preto da Eva, município que faz parte da Região Metropolitana de Manaus. Além da pandemia que afetou diretamente a vida de

muitos trabalhadores brasileiros nos anos de 2020 e 2021, a inflação também fez com que a produção de carvão vegetal entrasse em cena. O alto preço do gás de cozinha e a elevação nos produtos alimentícios contribuíram para que a produção fosse feita por mais pessoas. Accarini (2021) destacou por meio da página virtual da CUT (Central Única dos Trabalhadores) que para o trabalhador, em especial o mais pobre, não há nada ruim que não possa piorar. Assim foi com o novo preço do gás de cozinha (GLP), que aumentou 5,9% nas refinarias. Além do alto preço em alguns locais do Brasil, tornou ainda mais difícil a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, que enfrentaram também o desemprego e a alta nos preços dos alimentos e das contas de água e luz. Essa situação colocou muitas famílias em condições de vulnerabilidade social, e muitas pessoas se deslocaram para algumas comunidades rurais e se organizaram com o que tinham.

Na comunidade rural do ramal da ZF-9B do Município de Rio Preto da Eva, localizada a cerca de 110 km da cidade de Manaus, e fazendo parte da Região Metropolitana. A produção de carvão vegetal foi um escape para muitas famílias. Trabalhadores que tiveram seus contratos de emprego suspensos, donas de casas que pararam de trabalhar se deslocaram para essa localidade a fim de garantir o sustento. E nesse momento de crise sanitária, todos queriam respostas imediatas e soluções urgentes. Se uma família se desloca para uma determinada comunidade rural, o correto no primeiro momento é analisar uma área para que se possa produzir uma determinada cultura. No entanto, qualquer cultura necessita de um tempo adequado para que se possa produzir ou que fique pronto para o consumo. Exemplo: o cultivo da mandioca leva em torno de seis meses para ser cultivado. No caso do carvão vegetal, as famílias só tinham o trabalho de explorar madeiras, construir os fornos e queimar a biomassa das árvores. Foi a solução imediata que muitas famílias encontraram, o que garantiu o alimento na mesa durante os primeiros dois anos de pandemia.

A rotina de trabalho desses produtores não é fácil, no Brasil temos vários casos de trabalhadores que são resgatados em algumas regiões com situações análogas a regime de trabalho escravo. São crianças, adolescentes, idosos e pessoas que vivem em situação de pobreza extrema e que não encontram outra forma de sobrevivência se não a de se submeterem ao trabalho oportuno. Podemos destacar como exemplo o caso dos trabalhadores do vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, onde um estudo feito pelos pesquisadores Dias, Assunção, Guerra e Prais (2002, p. 271) mostrou que:

> Nas carvoarias volantes, os trabalhadores moram ou ficam alojados próximos aos fornos, em instalações improvisadas, cobertas por lonas, dormem em catres e não dispõem de condições mínimas de higiene e saneamento básico. É comum uma família e alguns agregados dividirem o trabalho e a moradia.

Embora o estudo tenha sido feito a alguns anos atrás, a situação pouco mudou nos dias de hoje e principalmente no período de crise sanitária provocada pela COVID-19. Essa pesquisa se pauta em um estudo que possui poucas pesquisas bibliográficas com relação ao tema, envolvendo as questões sociais e de políticas públicas para as populações que enfrentam as adversidades da vulnerabilidade social, no caso especifico os carvoeiros da região amazônica. Para mostrar a realidade enfrentada por esses trabalhadores durante os anos de 2020 e 2021, tomamos como exemplo, por meio de observação direta a situação de um comunitário de 59 anos que reside sozinho em uma comunidade rural, localizada às margens da AM- 010, no município de Rio Preto da Eva, cerca de 105 km distante de Manaus. O senhor narrou sua rotina de trabalho como produtor de carvão vegetal. Todos os dias acorda bem cedo, umas cinco horas da manhã para iniciar o seu regime de trabalho, geralmente, ele faz a mesma agenda todos os dias da semana, domingo a domingo. Coletando troncos e galhos de árvores, e na sequência transportando tudo que será usado até o local do forno que ele mesmo construiu, ocorrerá a queima da madeira para produzir o carvão vegetal. Geralmente quase todas as árvores são usadas. Além de sua propriedade, que já não tem tantas árvores, o senhor também pede autorização de outros comunitários para fazer a retirada de árvores caídas ou até mesmo ajuda no processo de cultivo de culturas para ter em troca a liberdade de fazer a retirada de árvores que foram derrubadas.

A produção do carvão nessa comunidade é feita no sistema de fornos, feitos de tijolos e argila. Em média um forno é feito com cerca de quinhentos tijolos em uma área estratégica no meio da mata. Durante o tempo em que o produtor passa no local explorando as árvores para produzir o carvão, o forno não muda de lugar. O trabalho dos carvoeiros é tão árduo, que o processo de construir o forno tem que ser feito de uma maneira cuidadosa, pois passado o tempo de exploração na área o carvoeiro desmonta o forno feito com mais de quinhentos tijolos com argila e reconstrói em outro local. Sem ajuda de transporte, usando somente um carrinho de mão e sua força de trabalho.

O trabalho é intenso e os ganhos são ínfimos, uma saca grande de carvão custa pouco mais de R$13,00 treze reais na comunidade que é vendida para um atravessador, que geralmente compra toda a produção antes mesmo de ser produzida e revenda na capital amazonense por cerca de R$ 40,00 quarenta reais. A questão que foi observada é que o risco de colapso da sociedade pela falta de políticas públicas eficientes, que possam assegurar o trabalhador em períodos de crise é escasso em nosso país. É compreensivo que vivemos em um momento único durante a Pandemia, mas que todos os acontecimentos possam servir de base para fortalecermos a nossa sociedade no combate a fome, a pobreza, a exploração dos trabalhadores e a desigualdade social.

3. CONCLUSÃO

Durante a Pandemia da COVID-19 muitos cenários foram apresentados para o mundo, e em particular na região amazônica, principalmente, no que diz respeito ao estado do Amazonas. A desigualdade social é um dos maiores gargalos da sociedade contemporânea, e isto é presente em todas as nações do mundo. Alguns países possuem um acúmulo de riquezas significativo que pode suprir os anseios da sua população durante períodos de crises, enquanto outros, poucos recurso tem. Essa é uma marca da sociedade moderna. Nessa pesquisa o intuito era apresentar a relação da vulnerabilidade social e a situação dos trabalhadores durante o período de crise sanitária provocada pela COVID-19 nos anos de 2020 e 2021. O questionamento com relação a esse momento se voltou pelo fato de que muitos trabalhadores ficaram desamparados com relação a tudo, o que de certo modo expôs a estes indivíduos uma situação de vulnerabilidade social. Na perspectiva de mostrar quais os motivos levaram muitos trabalhadores a produzirem o carvão vegetal no período da COVID-19, essa pesquisa conseguiu apresentar alguns fatores relevantes dos quais podemos compreender como por exemplo: o desemprego que atingiu milhares de trabalhadores, a falta de estabilidade financeira, a alta nos custos de produtos alimentícios que são essenciais para a sobrevivência da maioria das famílias brasileiras. Outra situação importante verificada nesta pesquisa foi com relação à situação do trabalhador que se submete a uma rotina desgastante de trabalho e exploração para manter o seu sustento por ganhos mínimos. Uma situação que deveria ser inaceitável nos dias de hoje. Porém, foi inevitável para muitas famílias durante a pandemia e continua a ser nos dias atuais.

Com esta pesquisa concluímos que os objetivos foram respondidos de acordo com a proposta desejada, que os questionamentos com relação ao que motivou a pesquisar esse tema foram respondidos, no entanto percebemos que essa temática é fundamental para que possamos ter materiais bibliográficos relevantes que poderão ajudar em futuras pesquisas. E, talvez, possam contribuir na elaboração de políticas públicas eficientes que combatam algumas mazelas sociais impostas pela desigualdade econômica e social.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, André. Alto preço do gás piora as condições de vida de trabalhadores mais pobres. Central Única dos Trabalhadores. 2021. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/alto-preco-do-gas-piora-as-condicoes-de-vida-de-trabalhadores-mais-pobres-702d. Consultado em 14 de mai. 2023.

Santos KOB, Fernandes R de CP, Almeida MMC de, Miranda SS, Mise YF, Lima MAG de. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. Cad Saúde Pública [Internet]. 2020. Disponível: https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320. Consultado em 17 de mai. 2023.

SILVA, Michele L. Aracaty; LUCAS, Mauricio Barbosa; PINTO, Leonardo Marcelo Dos Reis Braule. As Vulnerabilidades Socioeconômicas do Estado Do Amazonas Agravadas Pela 2ª Onda da Pandemia de COVID-19. /The socioeconomic vulnerabilities of the state of Amazonas aggravated by the 2nd wave of the pandemic of Covid-19. Informe GEPEC, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 127–145, 2022. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/28822. Consultado em: 19 mai. 2023.

DIAS, E. C., Assunção, A. Á., Guerra, C. B., & Cano Prais, H. A. Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. Cadernos De Saúde Pública, 18(1), 269–277. 2002.

LOPES, J. R. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. Caderno CRH, 21(53), 349-363. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_ arttext&pid=S1677-11682018000200013. Consultado em 11 de mai. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA, 2015. 77 p. : gráfs., mapas color.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Taxas de pobreza no Brasil atingiram, em 2021, o maior nível desde 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13509-taxas-de-pobreza-no-brasil-atingiram-em-2021-o-maior-nivel-desde-2012. Consultado em 11 de mai. de 2023.

MARTINS, Luana Maria. Vulnerabilidade social e direitos humanos em “quarto de despejo”. Anais VIII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88905. Consultado em 11 de mai. 2023.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA AMAZÔNIA: REALIDADES E ALTERNATIVAS. Revista Papers do Naea Nº 173. v.1 n.1. 2004

ONU. Organização das Nações Unidas. Pobreza. Disponível em: https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/. Consultado em 11 de mai. de 2023.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro I.

SANTOS Kob; Fernandes R de CP; Almeida MMC de; Miranda SS; Mise YF; Lima MAG de. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. Cad Saúde Pública. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/W7bdfWDGNnt6jHCcCChF6Tg/#. Consultado em 11 de mai. 2023.

PEDERSEN, J. R. & Silva, J. A.. A exploração sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a vulnerabilidade social das famílias: desafios à garantia de direitos. In K. B. Krüger & C. F. Oliveira. (Orgs.), Violência intrafamiliar: discutindo facetas e possibilidades. (pp. 45-64). Jundiaí: Paco. 2013.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL DO CONJUNTO BOSQUE ARAGUAIA NO BAIRRO DO TAPANÃ, EM BELÉM/PA.

Lidiane Damasceno Miranda de Pádua[1](UNINOVE)
Luís Fernando Massoneto[2](UNINOVE)

RESUMO: O presente trabalho aponta que a mobilização social necessita ser um dos primeiros passos no processo de Regularização Fundiária Urbana, e analisará a mobilização social em programa municipal de regularização fundiária de interesse social no bairro do Tapanã no Conjunto Bosque Araguaia, no município de Belém/PA. O trabalho fundamenta-se no conceito da relevância da mobilização social sustentado por autores como Mafra (2010), Soares; Cardoso e Cruz (2018). A pesquisa de caráter qualitativo se orientou a partir de levantamento bibliográfico e documental e da inserção da pesquisadora no trabalho de campo do Programa Municipal de Regularização Fundiária. O Objetivo Geral da pesquisa é avaliar o impacto do processo da mobilização social na ampliação da adesão da população ao programa de regularização fundiária em bairro do município de Belém/PA. Os Objetivos específicos são: descrever as estratégias de sensibilização para obter participação dos moradores em área de programa de regularização fundiária; fomentar reflexões ao trabalho de profissionais que são inseridos nas políticas públicas urbanas. A relevância do estudo em andamento, se justifica por apontar estratégias e alternativas de mobilização social no intuito de sensibilização a participação popular no processo de regularização fundiária urbana, bem como garantia da celeridade do ordenamento territorial do município de Belém.

Palavras-chaves: REURB-S, Mobilização Social, Programa Municipal de Regularização Fundiária Urbana de Belém.

INTRODUÇÃO

O direito à moradia, assegurado pela Constituição Federal de 1988, confere ao Poder Público o dever de agente executor de políticas públicas urbanas para amenizar as desigualdades sociais históricas existente na parcela da população com maior vulnerabilidade social. A moradia e as expressões ligadas a ela são de interesses de todos, e para isso estão sempre em debates. No entanto, existe uma grande parcela da população que ainda vive sob condições inadequadas de moradia no Brasil. Os fundamentos desse fato incluem não somente a pobreza, mas também a falta de moradia de interesse social, a especulação do mercado imobiliário, a migração forçada e não planejada, e as mudanças causados por conflitos, desastres naturais ou a construção de grandes projetos.

[1] Mestranda em Cidades Inteligentes e Sustentáveis. Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Brasil. Email:lidimirandad@gmail.com

[2]2 Prof.Dr. Luís Fernando Massonetto. Coordenador de pesquisa sobre Regulação Indutora no Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis. Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Brasil. Email: luismassonetto@uni9.pro.br

Contudo, a falta de moradia não é o único viés de negação do direito à moradia, visto que o UN-Habitat (Agência especializada da ONU, dedicada a promoção de Cidades mais sociais e ambientais), aponta que um terço da população mundial vive em assentamentos e favelas em condições precárias, sem acesso a condições básicas e com a falta de recognição legal e administrativo.

Nessse aspecto, é fundamental a Regularização Fundiária de imóveis urbanos, como um processo de intervenção, que conta com várias dimensões: Jurídica, Urbanísticas, ambientais e sociais.

As medidas jurídicas estão relacionadas a solução dos problemas dominiais, referentes as situações em que o ocupante de uma área (Pública ou Privada), não possui o título que lhe dê segurança jurídica sobre a sua ocupação.

As medidas urbanísticas dizem respeito às soluções para adequar os parcelamentos à cidade regularizada, como a implantação de infraestrutura essencial (calçamento, esgoto, energia, fornecimento de água), decorrentes dos loteamentos implantados sem atendimento das normas legais.

As medidas ambientais buscam superar o problema dos assentamentos implantados sem licenciamento ambiental e em desacordo com a legislação urbana e de proteção ao meio ambiente.

As medidas sociais, por sua vez, dizem respeito às soluções dadas à população beneficiária da Reurb (Regularização Fundiária Urbana), especialmente nas ocupações por famílias de baixa renda, (mas não excluindo as demais populações), de forma a propiciar o exercício digno do direito à moradia e à cidadania, proporcionando qualidade de vida.

Essas dimensões são inseridas em programas municipais de cunho social, e atinge diretamente aspectos da vida dos residentes de áreas urbanas irregulares, colocando-os como protagonistas e beneficiários desse processo.

Para além da Regularização Fundiária, o envolvimento da comunidade nesse processo é fundamental, para que ela se sinta corresponsável na luta pela efetivação do direito à moradia, e para isso é esperado que a coletividade busque a organização de forma solidária e ativa na solução de seus problemas, e com isso venham buscar autonomia. E uma das estratégias relacionadas a este artigo é a mobilização Social, que promove a participação coletiva da Comunidade e na resolução de seus problemas, e também organiza e estimula ações que visem a melhoria das condições de vida da população.

ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICO DO ESTUDO.

Das relações sociais observadas nas cidades, destaca-se a inter-relação do homem e seu assentamento habitacional, o qual pode ser desenvolvido com ou sem o controle e o conhecimento do Poder Público. Nesse segundo caso, quando os gestores municipais não realizam a concessão do ordenamento territorial com atendimento dos princípios legais, acabam por gerar riscos e falta de estabilidade à população,que geralmente, está em situação de vulnerabilidade social.

Para alterar esse cenário, torna-se importante a utilização de métodos de participação popular, como a principal ferramenta usada para obter o engajamento e representatividade social de moradores que habitam áreas sem regularidade fundiária, a fim de melhorar o ordenamento e garantir a adesão à projetos desenvolvidos por programas sociais do município.

A relevância do artigo se justifica em investigar e desvelar que a política de regularização fundiária urbana é potencializada quando as mobilizações e estímulos aos sujeitos sociais em processos participativos e de organização popular, são partilhados desde o início da implantação do projeto no bairro.

Para a realização desta pesquisa, foi necessário um estudo exploratório dos principais conceitos que serão fundamentais a análise da mobilização social em programa municipal de regularização fundiária urbana de interesse social em Belém.

O artigo foi pautado na dinâmica da vida social, levando em consideração os aspectos conjunturais e históricos, que embasa o trabalho de campo de profissionais da área social, pois o compromisso ético-político e as constantes lutas coletivas sugerem que as relações sociais estão em processo de mudanças, transformações e em desenvolvimento (CFESS, 2016). A dimensão estratégica do trabalho social encontra-se em articular lutas pela garantia da democracia, o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora e a promoção de ações de caráter socioeducativo para a mobilização e organização dos sujeitos sociais. Toda organização política das classes populares promovem a consolidação de espaços de poder e proporciona a ampliação da visão de mundo dos participantes. (CFESS, 2016).

A atuação dos movimentos sociais urbanos viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Tais movimentos adotam diferentes estratégias de luta, como denúncia, mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc. (SOARES; CARDOSO; CRUZ,2018).

Mafra (2010) discute sobre a relevância da mobilização social ao entender que a mudança da realidade, mediante propósitos comuns, perpassa pela comunicação e pelo compartilhamento de visões, informações e discursos que impactam e mudam a realidade a partir de suas relações e interações sociais.

Para essa interação com a comunidade e os agentes das políticas públicas os principais instrumentos e as técnicas que serão aplicados para a realização da coleta de dados serão: a abordagem, a observação e a entrevista. A abordagem é a

> Aproximação é sempre intencional e, utilizada como meio para intermediar um conjunto de ações que serão desencadeadas. [...]; observação, esperase uma postura treinada e assídua onde, não basta observar, devendo-se procurar compreender o que a observação revela, para isto deve-se estar apto a poder julgá-la e interpretá-la acertadamente [...]; entrevista, constituise como um instrumento utilizado intencionalmente e que sendo estabelecida entre indivíduos, diferenciados em seus papéis, vão expressar e manifestar contradições nesta relação [...] (STOCKINGER, 2005).

A Lei 13.465/2017 estabelece duas modalidades de Regularização Fundiária Urbana – Reurb: a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S, aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda; e a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, aplicável aos núcleos urbanos informais que não se enquadram na primeira modalidade. Desse modo, atendendo ao perfil socioeconômico dos moradores do Conjunto Bosque Araguaia, o Projeto de Regularização Fundiária da área enquadra-se na modalidade de REURB-S, e por meio do Programa Terra da Gente, que ocorre desde 2021, vem desenvolvendo instrumentos para regularização dos imóveis, garantindo a segurança jurídica e atendendo a demanda social, alvo do programa .

A regularização fundiária tem como base a união de medidas jurídicas, ambientais, urbanísticas e sociais com o objetivo de garantir o direito social à moradia digna, o combate à pobreza, o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem estar de seus habitantes. (CEOLIN, 2015).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a obtenção dos dados da pesquisa foram utilizados dois vieses metodológicos: a) pesquisa bibliográfica com o levantamento de informações em livros técnicos e outras fontes de pesquisas desenvolvidas; e b) pesquisa de campo, com a inserção da pesquisadora no ambiente em que ocorrem os fenômenos sociais estudados.

O método da pesquisa é caracterizado como qualitativo, haja vista que foram avaliadas as alternativas de mobilização social (BOENTE; BRAGA, 2004).

A primeira parte da pesquisa foi realizada um levantamento bibliográfico e documental utilizando-se de livros, artigos científicos, com o objetivo de fundamentar, orientar e ampliar o conhecimento a respeito das discussões que possibilitaram a análise do tema.

Na segunda parte, foi realizada a caracterização da vulnerabilidade social de aglomerados existentes no Conjunto Bosque. Foram implementadas alternativas de mobilização social que tiveram seus imóveis regularizados, destacando o método de sensibilização da comunidade para aceitação e participação no processo de regularização.

A última parte da pesquisa se deu com a análise e interpretação dos dados realcionados à adesão dos moradores do Conjunto Bosque Araguaia ao Programa Social de Regularização Fundiária.

BREVE HISTÓRICO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.

O município de Belém/PA é oficialmente dividido em 71 bairros distribuídos por 8 Distritos Administrativos, por onde a Prefeitura de Belém destina as diretrizes do planejamento para a cidade em geral. Essa divisão está relacionada à incorporação histórica dos bairros à malha urbana de Belém.

O Distrito Administrativo denominado DABEN engloba os seguintes bairros: Parque Verde, Benguí, Una , Cabanagem, Coqueiro, Pratinha, São Clemente e Tapanã. (área onde foi realizado o estudo desta pesquisa).

Todos pertencentes ao chamado Distrito do Benguí, uma área de ocupação humana remota, que busca a sua autonomia em relação ao município de Belém. É caracterizado por bairros de classe baixa, com grande concentração de "aglomerados subnormais (IBGE, 2010).

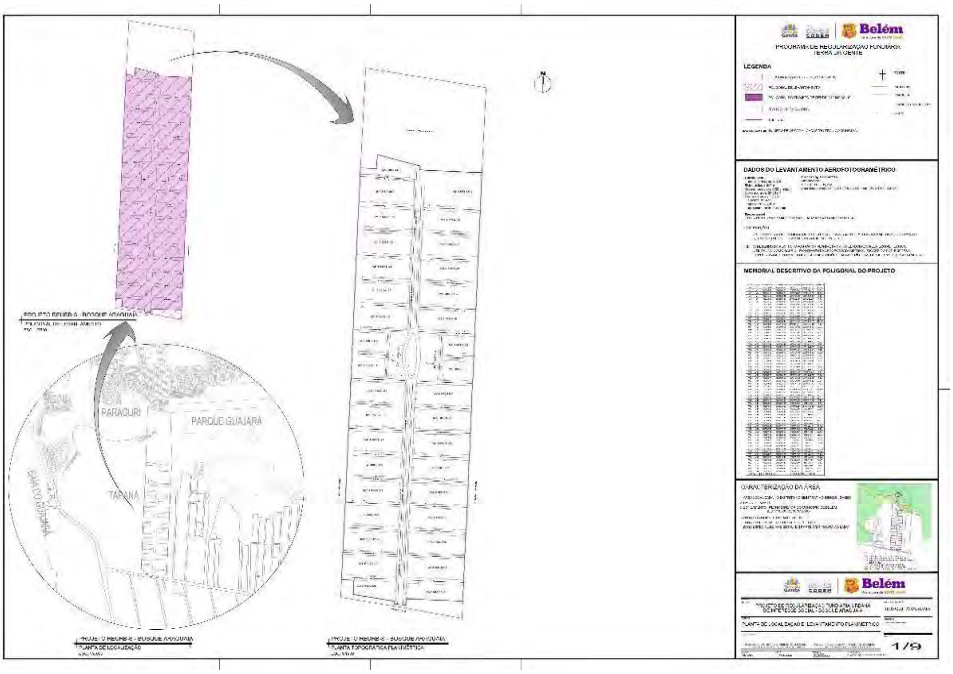
O processo de ocupação do Conjunto Bosque Araguaia se deu por meio da criação da Cooperativa Habitacional de Belém (COMTETO) no início dos anos 2000. Durante o processo organizacional, a COMTETO mobilizou os moradores de baixa renda e adquiriu a área que pertencente à empresa Brasilit.

A COMTETO tinha o intuito de criar um loteamento de baixa renda com estrutura semi urbanizada. No entanto, a Cooperativa Habitacional foi perdendo seu papel frente ás famílias, e diante da necessidade de organização, os moradores construíram a Associação do Moradores do Conjunto Bosque Araguaia (AMBA), no dia 02 de fevereiro de 2017. A associação tinha como propósito suprir as lacunas deixadas pela Cooperativa e buscar melhorias para a comunidade.

Por tanto, a empresa firmou um Termo de Cooperação com a CODEM no ano de 2023, para fins de regularização da área do Conjunto Bosque Araguaia, devendo ser titulados os imóveis ocupados por moradores que se adequarem aos requisitos na Lei nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 9.733/2022, definido as áreas destinadas à equipamentos públicos e as áreas remanescentes

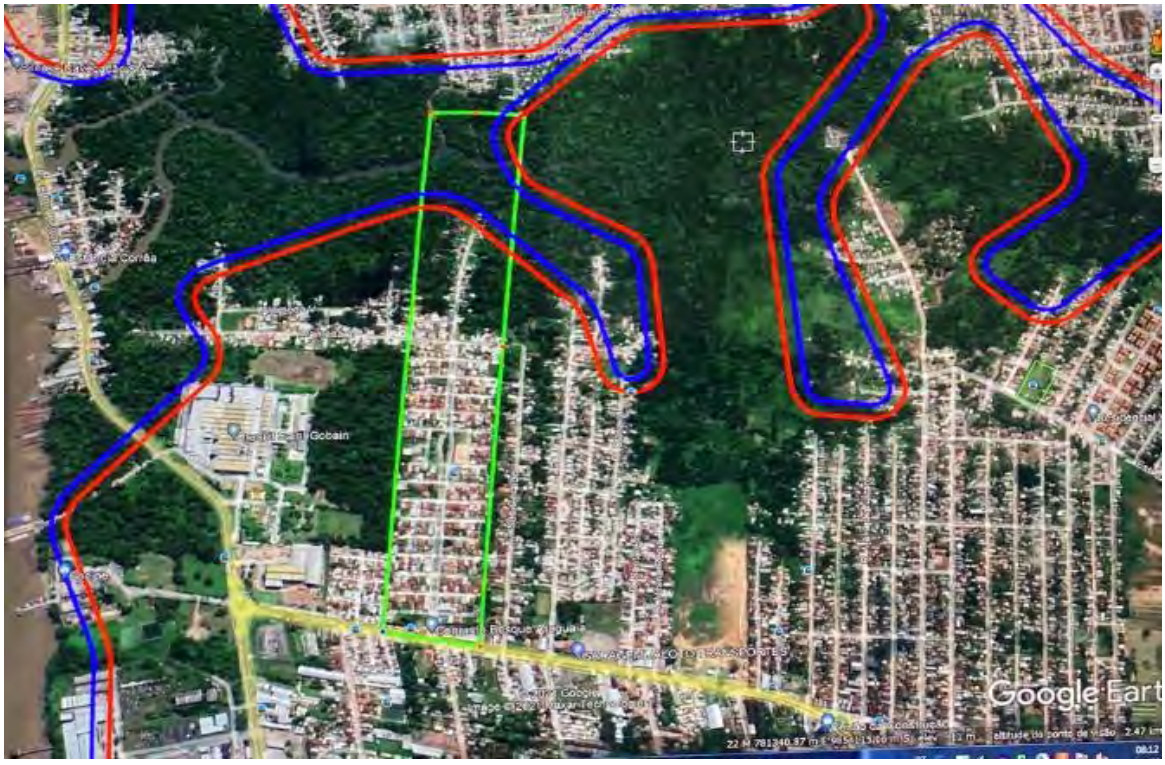
permanecerão em propriedade da COMTETO. Assim segue o mapa da planta de localização na figura 1, e mapa da área na figura 2, do Conjunto Bosque Araguaia:

Figura 1:



Fonte: CODEM2023

Figura 2



Fonte: CODEM 2021

Portanto, a poligonal definida para o Projeto de Regularização perfaz uma área de aproximadamente 145.830,22m², englobando 35 quadras residenciais e cerca de 600 lotes.

Inicialmente 658 familias adiquriram seus lotes , no entanto com o passar dos anos houveram alterações nestes números, com o processo de compra e venda e de subdivisões de áreas.

A população do Conjunto Bosque Araguaia, cadastrada pelo Programa Terra da Gente, é composta por mulheres adultas (entre 20 e 59 anos), chefes de família e que declaram ser empreendedoras do ramo alimentício, da beleza e da estética. O perfil dos homens adultos, de acordo com a avaliação da equipe do Serviço Social do Projeto, está composto por funcionários públicos e autônomos. A maior parte dos autônomos atua no ramo do comércio, mais especificamente em pontos localizados no próprio conjunto e nas imediações do bairro.

Verificou-se que o perfil sócio econômico das famílias sofre um declínio, conforme adentra-se o conjunto: os moradores que residem nas primeiras alamedas possuem um poder aquisitivo econômico maior do que os moradores das alamedas que se seguem. Nesta porção final do conjunto, percebe-se que a renda é proveniente também de benefícios sociais, sendo que, por vezes, estes benefícios são a única fonte de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou avaliar o impacto da mobilização social na ampliação da população ao programa de regularização fundiária no Conjunto Bosque Araguaia no Bairro do Tapanã na Cidade de Belém, e também procurou identificar estratégias de sensibilização, bem como fomentar reflexões ao trabalho de profissionais que são inseridos nas políticas públicas urbanas.

O Projeto de Regularização Fundiária teve iniciou no mês de abril de 2022, com uma reunião realizada pela Associação dos Moradores (AMBA) com a COMTETO, com os moradores do conjunto e os Gestores da CODEM, com objetivo de alinhar o processo da realização da Regularização Fundiária da área.

A Associação dos Moradores do Conjunto realizou uma mobilização para que o alcance do projeto fosse positivo, e para isso foram realizadas diversas reuniões com a comunidade local.

A CODEM realizou no dia 05/05/2022 uma grande Audiência Pública , que teve o objetivo de esclarecer, discutir, tirar dúvidas além de ouvir a opinião da população diretamente beneficiada. E alcançou um número estimado de quase 1.000,00 pessoas, que moram não somente no conjunto Bosque Araguaia, mas também do entorno do bairro do Tapanã.

A elaboração e aprovação do projeto de regularização fundiária envolve diversas ações desempenhadas pela CODEM aliada à Comunidade, aos órgãos de licenciamento e do Cartório de

imóvies. E após o estudo de domiliadiade da área e o levantamento topográfico, iniciou-se o processo de trabalho.

A equipe Social e urbanística iniciaram os trabalhos em campo no dia 10/05/2022, com a realização dos cadastros, coleta de documentos e realização de medição dos lotes. De acordo com a equipe , a adesão dos moradores com a documentação regular e a aceitação da equipe em locus se deu pela real e efetiva mobilização realizada pela liderança da associação dos moradores.

Após a coleta dos produtos os processos seguiram para a equipe do Serviço Social que analisou os documentos e verificou o perfil sócio econômico por meio do Parecer Social, seguindo com a equipe jurídica para análise processual com Parecer Jurídico e logo em seguida com a equipe urbanística para construção das peças técnicas, para enfim ser enviadas, por meio da tabela lote a lote, ao 3º Registro de Imóveis de Belém.

No dia 28 de Agosto de 2023 houve a realização de entrega das Certidões e Títulos de Propriedade para os moradores, um marco na garantia do direito á moradia, a segurança da posse, pois a legitimação fundiária constitui-se como instrumento jurídico adequado para a regularização fundiária.

A tabela abaixo demonstra os números e porcentagens do resultado do trabalho realizado por meio de mobilização social, na área, :

	Nº DE UNIDADES	**%**
TOTAL DE UNIDADES	**598**	100%
UNIDADES NÃO PASSÍVEIS DE MOBILIZAÇÃO	74	12%
UNIDADES NÃO MOBILIZADAS	72	12%
UNIDADES MOBILIZADAS	452	76%
UNIDADES REGULARIZADAS ATÉ ABRIL/2024	325	54%

Diante do exposto, os dados evidenciam que o grau de aceitação da população se deu inicialmente com a efetiva mobilização social realizada no Bairro do Tapanã, em particular na área

do Conjunto Bosque Araguaia , que por meio de reuniões, Audiência Pública fortaleceram compromissos de responsabilidade de cada ator no processo de trabalho. Destaca-se o comprometimento tanto do representante da Associação dos Moradores do Conjunto Bosque Araguaia, quanto da equipe de trabalho da Instituição CODEM, que pactuaram um compromisso na garantia do direito à moradia com segurança, por meio da Regularização Fundiária

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 de jul. 2021. BOENTE, Alfredo; BRAGA, Gláucia. Metodologia científica contemporânea: para universitários e pesquisadores. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em 12 de jul. 2021.

CEOLIN, Ana Caroline Santos (2015). A Regularização Fundiária como Instrumento De Inclusão Social e de Superação Da Pobreza: Estudo De Caso Da Comarca De São João Da Ponte em Minas Gerais. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade. v. 1. nº 2. p. 75-104.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídio para reflexão. Brasília: CFESS, 2016.

CODEM - Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém. Arruamento do bairro de Fátima. 2021.

MAFRA, Rennan L. M. (2010). Mobilização Social e Comunicação: Por uma Perspectiva Relacional. Mediação, Belo Horizonte, v. 11, n. 10, jan./jun. de 2010.

MAIORES Bairros de Belém. Disponível em:https://populacao.net.br/os- maioresbairros-belem_pa.html. Acesso em 12 de jul. 2021.

SOARES, P. P. M. A. ; CARDOSO, W. S. ; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro . BELÉM (PA): CONTRADIÇÕES SOCIAIS DO E NO PLANEJAMENTO URBANO. REVISTA DE POLITICAS PUBLICAS (UFMA), v. 22, p. 1269-1290, 2018.

STOCKINGER, S. C. (2005). Textos de Teoria e Prática de Serviço Social: Estágio Profissional em Serviço Social na UFPA (Volume I). Belém: Ed. Amazônia

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano

PLATAFORMIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Bianca Neves Arnaud[1](PPGSS/UFPA)

Vera Lúcia Batista Gomes[2](PPGSS/UFPA)

Resumo: Este artigo objetiva apresentar reflexões sobre o trabalho plataformizado e uberizado no Brasil, tendo por base resultados obtidos por meio da pesquisa empírica que subsidiou a elaboração da dissertação de Mestrado em Serviço Social de uma das autoras desta comunicação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), bem como, dos debates efetuados no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEPTESA/PPGSS/UFPA). A plataformização e uberização do trabalho representam os mecanismos contemporâneos que o capital, em sua fase de crise estrutural e reestruturação produtiva, permanente, vem instituindo e conduzindo a novas formas de exploração força de trabalho da classe trabalhadora e de para precarização do trabalho, em escala global. Entretanto, convém registrar que as tendências globais dos referidos fenômenos se realizam conforme a inserção na divisão internacional do trabalho e a articulação de desigualdades, em cada país, ou seja, as suas tendências apresentam particularidades nas diferentes formações nacionais. O fato de o Brasil ser um país de capitalismo periférico, ocupar um lugar de dependência na divisão internacional do trabalho e possuir um número expressivo de trabalhadores na informalidade, dinamiza e aprofunda as características da plataformização e uberização do trabalho.

Palavras-Chave: Trabalho, Plataformização e uberização do trabalho; precarização do trabalho; Trabalho Informal.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar reflexões sobre o trabalho plataformizado e uberizado no Brasil, tendo por base resultados obtidos por meio da pesquisa que subsidiou a elaboração da dissertação de Mestrado em Serviço Social de uma das autoras desta comunicação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), bem como, dos debates efetuados no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEPTESA/PPGSS/UFPA).

A plataformização e uberização do trabalho representam os mecanismos contemporâneos que o capital, em sua fase de crise estrutural e reestruturação produtiva, permanente, institui para precarizar e explorar a força de trabalho da classe trabalhadora. São fenômenos que expressam a

[1] Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), membro do Grupo de Estudos Trabalho e Estado na Amazônia – GEP-TESA/PPGSS-UFPA. E-mail: biancaarnaud01@gmail.com

[2] Assistente social, mestre em Serviço Social pelo PPGSS-UFPA e doutora em Sociologia pela Université de Picardie Jules Verne – Amiens France. Prof.ª do curso de Serviço Social, em nível de graduação e Pós-Graduação da UFPA. Lider do GEP-TESA/PPGSS-UFPA. Pesquisadora produtividade do CNPQ – PQ2. E-mail: veralucia@ufpa.br e veragomesbelem@hotmail.com

desregulamentação e novas formas de precarização no mundo do trabalho, em escala global. Contudo, a depender da forma de inserção de cada país na divisão internacional do trabalho que se apresentam desiguais, determinam tendências muito particulares nos diferentes mercados de trabalho e formações nacionais.

O Brasil, em particular, que ocupa um lugar periférico e dependente na divisão internacional do trabalho, como exportador de *commodities*, possui um mercado de trabalho, extremamente, desigual, o trabalho plataformizado e uberizado tem contribuído para o aumento dessas formas de trabalho, provocando, assim, novas formas de precarização. Entende-se, então, que embora a plataformização e uberização do trabalho configurem uma ofensiva à classe trabalhadora em âmbito mundial do capital, em um país dependente, como o Brasil, operam-se particularidades que são próprias da inserção do país no mercado mundial. Um exemplo que se pode mencionar é o fato de o Brasil possuir um número expressivo de trabalhadores/as na informalidade, no qual, segundo dados do IBGE, o país alcançou um número de 39 milhões de trabalhadores/as informais no 3º trimestre de 2023. O número equivale a 39,1% da população ocupada do país.

Assim, este artigo está organizado da seguinte forma, a saber: esta parte introdutória; o tópico 2 que versa sobre os principais apontamentos dos referidos fenômenos, em escala global; o tópico 3 que apresenta a particularidade do trabalho subordinado por plataformas no Brasil; seguido das considerações finais, as quais evidenciam que os fenômenos da plataformização e uberização do trabalho se constituem novas formas de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital para a extração da mais-valia, cuja particularidade do mercado de trabalho brasileiro potencializa a intensificação do trabalho, portanto, novas formas de trabalho informal e precário.

2 PLATAFORMIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: Breves apontamentos

A plataformização e a uberização do trabalho são resultantes das diversas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, a partir da década de 1970 com a crise do capital na contemporaneidade e todos os processos advindo para o seu enfrentamento, os quais ocasionaram mudanças no âmbito da produção, do trabalho, da cultura, do Estado e social. De forma concisa, a plataformização e uberização podem ser compreendidas como um processo de longo prazo que ataca as forças sociais do trabalho e as novas formas de produção, as quais não podem ser desvinculados da valorização do capital sob a hegemonia financeira, nem dos processos de oligopolização e concentração de renda e de riqueza que têm por base o neoliberalismo (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Sendo assim, pode-se inferir que a uberização se constitui um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho com a consolidação do trabalho sob demanda e a plataformização como a dependência de plataformas digitais para executar diferentes formas de trabalho. Nesta perspectiva, a plataformização do trabalho pode ser entendida como um novo meio poderoso pelo qual as relações de trabalho vêm se reestruturando, de forma que, a partir da utilização de plataformas digitais, são estabelecidos distintos modelos de negócio, formas de organização laboral, relação com clientes e com trabalhadores(as), sob o viés de mediação ou prestação de serviços, resultando na ausência de vínculos empregatícios (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, Cardoso; Garcia, 2022).

Convém registar que a plataformização do trabalho não é um processo único, possuindo diferentes perfis, mecanismos e atividades de trabalho, com diversas e desiguais manifestações de raça, gênero, classe, sexualidade, localização e formações nacionais. Trata-se, então, de um fenômeno presente em segmentos de trabalhadores(as) que apresentam altas taxas de formalidade e melhores condições de trabalho, tais como: O setor bancário e jurídico, assim como, abrange trabalhadores(as) que sempre estiveram no mercado informal, alguns/algumas com baixas escolaridades e outros/as com cursos de nível superior; brancas e pretas, mulheres e homens, mais jovens e mais velhos, gerando novas formas de desigualdade laboral e um contingente de trabalhadores/as com perfil heterogêneo (Grohmann, 2021).

Além disso, a plataformização engloba outras atividades em plataformas digitais que são desenvolvidas por trabalhadores(as) que buscam garantir a sua sobrevivência, como é o caso daqueles/as que comercializam produtos pelo *whatsapp*, influenciadores digitais e criadores de conteúdos de plataformas digitais. Observa-se, assim, que existe uma gama de trabalhos que vêm sendo mediados pela plataformização, revelando, assim, a complexidade desse fenômeno (Grohmann, 2021).

No que tange à uberização do trabalho, esta representa novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho, as quais expressam a eliminação de direitos, transferência de riscos e custos para a classe trabalhadora. Compreendida como um fenômeno mais amplo, para além das plataformas digitais, ou seja, é considerada um processo de informalização do trabalho com base na consolidação do(a) trabalhador(a) sob demanda. Desta forma, entende-se que apesar do termo uberização ter ganhado visibilidade com a empresa Uber, este processo não se inicia e nem se restringe a mesma, isto é, o fenômeno representa um novo passo na subsunção real do trabalho ao capital, indo além do trabalho de motoristas da referida empresa, abrangendo diferentes segmentos de trabalhadores(as) (Abílio, 2017).

Neste sentido, Abílio (2017) aponta um importante elemento deste fenômeno: O autogerenciamento subordinado, no qual é transferido para o(a) trabalhador(a) um gerenciamento

de si, que se faz nas relações contemporâneas de gestão do trabalho, transferindo parte da responsabilidade para o(a) próprio(a) trabalhador(a), fazendo com que este seja, inteiramente, subordinado por regras informalizadas, ou seja, o(a) trabalhador(a) é responsável pela administração da sua jornada de trabalho e do seu salário, contudo, precisa seguir regras que são estabelecidas pela empresa.

Além disso, a uberização do trabalho comporta a disseminação de diversas falácias, nas quais propaga-se ao(à) trabalhador(a) a falsa ideia de autonomia quanto ao poder de decisão sobre seus horários de trabalho. A ideia de liberdade em que o(a) trabalhador(a) pode, por exemplo, ligar e desligar o aplicativo da empresa, a hora que desejar, sem ter que pedir permissão ou dar satisfação a um patrão, se apresenta como uma das "vantagens" desta forma de trabalho. Além da flexibilidade de poder prestar diversos tipos de serviços, tais como: Entrega de alimentos por meio de uma bicicleta, hoje, mais, também, pode atuar como motorista de carro particular ou prestar serviço de eletricista amanhã (Sabino; Abílio, 2019; Rebechi, 2017).

Sob este entendimento, afirma-se que a plataformização e uberização do trabalho representam os mecanismos contemporâneos que o capital, em sua fase de crise estrutural e reestruturação produtiva, permanente, institui para explorar a força de trabalho da classe trabalhadora, desregulamentando e precarizando, cada vez mais, o trabalho, em escala global.

3 O TRABALHO SUBORDINADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS NO BRASIL*:* Entre a informalidade e a precarização

Ao analisar a plataformização e uberização do trabalho, observa-se que existem tendências globais que se realizam conforme a inserção de cada país, na divisão internacional do trabalho. Assim, as tendências destes fenômenos apresentam particularidades nos diferentes mercados de trabalho e nas formações nacionais. No Brasil, em particular, que ocupa um lugar periférico na divisão internacional do trabalho, como exportador de commodities e possui um mercado de trabalho desigual, caracterizado por péssimas condições de trabalho, atravessado por uma alta rotatividade do emprego formal, da informalidade, da terceirização e flexibilização dos direitos, se tem um quadro que as relações de trabalho perpetuam e atualizam uma herança colonial escravocrata (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Nos países latino-americanos, dentre os quais, se inclui o Brasil, a escravidão colonial foi necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Isto porque, o escravismo colonial antecedeu o capitalismo, no Brasil e, estabeleceu bases próprias das relações no país que propiciou o desenvolvimento de um capitalismo dependente (Souza, 2019). Desta forma,

> É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes) (Fernandes, 1972, p. 45).

A condição de dependência na América Latina vem ocorrendo, desde a transição do antigo sistema colonial para o capitalismo comercial, no qual as riquezas da América Latina eram transferidas para a Europa, configurando uma espoliação de fora para dentro, em que países latinos americanos viram-se impelidos a dividir o excedente econômico com as economias centrais (Fernandes, 1972):

> [...] a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria [...] É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2017, p. 327).

Assim, pode-se dizer que a transição da economia brasileira e latino-americana como um todo, ocorreu em um momento histórico em que os países centrais já haviam alcançado níveis elevados de desenvolvimento das forças produtivas e constituíam-se como potências imperialistas, ou seja, para se expandirem ainda mais, precisam da contínua subordinação das economias subdesenvolvidas, absorvendo grande parte da riqueza produzida por essas economias (Souza, 2019).

A propósito, Fernandes (1972) afirma que o Brasil, com uma economia capitalista dependente, desempenha um papel fundamental na economia mundial no que concerne à manutenção e ao crescimento econômico e social dos países desenvolvidos, ficando sujeito a redução de suas riquezas e excluindo a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes privilegiados, colocando o(a)s trabalhadores/as, cada vez mais, submetidos a mecanismos permanentes de exploração do capital.

Desta feita, pode-se compreender que a condição de dependência, se expressa pela própria função que a economia brasileira ocupa na divisão internacional do trabalho, sendo esta subordinada às nações tecnológicas mais desenvolvidas e agrário-exportadora que fornece matéria-prima ao mercado externo a baixo custo por meio da superexploração da força de trabalho, da violência e da destruição humana e ambiental. Observa-se, assim, que esta condição de dependência incide no desenvolvimento do país, implicando, diretamente, na força de trabalho que acaba sendo inserida em uma dinâmica de superexploração e conformando um reservatório de força de trabalho precária (Souza, 1972).

A concepção de superexploração da força de trabalho, segundo Marini (2017), é a forma que os capitalistas dependentes buscam para compensar a transferência de riquezas absorvidas pelas economias centrais, isto é, para compensar a troca desigual, as burguesias nacionais exploram e expropriam em maior grau a força de trabalho, aumentando a mais-valia. Neste sentido, a superexploração da força de trabalho deve ser entendida como uma expropriação que ocorre de distintas formas, pela intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário para a classe trabalhadora reproduzir-se, configurando um modo de produção pautado, especificamente, na exploração do(a) trabalhador(a), e não, no desenvolvimento da sua capacidade produtiva.

Sob este entendimento, pode-se dizer que a superexploração da força de trabalho se expressa pelo desemprego estrutural, pela desproteção, pela precarização e informalização do trabalho, pela inviabilização ao acesso de equipamentos públicos e de bens e consumo, estando associados a várias dimensões da vida social, pressupondo a dominação e opressão da classe trabalhadora. Importa registrar, também, que a superexploração da força de trabalho, não deve ser compreendida como degradação das condições de trabalho ou inexistência de desenvolvimento capitalista, mas, como uma exploração que implica no consumo e na vida da classe trabalhadora, em uma tendência estrutural e sistemática estabelecida na forma particular do capitalismo dependente (Marini, 2017; Soares, 2022).

Sob este entendimento, Soares (2022) afirma que a superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora brasileira pode ser constatada, também, no trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, implicando nas condições de vida e de trabalho desta classe. Assim, compreende-se que embora a plataformização e uberização do trabalho configure uma ofensiva à classe trabalhadora em âmbito mundial do capital, em um país dependente, como o Brasil, operam-se especificidades que são próprias da inserção do país no mercado mundial, as quais o coloca como uma espécie de produtor e reprodutor das formas de exploração e dominação do trabalho (Gomes; Soares; Praun, 2020).

Em vista de tal particularidade, Abílio, Amorim e Grohmann (2021) chamam atenção para as concepções sobre o trabalho subordinado por meio das plataformas digitais, precisamente, em países do Sul que possuem modos de vida, tipicamente, periféricos. Assim, a importação de termos como *gig economy*, por exemplo, sem as devidas mediações, pode dificultar a compreensão do que, realmente, expressam essas formas de trabalho, no Brasil, visto que, apesar da informalização ou dos chamados "bicos" estarem no cerne destas formas contemporâneas de organização e controle do trabalho, essa realidade já era vivenciada de forma estruturante, no país, ou seja - as plataformas digitais de trabalho, apenas, têm contribuído para o agravamento desse cenário. Logo,

> A plataformização, no Brasil, não é, necessariamente, um trabalho vivenciado como complemento de renda (gig economy ou "bico") ou mera alternativa ao desemprego. Ela se conecta e se entrelaça com um mercado de trabalho desestruturado, em que a informalidade tem um papel marcante e, nesse sentido, mostra linhas de continuidade (Machado; Zanoni, 2022, p. 27).

Assim, para além das denominações dessas formas de trabalho, no Brasil, ainda existem dificuldades para a designação do trabalho subordinado por meio das plataformas digitais, pois, trata-se de um fenômeno relativamente novo, no que concerne às transformações no mundo do trabalho, nas últimas décadas. Por sua configuração inconstante, mutável e bastante heterogênea que abrange uma gama de setores e ocupações, torna este fenômeno, ainda, pouco captável e mensurável pelas pesquisas sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Apesar desses impasses, procurou-se, neste tópico, analisar o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, procurando compreender como essa nova forma de organização do trabalho, na contemporaneidade, se apropria de elementos estruturais que são postos à renovadas lógicas, a exemplo, das novas formas de gestão da força de trabalho. O fato do Brasil possuir um número expressivo de trabalhadores na informalidade[3], dinamiza e aprofunda as características da plataformização e uberização do trabalho, evidenciando o país como um exemplo, no qual se observa o resgate de formas de remuneração da força de trabalho, como o salário por peça ou produtividade que são atualizadas por uma variedade de estratégias e mecanismos de supervisão e controle da força de trabalho mediante as inovações tecnológicas (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

A propósito, Abílio (2020) afirma que a uberização se configura como um poderoso processo de aprofundamento da informalização do trabalho, apontando tendências de generalização das características do mercado de trabalho no Sul, a exemplo do Brasil, que ganham visibilidade ao se espraiar por países do centro, configurando-se como um fenômeno global que atinge a classe

[3] Segundo dados do IBGE, o Brasil registrou 39 milhões de trabalhadores informais no 3º trimestre de 2023.

trabalhadora como um todo, ou seja, não somente, trabalhadores/as dos países periféricos do capitalismo, mas, sobretudo, este(a)s últimos(as) com maior preponderância. Este quadro evidencia que a informalidade, historicamente, relacionada à condição de capitalismo periférico, se apresenta como regra nas novas formas de trabalho.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2018, cerca de 2 (dois) bilhões de pessoas, ou seja, mais de 61% da população empregada, no mundo, encontravam-se no trabalho informal, sendo a maioria em países emergentes e, em desenvolvimento, fato este, que implica na ausência de proteção social e trabalhistas e nas condições de trabalho da classe trabalhadora, em todo mundo. Na América Latina, em especial, cerca de 70% dos postos de trabalho criados, no ano de 2021, todos foram em condições de informalidade. Embora tenha ocorrido uma queda na taxa de desocupação, em 2022, em torno de 7,2%, os problemas de qualidade de emprego, ainda, persistem, ou seja, a inserção no mercado de trabalho ocorre de maneira precária. Assim, pode-se inferir que há a predominância do trabalho informal, na América Latina, pois, as pessoas em situação de desemprego acabam inserindo-se nessa forma de trabalho.

A predominância da informalidade, nos países latino americanos pode ter significativas implicações para a inserção no trabalho subordinado por meio de plataformas digitais. No Brasil, as plataformas digitais de trabalho conduziram à criação e à expansão de diversas ocupações, dentre as quais, a dos *bikeboys*, que já existiam no país, antes do trabalho por plataformas, mas, se ampliou, consideravelmente, a partir delas. Outro exemplo são as plataformas de micro trabalho, cujos trabalhadores/as alimentam sistemas de inteligência artificial. Assim, as plataformas digitais vêm potencializando um vasto movimento de informalização do trabalho, como a do(a)s entregadores/as por meio de motocicleta (motoboys) e motoristas de transporte de passageiros, passando a expandir o trabalho informal para setores cuja formalidade predominava (Fairwork, 2022).

Essa realidade pode ser observada, através dos dados contidos no site Democracia e Mundo do Trabalho em debate (2023), os quais demonstram que o Brasil tem 1,7 milhão de pessoas trabalhando na informalidade, como motoristas de aplicativo e entregadores. O crescimento que mais chama atenção é o de entregadores por meio de moto e bicicleta, que passou de 33 mil, em 2016, para 383 mil no ano de 2022. Estes, em sua maioria, são homens jovens e negros que trabalham sem vínculo empregatício. Inclusive, dados do IPEA mostram que esses trabalhadores, em geral, realizam jornadas de trabalho mais longas que a média brasileira, recebendo pouca remuneração. No final de 2021, o rendimento médio de motoristas por aplicativos foi de R $1.900,00 (Um mil e novecentos reais), valor 30% menor que em 2016. Além de estarem expostos aos perigos do trânsito, constata-se que, nos últimos anos, enquanto crescia o número de entregadores por moto, cresciam, também, os acidentes de trabalho. Em 2013, 88.000 (oitenta e oito mil) motociclistas foram internados, após

sofrerem acidentes; em 2022, foram 122.000 (cento e vinte e dois mil). Estes dados traçam um retrato do trabalho uberizado do Brasil.

O mercado de trabalho brasileiro possui diversos tipos de plataformas que engloba uma gama de setores, tais como: Transporte de passageiros, entregas de mercadorias, trabalho doméstico, serviços gerais, serviços *freelance* e micro trabalho. No setor de transporte de passageiros, a plataforma mais conhecida no país, é a Uber, que iniciou suas atividades no estado do Rio de Janeiro, em 2014 e, posteriormente, em São Paulo. Hoje, a plataforma atua em mais de 500 cidades do Brasil com um milhão de motoristas cadastrado(a)s, segundo o Relatório Fairwork Brasil (2022). Além desta, outra plataforma bastante conhecida, neste setor, é a 99; segundo dados da empresa, há 300.000 (trezentos mil) motoristas em atividade no Brasil. Importa frisar, também, que, nos últimos anos, houve outra expansão no setor de transporte de passageiros com a Uber moto e 99 moto, que é uma categoria das plataformas referidas acima, porém, com o cadastro de motociclistas. Esta expansão expressa a dinâmica que as plataformas detêm de se espraiar para diversos setores em busca de novos nichos de mercado.

No setor de entregas, destaca-se a plataforma brasileira *Ifood* criada, em 2011, e se faz presente, em 908 (novecentos e oito) cidades do país, sendo uma referência na América Latina em entregas de refeições. Outra plataforma, neste setor, é a *Rappi*, que atua no país desde 2017, com um diferencial de entregas que se estendem, desde refeições até encomendas. Além destas, há, também, o *99 food* e a *loggi*, sendo esta última de logística (Fairwork, 2022).

No setor de serviços gerais, as plataformas revelam o poder de generalização do trabalho por plataformas, em diferentes setores. A principal plataforma brasileira, neste segmento, é a GetNinjas que engloba serviços de pintor, pedreiro, professor(a), designer, engenheiro(a)s, profissionais de moda e beleza, profissionais de saúde, TI, conserto de carros, entre outros(as). Em seguida, encontra-se a plataforma Triider que tem como o foco o trabalho doméstico, reforçando e intensificando a desigualdade, nesse setor histórico da força de trabalho brasileira (Fairwork, 2022).

Além das plataformas citadas, há, também, várias plataformas em que pessoas trabalham em casa, realizando uma série de atividades, a exemplo das plataformas freelancer, Workana e Fiiver. No setor do micro trabalho, no Brasil, o mercado envolve as plataformas mais conhecidas mundialmente, como: Amazon Mechanical Turk, Appen e Lionbridge, nas quais, trabalhadores/as realizam atividades para processos de Inteligência Artificial. Existem, ainda, as plataformas terceirizadas de mídias sociais com a produção de conteúdos digitais e as chamadas fazendas de cliques, nas quais trabalhadores/as são “pagos” para curtir, comentar e clicar em perfis como Instagram, TikTok e YouTube (Fairwork, 2022).

Em vista de compreender as condições de trabalho nas principais plataformas digitais, no Brasil, a saber: iFood, 99, Uber, Rappi e GetNinjas, apoia-se no Relatório do projeto *Fairwork* do ano de 2021, que apresenta uma avaliação sobre as mesmas, com base nos princípios de trabalho decente[4]: Remuneração, condições de trabalho, contratos, gestão e representação, atribuindo uma pontuação de 0 a 1.

Em relação à remuneração, observou-se que a maioria das plataformas não têm um limite mínimo do valor a ser pago pelo trabalho, pois, as mesmas não estabelecem um salário fixo para o(a)s trabalhadores/as. Trata-se de uma remuneração flexível que varia conforme o percentual das comissões por serviços realizados previamente, definidas pelas empresas das plataformas. As horas de trabalho, também, são flexibilizadas, de forma que, o tempo de espera das chamadas configura-se como tempo de trabalho não pago, contribuindo para uma extensiva jornada de trabalho. Ademais, é exigido do(a)s trabalhadores/as, a responsabilidade de arcar com os custos e a manutenção dos seus instrumentos de trabalho, acarretando uma alta insegurança de renda para esta categoria (Fairwork, 2022).

Quanto às condições de trabalho, o Relatório do projeto *Fairwork* evidencia um cenário problemático permeado por extenuantes jornadas de trabalho, ausência de infraestrutura básica como: Acesso a banheiros, local de descanso e água potável, inexistência de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e, quando é oferecido, se faz atravessado por barreiras para o seu acesso, por exemplo, locais de coleta distantes para o(a)s trabalhadores/as. Acrescenta-se a isso, os diversos e sérios riscos à saúde da classe trabalhadora resultantes de acidentes de trânsito, agressões, assaltos, pressão, exposição excessiva ao sol, estresse e desgaste mental.

No que tange aos contratos de trabalho, em tese, não existe um contrato de trabalho vinculado às plataformas e aos trabalhadores/as; o que existe é um mascaramento entre ambas as partes sobre os termos e as condições de uso disponibilizados pelas plataformas para o aceite do(a)s trabalhadores/as. Em geral, esses termos são textos extensivos, com letras pequenas, não possibilitando uma linguagem clara, compreensível e acessível, os quais o(a)s trabalhadores/as, frequentemente, aceitam sem lê-los, além de alterações nos referidos termos que não são notificadas para os(as) trabalhadores/as, em um prazo razoável. (Fairwork, 2022).

Com relação à gestão, este princípio se configura um grande desafio quando se trata da economia de plataformas, no Brasil. De acordo com o referido Relatório (Fairwork, 2022), nenhuma

[4] O trabalho decente foi formalizado, em 1999, pela Organização Internacional do Trabalho, e pode ser definido como "trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna". Disponível em: https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=O+que+%C3%A9+o+trabalho+decente. Acesso em: 20 de março de 2023.

das plataformas analisadas dispõem de uma gestão transparente, não há canais de comunicação eficazes para o(a)s trabalhadores/as manifestarem suas dúvidas e/ou reclamações, ocorrem muitos bloqueios arbitrários nas plataformas nos quais trabalhadores/as são desligados e não conseguem recorrer, além da inexistência de políticas que amparam esses/as trabalhadores/as.

No que tange ao último princípio analisado, ou seja, a representação, o Relatório aponta que, ainda, há muito o que ser avançado no trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, no Brasil, pois, as plataformas não possuem uma política em que o(a)s trabalhadores/as tenham liberdade para exercerem sua voz e se organizarem politicamente. Mas, sim, o oposto, pois, vário(a)s trabalhadores/as declaram que já foram punidos por participar de alguma greve ou movimento de reivindicação, expondo o limitado e até inexistente direito de liberdade de associação de todo cidadão brasileiro.

Como resultado da avaliação efetuada sobre as condições de trabalho nas plataformas digitais, o mencionado Relatório demonstrou que as plataformas analisadas não garantem direitos trabalhistas básicos, pelo contrário, as mesmas vêm contribuindo para a manutenção e para o agravamento das condições desiguais e precárias do mercado de trabalho brasileiro, exacerbando o trabalho informal, precário e mal remunerado. Assim, dentre as plataformas avaliadas, em uma escala de 0 a 10 pontos, o Relatório mostra o Ifood e 99 com 2, a Uber com 1, a Rappi e a Getninjas com 0. Ressalta-se que o Brasil apresentou uma das piores avaliações comparadas com relatórios realizados em outros países, enfatizando que, em geral, na América Latina, não há plataformas com alta pontuação nos demais relatórios realizados.

Entende-se, portanto, que o capital, mediante os fenômenos da plataformização e uberização, vale-se da particularidade do mercado de trabalho brasileiro para intensificar as formas de trabalho informal e precário, que se constituem estratégias de subsistência para a classe trabalhadora, mas, novas formas de obtenção de lucros para as referidas empresas. Assim, observa-se que “as estratégias de vida hoje tornam-se informações que serão administradas por empresas as quais detém os meios de se apropriar delas de modo privado e [...] utilizá-las como parte do gerenciamento e controle do trabalho” (Abílio, 2020b, p. 124).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar reflexões sobre a plataformização e uberização do trabalho no Brasil, pois se parte do princípio que apesar destes fenômenos se apresentarem, em escala global, existem tendências que expressam particularidades em cada país. Assim, as particularidades econômicas, políticas e sociais de cada formação nacional e/ou região se manifestam como fortes aliadas ao capital para ampliar a sua exploração.

O fato de o Brasil ser um país de capitalismo periférico, ocupar um lugar de dependência na divisão internacional do trabalho e possuir um número expressivo de trabalhadores na informalidade, dinamiza e aprofunda as características da plataformização e uberização do trabalho, evidenciando o país como um exemplo, no qual se observa uma correlação entre a desproteção social e trabalhista com uma série de estratégias e novos mecanismos de supervisão e controle da força de trabalho mediante as inovações tecnológicas.

Portanto, os fenômenos tratados se configuram como um processo de aprofundamento da informalização do trabalho, apontando tendências de generalização das características do mercado de trabalho no Sul, a exemplo do Brasil, que ganham visibilidade ao se espraiar por países do centro, configurando-se como um fenômeno global que atinge a classe trabalhadora em sua totalidade, ou seja, não somente, trabalhadores/as dos países periféricos do capitalismo, mas, sobretudo, este(a)s últimos(as) com maior preponderância. Este quadro evidencia que a informalidade, historicamente, relacionada à condição de capitalismo periférico, se apresenta como regra nas novas formas de trabalho (Abílio, 2020a).

Em síntese, entende-se que o capital, mediante os fenômenos da plataformização e uberização, vale-se da particularidade do mercado de trabalho brasileiro para intensificar as formas de trabalho informal e precário, que se constituem estratégias de subsistência para a classe trabalhadora, mas, novas formas de obtenção de lucros para as referidas empresas.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado? **Contracampo,** Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020a.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização:** gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, Ricardo (org). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil:** conceitos, processos e formas. Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai-ago 2021a, p. 26-56.

Democracia e Mundo do Trabalho em debate. **Em dados, a uberização da vida.** 2023. Disponível em: https://www.dmtemdebate.com.br/em-dados-a-uberizacao-da-vida/. Acesso em: 10 de abril de 2023.

FAIRWORK (2022). **Fairwork Brazil Ratings 2021:** Towards Decent Work in the Platform Economy. Porto Alegre, Brazil; Oxford, United Kingdom, Berlin, Germany.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2 ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

GOMES, Márcia Regina Botão; SOARES, Marcela; PRAUN, Luci. Trabalho e Serviço Social: ressignificações contemporâneas. **O Social em Questão,** núm. 47, 2020, Maio-, pp. 9-22 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552263106002

MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan. **introdução** In: **O trabalho controlado por plataformas digitais:** dimensões, perfis e direitos [meio eletrônico] / Sidnei Machado, Alexandre Pilan Zanoni (organizadores); - UFPR - Clínica Direito do Trabalho: Curitiba, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. ISSN: 2175-5604.

REBECHI, Claudia Nociolini. A subjetividade do trabalhador no contexto da uberização do trabalho: um novo desafio para os estudos de comunicação nas relações de trabalho. Intercom – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** 40o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 2017.

SABINO, André Monici; ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: o empreendedorismo como novo nome para a exploração. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano,** Campinas, v. 2, n. 2, p. 109-135, 2019.

SOARES, Marcela. Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. **Laborare.** Ano V, Número 9, Jul-Dez/2022, pp. 170-191. ISSN 2595-847X. https://revistalaborare.org

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Terra, trabalho e racismo:** veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204570

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

AUSÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL NA PERIFERIA DE MARITUBA/PA: UM OLHAR PARA AS VULNERABILIDADES DA POLÍTICA URBANA NA AMAZÔNIA

Vivian Tavares da Silva[1] (ICSA/UFPA)
Bianca Rodrigues da Silva[2] (PPGSS/UFPA)
Lucas Wellington da Silva Silva[3] (PPGSS/UFPA)
Priscila Silva dos Anjos[4] (PPGSS/UFPA)

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar introdutoriamente as vulnerabilidades oriundas da ausência de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB) na periferia de Marituba/PA, pertencente à Região Metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará. Nesse sentido, o trabalho foi fundamentado na perspectiva do método materialismo histórico-dialético e se definiu como percurso metodológico o levantamento bibliográfico e documental. Os principais dados utilizados na pesquisa foram levantados do Censo Demográfico de 2010 na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontam que a ausência do poder público e da política de REURB gera a precarização de serviços de saneamento básico e infraestrutura, insegurança pública e insegurança da posse aos seus moradores, o que afeta as condições de habitabilidade da população maritubense.

Palavras-chaves: Regularização Fundiária. Periferia. Marituba.

1. INTRODUÇÃO

A Política Urbana assume em municípios amazônicos como Marituba especificidades que exigem um olhar mais aprofundado sobre as requisições sócio-históricas da política no país e a nível local, sobretudo compreendendo as precarizações impostas à vida dos munícipes pela relação Capital/Trabalho. Tratando-se de aglomerados subnormais, categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o início do ano de 2024 para tratar de favelas e comunidades urbanas, essas especificidades ganham ainda mais contornos, haja vista que são uma forma de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados de propriedade alheia para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2019).

De acordo com dados do IBGE (2021), Marituba é o menor município do Estado do Pará, com extensão territorial de 103,214 km² e uma população estimada de 135.812 pessoas, o que faz com que

[1] Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. E-mail: viviantavaresdasilva2@gmail.com
[2] Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. E-mail:biancarodrigues1298@gmail.com
[3] Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. E-mail:lucwel.silva@gmail.com
[4] Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. E-mail: priscila.anjos@ig.ufpa.br

ele obtenha a terceira maior taxa de densidade demográfica, representada em 1047,44 habitantes/km² (IBGE, 2010). Assim, à medida em que a cidade de Marituba se amplia de forma desordenada com clara segregação de classe, acirram-se as múltiplas expressões da questão social. Dessa forma, é inevitável que haja demandas da população relacionadas à incidência de aglomerados subnormais, intensificadas com a ineficácia de política de REURB no município.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva investigar introdutoriamente as vulnerabilidades oriundas da ausência de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB) em aglomerados subnormais em Marituba. Para tal, a pesquisa utilizou a perspectiva do método materialismo histórico-dialético e se definiu como percurso metodológico o levantamento bibliográfico e documental. Os principais dados documentais utilizados na pesquisa foram levantados do Censo Demográfico de 2010 na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O trabalho está dividido em uma breve contextualização histórica da Política de Regularização Fundiária no município de Marituba e posteriormente adentra-se na segregação espacial dos aglomerados subnormais em Marituba como uma herança materializada na realidade amazônica brasileira, concluindo-se que a ausência do poder público e de política de REURB geram precarização de serviços sociais básicos, afetando profundamente as condições de habitabilidade da população maritubense, a qual sofre com seus direitos sociais básicos suprimidos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE MARITUBA

Historicamente o Estado brasileiro aliado ao capital tem pensado e implementado na Amazônia formas de ocupação alheias à realidade da população local, a exemplo da implantação da década de 1960 do II Plano Nacional Desenvolvimento Regional da Amazônia, a partir do qual se passou a incentivar a instalação de grandes projetos no território paraense, com a atração de projetos de mineração, portos, hidrelétricas, monoculturas, entre outros. Esses empreendimentos afetam de forma negativa as vidas de milhares de pessoas, as quais muitas vezes são expropriadas tanto de suas terras como de suas formas de sobrevivência, pois se define localmente um caráter privatista da terra e dos serviços básicos que a posse dela contém.

Com o fim do regime militar em 1985 e o início do processo de redemocratização brasileira, diversas parcelas da população organizaram-se em torno do direito à cidade e à moradia digna. Nesse processo, surgiu o Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU, que com suas fortes mobilizações sociais fez com que os artigos 182 e 183 sobre a Política Urbana adentrassem na Constituição Federal

Brasileira de 1988, conformando a habitação, a regularização fundiária, a mobilidade e o saneamento básico como instrumentos da Política Urbana.

No que se refere à Regularização Fundiária, a lei 10. 257 de 10 de junho de 2021 e a Lei de Regularização Fundiária de Interesse Social (Lei nº 13.465/2017) fazem parte de uma das modalidades da Regularização Fundiária Urbana, conceituada no artigo 13º da Lei nº 13.465/2017 como "aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal" (Brasil, 2017).

Desse modo, a Regularização Fundiária Urbana é uma importante ferramenta de mitigação dos processos de ocupação irregular da terra historicamente engendrados. Afinal, a Regularização Fundiária abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e a titulação de seus ocupantes. Em Marituba, a Lei 13.465/2017 é aplicada pelo Decreto Municipal nº 446/2020, que dispõe sobre o Programa Municipal de Regularização Fundiária Minha Terra Legal (MTL), criado em 2020 em parceria com o Governo do Estado, por meio da Instituição de Terras do Pará – ITERPA, e a Universidade Federal do Pará.

2. SEGREGAÇÃO ESPACIAL DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM MARITUBA: UMA HERANÇA MATERIALIZADA NA REALIDADE AMAZÔNICA BRASILEIRA

Segundo IBGE (2010), mais de 77% da área urbana de Marituba é composta por aglomerados subnormais, estas áreas abrigam 83.368 habitantes, ou seja, mais de 77% da população do município vive em áreas sem infraestrutura e em ocupações ilegais, conforme a tabela 1.

Tabela 1: População residente em aglomerados subnormais no município de Marituba no ano de 2010.

AGLOMERADO SUBNORMAL	POPULAÇÃO	AGLOMERADO SUBNORMAL	POPULAÇÃO	AGLOMERADO SUBNORMAL	POPULAÇÃO
Agrovila Riacho Doce	456	Conjunto Nova Marituba	3.531	Invasão Uriboca	1.969
Agrovila São Pedro	846	Dom Aristídes	6.372	Mario Couto	2.698
Almir Gabriel	12.512	Invasão do Decouville	903	Marituba I	2.924
Bairro Novo	6.605	Invasão Guara-Suco	3005	Nova União	15.525
Beija-Flor	4.862	Invasão Vida Nova	350	Novo Horizonte	2.273
Centro	2.195	Invasão Santa Clara	3.245	Parque das Palmeiras	2.674

Conjunto Jardim Imperial	2.672	Invasão Santa Lúcia I e II	438	Pedreirinha	4.278
		São Francisco	3.035		

Total: 83.368

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

De acordo com Maricato (2003), a massa populacional trabalhadora que passou a migrar para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida desde o início do processo da urbanização brasileira, que se deu no decorrer do século XX, acabou tendo como única alternativa ocupar terrenos de forma desordenada pela necessidade de moradia. De modo que os projetos de suposto desenvolvimento da Amazônia que fizeram com que grandes contingentes populacionais migrassem para as zonas urbanas, na verdade mais demonstraram que o Estado aliado ao capital fomentou com as políticas desenvolvimentistas a pauperização dos socioterritórios amazônicos enquanto prometiam acesso aos direitos sociais básicos como mero discurso, jogando essas pessoas na vala comum dos desvalidos que engrossaram os contingentes urbanos das sedes municipais (Teixeira, 2008).

Assim, essa população acaba tendo que enfrentar diversos problemas como a falta de serviços mínimos como o abastecimento de água, realidade expressamente vivenciada em Marituba, como exposto no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Forma de abastecimento de água em Marituba no ano de 2010.



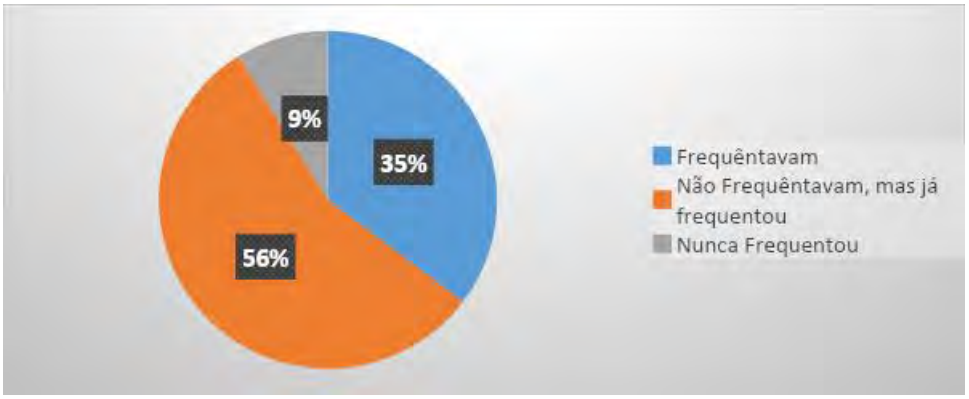
Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Desse modo, cabe apontar que pelo menos até o ano de 2010 existia um número muito alto de domicílios em Marituba excluídos do serviço de abastecimento de água da rede geral, pois em uma

amostra de 27.357 domicílios, apenas 0,38% utilizavam a rede geral de distribuição de água, conforme mostra o gráfico acima. Tal dado reflete a própria desigualdade regional fortemente presente na região norte e nordeste do Brasil, onde se concentram os piores indicadores de acesso ao saneamento básico (Santos *et al.*, 2018).

Ademais, outro problema sério atrelado a falta de Regularização Fundiária de Interesse Social diz respeito a precarização do acesso aos equipamentos como creches nos lugares ilegais em Marituba. Afinal, dentro de uma amostra de 108.246 crianças, apenas 38.194 crianças frequentavam a creche (IBGE, 2010), ou seja, a maioria das mães não conseguiam matricular os filhos, como expõe o gráfico 2.

Gráfico 2: Número de crianças que frequentavam a creche em Marituba no ano de 2010.



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Dessa forma, o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória, uma vez que a dificuldade de creches e/ou inserção nos instrumentos da política urbana analisados são um reflexo histórico que exige um olhar diferenciado para as questões de gênero, pois o papel da mulher na história das civilizações se pautou sob a mecanismos do patriarcado que a compreende como um ser inferiorizado, subalternizado e destinado a responsabilidade de maternar, enquanto o homem foi (e é) detentor força, racionalidade, heroísmo, o provedor e apto a ocupar os espaços de poder.

A invisibilidade das questões de gênero na política urbana e, consequentemente, no seu planejamento e implementação como na REURB, afasta também a população de outras de políticas públicas e desconsidera atravessamentos estruturais, no dado demonstrado refere-se as demandas relacionadas à autonomia da mulher que necessita trabalhar fora do domicílio, mas precisa conciliar com responsabilidades cotidianas, além das questões de segurança, lazer, entre outras.

De igual modo, não se pode afastar o papel do Estado, uma vez que não especificar as demandas inerentes as especificidades da população, as quais geram implicações que podem

impedir a criação de políticas públicas mais adequadas e eficazes, e que se agravam quando há o cruzamento de marcadores econômicos, de raça e escolaridade, por exemplo. Desta forma, pontua-se a necessidade de a REURB considerar as particularidades populacionais, como a desigualdade de gênero, afinal, um terreno regularizado em nome da moradora pode significar rompimento de ciclos que muitas mulheres enfrentam por inúmeras questões, dentre elas dependência econômica e emocional.

Como demonstrativo da possibilidade de avanço da REURB destaca-se o Projeto de Lei 4.692, formulado em 2019, que prioriza mulheres que sofreram violência doméstica tenham ao acesso a programas de moradia do Governo Federal e a Lei 14.118/2021, que ampara a preferência do nome da mulher no documento que concede a titularidade do imóvel que tenha sido adquirido em programa social e em caso de divórcio ou dissolução da união, o imóvel permanecerá com a mulher, salvo se o homem estiver a guarda total dos filhos provenientes da união.

Segundo Rolnik (2011), no documento no documento "Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?", existem vários direitos à moradia e o direito à posse é um deles e dispõe sobre os impactos da disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos na vida da mulher. Nele, a autora dispõe:

> As mulheres são mais afetadas que os homens quando estes serviços não estão disponíveis porque são elas que dedicam mais tempo às tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora de casa. Em muitas comunidades onde falta água, por exemplo, são as mulheres que caminham vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas. São elas também que dedicam várias horas de seus dias para levar filhos à escola ou idosos a postos de saúde. A ausência destes e de outros itens, portanto, reduz o tempo disponível das mulheres para se dedicarem a outras atividades que garantam sua independência, além de impor maior desgaste físico, afetando sua saúde.

A problemática do apagamento da singularidade e particularidades das mulheres na sociedade capitalista é uma questão que atravessa vários aspectos da vida, desde a sua convivência em sociedade, estruturação econômica e política, ou seja, a generalização das especificidades das mulheres contribui para a manutenção de estruturas de poder que na sociedade capitalista também se expressam como o machismo, sexismo e o racismo. E como desdobramento dessas características, a desigualdade de gênero faz com que as mulheres sofram em seu cotidiano.

Há uma conexão intrínseca das questões de habitação, moradia e direitos humanos, conferindo a estes assuntos uma trajetória necessária a discussões que superem o imediatismo de conferir à parcela da população "um lugar para morar", pois existem muitos

complexos sociais a serem estudados nessa temática para incide sobre as possibilidades de exercer a cidadania.

A desigualdade espacial é produto da desigualdade social" (Carlos, 1970). Em vista disso, percebe-se que "fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade" (Rolnik, 2015).

Trata-se, portanto, de um processo jurídico, político e econômico de dominação da terra pela mediação da forma-mercadoria, onde só é possível acessar o mercado formal da terra possuindo dinheiro suficiente para tal. Em contrapartida, aqueles/as que não o possuem, recorrem ao mercado informal, da autoconstrução, ou seja, a grande maioria da classe trabalhadora brasileira. Assim, o mercado informal torna-se a regra, e o mercado formal a exceção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade evidenciada na análise introdutória das vulnerabilidades oriundas da ausência de Regularização Fundiária de Interesse Social em aglomerados subnormais do município de Marituba, aponta para marcas históricas de como a Política Urbana é pensada e (não) planejada em cidades brasileiras, principalmente em municípios amazônicos. Locais onde os direitos e os interesses da população são descartados, restando apenas realidades de precarização da vida, haja vista que o foco se destina aos privilégios daqueles que detém maior poder aquisitivo e que podem adquirir sua moradia pelo mercado legal.

Fica evidente, portanto, a luta de classes nas cidades, onde a lógica do capital determina a produção do espaço urbano, o que gera um tipo específico de cidade: a cidade do capital. Nela, a classe trabalhadora é relegada aos espaços com menos infraestrutura urbana e oferta de serviços públicos, ou seja, os espaços não valorizados pelo capital e pelo Estado. A situação fica mais problemática quando analisamos a questão fazendo um recorte de gênero, onde é detectada a invisibilidade social e os desafios de se exercer a cidadania, sob a forma em que são planejados os programas habitacionais.

A REURB exerce, assim, um papel estratégico na disputa pelo uso e ocupação do solo urbano, na medida em que legaliza ocupações irregulares e torna-os passíveis de atendimento pelas políticas públicas do Estado. No entanto, sua execução ainda necessita da superação de alguns desafios, especialmente na região amazônica, onde as formas de morar, singulares da região, merecem consideração no planejamento urbano.

Assim, os dados levantados e analisados do Censo Demográfico de 2010 na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mesmo que desatualizados dado o atraso na atualização, já demonstravam a precariedade que a ilegalidade da posse traz às famílias que a vivenciam. Dessa forma, é de fundamental importância que as políticas sociais públicas cheguem a essa população e a Regularização Fundiária de Interesse Social torne-se uma realidade, para que junto da posse possam acessar educação, saneamento básico, segurança pública, acesso ao mercado de trabalho e o alargamento dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

Aglomerados subnormais. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 15 mai. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017**. Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

ADORNO, Theodor. Teoria Estética, Lisboa: Edições 70, 1970.

Estatística Municipal – Marituba. **FAPESPA/SEPLAD**, 2020. Disponível em:< https://issuu.com/ascomfapespa/docs/estatistica_municipal_marituba_pa>. Acesso em 10 dez. 2022.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, Legislação e Desigualdade. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 17 (48), 2003.

MARITUBA. **Decreto Municipal n°446 de 25 de junho de 2020**. Dispõe sobre o Programa Municipal de Regularização Fundiária Minha Terra Legal (MTL) e cria o Núcleo Gerenciamento de Processamento da Regularização Fundiária Urbana do Município de Marituba (NGRU). Marituba: Gabinete do Prefeito, [2020]. Disponível em:<https://marituba.pa.gov.br/site/wp-content/uploads/2020/01/DECRETO-446-1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Município de Marituba. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2010/2021. Disponível em:https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/marituba.html. Acesso em: 25 nov. 2022.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Disponível em:<www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011_ONU_Direito_das_Mulheres_a_Moradia.pdf>. Acesso em: 10 abril de 2024.

SANTOS, F. F. S.; FILHO, J. D.; MACHADO, C.T.; VASCONCELOS, J. F.; FEITOSA, F. R. S. O desenvolvimento do saneamento básico no Brasil e as consequências para a saúde pública. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.4, 2018.

TEIXEIRA, M. J. B. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n.21, p.141-152, 2008.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americano

A AUSÊNCIA E A INEFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PARA O DIREITO À MORADIA DIGNA: UM ESTUDO NA CIDADE DE BRAGANÇA, NO NORDESTE PARAENSE

Deyverson Luener de Oliveira Ferreira[1] (UFPA/PPDSTU/NAEA)
João Plinio Ferreira de Quadros[2] (UFPA/PPDSTU/NAEA)
Raimundo Janildo Santos da Costa[3] (UFPA/NAEA)
Wicken Klaywer Luz Lopes [4] (UFPA/ NAEA)

RESUMO: O presente estudo faz uma discussão sobre as políticas e o conceito de moradia digna, enfatizando a importância desse direito e a sua aplicabilidade dentro das políticas de planejamento habitacional nas cidades. Analisa-se, neste trabalho, o conceito de moradia digna no processo de planejamento habitacional presente no Plano Diretor e no Plano Local de Habitação e Interesse Social no município de Bragança-PA, estabelecendo uma relação entre o conceito de moradia digna tratado nos documentos de planejamento com a realidade social de determinadas localidades no município de Bragança. A pesquisa parte da abordagem qualitativa, sendo fundamentada na relação entre o objeto de estudo e a realidade social em que os sujeitos da pesquisa estão envolvidos. As técnicas de estudo utilizadas foram: levantamento bibliográfico, que fundamenta a discussão do conceito de moradia digna; estudo documental, para se analisar os documentos de planejamento habitacional dentro das políticas de habitação do município estudado (Plano Diretor e Plano Local de Habitação e Interesse Social no município de Bragança-PA) e entrevista semi- estruturada com os moradores das localidades do "Portinho" e do "Marrocos". Na construção dos resultados foi atribuída a análise do conteúdo, na qual foram destacadas algumas categorias de análise. Nos resultados do estudo, constatou-se a ausência da definição exata do conceito e a atribuição de políticas para o direito à moradia digna em Bragança. Ainda que tenham alguns trechos dentro dos documentos de planejamento mencionando isso, enfatiza-se a ausência e a ineficiência dessas políticas tanto no plano político como na ação ativa. Dentro das falas das pessoas que residem nas localidades estudadas, percebe-se as dificuldades e as problemáticas que são vivenciadas pela população, sobretudo porque existe um grande descaso do poder público em atender as necessidades desses sujeitos.

Palavras-chave: Moradia Digna. Política Habitacional. Planejamento Habitacional.

1- INTRODUÇÃO

A discussão que envolve as questões habitacionais no Brasil atravessa um processo histórico, político, social e econômico, sendo importante considerar diversos elementos para entender a

[1] Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia, UFPA, Especialização em Educação e Interculturalidade na Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia, UFPA, BRASIL, deyversonluener@gmail.com

[2] Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Mestre em linguagens e Saberes na Amazônia, UFPA, BRASIL, joãoambiental2017@gmail.com

[3] Mestrando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Especialista em Educação do Campo e sustentabilidade na Amazônia, IFPA, BRASIL, janildoedfisica@gmail.com

[4] Mestrando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, possui graduação em História, UFPA, BRASIL, klaywerluzc2@gmail.com

complexidade que envolve as questões habitacionais e de moradia nos contextos brasileiros. Segundo Maricato (2015), as cidades sofreram grande impacto das mudanças ocasionadas pelo capitalismo e no processo de industrialização. No primeiro momento do século XXI, o mundo passou a ser predominantemente urbano, com a crescente concentração de pessoas nas cidades, ocasionando novas características para a sociedade e humanidade.

Desde o período da revolução industrial, e entre o final do século XX e início do século XXI, com os efeitos da grande aglomeração das populações nas cidades na busca de oportunidades frente à tendência que transitava nesses períodos, as problemáticas habitacionais ganharam uma amplitude de condicionais, mediante a diversidade de regiões e de outros fatores. Os problemas habitacionais no Brasil cresceram em proporções incontroláveis, dificultando a administração ou intervenção por parte do Estado e do poder público frente às mudanças ocorridas (Maricato, 2015).

Essa problemática atinge praticamente todas as cidades do território nacional, afetando setores sociais, ambientais, de saúde e até mesmo econômicos. Nesse sentido, é importante ponderar que a problemática habitacional no Brasil é bastante complexa, pois gira em torno de diversas conjunturas, levando em consideração fatores regionais, climáticos, ambientais, culturais, econômicos, políticos, entre outros.

O presente estudo busca analisar o conceito de moradia digna no processo de planejamento habitacional presente no Plano Diretor e no Plano Local de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA, estabelecendo uma relação entre o conceito de moradia digna tratado nos documentos de planejamento com a realidade social, inter-relacionando com as falas dos sujeitos que são moradores das áreas pesquisadas. O estudo faz uma investigação sobre o processo da ausência e da ineficiência de políticas para a promoção do direito à moradia digna. As localidades estudadas foram as áreas do Portinho e do Marrocos, na cidade de Bragança-PA. Nesse sentido, as discussões que envolvem as concepções de moradia digna são atravessadas pela questão habitacional que perpassa um processo histórico e político, com avanços em alguns segmentos legais e de planejamento. O problema habitacional dentro do cotidiano dos sujeitos é bastante complexo, pois mediante a diversidade e subjetividade de realidades, adentramos uma discussão necessária para se pensar como esse planejamento é efetivado dentro dos segmentos sociais (Santos, 2015).

A problemática que transpassa as questões de moradia e habitação envolve uma dinâmica complexa que precisa ser entendida pelas especificidades dos contextos e das particularidades que afetam o direito à moradia. Na Amazônia, esse problema é permeado por distintas configurações, como em zonas de risco ou em zonas de proteção ambiental, além das reivindicações de espaços para moradias que transcendem outras conjunturas na região amazônica.

A discussão que envolve os estudos sobre moradia leva em conta que não basta ter apenas um teto sobre a cabeça, é preciso ir mais além para compreender a necessidade de se ter uma vida digna, que inclui onde morar, mas implicado na possibilidade de exercer o direito à cidadania (Spink et al., 2015). Sendo assim, é importante compreender, ao longo da discussão do direito à moradia e atribuição da moradia pela dignidade, o processo da consolidação do conceito e das conquistas. Nesse cenário, adentramos as discussões das políticas públicas para a efetivação do direito à moradia. Para Santos (2015), as Políticas públicas incorporam um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, proporcionando o direito à cidadania e a difusão de segmentos sociais, culturais, étnicos e econômicos.

A atribuição do conceito à moradia digna implica também possibilitar uma discussão a respeito do acesso à cidadania e dos aspectos que são inseridos dentro da abordagem de moradia. Sendo possível esse estudo, é importante compreender como se dá, dentro dos documentos de planejamento municipal, no Plano Diretor e no Plano local de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA, o conteúdo referente à moradia digna, como está atravessado a política que irá proporcionar a articulação do poder público para a atribuição desse direito. Nesse sentido, é importante fazer um estudo que aborde ambos os lados, analisar como se dão as questões da moradia digna nos documentos e relacioná-las com a realidade social dos moradores de algumas localidades que transpassam por problemas de moradia, estigmas, desigualdade e ausência do poder público.

2- O DIREITO À MORADIA DIGNA E A QUESTÃO HABITACIONAL

A discussão que envolve o conceito e definição de moradia digna perpassa por diferentes campos de entendimento. Ao fazer essa relação, precisamos entender os processos históricos e políticos atravessados até se chegar ao que hoje entendemos por moradia digna. A questão habitacional no Brasil tem sido circunscrita historicamente em uma política habitacional e ao mercado imobiliário, ausentando-se nas questões do campo da cidadania e da democratização do direito à moradia (Santos, 2015).

Para entender a definição de moradia digna é necessário correlacioná-la com outros fatores que intensificam essa discussão, pois não basta trazer apenas um conceito legal ou que trate de fatores habitacionais com moradias modernas com conforto e segurança. Fatores que envolvem as questões habitacionais transitam também por aspectos culturais, econômicos e sociais, além de outras categorias dentro das subjetividades dos sujeitos e de suas habitações.

Com base no conceito de moradia como direito, Salert (2009) define que a moradia precisa ser um local adequado para a proteção para si próprio e para os membros familiares, sendo um espaço

para gozar de sua intimidade e privacidade, que proporcione saúde e bem-estar, assegurando-lhes a dignidade e o direito a própria existência física e à vida. Nesse sentido, o direito à moradia passou por amplas reformulações dentro da legislação e aplicações de políticas habitacionais, as discussões que envolve o conceito de moradia adequada transita no discurso internacional e nacional, e o desenvolvimento do conceito dentro no ordenamentos jurídicos.

Mediante as mudanças nas relações sociais, histórias e políticas que atravessaram o século XX, além de uma nova conjuntura social dada pela revolução industrial, as cidades e as questões habitacionais passaram por várias mudanças, com a grande demanda habitacional nas grandes cidades e o grande crescimento populacional, sendo necessário se pensar em mecanismos para facilitar as necessidades habitacionais da população como um todo.

Um marco importante para a construção da atribuição da moradia como direito foi a criação das Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial, que teve como primeira etapa a assinatura de um estatuto, a carta das Nações Unidas (*Charter of the United Natios*) em 26 de junho de 1945, em são Francisco (Spink et al., 2015). A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi outro marco importante para a atribuição do direito à moradia, sendo um atributo universal que proporcionaria aos sujeitos um espaço para assegurar o bem-estar físico e psicológico. Segundo o parágrafo I do artigo 25:

> Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Outro marco internacional que vislumbra o direito à moradia é o Pacto Internacional Sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais nas Nações Unidades (1966/1976). Aprovado em 1966, em seu artigo 11 e parágrafo I, direciona o direito à habitação, estabelecendo que:

> Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medida apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento (Brasil, 1992).

Dentro do debate intencional, o direito à moradia é considerado um direito universal para proporcionar a cidadania e o bem-estar social. A moradia torna-se um direito humano, vinculando-se à proteção de ordem objetiva e coletiva. Nesse sentido, o Estado precisa garantir e efetivar esse direito conforme as declarações e as leis efetivadas. De acordo com Bobbio (1992), os direitos

humanos conquistados, por mais necessários e fundamentais que sejam, são obtenções de direitos históricos e nascidos de determinadas circunstâncias, sendo oriundos de novas liberdades contra velhos poderes e ideias, consistindo em avanços graduais que vão caminhando para um progresso coletivo.

Nos textos brasileiros, o direito à moradia é garantido conforme no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, conforme redação alterada pela Ementa Constitucional nº 90, de 2015:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

No que se refere aos textos legais está bem claro o direito à moradia como fundamento essencial para a vida humana de forma geral. Porém, ainda não havia um conceito claro que definia o conceito de moradia digna. Por mais que as questões habitacionais tenham avançado bastante dentro das discussões internacionais e nacionais no final do século XX, ainda existiam algumas problemáticas bastante complexas a serem discutidas. Conforme Santos (2015, p.54), "o impacto da problemática habitacional sobre o cotidiano dos sujeitos sociais que estão inseridos no complexo universo denominado 'populações pobres', tem impulsionado nestes sujeitos a resistência"; as questões habitacionais transcendem a luta por um espaço urbano, um lugar de moradia, um ambiente para a vida.

Para Santos (2015, p.54) "apesar do reconhecimento internacional de que a problemática da moradia representa uma ameaça à cidadania, o poder público brasileiro tem adotado medidas pouco consistentes para assegurar esse direito [...]". Nesse sentido, uma política de habitação inter-relacionada com os tratados e pactos internacionais apenas será viabilizado e estruturado na década de 2000 (Spink et al., 2015). Sendo assim, no contexto brasileiro, no governo FHC, foi promulgado o Estatuto da Cidade, em 2001, pela Lei Federal nº 10.257, estabelecendo os princípios e diretrizes para o ordenamento e interesse social, regulando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, além da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental (Brasil, 2001).

O artigo 2º da Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 estabelece:

> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
> I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

> II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Brasil, 2001).

No ano de 2003, no início do governo Lula, é criado o Ministério das Cidades, cuja centralidade política é a inclusão dos setores excluídos do direito à cidade, necessitando de um ministério para se pensar na habitação e em serviços básicos e fundamentais para promoção da cidadania (Spink et al., 2015). Em 2005, é aprovada a Lei nº 11.124, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, criando o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e instituindo o Conselho Gestor do FNHIS, objetivando a promoção de terra, a urbanização e habitação digna para a população de menor renda.

Na Lei nº11.124 é atribuída uma configuração de moradia digna:

> Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:
> I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

Segundo Spink et al. (2015), a Lei que institui a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS foi a primeira a mencionar a terminologia "moradia digna", entretanto não há uma definição exata do que seria uma moradia digna ou seus aspectos que a configurariam como digna. A Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades conduziu a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PanHab), um dos instrumentos mais importantes para a efetivação de uma nova Política Nacional de Habitação (PNH), com base na Lei nº 11.124/2005 (Spink et al., 2015).

As políticas de planejamento habitacional incorporadas à participação coletiva trouxeram uma nova roupagem dentro do direito à moradia no cenário nacional, oportunizando o processo democrático e inclusivo das populações de baixa renda no direito à moradia, além de assegurarem outros direitos que são relacionados ao processo de habitação. Dentro desse debate, adentramos a definição de moradia adequada incorporada ao conceito de dignidade. Segundo Spink et al. (2015), o conceito de moradia adequada segue um caminho um pouco diferente daquele que constitui o conceito de moradia como direito, seja na esfera internacional, como nas declarações e leis, seja na esfera nacional. Nesse sentido, a moradia adequada vai muito na direção da aplicabilidade de introduzir os desdobramentos das políticas e os planejamento habitacionais, dando reais condições à efetivação da adequação à moradia. Por outro lado, a atribuição de moradia adequada vai muito além de proporcionar somente um teto ou paredes, ou seja, aspectos minimamente materiais, pois não é somente construir condições de habitabilidade dentro de um padrão, as questões habitacionais requerem um olhar muito mais complexo e extenso dentro das especificidades (Spink et al., 2015).

Para Sarlet (2009), a dignidade estaria ligada a fatores além dos materiais, como prestação de serviços e recursos humanos, analisando as problemáticas que giram em torno do sujeito, assistência social, educação, direito à previdência social e o direito à saúde, à alimentação e a transitar, no direito de ir e vir. Na concepção de Santos (2015), a moradia digna deve ser habitável e ter reais condições de infraestrutura, possibilitando condições de saúde física e de salubridade adequadas, tais como saneamento básico, água potável, fornecimento de energia elétrica, custo acessível, acessibilidade, além de proporcionar dentro da localidade serviços de coleta de lixo, saúde, segurança, escola, lazer, locomoção etc.

A discussão de moradia digna é muito complexa e envolve uma subjetividade de fatores, pois entender e definir o que é moradia digna vai ao encontro de determinadas configurações. Se perguntarmos para determinados sujeitos de diferentes culturas, conjecturas, comunidades, teremos diferentes compreensões do que para eles é uma moradia digna. Por outro lado, entender a dignidade habitacional pode ser ancorado dentro dos ordenamentos legais e das políticas habitacionais ou até mesmo na noção de dignidade. Os princípios da dignidade da pessoa humana impõem um dever de efetivar e proteger a pessoa em toda sua integridade, é papel do Estado proteger e promover condições que viabilizem a dignidade dos sujeitos (Santos, 2015).

3- ABORDAGEM METODOLÓGICA

O município de Bragança está localizado no extremo nordeste do Estado do Pará, distante a aproximadamente 210 km da capital, Belém. A *"Pérola do Caeté"*, como é conhecida por conta de ser banhada pelo rio Caeté, tornou-se um dos municípios mais importantes do Estado no que se referente ao processo histórico e geográfico. Bragança, em seu processo histórico, apresenta relevância significativa no período colonial e posteriormente com a criação da extinta estrada de Ferro entre Belém e Bragança, a qual foi um mecanismo importantíssimo para escoar a produção agrícola do município e da região.

A Pérola do Caeté carrega em sua configuração traços de uma cidade histórica com uma arquitetura que ainda preserva traços do passado, com prédios históricos que mantêm vivas essas memorias. Além disso, o município apresenta uma riqueza cultural, artística, ecológica, turística e agrícola; configura-se como um dos principais polos pesqueiros do Estado, além de ter como fator forte na economia o comércio e a produção agrícola. Segundo o Censo de 2022, o município de Bragança tem em média 123.082 habitantes (IBGE, 2022).

O centro urbano do município de Bragança, apresenta em suas características uma cidade que preserva traços do passado, vivendo uma certa dicotomia entre a preservação da história ou o

processo de *"modernização"* colocado nos discursos socais, pois muitos prédios e casas históricas foram demolidos para se construir lojas ou casas mais modernas, sendo uma realidade bastante presente no centro da cidade. O centro urbano de Bragança cresceu bastante ao longo das décadas, marcado pelas mudanças que as cidades sofreram no final do século 20, procedentes do modelo capitalista e do processo de industrialização, sendo modelo predominante, em que muitas pessoas buscaram os centros urbanos para o trabalho, moradia e modos de vida.

Com a cidade de Bragança não foi diferente, muitos bairros cresceram de forma desigual e desordenada, diante da ausência do poder público para se pensar no planejamento urbano e em Políticas de planejamento. Nesse sentido, o presente estudo busca fazer uma análise no conceito de moradia digna no processo de Planejamento Habitacional presente no Plano Diretor e no Plano Local de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA, analisando como e dá aplicabilidade das leis e das políticas no município referente ao direito à moradia digna, estabelecendo uma relação entre o conceito de moradia digna tratado nos documentos de planejamento municipal de Bragança e as falas dos sujeitos que são moradores das áreas específicas em que a pesquisa foi direcionada.

O presente estudo parte da abordagem qualitativa fundamentando a relação entre o mundo real e o sujeito, relacionando os elementos entre os sujeitos e o objeto de estudo, sendo um vínculo indissociável entre o mundo real e as subjetividades dos sujeitos (Chizzotti, 2001). Ao se fazer um estudo sobre o conceito de moradia digna e sua análise dentro dos documentos de planejamento municipal e na realidade social nas falas dos sujeitos, atribui-se a explicação de dentro das especificidades que a pesquisa se propõem em seu percurso investigativo.

O estudo desenvolveu-se dentro das técnicas da abordagem qualitativa que, segundo Chizzotti, (2001, p. 85), "privilegia algumas técnicas que coadjuvam a descoberta de fenômenos latentes". O autor pondera que "expor e validar os meios e técnicas adotadas, demostrando a cientificidade dos dados colhidos e dos conhecimentos produzidos" (Chizzotti, 2001, p. 85).

As técnicas de estudo utilizadas na pesquisa foram: levantamento bibliográfico, estudo documental, entrevista semiestruturada, estudo de campo. As técnicas de pesquisa tiveram como enfoque teórico Marconi e Lakatos (2017, p.334-335), as quais entendem que as "técnicas por sua vez, relaciona-se diretamente com as hipóteses que orientam o trabalho que deseja conformar, com os pressupostos teóricos assumidos, bem com a análise a ser feita do material recolhido". Para análise documental, foram analisados dois documentos que configuram o processo de planejamento municipal de incorporação do processo de habitação no Município de Bragança: Plano Diretor e o Plano Local de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA.

Os instrumento utilizados no estudo foram: questionário com perguntas semiestruturadas, gravador de áudio para captar a fala dos sujeitos, registro fotográfico das localidades estudadas.

Segundo Marconi e Lakatos (2017, p.335), os instrumentos de pesquisa são elaborados para garantir o registro criterioso das informações, controle e análise dos dados recolhidos do campo.

Para a análise dos dados foi utilizada a abordagem de análise do conteúdo em Bardin (2016), enfatizando três fases: 1) a pré-análise (considera-se a seleção do material e definição dos procedimentos a serem seguidos; 2) exploração do material, tratamento dos dados e interpretação dos conteúdos gerados; 3) o procedimento que diz respeito à definição das categorias de análise e das descrições e discussão adquiridas no material.

4- O ACESSO À MORADIA DIGNA: ENTRE A REALIDADE SOCIAL E O PLANO DIRETOR E O PLANO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE BRAGANÇA-PA

Trazendo a discussão do conceito de moradia digna é importante fazer uma relação com os documentos que incorporam o processo das políticas de planejamento no município de Bragança-PA. Os documentos analisados foram o Plano Diretor e o Plano de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA. Nesse sentido, Santos (2015), pondera que "o Estado tem a obrigação de garantir à pessoa humana um patamar mínimo de recursos", ou seja, o poder público precisa possibilitar o direito a princípios básicos para contemplação da dignidade humana, atribuindo ao pensamento de Hannah Arendt, a ideia do público é que seja comum a todos, é importante conduzir princípios que possibilitam e impõem a essência de um mundo coletivo onde todos habitam e comum.

No que se refere ao Plano Diretor do Município de Bragança, não tivemos acesso ao documento oficial, foi solicitado na secretaria de Planejamento da Prefeitura de Bragança, mas não tivemos resposta, foi justificado que o processo de atualização do Plano Diretor está em processo de planejamento. Nesse sentido, percebeu-se que o Plano em vigência é o de 2015, estando desatualizado e necessitando de uma nova atualização dada as mudanças ocorridas ao longo desses 8 anos. Entretanto, tivemos acesso ao Projeto de Lei N° 015/2014 de 25 de novembro de 2014, que dispõem sobre a atualização do Plano Diretor, sendo o que está em vigência.

Ao analisar o documento foi atribuído o termo moradia somente 10 vezes, no que se refere ao conteúdo de moradia digna foi somente atribuído uma única vez:

> **Art. 3°** O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, tanto o aspecto físico, social, econômico, como administrativo, com o objetivo de se obter o desenvolvimento sustentável do município, tendo em vista as aspirações da população. Torna-se instrumento obrigatório para o poder público e para a iniciativa privada que atuam no município.
> §1° Entende-se para os fins desta Lei, Política Urbana, como o conjunto de ações que devem ser promovidos pelo poder público, a fim de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à terra urbanizada, a **moradia digna**, ao saneamento

> ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer [grifo nosso] (Bragança, 2014).

No que tange a atribuição da moradia digna foi citada somente uma única vez, mas sem uma definição clara do que seria a moradia digna dentro desse conjunto de ações do poder público. Para Santos (2015), dentro do direto da moradia digna ao corolário disso são objetivos fundamentados dentro da Constituição Brasileira e são fundamentais para a realização plena desse direito, sobre o que se refere-se a eliminação das desigualdades sociais.

Sendo assim, outro ponto incorporado no documento é sobre a Política Habitacional do Município de Bragança, sendo uma proposta que está somente segmentada em uma ideia, pois na real política do município não existe uma Política Habitacional muito menos uma secretaria especializada, conforme é mostrada no artigo 19 do documento:

> Art. 19. A Política Habitacional do Município de Bragança objetiva reduzir o déficit e as necessidades habitacionais, tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto qualitativo e conter a produção de moradia irregular, levando em conta a melhoria da qualidade de vida da população, o desenvolvimento urbano e a redução das desigualdades sociais de maneira ambientalmente correta e sustentável (Bragança, 2014).

Na Lei N° 015/2014 de 25 de novembro de 2014, que dispõem sobre a atualização do Plano Diretor não existe uma definição clara do conceito de moradia digna, ou como o governo municipal irá atribuir uma política habitacional com a finalidade de incorporar a moradia digna. Outro documento analisado foi Plano de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA, sendo um documento importante para entender a política de planejamento de habitação e de interesse social, tornando-se um instrumento político administrativo que foi idealizado pela IDESA que está vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Bragança no ano de 2017. Esse documento representa a adesão ao Fundo Nacional de Habitação, em consonante com o Ministério das Cidades e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), atendendo a demanda do município, e a efetivação do acesso a direito a habitação para a população de baixa renda (Bragança, 2017).

Segundo o documento a atribuição a moradia digna se dá conforme é atribuído na página 26:

> [...] na perspectiva do direito à cidade e da garantia do acesso à moradia digna especialmente para a população de baixa renda, com PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, normas de zoneamento, uso e ocupação do solo, conselho e Fundo Local de habitação de interesse social (Bragança, 2017).

Outro trecho no documento refere-se a legislação municipal na efetivação do documento como instrumento de planejamento no que se refere a habitação e ao interesse social, como na criação de ações que possam garantir a moradia digna principalmente para famílias de baixa renda.

> A legislação municipal supracitada amparou o desenvolvimento local das ações do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social. Sendo que esse sistema será consolidado a partir da implantação do PLHIS - PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL que é um instrumento político e administrativo que tem como objetivo viabilizar recursos financeiros para realização de ações que possam garantir moradia digna principalmente às famílias de baixa renda (Bragança, 2017).

O Plano de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA é um documento que possibilita um planejamento dentro das políticas e das estrangeiras de habitação para o município de Bragança. Entretanto, percebemos que é apenas um documento sem um ação ativa ou uma presente efetivação dentro das metas e objetivos, o único programa de habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida pelo governo Federal. Em Bragança percebe-se a ausência e a ineficiência de políticas de habitação em determinadas localidades.

Nesse sentido, ao fazer uma análise dentro do conteúdo da Lei N° 015/2014 de 25 de novembro de 2014, que dispõem sobre a atualização do Plano Diretor, fazendo uma leitura dos mapas e das Zonas de Interesse Social, Percebemos a ausência das duas localidades que foram o lócus do presente estudo. A área do Portinho é atribuída como uma área do Bairro da Aldeia, sem nem uma aplicabilidade ou de interesse público para se efetivar uma política de habitação. Outra área foi a localidade do Marrocos que fica nas proximidades do "lixão" de Bragança, a localidade não está presente nos mapas e muitos menos é atribuído como Zona de Interesse Social. A questão do lixão é algo a se pensar, pois não está presente no mapa, muito menos é explicado ou tem uma relação para uma ação dentro da área do lixão, apenas da desativação em dentro de 3 anos, situação que ainda perdura mais de 7 anos e não se tem uma ação do poder público na área.

5- O ACESSO À MORADIA ENTRE A DIGNIDADE E A NECESSIDADE: A AUSÊNCIA E INEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DIREITO À MORADIA DIGNA

As contradições expostas nos documentos oficiais frente a realidade social dessas localidades são percebidas, também, a partir da percepção dos próprios habitantes das localidades analisadas. Considerando as entrevistas realizadas com alguns moradores, apreende-se algumas reflexões importantes para pensar o conceito de moradia digna e a visão dos indivíduos acerca da atuação do poder público em suas habitações.

Dentro das áreas analisadas, buscou-se fazer uma relação entre as realidade social e o que os documentos legais estipulavam. Sendo assim, alguns dados constatam que existem padrões verificados em ambos os locais que podem ser problemáticos, por exemplo, o baixo índice na educação, dos entrevistados nenhum completou sequer o ensino fundamental, levando alguns a sentir certo desconforto e resistência as entrevistas por conta dessa questão, talvez por medo de surgir preconceitos ou por simples desapego ao ato de dar opiniões, obviamente houve uma conversa previa no sentido de tranquilizar os entrevistados sobre o teor das entrevistas. Esse problema não é isolado das outras questões, dessa forma outro dado importante é a escolha pelos indivíduos para morar em ambos os bairros, que abre o questionamento de que as melhores condições para uma educação, ofereceriam melhores condições de moradia. Em relação a localidade do "Portinho" os entrevistados são de outras localidades, como praias dos interiores de Viseu-PA e da comunidade de Caratateua, e vieram em busca de melhores condições em suas ocupações, até mesmo nas condições de alimentação como foi argumentado por um dos moradores acerca de sua escolha para o deslocamento para o lugar, já no bairro do Marrocos a opção era a convergência entre o baixo preço dos terrenos e com a atividade de catação de materiais para a reciclagem, que ficariam mais próximo do "lixão" da cidade.

Nesse sentido, com base em Santos (2015, p.59), entender a dinâmica da moradia é compreender "como agente de satisfação das necessidades básicas (saúde e autonomia), surge uma nova pergunta o que deve ser entendido por um nível mínimo de satisfação do que concerne à moradia? Ao atribuir a compreensão dos moradores das localidades o que eles entendem de moradia digna, adentramos uma visão complexa dentro do significado da atribuição a moradia digna. Para Santos (2015), os padrões de satisfação as necessidades básicas, por fatores de desenvolvimento econômico, cultura, sociedade e discursos, variam no tempo e no espaço e de cada conjectura.

O "Portinho" é uma parcela mais ao leste do bairro Aldeia em Bragança, e fica em sua extremidade, próximo às margens do rio Caeté, onde a maior parcela dos moradores utilizam-se da atividade pesqueira e, portanto, atuam nas diversas atividades desse meio ali mesmo, por isso o lugar recebe aquela grande população na área. Sendo assim, as características da localidade se dá por extensas vias e casas suspensas ao solo, as palafitas como são conhecidas, e partes aterradas sobretudo nas proximidades com o restante do bairro, o "portinho" oferece uma paisagem de risco aos moradores, e condições não favoráveis a habitação. Nesse sentido, foi necessário ouvir dos moradores a realidade habitacional da localidade.

Imagem 1- Caminho feito de palafitas que liga as casas do Portinho



FONTE: Autores, 2023

A visão dos moradores acerca do conceito de moradia digna passa pela necessidade de conforto e tranquilidade, seguida de requisitos básicos como abastecimento de água e energia. O quesito de abastecimento foi relatado por ambos os entrevistados, abordando a falta de água que ocorre esporadicamente, e o único recurso seria um poço comunitário, também há outras dificuldades expressadas individualmente pelos entrevistados que podemos associar à problemáticas estruturais do lugar. Assim, é exposto por um dos moradores que há uma dificuldade no lugar por se tratar de área de mangue, enquanto uma moradora que mora em uma parte já aterrada expõe que a dificuldade havia em um passado onde o acesso a sua casa era feita por pontes de tabuas, e que precisaria de mais aterro no lugar. Outra moradora relatou a falta de acessibilidade de transição pela área, sendo feita por um caminho elevando feito de madeira. A reivindicação da população local se dá na necessidade do poder pública sanar algumas problemáticas, como a falta de saneamento básico, a dificuldade de locomoção, além da ausência de água potável.

Imagem 2- Falta de saneamento na localidade do Portinho



FONTE: Autores, 2023

Pode-se perceber que, dentro do próprio lugar a diferenças estruturais, por se tratar de um lugar com um tipo especifico de solo pode oferecer essas dificuldades, como dificuldade ao acesso a moradia e até problemas de saúde, uma vez que o lugar não tem um saneamento adequado é propício a proliferação de doenças e pragas, além de relatado pela moradora entrevistada que seu marido já havia sofrido um acidente ao cair de uma dessas pontes. Quando questionados acerca da percepção que tinham sobre a ação do poder público naquele bairro as respostas divergiam, um dos entrevistados alegou melhorias e apenas expõe que as pessoas do lugar queriam mais aterro, para sanar o problema de alagamento típico dos solos, outra resposta foi "não faz" fazendo alusão a ausência dos órgãos oficiais. Um morador argumenta que, das instituições, a que se faz mais presente em assistir aos moradores são os agentes de saúde, porém apenas em casos de pessoas idosas, esse mesmo morador ainda critica a ausência dos órgãos públicos em situações de interesse ao poder legal, quando questionado sobre sua visão acerca do conceito de moradia digna ele responde:

> "Olha! uma moradia digna ela tem que tá completa, principalmente de apoio do poder público, tem que tá completo, saneamento, a energia a gente tem, mais não é uma qualidade de energia, porque tem se estragado algum eletro da gente, e a gente procura a empresa e a empresa num substitui nada, sempre tá com a razão, então a gente se sente uma pessoa sem apoio, então a qualidade na moradia requer muitos, vamos dizer, muitos requisitos da parte do poder, porque isso aqui tá sendo melhorado aqui mas é por força bruta da população" (morador da localidade do Portinho).

O final de sua fala faz referência principalmente ao trabalho de aterramento das vias, que é feito pelo esforço e trabalho dos próprios moradores. Há um residente que expõe até a proibição dessa ação por parte da prefeitura do município. Apesar dessas dificuldades, quando indagados se gostavam do lugar que moravam, o juízo de valor das respostas dos moradores era sempre positivo, carregadas de argumentos do tipo “lugar calmo” ou “tranquilo”. Isso poderia indicar muito mais um conformismo do que satisfação, se levar em conta a quantidade de críticas e insatisfações nas respostas anteriores.

No bairro do Marrocos as condições estruturais são diferentes, mas as problemáticas são similares em termos de qualidade de habitação, principalmente nas proximidades com a área de despejo de resíduos. O lugar se encontra em uma colina, as casas ficam distribuídas ao longo da elevação em ruas estreitas que levam, ao fundo, a área do “lixão” da cidade. Essas casas variam em termos de estruturas, as mais próximas da estrada ao longo do bairro chegam a ser de alvenaria e apresentam até revestimento de massa de cimento, porém quanto mais se aproxima do “lixão” piora a qualidade. As últimas casas apresentam péssimas condições estruturais, revestidas com trapos velhos e pedaços de outras estruturas, visualmente apresentam qualidade de habitação baixas.

Imagem 3 - Moradia na localidade do Marrocos na proximidades do lixão



Fonte: Autores, 2023

Ao ser perguntada sobre sua perspectiva acerca da dignidade de uma moradia, uma das entrevistadas expõe que a casa precisa ser de alvenaria, demonstrando um apreço por esse requisito, outro morador diz que moradia digna é ter sua casa, e coloca que alugueis não são digno, fazendo

referência a casa própria, além de apontar requisitos de conforto, tranquilidade e bens moveis como eletrodomésticos. Além disso, ela expõe os requisitos comuns nas falas dos entrevistados como abastecimento de água, acesso a saúde e educação, asfaltamento das ruas, segurança e policiamento. O posto de saúde é em outro bairro, além da dificuldade de deslocamento ainda é apontado o problema de atendimento, que confronta os horários de serviço e afazeres dos residentes, problema similar a educação, já que as escolas também são em outros bairros. Uma moradora ainda apontou dificuldades passadas nessa questão acerca do nível etário de atendimento escolar, que antes só atendiam crianças de uma idade maior em relação ao usual.

Em termos de vias, percebe-se a principal insatisfações dos moradores, uma delas diz ser o requisito principal a ser efetivado, as dificuldades passadas por essa problemáticas são percebidas na fala de um residente que diz "tem tempo que o 'caba' não passa pra 'acolá'" fazendo alusão a uma rua que fica intransponível periodicamente.

Nessas falas é perceptível a falta do poder público em políticas urbanas para o melhoramento de infraestrutura do bairro, que é percebido pelos moradores. Apesar disso, nenhum deles apontou problemáticas referentes ao "lixão", isso não de pelo motivo de ele não apresentar riscos à saúde e a dignidade de habitação, mas sim por conta dos serviços de extração que os moradores exercem nele para seu sustento causar uma visão de necessidade da presença do "lixão", um problema de conformismo análogo ao exposto anteriormente. Quando indagados sobre sua opinião sobre o lugar, as respostas são idênticas aos dos moradores do "portinho", um juízo de valor positivo apesar das insatisfações.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que engloba o conceito de moradia digna é bastante complexa e envolve uma visão heterogênea das realidades sociais, mas é importante, dentro das políticas e dos segmentos legais, levar em consideração a necessidade de relacionar esse direito aos princípios essenciais para uma vida digna. Ao fazer essa discussão dentro do campo teórico e político, percebemos grandes avanços que foram atribuídos às necessidades de conduzir políticas que efetivam o direito à moradia digna.

Dentro das análises e dos resultados, percebe-se a ausência e a ineficiência dessas políticas que proporcionam o direito à moradia digna em Bragança. Existem dois documentos que dão estrutura para se pensar em ações e em um planejamento de políticas que atenda as localidades que necessitam de uma intervenção do poder público. As falas dos moradores das localidades do "Portinho" e do "Marrocos" demostram ainda mais a necessidade de ampliar o olhar sobre as

discussões que envolvem o conceito de moradia digna, tendo em vista que não basta ter um teto ou um lugar para dormir, é necessário garantir direitos básicos para uma vida digna e cidadã.

Nesse sentido, percebe-se que grande parte da população de baixa renda de todas as idades ainda vive em áreas que afetam de forma ampla sua vida. A população "normaliza" a falta de bens essenciais como locomoção, inclusão física e simbólica, saúde, educação e segurança. Entretanto, em suas falas, essas pessoas demostram que gostam do lugar em que vivem e o consideram agradável e importante para a vida deles.

Portanto, o estudo buscou conduzir uma discussão que enfatiza o conceito de moradia digna, fazendo uma análise dentro dos documentos de planejamento e das políticas do município de Bragança. Nesse sentido, ao fazer determinadas análises, percebe-se que os documentos apresentam a definição de moradia digna, mas não exemplificam a sua aplicação por meio de políticas, projetos ou ações. Ao fazer essa relação com a realidade de duas localidades que necessitam de ações do poder público, nota-se que existe uma certa distância entre a ausência e a ineficiência dessas políticas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: ARENDT, H. *A condição humana.* 6a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Parte 3, Caps. 1,2,3.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 1992.

BRASIL. (1988). Constituição da república federativa do Brasil, DF: Senado Federal. http:/ / www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. (1992). *Decreto nº 592, de 6 de junho de 1992*. Promulga o Pacto Internacional Sobre os Direitos Civis e Políticos, adotados pela XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1996.

BRASIL. (2001). *Estatuto da cidade: Lei nº 10.257, de junho de 2001*. Regulamenta os art. 182 e 183 da constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providencias. http: / / www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l1027.htm.

BRASIL. (2005). *Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005*. Dispoe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e Institui o Conselho Gesto do FNHIS. https:// www.camara.leg.br/proposiçoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid= COF669056BF3C54B405994E449A3DE67.proposiçoesWebexterno2?codteor=656147&filename=LegislacaoCitada+-PL+5207/2009.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisas em ciências humanas e sociais. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana.** 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. -7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos direitos Fundamentais**. 10. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SANTOS, Kátia Cristina Crus. **Políticas Públicas Sociais aplicadas ao direitos à moradia digna**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 172 – Setembro/2015- Mensal.

SPINK, Mary Jane Paris; MARTINS, Mário Henrique da Mata; SILVA, Sandra Luzia Assis; SILVA, Simone Borges. **O direito à Moradia: Reflexões sobre Habitabilidade e Dignidade**. Psicologia: Ciência e Profissão, 2020 v.40, e 207502, 1-1

GT 02 - Desenvolvimento, Desigualdade social e Cidades latinos-americano

REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO: IMPACTOS E DESAFIOS DO PROMABEN I

Ana Paula Barata Pereira[1]
Hediana Daniel Lisboa[2]
Ellen de Melo Quaresma[3]
Evaldo Pereira Reis[4]

RESUMO: A intervenção urbanística com ênfase na desapropriação e reassentamento involuntário de famílias, busca implementar o desenvolvimento social, ambiental e urbano das cidades. Debate-se aqui ações urbanísticas de recuperação urbano-ambiental em um projeto de cunho social, e se entendendo que meio ambiente é também a relação do homem com o lugar e no lugar (Santos, 2005). Para quem este projeto é feito, afinal, o objetivo ora inicial de melhoria na qualidade de vida da população local é ainda o mesmo ou perdeu-se entre as operacionalidades? A inquietação que deu origem a este trabalho partiu do reconhecimento de um descompasso entre planejamento das obras de urbanização com a execução de reassentamento involuntário das famílias afetadas por um projeto de cidade no contexto amazônico que desconsidera a permanência de vínculos estabelecidos entre sociedade, espaço e natureza. Buscou-se pensar a cidade de Belém do Pará considerando os mais de dez anos do primeiro reassentamento involuntário executado através do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN I implementado em 2012 que marcadamente realocaram populações de moradores para conjunto habitacional fora da abrangência limítrofe de intervenção da Bacia da Estrada Nova. Com resultados distintos do previsto, as ações de reassentamento que, a princípio, ocorreriam próximas às áreas de intervenção da obra não foram executadas e as famílias da Bacia da Estrada Nova afetadas pela remoção foram transferidas para outro bairro do município, em local distante a mais 5km da referida área e desconstruindo laços representativos inerente a cultura local. Na prática, às famílias residentes no espaço de intervenção de obras, principalmente, as que enfrentam o dilema da desocupação da área, encaram os impactos e seus desdobramentos, em nome do desenvolvimento urbano. Pode-se dizer que o Programa desarticulou as estratégias de sobrevivência das famílias em diversas variáveis de subsistência (de Oliveira; Santana, 2018). Intuindo problematizar a contínua reprodução de um paradigma de desenvolvimento exógeno e explorar as inconsistências (re)produzidas internamente no sistema capitalista, para assim, dar visibilidade a formas alternativas de se pensar e fazer cidade que estabeleceu-se apoiar em revisão sistemática da literatura e análise crítica sobre a temática, sob o protocolo de pesquisa de artigos em idioma, no português, com critério de inclusão de temas relacionados a reassentamento involuntário, remoção de famílias, impactos socioeconômicos, espacial e ambiental, para apresentar e discutir aspectos que se considera importantes, relacionados ao reassentamento involuntário de famílias na cidade de Belém do Pará, a partir das experiências do PROMABEN I, através da perspectiva da ecologia política para discutir as diretrizes adotadas na sua implementação. Diante disso, tomamos como base analítica, o pós-reassentamento dessas famílias que residiam há anos em determinada localidade, com suas vidas estruturadas, no campo familiar, social, de trabalho e renda, entre outros. Assim, tendo a necessidade de recriar vínculos e a readaptação local. Tal fato,

[1] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Pós-graduada Serviço Social, Seguridade e Políticas Públicas- FATAP. Email:paulapbarata@gmail.com

[2] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Pós-graduada Serviço Social, Seguridade e Políticas Públicas- FATAP. Pós-graduanda na Atuação do Serviço Social no Campo Sociojurídico- FATAP. Email:ychangel12@yahoo.com.br

[3] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Pós-graduada no Programa Morar, Conviver e Preservar: Rede Amazônia-NAEA/UFPA. E-mail: ellen.quaresma@naea.ufpa.br

[4] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email:epr.fla@gmail.com

interferindo em diferentes aspectos da vida dessas famílias, que na sua grande maioria tem o perfil de vulnerabilidade social, econômica e familiar.

Palavras-chaves: Planejamento Urbano, Cidades Amazônicas, Saneamento, Reassentamento Involuntário, PROMABEN I.

INTRODUÇÃO

Considerando trajetória profissional no âmbito da execução de políticas urbanas de saneamento integrado e habitação de interesse social na Amazônia suscitou-se investigar sobre reassentamento involuntário para compreendê-lo em sua complexidade. No propósito investigativo de lançar luz a uma intervenção urbanística que altera de maneira cabal o lugar que famílias e redes comunitárias se reconhecem a presente pesquisa, documental e bibliográfica, tem a finalidade de analisar as decisões de gestão neste programa que compreende em grandes obras de saneamento e drenagem urbana que afetam população vulnerável ao contexto de remoção e reassentamento involuntário.

Para executar um estado da arte abordando temas que estão relacionados a remoção de famílias nos projetos de urbanização da Amazônia visando apresentar aspectos importantes relacionados ao reassentamento involuntário de famílias na cidade de Belém do Pará, em que utilizou-se as plataformas digitais Scientific Electronic Library Online - SCIELO e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, bem como, os documentos oficiais publicados. Assim, partiu-se para as experiências do PROMABEN I no contexto amazônico, com fundamento teórico sob a perspectiva da ecologia política para discutir as diretrizes adotadas em sua implementação.

1. APONTAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE PLANEJAMENTO URBANO E REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

O planejamento urbano surge na concepção de melhoria na qualidade de vida das populações residentes em áreas urbanas, focando nas intervenções dos problemas resultantes da ocupação não planejada dos territórios, em que a execução de programas e serviços propostos visam garantir o bem-estar da comunidade. No entanto, na prática, o que ocorre, principalmente, em áreas de ocupações desordenadas, fomentam os conflitos urbanos.

> Esses conflitos urbanos apontam a pauta através da qual os atores sociais reclamam a democratização do acesso aos recursos urbanos - segurança, saúde, educação, moradia, saneamento, direitos culturais e territoriais (Acselrad, 2010,p.301).

Nesse contexto, une-se a questão do meio ambiente e sua preservação sob o olhar crítico dos governos, fortalecido pelo sistema capitalista vigente, na culpabilização dos pobres quanto à degradação ambiental.

> Com esse discurso, em que se estabelece uma relação direta entre a pobreza representada pelas favelas e a destruição do meio ambiente em que se inserem/circundam esses espaços, o resultado tem sido a legitimação e a adoção de políticas que retomam o passado remocionista e atualizam o discurso da segregação socioterritorial" (França e Gonçalves, 2010, p.264).

No Brasil, persiste o desafio do enfrentamento das diversas questões socioambientais e busca-se a partir do fomento às políticas urbanas em face do desenvolvimento urbano e social devido acesso compartilhado a todos que fazem parte do território socioespacial. Destaca-se que nos estudos de Santos (1993) a organização interna nas cidades brasileiras já é vista pela similaridade das suas problemáticas com diferenças de grau e de intensidade, a depender da sua dimensão territorial, tipo de atividades, região em que está inserida e que, no entanto, demonstram em todas estas mazelas relacionadas a enormes carências de desemprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde.

Nesta premissa observa-se a particularidade da concepção do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID quanto ao reassentamento involuntário no contexto das cidades na América Latina e Caribe (Santana, 2012) e da maneira que "abrange qualquer deslocamento físico involuntário de pessoas ocasionado por um projeto do banco. Exclui-se deste processo, modelos de colonização e o reassentamento de refugiados ou vítimas de desastres naturais" (BID, 1998, p.1 *apud* Tavares, 2019, p.15).

No tocante ao processo de desapropriação urbana de interesse social estabelecido pelo reassentamento involuntário, este, sob a égide da OP-710/BID que corrobora na mitigação dos impactos e desafios direcionados à população afetada direta ou indiretamente. Portanto, quanto ao propósito intrínseco nesta política operacional do agente financeiro aborda que:

> O objetivo da política é minimizar a perturbação do meio em que vivem as pessoas na área de influência do projeto, evitando ou minimizando a necessidade de deslocamento físico, assegurando que, quando as pessoas forem deslocadas, sejam tratadas equitativamente e, sempre que possível, possam compartilhar dos benefícios do projeto que requer o seu reassentamento (BID, 1998, p.01).

Em análise de outro agente financeiro, a concepção da política do Banco Mundial menciona no que tange à perspectiva do reassentamento involuntário e seus impactos no deslocamento de pessoas, trata que:

> Os projetos de desenvolvimento que deslocam gente involuntariamente geralmente causam graves problemas econômicos, sociais e ambientais: os

> sistemas de produção são desmantelados, os bens produtivos e fontes de renda são perdidos; as pessoas são mudadas para ambientes onde as suas habilidades de produção podem ser menos aplicáveis e a competição pelos recursos pode ser maior; as estruturas comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas; os grupos de parentesco são dispersos; e a identidade cultural, a autoridade tradicional e o potencial de assistência mútua são reduzidos (Banco Mundial, 1990, p.01).

Diante disso, deve-se fortalecer a discussão quanto ao modelo de desenvolvimento urbano implementado para a garantia de benefícios à coletividade, visto que nas cidades existem diferentes grupos sociais, com suas características econômicas, sociais e culturais específicas.

> Na realidade, a contraposição de direitos fundamentais, como o direito à moradia digna e o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, vem sendo utilizada como uma forma de criminalizar os pobres e liberar áreas capazes de serem valorizadas no mercado imobiliário. (França e Gonçalves, 2010, p.264).

O modelo de planejamento/desenvolvimento urbano no Brasil persiste no enfoque da concepção do capitalismo econômico, fincado na estrutura da economia global, baseada na acumulação e no lucro, centralizados a determinados grupos sociais. Nesse contexto, busca-se conceber as cidades sob a visão mercantilizada, sejam nos programas e projetos urbanísticos, assim como, na revitalização e reurbanização do território urbano.

> Observa-se no Brasil, portanto, que, se de um lado ocorre o fortalecimento de interesses sociais comprometidos com a busca por um desenvolvimento sustentável que garanta maior igualdade social, de outro se constatam articulações orientadas por interesses essencialmente econômicos, justificados também pela sustentabilidade (Fernandes, 2010, p.281).

O planejamento urbano sob a concepção do desenvolvimento sustentável fundamentado em ações e intervenções visando a priori integração, valorização e fortalecimento da população e comunidade local em seus diversos pilares: socioeconômico, cultural e ambiental. De modo a possibilitar a médio e longo prazo resultados positivos, na redução dos impactos ambientais e da desigualdade social.

> [...] a extensão da cidadania urbana, a constituição de estruturas de participação, diálogo etc.,visando à redefinição da duração das cidades não somente em sua materialidade, mas enquanto institucionalidade e espaços de direito (Acselrad, 2010, p. 300).

2. PERCURSO DO PROMABEN I: PERSPECTIVA HISTÓRICA

A Cidade de Belém, capital do Estado do Pará, como tantas capitais do País, apresenta problemas históricos relacionados a ocupações desordenadas, principalmente em áreas periféricas decorrentes

do crescimento da população local que não foi acompanhada dos investimentos necessários em obras de saneamento básico e organização do solo urbano. No caso do município de Belém que é cortado por 14 (catorze) Bacias Hidrográficas e margeada por canais de drenagem, o crescimento irregular mencionados, contribuiu para o surgimento de moradias precárias com acesso por meio de pontes de madeira ou até mesmo construções em cima de canais comprometendo a funcionalidade ou a vazão das águas do rio e das chuvas, provocando alagamentos frequentes, bem como, a proliferação de doenças de veiculação hídrica, expondo os moradores destas localidades a sérios problemas de saúde.

A Bacia da Estrada Nova é a quinta maior bacia hidrográfica da cidade, com extensão aproximada de 9,54 km², possuindo 72,70% de sua área constituída por áreas inundáveis (Belém, 2007 *apud* Leão:2014). Está dividida hidrograficamente em quatro Sub-bacias, didaticamente distribuídas da seguinte maneira:

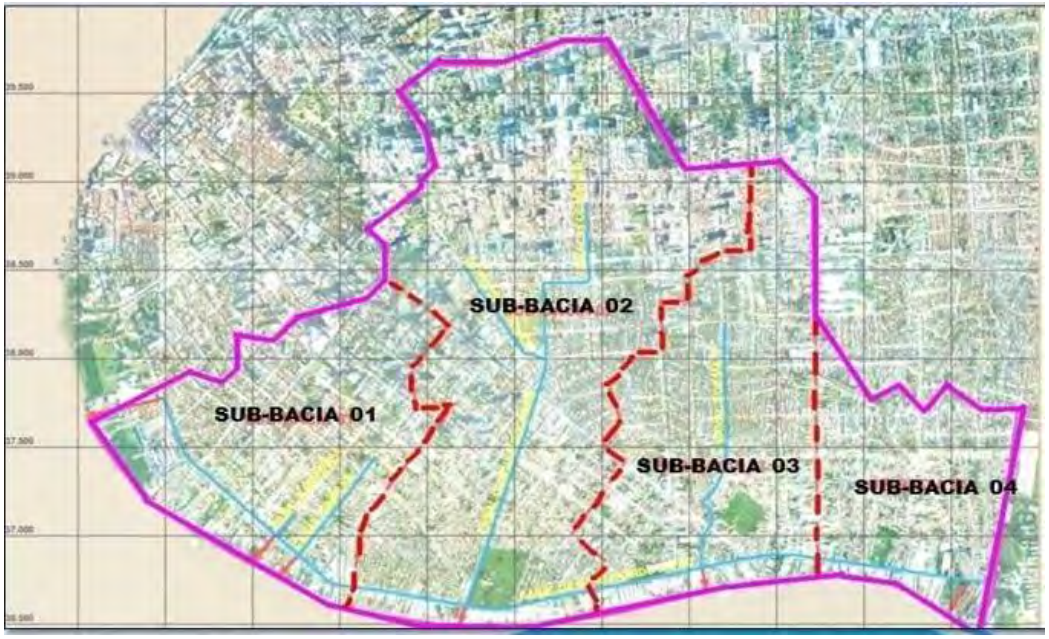
Sub-bacia 1: Corresponde ao Canal da Estrada Nova, conhecido também como Canal da Av. Bernardo Sayão entre Rua Veiga Cabral e Rua Engenheiro Fernando Guilhon, e Canais da Caripunas e Timbiras no bairro do Jurunas;

Sub-bacia 2: Canal da Av. Bernardo Sayão, entre Rua Engenheiro Fernando Guilhon e Passagem Cabo Leão no bairro da Condor, além dos Canais da Travessa Quintino Bocaiúva, Av. Generalíssimo Deodoro e Travessa Dr. Moraes no bairro da Cremação;

Sub-bacia 3: Canal da Av. Bernardo Sayão, entre Passagem Cabo Leão e Av. José Bonifácio no bairro do Guamá e Canal da Travessa três de maio no bairro da Cremação;

Sub-Bacia 4: Canal da Av. Bernardo Sayão, entre a Av. José Bonifácio e Rua Augusto Corrêa no bairro do Guamá.

Figura 1: Bacia Hidrográfica da Estrada Nova e suas divisões em Sub-bacias



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental - PROMABEN, 2007.

Demonstra-se a importância no território da cidade de Belém como a segunda maior bacia hidrográfica em concentração populacional no município. Tem como fatores determinantes de sua ocupação as proximidades dos principais eixos hidroviários de acesso à cidade – o rio Guamá e a baía de Guajará. Nas análises iniciais do Programa indicam que essa área apresentava população total de 220.150 habitantes, parte dela assentada em área alagada e/ou de risco (PER 2011, p.11-12). A Prefeitura Municipal de Belém – PMB se propondo resolver os problemas de ordem ambiental, urbanístico e social firmou contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no ano de 2009, para efetivar operação de crédito voltada para a execução do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN.

Até a assinatura do contrato foram necessárias etapas importantes que tiveram início no ano de 2005 com a PMB elaborando uma Carta consulta a ser direcionada ao BID. Em 2006, após análise, o Ministério do Planejamento recomendou ao BID a implantação do PROMABEN. No ano 2007 há o Cadastramento socioeconômico das 04 Sub-bacias; Elaboração do Estudo de Impactos Ambientais – EIA; Relatório de Impactos ao Meio Ambiente – RIMA e Audiência pública.

No ano de 2008 o Programa é aprovado pelo Diretório do BID e neste ano, após o diagnóstico socioeconômico e ambiental das quatro Sub-bacias, iniciou o planejamento estrutural do Programa que estabeleceu o Marco Lógico voltado ao atendimento de 1.100 famílias para remanejamento, 150 reassentamentos de atividades comerciais, 300 reassentamentos de famílias, 49 regularizações de imóveis residenciais e negócios (PMB,Contr. 1998/09 OC-BR).

No ano de 2009 foram construídos os Instrumentos de Gestão do PROMABEN, sendo: Regulamento Operacional do Programa – ROP; Plano Diretor de Relocalização de População e Atividades Econômicas – PDR; Plano Específico de Reassentamento – PER; Programa de Participação Comunitária – PPC; Programa de Comunicação Social – PCS e Programa de Educação Ambiental e Sanitária – PEAS, de acordo com as exigências e normas do BID.

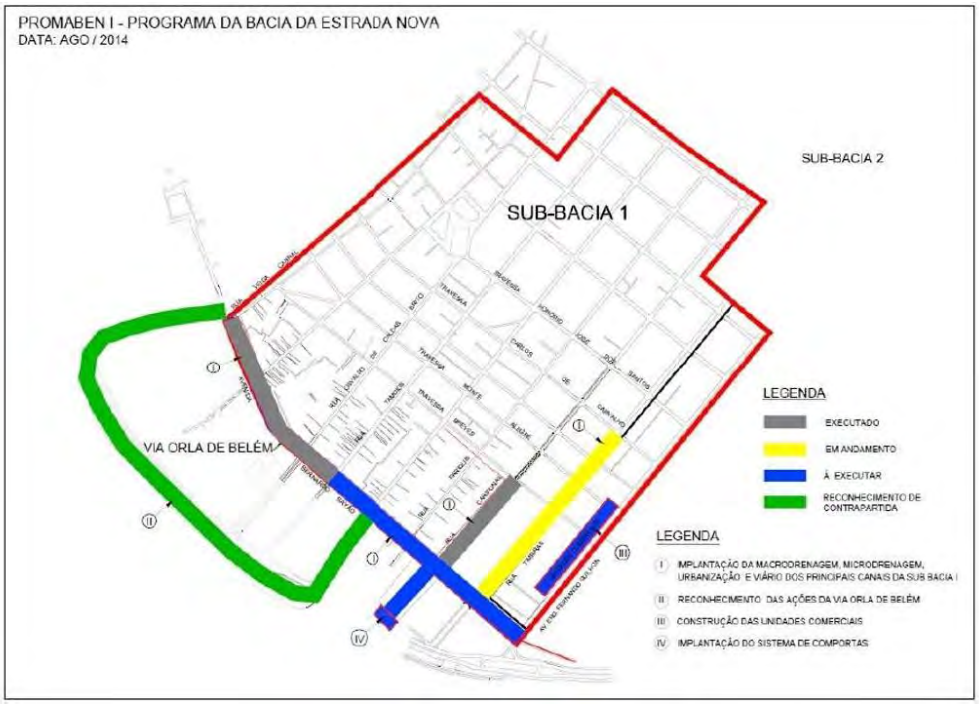
Bem como, neste ano, houve a assinatura do Contrato de empréstimo 1998/OC-BR, inicialmente previsto com custo total do Programa equivalente a US$ 137.500.000,00 (cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares), dos quais o Banco financia montante equivalente a US$ 68.750.000,00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares) a débito do Mecanismo Unimonetário dos recursos do Capital Ordinário. Os recursos de contrapartidas, no montante equivalente a US$ 68.750.000,00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares), provisão do Município de Belém (PMB,Contr. 1998/09 OC-BR).

No entanto, o empréstimo junto ao BID foi direcionado para ser investido na Sub-bacia 1 da Bacia da Estrada Nova. Considerando um novo Marco Lógico com 355 famílias remanejadas; 110 reassentamentos de atividades comerciais; 142 reassentamentos de famílias; 450 regularizações de negócios e de imóveis residenciais (PER, 2011).

De acordo com documento de Síntese do PROMABEN I (PMB, 2014), objetivo geral do Programa consiste em contribuir para resolver os problemas sócio-ambientais que afetam os habitantes da bacia da Estrada Nova de Belém, no Estado do Pará. O Programa é dividido em quatro componentes, sendo eles:

> Melhoria da drenagem urbana: Contempla a construção de sistemas de drenagem de águas pluviais. Neste caso há o subcomponente *Reordenamento Urbano e Reassentamento* que inclui soluções habitacionais para a população diretamente afetada pelas obras do Programa. Além de reassentamentos, prevê-se a regularização das propriedades localizadas nas margens e nos próprios canais e a adoção de serviços básicos urbanos para atender a população;
> Infraestrutura sanitária: Corresponde aos investimentos nos serviços de abastecimento e coleta de esgotos da Sub-bacia 1 e das populações reassentadas;
> Infraestrutura viária: inclui a construção de ruas e avenidas ao longo dos canais de drenagem;
> Sustentabilidade sócio e institucional: Deverá contribuir para a melhoria da capacidade operativa e de gestão das instituições envolvidas, bem como da participação efetiva da comunidade no estabelecimento de condições necessárias à sustentabilidade das ações incluídas no Programa. É composto por quatro subcomponentes: Participação Comunitária, Comunicação Social, Educação Ambiental e Sanitária e Desenvolvimento Institucional.

Figura 2: Projeto Executivo (Sub-bacia 1) da Bacia da Estrada Nova



Fonte: Síntese do PROMABEN I (PMB, 2014).

No que se refere ao subcomponente *Reordenamento Urbano e Reassentamento*, consta no documento de (PDR, 2009) que em caso de permuta da moradia afetada por moradia em núcleos habitacionais construídos pelo poder público obedecerá aos critérios:

1) Tamanho: Cada núcleo com no máximo 50 unidades residenciais;

2) Localização: A escolha do terreno a serem construídos os núcleos será resultante de uma negociação entre a população e a PMB.

Foram apresentadas, também, alternativas de relocalização de famílias, sendo estas:

- Conjunto Habitacional na área da Estrada Nova – Sub II (área do residencial Aloísio Chaves – Tv. Quintino Bocaiúva entre Tv. Honório José dos Santos e Bernardo Sayão)[5], em que a PMB assumiria o ônus do financiamento imobiliário junto a Caixa Econômica Federal – CEF, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS para a construção do referido núcleo habitacional.

- Conjunto Habitacional na área da Estrada Nova – Sub I (Vila Manteiga), localizado na Av. Bernardo Sayão entre Tv. Timbiras e Tv. Caripunas[6].

[5] "Será construído em terreno localizado na Av. Bernardo Sayão, à margem do Canal da Quintino, em área próxima ao empreendimento, numa área de 7,55 ha., estando previsto a construção de 16 blocos de apartamentos de 02 pavimentos, com 04 unidades por andar, totalizando 128 unidades residenciais, com área construída por unidade-tipo de 42m², com escada externa, evitando a formalização de condomínio" (PDR 2009).

[6] "Serão construídas 816 unidades habitacionais no total. O projeto prevê além da construção das unidades habitacionais, alguns equipamentos comunitários, como: 1) 01 Praça pública com área de lazer (playground) com brinquedos; 2) Quadra

Figura 3: Alternativas de relocalização para as famílias afetadas



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2012. Adaptado pelos autores (2024).

Quanto à reposição de atividades econômicas, há o registro de que as atividades econômicas desenvolvidas junto às moradias teriam tratativas de reassentamento sob duas perspectivas "(i) quando for feita escolha de reposição de moradia em núcleo habitacional, será previsto local para reinstalação da atividade, seja na própria residência ou em área comercial do núcleo habitacional. Uma ou outra possibilidade será discutida com as famílias durante a fase de preparação dos núcleos habitacionais" (PDR, 2009).

Para atividades exclusivamente comerciais e ou serviços a serem remanejados, foi proposto dentre outras soluções: transferência do negócio para locais especialmente criados para receber atividades econômicas.

No ano de 2010, iniciou as atividades relacionadas ao remanejamento de famílias afetadas diretamente pela execução das obras do PROMABEN I.

Com o objetivo de melhor atender as famílias foi implantado em 2011, na área de intervenção do Programa, o Escritório de Gestão Participativa – EGP, localizado na Travessa de Breves, nº 787, bairro do Jurunas, Belém-PA. Este espaço contou com equipe técnica composta por Assistentes Sociais,

poliesportiva; 3) áreas verdes [...] As habitações serão distribuídas em blocos de dois pavimentos. Essa tipologia permite que se busque adensamento, a partir da verticalização das habitações, sem aumento excessivo dos custos de execução e com aumento da área total de cada lote" (PDR 2009).

Advogado, Engenheiro Civil e Sanitarista. Teve como objetivo atender as famílias diretas e indiretamente afetadas pela execução das obras de macrodrenagem. Estes profissionais foram responsáveis por prestarem informações necessárias referentes ao andamento das obras e dar suporte às tratativas administrativas de desapropriação das benfeitorias. Bem como, acompanhar o processo de mudança das famílias; demolição dos imóveis desapropriados e realizar o monitoramento das áreas destinadas às obras de macrodrenagem, além de desenvolver ações de pré-reassentamento, reassentamento e pós-reassentamento com as famílias diretamente afetadas.

Ainda no ano de 2011 foi necessário realizar uma atualização ou consistência cadastral na Sub-bacia 1 devido o lapso temporal entre o primeiro cadastramento realizado em 2007 e o início das obras. O resultado desta consistência cadastral foi fundamental para a atualização do Plano Específico de Reassentamento – PER que foi aprovado pelo BID. Documento este que orienta os processos de reassentamentos involuntários do Programa, apresentando as soluções aplicáveis em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor de Relocalização de População e Atividades Econômicas – PDR baseado na OP 710 (Política Operacional) que abrange todo deslocamento físico involuntário de pessoas causado por um Projeto do BID.

No que se refere a este Subcomponente Reordenamento Urbano e Reassentamento de famílias e negócios, de fato, houve efetividade em Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre, localizado em bairro afastado do raio de obras do Programa. Apresenta seguinte estrutura: 126 unidades habitacionais com 42m² cada, distribuídas em 10 blocos de apartamentos, sendo que 03 blocos possuem 06 unidades (02 cada) disponibilizadas para famílias com PCD e Idosos; 17 lojas (pontos comerciais) e 36 vagas de garagem.

Desta maneira, no ano de 2012 foram destinadas 115 unidades habitacionais às famílias remanejadas em decorrência da execução das obras do PROMABEN. No mês de junho de 2012 iniciou o reassentamento de 86 famílias no Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre, localizado na Av. Almirante Barroso, nº 2730, bairro do Curió Utinga, Belém-PA, distante aproximadamente 8 km da área de remanejamento das famílias e, até junho de 2016 chegou ao quantitativo de 105 famílias (Oliveira & Santana, 2018; Tavares, 2019). Estas, que estavam até então recebendo auxílio moradia no aguardo da entrega das moradias definitivas. Este reassentamento foi realizado mediante alternativa de reposição de moradias às famílias, haja vista que, os núcleos habitacionais a serem construídos em terrenos próximos às áreas de remanejamento não foram concretizados.

O Conjunto Habitacional foi construído com recursos do Governo Federal, por meio do Programa Morar Melhor, gerido pela Caixa Econômica Federal. A Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB foi o órgão responsável pela construção do Conjunto Habitacional que através de um Termo de

Cooperação Técnica repassou as unidades habitacionais ao PROMABEN. Segue abaixo, dados gerais do quantitativo do reassentamento relacionado à primeira etapa do Programa.

Tabela 1: Síntese do reassentamento PROMABEN I

METAS PREVISTAS REASSENTAMENTO	REASSENTAMENTO TOTAL - PROMABEN I	REASSENTAMENTO CONJUNTO HABITACIONAL
355 Famílias	269 Famílias[7]	105 Famílias[8]

Fonte: Adaptado pelos autores, 2024.

Segundo consta no site do Programa, o custo total do PROMABEN em sua primeira etapa foi orçada em US$ 145.871.000,00, sendo US$ 77.121.000,00 de recursos próprios da Prefeitura e US$ 68.750.000,00 de financiamento do BID. Nessa primeira etapa foram executados 100% dos recursos do BID, com pendências nos recursos de contrapartida local[9]. Concluindo esse breve histórico, segue abaixo a linha do Tempo do Programa.



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2012. Adaptado pelos autores (2024).

[7] Síntese do PROMABEN I (PMB, 2014) considerando o total de famílias afetadas diretamente, conforme concepção de reassentamento involuntário estabelecido na OP 710 que é a política que abrange todo deslocamento físico involuntário de pessoas causado por um projeto do BID.

[8] Referência de reassentamento até o período de junho de 2016 (Oliveira & Santana, 2018; Tavares, 2019) para o Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre.

[9] Fonte disponível no site do Programa vinculado da Prefeitura Municipal de Belém (http://promaben.belem.pa.gov.br/institucional/historico/, acesso em 25/03/2024).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS DA PESQUISA

No entendimento deste aparato institucional e o percurso de implementação do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN I, em uma das principais cidades da região amazônica brasileira, que ensejamos realizar este trabalho fundamentado em revisão sistemática da literatura científica nacional sobre o tema *Reassentamento Involuntário*, cuja base empírica para a análise foram os resultados de levantamento bibliográfico - estado da arte[10], realizado nas plataformas digitais da *Scientific Electronic Library Online - SciELO Brazil e Base de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.*

Teve por objeto de análise a produção científica indexada nesses periódicos e delimitada às publicações nas universidades da região Norte do Brasil, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amazonas. A partir dessa aproximação preliminar desejamos apresentar mapeamento das pesquisas científicas produzidas sobre esta temática na Amazônia brasileira e os principais resultados que estes chegaram adotando como recorte temporal de 2012 a 2023.

De maneira que a pesquisa para elaboração deste artigo optou pela abordagem da ecologia política, com ênfase quantitativa, alinhada ao protocolo que norteou a metodologia desta etapa estabelecida por critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos e os descritores utilizados: área de avaliação (Interdisciplinar), área de conhecimento (Meio Ambiente e Agrárias), grande área de conhecimento (Multidisciplinar), tipos de documentos (Teses e Dissertações), assim como, as palavras-chave utilizadas no levantamento das produções de periódicos (Planejamento Urbano, Cidades Amazônicas, Saneamento, Reassentamento Involuntário, PROMABEN I), conforme demonstrado no quadro abaixo com dados levantados nas plataformas de publicações.

Quadro 1: Número de referências selecionadas, com base nos dados pesquisados pelos autores, 2024.

Base de Dados	Artigos, Teses e Dissertações relacionados encontrados	Temática Central reassentamento
SCIELO	429	1
CAPES	2633	2

[10] "Pesquisas conhecidas pela denominação estado da arte ou estado do conhecimento. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado" (Figueiredo, *et al*; 2023).

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: similaridade temática com o objetivo da pesquisa; idioma português; pesquisas que utilizam método qualitativo e/ou documental; inclusão do termo "Planejamento Urbano", "Cidades Amazônicas"; "Saneamento", "Reassentamento Involuntário" e "PROMABEN I" palavras-chave informadas. Os critérios de exclusão foram: ausência de similaridade temática; recorte temporal; divergência de método qualitativo e/ou documental; artigos repetidos; todos os trabalhos que não são da área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional.Também considerando que todos os critérios descritos seguem a lista publicada pela Capes e SciElo, bem como, respectivas instituições de ensino superior delimitadas nesta pesquisa.

Por meio da busca, inicialmente, considerando as palavras-chaves estabelecidas foram rastreados mais de 3.000 trabalhos totais, de forma independente por dois pesquisadores. Com a aplicação dos critérios os números foram expressivamente reduzidos para 04, sendo 03 artigos e 01 dissertação de mestrado, considerando textos completos de trabalhos selecionados. Ressalta-se que estes trabalhos foram desenvolvidos em programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior definidas para esta pesquisa e localizadas na região Norte do país, e variam no período de 2012 a 2023.

4. REFLEXÕES SOBRE PROMABEN I: IMPACTOS DO REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Na clareza quanto ao descritor das palavras-chaves vinculadas à temática central do *reassentamento* mapeou-se trabalhos que analisam o Programa e seu desenho de ideário do capital e são aqui referendados para compreender sobre esse modelo de gestão desenvolvido (Santana, 2012), em que o agente financiador potencializa modelo de gestão pautado em aparente preocupação com a pobreza e meio ambiente, e, no caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, prioriza contraditoriamente os setores de projetos de infraestrutura física da cidade e projeto econômico que se interligam ao tema da integração regional.

Santana, Joana Valente. **Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará**. Revista em Pauta, 2012.	UFPA Artigo

Fonte: Plataforma SciELO. Elaboração dos autores (2024).

De maneira que, atentos às decisões institucionais, no tocante ao reassentamento das famílias pelo Programa têm-se as propostas de relocalização a priori planejadas (ver Figura 3) não efetivadas, entretanto, manteve-se o remanejamento destes moradores no ensejo de garantir o avanço da

execução das obras de macrodrenagem, mesmo que representa-se a permanência da população diretamente afetada em medidas transitórias de auxílio e aguardando quanto a definição do empreendimento habitacional.

Para viabilizar as ações de reassentamento, considerando os normativos estabelecidos pelo agente financeiro, observa-se que no período próximo à transição de gestão municipal configurado por tensões e arranjos institucionais (Acselrad, 2010) o Programa desencadeou deliberações em caráter excepcional para tratar com as famílias envolvidas nos processos de desapropriação. No contexto de grandes incertezas (Oliveira & Santana, 2018) de quando e para onde seriam reassentadas, estes moradores aceitam ser transferidos para apartamentos distantes dos seus locais de origem (ver Figura 4).

Oliveira, Aricarla Batista de & Santana, Joana Valente. **Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém (Pa)**. Revista Katálysis, 2018.	UFPA Artigo

Fonte: Plataforma Periódicos CAPES. Elaboração dos autores (2024).

Tavares, Angelo Cezar Pinho. **Estudo de Caso sobre os Impactos Socioeconômicos de Reassentamento Involuntário sobre as Famílias Atingidas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada-Nova (PROMABEN I), Belém-Pa**. Plataforma Sucupira, 2020.	UFPA Dissertação

Fonte: Banco de Teses e Dissertações CAPES. Elaboração dos autores (2024).

Os impactos do reassentamento involuntário, no PROMABEN I, se iniciaram desde o processo de mudança (traslado) das famílias para o Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre, visto diferentes situações decorridas para a adaptação ao tamanho (metro quadrado), da nova residência. Em que surgem: a decisão forçada da escolha da quantidade de objetos e bens móveis necessários; à opção pessoal de poucos objetos e bens móveis na nova moradia, quanto ao anseio de recomeço no novo local de moradia, dentre outras situações. Diante disso, ainda existe o fato da adequação à nova estrutura do residencial, construído dentro de um espaço limitado e compartilhado, o que difere do antigo território de ocupação.

> [...] insuficiência no tamanho e no número de cômodos e falta de quintal e áreas para expandir a casa, o que era importante na residência anterior, posto que as famílias construíram novos cômodos para abrigar os membros da família (Oliveira e Santana, 2018, p.263).

Segundo Oliveira e Santana (2018), os impactos se estenderam na vida das famílias reassentadas em diferentes aspectos: nas condições de trabalho e renda, especificamente, das famílias que mantinham atividades comerciais em suas antigas residências, fato este, devido o novo local de moradia não possuir espaço disponível e ou adequado para prática de atividade econômica. Na renda financeira houve modificações na faixa salarial, de forma negativa, na queda da renda familiar, obrigando a implementação de estratégias de renda para o custeio da nova condição de vida. Concomitantemente, soma-se a elevação dos gastos no pagamento de taxas de energia elétrica e água. Diante disso, surge a desarticulação no campo do trabalho e na estratégia de sobrevivência das famílias.

Como bem reforça Santos (2005) quanto aos circuitos da economia urbana e a distinção entre as populações ao tratar que "[...]estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços" e que ganham nas configurações do território da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova um traçado delineado pela gestão institucional municipal que reflete essa fragmentação e dicotomia em sub-bacias com desdobramentos em saídas compulsórias de seu território pela população vulnerável, com afastamento de suas redes de relações interpessoais, moradia e instalações de atividades econômicas.

Figura 4: Localização definitiva de reassentamento das famílias

Fonte:



Prefeitura Municipal de Belém, 2012. Adaptado pelos autores (2024).



A proposta de transferência de moradia via reassentamento involuntário implica, simultaneamente, no impacto psicológico e emocional das famílias diretamente afetadas, em virtude do vínculo de pertencimento ao território, visto o longo período de tempo residindo no mesmo local, além da insegurança quanto aos critérios adotados pelo Programa para a desocupação da área e apreensão pela aquisição da nova moradia definitiva. Fato este, por se tratar de uma remoção imposta, ou seja, não planejada por livre e espontânea opção.

> Portanto, tais ações podem gerar graves impactos às pessoas deslocadas, resultando em traumas de longo prazo e efeitos sobre vários aspectos dos direitos humanos, como direito à integridade física, à alimentação e à saúde física. Assim, as remoções forçadas podem ser consideradas ilegais quando realizadas com o uso da força ou da violência (Tavares, 2019, p.22).

Por outro lado, a comunidade local anseia se beneficiar dos serviços de infraestrutura urbana, não se opondo às medidas necessárias para o desenrolar do processo, visto que tem consciência da possível desocupação da área, especificamente, às famílias diretamente afetadas. No entanto, nutrem a expectativa de que o Programa atue com ações mitigadoras dos impactos e danos que venham a afetar a vida socioespacial.

5. NOTAS SOBRE PROMABEN I: DESAFIOS PÓS-REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

O pós-reassentamento involuntário das famílias por meio do PROMABEN I para o Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre (Tavares, 2020; Oliveira e Santana, 2018) desencadeou diversos desafios para as famílias reassentadas, visto as mudanças socioeconômicas, culturais e

territoriais. Na nova moradia as famílias precisaram realizar o pagamento de taxas de energia elétrica, abastecimento de água, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e os demais gastos com o custo de vida.

Deste modo, ocasionando um desequilíbrio financeiro, visto que a maioria das famílias possuem vulnerabilidade socioeconômica, fato que, possibilita o fomento de um ambiente desfavorável e propulsor a descontinuidade de permanência na nova moradia. Porém, quanto ao Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre não houve a confirmação da venda de apartamentos, durante o PROMABEN I.

A relação de convivência e os conflitos de vizinhança em decorrência de diversas questões tais como: poluição sonora, falta de limpeza e o despejo irregular de resíduos sólidos em áreas compartilhadas, a circulação de animais domésticos nos apartamentos de vizinhos, dentre outras problemáticas, que incitam na desarmonia das relações sociais, em vista da nova adequação organizacional resultante dos espaços coletivos no residencial.

Na possibilidade de uma adequada estimativa dos efeitos sociais implicados, com propósito de convertê-los em atividades que fomentem uma dimensão técnico-operativa exigente nesses programas, considerando as relações sociais no espaço das cidades amazônicas em suas multi-sócio-diversidade que no contexto de globalização na região tem sido efetuada sob a forma de nexos seletivos que não integram a totalidade dos sistemas de ações regionais (Santos, 2005; Figueiredo *et al*, 2023), de modo que, as ações relacionadas estejam adequadas às necessidades e à realidade local, estimule a plena apropriação pelas famílias assistidas pelo Programa.

Assim, reconhecendo sua relevância para o município de Belém do Pará como um programa em execução com mais de quinze anos, e, ainda na sua segunda etapa[11]. Torna-se, portanto, premente analisar seus impactos que ressoam como desafios em mais de dez anos do reassentamento das famílias pelo PROMABEN I.Compreendendo que há um extremo processo de alteração do cotidiano das famílias que passam pelo reassentamento involuntário, sendo necessário potencializar discussões sobre os mecanismos de intervenção das comunidades a serem realocadas durante todo este processo, a fim de que se busque efetiva cidadania nas diversas condições de vivência destes, dos seus laços sociais e comunitários envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano tem sido aplicado como instrumento de gestão territorial e de governabilidade. Com o amparo do capital globalizado e com a justificativa do planejar e produzir novos territórios que atendam as demandas da população com melhoria das condições de saneamento e moradia a produção dos novos territórios afetam diretamente as frações da classe trabalhadora no que tange a renda, trabalho, serviços e rompimento do tecido cultural dessas comunidades. Importa destacar que na Amazônia desde que se deu o processo de acumulação de capital, a região enfrenta conflitos por disputa de terra, desmatamento, dizimação de comunidades

[11] "A segunda etapa do Programa (PROMABEN II) começou em novembro de 2019 com o início das obras de saneamento e urbanização nos bairros do Jurunas e Cidade Velha (sub bacia 1)". Fonte: Disponível no site em PMB (https://promaben.belem.pa.gov.br/subcoordacao-social/promaben-ii-programa-de-saneamento-da-bacia-da-estrada-nova/, acesso em 02/03/2024).

indígenas, ribeirinhos e trabalhadores rurais, pois na Amazônia terra é trabalho e essa disputa por terra é geradora de grandes conflitos, e foi desta forma por meio também de conflitos que a urbanização foi sendo feita.

Para Oliveira & Santana (2018), o planejamento urbano da cidade de Belém oferece pressão para a população que reside na área urbana sendo que para fins de renovação e embelezamento urbano são essas áreas que recebem os projetos de saneamento. Assim o reassentamento involuntário na cidade de Belém executado pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN I no ano de 2012 foi um processo oneroso para as famílias, embora faça parte da política do agente financiador evitar o risco de empobrecimento das famílias que estão no raio de obras. Segundo Tavares (2018), as famílias reassentadas sob esta égide no Conjunto Habitacional não tiveram essa prerrogativa assegurada já que o custo de vida das famílias reassentadas aumentou consideravelmente, forçando inclusive o deslocamento dos moradores para o bairro de origem em busca de garantir sua segurança alimentar.

Em relação às famílias que foram indenizadas e comerciantes que atuavam na área na época do reassentamento, não foram encontrados dados de pesquisa sobre esta outra população que também sofreu os impactos da execução do projeto.

Contudo, observa-se que os projetos urbanísticos em sua maioria podem aprofundar os efeitos de segregação de classes, e novamente podem facilmente reproduzir a cidade formal e informal pois continuam a cumprir as agendas do capital, desconsiderando o histórico do local, laços familiares, rede de apoio, vizinhança, manifestação cultural e com toda a história das famílias que precisam ser remanejadas para a execução do projeto.

Desta forma, o cenário adverso apresentado é desafiador para os profissionais que atuaram e/ou atuam no Programa, em especial, os assistentes sociais que buscam consolidar projetos coletivos e estratégias onde a participação da comunidade se torne fundamental e essencial para que haja o estudo e adaptação do projeto a realidade local das pessoas e não ao contrário, objetivando a garantia dos direitos às famílias remanejadas involuntariamente .

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **A Sustentabilidade das Cidades e os Conflitos Ambientais Urbanos. *In*: GOMES,** Maria de Fátima. C. M; BARBOSA, Maria José.S. (org.) **Cidade e Sustentabilidade**: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha,2010.p.295-304.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Reassentamento involuntário**: Política operacional e documento de antecedentes. Washington D.C., EUA: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Manual de Operações**. Diretriz Operacional.1990 OD 4.30

BID. **Política Operacional OP-710**. Disponível em: https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/estrategia-institucional/politicas-setoriais-e-documentos-de-estrutura-setorial. Acesso em 10/12/2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria n. 317/2013 de 18 de julho de 2013**. Deslocamento Involuntário. Diário Oficial da União: Seção I, 19 de julho de 2013.

FERNANDES, Lenise. L. **Sustentabilidade Urbana: considerações sobre o lugar da dimensão política no uso desta "nova" proposta no Rio de Janeiro.** *In*:GOMES, Maria de Fátima. C. M; BARBOSA, Maria José.S. (org.)

Cidade e Sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha,2010.p.277-293.

FIGUEIREDO, Jheninffer et al. **Dimensão Técnico-Operativa na Formação Profissional de Assistentes Sociais**. Argumentum (Vitória, Espírito Santo, Brazil) 15.2 (2023): 138–148. Print.

FRANÇA, Bruno. A; GONÇALVES,Rafael. S. **Entre o muro e a remoção: meio ambiente e favelas no Rio de Janeiro.**. *In*:GOMES, Maria de Fátima. C. M; BARBOSA, Maria José.S. (org.) **Cidade e Sustentabilidade**: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha,2010.p.261-276.

OLIVEIRA, Aricarla. B; SANTANA, Joana. V. **Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém (PA)**. Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, n. 41, v.16,p.256-271, 1º Semestre de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Contrato 1998 OC BR III**. Disponível em https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Contrato_1998_OC_BR_III.pdf. Acesso em 20/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano Diretor de Relocalização de População e Atividades Econômicas – PDR**. https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Plano-Diretor-de-Relocalizacao-de-Populacao-e-Atividades-Economicas-PDR.pdf. Acesso em 21/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano Específico de Reassentamento – PER**, 2011. Disponível em: https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/PER_11_09_11_APROVADO.pdf. Acesso em 21/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Programa de Recuperação Urbano-Ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova**: Estudos de Impacto Ambiental (EIA) - Memorial Descritivo/Tomo 01/03. Belém, 2007. Disponível em: https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/SA_PR109_06_TX_26_002_A.pdf. Acesso em 21/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Síntese do PROMABEN I**. Disponível em: https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Sintese_Promaben_I_set.2014.pdf. Acesso em 21/12/2023.

SANTANA, Joana Valente. **Desenho ideológico do BID**: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. Revista em Pauta, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo:Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda,1993.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo:EDUSP, 2005.

TAVARES, Angelo P. C. Projeto Científico de Mestrado. **Estudo de Caso sobre os impactos socioeconômicos de reassentamento involuntário sobre as famílias atingidas pelo Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN I)**. Universidade Federal do Pará – UFPA .BELÉM-PA, 2019.

WORLD BANK – Banco Mundial. **Manual Operacional 4.12 – Reassentamento Involuntario (OP 4.12, Involuntary Resettlement)**. Disponível em: http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Arquivos/BancoMundial/Politica/ReassentamentoInvoluntario/Reassentamento_Involuntario.pdf. Acesso em 28/03/2024.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latinoamericanas

ENTRE O PRECÁRIO E O INSUSTENTÁVEL: DISCURSOS DE SUSTENTABILIDADE EM PROJETOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM BELÉM (PA)

MARLON D'OLIVEIRA CASTRO[1](EA-UFPA),

RESUMO: O artigo discute a presença dos discursos de sustentabilidade no contexto da produção do espaço urbano através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), especificamente na linha de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), que envolve remoção e reassentamento de famílias em situação de risco socioambiental. Os objetivos da pesquisa incluem analisar como o Estado utiliza os discursos de sustentabilidade urbana, investigar os impactos da mudança de residência nas famílias afetadas, explorar a relação entre os discursos de sustentabilidade e o conceito brasileiro de habitação de interesse social, e examinar como esses discursos são aplicados nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) do PAC. O estudo se baseou em uma abordagem qualitativa, apoiada no materialismo histórico-dialético, utilizando quatro estudos de caso de intervenções do PAC em comunidades vulneráveis ambiental e socialmente na Região Metropolitana de Belém. A análise, feita com base na Análise do Discurso e em duas categorias-chave de análise do cotidiano (lazer e trabalho), revelou um distanciamento entre a implementação da política e os objetivos de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Os conjuntos habitacionais periféricos criados pelo programa demonstraram fragilidades conceituais na abordagem da sustentabilidade, ignorando as necessidades e práticas cotidianas das famílias atingidas. Isso resultou em espaços produzidos de maneira abstrata, desconectados da realidade socioeconômica e dos direitos à cidade, sendo interpretados como (in)sustentáveis do ponto de vista socioambiental.

Palavras-chaves: discursos de sustentabilidade, Programa de Aceleração do Crescimento, lazer, trabalho e Projetos de Trabalho Técnico Social.

INTRODUÇÃO

Muitas vezes, as abordagens sobre sustentabilidade levantam controvérsias e são ambíguas ou carentes de significado. Por um lado, as cidades são vistas como objetos que podem ser tecnificados, reduzindo assim seu consumo de energia e fluxos. Por outro lado, são consideradas meras zonas de reprodução social do capital e de suas estruturas, aparentemente desconectadas do bem-estar humano.

O conceito de desenvolvimento sustentável no contexto urbano busca conciliar essas relações. No entanto, ao longo das últimas três décadas, ele se consolidou intimamente ligado a uma forma hegemônica de pensar a sociedade e a natureza, ignorando as determinantes históricas do processo produtivo capitalista. Assim, tornou-se predominantemente uma ideologia que busca unificar os interesses dos trabalhadores, empresários e do Estado em torno da defesa de uma suposta sustentabilidade ambiental, social e econômica.

[1] Coordenação de Pesquisa e Extensão, Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, UFPA, BRASIL. Email: marloncastro@ufpa.br.

No contexto da produção do espaço urbano, o conceito de sustentabilidade tem sido explorado tanto na perspectiva da cidade como uma entidade tecno-material e eficientemente ecoenergética, quanto na compreensão de seu papel na qualidade de vida e na legitimação das políticas públicas (ACSELRAD, 2009). No entanto, a dimensão humana desse conceito frequentemente tem sido negligenciada nas análises, que se baseiam principalmente em elementos físicos e indicadores socioeconômicos. Quando se trata de políticas habitacionais, observa-se que a sustentabilidade é amplamente divulgada, com certificações e projetos de trabalho técnico-social que supostamente garantem a sustentabilidade desde o planejamento até a ocupação pós-construção. No entanto, tais garantias não asseguram, por si só, a conexão entre a intervenção, as necessidades da população atendida e a cidade.

O presente artigo tem como propósito principal: a) identificar as diferentes abordagens da questão ambiental com base em estudos que relacionam os temas ambientais e urbanos, traçando um panorama sobre a evolução do conceito de sustentabilidade e seu impacto nas cidades; e b) analisar a presença discursiva das ideias de sustentabilidade na implementação de projetos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na cidade de Belém, no estado do Pará. Especificamente, aborda-se a produção do espaço intraurbano por meio de intervenções habitacionais voltadas para o reassentamento de famílias em áreas social e ambientalmente vulneráveis, desenvolvidas em parceria entre o governo estadual, municipal e federal, por meio do PAC.

Utilizando uma metodologia qualitativa embasada no materialismo histórico-dialético, realizou-se um estudo de caso das intervenções do PAC, com foco em projetos habitacionais destinados ao reassentamento de famílias que viviam em áreas vulneráveis ambiental e socialmente na Comunidade Taboquinha (conjuntos Verequete, Mestre Cardoso e Cruzeiro), localizados no Distrito de Icoaraci, em Belém.

O artigo evidencia as contradições na implementação das políticas habitacionais durante o processo de reassentamento das famílias, bem como a emergência de problemas relacionados à integração dessas comunidades na malha urbana. Essas questões revelam a distância entre o que poderia ser considerado como sustentabilidade urbana ou a criação de um espaço que legitime as políticas urbanas (ACSELRAD, 2009), sem levar em conta as lutas sociais das comunidades envolvidas (LEFF, 2009) ou sem estar em consonância com o princípio de que a cidade é um espaço de interação e confirmação de sua função social (SOUZA, 2009).

CIDADES, SUSTENTABILIDADE E (IN)SUSTENTABILIDADES

As cidades podem ser compreendidas de diversas formas, e uma delas é como locais de construção social, onde ocorrem trocas e encontros decorrentes das relações sociais estabelecidas em

um determinado tempo e espaço. Elas se manifestam por meio de obras e espaços de criação e interação, onde se estabelecem centros de atividades, conforme destacado por Lefebvre (2001) e Gottdiener (2010). Dentre essas relações, destacam-se as econômicas, culturais, sociais e humanas, que conferem características específicas a esse ambiente construído.

De acordo com Souza (2009), a cidade pode ser entendida como um espaço de interação que necessariamente deve ter sua base fundamentada em uma função social, um local de aglomeração humana onde as pessoas desempenham atividades das mais diversas, agindo e interagindo entre si, buscando, na medida do possível, uma melhoria em suas qualidades de vida, pressupondo estas, necessariamente, estudos técnicos voltados a tornar eficaz a função social da cidade, procurando compatibilizar os problemas apresentados pela urbe e os anseios de seus habitantes (SOUZA, 2009, p. 59).

O autor defende dois pontos cruciais no debate sobre as contradições urbanas: a melhoria da qualidade de vida e a função social da cidade. Nessa perspectiva, a cidade deveria ser compreendida como um lugar onde a vida é viável, onde o bem-estar é materializado e, consequentemente, onde a cidadania pode ser exercida.

No entanto, a análise das contradições espaciais da cidade e do urbano só se torna concreta quando está relacionada ao entendimento do atual modo de produção e ao grau de comprometimento das cidades na reprodução social de um modelo econômico, social e político considerado insustentável. Nesse sentido, a conformação do design espacial urbano, conforme descrito por Lefebvre (2001) como produto das relações sociais concretas e suas contradições, ganha um significado especial, especialmente com a emergência do regime de acumulação flexível, onde a sustentabilidade é vista como uma característica fundamental do novo modo de regulação urbana (ACSELRAD, 2009; GOTTDIENER, 2010).

A partir do conflito entre o viver e o crescer, surgiu a necessidade de que as cidades se tornassem “cidades sustentáveis” devido à reestruturação que o sistema econômico mundial passou nas últimas décadas. No modelo de desenvolvimento urbano sustentável, as questões ambientais foram incorporadas e podem até ser discutidas, desde que não comprometam o desenvolvimento urbano.

Prado (2015) argumenta que o desenvolvimento urbano sustentável não apenas enfrenta conflitos inerentes à tentativa de conciliar as perspectivas das análises e planejamento urbano com aquelas provenientes das disciplinas ambientais, mas também enfrenta contradições presentes na própria ideia de “sustentabilidade” que são evidenciadas no território urbano. Assim, a aplicação do conceito de “desenvolvimento sustentável” aos discursos e práticas relacionados ao fenômeno urbano, na forma de “desenvolvimento urbano sustentável”, amplia as limitações e contradições do termo original (PRADO, 2015, p.92).

A transposição do conceito de sustentabilidade para o contexto urbano não ocorre de maneira confortável. É baseada principalmente na crítica aos rumos do urbanismo em tempos de acumulação flexível e está condicionada à lógica das práticas espaciais resultantes de um modelo desigual de cidades, caracterizado pela diferenciação dos espaços intraurbanos e pela desigualdade social. Características como habitação precária em áreas suscetíveis a inundações e riscos, em regiões com alta vulnerabilidade ambiental e social, problemas de mobilidade e infraestrutura urbana, insegurança e violência, acesso precário a água potável, redução da quantidade e qualidade dos espaços públicos, entre outros, reforçam a compreensão de que a existência dessa materialidade urbana está intrinsecamente ligada à existência de outros espaços privilegiados que possuem infraestrutura adequada, atendendo a uma parcela privilegiada da sociedade (ACSELRAD, 2009).

No entanto, é evidente que a discussão não se concentra na origem dos problemas – a desigualdade social - mas sim em suas consequências mais visíveis. O contexto da globalização econômica tem aprofundado problemas historicamente presentes nas cidades com alta desigualdade social, especialmente em países considerados "em desenvolvimento", como o Brasil, onde as cidades enfrentam uma série de problemas que não são apenas ambientais, mas principalmente sociais.

Dessa forma, a noção de sustentabilidade está sujeita à racionalidade pragmática, flexível e desigual na produção do espaço. Sua aplicação está condicionada não apenas à questão semântica, mas também ao pragmatismo que a torna evidente como um elemento agregador de valor social e de respeito teórico. Os conceitos de sustentabilidade são apresentados de forma discursiva ou pragmática. O termo "sustentabilidade" tornou-se um slogan usado por partidos políticos, empresas, supermercados, indústrias automotivas, etc., na tentativa de criar familiaridade entre as pessoas e a ideia, servindo mais ao marketing e ao sucesso empresarial do que à redução dos impactos ambientais negativos e às mudanças na produção.

A sustentabilidade urbana prática consiste em tornar a cidade atraente para o capital, tornando-a mais funcional, conservando recursos materiais, de informação e de energia, para permitir o fluxo da acumulação urbana. Por outro lado, a sustentabilidade urbana retórica ou discursiva propõe uma forma de neutralizar a crítica ambientalista introduzindo a variável ambiental nas políticas públicas e no planejamento urbano, a fim de fornecer legitimidade aos planejadores e, em última análise, contribuir para tornar a cidade mais competitiva (ACSELRAD, 2009).

Para Acselrad, existem três representações distintas da cidade que também respondem ao aspecto da valoração da sustentabilidade urbana: a representação tecno-material das cidades, a cidade como espaço de qualidade de vida e a cidade como espaço de legitimação das políticas públicas urbanas.

Na representação tecno-material das cidades, há uma tentativa de articular a base produtiva com modelos de ecoeficiência energética ou "metabolismo urbano". Em ambas as situações, a cidade é vista a partir do controle de seus estoques e fluxos, principalmente de energia. A alternativa proposta para reduzir os impactos causados pelas práticas urbanas é a adoção de tecnologias limpas, que economizem espaço, matéria e energia, buscando adaptar a produção e a vida urbana por meio da densificação técnica e humana, sendo assim um arranjo dentro da racionalidade econômica. Nesse caso, a sustentabilidade resultaria da redistribuição da pressão técnica das populações e dos recursos sobre a base de recursos ambientais urbanos, levando em consideração a "hipótese do limite da capacidade urbana". No discurso, são enfatizadas estratégias argumentativas de ordem global, como a introdução de tecnologias urbanas economizadoras de recursos, reciclagem, redistribuição espacial de populações e atividades, redução do consumo per capita, entre outras. A busca pela ecoeficiência é justificada por razões relacionadas ao "urbano" em si, não por razões planetárias, e a ecoeficiência é legitimada como o eixo das estratégias de ação, sendo o mercado seu melhor instrumento (ACSELRAD, 1999).

A cidade, como um espaço de qualidade de vida, surge como uma resposta do ambiente urbano ao modelo de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao consumo. A crescente artificialidade das cidades impregna cada vez mais os habitantes com substâncias nocivas e tóxicas, impondo um modelo de reprodução nos centros urbanos. As emissões líquidas e gasosas resultantes das tecnologias urbanas são entendidas como uma imposição de consumo forçado de produtos que comprometem a qualidade de vida na cidade.

Segundo Acselrad, a noção de sustentabilidade urbana também pode articular estratégias argumentativas relacionadas à eficiência ecoenergética, autossuficiência e qualidade de vida, considerando a forma urbana como um fator determinante da sustentabilidade. A ideia de uma "cidade compacta" combina atributos como alta densidade e uso misto, com foco na eficiência energética por meio da redução das distâncias percorridas, maximização do transporte público e melhoria da qualidade de vida para os residentes. No contexto geral do desenvolvimento sustentável, o argumento da autossuficiência desafia o livre mercado e a globalização, enquanto, no caso da autossuficiência urbana, busca-se uma maior autonomia energética e econômica das comunidades, em nome do combate ao efeito estufa e aos processos entrópicos.

A cidade também é vista como um espaço de legitimação das políticas públicas urbanas, reconhecendo que a materialidade das cidades é politicamente construída. A reprodução das cidades é vista por Acselrad como dependente das condições que legitimam seus pressupostos políticos. Nessa representação, a ideia de sustentabilidade é aplicada às condições que garantem a reprodução

legítima das políticas urbanas. Discute-se a viabilidade política do crescimento urbano, ou seja, as condições políticas para a construção da base material das cidades.

A falta de sustentabilidade expressa a incapacidade das políticas urbanas em ajustar a oferta de serviços urbanos às demandas sociais em termos de quantidade e qualidade, resultando em um desequilíbrio entre as necessidades diárias da população e os meios de satisfazê-las, assim como entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura. A insustentabilidade, portanto, indica um processo de desestabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, os quais podem ser criticados tanto por sua ineficiência na administração dos recursos públicos quanto por sua falta de disposição em democratizar o acesso aos serviços urbanos (ACSELRAD, 2009).

Para Acselrad, a erosão da legitimidade das políticas urbanas pode ser atribuída à falta de adesão suficiente à racionalidade econômica, supostamente responsável pelo desperdício dos recursos disponíveis, ou, alternativamente, à ausência de priorização de mecanismos distributivos que garantam o acesso a esses serviços.

O PAC EM BELÉM (PA)

Lançado em 28 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma iniciativa do governo federal brasileiro que abrange um conjunto de políticas econômicas anticíclicas, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico do Brasil. Uma das principais prioridades do programa é o investimento em infraestrutura, abrangendo áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outras (AVELAR et al., 2013).

As medidas que compõem o Programa foram divididas em cinco blocos: investimentos em infraestrutura; estímulo ao crédito e financiamento; melhoria do ambiente de investimento; desoneração e aprimoramento do Sistema Tributário Nacional; e ajustes fiscais a longo prazo. No bloco de infraestrutura, os investimentos abrangem três áreas principais: energia, que inclui os setores de petróleo, combustíveis renováveis, gás natural e energia elétrica; social e urbana, com os setores de habitação, saneamento, transporte urbano, recursos hídricos e o programa Luz para Todos; e logística, englobando os setores rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroportuário.

O PAC desempenha um papel de grande relevância no contexto da chamada Nova Política Habitacional brasileira, implementada a partir da metade dos anos 2000. Isso se deve não apenas ao foco em projetos habitacionais para a faixa de até três salários mínimos, mas também à incorporação de projetos do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), contratados ou em execução na época de sua criação.

A escolha das ações para a implementação do PAC nos municípios teve um enfoque populacional que abrangia áreas metropolitanas e cidades com uma população superior a 150 mil

habitantes, resultando em um acesso restrito aos recursos para apenas algumas cidades no estado do Pará, incluindo Belém.

No caso de Belém, as demandas habitacionais atendidas pelo PAC foram principalmente aquelas de longa data, relacionadas aos sérios problemas de saneamento do município. No entanto, o progresso foi lento, não apenas em relação aos projetos habitacionais, mas principalmente devido a questões estruturais relacionadas à gestão, como atrasos nos repasses de recursos, descumprimento de prazos estabelecidos e demora na realização de licitações de serviços, entre outros obstáculos.

As obras realizadas com recursos do PAC na Região Metropolitana de Belém (RMB) têm sido predominantemente focadas no setor de infraestrutura urbana, por meio das modalidades PAC - Urbanização de Assentamentos Precários e PAC - Saneamento Integrado. Essas obras envolvem ações de saneamento, habitação, urbanização e regularização fundiária das áreas de intervenção, com o objetivo de melhorar as condições de habitação e o ambiente de saúde em áreas já ocupadas (AVELAR, 2013).

A COMUNIDADE TABOQUINHA (CUBATÃO)

Nos últimos quarenta anos, a área da Comunidade Cubatão tem sido ocupada por grupos de baixa renda devido ao agravamento do processo de urbanização. À medida que mais e mais famílias deixaram o interior do estado em busca de melhores oportunidades de vida na capital, a comunidade seguiu um padrão de consolidação comum nas últimas décadas em Belém. Essa consolidação ocorre principalmente nas periferias próximas aos centros e sub-centros urbanos, especialmente em áreas alagadas ou suscetíveis a alagamentos, situadas abaixo do nível topográfico mais baixo, conhecidas como áreas de “baixada”.

Com base nos dados apresentados e nos estudos realizados pelo IBGE, a área da Comunidade Taboquinha foi classificada como um aglomerado subnormal em 2011. Embora as densidades populacionais por setor censitário (no caso, as quadras) sejam relativamente baixas, indicando inicialmente que os problemas na Comunidade Taboquinha decorrem da falta de medidas de proteção ambiental e soluções habitacionais para as famílias que residem nas margens dos cursos d’água, isso foi considerado justificativa para sua inclusão no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A Fotografia 01 abaixo destaca uma área de ocupação nas margens do Igarapé:

Figura 1 – Igarapé Tabocal: pequeno curso de rio antropizado com margens repletas de palafitas[2]



Fonte: PARÁ, 2010.

Na Comunidade, a falta de um sistema de drenagem e rede de esgoto sanitário resultava em um sistema de drenagem improvisado, composto por valas abertas que transportavam águas servidas e poluídas, bem como resíduos e dejetos. Esses resíduos eram lançados diretamente no leito do igarapé, causando uma agressão constante ao meio ambiente. Além disso, parte das habitações consistia em palafitas construídas com madeira branca, em condições precárias de habitabilidade. Essas casas eram interligadas por passarelas ou "estivas" de madeira, sem qualquer proteção lateral ou guarda-corpo. O Mapa 01 a seguir mostra a localização da área de intervenção e seus arredores.

[2] Lastro feito para passagem sobre alagadiço, com varas ou troncos atravessados, com ou sem amarrilho. Denominação local para pontes de madeira que fazem o papel de calçadas, que se configuram em um tipo de via de penetração, ainda que precária.

Mapa 1 - Polígono de intervenção do PAC Taboquinha



Fonte: IBGE, 2018/ANA, 2016. Elaboração Wellington Fernandes, LAENA/UFPA.

Desde 2008, a Comunidade Taboquinha tem passado por um processo de urbanização como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no eixo UAP. As etapas de melhorias urbanísticas e provisão habitacional já foram concluídas, embora ainda haja ações pendentes relacionadas ao saneamento integrado. A intervenção contou com a participação do Governo Estadual, sendo a Companhia Executiva de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) responsável pela execução e a Caixa Econômica Federal (CEF) encarregada da fiscalização.

As ações planejadas para a área envolveram a regularização fundiária, serviços de infraestrutura básica (como sistema de drenagem, distribuição de água, saneamento, sistema viário, terraplanagem, pavimentação, arborização e preservação ambiental), remoção das palafitas,

construção de novas moradias para as famílias realocadas e trabalho técnico social em parceria com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) (PARÁ, 2011).

A urbanização da Comunidade Taboquinha incluiu o deslocamento das famílias das margens do igarapé Tabocal, a reestruturação da malha urbana e viária, a instalação de infraestrutura básica (água, energia elétrica, esgoto, drenagem) e o reassentamento das famílias afetadas em novas unidades habitacionais dentro da área de intervenção. A preservação da Área de Preservação Permanente (APP) do igarapé Taboquinha, em oposição a intervenções de canalização e concretagem, foi um princípio fundamental do projeto, a partir do qual foram desenvolvidas as soluções urbanas e sanitárias.

Inicialmente, de acordo com os dados fornecidos pela executora do projeto, cerca de 1.862 famílias seriam beneficiadas, o que envolveria um grande número de realocações. Mais especificamente, 1.014 imóveis seriam diretamente afetados e requereriam realocação (PARÁ, 2007). Foram construídas 912 unidades habitacionais em formato de sobrados, com área de 43,62 m², distribuídas em sala/cozinha, banheiro e dois quartos, além de um quintal. A Figura 2 destaca os blocos habitacionais multifamiliares Mestre Cardoso, que fazem parte do Projeto Taboquinha.

Figura 2 – Projeto Taboquinha: blocos multifamiliares do Conjunto Mestre Cardoso.



Fonte: Castro (2018)

O Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Projeto Taboquinha buscou abordar uma ampla gama de temas, desde saneamento até cultura, com o objetivo de adotar uma abordagem integrada para melhorar a qualidade de vida dos beneficiários e eliminar a precariedade física e as condições subumanas de moradia.

Na intenção de contribuirmos para o combate desta situação, apresentamos a presente proposta que está voltada à erradicação de palafitas na área do TABOQUINHA, onde de forma integrada e com a participação do beneficiário, serão desenvolvidas ações nas áreas, de saneamento, meio ambiente, habitação, educação, trabalho/renda, saúde, segurança, esporte, lazer e cultura.

Pretendemos a partir da intervenção proposta contribuir para a promoção de mudanças na realidade atual, onde as famílias estão sobrevivendo em condições sub- humanas, localizadas em áreas insalubres e inadequadas para moradia. A legalização da posse do lote urbano será um dos objetivos deste trabalho, intervindo em uma realidade aonde, praticamente, toda a ocupação do solo vem sendo efetuada de maneira irregular e desordenada (PARÁ, 2007, p.8).

De acordo com o PTTS, o Projeto de Urbanização da Comunidade Taboquinha seria caracterizado como uma "implementação de práticas de gestão ambiental" em uma área de aproximadamente 175.000 m², incluindo a influência do Igarapé e seu entorno. As principais medidas incluíam urbanização e sistema viário, abastecimento de água, drenagem pluvial, saneamento, rede elétrica, iluminação pública, construção de equipamentos comunitários como quiosques (para jogos, artesanato e lanchonete), concha acústica e anfiteatro, áreas destinadas à construção de quadra poliesportiva e instalações escolares, intervenção na área de proteção ambiental com recuperação de áreas degradadas nas margens do Igarapé e realocação de famílias que residiam nesses locais, além de ações no setor habitacional, como construção de novas casas (alvenaria de 39,00 m², com sala, cozinha, 2 quartos, circulação e banheiro), ampliação e melhoria das habitações e regularização fundiária.

Durante as entrevistas com os responsáveis pela elaboração e execução do projeto, também foi ressaltado o caráter inovador do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em relação ao financiamento exclusivamente destinado ao trabalho técnico social, a fim de complementar a mudança das famílias para os conjuntos habitacionais, o que também reflete a sustentabilidade econômica. Como destacam T1 e T2.

Não podemos falar mal do PAC. Pela primeira vez na história houve recurso exclusivo para um trabalho social, um trabalho que vem somar ao que o projeto físico elabora, de certo modo. No caso do Taboquinha, a mudança foi muito grande porque os locais onde as pessoas moravam era precário e a mudança para os blocos foi um grande avanço para as famílias, embora saibamos que ainda há muito o que melhorar nessa dinâmica tanto em relação ao projeto das unidades, quanto nas condições de vida das famílias. O PAC foi um laboratório incrível para nós [...] a amarração que as normativas têm na questão ambiental é muito importante (T2).

Durante as entrevistas, ficou evidente que os entrevistados perceberam a mudança para os conjuntos habitacionais como algo positivo, considerando as unidades habitacionais como mais adequadas em comparação com as condições precárias em que viviam anteriormente.

De acordo com o PTTS, a sustentabilidade consiste não apenas em "eliminar as palafitas na área de Taboquinha", mas também em auxiliar na "promoção de mudanças na realidade atual". No entanto, esse processo não altera a condição estrutural de pobreza material das famílias, inserindo-

as em um espaço abstrato, conforme descrito por Lefebvre, que representa uma tendência contínua da atuação estatal, por meio do PAC, na reprodução de espaços habitacionais contraditórios, onde os espaços são tratados como mercadorias, impondo controle social sobre as famílias por meio de realocações e padronização monótona da tipologia habitacional, sem considerar a relação com o entorno e a própria cidade. Isso pode resultar na formação de "periferias desurbanizadas, mas dependentes da cidade", conforme mencionado por Lefebvre (1973, p.67).

COMPREENDENDO LAZER E TRABALHO

Embora, de maneira geral, as respostas mostrem que a melhoria na estrutura foi vista como um elemento positivo para as famílias, o lazer é identificado como uma lacuna não preenchida ou apenas parcialmente preenchida pelo projeto. Apenas um dos conjuntos habitacionais foi contemplado com equipamentos urbanos dedicados ao lazer da comunidade. É importante destacar a diferenciação entre o "antes" e o "depois" da realocação das famílias nos conjuntos do projeto:

> Pra mim, que era acostumada desde pequena a brincar na rua, apesar de ser ponte (*na Ocupação*), aqui tá pior o lazer. Apesar de ser ponte, quando a gente era menor todo mundo se conhecia. Aqui não... Muita gente já foi embora, outras pessoas chegaram e a gente não conhece, né? (E2)

É evidente na fala do entrevistado que houve uma perda de vínculos entre os membros da comunidade como resultado das mudanças estabelecidas. Isso se reflete nas condições atuais de lazer, onde, apesar das melhores condições físicas, os aspectos relacionados ao companheirismo e ao afeto presentes no grupo são levados em consideração para avaliar a perda sofrida. Outros elementos importantes foram observados, especialmente em relação à falta de infraestrutura de lazer, como destacado por E8. Por outro lado, houve, segundo E6, uma mudança no perfil etário na comunidade, conforme empiricamente demonstrado pelo entrevistado.

> Aqui (*Conjunto Mestre Cardoso*) não foi construído nada... No Verequete (*Conjunto*) teve uma quadra (*de esportes*), mas já acabou, foi destruída (E8).

De acordo com os agentes envolvidos, a falta de recursos atualizados nos projetos foi a razão pela qual os espaços de lazer em cada conjunto não foram adequadamente atendidos. Isso limitou a conclusão das obras, priorizando a habitação em detrimento de outros elementos igualmente relevantes no processo de transição entre espaços.

Poucas respostas analisam o lazer como uma perspectiva de descanso ou tempo livre em relação ao trabalho diário. Geralmente, os responsáveis pelos domicílios veem o lazer como algo desejável especificamente para crianças e jovens. As associações relacionadas à vida material dos

responsáveis pelos domicílios estão ligadas aos finais de semana, encontros com amigos, festas e consumo. O processo de transição do espaço precário da ocupação para o novo espaço urbanizado conseguiu reduzir os riscos de doenças e o contato com a água poluída do Igarapé Tabocal. No entanto, também desarticulou as relações entre famílias e pessoas, laços de vizinhança e proximidade.

Os agentes entrevistados reconhecem que a concretização das intervenções relacionadas ao lazer está abaixo do esperado e do que é necessário para a comunidade. No entanto, eles ressaltam que as contingências, como problemas de repasse financeiro à entidade executora e questões relacionadas à gestão e redefinição de prioridades, foram as causas dessas limitações. As opiniões dos agentes e sujeitos convergem no entendimento de que as unidades habitacionais foram priorizadas em relação a qualquer outro elemento do projeto, devido à necessidade de realocação das famílias.

O papel do PTTS em relação ao lazer foi mais direcionado ao estabelecimento de temas afins, como oficinas sobre relações de vizinhança (embora no processo de realocação essas relações não tenham sido plenamente respeitadas, pois houve sorteio entre os sujeitos para definir qual família ficaria em determinada unidade), meio ambiente e trabalho, com o intuito de promover o contato entre pessoas e famílias, em vez de ações de lazer objetivas.

No que diz respeito ao trabalho, as ações propostas pelo PTTS buscaram ser relevantes dentro de um contexto de baixa qualificação observada no perfil da população, embora não estejam claramente conectadas a ele. O projeto não destinou nenhuma atividade específica para os trabalhadores da pesca, que foram considerados uma parcela significativa na análise do perfil socioeconômico. Mesmo adotando uma perspectiva mais próxima ao aspecto socioeconômico da sustentabilidade, o projeto não foi capaz de interpretar adequadamente as necessidades da comunidade nesse aspecto.

Desconsiderou-se, assim, a experiência vivida pela população e uma expressão importante relacionada à sua base material. Assim como em Acselrad (2009), a noção de sustentabilidade apresentada no âmago do projeto e em sua execução constitui apenas uma parte do esforço de configurar um novo modo de regulação urbana capaz de integrar de forma duradoura a desigualdade constitutiva da cidade, sem alterar mais do que o local de moradia. O projeto é incapaz de intervir diretamente nas causas da desigualdade, embora enfatize a preocupação com o aspecto socioeconômico.

Com o objetivo de destacar informações relacionadas à categoria de trabalho, as entrevistas foram conduzidas para identificar rupturas e continuidades nas condições de trabalho dos chefes de família durante o processo de mudança da ocupação para os conjuntos habitacionais do Projeto

Taboquinha. Entende-se que esse processo tende a afetar a organização familiar e sua subsistência material, elementos essenciais para a permanência das famílias nos conjuntos e sua reprodução social.

Em relação à influência do processo de mudança nas condições de trabalho e seu desenvolvimento, a maioria dos entrevistados entende que a mudança de habitação não teve um impacto direto no tema do trabalho, embora algumas mudanças sejam significativas para aqueles que possuíam ocupações autônomas ou prestavam serviços. O entrevistado E6 enfatizou que seus clientes permaneceram os mesmos, mesmo após a mudança para o Conjunto Mestre Cardoso, afirmando: "[...] meus clientes são os mesmos. Eu trabalho com costura". No entanto, em relação às condições para realizar seu trabalho, ocorreu uma mudança significativa, que foi comum a todos os entrevistados e se tornou uma queixa presente em praticamente todas as entrevistas realizadas nos conjuntos do Projeto Taboquinha: o aumento do valor da conta de energia elétrica.

O entrevistado E13 relacionou a mudança de residência ao seu trabalho, afirmando que foi prejudicado pelo tamanho menor da unidade habitacional em comparação com sua residência anterior na comunidade Taboquinha. Além disso, ele afirmou que recebeu a promessa de ter um ponto comercial no Conjunto, o que não foi cumprido:

> Meu trabalho dependia da minha casa antiga, que era bem maior. Eu trabalhava embaixo e morava em cima. Eu era cabeleireiro, antes de sofrer um AVC (*Acidente Vascular Cerebral*) e, durante as obras, prometeram que haveria um ponto pra trabalhar... Não teve nem ponto de agulha, quanto mais pra trabalho... (E13)

Outro elemento muito importante para a análise do tema trabalho é a relação com a precariedade no abastecimento de água, que, no caso do E13 serve de insumo essencial para o desenvolvimento de sua ocupação:

> As pessoas enchem a boca pra falar que moram em apartamento... Apartamento nada! É um em cima do outro... Se me perguntar quantas vezes a caixa d'água encheu, eu vou dizer umas duas ou três vezes em oito anos... Como eu poderia trabalhar assim? Não tem água. (B13)

Houve uma desconexão entre as demandas identificadas pelo estudo socioeconômico que embasou o PTTS e as atividades propostas, que foram consideradas pelos entrevistados como "rápidas" e intermitentes.

> No início, teve muitos cursos: de pedreiro, customização de roupas e outros, mas depois não teve continuidade. (E8)

As entrevistas confirmaram a percepção de que não houve uma correlação adequada entre o planejamento e a execução do Projeto, que optou por atividades que não estavam alinhadas com a

realidade material das famílias realocadas nos conjuntos habitacionais. Isso descontextualizou a própria noção de sustentabilidade presente no projeto.

A sustentabilidade surgiu como um elemento-chave que envolve aspectos físicos e sociais no PTTS do Projeto Taboquinha. As estratégias concebidas pelos responsáveis visavam contribuir com ações voltadas para a geração de ocupação e renda das famílias realocadas nos conjuntos habitacionais construídos, conforme um dos objetivos propostos.

Realizar oficinas e/ou cursos de capacitação e qualificação profissional, proporcionando acesso das famílias a atividades de ocupação e renda, que leve ao desenvolvimento econômico-financeiro que venha a contribuir para a sua fixação na área e a **sustentabilidade** das obras e serviços implantados (PARÁ, 2007, p.10). *Grifo nosso*.

A sustentabilidade era vista como um objetivo a ser alcançado para garantir a permanência e a adaptação plena dos indivíduos aos conjuntos habitacionais, inicialmente em termos econômicos, mas com uma clara perspectiva social, na qual a melhoria da qualidade de vida das famílias era o objetivo final. Essa ideia buscava conciliar a necessidade de superar os problemas socioambientais dentro do espaço urbano com o desenvolvimento de uma política anticíclica de geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo, o projeto procurava aproveitar a mão de obra local nas próprias obras executadas, conforme previsto na normativa de execução dos projetos, e proporcionar algum tipo de qualificação para a população beneficiária por meio dos cursos e oficinas oferecidos pelo PTTS.

Pretendemos a partir da intervenção proposta, contribuir para a promoção de mudanças na realidade atual, onde as famílias estão sobrevivendo em condições sub-humanas, localizadas em áreas insalubres e inadequadas para moradia (PARÁ, 2007, p. 7-8).

Durante as entrevistas com os técnicos de Trabalho Social da COHAB-PA, responsáveis pela implementação do PTTS, foi reafirmada a compreensão da sustentabilidade como um aspecto importante a ser considerado. No entanto, essa perspectiva estava centrada principalmente na dimensão econômica, priorizando a geração de ocupação e renda, enquanto aspectos ambientais eram deixados de lado. A adaptação das famílias aos novos conjuntos habitacionais era priorizada em relação a questões culturais ou à relação dos indivíduos com o ambiente construído.

A perspectiva do trabalho técnico social é possibilitar ações que diminuam o impacto dessa transição (da ocupação ao conjunto habitacional), principalmente no que diz respeito à melhoria da renda e condições de vida na nova residência. Muitas oficinas de artesanato, de panificação, de corte e costura, por exemplo, foram disponibilizadas para os beneficiários que buscaram nelas uma forma de melhorar sua renda, tudo isso ligado ao perfil socioeconômico que foi identificado [...] desse jeito, as famílias conseguem uma forma de obtenção melhoria da renda que antes não existia (T2).

As estratégias para promover a sustentabilidade não estavam alinhadas com a realidade das famílias. Idealizou-se a sustentabilidade como um objetivo do projeto, mas, contraditoriamente, constatou-se a ideia de que bastava realocar as famílias nos novos conjuntos habitacionais para que a sustentabilidade fosse alcançada, alegando que a melhoria da "qualidade de vida" seria suficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de sustentabilidade urbana engloba tanto as perspectivas ambientais quanto sociais na compreensão da cidade e de seus problemas. No entanto, atualmente, em meio à crise do modelo neoliberal de gestão, ele é frequentemente adotado como um discurso incorporado ao campo do planejamento urbano.

É fundamental reconhecer que os conjuntos habitacionais periféricos destinados à realocação de famílias em situação de vulnerabilidade não podem ser dissociados da realidade e do sistema econômico que os produzem, bem como das implicações que essa produção acarreta. Considerar a estrutura socioeconômica e as carências, que vão além das resultantes dessa estrutura, é essencial para compreender como esses espaços habitacionais para os mais pobres são construídos, como é o caso em estudo.

A pesquisa empírica revelou que a moradia pós-remoção nos conjuntos do Projeto Taboquinha apresenta uma série de questões, desde a falta de consideração pelas características do perfil da população beneficiária em relação ao trabalho no PTTS, até a precariedade das instalações de lazer, os problemas com o sistema de transporte público, a baixa qualidade dos serviços de coleta de lixo, a falta de acesso à educação formal por meio das escolas públicas e a violência urbana.

Além disso, os conjuntos habitacionais, com sua espacialidade heterogênea e caráter desprovido de história, exercem uma força desmotivadora sobre a população beneficiária, dificultando a formação de laços sociais e comunitários, bem como a criação de conexões afetivas e simbólicas com o lugar. Na melhor das hipóteses, as estruturas físicas dos conjuntos permitem que alguns moradores realizem pequenas intervenções espaciais, mas essas intervenções são de natureza individual. O tipo de estrutura social que emerge desses grandes conjuntos não promove a autonomia coletiva nem a emancipação, conforme descrito pelos conceitos de Lefebvre. Pelo contrário, reforça uma tendência atual nas periferias pobres das grandes cidades, caracterizada pela (in)sustentabilidade, ou seja, pela supervalorização da vida individual e pela subvalorização da vida coletiva, social e política, resultando em uma recusa ao direito à cidade.

O programa impôs um determinado tipo de espaço habitacional, de lazer e de consumo. Esses espaços são abstratos e contrastam com os espaços sociais, como comércios, feiras, campos de futebol e vendedores ambulantes. Criou-se um ambiente que, entre outros problemas, valoriza a quantidade, a regulamentação e carece de valor de uso, tornando-se um espaço-produto que replica a lógica de uma mercadoria fotocopiada.

A sustentabilidade descrita no PTTS do Projeto Taboquinha revelou-se apenas como um discurso distante da realidade atual das famílias durante a implementação do projeto e o reassentamento. As ações foram exclusivamente baseadas no aspecto econômico, sem estabelecer qualquer conexão com a vida material dos beneficiários. Embora o acesso à moradia própria seja valorizado e as condições habitacionais sejam consideradas melhores em comparação com a

precariedade da ocupação irregular e vulnerável anterior, ainda existe uma lacuna significativa na categoria de lazer. Essa lacuna demonstra a falta de consideração pelas necessidades de espaços e interações, além de perpetuar uma lógica que promove a homogeneização, a monotonia e a falta de conexão com as experiências da população atendida. Em relação à categoria de trabalho, embora as condições habitacionais tenham melhorado após o reassentamento, as ações do PTTS não estabelecem qualquer relação com as vivências da população trabalhadora reassentada.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 43-70.

Discursos da Sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, número 1, p. 79-90, 1999.

AVELAR, W.M; SOUZA, E.S; PONTE, J.P.X; MELO, A.C.C. O Programa de

Aceleração do Crescimento e a urbanização de favelas na Região Metropolitana de Belém – PA. **Anais dos Congressos da ANPUR**. 2013.

COMPANHIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Comunidade Taboquinha. Projeto oficial licitado Belém: COHAB-PA, novembro, 2007. CD-ROM. [Projeto executivo de engenharia e urbanismo, desenhos técnicos digitais].

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Municípios.**

Disponível em http://ibge.gov.br. Acesso em 10 de maio de 2023.

Aglomerados Subnormais, Informações Territoriais. Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2012.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: António Ribeiro e M. do Amaral. Porto: Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PARÁ. Companhia Executiva de Habitação do Pará. **Projeto de Trabalho Técnico Social do Projeto PAC Taboquinha**. Belém: COHAB, 2007. Inédito.

Plano de Remanejamento e Reassentamento de Famílias e Atividades Econômicas: Comunidade da Taboquinha. Belém: [s.n.], 2010.

PARÁ. Companhia Executiva de Habitação do Pará. **Balanço das Ações de 2012.**

Slides Ppt. Belém: COHAB, 2011.

PRADO, A. L. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. **Revista Oculum**. Número 12, v. 1, p.83-97, 2015.

SOUZA, M.L. O desafio metropolitano: **um estudo sobre a problemática socio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano

MELHORIAS URBANAS EM ÁREAS DE BAIXADAS: A REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA BERNARDO SAYÃO NO BAIRRO DO GUAMÁ, BELÉM – PA

Leandro de Lima Ferreira (PPGDSTU- UFPA)[1]

Resumo: Como parte das obras de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova, a intervenção no trecho da sub-bacia IV consistiu na requalificação da Avenida Bernardo Sayão que compreende ao bairro do Guamá. Dessa forma, ocorreram transformações socioespaciais que mudam a dinâmica da via. A partir disso, surgem situações que o presente trabalho busca compreender, entre elas quais são essas transformações e qual o maior beneficiado pela requalificação da via. A pesquisa é pautada como um estudo de caso, além da mesma usar a abordagem quanti-qualitativa para analisar os dados coletado. Como procedimentos metodológicos foram usadas quatro etapas: pesquisa exploratória documental, bibliográfica, pesquisa de campo e a aplicação de entrevistas semiestruturadas que permitiram analisar a nova realidade do trecho onde os resultados indicam que foi requalificado.

Palavras Chaves: Requalificação Urbana, Segregação socioespacial, Avenida Bernardo Sayão.

INTRODUÇÃO:

Construída a partir de uma fortificação as margens da Baia de Guajará, a cidade de Belém possui em sua história uma forte ligação com o rio, que perdura até os dias atuais devido ao intenso fluxo de pessoas e mercadorias que provém de outras ilhas e cidades do Pará, além de outros estados por via fluvial. A partir do século XX a cidade de Belém passou por um intenso processo de urbanização, inicialmente tal expansão se deu com a extensão de sua área central, marcando a formação das periferias imediatas (TRINDADE, 1998), futuramente, sua expansão foi direcionada a área suburbana, ultrapassando os limites da primeira légua patrimonial da cidade [2], dando origens a novas áreas de assentamento cada vez mais afastadas do centro. A partir deste contexto, Belém passa a desenvolver processos conjuntos de concentração – que tem como uma de suas características a consolidação das periferias próximas à área central – e de dispersão urbana, processo esse fundamental para a consolidação de sua constituição enquanto metrópole.

A Avenida Bernardo Sayão[3] foi aberta a partir da ocupação da porção sul da cidade de Belém, na área litorânea banhada pelo rio Guamá, que, pela condição geográfica estava sujeita a constantes inundações. A expansão da ocupação nesta área foi favorecida pela construção e posteriormente

[1] Estudante de pós-graduação (mestrado) em desenvolvimento sustentável do trópico úmido, licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Email: leandrogeo10@gmail.com

[2] A 1º Légua Patrimonial é como se convencionou denominar a área de terra que tem como centro o ponto geográfico coincidente com o local onde a cidade se originou. Sua demarcação data do início do século XVIII.

[3] Via de acesso que acompanha em paralelo a orla ao sul de Belém, e perpassa os bairros da Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá.

aterramento do chamado Dique de Belém[4]. Diferentes empreendimentos comerciais como portos, indústrias, hotéis e marinas passaram a se instalaram ao longo da Avenida Bernardo Sayão. Essa diversidade do uso do solo urbano no entorno da via é marcada também pelo uso residencial, cuja preponderância é a formação de assentamentos precários devido ao baixo nível econômico da população que se concentrou em suas imediações.

Apesar da construção do Dique a área ainda ficou sujeita a alagamentos. Para conter tal problema a Prefeitura de Belém lançou no ano de 2006 o PROMABEN como forma de solucionar esse empecilho, que atinge a área correspondente a bacia hidrográfica da Estrada Nova. Esta é uma das treze bacias hidrográficas que se localizam na cidade de Belém, e uma das cinco bacias mais críticas onde as inundações atinge cerca de 35% dessa área (PMB, 2006) além da mesma ser a mais povoada com 220.000 habitantes vivendo na sua área correspondente (IBGE, 2005).

Para isso, a bacia da Estrada Nova foi dividida em quatro eixos, as chamadas sub-bacias (I,II,III e IV respectivamente) cada uma dessas sub-bacias abrange diferentes bairros de Belém e são definidas pela rede hidrográfica de seus Igarapés. Além disso, cada sub-bacia contou com obras especificas que ressaltasse a sua vocação. No caso da sub-bacia IV que se localiza no bairro do Guamá, a obra se pautou na requalificação e na duplicação da Avenida Bernardo Sayão, o que consequentemente trouxe expectativas de mudanças para a vida dos moradores e comerciantes da área.

Diante do exposto, a pesquisa teve por base os seguintes questionamentos: os alagamentos que atinge essa área foram eliminados ou ainda persistem após as obras? Houve uma possível valorização do solo urbano que passou por mudanças em seu uso e ocupação depois da conclusão das obras? A obra irá melhorar a vida dos antigos moradores e comerciantes da Avenida Bernardo Sayão ou se eles estão passiveis de processos de realocação devido à valorização do solo urbano?

1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA METRÓPOLE

Para que se possa adentrar nas discussões propostas pela presente pesquisa, se faz necessário debater a respeito dos conceitos de produção do espaço e segregação socioespacial. A partir da perspectiva de Camacho (2010, p. 1) entende-se a produção do espaço como:

> É por meio das relações de trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, se apropriando dela e a transformando. Ocorre, então, o processo de humanização

[4] Barragem inaugurada em 1944 através do acordo de Washington. O dique tinha como objetivo evitar os alagamentos e consequentemente o avanço de doenças como a malária que afligia os soldados norte-americanos que haviam se instalado em Belém. Posteriormente em 1962 foi construído um caminho de terra sobre o dique, sendo mais tarde chamado de Avenida Bernardo Sayão, paralelamente a este caminho de terra, tem se a formação de um canal como parte não aterrada do dique, sendo chamado com o mesmo nome da via (SANTOS,2016).

> da natureza que se torna segunda natureza. E nessa relação à sociedade produz o espaço. O trabalho surgiu para atender as necessidades mais básicas do ser humano como, primordialmente, se alimentar. Mas sob o modo de produção capitalista o trabalho se tornou condição para a produção/reprodução e acumulação de capital. Neste sentido, o processo de produção/reprodução do espaço se transforma em uma expressão espacializada do processo de produção/reprodução do capital.

Nota-se através do exposto acima que a produção do espaço esta ligada com a relação de trabalho, e com a divisão social do trabalho, o que torna claro que a produção do espaço no contexto de uma sociedade capitalista não é igualitária. É importante ressaltar que a análise da produção do espaço deve ser feita a partir das temporalidades dos fatos e desdobramentos de cada processo e transformação que se relaciona com o espaço. Trazendo essa discussão para o espaço urbano, Vasconcellos (2013, p 13), ressalta:

> (...)processos mais amplos como globalização, mudanças na economia ("pós-fordimo"), redução do papel do Estado, migrações nacionais e internacionais, sem esquecer o papel dos movimentos sociais, são fatores que modificaram as formas das cidades, criando frequentemente novas desigualdades, sem eliminar conflitos raciais, religiosos e políticos existentes.

Estando constantemente a se transformar, o espaço urbano, por ser produto da sociedade capitalista, transforma também as maneiras de promoção das desigualdades em suas diferentes formas (social, econômica etc), essa desigualdade é notada através da ação dos diferentes agentes do espaço urbano: Estado, proprietários dos meios de produção, grupos socialmente excluídos e os proprietários imobiliários e fundiários (CORRÊA, 1989), pois estes agentes produzem e (re)produzem um espaço fragmentado e desigual.

Do ponto de vista do capitalismo a metrópole surge como localização e suporte das relações sociais de produção (e de propriedade) como bem ressalta CARLOS (2015), além da mesma também ser condição e meio da concretização do ciclo de rotação do capital. Dessa forma se percebe que os lugares da metrópole necessitam de uma infraestrutura necessária para atender a realização do lucro, dessa forma a reprodução da metrópole se efetiva como fonte de produção CARLOS (2015).

No caso das grandes metrópoles sul-americanas que tiveram um intenso processo de urbanização nos anos 50 e 60 do século passado, a terra com um valor mais barato dispostas da área central ou em áreas degradadas foram ocupadas por pessoas mais pobres, enquanto que os espaços onde há maior acumulação de serviços foram ocupadas pela classe mais abastada da sociedade. No entanto, como revela Sposito (2016), nos anos recentes a prática de ocupação das áreas mais distantes do centro passou a ocorrer pela necessidade de incorporar novos espaços de moradia e de expansão do mercado imobiliário. A partir disso, para continuar a sua reprodução, surge a necessidade do

capital em incorporar novas áreas, e com essa necessidade de se incorporar novos espaços surgem então os conflitos pelo uso da terra nas cidades, já que ocorre a resistência dos ocupantes, em deixar estes espaços. A esse respeito, Carlos (2008) destaca:

> O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma determinada atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação expressar-se-á na desigualdade e na heterogeneidade da paisagem urbana (CARLOS, 2008, p. 87).

Para esta pesquisa adota-se o termo "segregação socioespacial", pois neste se encontra as duas dimensões mais importantes, já que a mesma sempre possui natureza espacial (Sposito, 2016).

A segregação socioespacial se configura enquanto um processo que surge a partir da produção do espaço urbano, com isto, a segregação se torna uma forma de separação dos elementos constitutivos da cidadania ligados ao capital, que hierarquiza e separa como prática de diferenciação (CARLOS, 2016). Com isso, a população mais pobre passa a ocupar lugares acessíveis a sua renda, no caso das cidades brasileiras, essa população ocupa as periferias, o que produz a expansão da cidade.

Com o espaço urbano se tornando mercadoria segundo a lógica capitalista de produção, faz com que o seu acesso seja feito pelo mercado imobiliário como afirma CARLOS (2015). Com isso a cidade passa a ser dominada cada vez mais pelo seu valor de troca, cresce as desigualdades contribuindo para a segregação entre os que a habitam, ela deixa de ser produzida como lugar de vida, e dar lugar ao seu uso enquanto valor de troca, a partir disso, surge a luta pelo "direito à cidade".

Assim, o espaço urbano se apresenta como um espaço de lutas, em especial a luta contra os processos de acumulação do capital, que vê no solo urbano uma forma de reprodução de suas atuações de seus interesses que gerem lucro (CARLOS, 2007). A partir disso, o Estado como intermediador para a realização desse processo cria condições para a instalação destas atividades, fomentando assim a segregação. A partir de então, surge à perspectiva de direito a cidade como forma de superação a esse processo.

2. A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO DE BELÉM E A FORMAÇÃO DA PERIFERIA IMEDIATA

Com a chegada dos colonizadores europeus, em especial dos portugueses na metade do século XVI, ocorre a expulsão do povo tupinambá, e a partir de então se inicia o processo de formação da cidade de Belém, que teve como base a construção do Forte do Presépio. A instalação dos

portugueses no território que antes era ocupado pelos indígenas se dá através da localização privilegiada na entrada da bacia amazônica, o que concedia aos colonizadores o acesso aos grandes rios da Amazônia (CARDOSO, 2013), com isso, a cidade passa a ser um ponto importante para a colonização de outras áreas, e dependente do rio para que se possa acessar áreas para a exploração de especiarias, as chamadas Drogas do Sertão, com o passar do tempo essas áreas se transformam em fortins e vilas, com isso, Belém passa a fazer parte de uma rede dendrítica (CORREA, 1988).

Com a cidade se tornando cada vez mais importante no ponto de vista comercial, se instalam nela comerciantes, administradores coloniais, o clérigo e a elite que passam modelar a cidade a partir de suas visões (CARDOSO, 2015).

A primeira légua foi demarcada entre a área de fundação de Belém, e se estendeu até o arco que corresponde às avenidas Dr. Freitas e Perimetral (COSTA e BRITO, 2014), é importante ressaltar que as áreas mais baixas da cidade na época correspondiam a cerca de 40% das terras localizadas nos limites da primeira légua.

Até meados do século XX, evitou – se a expansão da cidade para as áreas mais baixas, por serem consideradas improprias, dando prioridade para as cotas mais altas (COSTA e BRITO, 2014). No entanto, algumas dessas essas áreas foram arrendadas para a produção agropastoril, além de serem ocupadas por pessoas pobres devido a proximidade com o centro de ofertas de emprego (ABELÉM, 1989), sendo essas áreas denominadas de baixadas que segundo Trindade Jr (1998) se caracterizam como:

> As baixadas se enquadram – enquanto espaços segregados, socialmente excluídos, com deficiência e insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários – naquele tipo de espaço que Santos (1987) considera como espaço sem cidadãos. Para os habitantes desses espaços, conforme afirma o autor, é negado o direito à cidadania. Os meios de consumo coletivo estão ausentes ou são insuficientes, como se as pessoas lá não estivessem (TRINDADE Jr, 1998, p. 29).

Nota-se que as chamadas áreas de baixada carregam um estigma social por ser consideradas áreas associadas à pobreza onde as técnicas de assentamento urbano ribeirinho mostram novas formas de ocupação, dando o caráter de coexistência de uso, de acordo com RODRIGUES et al (2013) as terras altas foram ocupadas pela população de melhor poder aquisitivo, enquanto que as áreas de várzea foram palco da concentração da população de baixa renda, onde em primazia esta população vinha do interior do estado e encontrava nesses espaços alagados e próximas ao rio um ambiente familiar acessível tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Após o "boom" da borracha no inicio do século XX que ocasionou em um processo de embelezamento na área central da cidade, houve intensa migração para a capital paraense, e consequentemente o adensamento populacional nas áreas mais baixas da cidade de Belém

(CARDOSO, 2015). Outro momento importante serviu de marco para a expansão da cidade das mangueiras, nos anos 60 com a chegada dos grandes projetos na Amazônia e a integração da capital paraense com o Brasil através do sistema rodoviário, a cidade volta a receber um intenso contingente populacional do interior e de outros estados (Rodrigues, 2013), que passam a reforçar as áreas de baixada, que se consolidam enquanto áreas de intensa periferização que evidenciam a segregação a partir do uso e ocupação do solo e estratificação social.

Segundo Costa e Brito (2014), as áreas de baixadas passaram a ser alvo de valorização imobiliária por serem próximas ao centro da cidade, logo, passam a se elaborar planos de recuperação dessas áreas, e com isso há expectativas de possíveis melhorias na moradia, qualidade de vida e, sobretudo em facilitar o fluxo e a mobilidade urbana. No entanto, como destaca CARDOSO (2013), o processo de recuperação das áreas de baixada tem um caráter segregacionista.

Nota-se que a valorização imobiliária nas áreas mais baixas de Belém, contribui para a melhor valorização do solo urbano, mas, esse processo acabou por retirar os moradores dessas áreas, através de ações de remanejamentos que os afastaram cada vez mais do centro da cidade, com isso, a ocupação dessas áreas mostrou – se com caráter de direito à cidade para as populações que tem origem no interior do estado e que possuem uma forte ligação com o rio (CARDOSO, 2013).

Assim, o espaço urbano da cidade de Belém durante a década de 1960 tem um elevado processo de urbanização dentro da sua primeira légua patrimonial (COSTA;BRITO, 2014) o que contribui para a expansão da cidade para além dos seus limites, apesar disso, as denominadas áreas de baixada ainda sofrem com os processos de periferização até os dias atuais.

2.1. A formação do bairro do Guamá e a origem da Avenida Bernardo Sayão

A história deste bairro está ligada inicialmente com a construção de um leprosário durante o século XVIII no local das terras que outrora pertenceram a Theodoreto Soares Pereira que recebeu a sesmaria pelo rei de Portugal, mais tarde essas terras passaram a ser ocupadas por padres mercedários que doaram o terreno para a Santa Casa de misericórdia que construiu no local da antiga fazenda o hospital de hansenianos Lazaros do Tucunduba que se tornou o primeiro leprosário da Amazônia (FERREIRA, 1995). Nesta época o bairro do Guamá era visto como o deposito do lixo social da cidade, pois além do leprosário, o bairro ainda possuía outros hospitais que tratavam de doenças infectocontagiosas como o Hospital Domingos Freire, São Sebastião e São Roque, mais tarde os dois primeiros hospitais dariam origem ao Hospital Universitário Barros Barreto. Em meados do século XX, com fim do leprosário e a necessidade de expansão da cidade (TRINDADE JUNIOR, 1998) o bairro

do Guamá passou a ser uma alternativa para o habitar das pessoas com baixo poder aquisitivo MARINHO, et al.(2015).

A construção do dique foi realizada a partir da assinatura do acordo de Washington[5] e da parceria estabelecida por meio dele entre o governo dos E.U.A e o governo do estado do Pará. Além da construção do dique o acordo entre o governo Americano e Paraense permitiu a construção da base aérea de Val-de-Cães (SANTOS, 2016).

Com o objetivo de evitar os constantes alagamentos, a obra também possibilitou a expansão da cidade em direção ao sul, ao rio Guamá, pois, devido ao ensecamento (escoamento de águas por meio de tubos) das áreas que anteriormente eram alagadas, o que possibilitou a ocupação dessas áreas pela população mais pobre (Correa, 1989, p. 127). Posteriormente à construção do dique, no ano de 1962, foi construído um caminho de terra sobre o mesmo que possibilitou a integração entre o centro da cidade com o atual bairro do Guamá, através da orla ao sul da cidade. Paralelamente a este caminho de terra formou-se um canal como parte não aterrada do dique. Ao caminho de terra foi dado o nome de Estrada Nova, que posteriormente foi rebatizado de Avenida Bernardo Sayão (SANTOS, 2016).

Um problema em comum que os moradores e os diferentes empreendimentos que se localizam na Avenida Bernardo Sayão enfrentam, são os constantes alagamentos que ocorrem na área, isso mostra que o dique não cumpriu a sua função. A partir disso, houve a necessidade de uma obra de requalificação urbana para solucionar os problemas que decorrem dos alagamentos nesta área. Como solução para esses problemas foi implantado processo de macrodrenagem na área correspondente a chamada bacia da Estrada Nova[6], onde se situa a Avenida Bernardo Sayão que perpassa por diferentes bairros, entre esses o bairro do Guamá.

3. BACIA DA ESTRADA NOVA: OCUPAÇÃO URBANA E PROBLEMAS DE ENCHENTE NA ORLA DO RIO GUAMÁ

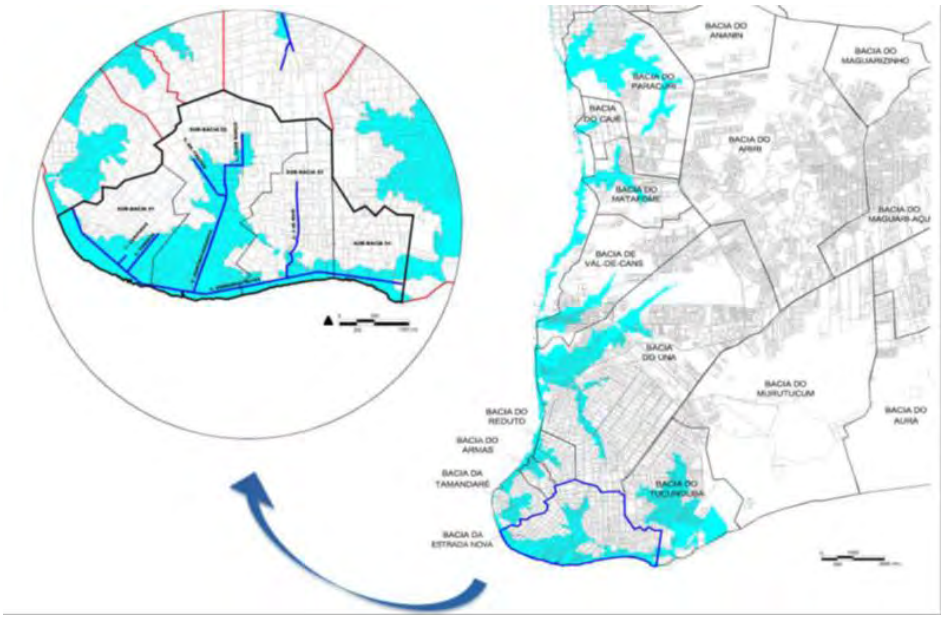
Compondo uma das treze bacias hidrográficas de Belém, a bacia da Estrada Nova é a bacia mais povoada, conforme o relatório feito pela prefeitura de Belém informação disponibilizada no site

[5] Acordo realizado entre o Brasil e os Estados Unidos que estabelecia uma medida protecionista dos preços da borracha produzida na Amazônia que garantia o acesso exclusivo dos norte-americanos ao acesso exclusivo a matéria prima, tão importante para a indústria em ascensão naquele país (SANTOS, 2016, p. 5).

[6] Como destacado por Araújo Júnior (2013) apud Lima e Zakia (2000) o conceito de bacia hidrográfica é definido como sistemas abertos, que recebem energia através de agentes climáticos e perdem energia através do deflúvio. O autor ainda destaca que a bacia hidrográfica é delimitada a partir dos seus divisores de água, não considerando as fronteiras politicas que lhe são impostas, no entanto, a prefeitura de Belém delimita as bacias presente em seu território através de critérios político-administrativos para a elaboração de projetos, ou programas de intervenção (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2004).

do PROMABEN onde mostra que cerca de 220.000 habitantes ocupavam a área da bacia que corresponde aos bairros do Jurunas, Condor e Cremação, além de partes de outros bairros (Batista Campos e Nazaré) que fazem parte da presente bacia hidrográfica, como representado na figura 1.

Figura 1: Belém-PA: Bacias hidrográficas de Belém, com destaque a bacia da Estrada Nova. 2000



Fonte: Belém, 2000 (Adaptado).

Já no ano de 2010 o número de habitantes no entorno da bacia subiu para 267.06 (IBGE, 2010), o que segundo PONTE *et al* .(2016) equivale a 285 hab/ha. Além dessas informações, a prefeitura de Belém ainda destaca que a bacia da estrada nova é uma das 5 bacias consideradas críticas, onde as inundações afetam cerca de 35% da sua área. Cabe considerar, que, segundo os dados apresentados no *site* da prefeitura, há cerca de 5.000 famílias morando nas áreas que apresentam maiores riscos de inundação. Com isso, essa área apresenta uma ocupação extensiva, que é recortada por canais de drenagem, rios urbanos chamados de igarapés que tem em seus entornos a instalações de assentamentos precários[7] (PONTE *et al*, 2016).

A problemática das enchentes e inundações ainda atinge esta área ao sul da cidade de Belém, e para atender os diversos interesses de empreendimentos localizados na área, e também da

[7] Um núcleo de moradias em que há problemas associados à propriedade da terra e às condições de infraestrutura das moradias e do entorno. Esses núcleos envolvem situações distintas, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, conjuntos habitacionais invadidos, prédios ocupados etc (IPARDES, 2010, p. 6 e 7).

população, o Estado na figura da prefeitura de Belém, passa a criar obras de melhoria urbana, entre eles o programa de macrodrenagem da bacia da estrada nova (PROMABEN).

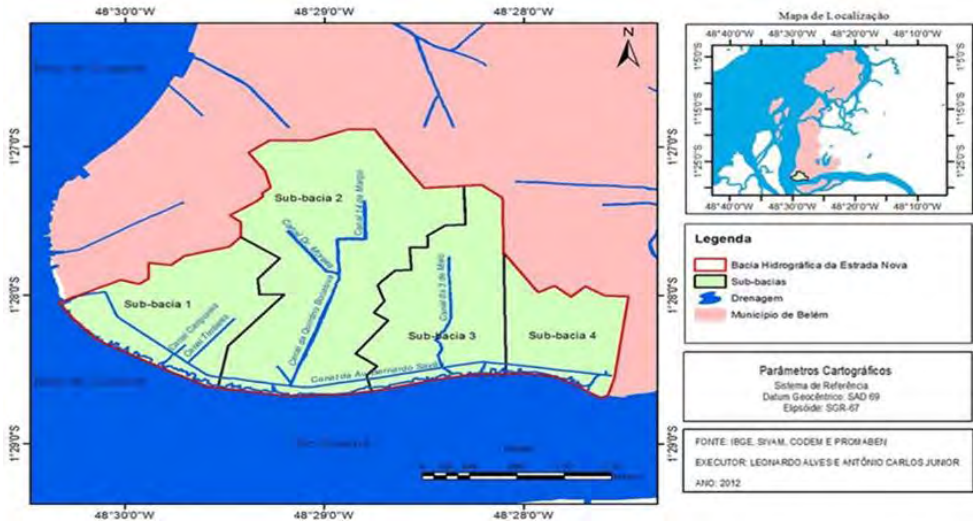
3.1. PROMABEN: solução para o problema das enchentes e inundações?

Prevendo solucionar o problema das enchentes e dos alagamentos da área correspondente à bacia da Estrada Nova, a prefeitura de Belém lançou no ano de 2006, o projeto de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova, o PROMABEN. O projeto tem como objetivo a promoção da melhoria da qualidade de vida da população do município de Belém, através da recuperação sócio-ambiental, e da valorização do meio urbano (PROMABEN, 2007 p 14).

De acordo com o que está descrito no relatório de impacto ambiental da obra de macrodrenagem realizado pela Prefeitura de Belém (2007), as intervenções são pautadas em obras de terra, como escavações e reaterro de valas, aterros compactados, e obras de concreto e contenção. Além dessas, o projeto prevê a remoção de edificações (a exemplo das palafitas anteriormente especificadas) localizadas próximas aos cursos de água, o que teve como efeito o reassentamento de famílias.

Para que as obras fossem realizadas, a bacia da estrada nova foi dividida em quatro áreas, ou sub-bacias (sub bacia I,II,III e IV). A distribuição das sub-bacias que integram o PROMABEN é demonstrado na figura 3:

Figura 2: Belém-PA - subdivisão da bacia da Estrada Nova, 2012.



Fonte: ARAUJO JUNIOR, 2013, pag 180.

Por sua extensão a bacia engloba diversos bairros da cidade. Associando a divisão das sub-bacias aos seus respectivos bairros e igarapés, tem-se as seguintes distribuição:

Quadro 1: Belém-PA – Sistematização das intervenções nas sub-bacias da Estrada Nova, 2017.

Sub-bacias	Natureza da Intervenção	Órgão Financiador	Órgão Municipal	Status da obra
Sub-bacia I	Obras de drenagem, urbanização, regularização urbanísticas e fundiárias.	BID – Banco Internacional de desenvolvimento	Equipe especifica da PMB, sem vinculo com nenhuma secretaria executiva.	Concluída em 2012
Sub-bacia II	Saneamento e retificação de canais; adequação de traçado viário e pavimentação, provisão habitacional, de infraestrutura básica e de espaços públicos.	PAC SANEAMENTO// PAC- UAP/PRÓ-MORADIA	SESAN – Secretaria Municipal de Saneamento// SEHAB	Em obras (Previsão de Entrega 2024)
Sub-bacia III	Implantação de galerias, adequação viária e qualificação paisagística.	PAC SANEAMENTO	SESAN	Interrompida
Sub-bacia IV	Implantação de galerias, adequação viária e qualificação paisagística.	PAC SANEAMENTO	SESAN	Concluída em 2018

Fonte: RODRIGUES et al. (2018, pag. 14-15). Adaptado

Além dos embargos e dos problemas de reassentamento, a obra teve mudanças entre o que foi planejado, e o que foi executado, tal como RODRIGUES *et al.* (2018) afirma, além disso, segundo a autora as obras das sub-bacias II, III e IV ficariam a cargo da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) e contariam com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Apenas no ano de 2014 o programa PROMABEN passou a ser responsável pelas obras da sub-bacia II, e posteriormente responsável pelas III e IV.

4. REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA BERNARDO SAYÃO NO BAIRRO DO GUAMÁ: MELHORIAS PARA QUEM?

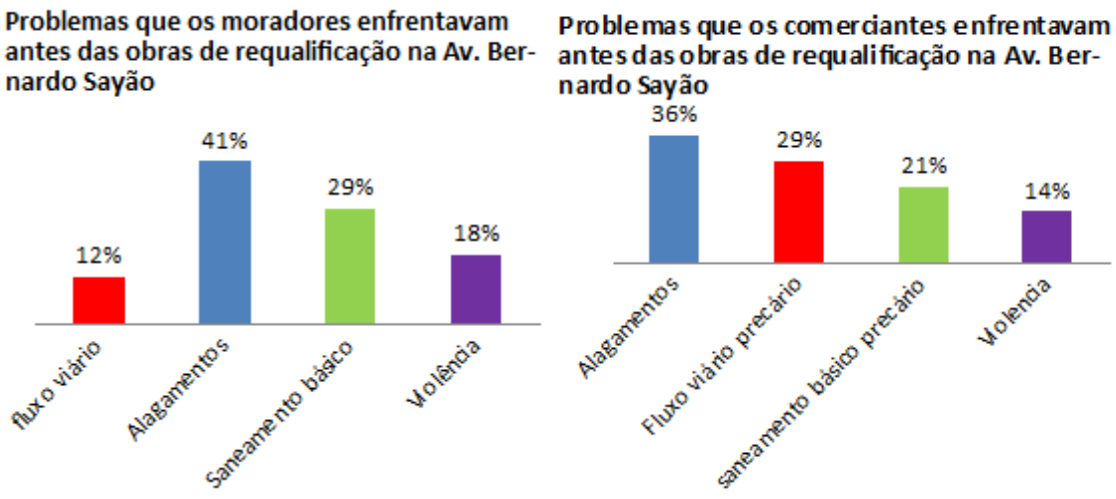
Com a realização das obras de requalificação no trecho da Avenida Bernardo Sayão , no bairro do Guamá, observou-se a necessidade de compreender para quem se direcionam os melhoramentos realizados na referida Avenida, visto que além da busca de resolver os problemas causados pelos alagamentos, o processo de intervenção em áreas de baixada, seja no presente ou em

tempos passados, é marcado por outros interesses do poder público e privado (mercado imobiliario) conforme é ressaltado por LEÃO (2013).

Para que se possa compreender essas transformações e para quem elas estão direcionadas, se fez necessário a realização de trabalhos de campo na área estudada. O primeiro destes foi realizado no dia 22 de Dezembro de 2023 e teve como objetivo a observação do espaço na fase de conclusão das obras e captura de imagens das alterações que as obras provocaram no trecho. Posteriormente, outra visita foi feita, dessa vez o principal propósito de ida ao campo se pautou na coleta de informações com os moradores e comerciantes as margens da referida Avenida.

De acordo com as entrevistas e relatos de moradores e comerciantes da área houve a expectativa de que as obras de requalificação pudessem resolver problemas que por eles foram listados como mostra os gráficos 1 e 2:

Gráficos 1 e 2: Principais problemas da Avenida Bernardo Sayão antes das obras de requalificação, 2020.

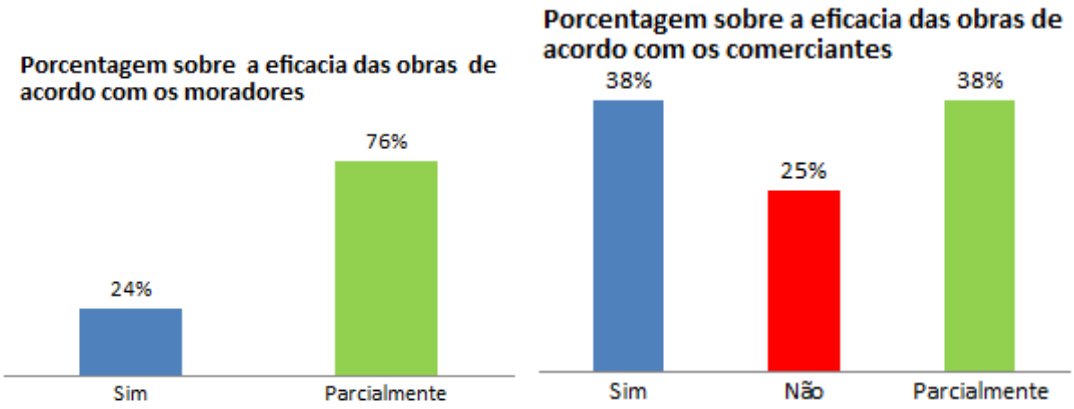


Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2023.

A partir da análise dos gráficos pode-se constatar que os alagamentos na área era o principal problema citado pelos dois grupos de entrevistados, dessa forma é correto afirmar que apesar do objetivo do antigo dique em evitar os alagamentos, esse empecilho ainda continuava a fazer parte da realidade da área. Em seguida, os dados sobre a falta de saneamento básico e violência se assemelham entre as duas tabelas. No entanto, os dados sobre fluxo viário são discrepantes entre as duas situações, sendo esse muito mais importante para os comerciantes.

Quando as obras de requalificação na Avenida Bernardo Sayão foram anunciadas criou-se a expectativa por parte dos moradores e comerciantes sobre os benefícios que ela poderia trazer para área. No entanto, ao serem perguntados sobre a eficácia das obras os moradores e comerciantes tiveram diferentes respostas como é mostrado nos gráficos:

Gráficos 3 e 4: Eficácia das obras de requalificação da Avenida Bernardo Sayão segundo moradores e comerciantes.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2023.

Ao observar os dois gráficos nota-se que a questão dos alagamentos é o principal problema para os moradores e comerciantes da Avenida Bernardo Sayão do bairro do Guamá, sendo essa uma das principais expectativas que ambos os grupos esperavam que a obra de requalificação solucionasse, no entanto, como é citado por Rodrigues *et al*. (2018, p. 16) o resultado final não saiu como esperado.

> (...) O resultado final apresentou um inconveniente recorrente neste tipo de intervenção viária na cidade de Belém – o nível da via ficou consideravelmente mais alto do que o das edificações lindeiras, o que causa problemas relacionados ao escoamento da água, à utilização de garagens, entre muitos outros.

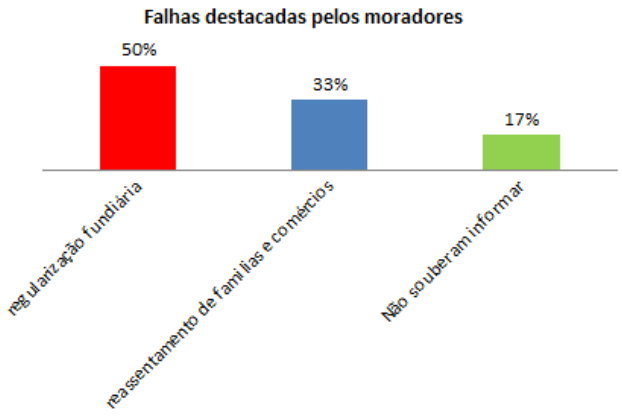
Apesar dos problemas que ainda persistem nessa área, a obra de requalificação também contou com benefícios. De acordo com os relatos e entrevistas de moradores e comerciantes a principal melhoria foi a melhor circulação do fluxo viário, o que possibilitou a valorização de residências e comércios na avenida, como mostra o relato de uma moradora do local.

> "Depois que aterraram o canal e fizeram essa pista aqui na frente, houve um aumento de pessoas que passaram a fazer compras aqui" (Moradora I, 2023).

Se para os moradores que possuem um pequeno comércio o aumento do fluxo viário se tornou benéfico, para os comerciantes que possuem ou gerenciam imóveis de uso unicamente comercial a maior circulação de fluxo viário se tornou a principal melhoria após as obras de requalificação, a melhoria do fluxo viário é em maioria o principal beneficio em decorrência das obras de requalificação da via, o que consequentemente contribuiu para a maior circulação de pessoas e produtos nos empreendimentos localizados na via. Entre os empreendimentos se destaca uma diversidade de portos de pequeno e médio porte, restaurantes, bares e hotéis.

Com a requalificação da Avenida Bernardo Sayão moradores e comerciantes destacaram melhorias após as obras, no entanto como é citado por Rodrigues *et al.* (2018) as obras viárias possuem um índice maior de conclusão do que os projetos voltados a área habitacional. Essa afirmação pode ser percebida quando se é analisado o subcomponente chamado desenvolvimento de soluções habitacionais que está inserido no Relatório de impacto Ambiental realizado pelo PROMABEN (2007). Nesse subcomponente estão inseridos soluções habitacionais para os moradores como a regularização fundiária e o reassentamento de negócios e famílias, no entanto, de acordo com os moradores entrevistados houveram falhas nas soluções propostas pelos responsáveis pelas obras de requalificação, como é demonstrado no Gráfico 5:

Gráfico 5: Falhas nas soluções habitacionais de acordo com os moradores, 2024.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2023.

Outro ponto destacado no Gráfico 5 se refere ao reassentamento de famílias e comércios dos moradores. De acordo com estes o processo de reassentamento foi temporário para que se pudesse concluir as etapas subterrâneas da obra de qualificação, bem como a retificação do canal paralelo a via, para isso, os moradores receberam uma indenização financeira que variava de acordo com o impacto que as obras pudessem acarretar em suas residências. Após vencida essa etapa os moradores

puderam retornar para as suas residências, sendo que alguns destes encontraram dificuldades em retomar as atividades comerciais que anteriormente exerciam. Esse problema também foi sentindo pelos moradores da sub-bacia 1 após as obras de intervenção neste trecho como é citado por RODRIGUES *et al*.(2018, pag. 13):

> O que se observa, contudo, nas obras de drenagem já concluídas, especialmente na sub-bacia1, é que a qualificação viária e paisagística veio aliada à uma política de remoção e reassentamento extremamente precária e mal articulada, que retirou moradores de localidades que eram a base de seu modo de vida e obtenção de renda no ambiente urbano e, além disso, foi incapaz de fornecer novas unidades a totalidade dessas famílias, seja em áreas próximas ou distantes da residência de origem.

Dessa forma percebe-se que em alguns casos ocorrem às mudanças no modo de vida e obtenção de renda, devido a isso gera-se uma nova dinâmica na Avenida Bernardo Sayão e o espaço urbano se torna uma mercadoria da lógica capitalista, com isso ele deixa de ser produzido como lugar de vida, e dá lugar ao valor de troca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No que se observa é que a requalificação da Avenida Bernardo Sayão não contou com um planejamento a longo prazo de remanejamento e/ou reintegração de moradores, sendo o primeiro apenas temporário para a realização das obras subterrâneas de drenagem, logo depois os moradores puderam retornar para as suas moradias. Dessa forma, ao retornar para as suas residências, os moradores ficaram sujeitos as novas condições da via, já que a mesma tem agora uma nova dinâmica e consequentemente incorporada como mercadoria pela lógica do capital através do aumento da circulação viária e das atividades comerciais, criando assim uma perspectiva de uma possível segregação socioespacial, já que a população passa a ocupar espaços acessíveis a sua renda, como é destacado por CARLOS (2007).

Esse processo de segregação socioespacial que pode estar em curso na Avenida Bernardo Sayão ganha destaque devido à importância econômica que este trecho da via desempenha, dessa forma o espaço deixa de ser produzido como lugar de vida e dá lugar ao valor de troca, o que por consequência gera a segregação. No mais com as condições criadas pelo Estado, surge o interesse (em especial o comercial) pelo espaço para e reprodução do capital:

> Mas há interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade, que vêem no espaço a condição de realização da reprodução econômica, pois os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a entrever uma equação favorável a realização do lucro (CARLOS, 2007, p. 87).

Dessa forma, percebe-se que as obras de requalificação da via beneficiam em maior grau o interesse comercial, criando condições para o valor de troca do espaço, e consequentemente expulsando os que não se enquadram nessa lógica:

> Assim, a revitalização é, antes de mais nada, um processo de revalorização do solo urbano que muda ouso do espaço pela imposição do valor de troca, expulsando aquele que não está apto a pagar por ele, comopode ser visto, por exemplo, em São Paulo, Salvador ou mesmo em Paris. A revitalização, por sua vez, tambémproduz a assepsia dos lugares, pois o "degradado" é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo,o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza (CARLOS,2007,p. 89).

Nesse sentido, observa-se na prática a figura do Estado como promotor de ações que facilitam a inserção de outros agentes no espaço urbano como é destacado por Corrêa (1989), a partir disso, observa-se que a obra ao mesmo tempo em que visa garantir o direito à moradia e a melhores condições de vida para os moradores da via, se torna condição para a reprodução de desigualdades sociais através do valor de troca (CARLOS, 2007).

Mediante a esse panorama de análises a pesquisa constatou que nem todas as expectativas citadas por moradores e comerciantes foram atendidas após as obras de requalificação, como no caso os alagamentos que mesmo após as obras continuam a fazer parte da realidade da comunidade no período de chuvas durante o inverno Amazônico, além disso percebe-se que as obras mudaram a realidade da população no local com melhorias na infraestrutura da via e nas infraestruturas das vias, comércios e moradias causados pelas obras no trecho da via.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: UFPA/NAEA, 1988

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Programa de recuperação urbano-ambiental da bacia hidrográfica da estrada nova:** relatório de Impacto Ambiental, Belém, PA, 2007.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Entre-Lugar**, Dourados, MS ano 1, n. 1, p. 73-98, 1º semestre de 2010.

CARDOSO, A. et al. **A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000**, n. 1. Belém: Novos Cadernos NAEA, 2006.

_____, Ana Cláudia Duarte; FERNANDES, Danilo Araújo; BASTOS, Ana Paula Vidal. **A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira**. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira (ed.). Belém: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles: Letra capital, 2015. cap. 2, p. 33-58. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/372. Acesso em:..

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. A pratica espacial urbana como segregação e o “direito a cidade” como horizonte utópico**.** In**. A cidade contemporânea: segregação espacial**, São Paulo, ano 1, n 1, p. 95-109, 2016

_____. **A tragédia urbana**. A cidade como negocio, São Paulo, ano 1, n 1, p. 43-63, 2015.

CORREA, Roberto Lobato Correa. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989

COSTA, Léa Maria Gomes da; BRITO, Lilian Simone Amorim. **(re) ordenamento territorial urbano e segregação socioespacial em Belém.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, n. 1, v. 01, p. 13-30, jan./jun. 2014.

CRUZ, Ernesto. ***História de Belém*** **.**Belém: UFPA, 1973. 2 v. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo).

FERREIRA, Carmena de França. **Produção do espaço e degradação ambiental**: **um estudo sobre a várzea do igarapé Tucunduba**. São Paulo: USP/FFLECH, 1995 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

HENRIQUE, Marcio Couto. **Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX).** Rio de Janeiro: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.19, 2012.

HISTÓRICO DO PROMABEN.UCP. Disponível em: < http://ww3.belem.pa.gov.br/promaben/ promaben/>. Acesso em 10 Jul. 2019

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. **Censo Demografico**: Resultados do Universo/Agregados por Setores Censitários. Rio de Janeiro, 2010.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Assentamentos precários urbanos:** espaços da Região Metropolitana de Curitiba : relatório II. / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2010.

LEÃO, Monique Bentes M.S. **Paisagem ribeirinha nas baixadas de Belém/PA: usos e apropriações na bacia da Estrada Nova**. XVII Enanpur, São Paulo-SP, 2017.

_____. **Macrodrenagem e Urbanização na bacia da Estrada Nova:** Conflitos entre APP urbana e reassentamentos em baixadas de Belém/PA**.** 3º seminário nacional sobre tratamento de áreas de preservação permanente em Meio Urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo. Belém. 10 a 13 de Setembro de 2014.

_____. **A questão habitacional em projetos do pac urbanização de assentamentos precários em Belém/PA.** III Seminário nacional sobre urbanização de favelas, Salvador-BA, 2018.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano.

O ESPAÇO E O LUGAR RIBEIRINHO EM MEIO ÀS INTERVENÇÕES URBANAS NA COMUNIDADE DE VILA DA BARCA, EM BELÉM DO PARÁ

Fernanda Leticia Santos de Sousa[1] (PPGAU-UFPA)
Prof. Drº. Luiz de Jesus Dias da Silva[2] (PPGAU-UFPA)

RESUMO: Diante das disparidades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras, torna-se fundamental a promoção de discussões sobre as medidas de reestruturação do espaço urbano, visando compreender até que ponto intervenções urbanas e habitacionais, como as em curso na comunidade de Vila da Barca em Belém do Pará, são capazes de abranger a dimensão humanizada dos diversos espaços da cidade. Isso implica investigar de que maneira ocorre o diálogo com grupos socioculturais diversos, assegurando a utilização satisfatória do ambiente construído. Para tanto, torna-se relevante compreender as diferenças conceituais entre "espaço" e "lugar", adotadas com o objetivo de analisar aspectos concretos e subjetivos impactados pelas mudanças vigentes na comunidade urbano-ribeirinha de Vila da Barca. Buscando abranger tais questões, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, explorando bibliografias e documentos relacionados ao tema, além de uma perspectiva etnográfica por meio de visitas realizadas ao local. Com isso, pretende-se discutir sobre os impactos sociais e afetivos sobre os moradores frente às intervenções habitacionais em curso na comunidade.

Palavras-chave: Espaço; Lugar; Arquitetura; Ribeirinho.

INTRODUÇÃO

A estreita relação de Belém com os rios e áreas de várzea se evidencia não somente pela sua disposição geográfica, onde se destaca a paisagem formada pelo rio Guamá e pela Baía do Guajará, mas também pela presença de diversos assentamentos em áreas alagadiças. Muitos desses assentamentos são caracterizados por construções adaptadas às condições naturais do espaço, estabelecendo uma notável conexão com o modo de morar ribeirinho. Como exemplo emblemático desses assentamentos, temos a Vila da Barca, uma comunidade inserida no tecido urbano de Belém, especificamente no bairro do Telégrafo, às margens da Baía do Guajará. Reconhecida por alguns veículos de comunicação como uma das maiores favelas de palafitas do país[3], é tema frequente de debates sobre questões sanitárias, devido aos problemas com infraestrutura urbana e às mudanças

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA/BRASIL). E-mail: nandasousa.arq@gmail.com

[2] Docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA/BRASIL). E-mail: ljesusds@gmail.com

[3] **Como é uma das maiores favelas de palafitas no coração da Amazônia**. Estadão, São Paulo, 17 de agosto de 2023. Disponível em:<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/como-e-uma-das-maiores-favelas-de-palafitas-no-coracao-da-amazonia/>. Acesso em: 05 de abril 2024.

decorrentes das intervenções que têm promovido desde 2003 a transição no espaço ribeirinho para o conjunto do projeto habitacional.

A falta de integração da comunidade urbana-ribeirinha à cidade, destacada pela precária assistência em serviços públicos, reflete uma realidade presente em diversos espaços da capital paraense, assim como em grande parte das cidades brasileiras. Mesmo com um processo de urbanização heterogêneo, devido às diferenças regionais do país, esse fenômeno está associado ao desenvolvimento econômico e, consequentemente, à migração em massa, seguida pela ocupação informal de terras menos valorizadas por segmentos de baixa renda (Gouvêa, Ávila e Ribeiro, 2009). Em Belém do Pará, essas terras são caracterizadas por cotas altimétricas mais baixas, denominadas "baixadas" pelo IBGE (2010), em que o processo de ocupação foi impulsionado pelo aumento populacional e pela expansão da cidade, resultando na existência de contrastes socioespaciais.

Segundo Cardoso, Miranda e Costa (2020), a consolidação da área urbana de Belém ocorreu por meio de um plano de alinhamento inspirado nos moldes europeus, enfocando a ocupação das áreas de terra firme, em contraponto à desconsideração das áreas de várzea. Estas últimas só tiveram uma ocupação mais intensa a partir da década de 1960, com a fixação informal "por populações que migraram da zona rural para a cidade por razões econômicas e sociais, geralmente associadas a conflitos e à falta de acesso a políticas públicas" (p. 2).

Rodrigues et al. (2013) descrevem o processo de comercialização e ocupação das terras altas pela população de maior poder aquisitivo, destacando que as áreas de várzea eram consideradas opções mais acessíveis, o que levou à informalidade na ocupação por parte da população de baixa renda. Assim como na origem da comunidade da Vila da Barca, grande parte dessas áreas passou a ser ocupada por ribeirinhos migrantes de outros municípios, já familiarizados com o modo de morar tradicional dos rios, conforme descrito por Rodrigues et al. (2013):

> A ocupação de tais áreas em Belém foi marcada pela presença do migrante nativo da região, habituado com palafitas e a vida da várzea, e à prática de atividades extrativistas (como a pesca e a exploração de argila). O ribeirinho ao migrar para o meio urbano vinha em busca de oportunidades e encontrava nas áreas alagáveis e próximas aos rios e igarapés que cortam o espaço intra-urbano de Belém um ambiente familiar e acessível tanto do ponto de vista econômico, como espacial. (p.5)

O surgimento da Vila da Barca, assim como de outros assentamentos ribeirinhos situados principalmente nas baixadas da cidade, ocorreu mais especificamente entre as décadas de 20 e 30 do século XX. Segundo Diogo (2002), tal processo se deu após o período da borracha, com a migração de pessoas oriundas de outros municípios ribeirinhos. Na Vila da Barca, grande parte dos moradores mais antigos veio da cidade de Cametá, informação confirmada por meio de conversas com uma

moradora também coordenadora da Associação dos Moradores, que explicou que esse seria o motivo para a denominação de uma das principais passagens da comunidade como "passagem Cametá".

Desde sua origem, a comunidade enfrenta problemas com saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica, o que motivou a intervenção do poder público por meio do projeto iniciado em 2003. Esse projeto visava à instalação de infraestrutura urbana, incluindo a construção de unidades habitacionais em sobrados de tijolos aparentes, drenagem, aterramento, pavimentação e construção de equipamentos sociais (SEHAB, 2004). Atualmente, o projeto já concluiu duas das três etapas previstas, porém não contempla a continuidade para abranger os moradores que ainda residem na área das estivas, tendo impacto direto não apenas no espaço físico, devido à transição do modo de morar estabelecido, mas também levanta questões sensíveis sobre a relação com o lugar e seus moradores.

Tal contexto amplia as discussões para além dos aspectos objetivos relacionados à mudança na paisagem da comunidade, abrangendo também os aspectos subjetivos, uma vez que esse cenário de mudança espacial, que perdura há mais de duas décadas, impacta diretamente a vida dos moradores. Nesse sentido, a exploração dessas perspectivas só se torna possível nesta pesquisa por meio da delimitação dos conceitos-chave de "espaço" e "lugar", permitindo a análise dos aspectos funcionais do espaço ribeirinho em resposta às intervenções voltadas à resolução de questões urbanas, ao mesmo tempo em que se considera a descrição de um campo subjetivo. Para tanto, este artigo se apoia em algumas bibliografias que abordam os conceitos primordiais e o contexto da Vila da Barca, bem como o histórico da interação com o espaço ribeirinho de Belém. Além disso, parte de registros etnográficos resultantes do diálogo com alguns moradores e da observação em campo.

REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E LUGAR

Ainda que similares e com finalidades de uso na linguagem que se relacionam, as definições de *espaço* e *lugar* guardam diferenças significativas que nos possibilitam compreender a maneira como coexistem, junto ao ambiente construído, aspectos sensíveis que definem nossa percepção espacial. Tuan (1983), através da perspectiva da experiência, argumenta que as noções de lugar e espaço não podem ser definidas separadamente, dada a conexão que temos com uma e o desejo pela outra, sendo o lugar associado à segurança e o espaço à liberdade.

Percepção, espaço e lugar

Marc'Augé (1994) trabalha com esses conceitos ao descrever a maneira como os não-lugares podem ser entendidos como espaços não identitários, não históricos e não relacionais; logo, um lugar,

para além de sua localização espacial, é reconhecido por significados e valores atribuídos. No entanto, tal compreensão só é possível quando nos voltamos para o sujeito e para o objeto, e a partir daí para a experiência perceptiva e a presença humana inerente no espaço, no mundo. Para Merleau-Ponty, a consciência dessa presença é explicada pelo cogito "ser-no-mundo" e comparada à atenção à vida de Bergson, refletindo a capacidade de interação dos movimentos e reflexos, esboçados e realizados pelo corpo no espaço/mundo.

O corpo, nesse processo, é, portanto, o intermediário da experiência no ambiente; é a partir dele que construímos nossa percepção espacial e recriamos dinâmicas de adaptação e ocupação em diferentes espaços. Dessa forma, a percepção funciona como uma resposta do corpo aos estímulos do ambiente, mas mais do que um processo passivo, é principalmente uma troca imersiva do sujeito com o mundo. No discurso construído por Merleau-Ponty (1999), a percepção é compreendida da seguinte forma:

> (...) uma comunicação ou uma comunhão, a retomada ou o acabamento, por nós, de uma intenção alheia ou, inversamente, a realização, no exterior, de nossas potências perceptivas e como um acasalamento de nosso corpo com as coisas. (p.429)

Na estruturação e organização do espaço, a percepção e experiência do corpo no mundo tornam-se imprescindíveis, dado o histórico em que as "referências espaciais se utilizaram das ações e práticas corpóreas para delimitar suas áreas de tráfego, de uso e sistematização do assentamento, por meio da arquitetura e urbanismo" (Duarte et al., 2020, p. 72). Lefebvre (2000) destaca que o espaço não é apenas passivo nesse contexto, sendo meramente um produto, mas também faz parte da força produtiva por meio da "organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias" (p. 7).

No contexto arquitetônico, então, nos deparamos com "ambientes construídos" que se estruturam para atender às demandas dessas práticas corpóreas, às necessidades do morar; no entanto, tais estruturas podem não corresponder à dimensão subjetiva que permeia o espaço. "O ambiente construído nem sempre é necessariamente humanizado; embora seja modificado pelo ser humano, pode simplesmente não servir aos seus propósitos sensíveis, às suas necessidades emocionais e mais complexas" (Silva, 2021, p. 19).

Nesse sentido, a intervenção humana manifestada pela produção do espaço, ainda que atenda às questões práticas cotidianas, não necessariamente abarca as questões sensíveis do sujeito usuário do ambiente. Portanto, nem sempre ocorre a correspondência das demandas do lugar no espaço, ou seja, a transição de uma área geometricamente delimitada para um ambiente carregado de referências e valores culturais-afetivos (Tuan, 1983). No que diz respeito à percepção desses dois

conceitos, Tuan (1983) utiliza a metáfora do triângulo para descrever que o espaço seria a forma geométrica que enxergamos em um primeiro momento, e o lugar seriam os diferentes ângulos que constituem determinado triângulo, só sendo possíveis de serem percebidos quando nos aprofundamos nesta geometria.

Deparamo-nos com diferentes espaços na cidade, que, da mesma forma que a geometria do triângulo, vista por quem é de fora apenas como um recorte territorial, possuem profundas percepções para quem vivencia diariamente o seu espaço, atribuindo-lhe vínculos relacionais, identitários e afetivos (Marc Augé, 1994), seja por uma rua, um estabelecimento ou principalmente pela própria moradia[4]. Este é o caso da Vila da Barca e de outros espaços de várzea da cidade de Belém, cuja paisagem é estereotipada por problemas urbanos e sociais, mas que, para além disso, possuem uma dimensão subjetiva carregada de valores e significados.

O espaço e o lugar ribeirinho em Belém/PA.

Em Belém, os espaços com referências ribeirinhas frequentemente têm suas paisagens associadas à pobreza e à precariedade, o que se reflete nas ações do poder público, especialmente no que diz respeito à reurbanização. Essas soluções muitas vezes não dialogam com a cultura espacial que constitui o lugar. Como observado por Perdigão (2016, p. 3), "o contexto amazônico tem sido fragilizado e até certo ponto hostilizado, associando palafitas à total condição de precariedade, um pensamento generalista que traz implicações distorcidas no âmbito das políticas habitacionais".

O ofuscamento dos espaços de várzea, embora tão próximos do centro da cidade, devido à presença de sua periferia (as baixadas) confinante, tem se manifestado em um processo contínuo de apropriação das referências arquitetônicas e urbanísticas importadas, que sobrepõem os valores e as dinâmicas ribeirinhas. Cardoso, Miranda e Costa (2016) descrevem essa apropriação na expansão urbana de Belém por meio dos empreendimentos imobiliários iniciados na década de 1970, com os conjuntos habitacionais que reproduziram o modo de vida dos subúrbios norte-americanos por meio de um padrão de consumo globalizado. Esse contexto vem inviabilizando, ao longo do tempo, a manutenção de práticas culturais e regionais, onde aqueles que "associavam o lazer ao acesso gratuito aos rios, balneários e praias, e assumiam a rua como espaço de convivência, foram gradativamente perdendo essas possibilidades" (Cardoso, Miranda, Costa, 2016, p. 4).

[4] A moradia adquire o sentido de lugar quando consideramos as relações afetivas estabelecidas neste espaço, havendo uma distinção entre casa e lar, da mesma forma que entre espaço e lugar, como corroborado pela origem da palavra "lar". "A palavra lar é uma corruptela de lareira. A lareira primitiva que faz do seu fogo o elemento inseparável da cabana rústica. O fogo que reúne ao seu redor todos os integrantes de um laço familiar, sendo, de um modo figurativo, um manto que aquece e une a todos num mesmo instante" (Miguel, 2002, n.p)

Nessa conjuntura, o lugar ribeirinho perece à medida que os espaços de várzea são suprimidos pela reestruturação do espaço urbano. Como parte dessa perda, também são implicitamente desvalorizados os conhecimentos populares e as técnicas construtivas que remontam aos povos originários e à cultura ribeirinha, numa perda contínua do vínculo com o espaço natural. Além desses impactos, a desarticulação das políticas urbanas com o lugar ribeirinho afeta também a permeabilidade do solo com os aterramentos, resultando em inundações e alagamentos, a distribuição de massas vegetais e a potencialização das ondas de calor. (Cardoso e Miranda, 2018)

O LUGAR RIBEIRINHO EM MEIO ÀS INTERVENÇÕES ESPACIAIS DO PROJETO

A Vila da Barca não ilustra apenas em seu nome o nexo com o rio. A comunidade, que teve sua denominação originada de uma embarcação que navegava pelas águas amazônicas, evidencia também em sua paisagem o conhecimento popular, a observação da dinâmica natural das marés e o diálogo com este recurso natural, seja por meio da elevação das moradias em palafitas ou pela presença de indivíduos que ainda nutrem uma relação de afetividade com os cursos d'água, expressa nas memórias que emergem no lugar.

A escolha da localização às margens da baía do Guajará (figura 01) não é casual. Ela reflete uma linguagem cultural e uma preferência pelo ambiente ribeirinho, ao mesmo tempo em que explicita as desigualdades sociais típicas da realidade urbana, com uma população menos privilegiada economicamente buscando atender às necessidades de moradia.

Figura 01. Em destaque, a área das palafitas na comunidade de Vila da Barca e as principais vias de acesso. (Em vermelho, a Av. Pedro Álvares Cabral - Em azul, a Tv. Coronel Luís Bentes - Em verde, a Rua Prof. Nelson Ribeiro)



Fonte: Elaboração própria a partir de Imagem do Google Earth, 2024.

A formação do espaço: Vila da Barca

Bruno Menezes (1953), o escritor paraense, descreveu em seus versos de "Lua Sonâmbulas" a história do nome “Vila da Barca”. Segundo o romancista, o empreiteiro Manuel Pedro havia construído uma embarcação para transporte de madeiras, principalmente carga e trabalhadores vindos de Portugal. As motivações por trás disso não eram conhecidas, mas a veleira foi abandonada nas proximidades de onde se originou a Vila da Barca. Encalhada e em bom estado, ela serviu como moradia para pessoas sem residência fixa. Com a chegada de novos moradores, a embarcação foi desmontada e seu madeiramento foi utilizado para construir "casebres palafítários" em terrenos da Marinha.

> Foi então que de ti nasceu a “Vila da Barca”, com os primeiros casebres feitos do cavername, do teu negro arcabouço, resistente aos embates, aos açoutes marinhos.

A preferência ambiental pela área que ocupa a Vila da Barca é multifacetada e não pode ser atribuída a uma única causa. Elementos como a cultura local, a expansão urbana de Belém, fatores sociais, pessoais e econômicos, ou uma combinação desses, contribuem para entender a perspectiva tanto do indivíduo quanto do coletivo ribeirinho. Conforme Tuan (1974) destaca, compreender a preferência ambiental de uma pessoa requer examinar sua herança biológica, ambiente de criação, educação, trabalho e entorno físico. Em uma escala coletiva, é fundamental compreender a história cultural e a experiência de um grupo dentro do contexto de seu ambiente físico.

A escolha do local, considerando a análise do contexto espacial e temporal das primeiras habitações, parece estar relacionada tanto à cultura quanto à economia. Menezes (2016) argumenta que a área era estratégica devido à sua proximidade com o Ver-o-peso, onde os ribeirinhos vendiam produtos agrícolas enviados por seus familiares dos municípios de “Igarapé-Miri, Abaetetuba e Cametá, objetivando complementar a fonte de renda, além de buscar empregos na indústria da Castanha e no Curtume” (p.52)

As primeiras palafitas, conforme relatado por moradores mais antigos, eram espaçadas entre si. "Aqui morava pouca gente, muito pouco mesmo. Depois foi enchendo, aqui era um matagal", descreveu Dona Ilda, de 86 anos, natural de Cametá e moradora da comunidade há mais de 60 anos. Aqueles que testemunharam as primeiras décadas da Vila da Barca expressam certa nostalgia em relação ao espaço que era pouco ocupado anteriormente, mesmo considerando a falta de acesso à energia elétrica e à água, que só podia ser obtida por meio de uma torneira pública localizada na Rua Coronel Luís Bentes.

Renato Tapajós (1964), por meio de seu documentário[5] sobre a comunidade narrado por Cláudio Mamberti, oferece uma descrição detalhada das dinâmicas no espaço da época, incluindo relatos dos moradores sobre a escolha do local e o trabalho na indústria da castanha. Como visto em uma das reproduções de fala dos moradores: "Vim pra cá, pelo menos junto do rio eu fico! A patroa trabalha na castanha, quando tem safra..." (Tapajós, Vila da Barca, 1964, 00:14). Cláudio se refere à comunidade como um bairro de Belém, que já existia há mais de 30 anos naquela época, e segundo ele, permanecia praticamente sem alterações. No documentário, as palafitas são chamadas de barracos: "Seus 800 barracos construídos sobre as águas lamacentas do rio Amazonas abrigam mais de 4500 pessoas" (1:27), um número que contrasta com o levantamento de 1969 mencionado no documento do Museu Emílio Goeldi (1974), realizado cinco anos após o documentário, o qual menciona a existência de 152 palafitas habitadas, abordando a questão da grilagem direta e indireta na área.

Nestes registros, a comunidade ribeirinha já era apresentada com seus problemas sanitários destacados, quando o documentarista enfatiza que, mesmo morando sobre a água, não poderiam utilizá-la, pois estava poluída para consumo, devido aos dejetos das casas e detritos de fábrica ali despejados. Essa realidade também se fazia presente no restante da cidade, com desafios decorrentes da evolução urbana promovida desde a Belle Époque. Paul Le Cointe, um naturalista francês, descreveu esses problemas anteriores à década de 1920 como insolúveis, incluindo a má qualidade da água potável e da rede de esgoto, além da falta de higiene e limpeza urbana. Ele observou como os rios funcionavam como depósito de esgoto e lixo, evidenciados durante a maré baixa da baía do Guajará, trazendo consigo uma lama fétida misturada com detritos de todos os tipos, conforme registrado em "leurs boues fétides, mélangées à des détritus" (PENTEADO, 1968, p. 163).

Ao longo do tempo, essas questões levaram a cidade a intervir, cerceando os cursos d'água e alterando as dinâmicas do espaço de várzea. De acordo com Rodrigues et al. (2013), o padrão de intervenção que se consolidou em Belém visava à retificação dos cursos d'água, o que modificou a paisagem e as formas de apropriação da rede hidrográfica.

> Os cursos d'água foram se tornando elementos de uma rede técnica, parte de um sistema de escoamento de micro e macrodrenagem, presenciando-se a mudança do rio para o canal, expressando a instrumentalização do curso d'água para garantir condições sanitárias e permitir as funcionalidades do que seria uma cidade moderna. Isto colaborou para que os cursos d'água passassem a ser reconhecidos pelos moradores não mais como elemento natural e parte da paisagem, mas como canal de escoamento de esgoto [...] (p.9)

[5] VILA DA BARCA. Direção de Renato Tapajós. Produção de Abílio Couceiro. Belém/PA, 1964.

Da mesma forma, ocorreu nas décadas de 60 e 70, nas proximidades da Vila da Barca, o aterramento das vias ligadas à Avenida Pedro Álvares Cabral, resultando em mudanças substanciais no espaço. Em muitos casos, isso levou à expulsão de famílias que não puderam arcar com os impostos decorrentes da infraestrutura urbana (Menezes, 2016). A continuidade da Vila da Barca só foi possível graças à resistência de seus habitantes, que lutaram contra a privatização da orla de Belém, conforme destacado por Menezes (2016, p. 53), com base em informações da Secretaria de Habitação (SEHAB, 2004).

Percepções sobre o lugar ribeirinho em meio às mudanças espaciais

Resistindo às mudanças estruturais no espaço, os planos de modificação da paisagem da Vila da Barca só tiveram início de fato em 2003, com a aprovação do projeto urbanístico e habitacional. Este projeto previa intervenções voltadas à infraestrutura urbana e à construção de um conjunto habitacional. Segundo Souza (2011), essa iniciativa durante a gestão do prefeito Edmilson Rodrigues representava uma extensão das ponderações iniciadas no programa de intervenção anterior denominado "Morando Melhor". Esse programa beneficiou 59 famílias entre 1998 e 2000, oferecendo financiamento de materiais de construção para realizar pequenas melhorias nas residências. No entanto, essas ações não abordavam problemas coletivos, especialmente relacionados ao saneamento (Pinheiro, 2007).

Embora a iniciativa de intervenção date de 2003, a apresentação do projeto só foi realizada de fato um ano depois, em 2004. Em 2006, iniciaram-se as obras, seguidas por várias modificações, incluindo ajustes no número de unidades habitacionais e a adição de um maior número de unidades de uso misto (comércio e habitação) (Menezes, 2016). Houve também períodos de estagnação e retomada das obras, resultando no atraso e na entrega efetiva de apenas duas das primeiras etapas[6]. Entretanto, a terceira etapa, que previa a construção de unidades habitacionais em toda a área onde hoje se encontram as palafitas, erradicando a última porção existente dessa tipologia, não teve continuidade até o momento, gerando nos moradores que aguardam os benefícios o sentimento de incerteza e insegurança sobre seus futuros neste espaço.

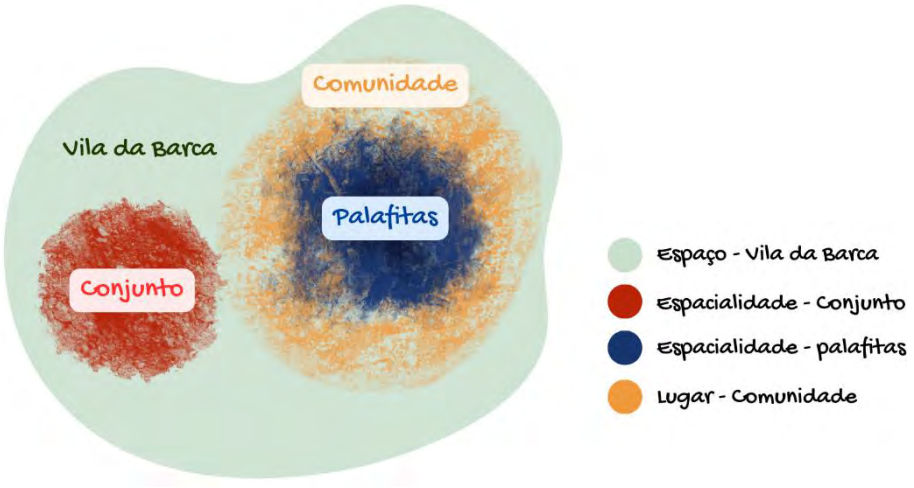
Diante desse contexto, instaurou-se na Vila da Barca duas espacialidades[7] contrastantes: a do "conjunto" e a das "palafitas". Aquela denominada pelos moradores das palafitas como "conjunto", em referência ao conjunto habitacional, parece não ser reconhecida como parte da comunidade e

[6] **MPF e DPU querem aceleração de obras na Vila da Barca**. Liberal, Belém/PA, 17, jun. 2019. Disponível em: https://www.oliberal.com/belem/mpf-e-dpu-querem-acelera%C3%A7%C3%A3o-de-obras-na-vila-da-barca1.163850. Acesso em: 07 de abril de 2024.

[7] Espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras (Ramos, 1982, p. 82)

como representação do que consideram a Vila da Barca. Isso se deve a uma série de fatores, incluindo a presença de pessoas desconhecidas por eles, que, de acordo com a coordenadora da AMVB (Associação dos Moradores), em certa medida, não faziam parte da comunidade e mesmo assim foram os primeiros a receber uma moradia pelo Projeto, sendo chamados de "moradores da pista" em referência às localizações anteriores nas proximidades da Avenida Pedro Álvares Cabral. Tal relação entre espaço, espacialidade e lugar, frente às percepções dos moradores, pode ser observada a partir do diagrama a seguir:

Figura 02. Representação gráfica da relação espaço-espacialidade-lugar.



Fonte: Elaborado por Fernanda Sousa, 2024.

Nesse sentido, ainda que compartilhem o mesmo espaço que formalmente constitui a Vila da Barca, a espacialidade do "conjunto" não parece se integrar ao lugar reconhecido pelos moradores da comunidade. Conforme exposto por Duarte et al. (2020. p. 32), "o lugar só se torna um lugar quando as pessoas o utilizam como referência, se apropriam dele de diversas maneiras, e quando há convivência e coletividade estabelecidas".

As diferenças no padrão de moradia adotado pelo projeto, mesmo que implicitamente, parecem contribuir para esse sentimento. As habitações denotam uma mudança no estilo de moradia ribeirinha, expressando uma linguagem arquitetônica diferente da tradicional, com sobrados em tijolos aparentes e uma disposição dos ambientes que compromete a continuidade e a interação entre os moradores e o ambiente natural. Isso é demonstrado pela "ruptura da continuidade provocada pelas barreiras físicas (paredes) da circulação compacta na casa atual, e a localização do banheiro no setor social, próximo à sala, diferente do que ocorre no tipo de palafita amazônica" (Menezes, 2015, p.86).

A experiência etnográfica na Vila da Barca nos permitiu, além do reconhecimento da espacialidade das "palafitas", a percepção da ambiência[8] ribeirinha ali presente. Aclarada à medida que adentramos à comunidade por meio da passagem Cametá. O conjunto habitacional do outro lado da rua Coronel Luís Bentes parece ser de fato uma espacialidade alheia aos moradores das palafitas, pois é nas estivas que encontramos as memórias afetivas e o sentimento de pertencimento à Vila da Barca. É ali que surgem relatos sobre o espaço, as mudanças vivenciadas no lugar, os problemas sociais enfrentados e as expectativas e incertezas relacionadas ao *morar*.

Figura 3. Registros etnográficos na passagem Cametá, Vila da Barca.



Fonte: Fernanda Sousa, 2024.

Para Duarte et al. (2020), as ambiências só podem ser compreendidas através da experiência corporal no lugar. Nossos sentidos são aguçados pela ambiência ribeirinha-urbana que se apresenta diante de nossos olhos, ouvidos e nariz enquanto caminhamos pelas estreitas estivas da Vila da Barca. Entre moradias situadas a curta distância uma da outra, as conversas e interações fluem pelas vias de madeira, às vezes originadas nos pátios das próprias casas: "Como vai, fulano?" "Daqui a pouco eu passo aí contigo" "Tô indo na feira." Do mesmo modo, também são percebidos fluxos e diálogos que incomodam os moradores, refletindo os problemas relacionados à comercialização e ao uso de entorpecentes em trecho específico da comunidade.

Exceto por tais problemas e pelas questões sanitárias que frequentemente emergem em seus discursos de descontentamento, os relatos dos moradores quase sempre são centrados no bom relacionamento entre eles e nas memórias do lugar: “aqui todo mundo se conhece” “aqui ninguém

[8] “A ambiência, nessa abordagem, poderia ser definida como um “pacote” que agrupa não apenas o espaço vivenciado, mas todo o conjunto de dados sensoriais e seus aspectos materiais e imateriais” (Duarte et al., 2020, p. 110)

mexe com ninguém". O senso de comunidade - motivado em certa medida pela ausência do poder público - é refletido na união dos moradores, os quais, como observado, se conhecem quase que em sua totalidade. No que tange a esta relação de comunidade, Peruzzo e Volpato (2009) abordam o conceito de comunidade de modo muito similar ao de lugar, descrevendo aspectos intangíveis em sua formação, como seu significado de segurança em meio aos perigos da sociedade, o senso de solidariedade e a vida em comum.

A relação com o lugar se expressa nas falas dos moradores sobre os vínculos familiares existentes: "é uma comunidade como a gente fala assim, ela é feita de famílias, não é de gente *estranhos*" (Dona Vilma, coordenadora da AMVB). Esse sentimento reflete o apego ao lugar, que, segundo Tuan (1977, p. 286), é palpável "por ser familiar, porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou de criação".

A retomada do passado idealizado também reflete este vínculo, onde quase sempre aparecem na narrativa sobre os problemas intensificados com o passar dos anos, o resgate de relatos sobre como era a comunidade, como era agradável viver nesse espaço, num processo em que se incorporam passado e presente, "alma e corpo, tangível e intangível, e a subjetividade inerente que traduz autoconsciências individuais e coletivas e pressupõe continuidades entre passado, presente e futuro" (Godoy e Silva, 2020, p. 110).

> Isso aqui era vazio quando eu era moleque, a gente andava por tudo aqui, tinha poucas casas, não era encostado casa com casa, tudo tinha chagão as casas, os filhos foram arrumando mulher e vai crescendo. Tanto é que esse cadastro era uma coisa e nunca que é a mesma coisa pelo tempo que já tá (Pastor Sidney, 42 anos, nascido na comunidade).

Como evidenciado no relato, também é perceptível uma visão de descrédito em relação ao prosseguimento do projeto abrangendo a todos, devido às alterações e ao adensamento da área, que já não reflete a situação no período em que foi realizado o levantamento pela Secretaria de Habitação. Dona Vilma, moradora e ativista pelos direitos dos moradores, observa que em algumas residências já há a presença de mais de uma família, fato que não foi contemplado no processo inicial de cadastramento.

As percepções dos moradores em relação às mudanças no espaço frequentemente carregam um sentimento de desconfiança e insegurança, que permeia o discurso tanto sobre a manutenção de suas moradias nas palafitas quanto sobre a garantia de um apartamento no conjunto habitacional. O apego ao lugar também se manifesta na forma como os moradores abordam os problemas urbanos, especialmente relacionados ao saneamento, como responsáveis por seus descontentamentos com o ambiente, sem que haja outras questões que os afastem do local onde residem: "A gente não quer sair

daqui, o que a gente quer é melhoria" - Dona Vilma, moradora. Diante da falta de perspectiva concreta de melhorias aplicadas à realidade urbana-ribeirinha, há o risco não apenas da perda de espaços físicos, mas também de lugares que representam valiosos bens culturais na cidade de Belém. Esses lugares, com grande potencial e valor patrimonial, estão atualmente invisibilizados e sujeitos a transformações cada vez mais intensas, com risco de desaparecer da paisagem belenense (Godoy e Silva, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de intervenções urbanas em diferentes espaços da cidade frequentemente coloca em segundo plano o lugar, entendido como o "ambiente construído humanizado, ou seja, transformado pelas e para as ações humanas, aguçando a sensorialidade e, consequentemente, a percepção dos sujeitos" (Duarte et al., 2020, p. 30). Carregamos em nossa formação técnica o senso comum de valorização de determinadas culturas arquitetônicas em detrimento de outras, quando diante de uma moradia ou conjunto de moradias consideradas precárias, sugerimos a necessidade de intervenção e transição para um modo de morar tido como "melhor", sem que haja a consideração da manutenção dos valores já estabelecidos com soluções que dialoguem com o lugar.

Tal processo de afastamento e até mesmo de ofuscamento do modo de vida ribeirinho se faz presente em vários momentos da formação de Belém, resultando numa perda contínua da identidade e dos valores amazônicos. No caso específico da Vila da Barca, os problemas urbanos enfrentados destacam a necessidade de soluções e intervenções, principalmente relacionadas ao saneamento na área das palafitas. A inserção do projeto habitacional parece ter surgido como o único modelo capaz de suprir as demandas exigidas, por meio do aterramento e criação de esgotamento sanitário em área de terra firme. No entanto, a mudança substancial das palafitas para o conjunto habitacional apresenta uma modificação de impacto não só para o espaço como para o lugar, devido à possibilidade de perda das relações e afetividades construídas na ambiência ribeirinha.

Os problemas urbanos ainda não solucionados nas baixadas de Belém do Pará apontam para a necessidade de uma abordagem mais sensível e contextualizada na estruturação do espaço, considerando não apenas questões práticas do ambiente construído, mas também as dinâmicas culturais e sociais específicas de cada lugar. A complexidade do contexto citadino de Belém, com suas disparidades sociais e culturais, configura um grande desafio para a efetividade das intervenções urbanas. Isso ocorre uma vez que a compreensão sobre o lugar requer um olhar minucioso sobre as relações que se estabelecem dentro do espaço, sendo estas preponderantes na satisfação do ambiente construído para as necessidades do morar, mas principalmente de existir, enquanto indivíduo e

coletivo. "Para que as cidades funcionem e convidem as pessoas a fruí-las, sob todas as circunstâncias, aspectos físicos, práticos e psicológicos devem ser bem tratados e, depois, melhorados através do trabalho em suas qualidades visuais." (Gehl, 2013, p. 181).

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa: Editora 90°, 2006 [1992].

CARDOSO, A. C. D. ; MIRANDA, T. B. **Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA)**. PAISAGEM E AMBIENTE , p. 85-107, 2018.

CARDOSO, A. C. D. ; MIRANDA, T. B. ; COSTA, C. **Transformações Urbanas e Socioambientais na Cidade de Belém: A Contramão Perversa**. In: XI Colóquio Quapa Sel - Quadro Do Paisagismo No Brasil, 2016, Salvador. anais do XI Colóquio QUAPÁ-SEL Sistemas de Espaços Livres. São Paulo: Lab QUAPÁ, 2016. v. 1. p. 1-16.

DIOGO, A. A. M. **Por uma interpretação urbanística situacional de espaços de moradia auto-construída. "Vila da Barca: morando sobre as águas" Belém – Pará –Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2002. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

DUARTE, Cristiane Rose; MIRANDA, Cybelle; PINHEIRO, Ethel; SILVA, Luiz de Jesus. **A Experiência do Lugar Arquitetônico: Dimensões Subjetivas e Sensoriais das Ambiências.** Rio de Janeiro: Rio Books, 2022. 194 p.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo, Perspectiva, 2013.

GODOY, Renata de. SILVA, Luiz de Jesus Dias da . **O tangível também pode ser.** In: Luiz de Jesus Dias da Silva; Cybelle Salvador Miranda. (Org.). Cultura, sociedade e espacialidades na Amazônia. 1ed.Belém: NUMA/UFPA, 2020, v. , p. 105-120.

GOUVÊA, D. C.; ÁVILA, P. C.; RIBEIRO, S. B. A r**egularização fundiária urbana na Amazônia legal.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 11, n. 2, 2009. Disponível em: . Acesso em: 07 abr. 2024.

MENEZES, Bruno de. **Obras completas.** Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. v.1, p.339-340.

MENEZES, Tainá Marçal dos Santos. **Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na Vila da Barca (Belém – PA)**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Orientadora: Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8620>. Acesso em: [10 de março de 2024].

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo:Martins Fontes, 1996. __. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. **Casa e lar: a essência da arquitetura.** Arquitextos, São Paulo, ano 03, n. 029.11, Vitruvius, out. 2002. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/ arquitextos/03.029/746>. Acesso em: 16 de março de 2024.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará: Estudos de Geografia Urbana**. Vol.2 Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

PERDIGÃO, A. K. A. V. **Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá.** V!RUS, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=4& item=2&lang=pt>. Acesso em: 11 Mar. 2024.

PINHEIRO, et al. **Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações.** In: MORAES, M. P.; KRAUSE, C.; NETO, V. (Org.). Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.

RODRIGUES, R. M. ; PONTE, Juliano P. Ximenes ; LIMA, J.J. F. ; BARROS, Nayara Sales; LOPES, Rebeca Silva Nunez . **Urbanização das Baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano.** In: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. Anais do XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013.

SILVA, Luiz de Jesus Dias. **Percepção do ambiente construído humanizado**. In: SILVA, Luiz de Jesus Dias (Org.). Percepção do ambiente construído. Por mais humanização em arquitetura e urbanismo. BELÉM: PAKA-TATU, 2021, v. 01, p. 17-32.

SOUZA, A. K. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 132-150.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.**São Paulo: DIFEL, 1974. 288 pp.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS APÓS REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA (PEUT), EM BELÉM/PA

Natielly Elis Sousa de Miranda[1] (PPGAU/UFPA)
Luiz de Jesus Dias da Silva[2] (PPGAU/UFPA)

RESUMO: Este trabalho apresenta uma síntese da relação entre o Parque Estadual do Utinga – PEUt e o processo de urbanização de seu entorno sudoeste, apontando para as consequências sociais e territoriais decorrentes das recentes obras de requalificação. O parque é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, localizada na região metropolitana de Belém no estado do Pará, é um patrimônio estadual e seu desenvolvimento está atrelado ao histórico do abastecimento de água da cidade. No ano de 2018 o PEUt passou por um processo de requalificação, onde sofreu alterações físicas em seu interior e em suas adjacências. Salienta-se que a área amostral deste estudo é a porção sudoeste, no bairro do Curió-Utinga, pois é a região onde ocorreram as maiores alterações projetuais. A metodologia adotada baseia-se na etnografia com as técnicas de entrevistas e observação para captar informações necessárias a fim de obter uma compreensão ampliada do conflito de interesses entre os moradores do entorno e o poder público. Ao explorar o entorno sudoeste do PEUt é possível perceber um processo desigual e contraditório, pois o Parque tornou-se um importante elemento para a preservação ambiental de Belém, entretanto foi mais valorizado seu embelezamento, ao invés de realizar ações que fomentem a educação ambiental e o manejo florestal comunitário. Ademais, o debate presente nesta pesquisa contribui para reflexões de que as áreas verdes dentro das cidades estão sendo tratadas como reserva de valor para o mercado, o que contribui para potencialização das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Conflitos sociais; Uso do território; Preservação ambiental.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, que é um recorte da dissertação da autora (Miranda, 2023), vinculada ao PPGAU/UFPA, analisou os resultados das mudanças impostas na organização do espaço construído, baseada no padrão de uso da terra, que satisfaz principalmente aos interesses dos gestores públicos, que buscam transformar o Parque Estadual do Utinga – PEUt em um espaço de lazer contemplativo e em um polo turístico, visando a ampliação da economia local. Nesse sentido, é relevante avaliar a interação entre o homem e a natureza, não apenas em dados oficiais evidenciados pelos órgãos

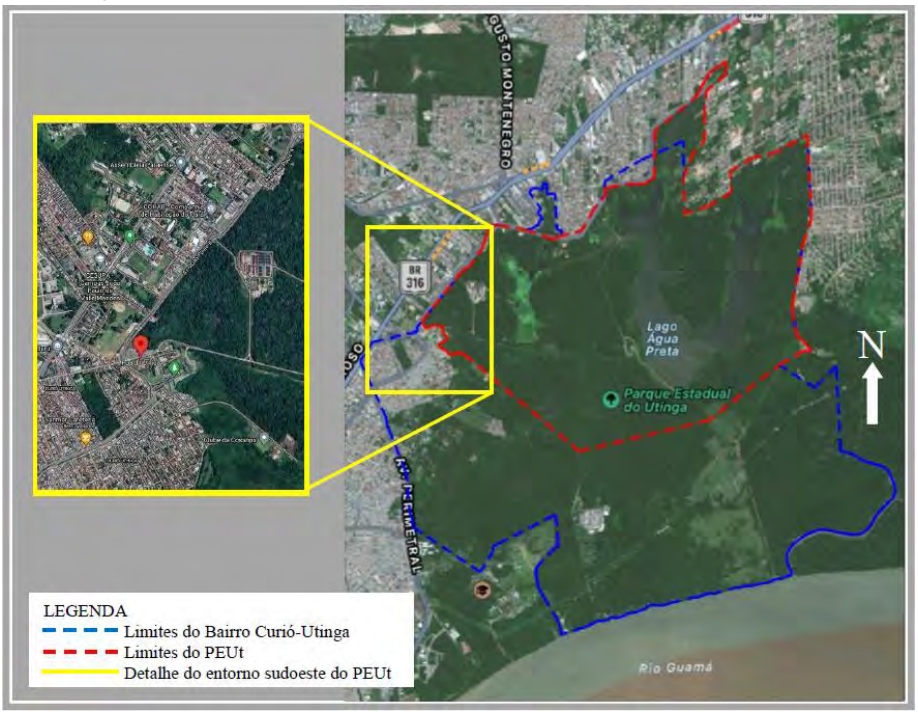
[1] Arquiteta e Urbanista pela FAU/UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU / UFPA, Brasil.

[2] Arquiteto e Urbanista pela FAU/UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PROARQ-UFRJ. Doutor em Antropologia pelo PPGCS/IFCH/UFPA. Professor da FAU/UFPA e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU / UFPA, Brasil.

públicos, como também, é fundamental realizar uma análise subjetiva das ações, de modo a investigar como a sociedade interage e percebe as áreas verdes.

Para tal análise, foi necessário ir ao campo para observar e coletar os relatos orais dos visitantes do PEUt e dos moradores do entorno sudoeste, destaca-se que a escolha da área amostral foi determinada pelo grande volume de modificações causadas pelas obras de requalificação em 2018. A porção sudoeste do Parque está inserida no bairro do Curió-Utinga na cidade de Belém (como pode ser visualizado nas figuras 01 e 02), o qual é um bairro periférico que foi ocupado de forma espontânea durante o período de crescimento populacional e horizontal de Belém, esta área possuía o atrativo de estar nas proximidades da Estrada de Ferro Belém-Bragança, perto do centro comercial e também por ser um espaço vazio e de custo mais baixo, já que é um local de várzea, ou baixada[3], e que naturalmente ocorrem alagamentos.

Figura 01 – Mapa esquemático dos limites do PEUt e do bairro Curió-Utinga



Fonte: Miranda, 2023, p. 20.

Figura 02 – Mapa esquemático dos limites do PEUt e do bairro Curió-Utinga

[3] Em Belém-PA [...], a baixada se caracteriza pela alta densidade construtiva e populacional, pela ocorrência de edificações em forma de palafita, conectadas por estivas (pontes de madeira que servem de acesso às residências substituindo ruas e calçadas), pela precariedade da infraestrutura urbana, que resulta em graves problemas de manutenção das condições naturais de cursos d'água, por serem utilizados como esgoto e pela obstrução por lixo na calha e nas áreas marginais. As baixadas de Belém representam, portanto, a expressão da cidade informal, autoconstruída a partir da ocupação de terras desvalorizadas pelo mercado formal, ainda que próximas da porção mais central e infraestruturada da cidade (Rodrigues *et al.*, 2013, p.7).



Fonte: Miranda, 2023, p. 21.

Por meio desta pesquisa, foi possível perceber que o projeto proporcionou à população do entorno melhoramentos na infraestrutura como o prolongamento da Av. João Paulo II e o asfaltamento de vias próximas ao Parque, além de ocasionar o crescimento do comércio local, contudo essas benfeitorias não sanam os problemas que existem no bairro, pois o piso impermeável interfere no conforto ambiental e no coeficiente de permeabilidade do solo, agravando os alagamentos que já são recorrentes na região. Ressalta-se, que os moradores do entorno se afastaram do PEUt, pois o projeto não considerou suas necessidades e práticas cotidianas, embora seja um atrativo como fonte de renda.

Por fim, a abordagem metodológica deste trabalho, pauta-se no estudo da etnografia, esta por sua vez, segundo Geertz (2011) é uma "descrição densa", a qual o etnógrafo deve primeiro assimilar a complexidade das estruturas para depois apresentá-las. Além disso, Duarte (2010, p.5) diz que a etnografia é a escrita do visível. Nesse sentido, Silva e Miranda (2021, p.60) reiteram que "tanto percepção como etnografia podem contribuir para maior domínio de entendimento quanto a determinado ambiente construído, sendo muito comum a pesquisa de observação, a partir de seres humanos usuários".

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, busca interpretar os fenômenos a partir da observação e percepção feita sobre a dinâmica social e cultural dos visitantes e moradores do entorno sudoeste do Parque Estadual do Utinga.

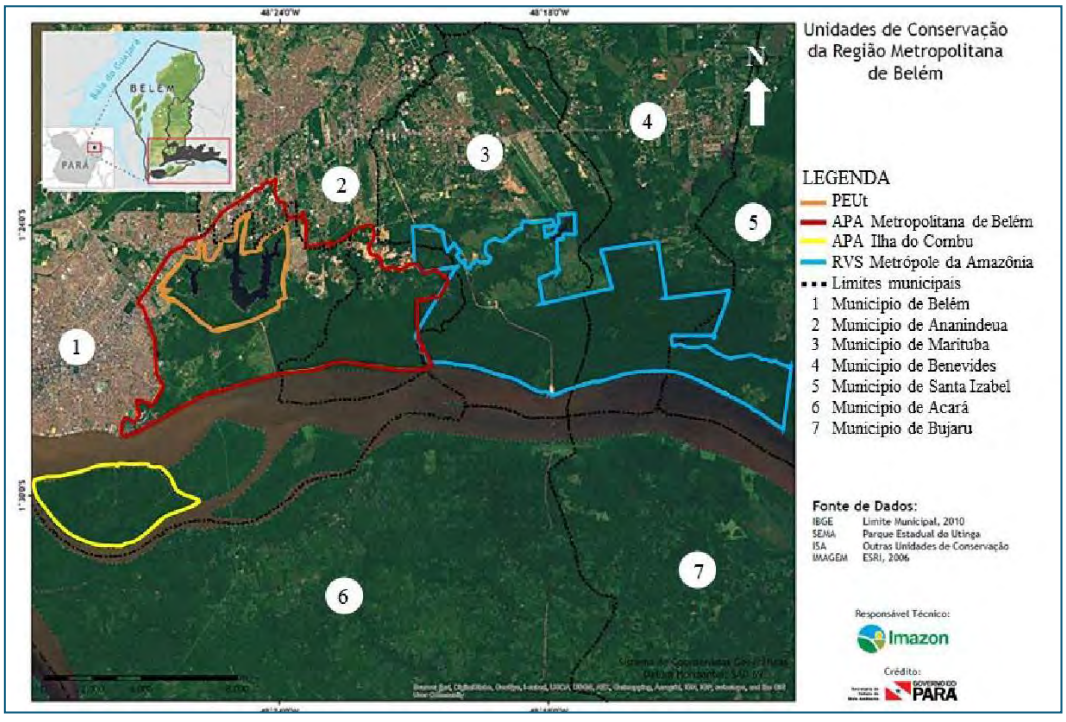
Para alcançar este objetivo, foi necessário mesclar diferentes processos metodológicos, inicialmente realizou-se a pesquisa bibliográfica tendo como referência temas relacionados ao PEUt, sobre percepção, etnografia, espaço construído, desenvolvimento ambiental, dentre outros assuntos.

Além disso, houve também pesquisa de campo com visita exploratória, observação, aplicação de questionários e entrevistas realizadas entre julho de 2021 e março de 2023, em dias e horários alternados para abarcar diferentes tipos de agentes sociais, estes foram os que estiveram envolvidos na dinâmica da Unidade de Conservação, como trabalhadores e visitantes do PEUt, além da massa de moradores do entorno sudoeste.

3. O CONTEXTO SOCIAL E GEOGRÁFICO DO PEUT E SEU ENTORNO SUDOESTE

O Parque Estadual do Utinga possui aproximadamente 5.653,81 hectares de extensão, é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral que abrange os municípios de Belém e Ananindeua no estado do Pará. O PEUt está inserido na APA Metropolitana de Belém, e em conjunto com o Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Metrópole da Amazônia e Área de Proteção Ambiental Ilha do Combu, formam um conjunto de áreas protegidas, como mostra a figura 03.

Figura 03 – Corredor de áreas protegidas na Região Metropolitana de Belém.



Fonte: Miranda, 2023, p. 46.

O PEUt se desenvolveu a partir do ponto de vista de proteção ambiental, com o intuito de proteger os lagos Bolonha e Água Preta, os quais são mananciais que abastecem a cidade de Belém, em 1983 foi tombado pelo estado o "Conjunto Paisagístico / Ecológico e Turístico das Áreas dos

Mananciais do Utinga e Entorno (lagos do Bolonha e Água Preta)", com o objetivo de impedir a destruição e descaracterização do PEUt.

Posteriormente, tem-se o interesse em disponibilizar para a população um local para atividades de lazer e contemplação. Em 1993 o Parque foi criado pelo decreto n°1552/1993, com o nome de Parque Ambiental de Belém, entretanto, em 2008 por meio do decreto n° 1.330/2008 passou a ser chamado de Parque Estadual do Utinga - PEUt, para se adequar às normativas do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), seu primeiro plano de manejo foi elaborado em 1994 e o segundo em 2013 com o objetivo diagnosticar a paisagem, meio físico, biológico e socioeconômico, para nortear ações de conservação para que o Parque cumpra sua função social e ambiental.

Em 2018, outra ação de grande relevância que impactou o PEUt e seu entorno foram as obras de requalificação, esta intervenção na estrutura física e paisagística buscou inserir o Parque nas rotas turísticas de Belém. O idealizador do projeto arquitetônico e paisagístico de reestruturação foi o arquiteto Paulo Chaves, que procurou dialogar entre os elementos construtivos e a natureza, destacando o bioma amazônico, na concepção do projeto. A figura 04 mostra em vista aérea alguns pontos do projeto executado, assim como as edificações do entorno sudoeste do Parque, localizadas no bairro do Curió-Utinga. A porção sudoeste foi a que mais obteve modificações estruturais após 2018 com a conclusão da obra.

Figura 04 – Vista aérea do Parque Estadual do Utinga, em destaque o pórtico de entrada, estacionamento, acolhimento e ponte sobre o canal do Yuna



Fonte: Miranda, 2023, p. 53.

> Atualmente, com entrada gratuita, o Parque Estadual do Utinga possui funcionamento diário, exceto na terça-feira, dia no qual são realizadas as manutenções internas. É contemplado por uma infraestrutura de quatro quilômetros de pista pavimentadas próprias para desenvolver caminhada, corrida e ciclismo. Possui também um estacionamento para 400 carros, um espaço de

> acolhimento, auditório com capacidade para 38 lugares, lanchonete, bilheteria e café (Miranda, 2023, p.51).

Embora possua entrada gratuita, as práticas esportivas como rapel, tirolesa, *stand up paddle*, *boia-cross*, canoagem e trilhas guiadas são autofinanciadas pelo praticante. Há também o aluguel de bicicletas para a prática do ciclismo. As atividades desenvolvidas no PEUt, aliadas ao paisagismo são grandes atrativos de visitantes, este fato evidencia a ampliação da economia proporcionada pelo planejamento estratégico de embelezamento e transformação do Parque em um ponto de marketing na cidade de Belém.

Por outro lado, salienta-se que apesar de as obras de requalificação terem proporcionado melhoramentos na estrutura física interna e externa ao PEUt, a população do entorno imediato não usufruem do Parque com assiduidade, pois a população não possui recursos financeiros para arcar com os valores das atividades ofertadas. Este fato, justifica-se pela localização da UC, pois está inserida no bairro Curió-Utinga, que é periférico assim como os bairros vizinhos.

O bairro em destaque, é o maior em extensão da capital paraense, porém não possui grande número de habitantes, pois sua área é predominantemente coberta por vegetação, como se pode perceber na figura 05, além de concentrar várias instituições públicas (COSANPA, UFRA, EMBRAPA, INCRA, CPRM, CEASA, BPA, IDEFLOR-BIO, entre outros órgãos).

Figura 05 – Mapa esquemático com bairros adjacentes ao PEUt, percebe-se uma pequena área habitada no bairro Curió-Utinga.



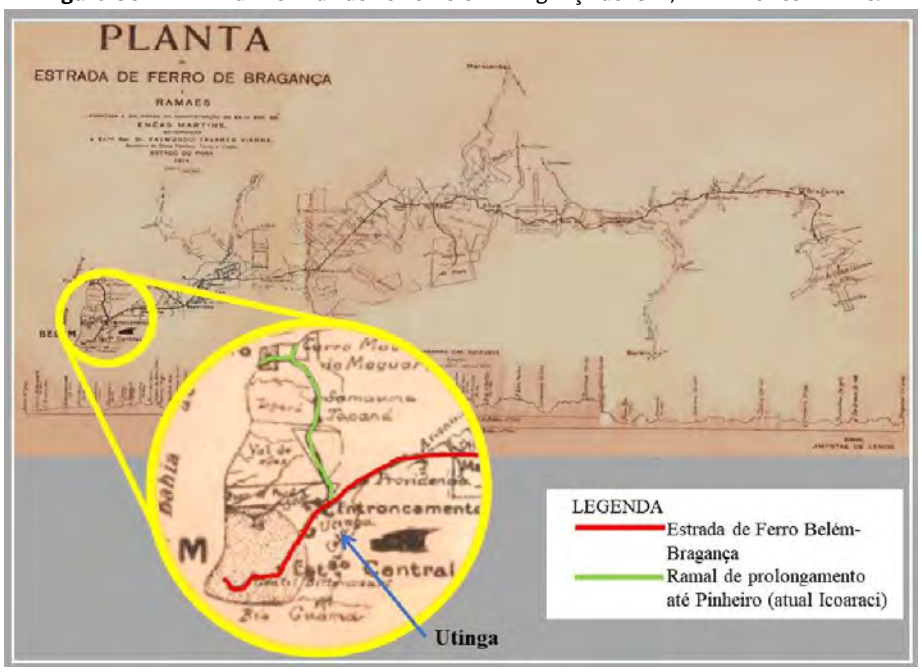
Fonte: Miranda, 2023, p. 66.

O bairro do Curió-Utinga, abriga grande parte da área do PEUt, começou a ser ocupado antes da efetivação do Parque, desenvolveu-se junto com o crescimento horizontal da cidade de Belém,

ressalta-se que a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança facilitou o acesso à área e estimulou a sua ocupação espontânea, pois a linha do trem passava próximo à parte superior dos mananciais, como mostra o detalhe da figura 06, vale destacar que a substituição da Estrada de Ferro pela Rodovia BR-316 fez com que a ocupação no entorno do Parque crescesse ainda mais.

Antes da implantação do parque, o bairro Curió-Utinga, que abrange uma parcela significativa da área do PEUt, já havia sido povoado. O seu desenvolvimento coincidiu com a expansão horizontal da cidade de Belém. Notavelmente, a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança desempenhou um papel crucial na facilitação do acesso à área e na promoção de sua ocupação espontânea. A linha férrea passava bem próxima ao trecho superior dos mananciais, conforme detalhado na figura 06. É importante ressaltar que a substituição da Estrada de Ferro pela Rodovia BR-316 impulsionou ainda mais a expansão dos assentamentos do entorno do Parque.

Figura 06 – Planta da Estrada de Ferro Belém-Bragança de 1914, linha tronco ramais.



Fonte: Miranda, 2023, p. 67.

Outro fator determinante para a ocupação da região, foi o baixo custo, em consequência de sua localização próxima de cursos d'água, as baixadas. Estas, podem ser categorizadas como partes da cidade que sofrem inundações durante épocas específicas ou persistentemente, são normalmente referidas como áreas depreciativas na paisagem urbana, a mais antiga periferia urbana de Belém, pois essas áreas foram ocupadas pela "população migrante, pobre e de baixa escolaridade; sítio físico com fragilidade ambiental e/ou titularidade pública da terra; localização relativamente próxima às centralidades econômicas das cidades [...]" (Pinheiro *et al.*, 2016, p.199).

Atualmente, ainda é possível presenciar alagamentos em diferentes pontos do bairro Curió-Utinga, bem como falta de saneamento e habitações ao longo dos canais, como mostra a figura 07. De forma errônea, com o intuito de minimizar os alagamentos, foram realizados aterramentos e canalização do curso d'água, o que agrava a problemática de alagamento e amplia o potencial de contaminação por veiculação hídrica.

Figura 07 – Ocupações espontâneas ao longo do Canal do Mártir, bairro Curió-Utinga



Fonte: Miranda, 2023, p. 73.

Nesse sentindo, é importante observar a relação entre o PEUt e seus agentes sociais, a fim de refletir sobre como e de que forma foi impactada após a requalificação de 2018.

4. PESQUISA DE CAMPO NO PEUT E EM SEU ENTORNO SUDOESTE

Para compreender as lógicas que regem as dinâmicas comportamentais de grupos culturais urbanos, é imprescindível buscar informações no campo, a partir de uma abordagem etnográfica, utilizando-se da observação e interação com a comunidade através de conversação, aplicação de questionários, entrevistas, entre outros métodos. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 189), a pesquisa de campo tem como interesse "o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade".

Ressalta-se, que esse processo demanda atenção do pesquisador, pois "muitas vezes os espaços criados pelas pessoas contradizem as informações que elas sustentam com suas palavras, colocando em xeque algumas metodologias tradicionalmente empregadas para o estudo das relações entre as sociedades e seus ambientes construídos" (Duarte, 2010, p.1), por esse motivo é necessário

fazer a imersão do corpo no espaço, olhar de dentro e de perto (Magnani, 2002), descrever de forma densa (Geertz, 2011) e sensível (Duarte, 2010).

Desta forma, para observar as interações entre os agentes sociais e o PEUt, realizaram-se entrevistas com 56 visitantes e 11 moradores do entorno sudoeste do PEUt, algumas perguntas foram semelhantes para ambos os grupos, como:

- Oque você achou das obras de requalificação do PEUt concluídas em 2018?
- Como você percebe a relação do PEUt com a população?
- Como você percebe a relação do PEUt com a cidade de Belém?

Outras foram direcionadas de acordo com o público alvo. Para os visitantes as perguntas complementares foram:

- Como você se sente dentro do PEUt?
- Quais os motivos que fizeram você visitar o PEUt?

Para os moradores do entorno sudoeste foram:

- Mora no bairro há quanto tempo?
- Você utilizava o PEUt antes da requalificação?
- Você já pescou dentro do PEUt?
- Tomou banho no lago?
- Você já fez coleta de frutos no interior do PEUt?
- O que mudou no bairro após a requalificação de 2018?

Estas entrevistas revelaram um cenário dicotômico, no qual os visitantes mostraram satisfação em frequentar o Parque, como uma opção para o lazer, contemplação da natureza e práticas esportivas em Belém, principalmente nos finais de semana de feriados.

Por outro lado, os moradores do entorno sudoeste indicaram que antes da requalificação possuíam vínculos relativos à pesca, banho nos lagos, coleta de frutos e captação de água da bica. Com o término das obras, houve o afastamento da população, pois não puderam continuar com as atividades, somente a captação de água na bica. Outro fator que impulsionou o distanciamento, está relacionado com questões econômicas, pois apesar de possuir entrada grátis as atividades esportivas disponíveis no PEUt requerem um determinado valor para praticá-las e os moradores não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com as despesas agregadas no passeio ao Parque.

Os moradores possuem a visão de que o PEUt é um ponto turístico, que proporcionou melhorias de infraestrutura nas vias próximas ao Parque, como o prolongamento da Avenida João Paulo II, asfaltamento de vias e o crescimento do comércio local. Apesar das melhorias, elas não foram suficientes para minimizar os alagamentos, pois a impermeabilização do solo é apontada

como fator prejudicial, interferindo negativamente no conforto ambiental e no coeficiente de permeabilidade do solo.

Um dos principais problemas presentes na área amostral, que está situada no bairro do Curió-Utinga, são os constantes alagamentos, visto que esta localidade possui cota altimétrica baixa, característica de baixadas, que por sua vez é marcada pela presença de cursos d'água que de forma natural são alagadiças ou sujeitas a alagamentos. Esses eventos impulsionaram o movimento de aterramento e canalização dos cursos d'agua, entretanto essa ação não é aconselhável, uma vez que diminuem as áreas permeáveis. Além disso, é possível verificar degraus na entrada das residências e o piso elevado acima no nível do solo para evitar danos causados por alagamentos, como mostram as figuras 08 e 09.

Figuras 08 e 09 – Detalhe do piso elevado das residências, bairro Curió-Utinga



Fonte: Miranda, 2023, p. 75.



Fonte: Miranda, 2023, p. 87.

Logo, apesar de ser uma Unidade de Conservação Integral e destino turístico na cidade de Belém, o Parque Estadual do Utinga está situado em um bairro periférico caracterizado por infraestrutura inadequada, acesso limitado ao saneamento básico e população predominantemente de baixa renda. Esta contradição de ações agrava as desigualdades sociais, pois impede a população local de se beneficiar dos recursos do Parque.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que as obras de requalificação do PEUt tiveram efeitos e perspectivas diferentes entre os grupos sociais. Especificamente, os residentes que vivem nas imediações do

Parque partilharam as suas experiências quotidianas, destacando os desafios que enfrentaram e contando as suas memórias anteriores à reestruturação de 2018. Por outro lado, os visitantes perceberam o PEUt como um espaço recreativo, um lugar para desfrutar de ar puro, praticar atividades esportivas e buscar conforto na cidade.

A transformação do Parque Estadual do Utinga em destino turístico, resultante da reestruturação de 2018, infelizmente ignorou as preocupações e necessidades da população local no desenvolvimento do projeto e do plano de manejo, uma vez que não possibilita que a população do entorno imediato usufrua dos recursos do Parque, além de desvalorizar o modo de vida tradicional, desta forma acabam segregando a comunidade da natureza e tendem a expulsar a população local, do centro metropolitano.

Para mitigar esta problemática, a implementação do manejo florestal comunitário no PEUT poderia ser uma solução viável. Esta abordagem, segundo Kenny-Jordan (1999), em sentido amplo visa melhorar as condições sociais, econômicas, emocionais e ambientais das comunidades com base na sua própria realidade e suas perspectivas. Ao integrar paisagens ecológicas e culturais, o manejo florestal comunitário pode gerar uma variedade de produtos tanto para consumo local como para o mercado, ao mesmo tempo que promove o bem-estar dos residentes.

Este resultado contribui para o entendimento das interações entre os agentes sociais e o PEUt, ao mesmo tempo que fornece uma base para discutir a importância do estudo das percepções da comunidade como uma ferramenta crucial na compreensão dos comportamentos atuais e no planejamento de iniciativas que atendam parte da população, considerando as necessidades socioambientais a fim de reduzir disparidades sociais e econômicas, dando voz aos residentes locais na tomada de decisões e elaboração de políticas ambientais.

6. REFERÊNCIAS

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura**. In: A interpretação das Culturas. Ri o de Janeiro: LTC, 2011.

DUARTE, Cristiane Rose. **Olhares possíveis para o pesquisador em arquitetura**. In: I Encontro Nacional da ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro. Anais do I ENANPARQ, 2010.

KENNY-JORDAN, BC; HERZ, C; ANAZEO, M; ANDRADE, M. **Construyendo Cambios**. Desarollo Forestal Comunitário em los Andes. Roma. Itália, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. RBCS. Vol. 17. Junho/2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologias científicas.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, Natielly Elis Sousa de**. Lugar sensório: análise subjetiva no Parque Estadual do Utinga (PEUt), em Belém do Pará**. 2023. 134. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; VALENTE, Andréa de Melo; LIMA, Alexandre Martins de; PINHEIRO, Patrícia Queise Ferreira. **Assentamentos precários na região metropolitana de Belém: baixadas e ocupações**. In. MORAES, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (ed.). Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília, DF: IPEA, 2016. cap. 8, p. 189-248

RODRIGUES, Roberta Menezes; LIMA, José Júlio Ferreira; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; BARROS, Nayara Sales; LOPES, Rebeca Silva Nunez. **Urbanização das baixadas de belém-pa: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano**. v.15 n. 1 (2013): Anais do XV ENANPUR

SILVA, Luiz de Jesus Dias da; MIRANDA, Cybelle Salvador. Percepção, etnografia e ambiente construído, potencializando pesquisas de alteridade em ciências sociais aplicadas. In. SILVA, Luiz de Jesus Dias da. **Percepção do ambiente construído: por mais humanização em Arquitetura e Urbanismo.** 1ª ed. Belém/PA. Paka-Tatu, 2021.

GT 02 – Dsenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americano

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA O TURISMO CONFORME DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – PARÁ.

Adinaura da Gama Ramos[1] (UFPA/NAEA),
Daniel do Rosário Miranda [2] (UFPA/NAEA),
Josiane do Rosário Pereira [3] (UFPA/NAEA),
Suellene de Freitas Pinheiro [4] (UFPA/NAEA).

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo verificar a importância da preservação do patrimônio histórico como agregação de valor nas atividades do turismo no município de Bragança - Pará, tendo como base as diretrizes do Plano Diretor Participativo (PDP). O PDP de Bragança (2015), em seu Art. 61 diz que a "Política Municipal de Turismo objetiva ampliar a atividade turística aproveitando todas as potencialidades, levando em consideração os recursos naturais, culturais, do patrimônio histórico, de forma sustentável e respeitando as legislações ambientais". Para execução da pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo. Os resultados demonstraram que a Política Municipal de Turismo está sendo desenvolvido sem as devidas diretrizes de sustentabilidade na região, o lazer urbano está sendo atrativo para os turistas, no entanto, não está abrangendo a população local; Parte dos imóveis de interesse histórico e cultural encontram-se associados à promoção do turismo e outros tantos desprezados e deteriorados, o que mostra uma efetividade parcial da função social da cidade. Infere-se que no município de Bragança não existe uma valorização do patrimônio histórico material em relação a prática do turismo e as diretrizes do PDP não são executadas pelo poder público municipal.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Turismo. Plano Diretor Participativo.

1 INTRODUÇÃO

O município de Bragança, popularmente conhecida como a Pérola do Caeté, fica localizado a 210 quilômetros da capital de Belém do Pará e faz parte da região de Integração do Rio caeté. De acordo com o último censo do IBGE (2022), o município possui 123.082 habitantes, um Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 10.682,63 per capita (2020).

Primeiramente habitada pelos Apotianga pertencentes a nação dos Tupinambás, seus primeiros colonizadores foram os Franceses em 1613 com "as expedições na busca pelo

[1] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. (bolsista CNPQ);

[2] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. (bolsista CNPQ);

[3] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. (bolsista CNPQ);

[4] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil.

reconhecimento do território e depois com os portugueses com a expedição de Pedro Teixeira" (Lobato, 2015). Foi elevada à categoria de vila em 1753 com a denominação de Bragança e em 1854 foi elevada à categoria de cidade permanecendo o nome de Bragança (IBGE, 2022).

Um marco importante para o desenvolvimento da Zona Bragantina foi a construção da via férrea que ligava Bragança a Belém em 1884. Conforme Leandro e Silva (2012) a intenção da estrada de ferro era desenvolver regiões agrícolas para o abastecimento da capital e a efetivação da colonização europeia.

O contexto social escravista da história da cidade de Bragança contribuiu para a criação de um patrimônio cultural expressivo, em que os povos de diferentes etnias construíram uma identidade reconhecida na convivência, nos valores e práticas culturais e religiosas. Assim, a cidade de Bragança possui até hoje fortes manifestações culturais religiosas que atraem todos os anos muitos turistas para o município. Além disso, seus prédios históricos traduzem parte da sua história que foi marcada pela colonização portuguesa.

Atualmente, dada sua fusão histórico-cultural, são inúmeros prédios históricos, saberes, fazeres, celebrações que trazem características da ocupação pelos indígenas, negros escravizados, portugueses e franceses em Bragança. É fato que esses bens patrimoniais devem ser preservados pelo poder público municipal, neste sentido, o Plano Diretor Participativo traz essa preocupação ao buscar garantir a efetividade dos mecanismos de proteção e preservação, logo aponta-se aqui a relevância deste estudo.

O objetivo do presente estudo é apresentar a importância do patrimônio histórico-cultural como atrativo para o desenvolvimento do turismo no município de Bragança. Desta forma, o estudo em questão, foi desenvolvido por meio de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Os métodos de coleta de dados utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e a técnica da entrevista direcionada ao secretário municipal de cultura. Também foram usados documentos oficiais do município de Bragança, disponibilizados pela secretaria municipal de cultura: Plano Diretor Participativo municipal de Bragança e sua Lei Complementar n° 006/2015, assim como o Plano municipal de turismo de Bragança. Também foi consultada a lei n° 10.257 de 2001(Estatuto das Cidades).

Por fim, no tratamento dos dados coletados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para a compreensão dos significados no contexto da fala, para fim de atingir uma interpretação mais profunda. Para Bardin (1979, p.42), a análise de conteúdo pode ser definida como "um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem".

Parafraseando Minayo (2014, p. 308), a "análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material".

Dentre as modalidades de análise de conteúdo, disponíveis na literatura, definiu- se aqui por uso, a Análise Temática. Ainda segundo Minayo (2014, p. 316), "fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado".

2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA CIDADE DE BRAGANÇA - PARÁ

2.1 OS BENS MATERIAIS QUE COMPÕE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

O município de Bragança é uma cidade histórica e uma das mais antigas do estado do Pará, sendo seu centro urbano formado por prédios que possuem em sua estrutura arquitetônica traços da colonização portuguesa. Assim, a cidade conta com um centro histórico importante na estrutura de formação do espaço urbano, conforme ressalta Lobato (2015).

> Ressalta-se que Bragança possui um representativo acervo arquitetônico, que se constituiu ao longo do processo de produção da cidade: são edificações, palacetes, coreto e praças que remontam a períodos da economia da borracha e da estrada de ferro, que influenciaram social, cultural e politicamente a pequena cidade. Além do patrimônio arquitetônico, cabe ressaltar o patrimônio imaterial, representado pelas manifestações religiosas, culturais, os saberes e ofícios e as próprias vivências. (Lobato, 2015, p. 124).

Conforme o decreto n.º 25 de 1937, patrimônio é "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". (BRASIL, 1937)

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, substituiu a "nominação Patrimônio histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro, assim foi incorporado o conceito de referencial cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial". (IPHAN- BRASIL).

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) classifica os bens culturais conforme os quatro livros do tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Conforme o IPHAN "os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares".

Segue uma lista dos bens materiais da cidade de Bragança tombados na escala estadual e municipal conforme o Plano Municipal de Turismo de Bragança (2021):

a) **Igreja de São Benedito**: Foi construída por escravos e índios, ainda na primeira metade do século XVIII, possui estilo arquitetônico barroco.

b) **A catedral de Nossa Senhora do Rosário**: Foi construída em 1854 por escravos pertencentes à irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, com estilo arquitetônico neoclássico.

c) **Antiga residência oficial dos Prefeitos**: Também conhecida como a casa das treze janelas. Foi construída em 1908, com estilo neoclássico.

d) **Casa da Cultura Lobão da Silveira**: Datada do século XIX no estilo arquitetônico Eclético. Atualmente é ocupada pela secretaria municipal de cultura e desportos e a biblioteca pública municipal de Castro e Souza, além do Centro de Convenções Padre Vitalino Maria Vari.

e) **Mercado de Carne:** Construído em 1911 com estilo arquitetônico neoclássico. Hoje é um mercado cultural voltado para a comercialização da gastronomia típica e do artesanato local.

f) **Liceu de Música de Bragança:** Construído em 1929.com estilo arquitetônico eclético.

g) **Imóvel de João Paes Ramos:** datada da segunda metade do século XVIII, com estilo Arquitetônico. É um dos imóveis mais antigos e representativos da cultura arquitetônica de Bragança, da época colonial.

h) **Casa Madrid**: Datada do século XX, hoje funciona como hotel.

i) **Imóvel dos herdeiros de José Maria Machado Cardoso:** datada do início do século XX, com estilo arquitetônico eclético. Apresenta função comercial.

j) **Imóvel da Família Medeiros**: Estilo arquitetônico português. Imóvel assoalhado de acapú e pau-amarelo. Em seu interior ainda existem móveis e utensílios de época.

k) **Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos**: Construído em 1910, com estilo arquitetônico Arte Nouveau. Coreto em ferro trazido da Alemanha. Representa um dos marcos do tempo áureo do ciclo da borracha na Amazônia.

l) **Residência da Família Ferreira:** Datada do início do século XX, com estilo arquitetônico eclético. Atualmente encontra-se em estado de abandono.

m) **Imóvel do Antigo Hotel dos Viajantes:** Datada do século XIX. Local onde concentrava à época toda a fidalguia da elite burguesa. Atualmente encontra-se em estado de abandono

n) **Antigo Vice-Consulado de Portugal**: Construído em 1908, com estilo arquitetônico sobrado. O espaço foi demolido por conta do risco iminente de desabamento.

o) **Palacete Augusto Corrêa:** Construção entre os anos de 1902 e 1903, com estilo arquitetônico eclético.

A Constituição Federal de 1988, tratou o planejamento urbano institucional e constitucionalmente, por meio dos artigos 182 e 183, onde o país passou a ter, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, a obrigação de desenvolver políticas de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988). Logo, a proteção do patrimônio cultural é uma diretriz urbanística, prevista no Estatuto da Cidade, cumprindo o preceito constitucional constante no art. 182, que trata da política urbana.

2.2 AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS QUE FORMAM OS BENS IMATERIAIS

O poder simbólico do patrimônio cultural de Bragança representa para a população local sua cultura que se manifesta em saberes e fazeres, assim, Paes (2012, P. 322) argumenta que "o poder do patrimônio cultural não está no objeto, mas no sujeito, portador e atribuidor de significados que perpetua o bem cultural no espaço e o coloca na esfera do poder das trocas simbólicas". Para Figueiredo (2008, p.93) "atualmente a discussão acerca dos bens culturais caminha no sentido de que tal legado seja apreendido em seus valores simbólico, já que representa a afirmação de identidades e territorialidades".

Os povos tradicionais, assim como os colonizadores, deixaram heranças que se manifestam até hoje de diversas formas no município de Bragança, seja no paisagístico das igrejas, praças, prédios históricos, costumes, expressões artísticas, saberes e fazeres, como por exemplo a festa de São Benedito; a marujada; círio de Nazaré; ofícios da pesca; cultivo da mandioca, entre outros.

> Ressalta-se que, no Pará, a diversidade patrimonial é representativa tanto do ponto de vista material quanto imaterial; várias cidades "nasceram" às margens de rios como o Amazonas, o Tocantins entre outros, e tiveram influência direta de seus colonizadores tanto nas formas como nos conteúdos que envolvem o processo de produção do espaço. (Lobato, 2015, P. 121).

As expressões culturais desempenham um papel fundamental no fortalecimento da coesão social, na promoção do turismo cultural. Neste contexto o município de Bragança possui dois bens imateriais registrados no IPHAN, sendo a "Marujada", que recebeu o título de Patrimônio

Imaterial Cultural e Artístico do Estado do Pará através da Lei nº. 7.330/09 e o "Xote Bragantino" que se tornou Patrimônio Artístico e Cultural do Estado do Pará através da Lei nº. 7.724/2013.

São muitas manifestações deixadas pela colonização portuguesa em Bragança, sendo a marujada uma manifestação cultural portuguesa importantíssima, que chegou no Brasil nos séculos XVI e XVII. Com o passar dos tempos, a marujada sofreu alterações, sendo uma manifestação hoje com características próprias da população local. Assim, a Marujada se concretiza na festividade de São Benedito com grande destaque na região dos Caetés.

> Sustenta ainda que a Marujada é tipicamente bragantina, isto é, autóctone, pelo seguinte fato: se nas outras regiões há a dramatização de feito marítimo, na Região Bragantina isso não se dá. A característica da Marujada é a dança, um lundu com o nome de retumbão, ou seja, que evoluiu para esta forma, citando o folheto intitulado Marujada, onde seu autor, Nicanor Miranda, tece comentários a respeito da dança da Marujada, como sendo celebrada desde a época das navegações em Portugal, vinda para o Brasil, transformando-se num bailado popular, provavelmente entre fins do século XVIII e início do XIX, com um toque de erudição, recebendo a influência de poetas alfabetizados para o alcance de um nome, como "Chegança de Marujos, título que recebeu aprovação geral por algum tempo. (Nonato da Silva, 2006, p. 103).

Um dos saberes e fazeres da região bragantina, é o ofício da pesca, visto que a pesca é uns dos principais arranjos produtivos do município, com grande importância para a economia e para a população que sobrevivi dessa atividade. Assim, a tradicional prática pesqueira dispõe do conhecimento cultural do ofício de Carpintaria Naval, conhecimento que passa de geração a geração.

A gastronomia é uma atividade forte na economia bragantina, e a "farinha de Bragança" é um dos alimentos básicos do dia a dia da população. Alimento que tem sua origem no cultivo da mandioca, planta nativa da região amazônica. Assim, a mandioca é matéria prima para diversos alimentos que compõe a culinária bragantina ((tucupí, goma do tacacá, farinha, bejú, biscoitos de goma, massa de mingau - crueira etc.). A produção da farinha é uma atividade predominantemente artesanal das comunidades tradicionais e quilombolas de Bragança, sendo fonte de renda de grande parte da população nativa. Mas já existem casas de farinha com produção industrial.

Em 2021, a farinha de mandioca de Bragança recebeu o selo da Indicação Geográfica (IG), certificada pelo Instituto Nacional de propriedade Intelectual (INPI). Assim, o selo deve ser utilizado por produtores dos municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Santa Luzia do Pará, Tracuateua e Viseu. Conforme o Plano Municipal de turismo (2021, p. 10), o selo "garantirá aos produtos dos referidos municípios a segurança da procedência e valorização de seus produtos,

protegendo e abrindo mercado. A indicação geográfica é um elemento inovador e que agrega valor aos produtos turísticos da região bragantina".

Dada a importância e reconhecimento deste produto, o governo do Pará, em 2022 sancionou a lei nº 9.541/2022, que declara a Farinha de Bragança, como patrimônio cultural de natureza material do estado do Pará.

3 O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E AS ATIVIDADES DO TURISMO EM BRAGANÇA

Atualmente existe em funcionamento o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Bragança, criado através da Lei nº. 3.491/01, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências. Segundo o Secretário de Cultura, Desporto e Turismo da cidade de Bragança, o conselho foi atualizado em 2021, e é composto por 13 membros, dentre eles estão representantes de órgãos públicos e representantes da sociedade civil organizada, que são escolhidos entre as entidades legalmente constituídas e em funcionamento regular no município e que estejam direta ou indiretamente ligadas ao turismo local, sendo que o conselho de turismo não atua junto à política de cultura, o que torna ineficiente o controle social desta área.

Conforme o Plano Municipal de Turismo de Bragança (2021, P. 43), "Bragança possui um significativo acervo patrimonial histórico, artístico e cultural, representado por edifícios datados dos séculos XVIII, XIX e XX e que apresentam diferentes estilos arquitetônicos". Assim, os prédios históricos são de interesse turístico para a cidade além da gastronomia, das manifestações culturais, das reservas marinhas e das praias, sendo a mais conhecida a praia de Ajuruteua.

Conforme Brasil (2009, p. 30 apud Santos; Cruz e Costa, 2020, p. 15) "O envolvimento de alguns setores como o social, cultural, infraestrutura básica ou do setor econômica, faz com que o turismo caminhe concomitantemente com as políticas públicas, pois, elas possuem um nível de articulação cada vez mais intenso".

A cidade de Bragança é reconhecida como uma cidade turística com grande destaque na região de integração do Rio Caeté, tendo em vista que alguns critérios são estabelecidos para essa classificação, sendo eles: a quantidade e qualidade da rede hoteleira; o planejamento para a realização de eventos e estratégias de planejamento elaboradas pela gestão do município levando em consideração seus patrimônios históricos, culturais, sociais e ambientais.

Para Buarque (2002, p.81) o planejamento é: "uma ferramenta de trabalho para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de forma a garantir os melhores resultados e a concretização de um objetivo de uma sociedade, com os menores custos e menor prazo possível". Assim, o planejamento do turismo envolve diversos setores econômicos e sociais, tendo vários marcos legais no município de Bragança.

> O planejamento turístico do município de Bragança baseia-se em políticas públicas de turismo que consideram os aspectos social, cultural, econômico e ambiental. Tais políticas têm como marco legal a Lei nº. 2.649, de 5 de janeiro de 1988, que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, Desportos e Turismo; a Lei nº. 3.491, de 10 de abril de 2001, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Turismo; a Lei nº. 3.876, de 6 de novembro de 2006, sobre a Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável; a Lei nº. 4.335, de 10 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo; e o Decreto nº. 045, de 28 de fevereiro de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Turismo. (Bragança, 2021, p. 1).

3.1 DAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO QUE FORTALECEM O TURISMO.

O Plano Diretor Participativo é, segundo o §1º do artigo 182 da Constituição Federal (1988), "o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana". É a lei municipal fundamental para promoção e garantia da gestão democrática por meio do uso dos instrumentos da Lei Federal n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

> Os planos diretores se constituem em um corpo articulado de diretrizes, objetivos e estratégias estabelecidos com referências sócio territorial, sendo que a maioria deles se configura como instrumentos definidores de princípios gerais, sem estabelecer meios concretos para a sua implementação. (MERCÊS, 2009, p.13).

De acordo com o Plano Diretor Participativo (2015) do município de Bragança, em seu Capítulo I - assim como também em seu Capítulo II, afirma que o município de Bragança deve preservar os prédios históricos da cidade, assim como assegurar a proteção e a recuperação deles, pois são prédios que trazem e contam através de sua estrutura arquitetônica os anos de ocupação europeia no território.

O PDP (2015), em seu Art. 61 diz que a "Política Municipal de Turismo objetiva ampliar a atividade turística aproveitando todas as potencialidades, levando em consideração os recursos naturais, culturais, do patrimônio histórico, de forma sustentável e respeitando as legislações ambientais". Nos artigos 64, 65 e 66 encontram-se as estratégias sobre o desenvolvimento do turismo na região.

> I - aproveitar o seu potencial turístico, em articulação com o Estado, divulgando roteiros, apoiando e promovendo eventos culturais, históricos, científicos, esportivos e ecológicos;
> II - apoiar, através de incentivos fiscais, a construção de meios de hospedagem, e a recuperação e restauração de equipamentos de interesse cultural, paisagístico e histórico da cidade;
> III - promover, em articulação com o Estado e outros Municípios, as atividades produtivas e de comercialização de bens de apoio à economia turística, notadamente as que se orientam para o mercado final de abastecimento e a oferta de artigos do artesanato local e estadual;
> IV - incentivar a eliminação das barreiras arquitetônicas nos bens de uso público, atendendo as normas de acessibilidade (BRAGANÇA, 2015)

Segundo Bahia, Tavares e Figueiredo (2022, p.12) “os campos do patrimônio, do lazer e do turismo dizem respeito, a novas sociabilidades, territorialidades e formas de produção e consumo, e estratégias identitárias, congregando assim aportes sociais, geográficos, econômicos e simbólicos”.

Outrossim, que a acessibilidade no município requer uma atenção especial quando voltado para a economia do turismo, assim, o Plano Diretor Participativo em respeito à acessibilidade e a necessidade de melhorar a locomoção dos turistas à cidade, traz a Zona Especial do Aeroporto - (ZEA):

> Compreende as áreas de entorno do Aeroporto Municipal Juscelino Kubitschek que requerem tratamento diferenciado quanto à sua ocupação e instalação de usos, visando conter a densidade populacional e a compatibilização com a Lei Federal específica da área. (Bragança, 2015).

A lei complementar n° 006/2015, em seu capítulo II, seção e Subseção I, art. 82 traz as seguintes diretrizes sobre a ZEA que devem ser observadas conforme legislação pertinente:

> I - Delimitar a Zona de Proteção de Ruídos - ZPR, a Zona de Proteção ao Aeroporto - ZPA e a área de segurança aeroportuária
> - ASA, de forma sobreposta;
> - Restrições de gabaritos impostos às instalações e edificações, temporárias ou permanentes, fixas ou móveis, que possam comprometer as manobras das aeronaves;
> - Proibição de atividades que produzam quantidade de fumaça que possam comprometer o vôo visual;
> - Proibição de atividades que produzam quantidade de partículas de sólido que possa danificar as turbinas das aeronaves; V - proibição de atividades que possam atrair pássaros;
> VI - Proibição da instalação de equipamentos de difícil visibilidade ou que prejudiquem a visibilidade do piloto. (BRAGANÇA, 2015).

A lei complementar n° 006/2015, em seu capítulo III, seção V, subseção II - do lazer, em seu art. 43, inciso III, diz que a as áreas de orla devem ser estimuladas para a utilização para recreação e lazer e contemplação por parte de seus moradores e visitantes.

> O turismo e o lazer se conectam com a discussão do patrimônio pela sua possibilidade de representar oportunidades de conservação e preservação. No que diz respeito à relação Turismo/lazer-patrimônio, é importante destacar que muitos desses bens materiais serem representativos, ou mesmos por processos institucionalizados de patrimonialização e, por isso mesmo, se constituem como potenciais atrações turísticas. (Bahia, Tavares e Figueiredo 2022, p.10).

A participação de todos os agentes é de suma importância para que de fato a população tenha voz no processo que envolve o espaço social em que convive, ressaltando a importância do

planejamento local como víeis para a concretização das decisões coletivas, levando em consonância suas necessidades e prioridades.

> É importante que a comunidade participe no processo Turístico, pois se for inserida no processo de valorização da cultura local pode atuar diretamente em diferentes tarefas e assim pode assumir uma maior responsabilidade na preservação da sua identidade cultural através da difusão das suas riquezas culturais. (Bahia; Tavares; Figueiredo 2022, p.166).

Essas problemáticas devem ser analisadas antes e durante a execução do projeto, oportunizando o que de fato foi abrangido no plano diretor participativo, para que não se tenha uma distorção das decisões tomadas em reuniões, grupos e assembleias participativas. Segundo Butler (2018) "quando um grupo, uma assembleia ou uma coletividade organizada se autodenomina "o povo", maneja o discurso de uma determinada maneira fazendo suposições sobre quem está incluído e quem não está e, assim, involuntariamente se refere a uma população que não é "o povo".

Muitas vezes alegam-se a participação coletiva e comunitária de apenas uma parcela que representa a população ou representantes que de forma política favoreçam a autonomia política persuadidos por um discurso de interesses e progressos.

> A ideia de submeter a dinâmica econômica capitalista ao entendimento das necessidades dos mais pobres é uma falsa ideia, pois irrealizável através do próprio sistema, o que ameaça o projeto da UR é a sua submissão aos interesses de acumulação e reprodução, o que implica na aceitação ideológica de valores que sustentam e movem a economia e a política dominantes, expresso na política de 'desenvolvimento urbano". Pois, mobilizados em torno do estado, todo esforço em incluir os mais pobres na cidade sofre da compulsória nas determinações que regem a produção imobiliária capitalista e mesmo as decisões dos políticos locais. (Burnett ,2011, p.259)

3.2 TURISMO E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

O Plano Diretor Participativo traz a Zona de Preservação Ambiental - ZEPA (2014, p. 55): "Áreas de interesse ambiental e paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização do meio ambiente e aquelas destinadas a atividades esportivas ou recreativas de uso público, bem como áreas excepcionais de açudes."

A lei complementar n° 006/2015, em seu capítulo II, seção I, subseção IV, art. 86 traz as seguintes diretrizes em relação a ZEPA que devem ser observadas conforme legislação pertinente:

> I - Controle a ocupação das margens dos rios, especialmente, os que cortam a área urbana da sede;
> II - Proteção das áreas de nascentes;
> III - Implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a recolocação dos assentamentos residenciais e das atividades econômicas incompatíveis;

> IV - Valorização dos atributos ambientais e paisagísticos das faixas de orla mediante intervenções urbanísticas e controle sobre usos incompatíveis com as funções de recreação e lazer, cultura e turismo;
>
> V - Implantação de política de ordenamento do uso e ocupação do solo voltado para a proteção dos recursos hídricos e preservação dos atributos ambientais. (BRAGANÇA, 2015).

Áreas de Proteção e Unidades de Conservação segundo a lei 9.985/2000 é : "um Espaço Territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração".

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2000) é uma lei que visa "proteger os recursos naturais, como fauna, flora e preservar a qualidade das águas o que ajuda a assegurar melhor qualidade de vida às populações que vivem nessas Unidades ou em seu entorno". Assim, alei traz diretrizes para o uso sustentável desses espaços, de uma forma que não seja prejudicial à natureza.

> As propostas contemporâneas de desenvolvimento – como desenvolvimento sustentável – tendem a aumentar a importância e necessidade do planejamento como um instrumento fundamental para orientar o futuro. O planejamento e o Estado – como agente reguladores – ganham relevância, assumem novos papéis e se tornam uma necessidade vital na medida em que a sociedade se orienta para o desenvolvimento que busca a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social (Buarque, 2002, p.23)

Buarque (2002) ressalta a necessidade do consenso entre o planejamento e ação do estado como vital para as Zonas de Preservação Ambiental, as áreas de preservação ambientais (APA) e as Resex amparadas no Plano Diretor Municipal.

No município de Bragança, existe duas Unidades de Conservação, ambas constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável, são elas a Ilha de Canela e a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Caeté-Taperaçu. A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Caeté-Taperaçu foi criada com a intenção de reduzir o uso predatório dos recursos pesqueiros como caranguejos e peixes que dependem das florestas de manguezal da Região Bragantina e tem como atrativos naturais: praias, manguezal, campos salinos, ilhas, rios e igarapés.

Seguindo as normas estabelecidas pelo SNUC sobre RESEX, a visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e estando de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

> Diversas matrizes discursivas têm sido associadas as noções de sustentabilidade desde o relatório Brundtland a lançou no debate público internacional em 1987.

> Entre elas, podem-se destacar a matriz da eficiência, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento estendendo a racionalidade econômica ao "espaço não mercantil planetário", a da escala, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e a pressão que ele exerce sobre os "recursos ambientais". (Acselrad, 2009, p.23)

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são conceitos fundamentais para garantir a preservação do meio ambiente, a equidade social e o crescimento econômico de forma responsável. Quando aplicados corretamente, esses conceitos ajudam a promover práticas que respeitam os limites naturais do planeta, garantem justiça social e viabilizam uma economia saudável a longo prazo. (Acselrad, 2009, p. 51).

As comunidades seriam sustentáveis por desenvolverem relações tradicionais com o meio físico natural de que depende sua sobrevivência. No entanto, é importante reconhecer que em alguns casos o termo 'sustentabilidade' pode ser utilizado de maneira superficial ou apenas como estratégia de marketing para camuflar práticas insustentáveis.

Mecanismos de certificação confiáveis, regulamentações governamentais sólidas e engajamento da sociedade civil são importantes para garantir que os princípios constitucionais sejam respeitados.

A Lei 10.257/2001, em seu art. 43, traz alguns dos instrumentos que propõe para a efetivação da gestão democrática. São eles: órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas, conferências sobre assuntos de interesse urbano e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

> Os conselhos, as conferências, as audiências, consultas e debates são espaços de diálogo entre os diversos interesses provenientes da sociedade civil, de proposições partindo dos diversos setores, da avaliação e fiscalização de decisões referentes aos investimentos públicos e privados nas cidades (BRASIL, 2005a, p. 195).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme o que foi explanado no presente artigo, infere-se que o município de Bragança possui instrumentos normativos que dão apoio legal para o planejamento do turismo e a preservação de seu patrimônio histórico-cultural, sendo os principais instrumentos o Plano Diretor Participativo (2015) e mais recente o Plano Municipal de Turismo (2021).

Apesar dos instrumentos darem suporte para os técnicos administrativos do município, ainda existem pendências na execução do planejamento do turismo no município, principalmente na preservação dos prédios históricos de Bragança e do meio ambiente. Desta forma, foi realizado

entrevista com o secretário municipal de Cultura, desporto e Turismo de Bragança com a finalidade de entender melhor o contexto dos trabalhos desenvolvidos para o setor do turismo e patrimônio.

Em relação aos prédios históricos, que compõem o acervo município de bens materiais: dois prédios pertencem a arquidiocese de Bragança que são: Igreja de São Benedito e a Catedral de Nossa Senhora do Rosário. Desta forma, a manutenção é de responsabilidade da arquidiocese; cinco prédios são de responsabilidade da prefeitura; sete prédios são de responsabilidade de herdeiros e um pertencente a secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC.

Assim, infere-se que existem prédios históricos pertencentes a ZPH que necessitam de reformas, que estão abandonados pelo poder público municipal. Ou seja, não está respeitando as diretrizes do Plano Diretor Participativo de Bragança, que assegura a importância da preservação do patrimônio histórico.

Em relação ao desenvolvimento cultural, conforme fala do secretário: "a prefeitura sempre apoia e promove o desenvolvimento das artes, das tradições populares, folclóricas e artesanais do município, e que os eventos realizados pela prefeitura enfatizam e valorizam todos esses aspectos". (fala do secretário a entrevista realizada na pesquisa de campo 2023). Apesar do Plano Diretor Participativo Municipal e a fala do secretário de Cultura, Desporto e Turismo, ressaltarem a importância das artes, das tradições populares, folclóricas e artesanais como aspectos fundamentais para o desenvolvimento do Turismo, percebe-se que ainda há entraves para a execução das atividades de planejamento.

Um dos aspectos abordados na entrevista, foi a importância da acessibilidade ao município por parte dos turistas. Sabe-se que o município é acessível por estradas, via marítima e aérea. Em relação a via área existe uma problemática com a infraestrutura do aeroporto municipal por não ser adequada para o transporte aéreo, pois é uma área já bastante urbanizada e sem nenhuma sinalização necessária para a aviação.

Diante desta situação, o secretário verbalizou que na "verdade não é um aeroporto e sim um aeródromo, um campo de pouso". O secretário confirma que já contém um crescimento urbano com moradias muito próximas da área destinada a Zona especial de Aeroporto, além de outros fatores que estão impossibilitando a efetivação do funcionamento do Aeroporto Municipal de Bragança, diante disso, "os órgãos competentes já se manifestaram para as mudanças da área do aeroporto para outro local a ser definido".

Foi questionado com o secretária a questão da construção das orlas marítimas e fluvial de Bragança e da praia de Ajuruteua. Se no processo da construção do projeto arquitetônico foi levado

em consideração a participação dos agentes envolvidos naquele espaço e se foi levado em consideração os espaços naturais e sua paisagem?

Referente à construção da Orla Marítima da Praia de Ajuruteua, o secretário relatou que:

> "a obra teve por principal razão, solucionar o problema da erosão, causada pela força da maré, vento, chuva. Referiu que a obra faz parte de um convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Obras Públicas (Seop) e a Prefeitura de Bragança sendo acessada através da PA-458, por cerca de 36 km do centro Urbano" (fala do secretário a entrevista realizada na pesquisa de campo 2023).

A praia de Ajuruteua é um dos principais pontos turísticos de Bragança e possui um grande destaque na região durante o período de veraneio. Assim, o turismo em Ajuruteua movimenta de forma significativa a economia local, contudo, é preciso atentar para os impactos que a intensa prática dessa atividade tem gerado no local, devido a construção de bares, restaurantes e hotéis na orla, o despejo de resíduos sólidos e de esgoto nas águas tem afetado de forma negativa o equilíbrio natural do local.

Em relação as áreas de preservação ambiental (APA) e as Resex foi questionado de que forma o turismo vem trabalhando esses territórios. O secretário argumentou que: "a gestão municipal disponibiliza de fiscalizações com o objetivo de preservar essas áreas, haja vista, que são justamente essas peculiaridades que a cidade possui que fomenta o turismo local". (fala do secretário a entrevista realizada na pesquisa de campo 2023).

Conforme o secretário relatou, a secretaria de cultura trabalha em parceria com as demais secretarias, logo, a secretaria de meio ambiente é a responsável pela parte ambiental do município.

> "Existe uma preocupação com as áreas das praias e das reservas, visto que o índice de procura, tanto por visitantes como por moradores do município é alto. A preservação é lei que deve ser cumprida e deve punir qualquer atitude ilegal, para isso, o município disponibiliza de vários instrumentos". (fala do secretário a entrevista realizada na pesquisa de campo 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Diretor Participativo do município de Bragança traz diretrizes importantes para a preservação tanto do patrimônio histórico-cultural como para o desenvolvimento do turismo na região. Infere-se que o PDP ressalta a importância de o turismo ser desenvolvimento de forma sustentável, visto que o município possui as praias, o manguezal e reservas extrativistas onde populações locais dependem dos recursos da natureza para autossustento. Outrossim, que o PDP reforça a importância de o município ter uma infraestrutura urbana acessível, enfatizando principalmente o aeroporto local e os portos viários da região.

O PDP de Bragança indica parâmetro específico de uso e ocupação de zonas de preservação do patrimônio histórico e cultural, sendo definidas ações voltadas para a revitalização das áreas centrais ou centros históricos. No entanto, observa-se parte dos imóveis de interesse histórico e cultural associados à promoção do turismo e outros tantos desprezados e deteriorados, o que traz questionamentos acerca da efetividade da função social da cidade. Conforme Trindade Júnior (2021, p.62) o patrimônio material de Bragança "sofre com o descaso e a falta de cuidado das autoridades que deveriam estabelecer políticas efetivas de conservação e de preservação de uma das cidades mais antigas e mais bonitas da Amazônia brasileira." O autor ainda alerta para prédios históricos que já não existem mais, pois sofreram desabamento deixando uma sensação de "angústia, de dor e ausência".

Infere-se que a inexistência do conselho municipal de cultura no município de Bragança-Pará, compromete o processo democrático de elaboração dos planos, programas e projetos voltados para efetivação das políticas públicas no setor. Outrossim, que o turismo está sendo desenvolvido sem as devidas diretrizes de sustentabilidade na região, o lazer urbano está sendo atrativo para os turistas e não está abrangendo a população local, visto que os atrativos estão sendo valorizados com um custo alto para a população local. Para Figueiredo (2008, p. 93) "é necessário caminhar no sentido de estabelecer estratégias de identificação, manutenção, proteção e valorização das referências culturais enquanto potencialidades de desenvolvimento local".

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. - 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p., pág. 43-70.

BAHIA, M, C. TAVARES, M G, C. FIGUEIREDO, S, J, L. Turismo, Lazer e Patrimônio na Pan-Amazonia - Belém: NAEA, 2022.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BUARQUE, Sérgio C. Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Capítulo 5. "Nós, o povo" – considerações sobre a liberdade de assembleia. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2018.

BRAGANÇA. Lei Complementar n°. 006/2015. Atualização do Plano Diretor Participativa. Bragança - Pará. 2015.

BRAGANÇA. Projeto de Lei n° 015/2014 de 25 de novembro de 2014. Bragança - Pará. 2015

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. Decreto-lei Nº 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial da União, 31 dez. 1941.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 25 de novembro de 2023.

. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, 04 de agosto de 2000.

. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRITO. J. A., SARAIVA, J. S., SILVA, J. S. Região de Integração Rio Caeté: Uma visão Socioeconômica e Histórico-cultural do Município de Bragança – PA. **Revista GeoAmazônia**, Belém, V. 07, n. 13, p. 168-182, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index. Acesso em: 19 de nov de 2023.

BURNETT, F.L. Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista. A fetichização dos planos diretores participativos. Fapemá. P. 251 - 282. 2011. São Luís.

Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/LEIS-2001/L10257.htm. Acesso em: 15 dezembro 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Bragança. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em 19 de nov de 2023.

. (2015). Perfil dos municípios brasileiros 2015. Pesquisa de informações básicas municipais. P.61. Rio de Janeiro: IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95942. cesso em 16 de dez 2023.

FIGUEIREDO, S. L. Turismo, lazer e planejamento urbano e regional.NAEA/UFPA.2008. Belém/PA.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens culturais registrados. Disponível em: https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bemImaterial/acao/76/). Acessado em 18 dez de 2023

. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens tombados. 2016b. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em:15 dez 2023.

LEANDRO, L. M de L. L; SILVA, F. C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. Novos Cadernos NAEA. V.15, n. 2, p. 143 - 174, dez, 2012, ISSN 1516-6481. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/578/1531. Acesso em 20 de nov de 2023.

LOBATO, A. S. Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: Uma análise do centro histórico da cidade de Bragança - Pa. Revista GeoUEFJ. n. 26, 2015, p. 113-135, Rio de Janeiro.

(2015). Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular.

MERCÊS, S. S. S. Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos. Pará: Relatório Estadual. Anexo em DVD. *In*: SANTOS JÚNIOR, O. A.;

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NONATO DA SILVA. Dário Benedito Rodrigues. Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança. Século XX. Belém: Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Amazônia, 2006.

PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: Das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. Geografia. V. 37, n. 2, p. 319 - 334, mai/ago. 2012. Rio Claro.

SANTOS, N. P. dos, CRUZ, S. helena Ribeiro, COSTA, Calidon.. Planejamento e Desenvolvimento Municipal. Estudo de caso de desenvolvimento do turismo do município de Bragança. v.1, nº 3, edição/série 515. Paper do NAEA, 2020.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da, Vilas e cidades da Amazônia. Paisagens, memórias e pertencimentos. Belém (PA). Paka-Tatu. 2021.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

O SISTEMA DE JUSTIÇA CONTRIBUI PARA REPRODUÇÃO DO MODELO DE DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRO? UMA ANÁLISE DA PARTILHA ORÇAMENTÁRIA

Adriano Souto Oliveira (UFPA)[1]

RESUMO: O Brasil é um dos países com maiores índices de desigualdade social do mundo. A Defensoria Pública surge no país como instrumento do estado democrático de direito, responsável pela promoção dos direitos humanos, orientação jurídica e defesa em todos os graus de jurisdição, na esfera judicial e extrajudicial, dos pobres, invibilizados, minorias, crianças e adolescentes, pretos encarcerados, despossuídos de moradias, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas, ribeirinhos, mulheres vítimas de violência doméstica, idosos, consumidores ludibriados e amazônidas ameaçados - uma população vulnerabilizada e negligenciada pelo Estado e pela elite dominante. Entretanto, embora a partir da EC 045/2004 tenha alcançado autonomia administrativa, funcional e financeira, com o redimensionamento de seu papel e incremento de novas atribuições, em simetria com o Ministério Público, observa-se que o tratamento dispensado pelo Estado à instituição na partilha do orçamento demonstra séria distorção quando comparado aos demais sujeitos do sistema de justiça. Pretende-se, portanto, analisar em que medida o orçamento destinado ao sistema de justiça contribui para o modelo de desigualdade social brasileiro. Para esta observação, será realizada pesquisa bibliográfica, utilizando-se fontes de livros e artigos científicos e análise documental, consistente na pesquisa dos orçamentos destinados às Defensorias Públicas e às demais instituições do sistema de justiça por meio do relatório da pesquisa nacional da Defensoria Pública de 2023, jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e das leis de diretrizes orçamentárias do Estado do Pará, de 2004 a 2024, numa abordagem interdisciplinar. Os principais referenciais teóricos serão Rafael Rangel, para tratar das novas dimensões da Defensoria Pública e Fernando Scaff para debater o modelo de estado, a partir da distribuição do orçamento.

Palavras-chave: orçamento público; poder judiciário; ministério público; estado republicano.

1. INTRODUÇÃO

A Defensoria Pública no Brasil foi elevada ao patamar constitucional em 1988 e teve seu papel redimensionado nas últimas duas décadas. Entretanto, mesmo tendo alcançado a autonomia administrativa, funcional e financeira, o orçamento repassado à instituição não tem acompanhado sua nova configuração, evidenciando-se forte desequilíbrio quando comparado com os demais sujeitos do sistema de justiça, o que implica em negativa de acesso à justiça à população vulnerabilizada e minorias.

A análise a essa inquietação perpassa, certamente, pela dimensão dos orçamentos das instituições do sistema de justiça, a fim de observar se o acréscimo de responsabilidades e

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia – PPGDDA – Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil. Defensor Público. *E-mail:* adrisouto8@gmail.com

atribuições conferidas à Defensoria Pública, a partir da Emenda Constitucional 045/2004 corresponderam ao equitativo aumento orçamentário para que a instituição possa garantir um verdadeiro acesso à justiça à população hipossuficiente.

Pretende-se, portanto, analisar em que medida o orçamento destinado ao sistema de justiça contribui para o modelo de desigualdade social brasileiro.

Entende-se por sistema de justiça o "conjunto de instituições estatais encarregadas de garantir os preceitos constitucionais, de aplicar a lei e de distribuir justiça." (Sadek, 2002, p. 237). Devido às limitações deste trabalho serão considerados no estudo apenas a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Judiciário como sujeitos do sistema de justiça.

O trabalho parte de uma abordagem qualitativa e quantitativa e possui natureza descritiva analítica. O estudo é essencialmente documental e bibliográfico, a partir da análise da Pesquisa da Defensoria Pública em âmbito nacional de 2023, das leis orçamentárias do Estado do Pará de 2004 a 2024 e jurisprudências do STF, do mesmo período, além de livros e artigos científicos, tendo como referenciais teóricos Rafael Rangel e Fernando Scaff.

O ensaio será desenvolvido em 03 seções: a primeira visa apresentar o redimensionamento do papel da Defensoria Pública, a partir da Ementa Constitucional 045/2004; a segunda pretende analisar a disparidade na partilha do orçamento destinado à Defensoria Pública no contexto dos sujeitos do sistema de justiça; e a terceira objetiva entender se a partilha orçamentária destinada aos integrantes do sistema de justiça reflete um estado republicano para redução das desigualdades sociais.

2. O REDIMENSIONAMENTO DO PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1.988: NOVAS ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS

A Defensoria Pública é reconhecida constitucionalmente como uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, com objetivo de promover a defesa e orientação jurídica aos necessitados[2].

Ao longo do tempo a instituição se fortaleceu, ganhou notoriedade e confiança[3] (CNMP, 2017, p. 28), e, com isto, novas atribuições, responsabilidades e prerrogativas. Tornou-se, então, a principal porta de acesso à justiça, aqui compreendida como o acesso a uma ordem jurídica justa

[2] Texto original do art. 134, *caput*, da Constituição de 1.988.

[3] No Relatório divulgado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre pesquisa de satisfação e imagem do CNMP e MP, a Defensoria Pública aparece como a instituição mais confiável do sistema de justiça. 74% dos entrevistados responderam que confiam na Defensoria Pública; 72,9% no Ministério Público e 66,6% no Judiciário.

(Watanabe, 1998, p. 126, ADI 2903-7-PB, 2008, p. 8); o mais básico dos direitos humanos (Cappelleti e Garth, 1988, p. 12), com forte capilaridade popular.

O papel que antes era reservado quase que exclusivamente ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à advocacia pública e privada, passou a ser compartilhado também pela Defensoria, não sem a resistência do Poder Executivo e do próprio sistema de justiça, principalmente das Procuradorias Gerais dos Estados, Ordem dos Advogados do Brasil (Moreira, 2016, p. 116) e do Ministério Público (Lamenha e Lima, 2021, p. 78). A conquista constitucional da autonomia administrativa, funcional e financeira[4], trouxe novas dimensões de atuação e o desafio de alcançar a paridade de armas para a efetivação dos direitos das minorias e pessoas vulnerabilizadas.

Entende-se por paridade de armas, o princípio que visa garantir às partes um tratamento processual idêntico, de modo que consigam lutar em pé de igualdade, com as mesmas oportunidades e instrumentos capazes de fazer valer os direitos (Didier Jr, 2007, p. 41).

Segundo Esteves (2018, p. 397) a atuação institucional da Defensoria Pública não mais se limita à defesa judicial dos direitos subjetivos individuais das pessoas economicamente necessitadas e Gonzales (2019, p. 13) esclarece que a instituição caminhou para a tutela integral dos direitos das pessoas e grupos vulneráveis, em âmbito judicial e nas mais diversas formas de defesa extrajudicial de direitos.

Assim, a Lei 11.448/2007 que atribuiu legitimidade ativa à Defensoria para a Ação Civil Pública, consolidada pela EC 80/2014, na concepção de Lamenha e Lima (2021, p. 83) foi um divisor de águas na vida da instituição, que era limitada à tutela individual e avançou para se colocar ao lado do Ministério Público com essa prerrogativa.

O tema sobre o redimensionamento do papel da Defensoria Pública foi tratado por Rafael Rangel em pesquisa pautada na proteção dos vulneráveis no campo da moradia e indica importantes dimensões de atuação incrementadas à instituição, entre elas:

I. *Amicus curiae* - neste papel a Defensoria atua quando enquadrar-se nos requisitos do Art. 138 do CPC, como colaboradora, fornecendo elementos enriquecedores ao debate para que a decisão a ser tomada seja mais adequada (Rangel, 2022, p. 52);
II. *Custos Vulnerabilis* - esta importante figura exige que "todas as vezes que o interesse jurídico justificar a manifestação de seu posicionamento, a Defensoria Pública tem o direito e o dever de se posicionar para discutir os interesses e direitos dos hipossuficientes, tanto individuais quanto coletivos" (Rangel, 2022, p. 58). Ainda, "na intervenção como *custos vulnerabilis*, os

[4] §2º, Art. 134, acrescentado pela EC 045/2004.

poderes devem ser os mesmos que o Ministério Público possui como *custos legis*, dadas as semelhanças dessas intervenções institucionais autônomas" (Rangel, 2022, p. 52);

III. Atuação processual no litígio coletivo pela posse de imóvel - esta exigência encontra-se positivada no §2º, do Art. 565 do CPC para questões relativas à posse velha em que a liminar não tenha sido cumprida. Rangel (2022, p. 78) faz críticas à tímida previsão legislativa e defende que os meios de solução consensual de conflitos devem ser priorizados, conforme determina o próprio CPC e defende que em casos de posse nova a mediação também deverá ser instaurada (Rangel, 2022, p. 79), com a participação da Defensoria Pública, quando observada a vulnerabilidade socioeconômica.

IV. Legitimidade para promover a Regularização Fundiária - tal prerrogativa encontra-se prevista no Art. 14, IV, da Lei 13.465/2017. Trata-se de atuação extraordinária em favor das comunidades carentes. Segundo Rangel (2022, p. 83), "a legitimidade da Defensoria Pública para realizar a Regularização Fundiária Urbana não poderá ser tolhida pelo legislador futuramente, sob pena de regredir com direitos sociais normatizados material ou processualmente".

V. Alternativa à crise do Judiciário - Rangel (2022, p. 184) entende que o Estado vem sofrendo uma crise de esgotamento do monopólio estatal - realizado pelo Poder Judiciário, que fracassa sistematicamente aos olhos da sociedade pela morosidade para solução dos conflitos e falta de efetividade das demandas. Nesse sentido, defende mudanças estruturais que passam pelo empoderamento de outros órgãos públicos e entidades não governamentais, sendo a Defensoria o principal deles, ante seu papel constitucional.

VI. Promoção da solução extrajudicial dos conflitos - por sua *expertise* forjada há décadas no trabalho direto com a população e com as comunidades, Rangel (2022, p. 198) defende a criação de um mecanismo que tenha a Defensoria Pública como órgão central na politica pública de pacificação social e autocomposição, p. ex. de litígios fundiários.

VII. Influenciadora da criação e condução de políticas públicas - na visão de Rangel (2022, p. 233), a Defensoria Pública deverá se especializar em atuar em todas as fases do ciclo de políticas públicas – desde a definição da agenda a sua implementação e avaliação - visando influenciar e direcionar os recursos para ações voltadas ao seu público alvo.

Outra importante atribuição inovadora da Defensoria é indicada por Gerhard e Maia:

VIII. *Amicus Communitas* - essa atribuição retrata o Defensor em sua atuação junto à Comunidade, que se utilizando de sua proximidade com a população consegue levar sua voz aos tribunais e palcos do poder. Funciona, portanto, como "garantidor de representatividade, pluralismo e

democracia nas instâncias de debate público para o exercício do poder" (Gerhard e Maia, 2020, p. 50).

Não menos importantes que as inovações acima indicadas, a LC 132/2009, que alterou a LC n. 080/94, trouxe relevantes mudanças na atuação defensorial, entre elas, I - a representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos; II - a promoção e ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais e, III - participação, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos[5].

Existem, ainda, outras atribuições importantes exercidas atualmente pela Defensoria Pública, que não serão tratadas neste estudo pelas limitações do que se propõe.

Percebe-se, portanto, que as modificações constitucionais e legais, bem como os posicionamentos do STF, trouxeram aparente simetria de atribuições entre a Defensoria e o Ministério Público[6] e, ainda, a assunção de novos papéis antes desempenhados exclusivamente pelo Judiciário e MP, a exemplo do poder de requisição de documentos[7]. Entretanto, apesar dos novos papéis e desafios outorgados pelo legislador, o necessário crescimento orçamentário da Defensoria não tem acompanhado o incremento de suas atribuições e responsabilidades, para que faça *jus* à importância conferida pela Constituição e contribua para a redução das desigualdades sociais.

3. O DESEQUILÍBRIO DO ORÇAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO CONTEXTO DOS SUJEITOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PERMANENTE ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

A partir da análise do princípio da separação de poderes, Mascarenhas (2021, p. 5), observa que "a autonomia financeira de um poder de Estado (ou instituição constitucionalmente independente) só existe de forma plena quando a quantidade de recursos que lhe são destinados é compatível com as despesas necessárias para cumprir suas funções".

[5] Incs. VI, VIII e XX, Art. 4º, LC 80/94.

[6] Em voto proferido na ADI 6852-DF, pelo Ministro Edson Fachin utilizou o seguinte fundamento: "delineado o papel atribuído à Defensoria Pública pela Constituição Federal, resta evidente não se tratar de categoria equiparada à Advocacia, seja ela pública ou privada, estando, na realidade, mais próxima ao desenho institucional atribuído ao próprio Ministério Público."

[7] Previsão constante do inc. XVI, Art. 8º da LC 080/1994. Observa-se, entretanto, que a prerrogativa de requisição de documentos só foi consolidada com o julgamento da ADI 6852-DF, julgada em 21.02.2023, pois antes vigia o entendimento do STF exposto na ADI 230-RJ, publicada em 20.10.2014, de relatoria da Ministra Carmen Lúcia, de que o poder de requisição atribuído por lei à Defensoria Pública era inconstitucional, pois importava tratamento diferenciado injustificável entre defensores e os demais advogados.

As instituições do sistema de justiça são indispensáveis ao Estado Democrático de Direito e devem atuar de forma equilibrada, de modo a garantir às pessoas em situação de vulnerabilidade o acesso à justiça em sentido amplo e a redução das desigualdades em todas as suas dimensões, por meio de "autogoverno, autoadministração e iniciativa legislativa para matérias sensíveis a seu funcionamento" (Mascarenhas, 2021, p. 4).

A simetria jurídica entre Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública trazida pela EC 45/2004, reafirmada pelo STF[8], encontra-se distante de ser alcançada, principalmente quando analisados os orçamentos das instituições.

Como os entes do sistema de justiça não são órgãos arrecadadores, as verbas por eles geridas dependem dos repasses constitucionais destinados pelo Poder Executivo, nos moldes do Art. 168 da CF, na forma de duodécimos, até o dia 20 de cada mês. Assim, cabe ao Poder Executivo arrecadar os recursos orçamentários e distribuí-los aos entes autônomos, em observância à data limite, sem margem para retenção ou cortes (ADI 2238-DF, 2020).

De acordo com Scaff (2018, p. 233), o orçamento é "uma das leis mais importantes de qualquer país, pois é através dele que são alocados os recursos arrecadados de toda a sociedade e estabelecidos os gastos a serem realizados em determinado período de tempo, usualmente de um ano."

À Defensoria, ao Ministério Público e ao Judiciário, caberá elaborar suas propostas orçamentárias, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes e com subordinação ao disposto no art. 99, §2º, da Constituição de 1988, e respeitados, ainda, os limites estipulados no §1º, que serão consolidadas pelo Poder Executivo e enviadas ao Legislativo para apreciação, emendas, cortes e aprovação.

As leis orçamentárias, portanto, "têm por função estabelecer um sistema planejado e coordenado de ações governamentais, em consonância com a tendência de utilizar os orçamentos como instrumentos para atingir os objetivos de interesse público" (Conti, 2012, p. 25), que segundo Scaff (2018, p. 129), trata-se do interesse do Estado, enquanto representante da sociedade e não se confunde com bem comum, que tem um conceito mais amplo.

Esse planejamento do Estado na distribuição orçamentária, portanto, tem o dever de identificar os obstáculos jurídicos, econômicos e sociais que impedem ou dificultam o acesso da população vulnerabilizada e minorias à justiça em sentido amplo, visando corrigir ou mitigar essas mazelas e alcançar o bem comum.

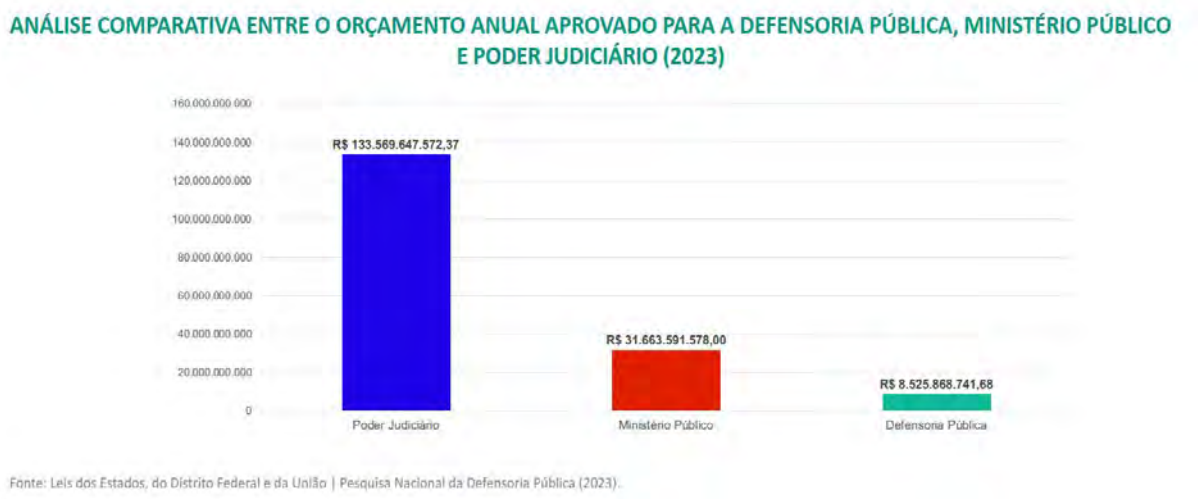
[8] A exemplo da medida cautelar concedida na ADI 5296-DF, de relatoria da Ministra Rosa Weber, publicada no DJe em 26 de novembro 2020.

No contexto do sistema de justiça, o Judiciário e o Ministério Público se consolidaram ao longo das décadas e garantiram orçamentos generosos. Entretanto, ante o redirecionamento das forças do Ministério Público para o combate ao crime organizado nos últimos anos, em desprestígio às causas cíveis (Lamenha e Lima, 2021, p. 96) e à crise de esgotamento do monopólio estatal para resolução dos conflitos, representada pelo Judiciário, Rangel (2022, p. 184) entende que este é o momento de mudanças estruturais que perpassam pelo empoderamento de outros órgãos públicos e entidades não governamentais, a exemplo da Defensoria Pública.

Entende-se, portanto, que essa mudança estrutural no sistema de justiça deve passar pela reorganização do orçamento público, a fim de que sejam estabelecidas prioridades para redução das iniquidades, com fortalecimento financeiro da principal porta de acesso à justiça à população vulnerabilizada.

No relatório da pesquisa nacional da Defensoria Pública (2023, p. 114), observa-se a discrepância orçamentária entre as instituições do sistema de justiça no Brasil:

Gráfico 01 – Análise comparativa entre os orçamentos dos sujeitos do sistema de justiça no Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional da Defensoria Pública. 2023.

Quando realizado o cotejo dos orçamentos dos sujeitos do sistema de justiça brasileiro para o exercício de 2023 conclui-se que os valores destinados ao Ministério Público são 271,38% superiores àqueles destinados à Defensoria Pública; em relação ao Judiciário a discrepância é ainda maior, ou seja, 1.466,64% maior que o orçamento da Defensoria Pública (Esteves *at al*, p. 114, 2023).

Para melhor compreensão do grau de desequilíbrio orçamentário entre os sujeitos do sistema de justiça, elaborou-se uma tabela comparativa dos percentuais destinados às instituições que o integram no Estado do Pará, no período de 2004 a 2024.

Tabela 01 – Demonstrativo dos percentuais destinados ao TJPA, MPPA e DPPA nas Leis de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Pará –LDO-PA, nos anos de 2004 a 2024.

ANO	TJPA (%)	MPPA (%)	DPPA(%)
2004[9]	6,9	3,5	0
2005[10]	6,9	3,5	0
2006[11]	7	3,5	0
2007[12]	7	3,5	0
2008[13]	4,994	2,647	0,8
2009[14]	5,951	3,0523	1,0602
2010[15]	5,951	3,0523	1,0602
2011[16]	6,15	3,245	1,11
2012[17]	9,76	5,15	1,64
2013[18]	9,76	5,15	1,64
2014[19]	9,76	5,15	1,64
2015[20]	9,76	5,15	1,64
2016[21]	9,76	5,15	1,64
2017[22]	9,76	5,15	1,64

(continua)

ANO	TJPA (%)	MPPA (%)	DPPA(%)
2018[23]	9,76	5,15	1,64

[9] Lei Estadual 6.568/2003
[10] Lei Estadual 6.666/2004
[11] Lei Estadual 6.771/2005
[12] Lei Estadual 6.892/2006
[13] Lei Estadual 7010/2007
[14] Lei Estadual 7.193/2008
[15] Lei Estadual 7.291/2009
[16] Lei Estadual 7.453/2010
[17] Lei Estadual 7.544/2011
[18] Lei Estadual 7.650/2012
[19] Lei Estadual 7.722/2013
[20] Lei Estadual 8.031/2014
[21] Lei Estadual 8.232/2015
[22] Lei Estadual 8.375/2016
[23] Lei Estadual 8.520/2017

2019[24]	9,76	5,15	1,64
2020[25]	9,76	5,15	1,64
2021[26]	9,76	5,15	1,64
2022[27]	9,76	5,15	1,64
2023[28]	9,76	5,15	1,64
2024[29]	9,76	5,15	1,64

Fonte: elaborada pelo autor

Na análise histórica, observamos que as Leis de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Pará só passaram a inserir a instituição no orçamento em 2007. Na ocasião houve uma pequena reordenação dos orçamentos dos sujeitos do sistema de justiça para abarcar o repasse à Defensoria Pública do Estado do Pará. Assim, o percentual de 7% que era destinado ao Judiciário em 2007 foi reduzido para 4,994%, enquanto que o Ministério Público teve seu orçamento reduzido de 3,5% para 2,647%. À Defensoria Pública foi destinado o percentual de apenas 0,8%, mesmo havendo um corte significativo no percentual dos outros dois sujeitos.

Observou-se, ainda, que as LDOs de 2008 a 2011 garantiram incrementos orçamentários a todas as instituições do sistema de justiça paraense, o que parecia caminhar para um equilíbrio, entretanto, a partir da LDO de 2012 houve um expressivo salto no orçamento do TJPA, que de 6,5% passou para 9,6%, enquanto que o MPPA de 3,245% saltou para 5,15%, com aumento pouco significativo à Defensoria Pública, que de 1,11% passou a abarcar apenas 1,64% .

Vê-se, portanto, de acordo com a tabela 01, que desde a LDO de 2012 até a LDO de 2024, a situação orçamentária das instituições que compõem o sistema de justiça paraense continua inalterada com os percentuais de 9,76% ao Judiciário, 5,15% ao Ministério Público e 1,64% à Defensoria Pública, em evidente contraste ao redimensionamento do papel da instituição nas últimas décadas e ao anseio da sociedade por acesso à justiça.

A disparidade orçamentária entre os sujeitos do sistema de justiça tem reflexos diretos na prestação de serviços à população carente, a exemplo do número de membros que compõem cada

[24] Lei Estadual 8.757/2018
[25] Lei Estadual 8.891/2019
[26] Lei Estadual 9.105/2020
[27] Lei Estadual 9.292/2021
[28] Lei Estadual 9.649/2022
[29] Lei Estadual 9.977/2023

instituição, que redunda na ausência de defensores públicos principalmente nas cidades dos interiores mais carentes.

A Pesquisa da Defensoria Pública 2023 (Esteves, *at al*, p. 55), ilustra bem essa enorme desigualdade. A análise comparativa demonstra que o quadro de Promotores(as) / Procuradores de Justiça é 78,8% maior que o de Defensores Públicos e que a discrepância é ainda maior em cotejo com o número de Juízes/Desembargadores/Ministros, que é 148,9% maior que o quadro de Defensores Públicos (Esteves *at al*, 2023, p. 55).

No Estado do Pará o cenário não é diferente, de acordo com dados obtidos pela Associação dos Defensores e Defensoras Públicas do Estado através dos portais de transparência, observou-se em 2023 a existência de 384 cargos de magistrados ocupados, 321 membros do Ministério Público e 275 defensores (ADPEP, p. 15, 2024).

O Projeto da LDO do exercício de 2022, do Governo do Estado do Pará foi analisado por Bastos e Dias (2023, p. 109), à luz das competências constitucionais atribuídas à Defensoria Pública e à meta estabelecida pelo Art. 98 do ADCT/CF, que dispôs que o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população e estabeleceu o prazo de 8 (oito) anos, para que a União, os Estados e o Distrito Federal possam contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

Os autores concluíram pela inconstitucionalidade por omissão do referido Projeto, caso o orçamento da Defensoria não fosse revisto para que fossem ofertadas condições financeiras para que a instituição pudesse estar presente em todas as unidades jurisdicionais do Estado, ante ao evidente exaurimento do prazo constitucional.

No Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, anexo à mensagem nº 088/2023-GG, encaminhada em 29.09.2023, pelo Governo do Estado do Pará à Assembleia Legislativa, observa-se que as destinações orçamentárias aos sujeitos do sistema de justiça estadual ficaram assim distribuídas: I - ao TJPA - R$ 1.880.129.777,00; II - ao MPPA - R$ 995.860.051,00; e III- à DPPA – R$ 314.075.963,00.

Evidencia-se, portanto, que a parcela orçamentária para 2024 destinada pelo Estado do Pará ao TJPA é 498,62% maior que o valor atribuído à Defensoria Pública, enquanto que o do Ministério Público a supera em 217,076%, ou seja, a programação orçamentária à DPPA proposta pelo governo estadual para o futuro demonstra que o estado de coisas inconstitucional permanece - necessitando de soluções plurais para o problema, de ordem orçamentária, jurídica, legislativa e política (Bastos e Dias, 2023, p. 112).

Sobre o estado das coisas inconstitucional, Silveira (2018, p. 366) entende que além de trazer desgaste à Corte Judiciária, no embate com outros poderes, mesmo os defensores dessa doutrina

"indicam claramente sua excepcionalidade, reconhecendo tratar-se de medida intervencionista e invasiva".

No prefácio da Pesquisa da Defensoria, Garth pontua que "o primeiro passo para enfrentar os limites do acesso à Defensoria Pública e à diversidade da estrutura interna é proporcionar transparência para revelar os fatos/dados coletados, mesmo que eles nos desafiem." (Esteves *et al*, 2023, p. 8).

O estudo elaborado, embora não contemple todas as dimensões orçamentárias e as nuances de cada sujeito do sistema de justiça deixa claro a necessidade de mudanças.

4. UM ESTADO REPUBLICANO?

Ao abordar o tema relacionado à República, Scaff (2018, p. 85) entende que "para o direito financeiro não basta a declaração política, própria do constitucionalismo. É necessário que haja efetiva construção de um modelo jusfinanceiro que implemente o modelo republicano adotado por cada país".

Para identificar o que seria um Estado Republicano, Fernando Scaff faz uma importante contextualização histórica e entende como

> "republicano o *Estado* que for juridicamente estruturado de modo a permitir que o governo aja em prol do bem comum, *aplicando à coisa pública uma função social, em busca da efetivação dos direitos fundamentais, com respeito à lei. Essa busca deve ocorrer de forma isonômica, através da ampliação das liberdades reais, em busca de uma liberdade igual.* (Scaff, 2018, p. 127)

Esclarece, ainda, que

> o ideário de um agir de forma republicana se vincula com a perspectiva atual do Direito, que se concretiza através de ações de governo interconectadas e que se configuram como políticas públicas, em que não apenas uma norma deve ser analisada, mas um conjunto de normas e ações estatais coordenadas visando alcançar um objetivo específico convergente para o bem comum. (Scaff, 2018, p. 143)

Não se pode olvidar que os integrantes do sistema de justiça percebem uma parcela significativa do orçamento público, entretanto, deve-se levar em consideração que se trata de garantia constitucional para que possam exercer com autonomia e efetividade as funções a eles atribuídas, com o objetivo precípuo de garantir acesso à justiça, contribuir para a redução das desigualdades e o bem comum.

Sabendo-se, portanto, que a arrecadação é ínsita ao Estado e que cada direito tem custos (Nabais, 2002, p. 19) e que ao longo das últimas duas décadas houve o incremento de atribuições à Defensoria Pública para promoção integral e gratuita da assistência jurídica e garantia de direitos à população vulnerabilizada e minorias, mas sem o necessário equilíbrio orçamentário à instituição, observa-se que esse fator tem contribuído para permanência do estado das coisas.

A Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2023 (Esteves, *et al*, p. 37-38), identificou que 76% da população brasileira possui potencial acesso à assistência das Defensorias dos Estados e Distrito Federal, e, atualmente, "48.677.446 habitantes não possuem acesso aos serviços jurídico-assistenciais oferecidos pela Defensoria Pública, em violação ao art. 134 da CRFB e à diretriz do art. 98 do ADCT."

Já o Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará[30] de 2023 (Fapespa, 2023, p. 34), entregue pelo Governo do Estado ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, demonstra claramente que "a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza passou de 41,92% para 50,89%, entre 2019-2022, aumento de 8,97 p.p. Na Região Norte a pobreza aumentou em uma proporção maior (9,14 p.p.). Já no Brasil, a linha de pobreza cresceu a uma proporção menor (6,7 p.p.)."

Então - se o princípio da separação dos poderes defendido por Montesquieu (1996, p. 185) visa equilibrar os interesses dos entes do Estado num sistema de freios e contrapesos; se a Defensoria Pública está inserta nesse contexto como essencial ao sistema de justiça para equilíbrio da balança; se o Estado republicano é aquele que deve ser juridicamente estruturado para que o governo aja em prol do bem comum, aplicando à coisa pública uma função social, em busca da efetivação dos direitos fundamentais, com respeito à lei (Scaff, 2018, p. 127); se é necessário que haja efetiva construção de um modelo jusfinanceiro que implemente o modelo republicano adotado por cada país (Scaff. 2018, p. 85); e, considerando que o Estado tributa tanto os mais abastados como os hipossuficientes - republicano seria o Estado que direciona a maior parte do montante arrecadado àqueles que mais precisam e às instituições que efetivamente os defendem, visando a redução das desigualdades sociais, a paridade de armas e o bem comum.

Diante da significativa disparidade nos orçamentos do sistema de justiça nota-se que a partilha orçamentária analisada não se enquadra a um modelo de Estado Republicano, que deveria direcionar sua arrecadação ao interesse público para consecução do bem comum, que perpassa, necessariamente pelo fortalecimento da principal porta de acesso à justiça que é a Defensoria Pública.

[30] Instituído pela Lei nº 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Ordinária nº 8.327, de 22 de dezembro de 2015.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto analisado, observa-se que a Defensoria é a principal porta para que as pessoas vulnerabilizadas e minorias tenham acesso substancial à justiça, seja pela via judicial ou administrativa e que, a partir da EC 045/2004, houve avanços significativos à instituição, que lhe garantiram autonomia funcional, administrativa e financeira, consolidando-a como um ente não subordinado hierarquicamente ao Poder Executivo e sem vínculo com a advocacia pública ou privada.

Apesar da resistência do Poder Executivo e dos próprios integrantes do sistema de justiça, observou-se que a Defensoria fortaleceu-se e atualmente ocupa posição de simetria formal ao Ministério Público. Contudo, apesar das novas dimensões de atuação e desafios outorgados pelo legislador, existe forte desequilíbrio na partilha orçamentária, que coloca a instituição em nítida situação de desvantagem perante os sujeitos do sistema de justiça.

Em âmbito nacional, constatou-se que para o exercício de 2023 os valores destinados ao Ministério Público são 271,38% superiores aos destinados à Defensoria Pública, enquanto que em relação ao Judiciário a iniquidade é ainda mais latente, ou seja, 1.466,64% maior que o orçamento da Defensoria Pública.

Constatou-se que de 2012 a 2024, a situação orçamentária das instituições que compõem o sistema de justiça do Estado do Pará continua inalterada com os percentuais de 9,76% ao Judiciário, 5,15% ao Ministério Público e 1,64% à Defensoria Pública, ainda, que a parcela orçamentária para 2024 destinada pelo Estado do Pará ao TJPA é 498,62% maior que o valor atribuído à Defensoria Pública, enquanto que o do Ministério Público a supera em 217,076%.

Percebeu-se que o modelo de partilha desequilibrado aos integrantes do sistema de justiça demonstra um permanente estado de coisas inconstitucional e que não é interesse do Estado, nem das próprias instituições que compõem o sistema de justiça o empoderamento da Defensoria para que a população vulnerabilizada e minorias possam acessar de forma efetiva e com paridade de armas a garantia de direitos a que faz *jus*.

Observou-se, ainda, que a disparidade orçamentária e estrutural no âmago do sistema de justiça - que coloca a Defensoria Pública em situação desfavorável - tem contribuído para a permanência do modelo de desigualdade social brasileiro, em que pobres, pretos, mulheres vítimas de violência, LGBTQIA+, deficientes, indígenas, idosos, desabrigados, ribeirinhos, pessoas em situação de rua, consumidores ludibriados, amazônidas e toda sorte de vulneráveis e minorias – público alvo da Defensoria – são invibilizados ou colocados em segundo plano nas políticas públicas.

Defende-se que a distribuição do orçamento ao sistema de justiça não é republicana, pois não está juridicamente estruturada para que o governo aja em prol do bem comum, aplicando à coisa pública uma função social, em busca da efetivação dos direitos fundamentais. Sob o aspecto aqui tratado, republicano seria o Estado que direciona a maior parte do montante arrecadado àqueles que mais precisam e às instituições que efetivamente os defendem.

Propõe-se, então, um reordenamento jurídico-orçamentário equilibrado ao sistema de justiça, para que a Defensoria Pública tenha simetria orçamentária com o Ministério Público, visando cumprir suas missões constitucionais, pois cabe ao Estado atuar de forma efetiva por meio da formulação e implementação de políticas públicas para redução das desigualdades sociais, com vistas ao bem comum, o que perpassa pela paridade de armas entre seus integrantes.

Este ensaio é parte de um estudo que está sendo gestado sobre o sistema de justiça e não tem a pretensão de esgotar o tema, mas de trazer ao debate algumas reflexões que envolvem os orçamentos dos sujeitos do sistema de justiça e que poderão instigar novos estudos e debates.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elísio Augusto Velloso; DIAS, Jean Carlos. A (in)compatibilidade do projeto de lei e diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, de iniciativa do Governo do Estado do Pará, em face das competências constitucionais atribuídas à Defensoria Pública e em face da meta temporalmente fixada pelo Art. 98, do ADCT da atual Constituição brasileira. Arthur Correa da Silva Neto (org.). **O Estado Defensor: momento atual e perspectivas futuras.** Belo Horizonte/São Paulo: D'Plácido, 2023.

ADPEP-ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES E DEFENSORAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ. Defensoria Pública do Estado do Pará em textos e gráficos. **Cartilha**. Adpep, p. 30, 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional 45. Brasília, DF, 2004. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/emendas/emc/emc45.htm.** Acesso em: 04 jan. 2024.BRASIL.

Emenda Constitucional 74. Altera o art. 134 da Constituição Federal. Brasília, DF, 2013. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc74.htm.** Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional 80. Altera o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Brasília, DF, 2014. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/emendas/emc/emc80.htm.** Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. Lei Complementar 80. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp80.htm.** Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Lei Complementar 132. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp132.htm.** Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Lei 11.448/2007. Altera o art. 5o da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública. Brasília, DF, 2007. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11448.htm.** Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Lei 13.105. Código de Processo Civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm.** Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Lei 13.465. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e revoga e altera leis, medidas provisórias e decretos-lei. Brasília, DF, 2017. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm.** Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Palácio do Planalto. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.** Acesso em 11 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 230-RJ. Relatora Min. Carmen Lúcia. Tribunal Pleno. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 30 out. 2014. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630104. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 2238-DF. Relator Min. Alexandre de Moraes. Plenário. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 15 set. 2020. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id= 1534440 4366&ext= .pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 2903-7-PB. Relator Min. Celso de Melo. Tribunal Pleno. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 18 set. 2008. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP= AC&docID=548579. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 5296-DF. Relatora Min. Rosa Weber. Plenário. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 26 nov. 2020. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=1534507 9616&ext=.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 6852-DF. Relator Min. Edson Fachin. Plenário. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 29 mar. 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15350407231&ext=.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

CAPPELLETI, Mauro. GARTH. Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Relatório de Pesquisa de Satisfação e Imagem do CNMP e do Ministério Público. 2017. Disponível em: **https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_da_pesquisa_CNMP_V7.pdf.** Acesso em: 05 de abr. 2024.

CONTI, José Maurício. **A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a autonomia financeira do Poder Judiciário**. Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico, v. 1, n. 1, 2012.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil.** Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 8 ed, v 1, JusPODIVUM. 2007.

ESTEVES, Diogo; SILVA, Franklyn Roger Alves. **Princípios institucionais da Defensoria Pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

_____; AZEVEDO *et al*. **Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2023**. Brasília: DPU, 2023.

FAPESPA. Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2023. Belém, 2023. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/MAPA-DA-EXCLUSAO-SOCIAL-DO-PARA-2023CES-2.pdf.** Acesso em: 05 de jan. 2024.

GERHARD, Daniel. MAIA, Maurilio Casas. O Defensor Hermes, o *amicus communita(ti)s* e a Defensoria Pública enquanto *médium* para a efetivação da dimensão democrática dos direitos fundamentais. Maurilio Casas (org.). **Defensoria Pública, Democracia e Processo.** São Paulo: Tirant lo Blanc, 2020.

GONZALES, Pedro. O Defensor-Hermes e a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. *In:* **XIV CONADEP**, Rio de Janeiro, 2019.

_____. O conceito atualizado de acesso à Justiça e as funções da Defensoria Pública. . *In:* MAIA. Maurilio Casas (org.). **Defensoria Pública, Democracia e Processo.** São Paulo: Tirant lo Blanc, 2020.

LAMENHA, Bruno; LIMA, Flávia Santiago. Quem Defenderá a Sociedade? Trajetórias e competição institucional em torno da tutela coletiva entre Ministério Público e Defensoria no pós-1988. **Editora Unoesc,** espaço jurídico Journal of law, Santa Catarina, vol. 22, n. 1, 2021.

MAIA. Maurilio Casas. A legitimidade coletiva da Defensoria Pública para a tutela dos Segmentos Sociais Vulneráveis. **Revista do Direito do Consumidor,** v. 101, p. 351-383, 2015.

MASCARENHAS, Caio Gama. Separação de Poderes, Autonomia Financeira e o Supremo: o repasse dos duodécimos, contingenciamento e o STF no jogo do resgate fiscal. **Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE – RJ.** v. 4, n. 2, mai/ago 2021.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis.** Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. **A criação da Defensoria Pública nos Estados:** conflitos institucionais e corporativos no processo de uniformização do acesso à justiça. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19122016-092047/. Acesso em: 05 abr. 2024.

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira. RUEDIGER, Marco Aurélio. RICCIO, Vicente. O Acesso à Justiça como objeto de política pública: o caso da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. **Cadernos Ebape,** v. 4, n. 2, 2006.

NABAIS, José Casalta. A face oculta dos direitos fundamentais: os deveres e os custos dos direitos. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 20, out. 2007.

PARÁ. Lei 6.568. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2004 e dá outras providências. 2003. Disponível em: **https https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo2004-lei.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 6.666. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2005 e dá outras providências. 2004. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2005-lei.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024..

PARÁ. Lei 6.771. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências. 2005. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2006-lei_0.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 6.836. Institui o Mapa de Exclusão Social no âmbito do Estado do Pará. 2006. **Disponível em https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-6836-2006-para-institui-o-mapa-da-exclusao-social-no-ambito-do-estado-do-para-e-da-outras-providencias#:~:text=INSTITUI%20O%20MAPA%20DA%20EXCLUS%C3%83O,do%20%C2%A7%207%C2%BA%20do%20art**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 6.892. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências. 2006. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2007-lei.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.010. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências. 2007. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2008_lei_no_7010.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024..

PARÁ. Lei 7.193. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências. 2008. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/lei_ldo_2009-ndeg_7.193_0.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.291. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010 e dá outras providências. 2009. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2010_republicado.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.453. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências. 2010. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/lei_ldo_2011.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.544. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências. 2011. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2012_lei-7544.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.650. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências. 2012. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/LDO-2013.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.722. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências. 2013. Disponível em: **https://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=11784**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.031. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências. 2014. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2015_lei_8.031_de_ 23-07-2014.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.232. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências. 2015. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo2016 completo. pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.375. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências. 2016. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/ldo_2017_completa.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.520. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências. 2017. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/ldo_2018_completa_site.pdf**. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.757. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências. 2018. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/ldo_2019_completa_com _le i_resolucao_reduzida.pdf.** Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.891. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020. 2019. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/ldo_2020.pdf.** Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 9.105. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021. 2020. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/LDO-2021-publicada-no-DOE.pdf.** Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 9.292. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022. 2021. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Lei-LDO-2022-com-LEI-PERIODO-ELEITORAL.pdf.** Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 9.649. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023. 2022. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/LDO-2023-Publicada-IOE.pdf.** Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 9.977. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024. 2024. Disponível em: **https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/LDO-2024-completa.pdf.** Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Mensagem 88/2023-GG. Encaminhamento da LOA 2024 - Governo do Estado do Pará. 2023. **Disponível em https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/men-loa-2024-plDEFINITIVA-e-com-Quadros.pdf** . Acesso em 05 jan. 2024.

RANGEL. Raphael Maia. **Defensoria Pública: redimensionamento de seu papel político-juridico-social para efetiva proteção dos vulneráveis no campo da moradia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

SADEK, Maria Tereza Ainá. Estudos sobre o sistema de justiça. *In* S. Miceli, ed. **O que ler na ciência social brasileira**. V. 4. São Paulo: Sumaré, 2002.

SCAFF, Fernando Facury. **Orçamento Republicano e Liberdade Igual.** Ensaio sobre direito financeiro, república e direitos fundamentais no Brasil. Belo Horizonte: Forum, 2018.

SILVEIRA, Alexandre. Coutinho da. **O direito financeiro e a redução de desigualdades**. Tese (Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico, Financeiro e Tributário). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SOUZA, Jessé José Freire de. **A elite do atraso: da escravidão à lava-jato.** Rio de Janeiro, Leya, 2017.

WATANABE, Kazuo. Acesso à Justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pelegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (Coord.). **Participação e processo.** São Paulo, Revista dos Tribunais, 1998.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americanas

PROSPECÇÕES PARA O SETOR DA PESCA NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Érica Lúcia Barreto Pereira[1](UFPA)
Terezinha de Jesus Lima de Souza[2](UFPA)
Brenda Aryanne Damasceno Monteiro[3](UFPA)

RESUMO: O presente trabalho traz uma análise crítica do Plano Diretor Participativo (PDP) do município de Bragança-PA, apontando as convergências e divergências entre o diagnóstico e as proposições do PDP e a realidade atual do município, assim como as disposições do plano que foram efetivamente implementadas e os fatores que favoreceram ou dificultaram a aplicação do disposto no mesmo. Foi delimitado um recorte específico do Capítulo IV -Título II que trata "*Das diretrizes setoriais para o Desenvolvimento Econômico*", especificamente a Seção II que trata da Aquicultura e Pesca, por ser este um dos setores de maior representatividade da economia local. A análise foi realizada a partir de leituras de autores como Pierre Bourdieu, Sérgio Buarque, Eduardo Gudynas, Carlos Matus, Marcelo Lopes de Souza, Maristella Svampa, dentre outros, tendo como referência os aspectos relativos ao Planejamento Regional e Urbano. Partiu-se da análise documental do PDP do município, atualizado e homologado no ano de 2015, por meio da Lei complementar de N° 006/2015, além de entrevistas semiestruturadas com representantes de associações municipais e servidores públicos da Prefeitura Municipal. Constatou-se que muitos obstáculos ainda estão sendo enfrentados para a efetivação de um Plano Diretor Participativo que realmente consiga atender ao disposto no plano. Percebe-se ainda que este é pouco conhecido pela população, tendo sido construído principalmente pela sua obrigatoriedade. Assim, é preciso avançar para o amplo conhecimento desse documento, para que venha a ser um instrumento construído e utilizado em favor da melhoria das condições de vida da população em geral.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Pesca, Bragança, Plano Diretor Participativo

INTRODUÇÃO

Localizada no nordeste Paraense (Figura 1), Bragança fica a 210 quilômetros da capital Belém, e destaca-se pela produção pesqueira. Segundo (Braga *et al*., 2006), o município tem ocupado o segundo lugar no ranking de produção de pescado no cenário estadual, com uma média de 6.000 toneladas ano, ficando atrás apenas da capital, Belém.

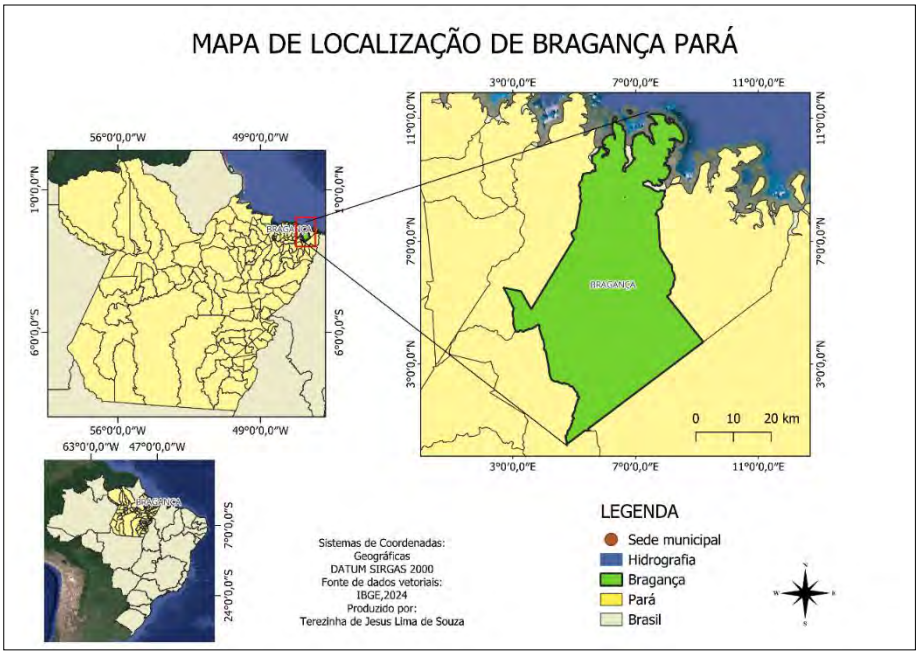
Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dão conta de que as áreas litorâneas apresentam baixa densidade populacional e vivenciam uma profunda dicotomia, pois ao passo que são de extrema importância do ponto de vista ambiental por sua preservação, também são

[1] Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Brasil. Email: ericalbp@gmail.com
[2] Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Brasil. Email: terezalima426@gmail.com
[3] Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Brasil. Email: brendamasceno24@hotmail.com

áreas de grande potencial turístico e econômico, fatores que acentuam processos de urbanização e industrialização, bem como fomentam o cenário para diversos conflitos derivados do uso desses espaços. (IBGE apud Sousa, 2011).

O Censo Demográfico de 2010 contabilizou 113.227 habitantes no município de Bragança (IBGE, 2010). Dados do último Censo realizado em 2022, mostram que a população atual é de 123.082 habitantes, apresentando densidade demográfica de 57,93 habitantes por km², e área total de 2.124,734 km² (IBGE, 2022), o que classifica o município como sendo uma cidade de porte médio, como pontuado por Ribeiro (2018) por meio da análise do contingente populacional (50 a 500 mil habitantes), situação espacial, papel de intermediação entre cidades pequenas e grandes, centralidade regional e intensidade e complexidade das relações espaciais. Para (Sposito apud Ribeiro, 2018), as cidades de porte médio desempenham importante papel como intermediárias entre metrópoles e pequenas cidades.

Figura 1: Localização do Município de Bragança Pará. 2024.



Fonte: elaborado pelo autor.

Diante do eminente crescimento populacional, buscando o melhor ordenamento do município, atendendo as diretrizes estabelecidas pela Lei N° 10.257/2001 denominada *Estatuto da Cidade*, assim como pelos artigos de N° 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que têm por objetivo estabelecer normas e diretrizes que orientam as formas de uso do espaço urbano das cidades, especialmente ao indicar o Plano Diretor como instrumento necessário ao planejamento, no ano de 2014, sob gestão do então prefeito do município de Bragança João Nelson Pereira Magalhães, por meio do projeto de Lei N° 015/2014, foi homologado junto a câmara de vereadores a atualização do *Plano Diretor Participativo* (PDP) que se consolidou por meio da Lei complementar de N° 006/2015.

Por determinação do decreto N° 1.066, de 19 de junho de 2008 que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará, Bragança constitui um dos 15 municípios da Região de Integração (RI) do Rio Caeté. De acordo com o artigo 1° do referido decreto, a regionalização do Pará tem como objetivo:

> Definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais (PARÁ, 2011).

A Secretaria de Planejamento do Pará adota no Plano Plurianual (PPA), o principal instrumento de planejamento do governo, essa organização do Estado em regiões de integração, direcionando suas ações considerando as vocações, as especificidades, as semelhanças de ocupação e o dinamismo econômico dos municípios que compõem tais regiões.

Do ponto de vista econômico, dados do PPA de 2012-2015 apontam que Bragança integrou os cinco municípios que mais contribuíram para a geração de Produto Interno Bruto (PIB) do Pará, fornecendo 23% de contribuição para o PIB que apresentou valor corrente de R$ 1,4 bilhões em 2008 no Estado. Os setores que predominavam a estrutura produtiva dessa Região de Integração segundo o PPA de 2012-2015, eram a pesca, lavoura, construção civil, indústria de transformação e comércio (PARÁ, 2011).

Reconhecendo a pesca como uma das vocações do município de Bragança, o presente trabalho traz uma análise crítica do Plano Diretor Participativo (PDP) do município de Bragança no Estado do Pará, do ano de 2015, apontando as convergências e divergências entre o diagnóstico e as proposições do PDP e a realidade atual do município, assim como as disposições do plano que foram efetivamente implementadas e os fatores que favoreceram ou dificultaram a aplicação do disposto no mesmo. Para uma abordagem mais direcionada foi delimitado um recorte específico do PDP no que tange os planejamentos da pesca no município.

METODOLOGIA

Considerando a especificidade desta pesquisa, foi classificada como de abordagem qualitativa que contou com duas técnicas de coleta de dados: análise documental e entrevistas semiestruturadas. Segundo (Minayo apud Marconi e Lakatos, 2011), uma pesquisa qualitativa responde a questões particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, sendo pertinente para realização de uma pesquisa que objetiva fazer uma análise crítica da correlação dos planejamentos de desenvolvimento municipal e estadual para investigar suas efetividades de ações, principalmente nos setores ambientais e econômicos.

Os documentos utilizados na análise documental foram principalmente: o Plano Diretor Participativo (PDP) de Bragança do ano de 2015 e as Estratégias do Plano Plurianual do Estado do Pará (PPA) dos anos de 2012-2015. A análise documental utiliza o documento como objeto de estudo para identificar informações factuais a partir de questões e hipóteses de interesse do pesquisador (Junior *et al*., 2021).

Com a finalidade de alcançar melhor entendimento da temática proposta para a investigação, foi realizado um recorte do PDP direcionando para o capítulo em que a pesca é mais discutida, sendo o Capítulo IV -Título II que trata "Das Diretrizes Setoriais para o Desenvolvimento Econômico", especificamente a Seção II que trata da Aquicultura e Pesca, por ser este um dos setores de maior representatividade da economia local e objeto desta pesquisa.

A entrevista qualitativa, é a técnica mais usual na investigação qualitativa (Marconi e Lakatos, 2011). A entrevista foi escolhida como técnica de coleta de dados por ser uma maneira flexível e aberta de se pesquisar um tema, utilizando diversas ferramentas como anotações e gravações para obter informações importantes, compreendendo perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas (Marconi e Lakatos, 2011). O tipo de entrevista adotado foi a semiestruturada em que "o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada" podendo explorar amplamente a questão (Marconi e Lakatos, 2011, p.281).

O Secretário das Secretarias Municipais de Pesca e Aquicultura e a de Meio Ambiente, Danilo Gardunho, foi entrevistado durante a coleta de dados. A entrevista foi gravada com permissão do entrevistado e os dados foram transcritos para facilitar a análise.

ENTRE PLANO PLURIANUAL (PPA) E PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO (PDP)

No capítulo IV do PDP de Bragança, constam as Diretrizes Setoriais para o Desenvolvimento Econômico, enfatizando que:

> A Política de Desenvolvimento Econômico de Bragança será promovida a partir da dinamização e diversificação das atividades econômicas existentes e potenciais, de forma ordenada, articulada com o desenvolvimento social e com a proteção do meio ambiente, estimulando o empreendedorismo em todo o território de Bragança, observando os princípios de inclusão social e da sustentabilidade ambiental, com base nas peculiaridades locais e visando à redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população (Bragança, 2016).

Uma das diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico para Bragança é "trabalhar o aproveitamento da área lacustre: mar, rios, furos, etc., para o uso integrado da pesca, do extrativismo animal, da aquicultura e do turismo", demonstrando, nesse inciso XVII do artigo 48 do PDP, o reconhecimento do potencial bragantino no que se refere a diversidade de formas de explorar os ambientes aquáticos e o pescado.

Como a pesquisa partiu do interesse e reconhecimento da pesca como uma das atividades mais produtivas de Bragança, foi entrevistado o atual secretário de Pesca e Meio Ambiente, que informou que as ações municipais, através de projetos e parcerias com instituições têm conseguido efetivar as seguintes ações estratégicas dispostas no PDP, artigo 53: I - verticalizar a produção do pescado, mariscos: carne, pele, escamas, bucho, etc.; II - preparar mão-de-obra qualificada para construção/manutenção de barcos e motores; IV - capacitar o pescador na fabricação de apetrechos da pesca; VI - transformar a Secretaria Municipal de Economia e Pesca – SEMEP em Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura – SEMPAQ; VII - capacitar mão-de-obra para o desenvolvimento da aquicultura dentro dos padrões tecnológicos vigentes; VIII - capacitar pescadores e produtores rurais nas atividades que envolvem o beneficiamento de sua produção, dentre outras ações que não estão descritas no PDP mas têm sido implementadas pela prefeitura, a exemplo dos Projetos Educa Pesca, Eco Pesca e os Programas Mais Pesca e Programa Municipal para o Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável.

O secretário Danilo Gardunho informou algumas ações que estão sendo efetivadas no ano vigente, como o "Programa Mais Pesca" que conta com o "Projeto Saúde nas Águas", que tem feito atendimento às comunidades, levando vacina, atendimento médico e água potável para as ilhas e praias, assim como o projeto Energia das Ilhas, levando energia solar para as comunidades ribeirinhas.

Outra ação de grande relevância foi a instalação do escritório para atendimento ao pescador e pescadora municipal, em parceria com o governo federal que viabilizou a emissão do Registro Geral de Pesca (RGP), no próprio município, pois anteriormente só era retirado na capital Belém, o que acarretava muitos custos aos pescadores(as), especialmente da pesca artesanal. Além da criação do Sistema Integrado Municipal de Pesca e Aquicultura (SIMPAC), que tem contribuído para avanços no atendimento à cidadania do pescador(a) e aquicultor(a).

Em relação ao preparo da mão de obra qualificada a prefeitura tem trabalhado em parceria com o SENAI, SENAR e SEBRAE, com oferta de cursos diversos, especialmente aos pescadores e pescadoras artesanais bem como agricultores e agricultoras. Ressalta-se que a oferta desses cursos acontece de forma esporádica e, por isso, é importante analisar se as proposições dispostas no PDP em relação a capacitação profissional dos pescadores e pescadoras, têm dado conta de contemplar tais objetivos.

No entanto, o município conta com um importante sistema de ensino em parceria com o IFPA e com a Capitania dos Portos: o Educa Pesca, um sistema de ensino com oferta de curso do Ensino Fundamental, direcionado aos pescadores e pescadoras, assim como para a família de pescadores que estejam em distorção de série/idade e que não tenham concluído o Ensino

Fundamental, obrigatório para a retirada da carteira de pescador(a). É um sistema de ensino de EJA (Educação de Jovens e Adultos), articulado com o ensino técnico, que segundo Danilo Gardunho, é baseado na pedagogia da alternância, de Paulo Freire, em que se adapta o tempo escola ao tempo trabalho, voltado, neste caso, especialmente ao tempo pesca. Com a conclusão do curso, os pescadores e pescadoras podem, caso queiram, fazer a retirada da carteira de pescador(a) da Marinha do Brasil, a carteira Federal e a carteira Municipal do(a) pescador(a).

Por outro lado, é importante considerar algumas das estratégias que não foram efetivadas como dispostas no Artigo. 53 do PDP: III - implantar câmaras frigoríficas em locais estratégicos de pesca fora da Sede do Município; V - regulamentar através de lei, todo o peixe exportado; IX - formar grupos familiares para implementação de piscicultura familiar: carcinicultura e ostreicultura; X - auxiliar órgão competente na fiscalização da pesca predatória, com a criação da polícia marítima; XI - viabilizar a instalação de entreposto pesqueiro municipal.

A questão da fiscalização da pesca é um dos grandes entraves ao desenvolvimento econômico sustentável. A estratégia prevista no inciso X, art. 53 (Cap. II, Título II) do PDP: "auxiliar órgão competente na fiscalização da pesca predatória, com a criação da polícia marítima", continua sendo um dos grandes desafios para o município. Não foi criada a Polícia Marítima, mas, segundo o secretário de Pesca e Meio Ambiente, pretende-se criar a Guarda Ambiental em parceria com a Guarda Municipal. A SEMA é o órgão que tem feito a fiscalização e monitoramento, em parceria com ICMBio, e algumas vezes sendo necessário acionar o IBAMA.

Importante observar que algumas dessas estratégias não foram executadas pela falta de recursos por parte da esfera municipal. Segundo Danilo Gardunho a "implantação das câmaras frigoríficas em locais estratégicos de pesca fora da Sede do Município" não aconteceu especialmente pela mudança de governo no ano de 2019 e o corte de verbas por parte do Governo Federal nos anos de 2019 a 2022, aos projetos de infraestrutura de conservação de pescado.

A questão de "viabilizar a instalação de entreposto pesqueiro municipal" é um outro exemplo de uma ação que não foi realizada devido a mudança de governo. Foi feita a planta do projeto, mas não houve recursos para a realização da estrutura planejada. Atualmente há uma pequena área de embarque e desembarque na orla da cidade, e foi feito um projeto menor que está sendo submetido para arrecadar os recursos através do governo Estadual e Federal para a instalação do entreposto pesqueiro municipal.

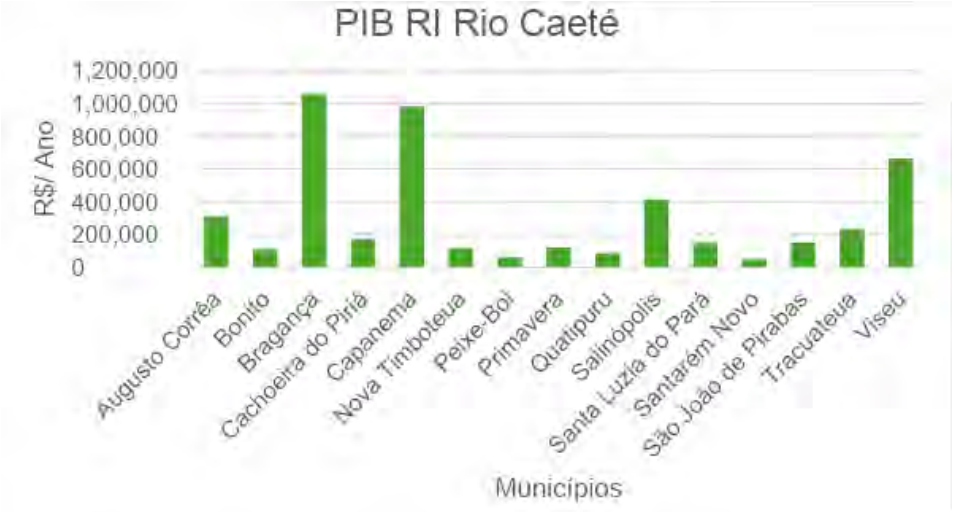
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além da Pesca e Agricultura, Bragança se sobressai no setor de comércio e serviços. De acordo com Ribeiro (2018), somadas, estas atividades garantem a Bragança o maior PIB em comparação as cidades vizinhas (Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu), com ordem de R$ 504.587 por ano, chamando

atenção também a área de alcance dos serviços de saúde e educação que atendem aos munícipes de Viseu, Cachoeira do Piriá, Augusto Corrêa, Tracuateua, Capanema, Santa Luzia, Castanhal, Ananindeua, Belém e outros.

De acordo com dados da Fapespa (2019), o PIB do município tem se destacado em relação aos demais que compõem a RI Rio Caeté, de acordo com o representado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: elaborado pelo autor com base nos dados da Fapespa, 2019.



Segundo Lima (2020, p.59), a atividade pesqueira em Bragança também é de suma importância para a economia regional, abastecendo de pescado o município e outras regiões dos estados do Pará, Maranhão e Ceará, demonstrando assim sua importância no abastecimento alimentar e na geração de emprego e renda para a cidade. Segundo secretário de Pesca, Danilo Gardunho, foi constatado a existência de mais de 20 empresas de pesca regularizadas que trabalham no transporte de pescados e mariscos para outros municípios e estados, além de duas grandes empresas que operam no beneficiamento de pescado para exportação, sendo a Gpesca pioneira no município com mais de 20 anos no mercado, e a Brafish mais recente.

O setor da pesca em Bragança ocorre em duas vertentes, artesanal e industrial, sendo a segunda mais voltada a pesca do pargo, ambas colaboram de forma significativa para o movimento da economia local em diversos setores, como nos estabelecimentos de processamento de pescado, fábricas de gelo, embarcações pesqueiras, lojas de material de pesca e outros (LIMA, 2020, p.15).

Uma das ações estratégicas propostas no PDP de Bragança para alavancar ainda mais esse ramo é a verticalização da produção de pescado, o que pode resultar em mais oportunidades de retornos econômicos e aproveitamento dos recursos explorados. Nesse sentido, o secretário Danilo Gardunho informou que além das duas empresas privadas de beneficiamento de pescado já existentes, novas empresas chegarão à cidade, sendo que uma vai ser direcionada especificamente para o setor da aquicultura. Das iniciativas do município, há o projeto de montar uma unidade de

beneficiamento de peixes advindos da produção dos currais de pesca, bem como a substituição e desativação da atividade de salgadeira que ocorre na Vila dos Pescadores.

Ainda sobre a pesca em Bragança, o secretário Danilo Gardunho considera que essa atividade faz parte de um tripé de principais atividades do município, que é composto pela pesca, agricultura e comércio, mas também destaca o funcionalismo público e serviços. O secretário informou que a gestão atual tem se preocupado com a questão da infraestrutura, o que resultou na construção de portos de desembarque próximo à orla da cidade, mas que ainda é considerada pequena para quantidade de embarcações de pesca cadastradas que chega a mais de 200 unidades.

O secretário complementou a informação sobre a pesca indicando que os dados da produção de pescado em Bragança são subestimados, em 2017 por exemplo se contabilizou 10 mil toneladas por ano, porém, pode chegar até 20 mil toneladas/ano. Diante desse cenário existe o planejamento para criação de um atracadouro maior a ser instalado na Vila de Bacuriteua até o final de 2025 que atenda a demanda da quantidade de embarcações pesqueiras do município.

No setor da aquicultura, foi formulado um Programa de Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável a partir de 2018, em que foi realizado um diagnóstico na população para identificar interesse nessa atividade, resultando no mapeamento de 270 lotes de terra e no zoneamento aquícola que foi finalizado em dezembro de 2023. No Programa, existe o projeto de qualificação dos aquicultores, em que a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura fornece a infraestrutura, assistência técnica e treinamento para as famílias interessadas no empreendimento.

Essa informação é compatível com ações estratégicas do capítulo IV, artigo 53 e inciso VII do PDP de Bragança que visa “capacitar mão-de-obra para o desenvolvimento da aquicultura dentro dos padrões tecnológicos vigentes” (BRAGANÇA, 2015). Segundo Danilo Gardunho, a partir da implementação desse programa, Bragança saiu do último lugar no ranking de produção de Tambaqui na RI do Rio Caeté para o primeiro lugar em dois anos consecutivos.

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) apresentou o perfil socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Rio Caeté, em que Bragança aparece como principal município exportador que se concentra em peixes congelados, secos e filés de peixe que correspondem a 65%, 17% e 14%, respectivamente, das transações de exportações de toda RI. Bragança também desponta como um dos três municípios que tem aeroporto na RI, assim como detém Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (Fapespa, 2019).

DESAFIOS E PROPOSIÇÕES

Durante a pesquisa, foram constatados inúmeros esforços do Poder Público para a consolidação das diretrizes que tangem os artigos dispostos no PDP, principalmente das estratégias econômicas para o município, em especial para o setor da pesca, agricultura e comércio.

Percebe-se que o setor da pesca e aquicultura é o que mais retém atenção, tanto no sentido de infraestrutura com ampliação dos portos, criação de um setor específico para atendimento aos pescadores, atendimento de saúde e ações de cidadania direcionado a esse setor, assim como a consolidação de parcerias com instituições como EMATER, SEBRAI, IFPA, SENAR e outras para ampliação da assistência técnica com intuito de estruturar e expandir o setor.

Na aquicultura, os esforços para realizar uma das ações estratégicas do PDP, resultaram em um Programa que atende e dá assistência às famílias interessadas na prática, elevando Bragança para a posição de primeiro lugar na produção de Tambaqui, o que era uma realidade distante para algumas comunidades sem o investimento do poder público para que essa atividade pudesse ser iniciada.

Foi constatado que alguns programas e projetos que não constam no plano Diretor Participativo de 2015 foram criados e colocados em prática, como o Educa Pesca que atende os(as) pescadores(as) para a conclusão do ensino fundamental, o Eco Pesca que trata da educação ambiental direcionada aos trabalhadores da pesca, o Energia nas Ilhas que pretende levar energia solar para comunidades que ainda não dispõem de energia pela impossibilidade de implantar energia cabeada. Esses resultados demonstram que o Plano Diretor é um direcionamento, porém ações podem ser realizadas para além do que está descrito no documento.

CONCLUSÃO

Considerando a importância do município de Bragança para a economia da Região de Integração do Rio Caeté, resultados de sua relevante participação principalmente na atividade pesqueira para abastecimento local e exportação, é necessário reunir esforços do poder público com a sociedade para que Bragança consiga se consolidar em um lugar de destaque no âmbito estadual para que novos investimentos possam ser aplicados direcionados também aos fatores ambientais e sociais.

Sobre os planejamentos municipais, estaduais e federais, precisam ser direcionados à resolução de problemas compatíveis com a realidade da região a que forem direcionados, diante de suas especificidades, demandas e potencialidades. Sendo Bragança um importante polo pesqueiro do Estado, as diretrizes e ações estratégicas precisam contar com resoluções viáveis e não utópicas

somente para fascinar quem lê os documentos publicados com intuito de visibilidade eleitoral, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Cesar França et al. Considerações sobre a comercialização de pescado em Bragança-Pará. Boletim Técnico Científico do Cepnor, v. 6, n. 1, p. 105-120, 2006.

BRAGANÇA. Lei Complementar N. 006/2015. Dispõe sobre a atualização do Plano Diretor Participativo do Município de Bragança e dá outras providências. 2015.

BRASIL. Lei 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 29/12/2023.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Região de Integração do Rio Caeté: Perfil Socioeconômico e Ambiental. 2019. Disponível em: < Slide 1 (seplan.pa.gov.br)>. Acesso em 10/01/2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/braganca/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em 28/12/2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama do Censo 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/braganca/pesquisa/10101/0?indicador=96386>. Acesso em 28/12/2023.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51. 2021.

LIMA, Jackson Brito. "Políticas públicas e a atividade pesqueira no município de Bragança, estado do Pará, Amazônia, Brasil. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PARÁ. Decreto Nº 1.066, de 19 de junho de 2008. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Palácio do Governo. Disponível em: <176938.pdf (semas.p a.gov.br)>. Acesso em 09/01/2023.

PARÁ. Planos Plurianuais do Governo do Estado do Pará 2012-2015 / 2020-2023. Secretaria de Estado de Planejamento. – Belém: Diretoria de Planejamento. Disponível em: <www.seplad.pa.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2023.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Cidade de porte médio de importância histórica: particularidades de Bragança no Nordeste do Pará/Medium size-city of historical importance: particularities of Bragança, Northeast of Pará. Caderno de Geografia, v. 28, n. 52, p. 1-24, 2018.

SEMAS. Plano Estadual de Bioeconomia do Pará. PlanBio Pará. Outubro de 2022. Disponível em: <https://semas.pa.gov.br/legislacao/files/anexos/192126_Plano%20-%20Bioeconomia.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

SOUSA, Thalita Adriana Ferreira de et al. Política ambiental costeira: uma análise do seu impacto em Bragança-PA. 2011.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MOEDA SOCIAL ARARIBOIA

Ariana Britto[1] (J-PAL)
Victor Bridi[2] (UFF)
Anna Isabela Fernandes[3] (UFF)
Fabio Waltenberg[4] (UFF)

Resumo: O programa Moeda Social Arariboia, lançado em janeiro de 2022 em Niterói, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, é uma política de transferência de renda permanente. A política tem como objetivo promover o desenvolvimento local e mitigar a pobreza. Sua estrutura é fundamentada na introdução e circulação de uma moeda social digital destinada às famílias niteroienses em situação de pobreza ou extrema pobreza cadastradas no CadÚnico. O valor mensal do benefício pode alcançar até 868 arariboias, equivalente a 868 reais. A avaliação de implementação do programa ocorreu entre maio e novembro de 2022, com o propósito de identificar problemas e estratégias de aprimoramento relativos ao acesso, uso e circulação da moeda social. A pesquisa compreendeu uma análise do contexto de implementação, entrevistas qualitativas com grupos focais de beneficiários do programa e comerciantes cadastrados. Resultados da avaliação permitiram sistematizar fatores facilitadores e limitantes da implementação do programa. Do ponto de vista dos beneficiários, a moeda digital oferece a vantagem de permitir o acesso amplo e imediato a um benefício social. Todavia, ressaltam que a falta de familiaridade com recursos digitais é um dos principais desafios para a expansão do programa. Em relação aos comerciantes, uma das vantagens das moedas sociais é estimular, integrar e diversificar a economia local devido à circulação restrita. O uso de moedas sociais digitais tem demonstrado ser um caminho importante para a políticas públicas, garantindo agilidade e eficácia na promoção do bem-estar e qualidade de vida, especialmente daqueles em maior situação de vulnerabilidade.

Palavras-chaves: Moeda Social Arariboia, Niterói, transferência de renda, políticas públicas, Brasil

1) INTRODUÇÃO

As moedas sociais, entendidas como moedas complementares, representam uma abordagem adicional aos meios de troca, diferenciando-se das moedas emitidas por bancos centrais (Gama, 2023). Em vez disso, as moedas sociais são legitimadas por consensos coletivos, emergindo em resposta a desafios, objetivos e recursos específicos de comunidades. As moedas sociais, por sua natureza cidadã, são concebidas para refletir os interesses locais, visando fortalecer os laços sociais e fomentar o crescimento econômico dentro de uma área geográfica delimitada (Gama, 2023).

[1] Gerente de Políticas Públicas, J-PAL LAC, Brasil. E-mail: abritto@povertyactionlab.org.
[2] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, Brasil. E-mail: victorbridi@id.uff.br.
[3] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, Brasil. E-mail: annaifl@id.uff.br.
[4] Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, Brasil. E-mail: fdwaltenberg@id.uff.br.

Portanto, seu escopo é limitado a um território específico e não têm a intenção de suplantar a moeda oficial.

As moedas sociais abraçam diversas finalidades, desde estimular o desenvolvimento regional até promover a reciprocidade entre os membros da comunidade, integrar práticas sustentáveis de produção e consumo, e até mesmo fortalecer o aspecto social da moeda ao desencorajar especulações e retenções desnecessárias (Fare; Ahmed, 2017). No Brasil, as moedas sociais tiveram sua origem, sobretudo, em iniciativas de organizações comunitárias alinhadas aos princípios da economia solidária. Estas iniciativas são frequentemente apoiadas por bancos comunitários, os quais se dedicam não só a promover feiras para produtores locais, mas também a fornecer capacitação em relação aos fundamentos da economia solidária (Gama, 2023).

A história das moedas sociais municipais no Brasil começou em 2010, com o lançamento da moeda capivari em Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro. Desde então, as moedas sociais foram adotadas em outras localidades e, em 2022, sete municípios já haviam implementado suas próprias moedas sociais amparadas em decretos legais, refletindo um movimento crescente por sistemas financeiros comunitários e sustentáveis (Gama, 2023). A partir de 2016, as moedas sociais integradas à Rede Brasileira de Bancos Comunitários entraram em uma nova era digital, atreladas à plataforma E-dinheiro. O E-dinheiro, criado em 2014 pelo Instituto E-dinheiro Brasil, oferece serviços digitais para emissão e gestão de moedas sociais digitais, permitindo aos bancos comunitários fornecerem uma gama mais ampla de serviços financeiros digitais para suas comunidades (Gama, 2023). A mumbuca, de Maricá, foi a primeira moeda social municipal a adotar o formato *online*, representando um marco significativo na evolução dessas iniciativas, que se propagaram para outros municípios, incluindo Niterói, objeto de investigação do presente estudo.

Além de um meio de troca complementar à moeda oficial, moedas sociais podem ser conjugadas com objetivos sociais, tais como o alívio da pobreza e o estímulo à economia local. Nesse sentido, a Moeda Social Arariboia é um programa permanente de transferência de renda, direcionado a famílias em Niterói que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza e estão registradas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal. Esta política implementa uma moeda digital local denominada arariboia, cuja circulação está limitada ao território de Niterói. A arariboia é destinada exclusivamente para transações em estabelecimentos locais, abrangendo desde pequenos prestadores de serviços até grandes redes de supermercados, todos previamente cadastrados pela prefeitura. Mantendo uma paridade direta com o real, cada unidade de arariboia tem o mesmo valor nominal de uma unidade de real.

O benefício da Moeda Social Arariboia alcança, atualmente, mais de 37 mil famílias em Niterói e, até dezembro de 2023, mais de 5,7 mil estabelecimentos comerciais e prestadores de

serviços estavam cadastrados para aceitar o pagamento em arariboia.[5] Em um período de dois anos, o programa viabilizou, aproximadamente, três milhões de transações comerciais na moeda social, totalizando um movimento financeiro de mais de R$ 257 milhões nos comércios locais, conforme informações disponibilizadas em sites do programa.

Desde o lançamento da política, os valores do benefício tiveram quatro alterações.[6] A partir de março de 2024, o valor básico mensal do auxílio é de 308 arariboias por família, com um adicional de 112 arariboias para cada membro da residência – limitado a um total de seis beneficiários. Isso significa que famílias compostas por seis ou mais integrantes recebem o montante máximo de 868 arariboias por mês. É importante destacar que o recebimento do benefício não está sujeito a quaisquer condicionalidades, além da comprovação de renda familiar exigida para inscrição no Cadastro Único.

Os beneficiários do programa recebem um cartão equipado com tecnologia NFC (*Near Field Communication*), similar àquela utilizada para pagamentos por aproximação com dispositivos móveis. O cartão permite o uso das arariboias tanto fisicamente quanto através de um aplicativo de celular, que possibilita a consulta de extratos, saldo e a realização de transferências, em um processo similar ao sistema Pix.

O programa destaca-se pelo seu papel no alívio imediato da pobreza e no fortalecimento da economia de Niterói. Enquanto o primeiro objetivo é alcançado através da transferência direta de recursos para famílias em situação de vulnerabilidade social, o segundo se materializa pela circulação da moeda social dentro das fronteiras do município, impulsionando o comércio e beneficiando os empreendimentos locais. Assim, a dinâmica estimulada pelo programa criaria um ciclo positivo de desenvolvimento econômico, especialmente nas regiões periféricas do município. Além disso, a Moeda Social Arariboia visa facilitar a inclusão bancária, eliminando as burocracias dos bancos tradicionais e garantindo um acesso ágil ao benefício para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

2) BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (RJ)

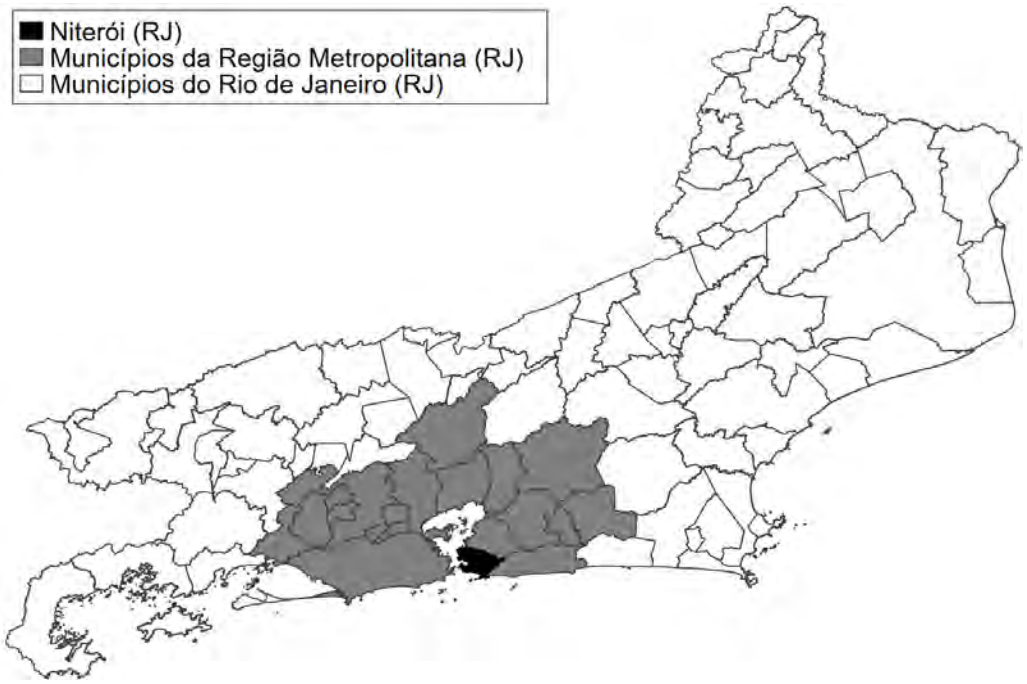
O município de Niterói está localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro (RJ), possuindo uma população de 481.749 habitantes e uma densidade demográfica de 3.601,67

[5] Informações disponíveis em: https://niteroi.rj.gov.br/2024/02/23/moeda-social-arariboia-tera-aumento-a-partir-de-marco/.

[6] Inicialmente, o benefício mínimo foi estabelecido em 90 arariboias, com a possibilidade de um aumento de 90 arariboias para cada membro adicional da família. Em fevereiro de 2022, o benefício mínimo foi elevado para 250 arariboias, mantendo-se as 90 arariboias por membro adicional. Em julho de 2023, o valor básico mensal subiu para 293 arariboias, com acréscimo de 106 arariboias por membro adicional. Desde março de 2024, vigoram os valores de 308 arariboias por família, com adicional de 112 arariboias por membro adicional.

habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com o censo do IBGE de 2022. Internamente, o município é dividido em cinco regiões administrativas: Norte, Praias da Baía, Oceânica, Leste e Pendotiba. Niterói faz fronteira com os municípios de Maricá ao leste, São Gonçalo ao norte e é ligado à capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro, por meio da Ponte Rio-Niterói. A localização geográfica do município pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 – Localização do município de Niterói, RJ



Fonte: elaborado pelos autores a partir do censo do IBGE (2022).

Quanto a seus indicadores socioeconômicos, destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Niterói, de 0,837 em 2010, era o mais elevado entre os municípios do estado do Rio de Janeiro e o sétimo entre todos os municípios do Brasil.[7] Em 2019, o PIB per capita do município era de R$ 90.643,80, o sétimo mais elevado do estado e 2,6 vezes maior do que a média nacional, de R$ 35.161,70.[8]

Embora apresente melhores indicadores socioeconômicos do que o estado do Rio de Janeiro e o Brasil, Niterói ainda convive com dificuldades inerentes aos municípios de regiões metropolitanas: uma porcentagem significativa de pessoas em situação de pobreza e uma expressiva desigualdade social. Segundo dados do censo populacional de 2010, 6,2% da população niteroiense vivia abaixo da linha da extrema pobreza, menor do que as médias nacional (16,4%) e estadual (10,7%)

[7] Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330330. Acesso em: 10 abr. 2024.

[8] IBGE Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama. Acesso em: 10 abr. 2024.

(Prefeitura de Niterói, 2013). Já em relação à desigualdade social, o Índice de Gini para o município de Niterói alcançou a marca de 0,59 em 2010, valor igual ao observado no estado do Rio de Janeiro e acima da média nacional, que foi de 0,53.

No ano de 2020, o município de Niterói foi severamente afetado pela pandemia da Covid-19. Apenas no primeiro semestre, período de maior impacto econômico da pandemia, observou-se uma perda líquida de 8.485 postos de trabalho no município. No acumulado do ano, 5.246 postos de trabalho foram perdidos em Niterói, uma queda de 3,6% no estoque total de empregos formais em relação ao final do ano de 2019, de acordo com dados ajustados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Tal redução nos níveis de emprego e de atividade impactaram diretamente as taxas de pobreza da região que compreende o Arco Metropolitano de Niterói e São Gonçalo: de 15,7%, em 2019, para 21% em 2021, quando medidas pela linha de pobreza de 5,50 dólares PPP por dia, equivalente a cerca de 500 reais por mês (Neri, 2022).[9]

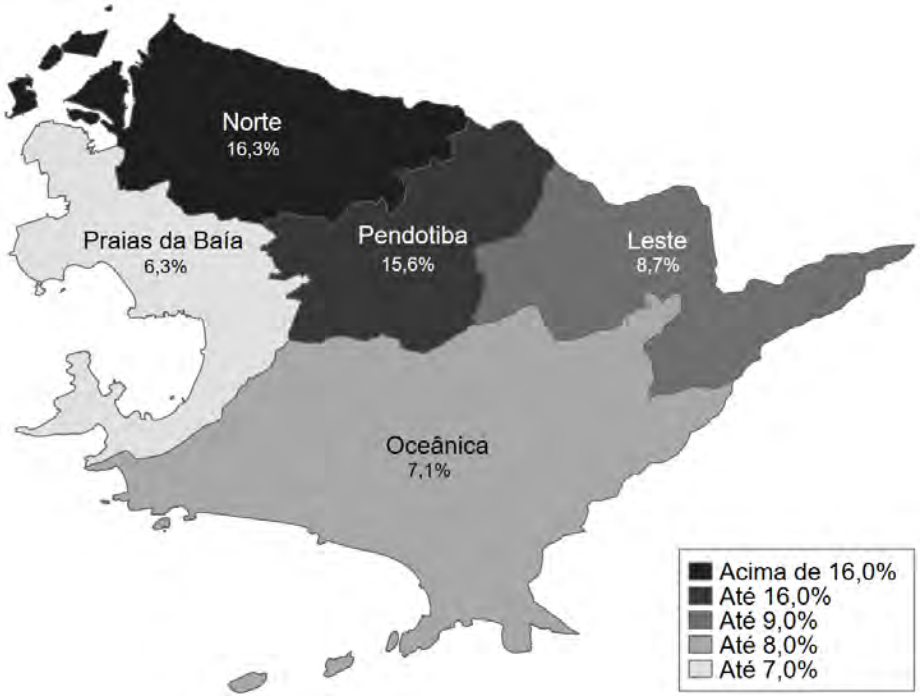
Durante a realização da pesquisa, obtivemos acesso aos dados do Cadastro Único referentes ao mês de setembro de 2020, período pouco posterior à eclosão da crise sanitária de Covid. Os dados revelaram que, durante o período analisado, aproximadamente 56 mil indivíduos em Niterói viviam com uma renda familiar per capita mensal inferior à linha de pobreza estabelecida pelo programa Bolsa Família (PBF), situada em 178 reais no período. Isso equivale a aproximadamente 10,8% da população do município. Por outro lado, constatou-se que 85% da população que vivia abaixo da linha de pobreza também se encontrava abaixo da linha de extrema pobreza, estabelecida em 89 reais, isto é, cerca de 47 mil indivíduos. Isso sugere que o hiato da pobreza, ou seja, a diferença média entre a linha de pobreza e a renda familiar per capita das pessoas em situação de pobreza, desempenha um papel significativo em Niterói.

Ao analisar os mesmos dados de maneira desagregada, observa-se uma forte concentração geográfica da pobreza dentro do município de Niterói. A região Norte possuía o maior contingente populacional em situação de pobreza: 26.304 de seus 161.752 habitantes foram considerados pobres. Por consequência, as maiores taxas de pobreza e de extrema pobreza do município foram registradas nesta região, atingindo, respectivamente, 16,3% e 14,5%. A região de Pendotiba também apresenta elevados índices de pobreza e de extrema pobreza, de 15,6% e 13,6%, sendo sua população no tamanho de 58.947 habitantes, a segunda menor das cinco regiões de Niterói. No outro extremo, a região das Praias da Baía, ainda que apresentasse a maior população do município, de 204.901 habitantes, registrou as menores taxas de pobreza, de 6,3% e 5,1% da população vivendo abaixo da linha de

[9] Valores calculados a partir da PNAD Contínua, do IBGE. Como a pesquisa não é representativa em nível municipal, as taxas de pobreza foram obtidas a partir dos estratos geográficos referentes aos municípios de São Gonçalo e Niterói no período.

pobreza e extrema pobreza, respectivamente. A região Oceânica, com 73.150 habitantes, possui taxas de pobreza e extrema pobreza de baixa magnitude, de 7,1% e 5,3%, respectivamente. Finalmente, a região Leste – ainda que seja a menor do município, com apenas 7.125 habitantes – possui taxas de pobreza e extrema pobreza de 8,7% e 6,5%. Essa desigualdade regional na incidência da pobreza pode ser observada na Figura 2, que apresenta a proporção de pessoas em situação de pobreza em cada uma das cinco regiões administrativas de Niterói.

Figura 2 – Taxas de pobreza por regiões administrativas de Niterói



Fonte: Cadastro Único, setembro de 2020. Elaboração própria.

Além da incidência da pobreza em Niterói, os dados do Cadastro Único permitiram identificar o perfil sociodemográfico dessa população. Entre aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza, apenas 23,5% residem em um domicílio em que ao menos uma pessoa da família obtinha remuneração através do trabalho. Na população em situação de pobreza com 15 anos ou mais, 62% concluíram o ensino fundamental, enquanto entre aqueles com 18 anos ou mais, apenas 30% concluíram o ensino médio.

É importante destacar as principais características domiciliares da população em situação de pobreza. De acordo com os dados do Cadastro Único, constatou-se que 32% dos domicílios classificados nessa condição abrigavam ao menos uma criança com idade entre 0 e 6 anos, enquanto 52% possuíam ao menos uma criança ou adolescente com idade entre 0 e 14 anos. Em contraste, as famílias situadas acima da linha de pobreza apresentavam taxas significativamente menores, com respectivamente 8% e 18% de domicílios que tinham crianças e adolescentes em suas residências. No

que diz respeito à liderança, 82% dos domicílios eram chefiados por mulheres e 58%, chefiados por mulheres negras. Dentre os domicílios monoparentais, que representam 88% dos domicílios abaixo da linha de pobreza, 82% eram chefiados por mulheres, das quais 71% eram negras.

3) DETALHAMENTO DO PROGRAMA MOEDA SOCIAL ARARIBOIA

Diversas políticas públicas e programas de transferência de renda utilizam o CadÚnico como base para determinação do seu público-alvo. O Bolsa Família, por exemplo, combina critérios de renda e composição familiar, ao levar em consideração famílias pobres que tenham como membros gestantes, mães que amamentam, crianças, adolescentes ou jovens entre 0 e 21 anos incompletos. Já o programa Renda Básica da Cidadania do município de Maricá-RJ define, além da inscrição no CadÚnico, critérios de localização de moradia e tempo de residência para seus beneficiários.

O público-alvo prioritário do programa Moeda Social Arariboia são as famílias niteroienses inscritas no CadÚnico, em situação de pobreza ou de extrema pobreza, ou seja, famílias com renda *per capita* de até 178 ou 89 reais, respectivamente.[10] Para o programa Moeda Social Arariboia, a identificação dos beneficiários é feita exclusivamente a partir da inscrição da família no CadÚnico. Nesse sentido, a elegibilidade ao programa se dá unicamente com base no nível de renda familiar, isto é, não há a exigência de quaisquer condicionalidades. Portanto, basta que a família realize e mantenha seu cadastro atualizado junto a algum Centro de Referência Social de Assistência (CRAS) do município para que continue elegível a receber o benefício.

Além disso, o programa Moeda Social Arariboia é um benefício complementar municipal. Por isso, ser beneficiário da Moeda Social Arariboia não exclui o direito de participar de outros programas estaduais ou federais de transferência de renda. Os recursos transferidos às famílias têm circulação restrita ao município de Niterói, com o propósito de favorecer o desenvolvimento de negócios locais, contudo não é necessário comprovar tempo de residência no município para ter acesso ao benefício.

A Tabela 1 exibe a distribuição das famílias que eram beneficiárias do programa Moeda Social Arariboia em março de 2022, desagregadas por regiões administrativas do município e pelo tamanho da família. A distribuição geográfica do benefício reflete a distribuição de pobreza do

[10] Vale ressaltar que se trata das linhas de pobreza que eram usadas no programa Bolsa Família antes de sua substituição, no governo Bolsonaro, pelo programa Auxílio Brasil, em 2022, o qual, por sua vez, foi substituído novamente pelo Bolsa Família no governo Lula em 2023. Valores de fronteira foram definidos pelo Ministério da Cidadania. <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>. Acesso em 20 out 2023.

município, tal como demonstrado pelo mapa da Figura 2: a região Norte tem o maior número de beneficiários do programa, concentrando quase metade do total, seguida pela região Praias da Baía; por outro lado, a região Leste é aquela com o menor número de beneficiários por ser a menos populosa de Niterói.

Tabela 1 – Número de famílias beneficiárias do programa Moeda Social Arariboia por tamanho da família e por regiões administrativas de Niterói, março de 2022

Localização	Tamanho da família						
Região administrativa	**1 membro**	**2 membros**	**3 membros**	**4 membros**	**5 membros**	**6+ membros**	**Total de famílias**
Leste	89	73	83	50	17	5	317
Norte	5.195	3.953	3.056	1.436	476	228	14.344
Oceânica	757	674	623	363	138	65	2.620
Pendotiba	1.384	1.347	1.154	589	211	93	4.778
Praias da Baía	3.109	1.937	1.518	698	262	82	7.606
Não disponível[1]	414	249	200	101	34	14	1.012
Município de Niterói	**10.948**	**8.233**	**6.634**	**3.237**	**1.138**	**487**	**30.677**

Notas: (1) Famílias que não possuíam o endereço cadastrado no CadÚnico.

Fonte: Dados cedidos pela Prefeitura de Niterói.

É possível observar na tabela como se dá a distribuição dos benefícios por tamanho da família, cujo recorte varia de um a seis ou mais membros.[11] A quantidade de benefícios decai conforme o tamanho da família aumenta: cerca de 35% dos beneficiários são de famílias de apenas um indivíduo, enquanto menos de 2% são de famílias beneficiárias com seis ou mais membros.

A Moeda Social Arariboia é totalmente digital e a sua circulação é feita por meio de cartão com tecnologia NFC e também por aplicativo disponível em *smartphones* com sistema operacional *Android* ou *iOS*. A operacionalização da moeda, de responsabilidade do Banco Comunitário Arariboia e do Instituto E-dinheiro, ocorre mediante a distribuição de cartões magnéticos para famílias beneficiárias e o cadastramento de comerciantes e prestadores de serviços. O benefício só pode ser utilizado em empreendimentos que aceitem arariboias e, portanto, que estejam cadastrados no programa. O processo de abertura de contas ocorre exclusivamente de modo presencial, na sede do E-dinheiro. Este cadastramento é realizado diretamente no telefone celular do comerciante ou

[11] As famílias foram agregadas a partir de seis ou mais membros porque todas receberam o mesmo valor de benefício a partir deste tamanho.

prestador de serviços. O número de telefone é utilizado como o código da conta principal, destinada a receber todos os recursos provenientes das vendas em arariboias. O aplicativo disponibilizado pela plataforma E-dinheiro funciona como uma máquina de cartão de crédito e débito.

O comerciante cadastrado também pode realizar movimentações financeiras por meio da sua conta em arariboias de duas formas: i) utilizar a receita gerada em arariboias em outros comércios e serviços que também aceitem a moeda social; ii) por meio da conversão em reais, caso possua conta poupança ou conta corrente em uma instituição financeira convencional. Neste segundo caso, incidem duas tarifas: 2% sobre o valor de cada compra com a moeda social e uma taxa fixa de R$ 6,73 para resgates em bancos convencionais, ou R$ 0,90 na Caixa Econômica Federal.[12] São cobradas tarifas fixas sobre o valor total dos boletos.

A Tabela 2 detalha os comércios cadastrados no programa Moeda Social Arariboia que estavam ativos até março de 2022, isto é, que realizaram algum tipo de transação por meio da moeda social. O recorte dos dados foi feito com base nas regiões administrativas de Niterói e pela categoria do comércio cadastrada na base de dados do Banco Comunitário Arariboia, cedida pela Prefeitura de Niterói para esta pesquisa.[13]

Até março de 2022, um total de 3.290 estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços integravam a rede cadastrada no programa Moeda Social Arariboia. Esses estabelecimentos abrangiam uma ampla variedade de setores, que incluíam desde segmentos tradicionais como alimentação e farmácia até áreas como artigos de recreação e serviços de estética, demonstrando a diversificação e a abrangência da economia local envolvida na implementação dessa iniciativa. As regiões Norte e Praias da Baía, juntas, concentravam no período de análise 75% do total de comerciantes ativos. A região Norte é a mais numerosa e concentra o maior número de beneficiários do programa. Em contraste, a região Leste é aquela que possui a menor oferta de comércios cadastrados. Isso pode ser explicado, em grande medida, pela baixa quantidade de habitantes e pelo fraco dinamismo econômico desta região, mais distante do centro urbano niteroiense.

[12] As taxas fixas de R$ 6,73 para conversões em bancos convencionais e R$ 0,90 para a Caixa Econômica Federal foram implementadas após a avalição de implementação. Anteriormente, durante a avaliação, aplicava-se uma taxa de 1% sobre o câmbio de arariboias em reais, válida do sexto ao último dia de cada mês, com isenção de cobrança até o quinto dia do mês.

[13] Havia inconsistências na categoria de comércio cadastrada na base de dados em diversas observações. Para corrigi-las, observamos caso a caso e imputamos a informação adequada a partir de critérios estabelecidos pela própria equipe de pesquisa, a saber, se o nome do estabelecimento comercial ou a atividade CNAE (para as observações com CNPJ) eram condizentes com a categoria reportada na base. A partir da correção, agregamos os comércios de acordo com as categorias descritas na tabela. A permanência de comércios sem classificação, por outro lado, se deu por conta da impossibilidade em identificar o setor que atuavam, já que, por serem trabalhadores informais, em grande parte dos casos só havia o nome de registro do responsável disponível.

Tabela 2 – Número de comércios ativos cadastrados no programa Moeda Social Arariboia, por regiões administrativas e categorias de comércio, março de 2022

Categoria do comércio	Regiões administrativas						Niterói
	Leste	Norte	Oceânica	Praias da Baía	Pendotiba	Não disp.[1]	
Alimentação fora de casa	12	530	85	317	147	0	1.091
Educação	0	5	0	1	2	0	8
Energia e combustíveis domésticos	0	2	5	1	3	0	11
Farmácias e cuidados pessoais	3	45	24	62	18	0	152
Fumo	0	0	0	0	1	0	1
Habitação, construção e consertos	0	33	1	26	9	2	71
Recreação, cultura e esporte	0	24	2	24	12	0	62
Salões de beleza e serviços de estética	3	204	28	125	49	0	409
Saúde e bem-estar	0	2	1	7	0	0	10
Serviços de tecnologia	1	27	4	22	9	0	63
Serviços profissionais	0	4	2	6	2	1	15
Supermercados, hortifrutis e pequenos mercados locais	10	173	46	132	75	0	436
Transporte e telecomunicação	0	79	12	59	31	1	182
Utensílios	0	54	18	48	23	0	143
Vestuário	3	127	25	115	50	0	320
Não classificado[2]	2	165	18	76	53	2	316
Total	**34**	**1474**	**271**	**1.021**	**484**	**6**	**3.290**

Notas: (1) Comércios cujos endereços não estavam cadastrados na base de dados do Banco Comunitário Arariboia. (2) Comércios cuja classificação não estava disponível na base de dados do Banco Comunitário Arariboia. Fonte: Dados cedidos pela Prefeitura de Niterói.

As categorias de salões de beleza e estética (409), vestuário (320) e transporte e telecomunicações (182) também apresentam números expressivos de estabelecimentos participantes. A categoria de transporte e telecomunicações abrange uma variedade de serviços, como entrega e transporte por motocicletas, veículos particulares, táxis e aplicativos, além de serviços de internet e televisão locais. Por sua vez, a categoria de salões de beleza não se limita apenas aos salões, abrangendo uma gama diversificada de serviços de estética, como manicure, bronzeamento artificial e barbearias. No segmento de vestuário, encontram-se tanto lojas de roupas e calçados quanto serviços de costura.

Nesse contexto, surge a possibilidade de outro efeito positivo do programa: o estímulo aos pequenos negócios locais. Estes setores, assim como o de alimentação, geralmente não apresentam grandes barreiras à entrada de novos empreendedores, e a adoção da moeda social pode incentivá-los, ao garantir uma demanda local contínua devido à constante circulação de renda entre os beneficiários do programa.[14]

4) CONTEXTO DA PESQUISA E DA AVALIAÇÃO EXECUTIVA

Este estudo surgiu da convergência de interesses entre duas secretarias da Prefeitura de Niterói – a Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle (SEPLAG) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) –, juntamente com pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, com o propósito de analisar o processo de implementação do programa Moeda Social Arariboia em Niterói. A avaliação dos resultados de um programa de moeda social em seu primeiro ano de operação não apenas possibilitaria uma compreensão mais aprofundada do programa, incluindo seus pontos fortes e desafios, mas também abriria espaço para ajustes e melhorias, permitindo aos formuladores de políticas e gestores tomar decisões informadas por evidências do programa. Além disso, a avaliação poderia servir como ponto de partida para a disseminação de novas experiências com moedas sociais no Brasil e preparar o terreno para futuros estudos mais abrangentes, como avaliações de impacto ou análises etnográficas. Há a expectativa adicional de que os resultados desta pesquisa possam eventualmente fornecer *insights* e orientações valiosas para os formuladores de políticas públicas em contextos semelhantes, potencialmente influenciando o desenho, implementação e avaliação de programas similares, como a Moeda Social Arariboia.

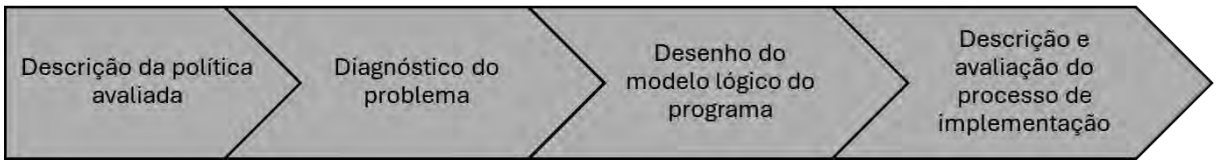
[14] Não se pode afirmar, a priori, que o número elevado de comércios nesses setores se deu por conta de estímulos do próprio programa. Essa hipótese deve ser investigada em pesquisas futuras.

A construção da avaliação executiva do programa Moeda Social Arariboia teve como principal referência o relatório *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post* elaborado pela Casa Civil (Brasil, 2018). No contexto do *Guia prático de análise ex post*, a avaliação executiva geralmente inclui uma revisão dos principais indicadores de desempenho, resultados e impactos da política pública, destacando tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados durante a implementação. Vale lembrar que esta avaliação é parte integrante do processo de análise *ex post*, que visa avaliar retrospectivamente o desempenho e os resultados de políticas públicas após sua implementação, bem como ser uma porta de entrada para outras avaliações, como avaliações de impacto, de resultados, custo-efetividade, dentre outras.

5) MÉTODOS

O desenho da pesquisa considerou quatro etapas da avaliação executiva (Figura 3). O primeiro passo foi descrever a política a ser avaliada, considerando o histórico de sua criação, as normas institucionais que a embasam, as instituições envolvidas em sua execução, sua abrangência territorial, dentre outros pontos. A seção 1 deste artigo apresenta uma versão reduzida dos resultados desta etapa. Posteriormente, foram retomadas a análise do problema e as causas da intervenção para construção do diagnóstico. Idealmente, o diagnóstico do problema deveria ser formulado quando da criação do programa ou da política. No caso específico da Moeda Social Arariboia, não havia um diagnóstico sistematizado e os pesquisadores mapearam as informações nos documentos que embasaram sua criação, incluindo documentos oficiais, leis, apresentações institucionais, peças de comunicação, além de entrevistas com gestores do programa.

Figura 3 – Etapas da Avaliação Executiva do programa Moeda Social Arariboia



Fonte: Elaboração própria a partir do Guia prático de análise *ex post* (Brasil, 2018).

Assim como o desenho diagnóstico, o modelo lógico da Moeda Social Arariboia foi desenvolvido como parte de uma avaliação executiva, seguindo a abordagem da teoria da mudança. Esta metodologia teórica proporciona uma descrição abrangente e visual de como se espera que ocorra uma mudança em um contexto específico. Detalha as etapas necessárias para que ocorram mudanças entre as atividades planejadas ou realizadas pelo programa e seus resultados esperados.[15] Através da

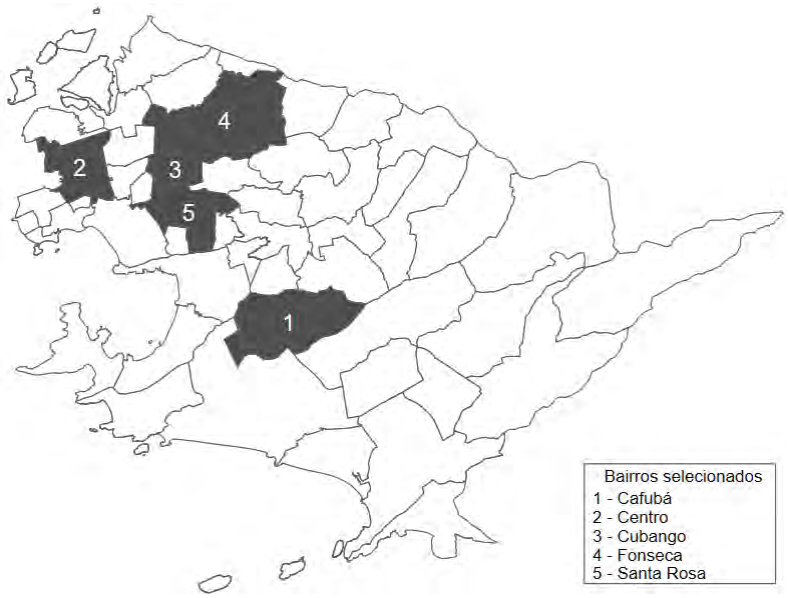
[15] Para mais informações sobre o conceito e a construção de teorias da mudança, ver https://www.povertyactionlab.org/resource/introduction-measurement-and-indicators.

teoria da mudança, é possível realizar uma análise sistemática da lógica subjacente à intervenção em curso, comparando as expectativas iniciais com a implementação até um ponto específico, bem como as premissas que fundamentam a execução da política e os riscos associados a ela.

A análise de implementação foi desenvolvida utilizando métodos qualitativos (Krueger, 2014). Para essa etapa, foram utilizadas técnicas tradicionais de pesquisa qualitativa, incluindo grupos focais e entrevistas individuais semiestruturadas. Inicialmente, planejamos apenas os grupos focais para alcançar um grande número de participantes do público-alvo. No entanto, devido às dificuldades de agendamento com comerciantes e prestadores de serviços, também optamos por realizar entrevistas individuais semiestruturadas com esse grupo.

O roteiro dos grupos focais formados por beneficiários da Moeda Social Arariboia abordou aspectos gerais do programa, dificuldades de acesso e uso da moeda social, percepções do programa e possíveis estigmas associados, além da receptividade dos comerciantes em relação aos pagamentos com a moeda social. Já o roteiro das entrevistas semiestruturadas com comerciantes e prestadores de serviços abordou também aspectos gerais do programa, incluindo dificuldades no uso do aplicativo, suas funcionalidades e as percepções iniciais sobre os efeitos no faturamento. A avaliação qualitativa aconteceu entre os meses de maio e dezembro de 2022 nos bairros de Cafubá (região Oceânica), Centro e Santa Rosa (região Praias da Baía), e Cubango e Fonseca (região Norte), sendo eles indicados na Figura 4.

Figura 4 – Bairros de Niterói selecionados para grupos focais e entrevistas semiestruturadas



Notas: os grupos focais com beneficiários foram realizados nos CRAS dos bairros de Cafubá (1); Centro (2); Cubango (3); e Fonseca (4). Já as entrevistas semiestruturadas com comerciantes foram realizadas por abordagem porta-a-porta no Centro (2); Cubango (3); Fonseca (4) e Santa Rosa (5). Fonte: Elaboração própria.

Os participantes dos grupos focais foram selecionados a partir da listagem de beneficiários do Cadastro Único, disponibilizada pela SMASES. A seleção dos bairros que comporiam a amostra não foi aleatória (bairros com números de 1 a 4 na Figura 4). Foram considerados dois critérios: i) a existência de uma unidade do CRAS no próprio bairro;[16] (ii) alguma representatividade geográfica, ou seja, que os bairros selecionados possuíssem características distintas entre si, em termos de localidade e atributos da região (localidade mais comercial, proximidade do centro da cidade, etc.). No total, 17 beneficiários compareceram às atividades, que tiveram duração média de duas horas. Eram em sua maioria, mulheres (15 dos 17 participantes), negras, com idade entre 30 e 60 anos, de famílias com duas a quatro crianças, em geral filhos(as) ou netos(as), e beneficiárias do Bolsa Família.

Já as entrevistas com comerciantes e prestadores de serviços foram realizadas em locais estratégicos nos mesmos bairros, considerando a maior concentração de estabelecimentos comerciais, a exceção de Cafubá, substituído pelo bairro de Santa Rosa, localizado na região das Praias da Baía de Niterói, em virtude do grande número de empreendimentos presentes no local e a proximidade com o bairro do Cubango (bairros com números 2 a 5 na Figura 4). O resultado final da abordagem porta-a-porta contemplou 17 entrevistas realizadas com sucesso, ao longo de pouco mais de uma semana de visitas. O perfil dos entrevistados incluiu 94% de comerciantes (dos quais, 41% do setor de alimentos, 29% do setor de vestuário e 24% de outros setores, composto por farmácias e *pet shops*) e 6% de prestadores de serviços (setor de beleza).

6) RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos os principais resultados extraídos das informações fornecidas nos grupos focais e nas entrevistas. Os resultados da avaliação de implementação mostram méritos e desafios a serem superados para que a política possa avançar em direção aos resultados desejados. Do lado dos beneficiários, a adoção da moeda digital oferece a vantagem significativa de proporcionar um acesso amplo e rápido a um benefício social. No entanto, resultados dos grupos focais indicam que a falta de proficiência digital é um dos principais desafios do programa. Embora nenhuma das entrevistadas tenha dito que o uso pelo celular foi uma barreira intransponível para a utilização do benefício, percebeu-se que a falta de habilidade com a dinâmica de aplicativos de *smartphones* pode acarretar em uma perda de autonomia dos beneficiários, que necessitam de ajuda para acessar o benefício, instalar o aplicativo e conferir informações sobre saldo, extrato, dentre outras questões.

> *Uma vez eu fui comprar uma coisa e a menina comentou comigo (que era possível pagar utilizando o aplicativo)... Mas, por eu não saber fazer e ela também não saber dizer como é*

[16] Os CRAS são os principais equipamentos públicos de mobilização dos beneficiários no contexto do programa.

> *que funcionava... Porque ela falou: "Ah, só tem o... Só meu esposo - se eu não me engano - é que sabe fazer esse tipo de... Você pode fazer desse jeito." Eu falei: "Ah, eu não sei fazer." Aí, ficamo (sic) naquele impasse. Acabou que eu nem comprei o que tinha que comprar... (Beneficiária e participante do grupo focal do Cubango).*

Considerando que o uso de moedas sociais digitais requer dos beneficiários uma familiaridade com os recursos tecnológicos incorporados em um programa de assistência que dispensa o uso de papel-moeda, existe o risco de exclusão de alguns participantes devido aos baixos níveis de proficiência digital. A exclusão pode se manifestar na dificuldade em manusear o cartão ou inserir a senha nos terminais dos estabelecimentos comerciais, bem como na incapacidade de utilizar de forma autônoma os recursos disponíveis no aplicativo. Além disso, os participantes do programa devem possuir recursos financeiros para adquirir dispositivos celulares e contratar serviços de conectividade que viabilizem a circulação da moeda digital.

> *O meu (aplicativo), eu baixei no celular da minha irmã. O meu celular tá... tava olhando pra minha cara e perguntando: "O que que é isso?" (Beneficiária e participante do grupo focal do Fonseca).*

Na ausência de condições mínimas de acesso, somadas aos baixos níveis de familiaridade com tecnologias, cria-se um potencial risco de exclusão de grupos já historicamente marginalizados.

Os resultados também mostram que, apesar do caráter inovador do programa, os beneficiários ainda encontram a estigmatização e os estereótipos negativos que caracterizam participantes de programas de combate à pobreza. Nos grupos focais, o tema da estigmatização surgiu, seja de forma mais ampla, isto é, direcionada a todo e quaisquer beneficiários do programa, quanto em autodeclarações que reforçam estereótipos sobre o uso de benefícios sociais.

> *...em estabelecimento assim, grandes, são bem mais rápidos. Pega o cartão, já coloca no... no celular - agora, né? Que agora que eles conseguiram assim, implantar esse sistema, porque antigamente você tinha que ficar esperando. Só tinha um que tinha o celular. Aí, toda hora: "Ai, espera Arariboia." Tinha que ficar esperando. (Beneficiária e participante do grupo focal do Cubango).*

> *"Ah, A. (Nome da beneficiária), tá aceitando lá no McDonald's, eu levei as criança. Leva M. (filho da beneficiária)!' Aí, eu falei: "Ai, F. (amiga da beneficiária), eu acho que eu não vou levar, não. Porque eu fico morta de vergonha! Como é que pode, no cartão que é pra fazer compra, você ir no McDonald's? Acho que não tem sentido." (Beneficiária e participante do grupo focal do Centro).*

Diante de tais percepções, é plausível imaginar que o programa Moeda Social Arariboia, assim como outros programas de transferência de renda no Brasil, possa enfrentar importantes desafios políticos, na medida em que tais estereótipos negativos de seus beneficiários persistam e sejam explorados para promover as ambições de candidatos políticos (Layton, 2020). Por fim, estas

evidências têm importantes implicações para os esforços de políticas públicas em promover a inclusão social entre os mais pobres, uma vez que sugerem que este esforço não é nem simples, nem imediato.

Os relatos dos grupos focais também revelam práticas abusivas por parte dos estabelecimentos comerciais cadastrados no programa. Os beneficiários destacam dois tipos de práticas: primeiro, um aumento nos preços dos produtos dias antes do pagamento do benefício; segundo, a imposição de uma "taxa" extra no momento do pagamento em arariboias.

> *Tudo cobra taxa. Se o lanche é 10 vai pra 12. Se você comprar uma blusa, custar 15 vai pra 18. Eles botam assim, da cabeça. (Beneficiária e participante do grupo focal do Cubango).*

> *Porque quem tá acostumado a ir no mercado, você vê a diferença de quando o cartão vira e de depois, o preço que fica, entendeu? Porque depois eu vou no Guanabara... Depois eu vou no Guanabara comprar pão, porque às vezes M. (Filho da beneficiária) tá sem Danoninho, eu vou no Guanabara comprar Danoninho, e você vê a diferença do preço que tá agora e do preço que tava quando o cartão virou. (Beneficiária e participante do grupo focal do Centro).*

Os testemunhos dos beneficiários refletem de maneira evidente essa situação, indicando que próximos ao período de recarga do cartão, observa-se um aumento nos preços nos estabelecimentos comerciais. Há um consenso na percepção de que os preços são aumentados de forma arbitrária durante as transações com a moeda social. Além disso, as práticas comerciais desleais foram objeto de reclamações nas plataformas de redes sociais do programa, e, em algumas instâncias, as queixas foram eficazes em contê-las.

Embora não se trate de uma amostra estatisticamente representativa, a recorrência dessas condutas, observada em diferentes bairros de Niterói, destaca a necessidade de identificar e coibir os estabelecimentos que as praticam. As ações anticompetitivas são ainda mais preocupantes, considerando que os comerciantes não têm custos adicionais para participar do programa e realizar transações em arariboias. O aumento de preços compromete diretamente o objetivo do programa, reduzindo o poder de compra dos beneficiários.

Durante as deliberações conduzidas nos grupos focais, outro aspecto ressaltado foi a dificuldade enfrentada pelos beneficiários ao buscar informações precisas sobre o funcionamento do programa, especialmente em contextos além do simples uso do benefício e do aplicativo. Por exemplo, alguns participantes manifestaram interesse em acumular o benefício para aquisição de bens de maior valor agregado. Nestes casos, foram alertados por outros beneficiários de que, caso não utilizassem o benefício, total ou parcialmente, poderiam incorrer no risco de cancelamento da conta. Essa questão suscitou dúvidas entre os participantes, evidenciando uma preocupação recorrente em relação ao uso do benefício, a gestão de saldos remanescentes ao longo do mês e os critérios que

poderiam levar à perda do benefício. Adicionalmente, constatou-se que os funcionários dos CRAS não forneciam orientações adequadas, particularmente devido à sobreposição de programas similares que atendem aos mesmos beneficiários, como é o caso da Moeda Social e do Bolsa Família, os quais contam com condicionalidades distintas.

Um outro resultado observado ao longo dos grupos focais tratou da percepção das mulheres em relação ao efeito dos programas de transferência de renda sobre a autonomia econômica delas. Embora este não seja um objetivo direto do programa, as pesquisas qualitativas frequentemente exploram temas relacionados à autonomia feminina e equidade de gênero, especialmente no que diz respeito à percepção das beneficiárias sobre sua participação em tais programas. De acordo com Bartholo *et al*. (2019), analisando um conjunto de estudos qualitativos, as autoras identificaram mudanças na dinâmica de autoridade masculina nos lares, decorrente de benefícios sociais. Mesmo sendo a única fonte de renda, o programa proporciona às mulheres uma certa segurança financeira, o que resulta em sentimentos de respeito próprio e ampliação de expectativas para o futuro.

As participantes destacaram a importância do benefício para sua independência financeira. Elas expressaram como o benefício lhes proporcionou liberdade para tomar decisões sobre seus gastos, sem a necessidade de depender financeiramente de seus companheiros.

> *Você não precisa tá pedindo dinheiro pra ir... É! Aí não precisa dá satisfação se vai comprar ou deixa de comprar." (Beneficiária e participante do grupo focal do Cafubá)*

> *Até porque, se você vai na farmácia comprar um remédio e você vê um vidro na esmalte: "Ah, tá na promoção." Você compra e... [Risos] uma independência, né? Precisa[?], né?" (Beneficiária e participante do grupo focal do Cafubá)*

> *Nossa! E como (dá independência, não depender do marido)! E como! Que aí eu sei que no dia 12 vai cair aquele dinheiro, e eu sei que naque... no outro dia eu posso ir lá e comprar, né, do jeito que eu quiser, as coisa, né? (Beneficiária e participante do grupo focal do Fonseca)*

No contexto dos empreendimentos comerciais, os principais objetivos da Moeda Social Arariboia residem em estimular, integrar e diversificar a economia local, considerando que a circulação da moeda é restrita ao município de Niterói. Para promover uma maior adesão da moeda social entre os estabelecimentos locais, foi promovida uma extensa campanha de inscrição no final de 2021 pela equipe responsável pelo programa Moeda Social em colaboração com seu parceiro de tecnologia financeira, a E-dinheiro Brasil. Ao término deste processo, mais de sete mil estabelecimentos estavam cadastrados, embora aproximadamente 40% deles ainda não tivessem efetuado qualquer transação comercial até o encerramento da pesquisa. Embora os resultados

indiquem que os estabelecimentos não enfrentam dificuldades no uso do aplicativo, ainda é necessário compreender os motivos subjacentes à adesão relativamente baixa.

As percepções dos comerciantes em relação ao uso do aplicativo indicaram uma ausência significativa de dificuldades. Entretanto, muitos ressaltaram a necessidade de possuir um celular com leitor NFC para efetuar vendas em arariboias, implicando em um custo adicional considerável para os pequenos comerciantes. Adicionalmente, foram registradas reclamações sobre a lentidão do processo de vendas pelo aplicativo, especialmente em dispositivos *iOS*. Alguns comerciantes observaram um aumento notável nas vendas durante os primeiros meses do programa, especialmente quando as grandes redes de supermercados ainda não haviam aderido ao programa. Contudo, essa percepção foi atenuada com o tempo, à medida que mais estabelecimentos se integravam ao programa. Este fenômeno destaca a importância de compreender os perfis dos usuários do programa, bem como os obstáculos enfrentados pelos negócios participantes.

No que diz respeito aos custos associados à permanência no programa, os entrevistados demonstraram consenso em relação à taxa de 1% cobrada aos estabelecimentos na conversão de arariboias em reais fora da janela de isenção. Como resultado, muitos comerciantes optaram por manter os fundos retidos no aplicativo por períodos mais prolongados, indicando uma circulação relativamente baixa da moeda social dentro do município.

Em síntese, embora os comerciantes tenham relatado uma experiência geralmente livre de grandes dificuldades no uso do aplicativo, é imperativo aprofundar a investigação sobre suas percepções em relação ao programa e aos desafios enfrentados. O acesso aos dados dos comerciantes através do Instituto E-dinheiro pode ser crucial para identificar lacunas e implementar melhorias destinadas a fortalecer e diversificar a economia local, um dos objetivos fundamentais do programa Moeda Social Arariboia.

7) CONCLUSÕES

Diante da análise dos resultados provenientes dos grupos focais e entrevistas realizadas, emerge um panorama complexo acerca da implementação e impacto do programa Moeda Social Arariboia. Os achados evidenciam tanto méritos quanto desafios intrínsecos ao programa, os quais demandam atenção e ação estratégica para seu avanço efetivo em direção aos objetivos delineados.

No âmbito dos beneficiários, a adesão à moeda digital representa uma oportunidade significativa de acesso rápido a benefícios sociais. No entanto, a falta de proficiência digital revela-se como um dos principais obstáculos enfrentados pelos participantes, comprometendo sua autonomia e exigindo assistência para a utilização do aplicativo e demais funcionalidades. Tal constatação

ressalta a necessidade premente de oferecer suporte adequado e capacitação aos beneficiários, visando mitigar essas barreiras e garantir uma participação plena no programa.

Ainda nesse contexto, a observação de práticas abusivas por parte de alguns estabelecimentos comerciais cadastrados, tais como aumento arbitrário de preços e imposição de taxas extras, suscita preocupações quanto à eficácia e integridade do programa. Esses comportamentos não apenas comprometem o poder de compra dos beneficiários, mas também desafiam a ética e a transparência no ambiente comercial, requerendo medidas efetivas de fiscalização e regulamentação.

Por outro lado, a baixa circulação da moeda social no município, evidenciada pela preferência dos beneficiários em gastar nos grandes estabelecimentos comerciais ao invés de pequenos comércios locais devido à diferença de preços entre ambos, além das queixas de comerciantes quanto às dificuldades de converterem arariboias em reais, aponta para a necessidade de repensar estratégias de incentivo e engajamento dos estabelecimentos, a fim de promover uma adesão mais ampla e efetiva ao programa para que os objetivos de desenvolvimento econômico por meio da moeda social sejam alcançados por Niterói no longo prazo.

Considerando tais achados, é imprescindível uma abordagem abrangente e colaborativa na condução do programa Moeda Social Arariboia. Ações que visem a capacitação digital dos beneficiários e também dos profissionais do CRAS quanto ao funcionamento da política, além do uso de estratégias de comunicação que alcancem o público-alvo para que a compreensão das regras do programa seja plena, o monitoramento rigoroso das práticas comerciais e o fortalecimento das parcerias institucionais surgem como imperativos para superar os desafios identificados e garantir a eficácia e sustentabilidade do programa a longo prazo.

Em última análise, os resultados apresentados oferecem *insights* valiosos para aprimorar as políticas públicas voltadas à inclusão social e ao combate à pobreza. Ao reconhecer e enfrentar os desafios enfrentados pelo programa Moeda Social Arariboia, abre-se espaço para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os cidadãos possam desfrutar plenamente de seus direitos e oportunidades.

Referências

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. Cadernos Pagu, n. 55, 2019.

BRASIL. Casa Civil. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post*: Volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República; 2018.

BRITTO, A.; WALTENBERG, F.; BRIDI, V.; CARVALHO, T.; ESTURIÃO, I.; FERNANDES, A.I.; MACIEL, F.; SANTOS, L. 2023. “Avaliação Executiva do programa Moeda Social Arariboia”, mimeo, (Relatório de pesquisa).

FARE, M.; AHMED, P. O. Complementary currency systems and their ability to support economic and social changes. Development and change, p. 1-26, 2017.

GAMA, A. A economia da mumbuca: a circulação da Moeda Social Mumbuca em Maricá entre fevereiro de 2018 e agosto de 2020. Niterói, 2023, 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

KRUEGER, R. A. Focus groups: A practical guide for applied research. Sage publications, 2014.

LAYTON, M. L. Welfare Stereotypes and Conditional Cash Transfer Programmes: evidence from Brazil's Bolsa Família. Journal of Politics in Latin America, v. 12, n. 1, p. 53-76, abr. 2020.

NERI, M. Mapa da nova pobreza. FGV Social, Rio de Janeiro, jun. 2022.

PREFEITURA DE NITERÓI. Moeda Social Arariboia: Nova recarga sai nesta sexta-feira (11). 2023.

PREFEITURA DE NITERÓI. Moeda Arariboia atinge R$ 200 milhões em circulação na cidade. 2023.

PREFEITURA DE NITERÓI. Pagamento de março da Moeda Social Arariboia será realizado na segunda-feira (11) com aumento de 5%. 2024.

GT 02 - Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-americanas

MIGRAÇÃO POR SOBREVIVÊNCIA E A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS MARGENS URBANAS DE FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

Antônia Iara Adeodato[1](UECE)

Leila Maria Passos de Souza Bezerra[2](UECE)

RESUMO: Este trabalho visa analisar as condições de vida e trabalho de imigrantes venezuelanos em condição de pobreza e a atuação do Estado nas margens urbanas na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. Impulsionadas a estudar a problemática da (i)migração, pobreza, margens e Estado, partimos do entendimento de que a própria situação vivida pelo imigrante de sobrevivência (BETTS, 2010) implica representações contraditórias a abrangerem a definição oficial do estado provisório do migrante que o define de direito e o estado duradouro, nas suas condições objetivas, que o determina de fato. A ambiguidade evidenciada na provisoriedade da migração perpassa a própria condição de migrante que se posiciona entre o "ser e não ser social" (BOURDIEU, 1998), atributo relacionado ao reconhecimento da sua existência na sociedade de destino e a garantia de direitos. A sociedade de imigração, ao defini-lo como uma presença provisória ou apenas tolerada, nega-lhe o direito postulado àquele reconhecido como permanente, e o põe em um lugar "à margem" da hierarquia social, influenciando nas formas como os migrantes são percebidos e tratados política, econômica, social e culturalmente (SAYAD, 1998). A situação de ser imigrante ganha complexidade ao trazer à discussão a condição de pobreza, sua relação com a assistência social e os fundamentos da cidadania. Em termos metodológicos, optamos pela abordagem qualitativa, a adotar a entrevista semiestruturada com grupos de imigrantes venezuelanos que recorrem as instituições de assistência social na capital cearense, além da análise de conteúdo de matérias jornalísticas, de modo a identificar os mecanismos de classificação social destes interlocutores de pesquisa, suas vivências e representações sociais. Realizamos, por fim, intersecções contínuas com as pesquisas bibliográfica e documental, com ênfase nas legislações e normativas institucionais, órgãos nacionais e internacionais, com o objetivo de subsidiar as reflexões teóricas e os achados de campo. A produção de dados da pesquisa apontou novas demandas dos atores transnacionais contemporâneos e atuais dinâmicas migratórias, a requerem do Estado uma série de intervenções, atingindo Fortaleza como importante região de entrada de imigrantes internacionais no Brasil.

Palavras-chaves: Imigração. Pobreza. Estado. Assistência Social. Margens.

1. INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre as características da migração, vem à mente duas representações contraditórias que abrangem a definição oficial do estado provisório do migrante, que a define de direito, e o estado duradouro, nas suas condições objetivas, que a determina de fato. A ambiguidade evidenciada na provisoriedade da migração perpassa a própria condição de migrante que se

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil. Email: iara.adeodato@aluno.uece.br.

[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil. Email: leila.passos@uece.br.

posiciona entre o "ser e não ser social" (BOURDIEU, 1998), atributo relacionado ao reconhecimento da sua existência na sociedade de destino e a garantia de direitos. A sociedade de imigração, ao defini-lo como uma presença provisória ou apenas tolerada, nega-lhe o direito que é naturalmente postulado àquele reconhecido como permanente, e o coloca em um lugar "à margem" da hierarquia social, a influenciar nas formas como os migrantes são percebidos e tratados política, econômica, social e culturalmente (SAYAD, 1998).

Com efeito, a definição de migração e de migrante envolve aspectos jurídicos, sociais e políticos. No plano do direito internacional, não existe uma explicação universalmente aceita de migrante, e não há estatutos de direitos específicos para este grupo social. Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), o termo migrante compreende, via de regra, "às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias" (2009, p.43). Já a migração é definida como "um processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado (...), independentemente da extensão, da composição ou das causas" (2009, 40). Nestas definições, que se desdobram em outras derivações, existem um entendimento de que as migrações, de modo geral, são associadas ao deslocamento de pessoas de forma "voluntária" por diferentes razões.

Corroboramos com Sayad (1998, p. 54) ao enfocar a imagem do imigrante como essencialmente uma força de trabalho temporária, única razão de ser e de estar que lhe é reconhecida pela sociedade de destino. Aqui problematizamos o caráter provisório e voluntário das migrações, e utilitarista da existência de ser migrante. Não quer dizer que o uso dos termos migrantes e migrações seja incorreto ou inadequado, mas compreende-se que, no interior destes grupos heterogêneos, entrelaçam-se diversas histórias singulares relacionais à busca por uma nova vida ou pela sobrevivência e que, por vezes, não satisfazem uma vontade voluntária de migrar, ou em uma estadia provisória nos países de destino. Ao se considerar as condições objetivas, motivos, espaço, tempo, efeitos e causas que perpassam as trajetórias (BOURDIEU, 1998, 1986) desses atores, observa-se que o ato de migrar pode se manifestar como um impositivo, com caráter duradouro.

Nas representações sociais, que estruturam e são estruturadas nos discursos que definem "o que é a migração e o que significa ser migrante", é recorrente o discurso imposto de que a permanência de pessoas de outros países causa uma série de "problemas sociais" à sociedade receptora. Ganha destaque à situação de pobreza, vivenciada por uma parcela destes migrantes, situada entre os principais condicionantes e desdobramentos da migração. Esta percepção corrobora com situações de preconceito e estigmatização sofridas pelos migrantes nos países de destino. Na avaliação de Bauman (2017), essa rejeição está relacionada ao medo de que o influxo maciço de

estranhos altere o *status* dos grupos estabilizados, e de que a interação com estes grupos desfigure ou ameace a soberania nacional e o modo de vida postulado pelos países de destino. As imagens difundidas sobre os imigrantes são tangenciadas ainda pela lógica da atuação (ou ausência) de políticas públicas voltadas a este segmento social por parte do Estado.

O problema de repartição da terra e noção de "excedentes populacionais", presente desde o início da era moderna na Europa, apresenta novas conformações, com a multiplicação de classes racialmente tipificadas e recolocação da questão sobre regulação populacional na agenda cultural e política do planeta. Assim, ao mesmo tempo em que a construção de fronteiras físicas, através de políticas securitárias, impede a entrada dos migrantes em outros destinos, as simbólicas impõem dificuldades de integração econômica, cultural, social e política, com enfoque no acesso à direitos. As fronteiras, físicas e/ou simbólicas, assinalam quem pode ou não cruzar os territórios nacionais, e funcionam como dispositivos limitadores da circulação dos corpos ditos excedentes e "estranhos". Estes corpos migrantes são submetidos a procedimentos de triagem, com vistas a sua possível eliminação como fontes potenciais de incômodo (MBEMBE, 2021). A fronteirização, como parte do funcionamento das sociedades de segurança, apresenta-se como principal justificativa, meio e objetivo de uma aterrorizante "paz perpétua" do planeta, articulando-se ao controle e à distribuição de fluxos articulados a redes locais e transnacionais.

2. MIGRAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA EM FORTALEZA NO SÉCULO XXI

Pela relevância do fenômeno e suas implicações nas esferas políticas, culturais e econômicas das sociedades contemporâneas, as migrações internacionais atreladas à condição de pobreza, vivenciada por uma parcela dos migrantes, e atuação do Estado figuram como uma preocupação nesta pesquisa. Enfatizamos o aumento dos fluxos populacionais de imigrantes venezuelanos em condição de pobreza nos estados brasileiros, em decorrência da crise econômica, social e política, a atingir a Venezuela desde 2013 e provocou uma onda de emigração em massa na região (WENDLING et al, 2021; LEITE e CASTRO, 2021). O cenário de mobilidade migratória de venezuelanos para o Brasil, intensificada a partir de 2015, acarreta, por sua vez, o adensamento das desigualdades e do nível de vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas, cotidianamente, por esta população que demanda "assistência humanitária, acesso a comida, saúde e outros serviços básicos do governo brasileiro", estando expostos a diversos tipos de violência (NORONHA, 2021).

Os imigrantes em condição de pobreza são enunciados aqui como "imigrantes de sobrevivência", nos termos adotados por BETTS (2010). Esta distinção do caráter da migração de sobrevivência é relevante, pois se propõe diferenciá-la das imigrações consideradas ditas "bem-

sucedidas" pelos países receptores, e dos outros tipos de migrações vistas como voluntárias. Problematizamos as percepções sociais e figurações públicas produzidas pelo Estado em relação aos migrantes e às migrações, bem ainda as contradições entre discursos oficiais e as implementações das políticas migratórias, sendo evidenciadas diversas práticas de controle, vigilância e criminalização da mobilidade humana. A concepção de pobreza, adotada neste trabalho, considera a relação de assistência social estabelecida entre aquele dito necessitado de subsídio, o Estado e a coletividade (SIMMEL, 2014; PAUGAM, 1999).

A escolha por Fortaleza, capital do Estado do Ceará, está atrelada ao aumento, nos últimos 10 (dez) anos, das migrações internacionais na cidade, que acompanham os novos fluxos migratórios para o Brasil, caracterizados pelas migrações de fronteiras de latino-americanos e as migrações intercontinentais, de pessoas oriundas dos países europeus, africanos e asiáticos (VILELA, 2008). Nessa perspectiva, Queiroz e Baeninger (2020) elucidam que o avanço das migrações fronteiriças está vinculado à inserção de novos espaços produtivos no país, para além dos grandes centros urbanos, a mobilizarem distintos processos migratórios. Favorecem, desta forma, a entrada de migrantes internacionais em outras regiões do país, com destaque para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, além das regiões Sul e Sudeste, que se mantêm como principais destinos das migrações internacionais no Brasil.

Essa nova conformação dos espaços de deslocamento migratório internacional no Brasil se distingue, em um primeiro momento, dos processos históricos que marcam o crescimento populacional da capital do Ceará. Fortaleza cresceu, a partir do século XX, atrelada aos fluxos campo-cidade, oriundos dos períodos de estiagem, e pela mobilidade interna de "grupos da população pobre" (FUNES, 2000), sendo atribuído à imigração internacional lugar secundário nas representações frequentemente constitutivas da urbe em tela. Por outro lado, identificamos que a produção de uma interpretação mais positiva sobre as populações imigrantes, em contraste com a imagético-discursiva da "invenção" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999) de Fortaleza pelas migrações internas, ocorre quando há a necessidade de "instituição de uma realidade imaginária" (CASTORIADIS, 1982), pela exaltação de uma espécie de imigração triunfante, que promove o desenvolvimento da cidade e do Estado, em oposição à outra que é associada à pobreza.

Conforme destaca Cavalcante (2006, p.115), "Fortaleza (que) já era uma cidade lusitana" tornava-se atrativa para os migrantes internacionais que vinham "em busca de um espaço de liberdade, de oportunidades de trabalho, de ganhar dinheiro e ficar rico", pois trazia traços, legitimados pela colonização portuguesa, que aproximava a cidade do além-mar à arquitetura, gastronomia, religiosidade e estilo de vida do país colonizador europeu. Importa salientar a migração de portugueses, árabes, espanhóis, italianos, ingleses e franceses, que se instalaram em terras

alencarinas, nos fins do século XIX e início do XX, motivados pela recessão econômica, falta de trabalho, conflitos políticos, as duas guerras mundiais e perseguições religiosas em seus países de procedência. A migração de libaneses e sírios, neste período, aparece como um modelo tipo ideal (WEBER, 2001) de projeto migratório bem-sucedido, que contribuiu com o desenvolvimento das atividades comerciais na cidade e o processo de urbanização[3].

Em termos da análise do cenário global contemporâneo em articulação com o local, verificamos que os deslocamentos transnacionais (GLICK, BASCH, SZANTON, 1992) de migrantes e refugiados a Fortaleza ocorrem em um contexto reconhecido como "migração em expansão no mundo em crise" (BAPTISTA, MAGALHÃES, 2020). Período no qual tais sujeitos sofrem com os processos de precarização das condições de trabalho, desmanche dos direitos trabalhistas, violação de direitos sociais, políticos e civis, dominação neo(colonial), xenofobia, agutização da pobreza, práticas políticas de ultradireita, intolerância à interculturalidade étnica e racial, dentre outras condições que acometem as suas (re) existências nas sociedades de origem e de destino.

O estudo das dinâmicas migratórias internacionais na cidade de Fortaleza, neste século XX, ganha relevância e complexidade ao abordar as migrações na era globalizada e seus paradoxos, em especial de venezuelanos, relacionadas às crescentes requisições de proteção social que mobilizam as forças regulatórias de assistência social, as formas que os migrantes se organizam e são tratados pelo Estado e instituições sociais. Assim, ao considerar que a própria natureza da imigração só pode ser captada através das diferentes situações que se encontram associadas (SAYAD, 1998), torna-se fundamental, para esta análise, a relação entre o *fenômeno da migração de sobrevivência de venezuelanos*, o processo de precarização das condições de vida e trabalho que estes imigrantes estão sujeitos, os desafios sociais e as possibilidades dos Estados de oferecer respostas aos novos fluxos migratórios em curso.

3. PRESENÇA MIGRANTE EM FORTALEZA: EXPERIÊNCIAS, RELAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REPRESENTAÇÕES

Ao pensar o fenômeno da (i)migração de sobrevivência, a partir da vida cotidiana daqueles que a vivenciam, entrelaçando-se às suas condições de vida e trabalho, remete-se à compreensão das inscrições objetivas e das experiências vividas, negociadas e produzidas por estes sujeitos em seus

[3] Como exemplo, pode-se citar a reportagem do jornal O Povo que exalta a chegada dos imigrantes libaneses no Ceará, que traz menção ao papel de destaque de figuras ilustres no âmbito da política, da economia, das artes etc. Disponível em https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2020/08/16/www.opovo.com.br/noticias/mundo/2020/08/16/um-libano-dentro-do-ceara--imigracao-libanesa-para-o-estado-comecou-no-seculo-xix.html. Acesso em 04 out. 2023.

percursos migratórios e no campo institucional das políticas públicas, com especial atenção à assistência social. Vislumbrando-se que o imigrante de sobrevivência mantém contato com o contexto institucional, a recorrer às ações de organizações governamentais e não governamentais que oferecem serviços de assistência social, acesso a moradia ou alojamento provisório, orientação sociojurídica, capacitação e encaminhamento profissional, a ênfase dos percursos iniciais de pesquisa de campo recai, assim, sobre os lugares e momentos em que a *relação de assistência social* toma forma em sua concretude.

Essa relação de assistência social, estabelecida pela necessidade dos indivíduos recorrerem ao Estado ou à coletividade, é preponderante para a definição da condição de pobreza nos moldes analisados por Simmel (2014). Em perspectiva semelhante, Paugam (1999) explicita que os vínculos a assegurarem a integração social dos indivíduos estão relacionados à filiação e à participação em grupos de convivência, mercado de trabalho, sistema de proteção social, além da cidadania, relativa à sensação de pertencimento a uma nação. Para ele, a análise da designada *nova pobreza*, a envolver um status social específico, não apenas econômico, mas também de precária (ou ausente) proteção social mantém relação com processos de exclusão do mercado de trabalho, a acarretar a redução extrema da capacidade de consumo e o imperativo de recorrer à assistência social para fins de sobrevivência.

No Brasil, é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a normatizar e orientar o atendimento socioassistencial prestado aos imigrantes, refugiados e apátridas via instituições públicas que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a assegurar unidade de gestão, concepção e de organização da política pública de assistencial social em todo o território nacional (NOB/SUAS, 2005; 2011). Em Fortaleza, os atendimentos socioassistenciais são realizados por uma rede direta de equipamentos públicos municipais no âmbito da Proteção Social Especial (PSE) e Proteção Social Básica (PSB), por meio da Coordenadoria Especial de Gestão Integrada da Assistência Social (COIAS), órgão da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Ao considerar a incipiência de locais específicos para migrantes, refugiados e apátridas, na capital cearense, as ações socioassistenciais são ofertadas, sobretudo, nas Unidades de Acolhimento Institucional para adultos e famílias; nos Centro de Referência Especializada para população em situação de rua (Centros POP); nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS); e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), porta de entrada para o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais.

Ressaltamos que, na esfera estadual, foi implementado o Programa de Atenção a Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 32.915/2018, integrado à Coordenadoria de Cidadania da então Secretaria da Proteção Social, Justiça,

Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) do Estado do Ceará. Tal programa vislumbra amentar a oferta dos serviços de promoção e inclusão social voltados a este público. Destacamos que, desde 2023, mediante a mudança governamental pós eleições de 2022, este programa vincula-se à Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDIH). A Delegacia de Imigração da Polícia Federal e o Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEMIGTRAP-CE), que não estavam em funcionamento até o fechamento deste texto, então vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), integravam, formalmente, a rede de atendimento local.

No domínio das práticas socioassistenciais não governamentais, cabe salientar o papel do Serviço Pastoral do Migrante (SPM), a integrar a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz e a Pastoral da Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Apesar ações estatais e de segmentos da sociedade civil voltados ao atendimento aos migrantes, refugiados e apátridas no Ceará e em Fortaleza, ainda não foi implementada uma política pública ou planos específicos, em âmbitos estadual ou municipal, voltados ao público em questão e às suas demandas específicas. Ganham importância, por sua vez, as mobilizações e as lutas de coletivos de migrantes e refugiados a reivindicarem a implementação de políticas públicas locais.

Dito isto, ao considerar a relevância de obter e dispor de um "olhar de perto e de dentro" (MAGNANI, 2002), procedemos à inserção em um equipamento da rede de atendimento socioassistencial local[4] voltada às pessoas migrantes, em especial aqueles/as em condição de pobreza, com vistas à realização de pesquisa de campo de caráter exploratório. Na ocasião, realizamos entrevistas com integrantes de família venezuelana, a permitiu apreender seus discursos acerca das dificuldades vivenciadas em seus percursos migratórios em Fortaleza, a incluir o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, motivações migratórias, perspectivas e desejos para o tempo presente, conforme sumariamente descrita. Ressaltamos que esta família venezuelana, composta pela matriarca e três filhos, havia sido encaminhada pelo Programa *Operação Acolhida*, do Governo Federal, e estava acolhida na Casa Maria Mãe dos Migrantes na Providência de Deus[5] (casa de acolhimento temporária e filantrópica), administrada pela Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus (proprietária do prédio), em parceria com o SPM arquidiocesano, regional e nacional.

[4] Durante os anos de 2022-2023, realizamos pesquisa de campo, de caráter exploratório, no Serviço Pastoral do Migrante, em Fortaleza-CE. Para tanto, optamos pelo uso da observação direta, com registro em diário de campo, e da entrevista semiestruturada.

[5] A Casa Mãe dos Migrantes foi inaugurada em abril de 2021, situada no bairro Presidente Kennedy, com a finalidade de acolher migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade social, recém ingressos em Fortaleza. As pessoas acolhidas na Casa permanecem por um período de até três meses, momento em que se busca incluí-los em políticas sociais de assistência, trabalho e habitação, conforme relatos dos administradores do local.

Durante as entrevistas, a matriarca abordou os motivos de partida e o contexto socioeconômico venezuelano, reportando-se às dificuldades para sustentar os filhos no país de origem, em virtude da condição de desemprego que a subjugava e o aumento dos preços dos alimentos, situação agudizada pelo cenário pandêmico da COVID-19. Conforme relatou, as dificuldades encontradas em seu país de origem eram diferentes daqueles com os quais se deparou no Brasil, pois, nos seus termos: "(...) lá os alimentos eram escassos, e aqui havia maior oferta de produtos alimentícios", mesmo para aqueles que estavam em posições mais vulneráveis na estrutura social, não se referindo explicitamente ao acesso destas mercadorias. Seguiu seu relato afirmando que, ao chegar no Brasil, encontrou muitas limitações financeiras, pois não dispunha de renda básica para sua subsistência e estava dependendo da ajuda de terceiros, e que era delicada a "adaptação" dos filhos, por conta das diferenças de idiomas, hábitos e costumes, a saudade dos familiares e amigos que permaneceram na Venezuela, a enfatizar a própria distância do país de origem.

Afirmou que gostaria de trabalhar no Brasil, mas estava temerosa de que a idade (em torno de 50 anos) e a língua materna pudessem ser empecilhos para sua inserção no mercado formal de trabalho local. Dentre as dificuldades explicitadas em sua fala, enfatizou que um dos filhos se apresenta incapacitado para exercer atividade laboral e questionava como deveria proceder para solicitar algum auxílio ao governo brasileiro. Ela e os filhos estão documentados e com cadastros regulares no Cadastro Único (CadÚnico), condição indispensável para o possível acesso aos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Todavia, ainda aguardavam avaliação para inclusão no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF).

Seus filhos estavam matriculados em uma escola pública, no Bairro Antônio Bezerra. Eles vão caminhando todos os dias até lá. Em seus relatos, uma das filhas verbaliza que a caminhada até a escola é muito desgastante e que não tem muitos amigos no colégio. Afirmou sentir falta dos amigos deixados na Venezuela e que prefere trabalhar ao invés de estudar. Gosta de fazer penteados nos cabelos, e atuar, laboralmente, com procedimentos de beleza.

Esta família de imigrantes venezuelanos referiu que parte dos parentes residiam em outros estados no Brasil, e que almeja encontrá-los. Para a matriarca, Fortaleza aparecia como um *lugar de passagem*, não de destino, haja vista afirmar que não pretendia, inicialmente, vir para a capital cearense. Vieram porque foram encaminhados pelo Programa Acolhida, sem conhecimento prévio acerca da cidade ou do Estado. Eles verbalizam ainda que estão com planos de alugar uma residência perto do bairro onde se situa a instituição de acolhimento, pois o prazo de permanência na Casa está findando. O tempo limite estabelecido por esta instituição é de 3 (três) meses. Iriam, temporariamente, se fixar em Fortaleza, até poderem se organizar financeiramente para encontrar

os demais parentes em São Paulo ou no Rio Grande do Norte. A intenção dessa família, conforme relatado, é residir no Brasil e melhorar suas atuais condições materiais de existência, havendo, contudo, muitas dúvidas acerca deste processo. No momento final, conversamos acerca das possibilidades de assistência social por parte do Estado, e a inclusão em programas sociais.

O entendimento do fenômeno da migração internacional no âmbito local envolve ainda as recorrentes representações difundidas, nos últimos anos, pelos meios de comunicação de massa que apontam, sobretudo, as condições de vida e trabalho dos imigrantes, as ações no âmbito da assistência pública e da atuação de entidades da sociedade civil, com destaque às religiosas. Na reportagem intitulada "Imigrantes buscam alternativas de vida no Ceará", do jornal O Estado (2016), observamos um enfoque nas dificuldades encontradas pelos imigrantes em Fortaleza e a construção de alternativas de subsistência. E matérias jornalísticas com títulos similares do Diário do Nordeste – "Imigrantes buscam melhores condições de vida no Ceará" (2015) e em "Imigrantes buscam recomeço e enfrentam mercado de trabalho no CE" (2019), e no website de O Povo, "Ceará é o 2º estado do Nordeste que mais recebe migrantes internacionais" (2019) – retratam "estrangeiros" que migram atraídos pelo turismo e pela possibilidade de investimento, e profissionais qualificados que se inserem no mercado formal de trabalho ou que estão em busca de oportunidades para construir uma carreira profissional.

Em relação às notícias sobre as práticas cotidianas de sobrevivência de venezuelanos, destacamos a matéria "Cerca de 90 venezuelanos estão vivendo em situação sub-humana no Centro", do Jornal O Povo (2019), a apontar as vivências cotidianas de imigrantes e refugiados indígenas que estão em situação de pobreza, dependendo de doações de terceiros e da ajuda do Estado para custear aluguel diário e alimentação mínima. Estes imigrantes estavam na condição de "pedintes" na ocasião da intervenção das instituições de assistência social. Diante desse quadro, conforme retratam os noticiários, foi organizada, à época, uma rede de acolhimento para prestar "assistência" às famílias e "encaminhar os direitos humanos básicos - moradia, educação, saúde". Tal rede socioassistencial englobava a ação da igreja, de outros segmentos da sociedade civil e do poder público.

Ao chegarmos em 2023, nos deparamos com manchetes de jornal que reiteram a situação anterior de desproteção social enfrentada por migrantes, em especial venezuelanos e da etnia indígena Warão, na capital cearense. Em "Fome, despejo e abandono atingem indígenas venezuelanos no CE, o Diário do Nordeste (2023) abordou que os indígenas venezuelanos, e outras pessoas em mobilidade, continuavam privados de acesso aos direitos básicos e em situação de extrema vulnerabilidade social Fortaleza-CE, conforme enfatiza o título da matéria. Além da fome, que são refletidas nas taxas de mortalidade de indígenas por desnutrição (atingindo 30% de crianças venezuelanas – dados da OMS); a dificuldade de adaptação à língua portuguesa (sendo o dialeto

indígena a principal forma de comunicação), as condições insalubres de moradia; "a prática de pedir dinheiro nas ruas", compreendida pelos indígenas como trabalho em detrimento à uma visão depreciativa da atividade no contexto local; a sociabilidade nas ruas que perpassa o exercício laboral e a solidariedade privada de ajuda foram aspectos apontados neste material jornalístico, que compõem as reportagens seriadas da "Saga Warão" produzidas pelo Diário, ao longo do ano de 2023.

Acerca das percepções dos discursos midiáticos, aqui citados, identificamos que estes põem em movimento mecanismos de construção de imagens sobre os imigrantes e refugiados associadas, sobretudo, à pobreza, à busca de melhores condições de vida e ao trabalho. Assim, embora fossem identificadas representações relativas à alocação de mão-de-obra qualificada e a iniciativa de turistas investidores, predominam as que retratam os "estrangeiros" (termo frequentemente utilizado) como sujeitos de menor escolaridade e ocupações desvalorizadas, geralmente com baixo *status* social. Dentre tais percepções que caracterizaram a situação dos imigrantes destacam-se as que estão relacionadas a um sujeito ambivalente, que une dimensões contrárias de partida e chegada, pertencimento e não pertencimento. Outras sugerem representações vinculadas ao "desvio", quebra de laços familiares, vulnerabilidades socioeconômicas, desagregação social e, por vezes, associadas a processos de marginalização, desqualificação social e estigmatização. Corroboramos com Said (2003) ao afirmar que esses discursos são construídos em função da ressignificação que são feitas do imigrante e da imigração.

Nas representações sobre as motivações que ocasionaram as migrações, trazidas pelos materiais jornalísticos locais, chamamos a atenção aos condicionamentos relacionados às situações de guerra, conflitos políticos, pobreza nos países nativos e busca por trabalho e sobrevivência daqueles que migram e de suas famílias. Ao tratar dos efeitos das migrações são apontadas as formas de inserção do migrante no país receptor com enfoque na condição de pobreza por estes vivenciada. É recorrente a imagem de que, ao chegar nos países receptores, os imigrantes se deparam com condições precárias de sobrevivência, ausência de locais especializados de atendimento, processos de preconceito e estigmatização, barreiras linguísticas e culturais a dificultarem a inserção no mercado de trabalho formal, bem ainda com relação ao custeio e à regulamentação da documentação civil. O aumento do número de migrações para o Ceará, por sua vez, parece justificado pelas especificidades turísticas da região e por seu caráter hospitaleiro. O Ceará é retratado, paradoxalmente, como um lugar de investimento do capital transnacional, que apresenta oportunidades de trabalho e de estudo.

Outro aspecto significativo diz respeito ao processo de diferenciação da condição de ser migrante. As reportagens trazem a oposição daqueles imigrantes que buscam "oportunidades" de vida e trabalho em Fortaleza em distinção social face àqueles que são passageiros atraídos pelo

turismo. Ou dos que estão em situação temporária, que solicitaram o visto para trabalhar ou estudar, e dos imigrantes considerados *permanentes*, como aquelas pessoas que constituíram família com outros brasileiros. Nos discursos de autoridades oficiais, explicitados por estas matérias, é realçada a figura do imigrante "pobre" atrelado à noção de pessoas em situação de vulnerabilidade social, dependentes da assistência social pública ou privada, e susceptíveis às práticas de ilegalidade. A falta de regulamentação da documentação civil, tendo em vista seus custos financeiros, é apontada, reiteradamente, como fator da inserção destes imigrantes em trabalhos precarizados. São também apontadas as dificuldades de "adaptação" à sociedade receptora, as barreiras do idioma e a não validade dos diplomas universitários como obstáculos para a inclusão no mercado de trabalho formal.

4. MIGRAÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL NA CAPITAL CEARENSE

A partir dos relatos e as representações cotidianas dos imigrantes de sobrevivência atendidos pelas instituições estatais e não estatais em busca de proteção social na capital cearense e os desafios sociais da atuação do Estado, consideramos relevante fazer um breve recorte do perfil e do acesso desta população aos serviços da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Para tanto, realizamos análise dos dados disponíveis na base municipal de dados da Prefeitura de Fortaleza, referente ao quantitativo, origem e perfil de imigrantes e refugiados inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e dos registros dos serviços socioassistenciais ofertados por este equipamento.

Conforme os registros do CadÚnico, identificamos que o município de Fortaleza, principal local de residência no Estado, apresentava 1.206 pessoas de outras nacionalidades com inscrição regular no CadÚnico, de um total de 9.547 registros ativos, em meados de 2022. Destes, 549 se declararam do sexo feminino, e 657 do sexo masculino. A principal faixa etária estava entre 25 e 59 anos, com 742 pessoas. Por sua vez, a maioria se identificava enquanto parda, 660, e preta, 319 pessoas, a perfazer um total de 979 pertencentes à população negra. Parcela majoritária dos cadastros eram de nacionais da Venezuela, com 388 pessoas, seguidos por 274 de imigrantes bissau-guineenses. Neste período, registrava-se o acompanhamento de 68 indígenas venezuelanos da etnia Warão em um CRAS, com 53 registros no CadÚnico. Ressaltamos que 15 pessoas não foram localizadas no CadÚnico, e 18 já estavam inscritas em outros municípios. Encontravam-se registrados 95 indígenas, distribuídos em 20 famílias (FORTALEZA, 2022).

Se comparado ao cenário nacional, verificamos que 273.776 indivíduos estavam inscritos no CadÚnico, no ano de 2021. Segundo os países de nacionalidade tem-se que 115.380 cadastros eram de

nacionais venezuelanos. De acordo com relatório anual do OBMigra (2021), observamos que o percentual de pobreza entre os imigrantes aumentou a partir do ano de 2016, influenciado também pelo aumento de cadastro de latino-americanos. Com relação aos números absolutos, no que tange ao registro das famílias de venezuelanos, observamos que havia 598 famílias inscritas em 2016, contabilizando 1.771 no ano seguinte, aumentando para 9.080 cadastros em 2018, com crescimentos contínuos de 49.673 registros

em 2019 e 80.958 em 2020, até a marca de 115.380 no ano de 2021. Não descartamos que estes dados representam um percentual de apenas 0,4% do quantitativo de famílias registradas no CadÚnico (NORONHA, 2022).

Diante deste cenário, chamamos a atenção para a situação de imigrantes e refugiados que estão nas ruas, sinais e cruzamentos de Fortaleza, dependentes da ajuda de terceiros e do Estado, para subsidiar necessidades materiais básicas de subsistência. A existência de pessoas em mobilidade em situação de rua na cidade de Fortaleza (em condição de extrema pobreza) é verificada no quantitativo de atendimentos dos Centros Pop. Nos primeiros meses de 2022, de acordo com o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), estes equipamentos municipais contabilizaram 834 atendimentos à esta população, sendo identificadas 368 pessoas em situação de rua pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e 466 pelo Serviço Especializado em Abordagem Social do Centro POP. Outros 17 atendimentos a migrantes foram registrados nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), através do Serviço Especializados em Abordagem Social (FORTALEZA, 2022).

No que se refere aos benefícios assistenciais e aos programas de transferências de renda, concedidos a partir dos dados do CadÚnico, regulado pelo ofício circular conjunto nº 2/2014 SENARC/MDS e SNAS/MDS, com especificações sobre o cadastramento de imigrantes no Cadastro Único para políticas sociais e acesso ao Programa Bolsa Família (PBF), identificamos que, em janeiro de 2024, cerca de 191.217 imigrantes venezuelanos eram beneficiários do PBF no país. O Ceará apresentava um total de 777 venezuelanos, estando 448 situados na cidade de Fortaleza. Com relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) direcionado às pessoas idosas e com deficiência que apresentam uma renda per capita abaixo de ¼ do salário-mínimo, há aproximadamente 357.230 usuários, entre nacionais e imigrantes, perfazendo um total de 8729 venezuelanos. No Ceará, apenas 26 pessoas eram beneficiárias, sendo que 17 residiam em Fortaleza, conforme dados da plataforma RV4 (BRASIL, 2024).

Ressaltamos o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada, em seu art. 7ª previa que: o Benefício de Prestação Continuada é devido ao brasileiro, nato ou naturalizado, e às pessoas de nacionalidade portuguesa, em consonância com o

disposto no Decreto nº 7.999, de 8 de maio de 2013, desde que comprovem, em qualquer dos casos, residência no Brasil e atendam a todos os demais critérios estabelecidos neste Regulamento. Este disposto estabelecia que o BPC é exclusivo para os brasileiros e as pessoas de nacionalidade portuguesa. Considerando que os imigrantes são usuários das políticas sociais e buscam acessar programas de transferências de renda e outros direitos previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Tema nº 173, deferiu que os "estrangeiros" têm direito ao BPC, desde que cumpridos os requisitos para concessão, embora ainda não expressa nas normativas da Política Nacional da Assistência Social (PNAS).

Consideramos que o conjunto das necessidades sociais, expressas no aumento da pobreza no Brasil, a complexificar-se no período da pandemia de COVID-19, demanda uma forte capacidade e estrutura operativa para a execução de ações socioassistenciais locais, com foco no SUAS, em articulação com outras políticas públicas e sociais. Envolve intervenções que integrem organicamente a prestação estatal e privada da rede socioassistencial em direção à construção da proteção social de caráter universal, a ser provida por meio de benefícios e serviços continuados, segundo necessidades de seus demandantes, com notoriedade do dever de Estado na sua provisão e regulação. Esta ótica de proteção social universal perpassa pela concessão de direitos aos imigrantes, refugiados e apátridas, como acesso a serviços sociais e participação política, sem condicioná-los à regularidade de sua residência ou à sua nacionalização. Está intrinsecamente relacionada com a abordagem humanitária da gestão migratória (MARMORA, 2010), baseada em fundamentos éticos, que reconhece o imigrante como sujeito de direitos, independentemente de sua situação jurídica no país receptor.

Entendemos que a realidade social não pode ser pensada e tratada de forma fragmentada, através de ações desarticuladas que dificultam o acesso desses indivíduos e/ou famílias às políticas públicas e sociais. Na busca de superar os desafios à garantia de direitos temos a premência de que as ações socioassistenciais sejam realizadas de forma intersetorial, articuladas e integradas às outras políticas setoriais, analisando a totalidade e a complexidade das situações vivenciadas. Para tal, faz-se necessária a união de esforços de diversos agentes e a potencialização da rede de proteção social local, visando ao enfrentamento das desigualdades sócio territoriais, o provimento de condições para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Assim, seguimos com uma afirmação de Sayad (1998) ao perceber que as migrações são processos desafiadores, pois questionam diversos âmbitos da vida social, sendo fundamental para fortalecer e desenvolver políticas diversas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Postulamos, destarte, que os processos migratórios dos migrantes de sobrevivência são marcados por condições de vida e trabalho que se reproduzem em experiências do cotidiano agudizadas pela pobreza quando chegam ao país de destino, neste caso o Brasil. Ao chegar na "terra do outro", o imigrante de sobrevivência se depara com fronteiras físicas e simbólicas, distinguindo-os entre "nós" e "eles", que dificultam o acesso a diferentes recursos materiais, fazendo-os transitar entre o emprego, o desemprego e a informalidade e expondo-os a diversas estratégias de sobrevivência. Neste contexto em que os imigrantes são vistos como "problema social" ou "ser provisório", um dos aspectos consequentes é a vulnerabilidade socioeconômica (KOWARICK, 2010) e a inclusão precária (MARTINS, 1997) no sistema de proteção social, que denotam situações de violação de direitos, e os expõem, por vezes, a situações desumanas. O estabelecimento de uma rede de assistência é justificado, por sua vez, pela própria condição de "deslocado" vivida pelo imigrante, às margens do legal e ilegal.

Entre os desafios que migrantes e refugiados enfrentam estão as diferentes formas de desigualdades que podem se expressar em variadas realidades e contemplar situações e características pessoais ou coletivas, sociais ou culturais que determinam a presença de alguma forma de alteridade, perpassando pelo acesso aos serviços públicos e reconhecimento de direitos. Esta condição de ser imigrante ganha complexidade ao incorporar à discussão a construção de identidades um status relacionado à situação de pobreza (situada entre as principais "causas e consequências" das migrações). A pobreza vivenciada pelos imigrantes em busca de sobrevivência configura-se como um fator de exclusão e discriminação, além de um desafio para as políticas públicas voltadas ao atendimento da população migrante, que mobiliza a relação com as forças regulatórias da assistência e sua ação social, expressas no âmbito da sociedade civil e do Estado.

À semelhança de outros atores em situação de vulnerabilidade social (CASTEL, 1992), os migrantes de sobrevivência (BETTS, 2010) circulam no cotidiano da cidade entre práticas que os associam ao emprego, ao desemprego e à informalidade. As fronteiras dos ilegalismos (TELLES, 2010), perpassadas pelas exigências, cada vez mais rígidas, colocadas pelos países receptores para impedir a entrada dos *outsiders*, se manifestam por uma série de impedimentos legais e na ampliação de pessoas vivendo na clandestinidade, com acesso limitado aos direitos e serviços públicos, ocasionando em crises de governabilidade migratória. Este quadro implica ainda que os imigrantes sejam vistos pelas sociedades receptoras como ameaças à sua cultura ou tradições, estabelecendo-se um distanciamento em relação ao "outro", onde as fronteiras físicas e simbólicas entre "nós" e "eles"

são cada vez mais ambivalentes. O imigrante se situaria no que Bhabha (1998) chama de entrelugar cultural.

Diferenças, desigualdades e discriminações imbricam-se na experiência dos imigrantes de sobrevivência. A dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais e econômicas resultam em um aumento das situações de desproteção social e insegurança, o que põe em relevo situações de vulnerabilidades e marginalidade. Constata-se, assim, que na ausência de uma medida pública de equivalência dos direitos, podem implicar em culpabilização e responsabilização dos indivíduos por mudanças de um suposto "seu destino", sobretudo, quando assentada em uma concepção naturalizada de pobreza ou de inadequação das capacidades. Em concepção contrária, as reflexões, aqui levantadas, sobre as condições de vida dos migrantes de sobrevivência considera a importância da ampliação das políticas públicas e ações frente a esta situação, amparados na perspectiva de direitos dos imigrantes e suas famílias. Compreende-se a pobreza em sua pluridimensionalidade, a reafirmar a centralidade do Estado garantidor da proteção social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de**. A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana/São Paulo: Cortez, 1999.

BETTS, A. **Survival Migration:** A New Protection Framework. Global Governance, v. 16, 2010, p. 361–382.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2017. 76p.

BEZERRA, Leila M. Passos de S. **POBREZA E LUGAR(ES) NAS MARGENS URBANAS:** lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **L'Illusion biographique**. Actes de la recherche en sciences sociales, v.62/63, jun, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho Luís; MAGALHÃES, Felipe Aires. **Migrações em expansão no mundo em crise.** São Paulo: EDUC : PIPEq, 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.214**, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6214compilado.htm. Acesso em: 29 mar. 2023.

_____. **Ofício circular conjunto nº 2/2014 SENARC/MDS e SNAS/MDS,** de 11 de fevereiro de 2014, esclarecimentos em relação ao cadastramento de estrangeiros no Cadastro Único para políticas sociais e acesso ao então Programa Bolsa Família. Disponível em : https://sjsps.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/15161348-oficio-circular-conjunto-n-01-2014-senarc-mds-e-snas-mds.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. **Decreto-Lei nº 6.214,** de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6214compilado.htm. Acesso em: 29 mar. 2023.

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

_____. **R4V.** Painel de informações sociais para migrantes e refugiados venezuelanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2024. Disponível em https://www.r4v.info/pt/brazil. Acesso em 20 fev. 2024.

CAVALCANTE, Peregrina F. Capelo. **Travessias em movimento:** os imigrantes em Fortaleza. In: CHAVES, Gylmar, VELOSO, Patrícia, CAPELO, Peregrina (org.). **Ah, Fortaleza**. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

CASTEL, R. **La désaffiliation: précarité du travail et vulnerabilité relationelle**. In: DONZELOT, J. (org.). Face à l'exclusion: le modèle français. Paris: Ed. Esprit, 1992.

CASTORIADIS, C. **A Instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da cultura moderna, v. 52)

CEARÁ. **Decreto nº 32.915,** de 21 de dezembro de 2018. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, ano X, nº 242, 28 dez. 2018. Série 3, p. 8-10. Disponível em: http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/ 20181228/ do20181228 p01.pdf#page=8. Acesso em: 18 jul.2020.

CEARÁ é o 2º estado do Nordeste que mais recebe migrantes internacionais. O Povo. Fortaleza, set. 2019. Disponível em https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/09/09/ceara-e-o-2---estado-do-nordeste-que-mais-recebe-migrantes-internacionais.html. Acesso em 10 de mar. 2023.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmen**. Metodologia e teorias no estudo das migrações.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p.43-116.

FUNES, E. A. Negros no Ceará. In. **Uma nova história do Ceará**. Org. Simone de Souza. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON, C.(Org.). **Towards a transnational perspective on migration:** race, class, ethnicity and nationalism reconsidered. New York: New York Academy of Sciences, 1992.

IMIGRANTES buscam alternativas de vida no Ceará. O Estado, Geral. Fortaleza, 04 jul. 2016. Disponível em https://www.oestadoce.com.br/geral/imigrantes-buscam-alternativas-de-vida-no-ceara/. Acesso em: 13 ago. 2020.

IMIGRANTES buscam melhores condições de vida no Ceará. Diário do Nordeste, Fortaleza, 22 ago. 2015. Disponível em:https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/imigrantes-buscam-melhores-condicoes-de-vida-no-ceara-1.1368989. Acesso em: 13 ago. 2020.

IMIGRANTES buscam recomeço e enfrentam mercado de trabalho no CE. Diário do Nordeste, Fortaleza, 02 mai. 2019. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares. com.br/negocios/imigrantes-buscam-recomeco-e-enfrentam-mercado-de-trabalho-no-ce-1.2094111. Acesso em: 13 ago. 2023.

FOME, despejo e abandono atingem indígenas venezuelanos no CE. Diário do Nordeste. Diário do Nordeste, Fortaleza, 10 ago. 2023. https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/fome-despejo-e-abandono-atingem-indigenas-venezuelanos-no-ce-1.3402689. Acesso em: 12. fev. 2023.

KOWARICK, L. Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LEITE, Ana Carolina G. Leite, CASTRO, Mariana de Araújo. **Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS, v. 13, n. 26, jan./ jun. 2021.

LUSSI, C. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. Psicologia

USP, volume 26, nº 2, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana. Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, n. 49, p.

MÁRMORA, L. **Modelos de Gobernabilidad Migratoria**: La perspectiva política en América del Sur. Brasília: Revista Internacional de Mobilidade Humana, ano XVIII, n. 35, 2010.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

NORONHA, C. L. A. **Acesso dos imigrantes aos benefícios sociais:** o que os dados do cadúnico informam In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

NORONHA, C. L. A. **Pobreza e vulnerabilidade social entre os imigrantes internacionais registrados no Cadúnico**. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Migração**. Direito Internacional da Migração. [S.l.]: OIM, 2009.

PAUGAM, S. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais**: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (org.). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SIMMEL, G. **Sociologia:** estúdios sobre las formas de socialización. Tradução de J. Pérez Bances. México: FCE, 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tema nº 173**. Concessão de benefício assistencial a estrangeiros residentes no Brasil. Disponível em https://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2621386&numeroProcesso=587970&classeProcesso=RE&numeroTema=173. Acesso em 20 abr. 2022.

TELLES, V. da S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

QUEIROZ, Silvana Nunes de. BAENINGER, Rosana. **Migrações internacionais no século XXI**: tendências e características da dinâmica migratória para o Nordeste brasileiro. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho Luís; MAGALHÃES, Felipe Aires. Migrações em expansão no mundo em crise. São Paulo: EDUC, PIPEq, 2020.

VILELA, Elaine Meire. **Imigração Internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro.** 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte,2008.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Campinas: Cortez, 2001.

WENDLING, K. C. da S.; NASCIMENTO, F. L.; SENHORAS, E. M. **A Crise Migratória Venezuelana.** Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 8, n. 24, p. 01–14, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5651479. Disponível em:https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/500. Acesso em: 10 jul. 2023.

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

MANUTENÇÃO EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL: AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO) EM UM CONJUNTO HABITACIONAL EM SANTA IZABEL (PARÁ)

Gabriela Costa Holanda[1] (UFPA)
Francisco Matheus de Oliveira Brito[2] (UFPA)
Luiz Maurício Furtado Maués[3] (UFPA)

RESUMO: A casa própria é um sonho de consumo e não deixa de ser um produto, originado da Construção Civil, no entanto acarreta responsabilidades, como as ações de manutenção que são necessárias. Tais atividades de manutenção prolongam a vida útil de uma edificação, permitem maior durabilidade, questão norteadora da Norma Brasileira de Desempenho (NBR 15575). No contexto de habitações de interesse social (HISs), notam-se grandes desafios destacados pela literatura como baixa qualidade dos projetos, dos materiais empregues, falhas na etapa de execução, manuais de uso, operação e manutenção deficitários entregues aos moradores. Tais situação somam-se à falta de conhecimento por parte dos usuários quanto a importância das manutenções para o desempenho de sua moradia, impactando na qualidade de vida deles e em custos financeiros, visto que é um bem durável e manutenções mais complexas demandam ainda mais recursos. Este trabalho foi realizado em um conjunto habitacional associado ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na Cidade de Santa Izabel/PA e visou conhecer as atividades de manutenção realizadas pelos moradores de à luz do Manual uso, operação e manutenção de suas unidades naquele empreendimento, além de verificar o atendimento da construtora quando acionada. O trabalho baseou-se na metodologia de Avaliação Pós-Ocupação (APO) e foi adotada uma amostra de 30 participantes, os quais responderam às entrevistas estruturadas nos dias 13/11/2023 e 16/11/2023 (período do estudo). A entrevista estruturada foi previamente elaborada com base no Manual uso, operação e manutenção entregues aos moradores. O conjunto habitacional foi realizado pela Caixa Econômica Federal, faz parte do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e é composto por composto por 500 unidades habitacionais. Os resultados demonstraram que até a data final do estudo (16/11/2023) as práticas de manutenção que apresentaram frequência mais alta foram a Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores) e a Prática 3 (A Inspeção dos Rejuntamentos). Os itens que se destacaram por apresentar maiores problemas foram Impermeabilização e Instalações Hidráulicas. Grande parte dos moradores receberam o manual de Uso, Operação e Manutenção, no entanto poucos foram instruídos sobre ele. Notaram-se possível escolha inadequada de materiais especificados ou falta de materiais adequados utilizados na etapa de construção. Houve pouco acionamento à construtora frente aos problemas identificados. É importante frisar que a comunicação entre a construtora e os moradores deve ser aprimorada, tanto no recebimento do manual quanto nas questões dos problemas identificados. Esta análise identificou os desafios mais recorrentes. A compreensão desses dados é importante no avanço de estudos que visam melhorar as políticas de manutenção, contribuindo para a durabilidade das habitações populares e, consequentemente para a qualidade de vida das populações que nelas habitam.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Manutenção; NBR 15575; Durabilidade; Conjunto Habitacional.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará. PPGEC, UFPA. Membro do Núcleo de Habitação da Amazônia – NUHAM. Email: costaholandaengenharia@gmail.com

[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará. PPGEC, UFPA.

[3] Doutor em Engenharia Civil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará. PPGEC, UFPA. Membro do Núcleo de Habitação da Amazônia – NUHAM.
Email: maues@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A mentalidade de que "conserta-se apenas quando quebrar" ainda é uma crença que existe no contexto de manutenções, dentre elas as prediais. Assim como o conceito de construção enxuta, outros vieram da indústria e influenciam a construção civil. O conceito de manutenção originou-se na indústria, segundo Barboza (2020) a manutenção improvisada do tipo quebra-repara permaneceu até o início do século XX, atualmente o estágio da evolução de manutenção na indústria encontra-se na manutenção preditiva, a qual está atrelada em realizar ações de manutenção em situações com iminência de falha, enquanto a tendência futura será a Manutenção Preditiva Contínua.

No contexto do ambiente construído, as ações de manutenção são necessárias. A casa própria é um sonho de consumo e não deixa de ser um produto, originado da Construção Civil, no entanto acarreta responsabilidades. A norma NBR 15575-1 (ABNT, 2021) demonstra a correlação entre a durabilidade de um projeto e a manutenção devida, pois a cada manutenção realizada prolonga-se o potencial de desempenho da edificação, ou seja, a durabilidade. A norma expõe os intervenientes da manutenção predial, os quais são: os fornecedores de produtos, o projetista, o construtor e o usuário.

Paralelamente, no Brasil, notam-se no contexto da Habitação de Interesse Social (HIS) alguns fatores críticos relacionados à manutenção. Dentre eles ainda na etapa de construção, a qual envolve projetista e o construtor e/ou incorporador. Segundo o Instituto do Legislativo Paulista (ILP, 2023) e Brandão *et al.* (2022) visualizam-se habitações formais, realizadas por meio do financiamento público, com falhas na etapa de projeto, falhas na fase construtiva, pois nota-se o emprego de materiais de má qualidade e baixa qualidade de execução. Situações que acarretam construções que em prazo menor necessitam de manutenções a fim de manter o desempenho.

Outro fator crítico está relacionado aos manuais de uso, operação e manutenção entregues aos usuários de HIS por parte das construtoras e/ou incorporadoras. Brandão *et al.* (2022) destacam a ocorrência de um padrão deficitário na qualidade de manuais de uso, operação e manutenção à medida que o padrão construtivo diminui, fato que contribui para o descuido quanto a realização de manutenção por partes dos usuários, comprometendo o desempenho da edificação a qualidade de vida deles.

Os aspectos críticos vinculados ao partícipe da manutenção "usuário" são listados por Silva (2019) que relata as dificuldades de manutenção em HIS à: falta de conhecimento por parte do usuário do manual, em relação aos problemas oriundos pela falta de manutenção; ao baixo acesso à mão de obra qualificada para realizar as intervenções; e à governança precária por parte do condomínio ou associação quanto ao quesito gestão da manutenção. Fatores corroborados pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP, 2023) que destaca que a questão de habitações com baixo desempenho é agravada pelo fato de que as populações atendidas por programas habitações, em grande parte, apresentam pouco conhecimento técnico e recursos para tratar das manutenções mais complexas.

Neste contexto, o presente trabalho visa verificar a realização de manutenções à luz do Manual de Uso, Operação e Manutenção por parte dos moradores de um conjunto habitacional localizado na cidade de Santa Izabel/PA e, verificar o atendimento por parte da construtora do empreendimento, quando acionada, quanto às questões que lhe são pertinentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Norma de Desempenho brasileira sob o título geral "Edificações Habitacionais-Desempenho" é composta por um conjunto de 6 partes, sendo a parte 1 a NBR 15575-1 (ABNT, 2021) que detalha conceitos importantes e norteadores, dentre eles a definição de Vida útil, Vida útil de Projeto (VUP) e Durabilidade.

De acordo com a NBR 15575-1 (ABNT, 2021) e CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção, 2013) a vida útil é uma forma de medir a durabilidade segundo a variável tempo, aquela compreende o período entre a data de início de uso do produto edilício até a data em que este e/ou seus sistemas não atendem mais às funções as quais foram confeccionados. E o valor de vida útil sofre interferência de diversos fatores pois ela é composta pela VUP, esta última poderá ser atingida ou não em função de "ações de manutenção, intempéries e outros fatores internos de controle do usuário e externos (naturais) fora de seu controle" (ABNT, 2021, p. 60).

Neste contexto, existem peças importantes na questão da durabilidade da edificação. A norma NBR 15575-1 (ABNT, 2021) faz referência às responsabilidades dos participantes no todo, colocando o fornecedor na incumbência de informar o desempenho de seus produtos, o projetista como o técnico responsável por informar a VUP dos sistemas, o incorporador ou construtor o responsável por realizar o Manual de Uso, Operação e Manutenção com base na norma NBR 14037 (ABNT, 2024), ao usuário e/ou síndico realizar a manutenção seguindo o manual supracitado e a NBR 5674 (ABNT, 2012).

A norma destaca uma VUPmínima a ser atendida pelos sistemas da edificação, um limite inferior para a VUP, dentre as razões a fim de amparar o usuário da edificação. Atingir a VUP na edificação, segundo a norma de desempenho, no contexto dos incorporadores, construtores e projetistas, depende do uso de materiais de qualidade compatíveis com a VUP estabelecida além de emprego de técnicas de execução que permitam atingir a VUP. No tocante aos usuários, devem atender os programas de manutenção, realizar o uso correto da edificação e segundo para o qual foi projetada.

Quanto aos agentes da manutenção predial, os desafios vivenciados na habitação de interesse social começam ainda na etapa de projeto, Agopyan e John (2011) destacam que dentre os erros que ocorrem na seleção de materiais em projetos um deles é não considerar a vida útil do material escolhido para o local aplicado. Dessa forma, o papel do projetista torna-se relevante para a manutenção visto que materiais de qualidade maior exigirão menor reposição e ainda deve-se levar em conta a questão econômica dessa população atendida.

Cavalheiro e Abiko (2022) ao analisarem a gestão condominial em um complexo residencial na cidade de Cubatão/SP, destacaram que a manutenção foi relatada como um fator importante para a satisfação com a gestão supracitada, no entanto verificaram que os moradores sofriam com a grande

ocorrência de problemas da etapa construtiva do empreendimento, os quais eram constantemente relatados para o setor administrativo. Tais defeitos interferem nas manutenções preventiva e preditiva, afetam o trabalho dos assistentes sociais quanto à adaptação desses usuários à nova moradia e demonstram a maior necessidade de fiscalização da obra pelos órgãos competentes para que preze pela qualidade entregue.

Outra questão relatada por Cavalheiro e Abiko (2022) é a dificuldade de acesso à documentação completa do residencial, informações estas necessárias para as intervenções de manutenção como especificações construtivas e projetos.

OBJETIVO

O presente trabalho visa realizar a verificação das manutenções em Habitação de Interesse Social, no contexto de um conjunto habitacional localizado na Cidade de Santa Izabel/PA, e propõem-se a:

- Conhecer se os proprietários estão realizando as manutenções descritas no manual de uso, operação e manutenção;

- Verificar se a construtora retornou as demandas relatadas.

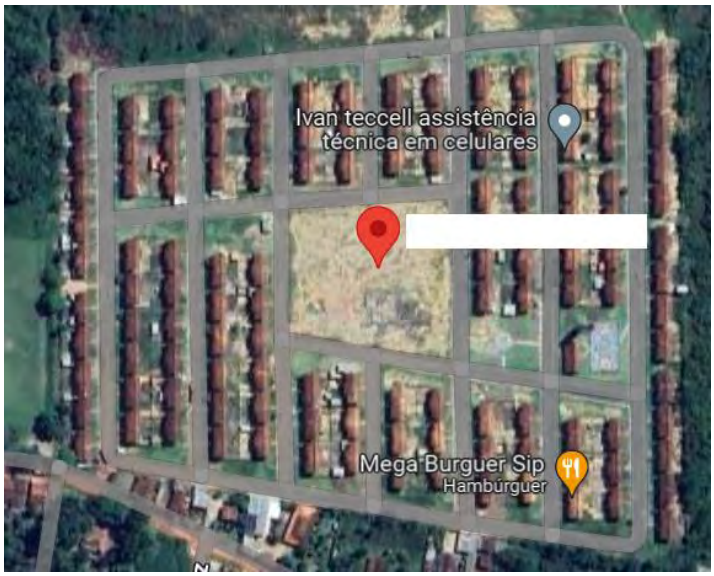
METODOLOGIA

a. Local de estudo e contexto

Primeiramente, realizou-se a escolha do objeto de estudo. O Conjunto habitacional está localizado na Estrada do Uxiteua, no município de Santa Izabel/PA (Figura 1). Apresenta-se composto por 500 unidades habitacionais (MANUAL DE OPERAÇÃO, USO E MANUTENÇÃO, 2021), as quais estão compreendidas em blocos, cada bloco comporta 4 unidades (apartamentos), totalizando 125 blocos com dois pavimentos. O empreendimento foi realizado pela Caixa Econômica Federal e parte do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) (O LIBERAL, 2021).

O conjunto habitacional passou por um contexto prévio de ocupação antes da obra ser concluída, no ano de 2015. Após dois anos que havia sido ocupado, no ano de 2017 realizou-se a reintegração de posse em benefício da Caixa Econômica. Algumas unidades habitacionais foram depredadas e tiveram alguns equipamentos usurpados. Após a reintegração de posse, a empresa construtora foi notificada a fim de reiniciar as obras. No dia 11 de dezembro de 2021, as famílias cadastradas receberam as chaves da moradia (G1 PARÁ, 2017; GOV.BR, 2021).

Figura 1: Imagem de Satélite do Conjunto habitacional em Santa Izabel/PA.



Fonte: Modificado[4] de Google Maps (2024).

- Contato com representante do Residencial

Realizou-se o contato com o representante do conjunto habitacional, a fim de explicar o estudo e solicitar autorização para realizá-lo. O representante comunitário entrou em contato com sua equipe integrante, sendo permitido o estudo no local.

- Obtenção do Manual do Proprietário

Um exemplar do Manual do Proprietário foi emprestado de uma moradora e serviu de base para este estudo, o qual posteriormente foi devolvido.

- Avaliação Pós-Ocupação (APO)

Para atingir o objetivo deste trabalho, se utilizou da metodologia de Avaliação Pós-Ocupação (APO). Referente à essa técnica, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BRASIL, 2015) relata ferramentas metodológicas que possam ser adequadas para cada finalidade em unidades habitacionais (UHs), no quadro 4, na escala 3 que se refere à unidade habitacional. Definiu-se o atributo a ser analisado "facilidade de manutenção", o qual está mais próximo do objetivo deste trabalho, esse atributo está associado ao aspecto "comportamental" e, para ser analisada aquela questão recomenda-se a técnica de questionário.

Conforme o IPEA (BRASIL, 2015, p. 25) a técnica do questionário permite "perceber como os moradores se comportam e utilizam os espaços, as satisfações e as insatisfações com relação à moradia e ao seu entorno, bem como as deficiências e as potencialidades do projeto [...]". Como técnica complementar ao questionário, assim como realizado por Kurz *et al.* (2018), optou-se por utilizar a entrevista estruturada - uma outra ferramenta de APO - sendo a primeira técnica o roteiro para a realização das entrevistas, dessa forma seguindo Rheingantz *et al.* (2009) que destaca que a ferramenta entrevista estruturada segue um roteiro prévio e há presença do entrevistador.

[4] Nome do residencial omitido.

Segundo Moreira e Silva (2017) as entrevistas estruturadas permitem direcionar os entrevistados em questões focadas à abordagem da pesquisa. Também, é importante destacar que a coleta de informações é beneficiada pela entrevista frente aos questionários, os quais podem não ser respondidos. Segundo Romero e Ornstein (2003) em uma avaliação Pós-Ocupação (APO), os questionários exigem uma amostra mínima de 30 respondentes.

Realizou-se uma visita prévia ao conjunto habitacional para conhecer o local e realizar fotos. Primeiramente, foi realizada a confecção das perguntas do questionário - que serviu de roteiro pré-definido (Tabela 1) para a entrevista - baseando-se no Manual de Operação, Uso e Manutenção (2021), no qual cada item (elemento ou conjunto de elementos da edificação) nas "Recomendações de Manutenção" pode estar associado à uma ou mais práticas de manutenção e, cada prática tem a sua periodicidade.

Posteriormente, nos dias 13/11/2023 e 16/11/2023 (período do estudo) foi realizada a aplicação da pesquisa do tipo APO, por meio da qual foram feitas as entrevistas estruturadas com 30 moradores. Tais entrevistas seguiram o roteiro supracitado, permitindo traçar o perfil dos entrevistados, os quais foram caracterizados a partir de questões de cunho pessoal e individual, como a faixa etária, o sexo, o número de pessoas residentes no apartamento, o pavimento em que se habitava e se era proprietário, inquilino ou arrendatário. Em sequência no mesmo roteiro, verificaram-se questões relacionadas ao recebimento, instrução e leitura do "Manual de Uso, Operação e Manutenção"; abordaram-se aspectos relacionados às práticas de manutenção adotadas e a periodicidade; ocorrência ou não destas práticas por parte do usuário; a existência ou não de problemas nas residências e a interação dos moradores com a construtora em busca de soluções.

Os resultados das frequências e dos problemas enfrentados em cada prática, cada um foram classificados de acordo com o percentual, da seguinte forma menor que 25%, de 25 % até menor 50%, de 50% até menor que 75 %, acima de 75 %, respectivamente em baixo, moderado, alto e muito alto.

É importante frisar que segundo dados do noticiário O Liberal (2021) e do Gov.br (2021), além de informações com os moradores, o conjunto foi entregue no dia 11 de dezembro de 2021, dessa forma na data de estudo ainda não havia completado dois anos de entrega dos imóveis.

Tabela 1: Roteiro pré-definido de perguntas submetidas aos moradores.

1. Qual pavimento você mora?
( ) 1º (Térreo) ( ) 2º
2. Qual seu sexo?
( ) Feminino ( ) Masculino
3. Qual sua faixa etária?
( ) Até 24 anos ( ) 25 a 39 anos ( ) 40 a 59 anos ( ) Mais de 60 anos
4. Qual o número de pessoas que moram no seu apartamento?
( ) 1 pessoa ( ) 2 pessoas ( ) 3 pessoas ( ) 4 ou mais pessoas
5. Em relação ao seu apartamento, você é
( ) Proprietário ( ) Inquilino (aluguel) ( ) Arrendatário
6. Você recebeu o manual de uso e operação?
( ) Sim ( ) Não
7. Você foi instruído quanto ao manual de uso e operação?
( ) Sim ( ) Não
8. Você já leu o manual de uso e operação?

( ) Sim ( ) Não
9. Realizou-se a limpeza geral das esquadrias e dos trilhos inferiores a cada 3 meses?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
10. Reapertaram-se os parafusos aparentes, os feixos e regulagens de freios a cada ano?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
11. Foram inspecionados os rejuntamentos dos pisos cerâmicos, ralos e peças a cada ano?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
12. Foram repintadas as áreas privativas uma vez a cada dois anos?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
13. Foram repintadas as áreas comuns uma vez a cada dois anos?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
14. Foi feita a limpeza de caixa de gordura, verificou ralos, sifões das louças, tanques e pias e verificou os mecanismos de descarga a cada seis meses?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
15. Foi efetuado a troca de vedantes das torneiras e dos registros de pressão, verificou a estanqueidade da válvula de descarga e limpou o crivo do banheiro a cada ano?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não

16. A cada ano, foram reapertadas todas as conexões e os disjuntores com problema ao religar foram substituídos?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
17. Foram ligados e desligados os disjuntores diferenciais, a cada mês?
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
18. A cada 2 anos, foram reapertadas as conexões e verificados o estado dos contatos elétricos, e alguma peça que apresentou desgaste foi substituída? [5]
( ) Sim ( ) Não
Apresentou problema ?
( ) Sim ( ) Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
( ) Sim ( ) Não
19. A empresa retornou algum problema relatado?
( ) Sim ( ) Não
Qual ?
_____

Fonte: Autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da entrevista estruturada conduzida aos 30 moradores, permitiu-se traçar o perfil deles. Dos participantes, 73% são do sexo feminino, compondo a maioria. A faixa etária de 60% dos entrevistados é de 25 a 39 anos, fato que sugere que a comunidade tem uma presença significativa de adultos jovens.

Quanto ao pavimento, notou-se que 70% dos participantes habitavam no pavimento térreo. No que se refere à quantidade de moradores na unidade habitacional, a maioria dos entrevistados informou “três pessoas” (36.7 %) ou “4 pessoas ou mais” (33.3 %). Sendo que 30% dos respondentes informaram um total de 2 pessoas na unidade. Relativo ao imóvel, a maioria dos entrevistados totalizando 27 respondentes (90 %) são proprietários do imóvel, 2 (6.66 %) são proprietários que compraram o imóvel de terceiros, e apenas 1 (3,34 %) utiliza o imóvel na condição de inquilino.

Concernente aos manuais de uso, operação e manutenção, documento entregue pela construtora e necessário para as intervenções de manutenção por parte dos usuários, as questões visam verificar o recebimento do documento, o fornecimento de instrução sobre esse documento e a leitura realizada pelos entrevistados. Primeiramente, abordando todos os 30 entrevistados, sem considerar a relação com a propriedade do imóvel, 25 respondentes relatam ter recebido o manual,

[5] Importante frisar que na data de estudo ainda não haviam completado dois anos de entrega do imóvel, mas essa pergunta da prática 10 foi questionada e considerou-se até a data em questão.

perfazem 83,33 %, apenas 8 (um total de 26,67 %) relatam ter recebido instrução sobre o documento enquanto 22 (73,33%) não foram instruídos, 18 respondentes (60 %) informam ter lido o material.

Em outro cenário considerando os proprietários diretos dos imóveis que correspondem a 27 respondentes, a fim de avaliar os moradores que teriam mais possibilidade de ter recebido o manual após a entrega das chaves, verificou-se que:

- 24 respondentes (um total de 88,89 %) relataram ter recebido o manual, 3 respondentes (11,11%) informaram não ter recebido, o valor de recebimento é ligeiramente maior que encontrado na literatura por Ono *et al*. (2017) em que 78 % dos entrevistados receberam o documento. No entanto, o ideal seria todos os moradores terem recebido o manual para que pudessem realizar as intervenções de manutenção de acordo com o descrito nele;
- do total de 24 entrevistados que declaram ter recebido o documento, apenas 8 respondentes (um total de 33,33 %) relataram ter sido instruídos sobre ele, enquanto 16 respondentes (totalizando 66,66%) não obtiveram instrução;
- Dos 24 que receberam o manual, 17 respondentes (70,83 %) declaram tê-lo lido, enquanto 7 (29,17 %) não leram;
- Dos 24 que receberam o manual, 7 respondentes "foram instruídos e leram" (29,17%), 10 entrevistados (41.67%) "não foram instruídos, mas leram", 1 respondente (4.17%) foi "instruído, mas não leu" e 6 respondentes (35,29) "não foram instruídos e não leram";
- Portanto dos 17 que leram, apenas 7 (41,18%) receberam instrução, enquanto 10 (58,82%) não foram instruídos.

Nota-se, de acordo com os resultados, que apesar da baixa taxa de instrução na entrega do manual totalizando 33,33%, houve uma busca por parte dos moradores que receberam o documento em realizar a leitura dele, totalizando (70,83 %). Contrapondo com Ono *et al*. (2017) que notaram o baixo nível de leitura dos manuais e destacaram que apenas 33 % dos entrevistados que receberam o manual o leram.

Ainda sobre a baixa taxa de instrução sobre o Manual de Operação, Uso e Manutenção, este fato pode indicar uma lacuna na comunicação no momento da entrega do dele. Seria pertinente promover palestra sobre a importância do manual, da leitura dele e da manutenção para a qualidade de vida desses moradores e para a preservação da garantia do imóvel recém-adquirido. A instrução adequada é fundamental para garantir que os moradores compreendam completamente as informações contidas nele e a importância das manutenções a serem realizadas.

Outra questão interessante de abordar é qualidade dos manuais entregues, Brandão *et al.* (2022) cobram do Estado a maior fiscalização dos manuais destinados aos usuários de HIS e destacam a baixa qualidade de manuais quando direcionados às construções de padrão mais popular, fato que compromete o acesso a moradia digna e qualidade de vida das populações atingidas por programas habitacionais. Mendes, Fabricio e Imai (2020) destacam a necessidade de

informações mais detalhadas nos manuais, e informam o agravante de que a maioria dos moradores relatam não ler o documento, situação que pode gerar intervenções inadequadas.

Ao entrevistar os moradores puderam-se observar os padrões relacionados às atividades de manutenção de cada item e problemas existentes na edificação, foram considerados nessa questão os 30 moradores entrevistados. Os dados do Apêndice I demonstram os resultados das práticas de manutenção adotadas pelos moradores quanto à frequência e, a ocorrência de problemas. A tabela 2 resume a quantidade de problemas encontrados e não encontrados nos itens da edificação descritos no manual.

Tabela 2: Quantidade de problemas encontrados e não encontrados para cada item da edificação, com as práticas de manutenção associadas.

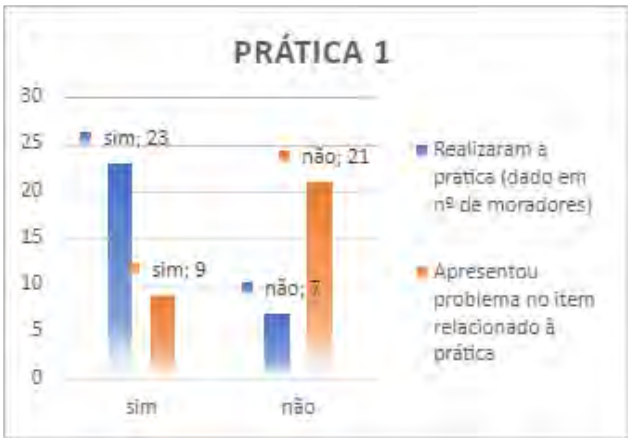
Item		**Prática de Manutenção**	**Resposta SIM (Problemas Encontrados)**	**Resposta NÃO (Sem Problemas)**
Esquadrias de Alumínio	Prática 1	Limpeza Geral das Esquadrias e trilhos inferiores	9	21
	Prática 2	Reaperto e Regulagens de Freios	14	16
Impermeabilização	Prática 3	Inspeção dos Rejuntamentos	26	4
Paredes	Prática 4	Repintura de Áreas Privativas	15	15
	Prática 5	Repintura de Áreas Comuns	6	24
Instalações Hidráulicas	Prática 6	Limpeza de Caixa de Gordura e Verificação de Mecanismos de descarga	20	10
	Prática 7	Troca de Vedantes	15	15
Instalação Elétrica	Prática 8 – Quadro de distribuição	Reaperto de Conexões e Substituição de Disjuntores	5	25
	Prática 9 – Tomadas, interruptores e pontos de luz	Ligamento/Desligamento de Disjuntores Diferenciais	2	28
	Prática 10 – Tomadas, interruptores e pontos de luz	Reaperto de Conexões e Verificação de Contatos	12	18

Fonte: Autores.

Ao analisar os dados fornecidos sobre as práticas de manutenção e ocorrências ou não de problemas dos itens da edificação, observaram-se as seguintes tendências:

- Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores): esta prática tem frequência muito alta sendo realizada pela maioria dos respondentes a cada 3 meses, totalizando 23 moradores (Figura 2), correspondente à 76.7% deles. Notou-se que 9 moradores (30%) relatam problemas no item "Esquadrias de Alumínio" relacionados à "Prática 1", valor considerado moderado, mas apenas uma pessoa acionou a construtora. Alguns relatos dos moradores destacam problemas como esquadrias com dificuldade ao fechar e trincos defeituosos. Este fato corrobora com o que foi verificado por Mendes, Fabricio e Imai (2020) que analisaram habitações de interesse social no pós-ocupação e notaram a ocorrência de problemas nos caixilhos das esquadrias e fissuras nas juntas.

Figura 2: Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores).



Fonte: Autores.

- Prática 2 (Reaperto de Parafusos e Regulagens): A realização anual da prática 2 é feita por 11 moradores, totalizando 36.7% valor considerado moderado, no entanto essa prática teve seu horizonte aumentado para as questões das portas e não apenas para as esquadrias. A quantidade significativa de problemas relatados no item "Esquadrias de Alumínio" relacionados à "Prática 2" totalizou 47% (figura 3), valor considerado moderado, com uma taxa de acionamento da construtora de 6.7%. Destaca-se a importância de avaliar a qualidade dos materiais e da instalação inicial. Com destaque para portas, no Manual de uso, operação e manutenção, no item 9 (Especificações gerais das áreas privativas) verificou-se que foi utilizada porta em madeira "compensada com fundo sintético". Alguns relatos dos moradores destacam problemas como portas soltando, portas fora do prumo, dificuldade ao fechar a porta, fechaduras defeituosas, o que fizeram alguns destes trocarem por conta própria as fechaduras. Mendes, Fabricio e Imai (2020) ao identificarem áreas críticas de manutenção, incluindo esquadrias de alumínio e revestimento de piso, consideram que problemas nestes âmbitos podem comprometer a integridade funcional da edificação.

Figura 3: Reaperto de Parafusos e Regulagens (Prática 2).



Fonte: Autores.

- **Prática 3 (A Inspeção dos Rejuntamentos):** anualmente é uma prática de manutenção com frequência muito alta, realizada por 29 entrevistados, totalizando 97% (Figura 4). No entanto, os rejuntamentos dos pisos cerâmicos, ralos e peças, apresentaram problemas em 86.7% das situações, valor considerado alto, com um acionamento da construtora em 43.3% dos casos. Configurando-se como destaque o item "Impermeabilização" devido ao maior número de problemas, 26 ocorrências.

Corroborando com Mendes, Fabricio e Imai (2020) que destacam a estanqueidade como o fator mais abordado nas avaliações de manutenção e relacionam a alta incidência de problemas devido à possíveis falhas no processo de construção ou nos materiais utilizados no processo construtivo.

No Manual de uso, operação e manutenção, no item 9, foi possível notar que o único meio de impermeabilização usado foi o rejunte, não foi verificada a especificação do uso de aditivos impermeabilizantes nas argamassas ou materiais impermeabilizantes aplicados no contrapiso.

No entanto, a utilização de aditivos impermeabilizantes na confecção do contrapiso com uma posterior aplicação de camada de impermeabilizante, formam uma camada protetora e são estratégias que evitam infiltrações para os pavimentos inferiores, e consequente formação de bolhas nas pinturas e danos ao forro (QUARTZOLIT, sd; FIBERSALS, sd).

Figura 4: A Inspeção dos Rejuntamentos (Prática 3).



Fonte: Autores.

- **Prática 4 (Repintura de Áreas Privativas):** o conjunto habitacional não apresentava ainda dois anos de entrega no período do estudo, mas verificou-se que a repintura a cada dois anos (neste caso foi menos) foi realizada por 43% dos moradores, 13 respondentes (Figura 5), valor enquadrado como moderado. Um total de 15 dos moradores (50%), valor considerado alto, apresentou problemas com a pintura das áreas privativas. No entanto, apenas 10 % acionaram a construtora, esse baixo índice sugere que os moradores estão lidando com questões de pintura interna por conta própria. A alta necessidade de repintura coincide com o trabalho de Caldas *et al.* (2017) que verificaram que as tintas eram os materiais com mais alto fator de reposição, os autores analisaram os sistemas telhado, pintura, piso, paredes e instalações em habitações de interesse social e retratam que na fase de manutenção o sistema de pintura apresentou o maior percentual de CO_2 (Dióxido de carbono) equivalente, visto que a vida útil desse sistema é baixa e ocorre alta emissão de CO_2 equivalente na produção de tintas. Os autores destacam a importância de se especificar materiais que sejam duráveis e ocasionem menor emissão de CO_2, ainda na fase projetual.

Figura 5: Repintura de Áreas Privativas (Prática 4).



Fonte: Autores.

- **Repintura de Áreas Comuns (Prática 5):** A repintura de área comum em dois anos, é uma prática com valor baixo de adoção, totalizando apenas 3% dos moradores que realizaram essa intervenção (1 morador). Apesar de 6 moradores (20%) relatarem ter tido problema nessa área, valor considerado baixo também. Situação parecida foi verificada para a questão de pinturas em fachadas observadas na pesquisa por Kurz *et al.* (2018), na qual a maioria dos entrevistados apontou a pintura como a mais urgente na etapa de manutenção, no entanto apesar da insatisfação com as condições das fachadas poucos moradores tomaram providências, fato que é importante para a ocorrência de manutenção no condomínio. Uma questão importante é que o problema em fachadas, segundo Flach, Gonzáles e Kern (2008) afetam o valor do imóvel assim como a percepção externa voltada aos usuários que ali residem.

Figura 6: Repintura de Áreas Comuns (Prática 5).



Fonte: Autores.

- **Prática 6 (A limpeza de Caixa de Gordura e Verificação de Mecanismos de Descarga):** A frequência a cada seis meses é realizada por 57% dos moradores (Figura 7), valor considerado alto, no entanto notou-se a incidência alta de problemas um total de 66,7% no item "Instalações Hidráulicas" relacionado à "Prática 6", sendo que apenas 10% resultaram em um chamado à construtora. Dessa forma, destaca-se a importância de avaliar a qualidade dos sistemas hidráulicos no tocante ao esgotamento sanitário.

Figura 7: Prática 6.



Fonte: Autores.

- **Prática 7 (Troca de Vedantes das torneiras, Verificação de Válvula de Descarga e limpeza do crivo do banheiro):** A prática 7 tem alta frequência, é realizada por 70% dos moradores (Figura 8), 21 entrevistados. E notou-se um número alto de problemas, correspondendo à metade (50%), pois 15 moradores relataram, levando a um acionamento da construtora em 16.7% das vezes. Bottega *et al.* (2022) tratam que os problemas de sistemas hidráulicos são recorrentes, demandando maiores intervenções de manutenção. Segundo Cruz e Dias (2020) realizar a limpeza regular do crivo do banheiro ajuda a manter o fluxo adequado de água e evita problemas de entupimento, garantindo o bom funcionamento dos sistemas de drenagem, a limpeza do crivo do banheiro é outra prática importante de manutenção, especialmente para prevenir obstruções nas saídas de água dos ralos e drenos.

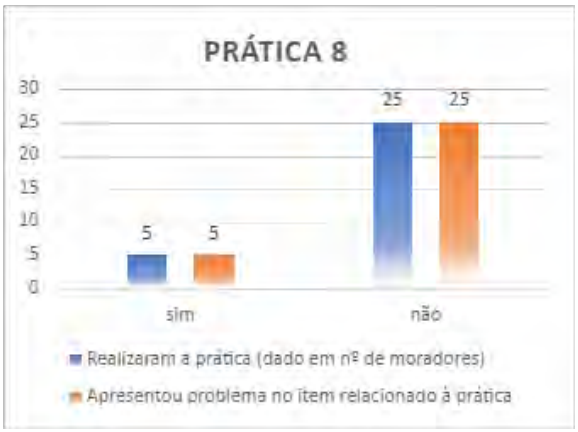
Figura 8: Troca de Vedantes das torneiras, Verificação de Válvula de Descarga e limpeza do crivo do banheiro (Prática 7).



Fonte: Autores.

- **Prática 8 (O reaperto de Conexões e Substituição de Disjuntores):** A prática 8 (Figura 9) é realizada anualmente por 17% dos entrevistados (5 moradores), valor considerado baixo. Assim como 17% dos entrevistados apresentaram problemas, valor definido como baixo, e apenas 10% acionaram a construtora. Os autores Pinto e Prates (2020) enfatizam a necessidade de promover uma cultura de manutenção preventiva em edifícios residenciais, ressalvam que a falta de manutenção adequada dos sistemas elétricos pode resultar em falhas frequentes e problemas de segurança.

Figura 9: O reaperto de Conexões e Substituição de Disjuntores (Prática 8).



Fonte: Autores.

- **Ligamento e Desligamento de Disjuntores Diferenciais (Prática 9):** A frequência mensal dessa prática é baixa, sendo realizada por 2 moradores (7%) (Figura 10). Houve baixa ocorrência de problemas, totalizando 7% dos casos (relato de 2 entrevistados) e a construtora não foi informada em nenhum. A baixa taxa de adoção desta prática de manutenção mensal pode indicar uma falta de conscientização sobre sua importância, visto que não demanda recurso financeiro.

Figura 10: Ligamento e Desligamento de Disjuntores Diferenciais (Prática 9).



Fonte: Autores.

- **O reaperto de Conexões e Verificação de Contatos Elétricos (Prática 10):** Esta prática é realizada anualmente por 16 moradores, totalizando 53,33 % (Figura 11), valor alto. Apresentaram-se problemas em 40% das situações (12 relatos de moradores), configurando-se como moderado, com 10% desses casos resultando em uma comunicação à construtora. Os problemas destacam a necessidade de se verificar a qualidade dos componentes elétricos entregues, pois os moradores relataram caixas elétricas em condições precárias, componentes que informaram ter sido recebidos dessa forma.

Figura 11: O reaperto de Conexões e Verificação de Contatos Elétricos (Prática 10).



Fonte: Autores.

- **Práticas com frequência alta de realização:** Prática 1, Prática 3, Prática 6, Prática 7 e Prática 10;

- **Práticas com frequência muito alta:** Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores) e Prática 3 (A Inspeção dos Rejuntamentos);

- Áreas com Maior Incidência de Problemas: os problemas mais frequentes estão relacionados, em ordem decrescente, aos Itens “Impermeabilização"- Prática 3 (relacionada aos rejuntamentos), “Instalações Hidráulicas” - Prática 6 (relacionada à tubulação de esgoto), “Instalações Hidráulicas” - Prática 7 (tubulação de água) e Pintura - “Prática 4” (Áreas Privativas);

- **Baixa Comunicação à Construtora**: nota-se uma tendência de baixo acionamento da construtora em relação aos problemas. Mesmo em situações com problemas significativos, como as Instalações Hidráulicas na questão do esgoto (citado com 66.7% de ocorrência) e problemas relacionados à manutenção elétrica, como da prática 10, ambos apresentaram taxa de ocorrência significativa, entretanto o acionamento da construtora nessas situações foi baixo;

- **Problemas e o acionamento da construtora:** o número de pessoas que acionaram a construtora (Figura 12) em comparação com o número de problemas relatados é baixo, além de que o retorno da construtora (Figura 13) às solicitações é considerado baixo com base nas informações fornecidas. Isso pode indicar uma falta de conhecimento sobre os procedimentos para relatar os problemas à construtora, "falta de material" (um dos relatos dos respondentes), dificuldade no contato com ela ou ainda a percepção de que o acionamento não leva a soluções efetivas.

Figura 12: Solicitações à construtora.



Fonte: Autores.

Figura 13: Retorno da construtora.



Fonte: Autores.

CONCLUSÃO

O estudo traz uma contribuição referente ao contexto em que se encontra a manutenção predial em Habitações de Interesse Social no Brasil. Por meio do estudo *in loco* em Santa Izabel (PA) no conjunto habitacional até o fim do período do estudo. A relevância desse trabalho está associada ao contexto social que envolve as populações que residem em HIS, a necessidade de difusão da temática manutenção predial e a grande importância do Programa Minha Casa Minha Vida na política habitacional brasileira, devido à quantidade de moradias promovidas. As conclusões desse estudo são apresentadas abaixo:

- A grande maioria dos moradores recebeu o Manual de Operação, Uso e Manutenção, fato positivo em termos de fornecimento de informações essenciais para a manutenção adequada das unidades, no entanto este valor deve ser o máximo possível;

- Notou-se uma lacuna na comunicação no momento da entrega do manual, por parte da construtora. Recomenda-se uma revisão dos processos de entrega do manual, garantindo que os moradores recebam instruções específicas sobre seu conteúdo. A comunicação entre a construtora e os moradores pode ser aprimorada para garantir que as informações críticas sejam transmitidas de maneira eficaz;

- A pesquisa abordou várias práticas de manutenção descritas no Manual do Proprietário entregue aos moradores. A frequência da execução varia de muito alta para as Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores) e Prática 3 (A Inspeção dos Rejuntamentos) para baixa quanto às práticas 8 e 9 relacionadas à instalação elétrica;

- Algumas perguntas, como a inspeção anual de rejuntamentos, revelaram padrões de problemas verificados nas edificações. Isto sugere questões como ocorrência de falhas sistêmicas na qualidade da construção ou especificação inadequadas de materiais ou mesmo a falta de materiais adequados utilizados na etapa de construção, como por exemplo o impermeabilizante que não foi empregue. Reafirmando-se, como destacado na literatura, a importância da escolha adequada de materiais por partes dos projetistas;

- Uma proporção considerável dos respondentes enfrentou problemas apesar das práticas de manutenção executadas, como no caso das questões relacionadas aos Itens Impermeabilização e Instalações Hidráulicas, corroborando este último com a literatura. Isso levanta questões sobre o detalhamento e a qualidade dos manuais entregues aos usuários, e a eficácia das práticas recomendadas;

- A baixa taxa de acionamento da construtora quanto aos problemas pode indicar uma lacuna na comunicação entre os usuários e a construtora;

- Necessidade de Avaliação Contínua: o entendimento dos dados ressalta a importância de uma avaliação contínua dos procedimentos de manutenção e da eficácia das respostas da construtora. Uma revisão regular desses processos e acompanhamento pós-ocupação de empreendimentos de programas habitacionais de financiamento público pode levar a melhorias na qualidade de vida dos residentes e na longevidade das instalações;

- Preservação do Desempenho: A falta de compreensão sobre o manual pode resultar na falta de manutenção adequada por parte dos moradores, o que pode impactar negativamente no desempenho da edificação.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5674**: Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de gestão de manutenção. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 25 p.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14037**: Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações: Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos.. Rio de Janeiro: ABNT, 2024. 17 p.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575-1**: Edificações habitacionais — Desempenho. Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2021. 93 p.

AGOPYAN, V; JOHN, VM. **O desafio da sustentabilidade na construção civil**. . São Paulo: Blucher. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/81c3bbde-b3d6-4c76-bfc6-d350dbab74af/Vahan_2011_desafio%20da%20sustentabilidade.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023. , 2011

BARBOZA, TL. UM HISTÓRICO DA MANUTENÇÃO E CONCEITOS SOBRE

SUA FUNÇÃO. **Revista Marítima Brasileira**, [*s. l.*], v. 138, n. 10/12, 2020. Disponível em: https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/173. Acesso em: 12 nov. 2023.

BOTTEGA, GSS *et al*. Manutenção predial com ênfase em sistemas hidrossanitários: revisão sistemática da literatura. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 435-443, jun. 2022. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1413-415220190332.

BRANDÃO, NLS et al. Manual do proprietário de HIS: limitações e implicações ao direito à moradia digna. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 13, n. 00, p. e022008, 2022. DOI: 10.20396/parc.v13i00.8665101. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8665101. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação Pós-Ocupação em Unidades Habitacionais na Cidade de Uberlândia, Pertencentes à Primeira Fase do MCMV, Enfocando Aspectos Funcionais, Comportamentais e Ambientais**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Livraria Ipea, 2015.

CALDAS, LR et al. **Inventário de emissões de carbono do ciclo de vida de casas de alvenaria e light steel framing em Brasília**: proposta de diretrizes de projeto para habitações sociais de baixo carbono. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 3, pág. 71-85, jul./set. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212017000300163

CAVALHEIRO, DC; ABIKO, AK. Condominium management in a low-income housing project: the case of the conjunto rubens lara in cubatão/são paulo. **Journal Of Housing And The Built Environment**, [S.L.], v. 38, n. 1, p. 419-441, 17 maio 2022. Springer Science and Business Media LLC. http://dx.doi.org/10.1007/s10901-022-09949-x. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10901-022-09949-x. Acesso em: 08 abr. 2024.

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Dúvidas sobre a norma de desempenho**: especialistas respondem às principais dúvidas e elencam requisitos de suportes para elaboração de projetos. Brasília: P7 Promo, 2015. 161 p. Disponível em: https://brasil.cbic.org.br/acervo-publicacao-duvidas-sobre-a-norma-de-desempenho-especialistas-respondem-2014. Acesso em: 29 nov. 2023.

CRUZ, JC; DIAS, APF. (2020). Sistema de Gestão da Manutenção: Um Estudo de Caso em Edifícios de Apartamentos. Ambiente Construído.

KUR

FIBERSALS. **3 mitos e 3 verdades sobre impermeabilização de banheiros**. Disponível em: https://fibersals.com.br/blog/impermeabilizacao-de-banheiros/. Acesso em: 30 nov. 2023.

FLACH, F; GONZALEZ, MAS and KERN, AP. **A study towards improving of social housing stock with a focus on facade renewal.** Rev. ing. constr. [online]. 2008, vol.23, n.3, pp.155-162. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50732008000300003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0718-5073. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50732008000300003.

G1 PARÁ (Belém). **Operação da PM cumpre mandado de reintegração de posse em Santa Izabel do Pará**. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/operacao-da-pm-cumpre-mandado-de-reintegracao-de-posse-em-santa-izabel-do-para.ghtml. Acesso em: 30 nov. 2023.

GOV.BR. **Em Santa Izabel do Pará (PA), Governo Federal entrega 500 casas a famílias de baixa renda**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/em-santa-izabel-do-para-pa-governo-federal-entrega-500-casas-a-familias-de-baixa-renda. Acesso em: 30 nov. 2023.

GOOGLE MAPS. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Residencial+porangaba/@-1.3094439,-48.1530978,754m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x92a4555909341323:0x514ca4eb02436755!8m2!3d-1.3089837!4d-48.1525425!16s%2Fg%2F11ll51xjr4!5m2!1e3!1e4?entry=ttu. Acesso em: 15 abr. 2024.

INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA. **Ciclo ILP+IPT: Desempenho e Durabilidade das Habitações de Interesse social**. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K3GZXGShAwc&t=379s. Acesso em: 30 nov. 2023.

KURZ, MN *et al.* Percepção do usuário em relação à presença de manifestações patológicas em fachadas: estudo de caso. **Revista de Engenharia Civil IMED**, [*s. l.*], v. 5, n. 1, p. 3, 2018. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistaec/article/view/1987. Acesso em: 30 nov. 2023.

MANUAL DE OPERAÇÃO, USO E MANUTENÇÃO DAS EDIFICAÇÕES: Manual do proprietário. Santa Izabel do Pará, 2021.

MENDES, MCM; FABRICIO, MM; IMAI, C. Proposta de método otimizado para a avaliação de desempenho em uso de sistemas construtivos inovadores. **Ambiente Construído**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 457-474, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212020000200409. Acesso em: 08 abr. 2024.

MOREIRA, FR; SILVA, RD. Habitação de Interesse Social rural na região metropolitana de Maringá, PR: avaliação pós-ocupação. **Ambiente Construído**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 235-253, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212017000300173. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ac/a/Y4ypXCJYLX7tHm76k83D4Fq/?format=html&lang=pt#. Acesso em: 09 nov. 2023.

O LIBERAL. **Residencial Porangaba em Santa Izabel é entregue e beneficia 500 famílias**. 2021. Disponível em: https://www.oliberal.com/para/residencial-porangaba-em-santa-izabel-e-entregue-e-beneficia-500-familias-1.471044. Acesso em: 30 nov. 2023.

ONO, R et al. **Percepção dos usuários e avaliação de desempenho em uso de habitações em sistemas construtivos inovadores**. Avaliação de desempenho de tecnologias construtivas inovadoras: conforto ambiental, durabilidade e pós-ocupação. Tradução . Porto Alegre: ANTAC, 2017. . Disponível em: https://doi.org/10.26626/978-85-5953-029-2.2017C00010.p.259-292. Acesso em: 30 nov. 2023.

PINTO, AMMR; PRATES, DM. (2020). Necessidade de Promover uma Cultura de Manutenção Preventiva em Edifícios Residenciais: Um Estudo sobre Práticas de Manutenção Predial.

QUARTZOLIT. **Como impermeabilizar áreas molhadas como cozinhas e banheiros**. 2023. Disponível em: https://www.quartzolit.weber/impermeabilizantes-quartzolit/como-impermeabilizar-areas-molhadas-como-cozinhas-e-banheiros. Acesso em: 30 nov. 2023.

RHEINGANTZ, PA. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Observando a Qualidade do Lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Proarq, 2009. 117 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Rheingantz/publication/308740248_Observando_a_Qualidade_do_Lugar_procedimentos_para_a_avaliacao_pos-ocupacao/links/58d27efb458515b8d2870ab2/Observando-a-Qualidade-do-Lugar-procedimentos-para-a-avaliacao-pos-ocupacao.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

ROMERO, MA; ORNSTEIN, SW (ed.). **Avaliação pós-ocupação**: métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: Antac, 2003. ISBN: 9788589478014.

SILVA, HLN. **Diálogos sobre Eficiência Energética**: operação e manutenção de edifícios - uma introdução. Brasília: MITSIDI Projetos, 2019. 103 p. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/arquivos/eedus-dee-05.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, HLN. **OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS** – UMA INTRODUÇÃO. Brasília, DF: [s. n.], 2019. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/arquivos/eedus-dee-05.pdf.

Apêndice I - Resultados das entrevistas realizadas quanto às práticas de manutenção.

Esquadrias de Alumínio - Prática 1 Você realizou a limpeza geral das esquadrias e dos trilhos inferiores a cada 3 meses?								
SIM	23	NÃO	7					
Apresentou problema?								
SIM	9	NÃO	21					
Voce acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	1	NÃO	29					
Esquadrias de Alumínio - Prática 2 Você reapertou os parafusos aparentes, os feixos e regulagens de freios a cada ano?								
SIM	11	NÃO	19					
Apresentou problema?								

SIM	14	NÃO	16					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	2	NÃO	28					
Impermeabilização - Prática 3 Você inspecionou os rejuntamentos dos pisos cerâmicos, ralos e peças a cada ano?								
SIM	29	NÃO	1					
Apresentou problema?								
SIM	26	NÃO	4					
Voce acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	13	NÃO	17					
Paredes - Prática 4 Você repintou áreas privativas uma vez a cada dois anos								
SIM	13	NÃO	17					
Apresentou problema?								
SIM	15	NÃO	15					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	3	NÃO	27					
Paredes - Prática 5 Você repintou áreas comuns uma vez a cada dois anos?								
SIM	1	NÃO	29					
Apresentou problema?								
SIM	6	NÃO	24					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	1	NÃO	29					
Instalações Hidráulicas - Prática 6 Você fez a limpeza de caixa de gordura, verificou ralos, sifões das louças, tanques e pias e verificou os mecanismos de descarga a cada seis meses?								
SIM	17	NÃO	13					
Apresentou problema?								
SIM	20	NÃO	10					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	3	NÃO	27					
Instalações Hidráulicas - Prática 7 Foi efetuada a troca de vedantes das torneiras e dos registros de pressão, verificou a estanqueidade da válvula de descarga e limpou o crivo do banheiro a cada ano?								
SIM	21	NÃO	9					
Apresentou problema?								
SIM	15	NÃO	15					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	5	NÃO	25					
Instalação Elétrica - Prática 8 A cada ano, foram reapertadas todas as conexões e os disjuntores com problema ao religar foram substituídos?								

SIM	5	NÃO	25					
Apresentou problema?								
SIM	5	NÃO	25					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	3	NÃO	27					
Instalação Elétrica - Prática 9 Foram ligados e desligados os disjuntores diferenciais, a cada mês?								
SIM	2	NÃO	28					
Apresentou problema?								
SIM	2	NÃO	28					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM		NÃO	30					
Instalação Elétrica - Prática 10 A cada 2 anos, foram reapertadas as conexões e verificados o estado dos contatos elétricos, e alguma peça que apresentou desgaste foi substituída? [6]								
SIM	16	NÃO	14					
Apresentou problema?								
SIM	12	NÃO	18					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	1	NÃO	29					
Retorno da Construtora A empresa retornou algum problema relatado?								
SIM	7	NÃO	23					
Qual ?								
Vide Figura 13.								

Fonte: Autores.

[6] Importante frisar que na data de estudo ainda não haviam completado dois anos de entrega do imóvel, mas essa pergunta da prática 10 foi questionada e considerou-se até a data em questão a fim de considerar todas as recomendações do manual.

GT 02 – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E CIDADES LATINO-AMERICANO

A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO E PLANEJAMENTO NO PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA II

Taynáh de Nazaré Argolo Marinho[1](UCP/PROMABEN),
Solange Pamplona da Silva[2](UCP/PROMABEN)
Camila Caroline Magalhães dos Santos[3](UCP/PROMABEN)
Nadilson Sandro Santos Souto[4](UCP/PROMABEN)

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar os desafios da atuação do/a Assistente Social no âmbito da gestão e planejamento de projetos sociais, com enfoque na política urbana, particularmente no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II (PROMABEN), da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), no estado do Pará. Para tanto, buscou-se refletir sobre os desafios e possibilidades do exercício profissional na esfera do planejamento no PROMABEN II. O aporte teórico e metodológico da pesquisa foi orientado pelo materialismo, histórico e dialético, tal escolha decorreu da compreensão de que este método possibilita ao pesquisador apreender o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais à luz da totalidade. Nesse sentido, adotou-se como procedimentos operativos a pesquisa bibliográfica com a seleção de teóricos que versam sobre o debate do planejamento na área do Serviço Social, sobretudo na área da política urbana e habitacional; pesquisa documental com a análise de documentos técnicos oficiais do PROMABEN II; e pesquisa de campo por meio da observação in lócus, bem como a partir da experiência vivênciada pelos técnicos que atuam PROMABEN II. Os resultados da pesquisa indicam que a atuação do/a Assistente Social no campo do planejamento de projetos sociais exige dos profissionais uma leitura crítica da realidade social em sua dinâmica contraditória e complexa, requer também a capacidade de articulação das dimensões teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política, assim como a articulação de políticas públicas para criar estratégias que visem superar modelos burocráticos e hierárquico de planejamento, abrangendo como centralidade os direitos sociais da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Gestão e Planejamento, Habitação, PROMABEN e Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a atuação do/a Assistente Social no âmbito do planejamento de projetos sociais, com enfoque na política urbana, particularmente no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) II, da Unidade Coordenadora do Programa, da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), no estado do Pará. Nesse sentido, buscou-se refletir sobre os

[1] Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, UCP/PROMABEN II, Brasil. Email: argolotaynah@gmail.com
[2] Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, UCP/PROMABEN II, Brasil. Email: solpamplona@hotmail.com
[3] Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, UCP/PROMABEN II, Brasil. Email: caroline.milla@yahoo.com.br
[4] Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, UCP/PROMABEN II, Brasil. Email: nadilson.sandro21@gmail.com

desafios e possibilidades do exercício profissional na esfera do planejamento, elencando os principais limites que se apresentam para os profissionais que atuam neste campo na política urbana.

O aporte teórico e metodológico da pesquisa foi orientado pelo materialismo, histórico e dialético, tal escolha decorreu da compreensão de que este método possibilita ao pesquisador apreender o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais à luz da totalidade. Como procedimentos operativos, adotou-se a pesquisa bibliográfica com a seleção de teóricos que versam sobre a discussão do planejamento e Serviço Social na área da política urbana e habitacional; a pesquisa documental com a análise de documentos técnicos oficiais do PROMABEN II, tais como relatórios, planos de reassentamento; e pesquisa de campo por meio da observação in lócus no PROMABEN II.

Nos últimos anos, o/a Assistente Social vem sendo requisitado para atuar no campo do planejamento de políticas sociais, programas e projetos vem se ampliando no Brasil a partir da descentralização e municipalização das políticas sociais após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, os profissionais devem ter a capacidade de atuar na elaboração, gerenciamento, monitoramento e avaliação do planejamento dos programas e/ou projetos sociais.

PLANEJAMENTO E SERVIÇO SOCIAL: Breves apontamentos

O ato de planejar é inerente ao ser social, constituindo-se na capacidade que os homens tem em planejar sistematicamente determinada situação visando alcançar um fim. Para Baptista (2000), o planejamento tem uma dimensão de racionalidade, que "[...] decorre do uso da inteligência num processo de racionalização dialética da ação" (BAPTISTA, 2000, p. 14).

Nesse sentido, o planejamento é um processo lógico-racional, político e técnico, que está relacionado ao "[...] processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente e dinâmico de situações em um determinado momento histórico" (BAPTISTA, 2000, p. 13). A autora enfatiza que o ato de planejar requer a definição de ações necessárias para responder questões específicas, como a mobilização de recursos e prazos, como também pressupõe a definição do caminho à ser percorrido pelas ações, para que seja realizado o acompanhamento da execução, controle, avaliação e redefinição das ações.

No ato de planejar é imprescindível considerar além das ações concretas a serem realizadas, a dimensão política que está imbricada ao processo de tomada de decisão, inscrita nas relações de poder que são capturados por meio dos aspectos subjetivos. Assim, como assevera Baptista (2000, p. 17), "o jogo de vontade políticas dos diferentes grupos envolvidos, a correlação de forças, a articulação

desses grupos envolvidos, as alianças ou a incompatibilidades existentes entre os diversos segmentos".

A literatura que versa sobre o debate teórico do planejamento no Serviço Social, apresenta a temática sob diferentes aspectos do trabalho do/da Assistente Social com este instrumental no decorrer de cada momento histórico de constituição da profissão e com diferentes metodologias e abordagens (SCHMITZ E SCHAPPO, 2017).

As primeiras iniciativas que visam abordar sobre o planejamento no Serviço Social, foram pautadas em pressupostos funcionalistas e tecnicistas, no qual o planejamento "[...] consistia em uma construção preliminar às atividades, sendo um documento elaborado por técnicos especialistas, estático e fechado às demandas vindas da chamada população cliente" (BONIN E KRÜGER, 2015, p.66).

É importante ressaltar que, sob a perspectiva do planejamento tradicional, as ações dos profissionais do Serviço Social visavam atender, exclusivamente, aos interesses dos empregadores (Estado e empresas), através de ações assistencialistas para o controle das classes sociais (BONIN E KRÜGER, 2015).

A partir do movimento de reconceituação novas perspectivas são introduzidas sobre o planejamento do Serviço Social, para além de um campo com dimensão técnica, o planejamento é percebido também como uma dimensão política. Dessa forma, para Bonin e Krüger (2015), a ação planejada do Serviço Social pode ser captada em dois momentos distintos: a) antes da reconceituação – cujas ações profissionais eram realizadas com grupos, comunidades e indivíduos com a finalidade do ajuste social; e b) durante o processo de reconceituação – quando a profissão passou a questionar as contradições da realidade social e o sistema vigente, buscando novos caminhos para a intervenção profissional.

Nesse sentido, enfatiza Bonin e Krüger (2015),

> No primeiro momento, a ação planejada é marcada pela própria ênfase na ação metódica e situações visualizadas de forma estática, enquanto no segundo momento o Serviço Social procura dominar os conhecimentos da disciplina de planejamento, instrumentalizando-se assim para atuar na política social e no planejamento social embora nos marcos do desenvolvimentismo e da modernização conservadora (BONIN E KRÜGER, 2015, p. 68).

É importante mencionar que, embora com a reconceituação do Serviço Social, situado entre os anos de 1965-1975, as bases do conservadorismo e assistencialismo ainda se mantiveram presentes nas ações profissionais. Somente a partir da década de 1980, com a redemocratização do país, novas alternativas profissionais são pensadas para superar o modelo pragmático e assistencialista no trato com a questão social. Contudo, a ruptura com o conservadorismo não se efetivou totalmente, de

modo que nos dias atuais, é possível vê-lo sob novas roupagens, mas é notório os avanços da categoria profissional na consolidação do projeto ético-político e em defesa da democracia e da universalização dos direitos sociais (MARINHO, 2021).

A conjuntura de redemocratização no Brasil foi um marco para a democracia e lutas sociais da classe trabalhadora, sendo um momento de renovação das bases de sustentação profissional do Serviço Social numa perspectiva crítica alicerçada pela defesa e compromisso com os direitos sociais dos/as trabalhadores/as. Nesse sentido, o campo do planejamento passou a ser visto como um instrumento de gestão que pode contribuir para a inclusão das demandas sociais (SCHMITZ E SCHAPPO, 2017).

Nesta direção, os códigos de ética de 1986 e 1993 apresentaram avanços no seio da categoria profissional, buscando romper com o conservadorismo e obter maior aproximação com a teoria marxista, para conhecimento e análise crítica da realidade política, econômica e social que atua e, desse modo, ter subsídios para "elaborar, gerir e decidir sobre as políticas sociais e programas institucionais" (BONIN E KRÜGER, 2015, p. 68).

Mas foi sobretudo, com o Código de Ética de 1993, no art. 2º que o planejamento se constituiu em um direito do/a Assistente Social na: "participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais" (CFESS, 2012, p. 26). Na Lei de nº 8.662/1993, de Regulamentação da Profissão, estão previstas nos artigos 4º e 5º, respectivamente, competências e atribuições do/a Assistente Social relacionados ao planejamento das políticas sociais, quais sejam:

> **Art. 4º** Constituem competências do Assistente Social:
> II – Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
> VI – Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
> VII – Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais
> X – Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.
> **Art. 5º** Constituem atribuições privativas do Assistente Social:
> I – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
> II – Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social. (CFESS, 2012, p. 44 a 46).

Dessa forma, o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação são importantes normativas que conferem aos profissionais de Serviço Social diretrizes para a condução do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas, programas e projetos sociais a

partir de uma direção social que visa a garantia dos direitos sociais da classe trabalhadora (BONIN E KRÜGER, 2015).

Contudo, não basta aos profissionais ter conhecimento das diretrizes e aparatos normativos do Serviço Social para responder às demandas institucionais e profissionais. O desafio, conforme Bonin e Krürger (2015, p. 69), se coloca na capacidade que é requerida ao Assistente Social em apreender o planejamento para além do aparente, ultrapassando a visão imediatista e espontânea, para que o planejamento não se reduza ao papel meramente "técnico-operacional na implementação do plano institucional", mas se constitua em uma ferramenta que define estratégias e articulação para promover o alcance dos objetivos propostos.

NOVAS REQUISIÇÕES PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO

As últimas décadas do século XX, foram marcadas por transformações societárias, que reverberam decisivamente na (re)produção da sociedade. Para Netto (1996), a partir da década de 1970, instaurou-se a crise do sistema de acumulação capitalista, anunciando o "[...] fim do padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (as 'três décadas gloriosas' do capitalismo monopolista), sustentará, com suas 'ondas longas expansivas', o 'pacto de classes' expresso no welfare state" (NETTO, 1996, p. 89).

Com a crise do capitalismo monopolista, como assinala Netto (1996, p. 89), erodia-se as "bases de toda a articulação sociopolítica" além de que tornava-se "exponencial as contradições imanentes à lógica do capital". Dessa forma, segundo Antunes (2000), via-se por um lado o quadro crítico com o esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista, queda da taxa de lucros de produção, crise do welfare state, e do outro, o início do processo organizativo da classe operária com reivindicações e greves que obteve papel importante para o declínio do monopólio do capital.

Nesse contexto, o capitalismo precisou reordenar suas bases de sustentação articulando-se econômica, política e ideologicamente, promovendo estrategicamente a reestruturação do modelo de acumulação sob um novo arranjo denominado neoliberalismo. Esse prisma é asseverado por Soares (2000, p. 12), ao revelar que o ajuste neoliberal não se restringe apenas ao campo econômico, mas constitui em uma "redefinição global no campo político-institucional e das relações sociais", ademais acrescenta a autora:

> Os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente desenvolvida para este último âmbito; a legislação evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; e a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo (SOARES, 2000, p. 13).

Dessa forma, uma nova conjuntura se instaura sob um novo modelo de processo de produção capitalista (Toyotismo), norteada pelo neoliberalismo, acarretando a reestruturação produtiva (absorvendo os avanços científicos e tecnológicos) e com mudanças na forma de gestão da força de trabalho. Tais mudanças repercutiram em medidas regressivas sobre os direitos sociais da classe trabalhadora com táticas de fragilização da organização das lutas sindicais, flexibilização e precarização das condições de trabalho, contratação de trabalhadores temporários, sub emprego e terceirização (IAMAMOTO, 2015; ANTUNES, 2000).

No que tange ao papel do Estado, este é redirecionado sob a premissa do neoliberalismo, qual seja: mínima interferência do Estado sobre o mercado, abertura da economia para o capital estrangeiro e a privatização do setor público. Assim, vê-se a redução do aparelho estatal com repercussões significativas e estruturais na condução das políticas sociais.

Iamamoto (2015), ressalta que na concepção do neoliberalismo, os serviços públicos superdimensionam o gasto estatal, razão pela qual defendem a redução de investimentos do Estado na política social. Desse modo, a política social é redimensionada para programas focalizados de atendimento à pobreza e descentralizados em sua aplicação, restringindo-se apenas na concessão de serviços sociais na perspectiva mercadológica.

Assim, a política social, enquanto direito social gradualmente perde a natureza de abrangência e cobertura social e passa a adquirir um caráter seletivo e privado, no qual os serviços sociais são fetichizados constituindo-se em mercadorias, justificando a "crise fiscal do Estado", que preconiza o orçamento público para investimentos ligados ao setor econômico ativando diretamente a reprodução do capital (IAMAMOTO, 2015).

Esse cenário tem rebatimentos diretos sobre o trabalho do/a Assistente Social na medida em que se ampliam as necessidades sociais ao mesmo tempo em que se reduzem os recursos e investimentos para as políticas sociais, provocando o desmonte de direitos em caráter universal. Assim, o profissional do Serviço Social que atua na execução das políticas sociais, com recursos cada vez mais escassos frente à demanda crescente, acaba selecionando determinados usuários para o ingresso em programas de combate à pobreza.

Dessa forma, a intervenção do Serviço Social neste cenário adverso, impõe desafios ao trabalho do/a Assistente Social, requerendo dos/as profissionais a apreensão dos determinantes sociohistóricos da questão social e da realidade social, para então, com criatividade e criticidade viabilizar estratégias coletivas para enfrentá-la.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, "um novo cenário se configura no que diz respeito à execução das políticas sociais e o papel de cada ente federativo no planejamento, gestão e execução de tais políticas" (HORA, 2014, p. 12). O processo de descentralização e municipalização

das políticas sociais que antes constituía-se responsabilidade exclusiva do governo federal, a partir da Constituição, passa a ter os municípios como centrais no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos sociais (SOUSA, 2016).

> Essa realidade exige dos municípios a aquisição de novas estratégias e reorganização de seus quadros funcionais para poder dar conta da elaboração e gestão de projetos na área social. Desde então, uma nova demanda foi se constituindo para o assistente social: a da elaboração e gestão de projetos sociais (SOUSA, 2016, p. 02).

Nesse sentido, aos profissionais que atuam nas políticas sociais, entre os quais está o/a Assistente Social, são requisitadas competências e habilidades para trabalharem no campo da gestão, planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos das políticas sociais, requerendo desses profissionais, habilidades para o planejamento dos recursos públicos (SOUZA, 2016).

O campo do planejamento das políticas sociais é de grande relevância para o Serviço Social, sendo estratégico para a categoria, pois possibilita aos profissionais participarem de todas as etapas de decisão do planejamento das políticas públicas, materializadas por meio de programas e projetos sociais. Assim, é primordial que o/a Assistente Social tenha conhecimento crítico e profundo sobre a realidade social que visa planejar.

Para Souza (2016), na esfera da gestão e planejamento, cabe ao Assistente Social apreender com criticidade a dinâmica contraditória e complexa da realidade social e do ser social em seu contexto, exigindo dos profissionais "[...] um aprofundamento teórico-metodológico que possibilite entendimento qualificado da realidade, técnico-operativo além do compromisso ético-político" (SOUZA, 2016, p. 03).

Esse novo espaço sócio-ocupacional também pode ser usufruído para a democratização dos espaços públicos, o que requer que os/as Assistentes Sociais contribuam na "[...] mobilização e organização popular, integrado ao contexto da gestão e planejamento destas políticas" (HORA, 2014, p. 14). Desta maneira, o/a Assistente Social pode materializar os compromissos éticos e políticos da profissão expressos no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, possibilitando a ampliação da participação dos/das usuários/as nos processos decisórios, para assegurar a universalização dos direitos sociais e da cidadania (SOUZA, 2016).

Na acepção de Hora (2014), na formulação, gestão e planejamento das políticas sociais na atualidade, necessário se faz a democratização do Estado, enquanto espaço público de discussão da sociedade civil para efetivação de processos decisórios da gestão pública, cabendo aos "gestores e técnicos, entre eles os assistentes sociais, processarem teórica, política e eticamente as demandas da

sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando sua formatação e execução" (HORA, 2014, p. 76).

No entanto, sob a égide do neoliberalismo na qual o Estado torna-se mínimo para o social e máximo para o capital, os recursos para a área da política social são restritos e insuficientes, o que demanda:

> [...] uma gestão eficaz, eficiente e efetiva, o que leva os assistentes sociais que atuam no planejamento ao desenvolvimento de diagnósticos, avaliações e monitoramento das ações planejadas. Em todo o processo, novas competências são exigidas ao profissional de Serviço Social, a exemplo da habilidade para realizar leituras de orçamentos públicos, elaboração de metas, planejamento público, a exemplo do Plano Plurianual (PPA), orçamentos participativos, diagnósticos socioeconômicos, entre outros instrumentos de gestão [...] é exigida a competência técnica para propor, conduzir e avaliar intervenções no campo social (HORA, 2014, p. 76).

Dessa forma, ampliaram-se os espaços sócio-ocupacionais dos/das Assistentes Sociais bem como novas competência e atribuições são exigidas para os profissionais que desempenham papel de gestores e planejadores das políticas sociais, na elaboração de programas e projetos, dentre os quais destacam-se as áreas da assistência social, saúde, educação, gestão de pessoas, urbana e habitacional, como veremos a seguir.

O/A ASSISTENTE SOCIAL NO PLANEJAMENTO DA POLÍTICA URBANA: a experiência profissional no PROMABEN II

A atuação do/a Assistente social na área da política urbana requer dos profissionais a apreensão dos elementos estruturais que determinam a produção das cidades brasileiras, no qual "a disputa pela terra, a produção social do espaço e as impossibilidades de inserção e acesso à cidade são centrais para o avanço do capital" (PAZ E DINIZ, 2020, p. 34).

Tais elementos apontados por Paz e Diniz (2020), demonstram que a política urbana e habitacional implementadas no Brasil produziram cidades segregadas e desiguais, com investimentos centralizados aos interesses da industrialização e circulação do capital, acirrando a espoliação urbana e consequentemente no crescimento de áreas periféricas desprovidas de serviços e equipamentos urbanísticos, saneamento, acesso à água potável, transporte público entre outros. Assim, a partir da década de 1970, a cidade se tornou lugar de disputa e reivindicação da classe trabalhadora por políticas públicas que assegurem o direito e acesso à terra, urbanização, moradia digna, regularização fundiária, transporte, saneamento, educação, saúde entre outros.

Nesse contexto, a política urbana e habitacional também se configura num campo de "[...] disputa de projetos, concepções e recursos no cotidiano das gestões públicas e dos programas habitacionais, permeado pelas contradições presentes na sociedade e nas políticas públicas" (PAZ E DINIZ, 2020, p. 35). Assim,

> A tensão entre os interesses do mercado da construção civil e imobiliário e o direito à moradia, defendido pelos movimentos de moradia, ou ainda entre interesses das diferentes gestões públicas e mesmo eleitorais e o direito à cidade e acesso à moradia digna têm permeado e atravessado os projetos e equipes de trabalho social, exigindo posicionamentos e estratégias (PAZ E DINIZ, 2020, p. 35).

As contradições e embates que se colocam entorno da política urbana e de habitação, repercutem decisivamente na condução político-decisória do planejamento, na definição das prioridades do público que visa atender, dos recursos disponíveis para responder às reais demandas da classe trabalhadora, dos prazos e articulação com as demais políticas públicas.

Destarte, a atuação do/a Assistente Social na gestão e planejamento na política urbana e habitacional exige dos profissionais a capacidade de compreensão crítica dos determinantes que condicionam a (re)produção das cidades, mediação entre interesses antagônicos presentes na gestão das políticas públicas e articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política de forma a instrumentalizar a intervenção profissional na direção do projeto ético político profissional e defesa dos direitos da classe trabalhadora.

É importante registrar que a criação do Ministério das Cidades (MCIDADES) em 2003, representou um avanço significativo para a promoção da política de desenvolvimento urbano integrado, articulando as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana numa perspectiva democrática e participativa, reconhecendo assim, a luta de movimentos sociais em prol do direito à cidade e a moradia digna (CFESS, 2016).

Ademais, a partir do MCIDADES, o trabalho social se tornou um dos componentes básicos da Política Nacional de Habitação (PNH) e exigido em programas e projetos financiados pelo MCIDADES e àqueles que obtenham recursos através de empréstimos a estados e municípios (BRASIL, 2009).

A partir de então, o trabalho social na política urbana e habitacional passou a ser planejado por meio de um conjunto de diretrizes e orientações técnicas de manuais operacionais, tais como o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) da Caixa Econômica Federal (CEF) e de políticas e normativas das agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (GOMES, 2015).

No entanto, Gomes (2015), chama a atenção para as orientações contidas nos manuais técnicos que visam traçar todas as etapas operativas dos projetos e/ou programas sociais, desde as etapas iniciais de elaboração até a conclusão, condicionando o processo de planejamento do trabalho social.

Desse modo, cabe aos profissionais compreender os limites e entraves no processo de planejamento a partir de uma leitura crítica sobre a realidade socioeconômica, política e institucional para que o planejamento ultrapasse a dimensão operacional, buscando compreender como tais fatores interferem no processo do planejamento de programas e/ou projetos sociais (GOMES, 2015).

O trabalho social compreende:

> um conjunto de estratégias, processos e ações, realizados a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social das famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2009, p. 5).

O trabalho social tem por premissa implementar um conjunto de ações que visem o protagonismo social e a participação da população beneficiária, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas pelos projetos e programas urbanos e a sustentabilidade dos mesmos, mediante o trabalho socioeducativo que fomente a "organização social, educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e condominial e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem o acesso ao trabalho e à melhoria da renda familiar" (VASCONCELOS ET AL, 2014, p. 44).

Considerar tais premissas no processo de planejamento do projeto social que integra as políticas urbanas e habitacionais constitui-se em um exercício complexo que exige dos profissionais competência técnica, um arcabouço teórico e metodológico crítico para apreender a dimensão totalizante sobre a realidade social para leitura crítica e totalizante sobre a realidade social para captar os jogos de interesse que permeiam as políticas públicas.

No item a seguir, são traçadas reflexões sobre a experiência profissional do/a Assistente Social no campo da gestão e planejamento, apontando os principais desafios e limites dos profissionais neste referido campo.

O PLANEJAMENTO NO CONTEXTO DO PROMABEN II: desafios e possibilidades do trabalho social

Na cidade de Belém, a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), através da Unidade Coordenadora do Programa, iniciou em 2017 a segunda fase do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II (PROMABEN)[5] com a celebração do contrato de empréstimo n° 3303-OC-BR junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a aquisição de recursos e continuidade das obras inconclusas da primeira fase do programa.

O valor do contrato de empréstimo foi orçado em U$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares)[6], sendo 50% deste montante de repasse do financiamento do BID no valor de U$ 71.802.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e dois mil dólares) e a contrapartida da Prefeitura no valor de US$ 71.802.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e dois mil dólares) (BELÉM, 2021).

O PROMABEN II tem por objetivo contribuir para a melhoria das condições socioambientais na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), por meio de um conjunto de obras de saneamento e infraestrutura urbana e, por intervenções de caráter socioambiental para promover a dignidade e o direito à moradia à população dos bairros[7] que compõem a BHEN, especialmente os bairros: Condor, Cremação e Jurunas, que atualmente recebem de forma direta as obras do programa. Estima-se que as obras do Programa beneficiaram de forma direta aproximadamente 243.394 (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e noventa e quatro) pessoas na BHEN e, consequentemente toda a cidade a partir das obras de saneamento e infraestrutura urbana (BELÉM, 2020b).

O PROMABEN II é composto por dois grandes componentes: *I – Obras de Infraestrutura*, que compreende o conjunto de intervenções de engenharia, e II – *Sustentabilidade e Fortalecimento Institucional*, com intervenções de caráter socioambiental. É neste segundo componente que encontra-se a Subcoordenadoria Social (SCS), responsável pelo planejamento e gerenciamento de todas as ações e intervenções do trabalho social relacionadas ao remanejamento involuntário de famílias, comércios e instituições que serão diretamente afetadas pelas obras do programa, bem

[5] O PROMABEN II constitui-se na 2° fase de implantação do Programa na Bacia da Estrada Nova. A primeira fase iniciada em 2006 e concluída em 2012 também contou com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do contrato de empréstimo n° 1998/09-BR. Contudo, as obras previstas no escopo do Programa não foram concluídas em sua totalidade, demandando a reprogramação de cronograma e repactuação de prazos e investimentos junto a instituição financiadora, dando origem a uma nova fase do programa, o PROMABEN II. Disponível em: <https://promaben.belem.pa.gov.br/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

[6] Em 2020, após a análise da Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (UCP/PROMABEN) e da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia, foi realizada alteração contratual junto ao BID, reduzindo os recursos de 250 milhões de dólares para U$143,604,000,000 (cento e quarenta e três milhões, seiscentos e quatro mil dólares), sem redução de metas, apenas financeira (BELÉM, 2020b).

[7] A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova é formada diretamente pelos bairros do Jurunas, Condor, Cremação, Batista Campos e indiretamente pelos bairros Cidade Velha, São Brás, Guamá e Nazaré. Contudo, atualmente as obras e intervenções do PROMABEN II são destinadas aos bairros da Condor, Cremação e Jurunas.

como as famílias remanescentes da primeira fase do programa, que aguardam a entrega do Conjunto Habitacional.

A SCS é composta por 04 (quatro) Assistentes Sociais, sendo 01 (uma) Subcoordenadora Social e 03 (três) Assessores, 01 (uma) Administradora, e 01 (uma) estagiária do curso de Serviço Social. É importante ressaltar que, devido ao grande volume de trabalho, foi necessário contratar mediante processo licitatório, uma empresa terceirizada para a prestação de serviços referentes a execução do Projeto Social do PROMABEN II, que integra os Programa de Participação Comunitária (PPC), Programa de Comunicação Social (PCS) e o Programa de Educação Ambiental e Sanitária (PEAS).

A equipe técnica da empresa terceirizada é formada por uma equipe multidisciplinar, e subdivide-se em: *equipe chave* e *equipe executiva*. A equipe chave é constituída por 01 (uma) Socióloga, 01 (uma) Assistente Social, 02 (um) Engenheiro Sanitaristas. A equipe executiva é formada por de 06 (seis) Assistentes Sociais, (01) Advogado, (02) Jornalistas, (01) Engenheiros Civil, (01) Engenheiro Ambiental, (01) Pedagogo, (01) Administrador, 01 (um) auxiliar de campo, 01 (um) Técnico Designer, (01) Técnico Cadista e 01 (um) Técnico em Segurança do Trabalho.

Assim, a equipe da terceirizada do é responsável por desempenhar as ações previstas nos três programas PPC, PCS e PEAS, que constituem o projeto social, ao todo os programas contemplam 10 (dez) eixos, conforme estão sucintamente descritas a seguir:

a) Programa de Participação Comunitária (PPC):

- Eixo 1 – Mobilização e Organização Comunitária;
- Eixo 2 – Estudos e Pesquisas;
- Eixo 3 – Ações de Fortalecimento das Atividades Econômicas de Geração de Emprego e Renda e Inclusão Social;
- Eixo 4 – Ações do Programa Específico de Reassentamento – PER.

b) Programa de Comunicação Social (PCS):

- Eixo 1: Identidade Visual do Programa;
- Eixo 2: Ações voltadas para o Público Interno;
- Eixo 3: Ações Voltadas ao Público Externo;

c) Programa de Educação Ambiental e Sanitária:

- Eixo 1: Ações para Conservação e Manutenção dos Sistemas (de Drenagem, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e do Sistema Viário) a serem implantados;
- Eixo 2: Educação Ambiental e Sanitária Local para Sustentabilidade;
- Eixo 3: Ações para Áreas de Reassentamento e Áreas Diretamente Afetadas (ADA).

Nos 10 (dez) eixos supracitados estão distribuídas 71 (setenta e uma) ações socioambientais destinadas ao público "beneficiário" do programa, entre as quais estão reuniões, cursos, oficinas,

capacitações palestras, entre outras visando promover processos de participação social, cidadania, capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho e educação socioambiental, além de cursos de capacitação profissional para toda a equipe de técnicos das áreas social, ambiental, engenharia e jurídica do PROMABEN II (BELÉM, 2020a).

Importante frisar, como destaca Marinho et al (2022, p. 06) que o projeto social tem por premissa o desenvolvimento dos programas PPC, PCS e PEAS de forma "articulada sem perder de vista a dimensão de intersetorialidade que é essencial para garantia da complementaridade e da transversalidade das ações desenvolvidas no projeto social".

Nesta direção, Baptista (2000), aponta que para se alcançar os resultados esperados, o planejamento deve superar os aspectos meramente técnicos e operacionais e agregar leitura das condições objetivas e subjetivas da realidade, da correlação de forças que atravessam tal processo. Assim, se tornarão perceptíveis as dificuldades e possibilidades de viabilidade do planejamento proposto, e partir de então, construir estratégias coletivas para diluir os entraves e barreiras por meio da reflexão e posterior redefinição do planejamento.

> Esta apreensão levou a assumir a importância do caráter político do planejamento e a necessidade de operá-lo de uma perspectiva estratégica, que trabalhe sobre esse contexto de relações apreendendo sua complexidade, enfatizando os ganhos do processo. Dessa forma, o domínio e a orientação do fluxo dos acontecimentos se pautam por um novo sentido de competência: além da competência teórico-prática e técnico-operativa, há que ser desenvolvida uma competência ético-política (BAPTISTA, 2000, p. 18).

Nesse sentido, no tocante a experiência profissional no âmbito do planejamento, gerenciamento e monitoramento do projeto social do PROMABEN II, observa-se diversos desafios de ordem institucional, política e técnica que não são restritos à área social da SCS, mas que repercutem no desenvolvimento do Programa como um todo.

Dessa forma, um dos desafios do PROMABEN II, diz respeito ao planejamento integrado entre o cronograma de obras da engenharia e das ações do trabalho social, e para além, da intersetorialidade entre as políticas públicas. É inegável que desde a sua primeira fase, o programa vem enfrentando fragilidades, resultando em interrupções e atrasos na execução do mesmo, como demonstrado no trecho do relatório de gestão a seguir:

> Portanto, verificou-se que o fato do PROMABEN ter sido concebido a pouco tempo, quando comparado com as demais secretarias e órgãos, o mesmo não possui o registro de todas as intervenções ocorridas no local. Este fato somado a falta de comunicação e integração para o planejamento, tanto com os demais órgãos da administração pública quanto com as demais subcoordenadorias do PROMABEN, resultaram nos maiores problemas enfrentados para o avanço dos projetos (BELÉM, 2020b, p. 44).

Villarosa (2010, p. 13), aponta a intersetorialidade entre as políticas sociais como um fator fundamental na implementação de projetos urbanísticos, promovendo o desenvolvimento local e a inclusão social. Para o consultor, "promover a intersetorialidade é incentivar as secretarias setoriais a se articularem com o programa de urbanização".

Para o desenvolvimento do projeto social, a intersetorialidade é um elemento fundamental, posto que as ações de remanejamento involuntário de famílias vão requerer a articulação entre diversas políticas sociais de educação, saúde, moradia, trabalho, assistência entre outras, para que sejam asseguradas às famílias o direito e a sustentabilidade de permanecer no território urbanizado.

Nesta direção, a Subcoordenadoria Social vem buscando estratégias para construir o planejamento do projeto social articulado com as políticas sociais e os programas do governo municipal, adotando uma perspectiva democrática e participativa, tendo as famílias como centralidade nas ações dos Programas de Participação Comunitária e Comunicação Social.

No entanto, verifica-se um hiato entre a perspectiva participativa do planejamento que busca-se implementar pela SCS e a execução do projeto social pela empresa terceirizada, revelando uma dicotomia na concepção do trabalho social. Hora (2014, p. 19) argumenta sobre a dificuldade em se "[...] estabelecer a inter-relação necessária entre o elemento técnico (ou de concepção) e o elemento político (ou de decisão) no processo de planejamento".

Nesse contexto, frisa-se a concepção de participação comunitária que é propagada pelo financiador do programa, BID, através de suas políticas operativas e diretrizes, nas quais a participação é apenas um aspecto quantitativo e formal que visa controlar e legitimar a adesão da população aos projetos urbanísticos (SANTANA, 2011).

Dessa forma, são complexos os desafios que estão postos para os/as Assistentes Sociais no âmbito do planejamento no PROMABEN II, como apontados pela equipe da SCS em reuniões de monitoramento e avaliação do planejamento do projeto social, tais como:

- Dificuldade de construir o planejamento interdisciplinar entre as subcoordenadorias do programa;
- Fragilidade na articulação com as políticas sociais;
- Desconhecimento do trabalho social pelos profissionais de outras subcoordenadorias do programa;
- Concepção acrítica sobre o trabalho social em sua dimensão de totalidade pela empresa terceirizada;
- Cumprimento de metas de remanejamento e de obras definidas pelo financiador do programa, BID;
- Fluxos de trabalho burocráticos;

- Descredibilidade da população em relação ao PROMABEN II, devido ao histórico negativo das antigas gestões;
- Interrupções e reprogramações no cronograma de obras, atrasando o cronograma de execução do projeto social e do remanejamento de famílias e comércios;
- Fragilidade na execução das ações do projeto social e nos documentos técnicos elaborados pela empresa terceirizada;
- Resistência da população em relação ao remanejamento devido ao atraso na entrega das obras do Conjunto Habitacional e ao valor irrisório do auxílio moradia, entre outros.

Apreender os dilemas a partir de uma leitura crítica da realidade institucional e social é *sine qua non* tanto no nível do planejamento quanto da execução, requer dos profissionais a capacidade de construir estratégias coletivas de mediar, articular, estabelecer parcerias com diversos atores do território e das políticas sociais vislumbrando novas possibilidades para fortalecer processos de organização política da comunidade como para ampliar o acesso aos direitos sociais e ao direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do/a Assistente Social no âmbito do planejamento da política urbana e habitacional, como elucidado pelo referencial teórico que embasou a análise deste artigo, possibilita-nos compreender que a partir da Constituição Federal de 1988, novas requisições profissionais são exigidas aos profissionais de Serviço Social, que passam a atuar em cargos de planejamento e gerência das políticas sociais.

Nesse contexto, novas requisições são atribuídas aos Assistentes Sociais na esfera do planejamento, demandando dos profissionais a capacidade de atuação crítica na articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política bem como a apreensão crítica da realidade social em sua complexa totalidade.

No âmbito da política urbana e habitacional, verificou-se a que a intersetorialidade entre as políticas sociais é fundamental no planejamento das ações do projeto social, contudo, devido a fragilidade na execução do trabalho terceirizado, bem como dificuldade de manter o monitoramento do mesmo, o projeto social vem enfrentando dificuldades de manter a sustentabilidade de suas ações junto a comunidade que atua.

Desse modo, é fundamental que no ato do planejamento sejam considerados tanto os aspectos objetivos (metas, prazos, orçamentos entre outros) quanto os subjetivos (correlação de forças e jogo político) e a partir de então definir a concepção e direção social a ser traçada para o

planejamento, para que as ações planejadas não seja um campo de reprodução de condutas técnicas burocratizadas carregadas pelo viés do conservadorismo.

Em síntese, a partir da experiência profissional no âmbito do planejamento, embora com inúmeros desafios, é possível vislumbrar possibilidades, se não de superação radical do modelo centralizador e burocrático do planejamento, que só é possível com a revolução social, mas de (re)construir novas referências de abordagem e mediação na perspectiva de fortalecer a organização política da população.

Esse caminho pode ser trilhado por meio da capacitação técnica e política dos profissionais que planejam e executam as políticas sociais, para ressignificar o papel e a finalidade do trabalho social, resgatando o compromisso da categoria junto a classe trabalhadora na direção do projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2015. p. 13-151.

BELÉM. **Projeto social do Programa de Participação Comunitária (PPC), Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Educação Ambiental e Sanitária (PEAS) e Escritório de Gestão Participativa (EGP):** Termo de Referência. Belém, 2020a.

BELÉM, **Relatório Semestral de Progresso: PROMABEN II – 06/2020.** Belém, UCP/PROMABEN, 2020b.

BELÉM, **Relatório Semestral de Progresso: PROMABEN II – 06/2021.** Belém, UCP/PROMABEN, 2021.

BELÉM. **Plano Específico de Reassentamento. Belém**: UCP/PROMABEN, 2022.

BONIN, Silvana. KRÜGER, Tânia. Planejamento e Serviço Social. Sociedade em Debate, n. 21, v. 2, 2015. (p. 63-83).

BRASIL, Ministério das Cidades. **Trabalho Social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades/EAD, 2009.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei de regulamentação da profissão.** 10ª ed. Brasília, 2012.

CFESS. Atuação de assistentes sociais na Política urbana: **subsídios para a reflexão.** *Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2016.*

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Políticas Urbanas e Serviço Social**. Conferência proferida para o Concurso público para professor titular, Edital nº 16 de 04 de abril de 2006, Diário Oficial nº 67. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, julho de 2006.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Serviço Social e Políticas Urbanas**: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. Libertas, Juiz de Fora, v.15, p. 105-118, ago./dez. 2015.

HORA, Michelle Marry C. Campos. **A atuação do assistente social no planejamento e gestão das políticas de assistência social e saúde no município de Aracaju-SE**. 2014. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortes, 2015.

MARINHO, Taynáh de N. Argolo. **Condições de moradia e de sobrevivência das famílias em auxílio aluguel em Belém-Pa:** os efeitos do projeto orla e o (não) direito à moradia digna na Bacia HIdrográfica da Estrada Nova. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

MARINHO, Taynáh de N. Argolo; et al. **O trabalho social no programa de saneamento da bacia da estrada nova (PROMABEN) II:** relato de experiência. In: XVII congresso brasileiro de assistentes sociais. Online, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

PAZ, Rosangela D.O. da e DINIZ, Tânia M. G. **Trabalho social em Habitação**: contradições, convocações e redefinições políticas. In: PAZ, Rosangela D. O. da e DINIZ, Tânia M. G. (Orgs.) **Serviço Social e trabalho social em habitação**. Requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro, Mórula, 2020.

SANTANA, Joana Valente. **Trabalho Social em Projetos de Habitação**: demandas e respostas sobre a participação comunitária (Belém-Brasil). Trabajo Social, Santiago, n. 6, p.349-371, dez. 2011.

SCHMITZ, Lindsey Oliva Fontana; SCHAPPO, Sirlândia. **Planejamento e Serviço Social:** elementos para elaboração de projetos. *In*: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Florianópolis, 2017.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Simone Moreira dos S. **Atuação do assistente social na elaboração e gestão de projetos sociais**. *In*: X Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão, 2016.

VASCONCELOS, Eliza M. Almeida; CARDOSO, Welson de Sousa; BASTOS, Joscelina da Silva. **O projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS):** elementos para a sua eleboração. *In*: VASCONCELOS, Eliza M. A.; ALVES, Edivania S.; CRUZ, Sandra H. R.; SÁ, Maria Elvira R. de. (Org.). **Política de Habitação de Interesse Social:** projeto técnico social. Belém: ICSA/UFPA, 2014.

VILLAROSA, Francesco Di. **Estudo de Caso:** "Programas integrados são portas de entrada de combate à pobreza". *In*: Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Habitação; Aliança de Cidades; Banco Mundial (Org.). **Trabalho social e intervenções habitacionais:** reflexões e aprendizados sobre o seminário internacional, Brasília/DF, 2010.

GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidade Latino-americanas

CULTURAS DE RESISTÊNCIA PELO DIREITO À MORADIA, À CULTURA E A MEMÓRIA AFRODIASPÓRICA NA ILHA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Alex Oliveira de Souza [1]
(Universidade Estadual do Maranhão - UEMA),

RESUMO: Este trabalho se organiza a partir de três pesquisas, todas elas tratando de estratégias de luta pelo direito à cidade na Ilha de São Luís- MA, elas contribuem de maneira distinta para o debate em torno de problemas que nos afligem há muito tempo e que no momento atual tem surgido novos elementos de crítica e que tem permitido qualificar novas estratégias para os movimentos sociais, com ênfase, para culturas de resistência pelo direito à moradia, à cultura e a memória afrodiaspórica. Para além dos processos eleitorais, a reconstrução democrática passa pelas lutas pelo direito à cidade, por desempenhar um papel central como lugar estratégico para a circulação das pessoas, dos bens e do capital. Esta convergência estratégica remete ao espaço urbano como lugar dos conflitos, das lutas para que os direitos já conquistados saiam do papel e sejam de fato efetivados. Para isso é preciso ouvir aqueles e aquelas que sofrem, que tem queixas, que fazem exigências sobre seus direitos. Três frentes de engajamento são apresentadas neste trabalho, todas fruto de trabalhos acadêmicos desenvolvidos na Universidade Estadual do Maranhão, uma no mestrado em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional e as outras no curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo. A primeira trata da luta pelo direito à moradia da comunidade Eugênio Pereira na cidade de Paço do Lumiar, localizada a aproximadamente 20 km do centro de São Luís, ela aborda as estratégias que foram utilizadas pela população para assegurar o direito à moradia e o interesse coletivo previstos em lei, mas que foram por várias vezes subjugados pela justiça que sempre favoreceu o interesse privado e o direito a propriedade. A segunda foi realizada no bairro da Liberdade, primeiro quilombo urbano da cidade e está focada na preocupação de se articular às práticas de urbanismo aos fazedores de cultura, notadamente os brincantes do Bumba meu Boi, evidenciando como as manifestações culturais são fortemente ligadas à vida no bairro. A terceira aborda a formação de um bairro histórico negro na São Luís de século XIX, nela são evidenciados apagamentos sistemáticos contra as contribuições da população negra e parda pela política de preservação do patrimônio histórico da cidade, que desde seu nascedouro é colonialista e focada sobremaneira na valorização das referências do patriarcado escravocrata.
Pensar em estratégias de luta praticadas na cidade na busca por direitos que são historicamente negados é um tarefa necessária para a reconstrução democrática, que deve olhar para as cidades como lugar potencialmente revolucionário.

Palavras-chaves: (Direito à Moradia, Direito à Cultura, Memória Afrodiaspórica, São Luís).

INTRODUÇÃO

A luta por direitos é pressuposto fundante do exercício democrático, é na livre manifestação dos conflitos que os direitos se forjam e são efetivados, daí a importância de se falar da luta por direitos, especialmente quando vivemos em um contexto de intensa luta pela reconstrução

[1] *Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional – PPDSR e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, Brasil, email: alexoliveira@professor.uema.br*

democrática, no cenário brasileiro atual. Neste sentido, a cidade desempenha um papel central, como habitat humano e portanto como espaço privilegiado de circulação das pessoas, dos bens e do capital.

No âmbito da política urbana, é oportuno reiterar as questões centrais que são fundantes do marco regulatório brasileiro, mas que são constantemente ignoradas, sobretudo quando se trata das populações mais pobres, dos negros, das mulheres, em resumo das pessoas que habitam as periferias das cidades, tanto no sentido, territorial que expulsa a população para as áreas mais distantes dos espaços centrais, quanto pelo sentido social, que marginaliza as pessoas, colocando-as nas franjas, nas periferias daqueles que usufruem os principais direitos instituídos impondo-os uma proximidade espacial e uma colossal distância social.

Dito isto, precisamos reafirmar alguns instrumentos legais para enfrentar a onda fascista que insiste em criminalizar aqueles e aquelas que lutam para que estes instrumentos legais sejam de fato efetivados na vida dos que mais precisam da garantia destes direitos. Trata-se especificamente das matérias constitucionais dos artigos 182º e 183°, que explicitam questões como a função social da cidade, da propriedade, da obrigatoriedade de se elaborar planos diretores, da necessidade de se cobrar um IPTU progressivo e da possibilidade de usucapião urbano.

Matérias estas, já amplamente debatidas, mas que continuam sendo sistematicamente negadas apesar de todos os avanços institucionais contidos no marco regulatório nacional, como o Estatuto das cidades, de 2010, que já no seu artigo 1º se propõem a estabelecer as normas para regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos. (Lei 10.257/2001, p16).

Ainda sobre a instrumentalização do marco regulatório para fortalecer as lutas da população que habita nas cidades, temos que sublinhar que, estão assegurados direitos à cidades sustentáveis, à terra urbana, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte e etc. Todos amplamente negados na prática. Além disso, encontram-se legitimadas todas as reinvindicações sobre a necessidade de participação da população e de associações representativas, na formulação, execução e acompanhamento de planos e programas e projetos de desenvolvimento urbano (Lei 10.257/2001, p16).

No que tange este artigo, alguns pressupostos teóricos são comuns as três pesquisas que são apresentadas. Como primeira preocupação temos a questão do direito à cidade, compreendido aqui a partir de Lefebvre (2001) acrescidos das contribuições de Harvey (2014) para os quais a cidade deve ser percebida a partir da noção de direito, fundada entre duas dimensões as da queixa e as das exigências. Onde as queixas residem na necessidade de respostas às crises que assolam a vida cotidiana no habitat urbano e as exigências residem no imperativo de se encarar a crise nos olhos e se buscar construir alternativas para a vida urbana.

Esta combinação entre queixas e exigências tem um locus para sua emergência, exatamente o espaço habitado, as ruas, os bairros periféricos, os guetos, os lugares onde historicamente os excluídos encontram morada e exigem mudanças e garantias de direitos. Este processo passa por uma dupla determinação sobre a cidade que queremos e que tipo de pessoa queremos ser nesta nova cidade. Afirma Harvey:

"A questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoa que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos." (2014, p28)

As estratégias de luta pelo direito à cidade passam necessariamente pela democracia, pelo fortalecimento de movimentos sociais representativos e criativos que consigam acolher as queixas e potencializá-las em forma de exigências, de novos modos de urbanização e governança para que possamos vislumbrar a perspectiva revolucionária das lutas urbanas.

Diante do exposto, nosso propósito é apresentar três pesquisas desenvolvidas na UEMA, que dão visibilidade as dores, queixas e exigências de três comunidades distintas que representam três estratégias de luta pelo direito à cidade em três frentes de engajamento.

A primeira delas é a luta pelo direito à moradia na comunidade Eugênio Pereira em Paço do Lumiar – MA, trabalho publicado no 9º projetar e fruto da pesquisa realizada para dissertação de mestrado de Lucas Fonseca no PPDSR-UEMA (2019), que sistematiza as principais estratégias de luta de uma população que ocupa uma área da grande São Luís há mais 18 anos e ainda sonha com o reconhecimento do direito à moradia, a ser confirmado pelo aguardado título de propriedade.

A segunda frente de engajamento trata da relação cultura e direito à cidade no quilombo urbano da Liberdade. Este trabalho que já foi publicado na revista Cuadernos De Educación Y Desarrollo, (2023, pp1031–1051). Foi elaborado a partir de pesquisa iniciada pela aluna Larissa Anchieta na disciplina Teorias Urbanas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA no segundo semestre de 2019, ele está centrado numa análise acerca das relações entre a busca pelo direito à cidade, a construção de novas perspectivas democráticas para o espaço urbano no bairro maranhense da Liberdade.

A terceira frente de engajamento surge de um trabalho de conclusão de curso, também em Arquitetura e Urbanismo de Raimundo Chaves, defendido em 2019 na UEMA. O trabalho já foi publicado nos anais do 11º Projetar em João Pessoa na UFPB. A pesquisa explora a partir de

evidências históricas e morfológicas a formação de um território negro no século XIX, denominada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

2- A LUTA PELO DIREITO À MORADIA NA COMUNIDADE EUGÊNIO PEREIRA EM PAÇO DO LUMIAR – MA

A cidade de Paço do Lumiar faz parte da região metropolitana da cidade de São Luís, estando aproximadamente a 20km do centro da capital, com uma população de mais de 100 mil habitantes e ocupando uma área de quase 123 mil Km². Neste contexto, se insere desde de 2005 a Comunidade Eugênio Pereira, esta pesquisa é sobre a trajetória de 14 anos de lutas (2005-2019).

O histórico de lutas pelo direito à moradia desta comunidade, não é diferente de outras situações semelhantes existente pelo Brasil e por outros países marcados pela segregação sócioespacial das populações mais vulneráveis, que também resistem diante da negação sistemática de direitos. No caso em tela, pode se afirmar que nos últimos anos organizações populares empenharam-se em atribuir função ao que antes eram espaços desocupados que descumpriam a função social da propriedade privada. Nesse contexto existem 42 comunidades consolidadas em Paço do Lumiar (MA), que lutam pelo direito à moradia e à cidade oficial e contra o despejo forçado.

Para Fonseca & De Souza (2019) Quando se fala em consolidadas, trata-se de considerar a Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida de 2009 e no Código Florestal Brasileiro de 2012. Estes dois marcos legais asseguram que: para uma comunidade inserida na zona urbana ser considerada consolidada ela deve ter, no mínimo, dois equipamentos de infraestrutura urbana implantados, como: drenagem de águas pluviais urbanas; esgotamento sanitário; abastecimento de água potável; distribuição de energia elétrica; ou limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos (BRASIL, 2009). Enquanto que, para ser considerada consolidada na área rural, deve ter ocupação antrópica preexistente a data de 22 de julho de 2008, e possuir edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris.

Considerando este pressuposto legal e que a comunidade Eugênio Pereira já conquistou vários equipamentos de infra-estrutura urbana, tais como: Posteamento com iluminação pública parcial, Energia elétrica, Água potável, Transporte coletivo e Escola comunitária (ver foto abaixo), não resta dúvidas de que trata-se de uma comunidade consolidada. Aliam-se a este dado o fato de que a área foi ocupada pacificamente. Nela não existia nada, antes da ocupação era utilizada apenas para prática de crimes como homicídio, estupro e ocultação de cadáver. Embora, um grupo imobiliário tivesse interesse explicito de construir um condomínio de luxo no terreno.

Foto 01- Escola comunitária do Residencial Eugênio Pereira uma conquista da associação de moradores



Foto: Fonseca & De Souza: 2019

Tendo o entendimento de comunidade e tendo lutado para conquistar cada uma das benfeitorias coletivas a população vem defendendo seu direito à moradia e à cidade, enfrentando uma batalha judicial, na qual já enfrentaram três ações de reintegração de posse contra eles, de três proprietários diferentes. Porém ainda se encontram na dependência da justiça e vivem a aflição de não ter o direito reconhecido, mesmo diante de tantas evidências.

O que eles exigem é o registro de propriedade, a comunidade deseja ampliar os equipamentos sociais de saúde, lazer e cultura. Segundo Fonseca & De Souza (2019) com a titulação, eles deixarão de ser filhos bastardos (do Estado) e passarão a ser legítimos, integrando a cidade oficial. O que não ocorre quando permanecem sem o título (folha de papel), os avanços existem, mas não tem tranquilidade, vivem a aflição da ameaça de expulsão e segue na insegurança.

3. CULTURA E DIREITO À CIDADE NO QUILOMBO URBANO DA LIBERDADE

Esta pesquisa surge de uma atividade da disciplina teorias urbanas do curso de arquitetura e urbanismo da UEMA, como já dito aqui, voltada para a análise territorial do bairro da Liberdade o primeiro quilombo urbano do Maranhão. A partir deste estudo e procurando aliar a formação do bairro com as práticas culturais da população majoritariamente negra do bairro, foi feita uma análise da Liberdade pelos passos do Bumba-Meu-Boi, procurando estabelecer estratégias de lutas pelo direito à cidade que desse visibilidade a importância de se inserir na governança urbana os fazedores de cultura popular que produzem não apenas a cultura no bairro, mas são legítimos portadores da representação cultural da cidade e do estado.

Para Anchieta & De Souza (2023) esta análise busca estabelecer um diálogo entre direito à cidade, urbanismo e cultura a partir da percepção do bairro relatada por moradores/brincantes dos grupos, Boi de Seu Apolônio da Floresta e Boi da Fé em Deus, para compreender a realidade e os impactos das manifestações culturais no bairro e em suas adjacências. Este entendimento ocorre na confluência entre a busca pelo direito à cidade e a construção de novas perspectivas democráticas para o espaço urbano no bairro maranhense da Liberdade.

Importante destacar o contexto histórico em que se insere o bairro da Liberdade, que apesar dos seus mais de 100 anos é marcado por um urbanismo precário e com grandes lacunas em termos dos equipamentos sociais existentes, com destaque para as carências em saúde pública e em graves problemas de saneamento básico e drenagem.

Figura 01- Localização do bairro da Liberdade, na periferia da área central



Fonte: (Anchieta & De Souza, 2023 p1038)

Para a supracitada pesquisa é necessário reconhecer a conectividade entre fazedores de cultura e o urbanismo (Sandler, 2018) (Weiler, 2017) e gerar novas possibilidades de se estruturar uma nova governança da cidade nos bairros populares. Esta necessidade é urgente, uma vez que, o Bumba-Meu-Boi é uma manifestação de amplo espectro e grande responsável pelo fortalecimento da identidade cultural do bairro e do Maranhão, servindo como instrumento de resistência diante da marginalização das periferias da cidade e por um urbanismo que possa dar respostas efetivas para melhorar a vida das pessoas.

4. O BAIRRO HISTÓRICO NEGRO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

O concluinte de arquitetura e urbanismo Raimundo Chaves, instigado pela condição de negro e morador do Centro Histórico, desenvolveu uma pesquisa para a conclusão da graduação voltada para analisar historicamente e morfologicamente a formação de um território negro no século XIX em São Luís. Amparou-se neste estudo na farta literatura local sobre o imponente legado da arquitetura de origem portuguesa, amplamente consagrado pelos órgãos de proteção do patrimônio histórico e pelo quase esquecimento de uma área também reconhecida como patrimônio pelo Estado do Maranhão, mas negligenciada como espaço produzido e animado pela população preta e parda da cidade desde o século XIX. Esta área que no século XIX era conhecida pela denominação dada pela igreja católica como, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Para Chaves (2019) É preciso que se reconheça a cidade negra, aquela que foi produzida pelas mãos negras, mas que são continuamente invisibilizadas pelos processos de preservação e promoção da memória oficial ou da elite, relegando ao esquecimento os territórios negros e pardos. Tal prática pode ser facilmente percebida na promoção do que se convencionou chamar patrimônio cultural e para onde foram feitos os investimentos de reabilitação de espaços públicos promovidos pelo Governo do Estado e pelo Município não contemplam uma visão para além da casa grande, dos solares, dos sobrados das elites maranhenses.

Apoiado nas ferramentas da morfologia urbana, com ênfase nas contribuições de Lamas (2004) que assinalam a correlação entre os elementos formais que constituem a cidade, seu processo histórico e a sua origem, bem como, aos trabalhos de Rossi (1995) e Carlos (2007) que acrescentam o envolvimento constante dos elementos formais com o modo de vida e com as relações sociais e econômicas. Estes pressupostos aliados a tese de Mateus de Jesus (2015) que trata de uma vida urbana na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição marcada por um cotidiano matutino e noturno de uma população majoritariamente preta, que lidava com o trabalho e com práticas religiosas envolvendo tambor e danças. Ancorados nestes dados e considerando o território atual dos bairros, foi adotada como área de estudo os atuais bairros de São Pantaleão e Madre Deus, ver figura a seguir.

Figura 02: A Freguesia de Nossa Senhora Da Conceição na configuração atual e delimitação da área de estudo

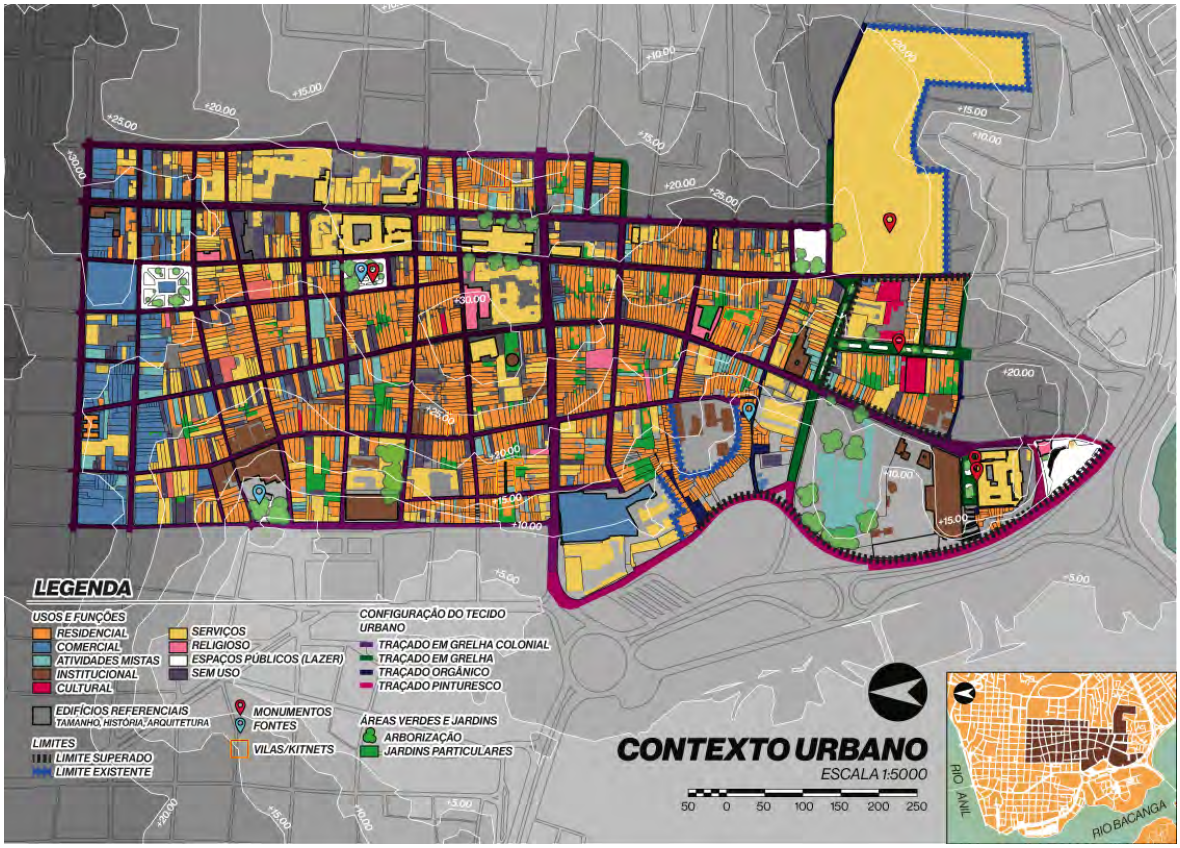


Fonte: Chaves, 2019, p10

O estudo histórico permitiu evidenciar não apenas a formação do território negro mas também compreender as dinâmicas do espaço, seus usos e apropriações e sua utilização como espaço de trocas no capitalismo. No processo estudado, fica evidente, não apenas pelas remanescências dos trajetos, dos caminhos do trabalho para as recentes fábricas, como também pela permanência, sob a égide da resistência de lugares como a Casa de Nagô e a Casa das Minas, além claro, dos apagamentos institucionais na cartografia oficial do bairro do Goiabal, das já citadas casas religiosas de matriz africana.

Em um esforço de construir uma cartografia atual que possa requalificar este território a pesquisa produziu um mapa intitulado o “Contexto Urbano”, que foi realizado a partir do detalhamento das atividades e usos de cada lote, com base no Street View do Google Maps, sendo todos os trajetos revisitados e registrados in loco para comparar possíveis alterações. Neste mapa também são assinalados configurações do tecido, monumentos e fontes, áreas verdes e jardins existentes no território. Ver mapa a seguir.

Figura 03 – o contexto urbano dos bairros de São Pantaleão e Madre Deus



Fonte: Chaves, 2019, p77

A presença do povo preto no território de São Luís, mais especificamente nos bairros de São Pantaleão e Madre Deus, não trouxe apenas um legado cultural como costuma-se pensar. É mais sensato imaginar no apagamento histórico da produção do espaço urbano e na ressignificação dos espaços enquanto uma iniciativa do Estado, retirando ou escolhendo as contribuições históricas, arquitetônicas e urbanas da população preta e parda.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a cidade como "lugar de desencadeamento", um sistema de fluxos de homens, de mercadorias, de capitais ou ideias (RONCAYOLO: 2002, p23). Estes fluxos se assentam sobre um conjunto de agenciamentos materiais que assumem uma forma, uma morfologia, um status de posse, um tipo de ocupação, um sistema de valores sociais etc. Além disso, Estes fluxos têm uma história, não somente no campo das ideias, mas igualmente por que eles se inscrevem numa "superposição quase geológica de histórias cumulativas" (PAQUOT, 2001, p44).

Essa compreensão histórica e dialética nos faz pensar em estratégias para a luta por direitos historicamente negados e que vem sendo ameaçados e criminalizados por manifestações

neofascistas, nos colocando a tarefa de reconstrução democrática como urgente, neste sentido as três pesquisas apresentadas contribuem para um olhar sobre a cidade que a enxerga não apenas como palco das acumulações, mas também como lugar potencialmente revolucionário.

Numa perspectiva que apreende as estratégias de luta de cada grupo excluído, vivendo em estado de segregação socioespacial para fazer valer seus direitos à cidade, à moradia, contra aqueles que descumprem a função social da propriedade prevista em lei, ou que reduzem a cultura a produção de eventos, esquecendo que os fazedores de cultura são fazedores de cidades e precisam participar de sua governança e de seu planejamento, ou ainda contra os que insistem nos apagamentos sistêmicos das populações historicamente subjugadas.

REFERENCIAS

ANCHIETA, L. B.; DE SOUZA, Alex Oliveira. A liberdade pelos passos do Bumba-Meu-Boi: Análise do direito à cidade no 1º quilombo urbano de São Luís. CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, v.15, p.1031 - 1051, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Emenda Constitucionais nºs 1/ 1992 a 91/2016 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 2018. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2018.

BRASIL. Estatuto da cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e legislação correlata. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 4. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Programa minha casa, minha vida. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:. Acesso em: 4 dez. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHAVES, RAIMUNDO R. T. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição: Morfologia e Formação de um Território Negro do Século XIX Em São Luís/Ma. TCC Sob Orientação de Alex Oliveira de Souza. 2019. Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual do Maranhão. 100pp.

FONSECA, L. S. B.; DE SOUZA, ALEX OLIVEIRA A negação continuada do direito à moradia em 10 anos de ocupação na Eugênio Pereira em Paço do Lumiar (MA) In: Seminário Internacional Projetar: Arquitetura e Cidade: Privilégios, Conflitos e Possibilidades, 2019, Curitiba. Seminário Internacional Projetar: Arquitetura e Cidade: Privilégios, Conflitos e Possibilidades. Curitiba: UFPR/Universidade positivo, 2019. v.3. p.01 – 14

HARVEY, David. O direito à Cidade in Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, p. 27-66, 2014

IBGE. Cidades. Paço do Lumiar. 2010. Disponível em:< https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/paco-do-lumiar/panorama>. Acesso em: 23 abr. 2018.

JESUS, Matheus Gato de. Racismo e Decadência - Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão. 2015. 181p. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11052016-130154/pt-br.php>. Acesso em: 05/08/2019.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Volume 2. 3 ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

PAQUOT, Thyerry. Aujourd´hui comme future hier in LOYER, François (Pres). Ville d'hier, ville d'aujourd'hui en Europe - Actes des entretiens du patrimoine. Paris : Librairie Arthème Fayard / Éditions du patrimoine, 2001. 39-48pp.

RONCAYOLO, Marcel. Lectures de villes – formes et temps. Marseille; Ed. Parenthèses, 2002. 386p.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANDLER, Daniela. A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura. Arq.urb. São Paulo: USJT, n. 23, p. 95-116, 2018.

WEILER, Fabiane. A criatividade e a cultura como elementos do desenvolvimento urbano. Baru. Goiânia, v.3, n.2, p.258-269, 201

GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

OS BATUQUES NA FEIRA DO AÇAÍ EM BELÉM (PA): CULTURA POPULAR, PAISAGEM COLONIAL E OS MEANDROS DO DIREITO À PAISAGEM

Paulo Afonso Dias de Lima[2](NAEA/UFPA)
Alan Pereira Dias[3](NAEA/UFPA)
Eryck de Jesus Furtado Batalha[4](NAEA/UFPA)

Neste trabalho Belém é encarada através de seus contrastes e desigualdades, os quais se expressam em diversas cenas e marcas que denotam um processo histórico colonial e capitalista. Na ciência geográfica, o conceito de paisagem visa captar as formas de ver e ser no espaço, de maneira a congregar o material e o imaterial, para além da visualidade, com a miscelânea de sons, cheiros, sensações e experiências de habitar (Serpa, 2019; Berque, 1998). O objeto deste estudo são duas manifestações culturais ligadas à ancestralidade amazônica, que ocorrem na Feira do Açaí do complexo Ver-o-Peso: uma roda de samba e uma roda de carimbó. Nosso objetivo é compreender como os batuques nessa feira criam formas outras de ocupar e significar a paisagem, refletindo e contribuindo para possibilidades de avanço do espaço público, como potencializador de diferenças e direito à paisagem, de forma plena e participativa. A metodologia envolveu trabalhos de campo, com observação participante nas duas manifestações culturais, na tentativa de captar a relação vivida das pessoas com o espaço. Além disso, materiais compartilhados em redes sociais, também foram utilizados para acessar imagens, significações e disputas em torno do local. Essas ocupações da/na paisagem, não só conformam formas outras de habitar o espaço através de identidades aglutinadoras, mas apresentam possibilidades para (re)imaginá-lo de forma que possibilite a existência de diferenças como potência de viver o espaço público na metrópole amazônica.

Palavras-chave: Paisagem; Cultura; Direito à Paisagem; Batuques.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa Belém a partir de seus contrastes e desigualdades, os quais se expressam em diversas cenas e marcas que denotam um processo histórico colonial e capitalista. Na ciência geográfica, o conceito de paisagem visa captar as formas de ver e ser no espaço, de maneira a

[2]Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, Brasil. Email: pauloafonso800@gmail.com.
[3] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, Brasil. Email: alan-lp@hotmail.com.
[4] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, Brasil. Email: eryck_batalha@hotmail.com

congregar o material e o imaterial, para além da visualidade, com a miscelânea de sons, cheiros, sensações e experiências de habitar (Serpa, 2019; Wylie, 2009).

Tendo em vista a Amazônia urbana, onde se constroem e reconstroem ativamente histórias e sentidos, as paisagens dos espaços públicos expressam foco ímpar do encontro de diferenças, assim como de disputas políticas e culturais (Trindade Jr., 2018; Neves, 2022). O objeto desta pesquisa são duas manifestações culturais ligadas à ancestralidade amazônica, que ocorrem na Feira do Açaí do complexo Ver-o-Peso: uma roda de samba e uma roda de carimbó. Nosso objetivo é compreender como os batuques nessa feira criam formas outras de ocupar e significar a paisagem, refletindo e contribuindo para possibilidades de avanço do espaço público, como potencializador de diferenças e direito à paisagem, de forma plena e participativa.

Perspectiva teórica baseada em uma geografia cultural/humanista em que a cultura é vista como uma construção social, vivida de diferentes formas pelos diversos grupos sociais, resultantes de relações de classe, gênero, etnia e religião, etc. Que considera uma diversidade metodológica, teórica e temática. Além disso, abarca os significados diferentes que a realidade tem para aqueles que a construíram, assim como a ontologia humanista, sem deixar de considerar as relações políticas e a crítica, por meio de uma crítica dialético-fenomenológica (Corrêa; Rosendahl, 2012; Serpa, 2019).

Trata-se de um estudo de caso preliminar, explanatório e descritivo acerca do objeto investigado (Yin, 2001). A metodologia envolveu revisão bibliográfica e trabalhos de campo, com observação participante nas duas manifestações culturais, na tentativa de captar a relação vivida das pessoas com o espaço. Além disso, materiais compartilhados em redes sociais, também foram utilizados para acessar imagens, significações e disputas em torno do local.

O texto é dividido em duas seções, na primeira, intenta-se apontar de maneira breve, um histórico do processo de formação do centro histórico da cidade, como se moldou a “silhueta” dessa área (Trindade Jr., 2018), de maneira a destacar as marcas da dominação de um sistema capitalista colonial/moderno e eurocentrado (Quijano, 2005), assim como os ritmos populares em suas apropriações e interdições na paisagem da cidade. Já na segunda seção, abordamos os batuques (carimbó e samba) que se estabelecem na Feira do Açaí, a partir de dados de campo e oriundos de redes sociais. De maneira a evidenciar o direito de viver e ser na/da paisagem dessas manifestações culturais emergem como um contraponto à existência colonial-capitalista, visto que são protagonizadas por agitadores culturais, músicos, vendedores ambulantes e entusiastas dos batuques.

O "VELHO" CENTRO DE BELÉM E OS TRAJETOS DE UMA METRÓPOLE AMAZÔNICA: ENTRE "MARCAS" DA DOMINAÇÃO E OS "RITMOS" POPULARES

A cidade de Belém foi fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, com o objetivo de estabelecer um sinal de posse da coroa portuguesa e ponto de defesa do território amazônico (Penteado, 1968). Uma estratégia de controle da coroa portuguesa para proteger o vale do rio amazonas das incursões holandesas e francesas (Machado, 1997). Como expõe Gadelha (2002, p. 73):

> Em 25 de dezembro de 1615, Castelo Branco saía do forte de São Luiz, agora forte de São Filipe, em direção ao delta do Amazonas e, em janeiro de 1616, entrava no largo estuário do delta amazônico. Evitando ao norte a famosa Boca do Dragão, formada pela confluência das águas dos rios Pará e Tocantins, dirigiram-se ao sul, adentrando a baía de Guajará, formada pela foz dos rios Guamá, Moju e Acará, e iniciando na terra firme do território tupinambá a construção da paliçada da Casa Forte de Presépio (futura cidade de N. Sra. de Belém) [...].

Segundo Penteado (1968), Castelo Branco, ao chegar junto à barra do rio Guamá, encontrou um local excelente para a edificação de um forte. Tratava-se de uma ponta de terra elevada, que não só era inacessível pelo mar, como era protegida pelo igarapé Piri, que desemboca onde hoje é doca do Ver-o-Peso. Fora a partir do Forte do Presépio que se estabelecera a colônia batizada de "Feliz Lusitânia" e antigos caminhos viraram posteriormente a primeiras ruas da Cidade Velha. O autor ressalta também que a:

> [...] primeira rua de Belém, acompanhava a escarpa do terraço do sítio primitivo da cidade pelo lado do Guamá; era muito plano e se desenvolvia numa altitude situada em tôrno da cota dos 9m; transformou-se na então chamada rua do Norte, atual rua Siqueira Mendes [...]" (Penteado, 1968, p. 100).

Trindade Jr. (2018) ao estabelecer uma leitura da "silhueta" (diríamos da paisagem) de Belém, de maneira a envolver as linhas arquitetônicas, estéticas, os conteúdos socioeconômicos, simbólico-cultural e artístico-arquitetônico; denomina esse estrato histórico de "Belém portuguesa".

> [...] do Forte e do casario colonial, que identificam, com seus traços e desenhos, a cidade em sua gênese, tornada o ponto de partida para a conquista do vale amazônico pelos colonizadores a partir do século XVII. A "Belém italiana" se revela em seguida, como segundo estrato, em forma de igrejas barrocas, de palácios e de espaços públicos surgidos no século XVIII por meio, por exemplo, dos rabiscos caprichosos do urbanismo bolonhês de Antônio Landi. Referem-se esses dois estratos a uma Belém mais antiga, sem ainda os grandes traços de modernidade que lhe seriam acrescentados a partir da segunda metade do século XIX (Trindade, p. 58, 2018).

Na virada do século XIX para o XX, a região amazônica é marcada pela economia da borracha (gomífera) e Belém era uma das pontas desse sistema, onde a riqueza derivada do comércio dessa mercadoria se concentrava nas mãos de empresários do ramo (Tavares, 2008). Os recursos advindos dessa economia consolidam na cidade, o que Corrêa (1995, p. 38) identifica enquanto "área central", o núcleo principal da cidade e de sua hinterlândia, local onde "[...] concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos". Acerca da paisagem que se conforma nesse contexto, Trindade Jr. (2018, p. 58-59) fala de uma "[...] estética de uma pretensa "Paris N'América", em forma de mercados, de portos, de boulevares, de mobiliários urbanos e de elementos outros que são tradução na cidade de um padrão urbanístico francês e inglês da Belle *Époque* europeia. [...]"

Segundo Andrade (2004) na época do *boom* da borracha ocorreu uma série de melhorias urbanísticas na cidade, a partir do excedente do comércio da borracha. Porém essas transformações benéficas se restringiram a classe dominante local, enquanto a população pobre era segregada para as bordas da cidade, para os contornos do núcleo urbano. Esse fator, unido à intensa chegada de estrangeiros, provocando aumento populacional, resultaram em ocupação de novas áreas e expansão da cidade, originando novas periferias.

Tais contradições são salientadas no trabalho de Trindade (1999), ao abordar os "errantes" que insistiam em habitar a Campina no período de 1880-1910, a partir de diversos documentos da época como relatórios da província, dados carcerários, matérias jornalísticas, etc.; o autor expõe como os recursos da borracha ficaram concentrados nas mãos da elite vinculada a tal atividade. Mesmo as obras públicas abastecidas de tais recursos, como o Teatro da Paz, atendiam aos interesses e benefícios de uma pequena parcela. Já os mais pobres usavam os espaços públicos para suas práticas cotidianas, tanto para o lazer, assim como para o trabalho, o que nem sempre condizia com os sentidos e usos permitidos pelas autoridades, pois:

> [...] ser o centro da cidade o lugar por onde circulava o capital advindo da economia da borracha e também por ser o local onde fixaram residência as "importantes famílias" dos comerciantes do látex na Capital. O surgimento de estabelecimentos voltados para o lazer e para a vida boêmia na cidade - cafés, botequins, tabernas, hotéis e mesmo bordéis podiam ser encontrados por aquelas imediações - acabou atraindo a atenção das autoridades públicas já que eram espaços que "atentavam" tanto contra o trabalhador ideal e à família quanto a saúde física e moral dos indivíduos (Trindade, 1999, p. 41).

Dentre essas práticas qualificadas "imorais" e que deviam ser reprimidas, estavam às manifestações populares como o samba e o carimbó, proibidos pelo código da cidade em 1880. Em seu capítulo XIX, com o título "Das bulhas e vozeiras", expõe em seus artigos a proibição de fazer

batuques, samba, tocar tambor e curimbó, etc.; sob a pena de multa de 30.000 réis (Salles; Salles, 1969) Segundo Costa (2016), na perspectiva da "alta cultura" belenense de 1890, tanto os instrumentos percussivos, como violas e violões, indicavam a "selvageria" da música local. Nesse período se consolidava na paisagem da cidade, os batuques de negros e serestas noturnas, porém pairava também o signo da "vadiagem" vinculada a este grupo social. Além disso, nas famílias mais abastadas, se dava a chegada do piano, marca do "bom gosto" e distinção social.

Neste ponto, importa destacar que a fundação da cidade de Belém integra, nos termos de Quijano (2005), o processo de constituição do sistema capitalista colonial/moderno e eurocentrado. Um novo padrão de poder mundial que tem como um dos seus eixos fundamentais:

> [...] a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. [...] (Quijano, 2005, p. 107).

O autor pontua a colonialidade enquanto a contraparte da modernidade, que constitui o sistema moderno/colonial, fundado em uma estrutura étnico-racial e no eurocentrismo, uma perspectiva de conhecimento que compreende o saber produzido pelos europeus como superior aos produzidos por outros povos (Quijano, 2005).

Nesse sentido, Neves (2022) expõe que a escrita da história de Belém é marcada por um apagamento dos povos originários, no caso dos Tupinambá e Tupis que habitavam a região antes da chegada dos portugueses e a denominavam Mairi. A autora comenta também que não só a história e ancestralidade dos povos originários fora subalternizada, mas também da população negra da cidade.

Como expõe Bezerra Neto (2001) o trabalho de africanos escravizados é introduzido na Amazônia na segunda metade do século XVII, até então mão de obra era exercida por indígenas aldeados e/ou escravizados. Enquanto o trabalho indígena fora essencial para o estabelecimento da economia extrativista, com as "drogas dos sertões", os negros foram centrais para a consolidação de roças e lavouras, no desejo de se constituir *plantations*. Trata-se de uma inserção tardia, se comparada com as atuais regiões nordeste e sudeste do Brasil, o que de certa forma implicou em uma insignificância, se não no apagamento da história e importância de pessoas negras na região amazônica.

Assim, podemos compreender que, desde sua gênese, Belém é marcada por formas de hierarquização, dominação, segregação e apagamentos de determinados grupos raciais qualificados como inferiores: de início povos originários e posteriormente a população negra. Porém, como

ressalta Neves (2022), há permanências dessas ancestralidades que se expressam a partir de uma série práticas, significados e nos próprios corpos que resistem à história colonial.

Em consonância com Neves (2022), diríamos também que tais grupos subalternizados ao longo da história de Belém, com suas práticas e permanência na cidade, também se apropriam da paisagem, da "silhueta" colonial e moderna, compondo nos termos de Trindade Jr. (2018) o "ecletismo urbano", pois:

> [...] têm-se ainda a floresta e os rios, onde a presença de barcos e de canoas que, ao aportarem na cidade com pessoas e produtos procedentes do interior da região, denunciam a permanência de um tempo lento que, mesmo atual, parece anterior a tudo isso, pois é portador de valores e de culturas que têm sua origem antes mesmo que essa sucessão de camadas de tempos e de objetos espaciais tivessem ganhado configuração na forma de cidade (Trindade Jr., 2018, p. 59).

Por fim, cabe acrescentar que a paisagem contemporânea, conjuga processos de deterioração/degradação e certo esvaziamento do centro histórico, com requalificações pontuais a partir de fins do século XX. No primeiro caso, é um processo que vai se estabelecer em meados da década de 1950, com o crescimento e expansão do espaço urbano, além de "atender a nova demanda do mercado; a busca por locais mais modernos e interessantes de se viver; além da transferência de atividades comerciais e de instituições públicas para áreas consideradas mais nobres" (Brito, 2007, p. 61). Além disso, em Belém e outras cidades da região amazônica, acrescenta-se a esse processo de decadência, a inauguração rodovias como a Transamazônica e a Belém-Brasília, na década de 1970. Isso se deve, pois:

> [...] o surgimento de rodovias na região foi responsável, em grande parte, por redefinir a geografia intra-urbana de muitas dessas cidades, a exemplo de Belém. Isso acontece porque novos esquemas de circulação e de localização urbana foram estimulados pelas novas vias de circulação. Nesse processo, novas centralidades foram definidas, assim como novas funções passaram a ser estabelecidas para as áreas centrais (Trindade Jr.; Amaral, 2006, p. 79).

Dessa forma, a paisagem beira-rio, ligada a área central, perde a importância de outrora, nas palavras de Trindade Jr. e Amaral (2006, p. 80): "[...] a cidade, por assim dizer, tende a 'virar as costas para os rios". Estando está negação ligada a um movimento que redefine também o papel das áreas centrais, em especial daqueles que se convencionou chamar de centros históricos, onde há deslocamento de determinadas atividades para outras centralidades. É esse processo que configura,

> [...] ao fundo de toda a composição eclética mencionada, uma "Belém miamizada", com edifícios de até quarenta andares, a desenhar uma espécie de paisagem pós-moderna, configuradora de bairros contíguos ao seu núcleo central, aqui também chamado de centro histórico (Trindade Jr. 2018, p. 58-59).

A antiga área central, então núcleo histórico, passa a se configurar em determinados discursos, enquanto um espaço esvaziado e deteriorado nas suas formas espaciais. No entanto, Trindade Jr. e Amaral (2016) relatam que este espaço não é abandonado, na verdade, é apropriado por outros agentes, possuindo outras funcionalidades e significados.

É no sentido dessa apropriação que compreendemos as manifestações populares que se estabelecem no centro histórico, no caso as rodas de carimbó e de samba. Que não só se apropriam de espaços esvaziados, como ressignificam o uso e exaltam ancestralidades invisibilizadas, sobretudo na parte histórica eivada de monumentos e patrimônios que denotam a história colonial da cidade. Práticas culturais espontâneas e muitas vezes a contrapelo das propostas de requalificação na área, que como expõe Trindade Jr. (2018) são pontuais e temporárias, voltadas para os grupos solváveis locais e turistas, que estabelecem um consumo mais cultural e voltado ao entretenimento, de maneira a legitimar o apelo patrimonial, contemplativo e de lazer desses espaços.

OS BATUQUES CONSTRUÍNDO A PAISAGEM NA/DA NA FEIRA DO AÇAÍ

A Feira do Açaí se localiza no centro histórico, no bairro da Cidade Velha, às margens da Baía do Guajará. É uma feira-livre e zona portuária de pequeno porte, que integra o Complexo do Ver-o-Peso e é contígua de pontos turísticos, estando entre o Forte do Presépio (que integra o Feliz Lusitânia) e a Pedra do Peixe. No entanto, não é um espaço visado para o turismo ou para o lazer, seu uso é marcado pelo comércio do fruto que lhe atribui o nome, em especial na madrugada, quando embarcações oriundas das ilhas próximas a Belém, aportam com a mercadoria e encontram o comprador no local, onde cestos do fruto ficam amontoados ao longo da superfície de paralelepípedos. Já em outros momentos o que prevalece é certo esvaziamento, ainda que conte com uma estrutura de quiosques, que vendem comidas e bebidas (no lado direito da figura 1), estes não atraem um contingente mais amplo que os trabalhadores da área (Tavares; Castro, 2020).

Figura 1 – Feira do Açaí vista do Forte do Presépio



Fonte: Dias e Lima (2023)

Diante deste quadro, nos chamou a atenção quando presenciamos as manifestações culturais que lá se estabelecem, desde o período pós-pandemia de Covid-19, de início as rodas de carimbó e posteriormente a roda de samba, que mesmo ocorrendo no mesmo local, apresentam distinções, assim como atravessamentos.

Fora em 5 de dezembro de 2021 que conhecemos a roda de carimbó que ocorria no local. No folder de divulgação aparecia que a organização se dava pelo Projeto Carimbó no Caroço e anunciava o grupo "Curuperé & convidad@s". Além do horário, às 15h, trazia dizeres acerca do carimbó enquanto patrimônio cultural, informes para cuidar do lixo individual e para manter distanciamento social. As apresentações se iniciaram só próximo do anoitecer, por volta das 18h e ao longo da noite chegou a contar com cerca de 40 pessoas.

Já nesse dia, pudemos identificar que havia uma forte relação entre a roda de carimbó e o quiosque localizado na feira, pois se trata de um apoio logístico para os grupos, visto que o quiosque cede sua lateral, onde se improvisa uma cobertura para os músicos e equipamentos, além de fornecer energia. Por outro lado, as apresentações mobilizam um fluxo de pessoas, que acabam por consumir no quiosque, como podemos visualizar na figura 2 (registrada em 28 de janeiro de 2024).

Figura 2 – Roda de carimbó e o quiosque



Fonte: Dias (2024)

Na página do *Facebook* Carimbó no Caroço (@carimbonocaroço), criada em 23 de dezembro de 2021, identificamos que a relação com o quiosque se expressa também nas diversas imagens de divulgação da manifestação. Ademais, encontramos a seguinte apresentação do projeto:

> Na Feira do Açaí, em qualquer lugar, somos movimento de resistência. Não só CARIMBÓ, mas da Luta dos povos da floresta. Pelo respeito à ancestralidade tupinambás, preservação do Patrimônio Históricos e Artísticos da nossa cidade (Carimbó no Caroço, 2021).

Já na página do *Instagram* Carimbó da Feira (@carimbodafeira) encontramos a informação de que o carimbó acontece todo o domingo desde o pós-pandemia de Covid-19. O começo da organização partiu do Projeto Carimbó do Caroço em conjunto com o quiosque, porém ao que parece este é um movimento bem espontâneo, com a participação de vários grupos que organizam suas rodas de carimbó no local, com nomes diversos como: Carimbó Selvagem, Carimbó Resistência, Carimbó Volta ao Mundo, entre outros.

Para além desses arranjos, tensões também se evidenciaram, com destaque para com a presença policial na área. No dia 28 de janeiro de 2024, na pausa entre músicas, o vocalista do grupo que se apresentava relatou que os policiais já haviam entrado em conflito com a questão do "fazer" a atividade cultural naquele local, sobre o horário da mesma, inclusive encerrando de maneira abrupta a apresentação no domingo anterior. Durante a apresentação uma viatura ronda o local e enquanto tocavam "Sapateia minha gente" do Mestre Verequete, nos versos: "A saudade vem, a gente chora/ a saudade vai, a gente adora", o músico então substitui a palavra "saudade" por "polícia".

Além disso, os agitadores da manifestação apontam a ação da polícia, por vezes violenta, com pessoas em situação de rua, que habitam o entorno da feira. Cabe ressaltar, que este grupo interage de maneira muito pacífica com a roda de carimbó, seja se divertindo ao entrar na dança, ou pedindo ajuda financeira e em alguns casos realizando bicos (trabalhos informais). Por exemplo, em nossa primeira participação, havia uma senhora em situação de rua que estava ajudando o quiosque, recolhendo as garrafas vazias.

A partir dessas informações, já se evidencia um discurso de resistência, que é ressaltado por meio da manifestação cultural do carimbó, tornando-se uma reivindicação por um direito de habitar aquela paisagem, contrapondo-se por vezes a outros modos de ver, sentir e habitar. Segundo os próprios frequentadores; os grupos de carimbó da região funcionam como "um ponto de fomentação de cultura e Resistência cultural paraense" (Carimbó da Feira, 2022 s.p.); representando também uma ancestralidade amazônica, vista na relação entre as letras, o rio, o açaí, o batuque, etc. (Bispo dos Santos, 2023).

Segundo Figueiredo (2015, p. 85), o carimbó é "a síntese de folganças caboclas que associa trabalho e lazer, traduzidos nas situações cotidianas de suas letras. Proveniente do encontro do negro, da cultura dos povos da Amazônia, índios e caboclos, e das danças portuguesas, está presente em todo território paraense". Desse modo a roda de carimbó coloca-se enquanto representante e mantenedora de uma cultura que busca ocupar a paisagem da Feira do Açaí, ao se territorializar na mesma, em busca de diversos direitos que nós resumiríamos no direito à paisagem:

> [...] falar do direito à paisagem envolve ir além dos já reconhecidos direitos à saúde e meio ambiente adequado ao desenvolvimento integral das pessoas. Também vai além do direito ao legado cultural e patrimonial. O direito à paisagem envolveria aproveitar o potencial da paisagem como uma noção "guarda-chuva" para expandir o debate dos direitos humanos aos valores que a paisagem pode ser associada [...] (Barbosa, 2020, p. 257).

Além do aspecto cultural, a manifestação também se insere em pautas sociais diversas no fazer de suas manifestações como as lutas de gênero, de classe, no direito à cidade e do movimento LGBTQI+, a figura 03 demonstra tanto um exemplo disso quanto a diversidade de artistas envolvidos na programação.

Figura 3 – Cartaz de uma roda de carimbó



Fonte: Carimbó da Feira (2022, s.p.)

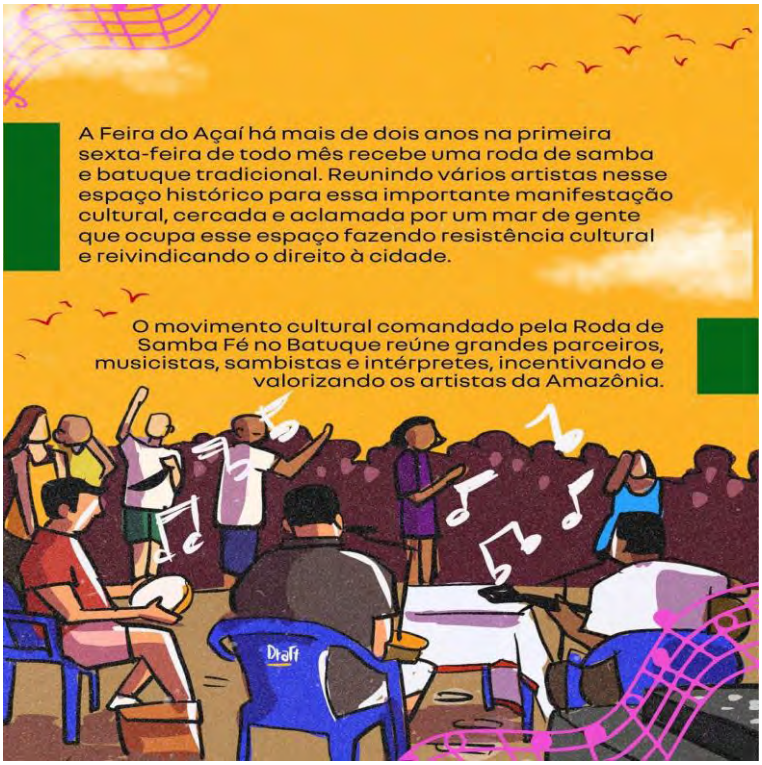
As informações sobre a roda de samba que ocorre na feira do açaí, assim como no caso do carimbó, ocorreram de visitas a página de *Instagram* Sambatuque Feira do Açaí (@sambatuquefeiradoaçai) bem como visitas de lazer que acabaram por virar fontes de informação e inspiração para o trabalho. A manifestação a partir do samba ocorre em toda primeira sexta feira de cada mês e comemorou três anos em dezembro de 2022, no início era organizada pela roda de samba Fé no Batuque em conjunto com o quiosque da feira como uma tentativa de dinamizar a economia do local trazendo frequentadores para a feira, após a mudança de gestão do quiosque o samba passou a ocorrer em conjunto com vendedores ambulantes da região.

A manifestação hoje alcançou visibilidade e promove atividades para além da festa como a distribuição de alimentos, roupas e materiais de higiene para a população do entorno e assim como as rodas carimbó se mantêm sempre próximos a causas sociais de gênero, classe, no direito à cidade (com o discurso de ocupação de uma área estigmatizada do centro histórico) e do movimento LGBTQI+.

Por conta da proporção que a roda de samba da feira do açaí tem atualmente é importante destacar alguns pontos: A relação com os vendedores ambulantes, não apenas na relação econômica, mas na ajuda de capacitação, aproximando os vendedores de reuniões e cursos com institutos e órgãos diversos; a adequação as normas da Prefeitura de Belém e Polícia Militar, visto que ocorriam

conflitos parecidos com os que ocorrem na roda de carimbó, após uma série de tensões o Sambatuque da feira precisou de diversos alvarás e adequações para seu funcionamento; com a aproximação do grupo com diversos sujeitos da política institucional criou-se um manifesto que hoje tramita na câmara municipal de Belém em forma de projeto para que o samba da feira do açaí se torne patrimônio cultural imaterial da cidade, o que mostra o alcance que essa manifestação possui movimentando diversos artistas e movimentos. A figura 04 mostra o manifesto para que a ocupação se torne patrimônio cultural.

Figura 4 – Manifesto do samba na feira



Fonte: Sambatuque Feira do açaí (2023, s.p.)

Tanto na roda de carimbó, quanto na roda de samba, a paisagem é reivindicada por meio da cultura. É possível identificar na paisagem as diversas tentativas de construções da mesma, que versam sobre o passado, o presente, mudanças, manutenções, algumas em oposição, outras não. A partir de Cosgrove (1998) em que as leituras da paisagem devem articular estudos culturais e os estudos sobre poder vemos que a paisagem da Feira do Açaí expressa essa ideia, demonstrando relações de poder na construção de paisagens "hegemônicas, subalternas e alternativas" (Cosgrove, 1998, p. 101), assim cada umas dessas culturas encontraria uma expressão e um sentido na paisagem, "mesmo se apenas numa paisagem de fantasia" (Cosgrove, 1998, p. 105). Visto que, os batuques, objetos desse trabalho são práticas culturais e de lazer, admitimos que os mesmos perpassam por elementos

de diversas ordens na tentativa de construção, reconstrução e hibridização da/na paisagem da Feira do açaí, usando diversas estratégias para tal:

> As características das atuais práticas de lazer passam por elementos de diversas ordens: consumo forte; fronteiras e mobilidades híbridas; campo relacional com estratégias, táticas e artifícios; resultados imprevisíveis. São per- passadas ainda por ações de ocupação e sociabilidade nos espaços públicos, e tendem ainda a uma espécie de encontro do conceito de lazer com as formas infinitas de sociabilidade, expressas por performances urbanas (Figueiredo, 2018, p. 160).

É preciso em toda análise sobre paisagens ir além do visível, visto que a paisagem não é algo estático ela possui movimentos diversos e uma historicidade (Serpa, 2019). Em uma perspectiva geográfica é necessário ir além de uma leitura formal e funcional sobre as paisagens, visto que "se não admitirmos que não é somente a realidade objetiva que deve reter nossa atenção, mas também como essa realidade fala aos sentidos do sujeito que observa" (Serpa, 2019 p. 81). A figura 04 indica a paisagem da Feira do Açaí em um momento de manifestação cultural e festa.

Figura 5 – Manifestação cultural na Feira do Açaí



Fonte: Sambatuque Feira do Açaí (2023,s.p.)

Os batuques não apenas marcam a paisagem da feira do açaí, mas também são uma das matrizes que constroem a mesma, e foi pela paisagem que buscamos acesso as manifestações culturais citadas e a partir disso as manifestações deram sentido e simbolizaram a paisagem que foi apreendida (Berque, 1998). Para além de campo de disputas e tensões a paisagem tornasse possível de ser imaginada (sonhada) de forma diferente, nas palavras de Moreira (2012):

> O homem prático submete invariavelmente a sua paisagem ideal às considerações e aos padrões rotineiros da paisagem física; não vê a primeira senão como um reflexo ou uma ampliação da segunda, razão por que a diferença entre ambas é nesse caso apenas de grau ou dimensão. O sonhador, ao contrário, não só as polariza como torna incompatível a significação de ambas em face da sua vida. Por força da sua preferência sistemática por uma, inverte-lhes o sentido e a função; torna a paisagem ideal o campo efetivo da sua vida (Moreira, 2012, p. 173-174).

A Paisagem amazônica sonhada (Moreira, 2012) emerge enquanto possibilidade, mais que uma utopia, um modo de ser no espaço, que hibridiza intersubjetividades e prepara para uma ação utilizando a festa no espaço público como potência do viver a cidade e ser no mundo "Amamos a paisagem não só pelas sensações e emoções que ela nos causa, como também pela amplitude com que nos permite ver a vida" (Moreira, 1989, p. 221).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como manifestações culturais, os batuques da Feira do Açaí inserem-se em um contexto de resistência a outras formas e ordens já estabelecidas, visto que "o poder é expresso e mantido então na reprodução das culturas" (Cosgrove, 1998, p. 105). Os batuques estão presentes em diversos debates híbridos na perspectiva do espaço público, como espaço da ação, da visibilidade, dos encontros e controversas, construindo a paisagem como perspectiva política, em geral, a partir do caráter de manutenção do democrático e de sua dinâmica social. Podemos considerar então que os batuques fazem parte de uma dinâmica de direito à paisagem, "como o debate sobre os direitos subjetivos que cada um dispõe sobre a paisagem do qual se encontra mais próximo" (Barbosa, 2020).

Os batuques se expressam na paisagem como marca e como matriz da mesma (Berque, 1998), o que pressupõe que a paisagem para as manifestações culturais analisadas não representa apenas uma função objetiva, mas é também carregada de sentido, em uma dinâmica real-abstrata, portanto, a paisagem amazônica, o direito à paisagem e suas possibilidades podem ser sonhados por meio desse horizonte de se ver, sentir e habitar dos batuques na Feira do Açaí. Evidenciamos que,

como inicial, a pesquisa possui mais indagações que respostas, abrindo diversos caminhos sobre a dinâmica nas/das paisagens da Feira do Açaí.

Inspirados em Neves (2022), entendemos que as ancestralidades subalternizadas, apagadas ao longo da história colonial; não só se expressam, como são destacadas nas manifestações culturais abordadas. Não só pelos agitadores culturais e músicos, mas também pelos que frequentam os batuques e carregam a ancestralidade viva no cantar e dançar, assim como em seus corpos, ao expressar cores e diversidades negadas.

Por fim, são ocupações e usos que escapam ao planejamento municipal e não tem como fundamento as lógicas de acumulação e privatização. No caso, não só conformam formas outras de habitar o espaço através de identidades aglutinadoras, mas apresentam possibilidades para (re)imaginá-lo de forma que possibilite a existência de diferenças como potência de viver o espaço público na metrópole amazônica. Ademais, uma paisagem que se diferencia e ocorre por detrás do forte, símbolo colonial fundador, mas também das novas formas de colonialidade que se reproduzem em requalificações pontuais e excludentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, D. T. **Ver, estar e ser (n)a paisagem:** cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE. 2020. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In*: CORRÊA, R. L..; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 92-122.

BEZERRA NETO, J. M. **A escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVIII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

CARIMBÓ DA FEIRA. **Carimbó da resistência apresenta**. Belém, 08 de out. de 2022. Instagram: @carimbodafeira. Disponível em: https://www.instagram.com/carimbodafeira/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igshid=OGQ5ZDc2ODk2ZA==. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

CARIMBÓ NO CAROÇO. **Apresentação**. Belém, 23 de dez. de 2021. Facebook: @carimbodafeira. Disponível em: https://www.facebook.com/profile.php?id=100079916078809&mibextid=LQQJ4d. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural:** uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 87-104.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, R. L..; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 92-122.

COSTA, A. M. D. A questão do popular na música da Amazônia paraense da primeira metade do século XX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 86-102, 2016.

FIGUEIREDO, S. J. L. O campo do lazer, festa e política nos espaços públicos urbanos. In: BAHIA, M. C. (Org.). **Novas leituras do lazer contemporâneo.** 1ed.Belém: Naea, 2018, v. 1, p. 151-162.

FIGUEIREDO, S. J. L.; Bastos, E. B. B. Hibridismo cultural e atualização da cultura: o Carimbó do Brasil. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 23, p. 81, 2015.

GADELHA, R. M. A. F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002.

GUIMARÃES, M. S. F. P.; CASTRO, E. M. R. O olhar de Benedito Nunes sobre a obra de Eidorfe Moreira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.** Cienc. Hum. 10 (3) • Oct-Dec 2015

MACHADO, L. O. O controle intermitente do território amazônico. **Revista Território**, p. 19-32, 1997.

MOREIRA, E. Geografias mágicas: ensaios. Belém: UFPA, 1985. In: MOREIRA, E. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira.** Belém: CEJUP (vol. VII). 1989.

_____Uma filosofia em termos geográficos. In: MOREIRA, E. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém: CEJUP (vol. VIII). 1989.

_____. Ideias para uma concepção geográfica da vida. Belém: SEMEC, 2012.

NEVES, I. S. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. **Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 178-205, jan.-abr. 2022.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará**: estudos de geografia urbana. Belém: UFPA, 1968. 2 v.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SALLES, V.; SALLES, M. I. Carimbó: trabalho e lazer do caboclo in **Revista Brasileira de Folclore**, n. 9. Rio de Janeiro, set./dez. 1969.

SAMBATUQUE DA FEIRA DO AÇAÍ. **Ocupação cultural na feira do açaí (Ver-o-Peso)**. Belém, 03 de dez. de 2023. Instagram: @sambatuquefeiradoacai. Disponível em: https://www.instagram.com/sambatuquefeiradoacai/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igshid=OGQ5ZDc2ODk2ZA==. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos:** geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

TAVARES, A. C. P; CASTRO, M. C. S. A produção social do espaço público na cidade de Belém-PA: o caso do Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí. **Cadernos de Geografia**, n. 42, p. 71-82, 2020.

TRINDADE JR., S-C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.73-103, jul./dez. 2006.

TRINDADE JR., S-C. C. Um "skyline" em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018.

WYLIE, J. Ladscape. London: **Routledge,** 2007.

YIN, R. Y. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookan, 2001.



www.sialat2023.com.br
Instagram: @sialatufpa

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 03

Pensamento social, utopias e epistemologias na América Latina e no Caribe

Coordenadoras/es

Edna Castro (NAEA/UFPA) • Sirlei Silveira (UFMT)
Adélia Maria Miglievich Ribeiro (UFES) • Saint Clair Trindade (NAEA/UFPA)
Marcos Colón (Florida State University)
Sara Alonso (Univ. de Barcelona)
Agustin Lao-Monte (Univ. de Massachussets, Amherst, USA)

Ementa: Pretende-se com este GT reunir trabalhos que analisem dimensões do pensamento social latino-americano voltado a grandes temas contemporâneos. Busca colocar em debate categorias, teorizações e interpretações sobre a sociedade, de grupos insurgentes no passado e no presente, e como interferiram no entendimento da realidade social, ainda que marginais aos cânones da ciência. Autores e correntes de pensamento que emergiram no passado e/ou alimentam o debte crítico no presente. Entre eles são bem vindos estudos sobre narrativas históricas e a produção de sentido sobre o desenvolvimento na América Latina, a partir de categorias e interpretações do pensamento social que reflitam os grandes dilemas do conhecimento e dos processos de integração na América Latina e Caribe a partir de perspectivas decoloniais, dos feminismos, do feminismo negro em particular, dos movimentos do pensamento afroameríndio e das interpretações sobre os fundamentos das narrativas coloniais e racistas do que são as sociedades latinaomericanas e caribenhas.

GT 03 – Pensamento crítico latino-americano e epistemologias na América Latina e Caribe

A PAISAGEM NA AMAZÔNIA URBANA SOB AS LENTES DECOLONIAIS: UMA REVISÃO EPISTEMOLÓGICA

Castro, Luana[1](UFPA),
Oliveira, Kamila Diniz[2](UFPA),
Cardoso, Ana Cláudia Duarte[3] (UFPA)

RESUMO: Os estudos da paisagem ainda hoje no Brasil estão conformados a partir de referenciais europeus (Besse, 2014; Cauquelin, 2007; Simmel, 2009). Nascida durante o Renascimento, junto aos ideais que prevaleceram na Modernidade/Colonialidade (Quijano, 2005), a categoria *paisagem* carrega consigo uma série de pressupostos eurocentrados (Berque, 2023), que limitam a compreensão das diversas realidades da paisagem no Sul Global. Apesar de ainda hoje não existir um consenso claro quanto à sua definição e enquadramento teórico, a paisagem é predominantemente compreendida como "o que se percebe em um lance do olhar" nas ciências humanas (Santos, 1996), ou como uma porção física da superfície terrestre nas ditas ciências da natureza (Berque, 2023). Essas definições pressupõem as típicas binaridades modernas/coloniais surgidas a partir da criação da categoria *natureza*, como sociedade e natureza e seus derivados (Descola; Ribeiro, 2015): urbano e rural, humanidade e paisagem, etc. Nas sociedades amazônicas do passado e do presente, essas dicotomias modernas/coloniais eram e são aprisionantes para o exercício e manutenção da vida humana e não humana na região (Viveiros de castro, 1996). Referenciar essas epistemologias eurocentradas a respeito da paisagem impossibilitam compreender as relações socioespaciais próprias da Amazônia. É necessário ir além da moldura que enquadra a paisagem, bem como dissolver o aspecto meramente "natural" da mesma. O campo da Arquitetura e do Urbanismo necessita deslocar o seu centro de teorização para o Sul para se atentar às especificidades não-ocidentais (Roy, 2009). Por essa razão, o objetivo deste artigo é introduzir uma discussão sobre a epistemologia da paisagem a partir de lentes decoloniais para a compreensão socioespacial de regiões da Amazônia. A partir de uma abordagem decolonial, é possível desvencilhar-se das amarras epistemológicas coloniais que pautaram a compreensão da paisagem na Amazônia até então. Espera-se que assim seja possível produzir conhecimento mais próximo à realidade da vida na região para construir políticas regionais e urbanas que sejam plataformas para a manutenção das relações socioespaciais existentes, impedindo a continuidade da aculturação perpetrada pelos processos impostos pela colonialidade. Para isso, foi feita uma análise dos principais teóricos da paisagem apontando as deficiências de seus respectivos enquadramentos teóricos para compreender a realidade amazônica, em casos da literatura publicada que expressam as diferentes relações socioespaciais estabelecidas por intermédio dessa categoria chamada paisagem.

Palavras-chaves: Paisagem; Decolonialidade; Urbanismo; Amazônia.

INTRODUÇÃO

A utilização do termo 'paisagem' exige estabelecer definições e enquadramentos por haver divergências quanto ao seu significado, apesar de ser amplamente difundido, tanto na linguagem coloquial, quanto na linguagem científica. O termo apresenta origens contrastantes e é interpretado

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), UFPA, Brasil. Email: luana.castro.silva@itec.ufpa.br.
[2] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), UFPA, Brasil. Email: kamiladinizoliveira@gmail.com
[3] Docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), UFPA, Brasil. Email: aclaudiacardoso@gmail.com

de distintas formas a depender de autores e seus objetos de estudo, e, especialmente, do campo do conhecimento em que este está enquadrado. Há estudos da paisagem nas ciências naturais, nas ciências sociais e nas ciências humanas ligadas aos estudos de linguagem e arte, e cada uma dessas facetas da 'paisagem' revela dimensões distintas do termo, e às vezes, incongruentes entre si.

Conformados a partir de uma matriz eurocentrada, os estudos da paisagem carregam os ideais da Modernidade/Colonialidade, que pressupõem uma série de ontologias modernas e perpetram um sistema de opressão que mantém aqueles considerados "outro" e seus sistemas de conhecimento como incapazes de construir conhecimento relevante. Isto é explicado pela estrutura de controle de tripla dimensão: colonialidade do poder (Quijano, 2005), do saber (Mignolo, 2017) e do ser (Maldonado-Torres, 2007), que atua em todos os segmentos da vida em territórios colonizados na América Latina, como é o caso da Amazônia. No campo do Urbanismo, Farrés Delgado & Matarán Ruiz (2012) apontam para uma colonialidade territorial (observar a figura 01), em que as configurações dos espaços da vida humana são generalizadas a partir de um único modelo de poder, saber e ser – o ocidental, que apaga identidades locais e torna homogêneo os mais diversos modos de existir no mundo.

Figura 01 – Triângulo da colonialidade territorial. Fonte: Farrés Delgado, Matarán Ruiz, 2012.



A expectativa decolonial é questionar o universalismo dessa matriz colonial eurocentrada (Wallerstein, 1999), a fim de reconhecer as mais diversas existências como possíveis, a partir de uma reelaboração da categoria paisagem, que permita contemplar espacialidades vistas até então como "natureza". Por essa razão, o objetivo deste artigo é introduzir uma discussão sobre a epistemologia da paisagem a partir de lentes decoloniais para a compreensão socioespacial de regiões da Amazônia.

Foi realizada uma pesquisa na literatura sobre as origens do termo paisagem em diferentes idiomas, observando o que significavam e abrangiam ao longo de um breve histórico com a demarcação de uma virada epistemológica com o estabelecimento da Modernidade. Em seguida, são apresentados os entendimentos da categoria paisagem em clássicos da literatura dos estudos sobre paisagem. Apresenta-se a questão da construção de mundo na Amazônia e as contradições do enquadramento ocidental nos estudos socioespaciais da região. Por fim, é realizada uma contraposição à realidade não-ocidental amazônica em uma reflexão sobre a epistemologia em torno da paisagem como forma de encaminhamento da revisão feita.

HISTÓRICO E ETIMOLOGIA DO TERMO 'PAISAGEM' NA LITERATURA

'Paisagem' é um termo polissêmico com distintas conotações a depender de sua origem e enquadramento. Pode ser entendido como "um sistema territorial composto por componentes e complexos de diferentes amplitudes formados a partir da influência dos processos naturais e da atividade modificadora da sociedade humana, que se encontra em permanente interação e que se desenvolvem historicamente" (Pollete, 1999, p. 83). Essa definição ampla sugere que há sempre uma relação complexa entre entes humanos e naturais no sistema que compõem a paisagem.

A partir do conceito de socionatureza, advindo da Ecologia Política, em que se deu fim à essa binaridade (sociedade x natureza), questiona-se então nesta perspectiva: o que não é paisagem? Afinal, Swyngedouw (2001) coloca que não é possível encontrar processos ou elementos "naturais" que já não tenham passado pela "atividade modificadora da sociedade humana". Admite-se que não há "natureza intocada", como o mito ocidental pressupõe (Diegues, 1994), portanto, é necessário esmiuçar mais a definição de paisagem, para que o termo tenha de fato significado, para além de um sistema territorial formado pela interação entre sociedade e natureza[3].

Para Naveh & Lieberman (1983), o termo tem sua origem ligada à dimensão estética, associada às vistas a partir de palácios que criavam cenários, e ainda hoje estaria mais frequentemente associado à percepção cênica-estética, inclusive quando se trata de planejamento da paisagem. Seus estudos, em geral, tratam de uma história da sociedade ocidental. Durante a Idade Média, essa percepção se aprofunda, ao ponto de serem estabelecidas distinções filosóficas marcantes entre a "paisagem lá fora" e o "eu aqui dentro", configuradas pelo pensamento de Santo Agostinho (Berque, 2023). Nessa dualidade, a paisagem está ora associada com a bela criação divina, ora com o mundo

[3] Uma série de contradições podem ser avistadas a partir da questão "natureza" que serão melhor analisadas no tópico Desencontros: a paisagem à contrapelo.

de distrações pecaminosas, em que Santo Agostinho impõe fechar-se em si, para verdadeira reflexão cristã (Schama, 1996).

A paisagem como tipo de representação é estabelecida com as inovações das pinturas renascentistas, como a perspectiva (Pollete, 1999). A partir do século XIV, a paisagem adquire uma conotação de totalidade espacial e visual de um ambiente na Europa (Naveh & Lieberman, 1983), perdendo a sua associação religiosa anterior. O termo passa a estar mais próximo da capacidade de percepção dos sentidos humanos (Figueiró, 1998), transmitindo sensações, especialmente a partir da visão. Berque (2023) apresenta que a dissociação feita por Aristóteles entre fenômenos físicos e metafísicos, perdida durante a Idade Medieval, resgatada pela Renascença e estabelecida pela Modernidade, inicia a perda do caráter imaterial da paisagem, o que não foi observado na história da paisagem chinesa, por exemplo.

Com o passar dos séculos XVI, XVII e XVIII, os princípios liberais, tipicamente modernos, que se desprendiam dos preceitos religiosos em direção a construção da ciência moderna, levaram a paisagem a um patamar de objeto de estudo e intervenção, meramente físicos e materiais, com a introdução e o estabelecimento do desenho da paisagem e posteriormente o planejamento da mesma (Jellicoe, 1995), o que Berque (2023) define como "pensamento da paisagem". O autor contrapõe este último ao pensamento-paisagem, que seria responsável por uma série de práticas socioespaciais ordinárias de pessoas inconscientes da própria categoria paisagem, mas que a configurariam e a manteriam com a qualidade totalizante anterior às paisagens modernas degradadas (Berque, 2023).

A partir da Modernidade, há a perda do "sentido profundo da paisagem" que permitia a criação de "belas paisagens" como prática ordinária de sociedades tradicionais (Berque, 2023, p. 91). Nas sociedades modernas, a prática ordinária degrada e destrói paisagens, e por essa razão, surge a preocupação de estudar, planejar e preservar paisagens. Todo o campo do planejamento e estudo de paisagens surge a partir da necessidade de impedir ou reverter a degradação, que paradoxalmente só passa a existir à medida que a paisagem nasce em determinada sociedade enquanto categoria. A capacidade de apreciar a paisagem e de pensá-la surge ao mesmo tempo que os comportamentos ordinários a destroem. Aqui está a diferença entre um "pensamento-paisagem", que não exige uma sensibilidade consciente à paisagem e o "pensamento da paisagem", segundo a definição proposta por Berque (2023).

O termo em alemão *die landschaft* é introduzido na literatura geográfica em 1805 por A. Hommeyeren, como "soma de todas as localidades observadas de um ponto alto" (Pollete, 1999), o que corrobora ainda a forte ligação à visualidade. No início do mesmo século, A. Von Humboldt introduz o termo 'paisagem' como categoria científica, definido como as características totais de uma região

da Terra. Observa-se que os aspectos físicos ganham destaque, mas há a presença da totalidade como definidora da paisagem.

Na etimologia germânica, a denominação *landschaft* fazia referência a constituição espacial ou ordenamento característico de uma região, enquanto *land* diz respeito à país, área, região ou território e *-schaft* trata de constituição ou estabelecimento de uma ordem social (Figueiró, 1998). Por outro lado, Spirn (2008 *apud* Fernandes & Torres, 2021) afirma que *land* significa tanto a constituição física quanto o povo que a ali pertence, e *-schaffen*, no alemão, ou *-scape*, no inglês, significam moldar, alegando que há uma noção de formação mútua de pessoas e suas terras. A autora diz que há uma intenção embutida no termo *landscape* de transmitir que as pessoas moldam a terra e a terra molda as pessoas. Percebe-se que há uma forte noção de pertencimento a um território no termo paisagem, traduzido do inglês.

Já na etimologia proveniente do latim, a origem *pagus* é a raiz dos termos em italiano, francês, espanhol e português, que significava uma determinada porção de terra. Do italiano *paesaggio* ao francês *paysage*, estas formulações vieram do vocábulo *paisano* e *paysan*, respectivamente, que se traduzem por camponês. A figura das pessoas que trabalham na e com a terra está entrelaçada ao termo paisagem, para além dos aspectos físicos de um ambiente. A partir disso, pode-se entender a paisagem como um espaço vivenciado, em que a percepção do sujeito é predominante para defini-la.

ENCONTROS: A PAISAGEM NOS CLÁSSICOS

Para Georg Simmel (2009), filósofo, a paisagem é construída individualmente por meio de uma totalidade de sentidos que reúne os fragmentos do mundo num todo compreensível, que é constantemente reconfigurada. Para o autor, paisagem é um recorte de um mundo inteiro que ele compreende como "natureza". Em sua visão, a categoria paisagem existe à medida que o ser humano se distancia da natureza enquanto entidade apartada para enxergar paisagem enquanto artefato cultural. Há uma partição do mundo na sua compreensão de paisagem.

Segundo Alain Roger (1999), filósofo, paisagens são entendidas como criações culturais resultado de transformações artísticas que podem produzir novas materialidades em um local quanto operar sobre o olhar coletivo do mesmo. O autor realiza sua investigação a partir das pinturas ocidentais, e conclui que a paisagem é natureza artializada. Comumente, Roger (1999) aceita paisagem como sinônimo para natureza ou campo, e afirma que os jardins são a expressão da paisagem ganhando urbanidade. Já Milton Santos (1996), geógrafo, retoma a fisicalidade da paisagem e é responsável por disseminar a definição básica de paisagem como, "o que se percebe em um lance do olhar", mantendo a visualidade como fator principal de constituição da paisagem.

Para Cauquelin (2007), filósofa, a paisagem também é constituída pelo observador. A partir de seus códigos artísticos e simbólicos ordena o mundo, e, portanto, a paisagem é em parte também aquilo que compõe culturalmente seu observador. Percebe-se que o sujeito que sente a paisagem determina em parte qual paisagem irá constituir, mas ainda assim há uma distinção clara entre observador e sua cena. Na mesma linha, Cosgrove (1998, p. 98), aponta a paisagem como uma forma de ver "o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual". O autor acentua a demarcação da exteriorização do mundo em sua definição.

Bertrand (2007), geógrafo, apresenta um sistema para compreensão do ambiente, nomeado GTP (Geosistema, Território e Paisagem), que permite diferentes abordagens, segundo ele naturalista, sociopolítica e sociocultural, a partir de seus três eixos, respectivamente. Em seu entendimento, paisagem estaria ligada a uma "artialização" do pensamento, marcada por uma abordagem sociocultural do ambiente. O autor rompe a totalidade em três mundos distintos, que não se encontram. Por outro lado, Besse (2006), filósofo, retoma o entendimento da paisagem como "evidência sensível" de um combinado de relações impressas sobre a terra. É então vista novamente como uma ordenação de um mundo, que está intrinsicamente ligada a uma abordagem estética.

totalidade sentidos recorte individual	criação cultural natureza artializada materialidade olhar	fisicalidade olhar relance visualidade
Simmel (2009)	**Roger (1999)**	**Santos (1996)**
Cauquelin (2007)	**Cosgrove (1998)**	**Bertrand (2007)**
observador ordenação cultura cena	ver mundo externo unidade visual	sociocultural artialização sistema

Figura 1. Paisagem na literatura. Elaboração própria.

Percebe-se que para a maior parte dos autores clássicos da paisagem, a categoria está amplamente embasada no surgimento europeu de paisagem, a partir da pintura durante o Renascimento. A visualidade e sua dimensão estética são o ponto comum a todos os entendimentos revisados (Figura 1). E, é predominante o pressuposto de que o ser humano está em um papel de observador apartado do seu meio, em posição perfeita e, geralmente elevada, para observar a paisagem, a partir do ideal moderno de distanciamento entre sociedade e natureza. Compreende-se também o histórico do termo na literatura partir apenas de sua história no Ocidente. Paisagem

enquanto categoria como o observado foi construída por este lado do globo, definitivamente embasado nos ideais da Modernidade/Colonialidade.

O MUNDO NA AMAZÔNIA URBANA

Segundo Nego Bispo, líder quilombola, a Amazônia é um mundo, e como mundo, possui sua própria cosmologia. Nas sociedades nativas do continente americano, o conceito natureza como externo ao ser humano é inexistente, ou pelo menos, múltiplo e divergente do ocidental (Viveiros de castro, 1996). Existe um falso senso comum de que são povos que vivem em harmonia com a natureza, quando na verdade, sua cultura desconhece esta categoria (Latour, 2001). Na cosmovisão ocidental, a noção de natureza está diretamente associada à paisagem, em oposição à civilização, à cidade, e tudo aquilo que é considerado humano. Como é comum da Modernidade/Colonialidade, está enquadrada nas diversas binaridades desse tempo, e sempre, em oposição à sociedade. Natureza é entendida como uma exterioridade ao ser humano, como um princípio ordenador, estranho à sorte e à vontade humana (Descola; Ribeiro, 2015), o que é refletido na compreensão de paisagem. A cosmovisão binária estabelecida desencadeia "a própria crise ambiental original que cinde sujeito e objeto, homem e natureza" (Adorno & Horkheimer apud Lourenço, 2019).

Por outro lado, gerado por uma multiplicidade de culturas, modos de vida e nações, o bioma amazônico conhecido atualmente é um produto do trabalho de muitas gerações de populações que habitaram e habitam essa região há milênios (Levis et al., 2017; Clement *et al*., 2015). Compreender a Amazônia antropogênica é uma quebra do paradigma ocidental que enxergou por muito tempo a Amazônia como algo intrinsecamente "natural" – leia-se inalterado pela humanidade. Na prepotência iluminista, era impossível conceber comportamentos socioculturais produzindo fenômenos físicos (Magalhães, 2016), o que vai de encontro às principais definições de paisagem que dizem respeito exatamente a essa interação.

Ora vista como um paraíso na Terra, ora como uma selva infernal, a imagem construída para a região pelos europeus informa mais sobre a sua própria cultura do que sobre a Amazônia. A sociedade "amazônica" mais conhecida cunhou o nome de seu principal rio, porém, muito provavelmente não passou de uma lenda recontada diversas vezes. Os relatos dos primeiros viajantes europeus que experenciaram a região, o fizeram a partir de seu próprio referencial, pois é dessa maneira que fazemos a leitura do mundo. Mais provavelmente utilizaram um dos mitos fundadores de sua própria cultura – as Amazonas, mulheres guerreiras da mitologia greco-romana – para endereçar as configurações sociais distintas encontradas, nas quais as mulheres tinham um papel político e militar mais proeminente do que nas sociedades europeias (Lopes, 2017).

Dessa mesma forma, as lentes e réguas ocidentais somente são capazes de perceber aquilo com o que já há familiaridade para identificar e compreender. O que é vivido na Amazônia não é percebido, pois não se enquadra nas epistemologias ocidentais construídas. Por essa razão, se faz tão necessário o giro decolonial epistemológico para estudar fenômenos na região, e como aponta Roy (2009), é preciso deslocar o centro de teorização do Norte para o Sul Global para construir e compreender as urbanidades do Sul, especialmente na Amazônia. Por essa razão, e pelo entendimento ocidental de "urbanidade", não foi possível para as teorias urbanas ocidentais perceber a rede tipicamente urbana estabelecida na Amazônia há milênios, segundo achados arqueológicos (Heckenberger *et al.*, 2008; Prümers *et al.*, 2022).

A Amazônia é urbana não somente pelas grandes cidades instauradas e expandidas pela lógica colonial de exploração do território (Becker, 2013), mas também por uma urbanidade que se configura pela intensa articulação dos assentamentos humanos espalhados pela floresta, que são funcionalmente interdependentes entre si (Cardoso, 2023; Oliveira; Cardoso, 2021). A espacialidade amazônica é urbana, e é interdependente da floresta, rios, solos, animais e todos os demais elementos não-humanos que compõem os ecossistemas. Dessa maneira que se percebe como a dicotomia rural e urbano é mais uma das binaridades modernas/coloniais que não se sustentam na região, já que não existe a dimensão do campo associado a um modo de vida rural, apenas níveis e tipos distintos de urbanidade, mesmo em meio à floresta. Daí, novamente entende-se a necessidade de um novo enquadramento para categoria paisagem, e seu potencial enquanto convergência para a construção de um mundo – totalidade entre social e natural, e que não se restrinja mais a uma vida rural, como suponha a etimologia das línguas latinas, mas dê conta de uma outra forma de urbanidade na paisagem.

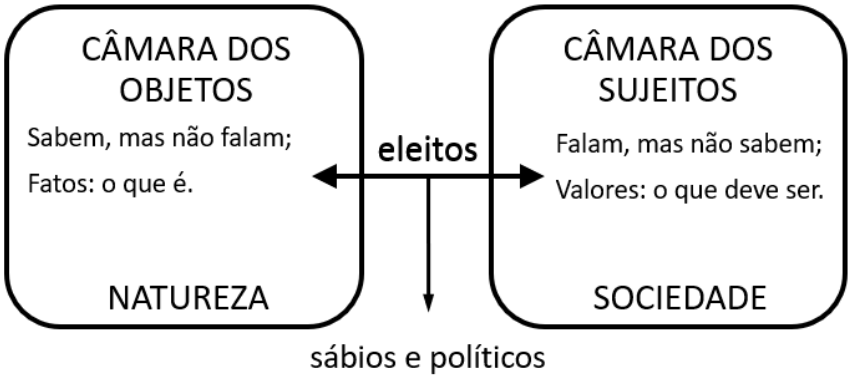
DESENCONTROS: A PAISAGEM À CONTRAPELO

O sistema de opressão mantido pela Modernidade/Colonialidade (Quijano, 2005) define suas próprias categorias e constrói, portanto, seu próprio cosmos. É papel dos estudos decoloniais realizar o movimento inverso, fazer a leitura da realidade à contrapelo, como disse Benjamin (1987), para reconstruir outras possibilidades de cosmos não-modernos e não pautados pela narrativa dos vencedores da História. Após a exposição de diversos entendimentos clássicos e históricos da categoria paisagem, é perceptível que esta embasa-se nas dicotomias modernas/coloniais, que separa sociedade e natureza, mas que ao mesmo tempo é diversas vezes associada à totalidade, e é utilizada como ponto de convergência entre os mundos partidos pela Modernidade. Por essa razão, buscou-se

nesta revisão a disputa pelo termo a partir da decolonialidade, enquanto categoria de capacidade convergente para descrever as interações que produzem o ambiente.

Como expressão da Modernidade/Colonialidade, Latour (2004) compreende a ciência moderna embasada em mais uma dicotomia: o binômio sujeito-objeto. Para ele, a Constituição Moderna (ver Figura 2) possui duas câmaras: dos objetos, (o mundo real, ora visto como natureza), detentor da verdade (fatos), e uma segunda câmara, dos sujeitos, aqueles que buscam a verdade, mas somente a interpretam (valores). É evidente que a mesma dicotomia base entre sociedade e natureza se repete também na constituição da ciência moderna. Latour (2004) aponta a alegoria da Caverna de Platão como mito fundante desse modo moderno de compreender o mundo. Percebe-se que o resgate à filosofia da Antiguidade grega embasa tanto a própria ciência, quanto a compreensão da categoria paisagem, com a separação entre dimensões materiais e imateriais de Aristóteles.

Figura 2. Constituição moderna segundo Latour. Elaboração própria.



Ainda não há uma consolidação de novas epistemologias em torno da paisagem a partir de sua compreensão decolonial na América Latina, porém a experimentação de Augustin Berque (2023) com estudos da paisagem na China e no Japão, evidenciam as amputações da realidade da paisagem que as epistemologias paisagísticas ocidentais promovem em outras sociedades. Para o autor, o paradigma ocidental moderno científico (POMC) não permite a existência do próprio *kosmos*; a possibilidade de um mundo, a possibilidade da unidade entre um mundo interior subjetivo e um mundo exterior objetivo, como é colocado pela dualidade da Modernidade, não é possível pela epistemologia da paisagem moderna/colonial. "Adverso a toda cosmofania, ele [POMC] tende a descomicizar o meio ambiente humano, para fazer dele um objeto neutro, abstrato de nossa existência" (Berque, 2023, p. 101).

Decolonizar as epistemologias em torno da paisagem pressupõe, portanto, uma experimentação de epistemologias convergentes entre os mundos partidos, a fim de compreender, sem amputações, as relações socioespaciais de populações que vivem e se entendem como seres

agarrados à terra, como coloca Krenak (2020). A partir de uma compreensão de uma Amazônia urbana ampla, vislumbra-se a possibilidade de entender a paisagem amazônida enquanto sistemas socioecológicos complexos e indissociáveis. A paisagem neste lugar é a totalidade da construção do cosmos, que reúne bicho, gente e floresta, aquilo que é construído hoje, aquilo que foi construído ancestralmente e aquilo que vai ser deixado de construção como mundo. Fica evidente a necessidade de negar a transformação do cosmos na paisagem ocidental, que esteriliza e enquadra o mundo em uma cena, distante e inerte. A partir daqui se deseja entender a paisagem na Amazônia urbana como uma miscelânea dos mais diversos entes humanos e não-humanos, que constituem em conjunto um cosmos integral (totalidade), que ultrapassa e reelabora a categoria paisagem.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 2013.

BECKER, B. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BENJAMIN, W. Teses sobre o conceito da história, 1940. **Obras Escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política.**, p. 222–232, 1987.

BERQUE, A. **O pensamento-paisagem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

BERTRAND, G.; PASSOS, M. M. (Orgs.). **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007.

BESSE, J.-M. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e ageografia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CARDOSO, A. C. D. A trama dos povos da floresta: Amazônia para além do verde. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 28, n. 3, p. 57–87, 18 maio 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/46237>.

CAUQUELIN, A. **A invençao da paisagem**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

COSGROVE, Denis. The geometry of landscape: practical and speculative arts in sixteenth century Venetian land territories. In: _____. **The iconography of landscape: essays on the symbolic representations, design and use of past environments.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

DESCOLA, P.; RIBEIRO, B. Além de Natureza e Cultura. **Tessituras**, v. 3, n. 1, p. 7–33, 2015.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - USP, 1994.

FARRÉS DELGADO, Y.; MATARÁN RUIZ, A. Colonialidad territorial: Para analizar a Foucault en el marco de la desterritorialización de la Metrópoli. Notas desde la Habana. **Tabula Rasa**, n. 16, p. 139–159, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892012000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 9 abr. 2024.

HECKENBERGER, M. J.; RUSSELL, J. C.; FAUSTO, C.; TONEY, J. R.; SCHMIDT, M. J.; PEREIRA, E.; FRANCHETTO, B.; KUIKURO, A. Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. **Science**, v. 321, n. 5893, p. 1214–1217, 2008.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. [s.l.] Companhia das Letras, 2020. 12 p.

LATOUR, B. A ecologia política sem a natureza? **Proj. História**, v. 23, p. 31–44, 2001.

LATOUR, B. **Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004. 131–135 p.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, S., Grosfoguel, R. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporá- neos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [s. l.], v. 32, n. 94, p. 01–17, 2017. Available at: https://doi.org/10.17666/329402/2017

OLIVEIRA, K. D.; CARDOSO, A. C. D. A espacialidade do modo de vida - Análise morfológica de comunidades rurais e tradicionais na região do Baixo Tocantins (PA). **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 3, p. 169–192, 2021.

PRÜMERS, H.; BETANCOURT, C. J.; IRIARTE, J.; ROBINSON, M.; SCHAICH, M. Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. **Nature 2022 606:7913**, v. 606, n. 7913, p. 325–328, 25 maio 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-022-04780-4>. Acesso em: 13 jun. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas**, p. 227–278, 2005.

ROGER, Alain. La naissance du paysage en occident. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Paisagem e Arte**. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP, 1999.

ROY, A. The 21st-Century Metropolis: New geographies of theory. **Regional Studies**, v. 43, n. 6, p. 819–830, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHAMA, S. Água. *In*: **Paisagem e memória**. São Paulo: Comapanhia das Letras, 1996. p. 249–383.

SIMMEL, G. **A FILOSOFIA DA PAISAGEM**. Covilhã: Lusofia: press, 2009.

SWYNGEDOUW, E. A Cidade como um híbrido: Natureza, Sociedade e "Urbanização-Ciborgue". *In*: ACSELRAD, H. **A Duração das Cidades, sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001. p. 99–120.

VERAS, L. M. de S. C. **Paisagem-portal: A imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. 408 p.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115–144, out. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/mana/a/F5BtW5NF3KVT4NRn fM93pSs>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GT 03 – Pensamento crítico latino-americano e epistemologias na América Latina e Caribe

OS ESTUDOS DECOLONIAIS: PROMOVENDO "FISSURAS" E CONTRIBUIÇÕES PARA O REVIGORAMENTO CRÍTICO DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Sérgio Roberto Moraes Corrêa (UEPA)[1]

Resumo: O artigo analisa a contribuição dos estudos decoloniais para o revigoramento crítico das ciências sociais brasileiras, em particular da sociologia da educação. É verdade que esses estudos são recepcionados tardiamente pelas ciências humanas/sociais no Brasil, tendo maior protagonismo em outros territórios da América Latina. Embora a influência da ciência moderna ocidental sobre essas ciências ainda seja muito presente, contudo, é, também, verdade que nesse país já se produzia uma ciência social crítica ao colonialismo epistemológico (ao eurocentrismo), associado ao colonialismo econômico, político, social e cultural como obstáculos a um projeto autônomo e democrático de educação e de sociedade. Assim, o artigo analisa a contribuição da crítica decolonial às ciências sociais brasileiras, com foco na sociologia da educação. Fica evidente nessa pesquisa a contribuição desses estudos decoloniais para descolonizar esse campo de pesquisa e diversifica-lo num horizonte da diversidade epistemológica. Esse artigo é parte de uma pesquisa de pós-doutoramento realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Palavras-chaves: Giro decolonial. Pensamento social brasileiro. Sociologia da educação.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a crítica da *Rede* ou *Programa Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade* (Rede M-C-D)[2] vem interpelando e exigindo uma revisão crítica da racionalidade moderna ocidental como "universal" e de seu modelo hegemônico de sociedade, de civilização como padrão global – o *Norte Global* –, propondo, com isso, provocar *fissuras* nessas matrizes teóricas e estruturas, o que abre e possibilita a perspectiva de renovação crítica das ciências sociais na atualidade, assim como reacende e reinventa o ideal latino-americanista de projeto de libertação (CASTRO-GOMES, GROSFOGUEL, 2007; LANDER, 2005).

Es aí o desafio, na atualidade, da *descolonização* de sociedades como a brasileira, que evidenciam ainda hoje problemas históricos e marcas profundas coloniais em suas diversas esferas da vida, dentre elas as das ciências e da educação, escancarando um processo de modernidade e de capitalismo dependentes e periféricos muito particulares, que exigem outras e novas formulações teóricas e conceituais a partir dessa periferia (FERNANDES, 2008, 2020; RIBEIRO, 1996).

[1] Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, Brasil. sergio.correa@uepa.br.

[2] Daqui para frente, vou utilizar essa sigla para me referir a essa rede ou programa.

No terreno mais específico da sociologia da educação no Brasil, esse campo de pesquisa apresenta uma trajetória histórica (SILVA, 2002), movida por avanços, limites e desafios que, em cada contexto histórico, é provocado a se reposicionar num movimento de *autorreflexão* (OLIVEIRA, SILVA, 2016) no sentido de fazer valer o seu papel na história. Na atualidade, esse campo vem novamente sendo interpelado a se situar, para alargar, pluralizar e renovar sua agenda de pesquisa.

Em face desse desafio, esse artigo busca apontar contribuições do pensamento decolonial para o revigoramento crítico da sociologia da educação, descortinando seus problemas, desafios e potencialidades para renovação e descolonização de uma agenda de pesquisa. Esse artigo é parte e resultante de uma pesquisa de pós-doutoramento[3], concluída no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por meio do Projeto Procad-Amazônia. Esse texto está organizado em duas seções temáticas, além da introdução e conclusão: na primeira, apresento um breve passeio pelos estudos decoloniais; na segunda, foco na contribuição desses estudos à sociologia da educação no Brasil.

Estudos decoloniais e a reinvenção crítica das ciências sociais latino-americanas: um debate em movimento

Ao adentrar no debate acerca dos estudos decoloniais, tomando como marco de referência *El giro decolonial*[4], é importante registrar a existência de uma genealogia que antecede e assenta as bases para a constituição do Grupo Modernidade/Colonialidade (CASTO-GOMES, GROSFOGUEL, 2007), que vai se desdobrar na referida Rede M-C-D. Conforme Adélia Miglievich Ribeiro (2011, 2019, 2020, 2022), esse campo decolonial se constitui como uma das correntes de pensamento dos estudos pós-coloniais[5]. Assim, no campo dos estudos pós-coloniais, existe uma diversidade de linhagens de pensamentos[6]. Miglievich-Ribeiro (2016, p. 1) compreende esse campo pós-colonial como "o esforço de articulação das vozes subalternas em busca da condição de sujeitos de sua própria fala e história".

Assim, o sentido do *pós* em pós-colonial não significa o fim do colonialismo nas antigas colônias com a conquista de sua independência política e com o advento e expansão da sociedade

[3] Nessa pesquisa, o interesse central recaiu sobre o pensamento sociológico de Florestan Fernandes, com foco em sua contribuição para o debate da crise da democracia na sociedade e educação brasileiras na atualidade, buscando uma aproximação com essas epistemes do Sul Global.

[4] Esse termo é cunhado por Nelson Maldonado Torres, em 2005, que pode ser lido como "movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Sobre isso, sugiro consultar Castro-Gomes e Grosfoguel (2007).

[5] Tendo em vista a limitação do espaço aqui do artigo, não poderei aprofundar e detalhar essas correntes. Para um aprofundamento desse estudo, sugiro consultar: Almeida (2013); Costa (2006, 2013); Miglievich-Ribeiro (2017); Santos (2006a, 2006b).

[6] Segundo Costa (2013), o meio pelo qual os pós-coloniais passam a revisitar e interpelar criticamente a narrativa hegemônica da modernidade, e buscar outras formulações alternativas, permitiu se falar numa tipologia das investigações pós-coloniais de tipo: "enfático", "intermediário" e "moderado".

moderna ocidental e do capitalismo, e, sim, sua continuidade de forma ressignificada, possibilitando modos outros de interpretar e intervir no mundo (ALMEIDA, 2013; COSTA, 2006; 2013; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017; SANTOS, 2006).

A chamada *virada pós-colonial* tem suas marcas profundas conectadas às lutas por independência na Índia e por libertação em África. Boaventura Santos (2006b), assim como Ballestrin (2013) e Miglievich-Ribeiro (2014, 2020) reconhecem esse período como marcador importante para identificar a emergência dessa virada epistêmica, que se insere num contexto de debate amplo acerca da crise de paradigmas ou de *transição paradigmática* (SANTOS, 2004, 2006b).

No entanto, ambos chamam atenção para os *autores fundantes* dos estudos pós-coloniais, que, embora não usassem esse termo (pós-colonial), tinham em comum uma crítica ao colonialismo e lutavam contra o colonialismo. Esses autores são: O tunisino Albert Memmi (1920-2020), que escreveu *Retrato do colonizado, precedido de Retrato do colonizador* (1947); os martinicanos Aimé Césaire (1913-2008), que escreveu *Discurso sobre o Colonialismo* (1950) e Frantz Fanon (1925-1961), autor de *Pele negra, máscaras brancas* (1952) e *Os condenados da terra* (1961). Além desses, destaca-se, também, o palestino Edward Said (1935-2003) com sua obra *Orientalismo* (1978).

Miglievich Ribeiro (2012, p. 5) identifica nessa condição e produção intelectual diaspórica, fundadora da crítica pós-colonial, um *entre-lugar* muito singular (as *margens*) e potente de formulação de "duvidas" e de "novas respostas". Com isso, esses autores fundadores da crítica pós-colonial ajudaram, a partir da periferia, a abrir veredas para formular outras teorias, interpretações e leituras, contar histórias outras (subalternas) e avivar memórias e saberes, que foram apagados e silenciados pelo colonialismo e pela ciência moderna, levando ao *epistemicídio* do conhecimento de muitos povos colonizados (SANTOS, 2005; SANTOS, MENESES, 2010).

Nesses autores, consequentemente, encontra-se uma relevante fonte de pensamento crítico para reinventar as ciências humanas e sociais e seu potencial de teoria crítica, a partir dessas sociedades periféricas e de suas lutas por independência e libertação, o que representa uma contundente contribuição na tessitura de um *pensamento fronteiriço* (MIGNOLLO, 2003) e da *ecologia de saberes* e, por conseguinte, na descolonização das ciências humanas/sociais e na renovação da emancipação social (SANTOS, 2004; 2006b, 2006c; CASTRO-GOMES, GROSSFOGUEL, 2007).

Ao analisar o campo teórico dos estudos pós-coloniais, Sérgio Costa, (2006) não obstante reconheça a importância e influência desses autores fundadores, ele, todavia, centra ênfase num outro caminho de leitura, apontando, pelo menos, a aproximação com três correntes ou escolas contemporâneas de pensamento: o pós-estruturalismo, dando destaque para os estudos de Derrida e Foucault; o pós-modernismo e os estudos culturais.

Nessa interpretação, é possível identificar uma forte influência exercida, sobretudo, pelo pós-estruturalismo e por certa corrente pós-moderna dominante, o que demarca um modo e uma chave de leitura muito particular de entrada e desenvolvimento desse debate, que vai, também, influenciar decisivamente, no final dos anos 70 do século XX, na formação dos *subaltern studies* ou do Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos.

Esse importante grupo intelectual interdisciplinar indiano vai trazer uma relevante contribuição a esse debate pós-colonial, forjando uma outra interpretação da história indiana a partir de suas classes e grupos sociais subalternos, contestando a herança da racionalidade moderna ocidental na edificação de uma história indiana eurocêntrica e de distorção da alteridade do povo indiano (o *Outro colonizado*).

Um idealizador e liderança, que inaugurou esse projeto descolonizante, foi o historiador Ranajit Guha (1997), dando um tratamento analítico diferente para o conceito de *subalternidade*. Esse grupo indiano reúne nomes, como: Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak e Homi Bhabha, além de outros, que contribuem decisivamente para o avanço dos estudos pós-coloniais. A principal obra de divulgação do grupo foi a coletânea *A Subaltern Studies reader*, cuja primeira edição é de 1982 (BARBOSA, 2009, p. 1)[7]. É importante registrar que, por dentro desse grupo, também, havia um debate e preocupação sobre a influência pós-estruturalista e, com isso, os limites interpretativos que se impunham ao trabalho do coletivo. Os trabalhos de Dipesh Chakrabarty (1997, 2000) e de Ashis Nandy (1995) expressam bem esse debate.

Ao procurar fazer uma tradução dos estudos pós-coloniais para o debate, Boaventura Santos (2006, p. 28) explica que essa perspectiva "parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis". Por isso, destaca o interesse desses estudos "pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz" (p. 29). Isto é, o debate epistemológico global não pode prescindir do debate da política de conhecimento e, por conseguinte, da relação de poder estruturalmente desigual entre Norte Global e Sul Global que ele implica[8]. Por isso que, para Santos,

[7] Sobre a agenda de pesquisa desse grupo, sugiro consultar: Dipesh Chakrabarty (2000, 1997); Gayatri Spivak (1985, 1990); Homi Bhabha (2007) e Nandy (2004, 1998). Além desses nomes, sugiro, também, ver: Boaventura Santos (2004, 2006b); Santiago Castro-Gomes e Eduardo Mendieta (1998); Sérgio Costa (2006) e Adélia Miglievich Ribeiro (2017).

[8] Boaventura Santos (2004a, 2006a, 2019) denomina esse *Sul* como metáfora do sofrimento humano produzido pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Santos sublinha que essa marcação de diferença entre Sul Global e Norte Global é eminentemente epistemológica, e não estritamente geográfica. Todavia, esse debate epistemológico está dialeticamente relacionado à dimensão social, política, econômica e cultural, posto a relação de poder que a produção do conhecimento implica. Ele adverte que existe um *Sul Imperial* (dominante, hegemônico) e o Sul Anti-imperial (dos oprimidos e oprimidas, das classes e grupos subalternos. Nesses termos, ele (1995) adverte que é preciso saber que existe um Sul; é preciso saber ir para Sul e com o Sul, a fim de

essa abordagem pós-colonial contribuí ao demarcar "o caráter constitutivo do colonialismo na modernidade ocidental" (SANTOS, 2006, p. 28).

É sob a forte influência desse *Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos*, que vai se constituir o *Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos* nos anos 90, inserindo, assim, a região no debate pós-colonial. Esse grupo latino-americano, ao se referir em seu *Manifesto Inaugural*, como parte da primeira obra coletiva do grupo, acerca da influência indiana, destaca:

> O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiaticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. (...) todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. (Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, 1998, p. 70).

Nesse mesmo Manifesto, Castro-Gómez e Mendieta (1998) destacam as categorias-chave definidas por esse grupo para contribuir com uma reconstrução da história da América Latina, contrapondo a uma certa formulação problemática dos estudos culturais e do pós-modernismo.

> Tal reconstrução ocorreria como uma alternativa ao projeto teórico feito pelos estudos culturais desde os finais dos anos oitenta. Por esta razão, o grupo põe muita ênfase em categorias de ordem política tais como "classe", "nação" ou "gênero", que no projeto dos estudos culturais pareciam ser substituídas por categorias meramente descritivas como a de "hibridismo", ou sepultadas sob uma celebração apressada da incidência da mídia e das novas tecnologias no imaginário coletivo (CASTRO-GÓMEZ E MENDIETA, 1998, p. 16).

Castro-Gomes (2005) reconhece, também, a contribuição do grupo indiano, que denuncia mais fortemente a dimensão do *colonialismo epistemológico* nas ciências sociais e humanas presente nessa relação desigual entre Norte e Sul.

> Quase todos os autores mencionados argumentaram que as humanidades e as ciências sociais modernas [eurocêntricas] criaram um imaginário sobre o mundo social do "subalterno" (o oriental, o negro, o índio, o camponês) que não somente serviu para legitimar o poder imperial no nível econômico e político, mas também contribuiu para criar os paradigmas epistemológicos dessas ciências e gerar as identidades (pessoais e coletivas) dos colonizadores e colonizados (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 20).

A centralidade da crítica pós-colonial, portanto, recaí no debate epistemológico (em sua íntima relação com a dimensão político-social e afetiva), chamando atenção para o *colonialismo epistemológico* (a violência epistêmica) resultante da dominação e da influência da ciência moderna ocidental no mundo como paradigma "universal", o que vem, historicamente, invisibilizando e

---

evidenciar uma *ecologia de saberes* e possibilidades outras de interpretação do mundo e de reconhecer e construir outros mundos.

silenciando um conjunto plural e complexo de saberes e de experiências sociais em sociedades (semi)periféricas de origem colonial, do Sul Global, reproduzindo e alargando essa geopolítica desigual do conhecimento.

No entanto, nessa primeira obra do grupo, podemos já identificar tensões internas, que apontam para uma necessidade de revisão crítica dessa referência dos estudos pós-coloniais indianos. Conforme expõem Castro-Gómez e Mendieta (1998), Walrer Mignolo, ainda que reconheça as potencialidades e virtudes desse grupo, aponta, também, seus limites e problemas epistemológicos e interpretativos para tratar do eurocentrismo que pesa historicamente sobre a América Latina. Para ele, é preciso inventar um outro caminho de análise a partir da própria história da região, isto é, que ela seja esse lugar próprio de enunciação para formulação de novos problemas, de novas teorias e epistemologias e, por conseguinte, de reinvenção crítica das ciências humanas e sociais.

Nesse sentido, esse Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos foi provocado a se rever criticamente. Intelectuais descontentes apontavam que o referido grupo não estava conseguindo reescrever a própria história da América Latina, uma vez que estavam influenciados tanto por uma perspectiva que não conseguia romper com os marcos eurocêntricos, bem como estavam influenciados por uma história de colonização (índia) diferente da sua. Assim, era preciso produzir rupturas epistemológicas, a fim de se considerar a própria história da América Latina (GROSFOGUEL, 2007; CASTRO-GÓMES, MENDIETA, 2008). Sob esse prisma do *Sul Global*, propõe-se cerrar a cortina simbólica eurocêntrica (linear e universal), mostrando e evidenciando um mundo *pluriversal* e, por conseguinte, multicêntrico com diversas modernidades e interpretações e possibilidades históricas (DUSSEL, 1993), desnudando o sistema-mundo capitalista moderno-colonial (QUIJANO, 2005).

É nesse movimento de *vigilância* e de *ruptura epistemológic*a por parte de intelectuais desse grupo latino-americano que se vê a necessidade de um "Giro Decolonial" no final dos anos 90 e início dos anos 2000 e a constituição do *Grupo Modernidade-Colonialidade* (M/C) (CASTRO-GOMES, GROSFOGUEL, 2007). Ao buscar identificar e fazer uma distinção entre essas correntes, Miglievich-Ribeiro (2019, p. 76) explica:

> São visivelmente tradições diferentes as que informam o pós-colonial e o decolonial latino-americano. Este último, intencionalmente, por meio do coletivo Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade, preferiu se afastar de Foucault ou Derrida para valorizar o pensamento crítico latino-americano. É usual se dizer que o pós-colonial se aproxima do "pós-moderno", enquanto o decolonial se prende à crítica da modernidade, tomando-a como categoria central.

Um dos grandes marcos iniciais desse giro foi o conceito de *colonialidade do poder* formulado por Aníbal Quijano (1992), que procura demarcar a diferença em relação ao conceito de colonialismo. Para esse autor, enquanto o colonialismo é entendido como um fenômeno histórico que terminou com a conquista da independência política desses países da região, a colonialidade, ao contrário, atravessa a história da região inaugurando um novo padrão ou quadro de poder global do capitalismo, forjando e impondo toda uma classificação e hierarquização social do trabalho com base numa ideologia étnico-racial[9]. Daí que a modernidade tem como sua face oculta e necessária a *colonialidade*.

Essa tese é reveladora tanto de um "encobrimento", marcadamente, violento que se impôs sobre diversos povos subalternos da região, por meio do projeto de modernidade ocidental (DUSSEL, 1993), quanto, dialeticamente, de um horizonte decolonial.

> Como resultado, el mundo de comienzos del siglo XXI necesita una decolonialidad que complemente la descolonización llevada a cabo en los siglos XIX y XX. Al contrario de esa descolonialización, la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento jurídico-político. (CASTRO-GOMES, GROSSFOGUEL, 2007, p. 17).

Esse conceito de *colonialidade do poder* vai se alargando e se ressignificando ao se entrelaçar e se estender para outras dimensões da sociedade. Ele está associado ao controle da economia, da autoridade, de gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento e da natureza (MIGNOLO, 2010). Nesse horizonte, outros conceitos foram sendo elaborados pela Rede M-C-D, como *colonialidade do saber*, *colonialidade do ser* e *colonialidade de gênero* etc[10].

Essa relevante contribuição de Quijano à renovação crítica das ciências humanas e sociais na América Latina, bem como de todo o grupo, deve considerar o reconhecimento e revitalização de teorias sociais anteriores nascidas e enraizadas na própria região, como a Teoria da Dependência, a Teologia da Libertação e a Ética da Libertação.

Para Ballestrin (2013), esse mergulho profundo nessas teorias forjadas na própria região evidencia a descoberta sobre si (periferia) na relação com o centro hegemônico, e a ressignificação crítica delas na atualidade, marcando esse "giro decolonial" e radicalização da crítica pós-colonial na América Latina, dando-se, por conseguinte, uma grande contribuição para a renovação crítica das ciências humanas e sociais na região.

---

[9] Boaventura Santos (2004a, 2006a, 2010a, 2019) ao formular sua teoria das Epistemologias do Sul, defende a tese da continuidade do colonialismo na atualidade, entendendo que o que ficou no passado foi um tipo de colonialismo marcado pela luta por independência de países do Sul Global. Contudo, esse colonialismo vem se ressignificando historicamente.

[10] Sobre o desenvolvimento desse debate, sugiro consultar outros textos de Quijano (2005, 2010). Sobre esse tema e desdobramento do conceito de colonialidade do poder, consultar obras centrais dessa Rede: Edgardo Lander (2005); e Castro-Gomes e Grosfoguel (2007).

Sobre esse "giro decolonial", Miglievich-Ribeiro reconhece e identifica a potência crítica e criadora da América Latina na atualidade, revelando sua marca de denúncia e de anúncio.

> O "giro decolonial" vem revitalizar a ideia de América Latina como uma crítica potente no século XXI ao capitalismo hegemônico e como anúncio de possibilidades de "bem viver" que se oponham ao padrão predatório imposto por uma específica modernidade. Quer expandir as vozes e ampliar a utopia latino-americana. Não se defende, nesta perspectiva, uma América Latina homogênea, mas se projeta a possibilidade do respeito e da articulação de diversas culturas que se insurjam contra as falsas dicotomias da modernidade eurocentrada, tais quais "civilização x barbárie", "razão x emoção", "modernidade x tradição". (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2019, p. 72).

Assim, a "decolonialidade" emerge, "como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 105). O termo *decolonial* ou *decolonialidade* como se percebe é uma invenção da Rede M-C-D. Contudo, é importante frisar que Mignolo (2010) identifica as raízes muito mais profundas desse conceito na história da região, desde o início do processo de colonização das Américas.

> A descolonialidade – em contrapartida – arranca de outras fontes. Desde a marca descolonial implícita na *Nueva Crónica y Buen Gobierno de Guamán Poma de Ayala*; no tratado político de Ottobah Cugoano; no ativismo e crítica decolonial de Mahatma Ghandi; na fratura do Marxismo em seu encontro com o legado colonial nos Andes, no trabalho de José Carlos Mariátegui; na política radical, o giro epistemológico de Amilcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre outros (MIGNOLO, 2010, p. 15).

Nesses termos, conforme Miglievich-Ribeiro, a "razão decolonial"

> (...) "devolve" a racionalidade a pessoas, coletividades, populações desumanizadas sob o jugo colonial. Trata-se, podemos dizer de uma das mais significativas inflexões epistêmica, ética e política nas ciências sociais que legitima a competência crítica do "colonizado" para julgar o universo cognitivo do colonizador. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2019, p. 66).

É importante registrar que existem autores/as que procuram fazer uma distinção entre os termos decolonial e descolonial[11]. Assim, ao usar o termo decolonial não estou distinguindo de descolonial aqui nesse texto. Feita essa breve trajetória desse movimento, é importante fazer dois

[11] Catherine Walsh opta pela distinção desses conceitos, saindo na defesa de decolonial. "O 'decolonial' não suporia uma superação *in toten*, datada historicamente, mas movimentos ininterruptos de resistência que se passam também nas dimensões subjetivas. O segundo [descolonial] se referiria, sobretudo, às lutas independentistas que marcaram, no século XIX, as nações latino-americanas. Meu uso de ambos os termos, porém, não se pautam em tal preciosismo, levando em conta, também, aqueles autores latino-americanos que, rejeitando o inglês, preferem falar em "descolonial" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2019, p. 63). O termo decolonial tem origem inglesa e espanhola.

registros: 1) desde sua gênese, essa Rede vem se constituindo de forma muito heterogênea e tensa: diferentes campos de conhecimento (sobressaindo as ciências sociais) e fenômenos de estudo sob perspectivas e angulações as mais diversas (BALESTRIN, 2013; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, 2022); 2) não obstante outros autores reconheçam essa contribuição pós(de)colonial, contudo, chamam atenção para as críticas, que interpelam essa Rede (BRAGA, CAHEN, 2018; DOMINGUES, 2011; SELL, 2022).

2- ESTUDOS DECOLONIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O REVIGORAMENTO CRÍTICO DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao deslocarmos esse tema para as ciências sociais produzidas na sociedade brasileira, com foco específico para o campo da sociologia da educação, que contribuição podemos identificar dos estudos decoloniais?

Embora a influência da ciência moderna ocidental sobre essas ciências ainda seja muito forte, contudo, é, também, verdade que nesse país já se produzia uma ciência social crítica tanto ao colonialismo epistemológico (ao eurocentrismo), quanto ao colonialismo econômico, político, social e cultural como obstáculos a um projeto autônomo de sociedade e de educação.

No tocante a isso, é importante tanto reconhecer a contribuição do pensamento social produzido no Brasil (MICELI, 1989; DANTAS MOTA, 1999; BOTELHO, SCHWARCZ, 2009, 2011; RICUPERO, 2011; PERICÁS, SECCO, 2014), bem como fomentar a pesquisa e estudos acerca dessa rica produção das ciências sociais no país, fazendo emergir e visibilizar sua condição de potência criadora de *imaginação social*, a partir das *margens*[12] desses *brasis profundos*, demarcando a relevante contribuição que os estudos pós(de)coloniais podem trazer para essa reinvenção crítica e revigoramento das ciências sociais na sociedade brasileira[13]. Cabe destacar que essa ciência social produzida no Brasil é, também, criadora de uma sociologia da educação, que vem tecendo seu caminhar desde o início do século XX (SILVA, 2002).

Assim, cabe ressaltar que, além dessa recepção tardia desses estudos no país, ainda existe um longo e desafiante caminho a se construir nesse horizonte de descolonização das ciências sociais

[12] O termo ou noção de *margem* ou *brasil profundo* que emprego aqui está assentado no conceito de Sul Global apresentado na seção anterior.

[13] Em relação a esses estudos no Brasil, em particular nas ciências sociais, vemos que determinados autores/as vêm sendo relidos e redescobertos, evidenciando suas ricas contribuições às ciências sociais, como é caso do estudo de Miglievich-Ribeiro (2011, 2013) sobre o pensamento de Darcy Ribeiro; de José Maia (2011) sobre o pensamento de Guerreiro Ramos; de Rios (2018) sobre o pensamento de Lélia Gonzalez. Contudo, além de uma grande parte ainda ficar à margem, como é caso de Florestan Fernandes e de outros/as, ainda muito pouco vem se estudando no campo da sociologia da educação. Isso evidencia a importância de alargar a pesquisa sobre essa periferia intelectual das ciências sociais brasileiras e sua contribuição para sociologia da educação.

brasileiras e, em particular, da sociologia da educação. Não obstante esse tema dos estudos pós(de)coloniais esteja ocupando nas ciências humanas/sociais cada vez mais lugar de destaque dentro das universidades brasileiras, é de suma importância fortalecer e ampliar a agenda de pesquisa nesses campos de conhecimento[14].

Bem como, contribuir para interpelar o Estado, a sociedade e o sistema educacional no que tange aos seus problemas e dilemas históricos e atuais, haja vista que nossa modernidade e nosso tipo de capitalismo dependente, muito singular, como lembram bem Florestan Fernandes (2019, 2020) e Darcy Ribeiro (1995), não romperam com o colonialismo, com o racismo e com o patriarcalismo, mas, sim, se amalgamaram, dialeticamente, a essas instituições arcaicas, gerando e dando forma a uma organização social conservadora muito particular, que não pode ser compreendida e explicada com teorias "universais" eurocêntricas, mas sim com uma formulação própria sem, contudo, cair no essencialíssimo ou deixar de dialogar com que se produz nas ciências sociais modernas ocidentais e de outros continentes.

Ademais, é muito importante, como advertem os referidos autores acima, atentar para as lutas e resistências sociais dos povos, das classes e grupos sociais subalternizados, que interpelam a sociedade, a educação e as ciências sociais brasileiras, trazendo outros temas e problemas (em muito, invisíveis historicamente no país) e, por conseguinte, evidenciando as limitações teórico-conceituais para compreender e explicar essa realidade social *suy generes*.

Quando esse debate é deslocado para um campo especifico das ciências sociais, no caso da sociologia da educação, é ainda mais lacunar esses estudos no Brasil[15]. Daí a importância de se identificar a contribuição que esses estudos decoloniais podem trazer para a sociologia da educação na sociedade brasileira.

Antes de entrar nesse tema, cabe reconhecer e frisar que já existe uma longa tradição clássica e contemporânea nas ciências sociais de tomar a educação como um fenômeno sociológico sob perspectivas e ângulos diferentes, forjando, assim o campo da sociologia da educação[16]. No caso do

[14] Sobre esses estudos no país e sua contribuição às ciências humanas/sociais, consultar: Costa (2006); Ballestrin (2013, 2014); Miglievich-Ribeiro (2011, 2013, 2016, 2020); Miglievich-Ribeiro et al (2013); Maia (2011), Rios (2018).

[15] Sobre isso, consultar o dossiê "Educação e Estudos Pós-coloniais" da Revista Realis (2014). O referido dossiê, embora não centralize especificamente na sociologia da educação no Brasil e na corrente decolonial, apresenta diversos artigos relevantes sobre essa temática, em especial o de Amurabi Oliveira, que dialoga centralmente com o sociólogo Boaventura Santos.

[16] Na origem e no desenvolvimento das ciências sociais na sociedade moderna ocidental, em particular da sociologia, a educação foi colocada como objeto de estudo sob enfoques e ênfases diferentes, o que possibilitou apresentar diagnósticos e posições bem diversos e conflitantes. Dentre esses paradigmas da teoria sociológica, apontamos: o positivismo, o funcionalismo, o compreensivo, o marxismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, o pós-modernismo etc.

Brasil, esse é um campo de conhecimento que vem se expandindo desde os anos 80 do século XX, alargando e pluralizando suas temáticas, mas não está consolidado (OLIVEIRA, 2014; OIIVEIRA, SILVA, 2016). A sociologia da educação produzida e desenvolvida no Brasil, conforme Amurabi Oliveira (2014), sofre grande influência de tradições teóricas críticas, em particular do marxismo e de Pierre Bourdieu, centrando na desigualdade social como tema chave na agenda de pesquisa desse campo de conhecimento.

De fato, a desigualdade social apresenta-se e continua a ser um problema central da sociedade brasileira na atualidade, que guarda toda uma especificidade, haja vista a continuidade e não resolução de problemas estruturantes, advindos da formação histórica do Brasil (colonialismo, racismo, patriarcado), bem como de novos elementos, que dão um toque renovado a esse problema e de sua relação com a instituição escolar. Nesses termos, o problema histórico-estruturante da desigualdade social no país não pode ficar restrito à análise das classes sociais, e, sim, precisa relacionar-se a outras questões: étnico-raciais, de gênero e sexual, capacitismo, geracional, territorial e ambiental.

Isso, exige, portanto, um referencial teórico crítico, que reconheça os problemas e dilemas próprios dessa realidade periférica e que possa mostrar seu potencial criativo e imaginativo de interpretação interna (falar e dizer sobre si a partir das margens) sem, todavia, desconsiderar a relação com a ciência moderna ocidental para se compreender o sistema-mundo capitalista moderno-colonial, combinando, dialeticamente, a dimensão analítica da economia política com a dimensão cultural/subjetiva; a material com a simbólica (QUIJANO, 2005; CASTRO-GOMES, 2005), a fim de superar dualidades e binarismos (estrutura x superestrutura; objetivismo x subjetivismo; classe social x subjetividade/identidade etc.), que turvam a compreensão do real.

Esse é o caminho para produzir "fissuras" e renovação na agenda de pesquisa da sociologia da educação no Brasil e no sentido mais amplo da América Latina, pois, assim como as ciências sociais brasileiras, a sociologia da educação não pode reforçar e reproduzir uma postura provinciana (COSTA, 2006)[17]. Ela precisa se desprovincilizar e se descolonizar. Nesse horizonte, os estudos

[17] Numa crítica contundente à suposta universalização da ciência moderna ocidental e, por conseguinte, à sua legitimidade de se apresentar como portadora do conhecimento verdadeiro do mundo, Chakrabarty (2000) defende a tese da *provincialização* dessa racionalidade, chamando atenção para sua dimensão contextual e particular. Isso mostra os limites dessa ciência e sua profunda arrogância, desperdiçando um conjunto amplo e plural de outros saberes e experiências sociais (SANTOS, 2001). Sérgio Costa (2006) reconhece essa contribuição de Chakrabarty ao debate, mas considera que, ao se olhar a produção do conhecimento e sua circulação do ponto de vista da periferia, como do Brasil (da América Latina, da África, da Ásia etc.) em relação ao centro hegemônico, vamos identificar uma profunda e histórica desigualdade, o que exige a busca do reconhecimento e visibilidade dessa produção de ciência feita na periferia, para enfrentar a geopolítica desigual do conhecimento como marca do colonialismo epistemológico. Por isso, ele chama atenção para a *desprovincialização* do conhecimento produzido na periferia.

decoloniais podem dar uma grande contribuição para a reinvenção e alargamento crítico da sociologia da educação no Brasil.

- Uma das fundamentais contribuições reside no trabalho de reconhecimento e de visibilidade da existência da sociologia da educação produzida no Brasil como um *pensamento insurgente*. Para isso, os procedimentos metodológicos da *sociologia das ausências* e da *sociologia das emergências*, propostos por Boaventura Santos nas epistemologias do Sul (2004a, 2006b, 2019a), ajudam a trazer à tona e visibilizar essa produção intelectual da periferia na sociologia da educação, que se encontra, historicamente, apagada e desconhecida tanto da academia quanto da sociedade. Oliveira (2014) já aponta a importância do diálogo da sociologia da educação no país com essa formulação de Santos.

Esse exercício de emergência e de visibilidade de epistemes outras no campo da sociologia da educação no país vai ampliar, diversificar e potencializar tanto a rica e complexa *ecologia de saberes* (SANTOS, 2006b, 2010a), quanto um *pensamento liminar* (MIGNOLO, 2003) existentes no Sul Global, propiciando, assim, um caminho de descolonização da sociologia da educação e de combate à geopolítica desigual do conhecimento e à injustiça social e cognitiva. Isso implica, portanto, promover um giro epistemológico no campo da sociologia da educação no Brasil.

- Esse processo descolonial da sociologia da educação no país vai propiciar a desconstrução da ideia de que o Ocidente não se autoproduziu, mas ele é, também, o resultado histórico da herança de outras civilizações. Por isso, esse processo descolonial é fundamental para revelar *modernidades outras* (DUSSEL, 1993; 2005) produzidas a partir da periferia, forjando interpretações originais no tocante ao seu sistema educacional e sua relação com o problema da desigualdade social.

- Isso, também, implica um caminho de descolonização da política educacional e da instituição escolar/universitária brasileira, criando outros paradigmas curriculares e pedagógicos, de ensino e de aprendizagem, a partir de dentro e com base em sua realidade concreta e autonomia. Tanto Florestan Fernandes (2020b, 2020c) como Darcy Ribeiro (1984), por exemplo, já advertiam para a marca conservadora de heteronomia da sociedade e educação brasileiras. Daí que, como contraponto a esse projeto conservador, esses intelectuais defendiam a autonomia de pensamento crítico (uma produção de conhecimento original e sua valorização) e de compromisso com os reais problemas do país, a fim de construir uma sociedade e educação autônomas e democráticas.

No entanto, quando analisamos a atual conjuntura brasileira (e global) e sua inclinação para um caminho autoritário expresso no avanço da extrema direita, encarnada no recente governo de Jair Bolsonaro (2019-2022 - AUTOR, 2021), vemos o quanto esse caminho antidemocrático e heteronômico põe-se como marca exemplar de um *regime autocrático* (FERNANDES, 2020a) ou de

uma *modernização reflexa* (RIBEIRO, 1995). Isto é, como nosso passado está tão vivo em nosso presente! Contudo, é importante destacar, como advertem Fernandes (2020a) e Ribeiro (1995), que esse não é o caminho único da história e, por consequência, ela não está acabada e dada, haja vista que existem diversas iniciativas e campos de luta e de resistência na sociedade brasileira para buscar inventar um outro caminho, a partir das classes e grupos sociais subalternizados.

- Sob esse prisma (epistemológico e político-social) das classes e grupos sociais subalternos, é preciso alargar e potencializar o sentido de educação para além da educação escolar (ARROYO, 2012; BRANDÃO, 2001; FREIRE, 1987), muito presente ainda na sociologia da educação no Brasil como objeto de estudo, revelando e chamando atenção para a existência pulsante e vibrante de diversas experiências sociais e saberes que se forjam nas *margens* da sociedade brasileira, quer seja no espaço rural, quer na periferia urbana e quer nos territórios de povos e comunidades tradicionais. Saberes e experiências sociais, contudo, ainda em muito desperdiçados pela racionalidade e pedagogia modernas ocidental, o que reforça o paradigma do *pensamento abissal* (ARROYO, 2012).

Se é relevante que a sociologia da educação não secundarize a educação escolar como fenômeno de estudo, no entanto, é relevante que ela alargue e pluralize mais seu campo temático de pesquisa, trazendo para sua agenda essas experiências sociais, educativas e saberes que se forjam nessas margens desse Brasil profundo, a fim de fazer emergir e potencializar o protagonismo de outros sujeitos coletivos (movimentos sociais populares) e de outras pedagogias daí construídas num horizonte descolonial, como destaca Arroyo (2012). Essa contribuição de Arroyo é de suma importância para a reinvenção crítica da sociologia da educação no Brasil como uma *sociologia insurgente e libertária*, que se tece *com* e a *partir* da experiência concreta dessas classes populares[18].

- Nesse sentido, a sociologia da educação precisa se pautar e se orientar por uma nova relação com esses saberes, dentro de uma perspectiva de um *diálogo intercultural*. Isso implica construir um caminho de ruptura epistemológica e político-social que se assente numa relação *heterárquica*, e não mais hierárquica entre as ciências sociais/sociologia e demais saberes. Ao falar sobre as contribuições dos estudos pós-coloniais e decoloniais para as ciências sociais/sociologia no Brasil e para educação escolar, Miglievich-Ribeiro (2018, p. 154) destaca:

> A perspectiva pós-colonial e decolonial, também, permitirá o encontro de saberes acadêmicos com saberes não acadêmicos que se enriquecerão mutuamente. Ajudará, ainda, na percepção da conexão do saber escolar com a vida por conta de sua atenção aos estudos do cotidiano. Interferirá nas metodologias de

[18] É preciso desenvolver pesquisas sobre as contribuições do pensamento social e educacional de Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Darcy Ribeiro, Lélia Gonzales, Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Miguel Arroyo e de outros/as intelectuais, tendo em vista à reinvenção e revigoramento crítico e insurgente da sociologia da educação no Brasil.

> ensino/aprendizagem por valorizar a pluralidade das vozes e a prática dialógica (docente-discente, discente-discente.

Ela arremata, advertindo:

> Os estudos pós-coloniais e decoloniais têm contribuições emancipatórias riquíssimas. Os estudos pós-coloniais e decoloniais não são apenas "textos", são atitudes e têm a capacidade de reorganizar desde o espaço da sala de aula até o currículo. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2018, p. 154).

Podemos complementar essa observação da referida autora, chamando atenção, também, para possibilidade de reinvenção da instituição escolar a partir do aprendizado com as *educações* (BRANDÃO, 2022) que se tecem nesse múltiplo cotidiano das margens da sociedade brasileira, inventando outras formas de sociabilidade e de pedagogia protagonizada por outros sujeitos. Se a educação escolar não pode deixar de ocupar um lugar de centralidade na garantia e efetivação da cidadania e da construção de uma sociedade com igualdade na diversidade, para tanto, todavia, ela precisa ser reinventada em busca desse horizonte transformador e emancipatório. E isso implica um processo descolonial, que requer repensar sua relação com as classes e grupos sociais subalternos numa perspectiva de aprendizado compartilhado e reciproco. Um caminho de *democracia partilhada*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse breve passeio feito sobre os estudos pós-coloniais, com ênfase na Rede M-C-D, foi possível identificar sua importante contribuição para reinvenção crítica das ciências humanas e sociais na América Latina. Em se tratando da recepção desse debate no Brasil, esses estudos chegam tardiamente, contudo, vêm ocupando cada vez mais um lugar de destaque na agenda de pesquisa das ciências humanas e sociais, propiciando e redescobrindo releituras de intelectuais clássicos e contemporâneos e, assim, fazendo emergir uma rica produção de conhecimento tecida na periferia do mundo, isto é, no Sul Global. No entanto, essa é uma agenda de pesquisa que precisa avançar no horizonte de descolonização das ciências sociais no país.

No tocante à sociologia da educação produzida no Brasil, vemos que os estudos pós-coloniais, em particular o decolonial, ocupam um espaço ainda mais recente e residual nesse debate. Não obstante seja possível identificar uma trajetória desse campo de conhecimento com ênfase no tema da produção e reprodução da desigualdade social e de sua relação com a instituição escolar, que vem ajudando a interpretar e a dar visibilidade para um dos problemas estruturantes do país, no entanto, a sociologia da educação aí produzida precisa ganhar mais visibilidade, por meio do reconhecimento e da projeção da produção teórica de intelectuais de referência nesse campo especifico.

Nesse horizonte, os estudos decoloniais podem contribuir no sentido de visibilizar essa relevante produção de conhecimento periférica e, assim, propiciar um processo de descolonização desse campo do conhecimento, isto é, promover a emergência de uma *sociologia da educação insurgente* no Brasil, por meio de um giro epistemológico. Esse é o caminho para produzir "fissuras" e renovação na agenda de pesquisa da sociologia da educação no Brasil (e América Latina), pois, assim como as ciências sociais brasileiras, a sociologia da educação não pode reforçar e reproduzir uma postura provinciana e nem eurocêntrica. Ela precisa se desprovincilizar e descolonizar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Julia. "Perspectivas pós-coloniais em diálogo". In: ALMEIDA, Julia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria; GOMES, Heloísa (Org.). Crítica Pós-Colonial. Panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2013a, p. 9-29.

ARROYO, Miguel G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

AUTOR, 2021.

BRANDÃO, Carlos R. *A educação como cultura*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2002.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

BARBOSA, Muryatan. Subaltern Studies: Pós-colonialismo e Desconstrução. RICARDO DA MATA, Sérgio et al (orgs.). Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. "Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'". In. LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo. "Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (2007). "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.

_____. Postcoloniality and the artifice of history: who speaks for "Indian Pasts". In: GUHA, Ranajit & SPIVAK, Gaiatry (Ed.). Subaltern Studies reader (1982-1995). Minneapolis, MN: University of Minnesota, 1997, pp. 263-294.

COSTA, Sérgio. Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2006 - Vol. 21 nº. 60.

DOMINGUES, José Maurício (2011). Modernização global, "colonialidade" e uma sociologia crítica para América Latina contemporânea. In. DOMINGUES, José M. *Teoria crítica e semi(periferia)*. Belo Horiozonte: Editora UFMG.

DOSSIÊ Educação e Estudos Pós-Coloniais: Reavista Realis, v.4, n.02, Jul-Dez, 2014.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In. LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

_____. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de intepretação sociológica*. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 29a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. RBCPed11.indd 114 26/06/13 18:20 América Latina e o giro decolonial 115 "Manifiesto inaugural", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

GROSFOGUEL, R. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". Revista Crítica de Ciências Sociais, 2008, n. 80, p. 115-147.

_____. "Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GUHA, Ranajit. On some aspects of the historiography of Colonial India. In: GUHA, Ranajit & SPIVAK, Gaiatry (Ed.). Subaltern Studies reader (1982-1995). Minneapolis, MN: University of Minnesota, 1997, pp. 37-44.

GUHA, Ranajit & SPIVAK, Gaiatry (Ed.). Subaltern Studies reader (1982-1995). Minneapolis, MN: University of Minnesota, 1997, pp. 37-44.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MAIA, José. Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 26 Número 2 Maio/Agosto, 2011.

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 123 | 2020. URL : http://journals.openedition.org/rccs/11077.

_____. O "giro decolonial" latino-americano e a razão do Outro: a transmodernidade como deslocamento epistemológico. In. CASTRO, Edna Ramos. (Org.). Pensamento crítico latino-americano / Edna Castro, organizadora. – São Paulo: Annablume: 2019.

_____. A virada conceitual pós-colonial: panorama, especificidades e possíveis contribuições às teorias sociais. 38º Encontro Anual. Trabalho apresentado no GT 40, 2014. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt40-1/9216-a-virada-conceitual-pos-colonial-panorama-especificidades-e-possiveis-contribuicoes-as-teorias-sociais?path=38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt40-1. Acesso em jun/2022.

_____. Pensamento Latino-Americano e Pós-Colonial: o diálogo possível entre Darcy Ribeiro e Walter Mignolo. 36º Encontro Anual. Trabalho apresentado no GT26 - Pensamento social latino-americano. Águas de Lindoia (SP), p. 1- 25, 2012.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia Maria et al. (Orgs.). Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas 1. ed. - Rio de Janeiro : 7Letras, 2013.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da 'ciência': colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente. 'Um discurso sobre as Ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 667-709.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais. Projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. BH: UFMG, 2003.

NANDY, Ashis. History's forgotten doubles. History and Theory, Theme Issue 34: World Historians and Their Critics, 1995, pp. 44-66.

OLIVEIRA, Amurabi. Sociologia da educação e a sociologia das ausências e das emergências: um diálogo possível? Reavista Realis, v.4, n.02, Jul-Dez, 2014.

OLIVEIRA, A.; SILVA, C. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 31 N° 91.

OLIVEIRA, A.; SILVA, C. Mapeamento da Sociologia da Educação no Brasil: análise de um campo em construção. Atos de Pesquisa em Educação, v. 9, n. 2, p. 289-315, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Colonialidad y modernidad-racionalidad., 1992. Disponível em: (baixa o site na internet). Acesso em jun/2022.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. SAID, Edward. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fim do Império Cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2019.

_____. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. In. SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006b.

_____. (Org.). *Semear outras soluções:* os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. v4.

_____. (Org.). *Conhecimento Prudente para Uma Vida Descente*. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. (Introdução). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento Prudente para Uma Vida Descente*. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento Prudente para Uma Vida Descente*. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004b.

SANTOS, Boaventura de S; MENEZES, Maria P. (Org). *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GT 03 – Pensamento crítico latino-americano e epistemologias na América Latina e Caribe

AMAZÔNIA: DIVERSIDADE TERRITORIAL E COMPLEXIDADE REGIONAL NA OBRA DE AZIZ AB'SÁBER

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (NAEA/UFPA)[1]

RESUMO: A obra do geógrafo Aziz Nacib Ab'Sáber ajuda em muito a pensar a diversidade e a complexidade inerentes à Amazônia, de modo que alguns de seus escritos se tornaram verdadeiras referências para os estudos desse espaço regional, abordando temas os mais variados. Nessa perspectiva, o autor problematiza questões sobre a natureza e seus processos, sobre impactos ambientais e sociais, rurais e urbanos, decorrentes de grandes investimentos e projetos econômicos estabelecidos na região, além de fazer proposições consistentes voltadas para o desenvolvimento regional. Dar conta da leitura conferida à Amazônia tendo em vista as ideias de Ab'Sáber é, portanto, um empreendimento de grande relevância, pois sua contribuição vem se somar a outras também preocupadas em destacar as particularidades, as principais questões e por estabelecer diretrizes de políticas territoriais para o espaço amazônico. Assim, sua produção intelectual tem muito a nos ensinar do ponto de vista epistemológico, teórico, metodológico e empírico, conforme o presente trabalho busca mostrar, revelando esse autor como um dos principais expoentes do pensamento social e ambiental brasileiro que se mostrou preocupado em interpretar a Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia. Diversidade. Complexidade. Região. Aziz Ab'Sáber.

INTRODUÇÃO

A ideia de região nos permite revelar a diferenciação territorial do ponto de vista natural, histórico, econômico e/ou cultural, de forma parcial ou conjunta, reconhecendo, ao nível do espaço, um recorte de mediação entre o todo e a parte, entre o geral e o singular. É com base nesses pressupostos que a obra de Aziz Nacib Ab'Sáber será aqui tratada[2], de maneira a nos ajudar a pensar a Amazônia na sua diversidade e complexidade.

Independentemente do momento e do contexto em que foi produzida, a obra de Ab'Sáber se mostra atual. Em se tratando da Amazônia, alguns de seus escritos se tornaram verdadeiras referências para os estudos regionais desse espaço, sobretudo no que diz respeito a temas como os domínios e elementos da natureza, os problemas geoeconômicos e ambientais e a diversidade ecológico-econômica para fins de planejamento e gestão territorial.

Dar conta da leitura conferida à Amazônia tendo em vista as ideias desse autor torna-se, assim, um esforço de sistematização de grande importância, especialmente por revelar um interesse por essa região que vem se somar a outros de cunho científico que desvendaram suas

[1] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email: stclair@ufpa.br

[2] Este trabalho sistematiza resultados parciais de investigação do projeto de pesquisa "Redutos, enclaves e zonas: uma contribuição à geografia regional da Amazônia", desenvolvido como parte das atividades do autor na condição de bolsista de produtividade de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

particularidades, suas questões e as preocupações para com as políticas territoriais a ela dirigidas. Seu olhar sobre e a partir da região é, portanto, uma forma de interpretá-la que tem muito a nos ensinar do ponto de vista epistemológico, teórico, metodológico e empírico, conforme o presente trabalho busca mostrar.

Nesta sistematização, buscamos, inicialmente, apresentar esse seu olhar a partir da própria Amazônia, para, em seguida, reconhecê-lo como um intelectual humanista e um dos principais expoentes do pensamento social e ambiental brasileiro vinculado à Escola Uspiana de Geografia (EUG). Por fim, mostramos os seus interesses de investigação científica que incluíram o espaço amazônico, por ele considerado em sua diversidade e complexidade territorial.

UM OLHAR DESCENTRADO DIRECIONADO A UMA REGIÃO PERIFÉRICA

Nos dias atuais tem-se colocado a necessidade de interpretar a Amazônia a partir dela mesma e de seus sujeitos, sugerindo-se abordagens imunes a referenciais predominantemente externos a ela. Isso tem sido tratado com certa ênfase por alguns estudos apoiados no pensamento crítico contemporâneo, mas igualmente por outras abordagens não tão recentes assim, como foram as preocupações e proposições de Aziz Ab'Sáber desde as primeiras décadas da segunda metade do século passado.

Recuperar o pensamento e contribuições de autores relevantes no passado não significa, necessariamente, mostrar o que há de novo em suas proposições, mas sobretudo reconhecer o pioneirismo de reflexões sobre determinadas questões que hoje parecem soar como novidades. Significa, por outro lado, levar em conta o acúmulo de conhecimentos, preocupações, sugestões e contribuições que ajudam a apreender a dinâmica de uma região como a Amazônia, de forma a concorrer para a ruptura de visões estigmatizadas, superficiais e pouco reveladoras de sua realidade socioespacial.

Daí decorre a necessidade de chamar a atenção para sistematizações como a de Aziz Ab'Sáber, que antecedem a outras mais atuais e que ampliam e aprofundam o olhar a respeito desse espaço regional. Trata-se de autor com obras consideradas de referência, indispensáveis ao entendimento da realidade territorial brasileira, e que, por isso mesmo, não devem ficar à margem de nosso conhecimento, dada a sua inclusão no rol de obras tidas como clássicas, seja no campo da ciência geográfica, seja na produção de ciências consideradas afins.

Informações sobre sua trajetória são fornecidas pelo próprio autor (Ab'Sáber, 2003, 2013) e por autores que buscaram abordar sua vida acadêmica e intelectual, como Modenesi-Gauttieri *et al*. (2010) e Dourado (2015). Filho de um imigrante libanês e de uma brasileira do estado de São Paulo, Aziz Nacib Ab'Sáber – nascido em 24 de outubro de 1924, em São Luiz do Paraitinga (SP), e falecido

em Cotia, na Região Metropolina de São Paulo, no dia 16 de março de 2012 – tornou-se um dos mais reconhecidos geógrafos do Brasil. Concluiu, em 1944, o curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo (USP) e, posteriormente, complementou seus estudos em Pedagogia e Ciências Educacionais, tornando-se um dos mais expressivos nomes da ciência geográfica da USP, onde estabeleceu sólida carreira acadêmica no Departamento de Geografia; instituição na qual também obteve o título de Doutor em Geografia (1956), de Livre Docente (1968) e de Professor Titular de Geografia Física (1968).

Mesmo aposentado, continuou atuando no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Além de sua atuação nessa universidade, presidiu o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). E, dentre as honrarias recebidas, destaca-se o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia, em 1999, e o Prêmio Jabuti, na categoria Ciências Humanas, em 2005 (Ab'Sáber, 2003, 2013; Modenesi-Gauttieri *et al*., 2010; Dourado, 2015).

Responsável por importantes teoria e estudos considerados fundamentais para o conhecimento geográfico do Brasil, também empreendeu esforços para o cruzamento entre o ensino fundamental com uma educação de base regional para o País, tendo realizado, ademais, pesquisas e tratados de relevância internacional nas áreas de ecologia, biologia evolutiva, fitogeografia, geologia, arqueologia e geografia, contabilizando mais de cinco centenas de trabalhos, entre artigos acadêmicos, teses, capítulos de livros, prefácios, apresentação de livros, resenhas, publicações em jornais e revistas, documentos e relatórios (Dourado, 2015).

O referido autor, por meio de sua densa e rica obra, deixou-nos um legado intelectual importante em vários domínios do conhecimento. Na produção acadêmica desse geógrafo paulista se inclui o entendimento da região amazônica como parte importante do território brasileiro. Toda a sua contribuição sobre essa realidade regional, muito citada nos meios acadêmicos, ainda hoje mostra-se bastante útil para entender as questões ambientais e socioeconômicas, ao mesmo tempo em que tem ajudado a problematizar elementos relacionados ao ordenamento e às políticas territoriais que se fazem presentes nessa região.

Ao lançar o seu olhar sobre a Amazônia, contribuiu tanto do ponto de vista da geografia física e ambiental, notadamente no campo geomorfológico, quanto do ponto de vista da geografia humana; mas, igualmente, estabeleceu a ponte entre ambas, promovendo uma leitura mais complexa, que inclui, de forma conjunta, elementos humanos e naturais a ponto de sistematizar efetivamente uma verdadeira geografia regional da Amazônia, conforme mostra Marcovitch:

> é conhecida sua tese de que não poderia formular uma proposta para a Amazônia considerando simplesmente a geomorfologia regional. Julgava indispensável enxergar toda a área como um conjunto de fatos sociais e políticos, físicos e ecológicos, tendo como pano de fundo uma lamentável "filosofia da devastação" então ali dominante. O estudo já referido é um marco na história do ambientalismo brasileiro. Nela e em muitos trabalhos subsequentes, Aziz criticou propostas desatreladas da realidade local. Expôs, com extraordinária lucidez, o seu pensamento a respeito das questões cruciais daquela região vital para os destinos da humanidade (Marcovitch, 2015, p. 90).

Em vários momentos, Ab'Sáber buscou caminhar em direção a uma visão integradora, e nem sempre tão fácil de ser colocada em prática, no seu campo principal de atuação. Além disso, a perspectiva que estabelece sobre a região, a partir dela própria, mostra-se muito recorrente em suas produções e argumentações. Uma das críticas que fez aos chamados "corredores de desenvolvimento e proteção ecológica acoplada" é o fato de que, além de não levarem em conta a Amazônia em detalhe, pois se tratava de corredores pensados na insignificante escala de pequenos mapas e sem qualquer conhecimento das diferentes células espaciais que setorizam a Amazônia em sua diversidade, era o fato de que constituíam ideias concebidas em gabinetes, à distância, e com quase total desconhecimento das realidades complexas da totalidade espacial amazônica (Ab'Sáber, 2001).

Assim, algumas de suas sistematizações, preocupadas com essa complexidade socioespacial, tornaram-se verdadeiras referências para o estudo da geografia regional amazônica, a exemplo dos textos contidos na obra *Amazônia: do discurso à práxis* (Ab'Sáber, 2004), na qual estão reunidos importantes trabalhos sobre a região escritos ao longo de sua produção intelectual[3].

UM GEÓGRAFO HUMANISTA NA TRADIÇÃO USPIANA DE FAZER GEOGRAFIA

A filiação de Ab'Sáber ao que temos denominado de Escola Uspiana de Geografia (EUG), cuja origem está diretamente ligada às matrizes do pensamento geográfico francês, define em muito o perfil intelectual desse autor. A presença de professores franceses em universidades brasileiras imprimiu aquilo que Silva (2012) reconheceu como sendo o "modo francês de se fazer a ciência geográfica" no Brasil, do qual a Universidade de São Paulo (USP) e Aziz Ab'Sáber, sem dúvida alguma, são bons exemplos.

Pesquisas realizadas por esses intelectuais, em especial na área das humanidades, abordavam diferenciados temas, mostrando-se de grande interesse para o entendimento de questões

[3] Em trabalho que mostra essa preocupação com a Amazônia, Furtado (2010) analisa tais escritos, e que incluem: a) estudos sobre a Manaus e sua região; b) caracterização dos aspectos físicos regionais, especialmente os de natureza geomorfológica; c) problematização de questões geoeconômicas e ambientais; e d) proposição de zoneamento ecológico e econômico para a região.

específicas referentes à construção do território brasileiro. Ab'Sáber destaca tal influência em sua formação:

> [...] minha literatura básica sempre foi a francesa. Tive alguma dificuldade de início; com o tempo ficou mais fácil. Aprendi de ouvido, nas aulas dos professores franceses. Eles teimavam em dar aula em francês, dizendo: "Vocês têm que aprender." [...] Na parte da geografia física, a grande influência indireta foi Emmanuel De Martonne [...] Na geografia humana, a gente tinha abordagens muito diferenciadas e livros com uma titulação sobre fatos básicos da natureza: *L'Homme et la forêt* (o homem e a floresta), *L'Homme et le Sahara* (*O homem e o Saara*), *L'Homme et la montagne* (*O homem e a montanha*)... Essas obras nos davam uma idéia (sic) sobre a geografia humana em diferentes cenários da terra, com vários autores. Tiveram muita importância, porque a gente podia, a partir deles, ter um paradigma para aplicar fatos ao Brasil, sobretudo *L'Homme et la forêt* [...] (Ab'Sáber, 2013, p. 48-49, grifos do autor).

De igual importância para a formação geográfica difundida pela USP, foi a literatura mais clássica que se produzia no Brasil e que fora fundamental para a compreensão territorial do País nessa escola, conforme se constata, igualmente, nos relatos de Ab'Sáber:

> [...] Também nessa época foram essenciais, "como motor de arranque ligeiro", alguns livros feitos no Brasil. De Gilberto Freire, *Casa-Grande & Senzala*, e um livro especial dele chamado *Ordem e progresso*; a literatura regional inteira; e um livro particularmente importante: a *Geografia da fome*, de um professor culturalmente bem preparado, do Recife, Josué de Castro, além da grande obra de Caio Prado Jr. e Sergio Buarque de Hollanda (Ab'Sáber, 2013, p. 49, grifos do autor).

A existência de uma leitura e de uma interpretação dessa escola a respeito da Amazônia se deu desde esses primeiros momentos, quando os interesses pela região culminaram com trabalhos de campo, discussões e sistematizações sobre essa realidade. Ab'Sáber também relata o seu primeiro trabalho de campo feito na Amazônia:

> cada uma dessas viagens foi um itinerário sofrido, pois elas eram feitas sem recursos de agências financiadoras ou empréstimos de terceiros. Um dia, um dos professores de Geografia de nosso departamento, Ary França – cujo irmão era piloto da Força Aérea Brasileira (FAB) –, chegou e disse: "Tenho uma grande novidade. Quem quer ir à Amazônia? Meu irmão vai fazer a última fase de seu treinamento de São Paulo a Manaus" [...] Candidatou-se junto comigo um professor francês de oceanografia que também marcou muito a minha vida, Wladimir Besnard [...] E voamos para a Amazônia. Paramos no quartel-general em Belém [...] Não cheguei a ver Belém nesse momento, já que no outro dia partimos para Manaus. Consegui ver a Amazônia pela primeira vez no avião, no bico da Fortaleza Voadora... (Ab'Sáber, 2013 p. 61-62).

As excursões e trabalhos de campo como esses despertaram a atenção para os estudos sobre a Amazônia no interior da USP, gerando assim pesquisas e teses de doutorado e de livre-docência

naquele ambiente acadêmico, cujo destaque é a forte formação humanista nela presente[4]. Nesse contexto de produção da EUG, cabe situar a abordagem que sugere certa especificidade no interior dessa escola conferida aos estudos sobre a Amazônia.

Concebida como geossistema complexo, múltiplo e diverso, e apenas aparentemente homogêneo, a região sofre intervenções em sua dinâmica regional interna, e que têm implicações em diferentes escalas do espaço. Nesse sentido, os usos e as manipulações de seus recursos, assim como a sua gestão, geram reflexões que mobilizam elementos da geografia física e humana como pontos de apoio a uma sorte de geografia acadêmica associada às preocupações pragmáticas e de defesa científico-política da região. Sob a orientação ou através de um diálogo crítico com o paradigma da sustentabilidade, preocupa-se com questões que envolvem a natureza, os conflitos, o desenvolvimento, a gestão e as políticas de conservação ambiental, muito presentes na obra de Aziz Ab'Sáber.

Preocupado com a interface entre tempo e espaço, ao longo de sua vida intelectual, Ab'Sáber não se mostrou inclinado a reproduzir clássicas dicotomias, mobilizando sua sensibilidade política e social para a superação de algumas dualidades presentes na ciência geográfica. Essa inclinação se fez presente na vida do autor em comento mesmo antes de sua formação superior, conforme relata:

> de repente assisti às aulas de um professor de história que se apoiava em fatos da geografia regional, situava os acontecimentos em cima do espaço real, a expansão de certos tipos de fatos sobre áreas diversas do mundo. E me senti muito estimulado e interessado por aquela interface entre tempo e espaço – ou espaço e tempo (Ab'Sáber, 2013, p. 31).

Moreira (2010), ao estudar as matrizes brasileiras do pensamento geográfico, também situa essa forte dimensão no pensamento de Ab'Sáber que, juntamente com Milton Santos e Carlos

[4] Dentre as principais características da EUG, pode-se destacar: a) a influência francesa, pautada na ciência ocidental europeia, mas particularizada, desde a sua origem, no enfoque de questões que dizem respeito à formação territorial brasileira e latino-americana, situando as particularidades regionais, como a amazônica, em um contexto de formação socioespacial e territorial mais amplo; b) a forte preocupação teórica e tendência à construção de uma metageografia, em contraposição ao pragmatismo geográfico de modelos de análise inspirados na lógica formal e em estudos empíricos de enfoque pontuais; c) a tradição voltada para uma formação humanista e calcada na densidade da reflexão crítica, que concebe a geografia e suas questões inseridas nas ciências sociais, levando em conta a estreita relação entre sociedade e natureza; d) o fluido diálogo interdisciplinar, sem comprometimento da particularidade disciplinar, responsável por conferir identidade à Geografia como um campo de conhecimento diferenciado, ancorado em categorias, conceitos e noções herdados da Geografia clássica europeia, instrumentalizadas teoricamente para uma leitura contemporânea de questões socioespaciais e territoriais que se associam às demandas e aos problemas brasileiros e latino-americanos; e) a retórica política, apoiada em bases científicas do fazer geográfico e na não neutralidade do conhecimento sobre o espaço e nos desdobramentos de suas questões; e f) a ampla difusão de seu pensamento para além do estado de São Paulo, com efetiva força de nucleação em vários centros de ensino e de produção científica no Brasil e em cidades de outros países da América do Sul (Trindade Júnior, 2017).

Augusto Monteiro, que também foram professores da USP, demarcam na temporalidade a força de seus pensamentos, parecendo ser essa uma marca importante da geografia brasileira produzida no interior da EUG. Para o primeiro deles, destaca:

> acentua-os a presença humana, seu tempo de curta duração, seu poder de reequilíbrio e a velocidade de sua capacidade de mutação. De forma que atuar na sua medida de tempo é coordenar o movimento desigual de durações, a mais curta e a mais longa, mexendo nele, mas mantendo sua frequência. É exatamente essa a perspectiva das heranças, Ab'Sáber aqui se encontrando com Quaini diante da ação das comunidades e com Tricart diante da questão das escalas.
> Só nessa referência de escala pode-se pensar os domínios de paisagem como uma superposição de acontecimentos, a paisagem estrutural e morfoclimática sobrepostas entre si e subpostas à geobotânica, a paisagem humana sobrepondo-se a toda elas. É o que temos nos domínios naturais vistos na perspectiva dos redutos do Pleistoceno (Moreira, 2010, p. 124).

Faz-se importante, ainda, considerar que sua perspectiva humanista se deve não apenas à articulação das diversas dimensões da Geografia, a física e a humana, como também ao diálogo que desenvolveu com grandes intelectuais brasileiros em vários domínios de conhecimento, sejam aqueles da área das ciências humanas e sociais, sejam aqueles outros mais voltados para os conhecimentos da ciência da natureza. Afora isso, tratava-se de um intelectual que buscava em outros domínios do conhecimento uma formação plena, como os autores que conhecia através da literatura, conforme ele mesmo revelou:

> [...] eu via a geografia através dos romances. Desdobrei-me no estudo da literatura regional brasileira: Dalcídio Jurandir para a região amazônica, José Lins do Rêgo, Jorge Amado e Graciliano Ramos para a região semi-árida (sic)... Até hoje tenho uma noção da importância disso, porque me perguntam: "Professor Aziz, quais são os espaços que podem ser chamados de parques culturais no Brasil?" E eu digo: "Tem o amazônico, tem o sertanejo do Nordeste, tem o residual caipira, tem o residual caiçara, tem o gaúcho e tem o pantaneiro. Estas são as grandes áreas de tradição no linguajar e na mitologia regional." (Ab'Sáber, 2013, p. 47).

Tratava-se, portanto, de uma formação bem mais ampla, que extrapolava o campo da ciência geográfica, alcançava, de forma interdisciplinar, outros domínios científicos e mergulhava na cultura e na formação histórica do território brasileiro, por meio da literatura e de autores expressivos que davam conta de um Brasil complexo e diverso, tanto no que diz respeito à natureza quanto à sua gente.

DIVERSIDADE E COMPLEXIDADE REGIONAL NAS AMAZÔNIAS DE AB'SÁBER

O interesse em compreender a complexidade do espaço amazônico está presente no conjunto da obra de Aziz Nacib Ab'Sáber. Suas discussões com respeito às questões que envolvem a

diversidade regional podem ser exemplificadas em três eixos, a saber: a) a diversidade físico-ambiental, b) a diversidade socioeconômica, e c) a diversidade urbana.

Com relação ao primeiro eixo, o da diversidade físico-ambiental, na sua obra é possível observar a contestação que faz com relação à homogeneidade a que muitas vezes foi atribuída à Amazônia, quase sempre reduzida à floresta e às terras baixas, mas que apenas parcialmente a caracterizam como um grande complexo regional.

Uma de suas principais teorias tornou-se um pressuposto para a problematização dessa diversidade físico-ambiental. Trata-se da teoria dos redutos[5], relacionada à vegetação, mas diretamente articulada a uma outra teoria que lhe inspirou e que lhe antecede, a dos refúgios (relacionada à fauna), de natureza marcadamente multidisciplinar (Ab'Sáber, 1988). Sobre aquela primeira teoria, observou o autor, tendo em vista algumas de suas constatações empíricas:

> a Amazônia não tinha florestas tão expandidas como tem hoje. Estava fragmentada. Em uns pontos tinha floresta, em outros pontos tinha cerrado e nas margens tinha caatingas. Eu andei estudando as cactáceas de Roraima e fiquei boquiaberto com o número de espécies xerófilas que ocorrem nos pontos rochosos de Caracarai (Ab'Sáber, 2001, p. 570).

Foi assim que sua teoria dos refúgios contribuiu para o entendimento dessa descontinuidade dentro do domínio amazônico, ao esclarecer que, em algumas zonas, apareciam as faixas ou os redutos de outras vegetações onde estas não eram dominantes. Trata-se de uma forma de conhecimento particularmente fértil para uma sondagem dos efeitos e consequências das flutuações paleoclimáticas quaternárias que implicam em interferências de natureza morfológica, pedogênica e fitogeográfica visíveis no espaço amazônico (Ab'Sáber, 1988). Foi por meio desse raciocínio que conseguiu explicar a presença das cactáceas em Mucajaí (Roraima), a vegetação campestre ocasional no sudoeste da região, a

de cerrados remanescentes em Monte Alegre e Alenquer, no Pará, bem como em porções do estado do Amapá (Ab'Sáber, 2013).

A sua pergunta central com relação a isso consistia em saber por que essas vegetações aí se encontravam e se as mesmas seriam redutos de um outro momento em que elas eram mais extensas nessa porção do território brasileiro:

> [...] sem dúvida: no centro da Amazônia e ao longo da faixa equatorial certamente houve mais cerrados do que hoje, talvez com algumas emendas entre eles. E as matas – embora muito volumosas e também extensas – eram menos contínuas, de

[5] Faixas de determinadas vegetações onde a presença delas não é dominante e cujas existências permitem fazer inferências sobre consequências de flutuações paleoclimáticas na configuração morfológica, pedogênica e fitogeográfica atual (Ab'Sáber, 1988).

> forma que, quando os climas se tropicalizaram muito, desapareceu aquele clima intermediário que era quente, subquente, com duas estações – uma quente e uma muito chuvosa, estendendo-se as precipitações por muitos meses do ano (dinâmica climática atual da Amazônia).
> Em Roraima havia extensas formações arenosas – tanto que o rio principal que cruza essa região se chama rio Branco porque transporta mais areia do que elementos argilosos e biogênicos -, onde encontrei muitos cactos, em pequenos *inselbergs* em Mucajaí. Ou seja, houve uma época – talvez anterior à dos cerrados – em que os bordos da Amazônia também tiveram caatingas, e isso não havia sido notado por ninguém (Ab'Sáber, 2013, p. 109-110).

Sua proposição quanto às células espaciais para a Amazônia também corrobora com essa perspectiva de reconhecer a diversidade físico-ambiental desse espaço regional. Nessa direção, o autor chega ao reconhecimento no espaço amazônico de um mosaico de subespaços físico-ecológicos; na verdade, células espaciais, como as denominou, com certa originalidade geoecológica; subespaços regionais que compunham a diversidade territorial a serem levadas em conta no zoneamento que propôs para essa porção do território brasileiro (Ab'Sáber, 1989).

Todo o seu conhecimento a respeito desse quadro físico-ambiental diverso, foi fundamental para pareceres independentes que emitiu quanto a estudos e relatórios de impactos ambientais comprometedores da natureza e da sociedade e o seu posicionamento crítico quanto a decisões e discussões em importantes fóruns nacionais e internacionais, como as conferências mundiais sobre clima e meio ambiente; aos rumos tomados pelas decisões em relação ao Código Florestal brasileiro; aos perigos da emissão de CO_2; e à necessidade de consciência e de defesa do reconhecimento de grandes reservas de biodiversidade (Modenesi-Gauttieri *et al*., 2010).

Conforme se observa em suas proposições, a diversidade fisiográfica não explica por si só a complexidade do espaço amazônico. Ela se soma ao relevante protagonismo humano, tal como mostra o autor ao caracterizar o macrodomínio amazônico. Trata-se, na verdade, de um *overlay* de diversidades, decorrente de sua concepção sobre a diferenciação do território brasileiro e que assume como ponto de partida a paisagem decorrente de processos naturais, mas que se completa com a compreensão da ação antrópica.

É o que observamos na sua caracterização dos domínios de natureza no Brasil e suas potencialidades paisagísticas, momento em que a noção de paisagem é entendida como herança natural e cultural, posto que não só resulta de processos fisiográficos e biológicos, como também se constitui patrimônio coletivo dos povos que historicamente os herdaram como território de atuação de suas comunidades, devendo estas serem responsáveis por sua conservação (Ab'Sáber, 2003).

Assim, para além da diversidade fisiográfica e biológica, que a teoria dos redutos ajudou a explicar, o autor chamou a atenção para aquilo que consideramos ser um segundo eixo de suas

preocupações, isto é, a diversidade socioeconômica, que demarca a paisagem regional ao longo de sua história:

> após trinta anos de interferências complexas, o novo cenário das relações entre os homens na Amazônia exige uma nova atmosfera de convivência e entendimento. Convém não esquecermos que vivem atualmente na Amazônia um quarto de milhão de índios – diferenciados por fatores linguísticos e por diversos níveis de contato e aculturação; quatro milhões de seringueiros, beiradeiros e castanheiros; 350 mil garimpeiros; cinco milhões de trabalhadores braçais, funcionários e peões seminômades; além de alguns milhões de habitantes urbanos, de diferentes níveis sociais e culturais. Enfim, um espaço com gente e história (Ab'Sáber, 2003, p. 81).

No tocante a essa diversidade, objeto de sua atenção, importante é destacar alguns dos temas que foram parte do enfoque e dos levantamentos empíricos realizados por esse importante geógrafo no espaço amazônico. Tais temáticas apontavam para a necessidade de pensar a Amazônia em sua complexidade e para outros problemas relevantes que se mostravam intensamente articulados às questões ambientais, colocadas na ordem do dia:

> [...] atualmente, a Amazônia apresenta problemas mais urgentes do que explicar sua história geológica. O principal deles iniciou-se na época da criação de Brasília. Como era necessário promover a integração daquele verdadeiro "arquipélago" brasileiro, constituído de regiões totalmente diferentes e isoladas entre si, a primeira ideia foi construir estradas que ligassem Brasília e Belém, a Belém-Brasília. Pois bem, naquele momento, falou-se em expansão da fronteira agrícola, mas o que aconteceu, na verdade, foi a expansão da fronteira fundiária.
> Hoje, existem muitos caminhos de devastação na Amazônia. No sul do Pará, região que estudo com mais cuidado, descobri de oito a dez caminhos de devastação da floresta ao longo da BR-150. O mesmo ocorre ao longo dos ramais que seguem para Serra Pelada e Carajás (Ab'Sáber, 2012, n. p).

A unidade entre natureza e sociedade, na perspectiva do autor, implicou, por outro lado, recusar explicações reducionistas. Na sua perspectiva, paisagem natural e cultural, por exemplo, não assumem raciocínios dicotômicos, assim como não é dual sua concepção de relação homem e ambiente. Chama a atenção, por outro lado, para as contradições dessa relação e da forma como ela se apresenta no passado e no presente, assim como para o confronto entre o que chega e o que permanece, entre o endógeno e o exógeno; elementos e processos esses que contribuem para o quadro regional diverso do ponto de vista socioeconômico.

É o que se observa em seu relato de quando esteve em Carauari, no estado do Amazonas, onde constatou o que chamou de um tipo de geografia humana rústica, de populações tradicionais ligada a dois braços de tradições; uma mais associada à memória evanescente dos sertões secos, e outra relacionada ao esforço de adaptação para a sobrevivência no domínio da floresta e dos rios correntes e perenes. A alterar a rotina dessa vida mais tradicional no Médio Juruá, estava o interesse

de uma grande empresa estatal que promoveu o ingresso de uma massa de trabalhadores vinculados às atividades petrolíferas, promovendo o crescimento populacional local que passou a enfrentar o duro trabalho na selva e, ao mesmo tempo, diversificando atividades econômica e modos de vida (Ab'Sáber, 2004).

Sobre à diversidade socioeconômica presente no restante do espaço amazônico e que vai configurar diferentes realidades no inteiro da macrorregião em consideração, o autor argumenta:

> [...] há que se considerar os problemas que incidem sobre as populações tradicionais, seringueiros, castanheiros, beiradeiros, pescadores, e ao mesmo tempo atentar para as sérias questões criadas pela desordem ecológica e social, instalada no último quarto de século, em toda a metade sul da Amazônia – do Acre e de Rondônia até o corredor Carajás-São Luís. Sem esquecer, evidentemente, os graves acontecimentos que ocorrem na faixa de fronteiras, o etnocídio provocado pela garimpagem indiscriminada em Roraima, a estagnação econômica e social do Amapá, os impactos ecológicos e sociais dos projetos Jari e Trombetas, a inchação urbana e os bolsões de pobreza de Manaus, entre outros (Ab'Sáber, 2004, p. 185).

A atenção aos processos que adentravam a região e que passavam a alterar sua estrutura interna diversificando-a, leva o autor a desenvolver uma sensibilidade social e uma postura crítica e contestadora, conforme se percebe em relação aos novos enclaves regionais, materializados como megaobras econômicas e de infraestrutura e concebidos sob o discurso ideológico do desenvolvimento regional. Exemplo dessa problematização se encontra em sistematizações sobre o então Programa Grande Carajás, conforme se vê no livro que reúne vários textos sobre o empreendimento (Ab'Sáber, 2004), quando então o autor aborda o programa referido sob diferentes perspectivas, a saber: a) *Gênese de uma nova região siderúrgica*, b) *Os impactos ambientais na faixa Carajás-São Luís*, e c) *Da Serra Pelada à Serra dos Carajás: a rebelião (im)prevista dos garimpeiros*.

Além da instalação do grande projeto, o autor analisa seus desdobramentos tanto no plano ambiental como no social. Nessa análise, avança em uma espécie de geopolítica regional quando mostra o jogo de poderes expresso na estrutura local e na diversidade de sujeitos socioeconômicos envolvidos (a então Companhia Vale do Rio Doce, os agentes agropecuários, o poder político local, os órgãos de governo etc.); jogo esse que vai resultar na marcha dos garimpeiros em direção à Carajás, por ele relatada de forma detalhada, dada à ameaça, pela empresa, de não mais permitir o garimpo manual até então praticado em Serra Pelada (Ab'Sáber, 2004).

No que se refere às cidades, o seu olhar atento revela um geógrafo urbano perspicaz às novas manifestações e problemas expressos na diversidade da vida urbana que se anuncia na Amazônia. É nesse sentido que os diferentes níveis de cidades - a metrópole, a cidade intermediária, a cidade-

empresa (*company town*) e a pequena cidade tradicional - são objetos de seus estudos, de seus relatos e de suas sistematizações.

Ao tratar de Manaus, por exemplo, uma face importante da metrópole na Amazônia é revelada. Sobre essa cidade, faz apreciações críticas àquilo que se tornou esse espaço urbano após a instalação do polo industrial e da Zona Franca, descrevendo o crescimento de bairros carentes e a presença de "invasões" ao longo dos igarapés; o crescimento demográfico e as disparidades sociais, com adensamento da pobreza, e o advento de focos de violência, com o incremento do comércio informal e do subemprego (Ab'Sáber, 2004).

Os problemas urbanos de Manaus são ainda descritos aquando de seus retornos à Amazônia ocidental tempos depois, momento em que ratifica os desdobramentos da urbanização e as consequências socioespaciais após a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa):

> [...] quando eu vou lá agora, a devastação se expandiu muito. Já houve o enxugamento das populações beiradeiras para dentro da cidade. Antigamente a pobreza estava nos igarapés de boca larga, que é um componente paisagisticamente significativo para a vida de algumas comunidades. Agora existem outras áreas de pobreza em lugares muito ruins, dentro da terra firme, bem longe e com grandes problemas, para a sobrevivência e integração, como se fossem favelas. Apesar de ter a Zona Franca, que hoje já está um pouco decadente [...] (Ab'Sáber, 2001, p. 578).

A cidade de nível intermediário, por sua vez, é problematizada por meio de exemplos representativos, como Imperatriz e Marabá, observados em suas experiências de estudo na Amazônia oriental. A primeira, cidade maranhense, foi impulsionada a crescer notadamente em razão da abertura da Belém-Brasília, e a segunda, uma pequena cidade de caucheiros e castanheiros no sudeste do Pará, cresceu e alterou-se profundamente em função, dentre outros fatores, da abertura da Transamazônica e do Programa Grande Carajás e sua ferrovia, que a corta em seu itinerário entre Carajás (Pará) e São Luís (Maranhão).

Ambas as cidades foram alçadas à condição de centros urbanos intermediários na rede urbana regional devido, entre outras razões, às situações favoráveis que passaram a assumir no contexto regional desde a década de 1960:

> Marabá e Imperatriz tornaram-se os mais ativos pólos (sic) de atração de mão-de-obra (sic) braçal de uma vasta hinterlândia regional, que se estende do Maranhão aos sertões nordestinos, a Goiás, ao Tocantins e ao Baixo Amazonas, no Pará. São dois núcleos de funções múltiplas tendendo para centros de região ou mesmo capitais regionais de região. As duas cidades, separadas por três centenas de quilômetros de interespaço, funcionam como se fossem um binômio estadual, dotado de certa complementaridade de funções, porém com uma larga faixa de independência econômica, em função das potencialidades naturais diversas de

> seus respectivos espaços municipais, e devido às suas possibilidades de relações terrestres diretas com Belém do Pará, São Luís do Maranhão, Nordeste do Brasil, Brasil Central e Sul do país (Ab'Sáber, 2004, p. 98).

A propósito especificamente de Marabá, Ab'Sáber traça as seguintes considerações sobre a complexidade de sua estrutura urbana, formada, já naquele momento, por três núcleos principais (Velha Marabá, Nova Marabá e Cidade Nova), segundo o autor, mal ligados entre si; e dois outros secundários (São Félix e Morada Nova), como se fossem várias cidades em uma só:

> Marabá começa a se tornar grande demais para as funções e as dimensões de emprego que possui. Acumula-se nos diferentes quadros urbanizados da cidade, uma enorme população carente, basicamente subempregada, vivendo em lugar onde o custo de vida é elevado e as possibilidades de emprego muito restritas. Um mundo de gente desenvolvendo estratégias de sobrevivência, as mais variadas, esperando dias melhores: mais empregos, salários suficientes, mais trabalhos remunerados para gente da própria família (Ab'Sáber, 2004, p. 100).

Outro tipo de particularidade urbana que mereceu a atenção de Ab'Sáber foi a cidade-empresa, aquela que tem sua existência associada à presença de grandes corporações, como se observa nas suas considerações sobre o projeto Carajás. O autor destaca o núcleo urbano, no alto da serra de mesmo nome, planejado para dar suporte às atividades de extração de minério pela Companhia Vale do Rio Doce, e a cidade *relais*, no sopé da mesma serra, formada por um núcleo também planejado, e outro de caráter mais espontâneo, que vieram a formar, em seu conjunto, a estrutura urbana da sede do município de Parauapebas, que é um dos que mais crescem hoje em termos econômicos e populacionais em toda a Amazônia brasileira.

Esse tipo de realidade urbana revela sempre dois lados de uma mesma moeda, a cidade ideal equipada, e outra que é a sua negação, de natureza mais espontânea e segregada, conforme também se observa na configuração urbana decorrente da exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte, no Rio Trombetas, e em outras situações parecidas, como a Vila Permanente de Tucuruí, pensada como apoio logístico para a construção e o funcionamento da hidrelétrica de Tucuruí, e, ainda, no complexo logístico-industrial e portuário de Barcarena, que surgiu para dar suporte à instalação de plantas industriais de alumínio e para o qual foi criado o núcleo de Vila dos Cabanos. Com relação à Carajás e seu complexo logístico de entorno, o autor mencionado destaca:

> [...] a mina, o pêra ferroviário, os núcleos residenciais, o cuidado em agredir o menos possível a cobertura vegetal, a igreja ecumênica, o zoológico e as casas de hóspedes. E, mais recentemente, o grande teatro e mais bem equipado que do que a grande maioria das casas de espetáculos existentes em muitas das capitais dos Estados brasileiros (Ab'Sáber, 2004, p. 259).

Em contraponto, a cidade que surgiu à sua margem, no sopé da serra, reproduziu o que já havia ocorrido em outras experiências semelhantes onde foram implantados grandes projetos, servindo principalmente a uma população excedente atraída pela instalação do grande empreendimento:

> Rio Verde nasceu entorno de dois ou três prostíbulos e de alguns rústicos alojamentos, construídos às pressas, para asilar levas de trabalhadores braçais, atraídos pelas obras de construção de Parauapebas em plena repercussão dos informes sobre a magnitude do Projeto Ferro-Carajás. As obras em execução na Serra por grandes empreiteiras repercutiram em todos os sertões do Maranhão ao sul do Pará. A abertura de uma nova frente de construções em Parauapebas era um novo caminho para se obter trabalho fora do garimpo (Ab'Sáber, 2004, p. 271).

Para além da metrópole, dos centros urbanos intermediários e das *company towns*, o olhar de Ab'Sáber também se dirigiu à pequena cidade tradicional, revelando a diversidade urbana nas preocupações desse geógrafo. O seu contato com Carauari, uma cidade amazônica ribeirinha amazonense, à semelhança da motivação que lhe levou a Carajás, também se deu em razão de compor uma equipe para ajudar na avaliação de um projeto econômico a ser lá implantado; desta feita, por meio de sondagens petrolíferas e construção de gasoduto. Em suas observações, levantamentos e entrevistas, percebe-se a dimensão humana e social de sua geografia, que vai além da preocupação com a capacidade de autorregeneração da cobertura vegetal, com o desmatamento e com os demais impactos ambientais que as perfurações no solo e as clareiras na floresta denunciavam no entorno da cidade, devido às sondagens feitas para o desenvolvimento daquele tipo de atividade:

> Carauari foi inchada demograficamente, em poucos anos, devido à perturbação ocasionada pelas atividades da Petrobrás, mas não pôde se desenvolver no campo socioeconômico. A comunidade, que era muito pobre e marginalizada, ganhou sistemas de contatos com o grande mundo externo, ao mesmo tempo que viu aumentar o seu contingente populacional vivendo em carência absoluta. Isto, aliás, vem sendo uma norma no interior da Amazônia quando se instala qualquer projeto ou conjunto de atividades, sem qualquer previsão de impactos, ao nível do ambiente e da sociedade (Ab'Sáber, 2004, p. 195).

Esse conjunto de elementos (diversidade físico-ambiental, diversidade socioeconômica e diversidade urbana), que não esgota as preocupações do autor, mas que revela em muito o interesse por temas que expressam a diversidade do quadro regional, também se faz presente no zoneamento econômico e ecológico proposto para o espaço amazônico:

> em primeiro lugar, é preciso conhecer uma região que tem 4,2 milhões de km^2 de áreas que eram quase florestadas até 1950. Em segundo lugar, não fazer projetos muito particularizados só para uma sub-região, para um vale, ou um igarapé, mas sistemas que impliquem em um certo desenvolvimento com o máximo de floresta em pé, ou seja, o máximo de biodiversidade possível. Para tanto, eu dividi a

> Amazônia em 23 células espaciais, identificando no interior delas uma cidade dotada de uma certa centralidade para um correto gerenciamento espacial aplicável ao mundo amazônico (Ab'Sáber, 2001, p. 575).

Trata-se, como se vê, de uma proposição que leva em conta uma reflexão orientada para o desenvolvimento regional integrado, incluindo o imprescindível conhecimento da natureza, da economia em seus diferentes aspectos e da importância das cidades para cada um dos subespaços reconhecidos. Retrata, por outro lado, a complexidade dessa realidade, que deverá ser não apenas reconhecida para fins de identificação de suas particularidades regionais e sub-regionais, como também para definir políticas de planejamento, de desenvolvimento e de gestão territorial.

Assim, quaisquer diretrizes a serem direcionadas para a Amazônia só serão pertinentes e bem-vindas se reconstituirmos esse *overlay*, que resulta de diferentes dimensões físicas, ambientais, sociais, econômicas, culturais e urbanas inerentes ao quadro regional e que foram objetos de atenção por intelectuais como Ab'Sáber, preocupados em desmistificar a visão de homogeneidade que por tanto tento perdurou a respeito da região.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Colocar como pauta de discussão um intelectual do porte de Aziz Ab'Sáber nos dias de hoje repercute no sentido de difusão de um conjunto de ideias muitas vezes já conhecidas dentro de determinados subcampos de conhecimento da ciência geográfica, como a geografia física, mas ainda relativamente pouco citado no campo da geografia humana e regional e em áreas afins. Considerando que o pensamento desse autor extrapola o campo disciplinar da Geografia, é possível destacar o impacto de suas contribuições para a discussão de questões atuais e que por ele já eram vislumbradas no momento de sua importante produção intelectual e acadêmica.

Por outro lado, por se tratar de um estudioso que analisou profundamente o espaço amazônico, a divulgação desse seu pensamento e de suas ideias, para além do meio acadêmico, torna-se importante, no sentido de proporcionar contribuições e subsídios para o ativismo social que tem como pauta resistências e defesas de territórios de grupos específicos, conservação dos recursos naturais e a preocupação com o desenvolvimento socioespacial, haja vista que suas pesquisas conduzem a importantes sistematizações nesse sentido.

Por fim, a obra de Aziz Ab'Sáber dialoga profundamente com as políticas públicas regionais e de ordenamento territorial, conforme mostram Modenesi-Gauttieri *et al*. (2010), seja proporcionando uma leitura crítica delas, seja estabelecendo elementos propositivos para a Amazônia e outros temas de alcance nacional, com destaque para: a) as questões ambientais, b) a repercussão da implantação de grandes projetos em estruturas territoriais frágeis e vulneráveis a

seus impactos, c) o estabelecimento de estratégias articuladas à preservação do patrimônio natural e cultural, d) a implantação de infraestruturas espaciais com apelo social, e) a defesa de direitos e garantias sociais em favor de grupos sociais diversos e de trabalhadores impactados pela exploração mineral, e f) a proteção florestal com apelo social/comunitário e por meio da educação ambiental.

Todos esses elementos constituem um conjunto de fundamentos que justificam a relevância e a atualidade de sua obra, alçando-o à condição de um importante intelectual que pensou e fez importantes proposições para o espaço amazônico. O resgate de sua obra, portanto, tende a somar esforços para avanços do conhecimento científico sobre a região, para a visibilidade de um intelectual de notável expressão que a colocou em destaque nas suas produções, bem como, para viabilizar reflexões e ações que contribuam para o pensar e para o fazer críticos e propositivos a respeito de um espaço regional que é estratégico para o Brasil e o mundo e, acima de tudo, para quem nele vive e o preserva.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t. 2, p. 9-57, 1988.

AB'SÁBER, A. N. Prefácio. *In*: VALVERDE, O. *Grande Carajás*: planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. vii-xv.

AB'SÁBER, A. N. Aziz Nacib Ab'Saber. *In*: FAULHABER, P.; TOLEDO. P.M. (org.). *Conhecimento e fronteira*: história da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 565-579.

AB'SÁBER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil*: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB' SÁBER, A. N. *Amazônia*: do discurso à práxis. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

AB'SÁBER. A. N. Aziz Ab'Sáber: entrevista. *Drauzio*, São Paulo, 17 mar. 2012. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/aziz-ab-saber-entrevista/. Acesso em: 28 jun. 2022.

AB'SÁBER, A. N. *O que é ser geógrafo*: memórias profissionais de Aziz Ab'Sáber em depoimento a Cynara Menezes. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

DOURADO, F. Aziz Ab'Sáber, geógrafo e ambientalista. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 2015. Notícias. Disponível em: http://www.iea.usp.br/noticias/azizabsaber.html. Acesso em: 24 jun. 2022.

FURTADO, A. M. M. Aziz Ab'Sáber e a Amazônia. *In*: MODENESI-GAUTTIERI, M. C. *et al*. (org.). *A obra de Aziz Nacib Ab'Sáber*. São Paulo: Beca-Ball, 2010. p. 102-110.

MARCOVITCH, J. Aziz Ab'Sáber, o cientista cidadão. *In*: MAGALHÃES, L. E. (coord.). *Humanistas e cientistas do Brasil*: ciências humanas. São Paulo: Edusp, 2015. p. 85-99.

MONDENESI-GAUTTIERI, M. C. *et al*. Professor Aziz Nacib Ab'Sáber: súmula biográfica. *In*: MONDENESI-GAUTTIERI, M. C. *et al*. *A obra de Aziz Nacib Ab'Sáber*. São Paulo: Beca-Ball, 2010. p. 14-23.

MOREIRA, R. *O pensamento geográfico brasileiro*: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010. v. 3.

SILVA, J. B. *França e a escola brasileira de geografia*: verso e reverso. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Uma região em questão: a Amazônia nas lentes da Escola Uspiana de Geografia. *In*: COSTA, J. M. (org.) *Amazônia*: olhares sobre o território e a região, Macapá: Editora da UNIFAP, 2017. p. 199-255.

GT 03 – Pensamento social, utopias e epistemologias na América Latina e Caribe

COMUNICAÇÃO E DECOLONIALIDADE: CARACTERÍSTICAS E ENFOQUES DOS ESTUDOS A PARTIR DA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Nathan Nguangu Kabuenge[1] (PPGCLC/UNAMA)
Alda Cristina Costa[2] (PPGCOM/UFPA)
Ivana Claudia Guimarães de Oliveira[3] (PPGCLC/UNAMA)
Thiago Almeida Barros[4] (PPGCLC/UNAMA)

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir as características e enfoques das pesquisas em comunicação que fazem interface com o pensamento decolonial. Sustenta-se que não basta invocar o conhecimento decolonial para obter a decolonialidade do pensamento. Para isso, precisa-se produzir conhecimento que seja decolonial. Assim, perguntou-se, como e onde produz-se conhecimento decolonial que tangenciam a comunicação no Brasil? Deste fato, a discussão dos dados teve como base aspectos ligados ao: local onde se produz tal conhecimento, procedimentos metodológicos priorizados na construção e análise de dados e métodos e técnicas utilizadas. A pesquisa foi realizada a partir da verificação de pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES sem recorte temporal a partir dos descritores: "decolonialidade" e "colonialidade". Esse procedimento inicial resultou nos seguintes resultados sobre os descritores: "colonialidade" obteve-se 1.822 trabalhos; 7.097 trabalhos com o descritor "colonialidade" e por fim, 426 trabalhos com a combinação "decolonialidade e colonialidade". Mas para esta pesquisa foram considerados somente os 16 trabalhos (nove teses e sete dissertações). Os achados da pesquisa apontam o destaque para a Região Nordeste brasileira na produção do conhecimento decolonial e a pesquisa qualitativa crítica-analítica interpretativa como a mais utilizada nos trabalhos analisados.

Palavras-chave: Comunicação; Decolonialidade; Colonialidade; Análise bibliográfica; Produção científica.

INTRODUÇÃO

O presente texto se inspira no questionamento que Piza (2018) que se faz em relação à pretensão universalista das bases epistemológicas europeias que levam a seus usos acríticos, para propor a produção do conhecimento a partir da América Latina, ou seja, um conhecimento "situado com sentido geográfico, histórico e ético nas mais diversas áreas do conhecimento" (Piza, 2018, p. 111). Partindo da ideia de que na América do Sul, mas principalmente, no Brasil, a formação dos discentes tanto na escola quanto na universidade se baseia na reprodução de teorias passadas acriticamente, para advogar uma requalificação das bases epistemológicas veiculadas no país que moldam o nosso pensar, o mundo que nos circunda e a semântica a partir da qual temos pensado tal mundo, e como

[1] Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, UNAMA, Brasil. Email: nathannguangu@yahoo.fr.
[2] Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil. Email: aldacristinacosta@gmail.com.
[3] Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, UNAMA, Brasil. Email: ivana.professora@gmail.com.
[4] Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, UNAMA, Brasil. Email: thiago.barros@unama.br.

nos enxergarmos como pessoas, intelectuais e sociedade. Portanto, para esta autora, para conseguirmos a requalificação das bases epistemológicas, precisamos produzir o conhecimento no sentido de criar teorias que não legitimam "aquilo que deveriam denunciar" (Piza, 2018, p. 112).

Para tanto, Piza prega uma refundação das matrizes institucionais que moldam o pensamento e o cotidiano sul-americano, para não dizer brasileiras. Objetivando problematizar o contexto epistemológico em que o Brasil (também a América do Sul) está inserido e apelando para uma tomada a favor das epistemologias situadas, Piza reforça que devemos questionar nossos pressupostos, e a maneira como percebemos e compreendemos hermeneuticamente o mundo que nos circunda. Isto é possível a partir de um pensar situado, ou seja, um pensar que faça sentido para quem o pensa e deste fato, contribuí para o seu bem-estar. De acordo com a autora, isso implica no que entende como superação "do que nos torna social, econômica e culturalmente subalternos em relação a outros povos e em relação a nós mesmos" (Piza, 2018, p. 113).

O pensar situado é um pensar desde..., portanto, "um pensar original – o que não significa pensar o que ninguém nunca pensou ou ainda usar a produção teórica como produto de inovação, novidade: o pensar original é o pensar a partir de e desde nossas origens" (Piza, 2018, p. 113). Quer dizer, um pensar que se ocupa daquilo que nos faz povo em relação aos outros. Que trata das nossas conquistas e vicissitudes. Um pensar que aguça os nossos sentidos de percepção e compreensão do mundo a partir de nossas experiências vivenciadas. Um pensar que nos torna capazes de tomarmos consciência da nossa realidade quotidiana. Por fim, é um pensar, para autora, que não copia ou reproduz o que existe, mas cria algo novo já que não é um pensar que só afirma teorias e interpretações alheias, mas antes as confrontam com o vivido de quem o pensa. Também, não é ornamental no sentido de se utilizar conceitos e teorias sem conexão com a realidade. Ou ainda, não é dependente no sentido de tirar a sua legitimidade a partir da evocação dos autores europeus e norte-americanos o que faria dele um pensar deslocado no sentido de não ter conexão com o contexto do seu pensar, fazendo dele algo alheio a nós e ao nosso cotidiano.

Criar algo novo é, ir além dos pressupostos em que se baseia a nossa percepção e compreensão do mundo. Ou seja, "ir além e dizer aquilo que ainda não foi dito, ou para pensar a partir dali" (Piza, 2018, p. 114). O ir além, neste caso, é o questionamento crítico da base epistemológica europeia que forma o nosso pensamento. Em outras palavras, é não reproduzir ou repetir teorias elaboradas por outros, mas confrontá-las.

Na mesma linha de raciocínio, em diálogo com Deleuze e Guattari (1992), quando estes abordam a questão do que seria a filosofia, encontramos a ideia, não nos mesmos termos, de criação de conhecimento. Assim, nos autores, percebemos que o conceito enquanto conhecimento, não dado

como os corpos celestiais, mas criado, inventado, fabricado. Por isso, não se deve contentar-se do conhecimento já pronto que só precisa ser lavado para fazê-lo reluzir, mas devemos cria-lo, fabricá-lo e afirmá-lo persuadindo pessoas a utilizá-lo já que "criar conceitos (no caso, conhecimento), ao menos, é fazer algo" (Deleuze, Guatarri, 1992, p. 15).

Assim, criar algo novo em relação ao conhecimento, segundo Sodré (2014, s.p), é "inventar um novo modo de inteligibilidade, capaz de criticar o conhecimento hegemônico, a crítica acaba convertendo-se na administração do já conhecido e já dado". Tal invenção não deve se limitar, de acordo com o autor, "ao conteúdo argumentativo ou conceitual" (SODRÉ, 2014, sp), mas também na reinvenção da própria ideia de releitura do conhecimento.

Contudo, "pensar desde", é pensar a partir de outras epistemologias que não vêm das matrizes eurocentradas, mas das Epistemologias do Sul (Piza, 2018, p. 119 – grifo nosso) já que, tais epistemologias, afirma a autora, nos convocam a termos como pressuposto para a produção do conhecimento, outro tipo de relação entre sujeitos pesquisadores e o que é pesquisado, implicando que a pesquisa realizada sempre tenha "uma conotação ética (e, portanto, vínculo com o lugar onde tal conhecimento é produzido) e os valores culturais de quem produz e para quem se produz o conhecimento".

Esse re-pensar passa por novos marcos analíticos e conceituais que implicam luta dentro do campo acadêmico, das instituições impedidoras ou dificultadoras de um pensar que traz um conhecimento situado. Isto implica dizer, de acordo com Piza, que as Epistemologias do Sul apoiam a criação de ecologias do saber que terão como centro, o conhecimento nascente na luta dos povos através do ponto de vista da pessoa quem sofre e de onde ela "sofre; propõem que se pare de criar objetos e que se multipliquem sujeitos. Que em vez de observação, pautemos nossas produções na reciprocidade, que desenvolvamos nossa capacidade de escutar e não apenas" (Piza, 2018, p. 121), portanto, de ouvir. Isto traria uma horizontalidade transformadora para produção de conhecimento.

Para Piza, as bases epistemológicas do Sul vêm carregadas imanentemente de um sentido geográfico para o pensar. Ou seja, a forma como nós pensamos e atuamos no mundo que nos circunda, possibilita a criação de uma cartografia de saberes e de lutas na qual também estamos situados. Isto leva a dizer, "todo conhecimento pode ser ao mesmo tempo global e local: conhecimentos que resolvem problemas pontuais de um povo podem ser intercambiáveis se os contextos forem análogos" (Piza, 2018, p. 121). Logo, sempre serão conhecimentos parciais se comparados com outros conceitos e práticas de outras realidades.

Deste fato, pensar a partir das Epistemologias do Sul é, produzir um conhecimento que cria, formas de construção de nova autodeterminação, autoidentificação e representações que nos

apartam da semântica e de seu marco teórico que sempre buscam legitimidade a partir do que é exterior ou "que vem de fora". Por isso "pensar desde", leva a uma produção original ou do que Piza considera como produção descolonial, decolonial ou pós-colonial do conhecimento entre nós.

Com base nessas discussões da autora, este artigo objetiva discutir as características e enfoques das pesquisas em comunicação que fazem interface com o pensamento decolonial, uma vez que se sustenta que não basta apenar evocar o conhecimento decolonial para obter a decolonialidade do pensamento. Para isso, precisa-se produzir conhecimento que tenha base de fato no decolonial. Desse modo, nasce nossa pergunta norteadora: como e onde produz-se conhecimento decolonial que tangenciam a comunicação no Brasil? Deste fato, a discussão dos dados teve como base aspectos ligados ao: local onde se produz tal conhecimento, procedimentos metodológicos priorizados na construção e análise de dados e métodos e técnicas utilizadas.

A pesquisa toma como corpus de análise as pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sem recorte temporal a partir de seguintes descritores: "decolonialidade" e "colonialidade". A partir do primeiro filtro realizado encontramos: 1.822 com o descritor "decolonialidade"; 7.097 trabalhos com o descritor "colonialidade" e por fim, 426 trabalhos com a combinação "decolonialidade e colonialidade". Ao aplicarmos todos os filtros definidos nesta pesquisa, ao final foram selecionados 16 trabalhos (nove teses e sete dissertações) relevantes para a pesquisa.

COMPREENSÃO CONCEITUAL DA DECOLONIALIDADE E COLONIALIDADE

Não pretendemos aqui realizar uma revisão bibliográfica sobre a história e evolução do pensamento decolonial ou do giro decolonial já que há uma farta literatura sobre o assunto (Mota Neto, 2016; Mignolo, 2005; Moglievich-Ribeiro; Romera, 2018, Dias, 2023, entre outros), mas de perceber quais são as conceituações feitas sobre/de decolonialidade e de colonialidade por autores consultados já que os dois conceitos foram os descritores utilizados na construção dos dados analisados.

Observamos que tem sido desenvolvido por autores da Rede Modernidade/Colonialidade, de acordo com as nossas interlocuções, que a decolonialidade e a colonialidade são quase polissêmicos já que em cada autor, encontramos sentidos diferentes. Assim, Mignolo (2005, p. 34), afirma que a colonialidade enquanto constitutivo da modernidade, é "como o outro lado (o lado escuro?) da modernidade".

Partindo da concepção da colonialidade de Mignolo, Mota Neto (2016), afirma que a colonialidade é um complexo fenômeno histórico que ainda persiste no presente e designa um padrão de poder que se exerce a partir da hierarquização naturalizada de raças, territórios,

epistemologias e culturas, com implicação nas reproduções de relações de dominação entre sujeitos. Por isso, neste autor, a decolonialidade se apresenta como uma busca persistente de sujeitos por suas autonomias já que ela nasce das fendas, ruinas e feridas causadas pela colonização. Em outras palavras, a decolonialidade seria o "esforço por 'transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico – espiritual que foi – e é – estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade'" (Mota Neto, 2016, p. 103).

Dialogando, também com Mignolo em relação ao sentido da colonialidade, Miglievich-Ribeiro e Romera (2018, p. 110), trazem a ideia da decolonialidade como sendo processo de subversões e resistências que advêm com a crise do projeto moderno manifestada pela sua incapacidade de explicar ou normatizar o mundo.

Por sua vez, Dias (2023), partindo das ideias dusselianas, considera a colonialidade como a gêmea da modernidade e que se configura como conjunto de forças endógenas que fundamenta a classificação das etnias/raças e asseguram as hierarquias variadas sobre os povos dominados. Para ele, atualmente, a colonialidade se manifesta de diversas maneiras: colonialidade do poder, do saber e do ser. Neste cenário, para o autor, a decolonialidade seria o ato de resistência (luta) do "'pequeno' contra 'o grande'" (Dias, 2023, p. 7). Portanto, uma atitude concreta de reinvenção de formas de preservar uma cultura viva. Em outras palavras, são outras formas de desenvolvimento diferente do desenvolvimento capitalista ou outras formas de estabelecer relação com outras pessoas, povos, grupos, meio ambiente, não somente a partir do molde da razão instrumental, mas também de outras dimensões do ser humano tais como espiritual ou estética.

Das interlocuções acima, podemos dizer que a colonialidade, sendo constitutiva e irmã gêmea da modernidade, nos parece ser um dispositivo (projeto ou processo) de aniquilamento, estigmatização, eliminação, rotulação do outro ou da sua identidade, uma vez que baseada na ideologia eurocentrada que se expressa através de um esforço de negação da existência do outro ou invisibilizando-o ao impor a branquitude como padrão de beleza, sem esquecer a hierarquização étnica, racial e de gênero.

Por sua vez, a decolonialidade seria, de um lado, a luta contra a permanência da colonialidade ou padrões de colonialidade (racismo, capitalismo e patriarcalismo), portanto, a busca pela justiça dos invisibilizados. Em outras palavras, a decolonialidade seria aquela energia de descontentemente contra a opressão. De outro, como uma chave hermenêutica de compreensão da colonialidade como parte constitutiva da modernidade e não sua derivada. A partir deste entendimento, a seguir, apresentamos os procedimentos através dos quais foram construídos os dados aqui analisados para responder ao nosso objetivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com os objetivos do artigo, a metodologia utilizada foi a revisão sistemática da literatura- RSL (Brizola; Fantin, 2016; Mariano; Santos, 2017; Dall'Agnes, Canavilhas, Barichello, 2020;). Conforme Brizola e Fantin (2016), a RSL é capital para pesquisadores por dar-lhes o mapa das produções já feitas pela comunidade científica sobre determinadas temáticas, indicando caminhos seguidos e vieses não abordados nos últimos anos em pesquisas, possibilitando assim, os pesquisadores, não refazerem os trabalhos já realizados, mas trabalhos inéditos que contribuíram no debate das temáticas pesquisadas.

Em Dall'agnes et al. (2020), a RSL é a revisão da literatura que adota uma série de métodos específicos e que busca identificar, sintetizar e avaliar os estudos relevantes sobre um determinado tema, dando respostas a pergunta ou conjunto de perguntas suscitadas por este. Para os autores, a RSL é uma estratégia de pesquisa que busca minimizar erros sistemáticos ou vieses na/da pesquisa. Também, a RSL minimiza possíveis erros na escolha de trabalhos ao analisar através de critérios explícitos de seleção tais trabalhos (Mariano; Santos, 2017). Ou seja, para os autores, tal escolha se faz com rigor metodológico que toma como base algumas análises estatísticas e índices bibliométricos.

Contudo, a RSL auxilia o pesquisador a delimitar o problema pesquisado, buscar novas linhas de investigação relacionadas ao problema de interesse, procurar abordagens inéditas do problema examinado e identificar trabalhos já realizados e deste fato, evitar fazer o mais do mesmo ou de dizer o que já foi dito o que implicaria na irrelevância da pesquisa (Brizola; Fantin, 2016).

Identificam-se três etapas de realização da RSL em Dall'agnes et al. (2020): o planejamento, a condução e a escrita do relatório. O planejamento envolve a definição clara do que se quer pesquisar e de como fazê-lo. Para tanto, a questão da presente pesquisa é a seguinte: como e onde produz-se conhecimento decolonial que tangenciam a comunicação no Brasil? Desta pergunta, surgem outras: como é produzido tal conhecimento? Quem o produz? Para quem ele é produzido? E por que ele é produzido?

A partir dessas perguntas, elaborou-se o protocolo de pesquisa que delineia os procedimentos metodológicos seguidos na escolha, análise e sintetização de trabalhos examinados, vide tabela 1.

Tabela 1 – Protocolo de seleção de trabalhos para a revisão sistemática da literatura

Tipos de trabalhos selecionados	Teses; Dissertações
Base de dados	Catálogo de teses e dissertações CAPES
Idioma	Português
Período	Sem recorte temporal
Descritores	Decolonialidade; Colonialidade
Critério de inclusão e exclusão	Trabalhos publicados na Grande Área Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; Trabalhos publicados na Área Conhecimento: Comunicação; Trabalhos contendo em seus títulos e palavras-chave: decolonialidade, decolonial, colonialidade e colonial; Trabalhos completos e disponíveis no catálogo da CAPES.

Fonte: adaptada pelos autores, 2023.

Depois do planejamento, de acordo com Dall'agnes e seus colegas, vem a etapa de condução que consiste, essencialmente, na seleção preliminar dos dados, a análise de sua qualidade e por fim, sua extração e síntese. Assim, nesta etapa, realizamos os seguintes procedimentos:

1. Pesquisa inicial para identificar os trabalhos a analisar através dos descritores "decolonialidade" e "colonialidade" com seguintes combinações: "decolonialidade" e "colonialidade"; "colonialidade" e "decolonialidade". No final, obteve-se os mesmos resultados. Assim, foram encontrados 9.345 trabalhos: foram obtidos 1822 trabalhos a partir do descritor "decolonialidade", 7097 trabalhos com o descritor "colonialidade" e por fim, 426 trabalhos com a combinação "decolonialidade e colonialidade".

2. Num segundo filtro, fizemos a triagem de trabalhos para a leitura de título, palavras-chave e resumo. Foram incluindo trabalhos publicados em Ciências Sociais Aplicadas. obteve-se 311 trabalhos com descritor decolonialidade, 625 com colonialidade e 80 com a combinação dos dois descritores. Agora, considerando somente as teses e dissertações publicadas na Área Conhecimento da CAPES: Comunicação, obteve-se 32 trabalhos com decolonialidade, 78 com colonialidade e sete com a combinação dos dois descritores, dando assim um total de 117 trabalhos. Por fim, retirando 14 trabalhos duplicados, no final, o universo de análise deste trabalho foi definido por 103 trabalhos.

3. Terceiro filtro - elegibilidade de trabalhos para a leitura completa. Somente foram incluídos trabalhos contendo em seus títulos e palavras-chave os seguintes descritores: "decolonialidade", "colonialidade", "decolonial" e "colonial". Também, foram excluídos trabalhos que não contemplaram os critérios de inclusão e exclusão acima detalhados. Assim, dos 103 trabalhos elegíveis, foram excluídos 81.

4. Quarto filtro – a inclusão de trabalhos para a RSL. Para isso, depois da leitura completa, dos 22 trabalhos considerados, somente foram incluídos trabalhos com arquivos disponibilizados no catálogo da CAPES e apresentando relevância e melhor embasamento e descrição da temática analisada. Desse modo, ao final da seleção, após a análise crítica-reflexiva dos autores, somente 16 trabalhos (nove teses e sete dissertações) foram considerados relevantes para a análise e interpretação de dados, visando responder as perguntas da pesquisa e identificar outras informações importantes. Os dados de interesse dos trabalhos selecionados foram tabulados a partir do formulário elaborado pelos autores para extrair as seguintes informações: nome da instituição de ensino superior, nome do programa, título do trabalho, nome do(a) autor(a), tipo de trabalho de conclusão, data de defesa, resumo, palavras-chave e o link ativo do trabalho completo.

Para finalizar essa etapa de condução, precisa-se, de acordo com Dall'agnes et al. (2020), realizar a síntese dos dados obtidos, consistindo em comparar os trabalhos selecionados e resumir os resultados combinado dados quantitativos e a descrição.

RESULTADOS/ APRESENTAÇÃO DE DADOS

Considerando todos os descritores da pesquisa, de acordo com destaque das cinco instituições universitárias com grande número de publicações feito pela plataforma da CAPES, a busca inicial apontou para uma predominância da região Sudeste com 1.461 trabalhos – e a Universidade de São Paulo se destacou com 706 trabalhos publicados e, a Universidade Federal do Rio de Janeiro ocupou a segunda posição com 429 publicações. A Universidade Federal Fluminense com 268 trabalhos. E, por fim, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro ocupou a quarta posição com 58 trabalhos. Na segunda posição entre regiões, encontrou-se a Região Centro-Oeste com 409 publicações; em seguida região Sul, com 395 publicações; na quarta posição, encontrou-se a região Nordeste com 74 trabalhos publicados – 57 trabalhos foram publicados pela Universidade Federal da Bahia e 17, pela Universidade Federal de Pernambuco. A região Norte, não apareceu nos destaques das cinco primeiras universidades que aparecem na primeira aba do catálogo da CAPES.

A partir do destaque das cinco universidades que mais publicaram trabalhos e que aparecem na aba primeira do catálogo da CAPES, observamos mais trabalhos publicados a partir do descritor "colonialidade". Depois, trabalhos com descritor "decolonialidade" e, na terceira posição, a combinação dos dois descritores. Por região do Brasil, a Região Sudeste foi a que mais publicou trabalhos com o descritor "colonialidade", seguida da Centro-Oeste; A Sul ocupou a terceira posição. A Nordeste não tinha trabalho publicado a partir do descritor "colonialidade". Em relação ao descritor "decolonialidade", a Região Sudeste foi que mais publicou trabalhos; seguida da região Centro-Oeste, depois regiões Sul e Nordeste. Ao combinar os dois descritores, "decolonialidade e colonialidade", a

Região Sul foi a que mais publicou trabalhos. A região Centro-Oeste ocupou a segunda posição; a terceira região Nordeste. A região Sudeste não aparece.

O maior volume de publicação foi dissertações. Ou seja, 6.056 trabalhos publicados no Mestrado *stricto sensu*; 2.834 trabalhos de Doutorado *stricto sensu*, 415 trabalhos do Mestrado Profissional e 37 trabalhos de programa profissionalizante.

Ainda com relação aos descritores desta pesquisa, dos cinco destaques feitos no catálogo das áreas que mais publicaram na Grande Área Conhecimento da CAPES, a maioria dos trabalhos foi publicada em Ciências Humanas, 2.816 dos 9.345 trabalhos encontrados. Depois a área da Linguística, Letras e Artes com 1.428 trabalhos, seguida Ciências Sociais Aplicadas com 1.016 publicações e a área Multidisciplinar com 937 trabalhos. As Ciências Agrárias apareceram com 55 trabalhos.

Agora, quando qualificada a amostra, a definição do *corpus* de análise, aplicando sucessivamente os filtros e regras de inclusão e exclusão da pesquisa, obtivemos a seguinte situação: primeiro, a região Sudeste continua liderando nos destaques das instituições que mais publicaram no período pesquisado com 177 trabalhos, com a Universidade Federal de Minas Gerais ocupando a primeira posição com 63 trabalhos publicados. A Universidade Federal do Rio de Janeiro ocupou a segunda posição com 51 publicações. Em seguida, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A quarta e a quinta posições foram ocupadas, respectivamente pela Universidade de São Paulo com 26 trabalhos e pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com 10 publicações. A Região Centro-Oeste continuou ocupando a segunda posição com 43 trabalhos. A Região Sul, no entanto, perdeu a terceira posição para a Região Nordeste que teve 31 trabalhos selecionados contra 20 publicações. A Região Norte, continuou não aparecendo nos destaques do catálogo da CAPES. Também, considerando os destaques feitos no catálogo da CAPES, o descritor "colonialidade" continuou ocupando a primeira posição com mais trabalhos publicados. Na segunda posição veio o descritor "decolonialidade" e, na terceira posição, a combinação dos dois primeiros descritores. Por região do Brasil, a Sudeste foi que mais publicou trabalhos com o descritor "colonialidade", seguida do Centro-Oeste. A região Sul ocupou a terceira posição. A região Nordeste não teve trabalho publicado a partir do descritor "colonialidade". Em relação ao descritor "decolonialidade", a região Sudeste foi que mais publicou trabalhos; depois Centro-Oeste. Na terceira e quarta posições, respectivamente, encontramos as regiões Sul e Nordeste. Ao combinar os dois descritores, "decolonialidade e colonialidade", a região Sul foi que publicou mais trabalhos. A região Centro-Oeste ocupou a segunda posição. E terceira foi ocupada pela região Nordeste. A região Sudeste não apareceu.

Segundo, ao escolher somente os trabalhos publicados nas Ciências Sociais Aplicadas, encontramos 1.016 trabalhos publicados: 279 teses de Doutorado, 710 dissertações de Mestrado *stricto sensu* e 27 dissertações de Mestrado Profissional. Os trabalhos foram publicados entre 2013 e 2023. O ano 2020 se destacou com 284 trabalhos. O ano 2019 foi o segundo com mais produções, 248 trabalhos. Depois os anos 2022, 2021, 2018 e 2023 com respectivamente 127, 89, 66 e 58 trabalhos. Os anos 2016 e 2017 se sobressaíram com respectivamente 43 e 40 publicações. Por fim, nos anos 2015, 2014 e 2013, foram encontrados respectivamente 24, 20 e 17 trabalhos publicados.

Terceiro, ao selecionarmos somente trabalhos publicados na Área Conhecimento da CAPES, Comunicação, encontramos 117 trabalhos. Ao excluirmos os trabalhos duplicados, ficamos com 103.

Quarto, aplicando os critérios de inclusão e exclusão definidos na pesquisa e depois de uma leitura crítica dos trabalhos selecionados, foram excluídos 87 deles, fazendo que o *corpus* de análise para este artigo fosse composto de 16 trabalhos: nove teses e sete dissertações. Este resultado contrasta com resultado da busca inicial na qual, encontramos mais dissertações publicadas do que as teses.

O mesmo contraste se observa em relação à Região do Brasil que mais publicou trabalhos durante o período pesquisado. Assim, a Região Nordeste que ocupava a quarta posição na busca inicial e na terceira posição quando selecionamos somente trabalhos publicados na Grande Área Ciências Sociais Aplicadas, passou a ocupar a primeira posição com seis dos 16 trabalhos que compuseram o nosso *corpus* de análise – com a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Ceará se destacando com duas publicações cada. A Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tiveram uma publicação cada. A região Sudeste vem na segunda posição com cinco trabalhos, com a Universidade Federal de Minas Gerais se destacando com dois trabalhos selecionados. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais sobressaíram-se com uma publicação cada selecionada. A Região Norte que não apareceu nos dois primeiros filtros de seleção, agora ocupa a terceira posição com três publicações (trabalhos publicados pela Universidade Federal do Pará). As regiões Centro-Oeste (trabalho publicado pela Universidade Federal de Goiás) e Sul (trabalho publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul) ocupam a quarta posição com uma publicação cada.

Destacamos que todos esses trabalhos foram publicados por seguintes programas: o Programa de Pós-Graduação em Comunicação com cinco trabalhos publicados (UFC com dois trabalhos, UFRGS, UFG, UFPE), em segunda posição encontrou-se o Programa de Pós-Graduação em

Comunicação, Cultura e Amazônia com três publicações (UFPA). O Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UFMG) sobressaíram-se com dois trabalhos cada, ocupando assim, o terceiro lugar. Por fim, com uma publicação cada, os seguintes programas ocuparam a quarta posição: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social -Interações Midiatizadas (PUC Minas), Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (UFF), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (UFRN).

Dos 16 trabalhos escolhidos, 11 foram escritos por mulheres (seis teses e cinco dissertações) e cinco trabalhos foram escritos por homens (três teses e duas dissertações). O ano 2022 se destacou com seis trabalhos publicados (quatro teses e duas dissertações). Depois vem o ano 2021 (uma tese e duas dissertações) e 2019 (duas teses e uma dissertação) com três trabalhos cada. E por fim, os anos 2023 (uma tese), 2020 (uma dissertação), 2018 (uma tese) e 2017 (uma tese), sobressaíram-se com um trabalho cada.

DISCUSSÃO

De uma forma geral, percebemos que os autores dos trabalhos, ao se utilizarem dos conceitos decolonialidade e colonialidade, o fizeram acriticamente (sem os tensionar) se enquadrando assim, no que Piza (2018), considera como a mera reprodução de teoria sem crítica. Evidente, que não estamos dizendo que os autores não produziram conhecimento em suas teses e dissertações a partir dos temas estudados, mas sim, observamos que o uso desses dois conceitos por eles não trouxe uma inventividade conceitual que vai além do conteúdo argumentativo ou conceitual já conhecido no sentido do trabalho consolidado pelos integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade.

Desta forma, sustentamos junto com Piza que nos trabalhos analisados, há somente reprodução dos "pensamentos elaborados por outro" (Piza, 2018, p. 117), no que diz respeito ao uso dos termos decolonialidade ou colonialidade. Essa reprodução acrítica desses conceitos seria o que entendemos, em Piza, como sendo a mera repetição de pensamento e não a produção de conhecimento decolonial ou conhecimento alternativo do conhecimento racionalizado eurocentrado.

Criar algo novo não significa, neste caso, criar outros sentidos e significados (até pode ser o caso) dos conceitos decolonialidade e colonialidade, mas é realizar um esforço crítico-conceitual dos dois conceitos no sentido de trazer nova forma de inteligibilidade que assegura ao pensamento crítico (como pretendido em todos os trabalhos analisados) de não se transformar em administrador do já dado e do já sabido ou já conhecido.

O domínio do já sabido foi o que percebemos no exercício conceitual dos trabalhos em relação à decolonialidade e colonialidade, pois mesmo que os trabalhos apresentem a polissemia dos dois conceitos, no fundo, levam a entender, principalmente, que colonialidade remeteria à dominação europeia sobre os não europeus em todos os aspectos da vida quotidiana. E a decolonialidade como movimento ou atitude dos dominados em questionar tal opressão, buscando alternativa ao que está sedo proposto pela racionalidade eurocentrada.

Destacamos, nos exercícios conceituais dos autores analisados em relação à colonialidade e decolonialidade, a presença de três aspectos conceituais: um grupo mínimo de trabalhos que utilizaram os dois conceitos com sentido de algo pacificado, quer dizer, conhecidos por todos e deste fato, desnecessário dizer a partir de quais sentidos eram utilizados. O segundo grupo de trabalhos analisados, no seu esforço conceitual, mesmo trazendo a ideia pacificada dos sentidos da decolonialidade e colonialidade como no primeiro grupo, trouxe o exercício conceitual de revisão bibliográfica que vai do sentido da evolução do pensamento decolonial, enfatizando a sua especificidade de ter origem Sul-Americana e que vem suprir falhas conceituais da realidade da América Latina não contemplada no movimento, por exemplo, descolonial ou de subalternidade dos dominados. Por fim, o terceiro grupo, também se aproxima do segundo grupo no seu exercício conceitual, mas traz uma tentativa frustrada de construção de sentido da decolonialidade e colonialidade que, ao final, acaba ratificando, em outras palavras, os mesmos sentidos dos dois conceitos trazidos no primeiro e segundo grupos que são os mesmos sentidos que surgem no início do movimento do giro decolonial.

Além desta ideia pacificada dos sentidos da decolonialidade e colonialidade, percebemos que todos os trabalhos analisados se utilizam do conceito decolonialidade como dispositivo justificativo de elaborar uma escrita da tese ou dissertação diferente da estrutura determinada pela ABNT, por exemplo, Títulos, Introdução, Revisão da Literatura, Metodologia, Resultados, Discussão, Conclusões e Referências Bibliográficas. Na verdade, identificamos que essa tentativa não foi levada adiante, pois, mesmo que os autores anunciassem que não seguiriam tal padrão, de uma certa forma, percebemos a sequencialidade de tal estrutura. A única mudança que encontramos nesses trabalhos era em relação ao estilo de escrita: claramente, os autores sinalizavam seus lugares de fala sem o uso de “Nós” neutralizado pela lógica da escrita padrão de distanciamento científico do sujeito da pesquisa e a relação ao “objeto” pesquisado. Além disso, percebemos que, por não neutralizarem seus lugares de fala, os autores deixaram em suas escritas, suas perspectivas de militância e engajamento em relação aos temas estudados.

De uma forma geral, encontramos nos trabalhos, como assinalado acima, uma polissemia de decolonialidade e colonialidade. Assim, o conceito colonialidade foi utilizado como instrumento de dominação europeia sobre os não-europeus ou como ethos questionador da narrativa histórica eurocentrada de superioridade sobre os não europeus, ou como um dispositivo analítico e político chave do pensamento eurocentrado ou ainda, um dos elementos constitutivos do poder capitalista que atua na classificação inferiorizante de raça e etnia dos dominados.

Por sua vez, a decolonialidade foi apresentada como um pensamento de subversão das lógicas inerentes da estrutura de dominação europeia; como uma resistência à lógica da modernidade, como emancipação de outros saberes impostos pela colonização; como posicionamento contra-hegemônico ou de transgredir, intervir, insurgir e influenciar os padrões estabelecidos pela lógica eurocentrada; ou como esforço de superação da lógica de exploração colonial que define a modernidade, melhor dizendo, como a superação da construção social nascida da logica colonial. Também, a decolonialidade é apresentada como inversão do olhar a partir da crítica do eurocentrismo ou como movimento de se de(s)colar do colonial, quer dizer, de se desafixar, de se desacoplar das epistemologias eurocentradas. Ou ainda, como luta contra a colonialidade e de seus efeitos epistêmicos, materiais e simbólicos; ou, como rejeição à colonialidade e tentativa de conectar lugares e pensamentos.

Essa estilização textual em que os autores se colocaram como sujeitos que realizam e padecem de ações no jogo de construção, destruição e reconstrução de subjetividade ou intersubjetividade foi possível a partir da escolha dos procedimentos metodológicos que, em todos os trabalhos analisados, foram de aspectos crítico-analíticos interpretativos.

Assim, a metade dos trabalhos analisados, oito publicações precisamente, utilizou da pesquisa qualitativa crítica-analítica interpretativa. Sendo utilizada em dois trabalhos, a pesquisa bibliográfica vem na segunda posição. Na terceira posição encontra-se a análise de conteúdo com dois trabalhos. Por último, análise documental, pesquisa etnográfica, estudo comparativo indutivo-qualitativo, pesquisa cartográfica, inspirações netnográficas e pesquisa sociológica se sobressaíram com um trabalho cada.

Destacamos que esses métodos foram combinados com mais de um ou mais de dois outros métodos articulados com as abordagens crítico-decoloniais. Assim, os trabalhos que utilizaram a pesquisa qualitativa, fizeram articulações com outros procedimentos, entre eles: estudos culturais, epistemológicas decoloniais, descoloniais anticoloniais, contra coloniais e pós-coloniais, análise de conteúdo combinado com ato de testemunhar, inspiração etnográfica e fotoetnográfico, observação participante e entrevistas semiestruturadas, teoria do discurso político, análise crítica do discurso,

etnografia da comunicação, epistemologia feminista decolonial, interseccionalidade, e com as epistemologias não hegemônicas.

Trabalhos que se utilizaram de outros métodos os combinaram com: entrevistas em profundidade e semiestruturadas, inspiração etnográfica, observação participante, análise histórica e semiótica, pensamento de colonialidade, descolonial e decolonial, métodos complementares, abordagem fenomenológica-decolonial, sociologia fenomenológica, perspectiva teórico-metodológica de Bourdieu sobre os campos de produção artística e cultural e a análise dos espaços sociais de produção cinematográfica.

Todos esses métodos e procedimentos metodológicos são condizentes com os temas abordados nos estudos que trabalham com as subjetividades ou as intersubjetividades (ou seja, lidam valores, crenças, opiniões, representações sociais e humanas) demandantes de abordagens crítico-analíticas interpretativas para, em certa medida, entendê-las ou compreendê-las, sobretudo, no contexto de pesquisas que se colocam como críticas decoloniais.

A partir da construção do sentido da decolonialidade, reagrupamos os trabalhos em quatro categorias: primeiro grupo, os trabalhos sobre decolonialidade remetem à subversão das lógicas de colonialidade. Assim, Barbosa, na sua tese defendida em 2022 sobre o consumo no hip-hop a partir do que entendeu como "marcas da rua" (Laboratório Fantasma, Chronic e Kace) e que objetivava entender, portanto, as disputas e os processos "empreendidas entre as marcas urbanas nativas brasileiras na construção de suas identidades, as análises procuraram responder a atuação das marcas em cada uma das instâncias do circuito cultural através do prisma da decolonialidade" (Barbosa, 2022, p. 194). A pesquisa apresenta o sentido da decolonialidade como a subversão das lógicas inerentes no interior da estrutura de dominação. Para ele, a decolonialidade seria uma prática, reflexão, conduta e crítica que se "contrapõem aos padrões de exploração, violência, distinção e controle" (Barbosa, 2022, p. 194) das lógicas da colonialidade, implicando assim uma desobediência epistêmica eurocentrada. Nesse autor, a decolonialidade se efetivaria na autorrepresentação e apropriação dos discursos existentes por parte dos subalternizados.

Ribeiro (2019), ao considerar a colonialidade como um dispositivo questionador da narrativa histórica ocidental baseada no eurocentrismo, apresenta a decolonialidade como uma intenção de provocar ou indicar um posicionamento de transgredir, de intervir, de influenciar e de insurgir-se contra as lógicas dessa mesma colonialidade que, por exemplo, ao hierarquizar as raças, coloca no topo de tal hierarquização, a raça europeia, melhor dizendo, o europeu ocidental. Assim, na sua dissertação, em que analisou "as campanhas eleitorais do campo progressista nas eleições presidenciais brasileiras de 2018" na qual objetivou investigar se "o discurso 'progressista', de certa

forma, acabou reforçando, em maior ou menor grau, uma subalternização de identidades, ao reproduzir, em seus discursos, narrativas que procuram conformar" (Ribeiro, 2019, p. 3), em certa medida, "um 'fechamento' do social em um essencialismo numa relação de poder dominante sobre raças, gêneros e saberes" (Ribeiro, 2019, p. 3), apresenta também, a decolonialidade como um caminho de ininterrupta luta em que identifica-se, visualiza-se e estimula-se lugares de construções alternativas e de exterioridade.

Nascimento (2020, p. 23), analisando a webrádio Yandê objetivou "compreender como as práticas de comunicação indígena se associam ao fazer comunitário e como essa comunicação se estabelece enquanto uma comunicação decolonial e ancestral. O autor traz a ideia da decolonialidade como "um esforço de superar a lógica da exploração colonial por trás da modernidade, por meio da preservação da natureza como ponto de discussão decolonial central neste século" (Nascimento, 2020, p. 81). E que ela, a decolonialidade, se operacionaliza quando se desobedece a todas as marcas que, historicamente, nos formaram.

Para Burocco (2018), ao analisar o Distrito Criativo, no Rio, e o Maboneng Precinct, em Johannesburg, na tese defendida em 2018, objetivou "tentar contribuir desta forma às práticas de descolonização do conhecimento. Também [propõe] a ver o fenômeno da gentrificação, nesses dois territórios, [...], como a permanência de lógicas coloniais" (Burocco, 2018, p. 7), apresenta a decolonialiadde como "a superação da construção social derivada da logica colonial" (Burocco, 2018, p. 31).

O segundo grupo dos trabalhos analisados apresenta o sentido da decolonialidade como sendo uma resistência contra as lógicas da colonialidade. Assim, analisando, o Acampamento Terra Livre 2020 na sua tese objetivou "compreender o ativismo digital de mulheres indígenas que estão na linha de frente do Movimento Indígena Brasileiro, protagonizando a luta coletiva contra opressões interseccionais que atravessam seus corpos-territórios", Esteves, L. (2022, p. 20) entende a decolonialidade como inversão do olhar, melhor dizendo, "descentramento do olhar, historicamente situado na perspectiva hegemônica eurocentrada" (2022, p. 29). Para Esteves, L. (2022, p. 42), a decolonialidade seria, uma "forma de resistência às colonialidades, protagonizada por grupos ou indivíduos politicamente vulnerabilizados que fazem parte da sub-humanidade, como mulheres, especialmente as nascidas em territórios colonizados, negras/os", sem esquecer também, "a população LGBTQIAP+, quilombolas, periferias urbanas e indígenas, que ocupam o lugar da outricidade e que por séculos vêm sobrevivendo e lutando para que sejam construídos e reconhecidos outros modelos de sociedades".

Para Brito (2022, p. 6), a decolonialidade seria uma forma de resistência a toda lógica de modernidade. Ao analisar o website do coletivo "Nós, mulheres da periferia" objetivou "verificar em que medida o coletivo se vale de acionamentos testemunhais e memorialísticos para afirmar-se como lócus ativista marcado pela decolonialidade". O autor endente a decolonialidade como estimuladora de "uma compreensão diferente entre as relações globais e locais. [para ele] a decolonialidade é mais um contraponto que propriamente uma rejeição total à produção de conhecimento do Norte Global" (Brito, 2022, p. 50).

Para Mendes (2021, p. 11), a decolonialidade seria o posicionamento contra-hegemônico. Na sua dissertação analisa o grupo Sereia do Mar, prioritariamente composto por mulheres e objetivou "registrar em imagens as atuais mulheres do carimbó, como um movimento de rejeição contra o papel tradicional da mulher definida pela sociedade patriarcal". Para ela, a decolonialidade também, é uma "prática de oposição e intervenção, que surgiu no primeiro momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os domínios coloniais" (Mendes, 2021, p. 86)

Loose (2021), ao analisar na sua Tese os discursos climáticos de veículos digitais não hegemônicos (Colabora, Conexão Planeta e Envolverde) e ao objetivar "desvendar os sentidos e as estratégias acionados nos discursos jornalísticos sobre mudanças climáticas de três meios de comunicação chamados não hegemônicos, comprometidos com uma sociedade mais sustentável" (Loose, 2021, p. 6), também entende a decolonialidade como um posicionamento contra hegemônico em prol da humanização das relações humanas.

Queiroz (2019) analisou três bares em três cidades do interior da região Nordeste do Brasil (o Valhalla Rock Bar em Mossoró/RN, o All Black In em Garanhuns/PE e o Metal Beer em Caruaru/PE) e objetivou "articular o conceito de cena musical enquanto operacionalizador metodológico de investigação" (Queiroz, 2019, p. 24). Entende, na Tese, a decolonialidade como "luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos" (Queiroz, 2019, p. 15). Luta que visa conectar pensamento com o lugar.

Na tese que analisou três filmes de Netflix produzido na África por africanos, Esteves, A. objetivou "investigar que tensionamentos em torno dos dilemas de visibilidade enfrentados historicamente pelos cinemas africanos surgem da aliança entre África e Netflix via investimento da empresa em Nollywood" (Esteves, A. 2022, p. 23), Esteves, A. considera a decolonialidade como "atitude de se afastar dos resquícios da colonização" (2022. p. 173).

O terceiro grupo dos trabalhos apresentou a decolonialidade como emancipação ou libertação contra as amarras da decolonialidade. Contudo, para Araujo (2023, p. 7), ao analisar as fotografias dos povos originários no Instagram, sua dissertação objetivou "analisar fotografias dos

povos originários no Instagram, selecionadas a partir de três perfis de fotógrafos com o apoio dos estudos algorítmicos". Entende a decolonialidade como "a emancipação de saberes alternativos aos impostos pela colonização" (Araújo, 2023, p. 13).

Por sua vez, Mendes Guilherme (2022), na sua tese analisou Perfis no Instagram de três comunicadoras indígenas brasileiras (Eliane Potiguara, Aline Rochedo Pachamama e Márcia Kambeba), com o objetivo de "investigar quais estratégias midiático-comunicacionais Graça Graúna [...], Aline Rochedo Pachamama [...] e Márcia Kambeba [..] utilizam, que imagens elas disseminam, e que imaginários elas ativam" (Mendes Guilherme, 2022, p. 26). A ideia da decolonialidade como "movimento contínuo de se de(s)colar do colonial, de se desafixar, se desacoplar, se desindentificar com o pensamento/imaginário colonizador" (Mendes Guilherme, 2022, p. 14).

O quarto grupo dos trabalhos analisados não deixou claro qual sentido da decolonialidade foi utilizado, uma vez que tivemos a percepção que os autores utilizavam o conceito da decolonialidade como se fosse já sabido por todos. Entretanto, nas análises, constatamos que nesses trabalhos, esse conceito tinha o sentido de conquistar a voz por parte dos sujeitos silenciados pelas lógicas da colonialidade e se aproximava dos sentidos dos três primeiros grupos dos trabalhos acima abordados. Assim, neste grupo, encontramos a tese de Altivo (2019), em que a autora analisou Rosário dos Kamburekos e objetivou abordar "o rosário dos negros como um vasto e complexo labor cosmológico, subjetivo, social e político de cura das relações dilaceradas pela escravidão e pelo racismo, através de operações inventivas que colocam". Para a autora, "em comunicação diferentes seres, tempos e linguagens" (Altivo, 2019, p. 281).

Por sua vez, Carneiro (2021), na sua dissertação analisou a comunidade comunicativa Kanela e objetivou realizar "uma etnografia dos processos comunicativos comunitários envoltos na trajetória do Povo Indígena Kanela, habitante das áreas de várzea do Rio Araguaia, atualmente agrupado na Aldeia Nova Pukanu" (Carneiro, 2021, p. 6).

Góes (2017), objetivou "refletir o que não foi, o que não ganhou as superfícies jornalísticas. Em outras palavras, propomos discutir a relação entre o jornalismo e o invisível" (Góes, 2017, p. 24), na sua tese que analisou a Folha de S.Paulo e O Globo. Para ele, colonialidade seria um dos elementos constitutivos do padrão mundial do poder capitalista que se caracteriza pela hierarquização racial e étnica da população colocando no seu topo a população ocidental.

Santa Brígida (2022), na sua dissertação, analisou o perfil no Instagram da fotógrafa documentarista paraense Naiara Jinknss e objetivou "realizar uma análise decolonial das fotografias feitas em Belém do Pará, no ano de 2019, pela fotógrafa Naiara Jinknss e postadas na sua página da rede social Instagram no mesmo ano" (Santa Brígida, 2022, p. 21). Antes de terminar este tópico, vale

destacar, apesar da diversidade dos objetos analisados nos trabalhos selecionados e analisados, percebemos que a maioria dentre eles, abordaram as questões ligadas aos indígenas. Depois, vem as questões ligadas aos negros, mulheres e moradores das periferias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento das características e enfoques das pesquisas em comunicação no Brasil que fazem interface com o pensamento decolonial apresentado neste artigo reforça a necessidade de ampliação de estudos e interlocuções sobre os conceitos inerentes. Na primeira etapa da busca, identificamos uma predominância de ocorrências em instituições da região Sudeste, com 1.461 trabalhos, tendo a Universidade de São Paulo concentrado 706 deles. É preocupante que a região Norte sequer tenha aparecido na lista inicial, apesar de abrigar menos programas de pós-graduação que outras regiões brasileiras.

Na sequência da estratificação, encontramos 1.016 trabalhos publicados na Grande Área Ciências Sociais Aplicadas entre 2013 e 2023, com ampla concentração de dissertações de mestrado. Após a filtragem por trabalhos da Área de Conhecimento Comunicação, no entanto, identificamos uma distribuição menos desigual de estudos, com a Região Nordeste (seis trabalhos) ocupando a primeira posição em ocorrências e a Região Norte aparecendo (três trabalhos). Dos 16 trabalhos que compuseram o corpus de análise, 11 foram escritos por mulheres (seis teses e cinco dissertações).

Entre as características dos estudos analisados, apontamos a percepção de que se utilizam dos conceitos de decolonialidade e colonialidade sem tensioná-los no sentido de alcançar uma nova forma de inteligibilidade: a primeira parte dos trabalhos usou os conceitos com sentido de algo pacificado; a segunda faz exercício de revisão bibliográfica; e a terceira tenta avançar na construção de sentido, mas reproduz o percurso conceitual surgido no início do movimento do giro decolonial. Todas as teses e dissertações se utilizam dos conceitos em questão como justificadores de uma escrita diferente da estrutura determinada pela ABNT, especialmente a sinalização do lugar de fala dos autores a partir de militância e engajamento em relação aos temas estudados. Identificamos nos textos uma polissemia em relação aos conceitos, com a decolonialidade sendo apresentado como um pensamento de subversão às lógicas de dominação europeias. A maior parte das pesquisas segue a linha qualitativa crítica-analítica interpretativa, além da combinação com outros métodos articulados com abordagens crítico-decoloniais.

Observamos, também, uma diversidade de objetos analisados - contudo com a maior concentração ligada a questões indígenas, negros, mulheres e moradores de periferias. Consideramos que o corpus apresenta importantes iniciativas de aplicação da perspectiva decolonial como possibilidade teórico-metodológica de compreensão da realidade contemporânea. No entanto, os

trabalhos gestados a partir do ponto de vista da comunicação caminham para um processo de amadurecimento da crítica, desprendendo-se da reprodução dos pensamentos elaborados por outros e fortalecendo passos para a construção de reflexões ainda mais situadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIVO, B. R. **Espirais de cura da ferida colonial pelas crianças negras no reinadinho (Oliveira-MG)**. 2019. 300f.: il. Orientadoras: Dra. Pedrina de Lourdes Santos (Mestra tradicional) e Profa. Dra. Luciana de Oliveira. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2019.

ARAUJO, H. M. de C. **Fotografia dos povos originários no Instagram**: análise e retomada. 2023. 105f.: if. Orientador: Prof. Dr. Márcio Acselrad. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federl do Ceará, Instituto de Cultura e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2023.

BARBOSA, M. R. da S. **As marcas da rua: experiências de consumo no hip-hop**. 2022. 238f.: il. Orientador: Prof. Dr. Jorge Cardoso Filho. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador, 2022.

BRITO, S. A. **Memória, decolonialidade e resistência**: um estudo sobre o Nós, mulheres da periferia. 2022. 118f.: il. Orientador: Prof. Dr. Mozahir Salomão Bruck. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2022.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura**. RELVA**: Juara, Mato Grosso, Brasil, v. 3, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2016.

BUROCCO, L. **Pólos criativos de Colonialidad no Sul**: creative hubs of coloniality in the South. 2018. 254f. il.: Orientador: Prof. Giuseppe Cocco. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro, 2018.

CARNEIRO, M. M. **Processos comunicativos comunitários do povo indígena Kanela**: mobilização étnica e retomada territorial em contexto de conflito fundiário no Araguaia. 2021. CLXXXVI, 186 f. Orientador: Profa. Dra. Ângela Teixeira de Moraes. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2021.

DALL'AGNES, C. W. et al. A tétrade de McLuhan na pesquisa em comunicação: revisão sistemática de aplicações no Brasil e em Portugal. **MATRIZES**: São Paulo, Brasil, v.14, n. 1, p. 221-239, jan./abr. 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Editora 34, 1992 (Coleção TRANS).

DIAS, A. de S. Pesquisas decolonias: em vista de práxis científicas "outras" em educação. **Interritórios**, Revista de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v. 9, n. 18, 2023, p. 1-30.

ESTEVES, A. C. de S. "Da África para o Mundo": os dilemas da produção e da difusão dos cinemas africanos para audiências globais a partir da entrada da Netflix na Nigéria. 2022. 214 f. Orientador: Prof. Dr. José Francisco Serafim. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador, 2022.

ESTEVES, L. C. **Ativismo de mulheres indígenas em ambientes digitais**: diálogos sobre (de)colonialidades e resistências comunicativas. 2022. 272f.: il. Color. Orientadora: Profa. Dra. Danila Cal. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Belém, 2022.

GÓES, J. C. **O jornalismo e a experiência do invisível**: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira. 2017. 311f.: il. Orientador: Prof. Dr. Elton Antunes. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2017.

LOOSE, E. B. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul**: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade. 2021. 253f. Orientadora: Prof. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. P. 33-49.

MARIANO, A. M.; SANTOS, M. R. Revisão da Literatura: Apresentação de uma Abordagem Integradora. **XXVI AEDEM International Conference**. Reggio di Calabria, Italy, p. 427-443, 2017.

MENDES GUILHERME, A. C. M. **Comunicadoras indígenas e a de(s)colonização das imagens**. 2022. 289f.: il. Orientador: Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Natal, RN, 2022.

MENDES, R. P. **Feminino pau e corda na Amazônia**: as sereias de vila silva tocadoras de carimbó. 2021. 92f.: il. Color. Orientador(a): Profa. Dra. Marina Ramos Castro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Belém, 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; ROMERA, E. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, p. 108-137.

MOTA NETO, J. C. da. Educação intercultural em religião de matriz africana na Amazônia: contribuições para uma pedagogia decolonial. **Horizontes**, v. 34, n. 1, jan/jul. 2016, p. 101-112.

NASCIMENTO, L. G. **Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Webrádio Yandê**. 2020. 147f. Orientador: Prof. Dr. Pablo Nabarrete Bastos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Niterói, 2020.

PIZA, S. Pensar desde a América Latina: em defesa das epistemologias do Sul. **Paulus Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 2, n. 3, p. 111-122, 2018.dd.

QUEIROZ, T. A. **Valhalla, All Black In e Metal Beer**: repensando a cena musical a partir dos bares no interior do Nordeste. 2019. 276f.: il. Orientador: Jeder Silveira Janotti Júnior. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Recife, 2019.

RIBEIRO, R. C. **Discurso e subalternidades**: a propaganda eleitoral do campo progressista nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. 2019. 126f.:il. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2019.

SANTA BRÍGIDA, J. O. **Cidade (Re)vista**: interpretação decolonial da fotografia de Naiara Jinknss em Belém do Pará. 2022. 122 f.: il. color. Orientador(a): Profª. Dra. Marina Ramos Neves de Castro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Belém, 2022.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GT 03 – Pensamento Social, Utopias e Epistemologias na América Latina e Caribe

AMAZÔNIA E JUVENTUDE: O ETHOS AMAZÕNICO COMO GERADOR DE UMA EPISTEMOLOGIA (TAMBÉM) JUVENIL

Denny Junior Cabral Ferreira[1] (UFPA),
Carlos Renato Damasceno dos Santos[2] (FLACSO Brasil)

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo dialogar sobre a realidade juvenil na região amazônica. Refletir, ainda, sobre a construção acadêmica do conceito de juventude na realidade brasileira como uma forma hegemonizada e homogeneizada, sem levar em conta as perspectivas regionais da Amazônia brasileira. Neste sentido, há a hipótese que como o conceitual de juventude foi gerado no Centro-Sul brasileiro, ele acabou por não captar as especificidades e concretudes de outras regiões brasileiras, sendo, portanto, um entrave para a sua generalização no Brasil. Seu uso possibilita um ponto de partida, mas não uma noção capaz de abarcar as realidades regionais brasileiras, embora com um bom arcabouço para a adaptação e, subsequente reelaboração dos referidos conceituais na Amazônia. Por outro lado, na embrionária produção sobre juventude na Amazônia, também, constata-se que a utilização deste conceitual é, de algum modo, ainda tímida em sua adaptação, reelaboração e atualização, a partir desta realidade regional. Desta forma, o início do uso da noção de juventude na academia brasileira, não ocorre ao mesmo tempo na realidade acadêmica amazônica, tampouco a absorve integralmente em suas reflexões e estudos de caso. A questão até aqui colocada evidencia um hiato entre as duas noções, os dois conceituais de Juventude e de Amazônia, apontando para uma urgente reflexão sobre a carência de estudos deste tema. Utiliza-se como aporte teórico as reflexões clássicas da Sociologia da Juventude no Brasil, cujas produções ocorreram em recortes temporais distintos, mas são basilares para o entendimento da noção debate acadêmico sobre juventude, articulada com a tese decolonial em que os povos colonizados (tendo nos jovens os sujeitos dessa interlocução) ou que vivenciam a colonialidade, a partir desse lócus amazônico, cujos povos, culturas e lugares epistêmicos foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade. O confronto entre as principais produções deles com a realidade amazônica prenuncia um debate profícuo para o exercício da reflexão aludida neste trabalho. Ao mesmo tempo, que aponta para uma excelente oportunidade para os desafios de reelaboração e atualização regionais do conceitual de juventude. A metodologia é qualitativa, de teor bibliográfico e revisão de literatura. Ensaístico neste trabalho, cujas noções estão sendo utilizadas em pesquisas em andamento.

Palavras-chaves: Amazônias; Decolonialidade; Juventudes.

INTRODUÇÃO

A comunicação apresenta como foco analisar a origem dos discursos sobre a juventude historicamente, socialmente e culturalmente contextualizados no âmbito nacional, e como esses discursos afetam, de forma direta ou indireta, a (in)visibilidade das subjetividades juvenis na Amazônia Paraense. Nas múltiplas paisagens contrastantes em aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais, as juventudes amazônicas constroem seu cotidiano, identidade e projetos de vida.

[1] Mestre em Ciências da Religião – PPGCR/UEPA, doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Brasil (PPGSA/UFPA). E-mail: denny.ferreira@ifch.ufpa.br ou dennyjr.ferreira@gmail.com
[2] Magister en Estado, Gobierno y Politicas Publicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Brasil. Professor da Rede SESI/PA. E-mail: crenatodsantos0212@gmail.com

A pesquisa levanta a hipótese de que as juventudes amazônicas podem revelar em seu cotidiano e projetos de vida traços identitários distintivos que as destacam na cartografia sociocultural juvenil brasileira, sem desconsiderar sua integração no contexto das culturas hegemônicas.

Pode-se conceber a juventude como uma fase do ciclo vital na qual se completa o desenvolvimento físico e se iniciam mudanças psicológicas e sociais, relacionadas à transição da infância para a vida adulta. Essas transformações caracterizam a condição juvenil como um período de intensa experimentação em diversos aspectos da vida, como religião, sexualidade e preferências culturais, onde se vivenciam experiências inéditas. É um momento em que as relações sociais se ampliam, com a inserção em novos grupos de convivência, não mais mediados pela família, e os jovens são desafiados a assumir papéis sociais com maior autonomia (DEBERT, 1999).

Essa fase representa uma oportunidade de construção de identidade, de planejamento de projetos futuros e de busca por maior independência. Não se trata apenas de uma transição entre infância e vida adulta, mas de um período com significados sociais intensos, trajetórias e demandas pessoais e geracionais concretas. É importante ressaltar que as situações vivenciadas durante a juventude são diversas e desiguais, daí a necessidade de se falar em juventudes.

Não se pode ignorar a relevância dos aspectos culturais na construção da identidade geracional: estilos musicais, vestimentas, acessórios e tecnologias devem estar integrados ao trabalho com jovens. Os educadores não precisam imitar esses estilos, mas sim estar abertos a eles. Além disso, é fundamental considerar o lazer e o aspecto lúdico como dimensões que distinguem a juventude de outras faixas etárias.

Para compreender a importância da relação entre juventude e cultura, não basta abordar superficialmente o tema ou simplesmente afirmar que os jovens são portadores das expressões culturais. É essencial tentar compreender o binômio juventude–cultura em sua imanência interna, ou seja, como parte integrante da própria essência da juventude na sociedade moderno-contemporânea ou tardo-capitalista.

A pesquisadora paraense Fátima Fonseca (2006, p. 43) destaca que o estudo sociológico na Amazônia como uma "existência social singular é uma tarefa necessária e urgente", exigindo disposição e uma decisão política quanto aos instrumentos adequados. Ressalta-se a urgência dessa abordagem, pois a Amazônia, "pois sendo uma das regiões mais cobiçadas do mundo, corre-se o risco de, ao estudar suas relações sociais, reforçar seus mitos e preconceitos", visto que:

> a Amazônia brasileira é um mito que já começa a ser historicizado. A Amazônia é um amplo espaço territorial e social. Dentro do qual coexistem muitas Amazônias ou muitas facetas geográficas e ecológicas. Nela há uma heterogeneidade de tipos de climas, de formações geológicas e de altitudes sobre o nível do mar, e uma grande

> diversidade de paisagens, à qual corresponde uma grande heterogeneidade de tipos de solo, de formações vegetais e de biodiversidade (AMAZÔNIA SIN MITOS, 1992, p. 3).

Prosseguindo, Lucia Rabelo de Castro (2019a, p. 1-2) problematiza a existência de teorias de juventude – presente na categoria social juventude – O que é a juventude? E as teorias sobre os sujeitos jovens – quem é o sujeito juvenil para si mesmo e para os outros e a construção das subjetividades juvenis? Ao falar da juventude como categoria social "se assume, de algum modo, uma visão sobre o jovem, e o contrário também ocorre: quando se fala sobre o jovem se incorre, de algum modo, em alguma teoria da sociedade e da juventude, como categoria social" (2019, p. 9) e nos adverte sobre a equivocada dispensa em abordar uma em detrimento de outra.

Ainda que pudéssemos fazer uma historiografia das juventudes brasileiras, em todas as suas expressões e dinamismos, levanto um questionamento válido e ainda atual, entretanto, parece estar em Caccia-Bava e Paiva da Costa:

> A sociedade brasileira, cuja estrutura oligárquica de poder não permite aos grupos de origem popular e subalterna emergirem como interlocutores íntegros perante toda a sociedade, não possibilitou que se revelasse a força dos movimentos juvenis, na continuidade dos projetos dos quais participaram (CACCIA-BAVA; PAIVA DA COSTA, 2004, p. 108).

Ainda persistem muitos preconceitos contra as diversas juventudes, especialmente aquelas provenientes de contextos de pobreza e marginalização, presentes em favelas, periferias, áreas ribeirinhas, campos e quilombos. Muito ainda se desconhece sobre suas histórias e contribuições para a nossa própria História, apesar de receberem destaque na mídia; no entanto, como categoria social, suas vozes muitas vezes são silenciadas, embora evidentes (DICK, 2003). Tanto os pesquisadores, que atuam como interlocutores dessas realidades, quanto os próprios jovens, têm o papel crucial de exercitar sua escrita histórica e preservar a memória dessas experiências. Em um momento em que algumas experiências são invisibilizadas, é fundamental registrar seus percursos pedagógicos como forma de perpetuar a riqueza de suas vivências.

O presente trabalho tem como objetivo dialogar sobre a realidade juvenil na região amazônica. Refletir, ainda, sobre a construção acadêmica do conceito de juventude na realidade brasileira como uma forma de hegemonizada e homogeneizada, sem levar em conta as características, aspectos e perspectivas regionais da Amazônia brasileira.

Diante desse contexto, o problema que se apresenta é: há a hipótese de que como o conceitual de juventude foi gerado no Centro-Sul brasileiro, ele acabou por não captar as especificidades e concretudes de outras regiões brasileiras, sendo, portanto, um entrave para a sua generalização no Brasil. Seu uso possibilita um ponto de partida, mas não uma noção capaz de abarcar as realidades

regionais brasileiras, embora represente um bom arcabouço para a adaptação e, consequente reelaboração dos referidos conceituais na Amazônia e a construção de novas epistemologias, inclusive, juvenil a partir do ethos amazônico.

A questão até aqui colocada evidencia um hiato entre as duas noções, os dois conceituais de Juventude e de Amazônia, apontando para uma urgente reflexão sobre a carência de estudos deste tema. Assim, este trabalho sobre essa possível conexão irá utilizar como aporte teórico as reflexões clássicas, basilares para o entendimento da noção do conceitual de juventude no Brasil. O confronto entre as principais produções deles com a realidade amazônica prenuncia um debate profícuo para o exercício da reflexão aludida. Ao mesmo tempo, que aponta para uma excelente oportunidade para os desafios de reelaboração e atualização regionais do conceitual de juventude.

A metodologia empregada neste estudo é predominantemente qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e revisão da literatura. Este trabalho é preliminar e ainda necessita de aprofundamento e pesquisa de campo para delinear e caracterizar mais precisamente a realidade juvenil analisada, a fim de validar ou refutar a hipótese levantada.

A NOÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA JUVENTUDE NO BRASIL

No Brasil, a juventude fora do eixo Centro-Sul recebe pouca atenção, especialmente no meio acadêmico, devido à concentração da produção de conhecimento, à predominância de fóruns acadêmicos no Centro-Sul e à difusão cultural massiva dessa região. Além disso, a introdução tardia do conceito de juventude deixou de fora as regiões periféricas, resultando em uma produção acadêmica escassa nessas áreas e dificultando sua atualização em relação ao cenário nacional. Isso levanta questões sobre a definição de juventude, que Groppo considera uma categoria social, não apenas uma faixa etária:

> Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social [...]. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. [...] Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdo que têm importante influência na sociedade moderna. (GROPPO, 2000, p. 7)

A segunda está relacionada ao entendimento da juventude como invenção social da modernidade, também manifesta pelo mesmo autor:

> Encontramos no século XIX até o início do século XX, uma noção de juventude engendrada pelas práticas e discursos das instituições sociais oficiais, estatais, liberais, burguesas e capitalistas etc., noção legitimada pelas ciências modernas. (GROPPO, 2000, p. 18)

A terceira se relaciona com diversidade social. GROPPO (2000) adverte que "a juventude, o jovem e seu comportamento mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional etc." (GROPPO, 2000, p. 13). Ao que se soma a indicação da diversidade da juventude quando relacionada outras situações e contextos específicos. O que é assim elucidado pelo mesmo autor:

> A juventude como categoria social [...] é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social –, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como, às distinções de etnia e de gênero. (GROPPO, 2000, p. 15).

Ganha destaque, ainda, nesta reflexão sobre diversidade, um argumento relativo à associação entre juventude e realidades sociais classificadas como contraditórias, entre as quais, aquelas de natureza espacial, extremamente adequados a esta pesquisa. Como se verifica a seguir:

> O entendimento dessa diversidade passa pela aplicação combinada de outras tantas categorias sociais que, assim como a juventude, se referem a realidades sociais contraditórias: classe social, estrato social, etnias, gêneros, oposição urbano-rural, relação nacional-local, global-regional etc. (GROPPO, 2000, p. 19).

Destaca-se a necessidade de uma reflexão sobre a juventude no Brasil, considerando suas especificidades regionais, como sugerido por Groppp. Isso inclui analisar o contexto histórico, as diferenças sociais e geográficas, e as relações sociedade-natureza em cada região. A Região Centro-Sul do Brasil tem exercido maior influência analítica, mas é crucial entender como as características e influências específicas de cada região se refletem na juventude local. Dá resulta a importância de considerar esses aspectos ao abordar a juventude brasileira, especialmente em regiões periféricas como a Amazônia, para garantir um debate abrangente e relevante.

Neste aspecto da pluralidade juvenil, GROPPO (2000) defende que esta:

> não se funda num vazio social ou num nada cultural, não emerge de uma realidade meramente diversa, ininteligível e esvaecida. Tem como base experiências socioculturais anteriores, paralelas ou posteriores que criaram e recriaram as faixas etárias e institucionalizaram o curso da vida individual – projetos e ações que fazem parte do processo civilizador da modernidade. (GROPPO, 2000, p. 19)

A pluralidade dos grupos dentro da juventude é marcada por características específicas nos aspectos culturais, na construção comunitária e na produção do espaço regional. Cada região brasileira gera uma expressão distinta de juventude devido às influências culturais e sociais únicas, resultando em uma variedade de grupos e expressões organizacionais juvenis que refletem as particularidades de cada região e sub-região. Esses elementos devem ser considerados para compreender a diversidade e multiplicidade da juventude brasileira.

Os rostos sub-regionais representam a pluralidade interna a uma região brasileira específica. Rostos que são a tradução de determinadas comunidades humanas, como: a indígena, a cabocla, a quilombola, a rural, a praieiro, a ribeirinho, a pesqueiro, a extrativista, a insular, a company-town, a de assentamentos rurais, a urbana periférica, a urbana central, a de vilas rurais, entre outros, mas também das mesclas que se pode reconhecer entre esses recortes espaciais urbanos e rurais internos a cada região, como o ribeirinho-praieiro, o praieiro-insular, o praieiro-insular-urbano, o insular-ribeirinho, o ribeirinho-urbano, o rur-urbano (mescla rural e urbana), entre outros. São tipos comunitário-societários tão presentes na realidade da Região Amazônica, que interagem e se misturam na diversidade urbana de uma Metrópole Regional, como Belém, como também, denotando as possibilidades específicas de produção espacial do conteúdo rural na região amazônica e antevendo que interseções, combinações ou associações entre elas tendem a ocorrer, também de maneira diversa.

O estudo da juventude em regiões periféricas do Brasil se concentra na parcela que não se encaixa no ideal de juventude, definido como burguês, branco, ocidental, urbano e masculino por Groppo (2000, p. 15-17). O empoderamento da juventude desafia esse padrão, gerando outras versões de juventude representadas por classes não-elitistas, não-burguesas, não-ocidentais, diferentes etnias não-brancas, mulheres e áreas rurais, incluindo as regiões periféricas brasileiras. Essa relação entre juventude e regiões brasileiras destaca a subversão do padrão hegemônico, conforme exemplificado por Groppo.

> Por outro lado, jovens pertencentes a uma classe social ou etnia marginalizada podem criar uma identidade juvenil calcada no reconhecimento e até na explicitação de sua diferença, num gesto inesperado diante do processo que gerou o direito à juventude mais tardiamente para as classes populares e etnias marginalizadas. (GROPPO, 2000, p. 16-17)

A abordagem não visa negligenciar a realidade geral e objetiva da juventude, mas sim oferecer insights sobre as diversas faces juvenis em uma escala regional específica, como um meio de compreender a pluralidade da juventude nessa região e contribuir para o progresso dos estudos em nível nacional. O foco está em examinar as condições regionais e específicas de uma área particular,

como a Amazônia, que é percebida como periférica e menos favorecida em termos de desenvolvimento socioeconômico no contexto brasileiro.

A AMAZÔNIA E SUA COMPLEXA SOCIO BIODIVERSIDADE

A "invenção da Amazônia" foi forjada a partir de estereótipos e percepções distorcidas da região, que ao longo do tempo foram reiteradas por meio de narrativas e representações que enfatizavam sua riqueza natural, sua população "primitiva" e sua distância dos centros de poder (GODIM, 2019). Esta concepção da Amazônia como uma terra selvagem e inexplorada permeou várias esferas, incluindo literatura, arte, ciência e política. Assim, a tese de Neide Gondim destaca que a ideia de uma Amazônia homogênea e exótica é uma construção social e histórica, moldada por estereótipos e visões deturpadas da região, cujas ramificações políticas e econômicas persistem até os dias atuais.

Neste contexto, a Amazônia Paraense revela uma complexa biodiversidade sociocultural que engendra diversas categorias e distintas juventudes amazônicas. Essas juventudes só podem ser compreendidas dentro da dinâmica única que caracteriza a região, conforme observado por Fraxe, Witkosky e Miguez (2009), visto que elas demonstram em seu cotidiano e em seus projetos de vida características identitárias que as distinguem na cartografia sociocultural juvenil do restante do país.

Ao longo da história, muitas vozes foram suprimidas e marginalizadas, especialmente as dos grupos considerados subalternos e oprimidos (SPIVAK, 2010). Restaurar essas vozes implica em valorizar a diversidade epistêmica e cultural, reconhecendo a importância de diferentes perspectivas na construção de uma sociedade mais democrática e plural. Portanto, é imperativo ampliar a participação dos sujeitos "subalternos" nos processos de produção de conhecimento e formulação de políticas públicas, permitindo que contribuam de maneira mais significativa e eficaz para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Neste sentido, o diálogo entre os povos colonizados, com os jovens desempenhando um papel central nessa interlocução, é essencial para enfrentar a modernidade eurocêntrica por meio de diversas respostas críticas decoloniais originadas no Sul global, como salientado por Grosfoguel (2009, p. 408). Esta abordagem não se limita apenas aos povos geograficamente situados no Sul, mas também abraça as culturas e os conhecimentos subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade.

Para a realidade juvenil atual da Amazônia Paraense, é fundamental considerar os jovens, suas identidades, culturas e seus projetos de vida ao formular políticas públicas e estatais. Mais de um quarto da população da região é composta por jovens entre 18 e 29 anos, conforme definido pelo

Estatuto da Juventude, tornando crucial a avaliação do paradigma das Políticas Públicas para a Juventude aplicado na região.

A Amazônia abarca uma complexa biodiversidade sociocultural expressa em suas exuberantes florestas, rios caudalosos, variada fauna e flora, e é habitada por uma multiplicidade de populações, culturas e tradições. Estas comunidades, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores e agricultores familiares, afirmam suas identidades (re)produzindo historicamente seus modos de vida e existência sociocultural e ambiental. No entrelaçar de paisagens contrastantes em diversos aspectos - ambientais, econômicos, sociais e culturais - as juventudes amazônicas tecem seu cotidiano, suas identidades e seus projetos de vida.

Bhabha (1998, p. 70-104) contribui para a compreensão dessa questão ao afirmar que a cultura é fundamental para a vida das pessoas, pois é por meio dela que se reconhecem como parte de um grupo e afirmam sua identidade. Assim, a formação cultural do indivíduo está intrinsecamente relacionada à sua participação em determinado grupo, evidenciando a importância de reconhecimento mútuo para a formação e afirmação identitária. De fato, o conceito de cultura tem sido objeto de críticas e debates no campo da antropologia e outras disciplinas. Muitos estudiosos argumentam que a noção de cultura é usada de forma acrítica e universalizante, sem levar em conta a diversidade e a complexidade das práticas culturais das comunidades e grupos específicos. Manuela Carneiro da Cunha (2017) e Roy Wagner (2017) são dois exemplos de autores que problematizam o conceito de cultura e suas implicações políticas, históricas e epistemológicas. Eles mostram que a noção de cultura não é um dado objetivo, mas sim uma construção social e histórica que está sujeita a mudanças e variações em diferentes contextos e perspectivas. Marshall Sahlins (1997), por sua vez, aborda o pessimismo que às vezes acompanha o uso do conceito de cultura, argumentando que a cultura não é uma entidade fixa e homogênea, mas sim um processo dinâmico de criação e transformação. Ele defende que a experiência etnográfica pode nos ajudar a entender melhor a complexidade e a diversidade das práticas culturais e a evitar a simplificação e a estereotipação das comunidades e grupos que estudamos.

Portanto, é importante refletir criticamente sobre o uso do conceito de cultura e considerar sua complexidade e diversidade em cada contexto específico dos povos amazônicos que "não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram — e continuam a estabelecer — relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida em escala global" (FRAXE, WITKOSKY E MIGUEZ, 2009, p. 30), incorporando elementos materiais e simbólicos da vida urbana; mas

preservando também elementos ditos tradicionais em sua vida cotidiana, a exemplo da simbiótica relação com a natureza, da organização econômica e das relações sociais, do manejo dos recursos naturais, etc. Os autores abordam a questão da identidade dos habitantes da Amazônia e como eles são muitas vezes invisíveis na sociedade brasileira e que "é preciso perceber que, para além da paisagem natural, harmônica e romântica, há paisagens socialmente construídas repletas de contrastes e contradições", marcadores de identidade e invisibilidade ao tentar-se definir um "ser da Amazônia" (FRAXE, WITKOSKY E MIGUEZ, 2009, p. 31).

Como exemplo das singularidades da Amazônia Paraense, destaca-se o pentecostalismo de 1ª onda, que teve início com a fundação da Assembleia de Deus em Belém em 1911 (FRESTON, 1996), durante o final da Belle Époque, e a importância do Círio de Nossa Senhora de Nazaré na cultura da região, especialmente no nordeste paraense a partir da capital do estado. Estes eventos vão além de sua natureza religiosa ou teológica, pois refletem categorias como assembleiano (vide BAPTISTA, 2002; MONTEIRO, 2020 e 2021), ciriano (AZEVEDO, 2008) e a paraensidade (OLIVEIRA, 2020).

Portanto, é crucial compreender que a juventude não constitui uma massa homogênea, desprovida de desigualdades e conflitos sociais, tampouco é apática diante das realidades que enfrenta. Assim, a abordagem da antropologia cultural, da sociologia da juventude e da educação oferece insights valiosos para compreender a juventude como um fenômeno social. No contexto amazônico, segundo Freire (2009a), as "juventudes amazônicas revelam no seu cotidiano e em seus projetos de vida traços identitários que os singularizam na cartografia sociocultural juvenil, mas também os inserem no circuito de culturas hegemônicas". Como destacado por Jaqueline Freire (2009b), "O desafio que se apresenta no Brasil, hoje, é a incorporação de tais proposições no processo de formulação e implementação de políticas públicas de juventude", revelando a "invisibilidade" de muitas condições juvenis no país.

É fundamental compreender os jovens como pessoas concretas, sujeitos que experimentam sua juventude de acordo com uma variedade de influências sociais, culturais, demográficas e regionais. A noção de condição juvenil vai além de marcadores etários, atribuindo significado ao modo como os jovens vivenciam essa fase em relação às diversas dimensões sociais, como classe, gênero e etnia (DAYRELL, 2007). A juventude é tanto uma condição social quanto uma representação, influenciada pelo ambiente social em que os jovens vivem e pelas interações que experimentam. Assim, os jovens constroem diferentes formas de ser jovem, expressando subculturas juvenis, mesmo dentro de uma mesma localidade ou classe social (DAYRELL, 2003).

O contexto de vida dos jovens na Amazônia, seja em comunidades ribeirinhas, assentamentos rurais, territórios indígenas ou urbanos em periferias de grandes cidades amazônicas,

influencia significativamente suas identidades e suas percepções sobre sua própria amazônicidade. Diante dos desafios impostos pela crise econômica, pandemia, mudanças climáticas e violações dos direitos constitucionais, torna-se crucial questionar o paradigma de desenvolvimento atualmente proposto para a região amazônica. Historicamente, a região vive uma contradição entre fortalecer o capital internacional e enfraquecer a realidade social local, o que resulta em empobrecimento, desmatamento e ameaça aos povos tradicionais.

Nesse contexto, defende-se a compreensão das juventudes amazônicas dentro da complexa dinâmica que caracteriza a região, marcada por trocas culturais únicas, hibridismos e sincretismo. O processo histórico de antropização, que envolve conflitos entre os povos originários e o modelo colonizador, continua a moldar a realidade atual, caracterizada por contradições e desigualdades decorrentes do Capitaloceno (MOORE, 2022). Assim, é essencial adotar uma abordagem descolonizadora do desenvolvimento, que valorize as populações locais, incluindo os jovens, e suas relações com a natureza e o mundo ao seu redor.

A AMAZÔNIA COMO LUGAR GERADOR DE UMA EPISTEMOLOGIA (TAMBÉM0 JUVENIL

A região Amazônica, inserida na Divisão Territorial do Trabalho (DTT) brasileira, representa um dos três Brasis definidos por Correa (1997) e na teoria da Regionalização Geoeconômica de Geiger (1979), juntamente com o Nordeste e o Centro-Sul. Cada uma dessas regiões possui características distintas no contexto nacional, com destaque para o Brasil Amazônico, que, embora possua símbolos, identidades e potencialidades próprias, enfrenta uma subordinação excessiva aos interesses do capital nacional e internacional. Enquanto isso, o Centro-Sul se destaca como uma região polarizadora devido aos investimentos em infraestrutura, como transporte, telecomunicações, internet, saneamento e eletricidade, que promovem a produção do espaço de forma centralizada, conforme a teoria de valorização do espaço de MORAES e COSTA (1987).A origem desta dependência amazônica e de sua periferização em âmbito nacional reside na integração regional ao sistema capitalista e contribui para a produção moderna do capital na região (RODRIGUES, 2000). A integração da região amazônica ao contexto nacional e suas características são assim resumidas por Rodrigues:

> O período pós-segunda guerra mundial até 1964 foi de ajustamento da economia nacional às exigências da monopolização capitalista. Nele, a Amazônia foi ganhando relevo como espaço estratégico para o processo de acumulação que passava a ser regido pela lógica monopolista segundo um padrão de acumulação (RODRIGUES, 2000, p. 103).

E, complementa, ainda:

> Houve isso sim, um processo concentrador de renda e transferência da mesma para outras regiões do país ou para o exterior, através da criação de mecanismos 'legais' de exportação de capitais (RODRIGUES, 2000, p. 112).

Portanto, a juventude amazônica se distingue das de outras regiões brasileiras, em função de um contexto de expropriação, exploração e concentração de riquezas na região central (o Centro-Sul) e de lugar de periferia da Amazônia no espaço nacional. Condições socioeconômicas que produzem uma realidade distinta para esta juventude de rosto amazônico, trazendo características específicas, as quais necessitam de estudo e compreensão.

Além desta questão própria do processo de desigualdade e exploração, próprio da dinâmica capitalista. As características, aspectos, dinâmicas, problemáticas e caracterizações juvenis amazônicas estão invisibilizadas. Esta marca reforça o processo e desigualdade e nele se apoia. Tanto quanto a desigualdade reforça e produz essa invisibilização. Neste sentido, traz-se como noção de invisibilidade a proposta por Weisheimer (2013):

> por invisibilidade social entendemos todo um processo de não reconhecimento e indiferença em relação a sujeitos subalternos da sociedade [...] A invisibilidade se processa quando este não abrange tais sujeitos, não reflete sobre eles, não lhes reconhece a existência e nem lhes atribui capacidades reflexivas (WEISHEIMER, 2013, p. 23).

A produção acadêmica sobre juventude na região Amazônica, classificada como residual por Weisheimer (2013, p. 24), ainda é exploratória e embrionária, conforme este trabalho demonstra. Diante disso, há uma necessidade evidente de estudos mais aprofundados sobre a juventude amazônica, com foco em sua relação com o ambiente regional e sua condição como parte de uma região periférica. Explorar essa relação implica examinar os modos de vida das comunidades amazônicas, sua dimensão socioambiental e cultural, as interações entre elas e a mediação entre o rural e o urbano, bem como o respeito aos regimes do rio e da floresta. Esses aspectos compõem o contexto socioambiental da juventude amazônica e merecem uma análise mais detalhada.

Portanto, temos, de um lado os espaços não urbanos, que são diversos e compreendem uma forma específica e distintiva do conteúdo regional. Esses espaços não urbanos são, também, por sua vez, expressão de modos de organização de vida, da economia local, da relação com a natureza e de produção da cultura e do convívio comunitário, de igual forma, diversos. Compreender o espaço rural amazônico e a juventude que nele vive é um desafio provocativo que carece de aprofundamento.

O espaço rural amazônico é, portanto, constituído por uma gama de espaços específicos do interior (verbete é muito utilizado como na região como diferente ou oposto ao espaço urbano, no

sentido de campo) da Amazônia e dos cruzamentos e interseções percebidos entre eles. Assim, tem-se comunidades quilombolas, caboclas, indígenas, praieiras, de assentamentos rurais, ribeirinhas, insulares, extrativistas, agrovilas, pesqueiras, ru-urbanas, entre outras. Aspecto frisado por Weisheimer (2013), no âmbito mais amplo das comunidades rurais, apresentando a produção de uma juventude também diversa no campo. Identificá-las e entendê-las corrobora com a necessidade de romper com a visão urbanocêntrica das reflexões sobre o fenômeno social da juventude (WEISHEIMER, 2013, p. 24).

As comunidades rurais amazônicas, apesar de diversas, compartilham uma característica unificadora: sua relação íntima com a natureza, representada pela floresta e pelos rios, marcando suas realidades não urbanas. Essa conexão natural é central para agrupar e distinguir essas comunidades, formando uma identidade regional única. A floresta desempenha um papel central na vida dessas comunidades, refletido na marca "Povos da Floresta", que destaca a unidade entre elas devido à convivência com a Floresta Amazônica. Portanto, é relevante considerar a existência de uma "Juventude dos Povos da Floresta", presente nas diversas comunidades destacadas.

A AMAZÔNIA E SUA EPISTEMOLOGIA SUBALTENIZADA

No contexto da Amazônia, a resistência dos setores populares aos avanços do capitalismo e aos problemas por ele gerados pode ser atribuída à abordagem do desenvolvimento pensado de forma exógena, ou seja, de "fora para dentro", ignorando a participação da população local. Loureiro (2009) destaca que uma característica marcante do processo de formação social da Amazônia brasileira é a implementação de políticas governamentais que refletem um modelo de desenvolvimento desvinculado da preocupação com a vida e o futuro das comunidades locais. Essas políticas são concebidas por grupos ou elites preocupadas apenas com o crescimento econômico de suas empresas, utilizando os recursos naturais que poderiam ser direcionados para melhorar as condições de vida das populações locais em prol do grande capital.

De acordo com a visão de Edna Castro (2019b), adotar uma perspectiva eurocêntrica de matriz colonizadora ao analisar as relações sociais é contribuir para a invisibilização das diversas culturas que se diferenciam dela. Essa postura reforça representações hegemônicas que alimentam pensamentos discriminatórios, refletindo uma relação de poder hierárquica que exclui e marginaliza de acordo com a lógica do poder dominante. A autora argumenta que o fim do Período Colonial no Brasil não implicou necessariamente o fim de uma mentalidade colonizada; ao contrário, apenas substituiu as formas de colonização, mantendo a subjugação e negando o reconhecimento da diversidade local.

Edna Castro (2015) ressalta o papel global que a Região Amazônica desempenhou ao longo dos séculos, com impactos em diversos campos, como a abertura de novas fronteiras para as commodities destinadas ao mercado global e o legado de concentração de renda, exclusão social e degradação ambiental resultantes da "modernização" da região. A autora argumenta que o desenvolvimento regional foi conduzido com base em um perfil que inclui a intervenção direta ou indireta do Estado na ocupação da região, a atribuição de uma função econômica específica, o privilégio do grande capital nos programas oficiais de desenvolvimento e a visão da região como mera produtora de matéria-prima e geradora de divisas, reforçando seu papel periférico em relação ao mercado internacional, nas palavras dela:

> O desenvolvimento é, antes de tudo, uma construção política e ideológica, sendo, por isso, um discurso produzido, um discurso de poder e de legitimação simbólica que carrega consigo uma formulação arbitrária, intrínseca e historicamente elaborada. No jogo de imagens, o desenvolvimento precisa de reconhecimento pelo não desenvolvido, e que, por ser o outro, necessariamente inferior na avaliação deslocada de sua realidade, se trata de um paradigma do pensamento colonial (CASTRO, 2015, p. 243).

Edna Castro (2019b) aborda a crítica decolonial ao projeto desenvolvimentista na Amazônia, ressaltando a importância da participação das populações locais nesse processo. Sua argumentação destaca que a visão desenvolvimentista predominante na Amazônia, tanto por parte do Estado quanto de empresas privadas, negligenciou as particularidades locais e impôs um modelo econômico que priorizava a exploração dos recursos naturais em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente. Para a autora, o verdadeiro desenvolvimento é aquele que se diferencia do pensamento puramente econômico, buscando garantir o tratamento adequado para aqueles em situação de maior vulnerabilidade, com o objetivo de reduzir a pobreza, a miséria e a marginalização, em vez de simplesmente promover o crescimento do Produto Interno Bruto e o enriquecimento de uma minoria privilegiada.

Isso implica em adotar uma perspectiva pós-colonial na abordagem da região amazônica, na qual os processos de ensino e aprendizagem, as formas de produção de conhecimento, as relações de poder e as instituições levem em consideração as diferenças e valorizem as particularidades culturais e socioeconômicas dos jovens. Autores como Walter Mignolo e Edna Castro têm contribuído com seus escritos para questionar as formas de produção de conhecimento que têm como base o pensamento eurocêntrico de matriz colonizadora.

Walter Mignolo (2005), seguindo a lógica de que o poder está intrinsecamente ligado ao conhecimento, destaca que nossa maneira de produzir conhecimento foi herdada da cultura

europeia, resultando em práticas culturais de matriz colonial que perpetuam processos discriminatórios e de subjugação. Para o autor, essa estrutura tem servido apenas para:

> Envelopar a humanidade e a condição humana em ideias lineares de civilização e progresso, bem como enlaçar a modernidade na sua base: a colonialidade, isto é, uma fonte global de poder que classificou hierarquicamente populações, seu conhecimento e seus sistemas de vida cosmológica, de acordo com o padrão europeu (MIGNOLO, 2005, p. 13)

Na visão de Edna Castro (2019b), adotar uma abordagem eurocêntrica de matriz colonizadora ao analisar as relações sociais é perpetuar a invisibilização das diversas culturas que se diferenciam dela. Essa postura contribui para a disseminação de representações hegemônicas que fortalecem pensamentos discriminatórios, refletindo uma dinâmica de poder que hierarquiza e exclui conforme a lógica dominante.

Neide Gondim (2019) consagra a tese de que a concepção de uma região homogênea e exótica chamada "Amazônia" é uma construção social e histórica, não uma realidade natural ou geográfica. Ela argumenta que essa ideia foi forjada por intelectuais, cientistas e exploradores europeus a partir do século XVIII, como uma maneira de descrever e compreender uma região desconhecida, contrastando com a visão organizada e civilizada que tinham da Europa. Gondim sustenta que a "invenção da Amazônia" foi moldada por estereótipos e percepções distorcidas, perpetuadas ao longo do tempo por meio de narrativas que enfatizavam sua exuberância natural, sua população "primitiva" e sua distância dos centros de poder. Essa imagem da Amazônia como um território selvagem e inexplorado foi disseminada em diversas esferas, incluindo a literatura, a arte, a ciência e a política. Assim, a tese de Gondim ressalta que a concepção de uma "Amazônia" homogênea e exótica é uma construção social e histórica, moldada por estereótipos e visões distorcidas, com implicações políticas e econômicas duradouras.

Ao considerar a aplicação dos estudos decoloniais à região amazônica e seus povos, como um espaço físico e imaginário inventado e construído socio-historicamente, seguimos a reflexão proposta por Gondim (2019). A região, muitas vezes vista como fronteiriça neste projeto de modernidade, é sujeita a uma análise crítica que questiona as narrativas dominantes e busca valorizar as múltiplas identidades e perspectivas presentes na Amazônia.

> “Porém, os sujeitos coloniais que estão nas fronteiras – físicas e imaginárias – da modernidade não eram e não são seres passivos. Eles podem tanto se integrar ao desenho global das histórias locais que estão sendo forjadas como podem rejeitá-las. É nessas fronteiras, marcadas pela diferença colonial, que atua a colonialidade do poder, bem como é dessas fronteiras que pode emergir o pensamento de fronteira como projeto decolonial”. (BERNADINO-COSTA; GROSFOGEL, 2016, p. 18).

O pensamento de fronteira não é um pensamento que se baseia em ideias fundamentais ou essencialistas acerca daqueles que estão localizados na margem ou na fronteira da modernidade. Esse tipo de pensamento se encontra em um diálogo constante com a modernidade (DUSSEL, 2005), mas os diferentes lugares da história, memória, línguas e conhecimentos diversos deixaram de ser meros objetos de estudo e passaram a ser considerados como locais geradores de pensamento, onde epistemologias fronteiriças são geradas (MIGNOLO, 2003).

Ao se encontrar na fronteira, esse pensamento se beneficia do contato com a modernidade e pode dialogar com ela, mas o faz a partir de uma posição de crítica e resistência, questionando as hierarquias e as formas de poder presentes na ordem social dominante. Assim, o pensamento de fronteira tem o potencial de gerar um conhecimento contra hegemônico. De acordo com as teorias decoloniais, as fronteiras não são apenas espaços onde as diferenças são reconfiguradas; são também locais de enunciação de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos (BERNADINO-COSTA; GROSFOGEL, 2016).

Segundo o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2009), é importante distinguir dois conceitos: o lugar social e o lugar epistêmico. O lugar social refere-se à posição ocupada por um indivíduo ou grupo na estrutura de poder da sociedade, que pode ser dominante ou subalterna. Já o lugar epistêmico diz respeito ao ponto de vista a partir do qual o conhecimento é produzido, ou seja, a perspectiva teórica e metodológica adotada. Grosfoguel argumenta que, embora a posição social de um indivíduo ou grupo possa estar do lado oprimido das relações de poder, isso não significa automaticamente que eles pensem epistemicamente a partir do lugar subalterno. De fato, o sistema-mundo moderno/colonial tem sucesso em fazer com que os sujeitos oprimidos pensem epistemicamente como os dominantes, reproduzindo assim a hegemonia epistêmica do sistema-mundo moderno/colonial. Portanto, segundo Grosfoguel (2009), o que é crucial para pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra hegemônico. Em outras palavras, é necessário questionar a hegemonia epistêmica e produzir um conhecimento a partir da perspectiva dos subalternos, com o objetivo de descolonizar o conhecimento e promover uma transformação social mais justa e igualitária.

Seguindo essa premissa, Escobar (2003) ressalta a importância de adotar o ponto de enunciação e valorizar as formas de conhecimento originadas nas comunidades locais, frequentemente ignoradas ou subestimadas pela epistemologia dominante. Ele advoga pela construção de uma epistemologia crítica que leve em consideração as perspectivas dos oprimidos e promova a diversidade epistêmica e cultural. Assumir o ponto de enunciação, para Escobar (2020), implica reconhecer a relevância da diversidade cultural e epistêmica, e desafiar a dominação colonial

que promove uma visão eurocêntrica e universalista do conhecimento. Ele propõe a ideia de "pluriversidade" como alternativa ao universo único e homogêneo promovido pelo paradigma moderno/colonial, destacando a importância da diversidade cultural e epistêmica na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na análise das interpretações e práticas políticas e culturais, é fundamental dar voz aos sujeitos historicamente silenciados e excluídos dos processos de produção de conhecimento e tomada de decisão política. Restaurar a voz e a produção teórica desses sujeitos implica reconhecer a relevância de suas perspectivas e experiências na construção de projetos políticos e sociais mais justos e igualitários.

Ao longo da história, muitas vozes foram suprimidas e marginalizadas, especialmente as dos grupos considerados subalternos e oprimidos (SPIVAK, 2010). Restaurar essas vozes significa valorizar a diversidade epistêmica e cultural, reconhecendo a importância de diferentes perspectivas na construção de uma sociedade mais democrática e plural. É necessário, portanto, ampliar a participação dos sujeitos considerados “subalternos” nos processos de produção de conhecimento e formulação de políticas públicas, para que possam contribuir de forma mais significativa e eficaz para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Em suma, o diálogo entre os povos colonizados (tendo os jovens como agentes dessa interlocução) ou que vivenciam a colonialidade, a partir desse ponto de enunciação amazônico, enfrenta a modernidade eurocêntrica por meio de uma multiplicidade de respostas críticas decoloniais que emanam do sul global. Devem ser ouvidos não apenas aqueles geograficamente localizados no Sul, mas também os povos, culturas e lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade (GROSFOGUEL, 2009, p. 408).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já discutido, a construção da "invenção da Amazônia" baseou-se em estereótipos e representações distorcidas da região, perpetuadas ao longo do tempo por meio de narrativas que ressaltavam sua exuberância natural, sua população "primitiva" e sua distância dos centros de poder (GODIM, 2019). Esta imagem da Amazônia como um local selvagem e inexplorado foi disseminada em diversas esferas, incluindo literatura, arte, ciência e política. Neide Gondim argumenta que a concepção de uma região homogênea e exótica chamada "Amazônia" é uma construção social e histórica, enraizada em estereótipos e visões distorcidas da região, e que essa representação tem implicações políticas e econômicas até os dias de hoje.

No contexto da Amazônia Paraense, sua identidade abrange uma complexa biodiversidade social, gerando categorias que transcendem o regionalismo, incluindo diversas juventudes amazônicas. Estas só podem ser compreendidas dentro da dinâmica única da região, onde "as juventudes amazônicas revelam no seu cotidiano e em seus projetos de vida traços identitários que os singularizam na cartografia sociocultural juvenil" do restante do país.

Ao longo da história, muitas vozes foram silenciadas e marginalizadas, especialmente as dos grupos considerados subalternos e oprimidos (SPIVAK, 2010). Resgatar essas vozes implica valorizar a diversidade epistêmica e cultural, reconhecendo a importância de diferentes perspectivas na construção de uma sociedade mais democrática e plural. É crucial, portanto, ampliar a participação dos sujeitos considerados "subalternos" nos processos de produção de conhecimento e formulação de políticas públicas, permitindo que contribuam de maneira significativa e eficaz para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Ao examinar os jovens em suas interações, inclusive academicamente, reduz-se a inviabilidade, pois vivemos numa sociedade que retrata a juventude como um símbolo de novidade e a capitaliza como objeto de desejo. Entretanto, a realidade brasileira e amazônica ainda deve muito aos jovens, negando-lhes uma história e não os reconhecendo em seus papéis de protagonismo, inclusive nas instituições onde são maioria, como o ambiente escolar e universitário. Torna-se importante recuperar suas contribuições nas artes, na memória coletiva, nas lutas, nas diversas espiritualidades e na história contemporânea.

A invenção da Amazônia e da juventude são dois processos que frequentemente são discutidos de forma separada, quando não isolados. Argumentamos que, para uma compreensão mais profunda da socioantropologia da juventude amazônica, essas categorias devem dialogar sobre como construímos e reproduzimos ideias e representações sobre diferentes realidades sociais da região. Ambos os processos de invenção envolvem a construção de identidades coletivas e imaginários sociais que se perpetuam por meio de diferentes práticas e discursos, muitas vezes colonizadores e subalternizadores. A invenção da Amazônia e da juventude, portanto, não são fenômenos isolados, mas fazem parte de um conjunto de práticas discursivas e institucionais que moldam a realidade social historicamente vivida pelas populações amazônicas.

Concluindo, a produção acadêmica sobre juventude na Amazônia ainda está em estágios iniciais de adaptação e aplicação do conceito, revelando uma timidez na sua incorporação e atualização à realidade regional. Enquanto o uso do conceito de juventude já está presente na academia brasileira, na região amazônica esse processo ocorre de forma mais lenta e não é totalmente absorvido em suas reflexões e estudos de caso. A proposta em questão visa aprofundar a

compreensão das especificidades da condição juvenil no Brasil, explorando aspectos ainda não abordados pela produção teórica existente e fornecendo insights para novas áreas de pesquisa, especialmente aquelas relacionadas às diferenças regionais e à dinâmica entre centro e periferia, com base nos estudos já realizados sobre juventude no país.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Josimar da Silva. Círio de Nazaré: a festa da fé como comunhão solidária. Uma análise teológica a partir da concepção de fé de Juan Luis Segundo. Belo Horizonte: 2008. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teologia. Faculdade de Teologia. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Disponível em: https://faculdadejesuita.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/CIRIO-DE-NAZARE-A-festa-da-fe-como-comunhao-solidaria-Uma-analise-teologica-a-partir-da-concepcao-de-fe-de-Juan-Luis-Segundo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. Fora do mundo" - dentro da política: identidade e "missão parlamentar" da Assembleia de Deus em Belém. Belém: Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Mestrado em Sociologia, 2002.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GRASFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. In: Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 janeiro/abril 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077/5453. Acesso: 12 fev. 2024.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CACCIA-BAVA; PAIVA DA COSTA. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto; PÀMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko González (org.). Jovens na América Latina. Trad. Augusto Caccia-Bava. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, Edna (org.). Pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Annablume/CLACSO, 2019b.

CASTRO, Edna. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (org.). Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CASTRO, Lucia Rabelo de. Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude? In: Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos. 1ª Ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019a, p. 69-88. Acesso em: 26 jan. 2024

COMISION AMAZONICA DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE. La Amazonía sin mitos, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo, Ubu Editora, 2017.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: Revista Brasileira de Educação, Campinas, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: Educação Social, Campinas, v. 28, n. 100, especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 fev. 2024

DEBERT, Guita Grim. As classificações etárias e a juventude como estilo de vida. In: A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo, Edusp, Fapesp, 1999.

DICK, Hilário Henrique. Gritos silenciados, mas evidentes. Jovens construindo juventude na história. São Paulo, Loyola, 2003.

DUSSEL. Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidade latinoamericano. In: Tabula Rasa, n. 1, p. 51-86, Ene-Dic. 2003. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600104. Acesso em: 12 out. 2023.

ESCOBAR Arturo. Pluriversal Politics: The Real and the Possible. Durham, N.C.: Duke University Press, 2020.

FONSECA, Maria de Fátima da. Jovens Urbanos dos Povos da Amazônia em Belém do Pará. Tese de doutorado. Araraquara: UNESP, 2006.

FRAXE, Theresinha de Jesus; WITKOSKY, Antônio Carlos; MIGUEZ, Sâmia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. In: Ciência e cultura. v. 61, p. 30-32, 2009. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a12v61n3.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

FREIRE, Jaqueline Serra. Ser jovem na Amazônia. In: Teoria e Debate. Edição 80 - 05/01/2009a. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/2009/01/05/ser-jovem-na-amazonia/#:~:text=As%20juventudes%20amaz%C3%B4nicas%20revelam%20no,no%20circuito%20de%20culturas%20hegem%C3%B4nicas.&text=A%20juventude%20no%20campo%20n%C3%A3o,%C3%A9%20foice%2C%20cutelo%20e%20fac%C3%A3o. Acesso em: 20 mar. 2024.

FREIRE, Jaqueline Serra. Juventude Camponesa e Políticas Públicas: pertinência social do Programa Saberes da Terra na Amazônia paraense. Tese de doutorado. Belém: UFPA, 2009b. Disponível em: https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2009/Jacqueline%20Cunha%20da%20Serra%20Freire.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

FRESTON, Paul. Pentecostalismo. Seminário UNIPOP. Belém: UNIPOP, 1996.

GONDIN, Neide. A invenção da Amazônia. 3ª edição. Manaus. Editora Valer, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

GROPPO, Luís Antônio. Juventude - Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas (coleção Enfoques – Sociologia). Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no Século XXI: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

MIGNOLO, Walter (2003). Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

MONTEIRO, Alef. Cidadãos do céu, e quilombolas na terra: um estudo sobre articulações entre crenças pentecostais e aspectos da territorialização de um quilombo amazônico. Belém: 2021. Dissertação de Mestrado.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará. Disponível em: https://ppgsa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Alef%20Monteiro.pdf. Acesso: 15 jan. 2024.

MONTEIRO, Alef. O que realmente importa neste mundo? Reflexões antropológicas sobre a ecopentecostalidade assembleia. In: Sagrilegens, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 97-114, jul./dez./2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/download/32688/21920/133405. Acesso: 15 fev. 2024.

MOORE, Jason W. (Org). Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. Trad. Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

MORAES, Antônio C.R. e COSTA, Wanderley M. A valorização do Espaço. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, Robson Cardoso de. Éguas e Caboclos: as representações de uma paraensidade a partir de anúncios publicitários e vídeos compartilhados em mídias sociais. Belém: 2020. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1YgXTKcVh-KlyaG5_lP1stL9g_VijiTAE/view >. Acesso em: 10 jan. 2024

RODRIGUES, Edmilson B. Os desafios da Metrópole - reflexões sobre desenvolvimento para Belém. Belém: Labor Editorial/NAEA-UFPA, 2000.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). In: Mana 3(1):41-73, abril de 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/4xFgqqMPbXLHGc8xkfXBCVH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 mar 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1ª ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo, Ubu Editora, 2017.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. Revista Desidades, No. 1, 2013.

GT 03 - PENSAMENTO SOCIAL, UTOPIAS E EPISTEMOLOGIAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE
Modalidade: Comunicação Oral

PAULO FREIRE, IMAGINÁRIO E CULTURA AMAZÔNICA: uma práxis de educação popular intercultural para um pensamento social latino-americano

Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão Teixeira[1](UNIFAP),
Ivanilde Apoluceno de Oliveira[2](UEPA)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o imaginário e a cultura amazônica enquanto construtores de pensamento social na América Latina a partir de uma experiência de educação popular em escola pública na perspectiva intercultural de Paulo Freire. A fundamentação teórica está baseada em autores que abordam diversidade na Amazônia (Rodrigues *et al*, 2007), o imaginário que constitui a região (Louireiro, 2000), contribuições de Freire sobre interculturalidade crítica (Freire, 2015) e (Oliveira, 2015), além de autores que debatem a interculturalidade (Candau, 2008). Neste artigo os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico e documental sendo utilizada a técnica de categorização da análise de conteúdo, na sistematização e análise dos dados. O *lócus* da pesquisa de base para o relatório analisado foi uma escola pública situada na capital do estado do Pará. Os resultados perpassam pela análise da presença do imaginário Amazônico na escola, que faz parte da elaboração de um pensamento crítico e sensível; além de abordar os saberes que constituem os sujeitos, aborda as identidades culturais na Amazônia e a discussão sobre diferença e mestiçagem na região. Durante a análise dos relatórios foi possível constatar que as epistemologias amazônicas são marcadas pelo devaneio e pela análise crítica, pois desde tenra idade as crianças se posicionam a defender suas crenças em entidades do imaginário e em buscar formas de investigar e argumentar com histórias alimentadas pela tradição oral e criatividade. Essas histórias orais marcadas pelo imaginário além de se relacionarem com as personalidades em construção dos educandos, as quais são corajosas, ardilosas, tímidas ou extrovertidas, se relacionam com o contexto concreto em que os educandos vivem que é a Amazônia, com a presença marcante de matas e rios. Outro resultado diz respeito à diferença, tema que surgiu na sala de aula, as crianças das turmas pesquisadas apresentavam grande dificuldade em lidar com as diferenças, sempre a associando à desigualdade, as vendo de forma negativa e, por consequência, não usufruindo das grandes possibilidades que existem nas relações interculturais da vivência em coletividade e para a construção de um pensamento crítico e multicultural. A partir da interculturalidade crítica freireana o olhar para a cultura amazônica considera os sujeitos como capazes de produzir conhecimento, por meio de suas práticas sociais. Sujeitos ribeirinhos, indígenas, quilombolas, que não possuem suas realidades representadas nos livros didáticos, e tão pouco nas provas nacionais; sujeitos que não possuem seus saberes, falas e culturas reconhecidos socialmente e na educação. A educação intercultural de Freire compreende a cultura de forma histórica e intersubjetiva. Assim, existem várias culturas, as quais devem ser levadas em consideração na prática educacional. Não existe uma cultura, mas culturas. Cultura é processo, construção, movimento, pois não é algo estático e pronto. Desta forma, na cultura amazônica esse movimento se torna ainda mais intenso pela vastidão de territórios, indivíduos e saberes. Entre as conclusões destaca-se que a interculturalidade crítica, contribui de forma metodológica, política e epistemológica à educação popular freireana na Amazônia, por considerar as diversidades de saberes e riquezas que os constitui, visibilizando a voz dos sujeitos invisibilizados.

Palavras-chave: Educação Popular. Cultura Amazônica. Interculturalidade Crítica. Paulo Freire

[1] Docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará-UEPA. Email:hannatamiresleao@gmail.com.
[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil. Email:nildeapoluceno@uol.br.

INTRODUÇÃO

A educação na Amazônia envolve uma pluralidade de sujeitos: ribeirinhos, quilombolas, indígenas, assentados, entre outros, que convivem em um contexto cultural diverso de saberes, sabores, cores, valores, poéticas e formas de compreender a realidade social, e habitam áreas de terra firme, várzea, igapós, rurais e urbanas.

> Camponeses e citadinos de diferentes matrizes étnicas e religiosas, com diversos valores e modos de vida, assumindo uma variedade de ocupações, e em interação com a rica e atrativa biodiversidade presente nos ecossistemas aquáticos e terrestres da Amazônia (Rodrigues Et Al. 2007, p. 30).

Desta forma, há uma pluralidade cultural na Amazônia que precisa ser considerada na educação escolar, na medida em que o processo de aquisição de conhecimentos envolve relações de saberes (da experiência, populares e científicos) e de contextos (locais e universais).

Entretanto, a escola pública vem historicamente silenciando e neutralizando os indivíduos de grupos sociais e étnicos diferentes, ignorando seus saberes e especificidades culturais, entre os quais a população ribeirinha, quilombola e indígena da Amazônia.

Walsh (2009) divide a Interculturalidade em **relacional**, **funcional** e **crítica**. A Interculturalidade relacional tem como foco o contato, a relação, o intercâmbio entre diferentes culturas, de forma harmoniosa, a minimizar e neutralizar os conflitos e as relações de poder. A Interculturalidade funcional é eficaz ao sistema vigente, pois reconhece a diferença com o intuito de neutralizá-la, controlar e administrar. Por outro lado, a Interculturalidade crítica possui como ponto de partida o problema estrutural-colonial-racial e é uma estratégia em construção e processo pelos sujeitos oprimidos e objetiva transformar as estruturas, nas esferas políticas, sociais, culturais, do saber e do ser, buscando viabilizar novas maneiras de viver.

Assim, a educação intercultural é vista como estratégia política de viabilizar a superação da situação de opressão vivenciada por diversos grupos sociais. O pensamento de Freire (2015) acrescenta ao debate da interculturalidade, pois Paulo Freire é uma das bases epistemológicas e políticas dos movimentos sociais e a Interculturalidade no Brasil possui sua base nos movimentos sociais. Além disso, o pensamento educacional de Paulo Freire e a Interculturalidade crítica no Brasil presam por uma epistemologia dos sujeitos, considerando seus seres e saberes. Freire e a Interculturalidade crítica também possuem como aproximação sua utopia de transformação social por meio de estratégias de empoderamento, tais como estímulo e valorização dos seres e saberes dos sujeitos à margem, ou seja, sujeitos da cultura popular.

O objetivo deste artigo é analisar a partir da teoria social e educação como a interculturalidade crítica freireana dialoga com a cultura e com o imaginário Amazônico em práxis

de educação popular em escola pública em um bairro periférico da cidade de Belém, no estado do Pará.

A fundamentação teórica está baseada em autores que abordam a diversidade, a cultura e o imaginário na Amazônia, destacamos Rodrigues *et al (*2007) e Loureiro (2000) diversidade de sujeitos, de contextos, de saberes, sabores e cores da região. Além de Freire (2015) e autores que apontam as contribuições de Freire sobre interculturalidade crítica (Oliveira, 2015) e de autores que debatem a própria interculturalidade (Candau, 2008).

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico e documental, utilizando relatórios das práticas de ensino, sendo realizada a técnica de categorização da análise de conteúdo de Bardin (2011), na sistematização e análise dos dados. Os nomes dos docentes e alunos/as citados/as são fictícios.

No decorrer do texto busca-se apresentar a sua concepção de educação popular de Paulo Freire e em seguida dialogar por meio da mesma a interculturalidade crítica com a cultura amazônica em quatro eixos temáticos que foram elencados a partir da análise de conteúdo realizada no relatório de educação popular: a) aspectos do imaginário amazônico; b) Saberes que revelam seres; c) Dualidade: sujeito amazônida não vendo a si como tal; e d) Diferença na cultura amazônica.

1 EDUCAÇÃO POPULAR DE PAULO FREIRE

Corrêa (2007) elenca estudos e fatores constituintes da Educação Popular, a fim de expor um breve rastro histórico da mesma. O autor discorre desde a literatura da Grécia Antiga de Hesíodo, onde é possível perceber que a base das práticas educativas se encontrava no trabalho humano na terra, ou seja, na realidade concreta dos sujeitos enquanto ponto de partida e chegada da educação e eram práticas educativas que se diferenciavam da educação da nobreza, que era direcionada para a contemplação do belo.

Além disso, Corrêa (2007) destaca a Revolução Francesa como constituinte da compreensão de educação Popular por ser um marco em que os setores populares lutam por liberdade, igualdade e fraternidade. O autor também destaca a emergência do pensamento marxista, no qual se busca uma educação a partir dos setores de luta.

Diante disso, cabe destacar que a educação popular está e esteve em diversos contextos, assim, é crucial destacar que esse trabalho se refere a Educação Popular Libertadora de Paulo Freire, não integracionista ou nacional-populista, conforme classificação de Wanderley (1994).

Wanderley (1994) pontua que a educação popular na primeira metade do século XX era *Integracionista*, pois acreditava integrar, por meio da educação para todos, possibilitando participação na democracia, entretanto, o autor afirma que era uma forma de integrar o campesinato ao capitalismo.

Outra modalidade da educação popular apresentada por este autor refere-se à *nacional-populista*, que era uma estratégia útil à ideologia nacional desenvolvimentista, na qual, classes populares e dominantes buscavam o desenvolvimento do país, entretanto, "quando grupos de seus intelectuais orgânicos começam a influir nas decisões de planos nacionais de cultura e educação popular, e setores dominantes temerosos mudam sua orientação de apoio aquele pacto social" (Wanderley, 1994, p.63).

Além desta diferenciação apresentada por Wanderley (1994) destacamos a seguir a educação popular como um acumulado histórico, marcado por cinco troncos, como contribui Mejía (2013) sendo a) lutas de independência, momento o qual a educação popular é vista como capaz de ajudar o sujeito a se diferenciar, a ser inventor de sua própria história; b) universidades populares, tentativas de sua construção: educação que direcionava os educandos a buscar os seus interesses, a partir de uma tomada de consciência do seu lugar e papel no contexto social, histórico e político; c) escola própria, também tentativa de construção, tendo como base a prática educativa conforme a cultura dos indígenas e uma pedagogia baseada no trabalho; d) projetos educativos ao serviço dos grupos desprotegidos na sociedade, que busca a mudança social por meio de fé e alegria, justiça integral e educação ampla e qualificada; o ultimo tronco e) Pedagogia de Paulo Freire: período de construções conceituais e práticas.

A Educação Popular Libertadora possui seu primeiro momento fundacional na luta dos movimentos populares, os quais produziam cultura popular e resistência. Neles se deram as primeiras experiências de Educação Popular no Brasil. O segundo momento se refere a pertinência do marxismo na formação de educadores populares, conforme Mota Neto (20015, p. 123)

> Conceitos como os de classe social, luta de classe, infra e superestrutura, consciência de classe, revolução, socialismo, vanguarda, intelectual orgânico, hegemonia, bloco histórico, alienação estão fortemente presentes na literatura da educação popular, especialmente as dos anos 70 e 80.

Esta Educação Popular Libertadora, de acordo com Brandão (1980) é *com* os povos, não *para* os povos. Por isso, reforça e valoriza as potencialidades do povo (Wanderley, 1994), percebe os sujeitos como protagonistas da transformação social. Assim, busca "diminuir o impacto da crise social na pobreza e dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do

camponês, da mulher, do afro-americano, do analfabeto e do trabalhador industrial" (Gadotti; Torres, 1994, p. 8).

Brandão (2002), na obra Escola cidadã, apresenta a trajetória histórica da educação popular no Brasil, a iniciar no fim do século XIX e início do XX com projetos de educação à operários e seus filhos e com colégios católicos, direcionados a pessoas carentes. Já o segundo momento, teve início nos anos 20, buscando a democratização do ensino por meio de escolas públicas e cultura laica, objetivando o fim da hegemonia católica na educação. O terceiro momento da Educação Popular, anos 60, é marcado pela presença de Paulo Freire e dos movimentos de cultura popular, por meio de reflexões e ações. Os anos 70 e 80 são o quarto momento, no qual a educação popular assume dimensão latino-americana, e a associação entre educação popular e movimentos sociais se intensifica. Já o quinto, e último momento destacado pelo autor, refere-se aos anos 80, com projetos governamentais de escolarização popular.

Neste momento da pesquisa damos ênfase ao terceiro marco histórico apresentado pelo autor, devido nosso foco estar na Educação Popular de Paulo Freire. Conforme Brandão (2002) a escola deste período era direcionada aos interesses da classe dominante, visando manter a lógica do sistema capitalista. Daí surge a necessidade de uma educação popular *com* o povo, de criar novas maneiras de possibilitar às classes populares o acesso ao conhecimento das ciências. Para Oliveira (2015, p. 29):

> A educação popular surge como crítica à educação institucionalizada oficial e com propostas de mudança na escola, mas é por meio dos movimentos populares que se efetiva em espaços não escolares. Por meio de educação de jovens e adultos visava-se um trabalho educativo que se iniciava na cultura popular.

A cultura popular consiste em um conceito chave na educação popular, pois não é compreendida como algo dado e imposto, mas como algo em construção, ligado à ética, política e transformação social.

Assim, a educação popular lida com o saber e seus intercâmbios, destacando a importância de não dicotomizar os saberes em científicos/eruditos e populares, sendo o saber científico visto como rigoroso, sistemático, culto e centralizado, enquanto o saber popular é visto como senso comum, inculto e difuso. A educação popular na perspectiva freireana busca a legitimação do saber popular como conhecimento, o que implica em respeitar o saber dos educandos.

Os movimentos de cultura popular também possuem papel protagonista neste período da educação popular, pois a gênese da atuação de Paulo Freire com jovens e adultos resulta da sua participação no Movimento de Cultura Popular. Esse movimento objetiva oferecer educação a todos,

com base na sua comunidade e sua cultura, por meio de “Centros de cultura” e “círculos de cultura”, criados por Paulo Freire, sendo esses um espaço.

> Em que se conhecia em lugar de se fazer transferência de conhecimento. Em que se produzia conhecimento em lugar de justaposição ou superposição de conhecimento feitas pelo educador a ou sobre o educando. Em que se construíam novas hipóteses de leitura do mundo. (Freire, 2003, p. 161)

Diante disto, a pedagogia humanista e libertadora de Paulo Freire (2005 a) apresenta a libertação como conquista e não como doação, que inclui as lutas de classe, etnia, gênero, idade, entre outros

Na concepção de educação freireana a “função da escola é preparar criticamente o indivíduo, integrando-o à sociedade, contribuindo para a transformação social” (Oliveira, 2006, p. 122), com isso, compreende-se que a educação pode transformar a realidade por meio dos sujeitos, tendo como o principal método o diálogo, a considerar que o indivíduo está em constante transformação e relação com o contexto, em problematização, reflexão e ação

Na prática pedagógica, conforme Freire (2015), é importante que haja diálogo crítico e libertador, o qual deve ser vivenciado com os oprimidos independentemente do grau de luta por libertação que ele esteja, pois, o diálogo é uma ação política e cultural para a liberdade. Para Freire (2011), o educador, ainda que esteja em alto grau de luta por libertação deve saber ouvir nesse diálogo.

Além disso, é fundamental destacar o caráter ético desta prática educativa, visto que educandos e educadores são seres históricos e sociais, “capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos” (Freire, 2011, p, 34). A prática pedagógica não pode ou deve se dar de forma distanciada da formação moral, com caráter somente técnico, superficial e estático.

Desta forma, a prática pedagógica dialógica, ética e cultural “é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje” (Freire, 2011, p, 140).

O pensamento educacional de Paulo Freire, como afirma Oliveira (2006, p.122), também faz parte da Educação multicultural crítica, elaborada por Moacir Gadotti e por Paulo Freire; sendo definida como Pedagogia humanista-libertadora, que compreende a educação:

> como comunicação, diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos que buscam o conhecimento. A educação apresenta-se como situação gnosiológica e prática de liberdade, na qual os sujeitos, mediatizados pelo mundo, conhecem e comunicam-se sobre a realidade conhecida.

Diante do exposto é notável que a contribuição de Paulo Freire se aplica a inúmeras áreas, em especial à Educação Popular, vista como uma ação política contra a opressão, uma educação do povo e *com* o povo.

2 PRÁXIS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA AMAZÔNIA

2.1 Aspectos do imaginário amazônico

Loureiro (2000) aponta que todas as histórias dos povos possuem um começo fabuloso, entretanto, na Amazônia continuamos imersos neste estado de começo fabuloso. Ainda somos guiados por memória, pela palavra oralisada e pelo maravilhamento no e com o cotidiano. Descobrimos o mundo por meio do estranhamento e pelo desejo de conhecer.

Conforme o autor, a imensidão da Amazônia possibilita um lugar do devaneio, um pensamento vago o qual ainda que tecido por palavras não é totalmente revelado por elas, é marcado por uma emoção poetizada, assim, é uma linguagem produzida pela imaginação: "Revelando a beleza escondida do mundo, a poesia alarga o círculo da imaginação, alimentando o pensamento com sua forma, ação, linguagem e repercussão na cultura" (Loureiro, 2000, p. 52).

Nos relatório de observação da escola pesquisada, notou-se por meio de conversas dos educandos em momentos de intervalo ou em sala de aula, que o tema das lendas amazônicas, era citado com frequência. Um destes momentos foi de discussão sobre a veracidade das lendas em uma turma do 2º ano do ensino fundamental:

> - Lá no interior do meu tio tem uma cobra grande, todo mundo tem medo dela. (A- Elder)
> - Isso é tudo mentira, isso é só história. (A- Fernanda)
> - Mas meu tio já até viu o olho dela acender no rio. (A- Elder).
> (Relat. 2, 2017)

Neste diálogo observamos que a cobra grande, que faz parte da lenda da Amazônia, tanto desperta interesse, como provoca o debate sobre a veracidade de sua existência.

Oliveira e Mota Neto (2008) explicam que as águas da Amazônia trazem um imaginário permeado por entidades que se caracterizam por meio de figuras de animais reais, mas envolvidos de mistérios, forças e poderes sobrenaturais. Esses seres são vistos como reais e suas histórias verdadeiras, porque, é sempre alguém da família, tios, avós, pais, que narram a experiência vivida com os entes, no cotidiano social.

O interesse pelo imaginário amazônico contribui à prática pedagógica, por exercitar a criatividade e imaginação dos educandos, como relata a professora da turma do 1º ano, deixando evidente que utiliza as lendas da Amazônia em suas aulas:

> *Trouxe a lenda da Matinta Perêra, trouxe o boto, o curupira. Principalmente por causa da idade deles, com muita imaginação, eles participam muito.*
> *É mais quem conta caso "que a mamãe contou... que a vovó contou".*
> *(P-Dayse – Relatório. 21, 2017)*

Essa criatividade é alimentada pelas histórias orais narradas pelos familiares e também pelos filmes, com personagens extraordinários, que em muitos casos são inspirados em mitos e lendas, os quais fazem com que as crianças em suas brincadeiras admirem e "usem" seus poderes e habilidades, como é notório nesta conversa de alunos no 1º ano:

> **-** *Vamos brincar, gente!* (A- Dario)
> *- Eu sou o Thor!* (A- Ivan)
> *- Eu sou a Mulher Maravilha.* (A- Dinair)
> (Relatório. 27, 2017)

Essas histórias orais marcadas pelo imaginário além de se relacionarem com as personalidades em construção dos educandos, as quais são corajosas, ardilosas, tímidas ou extrovertidas, se relacionam com o contexto concreto em que os educandos vivem que é a Amazônia, com a presença marcante de matas e rios.

Desta forma, as lendas de acordo com Bettelhem (2012, p. 11) contribuem para a formação integral da criança.

> Para que uma história realmente prenda a atenção da criança, deve entretê-la e despertar a sua curiosidade. Contudo, para enriquecer a sua vida, deve estimular-lhe a imaginação: ajudá-la a desenvolver seu intelecto e a tornar clara suas emoções; estar em harmonia com suas ansiedades e aspirações; reconhecer plenamente suas dificuldades e, ao mesmo tempo, sugerir soluções para os problemas que a perturbam.

O brincar com lendas e personagens usando a imaginação e criatividade das crianças, está no fato do lúdico ser essencial ao desenvolvimento infantil. Assim, é por meio do lúdico que a criança constrói conhecimentos, não conhecimentos isolados em si só, mas conhecimento de realidade, de si e do outro. Por meio da criatividade, da imaginação e da brincadeira é que:

> a criança se expressa, se comunica, explora o meio em que vive, relaciona-se com o outro, com a natureza, interage com o mundo e vivencia sua realidade, ao mesmo tempo em que desenvolve sua capacidade de interpretar o mundo e experimentar a alegria de ser ela mesma. (Carvalho, 2016, p. 175).

Em suma, os aspectos do imaginário amazônico são necessários de serem abordados nas escolas, pois surgem nos seus cotidianos e possuem grande potencial ao desenvolvimento dos educandos. Além disso, valoriza os saberes culturais locais.

2.2 Saberes que revelam seres

De acordo com Albuquerque e Sousa (2016) além das margens do conhecimento científico existe outros saberes os quais também possuem inteligibilidade, sistematização, regras, coerências, complexidade e organização. Para os autores é necessário que a noção clássica de racionalidade seja expandida, para que abarque as diferentes epistemologias, com isso, os saberes do imaginário são saberes culturais da Amazônia.

Nas falas dos educadores percebemos existir o reconhecimento dos saberes culturais dos educandos, o que implica em reconhecer o ser de sujeitos, que muitas vezes são negados e possuem seus saberes semelhantemente negados ou considerados inferiores.

No diálogo com os alunos a professora Eneida enfatizou o valor dado aos diferentes saberes e às diferentes formas de aprendizagem.

> *- os filhotes de gatinho aprendem muitas coisas.* **(**P- Eleanor)
> *- mas eles não têm escola!* (A- Fernanda)
> *- Nós só aprendemos aqui na escola?* (P- Eleanor)
> *- não, em casa, na família.* (A- Gilmar)
> *- Fora da escola a gente também aprende a ter educação. (*A- Hilda)
> *- respeitar os mais velhos.* (A- Rui)
> *- respeitar quem está falando.* (A- Jair)
> *- as pessoas em todo lugar ensinam tudo, a andar, a falar, a comer.* (A- Fernanda)
> *- Ensinam até a comer peixe, que é difícil.* (A- Karla)
> *- Ensinam a andar de bicicleta* (A- Leonardo)
> *E outros 12 alunos se inscreveram para falar e falaram sobre suas experiências referentes a aprender a andar de bicicleta.*
> *-nossa vida de estudante dura a vida todo, por isso precisamos sempre das outras pessoas* (P- Eleanor**)**
> *- é verdade professora, o primo da minha mãe é analfabeto, porque ele só estudou até a 4ª série, mas ele sabe de um monte de coisa que aprendeu com os outros.* (A- João)
> **(**Relat. 9, 2016)

Observamos que por meio de uma única e simples indagação feita pela professora Eleanor "Nós só aprendemos aqui na escola?" Os educandos conseguem construir raciocínios lógicos e argumentos para defender a ideia de que existe outros saberes.

Estas falas também evidenciam uma postura intercultural, pelo fato dos educandos concluírem que não aprendem unicamente na escola, que aprendem no decorrer da vida por meio da relação com os outros. Assim, o outro se torna essencial ao desenvolvimento do eu.

Tubino (2016, p. 12) explica que "o diálogo de saberes pressupõe não apenas que há distintas maneiras de compreender e organizar a realidade, mas que os indivíduos e povos de diversas culturas compartilham o mesmo esforço análogo de compreender o mundo e de se compreenderem a si mesmos no mundo".

Desta forma, a construção do conhecimento se dá a partir da relação entre diferentes culturas e seus saberes; da problematização sobre quais saberes são reconhecidos; e da necessidade de diálogo entre os saberes para a compreensão de si e da realidade.

A professora Dayse contribui a essa reflexão com a seguinte fala:

> *Lá no mês de junho, trabalhei muito com lendas com eles. O que é muito legal disso, é que tu tocas num assunto e eles vão levar para o pai, para mãe, para os avós. Teve um aluno que veio contar toda a história para mim de como os avós e o pai dele fazem farinha, lá no interior* (Relat. 21, 2017).

As conversas entre os alunos evidenciam também a expressão de saberes adquiridos no convívio social, proveniente da medicina popular.

> **-** *Égua, lá em casa tem muito carapanã!* (A- Gilmar)
>
> *- Cuidado para ti não pegar dengue.* (A - Hilda)
>
> **-** *para não pegar dengue, a minha vó lá em Ourem faz um repelente e passa na gente, ela faz com álcool, óleo e umas plantas.* (A - Rui) (Relat. 2, 2016)

Desta forma, os saberes provenientes das práticas sociais contribuem para a formação dos sujeitos e para o diálogo em sala de aula. E nos mostra que as crianças aprendem pelo saber da experiência, pelo ouvir, pelo observar;

2.3 Dualidade: o sujeito da Amazônia não vendo a si como tal

"Dualidade" é o conceito apresentado por Freire (2015) na Pedagogia do Oprimido, que se remete ao sujeito oprimido que hospeda em si o opressor, introjetando suas características "São eles e ao mesmo tempo são o outro" (Freire, 2015, p. 67). Sujeitos entranhados em alienação, buscam se parecer o máximo com o opressor.

Esta categoria foi percebida durante a observação participante na seguinte fala "Tia, olha o meu caderno de desenho, são meus cantores preferidos, Anitta, Biel, MC Gui" (A- Erita). (Relat. 4, 2016).

Nesta citação podemos notar que a educanda só possui cantores preferidos de fora da região, possui preferência até mesmo por um cantor norte americano, que canta em um idioma o qual a aluna não domina, do que preferência por cantores e compositores paraenses. Inquietação que a professora Eleanor, regente desta turma possui e já levanta uma possível explicação para tal preferência dos alunos

> *Eles dominam poucos aspectos da cultura amazônica, porque não é o que eles escutam na mídia, isso é o que a escola precisa trabalhar mais. A gente trabalhou na festa junina o carimbó, algumas músicas no Nilson Chaves. E eles pouco se reconhecem como sendo deles (P- Eleanor). (Relat. 22, 2016).*

Explicação essa a qual apontamos que se aplica para além das músicas, apontamos que parte de uma visão colonial, pois os sujeitos amazônicos e latino-americanos no geral tendem a ter preferência pelo que é de fora, o eurocentrismo é forte na universidade, na música, na literatura e na vida. Daí a importância de uma pedagogia decolonial, que procure repensar a epistemologia a partir dos subalternos, dos saberes negados, a partir de obras da Amazônia, ou seja, fazer questionamento crítico do legado europeu e norte americano na vida de sujeitos amazônidas.

De acordo com Mota Neto (2015, p. 312) pedagogias decoloniais pensam a partir da compreensão de conhecimentos distintos, não considerando que há somente uma forma de pensar correta:

> As pedagogias decoloniais estimulam o pensar a partir de genealogias, racionalidades, conhecimentos, práticas e sistemas civilizatórios e de vida distintos. São pedagogias que incitam possibilidades de estar, ser, sentir, existir, fazer, pensar, olhar, escutar e saber de outro modo, pedagogias encaminhadas em direção a processos e projetos de caráter, horizonte e intenção decoloniais.

2.4 Diferença na cultura amazônica

Um tema que surgiu na sala de aula foi a **diferença,** as crianças das turmas pesquisadas apresentavam grande dificuldade em lidar com as diferenças, sempre associando diferença à desigualdade, as vendo de forma negativa e, por consequência, não usufruindo das grandes conquistas e possibilidades que existem nas relações interculturais.

No diálogo, a seguir, extremamente simples e direto, fica evidente a necessidade em se abordar as diferenças na sala de aula:

> *- É bom ser diferente?* (P- Dayse)
> *- Não!* (Alunos Em Coro)
> *- Nossas mãos não têm dedos iguais, mas é bom perder algum?*
> (P- Dayse)
> [Alunos em silêncio]
> - Ah, então a gente precisa das diferenças às vezes? (A - Fábio)
> *- Às vezes não, sempre! Sempre precisamos das diferenças. (*P- Dayse). (Relat. 12, 2016).

A professora ao inserir a temática "diferenças" na turma, tanto a primeira resposta da turma, quanto o silêncio evidenciam o quanto o padrão de normatividade já atua nas mentalidades dos educandos, os fazendo acreditar que o correto é ser igual.

O trabalho das professoras, então, foi trazer para a sala de aula o cotidiano cultural dos alunos e por meio dele tratar questões da interculturalidade crítica, como a valorização dos saberes e da cultura local.

A partir dos pressupostos da interculturalidade crítica freireana o olhar para a cultura amazônica é a que considera os sujeitos da Amazônia como capazes de produzir conhecimento, por meio de suas práticas sociais.

Sujeitos ribeirinhos, indígenas, quilombolas, entre outros, que não possuem suas realidades representadas nos livros didáticos, e tão pouco nas provas nacionais; sujeitos estes que não possuem seus saberes, falas e culturas reconhecidos socialmente e na educação.

A educação intercultural de Paulo Freire compreende a cultura de forma histórica e intersubjetiva. Assim, existem várias culturas, as quais devem ser levadas em consideração na prática educacional. Neste contexto, na Amazônia não existe apenas uma cultura, mas culturas. Fares (2008, p. 102) destaca que não existe uma cultura nem uma identidade amazônica no singular, "a compreensão deste espaço é sempre concebida no plural. As diferentes manifestações culturais trazem marcas do hibrido, da mestiçagem, e reconhecem as presenças indígenas, africanas, libanesas, nipônicas, entre tantas outras".

Quando se trata de cultura nos referimos a processo, construção, movimento, pois não é algo estático e pronto por si mesmo. Desta forma, na cultura amazônica esse movimento se torna ainda mais intenso pela vastidão de territórios, indivíduos e saberes.

A cultura amazônica, segundo Loureiro (2000, p.31) é "aquela que tem sua origem ou está influenciada, em primeira instância, pela cultura do caboclo" e este caboclo "pode ser entendido para além das limitações que a questão étnica poderia impor". Assim, a cultura amazônica cabocla está presente em toda a Amazônia.

Na educação de Freire (2014, p. 94) é importante respeitar a movimentação interna das culturas. No movimento de uma cultura com a outra. Ele destaca ser o problema "de relação: a verdade não está nem na cultura de lá e nem na minha, a verdade do ponto de vista da minha compreensão, está na relação das duas". Se o foco está na relação entre as culturas não podemos partir do pressuposto que há sujeitos superiores e inferiores, culturas modernas e primitivas, devemos considerar as potencialidades e peculiaridades de todas.

Esse julgar o outro superior a si, que constitui a mentalidade brasileira, que idealiza o europeu, resulta por considerar os sujeitos amazônicos como primitivos, folclóricos e com nada a contribuir com a sociedade brasileira. Com isso, os processos interculturais da Amazônia, em relação ao restante do país, foram reduzidos desde o período colonial. Entretanto, a diversidade de sujeitos, saberes, valores e práticas sociais, em interação com a biodiversidades dos ecossistemas aquáticos e terrestres da Amazônia. (Oliveira; Santos, 2009), evidencia as grandes possibilidades que a Amazônia possui em exercer relações interculturais em seus contextos diversos e com o restante do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a interculturalidade crítica de Paulo Freire se faz importante na educação popular na Amazônia, tendo como ponto de partida as culturas dos educandos. Prática educativa que se dá a partir dos conhecimentos e dos imaginários dos sujeitos contribuindo na formação dos mesmos por ser contextualizada.

O contexto amazônico é formado por uma diversidade de saberes e espaços culturais. Nele existem variados saberes sobre ecossistemas, mitos, lendas, culinária e trabalho, que podem participar na aprendizagem significativa dos educandos, atuando como conhecimentos subsunçores, basilares a novos conhecimentos. Assim, diante de um contexto tão diverso em conhecimentos e expressões culturais não há sentido o hierarquizar em relação a outros conhecimentos, e outras culturas.

Estudar a Amazônia é compreendê-la como um espaço em que muitas culturas convivem e contribuem entre si, a manter a identidade de cada povo. A diversidade amazônica é evidente desde seus aspectos físicos, sua biodiversidade e seus ecossistemas.

Desta forma, a diversidade amazônica se estende do nível físico ao simbólico, cultural e social. Além da diversidade de verde, há a diversidade de seres, saberes e culturas. Esta variedade cultural na Amazônia é quem define a identidade de cada um dos sujeitos os quais a constituem. Portanto, a Interculturalidade na educação popular na Amazônia envolve essa articulação entre os conflitos das diferenças, conflitos estes que contribuem na formação da identidade do sujeito amazônico.

A interculturalidade na Amazônia se refere a uma educação popular que tem seu ponto de partida, sua diretriz nos múltiplos saberes e inteligências presentes nesses povos.

Enfim, a interculturalidade crítica, contribui de forma metodológica, política e epistemológica à educação popular freireana na Amazônia, por considerar as diversidades de saberes e a riqueza que os constitui, dando voz aos sujeitos invisibilizados em sua cultura e saberes.

Referências

ALBUQUERQUE, M.B.; SOUSA, Márcio Barradas Sousa. Saberes Culturais. In: Uwakürü: dicionário analítico. ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. PACHECO, Agenor Sarraf. (Orgs.), Rio Branco: Nepan Editora, 2016, p. 230-250. Disponível em: http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/Uwa_k_r__Dicion_rio_Anal_tico_1877679675.pdf

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2011.

BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. 27e. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação Popular na Escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____Da educação fundamental ao fundamental da educação. *Cadernos do CEDES 1*: Concepções e experiências de educação popular, São Paulo, Cortez/Autores Associados/CEDES, ano I, n. 1, 1980.

CANDAU, Vera; MOREIRA, Antônio Flávio. *Multiculturalismo*: Diferenças Culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis –RJ: Vozes, 2008.

CARVALHO, Nazaré C. O brincar na ilha de colares. In. ALBUQUERQUE, Maria Betânia. *Saberes da experiência, saberes escolares*: Diálogos interculturais. Belém: EDUEPA, 2016.

FARES, Josebel. Cartografia Poética. In. OLIVEIRA, Ivanilde (org). *Cartografias Ribeirinhas*: Saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizandos amazônidas. 2e. Belém: CCSE-UEPA, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 59e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____*Pedagogia da Tolerância*. 2e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____ *Cartas a Cristina:* Reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2e. São Paulo: UNESP, 2003.

_____ Educação & *Atualidade Brasileira. 2e.* São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. Poder e desejo: a Educação Popular como modelo teórico e como prática social. In: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). *Educação Popular:* Utopia Latino-Americana. São Paulo: Cortez: EDUSP, 1994.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica*: uma poética do imaginário. Tese (Doutorado em Comunicação Social) Belém: Cejup, 2000.

MEJÍA, Marco Raúl. Posfácio – La Educación Popular: una construccióncolectiva desde elsur y desde abajo. In: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). *Educação Popular*: Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTA NETO, João Colares da. *Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. 2015. 368f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. *Paulo Freire:* gênese da Interculturalidade no Brasil. Curitiba: Vozes, 2015.

_____ *Filosofia da Educação:* reflexões e debates. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

_____; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. A Cultura Amazônica em Práticas Pedagógicas de Educadores Populares. In: OLIVEIRA (org.). *Caderno de Atividades Pedagógicas em Educação Popular:* Relatos de Pesquisas e de Experiências dos Grupos de Estudos e Trabalhos. Belém: EDUEPA, 2009.

_____; MOTA NETO, João. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In. OLIVEIRA, Ivanilde (org). *Cartografias Ribeirinhas*: Saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizandos amazônidas. 2e. Belém: CCSE-UEPA, 2008.

_____ *Filosofia da Educação***:** reflexões e debates. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

RELATÓRIO Nº2. *Prática de Educação Popular*. Belém, 2016.

RODRIGUES, Denise et al. Cultura, cultura popular Amazônia e a construção imaginária da realidade. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. *A cultura amazônica em práticas pedagógicas de educadores populares.* Belém: EDUEPA, 2007.

TUBINO, Fidel. Porque a formação cidadã é necessária na educação intercultural. In. CANDAU, Vera. *Interculturalizar, Descolonizar, Democratizar*: uma educação "outra". Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina:* entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WANDERLEY, Luis Eduardo. Formas e orientações da educação popular na América Latina. In: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). *Educação Popular: Utopia Latino-Americana*. São Paulo: Cortez; EDUSP, 1994.

GT 3 – Pensamento social, utopias e epistemologias na América Latina e Caribe

NOTAS SOBRE O FEMINISMO DESCOLONIAL DE SILVIA CUSICANQUI

Joyce Otânia Seixas Ribeiro (CAAB\UFPA)[1]
Cibelly Brito Freiras (CAAB\UFPA)[2]
Raysa Gomes Costa (CAAB\UFPA)[3]
Juliana Luz Cardoso (CAAB\UFPA)[4]

Resumo: este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida com o apoio de bolsistas do PIBIC-UFPA. Tem como objetivo ampliar e aprofundar a reflexão sobre o pensamento descolonial de Sílvia Rivera Cusicanqui, boliviana, socióloga, historiadora, professora e ativista de origem Aymara, para pensar ações de resistência de mulheres artesãs nos ateliês de produção do brinquedo de miriti, na cidade de Abaetetuba. A pesquisa aciona o aporte teórico da autora em tela (RIVERA CUSICANQUI, 1987, 2010, 2015, 2018a, 2018b), e a *arte do fazer* é da pesquisa teórica que, no campo dos Estudos Culturais latino-americanos, não é considerada asséptica e/ou neutra, mas sim, contingente e politicamente informada, pois as teorias são historicamente construídas e revelam interesses de classe, de gênero, de sexualidade, de nação, de raça/etnia, de geração, na medida em que resultam de decisões vinculadas a prática social. Os resultados informam que além da proposição de uma ação política, a autora constitui duas metodologias de pesquisa descoloniais para recuperar a história indígena andina, ocultada pela ação colonizadora europeia.

Palavras-chave: Silvia Rivera Cusicanqui. Violência colonial. Feminismo descolonial.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida com o apoio de bolsistas do PIBIC-UFPA. Tem como objetivo ampliar e aprofundar a reflexão sobre o pensamento descolonial de Sílvia Rivera Cusicanqui para pensar ações de resistência das mulheres artesãs nos ateliês de produção do brinquedo de miriti, na cidade de Abaetetuba.

[1] Professora de Didática da Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba – Universidade Federal do Pará. Líder do Gepege – Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Educação – CNPq. E-mail: joyce@ufpa.br
[2] Aluna do curso de Pedagogia – Faculdade de Educação e Ciências Sociais\Campus Universitário de Abaetetuba – Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica, Pibic\Interior 2023-2024. E-mail: cibellybritofreitas@gmail.com
[3] Aluna do curso de Pedagogia – Faculdade de Educação e Ciências Sociais \Campus Universitário de Abaetetuba – Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica, Pibic\AF 2023-2024. E-mail: raysacosta54@gmail.com
[4] Aluna do curso de Pedagogia – Faculdade de Educação e Ciências Sociais \Campus Universitário de Abaetetuba – Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica, Pibic\Interior 2023-2024. E-mail: julianaluz7383@gmail.com

A pesquisa aciona o aporte teórico de Rivera Cusicanqui (1987, 2010, 2015, 2018a, 2018b), refletido por meio da pesquisa teórica, uma *arte do fazer* que, para Salvador (1986), é relevante pois as teorias permitem aprofundar, estender e contribuir com a produção de conhecimento situado em certo espaço-tempo. Ainda que a pesquisa teórica seja criticada em razão de ser abstrata, com linguagem hermética e desvinculada da prática social, Apple (1994), além de considerá-la uma modalidade de reflexão teórico-crítica, defende sua significância por seus efeitos políticos. No campo dos Estudos Culturais latino-americanos, esta não é considerada asséptica e/ou neutra, mas sim, contingente e politicamente informada, pois as teorias são historicamente construídas e revelam interesses de classe, de gênero, de sexualidade, de nação, de raça/etnia, de geração, na medida em que resultam de decisões vinculadas a prática social.

Considerando a perspectiva descolonial de Rivera Cusicanqui, a pesquisa teórica foi situada na arena colonial, de modo que sua finalidade é movimentar o pensamento e a reflexão considerando a colonização e seus efeitos no território, na cultura e no sujeito nativo, de modo a incitar a resistência individual e coletiva. No campo epistêmico, a pesquisa teórica movimenta o pensamento e abre novas trilhas para a produção de conhecimento situado, promovendo o encontro, a tensão e o diálogo produtivo entre conhecimentos ancestrais e a episteme ocidental. O procedimento de pesquisa incluiu o mapeamento da literatura pertinente, acionando fontes primárias em língua espanhola, bem como traduções e artigos de comentadores/as, a documentação biobliográfica, a análise, a tradução e a escritura.

Silvia Rivera Cusicanqui é boliviana de origem aymara, socióloga, historiadora, professora e militante nos movimentos sociais urbanos e nos movimentos sociais indígenas na Bolívia, como o katarismo e os cocaleros. Se tornou referência no campo do pensamento crítico latino-americano e dos estudos descoloniais em particular, e hoje ocupa este cenário com uma vasta contribuição política, teórica e, principalmente, com propostas metodológicas que permitem a subversão da herança colonial.

O artigo está organizado em dois itens, de modo que no primeiro apresentamos a contribuição política de Silvia Rivera Cusicanqui e, no segundo, a potencialidade de suas duas metodologias descoloniais, a História oral andina e a *Sociologia da imagem*.

1 A contribuição política do pensamento descolonial de Silvia Rivera Cusicanqui

Ainda que seu pensamento não expresse na totalidade um feminismo descolonial, Cusicanqui intenciona práticas de resistência comprometidas com um pensar-fazer outro, para um reordenamento das estruturas sociais e subjetivas implantadas pelo ocidente nas mulheres colonizadas e que produzem o sexismo, o racismo e a misoginia.

No campo político sua contribuição é o indicativo da necessidade de um compromisso com práticas de resistência descoloniais, tanto nos movimentos sociais quanto na academia, pois as ações descolonizadoras são capazes de desestruturar a lógica de dominação colonial, combatendo a violência por meio de práticas cotidianas de mulheres e de homens nativos colonizados\as.

Rivera Cusicanqui (2010, 2018a), situa o cenário que tornam tais ações urgentes. Desse modo, considera que o sistema colonial dominou as nações colonizadas configurando uma hierarquia entre colonizador-colonizado, materializada por meio da imposição da norma da cultura europeia considerada padrão universal, ancorada em um sistema binário que nega o diálogo horizontal, inferiorizando e excluindo o outro. Hoje, o colonialismo interno – modo de dominação ancorado no horizonte colonial de longa duração, articulado a este, mas sem superá-lo ou modificá-lo, sendo responsável por reeditar as estruturas coloniais contemporâneas –, como atual estrutura de poder colonial, é indispensável para a compreensão da estratificação social e da constituição de identidades na Bolívia, pois, no fim, a lógica de opressão de indígenas, mestiças e mestiços segue inalterada.

Nesta cena, as mulheres colonizadas sofreram e sofrem com a colonização ibérica que impôs um padrão de conduta bem distinto do da cultura nativa, homogeneizando-a a partir do centro. Hoje, com o colonialismo interno, as mulheres nativas ainda sofrem com as normas do patriarcalismo europeu, que orientam relações sociais que as subjugam.

Nos movimentos sociais – assim como na academia como veremos mais adiante –, a ação parte da consciência da mestiçagem. A noção de mestiçagem de Rivera Cusicanqui (2010), é delineada a partir do conceito de sociedade *abigarrada* (sociedade heterogênea) de René Zavaleta, que considera as zonas fronteiriças. A partir disso, a mestiçagem constitui-se de opostos indeterminados e produtivos que, ao se intersecionem, não atingem uma mistura completa. A mestiçagem se expressa no Ch'ixi, uma noção cunhada pela autora, que

remete a coexistência de múltiplas diferenças culturais que, sem se fundirem se complementam. Na cena da mestiçagem, a identidade é tomada como um tecido de intercâmbios, um tecido feminino em permanente devir, logo, a identidade não pode ser pensada como aprisionada em um mapa limitado ou a debates sobre inclusão de minorias, bem ao gosto do multiculturalismo oficial (RIVERA CUSICANQUI, 2018b). Considerando isso, a identidade Chi'ixi é indeterminada e tensa, energizada pela fricção das diferenças, explosiva, insubmissa e produtora de ruído, induzindo a subversão ao domínio colonial. Em uma palavra, é uma identidade descolonizada.

O Ch'ixi, além de ser a metáfora para um processo de autoconsciência individual no interior do processo de descolonização, não tem traço neutro, mas remete a passados e presentes indígenas, femininos e comunitários amalgamados. A esse amálgama a autora em tela denomina de tecido Ch'ixi, que para além de metáfora, compreende uma sociabilidade e um *ethos* que formam a base de uma micropolítica e de modos de vida. Como é possível notar, o *ethos* Ch'ixi é diferente do *ethos* chiixi, de modo que o primeiro se manifesta como prática e reflexão comunitária orientada à produção do comum autogestionário, articulando resistências micropolíticas capazes de enfraquecer as estruturas estatais, constituindo espaços de sociabilidade alternativos em lutas por sobrevivência; e o segundo, remete a adaptação e a homogeneização.

Diante do cenário sociocultural colonizado, com uma política estatal multicultural excludente e uma elite intelectual acadêmica com retóricas de inclusão de indígenas e mestiças\os, mas que, no fim, produz um *ethos* conformista, há a necessidade de uma ação capaz de descolonizar corpos e mentes de homens e mulheres nativos e mestiços na direção da autoidentificação coletiva e individual.

No cenário acadêmico, a elite intelectual – considerada por ela como pós-moderna e pós-colonial – encontra-se enredada na teia do clientelismo acadêmico das univerisdades do Norte, defendendo uma certa *geopolítica do conhecimento* – aqui, mais uma vez, critica o giro decolonial do Grupo Modernidade\Colonialidade – descolada dos problemas cotidianos andinos. Tanto é assim que para o discurso descolonizador da academia, o Ch'ixi é apenas um horizonte para a descolonização, o que o reduz a uma expressão vazia do discurso da elite colonial moderna nos Andes que, ao assim proceder, reedita sucessivos processos de recolonização.

Os alunos e alunas mestiços e mestiças das universidades bolivianas, precisam conhecer a história andina e seus efeitos em suas comunidades no presente, para a tomada de consciência de sua mestiçagem e para *pensar-fazer* uma ação social e cultural de resistência. É preciso despertar o interesse deles e delas pelos temas e problemas coloniais e descoloniais, de modo que compreendam os processos de constituição da memória coletiva, e percebam como estas afetam os atuais levantes indígenas, confirmando a perspectiva não linear e não teleológica da história. Esse processo incita o pensamento crítico, favorecendo a abertura de novas rotas para a produção de conhecimento emancipatório a partir das lutas culturais e econômicas.

O pensamento descolonial de Rivera Cusicanqui não se reduz a teorias e nem a um ativismo simples, mas tem uma dimensão política inarredável, na medida em que impulsiona práticas de formação cultural de subjetividades indígenas e mestiças, capazes de ações de resistência e de insurgência, com vista a um reordenamento das estruturas sociais implantadas pelo ocidente nas terras colonizadas andinas, e a um novo bem-estar coletivo.

2 As contribuições metodológicas: a história oral andina e a Sociologia da imagem

No campo epistêmico, Cusicanqui apresenta duas práticas tanto anticoloniais quanto descoloniais: a História Oral Andina e a *Sociologia da imagem.*

Considerando que antes e depois da escrita, a produção e a transmissão de conhecimentos orais se manteve, no ano de 1983, Rivera Cusicanqui e um grupo de alunos\as fundaram o THOA – Taller de História Oral Andina, com a finalidade de compreender o papel da história na contemporaneidade indígena, a partir do reconhecimento dos saberes das populações indígenas e mestiças que tiveram as suas trajetórias históricas apagadas, devido serem consideradas como incapazes de produzir conhecimento.

No ano de 2018, a publicação do artigo *El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia*, foi muito bem recebida pela comunidade acadêmica dada sua grande repercussão, o que ampliou sua performance e reconhecimento como intelectual (MIRANDA, 2018). Com a história oral andina, Cusicanqui contribuiu com o pensamento crítico latino-americano e com a crítica descolonial em

particular, na medida em que constituiu um novo olhar sobre a história dos povos indígenas andinos, ao demonstrar respeito e compreensão por sua trajetória histórica, assim como compromisso com suas lutas.

Para Rivera Cusicanqui (1987), a história oral andina difere da metodologia positivista, caracterizada por sua neutralidade científica. Contrariamente, as características da história oral andina respondem às demandas práticas do momento político dos anos 80 e 90 de emergência de novos movimentos sociais e organizações indígenas, que não se enquadravam nas contradições estruturais de classe, o que gerou novos estilos de trabalho de campo. Entre os traços da história oral andina, estão: o contato intensificado dos pesquisadores\as com os sujeitos sociais ativos, a ênfase em uma demanda externa e politicamente comprometida, isto é, produzir conhecimentos significativos não só para o\a pesquisador\a e a comunidade acadêmica, mas também para os grupos estudados; a ênfase na história é central em todos esses movimentos, de modo que o passado ganha vida nova como o fundamento central da identidade cultural e política indígenas, uma fonte de crítica radical das sucessivas formas de opressão.

Rivera Cusicanqui (1987), segue delineando outros procedimentos investigativos da história oral andina como uma metodologia descolonizadora, como a tradição oral e as entrevistas como fonte de informação. Assim, no contato com os coletivos indígenas, a equipe de pesquisa está sujeita às exigências éticas dos membros da comunidade de base, com os quais são definidos os objetivos, as tarefas e o formato da pesquisa. A coleta de depoimentos é realizada, preferencialmente, por falantes nativos de línguas indígenas, permitindo superar as lacunas de comunicação usuais. Outro compromisso do trabalho de campo é o retorno sistemático dos resultados, o que permite uma aproximação de certa fidelidade das informações coletadas, na medida em que sejam avaliadas e validadas em termos dos interesses e percepções internas dos membros e líderes da comunidade envolvida. Há outros aspectos fundamentais como a atenção à história mítica e as sanções éticas que fortalecem a consciência de legitimidade da luta indígena. Interessa, portanto, não apenas reconstruir a história, mas também compreender o modo como as sociedades indígenas pensam e interpretam sua experiência histórica.

Essa proposta metodológica descolonial, aqui descrita muito brevemente, é capaz de articular as exigências do rigor científico com as demandas políticas de uma transformação

radical da sociedade, considerando a crise dos modelos de sistematização teórica comprometidos com projetos de transformação social gerados a partir da esquerda partidária, pois a esquerda marxista ainda nega a problemática étnica ou os combatem abertamente, afirmando unicamente os problemas relativos à classe.

As discussões geram um processo permanente de refinamento metodológico, com destaque para aspectos interacionais e éticos da comunicação. Sua finalidade é um processo de reconstrução histórica que dê mais atenção às percepções internas das comunidades nativas: sua visão da história, da sociedade e do estado. Dessa forma, a pesquisa orientada pela história oral andina, não apenas se constitui em uma posição crítica frente à historiografia oficial, mas descobre a existência de racionalidades históricas diversas, que legitimam as respectivas posições em conflito.

Nesse sentido, a história oral indígena é um espaço privilegiado para descobrir as percepções profundas da ordem colonial e sua ordem moral, pois apesar dos diversos mecanismos de dominação e neutralização, é possível descobrir as constantes históricas duradouras, que moldam tanto o processo de opressão da sociedade colonizada, quanto a renovação de suas identidades.

Para concluir, há certas implicações epistemológicas da prática da história oral em um contexto de opressão colonial. Se a estrutura oculta e subjacente da sociedade é a ordem colonial, os pesquisadores ocidentalizados estão sendo inconscientemente reprodutores dessa ordem pelo simples fato de concentrarem suas preocupações conceituais nas teorias dominantes da homogeneidade social.

A história oral, nesse contexto, é, portanto, muito mais do que uma metodologia "participativa" ou "de ação", na qual o\a pesquisador\a decide a orientação da ação e as modalidades de participação. Contrariamente, é um exercício coletivo de desalienação, tanto para o\a pesquisador\a quanto para os sujeitos da pesquisa, já que o processo de sistematização assume a forma de uma síntese entre dois (ou mais) polos ativos de reflexão e de conceituação, processo que cria as condições para um "pacto de confiança" de inegável valor metodológico e político.

Quanto a *Sociologia da imagem* como metodologia descolonial, podemos afirmar que esta surge com o mesmo intuito de buscar respostas ao desconforto existente com relação a história oficial andina. Aqui, seu principal ponto de partida é a herança colonial andina que

segue afetando os diferentes aspectos da vida de mulheres e de homens, especialmente os indígenas e mestiços. Outro fator que a impulsiona nessa empreitada teórico-metodológica, é a dura crítica que direciona ao que denomina de modismo decolonial – refere-se ao giro decolonial do Grupo Modernidade\Colonialidade – pois, para ela, este pode servir aos discursos de poder colonial, ao produzir conhecimento descontextualizado.

Das Graças (2017) indica que em duas publicações a autora apresenta sua proposta de pesquisa descolonial por meio de imagens. A primeira, o livro intitulado *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*, publicado no ano de 2010, no qual apresenta a ideia de que as culturas visuais na América Latina se desenvolveram a partir de uma trajetória própria e podem contribuir com a compreensão de aspectos sociais. A segunda, o livro *Sociología de la imagen: una visión desde la história colonial andina*, publicado no ano de 2015, no qual apresenta o percurso trilhado para a produção de uma metodologia de trabalho com imagens diversas e de épocas distintas, bem como sistematiza as suas próprias experiências. Assim, diante do esforço de pensar novas teorias e práticas descolonizadoras para América Latina, Rivera Cusicanqui passa a utilizar as imagens como fontes de pesquisa, com o propósito descolonizar o olhar e desestruturar a lógica da dominação colonial, visibilizando e combatendo a opressão a partir da consideração do cotidiano no qual se movimentam os sujeitos andinos colonizados.

A imagem é acionada como uma narrativa, uma sintaxe entre imagem e texto e, ainda, como modo de relatar e comunicar as experiências. Por meio das imagens é possível refletir tanto o período pré-incaico quanto o contexto da colonização espanhola e, mais, a colonialidade contemporânea, para denunciar os abusos cometidos pelo clero, pelos colonizadores e pelas elites indígenas. Para além da denúncia, seu propósito é deshierarquizar a imagem, isto é, diluir de seu poder de narrar uma história verdadeira, e visibilizar mensagens de resistência ao colonialismo, a exclusão e a discriminação.

Seu trabalho com imagens se inicia ao apropriar-se do livro *Primer nueva corónica y buen gobierno*, com 1180 páginas e 397 desenhos, de autoria de Waman Puma de Ayala, cronista de origem inca que viveu e produziu no período colonial do Peru. Os desenhos de Puma de Ayala revelam as representações indígenas sobre o mundo andino colonial. Para Rivera Cusicanqui (2015), por meio da *Sociologia da imagem* e possível compreender o social

a partir das culturas visuais, pois as imagens permitem a interpretação crítica da realidade e das narrativas sociais.

Ao enveredar por essa trilha metodológica, há a necessidade de diferenciá-la da Antropologia visual. Para Rivera Cusicanqui (2015), na Antropologia visual, o/a observador/a olha a si mesmo no ambiente social observado, precisando familiarizar-se com a cultura, com a língua, e com os diferentes grupos sociais; seu fundamento é a observação participante, e seu objetivo é exibir os resultados ao público urbano e acadêmico, logo, é uma prática representacional. Por outro lado, na *Sociologia da imagem* o/a observador/a olha o "outro" de fora, considerando sua desfamiliarização, seu distanciamento do conhecido, da rotina e do hábito; o/a pesquisador/a observa o ambiente do qual já participa, porém, tal participação não está a serviço da observação, pois é seu pressuposto, sendo imperativo problematizá-la na cena colonial; e, por fim, considera todas as práticas de representação como seu foco de atenção, pois estas estruturaram o espaço e visibilizam os traços históricos nele contido.

Rivera Cusicanqui (2010) rastreia a conexão entre símbolos e imagens, entre o que não é dito e a memória (como o levante do passado de Tupaq Katari), e evoca uma inversão do tempo histórico, em razão de considerar que a historiografia do século XVIII e a do presente, ignoram as experiências cotidianas, levando-a a explicar as mobilizações e insurgências como excessos ou as representarem por meio de discursos essencialistas nos quais os povos indígenas aparecem como selvagens e indomáveis. Mais do que semiótica, o que a autora faz é interpretar as imagens considerando-as como um *flashback*, uma noção do cinema que remete ao momento no qual é possível dispor lado a lado duas imagens, uma colonial e outra contemporânea, em busca de similaridades, não só para descrevê-las, mas, para ir além, interpretando-as para enxergar os significados e representações coloniais nelas contidos.

Para encerrar esta parte, a autora argumenta que as culturas visuais expressam traços não conscientes do mundo social, e permitem modos outros de leitura e de reflexão crítica, esclarecendo dimensões sociais ignoradas, como o não dito do discurso público ou os significados ocultos sobre racismo, desigualdade e hierarquia racial.

Retomando o ponto inicial e particular da mestiçagem, as ações metodológicas e políticas de Rivera Cusicanqui (2018a, 2018b) a levam a propor uma epistemologia Ch'ixi,

cujo eixo é a noção de mestiçagem, um traço marcante em seu pensamento. A epistemologia Ch'ixi como projeto teórico-metodológico e político, se traduz no reconhecimento da história indígena andina como não linear e não teleológica, mas como ciclos em espiral que promovem fraturas e sempre retornam ao ponto inicial. Esse processo que conecta passado-futuro com possibilidade de surgir no presente, é capaz de impulsionar indígenas e mestiços a reivindicarem sua audeterminação política e religiosa.

CONCLUSÃO

Nossa intenção foi ampliar e aprofundar a reflexão sobre o pensamento descolonial de Sílvia Rivera Cusicanqui. Consideramos que seu lugar social e acadêmico é definido por uma sólida e comprometida ação política nos movimentos sociais, particularmente, os coletivos indígenas, e por suas contribuições teórico-metodológicas relativas a dois procedimentos de pesquisa descolonizadores, a história oral andina e a Sociologia da imagem.

Tanto a proposição de ações políticas quanto a de procedimentos de pesquisa acadêmica no terreno colonial, constituem-se como práticas de resistência descoloniais, capazes de desestruturar a lógica de dominação colonial. Assim, o feminismo descolonial de Cusicanqui intenciona práticas de resistência comprometidas com um pensar-fazer outro, visando um reordenamento das estruturas sociais implantadas pelo ocidente nas mulheres indígenas e mestiças, que produzem o sexismo, o racismo e a misoginia.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. O que os Pós-Modernistas Esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz T. (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAS GRAÇAS, Suzielen T. Gênero e raça na contemporaneidade: um diálogo entre Silvia Cusicanqui e a Marcha Mundial das Mulheres. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, 2017.

MIRANDA, Cláudia. O debate pós-colonial na América-Latina: contribuições de Silvia Rivera Cusicanqui e Santiago Castro-Gómez. **Revista Arte de Educar** - Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, pp. 213-232, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Utopía ch'ixi, entrevista com Yael Weiss**, 2018a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pHJkCqe2gAk&t=1605s.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo Ch'ixi es posible**: ensaios desde un presente en crisis. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018b.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Sociologia das imagens**: miradas ch'ixi desde la história andina. Buenos Aires: Editorial Tinta Limón, 2015.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

RIVERA CUSICANQUI Silvia, "El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia". **Revista Temas Sociales**, La Paz, n. 11, p. 49-64, 1987.

SALVADOR, Ângelo D. **Metodologia e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica**. 11ª ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1986.

GT 03 - Pensamento crítico latino-americano e epistemologias na América Latina e Caribe

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NO CAMPO FEMINISTA E ANTIRRACISTA: A FORMAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO-SENSU* EM ESTUDOS LATINO-AMERICANOS E TERRITORIALIDADES (PGELAT) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT

Patrícia Orfila Barros dos Reis[1] (UFT)
Fabiana Scoleso[2] (UFT)
Angélica Lima Mendonça[3] (UFT)

RESUMO: A presente proposta tem por objetivo uma discussão teórico-prática sobre as estratégias pedagógicas feministas e antirracistas que se contraponham aos modelos e formas hegemônicas de dominação pela Educação. Ofertando disciplinas, como "Antirracismos Contemporâneos Latino-Americanos e Caribenhos", "História, Memória e Territorialidade Latino-Americana", "Proteção Interamericana de Direitos Fundamentais e Territorialidades", "Arquitetura, Cidade, Relações Interseccionais entre Classe, Raça e Gênero", dentre outras, que problematizam o colonialismo, o patriarcado e o sistema do capital, a criação de um curso de Pós-graduação *Lato-Sensu* em Estudos Latino-Americanos e Territorialidades (PGELAT)[4] se propõe a avançar sobre as invisibilidades e as formas de dominação historicamente consolidadas e propagadas na formação social, política, econômica e institucional da América Latina. A conformação de novos campos pedagógicos permite que os enfoques críticos e interseccionais tenham seus efeitos na vida social e cotidiana dos estudantes desse curso, facultando a desconstrução e reconstrução de novas epistemologias e práticas sociais. A especialização oportuniza uma abordagem colaborativa que valoriza o diálogo, a reflexão crítica e a ação transformadora. Além disso, enfatiza-se, com base na pedagogia freiriana, a importância da solidariedade e do apoio mútuo, criando assim um ambiente de aprendizagem inclusivo e empoderador. O campo educacional, tradicionalmente visto como um espaço neutro de transmissão de conhecimento, tem sido um terreno fértil para a reprodução de modelos de dominação na forma e no conteúdo curricular. Neste contexto, a emergência de práticas pedagógicas contra-hegemônicas representa uma ação efetiva para desestabilizar e transformar essas estruturas, o *status quo*.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas, antirracismo, feminismo, epistemologias, América Latina.

[1] Curso de Arquitetura e Urbanismo, Grupo de Pesquisa Mulheres na Arquitetura e no Urbanismo (GPMAU), Especialização em Estudos Latino-Americanos e Territorialidades (PGELAT), UFT, Brasil. Email: patriciaorfila@uft.edu.br
[2] Curso de Relações Internacionais, Grupo de Estudos Globais e América Latina GEGAL, Especialização em Estudos Latino-Americanos e Territorialidades (PGELAT), UFT, Brasil. E-mail: fabianascoleso@uft.edu.br
[3] Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom), Especialização em Estudos Latino-Americanos e Territorialidades (PGELAT), UFT, Brasil. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Tocantins (Neabi/IFTO). E-mail: angelpmw@gmail.com
[4] Perfil da PGELAT no Instagram: https://www.instagram.com/pgelat_uft?igsh=MXBoNm5oZG1lNTN6ZQ%3D%3D&utm_source=qr

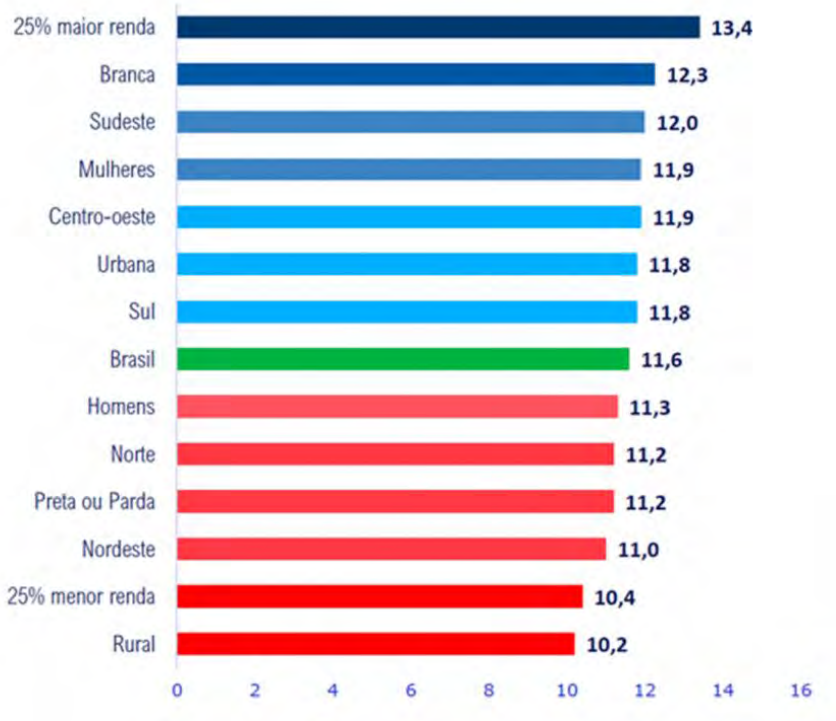
1. O campo hegemônico e batalha pela educação pública de qualidade

Embora a América Latina e o Caribe tenham avançado nas últimas duas décadas em temas como inclusão social, expansão do ensino superior e o aumento da oferta de vagas por meio de programas de bolsas e subsídios, além de apoio financeiro sob a forma de crédito educacional, a região ainda lida com questões históricas cruciais que a coloca em atualizados graus de dependência e subordinação, especialmente quando se trata da ofensiva conservadora que busca limitar o pensamento crítico nas instituições de ensino. A educação é um bem público e um direito humano que deve ser garantido pelo Estado, mas que ainda é permeado e disciplinado pela lógica capitalista que procura mercantilizar a educação ou fazer dela apenas um mecanismo na formação de força de trabalho para o capital. A educação superior, cada vez mais, é vista como lugar da elite enquanto, para a classe trabalhadora figuram os cursos de qualificação profissional apartando-os da possibilidade de almejar o ensino superior como possibilidade da sua emancipação. Na América Latina, a expansão dos sistemas de ensino superior foi acompanhada pela diferenciação institucional. Pressionado pela ampliação dos setores médios, decorrentes da dinâmica de industrialização e de urbanização, o ensino superior se expande e, simultaneamente, se diversifica, para atender a uma demanda cada vez mais heterogênea.

No Brasil, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) referentes ao Censo da Educação Superior 2021 revelam um cenário bastante preocupante que chama a atenção, sobretudo quando se trata das desigualdades sociais e da importância que a educação tem para frear seus avanços. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE PNAD-Contínua), de 2021 revelaram que a rede privada de Ensino Superior no Brasil representa 87,8% das instituições de ensino (2.261 unidades) contra 12,2% das instituições públicas (313 unidades)[5]. Cerca de 76,9% das matrículas no Ensino Superior ocorreram no setor privado. Os números revelam ainda que a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade em 2021 se contrastam em função da renda (25% maior renda – 13,4 anos x 25% menor renda – 10,4 anos); da localidade (urbano – 11,8 anos x rural – 10,2 anos); da etnia (pessoas brancas – 12,3 anos x pessoas pretas/pardas – 11,2 anos); da região (sudeste – 12 anos x nordeste/norte – 11/11,2 anos); do gênero (mulheres – 11,9 anos x homens – 11,2 anos). (Gráfico 1)

[5] OLIVEIRA, Ana Beatriz de**. O Censo da Educação Superior 2021 e os desafios para o Brasil do futuro.** Publicada em: 21 de novembro de 2022**.** Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2022/11/21/o-censo-da-educacao-superior-2021-e-os-desafios-para-o-brasil-do-futuro-por-ana-beatriz-de-oliveira/> Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Acesso em: 14 de abril de 2024.

Gráfico 1. Número médio de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade – Brasil 2021



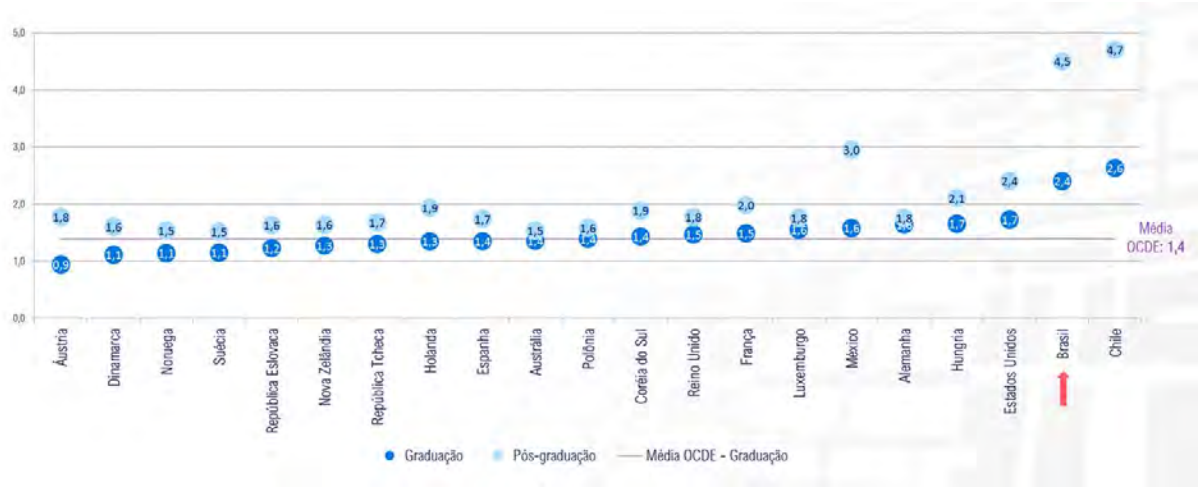
Fonte: IBGE/Pnad C; gráfico elaborado por Deep/Inep

A pesquisa ajuda a compreender o quanto as metas dispostas no Plano Nacional de Educação (PND) estão cada vez mais distantes de serem alcançadas. As causas da desaceleração são amplas, mas podem também ser associadas a reversão de políticas públicas de governos conservadores que não trataram como prioridade o tema, além da drástica diminuição de recursos e o impacto da COVID-19 sobre o emprego e a renda da população. A educação se tornou um sonho distante para famílias pobres.

O desmonte das políticas de expansão da educação pública e a drástica diminuição de investimentos em ciência, tecnologia e inovação têm impactado a produção científica e a destinação de recursos para manter a infraestrutura já existente. Precarização é a palavra que melhor descreve a situação (Oliveira, 2022).

O acesso à educação superior está ligado também ao nível de emprego e salários (Gráfico 2). De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), trabalhadores com curso de graduação ganham 2,4 vezes mais do que trabalhadores com ensino médio. O número também é interessante quando se trata de pós-graduação, quando essa diferença passa para 4,5 vezes:

Gráfico 2. Razão entre Rendimento de Trabalhadores (25 a 64) com Educação Superior e de Trabalhadores com Ensino Médio (base=1) - 2020



Fonte: OCDE: Dados extraídos de OECD.Stat Nota: Brasil (2015), México (2018), Chile (2017), França (2018), Espanha (2019)

> "É cada vez mais evidente a contradição entre o discurso triunfalista sobre a "sociedade do conhecimento" e a insuficiência, ou em alguns casos a queda, dos gastos com educação no PIB dos países OCDE e em muitos países do Sul. Mas globalmente, a crise da escola mostra uma contradição cada vez mais clara entre o acesso à cultura, que se acredita necessária para os jovens de origem camponesa e operária, e as restrições materiais, sociais, simbólicas e culturais que impedem o acesso desses mesmos jovens à cultura ou os desvia desse objetivo". (Laval, 2019, p.304)

É sobre o currículo e a introdução de um novo léxico que inclui a "inovação", "eficiência" e "empreendedorismo". O conteúdo, o método e a forma da educação, baseados na crise de legitimidade da escola com o avanço neoliberal e os valores embutidos nesses termos hoje correntes na educação.

2. Proposta do PGELAT: por um currículo para a transformação social

A América Latina se insere em uma nova lógica da geopolítica mundial de recursos territoriais, naturais e sociais. A reprimarização das economias da região através da expansão da fronteira agrícola e do neoextativismo em suas territorialidades são termos e conteúdos presentes na gama de questões que ocupam espaço nos debates propostos nesta pós-graduação, assim como as espacialidades e as dimensões de raça, classe, gênero, etnia, diversidade e geração que são resultado da simbiose entre particularidades históricas e contemporâneas da nossa formação. A reconversão de atividades econômicas (reprimarização), alteração das formas de ocupação dos espaços em função da crescente inserção dos territórios nos fluxos internacionais de acumulação, a interação de novas formas de exploração do trabalho e a intensa especulação do rural e do urbano, tem suas expressões na realidade do Estado do Tocantins e nos dão importantes subsídios para compreender os processos mais atualizados do crescimento da região e da sua integração regional e global.

A proposta desta pós-graduação, em nível de especialização, se dedica a pensar a América Latina em suas contradições e complexidades como tarefa fundamental para compreendermos nossa formação econômica, política e social e seus impactos na contemporaneidade. Pesquisar, debater, analisar, documentar e sistematizar o pensamento a partir do Sul Global são formas de reconstruir a imensa quantidade de conhecimento existente no nosso continente e buscar a síntese, as teorias, as novas epistemologias na e da América Latina para explicar os antagonismos, conflitos e contradições do modelo de desenvolvimento que integrou de forma subordinada a região e nos transformou em periferia também quando se trata do saber científico.

O projeto ora proposto e que tem avançado desde agosto de 2023, vem em perspectiva emancipadora e transformadora, valorizando a Educação, sobretudo a educação popular, procurando superar as narrativas que estabeleceram a Europa como centro do conhecimento e a América como continente de culturas pouco sofisticadas, que ansiava pelo racionalismo do Velho Mundo e seu exercício de controle sobre os corpos, culturas e territorialidades e espacialidades: a colonização. Neste sentido, a Universidade Federal do Tocantins, através deste curso, intensifica seus estudos sobre os avanços do capitalismo na América Latina, seus conflitos, problemas sociais, territoriais, de gênero, classe, raça, etnia, diversidade e geracional na educação continuada, como forma de atualizar, conscientizar e incentivar o pensamento crítico-reflexivo da(o) pesquisadora(or) para a compreensão da própria América Latina, dos seus problemas e desafios específicos.

Em consonância com esta perspectiva, a PGELAT se volta para a formação e atualização de profissionais das mais diversas áreas, inclusive da educação pública e privada da região que vão além das demandas neoliberais e que buscam promover o pensamento crítico em seus espaços de atuação, exercendo protagonismo social e liderança solidária para influir nas carências sociais, defender os direitos humanos e fundamentais e construir uma relação mais justa com a sociedade e com o meio ambiente. Nela, destaca-se a educação popular como uma rica e variada tradição reconhecida pelo seu caráter emancipatório, alternativo e participativo na luta contra hegemônica e que se constitui na contribuição teórica mais importante da América Latina ao pensamento pedagógico universal. A tradição freireana de abordagem crítica e emancipatória permeia esta proposta que pode ser reconhecida na visão de América Latina e Caribe, no contexto da práxis presentes no projeto pedagógico do curso.

A identidade visual do curso está representada na logomarca (Figura 1), que foi desenvolvida pela artista mexicana e colaboradora da PGELAT, Taimy Perez[6]. O desenho foi baseado na obra

[6] Taimy Perez é licenciada em Artes Visuais pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Autônoma de Yucatan, realizou estudos de escultura na Escola Nacional de Artes Plásticas da Universidade Nacional Autônoma do México e desenvolve pesquisas sobre cidades com perspectiva de gênero.

“América Invertida”, do artista uruguaio Joaquín Torres García (1874-1949), que representa o mapa invertido da América do Sul, buscando ampliar as perspectivas de nossa posição no mundo, incorporando as tradições do Sul Global, para além dos cânones europeus (Castro, 2022).

Figura 1. Logomarca do curso



Imagem adaptada, criação da artista Mexicana Taimy Pérez (2023)

O curso tem carga horária total de 360 horas, com disciplinas de 30 horas, acontece aos sábados (período matutino e vespertino) e é 100% presencial e, neste sentido, insurgente, se considerarmos as pressões do mercado por uma educação à distância (EAD) ou via acesso remoto no contexto da educação contemporânea. O jargão das novas tecnologias sintetizado na ideia 4.0 (quarta revolução tecnológica), tem rebaixado cada vez mais a importância da presença, da materialidade dos corpos nos espaços das escolas. Sabemos que a presença e a sociabilidade fortalecem as relações interpessoais e, consequentemente, empodera politicamente os sujeitos, força que contraria a pressão pela privatização dos espaços e da mercantilização total da vida.

Ao proporcionar um ambiente acadêmico permeado por práticas contra-hegemônicas, a especialização não apenas amplia o repertório teórico dos participantes, mas também os empodera para enfrentar desafios sociais. Assim, reforça-se a importância de iniciativas educacionais que atuem como catalisadoras de mudanças em direção a uma sociedade mais equitativa e plural.

3. Soy latino americano e nunca me engano – epistemologia é empoderamento

A América Latina é uma região marcada por uma inquestionável diversidade cultural, histórica e social e que enfrenta desafios contínuos na busca por uma identidade coletiva e na consolidação de suas trajetórias políticas, sociais e, claro, acadêmico-científicas. Neste contexto, a oferta de uma especialização gratuita e presencial em Estudos Latino Americanos e Territorialidades, em uma universidade pública, localizada no centro norte brasileiro, na Amazônia Legal, não apenas

abre portas para a compreensão multifacetada da América Latina, mas também se configura como um poderoso instrumento contra hegemônico e de empoderamento individual e coletivo.

Ao propor uma estrutura curricular transdisciplinar (Introdução aos Estudos Latino-Americanos; História, Memória e Territorialidade Latino-Americana; Antirracismos Contemporâneos Latino-Americanos e Caribenhos; História, Memória e Territorialidade Latino-Americana; Arquitetura e Territorialidade Latino-Americana; Proteção Interamericana de Direitos Fundamentais e Territorialidades; Lutas Sociais no Brasil, América Latina e Caribe: histórias e novas perspectivas; Pensamento Social Latino-Americano; Pensamento Econômico Latino Americano; Povos Indígenas da Pan-Amazônia: da arqueologia à política global; Epistemologias Latino-Americanas e Caribenhas e o pensamento feminista; Arquitetura, cidade, Arquitetura e territorialidades latino-americanas, Arquitetura, cidade, relações interseccionais entre classe, raça e gênero, a especialização em questão assegura também o reconhecimento da identidade das acadâmicas e acadêmicos e da sua latinidade, uma construção complexa que vai além da ideia de um povo. Ela envolve questões históricas, geopolíticas e culturais, e é uma parte importante da identidade dos cidadãos latino-americanos.

Para além do contato e apreensão de conteúdos sobre história, arquitetura, economia, cultura, dentre outros sobre América Latina, os acadêmicos e acadêmicas desta especialização têm a oportunidade de acessarem suas próprias identidades, gerando sentimento de pertencimento e interlocução com o que se estuda e se vivencia durante as aulas, assim como no cotidiano de cada um. Os conteúdos tornam-se tangíveis fazendo com que cada acadêmica e acadêmico se conecte e se aproprie de sua cultura, ancestralidade e modo de vida latino-americano.

Sueli Carneiro (2023) aponta que “a compreensão das múltiplas opressões em sociedades multirraciais de passado colonial e presente neoliberal requer atenção à raça, à classe, ao gênero”. Pensando na construção de novas epistemologias, a diversidade de perspectivas e experiências trazidas por indivíduos que se reconhecem como parte de uma comunidade latino-americana, enriquece o debate acadêmico, promovendo a pluralidade de ideias e abordagens teórico científicas.

Ademais, vale pontuar que tão importante quanto a desconstrução, construção e reconstrução de novas epistemologias é evitar o epistemicídio apontado por Sueli Carneiro “(...) com a destruição ou desqualificação da cultura do dominado, o epistemicídio embasa a suposta legitimidade epistemológica da cultura do dominador justificando a hegemonização cultural da modernidade ocidental” (Carneiro, 2023, p. 88).

Outrossim, ao reconhecer e valorizar a identidade individual como cidadão latino-americano, rompe-se com visões eurocêntricas dominantes no campo acadêmico e enfrenta-se as

práticas hegemônicas consagrando-se como perspectiva contra-hegemônicas. Isso permite uma maior inclusão de saberes e conhecimentos locais, muitas vezes marginalizados, e uma crítica mais ampla das estruturas de poder e dominação que moldaram historicamente as sociedades latino-americanas. Dessa forma, abre-se espaço para a construção de uma epistemologia mais inclusiva e emancipatória, capaz de refletir as realidades e aspirações dos povos latino-americanos.

4. Arquitetura e cidade na América Latina

A aproximação com a produção e a crítica da arquitetura e da cidade na América Latina acontece nas disciplinas "Arquitetura e territorialidades latino-americanas" e "Arquitetura, cidade, relações interseccionais entre classe, raça e gênero". A complexidade da crise econômico-social que assola os países periféricos se materializa nas arquiteturas e na morfologia das cidades latinas:

> "A antítese entre a natureza e o entorno urbano; o crescimento incontrolado e desproporcionado das grandes extensões metropolitanas; o surgimento de inúteis edifícios simbólicos e monumentais, representativos do Estado burguês ou das estruturas administrativas, comerciais ou financeiras estrangeiras; a infinita proliferação das favelas em todo o Continente e no Caribe; as construções anônimas de habitações desumanizadas e despersonalizadas; a carência de serviços e infra-estruturas para as camadas majoritárias da população: a destruição das autênticas tradições populares na dimensão urbanística, arquitetônica e do mundo objetivo." (Segre, 1991, p. 311)

As disciplinas envolvem a dimensão cultural e simbólica da arquitetura e da cidade, perpassam o debate sobre a construção de identidades, estabelecendo uma leitura crítica acerca das vanguardas artísticas, subordinadas à Europa, geralmente ensinadas nas escolas de arquitetura do Sul Global. Inclui-se, neste sentido, o pensamento decolonial (Aravecchia-Botas, 2018; Vergès, 2020), para a compreensão da conformação do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo na América Latina. Para o arquiteto e historiador Roberto Segre:

> "Os habitantes das cidades latino-americanas não necessitam apenas de símbolos monumentais, mas, essencialmente, de habitações, serviços e infraestruturas técnicas que permitam melhorar a qualidade de vida das diferentes camadas sociais. Dentro dessa produção maciça deve estar contida a criatividade, o valor artístico, a expressão cultural de projetistas e usuários." (Segre, 1991, p. 18)

Para além das questões que envolvem a arte e a técnica, as disciplinas inserem as categorias classe, raça e gênero nos estudos sobre arquitetura e cidade, destacando, por exemplo, a invisibilidade das arquitetas negras. O coletivo brasileiro de *Arquitetas Negras* trata do racismo estrutural na arquitetura e no urbanismo e vem discutindo a invisibilidade ou mesmo a ausência das mulheres negras na profissão. A arquiteta e urbanista Maria Luiza de Barros Rodrigues relata:

> "Desde que adentrei esse caminho, muito me inquietava o fato de pouco se contar sobre a diversidade sociocultural que compõe nossas cidades, levando em consideração o impacto que o modo hegemônico de projetar urbano implica diretamente nesse aspecto. Além disso, e não menos problemático, o saber branco, eurocêntrico, masculino e cristão nesse campo despontavam como referências em todos os âmbitos. Esses fatores transpassam de forma violenta o repertório intelectual construído pela população negra regional e globalmente, assim como todo e qualquer tipo de território e manifestação que possuem variante cultural afro-brasileira". (Rodrigues, 2019, p.14)

Tendo o corpo como escala de análise, a partir das teorias feministas afro-latino-americanas (Carneiro, 2023; Davis, 2016; Gonzalez, 2020), busca-se também acolher a população LGBTQIAP+, nos debates sobre as cidades, tratando de experiências insurgentes (Moassab & Name, 2020) materializadas no espaço urbano, como as manifestações antirracistas, feministas, inserindo a política como ponto fundamental nessa interlocução com a cidade, contextualizando todos esses temas também nos campo dos ativismos digitais.

5. Lutas sociais na América Latina e Caribe

As lutas sociais na América Latina e no Caribe têm sido fundamentais para a transformação social, para a defesa dos direitos e na busca por justiça. Essas lutas abrangem uma variedade de questões e formas de resistência.

Embora tenha havido nas últimas décadas um fortalecimento das resistências populares, é preciso fazer uma reflexão crítica quanto à reversibilidade das conquistas na atual fase do capitalismo, especialmente sob o cariz neoliberal. A proposta de disciplina tem como objetivo refletir sobre os rumos dos movimentos, destacando movimentos-chave que sintetizam a realidade das lutas sociais na América Latina e no Caribe.

Questões como a demarcação de terras indígenas, direitos humanos e litigância estratégica, pluralismo jurídico, acesso à moradia e direito à cidade, trabalho e economia e as novas formas de organização dos movimentos sociais latino-americanos são temas de destaque na compreensão das resistências, de sua agenda política e enfrentamentos. A análise dos movimentos sociais pode ser feita de forma comparada, sob perspectiva histórica-dialética, sua territorialidade sempre vinculada com a luta por justiça, igualdade e direitos, mas também aqueles que vão além e questionam a natureza do sistema capitalista por meio de mobilizações de protesto (Almeida, 2020).

Neste sentido, é importante pensar e destacar os movimentos sociais mais recentes que enfrentam opressões ainda mais expressivas derivadas do crescimento e expansão vertiginosa do agronegócio e do neoextrativismo destrutivo, dos feminicídios e da violência estrutural sobre os mais pobres (Zibech, 2020). O capitalismo contemporâneo na América Latina e no Caribe tem imposto

enormes desafios aos movimentos também por operar na esfera das subjetividades impingindo as ideias de consenso, reconciliação e negação dos antagonismos (Mouffe, 2015).

Realizar discussões sobre esta perspectiva nos ajuda a compreender os movimentos sociais como sobrepostos, entrelaçados e combinados que se movem para reivindicar ou fazer valer seus direitos considerando sua extração colonial e sua integração subordinada à economia global. Conhecer é resistir!

6. A luta antirracista

Ainda podem ser consideradas muito recentes as políticas educacionais antirracistas na América Latina, consequência de uma região de extração colonial onde o racismo é individual, estrutural e institucional (Almeida, 2020).

Ao incluir uma disciplina que aborda estas discussões, a especialização tem procurado contribuir com a superação do racismo no contexto educacional procurando combater formas de hierarquização, discriminação e preconceitos nos currículos e nas práticas das professoras envolvidas neste projeto.

O colonialismo ainda é uma marca indelével da formação da América Latina e do Caribe. De acordo com Quijano,

> "Para a América e, em particular, para a atual América Latina, no contexto da colonialidade do poder, esse processo implicou que, à dominação colonial, à racialização, à re-identificação geocultural e à exploração do trabalho gratuito, fosse sobreposta a emergência da Europa Ocidental como o centro do controle do poder, como o centro de desenvolvimento do capital e da modernidade/racionalidade, como a própria sede do modelo histórico avançado da civilização. Todo um mundo privilegiado que se imaginava, se imagina ainda, autoproduzido e autoprojetado por seres da raça superior *par excellence*, por definição os únicos realmente dotados da capacidade de obter essas conquistas" (Quijano, 2005, p. 23).

A colonialidade de poder e a racialização dos povos circunscreveu o poder e o território do colonizador e hierarquizou suas relações com os colonizados. Mesmo após a "abolição da escravidão" e da institucionalização da República, o presente continuou flertando com o passado em um movimento de modernização conservadora que apenas colocou em outros termos e atualizou o racismo.

O reconhecimento do racismo e de seus vieses (também sobre as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses) e combatê-lo dentro e fora da universidade é essencial se quisermos alcançar novos níveis de justiça social e igualdade na diversificada América Latina. Neste sentido, o projeto pedagógico do curso procurou garantir uma discussão ampla e aberta sobre o racismo latino-americano na história e na contemporaneidade.

7. Próximos passos...

O plano pedagógico do curso se encontra aberto para mudanças. Não há nada fechado ou definitivo em projetos que buscam interlocuções cada vez mais profundas com a sociedade. Se a sociedade caminha exercitando a mudança social, estamos propondo também que esta mudança siga como parte integrante deste projeto. Sabemos também dos limites que é atuar dentro de uma estrutura que em si e por si também representa certos limites. Reconhecemos a práxis pedagógica como a alavanca que impulsiona novas ideias e possibilidades.

As estudantes deste curso são majoritariamente professoras da rede pública de ensino, mulheres e negras. A sala de aula é por si expressão da diversidade e da necessidade de qualificação e intercâmbio de saberes, histórias e realidades. A cada aula e a cada nova disciplina docentes e discentes se encontram com as próprias histórias e reconhecem que a sua territorialidade, onde quer que esteja, é a conexão mais importante entre o que se aprende e o que se ensina.

Este certamente foi o primeiro passo de uma proposta que se pretende mais ampla. Seguimos certas de que o tema central e os abordados na sua estrutura curricular merecem um programa *stricto sensu* e esperamos fomentar este caminho rumo à sua concretização.

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Paul. **Movimientos sociales: la estructura de la acción colectiva**. Buenos Aires: Clacso, 2020.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce A. **O pensamento decolonial - caminhos para o ensino de arquitetura na América Latina**. In: América. Revista da pós-graduação da Escola da Cidade. São Paulo, Editora da Cidade, dez. 2018, pp. 76-81

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTRO, Celso (Org.). **Além do Cânone: Para ampliar e diversificar as ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**, Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

MATOS, Gabriela (Org.). **Arquitetas Negras**. Vol. 1, 1° Edição, São Paulo; Editora Bendito Ofício, 2019.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOASSAB, Andreia & NAME, Leo (Org.). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020.

OLIVEIRA, Ana Beatriz de**. O Censo da Educação Superior 2021 e os desafios para o Brasil do futuro.** Publicada em: 22 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2022/11/21/o-censo-da-educacao-superior-2021-e-os-desafios-para-o-brasil-do-futuro-por-ana-beatriz-de-oliveira/> Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).Acesso em: 14 de abril de 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANGER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, 19(55), 9-31, 2005.

SEGRE, Roberto. **América Latina, fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura**. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

RODRIGUES, Maria Luiza de Barros. **Entre rasgos e costuras: aproximações para um urbanismo decolonial**. MATOS, Gabriela (Org.). Arquitetas Negras. Vol. 1, 1° Edição, São Paulo; Editora Bendito Ofício, 2019.

VERGÈS, Francoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: UBU Editora, 2020.

ZIBECHI, Raúl**. Movimentos sociais na América Latina: um "mundo outro" em movimento**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

GT 03 – Pensamento social, utopias e epistemologias na América Latina e Caribe

POR UMA EDUCAÇÃO MUSEAL DO SUL-GLOBAL: SABERES ORIGINÁRIOS PRESENTES EM MUSEUS

Michelly da Silva Fernandes (PPGED/UEPA)[1]
Sérgio Roberto Moraes Corrêa (PPGED/UEPA)[2]

RESUMO: A pesquisa teve sua origem em um projeto desenvolvido durante a graduação, iniciada com uma investigação preliminar através de uma revisão bibliográfica exploratória para compreender as discussões existentes sobre o tema. Observou-se que os museus, são tradicionalmente vistos como guardiões da memória, por ter suas raízes em salvaguardar memórias materiais e imateriais da sociedade que se autodenominava dominante, e não valorizavam narrativas que não se encaixavam na lógica colonialista predominante, o que contribuiu para marginalização e silenciamento de muitas comunidades. Sendo assim, é crucial reconhecer a dimensão social, educacional, política e epistemológica dos espaços museais, pois essas instituições desempenham um papel fundamental na produção e preservação dos saberes e memórias de diversos povos e suas subjetividades. Para elucidar a pesquisa em questão, destacam-se duas exposições itinerantes que estão à mostra em dois museus em Belém/PA, (1) Exposição "Bancos indígenas do Brasil - Grafismo" e a (2) Exposição "Nhe'ẽ Porã: Memória e Transformação". Com base nas informações levantadas, realça-se a premência de uma abordagem museal mais ampla, originada no Sul-Global, que possa desafiar as estruturas coloniais arraigadas em que estamos submersos, ressaltando a importância da educação museal como ferramenta para romper com estereótipos forjados sobre as comunidades originárias, enfatizando a urgência em adotar uma perspectiva a partir do sul-global nos museus.

Palavras-chave: Educação Museal, Sul-Global, Saberes Originários, Museus.

INTRODUÇÃO

Recentemente surgiram discussões e debates acerca da necessidade de uma educação museal que valorize perspectivas "outras", especialmente no sul-global, enfocando a diversidade de saberes e culturas dos povos originários, marginalizadas nos espaços museais. O presente artigo propõe reflexões sobre a importância e os desafios acerca da

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, PPGED-UEPA, Brasil. Email: fernandesmichelly100@gmail.com
[2] Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGED-UEPA, Brasil. E-mail: sergio.correa@uepa.br

precisão em promover uma Educação Museal a partir do lugar do "outro", que reconheça e valorize o pensamento dos povos originários presentes nos museus.

A instituição desempenha um papel fundamental historicamente na preservação e exposição de artefatos narrando histórias e fatos culturais, todavia, continuamente, essas instituições têm privilegiado exposições e conhecimentos por uma perspectiva dominante, ligada ao norte-global. Essa concepção se torna limitante e excludente, quando se considera as diversas cosmologias presentes desse outro lado da linha (sul-global).

Segundo Brandão e Landim (2011):

> O museu é fruto do saber moderno que excluiu o saber popular, consequentemente, as classes populares. O museu desde a sua criação nega e esconde o saber popular, prolongando a hegemonia. Perpetuando a ideia de que os espaços museais não são para o acesso de todos, surgindo assim, o sentimento de não pertencimento por outros, ou seja, existe uma problemática, e ela é estrutural, e se limita sobre o entendimento que temos sobre museus.

Em vista disso, apreende-se que a Educação Museal desenvolvida a partir do sul-global, tem por intuito explorar como os museus podem tornar-se espaços mais holísticos e relevantes para as mais diversas comunidades, pondo em protagonismo suas histórias, seus múltiplos saberes e formas de conhecimentos sobre a vida e o mundo que seguem sub-representadas.

Quando se permite discutir sobre a relação da educação com os museus, cada museu aborda em seus acervos e curadoria uma perspectiva específica, certo? Quantos museus que já tivemos a oportunidade de conhecer e/ou visitar nos deu a oportunidade de ampliar nossa bagagem cultural, colaborando com nossa aprendizagem somente pelo contato com uma temática desconhecida, pouco conhecida ou até mesmo conhecida, mas que auxiliou em esclarecimentos sobre determinados assuntos? Dessa forma, sendo importante refletir sobre esses questionamentos para dar prosseguimento a esta pesquisa.

Para este trabalho, salienta-se que a investigação é de cunho bibliográfico, em que busca-se abordar reflexões e apontamentos acerca da relação dessa instituição com os conhecimentos oriundos de um sul-global que existe e sempre existiu, mas que foi silenciado de maneira proposital. A pesquisa também conta com a conceituação das ideias fundamentais acerca da Educação Museal e dos museus como espaços que podem se

transformar em agentes de mudança positiva, proporcionando diálogos interculturais e colaborações significativas, que valorizem verdadeiramente os saberes originários.

Além disso, buscou-se elucidar a proposta da pesquisa, abrangendo para este debate duas exposições itinerantes que se encontram abertas para visitação do público em Belem/Pa que são: (1) A Exposição "Bancos indígenas do Brasil - Grafismo" que está em exibição no Museu do Estado do Pará (MEP) e a (2) Exposição "Nhe'ẽ Porã: Memória e Transformação" em à mostra no Museu Paraense Emílio Goeldi.

CONCEITUANDO O MUSEU À LUZ DO SUL-GLOBAL

O museu possui suas raízes epistêmicas na lógica colonial e estão entrelaçadas com a narrativa de Estado-nação, processo de patrimônio e discursos de memória. O museu na sua configuração inicial reflete e perpetua estruturas de poder, exercendo controle acerca do que é exibido e apresentado. Diante disso, emergem duas tendências a desconstrução do legado colonial do museu: (1) Políticas de identidade e representatividade; e (2) a introdução da categoria "Sul" como uma resposta epistemológica frente ao discurso da arte contemporânea (Bennett, 1994).

Assim, é importante que se compreender que os museus são instituições antigas, caracterizadas pelo propósito de comunicar e preservar o patrimônio material e imaterial da humanidade. E, com base nas definições mais recentes do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público e dedicada à pesquisa, preservação, interpretação, exposição, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico e cultural.

Isto é, os museus fomentam a diversidade, impulsionando experiências educativas, de fruição e de reflexão para todos os públicos. Porém, muitas pessoas demonstram uma certa hesitação acerca da ideia de museu, ficando inibidos no primeiro contato com esses ambientes, por não avistarem os museus como locais de cultura e lazer, como parte integrante de suas rotinas.

Portanto, compreender que os museus são instituições dinâmicas, vivas e ativas que dispõem de atividades planejadas e executadas ao longo de todo o ano, e estão abertas ao público, é indispensável para reconhecer a função central que assumem na promoção da

cultura, educação e do lazer na rotina das pessoas. Ao organizar suas exposições, os museus buscam transmitir as memórias e saberes de forma educativa, não-formal e lúdica despertando o interesse dos visitantes e curiosos.

Marilia Cury (2010) enfatiza "os museus possuem a capacidade única de oferecer experiências significativas de aprendizagem, possibilitando que os visitantes construam conhecimentos mediante suas próprias interações com os acervos e narrativas expostas". Isto é, os museus como ambientes dinâmicos, mediam a aprendizagem que se dá de forma ativa e transformadora, promovendo experiências que colaborem para o desenvolvimento pessoal e cultural dos visitantes.

Ademais, os museus desempenham uma função essencial frente à preservação da memória e do patrimônio cultural, oportunizando reflexões e debates sobre questões atuais e futuras, enfatizando o atributo dos museus como lugares colaborativos ao empoderamento de povos que foram subalternizados (Barbosa, 2007). Em suma, os espaços museais são mais que depósitos de objetos, são lugares de diálogo intercultural, educação e reflexão, sendo essencial para o desenvolvimento e preservação da identidade cultural de muitos povos.

EDUCAÇÃO MUSEAL DO SUL-GLOBAL E A VALORIZAÇÃO DOS SABERES ORIGINÁRIOS

Historicamente os museus foram concebidos como espaços para salvaguardar memórias de povos que se autodenominavam-se como dominantes, o que resultou na marginalização e apagamento de memórias e narrativas históricas ao redor do mundo das sociedades que fugiam da lógica colonialista impostas pela modernidade ocidental (norte-global).

Frisa-se que os povos da América do Sul foram submetidos a um processo de apagamento de suas memórias, práticas e saberes em seus próprios territórios.

Desse modo, evidencia-se o pensamento de Le Goff (1983) que:

> O controle acerca da memória e o esquecimento advém da preocupação significativa daqueles que dominam as sociedades históricas, desvelando-se através do silenciamento e omissões da narrativa coletiva. (Le Goff, 1983)

Em outras palavras, para o invasor, as formas de silenciar e invisibilizar esses povos se estabelecia como uma estratégia de poder para se manter uma historiografia universal do

ocidente, visto que se objetiva modelar a memória coletiva em torno dos valores ocidentais. Nesse sentido, Sacavino (2016) complementa que desconstruir a história e o poder é desvelar a “cultura do silêncio”, que seria contar, apoiar, valorizar, visibilizar a produção e o fazer história dos sujeitos subalternizados e colonizados que habitam a *zona do não ser* do outro lado da linha abissal.

Logo, descolonizar os museus, é um mecanismo para reler e recontar histórias por outras perspectivas, não se trata de excluir o ocidente e de negar o seu potencial na construção do mundo, mas de que existem outros mundos possíveis, como realça Mignolo (2007) “não se trata da substituição por um novo paradigma, mas sim do surgimento de paradigmas outros".

Partindo desse ponto, é imprescindível considerar a perspectiva pela qual os museus serão abordados e o que se pretende pesquisar, enfatizando que o processo de mediação dos museus, seja conduzido por ele mesmo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2023):

> A educação é uma das funções essenciais aos museus, que vão além das atividades de preservação, conservação e comunicação de seus acervos, exercendo um papel na transformação social e na interpretação da cultura e memória (IBRAM, 2023).

Assim, considerando o cenário brasileiro, é preponderante explorar a educação museal como um conjunto de práticas educativas desenvolvidas nos museus. Tendo em vista que essas práticas visam promover a aprendizagem, o diálogo intercultural e a valorização do patrimônio cultural de diversos povos. Essa abordagem educacional no Brasil está em conformidade com os princípios internacionais estabelecidos pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que reconhece a educação museal como uma função essencial dos museus para a sociedade.

Além do mais, Martini (2006) afirma que a educação museal que se origina do sul-global valoriza os saberes dos povos locais, desafiando as perspectivas eurocêntricas solidificadas nos museus tradicionais. Compreende-se assim, a iminência de repensar e propor formas de transformar a educação museal do sul-global, superando as lentes cristalizadas hegemônicas e colonialistas que permeiam nos museus.

Ao abordar o conceito de sul-global, referimo-nos a um sul metafórico que representa a subalternização, a negação e a invisibilização de todas as epistemologias, existências,

modos de vidas e conhecimentos que se encontram do outro lado dessa linha. Esse "sul" sendo inferiorizado, desqualificado e considerado como inexistente pela "modernidade ocidental".

E partindo desse ponto, podemos observar que a modernidade ocidental se posicionava como ponto de referência para as outras civilizações, embora não constituísse um modelo de modernidade "autêntico", porém a expansão europeia na América do Sul (Pindorama) colaborou para a transformação das premissas da ordem cultural e política daquela modernidade em gestação, indicando a diversidade e complexidade desse fenômeno histórico (Eisenstadt, 2000, p.13).

Ou seja, a ascensão da modernidade revela pelas Américas, a origem de uma nova configuração de um padrão de poder global. A cartografia do poder global, desvela a criação dessa divisão racial em que privilegia na América do Sul a minoria (elite/burguesia) que se considera como padrão suas formas de ser, saber e existir em relação aos sujeitos cuja humanidade não e reconhecida, ou seja, o "Outro". Revelando assim, uma estrutura de poder que perpetua a marginalização daqueles vistos como diferentes.

Assim, a visibilização e o reconhecimento de outras histórias são fundamentais na formação de identidades a partir de uma abordagem descolonizadora. A história e a memória são dimensões indispensáveis a serem consideradas em relação às lutas e conquistas pelos direitos humanos, pela cidadania e justiça social.

EXPOSIÇÕES ITINERANTES EM BELÉM/PA: O PROTAGONISMO INDÍGENA NOS MUSEUS

No contexto atual do reconhecimento do "outro", observa-se um movimento relevante de resistência cultural e identitária, com a proposta de reconhecimento, preservação e promoção dos conhecimentos ancestrais dos povos locais. Esta dinâmica destaca a diversidade existente como estratégia de resistência frente ao colonialismo.

As populações originárias são historicamente atravessadas por políticas de morte, apagamentos, assimilação cultural e marginalização de seus saberes. Linda Smith (1999) afirma que o processo de colonização atua como um método de desvalorização e apagamento

dos conhecimentos e história indígenas, validando e estabelecendo as relações de poder dominantes.

Logo, observa-se nos vários veículos midiáticos, a movimentação das comunidades originárias lutando por seus direitos, dado que seus direitos básicos são violados o tempo todo. Frente a esses movimentos, se obteve algumas conquistas, como, a afirmação de suas identidades étnicas e a busca pela garantia de seus territórios, apesar das ameaças diárias em relação ao avanço do agronegócio, garimpos, desmatamento e outros. Tais atividades interferem na vida dessas populações, pois são realizadas na maioria das vezes próximas as suas moradias, quando não se têm seus territórios invadidos.

Posto isto, os museus possuem essa função de mostrar que os povos indígenas são a materialidade da palavra resistência, pois não é fácil continuar existindo por seus mais de 500 anos, quando se há a todo momento alguém desvalidando suas identidades étnicas e desvela um sistema que a todo momento e a todo custo pretende se apropriar de seus territórios.

A seguir, serão apresentadas algumas imagens para complementar os pontos discutidos neste trabalho. As imagens foram selecionadas com o intuito de destacar os aspectos tratados sobre o tema, oferecendo uma representação visual que enriquece as discussões aqui introduzidas.

Primeiro salienta-se, a Exposição itinerante “Bancos Indígenas do Brasil - Grafismo” que se encontra em exibição no Museu do Estado do Pará (MEP). As peças são esculpidas em madeira, sendo a maioria em formato de animais, revelando as formas, cores e grafismos da arte indígena. A exposição reúne 142 peças de 40 povos indígenas oriundos da Amazônia, e além dos bancos, à mostra conta com fotografias e vídeos (SECULT/PA, 2024).

Imagem 1. Exposição “Bancos indígenas do Brasil - Grafismo”



Fonte: Secult/PA (2024)

A segunda fotografia trata-se da Exposição Itinerante “Nhe’ẽ Porã: Memória e Transformação”, que se encontra aberta ao público para visitação no Museu Paraense Emílio Goeldi, evidenciando que a cidade de Belém do Pará foi a primeira a receber à mostra, sendo realizada pelo Museu de Língua Portuguesa em São Paulo.

A exibição apresenta obras feitas por artistas indígenas, objetos etnográficos, arqueológicos e outros artefatos, tendo a curadoria de Daiara Tukano, artista indigena e mestre em Direitos Humanos, cuja proposta é convidar o visitante a mergulhar na memória, história e realidade atual dos povos originários do Brasil, revelando, diferentes formas de contemplar os territórios materiais e imateriais, as identidades das comunidades indígenas, suas trajetórias de luta e resistência, assim como as riquezas de suas culturas (GOELDI, 2024).

Destaca-se que o Museu Emílio Goeldi não apenas acolheu a exposição, como também é correalizador, colaborando com o acervo linguístico desde a realização da mostra em São Paulo.

Imagem 2. "Nhe'ẽ Porã: Memória e Transformação" - Exposição Itinerante sobre Línguas Indígenas no Museu Paraense Emílio Goeldi



Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi (2024)

Essas iniciativas não apenas possibilitam um contato mais próximo com povos que antes pareciam distantes da nossa realidade, mas também expõem as estruturas coloniais presentes nas escolas, instituições, livros e na configuração de fazer política do nosso país, que difundem e alimentam um imaginário social distorcido sobre os povos indígenas. E com base nas fotografias acima, é evidente como essas exposições tendem a contribuir para a desconstrução do imaginário social sobre as populações originárias, promovendo uma educação museal mais eficaz, inclusiva e relevante para as comunidades no geral.

Os museus desempenham um papel fundamental ao permitir o protagonismo desses povos em seus acervos e exposições, apresentando as suas línguas maternas, práticas tradicionais, artesanatos, medicinais ancestrais, desafiando as estruturas hegemônicas eurocêntricas e evidenciando a diversidade epistemológica, cosmológica e ontológica do Sul-Global.

Maria Moura (2018) destaca essa ausência diante do reconhecimento dos saberes e práticas das diversas comunidades étnicas e culturais nos espaços museais no Brasil. Assim, além da concepção de preservar os saberes "outros", é importante acentuar a educação

intercultural como mecanismo fundamental no reconhecimento e existências de diversas comunidades.

Dessa maneira, a resistência indígena não se enquadra somente na preservação dos conhecimentos ancestrais, englobando também uma luta política e social por justiça e dignidade para esses povos, combatendo diariamente as injustiças e ameaças impostas pelo sistema hegemônico na sociedade contemporânea.

REFLEXÕES SIGNIFICATIVAS

É fundamental descolonizar esses espaços que refletem a hegemonia eurocêntrica, reconhecendo que suas práticas foram moldadas por estruturas coloniais. Nesse sentido, a educação museal emerge como um mecanismo potente para promover uma justiça social e histórica, desconstruindo o paradigma de dominação.

Desse modo, a presença dos saberes desses povos em museus vai além da exposição de artefatos ou representações visuais. É necessário promover uma transformação na concepção e oferta de experiências educativas, considerando o relacionamento com estas comunidades.

Considerando a potencialidade educativa dos museus, é primordial que não se limitam a simples ambientes expositivos, mas que desempenham um papel crucial na narrativa museológica, cultural e social. Visto que cada museu possui sua própria perspectiva na apresentação de fatos e na divulgação deles, podendo colaborar para perpetuar estereótipos ou, ao contrário, desafiá-los e desconstruí-los.

Além de reconhecer a importância da presença desses povos nos museus, é substancial refletir sobre as representatividades destes como colaboradores ativos das ações museais. Isso possibilita que os museus se transformem em espaços de diálogo intercultural e de empoderamento para as comunidades factualmente marginalizadas, construindo caminhos para uma sociedade menos intolerante e mais respeitosa com as diversas formas de ser, saber e existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, Ana Mae. (2007). "**Arte-Educação no Brasil:** das origens à atualidade." Editora Cultrix, São Paulo.

BENNETT, Tony. *The Birth of the Museum*. Londres/Nova York:,1994.

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues., & LANDIM, Lúcia. (2011). Museu: concepção e educação. UFES.

CURY, Marília Xavier. **Museu, escola e identidade:** a educação patrimonial em ação. São Paulo: Annablume, 2010.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). Definição de Museu. Disponível em: https://icom.museum/pt/definicao-de-museu. Acesso em: [08 de abril 2024].

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Plano Museológico 2023. Brasília: IBRAM, 2023.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (dir.). Enciclopédia Einaudi, v. 1, p. 11-50, Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1983. p. 13

MARTINI, Maria Lúcia. **Museus e educação museal:** um espaço de diálogo intercultural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MUSEUS, 14., 2006, Brasília, DF. Anais... Brasília: IBRAM, 2006.

MIGNOLO, Walter. (2003). Histórias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo Madrid: Akal.

MOURA, Maria Célia Teixeira. **Educação Patrimonial:** Memória e Cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SACAVINO, Susana Beatriz. Educação descolonizadora e interculturalidade: notas para educadoras e educadores. In: CANDAU, Vera (org.), Interculturalizar, descolonizar,democratizar: uma educação “outra”? Rio de Janeiro: 7 Letras; GECEC, 2016.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando Metodologias:** Pesquisa e Povos Indígenas. Dunedin: University of Otago Press, 1999.

GT 03 – PENSAMENTO SOCIAL, UTOPIAS E EPISTEMOLOGIAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

EL PERFORMANCE COMO POLÍTICA: REGINA JOSE GALINDO, LA PIEDRA Y CONCEPTOS DEL CUERPO LATINO-AMERICANO DESDE REGINA***

Piedad Loren Guerrero Coka[1] (undav)

RESUMO: Para estudiar el performance y el activismo es menester ahondar, en primer lugar, el rol del cuerpo humano y su disposición como medio significante y político. En este sentido, recordemos que Arendt (1958) cuando hace referencia al cuerpo vivo no remite a una condición biológica, sino más bien a una posición política comprometida con el análisis crítico de la modernidad, más precisamente con las catástrofes políticas del siglo XX y el auge de la sociedad de masas. Para la autora "la labor es la actividad en la que el hombre no está junto con el mundo ni con los demás, sino solo con su cuerpo, frente a la desnuda necesidad de mantenerse vivo"

Palavras-chave: Cuerpo, Território, Performance, Mujer, latino-americana-americana

INTRODUÇÃO

1. Estado del Arte

Performances políticos desde los cuerpos en Suramérica (Perú, Bolivia)

> Referirnos al tema del performance con el objetivo de caracterizar su rol como espacio para el activismo político, implica sumergirnos dentro del denso mundo de las artes y sus posibilidades de combinarlas en una sola pieza que trasmita o trasgreda la comprensión de nuestras vidas sociales. Armonizar elementos de artes y campos diversos, como la música, la danza, el teatro y las artes plásticas, es una tarea que implica creatividad y un profundo conocimiento de nuestras diversas y complejas realidades.

El Performance intercultural

La mirada intercultural es otra perspectiva que nos permite estudiar el performance como arte crítico y vanguardista. Al respecto, la interculturalidad nos permite evidenciar, por ejemplo, en relación al periodo de la colonia española en nuestra tierra sur americana y en otras partes del mundo, que desde los primeros días de la "conquista "europea, se llevaron "muestras aborígenes" de pueblos de África, Asia y el continente americano para su contemplación estética, análisis científicos y entretenimiento. Durante los primeros 500 años se exhibió a aborígenes australianos, tahitianos, aztecas, iroqueses, cherouis, ojibways, iowas, mohawsk, botocudos, en tabernas teatros jardines, museos, zoológicos, circos, ferias mundiales de Europa. Al respecto, es menester recordar que 1493

[1] Departamento de artes, Estudante de Maestria en artes latino-americanas contemporâneas, Universidade Nacional de avellaneda, Colombia. Email: Locokasi@gmail.com

Colón llevó a un arawak del caribe para exhibirlo en la corte española durante 2 años, hasta que murió de depresión. En 1502 se exhibe a esquimales en brístol Inglaterra. En 1505 se lleva a nativos norteamericanos a Francia para construir una aldea brasileña en Rouen, que tiempo después el rey de Francia ordena a sus soldados que quemen la aldea como performance. Fue tanto lo que al rey de Francia le agrado este infame acto, que ordenó que se represente de nuevo al día siguiente.

De otra parte, tenemos a Ngugi Wa Thiong, un reconocido dramaturgo, novelista nacido en Kenia. Quien debido a sus ideas opositoras al gobierno de su país fue encarcelado como preso político y luego de ser liberado fue obligado a exiliarse. Durante los periodos siguientes fue profesor de universidades de Inglaterra y EEUU, destacándose por sus estudios sobre la relación entre el estado poscolonial y las artes y el análisis de la oratoria como género. Este artista abarca en sus trabajos, desde, la puesta en escena como orador hasta la combinación de diferentes disciplinas como el arte, danza, teatro y literatura.

Asimismo, sus principales ingredientes son el lugar, contenido, publico, tiempo, meta-su fin por decirlo así, la cual, puede ser de instrucción o placer o una combinación de ambas cosas. Alguna clase o en efecto alguna clase de efecto reformativo en el público. Thiong nos advierte a través de una analogía entre el poder del Estado y el poder del performance, que el Estado tiene sus áreas de Performance, al igual que el artista. Así, nos va a decir que el Estado representa el poder y el poder del artista se encuentra sólo en el performance. Tanto el Estado como el artista pueden tener un concepto distinto de tiempo, lugar, contenido, metas. Pero su objetivo común es el público. La lucha puede tomar la forma de intervención del Estado en el contenido de la obra del artista. Lo que recibió el nombre de censura, pero la principal arena de lucha es el espacio de performance: su definición, delimitación y regulación.

Para poder observar el espacio de poder como “escenario desnudo” en un performance, Thiong advierte que este espacio consta de la totalidad de sus relaciones externas con esos otros centros y campos, es decir: ¿dónde se ubican en relación unos con otros? En este sentido, si el artista se ubica en una clase obrera, en un vecindario residencial burgués, en los guetos o en las áreas lustrosas de nuestras ciudades, entonces la política real del espacio bien puede residir en el campo de las relaciones externas; en su compromiso conflictivo real o potencial con sus santuarios de poder y en particular, con las fuerzas que detentan las llaves de dichos santuarios. Los santuarios pueden ser sinagogas, mezquitas, templos, parlamentos, estaciones de radios y televisión: campos de representaciones de toda clase y aspecto. En otras palabras, a menudo no se trata tanto de lo que sucede o sucedería sino del control de acceso contactos continuos.

Estas cuestiones de acceso se vuelven muy pertinentes en un estado Colonial y Poscolonial donde los estratos sociales dominantes suelen estar inseguros de su control hegemónico, y en particular donde la población se divide no solo en los aspectos tradicionales de lo urbano y rural, sino también por las fisuras étnicas. Y dentro de todo ello están las divisiones de clase, donde la brecha entre pobre y ricos es tan evidente, tan inmediata y tan visible, que tal vez, el Estado no quiera que existan espacios de performance por que no dejan de inquirir en estas áreas de fricción. En una situación así la cuestión de que el espacio se encuentre o no dentro de un edificio llegará a adquirir un valor simbólico y convertirse en el centro de intensas luchas de poder.

En tercer lugar, el espacio del performance, en su totalidad de factores internos y externos, puede considerarse en relación con el tiempo, es decir en términos de lo que ya fue como la historia y de lo que podrá venir en el futuro. Entonces ¿qué recuerdos alberga el espacio y que anhelos puede generar? Queda claro por lo anterior que el espacio del performance nunca está vacío. Desnudo sí, abierto sí, pero nunca vacío.

Un claro ejemplo de lo que nos advierte Thiong, es lo que sucedió en la población Mau, Mau durante los siglos de colonización de los británicos en Kenia. En este lugar, su población fue aprisionada y excluida de sus prácticas teatrales, ritos y canciones tradicionales para ser forzados a prisiones y ahorcados durante espectáculos públicos por desobedecer las prácticas del gobierno inglés, sin embargo, a pesar de esta situación, durante los años del líder Dedan Kimathi, y de la presencia de otras lideres negras que combatían con las luchas de los blancos apenas en el año 1922, se logra re-describir la historia y se abre el teatro para negros en Kenia. En este sentido, podemos concluir un performance de Estado y pueblo con cuerpos físicos en un espacio no vacío.

Por todo lo anterior, “no hay performance sin meta. La prisión es un recinto donde el Estado organiza el uso del espacio y el tiempo de manera tal que consiga lo que Foucault llama cuerpos dóciles y por tanto, mentes dóciles. La lucha para subyugar la mente del artista - prisionero es de suma importancia. El espacio del performance del artista significa apertura; el de Estado, confinamiento.

El arte derriba las barreras entre los pueblos; el Estado las levanta. El arte surge de la lucha humana por liberarse de su confinamiento. Estos confinamientos pueden ser naturales. Pero también los hay económicos, políticos y sociales y espirituales. El arte anhela la mayor cantidad posible de espacio físico, social y espiritual para la acción humana. El estado trata de demarcar, delimitar y controlar.

Porque el performance es una acción política
La Piedra
Regina José Galindo

La engañosamente pequeña figura de una mujer cubierta de carbón negro salió a un patio sombreado y se acurrucó formando un bulto en el duro suelo. Mientras se agachaba y doblaba la espalda, con las rodillas y los codos abrazándose a las costillas, un asistente terminó de cubrir el último trozo de piel visible en las plantas de los pies. Ahora completamente cubierto de carbón, el cuerpo de la artista de performance Regina José Galindo se congeló con el rostro enterrado en la palma de sus manos.

Esta poderosa obra como territorio desde el significado para las mujeres tiene muchos simbolismos. Un cuerpo frágil tirado en la arena, pintado de negro y desnudo en un lugar tan sensual como es Brasil; Un cuerpo de una mujer sin rostro que se pone en posición fetal expuesta ante miles de espectadores que observan lo que sucede siendo parte de, pero callando lo que nuestros propios ojos ven como sociedad. Semejante a tiempos rituales y al mismo tiempo momificatorios entre una pequeña línea de pasado y presente nos hacen recordar la posición ancestral. Este pequeño fragmento de las mujeres, la tierra y el carbón hacen que volvamos a encontrarnos en la historia del land art Ana Mendieta quien se sentía segura en la tierra, una tierra lejana de su sentir y de sus tradiciones. A Mendieta se la llevaron cuando era pequeña y en medio de los sonidos de su natal Cuba es donde encuentra consuelo de esos recuerdos que le quito la guerra a esta artista y tiempos después su propia vida. Ana Mendieta “Mi arte es la forma de reestablecer los vínculos que me unen al universo”
Regina reclama esos derechos que no solo son invisibilidades, si no también violencias. Regina pide a algunos hombres varones y mujeres que orinen sobre ella. Esta obra es un poco fría, pero al mismo tiempo representa lo que la minoría calla por miedo, temor o trabajo

<u>Piedra</u>
Piedra
Soy una piedra
no siento los golpes
la humillación
las miradas lascivas
los cuerpos sobre el mío
el odio.
Soy una piedra

en mí
la historia del mundo.
Mi cuerpo permanece inmóvil, cubierto de carbón como piedra.
Dos voluntarios y alguien del público orinan sobre el cuerpo piedra.
La piedra nos lleva no solo a dialogar con un cuerpo momificado y dejado a la intemperie pintando de negro enunciando que lo negro, indígena mestizo o raro es dejado fuera de los bordes que asociamos como dignos de una cultura. También la simbología de que el cuerpo este desnudo nos da muchas connotaciones en una universidad de Brasil y de algunos países de Latinoamérica.
Aca Regina José Galindo reestablece varias corporalidades que nos pone en contexto de las mujeres de todo el mundo, pero en especial las que de alguna forma no poseemos el mismo lenguaje blanco para defendernos y traspasar la voz del que tiene poder.

No es exagerado decir que las mujeres fueron tratadas con la misma hostilidad y sentido de distanciamiento que se concedía a los «salvajes indios» en la literatura que se produjo después de la conquista. El paralelismo no es casual. En ambos casos la denigración literaria y cultural estaba al servicio de un proyecto de expropiación. Como veremos, la demonización de los aborígenes americanos sirvió para justificar su esclavización y el saqueo de sus recursos. En Europa, el ataque librado contra las mujeres justificaba la

apropiación de su trabajo por parte de los hombres y la criminalización de su control sobre la reproducción. Siempre, el precio de la resistencia era el extermino. Ninguna de las tácticas desplegadas contra las mujeres europeas y los súbditos coloniales habría podido tener éxito si no hubieran estado apoyadas por una campaña de terror. En el caso de las mujeres europeas, la caza de brujas jugó el papel principal en la construcción de su nueva función social y en la degradación de su identidad social. (Federichi, 2004: 151)
El lenguaje blanco y la religión hicieron que nuestras formas, usos y costumbres fueran denigradas por un espectador que paso a ser luego un dictador blanco, quemando a las mujeres y envolviendo a las comunidades originarias una patriar calidad feudal
Es asi que Regina demarca en la obra la piedra, la corporalidad de las mujeres que tenemos una historia debido a nuestra escritura en que se nos trajo al mundo sin haber registrado esas manchas oscuras de nuestro pasado.

- Minorías étnicas
- Desigualdad indígena

- Anulación de los derechos de las mujeres
- Expropiación de nuestras tierras y cuerpos

A las feministas, nos urge afirmar una modernidad desagregada, ideológicamente diversificada, unificada en diversas comunidades constitutivas de las naciones que se conformaron en Nuestra América en el siglo XIX, cuando las elites políticas que emergieron de la guerra de independencia buscaron la construcción de naciones mestizas gobernada por republicas ilustradas. Nos urge para no reducir el feminismo a un movimiento de la modernidad emancipada, propia del patriarcado capitalista, y reconocernos en la resistencia de las mujeres contra la hegemonía patriarcal, que ha sido construida durante el colonialismo tanto como la hegemonía "racial" blanca. Esto implica deshacernos de una vez del supuesto universalismo de mestizaje, asumiendo que Luis Carlos Castillo llama "la reinvención de la nacionalidad "en los países de nuestra América; esta es la hija de "la emergencia de nuevos movimientos sociales entre los pueblos indígenas y las poblaciones negras"[2]

- Entre los activismos es necesario mencionar mujeres que desde sus batallas y parlamentos hicieron que en este presente valiera nuestra historia
- Juana Azurduy La importancia de reconstruir la memoria de una mujer como Juana Azurduy, es una forma de descolonizarnos y balancear el género femenino, como mencionan Facio y Fríes (2005) pensándolo como un movimiento social y político y no simplemente como una doctrina social reducida a la lucha de género, ya que la amplitud y profundidad del feminismo como movimiento de lucha por la igualdad y la liberación de las mujeres, también lo es hacia la transformación de las estructuras de poder en la sociedad en beneficio de todos los seres humanos.[3]
- Manuelita Saenz Manuela Sáenz fue una de las mujeres que jugó un papel fundamental en la lucha de independencia contra España. Espía, organizadora y poderosa conspiradora incentivo la organización rebelde contra el poder monárquico español. Hizo parte del Estado Mayor del Ejército Libertador de Bolívar y peleó junto a Antonio de Sucre en Ayacucho, siendo la única mujer que pasaría a la historia como heroína de esta batalla.
- La Policarpa Salavarrieta (Colombia, 1795-1817): Conocida como "La Pola", fue una heroína de la independencia de Colombia. Participó en actividades clandestinas contra el dominio español y es considerada un símbolo de valentía y resistencia.

[2] Luis Carlos Castillo, Etnicidad y nación. El desafío de la diversidad en Colombia, Programa editorial Universidad del valle, Cali,2009, p 13.
[3] http://www.iunma.edu.ar/doc/Sem%20Mujeres%20originarias%20y%20feminismos%20-%20Monumento%20Juana%20Azurduy-%20Ed.%20UNMa.pdf

- Domitila Barrios de Chungara nació el 7 de mayo de 1937 en Pulacayo, zona minera de Potosí, Bolivia. De origen humilde, le tocó nacer y vivir entre las penurias y sacrificios de las minas, a los que supo sobreponerse con un valor y entereza admirables. Fue hija de un dirigente sindical Benemérito de la Patria como combatiente de la Guerra del Chaco. Cuando no tenía siquiera 10 años de edad murió su madre y ella tuvo que hacerse cargo de sus cinco hermanas. Después fue madre de once hijos, de los que le sobrevivieron siete, y compañera de vida y luchas de un trabajador minero. Fue activista y defensora de la lucha conjunta de mujeres y hombres contra la explotación laboral; conocida también por ser una destacada líder del feminismo boliviano y autora de dos libros testimoniales: "Si me permiten hablar"[1] — donde, con un discurso de resistencia, cuenta la historia de su pueblo, el trabajo en la mina, la vida del minero, el día de la mujer minera y el desarrollo de la organización obrera— y "Aquí también Domitila", ambos de gran difusión, además de diversos cuadernillos de capacitación sindical y política. Fundadora de la Escuela Móvil de formación política y Sindical con la que trabajó en Quillacollo y Cochabamba.
- Dolores Cacuango, también conocida como "Mamá Dulu", fue una activista ecuatoriana que luchó por los derechos humanos, de los pueblos indígenas y los campesinos, buscando la reivindicación de la lengua quechua a través de la creación de las escuelas bilingües. Se preocupó de mantener informados a los indígenas sobre sus derechos para que estos no fueran pasados a llevar. En 1944 decidió crear la primera escuela de español y quechua, establecimientos educacionales clandestinos y que no eran aprobados por el gobierno, pero que sentaron un gran desarrollo para la comunidad. Tras la dictadura de Ramón Castro, las escuelas se cerraron y Dolores pasó a la clandestinidad, sin embargo, siguió visitando las comunidades y unos años más tarde movilizó una de las marchas indígenas más grandes del país tras la aprobación de la reforma agraria.[4]

Me es importante poner entre líneas a las mujeres originarias y de clase media quienes fueron fusiladas o mucho tiempo después reestablecieron su nombre, ellas no tuvieron un liderazgo prominente en las colonias blancas y pusieron su voz como una forma de activismo político y es lo que sucede en la obra de Regina José Galindo. Ella se muestra agachada anula su rostro, ha sido orinada, por dos de sus géneros. Su cuerpo a pesar de estar desnudo demuestra su valentía y al mismo tiempo su fragilidad, y su identidad pervive en la posición A pesar de no tener un rostro enuncia un gran problema como es el trabajo de niños precarizados en países subdesarrollados.

[4] https://mujeresbacanas.com/dolores-cacuango-1881-1971/

Es imposible como dice nuestra artista Regina José Galindo que Guatemala está construido bajo las armas de las otras potencias, pero “No me vengas a decir que Guatemala es el único país siendo un país subdesarrollado que está bajo las armas de guerra” Está claro que debemos proponer otro punto importante a considerar de la obra la piedra

- Capitalismo sobre el poder de un tercero
- Apropiación de otros
- Cuerpo y territorio
- Formas de repensarnos el cuerpo blanco y el cuerpo hibrido

3.2 Regina José Galindo como mujer feminista Latinoamericana.

- **el feminismo latinoamericano**

Toda acción histórica pone en presencia dos estados de la historia (o de lo social): la historia en su estado objetivado, vale decir, la historia que se acumuló a lo largo, el tiempo en las cosas, máquinas, edificios, monumentos, libros, teorías, costumbres, derecho, etc., y la historia en su estado incorporado, que se convirtió en habitus. … Esta actualización de la historia es consecuencia del habitus, producto de una adquisición histórica que permite la apropiación de lo adquirido histórico. La historia en el sentido de res gestae constituye la historia hecha cosa, la cual es llevada, reactivada por la historia hecha cuerpo”. (Bourdiu)

En este sentido, existen estructuras culturales e históricas que repercuten en las prácticas actuales y que, a su vez, estructuran las futuras. Las condiciones de existencia producen sistemas de disposiciones transferibles, estructuras estructuradas predispuestas a actuar como estructuras estructurantes. Es decir, el territorio se sienta sobre principios generadores y organizadores de prácticas y de representaciones que se estructuran en el cuerpo. Esto último, para exponerlo en otras palabras, parte de suponer que el cuerpo se inserta en una estructura simbólica a partir de un lenguaje que lo atraviesa y lo constituye.

Por lo tanto, las prácticas que forman el sentido del territorio forman un sujeto. El cuerpo es un efecto de esa cultura en la que se encuentra inmerso, es atravesado y constituido por el lenguaje, pues es en la palabra, en el discurso, donde los seres humanos reconocen su subjetividad y nombran su cuerpo.

Silvia Federici también anuncia que los cuerpos de las mujeres incluso han perdido su límite de sexualidad debido a que el mismo estado reprime sobre ellas las formas en cómo deben comportarse,

accionar o hablar. Incluso como algunos mismos grupos feministas van en la lucha de clases no en pro de una mancomunidad sino en las formas como se piensan sobre ellas.

Volviendo a la obra de la piedra de Regina José Galindo vemos como una mujer de tez más blanca orina sobre otro mismo cuerpo de mujer que quizás tiene una mayor expectativa de vida ante alguien de referencia color negro habituado como lo malo, feo y desagradable-
Una mujer arrodillada incada ante un hombre y mujeres que dejan los desechos sobre otro cuerpo inmóvil diferente al suyo; mientras alrededor están los demás mirando como un gran Partenón- Y esta mujer tiene rasgos indígenas, largos cabellos, callada, sumida entre sus brazos y en posición fetal.
Me atrevo a decir que Regina es aquí el Sicorax del que habla Silvi Federici como:[5]
 Hemos presentado aquí los ejes fundamentales que dan forma a la obra y trayectoria de Silvia Federici, Hemos escrito este elogio en tiempos de furia, porque la vida no sólo nos hermana en la pasión por la obra de Silvia Federici o en nuestro amor por las letras, también en la persecución y el despojo que supone ser y hacer feminismo, dentro y fuera de la academia, en el contexto específico de San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, donde hemos decidido existir, luchar y crear, desde la rabia y su dignidad, pues pese a todo, somos las nietas de las brujas que no lograron quemar. Por ello, en nombre de Sycorax -bruja, abuela, siempreviva, de linaje anti-colonial- y guiadas por la fuerza que nos brinda una obra como la de Silvia Federici, hoy sabemos que, "aunque Dios haya encontrado algo con lo que resulta más fácil vivir su muerte [decretando la nuestra]" (Hughes, 1979), en esta pelea, todavía falta un *round* más.
Anexo un pequeño fragmento de la fenomenología en distintos lugares del mundo, u en donde encontramos las fuerzas de los elementales con las apropiaciones del ser femenino en la tierra.
Pinkola, 20019) No es eso lo que ya ha dado lugar a que millones de mujeres que empezaron siendo unas potencias fuertes y naturales se hayan convertido en unas extrañas en sus propias culturas. El objetivo tiene que ser la recuperación de las bellas y naturales formas psíquicas femeninas y la ayuda de las mismas. El lenguaje y las formas como habitamos un mundo, respetando esos territorios nos ayuda a incluirnos.
Porque no se crea una hermandad con una mujer primitiva en distintas zonas, borrando esa línea que nos demarca que uno es más que otro.
Asi en español yo lo llamo Rio bajo el Rio, La mujer grande; Luz del abismo, La Loba; la Huesera húngaro se llama O, Erdoben, ella la de los bosques, y rozsomak, el Tejón hembra. En navajo es

[5] HUGHES, Ted, 1979, "Próspero y Sycorax", tomado de: <http://www.letrasenlinea.cl/?p=4562>.

Na`ashjè'eii Asdzàà, la mujer araña que teje el destino de los seres humanos, y los animales, las plantas y las rocas. En Guatemala, entre otros muchos hombres, es Humana de Niebla, el ser de la Niebla. La mujer que siempre ha existido. En japonés es Amaterasu Omikami, La divinidad que trae toda luz y toda conciencia

Cuando una mujer se aparta de su fuente básica, queda esterilizada, pierde sus instintos y sus ciclos vitales naturales y estos son subsumidos por la cultura o por el intelecto o el ego, ya sea por el propio o el de los demás. Pag, 21.

Es imposible que no veamos juegos de guerra entre lo que determinamos espacios públicos y privados es de relacionar y comprender como en esta pequeña obra podemos ver los juegos de poder un peón de go, por el contrario, sólo tiene un medio de exterioridad, o relaciones extrínsecas con nebulosas, constelaciones, según las cuales desempeña funciones de inserción o de situación, como bordear, rodear, romper. Un sólo peón de go puede aniquilar sincrónicamente toda una constelación, mientras que una pieza de ajedrez no puede hacerlo (o sólo puede hacerlo diacrónicamente). El ajedrez es claramente una guerra, pero una guerra institucionalizada, regulada, codificada, con un frente, una retaguardia, batallas. Lo propio del go, por el contrario, es una guerra sin línea de combate, sin enfrentamiento y retaguardia, en un extremo, sin batalla: pura estrategia, mientras que el ajedrez es una semiología. Por último, no se trata del mismo espacio: en el caso del ajedrez, se trata de distribución un espacio cerrado, así pues, de h de un punto a otro, de ocupar un máximo de cláusulas con un mínimo de piezas. En el go, se trata de distribuye en un espacio abierto, de ocupar el espacio, de conservar la posibilidad de surgir en cualquier punto: el movimiento ya no va de un punto a otro, sino que deviene perpetuo, en meta ni destino, sin salida ni llegada. Espacio "solo" del go frente a espacio "estriado" del ajedrez. Nomos del go frente a Estado del ajedrez, nomos frente a polis. Pues el ajedrez codifica y descodifica el espacio, mientras que el go procede de otra forma, lo territorial iza y lo desterritorializa (convierte el exterior en un territorio en el espacio, consolidar ese territorio mediante la construcción de un segundo territorio adyacente, desterritorializar al enemigo mediante ruptura interna de su territorio, desterritorializarse uno mismo renunciando, yendo a otra parte...). Otra justicia, otro movimiento, otro espacio-tiempo. (del (deleuze, 1980)

Desde el punto de vista del Estado, la originalidad del hombre de guerra, su excentricidad, aparece necesariamente bajo una forma negativa: estupidez, deformidad, locura, legitimidad, usurpación, pecado... Dumézü analiza los tres "pecados" del guerrero en la tradición indo-europea: contra el rey, contra el sacerdote, contra las leyes derivadas del Estado (supongamos una transgresión sexual que comprometa la distribución de los hombres y de las mujeres, supongamos incluso una traición a las leyes de la guerra tal como son instituidas por el Estado)^. Es asi como aparece el mito ya no entre la ficción; es ya una realidad de un mundo denominado entre alguaciles, peones, policías, y personas que tienen sus joyas y una mirada lasciva de quienes no lo vemos Una imagen ejemplifica los poderes de guerra, entonces Regina aparece otra vez acostada, y los hombres alrededor están observando.

Debemos entender que no es solo una obra en una universidad, si la sacamos del campo investigativo artístico entenderemos que es un esquema de como un cuerpo representa millones de casos en como aparecen las mujeres en el mundo se les apresa fácilmente y quizás no tienen la oportunidad de incidir sobre ellas mismas y sus [6]corporalidades volvamos al libro de Mil messetas .(deleuze, 1980) De igual modo, los sentimientos son arrancados de la interioridad de un "sujeto" para ser violentamente proyectados en un medio de pura exterioridad que les comunica una velocidad inimaginable, una fuerza de catapulta: amor u odio, ya no son en absoluto sentimientos, sino afectos. Y esos afectos son otros tantos devenir-mujer, devenir-animal del guerrero (el oso, las perras). Los afectos atraviesan el cuerpo como flechas, son armas de guerra. Velocidad de desterritorialización del afecto. Incluso los sueños (el del príncipe de Hamburgo, el de Pentesilea) son exteriorizados, mediante un sistema de relevos y de conexiones, de encadenamientos extrínsecos que pertenecen a la máquina de guerra.

Las mujeres pierden sus afectos y sus cuerpos asi como ha surgido durante siglos desde los tiempos de colonización en donde grandes guerreras que tenían dominios y una gran sabiduría fueron quemadas, puestas en una hoguera quemadas o como la misma Silvia Federici en el libro Calibán y la bruja habla de las formas en que los hombres “salvajes” castigaban a las mujeres por no portarse femeninamente como las reglas de su virilidad admitían. Asi mismo es necesario admitir otra vez los simbolismos de Regina ante su color y el mismo que esconde debajo de su piel cuando es orinada y se va blanqueando con el fluir de las sustancias corporales riegan sobre este cuerpo.

Porque no hablar sobre la malinche en este corte la Malinche, la admirada amante de Hernán Cortés, que ofició de intérprete entre españoles y aztecas durante la conquista para luego ser acusada durante siglos de haber traicionado a su pueblo. Laura Esquivel, autora de Como agua para chocolate, brinda al lector un libro que es fruto del diálogo entre el trabajo de la imaginación y el de la reconstrucción histórica.

Antes de su transformación en la Malinche, fue conocida y reconocida como «lengua» (interprete), de hecho, se convirtió en la principal lengua de Hernán Cortes, reemplazando a Jerónimo de Aguilar. La

[6] Atrapado entre los dos polos de la soberanía política, el hombre de guerra aparece desfasado, condenado, sin futuro, reducido a su propio furor que vuelve contra sí mismo. Los descendientes de Heracles, Aquiles, y luego Ajax, todavía poseen fuerzas suficientes para afirmar su independencia frente a Agamenón, el hombre del viejo Estado, pero no pueden nada frente a Ulises, el hombre del naciente Estado moderno, el primer hombre de Estado moderno. Ulises heredará las armas de Aquiles, para modificar su uso, someterlas al derecho de Estado, no Ajax, condenado por la diosa a la que ha desafiado, contra la que ha pecado^. Nadie mejor que Kleist ha mostrado esta situación del hombre de guerra, a la vez excéntrico y condenado. Pues, en Pentesilea, Aquiles ya está separado de su poder: la máquina ha pasado al campo de las Amazonas, pueblo-mujer sin Estado, en el que la justicia, la religión, los amores están organizados según un modelo exclusivamente guerrero. Descendientes de los escitas, las Amazonas surgen como el rayo, "entre" los dos Estados, el griego y el troyano. Lo arrasan todo a su paso. Aquiles se encuentra ante su doble, Pentesilea.

historia y los recorridos de sus nombres (Malinalli, doña Marina, Malintzin, Malinche) dan cuenta de los usos simbólicos (sincrónicos y diacrónicos) de esta figura y de su transformación en mito. Todos estos nombres no desaparecieron, ni lo hicieron los significados que se les fueron asociando, a pesar de que el mito de la Malinche se fue imponiendo poderosamente, también otras elecciones y otras posibilidades de interpretación. Aquí, nuestro objetivo no es reconstruir hechos y procesos históricos, sino repensar los relatos del mito y desvelar sus recorridos misóginos: Malinalli, con todos sus nombres, no solo es historia, sino también memoria y, en la medida en que es memoria, también es mito e incluso metáfora arraigada en la cultura popular. Así, la figura de la Malinche es metáfora de la traición a la patria como en el corrido "La maldición de Malinche" de Gabino Palomares, compuesto en 1975. Los usos contemporáneos, sin embargo, no han cancelado del todo las huellas de usos más antiguos. En la época de la conquista, para los españoles, como recuerda, «en un principio Malinche fue Cortés –el Malinche, no la Malinche», de la misma manera en que para los Reveer y es asi como la malincha, va en contra de su pueblo indígena. En este simbolismo en la obra de la piedra de Galindo vemos un cuerpo mestizo que además de estar desnudo, es observado vouyeristicamente desde afuera y visto victimariamente; estar en esa posición de arrodillada, sin mostrar un rostro, definitivamente vulnerable ante los pensamientos de los demás. Los afectos son mostrados en "la piedra "como una mujer vulnerada entre lo que nos han demostrado día tras día entre las antropofagias latinoamericanas de devorar al que tiene menos, el dinero, la lucha, el poder y la estética influenciada por las imágenes que se consumen día a día de no dejar procesar las emociones para simplemente convertirnos en robots del estado. Esta pequeña obra de la piedra de Regina desenmascara todas esas invenciones que normalizamos entre nuestras regulaciones de conformismos y odios entre los mismos seres y seducidos ante la cristalización de poder. - Es necesario referirnos no solo al mito como a lo que sucede en fabulas o cuentos de leyendas y entender puntos políticos reales entre el cuerpo y el performance de la obra de la piedra y un mundo que está en constante cambio de emociones mal negociadas con nuestro cuerpo.

BIBLIOGRAFÍA

Amina Mama (Nigeria), Molara Ogundipe (Nigeria), Fatma. 2013.
africana._aportaciones_para_la_descolonización_del_feminismo.pdf. españa : oozebac, 2013.

deleuze, guilles y guatari. 1980. Mil mesetas. *Mil mesetas.* Francia : Pretextos, 1980, págs. 361,362.

La Malinche, historia, mito y ficción. **Michel, Clara Cisneros. 2014.** 2014, https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5683369, págs. 8,11.

GT 03 – Pensamento crítico latino-americano e epistemologias na América Latina e Caribe

O PAPEL DO PSICÓLOGO JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: DE MARTÍN-BARÓ AO PENSAMENTO INDÍGENA CONTEMPORÂNEO

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues[1] (PPGP-UFPA)
Flávia Cristina Silveira Lemos[2] (PPGP-UFPA)
Ádima Farias Rodrigues Monteiro[3] (PPGSA-UFPA)

RESUMO: Este resumo representa a síntese de algumas reflexões epistemológicas em curso para o desenvolvimento da tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFPA. Nosso objetivo, é encontrar as aproximações possíveis entre o pensamento crítico na psicologia latino-americana – especialmente aquele acumulado desde pensadores da tradição marxista e decolonial, tendo como um de seus grandes expoentes Ignácio Martín-Baró – e as formulações presentes em algumas correntes do pensamento indígena contemporâneo no Brasil. Este movimento, alia-se ao objetivo mais geral da pesquisa, que é o de analisar a prática de profissionais da psicologia junto aos povos indígenas na Amazônia, atentando-nos, principalmente, às contradições inerentes a esta prática frente às inúmeras violações aos direitos humanos dos povos indígenas no contexto amazônico. Percorremos, deste modo, os acúmulos no campo da atuação da psicologia junto aos povos indígenas no Brasil, passando pelo desenvolvimento da psicologia social crítica na América Latina, até chegar ao pensamento indígena contemporâneo que afirma a unidade humana a partir da diversidade da relação com a natureza. Afirmamos, por fim, que a psicologia precisa assumir as diferentes perspectivas dos povos indígenas e estar fundamentalmente comprometida com os seus processos de luta pela conquista, garantia e efetivação de seus direitos.

Palavras-chave: psicologia socia crítica; povos indígenas; epistemologia; Amazônia.

INTRODUÇÃO

No dia 05 de outubro de 2023, Ailton Krenak foi imortalizado como primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Como liderança, ativista, escritor e filósofo indígena, uma de suas preocupações tem sido interpelar as ciências sobre o seu papel diante da natureza e dos povos originários, incluindo aí a psicologia. Em diálogo com a indígena psicóloga Geni Nuñez, ele questionou: "será que finalmente esse mundo abstrato da psicologia vai apanhar a nós todos? Inclusive aqueles que sabiam se curar com o banho do rio, com a raiz das árvores, com o que a terra fala?" (KRENAK, 2023).

Na questão posta por Krenak, está presente, ao mesmo tempo, a crítica ao caráter colonial e impositivo das técnicas psicológicas e a preocupação com a manutenção dos saberes e modos tradicionais de cuidado dos povos que vivem em relação com a floresta. Mas também, ele está preocupado com as subjetividades, principalmente em afirmá-las em sua diversidade, como visões e

[1] IFCH-PPGP-UFPA, Brasil. E-mail: robertdr.psi@gmail.com.
[2] IFCH-PPGP-UFPA, Brasil. E-mail: flaviacslemos@gmail.com.
[3] IFCH-PPGSA-UFPA, Brasil. E-mail: adimafmonteiro@gmail.com.

poéticas sobre a existência, torcendo para que, os encontros criativos que podemos produzir, "animem a nossa prática, a nossa ação, e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida" (KRENAK, 2020, p. 50).

É seguindo este pensamento que, neste texto, procuramos discutir o papel da psicologia e das(os) psicólogas(os) junto aos povos indígenas, especialmente no contexto amazônico. Para tanto, abordaremos, inicialmente, um pouco dos acúmulos e das produções sobre a atuação da psicologia junto aos povos indígenas no Brasil, na sequência, apresentamos panoramicamente alguns elementos centrais sobre a Psicologia Social Crítica na América Latina, com ênfase nas contribuições de Ignácio Martín-Baró e no caráter unitário de sujeito e compreensão do mundo proposto nesta abordagem para, por fim, dialogar com alguns saberes indígenas produzidos no Brasil, por indígenas e indígenas psicólogas(os), tentando extrair de suas elaborações, algumas pistas para a atuação da psicologia junto aos povos indígenas na Amazônia.

Partimos, deste modo, da realidade como o produto da ação de homens e mulheres sobre a história e o tempo presente (MARX, 2015). E para ser justo à realidade, há que se considerar o contexto do qual estamos falando: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), existem no Brasil quase 1,7 milhões de pessoas indígenas, o que representa 0,83% da população brasileira e a Amazônia Legal[4], por sua vez, concentra mais da metade desta população, com 867.919 indígenas, o que representa 3,26% da população residente nesta região.

Estes números sozinhos, porém, não expressam a diversidade que caracteriza os povos indígenas. A despeito das tentativas, históricas e permanentes, de aniquilamento da pluralidade étnica, linguística, social e cultural dos indígenas no Brasil e no mundo, é necessário considerar que, em nosso país, existem cerca de 266 povos[5] diferentes, que falam mais de 160 línguas e dialetos[6] e vivem em 740 terras indígenas[7].

Mas este atual cenário, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, é um mero resquício do que foi no passado. Entre as várias projeções populacionais, de historiadores e arqueólogos, sobre as populações aborígenes no final do século XV, há estimativas de até 8,5 milhões de pessoas vivendo no que hoje corresponde à Amazônia. No entanto, são muitos também os estudos

[4] Região correspondente aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

[5] Deste total, 48 tem parte de sua população residindo em outros países, principalmente nos estados de fronteira da região amazônica. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F. Acesso em: 21 de set. de 2023.

[6] ISA, 2023. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F. Acesso em: 21 de set. de 2023.

[7] ISA, 2023. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/. Acesso em: 21 de set. de 2023.

sobre o genocídio provocado entre esta população – ocasionado pela escravização dos indígenas, extermínios e epidemias diversas – variando a baixa demográfica, entre 1499 e 1650, de um quarto até 95% da população nativa (CUNHA, 2012).

O colonialismo que se desenvolveu partir do século XV consolidou um novo padrão de poder no mundo – assentado sobre o domínio das colônias e rotas internacionais de tráfico de escravos – e a classificação racial da população mundial como elemento indispensável à dominação colonial (QUIJANO, 2005). Ao lado das populações negras escravizadas na Amazônia, portanto, os povos indígenas pagaram com seu sangue, com suas culturas, o preço da conquista capitalista que, na história real, como diz Marx (2017), é marcada pela "subjugação, o assassinato para roubar, em suma a violência" (p. 786).

Atualmente, o colonialismo de outrora se atualiza, no caso da Amazônia, em um colonialismo interno e na colonialidade na apropriação da natureza (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007), que tem como uma de suas principais marcas o neoextrativismo, caracterizado, segundo Castro (2019), pela extraordinária rapidez de exploração dos recursos naturais, responsável por impactos produzidos sobre os territórios e seus povos, riscos permanentes e desastres sociais e ambientais.

A realidade dos povos indígenas no Brasil e na Amazônia, hoje, portanto, é resultado tanto do processo de formação social e econômica do país e da região, como da estratégia capitalista que lhe foi direcionada. Aquilo que Kopenawa & Albert (2015) chamam de sociedade da mercadoria, ainda reproduz as lógicas coloniais de dominação, exploração e violência contra os povos originários e comunidades tradicionais. Segundo o Relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023), sobre a violência contra os povos indígenas no Brasil, em 2022 ocorreram 407 casos de disputa sobre os territórios indígenas, 795 assassinatos de indígenas e 3.552 óbitos de crianças indígenas por omissão do poder público.

É neste cenário que a psicologia se insere, como prática que atua junto aos povos indígenas, na atenção psicossocial, na gestão e planejamento de políticas públicas, no controle social, na pesquisa científica e nos movimentos de luta pelos direitos dos povos indígenas. Em meio às inúmeras pressões sofridas pelos indígenas no Brasil, como o marco temporal, a expansão da mineração e do agronegócio nas terras indígenas, as violências e assassinatos, a perda de direitos e o adoecimento mental entre indígenas, a psicologia assume tarefas determinantes – ou deveria estar assumindo – tanto para a compreensão quanto para a transformação da atual situação dos povos indígenas no Brasil e, ao mesmo tempo, considerando a Amazônia, da realidade que lhe constitui e determina as condições e modos de vida daqueles que nela vivem – ou sobrevivem.

1. A PSICOLOGIA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS

Um dos marcos da entrada da psicologia enquanto prática profissional no campo da saúde e atenção psicossocial aos povos indígenas foi o 4º Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que ocorreu em 2001 e recomendou ao Sistema Conselhos de Psicologia a necessidade de se aproximar das questões indígenas em nosso país. Deste modo, em 2004 o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), realizou o Seminário Nacional Subjetividades e Povos Indígenas, que teve como um de seus desdobramentos a constituição do Grupo de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas no âmbito do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-06), que produziu importantes referências para a categoria, como os livros *Psicologia e Povos Indígenas* e *Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver*.

É importante ressaltar, também, o esforço de psicólogas(os) e pesquisadoras(es) em levantar e sistematizar as produções na psicologia envolvendo os povos indígenas. Vitale & Grubits (2009) realizaram um levantamento e chegaram a 49 produções incluindo teses, dissertações, monografias e relatórios científicos, publicados com temas transversais à psicologia e povos indígenas entre 1980 e 2009. Já Ferraz & Domingues (2016), analisaram 25 artigos com essa temática, disponíveis nas bases de dados PePSIC e SciELO e publicados entre os anos 2000 e 2012. Enquanto isso, Fernandes & Calegare (2020), mapearam trabalhos sobre psicologia e povos indígenas no contexto nacional e internacional entre 2010 e 2015, chegando a 14 produções no Brasil e 134 nos demais países.

Estas pesquisas, aproximam-se e complementam-se, de modo que algumas conclusões são semelhantes, tais como: os trabalhos sobre psicologia e povos indígenas tornaram-se mais significativos a partir de meados dos anos 2010, apontando um interesse crescente pela temática, mas ainda incipiente considerando a sua importância para a psicologia; em sua maioria, estão no campo da psicologia social, são de base qualitativa e marcados pela interdisciplinaridade – sendo frequente a presença de textos e autores de áreas como antropologia e saúde, mas com poucas referências da própria psicologia; a maioria das pesquisas são sobre o suicídio, o uso abusivo de álcool e a violência entre indígenas, havendo poucos estudos sobre a atuação da psicologia e de psicólogas(os) junto aos povos indígenas.

Destaco também, as pontuações decorrentes destes levantamentos quanto às tarefas colocadas à psicologia nos estudos junto aos povos indígenas, no sentido de se aproximarem das suas realidades, considerando e respeitando as suas diversidades e especificidades culturais, étnicas e linguísticas, de modo a não transplantar mecanicamente as técnicas psicológicas sobrepondo as práticas e saberes tradicionais, ao mesmo tempo, constituindo referenciais para a atuação da psicologia junto aos povos indígenas no alinhamento às lutas pela garantia dos seus direitos. Nesse

sentido, merece destaque tanto a obra *Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogas(os) no Brasil*, organizado pela Articulação Brasileira dos(as) indígenas psicólogos(as) (ABIPSI) quanto as *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas* (CFP, 2022), publicada pela CFP através do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

O quadro reduzido de produções técnicas e científicas sobre psicologia e povos indígenas também é um reflexo da baixa inserção de psicólogas(os) trabalhando neste campo profissional. Segundo Nóbrega (2016), a contratação das(os) primeiras(os) psicólogas(os) nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) ocorreu de modo tímido, paralelamente ao processo de criação do DSEI Mato Grosso do Sul – que ocorreu em 1999 – sendo motivada, sobretudo, pelos altos índices de suicídio entre os Guarani-Kaiowá neste estado. Posteriormente, foi com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em 2010, vinculada ao Ministério da Saúde (MS), que ocorreu um significativo aumento no volume de contratação de psicólogas(os), passando a atuar em praticamente todos os DSEI.

Atualmente, existem no Brasil 34 DSEI[8] onde atuam 91 psicólogas(os), sendo 81 não indígenas e 10 psicólogas(os) indígenas (CFP, 2022). E a Amazônia, "por concentrar a maior parte dos DSEI no país, reúne também a maior quantidade de psicólogos em atuação nos contextos indígenas" (Nóbrega, 2016, p. 256). Juntamente com médicos, enfermeiros, odontólogos, auxiliares de enfermagem, auxiliares de dentista, assistentes sociais, motoristas, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento, psicólogas e psicólogos compõe as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), instituídas pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, aprovada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002, que estabelece o caráter integral e diferenciado da atenção à saúde dos povos indígenas.

Já com a Portaria MS nº 2.759 de 25 de outubro de 2007, são estabelecidas as diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas, como a garantia do respeito à capacidade e modos de organização próprios de cada etnia em buscar soluções coletivas para seus problemas enfrentados (Brasil, 2007). No entanto, "a saúde mental no contexto indígena guarda em si enormes contradições básicas" (Nóbrega, 2016, p. 258), a começar pela denominação "saúde mental indígena". Segundo Berni (2017), este termo é perigoso, pois pressupõe apenas um modo de compreender a dinâmica da vida e dos processos saúde-doença, enquanto, na verdade, os povos indígenas possuem suas próprias e diversas maneiras de conceber a produção da saúde e do

[8] A forma de organização dos DSEI, em termos de área de abrangência, na coincide com os limites territoriais dos estados ou municípios, mas busca se adequar às formas de organização territorial das comunidades indígenas, bem como suas proximidades étnicas e culturais.

adoecimento, que estão intimamente ligadas a práticas espirituais, xamânicas e da relação com a natureza.

É por isso que, tanto indígenas, como Xucuru-Kariri & Costa (2022), como indígenas psicólogas, a exemplo de Vieira (2022) e profissionais da psicologia com um olhar diferenciado na atuação junto aos povos indígenas preferem usar o termo bem-viver como uma categoria que unifica, desde o ponto das cosmologias indígenas, o entendimento sobre o conjunto dos fatores que promovem a integração dos indígenas com a terra, simbolizando produção de vida, de saúde, bem-estar e harmonia, consigo, com seu meio social e com a natureza (Vieira, 2022). Deste modo, segundo Vieira (2022, p. 103):

> "Bem-viver" diz respeito a todo o potencial e sinergia de uma população, que precisa ter seu modo de vida respeitado e resguardado, algo quase impossível no cenário do nosso país que, como já dito, vem há séculos violando e invisibilizando os indígenas. Talvez, poderíamos aproximar a ideia de bem-viver indígena ao que os não indígenas chamariam de Saúde Mental ou qualidade de vida.

Por outro lado, se no campo das produções sobre psicologia e povos indígenas, como já foi demonstrado, existe uma carência manifesta em referenciais e subsídios para uma prática comprometida com o respeito e promoção das singularidades de cada etnia, no que diz respeito à saúde mental indígena como bem-viver, as produções são ainda menores. Em levantamento feito por Batista e Zanello (2016), dos 14 trabalhos analisados sobre saúde mental em contextos indígenas, publicadas entre 1999 e 2012, apenas um problematiza os conceitos de saúde mental e de "índio", enquanto os demais, partem de modelos e padrões biomédicos ocidentais para discutir questões como o suicídio e o alcoolismo entre os indígenas, pautando-se, muitos deles, nos critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM).

No último período, porém, tem-se avançado, tanto na psicologia quanto nas demais áreas do conhecimento que atum na atenção à saúde mental dos povos indígenas, na tentativa de produzir trabalhos que considerem as suas realidades e concepções tendo em vista a promoção do bem-viver. Um movimento que vai de *Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem-viver* (CRP-06, 2016) à *Bem-viver: Saúde Mental Indígena* (El Kadri et al, 2021), tendo como marco, no campo dos referenciais para a atuação profissional, o documento do Ministério da Saúde *Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas: tecendo redes para a promoção do bem viver* (Brasil, 2019).

A despeito disso, ainda é comum encontrarmos profissionais da psicologia que atuam junto aos povos indígenas concentrando as suas ações no enfrentamento a agravos específicos, principalmente o suicídio, uso prejudicial de álcool e outras drogas, a violência e os transtornos mentais (Nóbrega, 2016). Não que este não seja um foco de atuação importante, mas o campo da

psicologia enquanto prática possibilita construir ações voltadas à promoção do bem-viver enquanto totalidade, sem dissociar a promoção da saúde com a transformação das determinantes sociais, políticas, econômicas e ideológicas que produzem o adoecimento entre os povos indígenas. Mas isto também é um reflexo do modo como a psicologia encontra-se, hegemonicamente, estruturada na atualidade.

A psicologia, como ciência e profissão, isto é, como síntese para si mesma da cisão entre o saber e o fazer, entre mente e corpo, entre subjetividade e objetividade, ao também dividir e compartimentar o sujeito, continua a reproduzir o conjunto de violências epistêmicas historicamente praticadas contra os povos indígenas (Guimarães, 2022). No campo da saúde, a ausência, em muitos casos, de uma reflexão crítica sobre o contexto que produz o adoecimento entre os indígenas, tende a direcionar a atuação profissional tendo como foco o indivíduo, com a aplicação de técnicas que não dialogam com os saberes e formas de organização das comunidades (Guedes, 2016), tornando a psicologia como "um dos mais fortes elementos de colonização das populações indígenas (Nóbrega, 2016, p. 261).

Frente a isso, no entanto, é necessário apostar na potência das práticas, no acúmulo que as(os) psicólogas(os) e indígenas psicólogas(os) tem a partir de sua atuação junto aos povos indígenas e no diálogo com outros campos do conhecimento com mais experiência neste campo, a exemplo da antropologia. Vieira (2022), por exemplo, advoga a importância do diálogo entre a psicologia e a antropologia, "por serem áreas que se lançam a conhecer de modo empático o 'universo indígena'" (p. 101) e, deste modo, podem contribuir para a formulação de políticas públicas, em especial de saúde aos povos indígenas, pautadas em uma atenção diferenciada a na superação do modelo biomédico hegemônico ocidental.

2. A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Consideramos a Psicologia Social Crítica como uma tendência na Psicologia Social que se constitui, diferenciando-se dela, mas ao mesmo tempo, sem deixar de sê-la. Segundo Lacerda Jr. (2013, p. 217), a expressão Psicologia Crítica, quando presente na Psicologia Social, funciona como "um termo guarda-chuva para abarcar toda proposta que busca criticar a sociedade e a psicologia". A sua caracterização, porém, é extraída a partir de um balanço histórico da psicologia social, buscando caracterizar a sua vertente crítica como um conjunto de ideias e práticas "que buscam contribuir para algum projeto emancipatório e/ou elaborar novas formas de pensar o indivíduo, a subjetividade, o sujeito e outras categorias importantes para a psicologia" (ibidem).

Deste modo, a crítica à psicologia está relacionada principalmente ao caráter dualista em que se constitui, ao mesmo tempo, o seu sujeito e objeto de análise/atuação. Durante muito tempo, o

discurso psicológico foi marcado pela dicotomia, denotada em oposições no nível teórico e prático: "subjetivismo x objetivismo; mentalismo x materialismo; individualismo x coletivismo; naturalismo biologicista x perspectivas sociais e históricas" (Filho & Martins, 2007, p. 15). Como síntese desses embates, delineou-se um duplo reducionismo no pensamento psicológico dominante: um reducionismo intrapsíquico, ao definir a subjetividade associada apenas aos processos psicológicos individuais e outro social determinista, considerando a supremacia das influências externas na determinação do comportamento humano (Souza & Torres, 2019).

Para a psicologia social crítica, estas concepções, ao mesmo tempo em que fragmentam o sujeito, ignoram a ação recíproca entre a vontade do sujeito e o conjunto das determinações sociais, políticas e econômicas que produzem o sofrimento psíquico aliado aos processos de violência, dominação e opressão de classe. Do mesmo modo, a falta de unidade, tanto na psicologia quanto na relação com seu objeto, tende a levá-la à passividade – recoberta por uma suposta "neutralidade" – diante das injustiças sociais. O que se busca, no entanto, com as diversas vertentes da Psicologia Social Crítica latino-americana, como a psicologia comunitária, a psicologia da libertação e a psicologia política, é a construção de uma "práxis psicológica" voltada à transformação de indivíduos, grupos e sociedades (Lane & Sawaia, 2006; Ortega, 2012).

Para Matín-Baró (2013), falando desde El Salvador, o ponto de partida para uma psicologia social na América Latina deve ser a realidade latino-americana, que contribua para "o desmonte questionador da ordem sociopolítica estabelecida" (p. 558), tendo em vista a ação política do psicólogo, almejando "criar consciência política na psicologia e elaborar uma psicologia sobre a consciência política" (p. 570). Do mesmo modo, no artigo *O Papel do Psicólogo*, ele chama atenção para a situação de injustiça estrutural, guerras ou quase-guerras revolucionárias e perda da soberania nacional vivenciada pelos povos latino-americanos, propondo um *quefazer* psicológico voltado à conscientização das pessoas, visando a superação de identidades alienadas e das condições opressivas do seu contexto social (Martín-Baró, 1996).

Ao lado de Martín-Baró, destaco também as contribuições de Maritza Montero e Fernando González-Rey. A primeira, venezuelana, enfatiza que as ideias de Marx, e das correntes marxianas, "de forma explícita ou implícita, são a base de grande parte da psicologia comunitária latino-americana" (Montero, 2004, p. 56, tradução minha). Já o segundo, psicólogo cubano, denuncia a ação profissional da psicologia de caráter privado, orientada para o lucro, e argumenta a favor de uma prática psicológica comprometida com os direitos da população e voltada para os processos de desenvolvimento e transformação individuais e coletivos (González-Rey, 2012).

No Brasil, Silvia Lane cumpriu um papel fundamental para a difusão destes pensadores latino-americanos – ao lado, também, de importantes teóricos europeus, como Moscovici, Politzer e Lucien Séve – contribuindo com as bases da psicologia comunitária e inaugurando os estudos em psicologia política e psicologia da libertação em nosso país (Lacerda Jr., 2013). Destacamos, também, a vinculação de Lane à psicologia soviética, principalmente aos pensamentos de Vygotski e Leontiev, ao reconhecer o homem como um produto histórico e social, colaborando assim de forma decisiva para a construção da psicologia sócio-histórica no Brasil.

Voltando a Martín-Baró (1996), ele lança uma série de provocações, desafios e tarefas para aqueles e aquelas que exercem a profissão da psicologia na América Latina, considerando que está na hora "de definir a nossa identidade profissional e o papel que devemos desempenhar em nossa sociedade" (p. 7). Nesse sentido, afirma que é necessário considerar o contexto da realidade histórica, social, econômica, política e ideológica do território onde é exercida a atuação profissional da psicologia, bem como as mudanças provocadas na prática das(os) psicólogas(os) a partir das transformações que ocorrem na realidade; ao mesmo tempo, deve-se voltar às raízes históricas da psicologia, criticando-a a partir das concepções hegemônicas que a definem enquanto prática profissional e considerando os seus efeitos na realidade concreta das pessoas.

Feito isso, ele aponta a necessidade da construção de um saber psicológico que se confronte diretamente com os problemas do nosso povo, assumindo, a psicologia, a perspectiva das maiorias populares e edificando uma prática psicológica comprometida com a construção de uma sociedade transformada pela raiz, através da superação dos processos de exploração, dominação e violência de classe. Em outras palavras:

> Não se pode fazer psicologia hoje na América Central sem assumir uma séria responsabilidade histórica, isto é, sem tentar contribuir para mudar todas as condições que mantém as maiorias populares desumanizadas, alienando sua consciência e bloqueando o desenvolvimento de sua identidade histórica. Porém, é preciso fazê-lo como psicólogos, isto é, a partir da especificidade da psicologia como *quefazer* científico e prático (Martin-Baró, 1996, p. 18).

Conceber a psicologia em seu sentido de prática significa superar a separação entre ciência e profissão que, por sua vez, subjaz à separação entre mente e corpo, entre indivíduo e sociedade, entre subjetividade e objetividade. A tarefa da psicologia, deste modo, consiste em contribuir no combate às ideologias dominantes como forma de contribuir para o fortalecimento da democracia, mas para isso, necessidade interpretar o sujeito e sociedade na perspectiva da unidade, sem dissociar as formações ideológicas das relações econômicas, para assim poder atuar a favor da libertação do

sujeito e da classe trabalhadora, sem dissociar, portanto, os processos de transformação individuais do processos estrutural de transformação social (Martín-Baró, 2017).

3. A UNIDADE NA DIVERSIDADE NO PENSAMENTO INDÍGENA E O PAPEL DA(O) PSICÓLOGA(O)

Edilaíse Vieira (2022), mais conhecida como Nita Tuxá, afirma a necessidade de a psicologia se reinventar, para poder dialogar com as cosmologias indígenas, superando o caráter melindroso das produções científicas e atuações profissionais neste campo. Como indígena psicóloga, ela reflete sobre a sua atuação profissional junto aos seus parentes, os povos indígenas na Amazônia – em especial os Yanomami – reconhecendo as limitações teóricas e técnicas da psicologia, para se apresentar e fazer ser entendida pelos indígenas, mas também para entender o seu papel, sua forma de atuar e a posição da(o) psicóloga(o) diante das singularidades, visões de mundo, manifestações culturais e espirituais de cada povo. Na atuação junto aos povos indígenas, por tanto, a psicologia precisa vencer o modelo biomédico e tecnicista que ainda vigora na prática profissional.

Este modelo, por sua vez, é fundamentado na separação entre mente e corpo, indivíduo e sociedade, entre ciência psicológica, de um lado, e exercício profissional, de outro. Do mesmo modo, este também é o modelo que generaliza, totaliza e homogeneíza a diversidade dos povos indígenas; porque é um modelo sustentado pela lógica mercadológica neoliberal, individualista e produtivista. Segundo Krenak (2022), "Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais" (p. 42). Essa lógica da igualdade capitalista "suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo" (Krenak, 2020, p. 23).

É esta lógica, portanto, que pauta a conduta de muitos profissionais de psicologia que, em muitas vezes, chegam nos territórios indígenas trajadas(os) de toda a sorte de preconcepções; opondo a nossa civilização à barbárie indígena e, para tentar ajustá-los aos nossos padrões de sociedade e comportamentos, dispensam receitas e soluções que são individualizantes, patologizantes e medicalizantes (XUKURU, 2022). Entretanto, a lógica indígena é outra e que sustenta, por seu turno, um outro modelo. Os povos indígenas, ao mesmo tempo em que afirmam as suas diversidades étnicas, linguísticas e culturais, têm parte de suas cosmologias fundamentadas no princípio da unidade e que é, por sua vez, a referência central para os processos de transformação experimentados em suas crenças e movimentos de valoração da realidade material e imaterial em que estão inseridos.

É deste modo, que segundo Viveiros de Castro (2013, p. 349), diferenciando-se da matriz ocidental-colonial, "a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma

diversidade dos corpos". A esta concepção o autor atribui o conceito de perspectivismo ameríndio, "segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos" (idem, p. 349). Isto quer dizer que, para muitos povos indígenas das américas, a condição humana não é um atributo exclusivo da espécie que se autointitula de humana, pelo contrário, os próprios seres humanos, na perspectiva de outros seres que são humanos para si, é considerada como animal e despida de toda a sua humanidade.

> O estímulo inicial para esta reflexão foram as numerosas referencias, na etnografia amazônica, a uma concepção indígena segundo a qual a modo como os seres humanos veem os animais e outras subjetividades que povoam o universo – deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos –, é profundamente diferente do modo como esses seres veem os humanos e se veem a si mesmos (Viveiros de Castro, 2013, p. 350).

O princípio diferenciar da unidade dos humanos estaria na metamorfose como transformação de humanos em não-humanos e vice-versa. Em muitas culturas indígenas amazônicas, os xamãs, quando necessário, podem assumir formas de diferentes animais e, do mesmo modo, os animais predadores, ao verem pessoas na floresta, tornam-se humanos ao passo que veem estes como seus animais de presa. Já os animais que são presas das pessoas, veem estas como espíritos ou animais predadores e a si mesmos como iguais. Esse movimento de transformações está na origem cosmológica de muitos povos indígenas amazônicos, que tem como seu fundamento mitológico a crença de que, no passado, todos os animais um dia foram humanos e que, por diferentes eventos, foram metamorfoseados em animais segundo suas diferenças específicas.

Este é o caso, por exemplo, do povo Yanomami. Davi Kopenawa & Bruce Albert (2015), em *A Queda do Céu*, contam a história da origem dos animais a partir da transformação de ancestrais humanos. Da mesma forma, os espíritos que animam fenômenos da natureza, como o vento, a tempestade, o trovão e a seca, são dotados de interesses, desejos, sentimentos e emoções semelhantes aos que as pessoas sentem; o ser da seca, por exemplo, quando está faminto, esvazia os rios e mata os peixes, definha a floresta e deixa o ar pesado; para expulsá-lo, os xamãs precisam invocar o ser da tempestade, que voltará a encharcar a terra, mas para isso, primeiro precisam fazer descer os seus espíritos abelha que carregarão o ser da seca para as costas do céu.

Mais importante para nós, a partir desta compreensão, é a crença no adoecimento como resultado da ação de seres espirituais com características humanas. As epidemias são provocadas pela ação de espíritos famintos e, a destruição da floresta provocada pelos brancos, engendra nas pessoas todo o tipo de adoecimentos mentais pela ação de seres furiosos. Do mesmo modo, através

dos xamãs, são os espíritos que agem para combater os pais da varíola e da malária; são eles que curam as pessoas, defendem a floresta e conseguem segurar o céu.

> Os *xapiri* se movimentam e trabalham na floresta, nas costas do céu e na terra, em todas as direções, inumeráveis e potentes, para nos proteger. Atacam sem trégua os seres maléficos e as epidemias que querem nos devorar. Limpam o útero das mulheres esterilizadas por substâncias de feitiçaria *xapo kiri*, e copulam com elas para que voltem a ter filhos de seus maridos. [...] Assim é. Os *xapiri* nos protegem contra todas as coisas ruins: a escuridão, a fome e a doença (Kopenawa & Albert, 2015, p. 216).

Sem os xamãs, que fazem descer os *xapiri* ou os espíritos da floresta para nos proteger, a estrutura que sustenta o céu pode ruir e este desabar, vindo a destruir a terra como a conhecemos. É através da metamorfose dos xamãs que eles seguram o céu; é esta metamorfose como transformação que qualifica o princípio dinâmico da unidade do diverso nas cosmologias indígenas. A natureza é uma só; ela pensa, sente e respira. Os animais são gente assim como toda a gente, em dadas circunstâncias, também são animais. Mudando-se os pontos de vista, mudam-se as perspectivas, o humano se diferencia e ganha forma na diversidade das formas não humanas. A transformação, deste modo, mostra-se como produção de vida, de singularidades, de visões de mundo e afirmação de formas de existência. É por isso que Krenak (2022, p. 43), afirma: "Não vamos deixar de morrer ou qualquer coisa do gênero, vamos, antes, nos transfigurar, afinal a metamorfose é o nosso ambiente, assim como das folhas, das ramas e de tudo que existe".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, qual é o papel do(a) psicólogo(a) ou da psicologia na atuação junto aos povos indígenas? Esta é uma questão que exige muitas respostas e que, no momento, são em sua maioria insondáveis. Esperamos que o seguimento da pesquisa possa nos fornecer algumas soluções – ou acrescente ainda mais problemas – principalmente a partir das experiências de campo, através de observações e entrevistas com psicólogas(os) atuando junto aos povos indígenas na Amazônia.

Por ora, acreditamos que – no diálogo com as orientações extraídas da Psicologia Social Crítica latino-americana, especialmente com as formulações de Martín-Baró, quando este afirma a necessidade de a psicologia assumir a perspectiva das maiorias populares – cabe à psicologia e às(aos) psicólogas(os), esforçar-se por assumir as diferentes perspectivas que marcam a diversidade dos povos indígenas, considerando a unidade de suas relações com a natureza e o princípio transformador para a produção da saúde.

Deste modo, compreendemos que é indispensável, à psicologia, comprometer-se com os processos de transformações sociais, econômicas e políticas necessárias para a garantia dos direitos dos povos indígenas. Cabe às(aos) psicólogas(os), portanto, aliarem-se aos movimentos de luta dos povos indígenas, questionar a ordem social estabelecida e tentar construir, a partir de seu campo de atuação/reflexão, as condições para a conquista de mais políticas públicas e programas voltados aos povos indígenas no campo da saúde, da educação, da assistência etc. que sejam, também, concebidos e executados de acordo com as visões de mundo, crenças e valores destes povos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas*. Ministério da Saúde, SESAI, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Brasilia: Ministério da Saúde, 2019.

BERNI, L. E. V. Psicologia e saúde mental indígena: um panorama para construção de políticas públicas. *Psicología para América Latina*, Edição Especial, nov. 2017. p. 64-81.

CASTRO, Edna. *Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia e desastres socioambientais.* In: CASTRO, Edna. & CARMO, E. C. (org.). *Dossiê desastres da mineração em Barcarena*. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 17-32.

CFP. *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas.* Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2022.

CIMI. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil dados de 2022.* Conselho Indigenista Missionário, 2023. Disponível em: https://cimi.org.br/. Acesso em: 19 set. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.* 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FERNANDES, F. O. P. & CALEGERE, Marcelo. *Psicologia e Povos Indígenas: Mapeamento de Trabalhos no Contexto Brasileiro e Internacional (2010-2015).* In CALEGERE, Marcelo & MEZALLIRA, A. S. C. (orgs). *Processos Psicossociais vol.1: prática e reflexão sobre educação, saúde, realidades e política*. Manaus: Edua, 2020.

FERRAZ, Isabella Tormena & DOMINGUES, Eliene. A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualizações do Estado da Arte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Jul/Set. 2006, v. 36, n. 3. p. 682-695.

FILHO, Kleber Prado & MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). In: *Psicologia e Sociedade*, vol. 19, n. 3, 2007, p. 14-19.

GONZÁLEZ-REY, Luiz Fernando. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, vol. 2, no 2, 2012, p. 167-185.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Colonialismo interno (uma redefinição). In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO), 2007. pp. 431-458.

GUIMARÃES, D. S. A tarefa histórica da psicologia indígena diante dos 60 anos da regulamentação da psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 42, n. esp. 2022. p. 177-190.

IBGE. *Censo 2022*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 02 set. 2023.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.* Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton**.** *Furuto Ancestral.* 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *Geni Núñez e Ailton Krenak no Sempre um Papo no Sesc Vila Mariana.* YouTube, 27 jul. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rk8Mn3uSbFE. Aceso em: 10 nov. 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia***,** 2(1), 1996, p. 7-27. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf. Acessado em: 09/10/2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. *A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina*. In: MARTÍN-BARÓ, Ignácio. Crítica e Libertação na Psicologia: estudos *psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Jrúnior. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. (Coleção Psicologia Social).

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. Hacia uma psicología política latino-americana. Trad. LACERDA JR, Fernando. Psicologia Política Latino-Americana. *Psicologia Política*, vol. 13, no 28, set.- dez., 2013, p. 555-573

LACERDA JR., Fernando. Capitalismo e dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicologia* 3, 2013, p. 216-263.

LANE, S. T. M., & SAWAIA, B. B. *Apresentação*. In S. T. M. LANE & B. B. SAWAIA (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 7-8.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte***.** In: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução.* 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital***.** Trad. Rubens Enderle. – 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTERO, *Maritza. Introducción a la psicología comunitária. Desarrollo, concptos e processos*. Editorial Paidós: Buenos Aires, Argentina, 2004.

NÓBREGA, Lucas da Silva. *Atuação da psicologia na atenção psicossocial em contextos indígenas.* In CALEGARE, M. G. A. & HIGUCHI, M. I. G. (orgs.). *Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

ORTEGA, José Joel Vázquez. *Aportaciones del desarrollo de la psicología social em y desde Latinoamérica.* In: *Perspectiva psicossocial: aproximaciones históricas y epistemológicas e intevención*. ORTEGA, José Joel Vázquez (coord.). ITACA: México, 2012, p. 14-32.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOUZA, E. C. de. & TORRES, J. F. P. A Teoria da Subjetividade e seus conceitos centrais. In*: Obutchénie: R. de Ditat. e Psic. Pedag*. Uberlândia, MG. v.3, n.1. jan./abr. 2019, p. 34-57.

VIEIRA, Edilaise dos Santos. *De onde falo, o que falo, o que quero falar... In ABPSI (org.). Pintando a Psicologia de Jenipapo e Urucun: narrativas de indígenas psicólogas(os) no Brasil.* São Leopoldo: Casa Leiria, 2022. p. 87-106.

VITALE, Maíra Pedroso & GRUBTIS, Sonia. Psicologia e Povos Indígenas: um estudo preliminar no "Estado da Arte". *Revista Psicologia e Saúde*, vol. 1, n. 1, julio/diciembre, 2009. p. 15-30.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O recado da mata.* In KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce**.** *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem*. 5ª edição. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

XUKURU, Edinaldo. *Saúde indígena e saberes tradicionais: interfaces de um cuidado em saúde mental num território indígena pernambucano. In ABPSI (org.). Pintando a Psicologia de Jenipapo e Urucun: narrativas de indígenas psicólogas(os) no Brasil.* São Leopoldo: Casa Leiria, 2022. p. 145-179.

XUCURU-KARIRI, Rafael & COSTA, Suzane Lima. (orgs.). *Cartas para o Bem Viver*. 1ª ed. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros, arte e café, 2020.

GT 03 – Pensamento crítico latino-americano e epistemologias na América Latina e Caribe

A TERRA E O TERRITÓRIO NOS DISCURSOS DO BEM VIVER: APROXIMAÇÕES AO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS

Janaina Marx[1](UCE; USP),

Karina de Oliveira Leitão[2](USP)

RESUMO: O Bem Viver é uma ideia inspirada na cosmovisão dos povos andinos que se popularizou no meio político e académico, principalmente após sua inclusão nas constituições do Equador e da Bolívia. O Bem Viver é uma construção política, que sugere outras noções de desenvolvimento baseados em uma perspectiva humanista e ecológica. A falta de consensos sobre esse novo modelo de desenvolvimento coloca o Bem Viver em uma posição de disputa, em um cenário onde se apresentam diferentes perspectivas sobre o tema. Neste sentido, os temas associados - ou não- ao Bem viver sinalizam esse campo de disputa, como é o caso do território. Embora, o desenvolvimento possua uma implicação territorial, este tema não tem sido o centro dos debates recentes sobre o Bem Viver. No entanto, é possível identificar algumas ideias sobre o território presentes em alguns discursos sobre o Bem Viver, onde encontramos diferentes abordagens sobre o tema. Considerando os pontos mencionados, este trabalho busca demonstrar o vazio na literatura contemporânea sobre o Bem Viver em relação ao tema território, bem como sinalizar a necessidade de aproximar o Bem Viver ao campo dos estudos urbanos, reconhecendo a importância do território para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

Palavras-chave: Bem Viver; Sumak Kawsay; terra; território; movimento indígena.

1. INTRODUÇÃO

O Bem Viver é um paradigma que tem sido amplamente difundido nos últimos anos trazendo importantes contribuições para o debate sobre o desenvolvimento na América Latina. A inclusão do Bem Viver nas cartas magnas do Equador e Bolívia, aprovadas em 2008 e 2009, respectivamente, possibilitaram que essa ideia inspirada na cosmovisão dos povos indígenas andino-amazônicos se disseminasse entre intelectuais nacionais e estrangeiros, movimentos sociais e instituições. A partir de uma perspectiva de descolonizadora, o Bem Viver sinaliza a busca por alternativas ao modelo de desenvolvimento baseado em visões humanísticas e ecológicas.

Não existem consensos sobre a definição do Bem Viver. Alguns o veem como uma "tradição inventada", difundida por intelectuais que criaram uma ideia alternativa ao desenvolvimento,

[1] Universidad Central del Ecuador, FAU UCE, Equador. Email: jmarx@uce.edu.ec ; Laboratório de Habitat, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, LABHAB FAU USP, Brasil, jmarx@usp.br.
[2] Laboratório de Habitat, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, LABHAB FAU USP, Brasil. Email: koleitao@uol.com.br.

baseada em uma versão idealizada da cosmovisão andina (VIOLA, 2014). Outros o enxergam como uma "palavra usurpada" dos povos ancestrais pelo governo (PLAN V, 2014). Para alguns, é "uma oportunidade por construir" novos mundos e alternativas (ACOSTA, 2008), enquanto para outros é um "fenômeno social" ligado a uma forma de vida comunitária em harmonia com a natureza e outras formas de vida, visibilizada por intelectuais indígenas amazônicos (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2015).

No Equador, o Bem Viver é associado à tradução direta do termo kichwa Sumak Kawsay, cuja tradução literária significa vida boa, vida plena[3]. Ainda que essa tradução direta seja questionada, é possível estabelecer conexões entre ambos termos a partir da recuperação histórica das lutas protagonizadas pelos povos indígenas no Equador. O processo de formação e consolidação do movimento indígena equatoriano permitiu que os povos indígenas refletissem sobre sua condição de exploração na sociedade ocidental. Um dos resultados desse processo foi a adoção de um novo repertório dentro do movimento indígena, com a inclusão de novos termos como interculturalidade, a nacionalidade indígena, o Sumak Kawsay e o Bem Viver.

O Bem Viver (*Sumak Kawsay)* é uma construção política, cuja origem está no processo de formação do movimento indígena equatoriano, mas que ao longo do tempo, passou por diversas reformulações acadêmicas e políticas, principalmente a partir da *Asamblea Constituyente de Montecristi*[4] e durante os governos liderados por Rafael Correa, quando se realizaram importantes reflexões sobre esse conceito na elaboração dos planos de governo de 2009-2013 e 2013-2017, conhecidos como Plan Nacional de Buen Vivir.

O Bem Viver converteu-se em um campo discursivo capaz de aglutinar diferentes perspectivas sobre as alternativas ao desenvolvimento capitalista. Alguns autores (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017; CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN; GARCÍA-ÁLVAREZ, 2016; QUANG; VERCOUTÈRE, 2013; VANHULST, 2015) apontam a existência de três correntes: (i) a culturalista, indigenista e "pachamamista"; (ii) a ecomarxista, socialista e estatista e (iii) a ecologista e pós desenvolvimentista. Essa diversidade, por um lado, expressa a potência desse discurso político no debate sobre o desenvolvimento Latino-americano, mas por outro, demonstra a

[3] Existem posturas contrárias à essa associação direta que consideram o Bem Viver uma “tradição inventada” construída a partir de uma versão idealizada da cosmovisão e dos valores culturais andinos (VIOLA, 2014, p. 64). Outros autores o classificam como um “fenómeno social” (Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitán, 2015, p. 305).

[4] Assembleia convocada pelo presidente Rafael Correa, eleito em 2007, para a redação do novo texto constitucional para o Equador em substituição à Constituição de 1998. As sessões iniciadas no dia 29 de novembro de 2007 e encerradas oficialmente no dia 25 de outubro de 2008, foram realizadas no complexo chamado Cidade Alfaro, na cidade de Montecristi, província de Manabí.

dificuldade em construir consensos sobre essas possíveis alternativas. Portanto, o Bem Viver é uma construção política que está em disputa.

Apesar das diferenças, existem pontos comuns entre essas correntes. Em todas elas, o desenvolvimento é o tema central, no entanto a maneira como o desenvolvimento é interpretado é um ponto de divergência. Nos debates contemporâneos sobre o Bem Viver a questão territorial não tem comparecido como um tema importante, embora o território seja um fundamental para o desenvolvimento. Não podemos falar em Bem Viver sem falar sobre o território. Neste sentido, este artigo busca identificar as visões sobre o território presentes nas diferentes correntes com o objetivo de aproximar o debate sobre o Bem Viver ao campo dos estudos urbanos. Também é importante ressaltar que a aproximação entre o Bem Viver e o território tem como motivação a retomada de um tema central para a América Latina: a luta pela terra, que recentemente tem sido reivindicada a partir da ideia dos territórios no movimento indígena equatoriano.

2. A EMERGÊNCIA DO BEM VIVER NO SÉCULO XXI

A emergência do Bem Viver no inicio do século XXI pode ser contextualizada a partir de dois processos fundamentais: um mais recente, relacionado à ascensão dos governos progressistas durante a primeira década do século e um anterior, relacionado ao processo de emancipação política dos povos indígenas equatorianos no início do século XX (VANHULST, 2015; ALTMANN, 2016). Este trabalho centrou-se no contexto recente, apesar de não ignorar a influência dos antecedentes históricos, que possibilitaram a emergência dessa ideia no campo político institucional.

O Bem Viver (Sumak Kawsay) emerge das reflexões promovidas pelo movimento indígena equatoriano, um processo influenciado por diversos setores da sociedade. Desde o início do século XX, quando os povos indígenas começaram a se organizar como movimento social, identificamos uma extensa e complexa relação entre o movimento indígena e a esquerda política equatoriana. A progressiva politização da população rural no Equador foi influenciada pelos partidos socialista (1925) e comunista (1931), que apoiaram a organização camponesa por meio da formação dos primeiros sindicatos na região andina[5] (ALTMANN, PHILIPP, 2017). O Partido Comunista Equatoriano (PCE) esteve envolvido tanto na formação de importantes líderes indígenas[6] e na fundação da *Federación Ecuatoriana de Indios* (FEI) em 1944, primeira organização indígena do país.

[5] Em 1926 foram fundados os sindicatos: El Inca em Pesillo; Tierra Libre em Moyurco; Pan y Tierra em La Chimba e um sindicato em Juan Montalvo, todos na região andina (Harnecker, Fuentes, 2011).
[6] Entre as lideranças indígenas se destacam Dolores Cacuango, Jesús Gualavisí e Transito Amaguaña.

Nesse período, as ideias marxistas, influenciadas pelo pensamento de José Carlos Mariátegui[7], contribuíram para que os povos indígenas fossem reconhecidos como uma classe explorada dentro do sistema capitalista. Anos mais tarde, a teologia da libertação, difundida através do trabalho do padre Leonidas Proaño[8] por meio da Pastoral Indígena tornou-se uma forte influência para o movimento. Leonidas Proaño apoiou a alfabetização e a formação de cooperativas indígenas a partir da segunda metade do século XX na região central da serra equatoriana. Essas ideias exerceram influência sobre o pensamento e a estrutura organizacional dos povos indígenas, contribuindo para que o movimento indígena pudesse elaborar suas próprias reflexões sobre questões culturais e étnicas no país. Essas ideias confluíram com noções presentes na cosmovisão indígena e contribuíram para a formação do pensamento crítico indígena e da esquerda nacional, plasmadas na construção do Bem Viver.

Entretanto, a recente projeção internacional do Bem Viver pode ser atribuída ao trabalho de difusão realizado por alguns atores próximos ao movimento indígena, como Alberto Acosta, ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Neste contexto, o Bem Viver tornou-se uma "plataforma para enxergar novos mundos" (GUDYNAS, 2011, p.13), uma espécie de aglutinador de ideias sobre questões relacionadas ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à interculturalidade, como nas considerações de Alberto Acosta:

> O Bem Viver questiona o conceito ocidental de bem-estar e como proposta de luta, enfrenta a colonialidade do poder. No entanto, os povos indígenas não são a única fonte de inspiração para o Bem Viver, na própria cultura ocidental, alguns grupos já alçaram suas vozes reivindicando questões que se sintonizam com essa visão indígena. Portanto, o conceito de Bem Viver não tem uma âncora apenas no mundo indígena, mas se relaciona a alguns princípios filosóficos universais: aristotélico, marxista, ecológico, feminista, cooperativo, humanista, etc. (ACOSTA, 2014, s.p).

Alguns autores (BELING; VANHULST, 2016) defendem que a inclusão do Bem Viver na constituição equatoriana seria o resultado de um processo tecido em diferentes escalas, um desdobramento da redefinição política e econômica do sistema capitalista, em sua etapa neoliberal e de expansão global. Esse processo, iniciado a partir dos anos 80, provocou um ambiente de contestação política global que possibilitou que alguns discursos presentes no cenário internacional - nos movimentos ambientais, antiglobalização e identitários - encontrassem pontos de interseção com o discurso do Bem Viver (VANHULST 2015). Portanto, a ascensão do Bem Viver estaria

[7] Intelectual peruano responsável por combinar a teoria marxista com as questões étnicas-territoriais no inicio do século XX.

[8] Leonidas Proaño era um bispo católico equatoriano reconhecido pelo seu trabalho com as comunidades indígenas da provincia de Chimborazo.

relacionada a uma particular combinação de forças locais, regionais e globais, que confluiu com as lutas indígenas (BELING; VANHULST, 2016; LE QUANG; VERCOUTÈRE, 2013).

No contexto global, podemos destacar: (i) a emergência do discurso ambientalista a partir dos anos 60; (ii) a consolidação da "multiculturalidade" a partir dos anos 70; (iii) o ressurgimento da pergunta sobre a "vida boa" desde a ecologia política; (iv) a busca de alternativas à "ideologia do desenvolvimento" frente à acelerada crise econômica, ambiental e sociopolítica; (v) as repercussões pós guerra fria em relação à esquerda política e ao protagonismo do Estado na gestão econômica, principalmente pela experiência da China e a emergência dos BRICS; (vi) a crise econômica de 2008 que provocou um giro retórico anti-neoliberal; e, mais recentemente, (vii) a emergência de uma crise civilizatória na América Latina com a explosão de movimentos sociais e ações coletivas.

Já no contexto regional identificamos: (i) o retorno das democracias após os períodos ditatoriais e a chegada do modelo neoliberal; (ii) a reestruturação da sociedade civil organizada; (iii) o questionamento da comemoração dos "500 anos da descoberta" e o reconhecimento da identidade e dos direitos coletivos dos povos indígenas; (iv) as lutas sociais retomadas nos anos 90; (v) a emergência dos debates pós-coloniais e pós-desenvolvimentistas; (vi) o giro à esquerda de grande parte dos governos latino-americanos no inicio do século XXI e (vi) a perda da legitimidade e uma desconfiança generalizada da classe política (BELING; VANHULST, 2016).

A medida que o Bem Viver ganhou abrangência, foi surgindo um campo de disputa política sobre seu significado. No caso equatoriano, estas disputas tornaram-se evidentes a partir dos debates para a aprovação da nova constituição e se expressam na existência das três correntes mencionadas anteriormente, apresentadas a seguir.

A **corrente culturalista, indigenista ou pachamamista** defende o Bem Viver como um discurso dos povos ameríndios, caracterizado por um forte apelo às questões culturais e à autodeterminação dos povos indígenas. O Bem Viver (sumak kawsay) seria uma filosofia de vida baseada na cosmovisão andina e amazônica (CUBILLO-GUEVARA, 2016; CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017). Esta corrente busca valores na cultura indígena e nas tradições ancestrais que permitam alcançar e manter uma forma de vida em harmonia com a natureza e com os outros seres humanos (HIDALGO-CAPITÁN; GARCÍA; ÁVILA, 2014; VANHULST, 2015). No entanto, não se trata de um "retorno ao passado, nem à idade da pedra, nem a época das cavernas, e muito menos nega a tecnologia, nem o saber moderno", o Bem Viver deve ser visto como uma paradigma necessário para "o futuro das sociedades e dos seres humanos" (CHUJI, 2009, p. 158).

Para os povos indígenas ou nações originarias, esse conceito é o produto de todo um acúmulo histórico milenário, proveniente de suas vivencias, bem como das experiências de luta e resistência.

> (...) é uma proposta, produto de um processo de constante luta e mobilização. Esse modo de vida, Sumak Kawsay, origina-se como o centro da vida comunitária, é a essência do sistema de vida comunitária e é explicado no exercício e na prática cotidiana das comunidades; é o elemento fundamental da matriz civilizatória de nossos povos, que ainda válida apesar da violenta interrupção da colonialidade e da agressão do modelo capitalista (MACAS, 2010, p. 180).

Como grande parte do conhecimento indígena é transmitido de forma oral, o papel dos intelectuais indigenistas, vinculados aos movimentos indígenas latino-americanos, foi fundamental para a difusão das ideias contidas no *Sumak Kawsay*. Dentro desta corrente destacam-se pensadores indígenas e indigenistas equatorianos, bolivianos e peruanos. No Equador alguns representantes desta corrente são: Luis Macas, Blanca Chancosa, Nina Pacari, Luis Maldonado, Ariruma Kowii, Lourdes Tibán, Carlos Viteri, Humberto Cholango, Silvia Tutillo, Floresmilo Simbaña, Mónica Chuji, Pablo Dávalos, Atawallpa Oviedo, muitos deles membros de diversas organizações indígenas (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2014). Na Bolívia, Simon Yampara, Javier Medina, Xavier Albó, Fernando Huanacuni, David Choquehuanca, Rafael Bautista, Raúl Prada Alcoreza, Josef Estermann, Mario Torrez são os principais referentes e no Perú, temos Grimaldo Rengifo e Javier Lajo (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2014).

Os defensores desta corrente utilizam preferencialmente a expressão *Sumak Kawsay*, por acreditarem a tradução para o Bem Viver (Buen Vivir, em espanhol), significou uma perda da dimensão espiritual. Além disso, acreditam que os aportes realizados por muitos intelectuais incrementaram o conceito a partir de ideias que não guardam relação com as culturas ancestrais (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2014). O *Sumak Kawsay* representaria a aspiração de muitos povos da América Latina, denominada Abya Yala, por isso, é possível reconhecer noções similares em outras culturas ancestrais.

A corrente indigenista aposta no resgate da identidade indígena como um caminho para alcançar o Bem Viver, ou seja, a ideia de que é preciso buscar na própria cultura e nas tradições ancestrais os valores que permitam promover uma mudança civilizatória (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017). Portanto, como estratégia política defendem a afirmação da autodeterminação dos povos indígenas e a transformação dos Estados-nação latino-americanos em Estados plurinacionais. Como estratégia econômica, aspiram recuperar um sistema socioeconômico comunitário, baseado na solidariedade, na ajuda mútua, na generosidade, na reciprocidade.

Finalmente, essa corrente fala sobre uma “alternativa ao desenvolvimento”, uma vez que o conceito de desenvolvimento não existe na cosmovisão andina.

A **corrente estatista ou socialista** deriva das experiências da inclusão do Bem Viver nas constituições do Equador e da Bolívia. O Bem Viver é apresentado como uma alternativa ao sistema político, social e econômico que define o mundo capitalista, portanto é apresentado como uma variação do socialismo. Assim, a fusão entre os conceitos “Bem Viver" e “socialismo” dá origem a variações semânticas como “socialismo do Bem Viver”, “socialismo do *Sumak Kawsay*”(RAMÍREZ, 2010), "socialismo do século XXI" e “socialismo comunitário andino” (LINERA, 2015). Representam esta corrente os intelectuais latino-americanos: José Luis Coraggio, Fander Falconí, René Ramirez, Alvaro Garcia Linera, Pedro Páez, Ricardo Patiño, alguns deles envolvidos diretamente com os governos do Equador e da Bolívia e os europeus Michael Lowy, François Houtart (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017; VANHULST, 2015).

O Bem Viver é considerado uma via para alcançar maior equidade e a erradicação da pobreza por meio de políticas publicas redistributivas, portanto, o Estado é um ator fundamental para viabilizar a gestão do *Sumak Kawsay*. Nesta corrente, o Bem Viver é entendido como um “modelo de desenvolvimento alternativo” ao capitalismo (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN; DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, 2014). Nos planos idealizados durante o governo de Rafael Correa, o modelo de desenvolvimento se centra no incentivo à mudança da matriz produtiva primária, baseada na extração de recursos naturais, para uma matriz produtiva baseada no conhecimento. Portanto, a ideia de modernidade não é rejeitada, ainda que se reconheça a necessidade de revisar determinados atributos da sociedade moderna, como a própria ideia do desenvolvimento.

Os defensores dessa corrente defendem uma possível renovação do paradigma do desenvolvimento como uma saída racional para a transformação social e a busca pela igualdade entre os seres humanos está em primeiro plano, ainda que as questões ambientais e culturais sejam consideradas. Portanto, o Bem Viver sinaliza uma preocupação como o aumento do bem-estar da sociedade, tanto nos aspectos tangíveis (aceso a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos) como intangíveis (satisfação das necessidades, qualidade de vida, etc.). Essa perspectiva está presente no *Plan Nacional del Buen Vivir*:

> O Bem Viver significa ter tempo livre para contemplação e emancipação e para que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos se expandam e floresçam, de modo que permitam alcançar simultaneamente o que sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e cada um - visto como um ser humano universal e particular ao mesmo tempo - valoriza o objetivo da vida desejável (tanto material como subjetivamente, e sem produzir qualquer tipo de dominação do outro). Nosso conceito de boa vida nos obriga a reconstruir o púbico para reconhecermos, entendermos e valorizarmos uns aos outros - entre diversos

> mas iguais - a fim de que prospere a possibilidade de reciprocidade e reconhecimento mútuo e, assim, possibilitar a auto-realização e a construção de um futuro social compartilhado (SENPLADES, 2009, p.10).

A institucionalização do Bem Viver, os debates e as experiências promovidos a partir da esfera pública possibilitaram a consolidação desta corrente. No entanto, as experiências concretas de aplicação do Bem Viver revelam muitas contradições entre o discurso e a prática, mas como alerta Julien Vannhulst (2015, p.244) esse "foi o caso de muitos discursos transformadores ao longo da história, não é de surpreender que a nova utopia social e política do Bem Viver (ainda) não cumpra suas promessas na práxis política, econômica e social". Portanto, é importante compreender essa corrente com uma visão do Bem Viver que toma forma dentro de um ambiente institucional e, portanto, a coloca frente a inúmeras contradições.

A **corrente ecologista e pós-desenvolvimentista** se destaca pela grande relevância dada à preservação da natureza e à construção participativa do Bem Viver a partir de aportes de diversos movimentos sociais (QUANG; VERCOUTÈRE, 2013; HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014;VANHULST, 2015). A partir de uma leitura da realidade latino-americana, fundamentada nas teorias da colonialidade e da dependência, esta corrente parte do pressuposto de que os países latino-americanos estão submetidos ao extrativismo predatório, inicialmente a partir da condição de exportadores de matérias primas imposta pelos colonizadores e atualmente a partir da dependência econômica e das demandas do comercio global (LE QUANG; VERCOUTÈRE, 2013). Portanto, para os países latino-americanos, o fim do período colonial não significou o fim da exploração desmedida da natureza, uma vez que o extrativismo passou a ser defendido como uma via necessária para o desenvolvimento e para a inserção desses países no sistema capitalista. Neste sentido, há uma forte critica à ideia do desenvolvimento entendido como o resultado de um processo de evolução linear construído como uma ideia de progresso.

Para esse grupo, o extrativismo é uma manifestação do caráter predatório do sistema capitalista, uma consequência da busca pelo desenvolvimento. Portanto, para alcançar o Bem Viver seria preciso superar o paradigma do desenvolvimento capitalista e colocar um fim à destruição da natureza e a exploração desmedida dos recursos naturais, promovendo economias pós-extrativistas. Desta maneira, o Bem Viver é visto como uma alternativa ao desenvolvimento, por este motivo, esta corrente também é denominada pós-desenvolvimentista.

Esta corrente não se limita ao Bem Viver como um paradigma relacionado aos saberes ancestrais. Ainda que o papel dos povos ancestrais seja reconhecido em sua construção, o Bem viver é considerado um conceito em construção que deve se nutrir de outros saberes, como por exemplo, aportes socialistas, feministas, cooperativistas, decoloniais, sindicalistas, campesinos, economia

solidaria, teológicos-liberacionistas, pacifistas e sobretudo ecologistas. O Bem Viver é considerado uma "plataforma" a ser utilizada a partir de varias tradições e posturas como um espaço de crítica ao desenvolvimento e em busca de alternativas ao mesmo, sendo comumente apresentado como uma "utopia a ser construída" pela sociedade civil, principalmente a partir dos movimentos sociais organizados. Defendem a participação cidadã tanto para a definição do conceito, como para sua implementação e acreditam que o Bem Viver se configura como uma "oportunidade para construir outra sociedade sustentada pela convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo" (ACOSTA; GUDYNAS, 2011, p.103).

O caráter de "plataforma" está diretamente relacionado aos debates durante a Assembleia Constituinte Equatoriana, quando participaram representantes de diversos movimentos sociais e intelectuais de diferentes influencias teóricas, que contribuíram para que o Bem Viver se configurasse como uma espécie de colagem pós-moderna a partir da hibridação de muitos conceitos (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014). Esta perspectiva do Bem Viver tem ganhado maior projeção internacional, algo que pode ser explicado pela: existência de vínculos entre lideres políticos e intelectuais com os movimentos sociais alternativos equatorianos e latino-americanos, principalmente com o Foro Social Mundial; pela proximidade desta corrente com a perspectiva acadêmica europeia do decrescimento e pela aproximação entre intelectuais progressistas de América Latina e da Europa ao movimento ambientalista. Essa corrente tem como principais autores: Alberto Acosta, Eduardo Gudynas, Maristella Svampa, Esperanza Martínez, Edgardo Lander e Margarita Aguinaga; e autores europeus como Maria Tortosa e Koldo Unceta. Além disso, um dos principais financiadores das publicações desta corrente a fundação alemã Rosa Luxemburgo.

3. O TERRITÓRIO NOS DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE O BEM VIVER

O Bem Viver tem se posicionado como um tema que traz importante debates sobre os rumos do desenvolvimento na América Latina. Ao representar um novo paradigma de desenvolvimento, seja um paradigma a ser superado ou renovado, é fundamental incorporar a dimensão territorial neste debate. Podemos considerar o território uma espécie de ancora do desenvolvimento, se "assumimos que cada processo de desenvolvimento – seja econômico, humano, jurídico, anticapitalista, ético ou político – é necessariamente territorial; ou seja, existe um lugar ou materialidade concreta inicial onde ocorre algum processo de desenvolvimento, que o constitui." (ALTMANN, PHILIP; WALDMÜLLER, 2018). Alguns autores inclusive abordam essa relação entre território e desenvolvimento a partir da noção da dimensão territorial do desenvolvimento.

Como novo paradigma de desenvolvimento, o Bem Viver coloca a necessidade de superar a visão economicista, associada à modernização capitalista e ocidental" para construir uma nova visão, que o associe à uma mudança social positiva, pois "um desenvolvimento que traga efeitos colaterais sérios não é legitimo e, portanto não merece ser chamado como tal" (SOUZA, 2010, p. 60–61). Grande parte dos efeitos colaterais do desenvolvimento capitalista, podem ser observadas no território. Portanto, devemos compreender a dimensão espacial do capitalismo contemporâneo, os conflitos e antagonismos engendrados na produção social do espaço, pois no território as hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos produzidos no processo de desenvolvimento se manifestam. Embora, o território seja um tema central para o desenvolvimento, nos debates contemporâneos sobre o Bem Viver ele tem sido pouco abordado.

Na geografia, o território é um conceito-chave, no entanto a enorme polissemia no seu uso dificulta sua interpretação (HAESBAERT, 2004). Haesbaert (2004, p.40) sintetiza "a amplitude do conceito" em quatro aspectos: (i) político, que entende o território como um espaço delimitado e controlado, através do qual uma relação de poder é exercida, muitas vezes relacionado ao Estado; (ii) cultural, que interpreta o território como resultado de uma apropriação / valorização simbólica de um espaço por um determinado grupo social; (iii) econômico, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, também está a ideia do território como fonte de recursos; e (iv) naturalista, a compreensão do território acontece a partir da relação entre homem e natureza.

Para Marcelo Lopes de Souza (2000, p.79) "o território é essencialmente um instrumento do exercício do poder". No entanto, esse poder não deve ser associado apenas à ideia de "poder político", ele pode se referir tanto ao sentido de dominação, como no sentido simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2005). Portanto, o território surge da relação específica de poder que o ator mantém com o espaço, seja a partir de uma forma de controle, dominação ou apropriação. Ele é fruto da combinação entre espaço, ator e poder, construído (e desconstruídos) em diferentes temporalidades, assumindo um caráter permanente, periódico ou cíclica. O território também é considerado uma "construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico (SAQUET, 2012, p. 9).

O território é histórico e relacional, multiforme e multidimensional, formado a partir das relações de poder, envolvendo redes de circulação e comunicação, diferenças, desigualdades e identidades culturais. Nos debates sobre o Bem Viver, essa complexidade do significado do território se mantém e pode ser identificada a partir das diferentes abordagens sobre o tema, mas também a partir das possibilidades de interpretação, ancoradas na cosmovisão andina. Assim, o uso do termo

território será analisado a partir das diferentes correntes, sem perder de vista a importância em estabelecer relações entre elas e compreendê-las em conjunto.

Na **corrente indigenista**, podemos identificar a menção ao território em alguns textos específicos, apesar de não estarem diretamente relacionada ao Bem Viver ou ao Sumak Kawsay, estes textos demonstram como a ideia de território vinha sendo debatida dentro do movimento indígena contemporâneo. São anteriores à incorporação do Bem Viver na constituição, a partir dos quais podemos perceber uma separação entra a ideia sobre a terra e o território. O significado do território nesta corrente está relacionado à construção política proposta pelo movimento indígena a partir anos 80, quando Nina Pacari, importante dirigente indígena, propôs a adoção de novos conceitos que pudessem expressar de melhor maneira as históricas reivindicações dos povos e nacionalidades indígenas. Portanto, a adoção do termo território se insere no contexto histórico das lutas populares, protagonizadas pelos povos indígenas, principalmente a luta pela terra, que por sua vez estão relacionadas à organização do movimento indígena equatoriano. Nesse contexto, é importante considerar que as reflexões elaboradas no âmbito da organização do movimento indígena equatoriano foram fortemente influenciadas por ideias que permeavam a conjuntura politica em cada momento.

No inicio do século, a ascensão dos partidos socialistas e comunista impulsionaram o surgimento de sindicatos nas zonas rurais e a organização da *Federación Ecuatoriana de Indios* em 1944, primeira organização indígena do país. Portanto, temos uma conjuntura marcada por uma perspectiva materialista, que contribuiu para que a terra se tornasse uma das pautas centrais, reivindicada a partir da reforma agrária. No entanto, ainda que outras questões de caráter étnico não estivessem incorporadas nesse momento, o significado da terra não se restringia apenas ao direito a uma porção de solo para a produção de alimentos e sobrevivência, sendo possível reconhecer uma noção mais ampla, a reivindicação de algo que não se definia por limites físicos, mas por uma noção mais próxima à cosmovisão dos povos ancestrais, ou seja, de um espaço que se define pelas interações sociais em seu interior, uma noção que se aproxima à ideia do território. A articulação entre a luta pela terra e outras lutas impulsionadas pelos indígenas equatorianos, como a luta pela educação, pela soberania alimentar e pela manutenção da cultura indígena, revelam a centralidade da "terra" nesse processo[9].

A partir das décadas de 1970 e 1980 as reflexões internas possibilitaram que o movimento indígena desse um salto qualitativo em termos de organização, contribuindo para uma profunda renovação do discurso. Novos termos surgiram com o objetivo de ampliar o significado de noções

[9] Ver INUCA LECHÓN, 2017)

presentes anteriormente nas lutas, aproximando a linguagem de noções presentes na cosmovisão indígena. Nesse novo vocabulário aparecem conceitos fundamentais para o movimento indígena, como: a autodeterminação dos povos indígenas e o Estado Plurinacional. O novo modelo de Estado proposto, o Estado Plurinacional, buscava abrir-se para que diferentes culturas pudessem ser reconhecidas, contrapondo-se à ideia da integração nacional proposta até então pelo Estado vigente. Como um desdobramento dessa proposta, surgiu um dos conceitos mais emblemáticos nesse novo momento: a "nacionalidade indígena"[10], ideia sistematizada por Nina Pacari, líder indígena já citada. A nacionalidade indígena seria composta por quatro estruturas: (i) social e política, (ii) legislativa, (iii) ideológica e cosmológica e (iv) moral.

Pacari identificou estas estruturas no cotidiano do indígena *(runa)* e descreveu como elas definem o modo de vida indígena. A estrutura social e política estaria representada pela relação família -comunidade ampliada - povo *(ayllu-llacta ayllu-mama ayllu)*, sendo este último definido por uma língua, uma cultura, um território e vínculos econômicos comuns. A estrutura legislativa se manifestaria na relação harmônica entre as três unidades: normas familiares - normas sociais - normas jurídicas do povo *(ayllu camachic - llacta camachic - mama ayllu camachic).* A estrutura moral estaria presente em um jargão muito comum entre os povos andinos: "não seja preguiçoso, não minta e não roube" (ama quilla, ama llulla, ama shua). E, finalmente, a estrutura ideológica ou cosmológica, se expressaria a partir de uma relação entre universo - terra - homem *(pachamama - allpamama - runa)* (PACARI, 1984). A adoção desse novo repertorio coincidiu com um posicionamento mais claro do movimento indígena como uma luta social, quando foram criadas diversas organizações nacionais.

Nesse contexto, a partir de uma importante reflexão, Pacari expressou a necessidade de ampliar o significado da terra, termo utilizado historicamente pelo movimento indígena na luta pela reforma agrária:

> No aspecto agrário, a luta pela terra é a primeira de nossas reivindicações, pois sem terra o povo não sobrevive. A nossa cultura está tão ligada à terra, nasce dela, faz parte dela. No entanto, o fator terra e o fator cultura não cobrem todo o problema (PACARI, 1984, p. 145).

Pacari então, propõe

> que seja reconhecida e garantida a cada uma das nacionalidades a propriedade de seu território, registrando-o devidamente de forma coletivamente, inalienável e suficientemente extenso para assegurar seu crescimento demográfico e desenvolvimento cultural (PACARI, 1984, p. 148)

[10] O conceito reintroduzido pelos antropólogos Ileana Almeida e Yuri Zubritsky no contexto do Instituto Otavaleño de Antropologia (ALMEIDA, 2016).

A palavra terra, pauta central das lutas passa a ser substituída pela palavra território. Portanto, ocorre uma mudança conceitual sobre a relação povo e terra, caracterizada até meados da década de 1970 por uma visão materialista (ALTMANN, PHILIPP, 2013). A concepção burguesa e liberal da terra como meio de produção, adotada nas lutas pela reforma agrária, adquiriu uma conotação holística, mais próxima à concepção da terra desde a cosmovisão indígena. Além disso, a expressão "território" se articula ao conceito de nacionalidade indígena e à noção de autonomia territorial, promovendo uma conciliação entre as ideias de identitárias com as antigas ideias classistas do movimento indígena, relacionadas ao sindicalismo e ao socialismo (ALTMANN, PHILIPP, 2013).

Para Alfredo Viteri,

> Na visão dos povos indígenas, o território constitui o espaço natural da vida, concebido como unidade ecológica fundamental onde a vida se desenvolve em suas múltiplas expressões e formas; para nossos povos, este espaço natural de convivência é fonte de conhecimento, cultura, identidade, tradições e direitos. Neste lugar essencial desenvolve-se a nossa vida como povos, reproduzimo-nos permanentemente como sociedades diferenciadas nos aspectos sociais, económicos, políticos e culturais de geração em geração. Portanto, a visão de território está intimamente ligada ao exercício de nossos direitos coletivos e autodeterminação como povos. (VITERI, 2004).

Portanto, outra ideia associada ao território é o principio da "relacionalidade", construído a partir da ideia de que todos os seres vivos têm vida e, portanto, disfrutam das mesmas condições de um humano, sendo assim, todos seres são complementários e se necessitam mutuamente. Nessa visão integral, o território é entendido como "o espaço que nos fornece todas as possibilidades de vida" (MACAS, 2010, p.181).

Na bibliografia relacionada à **corrente socialista** a ideia de território aparece como um suporte para o desenvolvimento baseado no Bem Viver. Há uma clara conexão entre o território e o Bem Viver, se coloca a necessidade de pensar um novo modelo territorial que responda a esse novo modelo de desenvolvimento. O enfoque territorial está presente tanto na constituição como em seus desdobramentos políticos, ou seja, nos planos de governo, denominados Plano Nacional para o Bem Viver PNBV.

A aprovação da nova constituinte em 2008 estabeleceu um novo pacto social para o Equador. Embora, as características desse novo pacto ainda não estivessem bem delimitadas pela nova constituição, os atores e os projetos sociais que inspiraram esse processo sinalizavam uma mudança significativa para o país (ORTIZ, 2008). A nova constituição associou o desenvolvimento ao Bem Viver a partir do novo "Regime de Desenvolvimento" que tinha como objetivo "o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, sócio-culturais e ambientais

que garantem a realização do bem viver, do *sumak kawsay*" (ECUADOR, 2008). Para alcançar esse novo modelo de desenvolvimento era necessário cumprir com os "direitos do Bem Viver" (ECUADOR, 2008), constituído por um conjunto de direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles, o direito à água, à alimentação, ao ambiente saudável, à comunicação e informação, à cultura e ciência, à educação, ao habitat e habitação, à saúde, ao trabalho e previdência social. Portanto, a Constituição de Montecristi define as bases que possibilitariam uma conexão entre o desenvolvimento, o Bem Viver e os direitos cidadãos.

Na perspectiva do governo, do planejamento nacional definido nas duas versões do PNBV, o enfoque territorial deve cumprir o papel de orientar o desenvolvimento. Aqui, a ideia de território está diretamente associada à promoção da igualdade. O PNBV propõe a "Estratégia Territorial" cujo objetivo seria referenciar a formulação e implementação de políticas setoriais e territoriais, buscando melhorar a (re)distribuição de riquezas, promover o novo modelo de desenvolvimento e cumprir com os objetivos do Bem Viver, partindo da compreensão do território como um "sistema complexo e dinâmico que se transforma continuamente" (SENPLADES, 2009, p.371). Entre os mecanismos para transformar o território equatoriano, está a promoção e o fortalecimento um modelo territorial baseado em uma estrutura nacional policêntrica, articulada e complementar de assentamentos humanos, que auxilie na integração entre os diferentes níveis do sistema urbano (SENPLADES, 2013, p. 126).

A Estratégia territorial foi construída sob 2 pilares: (i) a partir do fomento aos processos de descentralização e desconcentração de competências a nível territorial e (ii) a partir da promoção de um modelo territorial nacional policêntrico. A desconcentração busca promover uma mudança na estrutura do Estado, a partir da presença da função executiva e das infraestruturas, dos equipamentos e serviços públicos em outras cidades do país, respeitando a organização regional a partir das zonas administrativas. E a descentralização busca redistribuir o poder no território, transferindo aos municípios, de maneira obrigatória e progressiva, as responsabilidades e os recursos necessários para que gozem de autonomia administrativa. A rede policêntrica de assentamentos humanos foi idealizada como um modelo territorial que enfrenta uma das principais fragilidades no contexto da organização do território nacional: a persistência de uma frágil rede de cidades com enormes assimetrias, resultante do histórico processo de diferenciação dos territórios que configurou o bicentralismo de Quito e Guayaquil (SENPLADES, 2009, p. 372).

A estratégia territorial aspira dar o suporte ao novo modelo de desenvolvimento a partir de uma rede policêntrica, articulada e complementar, com uma clara hierarquia de assentamentos humanos; da promoção da sustentabilidade ambiental para melhorar o uso, ocupação e conservação

da natureza; da contribuição com a mudança da matriz produtiva a partir de um território apto a especialização econômica funcional considerando os potenciais dos assentamentos humanos e do ambiente físico; e da (re)distribuição social e territorial dos benefícios do desenvolvimento, como um maneira de reduzir as desigualdades sociais, a discriminação e a exclusão (SENPLADES, 2009). Portanto, percebemos uma visão do território multiescalar e centrada na redistribuição de poder nos territórios, por meio do reconhecimento da autonomia política, administrativa e financeira das diferentes escalas territoriais – regional, provincial, cantonal e paroquial - e do incentivo à conformação de circunscrições territoriais especiais determinadas por questões étnicas ou culturais.

Embora o território seja visto como um meio para operacionalizar o novo modelo de desenvolvimento, no PNBV apresentada algumas visões sobre o território utilizadas no plano são inspiradas em autores como José Luís Coraggio e Milton Santos, ou seja, o território é abordado a partir de uma perspectiva que incorpora as questões sócio culturais, que entende que:

> a geografia e o território são depositários da história econômica, política e social de um país ou região, sendo a expressão espacial dos diversos modos de acumulação e distribuição de riqueza. Nessa perspectiva, é o território onde se concretizam e se plasmam as diferentes políticas, públicas e privadas (SENPLADES, 2009, p. 371).

Portanto, nas propostas há uma ideia de que a organização espacial nada mais é que um reflexo dos modelos de acumulação e desenvolvimento plasmados no território, que podem ser percebidos a partir do adensamento de determinadas zonas, das infraestruturas construídas, das áreas excluídas, a partir de um processo em que as relações econômicas e de poder são determinantes. Tendo estas concepções como base, a Estratégia Territorial é considerada um instrumento de extrema relevância para reduzir as disparidades regionais que são fruto de um longo processo histórico no país.

Finalmente, na **corrente pós-desenvolvimentista** o tema território não é abordado diretamente, uma vez que o centro do debate está na questão ambiental, principalmente na necessidade de questionar o modelo de desenvolvimento atual e sua base extrativista e neo-extrativistas. No entanto, de maneira implícita a noção de território aprece em alguns textos, além de ser a corrente que da maior ênfase a necessidade de um outro modelo de desenvolvimento ou pós-desenvolvimento. A ideia do Bem Viver como um conceito ainda em construção, que representa uma ruptura com as ideias convencionais de desenvolvimento atuais possibilita que contribuições desde várias perspectivas sejam incorporadas ao discurso, como é o caso das ideias do eco-feminismo, do decrescimento, pós-desenvolvimento, do pós-extrativismo e da teoria pós-colonial. De maneira geral, o questionamento da modernidade, do sistema capitalista e do antropocentrismo atravessam grande parte dos diagnósticos apresentados pelos autores desta corrente.

Uma aproximação ao tema território é proposta por Maristela Svampa a partir da ideia do "giro ecoterritorial", para a autora "um dos conceitos mais mobilizadores do giro ecoterritorial é o Bem Viver, em quíchua, Sumak Kawsay". A noção do giro territorial apresenta contatos significativos com o movimento por justiça ambiental, originado na década de 1980 em comunidades negras dos Estados Unidos, uma abordagem "enfatiza a desigualdade dos custos ambientais, a falta de participação e democracia, o racismo ambiental contra os povos indígenas, enfim, a injustiça de gênero e a dívida ecológica, está na origem de várias redes de justiça ambiental que hoje se desenvolvem na América Latina (SVAMPA, 2012, p. 55).

Para Svampa o giro ecoterritorial está relacionado à emergência de uma nova gramática de lutas, uma linguagem alternativa que tem forte ressonância nas lutas latino-americanas que nos últimos anos tem articulado lutas indígenas e novas militâncias territorial-ecológicas e feministas. Outros exemplos de ideias que anunciam essa mudança de linguagem na perspectiva do giro ecoterritorial seria a defesa dos comuns[11]. Neste caso, a autora associa a defesa do território, dos bens comuns, dos direitos humanos, dos direitos da natureza ou do bem viver a uma exigência por uma democratização das decisões. A ideia do território aparece no âmbito dos conflitos ambientais que se estabelecem como consequência do extrativismo.

> Na realidade, os territórios extrativistas tendem a adotar uma configuração própria, diferente da dos territórios não extrativistas, na medida em que potencializam problemas sociais já existentes na sociedade mais ampla, entre elas as disparidades salariais, os preços altos, os vícios, o aumento da criminalidade, a prostituição, somados mais recentemente ao tráfico e a expansão das redes criminosas.(SVAMPA, 2012, p. 55).

Portanto, o território aparece em uma perspectiva de conflito, frente a expansão das fronteiras do capital em direção aos territórios, principalmente aos indígenas. Assim, os conflitos ambientais adquirem uma dimensão social e territorial, ou seja, se tornam conflitos socioterritoriais. Svampa (2012) defende a democratização das decisões como uma alternativa para esses problemas, uma ideia vinculado à autonomia territorial, exigida pelos povos indígenas. As ideias de Svampa (2012)sobre o território ilustram como o tema é mobilizado nessa corrente, intrínseco relacionado às questões ambientais e aos conflitos decorrentes do extrativismo, como um espaço que se refere à construção social dos povos ancestrais, onde se travam disputas de poder entre a domínio do Estado e das empresas extrativistas e o valor simbólico de apropriação atribuído pelos povos indígenas.

11

4. CONCLUSÕES

A inclusão do Bem Viver nas constituições do Equador e da Bolívia significou uma retomada do debate sobre o desenvolvimento nos países latino-americano a partir de uma perspectiva humanística e ecológica. A ampla difusão do termo e a falta de consensos sobre seu significado deram origem a diferentes interpretações, identificadas por alguns autores como as três correntes do Bem Viver: (i) a culturalista, indigenista e "pachamamista"; (ii) a ecomarxista, socialista e estatista e finalmente (iii) a ecologista e pós desenvolvimentista. Essas correntes possuem pontos em comum, mas se distinguem pela maneira como enfrentam determinados temas. Não obstante, as diferentes correntes devem ser vistas de maneira conjunta para uma maior compreensão do tema.

O Bem Viver *(Sumak Kawsay)* condensa ideias e debates provenientes do movimento indígena equatoriano, que receberam contribuições de diversas influências, como é o caso do pensamento de Mariatégui e da teologia da libertação. A inclusão do Bem Viver na constituição pode ser considerada uma contribuição dos povos ancestrais para a sociedade, no entanto é fundamental reconhecer que os debates que seguem esse evento o convertem em uma espécie de "plataforma para imaginar outros mundos", agregando contribuições de diversas correntes de pensamento.

O Bem Viver está centrado em um debate sobre o desenvolvimento, tema de grande divergência entre as correntes. As correntes indigenista e pós-desenvolvimentista defendem uma "alternativa ao desenvolvimento", no entanto, a primeira se justifica pela inexistência do conceito de desenvolvimento na cosmovisão andina, enquanto a segunda por possuir uma forte critica à ideia do desenvolvimento visto como o resultado de um processo de evolução linear construído como uma ideia de progresso. A corrente socialista defende uma "alternativa de desenvolvimento", ou seja, acreditam em uma possível renovação do paradigma do desenvolvimento como uma saída racional para a transformação social e a busca pela igualdade.

Essas diferentes visões sobre o desenvolvimento repercutem na importância dada ao território em cada uma das correntes. No caso da corrente indigenista, podemos identificar uma visão do território como uma totalidade, como o espaço natural de vida, concebido como unidade ecológica fundamental onde se desenvolve a vida em suas múltiplas expressões e formas. O território é entendido como fonte de saberes, cultura e identidade. Esta concepção tem permitido que muitas comunidades andinas possam conservar e aproveitar os recursos oferecidos pela natureza de maneira sustentável. Neste sentido, reconhecer o valor do saber comunitário e a importância dos saberes tradicionais sobre o território são temas relevantes para o avanço sobre uma perspectiva de desenvolvimento territorial a partir da perspectiva do Bem Viver.

É interessante reconhecer como essas formas de vida e os conhecimentos ancestrais incidem sobre a transformação dos territórios, a partir de uma concepção integral e de interdependência. Neste sentido, as intervenções no território realizadas por alguns grupos indígenas, seja a partir da construção dos canais de abastecimento de água, da construção de vias, moradias, ou da gestão dos recursos naturais demonstram que esses saberes ainda permanecem nos modos de organização territorial. Estas intervenções indicam formas de resistência à fragmentação do território e à desintegração da comunidade, pese as disputas e os tensionamentos provocados pelo processo de desenvolvimento capitalista e a inserção de novos modos de vida, impostos pelos padrões da modernidade e seu caráter homogeneizante.

Ao mesmo tempo, as visões presentes na corrente socialista, a partir das reflexões e experiências do governo se destacam pelo reconhecimento da importância do território no processo de implantação do Bem Viver. Além disso, ressaltam a necessidade de consolidar uma visão do território multiescalar, centrada na redistribuição de poder nos territórios e no reconhecimento das questões étnicas ou culturais. E, finalmente, as visões presentes na corrente pós-desenvolvimentista sinalizam a necessidade de incluir perspectivas contemporâneas ao debate, incluindo visões ambientalistas e feministas, por exemplo.

Finalmente, é preciso compreender que estamos diante de uma ideia mobilizadora que coloca em pauta um debate fundamental para o futuro dos países latino-americanos: o desenvolvimento. Por sua vez, a construção de um novo paradigma de desenvolvimento demanda reflexões mais profundas sobre temas centrais neste processo, como é o caso do território. A revisão bibliográfica sobre o enfoque territorial nos debates contemporâneos sobre o Bem Viver demonstra que ainda é preciso avançar neste tema, construir pontes mais sólidas entre o Bem Viver e o campo dos estudos urbanos, mas também revela a existência de novos enfoques sobre o tema, que precisam ser investigados e desenvolvidos. Neste sentido, destaco alguns temas, como por exemplo, a perspectiva relacional atribuída ao território na cosmovisão ancestral, a centralidade da luta pela terra na história dos movimentos sociais da América Latina e a superação da luta pela terra simplesmente, ancorada em uma visão materialista, como meio de produção, para uma luta pelo território, ou seja por um direito que considere o valor da terra a partir de uma perspectiva mais amplos, como elemento constitutivo de uma sociedade em seu diversos aspectos: cultural, social, econômico e político.

5. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. *ECUADOR DEBATE*, v. 75, p. 33–48, 2008.

ACOSTA, Alberto. *La Filosofía del Sumak kawsay o Buen Vivir. Otros Mundos Chiapas*. Mexico DF: [s.n.].

ACOSTA, Alberto; GUDYNAS, Eduardo. El buen vivir o la disolución de la idea de progreso. *La medición del progreso y del bien estar. Propuestas desde América Latina*, p. 103–110, 2011.

ALMEIDA, Ileana. *El Estado plurinacional en Ecuador: o la esperanza de supervivencia de los pueblos indígenas. Entrevista a Ileana Almeida. Línea de Fuego*. Quito: La Línea de Fuego. Pensamiento crítico. 2016

ALTMANN, Philip; WALDMÜLLER, Johannes M. *Territorialidades otras: visiones alternativas de la tierra y del territorio desde Ecuador*. 1. ed. Quito: [s.n.], 2018.

ALTMANN, Philipp. El Sumak Kawsay en el Discurso del Movimiento Indígena Ecuatoriano. *Indiana 30*, v. 30, p. 283–299, 2013.

ALTMANN, Philipp. Una breve historia de las organizaciones del Movimiento Indígena del Ecuador. *Antropología Cuadernos de investigación*, n. 12, 10 jul. 2017.

BELING, Adrián E; VANHULST, Julien. APORTES PARA UNA GENEALOGÍA GLOCAL DEL BUEN VIVIR. *El Buen Vivir como paradigma societal alternativo*, v. 23, p. 12–17, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia. Genealogía inmediata de los discursos del buen vivir en Ecuador (1992-2016). *America Latina Hoy*, v. 74, p. 125–144, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis. Deconstrucción y genealogía del "buen vivir" latinoamericano. El (trino) "buen vivir" y sus diversos manantiales intelectuales. *International Development Policy | Revue internationale de politique de développement*, v. 9, p. 1–10, 2017.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis. El sumak kawsay genuino como fenómeno social amazónico ecuatoriano. *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*, v. 10, n. 2, p. 301–333, 2015.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, José Andres. El pensamiento sobre el Buen Vivir. Entre el indigenismo, el socialismo y el posdesarrollismo. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, v. 60, p. 27–58, 2014.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; GARCÍA-ÁLVAREZ, Santiago. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. *Revista iberoamericana de estudios de desarrollo / Iberoamerican journal of development studies*, v. 5, n. 2, p. 30–57, 2016.

ECUADOR. *Constitución del Equador (2008). Asamblea Constituyente*. Equador: [s.n.]. , 2008

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Germinando alternatival desarrollo. *América Latina en movimiento (ALAI)*, n. 462, p. 1–20, 2011.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - Universidade de São Paulo*, p. 6774–6792, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territorios à multiterritorialidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HARNECKER, Marta; FUENTES, Federico. *Ecuador: una nueva izquierda en busca de la vida en plenitud*. 1. ed. Quito: Intervención Cultural, 2011.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis *et al. Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak kawsay. Sumak Kawsay Yuyay*. 1. ed. Huelva: Fortalecimiento institucional de la Universidad de Cuenca en materia de

movilidad humana y buen vivir (FIUCUHU), 2014.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, v. 48, p. 25–40, 2014.

INUCA LECHÓN, José Benjamín. Genealogía de alli kawsay / sumak kawsay (vida buena / vida hermosa) de las organizaciones kichwas del Ecuador desde mediados del siglo XX. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 12, n. 2, p. 155–176, 4 maio 2017.

LE QUANG, Mattieu; VERCOUTÈRE, Tamia. *Ecosocialismo y buen vivir*. 1. ed. Quito. Ecuador: IAEN Editorial, 2013.

LINERA, Alvaro García. *SOCIALISMO COMUNITARIO, Un Horizonte de Época*. 2. ed. Bolivia: Vice Presidencia del Estado. Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional Bolívia, 2015.

ORTIZ, Santiago. El contexto político de la Asamblea Constituyente en Ecuador. *Instituto de investigación y debate sobre la gobernanza*, p. 1–7, 2008.

PACARI, Nina. Las culturas nacionales en el Estado multinacional ecuatoriano. *Cultura. Revista del Banco Central del Ecuador*, v. VI Número, p. 113–123, 1984.

PLAN V. *Sumak Kawsay, la palabra usurpada*.

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 19, n. 1, p. 5, 2012.

SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO (SENPLADES). *Los nuevos retos de America Latina. Socialismo y Sumak Kawsay*. 1. ed. Quito. Ecuador: Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo, 2010.

SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO (SENPLADES). *Plan Nacional de Desarrollo / Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017*. . Quito: [s.n.], 2013.

SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO (SENPLADES). *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural*. *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural*. Quito: [s.n.], 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes De. *Mudar a cidade. Uma introdução à critica do planejamento e à gestão urbanos*. 6ª ed. Rio de Janeiro - Brasil: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes De. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, INÁ ELIAS DE; GOMES, PAULO CESAR DA COSTA; CORRÊA, ROBERTO LOBATO (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 352.

SVAMPA, MAristella. *Las fronteras del neoextractivismo en AMerica LAtina*. [S.l: s.n.], 2012. v. 66.

VANHULST, Julien. El laberinto de los discursos del Buen vivir : entre Sumak Kawsay y Socialismo del siglo XXI. *Polis, Revista Latinoameriana*, v. 14, n. 40, p. 233–261, 2015.

VIOLA, Andreu. Discursos "pachamamistas" versus políticas desarrollistas: el debate sobre el sumak kawsay en los Andes. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, v. 0, n. 48, p. 55–72, 2014.

VITERI, Alfredo. Tierra y territorio como derechos. *Revista Pueblos*, p. 10–12, 2004.

GT 03 – Pensamento crítico latino-americano e epistemologias na América Latina e Caribe

A EDUCAÇÃO FOI "PEGA A LAÇO"? REFLEXÕES A RESPEITO DAS EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS NO ENSINO DE ARTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lívia Weyl Costa[1](UFBA)

RESUMO: O presente artigo objetiva discutir como o estudo das epistemologias indígenas pode contribuir diretamente para um ensino mais significativo a respeito das artes indígenas na educação básica. Inicialmente, a partir da ideia de intelectual indígena cunhada por Maria Bergamaschi, e de outras formas de fazer ciência, de Isabelle Stengers, busca-se levantar questionamentos a respeito do que é considerado saber científico e de como este é produzido. Posteriormente, discute-se o conceito de arte indígena, baseando-se nos escritos de Els Lagrou e Jaider Esbell. Por fim, parte-se do pensamento de Cristine Takuá e Miguel Arroyo para refletir sobre a educação básica e o fazer docente. Conclui-se assim, que o estudo sobre os pensamentos indígenas é importante não somente para uma prática efetiva do ensino de artes indígenas na escola básica, mas também, para levantar questionamentos a respeito da própria produção do saber científico e da prática docente.

Palavras-chaves: Epistemologias indígenas; Ensino de artes; Artes indígenas.

INTRODUÇÃO

"A educação foi pega a laço?" O presente texto inicia com um questionamento que faz alusão a outra enunciação: "minha avó foi pega a laço", frase que indica violências extremas direcionadas a mulheres indígenas, ações que de alguma forma foram naturalizadas e transmitidas em formato de "maneira de falar", como um mero marcador de parentesco. Munduruku (2017), ao ser abordado por alguém que usou a frase com orgulho, ressalta o absurdo, o autor se questiona como foi possível absorver e ignorar uma dor que deveria morar em todos os brasileiros, a dor do estupro, a dor de ser "uma nação parida a força".

O reconhecimento sobre a importância dos povos indígenas para a formação do Brasil se dá a passos lentos, modificou-se da crença na absorção e consequente extinção iminente dessas populações, para a ideia de necessidade de tutela por parte do estado e só então para a reivindicação da autonomia, construída por meio de muita luta por parte dos movimentos indígenas (Munduruku, 2012).

Hoje, o ensino sobre arte e cultura indígena na educação formal é obrigatório por lei, e apesar do aumento considerável em produções escritas e audiovisuais a respeito das cosmologias indígenas (realizadas tanto por não indígenas apoiadores da causa indígena quanto por pessoas indígenas que passaram a adentrar espaços ocidentais), as maneiras de aplicar esses saberes em sala de aula ainda

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. livia.weyl@gmail.com

estão em construção, não somente pela falta de formação, mas também, dado o caráter eurocêntrico que baseia a educação formal.

No caso do ensino de artes, a formação eurocentrada é visível quando se considera uma história da arte única, representada por uma série de movimentos artísticos em sucessão linear e que se concentram, principalmente, nos territórios europeu e norte americano. Trabalhar "outras histórias da arte" em sala de aula, como por exemplo artes ameríndias e afro-brasileiras demanda a reorganização da visão. Faz-se necessário buscar conteúdos silenciados durante o processo formativo nas universidades, e praticar outras formas de enxergar o mundo, experiências que fogem ao pensamento ocidental e consequentemente parecem estrangeiras, apesar de habitarem o território brasileiro mesmo antes dos colonizadores chegarem.

Ao considerar novamente a imagem de violação apresentada no título e relacionar com a dinâmica da educação formal em território nacional, cria-se uma cena mental: a educação brasileira arrancada de si mesma, colocada em território desconhecido, obrigada a viver de acordo com os saberes e crenças de outros, andando com sapatos desconfortáveis, construída num lugar que pouco fala sobre o que realmente foi, e nada fala sobre o que poderia vir a ser, fadada a ser espelho, rachado e embaçado.

Surge então o questionamento: qual educação é essa que brasileiros e brasileiras foram e são expostos durante boa (ou toda) parte de suas vidas? E considerando a atuação dos(as) educadores(as), o que pode ser feito? No caso específico deste artigo, busca-se refletir sobre o que um educador ou uma educadora não indígena podem levar em consideração ao trabalhar as histórias e culturas indígenas no campo da arte. Como criar conexões com temas que parecem distantes e como transmitir essas conexões? Quais os principais pontos a se ater? Como contemplar essa demanda respeitosamente? Reforça-se que o intuito deste texto não é apresentar respostas prontas ou uma metodologia fechada, o objetivo é discutir reflexões que possam contribuir para uma experiência mais enriquecedora pela qual educadores(as) e educandos possam se sentir pertencentes e sejam estimulados a pensar criticamente sobre os espaços que habitam.

Pedir licença e pisar suavemente na terra

"Pisar suavemente na terra" é um pedido externado por Ailton Krenak e pelos povos indígenas do Brasil para que os habitantes do planeta terra, tenham mais cuidado com a maneira que existem no mundo. O avanço da crise climática e a discrepância na divisão das riquezas entre os indivíduos são alguns dos muitos indicativos de que a dominação dos saberes eurocêntricos sobre

outros tipos de saberes, característica da sociedade moderna, gerou mais problemas para a humanidade do que é capaz de solucionar, e ainda, está guiando a todos para um caminho que talvez não tenha mais volta (Ndlovu, 2017).

Tratar sobre temáticas indígenas em sala de aula envolve pensar em mundos e formas de existir diferentes, e ao mesmo tempo, refletir sobre a construção do tipo de conhecimento científico propagado nas escolas formais brasileiras. Pensar sobre o que se considera "externo" ou "outros" envolve também entender o que é considerado "normal".

A ciência e a tecnologia se tornaram as bases para as novas crenças da humanidade a partir do iluminismo europeu do século XVIII, um ideal de "razão" passou a ser difundido e foi exigido que instituições e costumes provassem sua utilidade na sociedade para existir. Essas ideias, referentes somente a um pequeno grupo do território europeu, foram tomadas e defendidas como universais (Feenberg, 2003).

Com o avanço da dominação europeia sobre outros tipos de civilizações, a crença na verdade incontestável dos saberes científicos (eurocêntricos) e na hierarquização destes como superiores diante de qualquer outra forma de conhecimento se alastrou e se consolidou. O potencial autodestrutivo desse pensamento, entretanto, se manifestou inúmeras vezes, e uma reflexão crítica sobre essa suposta ciência neutra, sem história e sem política se fez necessária. Isabelle Stengers (2002), pensadora sobre a filosofia da ciência, afirma que ao trazer uma série de direitos e deveres ao indivíduo cientista, é impossível que a ciência seja neutra pois seu advento já surge de uma variedade de interações entre sujeitos.

A validade de um saber científico encaixa em um quebra-cabeça de saberes científicos - assim, evita-se cair em um perigoso relativismo no qual "se nada é real, então tudo o pode ser" - há uma série de etapas para que ele se oficialize, e ainda assim, com o passar do tempo essas afirmações podem ser contestadas e se suficientemente comprovadas, novos paradigmas podem surgir. Como afirma a autora: "O sentimento de verdade" em caso algum é desculpa para não se levar em conta as consequências do que nós consideramos verdadeiro" (Stengers, p. 27, 2002).

Nesse contexto, muitas inexistências foram construídas e embasadas pelo conhecimento científico. Como longamente debatido por pensadores da colonialidade a exemplo de Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Frantz Fanon, as expansões territoriais dos povos europeus no período colonial sobre outras populações apoiaram-se amplamente no saber científico da época. O racismo científico e a razão iluminista serviram como justificativa para atos de extrema violência que geraram o extermínio de povos, culturas e saberes.

Neste contexto, saberes indígenas foram considerados inferiores, caracterizados como mitos ou cultura popular, a produção de conhecimento desses povos por vezes não é considerada ciência, ainda que várias produções científicas partam ou dialoguem com saberes dos povos originários sem creditá-los em seus resultados (Cunha, 2017). Sobre a luta para um reconhecimento simétrico de ontologias, Bergamaschi destaca o que chama de intelectual indígena:

> Quando anuncio o intelectual indígena e disponho esse tema para reflexão, estou considerando que esse intelectual é predominantemente formado e formador na perspectiva da oralidade; considero como uma compreensão quase óbvia que esse intelectual está inserido numa sociedade que também produz ciência, também produz conhecimento; e, numa perspectiva que encaminha uma vivência intercultural, é importante considerar as diferenças que constituem de modo específico cada um dos mundos e das culturas em relação: diferentes, porém não hierarquizados (BERGAMASCHI, 2014).

Maria Bergamaschi discute sobre o que configura o intelectual indígena, expressão cada vez mais usada no meio acadêmico, destacando que não necessariamente é uma pessoa construída pela universidade, e que o termo demanda cautela, já que é mais um nome externo aos povos ameríndios criado para defini-los. Indica, porém, ser um caminho para refletir sobre o que, a partir de Paul E. Litte[2] a autora chama de "intercientificidade", o encontro entre formas diferentes de fazer ciência.

O intuito ao trazer esse conceito para o artigo é entendê-lo como tradução, pois a figura do indígena intelectual facilita que a pessoa não indígena se aproxime dos conhecimentos indígenas e os compreenda como tal. Ainda assim, é importante lembrar que os povos indígenas possuem um entendimento mais amplo acerca do que é conhecimento, envolve a compreensão do corpo e da natureza em sua plenitude como lugares de apreensão e propagação de saberes (Bergamaschi, 2014), mais um aspecto que dificulta o entendimento ocidental, dado o costume de categorizar, separar e hierarquizar o conhecimento.

Há ainda mais uma questão ao pensar sobre a produção do conhecimento científico, Varsavsky (1973) em seu livro "Ciência, política e cientificismo", discute sobre a importância da América Latina ser a responsável pela produção do conhecimento científico sobre si mesma. O autor destaca também que a produção acadêmica se tornou mercadoria, pesquisadores(as) "provam seu valor" a partir do número de publicações que possuem, o investimento nas pesquisas depende muitas vezes do interesse de empresas em patrociná-las, uma série de questões que levou não somente a uma produção científica menos aprofundada, mas também dependente das leis de interesse do mercado.

[2] LITTLE, Paul E. Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.

Dessa forma, o conhecimento científico transmitido como padrão para a formação humana nas escolas e universidades carrega várias lacunas e ausências, e sua produção depende de uma série de fatores responsáveis por ditar quais histórias e humanidades foram validadas em detrimento de outras. Essas escolhas são ainda mais aparentes ao refletir que apenas em 2008 o ensino da história e cultura indígena se tornou obrigatório nas escolas formais, o que mudou e porque tomou tanto tempo para que essa decisão fosse tomada?

Arroyo (2014) destaca que a produção de inexistências na educação esbarra na luta e insistência dos seres considerados "não humanos" em existir, não se veem como marginalizados, inferiores, resistem. Isso desestabiliza a crença dos que se entendem como padrão de humanidade, obrigados a enxergar e repensar a forma que se veem e (não)veem os diferentes de si. Jaider Esbell, artista indígena da etnia Makuxi, comenta sobre à violência imposta sobre si:

> Quando se nasce onde e como eu nasci, não se tem muitas escolhas senão buscar fazer-se em si mesmo e isso pressupõe negar não exatamente quem se é mas aquilo que queriam que você fosse. A primeira teimosia vem mesmo dentro de casa. A forma como fui educado não foi nem de perto a primeira violência. É que meu corpo não me pertence sem que eu o veja como um alongamento de acúmulos históricos. A violência é uma energia propagada de alcance praticamente não rastreável, mas é (ESBELL, 2017).

Esbell traz um pouco sobre a experiência do sujeito indígena na sociedade brasileira, resistindo em sua humanidade e negando as características atribuídas pelos outros a si, o indígena "primitivo", "preguiçoso", "fadado ao desaparecimento". O motivo de atualmente o ensino sobre histórias e culturas indígenas estar em pauta e ser uma obrigatoriedade no currículo se deve a anos de resistência desses povos, também, à decisão" de continuar existindo. O indígena Casé Angatu Xukuru Tupinambá ilustra essa afirmação na fala a seguir:

> Acreditamos que os avanços notados na Constituição de 1988 e a Lei 11.645/2008, bem como nas novas abordagens teóricas sobre os Povos Originários, foram frutos das mobilizações e ações do Movimento Indígena Brasileiro. Indígenas que, por vezes, pagaram até mesmo com a vida ao lutarem por seus direitos, a exemplo do Cacique Xicão Xukuru (morto no dia 20 de maio de 1998 a mando de fazendeiros descontentes com a sua luta para a demarcação do território de seu povo) e Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe (queimado vivo em abril de 1997 quando estava em Brasília lutando pela nulidade de títulos emitidos em terras Pataxó a favor de não indígenas), entre outros indígenas que ainda continuam sendo mortos (TUPINAMBÁ, 2020).

A partir dessas breves reflexões, surge o questionamento, como age o educador que opta por pisar suavemente na terra, que pede licença? São escolhas diárias de refletir a respeito do lugar que ocupa, questionar sobre os "pontos cegos" do que ensina e carrega a partir da própria vivência, é

reconhecer tantas vozes que vieram antes, tantos saberes e seres. Um exercício constante para tentar reparar o irreparável[3], um estímulo a pensar em si, sobre os conhecimentos, sobre as ausências, para que assim, possa entender melhor como faz parte de um todo.

A tradução

A transmissão dos saberes indígenas para indivíduos não indígenas passa por vários processos de tradução, um exemplo é o(a) indígena fluente na língua portuguesa que escuta e transcreve os conhecimentos dos mais velhos de sua aldeia, outro exemplo, é o(a) educador(a) que entra em contato com esses saberes e os transmite a seus educandos.

A tradução infere que se pense com cautela na maneira pela qual é possível criar representações de características de uma cultura para a outra. No caso das populações indígenas brasileiras, é muito importante ter em mente que a forma desses povos enxergarem suas existências e se manifestarem no mundo é completamente diferente da forma ocidentalizada e majoritariamente eurocêntrica com a qual a maioria de nós se vê, e ainda, que existem várias etnias, cada qual com sua cosmologia.

Como traduzir outras formas de mundo? Algo sempre se perde nessa comunicação, criam-se encaixes, adaptações, o conceito de arte indígena surge nessa dinâmica. Els Lagrou (2013) comenta que o hábito de fazer peças somente para expô-las ou contemplá-las, sem que sejam usadas ou alimentadas, não existe para os grupo indígenas, ou seja, a concepção da obra arte, em especial no contexto iluminista de portadora do belo e não instrumentalista, não faz sentido para os indígenas.

A ideia de "estética indigena" surgiu em um primeiro momento como criação ocidental para que os próprios ocidentais se aproximassem de códigos representantes das produções indígenas (Lagrou, 2013). A transformação de itens - antes lidos como artesanato ou artefatos etnográficos - em peças de arte, pode ser interpretada como uma tradução para que o sistema da arte pudesse estabelecer significados e incorporar produções de outras culturas.

Em termos de definição, a arte indígena se aproxima mais do que se entende por arte conceitual, Lagrou (2013) cita as reflexões de Gell[4] ao afirmar que as artes indígenas são compreendidas não somente a partir de um ideal de apreciação do belo, mas também enquanto agentes geradores de processos cognitivos, são cristalizações de ações, valores e ideias, como explicitado no trecho a seguir:

[3] Termo encontrado no texto de BIANCHI, Paloma. Como quebrar barragens: Outros processos políticos e artísticos para reparar o irreparável. Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1 n. 43, abr. 2022

[4] GELL, Alfred. Art and Agency. Oxford: Claredon Press. 1998.

> [...] Muitos artefatos e grafismos que marcam o estilo de diferentes grupos indígenas são materializações densas de complexas redes de interações que supõem conjuntos de significados, ou, como diria Gell, que levam a abduções, inferências com relação a intenções e ações de outros agentes. São objetos que condensam ações, relações, emoções e sentidos, porque é através dos artefatos que as pessoas agem, se relacionam, se produzem e existem no mundo. (Lagrou, p. 13, 2013)

Esse momento possibilitou a entrada de produções ameríndias e de outros povos originários no sistema da arte, é importante ressaltar, entretanto, que essa passagem não aconteceu inteiramente em situação de igualdade com as produções eurocêntricas. A concepção de uma história universal da arte - a história das artes europeias com participações de algumas manifestações artísticas de outras localidades - categorizou as produções artísticas indígenas como primitivas, tribais.

Essas heranças do racismo científico e de uma visão positivista do mundo mantiveram-nas numa escala inferior na suposta linha de evolução humana que segue sempre em frente, lendo-as como ultrapassadas. Ainda assim, a ocupação de espaços ocidentais institucionalizados de arte seguiu sendo um passo importante para a construção de uma possível coexistência e propagação de saberes e culturas diversas.

Outro momento relevante para se pensar a arte indígena vem se manifestando no Brasil nos últimos anos, a partir do crescimento do número de performances, produções cinematográficas e artísticas em geral realizadas por indígenas, não mais apenas objetos artísticos, mas o próprio ser indígena também passou a se fazer mais presente nos museus e nas galerias de arte.

Um grande propagador do termo arte indígena contemporânea foi Jaider Esbell, artista premiado que se dizia plenamente absorvido pelo sistema da arte ocidental, afirmava que o termo era uma provocação teórica com o intuito de usufruir do lugar de visibilidade conquistado através de anos de luta coletiva de vários artistas indígenas, vistos por Esbell como “artivistas” (2021). Sobre a arte indígena contemporânea, o artista expõe:

> Nessa leitura da realidade atual, a arte entre os indígenas representa em sua máxima capacidade o acesso ao mundo complementar que representa a falta de sentido que há no mundo moderno, no mundo-força que dominou e em que se evidencia o colapso. A arte indígena contemporânea nesse sentido está para muito além das molduras e estruturas. A arte indígena contemporânea purifica-se filtrando em si mesma com a força da espiritualidade, seu núcleo. A arte indígena encosta na arte geral enquanto sistemas próprios, mas elas não se fundem nem se confundem totalmente, *a priori*. Os propósitos da arte indígena contemporânea vão muito além do assimilar e usufruir de estruturas econômicas, icônicas e midiáticas. A arte indígena contemporânea é, sim, um caso específico de empoderamento no campo cosmológico de pensar a humanidade e o meio ambiente (ESBELL, 2018).

Jaider destacou também que a arte indígena contemporânea seria um caminho para fugir da visão estereotipada dos indígenas, uma maneira de enxergá-los a partir de uma existência plural que acessa o tradicional mas também está imersa na atualidade, obras e sujeitos que adentram no desafio de pensar "um mundo viável para tanto índios quanto pretos, mulheres, gays, todas a classes" (Esbell, 2021).

O artista acrescenta ainda que o crescimento recente na ocupação dos espaços de artes pelos indígenas gerou novas possibilidades de aproximações entre não indígenas e indígenas. O "Branco"[5] que vai a uma exposição de arte indígena e se sente conectado com as produções está acessando uma memória perdida, um lugar de afeto e de vivência que não entende muito bem onde ou o que é, mas acaba descobrindo que tem (Esbell, 2021).

Esse incômodo pode ser capaz de desbloquear uma consciência que o Brasil não indígena perdeu de si mesma, do lugar de onde veio. Esse processo é entendido por Jaider Esbell como uma preparação para que um diálogo real entre não indígenas e indígenas possa existir, para que os últimos sejam vistos em nível de igualdade, não mais como exóticos ou portadores de um tipo de conhecimento menor e sem mais utilidade (Esbell, 2021).

Para que a ideia estereotipada do indígena seja questionada pelo não indígena é de suma importância que o segundo consiga estabelecer ligações com os novos conhecimentos que está entrando em contato. A tradução, portanto, é exposta aqui como essa possibilidade de criar conexões e gerar significados entre culturas distintas. As artes indígenas são vistas como o meio, e os processos interpretativos construídos em conjunto numa relação artistas-educadores(as)-educandos, são as possibilidades de aproximação e ressignificação do lugar desses sujeitos na sociedade.

Reviver as escolas

"As memórias não morrem, elas ficam adormecidas" disse Cristine Takuá no seminário de aprendizagem da exposição "Viva viva escola viva" no dia 05 de dezembro de 2023, no Rio de Janeiro[6]. A pensadora indígena fez essa afirmação ao comentar que o modelo das escolas ocidentais precisava urgentemente ser repensado, concluiu sugerindo que assim como o projeto Escolas Vivas busca fortalecer as escolas indígenas, as escolas formais precisam ser analisadas e trazidas de volta à vida.

Takuá (2018) contesta a ideia de ir a escola formal para "se tornar alguém na vida", alega que já nascemos alguém na vida e que essa escola deveria ser um espaço para explorar as qualidades de

[5] Entendido aqui como indivíduo não indígena.

[6] O projeto Escolas Vivas propõe ações que objetivam fortalecer as transmissões dos conhecimentos tradicionais dentro das aldeias indígenas. Coordenado por Cristiane Takuá, é posto em prática atualmente em quatro aldeias: Maxakali, Guarani, Tukano e Huni Kuî. <https://selvagemciclo.com.br/colabore/>

cada um, preparando-os para entender o complexo Bem Viver e agir como transformadores do mundo.

O Bem Viver, na cultura Guarani denominado de Tekó Porã, é um conceito filosófico, político, social e espiritual, considerado uma boa maneira de ser e viver. Ele demanda equilíbrio, respeito e harmonia entre seres humanos e não humanos, uma visão muito diferente da relação entre sociedade e natureza difundida na modernidade, Tekó Porã se refere à necessidade de entender o todo e que sem um lugar de ser, não há modo de ser (Takuá, 2018).

As escolas se tornaram lugares tristes, professores sobrecarregados, alunos ansiosos e deprimidos, a escola ocidental, capitalista, também criou problemas que não parece mais capaz de resolver. Segundo Paulo Freire (2021), a escola tradicional é regida pelas vontades daqueles que detêm o poder, e ela sozinha não será o elemento responsável pela transformação, porém, é um ambiente importante, a escola é potência, por isso é tão importante pensar em maneiras de recriá-la.

Tal qual o comentário de Jaider Esbell (2017): "A gente, digo eu, nasço num ambiente fértil para as criatividades, ou para as inanições, se eu tivesse cedido aos convites ao auto apagamento"; A escola tradicional eurocêntrica envia convites diários ao apagamento, propaga inexistências, e cabe aos sujeitos atuantes nesse meio recusar esse posicionamento. Sobre o tema, Arroyo (2014) afirma:

> Toda pedagogia que tenta reconhecer que o povo pensa, tem saberes, valores, culturas sem desconstruir o Nós como a pretensão de síntese da humanidade, como o ponto de chegada da existência humana, da formação e do desenvolvimento universal, único, tem fracassado até como pedagogia crítica libertadora (ARROYO, p. 57, 2014).

Mais uma vez, a necessidade de considerar os vários tipos de conhecimento e de questionar qual ciência se produz e propaga nos ambientes formais de educação se faz necessária, principalmente se o intuito é criar um ambiente educativo verdadeiramente crítico e libertador.

CONCLUSÃO

Descobrir e transmitir narrativas indígenas se conecta com essa necessidade de enxergar outros Brasis, não é possível voltar a um território utópico antes da chegada dos exploradores, mas a partir do contato com as cosmologias originárias outras possibilidades de existência podem ser gestadas. Esbell acrescenta, sobre o potencial transformador do contato com essas diferentes narrativas:

> Então, esses trabalhos trazem um pouco a natureza desse espírito [macunaimã]. Não diria que é inquieto, porque inquieto corresponde a uma patologia. Mas uma energia essencial de movimentação, fazendo esses exercícios de desafiar a mente para ir além das formas que já se conhece, buscando outros elementos, mas

> destituídos de uma ideia de forma tal qual a gente conheça, como se essas coisas estivessem sempre em constante movimento, não estivessem paradas (ESBELL, 2017).

Trabalhar temáticas indígenas em sala de aula exige compreender que não há neutralidade na ciência nem na tecnologia, e que a educação é uma prática política (Freire, 2018). É exigido do(a) educador(a) mais tempo e energia, além do muito que já dispensa, para buscar conteúdos significativos e planejar processos pedagógicos, por vezes tentando impedir ausências que não foi ensinado(a) a evitar. Além de uma obrigatoriedade recém oficializada, o ensino aprofundado desses temas é uma escolha.

Cusicanqui (2021) conta que a compreensão indígena da história não se dá de maneira linear, o passado-futuro está contido no presente, a repetição ou superação depende de atos mais do que palavras. Tomando essa frase como inspiração conclui-se o presente artigo com a compreensão de que ensinar as histórias e culturas indígenas é militância, é tentar reviver as escolas formais, é o que Esbell (2017) denomina: "Armadilha para identificar armadilhas", uma tentativa de quebra com o pensamento eurocêntrico, despertando memórias antigas, para quem sabe assim, reviver nos humanos a capacidade de sonhar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BERGAMASCHI, M. A. (2014). **Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação**. *Tellus*, (26), 11–29. Recuperado de https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/297

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico** . Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 75, p. 76–84, 2007. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623.. Acesso em: 7 abr. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores**. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

ESBELL, Jaider. **Arte indígena desperta uma consciência que o Brasil não tem de si mesmo.** Brasil de Fato. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/03/jaider-esbell-arte-indigena-desperta-uma-consciencia-que-o-brasil-nao-tem-de-si-mesmo>. Acesso em: 13 dez. 2023.

_____. **A arte indígena contemporânea como armadilha para armadilhas.** 2017.

_____. **Arte indígena contemporânea e o grande mundo.** SelectArt. 2018.Disponível em: <https://select.art.br/arte-indigena-contemporanea-e-o-grande-mundo/>.

FEENBERG, Andrew. **O que é Filosofia da Tecnologia?** Trad. Agustín Apaza [Título original: "What is Philosophy of Technology?"]. S.I. n., s/d, p. 01-11.

FREIRE, Paulo. Como pode o professor transformar-se num educador libertador? De que modo a educação se relaciona com a mudança social? In: **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor.** FREIRE, Paulo. Paz e Terra. São Paulo. 2021.

KRENAK, Ailton. **Pisar suavemente sobre a terra: rumo a uma pedagogia da coexistência.** disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ojtzyfizvn8>. acesso em: 13 dez. 2023.

LAGROU, els. **Arte indígena no brasil: agência, alteridade e relação.** Belo horizonte: c/ arte. 127p. 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **Minha vó foi pega a laço**. Daniel Munduruku. 2017. Disponível em: <https://danielmunduruku.blogspot.com/2017/11/minha-vo-foi-pega-laco.html?spref=tw>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NDLOVU, M. **Por que saberes indígenas no século XXI? Uma guinada decolonial.** Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu/PR, nº1, pp 127-144, 2017

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo, 2002.

VARSAVSKY, Oscar. **Ciencia, Política y Cientificismo.** Centro Editor de América Latina,1969.

TAKUÁ, Cristine. **Teko Porã, o sistema milenar educativo de equilíbrio.** Rebento, São Paulo, n. 9, p. 5-8, dezembro. 2018.

TUPINAMBÁ, Casé Angatú Xukurú**. "Histórias e culturas indígenas"- alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígena estamos mesmo falando?** Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/32772/17715. Acesso em 13/12/23.

GT 03 – Pensamento Social, Utopias e Epistemologias na América Latina e Caribe

O PAPEL DA LITERATURA NA REPRESENTAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS LATINO-AMERICANAS

Juliana Morgado Fernández [1] (UEPA)
Orientadora: Profª Dra. Mayane Bento Silva [2] (UEPA)

RESUMO: A relação entre a arte e a política é amplamente abordada pelas ciências humanas, e uma temática que se encaixa nesse contexto é o estudo sobre as identidades nacionais através, por exemplo, de obras literárias. Nessa análise, tornam-se claros elementos que representam estruturas de poder a nível internacional, considerando que, para os Estados coloniais, a imposição de fluxos culturais foi um instrumento de dominação hegemônica. Já para os países da América Latina a arte, incluindo a literatura, exerceu no século XX o papel de resistência a esse projeto homogeneizador e contribuiu na tentativa do estabelecimento de identidades nacionais autônomas. Sendo assim, o presente artigo tem como intuito discutir o papel da literatura na representação dos processos de construção das identidades nacionais latino-americanas. Para isso, parte-se dos objetivos específicos de discorrer acerca das questões que envolveram tanto a opção pelo uso do nome quanto a definição do que se compreende por América Latina, e acerca dos processos de formação e consolidação dos Estados-nação latino-americanos; debater sobre o papel das expressões artísticas e culturais na construção identitária, com ênfase à literatura escrita; e analisar como as dinâmicas coloniais internacionais influencia(ra)m a construção das identidades nacionais e o modo como a literatura representa esses processos na América Latina. Foi desenvolvido um estudo interdisciplinar de finalidade básica e caráter exploratório, a partir do método da dedução. O procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica e os dados foram coletados por meio da análise de conteúdo.

Palavras-chave: Decolonialidade. Identidade nacional. América Latina. Literatura.

INTRODUÇÃO

Discutir processos de construção identitária no continente latino-americano exige que seja feita, a princípio, uma revisão dos momentos e eventos históricos que se passaram até chegarmos à compreensão atual sobre a América Latina – o que inclui debater até mesmo a origem do nome dado ao continente. Essa necessidade existe porque as conjunturas social, política e econômica e as raízes culturais latino-americanas, apesar de muito diversas, apresentam um fator em comum na sua definição: a colonização. "Do ensaísmo literário ao marxismo latino-americano, passando pela teoria da dependência à filosofia da libertação, nota-se que o problema da colonialidade esteve fortemente presente no pensamento político latino-americano." (Ballestrin, 2013, p. 91).

No século XIX, escritores, políticos e ativistas – Bolívar, Bilbao, Torres-Caicedo, Martí, Rodó, Bonfim – destinaram suas preocupações ao "sentido" e o "destino" da América e de seus povos mediante o problema da colonização ibérica (Ballestrin, 2013). Diversos contos, romances, poemas e

[1] Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Pará (2024).
[2] Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (Dinter UNB/UFPa 2015-2019) e professora efetiva na Universidade do Estado do Pará.

novelas foram escritos com o propósito de debater a temática da libertação latino-americana, criando um elo entre as artes e a política bastante peculiar à realidade da região.

A relação entre a arte e a política pode ser compreendida através de duas perspectivas básicas: "[...] como a arte ligada e a serviço de uma ordem política vigente e de um poder constituído; ou como a arte engajada que critica esse mesmo poder e uma dada ordem vigente, que é relacionada a processos de lutas de caráter contestatório." (Napolitano, 2011, p. 26). Logo, a arte em forma de obras literárias é uma ferramenta extremamente útil para a compreensão de fenômenos das ciências sociais, haja vista que inúmeros fatos sociais, eventos históricos e aspectos culturais podem ser analisados por meio da forma que são ou foram retratados na literatura.

A questão das identidades nacionais é comumente abordada por obras literárias – em especial nas que datam dos séculos XVIII, XIX e XX. Nesse contexto, a depender da posição de um Estado-nação nas estruturas de poder do sistema internacional, a representação da identidade nacional nas obras literárias – e outras peças de arte – representativas de sua cultura terá um papel político diferente.

Para as nações colonizadoras, era necessária a criação de um código cognitivo nas colônias que criasse um verdadeiro estatuto étnico e cultural de aceitação da subordinação e inferioridade em relação à metrópole – o que facilitou o processo de homogeneização das identidades culturais diversas nos países colonizados, a exemplo dos casos latino-americanos (Lasmar, 2001). Com isso, os fluxos culturais do período colonial se estabeleceram como instrumentos de dominação hegemônica dos Estados coloniais, e as "trocas" – ou imposições – firmaram-se como um canal através do qual a hegemonia metropolitana se legitimaria e organizaria.

A literatura, especialmente na figura do romance, desempenhou, neste quadro, um papel de consolidação da autoridade metropolitana (Lasmar, 2001), e esse processo contribuiu para a consolidação das identidades nacionais dos Estados coloniais em nível mundial. Já na América Latina, o debate sobre a questão identitária é intrinsecamente complexo, dada a imensa pluralidade e heterogeneidade étnica, cultural, linguística, política, econômica e social da região.

Para o sociólogo peruano Quijano (1992) a identidade, ligada a entidades histórico-sociais, é uma categoria relacional, intersubjetiva e histórica, além de uma parte e um modo das relações que na história se estabelecem, se modificam ou se cancelam, entre as diversas formas organizadas de existência social. "Não é propriedade ou atributo de entidades isoladas; nem é algo dado, pré-existente à sua própria história, que deveria ser descoberto e assumido." (Quijano, 1992, p. 73).

Tendo como ponto central a forte influência exercida pelo processo de colonização no continente latino-americano, tanto na construção dos chamados "Estados-nação modernos" quanto

na formação/expressão cultural e identitária de seus povos, é essencial debater acerca do papel da arte – e aqui em especial da literatura – na resistência por parte das populações locais ao projeto de homogeneização cultural imposto pelos dominadores europeus. Sendo assim, propõe-se aqui um estudo com o objetivo central de discutir o papel da literatura na representação dos processos de construção das identidades nacionais latino-americanas.

Para isso, parte-se dos objetivos específicos de discorrer acerca das questões que envolveram tanto a opção pelo uso do nome quanto a definição do que se compreende por América Latina, e acerca dos processos de formação e consolidação dos Estados-nação latino-americanos; debater sobre o papel das expressões artísticas e culturais na construção identitária, com ênfase à literatura escrita; e analisar como as dinâmicas coloniais internacionais influencia(ra)m a construção das identidades nacionais e o modo como a literatura representa esses processos na América Latina.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e possui finalidade básica. Enquadra-se no campo científico interdisciplinar, pois envolve conceitos, discussões e fontes bibliográficas de diversas áreas do conhecimento dentro das Ciências Humanas – Relações Internacionais, Sociologia, Antropologia, Literatura Comparada e História. O estudo é classificado como de caráter exploratório e o método de abordagem utilizado foi o método indutivo.

Foi utilizado aqui o procedimento técnico da pesquisa bibliográfica e como fontes para a coleta dos dados utilizados, cuja origem é secundária, foram utilizadas plataformas online e portais de periódicos vinculados a Instituições de Ensino Superior, além de livros físicos de acervo pessoal – por meio da técnica da análise de conteúdo. Os critérios utilizados para a realização do levantamento de dados incluem a análise de sua origem, priorizando estudos oriundos de grandes centros de pesquisa do Brasil e de outros países latino-americanos.

A tentativa de definição de uma identidade latino-americana e a formação e consolidação dos Estados-nação latino-americanos

O surgimento do nome América Latina ocorreu simultaneamente à criação de uma simbologia no seu entorno, e esses dois processos estiveram ligados à história das tentativas de apropriação do imaginário sobre esse "novo" lugar – e, consequentemente, também de suas riquezas materiais. Desse modo, a América Latina foi se estabelecendo no mundo ocidental moderno como periferia, inferiorizada e explorada, sob uma identidade imposta que homogeneizou uma região que, na verdade, é extremamente diversificada dos pontos de vista étnico, cultural, linguístico, político e econômico (Farret; Pinto, 2011).

Além disso, é essencial ressaltar, como em Farret e Pinto (2011), que a opção pelo uso do nome América Latina foi forjada por uma minoria, a elite político-econômica da América espanhola, a partir do século XIX – e, portanto, tal identidade não representa diversos grupos sociais e povos

originários essenciais ao nosso processo de construção identitária. Essa história de apropriação teve início com a homenagem feita por um geógrafo alemão, em 1507, ao navegador Américo Vespúcio, quando passou a utilizar em um de seus mapas a denominação "América" em referência ao "novo continente" pela primeira vez.

O nome "América", porém, não serviu aos interesses da elite colonial espanhola de imediato. Segundo o historiador francês François-Chavier Guerra (2003 *apud* Farret; Pinto, 2011), até 1810 as elites *criollas* se apresentavam como espanhóis iguais aos peninsulares para gozarem dos privilégios e foros que lhes dava sua condição de descendentes dos conquistadores e povoadores da América. A partir de 1810, a necessidade de distinguir-se de seus inimigos levou os insurgentes a colocar em primeiro plano esta identidade "americana", a qual havia se consolidado em fins do século XVIII – o que se intensificou com o início dos processos de independência, no início do século XIX.

"Paralelamente à consolidação da ideia de 'americano', na América espanhola da pós-independência observa-se um fenômeno curioso: a mudança da utilização do termo 'América' por 'Hispanoamérica' no discurso dos líderes dos movimentos emancipatórios e das novas elites." (Farret; Pinto, 2011). Segundo Garcia (1860 *apud* Farret; Pinto, 2011) e Ardao (1980 *apud* Farret; Pinto, 2011) isso ocorreu, sobretudo, como uma tentativa de fugir das sombras do imperialismo estadunidense – que se apropriaram do termo "americano" para referir-se à sua nacionalidade.

Além de Hispanoamérica, outros termos também foram utilizados para designar a identidade do continente sul-americano, como Indoamérica, Iberoamérica, América Meridional e Magna Colômbia. "América Latina", porém, foi o nome que mais logrou êxito, e o seu uso se perpetua até hoje. Sobre o sentido a que remete a ideia de América Latina, Farret e Pinto (2011) argumentam que uma possibilidade é a dualidade "América Saxônica" (do Norte, cujo povoamento ocorreu pelo conglomerado étnico anglo-saxão e protestante e cujo tronco linguístico é de origem germânica) versus "América Latina" (do Sul, povoada, sobretudo, por espanhóis, portugueses e franceses e cujo tronco linguístico é de origem latina).

A homogeneidade promovida pelo eurocentrismo como forma de se impor frente às outras formas de produção de conhecimento e subjetividade no restante do mundo – e sobrepô-las – implica, obviamente, o apagamento de inúmeras identidades. Um dos principais exemplos disso é o caso dos povos originários latino-americanos, que, segundo Porto-Gonçalves (2009), compunham uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes antes da chegada dos invasores europeus no continente. Esses povos se distinguiam – para citar alguns – como maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huaraoni, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashaninka, kaxinawa,

tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante e muitos outros, entre as tantas nacionalidades desse continente.

Dentro da discussão sobre o nome América Latina, é essencial ressaltar a luta de resistência pelos povos que não se sentem por ele contemplados – daí surge o nome Abya Yala, que, na língua do povo Kuna (originário da Serra Nevada, norte da Colômbia), significa "Terra madura", "Terra Viva" ou "Terra em florescimento", e é sinônimo de América. Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América (Porto-Gonçalves, 2009).

Embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuam nomes próprios às regiões que ocupavam (ou ocupavam), como Tawantinsuyu, Anauhuac e Pindorama, a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada com o objetivo de construir um sentimento de unidade e pertencimento. O nome América vem sendo substituído por Abya Yala, indicando sobretudo a presença de outro sujeito enunciador de discurso até aqui calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários.

> A ideia de um nome próprio que abarcasse todo o continente se impôs a esses diferentes povos e nacionalidades no momento em que começaram a superar o longo processo de isolamento político a que se viram submetidos [e] junto com Abya Yala há todo um novo léxico político que também vem sendo construído. [...]. (Porto-Gonçalves, 2009, p. 2).

A própria expressão afirmativa "povos originários" ganha sentido, pois foi a solução que esses povos em luta encontraram para se autodesignarem e superarem a generalização eurocêntrica de "povos indígenas" (Porto-Gonçalves, 2009). Sendo assim, "[...] é com a incorporação dos povos de Abya Yala e o seu subjugo político, juntamente com o tráfico e a escravidão dos negros africanos trazidos para este continente, que se ensejará a centralidade da Europa. Enfim, o surgimento do sistema-mundo moderno se dá junto com a construção da colonialidade." (Porto-Gonçalves, 2009, p. 3). Destaca, ainda, a fala de Luis Macas, da *Coordinadora de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE): *"nuestra lucha es epistémica y política"*.

Outro momento histórico é circunstancial à compreensão dos processos de construção das identidades nacionais latino-americanas: a formação dos Estados nacionais. Diferentemente da Europa ocidental, em que a relação capital-salário é o eixo principal das estruturas de poder e das diferenças de classes, na América Latina as formas mais estendidas de controle do trabalho são não-salariais – ainda que em benefício do capital global –, o que implica que as relações de exploração e de dominação têm caráter colonial (Quijano, 2005).

Desde inícios do século XIX, a independência política está acompanhada, na maioria dos novos países, pelo estancamento e retrocesso do capital e fortalece o caráter colonial da dominação social e política sob Estados formalmente independentes (Quijano, 2005). Para o autor, o novo padrão de poder mundial estabelecido pela Europa, que se utilizou do poder constituído a partir da experiência de colonização da América Latina, influenciou diretamente a forma como os Estados-nação se constituíram aqui.

O que compreendemos por Estado-nação, para Quijano (2005), configura uma espécie de sociedade individualizada que implica as instituições modernas de cidadania e democracia política, haja vista que "[...] cada processo conhecido de nacionalização da sociedade nos tempos modernos ocorreu somente através de uma relativa [...], mas importante e real democratização do controle do trabalho, dos recursos produtivos e do controle da geração e gestão das instituições políticas." (Quijano, 2005, p. 130).

Devido a essas características, o Estado-nação pode ser compreendido por seus membros como a representação da identidade de certa sociedade; contudo, toda sociedade é uma estrutura de poder, uma vez que o poder é o elemento que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única. Em consequência, como posto por Quijano (2005), todo Estado-nação é ao mesmo tempo uma estrutura de poder e produto do poder.

Sob a perspectiva de Quijano (2005, p. 130), ainda que um Estado-nação moderno possa se expressar em seus membros como uma identidade, não necessariamente pode ser imaginado como uma comunidade: "Os membros precisam ter em comum algo real, não só imaginado, algo que compartilhar. E isso, em todos os reais Estados-nação modernos, é uma participação mais ou menos democrática na distribuição do controle do poder". Nos países em que foi implementado o sistema colonial, porém, não havia pretensão, por parte da metrópole, em construir um interesse nacional comum, o que afasta a possibilidade de existir uma identidade nacional coesa.

Esse processo de homogeneização das pessoas em um Estado-nação moderno, contudo, não pode ocorrer de forma democrática – implicando igualdade jurídica e civil a pessoas desigualmente situadas nas relações de poder – se as relações sociais em todos os outros âmbitos da existência forem radicalmente não democráticas ou antidemocráticas (Quijano, 2005). Além disso, "[...] a existência de um forte Estado central não é suficiente para produzir um processo de relativa homogeneização de uma população previamente diversa e heterogênea, para produzir assim uma identidade comum e uma forte e duradoura lealdade a tal identidade." (Quijano, 2005, p. 131).

Na América Latina, devido ao processo de colonização ao qual todas as nações foram submetidas, a formação do suposto Estado-nação moderno não poderia ocorrer de forma pacífica e

democrática, haja vista que representou a imposição de mais uma estrutura de poder em formato eurocêntrico. Nos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), de forma similar aos Estados Unidos, os povos indígenas, em sua maioria, não foram integrados à sociedade colonial, pois não foram considerados pelos colonos adequados para serem feitos de trabalhadores explorados. Nesses três países, também a população negra foi uma minoria no período colonial, em comparação com outras regiões dominadas por espanhóis ou portugueses (Quijano, 2005).

Segundo Quijano (2005), as elites dominantes dos novos países do Cone Sul consideraram necessária a conquista do território que os índios povoavam e o seu extermínio como forma rápida de homogeneizar a população nacional e, desse modo, facilitar o processo de constituição de um Estado-nação moderno, *à europeia.* Ademais, estes países atraíram milhões de imigrantes europeus, o que contribuiu para consolidar em aparência a branquitude de suas sociedades, na tentativa de um projeto de homogeneização.

Posteriormente, em uma massiva onda migratória do sul, do centro e do leste da Europa ao final do século XVIII para a costa atlântica argentina, a população de imigrantes não encontrou na região uma sociedade com estrutura, história e identidade suficientemente densas e estáveis para incorporar-se a ela – como ocorreu no caso dos Estados Unidos, no Chile e no Uruguai. Ao fim do século XIX, a população de Buenos Aires era composta em mais de 80% por imigrantes de origem europeia, e houve uma dificuldade para que a população aderisse a uma identidade nacional e cultural diferente da europeia – ao passo que rejeitavam explicitamente a identidade associada à herança histórica latino-americana e, em particular, qualquer parentesco com a população indígena (Quijano, 2005).

De acordo com Quijano (2005), a concentração de terra no Chile foi igualmente forte, e um pouco menor no Uruguai. Mas diferentemente da Argentina os imigrantes europeus encontraram nesses países uma sociedade, um Estado e uma identidade já suficientemente densos e constituídos, aos quais se incorporaram e com os quais se identificaram mais facilmente do que no caso argentino. Porém, é importante destacar que, no caso chileno,

> [...] a expansão territorial às custas da Bolívia e do Peru permitia à burguesia chilena o controle de recursos cuja importância marcou desde então a história do país: salitre primeiro, e cobre pouco depois. Nos pampas salitreiras formou-se o primeiro grande contingente de assalariados operários da América Latina, desde mediados do século XIX, e mais tarde foi no cobre que se formou a coluna vertebral das organizações sociais e políticas dos operários chilenos da velha república (Quijano, 2005, p. 133).

Com isso, os benefícios dessa produção, que eram distribuídos entre as burguesias britânica e chilena, impulsionavam a agricultura comercial e a economia urbana. "Formaram-se novas camadas

de assalariados urbanos e novas camadas médias relativamente amplas, junto com a modernização de uma parte importante da burguesia senhorial." (Quijano, 2005, p. 133). Desse modo, estabeleceu-se um poder configurado como Estado-nação de brancos, e os índios, uma exígua minoria de sobreviventes habitando as terras mais pobres e inóspitas do país, foram excluídos desse projeto (Quijano, 2005). Até há pouco, indica o autor, os povos originários eram sociologicamente invisíveis; agora já menos, pois começam a mobilizar-se em defesa dessas mesmas terras que também arriscam perder face ao capital global.

Somado a isso, a servidão indígena e a escravização dos negros no Chile foram mais restritas, haja vista que essas populações eram uma minoria local. Deste modo, essas raças não eram uma grande fonte de trabalho gratuito – diferentemente dos demais países do continente durante o período colonial. Consequentemente, desde o início do processo de independência uma grande parte da produção local esteve baseada nos salários e no capital, e por essa razão o mercado interno foi vital para a burguesia pré-monopólica (Quijano, 2005).

Segundo Quijano (2005), o processo de homogeneização dos membros da sociedade imaginada – de uma perspectiva eurocêntrica, como característica e condição dos Estados- nação modernos – foi praticado nos países do Cone Sul latino-americano não por meio da descolonização e da democratização fundamental das relações sociais e políticas entre os diversos grupos que compunham as populações locais. Isso se deu, na verdade, através da exclusão e da eliminação massiva de alguns deles e, dadas essas condições históricas, a democracia alcançada e o Estado-nação constituído não podiam ser afirmados e estáveis, e a história política desses países não pode ser explicada à margem dessas determinações.

Adiciona ainda que, "no caso do Brasil, os negros não eram nada além de escravos e a maioria dos índios constituía-se de povos da Amazônia, sendo desta maneira estrangeiros para o novo Estado" (Quijano, 2005, p. 134). O México, a Bolívia, o Haiti e o Peru foram os países latino-americanos que chegaram tão longe quanto possível no processo de descolonização social, mas em todas as outras colônias ibéricas os grupos dominantes tiveram êxito em evitar que as revoluções e resistências populares fossem triunfantes na luta por Estados independentes e livres do colonialismo (Quijano, 2005).

Contudo, além de a relação colônia-Metrópole haver se perpetuado na forma da dependência internacional, o que se observou em alguns dos casos de independência Latino-americana é que essa estrutura também "repetiu-se dentro dos próprios países colonizados, nas relações que se foram desenvolvendo entre uns quantos 'polos de crescimento' e o resto do país" (Satavenhagen, 1965, p. 161 *apud* Silva, 2019, p. 34). Conforme colocado por Silva (2019), é no contexto de consolidação da

economia-mundo ocidental, eurocêntrica e capitalista que se desenvolveu e perpetuou o que Casanova (1995) e Stavenhagen (2014) denominam de *colonialismo interno,* concomitante à dinâmica de colonialidade.

Além disso, nos Estados independentes de sociedade colonial, desenvolveu-se uma consciência colonizadora nas elites nacionais que buscavam aniquilar e/ou explorar as identidades autóctones. "Como padrão de relação doméstica, o colonialismo interno sustenta-se em um discurso de "questão nacional" que na verdade busca opor-se a qualquer reivindicação de autodeterminação das minorias [...]" (Silva, 2019, p. 35).

Dessa forma, apesar de supostamente atuarem em nome da democracia, do nacionalismo, do progresso e da segurança nacional, a elite nacional e os assimilados locais revelam-se beneficiários das mais diversas formas de exploração, haja vista que no espaço dominado pelo capitalismo ocidental, sobretudo nas periferias, "[...] a ideologia de uma identidade nacional é forjada para legitimar a conquista de territórios e o domínio de povos no intuito de dirimir poderes e saberes concorrentes e possibilitar a preponderância do Estado e do mercado." (Silva, 2019, p. 36).

Sobre a definição de identidade cultural e identidade nacional e o papel da literatura na construção identitária do Estado-nação

De acordo com Figueiredo e Noronha (2005) o debate sobre a questão identitária na contemporaneidade é bastante complexo, pois a definição parte de um uso ontológico e caminha rumo a empregos cada vez mais fluidos – do sociológico ao antropológico, do político ao cultural, do literário ao existencial –, o que dificulta a concepção de uma "identidade fixa". Uma confusão conceitual recorrente é o tratar-se a *identidade nacional* e a *identidade cultural* como sinônimos e, para que se compreenda essa diferença, é essencial ressaltar que as manifestações artísticas e culturais possuem um papel central dentro do processo de construção da identidade nacional, mas esse inclui, também, aspectos políticos, econômicos, militares e geográficos. A cultura como parte da identidade nacional não deve, portanto, ser confundida com a identidade cultural.

Definir a identidade cultural, segundo Souza (2017), deve envolver, como efeito ou como parte constituinte, as transformações sociopolíticas. A autora acrescenta ainda que as manifestações artísticas, por sua vez, entendidas ou como reflexo do fato histórico-equívoco difícil de ser sanado ou como parte integrante do acontecimento, sempre se apresentaram em posição crítica diante das contradições de seu tempo.

Para Figueiredo e Noronha (2005), em contextos políticos a identidade está atrelada à noção de "reconhecimento"; as autoras afirmam, ainda, que a sua ausência ou inadequação pode levar a um processo de opressão. Inferem que, desse modo, torna-se possível compreender por que a questão identitária só interessa e só é reivindicada por aqueles que não são reconhecidos por seus

interlocutores. Contudo, se se parte da perspectiva decolonial de Aníbal Quijano, por exemplo, a questão identitária é importante, sim, para o sujeito dominador, justamente para que se criem/mantenham estruturas e sistemas de opressão.

> Fala-se em identidade cultural quando se quer referir a grupos que não se apoiam em um Estado-nação, mas que reivindicam a pertença a uma cultura comum. Nesse caso, não se mobiliza a referência geográfica, e a tendência desses movimentos é ser transnacional, baseando-se em categorias tão diversas como raça, etnia, gênero, religião. Todavia, também nesse caso, trata-se de determinar um patrimônio comum e difundi-lo. Isso implica na revisão da história e no questionamento da cultura hegemônica, que não os incluiu, na busca de antepassados, na criação de uma linhagem, na escolha de símbolos e até mesmo, por vezes, no estabelecimento, senão de uma língua, ao menos de uma linguagem. (Figueiredo; Noronha, 2005, p. 200).

No que tange às ideias de nação e nacionalismo, algumas análises entendem que essas começaram a ser mobilizadas na Europa a partir do século XVIII para designar – deliberadamente – a identidade de cada povo. No século XIX, à época do triunfo do liberalismo, havia, segundo Hobsbawm (1998 *apud* Figueiredo; Noronha, 2005), três critérios que permitiam a um povo ser classificado como uma nação: era preciso já haver um Estado de fato; possuir uma língua e uma cultura longamente estabelecidas; e demonstrar força militar e capacidade de conquista. Em torno desses três pontos teriam se formado as identidades nacionais europeias, segundo Figueiredo e Noronha (2005).

Já Benedict Anderson, diferentemente de Hobsbawm – e através de uma perspectiva condizente com a de Quijano –, considera que os nacionalismos nascem antes na América do que na Europa, como fruto de um descolamento das elites *criollas* em relação à Espanha e à Inglaterra, e acusa de eurocentrismo os pesquisadores europeus que persistem considerando o nacionalismo como uma invenção europeia (Anderson, 1996 *apud* Figueiredo; Noronha, 2005).

Todavia, Figueiredo e Noronha (2005) ressaltam que, apesar de a ideia de nação permanecer como referente, seu simbolismo pode se transformar historicamente em função de novos objetivos. No Brasil, por exemplo, a questão identitária foi colocada, sobretudo, a partir do século XIX, com o movimento literário romântico que nasce do conflito de já não poder ou querer ser português; sendo assim, o fato político da separação de Portugal suscita um fato cultural. Ao se analisar a constituição da literatura brasileira, percebe-se que, durante o século XIX, o termo que se busca afirmar é o de nacionalidade, mesmo que representado por outras terminologias – caráter nacional, espírito nacional.

Podemos concluir, então, que os processos de construção da identidade coletiva – nacional ou cultural – são similares no que tange ao estabelecimento de um mesmo fim, que é o

reconhecimento (Figueiredo; Noronha, 2005); o que os distingue é o fato de que, no caso de grupos minoritários, ser reconhecido não é uma necessidade, mas sim uma exigência política – que muitas vezes envolve reivindicações ao Estado em prol dos interesses do grupo.

De acordo com Cunha e Luz (2020), as relações internacionais nunca estiveram muito longe das transformações refletidas por meio do literário, e, historicamente, a literatura foi sempre reivindicada por aqueles que estão próximos do poder ostensivamente; "[...] no fundo, como uma possibilidade de instrumentalização do narrativo, do estético e do linguístico que correspondesse aos desejos, necessidades e projetos de poder dessas elites nacionais, atores do âmbito internacional." (Cunha; Luz, 2020, p. 30). No geral, quando se fala em literatura, "[...] o senso comum direciona a discussão para o conceito de literaturas nacionais, auxiliado pelo fato de que a literatura depende da materialidade da língua, que é ainda hoje vista por muitos como uma característica, ou acessório, do conceito de nação." (Cunha; Luz, 2020, p. 27).

Ainda segundo os autores, a literatura é, historicamente, um instrumento do processo de *nation building*, pois é por meio dela que se criam as narrativas que alicerçam as "comunidades imaginadas". A esse respeito, Cunha e Luz (2020) apontam para o caso de José de Alencar, no Brasil, que tinha um projeto de construção nacional por meio do romance, além de outros autores que, ao fim do século XIX ou início do XX, buscaram criar com a literatura uma ideia de nação.

> Uma característica de todos esses "momentos literários" em que o romance se confirma como meio de expressão de uma nação é o fato de que eles são, todos, resultado de uma reação doméstica a um fenômeno internacional: a modernização do Estado-nação como a unidade básica em torno da qual giram as políticas de um povo e as políticas entre os povos. Esses "momentos nacionais" são, portanto, fenômenos complexos que precisam ser compreendidos por meio de dispositivos teóricos interdisciplinares [...]. (Cunha; Luz, 2020, p. 27).

Edward W. Said, em sua obra *"Cultura e Imperialismo"* (1993), reuniu diversos ensaios de sua autoria em torno da conexão entre o imperialismo e a cultura nos séculos XVIII, XIX e XX. Nas suas palavras, a obra em questão pretende incluir aspectos deixados de fora em *"Orientalismo"* (1978), e mais especificamente tratar da resistência cultural por parte das nações colonizadas como forma de reação ao domínio ocidental – haja vista que "o contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo; sempre houve algum tipo de resistência ativa." (Said, 1993).

Said (1993, p. 9) define a cultura como aquilo que "[...] designa todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos". Esse conceito é explorado, então, nas suas análises pautadas em obras

literárias europeias de grande alcance e reconhecimento mundiais para problematizar a forma como é reforçado nelas, ainda que de uma forma velada, o caráter imperialista das manifestações culturais de países da Europa ocidental nos séculos XIX e XX.

A justificativa para o uso de obras literárias como objeto de análise, sobretudo romances, dá-se, segundo o autor, por este ser um objeto estético de grande valor nesse contexto: "[...] as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles" (Said, 1993, p. 10).

> Com o tempo, a cultura vem a ser associada, muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado; isso "nos" diferencia "deles", quase sempre com algum grau de xenofobia. [...] A cultura é uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente. Longe de ser um plácido reino de refinamento apolíneo, a cultura pode até ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si, deixando claro, por exemplo, que, dos estudantes americanos, franceses ou indianos ensinados a ler seus clássicos nacionais antes de lerem os outros, espera-se que amem e pertençam de maneira leal, e muitas vezes acrítica, às suas nações e tradições, enquanto denigrem e combatem as demais. (Said, 1993, p. 10).

Em seu estudo, Edward Said enfoca três impérios em específico: os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, e o justifica, sobretudo, por dois fatores: a indiscutível tradição literária dessas nações, cujas obras tiveram um enorme alcance universal e poder de impacto cultural nos séculos XIX e XX, e o fator do domínio ultramarino, que envolve a necessidade de projeções através de meios como a economia, a política e a arte – usadas como estratégias de domínio e aumento do poder imperial.

Lasmar (2001) afirma que as obras de arte são consagradas e adquirem sentido ao longo de seu processo de circulação e os Estados se apropriam dos fluxos de arte, através dos quais constroem e narram sua identidade e criam expectativas acerca de suas funções e papel. "Essas expectativas legitimam e validam a própria concepção de Estado, na medida em que criam conhecimento coletivo sobre ele, tanto para o 'eu' quanto para o 'outro'" (Lasmar, 2001, p. 83).

Construído, em seus moldes eurocêntricos, como um regulador dos fluxos culturais através de políticas de identidade, o Estado atribui à própria experiência estética uma dimensão territorial. "Essa dimensão nos permite perceber como as culturas nacionais se tornaram "estruturas de autoridades" imaginadas, que rivalizam entre si na medida em que são distintas e aspiram à soberania e à dominação." (Lasmar, 2001, p. 93). No entanto, com as mudanças recentes no sistema internacional, surgiram novos canais de circulação que fogem ao controle estatal e geram mudanças no conhecimento e percepção coletivos acerca da identidade e função do Estado (Lasmar, 2001).

No período colonial, as nações colonizadoras perceberam que era necessária a criação de um código cognitivo em suas colônias que criasse um verdadeiro estatuto étnico e cultural de aceitação da subordinação e inferioridade em relação à metrópole. Houve, através do pacto colonial, uma exportação do modelo cultural eurocêntrico do "nacional" (ou seja, através do controle dos fluxos e trocas culturais por parte dos impérios) para além da Europa, e esse modelo se difundiu e consagrou em escala mundial (Lasmar, 2001). Isso facilitou o processo de homogeneização das identidades culturais diversas nos países colonizados, a exemplo dos casos latino-americanos.

Com isso, os fluxos culturais do período colonial se estabeleceram como instrumentos de dominação hegemônica dos Estados coloniais, e as "trocas" – ou, melhor colocando, imposições, haja vista que a assimetria entre a colônia e a metrópole determinava um fluxo unidirecional de dominação cultural – firmaram-se como um canal através do qual a hegemonia metropolitana se legitimaria e organizaria, criando consenso, estabilidade e harmonia dentro do sistema de diferenciação social colocado pela metrópole (Lasmar, 2001).

O romance desempenhou, neste quadro, um papel de consolidação da autoridade metropolitana – que não estava apenas vinculada à gestão social, mas também ligada ao normativo e ao soberano, na medida em que se valida no (e do) próprio curso da narrativa nacional para a criação de expectativas generalizadas e da sua permanência temporal (Lasmar, 2001). Sendo assim, segundo o autor:

> É dessa forma que o romance trabalha na apropriação dos elementos de história, memória e experiência das colônias, juntamente com a diferenciação, criando, na narrativa, novos espaços sociais e novas identidades. A narrativa é um ato social e sua leitura traz à tona a autoridade da história e da sociedade (autoridade da experiência daquele que narra, daquele que escuta, e do objeto da narrativa) (Lasmar, 2001, p. 94).

Acrescenta que o romance é, para Said, "[...] uma narrativa concretamente histórica que se modela pela história real de nações reais" (Said, 1995, p. 117 *apud* Lasmar, 2001, p. 94). Partindo disso, o Estado interfere nos meios de circulação da arte para apropriar-se dos canais pelos quais se dá a narrativa, visando controlar as leituras e o surgimento de novas narrativas. Logo, obras de arte consideradas representativas de uma cultura nacional passam a representar todo aquele Estado e sua nação.

Esse controle da circulação se dá através da montagem, pelos governos, de uma "logística de consagração" das chamadas "obras nacionais". São exemplos os congressos coloniais internacionais realizados pela França e Inglaterra entre 1889 e 1902; as exposições, o alto prestígio de certas academias culturais que "ditavam as regras" da produção cultural (Herz, 1987 *apud* Lasmar, 2001).

Todas essas medidas, segundo Lasmar (2001), estavam vinculadas aos interesses do Estado, e através desse controle as obras de arte passaram a circular desempenhando um triplo papel.

Primeiro, as manifestações culturais nacionalistas firmavam, construíam, representavam e imaginavam uma identidade nacional no cenário doméstico; segundo, contribuíam para a afirmação dessa identidade no plano internacional; e terceiro, apropriavam-se da história e experiência dos povos colonizados em nome da metrópole e promoviam uma releitura desses elementos, construindo (imaginando) uma identidade e ideia de nação cuja consciência sobre o território, domínios geográficos e culturais tinha o intuito de produzir estabilidade e "justificar" o domínio colonial (Lasmar, 2001).

A influência da colonização na formação das identidades nacionais na América Latina: análise a partir da produção literária

Já no que diz respeito aos países que foram, previamente, colonizados por impérios europeus, nota-se a enorme diferença que teve a cultura – e, nesse caso, especialmente a literatura – no processo de construção das identidades:

> Pode-se dizer que o gesto de associar os termos "crítica literária" e "identidade cultural" na América Latina praticamente significa lançar mão de um pleonasmo. [No século XX] caberia aos homens de letras minimizar a "sensação de desenraizamento" que acompanhava os nativos americanos, inventando uma tradição que constitui uma narrativa desistoricizada pela evocação de um retorno às origens arcaicas, pré-modernas. [...] (Lima, 2011, p. 1).

No contexto da reorganização político-econômica que ocorreu após 1945, "[...] a 'consciência do subdesenvolvimento' acaba implicando um reconhecimento de que, no terreno cultural, 'a dependência se encaminha para uma interdependência', visão que veicula um questionamento da distinção estabelecida entre centro e periferia." (Lima, 2011, p. 2). A autora acrescenta ainda que, nesse momento, ocorreu um deslocamento das noções de autenticidade e identidade nacional, haja vista que o capitalismo periférico pressupõe a coexistência de múltiplas temporalidades, a convivência de formas culturais tradicionais e modernas num mesmo espaço.

No que se refere à literatura, pode-se dizer que as vanguardas modernistas, apesar de não conseguirem se desprender totalmente do marco do nacionalismo em moldes eurocêntricos, já iniciaram a representação do hibridismo que permeava a formação social, econômica e cultural da América Latina. "É a partir da formulação da teoria da dependência, com o questionamento da visão linear e progressista que sustentava o esquema dualista sob o qual se estruturava a visão de modernização da América Latina, que se vai produzir uma nova compreensão do dinamismo dos processos culturais em curso na região." (Lima, 2011, p. 2).

Com as guerras de independência, a América Latina conquistou sua autonomia política, mas os nacionalismos nascentes não conseguiram alcançar a independência econômica e cultural. O continente teve dificuldade para encontrar um equilíbrio interno, que seria capaz de absorver as consequências das alterações que a independência trouxe consigo. Para isso, diversos literatos da América Latina se preocuparam com a configuração identitária e histórica do chamado "novo mundo" partindo, por um lado, de uma visão mais política e principalmente de compromisso social e, por outro, do pensamento mítico e simbólico inerente à América (Pereira, 2007 a*pud* Filgueiras, 2013).

A literatura, portanto, teve um papel efetivo na constituição das consciências nacionais e na construção das próprias nações latino-americanas, uma vez que muitos escritores estiveram engajados nas questões sociais e políticas. "José Martí (1853- 1895), mártir da independência de Cuba, é uma das figuras mais expressivas no contexto da literatura latino-americana do século XIX, justamente por ser um dos primeiros intelectuais a perceber a necessidade de aproximar o fragmentado bloco latino-americano." (Filgueiras, 2013, p. 40).

O ensaio *Nuestra América* (1891) utiliza a literatura como ferramenta de desenvolvimento de uma nova consciência, de resistência e reafirmação das culturas locais. Além disso, consolida a busca identitária presente no discurso martiano, que era baseada em dois pontos principais: consciência e autoctonia. Nesse texto, de acordo com Filgueiras (2013), José Martí declara que só se construiria uma nova América a partir de uma tomada de consciência da condição social do continente, e essa consciência seria a arma adequada e eficaz para promover, inicialmente, a independência de Cuba, e a partir dela a independência da América Latina.

> Para tanto, seria necessário criar uma cultura própria que atendesse aos próprios problemas e, não mais, importar "soluções" externas, ou seja, pensar em um modo de vida alternativo, embasado em uma consciência anticolonial, fomentando a valorização das culturas locais perante o desprezo do olhar estrangeiro. Desse modo, reescrever a própria história ante a memória oficial possibilitaria, na visão de Martí, uma integração, não no sentido de federalismo do continente e sim da "alma continental" que resultaria na superação dos problemas herdados dos séculos de exploração colonial (Filgueiras, 2013, p. 40-41).

Para Martí, a consciência coletiva da realidade latino-americana – uma arma essencial à integração e à unidade do continente – deveria ser construída a partir de um sentimento de pertencimento, isto é, uma identidade sociocultural. "E essa identificação seria o elo que integraria nosso fragmentado continente e consequentemente daria condições de promover o desenvolvimento interno e fortalecer nossa independência, diante dos perigos externos."

(Filgueiras, 2013 p. 41). Somente assim seria possível romper os vínculos de dominação e dependência com os países de alto desenvolvimento industrial capitalista.

José Martí acreditava ser essencial recorrermos às nossas memórias, pois elas seriam como uma bússola – as nossas referências para nos reconhecermos e, no presente, reverter os males provocados pelo passado colonial e reconstruir nossa história a fim de não perpetuarmos tais problemas. Para isso, utilizava suas narrativas literárias e jornalísticas como ferramentas de desenvolvimento dessa nova consciência, de resistência e reafirmação das culturas locais (Filgueiras, 2013).

O conceito de identidade martiano é definido como um processo de projeção para um futuro, anticolonial, libertador e de amplitude continental. Portanto, descolonizar a consciência para se atingir o reconhecimento de si e a diferenciação do outro seria a prerrogativa fundamental para que seu projeto de transformação social e reafirmação cultural se concretizasse. "Martí recomendava que nossa América criasse uma nova imagem de si mesma e não mais, simplesmente, introjetasse ideias alheias sem nenhum esforço crítico." (Filgueiras, 2013, p. 42).

Seu pensamento também considerava importante assimilar o que houvesse de melhor nas demais culturas, quer seja da Europa ou dos Estados Unidos, e assim a autoctonia defendida por Martí não era fechada em si mesma; relacionava-se com aspectos estrangeiros que pudessem ser assimilados e ressignificados em algo próprio e que trouxesse benefício para nossa América. "[...] Ele mesmo assimilou diversos elementos em sua trajetória teórica e bebeu de diversas fontes [...] não via vantagens na ignorância, no entanto, defendia que os povos de nossa América fossem letrados no sentido mais amplo, e que uma massa de iletrados não seria capaz de fazer frente ao imperialismo norte-americano." (Filgueiras, 2013, p. 41-42).

A partir do pioneirismo do pensamento de José Martí, "[...] uma política cultural de integração latino-americana e de incentivo à criação cultural em vários planos – particularmente no cinema e na literatura – fez de Cuba o polo mais importante de intercâmbio entre artistas e intelectuais do continente, em pleno *boom* da literatura latino-americana." (Sader, 2000, p. 103 *apud* Sorbille, 2008, p. 84-85). De acordo com a autora, o processo de constituição de um polo político-cultural efervescente no continente latino-americano está presente, também, no olhar do escritor e crítico Eric Nepomuceno, segundo o qual:

> Em 1959, um acontecimento político serviu, enfim, para abrir de vez os caminhos para a nossa literatura: a revolução cubana, que despertou a curiosidade e a imaginação do mundo para esse continente onde tudo parecia possível de acontecer [...] a saga cubana serviu como prova inesperada de que o continente não estava destinado à humilhação permanente, à opressão sem saída, ao cotidiano,

> serviu para comprovar que não somos países inviáveis habitados por povos irremediáveis. (Nepomuceno, 1998, p. D-4 apud Sorbille, 2008, p. 85).

Com o passar dos anos, a literatura ganhou mais espaço como ferramenta política nos outros países latino-americanos. Desde a publicação do ensaio *Nuestra América*, inúmeros movimentos literários foram representativos não somente da identidade coletiva latino-americana, mas também das identidades nacionais de cada país do continente.

A produção literária argentina, por exemplo, é mundialmente reconhecida através de nomes como Júlio Cortázar, Domingo Sarmiento, Adolfo Bioy Casares, Ernesto Sabato, Jorge Luis Borges. No Chile, Alejandro Zambra, Isabel Allende, Roberto Bolaño e Pablo Neruda são indispensáveis à história da literatura nacional. Mario Vargas Llosa, no Peru, Gabriel García Márquez, na Colômbia, Juan Carlos Onetti e Idea Vilariño, no Uruguai, Carlos Fuentes, no México. Questões políticas emancipatórias, revolucionárias e de identidade nacional são presentes na obra de muitos dos mais consagrados literatos do continente latino-americano. No caso do Brasil, há uma questão particular:

> Nação-continente, a identidade brasileira seria dada pela integração do múltiplo, pela capacidade ou não de absorção dos elementos díspares e aparentemente caóticos numa nova totalidade de referência. É preciso afirmar que esta totalidade não é a América Latina, é o Brasil que se visualiza como o conjunto significativo em si próprio, ao mesmo tempo distinto dos hispano-americanos e dos europeus." (Pesavento, 2000, p. 4)

Pesavento (2000) ressalta que o afastamento do Brasil de seus países vizinhos no processo de construção de uma suposta identidade nacional já se encontrava presente desde os primeiros movimentos literários brasileiros, como nos romances de José de Alencar, e se reforça à época do modernismo; uma possível motivação para isso é a barreira linguística entre o Brasil e os países hispanohablantes do continente. Essa diferença se transpôs para a literatura brasileira, mas, apesar de a maior parte dos autores focarem na criação de uma imagem do Brasil à parte dos países vizinhos, é possível, segundo Pesavento (2000), observar a presença de um reconhecimento com a realidade latino-americana, como nas narrativas de Machado de Assis e Manoel Bonfim ou no estilo de Érico Veríssimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os processos de homogeneização das sociedades originárias latino-americanas em moldes eurocêntricos praticados durante o período colonial – cujas consequências são presentes até hoje, a exemplo do domínio político-econômico das elites nacionais por meio do colonialismo interno –, torna-se complexo abordar a ideia de uma suposta identidade nacional de

fato abrangente nos países da América Latina. Deve-se considerar, também, a apropriação do debate por essas elites para a manutenção de seu poder.

Outro ponto de destaque é que, com os altos índices de analfabetismo no Brasil e em países vizinhos, considerar possível a definição da identidade nacional a partir de obras literárias é, por si só, um debate excludente e elitista. Basear-se somente na produção escrita, que parte muitas vezes de grupos privilegiados em termos socioeconômicos, e sem abranger as formas de produção literária oral utilizada por inúmeros povos originários, exclui também uma grande parcela da construção da nossa história.

No entanto, para fins acadêmicos, é extremamente relevante discutir sobre o papel não somente da literatura, como também de outras formas de manifestação artística e cultural, na representação de momentos e processos políticos da nossa história. Devemos utilizar todas as ferramentas disponíveis na construção coletiva da *Nuestra América* martiana, incluindo e representando grupos historicamente marginalizados, rumo à emancipação e libertação da América Latina das amarras do discurso colonial. E a partir do exposto neste estudo, conclui-se que houve uma clara influência das dinâmicas coloniais internacionais na maneira como as identidades nacionais se construíram na América Latina, o que consequentemente se refletiu na representação desses processos pela literatura.

Referências

ARDAO, Arturo. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina.** Caracas: Centro de Estudios Latino-americanos Romulo Gallegos, 1980.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, [*s.l.*], p. 89-117, 2013.

CASANOVA, Pablo González. **O colonialismo global e a democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CUNHA, Andrei; LUZ, Cícero. **Relações Internacionais e Literatura Comparada: Disciplinas Paralelas.** Porto Alegre, 2020.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi,** Rio de Janeiro, v. 12, p. 30-42, 2011.

FIGUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Identidade nacional e identidade cultural. **Conceitos de literatura e cultura.** Niterói: EdUFF, 2005.

FILGUEIRAS, Fernanda. Em busca de uma identidade latino-americana. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 12, n. 22, p. 38-47, 2013.

GRANADOS GARCIA, Aimer. Congresos e intelectuales en los inicios de un proyecto y de uma conciencia continental latinoamericana, 1826-1860. In: GRANADOS GARCIA, Aimer; MARICHAL, Carlos (Comp.). **Construcción de las identidades latinoamericanas.** Ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX. México: El Colegio de México, p. 39-70, 2004.

GUERRA, François-Xavier. Las mutaciones de la identidad en la América Hispánica. In: GUERRA, François-Xavier y ANNINO, Antonio (Coords.). **Inventando la nación.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, p. 185-220, 2003.

HERZ, Mônica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico- metodológica. In: **Contexto Internacional,** v. 6, jul./dez. 1987.

LASMAR, Jorge Mascarenhas. O fluxo de arte e as relações internacionais: narrativa, circulação e identidade nacional. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 83-102, 2001.

LIMA, Rachel. A identidade cultural na crítica literária latino-americana. *In*: Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses, 11., 2011, Salvador. **Anais do XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses.** Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 1-11.

NAPOLITANO, Marcos. A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica. **Temáticas,** Campinas, v. 19, n. 37/38, p. 25-56, 2011.

NEPOMUCENO, Eric. O exercício de reinventar uma realidade delirante. In: **O Estado de São Paulo.** São Paulo: 13/6/1998, p. D-4

PESAVENTO, Sonya Jatahy. Literatura, história e identidade nacional. **Vidya.** Santa Maria, v. 19, n. 33, p. 9-27, 2000.

PEREIRA, Diana Araujo. **A palavra poética:** magia e revolução na cartografia latino-americana. Tese doutoral apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. **Chakaruna**, Rio de Janeiro, v. 11, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber**: etnocentrismo e ciências sociais - Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP),** São Paulo, v. 6, n. 16, p. 73-80, 1992.

SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não-autorizada – o século do imperialismo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Mayane Bento. **Colonialismo e colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense.** 2019. 240 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pará, Brasília, 2019.

SORBILLE, Rosana Núbia. Três momentos para pensar uma história–Argentina 1966- 1976. **Clio-Revista de Pesquisa Histórica,** [*s.l.*], v. 1, n. 26, 2010

SOUZA, Eneida Maria de. Sujeito e identidade cultural. **Revista Brasileira de Literatura Comparada,** [*s.l.*], v. 1, n. 1, p. 34-40, 2017.

STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre América Latina**. Sociedade e Cultura, Goiânia,** v. 17, n. 1, p. 159 -169, 2014.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 04

Democracia e conjuntura política na América Latina

Coordenadoras/es

Nirvia Ravena (NAEA/UFPA) • Eugênia Cabral (PPGCP/UFPA)
Maria Dolores Lima da Silva (PPGCP/UFPA) • Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA)
Bruno Malheiro (UNIFESSP) • Tânia Guimarães (PPGSA/IFCH).

Ementa: Esse GT propõe-se a debater estudos sobre atores locais e como organizam suas redes de atuação políticas, reatualizando as lutas sociais. Olhares cruzados sobre África e América Latina nos remetem às questões relacionadas à escravidão, à dominação colonial e aos diversos tipos de racismo, no passado e no presente latino-americano. Nesse contexto, o GT contempla estudos sobre diferentes processos sociais, ações coletivas e resistências sócio-territoriais, mobilizações políticas e movimentos sociais, sejam urbanos, rurais e/ou étnicos na defesa de direitos e na reafirmação de pertencimentos, a exemplo de lutas pelo trabalho, de povos indígenas e quilombolas, de camponeses,as, de pescadores,as, e demais comunidades tradicionais que tem cada vez mais seus territórios amaçados pelos impactos de políticas, do avanço de empresas e de projetos de desenvolvimento, notadamente de infra-estrutura, sobre seus territórios e os recursos naturais. Enfim, estudos sobre insurgências, levantes e (re) existências que ressaltem esses processos macro desenvolvimentistas sobretudo nos países com região amazônica - Pan-Amazônia.

GT 04 – Movimentos Sociais, étnicos e ambientais: levantes na América Latina

O PROTAGONISMO FEMININO QUILOMBOLA: UMA DISCUSSÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS MULHERES DO RAMAL DO PIRATUBA-PARÁ/AMAZÔNIA

Vanessa Cristina Souza da Silva[1](UFPA),
Maria Amoras[2](UFPA),
Solange Maria Gayoso da Costa[3](UFPA)

RESUMO: Este artigo discute o protagonismo das mulheres do Quilombo Ramal do Piratuba na organização sociopolítica do território, localizado no município de Abaetetuba-PA/Amazônia, e é parte das reflexões de uma pesquisa maior acerca da atuação política das mulheres quilombolas na defesa de seus territórios mediante às ameaças de agentes externos. Os dados, ainda parciais, foram coletados por meio de um estudo qualitativo, com o intuito de estabelecer uma interlocução, a partir de entrevistas narrativas com mulheres piratubenses lideranças políticas. A escuta dessas mulheres teve como ferramenta teórico-analítica a interseccionalidade para compreender as opressões que se agudizam sobre seus corpos em decorrência das violações ao território. A pesquisa tem apontado que as desigualdades e diferenças interseccionais, estruturadas por um sistema de opressão que tem suas origens no racismo e no patriarcado eurocêntricos, os quais movem o projeto colonial no norte da Amazônia ao longo dos séculos atingem diretamente as mulheres negras, quilombolas e indígenas. As mulheres quilombolas, como este estudo, tem mostrado que enfrentam há séculos as ameaças ao território ancestralmente ocupado, ou seja, enfrentar as ameaças ao território para elas é lutar contra as múltiplas opressões interseccionais que se agudizam sobre seus corpos.

Palavras-chaves: protagonismo feminino; mulher quilombola; Piratuba; Amazônia.

INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou discutir o protagonismo das mulheres do Quilombo Ramal do Piratuba-PA/Amazônia na organização sociopolítica do território, para isso problematiza a história de luta dos povos quilombolas que, nesta pesquisa, também é compreendida como a luta das mulheres quilombolas contra o racismo e o patriarcado, tal como argumenta a pesquisa maior "Mulheres Quilombolas em Movimento: o protagonismo feminino na organização social e político do território", na qual este trabalho encontra-se vinculado.

A história de formação dos quilombos no Brasil está intrinsecamente associada ao enfrentamento à escravização, à exploração e à todas as outras formas de opressão decorridas do período da colonização contra os povos africanos escravizados.

São muitos os quilombos espalhados por todo o território brasileiro, e, se na sua formação, eram refúgios para a população africana escravizada, posteriormente, se tornaram comunidades de

[1] Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. Email:vanna.silva8@gmail.com

[2] Antropóloga, Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. Email:samoras@ufpa.br

[3] Assistente Social, Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. Email:solgayoso@ufpa.br

luta pelo pertencimento e enfrentamento às ameaças à permanência na terra ocupada, sendo, no tempo presente, compreendidos como espaços de legitimação da história e cultura de seus ancestrais.

A palavra Kilombo, que na expressão da língua portuguesa no Brasil ganhou a forma de Quilombo, é originária da língua Umbundu, falada pelo povo bantu - cujos membros foram trazidos e escravizados no Brasil -, refere-se a um tipo de instituição sócio-política militar conhecida na África Central, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola.

Vale ressaltar que, no contexto brasileiro, a formação dos Quilombos representa formas de resistência e luta contra as opressões do sistema escravagista e defesa de um modo de vida particular de se relacionar com a natureza. Emerge, nesse sentido, como reação, confronto e conflito. Logo, como reflete Dealdina (2020), as lutas contracoloniais há séculos travadas por esses povos em defesa do território permanecem, sendo possível dizer que as lutas das mulheres quilombolas assinalam uma história de opressão de longa duração sobre seus corpos.

No Brasil, a conquista do direito à titulação do território, originado pelos quilombos, não garantiu o fim das ameaças e dos conflitos socioterritoriais, pois, mesmo as comunidades quilombolas que dispõe de documento comprovando a posse da terra enfrentam a expropriação de seus territórios.

O território do quilombo é um espaço coletivo, de partilha de bens, de vida em comunidade, onde o/a quilombola exerce os seus direitos fundamentais, como o acesso à educação escolar quilombola; a preservação da socio biodiversidade; a produção agrícola tradicional e às suas manifestações culturais.

Assim, este artigo entende que o território quilombola se envolve em seus complexos processos históricos de organização sociopolítica. Neste sentido, interessou a este estudo compreender como se dá a atuação da mulher quilombola enquanto liderança política na organização do Quilombo Ramal do Piratuba. Para isso, analisamos as suas narrativas sobre como se tornaram lideranças políticas e que enfrentamentos internos e externos travam.

Ao propor um estudo que toma a narrativa, a oralidade, a voz da mulher quilombola, optou-se pela pesquisa qualitativa, sob a perspectiva da interseccionalidade, a qual é acionada como ferramenta teórico-analítica para compreender as desigualdades e diferenças estruturadas por um sistema de opressão que impõem a essas mulheres a necessidade de enfrentamentos.

O estudo, portanto, pautou-se em uma metodologia que prioriza a ação dialógica na recolha de narrativas para que o percurso e os resultados sejam produzidos de forma colaborativa, de modo a

aprofundar a temática no campo acadêmico e contribuir com novas proposições ao movimento social de mulheres quilombolas.

METODOLOGIA

O artigo buscou compreender o protagonismo das mulheres do Quilombo Ramal do Piratuba na organização sociopolítica do território. O trabalho de campo possibilitou coadunar o exercício da observação à produção bibliográfica sobre a temática, bem como, acionar a literatura produzida sobre o quilombo ramal do Piratuba.

Desse modo, a partir da entrevista narrativa com mulheres lideranças políticas no Piratuba, foi possível estabelecer um diálogo entre categorias teóricas, no caso entre àquelas sistematizadas pelo saber acadêmico e as produzidas pelo saber da cultura local.

Como lente analítica, valeu-se da interseccionalidade com o intuito de compreender como se dão os opressões sobre os corpos das mulheres piratubenses a partir das violações sofridas pelo território.

> A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2020, p.16).

A opção pela pesquisa qualitativa emergiu da possibilidade de se dispor de uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos, sendo esses valiosos para fornecer informação contextual e achados específicos, conforme mencionam Bauer e Gaskell (2017).

A metodologia, pautada na pesquisa qualitativa buscou, no momento da entrevista narrativa, estabelecer uma interlocução com essas mulheres, de modo que o percurso metodológico pudesse ser conduzido junto com elas. Bauer e Gaskell (2017) explicam que o pressuposto subjacente da entrevista narrativa é de que o entrevistado se revela melhor nas histórias onde o interlocutor está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos.

Segundo Bauer e Gaskell (2017), a entrevista narrativa – do latim narrare, que significa relatar, contar uma história -, tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social.

> A entrevista narrativa é classificada como um método de pesquisa qualitativa (Lamnek, 1989; Hatch & Wisnieswski, 1995; Riesman, 1993; Flick, 1998). Ela é considerada urna forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas (Bauer, 2002, p. 93).

Amoras e Pontes (2021) ressaltam a importância de pesquisas pautadas em estratégias metodológicas que partam das/com/para as mulheres, visando considerá-las como interlocutoras privilegiadas das pesquisas, principalmente, no que diz respeito a temas naturalizados como sendo do universo masculino, como é o caso do "poder político". No caso das mulheres quilombolas, faz-se necessário estudos que ecoem suas vozes sobre suas lutas políticas contra as opressões seculares que desumanizam seus corpos junto de seus territórios, com vistas à problematização do imperialismo nas Américas.

As entrevistas foram realizadas na comunidade, pois o "estar lá" traz importantes contribuições ao permitir uma aproximação do pesquisador com o seu campo. Neste sentido, Malcher (2009) mostra a potência do contato com a comunidade como possibilidade de o pesquisador identificar através das falas das/dos interlocutoras/es, os elementos étnicos e sócio territoriais que dão visibilidade a territorialidade quilombola. Quanto a isso, vale destacar:

> O trabalho de campo deve ser suficientemente flexível e espontâneo, participativo e dialógico, aberto às intervenções do "outro", às suas dúvidas, angústias e anseios. Para nós, cientistas sociais (antropólogos, geógrafos, sociólogos etc.), o trabalho de campo é um momento de reencontros e (re)descobertas, não só de um sujeito ou objeto de investigação, mas, sobretudo, de nós mesmos, de nosso etnocentrismo, nossas ações e valores, de nossas limitações e do que julgamos conhecer ou desconhecer (Diniz, 2015, p. 113).

Na perspectiva de se estabelecer um melhor entrosamento com as mulheres envolvidas em diversos segmentos no Piratuba, realizamos a entrevista narrativa com aquelas envolvidas com educação escolar, associação comunitária, religiosidade e representatividade política.

Falar do território quilombola, por meio da escuta de narrativas orais de mulheres que nele habitam, ou seja, conhecer as lutas do território a partir delas e com elas, como diz Dealdina (2020), com suas memórias e histórias, é situá-las como agentes da permanência do grupo ancestral no tempo.

Soares (2021) observa a necessidade de se olhar essa história pelos olhos daqueles e daquelas que transgrediram uma condição de não ser; que, conforme (Quijano, 2000 *apud* Soares, 2021) lutaram e ousaram, a partir de suas humanidades, e rebelaram-se contra a colonialidade do saber, do ser e do poder.

Essas mulheres, conforme cita Soares (2021) precisam ser ouvidas com olhos, ouvidos e cabeça abertos, sem as travas do preconceito dissimulado de racionalismo criterioso, isto é, sem as

barreiras epistêmicas da história seletiva e sem os limites de uma universalidade carente de sujeitos, de pessoas reais.(SOARES, 2021, p.523).

A Organização sociopolítica da mulher piratubense

O Quilombo ramal do Piratuba apresenta recursos comunitários, tais como: escola de ensino básico; centro de saúde; espaços culturais e de convivência comunitários; igrejas, recursos que são administrados e/ou organizados, em sua maioria pelas mulheres, o que favorece o desenvolvimento das ações compartilhadas em prol da coletividade e a transmissão dos saberes ancestrais à geração mais nova.

Soares (2021) explica que os quilombos são organizações contracoloniais, que trazem formas culturais, políticas, sociais e produtivas distintas daquelas impostas pelo modelo colonial e carregam consigo os modos de vida diaspóricos e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas durante o período de escravização, o que Almeida (2016) explica ser uma forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais.

A mesma autora explica a memória como aquela que guarda a trama histórica do vivido, ou seja, daquilo que ficou marcado nos corpos, nos sentidos, nas dimensões materiais e imateriais da vida em comunidade e no interior dos quilombos, são as mulheres quem principalmente tecem os sentidos dessas memórias, daí a importância de se compreender como as piratubenses fazem a organização sociopolítica do território.

> Se os saberes, conhecimentos ancestrais, tecnologias, cuidados com a saúde e práticas contracoloniais que compõem o universo do que podemos chamar de cultura afro-brasileira sobreviveram, foi graças, sobretudo, aos quilombos, mas também aos terreiros, irmandades e outros territórios insurgentes, são as mulheres suas principais guardiãs (SOARES, 2021, p.526).

Na literatura consolidada sobre quilombos e comunidades quilombolas poucas mencionam o protagonismo das mulheres, quase sempre restritos a aspectos da vida doméstica. Nesta pesquisa, as narrativas das mulheres piratubenses indicam que as mulheres quilombolas ocupam um lugar central no processo de luta contra as opressões e pela liberdade e na elaboração de estratégias como resistências no território.

> No trabalho nas roças, na criação dos filhos, viveu sua religiosidade, utilizou seus conhecimentos de medicina natural, liderou revoltas, exerceu funções no comando do grupo. A mulher quilombola recuperou sua dignidade no mocambo" (FIABANI, 2017, apud SOARES, Maria, 2021, p. 526).

Quando perguntamos às piratubenses sobre a importância das mulheres para a permanência do grupo no território, todas elas exaltaram que a presença de uma mulher à frente da ARQUITUBA[4] converge em melhoras ao quilombo, tendo em vista que há uma compreensão entre elas de que os esforços e dedicações na condução das questões que dizem respeito ao quilombo atingem diretamente as mulheres. Por isso justificam o fato de estarem à frente da ARQUITUBA, e, em todas às demais formas de organização do território, tais como: a organização doméstica, a educação escolar, a religiosidade, conduzidas pela igreja católica e evangélica, a representatividade política perante as demandas apresentadas aos órgãos públicos. Contudo, nessas diversas frentes de atuação na vida cotidiana sofrem a violência de gênero e o racismo porque seus corpos expressam as violações históricas do projeto colonial sobre essa população.

> Elas são lideranças, asseguram "elos relevantes na manutenção das identidades e territorialidades das comunidades", garantem a produção de alimentos por meio da agricultura, da pesca, do extrativismo e têm papel fundamental em assegurar práticas de aprendizado, de memórias coletivas e de trocas intergeracionais, enfrentando também violências e opressões pela sua condição de mulheres dentro das suas comunidades (Silva; Oliveira, 2017, p. 73).

Haesbaert (2020) enfatiza o território relacionado à escala primordial do corpo, para o qual denomina "corpo-território" como sendo oriundo, principalmente, de proposições de pesquisadoras feministas (ou ecofeministas) que atentaram para o poder da corporeidade feminina ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência. Célia Xakriabá (2018) destaca os territórios corporificados como aqueles marcados por ancestralidades oriundas da força da oralidade, dos cantos e das formas pelas quais as indígenas, quilombolas e feministas negras nomeiam as coisas e enxergam o mundo.

Enfrentamentos no quilombo Ramal do Piratuba

Soares (2021) declara que as resistências ensinam que devemos estar atentos para aprender a valorizar a história e a memória dos quilombos, sobretudo em um cenário contemporâneo no qual o capital se lança de forma cada vez mais violenta aos territórios, recursos, lugares de uso comuns e formas de existências de populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas, tendo em vista que as ameaças ao território quilombola permanecem.

A mesma autora segue explicando que os territórios quilombolas têm sido alvo de uma ofensiva violenta que visa à expropriação territorial e à aniquilação de seus modos de vida e de suas

[4] Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Ramal do Piratuba.

práticas centenárias de conhecimento e saber, que portam elementos anticapitalistas e contracoloniais.

> No enfrentamento a essa violência, na linha de frente e no acúmulo de forças cotidianas que garante a resistência na luta, estão as mulheres. A batalha das quilombolas e sua ação política não é instintiva, porque estão sob ameaça suas vidas, dos seus filhos e dos seus companheiros; como poderíamos supor, é política, mas a política delas comporta afetos, pois, para elas e dentro da cosmovisão quilombola, o afeto pode ser transgressor e político.(SOARES, Maria, 2021, p. 527).

Em se tratando da Região Amazônica, Cruz (2015) explica que o modelo colonialista que orientou o processo de ocupação e apropriação da Amazônia nas últimas décadas concebia as populações historicamente territorializadas na região e seus modos de vida como "tradicionais" e como obstáculos ao "desenvolvimento".

> Índios, negros (quilombolas) e caboclos têm sido considerados nos planos e nos projetos econômicos criados para a região como sendo portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior. Assim, eles nada teriam a aportar de positivo ao processo de desenvolvimento. Com isso, esses grupos étnicos e sociais não têm sido priorizados nas políticas públicas para a região (Loureiro, Vitoria, 2002, p.114).

Ao contrário de outras regiões onde se sugere reduzir a presença do Estado, privatizando a economia e a sociedade, na Amazônia, o Estado é instado a reorganizar a função precípua de dominação de seus aparatos, expandindo-a, intensificando-a e separando-a da influência dos movimentos sociais (O'dwyer, 2002, p.33).

Nesse contexto, as lutas da população quilombola estão enraizadas na afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de rexistência ao projeto de "modernização" autoritário e excludente que ocupou a Amazônia ao longo dos anos.

Ainda sobre as lutas da população quilombola, Oliveira e Sabino (2020) destacam as resistências das feministas negras pela garantia dos seus lugares de fala e seguem explicando a importância da descolonização dos saberes, das práticas, das imagens, dos sons e dos movimentos dos corpos e objetos pelo cosmo, que emergem do necessário esforço de se fazer ouvir as vozes sufragadas pela Ciência Moderna que, por si mesma, elegeu quem pode ou não pode falar, valorizando e subalternizando saberes.

> Esse é o momento de romper com "a epistemologia dominante e de fazer o debate sobre identidades pensando o modo pelo qual o poder instituído articula essas identidades de modo a oprimir e retificá-las" (Ribeiro, Djamila, 2019, p.53).

Ante a problemática exposta, acerca dos conflitos socioterritorias que assolam os quilombolas há séculos, e considerando o fato de as mulheres negras serem as mais afetadas pelo projeto patriarcal e colonial que estrutura a sociedade brasileira, este estudo apresentou os recursos de que as mulheres quilombolas do Piratuba constroem para o enfrentamento deste sistema de opressão por meio da organização sociopolítica do território.

Desse modo, a presente pesquisa identificou a presença do engajamento sociopolítico territorial das mulheres, e a presença política de mulheres em mobilizações sociais, conforme expressos por Divania Silva (2021).

> A presença de certo grau de invisibilidade presente nesses espaços envolve questões relativas as mulheres marginalizadas por seu gênero, cor, etnia, religião. Ao mesmo tempo, estar inserida em tais circunstâncias pode fornecer trunfos, saberes, conhecimentos que direcionam para certo reconhecimento e status diferenciado (Silva, 2021, p. 38).

Em se tratando dos enfrentamentos expressos no quilombo ramal do Piratuba não se pode distinguir o modo de vida — que porta dimensões do sagrado, da religiosidade, da cultura, da identidade, da ancestralidade — da luta política, como também encontramos nos escritos de Soares (2021), a qual segue explicando, a partir de Dealdina (2020) que nos quilombos, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos pela oralidade e a mulher quilombola assume a condição de transmitir e preservar as tradições locais; a manipulação das ervas medicinais, o artesanato, a agricultura, a caça, a pesca e os eventos comemorativos. São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiências.

A mesma autora reforça que o que dá sentido à territorialidade quilombola é toda essa teia de fazeres e saberes que se entrelaçam como modos de vida, modos de ser, e que essas práticas também são parte da resistência cotidiana desses territórios e alimentam a luta política com suas ações e seus conhecimentos.

Com a palavra, as mulheres de Piratuba

Como se tornaram lideranças no quilombo e que enfrentamentos internos e externos as mulheres de Piratuba travam? Dona Oneide, 89 anos, aciona a memória de sua avó que contava sobre a chegada dos primeiros moradores retratadas como pessoas escravizadas pelos portugueses que migraram das ilhas do município de Abaetetuba-PA, bem como, de localidades adjacentes, cujas descendências permanecem no Quilombo.

> *A minha vó Joana foi escrava, ela dizia, ah minha filha, passei muito. Ela dizia: eles botavam comida pros porco e a gente comia tudo junto lá, se não comesse, ficava com fome, Eram portugueses eles, Aí depois, ela casou, teve os filhos dela. Olha, o primeiro morador daqui, falam que é o Estulano, eu não conheci (...) A mãe da Joana era neta do Estulano, nós somos primas legitimas, a mãe dela, a irmã da minha mãe. Muitos vieram de lá da Costa (Maratauira), de onde eu nasci, muitos vieram de lá das banda de Cametá, assim eles falam, não sei se era verdade, aí a Wilma, a Maria Auxiliadora, a mãe dela morreu, o pai dela morreu,Estão trabalhando lá (na Associação), que nós semos carombolas, Maria Auxiliadora são gente boa, gente boa, ela vem aqui comigo, eu vou lá. A Wilma é gente boa, Maria Auxiliadora, mas muitas já morreram, já tá só os galho e olhe lá, só eu que ainda tô por aqui.* [5]

Ainda sobre a história do quilombo, Sra. Wilma Ferreira, 46 anos, Presidente da ARQUITUBA: Associação Remanescente de Quilombo do Ramal do Piratuba, em sua narrativa explicou que o quilombo Ramal do Piratuba teve origem em 1905:

> *Começou na Região das Ilhas de Abaetetuba, onde os negros escravizados trabalhavam nos engenhos como do Luiz Quintino. Após a cabanagem, muitos fugiram do trabalho forçado pelo mato chegando ao Ramal do Piratuba.*[6]

Em sua narrativa, Dona Oneide também exalta a solidariedade no quilombo e o respeito entre seus moradores como algo que permanece nos remanescentes do quilombo:

> *Não tenho do que me queixar, graças a Deus. Até aqui, tudo respeita a gente.* Quando alguém adoece vai pra onde? *Vai pro Hospital em Abaeté, o carro que leva, chama um carrinho leva; traz; tem muito carrinho, tem do Chico, tem do filho do comandante, tem do Joca, Pixinguinho, ih tem muito, muito carrinho, Tom. A gente ajuda, tem que ajudar, não tem dinheiro, a gente ajuda, não tem alimento, a gente compra, dá. Aqui tem muita terra, todos nós tem terra aqui... eu moro aqui ta fazendo quarenta e cinco anos...Tem família que mora aqui que não é carombola, agora já ta dentro da família, aí já é né. Vai casando aí os filhos puxam praí, aí já é*[7].

Nice dos Santos, 57 anos, também destacou o respeito à terra e aos seus moradores em sua narrativa: "Território é reconhecimento do Território; A terra é cedida para quem é do quilombo; não pode ser vendida; A terra é ocupada no coletivo, pelo respeito".

As narrativas seguiram quando indagamos as mulheres entrevistadas sobre como se tornam liderança no quilombo e que enfrentamentos internos e externos travam essas lideranças. Wilma Ferreira explanou:

[5] Entrevista de pesquisa concedida em 28 de novembro de 2023 no quilombo ramal do Piratuba.
[6] Entrevista de pesquisa concedida em 21 de setembro de 2022 no quilombo ramal do Piratuba.
[7] Entrevista de pesquisa concedida em 28 de novembro de 2023 no quilombo ramal do Piratuba.

> Ser liderança é querer se doar sem receber nada em troca. Quanto aos enfrentamentos, destacou a necessidade de se defender o território dos grandes empreendimentos; das ameaças. (...) Os grandes empreendedores se julgam os donos da terra, então corremos risco de vida. Terra significa poder[8].

Nice dos Santos, secretária da ARQUITUBA, destacou que podem ser consideradas lideranças no quilombo: "homens, mulheres, jovens, velhos, quem tiver disponibilidade e responsabilidade; correr atrás; ter boa índole; gostar do que faz; gostar do Quilombo; Aqui não existe discriminação para liderança" [9].

Vale ressaltar que no quilombo Ramal do Piratuba, a palavra liderança é facilmente compreendida como coordenação, organização, em se tratando das mulheres que estão à frente dos coletivos de igrejas, escolas, associação política, assim como, a palavra comunidade é muitas vezes associada aos coletivos da igreja católica e evangélica, que junto com a ARQUITUBA, discutem sobre as principais questões que dizem respeito ao quilombo, mas todas as narrativas exaltam que a presença de mulheres a frente dos coletivos repercute positivamente no quilombo.

Ao ser indagada sobre como vê a **participação** das mulheres na **organização social e política** da comunidade desde a sua origem? - Dona Oneide respondeu:

> *Elas lutam muito as mulheres; são muito interessadas (...) Direitinho, organizam direitinho mesmo, Eu logo, logo era, eu era de lá, mas agora eu entrei na crença, eu sou crente, não sou católica.*
>
> Mas a senhora era de onde, da comunidade?
>
> *Católica, muito, eu ia com eles pra lá, pediam dinheiro pra gente dá, quando tinha que dar um frango, era assim que nós era.*
>
> E agora crente, a senhora é da comunidade?
>
> *Não, evangélica. Sou da comunidade da crença da igreja Monte Sinai, mas eu fui muito católica, aí eu gostava muito, muito de festa, dava frango, dava o dinheiro, agora não. Mas eu tenho amizade lá, Deus defenda, já vem a ser meus parentes eles*[10].

Outrossim, apesar de todas as entrevistadas reconhecerem a presença da mulher liderando, organizando, coordenando os coletivos do Quilombo, Wilma Ferreira, atual presidente da Associação, ressaltou que se sente respeitada por somente 70% da população

[8] Entrevista de pesquisa concedida em 21 de setembro de 2022 no quilombo ramal do Piratuba.

[9] Entrevista de pesquisa concedida em 28 de setembro de 2023 no quilombo ramal do Piratuba.

[10] Entrevista de pesquisa concedida em 28 de novembro de 2023 no quilombo ramal do Piratuba.

do quilombo e acredita que a violência de gênero também é realidade naquele território. Lucia dos Santos, 50 anos, coordenadora do conselho escolar do quilombo, em sua entrevista, também destacou:

> *Tem um pouco de preconceito às mulheres por serem mulheres*, bem como, por serem quilombolas(...) *o preconceito por ser quilombola... Tem comunidades vizinhas que sofrem também. Outras falam, assim, é quilombola, mas não tem nada. Pensam que é fácil buscarem, mas não é fácil... Outra coisa é que olham pra gente que é quilombola, aí falam, são os pretos do Piratuba. Antigamente, falavam os macacos do Piratuba, só que agora tá mais respeitado, a gente já sabe os nossos direitos, se falarem mal, a gente processa mesmo*[11].

Ainda sobre a violência de gênero, Ana Ferreira, 33 anos, coordenadora do círculo de oração da igreja evangélica do quilombo, ressaltou:

> Os homens não dão valor nas mulheres, acham que não somos capazes de fazer, mas nós somos capazes. A gente vê muito político que quando a mulher quer dar uma opinião ele afasta ela, aí só ele pode, não, nós podemos tudo que nós podermos, mas eles não dão valor em nós e quem poderia liderar né, poderia ser mais as mulheres... mulher tem mais cabeça do que homem... como eu converso com meu marido, vocês veem que nós não temos valor pra vocês, mas nós temos muito valor. Eles querem ser os grandes, mas nós tem capacidade de resolver muitos problemas que eles não tem.[12]

Assim como Lucia dos Santos, Ana Ferreira também traz o racismo como outro enfrentamento do quilombola, sendo externo ao quilombo:

> (...) esse negócio de racismo a gente vê em vários lugares, uma criticando a outra, porque você é preta, o cabelo..., isso é uma luta muito grande; a pobreza, a fome, é uma luta muito grande também. Eu já sofri racismo quando estudava num colégio em Abaetetuba (cidade), quando era solteira, eu estudava e já sofri, me chamaram de cabelo duro e macaca, mas nesse tempo, não tinha como a gente hoje tem liberdade de falar, de denunciar, nesse tempo não tinha, eu me calava, eu me calei, mas graças a Deus desde esse tempo eu não sofri mais nada. Melhorou porque a gente pode denunciar, pode processar se quiser, mas no passado não podia. Agora melhorou bastante pra nós13.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o protagonismo das mulheres do Quilombo Ramal do Piratuba na organização sociopolítica do território instiga os estudos sobre a importância da descolonização dos saberes, das práticas, das imagens, dos sons e dos movimentos dos corpos-territórios das mulheres quilombolas,

[11] Entrevista de pesquisa concedida em 27 de novembro de 2023 no quilombo ramal do Piratuba.

[12] Entrevista de pesquisa concedida em 27 de novembro de 2023 no quilombo ramal do Piratuba

[13] Entrevista de pesquisa concedida em 27 de novembro de 2023 no quilombo ramal do Piratuba

que emergem do necessário esforço de se fazer ouvir as vozes sufragadas pela Ciência Moderna que, por si mesma, elegeu quem pode ou não pode falar, valorizando e subalternizando saberes.

Nos quilombos, as mulheres desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade, transmitindo culturas próprias, suas identidades, ancestralidades e territorialidades, além do senso de coletividade, os quais se tornam expressos em seus cotidianos peculiares; recursos comunitários disponíveis e costumes transmitidos entre gerações.

O que dá sentido à territorialidade quilombola, conforme observado no quilombo Ramal do Piratuba, território trazido para esse estudo, é toda uma gama de fazeres e saberes que se entrelaçam como modos de vida, modos de ser, entendendo que essas práticas também são parte da resistência cotidiana desses territórios e alimentam a luta política com suas ações e seus conhecimentos.

Trazer a interseccionalidade como ferramenta teórico-analítica para esse estudo, foi possível a medida em que favorecemos uma interlocução, por meio da entrevista narrativa com essas mulheres, tendo em vista a compreensão das desigualdades e diferenças interseccionais, estruturadas por um sistema de opressão, que impõem a elas enfrentamentos às ameaças ao território.

No contexto da Região Amazônica, de onde estamos falando com o quilombo Ramal do Piratuba, os enfrentamentos da população quilombola estão enraizados na afirmação das territorialidades, das identidades territoriais como elemento de rexistência ao projeto de "modernização" autoritário e excludente que assola a Amazônia ao longo dos séculos e que permanece como ameaça à existência dos territórios ancestrais.

A partir das entrevistas narrativas recolhidas para este estudo, identificou-se que as mulheres quilombolas do Ramal do Piratuba são as que assumem a organização sociopolítica do território, ocupando não somente os espaços políticos, como as escolas, a religiosidade, a historicidade do quilombo.

Ao resistirem no território, as mulheres dão corpo à luta diária pela existência como resistência diante das ameaças ao território, sendo estas opressões insterseccionais do racismo e do patriarcado que violam seus corpos por serem mulheres e pertencentes a uma população racializada. Neste sentido, é possível inferir junto com elas que os corpos-territórios das mulheres quilombolas são os primeiros a serem atingidos pela necropolítica que segundo Achille Mbembe (2003) pretende dar conta do modo como a governamentalidade e suas tecnologias se impõem diante das mudanças na forma de reprodução social do capitalismo, no caso, as mudanças provocadas pelo neoliberalismo, aqui traduzidos como as investidas dos megaempreendimentos do grande capital na Amazônia.

A intenção desse estudo, portanto, foi de levantar reflexões acerca das formas de organização sociopolítica da mulher quilombola de Piratuba contra as opressões interseccionais e, desse modo, contribuir com outras pesquisas e com o debate sobre a participação política da mulher quilombola na defesa do território, tanto no campo acadêmico, como no movimento social dos feminismos negro e comunitário.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos e as novas etnias. 2016. Disponível em https://scholar.google.pt/. Acesso em 19 jun, 2023.

AMORAS, MARIA; PONTES, Andrea Mello. Antropologia e Serviço Social: interseccionalidade e a crise humanitária de 2020. SER Social, v. 24, n. 51, p. 385-407, 2021. Disponível em: https://abpnrevista.org.br. Acesso em 19 jun, 2023.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Editora Vozes Limitada, 2017.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas:territórios de existências negras femininas. São Paulo: Col. SueliCarneiro: Jandaíra, 2020.

DINIZ, Raphael Fernando; ITABORAHY, Nathan Zanzoni. COMPREENDER PARA SERVIR: experiências da pesquisa participante no trabalho de campo em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais – Brazil. Revista de Geografia e Interdisciplinaridade – InterEspaço. Grajaú/MA: v. 1, n. 2, p. 109-136, jul/dez, 2015. Disponível em https://bibliotekevirtual.org/. Acesso em 18 set, 2023.

HAESBAERT, Rogério. "Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais." GEOgraphia 22.48 (2020).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. Estudos avançados, v. 16, p. 107-121, 2002. Disponível no site: https://www.scielo.br j/ea/a/DzYjwpvT3vxySGC nwpK6BDw/?lang=pt. Acesso em 14, nov. 2023.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, v. 21, p. 01-23, 2009. Disponível em http://www.observatoriogeografico americalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/ Geografiacultural/120.pdf Acesso em 20 jun, 2023.

MBEMBE, A. Necropolítica. 1ª edição [2003]. São Paulo: N-1, 2018a.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. Disponível em http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/arquivos/ElianeOdwyer%20 Introdu%C3%A7%C3%A3o%20Livro%20Quilombos.pdf. Acesso 23 out, 2023.

OLIVEIRA, Wenderson; SABINO, Isabel. CURRÍCULOS, COTIDIANO (S) E INTERSECCIONALIDADE: por um currículo-(r) existência. Revista Espaço do Currículo, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/50701. Acesso em 14 out, 2023.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112 p.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. ESPAÇO TEMÁTICO: TERRA, TERRITÓRIO E AMÉRICA LATINA • Rev. katálysis 24 (3), Set 2021. Disponível em https://www.scielo.br/. Acesso em 17 nov, 2023.

SILVA, Divania Cássia. Reconhecimento, participação política e mercado étnico: lideranças quilombolas e o empoderamento feminino. UFPE: Revista Debates Insubmissos, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/index. Acesso em 04 jul, 2023.

XAKRIABÁ, N. Célia. O Barro, o Jenipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. Dissertação do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Universidade de Brasília - UnB. Brasília/DF, 2018. Disponível em https://repositorio.unb.br/handle/10482/34103. Acesso em 17 nov, 2023.

GT 04 – Movimentos sociais e étnico-territoriais e levantes na América Latina e Caribe

CONSELHO RIBEIRINHO: UM MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL EM LUTA POR TERRITÓRIO NA ÁREA DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

José Antônio Magalhães Marinho[1] (UFPA)
Márcia Pires Saraiva[2] (UFPA)

RESUMO: O Conselho Ribeirinho foi criado no final de 2016, na cidade de Altamira, no Pará, por ocasião de uma audiência pública que preconizava a garantia do modo de vida dos grupos ribeirinhos diante dos impactos não mitigados decorrentes da hidrelétrica Belo Monte. Após indígenas e camponeses evidenciarem a deterioração das condições de vida e o intuito de voltar ao beiradão do rio Xingu, o conselho foi criado com 28 membros, representando comunidades ribeirinhas desestruturadas pela construção da hidrelétrica. Tal conselho, que se organizou de forma horizontal, congregando camponeses e indígenas de diferentes etnias, passou a atuar no processo de licenciamento de Belo Monte. Entre suas pautas de luta destaca-se a criação de três territórios ribeirinhos ao longo do reservatório principal da hidrelétrica, para reassentar os ribeirinhos em áreas ambientalmente mais diversificadas e próximas de onde se reproduziam. Porém, desde então, a proposta de criação desses territórios ainda não saiu do papel. Nesse trabalho, tematizam-se algumas ações do Conselho Ribeirinho visando à criação efetiva desses territórios e os principais desafios encontrados nesse processo. A pesquisa envolve a análise de material bibliográfico e documental, além de entrevistas com indígenas e camponeses, e parte da perspectiva de que tal conselho deve ser entendido como um movimento sociolterritorial, visto que sua formação e suas ações convergem para a luta por frações de território numa área marcada por diferentes territorialidades capitalistas.

Palavras-chaves: Ribeirinhos; Territórios Ribeirinhos; Hidrelétrica Belo Monte; Rio Xingu. Amazônia.

INTRODUÇÃO

O Conselho Ribeirinho foi criado no final de 2016, na cidade de Altamira, no Pará, por ocasião de uma audiência pública que preconizava a garantia do modo de vida dos grupos ribeirinhos diante dos impactos não mitigados decorrentes da hidrelétrica Belo Monte. Após indígenas e camponeses evidenciarem a deterioração das condições de vida e o intuito de voltarem ao beiradão do rio Xingu, o conselho foi criado com representantes das comunidades ribeirinhas desestruturadas pela construção da hidrelétrica. Tal conselho, que se estruturou de forma horizontal, congregando camponeses e indígenas de diferentes etnias, passou a atuar no processo de licenciamento de Belo Monte. Entre suas pautas de luta destaca-se a criação de três territórios ribeirinhos ao longo do reservatório principal de Belo Monte, para reassentar os ribeirinhos em áreas ambientalmente mais diversas e às proximidades de onde se reproduziam.

[1] LabCAMPI. Faculdade de Geografia, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará. Email: josemarinho@ufpa.br
[2] LabCAMPI. Faculdade de Geografia, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará. Email: josemarinho@ufpa.br

Nessa luta, o Conselho tem contado com apoio de mediadores parceiros como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e o Instituto Socioambiental (ISA), além da ativa participação do Ministério Público Federal em Altamira. Com isso, a Norte Energia S.A (NESA), empresa concessionária da hidrelétrica Belo Monte, passou a ser pressionada desde 2017, para viabilizar a criação dos territórios ribeirinhos. Uma das condições básicas para a criação desses territórios é a aquisição de terras para além da Área de Proteção Ambiental (APP) do reservatório da hidrelétrica. Apesar de ter se comprometido no Plano Básico Ambiental (PBA), com ações visando à recomposição do modo de vida dos atingidos, a empresa inicialmente não se mostrou favorável à proposta do Conselho, inclusive questionando sua participação no licenciamento. |Somente diante da legitimidade que o Conselho obteve juntos aos órgãos de estado envolvidos nesse processo, a empresa admitiu a possibilidade de criação dos territórios, apresentado sua contraproposta em 2019.

Porém, desde então, a proposta de criação dos territórios ribeirinhos ainda não foi efetivada. Nesse trabalho, tematizam-se algumas ações do Conselho Ribeirinho visando à criação efetiva desses territórios e os principais desafios encontrados nesse processo. A pesquisa envolve análise de material bibliográfico e documental, além de informações primárias obtidas junto a indígenas e camponeses. Parte-se da perspectiva de que tal conselho pode ser entendido como um movimento sociolterritorial (Oliveira, 2008; Raffestin, 1993), visto que sua formação e suas ações vinculam-se essencialmente à luta por frações de território numa área marcada pela presença de indígenas, camponeses, latifundiários, assim como pela atuação de grandes empresas/corporações capitalistas vinculadas à exploração energética e mineral.

A CRIAÇÃO DO CONSELHO RIBEIRINHO

As condições para a criação do Conselho Ribeirinho dos atingidos pela hidrelétrica Belo Monte decorrem de contradições que foram emergindo no processo de instalação da hidrelétrica. Localizado na área da Volta Grande do Xingu, no Pará, tal empreendimento capitalista demandou desapropriação/desapossamento de camponeses e indígenas não aldeados tanto em área de terra firme, onde se abril um extenso reservatório intermediário, quanto no beiradão do médio rio Xingu, área na qual se formou o principal reservatório do empreendimento.

No Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte, formulado pela NESA e aprovado pelo IBAMA, fazia-se referência a maneira problemática pela qual os grandes projetos hidrelétricos no Brasil historicamente pautaram suas formas de tratamento dos atingidos. Nessas formas, conforme o documento, predominava uma perspectiva patrimonialista que reconhecia preferencialmente o proprietário como atingido e os não proprietárias aferiam apenas indenizações de suas benfeitoriais, perdendo o acesso à terra, recurso fundamental a seu sustento (NESA, 2011).

Dessa forma, assinala-se no PBA,

> reforça-se a idéia de que a condição do atingido não deve ser observada do ponto de vista unicamente territorial e patrimonialista, e sim reconhecer uma situação onde prevalece a identificação e o reconhecimento de direitos e de seus detentores, evoluindo significativamente na amplitude com que procura assegurar a recomposição, e mesmo melhoria, das condições de vida das populações afetadas. (NESA, 2011, p. 16).

Mas essa pretensa mudança na forma de tratamento dos atingidos não se materializou efetivamente. Na prática, como observou Marinho (2019), a empresa trabalhou com um caderno de preços formulado em 2011, que além de não fazer referência a recompensa material a perdas não materiais sofridas pelos atingidos, como aludido no Relatório de Impacto Ambiental (Eletrobras, 2009) da hidrelétrica, rebaixava o valor de culturas cultivadas de forma tradicional pelas comunidades amazônicas diante de plantios mais tecnificados. Situação que se agravou em 2013, quando um novo caderno de preços rebaixou o valor das benfeitoriais de maneira geral.

Em 2014, quando indígenas e camponeses ribeirinhos começaram a ser desapropriados/desapossados mais intensamente no beiradão do médio rio Xingu, esse último caderno de preços serviu de referência para o cálculo das indenizações em dinheiro, forma de tratamento priorizada pela empresa junto aos atingidos. Em face de indenizações irrisórias, que não permitiam recompor e, muito menos, melhorar as condições de vida como se alude no PBA, é que indígenas que camponeses denunciam o descompromisso da empresa com os atingidos. Nesse processo, contaram com apoio de organizações sociais como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), Instituto Sócioambiental (ISA) e chamaram a atenção do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU) para a situação dos atingidos no beiradão do Xingu.

Em decorrência dessas mobilizações, indígenas e camponeses conquistam a possibilidade de optarem pelo retorno ao beiradão do Xingu, opção que foi plasmada em condicionante na Licença de Operação de Belo Monte, em 2015. Como consequência a NESA foi levada a promover o reassentamento de 121 famílias no entorno do reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte. Mas o reassentamento em pequenos pontos de ocupação (áreas com 500x250 m²) na Área de Proteção Ambiental (APP) da hidrelétrica e o reconhecimento de famílias que não tinham um modo de vida ribeirinho evidenciaram que a empresa não detinha informações seguras sobre indígenas e camponeses atingidos e que a reprodução social desses grupos em áreas de uso restrito não seria viável.

Emergia, com isso, a necessidade de se refazer o reconhecimento exclusivo das famílias ribeirinhas que tinham sido expropriadas pela remoção compulsória decorrente da hidrelétrica para

que seus direitos começassem a ser reparados. Ao mesmo tempo em que se impunha a necessidade de áreas agricultáveis e ecologicamente diversificadas para além da APP, tanto para as famílias já reassentadas pela empresa como para as que continuavam a lutar pelo reconhecimento como atingidas e pelo direito ao reassentamento.

Buscando conhecer mais a fundo os grupos sociais atingidos pela hidrelétrica a Procuradoria da República em Altamira solicitou à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) um estudo sobre a história de formação desses grupos e como se reproduziam no beiradão do Xingu. O resultado desse estudo foi apresentado em uma audiência pública realizada na cidade de Altamira, em novembro de 2016, momento em que foi recomendada a formação de um Conselho Ribeirinho do reservatório da hidrelétrica Belo Monte.

Assim, em 02 de dezembro de 2016, foi criado o Conselho Ribeirinho, congregando 28 representantes de 14 comunidades/localidades atingidas pela hidrelétrica Belo Monte. Em seu Ato de criação inscreve-se que "o Conselho é órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios da autodeterminação e do autorreconhecimento no processo de reterritorialização dos ribeirinhos removidos do rio Xingu para o enchimento do reservatório da UHE Belo Monte (Conselho Ribeirinho, 2016, p. 3). Entre as atribuições do Conselho, além de participar de forma direta e efetiva de todas as decisões relacionadas aos ribeirinhos, constam:

> 1. Deliberar sobre o processo de reconhecimento dos ribeirinhos a serem reterritorializados na área do reservatório da UHE Belo Monte.
> a. Estabelecer critérios para identificação dos ribeirinhos do reservatório da UHE Belo Monte;
> b. Promover a identificação dos ribeirinhos mediante a aplicação de critérios previamente acordados;
> 2. Deliberar sobre o processo de ocupação do reservatório da UHE Belo Monte.
> a. definir o contorno das áreas coletivas a familiares necessárias para reassentamento e reconstrução da vida ribeirinha;
> b. Indicar as áreas adequadas para reassentamento e a distribuição espacial dos grupos e famílias ribeirinhas na região do reservatório da UHE Belo Monte;
> c. Avaliar as reocupações que já foram realizadas, especialmente os casos que estão gerando conflito e aqueles em que pessoas não ribeirinhas foram autorizadas pela Norte Energia a ocupar áreas destinadas exclusivamente aos ribeirinhos.

Desta forma, como se observa em suas atribuições, o Conselho Ribeirinho vincula-se diretamente às lutas de indígenas e camponeses pela possibilidade de retorno ao beiradão do rio Xingu, longe qual não conseguiam sobreviver. Desta forma, tal Conselho configura-se como um sujeito político da maior relevância social na produção do território na área atingida pela hidrelétrica Belo Monte.

Nesta perspectiva, considera-se o Conselho Ribeirinho como um movimento socioterritorial (Oliveira, 2008), tendo em vista que sua formação e suas atribuições estão intrinsecamente relacionadas à produção do território, entendido como produto da ação humana, que se materializa nas interações, disputas e lutas sociais pela apropriação da natureza exterior. Nesse processo, como assinala Raffestin (1993, p. 152-153),

> Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que "produzem" território. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com as outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

Na área da hidrelétrica Belo Monte, antes da formação organização desse Conselho, os interesses e direitos dos grupos sociais atingidos no beiradão do rio Xingu estavam submetidos a NESA que, essencialmente, atuava de forma unidirecional na arena do licenciamento ambiental do empreendimento. É a partir da formação e atuação do Conselho Ribeirinho que a questão da criação de territórios ribeirinhos (frações do território para o reassentamento de indígenas e camponeses no beiradão) entra nos debates em torno do licenciamento da hidrelétrica. Ao mesmo tempo em que se coloca em questão a autoridade da empresa tanto para apontar quem era ribeirinho, quanto para indicar as áreas em que os atingidos deveriam ser reassentados.

A LUTA PELA CRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS

Após sua criação, o Conselho Ribeirinho procedeu ao reconhecimento social de indígenas e camponeses que viviam efetivamente como ribeirinhos em comunidades desestruturadas pela formação do reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte no médio rio Xingu. Apesar de a NESA inicialmente questionar a atuação do Conselho nesse processo (Marinho, 2019), o reconhecimento social foi realizado, com o acompanhamento de um grupo interinstitucional (MPF; DPU; Pesquisadores vinculados a UFPA, USP e UNICAMP) e a colaboração de um grupo de apoio, formado pelo MXVPS e pelo ISA, que contribuiu para mobilizar e organizar reuniões na cidade de Altamira, em 2017.

Um dos primeiros pontos tratados nessas reuniões foi a definição de referências que permitissem caracterizar os grupos social que foram removidos compulsoriamente (desapropriados/desapossados) no beiradão do rio Xingu pela NESA. Assim, a após a exposição do que os conselheiros entendiam por ribeirinho morador que vivia nas comunidades atingidas pela hidrelétrica, chegou-se ao relato sintético que serviu para orientar a definição dos critérios para identificação de um ribeirinho:

> O RIBEIRINHO: a sua moradia pode ser aberta, porque é ventilado e seguro o beiradão. Ela pode ser coberta de lona, de cavaco, de palha ou de telha. Ao fazer sua casa, o ribeirinho sempre sabe de que lado a sombra vem. De que lado a chuva vem. Então tem um jeito de colocar a casa no lugar. O ribeirinho mora na beira do rio. Tanto na terra como na ilha. Ele planta, ele pesca. Ele vive da terra dele. A casa do ribeirinho não precisa ser na área rural, porque muitas vezes o ribeirinho está na cidade, como é o caso de doença. Então o ribeirinho vive entre o rio e a cidade. O ribeirinho tem um modo próprio de falar, tem um sotaque. Umas palavras que são do beiradão. O ribeirinho tem canoa e sabe remar. Ele sabe tratar e ticar um peixe. Ele amola faca na pedra. Ele sabe tirar uma macaxeira. Ele tem um jeito de cozinhar, que é na pedra, no chão, no fogão a lenha. O banheiro do ribeirinho é no mato. O ribeirinho tem uma história, ele tem um tempo de moradia no local, ele tem vizinhança, ele tem comunidade. Porque ribeirinho é família. O ribeirinho não vive sozinho. O ribeirinho não é só pescador. Ele é uma mistura. De pescador com agricultor, criador, caçador e extrativista. Ele vive na comunidade. E é na comunidade que ele divide a comida. E a comida ela não é comprada. É o peixe, é a caça, é a farinha, é a fruta do mato. O ribeirinho tem uma casa na rua, que é um ponto de apoio para acessar saúde, educação, vender o peixe, a farinha, comprar gasolina. O ribeirinho tem um conhecimento. Coisas que ele sabe fazer. A canoa, o remo, a vassoura, o abano de fazer o fogo, a peneira para tirar o açaí, a bacaba, a tapioca. Sabe fazer farinha, sabe fazer um balaio, uma esteira, tiquiti, sabe remar e andar de canoa, sabe fazer malhadeira, emendar malhadeira e tarrafa. Sabe fazer a flecha, sabe fazer a moradia dele, que é bater e tecer a palha para fazer o japá. Sabe fazer um fogão a lenha, sabe tecer o japá para fazer o capote. Sabe fazer a casa de taboa, de taipa. Saber criar. Cria galinha, cria pato, cria porco, cria gato e cria cachorro. O ribeirinho pode criar gado, mas ele nunca sobrevive do gado, e o gado é sempre um pouco para alimentação, coalhada para alimentar a galinha ou uma poupança em caso de precisão. Sabe fazer o próprio remédio. O ribeirinho é diferente do pescador. Porque o pescador só pesca. E o ribeirinho é um pouco de cada coisa. Sabe um pouco de cada coisa para sobreviver do rio e da terra. Se ele fugir disso ele não é ribeirinho. E não consegue viver ali. O ribeirinho pode estar caseiro, pode fazer uma diária pra alguém, pode ter outra fonte de renda, mas ele tem uma vida e uma história no beiradão. O ribeirinho não tem empregado, mas pode trocar uma diária e trabalhar em mutirão. O ribeirinho ele preserva o lugar dele. A mata. Preserva porque ele sobrevive dali. O modo de vida ribeirinho é sobreviver do seu lugar. Tudo o que ele tem ele tira de lá. Ele planta e tira o seu alimento dali, e também o seu remédio. O que sobra ele vende na cidade. Ribeirinho tem história. Tem uma vida no rio. Um tempo prolongado no local. O que define o ribeirinho é a sua história, e não a casa ou o fato de estar na ilha num certo dia. A vida do ribeirinho é o rio (Grupo Interinstitucional, 2017, 32-33).

A partir dessa referência, o Conselho Ribeirinho encaminhou o processo de reconhecimento social das famílias ribeirinhas moradoras com histórias rompidas pela construção da hidrelétrica. No relatório final organizado pelo grupo interinstitucional que acompanhou tal processo, consta que foram reconhecidas 236 famílias, apontando a situação em que cada uma se encontrava após as implicações do empreendimento (Grupo Interinstitucional, 2017).

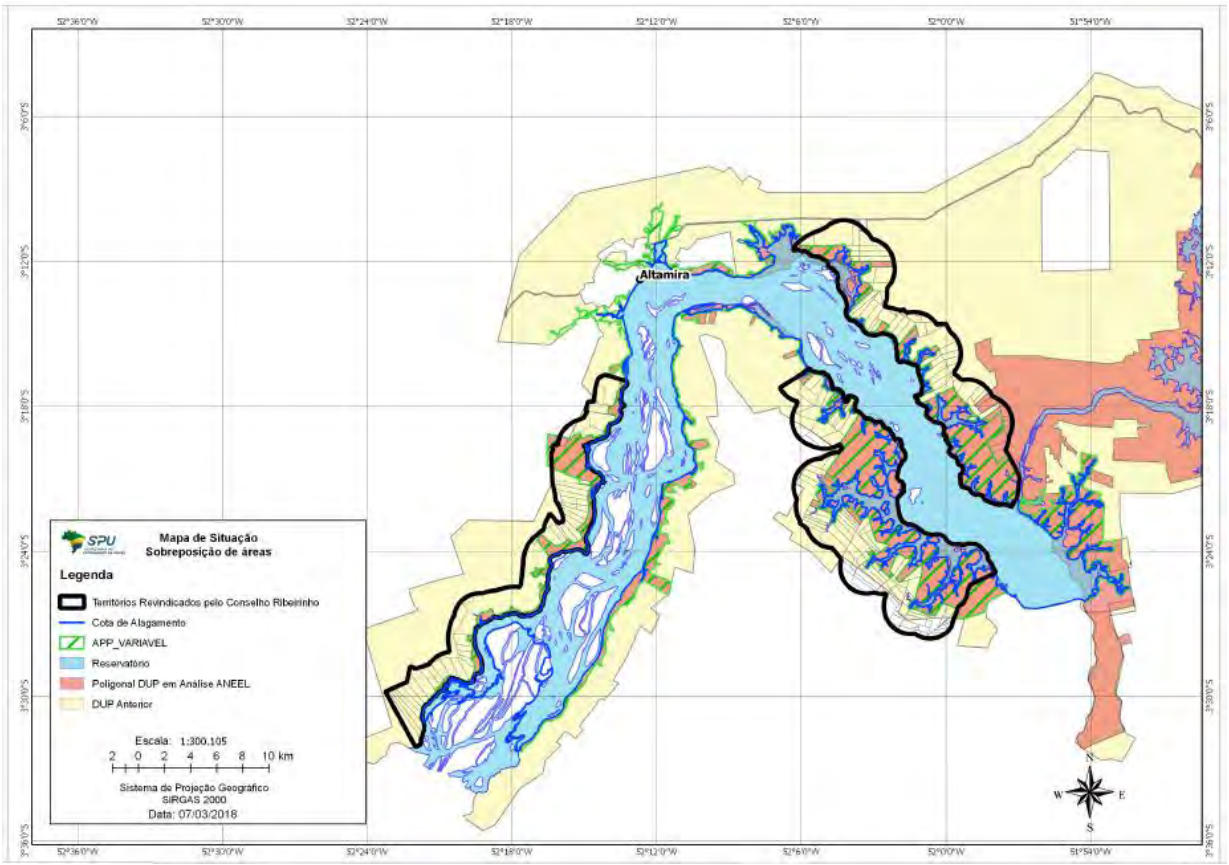
A lista com as famílias reconhecidas foi encaminhada ao IBAMA juntamente com um documento em que o Conselho apontava os limites do reconhecimento conduzido pela NESSA, recomendando revisão em tal procedimento. Após o cruzamento dos nomes da lista do Conselho com a lista da empresa, esta chegou à conclusão de que 88 famílias já estariam com a situação resolvida, restando 142 (62%) que deveriam passar por estudos de caso, espécie de investigação em que a empresa buscaria mais informações acerca das pessoas indicadas, a fim de confirmar sua condição de ribeirinha. Ao final desses estudos a empresa não reconheceu apenas 5 atingidos que não teriam mais interesse pela recomposição do modo de vida ribeirinho e ainda foi levada a reconhecer mais 34 famílias que constavam em uma lista da DPU, que foi encaminhada ao Conselho Ribeirinho para reconhecimento subsequente.

Após essas disputas com a NESA em torno do reconhecimento dos grupos sociais ribeirinhos atingidos pela hidrelétrica Belo Monte, o Conselho Ribeirinho, com ajuda de seu grupo de apoio, pautou a criação de três Territórios Ribeirinhos (TR) no entorno do reservatório principal da hidrelétrica (Figura 1), inspirado no estudo e apontamentos da SBPC. Tendo em vista os desafios enfrentados pelas famílias assentadas pela empresa na APP, relacionados à escassez de pescados e a limites à prática agrícola e extrativa, a proposição territorial do Conselho, enriquecida no processo de luta, previu a destinação de três áreas para o reassentamento de camponeses e indígenas já reconhecidos no licenciamento. Além de mais extensas, tais áreas ainda teriam ambientes com maior diversidade de ambientes (igarapés, grotas e alguns capões de mata primária) adequadas ao uso coletivo, ao mesmo tempo em que abarcavam porções já bem transformadas pelas fazendas, que poderiam possibilitar uso direto por meio da agricultura, por exemplo (Marinho, 2019).

Essa proposta de criação de territórios ribeirinhos foi apresentada pelo Conselho em 2018, em uma Reunião Técnica denominada “A recomposição do Modo de Vida e do Território Ribeirinho no reservatório da UHE Belo Monte” realizado em Brasília, na UNB (Universidade de Brasília). Participaram dessa reunião, além do IBAMA e da NESA, representantes do MPF, da DPU, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e professores-pesquisadores vinculados a universidades brasileiras que faziam parte do grupo interinstitucional de acompanhamento. Na ocasião, foi reiterado pelo Conselho Ribeirinho e pelos membros do grupo interinstitucional que o modelo de

assentamento na APP conduzido pela empresa não era suficiente para que as famílias reconstruíssem as condições de vida em face do barramento do rio, como previsto no PBA do empreendimento (Grupo Interinstitucional, 2018). Logo, a criação dos territórios ribeirinhos tornava-se premente diante da incapacidade da empresa de dar resposta a essa condição assumida no licenciamento.

Figura 1: Localização dos territórios ribeirinhos no reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu (PA)



Fonte: SPU, 2018

Uma das condições básica para que a proposição territorial do Conselho Ribeirinho saísse do papel passava pela obtenção de terras além da faixa de APP por parte da NESA. Mas, desde 2017, a empresa vinha dando sinais de que não estava inclinada a adquirir terras nas áreas subjacentes ao reservatório principal de Belo Monte. Em 2018, apesar de o Conselho ter apresentado e protocolado sua proposta junto ao IBAMA, a empresa tratou com morosidade tudo que se relacionava à criação dos territórios ribeirinhos, protelando sua posição oficial em relação ao tema. Apenas em 2019, a NESA apresentou sua contraproposta ao IBAMA e ao Conselho, intitulada "Projeto Básico Ribeirinho". Tal proposta foi aprovada pelo órgão licenciador como medida apropriada para atender

a condicionante vinculada a LO de 2015, relativa ao reassentamento dos grupos ribeirinhos no beiradão (Conselho Ribeirinho, 2023).

Todavia, em 2020, a empresa apresentou ao IBAMA uma "Proposta de adequação do projeto básico Ribeirinho", argumentando "potencial conflito fundiário com proprietários afetados, a expressiva quantidade de pequenas propriedades rurais e a presença de imóveis oriundos do Plano Nacional de Colonização e Reforma Agrária" (Conselho Ribeirinho, 2023, p. 4). Essa proposta da empresa não foi aceita pelo órgão licenciador, que apontou que tais efeitos não constituíam fato novo pois já estavam previstos no EIA (Estudo de Impacto Ambiental) da hidrelétrica Belo Monte (Conselho Ribeirinho, 2023).

Importa destacar também que nesse momento, os fazendeiros com terras que poderiam ser desapropriadas para a criação dos territórios ribeirinhos já haviam se articulado e buscado apoio político junto ao senador paraense Zequinha Marinho. Tal senador, por exemplo, presidiu uma audiência no senado em 2019, para tratar do tema com representantes dos fazendeiros e da NESA. Em março de 2023, referido senador e outros nomes deu campo político participaram de uma audiência pública em Altamira, na qual a criação dos territórios ribeirinhos foi tratada como um problema que ameaçava produtores rurais. Depois dessa audiência, foi elaborado um documento solicitando a paralização do pedido de DUP feito NESA e que tramitava na ENEEL até que os senadores da república presentes (Zequinha Marinho e Damares Alves) apresentassem um relatório sobre a questão do Território Ribeirinho.

Válido lembrar de que apenas em 2021, a NESA protocolou requerimento junto a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), solicitando uma Declaração de Utilidade Pública (DUP) complementar abarcando áreas para o reassentamento de famílias impactadas pela hidrelétrica Belo Monte. Mas em 2022 a agência governamental verificou incompletude na documentação protocolada pela empresa, estabelecendo o prazo de 10 dias para que os documentos complementares fossem apresentados, o que não ocorreu (Conselho Ribeirinho, 2023).

Por outro lado, o próprio Conselho Ribeirinho conhecia divergências que tensionavam sua organização interna. Tais divergências envolviam, entre outros aspectos, diferentes posicionamentos dos membros em relação à empresa. Com o passar do tempo, essas divergências se aguçaram de modo que neste ano de 2024, dos 28 membros que faziam parte da formação original do Conselho, pelo menos 14 já saíram do coletivo, persistindo ainda aqueles que continuam acreditando na conquista dos territórios ribeirinhos.

Em outubro de 2023, finalmente a ANEEL publicou uma DUP desapropriando área de "5.921,0523 ha (cinco mil, novecentos e vinte e um hectares, cinco ares e vinte e três centiares), localizadas nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, no estado do Pará, necessárias à UHE Belo Monte" (Aneel, 2023, p. 1). Porém, ainda não há perspectiva de quando as desapropriações efetivas que devem ser conduzidas pela NESA, com recursos próprios, vão iniciar, continuando o quadro de indefinição acerca da criação dos Territórios Ribeirinhos que persiste desde sua proposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Ribeirinho é um produto das contradições que emergiram no contexto de construção da hidrelétrica Belo Monte. Trata-se de um sujeito político que passou a atuar no licenciamento dessa hidrelétrica, representando indígenas e camponeses que se reproduziam em comunidades ribeirinhas atingidas pela formação do principal reservatório do empreendimento no médio rio Xingu. Em 2017, tal Conselho conduziu um processo de reconhecimento social dos grupos ribeirinhos atingidos e desde então luta pela criação de três Territórios Ribeirinhos. A conquista desses territórios para receber indígenas e camponeses já reconhecidos no processo de licenciamento ainda não se concretizou. A empresa NESA vem tratando com morosidade a criação desses territórios desde 2018, ao mesmo tempo em que fazendeiros se articularam politicamente contra a desapropriação de terras no entorno da APP de Belo Monte. Assim, mesmo depois da emissão de uma DUP desapropriando terras com possível destinação aos territórios, indefinições persistem, pois, a NESA que é responsável por efetivar as desapropriações ainda não deu sinais de quando vai iniciar a aquisição dessas terras, enquanto o Conselho convive com divergências internas que já culminaram com a saída de vários membros.

REFERÊNCIAS

ANEEL. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 14.936, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/cedoc/rea202314936ti.pdf . Acesso em fevereiro de 2024.

CONSELHO RIBEIRINHO. Dossiê Informativo sobre o "Territórios Ribeirinho". Março de 2023.

ELETROBRÁS. **Relatório de Impacto Ambiental – Rima**. APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BELO MONTE. Maio de 2009.

GRUPO INTERINSTITUCIONAL. **Relatório do processo de reconhecimento social**. Altamira, 2017.

GRUPO INTERINSTITUCIONAL. **Reunião Técnica**. "A recomposição do modo de vida e do território ribeirinho no reservatório da UHE Belo Monte". Brasília, 2018.

MARINHO, J. A. M. **As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da FFLCH/USP. 2019.

NORTE ENERGIA (NESA). **Projeto Básico Ambiental**. Volume II. Plano de Atendimento à População Atingida. Versão Final, set. 2011.

OLIVEIRA, A. U. Território de quem? **Revista sem Terra**, v. 47, p. 17-31, 2008

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

GT 04 – Movimentos sociais e étnico-territoriais e levantes na América Latina e Caribe

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: UM DEBATE A PARTIR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Osmana Dias Gonçalves[1] (UNESP)
Josivana Pinheiro da Silva[2] (UNESP)

RESUMO: Com o avanço do agronegócio no campo brasileiro, as disputas territoriais vêm se acirrando nos territórios de comunidades tradicionais, concomitantemente, as lutas protagonizadas pelos sujeitos do campo também se destacam no intuito de garantir a soberania e existência em seus territórios. Nessa confluência de interesses e de diferentes perspectivas da concepção de desenvolvimento, a educação do campo tende a se entrelaçar nos propósitos de organização e ações dos movimentos que tem o território como a base e mantenedor da sua existência. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender o papel da educação do campo no âmbito dos movimentos socioterritoriais. Nessa análise, buscamos realizar uma revisão bibliográfica, abordando reflexões acerca das relações que coexistem entre educação do campo e os movimentos que lutam pela defesa dos territórios. Consideramos que a educação é um aspecto da pauta das disputas territoriais, pois a conquista dos territórios também perpassa pela disputa ideológica. Sendo assim, a educação deve estar na base dos movimentos e a educação do campo precisa ser reflexão ativa e se tornar práxis das lutas dos territórios tradicionais.

Palavras-chave: Território; Educação do Campo; Movimentos Socioterritoriais.

INTRODUÇÃO

As disputas territoriais no campo brasileiro têm se tornado ameaças constantes aos camponeses e entre outras denominações de povos tradicionais. Pois, com a dinâmica que vem avançando pautada na lógica do agronegócio, por meio do sistema agroexportador, consequentemente têm demandado a expansão de áreas em suas fases de produção e exploração e concomitantemente até sua base de escoamento com os modais de infraestruturas logísticas, a fim de cada vez mais inserir o país na lógica do mercado competitivo. Com isso, os territórios camponeses e tradicionais são inseridos nas estratégias de destruição promovidos pela lógica capitalista, no propósito de ir rompendo com os possíveis "impedimentos" para seu crescimento e expansão.

Nesse contexto, a educação do campo tem um papel fundamental na organização e fortalecimento dos movimentos socioterritoriais, que têm o território como a essência de sua existência. No entanto, como estratégia de manter os territórios em um estado subalterno ao capital, a educação também entra como pauta de disputa territorial, uma vez que a concretização de uma educação do campo nesses territórios representa grande ameaça aos interesses capitalistas, pois

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Brasil. Email: osmana.dias@unesp.br
[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Brasil. Email: josivana.silva@unesp.br

considera-se como uma pedagogia capaz de alargar a consciência política destes sujeitos, de forma a possibilitar o protagonismo destes na luta pelos seus direitos.

Com isso, este trabalho tem como objetivo compreender o papel da educação do campo no âmbito dos movimentos socioterritoriais. Pois, considera-se o território como pauta que interliga e relaciona a coexistência entre educação do campo e movimentos socioterritoriais, de forma que representa uma relação imprescindível da luta pelo território mediado pelo processo de consciência política dos sujeitos camponeses. Não obstante, o processo educativo deve se configurar como prática diária de uma educação que leva em consideração as especificidades dos camponeses e comunidades tradicionais, como também os movimentos socioterritoriais em todo seu contexto de organização e lutas diárias desenvolvem seu fundamental caráter educativo.

Portanto, uma das características que a educação do campo tende a assumir se baseia em está a contribuir no processo de formação política dos camponeses, amadurecendo sua concepção crítica de ver e julgar a realidade com a qual faz parte, para assim agir de forma a buscar possibilidades de transformação de uma situação de subalternidade e opressão.

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação tem se tornado pauta e ao mesmo tempo uma ferramenta de organização de movimentos sociais. No âmbito das disputas territoriais, em que camponeses e comunidades tradicionais lutam por territórios soberanos e livres em vista às ameaças designadas por uma lógica econômica mundializada, pautar a educação em suas bases de organização tem sido um grande desafio. Pois, considera-se a construção de um modelo de educação que seja capaz de levar em consideração os sujeitos e a realidade em que estes se encontram inseridos.

Historicamente, a educação escolar surge no caráter do domínio e do privilégio das elites, e chegando à classe trabalhadora numa perspectiva estratégica de dominação. Saviani (2011, p. 67) apresenta de forma crítica como esse modelo começa a operar, sendo que a classe trabalhadora "deviam receber apenas o mínimo necessário de instrução para serem produtivos, para fazerem crescer o capital". Ou seja, apenas de maneira funcional e controlada, já que a educação se constituía como uma propriedade privada e de domínio, assim sendo, a produção do saber à classe trabalhadora sempre se constituiu como ameaça às classes dominantes.

Nos dias atuais, esse modelo de educação ainda não foi superado, se fazendo realidade na maioria das escolas camponesas, mesmo após as organizações dos movimentos camponeses na luta por uma educação do campo. De acordo com Lima et al (2015):

> A educação escolar, principalmente a de cunho liberal, tem contribuído significativamente para a reconfiguração e reprodução social do capital, pois a educação na sociedade capitalista se constitui como um instrumento político em disputa, a exemplo das formulações de políticas educacionais direcionadas pelo interesse de grupos e empresas integradas ao sistema do capital. (Lima et al, 2015, p. 88).

Dessa maneira, os currículos e modo operante das escolas no campo, em sua maioria, ainda não são específicos para os sujeitos que nela encontram-se inseridos, trata-se na maioria das vezes de um modelo urbanista de desenvolvimento da educação.

Porém, não se pretende justificar uma única prática educativa e concebê-la como modelo, mas o desafio se atribui em gerenciar formas e metodologias que sejam capazes de respeitar, contemplar e promover o desenvolvimento dos sujeitos de acordo com suas especificidades. Ou seja, o currículo e as metodologias devem serem construções junto com os sujeitos, é no território que todo esse processo ganha forma e se dinamiza, a fim de que se tenha o envolvimento das pertenças, culturas, tradições, crenças e vivencias, ou seja, o desenvolvimento territorial.

Todavia, essa perspectiva que sobressai de um perfil educacional que visa contemplar uma lógica de valorização econômica mundializada, ao invés de levar em consideração a múltipla diversidade de culturas, produções e especificidades existentes em cada território e povo, tende a desprezar os sujeitos desde sua constituição histórica às suas vivências atuais. Para Mészáros (2008, p. 27) trata-se de uma necessidade de "*romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente". Ou seja, um modelo de educação que seja capaz de transformar o caráter subalterno e dependente e propiciar a esses sujeitos sua emancipação.

No contexto dos conflitos e disputas, e ao mesmo tempo de um esperançar, é que a educação do campo foi sendo sonhada e aos passos de ser construída e ainda em construção. Pois, não se constitui de forma acabada, mas podemos considera-la em constante construção. Uma educação pensada com e a partir da realidade dos que eram vistos e renegados dos seus direitos, a partir de um outro modelo educacional que então fosse contrário à uma educação em que prevalecia como privilégios apenas de alguns.

Sendo assim, como uma forma de ir rompendo com o modelo estratégico em que se constituía na forma de evitar com que estes sujeitos desenvolvessem cada vez mais o olhar crítico da realidade. Considerando que a educação é assim pauta da luta de classes, significando como um poder nas mãos de quem oprime, mas também um poder de libertação para os oprimidos.

A educação que exerce o papel de proporcionar a capacidade crítica dos sujeitos sobre a realidade é aquela capaz de conduzir os sujeitos à libertação, já que faz pensar de forma crítica e agir

sobre a realidade dominadora a fim de transformá-la (Freire, 1981). Assim, a educação pode ser considerada uma ferramenta de libertação ou dominação, dependendo do seu objetivo e por quem mantém influências. No âmbito da educação do campo se constitui como um "novo projeto de desenvolvimento, onde todos possam estar incluídos, trabalhando e vivendo no campo e do campo" (Lima e Fernandes, 2018, p. 56).

A educação do campo é considerada como sendo "um valioso instrumento de luta e resistência do povo contra as ofensivas do capital no espaço agrário que subordinam comunidades camponesas na contemporaneidade, especialmente por meio do sedutor e perverso modelo ofertado pelo agronegócio" (Reis; Sobreiro Filho e Souza, 2023, p. 40). Nesse propósito o pensamento crítico se apresenta como uma ameaça às elites do agronegócio, que buscam influenciar modelos educacionais que proporcionem cada vez mais a disparidade de classes. Sendo assim, a educação também se torna um "instrumento político em disputa" (Lima et al, 2015, p. 88), pois considera-se como sendo "uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento territorial" (Fernandes, 2008, p. 41).

Nesse sentido, leva-se em consideração quando se trata de território camponês, a educação que seja capaz de aprimorar as riquezas do território e as formas de organização que os sujeitos desenvolvem. E a educação do campo permite estabelecer uma conexão e harmonia entre os elementos que o constitui, de forma a proporcionar um enriquecimento mútuo, pois o território se desenvolve à medida que há uma relação mútua de cuidado e fortalecimento, não apenas humano, mas, principalmente este assumindo a responsabilidade de manter o equilíbrio das demais dimensões territoriais. Nesse propósito, esse processo de "educação popular do campo" se volta a uma necessidade de "levar em consideração o território ou territórios, sobretudo no caso da multiplicidade de territórios que caracterizam o campesinato em resistência às lógicas contra-hegemônicas" (Oliveira Neto, Sobreiro-Filho, 2017, p. 65).

Não obstante, nesse processo de conexão, território é de suma importância para o desenvolvimento de políticas educacionais. Pensar em educação do campo é um dos aspectos para levar em consideração o território em sua totalidade, no que compreende suas dimensões em seus aspectos materiais e imateriais, ou seja, a multidimensionalidade do território (Saquet, 2009). Pois, não está a considerar apenas um processo de educação, que muitas das vezes até ignoram o saber e fazer territorial, mas a educação do campo se constitui como um modelo de educação capaz de promover o território e suas territorialidades.

Nessa perspectiva, os sujeitos tendem a se desenvolver em sua completude, assumindo a condição de protagonistas e buscando formas de romper as condições de subordinação em que estão inseridos. E é na concepção dos movimentos coletivos que se disputam os projetos de

desenvolvimento, que no âmbito dos movimentos está pautado na inclusão política e social, a fim de romperem com uma condição de subalternidade (Hage, 2014, p. 136). Assim, de forma coletiva vão se organizando nas suas práticas organizativas e em movimentos que consideram o território como trunfo das suas lutas e resistências.

É no propósito de lutas dos camponeses e povos tradicionais que os movimentos socioterritoriais ganham vida, pois para esses povos toda pauta que se desenvolve nestes movimentos significa a luta pela existência e permanência em seus territórios. Sendo que, "os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência" (Fernandes, 2005, p. 31). É o território que dá vida e inspiração às lutas, carrega os sonhos e utopias e movimenta o esperançar para seguir lutando.

Dialogando com Camacho (2021) os movimentos socioterritoriais desenvolvem por meio de suas lutas a práxis formativa, uma vez que suas ações contribuem no processo de formação humana. Ou seja, os movimentos socioterritoriais também são fundamentais para o processo educacional. No âmbito de uma perspectiva sociológica dos movimentos, Arroyo (1999) considera que a educação só pode se fazer presente no campo se estiver unificada com o movimento social, e ainda compreende que "o próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que desde a criança ao adulto novos seres humanos vão se constituindo" (Arroyo, 1999, p. 14). Caldart (2004) reconhece que:

> A Educação do Campo somente se tornará uma realidade efetiva, como ideário, projeto educativo e política pública de educação, se permanecer vinculada aos movimentos sociais. O protagonismo dos camponeses, ou, mais amplamente, dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, na construção deste projeto, tem sido garantido por meio do protagonismo dos movimentos sociais na luta e no debate político e pedagógico da Educação do Campo. (Caldart, 2004, p. 19).

Compreendemos que os territórios se fortalecem a partir que os sujeitos aprimoram sua visão crítica por meio de um modelo de educação freiriana e pautado em sua realidade. Simultaneamente, os movimentos contribuem significativamente na formação dos sujeitos e suas práticas territoriais, pois, como apresenta Saviani (2011, p. 13; e p. 83) "a educação não se reduz ao ensino", haja vista que "a escola não é a única e nem mesmo a principal forma de educar". Mas, dialogando com Oliveira Neto e Sobreiro-Filho (2017), as vivências dos sujeitos do campo são carregadas de uma essência educativa, reafirmando a importância do território enquanto ação de educar. Assim, há diferentes meios em que o processo formativo pode vir a ocorrer, inclusive o território é carregado de práxis que educam e podem transformar o ser humano.

Porém, é importante que os diferentes processos formativos estejam em diálogo e comungando dos mesmos ideais, a fim de que esse processo se torne fortalecido e verdadeiramente emancipatório. Nesse sentido, que a educação do campo junto com os movimentos socioterritoriais se configuram como significativos processos nos territórios. Pois, "a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana" (Caldart, 2004, p. 12). Assim, as lutas se fazem para além da conquista ao direito de uma educação que os contemplem, mas também de formar cidadãos sócio-políticos conscientes de seus direitos e deveres, na luta por políticas e direitos territoriais.

Nessa perspectiva podemos está considerando como um dos pressupostos para o desenvolvimento territorial, pois o contrário representa condições para o fortalecimento de um desenvolvimento que não condiz aos sujeitos camponeses e de territórios tradicionais, mas articulado à uma perspectiva de uma economia firmada no modo de produção capitalista, como se baseia o modelo agroexportador brasileiro.

Logo, a educação do campo não condiz à lógica desse modelo econômico, que representa a exclusão da maioria e a morte dos camponeses (Caldart, 2004). Pelo contrário, a educação do campo contribui para fortalecer a vida do território, propiciar um amadurecimento crítico, reconhecer e valorizar as riquezas que cada território apresenta, potencializar os conhecimentos, porém, sempre agregado à valorização dos saberes do território. Tudo isso aumenta a capacidade dos sujeitos em se organizarem na luta pela defesa de seus territórios e assim se constituírem ou se fortalecerem enquanto movimentos socioterritoriais.

Com isso, o êxito da educação do campo é também um processo de organização territorial. Visa contribuir no processo pedagógico dos sujeitos e também na luta por demais políticas públicas e direitos desses povos. Por ser firmada em uma pedagogia voltada aos sujeitos do campo "a Educação *do* Campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, *dos* camponeses, expressão legítima de uma pedagogia *do* oprimido" (Caldart, 2012, p. 263). Ela se faz nessa sintonia e conexão, ao mesmo tempo que é luta e construção da classe trabalhadora.

Nesse propósito, é nítido perceber que quando se tem a apropriação do território pelo agronegócio tende a representar o desaparecimento dos camponeses e povos tradicionais. Segundo Fernandes (2008), são duas formas distintas de organização do território, sendo território do campesinato e território do agronegócio, o primeiro voltado à existência e o desenvolvimento de todas as dimensões de vida, enquanto este último organiza o território para produção de mercadorias. Não apenas para produzir, mas também podemos dizer que este, ao se apropriar dos

territórios tradicionais e campesinos, transforma os territórios de vidas em recurso e/ou mercadoria, desgastando o real valor que o território apresenta.

Torna-se notório então para se compreender o campo de disputas que envolve a práxis pelo controle e influências nos processos educativos voltados para os territórios camponeses. Visto que, o caráter da educação do campo está em contribuir na afirmação identitária dos sujeitos no território, reconhecendo suas riquezas e potencialidades, e como estas representam o desenvolvimento territorial quando se encontram numa perspectiva de conexão e harmonia. Pode-se considerar como uma ampliação dos sentidos, do ver, sentir e reconhecer suas práticas territoriais, de suas vivencias enquanto sujeitos do saber e criar enquanto classe trabalhadora.

Também, a configuração da educação do campo tende a permitir a partir dessa valorização do ser e fazer, também a capacidade ampliada de senso crítico e ao mesmo tempo questionador da configuração de ameaças provocadas por um modelo "desenvolvimentista" e externo ao território, que por vezes congrega a desmobilização e as perdas do ser territorial muitas das vezes praticados e vividos por gerações. Essa capacidade de senso crítico, já praticados por esses sujeitos que trazem em sua trajetória de lutas e resistências históricas, torna-se ampliada a partir de práticas pedagógicas capazes de estimular a ampliação do conhecimento, nesse contexto, de compreender como ações impositivas e globais tendem a descaracterizar as práticas de vidas tradicionais, ou seja, como o modelo capitalista estar a interferir e mesmo destruir processos e territorialidades tradicionais desses povos.

Compreende-se então que, assim como a educação do campo apresenta um significativo papel junto aos movimentos socioterritoriais, a fim de fortalecer a luta constante pela vida e existência do território em sua multidimensionalidade, também considera-se que os movimentos socioterritoriais são de grande relevância para que a educação do campo seja uma realidade nos territórios camponeses e tradicionais. Pois, ao lutar pelo território se está lutando por todas as formas materiais e simbólicas que existem ou que é direito e fundamental para o desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do agronegócio no campo brasileiro tem acirrado os conflitos e disputas territoriais. Paralelamente os camponeses, entre outras denominações de povos tradicionais, vem se organizando em suas formas de resistência a esse modelo econômico, que não vem a contribuir no âmbito do desenvolvimento territorial, pelo contrário, vem ameaçar a multidiversidade existente no território. Nesse processo de disputa, a educação também tende a se entrelaçar como um foco de

interesse de controle do capital, haja vista que o pensamento crítico dos sujeitos é demasiadamente ameaçador para o avanço da lógica capitalista sobre os territórios e o seu poder de domínio.

Compreende-se que não basta apenas pensar criticamente, é necessário a combinação de várias ações diárias de resistências. No entanto, o pensamento crítico é que gera a capacidade de desencadear as estratégias de enfrentamento e resistência. Nesse propósito consideramos que a educação move os movimentos socioterritoriais, bem como está para além do âmbito do saber e fazer ciência. O próprio movimento educa os sujeitos, assim, podemos considerar que os movimentos socioterritoriais se constituem por meio da consciência crítica sobre sua realidade, ao mesmo tempo que suas ações representam um processo educativo contínuo. Também compreendemos que assim como os movimentos desenvolvem esse processo educativo, também é correto afirmar que o próprio território carrega consigo esse papel de formar e transformar os sujeitos no contexto da sua realidade: território também educa.

Assim, a educação do campo está a contribuir no alargamento ou até mesmo no nascer da consciência crítica. Não significa dizer que é apenas por esse modelo educacional que os sujeitos desenvolvem o pensar critico, porém, a educação do campo tende a contribuir mais diretamente e de maneira incisiva na consciência dos sujeitos sobre sua realidade. Considerando que a educação já é um processo que faz parte da essência e do desenvolvimento dos sujeitos, ou seja, é parte constituinte de sua formação humana, mas que pode ser aprimorada e fortalecida com os processos educacionais de ensino-aprendizagem que se faz de maneira coletiva, levando em consideração uma educação capaz de proporcionar o crescimento dos sujeitos conforme suas especificidades e em seus territórios.

Portanto, consideramos como um aprimorar, que desperta para um reconhecimento do ser e pertencer ao território, e assim valorizar as potencialidades nele existentes, que por vezes a educação influenciada pela lógica capitalista tem o propósito de renegar a importância dos territórios, produzindo um pensamento de que este é arcaico, improdutivo e não desenvolvido, gerando o desejo e o fetiche sedutor pela aceitação do modelo econômico globalizado e ou mesmo o sentir o desejo de sair do campo. E por meio desse aprimorar, reconhecer e valorizar, que os movimentos socioterritoriais se veem cada vez mais firmado no seu objetivo, que é lutar e resistir em seus territórios de vidas, para assim continuarem existindo e se constituindo em suas identidades territoriais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação básica e movimentos sociais. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo), n. 2. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259 - 267.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A pedagogia dos movimentos socioterritoriais camponeses e sua contribuição na educação formal e não-formal do campo. *In*: **XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA143_ID5819102021214124.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês no Brasil. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). **Educação do Campo: Campo - Políticas Públicas - Educação**. Brasília: Incra; MDA, 2008, p. 39 - 66.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**: Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14 - 34, jan./jun. 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção O mundo, hoje).

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, 2014, p. 133-150. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1018. Acesso em: 18 jan. 2024.

LIMA, Aparecida do Carmo et al. Contribuições da via campesina em processos educativos agroecológicos na América Latina. **Trabalho necessário**, ano 13, n. 22, 2015.

LIMA, Eloisa Aparecida Cerino Rosa. FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo. **Revista NERA**, vol. 21, n. 45, p. 50-71, dez. 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do trabalho).

OLIVEIRA NETO, Adolfo; SOBREIRO-FILHO, José. Pode o território educar? Território e a rede temática da educação popular do campo em uma prática educativa na Amazônia ribeirinha. *In:* SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SILVA, João Márcio Palheta da (orgs.). **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia.** 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, p. 59-74.

REIS, Herique Heber dos Santos; SOBREIRO-FILHO, José; SOUZA, Deisiane. "Educar" para territorializar e territorializar para "Educar" na Amazônia paraense: estudo de caso sobre a disputa territorial e educação do campo em Moju (PA). **Revista Interdisciplinar Educação e Territorialidade**, [Dourados], v. 3, n. 1, p. 33 a 53 jan./jun., 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Saverio (org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73 - 94.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea).

GT 04 – Movimento sociais, étnicos e ambientais: levantes na américa latina

EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA NA ESCOLA KORINA JURUNA: LEVANTES PELA IDENTIDADE INDÍGENA E PELA RETOMADA DOS TERRITÓRIOS NO CONTEXTO PRÉ - UHE BELO MONTE

Márcia Pires Saraiva[1] (UFPA)
José Antônio Magalhães Marinho[2](UFPA)
Katiene Nogueira da Silva[3](USP)

RESUMO: Até o ano 2000, os indígenas Juruna não tinham acesso à educação formal na aldeia Paquiçamba. Buscavam acesso à educação, ora nas escolas urbanas em Altamira, ora na escola da Ilha da Fazenda, na Volta Grande do Xingu. A partir de um convite de Seu Manuel Juruna, um grupo de missionários ligados a Prelazia do Xingu e ao CIMI iniciou a fundação de uma escola que foi a primeira experiência de educação entre esses indígenas na Terra Indígena. Sob a perspectiva freiriana, a escola Korina Juruna passou a desenvolver um trabalho pedagógico ancorado na conscientização tanto em relação aos direitos indígenas quanto no que tange à importância do território para os Juruna na Volta Grande. Esta perspectiva pedagógica situou a escola como um espaço de resistência ao empreendimento Belo Monte e também possibilitou aos Juruna refletirem sobre projetos alternativos quanto ao seu futuro. As práticas pedagógicas da escola iniciaram os Juruna no âmbito dos movimentos sociais e indígenas e contribuíram na formação de novas lideranças, sendo importante para a inserção política dos Juruna no cenário pré - hidrelétrica Belo Monte na área da Volta Grande do Xingu. A partir de fontes documentais, entrevistas e diálogos teórico-metodológicos ancorados em autores como Escolano (2017), Viñao (1995), Certeau (2014), Chartier (1985) e Freire (2014) discute-se a escola enquanto espaço-lugar de sentidos, apropriações e disputas. Isto porque os Juruna ao elaborarem novas práticas políticas se chocaram com relações de caráter paternalistas há muito empreendidas pelas instituições que atuavam nesta área, como a Funai.

Palavras-chaves: Movimentos indígenas; UHE Belo Monte; Educação escolar indígena

INTRODUÇÃO

Até por volta do ano de 2000, os indígenas Juruna não tinham acesso a uma educação formal dentro da aldeia Paquiçamba. Diante dessa situação esses indígenas buscavam acesso à educação ora em escolas situadas no espaço urbano da cidade de Altamira, ora na escola da Ilha da Fazenda, situada às margens do rio Xingu, na área da Volta Grande. A partir de um convite do líder da comunidade, Seu Manuel Juruna, um grupo de missionários ligado à Prelazia do Xingu e ao CIMI iniciou a fundação de uma escola, sendo esta a primeira experiência de educação junto a esses indígenas no interior da Terra Indígena. Sob a perspectiva freiriana, a escola Korina Juruna passou a desenvolver um trabalho pedagógico ancorado na conscientização tanto em relação aos direitos

[1] LabCAMPI, Faculdade de Geografia, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará. Email: marcia@ufpa,br
[2] LabCAMPI, Faculdade de Geografia, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará. Email: josemarinho@ufpa.br.
[3] Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. Email: katiene@usp.br

indígenas quanto no que se refere à importância do território para a existência do Povo Juruna, na área da Volta Grande do Xingu.

Sob a direção do CIMI a política da escola se assentou no resgate cultural, situando os Juruna diante de um contexto mais amplo no qual estavam inseridos. A compreensão dessa dupla posição da Escola que a colocava num diálogo dialético cultura/escola/sociedade envolvente fundamentou a práxis pedagógica missionária. Assim, práticas como a luta pela retomada de terras que reconheciam como suas, a valorização de personalidades considerados na história Juruna, os intercâmbios culturais, as reuniões coletivas, os encontros promovidos entre os parentes Juruna, bem como a escrita de documentos faziam parte do conjunto de ritualizações da escola no período. Neste sentido procura-se discutir a escola como um espaço-lugar de significados no qual os Juruna foram se apropriando das práticas adotadas pelos missionários e elaboraram outros sentidos ao ser e estar no mundo.

Sob a perspectiva da história cultural, a cultura, o cotidiano escolar, a organização, o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo, as disciplinas, os agentes educacionais, e outros temas, segundo Lopes e Galvão (2001), passaram a ser problematizados no âmbito da história da educação. A partir deste aporte teórico, segundo Cardoso (2011, p.289), tem-se uma:

> ampliação dos objetos de pesquisa, das abordagens, das fontes a serem consultadas, bem como do tratamento dessas fontes, oferecendo aos pesquisadores (as) a possibilidade de olhares múltiplos sobre os diversos aspectos constituintes das práticas educativas, revelando dimensões antes pouco exploradas, possibilitando dar voz aos sujeitos da educação explicitando sua dinâmica e sua complexidade.

Na concepção de Chartier (1985), a história cultural tem como principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, a qual se propõe resgatar os sentidos conferidos ao mundo que se manifesta em palavras, discursos, imagens, coisas e práticas (PESAVENTO, 2008).

Nesta perspectiva, os conceitos de representação[4] e de apropriação tornam-se importantes no âmbito da vertente da história cultural, pois de acordo com Fonseca (2008, p. 63), permitem "a visualização de práticas culturais presentes bem como as suas diferentes formas de manifestação". Para Nunes (2005, p. 5), o conceito de representação permite pensar como os agentes se posicionam,

[4] Pesavento (2008, p. 41) elege o conceito de representação como central da história cultural, sendo incorporado pelos historiadores a partir das formulações teóricas de Marcel Mauss e Emile Durkheim, no início do século XX. Esta autora também destaca as contribuições de Pierre Bourdieu.

sejam indivíduos, grupos ou classes sociais, de maneira que na forma da representação que a posição do agente pode ser identificada. Na concepção de Pesavento (2008, p. 39):

> as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência, são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais dotadas de força integradora e coercitiva.

Sendo por meio delas que os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo e que constroem suas realidades (PESAVENTO, 2008).

Na perspectiva de Chartier (1986), por exemplo, importa antes de mais nada identificar a maneira como nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais, pois escrever a história dos objetos e das práticas pressupõe compreender as formações sociais, as estruturas psíquicas, as armaduras conceituais compreendendo as suas variações históricas (NUNES; CARVALHO, 2005).

Para Nunes e Carvalho (2005), tal perspectiva permitiu desnaturalizar a escola enquanto objeto de investigação, concebendo-a como produto de práticas. A historicidade escolar, suas práticas bem como os modos de pensar dos sujeitos da escola, ou seja, da cultura que foi sendo sedimentada ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2013) tornou-se central para a pesquisa da educação. Escrutinar o interior escolar em suas múltiplas relações passou a ser a tônica das pesquisas do campo da história da Educação, como assinala Viñao Frago (1995, p.68) "*la escuela há de ser considerada, a la vez desde la sociología de las organizaciones y antropología de las prácticas cotidianas*".

Deste modo, os objetos, às imagens, os textos e às vozes são expoentes da realidade da vida cotidiana das instituições (ESCOLANO, 2017) e contribuem para o estudo da cultura e identidade da escola. Neste sentido esta pesquisa lançou mão de fontes documentais orais, escritas e imagéticas. Como assinala Khoury (2001, p.91), "ao produzir-se narrativas orais num diálogo com pessoas, entramos em contato com presenças ignoradas ou ocultadas, construindo maneiras de resistir e sobreviver". No caso, emergiram práticas pedagógicas forjadas no contato com o outro, um fazer subversivo e engajado de pensar e fazer a educação.

O artigo está dividido em três partes. Na introdução, apresenta uma breve incursão no referencial teórico e metodológico sobre o qual o estudo se apoia. Na segunda parte contextualiza a política adotada pela escola no contexto pré-hidrelétrica (UHE) Belo Monte. As práticas pedagógicas empreendidas pelas professoras-missionárias atingiram os Juruna e também as famílias de indígenas que moravam ao longo da Volta Grande do rio Xingu. Uma escola móvel se constituiu. A terceira parte caracteriza a gramática ritualística da escola missionária que colocava os Juruna como protagonistas não apenas diante de si, mas diante dos outros. Esta gramática foi cuidadosamente

observada pelos Juruna. Conclui-se que a linguagem acionada pela escola questionou estruturas de dominação e exclusão vivenciadas pelos Juruna. O poder organizativo foi importante para a formação de novas lideranças Juruna, bem como de professores indígenas para as futuras aldeias da TI Paquiçamba. Deste modo, as práticas pedagógicas embasadas em uma educação libertadora permitiram aos Juruna a elaboração de novos sentidos as suas histórias, identidades e a realidade em que viviam.

A ITINERÂNCIA PELO RIO: FORMANDO E INFORMANDO OS INDÍGENAS DA VOLTA GRANDE DO XINGU

O contexto de fundação da escola coincide com a reedição do Projeto Hidrelétrico no rio Xingu no qual os Juruna se viram novamente ameaçados quanto a sua sobrevivência nesta área. A própria fundação da escola contribuiu para a aglutinação de famílias Juruna no interior da área demarcada. Neste sentido, no âmbito da escola esse processo de luta pelo território foi retomado pelas reivindicações de recuperação de antigas áreas de uso, de ocupação e de valor simbólico e cultural. Áreas que não haviam sido contempladas nos anos de 1990. O tema do território e da terra são questões vivenciadas concretamente pelos Juruna. Com isso, as discussões feitas pelas professoras-missionários revestiam-se de grande ressonância entre esses indígenas, pois a didática adotada por elas não se constituía em uma didática neutra, mas fortemente comprometida com a dinâmica política e social enfrentada pelos povos indígenas na área do médio Xingu.

Nesse contexto, a ação dos missionários na Volta Grande foi organizada em duas equipes: uma fixa e uma móvel. Esta última denominada por eles de Itinerante. O trabalho itinerante consistia em visitas às comunidades indígenas que viviam dispersas pela Volta Grande do rio Xingu, geralmente em finais de semana para não atrapalhar as atividades de aula na aldeia Paquiçamba.

Ambas as equipes trabalhavam em conjunto sendo que o trabalho feito nas visitas também era realizado na escola com os Juruna. Na Equipe Itinerante fazia parte um indígena Juruna da aldeia Paquiçamba que acompanhava os missionários nas comunidades e famílias visitadas. Na realidade, o trabalho itinerante era um modo que os missionários encontraram de estender às demais comunidades o trabalho que vinham fazendo na escola junto aos Juruna, só que de modo pontual e sem o caráter das aulas, mas possuindo um caráter fortemente político-pedagógico.

Pelo rio, de comunidade em comunidade, e de posse de materiais que utilizavam como recursos didáticos, a equipe missionária ia informando e promovendo discussões e debates com famílias e comunidades visitadas, estas pertencentes a várias etnias como os Xipaia, os Curuaia, os Juruna, os Arara e os Kaiapó da Volta Grande. Tal equipe estendia suas atividades até o rio Bacajá, tributário da margem esquerda do Xingu, junto aos Xikrin da aldeia Potkrô. Os materiais didáticos

utilizados eram produzidos pelo CIMI nacional, pelo CIMI Regional e pelos pelas próprias professoras. Entre esses materiais cabe destacar o jornal Porantim[5] e a Revista Mensageiro[6] , assim como materiais de áudio produzidos pelo Programa Potyrõ[7] . De posse de um gravador colocavam uma fita k-7 para ser ouvida. O tema era "Os Grandes Projetos e os povos indígenas" e posteriormente se fazia um debate sobre o que foi escutado. As cartilhas e os demais materiais eram entregues às comunidades visitadas.

Essa era a dinâmica adotada pela equipe missionária itinerante: ouvir e depois realizar uma discussão sobre a conjuntura dos Grandes Projetos. A metodologia de ouvir as comunidades, suas opiniões e ideias, abrindo espaço para que seus integrantes se colocassem fazia parte do *modus operandi* da Igreja do Xingu. A politicidade proclamada por Freire (2019, p.108) a de que não há

> prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis". No qual ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior, o de conhecer, que implica reconhecer. Assumindo-se como sujeito cognoscente, se reconhecendo conhecendo os objetos descobrindo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se tornando também significador crítico.

Os princípios pedagógicos de Paulo Freire se uniam ao princípio da entidade em torno da autodeterminação, em que se procurava:

> por todos os meios desenvolver aos povos indígenas o direito a serem sujeitos, autores, destinatários de seu crescimento. Reconhecer que, como pessoas e como povo, são e devem ser aceitos como adultos, com voz e responsabilidade, sem tutela, nem paternalismo, capazes de construir sua própria história (SUESS, 1980, p. 62)

A política das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS vai está presente na prática missionária. Segundo Santos (2006, p.32), "o mais importante nas CEBS seria tornar agentes da história aqueles que até então, foram oprimidos por ela".

---

[5] Porantim é um jornal impresso pelo CIMI desde 1979 e seu significado remete a língua Santare-Mawé que significa remo, arma, memória (CIMI), simbolizando toda a história desse impresso, em guardar a memória da resistência indígena no país.

[6] A Revista Mensageiro nasceu no âmbito do movimento indígena e primeiramente era um informativo que tinha como objetivo conseguir notícias dos parentes em outros Estados e regiões, saber como estavam, e sobre suas lutas, estabelecendo uma comunicação entre os povos indígenas no país. A partir deste formato virou um jornal e posteriormente uma revista. Além de notícias e mensagens dos parentes, traz informações e análises de temas relacionados ao mundo indígena. Grande parte das matérias é escrita pelos indígenas. Cada edição traz matérias em que se procura ajudar as comunidades a discutir sobre educação, saúde, terra, meio-ambiente, política, gênero, espiritualidade e outras questões importantes. Também tem sugestões para o uso da revista em sala de aula. O CIMI também define essa revista como de mutirão e de partilha (CIMI, 2022).

[7] Potyrõ é um programa de rádio produzido pelo CIMI e gravado em Belém (PA) com distribuição para mais de cem emissoras de rádio em todo o país. Com duração de cinco minutos, em formato jornalístico, o programa aborda a realidade e as culturas dos povos indígenas. Em tupi, Potyrõ significa "*trabalho coletivo*", "*todas as mãos juntas*" (CIMI, 2022).

A ação vai ser encaminhada em dois caminhos: a realização de Eventos e a elaboração de documentos para os órgãos públicos, principalmente o MPF. Deste modo, no processo de visitas surgiu a ideia para a realização de um Encontro dos Povos Indígenas do médio Xingu com o objetivo de reunir todas as comunidades que seriam impactadas pelo projeto da hidrelétrica Monte para "refletir, discutir e chegarem a uma conclusão do que pensam e querem para as suas vidas" (CIMI, 2001).

O I Encontro dos Povos Indígenas da Volta Grande do rio Xingu expressa isso. Foi durante este evento que a escola foi nomeada como Korina Juruna em alusão à indígena que durante sua vida permaneceu no território, criando os filhos e depois os netos. Os intercâmbios culturais promovidos pelas professoras-missionárias na aldeia e extra aldeia foram espaços importantes de rememoração da memória, reunindo os parentes e trazendo os mais velhos ajudando os Juruna a compor histórias que acreditavam estar perdidas. Freire (2019) enfatiza que o educando precisa se tornar educando assumindo-se como sujeito cognoscente e não como incidência do discurso do educador. Na perspectiva de Freire (2019, p. 65) é nisto que reside a "grande importância política do ato de ensinar". Os missionários ao elegerem a cultura da participação viam por meio da prática do diálogo o direito a voz, a livre expressão, a criação como meios de promover a autonomia Juruna.

A GRAMÁTICA RITUALÍSTICA DA ESCOLA KORINA JURUNA

A dinâmica dos Encontros constituía uma gramática ritualística da escola missionária, que buscava inserir os Juruna num conjunto ritual que envolvia a participação em eventos, encontros, reuniões, cursos e viagens. Segundo Escolano (2017), a cultura da escola é uma cadeia de rituais interativos que se inserem no mundo da cotidianidade e a realização e a participação em eventos marcaram a vivência dos Juruna desse tempo de escola.

O local escolhido para a realização do I Encontro foi a Terra Indígena Paquiçamba. Durante esse Evento, os Juruna decidiram nomear a escola, batizando-a de Escola Korina Juruna.

> O nome da Escola foi escolhido pela própria Comunidade. Eu me lembro que o I Encontro que nós organizamos no Paquiçamba que foi justamente para discutir a questão da Hidrelétrica de Belo Monte. As lideranças indígenas decidiram ali colocar um nome na Escola porque até então, estava lá Escola Indígena municipal de ensino fundamental Paquiçamba, mas muitos indígenas da Aldeia eram contrários a esse nome Paquiçamba, eles queriam colocar o nome da Korina, mesmo porque a Korina ela foi uma das índias assim, que se destacou no meio deles por ser a matriarcal, ela era uma espécie de liderança, uma referência e eles contavam histórias sobre ela. Infelizmente eu não lembro muito assim, mas era uma pessoa muito respeitada por todos, era matriarcal, era praticamente a mãe, a avó, a bisavó e a Tataravó de todos eles. Então, assim, eu não sei muito sobre a história da Korina, porque na época eu nem me atentei muito em registrar a

> história dela e tentar ir atrás da biografia dela. O que eu ouvia e o que se discutiu ali era que eles queriam esse nome porque ela era uma das poucas Juruna sobreviventes ali daquela região e que através dela é que nasceu o povo Juruna (Entrevista, Profa. Lusiane, 2021).

Ou seja, a escola vai ser nomeada neste processo político de luta pelo território e eles próprios vão se nomear, seja com o nome indígena, seja fazendo questão de enfatizarem referência à etnia Juruna ao lado dos nomes de batismo.

A escolha pelo nome de Korina Juruna não foi aleatória, tendo em vista que era alguém que remetia a lembranças de afetuosidade, acolhimento e de permanência nas terras ocupadas pelos Juruna. Na concepção de Cardoso de Oliveira (1976, p. 5), a identidade étnica não se afirma isoladamente, sendo uma identidade que surge por oposição. Este autor explica que "a identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica à base da qual esta se define, implicando na afirmação do nós diante dos outros". A escola e o trabalho pedagógico desenvolvido marcaram a luta pelo território que neste contexto estava sob ameaça de um grande projeto desenvolvimentista, projeto hidrelétrico Belo Monte.

Sobre esse contexto, Neusiane Juruna recordou:

> Naquela época também estava vindo a Eletronorte que era hoje em dia, é a Belo Monte. Então naquele ano que ela chegou, a Eletronorte, começou a frequentar a comunidade a fazer os estudos de impacto ambiental, começou a nos consultar. Então a gente tinha de certa forma, a gente começou a entrar nesse assunto também, né, a pegar essa planilha de raciocínio que era ver os impactos ambientais como seria, como ficaria a floresta em si, como ficaria aqui. Então elas aprofundaram um pouco esse assunto pra gente, também ter mais uma clareza do que estava por vir, né! Então ajudou muito assim, né, nesse ponto muitas coisas foram esclarecidas como eu já era adulta já, então isso acabou me fortalecendo muito não só eu como mais outras comunidades e outros alunos que estudaram naquela época (Entrevista Neusiane Juruna, 2021).

A fala de Neusiane Juruna evidencia que o tema sobre os grandes projetos e os impactos ambientais também eram abordados no cotidiano da sala de aula, demonstrando a sintonia da Escola com o contexto no qual os Juruna estavam vivendo. A importância atribuída aos Juruna e a Terra Indígena Paquiçamba para sediar o I Encontro dos povos Indígenas do médio Xingu (Figura 1) colocava os Juruna como protagonistas não apenas diante de si, mas diante dos outros.



Figura 1 - I Encontro dos Povos Indígenas do médio Xingu
Fonte: Marcos Reis, CIMI, 2021

A nominação da escola remetendo ao nome da índia Korina Juruna expressa o reconhecimento que os Juruna vão passar a atribuir aqueles que foram importantes em suas histórias de vida, de maneira que a escola e todas as atividades empreendidas por ela, por extensão, assumem um papel de destaque no processo identitário vivido por eles. Segundo Bourdieu (2004, p.162) "as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem constituem o alvo por excelência da luta política. Nessa perspectiva, o fato de os Juruna se nomearem e nomearem a escola constitui um ato político que passa por novas categorias de percepção de si e do mundo. Assim como no passado Fortunato Juruna buscou o avô Muratu, no presente as novas gerações buscavam a imagem da Korina Juruna para se manterem unidos na luta pelo então, agora território Juruna.

Este processo vai ser observado claramente no nascimento das novas crianças, cujos pais vão fazer questão de declarar a identidade indígena no registro civil dos filhos. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.143...), a "nominação não é somente um aspecto particularmente revelador das relações interétnicas, ela é por si própria produtora da etnicidade". O fato de os Juruna fazerem

questão de declararem a identidade indígena oficialmente demarca uma nova consciência étnica e novos posicionamentos diante dos outros, pois ter um registro que oficialmente reconhece a identidade indígena reveste os Juruna de um poder no contexto de luta política.

Na concepção das entidades, esses Encontros funcionavam como intercâmbios, trocas de experiências, vivências e lutas, sendo um modo de impulsionar o movimento indígena local e contribuir para a construção de alianças entre eles e com outros povos indígenas do Pará e do Brasil.

Deste modo, o processo formativo se estendia também para a participações em Encontros e Cursos promovidos pelo CIMI nacional, geralmente envolvendo discussões sobre política indigenista, a questão dos grandes projetos na Amazônia, os debates sobre educação escolar indígena e sobre os direitos indígenas, ou seja, os Juruna vinham se construindo nessa trajetória formativa capitaneada pelo CIMI. Neusiane Juruna lembra da dinâmica adotada pelas professoras do CIMI:

> Elas falavam muito da autonomia, a autonomia do povo Juruna. Pra você ter mais autonomia do que você quer, do que você quer pra si, do que você quer trabalhar em sala de aula, o assunto. Ah! Eu não quero trabalhar tal assunto. Trazer a identidade dos nossos filhos pra eles reconhecerem quem eles são, a importância, né. Então, hoje o trabalho delas se destaca nessa parte de você se impor na verdade! (Entrevista, Neusiane Juruna, 2021).

A autonomia foi destaca por esta indígena como algo que era trabalhado pelas professoras-missionárias e que, na sua visão, seria "aquilo que você quer, o que você quer pra si" , definir o que é importante para o povo Juruna, "de você se impor". Para ela, a autonomia passava pela questão da identidade: "trazer a identidade dos filhos para que se reconhecesse quem são e da importância de se reconhecerem quem são.

Essa metodologia de ensino passava por trabalhar a subjetividade do "ser indígena". As estratégias adotadas pelas professoras-missionárias demonstram todo o saber fazer da prática pedagógica missionária, que era cuidadosamente observada pelos Juruna. Neusiane Juruna explicou que uma das ferramentas utilizadas era a coleta dos depoimentos dos mais velhos, a observação da cultura, além das pesquisas que faziam sobre a cultura Juruna. Tais informações elas transformavam em apostilas pequenas que eram socializadas e, em outros momentos que Neusiane Juruna denominou de "conversas paralelas", as professoras também iam reforçando a importância da identidade indígena:

> Elas tinham muitas ferramentas, questão de depoimentos dos mais velhos. Elas pegavam muitas informações. Elas observavam e colhiam alguns materiais de história e algumas coisas sobre a cultura indígena, do povo Juruna. Então, elas transformavam essas pesquisas em material em apostilazinha pequena. Em conversas, mesmo paralelas e perguntas, então elas falavam da importância da identidade (Entrevista, Neusiane Juruna, 2022).

A pedagogia de Paulo Freire com os princípios da participação e o diálogo com a comunidade indígena construiu um olhar atento e cuidadoso para a cultura das pessoas do lugar, bem como para os saberes, modos de pensar e agir. Essa pedagogia alicerçou a prática pedagógica constituindo uma cultura escolar engajada e com forte compromisso social e político. Seus professores e professoras criaram vínculos de empatia com os indígenas e suas práticas pedagógicas moveram estruturas da memória Juruna. A escola foi transformada em um espaço político e estratégico importante dentro da TI Paquiçamba. Um espaço de poder no qual conhecimentos poderosos foram manejados.

A linguagem acionada pela escola entre os Juruna questionou estruturas de dominação e exclusão vivenciadas pelos Juruna. O poder organizativo foi importante para a formação de novas lideranças Juruna, bem como de professores indígenas que subsequentemente assumiriam as futuras escolas em suas aldeias. A escola a partir de suas práticas permitiu aos Juruna a elaboração de novos sentidos as suas histórias, identidades e a realidade em que viviam.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In. BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 149-168.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, UnB, 1976.

CARDOSO, Mauricio E. Por uma História cultural da educação: possibilidades de abordagens. **Cadernos de História da educação**, v. 10, n.2, 2011, p. 287-302.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Difel, 1985.

ESCOLANO, Agustín. **A Escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas, São Paulo: Alínea, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à pratica educativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Petrópolis, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

KHOURY, Yara. Narrativas orais na investigação social. **Projeto História**. São Paulo, v. 22, p.79-104, 2001.

LOPES, T. Marta. GALVÃO, Ana M. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17-62.

PESAVENTO, Sandra. **História e História cultural**, Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FERNAT, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, São Paulo: UNESP, 1998.

SARAIVA, Marcia Pires. **Identidade multifacetada**: a reconstrução do ser indígena entre os Juruna do médio Xingu. NAEA: Belém, 2008.

SARAIVA, Marcia Pires. **Vai dá muito trabalho!** Cultura Escolar, História e Educação (ões) entre os Juruna da TI Paquiçamba, Xingu- Pará (1994-2014). 2023, 331f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2023.

SUESS, Paulo. **Em defesa dos povos indígenas**: Documentos e legislação. Loyola, São Paulo, 1980.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História de la educacion y história cultural: possibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, p. 63-82, 1995.

GT 04 - movimento sociais, étnicos e ambientais: levantes na américa latina

A LUTA PELA TERRA POR POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: TENTATIVA DE EXPROPRIAÇÃO DA AMAZÔNIA PARAENSE

Larissa Marinho da Costa[1] (UFPA),
Solange Maria Gayoso da Costa[2] (UFPA)

Resumo: O presente artigo buscou evidenciar que o modelo de des-envolvimento se mantém na atualidade, articulando velhas e novas relações entre os governos, empresas e povos tradicionais. Para tanto, além de trazemos uma pesquisa bibliográfica tendo os principais conceitos do des-envolvimento e da r-existência, temos a pesquisa documental em mecanismos áudio visuais – canais de Youtube e programas de Podcast que trazem as vozes dos povos e comunidades tradicionais. Nos quais, demonstram que os empreendimentos têm se configurados como projetos de morte. Sendo necessários os processos de r-existência para a defesa da terra/territórios dos povos e comunidades tradicionais, os quais foram categorizados em: fortalecimento da identidade; mobilizações, organização/articulação política; reivindicação da efetivação dos direitos estabelecidos legalmente e; uso da contrainformação.

Palavras-chaves: Luta sociais; povos e comunidades tradicionais; r-existência; expropriação na Amazônia paraense.

INTRODUÇÃO

As denominadas políticas de desenvolvimento implementadas na região Amazônica pelos governos nacionais e locais reproduzem lógicas territoriais, práticas e usos que re-significam o território num processo contínuo de reorganização das relações de disputa envolvendo governos, empresas e povos tradicionais.

Porto Gonçalves em análise sobre esse modelo de des-envolvimento afirma que se trata de um modelo destruidor, pois, tira o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com o seu território; subverte o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens e mulheres entre si e destes com a natureza, individualizando-os e envolvendo-os cada um (os desterritorializados) em uma nova configuração societária, a capitalista, através de técnicas e dispositivos sociais e políticos empregados para promover esse des-envolvimento, tais como a privatização das terras e dos recursos de uso comum (Porto-Gonçalves, 2006).

As políticas de des-envolvimento materializada nos planos e planejamento do Estado autoritário e na implantação de "grandes projetos" a partir da década de 1960 do século XX, via os povos tradicionais e seus modos de vida como osbstáculos a modernização pela lógica capitalista. Nessa lógica, aqueles que não conseguirem se incorporar a este modelo estão destinados a desaparecer.

Ante ao exposto, o objetivo deste trabalho é evidenciar que tal modelo se mantém na atualidade articulando velhas e novas relações entre os governos, empresas e povos tradicionais.

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), Brasil. Email: lmc.larissa2@gmail.com.

[2] Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), Brasil. Email: solgayoso@ufpa.br

Como se organizam e re-existem os povos tradicionais na Amazônia paraense em meio a expropriação de seus territórios pelo capital?

Para responder tal questão foi realizada pesquisa documental em materiais audiovisuais de registros dessas lutas na Amazônia Paraense: sendo selecionados 16 (dezesseis) canais do Youtube, contabilizando 162 vídeos com a temática relacionada, e, depois de segunda análise em que visualizarmos dos conteúdos na integra, a quantidade total de vídeos tabulados, foram 101 vídeos com conteúdos relacionados a r-existência dos povos e comunidades tradicionais em que demarcam os seus posicionamentos.

E também foram selecionados 71 episódios de 6 (seis) programas de Podcast[3] para análise inicial a partir dos assuntos, após a escuta na integra ficaram para tabulação 52 (cinquenta e dois) escolhidos para nosso estudo. Os critérios de inclusão para a escolha de ambas as ferramentas foi a afinidade ao tema, corte espacial da Amazônia paraense, ter acesso gratuito, e terem falas dos povos e comunidades tradicionais relacionada a investida do Estado e do capital por meio dos grandes empreendimentos. No quadro a seguir podemos visualizar estes canais e episódios selecionados:

Quadro 1: Lutas na Amazônia Paraense: nos materiais áudios visuais

TIPO DE AUDIOVISUAL	NOME	QUANTIDADE	TOTAL
Canais do Youtube	Filhos do Quilombo África e Laranjituba	15	**101**
	MAB Brasil	16	
	MAM Nacional	2	
	Movimento Sem Terra	5	
	Movimento Tapajós Vivo	7	
	Via campesina Brasil	3	
	Comunidade Quilombola Gibrié de São Lourenço	4	
	Lailson Azevedo	5	
	SELVAGEM ciclo de estudos sobre a vida	4	
	SINTEPP Abaetetuba	1	
	Vozes Latina	2	
	Amazônia Real	2	
	Marcelo Cruz	1	
	Brasil de Fato	5	
	CLACSO TV	1	
	FASE - Solidariedade e Educação	27	
Programas de Podcast	Banzeiro	11	**52**
	Cepedis	1	
	Café Regional	10	
	Descoloniza! Ocareté	2	
	Programa Tipiti	26	
	Vozes de Vale(m)	2	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

[3] Os episódios do Café Regional e do Programa Tipiti analisados foram áudios postados pelo aplicativo de mensagem da Frente em Defesa dos Territórios, pois, no site a qual estão vinculados estavam incompletos.

Sobre as características dos canais do Youtube, temos: a) Área de afinidade: Movimentos Sociais, Independentes e, ONG; b) Tipos: Expressões de resistência e o fortalecimento da identidade (5), Denúncia (5), Debate (2) e, Organização da luta (4); c) Principal fala: Povos e comunidades tradicionais. E relacionado aos programas de Podcasts: a) Área de afinidade: Independentes; b) Tipos: Denúncia (2) e, Organização da luta (4); c) Principal fala: Povos e comunidades tradicionais.

Para tanto, o presente artigo é dividido em duas principais seções, a primeira com o debate do des-envolvimento e da r-existência a partir das tentativas de expropriações de territórios tradicionalmente ocupada na Amazônia Paraense e; a segunda com as análises da luta pela terra/território nas fontes de pesquisa; seguida das considerações finais.

1- A LUTA PELA TERRA EM MEIO AS TENTATIVAS DE EXPROPRIAÇÃO DA AMAZÔNIA PARAENSE: R-EXISTÊNCIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICONAIS

O debate de des-envolvimento, parte da ideia eurocêntrica de um conhecimento unidimensional, negando outras racionalidades, como a dos povos e comunidades tradicionais. O que nega o entendimento que o território é constituído/construído pelos sujeitos e que em um mesmo território existe múltiplas territorialidades.

Com base nos estudos de Porto-Gonçalves, os autores Malheiros e Cruz (2019) definem o des-envolvimento, afirmando que é:

> [...] tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém como o seu espaço, com o seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens e mulheres entre si e destes com a natureza; é não só separar homens e mulheres da natureza, como também separá-los entre si, individualizando-os (Malheiros; Cruz, 2019, p. 19).

E ao separá-los, envolve-los na lógica capitalista. O que torna comum para esses contextos as expropriações de territórios tradicionalmente ocupados. E quando tratamos do processo sócio-histórico de ocupação da Amazônia, em que trouxe consigo grandes empreendimentos, pensados pelo Estado e pelo capital para o desenvolvimento "dos de fora", quanto que a população que tradicionalmente habita, são tratadas como descartáveis.

Sendo assim, a Amazônia sempre foi entendida enquanto uma *região periférica de um país periférico*[4], inserida na economia capitalista global, em que se investiu na colonização. Os povos que aqui habitavam foram submetidos a uma tentativa de alterarem o seu modo de vida e a um uso

[4] Porto-Gonçalvez (2017).

massivo de violência (que foi da catequização forçada até o extermínio). Portanto, a possibilidade de existência está nas lutas sociais.

Desse modo:

> [...] as lutas de resistências contra as formas de dominação étnico-raciais têm uma longa duração de existência na história da modernidade/colonial, contudo, durante um longo tempo, não tinham tanta importância/expressividade como têm hoje no âmbito mais geral das lutas sociais na América Latina e, por isso, muitas vezes permaneciam numa zona de sombra, num ponto cego da teoria social. Hoje, todavia, esses fenômenos intensificaram-se e generalizaram-se, ganhando maior visibilidade no momento atual (Cruz, 2011, p. 62).

As situações de conflito na luta pela terra/território dos povos e comunidades tradicionais[5] que envolvem em muitos casos o Estado, o qual passa a ser violador de direitos, pois é o:

> [...] agente ordenador do território que através da construção de infraestruturas (barragens, campos de treinamento militar, base de lançamento de foguetes, áreas reservadas a mineração, áreas de conservação, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) vêm afetando, de várias maneiras, os territórios dessas populações (Cruz, 2007).

Além disso, legitima políticas públicas e a instalação de empreendimentos indicando "um movimento que contraria o projeto de sociedade plural [defendido pelos povos e comunidades tradicionais], do ponto de vista das identidades culturais e das particularidades territoriais", mudanças aceleradas principalmente a partir da década de 1970, com a política de desenvolvimento para a Amazônia brasileira (Castro *et al.*, 2014, p. 14, grifo nosso).

Em meio as obras de infraestrutura que promovem a abertura de estradas, rodovias e ferrovias, construção de portos de escoamento, exploração mineral, o agronegócio e a implantação de hidrelétricas, "[...] também são caminhos indígenas, quilombolas, de pescadores, de camponeses a apontar outros horizontes de sentido" (Malheiro, 2019, p. 26).

Para essa lógica toda, os processos de r-existência se fazem necessário de maneira constante, nos quais os povos e comunidades tradicionais lutam pela sua existência e seus modos de vida. E para a construção desse debate temos as análises de Porto-Gonçalves das lutas pela natureza, que se trata da luta pela vida (2006, 2015), o qual significa-a como:

[5] Utilizamos o entendimento de Little (2004, p. 251-252) de que o Brasil é formado de uma diversidade fundiária, de suas múltiplas sociedades indígenas, as quais constituem o núcleo dessa diversidade. Todavia, há comunidades remanescentes de quilombos em todo território nacional e ainda outras formas distintas de comunidades: "açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçairas, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praicrios, sertanejos e varjeiros". A essa diversidade de combinações que chamamos de povos e comunidades tradicionais, o que está ligado à questão do território e as semelhanças nas "suas reivindicações e lutas fundiárias".

> [...] mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas (Porto-Gonçalves, 2006, p. 165).

Hurtado e Porto-Gonçalves (2022) ainda destacam, que os autores Enrique Leff, Alban Achinte, Arturo Escobar e Catherine Walsh, percebem esse conceito como um reinventar, se utilizando de formas criativas em suas estratégias de luta, enquanto maneira de reafirmar a sua identidade.

E Valter Cruz (2011, p.185) que se utiliza do conceito de r-existência, como forma de resistir a dominação do "poder econômico, político e cultural", na qual os sujeitos partem de "uma ação de r-existência como forma de afirmação de sua sobrevivência física, social e política" (Cruz, 2011, p. 45).

E acrescentamos, também, a reflexão de Cruz (2011, p. 151) nesse contexto das lutas sociais dos "movimentos de r-existência" são denominados assim:

> [...] pois não só lutam para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam essas populações, mas também por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar.

Isso ocorre, pois, os movimentos sociais passam ter suas próprias estratégias e forma de pensar sobre o que lhes é imposto, como assevera Hurtado e Porto-Gonçalves (2022, p. 3):

> Movimientos sociales con sus estrategias de territorialización y re-territorialización cotidianas, cuestionan lo establecido, renuevan las formas de analizar e interpretar la realidad y conducen una revisión de la teoría, para encontrar otras formas de expresar lo que está sucediendo en los territorios, en las disputas históricas y cotidianas.

A luta pela vida é construída no cotidiano e por meio das articulações de movimentos sociais e grupos de mobilização política, as quais são pensadas a partir das realidades cotidianas locais, principalmente as atreladas a questão da afirmação da identidade (povos tradicionais) dos sujeitos, no enfrentamento, não exatamente aos projetos de caráter desenvolvimentista, mas sim a toda essa lógica de territorialização do capital materializada neles. E nesse sentido, que a próxima seção versa sobre a materialização desta realidade que nos foi imposta, e a qual é necessário se r-existir todos os dias, o que é demostrado por meio das análises da pesquisa.

2- DES-ENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA PARAENSE: UM ESTUDO DA R-EXISTÊNCIA DIANTE DOS PROJETOS DE MORTE

Com a pesquisa nos mecanismos áudios visuais, identificamos em territórios tradicionalmente ocupados empreendimentos construídos ou planejados e, também empresas, as quais estão relacionadas a essa lógica capitalista no Pará, sendo estes:

- Barragens e Usinas Hidroelétricas (UHE) de: Santo Antônio e Jirau, Belo Monte, Tucuruí, São Luiz do Tapajós;
- Rodovias/Ferrovia/Hidrovia: BR 230, BR 153, Rodovia Liberdade, Ferro Grão e, Hidrovia Tocatins-Araguaia;
- Mineradoras: Hydro, ALCOA, Imerys Rio Capim e, Belo Sun;
- Portos privados: Porto da Cargill;
- Empresas de monocultivo: AGROPALMA; Alumar;
- Empresas de energia elétrica: Norte Energia, Linhão de energia;;
- Outros: Lixão de Marituba; Complexo Industrial de Marituba e, REED+.

Em vista disso, para além identificarmos os empreendimentos precisamos dar voz aos que estão sendo atingidos diretamente por essa lógica, os quais são os verdadeiros donos, povos e comunidades tradicionais com um modo de vida em que seus territórios fazem parte da sua existência.

Sujeitos que lutam pela permanência em seus territórios, a pesquisa mostrou aproximadamente 26 (vinte e seis) povos e comunidades, sendo elas: Etnia Caeté, Samauma, comunidade quilombola Moju-miri, comunidade quilombola Cacual, comunidade quilombola África e Laranjituba, comunidade quilombola São Sebastião do Burajuja, comunidade quilombola Gibrié de São Lourenço, assentamento Dalcídio Jurandir, povo Wapichana de Rorraima, povo Huni Kuin, povo huni kuin, aldeia Xiku Kurumi, comunidade quilombola Porto da Balsa, povo Tembé, povo Yanomami, Comunidade agroextrativista do Pirocaba, comunidade quilombola Abacatal, assentamento Roseli Nunes, etnia Munduruku, RESEX Chico Mendes, comunidade quilombola Sítio São João, comunidade quilombola Sítio Cupuaçu, comunidade quilombola Sítio Conceição, comunidades da ilha do Capim e, PAE Lago Grande.

Percebemos, assim, a diversidade da população tradicional atingida: etnias de povos indígenas, comunidades agroextrativistas, comunidades quilombolas e, assentamento rural. O que Alfredo Wagner de Almeida (2008, 2012) categoriza como “povos da floresta”, e vem afirmar que a diferenciação é devida as suas territorialidades específicas, dessa relação com a terra: indígenas,

quilombos, babaçuais livres, faxinais, fundos de pasto, comunidades ribeirinhas, além dos fatores indenitários que as constituem e os quais possuem modos efetivos de se organizar em comunidade.

Em meio ao des-envolvimento imposto pelo capital, se gera desastres/crimes socioambientais e territoriais nos territórios tradicionalmente habitados. Desta forma, destacamos no quadro a seguir trechos de falas dos sujeitos atingidos desses impactos que as ações do Estado e do capital já vem causando para estas populações, os quais destacamos cinco empreendimentos, um em cada eixo: Barragens e Usinas Hidroelétricas (UHE); Rodovias/Ferrovia/Hidrovia; Mineradoras; Portos privados e; monocultivo/agronegócio:

Quadro 2: Perdas e danos na Amazônia Paraense: depoimentos dos povos e comunidades tradicionais

EIXO	TRECHOS DAS FALAS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
UHE DE BELO MONTE	Depois que fechou as comportas começou a matar, nossas matas, apodreceu as nossas plantas, nos contaminaram, entendeu?! Começamos a **perder nossas lavouras**, nossas ilhas, margens de nossas ilhas tão se acabando, entraram três ou quadro homens **derrubando nossas terras**, [...] **peixe não existe**, nós que vivia da pesca, não existe, as nossas crianças, todos os dias eu trago pessoas contaminada [...] com **doença** da água, nós *tamo* com três **pessoas falecida**, comprovamos com o médico que foi da água, e **não existia isso** (Baiana, ribeirinha, BANZEIRO, 2021).
BR 135	A gente sente o racismo ambiental todos os dias, é só olhar pela janela de casa e ver a BR 135 **invadindo nosso território**, **matando pessoas, animais, árvores centenárias e os igarapés**. A BR 135 invadiu o nosso território a mais de 50 anos, a gente **nunca foi Consultado**, agora o governo federal junto com o governo do maranhão quer duplicar a rodovia passando por cima dos nossos direitos de novo, estamos brigando pelo direito de sermos ouvidos antes [...]. A gente está se articulando com outros territórios pra construir o nosso Protocolo de Consulta, nesse cenário racista de retrocessos [...] (Zica Pires, pedagoga e liderança quilombola, do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão, Vozes que Vale(m) de 27/06/2021
HYDRO/ ALUNORTE	**Deixamos de pescar, porque a água tá contaminada**, o peixe tá contaminado, a gente por exemplo se a gente for pescar, a gente pega um peixe com gosto só de perfume, essas coisas ai, o peixe, o camarão, aquele gosto de perfume, ai nós levantemos a pescaria. Agora nós começamos a pescar de novo, ai veio esse impacto, ai pronto tudo parado [transbordo da bacia de rejeito da Hydro em 2018], ai **ninguém pesca, ninguém põe matapi**, tá tudo parado de novo (Paulo José comunidade Gibrié, Vazamento, 2018)
CARGILL	A Cargill a todo custo tem **tentado entrar nos nossos territórios**, cooptar moradores, **cooptar lideranças** e tentar convencer de que o modelo de projeto dela é o modelo mais adequado pras nossas comunidades. Nós não queremos a Cargill nos nossos territórios, nós não queremos ser consultados pela Cargill, nós queremos que o estado faça valer o que nos é assegurado na Convenção 169 e, ela é bem clara quando diz que o governo tem que assumir a responsabilidade com esses povos e garantir a participação dessas comunidades na tomada de decisão, tendo em vista principalmente garantir os nossos direitos e o respeito pela nossa integridade. [...] o modelo de projeto da Cargill é um projeto que não nos interessa, é um projeto que não visa o desenvolvimento da nossa população da nossa região, é um projeto inteiramente capitalista e esse tipo de projeto, *nós não vamos* aceitar nos nossos territórios (Graziele, moradora da ilha do capim, Programa Tipiti, 2021)
AGROPALMA	Ele diz que preserva o meio ambiente, **não protege de jeito nenhum**, esse rio Acará eu já cheguei, **meti a mão no óleo assim e veio na minha mão** (Raimundo Nonato - quilombola da comunidade Balsa, PARÁ, 2022)

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Entre os cinco empreendimentos citados tem em comum, além da degradação da natureza que faz parte da identidade do povos e comunidades tradicionais[6], temos o Estado que não assumindo o seu papel, dentre ele o princípio fundamental da dignidade humana regido pela Constituição Federal de 1988, e também entre os direitos o que versa a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no seu artigo 2º, no qual o Estado tem o dever de "proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade".

Em detrimento desse contexto temos os processos de r-existência, que são construídos no cotidiano dos povos e comunidades tradicionais, como menciona Hazeu (et al., 2017, p. 2) "a resistência, construída no cotidiano e tornada pública em momentos decisivos ao enfrentamento do capital". Podemos identificar na pesquisa como tem sido os processos de r-existência, os quais foram categorizados em: fortalecimento da identidade; mobilizações, organização/articulação política; reivindicação da efetivação dos direitos estabelecidos legalmente e; uso da contrainformação.

Quadro 3: Processos de resistência dos povos e comunidades tradicionais no enfrentamento de processos de expropriação em defesa dos seus territórios

CLASSIFICAÇÃO	CANAIS DO YOUTUBE	PROGRAMAS DE PODCAST
Fortalecimento da identidade	Projeto de fortalecimento da economia tradicional; Manutenção da cultura tradicional com música, dança, poesia, artesanato e mística; Manter seus modos de vida como a fabricação da farinha; Investimento na agroecologia e da soberania alimentar; Permanecer nos seus territórios com a atividade tradicional da roça, festas religiosas; Manter a natureza preservada; Passagem da história e da medicina tradicional através da comunicação oral, da arte e de livros	Plantar sem veneno; Reflorestar áreas desmatadas; Retirar da natureza somente o necessário para sobrevivência; Encontros para a articulação; Permanência nos seus territórios; Uso da agroecologia; Reconhecimento enquanto comunidade quilombola; Manutenção da cultura tradicional; práticas dos chamados mutirões que eram os trabalhos coletivos; Saberes ancestrais, como a música, dança; Doação de alimento; Plano de Uso; Autodemarcação do território
Mobilizações	Mobilização; Ocupações de barragens e de ruas; Protesto; Resistência popular; Manifestação	Realização de protesto contra os empreendimentos e em defesa dos territórios; Greve
Organização/Articulação política	Organização do coletivo; Organização do movimento social; Participação do povo nas discussões; Parceria com igreja católica, MP, Defensoria Pública do Estado do Pará, Universidade,	Organização do movimento social; Organização política através dos Federações, Coletivos e Pastorais; Campanha de sensibilização da comunidade; Aliança dos povos da floresta;

[6] Porto Gonçalves (2006, p. 42) afirma que "o território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele".

	FASE e a MALUMBO; Participação de representantes dos movimentos sociais em Audiências Públicas; Organização em Associação de moradores	Parcerias como MPF e MPE; Participação dos debates públicos; articulação povos da floresta e da cidade
Reivindicação da efetivação dos direitos estabelecidos legalmente	Negociação junto ao governo de construção de assentamentos; Assembleias populares na presença de autoridades governamentais; Cobrança das autoridades; Protocolo de consulta	Denunciar as violações de direitos; reconhecimento pela FUNAI; Protocolo de Consulta; Luta pelo seu título coletivo e dizer não ao individual
Uso da contrainformação	Encontro e eventos; Processo de formação popular; Cartografia social do território; Produção do vídeo com as denúncias e protestando	Denúncias por meio de veículos de comunicação; formas de contrainformação; Cartas denunciando as violações de direitos; Informar a comunidade

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Além de podemos visualizar os processos de r-existência frente aos projetos de morte, o estudo mostra também os povos e as comunidades tradicionais, tem lutado por: serviços públicos e políticas públicas de qualidade, contra ameaças de empreendimentos; contra a grilagem de terras, as queimadas, as violações de direitos; por emprego e renda; pela reforma agrária; por regularização fundiária. E principalmente para a permanência em seus territórios exercendo suas tradicionalidades.

E no que se refere as formas organização, a pesquisa indicou: movimentos sociais consolidados, como Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Sem Terra (MST); sindicatos, como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Santarém; movimentos religiosos, como a CARITAS e a Pastoral da Juventude Rural (PRJ) e; parcerias com Organizações não-governamentais, como a Assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Terra de Direitos, além do Ministério Público, Defensoria Pública do Estado do Pará e a academia.

Todavia, a maior incidência foi das associações, como a Associação da Comunidade Remanescente de quilombo do Ramal do Bacuri, Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Gibrié de São Lourenço e Associação da ilha do Capim; frentes, como a Frente em Defesa dos Territórios e; os comitês, como o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e o Comitê Dorothy.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia é cenário de conflitos socioambientais e territoriais, mediante a expansão dos grandes empreendimentos. E entendemos que diante de um contexto de expropriação, de violação de direitos e de tendência de avanço da territorialização do capital, somente a r-existência pode freá-lo, ainda que os avanços não sejam permanentes, pois, para tal, seria necessária uma mudança societária, se faz necessário essa luta diária. Contra essa racionalidade eurocêntrica, precisaram r-existir para continuar existindo.

A pesquisa nos mecanismos áudios visuais indicou que os projetos de morte traduzidos como Barragens e Usinas Hidroelétricas (UHE); Rodovias/Ferrovia/Hidrovia; Mineradoras; Portos privados e; monocultivo/agronegócio, tencionam as articulações/mobilizações políticas por povos e comunidades tradicionais.

Os quais se organizam, segundo a pesquisa, de variadas formas principalmente por *associações*, *frentes* e *comitês*, o que coaduna com o conceito de unidades de mobilização de Alfredo Wagner de Almeida (2004), nos quais possui uma mobilização continuada, em que grupos não necessariamente homogêneos se articulam por interesses específicos, motivadas por uma intervenção do Estado, nesse caso os projetos de infraestrutura e logística ou projetos de morte.

E essa articulação é materializa em processos de r-existência, os quais, nossas análises categorizaram em quatro tipos: fortalecimento da identidade; mobilizações, organização/articulação política; reivindicação da efetivação dos direitos estabelecidos legalmente e; uso da contrainformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Terra tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, v. 6, n.1, p. 9-32, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71. 2012.

ALMEIDA, A. W.B. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BANZEIRO. Ibama renovação de licença de operação de Belo Monte. Entrevistados: Baiana, ribeirinha, 2021. Disponível: <xinguvivo.org.br>. Acesso em: 11/01/2023.

BRASIL. **Decreto n. 10.088 de 05 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 2004.

CASTRO, E. R. *et al*. Mega projetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia. *In.*: CASTRO, E. R.; FIGUEREDO, S. L. (org.). **Sociedade, Campo Social e Espaço Público**. Belém: NAEA, 2014, p.14-42.

CRUZ, V. C. Comunidades tradicionais, (re)configurações indenitárias e lutas sociais por reconhecimento de territórios na Amazônia. **Revista Fluminense de Geografia**, Niterói, Seção Niterói, ano 3. 2007.

CRUZ, V. C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

HURTADO, L. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Resistir y re-existir. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 53. p. 1-10. 2022.

IBGE. [**Censo Agropecuário**]. [Rio de Janeiro], 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/. Acesso em: 16 out. 2022.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**, Rio de Janeiro, p. 251-290. 2004.

MALHEIROS, Bruno Cezar; Cruz, Valter do Carmo. Geo-grafia dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **GEOgraphia**, vol:21, n 21, nº 46, p. 18-31, 2019. ISSN: 2674-8126.

MARQUES, G. A incorporação amazônica no desenvolvimento capitalista brasileiro. **Revista de Estudos Paraenses**, Belém, p.67-88, 2010.

PARÁ | BdF confirma a existência de três cemitérios quilombolas em área ocupada pela Agropalma. [S.I.: s. n], 2022. 1 vídeo (3:32 min.). Publicado pelo canal Brasil de Fato. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dnpuF-aqgCY>. Acesso em: 08/07/2022.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios**: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. p. 37-52, 2006. Disponível em: https://posgeo.uff.br/wp-content/uploads/sites/256/2020/06/texto_carlos_walter.pdf. Acesso em: 02/01/2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PROGRAMA TIPITI. Impactos do porto da Cargill e da Hidrovia Tocantins – Araguaia em debate. Entrevistados: Carlos Bordalo (deputado estadual, presidente da Comissão de DH da ALEPA-PA), Graziele, moradora da ilha do capim, 2021. [*S. l.*]: FASE Amazônia, Acesso: 21//01/2023.

VAZAMENTO de Rejeito da Hydro Alunorte, em Barcarena. [S.I.: s.n], 2018. 1 vídeo (11:01 min). Publicado pelo canal MAM Nacional Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7VFOZqVFFNE. Acesso em: 17/06/2022.

VOZES QUE VALE(M). A importância da Convenção 169 da OIT como freio do racismo ambiental. Entrevista: Zica Pires, pedagoga e liderança quilombola, do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão, 2021. Disponível: https://open.spotify.com/episode/1YrrAxUEGgwWdnvDC3YsDd. Acesso em: 12/01/2023.

GT 04 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais: levantes na américa latina

PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS: INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DE TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS

Janaina Freitas Calado[1] (UEAP / PPGDAS – UNIFAP)
Raimunda Kelly Silva Gomes[2] (UEAP / PPGED - UNIFAP)
Marco Antonio Chagas[3] (UNIFAP)

RESUMO: Na dicotomia entre o insurgente e o ancestral, os Protocolos Comunitários se apresentam como instrumentos populares de defesa territorial. As iniciativas validam experiências participativas pela autonomia de decisões em relação a livre opção de pensar e viver das comunidades e seus territórios. Protocolos Comunitários são amparados na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e buscam proteger territórios ocupados por populações tradicionais através da criação de acordos comunitários e de instrumentos de governança. Propõe-se nesse ensaio documentar um trecho da história dos Protocolos Comunitários elaborados no Amapá e a interação dos protocolos com a Universidade. A primeira iniciativa aconteceu em 2014 no território do Bailique, distrito de Macapá, esta permitiu a pactuação de mecanismos de empoderamento social e econômico que garantem novas formas de renda, educação e proteção das comunidades. Em 2019, lideranças da Escola Família Agroecológica do Macacoari, inspiradas no exemplo do Bailique, mobilizaram comunidades localizadas na margem da foz do rio Amazonas e iniciaram a construção do protocolo da região autodenominada "Beira Amazonas". Apesar de processos diferentes de construção/criação, os objetivos de ambos protocolos são os mesmos: proteger os territórios, promover a organização social, garantir acesso a direitos básicos à população, discutir e implementar um planejamento territorial participativo e permitir que as populações ribeirinhas e extrativistas resistam ao Consenso das Commodities e ao neoliberalismo. Para além do resistir, o foco dos territórios que possuem protocolos comunitários é prosperar com seus modos de vida, aliando educação e produção sustentável para o bem viver das pessoas e enfrentamento à emergência climática.

Palavras-chaves: Governança territorial; Territorialidade; Amazônia; Resistência.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é uma categoria polissêmica, portanto possibilita diferentes análises teórico-práticas. Nesse espectro, o pluriverso constitui um campo epistemológico que contribui para o debate sobre o desenvolvimento amazônico, acolhendo retaguardas insurgentes de resistência ao Consenso da Commodities (KOTHARI et al, 2021; SVAMPA et al, 2019). As iniciativas de elaboração de Protocolos Comunitários ampliam-se em territórios amazônicos e validam experiências de planejamento participativo local pela afirmação e autonomia de suas decisões em relação aos modos de viver.

[1] Grupo de Integração Socioambiental e Educacional, UEAP. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, UNIFAP, Brasil. Email: janaina.calado@ueap.edu.br.
[2] Grupo de Integração Socioambiental e Educacional, UEAP. Programa de Pós-Graduação em Educação, UNIFAP Brasil. Email: raimunda.gomes@ueap.edu.br.
[3] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, UNIFAP, Brasil. Email: marco.chagas@unifap.br.

O desenvolvimento sustentável da Amazônia, dessa forma, prescinde de ajustes nos processos participativos de planejamento regional/local e consequentes arranjos nos instrumentos que possam equacionar as distâncias hierárquicas de poder político e de tomada de decisão. O que se percebe na prática é que mesmo nos governos progressistas prevalece o imediatismo desenvolvimentista com sacrifício das florestas e a subjugação da participação das comunidades ancestrais e tradicionais. A hipótese é que existe uma fantasmagórica relação teoria-prática que coloca os territórios amazônicos reféns dos planos nacionais de desenvolvimento neoliberais.

O Plano Amazônia Sustentável (BRASIL, 2008), por exemplo, elaborado para propor "cenários para um novo desenvolvimento regional", passou despercebido e se tornou camuflagem ambiental diante do Programa de Aceleração do Crescimento - PACs, ambos idealizados durante o governo Lula e sem qualquer transversalidade de processos participativos e correlação institucional programática pelo cuidado com a natureza e com as comunidades afetadas. Prevaleceu a agenda do Consenso das Commodities.

De modo otimista, o desenvolvimento sustentável abre espaço para a discussão do pós-desenvolvimento da Amazônia, entendido não como uma categoria revisitada, mas como um pluriverso de emergências que considere soluções baseadas na natureza, na democracia comunitária e na economia do cuidado (ESCOBAR, 2005; KOTHARI et al., 2021, ABRAMOVAY, 2022).

O Amapá é o território localizado mais ao norte da borda da floresta amazônica em transição para o oceano e com forte influência da descarga da foz amazônica. O Amapá é um pluriverso ecológico de alta vulnerabilidade ecológica e de resiliência em risco. A principal bacia hidrográfica do Amapá, que corta latitudinalmente o estado, tem resistido à exploração da natureza, com ciclos de mineração e de construção de hidrelétrica em seu alto/médio curso e criação extensiva de búfalos na planície.

No espaço costeiro do Amapá habitam várias comunidades ribeirinhas adaptadas aos ciclos das águas e a economia do cuidado. Entre essas comunidades, o território do Bailique e do Beira Amazonas protagonizam experiências libertárias de Protocolos Comunitários. São libertárias pela autonomia local aos processos excludentes de planificação governamentais. São comunitárias pela não hierarquização de participação e de poder. Protocolos comunitários são iniciativas amparadas na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que buscam proteger territórios ocupados por populações tradicionais através da criação de acordos comunitários e de instrumentos de governança (OIT, 2020).

Apesar das diferenças inerentes a cada processo de construção e criação, os objetivos de ambos protocolos são os mesmos: proteger os territórios, promover a organização social, garantir

acesso a direitos básicos à população, discutir e implementar um planejamento territorial participativo e, consequentemente, permitir que as populações ribeirinhas e extrativistas resistam ao avanço avassalador do neoliberalismo. Para além do resistir, o foco dos protocolos comunitários é prosperar com o modo de vida ribeirinho, aliando educação e produção sustentável para o bem viver das pessoas e dos territórios.

Entretanto, os Protocolos Comunitários não são processos autoimunes dos territórios e estão em constantes ameaças pelo clientelismo político e pela presença de estruturas de dominação capitalista. As ameaças determinam o futuro do território, com possível aumento da migração interegional e intensificação da ocupação das periferias da zona metropolitana do estado Amapá.

Propõe-se neste artigo demonstrar a história de uma construção colaborativa entre os protocolos comunitários e a Universidade como indicativo de reflexões e prospecções, a partir das experiências vividas nos territórios do Bailique e Beira Amazonas, na zona costeira estuarina do estado do Amapá.

PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BAILIQUE: 10 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA

O Arquipélago do Bailique é um distrito da cidade de Macapá, localizado na foz do rio Amazonas entre a costa do Amapá e ilhas do Pará. O território possui cinquenta e três (53) comunidades, distribuídas em oito (8) ilhas (ilha do Bailique, Brigue, Curuá, Faustino, Franco, Marinheiro, ilha do Meio e ilha do Parazinho) (PENA, 2014), com uma população aproximada de 7 mil habitantes (IBGE, 2023). Os moradores possuem modo de vida próprio, no qual as principais atividades econômicas desenvolvidas pela população são a pesca, o extrativismo vegetal, a construção naval e a agricultura de subsistência. Os ecossistemas típicos da região do Bailique são as florestas de várzeas, que se caracterizam por serem periodicamente inundadas pelas marés (MONTEIRO, 2018).

No Bailique, o processo de desenvolvimento do Protocolo Comunitário ocorreu entre os anos de 2013 a 2016, capitaneado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). O processo abrangeu habitantes de trinta e duas (32) comunidades, que participaram de oficinas de capacitação e encontrões (espaço para discussão e decisão sobre temas diversos considerados importantes pelos comunitários). O objetivo desta iniciativa foi “diminuir desigualdades estruturantes por intermédio da criação de um instrumento de proteção aos direitos da comunidade, gestão de seu território, manejo e uso sustentável dos recursos naturais” (AGOSTINI; RAMOS, 2020; p.03).

Os acordos estabelecidos, por meio do Protocolo Comunitário do Bailique, culminaram na criação da Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique (ACTB) e da Cooperativa dos Produtores Extrativistas do Bailique (AMAZONBAI), com o objetivo de fortalecer a economia

comunitária local por meio da produção do açaí. A cooperativa alcançou a primeira certificação FSC (*Forest Stewardship Council*) para açaí no mundo, que garante o manejo florestal sustentável, e em dezembro de 2022, conseguiu a certificação de produto orgânico (AMAZONBAI, 2024). Para além da visão produtiva do processo, o incremento de renda da comunidade está sendo destinado para um fundo educacional de apoio às Escolas Famílias que busca atender futuras gerações e diminuir o abismo histórico das desigualdades (FUTURE, 2023).

A ACTB é a organização responsável pela manutenção da articulação comunitária resultante do processo. Em 2023, realizou a revisita do Protocolo nas comunidades associadas, para a atualização e estabelecimento de novos acordos comunitários, com a finalidade de criar novas estratégias coletivas para desenvolvimento territorial sustentável, visando o fortalecimento das organizações locais, formação da juventude e engajamento social, como elementos basilares para a sustentabilidade da vida na Amazônia amapaense.

O PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BEIRA AMAZONAS

O Beira Amazonas é uma região localizada no Amapá, na margem direita do rio Amazonas com comunidades pertencentes aos municípios de Macapá e de Itaubal. As principais atividades econômicas praticadas pelas comunidades da região são a agricultura, o extrativismo, a pesca e a pecuária. A produção de farinha de mandioca e de vinho do açaí são as que se sobressaem neste contexto (GOMES; CALADO, 2020).

Na abrangência do território encontra-se a Escola Família Agroecológica do Macacoari e foi a partir desta organização que surgiu o interesse e a articulação necessária para se iniciar o processo de construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas em 2019. Desde sua articulação, passando pela agenda de encontros e mobilização, incluindo o período pandêmico, o processo foi de inúmeros desafios. Atualmente, o documento final do protocolo está em processo de finalização, e segundo o mesmo, a população do Beira Amazonas compreende seu território como um grande patrimônio, ecológico e cultural, que incidem na reprodução da existência das infinitas formas de vida que ela abriga; na convivialidade entre os povos/etnias/nacionalidades/grupos/classes sociais que nela habitam; com suas vivências que combinam elementos e características de diferentes modos de existir, construídos em contextos socioculturais variados, e com seus processos educativos e de territorialização afirmativos de seu pertencimento aos seus territórios (PROTOCOLO DO BEIRA AMAZONAS, *in prep.*).

A partir do protocolo foram estruturados dois importantes grupos: (1) O Grupo de Trabalho das Mulheres do Protocolo Comunitário, que com apoio do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), se organizaram em torno da cozinha comunitária do Beira Amazonas e se capacitaram

em eventos virtuais e presenciais com foco na questão de gênero e produção; (2) O Grupo de Trabalho da juventude do Protocolo Comunitário, que em 2020 e 2021 esteve em formações virtuais e presenciais promovidas pela Universidade do Estado do Amapá e IIEB, culminando no Encontrão do GT da juventude, evento *on line* ocorrido em março de 2021. Além disso, os produtores de açaí das comunidades integrantes do protocolo comunitário do Beira Amazonas recentemente ingressaram na AMAZONBAI, fortalecendo laços entre os protocolos do Bailique e Beira Amazonas e a cooperativa.

Entre 2022 e 2023, formações com a juventude, com as mulheres e com os associados da AMAZONBAI colaboraram no processo de transformação na percepção dos comunitários. Os jovens se tornaram mais ativos na luta pela defesa dos seus territórios, engajados nos grupos de organização social e com interesse no ingresso no ensino superior. A questão de gênero é amplamente debatida dentro das comunidades, com lideranças femininas presentes em associações e na própria "reivindicação" pelo espaço de fala nos debates abertos. Já os cooperados adequaram o manejo de seus açaizais, realizaram inventários florestais e protagonizaram a criação do fundo FUTURE para apoio às Escolas Famílias.

As comunidades do Beira Amazonas compreendem a necessidade de organização social para conseguir lutar por condições melhores de vida e implementação de políticas públicas no território. Observa-se um engajamento para mobilização e inserção de outros comunitários e da juventude no processo de organização.

UNIVERSIDADE E COMUNIDADES: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA O FORTALECIMENTO DOS PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS

As Universidades públicas, por meio da extensão universitária, buscam à superação das desigualdades existente, através da consolidação dos valores basilares da democracia, da cidadania e do estado democrático de direito, com a disseminação de conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos e inovadores. Na Amazônia, considerando a complexidade, singularidade e a pluralidade étnica, cultural, biológica, ecossistêmica e epistemológica, as políticas extensionistas devem reconhecer a necessidade de um diálogo que considere os saberes locais como integrador do processo de formação profissional e humano.

Na constituição Brasileira de 1988, a extensão universitária é reconhecida como um direito e uma responsabilidade das instituições de ensino superior. Esta visão, reforça a importância de programas de extensão que são desenhados, não só para disseminar conhecimento, mas também para dialogar com as vivências e necessidades da sociedade, criando-se um diálogo bidirecional entre a academia e a comunidade, enriquecendo ambos os ambientes.

Neste sentido, a extensão universitária assume um papel vital para a transformação social, na região Amazônica, especialmente no Amapá, onde observa-se experiências exitosas, em projetos sobre sustentabilidade e empoderamento comunitário, a exemplo, das construções coletivas desenhadas entre a Universidade do Estado do Amapá (UEAP), juntamente com territórios detentores de protocolos comunitários. Nesta construção, que foi comparada a confluência de um "rio de saberes" (GOMES; CALADO, 2022), a extensão universitária estabeleceu uma relação direta ao dar voz as populações em diferentes espaços universitários, no apoio a processos formativos e construindo politicas institucionais que refletem a realidade e catalisa mudanças sociais positivas, além do ingresso da Juventude no ensino superior.

Em paralelo, consolidou-se a extensão universitária, como uma linha de acesso e diálogo direto com as organizações comunitárias, que construíram seus protocolos comunitários, não apenas como um documento coletivo, mas como uma re-existência às dificuldades de acesso às políticas públicas, que garantem o bem-viver dos povos que se localizam nas áreas mais longínquas da Amazônia amapaense.

Neste cenário, a extensão universitária permitiu tecer, como pequenos artesões junto com a ACTB e ao comitê Gestor do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas, estratégias metodológicas para a revisita do protocolo comunitário, como uma aliança entre a universidade e a comunidade, deixando claro que o protagonismo é das lideranças e das comunidades. Essa construção bilateral, demonstra que a Universidade precisa compreender a descolonização como um processo interseccional de co-construção, com respeito as diferenças e a diversidade cultural de cada povo (SANTOS, 2019).

Nessa experiência, junto aos territórios do Bailique e do Beira Amazonas, foram construídos territórios formativos: um espaço/tempo/vivência que enfatiza a realidade dos povos amazônicos, ao considerar a cultura local, os ecossistemas naturais e as diversidades sociais como um processo pedagógico integrado. Aqui, a educação é enunciada como pilar das relações socioambientais e entre as instituições/coletivos/comunidades que trabalham juntas, compreendendo o envolvimento das pessoas como um compromisso que se sintoniza para superar os desafios que as populações enfrentam. As diversas cadeias produtivas da sociobiodiversidade mantêm esse ecossistema educativo integrado e sustentável, permitindo a perpetuação dos modos de vida das comunidades (GOMES; CALADO, 2022).

Destaca-se que a educação aqui discutida é a que conscientiza as pessoas para uma nova dinâmica social, em que cada um perceba seu papel no mundo, e ao compreender sua história contribua para a melhoria das classes oprimidas, o que nos lembra a afirmação de Paulo Freire (1997) "ninguém educa ninguém, mas ao mesmo tempo, ninguém se educa inteiramente sozinho, (...) os

homens se educam mediatizados pelo mundo". Portanto, as pessoas se educam mediadas pela realidade vivida, pautadas nos princípios da cooperação e da solidariedade na busca das transformações necessárias a uma sociedade democrática, consciente, justa e solidária.

A descolonização do pensamento aqui defendida amplia as possibilidades de narrativas com independência as metanarrativas iluministas universalistas. A proposta desta experiência é colocar as comunidades e seus saberes em protagonismo, não cabendo à universidade definir o que é prioritário para ação nos territórios. Os saberes das comunidades fazem parte do fazer extensionista no processo de intercâmbio e engajamento social.

Logo, entende-se que o diálogo promovido no processo leva a práxis transformadora, em que a universidade busca cumprir sua responsabilidade social e ao mesmo tempo oportuniza as comunidades o acesso às políticas institucionais condizente com sua missão e sua visão, ou seja, uma política propositiva em relação às ações humanitárias do ponto de vista da responsabilidade social da extensão universitária.

A integração entre universidade e comunidades agrega as dinâmicas socioambientais e educacionais dos Territórios Amazônicos, com uma visão de uma ecologia integral, em que os saberes locais integram a base do planejamento socioambiental de cada território. Nesse sentido, busca-se pelo diálogo permanente entre comunidades e universidade na construção de saberes híbridos e no fortalecimento de territórios formativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos tradicionais ribeirinhos amazônicos trabalham e produzem práticas cooperativas e diversificadas de uso e ocupação do território. A diversidade de seu trabalho é uma das principais características do povo ribeirinho, em múltiplas possibilidades de subsistência que os territórios amazônicos proporcionam.

Os Protocolos Comunitários são instrumentos de governança territorial que, através do seu inerente processo formativo, desenvolvem mecanismos de empoderamento social e econômico para garantir novas formas de renda, educação e proteção sustentável das comunidades que o compõem. Apesar de não garantirem a fixação dos moradores nos territórios ribeirinhos, os protocolos comunitários visibilizam resistências, existências e oportunidades.

As experiências dos territórios do Bailique e do Beira Amazonas, aqui brevemente relatados, apontam um caminho possível de enfrentamento ao Consenso das Commodities historicamente presente no modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia. A extensão universitária se apresenta como uma possível aliada, na retaguarda dos territórios, em um processo de formação profissional dialógico que promove a sustentabilidade e o desenvolvimento da vida na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. São Paulo: Elefante, 2022.

AGOSTINI, M. R.; RAMOS, R. P. **O Protocolo Comunitário do Bailique: cuidando da floresta e reduzindo desigualdades estruturais.** 2020. Disponível em: https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso83-OProtocoloComunitariodoBailique.pdf Acesso em: 10 jun. de 2022

AMAZONBAI. **Nossa História.** 2024. Disponível em: https://www.amazonbai.com.br/#nossa-historia. Acesso em 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira**. Brasília, 2008.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento? Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FUTURE. **Programa Interelos para Educação do Campo**. 2024. Disponível em: https://interelos.org.br/programas/educacao-do-campo. Acesso em: 10 mar. 2024.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas. **Rio de saberes:** vivências de populações tradicionais na construção de seus territórios de vida na Amazônia oriental-Amapá.1ª ed. Curitiba: CRV Ltda, 2022.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. **Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2021.

MONTEIRO, Igor Alexandre. Comuns em cercamento: uma análise do Protocolo Comunitário do Bailique, Amapá, Brasil. 145f. **Dissertação** (mestrado em desenvolvimento sustentável do trópico Úmido). Universidade Federal do Pará. Belém-AP, 2018.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Convenção nº 169.** Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf Acesso em: 20 mar. 2020.

PENA, R. A. Festa de Santo nas "ilhas que bailam" uma etnografia dos festejos em louvor a Nossa Senhora da Conceição em Vila Buritizal, Bailique (Macapá-AP). 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado Integrado de Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BEIRA AMAZONAS. No prelo.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

GT 04 – Movimentos Sociais e étnico-territoriais e levantes na América Latina e Caribe

URBANIZAÇÃO CAPITALISTA E O DIREITO À CIDADE: NARRATIVAS DAS LIDERANÇAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS QUE LUTAM PELA MORADIA NA CIDADE DE MACAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ

Vanessa Michele do Nascimento Araújo de Souza[1] (UNIFAP)
Marco Antonio Augusto Chagas[2] (UNIFAP)

RESUMO: O presente artigo que tem como título "Urbanização Capitalista e o Direito à cidade: narrativas de movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá, estado do Amapá" aborda a problemática do direito à cidade no contexto da urbanização capitalista, tendo como premissa a experiência de lideranças de movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá-AP. O objetivo desta pesquisa é contribuir para a discussão do direito à cidade na sua efetividade. Desse modo, as referências bibliográficas e pesquisa de campo colaboraram para responder ao objetivo proposto. A partir disso, buscamos demostrar como a garantia do direito à cidade na sociedade capitalista precisa ser pensada para além da entrega de moradias, que são fornecidas por meio dos projetos habitacionais no Brasil. Para auxiliar o desenvolvimento deste estudo, empregamos como metodologia a entrevista aberta não extrativa e as Epistemologias do Sul. Nesse contexto, obtivemos como resultado que as políticas urbanas que vêm sendo executadas no Brasil e, mais especificamente, na cidade de Macapá não têm garantido a todos o direito à cidade de forma completa.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Macapá. Moradia. Liderança. Ocupação.

INTRODUÇÃO

A garantia do direito à cidade na sociedade capitalista tem sido um dos grandes desafios no Brasil. Isso acontece porque a consolidação desse direito abarca outros direitos que vão além da casa própria. A ausência de moradia digna foi a motivação dos movimentos sociais que lutam pela causa, e a experiência desses movimentos sociais na luta pela moradia no país trouxe conquistas históricas que estão presentes na legislação brasileira.

A busca pelo direito à cidade tem tomado lugar central nas lutas sociais e tem servido como referência a inúmeros estudos. Para Lefebvre (1999a), o conceito de direito à cidade é construído da abstração da realidade e transformado em ação. Para Viveiros (2020), o processo de construção da cidade é complexo e conflituoso e essa condição acaba por exigir da pesquisa científica a elaboração/busca de novos métodos que dialoguem/se conectem com essa condição.

Viveiros (2020) acrescenta que, além do conhecimento dos diferentes conceitos sobre o direito à cidade, é indispensável que eles sejam usados como elemento de transformação da

[1] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, UNIFAP, Brasil. Email: (vanessaufpa@gmail.com)
[2] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, UNIFAP, Brasil. Email: (marco.chagas@uol.com.br)

realidade. Isso quer dizer que o conceito, que primeiro foi elaborado por Lefebvre (1991; 1999a; 1999b) e posteriormente estudado por outros autores contemporâneos (Lopes, 2019; Villalba; Maia, 2022; Viveiros, 2020), partiu da dimensão teórica e precisa ser usado nas práticas de lutas dos sujeitos sociais.

Assim, os autores sociais podem refletir sobre a sua práxis e o seu papel na luta pelo direito à cidade (Viveiros, 2020). Para a autora, ao buscar o aprofundamento teórico sobre a realidade e as vivências dos agentes sociais que defendem o direito à cidade, aponta que esse pode ser o caminho para se pensar a ação política desses sujeitos (Viveiros, 2020). Nesse sentido, Viveiros (2020) afirma que é indispensável adentrar o campo de ação dos agentes políticos que, em suas práticas, buscam conceitos que sustentam a ação contra-hegemônica.

Entende-se que essa relação que envolve a garantia do direito à cidade, aliada à experiência dos movimentos sociais que lutam pela moradia, pode ser um caminho significativo para se combater a injustiça social urbana na sociedade capitalista. Villalba e Maia (2022) declaram que é necessário a formulação e a implementação de políticas públicas e de programas sociais que garantam o acesso à terra em iguais condições e que seja garantida a qualidade de vida para todos.

É nesse contexto que o presente manuscrito intitulado "Urbanização capitalista e o direito à cidade: narrativas das lideranças de movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá" se situa, com o objetivo de questionar como tem se configurado a urbanização capitalista e seu reflexo na garantia do direito à cidade, partindo da experiência dos movimentos sociais que lutam pela moradia, pois eles são atores importantes no processo histórico da busca da efetivação desse direito. Como resposta à presente indagação, os objetivos específicos foram investigados a partir da discussão bibliográfica e teórica sobre o tema da urbanização e do direito à cidade, como também por meio da pesquisa de campo.

Para o alcance do objetivo proposto neste estudo, buscamos trazer a experiência de cinco moradores que fazem parte dos movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá e que residem em três bairros (Gongos, Zerão e Buritizal) que ficam localizados na periferia da capital. A seleção das cinco lideranças seguiu os seguintes critérios: I) participação efetiva nos movimentos sociais; II) extensa trajetória de militância; e III) envolvimento na luta pela moradia digna na cidade de Macapá.

Optou-se pela metodologia das Epistemologias do Sul, que é um método proposto pelo autor Boaventura de Sousa Santos, que tem a proposta de buscar outras formas de reinterpretar a realidade. Esse pensamento oferece uma forma de conceber criticamente o ambiente que habitamos, a partir da transformação permanente do mundo como uma ação coletiva (Santos, 2018; 2019). Pelo viés da

referida metodologia, Santos (2018, p. 301) destaca que "O Objetivo das Epistemologias do Sul é possibilitar que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como próprios e em seus próprios termos, porque só assim poderão transformá-lo segundo as suas próprias aspirações".

A pesquisa enquadra-se como qualitativa, pois, a partir da visão de Minayo (2019, p. 195), "a investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigação e com os atores sociais envolvidos". A pesquisa bibliográfica foi construída com consulta a autores clássicos e contemporâneos e a banco de dados, no qual foi possível ter acesso a trabalhos científicos/acadêmicos referentes aos estudos sobre a urbanização capitalista e suas implicações sobre o direito à cidade.

Como instrumento de pesquisa, optou-se pelas entrevistas abertas não extrativistas, as quais foram realizadas nos meses de agosto e outubro de 2022. Para obter os resultados esperados, chegamos à conclusão de que esse método seria o ideal para que os entrevistados e as entrevistadas pudessem narrar as suas vivências sem interrupção, por meio de conversa e escuta. Para Boni e Quaresma (2005, p. 75) "as respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa".

As entrevistas foram realizadas com os seguintes sujeitos, de acordo com a ordem em que elas ocorreram e do coletivo de que fazem parte: Liderança 1 (Coordenador do Fórum Social Pan-Amazônico no Estado do Amapá; Liderança 2 (Centro de Atendimento Social da Periferia – CASP); Liderança 3 (Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM); Liderança 4 (Federação das Entidades Comunitárias do Amapá) e Liderança 5 (Instituto EcoVida). Os entrevistados e entrevistadas foram denominadas como lideranças como forma de preservar suas identidades.

Este manuscrito foi desenvolvido para compor o grupo de trabalho "Movimentos sociais e étnico-territoriais e levantes na América Latina e Caribe pelos pesquisadores Vanessa Michele do Nascimento Araújo de Souza em parceria com seu orientador Marco Antonio Augusto Chagas (Universidade Federal do Amapá), justifica-se pela necessidade de contribuir para a discussão sobre a urbanização capitalista pela qual tem passado a cidade de Macapá, sobre o direito à cidade via políticas públicas urbanas, que têm sido implementadas nas cidades brasileiras, e sobre a contribuição que os movimentos sociais têm dado para se buscar de fato a garantia do direito à cidade.

1 OCUPAÇÃO URBANA DE MACAPÁ

A cidade de Macapá, desde a sua gênese, é um local em transformação intensa, com uma ilha de moradias dignas centrais cercadas por uma periferia de ocupações precárias e desarticuladas de serviços públicos (Portilho, 2010; Carvalho, 2020). Parte da população de Macapá ocupa áreas de ressaca[3], onde foram construídas habitações de tipo palafita, particularidade que imprimiu uma questão cultural na relação com o meio ambiente: "O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente" (Maricato, 2013, p. 39).

As primeiras ocupações das áreas de ressaca em Macapá surgiram por volta da década de 1950, logo após ser fundado o Território Federal do Amapá (TFA), entre os anos de 1944-1988 (Carvalho, 2020; Salgado; Carvalho, 2017). Além desse fato, os anos de 1980 marcam o período em que intensificaram as ocupações dessas áreas. As áreas de ressacas são protegidas por lei e não apresentam condição de habitabilidade pela ausência de saneamento básico e de outras condições dignas para uma vida minimamente decente (Carvalho, 2020; Salgado; Carvalho, 2017). Além disso, a moradia autoconstruída reforça a diferença que existe entre os bairros centrais e os periféricos presentes nas cidades. Como bem nos lembram Colosso e Maricato (2020, p. 282), "a terra urbana tem um preço que depende de sua localização", esse fato impulsiona a luta de classe pela terra na cidade e pela produção de habitação. Fatores como localização, bens e serviços no entorno dos espaços construídos são elementos significativos e determinantes para estipular o preço do imóvel, fazendo da "cidade um grande negócio" (Colosso; Maricato, 2020, p. 282).

Assim, resta inegável a necessidade de controlar a ocupação desses espaços, alinhada às políticas públicas que atendam à população desprovida de recursos financeiros e de condições de adquirir suas habitações (Portilho, 2010). Essas características fazem da autoconstrução de moradia um projeto ilegal, maléfico ao meio ambiente e aos mananciais de água, com a poluição do esgoto, descarte irregular do lixo, dentre outras questões associadas. Além disso, as moradias autoconstruídas estão prioritariamente em espaços segregados e invisíveis aos olhos do poder público (Colosso; Maricato, 2020). A Liderança 2 – moradora do bairro do Congós, em Macapá, que, desde 2015, é presidenta do Centro de Atividades Sociais da Periferia (CASP), instituição que tem buscado desenvolver atividades com mulheres e crianças das áreas de ressaca no bairro – evidencia essa questão na sua fala:

[3] São casas construídas pelos próprios moradores em áreas impróprias para moradia. A construção das casas tipo palafita requer gasto financeiro, de energia e de tempo dos moradores antes que os serviços públicos tenham chegado (Carvalho, 2020).

> Presenciamos diariamente a falta de energia elétrica, água potável, alto índice de violência e a falta de estrutura. Todos esses problemas nós, moradores, temos aqui no bairro do Congós. Sobre a rua [em] que fica a minha residência, antes não era asfaltada, mas nós, moradores, lutamos muito para que conseguíssemos que o poder público asfaltasse. Porém, esse asfalto parece mais uma borra de asfalto, já que apresenta inúmeros buracos. Agora, o governo municipal está fazendo a ponte de concreto, porque a ponte de madeira estava toda quebrada. Os moradores caíam na ponte diariamente, principalmente os moradores com mobilidade física reduzida, são eles os que mais sofrem com essa situação. Assim nós vivemos, ou melhor, sobrevivemos (informação verbal)[4].

O bairro do Congós fica localizado na zona sul da capital Macapá, foi criado na década de 1990 e, segundo dados do IBGE, é o quinto bairro mais populoso de Macapá, "com mais de 18 mil moradores, onde aproximadamente 19% desses moradores vivem em área de ressaca" (Silva; Lima, 2019, p. 28). Foi atribuído o nome Congós ao bairro porque o morador que se dizia dono da área chamava-se Benedito Lino do Carmo, mas era conhecido popularmente como "Seu Congós". "Descendente de escravo, Seu Congós morou por muito tempo no bairro, onde vivia da agricultura e criação de gado" (Silva; Lima, 2019, p. 29; Tostes, 2022b). A organização dos moradores e as lideranças locais foram fundamentais para a chegada das melhorias de infraestrutura, como se observa na fala anterior da Liderança 2.

Com a procura de um lugar para morar, os migrantes começaram a ocupar as áreas de ressaca de Macapá, as quais hoje compõem os bairros da capital, entre eles o Congós: "Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas" (Maricato, 2013, p. 23). A maioria dos moradores do bairro do Congós é migrante, principalmente do estado do Pará, e se dirigiu para o Amapá em busca de melhores condições de vida (Tostes, 2022b) como relata a moradora e Liderança 2:

> As pessoas que vieram morar no bairro do Congós são na maioria de origem paraense. No início apenas a primeira rua do bairro era asfaltada e, mesmo nessas condições, ele foi povoado e cresceu bem rápido. A maior extensão territorial do bairro é área de ressaca, que, se formos observar o bairro de cima, é possivél perceber que o entorno todo é área alagada (informação verbal).

Segundo dados da pesquisa realizada por Silva e Lima (2019, p. 29), dos moradores do bairro do Congós "68% disseram não participar de nenhum movimento organizado". Quanto a gostarem de morar na área de ressaca do bairro do Congós, "57% dos informantes disseram gostar de morar na área de ressaca". Quanto aos fatores de mudança na condição de vida dos moradores, 44% atribuem a responsabilidade ao individual; 30%, ao poder público garantir essa mudança; 26%, ao conjunto pessoal, poder público e sociedade. O último dado da pesquisa foi em relação ao aspecto econômico,

[4] Todas as entrevistas da pesquisa foram concedidas em 2022, na cidade de Macapá-AP.

em que “62% das famílias ganham até dois salários mínimos, sendo que 27% ganham abaixo de um salário e apenas 11% ganham até quatro salários” (Silva, Lima, 2019, p. 33).

Os dados da referida pesquisa demonstram a realidade da maioria e/ou de todas as áreas de ocupação irregulares de moradia no Brasil. Para Portilho (2010), as áreas de ressacas devem ser entendidas para além do aspecto físico, mas levadas em consideração as relações desiguais socioeconômicas estabelecidas pela sociedade capitalista.

Fazendo uma comparação, percebe-se ainda que, independentemente dos problemas urbanos narrados pela Liderança 2, os moradores entrevistados gostam de morar na área de ressaca do bairro do Congós. Sobre esse posicionamento, é possível supor diferentes fatores atribuídos a isso, como os laços familiares e de amizade, a localização próxima do centro e/ou pelo fato de estarem habituados com o ambiente onde moram, entre outras explicações (Salgado; Carvalho, 2017).

Sobre o alto percentual dos moradores que não possuem interesse em participar dos Movimentos Sociais, demonstra-se a necessidade de melhorar o relacionamento, buscando constantemente a participação e o aprimoramento das técnicas de comunicação, entre outros, de modo a favorecer a união pela luta da consciência e de uma ação coletiva (Santos, 2001).

Nesse cenário de profunda desigualdade social, os Movimentos Sociais devem ser encarados como instrumentos de participação, reivindicação e luta, especialmente nos grandes centros, locais onde se deve exigir o acesso à moradia como condição plena de cidadania. Deve-se pensar um mundo melhor, com mais possibilidades de mudanças hoje, as quais refletirão no amanhã; com mais emancipação dos grupos sociais, para que se configurem como práticas transformadoras (Santos, 2001). A organização dos Movimentos Sociais e as manifestações populares que buscam respostas às suas lutas reivindicam leis, direitos e acessos múltiplos e, “Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social” (Gohn, 2011, p. 15).

Outro bairro que apresenta problemas na sua estrutura urbana é o bairro do Zerão, localizado em Macapá, como relata a moradora e Liderança 5, que é natural da ilha de Portel, no Pará, assistente social de formação, fundadora e presidenta do Instituto EcoVida, e que, desde os seus 14 anos de idade, é integrante das bases sociais: “nós temos um bairro que a maioria das ruas não tem iluminação pública. Os moradores trancam suas moradias, dentro de casa tem energia elétrica, mas na rua não tem”.

O bairro do Zerão ganhou esse nome por estar localizado na área um dos pontos mais procurados pelos turistas que visitam a capital do Amapá: o Monumento do Marco Zero. O restante do bairro é invisível para o poder público. O Zerão foi mal estruturado, sem áreas reservadas para estacionamentos, com ruas estreitas e ausência de asfalto. Para Tostes (2022a) o governo não levou

em consideração o traçado urbano original da cidade de Macapá e isso pode ter ocasionado o mau planejamento. Atualmente, o bairro do Zerão expandiu-se e cresceu em população, há pontos comerciais e outras atividades que levaram melhorias e acesso a bens de consumo e serviços.

A origem e formação do bairro do Zerão é relativamente recente. O espaço foi loteado no ano de 1990 pela Prefeitura Municipal para abrigar famílias em vulnerabilidade social e econômica que ocupavam áreas úmidas às margens da orla da capital, sem que os órgãos públicos oferecessem a mínima condição de habitabilidade para receber os recém-remanejados, como nos relata, em entrevista, a Liderança 5:

> O bairro do Zerão não tinha absolutamente nada em relação à estrutura e nós, enquanto Movimentos Sociais, nos envolvemos para buscar melhorias comunitárias. Começamos a ocupar as ruas, fizemos mobilizações para reivindicar que o asfalto chegasse no nosso bairro. Quando os Movimentos Sociais vivem a comunidade, identificam mais os problemas, porque estamos dividindo cotidianamente aquela realidade com os outros moradores. Essa foi a forma que nós encontramos para incentivar a comunidade a exigir direitos, mas, infelizmente, essas ações não fazem mais parte da realidade do bairro (informação verbal).

Castells e Borja (1996) afirmam que os grandes projetos de desenvolvimento multiplicaram as demandas sociais no ambiente urbano, levando a cidade contemporânea a se assumir como um ator político que promove acordos e associação, reconhece responsabilidades diante da sociedade e da união e se apresenta como polo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado.

Apesar das conquistas, os moradores que inicialmente se organizavam para levar melhorias para o bairro hoje acreditam que isso não é mais necessário. O individualismo tomou o lugar do coletivo. Para reverter esse cenário, Comarú (2019, p. 460) propõe a seguinte alternativa:

> Como todos os atores sociais, os movimentos sociais não estão livres de contradições e inúmeras dificuldades e limitações. Para manter viva sua permanente capacidade de mobilização de massa e legitimar-se em relação às suas bases, os movimentos precisam, de tempos em tempos, viabilizar a aprovação de projetos para as suas demandas, [...] resta também aos técnicos, gestores e cidadãos no geral compreender o papel e o potencial que os movimentos sociais possuem para contribuir objetivamente para o equacionamento de graves e inúmeros problemas estruturais que afetam a sociedade. Para isso, recomendam-se dois caminhos, quais sejam: o estudo da história, natureza e características dos grupos organizados coletivamente e dos movimentos; e o conhecimento a partir da observação, interação e vivência em contato com os movimentos sociais urbanos e de moradia.

A ausência do sentimento de pertencer ao território e de não mais trazer para si os problemas que afetam o coletivo repercute negativamente na organização e na mobilização dos

Movimentos Sociais. A comunicação como instrumento de formação e participação acabou se perdendo, pois, a partir da comunicação de suas experiências, os indivíduos se tornam motivados a superar seus medos e manifestam sua indignação diante da injustiça, passando a identificar que a sua demanda também pode ser a do outro. A Associação de Moradores foi importante arma dos Movimentos Sociais contra as forças do Estado sobre o território.

No passado, as Associações de Moradores que funcionavam nos bairros de Macapá alcançaram demandas que trouxeram estruturas urbanas que ainda são possíveis de serem encontradas hoje, como podemos constatar no relato da entrevistada Liderança 5:

> Eu tinha recém-chegado no bairro do Zerão, era um bairro que não tinha energia elétrica e qualquer outra estrutura urbana, e isso exigia que eu me envolvesse para buscar melhorias para a comunidade. Começamos a nos deitar literalmente na rua para tentar trazer o asfalto, fazer mobilizações e incentivar a comunidade a exigir direitos. E, quando aconteceu a primeira eleição para Associação de Moradores do bairro do Zerão, eu me candidatei, ficando 400 e poucos votos de diferença na frente do segundo colocado. Assumindo o desafio de ser presidente do bairro, foi onde tivemos a oportunidade de crescimento pessoal e social, principalmente. Na nossa gestão, conseguimos trazer para o bairro água potável, asfalto, escola, delegacia, arena, foram tudo projetos do nosso mandato (informação verbal).

No entanto, a maioria das Associações de Moradores em Macapá não está em funcionamento atualmente: elas perderam a força de articulação e organização. Como manobra de desmobilização, outras associações foram implantadas nos bairros pelo governo estadual. Isso pode ter sido uma das causas da desarticulação das Associações de Moradores, como narra a Liderança 5:

> Muitas foram as tentativas de deserticular as associações de moradores em Macapá. A perseguição e a implantação de outra associação paralela a que existia foram as armas usadas pelo poder público para tentarem fragilizar os Movimentos Sociais. Porque todas as demandas que os bairros apresentavam, como terraplenagem, asfaltamento, iluminação pública, entre outras, eram reivindicadas e, se não fossem atendidas pelo órgãos competentes, as diretorias das associações de moradores e os Movimentos Sociais não desistiam até conseguir que os problemas fossem solucionados. O resultado foi que acabaram com as forças das associações de moradores da maioria dos bairros de Macapá, fazendo com que muitas delas deixassem de existir (informação verbal).

Todos os bairros de Macapá tinham uma associação de moradores composta por presidente e diretores. As associações eram articuladas e buscavam melhorias para os bairros, como asfaltamento, transporte público, unidade de saúde, escolas, creches, entre outras demandas. As associações de moradores eram temidas pelos governantes porque mobilizavam os moradores a participarem, identificavam os problemas dos bairros e reivindicavam solução pelos órgãos competentes. O relato a seguir, da Liderança 1, que é morador do bairro do Buritizal, pedagogo,

educador social e representante do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) no estado do Amapá, registra bem como isso aconteceu na Associação de Moradores do Bairro do Buritizal, bairro central de Macapá:

> Quando a associação do bairro do Buritizal foi fundada, começaram a brigar por escolas no bairro, feira do produtor, hospital, tanto é que a associação tem uma certa inserção no que hoje tem aqui no bairro, de hospital, escola, semáforo, asfaltamento, até mesmo as tentativas de drenagem de esgoto, tem muita digital aqui dessa associação (informação verbal).

Sobre a importância dos instrumentos de participação, reivindicação e luta, Comarú (2019, p. 30) afirma que

> A organização dos trabalhadores nas periferias das cidades grandes e médias, com apoio de setores da igreja católica, e em alguns casos de alguns sindicatos, associações de moradores, acadêmicos e profissionais ligados a ONGs foi um dos ingredientes importantes para a formação dos movimentos sociais de moradia que existem e atuam nos dias de hoje.

Nessa perspectiva, a partir da experiência do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, os moradores ocupantes de favelas e áreas insalubres de moradias começaram a se organizar, de forma mais sistemática e institucionalizada, a partir das associações, em grupos e movimentos locais. Entre as causas sociais alcançadas pelos movimentos populares que lutam pela moradia, está a implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social (PHIS). O PHIS é uma iniciativa dos governos federal, estaduais e municipais que tem o objetivo de buscar soluções para a falta de moradia, oportunizando atender com moradia às famílias em vulnerabilidade socioeconômica. Projetos com essa finalidade são importantes para serem suporte ao desenvolvimento daqueles que mais precisam. Nesse sentido, as instituições públicas possuem importante papel ao criar, planejar e executar políticas que possam proporcionar o desenvolvimento humano e local (Finkler; Mueller; Oliveira, 2022).

A moradia digna e habitável é um direito previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, conforme o artigo 6º, que aborda a moradia como Direito Humano Fundamental (Emenda nº 25, de 2000). O supracitado artigo estabelece que todo cidadão tem, entre um dos seus direitos sociais, o direito à moradia digna e habitável, a qual é uma necessidade do ser humano. Assim, o Estado deve ser o provedor de políticas e programas que garantam o direito de todos à moradia (Finkler; Mueller; Oliveira, 2022), embora isso continue sendo um grande desafio (Amorim; Araújo, 2014).

Entre os programas de moradia popular, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi destaque no governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, isso porque superaqueceu o mercado imobiliário, com o objetivo de solucionar o problema da crise econômica mundial (Ferreira, 2012).

Sob o ponto de vista de Finkler, Mueller e Oliveira (2022), os programas habitacionais em muito podem contribuir e serem soluções para os problemas urbanos e territoriais das cidades. Antagonicamente, Ferreira (2012) defende que a implementação dessas políticas apresenta fragilidades desde a implementação, execução e continuidade. Como continua a expor Ferreira (2012), esses reflexos negativos ocasionam a contínua exclusão urbana presente nas cidades brasileiras.

De outro modo, Salgado e Carvalho (2017) apontam que o Estado não solucionará todos os problemas causados pelo acelerado e contínuo crescimento urbano, no entanto pode criar esforços de impacto positivo na vida da população. As pessoas sempre vão em busca de lugares melhores para viver e desenvolver e, ao se constatar esse fato, a urbanização das cidades torna-se uma questão desafiadora (Salgado; Carvalho, 2017). Esse esforço também estende a toda a sociedade a não recusa em ser indiferente à injustiça social e à opressão existentes no mundo. Essa realidade reflete na forma de ocupação urbana das cidades no Brasil, tendo como exemplo a cidade de Macapá.

Somente em 1980, durante o primeiro governo de Anníbal Barcellos (1979-1985), os primeiros projetos de moradia foram entregues à população da cidade de Macapá, destinados aos trabalhadores, principalmente aos militares. As primeiras moradias foram financiadas pela Caixa Econômica Federal e construídas pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano (EMDESUR), criada pelo governo para essa finalidade. Os primeiros empreendimentos construídos foram o Conjunto Cabralzinho, localizado na zona oeste da capital; o Conjunto Laurindo Banha, na zona sudeste, e o Conjunto Boné Azul, na zona norte, todos subsidiados pelos próprios moradores (Cordeiro; Matsunaga, 2019).

Essas primeiras iniciativas de moradia não foram direcionadas para a população de baixa renda. Somente poderiam adquirir esses imóveis os que tinham renda entre 10 a 15 salários mínimos (Cordeiro; Matsunaga, 2019). No entanto, em 1980, foram construídas moradias populares para moradores que viviam nas áreas de ressaca localizadas na orla da cidade. Porém, essas primeiras habitações populares não foram suficientes para suprir a demanda por moradia, o que acabou contribuindo para que outras áreas impróprias para habitação fossem ocupadas (Cordeiro; Matsunaga, 2019).

Como forma de responder a esse problema, o governo começou a investir na construção de loteamentos populares, principalmente nos bairros periféricos de Macapá. Todavia, os primeiros loteamentos foram entregues sem oferecerem infraestrutura, como esgoto, água potável, energia elétrica e pavimentação, conforme expõem Cordeiro e Matsunaga (2019, p. 6):

> Dentre esses loteamentos estão: o loteamento Brasil Novo, Conjunto Hospital de base, Loteamento Tucumã, Loteamento Renascer, Loteamento Chefe Clodoaldo, Loteamento Marabaixo, Loteamento Pantanal, Loteamento Açucena, Loteamento Amazonas, Loteamento Vale Verde, Loteamento Jovelina/Palmares, Loteamento Esperança do Renascer, lotes do Conjunto Boné Azul e Loteamento Morada das Palmeiras.

Até os anos de 2010, o investimento governamental em loteamentos populares persistiu. Entretanto, esses loteamentos foram entregues desprovidos de infraestrutura e não atenderam à demanda por moradia, problema que continua presente na atualidade na capital (Cordeiro; Matsunaga, 2019). Em 2007, outro tipo de implementação foi pensado para a cidade de Macapá: os conjuntos habitacionais, com recursos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), primeiramente e posteriormente assumido pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ambos do governo federal (Cordeiro; Matsunaga, 2019; Carvalho, 2020).

O primeiro empreendimento nesse novo formato foi o Conjunto Vitória-Régia, inaugurado em 2017, que fica localizado na zona norte de Macapá. Dessa empreitada foram entregues 160 unidades habitacionais de interesse social, divididas em blocos de apartamentos.

Somente quatro anos depois, em 2021, o segundo Conjunto Habitacional, chamado Mucajá, foi construído com subsídio da Prefeitura Municipal de Macapá e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Localizado na zona sul da capital, no bairro do Beirol, região central de Macapá, o Conjunto Habitacional Mucajá conta com 592 apartamentos, divididos em 37 blocos, 4 pavimentos e 16 apartamentos. Os moradores convivem diariamente com violência, abandono pelo poder público e problemas de infraestrutura. O conjunto habitacional foi o único construído em Macapá no mesmo local de origem da ocupação em que os moradores foram realocados para os apartamentos, devido ao risco de deslizamento que os barracões apresentavam (Cordeiro; Matsunaga, 2019).

Outro Conjunto Habitacional de interesse social construído na capital foi o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos, localizado na zona norte, nas proximidades da Rodovia do Curiaú, o qual abrange 528 habitações de tipologia unifamiliar, de 37m² de área útil (Cordeiro; Matsunaga, 2019). O nome dado a esse conjunto habitacional é uma homenagem ao compositor paraense que chegou a Macapá para ser fiscal de obra, mas foi por meio de seu trabalho como músico que fez história na cidade.

O maior empreendimento de construção de moradia social erguido na cidade de Macapá é o Conjunto Habitacional Macapaba, que fica localizado na zona norte de Macapá, às margens da Rodovia Federal BR-2010, e conta com tipologias de casas e apartamentos (Santos; Moura, 2019). O Macapaba foi dividido em duas fases. Na primeira fase, beneficiou cerca de 2.148 famílias, alocadas em 164 casas e 1.984 apartamentos. Na segunda fase, contou com 2.218 unidades habitacionais,

somando um total de 4.366 famílias beneficiadas, formando uma cidade dentro de outra cidade (Cordeiro; Matsunaga, 2019; Santos; Moura, 2019; Tostes, 2021).

No entanto, segundo Santos e Moura (2019), até a entrega da segunda e última fase do empreendimento aos moradores, não foram garantidos todos os direitos sociais e urbanos que estavam previstos no projeto, como posto de saúde, escolas, posto policial, pontos comerciais, linha de transporte público, centro comunitário, esgoto sanitário e fornecimento de água potável. Na concepção de Santos e Moura (2019), o direito à cidade não se resume à moradia física, mas engloba também todos os direitos a ele inerentes (direito social e de urbanidade). Logo, os beneficiários do Residencial Macapaba não tiveram seu direito à cidade de forma efetiva (Santos; Moura, 2019).

Esse fato pode ser constado na fala da Liderança 4, que é natural do estado do Maranhão, mas chegou ao Amapá ainda jovem. É discente do curso de Filosofia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), desempenha seu trabalho como conselheiro de saúde e integra os Movimentos Sociais que lutam pela moradia em Macapá desde 1990:

> Uma das conquistas que hoje temos orgulho se trata do conjunto Macapaba. Foi uma luta do Movimento Social e é a extensão além do conjunto Mucajá e de outros companheiros que fizeram essa luta. A nossa discussão sempre foi ao dizermos que precisamos aumentar o número e a quantidade de habitações de interesse social, que são hoje os conjuntos. Então, nós, naquele momento, tivemos um papel muito grande através do Movimento Social Urbano. Então hoje, quando avalio o conjunto Macapaba, me pergunto quantas pessoas estão morando naquele conjunto? E quantas pessoas estão precisando atualmente de equipamento comunitário? Eu sempre fui contra a instalação do conjunto Macapaba nos moldes que ele foi entregue para a população e como ele está hoje. Eu sempre fui voto vencido. Porque atender 25000 famílias com unidades habitacionais e não oferecer os equipamentos comunitários para essas pessoas é cometer suicídio. Temos reunidos no conjunto Macapaba vários setores da cidade de Macapá e das baixadas formadas pelos imigrantes vindos dos estados do Pará e Maranhão. Então eu sempre fui contra dessas pessoas morarem nos conjuntos habitacionais e não terem acesso a uma creche, escola, água de qualidade e linha de ônibus que atenda à necessidade da população. No dia que foi a inauguração do conjunto Macapaba, nós, Movimentos Sociais, entramos em reunião às oito horas da noite e fomos terminar a reunião era quase madrugada, um dia antes da inauguração do conjunto. Nós, a todo momento, tentamos, tencionamos e dizemos, provando dentro da lei do Programa Minha Casa Minha Vida que não adiantava apenas construir moradias, era imprescindível oferecer o equipamento comunitário, porém nossas reivindicações não foram atendidas. Foi feita a inauguração do conjunto e as famílias foram remanejadas para as moradias sem terem acesso à água, sem creche, sem escola. Vieram construir os equipamentos comunitários muito depois que os moradores começaram a usar os meios de comunicação para fazer a denúncia. Mães de família deixaram de trabalhar porque não tinha uma creche dentro do conjunto. Então o conjunto Macapaba, para mim, é motivo de orgulho, mas, ao mesmo tempo, motivo de tristeza, porque as pessoas não conseguiram dialogar com os equipamentos comunitários (informação verbal).

Dessa maneira, a implementação do direito à moradia, no caso observado do Residencial Macapaba, não veio acompanhado pela oferta de um conjunto de políticas públicas, ao contrário, centrou-se tão somente na entrega de unidades habitacionais, fato que implicou uma redução do campo dos direitos sociais e o não usufruto adequado da cidade (Santos; Moura, 2019).

Os investimentos em moradias populares, na cidade de Macapá, foram resultado das reivindicações dos Movimentos Sociais. A experiência dos Movimentos Sociais que lutam pela reforma urbana chegou a Macapá como resistência e alternativa diante do crescente *déficit* habitacional e buscou a garantia pelo poder público do direito à moradia digna, segundo a palavra de Liderança 3, Natural de Portel, ilha do Pará. A entrevistada é discente do curso de Pedagogia da UNIFAP, diretora nacional da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), educadora social e liderança dos Movimentos Sociais em Macapá. Eis o seu depoimento:

> Então, os Movimentos Sociais abriram espaço para que implantassem aqui em Macapá o Programa Minha Casa Minha Vida. Os conjuntos habitacionais, como o Macapaba e o Mucajá, se estão construídos hoje é porque muita gente lutou para que [se] tornassem realidade. Todos os conjuntos habitacionais que existem em Macapá têm a marca da luta para garantir o que diz a Constituição (informação verbal).

Em 2016, outro conjunto habitacional foi entregue pela Prefeitura Municipal de Macapá e que também faz parte do PMCMV, chamado Conjunto Habitacional São José. Inaugurado em 2016, é constituído de 1.440 unidades habitacionais entregues, divididas em 72 blocos, 5 pavimentos e 4 apartamentos por andar. Houve também a entrega do Conjunto Habitacional Jardim Açucena no ano 2018, sobre o qual se estima que os contemplados estejam residindo nas 1.500 moradias construídas. Tanto o Conjunto Habitacional São José, quanto o Conjunto Habitacional Jardim Açucena estão localizados na área oeste da cidade de Macapá e possuem tipologia vertical (Cordeiro; Matsunaga, 2019).

O mais recente empreendimento entregue pela prefeitura foi o Conjunto Habitacional Miracema, localizado na zona norte da capital. O empreendimento foi dividido em quatro fases. A primeira e a segunda fase foram entregues no ano de 2022 e contemplou mil famílias. As unidades para moradia são divididas em apartamentos e pavimentos de casas, equipamentos sociais, área de lazer e centro comunitário. As fases terceira e quarta foram entregues em 2023, quando foram beneficiadas mais mil famílias, totalizando, nas quatro fases, duas mil moradias destinadas a famílias que viviam em áreas de ocupação, às margens da Rodovia Centenário, antiga Norte-Sul. Além desses, entre os beneficiários estavam os moradores que recebiam aluguel social financiado pela prefeitura.

O Conjunto Habitacional Miracema fica localizado distante do centro de Macapá e, por esse motivo, após a entrega do empreendimento, o governo estadual disponibilizou uma linha de transporte público com tarifa zero para a população poder se deslocar na cidade, entretanto essa ação governamental ocorreu apenas nos primeiros dias da inauguração do conjunto.

Além desses conjuntos habitacionais citados, ainda em Macapá um outro conjunto habitacional está em fase de acabamento, que é o Residencial Vila das Oliveiras, o qual visa atender com moradia popular mais de 512 famílias em vulnerabilidade. A entrega desse empreendimento está prevista para o primeiro semestre de 2024 e vai beneficiar famílias que ocupavam áreas impróprias para moradia no bairro do Araxá, localizado na zona sul de Macapá, bairro este em que o conjunto está sendo construído. Além dessas famílias, ainda serão contempladas aquelas que tiveram suas moradias alagadas pela enchente das águas do rio Amazonas.

Pesquisas demonstram que, mesmo com altos investimentos, o PMCMV não chegou a alcançar, em volume, suas expectativas. O estado do Amapá é um desses casos em que sua população é urbana, com mais de 70% vivendo na cidade, com cerca de 100.000 pessoas morando em áreas insalubres (IBGE, 2022; Carvalho, 2020).

É possível afirmar que as Associações de Moradores deram o suporte para as bases dos Movimentos Sociais na cidade de Macapá. Essa base trouxe vitórias importantes para os Movimentos Sociais que lutam pela moradia na cidade e para o processo da organização política, como podemos observar nas falas das lideranças. No entanto, como bem nos lembra Santos (2009, p. 20), "hoje vivemos numa época de pequenos mapas de resistência e de pequenos guias de alternativas [...]".

Percebe-se ainda que as moradias de interesse social foram bem expressivas na cidade de Macapá, mas a maioria delas não foi destinada aos moradores das áreas de ressacas (Tostes, 2012; Carvalho, 2020). Isso evidencia que apenas a construção de moradias não conduz ao fim do *déficit* habitacional, que é recorrente, historicamente, diga-se de passagem, nas cidades brasileiras, em que os principais atingidos são as famílias mais empobrecidas da sociedade (Maricato, 2013; Bonduki, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo pode-se analisar como se tem configurado a urbanização capitalista e seu reflexo na garantia do direito á cidade aliado a luta dos movimentos sociais pela moradia. A presente pesquisa revelou que os programas de moradia executados em Macapá não têm contemplado, na sua maioria, as famílias que residem nas áreas de ressaca. Além desse agravante, os movimentos sociais que lutaram para que essa política chegasse à capital não estão conseguindo dialogar com os órgãos responsáveis. A falta de diálogo entre o governo e as lideranças dos

movimentos sociais tende a ser um dos motivos para que o direito à cidade não seja garantido de forma concreta.

Por outro lado, as lideranças que compõem os movimentos sociais estão concentrando suas lutas na garantia da moradia, sendo que o direito à cidade abrange outros direitos. Como podemos analisar, apenas a entrega de moradia não tem sido suficiente para a redução do *déficit* habitacional em Macapá. Isso acontece porque a política habitacional que vem sendo implementada nessa capital está desarticulada de outras políticas públicas, como aquelas relacionadas a saúde, educação, mobilidade, saneamento, entre outras.

Assim este estudo revela, que pesquisas futuras são necessárias para buscar responder a essa problemática, ou seja, como os programas habitacionais de interesse social podem contribuir para a efetivação do direito à cidade na sociedade capitalista.

Nesse sentido, chegamos à conclusão de que não é a falta de políticas públicas habitacionais e/ou a ausência da mobilização dos atores sociais o impedimento para o alcance do direito à cidade em Macapá, mas o conflito de interesses, presente na sociedade capitalista, que acaba por criar a desigualdade social no ambiente urbano.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Anne Jaqueline Lobato; ARAÚJO, Vanessa Michele do Nascimento. **Participação popular no Programa de Aceleração do Crescimento / PAC na Comunidade Fé em Deus em Belém /PA**. 2014. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. – 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese** – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

CARVALHO, Bianca Moro de. **Habitação popular na Amazônia**: o caso das ressacas na cidade de Macapá. Curitiba: Appris, 2020.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n. 45, p. 152-166, 1996.

COLOSSO, Paolo; MARICATO, Ermínia. As cidades são centrais para o bem-estar social: especificidades da produção do espaço urbano no Brasil. *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (org.). **Brasil**: Estado social e barbárie. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

COMARÚ, Francisco. **Movimentos sociais e habitação**. Salvador: UFBA; Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

CORDEIRO, Kevin; MATSUNAGA, Melissa. Projetos habitacionais empreendidos pelo Poder Público em Macapá-AP: de 1943 a 2018. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 8., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal, 2019.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Texto apresentado no 2º Fórum de Sociologia "Justiça Social e Democratização", realizado em Buenos Aires, de 01 a 04 de agosto de 2012, junto ao Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído da Internacional Sociological Association (ISA).

FINKLER, Mariane Cristina; MUELLER, Airton Adelar; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de. Habitação de interesse social na área de Ijuí-RS: interlocução dos programas com o desenvolvimento local no período de 2009 a 2019. **Colóquio** – Revista de Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara, v. 19, n. 2, abr. jun. 2022.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40. jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTCA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Resultados do universo. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTCA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Resultados do universo. 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em 29 fev. 2024.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999b.

LEFEBVRE. H. **O direito à cidade.** Tradução: Cristina C. Oliveira. Itapevi, São Paulo: Nebli, 1991.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e tática de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LOPES, Ada Kallyne Sousa. Emancipação política e a luta pelo direito à cidade. **Katál**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 191-200, jan./abr. 2019.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; CASTILHO, Maria Augusta. As faces do desenvolvimento urbano: origens e principais movimentos urbanísticos. **Colóquio** – Revista de Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara, v. 18, n. 3, jul./set. 2021.

PORTILHO, Ivone dos Santos. Áreas de ressaca e a dinâmica urbana em Macapá/AP. *In*: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6.; SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2., 2010, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

SALGADO, Victor Guilherme Cordeiro; CARVALHO, Bianca Moro de. Habitar sobre pilotis: a moradia vernácula ribeirinha no contexto urbano da Amazônia. A língua que habitamos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ACADEMIA DE ESCOLAS DE ARQUITECTURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 4., 2017, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: AEAULP, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **As vozes do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as epistemologias do Sul**: antologia esencial. Para pensar um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018. v. 1.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Los nuevos movimientos sociales. **Debates**, p. 177-184, set. 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Naiara Videira; MOURA, Edila Arnaud Ferreira. O direito à moradia: análise do conjunto habitacional de moradia popular Residencial Macapaba em Macapá-AP. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 19., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

SILVA, Charles de Oliveira; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Região metropolitana na Amazônia: ensaios de uma especialidade amapaense em construção. *In*: GUIMARÃES, Danielle Costa; VILAR DA SILVA, Marcelle; LUCAS, Cristina Maria Baddini (org.). **Amazônia urbana em questão** [recurso eletrônico]: Macapá 75 anos de capital: Livro 3. Maringá: Uniedusul, 2020.

SILVA, Dirley Furtado; LIMA, Hermano Machado Ferreira. A exclusão social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá. **Inovação e Tecnologia Social**, v. 1, n. 2. 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SUAVE, Angele Michele; FAERMANN, Lindamar Alves. Reflexões sobre a política habitacional: estado e conflitos de classes. **Katál**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 266-275, maio/ago. 2020.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales, matrices socio-políticos y nuevos escenarios em América Latina. **OneWorld perspectives**, jan. 2010. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/73176/CONICET_Digital_Nro.25012206-e7ca-4221-9378-0b218829a262_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 10 fev. 2023.

TOSTES, José Alberto. **A política habitacional na cidade de Macapá**. 2021. Disponível em: https://josealbertostes.blogspot.com/2021/09/a-politica-habitacional-na-cidade-de.html Acesso em: 1 set. 2021.

TOSTES, José Alberto. Análise dos planos urbanos de Macapá: planos diretores, região metropolitana e projeto Macapá 300. *In*: TOSTES, José Alberto (org.). **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004**. Macapá: UNIFAP, 2020.

TOSTES, José Alberto. **Epistemologia da história das cidades na Amazônia**. 2022a. Disponível em: https://josealbertostes.blogspot.com/2022/06/epistemologia-da-historia-das-cidades.html Acesso em: 1 set. 2022.

TOSTES, José Alberto. **O espaço construído na cidade de Macapá**. 2022b. Disponível em: https://josealbertostes.blogspot.com/2022/04/o-espaco-construido-na-cidade-de-macapa.html . Acesso em: 1 set. 2022.

VILLALBA, Brenda Melina; MAIA, Francisca Paula Soares. Direito à cidade e acesso à habitação digna e adequada na Argentina. **Colóquio** – Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara, v. 19, n. 3, p. 197-217, jul./set. 2022.

VIVEIROS, L. Direito à cidade e hegemonia: caminhos para uma práxis urbana. **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=5&lang=pt. Acesso em: 22 jul. 2020.

GT 04 – Movimentos sociais e étnico-territoriais e levantes na América Latina e Caribe

CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA: POLÍTICAS PORTUÁRIAS E SOCIAIS NA COMUNIDADE DO ANDIROBAL, SÃO LUÍS, MA

Alessandro Bezerra Santos[1] (UEMA)
Frederico Lago Burnett[2] (UEMA)

RESUMO: Este estudo aborda as concepções de desenvolvimento sobre a comunidade de Andirobal, território de Cajueiro-MA, e suas implicações no modo de vida e uso da terra dos trabalhadores rurais do referido local. Discute sobre o estilo de vida das pessoas que inclusas nesse território e que estão integradas dentro da área de Cajueiro. Contextualiza sobre a política neoliberal e seus ajustes no Estado, mediante o processo de reestruturação produtiva evidenciado em privatizações, desregulamentação do Estado, ampliação do poder de mercado e mudanças nas relações de trabalho. Aponta sobre a lógica de implantação de grandes empreendimentos nos países e regiões periféricas. Contextualiza sobre os desafios enfrentados pelos moradores da comunidade a partir da lógica conflituosa que se instaurou anos atrás com a possível instalação de um porto privado (TUP), projeto neoliberal financiado por verbas federais e transnacionais que desconsideram a diversidade regional, cultura e forma de coexistência dos habitantes do território além do seu direito ao uso da terra.

Palavras-chave: Políticas desenvolvimentistas; Políticas sociais; empreendimentos portuários; Comunidades Tradicionais; Andirobal, São Luís, MA.

INTRODUÇÃO

As reflexões expostas no presente trabalho são frutos da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso Serviço Social da Faculdade Pitágoras localizada em São Luís/MA. O interesse pela temática do trabalho surgiu a partir da experiência em projetos sociais que atingiam diretamente populações de campo realizados em vários estados do Brasil entre os anos 2016 a 2022. A partir daí, houve um estreitamento mais forte durante o mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional realizado na UEMA sobre a Comunidade de Andirobal.

Resultante do intenso conflito territorial que se estende por anos, este artigo aborda as várias percepções de desenvolvimento concretizadas por distintos processos de disputas na região municipal de São Luís, área da Zona Rural 2, especificamente relacionada a comunidade de Andirobal.

[1] Discente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA. Email: alex_tdb21@hotmail.com

[2] Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Email: burnett@professor.uema.br

Além disso, aplica-se a esse estudo uma análise das múltiplas expressões da questão social vivenciada por tal comunidade de forma contundente no espaço que vive, acarretando uma mobilização do Estado e do Capital em oposição aos que defendem modos de vida e uso centenários em terras coletivas e reforçando o papel de destaque do Estado em relação a disputas existentes.

Sob muitos aspectos abordados pelo texto, é possível identificar as problemáticas que permeiam Andirobal, tais como: mobilidade urbana, saúde, educação, moradia e pelo conhecimento de pertencerem a terras quilombolas, permitindo a comunidade desfrutar de suas próprias formas de viver. Vale ressaltar que suas demandas por políticas públicas ocorrem em um contexto de grandes conflitos fundiários provocados por interesses industriais portuários, comandados por uma visão capitalista de expropriação que tem atingido outras comunidades.

Para tanto, através do comparativo de programas públicos de infraestrutura e serviços para atendimento das necessidades das comunidades tradicionais do Cajueiro, busca verificar o papel e a capacidade das políticas públicas de assistência social em contribuir para os interesses socioambientais das comunidades tradicionais, contrapondo-se ao atendimento oferecido por políticas de desenvolvimento voltadas para as demandas logísticas dos grandes empreendimentos privados.

Para isso, apoiada em referências teóricas que analisam diferentes modos de produção do espaço, antepondo reprodução ampliada capitalista e reprodução simples de comunidades tradicionais, e entendem o papel do Estado como expressão conflituosa de interesses sistêmicos e formações sociais especificas, a comunicação visa problematizar o cotidiano atual do Andirobal, uma das comunidades do Cajueiro em luta por reconhecimento da posse da terra centenária e por obras e serviços públicos, condições que assegurem sua permanência no território.

Este trabalho está dividido em duas partes, a primeira traça uma breve trajetória sócio-histórica dos conflitos ocorridos nessa região, fazendo uma pequena abordagem da Questão Social e suas múltiplas expressões em detrimento da realidade socioespacial vivida por Andirobal e, além disso, traz consigo as várias concepções de desenvolvimento enraizadas em diversas realidades distintas. Em seguida, realiza-se uma análise das políticas portuárias e das políticas sociais voltadas para a comunidade tradicional tendo como espelhamento os possíveis conflitos sobre uma área dita como portuária. Nas considerações finais, faz-se um apanhado de todas as falas abordadas e os desdobramentos mediante os questionamentos do trabalho.

CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO, QUESTÃO SOCIAL E OS CONFLITOS NO CENÁRIO DE ANDIROBAL: um debate inicial

Historicamente, o cotidiano da comunidade de Andirobal está entrelaçado com várias questões que surgiram com o decorrer do tempo com um processo de expansão da política de desenvolvimento industrial na área da Zona Rural 2, localizada no município de São Luís, causando impactos nas mais diversas comunidades existentes nesse território, principalmente a comunidade de Cajueiro, considerada uma comunidade centenária. Sobre esses embates, Arcangeli aborda:

> Na região ocorre uma disputa socioterritorial entre os trabalhadores da Comunidade de Cajueiro e as empresas WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais (atualmente denominada TUP Porto São Luís S.A), subsidiária da empresa nacional da área de engenharia WTorre, a francesa Lyon Capital e a chinesa China Communications Construction Company (CCCC), detentora de 51% das ações. Essas empresas pretendem instalar um porto privado na praia de Parnauaçu para movimentar cargas de grãos. Celulose e derivados de petróleo com apoio efetivo do Estado. (ARCANGELI, 2020, p.21).

Nesse cenário, percebe-se, sobretudo fatores que corroboram para as múltiplas expressões da Questão Social e abre margem para a discussão sobre as distintas concepções de desenvolvimento a partir de realidades circunstanciais que giram em torno da comunidade de Andirobal e que se configuram nas mais diversas instabilidades sociais. Sobre isso, Ramadam, et al. (2022) afirma:

> Compreender o desenvolvimento que por vezes é percebido como um termo polêmico, polissêmico, leva em consideração análises qualitativas e quantitativas em uma correlação entre o que é percebido, necessário para o crescimento de uma determinada região e/ou lugar e o que é necessário para o bem-estar da população que nela vive. Sob esta abordagem polissêmica, o desenvolvimento necessita ser compreendido a partir de uma interação entre os sujeitos que estão envolvidos em determinado espaço geográfico e/ou territorial que necessitam do progresso com o fator de crescimento e tão logo evolução. (RAMADAM; et al., 2022, p.4).

Nessa abordagem, vários aspectos da questão do "desenvolvimento" são caracterizados em formas distintas de se pensar sobre algo que poderia se estruturar com base somente em crescimento econômico sob uma lógica capitalista, mas através dessa afirmativa dos autores, essa concepção de desenvolvimento desse estar atrelada juntamente com o bem-estar social da comunidade, correlacionando os agentes envolvidos nas mais adversas questões estabelecidas por esse fator crescimento.

Durante alguns anos anteriores, esse termo começou a ser discutido de forma bem pragmática rompendo com uma visão mais neoliberalista sobre o termo.

Nesse mesmo sentido, Sant'ana Júnior e Damasceno (2011, p.9) descrevem sobre como esse "desenvolvimento" tem uma incessante necessidade de incorporação desses novos espaços e reconfigurações do seu processo de uso que está atrelada a processos de acumulação do capital.

> A existência de diferentes visões da natureza leva a diferentes racionalidades e, consequentemente, a conflitos em relação aos tipos de uso que se faz desta em um mesmo território, ou territórios contíguos. Assim, as diferentes visões que se possam ter da natureza são determinantes do tipo de uso que será feito dela, sendo este um fator desencadeante dos conflitos socioambientais.

Possibilitando perceber que nesse autocontrole de determinados espaços, nota-se que algo que possa ser considerado uma possível "solução" para outros pode, também, ser considerado como um "obstáculo" para alguns, destacando os vários conflitos que há mediante essas distintas visões do espaço.

Sobre outro ponto destacado no início dessa seção, no Brasil, o problema originado pela questão social e até do seu próprio enfrentamento é um grande problema, pois este acaba sendo fruto do modo de produção capitalista que estimula as desigualdades sociais através de suas formas de incorporação na economia, sendo essas relações de forte ligação ao cotidiano do povo brasileiro desde o processo de sua formação. E, além disso, essas relações que foram estabelecidas e reproduzem a questão social, mesmo sendo combatidas por políticas públicas de enfretamento que foram desenvolvidas, grande parte das comunidades são vítimas dessa desigualdade social.

Iamamoto (2000) fala sobre a questão social como um conjunto das expressões das desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista e são impensáveis sem a intermediação do Estado. Por isso, entende-se que a gênese da questão social:

> [...] encontra-se no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais" (IAMAMOTO, 200 p. 16-17).

É inquestionável o papel do Estado na atuação conjunta com instituições públicas para suprir as necessidades da comunidade de Andirobal. Muitas vezes, percebe que há uma invisibilidade perante tais populações que não acarretam um "desenvolvimento" atrelado a crescimento econômico e, que por tal fato, elas sejam colocadas à margem de políticas públicas e portuárias, já que remontam a uma área visada para tal. Sobre esse pensamento, Cruz (2022) fala:

> Portanto, os territórios rurais – apesar da metropolização vigorosa experimentadas por São Luís nas últimas décadas – são "quadros de vida que têm peso na produção do homem" (ZIBECHI, 2015, p. 99) e servem de abrigo, espaço da existência de

> comunidades tradicionais. Estas têm no território uma condição de sua reprodução, por isso possuem algumas proteções especiais em diversas legislações, considerando que têm maneiras próprias de viver, fazer e se relacionar que precisam ser respeitadas. (CRUZ, 2022, p.22).

Ao referido acima, comumente verifica-se que essas áreas que abarcam as populações rurais não são respeitadas em conformidade com a constituição e nem com suas próprias formas de existência através da sua cultura e modo de viver. Tudo isso gera para tais comunidades vários desafios enfrentados duramente no seu cotidiano.

É possível notar, em específico a comunidade de Andirobal, que essas múltiplas facetas da questão social têm impactado no modo de vida da população que ficam expostas as vulnerabilidades geradas por vários aspectos econômicos, sociais e culturais determinantes do estilo de vida de Andirobal.

Todos esses impasses geram vários problemas evidenciados no que tange as questões voltadas à mobilidade urbana, desde o transporte público até o acesso a estradas com qualidade, saneamento básico, passando também pelo direito à terra e até mesmo a inserção dessa população em questões quilombolas.

Perante esse contexto, atuação de profissionais que estejam atentos as necessidades básicas dessa comunidade são imprescindíveis, especificamente o Assistente Social na intervenção dessas expressões da questão social vivenciada na realidade dos moradores. Portanto, essas manifestações da questão social são descritas enquanto objeto de intervenção profissional (IAMAMOTO, 2004) estabelecido nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS-CEDEPS, 1996).

Durante todo o enfretamento, esse "processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais" (IAMAMOTO, 2008, p. 17), ou seja, esse é uma estratégia de resistência que acaba se manifestando sob as mais diferentes formas de organização da própria comunidade.

AS POLÍTICAS PORTUÁRIAS E SOCIAIS: os desafios enfrentados por Andirobal

Ademais, a falta de políticas portuárias que interpelem também as comunidades impactadas por grandes empreendimentos, revela um caráter opressor desse sistema capitalista. Sob essa ótica portuária, nota-se um elevado papel do Estado em decisões instauradoras de projetos marítimos, já que " o transporte marítimo assume expressiva representação para a economia mundial.

Mais de 80% do total de cargas de mercadorias, no mundo, são transportadas por via marítima, representando 70% do valor do comércio internacional. Os navios são meios de transportes mais viáveis em termos de custo marginal" (Kosowska -Stamirowska, 2020), ou seja, um cenário perfeito para a apropriação, expropriação e deslocamentos compulsórios de comunidades.

A partir das informações citadas acima, se define a importância desse tipo de transporte para a região de Cajueiro que, visivelmente ajustadas pelo Estado através de políticas neoliberais que modificam a estrutura de um espaço, caso reformulada, impactará Andirobal, pois mudará toda a dinâmica de vivência dos seus moradores.

Na configuração desse cenário, essas problemáticas levantadas impactam na vida das pessoas da comunidade devido a mesma possuir um estilo próprio de modo de vida, processo que dá nas relações sociais do espaço e das pessoas que o ocupa. Segundo os autores:

> Ao produzirem os meios de vida, os homens produzem sua vida material. O modo de produzir os meios de vida refere-se não só à reprodução física dos indivíduos, mas a reprodução de determinado modo de vida. A produção da própria vida no trabalho e da alheia na procriação dá-se numa dupla relação natural e social; social no sentido de que compreende a cooperação de muitos indivíduos. Portanto determinado modo de produzir supõe, também, determinado modo de cooperação entre os agentes envolvidos, determinadas relações sociais estabelecidas no ato de produzir, as quais envolvem o cotidiano da vida em sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p. 17).

Nisso, compreende que essa produção e de certa forma reprodução se dá a partir da própria vida e das relações que elaboradas "naturalmente" no meio que essas pessoas vivem. Atrelado também até uma relação direta com a terra, a agricultura familiar está intrinsecamente ligada a questão não somente da subsistência, mas também da sua relação de produção.

> A terra (que do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexistente, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes (MARX, 2013, p. 256).

A partir de todos esses dados fundamentados, percebe-se que alguns movimentos sociais estão atrelados as formas de resistência da comunidade pela luta de seus direitos como o movimento "Reage São Luís", "Defesa da Ilha" e "Coletivo Nós" que estabelecem essas relações com tais comunidades, especificamente com as comunidades evidenciadas dentro do território de Cajueiro, palco de disputas incessantes quanto a questões territoriais.

Na abordagem do assunto desse artigo, percebe que as políticas de assistência social são de estrema importância no amparo e inclusão das comunidades por isso, através da Política Nacional de Assistência Social (1998), afirma-se que:

> As rápidas mudanças ocorridas no contexto econômico, social e político, apontam para a necessidade de construir novos canais de interlocução entre Estado e Sociedade, numa relação dinâmica para expandir e melhorar a oferta eficiente e eficaz dos serviços sociais básicos, de rever e modernizar as funções do aparato estatal (PNAS,1998, p.5).

A assistência social é vista como participante íntegra do tripé que forma a Seguridade Social, sendo elevada para um grau de direito social e incluindo os que estão excluídos do mercado e à margem da sociedade para a inserção em programas, serviços, benefícios e projetos. No contexto de Andirobal, essas diretrizes coordenadas pelo Estado devem ser aplicadas de forma integral dentro das PNAS. Nesse sentido, aborda-se:

> O contexto mundial, hoje fortemente marcado pela globalização, apresenta tendências contraditórias, tanto para os países periféricos, como para os países do primeiro mundo. Ao mesmo tempo em que avança na questão da alta tecnologia do conhecimento e da informação, este processo, inevitavelmente, gera desemprego, exclusão social, vulnerabilidade e precariedade nas relações de trabalho. As mudanças em curso no cenário nacional apontam para a necessidade de reforma do aparelho do Estado, tendo como princípio a busca da eficiência na gestão das políticas públicas que articulem e equilibrem o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, com foco no cidadão. No caso brasileiro, a agenda governamental incorpora necessidade de construção de estratégias de enfrentamento da exclusão social, para além do limite de ação do Estado. (PNAS, 1998, p.6).

É necessário um Estado de inclusão social, pois, significativamente, no Brasil persiste cenários de desigualdades sociais exorbitantes em todas as esferas sejam elas regionais, estaduais ou municipais no que tange o desenvolvimento humano e suas condições de vida, de trabalho e de existência da sua história. Sobre esses lugares inviabilizados pelo governo, Cruz (2022) debate:

> As divisões territoriais do trabalho superpostas são produtoras das dinâmicas espaciais e dos conflitos entre os agentes constitutivos do espaço, haja vista que elas criam “uma hierarquia entre os lugares, e segundo a sua distribuição espacial, redefinem a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições”. (CRUZ, 2022, p.20).

Por isso, as várias fragilidades permanentes em Andirobal definem um caráter gerado pela forte relação capitalista através dos processos de globalização que se estendem a lugares periféricos, causando inúmeros problemas como o da mobilidade urbana, a principal barreira enfrentada pelos moradores da comunidade. Sobre esse assunto, a vereadora Raimunda Oliveira enfatizou:

> "A comunidade do Quilombo Andirobal, que fica na região da Vila Maranhão, está localizada às margens da BR-135. De lá até a comunidade são mais de 7 km de distância. Então é de suma importância que este encontro ocorra em seu próprio território. Como se delineou aqui, a principal barreira enfrentada é a mobilidade. Pois como foi apresentado sobre os moradores aqui a principal dificuldade da comunidade é a locomoção. Por isso decidimos sair mais uma vez das paredes da Câmara Municipal e trazer a audiência até a comunidade e ouvir de perto todas as demandas e sair com os encaminhamentos necessários." (MENDES, 2023, ONLINE).

A fala foi evidenciada durante uma audiência pública em 2023 feita pelo mandato Coletivo Nós (PT) que, segundo Liana Mendes (2023), foi "a primeira audiência pública da Câmara Municipal dentro de um território quilombola em São Luís" que contou com a escuta ativa dos moradores do Quilombo e dos bairros Rio dos Cachorros, Cajueiro e Porto Grande.

Segundo os relatos expostos durante a audiência pelos moradores, eles afirmaram a dificuldade de acesso à estrada de Cajueiro e Andirobal, falaram da falta de ônibus naquela região, especificamente da linha T019- Cajueiro/Terminal Praia Grande, ratificando que o mesmo opera somente com 4 viagens diárias e tendo, ainda, a necessidade de um cobrador no decorrer do trajeto. Sobre essa questão de mobilidade, percebe-se que quando há falhas nesse sistema de mobilidade urbana há um aumento na socioespacialidade como aponta Carvalho (2016):

> Sistemas de mobilidade ineficientes pioram as desigualdades socioespaciais, prejudicando os mais pobres, em termos de impactos sobre a renda, oportunidades de emprego, estudo, lazer e condições de tratamento de saúde, além de pressionar as frágeis condições de equilíbrio ambiental no espaço urbano. Assim, os gestores públicos são demandados cada vez mais a adotar políticas públicas alinhadas com o objetivo maior de se construir uma mobilidade urbana sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental. (CARVALHO, 2016, p.345).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de toda essa análise apresentada sobre Andirobal, discutir e enfrentar os desdobramentos da ausência de direitos básicos garantidos pela Constituição é de fundamental relevância para a comunidade. Numa perspectiva de enfretamento, necessita a redefinição de um olhar mais atento as questões enfrentadas pelos moradores.

A partir da lógica que o Estado, como regulador e provedor histórico da questão social, possui responsabilidades públicas em todas as instâncias, sejam elas regionais, estaduais ou municipais. A definição do seu papel deve ser bem clara mediante as expressões da questão social adotando medidas como políticas públicas assistencialistas para a resolução dos problemas enfrentados pela comunidade.

No entanto, ainda é muito comum as situações de vulnerabilidade, especificamente da mobilidade urbana, para Andirobal que, com muito esforço através de alguns movimentos sociais, vem conseguindo resistir nos diversos problemas que só podem ser resolvidos na esfera política, com a participação efetiva da prefeitura.

Conclui-se que ações sejam direcionadas a esse território, possibilitando o bem-estar social da comunidade, visto aos seus deslocamentos, sua saúde, seu acesso à educação, entre outros demais serviços que estão escassos. Enquanto a garantia da cidadania não for uma prioridade em questões políticas, sempre haverá impasses vividos pelas populações periféricas, subjugadas por um sistema opressor. O trabalho não responde todas as questões envoltas da realidade da comunidade, mas abre possibilidades de novas discussões sobre a problemática enfrentada.

REFERÊNCIAS

ABESS-CEDEPS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, O Serviço Social no Século XXI, n. 50, ano 17, p. 58-76, abr. 1996.

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro: A luta de uma comunidade pelo direito de existir**. Sao paulo: Sundermann, 2020. 276 p.

CARVALHO , Carlos Henrique Ribeiro. **Mobilidade urbana: Avanços, desafios e perspectivas. *In*: O ESTATUTO da cidade e a habitat III:: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana**. Brasília: Ipea, 2016. cap. 14.

CRUZ, Antonio José Araujo. **Modernizaçoes, expulsões e resistência na metrópole de São Luís:** os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades. 2022. Mestrado (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Maranhão, [*S. l.*], 2022.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; DAMASCENO, Elena Steinhorst. **Políticas Públicas, Sociedade e Ambiente.** Maranhão, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p.894.

MENDES, Liana. **Coletivo Nós promove a primeira audiência pública da Câmara Municipal de São Luís dentro de um Quilombo**. Coletivo nós.com.br, 28 fev. 2024. Disponível em: https://coletivonos.com.br/2023/08/28/coletivo-nos-promove-a-primeira-audiencia-publica-da-camara-municipal-de-sao-luis-dentro-de-um-quilombo/#:~:text=%E2%80%9CA%20comunidade%20do%20Quilombo%20Andirobal,barreira%20enfrentada%20%C3%A9%20a%20mobilidade. Acesso em: 10 fev. 2024.

RAMADAM, I. M. .; HENZEL, M. E. .; BÜTTENBENDER, P. L. .; ALLEBRANDT, S. L. ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO E PATRIMÔNIO TERRITORIAL:: PESQUISAS EM REGIÃO DE FRONTEIRA DO ESTADO DO RS/BRASIL. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, IJUÍ - RS - BRASIL, v. 3, n. 1, 2023.

THANH, Phuong; NGUYEN, Hong-Oanh. **Influence of policy, operational and market conditions on seaport efficiency in newly emerging economies: the case of Vietnam. In: Applied Economics**. v. 52, 43. ed, 2020.

GT 04 – Movimentos sociais e étnico-territoriais e levantes na América Latina e Caribe

COSMOPOLÍTICA DAS ÁRVORES: RESISTÊNCIAS MAIS-QUE-HUMANAS AOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO EM SALVADOR

Silvana Lamenha Lins Olivieri[1] (UFBA)

RESUMO: Por cinco séculos, através da colonização e do capitalismo, a modernidade ocidental vem impondo o seu "mundo de um só mundo" nos territórios habitados por mundos constituídos como uma multiplicidade de mundos, parcialmente conectados entre si, negociando politicamente seus desacordos ontológicos. Até hoje, pouco se discutiu o papel que os processos de urbanização e a própria a ideia de cidade criada pelos modernos têm cumprido nessa "guerra de mundos", visando sempre destruir pluriversos para convertê-los no "mundo único". O artigo pretende demonstrar que os "mundos de muitos mundos" sempre existiram nas cidades, e como vêm resistindo às tentativas de destruição nesses territórios - mais especificamente, o mundo das árvores. Diversas cosmologias reconhecem a existência de árvores mágicas ou sagradas, moradas de seres espirituais, e sabem que não se deve cortá-las, pois a agressão será revidada. Contaremos histórias de árvores que, ameaçadas por obras urbanísticas que ocorreram em Salvador na década de 1970, como sempre em nome da "modernização", do "progresso" e do "desenvolvimento", conseguiram sobreviver ao provocarem acidentes e mortes, forjando uma negociação entre mundos, isto é, a prática cosmopolítica.

Palavras-chave: Cidade; Guerra de mundos; Pluriverso; Mais-que-humano; Cosmopolítica.

INTRODUÇÃO

> *Partilhamos a Terra com outras entidades, que são todas vivas, não há entidades mortas porque mesmo as entidades mortas referem-se de algum modo a uma capacidade de agir, embora um agir de maneira diferente das entidades vivas. Tudo é capaz de agir, capaz de ser mobilizado em modalidades de ação diferentes. E, portanto, por princípio, a capacidade de agir é partilhada com os antepassados, com a Natureza, com a atmosfera, com as forças naturais, as tempestades, etc. Assim, se se quiser viver bem e por muito tempo é necessário aprender a coexistir com tudo, orgânico, o natural, o humano, não-humano. É o que muitos descobrem, hoje, com a noção de Antropoceno. Os filósofos descobrem que aquilo que eles chamavam "animismo", falando dos outros, é no fundo a condição de sobrevivência do nosso planeta.*
>
> — Mbembe, 2018

Em fevereiro deste ano, o xamã e líder yanomami Davi Kopenawa foi convidado para conhecer três sumaúmas gigantes que estão condenadas à morte pela prefeitura de Boa Vista, capital de Roraima, por supostamente ameaçarem vidas humanas[2]. Kopenawa explicou que a sumaúma, ou

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

[2] As três sumaúmas, com mais de 50 anos de idade, ficam dentro do Centro Espírita Estrela do Oriente, às margens de um igarapé, atualmente poluído. Apresentando um laudo contestado por vários especialistas, no final de 2023 o proprietário do terreno conseguiu da prefeitura a autorização para derrubá-las, gerando grande comoção na cidade. Ver https://sumauma.com/sentinelas-da-cidade-sumaumas-sentenciadas-a-morte-geram-comocao-em-boa-vista/, ultima consulta em 25/03/2024.

warimari, ajuda os pajés a cuidarem das suas comunidades: "é quem chama a chuva, que traz energia boa para respirar bem, para não ficar doente". Se a doença chega numa comunidade yanomami, "o pajé usa a força da árvore para bater e mandar embora a doença. Então, isso é sério". E complementou indignado: "essas árvores estão aqui no meio da cidade e uma pessoa que foi eleita prefeito não reconhece a alma da sumaúma".

Considerados até hoje como "primitivos", "selvagens", "ignorantes", "atrasados", massacrados como "humanos inferiores", povos e coletivos extramodernos e extrahumanos como os yanomami, que a antropologia convencionou chamar de "animistas"[3], vêm se comprovando cada vez mais imprescindíveis para nossas possibilidades de sobrevivência num planeta "ferido", "danificado", em fase de "ebulição global", como observou Mbembe (2018). Já sabemos – e não é de agora[4] - que a catástrofe climática-ecológica em curso é causada por cinco séculos de dominação da modernidade ocidental, fundada na separação entre cultura (ou humanidade) e natureza (não-humanidade), e no chamado "excepcionalismo humano". Através da colonização e do capitalismo, os modernos vêm impondo aos mundos, em seus territórios, o seu "mundo de um só mundo", o único mundo que não compõe com outros, só quer destruí-los, sempre em nome da "civilização", do "progresso", do "desenvolvimento".

Sendo assim, não se trata mais de tentar "mudar o mundo", mas "mudar de mundo", avisa Arturo Escobar (2018). Isabelle Stengers (2012) nos convoca a recuperar ou "reativar" habilidades, concepções, saberes que a maioria de nós abandonou ou esqueceu, sobretudo por morar em cidades, como critica incisivamente Kopenawa[5]. Nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, é muito mais dificil perceber que fazemos parte de uma "teia" de existências conectadas, de uma "tapeçaria de ser/devir compartilhada" (HARAWAY, 2011). Reconhecer que, além dos humanos, outras formas de vida são dotadas de capacidades e atributos como personalidade, subjetividade, intencionalidade, sentimento, agência, compondo conosco o mundo em que existimos. Quando uma forma de vida qualquer desaparece, desaparece também o seu mundo, isso é, o mundo que ela experiencia. Com

[3] Animismo é um dos primeiros conceitos da antropologia, introduzido em 1871 por Edward B. Tylor como uma "crença religiosa" de povos supostamente situados na base da escala da civilização, atribuindo a tudo um espírito ou "alma". O termo "ressurgiria das cinzas" a partir dos anos 1990, como um tipo de ontologia, de caráter relacional. Ainda assim, sempre é preciso admitir, como faz Stengers (2018) que "as diversas definições dadas a animismo carregam os selos das suas origens e podem dificilmente ser desvinculadas das pejorativas associações colonialistas".

[4] Pelo menos, desde a famosa carta atribuída ao chefe Seattle, dos povos Duamish e Squamish, respondendo ao presidente dos Estados Unidos sobre a compra de suas terras, publicada pela primeira vez no fim do século XIX. Há algumas versões dessa carta, tradução da fala do grande cacique Seattle, ao que tudo indica ocorrida em 1854. Ver http://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2021/07/CADERNO26_SEATTLE.pdf

[5] Essa crítica ao "povo da cidade" aparece em vários momentos de "A queda do céu", a exemplo do seguinte trecho: "Os brancos de hoje em dia não sabem nada a respeito dos espíritos que habitam essas regiões e nunca pensam neles. (...) No tempo antigo, os brancos os conheciam, mas quando acabaram criando as cidades, foram pouco a pouco deixando de ouvir as palavras desses espiritos antigos" (ALBERT; KOPENAWA, 2015, p. 401)

isso, o mundo que compomos com essa forma de vida e seu mundo ontologicamente se empobrece (DESPRET apud SILVA E SILVA, 2022)[6]. Nas palavras de Hampaté Bâ (2010), filósofo e mestre da "tradição viva" africana: "tudo se liga, tudo é solidário, tudo repercute em tudo".

Implicando-se na "guerra de mundos" desvelada por pensadores como Ailton Krenak (2018) e Marisol de la Cadena (2018), este artigo quer contribuir para fazer desmoronar o "mundo único" da modernidade ocidental hegemônica, uma "máquina de destruição" de mundos e ontologias (STENGERS, 2018), demonstrando que, mesmo nas cidades, habitamos um "mundo de muitos mundos", ou pluriverso (DE LA CADENA; BLASER, 2018): uma multiplicidade de mundos heterogêneos e divergentes, parcialmente conectados uns aos outros, que negociam seus desacordos ontológicos politicamente. Mostraremos que formas de vida não-humanas ou - como prefere De la Cadena – outras que humanas, são também sujeitos e agentes urbanos, dispostos a lutar para não desaparecer junto com seus mundos nesses territórios quase totalmente dominados (e cada vez mais arrasados) pela máquina destruidora. Mais especificamente, árvores que, ameaçadas por obras urbanísticas que ocorreram em Salvador na década de 1970, para sobreviver acabaram forjando uma negociação entre mundos – prática que Stengers define como "cosmopolítica"[7].

A CIDADE É OUTRA COISA

> *Nós estamos em guerra, eu não sei porque você tá me olhando com essa cara tão simpática, nós estamos em guerra, o seu mundo e o meu mundo tá em guerra. Os nossos mundos estão em guerra. A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é pra gente continuar mantendo a coisa funcionando. não tem paz em lugar nenhum: é guerra em todos os lugares, o tempo todo.*
>
> — Krenak, 2019

Até hoje, pouco se discutiu o papel que os processos de urbanização e a própria ideia de cidade têm cumprido na guerra de mundos promovida pela modernidade ocidental nos territórios - que começa dentro da própria Europa, através do evento da "caça às bruxas", como mostrou Silvia Federici (2017)[8] -, visando sempre destruir pluriversos para convertê-los no "mundo único". Pois

[6] Fausto (2017, p.232-235) menciona a extinção dos ratos-candangos, roedores encontrados na região onde hoje é Brasília durante a construção da cidade, que não sobreviveram ao contato com a modernidade. Ao desaparecerem da Terra, "todos aqueles que se tornavam com os ratos tornaram-se mais pobres, capazes de menos coisas. A terra ela mesma, que nunca mais experimentou-se escavada pelas pequenas patas que depositavam nela a esperança de seu futuro, seus filhotes, pode-se dizer, ficou triste".

[7] Num diálogo recente com De la Cadena e Blaser, Stengers vem reelaborando seu conceito de cosmopolitica, ampliado como uma "ontologia política", cujo compromisso básico é "levar a sério a existência e o poder dos outros que humanos" (2018, p.95). Entretanto, optamos por utilizar neste artigo o termo stengeriano, assim como o fizeram Fausto (2017), Costa (2019) e Silva e Silva (2022) em suas teses de doutorado.

[8] Segundo Federici, uma concepção de mundo que pressupunha haver dias de sorte e dias sem sorte, dias nos quais se podia viajar e outros nos quais não se deve sair de casa, dias bons para se casar e outros nos quais qualquer iniciativa deve ser

assim como arrogaram para si o direito de ser "o mundo", em detrimento desses outros mundos existentes e possíveis, como acusa Escobar (2015), os modernos quiseram determinar o que deveria ser a cidade: uma criação exclusivamente humana, artefato cultural separado e em oposição à natureza, "contra a natureza". Um território produzido só por humanos e para os humanos, onde só vidas humanas importam - ainda assim, nem todas. A "coisa humana por excelência", resumiu Claude Lévi-Strauss em "Tristes Trópicos"[9].

Mas "cidade" é uma daquelas palavras enganosas que, segundo Eduardo Viveiros de Castro (2018), a depender do mundo no qual sejam proferidas, bem como das relações que fazem emergir esse mundo, podem designar coisas radicalmente distintas. O antropólogo diz que esse tipo de mal-entendido, um "equívoco", sempre vai ocorrer na comunicação entre pessoas (humanas ou não) que, mesmo falando uma mesma língua, habitam mundos que não são os mesmos[10]. Um equívoco não ocorre de uma simples "falha em compreender", mas da "falha em compreender que as compreensões não são necessariamente as mesmas, e que elas não estão relacionadas a modos imaginários de 'ver o mundo', mas aos mundos que são vistos". Ao invés de diferentes visões ou pontos de vista de uma mesma coisa, temos pontos de vista de coisas diferentes, uma vez que, assim como os pontos de vista, as coisas pertencem a mundos diferentes, concebidas nos termos de seus mundos.

Portanto, para quem pertence a um mundo que não é "único", um mundo múltiplo, animado e relacional, a cidade inevitavelmente é outra coisa, uma coisa "mais-que-humana". Um território habitado por todas as espécies de seres, inclusive espirituais[11]. Em "A queda do céu", Kopenawa conta que, ao visitar Nova York, em 1991, viu "debaixo de uma grande ponte"[12] uma "moça

---

prudentemente evitada; que atribuía poderes especiais ao individuo – o olhar magnético, o poder de tornar-se invisível, de abandonar o corpo, de submeter a vontade dos outros por meio de encantos mágicos, era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, e precisava ser erradicada. Além do mais, a magia aparecia como uma forma ilícita de poder e como um instrumento para obter o desejado sem trabalhar – e quem detinha esse conhecimento eram sobretudo as mulheres. Ao longo dos séculos XVI e XVII, em vários países europeus, centenas de milhares de mulheres "teriam sido julgadas, torturadas e assassinadas, enforcadas ou queimadas vivas, acusadas de terem vendido o seu corpo e sua alma ao demônio", ou, "por meios mágicos, assassinado inúmeras crianças, sugado seu sangue, fabricado poções com sua carne, causado a morte de seus vizinhos, destruído gado e cultivos, provocado tempestades", entre muitas outras abominações.

[9] Entretanto, na obra do próprio Lévi-Strauss se acham inúmeras críticas ao antropocentrismo, como nesse trecho do ensaio sobre Rousseau: "Nunca antes do termo desses últimos quatro séculos de sua história, o homem ocidental percebeu tão bem que, ao arrogar-se o direito de separar radicalmente a humanidade da animalidade, concedendo a uma tudo o que tirava da outra, abria um ciclo maldito. E que a mesma fronteira, constantemente empurrada, serviria para separar homens de outros homens, e reivindicar em prol de minorias cada vez mais restritas o privilégio de um humanismo corrompido de nascença por ter feito do amor-próprio seu princípio e noção". Ver SUSSEKIND, Felipe. "Sobre a vida multiespécie". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p.159-178, 2018.

[10] No exemplo dado por De la Cadena (2018), "território" significa para o Estado peruano um pedaço de terra sob sua jurisdição, mas para o coletivo indígena AwajunWampi é uma entidade produzida por suas práticas de vida, ou ainda "o território são os AwajunWampi".

[11] Há quem diga que esses seres estão sempre entre nós, em todos os lugares, apenas nem todo olho está preparado para "ver", isto é, sentir suas presenças e agências, não necessariamente através da visão.

[12] Bruce Albert acredita ser a ponte Triborough, sobre o East River, perto do hotel onde Kopenawa se hospedou e que chamou sua atenção logo na chegada a Nova York (ALBERT; KOPENAWA, 2018, p. 671).

das águas", de "olhos e cabelos negros muito bonitos", com os "jovens seios despontando", possuindo a parte de baixo do corpo "como de peixe". "Há muito tempo, essa moça dos rios deixou nossa floresta e se perdeu muito longe, nos confins das águas", indo parar na grande metrópole, esclareceu o xamã, descobrindo na ocasião que "os brancos sabem desenhá-la" e "lhe dão o nome de sereia" (in ALBERT; KOPENAWA, 2015).

Em Salvador, uma sereia morava numa gruta encravada em um morro do bairro do Rio Vermelho, a "gruta da mãe d'água", onde havia uma nascente de água doce que abastecia a comunidade. Moradores antigos descreviam o lugar como uma "casa de pedra", com "dividimento da natureza". Era "feito um chalé, aqui a casa, no liso do chão, os olhos d'água brotando, tinha um corredor, tinha pilão, cadeira, mesa". A casa "brilhava sem luz", e à noite "saía o cachorro de ouro, assombrava". Diziam que a sereia "vinha tarde da noite, entrava na gruta que tinha uma bacia e um sofá de pedra. Entrava e cantava" (ZORZO, 1994, p.50)[13].

Mostrar que nas cidades habitam outros mundos que não o dos humanos, e que esses mundos estão seriamente ameaçados de desaparecer pelo "progresso"[14], foi intenção de Gilberto Freyre com "Assombrações do Recife Velho", um ensaio de 1955 sobre a "história sobrenatural do Recife". Organizado como uma coletânea de histórias, Freyre apresenta uma Recife que "pelos seus mistérios, existe, subsiste, persiste desde velhos dias como cidade com alguma coisa de cidade onde o mundo não é só o de homens", povoada por seres como "arvores mágicas", animais "artificiais e não apenas naturais", e sobretudo "almas penadas", como nessa história, passada no fim do século XIX:

> No Recife, ilustre advogado dos primeiros tempos da República morou, quando moço, numa casa perto da célebre avenida Malaquias. Em redor da casa, nas noites mais feias, rodava um carro de cavalo que assombrava, com seu ruído, as pessoas da casa. Ruído de patas de cavalo, de rodas de carro e até de vozes. Voz áspera de boleeiro. Vozes doces de gente sinhá, afobada de seu, dentro do carro. Abria-se uma porta ou janela da casa: talvez fosse troça de estudantes boêmios que se divertissem com atrizes, entrando de carro num sítio particular. Estudante era antigamente capaz de tudo. Não se avistava, porém, carruagem nenhuma. Apenas paravam as vozes. O barulho das rodas do carro continuava sobre a areia frouxa, sobre as pedras, sobre a grama do quintal. Mas ninguém avistava carro ou enxergava cavalo ou

[13] Segundo relato de outro antigo morador, "a gruta era muito grande e parecia uma casa, cabia um homem em pé. Era uma espécie de salão onde cabiam muitas pessoas, havia lugares que diziam que eram prateleira, pilão e outras coisas. O mais importante é que no meio do salão havia uma poça em forma de banheira, que conservava sempre água doce, que minava das próprias pedras. Muita gente quando estava com sede, ia beber água ali, pois a água era muito boa. Diziam que a mãe d'água depois que tomava banho doce, ia para aquela pedra em frente da gruta perto do mar, que se chamava Pedra da Mãe D'água, ou Pedra da Sereia, como chamam até hoje, sentava-se e ficava penteando os cabelos, naquela pedra juntava muita gente para pescar porque dava muito peixe". Ver LOPES, Licídio. *Rio Vermelho e suas tradições: memórias de Licídio Lopes*. S*alvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia,1984.* Infelizmente, na década de 1950, sem qualquer aviso, a gruta foi implodida por uma pedreira que funcionava no morro, extraindo basalto para produção de brita e alvenaria de pedra. Pegos de surpresa com a destruição da gruta, os moradores ficaram revoltados.

[14] Ainda em meados do século XIX, a instalação da iluminação a gás já teriam sido "um golpe quase de morte" no domínio que exerciam as "almas dos mortos, os lobisomens e mulas-sem-cabeça" sobre as ruas escuras do Recife, lamentava Freyre.

> descobria sinal de roda na terra mais mole. Também pelas ruas do centro da cidade houve tempo em que à meia-noite se ouvia o rodar de enorme carro de cavalo. Devia ser carro velho porque as rodas rangiam de cansadas. Tinha o rodar do carro alguma coisa de gemido de carro de boi. Houve quem, abrindo de repente o postigo, visse imenso coche fúnebre cheio de penachos e dourados, os cavalos cobertos de crepe. Carro igual, igualzinho, ao coche que há anos levara ao cemitério de Santo Amaro certo titular do Império. Misterioso, o carro preto e dourado aparecia e desaparecia com todos os penachos e cavalos de luxo. Todo ele parecia penar (Freyre, 1987 [1955], p.63-64).

Outro livro que reúne histórias de assombros e encantamentos numa cidade é "Visagens e assombrações de Belém", de Walcyr Monteiro, concluído em 1972 mas só publicado em 1985. Uma das mais conhecidas é a de uma cobra imensa que vive sob Belém, cuja cabeça estaria bem abaixo da catedral e a cauda sob a Basílica de Nazaré. Se um dia a cobra sair do seu repouso, "a cidade se desmoronará e será tragada pelas águas da baía do Guajará". Não consta do livro, entretanto, um dos lugares tidos como mais assombrados ou "visagentos" de Belém, o Palacete Bibi Costa, imponente casarão construído no começo do século XX por uma família que enriquecera no ciclo da borracha. Segundo o advogado Fernando Gurjão Sampaio, mais conhecido como Tanto Tupiassu, esses primeiros proprietários eram conhecidos pela "crueldade quase escravagista" com que tratavam seus empregados, especialmente no porão. Abandonado pelos herdeiros, começaram os relatos macabros envolvendo o lugar:

> Eram relatos de vozes sussurradas pelos cantos, que assustavam todos que teimavam em ficar lá. Além das vozes, barulhos de portas e janelas abrindo e, principalmente, do elevador funcionando altas horas da noite. Do lado de fora não eram incomuns os relatos de transeuntes e vizinhos, que chegavam a chamar a polícia por conta dos barulhos, gritos e gemidos de dor e sofrimento que vinham de lá. Abandonado, sem uso e com relatos de malassombro, o Bibi Costa virou um elefante branco. Até que, em determinado momento, o governo do Estado decidiu comprar o prédio e dar-lhe uso. Isso foi muito fruto de pressão popular, porque, de fato, o palacete é uma jóia arquitetônica de Belém. Só que nada dava certo lá. Os servidores viviam sempre assustados. Por volta de 1987 foi instalada no Bibi Costa a Secretaria Estadual de Planejamento. O secretário estadual era meu tio, Amilcar, um dos homens mais inteligentes que já vi, extremamente cético. E logo ele deu de cara com os tais fatos estranhos. (...) Vozes, muitas vozes chamando a eles. Não poucas vezes, vozes pedindo socorro e clemência. E tudo isso piorava no porão e nos aposentos mais próximos dele, justamente onde muita gente foi espancada e torturada. Mas não eram somente vozes. Portas e janelas abrindo e fechando. Objetos que caíam. Papeis que se desarrumavam. Salas completamente fora de ordem. (...) Por diversas vezes, o elevador funcionava sozinho. Então, imaginem: Tarde da noite, meu tio trabalhando sozinho ou com equipe reduzida. O casarão vazio e silencioso. Do nada, o elevador que estava no térreo entrava em funcionamento e subia para o andar onde meu tio trabalhava. Eles esperavam aparecer alguém e não aprecia nada. Isso aconteceu diversas vezes e eles começaram a fazer testes. Meu tio chamava o elevador pro andar onde ele estava e o deixava aberto. Casarão vazios. Do nada, o elevador entrava em funcionamento e descia. Ao mesmo tempo, vozes e gemidos e pedidos de socorro. Meu tio investigou

> tudo. Io, achou que era onda dos seguranças, mas isso acontecia com funcionários diferentes, em dias diferentes e em andares distintos. Depois, ele achou que era mal funcionamento. Chamou um técnico, porque aquilo começou a afetar muito os servidores. E o técnico atestou: - Dr. Amilcar...não tem como ele funcionar sem a ordem de alguém, sem a porta ser travada por dentro. Também não foi achado nenhum problema no mecanismo. Fato é que o elevador era deixado aberto e se movia e chegava no outro andar fechado. Pra colocar fim naquilo, que meu tio fez? Isso mesmo: lacrar o elevador, desligar o mecanismo. As vozes e sons podiam ser explicados: vento passando pelas frestas, madeira rangendo ou estalando, barulhos da rua. Mas o elevador tava acabando com a saúde dos servidores. Poucas semanas depois de lacrar o elevador meu tio morreu. Foi encontrado morto na sala da casa dele, vítima de um ataque cardíaco inesperado e repentino. Foi em novembro de 1989. Mas ai vocês podem dizer: qualquer um pode ter um ataque cardíaco. Acontece que depois do meu tio, o Governador nomeou outro secretário de planejamento. E ele manteve a decisão de deixar o elevador lacrado. E ele também teve uma morte súbita, também ataque cardíaco, enquanto caminhava na Praça da República. E depois da morte desse segundo secretário foi nomeada uma mulher, que falha o nome agora, e que igualmente manteve a decisão de deixar lacrado o elevador do Bibi Costa. E ela também, semanas depois, teve uma morte súbita...Três secretários mortos em poucos meses. (...) Coincidência ou não, com o elevador funcionando ninguém mais morreu. Mas se intensificaram os pedidos de socorro e as vozes que chamavam as pessoas, principalmente tarde da noite. O porão se tornou um local impossível de se estar. Pouco depois a secretaria de planejamento foi tirada de lá, porque ninguém mais queria estar ali. O prédio passou outros muitos anos vazio, com terríveis relatos de segurança, transeuntes e vizinhos acerca dos gritos e do elevador que passava a noite funcionando. Depois de um tempo foi construído um anexo, onde hoje funciona a Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, órgão do DNIT, e o prédio antigo quase não é mais usado, porque ninguém aguenta a energia do local. E até morrer minha avó falava e jurava, entre lágrimas, pra todo mundo ouvir, que os espíritos do Palacete Bibi Costa tinham matado o filho dela, num ressentimento que eu também carrego na alma. Ainda vou entrar lá e conhecer o elevador e o porão...[15]

UMA SALVADOR DE MUITOS MUNDOS

Conhecemos várias histórias parecidas na cidade onde nasci e vivo, Salvador, onde, até pelo menos os anos 1950, a magia, o popular "feitiço", estava presente em tudo (CAETANO, 2018). Apesar de tantas luzes e destruição, aqui, ainda hoje, sem muita dificuldade, encontramos pessoas que, pelo menos em algum momento, já tiveram experiências "mágicas" com formas de vida outras que humanas[16]. Pessoas que não esqueceram (ou não totalmente) sua natureza, como diz Kopenawa. Algumas, de maior sensibilidade e sabedoria, conseguem compreender mensagens e sinais em tudo que existe e participa do mundo que habitam - mesmo quando se mora num grande centro urbano[17].

[15] Disponível em https://twitter.com/tantotupiassu/status/1595235541507006464, última consulta em 7/12/2022.

[16] É o caso da autora deste artigo. Uma dessas experiências, com uma lontra marinha, foi narrada na revista Redobra, ver OLIVIERI (2022).

[17] Perguntado se os xamãs teriam "poderes especiais", o filósofo David Abram diz que não, que "nada ali é sobrenatural", apenas "os sentidos deles são mais sensíveis", conseguindo "ter empatia com os sentimentos das outras pessoas e receber informação dos animais, das plantas, de uma trovoada. Sentem de imediato quando a chuva se aproxima. É uma capacidade humana.(...) É difícil termos a mesma sensibilidade porque nossa civilização não reconhece que os outros seres estão

Everaldo Duarte, escritor e ogã do terreiro do Bogum, da nação jêje, lembra as capacidades sensoriais extraordinárias de três mães-de-santo, Emiliana, Runhó e Nicinha, já falecidas:

> Emiliana conversava com a natureza. Olhava o futuro através de um copo com água e constatava os indícios vistos ali, caminhando pelo quintal, contando as pedrinhas no chão com sua bengala, de cabeça baixa e resmungando preces e louvações aos voduns. Todos os dias, antes de qualquer tarefa ao amanhecer, ela percorria o mesmo caminho e verificava as mudanças ocorridas no chão batido. Através das mudanças observadas, ela planejava as atividades para o resto do dia. (...) Emiliana dizia que "os búzios respondem às perguntas que a gente imagina, mas a natureza mostra aquilo que nem imaginamos". E não errava uma previsão.
>
> Runhó era diferente. Ela olhava os mistérios da previsão através das sombras da folhagem das cajazeiras no chão e na forma de nuvens no céu. Runhó não tinha búzios. Jogava com castanhas de caju, com caroços de feijão, com tampinhas de garrafas, com botões de paletó, com qualquer coisa que estivesse ao alcance das mãos nos momentos de necessidade. Entretanto, seu forte mesmo era a pesquisa ou a interpretação das figuras que se projetavam no chão, das folhas da cajazeira em frente ao barracão, nos dias de sol. Não só da cajazeira, por estar sempre ali perto dela, mas de qualquer outra árvore sob a qual ela pudesse se sentar. Era bonito vê-la quieta, pensativa, observando as sombras se deslocarem e assumirem formatos diferentes lhe dando subsídios para as suas previsões. Quando se fazia um céu carregado de nuvens, o ritual era o mesmo; ela passava horas olhando o céu, buscando figuras e movimentos que lhe indicariam respostas para suas questões. Do mesmo modo que Emiliana, Runhó jamais errava uma previsão. (...)
>
> Com Nicinha, já não se pode dizer que havia instrumentos que lhe auxiliassem nas previsões. Ela, só em ouvir a pessoa, já determinava o diagnóstico. (...) Era tão sensível às irradiações do outro que, de longe, ao ver a pessoa (às vezes pelo buraco da fechadura da porta da frente), ela mandava dizer que não estava. Nicinha fazia previsões com base nas respostas emitidas pelos sons da natureza. O canto de um pássaro, o espocar de um foguete ou um apito fora dos padrões e do momento, fosse de gente ou de animal ou mesmo daquilo que ela só podia ouvir. (...) Nicinha podia ver o que ou quem estivesse às suas costas. Na verdade, Nicinha era cercada de tantos mistérios que a faziam diferente, superior, igual e humilde que nenhum de nós pôde até hoje definir (DUARTE, 2018, p.82-83).

Duarte (2000) explica que, para o chamado "povo-de-santo", "o canto da cigarra fora de hora", o "piar da coruja", o "florir de uma árvore fora de suas características", ou até mesmo "uma fruta caída" pode "querer dizer coisas que só nós entendemos". No candomblé, aprendemos que tudo que existe tem vida, tudo é sujeito e age no mundo, podendo interagir conosco de diversas maneiras, independentemente da nossa vontade, como vemos nessa história contada por Gaiaku Luiza, uma das sacerdotisas da nação jêje mais importantes da Bahia, também já falecida:

conscientes à sua maneira". Ver https://observador.pt/2016/04/18/david-abram-criatura-hipersensivel-evito-ser-exotico, última consulta em 21/03/2024.

> Em 1940, eu morava no beco do Chinelo, casa 18 – bairro Nazaré, em Salvador. Trabalhava fazendo prendas, que eram flores de papel crepom. Eram tantas cores de papel que a vista me cansava. Eu havia acabado de almoçar, tomei meu café e fui me deitar. Zuzu era uma amiga, empregada, que trabalhava comigo e havia saído para fazer as entregas. Minha casa era sala única e eu estava deitada. Chegou um velho na grade da porta, com chapéu de palha e camisa de saco com botão de osso. Era um velho negro e só o via da cintura para cima, na grade. Acabou indo embora e logo depois Zuzu chegou. Perguntei se havia visto um velho e ela respondeu que não. Não entendi nada e não liguei. Lembrei que, no dia anterior, uma sarará havia batido à porta de casa, perguntando se ali morava o Hùntóloji [que viria a ser o nome do seu terreiro]. Eu achei aquilo esquisito e respondi que não. Quando foi à noite, sonhei com o mesmo velho e, no sonho, estávamos andando pela rua e ele apontava para um terreno. Não falava nada, só apontava. Quando foi no sábado, três horas da tarde, ouvi uma voz: "Você não vai, né, deixa estar você!!!" Quando foi segunda-feira de manhã, saí para fazer feira. Para ir à feira era preciso seguir pela ladeira da Água Brusca, e quando passamos por lá, mostrei para Zuzu o terreno que o velho, no sonho, havia apontado. Depois fiquei sabendo que ali era um brejo, onde as africanas lavavam em tinas de madeira. Dizem que naquele bairro moraram muitas famílias africanas. Não sei se era mês de maio ou junho, sei que estava próximo de São João, porque estava muito frio. Eu ficava trabalhando, fazendo prendas, sentada na cadeira com os pés enrolados em um saco de linhagem (...) De repente deu um negócio em Zuzu, que ela pegou o saco de linhagem e saiu. Fiquei sem entender nada. Zuzu não era de candomblé, gostava de apreciar. Se alguém ia fazer obrigação, ela sempre ajudava. Era de Sogbo com Azansú [correspondendo a Xangô e Omolu]. Chamava-se Maria José Bittencourt, era formada no comércio e trabalhava com prendas. (...). Repentinamente chega Zuzu, com o saco, parecia que tinha algo dentro. Ela gritou: "Abra logo a porta que está pesado". Eu abri, ela entrou e começou a desensacar e era uma pedra enorme. Eu falei: "Zuzu, pelo amor de Deus! O que é isso que você foi pegar? Vai jogar isso fora que eu não quero isso aqui dentro! Isso é o cão, vai devolver isso!" Já eram onze horas da noite e, naquele tempo, onze horas já era tarde. Zuzu não quis devolver a pedra, alegando que já era muito tarde para voltar à rua. Ela colocou a pedra atrás da porta e ali foi ficando. Toda pessoa que entrava se assustava com aquela pedra. Um dia, minha irmã foi lá em casa e não quis entrar com medo da pedra. Zuzu pegou a pedra e colocou na área nos fundos da casa, próximo ao tanque de lavar roupa. Quando ela lavava roupa, batia a roupa naquela pedra, antigamente havia esse costume. Cansou de cair sabão em cima daquela pedra. Um dia, recebi a visita do meu amigo Izaias Sacramento, que era um angoleiro antigo. Chamei meu amigo para olhar a pedra e ele espantado falou: "Misericórdia!!!" Começou a trocar língua com a pedra, fazendo aquela reverência. "Minha filha, não faca isso não. Compre uma garrafa de dendê que eu vou trazer umas folhas para dar um banho nele. É o velho Omolu e tire logo ele daí" (in: CARVALHO, 2006, p.95-97).

Seguindo Roger Sansi (2005, p.143), não foi Zuzu que encontrou a pedra (que também era o orixá Omolu), foi a pedra-orixá que "agiu" para ser encontrada por Zuzu, e levada para a casa de Gaiaku Luiza, com quem tinha "enredo"[18]. Ou seja, aquele encontro fora um desejo da própria pedra, que demonstrou possuir muita vida, isto é, muita força. Pois embora tudo que existe seja vivo, nem

[18] Sobre a noção de "enredo" no candomblé, ver FLAKSMAN, Clara. "Relações e narrativas: o enredo no candomblé da Bahia". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 36(1): 13-33, 2016.

tudo é vivo do mesmo modo, ou na mesma intensidade. No mundo do candomblé (assim como nos mundos indígenas[19]), vida é uma força "mágico-sagrada", sem a qual qualquer "existência estaria paralisada, desprovida de toda possibilidade de realização", como explica Santos (1977)[20]. Essa força - que tem vários nomes, entre eles "axé" - pode diminuir ou aumentar, fazendo com que tudo exista "mais" ou "menos"[21]. Quanto mais forte, ou mais vivo, maior o poder mágico do ser ou coisa, assim como dos lugares[22].

NO MUNDO DAS ÁRVORES

Um dos costumes que os africanos escravizados trouxeram para o Brasil era consultar as árvores mais fortes, consideradas "mágicas" ou "sagradas", para ouvir seus conselhos. Esses velhos africanos, chamados de "tios", eram "adivinhos ricos em mistérios, sacerdotes muito respeitados por sua mágica sabedoria. Eram muito ativos e cheios de segredos. Instituíram aqui liturgias diversas", as quais "nem todas sobrevivem", ressalta Ordep Serra, antropólogo e ogã do terreiro da Casa Branca, contando de um antigo ritual que acontecia sempre no primeiro dia do ano:

> Um velho sacerdote do candomblé — o venerado Ogã Agnelo, amigo de quem tenho muita saudade — certa vez me falou de um rito outrora celebrado aqui pelos "tios africanos", no tempo remoto da adolescência dele, ou seja, nas primeiras décadas do século passado. (...) O Mestre Agnelo nunca chegou a testemunhar o rito que evocava. Quando este se achava em prática, ele era ainda muito moço, "quase um menino", com pouco tempo de iniciado. Não era admitido naquele estreito círculo, a que raros crioulos tinham acesso. Teve notícia de sua realização através de um parente, um venerável ogã do Terreiro do Engenho Velho, onde o próprio Agnelo mais tarde assumiria o elevado posto de Elemaxó (sacerdote de Oxalá). De acordo

[19] Segundo Nimuendaju (1981), para os indígenas, não existe nada de sobrenatural, na acepção ocidental do termo, "o que conta é "a maior ou menor atividade de um poder mágico imanente a todos os seres, se alguém é capaz de produzir alguma coisa que aos outros pareça prodigioso. Esse extraordinário não tem limites: simplesmente, tudo é possível e natural" Ver NIMUENDAJU, Curt. "Fragmentos da religião e tradição dos índios Sipáia", *Religião e Sociedade*, n. 7, Rio de Janeiro; São Paulo: Tempo e Presença; Cortez, 1981.

[20] Santos revela ainda que, na cosmologia iroubana, matriz do candomblé jêje-nagô, o responsável por mobilizar o axé é Exu, "princípio dinâmico e de expansão de tudo o que existe", sem o qual "todos os elementos do sistema e seu devir ficariam imobilizados, a vida não se desenvolveria". O orixá atuaria como "um medicamento de poder sobrenatural [mágico] próprio de cada pessoa. Isso quer dizer que cada pessoa tem à mão seu próprio remédio de poder sobrenatural, podendo utilizá-lo para tudo o que desejar".

[21] Hampaté Bâ (2010) define magia ou feitiçaria como o controle ou a manipulação dessas forças que animam o mundo, "em si uma coisa neutra, que pode se tornar benéfica ou maléfica conforme a direção que se lhe dê".

[22] Como tudo que existe no mundo, há lugares com mais força que outros. Geralmente, os mais isolados e intocados, com pouca ou nenhuma perturbação humana, costumam concentrar mais força e encantamento, como cachoeiras, rios, lagoas, matas, praias, grutas, dunas. Também têm mais força certos lugares edificados pelos humanos, como encruzilhadas, mercados, feiras, cemitérios, casas abandonadas, caso do citado Palacete Bibi Costa. São os lugares preferidos pelos seres espirituais, onde gostam de passear ou de morar, e que protegem como "donos" ou "mães". Uma função parecida com a que, para os romanos, tinham os Lares e os *genius loci*, divindades protetoras dos lugares – sejam montanhas, bosques, rios, nascentes, celeiros, fóruns, teatros, ruas. Também havia o "*genius urbi*", protetor das cidades. "*Genius urbis romae*" era o gênio de Roma, cujo culto era no Capitólio. "Não há nesta cidade lugar que não esteja impregnado de religião, e que não esteja ocupado por alguma divindade...Os deuses têm nela sua morada", dizia Tito Livio sobre Roma. Sérvio, no "Comentário à Eneida de Virgílio", afirmaria que "nenhum lugar é sem um gênio". Ver OLIVIERI (2022).

> com o precioso relato que o amigo escutou e me transmitiu, os “tios" costumavam reunir-se nos primeiros dias do ano para uma liturgia oracular. Depois de uma longa vigília, marcada por preparativos e purificações especiais, esses religiosos se dirigiam com suas oferendas a uma grande árvore existente numa clareira da mata que era ainda pujante em muitos trechos da cidade. (Segundo o Mestre Agnelo supunha — pois nunca a visitou —, a árvore bendita ficaria entre as atuais avenidas Vasco da Gama e Ogunjá). Assim que chegavam a seu destino — ainda à luz da aurora —, os velhos sacerdotes faziam suas preces, depositavam as oferendas e quedavam por um bom tempo em silêncio, *ouvindo a árvore*. Escutavam atentamente o murmúrio das folhas tocadas pela brisa matutina. Prestavam ouvidos, também, ao canto de pássaros por acaso pousados na copa sagrada. Valorizavam o comentário melódico das aves oportunas, mas era das folhas que esperavam o “recado" principal. Após um tempo de cuidadosa escuta, eles agradeciam com palmas ritimadas a mensagem acolhida. Feito isso, confabulavam: expunham uns aos outros suas interpretações, que discutiam e procuravam harmonizar. Ao contar-me essa história, meu amigo me disse que a árvore profética *por certo* encarnava o orixá *Okô*. Em outra ocasião, falou que se tratava do deus *Oloroquê*, do povo efan, cultuado num terreiro do Engenho Velho de Brotas. Por falta de tempo, nunca pesquisei o assunto. Mas não o esqueci (...) me comove pensar que nesta cidade onde vivo havia homens capazes de ouvir árvores e entender-lhes a linguagem (SERRA, 2010).

Em outra árvore, uma grande gameleira, durante muito tempo foi realizado por africanos da nação Tapa e seus descendentes um culto para um ancestral chamado *Baba Igunnuko*, que inclusive deu nome ao lugar, baixa do Gunucô, atual vale do Bonocô. Esse ritual, testemunhado pelo historiador e etnólogo Waldeloir Rego, teria durado até o fim dos anos 1960, quando foi construída uma via expressa ao longo do vale. Ao que se sabe, a árvore teria sobrevivido à obra, mas ficou confinada dentro de uma escola da rede pública.

> Em outro ponto da cidade onde existe uma baixada chamada Baixa do Bonocô, antes Gunucô, que é uma corruptela de Igunnuko, os negros se reuniam à noite para fazer o ritual de Baba Igunnuko, em volta de uma árvore sacralizada, distribuindo *egbo* (milho branco cozido) enquanto dava meia-noite quando *Baba Igunnuko* aparecia. Os fiéis que desejassem fazer uma consulta tomavam de uma terrina branca, *eko* (acaçá), vela e dinheiro e pediam o que queriam, para quando ele chegasse respondesse as consultas feitas, de acordo com a terrina que encontravam aos pés da árvore. Ao som de cânticos e toques, Baba Igunnuko dançava de um lado para o outro, e quando avançava para o lado contrário à área do ritual, traziam-no de volta, sempre dizendo *Eso, eso Baba* (Calma, calma, pai). (In: AMADO; REGO; CARYBÉ, 1980).
>
> Imagem 1: Registro raríssimo da gameleira de *Baba Igunnuko*, feito pelo fotógrafo Flávio Damm em 1966, poucos anos antes da construção da av. Bonocô.



Fonte: Livro “Bahia Boa Terra Bahia”

Diversas cosmologias têm um profundo respeito para com as árvores consideradas sagradas, seres de muita força, não só moradas de divindades e espíritos, como, muitas vezes, sendo também as próprias divindades e espíritos. Essas árvores jamais devem ser derrubadas, seria um sacrilégio, afirma Serra (2005)[23]. Além disso, qualquer agressão a elas será respondida com infortúnios, geralmente doenças e acidentes, por vezes fatais. Em 1985, quando algumas árvores sagradas da Casa Branca - uma jaqueira de Exu, e duas gameleiras pertencentes a Apaoká e Loko Padô - estavam pondo em risco casas do entorno do terreiro, foi necessário consultar os búzios, obtendo das divindades o consentimento para retirá-las. Ferramentas e equipamentos que seriam utilizados

[23] Serra (2005, p.198) comenta sobre a relação da comunidade da Casa Branca, primeiro terreiro tombado no Brasil, com suas árvores sagradas: “A comunidade do terreiro as considera impassíveis de corte: suas normas sacras lhes proíbem terminantemente abatê-las. Sem dúvida, os membros do *egbé* [comunidade] sabem que essas árvores são perecíveis, mas não cuidam de fazê-las perecer. A jaqueira consagrada a Apaoká foi ao chão, morreu; não sacrificada num ritual, mas por causas naturais. A comunidade providenciou o plantio de uma nova jaqueira, que cresce hoje no mesmo lugar e passou por novos ritos de consagração. Todas as autoridades do candomblé de diferentes nações, da Bahia e do Rio de Janeiro, que consultei a esse respeito desconhecem liturgia de seu culto envolvendo a derrubada de árvores. Consideraram absurda a hipótese da imolação ritual, por ordem de um orixá, de uma árvore consagrada a um orixá. Não existe qualquer registro disso na etnografia, nem na memória de velhos sacerdotes do axé. Na exposição de motivos anexada ao pedido de tombamento do Ilê Axé Iyá Nassô Oká, as árvores sagradas da área foram relacionadas como monumentos. Abatê-las seria considerado sacrilego pelo *egbé*”.

para o corte das árvores e para a poda da "Toka de Dako", um bambuzal, tiveram de passar por um "preparo". Também os funcionários da Superintendência de Parques e Jardins da prefeitura, além do próprio Superintendente, tiveram que banhar o rosto, têmpora e pulsos na infusão de folhas sagradas chamada "inhorô", que lhes asseguraria proteção contra a "zanga das entidades" (RAMOS, 2009, p.166-169).

De todas as árvores sagradas do candomblé, aquela considerada "a mais excelsa de todas" é a gameleira branca, principal morada da divindade Iroko (ou Loko), do candomblé de matriz jêje-nagô, como também de uma divindade cultuada no candomblé da tradição congo-angola: Ndembu ou Tempo, explica Serra (2010)[24]. A gameleira é uma árvore considerada sagrada também para muitos povos indígenas[25], assim como é bastante respeitada e temida pelo povo sertanejo:

> No sertão da Bahia e de Minas Gerais, em depoimentos de muitas pessoas que nada sabiam de candomblé, de Iroco, ou de Ndembu, constatei que um certo temor religioso envolve as gameleiras. Acredita-se que elas abrigam visagens, que sob sua copa se reúnem almas errantes. Explicam os sertanejos que nem todas as gameleiras têm essa vocação. Mas vá lá saber qual é a ingênua, qual é a assombrada (SERRA, 2010).

Ainda segundo Serra (2010), no candomblé se diz "que a árvore de Iroko acolhe almas de defuntos e outros espíritos". Também as Iyámi, "perigosas feiticeiras que se transformam em pássaros podem ocultar-se na sua folhagem, nas horas sombrias". Por isso, não é recomendável se demorar nas imediações dessas árvores em certos horários, especialmente quando anoitece. Serra acredita que a relação com almas de pessoas falecidas tenha a ver com o costume africano de sepultar mortos no tronco dos irokos ou dos baobás - que, por sinal, têm a mesma fama, pois são árvores que por vezes "formam ôcos, e são muito envolventes". Iroko também abriga os chamados *abiku*, em iorubá "nascidos para morrer": "espíritos de crianças que se recusam a nascer, ou deixam este mundo pouco depois do nascimento".

Freyre (1987 [1955], p.39) lembrava que o pernambucano Pai Adão, "formado em artes negras na própria África" e sacerdote do candomblé nagô mais antigo do Recife, fundado em 1875 pela nigeriana de Oyó *Ifátinuké*, ou "tia Inês", aconselhava-se com "uma gameleira mágica", "ouvindo vozes que lhe diziam em nagô [ou iorubá]: 'Adão, faça isso", "Adão, faça aquilo'". A comunidade da Casa de

[24] Serra (2010) explica também que na África, o nome Iroko designa ao mesmo tempo uma divindade e uma espécie vegetal, a *Chlorophora excelsa*. No Brasil, "o deus se transferiu para a etnoespécie das gameleiras (que abrange várias espécies da botânica "oficial"), com destaque para a *Ficus doliaria*".

[25] Sobre a relação de comunidades indígenas especificamente com essa árvore, ver LIMA-PAYAYÁ, Janice da Silva. "Gameleira: o arvorecer da geografia Payayá". *Kwanissa – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, São Luís, 2021. Disponível em https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/17408/9456, última consulta em 10/04/2024.

Oxumarê, vizinha à Casa Branca, ainda se emociona ao falar da amizade entre Iyá Nilzete de Iemanjá, sacerdotisa falecida em 1990, e o pé de Iroko:

> Todos os dias ela fazia o mesmo percurso. Descia as escadas da Casa de Oxumarê, ia em direção a oficina para saber do seu irmão Milton e dos seus sobrinhos. Mas, antes de fazer qualquer coisa, Iyá Nilzete de Yemanjá, parava para conversar com seu grande amigo e conselheiro, a árvore sacralizada ao orixá Iroko. Mas um dia, apressada Iyá Nilzete não parou para falar com seu amigo. Apenas avisou: "Iroko, estou apressada, na volta eu paro e converso com você. "A divindade parece ter se incomodado com aquilo, pois no mesmo instante, de repente, um galho seco caiu sobre o ombro esquerdo de Mãe Nilzete. Ela apenas olhou para, aquela árvore com um largo tronco e raízes enormes, e disse: "O que eu te fiz Iroko? Por que fizestes isso comigo, logo você meu grande amigo e companheiro?" A yalorixá, que sempre fazia confidências com o Orixá ficou muito sentida e subiu para sua casa com a dor no ombro. No dia seguinte, ao descer novamente as escadas, fazendo o percurso que já era de costume, Iyá Nilzete olhou para o alto, bem para o cume da árvore e de repente, um brotinho de folha verde caiu no mesmo lugar, onde no dia anterior tinha machucado o ombro da sacerdotisa. Ao receber o broto da folhagem, ela pegou um grampo que estava em seu cabelo, e prendeu o presente sobre o seu camisu de *rechilou [rechilieu]* e então perguntou: "É um pedido de desculpas meu amigo?" E novamente, brotos de folhas verdes caíram sobre ela[26].

Em 1988, a Casa de Oxumarê foi surpreendida com o aviso de desapropriação de uma área pela prefeitura para construir uma passarela na avenida Vasco da Gama, destruindo o Iroko e uma fonte de água doce, dedicada a Oxum. Iyá Nilzete começa então a fazer plantão na escadaria do terreiro, sentada ao lado da árvore-orixá, chegando a se colocar na frente dos tratores para impedir o seu corte. "Iyá Nilzete era uma guerreira...Há! Iroko era o melhor amigo dela...Todo dia ela ia conversar com ele....Ela lutou como o mar revolto para proteger a árvore de Iroko", recorda tia Dó de Ossain. A luta obteve repercussão, reunindo lideranças religiosas e políticas, artistas e intelectuais numa "Frente de Defesa do Terreiro", algo até então inédito em Salvador. A Casa de Oxumarê ganhou a disputa com a prefeitura, que acabou alterando a localização da passarela (LÜHNING; MATA, 2010).

Na Irlanda, em 1999, houve um conflito parecido[27]. Durante a obra de uma rodovia, Eddie Lenihan, um renomado estudioso de contos tradicionais irlandeses, ficou sabendo que um pequeno arbusto estava ameaçado[28]. Se para alguns era uma vegetação comum de beira de estrada, sem nada de especial, para outros era um "ponto de encontro de fadas durante batalhas, um lugar onde elas se

---

[26] Ver https://www.facebook.com/casadeoxumare/posts/mem%C3%B3rias-da-casa-de-oxumar%C3%AA-iroko-fica-enciumadotodos-os-dias-ela-fazia-o-mesmo-/1602070129816219/, última consulta em 08/03/2024.

[27] A ativista neopagã Starhawk conta que, quando esteve na Escócia, leu numa matéria de jornal sobre um conflito em uma comunidade local, em que moradores não aceitavam a construção de uma estrada, porque no caminho havia uma árvore de fadas: "ninguém queria tocá-la nem estava disposto a cortá-la, pois tinham medo do que as fadas lhes fariam". É possível que a matéria se referisse a esse caso. Ver STARHAWK. "Magia, visão e ação". *Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros*, Brasil, n.69, p. 52-65, abr. 2018.

[28] Segundo Lenihan, fazendeiros locais haviam encontrado "manchas brancas ao redor da planta, sinal inequívoco de sangue de fada".

juntavam e combinavam táticas antes de voltar para o combate". As fadas são zelosas guardiãs de suas moradas, "seja uma colina, um anel de cogumelos no chão, um lago, bosque ou um arbusto específico". Quando suas casas sofrem alguma violação, elas se vingam ferozmente dos responsáveis. Lenihan então publicou uma carta aos jornais locais, advertindo sobre os perigos de se "perturbar um local tão sagrado". Se destruíssem o arbusto, as fadas "amaldiçoariam a estrada e todos que a utilizassem. Haveria mais acidentes, e alguns motoristas morreriam", vaticinou. No fim, as autoridades cederam e o trajeto da rodovia foi modificado, deixando o arbusto[29].

Outro caso similar aconteceu no Japão, em 1972. A prefeitura de Neyagawa queria construir uma estação de trem maior, demolindo a estação de 1910 que não atendia mais a demanda de passageiros. Mas quando anunciaram que o projeto da nova estação previa o corte de Big Kusu, uma canforeira de mais de 700 anos, a comunidade local ficou apavorada. Sabiam que uma divindade xintoísta (*kami*) residia na árvore e, ao se ver ameaçada, reagiria. Viram fumaça saindo da árvore – alguns diziam das raízes, e outros do topo. Também uma cobra branca, animal ligado às divindades, foi vista rastejando ao redor do tronco. Um homem que tentou cortar um galho adoeceu. Surgiram relatos de mortes. A comunidade passou então a pressionar as autoridades, que acabaram concordando em mudar o projeto. Embora tenha saído bem mais cara, a nova estação de Kayashima foi construída em volta de Big Kusu, com uma abertura no teto, permitindo que ela continuasse a crescer[30].

RESISTINDO À DESTRUIÇÃO

No período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970, a trama territorial de Salvador sofreu uma transformação brusca e violenta, em função sobretudo da implementação das chamadas "Avenidas de Vale" – uma das quais a avenida Bonocô, onde ficava a árvore de *Baba Iggunuko*. Vias expressas construídas no fundo de vales, margeando o leito de rios confinados em canais, inspiradas em projetos da década de 1940, elaborados pelo Escritório do Plano Urbanístico da Cidade do Salvador - EPUCS, segundo o ideário da "cidade moderna"[31]. Foi uma transformação brusca e violenta

[29] "Se você mover ou destruir um 'forte de fadas' ou um 'forte celta', estará criando problemas. Nunca mova um arbusto de fadas. Ele pertence ao lugar onde está e a nenhum outro lugar", disse Lenihan na época. O caso teve grande repercussão internacional. Ver https://www.edublin.com.br/resistencia-folclorica-como-um-arbusto-das-fadas-interrompeu-as-obras-de-uma-rodovia-na-irlanda, última consulta em 07/04/2024.

[30] Ver https://portalmie.com/atualidade/2017/03/kayashima-estacao-de-trem-construida-em-volta-de-uma-arvore-de-700-anos, última consulta em 30/3/2024.

[31] Num período de aproximadamente dez anos, foram inauguradas as avenidas Vale de Nazaré (1969), Vale do Bonocô (1970), Paralela, Vale do Canela, Magalhães Neto e a 2ª pista da Vasco da Gama (1974), Vale dos Barris e ACM (1975), Garibaldi (1977), Vale do Ogunjá e Juracy Magalhães Jr. (1978), Ver SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas Urbanas – Cidade Real & Cidade Ideal. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto; PPGAU-FAUFBA, 1999.

também na trama de vidas e relações entre seus habitantes, humanos e outros que humanos, numa escala de destruição até então sem precedentes.

Pela proximidade de mata e água, no entorno desses vales havia uma grande quantidade de terreiros de candomblé. Muitos foram expulsos pelas obras, removidos para locais afastados, para algumas casas significando o fim. Foi o caso da famosa "Cacunda de Yayá", da nação jêje, desapropriada para a construção do Centro Administrativo, na avenida Paralela, e do terreiro de Paulo do Brongo, também jêje, na avenida Bonocô. Após a transferência para o distante bairro de Valéria, Brongo sempre voltava para cuidar do pé de Iroko, que ficava protegido por um cercado de cimento. "Quando ele morreu a cerca estourou. O Iroko foi definhando até que mandaram tirá-lo completamente e a avenida [Bonocô] chegou", contou ebomi Cici (in: RAMOS, 2009, p.164). Algumas dessas árvores, no entanto, resistiam causando acidentes em quem tentava cortá-las, às vezes fatais, como registrou uma matéria de jornal na época:

> Somente na Avenida Mário Leal Ferreira, mais conhecida como a Avenida Bonocô (...), foram derrubadas mais de dez árvores sagradas. Existiam, ali, dez terreiros de candomblés das nações Ketu e Angola, que tiveram que sair devido à presença dos tratores e caçambas na época da construção da referida avenida. Ali viviam muitas árvores de Looku [Iroko], as conhecidas gameleiras nativas que dominavam a paisagem dos morros e vales, hoje transformados em cortes que mais parecem chagas feitas na terra pelas navalhas dos tratores. (...) Contam os frequentadores do terreiros baianos que muitos acidentes ocorreram e continuarão a ocorrer todas às vezes que essas árvores forem destruídas. Vários operários da prefeitura de Salvador chegaram a recusar-se a derrubá-las, e os jovens engenheiros, alheios à mística de seus subordinados, quase sempre os puniam. Mas, eles mantinham o firme propósito e não cortavam as árvores, porque acreditavam que estariam destruindo um bem sagrado. Porém, outros, desconhecendo talvez o valor espiritual daquelas árvores, apressaram-se em executar as ordens dos engenheiros e alguns sofreram acidentes. Conta a yalorixá Yeneci, do candomblé de Angola, localizado no Alto da Torre, (...) que conheceu três deles que foram castigados quando deram início ao corte da árvore de Looku, que existia na ladeira da rua Machado de Assis, a poucos metros da Bonocô. Um deles morreu devido a corte da perna provocado por uma serra elétrica, e dois sofreram ferimentos sem muita gravidade[32].

No candomblé baiano, o caso mais conhecido e reverenciado de uma árvore que lutou para evitar a próprio desaparecimento e saiu vitoriosa (especialmente se sabemos "quem" ela enfrentou) é o da gameleira de Iroko do antigo terreiro Língua de Vaca, da nação ijexá, localizado na Curva Grande do Garcia, fundado no final do século XIX por tia Júlia Bugan, africana bastante respeitada

[32]"Resistindo à destruição - Árvores sagradas abençoam terreiros da Bahia", matéria do Jornal "A Tarde" de 31/01/1979, de autoria de Renyvaldo Brito.

no meio de candomblé, em sua época[33]. Nos anos 1970, após a construção de um novo trecho da avenida Centenário, ligando-a a outras avenidas de Vale[34], o terreno onde ficava o terreiro foi desapropriado pelo governo da Bahia para a instalação no lugar do complexo do Departamento de Polícia Técnica - DPT, órgão da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, então sob comando do coronel Luiz Arthur de Carvalho, chefe da "repressão" no Estado durante a ditadura militar[35].

Até hoje, ainda não há informações precisas sobre como ocorreu a desapropriação do terreno e a retirada do terreiro, mas tudo leva a crer que o processo se deu "de forma abrupta e desrespeitosa com a ancestralidade da casa" (QUARESMA, 2022)[36]. Apesar de toda a violência praticada contra a comunidade do Língua de Vaca, o diretor do DPT, o secretário e o próprio governador Roberto Santos não conseguiram executar o ato final: matar a imensa gameleira. Mesmo buscando orientação de como fazê-lo corretamente, continuaram os acidentes e mortes. Por medo do que poderia lhes acontecer, desistiram. Quem narra essa "aula de cosmopolítica", que envolveu uma "negociação" entre mundos em guerra, é ebomi Cidália Soledade - uma das raras pessoas iniciadas para Iroko na Bahia, por mãe Menininha dos Gantois:

> Todas as tentativas para retirá-lo não tiveram êxito, o que fez Estácio de Lima, o então diretor [do DPT], o governador Roberto Santos e o Coronel Artur procurarem orientação no terreiro do Gantois. Foram orientados que a poda não poderia ser feita por qualquer pessoa, por se tratar de uma divindade, mas por uma preparada para tal missão e também seria necessário fazer um ebó [oferenda]. Então, o diretor chamou dois homens da cidade de Cachoeira para fazer o serviço: durante o procedimento, um morreu e o outro perdeu a perna. Na mesma semana, o diretor do DPT-BA teve um mal súbito e veio a falecer em Arembepe, (...) quando comemorava o Dia dos Pais com seus filhos. Este fato tem mais ou menos vinte anos (in: CONCEIÇÃO, 2008).

O novo complexo do DPT foi inaugurado em março de 1979, com o Iroko bem na frente da entrada do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues. Após um longo período de abandono espiritual, a partir de 1999, na gestão de Maria Thereza Pacheco, o orixá-árvore passou a receber homenagens anuais, ficando a parte litúrgica da cerimônia sob responsabilidade de ebomi Cidália, o que incluía a

[33] Julia Bugan foi a mãe de santo que preparou o primeiro presente para Iemanjá dos pescadores da colônia do Rio Vermelho, no final dos anos 1920, um pouco antes de falecer.

[34] A Centenário, a primeira das avenidas de Vale, foi construída entre 1948 e 1949 segundo projeto elaborado totalmente pelo EPUCS. Inicialmente, a avenida terminava junto ao morro do bairro do Garcia. No fim dos anos 1960, com a abertura do túnel Teodoro Sampaio, a avenida se estendeu para o outro lado do morro, justamente onde ficava o terreiro, perto do Dique do Tororó.

[35] No extenso currículo de prisões, torturas e mortes atribuído a Carvalho durante a ditadura, consta o comando da operação que executou Carlos Lamarca no sertão baiano e sua companheira Iara Iavelberg em Salvador, em 1971. Ver https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/219/177, última consulta em 08/08/2024.

[36] Tentando desvendar o modo como foi feita a desapropriação do terreiro, Quaresma (2022) conta que "o Estado da Bahia apenas informou que a escritura pública destacava que a desapropriação ocorreu de forma "amigável", não havendo maiores informações sobre indenizações ou do procedimento de retirada dos moradores do local.

troca do *ojá*, pano branco que envolve as árvores sagradas do candomblé, além de alimentá-lo com suas comidas preferidas e lhe dar um banho de folhas. Antes de falecer, em 2012, ebomi Cidália contou a ebomi Cici que, um dia, quando estava colocando as oferendas, assustou-se com a visão de uma criança junto ao Iroko, um menino louro de olhos azuis, "gordinho, forte e troncudo", descobrindo depois, consultando os búzios e em sonho, que se tratava de um "exuzinho" que morava na árvore e também cuidava dela, e que havia aparecido para lhe agradecer:

> A história que eu conheço, uma das que tia Cidália me contava, é que um dia ela foi botar oferendas para ele e viu um espírito que habitava a árvore. Era um Exuzinho, muito jovem. E ela ficou assustada, porque quando ela chegou, ele se escondeu atrás da árvore. Era estranho uma criança brincando ali; ela chegava, ele se escondia. Ela nos dizia que ele tinha olhinho azul e o cabelo louro todo enroladinho. A meu ver ele deveria ser...sabe o que é um menino sarará? Ela procurou saber quem era ele. Depois, quando fizeram o jogo, disseram que era um exu que também guardava o pé do iroko[37].

Imagem 2: Cerimônia anual para o Iroko do terreiro Língua de Vaca, realizada por pai Air José em outubro de 2021.



Fonte: Perfil da rede social Instagram do DPT-BA

[37] Matéria do jornal "A Tarde", de 13/2/2017, intitulada "Árvores urbanas testemunham a história da cidade". Segundo Quaresma (2022), após o falecimento de ebomi Cidália, as oferendas para o Iroko do Língua de Vaca ficaram "mais escassas e tímidas", até que Pai Air José, sacerdote do terreiro Pilão de Prata, assumiu a responsabilidade pela obrigação anual.

Em novembro do ano passado, fui conhecer pessoalmente o Iroko do terreiro Língua de Vaca. Acabei chegando até Tânia de Mulambo, funcionária do DPT e também de candomblé, que vem cuidando voluntariamente dele, depois que o funcionário que fazia essa função, de nome Edilton, aposentou-se e, ao que parece, está doente. Para Tânia, "o homem tá enraivado", pois estavam demorando muito de dar sua comida: "quando Edilton falou a ultima vez comigo, eu disse Edilton, esse homem tá com fome...Edilton, esse cara vai fazer uma arte...e quase fazia! [referindo-se à queda repentina de um imenso galho] "A salvação foi que não tinha [embaixo] viatura nenhuma". Contou ainda que, nos últimos anos, dois homens que podaram o Iroko sem os devidos protocolos faleceram logo depois, ambos de forma acidental:

> Ele podou, aí quando chegou em casa, tomando banho, escorregou no banheiro e morreu...tem mais ou menos dois anos que faleceu...depois Edilton falou de um doutor que, eu não cheguei a ver, mas diz que também morreu de queda. Gente, pra podar esse homem tem que ter muita conversa... (...) Ir pra uma casa, no jogo [de búzios], pra quem for jogar ver se ele vai permitir podar ou não...não é assim, subir e meter a mão, isso aí é muito fundamento (depoimento para a autora, 2023)[38]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política não é feita de relações de poder; ela é feita de relações entre mundos.

— Rancière apud De la Cadena, 1999

Marisol de la Cadena (2019) relata uma conversa com Nazario Turpo, ativista de origem quéchua e *pampamisayoq*, um "especialista ritual", quando lhe perguntou as razões de ser contra a instalação de uma mina na cordilheira da qual faz parte Ausangate, "montanha conhecida em Cuzco como um poderoso ser-terra, fonte da vida e da morte, da riqueza e da miséria". Ele respondeu que "Ausangate não permitiria que uma mina se instalasse em Sinakara, uma montanha sob sua influência. Ausangate ficaria furioso, podendo inclusive matar pessoas. Para prevenir tal matança, a mina não deveria ser construída". A antropóloga confessa que, embora "não conseguisse conceber que Ausangate pudesse matar", foi impossível considerar o que Turpo disse como uma metáfora. Prevenir a ira de Ausangate era sua motivação para participar da manifestação e, neste sentido, ela teve importância política.

[38] Percebendo a dificuldade de comunicação entre o pessoal do DPT e o terreiro Pilão de Prata, causada sobretudo pela ausência do antigo funcionário, resolvi entrar em contato com um ogã da casa, para alertá-los da situação. Há alguns dias, esse ogã me informou que a obrigação do Iroko aconteceu no começo deste ano, e teria sido uma "cerimônia maravilhosa".

Turpo, assim como Davi Kopenawa, são o que Eduardo Viveiros de Castro (2006) denomina de "diplomatas cósmicos", atuando nas relações e negociações entre diferentes mundos, fazendo a tradução de pontos de vista ontologicamente heterogêneos. Ao falar das sumaúmas ameaçadas em Boa Vista, Kopenawa alertou: "Essas árvores são três homens. Eles foram plantados aqui, gostaram e cresceram. São três poderes". No caso excepcional da gameleira de Iroko do terreiro Língua de Vaca, a própria árvore-orixá atuou como um sujeito político, obrigando aqueles homens - agentes ou "servos da máquina"[39] - a "levá-la a sério", ou seja, a reconhecer sua força, negociando, em seus termos, sua permanência ali. Esse ser poderoso, atualmente um pouco esquecido, tem muito a nos ensinar sobre cosmopolítica, sobretudo em um momento tão crítico, quando o futuro do planeta depende inevitavelmente, urgentemente, de cooperações e alianças mais-que-humanas capazes de destruir o "mundo único" e convertê-lo em pluriversos também nas cidades, tarefa ainda mais desafiadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AMADO, Jorge; CARYBÉ; REGO, Waldeloir; VERGER, Pierre. *Iconografia dos deuses africanos no candomblé da Bahia*. Salvador: Raízes, 1980.

BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol (orgs.). *A world of many worlds*. Durham e Londres, Duke University Press, 2018.

CARVALHO, Marcos. *Gaiaku Luísa e a trajetória do Jeje-Mahi na Bahia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

CAETANO, Vilson. *Corujebó: Candomblé e Polícia de Costumes (1938-1976).* Salvador: EDUFBA, 2018.

CONCEIÇÃO, Sueli Santos. *O processo de urbanização como imperativo da reestruturação espacial e litúrgica das religiões de matriz africana*. Dissertação de Mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, UFBA, 2008.

DE LA CADENA, Marisol. "Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da 'política'". *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, Campinas, v. 2, p. 1-37, 2019.

_____. "Natureza incomum: histórias do antropo-cego". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.69, p.95-117, abr.2018.

DUARTE, Everaldo Conceição. *Terreiro do Bogum: Memórias de uma comunidade Jeje-Mahi na Bahia*. Salvador: Solisluna, 2018.

_____."Religiosidade no cotidiano baiano – o dique do Tororó". In: LODY, Raul; MARTINS, Cléo (orgs.). *Faraimará – o caçador traz alegria: Mãe Stella, 60 anos de iniciação*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

ESCOBAR, Arturo. *Sentir-penser avec la Terre: Une écologie au-delà de l'Occident*. Paris: Seuil, 2018.

FAUSTO, Juliana. *A cosmopolítica dos animais*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Puc_RJ, 2017.

[39] Entre os habitantes do "mundo único", Stengers (2018) distingue os "agentes da modernização", servos da máquina destruidora, dos "praticantes modernos", aqueles que estão "capturados" pela máquina, portanto mais suscetíveis de traí-la e abandoná-la.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.* São Paulo: Elefante, 2017.

FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife Velho*. Rio de Janeiro: Record, 1987 [1955].

HAMPATÉ BÂ, Amadou. "A tradição viva". In: KI-ZERBO, Joseph. *História geral da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

HARAWAY, Donna. "A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente". *Horizontes antropológicos*, v.17, n.35, Porto Alegre, jan/jun 2011.

LÜHNING, Angela Elisabeth; MATA, Silvanilton Encarnação da. *Casa de Oxumarê: Os cânticos que encantaram Pierre Verger*. Salvador: Vento leste, 2010.

MBEMBE, Achille. "África é a última fronteira do capitalismo" [entrevista concedida a António Guerreiro]. *Público*, Lisboa, ano XXIX, nº 10.459, 9 dez. 2018.

OLIVIERI, Silvana Lamenha Lins. "Mudar de mundo". *Redobra*, n. 6, ano 7, p.221-239, 2022.

QUARESMA, Amanda Gonçalves Prado. *Os corpos gritam para ninguém*: *uma análise dos laudos periciais produzidos pelo Instituto Médico Legal Nina Rodrigues no caso da Chacina do Cabula.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito, UFBA, 2022.

RAMOS. Cleidiana. *O Discurso da Luz Imagens das Religiões Afro-Brasileiras no Arquivo do Jornal A Tarde*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Énicos e Africanos, UFBA, 2009.

SANSI, Roger. "A agência incorporada das pedras". In: BITAR, Nina Pinheiro; GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio (orgs). *A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância.* Rio de Janeiro, Mauad X; FAPERJ, 2013.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagô e a morte: Pàde, Asèsè e o culto Ègun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SERRA, Ordep José Trindade. "Monumentos negros: uma experiência". *Afro-Ásia*, n.33, p.169-205, 2005.

_____*Árvores sagradas e outras*. 2010. Artigo disponível em: https://www.academia.edu/31969855/A_rvores_sagradas_e_outras.pdf. Último aceso em 07/02/2024.

SILVA E SILVA, Fernando. *Fazer filosofia em um planeta ferido: Whitehead, Stengers e uma filosofia ambiental*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUC-RS, 2022.

STENGERS, Isabelle. "Reativar o animismo". *E-flux Journal*, n.36, p.1-10, 2012.

_____. "The challenge of Ontological Politics". In: BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol (orgs.). *A world of many worlds*. Durham e Londres, Duke University Press, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "A antropologia perspectiva e o método da equivocação controlada". *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, Vol. 5, n.10, p. 247-264, agosto a dezembro de 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. Cadernos de Campo. São Paulo, USP, n. 14/15, p. 319-338, 2006.

ZORZO, Francisco Antônio. *Práticas de Controle do espaço em um Assentamento Intra-urbano (Alto da Sereia – Salvador – Bahia).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1994.

GT 04 – MOVIMENTOS SOCIAIS E ÉTNICO-TERRITORIAIS E LEVANTES NA AMÉRICA

TÍTULO DO TRABALHO: COVID-19 E AS REDES DE MOVIMENTOS NEGROS PARA O ENFRENTAMENTO DE DESIGUALDADES ESPACIAIS NO MARAJÓ.

Gisele Joicy da Silva Guimarães[1](PPGAU-UFPA),
José Júlio Ferreira Lima[2](PPGAU-UFPA)

RESUMO: O caos do contexto da pandemia do Covid-19, nos encorajou a procurar estudar as condições que permitiram a morte da maioria negra a nível global, pois foi na pandemia que a opressão contra o negro, "aparentemente", atingiu seu nível intolerável. Ações contundentes foram tomadas por diversos movimentos sociais, em caráter de redes de mobilização, redes de solidariedade que passaram a protestar, em primeiro lugar, contra o racismo, e secundariamente contra as dificuldades no acesso à saúde e à qualidade de vida. A partir de revisão bibliográfica, o presente artigo objetiva refletir sobre os enfrentamentos assumidos pelas redes de movimentos negros diante dos efeitos impostos pela pandemia do COVID-19, partindo das seguintes problemáticas: 1) Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra? e 2) considerando o contexto amazônico marajoara, como a pandemia e as desigualdades de raça, gênero e classe no Brasil, conjuntamente, se processam quanto ao aprofundamento dos estigmas, do racismo em si, cujos territórios não brancos e não oficializados, não assistidos, tendem a reforçar representações negativas sobre raça, identidade e espacialidades negras (incluindo, aspectos como fauna e flora)? A luta racial, ao enfrentar crises globais, quais peculiaridades enfrenta? Para tanto, iniciaremos, abordando sobre a extensão tomada pela pandemia do COVID-19 em nível global e nacional, ao tratar da relação entre as redes e a covid-19; buscando compreender o funcionamento e a articulação destes arranjos; em seguida, realizamos reflexões sobre os rebatimentos de uma pandemia sobre realidades específicas como de quilombos e vilas de ribeirinhos. Refletindo sobre o papel de sujeitos e instituições responsáveis pelas políticas públicas, que (re)existem na Amazônia, para então nos debruçarmos sobre o recorte espacial dos Marajós (Marajó oriental e Marajó ocidental). Esta pesquisa é de caráter exploratório, em que recorremos a levantamento bibliográfico e documental, em que temos como corpus matérias jornalísticas que tratam sobre a pandemia na região.
Palavras-chaves: COVID-19, desigualdade, espacialidade, Marajó.

1. INTRODUÇÃO

Em decorrência da larga difusão e adoção do termo "rede" por diversas disciplinas, em 1995 houve a publicação da coletânea intitulada de *Geografia: Conceitos e temas* que buscava também demonstrar a noção que os atores sociais tinham do termo. Atualmente, houve uma popularização da adoção do termo, cujo contexto é marcadamente caracterizado pela aceleração de ao menos quatro grandes movimentos/ fluxos que atravessam o espaço geográfico, são eles: os movimentos de pessoas

[1] Bolsista do Programa CAPES-EPIDEMIAS do edital de Seleção Emergencial IV CAPES-Impactos da Pandemia e Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2009) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFPA). Doutoranda e Mestra (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA) na área de Concentração de Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia (Linha de Pesquisa de Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental). E-mail: gisele.guimaraes@itec.ufpa.br.

[2] Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU-UFPA). Graduado em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (1986), Mestre em Arquitetura - Fukui University (1991), Mestre em Desenho Urbano - Oxford Brookes University (1994) e PhD em Arquitetura - Oxford Brookes University (2000). Email: jjlima@ufpa.br.

(fluxos migratórios); movimentos comerciais (fluxos de mercadorias); movimentos de informações (fluxos informacionais); e movimentos de capitais (fluxos financeiros). E é nesse contexto que uma epidemia global encontra condições necessárias para se alastrar, tanto em cidades globais, como em cidades localizadas em periferias mundiais (DIAS, 2021).

No Brasil, especificamente, em fevereiro do ano de 2020 foi oficialmente confirmado o primeiro caso de pessoa infectada pelo SARS-CoV-2. E no mês de março daquele mesmo ano evidenciou-se o alastramento de uma pandemia de ordem global em regiões periféricas. Pois, o caos do contexto da pandemia do Covid-19, nos encorajou a procurar estudar as condições que permitiram a morte da maioria negra a nível global, pois foi na pandemia que a opressão contra o negro, "aparentemente", atingiu seu nível intolerável. Ações contundentes foram tomadas por diversos movimentos sociais, em caráter de redes de mobilização, redes de solidariedade que passaram a protestar, em primeiro lugar, contra o racismo, e secundariamente contra as dificuldades no acesso à saúde e à qualidade de vida. Ações contundentes foram tomadas por diversos movimentos sociais, em caráter de redes de mobilização, redes de solidariedade que passaram a protestar, em primeiro lugar, contra o racismo, e secundariamente contra as dificuldades no acesso à saúde e à qualidade de vida.

Esses fluxos/ movimentos e travessias fronteiriças possibilitaram a introdução de uma nova ordem de problemas advindos de sistemas reticulares, isto é, livres de controle territorial. E, destacadamente, os fluxos migratórios que ao ampliarem e formarem novas regiões *transfronteiriças* tendem a romper os limites territoriais dos estados nacionais. E é nesse cenário de desterritorialização, por assim dizer, que se criou condições favoráveis para que pessoas sem condições materiais de se movimentarem pelo globo terrestre viessem a ter contato, a se infectar a partir das relações de poder estabelecidas pelos modos de produção do sistema capitalista, tendo principalmente como *locus* as zonas urbanas (DIAS, 2021; ZANETTI, CAMPOS, 2020).

2. POR QUE A COVID-19 É MAIS MORTAL PARA A POPULAÇÃO NEGRA?

A pandemia chegou ao Brasil com as pessoas mais ricas da Região Sudeste, nos voos internacionais e se alastrou por toda a sociedade. Aliado a isso, o comportamento do governo federal, claramente negacionista e genocida, assumiu decisões que estavam em desacordo com os preceitos constitucionais e os regulamentares da OMS, propiciando assim a expansão da pandemia da covid-19. Fatos demonstravam que o presidente da república não dava a devida importância ao caráter epidemiológico e pandêmico da covid- 19, não havendo determinação, consenso e planejamento ministerial adequado entre os poderes da União Federal relativo ao controle da pandemia (SANTOS, 2023).

A formação social e política brasileira construiu e organizou um capitalismo dependente, sendo que o projeto neoliberal se tornou estratégico diante da geopolítica imperialista demarcada no atual momento da chamada crise estrutural do capitalismo então intensificada pela pandemia da Covid-19. Isto é, convenientemente, diante desse cenário, de crise estrutural do capitalismo, o país age em consonância com os interesses do imperialismo ao valer-se do aprofundamento das distinções e recortes ou marcadores sociais definidores e determinantes para a hierarquização entre classes dominantes (na figura do homem branco no topo) e os despossuídos (os não brancos) de capitais econômicos, político, social e cultural (HORN, MARCELINO, LINDESAY, 2023).

Utilizando-se das estratégias impostas pelo neoliberalismo da globalização econômica e financeira, a desigualdade racial de renda exposta na pandemia fez transparecer um contexto de crise econômica somada à crise política em tempos de golpe de Estado no Brasil (HORN, MARCELINO, LINDESAY, 2023). Esta desigualdade, conforme dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), é tão elevada quanto persistente no Brasil, ainda que tenha havido avanços entre os anos 1990 e o início da década passada (SOUZA, 2021).

Souza (2021), no relatório "A pandemia de Covid-19 e a Desigualdade Racial de Renda", analisa a questão racial no Brasil a partir de três momentos histórico-econômico, o primeiro identificado como a crise de 2014 a 2016; em seguida, pós-crise 2017 a 2019, caracterizado por ser de lenta recuperação econômica; e, por fim, a pandemia de 2020. Nos três períodos, constata-se que houve diminuição de renda entre negros e brancos, porém, a desigualdade entre eles pouco melhorou; sendo que o fator Covid-19, prejudicou bem mais os indivíduos negros. Neste mesmo relatório foi apontado que a massa salarial dos brancos caiu 19% e a dos negros 23%.

Nos períodos de crise de 2014 a 2016 e na pós-crise de 2017 a 2019, a renda domiciliar per capita de pretos e pardos oscilou em torno de 50% da renda dos brancos, conforme dados do IBGE do ano de 2019 (SOUZA, 2021).

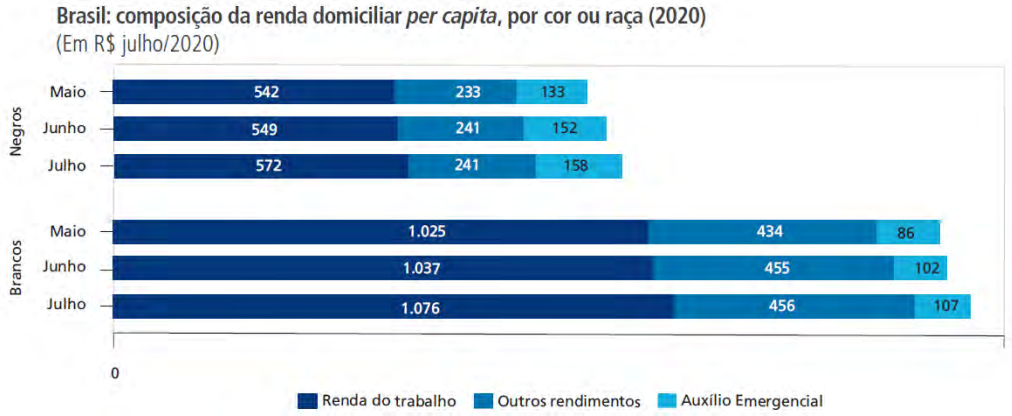
A dimensão racial da pandemia de Covid-19 despertou justificadas preocupações sanitárias e econômicas, em especial diante das evidências do seu impacto assimétrico entre brancos e negros nos Estados Unidos; cujos conflitos raciais, aparentemente, são tidos como mais evidentes do que no Brasil, mas, em termos de renda, a desigualdade racial é menor.

A eliminação de postos de trabalho e a diminuição nas jornadas trabalhadas, comparativamente aos indivíduos brancos, afetaram mais intensamente os negros, explicando assim a queda acentuada de rendimento salarial. Por outro lado, como Souza (2021) nos aponta, o Auxílio Emergencial provavelmente conseguiu compensar tal perda salarial, beneficiando muito mais a

população negra conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que abrange todos os auxílios relacionados ao coronavírus então denominado de PNAD-Covid (Figura 1).

A compensação dada pelo Auxílio Emergencial promoveu uma redução na disparidade de renda média entre pessoas autodeclaradas negras e brancas. O percentual da renda média dos brancos em relação aos negros antes do auxílio era de 90% e cai para 70% com o auxílio, evidentemente que ainda se trata de uma disparidade; contudo, podemos observar um impacto positivo (SOUZA, 2021).

Figura 2 – Compensação salarial representada pelo Auxílio Emergencial entre negros e brancos.



Fonte: SOUZA (2021).

Cabe ressaltar que a PNAD-Covid não se restringiu ao Auxílio Emergencial, mas incluiu também benefícios pagos por estados e municípios. Contudo, cerca de 97% das famílias que receberam benefícios dessa natureza reportaram valores de R$ 600, R$ 1.200 ou R$ 1.800, algo que sugere que sejam valores provindos do Auxílio Emergencial (SOUZA, 2021).

A leitura desse contexto, de aprofundamento das desigualdades raciais, constrói um cenário que de maneira dinâmica nos revela que os efeitos do coronavírus teve como alvo principal as pessoas em situação de vulnerabilidade social, reforçando assim a necessidade de uma compreensão epistemológica que viesse a problematizar a relação entre os óbitos pela Covid-19 e os marcadores sociais como cor e gênero.

Tragicamente, os sujeitos que vivem em situação de pobreza são e sempre serão os principais atingidos por epidemias, considerando-se fatores como a falta de alimentação adequada e a forte tendência de exposição a situações de risco nos processos de trabalho; mas, principalmente, situações decorrentes das diferenciações territoriais como o não acesso ao saneamento básico.

Davis (2020), nos advertiu quanto às consequências desconhecidas das interações entre a COVID-19 com a desnutrição e as infecções existentes; do seu efeito mortal em bairros densos e paupérrimos como os localizados na África e no Sul da Ásia, desde influências diretas das doenças locais preexistentes, da saúde pública local. A existência de uma crise desigual, torna os corpos

negros historicamente explorados e pauperizados como sendo as principais vítimas de um surto pandêmico.

Até então, neste processo a ideia de um rebatimento do avanço do COVID-19 estaria restrita ao campo da saúde enquanto algo tão somente biológico. Dentre as medidas de restrição da circulação do vírus estaria a utilização de álcool em gel nas mãos, máscaras e especialmente o distanciamento e o isolamento social, em que nas primeiras medidas eram essenciais a necessidade da constante higienização e o não contato com o ar livre (DAVIS, 2020).

O componente espacial, nesse sentido, se sobressai, sobretudo, pois a localização espacial dos sujeitos interage sobremaneira nas estratégias de enfrentamento da pandemia, principalmente ao considerarmos que os locais que são a periferia da periferia, como a Amazônia, são locais distantes dos principais serviços oferecidos por equipamentos públicos de saúde e ensino, de instituições financeiras (agências bancárias), além de uma forte propensão à exclusão digital. Deste contexto, observa-se que pessoas em situação de pobreza encontram-se em um quadro de saúde mais fragilizado, do mesmo modo, que estão mais expostas às doenças, considerando-se a lógica do capitalismo global.

Para Harvey (2020) isto agrava a divisão social, haja vista que determina "quem pode se isolar ou ficar em quarentena (com ou sem remuneração) em caso de contato ou infecção", revelando o caráter de classe, gênero e raça da expansão da pandemia do COVID-19. A expansão deste vírus da mesma forma que revelou as desigualdades sociais acabou por aprofundar as suas estruturas.

A segregação espacial urbana que compele a população para as periferias cada vez mais distantes de seus locais de trabalho, juntamente com as duras lutas pela sobrevivência, não favorecem condutas coletivas de interação extraeconômica. De tal forma que os diminutos momentos de lazer tendem a ser ocupados por uma posição de agente passivo diante dos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão.

Nesse contexto, as novas identidades sociais não se constroem na relação face a face com o outro (que potencialmente poderia ser plural e diversificada, a partir da participação em agrupamentos políticos, religiosos, de lazer etc.). Ela se constrói enquanto identidade não interativa, de forma meramente receptiva, passiva à imagem e sujeita à dominação ideológica. Conforme Chauí (1990), "a servidão voluntária é cotidianamente alimentada pelos meios de comunicação de massa que produzem nos cidadãos o desejo da relação sem mediações institucionais, onde tudo são sentimentos, emoções, gestos, preferências e aversões pessoais". Portanto, as condutas interativas para a formação de identidades coletivas neste caso podem ceder lugar à desmobilização e individualização alienante.

3. REDES DE MOVIMENTOS NEGROS E COVID-19 NO BRASIL

Para a compreensão das alterações engendradas pelo contexto do Coronavírus sobre a noção de redes é importante considerar que a noção clássica (2004 a 2013) considerava que devido ao avanço tecnológico, da era da internet, aumento da utilização das redes sociais, que as redes de movimentos sociais estariam com seus dias contados (CASTELLS, 2013). No entanto, a pandemia pôs em xeque algumas considerações latentes sobre o conceito de redes de movimentos que para o povo negro precisou ser ressignificado diante da necessidade do isolamento social.

Para a compreensão do contexto do Coronavírus, os estudos das estruturas espaciais ou redes espaciais requerem leituras que superem o discurso colonizador. A questão é que nos discursos coloniais acadêmicos ainda estão fortemente impregnados de uma perspectiva que trata as diferenciações espaciais como sendo efeitos (único e estritamente) da realidade socioeconômica. Deste modo, para uma devida leitura, faz-se necessária a abertura de novos caminhos que considerem e assumam que a formação territorial do país até os dias atuais é efeito da hegemonia da branquitude e de seu pacto tácito, incutido e narcísico de autopreservação de privilégios ao promoverem o "*success of racism*".

No período pandêmico, as associações de vítimas da COVID-19 tiveram atuação potente em busca de acesso à saúde e direito à memória e reparação. Suas motivações estavam pautadas, inclusive, em ideais da década de 1970 pela democratização e fortalecimento do SUS, incluíam ideais como solidariedade, mas também prestação de serviços ao setor público e privado (PASSOS, 2022).

3.1 "Nem tiro, nem fome, nem covid"

O cenário de desgoverno, caracterizado principalmente pelo cooptação dos movimentos sociais, exigiu dos militantes ações e estratégias de articulação para o enfrentamento da crise (SANTOS, 2022).

Figura 3 – Mobilizações e articulações na modalidade remota (*on line*).



Fonte: Revista Poli (2022).

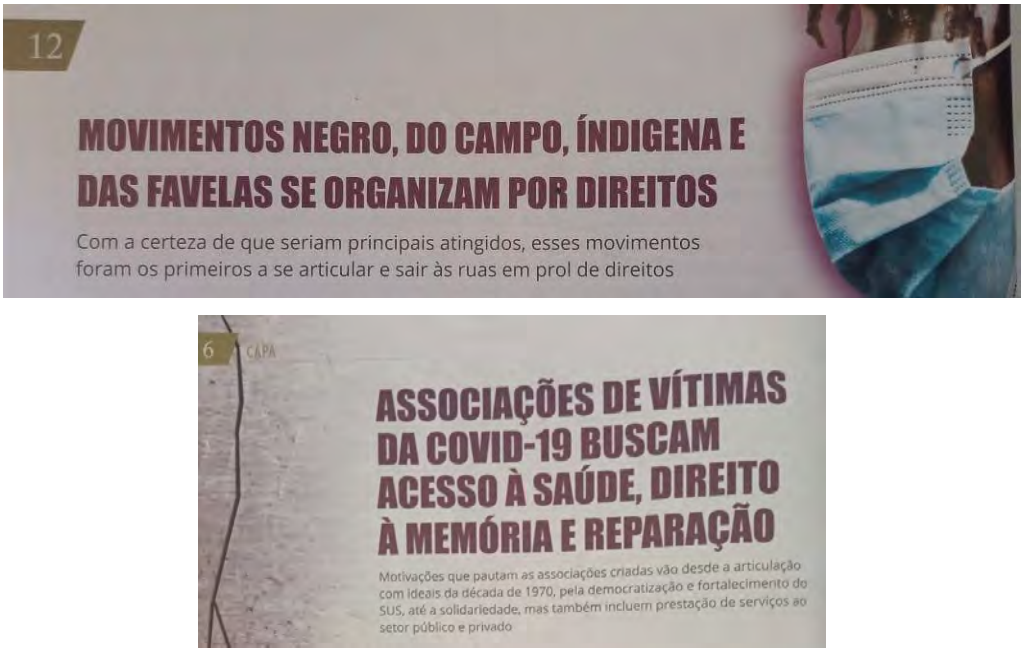
As atuais pautas da luta racial trazem novos contornos do racismo. São novos enfrentamentos, embates que passaram a representar riscos à sobrevivência não só do planeta, mas da própria humanidade. Produto da visão colonial brancocêntrica, as atividades humanas passaram a interferir no planeta. Uma época em que (alguns) cientistas passaram a denominar de Antropoceno, em que vivemos três crises importantes: crises sanitárias e de saúde, então intensificadas pela Covid-19; as crises ecológicas (ou ambiental) com a perda da biodiversidade; e, por último, as mudanças climáticas. Este trio são problemáticas emergenciais de caráter global e que atingem de maneira devastadora os grupos socialmente vulneráveis. E são, basicamente, atravessamentos do racismo.

> Muitos dos movimentos foram ainda no começo da pandemia às ruas para dizer nem tiro, nem fome, nem Covid, para criticar as operações (policiais), a falta de água, a fome, os dados, a ausência do Estado na favela (PASSOS, 2022, p. 12).

Acima a fala da jornalista Gizele Martins, moradora do Complexo da Maré, localizado na região norte carioca, e uma das fundadoras da Frente criada na região para o combate à Covid-19 e suas consequências (PASSOS, 2022).

As reações foram imediatas. Os movimentos negros, indígenas, do campo e da favela ao perceberem quais sujeitos seriam diretamente afetados pela Covid-19 iniciaram ações organizadas para se pensar sobre cuidados e conscientização sobre a doença; ao mesmo tempo que exigir judicialmente o auxílio emergencial, o acesso à saúde e a garantia de que não fossem ignorados pelas estatísticas oficiais.

Figura 4 – Matérias publicadas na revista POLI intitulada de “Vítimas da Covid-19 Lutam por Direitos”.



Fonte: Revista Poli (2022).

Uma semana após a declaração oficial da Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, a Coalizão Negra por Direitos havia se manifestado já projetando o agravamento das desigualdades no país. Entendimento este endossado pela publicação do “Coronavírus e a Luta de Classe”, escrito por Harvey et al (2020). Mike Davis (2020), um dos autores da publicação, ao pensar a realidade norte americana e o seu quadro de saúde, refletia que:

> Esta história – especialmente as consequências desconhecidas das interações com a desnutrição e as infecções existentes – deveria advertir-nos que a COVID-19 pode tomar um caminho diferente e mais mortal nos bairros de lata densos e doentes da África e do Sul da Ásia. Com casos que agora aparecem em Lagos, Kigali, Addis Abeba e Kinshasa, ninguém sabe (e não saberá por muito tempo devido à ausência de testes) como pode interagir com as condições de saúde e as doenças locais. Alguns têm afirmado que como a população urbana de África é a mais jovem do mundo, a pandemia terá apenas um impacto ligeiro. À luz da experiência de 1918, esta é uma conclusão tola. Assim como a suposição de que a pandemia, tal como a gripe sazonal, irá recuar com um clima mais quente (DAVIS, 2020; p. 7).

Produto das lutas raciais, os movimentos negros falavam da necessidade de garantir uma renda mínima para trabalhadores informais, desempregados e infectados por Covid-19. Exigiam-se medidas de prevenção, promoção e atenção à saúde negra. O auxílio emergencial, nesse sentido, veio da Coalizão e da Marcha das Mulheres Negras. Ademais, outra preocupação da Coalizão foi a garantia de que as notificações de casos e mortes por Covid-19 informassem a variável "cor/raça”, pois ainda que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) exigisse tal informação, este

campo não era informado nos formulários de sistemas de saúde. Luta ganha por meio de ação judicial, junto a Defensoria Pública da União e o Instituto Luiz Gama (PASSOS, 2022).

Sem esta pauta, então levantada pela articulação dos movimentos, informações importantes sobre a saúde negra seriam mascaradas. Pois, conforme, tabulação feita pelo grupo de trabalho Racismo e Saúde da Abrasco a partir dos dados do Ministério da Saúde, o número de óbitos causados por Síndrome Respiratória Aguda Grave foi de 105% maior entre a população negra do que em relação aos brancos até o mês setembro de 2021; e ainda sim, possivelmente, eram dados subnotificados.

Houve manifestações em muitas cidades do Brasil em protesto contra o racismo e as dificuldades de acesso à saúde. No cenário de luta não havia somente a Covid-19 a ser enfrentada. Mas, para além da pandemia, os manifestantes denunciavam a violência de Estado, as mortes de João Pedro Mattos, então atingido por uma bala durante operação policial em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro; e de Miguel Silva, que caiu da sacada do apartamento de onde sua mãe trabalhava como empregada doméstica, na cidade de Recife (PE). Os atos foram inspirados nas manifestações ocorridas nos Estados Unidos, após o assassinato de George Floyd, asfixia pela polícia estadunidense.

No ano de 2021, mês de maio, foi necessário o retorno às ruas para exigir a continuidade do auxílio emergencial até o fim da pandemia e o cumprimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, mais conhecida como ADPF das Favelas- mobilização que resultou em decisão favorável pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à interrupção das operações policiais nas comunidades enquanto durasse a pandemia. Apesar de diminuírem, as operações continuaram sendo realizadas, e na manhã de 6 de maio ocorreu a chacina do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro, em que 29 pessoas foram assassinadas durante operação na favela carioca.

Geovanilda Santos (2022), em "A Pandemia da Covid-19 no Nordeste Brasileiro: Pressuposto do enfrentamento cidadão" ao levantar o contexto da negritude nordestina aponta o estudo de Nilma Gomes em que é destacado o importante papel do Movimento Negro Brasileiro na questão da redefinição da identidade negra mais abrangente enquanto fator educativo, de transformador nas relações antirracistas.

Neste ano de 2023, o Conselho Nacional de Saúde reconheceu os terreiros como equipamentos, o Conselho Nacional de Saúde reconheceu os terreiros como equipamentos promotores de saúde e cura complementares ao Sistema Único de Saúde. Uma decisão que reflete algo que pouquíssimo é assumido em uma sociedade hegemonicamente cristã (católica e evangélica).

Para os Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA), as áreas florestadas possuem um papel central ao transcender o aspecto palpável da prática do sagrado que é a representação direta das divindades cultuadas. Para este segmento, o espaço natural, a natureza e seus fenômenos representam as divindades africanas, no caso, os orixás.

Cerca de 70% dos povos tradicionais estão na Amazônia. Para além de um espaço religioso, o terreiro de candomblé é um espaço doméstico comunitário de resistência histórica contra a opressão externa colonizadora na luta pela libertação do povo sagrado ou santo. E continua sendo até os dias atuais. Exercendo um papel importante quanto ao caráter identitário para o enfrentamento de crises e situações extremas de pobreza material e territorial.

4. REDES DE MOVIMENTOS NEGROS E COVID-19 NA AMAZÔNIA

A questão do padrão ancestral de distribuição de população, historicamente, nos revela que no decorrer de séculos houve genocídio de povos indígenas estrategicamente expostos à contaminação pelos brancos, o que permitiu o anúncio de que a Amazônia seria "terra sem homens", conforme slogan adotado no período de ditadura militar; que implicitamente, revelava o pensamento preconceituoso de que as vidas humanas que habitavam a região, fora da metrópole, não importavam.

Com uma pandemia de ordem global, pudemos observar as consequências devastadoras da herança colonial, pois regiões distantes geograficamente e politicamente dos grandes centros urbanos sofreram e sofrem com a falta de políticas públicas voltadas à área da saúde, logística e ambiental. Interessante destacar que, conforme Guimarães (2020), o novo Covid-19 não "revelou" o caráter desigual de nosso país, mas tão somente, reafirmou e escancarou as fragilidades das políticas públicas em regiões empobrecidas como o Marajó.

A pandemia do coronavírus na Amazônia expôs as contradições subjacentes ao processo de urbanização empreendida no local. Nos anos de 2020, mesmo com casos subnotificados, as taxas de mortalidade estavam concentradas na região.

Nesse contexto, o estado do Pará apresentava sinais de colapso em seu sistema de saúde e isso desencadeou uma série de medidas governamentais visando conter o avanço da doença, culminando com o primeiro decreto de Lockdown, ou seja, a suspensão total de atividades não essenciais, nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Izabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Breves, Vigia e Santo Antônio do Tauá; e após o período compreendido entre os dias 07 e 17 de maio de 2020 prorrogou-se para mais uma semana, além de terem ampliado

a determinação para sete municípios[3] em decorrência do avanço descontrolado da pandemia da Covid-19 no estado (LIMA ET AL, 2020; GUIMARÃES, ET AL, 2020).

A Região Metropolitana de Belém (RMB), considerando seu índice de cobertura de rede pública de água potável (65%), saneamento e precariedade habitacional demonstram que o descompasso entre os indicadores infraestruturais e sociais de décadas culminaram em um cenário favorável para a disseminação da Covid-19, bem como na vulnerabilidade a outras patologias e crises globais, de um modo geral (LIMA ET AL, 2020).

Em julho de 2020, os casos confirmados da RMB somavam aproximadamente 29,9 mil, dos quais 70% estavam concentrados em Belém, 15% em Ananindeua e 5% em Castanhal. Quanto à maior taxa de letalidade, este dado ocorreu em Castanhal (10,5%), seguida por Marituba (9%). Este último, inclusive, figura como sendo um caso de expressiva precariedade quanto às condições habitacionais de sua população a nível nacional (77%), conforme dados do IBGE (LIMA ET AL, 2020).

Tabela 1 – Casos de Covid-19 por município da RMB; taxa de letalidade, percentuais sobre a população municipal em 2019 e sobre o contingente metropolitano de casos confirmados. Fontes: IBGE (2019a); SESPA (06 jul. 2020).

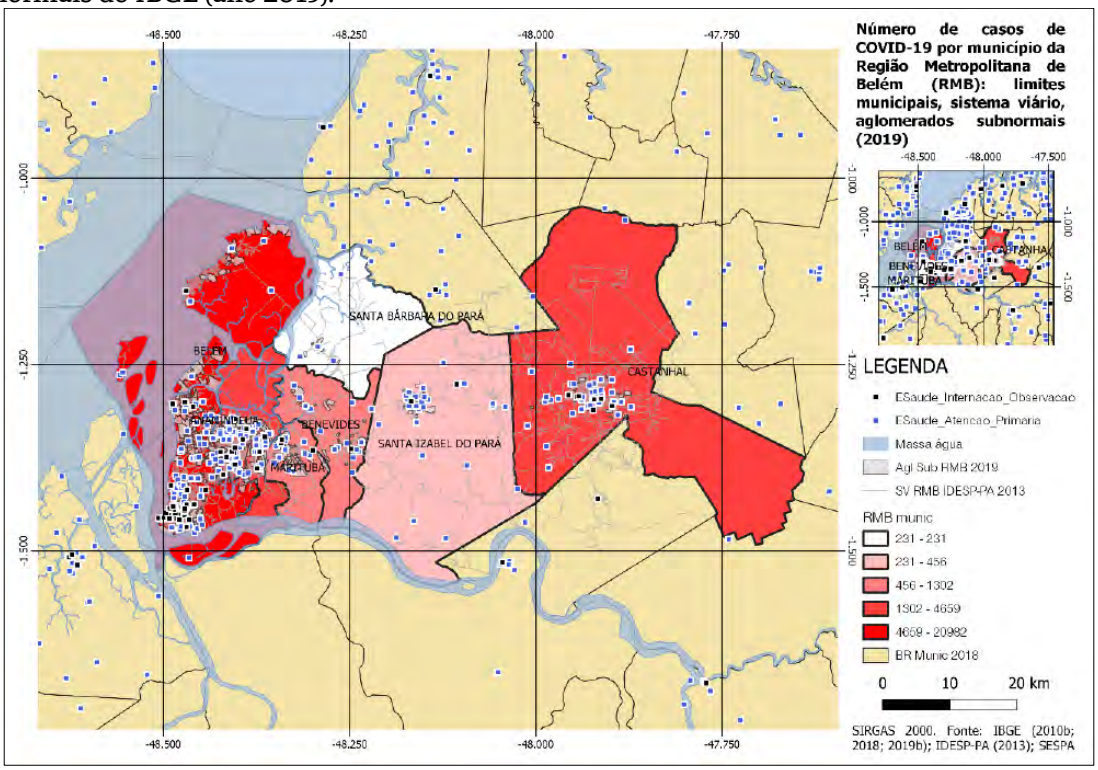
Município	Casos	% casos RMB	% pop. Munic. 2019	Letalidade
Ananindeua	4.659	15,60%	0,88%	7,19%
Belém	20.982	70,10%	1,41%	9,29%
Benevides	1.302	4,30%	2,08%	3,92%
Castanhal	1.628	5,40%	0,81%	10,50%
Marituba	684	2,30%	0,52%	8,92%
Santa Bárbara do Pará	231	0,80%	1,10%	4,76%
Santa Izabel do Pará	456	1,50%	0,64%	7,02%
TOTAL	**29.942**	**100,00%**	**1,19%**	**7,37%**

Fonte: Lima (2020).

Quanto à capacidade de atendimento por Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), municípios como Castanhal viveram um colapso no sistema de saúde. Cujas unidades de pronto atendimento, hospitais públicos e municipais careciam de equipamentos médicos e de saúde como os respiradores e leitos de Unidades de Tratamento Intensiva (UTI) para o atendimento de pessoas que manifestassem os sintomas da Covid-19 (LIMA ET AL, 2020).

[3] Cametá, Canaã dos Carajás, Parauapebas, Marabá, Santarém, Abaetetuba e Capanema (GUIMARÃES ET AL, 2020).

Figura 5 – Mapa com a indicação do número de casos de Covid-19 por município da RMB e com a espacialização dos Estabelecimentos Assistencial de Saúde dos chamados Aglomerados Subnormais do IBGE (ano 2019).



Fonte: LIMA ET AL (2020).

A compreensão do contexto pandêmico da RMB justifica-se pela necessidade de correlacionar as situações de precariedades vividas também no Marajó. Pois, cabe considerar que o território marajoara, em suas porções Ocidental e Oriental, apresentam dinâmicas urbanas influenciadas pela região metropolitana da capital, que *per se*, enfrenta problemas ligadas à urbanização estabelecida.

Na região ocidental do Marajó, diante da situação dramática, do aumento dos casos de óbito, o município de Breves foi um dos primeiros a decretar *Lockdown*, fato que se tornou destaque no cenário nacional, seja para os pesquisadores como para os meios de comunicação, assim como para os órgãos governamentais de saúde (GUIMARÃES ET AL, 2020).

Conforme dados levantados pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a partir do resultado de verificação sorológica divulgado no final de maio de 2020, constatou-se que no município de Breves, dentre as cidades pesquisadas, concentrava a maior proporção de população com anticorpos para o coronavírus, cerca de 24,8%. Assim, o Marajó passou a figurar no centro do mapa da Covid-19 do país, pois no referido município estaria a maior incidência da Covid-19 no Brasil, considerando os 133 municípios pesquisados (GUIMARÃES ET AL, 2020; GUIMARÃES E GUIMARÃES, 2023).

O arquipélago do Marajó apresenta internamente dinâmicas urbanas distintas, com duas regiões de integração: Marajó Oriental e Marajó Ocidental. Ao todo, abrangendo 17 municípios. Dentre eles, mais de 80% apresentam as piores colocações quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), podendo-se apenas indicar dois municípios que estejam acima do índice, no caso, Salvaterra e Soure que apresentam uma dinâmica urbana bastante influenciada pela capital paraense.

Neste cenário, surgiram redes de apoio para o enfrentamento tanto do racismo como dos impactos da Covid-19, podendo-se citar a ação da Rede de Apoio a Mulheres Marajoaras em Movimento, então coordenadas por lideranças dos municípios de Breves e Ponta de Pedras, que buscava oferecer apoio psicológico e auxílio financeiro. Encontros promovidos na modalidade remota através de plataformas digitais e que tinham como propósito também compartilhar informações sobre o coronavírus, além do compartilhamento de vivências e dores do racismo em suas múltiplas dimensões (GONÇALVES, 2023).

Quanto à complexidade da identidade racial em meio à uma crise mundial nos leva a importantes reflexões que superam fatores estritamente estatísticos, mas que nos levam a compreender as significações da corporeidade negra, dos corpos/territórios enquanto agentes construtores de ações de caráter contracolonial, de luta em defesa de seus territórios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades raciais ainda estão profundamente enraizadas na sociedade brasileira; o mito da “democracia racial” faz com que a população como um todo ignore, invisibilize dados importantes que escancaram fatos como discriminação no mercado de trabalho, menores salários para pessoas pretas mesmo que possuam a mesma formação educacional de uma pessoa branca. Segregação espacial que define que pessoas negras, em sua maioria, residam nas periferias e locais precários, fatores que limitam a possibilidade ascensão social deste grupo. E, como visto ao longo do trabalho, trata-se de um grupo colocado à própria sorte diante de práticas genocidas e da necropolítica.

As reflexões até aqui elaboradas possibilitam não apenas a compreensão das condições propícias para o genocídio de pessoas negras, como também permite relativizarmos, conforme as localidades, os impactos gerados pela doença sobre as vidas negras em seus aspectos como: mercado de trabalho, condições de moradia, violência e estratégias de enfrentamento.

Para agir contra o racismo e a segregação racial, os movimentos negros durante a pandemia precisaram rever suas estratégias de mobilização, articulação e ampliação das ações. A articulação

dos movimentos religiosos afro-brasileiros é uma das mais bem organizadas, ativas e mobilizadas dentro do segmento. As frentes das áreas da saúde e educação, igualmente.

É muito fora da realidade imaginar que quilombos, aldeias indígenas, povos de ribeirinhos tenham somente contado com a cura extraída da natureza. Isso é mais uma vez um processo de silenciamento e invisibilização do protagonismo negro. Imagine como seria nossa sociedade dita miscigenada se tivéssemos o (re)conhecimento de que o mínimo de avanço e liberdade vividos foram frutos de protagonismo negro?

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAMPOS, Andrelino. **Quilombos, favelas e os modelos de ocupação dos subúrbios: algumas reflexões sobre a expansão urbanas sob a ótica dos grupos segregados**. https://nucleopiratininga.org.br/quilombos-favelas-e-os-modelos-de-ocupacao-dos-suburbios-algumas-reflexoes-sobre-a-expansao-urbanas-sob-a-otica-dos-grupos-segregados/. Acesso em 07 de setembro de 2022, às 19h55min.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança** – movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike. *et al*. **Coronavírus e a luta de classes.** Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DIAS, Leila Christina. **Os Sentidos da Rede: Notas para Discussão**. In: Redes, sociedades e territórios [recurso eletrônico] / Leila Christina Dias, Rogério Leandro Lima da Silveira (organizadores). - 3. ed., rev. e ampl. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021.

LIMA, José Júlio Ferreira; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva; SABINO, Thiago Alan Guedes; RODRIGUES, Roberta Menezes; HANTANI, Danielle Saori; BARROS, Nayara Sales. **A Região Metropolitana de Belém**: Territórios Precários, Condições de Infraestrutura, Moradia e a Covid-19. Belém: UFPA, 2020.

GONÇALVES, Letícia. **"Então, eu sou uma mulher negra marajoara amazônida": racialidades e ativismo marajoaras frente ao contexto da pandemia da covid-10**. In: Revista África e Africanidades, Ano XVI, nº 46, maio/2023. Disponível em:< www.africaeafricanidades.com.br>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva; LOPES, Carlos Magno de Lima; MATOS, Cleide Carvalho de; SILVA, Esequiel Gomes da; LEITE, Etiene Lobato; COSTA, Maila Machado; LEÃO, Marcos Marçal Cardoso; ROCHA, Raryson Maciel; RODRIGUES, Ronaldo de Oliveira; FILHO, Silvio Carlos F. Pereira; PEREIRA, Vanilson Gomes; MELO, Vera Lúcia Farias de. **Covid-19 em Breves e nos municípios atendidos pelo CUMB em 2020: Bagre, Curralinho, Melgaço e Portel**. Breves: UFPA, 2020.

GUIMARÃES, Gisele Joicy da Silva; GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **A Covid-19 nos Marajós: Reflexões sobre Territórios Negros e Educação**. Revista Contemporânea de Educação, V. 18, N. 43 (2023) http://dx.doi.org/10.20500/rce.v18i43.59987.

HORN, Geraldo Balduino; MERCELINO, Marcelo Gonçalves; LINDESAY, Paulo dos Santos. ECONOMIA POLÍTICA, PANDEMIA E DESIGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL. In: TEIXEIRA, Luiz Belmiro; BEGA, Maria Tarcisa Silva (orgs). **As Ciências Sociais diante da COVID-19 no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2023. Disponível em: < http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/lancamento/>. Acesso em 22 de agosto de 2023.

PASSOS, Juliana. **Movimentos Negro, do Campo, Indígena e das Favelas se organizam por Direitos**. In: Vítimas da Covid-19 Lutam por Direitos. Revista POLI: saúde, educação e trabalho – jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.. Rio de Janeiro, n. 82, mar/abr., 2022. ISSN 1983-909X.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira. **A Pandemia de Covid-19 e a Desigualdade Racial de Renda**. In: Instittuto de Pesquisa Econômico Aplicada (IPEA). Boletim de Análise Político-Institucional, n. 26, março de 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10519>. Acesso em 10 de maio de 2023.

ZANETTI, Daniela; CAMPOS, Adriana Fiorotti. **Territorialidades em tempos de pandemia: espaços em disputa, sociabilidades em rede**. In: Coronavírus e as cidades no Brasil : reflexões durante a pandemia / organizadoras: Andrea Borges, Leila Marques. – Rio de Janeiro : Outras Letras, 2020.

GT 04 – Movimentos Sociais e Étnicos-Territoriais e Levantes na América Latina e Caribe

O DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO N° 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA BR-319

Guilherme Oliveira Freitas de Assis Vieira Faial[1] (UnB)
Marília Steinberger[2] (UnB)

Resumo: Debates e controvérsias sobre as obras de (re)pavimentação da Rodovia BR-319 (Manaus/Porto Velho) acontecem desde o seu planejamento no início dos anos 1970, até os dias atuais. O trabalho ora proposto analisa se a Consulta Prévia, Livre e Informada (CLPI) vem sendo aplicada nas etapas de licenciamento ambiental desta rodovia. A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental. Utiliza como procedimento metodológico o levantamento de fontes secundárias e qualitativas, inclusive em mídias digitais. Em 2007, um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para licença de instalação (LI) foi encomendado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), sendo os resultados aprovados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e publicados em 2009. No estudo apresentaram-se 49 impactos, destacando-se: o aumento expressivo do desmatamento, a presença de garimpo ilegal, além de conflitos fundiários em Unidades de Conservação (UCs) e em Terras Indígenas (TIs). O não avanço para a etapa da Licença de Operação (LO) deveu-se à falta de implantação de medidas mitigadoras dos impactos e à perda temporal de validade dos dados. Em 2015, outro EIA-RIMA foi encomendado pelo DNIT, também para conceder a LI. Sua publicação ocorreu em 2020. Constatou-se que os povos indígenas não foram consultados, requisito obrigatório para instalar empreendimentos significativos na Amazônia. Esse fato evidenciou não só o descumprimento das normas estabelecidas nos Termos de Referência (TR) firmados entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o DNIT, como a violação das normas internacionais ratificadas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Palavras-chave: Amazônia. BR-319. Povos Indígenas. OI

INTRODUÇÃO

No período da Ditadura Militar (1964-1985), ocorreu o predomínio do ideário desenvolvimentista por parte do Estado Brasileiro, tendo como uma das principais estratégias a integração da Amazônia ao centro-sul do país, por meio da construção de rodovias. Porém, foi somente após a Constituição de 1988, que as medidas preventivas e regulatórias de proteção ao meio ambiente e ao direito de povos indígenas ganharam notoriedade, com base em uma série de conferências e tratados internacionais.

Em 1989, o direito dos povos indígenas foi reconhecido em um processo decisório sobre a realização de intervenções em seus territórios tradicionais por meio da Convenção N° 169 da

[1] Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEA, UnB, Brasil – guilhermevieirafaial@gmail.com

[2] Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) em 1994. Pesquisadora do CNPq desde 2003. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEA, UnB, Brasil - rtlia@solar.com.br

Organização Internacional do Trabalho - OIT. Independentemente deste mecanismo legal, na atualidade, o Estado Brasileiro é um proponente ativo em violações dos modos de vida dos povos indígenas e das populações tradicionais a partir da implantação de vários empreendimentos. É o que vem ocorrendo nas últimas duas décadas com os projetos de repavimentação da rodovia BR-319.

Há três discursos que norteiam a repavimentação desta rodovia. O primeiro, de ordem econômica, sob a lógica de que a repavimentação proporcionaria o desenvolvimento das unidades da federação isoladas de forma terrestre (Amazonas e Roraima) ao eixo centro sul e ao escoamento de produtos produzidos no Polo Industrial de Manaus (PIM).

O segundo, de ordem social, pauta-se na constitucionalidade do direito de ir e vir, baseando-se no princípio da liberdade de circulação previsto no (Art. 5°, XV, CFB, 1988) no qual se afirma que os agentes sociais inseridos neste recorte territorial não estão sendo atendidos pelos serviços básicos fornecidos (saúde, educação, mobilidade).

O terceiro, de ordem ambiental, previsto no (Art. 225, *caput*, CFB, 1988) baseia-se no princípio da prevenção, onde se afirma que caso haja a repavimentação da rodovia, os impactos socioambientais seriam uma ameaça aos recursos naturais existentes na área, além de gerar uma alteração significativa do modo de vida dos povos tradicionais inseridos neste recorte territorial.

A problemática desta pesquisa é: De que forma a ausência da Consulta Prévia, Livre e Informada (CLPI) no processo de licenciamento ambiental pode transformar o modo de vida dos povos indígenas que estão nas áreas de influência direta e indireta da rodovia BR-319?

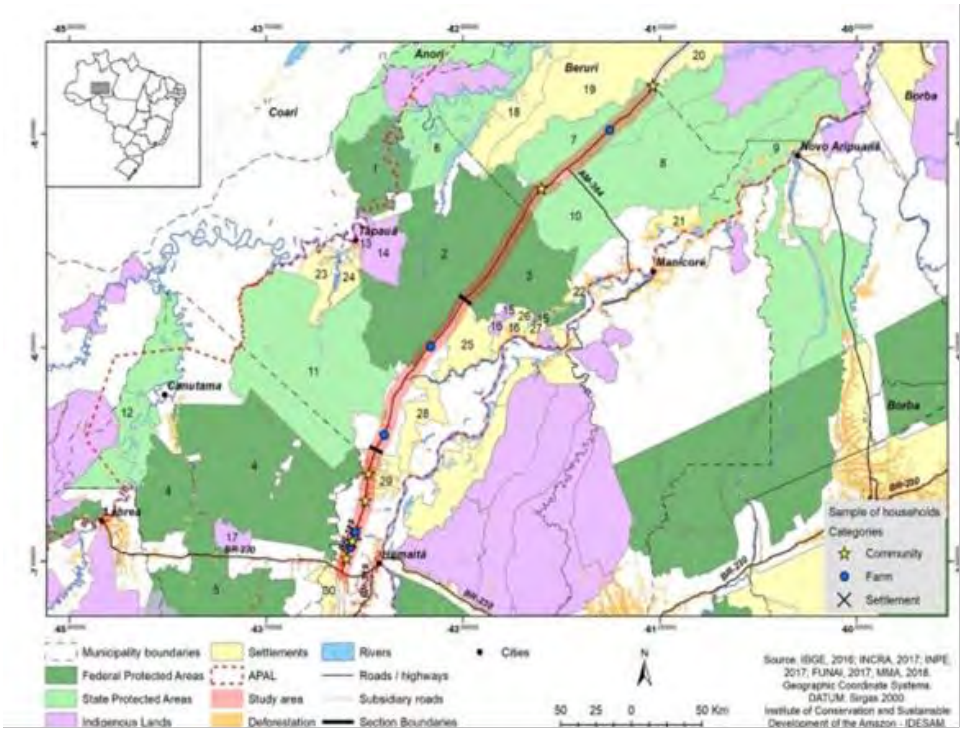
A pesquisa objetiva analisar se a CLPI foi aplicada nas etapas de licenciamento ambiental da Rodovia Federal BR-319, a partir da interpretação do EIA-RIMA (2009) e (2020). Justifica-se tendo em vista as garantias de direitos dos povos indígenas, o próprio direito a CLPI e a proteção ambiental dos recursos naturais que serão atingidos pela implantação do empreendimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

A BR-319 (figura 1) está localizada entre o Estado do Amazonas e Rondônia. Foi construída entre 1972/1973 e inaugurada oficialmente em 1976, "mas foi abandonada pelo Ministério dos Transportes em 1988, devido à falta de viabilidade econômica" (Andrade et al., 2021). "Hoje, a proposta de reconstrução da BR-319 é um dos projetos prioritários do governo brasileiro" (Ferrante & Fearnside, 2019).

Figura 01: Localização da Rodovia BR-319 (Manaus – Porto Velho)



Fonte: IDESAM (2019)

Argumenta-se que se pavimentada a abertura de estradas planejadas sairiam da rodovia principal e a área desmatada projetada pode aumentar mais de 1.200% até 2100 em comparação com a área que havia sido desmatada até 2011 (Dos Santos Junior et.al. 2018). Projetos de infraestrutura e de modernização no campo tem avançado cada vez mais na região conhecida como "arco do desmatamento, devido aos interesses econômicos e políticos.

Coleta, Tratamento e Análise dos Dados

A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental. Utiliza como procedimento metodológico o levantamento de fontes secundárias e qualitativas, inclusive em mídias digitais, sendo elaborada em três fases.

A primeira fase consistiu na realização de levantamentos bibliográficos sobre aportes teóricos referentes à aplicação da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) no processo de licenciamento ambiental da BR-319 e sobre os agentes sociais (inclusive estatais) que contribuem para as práticas das violações desta Consulta que geram impactos em terras indígenas.

O acesso à pesquisa bibliográfica foi obtido por meio eletrônico na busca de textos completos de artigos acadêmicos publicados em revistas científicas, os quais estão disponibilizados nas bases da *Scielo – Scientific Electronic Library Online e Elsevier.* Adotou-se como critério considerar apenas as revistas com *qualis* reconhecidos pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do

Nível Superior (CAPES) e pelo Google Acadêmico (http://scholar.google.com.br), Nessas fontes pesquisaram-se também teses, livros, dissertações e trabalhos de conclusão de curso.

A segunda fase corresponde ao levantamento documental do EIA-RIMA (2009) e do EIA-RIMA (2020) em sites institucionais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), Ministério dos Transportes (MT), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Ministério da Defesa (Exército Brasileiro).

Esse levantamento permitiu analisar a partir de relatórios oficiais entendidos como fontes de informações primárias referentes a BR-319. Preliminarmente, formularam-se perguntas cujas respostas poderiam ou deveriam ser encontradas nos relatórios de modo a atender a problemática e ao objetivo da pesquisa.

A terceira fase consistiu em levantamentos qualitativos a partir das interpretações fornecidas por meio de notícias e de mídias de comunicação digital (jornais, sites, blogs) que abordem diretamente sobre a BR-319. Entre os acessos realizados consultaram-se as bases do Ministério Público Federal (MPF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Regional Federal da 1° Região (TRF-1), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto do Meio Ambiente do Homem na Amazônia (Imazon), Observatório da BR-319 e o blog Amazônia real.

Cabe acrescentar as pesquisas em jornais, revistas, memorandos, ofícios, relatórios, imagens e dados primários sobre os povos indígenas, conflitos ambientais e decisões judiciais a cerca do processo de licenciamento ambiental da rodovia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Instrumentos técnicos de planejamento de empreendimentos não têm sido suficientemente capazes de prevenir e mitigar os impactos socioambientais em momentos que antecedem a autorização do licenciamento ambiental, em especial na Amazônia brasileira. As razões são variadas, mas vale ressaltar que a partir da abertura e pavimentação de rodovias a lógica que se estabelece obedece às motivações supralocais em que muitas vezes, o objetivo é escoar a produção de grãos em grande escala (Becker, 2005).

Nos anos 1970, uma vasta rede de estradas foi anunciada na região amazônica por meio do Programa de Integração Nacional (PIN). Nos territórios onde estavam previstas as construções de rodovias haviam terras indígenas (TIs), e os seus povos assinaram, em outubro de 1970, um "contrato" com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para a pacificação de "tribos indígenas". Esse foi o caso das rodovias Transamazônica e Cuiabá - Santarém (UFAM, 2009).

Em uma abordagem decolonial, o termo “tribo” é considerado errôneo, pois está inserido na compreensão de que os povos indígenas são grupos pequenos, incapazes, que estão sob domínio de um senhor ao qual devem se reverenciar em uma lógica colonial, de poder e dominação (BRASIL, 2006). De acordo com os dados coletados, na ocasião, pela própria FUNAI haviam mais de cinco mil indígenas vivendo na área das rodovias acima citadas (BR-319, Transamazônica. BR-163) dispersos em 29 grupos tribais (UFAM, 2009). Historicamente, de acordo com a datação da construção da rodovia BR-319 entre 1972-1973, os povos indígenas que estiveram nas proximidades do empreendimento não foram consultados.

O Brasil à época, não era um Estado Democrático de Direito, e não havia uma política de consulta aos povos indígenas sobre as obras a serem implementadas nas proximidades de suas aldeias, tampouco uma legislação para a demarcação das TIs, o que gerou um processo de interiorização destes povos ao longo da floresta amazônica.

Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, dispositivos constitucionais definiram normas hermenêuticas que deram importância à participação popular no processo decisório. A legitimidade da ordem jurídica fez com que o direito assumisse uma realidade de transformação no aspecto social.

O próprio direito de participação é um direito fundamental que está relacionado a preservação de outros direitos fundamentais como o dos povos indígenas, os quais constituem-se como cláusulas pétreas conforme o Art. 231 e 232, e fundamentados nos princípios e regras constitucionais, conforme o Art. 5° dentre outros.

Portanto, mesmo que ainda não existisse a ratificação da Convenção N° 169 da OIT (adotada em Genebra, em 27 junho de 1989 e vigente internacionalmente em 5 de setembro de 1991) a atribuição de consultar os povos indígenas estaria prevista através da Constituição, pois qualquer alteração significativa aos seus modos de vida, poderia ser representada pelo direito de que todo cidadão brasileiro.

Para iniciar a discussão sobre a BR-319, cumpre esclarecer que ela foi inserida novamente nas pautas governamentais em 1996, no Programa Brasil em Ação, quando foi proposta a sua repavimentação. Tornou-se uma esperança a qual foi desconstituída após estudos logísticos comprovarem que a rodovia não teria justificativa econômica para ser aberta. Em comparações com outros projetos pelo país, a viabilidade era inapta e a falta de interesse da iniciativa privada em realizar parceria público-privada (PPP) foi descartada devido aos altos custos de manutenção da rodovia. Somente em 2001, o Programa Avança Brasil pavimentou 58 km da rodovia no trecho que interliga as cidades de Humaitá (AM) e Porto Velho (RO).

Com a criação da Portaria Interministerial N° 273/2004, a recuperação de estradas ganhou cada vez mais notoriedade no cenário nacional. Essa portaria criou e estabeleceu as diretrizes para o Programa Nacional de Regularização Ambiental de Rodovias Federais considerando os mais de 56.000 km e os impactos ambientais que ocorreram durante o processo de implementação, os altos índices de acidentes e prejuízos socioeconômicos.

Em 2005, a 2° Vara Federal decidiu que o processo de repavimentação da BR-319 não se tratava de apenas recuperação, mas de reconstrução de trechos da estrada e essa decisão condizia com o entendimento do Ministério do Meio Ambiente – MMA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (DNIT, 2005). Nessa época um dos principais atrativos para a cidade de Manaus foi a grande quantidade de empregos gerados pela Zona Franca de Manaus, onde a migração constatou o avanço de populações de diferentes regiões do país.

Becker (2005) compreende que o problema de todos os atores na Amazônia (pecuaristas, madeireiros, índios, pequenos produtores) querem, como primeira demanda, a presença do Estado por motivações diferentes. Como segunda demanda desejam o zoneamento. Tais demandas expressam, por um lado, a necessidade de definição clara das regras do jogo, ou seja, do fortalecimento institucional, e por outro, a pertinência da sub-regionalização, porque as regiões têm finalidades próprias e problemas específicos. O Estado pode dialogar melhor com essas necessidades específicas, encontrar as parcerias necessárias e direcionar melhor os recursos para melhor atendê-las.

No sul do Amazonas, estes processos foram acelerados pelo avanço da fronteira agrícola que avançou no Estado do Amazonas gerando impactos ambientais. Com o então, ministro do transporte Alfredo Nascimento, o Governo Federal incentivou a pavimentação da BR-319 e antecipou as obras que haviam sido definidas somente para 2007 no Plano Plurianual do Governo Federal (DNIT, 2005). Observa-se que neste ano, todas as tratativas entre DNIT e IBAMA foram realizadas para que houvesse o processo de licenciamento ambiental.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um instrumento que avalia os impactos ambientais positivos e negativos, que podem ocorrer a partir da implementação de uma obra. É composto por um documento técnico e bem detalhado que é apresentado ao órgão que cuida das tratativas e avanço das fases de operações. O EIA tem a função de apresentar um panorama de como ficará a área após a instalação do empreendimento após essa projeção. Dessa forma, este instrumento pode indicar quais são as medidas mitigadoras que podem ser realizadas para que os impactos causados pela operação destas obras sejam minimizadas, evitadas e compensadas.

Ao fim desta fase, tem-se como resultado o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA que corresponde a apresentação dos resultados do EIA em uma linguagem menos formal, técnica e de fácil acesso para que todas as partes interessadas possam ter acesso às informações do que foi estudado.

No caso do "trecho do meio" (recorte de delimitação para a elaboração do EIA/RIMA), o órgão responsável por esta avaliação e por conceder as licenças ambientais é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

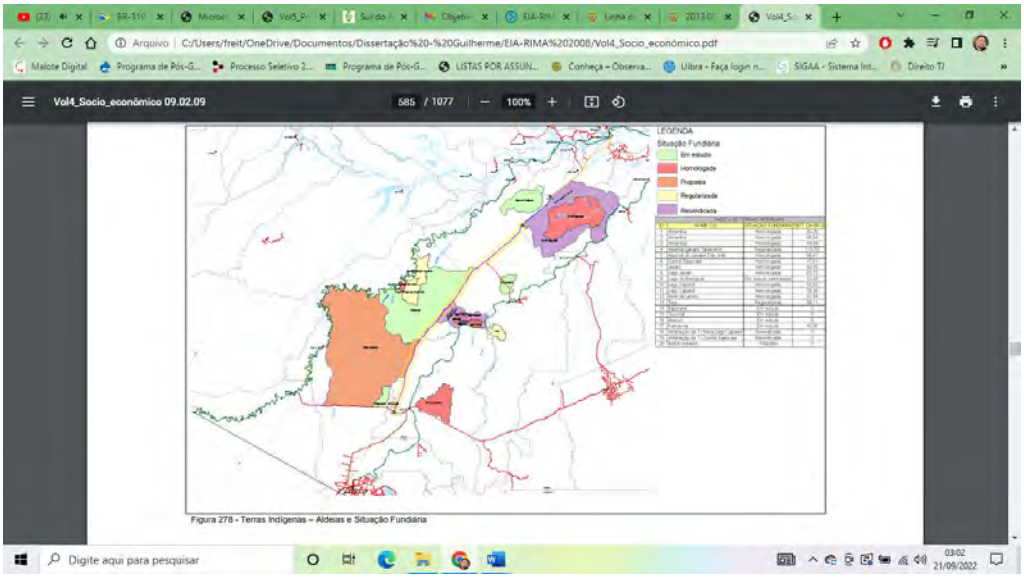
Em 2006, ocorreu o estabelecimento das Áreas de Limitação Administrativa Provisórias – ALAPs na região de entorno da BR-319 (BRASIL, 2006). Nesta época foram realizadas consultas públicas nas Unidades de Conservação das cidades de Tapauá, Canutama, Lábrea, Humaitá, Manaus e Beruri (DNIT, 2006).

Após elaboração do ofício N° 167/2007, de 13 de setembro de 2007, a FUNAI encaminhou o TR sobre os estudos de cinco Terras Indígenas, entre elas, Lago do Barrigudo, Cunhã-Sapucaia, Lago Capanã, Araramba e Aripurinã do Igarapé Taumiri situadas entre o "trecho do meio". Somente em setembro de 2007 ocorreu a inclusão de TIs no Termo de Referência (TR), após 35 anos os povos indígenas apareceram efetivamente no primeiro estudo realizado referente a rodovia.

A metodologia utilizada para este TR visava atender as pesquisas e coletas de dados referentes aos impactos para os meios físicos, bióticos e de ordem sociocultural para os grupos de povos indígenas envolvidos (FUNAI, 2007). A principal característica destes estudos ocorre por meio da interdisciplinaridade.

As medidas mitigadoras propostas aos povos indígenas deveriam ser consideradas nos programas propostos pelo EIA-RIMA (2009), tendo como base a sustentabilidade dos grupos indígenas, a conservação e a fiscalização de suas terras (figura 02), o desenvolvimento de suas culturas tendo como fundamento a cultura tradicional de cada povo.

Figura 02: Situação Fundiária das Terras Indígenas na BR-319



Fonte: EIA-RIMA (2009)

Desde 2007, é apontado que haviam conflitos entre povos indígenas e não indígenas que estão inclusos nas UCs, que se territorialmente se limitam com as TIs. Há TIs nas áreas de influência direta e indireta que correspondem ao TR (FUNAI, 2007).

Todas as reuniões realizadas promoveram a autonomia dos povos indígenas e as questões de controle social. As metodologias apresentadas nas TIs ocorreram a partir da mediação que garantiu aos grupos a formulação dos problemas a partir de perguntas e técnicas de escuta sensível, as quais, os povos expressam-se sobre o conhecimento do empreendimento naquela área, das dúvidas quanto à sua implementação, as suas preocupações após a construção da obra, os seus receios quanto a fase de implementação, a fiscalização pós entrega e a compreensão das formas de organização de todos os povos que estão nas proximidades do empreendimento.

Cabe apresentar que a gestão do conhecimento apresentado por Faria (2018), afirma que:

> A gestão do conhecimento utilizada para a discussão na assembleia consiste em reuniões ou oficinas participantes. Parte do conhecimento pré-existente dos sujeitos sociais envolvidos, valorizando as suas tradições culturais, que associadas ou não a outros conhecimentos e tecnologias sociais que podem produzir um outro conhecimento coletivo ou evidenciar um trabalho já existente, porém, posto em esquecimento, visando a construção de projetos e propostas para intervir em contextos, com autonomia. Não pode haver indução ou imposição de outros conhecimentos ocidentais ou não sobre conhecimentos próprios. O outro conhecimento vem a medida da necessidade, e não pode se sobrepor ou inferiorizar aquele. Temos que deixar de lado o sentimento colonial de consumidores do saber

> e por meio da participação nas atividades e experiências próprias construírem ou reconstruírem seus conhecimentos evidenciando as suas epistemologias (FARIA, 2018, p.137).
>
> Tem como objetivo respeitar e valorizar evidenciando as formas próprias de pensar, organizar, línguas, suas cosmologias e epistemologias, tratando-os como sujeitos e não objetos, para além de um pensamento abissal, parafraseando o Prof. Boaventura de Sousa Santos, de forma intercultural fundamentada na ecologia de saberes. Pensar e utilizar metodologias participantes e coletivas respeitando as suas cosmologias é fundamental para a promoção da autonomia quando a diferença é posta de forma positiva e não como um atraso ou com inferioridade (FARIA, 2018, p. 134)

No EIA-RIMA de 2009, se é afirmado que a autonomia dos povos indígenas sempre foi respeitada, em concomitância com o que é definido nas legislações nacionais e internacionais que garantem a efetividade dos direitos dos povos indígenas, portanto, toda proposta metodológica participante em consulta aos povos indígenas não se trata de um modelo a ser implantado.

A ideia de modelo corresponde a uma adaptação de um conjunto de práticas que permitem a problematização, sistemas fechados e de baixa aderência a participação. A implementação de um modelo participante e a sua implementação em diferentes TIs exprime ineficiência porque as realidades, culturas e saberes em cada lugar são diferentes.

Um dos aspectos mais importantes na construção do Componente Indígena – CI-EIA (2009) é de que a época da consulta pública estava ocorrendo a sobreposição de terras entre as UCs (Reserva Extrativista do Lago Capanã e RDS do Amapá) e as TIs que foi definida como um conflito criado gratuitamente pela visão exacerbada e conservacionista de alguns órgãos de governo (UFAM, 2009).

Outro ponto de destaque no CI-EIA, é que ocorre o conflito direito entre povos indígenas e fazendeiros nas proximidades do empreendimento, além da exploração de minérios no município de Humaitá, sendo utilizado como estratégia para a escoação, o Rio Madeira (via fluvial) e a BR-319 (por via terrestre) que compõem uma série de atividades ilícitas e não reguladas.

Importante destacar que na elaboração do primeiro EIA-RIMA, foram utilizados os procedimentos da consulta pública. A consulta pública é um procedimento que envolve assunto de interesse geral, e o prazo para terceiros conhecerem o processo deve ser manifestado por escrito (DI PIETRO, 2010). No caso da consulta pública, prevalece o entendimento dos diversos diplomas infralegais de que se trata um procedimento de divulgação pública de propostas de administração pública para receber manifestação de interessados (DI PIETRO, 2010).

A Consulta Prévia, Livre e Informada só foi regulamentada a nível nacional, a partir do ano de 2014 no Brasil (MARÉS, 2020), não sendo, portanto, uma exigência necessária, apesar de ter sido

ratificada e inserida no país desde 2004, sendo promulgada pelo Decreto-Lei N° 10.088 de 05 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019).

Devido as transições de governos e a não previsibilidade da inclusão das obras nos pacotes de empreendimentos, o primeiro processo de licenciamento ambiental não avançou para as fases de licença de operação (LO). Até 2013, todas as ações referentes a pavimentação da BR-319 foram inibidas pela falta de interesse político do Governo Federal e Estadual a partir da retirada dos planos orçamentários.

Em 2014, as discussões sobre a rodovia BR-319 voltaram novamente as pautas de governo. A empresa ENGESPRO Engenharia Ltda, foi responsável pela complementação dos estudos ambientais e chegou a realizar estudos do meio biótico. Em novembro de 2014, teve o seu contrato suspenso por não cumprir a legislação ambiental federal e por solicitar licença ambiental ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, sendo que a competência para legislar era do IBAMA.

Em 2015, a FUNAI começou a elaborar novos Termos de Referência (TR) para a produção de um segundo EIA-RIMA, dada a invalidação das perdas dos dados produzidos no primeiro EIA. Em 2017, o DNIT entregou o Plano de Trabalho relacionado ao CI-EIA a FUNAI. Este componente foi aprovado no mês de novembro do recorrente ano (OBSERVATÓRIO DA BR-319, 2022).

Em 2018, a ENGESPRO terceirizou o serviço para a elaboração do CI-EIA e contratou um consórcio denominado Etnias 319, que sugeriu a reunião com os povos indígenas para apresentação do plano de trabalho para maio de 2018, mas devido a problemas de ordem técnica e financeira, essa apresentação foi adiada e planejada para ocorrer em julho de 2018 (SENADO FEDERAL, 2018).

Um acordo realizado entre DNIT e FUNAI definiu que apenas três TIs da área de influência fossem estudadas, mas a partir da intervenção do Ministério Público Federal (MPF) por meio do peticionamento de uma ação tendo como proponentes os indígenas, o número de TIs a serem analisadas voltou a corresponder a 5 TIs, de acordo, com a primeira versão do EIA.

O Consórcio Etnias-319 foi composto pelas empresas LAGHI Engenharia Ltda e Mac Engenharia Ltda sob orientação da FUNAI. Devido a paralisação e suspensão de obras devido aos embargos judiciais e aos problemas financeiros e técnicos da equipe do DNIT na área do empreendimento, a Licença de Instalação - LI foi renovada em outubro de 2019.

Durante o período pandêmico um dos principais problemas para a realização das audiências públicas em formato presencial foram as questões logísticas e questão da conectividade em lugares remotos, além das proibições e acessos as TIs por meio de portarias emitidas pela FUNAI.

Em grande parte, as aldeias indígenas não possuíam internet, devido as dificuldades relacionadas as questões de isolamento e conforme os decretos iam sendo expedidos, as medidas de proteção foram essenciais para que as audiências públicas fossem realizadas por meio remoto.

Em 12 de agosto de 2020 foi publicada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, a Resolução N° 494/2020 que permitiu a realização de consultas virtuais durante o período pandêmico. Um dos principais temores das lideranças locais (povos indígenas e originários) era de que as audiências públicas ocorressem em formato remoto, onde muitos deixariam de ser consultados por estarem longe das cidades de realização e por não possuírem acesso à internet.

Com a renovação da LI, deveria ser realizado o cumprimento integral dos programas ambientais previstos nos termos aditivos de ajustamento de conduta assinado entre o IBAMA e o DNIT bem como a utilização de 59 metodologias contidas pré-determinadas em cronogramas dos definidos nas etapas de Licença Prévia (LP).

Em julho de 2020, o IBAMA acolheu oficialmente para análise o segundo EIA/RIMA da BR-319 e o ECI entregues pelo DNIT para dar continuidade as fases de licenciamento. Os estudos são exigidos para a emissão da LI, necessária para a liberação das obras de pavimentação do Trecho do Meio da rodovia (OBSERVATÓRIO DA BR-319, 2022).

Em junho de 2021, a FUNAI enviou o ofício Nº 714 ao IBAMA e ao DNIT, pedindo complementações, ajustes e revisões no ECI da BR-319. Segundo o documento, mesmo havendo complementação de todos os pontos solicitados no TR emitido pela FUNAI, o estudo foi declarado inapto para ser apresentado às comunidades Apurinã, Parintintin e Mura.

A nova versão do ECI não abordou nenhuma informação a respeito da construção da metodologia, apenas sobre a possibilidade de apresentação das datas e os horários em que aconteceriam os debates a respeito dos estudos que foram produzidos previamente. Não há nenhuma informação de como a nova equipe do CI-EIA adentrou as comunidades e se realmente ocorreu a participação dos povos indígenas e o levantamento de dados nas TIs inclusas no TR.

Na apresentação dos volumes do EIA-RIMA (2020), não constam os CI-EIAs sendo informado nas subsecções dos documentos que estes dados seriam publicados posteriormente, o que causa um descumprimento ao Art. 7 da Convenção N° 169. O caput do artigo afirma que os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural (ILO, 1989).

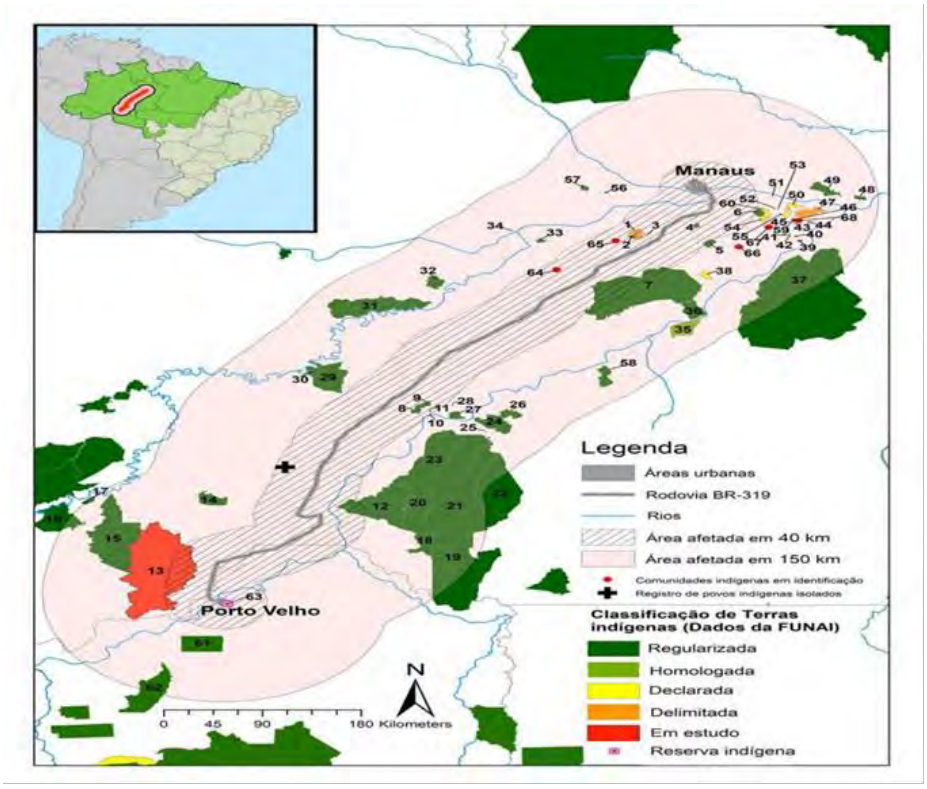
Desde 2017, o consórcio Etnias 319 tentou realizar os ECIs mas não priorizou esta etapa para o andamento do processo de licenciamento ambiental e para a apresentação aos agentes estatais e aos povos indígenas. Devido a todos estes fatos, a Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas – APIPAM esclareceu em carta enviada ao DNIT, que o governo estaria apressando as tratativas para que os povos indígenas aceitassem o ECI realizado.

Até setembro de 2022, não foi apresentado qual foi a metodologia na construção do novo ECI e nem a aprovação por parte dos povos indígenas que serão atingidos pelo empreendimento. É completamente catastrófico e desproporcional comparar a produção do ECI (2007) ao ECI (2020), pois entre 2007-

2009, na elaboração do primeira EIA-RIMA, observou-se que a composição da equipe que era interdisciplinar, abarcando inúmeras características previstas nos planos de trabalho os quais trouxeram informações relevantes quanto aos agentes sociais a serem atingidos por esta obra.

No entorno da BR-319 há cerca de 63 Terras Indígenas, das quais são classificadas 54 como regularizadas (FERRANTE & FEARNSIDE, 2020). Para uma terra ser considerada regularizada ela deve passar pelo processo (em estudo > delimitado > oficialmente declarado > homologado). Nesta região há terras que se encontram delimitados, homologados, oficialmente declarados, sob estudo e outra sob identificação, conforme figura 03.

Figura 03: Situação atual das Terras Indígenas que serão impactadas com a repavimentação da BR-319



Fonte: Ferrante & Fearnside (2020)

Os resultados encontrados correspondem a uma estimativa de 18.000 indígenas nesta área. Na área de influência indireta existem 13 terras indígenas regularizadas. Nos autos processuais que se encontram disponíveis pela denúncia do MPF/AM, o governo federal, através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), responsável pela construção da rodovia afirmou que "consultará apenas cinco comunidades das Terras Indígenas nos 40 km da estrada" (MPAM, 2019).

De acordo com a Ordem Interministerial n° 419, de 26 de outubro de 2011, à distância de um projeto de rodovia na Amazônia na qual existe o componente indígena de um EIA se aplica e é especificada em 40 km. Segundo a OIT (1989) todos os povos indígenas devem ser consultados e não há previsão na legislação brasileira sobre qualquer característica relacionada a extensão. Sendo assim, todas as 63 comunidades deveriam ser consultadas para o desenvolvimento do EIA.

O EIA-RIMA (2020) foi entregue sem os estudos realizados nas TIs e sem a aprovação por parte das lideranças. Não se sabe até o presente momento, quais são as medidas mitigadoras e os programas ambientais destinados a estes sujeitos sociais, não sendo apresentados nas audiências públicas que duraram cerca de 4 dias (entre 27/09/2021 a 01/10/2021) após a derrubada de liminar por parte da 1° instância do TRF-1.

Comprova-se então que apesar de ter sido elaborado, o segundo EIA-RIMA proporciona uma violação dos direitos dos povos indígenas no processo de licenciamento ambiental da BR-319, ocorrendo o descumprimento da Convenção N° 169 e dos Art. 231 e 232 da Constituição Federal Brasileira.

CONCLUSÃO

A discussão sobre a BR-319 sempre foi alvo de promessas políticas em diferentes esferas no cenário regional e nacional. Inúmeras vezes foi inserida nos planos plurianuais do Governo Federal e retirada por uma questão de viabilidade econômica. As proposições das medidas de mitigação existentes caso esse projeto saísse do papel não passariam apenas de discursos vazios, uma vez que o Brasil volta alinhar-se novamente ao comprometimento de uma agenda ambiental internacional.

Com a elaboração do 2° EIA-RIMA (2020) é possível apontar que a equipe técnica utilizou os mesmos dados secundários do EIA-RIMA (2009). Apesar de estarem alinhados quanto a delimitação de Terras Indígenas, de acordo com o termo de referência, a temporalidade e diferença entre a elaboração destes estudos, é de 13 anos, o que invalida os dados coletados em 2007, pois nos ECI do 1° EIA/RIMA, utilizou-se os parâmetros da consulta pública, e o que deveria ser utilizado no EIA-RIMA de 2020, era a CLPI já inserida nos dispositivos constitucionais brasileiros.

Portanto devido ao aparelhamento entre as instituições públicas, ao enfraquecimento de órgãos ambientais que estavam alinhados aos interesses do Governo Federal na época da elaboração do segundo EIA-RIMA, o interesse em abrir a estrada a todo custo baseou-se na ilegalidade e no descumprimento das leis ambientais brasileiras.

O EIA-RIMA de 2020 apresenta uma série de problemáticas de ordem ambiental e a utilização de dados secundários sem visita técnica a campo e sem consulta aos povos indígenas, invalida e compromete o novo CI-EIA, o que desencadeou o pedido de suspensão do licenciamento ambiental por parte do MPF após ingresso de uma Ação Civil Pública que tramita em 2° instância no TRF-1.

O consórcio privado Etnias 319 inicialmente tentou diminuir de cinco para três a consulta de povos indígenas, sendo esta proposta recusada pela FUNAI. Apesar de terem autorização para iniciarem os estudos desde 2017, a equipe optou por utilizar dados extraídos de relatórios vitrines do ICMBio produzidos para a modalidade de Parque Nacionais – PARNAS para explicar sobre os aspectos referentes aos meios físicos, além de utilizar dados demográficos e sociais para explicar os problemas encontrados por todas as terras indígenas não cumprindo a Consulta Prévia, Livre e Informada prevista e ratificada nas leis brasileiras desconsiderando assim os povos indígenas do processo de licenciamento ambiental da BR-319.

REFERÊNCIAS

ANDRADE. M.B.T, FERRANTE. L, FEARNSIDE P. M Brazil's Highway BR-319 demonstrates a crucial lack of environmental governance in Amazonia. **Environmental Conservation**. 48: 161–164. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente**. Portaria Interministerial N° 419**, de 26 de Outubro de 2011. Diário Oficial da União, 28 de outubro de 2011. N° 208, Seção I, p.81. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial N° 60,** de 24 de março de 2015. Diário Oficial da União, 25 de março de 2015. N° 57, Seção 1, p.71. Brasília, 2015.

BECKER, B.K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia – Lições do passado e desafios do presente. pp. 5-28. In: V. Fleischresser (ed.). **Causas e Dinâmicas do Desmatamento na Amazônia**, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, DF. 436 pp.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo,** 14. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

DOS SANTOS JUNIOR. M. A. YANAI A. M. SOUSA JUNIOR F. O, DE FREITAS I.S, PINHEIRO H. P, de Oliveira A.C.R. BR-319 como Propulsora de desmatamento: Simulando o Impacto da Rodovia Manaus-Porto Velho. **Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM)**, Manaus, AM, Brazil. 56 pp. 2018

FARIA, I. Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: Propostas interculturais para a autonomia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (org.). **Epistemologias del Sur – Epistemologias do Sul**. 2018

FERRANTE. L. FEARNSIDE P. M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. **Environmental Conservation** 46: 261–263. 2019

FERRANTE, L; FEARNSIDE, P.M. **Brazil threatens Indigenous lands**. Science, v. 368, p. 481.2-482, 2020

FEARNSIDE, P. M. **O perigo da lei da grilagem**. Amazônia Real. 22 de Maio de 2020. Manaus, AM. 2020

ILO. **International Labour Organization. Indigenous and Tribal Peoples Convention**. N° 169. ILO. Geneva, Switzerland, 1989.

LORENZETTI, R. L. **Fundamentos do Direito Privado.** Trad. Vera Maria Jacob de Fradera. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 152.

MARÉS, C. F. A força vinculante do protocolo de consulta. In: MARÉS, C. F; DA SILVA, L. A. L; OLIVEIRA, R. M de; MOTOKI, C.; GLASS, V. (org.). **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação.** – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019

OBSERVATÓRIO DA BR-319. Linha do tempo contendo informações sobre o empreendimento. https://observatoriobr319.org.br/linha-do-tempo/ Acesso em 10 de mar. 2024

MPAM. Ministério Público do Estado do Amazonas. **Ata da 12° Reunião do Fórum Permanente de Discussão sobre o processo de reabertura da BR-319.** MPAM. Manaus, Amazonas, Brasil. 2019

GT 04 – Movimentos Sociais, Étnicos e Ambientais: levantes na américa latina

INTERVENÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA E OS SEUS REFLEXOS NA VIOLÊNCIA CONTRA POVOS INDÍGENAS: UMA ANALISE A PARTIR DAS MUDANÇAS NORMATIVAS

Matilde Mendes[1](UFPA).
Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos[2](UFPA).
Eliane Cristina Pinto Moreira Folhes[3](UFPA)

RESUMO: O presente artigo apresenta o resultado de pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisas Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais no período de 2021 a 2022. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar como a intervenção do Governo Federal, ao longo dos últimos 60 anos na Amazônia influenciou a violência contra os povos indígenas. Principalmente, a partir das mudanças regulatórias que direcionaram as políticas públicas agroambientais. O aporte teórico consistiu, entre outros, de Bernardo (2021), Relatório Figueiredo (BRASIL, 1968), Denúncias de Violência contra Povos Indígenas (CIMI, 2003 a 2023), Moreira (2017, 2022) e Moreira e Bragança (2022). Foi aplicado o método dedutivo, com a utilização de ferramentas de pesquisa bibliográfica e documental. Destarte, da análise do material pesquisado depreendeu-se que a intervenção do Governo Federal na Amazônia Brasileira, nos últimos 60 anos induziu ao incremento de violações de direitos humanos de povos indígenas, principalmente, a partir das mudanças normativas que direcionaram políticas públicas agroambientais.

Palavras-chaves: Intervenção; Amazônia; violências; indígenas; mudanças normativas.

INTRODUÇÃO

O presente resulta de pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisas Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (DIPCT-ICJ/UFPA), no período de 2021 a 2022. Nesse sentido, a proposta de estudo objetivou analisar como a intervenção do Governo Federal, nos últimos 60 anos, na Amazônia influenciou a violência contra povos indígenas, especialmente a partir das mudanças normativas que direcionaram políticas públicas agroambientais. Para tanto, foi proposta como indagação de pesquisa a seguinte pergunta norteadora: **Como a intervenção do Governo Federal, nos últimos 60 anos, na Amazônia tem**

[1] Doutoranda em Direito pelo PPGD/UFPA. Mestrado em Educação pela UNEMAT. É Advogada (OAB/RO) e Membro do Grupo de Pesquisa "Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais" do ICJ/UFPA. É Professora nas Escolas Indígenas no Território Indígena Sete de Setembro (SEDUC/RO, 2023). Universidade Federal do Pará. Brasil. E-mail: adv.matilde@uol.com.br.

[2] Doutoranda em Direito pelo PPGD/UFPA. Mestrado em Direito pelo PPGD/UFPA. É Advogada Licenciada (OAB/PA) e Membro do Grupo de Pesquisa "Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais" do ICJ/UFPA. Universidade Federal do Pará. Brasil. E-mail: isa-vasconcelos@live.com.

[3] Pós-doutorado pela UFSC. Promotora de Justiça do MPPA e Professora da graduação e pós-graduação em Direito da UFPA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais" da UFPA. Universidade Federal do Pará. Brasil. E-mail: moreiraeliane@hotmail.com

influenciado a violência contra povos indígenas, especialmente a partir das mudanças normativas que direcionaram políticas públicas agroambientais?

Nesse sentido, a pesquisa inicia: a) analisou registros de violações cometidas contra povos indígenas no período da ditadura militar brasileira (1964-1985), buscando abordar os relatos constantes no documento oficial denominado "Relatório Figueiredo" (BRASIL, 1968); b) analisou registros de violências cometidas contra povos indígenas durante o período de redemocratização do Brasil. Nesse tópico, foram descritas ações e omissões de Governos do Brasil que atingiram povos indígenas, principalmente, relacionadas a assassinatos, demarcações e invasões de territórios indígenas. Nesse tópico, a base dos estudos consistiu nos Relatórios de Violências Contra Povos Indígenas elaborados pelo Conselho Missionário Indigenista (CIMI, 2003 a 2023); e, c) foram identificadas ocorrências de violações dos direitos indígenas, antipolítica indígena, nos recentes mandatos dos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Foram constatadas consideráveis mudanças normativas que impactaram no aumento da violência nos territórios de usufruto exclusivo e permanente de povos indígenas com quadro demonstrativo de assassinatos de pessoas indígenas na Região Norte do Brasil, na Amazônia, no período de 2003 a 2022. Fundamentou-se, principalmente, CIMI (2003 a 2023).

A pesquisa parte da identificação de reiteradas mudanças normativas que impactaram direitos dos povos indígenas nos últimos sessenta anos. Nesse sentido, resgatar esse contexto histórico de contínuas violências enfrentadas pelos povos originários na defesa pelos seus territórios, pelo direito de viver de forma específica e diferenciada com suas cosmovisões de mundo.

1 DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985): VIOLÊNCIAS CONTRA POVOS INDÍGENAS.

No período de 1964-1985, foi extinto o Serviço de Proteção aos Índios e criada a FUNAI em 1967, Lei 5.371/67. No entanto, essa normativa nasceu alinhada ao desenvolvimento econômico em territórios indígenas Neste sentido, Bernardo aponta que:

> A atuação da FUNAI, já em seu nascedouro, tendo em vista seu alinhamento com a política de desenvolvimento econômico do governo no período ditatorial, foi objeto de severas críticas. Em consequência, em suas primeiras décadas de atuação, constatou-se graves prejuízos à proteção das populações indígenas, sobretudo no que se refere à preservação das terras por eles tradicionalmente ocupadas. (BERNARDO, 2021, p. 59-60).

Desse modo, apesar da mudança normativa e a criação da autarquia FUNAI, não cessaram as violências praticadas pelo Governo Federal na Amazônia contra povos indígenas. Parte dessas violências ficou registrado no Relatório Figueiredo (BRASIL, 1968, online) e em relatos de povos indígenas na Amazônia sobre violências sofridas durante o Regime Militar no Brasil.

Nesse sentido, Bernardo (2021) no período de 1964-1985, a Comissão Nacional da Verdade criada pela Lei Federal 12.528/2011, reconheceu a ocorrência de relevante violência contra povos indígenas entre 1946 a 1988. A referida comissão constatou que no auge do período ditatorial ocorreu direta ação do Estado Brasileiro favorecendo empreendimentos desenvolvimentistas em prejuízo aos povos indígenas, sua cultura e território, o Plano de Integração Nacional do Governo Militar.

Nesse contexto, "[...] a CNV estimou a ocorrência de, pelo menos, 8.350 mortes de indígenas por ação direta do Estado no período" (BERNARDO, 2021, p. 80). No entanto, "[...] a própria Comissão ressalva que os números reais de mortos devem ser exponencialmente maiores, se considerada a realidade ampliada para todos os povos indígenas do Brasil à época" (BERNARDO, 2021, p. 80).

Destarte, aponta o Relatório da CNV a ocorrência de repressão do Estado contra os povos indígenas. Esse aparelho repressivo insurgiu contra funcionários dos órgãos de proteção e estudos sobre povos indígenas, após o Ato Institucional nº 5, 1968. (BERNARDO, 2021).

Há que destacar que muitas violências contra povos indígenas, decorreram de ação direta do Estado ou por omissão deste.

Na década de 70 a 80, no Estado de Rondônia se intensificou a invasão dos territórios indígenas com aberturas de estradas e distribuição de terras na zona rural para os que chegavam de várias regiões do Brasil, atraídos por intensa campanha do Governo Militar para que "colonizasse" a região Amazônica. Nas narrativas dos povos indígenas impactados, pode-se perceber a invisibilização desses povos pelo Estado Brasileiro, a própria ambiguidade da FUNAI, substituta do SPI, constituída para "proteger" e "promover os direitos dos povos indígenas no Brasil". De certa forma, o Estado brasileiro contribuiu com a política de extermínio contra os povos originários.

Na narrativa de Gasalab Suruí ao se referir ao agrimensor que demarcava o local das estradas que atravessaram o território originário do Povo Paiter Surui, denominado legalmente de os Suruís de Rondônia, esse recorda que:

> Quando o yara[4], viu a casa que estava à sua frente, abriu com as mãos um buraco nas paredes de palha da casa para ver do outro lado e dar continuidade à demarcação da linha.[5] Assim, do nada e fez como se não tivesse ninguém ali, fez o trabalho e se foi. Todos estavam doentes, morrendo na aldeia. Então os Paiter resolveram seguir esses *yara ey*[6]. Os Paiter queriam saber de onde vinham para fazer aquilo. Muitos foram. No lugar que chamávamos de Bertinganhá, eles, os *yara ye*, estavam. E era dali que saiam para fazer picadas na mata e demarcar as linhas. Então os Paiter os expulsaram. (SURUÍ, 2016, p. 95,96).

[4] Homem não indígena, homem branco, inimigo.

[5] É costume chamar de linhas, as estradas da zona rural no Estado de Rondônia.

[6] Plural. homens brancos, homens não indígenas, inimigos.

Desse modo, os militares no poder viam a Floresta Amazônica como "deserto verde", invisibilizando a diversidade de povos indígenas que já viviam nessa região. Cada povo com sua relação socioambiental, sua cosmologia de viver intrinsecamente ligado ao território que o constitui e por esse é constituído.

Mesmo submetidos às mais diversas práticas de violência contra os direitos das pessoas humanas de modo individual e coletivo, os povos indígenas, no período ditatorial, conseguiram firmar alianças internas com coletivos indígenas na defesa de seus territórios. Desse modo, conseguiram visibilidade nacional e internacional. Os movimentos e reivindicações dos povos indígenas foram determinantes para que o Governo criasse o Estatuto do Índio (BRASIL, 1973).

Esse Estatuto, apesar de trazer dispositivo para proteção à cultura, também tinha como meta a "*integração desses à comunhão nacional*". Desse modo, o Estatuto já nasce contrário ao reconhecimento à diversidade cultural dos povos indígenas. A partir dessa normativa, os povos indígenas e estudiosos tiveram parâmetros para traçar linhas gerais para capítulo específico à proteção dos direitos dos povos indígenas na Constituição de 1988. A promulgação da Constituição Federal de 1988, após intenso movimento dos povos indígenas, traz capítulo específico de direitos nos artigos 231 e 232. (BRASIL, 1988).

2 REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL: VIOLÊNCIAS CONTRA POVOS INDÍGENAS

Apesar do termo redemocratização, os povos indígenas têm enfrentado ataques por tentativas contínuas de normatização contrárias aos direitos constitucionais indígenas

O período do Governo de José Sarney (1985-1990) marcou a transição entre o fim da ditadura militar e a redemocratização do país. Por isso, foi marcado, ainda, por forte influência das políticas públicas anti-ambientais da ditadura militar. No entanto, os governos seguintes mostraram uma pauta desenvolvimentista que atingiram direitos dos povos indígenas. Segundo o Conselho Indigenista Missionário no Governo de Collor de Melo no período de 1990 a 1992:

> Na política indigenista, ele criou decretos estabelecendo competências aos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Educação e da Agricultura para que estes promovessem ações e serviços aos povos indígenas. Pressionado pela realização da ECO92 no Brasil, Collor determinou que a área Yanomami fosse demarcada. Outras terras também passaram por estudos antropológicos e posteriormente foram consideradas como sendo de ocupação tradicional indígena, de modo especial na Amazônia. Em pouco mais de dois anos de seu conturbado governo, interrompido por um processo de impeachment por corrupção, Collor homologou 108 terras indígenas (CIMI, 2010, *online*).

Vale ressaltar que Itamar Franco, então vice de Collor assume a Presidência pelo período de 1992 a 1994. Nesse período, foi realizada a Segunda Conferência Nacional de Saúde Indígena, na qual

ficou estabelecido diretrizes e parâmetros para uma nova política de saúde indígena. Também, nesse período foi homologado 20 territórios indígenas, (CIMI, 2010, *online).* Nas próximas eleições, assumiu a Presidência por dois mandatos Fernando Henrique Cardoso, período de 1994 a 2002. No Governo FHC foram expedidas normativas que mitigaram direitos dos povos indígenas:

> Na era FHC a questão indígena passou a ter maior visibilidade, não em função dos direitos conquistados ou pela necessidade de estruturar políticas adequadas para eles, e sim por conta dos interesses econômicos que incidiam sobre as terras indígenas. No governo de FHC foi revogado o Decreto 22/91 que regulamentava o procedimento de demarcação de terras, criado por Collor. Em seu lugar editou-se o Decreto 1775/96, que teve por objetivo possibilitar a ingerência direta dos opositores aos direitos indígenas nas fases iniciais dos procedimentos de demarcação, através do "direito ao contraditório". Com essa estratégia, dezenas de demarcações de terras acabaram questionadas, mesmo depois de terem sido concluídos os seus estudos de identificação, delimitação e comprovação da ocupação tradicional indígena. FHC introduziu, no âmbito das políticas públicas, a terceirização dos serviços, transformando a assistência de saúde e educação num espaço de loteamentos políticos a parlamentares, partidos, ONGs e prefeituras. Nos oito anos de governo, FHC homologou 147 terras indígenas (CIMI, 2010, *online).*

Depois, assumiu a Presidência, também, por dois mandatos, Luiz Inácio Lula da Silva, período de 2003 a 2010, com relação aos povos indígenas, segundo o CIMI (2010) o Governo Lula homologou 88 terras indígenas. Foi nesse período que ocorreu a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Mesmo assim, o Governo Lula não atendeu às expectativas dos povos indígenas quanto à demarcação dos territórios e proteções de direitos indígenas. Nesse interim, o Governo de Dilma Rousseff, período de 2011 a 2016, conforme o Instituto Socioambiental, também não atendeu às demandas dos Povos Indígenas:

> Os dados não deixam dúvidas: no governo de Dilma Rousseff, apenas 21 Tis foram homologadas, 25 Tis foram declaradas e 44 Tis foram identificadas e delimitadas – segundo dados monitorados pelo ISA. O processo de demarcação de Tis é complexo e demorado, envolvendo várias etapas e órgãos, desde a Fundação Nacional do Índio (Funai), até a Presidência de República, passando pelo Ministério da Justiça. (ISA, 2016, p. *online*).

Ademais, dados do Relatório CIMI (2011) sobre Violência contra os povos indígenas, apontam que o primeiro ano de governo da Presidente Dilma Rousseff foi marcado por omissões e morosidades na regularização de terras indígenas, indicando que " [...] *como nos anos anteriores, também neste primeiro ano de governo da presidente Dilma Rousseff todos os prazos de regularização de terras indígenas foram descumpridos pelos órgãos responsáveis*" (CIMI, 2011, p. 45).

Conforme o CIMI (2011), ano de 2011 foram homologadas apenas três terras indígenas, sendo duas no Estado do Amazonas (as Terras Indígenas de Barro Alto e Sapotal); e uma no Estado do Pará (a Terra Indígena de Sarauá). O Relatório de 2011 sobre Violência contra os povos indígenas também aponta que "[...] *a presidente Dilma, durante todo o ano de 2011, se negou a ouvir e dialogar com lideranças de comunidades e de organizações indígenas*" (CIMI, 2011, p. 10).

Em julho de 2012, segundo ano de governo da Presidente Dilma Rousseff, a Advocacia Geral da União – AGU publicou a Portaria nº 303/2012 (BRASIL, 2012), cujo objetivo era ampliar a interpretação das condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar o Caso Raposa Serra do Sol (Petição n. 3388). Na prática, tal Portaria determinou que mesmo os procedimentos de demarcação já finalizados, fossem revistos e adequados aos termos estabelecidos pela corte constitucional, bem como os procedimentos também em curso precisariam ser vistos, impondo limites aos direitos territoriais indígenas quanto ao usufruto exclusivo de suas terras.

Essa normativa, provocou intensas manifestações dos povos indígenas por todo o país. Desse modo, em setembro de 2012, a AGU publicou a Portaria n. 415/2012 (BRASIL, 2012) suspendendo os efeitos da Portaria nº 303/2012, que apenas entraria em vigor no dia seguinte à publicação do acórdão do julgamento, pelo STF, dos embargos de declaração interpostos. Neste mesmo ano, apenas foram homologadas sete terras indígenas pela Presidente da República, ressaltando que os investimentos orçamentários no processo de demarcação dessas terras foram praticamente nulos. Foi também no ano de 2012, que foi promulgada a Lei nº 12.651/2012 (BRASIL, 2012), conhecida, à época, como Novo Código Florestal com retrocesso à proteção ambiental.

Esses ataques contra direitos dos povos originários geraram ações de enfrentamentos nos tribunais pátrios e internacionais, em sua maioria, são demandas que envolvem as terras nos territórios indígenas, com resultados para desocupação da área pelos indígenas sem considerar o direito originário desses povos:

> [...] o Caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros contra a República Federativa do Brasil (doravante denominado "Estado" ou "Brasil"). De acordo com a Comissão, o caso se refere à suposta violação do direito à propriedade coletiva e à integridade pessoal do Povo Indígena Xucuru, em consequência: i) da alegada demora de mais de 16 anos, entre 1989 e 2005, no processo administrativo de reconhecimento, titulação, demarcação e delimitação de suas terras e territórios ancestrais; e ii) da suposta demora na desintrusão total dessas terras e territórios, para que o referido povo indígena pudesse exercer pacificamente esse direito. A Comissão salientou que o Brasil violou o direito à propriedade, bem como o direito à integridade pessoal, às garantias e à proteção judiciais previstos nos artigos 21, 5, 8 e 25 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento. (CORTE IDH, 2018, p.4).

Desse modo, a Corte reconheceu o direito dos povos indígenas sobre seus territórios e que a demora excessiva de resolução da lide trouxe prejuízos àquele povo. Para Eliane Moreira, a função socioambiental está relacionada com a proteção do território:

> [...] a função socioambiental propicia a proteção dos territórios tradicionais em, pelo menos duas dimensões, quais sejam: imposições de limites a direitos de propriedades particulares que os ameacem; e ao reconhecimento do direito à garantia da propriedade comunal" (MOREIRA, 2017, p. 232).

Portanto, mesmo no período denominado de redemocratização foram publicadas normativas contrárias aos direitos humanos das pessoas indígenas, com violações aos direitos à demarcação e proteção dos territórios indígenas, além de mitigação de direitos ambientais.

3 RESTRIÇÃO DEMOCRÁTICA: ANTIPOLÍTICA INDÍGENA

No entanto, no Governo de Michel Temer no período de 12 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2018 se fortaleceu a política anti-indígena. Para Brasil de Fato (2018), Temer nomeou ruralista para presidir o órgão de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas tendo, naquele período, homologado apenas um território indígena, sob judicialização. Desse modo, no Governo Temer iniciou a desestruturação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Sendo que, com o advento do Governo Bolsonaro, período de 2019 a 2022 acirrou no país uma antipolítica indígena a normatizar práticas por ação ou omissão de exploração ilegal nos territórios indígenas por mineradores, garimpeiros, madeireiros, pesca clandestina, e, desestabilização da FUNAI e de órgãos de proteção ao meio ambiente, dentre esses o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBIO).

Segundo o INA e INESC (2022), o Governo Bolsonaro intensificou as perseguições e criminalização de lideranças indígenas, ativistas e servidores públicos preocupados com as violências cometidas por aquele governo.

Ademais, o Parlamento estava favorável à antipolítica indígena. Isso ficou evidenciado ao ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa, PL 191/20202020, (BRASIL, 2020), proposta pelo Governo Bolsonaro a fim de legalizar a exploração em territórios indígenas de minerais, hidrocarbonetos, hidrelétricas.

Desse modo, o Projeto de Lei n. 191/2020 contraria a Convenção 169 da OIT (BRASIL, 2004). Uma vez que os povos indígenas não foram consultados sobre a elaboração do referido projeto, a alteração proposta traz retrocessos a garantias fundamentais à proteção do direito existencial dos

povos indígenas, o teor do projeto de lei n. 191/2020, por si, anula as garantias do artigo 231 da Constituição de 1988.

No Governo Bolsonaro, ocorreu a intensificação dos conflitos territoriais entre povos indígenas e invasores dos territórios indígenas. Os povos originários resistiram sob o jugo forte do opressor. Esse opressor, também, era o próprio Estado Brasileiro com sua política integracionista e de usurpação dos territórios indígenas, criando artifícios para transformar as terras de uso tradicional com toda a riqueza socioambiental em **terra-mercadoria,** mesmo que essas terras já estivessem demarcadas como terras indígenas ou a demarcar. Desta forma, pouco importava nesse "moinho de gastar gentes" (RIBEIRO, 2022, p. 81).

Assim, o Poder Executivo Federal avançou com rigor na usurpação dos territórios dos povos originários, utilizando-se do próprio Direito, por exemplo, a Instrução Normativa/FUNAI n. 9/2020. Tal instrução permitiu a certificação de fazendas em terras indígenas não homologadas, acabando por vulnerabilizar áreas que já tinham ocupação tradicionalmente indígena reconhecida pelo Estado brasileiro, acirrando o conflito por terras, afrontando frontalmente o art. 231 da Constituição, trazendo danos irreversíveis à biodiversidade, dentre outros prejuízos.

Diante disso, o Ministério Público Federal da Primeira Região (2021) impetrou com Ação Civil Pública contra FUNAI e INCRA[7], com sentença prolatada em 25/08/2021. Nesse ínterim da publicação da IN n. 09 e a promulgação da sentença, segundo informações do Ministério Público Federal (MPF) nos autos processuais, ocorreram várias liberações pela FUNAI e INCRA para regularizar terras de particulares dentro dos territórios indígenas, respaldadas na IN n. 09/2020.

Algumas vezes o Poder Judiciário buscou frear, dentro do devido processo legal, os ataques aos direitos dos povos indígenas. Exemplo, a decisão *in liminar, Tutela de Urgência, da 1ª Vara Federal do TJ Pará, nos autos processuais n.* 1014155-62.2020.4.01.3900. Sendo que os efeitos da IN n. 09 da FUNAI foram suspensos, por ordem judicial, aos 12/08/2022, determinado à FUNAI procedimentos para manter ou incluir no SIGEF e SICAR, também que a FUNAI teria que considerar as terras indígenas não homologadas, como terras indígenas ao emitir declaração de reconhecimento de limites (BRASIL, 2022).

Sendo assim, o Poder Executivo Federal com o ato institucional IN n. 9 criou modalidade de proteção diferenciada de terras indígenas. A medida afronta o texto constitucional, gerando insegurança jurídica tanto para os povos indígenas, quanto a terceiros de boa-fé que possam ser induzidos a erro pelo Estado, e, vir a posterior constatar que as terras adquiridas não lhes pertencem,

[7] Processo n. 1007376-21.2020.4.01.3600. 3ª Vara Cível de SJMT, de 14/05/2020. Assuntos: Direitos Indígenas, Bens Públicos, Terras Indígenas, Política fundiária e da reforma agrária, Nulidade de ato administrativo. Sentença n. 1016-A/2021, TIPO A, 25/08/2021.

uma vez que estão sobrepostas a territórios indígenas, prevalecendo o direito originário. Ao contestar o INCRA trouxe uma alegação esdrúxula em defesa do invasor e contrário aos povos indígenas. Nesse contexto, a FUNAI tentou entabular argumentos anti-indigenas contrários aos direitos cravados na Carta Constitucional no artigo 231.

3.1 Outras Normatizações pelo Poder Executivo (2019-2022) que atentam contra Direitos dos Povos Indígenas

Segundo o Dossiê Internacional de Denúncias dos Povos Indígenas do Brasil da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2021), as normativas a seguir têm teor de violência e ameaça aos direitos dos povos indígenas no Brasil, segundo a APIB (2021): "[...] o PL n. 490 de 2007, transfere do Poder Executivo ao Legislativo a competência para demarcar terras indígenas. Encontrou-se aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça".

Esse PL n. 490/2007 "[...] propõe a transferência para o Congresso Nacional da competência de demarcar terras indígenas, entre outras medidas que violam os direitos de usufruto exclusivo das terras indígenas" (APIB, 2021, 24).

Em conformidade com a APIB (2021), o PL n. 2633/2020 propicia anistiar grileiros e outros criminosos que depredam o meio ambiente, com destaque na Amazônia. Isso tem ocorrido por meio de desmatamentos e queimadas, principalmente. Nesse contexto, a APIB (2021) vê como uma ameaça às garantias internacionais contidas na Convenção n. 169 da OIT, o PL n. 177/2021, uma vez que dá poderes ao Presidente da República para denunciar a referida Convenção.

3.2. Mortes por assassinatos dolosos de pessoa indígena no Brasil com dados do CIMI

Segundo o CIMI (2008), as coletas de dados foram realizadas por meio de informações divulgadas nas mídias, e que tem encontrado dificuldade em obter dados oficiais que representam a realidade:

> Em 2022, dados obtidos junto à Sesai, ao Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) e às secretarias de Saúde de Roraima, Bahia e Mato Grosso do Sul registraram 180 assassinatos de indígenas no Brasil. Os estados que registraram o maior número de indígenas assassinados foram Roraima (41), Mato Grosso do Sul (38) e Amazonas (30). Os crimes foram registrados em 25 estados do país e vitimaram 137 homens, 41 mulheres e duas pessoas de sexo ignorado. A maioria das vítimas, 119, tinham entre 20 e 59 anos de idade, e 48, mais de um quarto do total, tinham até 19 anos. (CIMI, 2023, p. 168).

Desse modo, poderá haver divergências de dados, no entanto os dados obtidos pelo CIMI demonstram assassinatos de indígenas, em explícita violação ao mais caro dos direitos da pessoa humana: a vida.

Tabela 1 – Assassinatos de Pessoas Indígenas na Região Norte do Brasil

Ano	Assassinato de indígenas no Brasil (doloso)	Dados da de assassinatos de indígenas na Região Norte do Brasil.
CIMI (2003)	42	Total: 7 –AM 1; PARA 4; RO 2.
CIMI (2004)	37	Total: 7 –AM 1; PA 3; RO 1; RR 2
CIMI (2005)	43	Total: 4 – AC 1; AM 1; RO 1; RR 1
CIMI (2006)	57	Total: 10 – AC 1; AM 3; RO 3; PA 2; RR 1
CIMI (2007)	92	Total: 6 – AM 2; RO 2; RR 2
CIMI (2008)	60	Total: 3 – AM 1; PA 1; RR 1
CIMI (2009)	60	Total: 3 – AC 2; RO 1
CIMI (2010)	60	Total: 10 – AC 2; PA 1; RR 7
CIMI (2011)	51	Total: 2 – AC 1; PA 1
CIMI (2012)	60	Total: 5 – PA 2; RR 2; RO 1
CIMI (2013)	53	Total: 6 – AM 1; PA 2; RR 3
CIMI (2014)	70	Total: 13 – AM 10; PA 3
CIMI (2015)	54	Total: 9 – AC 1; AM 5; PA 2; RO 1
CIMI (2016	56	Total: 6 – AC 1; AM 2; PA 2; RO 1
CIMI (2017)	68	Total: 21 – AC 3; AM 12; PR 1; RO 1; RR 4
CIMI (2018)	50	Total: 15 – AC 3; AM 4; RR 5; PA 3
CIMI (2019)	72	Total: 27 – AC 5; AM 11; RO 3; RR 8
CIMI (2020)	45	Total: 10 –AC 4; AM 3; PA 2; RO 1
CIMI (2021)	77	Total: 28 – AC 6; AM 6; PA 2; RO 7; RR 7
CIMI (2022)	180	Total: 84 – AC 4; AM 30; PA 9; RR 41.

A partir dos dados coletados nos Relatórios do CIMI sobre violência contra povos indígenas (assassinatos dolosos) ficou perceptível nos últimos vinte anos, violência contínua contra a vida de pessoas indígenas.

No entanto, ao analisar assassinatos na região Norte do país, Amazônia, os anos de 2017 a 2021 (185 assassinatos) e confrontá-los com o período de 2012 a 2016 que ocorreram (39 assassinatos).

Percebe-se considerável aumento de assassinatos de indígenas na Região Norte (69 assassinatos) a mais. Isso ocorreu juntamente com a intensificação do desmatamento na Região Norte do país. Partindo da totalidade coletado pelo CIMI 2012 a 2017, um total de 361 assassinatos, e, ao considerar o período de 2018 a 2022, houve um total de 424 assassinatos. Quase meio milhão de pessoas indígenas foram assassinadas nesse período de 2018 a 2022, ou seja, englobando os Governos Temer e Bolsonaro.

CONCLUSÕES

Tendo como base o problema de pesquisa acima aludido, é possível concluir que no decorrer dos últimos 60 anos o Governo Federal não teve como pauta prioritária a proteção, demarcação e defesa dos povos indígenas e seus territórios no Brasil, conforme ficou acima evidenciado.

No período da ditadura militar, a criação normativa da FUNAI nasceu alinhada com um prisma de desenvolvimento econômico em terras indígenas, não findando as violências contra povos indígenas, que foram registradas no Relatório Figueiredo e reconhecidas pela Comissão Nacional da Verdade criada em 2011.

A CNV constatou tanto ação direta do Estado contra indígenas em termos de mortes, bem como em face de funcionários dos órgãos de proteção e estudos sobre povos indígenas, principalmente após o AI n. 5 de 1968.

Deste modo, ficou claro que a ação da FUNAI era ambígua, contribuindo para a perpetuação da cultura de extermínio contra os povos originários, bem como de apropriação de seus territórios.

As práticas de violências não passaram desapercebidas, conseguindo visibilidade nacional e internacional, sendo essenciais para a criação do Estatuto do Índio em 1973.

Todavia, tal Estatuto tinha um conteúdo integracionista das comunidades indígenas à "comunhão nacional", já sendo oposto à proteção da diversidade cultural dos povos originários. Aqui houve ensejo, tanto por parte dos próprios indígenas quanto de estudiosos, da criação de um normas específicas para a proteção dos direitos dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988, sendo eles os artigos. 231 e 232.

Quanto ao período da Redemocratização, iniciado no Governo Sarney, percebeu-se que ele foi fortemente influenciado por políticas anti-ambientais da ditadura militar. Os governos seguintes seguiram em uma pauta desenvolvimentista, com destaque ao Governo Fernando Henrique Cardoso, com estratégias que priorizavam o interesse econômico sobre terras indígenas, como o Decreto n. 1.775/96, que facilitou com que diversos processos demarcatórios fossem questionados, mesmo com estudos finalizados.

Nenhum dos governos seguintes (Lula e Dilma Rousseff) atenderam as expectativas dos povos indígenas quanto à proteção dos direitos dos povos indígenas, principalmente com a demora e complexidade dos processos demarcatórios e com pouquíssimos territórios demarcados no final das contas. Destaca-se aqui a Portaria n. 302/2012 da AGU, que acabou por, mais uma vez, permitir que procedimentos de demarcação fossem revistos, impondo limites aos direitos dos povos indígenas quanto ao usufruto exclusivo de suas terras. Ademais, os investimentos nos processos demarcatórios foram pífios à época.

Em 2012, foi promulgada o Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), com forte influência do agronegócio, sobrepujando diversos aspectos da proteção ambiental de florestas e, consequentemente, de quem vive nelas, como é o caso dos povos indígenas.

Por fim, no período de "Restrição Democrática", houve forte alinhamento com uma antipolítica indígena. O governo de Michel Temer seguiu na linha de fortalecimento da política anti-indígena, nomeando ruralistas para compor pastas de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, iniciando, inclusive, a desestruturação da FUNAI.

Tal política seguiu-se no governo Bolsonaro e foi ampliada, facilitando, por meio da normatização as práticas de ação e omissão de exploração ilegal nos territórios indígenas, inclusive desestabilizando órgãos como o IBAMA e o ICMBIO, bem como intensificando as perseguições e criminalizações contra indígenas, ativistas e servidores públicas alinhados à proteção dos direitos indígenas. Ressalta-se que tudo aqui tinha chancela das casas parlamentares.

Destaca-se aqui como normativo o Projeto de Lei n. 191/2020, que buscava legalizar a exploração mineral, de hidrocarbonetos e hidrelétricas em terras indígenas. Ademais, a Instrução Normativa n. 09/2020, que tinha como objetivo regularizar terras particulares dentro dos territórios indígenas, aumentando os conflitos por terras e trazendo graves prejuízos socioambientais.

Além disso, houve também o Projeto de Lei n. 490/2007, que procurava transferir a competência do Poder Executivo ao Poder Legislativo para a demarcação de terras indígenas. Fora o temerário Projeto de Lei n. 2.633/2020 que buscava anistiar grileiros e outros criminosos ambientais. Tais normativas acirraram conflitos, percebendo-se, inclusive, um aumento considerável das mortes entre 2018 a 2022, ou seja, entre os governos Temer e Bolsonaro.

Portanto, o Estado brasileiro , desde o Regime Ditatorial, influenciou por ação ou omissão, seja normativa, direta ou indiretamente, para o avanço de conflitos socioambientais com resultados de violência contra povos indígenas resultando em mortes, invasões de territórios originários e destruição ambiental na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

APIB. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2021/08/DOSSIE_pt_v3web.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021, Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 2021

BERNARDO, Leandro Ferreira. *Povos indígenas e direitos territoriais.* Belo Horizonte, MG: editora Del Rey, 2021.

BRASIL. LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 – ESTATUTO DO ÍNDIO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso 17 fev. 2023.

_____. Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União. Disponível em: Diário Oficial Eletrônico do dia 17/07/2012 – Seção 1, pág. 1-2.

_____. Portaria AGU Nº 415, de 17 de setembro de 2012. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:advocacia.geral.uniao:portaria:2012-09-17;415. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. CONVENÇÃO 169 OIT. Decreto n. 1088/2019, Anexo LXXII - Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5 . Acesso em 17 fev. 2023.

_____. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. – Código Florestal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. PL 191/2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765 . Acesso aos 17 fev. 2023.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso aos 17 fev. 2023.

_____. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 16 DE ABRIL DE 2020. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Publicado em: 22/04/2020 | Edição: 76 | Seção: 1 | Página: 32. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/dpt/pdf/instrucao-normativa-09.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. MPF. TRF1. Liminar suspende efeitos de instrução normativa da Funai que deixa sem proteção as terras indígenas ainda não homologadas. Disponível em: https://portal.trf1.jus.br/sjpa/comunicacao-social/imprensa/noticias/liminar-suspende-efeitos-de-instrucao-normativa-da-funai-que-deixa-sem-protecao-as-terras-indigenas-ainda-nao-homologadas.htm. Acesso aos 17 fev. 2023.

_____. MINISTÉRIO DO INTERIOR. Relatório Figueiredo apura irregularidades do Serviço de Proteção ao Índio, Portaria 237/1967. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf . Acesso em 17 fev. 2023.

CIMI. A Violência contra os povos indígenas no Brasil – 2003-2005 PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS: Regionais do Cimi, Setor de Documentação do Cimi, Assessoria Jurídica do Cimi, 2005. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/02/relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2003-2005-cimi-completo . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2006-2007. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2006-2007-Cimi.pdf. Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2008. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2008-Cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2009. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2009-Cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2010. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2010-Cimi.pdf. Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Conjuntura da Política Indigenista: O Presidente Lula e os “entraves” de seus dois mandatos! Disponível em: https://cimi.org.br/2010/12/31398/ . Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2011. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2011-Cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2012. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2012-Cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2013. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2013-Cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2014. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2015. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2015-Cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2016. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf. Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2017. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2018. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2019.
Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2020. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2021. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf . Acesso aos 11 fev. 2023.

_____. Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2022. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf. Acesso aos 09 set. 2023.

_____. CONGRESSO ANTI-INDÍGENA: 33 PROPOSTAS, REUNINDO MAIS DE 100 PROJETOS , AMEAÇAM DIREITOS INDÍGENAS. Disponível em: https://cimi.org.br/2017/10/congresso-anti-indigena-33-propostas-reunindo-mais-de-100-projetos-ameacam-direitos-indigenas/. Acesso aos 17 fev. 2023.

CORTEIDH (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS). CASO DO POVO INDÍGENA XUCURU E SEUS MEMBROS VS. BRASIL SENTENÇA DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_346_por.pdf . Acesso em: 17 fev. 2023.

FERNANDES, Pádua. Povos indígenas, segurança nacional e a Assembleia Nacional Constituinte. Revista Insurgência: as Forças Armadas e o capítulo dos índios da Constituição brasileira de 1988, Brasília, v. 1, n. 2, p. 142-175, 2015.

INDIGENISTAS ASSOCIADOS (INA) E Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). FUNDAÇÃO ANTI-INDIGENA: UM RELATO DA FUNAI SOB O GOVERNO BOLSONARO. Disponível em: https://indigenistasassociadosorg.files.wordpress.com/2022/08/fundacao-anti-indigena_inesc_ina.pdf. Acesso em 17 fev. 2023.

BRASIL. Amazônia Legal. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e. Acesso aos 14 abr. 2021.

ISA. O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas para conservação? Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-para-garantir-o-direito-a-terra-e-areas-para-conservacao . Acesso em: 17 fev. 2023.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A pesquisa nas ciências sociais e no direito. Belém (PA): Cultural Brasil:UFPA/NAEA, 2018, p. 24,25.

MPF. Relatório Figueiredo. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo. Acesso em: 14 abr. 2021.

MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Justiça Socioambiental e Direitos Humanos: Uma análise a partir dos direitos Territoriais de povos e comunidades tradicionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

_____. CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO: UMA ÁRVORE POUCO ACOLHEDORA. In: Moreira, Eliane Cristina Pinto; Guimarães, Virgínia Totti; Martins, Evilhane Jum (org.). Sombra para Poucos: O Código Florestal Brasileiro e a invisibilização das diversidades de uso e ocupação da terra. Belém, PA: AmoLer Editora, 2022, p. 21-30.

MOREIRA, Eliane e BRAGANÇA, Ana Carolina Haliuc. Crise humanitária yanomami: há competência do Tribunal Penal Internacional? . Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/crise-humanitaria-yanomami-ha-competencia-do-tribunal-penal-internacional-29012023 . Acesso em: 29 jan. 2023.

KAGEYAMA, Paulo Y.; SANTOS, João Dagoberto dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. Revista Faac, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2022.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SURUÍ, Ãaami Anine, SURUÍ, Itabira Ãapoi; SURUÍ, Ãathag (et al); PAPPIANI, Angela; LACERDA, Inimã (orgs.). Histórias do começo e do fim do mundo: o contato do povo Paiter Suruí. São Paulo: Ikorẽ, 2016.

GT 04 - Movimentos sociais e étnico-territoriais e levantes na américa latina

REDES DE SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: A REDE DE MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS DO LITORAL DO PARÁ

Carla Cilene Siqueira Moreira[1](UFPA),

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo caracterizar o contexto de surgimento e mobilização sociopolítica das mulheres extrativistas costeiras marinhas e que levaram à criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará em diálogo com a teoria ecofeminista de sobrevivência e o feminismo ecoterritorial (Svampa, 2021). Este trabalho traz um breve histórico da luta das mulheres rurais e extrativistas costeiras marinhas na proteção dos manguezais na Amazônia. Destacando-se os processos ocorridos nas reservas extrativista marinhas do Pará, a atuação das mulheres e os discursos envolvidos nas reivindicações por justiça socioambiental. Trata-se de parte dos resultados de pesquisa de tese de doutorado em andamento, a metodologia utilizada é qualitativa de caráter bibliográfico e realização de entrevistas. As mulheres, apesar de pouco presentes na literatura sobre a Amazônia e os processos de criação das reservas extrativistas marinhas, participaram ativamente dos processos de lutas socioambientais. Busca-se evidenciar as lutas, estratégias e resistências que estão sendo construídas nos territórios e maretórios pelos atores e atrizes sociais frente aos diversos sistemas de opressão, como o patriarcado, o capitalismo, o colonialismo e o neoextrativismo.

Palavras-chaves: justiça socioambiental. Rede de mulheres. Resex Mar.Solidariedade. Ecofeminismo.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentarei uma análise da construção da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará e as implicações que possuem sobre as extrativistas costeiras marinhas, destacando o contexto de surgimento e mobilização sociopolítica que levaram a criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará em diálogo com a teoria ecofeminista de sobrevivência e o feminismo ecoterritorial (Svampa, 2021). Assim identificarei os sentidos das lutas por direitos sociais dessas mulheres que ao reivindicarem uma vida digna nos maretórios em que vivem traçam uma jornada pautada na justiça socioambiental e na busca pela valorização de uma identidade intrinsecamente relacionada com o meio ambiente em que vivem, os manguezais.

Esta pesquisa se volta, sobretudo, às integrantes que compõem a Rede e que moram ou atuam em áreas protegidas do tipo Reservas Extrativistas Marinhas, as Resex-Mar. Cabe destacar que o maretório mencionado nesta pesquisa segue como um conceito em construção. O fato é que surgiu

[1] PPGSA, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFPA, Brasil. Email:carlasiqueiramoreira@gmail.com.

como demanda social das populações costeiras marinhas do nordeste paraense. Os estudos realizados anteriormente por (Sousa, 2022; Sousa & Araos, 2023; Sousa et al., 2023) identificam três dimensões ao conceito de maretório. Primeiro, o "maretório" pode ser entendido enquanto um espaço relacional, constituído a partir das práticas e conhecimentos tradicionais de uso e apropriação de ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos. A segunda dimensão destaca as mobilizações sociais demandando a criação de áreas protegidas, como as Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (RESEXs MAR), caracterizando uma forma de reivindicar os "maretórios" diante dos conflitos socioambientais resultantes de projetos e políticas que causam a degradação e a expropriação de bens comuns costeiros e marinhos. Por fim, na última dimensão o "maretório" adquire um sentido identitário para os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos, representando um horizonte que orienta as lutas socioambientais no contexto do litoral da Amazônia paraense.

Outro fato que chama atenção é a participação das mulheres na construção e reivindicação do termo maretório, como um marcador de suas especificidades, tendo em vista que a dinâmica com o ambiente em que vivem depende do tempo da maré.

As mulheres são maioria em vários movimentos sociais, nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais (Gohn, 2007). A participação nesses espaços, no entanto, não se deu de maneira espontânea e simples, mas apesar dessa atuação, não costumam ter sua participação visibilizada. Em muitos casos, para participar precisam ter o reconhecimento do seu trabalho como atividade econômica e, assim, garantir os seus direitos. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais, por exemplo, surgiu neste contexto de reconhecimento e garantia de direitos. Sendo assim os caminhos percorridos pelas mulheres rurais para que tenham a garantia de direitos fundamentais está totalmente relacionado ao seu cotidiano, assim como na relação com a natureza, porém, isto nem sempre é percebido pelas políticas públicas implementadas.

Dessa forma, as estratégias e mecanismos de luta e participação acessados são diversos porque sobre elas incidem diversas formas de exclusão, próprias dos sistemas de opressão, como o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo, frontalmente combatidos pelos feminismos em geral. Nessa direção, assim como Miranda e Barroso (2023) considero que a mobilização das mulheres na Amazônia, no geral, e assim como a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará não reivindicam ou possuem uma identidade feminista direta, no entanto, compreende-se como uma luta feminista, tendo em vista que se constitui a partir da articulação de mulheres que questiona a

ordem e provoca deslocamentos nos padrões/"lugares" socialmente determinados às mulheres. Dentre as estratégias de resistência e reexistência elaboradas por elas, identifico a construção de espaços de diálogo e participação sociopolítica em que suas vozes são escutadas e valorizadas, como as rodas de conversa, reuniões e encontros que resultaram na criação da Rede, em 2021. Assim as mulheres, estão construindo novas definições de feminismos que valorizam a ação coletiva e a solidariedade social como ferramentas para a transformação social (Federici e Valio, 2020).

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará foi criada no evento intitulado "Workshop: Mulheres e o Novembro" ou I Roda de Conversas das Mulheres das Marés e das Águas, que ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2021 no Salão Paroquial Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no município de Bragança, PA. A organização do evento, assim como da maioria das atividades da Rede, foi pensado e construído coletivamente pelas mulheres, que são moradoras de Reservas Extrativistas Marinhas e seu entorno, também fazem parte da Rede mulheres quilombolas, e de outros municípios das zonas costeiras do Brasil. A motivação inicial para a mobilização foi uma ação de sobrevivência, pois devido aos problemas e dificuldades enfrentados por conta da pandemia de Covid-19, como as dificuldades econômicas e o sofrimento psíquico diante do luto de tantas perdas, agrava-se e somam a esses problemas os casos de violência doméstica e familiar vividas por várias integrantes da Rede. Esses sofrimentos incentivaram a criação de grupos de ajuda coletiva para a conversação e fortalecimento dessas mulheres, denominadas "Vigílias Espirais da Vida das Mulheres das Marés e das Águas", com início em junho de 2021.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará atua para a transformação social através do diálogo e da participação em diferentes espaços sociopolíticos. Acreditam que por meio da união e do diálogo nas comunidades terão o reconhecimento para assumir posições de lideranças em busca de melhorias nos maretórios/territórios.

1. Um histórico de luta e a criação das Reservas extrativistas marinhas

Apesar das dificuldades de participação das populações tradicionais, essas possuem um histórico de luta de garantia dos seus direitos e acesso aos seus territórios. O contexto de criação das Reservas Extrativistas (Resex), mostra que antes de fazerem parte da política ambiental do país, foi uma política pública construída socialmente, através da mobilização de um movimento social composto por uma população pobre rural – os seringueiros – que se articulou junto ao movimento ambientalista sob a liderança de Chico Mendes, para a defesa de seus territórios tradicionalmente ocupados.

O movimento também conseguiu construir uma rede de aliados locais, como a igreja católica e outros movimentos sociais, e extra locais no Brasil, como a Confederação Nacional dos

Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), além da articulação internacional (ALMEIDA, 2004).

Esse caso ilustra como populações tradicionais podem, através de articulações em redes locais, nacionais e até internacionais, garantir apoio às suas demandas e construir um poder de agência capaz de interferir na construção e controle de uma política pública.

Segundo Vianna (2008), a origem da incorporação, no Brasil, da discussão sobre a importância do papel de algumas populações na conservação da natureza, partindo da perspectiva de aliar a conservação da biodiversidade à diversidade cultural, deve ser entendida sob duas perspectivas históricas. A primeira incorpora as populações ao discurso conservacionista e a segunda incorpora o discurso conservacionista ao movimento social, fortalecendo as lutas para garantir seu território e acesso aos recursos naturais. Um dos frutos dessas lutas é a Resex.

Se hoje existe um modelo de gestão mais participativo para as unidades de uso sustentável, isso se deve à conquista de espaços pelas populações tradicionais durante o processo de discussão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído no ano 2000. Essa conquista foi fruto do fortalecimento da mobilização social das próprias populações.

Isso demonstra que, antes da questão ambiental assumir a importância que tem hoje, grupos de populações tradicionais, como os seringueiros, já resistiam ao processo de apropriação privada dos recursos naturais, demonstrando ser possível a utilização de modos alternativos desses recursos.

O movimento se fortaleceu nos anos 2000 e incorporou definitivamente as populações tradicionais na discussão ambiental, valorizando, principalmente, seus conhecimentos sobre o ambiente natural e seu manejo dos recursos naturais sustentáveis (VIANNA, 2008, p. 225).

Foi, também, a partir desse período que as populações tradicionais foram adquirindo visibilidade crescente, atestada tanto por sua citação em vários documentos oficiais quanto por políticas e legislações específicas que as contemplam. Entre estas, destaca-se o SNUC, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo Decreto 5.758 (BRASIL, 2006), e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), pelo Decreto 6.040 (BRASIL, 2007).

No estado do Pará as primeiras mobilizações são registradas no final dos anos 1990, no município de Soure, localizada do Arquipélago do Marajó, onde foi implementada a primeira Resex marinha do Estado, em 2001.

Os conflitos socioambientais que motivaram as principais reivindicações para a criação de áreas protegidas no nordeste paraense, estavam relacionados à pesca predatória, sobretudo do

caranguejo-uçá, a pesca industrial e a implementação de projetos de infraestrutura, como estradas (SOUSA, 2019), (FIGUEIREDO et al, 2009).

Ao remontar o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu em Bragança – PA, Sousa (2019) apresenta as especificidades de um socioambientalismo da Amazônia, e destaca a presença das mulheres no processo de mobilização com a criação de Clubes de Mães.

As mulheres, conforme destacado anteriormente, marcam a presença nos movimentos sociais reivindicando tanto a garantia de serviços públicos eficientes, como o saneamento básico, educação e saúde, como em questões específicas à condição da mulher, como a exigência de políticas de combate à violência, violência contra a mulher, o uso de contraceptivos, direito a creches, e no rural, por exemplo, a luta pela aposentadoria das trabalhadoras rurais, entre outras pautas. A aproximação ao movimento feminista ocorre ao levantarem os temas ligados especialmente a problemática da mulher. Isso contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas pelo regime democrático.

As mulheres apesar de pouco presentes na literatura sobre a Amazônia participaram ativamente dos processos de lutas, pelo território como um todo ou por demandas específicas de gênero, e estão na ponta do território, ou seja, sentem diretamente e de maneira mais incisiva as consequências e riscos de ações contraditórias do Estado que facilita um projeto de desenvolvimento econômico em oposição a políticas socioambientais com vistas a sustentabilidade, mesmo nos anos progressistas, apostando no neoextrativismo (SVAMPA, 2019), o cenário composto pela pandemia de Covid-19 e o governo anterior agravou essa situação e expos novas fragilidades e ameaças aos direitos das populações e povos tradicionais. Diante do exposto, vimos a crescente demanda por justiça socioambiental ecoar dos manguezais.

As reivindicações das mulheres do campo, das florestas, das marés e das águas trazem diversas premissas alinhadas ao movimento feminista em seus documentos bases, que vão da luta por participação política, autonomia sobre o corpo, o fim da violência, agroecologia, conservação, soberania alimentar, políticas públicas, direitos sociais até uma educação não sexista. Destaco neste ponto, no entanto, o documento produzido pelas mulheres das marés e das águas dos manguezais amazônicos contra resolução nº 500 de 2020 que revoga três resoluções do conselho nacional do meio ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002.

> É nos manguezais amazônicos, lugar de VIDA, que produzem, se reproduzem socialmente, as mulheres das marés e das águas dos manguezais amazônicos, responsáveis na maioria das famílias pela segurança alimentar de suas famílias e de grande parcela da sociedade da costa amazônica, que se alimenta de mariscos, peixes, crustáceos e outros.

> São essas vidas que estão ameaçadas pelo Resolução no 500 de 2020 que revoga Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002, que determina quais são as Áreas de Preservação Permanente (APP) nas faixas litorâneas, protegendo toda a extensão dos manguezais e delimitando como Áreas de Preservação Permanentes (APPs) as faixas de restinga "recobertas por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues" (Carta da Mulheres das marés e das águas contra resolução nº 500 de 2020 que revoga três resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002. E viva a vida que pulsa nos manguezais amazônicos" , 2020).

O trecho evidencia a importância das mulheres na questão ambiental devido a sua relação com o manejo dos bens comuns essenciais para o local e grupo doméstico do qual fazem parte. Esses recursos naturais entendidos também como bens comuns são de uma grande diversidade e podem agrupar além dos animais, plantas medicinais, plantas utilizadas na alimentação e o conhecimento envolvido na forma como são controladas e utilizadas pelas mulheres.

As reivindicações do movimento de mulheres sintetizam, portanto, as indicações de caminhos alternativos, como o apresentado no documento Carta das Mulheres das Marés e das Águas dos manguezais amazônicos e o documento de reivindicação da Marcha das Margaridas apresentado anteriormente. Além de apontar para a reafirmação do histórico de luta das mulheres em defesa dos ecossistemas marinho e costeiro, bem como de todas as comunidades que deles dependem. Mais de 80% do manguezal do Brasil está na região amazônica, entre Maranhão, Pará e Amapá. Constituindo a maior extensão contínua de manguezais do planeta.

1.2 Caracterização das Resex Mar

De acordo com um recente levantamento realizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura por meio dos dados do Painel de Consultas do SISRGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira), o Brasil conta neste momento com 1.035.478 pescadores profissionais ativos, todos devidamente licenciados. Desse total, 507.896 são mulheres, ou seja, 49% de participação feminina no ofício.

O estado do Maranhão tem o maior número de pescadores registrados, contando com uma comunidade de 150.691 mulheres e 116.935 homens dedicados à pesca (267.626 ao todo). Está entre um dos cincos estados em que há mais mulheres do que homens exercendo o ofício da pesca. Os outros são Pernambuco (55% de mulheres), Sergipe (62%), Bahia (58%) e Alagoas (58%). Em relação ao total da comunidade pesqueira, o Pará está em segundo lugar, com 100.705 mulheres e 107.706 homens (208.411) envolvidos nessa atividade. Do total de registros de pescadores do Pará, 205.518 são pescadores artesanais. No município de Bragança-PA, onde está situada a Resex Mar Caeté-Taperaçu, há 691 pescadores artesanais registrados, sendo 382 homens (55,28%) e 309 mulheres (44,72%).

O estado do Pará, um dos sete estados que compõem a região Amazônica brasileira, desempenha um papel significativo no contexto das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (RESEXs MAR) ao longo da costa do Brasil. Atualmente, há 14 RESEXs MAR declaradas, as duas mais recentes foram decretadas este ano, Filhos do Mangue e Viriandeua, após longo processo de mobilização das populações, completando o mosaico de Unidades de Conservação da Amazônia atlântica, cobrindo uma área de mais de 300 mil hectares da costa paraense (ICMBio, 2023).

No entanto, há poucas informações oficiais que detalham a situação da população costeiro marinha, apesar dos esforços recentes como os dados apresentados acima, ainda são poucos e dispersos, sobretudo com relação às áreas protegidas, mesmo que elas apresentem relevante interesse socioambiental e no caso da Amazônia apresentem os manguezais mais preservados e em maior extensão. A caracterização socioeconômica dessa população é realizada através de pesquisas empíricas desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras ligados às universidades e organizações do terceiro setor, por exemplo.

As 14 RESEXs MAR decretadas abrigam e protegem uma diversidade de ecossistemas costeiros e marinhos, de relevância socioambiental, incluindo áreas marinhas abertas, manguezais, dunas, praias estuarinas, redes de canais, furos, restingas, igarapés, várzeas, campos alagados, apicuns e também áreas de terra firme. E as populações que ocupam os territórios de unidades de conservação, tem a pesca do caranguejo-uçá e de várias espécies de peixes, como a principal atividade econômica, no entanto, com frequência também se identificam como lavradores, tendo em vista que a maioria possui uma pequena roça de subsistência onde trabalham principalmente na entre safra da pesca e dos períodos de defeso, também criam animais de pequeno porte e plantam árvores frutíferas nativas da região amazônica, além de atividades relacionadas ao artesanato e pequenos negócios

As populações costeiro marinhas do litoral do Pará possuem um histórico de atuação na reivindicação pelo direito de permanecer e viver nestas áreas, seja nos processos de criação das unidades, na implementação de políticas públicas ou no desenvolvimento de suas atividades de trabalho na pesca extrativista. Vários são os conflitos socioambientais estudados e documentados envolvendo a disputa por projetos díspares quanto a utilização dos bens comuns/recursos naturais, portanto, diferentes conceitos sobre natureza (Alegretti, 2006), (Gudynas, 2019).

De acordo com levantamento bibliográfico feito por Sousa e Ribeiro (2022), nos trabalhos identificados sobre as Resex Mar e suas dinâmicas de criação os conflitos socioambientais se destacam, antes e após os processos de implementação das Unidades de Conservação. Sendo os conflitos socioambientais o fator em comum que mobilizaram as populações nas lutas e

reivindicações pela garantia dos direitos ao território, caracterizando o que as autoras chamaram de socioambientalismo de base popular da Amazônia. Pois, durante o processo de mobilização para a criação das Unidades os atores sociais envolvidos perceberam que era necessário defender sua sobrevivência atrelada a manutenção dos recursos naturais, semelhante ao que ocorreu no Acre com os seringueiros.

2. O PROTAGONISMO DAS MULHERES EM REDE

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará foi criada no evento intitulado "Workshop: Mulheres e o Novembro" ou “I Roda de Conversas das Mulheres das Marés e das Águas”, que ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2021 no Salão Paroquial Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no município de Bragança, PA. A organização do evento, assim como da maioria das atividades da Rede, foi pensada e construída coletivamente pelas mulheres, que são moradoras de Reservas Extrativistas Marinhas e seu entorno, também fazem parte da Rede mulheres quilombolas, e de outros municípios das zonas costeiras do Brasil.

A programação incluía várias rodas de conversa temáticas: 1ª Roda: Mulheres, Espaço Social, Contradições, Sofrimento; 2ª Roda: Mulheres, Enfrentamento, Acesso, Direitos Sociais e Humanos; 3ª Roda: Mulheres, Participação, Equidade; 4ª Roda: Mulheres Histórias de Vida Lutas e Conquistas. Em cada roda participaram como expositoras representantes da própria Rede, de órgãos do poder municipal e estadual, universidades, movimentos sociais e entidades de classe, o que evidencia a articulação da Rede através da formação de parcerias.

A motivação inicial para a mobilização foi uma ação de sobrevivência, pois devido aos problemas e dificuldades enfrentados por conta da pandemia de Covid-19, como as dificuldades econômicas e o sofrimento psíquico diante do luto de tantas perdas, agrava-se e somam a esses problemas os casos de violência doméstica e familiar vividas por várias integrantes da Rede. Esses sofrimentos incentivaram a criação de grupos de ajuda coletiva para a conversação e fortalecimento dessas mulheres, denominadas "Vigílias Espirais da Vida das Mulheres das Marés e das Águas", com início em junho de 2021. Antecede a criação da Rede também a realização de várias "Rodas de Conversas" ocorridas nas casas e quintais das comunidades da Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu em Bragança. Conforme consta no documento abaixo:

> Durante 6 meses um grupo de mulheres das marés e das águas realizaram 24 rodas de conversa, com aproximadamente 350 mulheres, para discutir a estratégia RESISTIR PARA EXISTIR, um conjunto de atividades, realizadas por meio de um

> grupo de whatsapp e por meio de rodas de conversa nas comunidades. Nas rodas de conversa as mulheres falaram sobre autonomia e empoderamento femininos, sobre o aumento da violência contra mulheres e sobre feminicídio. Em roda, as mulheres partilharam as suas dores em relação às formas de violência sofridas por elas: física, sexual, simbólica, psicológica, racial, financeira, laboral, de perda de direitos. Também falaram das suas vidas, dos seus sonhos, da possibilidade de atuarem juntas, em rede. Da articulação surgiu o sonho de organizar a I Roda de Conversas das Mulheres das Marés e das Águas, nos dias 29 e 30 de novembro (Carta de fundação Rede de Mulheres das Marés e das Águas, 2021).

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas atualmente agrega um universo diverso de mulheres, como pescadoras, extrativistas, agricultoras, professoras, estudantes, pesquisadoras, entre outras, no entanto, para esta pesquisa destacarei as experiências vividas pelas mulheres extrativistas costeiro marinhas que integram a Rede. Minhas principais interlocutoras vivem na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu em Bragança, porém, também tenho interlocutoras nas Resexs marinhas Mãe Grande de Curuçá, no município de Curuçá, Mocapajuba em São Caetano de Odivelas e Maracanã, no município de Maracanã, localizadas no litoral do Pará. Portanto, analisarei as diversas formas organizativas, metodologias e estratégias que utilizam para participar sociopoliticamente e o sentido que empregam nas reivindicações, bem como a relação que estabelecem com o maretório e a construção de uma identidade de luta que envolve uma relação profunda entre corpo e o manguezal.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará atua para a transformação social através do diálogo e da participação em diferentes espaços sócio-políticos, como os espaços de poder e decisão das Resex, os Conselhos deliberativos e as Associações. Acreditam que por meio da união e do diálogo nas comunidades terão o reconhecimento para assumir posições de lideranças em busca de melhorias nos maretórios/territórios. Os objetivos da Rede de acordo com uma das suas principais lideranças são fomentar o empoderamento feminino, promovendo autonomia e o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras da pesca. Somado a isso, e o reconhecimento como sujeitas de direitos sobre seus corpos em espaços de tomada de decisões.

> [...] Valorizamos o nosso trabalho, o nosso fazer de mulher marisqueira e pescadora e queremos lutar pela nossa independência e autonomia financeira.
> Queremos semear a mudança, por meio do diálogo e da participação dos diferentes espaços sociais – família, comunidade, associações, conselhos, entre outros. Acreditamos que por meio da união e do diálogo, nas nossas comunidades, podemos assumir papéis de liderança para buscar melhorias para os nossos territórios.
> Queremos envolver os jovens, homens e mulheres, para falar sobre equidade de gênero e principalmente, educar as jovens para que elas possam escolher ser o que quiserem.
> Acreditamos que somos protagonistas das nossas vidas e que juntas podemos fazer acontecer.

> Somos girassóis, rosas e margaridas
> Somos donas das nossas vidas
> (trecho da Carta de fundação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas, 30 de novembro de 2021).

Este trabalho, demonstrou brevemente o histórico da luta pela proteção dos manguezais na Amazônia, ressalta-se que várias estratégias foram mobilizadas frente ao desmonte das políticas ambientais e o enfraquecimento da participação sociopolítica no Brasil ocorrido no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. É destacado neste contexto, os processos ocorridos nas reservas extrativistas marinhas do Pará e a atuação das mulheres e os discursos envolvidos tanto nas reivindicações por justiça socioambiental quanto nas ações do Estado.

As mulheres das marés e das águas apresentam em seu cotidiano diversas práticas que podem ser alinhadas às perspectivas feministas, sobretudo com o ecofeminismo e os feminismos comunitários do Sul, apresentando reivindicações e demandas que destacam especificidades das populações extrativistas costeiro marinhas. Um exemplo é a reivindicação da Rede de Mulheres pela Escola do Tempo Maré ou Escola das Águas, ou seja, um espaço de escolarização de crianças e adolescentes que leve em consideração uma Pedagogia da Maré.

A própria origem do termo "maretório" evidencia como a relação com a natureza pautam suas demandas e constroem conhecimento. O termo apareceu pela primeira vez em 2008 em uma roda de conversa realizada durante uma oficina na Reserva Extrativista de São João da Ponta, localizada no litoral do Pará. Nesse encontro, mulheres líderes comunitárias de diferentes RESEXs MAR do litoral do Pará se reuniram com pesquisadores (as) e ambientalistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

No debate com os representantes institucionais, uma das mulheres questionou o uso do termo território para designar e descrever o ambiente em que vivem. Essa indagação aparentemente simples desencadeou um possível giro epistemológico (Svampa, 2015) que ressaltou a necessidade de reconhecer as especificidades e particularidades de um segmento populacional, que posteriormente passaram a se autodenominar "povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos".

Com base nisso, compreendo que o "maretório" expressa o conhecimento tradicional das mulheres pautado na relação que possuem com a natureza e os bens comuns dos ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos do litoral da Amazônia paraense. Este conhecimento envolve a compreensão das dinâmicas das marés, o ciclo da lua, o comportamento da vida nos manguezais, a observação dos ciclos naturais como indicadores, a percepção através dos sentidos das mudanças do clima e paisagens, entre outros. Toda essa sabedoria, acumulada ancestralmente, ganha forma no

conceito de maretório, e se torna assim, um reconhecimento dos conhecimentos tradicionais dessas mulheres e sua conexão com a natureza.

Ao elaborarem o conceito de "maretório" a partir de suas vivências as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral da Amazônia paraense se constituem em sujeitas epistêmicas (Cabnal, 2010). Pois propõem reflexões e soluções para os desafios que enfrentam em suas vidas. Sua visão epistêmica coloca em destaque a interseção entre o gênero, a cultura, o território e o meio ambiente, proporcionando uma perspectiva holística importante para a compreensão da complexidade dos problemas enfrentados por suas comunidades e demandam o reconhecimento de suas especificidades.

Com base nisso compreendo também que apesar das histórias de vidas dessas mulheres serem marcadas por carências, violações e desrespeito, caracterizando em cenário de vulnerabilidades difícil de ser superado, ao adentrarem nesse movimento de mulheres, passam a integrar uma rede que também se caracteriza pela solidariedade, coletividade, acolhimento e apoio mútuo, onde ocorre a troca de informações, experiências e saberes, fundamentais para o rompimento de ciclos de violência. Assim, ao integrarem uma rede que possui como apelo a defesa da vida nos manguezais amazônicos, atuam e protagonizam também a mudança de suas próprias vidas.

A mobilização política desse conhecimento ocorre a partir da participação nos movimentos sociais. Portanto, é cada vez mais frequente que as demandas pautadas pelas mulheres extrativistas costeiras marinhas apresentam a relação com o maretório como uma condição intrínseca e que valida seus discursos reivindicatórios por direitos sociais e ambientais.

Sendo assim, há uma construção em curso de um feminismo ecoterritorial pautado na luta pela vida e pela proteção dos manguezais, baseado no conhecimento tradicional e ancestral desse ecossistema e na relação que com ele possuem, mobilizado e evidenciado através do termo maretório.

O protagonismo das mulheres das marés e das águas e a articulação realizada no longo histórico de luta pela garantia de direitos socioambientais e cidadania, possibilitou também pautar diretrizes no campo das políticas públicas, assim como nos territórios onde as políticas socioambientais são implementadas surgem demandas e necessidades específicas.

Porém, a implementação de políticas públicas socioambientais revela uma incorporação da mulher, seja como público-alvo principal, seja como grupo atendido dentro de um programa mais abrangente, a partir da sua função tradicionalmente aceita de cuidadora, ou seja, a mulher é incorporada no bojo da política devido à contribuição para manutenção familiar. Constata-se que no caso das políticas com vistas à conservação ambiental, onde as mulheres têm forte presença, a elas

recai a dupla tarefa do cuidado com a natureza e a família, devido também a concepção de natureza embutida nas principais políticas socioambientais implementadas no país.

As políticas socioambientais implementadas nas Resex Mar não possibilitaram a incorporação das demandas apresentadas pelas mulheres atingidas, por instituições e movimentos feministas e de mulheres, resultando em pouco reconhecimento por parte do poder público das diferenças de gênero, e, portanto, na redução de desigualdades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das suas diferenças, os ecofeminismos convergem na ideia central de que a opressão das mulheres e dos homens e a superexploração da natureza são parte de um mesmo fenômeno. Que envolve uma ordem cultural e simbólica, o patriarcado, uma ordem econômica, o capitalismo, que invisibilizam, desprezam, violentam e se apropriam do trabalho de cuidado da vida humana com a superexploração dos corpos, além de levar a natureza aos limites da desapropriação, degradação, mesmo ela sendo a base fundamental para o bem estar e a sustentabilidade da vida.

Retrata também a denúncia de uma crise sistêmica, no qual os custos ambientais afetam desproporcionalmente as mulheres, sobretudo as mulheres costeiras e marinhas.

As reivindicações das mulheres do campo, das florestas e das águas trazem diversas premissas feministas em seus documentos bases, que vão da luta por participação política, autonomia sobre o corpo, o fim da violência, agroecologia, conservação, soberania alimentar, políticas públicas, direitos sociais até uma educação não sexista.

As Mulheres dos movimentos rurais e das marés e das águas mostram que a soberania e segurança alimentar dependem do trabalho múltiplo e do conhecimento que elas possuem sobre os processos produtivos, bem como de uma convivência mais harmônica com e integrada à terra e sua diversidade de formas de vida, humanas e não humanas. Elas buscam contribuir para o reconhecimento das relações de interdependência que existem entre humanos e não humanos, distanciando-se, portanto, da abordagem desenvolvimentista.

Questões e conflitos ambientais são pontos centrais para as mulheres que ocupam o espaço rural no Brasil e enfrentam o problema do empobrecimento do solo, da poluição das águas, da falta de acesso à terra, da expansão do agronegócio e da monocultura de produção de commodities e dos efeitos do aquecimento global.

Assim, tanto as perspectivas do ecofeminismo e do feminismo comunitário convergem em reconhecer a interconexão entre opressões, seja entre mulheres e a natureza. Elas buscam desafiar as estruturas patriarcais e promover uma visão mais justa e sustentável para o mundo, valorizando o

cuidado, a equidade de gênero e a harmonia com a natureza como pilares fundamentais para uma sociedade mais sustentável e igualitária.

REFERÊNCIAS

AGUITON, Christophe. Os bens comuns. In. SOLON, Pablo (Org). Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização. Elefante. São Paulo, 2019.
ALMEIDA, Mauro W B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Cultura com aspas:** e outros ensaios. [S.l: s.n.], 2009.
CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. ACSUR-Las Segovias, 2010.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

FEDERICI, Silvia. "Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina". Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**. [s.l.] Editora Elefante, 2020.

KUHNEN, Tânia Aparecida. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. SUL-SUL **Revista de Ciências Humanas e Sociais,** Vol:1. Nº1, Bahia, 2020. P.124-147.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. "Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.31, n. 2, e92873, 2023.

SOUSA, Paulo Victor. A minha terra é o mar: a trajetória de um movimento socioambiental no litoral da Amazônia. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Sociais. UFPA. Belém, 2019.

———. "Maretório: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense?" Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia, Belém-PA: Universidade Federal do Pará. 2022.

SOUSA, Paulo Victor Lima, ARAOS, Francisco, y ALENCAR, Edna Ferreira. "Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas, povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos e a defesa dos maretórios na Amazônia brasileira." In Silveira, R; Deponti, C.; Thezá, M.; Gác, D. (org.) Actores, territorios y dinámicas regionales de desarrollo: diálogos Brasil-Chile., 1 a ed., 373–407. Porto Alegre. 2023.

SVAMPA, Maristella Noemi. Feminismos del Sur y ecofeminismos. Revista Nueva Sociedad. No 256, marzo-abril de 2015. SVAMPA, Maristella. Feminismos ecoterritoriales en América Latina. Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. Documentos de trabajo (Fundación Carolina): Segunda época, n. 59, p. 1, 2021

GT 04 – MOVIMENTO SOCIAIS, ÉTNICOS E AMBIENTAIS: LEVANTES NA AMÉRICA LATINA

PESCA EM TRANSFORMAÇÃO: ESCUTANDO HISTÓRIAS, REVISANDO NARRATIVAS, COMPREENDENDO CONTEXTOS NA COMUNIDADE DE JOANA PERES[1]

Manoel Machado Ribeiro Filho[2] (UFPA)
Voyner Ravena Cañete[3] (UFPA)

RESUMO: Este estudo trata de processos de convivência e delimitação de território entre a comunidade quilombola Vila de Joana Peres e a Reserva Extrativista (RESEX) Ipaú-Anilzinho em cenários de conflito. Joana Peres e Anilzinho são duas comunidades quilombolas, das seis que compõem a RESEX, criada em 14 junho de 2005. Dois territórios quilombolas, pré-definidos ao longo do tempo por lideranças e pescadores, sendo unidas ao mesmo território pela criação da RESEX. O estudo traz uma reflexão, experiências de campo, o campo é o meu local de vivência, destacando uma autoetnografia marcada por sua vez pela inquietação na relação do pesquisador "nativo" com o objeto de estudo, que é a minha realidade. Como pesquisador e sujeito do grupo de pesquisa, procuro desenvolver uma autoetnografia que possibilite a construção de um estudo voltado para o entendimento das nossas relações sociais com o objeto da pesquisa, conhecimentos tradicionais, relações sociais e inter-relações socioambientais, particularmente no contexto da pesca.

Palavras-chaves: Resex Ipaú-Anilzinho, Território, Pesca, Conflito

INTRODUÇÃO

Uma reflexividade quilombola diante das intersubjetividades em tensão: comunidades locais e sociedade hegemônica

Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai" (Ailton Krenak[4]).

Ao iniciar a introdução deste estudo digo que este é escrito pelo próprio sujeito da pesquisa, produzindo uma reflexividade sobre seu próprio mundo. Ora assumo o modelo cartesiano de apresentar os dados de pesquisa, problema e objetivos; ora altero para o meu modelo quilombola, que

[1] Este estudo é resultado da dissertação de mestrado intitulada "QUANDO O PESQUISADOR E O SUJEITO DA PESQUISA SÃO UM: reflexividade quilombola sobre pesca, conflito e disputa na RESEX Ipaú-Anilzinho e TQ de Joana Peres (PA)", do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA, com defesa realizada em 26 de fevereiro de 2024.

[2] Graduado em Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal do Pará-UFPA, Especialista em Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum na Amazônia-UFPA, Mestre em Antropologia (2024) e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-PPGSA/UFPA. Email: resexmachado@gmail.com.

[3] Professora Associada IV da Universidade Federal do Pará - UFPA/Brasil, vinculada ao Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca e atuando nos Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFPA). Possui Graduação em Bacharelado em História (1991), Mestrado em Antropologia Social (2000) e Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA (2005) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: ravenacanete@gmail.com.

[4] Narrativa Krenak: O eterno retorno do encontro, do Portal Geledés. Publicada anteriormente em: Novaes, Adauto (org.), A Outra Margem do Ocidente, Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

produz uma reflexividade específica, para conduzir o leitor naquilo que quero trazer como questões a serem discutidas. A frase de Krenak, usada acima, reflete a minha trajetória acadêmica, em verdade educacional, ao ser liderança quilombola no meu território.

A educação é transformadora, não digo isso porque Paulo Freire (1996) afirma, mas porque o autor deste estudo é resultado de uma educação que formou sujeitos e os fez voltarem seu olhar para a sua identidade. Este estudo é uma construção, olhar do pesquisador nativo que retorna para universidade levando na sua bagagem e vivências, fala e escrita do seu mundo, sua identidade, experiências que no início da trajetória acadêmica foram conduzidas por uma educação especializada para o sujeito e suas vivências[5]. Começo esse texto falando de educação, em especial a voltada para o sujeito, em referência ao curso de etnodesenvolvimento, que apresento no "caminho percorrido até a universidade ao questionamento do contexto de vivências", que me possibilitou ver a importância do envolvimento, das lutas, dos saberes e práticas, território, as nossas ancestralidades[6] e historicidades, a ponto de me levar a ser liderança quilombola e construir uma organização[7] que viesse representar o próprio mundo, no caso Joana Peres, em 2017.

A referência de formação voltada para o sujeito que lhes apresento é propulsora para chegarmos na escrita deste estudo. Uma vez envolvido com o meu mundo e diante de sua importância, como líder comunitário a partir dos dilemas socioambientais, pude compreender as realidades presentes, sendo possível, assim, visualizar o cenário de criação de uma Unidade de Conservação chamada Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. Nesse cenário remarco as comunidades inseridas, sua organização, seu território, suas problemáticas, assim como, o órgão responsável pela gestão dessa unidade, as ferramentas que podem ou poderiam subsidiar a gestão e todas as tensões que envolvem a complexidade desse contexto multifacetado. Pude compreender também, pelo exercício do olhar agora de pesquisador em formação, os territórios das comunidades quilombolas de Joana Peres e Anilzinho, ao revisitar suas lutas e resistência pela terra, as relações socioambientais e territoriais (re)constituídas, ideologias e pensamentos diferentes junto à Unidade de Conservação. Em verdade, na condição de quilombola de Joana Peres, existindo e (re)existindo no contexto das

[5] Me refiro a minha graduação em Etnodesenvolvimento, da Faculdade da Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira-PA.

[6] Vivemos existindo e (re)existindo, ligados a terra e água, ligados pela luta a viver e sentir o que nossos antepassados nos presentearam, através de suas lutas. O que chamo de ancestralidades é a terra, água, florestas, saberes que estão no realizar da pesca, do cultivo, do extrativismo, que nos faz pensar o futuro, com base no que nos foi ensinado no passado por nosso povo.

[7] Associação dos Moradores, Pescadores e Produtores Familiares Rurais da Vila Extrativista de Joana Peres-AMEJP, criada em 2027 e reformulada para Associação Quilombola e Extrativista da Comunidade Vila de Joana Peres-AQUIPE, em 2022. Neste texto, mais adiante, a intuição será apresentada detalhadamente.

interações e tensões que surgiram após a delimitação legal de uma Unidade de Conservação, particularmente no contexto de territórios pesqueiros tradicionais, busco trazer este estudo.

Este estudo compreende uma reflexão, experiências quilombola na comunidade quilombola vila de Joana Peres (ver figura 1), RESEX Ipaú-Anilzinho, município de Baião, Estado do Pará, região Norte do Brasil, destacando uma autoetnografia passando pela prática de campo e vivência. Este, por sua vez, é um ponto de inquietação na relação do pesquisador "nativo" com o objeto de estudo, que no meu caso, o campo é o meu local de vivência. Como pesquisador e sujeito do grupo de pesquisa, procuro desenvolver uma reflexividade quilombola a partir de autoetnografia que capaz de originar a construção de um estudo voltado para o entendimento das nossas relações sociais com o objeto da pesquisa, conhecimentos tradicionais, relações sociais e inter-relações socioambientais.

As estruturas de validação do conhecimento que determinam o que é ciência são controladas por acadêmicos/as brancos/as. Enquanto os lugares de autoridade e de decisões no meio acadêmico estiverem sendo negadas a indígenas e negros/as, como sujeitos que não estão qualificados para a norma eurocêntrica do conhecimento, a ideia do que é ciência prevalecerá intacta como "propriedade" única e inquestionável da sociedade eurocêntrica (Kilomba, 2019; Soares, 2022). "Portanto, o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder e "raça" [...] que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar" (Kilomba, 2019, p. 53). Ainda de acordo com Kilomba (2019), todas/os nós falamos e escrevemos "[...] de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas - não há discursos neutros" (Kilomba, 2019, p. 58). Ao falar do próprio coletivo na universidade e exercer a função de pesquisador nativo, "trazemos para os territórios das universidades nossas memórias e epistemologias ancestrais" (Soares, 2022, p. 9), construídas a partir da vivência e olhares próprios, com significados intrínsecos do grupo nas linhas da escrita acadêmica, como também, enunciamos que somos capazes de produzir ciência a partir de nós.

Ao considerar esses olhares cheios de significados que me atravessam, pois sou quilombola, nascido, criado no quilombo e hoje atuando em um lugar de liderança, de uma minoria que busca se comunicar com a sociedade hegemônica em uma relação sem hierarquias, trago minha fala nesta escrita. A minha fala, as minhas memórias, meu pertencimento e vivências estão presentes do início ao fim deste estudo. Pensado e escrito assim, este estudo compreende uma autoetnografia, que para Miranda (2022, p. 71) é definida "como uma análise cultural elaborada por meio da narrativa pessoal, onde é possível desenvolver uma lente crítica em uma práxis dentro-fora, de modo a entender quem somos nas nossas comunidades", nos permitindo uma análise bem próxima de questões pessoais e

culturais, que nos atravessa nas várias dimensões e em inúmeras perspectivas sobre nós mesmos e os nossos territórios culturais (Boylorn e Orbe citados por Miranda, 2022). Miranda (2022, p. 71) afirma também que "a autoetnografia é imensamente diversa e, muitas vezes, acontece "acidentalmente". [...] Porém, abstenho-me de flanar por toda a metodologia, por acreditar ser mais rico focar nas colocações que corroboram com o objetivo principal [...]". Assim, escrevo do meu grupo de pertença a partir de mim, somando as minhas experiências vividas a construção e desenvolvimento da pesquisa. De acordo com Santos (2017, p. 218):

> "Autoetnografia" vem do grego: *auto* (*self* = "em si mesmo"), *ethnos* (nação = no sentido de "um povo ou grupo de pertencimento") e *grapho* (escrever = "a forma de construção da escrita"). Assim, já na mera pesquisa da sua origem, a palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato ("escrever"), sobre um grupo de pertença ("um povo"), a partir de "si mesmo" (da ótica daquele que escreve).

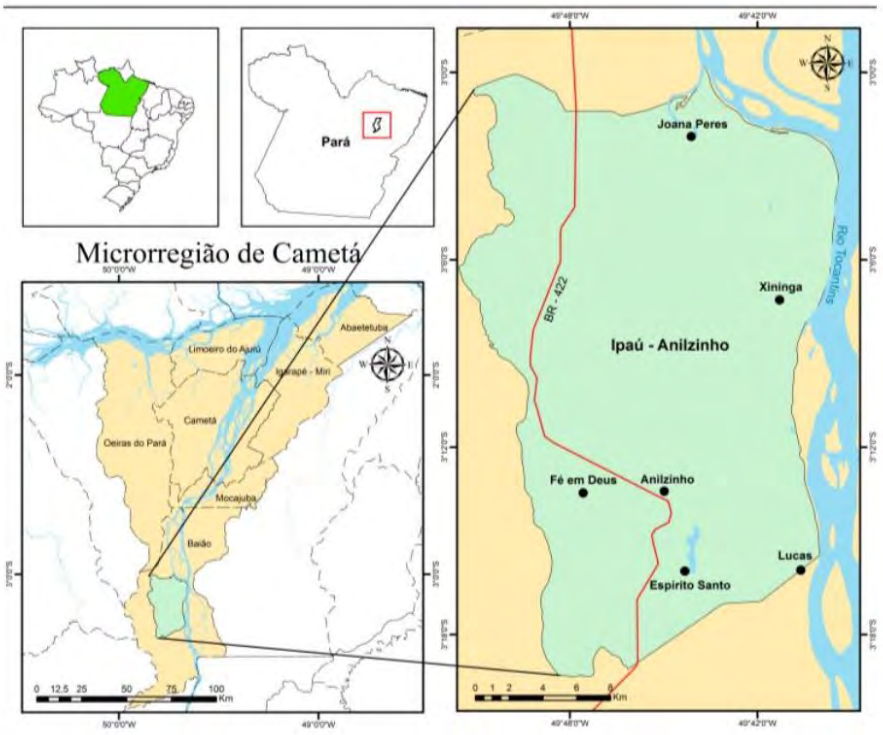
Neste sentido, o que vem se a destacar na autoetnografia "é a importância da narrativa pessoal e das experiências dos sujeitos e autores das pesquisas, o fato de pensar o papel político do autor em relação ao tema, a influência desse autor nas escolhas e direcionamentos investigativos e seus possíveis avanços" (Santos, 2017, p. 219). O recurso da autoetnografia está presente neste estudo, mas para o alcance dos objetivos, a pesquisa contou com metodologias de coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças, pescadores, organizações locais, usando-se de observação participante, dados primários e secundários. Escrito pelo próprio sujeito da pesquisa, este estudo é parte das lembranças, relações e vivência na comunidade quilombola vila de Joana Peres, sendo o pesquisador agente importante para a certificação[8] do quilombo Vila de Joana Peres em 2020.

2. RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) IPAÚ-ANILZINHO

A RESEX Ipaú-Anilzinho é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada em 14 de junho de 2005, por decreto presidencial s/nº, em meio as reivindicações do movimento social da região em defesa do uso comum do território. À época havia um cenário de conflitos fundiários, que por volta da década de 1970 se potencializou, em vista do desenvolvimento dos projetos de colonização na Amazônia. Estes resultavam de incentivos do governo brasileiro ao latifúndio com visão contrária aos das comunidades tradicionais (Ribeiro, 2014; Figueiredo & Barros, 2015; Neto Pixuna, 2017; Ribeiro Filho, 2019). Na sequência a imagem para elucidar a localização da RESEX.

[8] A certificação de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, não configura a titulação de território, mas é o primeiro passo legal de reconhecimento para que um território de uma comunidade quilombola venha a ser titulado.

Figura 1: lócus do estudo e RESEX Ipaú-Anilzinho.



Fonte: Ramos; Moraes; Simões; Freires, 2019.

O Parecer 025/2005 do MMA/SBF/DAP (IBAMA[9], 2008) destaca que a comunidade de Anilzinho solicitou[10] ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) estudos técnicos que viabilizassem a criação da Unidade de Conservação. A criação de uma RESEX, almejada pela comunidade, seria um instrumento de defesa para impedir o avanço do desmatamento na região, protegendo especificamente as áreas de castanhais, bacurizais e as lagoas marginais ao baixo Tocantins, assim como resguardando as melhores condições de vida para a população local que realiza o extrativismo e conserva os recursos naturais.

Formada por seis comunidades, a RESEX é integrada por Joana Peres e Anilzinho comunidades quilombolas com importante historicidade na luta pela permanência na terra na região; Xininga, uma localidade pequena de aproximadamente sete moradias que vem desenvolvendo as atividades pesqueira e extrativismo florestal não madeireiro; Fé em Deus, Espírito Santo e Lucas, que são localidades constituídas de pessoas que chegaram na região em busca de um local para viver, vindas de outras regiões do estado do Pará e do Brasil, onde os usos da terra e

[9] Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. Texto produzido pelo IBAMA, em 2008, não publicado.

[10] Moradores de Ipaú a Anilzinho solicitaram ao IBAMA, anexando abaixo-assinado dos moradores locais à criação da Reserva Extrativista.

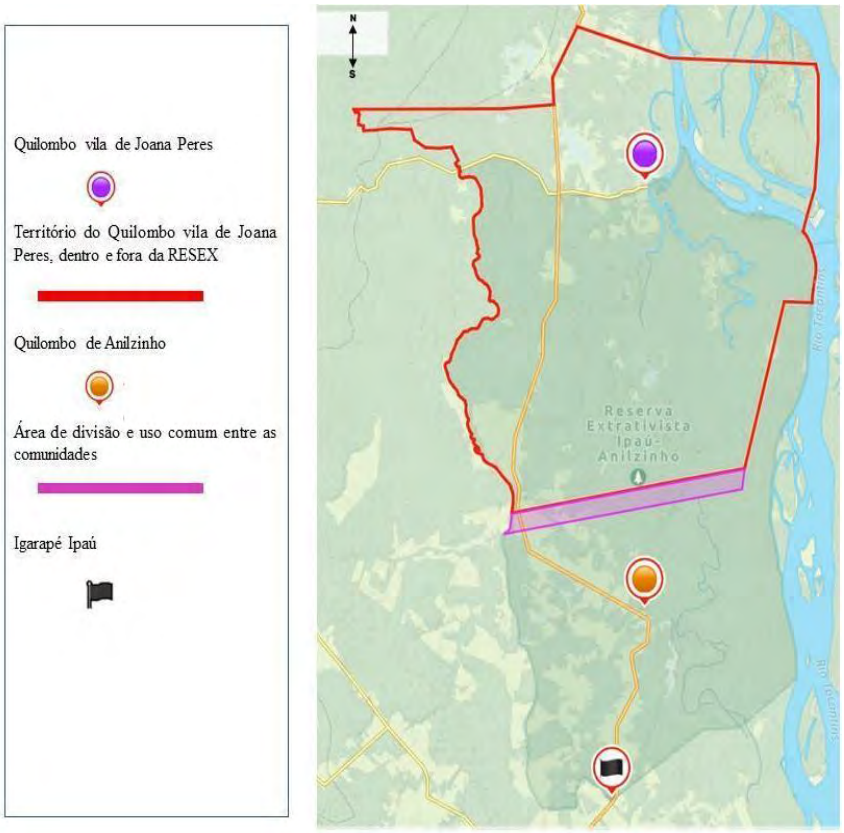
atividades desenvolvidas se diferem das comunidades tradicionais locais. Como podemos observar, o nome da unidade de conservação faz referência apenas a comunidade de Anilzinho e ao igarapé chamado Ipaú[11], formando Ipaú-Anilzinho. Nesse contexto, ao nominar a UC a escolha para tal recai apenas na existência da comunidade de Anilzinho, desconsiderando o meu quilombo vila de Joana Peres e as outras localidades que compõem a RESEX. As localidades de Xininga, Fé em Deus, Espírito Santo e Lucas, não serão objeto deste estudo, mas considero importante identificá-las e destacar a ausência da consideração das mesmas na nominação da RESEX.

No processo de definição do território da RESEX, a primeira demarcação se estendia do Igarapé Ipaú à comunidade de Anilzinho, no entanto, devido à pequena extensão territorial entre o igarapé Ipaú e o território da comunidade de Anilzinho, ficou inviável a criação da RESEX. Essa extensão territorial diminuta criou a necessidade de estender o território até o quilombo vila de Joana Peres, uma localidade que em termos de comunidade possui uma população de mais de 239 famílias. Consultada e com a ocorrência de várias reuniões para apresentação da proposta de inserção, Joana Peres entra para o território da RESEX, almejando que todo o seu território fosse incluído na Unidade de Conservação. Coordenada por lideranças de Anilzinho e técnicos do INCRA, a definição do território da RESEX, com a participação de Joana Peres, se constituiu por meio de mapeamento, o qual definiu o limite da mesma. Neste limite, o território da comunidade quilombola vila de Joana Peres foi dividido, parte se situa na RESEX e outra não.

Dessa forma, em 2005, aproximadamente 20% de seu território ficou fora da delimitação da RESEX. Mas vale ressaltar que nas reuniões de condução de formação da RESEX a decisão entre as comunidades envolvidas havia sido para a inserção na RESEX da totalidade do território de vila Joana Peres. Mais tarde, precisamente em 2015, a Anilzinho veio requerer a criação do território quilombola nos limites que fora definido a RESEX, sendo que aproximadamente 80% do território de Joana Peres está no interior da Unidade de Conservação. Dentro destes 80%, estão as suas principais áreas de pesca. A figura a seguir apresenta e elucida o contexto territorial de conflito descrito.

[11] O Igarapé Ipaú está localizado ao sul da RESEX, cortando a BR-422.

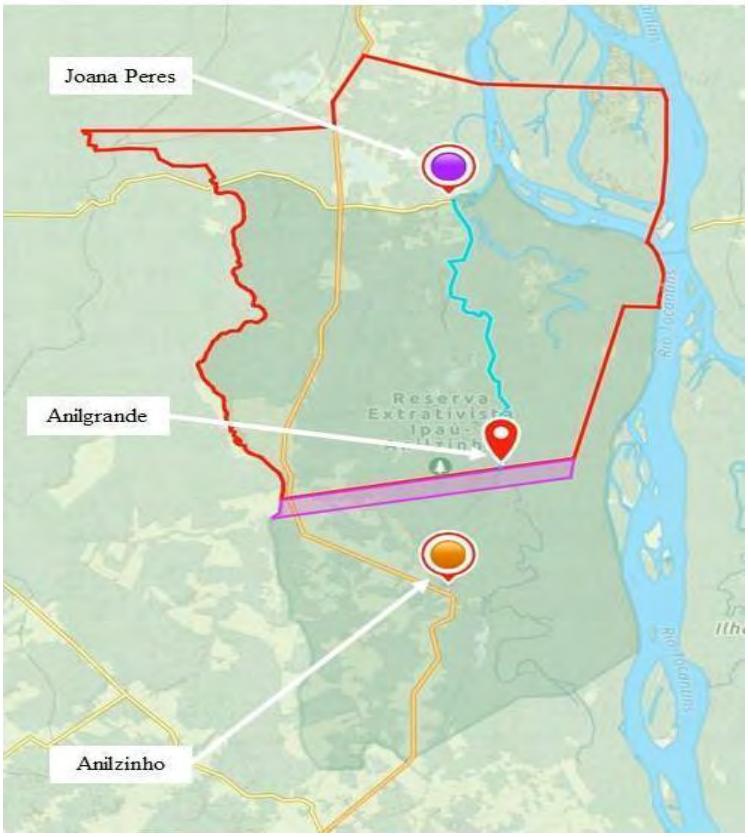
Figura 2: Localização das comunidades, do Território Quilombola e da RESEX Ipaú Anilzinho.



Fonte: Gaia GPS, 2023.

A partir de 2015, das investidas da comunidade de Anilzinho em definir seu território quilombola nos espaços que compreendem a RESEX, sobrepondo a mesma e o território do quilombo vila de Joana Peres, desencadearam-se reuniões na comunidade e no conselho deliberativo da RESEX para definição do uso do território. Definiu-se o rio Anil Grande como divisória, pois já conhecido como espaço de limites entre as partes, e por terra a BR-422, nos KM 81 e 82, sentido no Norte. A figura a seguir expressa o novo contexto.

Figura 3: local de divisão entre as comunidades quilombolas na RESEX.



Fonte: Gaia GPS, 2023.

A discussão de Vila Joana Peres para integrar a RESEX, deixando o rio Anil Grande como área de divisão, criou um processo de conflito pelo território de pesca que antes não existia entre as comunidades. A relação construída entre as duas comunidades quilombolas antes da criação da RESEX, por mim testemunhada na condição de morador era marcado por um cotidiano agradável, como nos conta o relato de um morador:

> [...]. Eu quero até te contar uma, uma, música, uma piada, uma, uma viagem, o Amor tava tirando ovos de calanga. aí eu enxerguei ele. Como eu brinco muito com ele, né? Aí eu cantei daqui uma música pra ele, né Amor, "amor, amor, amor. Um abraço mais forte, amor. Ai ele, gritou de lá, a lora, a lora, a lora, tô tirando ovo de calanga amor". Rapa uma Coisa, cê entendeu? Então, era uma vida controlada (Mario, 07-2023)

A fala do interlocutor nos apresenta a construção de uma relação harmoniosa entre pescadores das comunidades, uma relação que permitia as trocas nas pescarias nos espaços que poderiam pertencer a Joana Peres ou a Anilzinho, como demonstrado na fala do interlocutor a seguir:

> O Anilzinho se alojava onde ele queria e o Joana Peres também, não tinha uma pessoa que chegasse lá e fosse e dizia assim. Ei com que ordem está aqui? Nunca. O cara fazia a rancharia dele onde ele queria e não tinha um que atrapalhasse o outro. Tinha ao contrário, aquela alegria, aquele bate-papo (Mario, 07-2023).

O território de uma comunidade se constrói por meio das relações nos espaços de vivências e dos usos dos recursos naturais disponíveis. Assim se construíram Joana Peres e Anilzinho e permaneceram através das lutas pelo território contra o latifúndio, sem conflitos entre os iguais, que mantinham uma relação e convívio de respeito compreendendo os seus espaços a partir do uso:

> Então, quando surgiu os novos que os velhos não mais se envolveram, aí os novos começaram a, a, requisitar aquele território como o deles até que, ficou, né? Como limite de respeito, a questão do Anilgrande que era pro Joana Peres, né e a questão [...] de lá pra cima eles muito usavam, né? A gente percebia por que quando a gente ia pescar eles estavam pescando na área do Anilgrande pra cima, né? Mas o Anilgrande sempre foi assim uma influência do Joana Peres, pescar, eles também pescavam e não havia atrito (Carlos, 07-2023).

Para o interlocutor existiu um conflito, não um conflito armado, "não houve briga", mas que teoricamente o conflito se mantem nessa relação territorial. Em razão disso, as instituições governamentais e as comunidades se reuniram no Conselho Deliberativo da RESEX em 2018, especificamente para tratar e acalmar as tensões, com a participação do procurador do Ministério Público Federal Felipe Palha, que mediou as discussões. Nessa ocasião, mediante as comunidades, ICMBio, INCRA, como um acordo redefiniu os territórios de Joana Peres e Anilzinho, demonstrado na figura 3. Sobre o conflito Carlos (07-2023) afirma que:

> houve um conflito, porque não houve consentimento nosso, né? Eles não debatiam com a gente, sempre a gente sabia que eles estavam querendo, eh, fazer com o Incra, né? Fazer a pontuação, tirar o território quilombola dentro da Unidade de Conservação.

Repensar essas relações e o território de pesca figura como tarefa premente e um desafio para as comunidades envolvidas na RESEX.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território para mim é a construção do que somos, nossa identidade, e constituí a base de sustento, renda e de práticas culturais, porque nele vivemos e dele retiramos os pescados, extraímos a castanha do Pará, bacuri, bacaba e outros. Nele também cultivamos a mandioca, milho, arroz, açaí e outros cultivos. Sendo o território essencial para mim enquanto quilombola antropólogo e para a permanência do meu quilombo vila de Joana Peres, este estudo passa pela relação de disputa de território, no que diz respeito às comunidades quilombolas, a partir da criação da reserva. Essa disputa me atravessa no sentido que o território pesqueiro que um dia foi um espaço de encontro e sociabilização, interação e história, se transformou no território de conflito e disputa. Busco, assim,

compreender as diferentes relações socioambientais que se constituíram nesses espaços tradicionais da Amazônia Brasileira.

Começo a escrever de dentro para fora, na busca de entender a razão e o sentido de estar na universidade a pesquisar o meu local de vivência. Neste caso, o percurso que faço é inverso ao movimento convencional de quem se forma como pesquisador na universidade: meu olhar e movimento saem do local de vivência e pesquisa para a academia, ao invés de ir da academia para o local de pesquisa. Contrariando o pensamento eurocêntrico de produzir ciência, quando não se produz a partir do conhecimento eurocêntrico, se tem a seguinte observação "o texto que estás a produzir é diferente do que é produzido formalmente na universidade: a universidade produz a partir da amplitude do conhecimento para se chegar no local de pesquisa"[12]. Não seguindo a regra do jogo, ecoa o raciocínio de que na academia só é ciência aquilo que é produzido pelo conhecimento eurocêntrico. Esse exercício partindo de uma reflexividade acadêmica de quilombolas, indígenas e outras minorias enquanto antropólogos e sujeitos que buscam um ambiente acadêmico sem privilégios no que deve ser ciência, constrói e abre oportunidades para "Novos" olhares e pensamentos antropológicos nas ciências humanas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, João Paulo Lima; SANTOS, Gilton Mendes dos. A volta da Cobra Canoa: em busca de uma antropologia indígena. **Rev. antropol**. (São Paulo, Online), v. 60 n. 1: 84-98. USP, 2017.

DE MIRANDA, Camila Fontenele. A autoetnografia como prática contra- hegemônica. **Teoria e Cultura**, v. 17, n. 3, p. 70-78, 2022

FIGUEIREDO, Rodrigo Augusto Alves de; BARROS, Flávio Bezerra. "A Comida que vem da mata": Conhecimentos Tradicionais e Práticas Culturais de Caçadores na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 2, n. 25, p. 193-212, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBAMA, **Plano de manejo** (não publicado) **da reserva extrativista Ipaú-Anilzinho**. Tucuruí – Pará: IBAMA; CNPT, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

PIXUNA NETO, Leônidas Ribeiro. **Conflito Fundiário na Resex Ipaú-Anilzinho: Na Abrangência da Vila De Joana Peres, Município de Baião-Pa.** 2017. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Sociologia, Ufpa, Cametá, 2017.

[12] Com base em observações feita por uma mestranda, do curso de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-PPGSA, ao fazer observações no texto em construção, na disciplina Seminário de Dissertação I. Priorizo o conhecimento elaborado, produzido e compartilhado oralmente.

RIBEIRO FILHO, Manoel Machado. **Fortalecimento da Agricultura Familiar na Comunidade de Joana Peres, Baião, Pará.** 2019. 46 f. TCC (Graduação) - Curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Ufpa, Altamira, 2019.

RIBEIRO, Domingos C. F. **Conservação e População Tradicional em Área de Unidade de Conservação: o Caso da Vila de Joana Peres na RESEX Ipaú-Anilzinho**. 2014. 58 f. TCC, (Graduação) Curso de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Tucuruí, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, Quilombo: modos e significados. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 17, 2022.

Gt 04 – Movimentos sociais, étnicos e ambientais: levantes na América Latina
Modalidade: comunicação oral

ENTRE RAÍZES E SABERES: TRÊS ANOS DE PESQUISA SOBRE PLANTAS MEDICINAIS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO ITACURUÇÁ, ABAETETUBA/PA - UMA ABORDAGEM INTEGRADA PARA COMPREENDER ESPÉCIES, USOS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Priscila Ferreira Torres[1] (UFPA)
Thais Torres Gomes[2] (UFPA)
Voyner Ravena Cañete[3] (UFPA)

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados de ações extensionistas no Território Quilombola (TQ) do Itacuruçá, localizado na zona rural do município de Abaetetuba (PA), realizadas nos anos de 2021 (para o Baixo itacuruçá), 2022 (para o Médio Itacuruçá) e 2023 (para o Alto itacuruçá). Os objetivos dos projetos consistiram em identificar, fortalecer e valorizar o *ethos*, o saber ecológico local, particularmente na condição de patrimônio cultural, e o uso do território pelos moradores da comunidade, capacitando-os para a interface com a sociedade hegemônica e para o acesso às políticas públicas voltadas a esses contextos socioambientais. Pautado em metodologias quantitativas e qualitativas, foram identificadas 140 etnoespécies de ervas e plantas medicinais com diferentes usos dentro do Território. A etnobiodiversidade identificada demanda um conhecimento acurado sobre ervas e plantas medicinais, suas propriedades terapêuticas, modos de preparo e uso e indicações. Essas práticas refletem uma relação particular com o meio ambiente e uma compreensão profunda das propriedades terapêuticas das ervas e plantas manejadas. Foi evidenciado que o domínio do conhecimento sobre o uso de ervas e plantas medicinais se expressa, sobretudo, entre as mulheres das comunidades e a sua transmissão ao longo das gerações ocorre a partir de relações de parentesco. Como conclusão argumenta que, na condição de patrimônio cultural material e imaterial do Território Quilombola do Itacuruçá (PA), o conhecimento tradicional sobre ervas e plantas medicinais deve ser considerado na elaboração de políticas públicas voltadas a valorizar culturas locais que por muito tempo ficaram esquecidas.

Palavras-chave: Quilombos, conhecimento tradicional, plantas medicinais, patrimônio cultural.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados obtidos nas três versões do projeto de extensão “Farmácia de quintal: saberes e usos de plantas medicinais em territórios quilombolas”, realizadas nos últimos três anos. As ações extensionistas ocorreram no Território Quilombola (TQ) do Itacuruçá, localizado na zona rural do município de Abaetetuba (PA), realizadas nos anos de 2021 (para o Baixo Itacuruçá), 2022 (para o Médio Itacuruçá) e 2023 (para o Alto Itacuruçá). Cabe mencionar que o trabalho se insere na temática sobre conhecimentos tradicionais

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: priscilatorres.biologia@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: thaisufpa19@gmail.com.
[3] Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ravenacanete@gmail.com.

de comunidades quilombolas da Amazônia paraense, de modo a identificar e valorizar os saberes e fazeres construídos secularmente pelos quilombolas da região das ilhas de Abaetetuba (PA).

Os saberes tradicionais figuram como um conjunto de técnicas de modos de saber- fazer, utilizados por determinados grupos sociais, ou povos, e que ajudam a caracterizar uma comunidade ou a identidade cultural de um determinado povo (Diegues *et al.*, 2000). Entre esses saberes e práticas, a utilização da medicina popular, através do uso de ervas e plantas medicinais, além de outras questões, é um reflexo expressivo do número de comunidades tradicionais que são afastadas dos centros urbanos, onde o acesso à medicina moderna e aos tratamentos que utilizam drogas sintéticas e inovações tecnológicas de ponta é mais dificultoso (Torres *et al*., 2021).

O propósito maior e norteador das três versões do projeto consistiu em empoderar as comunidades do Território do Itacuruçá quanto ao conhecimento e uso de plantas e ervas medicinais, particularmente na condição de patrimônio cultural, capacitando-as para a interface com a sociedade hegemônica e para o acesso às políticas públicas voltadas a esses contextos socioambientais. Os saberes tradicionais das plantas e ervas medicinais trazem uma visão ancestral de como os povos dessas comunidades resguardam conhecimentos construídos secularmente para resistir às mais diversas negligências institucionais. No território do Itacuruçá, a importância dos "remédios caseiros" no cotidiano das famílias se expressa nos cuidados em saúde, como tratamento e cura de doenças, assim como na vivência e reprodução cultural ao longo das gerações.

A utilização de plantas para fins de cura corresponde às mais antigas formas de prevenção e promoção de métodos terapêuticos para tratamento de doenças (Silva; Lobato; Ravena-Cañete, 2019). O consumo e a importância dessas ervas incorporam a relação natureza-cultura mediante a disseminação do conhecimento sobre esse recurso, o que promove a valorização do etnoconhecimento de comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas (Alves *et al*., 2015). Nesse sentido, convém destacar o uso das ervas medicinais amazônicas como uma extensão territorial do afeto. Elas, pois, são a seiva florestal na cosmovisão de vários povos amazônidas. Essa discussão vai para além dos campos da alimentação, do consumo e das técnicas medicinais, pois a aparente simplicidade do uso de plantas esconde uma complexa importância na vida dessas sociedades (Torres *et al*., 2021) e figura como importante patrimônio cultural dos povos amazônicos.

Em suma, a pesquisa contribui significativamente para a valorização do conhecimento tradicional quilombola relacionado às ervas e plantas medicinais, promovendo uma compreensão mais ampla e integrada desse importante patrimônio cultural. Carvalho (2022), em seus apontamentos e atravesso sobre os processos jurídicos de patrimônio cultural, ressalta que:

> Ao fim do século XX, os direitos culturais foram mencionados pela primeira vez na história constitucional do Brasil, especificamente no art. 215, que incumbiu o Estado de garantir a todos o pleno exercício desses direitos (BRASIL, 1988) e de proteger e valorizar as culturas de indígenas, africanos e outros grupos formadores da sociedade brasileira. O art. 216, por sua vez, definiu como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória daqueles grupos, inclusive seus modos de criar, fazer e viver (Carvalho, 2022, p. 274).

Para além das questões mencionadas, o interesse e a relevância desta temática repousam no fato de que, especialmente na Região Amazônica, as plantas medicinais compreendem um dos principais meios para o tratamento de diversas doenças, tendo em vista o contexto cultural, a ausência de proximidade com locais onde há atendimento médico e o baixo custo comparado ao dos medicamentos sintéticos. Nessa direção, o uso de plantas medicinais pela população, com a finalidade de tratar enfermidades, sempre foi expressivo, principalmente devido à extensa e diversificada flora amazônica (Flor; Barbosa, 2015; Torres *et al*., 2021).

Nesse sentido, este trabalho ressalta a importância do conhecimento tradicional como patrimônio cultural, destacando-se como elemento central para a preservação da identidade cultural dessas comunidades, salientando a resistência e a capacidade de enfrentar desafios como aspectos fundamentais de sua história. Haja visto, que os direitos territoriais e ambientais assegurados pelos processos jurídicos da Constituição brasileira são inseparáveis ao direito à cultura, mesmo que haja uma incoerência em como a cultura é tratada nos contextos do "tão esperado" crescimento econômico para o desenvolvimento do país, e principalmente, da Amazônia que concentra a maior parte das riquezas do país (Carvalho, 2022).

O Território Quilombola, além de ser palco de lutas históricas, é percebido como um espaço de valor e relevância para as comunidades e os conhecimentos tradicionais que dele emergem e se desenham. É importante valorizar e respeitar o saber tradicional, pois ele pode oferecer abordagens complementares e alternativas para cuidados da saúde. Além disso, muitas pesquisas têm se empenhado no poder de validar os grandes benefícios que as ervas e plantas medicinais desenvolvem e contribui para a integração desses conhecimentos no Território Quilombola.

Para apresentar os resultados alcançados, este artigo está dividido em cinco capítulos, a contar com esta introdução. O segundo capítulo se ocupa da metodologia utilizada no trabalho de campo e na coleta e tratamento de dados. Um terceiro capítulo apresenta um breve histórico sobre o Território Quilombola do Itacuruçá (PA). O capítulo quatro apresenta e descreve o conhecimento tradicional sobre ervas e plantas medicinais. Por fim, um último capítulo traz as considerações finais.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Em termos metodológicos, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e documental acerca de temáticas que perfilam este trabalho. A próxima etapa se debruçou à pesquisa de campo, de cunho qualitativa e quantitativa, que, segundo SeraPioni (2000), é caracterizada pela quantificação e qualificação dos dados, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas, mediante técnicas estatísticas e de análise de conteúdo dos relatos dos interlocutores.

No que se refere ao levantamento quantitativo, a coleta de dados foi realizada por meio de um formulário. Este instrumento de coleta de dados foi aplicado nas três comunidades que integram o Território. Foi definido o quantitativo amostral de ⅓ das unidades residenciais de cada comunidade, sendo que as unidades a serem visitadas foram determinadas aleatoriamente a partir de sorteio. Coletou-se ainda junto aos especialistas detentores do conhecimento tradicional de ervas e plantas medicinais, as chamadas *remedeiras*[4], os moradores mais velhos da comunidade, bem como as pessoas que utilizam este saber tradicional todos os dias, entrevistas a partir de conversas formais e informais.

Ao considerar que os saberes tradicionais das *erveiras*[5] se difundem por tradição oral e se perpetuam linearmente pelas gerações, a coleta de dados qualitativos se deu através da realização de entrevistas como já mencionado anteriormente, com as *erveiras*, *benzedeiras* e matriarcas das comunidades do Território do Itacuruçá. Além disso, utilizou-se a técnica da observação participante, assim como as vivências e trajetórias de vida das extensionistas moradoras das comunidades *lócus* desta pesquisa. Cabe mencionar que as vivências das extensionistas e autoras de trabalho orientaram a sua construção, desde a definição da temática até a escolha dos resultados a serem discutidos. As análises dos dados quantitativos foram tabuladas e analisadas no *Microsoft Excel* (versão 2016) e, finalmente, a análise das informações qualitativas ocorreu por meio da transcrição das entrevistas.

Vale ressaltar, também, que a abordagem utilizada nesta pesquisa se pautou na construção de uma relação de confiança com os membros da comunidade, assim como na validação dos resultados pelos locais. Quanto à valorização e ao resguardo do conhecimento local, foi fundamental para a abordagem da pesquisa, a ética, garantindo o consentimento informado, a proteção da privacidade e a devolução dos resultados para a comunidade de forma acessível e útil. No que se

[4] Remedeiras são as pessoas que utilizam, indicam e manuseiam os remédios caseiros feitos a partir de ervas e plantas medicinais. Cabe ressaltar que em maioria as remedeiras (os) são pessoas mais idosas das comunidades e do gênero feminino.

[5] Conjunto de ervas.

refere aos cuidados éticos adotados para a pesquisa, foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi assinado por todos os moradores participantes da pesquisa.

A participação ativa dos membros da comunidade no processo da pesquisa, foi essencial para garantir que suas vozes fossem ouvidas e que as questões que realmente importam para eles fossem abordadas, tais medidas ocorreram através dos diálogos entre as extensionistas/autoras e os moradores locais. Para permitir uma maior adesão à pesquisa, as especificidades das comunidades foram consideradas durante as interações, buscando ser flexível e adaptável. Esses detalhes adicionais foram fundamentais para consolidar os dados coletados e obter uma compreensão mais ampla dos conhecimentos e práticas relacionadas ao uso de ervas e plantas medicinais no Território Quilombola do Itacuruçá (PA).

3. HISTÓRIA, VIVÊNCIAS E R-EXISTÊNCIA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO ITACURUÇÁ

A ação extensionista foi realizada no Território Quilombola do Itacuruçá que está situada na zona rural do município de Abaetetuba, na Amazônia Paraense, e mais especificamente, nas regiões das 72 ilhas que o município possui. O Território está localizado no Nordeste Paraense, tendo um tempo de deslocamento de aproximadamente 50 minutos da cidade sede do município o qual está inserido até as referidas comunidades. O Território Quilombola, por sua vez, é composto por, cerca de, 700 famílias, segundo os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) locais, e aproximadamente, 5.638 habitantes, juntamente com a comunidade quilombola do Bom Remédio, também localizado na região das 72 ilhas, do entorno do município de Abaetetuba (IBGE, 2022).

Inicialmente contextualiza-se a histórica dessas comunidades, originárias da resistência dos povos africanos contra os colonizadores no Brasil. Tal resistência resultou na formação de espaços chamados mocambos, quilombos e retiros, entre outras terminologias, posteriormente criminalizados até a abolição da escravidão em 1888. Apenas com a Constituição de 1988 os territórios quilombolas são reconhecidos pelo Estado por meio de legislação específica e, ainda que sujeitos da lei, seus moradores sofrem as mais diversas violências e aqui se destaca a invasão e violação de seu território, este que funciona como base mantenedora da expressão cultural de seu povo. Estão presentes, ainda, outras violências que se expressam em todos os espectros do racismo: ambiental, territorial, dentre outros.

A história acerca da formação do Território do Itacuruçá é muito incerta entre os moradores mais antigos, e cada um conta a partir de suas perspectivas de vivências coletivas e familiares. Antigamente as comunidades eram formadas a partir das igrejas católicas, que festejavam seus padroeiros em determinados períodos, e que têm influência significativa no poder social local. Para além, a igreja desempenha papel significativo na preservação da cultura religiosa local, considerando

suas práticas adotadas na influência e construção de uma comunidade com maior preservação na cultura tradicional que reflete a complexibilidade das interações das crenças, tradições e instituições religiosas ao longo do tempo.

De todo modo, é inegável o conhecimento tradicional que a comunidade vem construindo historicamente, sendo um dos mais evidentes daquela região a construção de embarcações e os conhecimentos sobre plantas medicinais. As principais atividades econômicas são de subsistência e estão relacionadas à agricultura familiar, ao manejo de açaí e ao trabalho nas olarias.

Em março de 2002 o Itacuruçá, juntamente com mais 9 comunidades quilombolas conseguiram o título coletivo de suas terras estas são: Ipanema, Arapapuzinho, Tauerá- Açu, Acaraqui, Genipauba, Arapapu e Bom Remédio compõem o Território ARQUIA (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba) e que foram reconhecidas e demarcadas pelo Instituto de Terras do Pará (INTERPA) e pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). A conquista do título coletivo do território resulta de lutas constantes dos moradores locais, juntamente com as igrejas católicas das comunidades das Ilhas de Abaetetuba, que para além são lutas atravessadas por muita resistência às pressões externas da sociedade hegemônica.

Os direitos quilombolas foram reconhecidos a partir de 1988, pela constituição brasileira, 100 anos após a abolição da escravidão, onde a mesma constituição segurou às comunidades remanescentes de quilombo o direito à propriedade de seus territórios coletivos. Entretanto, a efetivação dos direitos quilombolas até os dias atuais é fruto de muita luta e resistência, a exemplo da invisibilização de tais direitos, temos o quilombo de Boa Vista, no estado do Pará, que somente, após 7 anos do reconhecimento da Constituição Federal, tornou-se proprietário de seu território em 1995 (CPI-SP,2018).

No Brasil existem 1.209 comunidades quilombolas registradas e entre elas 143 áreas são tituladas (Pinheiro, J. G.; FCP, 2022). A região Nordeste do país é a que mais concentra a população quilombola, com 68,19%, seguidas das regiões Sudeste e Norte, ambas com 26,24% da população. Dos 5.568 munícipios do país (Brasil), apenas 1.696 possuem territórios titulados (IBGE, 2022). A falta de assistência governamental na asseguração do povo quilombola quanto aos seus direitos constitucionais de suas áreas territoriais é nitidamente expressado nos dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no primeiro censo demográfico sobre a população quilombola do país. É importante ressaltar que a falta de titulação corrobora ainda mais com a desassistência de políticas públicas, tensões e conflitos nos territórios.

O modo de sustento antigo das famílias se dava por meio da lavoura (roça, extrativismo da cana-de-açúcar e açaí) como fonte principal, e com o passar dos anos surgiram os trabalhos nas

olarias[6]. Atualmente, os trabalhos geradores de renda para as famílias são diversos e estão relacionados ao uso dos recursos naturais do território, com destaque, principalmente, para a agricultura familiar, a pesca, criações de animais, como galinha, porco, pato, as plantações de roças de macaxeira e mandioca, cacau, cupuaçú, milho e o extrativismo de açaí. Os programas do governo federal de assistência social também figuram como importantes fontes de renda para as famílias, como o Bolsa Família.

Os povos étnicos-raciais desde muito tempo têm suas manifestações culturais invalidadas pela sociedade. Entretanto, essas manifestações são essenciais para a autodeclaração e identificação de vários povos no mundo todo. É incontestável que a cultura quilombola possui resistência e simbolismo de um valor imensurável, de modo que, podemos destacar no Território do Itacuruçá a expressiva manifestação cultural relacionada à culinária, às danças, o artesanato, as rezas de santos, as construções de embarcações, os modos de vida local, o cultivo, o uso das plantas medicinais, as festas de padroeiros, entre outras que resultam em Patrimônio Cultural Imaterial.

O território do Itacuruçá possui uma área territorial extensa, no que se refere a áreas de terra e floresta, e por esses e outros motivos relatados pelos moradores locais, as famílias das comunidades em maior vulnerabilidade, a do Alto Itacuruçá, vêm sofrendo com pressões de grandes empreendimentos e pelo agronegócio, especificamente pelas fazendas de criação de gado e pelas empresas de dendê. Essas pressões vêm causando impactos em seus modos de sobrevivência, em seu ambiente ocasionando a contaminação dos recursos naturais que são utilizados diariamente pela população local, afetando drasticamente a permanência e garantia do povo quilombola com relação ao seu território, ao bem viver, à saúde e ancestralidade do povo local.

O acesso ao serviço de saúde pública no Brasil é dificultoso, embora estas dificuldades se reflitam de maneira mais elevada em locais geograficamente distantes dos grandes centros urbanos, a exemplo as comunidades quilombolas, que em sua maioria são localizadas na zona rural dos municípios dos estados do país.

A comunidade Quilombola do Itacuruçá enfrenta um descaso com relação ao acesso à saúde desde seu surgimento, que ao passar dos anos vem sendo agravada, uma vez que a mesma é composta por, aproximadamente, 5.000 moradores que vivem e residem em 6 comunidades que integralizam o território, contam com apenas 2 Unidades Básicas de Saúde (UBS), que não possui infraestrutura adequada, profissionais capacitados que saibam exercer suas funções consoante a realidade local.

[6] Olarias são locais onde utilizam a argila para produção de cerâmicas, como tijolos, telhas e outros produtos de barro. As olarias desempenham um papel importante na fabricação de materiais de construção e artesanato em cerâmica.

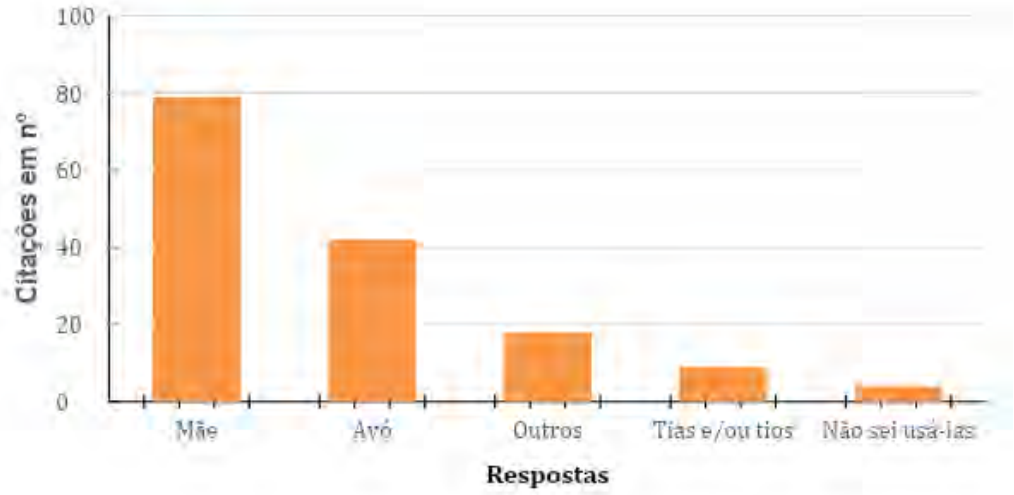
4. USOS E SABERES DE PLANTAS E ERVAS MEDICINAIS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO ITACURUÇÁ

Este estudo alcançou 105 moradores do Território Quilombola do Itacuruçá, desse total, 51 são da comunidade do Baixo Itacuruçá, 33 do Médio Itacuruçá e 21 do Alto Itacuruçá. Esse quantitativo representa, respectivamente, 30%, 10% e 10% do total de unidades familiares de cada comunidade *locus* da pesquisa.

Na perspectiva de gênero, a maioria das pessoas consultadas é composta por mulheres (88), enquanto que os homens correspondem a apenas 17 ocorrências. Alguns fatores devem ser considerados ao analisar a predominância de mulheres como participantes da pesquisa. O primeiro deles consiste no horário de aplicação do questionário, pois pode ter influenciado o maior quantitativo de mulheres, uma vez que muitas delas estão mais disponíveis em casa durante o dia, enquanto os homens estão trabalhando fora. Além disso, como as mulheres muitas vezes desempenham um papel central nas atividades relacionadas aos cuidados da casa e da família, elas detêm um maior conhecimento sobre o uso das ervas e plantas medicinais, já que essas práticas estão integradas às tarefas domésticas e ao cuidado com a saúde da família. Outro fator importante refere-se à falta de emprego formal entre a maioria das mulheres das comunidades, o que contribui para que elas estejam mais presentes em casa e, portanto, disponíveis para participar da pesquisa. Na percepção dos homens, as mulheres saberiam responder melhor o que seria investigado, entretanto, quando permaneciam presentes durante a aplicação do questionário, era notável o conhecimento que eles tinham sobre o assunto.

Em relação ao aprendizado e conhecimento do uso das ervas e plantas medicinais, os dados destacam o protagonismo feminino (gráfico 1), pois 79 pessoas citaram as mães e 42 as avós como as responsáveis pela transmissão desse saber. Desse modo, os resultados indicam que esse conhecimento é repassado, com maior frequência, a partir de laços familiares, especialmente entre mães, avós, filhas, netas e sobrinhas. Esse padrão de transmissão entre gerações e a partir de relações de parentesco revela não apenas a importância desse conhecimento tradicional, mas também destaca o papel central da mulher na preservação e reprodução dessas práticas ancestrais, que figuram como patrimônio cultural material e imaterial das comunidades.

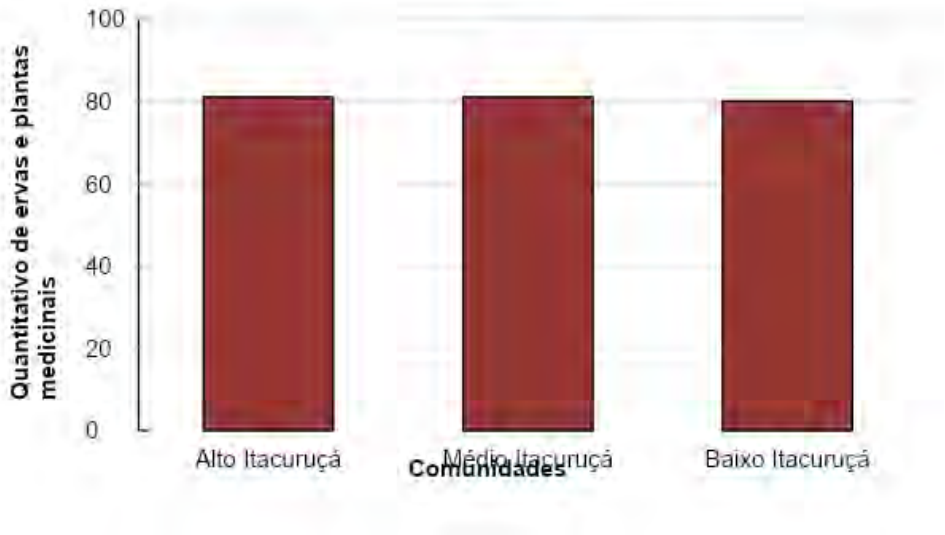
Gráfico 1- Pessoas responsáveis pela transmissão do conhecimento tradicional sobre ervas e plantas medicinais, a partir de relações de parentesco.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024) com base em pesquisa de campo (2021- 2024).

Quanto à biodiversidade de ervas e plantas medicinais manejadas e utilizadas no Território do Itacuruçá (PA), foram catalogadas e identificadas 80 etnoespécies vegetais na comunidade do Baixo Itacuruçá, 81 no Médio e 81 no Alto Itacuruçá, totalizando em 140 etnoespécies para todo o Território Quilombola do Itacuruçá, como mostra o gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Número de ervas e plantas medicinais identificadas no Território Quilombola do Itacuruçá.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base em pesquisa de campo (2021- 2024).

Esse cenário indica que as comunidades possuem uma rica diversidade botânica disponível para uso medicinal, assim como um vasto conhecimento tradicional que se revela nas atividades de manejo. O uso dessas ervas e plantas para aliviar dores, reduzir inflamações, melhorar a digestão, entre outros benefícios expressa a sabedoria acumulada ao longo de gerações. Essas práticas refletem uma relação particular com o meio ambiente e uma compreensão profunda das propriedades

terapêuticas das ervas e plantas manejadas. Esse conhecimento não apenas fornece soluções para questões de saúde, mas também é parte integrante da identidade cultural e da herança ancestral das comunidades.

De forma a ilustrar os resultados, elaborou-se uma nuvem (árvore) de palavras com as etnoespécies identificadas, com destaque para aquelas de maior ocorrência, como evidencia a figura 1.

Figura 1. Nuvem (árvore) de palavras composta pelas ervas e plantas medicinais utilizadas pelas famílias do Território Quilombola do Itacuruçá (PA), em destaque estão as etnoespécies vegetais mais citadas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base em pesquisa de campo (2021-2024).

A etnobiodiversidade identificada demanda um conhecimento acurado sobre ervas e plantas medicinais, suas propriedades terapêuticas, modos de preparo e uso e indicações. Portanto, é importante conhecer e dominar esse conjunto de saberes para o uso seguro e eficaz. Esse conhecimento profundo das etnoespécies envolve, por exemplo, conhecer qual parte da planta é adequada para determinado fim, pois folhas, raízes, galhos (caule), cascas, sementes e frutos são utilizados e, em muitos casos, de uma única entnoespécie se utiliza partes diferentes para finalidades diferentes. De modo semelhante, o conhecimento sobre o preparo do remédio caseiro envolve um

conjunto de técnicas e saberes para extrair as propriedades de cura dos vegetais. Conhecer os sintomas, as doenças, a dosagem correta, o tempo de tratamento e as formas de armazenamento também compõem a prática da medicina popular, o que demonstra a complexidade, a riqueza e a relevância desse saber tradicional.

De modo a apresentar as etnoespécies mais citadas, assim como suas indicações, formas de preparo e parte da planta utilizada, o quadro abaixo organiza os resultados em ordem de maior ocorrência nas respostas.

Quadro 1 - Ervas e plantas medicinais, indicações, formas de preparo e parte da planta mais frequentes nas respostas.

Ervas e plantas medicinais	**Indicações**	**Formas de preparo**	**Parte da planta**
Catinga de Mulata	Febre, AVC[7], dores em geral (dente, cabeça, muscular etc.), gripe, diarreia, dentição de criança, gases, problemas respiratórios, asma, infecção intestinal, calmante, estômago (queimação, dor etc.), insônia, estresse, fígado, pneumonia.	Chá, *choque*[8], *sumo*[9], *afumento*[10] e xarope.	Folha e caule (*galho*, na definição local).
Hortelã	Diarreia, dentição de criança, dores em geral (dente, cabeça, muscular etc.), febre , infecção intestinal , anti-inflamatório hipertensão, H.pylori, gases, rim, estômago (queimação, dor etc.), mioma, pedra na vesícula, pneumonia e vômito.	Chá, choque, sumo e suco.	Folha e caule (*galho*, na definição local).
Boldo	Estômago, dores em geral, fígado, infecção intestinal, diarreia, anti-inflamatório, reumatismo, gases, náuseas, gastrite, gripe, febre, vômito, estresse e nervos.	Chá e Banho[11]	Folhas e caule (*galho*, na definição local).
Limão	Gripe, febre, Covid-19, antialérgico, caspa, sistema digestório, controle sanguíneo, resfriado, baque, dor de cabeça, tosse, falta de ar.	Chá, suco, choque, sumo e xarope	Folhas e fruto.
Erva cidreira	Insônia, calmante, hipertensão, nervos, gases, prisão de ventre, dores em geral (dente, cabeça, muscular etc.), estômago (queimação, dor, etc.), relaxante, calmante, diarreia, ansiedade, pressão e febre.	Chá	Folha e caule(*galho*, na definição local).
Gengibre	Gripe, dores em geral (dente, cabeça, muscular etc.), tosse, anti-inflamatório, reumatismo, termogênico, resfriado, baque, imunidade, diabetes, Covid-19, colesterol, calmante, febre, antioxidante, enxaqueca, virose e emagrecedor	Chá, afumento, gel e choque.	Raiz e folhas.

[7] Acidente vascular cerebral (AVC).

[8] Na definição local o *choque* é a mistura de várias plantas, juntamente com álcool, cachaça e água de colônia, que se usa para passar no local desejado e no tratamento da enfermidade.

[9] Na definição local o *sumo* é o liquido tirado das ervas e plantas medicinais

[10] Na definição local, *afumento* consiste em um modo de preparo em que a planta é macerada, ou seja, amassada e extraído o óleo das ervas e plantas medicinais para passar no local da doença.

[11] No conhecimento local o *banho* é a mistura da parte das ervas e plantas medicinais fervidas ou colocadas em recipientes e exposto ao sol, para posteriormente utiliza-lo.

Babosa	Erisipela, anti-inflamatório, cabelo, infecção, queimadura, câncer, corpo, estômago (queimação, dor, etc.), gastrite, cicatrizante, pele, doenças de ovário, diabetes, raladura e doenças no útero.	Sumo, suco, chá, *maceração*[12], gel, afumento, elixir, creme e shampoo	Folhas
Arruda	AVC, dor de cabeça, asma, febre, gripe, infecção intestinal e cansaço.	Chá, choque, afumento, sumo, maceração e banho.	Folhas
Oriza	AVC, dores em geral (dente, cabeça, muscular etc.), gripe, asma, câimbra, colesterol, anti-inflamatório, febre, varizes, rim, quebranto, mal olhado e reumatismo.	Chá, choque, maceração, banho, afumento e sumo.	Folhas
Pirarucú	Estômago (queimação, dor, etc.), anti-inflamatório, dores em geral (dente, cabeça, muscular etc.), diarreia, emagrecedor, infecção urinária, infecção, fígado, expectorante, cabelo, asma, tosse, vômito e erisipela	Chá, sumo, maceração e xarope.	Folhas
Verônica	Infecção, anti-inflamatório, cicatrizante, doenças no útero, ferimentos e anemia.	Chá, banho e sumo.	Casca, raiz, caule (*galho*, na definição local) e folha.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base em pesquisa de campo (2021-2024).

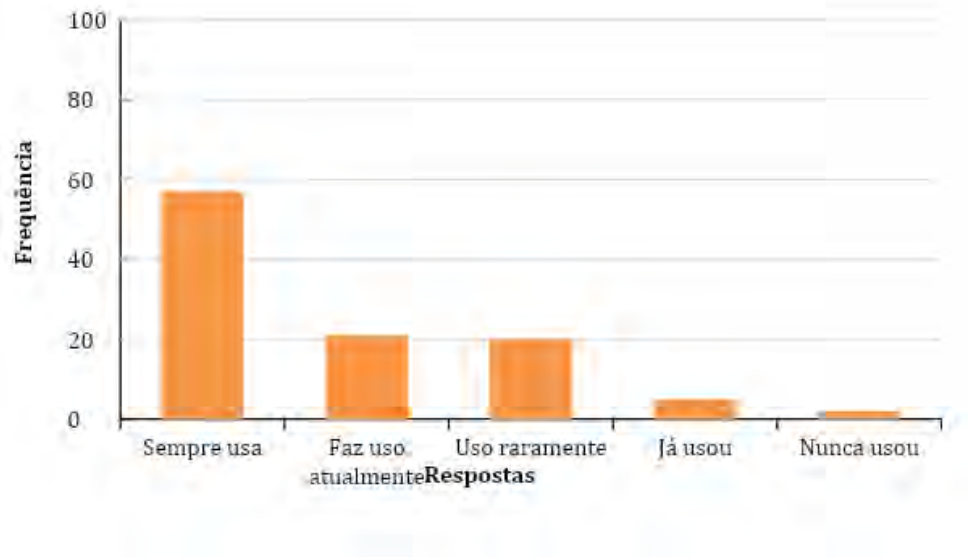
A utilização de espécies vegetais é muito frequente entre os povos tradicionais amazônicos (Silva; Lobato; Ravena-Cañete, 2019; Torres, 2023). Os dados obtidos mostram as percepções do rico conhecimento popular e a diversidade vegetal presente na área de estudo, além da pouca ou quase nenhuma agressão à biodiversidade através da coleta de ervas e plantas para o uso terapêutico local[13] (Torres, 2023).

Na medicina popular, ervas e plantas figuram como alicerces importantíssimos para os cuidados da saúde do corpo e do espírito. No Território do Itacuruçá, quando os moradores foram perguntados se utilizavam ou não remédios caseiros, 63 participantes disseram que sempre usam, 22 disseram que fazem uso atualmente, 20 usam raramente, 5 já usou e apenas 2 disseram nunca ter usado. O cenário encontrado demonstra a forte adesão dos moradores à medicina popular, o que evidencia a presença do saber tradicional sobre plantas medicinais sendo conservado pelos locais. Para ilustrar os resultados, o gráfico 3 apresenta os quantitativos relativos à adesão ao uso dos remédios caseiros nas comunidades.

[12] No conhecimento local *a maceração* é o método usado para esquentar uma determinada parte das ervas e plantas medicinais para passar ou colocar em cima dos ferimentos ou baques

[13] Este trecho pode ser encontrado no Trabalho de Conclusão de Curso de uma das autoras do referido, na página 39.

Grafico 3 - Indicações sobre o uso de ervas e plantas medicinais para os cuidados em saúde física e espiritual.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base em pesquisa de campo (2021-2024).

Em resposta a frequência de uso das ervas e plantas medicinais, a maioria das pessoas (85) disse utilizar sempre que necessita de tratamento, sugerindo confiança e preferência significativa pelo conhecimento tradicional para tratar diversas condições de saúde. Um número menor de pessoas (16) usa ervas e plantas medicinais diariamente, indicando prática de saúde preventiva ou o uso contínuo como parte de uma rotina de bem-estar. Algumas pessoas (9) recorrem ao uso de plantas medicinais apenas quando não têm acesso a medicamentos convencionais, portanto ervas e plantas medicinais são vistas como uma alternativa quando os tratamentos convencionais não estão disponíveis. Por fim, um quantitativo reduzido relatou não saber usar ervas e plantas medicinais (2), enquanto outras pessoas fazem uso mensal (2) e semanal (1). O gráfico 4 apresenta os padrões de uso de ervas e plantas medicinais nas comunidades.

Gráfico 4- Frequência de uso de ervas e plantas medicinais para cuidados em saúde.

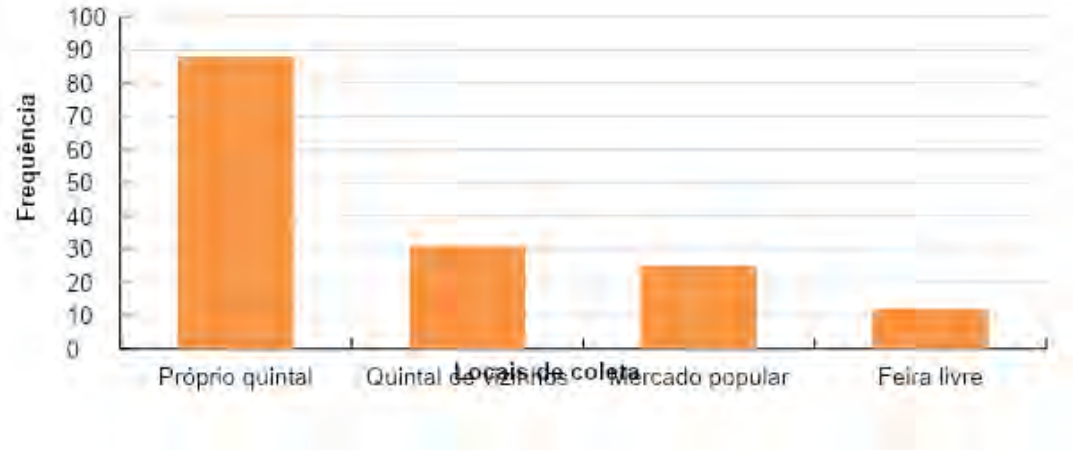


Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base em pesquisa de campo (2021-2024).

Foi observado que no período da pandemia do Covid-19, as pessoas utilizaram como recurso as ervas e plantas medicinais para tratamento e prevenção das doenças ocasionadas pelo vírus. Entretanto, a percepção que obtivemos é que as plantas que antes já eram utilizadas pela comunidade para tratamento de outras doenças recorrentes, como gripes, ajudaram significativamente na prevenção e no tratamento contra O SARS_COV-2.

Em relação ao local de aquisição das ervas e plantas medicinais utilizadas pelas famílias, observou-se que 88 pessoas disseram que as mesmas vêm do plantio de seu próprio quintal, 51 do plantio de quintais de vizinhos — que em sua maioria são familiares, 25 do mercado popular e 12 de feira livre. Os dados revelam que os quintais das casas figuram como espaços de cultivo, ampliados pela troca de mudas e plantas entre os vizinhos, indicando uma prática de autoprodução e comunitária. Além disso, a disponibilidade expressiva de recursos naturais presentes no território do Itacuruçá permite a manutenção de uma baixa relação da comunidade com o mercado, característica importante para o modo de vida de povos e comunidades tradicionais (Diegues, 2000). A biodiversidade e as atividades de manejo etnobotânico, enquanto aspectos de sustentação da vida nessas comunidades, reverberam o pulsar do uso do território e de sua importância para as práticas ancestrais. No gráfico a seguir a presença das ervas e plantas medicinais, particularmente em áreas de trânsito diário, traz a importância do território em todo seu viço.

Gráfico 5 – Frequência dos locais de coleta de ervas e plantas medicinais utilizadas no Território do Itacuruçá.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024), com base em pesquisa de campo (2021-2024).

Diante do exposto, este trabalho apresenta um conjunto de informações sobre a riqueza dos conhecimentos tradicionais relacionados às plantas e ervas medicinais, assim como contextualiza tais conhecimentos levando em consideração suas características como patrimônio cultural material e imaterial do Território Quilombola do Itacuruçá (PA).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou os resultados obtidos ao longo de três anos de ações extensionistas realizadas no Território Quilombola do Itacuruçá (PA), localizado no município de Abaetetuba, estado do Pará. Dedicado a descrever o conhecimento tradicional sobre o uso de ervas e plantas medicinais, enquanto patrimônio cultural material e imaterial, este trabalho expressou a intenção de empoderar as comunidades quilombolas do Itacuruçá evidenciando a importância da medicina popular local, capacitando-as para as políticas públicas voltadas ao contexto socioambiental.

Pautado em metodologias quantitativas e qualitativas, foram identificadas 140 etnoespécies de ervas e plantas medicinais com diferentes usos dentro do território. A etnobiodiversidade identificada demanda um conhecimento acurado sobre ervas e plantas medicinais, suas propriedades terapêuticas, modos de preparo e uso e indicações. Essas práticas refletem uma relação particular com o meio ambiente e uma compreensão profunda das propriedades terapêuticas das ervas e plantas manejadas. Esse conhecimento não apenas fornece soluções para questões de saúde, mas também é parte integrante da identidade cultural e da herança ancestral das comunidades. Foi evidenciado que o domínio do conhecimento sobre o uso de ervas e plantas medicinais se expressa, sobretudo, entre as mulheres das comunidades e a sua transmissão ao longo das gerações ocorre a partir de relações de parentesco. Por fim, os saberes tradicionais ainda são predominantes no Território como estratégias de prevenção e cura de patologias.

Nesse sentido, destacamos a dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública que afeta, principalmente, comunidades afastadas dos centros urbanos, portanto a comunidade Quilombola do Itacuruçá. Contexto no qual os saberes tradicionais voltados para a medicina popular se destacam como alternativas para os cuidados em saúde, figurando como instrumentos de resistência e reprodução do seu modo de vida.

Portanto, na condição de patrimônio cultural material e imaterial do Território Quilombola do Itacuruçá (PA), o conhecimento tradicional sobre ervas e plantas medicinais deve ser considerado na elaboração de políticas públicas voltadas a valorizar culturas locais que por muito tempo ficaram esquecidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. J. P. *et al.* (2015). Conhecimento popular sobre plantas medicinais e o cuidado da saúde primária: um estudo de caso da comunidade rural de mendes, São José de Mipibu/RN. **Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do Unifacex**, Natal, v. 13, n. 1, p.136-156.

CARVALHO, L. G. Direitos culturais e desenvolvimento na calha Norte do Rio Amazonas. *In*: **Mídia, Democracia e políticas públicas no contexto do Conservadorismo e do Ultraliberalismo.** *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, n. 1, ADUFMA, São Luís-MA, p. 270-290.

COMISSÃO PRÓ-INDIO DE SÃO PAULO: **Observatório Terras Quilombolas. (2018).** Disponível em: **<https://cpisp.org.br/quem-somos/historia-comissao-pro-indio-de-sp/>.**

DIEGUES, A. C. et al. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasilia: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.

FLOR, A. S. S. O.; BARBOSA, W. L. R. (2015). Sabedoria popular no uso de plantas medicinais pelos moradores do bairro do sossego no distrito de Marudá - PA. ***Revista Brasileira de Plantas Medicinais***, Paulínia, v. 17, n. 4, p. 757-768.

IBGE. Censo Brasileiro de 2022: Censo Quilombola. Rio de Janeiro.IBGE, 2022.

MACHADO, N. J. et al. **Jogos no Ensino da Matemática.** Cadernos de Prática de ensino – Série Matemática. São Paulo: USP, 1990.

OLIVEIRA, W. K. et al. Como o Brasil pode deter a COVID-19. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 29, n. 2, e2020044, 2020.

PINHEIRO, J. G., **EDUCAÇÃO FISICA ESCOLAR E CULTURA QUILOMBOLA:** Um diagnóstico do Ensino das Práticas Corporais na Escola Quilombola Santo André em Abaetetuba-PA e suas relações com a Cultura Quilombola. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

PRADO, L. L. D. Educação lúdica: os jogos de tabuleiro modernos como ferramenta pedagógica. **Revista Eletrônica Ludus Scientiae**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 26-38, 2018.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5,n. 1, p. 187-192, 2000.

SILVA, A. C.; LOBATO, F. H. S.; RAVENA-CAÑETE, V. Plantas medicinais e seus usos em um quilombo amazônico: o caso da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua (PA). **Rev. NUFEN**, Belém, v. 11, n. 3, p. 113-136, 2019.

TORRES, P. F. et al. Usos de plantas medicinais na Comunidade Quilombola do Baixo Itacuruçá (PA): saberes para enfrentamento da COVID_19. In: CARVALHO, L. G. D.; NASCIMENTO.; R. M. C.; NASCIMENTO, V. B. D. (Org.). **Vulnerabilidade Histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**. 1 ed. Belém: NUMA, 2021, v. l, p. 103-128.

TORRES, P. F. **FÁRMACIA DE QUINTAL**: Saberes e usos de plantas medicinais em Territórios Quilombolas-Baixo Itacuruçá, Abaetetuba (PA). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas)-Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

GT 04 - Movimentos sociais e étnico-territoriais e levantes na América Latina e Caribe

MARTÍRIO: O CINEMA EM DEFESA DAS RETOMADAS GUARANI E KAIOWÁ

Márcia Vanessa Malcher dos Santos[1] (UFPA/FACS)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo abordar as retomadas guarani e kaiowá, iniciadas nos anos 1980, a partir de *Martírio* (2016), documentário que se alia à resistência dos indígenas contra as forças predatórias do agronegócio. Considerando as formas de representação do filme, propõe apontamentos analíticos em torno do que move o levante guarani e kaiowá, também refletindo sobre o lugar que o longa-metragem ocupa na tradição do cinema brasileiro. Conclui-se que *Martírio* ajuda a elucidar que a luta dos guarani e kaiowá se opõe não só à privatização e ao cercamento dos territórios, mas também das relações sociais. Além disso, defende-se que o filme, enquanto parte do "cinema militante" de Vincent Carelli, reaviva horizontes estético-políticos que estiveram presentes no cinema moderno brasileiro como expressão de uma tradição que foi negligenciada.

Palavras-chaves: cinema brasileiro; guarani e kaiowá; Vincent Carelli; documentário.

INTRODUÇÃO

A partir de 2003, quando inúmeros assassinatos de lideranças guarani e kaiowá se sucedem, dentre eles a do líder do acampamento Guaiviry, Nísio Gomes, em 2011, a luta dessa população indígena passou a reverberar na opinião pública. Enquanto a mídia os acusa de invasores, a carta da comunidade de Pyelito Kue, em 2012, pedindo para que as autoridades decretassem a sua morte coletiva, gera comoção nacional, fazendo milhares de brasileiros alterarem seus sobrenomes para guarani-kaiowá no *Facebook*, em solidariedade. É nesse contexto que Vincent Carelli decide iniciar a produção de *Martírio* (2016), com Ernesto de Carvalho e Tita na codireção. A intenção do documentário era buscar compreender a dimensão do que estava acontecendo no Mato Grosso do Sul: o movimento de retomada dos tekohás, como os guarani e kaiowá nomeiam seus territórios sagrados, em oposição às forças do agronegócio, que transformaram a região em desertos da pecuária, da soja e da cana-de-açúcar.

Vincent, que a partir dos anos 1980 acompanhou o início desse movimento por uma década, mas que após esse período havia se afastado dos guarani e kaiowá por 15 anos devido às demandas do projeto Vídeo nas Aldeias, idealizado e fundado por ele para formação de cineastas indígenas[2], recorre a filmagens que havia feito 25 anos atrás como o fio da meada para o longa. O filme começa com cenas de abril de 1988 do Jeroky Gwasu, as grandes rezas que reuniam os guarani e kaiowá de

[1] Faculdade de Ciências Sociais (FACS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: marciamalcher@ufpa.br.

[2] Desde a sua criação em 1986, o Vídeo nas Aldeias (VNA) acumula experiências vividas e compartilhadas com diversos povos indígenas através de inúmeras oficinas, em diferentes aldeias e lugares, tendo hoje uma coleção de mais de 70 filmes. Para mais informações, acessar: http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php.

diferentes aldeias da região. No ritual, durante à noite, os rezadores consultavam os espíritos que davam os rumos das discussões políticas do dia seguinte.

Assim como Vincent à época, que filmou essas discussões às surdas, também o espectador não entende o que é dito, na omissão proposital da tradução. Mas se sabia que ali tinha início a grande marcha das retomadas. Após essas imagens, surge na tela uma colheitadeira, enquanto escutamos em *off* trechos de matérias da imprensa acusando os indígenas de invasores. Em seguida, o espectador passa a assistir um discurso de Kátia Abreu no senado federal no qual ela acusa os indígenas de atentarem contra a produção brasileira e afirma que os ruralistas querem paz para trabalhar. À última palavra dita por ela, "paz", segue um corte brusco que anuncia o letreiro do filme em branco sobre fundo preto: "Martírio".

Nessa abertura, já se evidencia o arranjo que estará presente ao longo de todo o filme: além dos indígenas, o longa também mostra o inimigo e seus discursos. As barbaridades ditas por políticos do lobby ruralista, por fazendeiros e policiais, bem como o circuito comercial gerado pelo agronegócio, a exemplo dos rodeios, casas de show de sertanejos, empresas de segurança privada e leilões, também se desdobram na tela até serem desmontadas. O desmonte acontece de duas maneiras: 1) por meio da própria montagem, como no uso do corte godarniano (Brasil, 2016, p.146) na cena da fala de Katia Abreu, ao construir o sentido de que a paz almejada pelo agronegócio corresponde ao martírio e ao assassinato dos indígenas, ou como na cena da colheitadeira, que estabelece uma comparação semântica entre o ritmo frenético das lâminas da máquina e a função da mídia hegemônica; 2) e através da narrativa, abertamente posicionada à favor dos guarani e kaiowá, a qual é construída a partir das histórias contadas pelos indígenas de modo entrelaçado às falas de Vincent em primeira pessoa, refletindo sobre as imagens e fornecendo informações para além delas, uma espécie de testemunha-participante.

Desse modo, a equipe – com a mediação e tradução dos indigenistas Celso Aoki, Myriam Medina e do antropólogo e liderança kaiowá, Tonico Benites – visita e escuta as histórias de vida de personagens marcantes como Emília Romero, a cacique Damiana, o rezador Ambrósio e Bonifácio. São vidas marcadas pela violência do branco, por despejos, perseguições e assassinatos de seus parentes, mas também são exemplos de agudas resistências, como é o caso da cacique Damiana, que, no momento das filmagens, já acampava na beira da estrada há 12 anos, em frente ao tekohá Apyca'i, e de Bonifácio, que continuava a plantar banana e mandioca entre os corredores enfileirados da imensa plantação de soja onde estava acampado.

A essas narrativas, o filme entrelaça, como resultado de uma extensa pesquisa de arquivo, o porquê dos direitos dos guarani e kaiowá terem sido recorrentemente ignorados e sua população

atacada historicamente: desde o império, após a Guerra do Paraguai, passando pela Nova República e a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), por Getúlio Vargas e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) até a Ditadura Militar pós-64, quando o SPI é substituído pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), com a criação da horrenda guarda indígena. Resultado dessa história violenta, que abarcou inúmeros projetos para que os guarani e kaiowá fossem assimilados e aculturados, o plantio mecanizado da soja nos anos 1970 se expande, junto com a cana-de-açúcar, que chega na década de 1980, além da pecuária. Desse modo, o desmatamento se completa.

Os tekohás que ainda resistiam nos fundos de fazenda foram perseguidos e os indígenas expulsos. Dessa forma, os guarani e kaiowá se viram cada vez mais enclausurados compulsoriamente em reservas minúsculas[3] e superpovoadas[4], marcadas pela penúria, por uma profunda crise humanitária e por uma das maiores taxas de suicídio do país, 2,5 vezes maiores do que entre não indígenas ainda hoje[5] (Zarur, 2023). É nesse quadro de devastação social e ambiental que se iniciam as lutas pela reocupação dos tekohás. Lutas essas que implicam longas disputas judiciais, idas e vindas, e retomadas em situações limite de resistência, dado o elevado grau de violência contra os indígenas[6]. Algumas delas acompanhadas pela câmera de *Martírio*, a exemplo da comunidade de Yvy Katu no momento em que os policiais anunciam a ação de despejo; da reocupação do tekohá Apyka'i, sob ameaças dos capangas da usina, após o acampamento da cacique Damiana ter sido queimado; e da reocupação do tekohá Pyelito Kue, sob tiroteio dos pistoleiros contratados pelo fazendeiro.

Feita essa breve descrição do longa-metragem e tendo em vista que uma análise detalhada e competente do filme foi realizada por Fabio Menezes (2022), em dissertação recentemente publicada e intitulada "Para que o mundo prossiga: uma análise do cinema-processo de Vincent Carelli na trilogia *Corumbiara*, *Martírio* e *Adeus, Capitão*", optou-se, aqui, pela proposição de alguns apontamentos analíticos sobre as singularidades que movem o levante guarani e kaiowá na luta para reaver os seus tekohás e sobre o lugar que o filme ocupa, enquanto parte do projeto cinematográfico de Vincent Carelli, na tradição do cinema brasileiro. A partir disso, acredita-se que *Martírio*, além de se posicionar firmemente em defesa dessa luta, também aponta para um projeto político mais amplo, que diz respeito a um modelo alternativo de organização social para o país, a ser construído.

[3] Em 1928, o SPI delimitou oito pequenas reservas que correspondiam a 0,5% (meio por cento) do total de 3,5 milhões de hectares que ocupavam.

[4] 80% dos guarani e kaiowá continuam morando nesses condições (Johnson; Adoue, 2020, p.229).

[5] Ao menos 30 casos de suicídio entre os guarani e kaiowá foram registrados em 2023 (Zarur, 2023).

[6] De acordo com Camila Zarur (2023), entre 2000 e 2019, 39,4% dos assassinatos de indígenas no Brasil aconteceram em Mato Grosso do Sul, segundo o estudo do Instituto Socioambiental (ISA).

Construção essa que tem como centro o modo de pensar e viver indígena e que pode ter o cinema (ou a cultura de modo mais amplo) como um importante aliado.

1. OS SENTIDOS DA LUTA GUARANI E KAIOWÁ

Martírio constrói, no sentido defendido por Walter Benjamin (Lövy, 2005), uma história à contrapelo, assumindo o lado dos vencidos, retirando dos escombros da violência colonial a resistência dos guarani e kaiowá, ocultada pela versão oficial da história. Faz isso, por exemplo, na sequência em que explica a Guerra do Paraguai, da qual fugiu Emilia Romero. Enquanto vemos imagens coloridas de quadros com comandantes em seus cavalos, Vincent diz: "nas pinturas, vemos o glamour do heroísmo de soldados brancos", a que se seguem imagens em preto e branco de fotografias da época, enquanto ele completa: "nas fotos, a penúria de um exército de muitos negros e índios". É marcante, nessas escolhas de arquivo, a demarcação do contraste: a invenção e a falácia da história oficial dos dominantes expressada pelas pinturas coloridas e rebuscadas em oposição ao realismo em preto e branco das fotografias, que revelam o sofrimento da população. Há, dessa forma, um empréstimo dos aspectos estético-sociais que caracterizaram historicamente o modo de produção e os usos da pintura e da fotografia como uma forma de elucidação do embate entre elite e povo, o que remete à discussão crítica em torno da relação entre arte, técnica e política (Cf. Benjamin, 2021).

O fato é que, como afirma Florestan Fernandes (1975, p.11), "as nações latino-americanas são produtos da "expansão da civilização ocidental", isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático", que persistiu ao longo da história em decorrência da incorporação dependente dos países latino-americanos no modo de produção e reprodução capitalista. Aqui, a elevada concentração de riqueza, poder e prestígio social pelos estratos privilegiados fez com que "a institucionalização política do poder" fosse "realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida" (Fernandes, 1975, p.12). A integração nacional se deu, portanto, pelo alto, tornando a nação o símbolo de interesses particularistas internos face aos interesses particularistas externos. Esse processo implicou, ao longo de todo esse tempo até os nossos dias, uma exploração por espoliação continuada dos territórios indígenas, tendo em vista a geração de valor do modo capitalista de produção em detrimento dos modos de produção e reprodução da vida nas comunidades.

Desse modo, evidencia-se uma contraposição que se refere a distintas formas práticas de pensar, sentir e viver. Essa constatação é fundamental para pensar sobre o que move a luta pelas retomadas, que já se desdobra há décadas. Como afirma Carelli, a religiosidade é um forte elemento dos guarani e kaiowá, sendo esse o motivo que o atraiu nos anos 1980, quando ele foi filmar as grandes

rezas que davam os rumos das discussões políticas do dia seguinte, como já foi dito. Após mostrar a vitória do movimento indígena contra o decreto que buscava retomar o projeto do SPI e declarar os indígenas "aculturados", visando a sua assimilação e tomada dos territórios, a tradução do debate filmado às surdas 25 anos antes é finalmente mostrada ao espectador. Em um trecho, um dos líderes afirma: "o que está pegando é o capitalismo. E aí o que manda é o dinheiro, em todos os países. Nós, índios, estamos envolvidos no capitalismo. É por isso que eles nos acusam de ser aculturados".

Essa sequência é reveladora da articulação imanente que existe entre a dimensão ético-política e a dimensão religiosa no modo de vida (*Teko*) dos guarani e kaiowá. Felipe Johnson e Silvia Adoue (2020) propõem uma associação entre as retomadas atuais e o *jeguatá* que também aponta para essa articulação. Explicam que no período prévio à chegada dos europeus, em um contexto de grande explosão demográfica e expansão no qual houve um desequilíbrio social entre os Tupi-Guarani - já que alguns chefes adquiriram poder sobre os outros[7] e as sociedades assumiram um caráter piramidal - surgiu um grande movimento religioso em busca da *Terra sem Mal* (*Yvy Maraë'y*):

> A profecia dos karaí [rezadores itinerantes] apontava para a ruptura com a ordem que conduzia à cisão social. [...]. Na cosmogonia guarani, a humanidade tinha sido destruída e isso, o "fim do mundo", aconteceria novamente. O jeito era se deslocar para uma espécie de cocanha, onde as flechas irão para a caça sem serem disparadas e não existiria a doença e nem a morte. Para isso, era preciso caminhar: o *jeguatá* (Johnson; Adoue, 2020, p.226).

Com as entradas europeias, os Kaiowá, que significa "gente da floresta", refugiaram-se na mata, mas à medida que o projeto de espoliação foi avançando, a organização da sociedade em tekohá, que é o agrupamento de várias famílias extensas e significa "lugar onde se é", foi sendo inviabilizada por conta do exílio forçado nas reservas. Desse modo, as retomadas também podem ser consideradas uma ruptura com a ordem que conduz à cisão social, remetendo assim à profecia do *jeguatá*. Uma ruptura com um "mundo que está acabando", onde "está tudo fora do tempo", como afirmava a rezadora Estela Vera, do povo Ava Guarani, que vivia no tekoha Potrero Guasu, e foi assassinada no dia 15 de dezembro de 2022 (Johnson; Adoue, 2023).

Ao que tudo indica, a força e a justificativa da resistência guarani e kaiowá advinda da religiosidade é também o motivo da destruição incessante das suas casas de reza e do extermínio das suas lideranças religiosas. Além disso, o assassinato de mulheres rezadoras, como Estela Vera, e Sebastiana Galton, morta junto com o marido, Rufino Velasque, na aldeia Guassuty, em setembro do ano passado (Zarur, 2023), também indica que a caça às bruxas continua, a fim de manter as mulheres subservientes aos homens e ao capital, expropriadas do acesso à terra. Como afirma Silvia Federici

[7] O que é diferente do prestígio que as lideranças acumulavam.

(2023, p.17), atualmente, essa campanha tem sido "promovida sobretudo por seitas fundamentalistas cristãs, que atuam conjuntamente com a expansão capitalista, por meio do avanço das empresas extrativistas e dos ajustes estruturais que tem sido aplicados à economia das ex-colônias europeias".

Felipe Johnson e Silvia Adoue (2020) afirmam que o andar no deslocamento religioso, o *jeguatá*, só pode acontecer em corredores de abundância, ou em "corredores ecológicos", como se diz modernamente, já que não é possível carregar mantimentos, o que, no contexto atual das retomadas "exige uma transformação do ambiente degradado [...] pelo agronegócio. Isto é, precisa-se recuperar florestas contínuas, para dispor recursos de caça, pesca e recoleção" (Johnson; Adoue, 2020, p. 229). Ao comentar sobre a roça de Bonifácio nos corredores da soja, André Brasil afirma:

> Essa persistência demonstra como, ao contrário da perspectiva cristã que projeta o paraíso além da vida, *yvy marã'ey*, a terra sem males que move os Guarani em suas buscas, deve nascer de um trabalho terreno: em meio ao deserto de soja, cultivar a roça é como cuidar de um corpo que adoece, curando-o para o bem viver (*nãnde reko*) (Brasil, 2016, p.149).

"Contra tudo e contra todos, o movimento pacífico e obstinado das retomadas é a única esperança de reconstruir seu espaço e seu modo de vida", afirma Vincent, enquanto vemos na tela imagens do cotidiano nas reservas, especialmente das crianças, durante uma refeição. Modo de vida que revela elementos de socialismo prático, como definiu José Carlos Mariátegui (Johnson; Adoue, 2020, p.230), a exemplo da intensa cena da ação de despejo em Yvy Katu. Nela, diante da pergunta do policial sobre quem é o líder (para que ele responda criminalmente pelo descumprimento da ordem judicial), uma indígena responde: "Aqui todo mundo é líder, as crianças, até o cachorrinho é líder. Não tem líder aqui. E se caso venha a assumir a ordem da justiça, tem que ter todo mundo, não é só um". Por isso, pode-se dizer que a busca pela *Terra sem Mal*, pelo bom-viver, pelo lugar "onde se é" dos guarani e kaiowá, invariavelmente, assume um sentido mais amplo. Vejamos.

O filme termina com as imagens feitas pelos indígenas de Pyelito Kue mostrando os capangas do fazendeiro atirando livremente contra eles. O desespero e o temor impregnam a imagem que estremece e desfoca no momento de tensão. Cobrindo essa cena de ataque covarde, Vincent afirma:

> "A câmera que deixamos em Pyelito Kue registrou esse ataque cinco dias mais tarde. Depois desse, 25 novos ataques se deram em outros acampamentos com mortos e feridos. [...] A história é o fiel das demandas indígenas e não pode ser apagada. Até quando ela se repetirá? É no trato com os índios que a sociedade brasileira se revela. O Estado brasileiro terá a coragem de assumir a responsabilidade por essa tragédia que se perpetua? Ou teremos de enfrentar tempos ainda mais sombrios? Como crescerão essas crianças que vivem o terror imposto aos acampamentos de retomada?

O apelo ao Estado responde à demanda imediata de luta pela sobrevivência dos guarani e kaiowá, denotando a disposição militante da equipe do filme. Entretanto, ao considerarmos o longa na sua integralidade narrativa, podemos supor que se é o dinheiro que manda no mundo, como diagnosticaram as lideranças guarani e kaiowá nos anos 1980, é o Estado (por meio de diferentes governos) que faz cumprir essa ordem, do império, passando pela república, ditadura militar até os nossos dias (intitulado de Nova República), marcado por uma forte restrição política no que concerne à conquista de direitos (no momento em que o longa foi rodado, durante o governo da presidenta Dilma Rouseff). O longo processo histórico de expulsão e apagamento mostrado em *Martírio* prova que o Estado move o seu aparato em favor e pela razão contida na geração de valor capitalista em oposição à organização socioambiental de base comunitária dos povos indígenas.

Dessa forma, no limite, a continuação do mundo guarani e kaiowá confronta e implica a superação, não apenas do agronegócio, essa veia aberta (Galeano, 2022) pela empresa colonial no país, mas também do Estado capitalista e dos seus enclaves no regime democrático vigente, já que é por meio dele que os interesses particularistas de caráter autoritário das "classes exportadoras" continuam a se perpetuar desde a sociedade colonial. Nesse sentido, são evidentes, em *Martírio*, as imagens e os discursos dos políticos no congresso, no senado e no leilão ruralista, organizado com o objetivo de reforçar os esquemas de segurança e os processos jurídicos dos fazendeiros contra os indígenas. O perigo anunciado por Vincent – "Ou teremos de enfrentar tempos ainda mais sombrios?" – terminou por se concretizar com a eleição para a presidência de Jair Bolsonaro em 2018, representante da extrema direita no país, e que apoiou incondicionalmente o *lobby* ruralista durante o seu governo.

Hoje, a despeito da eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2022, e da criação do Ministério dos Povos Indígenas, o perigo permanece iminente, pois a parcela da esquerda, representada pelo atual governo de coalisão, continua a apostar no progressismo extrativista e na modernização das elites agroexportadoras, mesmo que em uma versão adequada às demandas do mercado internacional em torno da conciliação entre consumo e preservação ambiental, devido às mudanças climáticas. Prova disso, é a lançamento do chamado "Novo Programa de Aceleração do Crescimento", que prevê projetos de infraestrutura os quais causarão grande impacto em diversos biomas e na vida de diferentes povos indígenas. No caso dos guarani e kaiowá, o projeto da Nova Ferroeste, ferrovia que cortará ao meio os territórios indígenas e quilombolas no cone sul do Mato Grosso do Sul e do Paraná, além de abrir uma larga ferida nos territórios, também irá pressionar os arrendamentos de soja nas terras guarani e kaiowá (Johnson; Adoue, 2023). De acordo com Felipe Johnson e Silvia Adoue (2023),

os responsáveis pelo projeto estimam a ampliação de 4 para 5 milhões de hectares de soja plantados nos próximos três anos com a construção da ferrovia.

Em síntese, as razões que movem o levante guarani e kaiowá são incompatíveis com a monocultura do capital. Trata-se de dois mundos distintos. Nesse sentido, por mais que as reinvindicações se expressem no clamor ao Estado, revelam, na verdade, uma luta mais ampla, propriamente e essencialmente anticapitalista, em um país da periferia.

2. OS SENTIDOS DO CINEMA FUNDADO NO ENCONTRO POLÍTICO DE VINCENT CARELLI

Na palestra proferida em 1987 na Universidade de Bristol, com o título "Quando se deu o modernismo?", Williams aponta que o período entre 1890 e 1940, intitulado por "modernismo", e ao qual muitas vezes se chama "moderno", resulta de mecanismos da tradição seletiva. Isso significa que contornos teóricos e autores específicos[8] passaram a significar o modernismo. Ao ser canonizado pela acomodação do pós-guerra e pelo endosso acadêmico, foi fixado nesse intervalo de 50 anos, sendo que, para além dele, apenas restou o "pós". De acordo com Williams (2011, p.7), o modernismo logo "perdeu sua postura antiburguesa e alcançou uma integração confortável no novo capitalismo internacional", tendo, muitas vezes, as suas inovações apropriadas pela linguagem do mercado e dos comerciais. Em vista disso, ele propõe que é preciso procurar uma tradição alternativa retirada de obras negligenciadas que nos permitam escapar do a-historicismo do pós-modernismo. Uma tradição que possa apontar não para a "reescrita do passado, hoje passível de exploração por ser tão inumana, mas para um futuro moderno no qual a comunidade possa ser novamente imaginada" (Williams, 2001, p.7).

A tentativa de Willliams, de propor a busca por uma tradição alternativa que nos permita escapar da percepção de que o "modernismo" se fixou em um dado período, composto por determinados autores e concepções teóricas, sendo "moderno", no sentido do "agora" ou "progressivo" apenas naquele momento, pode nos ajudar a pensar o cinema brasileiro e lançar uma hipótese inspirada na filmografia de Vincent Carelli, a partir de *Martírio*, objeto de análise desse artigo. A classificação canônica do chamado "cinema moderno brasileiro", em grande medida, foi elaborada por Ismail Xavier, que teve como base seu estudo inovador das formas cinematográficas do cinema novo no país, especialmente do cineasta Glauber Rocha (Cf. Xavier, 1986). Segundo ele, o cinema moderno brasileiro, que envolveu o cinema novo e o cinema marginal, entre o final da década de 1950 e meados dos anos 1970, foi um movimento plural de estilos e ideias no qual houve uma convergência

[8] Por exemplo, Proust, Kafka, Joyce e Brecht.

entre a "política dos autores", filmes de baixo orçamento e renovação da linguagem. Traços esses mobilizados em oposição ao cinema clássico, industrial, daí a sua caracterização como "cinema moderno" (Xavier, 2001, p.14).

Nesse processo, foi notável a influência de cineastas e estilos como Renoir, Welles, neo-realismo, Pasolini, Cassavetes, *Nouvelle-Vague*, dentre outros, quando se buscou praticar aqui o cinema enquanto crítica e exercício da autoria, o que foi feito de modo singular:

> Inserido na constelação do moderno, o jovem cinema brasileiro traçou percursos paralelos à experiência europeia e latino-americana. Viveu, no início dos anos 1960, os debates em torno do nacional-popular e da problemática do realismo, dados que nos lembram, em especial, o contexto italiano. Por outro lado, em consonância com novas estratégias encontradas pelo cinema político, foram típicos, ao longo da década, os debates em que, na tônica do "cinema de autor", godardianos e não godardianos discutiram os caminhos do cinema entre uma linguagem mais convencional e uma estética da colagem e da experimentação [...] Tais debates colocavam em confronto cineastas que acreditavam na potência comunicativa da linguagem clássica e cineastas que, inspirados ou não em Brecht, definiam a crítica ao próprio cinema como condição de um cinema crítico voltado para as questões sociais. (Xavier, 2001, p.15-16)

Essa citação, um pouco extensa, faz uma síntese global das dissonâncias formais que estiveram presentes à época, as quais, invariavelmente, implicavam uma dada percepção sobre o papel político do cinema. Isso porque fazer cinema nesse período foi muito além de uma inovação estética, já que se correlacionou à uma "estrutura de sentimento" mais ampla presente na intelectualidade brasileira de esquerda, intitulada por Marcelo Ridenti de "brasilidade revolucionária" (RIDENTI, 2010). Vinculada ao populismo nacionalista daquele momento, ela se referiu a sentimentos, valores e práticas compartilhadas em torno da expectativa de uma revolução iminente, nacional-democrática ou socialista, que transformaria a sociedade brasileira, conferindo ao povo ou às classes subalternas o poder de decisão do destino do país.

Convencionou-se afirmar que, nesse quadro, foram colocadas em prática experiências estético-políticas as quais, de um lado, valorizavam o conteúdo em contraposição à forma, defendendo a compreensão da mensagem pelo povo; e de outro, a exemplo de Glauber Rocha, defendiam uma "forma revolucionária para um conteúdo revolucionário". No entanto, com as intensas transformações sociais pelas quais passou o país após o golpe militar de 1964, que pôs em marcha um plano modernizador e conservador para a comunicação e a cultura, os intelectuais e cineastas de esquerda passaram a ser, aos poucos, absorvidos pela institucionalização e pela lógica de profissionalização desses setores. Ao se alterarem as bases sociais que sustentaram a brasilidade revolucionária, como resultado, vê-se o eclipse do cinema moderno brasileiro. Ismail Xavier afirma que a sua hegemonia foi até o início da década de 1980, sendo o seu ponto limite simbólico o ano de

1984, quando são lançados o filme de Nelson Pereira, *Memórias do Cárcere,* e o documentário de Eduardo Coutinho, *Cabra Marcado para Morrer* (Xavier, 2001, p.34).

Feita essa breve contextualização, é possível propor uma hipótese, em diálogo com Williams, que pode nos ajudar a situar a filmografia de Vincent Carelli no fluxo histórico do cinema engajado no país. Além do fato de que os cineastas e intelectuais do "cinema moderno brasileiro" encontraram, a partir dos anos 1980, uma integração confortável nos novos arranjos da indústria cultural brasileira - a qual, por sua vez, elaborou sua própria versão do nacional-popular, especialmente com a popularização da televisão (Cf. Ortiz, 2006), valendo-se amplamente das suas inovações formais em peças mercadológicas -, pode-se dizer que também aqui houveram mecanismos de seleção os quais consagraram uma determinada versão do nosso cinema moderno.

Ao que tudo indica, essa versão, além de restringir o moderno ao período histórico citado (restando-nos apenas o "pós", como afirma Williams), também instituiu a ênfase no cinema de autor, nas inovações estéticas e nos signos relativos à "identidade nacional". É notável, como demonstra a citação anterior, que os embates estético-políticos daquele período são descritos a partir da vertente formalista. Essa leitura, herdada do passado, mostrou-se dominante na produção e recepção cinematográfica a partir da Nova República, ao menos entre os que buscaram, de diferentes formas, reverberar temas, estilos e disposições vinculadas àquele momento. Na chamada Retomada do Cinema Brasileiro, nos anos 1990, por exemplo, quando o país já havia entrado de vez no neoliberalismo e o mercado cinematográfico já havia se especializado e profissionalizado, o sertão, a alegoria, o debate sobre a identidade nacional e signos da cultura popular foram reavivados nas telas. Notou-se, além do acuro técnico e das narrativas mais afinadas à subjetividade e ao ambiente doméstico, que essas reescritas almejaram uma reconexão com a tradição do cinema de autor (Cf. Oricchio, 2003), já decantadas as disposições políticas que animaram as suas práticas nos anos 1960 e 1970.

Nossa hipótese é que, nesse processo, uma importante tradição alternativa, também presente na cultura engajada daquele período, foi relegada ou mesmo ignorada. E é a essa tradição que *Martírio*, e mesmo o projeto cinematográfico de Vincent Carelli de modo mais amplo, está filiado. Trata-se de formas e práticas culturais fundadas na relação direta, no *fazer com*, no engajamento compartilhado, entre artistas e povo, para utilizar a denominação corrente à época. Essas experiências estético-políticas, que escapavam do regime mais estrito do cinema de autor, foram sendo eclipsadas à medida que perdurou a valorização formal da autoria reflexiva. Prova histórica desse processo de seleção pode ser notada na tendência dominante que marcou a recepção crítica de *Cabra Marcado para Morrer* (Eduardo Coutinho, 1984).

A ideia do filme nasceu no âmbito da UNE Volante em 1962. O objetivo era filmar a luta e a história de João Pedro Teixeira, líder e fundador da Liga Camponesa de Sapé, que havia sido assassinado. A esposa, Elisabeth Teixeira, e os filhos interpretariam a si mesmos. Entretanto, devido à interrupção das filmagens pelo exército durante o golpe de 1964, o filme fica inacabado. Já nos anos 1980, Eduardo Coutinho decide terminar o filme 17 anos depois do ataque dos militares, reencontrando os camponeses e os membros da família da viúva de João Pedro, que se esfacelou por conta da ditadura. Tanto na manufatura do longa de 1984, quanto nas apreciações críticas que ele recebeu, imprimiu-se uma diferenciação que valorizou a versão final em detrimento do filme original de 1962, revelando o quanto as experiências das primeiras filmagens foram negligenciadas como elemento de avaliação do longa (Cf. Santos; Protazio, 2023).

Contrariamente à essa perspectiva, vale ressaltar o posicionamento de Roberto Schwarz, no artigo "O fio da meada", ainda em 1985:

> A complementaridade destas aspirações é objetiva e produziu grandes momentos, que podem ser vistos na parte do filme realizada em 62: a estupenda dignidade dos camponeses, a singeleza trágica na apresentação dos conflitos de classe, o reconhecimento de tipos não-burgueses de beleza etc. São momentos, aliás, que mostram como é tola, esteticamente, a doutrina antiengajada atual (Schwarz, 1985, p.32).

Ao sublinhar a beleza estética da primeira versão de *Cabra*, Schwarz critica a dualidade engajamento/valor estético que se cristalizou na intelectualidade brasileira.

Em uma palestra para a Socine (Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual), intitulada "Cineastas e imagens dos povos – de *Cabra Marcado para Morrer* a *Martírio*", Leandro Saraiva (2020) distingue "cinema político" e "cinema militante". Segundo ele, ao passo que o primeiro reflete sobre temas e assuntos políticos, o segundo resulta do engajamento direto do diretor na luta de um grupo social. Desde a retomada, é possível notar uma grande diversidade de estilos no cinema brasileiro contemporâneo, mas, apesar disso, prevalece a tradição do cinema de autor ou do que Saraiva intitulou de "cinema político". Esse é o caso, por exemplo, de duas importantes cenas atuais de produção "independente", a de Pernambuco e a de Minas Gerais, nas quais há uma forte ênfase na experimentação, em que se nota o uso de esquemas alegóricos, a desnaturalização da linguagem, baixo orçamento e a solidariedade com as classes subalternas, dentre outros aspectos que também remetem ao chamado cinema moderno brasileiro.

Nesse quadro, o projeto cinematográfico de Vincent Carelli, sendo um "cinema militante", nos termos de Leandro Saraiva, ajuda a trazer à luz práticas alternativas. Trata-se "de uma complexa forma de prática cinematográfica que, justamente porque manuseia as imagens como matéria

subordinada ao encontro (e à vida que dele emana), confere uma força inequívoca a elas" (em fase de pré-publicação)[9]. "Reencontrar pessoas e imagens, reencontrar pessoas nas imagens, fazer as pessoas reencontrarem imagens da própria história: esse parece ser o procedimento do filme, sua tessitura mesma", afirma André Brasil (2016, p.148) a respeito de *Martírio*. Nesse arranjo produtivo, o filme e suas configurações estéticas, como acontece no documentário, são consequências da conexão e da luta compartilhada, o que exige "pensar o estético a partir do político e não o inverso como tem sido mais usual" (Menezes, 2022, p.13).

Por isso, não surpreende que a recepção de *Martírio* tenha revelado a concepção típica da tradição que pensa o político a partir do estético. Foi o caso, por exemplo, da crítica de Luiz Carlos Merten (2017) para o Estado de S. Paulo, intitulada "Martírio e a (nova?) barbárie"; e de textos de Eduardo Escorel (2016a, 2016b, 2016c) na revista Piauí. Ambos apontam para o que consideram ser uma negligência da qualidade estética do filme. Enquanto Merten defende que o documentário é uma reportagem - "Tudo o que Martírio tem de bom liga-se ao tema. Uma grande reportagem. O filme não tem um momento que você possa dizer, esteticamente – Uau! É tudo informativo, factual" -, Eduardo Escorel (2016c) argumenta que "os compromissos da militância se sobrepõem aos do documentarista" e que por isso o "projeto de "entender" as dimensões do movimento de retomada das terras, anunciado no prólogo de *Martírio*, acaba se revelando retórico".

Se considerarmos os elementos estético-políticos já citados no que se refere à montagem, as construções de sentido interconectadas entre o passado e o presente, a dignidade das personagens perpetuada ao longo dos anos, a convicção da permanência enquanto permanência de si, de quem se é, a beleza dos cantos, das rezas, dos maracás a despeito da penúria e da violência que os cercam, a complexa teia narrativa que entrelaça histórias de vida à processos históricos "mostram como é tola, esteticamente, a doutrina antiengajada atual", como disse Schwarz.

Além disso, o projeto fílmico de Carelli depõe contra a percepção, também muito corrente, de que a conexão entre artista e povo é moderna no sentido de estar fixada no passado, tornando-se inviável dadas as novas configurações de produção cultural. Talvez porque tenha mantido relativa distância do campo cinematográfico, já que se manteve vinculado centralmente à atuação enquanto indigenista, sendo a formação de cineastas indígenas e a produção de filmes emanações dessa militância, o cinema de Carelli contradiz a percepção de que a aliança entre artistas e os de baixo "não tinha futuro político" (Schwarz, 1985, p.32) e continuaria sem o ter no presente.

[9] SANTOS, M.V.M. *A câmera e a flecha em Corumbiara*: o cinema político de Vincent Carelli e o filme como consequência. Em fase de pré-publicação.

De modo diferente, com o passar dos anos, a solidariedade prática em relação aos indígenas com os quais o diretor tem o destino entrelaçado já há mais de 50 anos aponta para um adensamento e não dissolução dessa relação. É justamente a reflexão sobre esse elo construído a partir do encontro que permite a seus filmes, como é o caso de *Martírio*, tecer uma memória em comum (tornando a sua vida e a dos indígenas que (re)encontrou matéria viva dos filmes) ao mesmo tempo que constrói, junto com eles, uma memória coletiva à contracorrente, contando a história silenciada, à contrapelo da versão oficial.

O aprendizado ao longo da sua atuação como indigenista parece compor os poros das imagens que surgem na tela à medida que revelam o que não deixa de ser uma concepção política de nação, embora muito distante das expectativas da brasilidade revolucionária que existiu nos anos 1960. Àquele momento, as esquerdas apostavam na modernização, ainda que defendessem que ela deveria ser encampada e orientada pelos interesses das classes populares. Contrariamente, o contato e o aprendizado de Vincent junto aos povos indígenas, vítimas de um processo continuado e extremamente violento de apagamento e perda de direitos, taxados como inimigos do desenvolvimento nacional, apontam para a descrença no progresso. *Martírio*, como outros filmes de Carelli, assume a perspectiva benjaminiana de história, segundo a qual a única alternativa à catástrofe é puxar o freio de mão do progresso, que se tornou uma locomotiva desgovernada (Lövy, 2005). O projeto de país aí implícito não tem ilusões na modernização capitalista (seja ela encampada pela direita ou pela esquerda), que reserva minúsculos espaços de convivência aos que não partilham da sua lógica de exploração, ou os lançam às margens da sociedade e das rodovias.

Assim, além de se filiar a uma tradição negligenciada, bastante refratária à absorção hegemônica, já que fundada em laços e conexões continuadas e ativas *além tela*, o projeto fílmico de Vicent Carelli também desvela outros modos de pensar e viver, os quais, como afirmou Silvia Federici (2023, p.29), testemunham a limitação da vitória da disciplina do trabalho capitalista e revelam quanta gente ainda vê sua vida de uma forma radicalmente antagônica aos requisitos da produção capitalista. Não só *Martírio*, mas a filmografia de Carelli, também apontam, como defendia Raymond Williams, para a necessidade de superar os modelos que reduzem a sociedade a duas esferas de interesse, qual sejam, a política (sistema de decisões) e a economia (sistema de subsistência). De outro modo, é preciso perceber a sociedade como uma organização humana com necessidades comuns: "não apenas como uma ordem política e econômica, mas como uma ordem humana que compreende também as atividades culturais, o sistema de aprendizado e comunicação e o complexo de relações baseadas na criação e manutenção da vida" (Rivetti, 2015, p.68).

Se a defesa das diferenças foi originalmente um desígnio das direitas, que as utilizam como explicação e justificação das desigualdades, aí inclusas as de direito (Pierucci, 2013), cabe à esquerda ressaltar as diferenças como possibilidades de práticas e significados para que os condicionantes que estruturam a exploração e a opressão, instaurando a desigualdade, sejam superados. Nesse sentido, a lógica da abundância ambiental, a organização social não cindida, a conexão entre matéria e espírito e a relação comunal com a terra e com a religião dos guarani e kaiowá tem muito a ensinar, para que "nós, os não índios, percebamos, de uma vez por todas, a continuidade entre o mundo deles e o nosso" (Saraiva; Menezes, 2017). Assim, pode-se dizer que o projeto cinematográfico de Vincent Carelli é moderno porque aponta para um futuro "no qual a comunidade possa ser novamente imaginada" (Williams, 2001, p.7), lembrando-nos que também a câmera pode ser uma valiosa aliada na luta para romper com o "mundo que está acabando", como disse a rezadora Estela Vera.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

BRASIL, André. Retomada: teses sobre o conceito de história. *In*: TORRES, Júniaet al. (org.). **Catálogo doforumdoc.bh 2016**. Belo Horizonte: Associação Filmes de Quintal, 2016.

ESCOREL, Eduardo (2016). Martírio – militância e arte (I). **Revista Piauí**, São Paulo, 01 dez. 2016a. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/martirio-%E2%94%80-militancia-e-arte-i/. Acesso em: 13 mar. 2024.

ESCOREL, Eduardo (2016). Martírio – militância e arte (II). **Revista Piauí**, São Paulo, 08 dez. 2016b. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/martirio-%E2%94%80-militancia-e-arte-ii/. Acesso em: 13 mar. 2024.

ESCOREL, Eduardo (2016). Martírio – militância e arte (III). **Revista Piauí**, São Paulo, 15 dez. 2016c. Disponível em: https://dev1-piaui.folha.uol.com.br/martirio-militancia-e-arte-iii/. Acesso em: 13 mar. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2022.

JOHNSON, Felipe; ADOUE, Silvia. Quem mandou matar a rezadora Estela Vera Guarani? **Contra Poder**, São Paulo, 04 jan. 2023. Disponível em: https://contrapoder.net/colunas/quem-mandou-matar-a-rezadora-estela-vera guarani/#:~:text=Grande%20assembleia%20das%20mulheres%20Guarani%20e%20Kaiow%C3%A1. Acesso em: 13 mar. 2024.

JOHNSON, Felipe; ADOUE, Silvia. Retomadas Guarani e Kaiowá: o socialismo indo-americano e a busca da Terra sem Mal. *In*: RUBBO, Deni A.; ADOUE, Silvia (org.). **Espectros de Mariátegui na América Latina**. Marília: Lutas Anticapital, 2020, p. 219 - 234.

LÖVY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

MENEZES, Fábio G. G. T. C. **Para que o mundo prossiga:** uma análise do cinema-processo de Vincent Carelli na trilogia Corumbiara, Martírio e Adeus, Capitão. 2022. 110p. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MERTEN, Luiz Carlos. Martírio e a (nova) barbárie. **O Estado de S. Paulo**, 07 abr. 2017. Disponível em: https://www.estadao.com.br/cultura/luiz-carlos-merten/martirio-e-a-nova-barbarie/. Acesso em: 13 mar. 2024.

ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de novo**: um balanço crítico da Retomada. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/Editora 34, 2013.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIVETTI, Ugo Urbano Casares. **Crítica e modernidade em Raymond Williams**. 2015. 129p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Márcia V. M. dos; PROTAZIO, Beatriz Y. Texto e imagem, passado e presente: rastros de um legado cultural que se renova em Mutirão em Novo Sol e Cabra Marcado para Morrer. **Eixo Roda**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p.11-38, 2023. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/27219. Acesso em: 13 mar. 2024.

SARAIVA, Leandro; MENEZES, Fábio Costa. Vincent Carelli e o cinema pela continuidade do mundo. **6ª mostra Eco Falante de cinema ambiental**, 22 de maio. 2017. Disponível em: https://mostraecofalante.wordpress.com/2017/05/22/vincent-carelli-e-o-cinema-pela-continuidade-do-mundo/. Acesso em: 13 mar. 2024.

SOCINE. **Cineastas e imagens dos povos** – de Cabra Marcado para morrer a Martírio. Socine em casa – Live 45, 12 nov. 2020, 1 vídeo (1h29m30s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v= 8ywCt22D4TE. Acesso em: 13 mar. 2024.

SCHWARZ, Roberto. O fio da meda. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.12, pp.31-34, jun. 1985.

WILLIAMS, Raymond. Quando se deu o modernismo? *In*: **Política do modernismo**: contra os novos conformistas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

XAVIER, Ismail. **Sertão Mar**: Glauber Rocha e a estética da fome. São Paulo: Brasiliense, 1983.

XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ZARUR, Camila. Violações contra guarani-kaiowá afetam saúde mental e elevam suicídio entre indígenas. **Folha de S. Paulo**, 16 de out. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/violacoes-contra-guarani-kaiowa-afetam-saude-mental-e-elevam-suicidio-entre-indigenas.shtml#:~:text=%22O%20contato%20com%20o%20mundo,facilidade%20de%20acesso%20a%20drogas. Acesso em: 13 mar. 2024.

GT 04 Movimento sociais, étnicos e ambientais: levantes na américa latina

LIÇÕES DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA NO MARANHÃO/BRASIL: ENTRE "COLISÕES" E "COALIZÕES EPISTÊMICAS"

Sérgio César Corrêa Soares Muniz[1] (PPDSR/LIDA/UEMA)

RESUMO: Em 2016, a Universidade Estadual do Maranhão passou a realizar a primeira Licenciatura Intercultural Indígena do estado, a LIEBI. O curso contemplou quatro povos indígenas do estado (Tentehar/Guajajara, Canela, Krikati e Pyhcop Catiji/Gavião) e formou, em 2022, 54 cursistas. Uma análise das experiências formativas e produções intelectuais de alguns cursistas da LIEBI entre os anos de 2016 e 2022 é principal objetivo deste trabalho. Naquele contexto atuei como docente e orientador no curso, o que tornou possível participar de trocas, partilhas e correlações epistemológicas realizadas com os cursistas indígenas. Entre os seus saberes e os conhecimentos acadêmicos, se manifestavam equivalências e incongruências que em Muniz (2023) chamei de "colisões epistêmicas" e "coalizações epistêmicas". As primeiras eram expressivas de uma negociação improvável, sem efetividade, entre as formas daquelas indígenas para pensar o mundo e as formas não indígenas (acadêmicas). As segundas indicavam que para qualificar a atuação dos indígenas em esferas de discussão acerca de seus direitos, um certo tipo de aliança política entre os saberes indígenas e os acadêmicos deveria ser considerado enquanto possibilidade. Para ver e sentir de perto essas "colisões" e "coalizações" recorri a "etnografia dos/nos interstícios" (FURTADO, MUNIZ e OLIVEIRA, 2018) e MUNIZ (2023), um tipo de etnografia que só é possível quando se é parte protagonista do processo em que tem sido (auto)refletido.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Direitos; Ensino Superior; Colisão Epistêmica; Coalizão Epistêmica.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um investimento teórico-metodológico cuja motivação é a presença de indígenas no ensino superior do Maranhão. A principal fonte geradora dos resultados apresentados neste trabalho foram as experiências acadêmicas vivenciadas por homens e mulheres indígenas que cursaram a primeira Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena do estado (LIEBI), ofertada pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), entre os anos de 2016 e 2022.

A partir do acompanhamento das dificuldades, oportunidades, encontros e desencontros vividos por acadêmicos e acadêmicas indígenas da LIEBI, tem sido possível propor algumas *lições interculturais*, uma oportunidade reflexiva dada aos investigadores e investigadoras que tem se dedicado ao campo dos processos formativos ditos interculturais, oriundos de um contexto mais amplo em que o ensino superior tem sido procurado pelos indígenas do país inteiro como um certo tipo de estratégia ou condição de fortalecimento de seus movimentos, lutas e demandas.

[1] Pós-doutourando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) e pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades (LIDA) ambos da Universidade Estadual do Maranhão.
E-mail: sccsmuniz@gmail.com / munizsccs@gmail.com

A feitura da pesquisa[2] que deu origem a este texto seguiu as recomendações da "etnografia nos/dos interstícios" (FURTADO, OLIVEIRA e MUNIZ, 2018), uma abordagem metodológica em que o/a pesquisador/a direciona suas investigações aos processos sociais e projetos ético-políticos que integra como sujeito/a partícipe e atuante, um jeito de fazer pesquisa em que o pesquisador/a esteja situado na "diferença colonial"[3] e dela tome consciência.

Ao colocar em análise as travessias feitas pelos/as indígenas ao longo de sua formação na Licenciatura Intercultural Indígena da UEMA, é possível argumentar que elas expressam as (im)possibilidades da interculturalidade. Presenciar e, em certa medida, participar das (in)compatibilidades manifestas entre as epistemologias de si e a epistemologia do mundo acadêmico, suscitadas pela presença indígena no ensino superior, me (nos) permitiu apre(e)nder algumas lições de caráter político-epistêmico.

Etnografar interstícios, *Arranjar Gnosiologias*, *Colidir e Coligar Epistemes* são lições que a experiências da e na LIEBI nos permitem vislumbrar e pelas quais é possível compreender a complexidade das formas como os povos indígenas têm (re)organizado a dimensão dos processos escolarização, outrora tão desestruturadores das realidades e contextos próprios desses povos.

Em síntese, o que pretendo argumentar neste artigo é que os/as indígenas passaram a tecer "arranjos gnosiológicos" (COLEHO e MUNIZ, 2020) ao se apropriarem das categorias e conceitos ocidentais, pelos quais tem sido possível superar colisões epistêmicas - um mal estar diante dos termos e da (in)diferença burocrática acadêmica – e vislumbrar coalizões epistêmicas, alianças entre matrizes de conhecimento distintas, presentes nas produções intelectuais dos indígenas e com a quais podem lutar e resistir aos equívocos etnocêntricos sobre suas vidas e seus projetos de futuro, portanto, mobilizar uma resistência contra o epistemicídio e as forças da colonialidade.

Para apresentar as *lições interculturais* que identifiquei ao longo de minhas experiências entre os acadêmicos e acadêmica indígenas seguirei o seguinte percurso: como quem recupera registros e memórias transcritas em um caderno de campo, abordo alguns elementos históricos, institucionais e estruturais da LIEBI na tentativa de descrever suas lógicas internas e funcionamento de forma geral; em segundo momento discorro sobre a primeira *lição*, uma revisão crítica, política e intercultural da prática etnográfica que nos possibilitou propor a *etnografia nos/dos interstícios*; na

[2] A referida pesquisa deu origem a tese "*EU QUERIA VER O MAR E TÔ BATENDO CABEÇA*: (auto)reflexividades sobre a educação superior indígena na/da UEMA" de Muniz (2023) apresentada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSOC/UFMA), da qual este artigo é tributário.

[3] Que segundo Mignolo (2003), tem a ver com o entendimento de que o Ocidente historicamente tem produzido excluídos e espaços de exclusão em nível global, criando uma fronteira geográfica e ontológica entre o "ser" e o "não-ser", entre aqueles cuja humanidade é reconhecida e os 'outros', de subumanidade ou animalidade. Em outras palavras, o Ocidente e os seus outros.

segunda *lição* discuto os arranjos gnosiológicos, o exercício de apropriação indígena dos conceitos acadêmicos para fins de explicação de suas próprias realidades; por fim, na última *lição*, problematizo as (in)compatibilidades entre conhecimentos indígenas e saberes acadêmicos, processo que designei como *colisões e coalizões epistêmicas*.

Abrindo o caderno e tomando nota do contexto das lições: conhecendo a LIEBI

A Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena do Maranhão (LIEBI) foi um curso destinado a professoras e professoras indígenas do Maranhão realizado entre os anos de 2016 e 2022, formando mais de 50 indígenas dos povos Tentehar/Guajajara, Krikati, Canela e Pyhcop Catiji em Educa. A LIEBI esteve vinculada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) da UEMA, ambos localizados no Campus Paulo VI, no bairro do São Cristóvão em São Luís-MA.

Destaco que até a criação da turma, um longo caminho foi percorrido, uma complexa trama político-burocrática foi tecida, muitos embates, discussões, enfretamentos, consensos e dissensos foram travados. No entanto, é possível dizer que a demanda por ensino superior para os povos indígenas do Brasil e do Maranhão, a possibilidade de formação continuada de forma geral, está presente nas reivindicações desses povos desde o processo de redemocratização.

No caso do Maranhão, as lutas dos indígenas por qualificação docente têm seus primeiros resultados em 1993 com a criação do Magistério Indígena, ofertado pela Secretária de Educação do Estado do Maranhão. Em 2007 a Universidade Federal do Maranhão, interpelada por parte do Movimento Negro no Maranhão, cria a reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência. Em 2010 a Assembleia Estadual do Maranhão edita uma lei que passa a garantir uma reserva de vagas para indígenas na Universidade Estadual do Maranhão. Já em 2016, a UEMA, com recursos próprios, inicia a primeira turma de Licenciatura Intercultural Indígena do Estado do Maranhão, após 5 anos de discussões com lideranças e movimentos indígenas do Estado e outros órgãos.

Para o funcionamento do curso, conforme apontado no Projeto Político de Curso, estava prevista a realização de dois momentos formativos específicos designados respectivamente de tempo universidade (T.U.) e tempo comunidade (T.C.). No T.U. as aulas foram ofertadas de forma concentrada num período que durava em média 20 dias, onde as atividades aconteciam de segunda a sábado, nos turnos matutino, vespertino e, a partir da formação específica, 3 dias no noturno. Os domingos eram destinados ao descanso dos/das estudantes.

Já o Tempo Comunidade (TC), por sua vez, compreendeu etapas que ocorreram nos campi da UEMA localizados nas cidades de Barra do Corda, Grajaú e Maranhão, mas principalmente em

algumas aldeias sugeridas pelos próprios cursistas. Nesse *tempo* a colaboração entre monitores e cursistas foi fundamental para o acompanhamento das demandas lançadas aos estudantes durante as etapas do TU.

A divisão desses dois momentos formativos tomou como base de inspiração os princípios da "pedagogia da alternância", onde está contida uma preocupação em como os saberes aprendidos na universidade serão articulados nas/para e com as realidades de origem dos/das estudantes, nesse caso em suas terras e aldeias.

Para que a permanência dos indígenas fosse possível durante o tempo universidade a UEMA precisou providenciar sua hospedagem durante o tempo de vigência da etapa. No primeiro T.U., realizado em julho de 2016, os cursistas foram atendidos por um serviço de hotel já contratado pela UEMA, considerando que a universidade não dispunha de alojamentos próprios. As dependências da hospedagem ficavam no bairro do Tirirical, nas proximidades do campus.

No começo, idos de 2016, os/as indígenas se deslocavam entre o hotel e a universidade fazendo uso de ônibus e micro-ônibus próprios da UEMA. Assistiam as aulas durante o dia e voltavam para o hotel no início da noite. Muitas cursistas precisaram trazer seus filhos e filhas, ou em fase de amamentação ou muito pequenos (as). Elas traziam ainda pessoas para prestar suporte nos cuidados com essas crianças. Eram eles filhos ou filhas mais velhas, maridos ou esposas e irmãos e irmãs.

Ao longo de toda a primeira etapa foi possível notar a circulação de todas essas pessoas nos corredores e salas do CCSA. Muitas crianças eram colocadas para dormir ao embalo de redes armadas entre as árvores e as colunas de concreto do prédio. No entanto, lembro que era muito comum ver pessoas do lado de fora da sala de aula, alegando que haviam se retirado devido ao incômodo com a baixa temperatura do ambiente. Outras pessoas afirmavam sentir náuseas por ficar muito tempo em locais fechados, sem janelas.

Outra situação foi o estranhamento, por parte dos/das indígenas, com a alimentação fornecida pelo restaurante universitário. Algumas cursistas, suas filhas e filhos e algumas acompanhantes apresentaram um quadro de enjoo e vômito após a realização das refeições servidas no almoço. Lembro de ter ouvido algumas conversas em que as pessoas diziam que estavam estranhando o tempero da comida, o que poderia estar causando o mal-estar. A própria rotina de deslocamentos diários entre o hotel e a UEMA se tornara desgastante para os cursistas, pois quanto mais avançávamos etapa adentro mais podíamos perceber seu esgotamento físico e mental.

Diante dessas questões e desse cenário e, considerando a necessidade de mudança do local onde as aulas aconteciam, a LIEBI passou a ser realizada no Centro de Formação e Treinamento Oásis localizado no bairro da Aurora em São Luís –MA.

O referido Centro situa-se em um sítio com infraestrutura que dispõe de alojamentos, refeitório, auditórios e salas de reuniões, onde foram realizadas as aulas. A UEMA, por meio da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAPEAD), dispôs o referido espaço para a realização das etapas do Tempo Universidade. Na tentativa de dirimir o desconforto e desgaste físico dos cursistas com o deslocamento do hotel para a UEMA, a Administração superior considerou mais favorável disponibilizar um espaço mais aprazível ao público-alvo do Curso para a realização das aulas. A partir de 2017, portanto, todas as aulas e outras atividades e eventos ligados à LIEBI ocorreram no espaço do Sítio Oásis, com exceção de algumas aulas que previam a utilização de laboratórios e que foram realizadas nos espaços do campus Paulo VI da UEMA.

Acerca da composição curricular do curso, para um/a estudante indígena obter um diploma de Licenciado/a em Educação Intercultural ela deveria realizar um conjunto de atividades que incluíam uma "formação geral" disposta em componentes curriculares comuns a todos/as cursistas e uma "formação específica" estruturada em três grandes áreas "Ciências da Natureza", "Ciências da Linguagem" e "Ciências Humanas".

Todas as disciplinas e componentes apresentados deveriam ser obrigatoriamente cursados para a integralização curricular e, portanto, do curso. Para além dessa matriz curricular comum à todas as turmas cada uma delas possuía um conjunto de disciplinas específicas que respaldaria o/cursista enquanto habilitado na área escolhida.

Além da realização de disciplinas gerais e específicas, os/as estudantes da LIEBI também precisaram cumprir outras atividades obrigatórias à formação, como a realização de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, os estágios curriculares obrigatórios em diferentes anos da educação básica e a elaboração e apresentação de um trabalho de conclusão de curso.

A finalização de todos esses momentos resguardaria ao cursista o direito de ser diplomado pela universidade em Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena com habilitação em Ciências da Natureza ou Ciências da Linguagem ou Ciências Humanas.

Finalizada a 'formação geral' as/os estudantes deveriam escolher uma área de formação específica para dar continuidade aos seus estudos. Línguas e saberes sobre o mundo físico, da vida e quantificações (Ciências da Natureza), Línguas e saberes sobre os movimentos das sociedades no espaço (Ciências Humanas) e Línguas Indígenas em interação com Línguas Oficiais (Ciências da Linguagem) eram as áreas previstas segundo o projeto do curso.

Ao escolherem pela continuidade da formação em proximidade com as Ciências da Natureza, os/as cursistas seriam habilitadas e preparadas para assumirem disciplinas como Ciências (para o Ensino Fundamental II) e Biologia, Química, Física e Matemática (para o Ensino Médio). No caso daqueles/as que optassem pelas Ciências Humanas poderiam assumir as disciplinas de História e Geografia (Ensino Fundamental II) e História, Geografia, Sociologia e Filosofia (no Ensino Médio). Para as/os que escolhessem as Ciências da Linguagem as possibilidades de docência se dariam no âmbito do ensino de Língua Portuguesa, Língua Indígena e Artes, também no Ensino Fundamental e Médio.

A finalização do curso de seu com a colação de grau dos cursistas em outubro de 2022, alguns meses após terem acontecido as defesas de seus trabalhos de conclusão de curso. Dos 90 ingressantes 54 conseguiram concluir o processo. Boa parte dos que concluíram hoje estão vinculados a rede estadual, redes municipais de educação ou exercendo cargos em setores e órgãos relacionadas à questão indígena.

Após o encerramento da primeira turma, a UEMA deu continuidade ao processo de formação de professores e professoras pertencentes aos povos e comunidades tradicionais do Estado e ainda em 2022 abriu novas turmas de Licenciatura Intercultural Indígena e sua primeira turma em Licenciatura em Educação Quilombola, todas no âmbito do Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica do Maranhão, o PROETNOS. Mais arranjos gnosiológicos, colisões e coalizões epistêmicas estão a caminho, portanto, novas *lições interculturais*.

LIÇÃO Nº 1 ou *fissurando* a prática etnográfica

Minhas experiências entre os cursistas da LIEBI extrapolaram a clássica relação observador/observado historicamente constituinte das práticas de pesquisa estabelecidas, mas cada vez mais problematizadas e reavaliadas. Eu não estava mergulhado nas relações internas da LIEBI como um sujeito exógeno e alheio as suas configurações e tramites internos.

Desde a construção do projeto do curso até a colação de grau dos/das cursistas, eu integrei os quadros funcionais do curso em diferentes posições (assessor, docente, monitor) e, desses lugares institucionais eu pude não apenas prestar atenção às (im)possibilidades entre a burocracia universitária e a presença indígena no ensino superior, mas também vislumbrar a necessidade de pensar outras práticas de pesquisa, menos extrativistas e mais eticamente implicadas.

Todo processo de construção, realização, finalização e avaliação da pesquisa que resultou no texto da tese de doutorado que defendi em agosto de 2023 pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA, foi acompanhada e discutida com integrantes indígenas e não indígenas da LIEBI.

Em certa medida, considerando que se tratava de uma reflexão sobre as (im)possibilidades da interculturalidade e dos diálogos entre saberes acadêmicos e conhecimentos indígenas, considerando a produção intelectual de alguns/algumas discentes do curso, o trabalho que empreendi se tratava ainda de uma (auto)reflexão acerca dos processos que nós (me colocando como partícipe daquela comunidade acadêmica) estávamos conduzindo.

Nesse sentido, a realização da LIEBI e o acompanhamento do processo formativo e das produções intelectuais que estávamos construindo conjuntamente com os discentes indígenas, eles escrevendo seus artigos e trabalhos de conclusão de curso, da mesma forma (nós) não indígenas também produzindo nossos textos e análises, nos colocou diante de uma potente reflexão político-metodológica, mais do que uma reflexão, uma primeira
lição intercultural, a de que é preciso reinventar as práticas de pesquisa que insistem na dualidade sujeito/objeto. Nesse sentido, a superação desse binarismo implicaria necessariamente em uma revisão crítica da nossa principal forma de realizar a pesquisa: a etnografia.

Nesse caminho, o LIDA[4], grupo de pesquisa responsável pela gestão e realização da LIEBI passou a propor uma modalidade outra de fazer etnográfico, uma prática etnográfica designada pelo grupo de "etnografia nos/dos interstícios". Essa proposta se constitui enquanto uma abordagem metodológica em que o pesquisador/a esteja situado na "diferença colonial"[5] e dela tome consciência, direcionando suas investigações aos processos sociais e projetos ético-políticos que integra como sujeito/a partícipe e atuante.

Como apontei em Muniz (2023), essa abordagem político-metodológica está calcada nos seguintes princípios:

a) superação do dualismo sujeito/objeto;
b) superação da separação pesquisa/extensão;
c) crítica ao ethos folclorista de parte da antropologia;
d) superação da crença na neutralidade/imparcialidade científica.
e) revisão crítica da etnografia por via da "diferença colonial";
f) substituição das práticas de uma "antropologia aplicada" (extrativista) e aproximação a uma prática etnográfica (não-extrativista e eticamente implicada);
g) aproximação a uma dimensão crítica da interculturalidade.

[4] Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades da Universidade Estadual do Maranhão e coordenado pela professora Dra. Marivania Leonor Souza Furtado do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UEMA).

[5] Que segundo Mignolo (2003), tem a ver com o entendimento de que o Ocidente historicamente tem produzido excluídos e espaços de exclusão em nível global, criando uma fronteira geográfica e ontológica entre o "ser" e o "não-ser", entre aqueles cuja humanidade é reconhecida e os 'outros', de subumanidade ou animalidade. Em outras palavras, o Ocidente e os seus outros.

Essas sugestões tomam como referência alguns trabalhos de relevo que tem problematizado a atuação dos pesquisadores e pesquisadoras, bem como as razões pelas quais as pesquisas foram e vem sendo realizadas, assim como a forma como elas foram e vem sendo executadas.

Em autores como Mignolo (2003), Quijano (2005) e Walsh (2006), as noções de "diferença colonial", "pensamento liminar", "colonialidade do poder e do saber" e "interculturalidade crítica" tem subsidiado nossas vontades de (re)construir o fazer etnográfico na esperança de tornar a pesquisa um espaço de simetria entre aquelas que dela participam.

Já com os trabalhos de Abu-Lughod (2012) e Smith (2018), entendemos que se quisermos tornar possível nossa *prática etnográfica intersticial* será necessária que abandonemos uma visão paternalista acerca dos grupos e segmentos étnico-raciais e sociais com os quais nos envolvemos, ou seja, substituir a ideia de que caberia a nós (intelectuais orgânicos[6]) protegê-los ou salvá-los, e adotemos uma postura mais colaborativa, trabalhando ao lado deles na construção de seus projetos societais.

Nesse sentido, a lida enfrentada ao longo de todo o processo formativo junto aos indígenas na LIEBI se transformou em um movimento-convite para repensar as políticas e as poéticas das práticas de pesquisa, fissurando velhas formas calcadas na colonialidade do saber e do poder e (re)desenhando novos caminhos mais (auto)reflexivos e interculturais.

LIÇÃO Nº 2 ou *arranjando* gnosiologias

Ao longo de todo o curso, os/as estudantes indígenas precisaram produzir resumos, resenhas, ensaios, artigos, relatórios, seminários, leituras e produção textual acadêmica de forma geral. Todo esse complexo acadêmico é profundamente mediado por uma lógica logocêntrica e intelectualista cuja finalidade é a ampliação dos repositórios da universidade, uma vez que sua qualidade é medida pelo número e qualidade dos trabalhos produzidos e seus efeitos nas políticas públicas e outros interesses sociais.

Por outro lado, os profissionais não indígenas que estavam vinculados a LIEBI e que, em sua maioria, eram pesquisadores e pesquisadoras, muitos envolvidos com as realidades dos povos e comunidades tradicionais, também estavam em curso com o mesmo complexo acadêmico a procura de suas qualificações. Indígenas e não indígenas mediados pela lógica acadêmica e a procura de reconhecimento, de diplomação.

Para os não-indígenas, o desafio era transpor suas experiências com os indígenas em uma abordagem reflexiva, atribuindo valor e estatuto teórico aos saberes indígenas. Para os/as cursistas

[6] Para não perder de vista o que sugere Gramsci (1999).

indígenas as dificuldades eram encontradas na leitura (em língua não materna) e compreensão dos textos (e seus termos) selecionados pelos/as docentes para subsidiar as disciplinas ministradas.

Em Coelho e Muniz (2020), esse atravessamento entre o pensamento ameríndio e os termos e a estrutura textual (conceitos, definições, abordagens, categorias de análise etc.) apontada pelos indígenas foi denominada de "desdobramentos epistemológicos", o cruzamento assimétrico entre fontes de saberes ocidentais e ameríndias. Esse cruzamento pode ser pensado como (...)espaços de travessia política incorporados às diversas lutas indígenas.

Nesse sentido, destaco um trecho da fala de Paulo Belizário Gavião, liderança, professor e intelectual indígena do povo Pyhcop Catiji, proferida durante a realização do VII Seminário Timbira e VII Etapa do Tempo Universidade da LIEBI em 2019. Em seu depoimento ele declara que é importante que os professores indígenas sejam também pesquisadores para que possam "despertar uma cultura que estava adormecida".

Esse 'despertar' apontado por Paulo Belizário pode ser visualizado nos diferentes trabalhos produzidos e apresentados pelos indígenas ao longo de sua formação. Em todos eles, nota-se um exercício de ir além da "cultura sem aspas" e apresentar também uma "cultura com aspas" (CUNHA, 2017). Ou seja, há um exercício de refletir e escrever acerca da (sua própria) cultura, sobretudo sua relação com as questões educacionais, ambientais, territoriais, de saúde, rituais e tantas outras presentes nos trabalhos e nas realidades de seus autores e autoras.

Ainda que os trabalhos produzidos pelos cursistas da LIEBI partam de um "cruzamento assimétrico entre fontes de saberes ocidentais e ameríndias" há uma segunda *lição intercultural* que pode ser extraída dessas experiências e que, como já apontado por Coelho e Muniz (2020), vão além de 'desdobramentos'/'cruzamentos', nos conduzindo aos *arranjos gnosiológicos*.

Esses arranjos seriam esboços da "gnose liminar" apresentada por Mignolo (2003), ou seja, uma primeira tentativa de romper com a "colonialidade do saber" (QUIJANO, 2005) que se manifestou nas realidades dos povos originários sobretudo, a partir da formação escolar.

Vislumbramos *arranjos gnosiológicos* todas as vezes em que presenciamos indígenas apresentando seus pontos de vista acerca das lógicas e pelas lógicas dos não indígenas. Pontos de vista que revelam a dinâmica de formação e atualização da sagacidade ameríndia frente aos processos diversos que atravessam suas realidades.

Vimos nesses arranjos 'viagens', tanto no sentido do exercício intelectual de produzir uma explicação analítica sobre uma questão debatida, como no sentido do deslocar-se entre o imaginário das experiências locais e o das vivências formativas. Dessas 'viagens', se torna possível sugerir que o

encontro desses dois universos, agora interculturalmente aproximados, pode produzir estratégias e ferramentas para o fortalecimento das lutas indígenas.

Portanto, os arranjos gnosiológicos, mais do que representar o acúmulo individual de conhecimentos para esses povos, podem ser pensados como uma experiência coletiva de produção do conhecimento, por meio de uma apropriação intercultural dos saberes não indígenas pelos indígenas, com vistas a obter autonomia intelectual frente às questões dos direitos indígenas, como saúde e educação específicas e questões territoriais.

Nossa aposta em torno da ideia de "arranjo gnosiológico" toma de empréstimo as próprias definições gramaticais dos termos, mas vai além disso, sugerindo uma apreciação antropológica dessas definições para, a partir disso, mergulhar nas (im)possibilidades dos sentidos que a produção intelectual indígena pode seguir.

Segundo o dicionário Aurélio (2000), a palavra 'arranjo' sugere "o ato ou efeito de arranjar; administração e/ou arrumação doméstica; fortuna, bens; subconjunto ordenado de um conjunto finito; versão diferente da original de obra ou fragmento de obra musical; conluio; negociata" (AURÉLIO, 2000, p. 61). Já a expressão 'gnosiológico' é uma variação da palavra gnose, que por seu turno sugere "conhecimento, sabedoria; conhecimento esotérico da realidade" (AURÉLIO, 2000, p. 349).

Nesse sentido, quando em Coelho e Muniz (2020) afirmamos que pela produção dos/das intelectuais indígenas seria possível vislumbrar "arranjos gnosiológicos" estávamos sugerindo que nessa produção intelectual indígena é possível perceber uma articulação que esses intelectuais realizam entre os saberes ameríndios e os saberes acadêmicos ocidentais, uma releitura que os indígenas realizam de suas realidades a partir dos termos, conceitos e categorias acadêmicas, um certo tipo de *conluio* com os saberes, discursos e termos não indígenas no sentido de usar as 'armas do inimigo' em defesa própria e, por fim, um certo tipo de *negociata*, no sentido de que flertaria com agências e agentes (escola/universidade) que por muito tempo, e de forma significativa, operaram pelas vias do colonialismo e da colonialidade contra os Povos Indígenas.

LIÇÃO Nº 3 ou *colidindo* e *coligando* epistemes

Nascimento (2022) tem insistido que é necessário preparar a universidade para as presenças indígenas. Parte dessa preparação está ligada a articulação de prerrogativas legais e conceituais que colaborem para que os espaços universitários liberem suas entradas e saídas para estes povos.

Entendo que essa preparação também precise alcançar os agentes das universidades, sobretudo seus quadros técnico, gestor e docente, no sentido de mitigar práticas de "indiferença

cultural" pautadas na inflexibilidade da burocracia estatal frente à diversidade sociocultural (HERZFELD, 2016).

No entanto, uma preparação legal-conceitual por parte da universidade e seus agentes não resolverá definitivamente os constrangimentos e desconfortos que os indígenas possam sentir ao adentrar o mundo acadêmico e passar a conviver com os demais membros daquela comunidade.

Nenhuma portaria, resolução, normativa, projeto político pedagógico e seleção de um quadro técnico e docente supostamente preparado será suficiente para impedir ou evitar alguns desencontros semânticos entre os agentes universitários e os acadêmicos indígenas. A preparação que sugere Nascimento (2022) é fundamental quando a perspectiva é reduzir os efeitos dos "curtos-circuitos semânticos" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006) que ocorrerão do encontro entre agentes universitários não indígenas e acadêmicos indígenas. No entanto, nenhuma 'preparação' pode ser entendida como suficiente para dar conta das complexidades e desafios decorrentes de um encontro intercultural.

Ao longo do acompanhamento que realizei junto à comunidade acadêmica da LIEBI, muitas foram as situações em que foi possível notar um descompasso, uma incompatibilidade e um certo mal-estar entre a lógica temporal dos cursistas e a lógica temporal do curso, uma lógica baseada nas temporalidades burocráticas da academia.

Em várias etapas do Tempo Universidade era muito comum encontrar alguns poucos cursistas ausentes das aulas, ou porque estavam em seus dormitórios ou porque estavam em outras dependências do Sítio. Quando eu os encontrava perguntava se estava tudo bem e por que não estavam assistindo as aulas. Em muitos casos as respostas eram sempre as mesmas, que estava com "dor de cabeça", que "é muita informação pra processar", "muito tempo sentada no ar-condicionado" etc.

Em outros casos, as razões eram outras. Muitos saiam das aulas para atender ou realizar ligações telefônicas, trocas de mensagens com familiares e outros conhecidos em suas aldeias, para resolver questões locais que requeriam sua participação nas decisões ou dar algum comando necessário para a resolução da situação.

Como alguns de nossos cursistas eram caciques e lideranças do movimento indígena, precisavam dar atenção a certas demandas imediatas, mesmo durante a realização da etapa da licenciatura. Alguns e algumas aproveitavam a vinda a São Luís para visitar as sedes da SEDUC e outros órgãos públicos específicos para atenção aos Povos Indígenas, para participar de reuniões ou cobrar providências em relação a alguma demanda de suas aldeias. Para tanto, acabavam perdendo as aulas por um expediente ou o dia inteiro.

Muitos e muitas cursistas também não conseguiram comparecer a todos os Tempo Universidade realizados. Em alguns casos, a infrequência acabou ocasionando a desistência do cursista, que abandonou a formação. Questões como mudanças na dinâmica familiar, necessidade de trabalho e renda, adoecimento do cursista ou de parentes, falecimento de parentes, necessidade de maior envolvimento no movimento indígena etc. podem ser relacionados como possíveis motivos para a impossibilidade de comparecer tanto ao T.U como ao T.C.

Quando os cursistas não conseguiam comparecer ao T.U. os professores e professoras eram orientados a encaminhar estudos dirigidos (leituras, produção textual e trabalhos de pesquisa) para que o cursista faltoso pudesse acompanhar os conteúdos que haviam sido discutidos durante aquela etapa. A abonação das faltas do cursista estaria condicionada a entrega de todas as atividades que os docentes haviam solicitado. Além das atividades para compensar o não comparecimento ao T.U., o cursista também deveria providenciar as outras tarefas, aquelas previstas para o T.C.

No fim das contas, a não participação durante uma das etapas do T.U. gerava uma quantidade relativamente extensa de atividades a serem feitas, podendo ocasionar um clima de intranquilidade e incerteza se o cursista conseguiria concluir todos os trabalhos. Alguns cursistas que atravessaram tal processo conseguiram vencer essas demandas e concluir o curso. Outros, entretanto e infelizmente, acabaram ficando pelo caminho.

É preciso considerar que a "posse de novos saberes compreende sempre um risco" preocupante para o qual é preciso um "reforço nos cuidados a serem tomados com as novas forças adquiridas no âmbito pessoal e coletivo", como nos aponta Lisboa (2017). E que, nesse mesmo sentido, essa apropriação pode gerar situações de "fricção epistêmica" (RAMOS, 2014), um mal-estar resultante do não entendimento entre sujeitos com epistemologias distintas.

Dessa forma, para os indígenas, um diálogo com a universidade e a partir dela seria (im)possível, visto que os efeitos da tentativa de estabelecimento desse diálogo seriam, sobretudo, constantes *colisões epistêmicas*[7] e um exaustivo desentendimento?

Ainda que consideremos que o curso e sua gestão sempre estiveram abertos ao diálogo com os cursistas para tentar encontrar soluções possíveis para os impasses que o convívio intercultural suscitava, desde questões infraestruturais até a disponibilização de material escolar e didático, isso não anula totalmente as incompatibilidades epistemológicas e semânticas que esse mesmo convívio intercultural produz, como sugere Nascimento (2022).

Nesse sentido, e partindo da autorreflexividade que nos propomos pela via da etnografia nos/dos interstícios, não é possível obliterar por completo as regras que estruturam o funcionamento

[7] "bater cabeça" como muitas vezes ouvi e deixei esse registro em Muniz (2023).

do mundo acadêmico, mesmo quando ele se propõe dialogar com outras racionalidades, epistemologias e projetos civilizatórios.

A baixa flexibilidade que marca a universidade, é parte de uma fantasia colonial que se atualiza por via da colonialidade, na qual 'disciplina' e 'controle' são sinônimos de sabedoria e conhecimento. Dessa forma, tem sido um desafio superar essas *colisões epistêmicas* que tem afetado o desempenho acadêmico dos indígenas.

Por outro lado, a insistência dos indígenas na formação superior tem nos permitido acreditar que é possível superar essas colisões para que possamos construir *coalizões epistêmicas*, ou seja, acordos e alianças inter-epistemológicas, mas também interétnicas, pelas quais os Povos Indígenas possam superar os resquícios do regime tutelar que ainda repercutem sobre suas existências e projetos.

As situações apresentadas pelos/as cursistas sobre os obstáculos que os impediam de seguir nas sendas da produção acadêmica expressam outra face das *colisões epistêmicas* que destaquei anteriormente. Se, de um lado, existiam forças que mobilizavam os indígenas para que produzissem seus trabalhos (a própria vontade de finalizar o curso e as expectativas em torno disso), por outro, outras forças agiam no sentido inverso.

A própria dinâmica de vida dos indígenas demandava que as forças empenhadas na realização daquela tarefa acadêmica deveriam ser canalizadas para outros pontos, outras situações, contextualmente 'mais prioritárias' do que um TCC, o que podia variar segundo a situação de cada cursista.

Assim, entendo que para que os indígenas pudessem superar as *colisões epistêmicas* com as quais foram se deparando ao longo desse percurso, mas sobretudo durante a elaboração dos TCC, e quem sabe alcançar um horizonte de *coalização epistêmica* entre o 'tempo da vida' e o 'tempo da academia', eles teriam que negociar o(s) tempo(s), os termos e os caminhos pelos quais seguiriam até o término do laborioso trabalho de conclusão de curso.

Em outros palavras, seria necessário que assimetrias existentes entre o Tempo (da) Comunidade e o Tempo (da) Universidade fossem dirimidas. Para tanto, o papel desempenhado por não indígenas signatários do pacto da colaboração intercultural, como é o caso dos/das monitores e docentes da LIEBI, teria o seu lugar de destaque nesse movimento. Penso, como partícipe desse processo, que as experiências entre indígenas e não indígenas na LIEBI seguiram essas trilhas.

Estou falando de sujeitos subalternos, (vi)vendo na e da "diferença colonial" (MIGNOLO, 2003) , analisando e escrevendo acerca dos processos e experiências que integram como partícipes, com a finalidade de sugerir alternativas diante dos problemas e complexidades com os quais tem se

deparado. São acadêmicos indígenas que recusaram a objetificação de si, recusaram a separação pesquisa e extensão e passaram a produzir reflexões para tentar superar as *colisões epistêmicas* rumo a um horizonte de *coalizões epistêmicas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da presença indígena no ensino superior tem sido uma alternativa possível para superar as relações de dependência que os Povos Indígenas, em vários períodos históricos no Brasil, foram submetidos, o que acabou inviabilizando o seu protagonismo e autonomia, reforçando relações tutelares e paternalistas, como nos aponta Lisboa (2017).

Como alguém que tem buscado refletir e perceber os processos descritos pelo olhar dos povos e comunidades tradicionais, percebo que a luta de Jacinta e demais indígenas segue em três direções simultâneas e correlatas: a luta para desfazer equívocos etnocêntricos historicamente construídos acerca dos Povos Indígenas, a luta pelo respeito a diferença e tudo o que lhe cabe (território, saúde, educação, moradia e outros direitos sociais) e a luta por alternativas de futuro que destoem dos interesses das agências e agentes seduzidos e signatários da pervertida61 noção de desenvolvimento nos termos do modo de produção capitalista.

Por outro lado, a possibilidade vislumbrada enquanto saída para as incompatibilidades epistêmicas, apontava para a necessidade de uma reavaliação crítica e intercultural dos termos do diálogo entre indígenas e não indígenas, ou seja, para a necessidade de (re)construção de termos outros que nos permitissem pensar de forma intersticial, como sujeitos subalternizados, refletindo sobre os processos formativos que simultaneamente experimentamos e construímos.

Assim, concluo este trabalho afirmando que, na medida em que a formação superior indígena estiver calcada em um regime de colaboração intercultural (auto)reflexivo, intersticial e eticamente comprometido, é possível que as colisões epistêmicas sejam arranjadas ao ponto de se tornarem coalizões epistêmicas, uma aliança na contramão do genocídio e do epistemicídio contra Povos Indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres mulçumanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Ponto de Vista – Revista de estudos feministas** 20 (2), agosto de 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra; MUNIZ, Sérgio César Corrêa Soares. "**A produção indígena no contexto do ensino superior**". Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, novembro de 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 304-370.

FURTADO, Marivania Leonor Souza; OLIVEIRA, Cássia Ferreira de; MUNIZ, Sérgio César Corrêa Soares Muniz. **Reflexões Decoloniais e Lutas Sociais no Maranhão: a experiência da Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena**. Anais do 45º Encontro Nacional de estudos Rurais e Urbanos, São Paulo: CERU, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidenta**l. Petrópolis: Vozes, 2016.

LISBOA, João Francisco Kleba. **Acadêmicos Indígenas em Roraima e a construção da interculturalidade indígena na Universidade: entre a formação e a transformação**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais, Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, 505p.

MUNIZ, Sérgio César Corrêa Soares Muniz. **Eu queria ver o mar e tô batendo cabeça: autoreflexividades sobre a educação superior indígena na/da UEMA**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2023.

NASCIMENTO, Rita Gomes de (Rira Potyguara). **Povos Indígenas e democratização da universidade no Brasil: (2004-2016) a luta por “autonomia e protagonismo”**. Rio de Janeiro: Mórmula, 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; Conselho Latino-americanos de Ciências Sociales, 2005.

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial". In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 05

Modelo neoextrativista, megaprojetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

Coordenadoras/es

Eunápio do Carmo (NAEA/UFPA) • Jondison Rodrigues (NAEA)
Felipe Milanez (UFBA) • Rosane Brito (NAEA/UFPA)
José Raimundo Trindade (ICSA/UFPA) • Luiz Novoa (UNIR)

Ementa: Esse GT se propõe a discutir concepções presentes em sociedades da América Latina e do Caribe, no que tange ao planejamento, implantação e operacionalização de grandes projetos hidrelétricos, de mineração e de commodities agrícolas. Interessa reunir trabalhos que revelem questões e conflitos sociais que problematizam os rumos da economia mundial, nela a recente narrativa da bioeconomia, que tem revelado a mobilidade do trabalho, a migração e a expulsão de camadas crescente da populacho de seus territórios. Tem sido revelado ainda novos conflitos entre esferas de poder, violência institucional e social com a precarização de direitos e da cidadania. O GT visa debater o papel do extrativismo mineral e do agronegócio como modelo de desenvolvimento na América Latina e o seu papel no mundo atual, principalmente na produção de desigualdades, riscos, violências e expropriações na realidade contemporânea. Acolhe propostas de trabalho sobre os limites dessas políticas, os impasses colocados pelas visões dos movimento ambientalistas e dos movimentos sociais e étnicos, enquanto questionamentos postos ao modelo neoextrativista-desenvolvimentista.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

CERRADO EM DISPUTA: POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS E O AVANÇO TERRITORIAL DA SOJA NO MARANHÃO

Gabriela Silva de Oliveira[1] (UEMA)
Carlos Frederico Lago Burnett[2] (UEMA)

RESUMO: O Maranhão sofreu um processo contínuo de inserção de atividades agroindustriais e megaprojetos desenvolvimentistas, a partir da década de 1960. Devido ao processo de reprimarização e reestruturação produtiva da economia brasileira, direcionado por Políticas Públicas de iniciativa Federal e Estadual, com o ensejo de tornar o estado parte do celeiro agrícola do Brasil, estrategicamente, as práticas agrícolas ganham relevância, principalmente a produção de grãos. Por meio da composição de organizações institucionais, dinamização de financiamento e estudos voltados para adaptabilidade da cultura, o sul e leste maranhense tornaram-se alvo da expansão dos campos de monocultura da soja, com o intuito de uma produção voltada para a escala de exportação. O artigo proposto tem como objetivo discutir o cenário encontrado no Cerrado Maranhense, que se tornou alvo da expansão do agronegócio sojicultor. Problematizando o papel desenvolvimentista do Estado na conjuntura; o processo histórico da chegada da soja no Maranhão, e seu movimento de propagação; finalizando com a reflexão dos efeitos socioambientais sobre os municípios e os territórios das comunidades tradicionais. É importante salientar que, este trabalho faz parte do processo de estudo para produção de dissertação. Sendo fruto parcial da investigação sobre a relação das comunidades tradicionais camponesas e seu movimento de proteção do modo de vida e territórios coletivos, contra a disseminação dos campos monocultores de soja, localizada no cerrado do leste maranhense, com ênfase nos municípios de Brejo e Milagres do Maranhão. Baseado em levantamento bibliográfico, análise de relatórios, pesquisa e produção de dados cartográficos, para compreensão das mudanças territoriais produzidas pela atividade graneleira sobre o território maranhense.

Palavras-chave: políticas desenvolvimentistas; agronegócio, neoextrativismo, Maranhão.

1. INTRODUÇÃO

O poder público tem fomentado a justificação e implementação da agroindústria. Adotado como modelo de alavancar o chamado “crescimento econômico”, a agroexportação gerou no Maranhão como características: a concentração fundiária, a intensa expropriação da mão de obra e recursos (dos biomas e dos ecossistemas). Ao utilizar o Cerrado como configuração para análise

[1] Arquiteta e Urbanista. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA. Pesquisadora no Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos - LATESE. Integrante do ‘Grupo de Estudos e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades’ - GEPEX LIDA. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. Email: oliveiragabrielasde@gmail.com
[2] Arquiteto, Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE), Doutor em Políticas Públicas (UFMA). Coordenador do Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos - LATESE. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. Email: burnett@professor.uema.br

(ELIAS, 2000), percebeu-se o movimento de utilização do bioma como fronteira de expansão agrícola, solidificação da atividade graneleira, e alvo da contínua expansão de campos monocultores.

A economia brasileira é arraigada na economia agroexportadora, o Maranhão, que desde o período colonial (conduzido em cinco séculos), possui fortes vínculos com a atividade de exportação, e é intimamente ligado ao processo de dependência do comércio exterior, desde os anos de 1970, adquiriu impulso na produção da soja, que foi iniciada pelo sul, e se expandiu para o centro e leste do Estado.

Este artigo é fruto parcial do processo de escrita da dissertação intitulada "Cerrado em Disputa! Agroestratégias, Alterações Socioambientais e a resistência da comunidade tradicional de Gameleira, Maranhão". Elaborado através de pesquisa bibliográfica, com o intuito de construir a fundamentação teórica e empírica do projeto de dissertação. Haverá três momentos ao decorrer do texto, uma breve exposição da justificação e investimento da soja pelo Estado, apresentação das principais Políticas Públicas implantadas e o processo de chegada da soja no Maranhão.Será discutido como o Cerrado, visualizado neste estudo como sujeito, tem sido palco das disputas territoriais, objeto de expropriação e alvo da contínua fronteira agrícola contemporânea. Finalizado com as considerações sobre os efeitos socioambientais e econômicos deste cenário.

2. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO GRANELEIRA NO MARANHÃO

O Brasil vivencia a reprimarização das importações, desde os anos 2000. Impulsionado pelo aumento dos preços internacionais das commodities agrícolas e minerais, segue dedicando-se à exportação de produtos primários (LOPES e MOREIRA, 2015). As características atuais dos campos brasileiros, foram iniciadas de forma significativa a partir da década de 1970, as conjunturas externas e internas criaram o cenário para a expansão agrícola moderna, com ênfase para a crescente urbanização e a crise do petróleo na década de 1970.

> A compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase implica o exame da atuação do Estado, na medida em que o mesmo estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis. Dentre as inúmeras ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, o campo se torna extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser abrigo para as grandes empresas (Bernardes, 2007, p.3).

As atividades agrícolas ganharam destaque, principalmente a larga escala de produção de grãos, com o exemplo da soja, se incorporando nas áreas de Cerrado. As ações que favoreceram a dinamização no cenário nacional foram (Pires, 2000; Alves, 2006; Frederico, 2008; Almeida, 2017):

- A criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), em 1972, com o objetivo de aumentar a produtividade e ampliar as áreas de produção para as regiões de cerrado, formando a Embrapa Cerrado e a Embrapa Soja, voltadas para o estudo do desenvolvimento de cultivares adaptados às baixas latitudes;
- No quesito financiamento, as linhas de crédito: o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), criado em 1972; o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER), ambos instaurados em 1975. Possuindo dois enfoques, o PROCEDER I, focado na colonização no estado de Minas Gerais, e o PROCEDER II direcionado para os estados do Maranhão e Tocantins.

O Governo Maranhense realizava esforços para inserir o cultivo de soja no estado, os primeiros estudos experimentais foram realizados pela Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA), através de um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ainda no ano de 1971.

E mais tarde, com a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), criada em 1976, inicia-se um programa de pesquisa com soja coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPSo), com o objetivo de verificar a nível de campo, a adaptabilidade da cultura. Portanto, a partir de 1978, tem-se três áreas em recorte no Estado: Bacabal na região de Cocais, Balsas em Planalto, e Brejo no bioma de Cerrado (Almeida, 2017 apud Embrapa, 1981).

Dois grupos foram sugeridos para áreas de expansão da soja: o grupo I, com áreas no sul e sudoeste do Maranhão, incluindo as microrregiões[3] de Imperatriz, Chapadas Sul do Maranhão e Baixo Balsas; e o grupo II, as microrregiões do Baixo Parnaíba Maranhense, Mearim e Itapecuru.

As justificativas da expansão da produção de soja apresentadas foi devido ao baixo desempenho da economia do estado no setor agropecuário, voltado para a rizicultura e o extrativismo do babaçu. Os primeiros cultivos de soja em larga escala marcam no final dos anos 1970, adquirindo impulso somente no final do século XX, onde o Estado consolida a produção da leguminosa e avança

[3] De acordo com o IBGE (2017), a microrregião de Chapadinha faz parte da Mesorregião Leste Maranhense, classificação em vigor até 2016, os municípios que fazem parte da microrregião são: Anapurus, Brejo, Buriti, Belágua, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos. Esta classificação foi substituída pela Regiões Geográficas e as Geográficas Imediatas. Neste estudo, os municípios de Brejo, Buriti e Milagres do Maranhão, encontram-se na Região Geográfica de São Luís e na Geográfica Imediata de Chapadinha.

para outras mesorregiões, como o Centro e o Leste Maranhense. (Embrapa, 1981; Carneiro, 2008; Almeida, 2017).

> O território da soja tem como lógica a exploração intensiva da terra e do trabalho visando sempre o aumento do lucro, aqui a terra é vista como valor de troca (ALMEIDA, 2017, p.133).

As formas de uso da terra consistem em processos sociais resultantes da contradição do próprio capitalismo, empregando uma lógica econômica específica diferente. No plano regional, a expansão capitalista do agronegócio, acontece sob a égide da ideologia neoliberal e de situações de neocolonialismo político e neoimperialismo cultural (LITTLE, 2006, p.87). A expansão da soja para o leste maranhense, institui uma instalação da hegemonia, de forma que os diferentes são obrigados a enfrentá-la.

Na década de 1980, as empresas nacionais voltadas para o cultivo de eucalipto (com vista à produção de celulose) e à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal começaram a se instalar no Leste Maranhense (Gaspar, 2013). Entre esses grupos, estão: João Santos, voltado para a produção de celulose, cimento e cana-de-açúcar; Maranhão Gusa S/A – MARGUSA, na transformação de madeira nativa em carvão, e o seu braço florestal, a Maranhão Reflorestadora Ltda – MARFLORA; e do grupo Suzano Papel e Celulose, a Comercial e Agrícola Paineiras, com o objetivo de implantar uma base florestal de eucalipto, também voltado para a produção de celulose. Tornaram-se os responsáveis pela desestruturação dos territórios das comunidades tradicionais na região, devido aos processos de aquisição de terras por atos ilícitos, com a expropriação de povoados e os desmatamentos das áreas de Cerrado (CARNEIRO, 2008; ALMEIDA, 2017).

Os chamados gaúchos vão se apropriar das chapadas, vendidas a preços baixos, marcando os primeiros registros de soja na região, por volta dos anos 2000 (GASPAR, 2013; ALMEIDA, 2017). A agricultura da soja em bases empresariais se expande em Chapadinha e para municípios adjacentes. Nos últimos anos, o movimento de produção graneleira é marcado pela saída de produtores residentes no Sul do Maranhão para cultivar em terras arrendadas. E a chegada das chamadas *tradings*, que possuem recursos econômicos e acesso a pesquisa científica para melhorar a produção (GASPAR, 2013).

Em 2015, o Governo Federal chancelou o Decreto n° 8.447 de 6 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e a criação do seu Comitê Gestor. Composto pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a solidificação foi considerada como a última fronteira agrícola do país (BRASIL, 2015). Mais tarde, embora extinto pelo governo Temer, a ideologia de exploração ilimitada para produção de grãos tornou-se enraizada, colocando a risco a

existência de diversos grupos sociais, comunidades tradicionais, 'modos de vida Outros' e o bioma do Cerrado.

> Convém destacar ainda que dentro desta área há cerca de 320 estabelecimentos rurais ocupando 33.929.100 hectares. No referido território encontra-se 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos da reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha) num total de 13.967.920 ha de terra/território (ALMEIDA, 2017, p. 51).

3. CERRADO EM DISPUTA: O AVANÇO DA SOJA E OS EFEITOS SOBRE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e a savana com maior biodiversidade do mundo. Também considerado como berço das águas, alimenta as principais bacias do Brasil, sendo elas: rios Xingu, Tocantins, Araguaia, São Francisco, Parnaíba, Jequitinhonha e Paraná; e os grandes aquíferos que são Guarani, Bambuí e Uruçuí. Para as populações e povos tradicionais, essa formação vegetal é composta por chapadas, carrasco, baixão e capão (PAULA ANDRADE, et al, 2012).

Neste tópico, o cerrado será colocado como sujeito, lido como microcosmo, em uma perspectiva de leitura de fenômenos socioterritoriais, entendido por suas diversas vertentes (social, histórica, cultural e antropológica). Na primeira década do século XXI, a soja foi direcionada para as áreas de cerrados, primeiro para o Centro-Oeste, onde tornou-se a principal produção do país, e depois despontou para a região Nordeste, especificamente no Oeste da Bahia, sul do Piauí e do Maranhão.

A modernização agropecuária estabeleceu modificações que afetaram o espaço rural e modificou as configurações (ALVES, 2006; ALMEIDA, 2017). Ao elaborar políticas para a incorporação dos cerrados ao processo produtivo (BERNARDES, 2007), o Estado assumia a condição de indutor do desenvolvimento capitalista, em que implantou-se uma "vocação natural" do cerrado como celeiro do Brasil, sustentado por um discurso de menor biodiversidade em relação à floresta amazônica (SILVA, 2010).

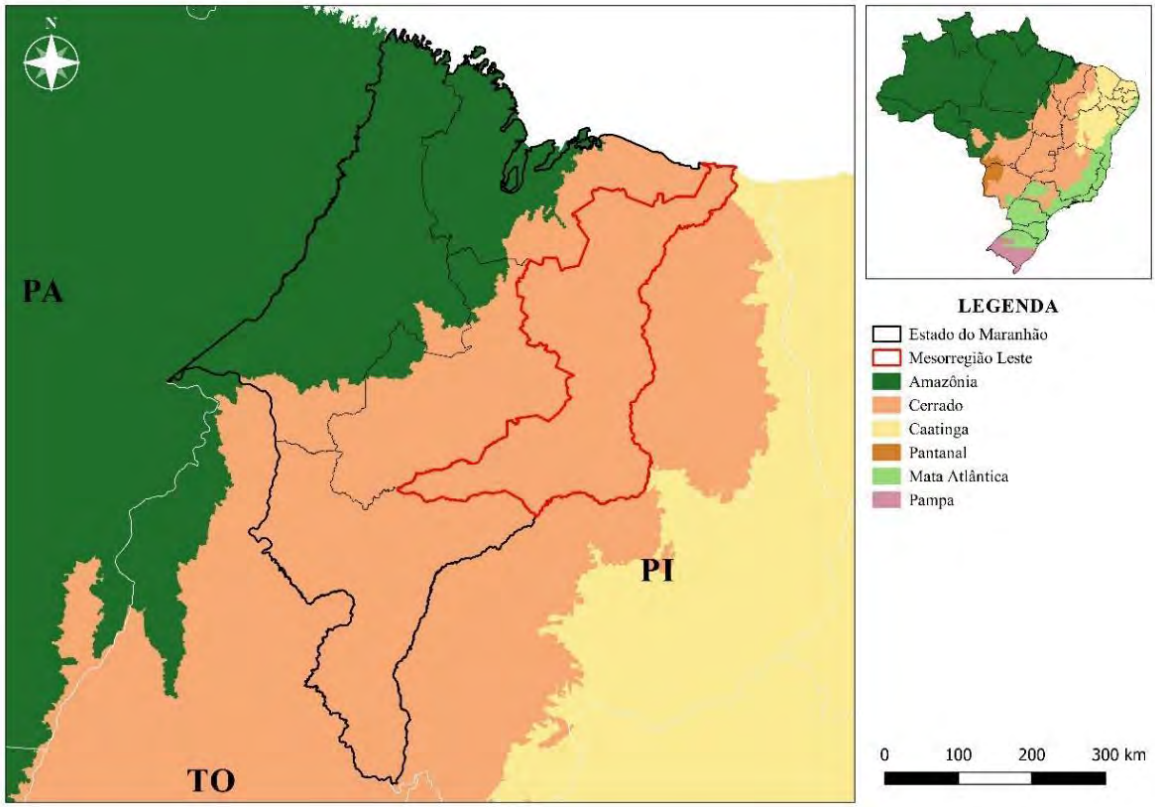


Figura 01: biomas do estado do Maranhão. Fonte: IBGE, 2019; Autores, 2024.

Devido às disponibilidades de terras, a uma topografia propícia à mecanização, com baixas variações de relevo, o produção de cultivares adaptados a baixas latitudes e a disponibilidades de práticas modernas de manejo (adoção de insumos, maquinário, correção de solo e agrotóxicos), houve a facilitação da implantação da soja no cerrado. Esta configuração territorial, provocou uma dinâmica capitalista que gerou uma onda de expulsão de pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos caiçaras, posseiros, quilombolas, camponesas, indígenas, e etc (FABRINI, 2010).

> Este (re)ordenamento pelo qual passou as áreas de cerrado teve consequências diretas no modo de vida de diversas populações que há várias gerações desenvolvem distintas atividades como agricultura, extrativismo, caça, pesca dentre outras (ALMEIDA, 2017, p. 130).

Caracterizando-se também como um ecossistema fragilizado pela ausência de políticas públicas que assegurem sua gestão, monitoramento, fiscalização e cumprimento da legislação ambiental. Houve uma escalada de violência e conflitos devido à expansão do agronegócio, que escancarou as desiguais relações de poder e a exclusão das populações tradicionais dos processos de decisão (EMBRAPA, 2016; IMESC, 2021; LIMA, 2021).

Os grandes empreendimentos econômicos, marcaram as novas modalidades de 'localismos globalizados', em um intenso processo de concentração espacial de capital, em uma escala não apenas global, mas também local. Onde o 'Desenvolvimento' é a própria reprodução do capital, constituído por um conjunto de práticas, que para assegurar o grupo dominante, provocam a transformação e a destruição de forma generalizada do meio ambiente e das relações sociais, com vistas a aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, através das trocas, para a demanda efetiva (RIST, 2001; BARBOSA, 2011).

Sendo o espaço de uma produção social, os conflitos se estruturam e as lutas se travam em torno desse ambiente construído, as comunidades do Cerrado, travam lutas contra a dominação, exploração e formas de sujeição, situadas na resistência contra as formas de poder, onde resistir é manter seu território, seu modo de se relacionar e viver a terra (FOUCAULT, 1995; BRANDÃO, 2004).

Os camponeses e posseiros tornam-se os mais afetados pela expansão da sojicultura e outros monocultivos, pois muitas vezes são desprovidos do documento de comprovação da propriedade da terra. Por serem o elo mais frágil da concentração fundiária, as comunidades desenvolvem estratégias e táticas de resistência, em que através de denúncias, acionam instituições e criam relações, para exercer um poder de resposta ao avanço capitalista monocultor (CARNEIRO, 2008).

Cerca de metade dos 2 milhões de km² do Cerrado já foram transformados em culturas anuais, pastagens ou outros tipos de uso, logo, 55% da vegetação já foi desmatada ou transformada pela ação humana (KLINK E MACHADO, 2005). As transformações já ocorridas geraram a fragmentação de habitats, extinção da biodiversidade, invasão de espécies exóticas, poluição de aquíferos, degradação do ecossistema, alteração no regime de queimadas, desequilíbrio do ciclo de carbono e possíveis modificações climáticas regionais (KLINK E MACHADO, 2005, p. 148).

As políticas impostas e produzidas pelo Estado, citadas no tópico dois, constituem-se em estratégias da imposição das lógicas expansionistas, sustentando a necessidade da destinação de espaços territoriais para a instalação de infraestruturas logísticas ligadas principalmente à mineração e ao agronegócio (MENDONÇA, et al, 2019). Produzem uma violência simbólica e cultural do desrespeito com os modos de vida e suas reproduções estabelecem uma opção de leitura da realidade.

> (...) enquanto 'espaço--tempo vivido', o território é sempre múltiplo, 'diverso e complexo', ao contrário do território 'unifuncional' proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite

> multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (HAESBAERT, 2007, p.21).

A expansão da soja no cerrado produz ainda o agravamento da concentração da posse da terra com a diminuição do número de agricultores familiares (CARNEIRO, 2008). Conforme a CPT, os conflitos registrados relacionam

> atos de grilagem de terras, desmatamento das chapadas e o consequente desaparecimento das várias atividades desempenhadas pelos camponeses naquele ambiente, a exemplo da criação de animais, caça, coleta de frutos e plantas medicinais. Outras questões referem-se ao envenenamento de recursos hídricos ocasionando a morte de peixes e animais domésticos, por conta dos agrotóxicos colocados nos campos de soja (ALMEIDA, 2017, p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consequência mais nítida da expansão da soja, é o agravamento da concentração da posse de terra. O agronegócio tem escancarado as desiguais relações de poder, inclusive a exclusão das populações tradicionais dos processos de decisão, no que diz respeito aos territórios que ocupam. Nos últimos vinte anos, os povos e comunidades tradicionais enfrentaram e continuam enfrentando uma escalada de violência. Comprometendo seus modos de vida, reprodução material e condições de existência.

As políticas de apoio à expansão do agronegócio, através de obras de infraestrutura, empreendimentos diretos, projetos/programas econômicos, políticas de incentivos fiscais e redução de impostos sobre a exportação, permitem a expansão capitalista da soja no campo, que carrega em seu modelo econômico de dominação de um determinado grupo, devido a exploração da terra e sua transformação em mercadoria. Pode-se citar ainda um possível êxodo rural decorrente da chegada da sojicultura, relacionado ao inchaço urbano das principais cidades maranhenses.

Este processo histórico-social, estabelece uma configuração, onde percebe-se que os aspectos do modelo capitalista hegemônico global, protegem um "desenvolvimento" pautado na reprodução do capital e na acumulação por espoliação, materializado no Maranhão em conflitos territoriais violentos. Provoca mudanças intensas na paisagem natural, fragiliza o ecossistema do cerrado maranhense em consequência à exploração, devastação e degradação dos recursos naturais ambientais.

Constrói uma concentração espacial de capital, expropria trabalhadores rurais, e mantém a destruição generalizada do meio ambiente, dos grupos e relações sociais, que assegura a reprodução social de um grupo e nutre relações desiguais de poder.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juscinaldo Goes. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmico do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017. 148p.

Alves, Vicente L. Eudes. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006, 320p.

BARBOSA, Z. **O global e o regional.** Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luís, MA.

BERNARDES, Julia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro pistas para uma análise teórica.** Revista Nera, ano 10, n. 10 - janeiro/junho, p. 1-10, 2007.

BRANDÃO, C.A. **As principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista** - In: A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais, 2004, p. 27-57.

BRASIL. **Decreto n. 8.447, de 6 de maio de 2015.** Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília, 2015.

CARNEIRO, Marcelo S. **A expansão e os impactos da soja no Maranhão**. In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M. S (Orgs.). A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil. - Rio de Janeiro: FASE, 2008.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**/Noberth Elias e John L. Scotsob; tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Programa de difusão da cultura da soja no Nordeste do Brasil**. Brasília, 1981. 73p.

EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária. Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento – Secretaria de Agricultura. **Subsídios para um programa de expansão da cultura da soja no estado do Maranhão**. São Luís, 1983.

FABRINI, João E. O campeonato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: Marcos A. Saquei e Roseli A. Santos. (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento** - 1° Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. 285 p.

FOUCALT, Michel. **O sujeito e o poder.** In: FREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade** – um debate. Niterói: Revista Geographia, ano ix, n. 17, junho, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA): meio físico-biótico – etapa Bioma Cerrado e Sistema Costeiro**. 2. ed. v.1 / Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias... [et al.] (Orgs). São Luís: IMESC, 2021. 441p.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 85-103, jan./Jun., 2006.

LOPES, Rafaela Carolina; MOREIRA, Marcelo José. **Reprimarização da Economia Brasileira e suas Raízes no Subdesenvolvimento.** Os desafios para formação do sujeito e os rumos da pesquisa e extensão universitária na atualidade. Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do Câmpus Anápolis de CSEH (SEPE), v. 01, 2015.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; BRUSTOLIN, Cindia; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Projetos de Desenvolvimento e Territórios tradicionais no Maranhão, Brasil: ameaças e processos de resistências.** Artigo Dossiê, v. 16, n. 32, ago/dez, 2019.

OLIVEIRA, F. **Elegia por uma re(li)gião.** Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1981, p. 13-44.

PAULA ANDRADE, Maristela de (et al). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba.** Relatório de Pesquisa. GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012. 225 p.

PEREIRA, L. M. **A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado**. In: Topoi, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 48-66.

PIRES, Mauro. **Os Programas agrícolas na ocupação do cerrado.** In: Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, Jan/Dez. 2000.

RIST, G. ***Le Developpement, história d'une croyance occidentale.*** Paris: Presses de Sciences Po, 2001.

SILVA, Carlos Alberto F. da. Redes políticas do agronegócio da soja na Amazônia. In: SILVA, Carlos Alberto F. da; NASCIMENTO, Luciano B. do (Orgs.). **As redes políticas do agronegócio da soja: interesses, estratégias e resistências.** 1° ed. - Rio de Janeiro: Livre expressão, 2010.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

A BASE NEOEXTRATIVISTA DA ARQUITETURA MODERNA

Raíssa de Oliveira[1](IAU-USP)
João Marcos Lopes[2](IAU-USP)

RESUMO: Para se produzir cidades, casas, pontes ou qualquer outra obra de arquitetura é necessária uma quantidade imensa de força de trabalho e a transformação da natureza. Materiais como terra, pedra ou madeira foram usados pela humanidade durante milhares de anos para se construir, acumulando saberes e gestos técnicos passados de geração para geração. No entanto, em um determinado momento, sob sinais pré-capitalistas, houve rearranjos nessa produção em resposta a uma nova demanda imposta. A lógica do capital intencionalmente foi achando caminhos para driblar esses saberes acumulados e controlar a produção. Um dos instrumentos importantes para tomar as rédeas da produção foi a criação dos novos materiais, produzidos industrialmente, como por exemplo o vidro, o concreto, o aço e o alumínio. Tais materiais pressupõem em sua origem a industrialização e uma cadeia produtiva vinculada sobretudo a um modelo neoextrativista.
Nesta comunicação trataremos especificamente do alumínio, um dos materiais mais novos da modernidade e geneticamente fruto da lógica industrial. O alumínio é resultante de um processo eletroquímico e sua produção em escala industrial somente foi possível no final do século XIX com a descoberta de novas técnicas de redução e com as possibilidades de consumo, o que inclui o seu uso em utensílios domésticos, embalagens e na construção civil. Sua aplicação na arquitetura é bastante recente, surgindo inclusive, ao lado da arquitetura moderna. Tal demanda foi se diversificando: das coberturas e detalhes em fachadas foram surgindo componentes de vedação, materiais refratários até as grandes estruturas produzidas na segunda metade do século XX. Ao longo dos anos o alumínio vem ganhando espaço significativo nas especificações dos projetos de arquitetura como um material de inúmeras vantagens, como, leveza, beleza, durabilidade e facilidade de manutenção. Mas para além disso, sua popularização se deve principalmente aos apelos comerciais sobre as suas "facilidade" de produção e as atribuições sustentáveis, sobretudo à capacidade de reciclagem.
Nesse momento da pesquisa o foco é o material alumínio, o qual se revela dentro de uma série de contradições, violências e impactos socioambientais inerentes a sua produção e à extração da bauxita (matéria prima do alumínio), denunciando assim, uma enorme dissociação existente entre o seu consumo e a sua produção. Ao mapear essa produção no tempo e no espaço tais contradições existentes revelam uma relação invisibilizada entre as especificações nos projetos de arquitetura e o padrão intensivo extrativista brasileiro.

Palavras-chaves: Neoextrativismo, Arquitetura Moderna, Materiais, Alumínio, Mineração.

1. OS NOVOS MATERIAIS DA MODERNIDADE

Este é um texto que parte do campo específico da arquitetura para expor a existência de uma enorme dissociação entre o consumo e a produção, tanto na formação histórica do arquiteto como no cotidiano prático das especificações nos projetos de arquitetura e, portanto, um consumo naturalizado de materiais industrializados onde a mineração sustenta uma forte base neoextrativista. No limite dessa provocação é possível imaginar arquitetos e profissionais da

[1] Instituto de Arquitetura e Urbanismo, IAU – USP São Carlos, Brasil, raissapco@usp.br
[2] Instituto de Arquitetura e Urbanismo, IAU – USP São Carlos, Brasil, jmalopes@sc.usp.br

construção civil comovidos e inconformados com os acidentes ocorridos em Mariana (2007), Brumadinho (2009) ou Maceió (2023), sem compreenderem o que esses fatos têm a ver com as especificações dos componentes existentes nos projetos criados cotidianamente em seus escritórios. Aço, vidro, PVC (policloreto de vinila) e alumínio são produzidos a partir dos minérios saídos das lavras causadoras dos acidentes citados. Minério de ferro e sal gema são alguns dos minérios que fazem parte do rol das matérias primas ou insumos para se produzir tais materiais industrializados difundidos na construção civil a partir do século XIX e popularizados definitivamente com a arquitetura moderna no século XX. (FERRO, 2016, p. 136) Esses novos materiais conduziram a uma história de alienação dentro do campo profissional, a qual procura invisibilizar intencionalmente parte dos seus processos produtivos, numa ampla e acirrada disputa de narrativas.

Os chamados "novos materiais" da arquitetura moderna não existem na natureza. São geneticamente produzidos pela indústria e pela lógica do capital. Antes da sua popularização, os materiais disponíveis para as construções eram aqueles localizados próximos às obras, como a terra, a madeira e a pedra. O trabalho consistia em manipular esses materiais, dependendo da necessidade, através de técnicas e tecnologias passadas de gerações para gerações. No entanto, essa relação com a natureza foi modificada lentamente a partir do momento em que a lógica do capital entra no mundo do trabalho. Um dos exemplos clássicos desse processo foi descrito pelo arquiteto, professor, teórico e pintor Sérgio Ferro ao pesquisar a obra de Michelangelo e a Capela dos Médici (2016). A metodologia adotada, focada no material, joga luz a um processo de substituição dos artífices escultores (marmoristas, extratores e desbastadores) que trabalhavam com o mármore Carrara por operários mineradores na Itália do séc. XVI. Em um determinado momento, sob sinais pré-capitalistas, o material "entra no gosto" da segunda geração do *Quattrocento*, elevando-o de enobrecimento e "meio ideal" para se revelar o gesto técnico artístico (Ferro, 2016, p.82). Em reação à abstração artística desejada gerou-se uma demanda, e consequentemente, tal demanda lançou uma corrida que provocou rearranjos dentro da produção, sobretudo espoliação e desqualificação no mundo do trabalho. Sérgio Ferro cita esse exemplo para mostrar como o capital intencionalmente vai achando caminhos para driblar os saberes acumulados, os quais permitiam ao trabalhador o controle da produção (FERRO, 2016, p.83). A generalização desse processo ocorre de modo assimétrico no tempo e no espaço, conformando situações específicas, ou mesmo, cenários de convivência entre lógicas distintas de produção, mas que vão conformando as contingências tais quais conhecemos até os dias de hoje na produção da arquitetura. Um dos primeiros instrumentos usados para substituir os saberes acumulados nas mãos das corporações, mestres e artífices e tomar as rédeas da produção foi a separação entre o desenho e o lugar do trabalho, entre o projeto e o canteiro de obras (Ferro, 2006).

O segundo instrumento foi a entrada dos novos materiais. Como eles não existem na natureza, não há acúmulo de conhecimento. Assim, os trabalhadores tornam-se fazedores de ordens, dependentes de um conhecimento técnico externo. Segundo Sérgio Ferro são esses dois momentos que ilustram a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho na construção civil. (1988)

Essa história, vista da produção para a arquitetura, não é comum aos arquitetos. A historiografia da arquitetura moderna, coloca os novos materiais em posição de destaque nos capítulos dos seus principais manuais de história a fim de explicarem a sua origem. No entanto, a produção desses materiais depende em sua gênese de uma estrutura produtiva capitalista, conduzindo e sendo conduzida pelo consumo, e direcionando para uma outra lógica no mundo do trabalho. As demandas por novos 'objetos técnicos'[3] vão sendo respondidas por grandes obras de engenharia, onde elas mesmas retroalimentam a lógica da produção capitalista: a fábrica é o lugar da produção, os armazéns estocam os produtos para serem distribuídos, as pontes, estradas, canais e meios de transporte permitem a troca entre campo/cidade, império/colônia das matérias-primas e bens de consumo, as galerias e lojas vendem os produtos, e os pavilhões de exposição demonstram os produtos, as invenções e a própria imagem da nova sociedade (que por sua vez retroalimenta a necessidade de consumo). É possível reconhecer nos primeiros manuais da arquitetura moderna, essas grandes obras de ferro como inspiradoras da nova arquitetura. Ferro e concreto armado são materiais que objetificam tais transformações na sociedade comandada pelo lucro. Tal contribuição, vinda da engenharia para a arquitetura, constitui capítulos específicos nos manuais canônicos das várias gerações de historiadores da arquitetura moderna, como nos livros de Nikolaus Pevsner (*Pioneers of the Modern Movement from William Morris to Walter Gropius*,1936), Sigfried Giedion (*Space, Time and Architecture: The Growth of a New Tradition*, 1941); são tópicos de capítulos nos livros de Leonardo Benevolo (*Storia dellárchitettura modena*, 1960), Bruno Zevi (*Storia dell'architettura moderna*, 1950), Henry Russel Hitchcock. (*Panorama da arquitetura*, 1964), ou ainda, nas publicações mais recentes, como no de Kenneth Frampton (*História Crítica da Arquitetura Moderna*, 1980) e Jean-Louis Cohen (*The future of architecture. Since 1889*, 2012).

Ainda que os novos materiais sejam vistos como uma das fontes da origem da arquitetura moderna tais escritos não explicam o porquê eles surgem. Não é uma questão de onde veio o ferro, do que ele é feito, em quais condições ele foi produzido e em quais condições ele foi aplicado na obra. O mesmo ocorre com o concreto armado e o vidro. E esse "mistério" se mantém até os dias de hoje.

[3] No sentido amplo, ou seja, sistemas técnicos sob os quais nos tornamos dependentes de uma forma muitas vezes despercebida e articulada nas tarefas do dia-a-dia e que na realidade vêm modificar todas as formas de convivialidade. (SANTOS, 1995, p.18)

Sabemos que tais perguntas são metodicamente invisibilizadas exatamente porque são estruturais para a própria reprodução das condições que eles providenciam.

Algumas passagens citadas por Sérgio Ferro demonstram como os novos materiais eram usados para furar greves ou para fugir das organizações sindicais dos trabalhadores da construção tradicional (FERRO, 1988, p.30). Assim, as revisões historiográficas propostas pelo autor são urgentes. Ao aparecerem nos manuais de arquitetura prontos e acabados, os novos materiais escondem sua vasta cadeia produtiva onde se concentra uma lógica exploratória da natureza e do trabalho, e que abre caminho para o modelo neoextrativista de desenvolvimento econômico, principalmente baseado na mineração. Reconhecer a historiografia da arquitetura moderna, à parte do cenário da luta de classes e fora de um forte processo minero extrativista, é o que alimenta a prática até os dias de hoje.

2. O ALUMÍNIO E A ARQUITETURA MODERNA

Atualmente as pesquisas direcionadas ao material no campo das engenharias e da arquitetura (principalmente na área da tecnologia) têm se esforçado em conhecer as suas aplicações e as melhores condições de eficiência em determinadas situações, ampliando cada vez mais as suas possibilidades. O resultado desse acúmulo de conhecimento é que de fato conseguimos melhorar e ampliar suas aplicações e rendimentos, colaborando para diversificar o mercado e, portanto, contribuindo para o aumento acelerado do consumo.

O caso do alumínio é ainda pouco conhecido, trata-se de um dos mais novos materiais modernos dessa lista, provavelmente dada a complexidade que exige a sua produção, sobretudo pelo custo de implantação das plantas, pelo alto consumo de energia e manipulação de outras fontes minerais de insumos ou produtos químicos. No caso do alumínio é fato que a aceleração da demanda pelo material foi dada pelas guerras no século XX, especialmente a Segunda Guerra Mundial, um marco para a ampliação da sua produção – fato percebido pela diversidade imensa de produtos bélicos, como armas, munições, cantil, capacetes, tanques, aviões, equipamentos, etc. Pode-se afirmar que foi no meio das crises mundiais do início do século XX que a produção do alumínio cresceu exponencialmente, a ponto de quintuplicar.

Na construção civil, o alumínio aparece em alguns elementos pontuais. No entanto é durante o entre guerras, que se percebe uma mobilização pelo uso do material. À exemplo da construção do *Botanic Gardens Conservatory*, construído em Washington, inteiramente em alumínio e patrocinado pela *Alcoa Aluminum*. Na mesma década de 1930 há inúmeros anúncios de empresas do setor em revistas norte americanas especializadas (THE FEDERAL ARCHITECTURE, 1932; ARCHITECTURE, 1931; PENCIL POINTS, 1939). Após a Segunda Guerra houve um movimento organizado e intenso de

aplicação do material na construção civil, o que constitui uma rede mundial de trocas de conhecimento, de desenvolvimento de cálculos, de experiências com o uso de ligas, do desenvolvimento de normas, das configurações institucionais de pesquisas para a sua aplicação, como, laboratórios, disciplinas e consultorias, além de um amplo investimento na divulgação, popularização, propaganda e, finalmente, na organização e constituição de bases legais (MARSH, 1985).

Apesar de existir uma produção nacional desde a década de 1930, a circulação do material após a guerra é bastante marcada no Brasil. O alumínio estava presente em uma escala muito reduzida na construção até a década de 1950, geralmente em componentes complementares das esquadrias de aço, como baguetes, trilhos feitos de chapas dobradas ou ainda cabos. Mas a partir de então o mercado da construção civil adere ao material, conforme se nota em alguns exemplos: a Fábrica Duchen (1951) de Oscar Niemeyer aparece no livro panorâmico sobre o uso do alumínio no mundo "*Aluminum in modern architecture*" (PETER, 1956, p.134); em 1952 a Prefeitura de São Paulo adquiriu um teatro itinerante chamado "Teatro de Alumínio" implantado na Praça das Bandeiras. A estrutura seria composta basicamente por chapas dobradas de telhas de alumínio. O arquiteto Ícaro de Castro Mello especifica uma série de projetos com elementos em alumínio, como é o caso da cobertura da Piscina Coberta (1953) e da telha da cúpula do Ginásio do Ibirapuera (1956), ambos em São Paulo. Essa última obra foi fotografada para o Anuário da Companhia Brasileira do Alumínio (CBA) (MÖSSINGER; METZ, 2008, p.131) como cartão de visitas da empresa produtora de alumínio à exemplo da obra financiada pela *Alcoa* em Washington citada anteriormente. Um ano depois foi construído o Pavilhão de São Cristóvão no Rio de Janeiro, projetado por Sérgio Bernardes, e que recebeu uma cobertura de alumínio sobre os cabos de aço.

A divulgação do alumínio na arquitetura se deu sobretudo em 1955, no número dedicado exclusivamente à aplicação do material da *Revista Acrópole*. Nesse número o alumínio foi apresentado minuciosamente ao campo profissional pelo arquiteto Oswaldo Bratke. A revista apresenta uma série de matérias sobre uso e especificações de componentes disponíveis no mercado como telhas, esquadrias, *brises-soleil*, telhados basculantes e abrigos. Os edifícios do City Bank e o Conde de Prates, ambos em São Paulo, são alguns exemplos da aplicação do material que aparece no periódico. Projetos residenciais demonstram as suas aplicações nas coberturas, como, a Residência no Parque Anchieta e a Casa em São Bernardo do Campo, projetadas pelo arquiteto Aníbal Martins Clemente; Casa de Praia no Guarujá projetada pelo engenheiro Eugênio Mauro, também como fechamento de fachada.

Sem dúvida um dos marcos para a difusão do material no país foi a construção de Brasília, principalmente na fixação dos vidros nas esquadrias da maioria dos edifícios da nova capital inaugurada em 1960. Em 1961, a *Revista Acrópole* publicou um segundo número integralmente dedicado ao material, desta vez apresentando o uso do material em condições mais complexas, como as estruturas de cobertura, como a da fábrica *Shed da O. Hommel do Brasil*, em Jundiaí, ou nos projetos do escritório *Warchavchik Neumann*, como, as fábricas *Irmãos Klabin* (com 14 mil m² de estrutura de alumínio apoiada em vigas calhas de concreto) e a *Indústria Reunidas Vidrobrás Ltda*, em Mauá, com 10 mil m², também com as mesmas características.

Nesses mesmos anos outras aplicações do material surgiram no mercado da construção, a exemplo dos revestimentos, como, lambris e painéis externos de várias cores e acabamentos, além de impermeabilizantes, tintas e materiais refratários.

A construção do Pavilhão de Exposições do Parque Anhembi em São Paulo, projetado pelo escritório de Jorge Wilheim com a consultoria do matemático anglo-canadense da *Aluminum Company of Canada* (Alcan) Cedric Marsh e execução das empresas *Alcan do Brasil* e *Fichet Schwartz Hautmont* no final da década de 1960 é certamente uma referência da expansão massiva da indústria do alumínio no país. Este projeto foi responsável por provocar a diversificação da produção dos componentes na indústria do alumínio, criando condições para a fabricação nacional de toda cadeia produtiva, principalmente no desenvolvimento do processo de extrusão de tubos estruturais com diferentes ligas e diâmetros. Equipamentos foram adquiridos nos EUA (Oliveira, 2016, p.281), como extrusoras ainda inexistentes no país, compondo então uma gama de possibilidades para a fabricação de perfis e componentes para além das chapas e dos cabos. Além disso se configurou no território paulista, sobretudo em Santo André, um complexo industrial capaz de fabricar tais componentes para o mercado da construção civil: passando da extrusão dos tarugos até a estampagem, furação, corte, refile e acabamentos dos tubos e perfis até a confecção de componentes especiais e padronizados. A construção do Pavilhão de Exposição colaborou com o desenvolvimento técnico do cálculo das estruturas e do avanço do catálogo de componentes, como peças de articulação, telhas, tubos coletores de seções variáveis, calhas, coletores-troncos e chapas de revestimentos, além de abrir caminho para a execução de peças especiais, sobretudo as peças estruturais, ainda pouco conhecidas na arquitetura brasileira.

No mesmo período em que a estrutura da cobertura do Pavilhão de Exposições era construída com o patrocínio da Alcan[4], a empresa canadense financiava a descoberta de bauxita no Rio

[4] Um dos principais entusiastas da obra do Pavilhão de Exposição foi Raymundo de Campos Machado, um dos dirigentes da Alcan do Brasil, autor de vários livros sobre a produção do alumínio. Foi diretor da fábrica pioneira na produção de alumínio em Saramenha, Ouro Preto (Minas Gerais), no mesmo período em que se deu início

Trombetas, no coração da Floresta Amazônica. A exploração mineral em Oriximiná abriu caminho para a mineração da bauxita, a produção de alumina e do alumínio bruto na região norte do país, direcionando a produção de Minas Gerais para o estado do Pará, um dos maiores produtores do mundo de bauxita e alumina nos dias de hoje.

O alumínio ganhou espaço em vários setores, como na indústria de embalagens (que responde hoje por mais de 40% do uso do material), na indústria de transportes (automobilística, aeroespacial e outras), no setor de energia, elétrica e eletrônica e na indústria de equipamentos domésticos. A construção civil responde hoje por 22% do consumo do alumínio no mundo, e portanto, é o segundo setor que mais consome o material, ficando atrás apenas do setor de transportes. (ABAL, 2023, p.66). Em 2010 60% dos componentes extrudados da indústria do alumínio destinava-se à construção civil, o que significa a fabricação de componentes como portas, janelas, gradis, guarda-corpo, portões, forros, divisórias internas (painel e drywall), acessórios, arremates, cantoneiras e elementos de acabamento. Também é possível apontar o consumo dos extrudados na indústria de móveis e mobiliários urbanos, como, na fabricação de cadeiras, bancos, mesas; ou nos mobiliários urbanos, como, totem de sinalização, postes de iluminação, abrigos de ônibus, cabines e etc; e ainda, nos equipamentos usados na construção civil, como, andaimes, escadas e as formas. Contudo é possível verificar um crescente uso do material em chapas na construção civil, através de combinações com outros materiais, como os painéis ACM (*Aluminium Composite Material*), composto por alumínio e polietileno; as telhas sanduíches que combinam chapas de alumínio com polietileno ou poliuretano, ou ainda o ALUCOBOND, combinação de chapas de alumínio com outros minerais para revestimentos externos (contra incêndios). Outras opções de revestimentos são criadas constantemente pelo mercado, como, os painéis de espuma de alumínio, fabricados através de injeção de ar no alumínio fundido, que contém uma fina dispersão de partículas cerâmicas. Tais partículas estabilizam as bolhas de ar e criam painéis com diferentes níveis de textura, transparência e brilho. O próprio óxido de alumínio é constantemente testado no mercado, em materiais refratários e abrasivos para jateamento (de metais ferrosos, pedras, vidro e cerâmica) ou na preparação das superfícies para acabamento. O mais icônico dos materiais desta lista vinda da alumina é o *Corian*, material inventado ainda na década de 1960 nos EUA, a partir da alumina e de resinas acrílicas. Considerado um dos materiais mais resistentes, de baixa porosidade e de alta durabilidade é considerado ideal para a confecção de bancadas. O uso de vários óxidos, dentre eles o óxido de

às pesquisas sobre a recorrência da bauxita na Floresta Amazônica. Anos depois, foi presidente da Mineradora Rio Norte (MRN) implantada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no período de 1962 a 1972, no Rio Trombetas, em Oriximiná, com o principal objetivo de substituir a fábrica de alumina canadense na Guiana (país que se tornara independente da Inglaterra em 1966) (OLIVEIRA, 2016; LIMA; MACHADO, 2007).

alumínio, vem sendo incorporado à produção dos vidros para melhorar a proteção térmica e a resistência mecânica principalmente nos enormes edifícios construídos inteiramente em pele de vidro. Todos esses novos produtos são conhecidos no campo da arquitetura pelas suas enormes vantagens, como, eficiência, durabilidade, facilidade de aplicação e manutenção, leveza, resistência mecânica e corrosão, e sustentabilidade. A ideia do alumínio como "sustentável", "material verde" ou "amigável ao meio ambiente" ganhou legitimidade no campo profissional da construção por duas razões principais: pela capacidade de reciclagem infinita e pela certificação das empresas produtoras, principalmente no ramo da mineração, o chamado *Sistema de Gestão Ambiental SGA*, o que confere às empresas a certeza de desenvolver parâmetros compatíveis com o meio ambiente. Essa legitimação garante também a validação do uso do alumínio como caminho para outras certificações dentro da construção no Brasil, uma vez que as esquadrias respondem por aproximadamente 25% do custo total da obra.

Apesar de se reconhecer que a indústria do alumínio vem se mobilizando para reduzir o consumo de água, energia e diminuir a emissão de CO^2, não é possível dizer que exista de fato um ciclo sustentável nessa produção. Os processos que são buscados pelo setor não são suficientes para mitigar os problemas socioambientais enfrentados até os dias de hoje. São muitas as contradições existentes diante da narrativa da responsabilidade ambiental e social das empresas envolvidas na rede de produção. O acúmulo de pesquisas existente no país, as notícias denúncias, os inúmeros processos jurídicos, as mobilizações populares e a realidade das comunidades diretamente atingidas por essa produção denunciam um abismo entre a narrativa e a situação real, demonstrando como o consumo é completamente leigo às consequências do padrão intensivo mineiro extrativista.

Soma-se a isso uma urgência. Segundo os dados de 2022, a demanda por combustíveis fósseis só aumenta no setor da construção civil. (Global Status Report for Buildings and Constructions ligado ao United Nations Environmental Programme). A produção dos materiais de construção como concreto, aço, alumínio, vidro e tijolos, representou cerca de 38% da emissão de CO^2 no mundo no ano de 2023. Dessa lista de materiais industrializados o alumínio é o mais danoso ao meio ambiente. O *Centre for Industrialised Architecture* (CINARK) da Royal Danish Academy desenvolveu uma "Pirâmide dos Materiais de Construção" onde é possível calcular o impacto ambiental dos materiais mais comuns em pelo menos quatro níveis de poluição: potencial de aquecimento global (produção de CO^2); produção de ozônio, acidificação e eutrofização. A análise leva em consideração as três primeiras fases de vida dos materiais: a extração da matéria-prima, o transporte e sua manufatura. O alumínio aparece no topo das quatro pirâmides, sendo o material campeão na produção de CO^2 (SOUZA, 2022).

3. MATERIAL = MATÉRIA + TRABALHO EM DETERMINADAS CONDIÇÕES

Para se ter os componentes de alumínio no canteiro de obras é preciso um longo processo de produção do material, que é dividido basicamente em 6 etapas. Cada uma delas abriga uma série de contradições diretamente ligadas à necessidade de insumos, exploração do trabalho, equipamentos especiais, condições locais, megaestruturas, e consequentemente, muitos impactos socioambientais. A seguir tentarei explicar cada etapa a partir da definição usada por Sérgio Ferro de material, ou seja, a "matéria mais o trabalho em determinadas condições" (2016, p.13). Usarei apenas alguns dos vários exemplos pesquisados sobre conflitos e contradições existentes em cada uma delas e que são invisibilizados pelas narrativas da "mineração sustentável".

Etapa 1: a mineração da bauxita (e a terra)

A bauxita, minério semelhante ao barro, está presente em camadas não profundas da Terra (de 8 a 15 metros). A etapa da lavra e beneficiamento do minério corresponde a um conjunto de operações, como, desmatamento, decapeamento, perfuração, desmonte, escavação, carregamento, transporte, britagem, lavagem e secagem (e embarque nos navios). Há dois tipos de trabalhadores nesta etapa hoje: os operadores e os operários de manutenção. No entanto, o processo histórico da implantação da mineração da bauxita no país foi sustentado pela massa de mão-de-obra barata (ABM, 1964). Há relatos publicados na década de 1960 sobre as más condições de trabalho e exploração da mão-de-obra em Ouro Preto, o que significa milhares de trabalhadores braçais cavando com enxadas a céu aberto em troca de salários baixíssimos (ABREU, 1963)[5].

As contradições que aparecem na etapa da mineração da bauxita também dizem respeito à propriedade da terra. É importante lembrar que a intervenção militar na década de 1960 criou instrumentos legais (MARQUES, 2019, p.142) para a exploração privada nacional e internacional dos recursos minerais da Amazônia a partir do mito do vasto vazio demográfico, construindo uma série de passivos das mais diversas ordens. O balanço sobre os impactos sociais e ambientais dessa forma de ocupação é uma verdadeira guerra estabelecida na região. (MENDES 2016)

Já existe um corpo de pesquisas desenvolvidas nas universidades e instituições brasileiras que colocam em destaque os conflitos territoriais existentes junto aos povos tradicionais devido a implantação dos mega empreendimentos ligados à mineração. Trabalhos como *Conflitos territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas* (MARIN; NUNES;

[5] A "vantagem" sobre a exploração de mão de obra barata foi usada para garantir a ampliação da mineração no território nacional, o que aparece explicitamente nas publicações dos associados da Associação Brasileira de Mineração em suas reuniões desse período. (ABM NOTICIÁRIO, 1964).

MARTINS, 2020), *Negros do Trombetas: guardiães de Matas e Rios (ACEVEDO; CASTRO, 1998),* e outros mobilizam pontos de vista sobre o desenvolvimento da região amazônica à luz das vivências das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores). Para o estudo do alumínio destaca-se a pesquisa sobre o Quilombo de Jamari (SANTOS, 2020) que relata o caso da região onde opera a MRN. Os povos que tradicionalmente ocupavam o território através das suas lógicas tradicionais extrativistas de subsistência (caça, pesca, extração de óleo de copaíba e da castanha), foram vistos como entraves para o desenvolvimento das empresas mineradoras, sofrendo um cercamento através da criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas (RBRT) - modalidade de unidade de conservação de proteção integral, que proíbe a permanência de grupos humanos em seu interior, mesmo que estes estejam ocupando o território antes da chegada do empreendimento. O modo autoritário, persecutório e violento das abordagens legais e executoras acabou criminalizando as dinâmicas e práticas tradicionais. A criação da RBRT acabou legitimando a expulsão das famílias, despejos, mortes, perseguições, fechamento de rios e proibição de acessos aos recursos naturais, destruindo as dinâmicas tradicionais de subsistências. Dentro das 27 comunidades da região, que hoje abrigam cerca de 10 mil pessoas, a comunidade Boa Vista foi a que mais sentiu a chegada da mineradora. Essa, colada à vila da mineradora, passou a viver um ciclo de dependência da empresa após todo esse processo.

Outra contradição que se encontra na pesquisa sobre essa disputa é a questão do reflorestamento das regiões mineradas. Apesar das certificações que legitimam as ações reparatórias, o reflorestamento na realidade não consegue suprir as dinâmicas da flora e da fauna antes existentes. Posto que a maior parte das minas encontra-se numa faixa de floresta tropical, a mineração da bauxita é vista como uma das principais causas da destruição da biodiversidade da Terra (SWITKES, 2005). No Pará, o Museu Goeldi tem um acúmulo de pesquisas sobre o processo de reflorestamento na Amazônia após a mineração da bauxita que chega às mesmas conclusões: dificilmente o solo consegue reter a água da forma original, o que leva a impossibilidade do cultivo de algumas espécies e retardo do desenvolvimento de outras, implicando na mudança significativa do meio ambiente e reduzindo a diversidade ambiental da fauna e da flora. Uma das espécies pesquisadas é a castanheira, principais fontes econômicas da região (SALOMÃO, et al., 2014). Imaginando que as minas duram aproximadamente 65 anos, ainda é uma questão qual será o futuro dessas populações.

Etapa 2: o refino (e a poluição)

Após a retirada da bauxita do terreno o material deve ser moído, lavado e refinado para remover as impurezas. O refino da bauxita (processo conhecido como *Bayer)* consiste em um

tratamento químico, o que representa reações da bauxita com grandes quantidades de soda cáustica em meio às altas temperaturas e pressão. É nesse estágio que se usa os combustíveis fósseis, como o coque de petróleo ou carvão mineral. A matéria prima passa por filtros e processos de decantação para separar o hidróxido de alumínio (alumina) das impurezas. Após este procedimento a alumina precisa ser calcinada para a retirada da água até tornar-se um pó branco (alumina). Para cada tonelada de alumina são necessárias duas toneladas de bauxita. Nesse processo produz-se uma enorme quantidade de resíduos, a chamada lama vermelha, geralmente depositada em barragens. As barragens são estruturas de risco, geram inseguranças quanto ao rompimento, como ocorre frequentemente na Barragem de Marzagão, em Ouro Preto, ou em Oriximiná, onde há o maior complexo de barragem do Brasil, com 26 barragens na mesma região sem estudos de impacto ambiental (WANDERLEY, 2021). Além dos possíveis acidentes, a lama depositada em regiões mineradas pode penetrar no lençol freático, nos córregos, e alterar o teor de sódio dos poços artesianos vizinhos (SWITKES, 2005, p.8).

Um dos maiores extermínios ambientais já conhecidos na Amazônia foi em torno do descarte da lama no Lago Batata pela MRN em Oriximiná. Durante dez anos foram depositados 24 milhões de toneladas de sólidos no fundo do lago (o equivalente a quase o dobro do volume da barragem da CVRD que rompeu em Brumadinho, em 2019). Moradores que vivem próximos ao Lago Batata convivem com intensas coceiras e alergias. (WANDERLEY, 2021)

Em 2018, em Barcarena, no Pará, o Instituto Evandro Chagas (IEC) divulgou o resultado do laudo após um dos frequentes acidentes na região, confirmando a contaminação em diversas áreas do município provocada pelo vazamento das barragens da Hydro. A poluição chegou às comunidades vizinhas, com índices acima do permitido de sódio, nitrato e alumínio, além do PH extremamente abrasivo e nocivo aos seres vivos. A situação é alarmante pois a população da região utiliza frequentemente os igarapés e rios em busca de alimento e lazer, no entanto, a água está imprópria para uso e consumo, falta saneamento básico e atendimento médico.

Relatos e notícias em jornais locais de Ouro Preto denunciam décadas de convívio com fumaça, cheiro forte e suspensão de "pó branco" no ar. Isso se repete em outros países, como na Austrália, onde há relatos de '*irritação em mucosas, pele, e olhos* (...) *dores de cabeça crônicas, distúrbios digestivos, dores nas articulações, além de queimação no estômago e garganta, ulceração na garganta, sangramentos nasais, e uma sensação geral de letargi*a" (SWITKES, 2005, p.8).

A partir de 2005 a empresa *Novelis* (compradora da *Alcan*) patrocinou algumas restaurações em Ouro Preto para mitigar os danos causados pela chuva ácida nos monumentos históricos.

Etapa 3: a redução (a energia e o homem)

A transformação da alumina em alumínio bruto é um processo eletrolítico conhecido como *Hall-Héroult*. A alumina é dissolvida em um banho de criolita fundida e fluoreto de alumínio em baixa tensão, decompondo-se em oxigênio; o oxigênio se combina com o ânodo de carbono desprendendo-se na forma de dióxido de carbono, e em alumínio líquido, que se precipita no fundo da cuba eletrolítica. O metal líquido é transferido para a refusão. Para cada tonelada de alumínio são necessárias cinco toneladas de bauxita. A tecnologia usada desde a década de 1940 por algumas fábricas, os fornos Soderberg (MACHADO, 1985, p.81), significa um contato direto e manual dos trabalhadores lidando com a troca dos anodos e com o alumínio em altas temperaturas (aproximadamente 950°C). Essa tecnologia, chamada por alguns como "antecâmara da morte" (CASTRO, 2009, p.69), exige um trabalhador responsável pelo controle do consumo de energia, um comando manual de temperatura que demanda a raspagem do forno com um rastelo, a movimentação do anodo e a verificação das distâncias entre anodo e o fluido. É nesse procedimento onde ocorrem os acidentes mais graves com os trabalhadores. Em Saramenha, Ouro Preto, os trabalhadores frequentemente relatam o contato direto com produtos altamente prejudiciais à saúde, como, acetileno, ácido sulfúrico, ácido nítrico, ácido cianídrico, ácido prússico, ácido fluorídrico, além de inúmeros acidentes com mutilações de membros, graves queimaduras e até óbitos por descargas elétricas (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE SÃO JULIÃO, 1981; 1987, 1993, 2005).

Hoje há alguns estudos sobre a saúde dos trabalhadores na cadeia produtiva do alumínio, revelando doenças específicas relacionadas ao contato com alumínio e outras substâncias químicas como doenças osteomusculares. A exposição a diversas substâncias químicas, como soda cáustica, fluoretos, dióxido de enxofre e outros, além de excessivo calor, pode causar danos respiratórios, sanguíneos, dermatológicos e mentais. (CASTRO, 2009)

Esta etapa exige grandes instalações elétricas pois a energia representa cerca de 35% do preço final. Em resumo para cada tonelada de alumínio, são necessários aproximadamente 24.000 KWh. (WOLOSKER, 1955, p.498) Portanto a implantação da indústria do alumínio geralmente depende de grandes financiamentos estatais, principalmente para a produção da energia, o que no Brasil representou a construção de inúmeras hidrelétricas e subsídios. Tais empreendimentos, levaram o governo militar a construir a mega hidrelétrica de Tucuruí (MARQUES, 2019) e, posteriormente, já no governo democrático, a Hidrelétrica de Belo Monte. As contradições sobre a construção desses megaprojetos são conhecidas. Os problemas gerados na região são inúmeros, desde a falta de estudos de impacto ambiental, manejo incorreto para a supressão das florestas (inclusive com uso de

produtos tóxicos), supressão de espécies animais e vegetais, remoção compulsórias das populações ribeirinhas até problemas de saúde, como o aumento da malária, por exemplo.

Para se ter uma ideia do consumo de energia na produção do alumínio, é interessante ver o caso de São Paulo. O município de Alumínio, onde está implantada a CBA, com menos de 17 mil habitantes, é o segundo município consumidor de energia do estado de São Paulo, perdendo apenas para a capital.

Etapa 4: a fundição (e o mito da reciclagem)

O resultado da etapa descrita acima é o alumínio puro em estado líquido, na forma incandescente, o qual é levado para a fundição onde é misturado a outros minérios, dependendo do seu uso, como, o manganês, o magnésio e o silício, o que determinará as suas propriedades (ligas). O alumínio é moldado segundo as demandas, em forma de lingotes, placas, tarugos, Vergalhões Properzi, rolo Caster. Geralmente a reciclagem se dá nesta etapa através do aproveitamento de sobras do processo de produção e das sucatas dos produtos descartados. A reciclagem promete, segundo as empresas produtoras, a redução de extração de bauxita, o que significa, menos recursos naturais, poluição do ar, formação de resíduos e energia. De fato a reciclagem vem ganhando bastante espaço e previsões sobre um futuro sem mineração. No entanto, apesar do aumento da reciclagem e os números recordes que o Brasil apresenta nesse ramo, isso não tem significado a diminuição da exploração da bauxita no país. Pelo contrário, nos últimos anos o Brasil tem aumentado significativamente a sua exploração do minério e a perspectiva do setor é abrir ainda outras frentes de mineração, como por exemplo o Projeto Novas Minas no Pará (MME, 2022, p. 116) Portanto o que se percebe é que hoje, a narrativa da reciclagem vem se mostrando eficiente para aumentar ainda mais a demanda pela mineração.

Etapas 5 e 6: componentes e produtos (e a circulação)

Na etapa 5 o alumínio bruto passa por processos como laminação, extrusão ou modelagem. Nessa transformação ainda há consumo de energia e, dependendo dos acabamentos necessários, passa por outros processos eletrolíticos. Só após a fabricação do componente padronizados é que o produto entra no mercado mais específico - onde realmente será aplicado nos componentes da construção civil, como, portas, janelas, divisórias, telhas, calhas, etc (etapa 6)

A separação entre a etapa 4 e a etapa 5 significa a circulação do material[6]. No caso da indústria do alumínio, por ser um material não perecível, não existe a exigência do consumo rápido, consequentemente, a produção do material pode se afastar dos locais consumidores. Assim, o tempo de circulação é extremamente ampliado e essa é uma das suas principais características. É também nessa característica inclusive que se aninha uma condição "vantajosa" na produção de setores altamente exploratórios, como é o caso de materiais resultantes da mineração. Como afirma Sérgio Ferro, é proposital que materiais industrializados não tenham sinais sobre o trabalho porque é nessa parte que escondem as explorações do capital (FERRO, 2016, p. 136). Vemos que as fases mais exploratórias da produção, como a mineração da matéria-prima por exemplo, são implantadas onde há mão de obra barata e onde é possível mantê-la assim. A relação de dependência também é uma condição verificada nos locais de extração da bauxita. Em locais onde as vidas tradicionais dependiam de recursos naturais, como água, castanhas e peixes, como é o caso dos quilombolas no Pará, tais recursos são usurpados, e em troca, só lhes restam aceitar as condições de vida imposta, principalmente os empregos não qualificados com baixos salários ou mesmo terceirizados (o que representa até 80% das vagas do setor). O caso de Oriximiná é exemplar para demonstrar como a mineração não gera desenvolvimento: em 40 anos de mineração o IDH do município é menor que a média brasileira e a renda chega a ser ⅓ da média nacional.

O alumínio é uma *commodity*. O seu preço é definido internacionalmente pela *London Metal Exchange* diariamente, considerando a oferta e a demanda. Um exemplo é a gestão da MRN hoje: as suas ações se distribuem da seguinte forma: 45% da Glencore, 33% da South32, 22% da Rio Tinto, todas elas empresas globais, produtoras de *commodities*. Esse quadro alimenta o desequilíbrio entre consumo, usufruto dos bens naturais e responsabilidades. Nessa pirâmide econômica há enormes níveis hierárquicos e uma organização complexa do sistema corporativo, o que acarreta numa espécie de "deformação sistêmica", chamada "diluição das responsabilidades", o que significa dizer, que para a reflexão aqui apontada, que existem muitos apagamentos ao longo da produção (DOWBOR, 2017, p.38). Existe uma complexidade de gestão, em níveis completamente diferentes, ou seja, um abismo entre as exigências dos gestores do trabalho propriamente ditos e as exigências dos gestores financeiros os quais se preocupam apenas com a rentabilidade, sem importar com o

[6] Segundo Marx (2014, p.140) o processo de circulação está ligado à metamorfose das mercadorias, ou seja, da passagem da forma-mercadoria para a forma-dinheiro e da forma-dinheiro para a forma-mercadoria. Assim, o tempo de circulação não funciona como capital produtivo, ou seja, não produz mercadoria e nem mais-valia. No entanto, o tempo de circulação do capital limita o tempo entre produção e consumo, e consequentemente, interfere no processo de produção de mais-valia. No caso, essa relação pode ser usada para a sua valorização, pois independente das condições de produção (e da possibilidade de exploração do trabalho) é possível computar o lucro.

restante. O que faz com que o gestor da Glencore, que controla inúmeras mineradoras no mundo, não faça ideia do que acontece com os trabalhadores das empresas terceirizadas pela MRN por exemplo.

4. O TRAÇO NEOEXTRATIVISTA DA ARQUITETURA

Nesse contexto esboçado, a arquitetura e a construção civil estão diretamente ligadas à possibilidade de consumo dos materiais e, portanto, inserida numa lógica de produção que objetiva muito mais o lucro do que a própria necessidade em si. Soma-se a isso o rápido fluxo de mercadorias, comunicação, propaganda e logística de compra/venda da atualidade. Dessa maneira percebe-se uma alienação proposital do processo de produção a fim de escamotear a parte onde se verifica as expropriações ambientais e sociais. Assim sendo, na prática atual, existe o enorme risco de se considerar o material absolutamente desvinculado do que lhe é fundamental: a sua matéria depende do trabalho existente no processo e das condições específicas. Tendo em vista o processo de desindustrialização pelo qual o Brasil passou nos anos 1990, o forte retorno das atividades exportadoras primárias ao longo dos anos 2000, os acidentes ligados à mineração e todas as contradições existentes, é urgente o despertar para as questões da produção de forma ampliada a fim de assegurar o lugar das responsabilidades no campo disciplinar da arquitetura e da construção civil. Mais precisamente, é dizer que todos os acidentes que chocaram o país nos últimos anos são parcelas pequenas de um enorme sintoma produzido por uma estrutura desigual conduzidos pelo capital, e que se mostra "*violadora de direitos, injusta e extremamente violenta*" (TROCATE e COELHO, 2020, p. 124), da qual o arquiteto faz parte. O traço do arquiteto tem hoje esse peso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAL. **ANUÁRIO ESTATÍSTICO.** São Paulo: Hawaii Gráfica, 2023.

ABREU, Vicente. Truste Canadense do Alumínio prejudica capital nacional em Poços de Caldas. In **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 11 a 17 de 1963, n. 242, p. 6.

ABM NOTICIÁRIO. **Mensário das atividades técnicas e sociais da Associação Brasileira de Metais,** n. 145. São Paulo, abril, 1964.

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiães de Matas e Rios.**Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ACRÓPOLE. São Paulo, ano 17, n. 203, agosto de 1955.

ACRÓPOLE. São Paulo, ano XXIII, n. 267, janeiro de 1961.

ARCHITECTURE, New York, outubro de 1931.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

CASTRO, Hermano Albuquerque. A saúde dos trabalhadores da cadeia produtiva do alumínio. In: ALMEIDA, Rogério (org). **Alumínio na Amazônia: saúde do trabalhador, meio ambiente e movimentos sociais**. São Luís: Fórum Carajás, 2009.

COHEN, Jean-Louis. **The future of architecture. Since 1889.** Phaidon, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: autonomia literária, 2017.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. In: **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 105-200. (edição original 1979)

_____. Concreto como Arma. In: **Projeto**. São Paulo, n. 111, 1988.

_____. **Michelangelo: arquiteto e escultor da Capela dos Médici.** São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2016.

FRAMPTON K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIEDION, Siegfried. **Space, Time and Architecture, the growth of a new tradition.** Harvard University Press. Cambridge, 1941.

HITCHCOCK. H. R, **Panorama da arquitetura**. São Paulo: Editora fundo de cultura, 1964.

LIMA, Maria Helena M. Rocha; MACHADO, Raymundo de Campos. **Implantação do projeto Trombetas na Amazônia: de 1962 a 1972**. 62o. Congresso Anual da ABM, Vitória, 2007.

MACHADO, Raymundo de Campos. **Apontamentos da história do alumínio primário no Brasil.** Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1985.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão popular, 2019.

MARSH, Cedric. Aluminum alloy structures. **Canada J. Civil Eng,** vol 13, 1985. University of Alberta. www.nrcresearchpress.com. Acesso em 10/27/2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MME **Relatório Final: estudos e pesquisas para a elaboração de levantamentos e de análises acerca da infraestrutura do transporte e da logística do setor mineral no Brasil, assim como dos investimentos esperados no setor**. Novembro de 2022.

MÖSSINGER, Ingrid; METZ Katharina. **Hans Günter Flieg. Documentary Photography from Brazil (1940-1970)**. 2008.

OLIVEIRA, Raíssa P. C. de. **Parque Anhembi: a produção de um centro de exposições em São Paulo (1963-1972)**. Tese de Doutorado. FAU USP, São Paulo, 2016.

PENCIL POINTS, New York. janeiro 1939, vol.XX n. 1.

PETER, John. **Aluminum in modern architecture**. EUA: Reynold Metal Company, 1956, vol 1.

PEVSNER, Nikolaus. **Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius**; trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

SALOMÃO, Rafael de Paiva; SANTANALL, Antônio Cordeiro de; BRIEZA, Silvio JúniorIII; ROSAL, Nélson de Araújo. Crescimento de Bertholletia excelsa Bonpl. (castanheira) na Amazônia trinta anos após a mineração de bauxita. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Nat**, Belém, v. 9, n. 2, p. 307-320, maio-ago. 2014.

SANTOS, Juliene Pereira dos. Território, intrusão e dramas sociais no Trombetas: o quilombo de Jamari. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NUNES, Patrícia Maria Portela; MARTINS, Cynthia Carvalho (org). **Conflitos**

territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas. São Luís: EDUEMA, 2020.

SANTOS, Milton. Salvador: Centro e Centralidade na cidade Contemporânea. In GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (org). **Pelo Pelô: história, cultura e cidade.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995, p.18.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE SÃO JULIÃO. "Periculosidade". **O Metalúrgico**. Ouro Preto, ano IV, número 34, fev. de 1987.

_____. "Leia, medite e reflita". **O metalúrgico**. Ouro Preto, julho. de 1993.

_____. "Estamos em luto". **O metalúrgico**. Ouro Preto, março. de 2005.

_____. "Meio ambiente". **O Sindical.** Ouro Preto, ano I, número 1, nov. de 1981.

SOUZA, Eduardo. "Qual o impacto ambiental de cada material de construção?". **ArchDaily Brasil**. 24 Jul 2022.

SWITKES, Glenn (2005). Impactos ambientais e sociais da cadeia produtiva do alumínio na Amazônia. **International Rivers**, 2005.

THE FEDERAL ARCHITECT. Washington DC, abril de 1932.

TROCATE, Charles e COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Barragens de mineração na Amazônia - o rejeito e seus riscos associados em Oriximiná**. São Paulo: Comissão pró índio, 2021

WOLOSKER, Sigismundo. O alumínio na construção civil. **Acrópole**, 203, 1955, p.498

ZEVI, Bruno. **Storia dell´architettura moderna**. Turim: Einaudi, 1950.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PERMANENTE NA AMÉRICA LATINA: A EXTRAÇÃO (I)LEGAL DE ABYA YALA A LA RINCONADA

Adriana Aguiar Pérez[1] (UFRJ/UFAM)

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre o ouro (i)legal na América Latina (LA). Objetiva-se discutir as profundas contradições entre grandes quantidades de ouro produzidas e altíssimos níveis de pobreza, contaminação e destruição ambiental. Tais fatores determinam as condições de vida e trabalho na região, principalmente dos que sobrevivem do garimpo e dos afetados pela atividade. A acumulação primitiva por espoliação se torna permanente, empobrecendo ainda mais os povos originários e tradicionais. Abordou-se o objeto por meio do pensamento social crítico considerando a colonialidade do poder como expressão máxima da racionalidade eurocêntrica com uso extensivo da violência física e ideológica. O conflito causado pela extração do ouro é expressão das lutas de classes e se constitui parte da questão latino-americana. O Estado assume centralidade nos processos legais e de direito. A responsabilidade da contaminação, destruição e pobreza extrema é transferida para as regiões produtoras por meio das novidades discursivas de dominação ideológica, a partir do que, os demandantes do ouro (i)legal legalizam o crime, legitimam o saqueio e justificam a contaminação/destruição e perpetuam a pobreza estrutural. Analisou-se o caso de La Rinconada, na região de Puno, Peru. Alguns países, instituições e organizações figuram como pivôs na manutenção do *status quo*, agravando as péssimas condições de vida e trabalho nos países periféricos, obstaculizando as possibilidades de emancipação que despontem na América Latina.

Palavras-chave: América Latina; Colonialidade do poder; Ouro (i)legal; Saqueio; Conflito socioambiental.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge da pesquisa de doutorado defendido no ano de 2021[2] no qual se discute a acumulação de capital e sua relação direta com saqueio de ouro (i)legal[3] na América Latina (AL) (Aguiar, 2021), uma questão recorrente na região, e avança na pesquisa de pós doutoramento[4] em 2023. Algumas determinações se elucidam pelo tratamento teórico na relação do particular com o universal. Tais processos atendem à atualização da acumulação primitiva (Marx, 1996) perpetuada por meio da espoliação (Harvey, 2004). A *colonialidade do poder* (Quijano, 2020) expressa a contradição originada na AL no contexto de sistema mundial moderno (Wallerstein, 1974).

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade Federal do Amazonas.

[2] Doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa de doutorado financiada pela CAPES.

[3] Aguiar (2021) explica que optou pela grafia do i de ilegal entre parênteses para indicar que o ouro passa desde a produção no garimpo por processos de ilegalidade até legalizar-se perdendo durante esse trajeto qualquer marca de suas origens ilegais, o que o torna irrastreável, talvez sua característica mais singular. Quando ilegal é escrito de forma comum o texto é de outros autores.

[4] Pós-Doutorado Estratégico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) 2023-2024 com bolsa de pós-doutorado financiada pela CAPES.

Países como Suíça, EUA e Canadá e outros, são os maiores demandantes de ouro (i)legal. Segundo Castilla (*et. al*. 2015, tradução livre) empresas ligadas ao *London Bullion Market* financiam secretamente com milhões de dólares a compra de ouro ilegal na América do Sul. Os países demandantes desse produto, *transferem a responsabilidade da contaminação e da pobreza para os países saqueados usando mecanismos de manipulação ideológica com a responsabilidade social – as novidades discursivas* (Aguiar, 2021). A produção de ouro (i)legal ocorre por meio do garimpo, que ocupa grandes quantidades de mercúrio que, depois de usado é despejado no meio ambiente. Além da contaminação, as consequências socioambientais do garimpo são devastadoras, já que desmata grandes extensões de florestas e bosques nativos, reduz a fauna e a flora drasticamente e afeta diretamente os povos originários e tradicionais em suas formas ancestrais de relação com a natureza. O ouro (i)legal é irrastreável e atrai o crime organizado que atua diretamente nas cadeias de produção e distribuição. Castro (2016, tradução livre) afirma que "em 2016, as organizações criminosas no Peru lucraram 2,6 bilhões de dólares com a produção e venda de ouro obtido ilegalmente; enquanto as redes dedicadas ao tráfico de drogas tiveram rentabilidade de 500 a um bilhão de dólares" o que na opinião do autor é uma diferença abismal.

O Estado ocupa um papel central nessas relações, já que é legislador, mediador e ao mesmo tempo tem seus cargos de representação ou de confiança ocupados por defensores dos interesses dos que geram a demanda por ouro (i)legal. A respeito da lei e do direito, Pachukanis (1977) os analisa sob a lógica da mercadoria estruturada por Marx, nesse sentido, tanto a lei quanto o direito são alienados, já que a mercadoria traz em si o gérmen da alienação. Ora, o Estado é o ente que está entre interesses opostos na exploração dos recursos ao mesmo tempo em que regulamenta a exploração e julga entre interesses opostos. Interesses antagônicos geram conflitos/desentendimento (Rancière, 1996) que são mediados no âmbito do Estado. Centenas de toneladas de ouro são contrabandeadas anualmente da América Latina para os países centrais. Nesse trajeto, o ouro contrabandeado é branqueado, sai dos países produtores como sucata ou resíduo é transformado em barras pelas refinarias e preparado para entrar no mercado. Entre os países demandantes dessa produção, a Suíça possui as maiores refinarias do mundo, capazes de transformar o produto recebido em lingotes de alto padrão para serem comercializados no mercado de ouro de Londres, sem qualquer comprometimento por suas origens e pelo rastro de sangue que deixa atrás. O texto possui sete seções: a Introdução que contextualiza o tema a partir de seus principais conceitos; Fundamentos da acumulação primitiva permanente traz uma revisão teórica em clássicos que explicam o saqueio de ouro na AL; O Estado, a lei e o direito de contaminar que articula o papel do E no estabelecimento da lei e garante diversos direitos; O Conflito para teorizar a importância do desentendimento; Do garimpo ao London Bullion

Market Association – LBMA que evidencia a origem da demanda; La Rinconada, cidade que recebeu de um pesquisador suíço o título de "lugar mais imundo da Terra" expressa a particularidade e as Considerações finais onde as perspectivas críticas indicam que a resistência ainda é a maior possibilidade dos latino-americanos na defesa de suas riquezas.

Fundamentos da acumulação primitiva permanente

Marx (1996) explica que o capital é uma relação e não uma coisa, e que a acumulação primitiva é o processo histórico que precede ao capitalismo, no qual ocorre a separação entre produtor e seus meios de produção. A base desta separação é a expropriação fundiária do produtor rural e a transformação de terras comunais em propriedade privada, cuja usurpação foi facilitada e legalizada pelo Estado cuja intervenção armada e violenta, resultou na transição da produção de subsistência para produção em escalas sempre crescentes, para atender à demanda por matérias primas da indústria nascente, já que para atender ao mercado era preciso competitividade. Daí uma revolução agrária o que beneficiou a consolidação do sistema capitalista ao mesmo tempo em que os trabalhadores foram alienados em relação à terra, gerando um exército de pessoas expropriadas dos meios de produção, despreparadas para o mercado de trabalho que se consolidava, era a criminalização da pobreza dos expropriados. Os atuais conflitos relacionados à mineração na AL são exemplo contemporâneo específico resultantes da expropriação de terras comunais. Marx (1996) expressou preocupação com a dinâmica de uso dos recursos naturais, com a conservação do solo, do meio ambiente e com as consequências do uso indiscriminado do planeta e seus impactos devastadores para as gerações futuras, para o autor, os interesses dos comerciantes e fabricantes contra a monarquia em favor do desenvolvimento acelerado do capital são também observados na AL, o capitalismo dependeu desses interesses para saquear recursos substanciais para seu desenvolvimento e consolidação. Para Cueva (1983) os Estados mais poderosos se aproveitaram da debilidade dos países pobres para perpetuar e aprofundar a pobreza pela expropriação dos recursos, já que a acumulação primitiva ocorreu em escala mundial, a acumulação no centro correspondeu à desacumulação nas periferias.

Almaraz Paz (1967) descreve em detalhes o caso da Bolívia (Marx, 1996 também comenta sobre a extração de prata nas minas bolivianas), onde o poder político foi conformado por meio da dominação econômica dos barões do estanho, as perdas e a imposição sempre recaíam sobre as massas indígenas, que foram forçadas a trabalhar até o esgotamento, para manter uma pequena elite com privilégios absurdos. Nesse contexto, prevalecia a visão racista de Carlos Víctor Aramayo, um dos barões do estanho. Seu argumento era que se não quisesse prejudicar os trabalhadores, deveria pagar salários baixos, porque o trabalhador boliviano, devido à sua educação incipiente, ainda não

tinha necessidades que os povos mais adiantados possuíam, e, portanto, não sabiam o que fazer com o excedente em salário. De acordo com o autor, os norte-americanos da Missão Mac Gruder e o especialista argentino, Dr. Pedro Escudero, questionaram essa visão, porque em suas análises a produção de estanho diminuiu devido à precária alimentação desses trabalhadores. As duras condições de trabalho na mineração na Bolívia, persistem até hoje. Os massacres na Bolívia são uma marca incontestável dessa forma de produção, a esse respeito Aguiar (2021, p. 61) apresenta um quadro com 29 massacres, dos quais 7 foram na Bolívia. As precárias condições de trabalho dos mineiros, incluindo crianças e adolescentes e mulheres, com jornadas de trabalho insalubres superiores a 16 horas, cujos salários são insuficientes para cobrir suas necessidades básicas, e estão sujeitos à silicose, doença pulmonar ocupacional causada pela exposição a partículas inaladas de sílica com morte precoce dos mineradores.

Wallerstein (1974) refletindo sobre as dimensões espaciais do capitalismo, considera centro e periferia, tanto na Europa, onde ocorreram os movimentos iniciais da economia-mundo, e depois nas colônias das Américas, África e Ásia em relação ao centro. Esse aspecto é importante porque considera regiões inteiras fora da Europa como partes do sistema mundial, cujo modo de produção é o capitalismo no qual a estrutura é a concentração da propriedade privada e a acumulação. As análises do autor sobre a América Latina e a África, revelam contradições que se expressam por meio dos conflitos e das lutas de classes. O autor dedica especial importância à dimensão temporal em sua análise, devido ao processo de acumulação precedente ao capitalismo durante a crise do feudalismo e a consolidação do capitalismo como nova forma de produção. Essa dimensão temporal importa para o objeto, já que a duração das concessões de exploração mineral em vários países é estendida às vezes por séculos. Entre a crise do feudalismo e surgimento do capitalismo, as economias-mundo se serviam das importações de ouro e prata e outras matérias-primas das Américas para promover o desenvolvimento na Europa. O trabalho servil dos indígenas era explorado na produção agrícola e nas minas, o que ocorria no sistema de *encomiendas* na América Espanhola e escravidão dos africanos traficados para o Brasil e para os EUA. Para Wallerstein (1974) as economias-mundo do século XV e XVI consideravam a abundância de terras comunais como meios de produção ineficientes pelo uso da agricultura extensiva, enquanto a agricultura intensiva (monoculturas) exigia força de trabalho livre, isso justificou as expropriações das terras em várias regiões.

Quijano (2020) identifica no sistema mundo moderno a delimitação em seis âmbitos: econômico, social, cultural, demográfico, psicológico-social e político, entendendo que essas esferas se articulam em torno de disputas pelo controle do trabalho, da 'natureza', do sexo, da subjetividade e da autoridade. O autor introduziu o conceito de "colonialidade" para descrever um fenômeno que é

uma marca histórica na gênese do capitalismo na América Latina desde sua invasão. A colonialidade é um conceito que permite analisar a contradição como característica inerente a diversos lugares do mundo, marcados por relações colonialistas a partir da transformação das "economias-mundo" em capitalismo no século XVI, o autor concorda que a acumulação primitiva teve papel chave no sucesso dessa transformação. Quijano (2020) esclarece que a classificação humana por meio da raça e a colonialidade do poder, se consolidaram a partir da invasão e dominação da América Latina e continuam vigentes ainda no séc. XXI. Nesses processos, o Estado desempenha papel central na relação com a exploração dos recursos humanos e materiais, ouro e prata mais especificamente. O autor discute a imposição da racionalidade eurocêntrica no Novo Mundo e explica como isso suplantou as identidades originárias para atender às necessidades do sistema em consolidação, argumenta ainda que é essencial entender o Estado como um complexo de várias determinações que usa muitos mecanismos de dominação ideológica, naturalizando processos violentos e exterminadores.

Este novo sistema mundial produziu novas identidades históricas estruturadas sobre as ideias de raça e divisão social. A classificação por raça se expandiu por todos os continentes. O controle do comércio mundial foi garantido aos brancos dominadores pela apropriação de mercadorias produzidas com a exploração do trabalho gratuito de índios e negros e pelo controle das colônias de onde saía ouro, prata e demais matérias-primas extraídas das periferias. Quijano (2020) afirma que a perspectiva eurocêntrica de civilização é unilinear e unidirecional e questiona o protagonismo eurocêntrico como sendo os exclusivos produtores da modernidade e da modernização dos povos não europeus, devendo-se, portanto, considerar também as influências de culturas anteriores à colonização. Quijano (2020) identificou dois processos associados que determinaram a produção deste espaço/tempo que se transformaram em eixos centrais desse novo padrão de poder: *a criação de um código que diferencia conquistadores e conquistados e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho e seus produtos, bem como dos recursos na América Latina: a raça que implica numa forma nova de gestão do trabalho e da produção*.

Harvey (2004) atualiza a teoria dos processos de acumulação primitiva mostrando que isso ocorre por meio da *expropriação por espoliação*, nesse processo ocorrem a mercantilização e a privatização da terra; a expulsão violenta de populações destas terras; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a mercantilização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive a água e o ar); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de

escravos; a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito como meios radicais de acumulação. O autor afirma que a expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra se acelerou em países como o México e a Índia nas três últimas décadas do séc. XX. Harvey (2004) afirma que a privatização de recursos como a água, são com frequência por insistência do Banco Mundial e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. A escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual impulsionado por atividades como a mineração e o garimpo). Essas formas de sociabilidade geram o problema do subconsumo, que surge pelo constante empobrecimento dos trabalhadores.

O Estado, a lei e o direito de contaminar

É necessário visibilizar a importância do Estado latino-americano na esfera legislativa para identificar a lei como base do direito e ao mesmo tempo como fonte originária de conflitos, pois todo processo de expropriação, espoliação, exploração, extermínio, escravidão, etc. dependem do Estado como ente mediador das relações sociais em qualquer sociedade. Para estabelecer e manter a ordem o Estado utiliza a legislação e a força, inclusive com violência. Rohling (2014) esclarece o que é "lei legítima", o conceito vem da concepção *rawlsiana* para uma sociedade democrática, onde a lei legítima é o resultado da aplicação do conteúdo da ideia de razão pública, formado por um conjunto de concepções políticas razoáveis de justiça, em discussões de normas coercitivas. Mas, se há lei legítima, há lei não legítima, nesse caso, as leis não legítimas requerem legitimação junto à sociedade para que mesmo ilegítimas os cidadãos as obedeçam. Pachukanis (1977) oferece uma perspectiva crítica a respeito do direito e da lei. O autor identifica a relação entre o direito e mercadoria, por isso o direito é alienado e alienador. O direito burguês é contraditório dentro de sua própria origem, dos seus preceitos e, também em sua prática, nesse sentido, o direito traz em si as características próprias da mercadoria, pelo que ocorre a coisificação do ser e de suas relações. Para o Estado, a lei é determinante no ordenamento da sociedade burguesa e na manutenção de suas estruturas e formas, a lei existe em função da propriedade privada. A relação de compra e venda apenas se dá frente à existência da propriedade de algo capaz de ser trocado/vendido. Como a relação de compra e venda precisa ser assegurada, o contrato é a lei que regula a relação de compra e venda e coloca limites, que, quando rompidos, instala o conflito, e o conflito, no campo da disputa, se transforma em litígio, o que também exige a presença do Estado, e por conseguinte da lei. A função governativa consiste, em primeiro lugar, em formular a lei comum (geral), que é condição de existência das leis concretas, relativas a cada espécie de relação de reciprocidade dos agentes. A lei geral precisa, em seguida, ser

concretizada nas formas particulares, referentes às variedades de relações de reciprocidade. Assim, outro aspecto da função legislativa vem a ser o de concretizar a lei (o direito) em leis específicas (direitos particulares).

Como ente legislador, o papel do Estado é central. A abstração impessoal do poder de Estado, agindo no espaço e no tempo, com uma regularidade e uma continuidade ideais, corresponde ao sujeito impessoal e abstrato do qual ele é o reflexo. Esse poder abstrato tem um funcionamento perfeitamente real na organização do aparelho burocrático, do exército permanente, das finanças, dos meios de comunicação, etc. O Estado no século XXI assim como no séc. XVI está imerso em contradições próprias ao sistema mundo moderno, mesmo com os carregamentos de ouro, prata e outras matérias-primas que ainda são saqueadas da América Latina. O saqueio na atualidade se ampliou com a falsa ideia de que a liberalização do comércio e a criação de áreas de livre comércio implicaria em oportunidades de desenvolvimento para os países periféricos. Contrários a isso, os ambientalistas têm se preocupado particularmente com a intensificação do comércio à raiz da liberalização, já que isso implica em maior emissão de poluentes e que o uso de materiais tóxicos se intensifique. A combinação de ambos elementos certamente aumentou os derramamentos transfronteiriços e agravou os problemas ambientais globais como os de Mariana e Brumadinho em MG.

A implementação e consolidação do neoliberalismo a nível global na década de 1990 ampliou as formas de acumulação do sistema para atender os interesses de mercado e trouxe sérias implicações para a América Latina, com mudanças de leis particularmente no âmbito da exploração mineral. Essas mudanças facilitaram a ação de empresas contaminadoras que destroem o meio ambiente, levando a consequências econômicas e ambientais significativas. O ideal neoliberal defende a privatização de ativos patrimoniais e serviços públicos, facilitando a acumulação e a concentração de recursos. O neoliberalismo globalizado, submeteu os Estados aos seus imperativos, a legalidade e a legitimidade da acumulação e da propriedade privada são possíveis por meio da disseminação dos ideais políticos de dignidade e liberdade, cidadania e democracia, todos são valores centrais da civilização. Na realidade, o uso retórico desses valores serve apenas aos interesses privados assegurados com a hegemonia do neoliberalismo. A centralidade do Estado reside também na capacidade de negociar a partir de interesses representados por grupos particulares. Harvey (2008, p. 78) explica que “Embora os neoliberais reconheçam o problema, [...] a maioria concorda que, se de fato necessárias as intervenções devem operar por meio de mecanismos de mercado [imposição de taxas e oferecimentos de incentivos, *venda de direitos de poluir* e assim por diante]”. (HARVEY, 2008, p. 78, grifos nossos). O direito de poluir corresponde ao direito de contaminar, que transforma

paraísos naturais em *paraísos de contaminação* (Aguiar, 2021) cujo termo paraíso de poluição foi inicialmente utilizado por Birdsall e Wheeler (1993), Zeng e Zhao (2009) e Gill *et. al.* (2009).

O conflito

A expropriação das terras, o trabalho forçado, a subjugação e outras formas de dominação e acumulação são causadoras de conflitos, por isso, é necessário também, discutir a natureza do conflito nas relações sociais onde os interesses são contraditórios. Nesse sentido, Rancière (1996) entende que o conflito é uma parte fundamental das relações sociais e tem um papel central na política, já que traz para o cenário público interesses polarizados. O conflito pode levar a avanços, mas também pode resultar em retrocessos que chegam à barbárie. A política é uma dimensão mais ampla da vida social, o que engloba também a esfera eleitoral e abrange todas as relações de (re)produção na vida humana. Por isso, a linguagem é uma ferramenta crucial para a ordem social. As elites dominantes lutam pela desmobilização da crítica e desarticulação do conflito. Para isto lançam mão de recursos como responsabilidade social e *Licença Social para Operar* (LSO), que são mecanismos que resolvem temporariamente os conflitos a favor do empresariado, em detrimento das populações afetadas. Estes conceitos, considerados tecnologias, foram desenvolvidos nas universidades dos EUA e se disseminaram pela América Latina e África.

Os conflitos são uma das expressões das lutas de classes. Os conflitos socioambientais são característicos da exploração de minerais preciosos como o ouro. Aguiar (2021, p. 26) informa que a partir de dados do Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL) cerca de 284 conflitos da mineração haviam sido registrados, entre os quais figuravam "48 casos são devido ao ouro e se localizam em 14 países: Argentina – 3; Brasil – 4; Chile – 5; Colômbia – 4; Costa Rica – 2; Equador – 2; El Salvador – 1; Guatemala – 1; Guiana Francesa – 1; Honduras – 2; México – 7; Panamá – 3; Peru". Esses dados expressam a importância dos conflitos pela ótica dos oprimidos, que estão sendo espoliados em todos os seus bens. De acordo com Wallerstein (1974) os conflitos por expropriação de terras ocorrem desde o séc. XI formando bases para a acumulação prévia que daria condições materiais ao surgimento e consolidação do capitalismo no séc. XVI. Nos casos da mineração, os conflitos geralmente são iniciados por descumprimento da legislação, geralmente por parte dos empresários ou mineradores/garimpeiros. Aguiar (2021) identificou que cerca de 39 alterações legais ou novas leis foram criadas para favorecer a exploração mineral. A centralidade do Estado nos processos é real, pois a gestão legal é tendenciosa, já que favorece sempre o capital ao negociar com os direitos de contaminar.

O Canadá é um dos países que mais interesse possuem na debilidade dos Estados latino-americanos e africanos. Este país possui *know-how* na arte de dissimular estratégias de saqueio de

ouro e legalização destes processos. Um caso polêmico é o conflito narrado por Deneault (2008) e também pelo Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais (OLCA), no qual a mina de Bulyanhulu, na Tanzânia, de propriedade da empresa canadense Sutton Resources Ltda., foi adquirida pela Barrick Gold Corporation Limited. A concessão para explorar a mina foi obtida em 1994 e "usando sua influência política e a presença de ex-chefes de Estado em seu conselho consultivo, obteve acesso ao local. A empresa esperava por esta concessão desde [...] 1990, [já que as] reservas ultrapassam US $ 3 bilhões" (DENEAULT, 2008, p. 16 – tradução livre). O conflito começou em 1994, quando a empresa recebeu os direitos do governo para explorar a mina. Em 1995, a Sutton recorreu à Suprema Corte da Tanzânia para expulsar milhares de garimpeiros da área. Em 1996, as autoridades tanzanianas expulsaram os mineiros artesanais de suas casas e de seu local de trabalho. A atuação imperialista-pragmatista do Canadá e a retórica usada nestes processos é o que realmente interessa aqui, pois o país é conhecido mundialmente por características de simpatia, diversidade e multiculturalidade, mas a realidade não mostrada com tanta ênfase é a que Deneault revela. Ora, "o governo canadense procurou influenciar a história, [...]. Em suma, era melhor que a Tanzânia existisse sem os tanzanianos" (DENEAULT, 2008, p. 16-17, tradução livre).

Do garimpo ao London Bullion Market Association – LBMA

O maior impulso para a produção de ouro (i)legal na América Latina desde sua invasão está associada ao valor do ouro, hoje os preços do metal são ditados pelo mercado internacional cujo ente principal é o LBMA. Como a produção de ouro (i)legal está diretamente associada ao garimpo, pode-se afirmar com segurança que o maior incentivo à garimpagem vem desse mercado. Para que o garimpo continue vigoroso é necessária determinada atuação dos governos nos Estados latino-americanos. A partir desta postura governamental, em todas as esferas de governo, o ouro produzido nos garimpos é legalizado, comercializado e exportado para grandes refinarias na Suíça, EUA e outros. A tabela de Cruz (2019) mostra as quantidades de ouro produzidas na América Latina naquele período:

Tabela 1 Produção de ouro na AL (2019)

País	% da produção ilegal	Produção legal em Toneladas	Produção ilegal em Toneladas
Peru	28%	152	60
México	9%	120	12
Brasil	10%	80	9
Colômbia	80%	11	45
Venezuela	91%	2	16
Guiana	22%	15	4
Equador	77%	3	9
Bolívia	31%	7	3
Nicarágua	13%	9	1

Fonte: Cruz (2019).

A tabela mostra que a produção de ouro (i)legal é expressiva e que o escoamento desses recursos definitivamente produz o que Semo (1973) chamou de desacumulação no outro extremo. A afirmação de Semo reitera a contradição irreconciliável entre opostos nos processos de exploração. PERES *et al*. (2023, p. 2311) afirma que a principal atividade econômica em várias regiões da Amazônia é o garimpo e que o crescimento desta atividade nos últimos anos é exponencial "tendo em vista o aumento do preço desse ativo no mercado internacional e a fragilização das políticas públicas de proteção ambiental e gestão territorial" e cita o exemplo da Bacia do Tapajós.

Segundo a INTERPOL (2022) a extração de ouro ilegal na América Latina tem efeitos devastadores, pois a procura por este ativo é crescente e atrai o crime organizado, no qual ocorre tráfico de pessoas, violação dos direitos humanos e crimes financeiros. Em função deste contexto criou-se uma equipe especializada para apoiar os países na luta contra a mineração ilegal de ouro na América Latina. O maior atrativo para a participação do crime organizado se deve à irrastreabilidade e à demanda do mercado.

Tabela 2 As maiores refinarias de ouro do mundo

Nº	Empresas	País	Capacidade por ano em T.
1	Valcambi	Suíça	1400
2	Metalor-Group	Suíça	650
3	Rand Refinery	África do Sul	600
4	Tanaka Kikinzoku Kogyo	Japão	540
5	Heraeus-Group	Alemanha	500
6	Pamp	Suíça	> que 450
7	Argor-Heraeus	Suíça	400
8	The Perth Mint	Austrália	> que 300
9	Royal Canadian Mint	Canadá	300

Fonte: APA (2014, p. 31)

O conteúdo da tabela 2 é uma evidência incontestável que identifica a origem da demanda. Qualquer empresa em qualquer setor produtivo quer ocupar sua capacidade máxima para obter o máximo possível de lucros, isso não é diferente com as refinarias de ouro, sejam elas grandes ou pequenas. O problema está em que, para satisfazer às necessidades das refinarias nos países centrais, os países periféricos e semiperiféricos, onde se localizam as maiores jazidas do mundo, são obrigados a arcar com o ônus socioeconômico e ambiental dessa demanda.

Segundo informações da WWF (2023, p. 1) são lançadas aproximadamente "150 toneladas de mercúrio por ano na região" devido ao garimpo de ouro. Segundo o *Intergovernmental Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development* (IGF) (2017, p. 4, tradução livre) "a mineração artesanal e de pequena escala [...] é a fonte das maiores liberações de mercúrio, estimadas em 1.400 toneladas por ano em 2011, de acordo com a Convenção de Minamata", atividade na qual cerca de "40,5 milhões

de pessoas estiveram diretamente envolvidas na ASM[5] em 2017, contra 30 milhões em 2014, 13 milhões em 1999 e 6 milhões em 1993. Isso se compara com apenas 7 milhões de pessoas trabalhando na mineração industrial em 2013" (IGF, 2017, p. 4). A pesar dos dados fornecidos o *Gold Better Initiative*[6] crê que a atividade é geradora de empregos para esses 40,5 milhões de trabalhadores, esse projeto divulga que as empresas trabalham por atender às regras de normalização, como é o caso da a lei *Dodd Frank*[7], Diretriz de *Due Diligence*[8] e a Convenção de Minamata, buscando saber as origens do ouro que utilizam em seus processos produtivos. A crescente demanda do mercado, a alta dos preços, as facilidades em extrair e exportar o ouro (i)legal e a irrastreabilidade são os incentivos para o a expansão da atividade. De acordo com Manzolli e Rajão (2022, p. 2) a Agência Nacional de Mineração (ANM) protocolou "1.585 requerimentos de lavra garimpeira, etapa inicial para quem busca obter o título de lavra garimpeira que autoriza a exploração, e 252 títulos outorgados. Já os requerimentos de pesquisa somaram 4.375, com 3.140 títulos publicados e 85 guias de utilização emitidas" no período de jan/21 a jun/22. Os autores contabilizaram "158 toneladas totais produzidas no período (jan/21-jun/22) no Brasil, 110,7 T foram atribuídas como legais (70%) 35,7 T como potencialmente ilegais (23%) e 10,5 t como ilegais (7%)" (Manzolli, Rajão, 2022, p. 8).

O jornal econômico Gestión (2014, tradução livre) noticiou que a mineração legal no Peru relatou ao governo o total de 178 toneladas de ouro para exportação no ano [anterior]. Entretanto, a alfândega peruana, registrou exportações totalizando 290 toneladas. De acordo com o jornal "uma fonte do ministério disse que a diferença de 112 toneladas, [...], foi em grande parte atribuída à extração de ouro por mineiros ilegais que vazou para a cadeia de exportação do Peru". O mesmo jornal afirmou que todo o ouro produzido na Bolívia em 2014 foi exportado para os EUA, cerca de 24 T, a questão está em que a Bolívia não produz grandes quantidades de ouro e divide fronteiras de aproximadamente 1000 km com o Peru, facilitando o escoamento do ouro ilegal de um para o outro

[5] Artisanal or small-scale mining (ASM) corresponde a Mineração de artesanal ou de pequena escala.

[6] Disponível em: https://www.planetgold.org/better-gold-initiative.

[7] "A Lei de Reforma Financeira e Proteção ao Consumidor *Dodd-Frank* [...] foi sancionada [...] em 11/07/2010, quando entrou em vigor. A Lei realiza uma profunda reforma financeira cobrindo quase todos os aspectos do setor de serviços financeiros em resposta à pior crise financeira [...] com o objetivo de restaurar a confiança dos investidores na integridade do sistema financeiro." (CNMV, 2021) Cf. CNMV – COMISIÓN NACIONAL DEL MERCADO DE VALORES. ***Boletín internacional***. Barcelona, Espanha, mar. 2021. Disponível em: <https://www.boletininternacionalcnmv.es/ficha.php?menu_id=&jera_id=&cont_id=90>. Acesso em: 23 mar. 2020.

[8] "[...] Due Diligence [...] é um processo de investigação ou auditoria de um investimento, um negócio ou unidade, ou a compra de um produto potencial. Tem por objetivo a confirmação de todos os factos associados [...] de uma empresa." (DACEBA, 2019 – tradução livre). Cf. DACEBA – Asesorías, consultorías, e bufetes de abogados. Due diligence factores claves de éxito. In: _____. ***Blog de actualidad jurídica, legal, TI...*** Madrid, Espanha, 17 ago. 2019. Disponível em: <https://www.asesoriasempresa.es/blog/due-diligence#:~:text=Due%20Diligence%20(tambi%C3%A9n%20conocido%20como,y%20financiera%20de%20una%20empresa.>. Acesso em: 3 dez. 2020.

país para ser exportado. O cerne dessa questão está na Amazônia. Com dados atualizados, Castro (2022, tradução livre) afirma que no Peru "as operações bancárias suspeitas ligadas à mineração ilegal atingem mais de 3.900 pessoas, segundo um relatório da Unidade de Inteligência Financeira (UIF). Desse grupo, 64% correspondem a pessoas físicas e os 36% restantes a pessoas jurídicas" e que "Uma análise da Fundação para a Conservação e Desenvolvimento Sustentável (FCDS) afirma que na Amazônia do Brasil, Colômbia e Peru existem 9.060 áreas de exploração mineira localizadas em mais de 32.000 quilômetros quadrados". O autor afirma ainda que o Peru "tem 26% de atividades ilícitas em áreas protegidas e 14% em territórios indígenas. [...] Colômbia, o número se divide em 27% na ANP e 7% em territórios indígenas, [...] no Brasil [...] chegam a 13% em áreas protegidas e 7% em terras de comunidades na Amazônia". Os povos originários e tradicionais geralmente pertencem aos territórios onde a dinâmica produtiva do ouro (i)legal ocorre, o que implica diretamente sobre as formas de vida e trabalho dessas comunidades. A intensificação da mineração de garimpo nos países Amazônicos é uma constante exponencial.

Basta (2023, p. 1) menciona que, segundo a "Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), há 4.114 pontos de mineração ilegal em todo o bioma. Juntos, eles despejam mais de 150 toneladas de mercúrio por ano na região". A mineração ilegal, é, como exposto, a responsável pelas emissões de mercúrio no meio ambiente. De acordo com Basta (2023) a queima do amálgama na mineração do ouro libera vapores de mercúrio que são inalados, causando graves danos a vários órgãos, incluindo pulmões, cérebro, rins e glândulas endócrinas. O mercúrio é descartado nos rios, onde se transforma em metilmercúrio, uma forma orgânica do metal. Este metilmercúrio entra na cadeia alimentar e se acumula nos peixes e outros animais aquáticos, alimentos consumidos pelos povos originários e tradicionais da região. O mercúrio no corpo acarreta uma série de problemas de saúde, incluindo alterações sensoriais, motoras e cognitivas irreversíveis. É especialmente perigosa para as gestantes, pois pode afetar o feto, podendo levar a aborto, morte fetal ou atrasos no desenvolvimento da criança.

La Rinconada

O Estado é o ente mediador da relação entre mineradoras, garimpeiros e cidadãos. A produção de ouro, legal ou não, é relevante, assim como a exportação e o contrabando deste metal. A situação analisada no contexto da América Latina discute o caso particular de La Rinconada no Peru. La Rinconada está localizada nos Andes peruanos com altitude de 5.100 m acima do nível do mar, é a cidade mais alto do mundo. Entre 2001 e 2009, a população foi estimada pela National Geographic em 30.000 pessoas, com a alta no preço do ouro nos últimos 15 anos, La Rinconada superou os 50 mil habitantes em 2012. O clima de tundra alpina, com verões úmidos e invernos secos. A temperatura

média anual é de 1,3 °C podendo chegar a 25 graus Celsius negativos segundo Pieth (2019, p. 2, tradução livre), o autor crê que La Rinconada é uma favela mineira e a considera o "lugar mais imundo da terra", o autor assume essa visão e se pergunta: – "Como conseguiu essa reputação?", e, responde para si mesmo e para seus leitores: – "em apenas poucos anos, a população deste campo de mineração aumentou para mais de 60.000 pessoas". As chuvas alcançam a precipitação média anual de 707 mm. Sua economia gira em torno da extração de ouro, mas a cidade carece de infraestrutura e serviços para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e dos moradores. Pieth (2019, tradução livre) assegura que a cidade é "um centro de prostituição forçada, junto com Madre de Dios. Mulheres, [...] da Bolívia e do Peru, são atraídas [...] para campos de mineração, onde suas carteiras de identidade são tiradas delas e forçadas à prostituição" o autor afirma ainda que "dos 60.000 habitantes, aproximadamente 4.000 são prostitutas forçadas. Mais de 50% dessas meninas são menores, algumas com até 12 anos de idade. Todas vivem em extrema privação e risco, e muitas são vítimas frequentes de violência (PIETH, 2019, p. 2, tradução livre).

É difícil falar sobre a cidade devido sua à realidade, pois o órgão responsável pelas estatísticas do país, o Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) não faz qualquer menção à cidade nos seus relatórios ou informes oficiais, esse dado foi revisto para esta publicação consultando os Boletins Especiais *Proyecciones de Población Total según Departamento, Provincia y Distrito* de nº 26 e 27 que correspondem aos anos de 2018/2020 e 2018/2022 respectivamente, além disso, "O povoado é alvo de muita curiosidade e falas preconceituosas, promessas falsas, interesses de todos os tipos, alguma pesquisa e muita omissão do Estado, além de proporcionar fama e fortuna para alguns e ser desgraça e infortúnio para muitos" (Aguiar, 2021, p. 208). A altitude é um fator de difícil adaptação, já que nessa altura as pessoas passam a sofrer do "mal da montanha" condição que implica em "uma série de condições neurológicas, como fadiga, dor de cabeça, confusão mental e perda de memória, o quadro pode ser fatal se agravar para um edema cerebral" (MUOTRI, 2015). O Lago de Cerro Lunar cujas águas eram cristalinas recebe o despejo de mercúrio e outros químicos da mineração, atualmente está negro e contaminado. A cidade não dispõe de esgoto sanitário ou de coleta "montanhas de lixo se acumulam por quilômetros ao longo da via de acesso. Urubus e outros animais rasgam as sacolas de plástico que encobrem a paisagem e *o local inteiro fede – literalmente – até o alto do céu*" afirma Pieth (2020, p. 3, tradução livre, grifos nossos), a água potável é conseguida nas geleiras onde a contaminação por mercúrio é reiterada na literatura consultada.

García; Medina e Priester, (2008) atestam que a atividade minerária é praticada em La Rinconada desde 1950, até que em 1998 passou à Corporación Minera Ananea S.A. os autores notificam a existência de disputa entre os mineiros cooperativados e mineiros informais, as

escavações ultrapassam os 100 m adentro das rochas das montanhas com riscos de desabamentos que ocorrem repetidamente, a retirada do ouro é por meio extremamente seletivo implicando em elevada quantidade de resíduos e na destruição do meio ambiente, os métodos de manejo do mercúrio são muito rudimentares o que pode estar causando um certo efeito estufa resultando no derretimento do gelo com deslizamentos, aumentando o risco de acidentes, além disso, a "produção anual de ouro é estimada em 2,4 MT/Au, cujo valor bruto [em 2008] [...] é da ordem de US $ 65.000.000" (GARCÍA; MEDINA e PRIESTER, 2008, p. 9 – tradução livre).

Figura: Vista aérea dos caminhos para uma mina em La Rinconada



Fonte: SPDA-ACTUALIDAD AMBIENTAL (2014)

García; Medina e Priester, (2008) comentam que o maior desafio do Projeto Gama era construir uma *base de confiança* em um contexto de *cultura de conflitos*. O Proyecto Gama (Gestión Ambiental en la Minería Artesanal) é um projeto de cooperação bilateral entre os governos da Suíça e do Peru, com o objetivo de melhorar a situação ambiental da mineração artesanal. Este projeto foi implementado em várias fases entre 2000 e 2008, cujo enfoque era melhorar as condições de trabalho e de vida dos mineiros artesanais e suas famílias, além de reduzir os problemas ambientais associados à mineração artesanal. De acordo com García; Medina e Priester, (2008) a estratégia usada era a negociação por *conscientização objetivando a formação de consenso* e *apaziguamento dos conflitos*. O discurso de fortalecimento dos sujeitos para seu protagonismo é a parte da estratégia que não se revela aos trabalhadores da mineração artesanal, cooperativada ou garimpeiros para que independente das condições ou consequências da atividade, eles continuem produzindo inclusive com risco de suas próprias vidas e de suas famílias. Os autores consideram chave no processo de

negociação de conflitos o acompanhamento ativo e permanente, já que com esta atuação é possível *identificar os problemas precocemente e garantir a intervenção oportuna antes que crises incontroláveis se irrompam*.

Quadro – Benefícios do consenso para a mineração

Benefícios para a mineração artesanal	**Benefícios para a mineradora e mineração artesanal**	**Benefícios para a mineradora**
Receber por atribuição ou transferência de partes não econômicas do depósito; Receber matéria-prima para lavagem; Obter reconhecimento legal e / ou títulos para mineiros artesanais; Dispor de serviços de treinamento e assessoria para mineradores artesanais e comunidades (técnico, segurança, saúde, jurídico, organização, meio ambiente, manuseio de explosivos, entre outros); Receber serviços de resgate e emergência; Receber serviços sociais (saúde, educação, transporte, água potável e infraestrutura para as comunidades mineradoras do entorno; Receber assessoria para abrir novas frentes de trabalho; Dispor de transporte para seus produtos.	Chegar a acordos de compra de produção mineira artesanal através da empresa; Compartilhar informações técnicas e geológicas; Colaborar na extração da parte compartilhada do depósito com garimpeiros; Subcontratar a reabilitação de locais explorados para mineiros artesanais (dando-lhes a possibilidade de retrabalhar filas e retrabalhar minas subterrâneas, etc.); Recrutar mineiros artesanais e membros da comunidade para a operação de mineração e a prestação de serviços ou bens relacionados.	Economizar em geologia e na descoberta de jazidas para a empresa, por mineiros artesanais; Usar mineiros artesanais para prospecção e exploração (cavando trincheiras, poços, etc.); Explorar filas por mineiros artesanais; Explorar peças pequenas e economicamente difíceis do depósito por mineiros artesanais.
Evitar os custos da informalidade		**Evitar os custos dos conflitos**

Fonte: García; Medina e Priester (2008)

Um projeto para a eliminação gradual do trabalho infantil na mineração artesanal foi desenvolvido pela OIT cujos resultados foram divulgados em 2004. 2.572 crianças foram atendidas em La Rinconada e Cerro Lunar na fase II do projeto, no qual a "conscientização, mobilização social, ampliação e melhoria [...] de educação e criação de creches, melhoria [...] de saúde locais e melhoria das relações sócio trabalhistas; [...] consolidando um modelo de desenvolvimento que melhora a qualidade de vida das famílias" (OIT, 2004, p.5, tradução livre) foram as estratégias usadas. Outro dado relevante diz respeito a 33% da população é de crianças e adolescentes onde 75,6% deste total eram crianças e 24,4% adolescentes e a renda de 47,9% das famílias era abaixo de 100 dólares. Crianças entre 6 a 14 anos trabalhavam no pallaqueo, quimbaleteos e llamperos, os de 15 a 19 anos eram saqueros, pallaqueros, quimbaleteros ou na trituração e moagem. Depois disso, não foram encontradas outras informações sobre a presença da OIT na cidade. De acordo com a OIT (2024) estima-se que aproximadamente "um milhão de crianças trabalhem ilegalmente" na mineração em todo o mundo.

O Gef Gold Program[9] foi implementado entre os dias 18 e 19 de fevereiro de 2019, com o objetivo de investir parcos 180 milhões de dólares em ajuda a 8 países da América Latina cuja produção do ouro (i)legal implica em altos índices de contaminação por mercúrio. Se consideradas apenas as 112 toneladas de ouro que saíram do Peru sem qualquer controle estatal, poder-se-ia fazer uma operação matemática para saber o valor exato do ouro exportado em dias atuais, ora, 122 toneladas equivalem a 112.000.000 gramas. O grama no goldprice.org custa 76,56 dólares em 15/04/2024. Ao multiplicar 112.000.000 por 76,56 ter-se-ia a módica quantia de 8.574.720.000 dólares. Tem-se, portanto, que 180 milhões de dólares representam apenas 2,1% dos 8.574.720.000 (oito bilhões, quinhentos e setenta e quatro milhões, setecentos e vinte mil) dólares das 112 toneladas que saíram do Peru sem deixar rastro. É nesta conta e neste discurso que reside o engodo das ajudas e dos projetos que vêm dos países e organismos que recebem todo o ouro (i)legal que saqueiam da América Latina. Portanto, "Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. (ACSELRAD, 2010, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Solón[10] em algum momento de suas reflexões afirmou que "As leis são semelhantes às teias de aranha, detêm os fracos e débeis e são desfeitas pelos fortes e poderosos". Mesmo tendo sido dito há muitos anos, a reflexão ainda espelha situações no cotidiano das periferias. Ao longo do texto foram tratados os temas do Estado e a questão legal, os direitos e os direitos de contaminar, a violação de direitos, a corrupção, o poder econômico ditando as rédeas do poder político para que o ouro (i)legal continue a ser produzido e saqueado das regiões periféricas do capitalismo central para fins de acumulação permanente.

Países como Suíça, EUA, Canadá e outros do LBMA estão na vanguarda de pesados investimentos na produção de ouro (i)legal, esperando ávidos as centenas de milhares de toneladas que chegam todos os anos para as refinarias com as maiores capacidades do mundo, sem que isso sequer arranhe suas imagens de potência, de países cultos, alegres e multiculturais. Estes países são mestres na arte de transferir a responsabilidade da contaminação e destruição do meio ambiente para os países periféricos e em consequência transferem a responsabilidade da pobreza para os pobres. Os mecanismos que utilizam para fazer a transferência reside no poder do discurso de

[9] Disponível em: https://www.thegef.org/events/implementation-launch-gef-gold-programme.
[10] (GUTIÉRREZ, 1988, p. 235).

tecnologias de mediação de conflitos e em ações de responsabilidade social onde projetos que valem cerca de 2% do valor saqueado anunciam salvar o meio ambiente com o suposto investimento em dólares para diminuir o despejo de mercúrio nos rios e florestas inclusive porque o garimpo é uma atividade que (do seu ponto de vista) "melhore" as condições de vida de mais 40 milhões de pessoas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) interferem diretamente nas determinações econômicas e políticas dos países em periféricos ditando orientação para as políticas econômicas, políticas públicas e sociais, os Estados nacionais das periferias acatam tais recomendações e os resultados dessa combinação, na realidade, só beneficiam os mercados, pois transferem para os países centrais grandes quantidades de recursos que deveriam ser investidos em setores sociais, mas são gastos em setores financeiros.

O garimpo de ouro, (i)legal ou não, tem consequências devastadoras para os povos originários e tradicionais e para o meio ambiente a nível global. Isso inclui a exploração do trabalho infantil a prostituição forçada e o tráfico de pessoas, a degradação ambiental causada pelo uso de mercúrio e outros produtos químicos, a violência e a instabilidade social acompanham a indústria do ouro. A riqueza gerada pelo garimpo beneficia apenas às empresas e consumidores dos países ricos. Isso levanta questões sobre a distribuição justa dos benefícios da mineração de ouro e a responsabilidade das empresas e consumidores que se beneficiam dela, as comunidades locais arcam com o ônus desses processos.

As parcas ações de responsabilidade social por parte dos países receptores é um mecanismo de transferência de responsabilidade em todos os níveis, além do mais, serve para limpar a imagem nos casos em que algum resquício das operações fique. É importante reconhecer e questionar as estruturas de poder que sustentam a indústria do ouro. Isso inclui as divisórias que separam as sociedades metropolitanas das sociedades coloniais – centro e periferia. A colonialidade do poder que mantém o mundo dividido entre saqueadores e expropriados, explorados nos seus territórios, corpos e subjetividade até exaurir-se. Essas são questões complexas e desafiadoras e requerem uma reflexão cuidadosa e ação coletiva para serem abordadas, além de ações que reduzam até a eliminação desta atividade empobrecedora, em todos os sentidos, dos países periféricos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H., 2010. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados 24, 103–119. https://doi.org/10.1590/s0103-40142010000100010.

AGUIAR, P. A. América Latina – Montanhas de ouro, rios de sangue: A extração (i)legal de Abya Yala a La Rinconada. Rio de Janeiro, 2021. Tese de doutorado, 272 f. disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10874411>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ALMARAZ PAZ, Sergio. ***El poder y la caída***: el estaño en la historia de Bolivia. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1967.

APA – ASOCIACIÓN PARA LOS PUEBLOS AMENAZADOS. ***Responsabilidad de las refinerías de oro en las violaciones de los derechos humanos y actividades ilegales en el Perú***. Editores: Anna Friedli, Christoph Wiedmer, Mar. 2014. Disponível em: <https://www.gfbv.ch/wp-content/uploads/gfbv_peru_spanisch_low_k.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BASTA, Paulo Cesar. Garimpo de ouro na Amazônia: a origem da crise sanitária Yanomami. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00111823, 2023.

BIRDSALL, Nancy; WHEELER, David. Trade Policy and Industrial Pollution in Latin America: Where Are the Pollution Havens? **Journal of Environment & Development**, p. 137-149, 1993.

CASTILLA, Ó.; LUNA, N.; TORRES, F. Oro sucio: la pista detrás del London Bullion Market. **Recuperado de Ojo Público: https://ojo-publico. com/especiales/oro-sucio-la-pista-detras-del-london-bullion-market**, 2015.

CASTRO, Aramís. Las rutas del oro ilegal: mapas satelitales muestran expansión minera en la Amazonía. Ojo Público, 30 out. 2022. Disponível em: https://ojo-publico.com/ambiente/territorio-amazonas/mineria-ilegal-oro-avanza-la-amazonia-brasil-colombia-y-peru#:~:text=La%20Amazon%C3%ADa%20de%20Per%C3%BA%20registra,lugares%20cercanos%20de%20comunidades%20ind%C3%ADgenas. Acesso em: 15 abr. 2024.

CASTRO, Aramís. Perú: minería ilegal generó más ganancias que el narcotráfico. Huella Minera, 26 abr. 2017. Disponível em: https://huellaminera.com/2017/04/peru-mineria-ilegal-genero-mas-ganancias-narcotrafico/. Acesso em: 15 abr. 2024.

CUEVA, Agustín. ***O desenvolvimento do capitalismo na América Latina***. Tradução de Carlos A. Machado. São Paulo: Global, 1983.

GARCÍA, Edgardo; MEDINA, Guillermo; PRIESTER, Michael. Construyendo consensos en la minería artesanal-Desde el conflicto minero, hacia la formalización de la minería artesanal en la zona de la Rinconada, Perú. 2008. Disponível em: https://www.studocu.com/pe/document/universidad-tecnologica-del-peru/individuo-y-medio-ambiente/construyendo-consensos-en-la-mineria-artesanal-del-curso/22200662. Acesso em: 15 abr. 2024.

GESTIÓN. Redacción. Lucha contra minería ilegal de oro en Perú crea ruta de contrabando por Bolivia. In: GESTIÓN. Mercados. Lima/Peru: Gestión Empresa Editoral El Comercio S.A, Lima/Peru, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://gestion.pe/economia/mercados/lucha-mineria-ilegal-oro-peru-crea-ruta-contrabando-bolivia-83708-noticia/?ref=gesr>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Gill, Fozia Latif/Viswanathan, K. Kuperan et. al. (2018). The critical review of the pollution haven hypothesis. In: International Journal of Energy Economics and Policy 8 (1), S. 167 - 174.

GUTIÉRREZ, Mario Andrade. ***Antología de pensamientos, apotegmas, proverbios, refranes, reflexiones, parábolas, y axiomas de hombres célebres***. Editorial Gisbert y Cía., 1988, p. 235.

HARVEY, David. ***O novo imperialismo***. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. Boletín Especial N° 27 titulado Perú: Proyecciones de Población Total, Según Departamento, Provincia y Distrito, 2018-2022. Disponível em: https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1860/libro.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. Boletín Especial N° 26 titulado Perú: Proyecciones de Población, Según Departamento, Provincia y Distrito, 2018-2020. Disponível em: https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1715/libro.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

Intergovernmental Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development (IGF). (2017). *Global Trends in Artisanal and Small-Scale Mining (ASM): A review of key numbers and issues*. Winnipeg: IISD.

INTERPOL. Los efectos devastadores de la extracción ilegal de oro en América. 28 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.interpol.int/es/Noticias-y-acontecimientos/Noticias/2022/Los-efectos-devastadores-de-la-extraccion-ilegal-de-oro-en-America-Latina>. Acesso em: 13 out. 23.

MANZOLLI, B. A., RAJÃO, R. (2022) Boletim do Ouro 2021-2022. CSR/UFMG.

MARX, Karl. ***O capital***: crítica da economia política. Coleção Os Economistas**,** v. 1. Livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

MUOTRI, Alysson. O mal das montanhas e os neurônios do Monge. In: GLOBO. G1 – Espiral, 15 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/blog/espiral/post/o-mal-das-montanhas-e-os-neuronios-do-monge.html>. Acesso em: 3 fev. 2021.

OIT – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. ***La Rinconada***: Realidad Minera Artesanal Emblemática – Sistematización de Resultados en el Proyecto: Programa para la prevención y eliminación progresiva del trabajo infantil en la Minería Artesanal en Sudamérica II FASE. Puno, Perú: OIT/Programa IPEC/Programa de Erradicación del Trabajo Huaranca Infantil en la Minería Artesanal de Sudamérica/CARE PERÚ. Proyecto Regional Puno, dez. 2004. Disponível em: <https://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS_IPEC_PUB_6567/lang--es/index.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Child labour in mining and global supply chains**. Bangkok: OIT, 2024. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---ilo-manila/documents/publication/wcms_720743.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

PACHUKANIS, Evgeni. ***A teoria geral do direito e o marxismo***. Coimbra: Centelha, 1977.

PERES, Lucas Garcia Magalhães et al. Identificação de garimpos na Amazônia brasileira por meio de detecção de mudanças e índices de vegetação em imagens Planetscope. Anais do XX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, São José dos Campos, SP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2023.

PIETH, Mark. Gold laundering. In: Basel Institute on Governance. ***Quick Guide Series***. Basileia, Suiça, 02 mar. 2020; Disponível em: <https://baselgovernance.org/sites/default/files/2020-08/qg16_gold_laundering.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PIETH, Mark. Gold laundering: the dirty secrets of the gold trade. Zurich: Elster & Salis, 2019. E-book Disponível em: <https://baselgovernance.org/sites/default/files/2019-06/Gold%20Laundering%20flyer%20EN.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PROYECTO GAMA. Gestión Ambiental en la Minería Artesanal. Disponível em: https://www.gama-peru.org/gama/tiki-index.php. Acesso em: 15 abr. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117 - 142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>Acesso em: 13 set.2016.

QUIJANO, Aníbal. ***Cuestiones y horizontes***: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Organização e prefácio de Danilo A. Clímaco. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. ***O desentendimento***: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996. 144 p. (Coleção TRANS).

ROHLING, Marcos. O conceito de lei, lei legítima e desobediência civil na teoria da justiça como equidade de John Rawls. ***Synesis***, v. 6, n. 2, p. 83-106, jul/dez. 2014. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37135/1/O%20conceito%20de%20Lei.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2021.

SEMO, Enrique. ***Historia del capitalismo en México***: los orígenes, 1521/1763. México: Ediciones Era. SA, 1973.

SPDA – SOCIEDAD PERUANA DE DERECHO AMBIENTAL. El rincón dorado: minería informal en Puno. In: _____. SPDA-Actualidad Ambiental: ***Noticias***. O4 abr. 2014. Disponível em: <https://www.actualidadambiental.pe/el-rincon-dorado-mineria-informal-en-puno/#jp-carousel-22138>. Acesso em: 3 dez. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. ***O sistema mundial moderno***: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Tradução: Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Edições Afrontamento; v. I; New York: Academic Press, 1974.

WWF-BRASIL; OTCA. **NOTA TÉCNICA**: Contaminação por mercúrio na Amazônia. Julho 2023. Disponível em: <https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/notatecnica_otca.pdf>. Acesso em: 27 fev. 24.

ZENG, Dao-Zhi; ZHAO, Laixun. Paradises of pollution and industrial agglomeration. Journal of Environmental Economics and Management, v. 2, p. 141-153, 2009.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

SALVAGUARDA DO ACERVO DOCUMENTAL E MEMORIAL DA MINERADORA ICOMI

Ana Cristina Rocha Silva[1] (CEMEDHARQ/UNIFAP)
Elke Daniela Rocha Nunes[2] (CEMEDHARQ/UNIFAP)

RESUMO: Empreendimento produtivo de maior envergadura da história do Amapá, a exploração do minério de manganês desenvolvida ao longo de cinquenta anos pela ICOMI se firmou na trajetória histórica do estado, tornando-se elemento privilegiado para a compreensão das memórias e identidades locais. Apesar da relevância, no Amapá, a ausência de políticas públicas voltadas ao cumprimento da legislação arquivística tornou-se um risco à integridade da documentação histórica da ICOMI. A fim de reverter os prejuízos culturais desse cenário de negligência, é que surgiu o projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI, que vem sendo executado no âmbito do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP). O projeto objetiva salvar o acervo da ICOMI, por meio de técnicas de higienização, catalogação e digitalização, a fim de tornar a documentação histórica da mineradora acessível à pesquisa acadêmica e à sociedade civil. Com a primeira edição financiada pelo PROFID/UNIFAP, o projeto já digitalizou um quantitativo significativo de documentos. Contudo, muito há a ser feito, notadamente no campo da museologia social. O texto que segue objetiva apresentar o referido projeto, de maneira a descrever suas justificativas, objetivos, função social, etapas realizadas e desafios enfrentados. Os resultados apontam um cenário profícuo para a ciência, para a cultura e para a produção do conhecimento histórico. Ademais, indicam a situação calamitosa da preservação documental no Amapá, bem como sinalizam a pertinência da interdisciplinaridade nas ações de salvaguarda.

Palavras-chave: ICOMI; produção mineral; salvaguarda; arquivo; memória.

INTRODUÇÃO

Sancionada em 8 de janeiro de 1991, a Lei de Arquivos Públicos (Lei nº 8.159/1991) estabelece a política nacional de arquivos. No Art. 1º, ela define ser "[...] dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. A

[1] Professora Adjunta da Universidade Federal do Amapá. Integra o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da UNIFAP. Doutora em Ciências/Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA (2021). Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas (UNIFAP-2014). Licenciada e Bacharel em História (FAMA-2010). Diretora do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas e Patrimoniais do Amapá (CEPAP/UNIFAP). Colaboradora do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP). E-mail: ana-cristina@unifap.br

[2] Professora Adjunta da Universidade Federal do Amapá. Coordenadora do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá (2001). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (2010). Doutora em História pela UNISINOS (2018). Tem experiência na área de História e atua principalmente com os seguintes temas: aglomerados de exclusão, mineração, vila operária, gestão da informação, salvaguarda de acervos e arquivos. E-mail: elke.nunes@unifap.br

despeito dessa legislação, no Amapá, esse acesso é deficitário, pois estado não possui um arquivo público que conserve o seu acervo documental.

Assim, ao longo dos anos, documentos importantíssimos para a salvaguarda das memórias e identidades locais têm se deteriorado nos interiores de instituições públicas e privadas. Mais que isso, a inexistência de um arquivo público também reverbera na produção científica. Com dificuldades de acesso a fontes históricas, a pesquisa acadêmica nos cursos de graduação e pós-graduação existentes no Amapá acaba sofrendo limitações.

Essa realidade manifesta o espaço periférico que a valorização da memória documental do estado ocupa na agenda das políticas públicas locais. Embora a preservação da memória histórica não seja comumente considerada como uma demanda imediata, há de se reconhecer que a construção de uma sociedade democrática não se completa sem a socialização do conhecimento sobre sua trajetória histórica. No Amapá, a reunião documental é uma emergência coletiva, em especial para a academia que se dedica a construir conhecimento a partir desse tipo de acervo.

É sabido que a mineração de manganês capitaneada pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) em Serra do Navio/AP foi o primeiro, maior e mais duradouro empreendimento produtivo da história do estado. Indo além, o projeto ICOMI foi o primeiro grande empreendimento minerador na Amazônia. Portanto, a documentação gerada ao longo das cinco décadas de atuação da empresa constitui elemento privilegiado de compreensão da história e memória do Amapá e da região.

Apesar dessa importância, atualmente, o corpo documental da mineradora ICOMI está guardado de maneira inadequada, em espaços oficiais e não oficiais vinculados à empresa. O mesmo ocorre com os acervos particulares mantidos pelos ex-funcionários e seus familiares. Uma vez acondicionado de maneira inadequada, todo o acervo histórico está vulnerável ao desaparecimento. Daí a necessidade do uso de técnicas capazes de salvaguardá-lo.

A fim de minimizar os prejuízos decorrentes desse contexto de negligência, é que surgiu o projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI, doravante Salvaguarda do Acervo ICOMI. O projeto objetiva salvar a documentação histórica do primeiro grande empreendimento minerador da Amazônia, por meio de técnicas de higienização, catalogação e digitalização. A intenção é tornar essa documentação histórica acessível à pesquisa acadêmica e à sociedade civil.

Dito isto, nas páginas que seguem, este texto apresentará o projeto, a fim de situar suas justificativas e objetivos. Para tanto, o texto discutirá as relações entre os documentos, a construção de conhecimento histórico e o papel da digitalização. Na sequência, descrevem-se a relevância social

e acadêmica do projeto, a origem dos documentos tratados, a potencialidade das pesquisas envolvendo a memória social do projeto ICOMI, além dos desafios envolvendo a musealização do acervo.

OS DOCUMENTOS, O CONHECIMENTO HISTÓRICO E A DIGITALIZAÇÃO

Os documentos (latu sensu) se constituem como elementos essenciais aos primeiros passos da pesquisa histórica. Ao passo em que o historiador os interroga e os problematiza, o conhecimento vai se construindo (Pinsky; Luca, 2015; Bloch, 2001). Ainda que sejam apresentados como "prova" para determinado fato, os documentos não devem ser vistos como espelhos fidedignos da realidade de determinada época ou período. Eles precisam ser analisados e questionados por meio de técnicas metodológicas rigorosas, a fim da identificação das relações de poder e vieses ideológicos subjacentes.

A pensar-se com Le Goff (2003, p. 547), "[...] o documento não é inócuo, mas uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época e da sociedade que o produziram". Nessa perspectiva, o documento "[...] é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (Le Goff, 2003, p. 545). Os documentos viabilizam a compreensão dos processos humanos no tempo e no espaço, pois são fontes subsidiárias e complementares do métier do historiador.

Nos termos de Reis (2004, p. 123), na medida em que são consultados e explorados, os documentos tornam-se fontes de conservação e "recuperação" da memória coletiva, permitindo o surgimento de novas interpretações a respeito do passado. Para o historiador, o documento é fonte inesgotável de informação. Assim, ele pode ser interrogado sob vários ângulos e perspectivas, bem como a partir de diversos métodos. Portanto, perguntas diferentes feitas aos mesmos documentos podem apontar para respostas distintas.

Ao longo dos tempos, a noção de documento foi se ampliando. Notadamente, em meados do século XX, quando a historiografia ocidental se distanciou daquela história eminentemente política e se aproximou de novas abordagens, problemas, objetos e metodologias (Burker, 1992). Nesse sentido, fontes documentais diversas passaram a ser utilizadas na construção do saber histórico, a exemplo de imagens iconográficas, jornais, fontes orais, correspondências, obras literárias, canções, filmes, dados estatísticos, testamentos, dentre outros.

Segundo Custódio e Pantoja (2021, p. 728), a digitalização dessas fontes consiste na "[...] reprodução por varredura eletrônica em disco ou outro suporte de alta densidade que permite a visualização do documento em terminal e, por sua vez, possibilita o acesso de mais de um usuário à

fonte, além disso, mantém os originais em segurança". De acordo com os autores, a digitalização exige um trabalho prévio que engloba a higienização e a catalogação.

Considerando os benefícios que proporciona (preservação e acesso facilitado), a digitalização de acervos históricos necessita compor as políticas públicas de desenvolvimento local/regional (Custódio; Pantoja, 2021). Nas palavras dos autores supracitados, "[...] provavelmente a digitalização seja uma das últimas garantias de se manter viva as informações arquivísticas de um estado e a disponibilidade destas para as gerações futuras" (Custódio; Pantoja, 2021, p. 730).

Em se tratando da documentação histórica vinculada ao projeto ICOMI, a digitalização há de somar com a construção de conhecimento sobre o empreendimento produtivo de maior envergadura da história do Amapá. Tal projeto não só impactou no crescimento demográfico e econômico do estado (Monteiro, 2004; Porto, 2007), como também introduziu o modo de produção fordista no mesmo. Assim, modificou modos de vida e estabeleceu um rigoroso controle social associado à ideia de modernidade e qualidade de vida (Berman, 2016; Nunes, 2014; Paz, 2014). Portanto, a preservação da documentação histórica derivada do projeto ICOMI é essencial para a construção de conhecimento histórico sobre o Amapá e a Amazônia.

O PAPEL SOCIAL E CIENTÍFICO DO PROJETO

Na Amazônia Oriental Brasileira, o processo de valorização industrial de recursos minerais se iniciou em meados do século XX, com a exploração das reservas de manganês
de Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá (Nunes, 2014; 2018). De acordo com Nunes (2018), por aproximadamente duas décadas, a exploração de manganês capitaneada pela ICOMI permaneceu como a única extração mineral industrial significativa na Amazônia Brasileira. Cenário que só se modifica de modo mais expressivo a partir de 1964, com as políticas desencadeadas pelo golpe civil-militar.

A documentação gerada ao longo das décadas de atuação da mineradora constitui elemento privilegiado de compreensão da história e memória do Amapá e da Amazônia, durante o século XX. Por tais motivos, o trabalho de higienização, catalogação e digitalização realizado pelo projeto Salvaguarda do Acervo ICOMI cumpre função social e científica relevante, pois viabiliza o acesso a fontes documentais sobre o mais pioneiro empreendimento mineral da região.

Os acervos associados ao projeto ICOMI possuem documentos de natureza diversa. Neles, constam álbuns fotográficos da construção e funcionamento das estruturas da empresa, dados contábeis, contratos, projetos pilotos para atividades econômicas variadas, relatórios de produção, além de documentos associados à rotina administrativa, à comercialização mineral, à vida funcional, à saúde e à educação dos trabalhadores e de seus familiares.

Os acervos também informam sobre os processos sociais que envolveram as milhares de pessoas que atuaram de maneira direta ou indireta na mineradora. Portanto, mais do que viabilizar a salvaguarda de bens materiais (documentos), o projeto somará com a compreensão de processos históricos. Assim, poderá manifestar uma miríade de aspectos, a exemplo de relações de poder, de construção de identidades, de questões de gênero, de gestão ambiental, de organização social e espacial, de aspectos arquitetônicos, de políticas de saúde, de diretrizes educacionais, de gestão de recursos humanos, de política contábil, de política mineral, de segurança do trabalho, de relações com movimento sindical etc.

Quando organizados, os documentos se tornam fontes privilegiadas de informações. Contudo, para viabilizarem a construção de conhecimentos, eles precisam estar acessíveis, a qualquer tempo, a pesquisadores e à sociedade civil. De acordo com o que prevê a legislação brasileira, esse conjunto de registros sociais constitui um patrimônio documental que deve ser preservado como garantia da identidade local ou regional.

Motivado por esse propósito, o projeto Salvaguarda do Acervo da ICOMI vem sendo desenvolvido no âmbito do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP), único centro do Amapá devidamente registrado no CONARQ, até então. O CEMEDHARQ é uma unidade acadêmica que objetiva salvaguardar patrimônios identitários e culturais do estado e seus municípios, constituídos por documentos físicos e pela memória social local.

A princípio, a execução do projeto se deu a partir do trabalho voluntário de professores/pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao centro. Conforme descrito mais adiante, essa atuação voluntária foi essencial para a etapa de coleta do acervo. Em virtude de dificuldades de acesso a fundos de financiamento, o tratamento dos documentos ficou parado por um período. Esse acesso só veio em meados de 2023, quando o projeto foi acolhido pelo Programa de Formação, Capacitação, Aperfeiçoamento e Idiomas – PROFID[3], programa institucional que subsidia a execução de projetos de extensão, na UNIFAP.

A equipe da primeira edição do projeto foi composta da seguinte maneira: Profa. Dra. Ana Cristina Rocha Silva e Profa. Dra. Elke Daniela Rocha Nunes – coordenadoras; Raiane Albuquerque Silva – técnica administrativa; Yan Quintela Brito, Caíque Tenório Farias, Kaylane Pena de Souza e Ana Cristina Gomes de Moraes – monitores de graduação selecionados via edital. Vitória Santos Esteves, Daniel Conceição de Jesus Souza e Bruno Markus dos Santos de Sá – monitores voluntários.

[3] O PROFID é um programa institucional vinculado ao Departamento de Letras e Artes (DEPLA) da UNIFAP e coordenado pelo Prof. Ms. Melque Lima. A página do PROFID está disponível no link: https://www2.unifap.br/profid/

Os discentes que atuaram na monitoria do projeto foram todos capacitados pelo CEMEDHARQ/UNIFAP e, hoje, já contribuem na capacitação de outros discentes que buscam qualificação na gestão documental. Dito isto, além de contribuir para a salvaguarda de documentos importantes para a compreensão de processos históricos do Amapá e da Amazônia, o projeto aqui apresentado também soma para a qualificação profissional de estudantes de graduação e pós-graduação da UNIFAP.

A ORIGEM DOS DOCUMENTOS TRATADOS

O corpo documental que vem sendo tratado pelo projeto advém de três fontes principais, a saber: 1) o acervo doado pelo senhor José Luiz Ortiz Vergolino, último diretor/presidente da ICOMI; 2) o acervo doado pela Associação dos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários da Fundação CAEMI de Previdência Social (APAAB-FUNCAEMI); e 3) acervos particulares doados por ex-funcionários da mineradora.

O acesso ao primeiro acervo só foi possível por conta da preocupação do senhor José Luiz Ortiz Vergolino. Engenheiro de profissão, ele chegou ao Amapá na década de 1960 para atuar na ICOMI. Trabalhou por décadas e foi o último diretor/presidente da mineradora, sendo o responsável por encerrar das atividades da empresa e entregar as estruturas construídas para o Governo do Estado do Amapá, em fins do século XX.

Ao longo dos anos trabalhados, o senhor Ortiz Vergolino guardou muitos documentos oficiais e não oficiais. Preocupado com a salvaguarda desse patrimônio, no ano de 2022, por meio de tratativas junto ao CEMEDHARQ/UNIFAP, ele doou todo o seu acervo para a universidade, de maneira que os documentos pudessem ser disponibilizados à pesquisa acadêmica. Ao entregar oficialmente o acervo, Ortiz Vergolino manifestou suas motivações:

> [...] a gente entende que é uma prestação de serviço final, mas muito útil para a sociedade amapaense [...] esse acervo vai englobar todos os contratos da empresa, a sua contabilidade, os seus projetos realizados e não realizados, estudos gerais sobre possibilidades econômicas, a parte de saúde muito grande, a parte de mineração, de geologia, vai englobar tudo [...]. E principalmente, a gente tem esperança de que os pesquisadores e historiadores que vão se debruçar sobre esse manancial de informação, a gente espera que eles produzam estudos e análises na altura do que a companhia representou para o Amapá (Vergolino, 2022, entrevista).

Imagem 1 a 2: Coleta do acervo documental doado à UNIFAP pelo senhor Ortiz Vergolino



Fonte: Projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI.

Formado por uma documentação variadíssima, o acervo doado por Ortiz Vergolino era volumoso e foi recolhido gradualmente pelos monitores do CEMEDHARQ/UNIFAP. Conforme se vê nas Imagens 1 e 2, acompanhados da coordenação do centro, eles se deslocavam semanalmente até a residência de Ortiz, na cidade de Santana-AP. Lá, a cada semana, a equipe recebia um quantitativo de documentos das mãos de Ortiz, reconhecia e inventariava o material.

O segundo acervo documental tratado pelo projeto Salvaguarda do Acervo da ICOMI deriva da Associação dos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários da Fundação CAEMI de Previdência Social (APAAB-FUNCAEMI), sediada no Rio de Janeiro-RJ. De acordo com os representantes da APAAB-FUNCAEMI, após a realização de uma prospecção para o futuro, a instituição previu a possibilidade de seus sócios não estarem mais vivos em um prazo de oito anos. Por conta disso e considerando o valor histórico do acervo documental que a instituição detinha, surgiu o interesse em doá-lo à UNIFAP.

Conforme o Boletim Informativo nº 57 da APAAB-FUNCAEMI, em 17/11/2021, o Conselho Consultivo da associação já havia aprovado essa destinação. Foi, então, que se iniciaram as tratativas para a assinatura do Termo de Recolhimento para guarda permanente do acervo no CEMEDHARQ/UNIFAP. O referido documento foi assinado em solenidade pública pela Profa. Dra. Verônica Xavier Luna (então Coordenadora do CEMEDHARQ), pelo Prof. Dr. Júlio Sá (Reitor da UNIFAP), e por representantes da APAAB-FUNCAEMI. Feita a assinatura do termo, a equipe do CEMEDHARQ se deslocou até o Rio de Janeiro para catalogar, ordenar e embalar a documentação histórica, de maneira a enviá-la para a UNIFAP, no Amapá.

Além da Profa. Dra. Verônica Luna, a equipe que recolheu o acervo era composta pela Profa. Dra. Elke Daniela Rocha Nunes e pelo discente Antônio de Oliveira Lopes Neto. O recolhimento ocorreu no período 06/06/2022 a 15/06/2022. Ao todo, foram trazidas 24 caixas repletas de documentos históricos. Não se limitando aos documentos relativos à ICOMI, a equipe trouxe documentos das empresas vinculadas ao grupo CAEMI, tais como a MBR, Jari Celulose, Brumasa, dentre outras.

Acrescente-se uma rica documentação sobre Augusto Antunes, fundador da ICOMI. Em meio aos documentos sobre ele, destacam-se dados biográficos, projetos realizados e não realizados, envolvimentos políticos etc. A APAAB-FUNCAEMI também doou um conjunto de artefatos. Abaixo, se tem um registro da chegada dos membros do CEMEDHARQ na sede da APAAB-FUNCAEMI.

Imagem 3: Equipe do CEMEDHARQ/UNIFAP que recolheu o acervo doado pela APAAB-FUNCAEMI, Rio de Janeiro-RJ, junho de 2022



Fonte: Boletim APAAB-FUNCAEMI nº 57 (2022).

O terceiro corpo documental que vem sendo tratado pelo projeto provém dos acervos particulares dos ex-funcionários da mineradora. Nele, constam as informações não oficiais do projeto ICOMI no Amapá, as quais revelam aspectos do cotidiano, no âmbito dos espaços de trabalho, lazer, saúde, educação e religiosidade.

OS DESAFIOS DA MUSEALIZAÇÃO

Os acervos das famílias icomianas chegaram até o projeto por meio da divulgação nas redes sociais. Essa aproximação se intensificou a partir de junho de 2023, na aula inaugural do

PROFID/UNIFAP, financiador da primeira edição do projeto. Na ocasião, os projetos financiados pelo programa foram desafiados a organizar uma mostra de suas ações, em uma pequena tenda de 3mx3m. Como o projeto Salvaguarda do Acervo ICOMI possuía documentos e artefatos, a coordenação decidiu organizar uma pequena expografia com o material.

Então, além de banners, foram providenciados módulos em MDF para a exposição de alguns objetos. A ansiedade e o afeto das famílias icomianas diante da expografia surpreendeu a equipe. Eram muitas as pessoas emocionadas ao visualizarem as fotos, os contratos de trabalho e os artefatos expostos. Desde então, aumentou o volume do recebimento dos acervos particulares.

Em setembro de 2023, em meio à programação da 17º Primavera dos Museus na UNIFAP, também montamos a expografia e o fenômeno se repetiu. Em dois dias de evento, aproximadamente 500 pessoas visitaram o espaço do projeto, superando todas as expectativas das coordenadoras. Abaixo, se vê alguns aspectos da expografia.

Imagem 4 a 7: Expografia do projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI



Fonte: Projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI

O sucesso da expografia manifestou a necessidade de pesquisas sobre o lugar da ICOMI na memória social do estado do Amapá. Também indicou que os documentos e artefatos expostos não se limitavam a falar da mineradora. Independentemente do passado histórico da empresa, aqueles objetos também falavam da "vida vivida" (Certeau, 1994) e do passado de cada uma das milhares de famílias que tiveram suas trajetórias atravessadas pelo projeto ICOMI.

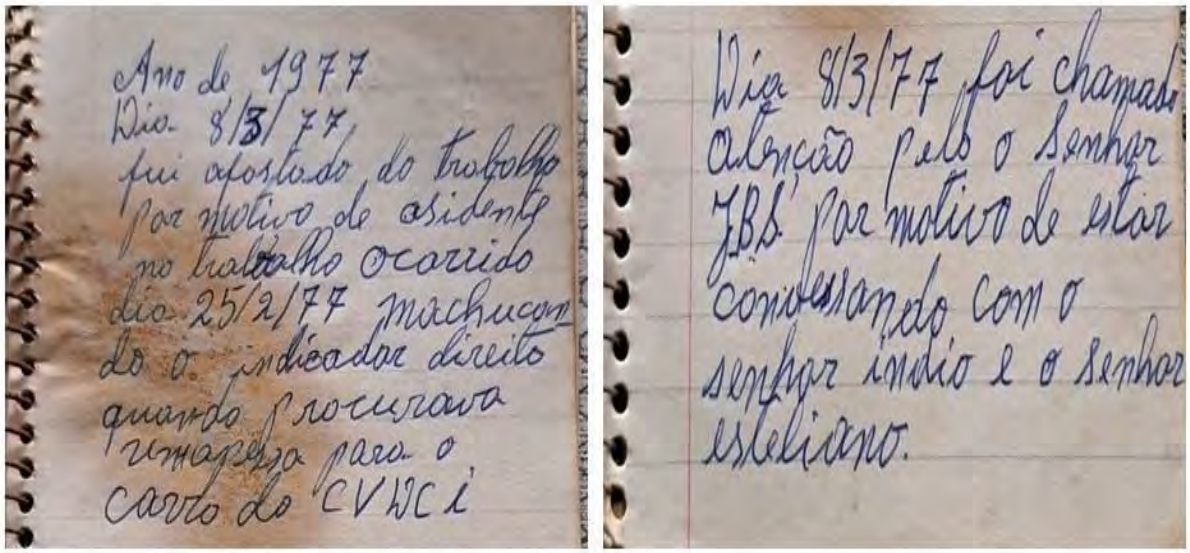
Logo, cada artefato e documento exposto é um lugar de memória (Nora, 1993) e possui lógicas próprias que merecem ser problematizadas pela pesquisa científica. Assim, é mister que os

fenômenos acerca da memória social do projeto ICOMI sejam problematizados sob ângulos distintos e pelos mais diversos campos do saber, a fim do rompimento com análises e perspectivas usuais.

Adiante, segue um documento oriundo dos acervos particulares das famílias icomianas. Trata-se de um diário pessoal do senhor Pedro Antônio da Silva Filho[4], contratado pela ICOMI em 07 de março de 1961, para exercer a função de ajudante de carpinteiro. No diário, ele registra acidentes e advertências no trabalho. De acordo com os familiares, na década de 1980, o funcionário perdeu um dos olhos em um desses acidentes e, desde então, passou a utilizar uma prótese de vidro.

O curioso é que, apesar da gravidade, não há registro desse sinistro, em meio aos escritos do ex-funcionário. Segundo informações da família de Pedro Antônio da Silva Filho, ele só acionou a justiça do trabalho depois de aposentado e após muita insistência da família, amigos e da médica oftalmologista. O afeto em relação à empresa foi o principal motivo da demora. Pelo exposto, vê-se a pertinência de estudos dedicados à memória social do projeto ICOMI. Muito já se produziu sobre a empresa. Contudo, os fenômenos sociais não se esgotaram e a documentação levantada pelo projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI abre muitas possibilidades de discussão.

Imagem 4 e 5: Diário pessoal de Pedro Antônio da Silva Filho, ex-funcionário da ICOMI



Fonte: Projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI.

Importa esclarecer que a expografia montada para o projeto não foi pensada no planejamento inicial das ações a serem executadas. Ela surgiu para atender uma demanda do PROFID e, posteriormente, se manteve em virtude dos apelos da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

[4] Na ICOMI, era comum os funcionários se tratarem por apelidos. O senhor Pedro Antônio da Silva Filho ficou conhecido pelo apelido de “Ceará Cachorro”.

Esses apelos manifestam o desejo de mais espaços de memória, por parte da sociedade amapaense. Também revelam a profusão de questionamentos que a mineradora provoca no meio científico.

As demandas descritas têm desafiado a coordenação do projeto a pensar nas possibilidades de fruição da expografia. À medida em que o projeto avança, os usos dela têm sido objeto de análise e uma questão se coloca como urgente: a necessidade de visibilizar as contribuições dos milhares de trabalhadores comuns que fizeram a ICOMI se tornar a maior referência da história industrial do Amapá. Para além disso, por meio da expografia e com base nas diretrizes da museologia social, o projeto pretende instigar reflexões acerca da pertinência ou não dos projetos de desenvolvimento fundados no economicismo e na ideia linear de progresso.

Nessa perspectiva, convergindo com a produção científica da Amazônia (Ravena; Marin, 2021), a partir do acervo documental tratado pelo projeto, a exposição haverá de destacar as incompatibilidades entre as políticas desenvolvimentistas e a região. Agravadas pela pandemia de Covid-19, essas contradições avançam sob a sociodiversidade e biodiversidade regional, ameaçando modos de vida, intensificando processos de homogeneização cultural e gerando impactos ambientais, conforme descrevem Silva e Simonian (2023).

Isto posto, a partir da expografia, o projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI pretende problematizar os grandes projetos pensados para a Amazônia. Para tanto, diálogos interdisciplinares se impõem e já sinalizam um cenário profícuo para a ciência, para a cultura e para a produção de conhecimento histórico.

No que diz respeito a este último, as fontes levantadas por meio do projeto sinalizam que o Amapá e a Amazônia não ocuparam espaços periféricos, em meio a movimentos de abrangência nacional. Ao contrário disso, tiveram um protagonismo relevante em contextos que marcaram a história do Brasil. Em outras palavras, a partir dos documentos salvos pelo projeto Salvaguarda do Acervo ICOMI, a comunidade científica haverá de ter elementos para compreender que o estado e a região não estavam à margem da história, e sim no centro dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incluídos no rol dos bens que se encaixam na definição de patrimônio cultural nacional, os documentos históricos devem ser preservados como garantia da preservação da identidade local ou regional. Para tanto, no Brasil, é competência comum da União, Estados e Municípios – em cooperação com a sociedade – possibilitar o acesso e a fruição desse patrimônio, a partir de uma igualdade material (Brasil, 1988). Em que pese a obrigação conjunta dos entes federados, no Amapá, o patrimônio documental ocupa espaço periférico na agenda das políticas públicas.

Essa realidade reverbera na deterioração e perda de fontes históricas. Portanto, há de se reconhecer que a preservação documental é uma emergência coletiva, no Amapá. Dito isto, ao salvar a documentação histórica do primeiro grande empreendimento minerador da Amazônia, o projeto Salvaguarda do Acervo ICOMI contribui para minimizar os prejuízos culturais impostos pela ausência de políticas públicas voltadas à legislação arquivística.

Executada entre os anos 2023 e 2024, a primeira edição do projeto ICOMI já tratou volume significativo dos acervos sob sua guarda. Contudo, limitações de ordem financeira e estrutural ainda impedem a conclusão total dos trabalhos. Assim, a coordenação do projeto concentra esforços para acessar novos fundos de financiamento, de maneira a dar continuidade ao tratamento da documentação. A fim de facilitar o acesso aos documentos já digitalizados, a coordenação também pleiteia parcerias para a construção de uma base de dados que permita a busca do acervo, nas plataformas digitais.

Enquanto isso não se efetiva, a equipe segue fazendo o que é possível para salvaguardar a memória documental da ICOMI. Nesse percurso de luta, agradecemos a colaboração dos estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao CEMEDHARQ/UNIFAP, que trabalharam e trabalham de modo voluntário, em muitos momentos. Também agradecemos ao PROFID/UNIFAP, pelo compromisso com a preservação dos elementos que compõem a memória do Amapá.

REFERÊNCIAS

BERMAN, Marshall. **Modernidade – ontem, hoje e amanhã**. In: Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade; [tradução Carlos Felipe Moíses, Ana Maria L. Ioriatti]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKER, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão.; PANTOJA, Leandro de Freitas. Digitalização de documentos históricos no Amapá: uma alternativa de preservação da memória cultural. *In***:** JÚNIOR, José Petrúcio de Farias *et al*. (orgs.) **História, Arqueologia e Educação Museal: patrimônio e memórias.** Teresina-PI: EDUFPI, 2021. p. 717-740.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, 2004. p. 5-41.

NUNES, Elke Daniela Rocha. **Mineração de manganês no Amapá**: controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973. 2018. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

_____. **O controle social exercido pelo ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960 a 1975**. Macapá: UNIFAP, 2014.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá**: Transformações econômicas e institucionais (1943-2000). Macapá: edição do Autor, 2007.

RAVENA, Nirvia.; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Amazônia**: as ameaças das políticas desenvolvimentistas. Belém: NAEA, 2021.

REIS, José Carlos. **Escola do Annales**: a inovação em História. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SILVA, Ana Cristina Rocha.; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Território, educação e pandemia: a vulnerabilidade das populações agroextrativistas do PAE Maracá, AP. In: SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes.; MATHIS, Armin.; CASTRO, Fábio Fonseca de. (ORG). **Ciência na Amazônia**: desenvolvimento, sustentabilidade e diversidade em tempos de COVID-19. Belém: NAEA, 2023. p.199-222.

VERGOLINO, José Luiz Ortiz. ALMEIDA, A. B. de. **Entrevista concedida à Elke Daniela Rocha Nunes a respeito da doação do acervo da ICOMI para a Universidade Federal do Amapá**. Santana-AP, Monte Alegre. 30. abr. 2022. (Anotações de E. D. R. N.; arquivo pessoal).

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

"COMUNIDADE DO CAJUEIRO LUTA CONTRA CONSTRUÇÃO DE PORTO EM SEU TERRITÓRIO": COMO A ZONA RURAL II DA ILHA DO MARANHÃO TRANSFORMOU-SE EM UM DOS PONTOS FOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO.

Isabela Marisa Câmara Sousa[1]

RESUMO: O artigo tem como objetivo a análise crítica sobre o contexto que tornou o território do Cajueiro, comunidade tradicional situada na zona rural da capital, em área de interesse para a fixação de um porto privado, apoiado por um oligopólio chinês com apoio do governo do Estado. Para além disso, torna-se necessário o exame sobre a formação econômica do Maranhão, inserido dentro de uma lógica em nome do "desenvolvimento" a partir das exigências do Capital e que o coloca em cenários de conflitos territoriais a várias décadas. A base conceitual para investigação a ser realizada parte dos conceitos de espaço, abordados por Bourdieu (2013) e Harvey (2005 e 2011), e em especial, para estudar a conjuntura espacial do Maranhão, contaremos com Trovão (2008) e Cano (1992). Ademais, para a imersão no conflito socioambiental, serão expostos os estudos de Arcangeli (2020 e 2018), Vazzi (2017) e Burnett (2022). A metodologia utilizada contará com materialismo histórico dialético de Marx (2008) e os estudos de Foucault (1979) sobre as relações de poder, principalmente entre o Estado e o indivíduo, visto que a partir dos fatos observados no estudo, chega-se a necessária reflexão acerca dos pontos controversos, principalmente nas tramas políticas que permeiam os interesses públicos e privados no referido campo empírico a ser estudado.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Comunidades Tradicionais; Conflitos Socioambientais; Estado.

1. INTRODUÇÃO

O Maranhão, desde os tempos coloniais, é marcado por violências aos povos e territórios tradicionais, precisamente os povos indígenas, remanescentes de quilombos e os que se inserem em uma dinâmica de modo tradicional de existência, ensejando em sangrentos conflitos pelo território almejando a expansão econômica em nome do "desenvolvimento". Boaventura Sousa Santos (2022), demonstra que estes conflitos, na contemporaneidade, se reproduzem em outras formas colonialistas, podendo ser representadas pela própria lógica da globalização e do Capital, atrelados ao Estado visando o crescimento econômico a todo custo, através da instalação de megaempreendimentos em territórios de comunidades tradicionais na região amazônica.

Assim, a partir de expectativas de crescimento através de logísticas portuárias, o Estado cada vez mais incentivou a promoção da expansão, alinhando-se a atores

[1] Advogada, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Residente na Clínica de Acesso à Justiça na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), isabelamcamara@icloud.com

econômicos internacionais e ao capital privado, e diante desse contexto, é possível constatar que há um direcionamento no planejamento de expansão do projeto portuário maranhense.

É no Cajueiro, comunidade tradicional pertencente à Zona Rural II de São Luís, que aflora mais um embate em face do processo de expansão do capital no estado. Trata-se do conflito socioambiental entre a comunidade e a empresa WPR, com a fixação de porto privativo, denominado "Porto São Luís", apoiado em uma aliança entre o Estado e o capital privado, sob o discurso de "desenvolvimento" regional enquanto sinônimo de crescimento econômico. No entanto, muito antes, a região, com sua suposta vocação portuária, já foi palco de outros conflitos socioambientais.

A base conceitual da problemática irá se direcionar para os estudos sobre o conceito de espaço, através de Bourdieu e Harvey, assim como a noção de desenvolvimento enquanto crescimento econômico apresentada por Castro (2018). Por outro lado, a imersão no campo empírico será explorada através da identificação do referido conflito socioambiental através de Arcangeli (2018), Vazzi (2017) e Burnett (2022).

Em uma primeira parte, o presente trabalho se debruça sobre a conjuntura de conexão do Estado do Maranhão com projetos de expansão econômica em nome do desenvolvimento, no intuito de compreender como a região é marcada por contextos conflituosos. Destarte, a partir do recorte específico em relação ao campo empírico investigado, a segunda seção é dedicada à caracterização social, cultural e econômica do Cajueiro, a fim de compreender o território enquanto comunidade tradicional. Por fim, a última seção, expõe o embate existente entre a Comunidade do Cajueiro, o Estado e a iniciativa privada em face a um porto privado na região.

No intuito de identificar as contradições dos fenômenos que envolvem o conflito socioambiental em todos os campos de embate, dentro da Comunidade do Cajueiro diante do avanço do Capital em seu território, no judiciário, e também nos ambientes econômicos e políticos, optou-se por utilizar, o materialismo dialético histórico de Marx (2008), por se tratar de um estudo contínuo, com uma conjuntura dinâmica, necessitaremos emergir em uma realidade não estática e abstrata visto que para o Autor, é esse o caminho para um processo de síntese, partido do concreto e o conhecimento de determinações diversas, para autêntica reprodução da realidade do objeto pelo pesquisador.

2. EM NOME DO "DESENVOLVIMENTO": como o Maranhão se insere na rota de mega empreendimento portuários financiados pelo Capital.

A problemática pretendida nesta seção relaciona-se à própria formação política, social e econômica do Maranhão, precisamente a região litorânea do estado, representada pela Ilha de São Luís. A ocupação do Maranhão possui início na era colonial no século XV - ainda que considerada tardiamente - com as capitanias hereditárias. Cabral (1992, p.59) expõe a existência de dois caminhos explorados e determinantes do desenvolvimento do estado:

> As duas linhas que dirigiram o povoamento maranhense, ocupando áreas geograficamente específicas, estruturaram duas bases econômicas diferenciadas, fundamentadas uma na agroexportação e outra na pecuária e definiram relações sociais e padrões de comportamento bastante característicos. Em função disso, definimos em nosso estudo que a ação colonizadora maranhense se processou via atuação de duas frentes de expansão com estruturas e características próprias. O tipo de colonização verificado teve influência nas tensões e conflitos que marcaram o longo e denominado processo de integração das duas regiões.

Somando a esse entendimento, Trovão (2008, p. 12), amplia a análise das frentes de ocupação, expondo as duas regiões do estado: Litorânea, tomada pelo Golfão Maranhense, e Sertão, compreendendo o Vale do Parnaíba e a região delimitada como Pastos bons. A frente de ocupação pelo litoral do estado torna-se importante de ser descrita para o exame da problemática pretendida, visto que se pretende observar a dependência e subordinação do estado desde a colônia. Os interesses de fixação e controle do governo de Portugal sob o território maranhense como um todo, foram marcados pela utilização de práticas de conquista, como a violência, a escravidão, expropriação dos nativos de seu território, imposição da religião - com o objetivo de civilizar e conformar os indígenas (Cabral, 1992, p. 62).

Assim, após a superação das ameaças externas de ocupação com o consequente domínio efetivo, os portugueses direcionaram os esforços para o desenvolvimento econômico e integração, assim como toda a região Nordeste, com o restante do Brasil - a priori com agricultura e extrativismo com a utilização da mão-de-obra escrava dos nativos. Um dos projetos considerados exitosos nos interesses integrativos foi a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará no século XVIII, responsável sistematizar a

comercialização, a nível nacional e internacional, do algodão, arroz, cana de açúcar e os escravos africanos, intensificando sua exportação a partir da cidade de São Luís (Cabral, 1992, p. 75).

Em suma, o Maranhão, enquanto parte da região Nordeste, possui uma dinâmica econômica de aproximações e distanciamentos, sobretudo, de características de dependência. Neste ponto, necessita-se esmiuçar o conceito de região que guia este estudo de aprofundamento da conjuntura socioeconômica do Maranhão, enquanto estado pré-amazônico no Nordeste. Oliveira (1981, p.27) explora a região enquanto espaço de reprodução do capital, nesse caso, distanciando-se do sentido geográfico. A partir das teorias marxistas, o processo de reprodução do capital exprime-se pelas formas de acumulação primitiva, centralização e concentração do capital, sendo, essencialmente, desigual, o que não seria diferente em relação à economia maranhense.

A cidade de São Luís, também chamada de Ilha de Upaon-Açu ou Ilha do Maranhão, hodiernamente a capital do estado, firmou-se como via de escoamento marítimo, devido a identificação, desde os tempos da colonização, de suas características naturais de navegabilidade de profundidade, direcionando a região para a recepção de projetos portuários. Entre avanços e declínios das atividades econômicas exploradas no Maranhão, e num contexto nacional, - o algodão, a indústria textil e a cana-de-açúcar no Vale do Munim, Itapecuru e Pindaré, a mandioca e a pesca na Baixada Maranhense, outros, dos anos 1870 a 1960, o raio de exploração da atividade portuária se expandiu e consolidou a atividade portuária na Praia Grande (Pereira, 2018, p.76).

São nos anos de 1950 a 1980 que podemos identificar uma crescente tendência dos discursos desenvolvimentistas pautados na necessidade de integração do mercado nacional, regionalização e privatização, com a recepção de grandes projetos nacionais, principalmente na região da Amazônia oriental e no Nordeste, o que inclui o Maranhão. A origem do sentido de desenvolvimento que advém de um contexto mundial pós-segunda guerra mundial, principalmente do ocidente, alinhando-se ao discurso do Presidente Norte-Americano Harry Truman, proferido em 1949, contando com ideologias do crescimento enquanto "ganho", basicamente reproduzindo as ideias de um grupo social dominante visando o aumento da acumulação de riquezas como progresso (Castro, 2018, p. 04).

O início de grandes políticas públicas visando o progresso do país, se deu ainda no segundo governo da Era Vargas (1951-1954), onde as forças governamentais se voltaram para o rompimento de estruturas ainda coloniais, focando na modernização do país, principalmente no povoamento da região Amazônica e na resolução de problemas hídricos do Nordeste (Pereira, et. al, 2022, p.8). Destarte, o governo de Juscelino Kubistchek (1956 a 1961), marcado por um planejamento rigoroso com metas grandiosas para o Brasil, deu continuidade às políticas estatais de desenvolvimento regional no país.

Para a região Nordeste, foram pensadas duas políticas públicas voltadas resolver "a questão regional" que supostamente ameaçava o desenvolvimento da região Centro-Sul: o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), datado de 1956, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), datada de 1959[2].

Em suma a "intervenção planejada" da SUDENE, como refletiu Pereira (2004, p. 06) possuía como objetivo resolver uma desigualdade econômica e industrial entre o Nordeste e o Centro-Sul, que segundo estudos do GTDN, impactava no desenvolvimento do Brasil como um todo. O Maranhão, primeiramente, se fixou a região Nordeste por decreto federal[3], destarte, fora colocado como ponto focal da política pública, visto que os estudiosos o consideravam como um grande produtor de alimentos e mão-de-obra, e assim era necessário se buscar uma "colonização" do estado, a fim de recepção dos chamados "excedentes populacionais" da industrialização no país, o que não obteve êxito e só causou grandes conflitos socioambientais e fundiários no estado.

O golpe militar sofrido no Brasil em 1964, também é um marco histórico dos pensamentos expansionistas e do ideal de desenvolvimento nacional enquanto crescimento econômico, representando um "segundo ciclo do desenvolvimento no país". As políticas públicas de progresso nacionais continuaram, focadas na projeção internacional a qualquer

[2] Em suma, a SUDENE, segundo Costa (2013) possuía o objetivo de desenvolver o Nordeste, contando com as pesquisas do GTDN, pretendendo a inserção da região na contexto industrial do país, estruturando sua configuração fundiária e divisão do trabalho para a recepção de investimentos industriais, principalmente dos capitais que dominavam o centro-sul do Brasil A aliança entre um Estado "planejador", ou seja, intervencionista, e o capital privado, buscavam com essa política pública, um desenvolvimento que projetasse a região de acordo com os pensamentos dominantes (Oliveira, 1981, p. 25).

[3] O Decreto n.º47.860 de 9 de março de 1960 fora responsável por aprovar o Regulamento da Lei n.º 3.69 de 15 de dezembro de 1959 - que criava a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. Ademais, em seu Art. 1º, §1º, a norma instituiu que o Nordeste era composto "pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia".

custo do Brasil enquanto potência econômica. Como um dos focos de investimento, a região Amazônica possuía projetos específicos: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia e o Fundo Para Investimento Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) (Bruzaca, 2014, p.123).

Ainda no projeto de exploração econômica do suposto "potencial" da Amazônia, nos anos 1970, emerge o Programa Grande Carajás (PGC), iniciado em 1979, emergiu com o objetivo de exportação de matérias primas extraídas na região - no entanto, no fundo, era visto como uma grande possibilidade pagamento da dívida externa do Brasil. Juntamente ao projeto de extrativismo do minério de ferro, toda uma estrutura foi viabilizada para o escoamento da produção: ferrovias, usinas hidrelétricas, e com O PGC deu continuidade a um ciclo de "desenvolvimento" à qualquer custo, causando em toda a sua extensão conflitos socioambientais, expropriações e violências, e com grande reflexo para o Maranhão: a Estrada de Ferro Carajás [4] e o Porto do Itaqui (Bruzaca, 2014, p. 124).

Construído para ser um dos maiores 10 (dez) portos do mundo, o Itaqui[5] é também um projeto dos anos 1970, fixado na Baía de São Marcos, pautando-se na vocação a partir da localização no litoral e a profundidade específica para a recepção de grandes projetos. O início de suas operações ocorreu em 1983, movimentando derivados de petróleo e trigo, destaca-se, a partir do Consórcio Alumar e Alcoa - derivado do PGC - o escoamento do minério extraído tornou-se de grande volume, também de *commodities* agrícolas enquanto atividade de grande importância para o Estado. Fazendo parte do Complexo Portuário da Baía de São Marcos, ligando-se inclusive ao Distrito Industrial de São Luís (DISAL) [6]

[4] O processo de instalação da estrada de ferro fora bastante turbulento., construída a base de expropriações e conflitos territoriais, inaugurada no ano de 1985, que atravessava diversos estados - Goiás, Tocantins, Maranhão - objetivando a viabilização de escoamento do ferro de maneira mais eficiente com destino ao Porto do Itaqui (Domingues, 2023, p.108).

[5] Em meio a sua concretização, diversos processos de violência foram executados no território: espoliação, desapropriação através de remoções compulsórias, transferência dos moradores da comunidade do Boqueirão, inviabilização do modo de vida e trabalho da comunidade, práticas já entendidas pacificamente no Brasil como precedentes em conflitos socioambientais, se repetindo em conjunturas atuais (Santana, 2018, p. 12).

[6] O Distrito Industrial de São Luís (DISAL) foi instituído pela Lei Estadual n.º 7.646 em 1980, localizando-se no Maracanã, com uma distância de 18 km do Porto do Itaqui. O intuito de sua criação foi o de possibilitar a necessária infraestrutura às indústrias e empresas localizadas no Estado. Em 2019, o governo Flávio Dino, instituiu a partir da Lei Ordinária n.º 11.013, de 24 de abril do mesmo ano, o Novo Complexo Industrial e Portuário do Maranhão, agora, o DISAL soma-se a estrutura portuária da Ilha, compreendendo o Porto do Itaqui e adjacentes, sendo inclusive, administrado pela EMAP.

contando com dois portos para a sua expansão, incluindo o almejado para a região do Cajueiro: o Porto São Luís. (Clementino, 2017).

Contudo, retrocedendo a fixação época de implantação do Itaqui, foi a empresa Amazônia Mineração S.A que deu início aos estudos sobre a futura localização do Porto e de outros projetos, como por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce, buscando entender principalmente o cenário fundiário da área, que antes compreendia a comunidade do Boqueirão. Em meio sua concretização do porto, diversos processos de violência foram executados no território: espoliação, desapropriação através de remoções compulsórias, transferência dos moradores do Boqueirão, inviabilização do modo de vida e trabalho da comunidade, práticas já entendidas pacificamente no Brasil como precedentes em conflitos socioambientais, se repetindo em conjunturas atuais (Santana, 2018, p. 12).

Dos primórdios, o Maranhão ainda busca o reconhecimento enquanto região próspera, desenvolvida e integrada com o restante do país, e constata-se, que de fato, em todas as políticas públicas direcionadas para os movimentos de expansão do Capital de repetem, a dinâmica é a mesma. As exigências do capital tornam-se obrigatórias e desastrosas, gerando uma reprodução que apenas se aproxima da exploração econômica sem limites dos recursos naturais e das forças de trabalho, para além disso, almejando sempre a superação daqueles que não se inserem no modo capitalista de produção

3. A CARACTERIZAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E TERRITORIAL DO CAJUEIRO ENQUANTO COMUNIDADE TRADICIONAL

A configuração da Comunidade do Cajueiro partirá de sua relação com a localidade que se insere, contando com abordagens históricas, sociais e econômicas, possuindo o materialismo histórico dialético como base, visto que o marxismo traz a concepção que o homem é produto da história, e não da natureza, visto que o mesmo se insere enquanto agente transformador do meio em que se insere. Além das concepções de espaço, a partir de Bourdieu (2013) e Harvey (2005 e 2011), ligando-se ao conflito socioambiental a ser estudado, visto que se insere em uma dinâmica da expansão do capital na qual emergem contradições em consequência a esse movimento.

Para Bourdieu (2013, p. 133), os seres humanos assumem uma relação diferente com o espaço a partir de dois papéis: enquanto seres biológicos e agentes sociais, no primeiro

apenas situam-se ocupando um lugar, e no segundo apropriam-se e são apropriados, no espaço físico e social, caracterizando-se a partir de onde está inserido. Ainda, o espaço define-se em duas dimensões exploradas pelo o Autor, o espaço físico e o espaço social, o primeiro como sendo uma abstração que vem a ser realizado através dos campos construídos a partir das relações, formando assim, um agrupamento de campos, para além disso:

> O espaço social fisicamente realizado (ou objeti- vado) se apresenta como distribuição, no espaço físico, de diferentes espécies de bens e serviços e também de agentes individuais e grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente: domicílio fixo ou residência principal) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital, e também da distância física em relação a esses bens, a qual também depende de seu capital). É essa dupla distribuição no espaço dos agentes enquanto indivíduos biológicos, e dos bens, que define o valor diferencial das diversas regiões do espaço social realizado (Bourdieu, 2013, p. 136).

Assim, entende-se de maneira nítida que há uma dinâmica simbólica de existência dos seres humanos em determinado espaço social a partir do que os mesmos constroem, basicamente em face aos lugares e posições do espaço social que ocupam, em relação ao capital que detém. No caso de ocupação em determinado espaço social, Bourdieu (2013, págs.140 e 141) fala sobre a presença de capital social de relações ou capital cultural[7], formando uma reunião de traços que legitimam o pertencimento, o poder sobre o espaço.

A comunidade tradicional do Cajueiro localiza-se na parte do sudoeste de São Luís, constituída por moradores, famílias tradicionais de agricultores, pescadores e extrativistas, que vivem de maneira secular através de uma relação com o entorno e a natureza.[8] O território situa-se em uma área banhada pela Baía de São Marcos, reconhecida por ser uma das mais profundas do mundo, onde podemos localizar a praia do Parnauaçu –

[7] O autor em seus estudos construiu a concepção de capital sob algumas faces, dentre elas a social e cultural. O capital social segue a lógica da acumulação, porém distancia-se do determinismo econômico. Em suma, ele se define pelas relações sociais que um indivíduo pode construir a depender da sua rede de contatos na sociedade, a partir das trocas que este realiza com outros indivíduos, detendo maior quantidade de capital social a depender da amplitude de suas relações. Por outro lado, capital cultural liga-se a ideia de saberes, conhecimentos, habilidades, competências adquiridas por meio de diplomas e títulos (Bourdieu, 2017,p.194).

[8] Formado por partículas consideradas como modo tradicional, historicamente, o Cajueiro pertencia a Vila do Cajueiro, assim como outros territórios tradicionais - Andirobal, Guarimandiba e Morro do Egito, contando com festividades religiosas características, agricultura familiar, a pesca rudimentar, resistem a base de um sentimento de pertencimento, há de se perceber uma organização própria para a sobrevivência, a partir de sua capacidade de cooperação e defesa do que ali se formou, contando com carga histórica que formam a comunidade tradicional, caracterizada por somas de recordações históricas e a resistência de quem ali pertence (Mendonça; Marinho, 2016, p. 65).

que contribui para a prática da pesca, com uma diversidade marinha. A vegetação nativa, denominada “mata de capoeira”, por conta de uma técnica secular da agricultura familiar, onde também podemos encontrar babaçual, é utilizada para a exploração de outras atividades.

Como maneira de proteger o seu modo de vida tradicional e a natureza de seu território, a comunidade do Cajueiro juntamente a outras comunidades pleiteiam através de décadas a criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim, projeto que reflete como a comunidade reúne o sentimento de pertencimento e relação com a natureza, conforme demonstra o mapa:



Figura 1: RESEX Tauá-Mirim; Fonte: #Colabora

Os debates de criação iniciaram-se em 2002, no entanto possuem raízes desde o início da industrialização da região que comporta o polo industrial e portuário de São Luís, almejando a proteção do território. A viabilidade de criação foi atestada desde 2007, sendo apresentada para o governo estadual, que formalmente deveria expor ao governo federal, para através de um decreto, instituir a RESEX. - O que nunca ocorreu devido aos interesses nítidos do Estado na expansão geográfica de investimentos para a região (Vazzi, 2018, p.86).

O sentido de comunidade pertencente[9] a um território culturalmente tradicional se relaciona à percepção também de uma identidade. Diante de todas as turbações,

[9] Importante explicar porque a expressão “pertencimento” aqui merece destaque. Nela construiremos a base para entender o porquê de chamarmos o Cajueiro de “comunidade tradicional”, merecendo resistir frente a projetos desenvolvimentistas opostos. Anteriormente, descrevemos particularidades de como vivem. Diante

identificamos diversas manifestações identitárias. Focando no paradigma dos conflitos socioambientais: uma identidade legitimadora, traduzindo-se nas instituições dominadoras que buscam modificar o território em face de suas ambições desenvolvimentistas. Por outro lado, a identidade relacionada à resistência dos oprimidos, que buscam através da formação de movimentos ir de encontro a dominação da perspectiva legitimadora (Arcangeli, 2018, p. 28).

O conceito de espaço coloca-se em contradição a partir do sentido que lhe é colocado: ao passo que os moradores do Cajueiro vivem à décadas em uma relação de pertencimento ao território que baseia a construção de sua identidade, por outro lado os campos econômicos, políticos e jurídicos orbitam com seus respectivos interesses a fim de dar outro sentido ao local. Harvey (2005, p. 48) a partir de seus estudos referentes à expansão capitalista e teoria da acumulação, traz uma análise do espaço. O capitalismo enquanto modo de produção possui uma conjuntura cíclica - contando com exploração e possíveis crises, mas sempre pautada na acumulação. Assim, a partir desse propósito, a criação de oportunidades para atingi-la utiliza, inclusive, a expansão geográfica.

A dinâmica de expansão geográfica do capital compreende a perspectiva do espaço enquanto mercadoria, utilizando-se de estratégias para a minimização dos sentidos sociais e identitários do mesmo. A dinâmica de exploração para a abrangência das fronteiras para a acumulação do capital proporciona disputas que culminam na expropriação dos indivíduos de seus espaços, além da destruição da natureza que compõe o espaço, como ocorreu desde os primórdios com a população indígena, povos e territórios tradicionais. As necessidades do capitalismo moldam a paisagem e o espaço ao seu espelho, tornam-se a geografia da acumulação, partindo justamente da atribuição da natureza enquanto produto (Harvey, 2011, p. 153 e 154).

Assim, as reflexões sobre o espaço e a problemática que emerge a partir das diferentes concepções que utilizam-se para a sua descrição, nos remete às contradições que ocasionam, a partir da dinâmica de expansão geográfica do capital, por exemplo, o próprio conflito socioambiental entre o Cajueiro e os apoiadores do empreendimento portuário. Ao passo que a Comunidade do Cajueiro resiste ao tempo as turbações trazidas com a expansão

disso, percebemos que as memórias históricas, a partir de ações coletivas, construíram as estruturas sociais, políticas e econômicas, criando esse sentimento de comunidade (Alves, 2016, p. 6).

do mercado internacional em São Luís, a fim de proporcionar o "desenvolvimento" do Maranhão, a aliança do Estado e o Capital é, em suma, a maior representação da negação de existência do território, abrindo espaços para o desaparecimento de um modo de vida diferente do capitalismo vigente.

4. UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: o Cajueiro frente a fixação de porto privado apoiado pela aliança entre o Capital e o Estado.

O conflito socioambiental que orbita o território da Comunidade do Cajueiro desde o ano de 2014 é pautado na recepção do empreendimento portuário denominado TUP Porto São Luís LTDA. O projeto é financiado pelo capital internacional, antigamente pelo conglomerado de empresas CCC e hoje pela empresa de energia COSAN[10], contando com apoio do próprio governo do estado do Maranhão. A contextualização do presente artigo será desenhada a partir dos estudos de Arcangelli (2018 e 2020), Vazzi (2017) e Burnett (2022). O embate possui diversas esferas de representação, inclusive já se encontra judicializado, mas nesse estudo seguiremos para a compreensão do desenrolar nos campos econômicos e políticos.

O interesse sobre o território da Zona Rural II onde localiza-se o Cajueiro tem início desde os anos 1970, conjuntamente à demarcação da região escolhida para sediar o Distrito Industrial de São Luís. Assim, com a proximidade do território da comunidade tradicional ao Complexo Industrial e Portuário do Itaqui, o que soma ao escoamento da produção do minério e de *commodities*, como a soja e a celulose, iniciaram-se os processos de degradação e espoliação do território. Atualmente, o direcionamento de empenho para a implantação do megaempreendimento do Terminal Portuário São Luís na Praia de

[10] A configuração do conglomerado de empresas nacionais e internacionais que permeiam o contexto do megaempreendimento necessita ser minuciosamente explicada, visto que importa no próprio entendimento do conflito socioambiental. Segundo a notícia do veículo "Portos e Navios", o investimento bilionário conta com a participação de uma das maiores empresas do ramo de infraestrutura da China, a China Communications Construction Company (CCCC), que possui a maior cota de ações no empreendimento do retroporto. Por outra via, a francesa Lyon Capital é responsável pela prospecção de empreendimentos, principalmente na área de infraestrutura. Em um contexto nacional, é a WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais, também denominada TUP São Luís, que está à frente de todo o processo de recepção e instalação do empreendimento. Entretanto, a empresa WPR encontra-se diretamente ligada a WTorre Empreendimentos Imobiliários LTDA, negócio que possui certa notoriedade nos ramos de construção, propriedades comerciais, desenvolvimento imobiliário (Portos e Navios, 2018). Contudo, em 2023

Parnauaçu é justificada em sua localização geográfica, isto é, a região banhada pela Baía de São Marcos, possuindo como objetivos o escoamento e armazenamento das respectivas produções, conforme a imagem que simula o TUP:



Figura 02: Implantação e disposição do TUP São Luís. Fonte: Maranhão Hoje, 2020.

O megaprojeto é avaliado em bilhões de reais, somado a promessas de "desenvolvimento econômico" para o Estado do Maranhão, que tornou o caminho de sua implantação menos burocrático, visto que em meio de projetos em nome do "desenvolvimento econômico", o Estado capitalista geralmente está aliado ao capital privado, representando um estágio do capitalismo mundial, caracterizado pela expansão mundial onde países desenvolvidos visam a dominação de países subdesenvolvidos, "marginalizados", almejando a fixação de uma oligarquia econômica (Furtado; Alves, 2021, p. 1261).

Dos primeiros passos para a viabilização do projeto, ainda em 2014, até os dias atuais, diversos embates e consequências severas tumultuaram a existência da comunidade tradicional. Desde processos administrativos de Desapropriação de parte do território por Interesse Público, Licenciamento Ambiental e o Lançamento da Pedra Fundamental, ajuizamento de Ações Coletivas pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE) e de Ações Judiciais por advogados populares em defesa dos interesses dos moradores do Cajueiro. Nessas arenas de conflito, é nítido que os interesses do Capital se sobrepuseram aos do território tradicional, visto que muitos procedimentos burocráticos foram feitos de

maneira morosa, sem conhecimento e participação dos maiores afetados pelas injustiças ambientais causadas pelo empreendimento (Sousa, 2020, p. 55).

Em meio a esses processos, continuando no mesmo lapso temporal, a propriedade coletiva do território do Cajueiro foi negada diversas vezes pelo Estado, chegando em vias judiciais. Basicamente, a partir da suposta compra por parte da WPR, a comunidade do Cajueiro levantou a existência do título extrajudicial que lhe foi concedido da área anos atrás, recebendo respostas quanto à legitimidade do documento. Contudo, a percepção que levantou-se com a conjugação entre o Estado e o Capital, foi que essa "negatória" de existência, na verdade, seria uma tentativa de grilagem do território, somada a toda violência instituída pelos "novos proprietários", a partir da própria polícia estatal e de seguranças privados (Vazzi, 2017, p. 237).

Em contrapartida, formou-se uma resistência socioambiental, abordada por Alves (2014) composta principalmente pela Comunidade do Cajueiro e seus moradores, e também pela sociedade civil e acadêmica como um todo. Os acontecimentos do "Reage São Luís" e "Movimento em Defesa da Ilha" foram importantes mecanismos de oposição ao projeto da empresa WPR, levantando a bandeira da desingularização de sua composição – não somente por aqueles afetados diretamente. Esses movimentos de resistência foram responsáveis, e ainda são, por dar visibilidade ao contexto do embate, buscando sempre a sua paralisação e redução dos danos.

A maior consequência das ações expropriatórias fora a perda do direito à moradia das famílias constituídas no Cajueiro, sendo essa situação consequência da violência utilizada durante a desapropriação e também dos processos que questionam a propriedade do território. No campo jurídico, as diversas ações judiciais se perpetuam no tempo, muito se deve a baixa celeridade do judiciário, no entanto, as pendências e estratégias de protelação também ajudam a ineficiência do mesmo, fazendo com que o sentido de justiça tão desejado seja apenas uma aspiração distante (Burnett, 2021, pgs. 7 a 9).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura analisada, os moradores do Cajueiro possuem prerrogativas que foram afetadas diretamente com a recepção do projeto da WPR, inclusive em relação aos

modos tradicionais de vida, ao espaço no qual se inserem, visto que os impactos ambientais, sociais e econômicos que sofreram com as alterações para a recepção do porto privado trarão consequências para o meio ambiente e a forma de vida pautada na tradição, relatados nas pesquisas empíricas de Arcangelli (2018), Vazzi (2017) e Burnett (2022)

O conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro perpassa vários tipos de impactos e campos de manifestação, possuindo um movimento de luta singular[11]. O enfoque ao campo político e econômico, principalmente com a análise da expansão capitalista através do espaço, possibilitou a percepção da mudança da carga de significado do espaço a partir dos interesses propostos. Posto isto, um grande impacto trazido em nome do Capital são as tentativas de modificação da perspectiva territorial - passando o Cajueiro de zona rural para zona industrial, visando o aniquilamento do modo de vida tradicional.

Por parte do Estado, não há preocupação na manutenção da referida Comunidade, são vistas como um empecilho para o "desenvolvimento" econômico, enquanto instrumento mercadológico. O seu conjunto cultural e o natural – hoje se encontra como mercadológico – está em vias de fomentar uma injustiça ambiental. É notório que as fases desenvolvimentistas do Brasil sempre pendem para o lado do crescimento econômico, espelhando o panorama do modelo econômico capitalista liberalizado, que emerge ferozmente com a globalização. O caso Cajueiro demonstra a aliança que faz o Estado com o capital privado, conveniente com o neoliberalismo se ocultando da fomentação direta dos interesses econômicos, e se distanciando do desenvolvimento enquanto objetivo e direito fundamental na criação de oportunidades democráticas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARCANGELI, Saulo Costa. A **questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui – Bacanga: as formas de enfrentamento da Comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

[11] O desenrolar do embate gerou diversos núcleos e processos de enfrentamento para os envolvidos, o levante da resistência, a partir da soma de diversos atores, como por exemplo, os próprios moradores, estudiosos, advogados, arquitetos, geógrafos, somam a composição do movimento social. A repercussão jurídica e legal, através das ações judiciais movimentadas desde 2014 até os dias atuais, representam vieses e interesses divergentes: ao passo que algumas buscam tutelar e salvaguardar os direitos dos moradores da comunidade, outras visam unicamente garantir as ingerências da empresa WPR e suas pretensões de instalação do porto privativo.

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro: a luta de uma comunidade pelo direito de existir**. São Paulo: Editora Sundermann, 2020.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA.** Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2014. BRASIL.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja, « Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil », L'Ordinaire des Amériques [Online], 221 | 2016, posto online no dia 18 novembro 2016. Disponível em <https://journals.openedition.org/orda/3178?lang=pt#quotation> Acesso em: 28.08.2023.

BLOGSPOT, Cajueiro Resiste! 2014, disponível em: https://cajueiroresiste.blogspot.com/search?updated-max=2014-11-17T10:00:00-08:00&max-results=7&reverse-paginate=true&start=11&by-date=false.

BRASIL. Decreto n.º 6.040/07 - **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionai**s, 7 de fevereiro de 2007.

BRUZACA, Ruan Didier.REMANESCENTES DO POVO QUILOMBOLA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA: a duplicação da estrada de ferro Carajás e confl itos com as comunidades de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru Mirim/MA, REVISTA DO CURSO DE DIREITO | UFMA, São Luís, Ano IV, n. 8, jul/dez 2014 .

BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriad**o. Estud. av., São Paulo, v. 27, n.79, p. 133-144, 2013. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a10.pdf

BURNETT, Frederico Lago. **Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos das Comunidades Tradicionais do Cajueiro, São Luís, Maranhão**. Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2021.

CABRAL, M. S. C. **A frente de expansão na colonização maranhense: a litorânea; A frente de expansão na colonização maranhense: a do interior In Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhã**o. São Luis: SIOGE, 1992, p. 58-137.

CANO, W. **Linhas gerais da dinâmica regional até a crise de 1929 In Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. Tese de Livre-Docência apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1981, p. 42-71

CASTRO, E. P**ensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre o desenvolvimento**. Papers do NAEA, janeiro, 2018.

CLEMENTINO, José. **São Luís: cidade portuária em transformação.** Revista de Ciência & Tecnologia , v. 21, n. 41, p. 3-14, 2017. Disponível em < file:///C:/Users/hugop/Downloads/4063-19991-3-PB.pdf> Acesso em: 25/08/2023.

DOMINGUES, Lohanne Caroline Correia. "**E aí vumbora, vamo na luta": territorialização contra hegemônica e resistências sociais das comunidades de Jambuca e Batista, Maranhão, Brasil** – São Luís, 2023.

FURTADO, Marivania Leonor Souza; ALVES, Rayssa Cristina Silva. **CONFLITOS TERRITORIAIS E RACISMO AMBIENTAL NA ILHA DO MARANHÃO: o caso da comunidade cajueiro. Ciência Geográfica**, Bauru, V. XXV , N.º. XXV. , p. 1254-1265, jan. 2021

HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. In A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005,p. 127-162.

HARVEY, David, O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo, Boitempo, 2011.

PEREIRA, Danielle Silva. **Sociedade e natureza: uma análise do "espaço socioambiental" do Porto do Itaqui - São Luís - MA, no período de 1970-2017** – São Luís, 2018

PORTOS E NAVIOS (org.). **Lançada pedra fundamental do Porto São Luís**. 2018. Disponível em: https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/lancada-pedra-fundamental-do-porto-sao-luis. Acesso em: 27 jan. 2023.

SOUSA, Isabela Marisa Câmara. D**IREITO E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO: os reflexos da atuação Judiciária no conflito socioambiental da Comunidade do Cajueiro e WPR**, monografia apresentada ao curso de Direito - UNDB, 2020.

SANTOS, Boaventura de S. **Pós-colonialismo, descolonialidade e epistemologias do sul -Boaventura Sousa Santos -março 2022, CES**. Educação Antirracista Portugal. Youtube. 11 de abril de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WwIMh3JNM94. Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

SILVA, Silvana dos Reis. **Histórias locais, projetos globais: As tramas jurídicas e o processo ambiental do Porto São Luís em Cajueiro,** 2019.

MARX, Karl**. Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; MARINHO, Samarone Carvalho. **Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção.** Repocs, v. 13, n. 26, jul/dez., 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Isabela%20Sousa/Downloads/5141-15973-1-SM.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2023.

MESQUITA, B.A.**Grandes Projetos de Investimento na Amazônia e As questões do Desenvolvimento Regional. in Povos Tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Organizadores: Rosa Elizabeth Acevedo Marim, Jurandir Santos de Novaes, UEA, 2015.

MEIRA, Ana Cláudia Hebling; ALMEIDA; Jalcione. Desenvolvimento e conflito ambiental: a construção do discurso dos "espaços vazios" em megaprojetos no litoral sul do Espírito Santo, Brasil. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 26, 2021

OLIVEIRA, F. **Introdução In Elegia por uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.1981, p. 13-44

VAZZI, Viviane Pedro. "**Quem não pode com a formiga não assanha O Cajueiro": necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís** – MA. 2017. 308 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

DA ACUMULAÇÃO À FINANCEIRIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO CAPITAL DA MINERADORA NORSK HYDRO

Gedson Thiago do Nascimento Borges[1] (UFPA)
Ellem Cristina de Sousa e Sousa[2] (UFPA)
Clóvis Simões Vargas Júnior[3] (SECTET)

RESUMO: O artigo parte da análise da financeirização para então iniciar uma investigação pertinente ao capital da mineradora Norsk Hydro. A hipótese desta pesquisa aduz que, o capital da referida multinacional manifesta características específicas que corrobora para a perpetuação de uma dinâmica de acumulação de capital centrada na esfera financeira. Desse modo, o objetivo deste artigo é evidenciar os elementos que reforçam o avanço da financeirização presentes no bojo das atividades minerais executadas pela Norsk Hydro. Ao longo do texto, busca-se primeiramente, fazer um enquadramento da riqueza produzida pela mineradora Hydro, dentro do contexto da lei geral da acumulação capitalista e a transformação das leis de troca em leis de apropriação capitalista, com base no modelo teórico marxista. Ademais, enfatiza-se aspectos do desenvolvimento histórico da mineradora Norsk Hydro, particularmente, assinala-se a dimensão da acumulação de capital na perspectiva de uma periodização da formação do capital da referida mineradora. Em seguida, o artigo trata do modelo de estratégias corporativas, associado aos movimentos de Redes Globais de Produção (RGP). A partir de então, evidencia-se as seguintes estratégias específicas: 1) maximização do valor ao acionista; 2) centralização de ações com empresa financeiras e 3) participação nas tomadas de decisões da empresa. Por fim, apresenta-se dados sobre a financeirização da mineradora Norsk Hydro com base nas análises comparativas e estatística descritiva.

Palavras-chave: Norsk Hydro; Acumulação de capital; maximização do valor ao acionista, Financeirização.

INTRODUÇÃO

O artigo propõe fazer uma investigação sobre a dinâmica de acumulação de capital da mineradora Norsk Hydro. Desse modo, busca-se evidenciar os elementos que reforçam a presença do componente da financeirização em detrimento da esfera da produção, assinalando com isso, que a mineradora Hydro apresenta a dinâmica de uma empresa financeirizada. Nesse sentido, destaca-se que esse assunto é de extrema relevância, pois caracteriza a atual fase do capitalismo.

Este trabalho parte da hipótese em que a dinâmica de acumulação de capital da mineradora Norsk Hydro contém forte participação de diversas empresas financeiras, e nesse sentido, a presença dessas empresas financeiras no conselho de administração da Hydro fortalece a dimensão da

[1] Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciência Sociais Aplicadas, Faculdade de Ciências Econômicas, UFPA, Brasil. Email: gedsonthiago@ufpa.br
[2] Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, UFPA, Brasil. Email: ellem.hist@gmail.com
[3] Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, SECTET, Brasil. Email: clovis.vargas@sectet.pa.gov.br

estratégia de Maximização do Valor ao Acionista, de maneira que, isso corrobora para perpetuação de uma dinâmica de acumulação de capital centrada na esfera financeira.

Para desenvolver a pesquisa, utiliza-se como métodos o levantamento de referências bibliográficas, a coletas de dados secundários com base na estatística descritiva e análise comparativa, a fim de executar uma análise assertiva. Ademais, buscou-se embasamento teórico nos modelos de acumulação de capital, tal como tratados em Marx, com destaque para a dinâmica da "lei geral da acumulação capitalista" (MARX, [1867] 2013).

Portanto, na primeira seção, destaca-se os elementos teórico pertinente a lei geral da acumulação e a transformação das leis de troca em leis de apropriação capitalista, sendo que, este o modelo teórico marxista nos apontará o caminho para desenvolver o artigo. Na seção seguinte, destaca-se a relevância das redes globais de produção (RGP) para a dinâmica da financeirização mostrando o comportamento da diversificação no mercado internacional e apontando para as características específicas do modelo de estratégicas corporativas. Na terceira seção do estudo, apresenta-se os dados e conteúdos financeiros que comprovam a hipótese levantada, sendo esta demonstrada por meio de informações extraídas diretamente dos relatórios financeiros da própria mineradora Norsk Hydro, além disso, destaca-se a presença de empresas financeiras no conselho de administração da mineradora Hydro, assim como, um volume crescente de ações que atua como mecanismo de intermediação entre a riqueza produzida na esfera da produção e transferida para esfera financeira. Na última seção apresenta-se as considerações finais.

1 LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO

1.1 A Lei geral da Acumulação e a transformação das leis de troca em leis de apropriação capitalista

O modo de produção capitalista em escala ampliada pode ser depreendido, segundo a assertiva de Marx, em um processo que direciona pelo menos parte do mais-valor para reconversão em capital, ou seja, a cada ciclo de produção capitalista, se configura como condição *sine qua non* de perpetuação de reprodução do capital. Nesse sentido, se pelo menos uma parcela do mais-valor não for reconvertida consecutivamente em capital, este processo de valorização não consegue alcançar o patamar da acumulação e, por conseguinte, tal processo não passa de uma reprodução simples.

No entanto, a classe capitalista jamais permanece na condição de não acumulação, pois, se assim o fosse "o mais-valor seria gasto até a última migalha e não haveria mais do que a mera reprodução simples" (MARX, 2013, p. 656).

Muito embora, a classe capitalista vive constantemente o conflito entre consumir ou não o mais-valor ganho, ilustrado por Marx como o dilema faustiano, todavia, ela acaba por aplicar parte

do mais-valor em capital, como relembra Harvey, “movidos pelas leis coercitivas da concorrência e pelo desejo de aumentar o seu poder social em forma dinheiro ilimitada, os capitalistas reinvestem porque esse é o único meio de permanecer no negócio e manter sua posição de classe” (HARVEY, 2013, p. 239).

Assim sendo, a acumulação torna-se um aspecto essencial do capitalismo, de modo que, ela expressa a vocação histórica da burguesia, uma vez que, a classe capitalista estabelece maneiras de intensificar a busca incessante pela acumulação de capital, como Marx sinalizava “acumulai, acumulai, eis Moisés e seus profetas [...], portanto, poupai, poupai, isto é, reconvertei em capital a maior parte possível do mais-valor ou do mais-produto! Acumulação pela acumulação, a produção pela produção” (MARX, [1867] 2013, p. 670).

Diante desse aspecto, depreende-se que a acumulação de capital é a razão se ser da produção capitalista. Contudo, sobre esse aspecto torna-se importante apreender como o mais-valor gerado pela exploração da força de trabalho transforma-se em propriedade do capitalista.

Observa-se primeiramente, segundo os pressupostos teóricos de Marx, que a lei de troca de mercadorias está baseada numa comuta entre equivalentes, visto que, as relações econômicas que ocorrem no mercado estão estabelecidas nesse princípio.

Todavia, no processo de produção capitalista em escala ampliada, o mais-valor que é reinvestido em capital, a cada ciclo de produção, confronta no mercado, de um lado trabalhadores de outro capitalistas. Considerando essa relação destaca-se que o capitalista sempre compra força de trabalho e o trabalhador sempre a vende, porém, nessa perspectiva a lei de troca sofre alterações, como assinala Marx “a troca de equivalentes, que aparecia como operação original torceu-se ao ponto de que agora a troca se efetiva apenas na aparência [...] a própria parte do capital trocada por força de trabalho não é mais do que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente” (MARX, 2013, p. 659).

Assim, fica evidente que há uma conversão das leis de propriedade que regem a produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista, como apresentadas por Marx na epígrafe do capítulo 22 d’ *O capital*. “a transformação do mais-valor em capital”.

Adensando a análise da acumulação de capital que trata a transformação das leis de troca em leis de apropriação capitalista, assinala-se que no início de qualquer produção capitalista, ou seja, quando o capital põe em marcha pela primeira vez certos meios de produção e força de trabalho, ele de fato efetiva a compra de força de trabalho, dado que a outra parte, a classe trabalhadora, está sempre condicionada a vender sua força de trabalho.

No entanto, ocorre que nessa condição inicial a mercadoria, força de trabalho, é paga obedecendo a lei da troca, ainda que, a classe trabalhadora tenha alienado seu valor de uso, o trabalho, para a classe capitalista sendo que, esta última se apropria da geração de mais-valor. Todavia, a partir da reconversão sucessiva desse mais-valor, ou parte dele em capital, segue-se que não é mais o capital adiantado que movimenta os meios de produção e força de trabalho e sim o mais-valor capitalizado, em outras palavras, o trabalho alheio não pago.

Portanto, é sobre esse mais-valor capitalizado, como fruto unicamente do trabalho da classe trabalhadora, que a classe capitalista se intitula proprietária, sem respeitar nenhuma relação de equivalência.

Nessa perspectiva, a lei de troca da mercadoria, na qual tem como referência a troca de bens equivalentes, assinala que a referida lei perde o seu sentido para que a classe capitalista possa exercer seu direito de apropriação. Relacionado a isso, Harvey destaca que "como a troca de equivalentes pode produzir um não equivalente, isto é, mais-valor, e como a noção original de direitos de propriedade é invertida, tornando-se um direito de apropriação do trabalho dos outros" (HARVEY, 2013, p. 245).

Portanto, essa assertiva traz consigo, a noção de direito de propriedade antagônica ao princípio *lockiano* de que a propriedade é direito de quem gera valor ao misturar seu trabalho a terra.

Sendo assim, o êxito do capitalismo para transforma as leis de propriedade que regem a produção de mercadoria em leis de apropriação capitalista está no fato aludido pela noção de direto burguês em que dá legitimidade "a cisão entre propriedade e trabalho" e, portanto, "torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos" (MARX, 2013, p. 659).

Então, o capitalismo na defesa de seus interesses trata a mercadoria força de trabalho segundo uma concepção que nega a relação da lei de troca de bens equivalentes e a partir da capitalização do mais-valor fica evidente a separação entre propriedade e trabalho.

Em síntese, assinala-se que nessa perspectiva ocorreu uma troca não equivalente entre salário e trabalho efetivo, na qual o capital saiu favorecido porque paga pela força de trabalho um valor abaixo do que de fato ela vale.

Sendo assim, o conteúdo teórico pertinente a acumulação de capital tratado aqui, permite lançar luz e compreender a dinâmica de acumulação de capital do setor mineral global. Busca-se evidenciar que a acumulação de capital é um processo cuja raiz reside na dimensão produtiva, ainda que a esfera financeira some elevados recursos. Diante disso, o cenário do setor mineral se traduz em

um espaço relevante para averiguar o aspecto de alargamento entre a dimensão produtiva e financeira na dinâmica de acumulação de capital.

1.2 Acumulação de Capital no Setor Mineral Global e a participação da Norsk Hydro.

Na perspectiva da economia política o modo de produção capitalistas se move dialeticamente a partir da interação entre capital e exploração da força de trabalho, tendo como objetivo singular a produção de riqueza material e o lucro obtido nesse processo.

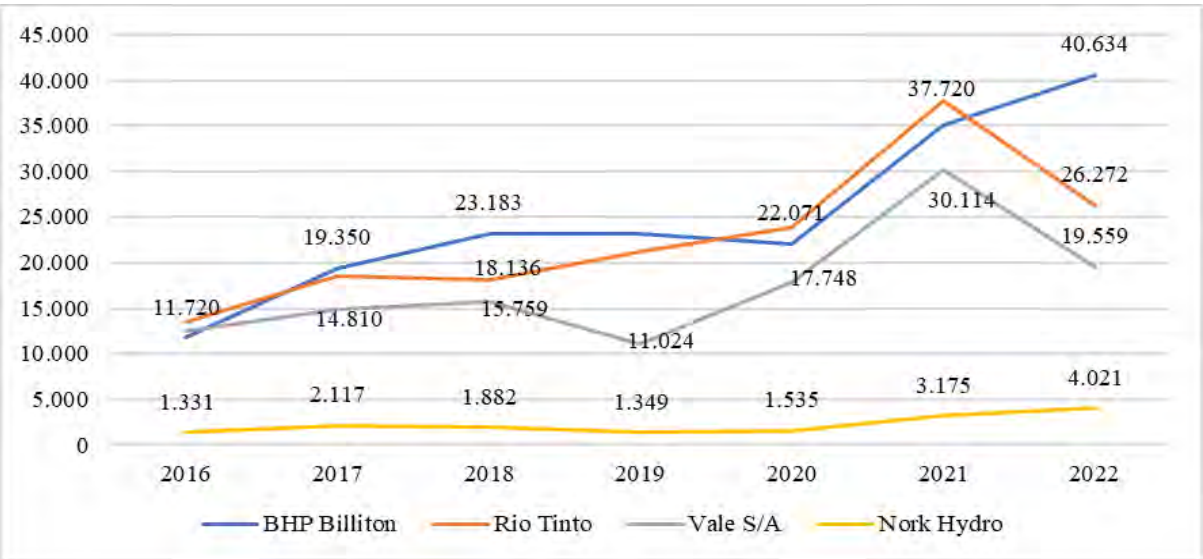
Essa dimensão pertinente ao processo de criação de riqueza pode ser apreendida em diversas relações de produção social. Desse modo, observa-se que o setor mineral ocupa uma posição relevante, uma vez que, o consumo material de minerais para indústria, assim como para construção civil foi impulsionado a um nível de destacado consumo, visto em períodos econômicos recentes.

Nesse sentido, ainda no século XX, os eventos globais como a segunda revolução industrial, as duas guerras mundiais, além do período conhecido como a era de ouro do capitalismo foram marcantes para o setor industrial mineral, pois, esse período pode ser definido como um momento de elevadas taxas de crescimento do consumo de minerais. Corroborando com essa perspectiva, assinala-se que a intensidade de uso de minerais nas atividades produtivas ganhou fôlego com a expansão do comércio mundial e o adensamento da atividade industrial principalmente nos países desenvolvidos (HOBSBAWM, 1995; SAES, 2018; BORGES, 2021).

Atualmente, a dinâmica do setor mineral pode ser evidenciada por meio do recorte das atividades de extração e beneficiamento mineral realizadas pelas principais multinacionais do referido setor econômico. Tomando como referência os dados do gráfico 01 assinala-se que o lucro (EBITDA)[4] das grandes multinacionais do setor mineral atingiu patamares relevantes. Em 2017 a BHP Billiton atingiu um lucro de US$ 19.350 bilhões, seguido pelas também mineradoras, Rio Tinto US$ 18.580 bilhões, Vale S/A US$ 14 bilhões e Norsk Hydro US$ 2.117 bilhões.

[4] EBITDA é uma sigla em inglês que significa “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”, ou seja, Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Gráfico 01 EBITDA[1] das mineradoras BHP Billiton, Rio Tinto, Vale S/A[2] e Norsk Hydro[3] de 2016 a 2022, em milhões de US$ preço corrente



Fonte: Relatório de Referência Vale S/A 2019, 2022 e 2023; Relatório anual BHP Billiton 2020 e 2022; Relatório estratégico Rio Tinto visão geral 2020 2022; Relatório anual Norsk Hydro 2017, 2018, 2019, 2022.
1 EBITDA, Sigla em inglês que corresponde ao Lucro antes do Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.
2 EBITDA Vale S/A conversão de R$ para US$. Cotação 30/12/2016. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 3,2591 Real/BRL - Cotação 29/12/2017. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 3,308 Real/BRL - Cotação 31/12/2018. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 3,8748 Real/BRL - Cotação 31/12/2019. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 4,0307 Real/BRL - Cotação 31/12/2020. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 5,1967 Real/BRL - Cotação 31/12/2021. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 5,5805 Real/BRL - Cotação 30/12/2022. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 5,2177 Real/BRL.
3 EBITDA Norsk Hydro conversão de Coroa Norueguesa para US$. Cotação 30/12/2016. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,6174 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 29/12/2017. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,2012 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 31/12/2018. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,684 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 31/12/2019. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,7666 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 31/12/2020. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,5353 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 31/12/2021. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,8205 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 30/12/2022. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 9,8624 Coroa norueguesa/NOK

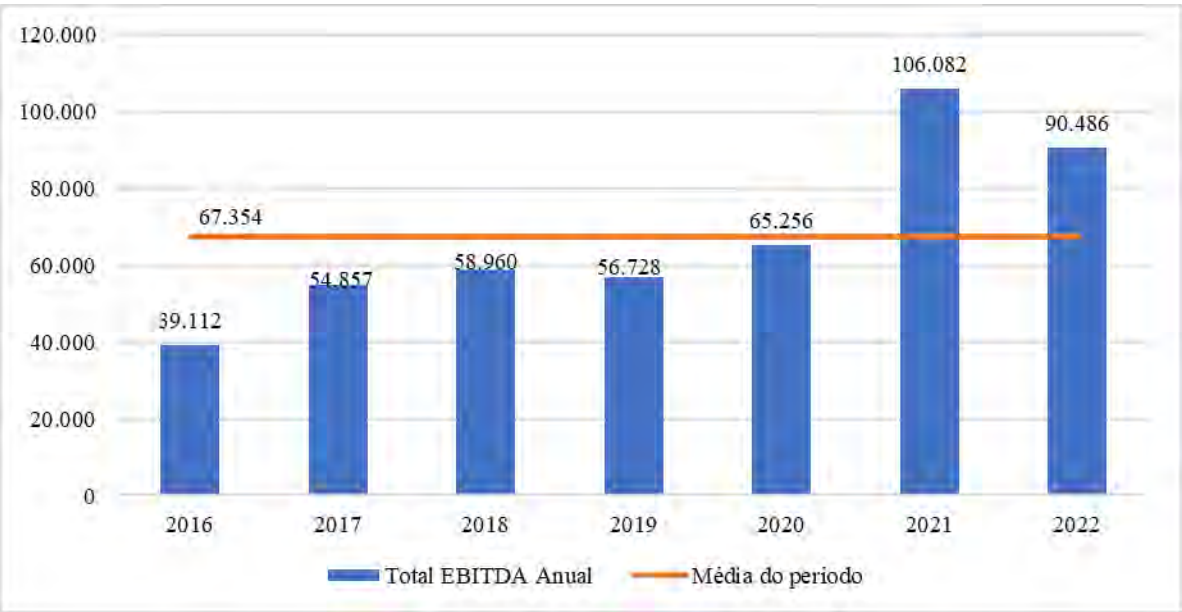
Cabe destacar que, mesmo no período de Pandemia da COVID-19, o lucro das mineradoras em tela passou por um leve arrefecimento seguido de uma momentânea estagnação, pois, delimitando o período de 2019 e 2020 o lucro das referidas mineradoras mantiveram-se em uma trajetória relativamente horizontal, com destaque para a mineradora BHP Billiton que operou com uma taxa de crescimento negativo em -4,69% para o lucro do biênio.

A dinâmica do setor mineral mundial apresentou um expressivo desempenho no ano de 2022, ainda que, passando a considerar a redução nos lucros da mineradora Rio Tinto e Vale S/A, com uma queda em relação ao ano anterior de 30,35% e 35,05% respectivamente, ainda assim, os lucros das referida mineradoras foram maiores aqui, do que no biênio permeado pela pandemia de COVID-19.

É importante tomar nota que, somente em 2022 a mineradora BHP Billiton alcançou um lucro no patamar de US$ 40 bilhões. Ademais, destaca-se que no período assinalado no gráfico 01 a Norsk Hydro apresentou um salto nos seus lucros, perfazendo uma trajetória que foi de US$ 1.331 bilhões para US$ 4.021 bilhões, correspondendo a uma taxa de crescimento do lucro de 202%.

Pela ótica das quatro multinacionais elencadas no gráfico 02, observa-se que o setor mineral global segue movimentando elevados níveis de lucro. Conforme o recorte temporal do referido gráfico, o ano de 2021 correspondeu a um volume de recursos acima dos cem bilhões de dólares (USD). A média do lucro no período, cerca de US$ 67 bilhões foi uma maraca superior aos anos 2016 a 2020, corroborando nessa perspectiva, ao fim do *boom* dos preços das *commodities* minerais ocorrido no fim da primeira metade da década de 2010, além do rebaixamento da atividade econômica oriundo da crise sanitária, contribuíram para uma margem de lucro ligeiramente estagnada (SERRANO, 2013; UNCTAD, 2017; BORGES, TRINDADE, 2022).

Gráfico 02 EBITDA Total por ano da BHP Billiton, Rio Tinto, Vale S/A[1] e Norsk Hydro [2] de 2016 a 2022, em milhões de US$ preço corrente



Fonte: Relatório de Referência Vale S/A 2019, 2022 e 2023; Relatório anual BHP Billiton 2020 e 2022; Relatório estratégico Rio Tinto visão geral 2020 2022; Relatório anual Norsk Hydro 2017, 2018, 2019, 2022. 1 EBITDA Vale S/A conversão de R$ para US$ *idem* gráfico 01.
3 EBITDA Norsk Hydro conversão de Coroa Norueguesa para US$ *idem* gráfico 01.

2 EMPRESAS MULTINACIONAIS (EMN) E AS REDES GLOBAIS DE PRODUÇÃO (RGPs)

2.1 Escopo teórico das Redes Globais de Produção (RGPs)

Pesquisas acadêmicas realizadas no Reino Unido no início dos anos 2000 começaram a desenvolver um estudo sobre as diferentes formas de entender como a economia global estava se organizando. O debate se concentrava em englobar todos os processos importantes pertinente a dimensão da produção, originando assim a visão sobre as Redes Globais de Produção (RGPs) como uma forma de fornecer um quadro teórico e metodológico apropriado para a investigação de atividades econômicas organizadas em escala global.

De acordo COE, DICKEN & HESS, (2008) e GEREFFI, (1994)[5], a globalização econômica é definida principalmente pela formação de sistemas multinacionais de produção de matérias-primas, bens e serviços intermediários e finais. Na percepção dos autores em tela, as redes globais de produção são o resultado da fragmentação das etapas produtivas em diferentes países e regiões, buscando aproveitar as vantagens comparativas[6] de cada localidade e maximizar a eficiência e a competitividade das empresas. No contexto deste estudo, é importante observar que a dinâmica das Redes Globais e produção podem ser tratadas e apreendidas na perspectiva da mobilidade do capital no espaço conforme análise da economia política sob a perspectiva marxiana.

A abordagem das RGPs permite analisar as dinâmicas complexas e multifacetadas dos sistemas multinacionais de produção, bem como os impactos desses sistemas na economia global e nas estruturas produtivas e sociais em diferentes países e regiões. Essa linha de pensamento destaca a importância da coordenação e colaboração entre os diversos entes específicos envolvidos nas redes globais de produção, incluindo o capital (o foco analítico), o Estados, trabalhadores e movimento sociais. (MILANEZ, 2018).

A perspectiva recai principalmente na análise da dinâmica de acumulação de capital. Desse modo, são as empresas multinacionais (EMN) que correspondem ao centro do estudo juntamente com seus fins específicos, que são desde baixos custos, lucratividade, uma maior parcela do mercado, entre outras. As EMN desempenham um papel fundamental com suas expertises para se adaptar as particularidades enfrentadas, consistindo na conversão de valores e assumindo formas próprias de renda.

A dinâmica da acumulação de capital promove a interação entre capital e força de trabalho estabelecendo desse modo formas de regulação econômica. Sendo assim, essa interação pode favorecer ou não, como por exemplo pode fornecer abertura para um determinado mercado.

De acordo COE, DICKEN & HESS, (2008), são criadas estruturas descontinuamente territoriais, a redes criam articulações onde o capital pode ser profundamente influenciado pelos contextos sociopolíticos pelos quais estão enraizados. Por atravessar as fronteiras de países estão

[5] Globalização na perspectiva de Marx refere-se ao processo em que o capitalismo se expande além das fronteiras nacionais, conectando diferentes regiões do mundo por meio do comércio, investimentos e tecnologia. Marx acreditava que a globalização impulsionava a exploração capitalista, fortalecendo o poder das grandes empresas e enfraquecendo a classe trabalhadora. Ele argumentava que a busca por mercados e recursos em nível global levava à exploração intensificada dos trabalhadores e à desigualdade social. Além disso, Marx previa que a como um estágio inevitável da globalização, mas que ampliaria as contradições internas do capitalismo, aumentando as crises econômicas e os conflitos sociais.

[66] Vantagens Comparativas - na perspectiva de Marx refere-se fragmentação das etapas produtivas e a busca pelas vantagens comparativas não são vistas como mecanismos positivos, mas sim como componentes de um sistema econômico global que resulta em prejuízo para os trabalhadores e ao meio ambiente.

sujeitas as barreiras regulatórias e por condições locais. O capital e a força de trabalho interagem entre si, criando uma complexidade de relações, por isso baseiam-se em três categorias: o enraizamento, poder e o valor.

A primeira categoria é o Enraizamento, sendo assim, para o estudo de RGPs se tornar operacional destaca-se que, a compreensão dessa categoria corresponde a dimensão do enraizamento territorial, haja visto que, o poder se restringi a localização do capital pertinente ao fato de emanar controle sobre os meios de produção. Nesse sentido, ele assume o caráter de enraizamento de rede por estar conectado com os demais objetos do trabalho, e por possuir relações sociais de produção local. Ademais, assinala-se o enraizamento social que corresponde a origem do capital e suas multiplicidades que advém do modo de produção capitalista. E por último o conceito de enraizamento material que é fundamentado nas características físico-materiais dos territórios, muito importante para o estudo dos setores de recursos naturais (MILANEZ, 2018).

A segunda categoria corresponde a noção de Poder que está relacionado a capacidade que o modo de produção capitalista tem de estabelecer relações sociais de produção centrado na influência do capital, portanto, nesse estudo o poder do capital pode se expressar das seguintes maneiras, poder corporativo, institucional e coletivo. Uma propriedade dessas relações é que muitas das vezes são desiguais por alguns não possuírem acesso a ativos tais como: capital dinheiro, conhecimento, recursos naturais, tecnologias, entre outros.

Segundo Milanez (2008), a discursão sobre a categoria Poder possui três dimensões, onde as relações sociais se defrontam com: um conflito aberto e observável, com um bloqueio de interesses dos outros e com um conflito latente onde tenha um consenso manipulado.

A terceira categoria é o Valor, que tem como referência a mais-valia, marxiana. Inicialmente teremos uma criação de valor dentro da dinâmica capitalista, por meio trabalho e da conversão de possibilidades de renda. O debate também estuda a ampliação e captura do valor por meio de transferências e aprimoramento de tecnológica dos produtos/serviços dentro e fora das redes. Um ponto a ser ressalvado é que valor gerado em um determinado local seguirá o caminho da dinâmica da acumulação de acordo com as questões de expectativas, direitos e obrigações.

Como processo adicional ao valor da RGPs temos a financeirização, que consisti na valorização fictícia do capital, ou seja, o distanciamento entre a riqueza produzida mediante a utilização dos meios de produção e a dimensão financeira *per si* (monetário), causando uma multiplicação financeira do valor com a geração de rendas econômicas, em que vão se estabelecendo sem base real da economia.

Nesse novo cenário temos os intermediários financeiros que são grupos, formados por instituições financeiras e instituições bancárias. Esses grupos intervêm nos mercados financeiros, fazem as diferenças entre o valor capitalizado a taxa de lucro. Segue, desse modo, que as riquezas ganham uma dimensão artificial gerada pela alocação de recursos no mercado de ações e títulos de dívidas pública e privada. Nesse sentido, as decisões que esses investidores institucionais, ou seja, a *haute finance* passam a tomar no mercado se traduz em uma medida de grande influência, ocasionando uma mudança significativa nas dinâmicas da acumulação de capital.

De acordo com Milanez (2018) para superar algumas das limitações do escopo teórico pertinente a RGPs, utiliza-se a conceituação relacionada a teoria do valor trabalho a fim de desenvolver um arcabouço teórico funcional. Sendo assim, associado à essa perspectiva assinala-se a noção de uma nova categoria, denominada estratégia que se relaciona como os demais elementos pertinentes a dinâmica da acumulação. Ao ser empregada faz com que altere o enraizamento, amplia o valor e aumenta o poder do capital, fazendo uma interação com outras categorias. Abaixo o panorama proposto para a análise da RGPs:

Figura 01. Novo modelo RGPs.



Fonte: Milanez, B. *et al.* (2018). Elaboração própria

Essa adaptação é crucial para analisar com melhor clareza a dinâmica do capital. Pois essa nova categoria nos permite estudar as relações sociais de produção e principalmente analisar a narrativa da acumulação de capital, suas relações de poder e pressões estruturais. Portanto, com base nos conjuntos de entes ligados a dinâmica do capital (empresas, consumidores, trabalhadores, organizações sociais e governo), descreve seis abordagens diferentes: estratégias de mercado, financeiras, institucionais, laborais, sociais e territoriais.

As relações com os consumidores e concorrentes está diretamente ligada a estratégia de mercado, desde a alocação de recursos, portifólio de ativos e as estruturas de comercialização, ao posicionamento do capital em relação aos seus concorrentes é parte da noção desta estratégia. Já a estratégias institucionais envolvem os exercícios de seu poder direcionado para o governo, devendo exercer influência regulatória forte e consciente, outro ponto é a regulação trabalhista, de investimento e questões comuns aos demais setores.

O trabalho é determinante para a geração de mais-valor, por isso há a estratégias de relações de trabalho que consiste em toda relação de trabalho direta e as subcontratações e inclui também os sindicatos que influenciam e lutam por seus direitos. As estratégias sociais se apreendida na influência exercida pelas corporações sobre os padrões sociais, no processo de conhecimento, na sociedade a partir da interação e escalas múltiplas.

E por último assinala-se a estratégias financeiras. Sendo assim, destaca-se que essa estratégia é imprescindível para entender como a dinâmica de acumulação de capital se movimenta quando lidam com a distribuição dos recursos econômicos, com o endividamento e controle proprietário. Em um cenário em que, cada vez mais, vem se priorizando a relação com a *haute finance* em detrimento da relação produtiva, isso corrobora para que as estratégicas financeiras se destaquem. Nesse sentido, seja pela abertura de capital no mercado financeiro, para obter mais recursos, criando uma estrutura acionária, seja obtendo recursos externos por meios de empréstimos. Diante desse cenário prevalece a participação das grandes corporações nas tomadas de decisões dentro das empresas.

Sendo assim, ressalta-se que o foco dessa pesquisa é justamente destacar o processo da financeirização. Portanto, busca-se destacar como as empresas assediada pela *Haute finance* decidem reduzir a dimensão produtiva e por conseguinte, buscam ampliar a dimensão pertinente ao processo de financeirização, com ênfase na evolução do sistema de crédito.

Portanto, assinala-se que um dos entes responsáveis pela propagação desse processo são as EMN, as instituições financeiras e as instituições bancárias, que passam a intervir de forma cada vez mais consistente nos mercados financeiros.

De acordo com Husson (2010), a financeirização pode ser compreendida como a diferença entre lucro e acumulação, assim o lucro não acumulado corresponde à distribuição de rendas financeiras. Em paralelo vem a mobilidade que esses grandes capitais adquirem, configurando um cenário onde essa grande massa de capital exerce pressões nas tomadas de decisões por possuírem direitos sobre a produção. Chamada de a era do "capital financeiro", porque o capital passa a ser entendido como como um valor em processo e caracterizando por ser circulante e lucros crescentes.

Pela evolução histórica as grandes EMN, passam por um processo de expansão crescente de seus ativos cria a necessidade de abertura de capitais em grandes bolsas de valores, evidencias desse processo é visto nos movimentos de incorporar, realizar fusão, praticar acordos como *joint-ventures*, e criar investimentos.

3 ELEMENTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DA MINERADORA NORSK HYDRO

3.1 Composição dos Acionistas

A mineradora Norsk Hydro é uma empresa que apresentou elevada rentabilidade nos últimos anos, impactando diretamente as estratégias e distribuição de seus recursos econômicos. No processo de financeirização, observa-se como característica a presença de intermediário financeiro como, instituições financeiras e bancárias participando do capital da multinacional norueguesa, assim, destaca-se esse movimento pertinente a financeirização mediante o quadro acionista, de ações ordinárias, abaixo.

Através do quadro apresentado, podemos observar a presença de diferentes acionistas em empresas de diversos setores e provenientes de várias regiões do mundo. Essa diversidade de acionistas reflete a complexidade da composição acionista, sendo uma peça fundamental na governança corporativa e na tomada de decisões estratégicas das empresas. Os acionistas detêm a propriedade das ações e, portanto, têm direito a participar das assembleias de acionistas e votar em questões importantes. Dependendo do número de ações que possuem, eles podem ter maior ou menor influência nas decisões da empresa.

Quadro 02: Quadro Societário Norsk Hydro.

Acionistas	Ações	% de Ações	País	Negócio	Nicho de Negocio
Nærings- Og Fiskeridepartementet	708.865.253	34,3	Noruega	Órgão Governamental	Ministério do Comércio e Pescas
Folketrygdfondet	126.424.614	6,1	Noruega	Órgão Governamental	Ministério das Finanças
State Street Bank And Trust Comp	65.554.564	3,2	EUA	Holding Bancária	Fundos Mútuos, Investimentos Coletivos.
Norsk Hydro Asa	33.365.442	1,6	Noruega	Industria Sustentáveis	Industria Alumínio e Energia
Jpmorgan Chase Bank, N.A., London	28.521.461	1,4	Londres	Instituições Financeira	Banco de Investimento, Gestão de Ativos e Mobiliários

Continuação

Acionistas	Ações	% de Ações	País	Negócio	Nicho de Negocio
State Street Bank And Trust Comp	28.372.949	1,4	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
State Street Bank And Trust Comp	28.046.673	1,4	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
Jpmorgan Chase Bank, N.A., London	26.901.836	1,3	Londres	Instituições Financeira	Banco de Investimento, Gestão de Ativos e Mobiliários
J.P. Morgan Se	25.695.980	1,2	Alemanha	Instituições Financeira	Banco de Investimento, Gestão de Ativos e Mobiliários
Clearstream Banking S.A.	24.387.502	1,2	Alemanha	Facilitador de Pós-Negociações	Fundos, Estratégia Empresarial e Mobiliários
The Bank Of New York Mellon Sa/Nv	23.638.004	1,1	Bélgica	Instituições Financeira	Banco Gestão de Ativos e Investimento, mobiliários
State Street Bank And Trust Comp	22.610.036	1,1	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
Jpmorgan Chase Bank, N.A., London	20.395.060	1	Londres	Instituições Financeira	Banco de Investimento, Gestão de Ativos e Mobiliários
Euroclear Bank S.A./N.V.	17.963.375	0,9	Holanda	Instituições Financeira	Transações de títulos, Gestão de Ativos

State Street Bank And Trust Comp	17.097.331	0,8	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
State Street Bank And Trust Comp	16.529.828	0,8	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
Caceis Bank	14.544.039	0,7	França	Instituições Financeira	Banco, Gestão de Ativos e Mobiliários
Goldman Sachs & Co. Llc	14.239.251	0,7	EUA	Instituições Financeira	Financeira
Verdipapirfondet Klp Aksjenorge In	13.287.093	0,6	Noruega	Instituições Financeira/ Seguros	Fundo de Investimento, Finanças e Seguros
Hsbc Bank Plc	12.513.655	0,6	Londres	Instituições Financeira	Banco
20 maiores acionistas no total	1.268.953.946	61,3			
Outras ações	800.121.515	38,7			
Total	**2.069.075.461**	**100.00**			

Fonte: *Apud* Site Hydro, vários (hydro.com, acesso em: 25/04/2023).

O quadro 02 apresenta instituições financeiras como *State Street Bank and Trust Company*, *JPMorgan Chase Bank* e *Goldman Sachs & Co. LLC*, que detêm significativas participações acionárias em diversas outras empresas. A concentração do capital da Norsk Hydro nas mãos de instituições financeiras e bancos assinalam que o setor financeiro exerce influência nas decisões da mineradora norueguesa. Essas instituições possuem grandes volumes de ações e desempenham um papel significativo, desde fornecer capital e expertise assim como evidenciam mediadas centradas no retorno financeiro de curto prazo em detrimento de mediadas associadas a dimensão produtiva.

No entanto, é importante destacar que nem todos os acionistas têm o mesmo interesse e objetivo. Alguns buscam o lucro financeiro de curto prazo, enquanto outros estão mais interessados no crescimento sustentável e no impacto social e ambiental das empresas. Essas diferentes perspectivas podem levar a conflitos de interesse entre os acionistas e influenciar as políticas e práticas adotadas na condução da acumulação de capital da mineradora Hydro.

No quadro seguinte, destaca-se a quantidade de ações detidas por membros do Conselho de Administração da mineradora Norsk Hydro, pretende-se com isso exemplifica a interligação entre a financeirização e a composição acionista.

Quadro 03: Acionistas Membros do Conselho de Administração Corporativa

Ações detidas por membros do Conselho de Administração Corporativa		
Nome do Membro	**Cargo**	**Qt. Ações**
Hilde Merete Aasheim	President & CEO	141.292
Paul Warton	Executive Vice President, Hydro Extrusions	16.431
Eivind Kallevik	Executive Vice President, Hydro Aluminium Metal	85.382
Pål Kildemo	Executive Vice President, Chief Financial Officer	24.472
Anne-Lene Midseim	Executive Vice President, Legal and Compliance	42.419
Arvid Moss	Executive Vice President, Hydro Energy	184.357
Hilde Vestheim Nordh1	Executive Vice President, People & Safety	35.969
John Thuestad2	Executive Vice President, Hydro Bauxite & Alumina	75.423
Therese Rød Holm	Executive Vice President, Communication & Public Affairs	1.277
Trond Olaf Christophersen	Executive Vice President, Corporate Development	5.772
Total		**612.794**

Fonte: *Apud* Site Hydro, (hydro.com, acesso em: 17/06/2023).

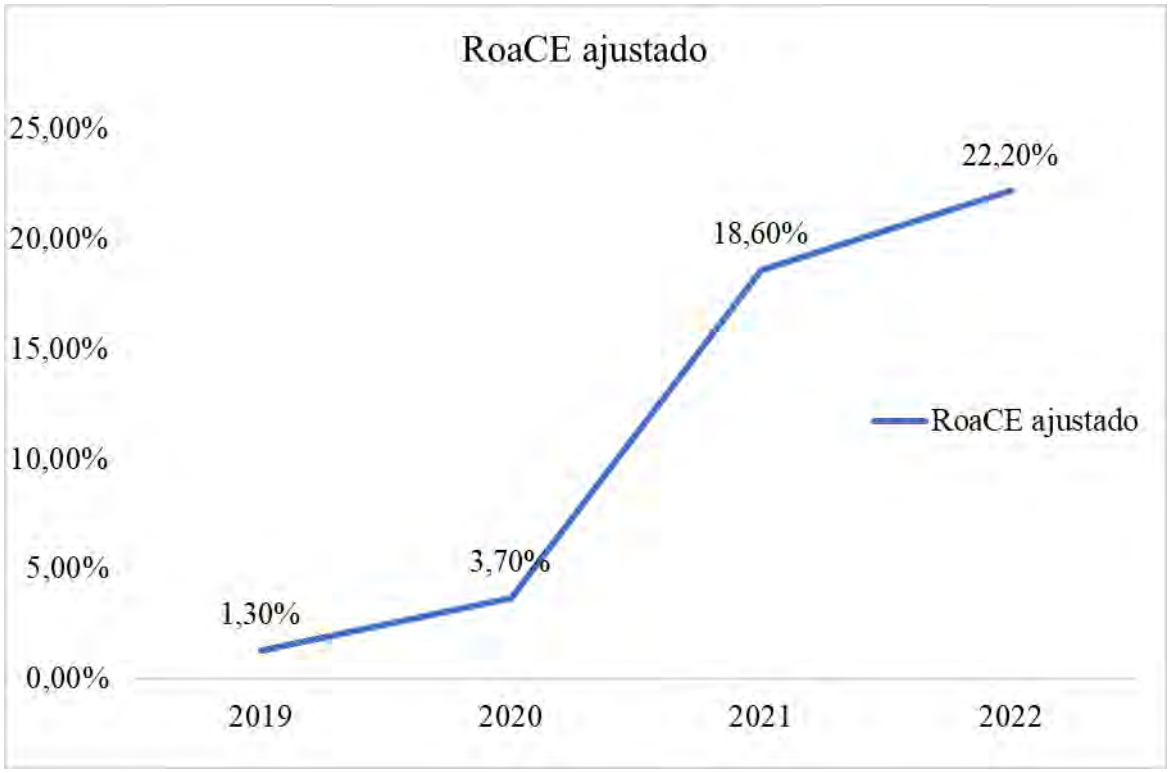
É interessante observar que os membros do Conselho de administração possuem uma participação acionária direta na empresa, de modo que, isso se traduz em um alinhamento de interesses entre a administração e os acionistas. Inclusive ressalta-se que há membros do conselho de administração da Hydro que possuem ações de propriedade de empresas.

No contexto da financeirização, a relação entre a composição acionária e a tomada de decisões torna-se ainda mais relevante. A ênfase na maximização do valor para os acionistas (MVA) pode levar a decisões voltadas para o curto prazo, em busca de retornos financeiros imediatos. Isso pode gerar um conflito com os interesses de longo prazo da empresa, como investimentos em pesquisa e desenvolvimento, expansão de mercado e sustentabilidade. Para mitigar essas preocupações, é necessário assegurar a transparência, a prestação de contas e a independência das decisões, de maneira que, isso é essencial para garantir que a composição acionária e os interesses dos acionistas sejam adequadamente equilibrados.

3.2 Relação da Dívida Bruta e Gastos de Dividendos.

A utilização de indicadores para medir a saúde financeira da empresa é uma prática comum e importante na análise de negócios. No caso da Norsk Hydro, apreende-se que eles empregam o indicador do Retorno sobre o Ativo (ROA) em seus relatórios anuais, conforme apresentado no gráfico 04, demonstrando o crescimento nos últimos quatro anos.

Gráfico 04: RoaCE ajustado anual – em %



Fonte: Site Hydro, (hydro.com). Elaboração Própria

O ROA é um indicador que mede a eficiência com que uma empresa gera lucro a partir dos recursos investidos pelos acionistas e pelo investimento total de ativos. Quando esse indicador apresenta uma porcentagem elevada, conforme assinalado no gráfico 04, isso indica que a mineradora Hydro está utilizando seus ativos para alcançar uma excelente rentabilidade, ou seja, elevados lucros. Além disso, é mencionado que a ROA indica que a empresa não possui dívidas altas, porém tem altos gastos com dividendos. É importante destacar que altos gastos com dividendos podem estar relacionados a uma das características da financeirização. De maneira mais clara, quanto maior é o gasto com dividendo, maior é sua relação com capital fictício.

3.3 Maximização do Valor de seus Acionistas (MVA).

O MVA (Maximização do Valor Adicionado) é uma medida financeira que busca avaliar o valor econômico gerado pela empresa em relação ao seu custo de capital. Indica se a empresa está gerando valor para os acionistas, ou seja, se o retorno sobre o capital investido é superior ao custo de capital. Os dados de distribuição do valor acionado da Hydro é uma estratégia agressiva utilizada para a empresa adquirir acionistas.

Segundo a política de acionista da Norsk Hydro os seus acionistas é para receber um mínimo de 50% do lucro líquido ajustado como dividendo ordinário ao longo do ciclo e a política de

dividendos tem um piso de Coroa norueguesa NOK 1,25 por ação. De acordo com ROCHA (2019) as grandes companhias brasileiras optam por pagar 25% do lucro líquido como dividendo, logo essa distribuição de dividendos a maior reflete o objetivo de proporcionar aos seus acionistas retornos competitivos em comparação com investimentos alternativos em empresas comparáveis.

Quadro 04: A tabela de histórico de dividendos.

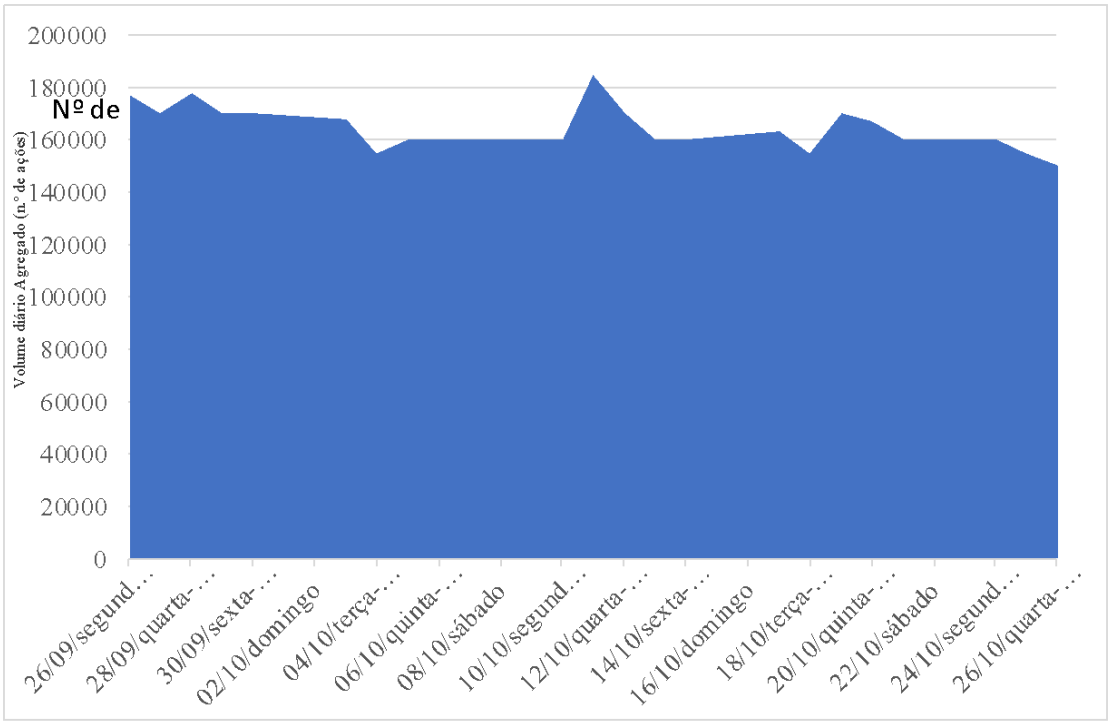
Ano	Dividendo por Ação (NOK)	Data da Saída	Data do Pagamento	Tipo
2021	1,45	21.09.2022	30.09.2022	Especial
2021	2	11.05.2022	20.05.2022	Especial
2021	3,4	11.05.2022	20.05.2022	Comum

Fonte: Site Hydro, (hydro.com). Elaboração própria.

Dentro de sua estratégia de MVA, a Norsk Hydro adota a política de que períodos em que os lucros são elevados, optar por realizar a recompra de ações para além do pagamento de dividendos ordinários. Isso reduz o número de ações em circulação e aumenta a participação dos acionistas existentes na empresa. No Gráfico 05 há um recorte temporal da recompra de ações do período de 26/09 a 26/10 de 2022. Nesse recorte é notório que em todos os dias úteis desse período houve a recompra. Essa medida pode ocorrer por várias razões, como sinalizar confiança no futuro da empresa, aumentar o valor por ação, otimizar a estrutura de capital ou distribuir lucros aos acionistas.

A manutenção de uma posição financeira sólida e uma classificação de crédito de investimento são fatores cruciais para mitigar riscos e apoiar o desenvolvimento estratégico dos negócios da Hydro. É essencial ter acesso a recursos financeiros externos para maximizar a criação de valor ao longo do tempo, desde que seja mantida uma exposição ao risco aceitável. Com o objetivo de assegurar o acesso ao capital em termos atraentes, a Hydro tem a intenção manter uma classificação de grau de investimento por parte das principais agências de classificação, como a Standard & Poor's e a Moody's.

Gráfico 05: Recompra de Ações Hydro (Set-22 a Out-22)



Fonte: Site Hydro, (hydro.com). Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos conceitos de acumulação de capital e de Redes Globais de Produção RGP buscou-se evidenciar a dinâmica da financeirização presente nas estratégias da mineradora Norsk Hydro. Tal artigo busca registrar a discussão sobre financeirização concatenando a dimensão da acumulação de capital mineral como uma base crescente de riqueza sendo apropriada pela lógica dos retornos financeiros. A partir de tal análise, foi identificado que a mineradora Norsk Hydro atua como um ente que gera relevante produção de riqueza mineral e apresenta uma estrutura de produção enquadrado na perspectiva de Redes Globais de Produção (RGPs), atuando em um mercado globalizado, altamente concentrado, e cada vez mais financeirizado.

Observou-se que, a mineradora Hydro tem ganhado poder na esfera internacional e, consequentemente, sua capacidade de capturar valor do lado da receita aumentou no período recente. O avanço da lucratividade desta multinacional por meios de aquisições fusões e principalmente a abertura de capital, fez com que a mineradora Hydro admitisse na composição do seu capital a participação de fundos de investimento, bancos e outras Holding ligadas ao setor financeiro.

Como demonstrado, anteriormente, a presença de empresas financeiras no capital da Norsk Hydro totalizou mais de 15 empresas com percentual razoável de ações, e nesse sentido, com poder

de influência sobro o capital da Hydro. Nessa perspectiva assinala-se que o conselho de administração da mineradora Hydro foi caracterizado pela presença de relevantes quantidades de ações proprietárias sob o domínio dos executivos de Norsk Hydro, os quais tem direito a voto e por conseguinte, direito nas tomadas de decisões do capital da Hydro, assim como, os referidos executivos detêm ações que resultam em estratégias que priorizam o retorno financeiro em detrimento ao retorno operacional. Os números financeiros assim como seus indicadores apontados pela empresa em seus relatórios comprovam o objetivo de maximizar a distribuição de lucros aos acionistas, como medidas prioritárias.

Portanto, os elementos destacados anteriormente corroboram para evidenciar a a confirmação da hipótese. Sendo assim, a mineradora Norsk Hydro perpetua a dinâmica de acumulação de capital centralizada na espera financeira, evidenciados pelos elementos que caracterizam a financeirização tais como: participação de diversas empresas financeiras, a dimensão da estratégia de maximização do valor ao acionista.

REFERÊNCIAS

HOBSBAWM, Eric J. Os anos Dourados. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**, 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERRANO, F. **A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos**. Revista oikos. v. 12, n. 2. P.168-198, julho, 2013.

SAES, B. M. **Comércio ecologicamente desigual no século XXI: Evidências a partir da inserção brasileira no mercado internacional de minério de ferro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

BORGES, Gedson Thiago do Nascimento. **A acumulação, concentração e centralização de capital e a financeirização: uma análise do capital da CVRD à Vale S.A.** Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-graduação em Economia. Instituto de Ciências Sociais Aplicada. Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2021.

BORGES, Gedson Thiago do Nascimento; TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Economia Política da Financeirização no Segmento Mineral Brasileiro: O Caso da Vale S/A**. Revista de Estudos Sociais, Cuiabá-MT V. 24, n. 49, 45-69, 2022.

UNCTAD. (United Nations Conference on Trade and Development) (2017). **Commodities and Development Report 2017: Commodity Markets, Economic Growth and Development.** United Nations publication, New York and Geneva, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I o processo de produção do capital.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

HARVEY, David. **Os limites do Capital.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARDOSO, José Guilherme da Rocha et al**. A indústria do alumínio: estrutura e tendências**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 33, p. 43-88, mar. 2011.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MILANEZ, Bruno (2013). **A Rede Global de Produção (RGP) do Minério de Ferro: empresas, Estado e agentes de contestação.** XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (BA)

MILANEZ, B. et al. (2018). **A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas**. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 2(2),

COE, N. M., DICKEN, P., & HESS, M. (2008)**. Global production networks: realizing the potential**. Journal of Economic Geography, 8(3), 271-295.

HUSSON, M. **Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital**. In: BRUNHOFF, S. et al. (Org.). A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010, p. 303-336.

História da empresa (Apenas Inglês), 2023. Disponível em: https://www.hydro.com/pt-BR/sobre-a-hydro/nossa-historia/. Acesso em: 08 de abril 2023.

Sobre a Yara Brasil, 2023. Disponível em: https://www.yarabrasil.com.br/sobre-yara/sobre-a-yara-brasil/. Acesso em: 08 de abril 2023.

PINTO, Lúcio Flávio. A maior multinacional da Amazônia, 2022. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/a-maior-multinacional-da-amazonia/. Acesso em: 08 de abril 2023.

Korn- og Foderstof Kompagniet (KFK), 1896-2002. Disponível em: https://danmarkshistorien.dk/vis/materiale/korn-og-foderstof-kompagniet-kfk-1896-2002. Acesso em: 26 de abril 2023.

Norsk Hydro – Store Norske leksikon. Disponível em: https://snl.no/Norsk_Hydro#:~:text=Norsk%20Hydro%20ASA%20er%20et,prosent%20av%20aksjene%20i%20selskapet. Acesso em: 26 de abril 2023.

Empresas históricas: Norsk Hydro. Disponível em: https://jornalggn.com.br/historia/empresas-historicas-norsk-hydro/. Acesso em: 26 de abril 2023.

Hydro bate recorde de produção de bauxita e alumina no Brasil no 4º trimestre. 2016. Disponível em: https://ibram.org.br/noticia/hydro-bate-recorde-de-producao-de-bauxita-e-alumina-no-brasil-no-4o-trimestre/. Acesso em: 12 de junho 2023.

ROCHA, André. Valor Investe, 2019. **O dividendo obrigatório será sempre 25% do lucro líquido**. Disponível em:https://valorinveste.globo.com/blogs/andre-rocha/post/2019/12/o-dividendo-obrigatorio-sera-sempre-25percent-do-lucro-liquido.ghtml. Acesso em: 18 de junho 2023

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; SARTI, Fernando. **Vale: Uma empresa financeirizada**. Le Monde Diplomatique: Observatório da Economia Contemporânea. Osasco (SP), v. 139, Fev. 2019. Disponível em: https://diplomatique.org.br/vale-uma-empresa-financeirizada/ Acesso em: 10 de abril 2023

Total de Ações Ordinárias em Circulação de NORSK HYDRO ASA. Disponível em: https://br.tradingview.com/symbols/OSL-NHY/financials-statistics-and-ratios/total-shares-outstanding/

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

A AMAZÔNIA COMO FRONTEIRA DE *COMMODITIES*: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA ECONOMIA DO DENDÊ EM TOMÉ-AÇU

Ricardo Thomaz Santos[1](UFPA),

Nírvia Ravena[2](UFPA)

Rodrigo Oliveira Santana[3](ESTÁCIO)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a atuação do Estado Brasileiro no incentivo à produção de dendê no Estado do Pará, discutindo como esses incentivos estão transformando a agricultura familiar na região, o que pode ser visto como elementos que permitem a perpetuação da Amazônia como fronteira de *commodities*, nesse sentido, para exemplificação dessas transformação, elegeu-se com objeto de estudo o município de Tomé-Açu, o que se justifica pela elevada participação de seus agricultores familiares na cultura do dendê e sua alta produção no estado do Pará. Além da conclusão, na primeira parte será apresentada a ação estatal e como isso vem transformando a Amazônia em uma fronteira de *commodities*, desde a borracha até o Dendê. Em seguida serão apresentadas algumas Políticas Públicas Federais, como, o Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), ligado ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) em 2010, e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Eco para o Dendê (Pronaf-Eco Dendê) e as suas repercussões na vida do agricultor, o que será evidenciado por meio entrevistas realizadas juntos aos agricultores na cidade de Tomé-Açu

Palavras-chaves: Amazônia. Dendê. Fronteira. *Commodities*. Tomé-Açu.

INTRODUÇÃO

O percurso histórico das políticas de desenvolvimento para a Amazônia brasileira tem servido mais aos interesses exógenos do que endógenos e por ser uma região natural rica, com um precioso banco genético, uma densa e exuberante floresta, com reservas minerais de alto valor e detentora de um grande patrimônio cultural, a Amazônia merece um modelo de desenvolvimento responsável e sustentável.

É nessa perspectiva que o presente artigo se propõe a abordar a ação do Estado brasileiro como agente transformador da realidade do agricultor familiar na Amazônia, observando, algumas

[1] Professor Universitário. Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil. email:ricardosantos.adv@gmail.com

[2] Cientista Social. Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPER. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – UFPA, Brasil. E-mail: niravena@uol.com,br

[3] Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra - UC, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio do Pará, Brasil. E-mail: rodrigo.santana@estacio.br

consequências do Programa de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf Eco Dendê e como isso tem impactado a reprodução do sistema de commodities.

Nesse sentido, para exemplificação dessas transformações, elegeu-se com objeto de estudo o município de Tomé-Açu, o que se justifica pela elevada participação de seus agricultores familiares na cultura do dendê e sua alta produção no estado do Pará

O texto aborda a questão proposta a partir de análises qualitativas, sendo a pesquisa resultado de um levantamento bibliográfico e documental, além de também ter sido realizado estudo empírico, por meio de pesquisa de campo realizada no município de Tomé-Açu. O artigo, então, está organizado em quatro seções. A seção seguinte traz uma breve apresentação da ação do Estado e a transformação da Amazônia em fronteira de *commodities.* Em seguida será feita uma abordagem de como as políticas de crédito serviram como molas propulsoras do Dendê em Tomé-Açu. A seção três se dedica a apresentação do olhar do agricultor familiar sobre o dendê em Tomé-Açu**.** A última parte traz as considerações finais do estudo.

A ação do Estado e a transformação da Amazônia em fronteira de *commodities*

A Amazônia é alvo de constantes intervenções estatais, sob a justificativa de garantir o desenvolvimento, tanto dos indivíduos, como da região que foram da borracha até o dendê, minério e soja.

A transformação da borracha em recurso econômico e a sua grande procura no mercado internacional impulsionaram a intervenção estatal e a ocupação das várzeas nas cabeceiras dos rios, cujo auge se deu entre 1879 e 1912, conforme Homma (2001), uma vez que a Amazônia abrigava estoques naturais de borracha, o que favoreceu o crescimento da sua extração na região, que, antes, era feita em pequena escala e apenas para atender as necessidades locais.

Visando melhorar o transporte da produção, bem como ocupar as áreas de terra firme e facilitar o transporte fluvial, foram construídas as Estradas de Ferro Belém-Bragança (1883-1908), Madeira-Mamoré (1907-1912) e de Tucuruí (1905- 1944), servindo, ainda, como apoio à coleta e à exportação da borracha (HOMMA, 2001).

Nesse contexto é que se inicia o primeiro período expressivo de contribuição da Amazônia à acumulação mundial, que provocou uma das maiores transformações históricas da Região, redefinindo todo um corpo de relações sociais, tanto no seu interior, como entre ela e outras sociedades (LEAL, 2010).

Dentre essas transformações, destacam-se: (i) a passagem da Amazônia de condição de mero empório de produtos de consumo, para a de empório de matérias- primas, sendo um espaço

para o suprimento das demandas internacionais; (ii) a ocupação das últimas áreas remotas da Região que ainda estavam livres da presença direta do colonizado; e (iii) a consolidação da burguesia regional subsidiária à esfera internacional da acumulação, e que, desde aí, cumpre o papel de agente das medidas da organização da produção em nível mundial, reproduzindo-as segundo as exigências que essa organização em escala planetária faz à Amazônia (LEAL, 2010).

A rede de controle regional para a produção gomífera, distribuída por Belém, Manaus e Iquitos – as duas primeiras, no Brasil e, a última, no Peru – sediavam essa burguesia, que passou a controlar, diretamente, um sistema de trabalho que, vinculado, em uma ponta, às exigências globais da acumulação, e, em outra, atado às condições naturais e sociais existentes na Amazônia, reproduziu, mais uma vez, relações de exploração profundamente desumanas da força de trabalho que se encontrava na sua base (LEAL, 2010).

Nesse sentido, visando garantir a oferta de mão de obra na região, o governo central começou a agir no sentindo de promover a ocupação do espaço amazônico via a imigração da população e de investimentos (BECKER, 2009), com a chegada de um grande número de migrante vindo do Nordeste fugindo da seca.

A borracha teve o fim do seu ciclo com o término da Segunda Guerra Mundial e com o surgimento da borracha sintética, obtida a partir de derivados de petróleo.

Com o advento da Constituição de 1946 foi quebrada um pouco da lógica que se vinha observando até então, a de centralizar os investimentos no centro-sul, face a inserção no texto Constitucional da criação de um plano de valorização regional (DE OLIVEIRA, *et al*, 2012).

Na década de 50, a visão da política regional do Governo Federal para a Amazônia assumiu duas vertentes: (I) ocupação territorial, cuja estratégia principal era incentivar e apoiar a migração de nordestinos e (II) forte privilégio ao setor primário, basicamente para o extrativismo vegetal (MARQUES, 2007).

A produção extrativista vegetal tornou-se o objetivo final, o que resultava em pouco interesse pelos outros setores da economia regional, razão pela qual não havia grandes incentivos para a industrialização, sendo que o conhecimento sobre a exploração mineral se mantinha bastante incipiente (MARQUES, 2007).

Nesse período destaca a construção da rodovia Belém-Brasília, em 1960, favorecendo a mudança do contexto de desenvolvimento Amazônico (de civilização de várzeas para civilização de terra firme), com a expansão da pecuária, entendida como a melhor forma de ocupação, que combinava com a escassez de mão de obra e a abundância de terra, sob a égide da segurança

nacional (HOMMA, 2001), bem como ocorreu o deslocamento das madeireiras do Sul em direção à Amazônia.

Em 1970, já sob o regime militar, surgiu o Plano de Integração Nacional, que tinha como objetivo a ocupação das terras amazônicas por meio de projetos de colonização, sendo selecionadas algumas áreas para o recebimento desses projetos como estratégicas para o desenvolvimento regional, com a construção de grandes estradas, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, que serviriam como corredores de desenvolvimento.

Gradualmente, a exploração da madeira emergiu como a atividade econômica predominante nos novos espaços abertos na fronteira, suplantando a agricultura familiar e estabelecendo um novo padrão de uso da terra.

Após as crises mundiais do petróleo de 1973 e 1978, os países desenvolvidos, passaram a transferir para os países periféricos as indústrias altamente consumidoras de energia, como a produção de ferro, alumínio e celulose, o que acabou gerando modificações na fronteira amazônica, a partir de 1980, tendo em vista que muitas empresas mudaram para essa região.

Como o Brasil passava por um momento de baixo crescimento econômico e vivia um grande desgaste político, o governo federal aceitou negociar a transferência dessas empresas para a Amazônia, na expectativa de vir a ter lucro com eles no futuro, fase que ficou conhecida como a de "grandes projetos" (LOUREIRO, 2009, p. 85).

Um desses projetos é o programa Grande Carajás, implantado a partir da década de 1980, acoplado a um conjunto de investimentos em infraestrutura que constitui a mais recente experiência de desenvolvimento baseado no extrativismo mineral. A magnitude dos estoques de recursos minerais a baixo custo e a intenção de evitar os problemas ambientais decorrentes do processo de beneficiamento nas economias desenvolvidas, induziram à instalação de atividades eletrointensivas na Amazônia. É o que acontece, por exemplo, com o beneficiamento da bauxita, para a produção de alumínio, em que 79% do custo final de produção é o da energia elétrica, razão principal para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí (HOMMA, 2001).

A exploração mineral capitalista intensiva, visando ao aproveitamento de imensos estoques de recursos minerais, é a base da economia amazônica. A dependência absoluta dos Estados Unidos, Japão e União Europeia em minerais estratégicos, contrasta com a existência de grandes estoques na Amazônia.

Nesse período, a fronteira Amazônica descolou-se, cada vez mais, da noção de terra de trabalho para se vincular à exploração dos recursos naturais, surgindo à fronteira de *commodities*, baseada, mais uma vez, em interesses exógenos.

A articulação da fronteira ultrapassou o espaço interno do país e passou a acontecer por meio da expansão dos negócios ligados ao mercado global, destacando-se as *commodities* minerais, a soja, a madeira e o gado (LOUREIRO, 2009).

Um dos problemas dessa nova fronteira é a competição das *commodities* com os pequenos produtores na luta pela terra, uma vez que os grandes produtores de soja e de gado, além de utilizarem terras próprias, costumam arrendar terras de pequenos produtores agrícolas. Além disso, a crescente demanda por solos tem elevado os preços das propriedades, o que acaba deixando o campesino ou agricultor familiar à margem dos grandes produtores.

Na prática, a Amazônia, como fronteira, articula-se e é impulsionada, direta e mais intensamente, pelo mercado internacional e, muito menos, pela conjuntura e pelo mercado nacional.

São as *commodities* que vêm influenciando a abertura acelerada de novos espaços de produção, que alcançam e rasgam o coração da floresta, abrindo-a, simultaneamente, em várias direções e dificultando as ações de fiscalização e de controle por parte do Estado.

Esses produtos são exportados pelos estados amazônicos e vendidos *in natura* ou como semielaborados, como têm ocorrido há séculos. Embora, nas formas de sua extração e exploração sejam utilizadas de tecnologias avançadas (grandes plantas industriais, equipamentos pesados e outros), o modelo repete-se secularmente concentrando renda, aproveitando-se da superexploração do trabalho humano e com uma enorme exaustão da natureza.

A agricultura mundial passou, a partir da Segunda Guerra Mundial, por uma série de alterações decorrentes do processo de modernização, sendo que como visto, o estado teve papel fundamental nessa transformação, sempre buscando o desenvolvimento.

Contudo, historicamente é possível perceber que os instrumentos de mensuração do que seria considerado esse desenvolvimento, sempre foram baseados nos interesses exógenos, o que acabou gerando a contestação dos padrões de desenvolvimento regional existentes.

Entretanto, deve-se tomar cuidado também com essas contestações, para que não se fique refém de um modelo dualista, onde, de um lado, tem-se o centro, supostamente desenvolvido e do outro, a periferia.

Essa cautela deve ser tomada, pois, as políticas públicas não devem beneficiar apenas um grupo ou região em detrimento aos demais, mas sim reduzir a desigualdades regionais e superar os atrasos, sem esquecer de nenhuma região, baseadas em planejamento e nos macros cenários.

Tanto no Brasil, quanto na Amazônia, surgiu um conjunto de políticas autoritárias, cujos impactos alteraram as relações de trabalho e território. No cenário amazônico, pode-se citara

colonização espontânea e dirigida, que instalou novos assentamentos humanos e projetos agropecuários com contexto histórico e perspectiva produtiva totalmente exógena à região, constituindo campanhas de desterritorialização da Amazônia em prol do agronegócio e da reestruturação do mercado de terras (ALMEIDA; MARIN, 2010) a abertura de rodovias e expansão da fronteira agromineral (HÉBETE, 2004).

Em síntese, haveria pelo menos cinco controvérsias sobre os resultados dessas políticas desenvolvimentistas autoritárias: i) a ocupação econômica do território com base em grandes empreendimentos agropecuários acabou deixando de lado os pequenos e médios projetos agrícolas; ii) os resultados econômicos beneficiavam muito mais o capital exógeno e não estimulavam atividades locais como forma de impulsionar o desenvolvimento regional; iii) os projetos econômicos fomentados possuíam efeitos reduzidos de criação de emprego; iv) o incentivo à monocultura em detrimento de outras produções, afetando a segurança alimentar das regiões; e v) os altos impactos ambientais, que estão esgotando as riquezas amazônicas.

Outra crítica a essas políticas desenvolvimentistas é que elas perpetuaram alguns conceitos: i) o primeiro conceito se refere ao padrão econômico voltado para uma economia de exportação que acaba sendo a motivação dominante na ocupação regional, é a chamada economia de fronteira", em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos (BECKER, 2009), no caso na Amazônia, essa ocupação foi feita em alguns "booms" devastadores no ponto de vista ambiental, e que estavam ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional (borracha, madeira, pecuária e minérios); ii) outro caso é que essas políticas não utilizaram do conhecimento e concepções baseadas em um modelo endógeno, uma vez que não é interessante ao interesse exógeno a perda da autonomia, o que acaba prejudicando o desenvolvimento local e c) o terceiro conceito refere-se aos modelos espaciais propriamente ditos. No padrão das relações externas, exógeno, o modelo básico utilizado é o das redes de articulação externa, constituídas por vias de circulação e seus nós, núcleos que asseguram a produção e sua concentração para exportação. Já o padrão endógeno é necessariamente baseado em áreas relativamente extensas e isoladas, dependentes que são de populações que vivem de produtos naturais locais (BECKER, 2009).

No âmbito regional, alguns governos estaduais, buscaram modificar esse panorama baseado em interesses exógenos, visando privilegiar as populações locais, trazendo o desenvolvimento dos municípios, sem grandes prejuízos, principalmente a fauna e flora locais. Exemplo disso foi a ação do Governo paraense que estabeleceu em 2010 um Protocolo

Socioambiental para a produção de Óleo de Palma no Estado, assinado por oito das doze empresas atuantes, cujas diretrizes são: não-estabelecimento de novos empreendimentos produtivos em áreas cujo desmatamento da cobertura florestal primária tenha sido realizado após o ano 2006; a implantação das áreas produtivas de forma a evitar a ocorrência de plantios contínuos (monoculturas) entre duas ou mais unidades produtivas e a uniformização da paisagem; a integração de agricultores familiares e produtores de pequeno, médio e grande porte; o não-estabelecimento de plantios em áreas de populações tradicionais, indígenas e quilombolas, sem o seu livre, prévio e informado consentimento; a adoção de relações de trabalho pautadas pelo respeito, confiança, comprometimento e observância das normas trabalhista (BECKER, 2009).

Além disso, restaurou-se a rodovia PA 150, com o fito de facilitar o escoamento da produção de dendê de município de Tomé-Açu, passando pela cidade do Acará até chegam em Belém.

Em tese, esse protocolo, estabelecido pelo Estado do Pará, serviria à diminuição do desmatamento, à integração dos agricultores familiares e ao combate à monocultura.

As políticas de Crédito como molas propulsoras do Dendê em Tomé-Açu

A formação da fronteira de *commodities*, favorecida pela intervenção estatal, tende a reduzir o campesinato e o papel do pequeno agricultor, substituídos pelos grandes produtores das commodities, como a soja e o dendê. A agricultura familiar e a sua base fundiária, a pequena propriedade, foram relegadas a segundo plano, e até mesmo, esquecidas pelo Estado nesse processo de "modernização".

Todavia, sabe-se que a agricultura familiar tem um papel preponderante na promoção do desenvolvimento econômico do país e no aumento qualitativo das condições de vida da população, possibilitando a redução das desigualdades sociais, desconcentrando a geração de renda, reduzindo o êxodo rural e proporcionando divisas (MENDES & GUEDES, 2010).

A categoria participa, significativamente, da produção de algumas culturas alimentares fundamentais na mesa do brasileiro, como a mandioca (70%), o feijão (70%), o milho (46%), o café (38%) e o arroz (34%), como mostra o Censo Agropecuário de 2006. A atividade mantém cerca de 12 milhões de pessoas economicamente ativas no campo, produzindo e gerando renda no meio rural do país. Sua importância também está ligada ao reconhecido potencial na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais, dados os saberes tradicionais que acumulam (REYMÃO & SANTOS, 2016).

As camadas menos favorecidas da produção familiar nas áreas rurais vivem, quase que exclusivamente, das atividades agrícolas, produzem para a subsistência e não são remuneradas. Normalmente, as famílias têm um grande número de filhos e são as que mais migram para as médias e as grandes cidades brasileiras (MENDES & GUEDES, 2010).

Com o advento da Lei n° 11.326, 24 de julho de 2006, o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural passaram a ser entendidos como aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais10; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina, como critérios, o uso da mão de obra familiar na atividade agrícola, a necessidade de obtenção da maior parte da renda familiar da propriedade rural e o tamanho da propriedade de até quatro módulos fiscais, que corresponde ao tamanho mínimo que uma propriedade rural precisa ter para garantir a sobrevivência de uma família, variando entre os municípios.

É justamente esta forma de produção que se encontra em evidência, atualmente, no meio rural brasileiro, ao agregar famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, ao mesmo tempo em que cultua valores e tradições, conformando uma grande diversidade econômica, social e cultural que dinamiza os processos sociais rurais.

O agricultor familiar tem grande importância para o mercado interno, uma vez que, enquanto o latifundiário pensa em se integrar ao mercado, produzir *commodities* em economia de escala, destinando a sua produção não alimentícia ao mercado externo, o agricultor familiar produz à margem desse processo, para a sua subsistência e, também, a da sociedade, garantindo a segurança alimentar, sendo essa a primeira contribuição da agricultura familiar.

A agricultura familiar também tem função sócio cultural, pois significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade. O aumento dos problemas enfrentados pelas populações de grandes cidades tem levado à busca de modos de vida mais saudáveis, à valorização de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos, de produtos produzidos de forma artesanal, com matéria prima com menor processamento industrial, além de um crescente desejo de um maior contato com a natureza. Essa tendência tem resultado na valorização

da tradição da agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho no meio rural (ALTAFIN, 2007).

Também é parte desse processo a valorização do desenvolvimento local, baseado em processos endógenos, com o aproveitamento racional dos recursos disponíveis em unidades territoriais delimitadas pela identidade sócio cultural. Nesse contexto, o agricultor familiar é reconhecido como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios menores. Isso significa dizer que a componente cultural do modo de vida rural tem relevância na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e que, nessa componente, a agricultura familiar tem sido identificada como tendo papel de destaque (ALTAFIN, 2007).

Em que pese o constante desenvolvimento técnico e científico do setor agrícola nas últimas décadas, é necessário que o Estado se dedique à criação e ao aperfeiçoamento de políticas públicas que viabilizem as atividades da agricultura familiar no país, e não apenas atendam aos interesses exógenos.

A agricultura familiar, se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar no grande potencializador de um desenvolvimento regional descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade (MENDES & GUEDES, 2010).

Um dos acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que deve, principalmente a uma série de estudos, realizados na década de 1990, com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU), e que vieram a embasar o governo brasileiro a executar uma política econômica e social com foco na agricultura familiar e, sobretudo, disponibilizando recursos para financiar a produção, equipamentos e a infraestrutura produtiva nas propriedades destes agricultores familiares, o que lhes agregariam valor.

O surgimento deste programa é um marco no que se refere à atuação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares, que, até então, eram designados por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

O Pronaf tornou-se um importante instrumento para a discussão do desenvolvimento rural no país, pois seu significado na definição das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares é fundamental.

Ao disponibilizar recursos financeiros para a categoria social dos agricultores familiares, fazendo com que aumentasse, significativamente, o acesso destes ao sistema financeiro, pode-se

dizer que o programa vem cumprindo uma fração considerável de seus objetivos originais, especialmente quando estados, regiões e setores tradicionalmente deixados à margem pelas políticas públicas, passaram a receber tratamento prioritário.

Aproveitando a existência de um crescente interesse mundial por fontes alternativas de energia, principalmente por aquelas que contribuam para diminuir as emissões de CO2, característica das fontes tradicionais de energia fóssil, o governo federal criou uma política pública que uniu o trabalho com a agricultura familiar e a produção de biodiesel, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB (Programa Biodiesel) é um programa interministerial do governo brasileiro que objetiva a implementação, de forma sustentável, técnica e economicamente, da produção e do uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, com a geração de emprego e de renda.

O PNPB foi implantado pela Medida Provisória nº 214/2004, a qual foi, posteriormente, convertida na Lei nº 11.097/2005 (conhecida como Lei do Biodiesel), em janeiro do ano seguinte, tendo estabelecido a adição do Biodiesel ao óleo diesel na proporção de 2 % (B-2). Em 2005 e 2007, essa adição era facultativa, tornando- se obrigatória a partir de 2008. Posteriormente, esse percentual de adição foi elevado para 5 % (B-5), em 2013, 6 % (B-6), e tem sido majorada com frequência, tanto que atualmente, 12%, com aumento gradativo de 1% ao ano, até totalizar 15% em 01/04/2026, conforme a resolução 16 do Conselho Nacional da Política Energética

Muito embora a soja seja predominante na produção do biodiesel, o que acaba excluindo o agricultor familiar, uma vez que precisa de áreas muito grandes para o cultivo, o dendê surge como uma alternativa a esse cenário, pois precisa de menores áreas para o cultivo, possibilitando que o agricultor familiar, com os seus 4 (quatro) módulos fiscais, participe dessa lavoura, pelo que muito se tem debatido, nos ramos acadêmico e científico, sobre a utilização de outras oleaginosas como opção e que possam ser desenvolvidas também fora dos latifúndios.

Como alternativa para diversificar as fontes de matérias-primas para o combustível, reduzindo a dependência da soja e do sebo bovino, surgiu o dendê – também chamado de palma, com bom rendimento na fabricação de biodiesel.

Essa palmeira destaca-se como a de maior potencial para suprir as demandas de óleos vegetais no bioma amazônico, até mesmo pelo fato de a Amazônia possuir, aproximadamente, 70 (setenta) milhões de hectares considerados como áreas aptas para o cultivo do dendê (RAMALHO FILHO, 2010).

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2015), 01 (um) litro de óleo vegetal pode substituir 1 (um) litro de óleo diesel, sendo que, para esse mesmo litro de óleo diesel, seriam necessários um pouco mais de 2 (dois) litros de petróleo.

Uma outra vantagem da cultura do dendê seria a sua longa vida útil econômica, que pode chegar a até 30 anos, com a produção distribuída durante todo o ano. O manejo do palmar (dendezal) é capaz de absorver grande quantidade de mão de obra, criando um emprego direto a cada 5 hectares de plantio (BARCELOS et al, 1999).

Os estados da Bahia e do Pará são os maiores produtores de dendê no Brasil e a contribuição do dendê para a produção de biodiesel ainda é pequena, cenário que deverá ser modificado, nos próximos anos, face ao aumento da produção de dendê nessas regiões, bem como às constantes políticas públicas de incentivo pelo governo federal, em especial, pelo programa Pronaf-Eco dendê, no qual é inserida a agricultura familiar.

Destaca-se que o instrumento inovador adotado para efetivar a dimensão social do PNPB foi a criação do Selo Combustível Social, que é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aos produtores de biodiesel que comprarem matérias-primas da agricultura familiar nas distintas regiões do país.

Na prática, são estabelecidos coeficientes de redução das alíquotas do PIS/PASEP e do COFINS para cada região.

Embora fosse uma das prioridades do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) para a região Norte, desde a sua criação, em 2004, o dendê (ou palma) somente passou a receber investimentos mais vultosos, após o Zoneamento Agroecológico do Dendê e do Programa de Produção de Palma de Óleo, em 2010.

Em síntese o Pronaf, lançado em, em 1996, fez parte de uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil que tinha, como um dos seus eixos, o fortalecimento da agricultura familiar para a criação de novas atividades econômicas geradoras de ocupações produtivas, de renda e de cidadania. Representa também, a legitimação dos agricultores familiares enquanto categoria social e a viabilização, por parte do Estado brasileiro, do seu acesso aos benefícios da política agrícola (MATTEI, 2014).

O programa ampliou o acesso dos agricultores familiares ao sistema financeiro e vários autores o apontam como fundamental para o desenvolvimento rural no país, ao ampliar o número de unidades de produção familiar em condições de gerar renda e ocupação no meio rural (MATTEI, 2014).

Desde o seu surgimento, o Pronaf passou por mudanças importantes e, a criação do Eco Dendê como uma das linhas de financiamento, conforme já discutido nesse trabalho, foi parte do movimento de incorporação de novas linhas de apoio não apenas a seguimentos até então excluídos, como também para o reconhecimento e a legitimação de novas atividades do meio rural.

O Pronaf-Eco Dendê é resultado da parceria do governo federal com o governo do estado do Pará visando à expansão da dendeicultura na Amazônia. Viabilizou o financiamento de agricultores familiares e sua participação no Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo do governo federal. Essa política pública prometia o fortalecimento e o desenvolvimento aos agricultores familiares por meio de um crédito diferenciado que, tanto lhes asseguraria geração de renda, como o financiamento de investimentos em técnicas capazes de minimizar o impacto da atividade rural no meio ambiente e um bom convívio do agricultor com o bioma amazônico.

Muitos agricultores de Tomé-Açu firmaram contratos de parceria com esse programa e junto com Moju e São Domingos do Capim, o município tem sido muito atendido pelo Pronaf-Eco. Por essa razão elegeu-se Tomé-Açu como cidade a ser estudada, além do que, esse município tem uma economia voltada à agricultura, o que possibilita um estudo comparativo do dendê com outros cultivos, o que passa a se expor.

Tomé-Açu é um município situado na mesorregião nordeste do Estado do Pará, com população de, aproximadamente, 61.095 (sessenta e um mil e noventa e cinco) habitantes. Ao Norte, faz limite com os municípios de Acará e Concórdia do Pará; ao sul, com o de Ipixuna do Pará; ao leste, com os de Tailândia e Acará e ao oeste com os de Ipixuna e Aurora do Pará (IBGE, 2016), com forte influência japonesa, em face da grande quantidade de imigrantes nipônicos, possuindo a terceira maior colônia japonesa do Brasil, sendo que o seu modelo de desenvolvimento agrícola, para as condições da região amazônica, tem despertado grande interesse da área acadêmica (FLOHRSCHUTZ et al., 1983).

A base da cultura agrícola da região é a pimenta do reino, produto que teve o seu boom na região no período de 1952 a 1954, quando a colônia conheceu o verdadeiro período de ouro do chamado “diamante negro” da Amazônia (HOMMA, 2001). Ocorre que, em meados do ano 2000, o agricultor começou a sofrer com problemas de roubo das produções, em virtude da alta dos preços da pimenta-do-reino, influenciada ainda pela desvalorização do real em 1999, tornaram-se objeto de cobiça de bandidos.

Os pequenos produtores de pimenta do reino, então, foram obrigados a encontrar outras fontes de renda, capazes de auxiliar na diminuição dos prejuízos causados pelos roubos das produções de pimenta, passando a incorporar outras culturas em suas lavouras, como o cacaueiro,

o cupuaçuzeiro e o açaizeiro, bem como fruteiras anuais como o maracujazeiro, aproveitando as estacas das pimenteiras, antes ou após a morte delas (HOMMA, 2004).

Foi esse panorama, somado às boas condições edafoclimáticas que favorecem o desenvolvimento da palmeira do dendê no município e atraíram investimentos de grandes empresas, como a Agropalma, Vale/Biopalma e a Petrobrás/Galp. A enorme capacidade produtiva da região levou o governo federal, no dia 6 de maio 2010, a anunciar o Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), que é uma continuidade do PNPB, como foco na inclusão social, uma vez que atribui ao agricultor familiar o papel de cultivar o dendê, restringindo a expansão da dendeicultura apenas a áreas antropizadas, proibindo a supressão de mata nativa e direcionando a expansão da atividade para a recuperação de áreas degradadas, estando ligado ao Pronaf-Eco Dendê.

Em virtude dessas políticas públicas, muitos agricultores familiares resolveram trocar a produção da pimenta do reino pelo cultivo do dendê. Outros fatores também contribuíram, como a maior resistência do dendê a pragas, o que não acontece com a pimenta, que é constantemente é atacada pela *fusariose* (TREMACOLDI, 2010). Aliado a isso, dado que a vida útil do dendê é de até 30 (trinta) anos, contra, apenas, 12 (doze) anos da pimenta, em tese isso possibilitaria ao agricultor ter uma produção constante por mais tempo do que com a pimenta, não sendo necessário ter novos custos com a fase de plantio. Far-se-iam necessárias, "apenas", a adubação e a colheita do dendê. De modo que o agricultor teria uma produção, ininterrupta, por mais tempo do que a pimenta.

A forma como a agricultura familiar foi inserida na cadeia da palma de óleo no Pará foi considerada pelos bancos como sendo pioneira. Segundo Becker (2009), os defensores dessa inserção alegam que ela representaria uma inovação no modo de produzir palma de óleo em pequenas comunidades na Amazônia, pois consagraria uma nova forma de ocupação e da repartição do território amazônico, com base em vocações diferenciadas, o que possibilitaria a consolidação do povoamento nas regiões já ocupadas.

Visando subsidiar as análises desse suposto pioneirismo e levantar informações sobre os resultados do programa em estudo, realizou-se uma pesquisa de campo no município de Tomé-Açu, com intuito de verificar se a concessão de crédito por meio do Pronaf-eco dendê em parceria com as empresas está trazendo desenvolvimento econômico, ambiental e social aos agricultores familiares, cujo detalhamento é objeto da seção seguinte

O olhar do agricultor familiar sobre o dendê em Tomé-Açu.

Para o levantamento de informações desse artigo sobre o Pronaf-Eco Dendê, metodologicamente foram realizadas entrevistas com agricultores familiares de Tomé Açu, por

meio de um conjunto de questões (roteiro aberto) sobre o tema estudado permitindo, ao entrevistado, falar livremente sobre assuntos que surgiram como desdobramentos do tema principal.

O roteiro buscou enfocar três grupos de questões: o primeiro grupo a respeito à atividade agrícola, trazendo questionamentos sobre o que o agricultor fazia antes de trabalhar com o dendê, qual a produção, a jornada de trabalho e etc. Um dos objetivos é averiguar como o agricultor se inseriu na cadeia produtiva do dendê. O segundo grupo abordará o financiamento por meio do Pronaf, estando relacionado à forma como ele conseguira o crédito, quais as exigências que foram feitas, bem como o valor do crédito tomado. O terceiro grupo refere-se às expectativas que o agricultor tinha ao se inserir na produção de dendê e sua opinião sobre trabalhar na atividade, questionando-se sua visão acerca das possíveis melhorias ou não na condição de vida, após a contratação do crédito para financiar o plantio.

As respostas foram então catalogadas, apresentando-se, por meio de transcrição os trechos mais relevantes à elucidação do problema da presente pesquisa, como dados primários.

Visando garantir o sigilo dos entrevistados, bem como evitar qualquer represália, seja das empresas parceiras, dos bancos, de líderes locais, ou mesmo de outros produtores, os agricultores entrevistados serão identificados pelas letras do alfabeto, com exceção de X que será usado para denominar o diretor de uma das empresas, que foi citado por todos eles.

Uma característica geral dos trabalhadores entrevistados em Tomé-Açu é que todos foram inseridos da mesma forma na produção do dendê: a convite de um diretor da mesma empresa que produz dendê.

Outro ponto em comum é que possuir certa experiência no trabalho com o dendê, ao contrário do existente em outras regiões, como dito por eles ao serem questionados o que faziam antes de produzirem dendê:

> "Antes de plantar dendê, eu era operador de máquinas na Biopalma" – Agricultor C.
> "Antes de plantar qualquer coisa, fui trabalhar na Agropalma, lá conheci o dendê achei bonito e disse que queria plantar" – Agricultor J.

A promessa de retorno financeiro constante com a plantação do dendê foi o principal motivo que ensejou a inserção dos agricultores familiares de Tomé Açu nessa produção, os quais foram informados que ganhariam valores acentuados todos os meses e, em especial, nos meses de maior colheita, como vislumbrado em algumas entrevistas:

> "Rapá, a questão foi o dinheiro, né, pelo que eles falaram ainda não chegou no que prometeram. Disseram que na fase adulta, iam tirar cerca de 7 mil reais por mês

> com a produção, mas agora tá dando no máximo uns mil, mil e pouco, na safra da no máximo, 3 a 4 mil" - Agricultor A.
>
> "Queria melhorar a vida, ter mais dinheiro, recebo 1680 reais de 3 em 3 meses, agora teve um reajuste para 1756, recebo até o início da produção do dendê, a expectativa é de tirar uns 2500 por mês, vou tentar tirar mais" - Agricultor H.
>
> "Quero ganhar um a mais todo mês, o diretor X falou que eu ia ganhar depois de 6 anos, por volta de 8 mil por mês, tirando 30 toneladas por mês. Nós já tivemos produção de tirar 19 toneladas por mês, cerca de 5 mil reais na safra, normalmente nós tira todo mês 2 a 3 mil, e agora na entressafra tá tirando uns 200 reais" - Agricultor L.

Todos os agricultores familiares, entrevistados foram visitados pelo representante da mesma empresa, Senhor X, que tinha a incumbência de apresentar o suposto projeto de inserção do agricultor familiar na dinâmica de produção do dendê por meio de financiamento pelo Pronaf Eco Dendê, o qual só tinha pontos positivos e não demonstrava nenhum risco ao agricultor, como se infere das respostas abaixo:

> "Vieram atrás de mim, no meu terreno, o Diretor X, que apresentou o dendê, falou alguns detalhes, dizendo que era um projeto muito bom. Eu disse que não ia fazer, mas depois andei investigando e falei, é como a nossa área não serve para nada, vou tentar, falei com o Diretor X que resolveu tudo para mim" - Agricultor B.
> "A empresa fez uma palestra, reuniu o pessoal da área, mostraram como funcionava o dendê, falaram, e em seguida, foram atrás das pessoas que mostraram interesse. Primeiramente a palestra foi na Calmaria. A pessoa que me procurou no meu terreno foi um dos engenheiros da empresa. O diretor X, ele apresentou o custo benefício do dendê, com uma produtividade a cada 15 dias. Não me falou nada ruim do dendê, só as coisas boas" - Agricultor C.
> "O diretor X, veio atrás de mim, apresentou o projeto e pergunto se nós queria plantar, eu disse que não queria mais plantar, mas queria que meus filhos plantasse. Ele não disse risco nenhum do dendê, ele disse que ia plantar e ia ter toda vez uma a mais na sua mesa do que apenas o da lavoura, de pimenta, cacau, cupuaçu, farinha" - Agricultor D.
> "O diretor X, que me apresentou o projeto, eu já entrei sabendo que tudo tem risco, como a praga, mas eu sei esse risco por conta da minha experiência com outras culturas, como o cupuaçu, não porque apresentaram, porque só falaram coisas boas" - Agricultor F.
> "O diretor X, veio aqui me falou um monte de coisa boa, que eu ia ganhar sempre um dinheiro e eu resolvi meter a cara, sempre estou precisando de um, ne?" – Agricultor J

Na dinâmica encontrada no município de Tome-Açu, o agricultor familiar ingressa na produção do dendê por meio de uma empresa parceira que compraria o dendê, sendo que essa empresa toma todas as providências no sentindo de viabilizar a concessão do financiamento por meio do Pronaf Eco Dendê.

Ocorre que ao se analisar as cédulas de crédito bancário disponibilizadas pelos agricultores, percebe-se que o contrato é feito diretamente com o Banco, inexistindo menção direta à empresa representada por X, muitos embora os agricultores entrevistados tenham assinado o "contrato de parceria" com essa empresa, que nada mais são do que contratos de adesão.

Dessa forma, o processo de inserção dos agricultores familiares na produção de dendê por meio dos contratos de "parceria", via Pronaf-Eco Dendê, tem trazido muitas limitações ao agricultor. Ao invés de trazer liberdades, acaba gerando mais entraves, uma vez que vem sendo imposto um padrão homogêneo de produção centrado nos interesses do capital, o qual torna o produtor dependente do pacote tecnológico e econômico da empresa e dos preços estipulados por ela, colocando os agricultores em uma condição de vulnerabilidade e submissão, integrando-se na condição de mão de obra para a produção do dendê, dependentes das determinações das empresas sobre a forma de produção e a assistência técnica.

Um exemplo desse padrão imposto é a estipulação do preço do dendê, Vieira (2015), afirma que as empresas que trabalham com dendeicultura realizam, em regra, um cálculo para chegarem ao valor que deve ser pago pelo Cacho do Fruto Fresco, obedecendo a seguinte proporção:

Fórmula do Cálculo do Cacho de Fruto Fresco do dendê para o agricultor familiar

$$\text{Valor do Cacho Fruto Fresco de Dendê para o campones integrado} = \frac{\text{Valor da Tonelada de óleo de dendê em Roterdam no dia} \times \text{Valor do Dolár em real no dia} \times 10}{100}$$

Fonte: Vieira (2015).

Analisando essa fórmula é possível vislumbrar que o valor do óleo de dendê no Brasil é regido pelo valor do óleo de dendê no porto de Roterdã na Holanda, valor esse que oscila de acordo com o mercado internacional da *commodities*, deixando os camponeses em situação de vulnerabilidade (VIEIRA, 2015), até mesmo porque não podem vender as suas produções para terceiros.

Além disso, para que alcance o preço máximo pelo produto, o camponês deve observar, rigorosamente, todo o protocolo relacionado ao padrão de qualidade na produção, sob pena de, em não o fazendo, incidirem descontos proporcionais aos problemas apontados, unilateralmente, pelo próprio comprador (VIEIRA, 2015).

A utilização desse tipo de contrato entre agricultores familiares e as empresas parceiras, bem como os bancos, desencadeia, portanto, um processo de determinação do que se produzirá e a

concentração de capital a partir do trabalho do agricultor, gerando, ainda, um controle direto ou indireto sobre sua propriedade, produção e ritmo de trabalho. O fato de o agricultor ter que cumprir um conjunto de exigências e critérios produtivos impostos a ele por contrato faz com que possam ser comprometidas, parcial ou totalmente, outras atividades, porventura, desenvolvidas na propriedade, violando, ainda, a sua autonomia, em decorrência da necessidade de ocupar parte de sua terra e trabalho com a cultura e forma determinada no contrato (SAMPAIO, 2014).

Essas exigências retiram a autonomia do agricultor familiar que vai em sentido contrário ao desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais – sociais, econômicas, políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou discutir a ação do Estado brasileiro na transformação da agricultura familiar por meio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sob o viés ambiental

Em seguida, verificou-se o papel do Estado como agente modificador, buscando o direito ao desenvolvimento daqueles que ali habitam, sendo que uma das formas da ação estatal é a implementação de políticas públicas, como é o caso do Pronaf, sendo disponibilizada uma linha de crédito específica, o Pronaf-Eco – Dendê.

O dendê surgiu, então, como uma grande esperança para o agricultor familiar, uma vez que a política pública prometia significativas melhorias de renda a esses trabalhadores, que, inclusive, estabeleceriam uma "parceria" com grandes empresas, as quais seriam responsáveis por disponibilizar, tanto as informações técnicas, quanto os instrumentos necessários à plantação, além de garantir a compra de suas produções.

A expansão da cadeia produtiva do dendê foi concebida como elemento indutor de desenvolvimento agrário e sustentabilidade na Amazônia paraense.

No entanto, não foi o que se evidenciou na pesquisa empírica, realizada no município de Tomé-Açu, onde por meio das entrevistas, restou evidenciado que o risco proporcionado pela cultura do dendê é repassado apenas ao agricultor familiar, reproduzindo-se um modelo de exploração baseado em interesses exógenos.

Em todas as dimensões, exige-se que o Estado seja ativo e facilitador, por meio das políticas públicas; contudo, cabe, também, aos atores existentes se envolverem e escolherem um desenvolvimento a longo prazo, e não atrelado, apenas, aos aspectos econômicos, mesmo porque esses aspectos não devem ser considerados como entraves ao desenvolvimento.

Faz-se necessário, portanto um rompimento com o modelo tradicional e autoritário de desenvolvimento, desenvolvendo-se uma concepção sobre a importância da unidade familiar camponesa no processo de desenvolvimento e uma visão crítica à instalação dos grandes projetos na Amazônia e do avanço do projeto de integração Nacional, sendo que um dos fundamentos básicos dessa concepção é a defesa da constituição de um novo paradigma de desenvolvimento, cujos preceitos envolvam a sustentabilidade no uso dos recursos naturais (eco desenvolvimento; desenvolvimento sustentável) e a promoção de melhorias nas condições de vida das populações amazônicas (LIRIO, 2011).

As proposições desse modelo desenvolvimentista fundamentam-se no apoio à organização de pequenas empresas agroalimentares e no fortalecimento do agricultor familiar, como mecanismos de se efetivar, de fato, o desenvolvimento rural, associado à preservação do meio ambiente, aproveitando-se dos conhecimentos endógenos, de forma a garantir os anseios do futuro, respeitando-se as gerações futuras, o que não é evidenciado em Tomé-Açu.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Wili; CASTRO, Edna; VEJMELKA, Marcel (Orgs). Amazônia: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010, p. 141-183.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007. Pag. 13. disponível em: <www.portal.mda.gov.br/o/1635683>. Acesso em 10/04/2024.

BARCELOS, E.; RODRIGUES, F. M.; MORALES, E. A. V. Dendeicultura: alternativa para o desenvolvimento sustentável no Amazonas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 1999. 19 p.

BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. 50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. P. 7

DE OLIVEIRA, Wesley Pereira; MACHADO, Natalia Menezes e TRINDADE, José Raimundo Barreto. Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia: Borracha, nordestino e floresta: a economia e a sociedade Amazônica nos dois ciclos gomíferos. Belém: UFPA, 2012, v.1.n.1

FLOHRSCHUTZ, G.H.H.; HOMMA, A.K.O.; KITAMURA, P.C.; SANTOS, A.I.M. O processo de desenvolvimento e nível tecnológico de culturas perenes: o caso da pimenta-do-reino no nordeste paraense. Belém, CPATU, 1983. (EMBRAPA- CPATU. Documentos, 23) p. 15.

HÉBETE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004, v1. P. 75-88

HOMMA, A. K. O.. Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001, Belém, Pará. Anais. Belém, Pará: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001. P. 3-8.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (Orgs.). Revista de Estudos Paraenses (edição especial). Belém: IDESP, 2010. p. 23-24.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI, novas formas de desenvolvimento. São Paulo. Empório do Livro, 2009. P. 85-87.

MARQUES, Gilberto. Estado e Desenvolvimento na Amazônia: a inclusão da Amazônia na reprodução capitalista brasileira. 2007. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 89.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural. Revista Econômica do Nordeste.v.45,p.71-79,2014.

MENDES, Francisco Coelho; GUEDES, Cezar Augusto Miranda. Políticas públicas de inovação e desenvolvimento da agricultura familiar no Rio de Janeiro e em Córdoba. In: VIII Congresso de La Asociación Latinoamericana de Sociologia Rural (ALASRU). Anais. Porto de Galinhas, Grupo Temático: 26 – Estudios Sociales de La Ciencia y La Tecnologia, 2010.p.19.

RAMALHO FILHO, Antonio. Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia. Editores: Antonio Ramalho Filho et al. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. P. 17

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; SANTOS, Ricardo Thomaz. O crédito à agricultura familiar na Amazônia e os desafios do Pronaf para a efetivação do princípio segurança alimentar. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, Brasília, 2016. Anais. Brasília: CONPEDI

TREMACOLDI, Célia Regina. Principais Doenças Fúngicas da Pimenteira-do- Reino no Estado do Pará e Recomendações de Controle. Embrapa, Amazônia Oriental, Belém-PA, 2010. p.10

VIEIRA, Ana Carolina. A integração camponesa ao monocultivo do dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico. Dissertação (Mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

TRANSFORMAÇÕES SOCIOPRODUTIVAS EM TRACUATEUA-PA: REPERCUSSÕES DO PROCESSO DE AVANÇO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO

Tuany Maria Sousa Moura (IFPA)[1],
Lucas do Rosário Luz (IFPA)[2]
Raimundo Ferreira do Rosário (IFPA)[3]
Vilciney Paulo do Carmo Silva (IFPA)[4]

RESUMO: No nordeste paraense, a microrregião bragantina foi, ainda no século XVII, uma das primeiras zonas de ocupação do Pará com o desenvolvimento e instalação de colônias agrícolas para o abastecimento de alimentos ao longo do trajeto Bragança- Belém de considerável destaque até a construção da rodovia Belém-Brasília, em 1940 (LEANDRO E SILVA, 2010). Nesse aspecto, a cidade de Tracuateua-PA (200km de Belém), incluída na Zona Bragantina, estaria inserida tradicionalmente na leitura acadêmica como uma área de pós-fronteira, consolidada no avanço do capital (WANDERLEY, 2018; BECKER, 1990). Contudo, na última década, observamos um processo de atualização dessa fronteira a partir da chegada do agronegócio e de grandes produtores que vem redesenhado o espaço social da região em busca de se estabelecer sob o modelo das *commodities* alimentícias e/ou pecuárias. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi compreender de que forma a chegada desses "agentes de modernização" repercutem no modo de reprodução social do campesinato e como estes últimos trabalham suas formas de resistência frente à esta nova fase de desterritorialização (HAESBAERT, 1997). A pesquisa foi de natureza qualitativa com a utilização de instrumentos da cartografia social, por meio da realização de grupos focais, entrevistas e visitas às comunidades mais afetadas. Como resultados, observamos relatos sobre uma redução na quantidade de famílias com áreas produtivas, redução na diversidade de cultivos, formação de ilhas de isolamento, formação de latifúndios (com o assédio a compra de terras a baixo preço) e proletarização do agricultor. Na área socioambiental temos: desmatamento e perda da biodiversidade, uso de agrotóxicos associados à atividade pecuária com possível contaminação dos rios e restrição ao acesso de espaços outrora coletivos. Por outro lado, contrariando a colonização cultural, constatamos a continuidade de processos de construção identitária através de um intenso calendário de atividades culturais, festividades e torneios que desenvolvem um sentido de comunidade e pertencimento. Na perspectiva do conceito de fronteira, estes resultados podem refletir na sua atualização (WANDERLEY, 2018). Na categoria socioambiental, observamos impactos semelhantes ao processo de chegada do capital em regiões nas quais se misturam relações capitalistas e não capitalistas de produção (MARTINS, 1997) e, no que se refere à dimensão simbólica, nos deparamos com um processo de construção da alteridade a partir da disputa de territorialidades.

Palavras-chave: campesinato; reprodução social; territorialidades.

[1] Professora da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais, Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email:tuanymoura@ifpa.edu.br
[2] Graduando em Licenciatura em Educação do Campo: ciências humanas e sociais, IFPA- Campus Bragança, Brasil. Email: lucasdorosarioluz@gmail.com
[3] Graduando em Licenciatura em Educação do Campo: ciências humanas e sociais, IFPA- Campus Bragança, Brasil. Email: raimundo022rosario@gmail.com
[4] Graduado em Licenciatura em Educação do Campo: ciências humanas e Sociais, IFPA- Campus Bragança, Brasil. Email: vilcisilva77@gmail.com

INTRODUÇÃO

Tracuateua é uma cidade localizada no Nordeste Paraense, mais precisamente, na chamada Microregião Bragantina e até o ano de 1997 fazia parte da cidade de Bragança. Ela encontra-se distante 188km da capital Belém e seu principal acesso é pela BR 316.

A microrregião Bragantina[5] compreende uma classificação que engloba treze municípios circunvizinhos no trajeto de ocupação e povoamento da antiga Estrada de Ferro de Bragança (EFB). Essa zona foi a primeira fronteira de colonização do estado do Pará. Segundo Leandro e Silva (2010), a frente de expansão dessa região foi resultado da resistência de uma classe não-proprietária ao trabalho compulsório nas fazendas e áreas de exploração da borracha. Esses trabalhadores livres, mestiços, caboclos, africanos recém-libertos ou fugidos foram-se somando à imigração do branco europeu e do nordestino, pressionando a fronteira e abrindo espaços de ocupação. Essa formação, por sua vez, vai levar à composição de um campesinato diverso que foi se adaptando aos biomas locais, compondo identidades, articulando espaços e transformando-os em territórios de reprodução social e cultural[6].

Segundo as informações do IBGE (2010) cerca de 70% da população de Tracuateua mora na zona rural e o recenciamento do total de 2.718 estabelecimentos agropecuários no ano de 2006 mostrava que 88% das propriedades no município não chegavam ao tamanho de 20 hectares (BARBOSA *et al*, 2010), sendo classificados, portanto como pequenas propriedades[7] ou minifúndios.

Contudo, nos últimos anos, a composição dessas territorialidades vem sofrendo com a chegada de sistemas de produção voltados ao modelo do agronegócio que cada vez mais aumenta seus limites físicos e simbólicos[8]. Na tabela abaixo, elaborada por Nogueira (2022), a partir do Censo

---

[5] Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé Açu, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará e Tracuateua

[6] Em Tracuateua, essa população vai se dividir entre as regiões dos campos naturais, região de colônia e cidade. Na região dos campos, situados na costa litorânea, atualmente, funciona a área da RESEX Marinha de Tracuateua com aproximadamente 2500 famílias. Trata-se de populações tradicionais, que sobrevivem da pesca, agricultura e criação de pequenos animais. Nessa região temos a existência de dois quilombos: o quilombo do Jurussaca e o do Torres e, por fim, a área urbana onde mora a minoria da população (cerca de 30%) segundo os dados do IBGE (2010).

[7] Segundo o site da EMBRAPA, o módulo fiscal no município de Tracuateua corresponde a 55 hectares. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade, seu valor expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável. Na Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), a definição de pequena propriedade descreve um imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais e média propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais), ficando entendido que o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais."

[8] MALHEIRO (2022) defende a relação a desterritorialização física e simbólica, uma vez que a chegada da economia das commodities está relacionada ao consumo cultural e religioso que constrói subjetividades suscetíveis, inclusive à posicionamentos políticos de extrema direita.

Agropecuário de 2017 do IBGE, podemos observar que 10,61% dos estabelecimentos agropecuários concentram 50,51% da área total das terras agricultáveis do município, enquanto que a agricultura familiar que representa 89,39% dos estabelecimentos se divide entre os outros 49,49% das terras.

Tabela 1. Número, área (ha) e pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários no município de Tracuateua – 2017.

Tipo de Agricultura	Estabelecimento		Área (hectares)		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Número	%	Número	%
Familiar	2.746	89,39	14.024	49,49	11.586	87,32
Não familiar	326	10,61	14.314	50,51	1.683	12,68
Total	**3.072**	**100,00**	**28.338**	**100,00**	**13.269**	**100,00**

Fonte: Elaborado por Nogueira (2022) a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA 2022)

Diante desse cenário, o objetivo da pesquisa iniciada a partir de abril de 2023 foi compreender os impactos das transformações do processo de avanço da desterritorialização do capital no campo, sobretudo, na sua fase atual, de inserção do agronegócio na região.

METODOLOGIA

A motivação para este estudo veio da experiência em sala de aula com os alunos da Licenciatura em Educação do campo: Ciências Humanas e Sociais do IFPA-Campus Bragança. Ao ministrar as disciplinas de Sociologia do Trabalho no Campo e, mais recentemente, Sociologia rural, nos aproximamos da discussão sobre a questão agrária no Brasil e no Pará e os relatos sobre a chegada de grandes fazendeiros em Tracuateua se tornou recorrente. A partir desse fato, iniciamos, em 2023, um projeto de pesquisa[9] em duas
comunidades que estavam, dentre as regiões apontadas pelos estudantes, como as mais afetadas, a saber: a comunidade da Mangueira e do Caranã que se situam na região da colônia do município próximo à BR-308.

A pesquisa foi de natureza qualitativa com inspiração na utilização de instrumentos da Nova Cartografia social, por meio da realização de grupos focais, entrevistas e visitas às comunidades mais afetadas. Utilizada por sociólogos e antropólogos, a partir da década de 1990, a cartografia social tem como objetivo a construção de mapas que possibilite a identificação socio-cultural de uma população associada à paisagem construída coletivamente, como destaca Almeida (2013):

> Poderia ser nomeada como uma "nova descrição", que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, a vida social de povos, comunidades e grupos, classificados como "tradicionais" e considerados à margem da cena política, mas

[9] A pesquisa contou com o financiamento de um Edital interno da Assistencia Estudantil do IFPA, EDITAL nº 01/2023/PROPPG.

> que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la. (ALMEIDA, 2013, p.157)

Assim, a cartografia social nos ajudou a compreender como se dá a apropriação do espaço em território para as comunidades. Quais são os elementos importantes e o que significam, que relações sociais engendram, observar como foram sendo transformados, identificar os usos, as memórias estabelecidas situadas nos espaços e eventos da comunidade.

A primeira atividade da pesquisa de campo foi realizada na comunidade da Mangueira, situada a 3km da cede do município, na escola E.M.E.F. Manoel Tito da Luz, onde reunimos um grupo de 16 pessoas, entre jovens, adultos e idosos da região. A dinâmica consistia em: realização de uma mística para abertura, seguida de apresentação do projeto com leitura e esclarecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguidos de uma roda de conversa, lanche e construção da cartografia da comunidade pelos presentes.

A roda de conversa funcionava como uma introdução ao tema e consistia em um cenário composto por elementos da agricultura familiar: sementes de feijão, café, abano, tipiti, vasos de barro, bandeiras de luta, ferramentas, dentre outros (figura 1). Cada participante era encorajado a escolher um objeto do centro da roda e falar a respeito da sua relação com ele. Durante essa dinâmica conseguimos observar a leitura geracional das transformações da região, além da identificação ou não as ferramentas tradicionais de representação da atividade camponesa.



Figura 1- Montagem da Mística e da Roda de Conversa com elementos da agricultura familiar. Fonte: arquivo da pesquisa.

Após essa dinâmica os participantes foram distribuídos em dois grupos escolhidos de forma aleatória para a construção do mapa temático da comunidade. O grupo 1 ficou responsável por retratar a chegada do membro mais antigo da comunidade até e o grupo 2 desenharia a comunidade com a configuração atual. Deixamos a classificação do “antes” e “hoje” para o próprio grupo que

consideraram as mudanças do “antes” a partir do ano de 1979 a 1997 e o “hoje” foi retratado com a configuração de 2013 aos dias atuais.

Para mobilizar os grupos sugerimos alguns pontos de análise, tais como: Como era a comunidade “antigamente”? (pensar em como descrever o espaço); Espaços de lazer/Espaços de trabalho/Espaços produtivos (o que era produzido?); Espaços de uso comum/Espaços de uso privado; Como era o acesso? Estrada? Oferta de serviços públicos e privados; Zonas de conflito/ Espaços de manifestações culturais/ Espaços sagrados e/ou religiosos. Ambos os pontos serviram como referencia para o grupo do “antes” e do “hoje”.

O mesmo processo se repetiu na comunidade do Caranã, onde participaram da dinâmica 7 pessoas. É importante observar que as dinâmicas se complementavam e durante a confecção dos mapas, havia um diálogo e busca de entendimento das mudanças e suas percepções por parte dos moradores que relacionavam fatos da sua vida com as transformações do espaço; ou ainda, os pesquisadores se revezavam na compreensão das informações e entendimentos. Assim, algumas entrevistas surgiram dentro da confecção dos grupos.

É importante relatar que os nomes dos entrevistados e participantes foram preservados, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim como detalhes que pudessem identifica-los.

DESENVOLVIMENTO

O processo de desterritorialização no campo e o Agronegócio

O entendimento do agronegócio hoje compreende uma lógica que extrapola a atividade da agricultura em si ou mesmo a definição de “setor agrícola” chegando a dimensionar uma rede de controle e poder de capital transnacional articulada com empresas nacionais e apoio no congresso da chamada “bancada ruralista” (MONERAT, 2014).

Essas empresas se articulam no financiamento, fornecimento de máquinas e insumos, energia, comunicações, pesquisa, produção, beneficiamento, circulação, exportação, dominando diversas cadeias produtivas envolvidas no processo.

Foi durante os governos militares e a chamada modernização conservadora no campo que assistimos ao início da expansão dos setores que integram desde a produção de sementes ao beneficiamento e exportação, nas chamadas agroindústrias. O Estado teve participação ativa nesse processo: primeiro na realização de uma política de terras (assentamento), seguida pelo investimento em pesquisas de correção do solo no cerrado, melhoramento genético de sementes, criação de

políticas de incentivo de desenvolvimento[10] e crédito (GRAZIANO DA SILVA *et al*, 2006; HEREDIA *et al*, 2010) e melhoramento das infraestruturas locais.

Na Amazônia, o avanço das fronteiras seguiu o caminho de exploração desenhado pelos investimentos estatais. Os estudos indicam que as frentes pioneiras[11] dessa economia do agronegócio avançam em algumas direções principais na Amazônia paraense: na região do sul do Pará, composta pelo Pólo Carajás, assim como os municípios Marabá, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu (GODFREY, 1989) ; a região oeste do Pará no entorno da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), com um movimento proveniente do Maranhão, ganhando as terras de Paragominas e do Tocantins, em direção ao Sudeste do estado (PASSOS, 2017) e nos municípios de Santarém, Altamira, Itaituba e Novo Progresso, ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) (CASTRO; CASTRO, 2022).

Já na região estudada, em Tracuateua, observamos o avanço na formação de latifúndios, onde na transformação das terras de herança em terras à venda, disponíveis para a acumulação do capital. Isso ocorre em uma Zona de tradição na agricultura camponesa formada por pequenas propriedades em avanço recente e acelerado, semelhante ao que Wanderley (2018) discute como uma atualização do conceito de fronteira. Assim, apesar da microrregião Bragantina ser historicamente uma das primeiras zonas de ocupação, existem ainda alguns bolsões de terras que são ocupadas por várias comunidades familiares de camponeses e assim, estão coexistindo com a formação de latifúndios que tem experimentado a produção de *commodities*. Vejamos o depoimento de um dos entrevistados quanto à assédio na compra de terras na região:

> Pesquisadora: chegou alguém perguntando se o senhor queria vender?
> Entrevistado: um gaúcho perguntou pra mim. Ele disse assim: "ei rapaz, vamo vender o terreno". Eu disse é, se você tem 5 bilhões pá meter na mão do caboco. Ele nunca mais tocou nesse assunto. Não com orgulho, mas minha mãe deixou um lugar pra onde eu ficar. Eu digo pros meus filho que eles vão ficar sem eu, assim como eu não tenho mais pai nem mãe (...). Uns parente pá banda do Caranã já venderam tudo o terreno, não faz muito tempo não. Eu fui na rua, um amigo meu disse assim "ei tu não me arruma lá umas 10 tarefa de mato?" Eu disse não, meu mato é pouco e nós trabalha, ele olhou pra mim e disse: é tu faz isso porque tu tem. Eu disse: olha rapaz, pelo amor de Deus não diga isso. Pois assim como eu tenho vocês tinham, por que vocês venderam? Por que vocês venderam? Por causo de 5 mil reais, você vendeu e agora, minha gente ali, não é falando mal, mas não é falando da vida de ninguém (...). Você vendeu esse terreno por pouco dinheiro. (Trecho da entrevista com um morador da comunidade)

[10] Para citar alguns desse período: o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), o Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (criado em 1975), o PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (1972) e o Padap – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (1973) (HEREDIA, 2010).

[11] José de Souza Martins (1997) diferencia frentes de expansão e frente pioneira. A primeira estaria relacionado ao crescimento demográfico e a segunda ao avanço da fronteira econômica pelos agentes de modernização (bancos, fazendeiros e até o próprio Estado) no processo de construção de um espaço capitalista.

Na entrevista, o nosso interlocutor descreve uma situação latente na comunidade, algumas famílias, por exemplo, venderam senão toda, a parte produtiva das suas terras permanecendo somente com o espaço da casa, passando a buscar trabalho ou na lavoura de outros ou migrando para outras regiões para trabalhar como bóia fria e/ou na pesca em Santa Catarina.

Conforme o entrevistado acima menciona, também foi possível constatar por meio da roda de conversa, um problema geracional na continuidade do trabalho com a terra:

> Um dos participantes falou sobre a perca da identidade e dos conhecimentos tradicionais, "muitos jovens hoje não sabem fazer um paneiro, um abano, plantar uma roça, torar uma farinha". Relatou também que, "hoje tudo é comprado, não se planta mais". Uma das participantes relatou sua história de vida com suas irmãs na agricultura, mostrando a forma da mulher camponesa nos trabalhos da lavoura, "papai só fazia mandar roçar a roça e eu e minhas irmãs que tomava de conta, nós plantava, colhia, carregava a mandioca na cabeça até no rio. Na hora de torrar a farinha, era nós que torrava e depois o papai vendia e nós comprava as despesas de casa e as coisas para nós". Os jovens ficaram tímidos observando as falas dos adultos, testemunharam a diferença dos modos de vida na labuta diária como era antes e como está no dia de hoje. Um dos jovens pegou a farinha e disse, "eu sempre trabalhei com
> os meus pais na roça, mais tenho até vergonha de falar que eu não sei torrar a farinha". Outra jovem falou dos grãos de café que estavam em exposição, "esse café me lembra minha mãe quando eu era criança, nós estendia a lona em baixo e ia colher o café. Nessa época aqui tinha muitos pé de café e mamãe torrava e nós não comprava, hoje não tem mais ". Outra jovem relatou sobre a cultura do feijão caupi, no período essa cultura agrícola movimentava a economia do município, muitas casas da comunidade foram construída com o dinheiro da venda do caupi. (Fonte: Diário de campo de um dos pesquisadores em 18/08/2023)

Assim, o agronegócio vem apresentar uma fronteira física de alteridade em um espaço que já tem seus dilemas provenientes da relação rural-urbano. As falas deixam explícitas as diferenças entre as gerações de moradores mais idosos e os mais jovens. Essa quebra na continuidade das atividades agrícolas, no saber de produzir na terra e até o interesse por outras atividades que não seja a de trabalho com a agricultura por parte das novas gerações podem facilitar o processo de desterritorialização, pois uma vez que ocorre a morte do patriarca da família, os filhos podem achar pertinente a ideia de vender as terras e migrarem para a cidade.

Ainda no trecho da entrevista podemos observar que o interlocutor possui um sentimento especial pela terra herdada de herança da mãe, há o laço de construção familiar e identitária, diferente do uso do espaço pelo agronegócio que segue uma lógica restrita de mercantilização, onde o território só tem valor de mercadoria. No caso estudado é quase um contrassenso dizer que o agronegócio forma territórios, uma vez que sua ação não promove a identificação com o espaço, pelo contrário, sua relação com o espaço é de não-lugar, uma vez que o único objetivo é a obtenção de lucro por meio da especulação e/ou exploração. Já a relação do camponês com a terra é, segundo SILVA

(2007), uma relação identitária, como terra de produção e reprodução da vida em todas as suas dimensões.

Para o entendimento do termo territorialização, desterritorialização, vamos usar a definiçao de Raffestin (1993) para o primeiro e Haesbaert (1997) para o segundo. Raffestin explica as "territorialidades" a partir da transformação do "espaço". Este seria a unidade preexistente, que, a partir da ação social, da apropriação por um grupo, se territorializa. Dessa forma, territorialidade estaria relacionado ao processo de apropriação de um espaço, de reivindicação de um lugar por um grupo. A territorialidade teria assim, três elementos na sua composição: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Já a desterritorialização estaria mais relacionada à dimensão econômica do território. Trata-se da contradição Capital-Trabalho na produção do espaço de disputa entre as classes sociais (HAESBAERT, 1997). Nesse caso estudado, as múltiplas carências associadas ao pouco acesso de políticas públicas no campo tornam esse público vulnerável à venda de terras a baixos preços.

Outra figura mencionada é a do gaúcho. O termo é usado para designar grupos "de fora" que, à princípio, foram usados para facilitar a entrada do modelo de produção do agronegócio na Amazônia por meio dos assentamentos criados na década de 1970 nos governos militares. A narrativa entorno do "gaúcho" é construída sobre a imagem do "desbravador", como aquele que foi pioneiro em construir espaços produtivos onde existia um "vazio" demográfico ou econômico, ignorando toda a política de financiamento e direcionamento do estado ao setor. Outros atributos que constitui a imagem desse personagem social seria origem/ descendência italiana e alemã proveniente do movimento migratório do século XIX no sul do país e regiões vizinhas. Interessante destacar que esses grupos já tinham conhecimentos dessa cultura e tinham herdado a maneira européia de trabalhar com a terra que consistia na derrubada total da mata para em seguida plantar o sistema de monocultura, isso os caracterizou como o "agricultor do limpo" (SILVA, 2007; GODFRAY, 1989; HAESBART, 1997).

A compreensão do processo segundo as comunidades

Das representações trabalhadas nos grupos focais, observamos pontos de alguma forma contínuos que mudaram os espaços e as relações de, pelo menos duas gerações, com eles. Dentre esses, destacam-se a redução na diversidade da produção na agricultura, o crescimento do latifúndio, a redução de acessos aos espaços de uso comum e os impactos no processo de desmatamento e uso de agrotóxicos.

Em relação a agricultura, destaca-se uma redução das áreas destinadas a produção que está relacionada, justamente à venda de terras, mas também a um processo de dependência da

colonização química. O avanço e a produtividade da agricultura para a produção familiar estavam muito relacionados à uma maior utilização de terras, no esquema de corte e queima, onde relatam que o solo respondia bem até certo período, após a década de 70/80 foi introduzida a utilização de adubo químico. Até 2015 existia uma cooperativa que

atendia aos pequenos agricultores fornecendo adubo e trator em troca de uma porcentagem da produção. Contudo, a cooperativa fechou e o preço do feijão caiu, a partir da concorrência da produção em outros locais, o que fez com que o preço não compensasse mais sua produção.

Como os preços do mercado deixaram de compensar a produção para a venda de determinados produtos, como o arroz, o café e o feijão, hoje o único produto que é colocado para a venda é a farinha, os demais existem somente para o consumo. Portanto, a limitação do tamanho do terreno, seguido pelo empobrecimento do solo, dependência no uso de fertilizantes, preço de mercado, criaram o cenário que temos hoje nas duas comunidades.

Em relação as consequências ambientais, foi relatado que o manancial de 3 rios (Braço Seco, Pontilhão e Cabeceira do Bebe àgua) que ficam nos terrenos comprados por um dos empreendimentos do agronegócio que nasciam na região do Caranã estão sofrendo um processo de aterramento. Também o rio conhecido como Fundo do Terreno é por onde escoa todos defensivos, agrotóxicos e outros produtos usados na produção da fazenda. Os rios são usados pela comunidade para banho, lavar roupas e pescar. O produto inicial de cultivo desses grandes produtores de início foi a soja, o arroz e hoje o maior produto é a criação de gado e búfalos.

Atualmente, segundo contam os moradores são poucas as famílias que ainda produzem.

> Outro elemento Importante observado, é que poucas famílias possui terreno agrícola. Os lotes que restam estão sendo vendidos para o gaúcho. " Está ficando difícil até para conseguir lenha próximo" informou um morador. Poucas pessoas produzindo, não há sementes crioulas. (Caderno de Campo, em 03 de novembro de 2023).

> Perguntamos quantas famílias moram aproximadamente na região, e ele falou que eram 70 famílias em média. Dessas 70, somente 20 ou 30 famílias tem espaço de produção. As demais não tem mais lotes produtivos. (Cadernos de Campo, em 03 de novembro de 2023)

Contudo, é importante notar também que as comunidades mantêm ainda muitas tradições no âmbito cultural. Quando perguntado no mapa para os mais jovens, quais eram os espaços que eles mais gostavam, eles citaram o açude/rio e o campo de futebol.

O futebol e a igreja são formas de socialização significativa na comunidade. Existem dois clubes de futebol que disputam na comunidade e são responsáveis também por organizarem festas.

Os rios/açudes são usados para banho, lazer, lavar roupa e quando falta energia toda comunidade usa o rio como fonte de água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar durante a realização da pesquisa que o avanço da mais atual forma assumida na exploração do capitalismo no campo, notadamente, o agronegócio, vem a se somar a uma longa trajetória de expropriação no campo, onde, aparentemente, vem se renovando e se atualizando em regiões de fronteiras de ocupação antiga.

A falta de acesso às políticas públicas para o agricultor familiar promove uma aceleração desse processo por meio da criação de condições vulneráveis na qual o pequeno produtor se encontra e o torna, muitas vezes, suscetível a venda de terras a preços muito baixos. Além disso, a urbanidade ideológica, o envelhecimento do produtor rural e o rompimento geracional das tradições também tem contribuído para a falta de perspectivas no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades especificas e politização da consciência das fronteiras" in Povos e Comunidades Tradicionais. Catalogo. Livros, Fascículo. Manaus. PNCSA/UEA. 2013.

BARBOSA, Merivan da Silva; SANTOS, Marcos Antonio Souza; SANTANA, Antonio Cordeiro de. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E TECNOLÓGICA DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO-CAUPI NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, NORDESTE PARAENSE. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 5, n. 10, jan./jun. 2010

CASTRO, Edna Maria Ramos de.; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. Novos Cadernos NAEA • v. 25 n. 1 • p. 11-36 • jan-abr 2022

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Consulta: "Módulos Fiscais", pesquisa realizada em 06/09/19. Disponível em: https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em: 22/03/2023

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. & DEL PORTO, E. (2006), "(Re)Negociação das dívidas agrícolas". Anais do XLIV Congresso da Sober, Fortaleza.

GODFREY, Brian. Frentes de expansão na Amazônia: uma perspectiva geográfico-histórica. Geosul, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. RBCS Vol. 25 n° 74 outubro/2010.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. CONTRIBUIÇÃO À INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO NA ZONA BRAGANTINA DO ESTADO DO PARÁ. Paper do NAEA 272, Outubro de 2010.

MALHEIRO, Bruno. Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das commodities, do negacionismo e a fé evangélica no Brasil. Rio de Janeiro: Amazonia Latitude Press, 2022.

MARTINS, José. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo/SP: Contexto, [2009] 1997.

MONERAT, JULIO. FUNDAMENTOS SOCIO-ANTROPOLÓGICOS APLICADOS AO MEIO RURAL. APOSTILA. INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. Disponível em< https://geopraxis.files.wordpress.com/2014/01/fundamentos-sc3b3cio-antropolc3b3gicos-aplicadosao-meio-rural.pdf>

NOGUEIRA, AMANDA DA SILVA. ESTRUTURA E DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, NORDESTE PARAENSE. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, p.38, 2022.

PASSOS, Messias Modesto dos. BR-163, de Cuiabá a Santarém. Ci. & Tróp. Recife, v. 41, n. 1, p. 139-164, 2017.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. Revista Geografias Vol.3, N°1. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2007.

WANDERLEY, LUIZ JARDIM DE MORAES. REPENSANDO A NOÇÃO DE FRONTEIRA NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI. Terra Livre São Paulo Ano 31, Vol.1, n 46, 2018.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

A PSICOLOGIA E OS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES À PRODUÇÃO DE ATINGIDOS

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues[1] (PPGP-UFPA/CRP-10)
Jueuda Duarte Guerra[2] (PPGP-UFPA/CRP-10)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir sobre a atuação da psicologia no contexto dos grandes projetos na Amazônia, propondo um deslocamento prático da noção de atuação da psicologia em situações de emergências e desastres para atuação junto às populações atingidas. Para tanto, resgatamos alguns marcos importantes no campo da regulamentação da atuação profissional da psicologia no tocante a atuação nas situações de risco, emergências e desastres para, em seguida, debater sobre o papel da(o) psicóloga(o) no contexto amazônico, mais especificamente, nas regiões entrecortadas pelos grandes projetos, sejam eles minerais, hidrelétricos, portuários etc. Para este debate, ancoramo-nos no acúmulo da psicologia social crítica latino-americana, fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Dialogamos também com a prática de orientação profissional efetuada pelo Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região Pará e Amapá (CRP-10), em especial no desenvolvimento do Projeto CRP-10 ao Seu Lado, para concluir que, na Amazônia, a atuação da psicologia deve estar comprometida com a análise e transformação da realidade visando transformá-la para a garantia dos direitos dos seus povos e que, portanto, é indispensável uma prática que se processe junto às populações atingidas pelos grandes projetos.

Palavras-chave: psicologia; grandes projetos; atingidos; CRP-10; Amazônia.

INTRODUÇÃO

A psicologia brasileira já tem mais de 60 anos desde a sua regulamentação como profissão, mas o debate sobre a sua atuação profissional em situações de risco, emergências, desastres e calamidades públicas é relativamente recente. Por outro lado, se olharmos para a Amazônia, os grandes projetos, sejam eles minerais, hidrelétricos, portuários, hidroviários ou ferroviários, começam a ser implementados ainda na década de 1970, pela Ditadura Civil-Militar, tendo como suas marcas, por exemplo, o Projeto Ferro Carajás, a Hidrelétrica de Tucuruí e o Complexo Industrial-Portuário de Vila do Conde, no Pará. Estes grandes projetos, dentre muitos outros que os sucederam, por sua vez, produziram e ainda produzem centenas milhares de pessoas como atingidas por seus impactos sociais, ambientais e econômicos, populações ribeirinhas, camponesas, indígenas, quilombolas, trabalhadores extrativistas e nas periferias dos centros urbanos.

Nestes marcos, este trabalho visa discutir o papel da psicologia e das(os) psicólogas(os) neste contexto, retomando o acúmulo dos debates e diretrizes nacionais sobre atuação da psicologia em situações de riscos, emergências e desastres, principalmente a partir das iniciativas do Conselho

[1] IFCH-PPGP-UFPA/CRP-10, Brasil. E-mail: robertdr.psi@gmail.com.
[2] IFCH-PPGP-UFPA/CRP-10, Brasil. E-mail: jureuda@gmail.com.

Federal de Psicologia (CFP) e das elaborações de alguns profissionais/pesquisadores. Em seguida, discutiremos sobre as definições de grandes projetos no contexto da Amazônia e sobre o conceito de atingido para, na sequência, apresentar alguns resultados da atuação do Conselho Regional de Psicologia (CRP-10) através do Projeto CRP-10 ao Seu Lado, a partir de sua experiência junto às(aos) psicólogas(os) que atuam em diferentes regiões do Pará entrecortadas por diferentes grandes projetos.

O lugar de onde falamos é o da psicologia e, mais especificamente, da psicologia social crítica, considerando as especificidades da formação do ser social a partir dos pressupostos teórico-metodológico-políticos do materialismo histórico-dialético. Um campo que se desenvolve na psicologia, criticando-a e propondo uma abordagem crítica da realidade, concebendo a produção dos sujeitos na perspectiva da unidade, sem dissociar as suas dimensões subjetivas e objetivas, individuais e coletivas, econômicas e ideológicas, macro e microestruturais (VAISMAN, 2009; CHAGAS, 2013).

A psicologia social crítica, portanto, na medida em se fundamenta na realidade social da América Latina, através da contribuição de importantes psicólogas e psicólogos como Martín Baró, Maritza Montero, González-Rey e Silvia Lane, ganha materialidade em abordagens como a psicologia comunitária e a psicologia da libertação, constituiu-se em um modo de pensar e intervir na realidade social enquanto uma práxis, tendo em vista a superação e a transformação radical das condições estruturantes que determinam a exploração, a opressão e a dominação na sociedade capitalista (LANE, 1989; MARTÍN-BARÓ, 2013).

Nosso objetivo, deste modo, é propor um deslocamento para a prática profissional, aproximando-a de uma posição para atuação junto às populações atingidas por grandes projetos na Amazônia. Ressaltamos que a nossa orientação está fundamentada na Psicologia Social Crítica Latino-americana, sendo esta assentada sobre os pressupostos do materialismo histórico-dialético, que delega à(ao) psicóloga(o) a tarefa histórica de analisar criticamente a realidade objetivando transformá-la a fim de superar as estruturas sociais fundadas na exploração e na opressão de classe. Deste modo, não nos furtamos também ao papel político desempenhado pela psicologia, afirmando a necessidade de uma profissão comprometida com a defesa e garantia de direitos das populações amazônicas.

1. ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE RISCO, EMERGÊNCIAS E DESASTRES

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) – Resolução CFP nº 010/2005 – estabelece, em seu Art. 1º, alínea "d", que é dever da(o) psicóloga(o) "prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou emergência, sem visar benefício pessoal" (CFP, 2005). Até este momento, porém, da publicação do CEPP, o debate sobre este campo de atuação profissional ainda era incipiente no Sistema Conselhos de Psicologia[3], sendo este dispositivo da resolução um importante marco para o avanço dessas discussões a nível nacional.

Até o momento, era comum encontrar profissionais de psicologia dispersos pelo Brasil, prestando serviços voluntários de atendimento a vítimas de incêndios, alagamentos, enchentes e deslizamentos de terra. Na maioria das vezes, estes atendimentos estavam pautados no caráter paliativo ou remediativo frente às perdas e abalos emocionais provocados como consequência das situações de emergência. Destaca-se, também, a atuação de psicólogas(os) junto às políticas de Defesa Civil no atendimento às pessoas e famílias afetadas pelos acontecimentos. Visando, ao mesmo tempo, valorizar e sistematizar essas práticas, mas também refletir sobre diretrizes para este fazer profissional, o CFP propões a realização de encontro nacional para reunir estes profissionais, pesquisadores e estudantes na área.

Deste modo, o CFP realizou em Brasília, de 07 a 10 de junho de 2006, o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, tendo como tema "Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades Mais Seguras", realizado em parceria com o Ministério da Integração Nacional e a Defesa Civil. A segunda edição do Seminário ocorreu de 23 a 25 de novembro de 2011, também em Brasília, sendo marcado pela articulação com a Rede Latino-Americana de Psicologia em Emergências e Desastres[4].

Em ambos os Seminários, um dos principais pontos de discussão esteve relacionado ao caráter preventivo da atuação da psicologia, considerando o papel da(o) psicólogo na gestão dos riscos e na construção de planos de prevenção para o cuidado às pessoas afetadas. Como proferiu o psicólogo Marcos Vinícius na mesa de abertura do I Seminário:

> Lastimavelmente, a tradição ao tema das emergências e desastres tem sido de negligência em relação aos aspectos relativos à prevenção. Costumamos dizer que Deus é brasileiro, e que isso nos garantiria em várias circunstâncias. Efetivamente, para romper essa inércia, essa atitude cultural, que é a de se desprevenir, de se desproteger diante dos eventos e que tem produzido tantas perdas, não somente

[3] O Sistema Conselhos de Psicologia é a organização nacional que congrega o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

[4] Informações relativas ao I e II Seminários estão disponíveis no site: https://emergenciasedesastres.cfp.org.br/.

> materiais, mas principalmente humanas, gostaríamos de colocar a Psicologia das emergências e desastres como um recurso fundamental na área do conhecimento e na área profissional para que possamos transformar esse aspecto cultural (CFP, 2006).

Dos dois Seminários foram produzidos cadernos de textos com as discussões das mesas de debates[5] e, ainda em 2011, o CFP publicou o livro *Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação*[6]. Na sequência, em 2013, foi publicada a *Nota Técnica Sobre Atuação de Psicólogas(os) em Situações de Emergências e Desastres, relacionadas com a Política de Defesa Civil* e, em 2016, esta foi atualizada sob a forma da *Nota Técnica Sobre Atuação da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres, relacionadas com a Política de Proteção e Defesa Civil*[7]. Evidentemente, o CFP estava preocupado com a atuação das(os) profissionais na interface com as políticas públicas, tanto que, em 2021, através do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CFP), foram publicadas as *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Gestão Integral Riscos, Emergências e Desastres*[8].

Este processo revela o amadurecimento das discussões na categoria e comprometimento do CFP com o tema, tendo em vista a transição de uma posição centrada na atuação profissional tão somente nas situações emergenciais para a perspectiva preventiva, considerando a gestão integral dos riscos associados aos acontecimentos. Do mesmo modo, o papel político da psicologia neste processo também passou a ser pautado, corroborando para um deslocamento da prática profissional voltada ao questionamento das motivações das situações de emergências e desastres e a defesa dos direitos humanos violados por estas situações e seus agentes, como figura nas Referências Técnicas:

> É preciso questionar o que caracterizamos como riscos, emergências e desastres, compreendendo que no Brasil situações de extrema vulnerabilidade social são naturalizadas a tal ponto, que deixamos de tratá-las e nomeá-las como desastrosas e emergenciais. É fundamental que o fazer da Psicologia não normalize situações violadoras dos direitos humanos, pelo contrário, promova o enfrentamento constante das injustiças e desigualdades sociais. Para tanto, é necessário que as(os) profissionais se integrem intersetorialmente às políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Educação, Defesa Civil etc. Nessa direção, essa Referência

[5] Disponíveis em: http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/emergencias-desastres.pdf e http://www.abrapede.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Textos-Geradores.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2014.

[6] Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/emergencias_e_desastres_final.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2024.

[7] Disponíveis em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/NOTA-T%C3%89CNICA-SOBRE-ATUA%C3%87%C3%83O-DE-PSIC%C3%93LOGA-O-EM-EMERG%C3%8ANCIAS-E-DESASTRES.pdf e https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-T%C3%A9cnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versao-para-pdf-13-12.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2024.

[8] Disponível em: https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/027-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologas-os-na-Gestao-Integral-de-Riscos-Emergencias-e-Desastres.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2024.

> Técnica é um instrumento potente para demarcação do compromisso ético-político da Psicologia com a sociedade brasileira (CFP, 2021).

No campo acadêmico, por sua vez, existem diversos pesquisadores que vêm se dedicando ao tema da atuação da psicologia em situações de riscos, emergências e desastres, com destaque para ao trabalhos de Trindade & Serpa (2013), Weinstraub et al (2015) e Silva, Silva & Bafuri (2023). Por outro lado, vêm crescendo, ao longo dos anos, as pesquisas dedicadas aos impactos na saúde mental de pessoas e comunidades atingidas por grandes projetos, sejam por barragens hidrelétricas ou rompimentos de barragens de rejeitos minerais, como as de Marques et al (2018), Pozzebon & Ferreira (2018) e Noal, Rabelo & Chachamovich (2019).

Destaco, também, os estudos na psicologia que buscam investigar os impactos e transformações provocadas pelos grandes projetos a nível da subjetividade dos atingidos por grandes projetos, tanto no âmbito individual quanto coletivo, tais como os de Morais & Monteiro (2019), Silva, Bucher-Maluschke & Mori (2021) e Rodrigues (2022). É neste sentido, mas fazendo um recorte para o contexto dos grandes projetos na Amazônia, que pretendemos contribuir com o que já vem sendo acumulado, em uma perspectiva crítica, deslocando o entendimento para uma posição voltada à atuação da psicologia junto às populações atingidas.

2. OS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA E O CONCEITO DE ATIGIDO

São inúmeros os trabalhos, nos mais variados campos do conhecimento, dedicados ao tema dos grandes projetos. Não obstante que, dentre estes estudos, alguns acabem se limitando aos seus impactos ambientais (SILVA & SILVA, 2011), não são poucos os que buscam compreendê-los e problematizá-los de maneira multidimensional, sem ignorar suas especificidades no que diz respeito ao meio ambiente, mas tomando-as como indissociáveis de suas dimensões sociais, econômicas e políticas e suas consequências sobre os atingidos.

É importante destacar que existe um acúmulo histórico de consideráveis pesquisas sobre as Usinas Hidrelétricas (UHE) no Brasil que são fundamentais para a análise e compreensão dos grandes projetos. Em nosso país, as primeiras grandes barragens remontam sua construção à época da ditadura miliar, momento em que o Estado brasileiro passou a investir no setor hidrelétrico visando suprir a demanda que crescia a taxas superiores à oferta de energia (HON, 2016). Nesse contexto, foram construídas importantes usinas e delas se desdobraram um conjunto de estudos. Destacam-se, neste quesito, os realizados por Sigaud (1986) sobre os efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, no caso das barragens de Sobradinho e Machadinho, bem como os de Germani

(2003) e Magalhães (2007), analisando os conflitos envolvendo a hidrelétrica de Itaipú e os deslocamentos compulsórios provocados pela barragem de Tucuruí, respectivamente.

Importantes também, são as investigações sobre as especificidades das hidrelétricas na Amazônia (FEARNSIDE, 2015; SILVA JÚNIOR & PETIT, 2015), em especial sobre a UHE Belo Monte, no Pará, que impôs novos desafios, principalmente no campo da definição e reconhecimento dos atingidos (MAGALHÃES & CUNHA, 2017; ESTRONIOLI, 2021). Ao mesmo tempo, para além do esforço em ampliar a análise sobre os grandes projetos, visando apreendê-los cada vez mais nas suas variedades de efeitos, dimensões e escalas, o empenho de buscar uma visão integrativa, articulada e multimodal entre os diferentes grandes projetos merece, certamente, ser referido. Destacam-se trabalhos como os de Leal (2016), Castro (2017), Porto-Gonçalves (2017) e Marques (2019), que discutem a Amazônia em perspectivas históricas, sociológicas, políticas e geográficas, tomando a inter-relação e a complementariedade de grandes projetos, como hidrelétricas, indústrias minerárias, estradas, ferrovias, hidrovias e portos como constitutivas da realidade amazônica e de seu papel na acumulação capitalista.

Os estudos que se concentram sobre o tema da mineração também merecem especial atenção, visto que a indústria minerária vem cumprindo o papel de, ao mesmo tempo, impulsionar e aglutinar um conjunto de outros grandes projetos para atender às suas necessidades, sejam elas energéticas, em subsídios e insumos, infra-estruturais, de transporte e escoamento da produção. Avolumam-se, nessa direção, diversos estudos que discutem de maneira crítica o Programa Grande Carajás (PGC) – um dos exemplos de funcionalidade intermodal dos grandes projetos na Amazônia, mas com a base produtiva assentada sobre os minérios (VALVERDE, 1989; COELHO, 2015).

Mais recentemente, sobressaem-se importantes pesquisas sobre os graves crimes, travestidos de desastres e que se tornam grandes tragédias, decorrentes da exploração mineral no Brasil – especialmente os praticados pelas mineradoras Vale e PHP Billiton nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho, em 2015 e 2019. Neste campo, vão trabalhos como os de Mansur et al (2016,) Zhouri et al (2016), Losekann (2018), Zhouri (2019) e Laschefski (2020), com análises precisas sobre os efeitos sociais, econômicos, políticos e ambientais acarretados por estes crimes. Por fim, as pesquisas sobre os grandes projetos em Barcarena, como as de Tourinho (1991), Fialho Nascimento (1999), Hazeu (2015), Maia (2017) e Castro (2019), ganham aqui destacada relevância, visto que, desenvolvidas por importantes pesquisadores da Amazônia, contribuem para a problematização das indústrias minerárias instaladas no município, seu papel na estratégia capitalista e na formação socioeconômica regional, bem como seus impactos que se fazem sentir nos modos de vida das comunidades tradicionais de seu entorno.

Todos estes trabalhos, contudo, são fruto de uma realidade concreta, edificada sobre um modelo econômico voltado à produção de mercadorias, mas que tem como meio a exploração de bases naturais altamente lucrativas e que impacta diretamente a vida de inúmeras pessoas. Os atingidos, portanto, por vivenciarem as consequências acarretadas pelos grandes projetos, expressam, a partir da sua realidade, todas as características que podem ser encontradas em algumas das definições mais gerais, como sínteses teóricas do que são os grandes projetos. Deste modo, para Becker (1997, p. 63), há que entendê-los como uma forma espacial, caracterizada:

> 1) pela escala gigante da construção, da mobilização de capitais e mão de obra; (2) pelo isolamento, implantando-se geralmente como enclaves, dissociados das forças locais; (3) pela conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante; (4) pela presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada/não qualificada.

Estas características dos grandes projetos são reforçadas por Castro (2019), que também parte da consideração de que eles são enclaves, porque exploram regiões inteiras sem integrá-las efetivamente aos circuitos mais amplos de produção da riqueza. A autora, porém, acrescenta alguns elementos que são dignos de nota, pois remetem diretamente à realidade imediata dos atingidos. Os grandes projetos:

> 2) impõe uma dinâmica expansionista, processo contínuo de apropriação de novos territórios e de seus recursos naturais, para atender a produção de commodities – minerais, florestais e do agronegócio; 3) têm dinâmicas frequentemente acompanhadas de crimes relacionados à terra, como a grilagem, expulsão da terra de famílias de moradores (deslocamentos forçados), morte de lideranças locais, inviabilidade de reproduzir a vida e o trabalho devido a contaminação de mananciais, entre outros; 4) produzem alto grau de externalidades, não reconhecidos pelos empreendimentos como passivos, nem produtores de danos sociais e ambientais; 5) e, por serem megaempreendimentos com produção intensiva, contém um componente de alto risco, e imprevisibilidade, cujo controle humano pela gestão e pela tecnologia, tem se revelado inconsistente, inseguro e ineficaz (p. 17).

Sobre o conceito de atingido, de acordo com o que já foi demonstrado pela Comissão Mundial de Barragens (CMB/ONU, 2000) e de estudos do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana (CNDH, 2010), as violações aos direitos das populações atingidas estão intimamente relacionadas ao conceito de atingido. Do mesmo modo, segundo Vainer (2005) e MAB (2019) a noção de atingido é um conceito em disputa, que diz respeito à legitimação de direitos e de seus detentores. Entretanto, a história demonstra que, de um lado, é só a luta que garante os direitos dos atingidos e, de outro, esta é uma luta desigual, onde as forças políticas e econômicas em disputa são também determinantes e, na maioria das vezes, corroboram para um esvaziamento da amplitude necessária da noção de atingidos e a consequente violação de seus direitos.

Deste modo, Vainer (2005), ao propor uma abordagem sobre o conceito de atingido que supere a definição de "alagados" ou "expropriados da terra" e, extraindo suas considerações a partir das prescrições de organismos internacionais para a garantia dos direitos dos atingidos por hidrelétricas, ajuda-nos a pensar em uma concepção de atingido com caráter amplo e que possibilita sua aplicação a um conjunto de outros grandes projetos. Entre as recomendações do *International Financial Corporation* (IFC), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), a noção de atingido remete ao conjunto de processos econômicos, sociais, culturais e ambientais deflagrados pelos grandes projetos "e que possam vir a ter efeitos perversos sobre os meios e modos de vida da população" (VAINER, 2005, p. 08).

Já a Comissão Mundial de Barragens (CMB), criada em 1997 pelo BM, sistematiza uma compreensão de atingidos que considera, além dos elementos já propostos pelas agências multilaterais, dimensões espaciais e temporais na consideração dos impactos advindos dos grandes projetos. Deste modo, é dada ênfase às transformações provocadas nos modos de vida dos atingidos, tanto pelo ciclo dos grandes projetos – que compreende desde o anúncio da obra, passando pela sua construção até o momento em que estiver operando – quanto pelo conjunto de outros projetos e programas associados ao principal e que também produzem consequências em diversas escalas, momentos e lugares (VAINER, 2008).

Mas é a partir das experiências dos atingidos com os grandes projetos e, mais especificamente, de suas experiências de enfrentamento, que emergem as concepções sobre a noção de atingido efetivamente voltadas a garantia de seus direitos. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um exemplo que, ao longo dos anos, vem ampliando e qualificando sua definição de atingidos na medida em que foi aprofundando a sua estratégia de luta. Das primeiras reivindicações nos anos 80 por indenizações justas e reassentamentos para todos os atingidos, consagradas em palavras de ordem como "Terra por Terra" e "Terra sim, Barragens não!", o movimento, ao aprofundar a sua compreensão sobre o modelo energético brasileiro e propor um projeto de transformação radical da sociedade, ao longo dos anos 90 e principalmente a partir dos anos 2000, passou a defender um Projeto Energético Popular, onde água e energia não são mercadorias e devem servir para a distribuição da riqueza, com soberania e controle popular (MAB, 2021).

Deste modo, na medida em que o MAB ampliou a sua formulação estratégica, enquanto movimento social nacional, também alargou a sua base social e, consequentemente, a sua concepção de atingido. O movimento considera a totalidade dos atingidos pelos grandes projetos, desde os moradores das "barrancas dos rios" até os trabalhadores dos centros urbanos "atingidos pelo preço da luz" (FOSCHIERA, 2009). Ao mesmo tempo, organiza atingidos pelo conjunto dos

grandes projetos em todo o Brasil, não mais apenas de hidrelétricas, mais também de projetos minerários e das diversas ordens de infraestrutura.

3. CRP-10 AO SEU LADO E ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS

O Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região Pará e Amapá (CRP-10) é uma autarquia federal, sendo regulamentado pela Lei nº 5.766 de 1971, tendo como suas funções principais orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga(o) e zelar pela fiel observância dos princípios da ética e disciplina de classe. O CRP-10 foi o primeiro conselho regional de psicologia a se desmembrar na região norte, tendo sua independência e autonomia parente o Sistema Conselhos desde 1993; desde então, as suas sucessivas gestões têm atuado considerando os interesses da categoria na região, bem como as particularidades, tanto para a atuação profissional da psicologia, quanto para a sua regulamentação e orientação no contexto da Amazônia.

Deste modo, o CRP-10 considera, para sua atuação, a formação história e social da Amazônia brasileira, envolvida pela presença dos povos indígenas, que há mais de 17 mil anos já ocupavam seu território, dos povos negros sequestrados da África e escravizados, que se refugiaram nos quilombos em processos de resistência, de migrantes de várias partes do Brasil, especialmente nordestinos, recrutados para as florestas como soldados da borracha, de camponeses, ribeirinhos e trabalhadores dos centros urbanos (PORTO-GONÇALVES, 2018).

Esta massa de amazônidas, no entanto, que passou por processos sistemáticos de extermínio físico e cultural, ainda hoje sofre as pesadas consequências de viver em uma região, considerada por muitos, lugar de saque, exploração e destruição (MARQUES, 2019). No período mais recente, desde os governos militares, a Amazônia foi palco de inúmeros grandes projetos, como a abertura de grandes estradas, construção de hidrelétricas, indústrias minerais, portos e hidrovias, que na medida em que elevaram a exploração de suas riquezas, pauperizaram ainda mais a vida dos seus povos.

É neste contexto que a psicologia como ciência e profissão vem se desenvolvendo nos estados da Amazônia brasileira. O sujeito da psicologia, tanto a(o) profissional psicóloga(o), quanto a população que acessa os seus serviços, são marcados, atravessados e constituídos por estas contradições; contradições que se fazem sentir nos níveis social, político, econômico, cultural e ideológicos; contradições que produzem subjetividades que implicam não apenas um modo de olhar ou pensar, mas antes de tudo um modo de intervir, um fazer, uma prática profissional na Amazônia (CFP, 2022a).

Diante disso, nos questionamos: o que caracteriza a atuação profissional de uma psicóloga que trabalha em Altamira, considerada a cidade mais violenta do Brasil, com forte presença indígena e uma população atingida pela Hidrelétrica de Belo Monte? De uma psicóloga de Melgaço, no arquipélago do Marajó, que já constou como a cidade com o pior IDH do país, onde os casos envolvendo abuso e exploração sexual de crianças são recorrentes na mídia? Ou de uma psicóloga que atua em Paragominas, município formado em sua maioria por migrantes do Centro-Oeste brasileiro que tem sua base econômica assentada sobre o agronegócio?

É na busca por respostas a estas questões, através do conhecimento da realidade das(os) profissionais de psicologia, mas também a fim de intervir para alcançar mais qualidade em seus exercícios profissionais, que foi criado, em 2014, o *Projeto CRP-10 ao Seu Lado*. Este projeto, que tem como seu objetivo principal levar o CRP-10, através de suas ações, para as diferentes regiões do Pará e Amapá, aproximando-se das(os) profissionais de psicologia em seus territórios de atuação, funciona também como um guarda-chuva de várias frentes de atuação, através do trabalho articulado entre a Coordenação Técnica (COTEC) e Coordenação Administrativa e Financeira (COAF) do Conselho, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Apesar dos 10 anos de execução deste projeto, para este texto, enfocaremos apenas as reflexões e aprendizados a partir da prática nos últimos dois anos, principalmente das atividades desenvolvidas em 2023. Neste ano específico, passamos a desenvolver o *CRP-10 ao Seu Lado* aliado a um processo de organização da categoria, visando construir núcleos regionais compostos por psicólogas(os) que passaram a atuar como representantes regionais do Conselho, formando Comissões Regionais de Interiorização. Neste processo, ao passar por cidades como Santarém, Itaituba, Tucuruí, Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás e Altamira, no Pará, dialogamos com inúmeras(os) profissionais que têm as suas práticas atravessadas pela presença ou pelas consequências dos grandes projetos na Amazônia.

Estes atravessamentos estão ligados, necessariamente, ao modo como são produzidos os atingidos pelos grandes projetos, principalmente, na dimensão psicossocial dessa produção e suas consequências para a atuação profissional das(os) psicólogas(os) que invariavelmente atendem ou prestam os seus serviços para estas pessoas. Rodrigues (2022), em pesquisa sobre o modo como são produzidos os atingidos pelos grandes projetos no município de Barcarena[9], no Pará, argumenta que essa produção ocorre como a síntese de um processo que é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo,

[9] Barcarena é uma cidade que concentra inúmeros grandes projetos em seu território e entorno, concentrando empresas de beneficiamento mineral, como a Hidro-Alunorto, Albras e Imerys, o Porto de Vila do Conde, um projeto de termelétrica e em vias de receber uma hidrovia e uma ferrovia.

individual e coletivo, econômico e ideológico e que, portanto, os impactos na saúde mental dos atingidos estão relacionados ao conjunto das demais transformações produzidas em seus modos de vida.

Ainda segundo o autor, Barcarena, por sua particularidade, também representa uma síntese do modo de operação do capitalismo na região amazônica através da instalação dos grandes projetos, servindo como um exemplo da implementação da estratégia do capital na Amazônia e que, desta forma, o modo da produção dos atingidos em Barcarena é semelhante àquele dos demais territórios amazônicos onde existem grandes projetos. Olhando para a prática das(os) psicólogas(os) nestes territórios, por outro lado, pudemos observar também inúmeras semelhanças no trabalho junto às pessoas, famílias e populações atingidas pelos grandes projetos.

Tanto em Tucuruí como Altamira – cidades que sofrem as consequências diretas de duas Usina Hidrelétricas – encontramos psicólogas(os) atuando em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e hospitais que atendem um conjunto de sujeitos produzidas como atingidos, como pessoas em sofrimento mental devido à perda de suas casas, seus territórios e suas memórias devido o lago da barragem, famílias em busca de benefícios sociais pela perda de seus meios de subsistência e trabalhadores desempregados pós fase operária das obras, crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, pessoas internadas ou em tratamento vitimadas pela violência que se tornou comum após a chegada dos grandes projetos.

Em Santarém e Itaituba, encontramos profissionais que atendem pessoas adoecidas física e mentalmente pela ingestão do mercúrio lançado nos rios pelo garimpo ilegal na região e outras, atingidas pelos grandes portos e estradas que abrem as fronteiras do agronegócio na Amazônia. Em meio a esta população, destacam-se as comunidades indígenas como vítimas singulares desses empreendimentos. Já em Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, as(os) psicólogas(os) atuam com sujeitos produzidos como atingidos nos rastros do trilho do trem, retirados de suas casas e vendo as riquezas minerais de suas regiões sendo vendidas sem nada para eles ficar; pessoas atingidas pela mineração na Serra dos Carajás, ansiosas e com medo de que aconteça com elas o mesmo que ocorreu em Mariana e Brumadinho.

Os grandes projetos na Amazônia, portanto, ao mesmo tempo em que determinam a produção dos atingidos – sobredeterminada pela estratégia capitalista de produção de mercadorias – produzem os sujeitos dos serviços de psicologia, principalmente, usuários das políticas públicas. Os grandes projetos produzem os atingidos, mas também produzem uma prática da psicologia, uma prática como síntese da ciência e profissão que, no fazer profissional, se efetiva como atuação junto

aos atingidos. Pautar uma atuação profissional das(os) psicólogas(os) na Amazônia junto às populações atingidas por grandes projetos, é também contribuir com a definição do que são os grandes projetos e com o conceito de atingido, principalmente, para a definição de atingidos como sujeitos de direito. Deste modo, a afirmação da atuação da psicologia junto aos atingidos, também resgata a essência do compromisso social da psicologia, voltado efetivamente à garantia de direitos, mas também à emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais são as tarefas da psicologia na defesa da Amazônia e seus povos? Este é um questionamento que nos acompanha, como pesquisadores e como psicólogas(os) que fazem girar a roda do CRP-10. Neste questionamento, partimos do princípio de que um conselho de classe pode contribuir não apenas para regulamentar, fiscalizar e disciplinar uma profissão, mas também para o desenvolvimento da profissão enquanto ciência e para a transformação da realidade.

Nessa direção, consideramos o acúmulo histórico empreendido pelo Sistema Conselhos de Psicologia no campo da elaboração, da sistematização e da produção de diretrizes sobre a atuação de psicólogas(os) em situações de riscos, emergências e desastres; mas também propomos uma suprassunção desta noção, no sentido de superá-la, mas sem aniquilá-la, conservando os seus aspectos mais desenvolvidos, principalmente a crítica que passou a ser empreendida à própria noção de desastres e ao caráter particular da defesa dos direitos humanos na atuação da psicologia.

O que propomos, é um direcionamento para uma atuação da psicologia junto às populações atingidas por grandes projetos, particularmente no caso da região amazônica. Para tanto, precisamos conceituar o que são grandes projetos e o que são – ou quem são – os atingidos, atentando-nos principalmente para o modo como os primeiros produzem estes últimos. Nessa conceituação, é indispensável considerar a unidade na diversidade como um elemento chave para se pensar o sujeito produzido como atingidos pelos grandes projetos e que, nas políticas públicas principalmente, constitui-se como usuário dos serviços de psicologia.

Para a psicologia, portanto, atuar junto às populações atingidas por grandes projetos na Amazônia, significa reconhecer o passivo histórico do estado brasileiro para com as pessoas atingidas, o lugar relegado à Amazônia no cenário nacional e as políticas desenvolvimentistas pensadas para a região, que exploram suas riquezas e destroem os ecossistemas, transformando os modos de vida dos seus habitantes e impactando em suas saúdes. Mas fundamentalmente, porque a produção de atingidos é resultado dessa realidade, a atuação da psicologia junto à estas pessoas deve

estar aliada às sus lutas e seus processos de resistência, visando transformar a realidade pois, para os atingidos, é apenas através da luta que se garante e efetiva a conquista de direitos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Berta K. *Amazônia.* 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CFP. *Resolução CFP nº 010/2005, aprova Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP).* Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2020.

CFP. *Cartilha do I Seminário Nacional Psicologia das Emergências e Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras. Brasília*: CFP, 2006. Disponível em: http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/emergencias-desastres.pdf. Acesso em: 07 de abril de 2024.

CFP. *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Gestão Integral Riscos, Emergências e Desastres*. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília: CFP, 2021. Disponível em: https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/027-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologas-os-na-Gestao-Integral-de-Riscos-Emergencias-e-Desastres.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2024.

COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado.* Organizadores: Marcio Zonta e Charles Trocate. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. (A questão mineral no Brasil: v. 1).

CMB/ONU**.** *Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões. Um sumário.* Relatório da Comissão Mundial de Barragens, Trad. de Carlos Afonso Malferrari, novembro de 2000. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

CNDH. *Comissão Especial "Atingidos por Barragens", Relatório Final.* Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Brasília, D.F. 2010. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/material%20noticias/Relatorio_Final_CDDPH.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013.

CFP. *CURTAS – CRP-10 Pará e Amapá.* In *Revista Diálogos.* Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2022a. p. 96.

ESTRONIOLI, Elisa Mergulhão. *UHE Belo Monte e as concepções especiais do conceito de atingido por barragem: uma análise a partir da Lagoa do Independente I em Altamira-PA.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPA/PPGEO, Belém, 2021.

FEARNSIDE, Philip. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. *Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil.* Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: [s.n.], 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105035. Acesso em: 12 de março de 2021.

FIALHO NASCIMENTO, N.S. O Destino de uma comunidade "cabôca" frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curuperé). 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

HAZEU, M.T.*.O NÃO-LUGAR DO OUTRO: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena***.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

HOHN, D. C. *Geração de energia elétrica e territorialização: o caso da Usina Hidrelétrica Estreito.* Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2016. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/handle/11449/148008. Acesso em: 15 out. 2018.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (org*.). Psicologia Social: o homem em movimento.* 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 10-19.

LEAL, Aluízio Lins. A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, número especial, p. 85-103, novembro de 2016.

LOSEKANN, Cristina. "Não foi acidente!": o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, Andréia. (org*.). Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil.* Marabá, PA: iGuana, ABA, 2018. p. 67-112.

MAB**.** *O lucro não vale a vida: análise do MAB sobre o crime da vale em Brumadinho/MG*. São Paulo: Movimento dos Atingidos pro Barragens, 2019.

MAB. *A organização dos grupos de atingidos e atingidas. A força da organização*. Movimento dos Atingidos por Barragens, Secretaria Nacional do MAB. São Paulo, 2021.

MAIA, Roseane de Oliveira Martins. *Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"*. Tese de Doutorado. Orientadora Rosa Elisabeth Acevedo Marin. Belém: NAEA/UFPA, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9062. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L. J.; MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P.; PINTO, R. G.; GONÇALVES, R. J. A. F. & COELHO, T. P. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, Marcio & TROCATE, Charles (orgs**.).** *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. *Lamento e Dor: Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.* Tese de Doutorado. Orientado por Jean Hébette do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Pierre Teisserenc da École Doctorale Vivant et Sociétés. Belém: UFPA, 2007. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1952/1/ Tese_LamentoDorAnalise.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa & CUNHA, Manoela Carneiro da (orgs.). *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC* [livro]. São Paulo: SBPC, 2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O Papel do Psicólogo. Estudos de Psicologia, 2(1), 1996, p. 7-27. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf. Acessado em: 09/10/2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. Hacia uma psicología política latino-americana. Trad. LACERDA JR, Fernando. Psicologia Política Latino-Americana**.** *Psicologia Política*, vol. 13, nº 28, set.-dez., 2013, p. 555-573.

MARQUES, Gilberto de Souza. *Amazônia: riqueza, degradação e saque***.** – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARQUES, G. S.; GIONGO, C. R.; CRUZ, F. K. T. & MENDES, J. M. R. *Deslocamento forçado e saúde mental: o caso da hidrelétrica de Itá*. Revista de Estudios Sociales, n. 66, octubre-diciembre, p. 30-41. 2018.

MORAIS, Tamires de Jesus & MONTEIRO, Claudia Aline Soares. *Deslocamentos compulsórios e construção da subjetividades: análise a partir de projetos de desenvolvimento.* Revista de Psicologia, Fortaleza, v.10, n.2, p. 51-57. 2019.

NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura & CHACHAMOVICH, Eduardo. *O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale*. Cadernos de Saúde Pública, vol. 35, n. 5, p. 1-7. 2019.

PORTO-GOLÇALVES, C. W. Amazônia, Amazônias: tensões territoriais em curso. In: Revista Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões. v. 3, n.11. São Paulo: Outras Expressões, 2018. p. 14-21.

PORTO-GOLÇALVES, C. W. *Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso.* 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

POZZEBON, Franciele Luísa & FERREIRA, Vinicius Renato Thomé. *Sintomas depressivos, de ansiedade e de estresse em habitantes de município realocado por barragem*. Psico, Porto Alegre, vol. 49, n. 2, p. 187-195. 2018.

RODRIGUES, R. D. M. *QUANDO FALAM OS RIOS DA AMAZÔNIA: um estudo na Psicologia Social Crítica sobre a produção de atingidos por grandes projetos em Barcarena, Pará.* Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará (UFPA)/Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP). Belém, 2022.

SILVA, B. G. A; SILVA, I. R. & BAFURI, L. F. O papel do psicólogo frente a situações de desastres. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 12*, e4755.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira & PETIT, Pere. Hidrelétricas na Amazônia: Impactos energéticos, sociais e ambientais. In: SILVA, Idelma Santigo da; et. al. *Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira.* Marabá: UNIFESPA, 2015.

SILVA, Jonas Carvalho e; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro & MORI, Valéria Deusdará. *A subjetividade de uma família atingida por barragem na situação de deslocamento forçado*. Revista Subjetividades, vol. 21(1), p. 1-12. 2021.

SIGAUD, Ligya. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ, 1986. Disponível em: http://www.ppgasmn-ufrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/c9.pdf. Acesso em: 17 de maio de 2021.

TOURINHO, Helena L. Zagury (Coord.). *Repercussões socioeconômicas do complexo Albrás-Alunorte em sua área de influência imediata***.** Belém: IDESP, 1991. (Relatório de pesquisa).

TRINDADE, Melina Carvalho & SERPA, Monise Gomes. *O papel dos psicólogos em situações de emergências e desastres.* Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, p. 279-297. 2013.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de "atingido": Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens.* Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

VAISMAN, Ester. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. *Perspectiva,* Florianópolis, vol. 27, n. 2, jul./dez. 2009, p. 441-459.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1989.

WEINTRAUB, A. C. A. de M. et al. Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, vol. 19, núm. 53, 2015, pp. 287-297.

ZHOURI, Andréa. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da ecologia política. In: CASTRO, Edna. & CARMO, E. C. (org.). *Dossiê desastres da mineração em Barcarena.* Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 41-50.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. TEIXEIRA, Raquel. O. S.; ZUCARELLI, Marcos C. ; LASCHEFSKI, Klemens ; SANTOS, Ana F. M. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e cultura*, v. 68, pp. 36-40, 2016.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

OS SÍTIOS OCULTOS EM VILA ITUPANEMA E VILA NOVA, BARCARENA (PA): MEMÓRIAS E AFETOS DO QUE NÃO SE VÊ - COM OS OLHOS

João Daltro Paiva (PPGDS – MEG)

RESUMO: Os sítios camponeses ribeirinhos até os anos 1980 do século XX prenominarem na paisagem de Barcarena (PA). Contudo, no decorrer das décadas de 1970-1980 esta paisagem foi abruptamente alterada com a implantação de um complexo industrial e portuário no município, operada como reocupação territorial na lógica do desenvolvimentismo industrial, sob os marcos dos "Grandes Projetos na Amazônia", materializado na remoção e deslocamentos forçados dos sitiantes. Passados 40 anos, a pesquisa se voltou à tricentenária Vila de Itupanema e a contemporânea Vila Nova, em vista de identificar a permanência ou dissolução socioespacial dos sítios, como modo singular de relação ser humano e não-humanos. Sob os marcos teóricos da pesquisa socioespacial, articulou-se a análise dos sítios na perspectiva de paisagem integradora, como *tempo em espaço*, de maneira a emergir a multidimensionalidade dos sítios camponeses ribeirinhos. A discussão se deu em torno da sobreposição dos territórios corporativos aos sítios centenários da população local, e os processos de remoção e de deslocamentos forçados, assim como as estratégias de permanência e existência *como sitiantes*, categorizados neste trabalho como *Sítios Ocultos*. Esta categorização foi um dos resultados centrais da pesquisa, evidenciando que os sítios referenciados socioespacialmente como lugar de memórias e afetos estão ativos mesmo sob um contexto de pressões múltiplas que poderiam resultar no seu apagamento da paisagem. Apesar de não serem mais visíveis na paisagem, não houve um apagamento dessas socioespacialidades, ainda que tenha havido pressões sociais, econômicas e culturais para o apagamento radical dos sítios, até mesmo das memórias dos sitiantes.
Palavras-chaves: Barcarena; Sítios Ocultos; Camponeses Ribeirinhos..

Introdução

O artigo está organizado em cinco seções. A Introdução, onde apresenta-se a estrutura desenvolvida ao longo do texto. Na segunda seção são apresentadas as informações necessárias para que o leitor se situe preliminarmente quanto ao que versa o estudo, a apresentação do perfil dos interlocutores e das interlocutoras da pesquisa e as opções técnico-metodológicas: estudo de caso e a entrevista semiestruturada.

A terceira seção tem como foco os marcos teóricos que sustentam este estudo. Ele é desenvolvido no formato de revisão bibliográfica, onde são discutidas as categorias fundamentais de abordagem correlacionadas a uma das marcações sociais, econômicas e culturais das ruralidades amazônicas: a socioespacialidade *sítios camponeses ribeirinhos*. São abordados também conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial, em vista de apresentar as opções teóricas feitas na dissertação, sob a perspectiva da Ecologia Política e seu diálogo com categorias analíticas advindas da Geografia, da Antropologia e da Pesquisa Socioespacial.

Na quarta seção abordam-se as transformações socioterritoriais impulsionadas em Barcarena (PA), no contexto da implantação dos grandes projetos na Amazônia, a qual se materializou no município pela instalação de um complexo industrial-portuário, iniciado em 1975, instalado em 1985 e que ainda continua em curso. A discussão se dá em torno da sobreposição dos territórios corporativos aos sítios centenários da população local, tendo como principal efeito as remoções e deslocamentos compulsórios de sitiantes para a instalação do complexo industrial-portuário, assim como as estratégias de permanência e existência *como sitiantes* que suas famílias ativaram, entre elas, a res(significação) dos síticos camponeses ribeirinhos como *Sítios Ocultos*.

Finalmente, a quinta seção é constituída pelas considerações finais, com destaque à categoria dos Sítios Ocultos em Barcarena, na medida em que, por meio dela, se evidencia que os sítios passaram a ser referenciados socioespacialmente como lugar de memórias e afetos e que estão ativos mesmo sob um contexto de pressões múltiplas que poderiam resultar no esquecimento. Apesar de não serem mais visíveis na paisagem, para esses sitiantes não houve um apagamento dessas socioespacialidades em Vila Itupanema e dentre as famílias deslocadas para Vila Nova, ainda que tenha havido pressões sociais, econômicas e culturais para um processo de apagamento radical dos sítios, até mesmo das memórias desses sitiantes.

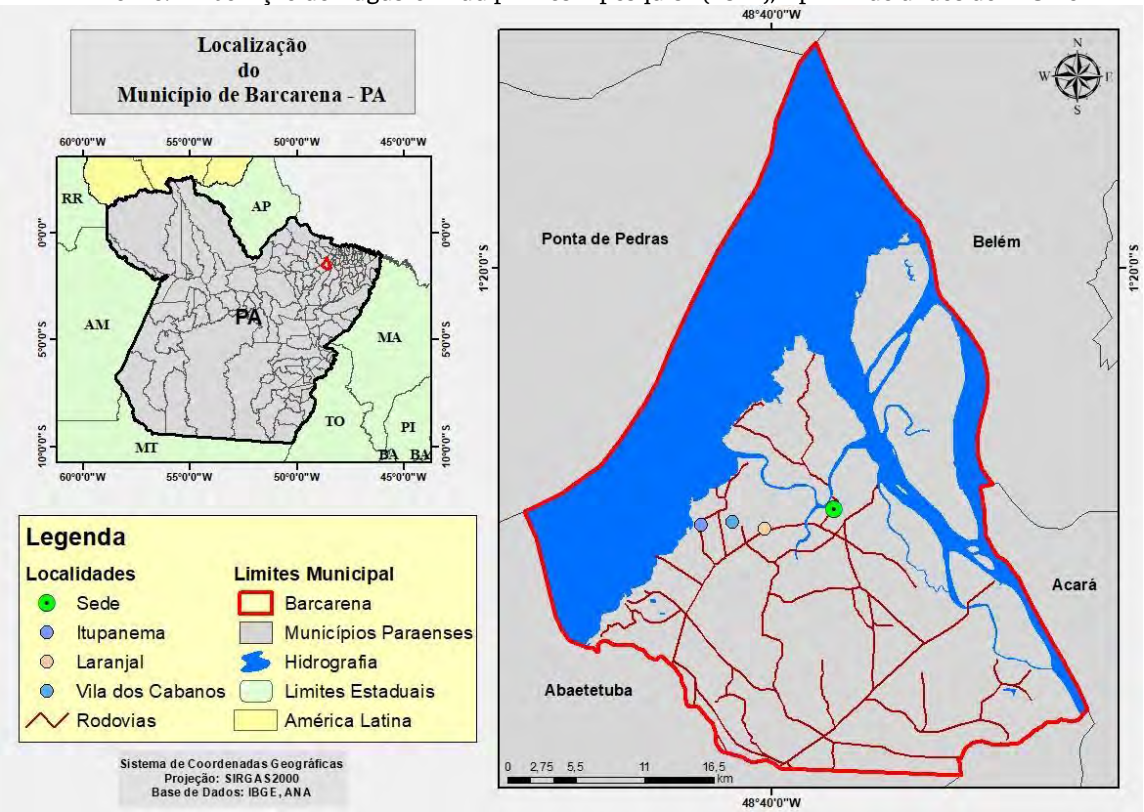
Localização e breve caracterização socioambiental de Barcarena (PA)

Barcarena situa-se no Estado do Pará, se localiza na mesorregião Metropolitana de Belém e na microrregião de Belém, fazendo parte da Região de Integração Tocantins. Sua sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 01° 30' 24 "de latitude Sul e 48° 37' 12" de longitude a Oeste de Greenwich. O município tem os seguintes limites: ao Norte, a Baía de Guajará e município de Belém; ao Sul, os municípios de Moju e Abaetetuba; ao Leste, a Baía de Guajará e o município de Acará; e a Oeste, a Baía do Marajó.

No censo demográfico de 2022 (IBGE, 2023), o município apresentou uma população total de 126.650 habitantes, o que equivaleu a um crescimento populacional de 26,83% em relação ao Censo de 2010. Esta população está distribuída em uma área total de 1.310.336 Km², correspondendo a uma densidade demográfica de 96,65 hab/Km².

A cobertura vegetal primária remanescente é identificada como floresta ombrófila densa, a qual sofreu alterações antrópicas significativas: entre 1984 e 2010, houve a perda de 27% da cobertura florestal, o crescimento da vegetação secundária em 166,25% (CARMO, 2015), dinâmicas relacionadas diretamente à agricultura, extração madeireira e atividade industrial (SANTOS, 2018).Quanto à hidrografia, Barcarena está referenciada no *Golfão Marajoara*, o qual é composto pela Baía do Marajó e outros contribuintes hídricos.

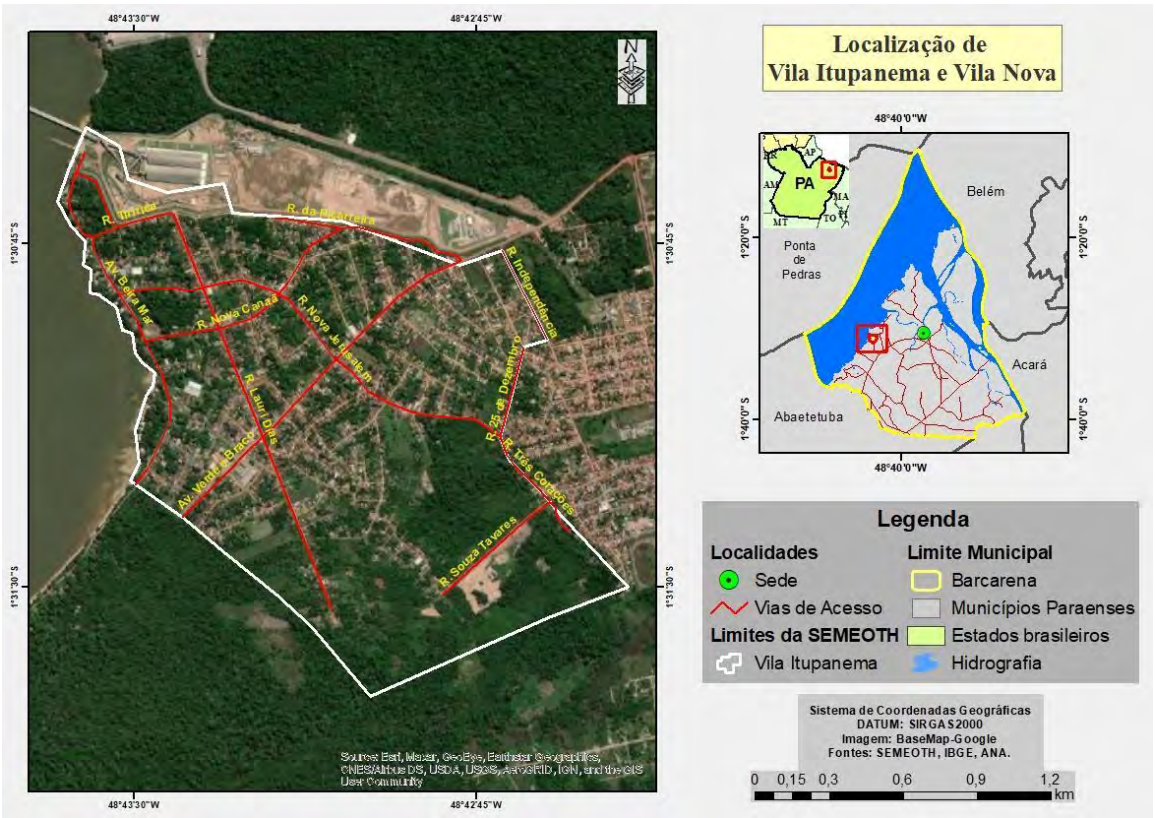
Fonte: Elaboração de Augusto Fadu para esta pesquisa (2022), a partir de dados do IBGE e ANA



No mapa de localização de Barcarena (PA) (Mapa 1), destacam-se, além da sede municipal, a Vila de Itupanema, *lócus* da realização da pesquisa; e a Vila dos Cabanos, a qual foi citada pelos participantes da pesquisa como lugar em que se localizavam as áreas de roças das famílias de sitiantes, especialmente daquelas famílias que residiam em Itupanema e que se deslocavam cotidianamente à Vila. Com a instalação do complexo industrial portuário, essas roças foram sobrepostas pela Vila dos Cabanos, uma área planejada para receber os trabalhadores especializados que iriam atuar na fábrica Albras/Alunorte.

Área, objeto, problematização e objetivos do estudo

O século XX foi caracterizado por significativas transformações no percurso que marcava a dinâmica do município de Barcarena (PA) e de seus moradores, especialmente, a partir dos anos 1970-1980, com a implantação de um complexo industrial e portuário no município. Essa redefinição se operou como reocupação territorial na lógica do desenvolvimentismo industrial, sob os marcos dos "Grandes Projetos na Amazônia" e se efetivou no município como uma dinâmica de supressão dos sítios camponeses em frações do território de Barcarena, especialmente a partir de 1983 (NAHUM, 2006, 2008).



Fonte: Elaboração de Augusto Fadu para esta pesquisa (2022), a partir de dados do IBGE, Ana e SEMEOTH

Segundo Costa e Guimarães ([20--?] apud PARÁ, 2018), 513 famílias foram removidas dos sítios que ocupavam secularmente e realocadas em outras áreas ou localidades do município. Entre estas, 74 famílias foram deslocadas para um polígono às proximidades da tricentenária Vila Itupanema, o qual foi nominado de Vila Nova (COSTA; GUIMARÃES, [20--?] apud PARÁ, 2018, p.3-6). Estas duas localidades contíguas, como se observa no Mapa 2 constituem a área de realização deste estudo. Segundo Synergia Socioambiental (2019), a população estimada nestas duas localidades em 2029 era de 9.316 pessoas.

Passados cerca de 40 anos do início da instalação do complexo industrial portuário, este estudo volta-se aos sítios camponeses ribeirinhos em Barcarena e mais precisamente em Vila Itupanema e Vila Nova, em vista de responder à seguinte questão: frente ao processo de territorialização corporativa, quais estratégias e práticas para permanência e pertencimento em aliança com águas, terras e florestas, as famílias sitiantes deslocadas construíram, na Vila Itupanema e Vila Nova, como lugares de existência? O presente artigo, a partir dessa questão central, tem como objetivo geral: Descrever as estratégias e percursos familiares de (re)construção socioespacial camponesa ribeirinha de sitiantes moradores de Vila Itupanema e Vila Nova, após 40 anos da instalação do complexo industrial-portuário em Barcarena, PA.

Perfil dos interlocutores e interlocutoras no estudo e procedimentos técnico-metodológicos

Participaram da pesquisa pessoas que vivenciaram os deslocamentos compulsórios, a interdição de áreas onde estavam seus sítios e que, sob condições adversas, buscaram *(re)localizar* e *(re)enraizar* a si e suas socioespacialidades no Assentamento Vila Nova e em Vila Itupanema. Foram entrevistadas 16 pessoas, tendo como critério de seleção: serem adolescentes, jovens ou adultos no período entre 1983 e 1985 e residirem atualmente na Vila Itupanema ou Vila Nova, seja no antigo sítio ou outra forma de ocupação, posse ou propriedade.

Deste total, 75% eram do sexo feminino – 12 mulheres - , 75% do sexo masculino – 12 homens. Em relação à etnia ou cor, 31% - 5 pessoas – se declararam pardas, enquanto que 69% se declaram como Outra – subdivida em Morena, Moreno, Morena Clara, Moreno Castanho, Entremeado indígena com parda - e nenhuma se declarou branca. Quando se coloca em cotejo a declaração *parda* e declaração *outra*, observa-se que, ao final, a totalidade das interlocutoras e interlocutores se percebe como pessoas não-brancas.

Em relação à faixa etária, tratou-se majoritariamente de pessoas idosas, na faixa de 61 anos até acima de 81 anos, pois eram os adultos no período em que ocorreram os deslocamentos compulsórios de suas famílias, entre os anos 1983 a 1985, totalizando 12 pessoas, equivalendo à 75% dos participantes. Os demais 25% (4 pessoas), à época da implantação do complexo industrial portuário, eram adolescentes.

Em relação aos procedimentos metodológicos para a construção dos dados, optou-se pelo Estudo de Caso, como descrito por Severino (2007) e os aportes adicionais de Yin (2001). Para o alcance dos objetivos deste estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica das temáticas relacionadas ao objeto de pesquisa: o sítio camponês ribeirinho como modalidade socioespacial de relações múltiplas entre seres humanos, terras, águas e florestas. O estudo realizou pesquisa de campo, por meio de pela entrevista semiestruturada (MANZINI, 1990/1991) aplicada junto as famílias deslocadas/removidas dos seus sítios e reassentadas em Vila Nova, assim como aquelas que permaneceram em seus respectivos sítios, porém sob condições adversas, especificamente em Vila Itupanema e Vila Nova.

A pesquisa seguiu a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), sendo que o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/MCTIC) e obteve parecer positivo em 24 de novembro de 2021, autorizando sua realização por meio da Certificação de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), sob o registro 52346621.1.0000.0173.

Manejando conceitos entre *lugares da memória* e *tempos-paisagens*

Neste trabalho, o manejo das categorias e conceitos, como instrumentais descritivos e analíticos, tem a intenção de identificar os imbricamentos e relações multidimensionais acerca dos sítios e dos campesinatos ribeirinhos. Essas interpenetrações não invalidam o manejo dos conceitos, mas alertam que se deve evitar essencialismos e o enquadramento da realidade à teoria.

Campesinatos ribeirinhos: para além dos essencialismos

Retomando de forma panorâmica o debate acerca da condição camponesa, o que estava em questão era o processo de diferenciação do campesinato no capitalismo, colocando ao debate teórico e político sua permanência, reprodução ou dissolução nesse modo de produção. Shanin (2005) dialoga com os aportes de Lenin (LENIN, 1968, 1971 *apud* SHANIN, 2005) e Kautsky (1980), os quais - com as devidas nuanças e distinções - indicaram a condição do campesinato como transitória, seja pela sua radical dissolução ou sua incorporação ao capitalismo como assalariados rurais ou burguesia rural.

Shanin (2005) posiciona-se pela permanência social do campesinato. Uma permanência que se espraia para o que ele denomina de *intermodos*, no sentido que se trata de uma forma ou especificidade social e econômica que mostrar-se-á presente não somente em um determinado modo de produção – por muitos identificados como sendo o feudalismo – de tal forma que estaria aí encapsulado e se expressaria no modo de produção capitalista como resquício, nesse caso, de formas sociais feudais. Ao contrário, o reconhecimento de que o campesinato tem esse caráter de transferência *intermodos* atribui complexidade à realidade e ao próprio campesinato, assim como evidencia sua capacidade de agência (SHANIN, 2005).

Neste trabalho, esse esforço descritivo e analítico se relaciona com a condição ribeirinha desses campesinatos. Hebétte, Magalhães e Maneschy (2002), demonstram a heterogeneidade dos campesinatos na Amazônia paraense, destacando a muldimensionalidade sócio cultural e não somente a multifuncionalidade produtiva dos campesinatos. Esses campesinatos amazônicos compartilham elementos de identidade, expressos nas reivindicações históricas em que pautam sua dignidade e autonomia, assim como nas suas lutas reais e vivas, do Brasil colônia ao Brasil atual, num esforço não somente de adaptação, mas de originalidade (HEBÉTTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002). Essa concepção foi desenvolvida em trabalho posterior, com um claro posicionamento pela existência de campesinatos amazônicos e que, por isso, possuem singularidades que delineiam identidade (MOREIRA; HEBÉTTE, 2009).

É neste aspecto, que se insere a inferência de que parte dos campesinatos amazônicos se constituíram como campesinatos ribeirinhos, cabendo assim uma análise sobre como o termo adquiriu ao decorrer do tempo social e histórico a condição de categoria social. O termo *ribeirinho,* em suas possíveis origens históricas, conotava o comportamento de reação de indígenas aos desmandos das autoridades coloniais e indígenas no contexto dos *descimentos* no Vale Amazônico no período de execução do Diretório dos Índios, assim como, a pretensão por estes povos indígenas de uma autonomia relativa dentro da sociedade colonial (COELHO, 2006).

Contudo essa conotação não se manteve no tempo. A partir da análise de dois dicionários (BLUTEAU, R., revisto e ampliado por SILVA, A.M., 1789; PINTO, L.S.M., 1832), observa-se que, de modo geral, até o século XIX atribuía-se ao termo ribeirinho uma conotação vinculada ao contexto ecológico e de paisagem ao qual esse determinado indivíduo estaria circunstanciado: as margens dos rios. No século XX essa concepção adquiriu também uma valoração moral de inferiorização da condição ribeirinha, parametrizada em relação a outros sujeitos por uma suposta dolência (SOUZA, B.,1939)

No âmbito acadêmico, o termo ribeirinho como expressão de incompletude humana manteve-se hegemônico até o século XIX. Esse quadro só teve uma mudança significativa a partir dos anos 1950, com as pesquisas realizadas por antropólogos e cientistas sociais brasileiros e estrangeiros que deram visibilidade e romperam com a marginalização em que as populações ribeirinhas estavam colocadas (ARENZ, 2015).

Essas populações começam a ter maior visibilidade política nos anos 1980, sendo que esta afirmação política se expressou como afirmação identitária à medida que foram constituindo organizações sociais para o enfrentamento político daqueles interesses que colocavam em risco sua existência, ao mesmo tempo em que, essas formas organizativas incorporaram na sua narrativa política e se autonominaram como ribeirinhos e tradicionais (LIRA; CHAVES, 2016).

Os sítios camponeses ribeirinhos nas Amazônias

Pode-se recorrer a Ellen Woortmann (1983) para acessar elementos de análise dos campesinatos amazônicos. Ainda que a autora esteja circunstanciada ao sertão sergipano e as formas como os campesinatos dessa região se reproduziram num contexto de expansão da ocupação e uso da terra pela pecuária, seu trabalho sobre o sítio camponês alcança um caráter de categorização quanto ao sítio camponês como um "sistema de partes articuladas" (WOORTMANN, E., 1983, p. 200), que é operado a partir de um dado conhecimento camponês sob a lógica de manutenção, mas voltada para sua automanutenção, ainda que isso não signifique isolamento e autossuficiência, ou ainda, uma autonomia econômica absoluta.

Em outro período cronológico e região – Rio Solimões - Witkoski (2004) identifica os ambientes de trabalho dos camponeses ribeirinhos amazônicos como o compósito de terra, floresta e água, tendo a floresta de terra firme como um marcador da singularidade dessa campesinidade. Para o autor, as florestas emergem como espaço de trabalho – sob a marca do extrativismo - , como território e espaço conquistado pelo *andar* nas florestas e pelo *fixar-se* nelas (WITKOSKI, 2004).

Segundo o autor, a dinâmica produtiva das famílias camponesas amazônicas é caracterizada pela multifuncionalidade, a qual possibilita um leque amplo de enfrentamento das adversidades para sua manutenção em seus territórios e construção de seus projetos de vida. Desta forma, a noção de autonomia ou de autossuficiência – mesmo que relativa – é operada com arranjos complexos, em que não somente uma atividade responde por esse ideal, mas um conjunto delas e de forma interrelacional de maneira circular com pontos de conexão com o ambiente "externo" à vida camponesa amazônica (WITKOSKI, 2004).

A pesquisa socioespacial dos sítios camponeses ribeirinhos: as paisagens-tempos

Os elementos apresentados até aqui permitem demarcar que a pesquisa acerca dos sítios camponeses ribeirinhos em Vila Itupanema e Vila Nova, em Barcarena (PA), é uma pesquisa socioespacial, pois pressupõe que as relações sociais e o espaço são articulados e valorizados em termos de densidade – e não como funcionalidade uma da outra ou como seus qualitativos recíprocos (SOUZA, M., 2020).Nesse esforço de inteligibilidade do espaço apropriado, serão utilizadas as categorias paisagem e lugar, conectando Geografia e Antropologia.

Name (2010) colabora com essa abordagem ao trabalhar o conceito de paisagem sob a perspectiva da ciência geográfica e da relação com o conceito de cultura, destacando a superação da dicotomia que uma dada percepção morfológica da paisagem gerava ao distinguir entre paisagens naturais e paisagens culturais. Esse processo teve contribuição de Denis Edmund Cosgrove (COSGROVE, 1996 *apud* NAME, 2010) que apresenta a paisagem como ferramenta analítica de compreensão do mundo, das sociedades e das paisagens por elas engendradas, assim como a indissociabilidade entre uma suposta paisagem *real* e sua representação (NAME, 2010). Trata-se, portanto de uma concepção integradora de paisagem, a qual supera um conceito funcional de paisagem como *expressão narrativa* de quem coleta/captura o contexto vital do *Outro*, o textualiza, e até mesmo o ressemantiza. Pode-se então abordar o conceito de lugar.

Tuan (1983) abordou o lugar a partir da experiência como aprendizado, de tal maneira que é a familiaridade do espaço que o torna lugar, ou seja, o lugar é significado como tal pelo sujeito e pela dinâmica que ele imprime para conhecê-lo. A partir dessa premissa, esse autor distingue espaço de lugar como uma diferenciação entre movimento (espaço) e pausa (lugar), sendo que ao lugar significado como pausa se confere igualmente uma dada materialidade.

Reforça-se assim, a noção de familiaridade como elemento constitutivo do lugar, ao mesmo tempo em que se acentua a noção de *estranhamento* como percepção do espaço, como diz o próprio autor, "[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar", pois "o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado" (TUAN, 1983, p. 83, p. 151). Com isso, o sentido

de lugar adquire o caráter de estabilização do sujeito individual ou coletivo. Sendo o lugar o âmbito da familiaridade, se trata igualmente do âmbito da vida e nesse aspecto relaciona-se com o tempo.

Por isso, "[...] a concepção atual de lugar é de tempo em espaço; ou seja, lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o *lugar*, o movimento, a matéria" (OLIVEIRA, 2014, p. 5, grifo da autora). Desta forma, o lugar como mundo de significados organizados tem simultaneamente caráter de estabilidade, mas igualmente de dinamicidade e da conflitividade que é inerente ao movimento, à mudança e transformação. Essa multivalência do lugar - expressa em estabilidades e dinamicidades - se deve a que será aí, no *lugar*, que aflorarão as crises que colocam em estado de crisálida o espaço representado e que se conecta aos processos de (re)significação espacial.

Considerando-se que a paisagem é tempo materializado em que os diferentes tempos se conectam e se intersignificam (BENDER, 2002 *apud* LEAL, 2013), configurando as *paisagens-tempos*, o processo de implantação da Albras/Alunorte impulsionou a formação de *paisagens-tempos* diferentes, correlacionadas, conectadas e intersignificantes, porém, não necessariamente, integradas, mas em condição de tensionamento antitético.

Assim, ancorado no conceito de *paisagens-tempos*, a análise dos processos ocorridos em Barcarena (PA) e que envolveram de forma direta as famílias de sitiantes a partir dos anos 1970-1980 é um apelo dialógico às memórias e sua relação com os 40 anos de instalação do complexo industrial portuário em Barcarena (PA) e a emergência de *lugares de memória*, os quais podem ser materiais e concretos, assim como simbólicos e abstratos e contribuem para consolidar uma determinada versão de passado desta ou daquela sociedade (NORA, 1993). Ainda que a abordagem de Nora (1993) diga respeito às histórias nacionais, essa concepção da necessidade de uma intencionalidade para que a memória não seja dissoluta é aplicável às dinâmicas de *(re)ssignificação* dos sítios camponeses ribeirinhos.

Essa irrupção de outras *paisagens-tempos* em Vila Itupanema e Vila Nova, em Barcarena (PA), guardando semelhanças e diferenças com outras localidades pelo mundo, ocorreram e ocorrem em nome de um possível futuro sintetizado simbolicamente nas promessas de progresso da indústria de alumínio e, materialmente, na instalação da maior planta de beneficiamento de alumínio do mundo. Por isso, a aproximação e escuta das falas das famílias de sitiantes referencia-se na noção de *lugar de memória*, enquanto abordagem analítica ancorada na busca em (re)descobrir os "[...] lugares de outrora [...]" (MELLO, 2014, p. 59), compreendidos como o lugar do passado que habita nos sujeitos e que, nesta condição, ganha permanência e atualização dentro de um certo contexto marcado pelas dinâmicas de mudança socioespacial.

Será a partir deste cenário que, ao longo da próxima seção, os interlocutores e as interlocutoras neste estudo convidam a retomar as *paisagens-tempos* de Vila Itupanema e Vila Nova naquilo que elas têm de substantivo: sua intertextualidade, como tempo-espaço "[...] produzido, contemplado, interpretado e muitas vezes consumido[...]" (NAME, 2010, p. 178), onde os sitiantes emergem como sujeitos, assim como as empresas e os governos, cada um com distintas intencionalidades e capacidades de exercício de poder muito diferenciadas e assimétricas.

Os sítios ocultos em Vila Itupanema e Vila Nova (Barcarena, PA)

Barcarena (PA) localiza-se em uma região de antiga ocupação humana, como registrado no Sítio Arqueológico PA –BA-84 Alunorte (LOPES *et al.*, 2019). Esse processo de ocupação teve continuidade ao longo dos períodos subsequentes, caracterizado por práticas agrícolas, extrativas e haliêuticas seculares. Bates, naturalista inglês do século XIX, constata essa ocupação de longa data em sua viagem pela Amazônia – entre 1848 a 1859 – descrevendo-a como uma paisagem marcada por uma ocupação constituída por gerações de povos e populações locais (BATES, 1944). Nesse cenário, os sítios camponeses ribeirinhos apareciam como a forma socioespacial privilegiada dessa conformação socioterritorial, resultado de um longo percurso histórico que se acentuou entre os séculos XVIII e XIX.

No século XX, os sítios continuaram a caracterizar a paisagem local, conforme demonstrado em relatório datado de 1947 da Prefeitura de Barcarena, onde são nomeados os sítios com suas atividades produtivas e, finalmente, no ano de 1982, um levantamento topográfico realizado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) para identificar as posses sobre as quais se sobreporia o polígono do Distrito Industrial de Barcarena (MAIA, 2017), em que foi implantado o complexo industrial portuário, iniciado com a construção da Albras/Alunorte.

Tendo como suporte essas evidências, infere-se que os sítios camponeses ribeirinhos são, em Barcarena (PA), um elemento que compõe de forma categórica o percurso social e histórico das populações locais. Porém, houve um ponto de curva neste percurso: se trata da implantação do complexo industrial portuário – ou como os participantes locais deste trabalho nominam: *a chegada das empresas*. Esse ponto de curva redirecionou o percurso que as populações locais estavam construindo a séculos naquele município; reposicionou Barcarena (PA), a partir dos influxos e fluxos do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980 e se materializou em processos de remoções e deslocamentos compulsórios das famílias de sitiantes e seu reassentamento em outras áreas de terra que não seus sítios centenários. Uma ação que se impôs aos sitiantes para que a Albras/Alunorte fosse instalada em Barcarena (PA).

Houve posses que ficaram integralmente, e outras, parcialmente, no interior do polígono. Na primeira situação, as famílias foram sumariamente removidas, deslocadas e reassentadas. Algumas daquelas que residiam na área que é objeto desta dissertação foram assentadas na assim denominada Vila Nova, em terrenos com tamanho de 10m X 60m, ou seja, 600m^2 para cada família. Na segunda situação, as famílias continuaram residindo na parte remanescente de seus sítios, após a demarcação do que seria a área da Albras/Alunorte e o que se tornou a área remanescente do sítio.

Haverá ainda uma terceira situação específica de Vila Itupanema. Essas famílias sitiantes moravam em Itupanema - local que uma das interlocutoras chamou de sítios-moradia - mas não tinham suas terras-roças, águas-igarapés e terras-florestas de uso comum em áreas contiguas às suas moradias na Vila de Itupanema, pois essas áreas – especialmente as roças e as áreas de uso comum - localizavam-se no que é a Vila dos Cabanos.

Desta forma, essas áreas de produção direta e de uso comum foram sobrepostas pelo polígono que demarcou a Vila dos Cabanos, a qual no projeto do complexo industrial portuário foi implantada como área residencial destinada a receber os profissionais especializados que iriam trabalhar na fábrica, sendo considerada uma aplicação em Barcarena (PA) do modelo de *company tower* recorrente em outros projetos da cadeia mínero metalúrgica instalados na Amazônia (CARMO, 2015; SILVA CARMO; FONSECA DA COSTA, 2017).

Essa sobreposição foi processual, inicialmente, pela remoção em si mesma, na qual as famílias sitiantes tiveram expropriadas as bases materiais de sua existência como sitiantes: terras, águas, florestas, que passaram a compor a propriedade da Albras/Alunorte e não mais suas casas, quintais, roças e áreas de uso comum. Essa dinâmica continuou com o deslocamento e o assentamento compulsórios em condições extremamente precárias em Vila Nova, numa área de uso que não permitiu a essas famílias manter suas práticas de existência, ainda que tenham feito esforços para isso.

Na Vida de Itupanema, foi operada uma outra forma de ocultamento, que não está colocada na relação direta com o polígono do Distrito Industrial, mas dos significados que a chegada das empresas foi adquirindo para Barcarena (PA) e em especial para Vila Itupanema: ainda que somente duas famílias tenham sido deslocadas da vila, as condições de existência como sitiantes foram subtraídas das famílias, ao mesmo tempo em que o fluxo migratório intenso fez com que as áreas de roças e as águas-rios fossem ocultadas na paisagem, ao ponto que se transformaram como pontos de referência espacial: as roças estão lá, os rios estão ali, mas soterrados pelos arruamentos e casas, ocultos na Vila Itupanema do século XXI, como demonstra a Foto 1.

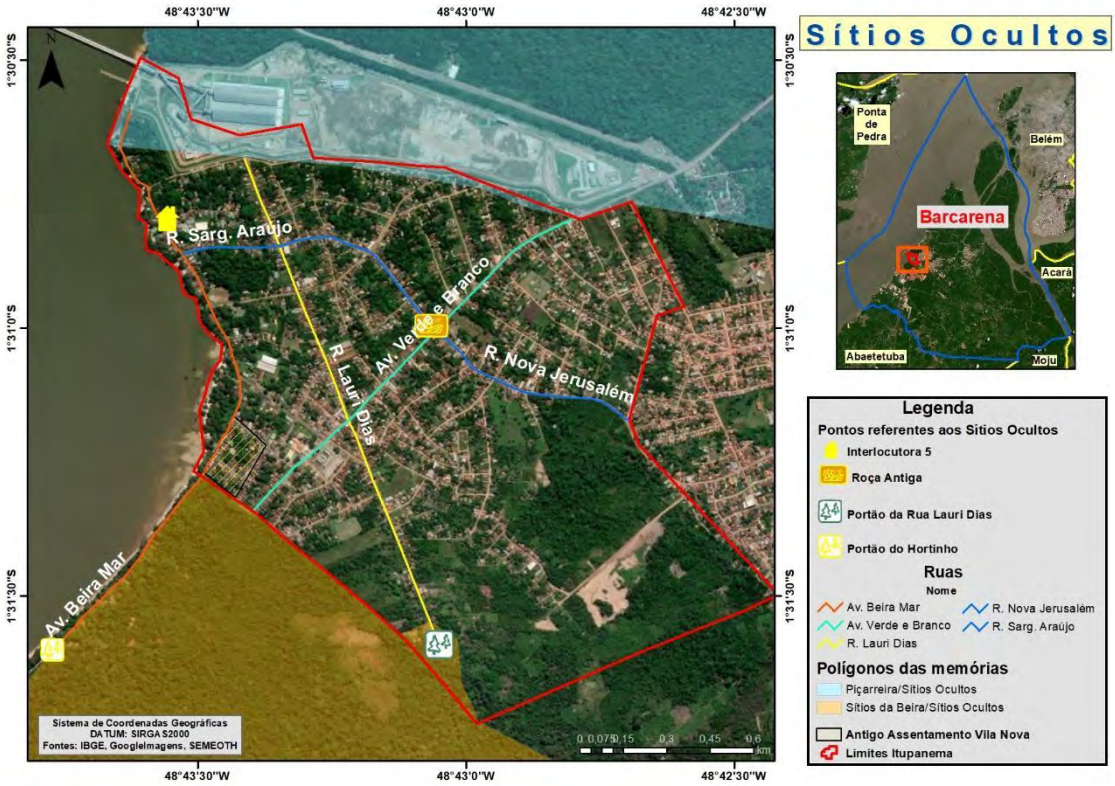
Foto 1 - Rua Nova Jerusalém, em Vila Itupanema, Barcarena (PA)



Fonte: Acervo pessoal do autor da pesquisa em10/09/2022

O Mapa 3 demonstra os resultados de dois processos que ocorreram simultaneamente no contexto da instalação do complexo industrial portuário, com sujeitos e vetores socioespaciais diferenciados entre si, mas que têm em comum a dinâmica de *ocultamento* dos sítios camponeses ribeirinhos.

Mapa 3 - Os Sítios Ocultos, segundo as Interlocutoras e os Interlocutores e pontos georreferenciados em campo



Fonte: Elaboração de Augusto Fadu para esta pesquisa (2022), a partir de dados do Mapeamento Colaborativo Individual a partir de Carta Imagem e Levantamento de Pontos Georreferenciados em Campo; IBGE, GoogleImagens e SEMEOTH

As legendas Piçarreira/Sítios Ocultos e Sítios da Beira/Sítios Ocultos indicam áreas familiares e de uso comum dos sitiantes que foram sobrepostas pelo polígono do complexo industrial portuário, o que é corroborado pelas falas de interlocutores e interlocutoras que informam a atual Área de Proteção Ambiental da Hydro como sendo onde estavam localizados os sítios camponeses ribeirinhos das famílias deslocadas para o assentamento Vila Nova e outras áreas, entre os anos de 1983 e 1985.

Portanto, uma das dinâmicas de ocultamento dos Sítios se deu pela ação direta das empresas e dos governos à época, pois para que o complexo industrial portuário fosse instalado operou-se uma engenhosa articulação de um conjunto de estratégias entre os agentes privados empresariais e os governos nacional e estadual para que as terras ancestrais das famílias de sitiantes fossem passíveis de desapropriação e assim fosse legitimado o deslocamento dessas famílias e seu reassentamento em outras áreas de terras em Barcarena, como foi o caso do assentamento Vila Nova.

Mas o processo de ocultamento também teve um outro vetor. Conforme demonstrado no mapa 2 pelas legendas Interlocutora 5 e Roça Antiga, a expansão da área urbana em Itupanema se deu sobre as áreas das antigas roças que eram acessadas pelos sitiantes por meio dos caminhos que conectavam os subsistemas dos sítios expressos nas casas, nas casas de farinha, nas fruteiras, nos igarapés, nas matas e pelas próprias roças. Assim, ruas, casas, templos, lojas, bares e automóveis, passaram a ser os componentes da paisagem onde antes estavam localizadas as roças, matas e águas (Foto 2).

Foto 2 - Cruzamento da Avenida Verde e Branco com Rua Nova Jerusalém, em Vila Itupanema, Barcarena (PA)



Fonte: Acervo pessoal do autor da pesquisa em 10/09/2022

Neste caso, o processo de ocultamento/encobrimento não está diretamente relacionado ao polígono do complexo industrial portuário, mas à instalação da Vila dos Cabanos e ao crescimento populacional acelerado que ocorreu no município a partir dos anos 1980, o qual implicou também no crescimento da área urbana de Barcarena e, especialmente, pela ampliação de assentamentos precários, como demonstrado na fala abaixo:

> [O sítio] Era denominado todinho Boa Vista, por exemplo: digamos que toda aqui a parte de Itupanema, de Vila Nova pra cá a gente considerava Boa Vista, do colégio [Presidente] Dutra pra cá.

> *- [Autor mostra um mapa à interlocutora]. DP: Essa área de ocupação influenciou os sítios?*
>
> Olha, acabou sim, **porque nós considerava aqui uma área rural e hoje ela é uma área urbana** (grifo nosso) e isso contribuiu, por exemplo, uma família que tem aqui de 10 filhos, a área que ele tinha de terreno pra trás ele foi distribuindo pros filhos, construindo casa e casa e com isso foi acabando. Foi acabando com área de terra, que não tem mais como plantar (...) (INTERLOCUTORA 10, Itupanema e Sítio Boa Vista, Sítio Oculto)].

Contudo ainda que multidimensionalmente violento, o ocultamento dos sítios não significou sua supressão, seu apagamento. Nessa condição de ocultamento – "aquilo que se acha escondido, encoberto" (AULETE, 2011, p. 986) - o acesso a eles se dá pela ativação e acesso às memórias das pessoas que viviam como sitiantes camponeses ribeirinhos e vivenciaram as transformações da paisagem.

Ainda que encobertos e ocultos, esses sítios são localizados e identificados pelos seus antigos moradores. As falas apresentadas abaixo são ilustrativas, mas todos os interlocutores e as interlocutoras que tiveram seus sítios sobrepostos pelo polígono do complexo industrial portuário indicaram de forma muito segura a localização desses sítios na paisagem atual.

> A localização do nosso sítio é aonde é implantada a Albrás/Alunorte e uma parte da CDP, inclusive, **tem uma parte do nosso sítio que tá em pé ainda, só que tá cercada pela empresa** (grifo nosso). (INTERLOCUTORA 1, Centro, Sítio Guajará de Itupanema, Sítio Oculto).
>
> Sítio São José. Na cabeceira do rio Murucupi, aonde a gente enxergava o peixe lá no fundo. Atrás da fábrica da Albrás/Alunorte hoje, **aonde é a bacia da Alunorte** (grifo nosso). (INTERLOCUTOR 6, Centro, Sítio São José, Sítio Sitiado).
>
> O nosso [sítio] ainda tá lá tudinho o mato aonde é o porto CDP ali, aí pra cá tá tudinho a área lá. **Lá onde eu morava já é o porto, onde o meu tio também morava já é o porto da Albrás, fica lá** (grifo nosso). (INTERLOCUTORA 7, Beira, Sítio Guajará de Itupanema, Sítio Oculto).

Após 40 anos dos fatos e eventos, os sítios ainda estão presentes nos afetos dessas pessoas e pode-se dizer que ainda estão ativos e vivos como referências de suas vivências. Contudo, as interlocutoras indicam que eles estão invisibilizados sob o polígono do complexo industrial portuário, encobertos pela indústria: "Atrás da fábrica da Albras/Alunorte hoje, aonde é a bacia da Alunorte" (Interlocutor 6); pela estrutura portuária: "lá onde eu morava já é o porto" (Interlocutora 7); e pelo extrato de floresta que compõe a Área de Proteção Ambiental da Hydro Alunorte.

As falas *localizam* os sítios em contraponto a um determinado hoje: "tem uma parte do nosso sítio que tá em pé **ainda** [grifo nosso]" (Interlocutora 1), evidenciando que mesmo ocultos e encobertos, os sitiantes ainda os reconhecem no que atualmente se mostra como a planta industrial, a Área de Proteção Ambiental da Hydro Alunorte e a área portuária, os seus sítios, os quais são também os sítios dos *seus afetos*:

> Olha, no sítio lá que a gente vivia era muito bom, pra nós era bom, né? Porque nós vivia da lavoura, eu pelo menos nasci e me criei lá, sai de lá pra vim pra cá, né? [referindo-se à Vila Nova] 40 e poucos anos. E ali a gente tinha as nossas frutas, a gente tinha as nossas criação: porco, galinha, essas coisas. A gente vivia daquilo, né? Tinha a nossa pesca que a gente vinha, pegava camarão, essas coisas. Era muito bom

> do que aqui essa parte [referindo-se à Vila Nova], nós vivia tranquilo, não tinha o que tem hoje em dia aqui, não tinha lá, né? Era tudo tranquilo. (INTERLOCUTORA 14, Centro, Sítio Santo Antônio, Sítio Oculto).

A fala acima apresenta os sítios referenciados socioespacialmente como lugar de memórias e afetos que estão ativos mesmo sob um contexto de pressões múltiplas que poderiam resultar no esquecimento. Dentre estas pressões, se pode citar, especialmente, o distanciamento relacional com os sitíos camponeses ribeirinhos, o qual se materializa no seu ocultamento: o que se vê não são mais os sítios, mas os Depósitos de Resíduos Sólidos (DRS) da Hydro, as instalações de armazenagem e estocagem do Porto de Vila do Conde e o *mato* – termo utilizado pelos participantes deste estudo para designar a Área de Proteção Ambiental da Hydro.

Contudo, apesar de não serem mais visíveis, para esses sitiantes não houve um apagamento dessas socioespacialidades em Vila Itupanema e dentre as famílias deslocadas para Vila Nova, ainda que tenha havido pressões sociais, econômicas e culturais para um processo de apagamento radical dos sítios, até mesmo das suas memórias.

As memórias desses *sítios ocultos*, são operadas como uma projeção de um presente contingente que necessita ser remodelado a partir do passado desejado e necessário. Se expressa como um contraponto às condições precárias de saúde, da situação e insegurança pública e até mesmo da degradação ambiental vividas em Barcarena (PA).

Assim, encontra-se nos sítios dos afetos, lembranças e memórias a idealização de uma vida marcada pelo bom viver e pelo bem viver, mas que pode vir a se perder nos meandros dos futuros possíveis em Vila Itupanema e Vila Nova, o que coloca em condição de urgência que sejam construídas estratégias coletivas de ativação e compartilhamento dessas memórias como patrimônio dessas pessoas, de suas localidades e do município de Barcarena (PA).

Considerações Finais

Dentre as categorizações dos sítios camponeses ribeirinhos engendrados em Vila Itupanema e Vila Nova nesta dinâmica, *Sítios Ocultos* é aquela que se relaciona de forma direta com a abrupta transformação da paisagem nessas localidades e na bacia do Rio Murucupi, em Barcarena (PA). No decorrer deste trabalho, um conjunto de sitiantes mostrou o que são os *Sítios Ocultos*. Trata-se daquela socioespacialidade que se mantém viva nas lembranças, memórias e narrativas dos participantes deste estudo, mas que foi progressivamente sendo escondida na paisagem pela sobreposição de outras camadas de equipamentos urbanos, outras formas de ocupação e uso do solo e até mesmo a regeneração florestal por interdição de uso.

As falas demonstraram que houve iniciativas das famílias para adaptar suas práticas ao exíguo espaço físico que tinham à disposição, mas as condições materiais para que essas adaptações tivessem o resultado esperado não tinham vindo junto com os poucos pertences que trouxeram consigo para o assentamento Vila Nova. As suas terras, águas, florestas e roças tinham ficado nos sítios interditados. Foram soterrados e ocultos pelo polígono do complexo industrial portuário e pela construção da Albrás Alunorte.

Nesse contexto, as memórias dos Sítios em Vila Itupanema e Vila Nova adquiriram um caráter de enunciação coletiva - as famílias camponesas ribeirinhas deslocadas - e pessoal – dos membros individuais das famílias - , processo que se assemelha a um espelhamento entre as famílias sitiantes e os *Sítios* como seus lugares de existências, de tal forma que pensar o lugar é discutir e dialogar sobre a existência, o ontológico, o econômico e o social.

Barcarena (PA) é conhecida nacional e internacionalmente pela presença de projetos de beneficiamento industrial da cadeia minero-metalúrgica, com destaque para a maior refinaria de alumina do mundo: a Hydro Alunorte; assim como, pelo fluxo migratório que acompanhou a instalação do complexo industrial e portuário relacionado a essa cadeia produtiva, a partir dos anos 1970. O processo de implantação do complexo continua ainda ativo, com a instalação e ampliação de

projetos de infraestrutura (portos, hidrovias, rodovias e ferrovias), sendo que esse conjunto de intervenções de cunho econômico-produtivo tem uma multiplicidade de impactos e desdobramentos econômicos e socioambientais no município.

Assim, em Vila Itupanea e Vila Nova, o choque entre os *tempos-paisagens* marcados pelo futuro idealizado nas promessas da cadeia empresarial do alumínio continuam a se friccionar com os tempos-paisagens dos sitiantes. Os sitiantes fixam uma imagem do Sítio que é igualmente uma projeção do presente e futuro desejado, de tal forma que as falas não são somente sobre o passado, mas um passado que se projeta como presentes e futuros idealizados, como disse um das Interlocutoras da pesquisa : "Do que tinha antigamente a gente sente falta hoje" (Interlocutora 1).

As memórias acessadas neste estudo se expressam como evocação - que pela própria vontade, se puxam os fios da recordação na teia do tempo – e, ao mesmo tempo, como invocação pois se chama em auxílio, os lugares, pessoas, fatos e acontecimentos *da* e *na* história. Assim, a memória, neste caso, operou como um recurso de afirmação de pertencimentos e, portanto, suas dimensões individual e coletiva se imbricam e ficam a exigir que se coloque em ação a vontade libertadora, o impulsionamento pela liberdade que se expresse como serviço generoso em favor da defesa de todas as formas de vida.

Referência Bibliográfica

ARENZ, K.H. Anticabloclismo**. Revista de Estudos de Cultura**. *[s.l.]* N. 3. 2015. Disponível em <https://www.seer.ufs.br/index.php/revec/issue/view/444> Acesso em: 15 mai. 2021.

AULETE, C.; GEIGER, P. (Org.). **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BARROS, M. J. B**. Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena - Pará. 2009**. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, abril, 2009.

BATES, H. W. **Um naturalista no Rio Amazonas**. *s.l*. Companhia Editora Nacional. 1944 V 1. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/323/1/237%20T1%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> Acesso em: 14 jan. 2022.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e Latino.** Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade. 1720. 8 v, 2 suplementos, v. 7: [2 p. sem numeração], Volume 07: Letras Q-S, 824 p, p. 328. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5443> Acesso em: 14 jan. 2022.

CARMO, M.B.S. **A Singularidade do Urbano de Barcarena, como Cidade Ribeirinha da Região Amazônica**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR). Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). São José dos Campos, SP, fevereiro, 2015.

COELHO, M. C. **Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do diretório dos índios (1751-1798)**. 2005. 433 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <doi:10.11606/T.8.2006.tde-08062006-085817>. Acesso em: 11 jan. 2022.

COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A.; SANTOS, I. C. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 1, p. 141-178, jun. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/264/412>. Acesso em: 29 nov. 2012.

HEBÉTTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (org). **No mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA – IBGE. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama

KAUSTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução C. Iperoig. São Paulo: Proposta, 1980. 3 ed. Disponível em <https://www.academia.edu/14695609/2._Quest%C3%A3o_Agraria_-_Kautsky_1_.PDF> Acesso em: 17 mai. 2021.

LEAL, O. F. Paisagem Etnográfica: Imagens, inscrições e memória nos cadernos de campo. **Iluminuras**. Porto Alegre. v. 14, n. 34, p. 62-84, ago./dez., 2013.

LIRA, T. M.; RODRIGUES CHAVES, M. P. S. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 17, n. 1, jan./mar. 2016. p. 66-76. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v17n1/1518-7012-inter-17-01-0066.pdf> Acesso em: 26 dez. 2020.

LOPES, P. R. C. *et al*. Análise Goeambiental de Sítios Arqueológicos no Estuário do Rio Pará, Amazônia. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 557-575, dez. 2019. ISSN 1983-7798. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7613/4438> doi:http://dx.doi.org/10.18224/hab.v17i2.7613. Acesso em: 22 set. 2022

MAIA, R. O. M. **Territorialidades Específicas em Barcarena Confrontadas com Projetos de Desenvolvimento**. 2017. 323 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará, UFPA. Belém, 2017.

MANZINI, E.J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, 1990/1991.

MELLO, J. B. F. O Triunfo do Lugar Sobre o Espaço. *In:* MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs) **Qual o Lugar do Espaço?: Geografia, Epistemologia, Fenomenologia.** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 33 – 68.

MOREIRA. E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de Um Campesinato nos Baixos Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. *In:* GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias:** construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 1. p. 187 – 207.

NAHUM. J.S. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**. 2006. 126 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2006.

NAHUM. J.S. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. **Revista Geosul**. Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n45p65> Acesso em: 2 abr. 2019.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na Geografia e sua relação com o conceito de Cultura. **GeoTextos**. Salvador, v. 6, n. 2, p. 163-186, dez. ,2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4835> Acesso em: 5 jan. 2022.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, 1993. p. 7 – 28. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 29 out. 2021.

OLIVEIRA, L. O Sentido de Lugar. *In:* MARANDOLA JR, E., HOLZER, W., OLIVEIRA, L. (org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Editora Perspectiva, 2012. p. 3 – 16.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA. Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor (CDHeDC). **Relatório da Diligência Realizada em Barcarena, em 23/02/2018, com o Objetivo de Compreender as Possíveis Causas da Lama Avermelhada em Comunidades Próximas a Empresa Norsk Hydro Alunorte Brasil.** ALEPA e CDHcDC. 2018. Disponível em: <https://issuu.com/filippeburlamaquibastos/docs/relat_rio_da_dilig_ncia_realizada_e> Acesso em: 7 jun. 2021.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa. **Estatística Municipal:** Barcarena. *s.l.* 2021. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/node/201> Acesso em: 7 jan. 2022.

PINTO, L. F. A Desorganização do Grande Projeto. *In:* CASTRO, E. MOURA, E. A. F., MAIA, M. L. S. **Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p. 48- 58.

PINTO, L. M. S. **Diccionario da lingua brasileira.** *Ouro Preto*: Typographia de Silva,1832. Páginas não numeradas. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026#page/781/mode/1up> Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, A. T. L. M. **Análise Temporal dos Impactos Socioambientais das Barragens de Rejeito na Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi, Barcarena – PA**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Segurança de Barragem e Gestão Ambiental). Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia, Universidade Federal do Pará – UFPA, Tucuruí, 2018.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1 – 21, jul/dez., 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456> Acesso em: 15 mai. 2021.

SILVA CARMO, M. B.; FONSECA DA COSTA, S. M. Os paradoxos entre os urbanos no município de Barcarena, Pará. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, *[S. l.]*, v. 8, n. 3, p. 291–305, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/22077. Acesso em: 6 dez. 2020.

SOUZA, B. J. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. *s.l.* Companhia. Editora Nacional., 1939. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/247> Acesso em: 14 jan. 2022.

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SYNERGIA SOCIOAMBIENTAL. **Projeto de Apoio e Incentivo à Mão de Obra Local**. Synergia Socioambiental. *s.l.* 2019.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução Lívia Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

WITKOSKI, A. C. Florestas de Trabalho: Os camponeses amazônicos de várzea e as formas de uso de seus recursos naturais. In: II ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004, Indaiatuba, São Paulo. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/antonio_carlos_witkoski.pdf> Acesso em: 1º dez. 2020.

WOORTMANN. E.F. O Sítio Camponês. **Anuário Antropológico/81.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 164-203. Disponível em <http://www.ellenfwoortmann.pro.br/artigos/artigos.pdf> Acesso em: 13 dez. 2020.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

Modalidade: Comunicação Oral

"Globalizar a luta, globalizar a esperança": a atuação da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) no marco do neoextrativismo

Beatriz Moreira de Oliveira[1](UEPA)
Mayane Bento Silva[2](UEPA)

RESUMO: Assumindo franca posição antissistêmica e popular desde seu surgimento em 1993, o movimento transnacional *La Vía Campesina* (LVC) dedica-se à luta pela justiça do campo, reforma agrária popular, soberania alimentar, agroecologia, direitos campesinos, bem como pelo feminismo camponês e popular. Com a virada do novo século, as dinâmicas do sistema-mundo moderno têm apresentado desafios particulares para atuação regional da Via Campesina na América Latina, articulada pela Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina). Sob as chagas do neoextrativismo e da matriz colonial de poder, perpetuam-se a exploração dos territórios e bens comuns, assim como as dinâmicas de subalternização de comunidades camponesas e tradicionais, baseadas nas categorias de gênero, raça e classe. Nesse contexto, o presente estudo de caso objetiva analisar como a Via Campesina tem se articulado para *re-existir* às dinâmicas neoextrativistas em curso, utilizando como parâmetros teórico-conceituais a Análise dos Sistemas-Mundo e a Teoria Decolonial.

Palavras-chaves: Via Campesina, América Latina, Neoextrativismo, Matriz Colonial de Poder, Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais.

INTRODUÇÃO

Emergido no contexto pós-Guerra Fria, durante a década de 1990, o Consenso de Washington tornou-se marco basilar das dinâmicas do sistema-mundo moderno às portas do novo século. Nesse período, consolidaram-se os regimes orientados pelos três grandes organismos reguladores, a saber: Acordo Geral de Tarifas e de Comércio (GATT), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Cada instituição, à sua maneira, foi responsável por instaurar, subsidiar e impor aos demais países do sistema as práticas neoliberais de mercado. Para a periferia e semiperiferia agroexportadora, isso significou o avanço da Revolução Verde, resultando em concentração fundiária, despossessão e êxodo rural em favor de um modelo agrário de monocultura voltado à exportação (OCAMPO; FLORES, 2019; COSTA, 2017).

Em se tratando especialmente da América Latina, as dinâmicas de superexploração empreendidas neste ciclo do sistêmico do capitalismo passaram a assumir contornos distintos. Com

[1] Graduada em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Pará, Brasil. E-mail: mzirtbea@gmail.com.
[2] Docente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Bacharelado em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Pará, Brasil. E-mail: bento.mayane@gmail.com.

a virada do século, inaugura-se um novo paradigma orientador: o neodesenvolvimentismo de base neoextrativista. Marcado pela ascensão de governos progressistas, parte de um esforço de distanciamento em relação aos signos neoliberais das duas décadas anteriores, o discurso político da época era compreensivo e defensor de pautas sociais. Entretanto, apesar da incorporação desses ideais populares, o que se observa é a acentuação das violações dos direitos dessas comunidades (SVAMPA, 2017).

A esse processo paradoxal de progressismo e exploração, alicerçado no aquecimento do mercado de *commodities*, é que se chama de neoextrativismo, considerado modelo de desenvolvimento pautado na exploração de bens primários para a exportação, bem como da incorporação de novos territórios e insumos à dinâmica do capital (GUDYNAS, 2009). Enquanto projeto de domínio e morte, as novas manifestações do desenvolvimentismo estão especialmente armadas contra as comunidades subjugadas desde *a invenção* das Américas. Em outras palavras, o neoextrativismo é a expressão atual das dinâmicas coloniais na América Latina, enquanto semiperiferia do sistema-mundo moderno.

Gestado por esse momento histórico e na vanguarda dos movimentos sociais, consolidou-se o *movimento de movimentos* 'Via Campesina'. Formada por entidades de base indígenas, camponeses, trabalhadores rurais com e sem terras, pequenos e médios agricultores, assim como mulheres camponesas e imigrantes, a organização transnacional atua sob o estandarte da justiça do campo, da reforma agrária popular, da soberania alimentar, da agroecologia, dos direitos campesinos, e do feminismo camponês e popular. Nos dias atuais, a Via Campesina compreende 182 organizações locais e nacionais, distribuídas por 82 países. Essa grande rede transnacional é responsável por viabilizar a mobilização de pautas e agendas globais, para que atuem diretamente frente às problemáticas vivenciadas em nível local.

Assumindo a tarefa de articulação em nível regional, a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) consagrou-se como importante ator internacional para a convergência popular. Sua criação remonta às articulações dos anos de 1989 e 1992, sob o signo da campanha "500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular" e, por seu protagonismo e capacidade de mobilização, foi peça-chave na própria construção do movimento transnacional como um todo (VIEIRA, 2012).

Por considerar o expresso protagonismo da CLOC na América Latina, o presente trabalho objetiva analisar de que forma a organização transnacional de movimentos sociais 'Via Campesina' tem se articulado na região para *re-existir* às dinâmicas neoextrativistas em curso. Mais especificamente, dois objetivos orientam esta produção: 1) analisar a dinâmica neoextrativista

latino-americana no contexto da Análise dos Sistemas mundo, no marco da dominação colonial nos eixos de raça, classe e gênero; e 2) analisar os mecanismos de atuação da CLOC-Via Campesina ante às dinâmicas neoextrativistas vigentes.

Para desenvolver o presente estudo de caso, a principal fonte de dados foram documentos oficiais de elaboração própria do movimento disponíveis na internet, especificamente relatórios, informativos e manuais. Por sua vez, todos os materiais foram coletados dos sites oficiais da Via Campesina (https://viacampesina.org/en/) e da Coordenadora Latino-Americana de Movimentos do Campo — CLOC-Via Campesina (https://cloc-viacampesina.net/), entre os dias 22/11/2022 e 01/12/2022. Destes ambientes virtuais, demos especial ênfase à análise dos Relatórios Anuais da Via Campesina publicados entre 2013 a 2021.

NEOEXTRATIVISMO E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA

Na virada para o século XXI, a América Latina vivenciou um período de ascensão das tendências políticas progressistas, em um esforço de distanciamento em relação aos signos neoliberais das duas décadas anteriores. Como marca dessa ruptura, os governos latino-americanos passaram a ser mais permeáveis às questões sociais, especialmente àquelas vinculadas aos movimentos campesinos e indígenas (GUDYNAS, 2009). Apesar dos notáveis avanços desse período, em se tratando de políticas de distribuição de renda e garantias de direitos, dialeticamente se observa o avanço predatório dos grandes empreendimentos nos territórios subalternizados, motivados pela lógica desenvolvimentista neoextrativista (MERCHAND ROJAS, 2016; SVAMPA, 2017).

Isso porque, a partir do "*Consenso das Commodities*", o discurso político progressista passa a valorizar a exploração do meio ambiente e relativizar os danos produzidos, justificando sua necessidade a partir da reversão dos ganhos logrados em políticas assistencialistas. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se elegem e mantém tais representantes no poder a partir das mobilizações sociais contrárias às práticas extrativistas e de despossessão, a lógica neoextrativista privilegia tais atividades em prol do crescimento e centralizando a participação política à burocracia estatal, deixando os movimentos sociais à margem (LANDER, 2017).

É pertinente mencionar que os processos neoextrativistas em curso não têm sido lineares e podem ser compreendidos a partir de fases, de acordo com Svampa (2020). Entre os anos de 2003 e 2010, observa-se a "fase de positividade", em que o *boom das commodities* possibilitou o amplo investimento em políticas sociais de distribuição de renda e redução das desigualdades, bem como de ampliação de direitos, apesar do desenvolvimentismo predatório. Já na "fase de multiplicação dos megaprojetos", compreendido entre os anos de 2007 e 2013, intensificaram-se a mineração, a

exploração de petróleo, a hidroeletricidade e o cultivos de transgênicos. Esse período é marcado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento e pelo acirramento da conflitividade em defesa do território.

Svampa (2020) ainda aponta que, entre 2013 e 2015, percebe-se uma "fase de exacerbação do neoextrativismo", marcada pela queda dos preços das matérias-primas, o que ampliou em sobremaneira as pressões exercidas sobre a natureza e suas comunidades tradicionais. Além disso, já em anos mais recentes houve o declínio das forças progressistas na região e o consequente retrocesso ao conservadorismo neoliberal, em razão da polarização política iniciada nos anos 2010[3]. Como resultado da soma desses dois fatores, a característica amenizadora do desenvolvimentismo neoextrativista é perdida, findando as concessões aos movimentos sociais e na promoção de políticas compensatórias (SVAMPA, 2020).

Em cada uma dessas fases, torna-se nítido que as violências e dilemas suscitadas pelo desenvolvimentismo neoextrativista é perpetrado contra minorias étnicas, comunidades campesinas e agricultoras. Epistemológica e ontologicamente, a subalternização desses povos e seus territórios representa um processo contínuo, arraigado à colonização das Américas, momento histórico em que se consagrou a categoria raça como marcador da diferença, sendo a matriz colonial de poder fundamentada pela colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2020; MALDONADO-TORRES, 2007; DUSSEL, 2008). As chagas impostas pela ocidentalidade moderna contra o "outro" são pautadas na interseccionalidade entre gênero, raça e classe, na tentativa de não somente subjugar as comunidades não-ocidentais, mas apagar suas existências (LUGONES, 2020).

Como efeito direto dessa conflitividade, característica do neoextrativismo e da matriz colonial de poder, observa-se a articulação de diversos atores sociais contrários ao modelo econômico vigente, formulando e fomentando um verdadeiro giro ecoterritorial, partindo da transversalização das matrizes indígena-comunitária, narrativa autonômica e feminista. Nesse sentido, Svampa (2019) argumenta que a ampliação das escalas da mobilização contestatória em níveis de coordenação internacionais foi um passo importante dado pelos movimentos sociais, o que possibilitou a construção de um pensamento ambientalista latino-americano. Por essa razão, fizeram-se necessários marcos de ação coletiva, sendo esses: bens comuns, justiça ambiental, Bem Viver e Direitos da Natureza (SVAMPA, 2016).

"GLOBALIZAR A LUTA, GLOBALIZAR A ESPERANÇA": A ARTICULAÇÃO REGIONAL DA COORDENADORA LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DO CAMPO (CLOC-Via Campesina)

[3] Nesse período, verifica-se a ascensão de líderes como Maurício Macri (Argentina, 2015), Lenin Moreno (Equador, 2017), bem como golpes parlamentares contra representantes democraticamente eleitos – caso de Zelaya (Honduras, 2009), Fernando Lugo (Paraguai, 2012) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016).

Às portas do novo século e diante do novo modo de produção neoextrativista, a Via Campesina já possuía mais de uma década de organização. Desde sua fundação, assumia firme antagonismo ao sistema de produção capitalista num amplo esforço antissistêmico, denunciando os regimes e atores internacionais responsáveis pela subalternização das populações do campo – especialmente Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) –, bem como defendendo os costumes e saberes tradicionais de produção agrícola. Construídas nesse ensejo de *re-existências* e enfrentamento às instituições internacionais, ressaltam-se a defesa da soberania alimentar e da agroecologia.

O conceito de soberania alimentar foi utilizado pela primeira vez na II Conferência Internacional da LVC, em Tlaxcala, México (LVC, 1996). Desde então, o termo encontra-se cristalizado como um dos pilares principais do movimento internacional campesino. Em síntese, a soberania alimentar defende os direitos dos povos à produção, ao território e ao consumo de alimentos saudáveis, com atenção às diferentes culturas e cosmovisões que mantém vivos os costumes alimentares tradicionais, rejeitando, assim, o padrão vigente (ROSSET, 2016).

Frente a isso, é intencional e reforçada a diferenciação entre soberania alimentar, defendida pelos movimentos rurais, e segurança alimentar, proposta pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Ao contrário de LVC, a FAO defende o "direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome" (FAO, 1996). Ou seja, condiz a um projeto omisso quanto à subjetividade daquele que cultiva, bem como às etapas de produção na cadeia global alimentar – o único conceito atento a essas nuances é o de soberania alimentar[4].

Como alternativa para alcançar a recuperação e o equilíbrio das relações homem-natureza, propõe-se a agroecologia. Fortemente associada ao conceito de soberania alimentar e reforma agrária, a agroecologia campesina visa produzir alimentos ecologicamente responsáveis e culturalmente inseridos na realidade das populações camponesas. Essa forma de alimentar e ser alimentado não só é relevante para a qualidade de vida no campo, mas também reflete positivamente

[4] Aprofundando esta conceituação, lê-se em Desmarais (2002): "Essa ideia de soberania alimentar (...) está no centro do modelo alternativo de desenvolvimento agrícola que a Via Campesina está trabalhando para estabelecer. (...) . Como tal, a Via Campesina está defendendo uma mudança fundamental em quem define e determina o propósito e os termos do conhecimento, pesquisa, tecnologia, ciência, produção e comércio relacionados aos alimentos. O que a Via Campesina está falando [Via Campesina, 1996] é a necessidade de construir culturas e economias camponesas baseadas em princípios "que ainda não desapareceram completamente" como imperativos e obrigações morais, equidade, justiça social e responsabilidade social. Isso, de acordo com a Via Campesina, é o que significa construir comunidade e cultura rural" (DESMARAIS, 2002, p. 100. Tradução nossa).

no consumo das cidades, fortalece a associação dos movimentos sociais entre si e reduz os riscos de adoecimento das populações locais. Ademais, são úteis na medida em que reduzem as emissões de gás carbônico, são mais resilientes às mudanças climáticas, protegem a diversidade genética de sementes, bem como são capazes de reverter a degradação do solo e agroecossistemas (LVC, 2010; 2013b; 2018a).

Vale ressaltar também que a proposta campesina de agroecologia possui fortes raízes feministas, uma vez que "reconhece as mulheres como agentes centrais da mudança, nas plantações e nos movimentos sociais", dando a elas "mais autonomia e empoderamento, dentro de suas famílias e comunidades" (LVC, 2018a, p. 15). É devido à forte presença feminina na estruturação familiar e produtiva do campo, assim como à marcante atuação das mulheres em suas respectivas organizações camponesas, que a luta feminina contra o patriarcado é estruturante à Via Campesina. A proposição do Feminismo Camponês e Popular é considerada o marco decisório desse processo.

Num recorte mais orientado à atuação regional, para além dos eixos de luta transnacionais, a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) privilegia como pautas: o constante apoio à Revolução Cubana e o rechaço ao bloqueio sofrido pelo país; o repúdio à militarização no campo e ao consequente recrudescimento da repressão aos defensores da justiça fundiária; a posição prestigiada do movimento indígena e a especial defesa ao *buen vivir* (CLOC, 1997; 2002; 2005; 2010; 2015; 2019). Quanto a este último, é válida atenção especial, uma vez que o conceito de *sumak kawsay*[5] (ou bem-viver) torna-se fundamental ao léxico e à práxis da Via Campesina na região, dado o expressivo papel das comunidades indígenas na defesa dos territórios e seus bens comuns. Além disso, o enfrentamento à violência colonial, manifestada também nas dinâmicas neoextrativistas, são peças fundamentais na agenda política da Via.

Em suas Declarações de Conferência, é possível identificar com mais clareza esses pontos de tensionamento particulares à região latino-americana:

> A América Latina sofre com altos níveis de desigualdade e concentração fundiária. É o resultado de processos históricos desde a invasão colonial e a constituição de dois estados nacionais, várias décadas de neoliberalismo e processos de contrarreforma agrária que provocaram concentração e reconcentração de terras.

[5] Caro aos teóricos decoloniais, o conceito de buen vivir é assim entendido por Mignolo (2007), em reflexão sobre as contribuições apresentadas por Waman Poma de Ayala no século XVII: "O ritmo das estações, a convivência no e com o mundo natural: sol, lua, terra, fertilidade, água, runas (seres vivos que no Ocidente são descritos como "seres humanos") coexistem na harmonia do "bem viver". Essa harmonia é significativa, no início do século XVII, quando a formação do capitalismo já mostrava desprezo pelas vidas humanas descartáveis (indígenas e negros, principalmente), submetidas à exploração do trabalho, expropriadas de sua casa (a terra onde foram), e a sua residência transformada em terreno como propriedade individual. Numa época em que os europeus, em seus projetos econômicos, não contemplavam a harmonia da vida nem o movimento das estações, mas concentravam todos os seus esforços no aumento da produção (ouro, prata, café, açúcar etc.), morresse quem morresse" (MIGNOLO, 2007, p. 38, tradução nossa).

> Nos últimos anos, houve um novo fenômeno de gestão da terra por parte do estado, do agronegócio transnacional e das empresas financeiras transnacionais. A Grilagem de terras viola os direitos humanos, porque rouba das comunidades rurais suas chances de se alimentarem agora e no futuro. Reafirmamos a luta pela Reforma Agrária Integral e pela Soberania Alimentar como pilares centrais do nosso projeto de futuro. *Reconhecemos avanços como os alcançados na Bolívia*, onde a propriedade coletiva das comunidades rurais e indígenas é legalmente reconhecida e limita a concentração de terras. *No entanto, vemos que, em termos gerais, o respeito ao direito à terra e ao território na América Latina retrocedeu* (CLOC, 2010, tradução e grifos nossos).

Para articular a luta em torno desses estandartes gerais, a Via Campesina organiza-se em torno de Coletivos Temáticos de Trabalho em nível internacional. São eles: Corporações Transnacionais e Agronegócio e Direitos Camponeses; Justiça Climática, Trabalhadores Migrantes, Políticas Públicas; Oposição à OMC e aos Tratados de Livre Comércio; Agroecologia, Sementes e Biodiversidade; Terra, Água e Territórios. Orientadas por cada coletivo, são organizadas regionalmente mobilizações pontuais, protestos, campanhas, conferências internacionais, atividades de formação, dentre outros.

Entre os anos de 2013 e 2021, foram registrados pela Via Campesina em seus Relatórios Anuais em torno de 60 atividades locais nos países latino-americanos de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (LVC, 2014; 2015; 2016; 2017; 2018b; 2019; 2020; 2021; 2022). Digno de especial atenção, em razão da expressiva quantidade de correspondências encontradas em referência à América Latina nos Relatórios Anuais da Via Campesina, destacam-se o Coletivo de Agroecologia, Sementes e Biodiversidade e o Coletivo de Trabalho Terra, Água e Territórios. Neles, o trabalho de formação de base conduzido pelos Institutos Latino-Americanos de Agroecologia (IALAs) e a constante articulação em defesa da reforma agrária justa e popular foram destaques.

RE-EXISTIR: A LUTA DA CLOC-VIA CAMPESINA POR AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E REFORMA AGRÁRIA NO MARCO DO NEOEXTRATIVISMO

Como metodologia central para a articulação da Via Campesina na América Latina, é indispensável apresentar os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs). A partir do pressuposto da indissociabilidade entre território-sujeitos-educação-agroecologia, os IALAs visam consolidar a agroecologia como caminho para a soberania alimentar, sendo esta responsável pela emancipação humana das comunidades camponesas. Nesse sentido, busca-se *reterritorializar* o processo educativo, numa abordagem particular à realidade sociocultural e política do campo, cujas

bases se assentam sobre a Educação do Campo e a Pedagogia Camponesa Agroecológica. Para Barbosa e Rosset (2017, p. 716), acerca da construção dessa pedagogia campesina, entende-se:

> As abordagens pedagógicas [Pedagogia do Movimento, Pedagogia da Milpa e Pedagogia do Exemplo] são intrínsecas à Pedagogia Camponesa Agroecológica e apresentam as três epistemes ou visões típicas do mundo rural que convivem na LVC/CLOC — a proletária, a indígena e a camponesa —, as quais participam em um grande Diálogo de Saberes: cada uma aporta de maneira significativa a uma agroecologia diferente, de caráter político e com uma *práxis* pedagógica para a formação agroecológica e campesina emergente.

Quanto à formação política agroecológica, os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs) são fundamentais, tendo como princípios o internacionalismo, trabalho, práxis e organização. Atualmente, os IALAs em funcionamento são: Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no Paraná, Brasil; Instituto Universitário Latinoamericano de Agroecologia "Paulo Freire" (IALA Paulo Freire), em Barinas, Venezuela; Instituto Agroecológico Latino-Americano Guaraní, no Paraguai; Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA — Amazônico), no Pará, Brasil. Ademais, conta-se também com a *Universidad Campesina* "SURI" (UNICAMP-SURI), localizada na Argentina, bem como a *Escuela Nacional de Agroecología* do Equador (LVC, 2015b).

Especificamente tratando da Pedagogia do Exemplo, a metodologia "*Campesino a Campesino*" é largamente utilizada pelos militantes da CLOC, estando presente em várias formações em agroecologia (BARBOSA; ROSSET, 2017). A *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños* (ANAP), de Cuba, é referência internacional desse processo, reconhecido pela Via Campesina como "a melhor forma de camponeses e agricultores familiares desenvolverem e compartilharem suas próprias tecnologias de produção e sistemas agroecológicos" (LA VIA CAMPESINA, 2013b, p. 12), posto que priorizam a transmissão horizontal de saberes entre famílias do campo, ao invés da verticalidade verificada quando um "técnico" ensina as comunidades rurais. Por esse valor reconhecido e respeitado pelas organizações de base, a expressão "*Campesino a Campesino*" (ou *From-Farmer-to-Farmer*) possui uma quantidade considerável de correspondências nos materiais produzidos pela Via Campesina e, neste caso em especial, em seus Relatórios Anuais.

Por fim, em se tratando do Coletivo de Trabalho Terra, Água e Territórios, a reforma agrária apresenta-se como pauta basilar e é recorrentemente defendida nas ações regionais da Via Campesina, sendo a Conferência Internacional por Reforma Agrária, em Marabá (PA), Brasil, evento emblemático no período analisado.

Ao trazer luz aos fóruns internacionais como importantes mecanismos de articulação transnacional da Via Campesina na América Latina, a Conferência Internacional por Reforma Agrária demonstra ser modelo ímpar. Carregada de fortes simbologias, a Conferência foi sediada em

Marabá (Pará, Brasil), entre os dias 13 e 17 de abril de 2016, em alusão aos vinte anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido na mesma região, em 17 de abril de 1996. Naquela oportunidade, reuniram-se mais de cento e trinta representantes da LVC e seus aliados, advindos de quatro continentes, dez regiões e vinte e oito países. O resultado desse processo foi a formulação da Declaração de Marabá, por meio da qual se renovaram os compromissos das entidades envolvidas com a justiça fundiária, além de defender a soberania alimentar como viés indissociável da luta pela reforma agrária popular (LA VIA CAMPESINA *et. al*, 2018).

Na seção "*A situação atual: A ofensiva do Capital contra nossos territórios em todo o mundo e os ataques à democracia*" da Declaração, são identificadas as formas de expropriação comuns à América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa, onde se observa a associação entre o capital e governos, independentemente de sua ideologia orientadora; bem como fazendo referência aos (bem-sucedidos ou não) golpes de estado promovidos:

> No atual período histórico, assistimos ao surgimento de *uma aliança entre o capital financeiro, as empresas transnacionais, o imperialismo, amplos setores dos Estados nacionais (quase sem levar em conta sua pretensa ideologia),* particularmente, mas não apenas, as instituições judiciais e de segurança pública, a setores da agricultura industrial, pesca e alimentos (incluindo agronegócio e aquicultura), mineração, construção, silvicultura e outros setores extrativos, e a grande mídia. Os membros desta nova aliança estão promovendo uma avalanche de privatizações [...] estão usando a financeirização para converter tudo em commodities, [...] Essa aliança tornou-se a principal força por trás de *uma onda de tentativas de golpe de Estado, muitas das quais estão ocorrendo agora mesmo*. Esses golpes variam de "suave", "técnico", golpes "parlamentares" e "judiciais", aos mais violentos golpes militares , todos eles desrespeitam a lei, as constituições e a vontade popular. (LA VIA CAMPESINA *et al.*, 2018, p.88, tradução e grifos nossos).

Em seguida, no tópico *"Por quê lutamos contra o agronegócio"*, destaca-se que essas alianças têm resultado na utilização, em sobremaneira, das grandes propriedades rurais – antes improdutivas – em grandes empreendimentos do agronegócio.

> A emergência dessa nova aliança entre o capital financeiro, o agronegócio, o Estado e os meios de comunicação de massa – e sua capacidade de disputar territórios, a opinião pública e o Estado, *mesmo onde o governo é "progressista"* – nos obrigou a realizar mais uma vez um processo de reflexão e reformulação de nossos conceitos e propostas, bem como de nossas estratégias, formas e práticas de luta.
> Aqui no Brasil, vimos como o capital financeiro transformou o velho inimigo dos camponeses e trabalhadores sem-terra – os latifúndios ou latifúndios improdutivos – em agronegócios capitalizados, minas, pesca industrial e aquicultura e projetos energéticos. Na realidade, *todos esses setores ditos "produtivos" estão, em sua maioria, "produzindo" pobreza extrema e devastação ambiental* (LA VÍA CAMPESINA *et al.*, 2018, p. 88-89, tradução e grifo nossos).

Ao utilizar o Brasil como caso simbólico desse processo de vinculação entre Estado e capital transnacional, a Declaração evidencia o processo neoextrativista em curso na América Latina.

Demonstram como as promessas de progresso e desenvolvimento econômico, por parte de governos progressistas, acabam por produzir, na realidade, a pauperização das comunidades e a destruição do meio-ambiente. Ademais, é válido destacar que a incidência das críticas recai em sobremaneira sobre os governos de extrema-direita, ascendentes durante o período de realização da Conferência de Marabá. Como resposta a esse novo contexto, propõe-se, em associação à soberania alimentar e agroecologia, a Reforma Agrária Popular. Afirmam na seção *"O que defendemos e conclamamos: Reforma Agrária e Popular"*:

> Nesse sentido, consideramos a proposta de nossos camaradas brasileiros por uma Reforma Agrária Popular, uma reforma agrária não só para os sem-terra, mas para todas as classes trabalhadoras e para toda a sociedade. Essa abordagem agroecológica e territorial da reforma agrária só pode ser conquistada por meio da luta de classes e do enfrentamento direto do projeto do Capital, incluindo seus lucros, meios de comunicação e seus agentes nacionais e internacionais. Esta é uma reforma agrária para maximizar o potencial da agricultura camponesa, da economia e do território (LA VÍA CAMPESINA et al., 2018, p. 90, tradução nossa).

Com esse propósito, a Via Campesina ressalta os avanços já conquistados ao redor do mundo, especialmente em se tratando da educação agroecológica e a retomada de territórios. A metodologia cubana "campesino a campesino" é elogiada, assim como a brasileira "Educação do e para o Campo". Por fim, apontando a estratégias futuras, a Declaração identifica vinte e um obstáculos a serem superados por suas organizações de base, na seção "Nossos desafios". Dentre eles, destacam-se:

> Transformaremos a luta pela terra em luta pelo território, desenvolvendo um novo modelo produtivo de soberania alimentar, baseado em uma agroecologia mais "autônoma", utilizando recursos e insumos locais próprios e resgatando nossos saberes ancestrais. [...]
> Desenvolveremos uma análise do papel desempenhado pelo narcotráfico na desestabilização de nossos territórios com a cumplicidade do capital e dos governos, bem como uma estratégia para combater esse problema de forma mais eficaz.
> Abordaremos a concentração empresarial em diferentes setores da economia, com destaque para a agroindústria, pesca e alimentação, mídia e sistemas financeiros, bem como os ataques frontais à democracia.
> Criaremos formas de luta que gerem prejuízos econômicos para o capital, as transnacionais, os bancos e outros agentes do capital. [...]
> Opor-nos-emos à ascendência do fundamentalismo religioso conservador e de direita, do racismo e da discriminação cultural. Lutaremos contra a nova onda de leis e tratados neoliberais de privatização.
> Repensaremos a relação entre os nossos movimentos populares, o Estado, os partidos políticos e os processos eleitorais, tendo em conta a história e o contexto específico de cada país, e combateremos o enfraquecimento generalizado dos mecanismos internacionais e nacionais de direitos humanos (LA VÍA CAMPESINA *et al*., 2018, p. 90-91, tradução nossa).

Nesses tópicos, especificamente, apresentam-se as permanentes bandeiras de reivindicação da Via Campesina, isto é, a promoção da soberania alimentar e da agroecologia como indispensáveis ao processo de defesa dos territórios, bens comuns e comunidades rurais; além de inserir as novas contingências conjunturais observadas pelos movimentos em luta. São elas: a cumplicidade do Estado e a necessidade de se repensar a relação estabelecida entre governos e entidades de base, especialmente em se tratando da ascensão do narcotráfico, do fundamentalismo religioso e da extrema-direita. Também, a defesa da democracia e a proteção aos direitos humanos é reforçada. Assim, a Declaração se encerra com os votos de defesa à vida em si, em resistência incessante por meio da luta "pelo direito dos povos à terra e ao território, pela promoção da soberania alimentar e produção agroecológica, para pôr fim à fome e à pobreza" (LA VÍA CAMPESINA et al., 2018, p. 92, tradução nossa).

Esse processo de rearticulação e reformulação das *re-existências*, em resposta às próprias atualizações das formas de dominação do sistema-mundo moderno e da matriz moderna/colonial de poder, é descrito por Catherine Walsh (2018, p.45, tradução nossa). A autora, assim, defende:

> A dinâmica visível da acumulação global do capital – incluindo máfias de drogas, projetos megatransnacionais (por exemplo, energia e turismo), extrativismo, contaminação da água e da terra, desterritorialização, violência e morte – é o que mais frequentemente impulsiona, organiza e orienta comunidades e lutas baseadas em movimentos, lutas que são pela vida e por uma ordem social radicalmente diferente. Embora essas lutas nem sempre sejam rotuladas por seus participantes como decoloniais (nem necessariamente enquadradas pelo conceito de decolonialidade), elas podem ser entendidas como tal por causa de suas práxis proposicionais e prospectivas em direção a um modelo diferente.

Em suma, entende-se que tanto a proposta da Educação do Campo, alicerçada na Pedagogia Camponesa Agroecológica e na metodologia Campesino a Campesino, quanto a estruturação de fóruns transnacionais antissistêmicas podem ser lidos pela lente decolonial. Isso porque representam "o trabalho contínuo de se plantar e crescer uma alternativa, apesar de e nas bordas, margens e rupturas da ordem moderna/colonial/capitalista/heteropatriarcal" (WALSH, 2018, p. 101, tradução e grifos nossos), sendo essas alternativas derivadas, portanto, das sabedorias ancestrais, negras, indígenas, femininas, jovens, camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É porque os movimentos sociais do campo *re-existem* que perdura a Via Campesina. Surgida em 1993, concomitantemente à consolidação das instituições do Consenso de Washington, a LVC hoje conta com 182 organizações locais e nacionais, distribuídas por 82 países. Contra o neoliberalismo e em defesa da agroecologia em prol da soberania alimentar, esse "movimento de movimentos" assumiu contornos particulares de articulação regional na América Latina a partir dos anos 2000, protagonizada pela Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina).

Nesse período, tem-se a inauguração de um novo paradigma orientador: o neoextrativismo. Segundo Maristella Svampa (2017), estabeleceu-se no século XXI o chamado "Consenso das Commodities", o qual impulsionou os governos dos países latino-americanos a uma reprimarização da economia para atender às demandas do mercado externo. Assim, ao mesmo tempo em que os líderes políticos latino-americanos defendiam pautas sociais e ambientais, contraditoriamente permissivos diante da implementação de megaprojetos de impactos ecológicos e sociais.

Ao manter e aprofundar antigas dinâmicas coloniais de poder sobre as comunidades, especialmente campesinas e indígenas, percebe-se que o neoextrativismo é a expressão atual das dinâmicas coloniais na América Latina. Diante disso, a decolonialidade toma forma como processo ímpar de *re-existência* criativa desses indivíduos, motivando-os a resguardar seus saberes tradicionais e a atuar para romper com as dinâmicas gestadas pela modernidade (MIGNOLO; WALSH, 2018).

Nesse sentido, verifica-se que a CLOC-Via Campesina *re-existe* de duas principais formas: ao estruturar os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs) e ao promover conferências internacionais, quer sejam da CLOC ou da Via Campesina Internacional. Quanto a essa última forma de atuação da Via, trouxemos luz a um evento emblemático: a Conferência Internacional por Reforma Agrária, em Marabá (PA), Brasil, realizada em 2016. Em subversão à imposta modernidade, as entidades de base do movimento transnacional difundem a Educação do Campo e a Pedagogia Camponesa Agroecológica (BARBOSA; ROSSET, 2017), assim como a defesa radical de uma Reforma Agrária e Popular (LA VIA CAMPESINA *et al.*, 2018).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: Aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 705–724, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/8YqVNpHcmHV6 QTwcJzvFjnk/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 mar. 2023.

COSTA, Luciomar Monteiro da. **Agroecologia na Amazônia desafios e perspectivas no contexto da reforma agrária:** um estudo de caso em Ariquemes-Rondônia. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) — Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186331. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Quito, V Congreso de la CLOC**. Quito: CLOC; LVC, 2010. Disponível em: https://viacampesina.org/es/congreso-de-la-cloc-declaracion-de-quito/. Acesso em: 9 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración Política del VII Congreso de la CLOC LVC**. La Habana: CLOC; LVC, 2019. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/declaracion-politica-del-vii-congreso-de-la-cloc-lvc. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Brasilia, II Congreso de la CLOC**. Brasília, DF: CLOC; LVC, 1997. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/declaracion-de-brasilia-2. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de México, III Congreso de la CLOC**. Tlalpan: CLOC; LVC, 2002. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iii-congreso-de-la-coordinadora-latinoamericana-de-organizaciones-del-campo-2002-01-01. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Guatemala, IV Congreso de la CLOC**. Iximulew: CLOC; LVC, 2005. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iv-congreso. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Argentina, VI Congreso de la CLOC**. Buenos Aires: CLOC; LVC, 2015. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iv-congreso. Acesso em: 12 mar. 2023.

DESMARAIS, Annette-Aurélie. Peasants speak-The Vía Campesina: Consolidating an international peasant and farm movement. **The Journal of Peasant Studies,** v. 29, n. 2, p. 91–124, 2002. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/714003943. Acesso em: 12 mar. 2023.

DUSSEL, Enrique. Meditaciones Anti-Cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. **Tabula Rasa**, v. 9, p. 153–197, 2008. Disponível em: https://www.revistatabularasa.org/numero09/meditaciones-anti-cartesianas-sobre-el-origen-del-anti-discurso-filosofico-de-la-modernidad/. Acesso em: 9 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma: FAO, 1996. Disponível em: http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm. Acesso em: 9 mar. 2023.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *In:* SCHULDT, Jürgen et al. **Extractivismo, Política Y Sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009, p. 187–225. Disponível em: http://extractivismo.com/2009/11/extractivismo-politica-y-sociedad/. Acesso em: 01 fev. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2013 Annual Report**. Harare: LVC, 2014. Disponível em: https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2013-annual-report/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2014 Annual Report**. Harare: LVC, 2015a. Disponível em: https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2014-annual-report/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2015 Annual Report**. Harare: LVC, 2016. Disponível em: https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-annual-report-2015-english-version/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2016 Annual Report**. Harare: LVC, 2017. Disponível em: https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2016-annual-report/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2017 Annual Report**. Harare: LVC, 2018b. Disponível em: https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2017-annual-report-is-out/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2018 Annual Report**. Harare: LVC, 2019. Disponível em: https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2018-annual-report/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2019 Annual Report**. [S.l.]: LVC, 2020. Disponível em: https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2019-annual-report/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2020 Annual Report**. [S.l.]: LVC, 2021. Disponível em: https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2020-annual-report/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2021 Annual Report**. [S.l.]: LVC, 2022. Disponível em: https://viacampesina.org/en/. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **From Maputo to Jakarta:** 5 Years of Agroecology in La Via Campesina. Jakarta: LVC, 2013b. Disponível em: https://viacampesina.org/en/from-maputo-to-jakarta-5-years-of-agroecology-in-la-via-campesina/. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **La Via Campesina in Action for Climate Justice**. Berlin: Heinrich Böll Foundation, 2018a. (Volume 44.6). Disponível em: https://viacampesina.org/en/publication-la-via-campesina-in-action-for-climate-justice-radical-realism-for-climate-justice/. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Peasant Agroecology for Food Sovereignty and Mother Earth:** experiences of La Via Campesina. Harare: LVC, 2015b. (Caderno n. 7). Disponível em: https://viacampesina.org/en/peasant-agroecology-for-food-sovereignty-and-mother-earth-experiences-of-la-via-campesina-now-available/. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Peasant and Family Farm-based Sustainable Agriculture Can Feed the World**. Jakarta: Via Campesina Views, 2010. Disponível em: https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2010/04/Small-Farmere-Feed-the-World.compressed.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala Declaration of The Via Campesina**. Tlaxcala: LVC, 1996. Disponível em: https://viacampesina.org/en/who-are-we/our-conferences/2-tlaxcala-1996/. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA *et al*. **New Challenges and Strategies in the Defense of Land and Territory**. Bangkok: Land Research Action Network (LRAN), 2018. (LRAN Briefing Paper Series, n. 4) Disponível em: https://focusweb.org/publications/new-challenges-and-strategies-in-defense-of-land-and-territory/. Acesso em: 9 mar. 2023.

LANDER, Edgardo. Neoextractivismo: debates y conflictos en los países con gobiernos progresistas en suramérica. **Investigaciones Sociales,** v. 20, n. 37, p. 307–314, 2017. Disponível em: https://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/sociales/article/view/13481. Acesso em: 9 mar. 2023.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In:* HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 51–77. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In:* CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 127–168.

MERCHAND ROJAS, Marco Antonio. Neoextractivismo y conflictos ambientales en América Latina. **Espiral (Guadalajara),** v. 23, n. 66, p. 155–192, 2016. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-05652016000200155&script=sci_abstract. Acesso em: 12 mar. 2023.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifesto. *In:* CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 25–46.

OCAMPO, José; FLORES, Luis Eduardo Bértola. **O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In:* QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Lima: Clacso, 2020, p. 861–920. Disponível em: http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=2238&campo=titulo&texto=cuestiones. Acesso em: 9 mar. 2023.

ROSSET, Peter Michael. La reforma agraria, la tierra y el territorio: evolución del pensamiento de La Vía Campesina. **Mundo Agrario**, v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/55894. Acesso em: 9 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2020.

SVAMPA, Maristella Naomí. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In:* DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 140–173. Disponível em: https://rosalux.org.br/product/descolonizar-o-imaginario-debates-sobre-pos-extrativismo-e-alternativas-ao-desenvolvimento/. Acesso em: 10 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella Naomí. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina:** conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019. Disponível em: http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/25058. Acesso em: 10 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella Noemí. Cuatro claves para leer América Latina. **Nueva Sociedad,** v. 1, n. 268, p. 50–64, 2017. Disponível em: https://nuso.org/articulo/cuatro-claves-para-leer-america-latina/. Acesso em: 10 mar. 2023.

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **Revista Nera**, n. 20, p. 58–82, 2012. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1865. Acesso em: 10 mar. 2023.

WALSH, Catherine. The Decolonial *For*: Resurgences, Shifts, and Movements. *In:* MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On Decoloniality:** concepts, analytics, praxis. Durham: Duke University Press, 2018, p. 135–152. Disponível em: https://doi.org/10.1215/9780822371779. Acesso em: 9 mar. 2023.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

DIREITOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, IMPACTOS PELO CULTIVO DO DENDÊ E CONFORMIDADE COM A ROUNDTABLE SUSTAINABLE PALM OIL NA AMAZÔNIA

Martha Regina de Jesus Melo Méra[1](NAEA/UFPA),
Nirvia Ravena[2](NAEA/UFPA)
Cleyton Alves Candeira Pimentel[3](NAEA/UFPA)
Alana Paula de Araujo Aires[4](NAEA/UFPA)

RESUMO: A produção global de óleo de palma desempenha um papel crucial na indústria devido à sua alta eficiência e versatilidade. No entanto, essa atividade está ligada a uma série de desafios ambientais e sociais, incluindo desmatamento, perda da fauna e conflitos de terra. Em resposta a esses desafios, surgem iniciativas voltadas para promover uma produção mais sustentável, como os padrões de certificação estabelecidos pela RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil). No Brasil, o cultivo de dendê tem experimentado um aumento significativo, especialmente na região amazônica, impulsionado pelas políticas de estímulo à produção de biocombustíveis. No entanto, esse crescimento enfrenta obstáculos significativos, como conflitos com comunidades tradicionais e áreas de conservação. Os resultados de pesquisas, obtidos por meio de formulários aplicados a trinta famílias residentes próximas às plantações de palma, evidenciam mudanças preocupantes na qualidade da água e dos alimentos consumidos, bem como uma redução na biodiversidade e um aumento na incidência de insetos e animais peçonhentos. Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de reavaliar o processo de obtenção das certificações, garantindo uma participação das comunidades afetadas. Além disso, implementar medidas mais abrangentes de avaliação e controle dos impactos causados pela monocultura do dendê na Amazônia.

Palavras-chave: Oléo de palma; Amazonia, RSPO; Impactos ambientais.

INTRODUÇÃO

A necessidade de produção de óleo de palma é um tema complexo influenciado por uma série de fatores que abrangem desde demandas globais por alimentos e produtos de consumo até questões ambientais e econômicas. A produção e uso global do óleo de palma têm uma importância significativa na indústria por sua versatilidade e eficiência sendo amplamente utilizado. Por produzir uma quantidade significativamente maior de óleo por hectare em comparação com outras

[1] Mestranda em Desenvolvimento Sustentável do Tropico Úmido NAEA/PPGDSTU/UFPA. Economista, ICSA/UFPA. Graduanda em Bacharelado História IFCH/UFPA. BRASIL, e-mail. martha.mera@icsa.ufpa.br
[2] Doutorado em Ciência Política e Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ. Docente NAEA/UFPA. BRASIL E-mail: niravena@uol.br
[3] Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA/NAEA/PPGDSTU. BRASIL cleytonacandeira@gmail.com
[4] Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental, NAEA/UFPA. Mestra em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, NUMA/UFPA. Especialista em Comunicação Científica na Amazônia, NAEA/UFPA. Economista, ICSA/UFPA. BRASIL E-mail: alanah.aires@gmail.com

culturas oleaginosas, como a soja ou o óleo de canola, o óleo de palma tornou-se atraente do ponto de vista econômico.

É importante reconhecer que a produção crescente de óleo de palma também está associada a preocupações significativas, incluindo o desmatamento de florestas tropicais, perda de habitat da vida selvagem, emissões de gases de efeito estufa, conflitos de terra e questões trabalhistas. Portanto, a crescente necessidade de óleo de palma também aumentou a pressão para tornar sua produção mais sustentável, com muitas organizações e empresas buscando aderir a padrões de certificação, como o da Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO), uma organização internacional que assim como outras organizações se propõe a legitimar práticas sustentáveis e socialmente responsáveis e conciliar com a crescente demanda pelo produto.

O Brasil, como um dos maiores produtores de commodities agrícolas, tem investido na produção de óleo de palma como parte de sua estratégia para atender à crescente demanda global por alimentos e biocombustíveis. O cultivo de dendê tem crescido especialmente na região norte do país, impulsionado por políticas públicas de estímulo à produção de biocombustíveis e à diversificação da matriz energética. Na década de 1970, com a crise do petróleo, o governo brasileiro deu incentivo à produção de biocombustíveis no Brasil, que teve seu marco inicial no Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) e na década seguinte, foi criado o Plano de Produção de Óleos Vegetais para fins Energéticos (PROÓLEO), refletindo a diversificação da matriz energética nacional (PIRES DO RIO, 2011). O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em 2004 pelo Governo Federal, como um dos principais instrumentos de promoção da expansão de oleaginosas no Brasil (DA SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2017).

Esse programa também introduziu o Selo Combustível Social (SCS) com o propósito de certificar a inclusão social de agricultores familiares nas cadeias produtivas de oleaginosas destinadas à produção de combustíveis renováveis. No ano de 2016, foicriado o Programa RenovaBioo pelo Ministro de Minas e Energia (MME) a fim de "aumentar a eficiência na produção e uso de biocombustíveis" e "reconhecer que diferentes biocombustíveis contribuem de maneira diferente para descarbonização tal qual apresentada na COP-21" (BARROS, 2017).

Apesar dos investimentos, o Brasil enfrenta desafios significativos em relação ao cultivo de óleo de palma. Na região amazônica, uma série de conflitos e tensões emergiram à medida que empresas responsáveis pelo cultivo de dendê colidiram com as comunidades tradicionais e áreas de conservação ambiental, onde a exploração econômica se choca com questões de direitos humanos.

A complexidade que envolve a exploração do dendê em regiões sensíveis como a Amazônia é evidenciada pelos conflitos e tensões gerados na região em conjunto com a demanda global por óleo

de palma. Diante desse cenário, esta pesquisa propõe-se a investigar os impactos resultantes do plantio de palma na região nordeste do estado do Pará visando fornecer um entendimento dos efeitos ambientais, sociais associados a essa atividade.

HISTÓRICO

Na Amazônia, segundo Aquino Júnior (2019) há evidências que em meados do século XX ocorreu o primeiro plantio comercial de dendê na Região Norte, especificamente em Benevides, Pará, em 1968, como parte dos esforços para explorar opções energéticas alternativas que ganhou impulso, regionalmente, com Programa Nacional de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PSOP) consolidando o que o autor chama de "Polígono do Dendê", compreendido como uma estrutura de organização socioeconômica no território do municípios de Concórdia do Pará, Bujaru, Tomé Açu, São Domingos do Capim e Tailândia. Para o autor, temos nesse cenário o papel do Estado como incentivador para gerar o desenvolvimento regional e as tarefas que envolvem o plantio do dendê, geralmente sendo executadas pelo setor privado.

Segundo Nahum (2020) a expansão do cultivo de dendê na Amazônia foi fortemente influenciada pelo governo, tornando-se uma política estatal. Com a "Operação Amazônia" na década de 60 o Estado, o mercado e o capital atuaram como pilares incentivando a apropriação de terras por meio de grandes projetos agrícolas com a ideia de que a região era um "espaço vazio" associando a natureza como uma fonte de recursos a serem explorados para gerar empregos, renda e inclusão social o que gerou aconstrução de redes de infraestrutura, na perspectiva de que a região estava vazia e cheia de oportunidades para investidores.

No entanto, o que era considerado um "espaço vazio", na realidade eram áreas já habitadas por comunidades que dependiam da terra para sua subsistência. Como consta no trabalho de Nahum (2020) essa abordagem resultou em conflito pela terra, já que o capital expropria terras ocupadas por comunidades tradicionais que viviam há séculos sem títulos de propriedade. Essa expansão agrária na Amazônia resultou em tensões e conflitos. A discussão sobre o uso do dendê na produção de biodiesel evoca a ideia de fronteira agrícola, que enfatizava a disponibilidade de terras não utilizadas e os estímulos para torná-las lucrativas do ponto de vista econômico (DA SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2017). A busca pela modernização e a ideologia da fronteira agrícola deixaram uma estrutura agrária desigual e um rastro de conflitos e violência no espaço amazônico (NAHUM, 2020).

Com a globalização e a abertura das economias nacionais às transações comerciais e investimentos nas décadas de 1980 e 1990, as cadeias globais de valor surgem como uma forma de organização global da produção e da distribuição em um mercado globalizado, no qual empresas

transnacionais operam de forma descentralizada atendendo a demandas locais e globais em constante mudança por tecnologia e mão de obra (GEREFI, HUMPHREY & STURGEON, 2005). Os padrões de produção consolidam técnicas de qualidade e segurança para obter homogeneidade no processo produtivo que tangem para a sustentabilidade onde os impactos locais e globais são considerados como fatores determinantes para questões como alta concentração de renda, aumento da pobreza, baixo retorno de renda para pequenos produtores, irregularidades no trabalho e conflitos de terra (BOLWIG et al, 2010).

CERTIFICADORAS

As certificações ambientais importantes meios para promover a sustentabilidade e assegurando não somente um nível de qualidade aos consumidores assim como a origem dos alimentos venha de uma agricultura sustentável e com respeito aos direitos sociais. Produtores devem comprovar, durante auditorias, que os critérios para a certificação estejam sendo seguidos. (RAMOS, RIBASKI, THIESEN 2022)

Fundada em 2004, a Roundtable on Sustainable Palm Oil - RSPO é uma organização internacional que reúne partes interessadas dos principais setores da indústria de óleo de palma para promover o crescimento e o uso de óleo de palma sustentável. Por não haver um sistema regulatório global do óleo de palma, sua regulação ocorre por meio de um arranjo institucional privado onde as políticas públicas nacionais são projetadas pela reputação dada ao RSPO de garantir a produção dentro dos padrões ambientais, sociais e trabalhistas por parte das empresas no âmbito internacional (VEIGA e RODRIGUES, 2016).

A RSPO estabeleceu padrões e princípios para promover a produção sustentável de óleo de palma que orientam as práticas sustentáveis na indústria do óleo de palma e para garantir que esses padrões sejam seguidos pelas empresas parceiras implementa um sistema abrangente de monitoramento, verificação e certificação. Os principais princípios norteadores implantados pela RSPO são divididos em três áreas de impacto como pode ser verificadas na tabela 01.

Tabela 01: Princípios RSPO

Áreas de impacto	Princípios
Prosperidade – Setor sustentável	Otimizar produtividade, eficiência, impactos positivos e resiliência
Pessoas – Garantir o respeito aos direitos humanos e redução da pobreza	Garantir Legalidade, Respeito pelos Direitos à Terra e Bem-Estar Comunitário Respeitar os direitos e condições dos trabalhadores
Planeta – Conservação de ecossistemas	Proteger, conservar e aprimorar ecossistemas e o meio ambiente

Fonte: RSPO (2019)

Os conflitos devido a disputas sobre a legalidade das operações das empresas surgem quando estas não se envolvem em consultas transparentes com as comunidades locais antes de iniciar novas plantações ou não respeitam os direitos dessas comunidades garantindo o consentimento livre, prévio e informado antes de iniciar novas operações e mitigar os impactos sociais negativos (RSPO 2022).

ÓLEO DE PALMA NA AMAZÔNIA E CONFLITOS

Em relação a dendeicultura na Amazônia, os conflitos entre as empresas responsáveis pelo plantio e beneficiamento da oleaginosa com as comunidades tradicionais ficou conhecida como a "guerra do dendê". No ano de 2022, de acordo como foi noticiado pelo portal de notícias G1, duas das principais empresas que operam na região nordeste do Pará estavam envolvidas em acusações que envolvem grilagem, cartório-fantasma e avanço de plantações sobre territórios de comunidades tradicionais.

Ainda de acordo com a reportagem, terras da empresa Agropalma, situadas entre os municípios paraenses de Acará, Moju e Tailândia, estão sobrepostas à terras de comunidades quilombolas que tentam obter a demarcação de suas terras e comunidades indígenas localizadas no município de Tomé-Açu estão cercadas pelas plantações da empresa Brasil BioFuels - BBF (antiga BioPalma) criando tensões e conflitos em áreas que são protegidas por lei.

No trabalho de Damiani et al. (2020) foi verificado que os impactos causados pelo plantio de dendê no entorno das comunidades indígenas da etnia Tembé estão relacionados às ações humanas durante o cultivo da oleaginosa, incluindo impactos imediatos e contínuos ao longo do tempo. As mudanças começaram junto com o empreendimento e foram confirmadas por documentos e notícias sobre as preocupações da comunidade com agrotóxicos e contaminação da água. Esses impactos persistiram durante a expansão do cultivo, embora tenham variado em intensidade e natureza. A contaminação de nascentes, a perda de biodiversidade e vegetação além de gerarem doenças e transtornos com o aparecimento de pragas, modificou radicalmente o modo de vida da comunidade que embora possua legalmente suas terras demarcadas, viu seu modo de vida profundamente alterado devido à invasão e ao avanço inadequado das plantações de dendê, que resultaram na degradação de suas terras.

Uma das empresas envolvidas em conflitos com as comunidades tradicionais é o grupo Agropalma. A Agropalma é a maior produtora de óleo de dendê da América Latina e explora o plantio da oleaginosa na região nordeste paraense e é uma das empresas parceiras da RSPO. No ano

de 2023, a empresa chegou a ter sua certificação temporariamente suspensa após ser alvo de investigações pela Polícia Federal.

Esse incidente demonstra a complexidade e os desafios enfrentados na busca por práticas sustentáveis na produção de óleo de palma, bem como a necessidade de uma análise dos padrões de monitoramento e verificação estabelecidos pela RSPO frente a realidade enfrentada pelas comunidades diretamente impactadas pela expansão do cultivo de dendê.

RESULTADOS

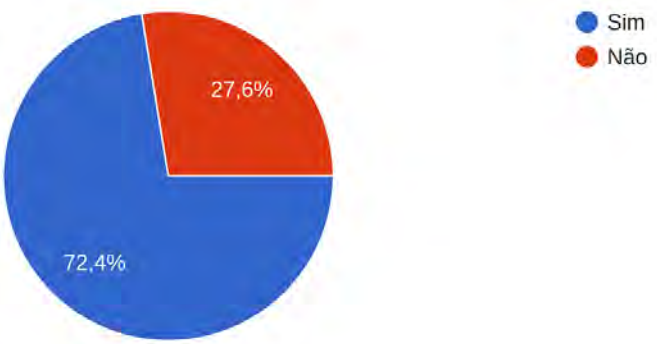
A área territorial da pesquisa abrange os municípios Acará, Tomé-Açu e Tailandia, localizados na região nordeste do estado do Pará. Esses municípios foram selecionados devido à concentração de conflitos relacionados ao cultivo de dendê, tornando-se uma área-chave para a investigação. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa. A escolha por uma abordagem exploratória se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão dos conflitos territoriais relacionados ao cultivo de dendê nos municípios de Acará, Tomé-Açu e Tailândia.

A pesquisa qualitativa é apropriada para explorar as nuances e as motivações que envolvem esses conflitos, bem como para analisar as mudanças na realidade das comunidades afetadas pela coleta de informações e obtendo dados pertinentes para responder ao problema apresentado na pesquisa. A estrutura dessas informações consistirá em declarações que descrevem eventos observáveis, sujeitos a controle intersubjetivo, seja por meio de observação direta ou de inferências indiretas. (BRUYNE, 1977).

A partir de resultados de uma pesquisa conduzida por meio da aplicação de formulários a trinta famílias residentes em áreas adjacentes às zonas de plantio de palma nos municípios paraenses de Acará, Tomé Açu e Tailândia. Os resultados obtidos são apresentados em consonância com os parâmetros estabelecidos para a conservação ambiental, com o propósito de avaliar a observância desses objetivos. A análise aborda especificamente seis questões do formulário que estão relacionadas às mudanças percebidas no meio ambiante. Através dessa abordagem, busca-se não apenas quantificar, mas também compreender as percepções das comunidades locais sobre as alterações ambientais, fornecendo assim uma avaliação da eficácia das medidas de conservação implementadas.

A primeira questão, apresentada no gráfico 1, diz respeito às mudanças percebidas no aspecto e qualidade da água consumida pelas famílias entrevistadas. Segundo os relatos obtidos, anteriormente ao início das plantações de palma na região, a água era habitualmente obtida diretamente dos rios ou por meio de poços artesianos e cacimbas.

Gráfico 1: alteração na qualidade da água

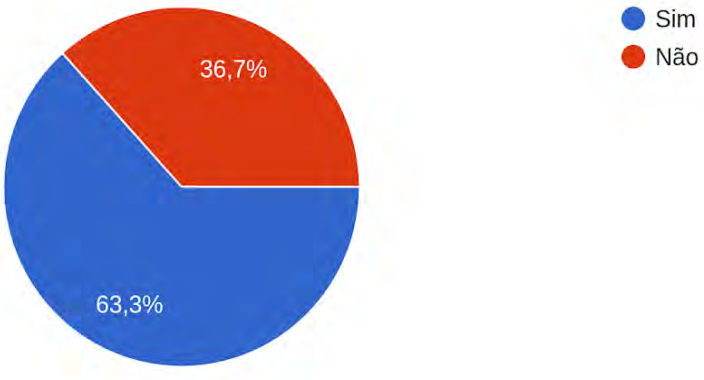


Fonte: elaboração própria (2024)

Dos trinta núcleos familiares abordados, vinte e uma expressaram ter notado alterações na qualidade da água proveniente tanto dos rios quanto dos poços artesianos. Além de testemunharem a diminuição dos fluxos hídricos, todas as famílias afetadas pelas mudanças relataram que tanto a água dos rios quanto a dos poços artesianos apresentavam sinais de contaminação, caracterizados por descrições como "água preta" e "o rio engrossou". Estes relatos sugerem uma relação entre a contaminação dos recursos hídricos e do solo e o uso de agrotóxicos nas áreas de cultivo de óleo de palma.

Em seguida, as famílias foram indagadas se haviam percebido alguma mudança na qualidade dos alimentos consumidos, como peixes, caça e hortaliças, desde a o inicio do plantio de palma na região.

Gráfico 2: mudança na qualidade dos peixes, caça e hortaliças



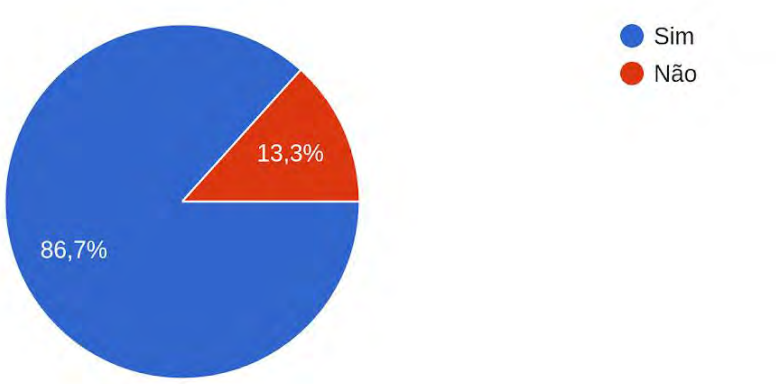
Fonte: elaboração própria (2024)

Os dados no Gráfico 2 representam o número de famílias que perceberam mudança na qualidade dos alimento, tais famílias mantêm uma horta em casa e consomem sua própria produção,

além de venderem o excedente. Observou-se uma série de mudanças significativas no ambiente local. Houve relatos de redução na disponibilidade de peixes, associada a uma queda na qualidade, caracterizada pela presença de peixes com textura semelhante a “peixe moído”, indicando uma possível deterioração da qualidade da água. Além disso, foram observados problemas no cultivo, como o apodrecimento da mandioca e das hortaliças, sugerindo possíveis efeitos negativos das práticas agrícolas adotadas no plantio . Adicionalmente, foi relatada uma diminuição na população de animais de caça, evidenciando possíveis impactos sobre a biodiversidade local.

Por último, foi questionado às famílias observaram alguma mudança no meio ambiente desde a inicio do cultivo de palma, tais como desmatamento, queimadas, redução da diversidade de espécies vegetais (flora) ou animais (fauna). Conforme apresentado no Gráfico 3, vinte e seis famílias, representando 86,7% das famílias entrevistadas, relataram mudanças no meio ambiente.

Gráfico 3: mudança no meio ambiente



Fonte: elaboração própria (2024)

Essas mudanças abrangem uma variedade de aspectos, incluindo a redução da fauna, o que está em consonância com relatos anteriores sobre a diminuição de peixes e animais de caça. Além disso, observou-se ocorrência de queimadas, que resultaram na diminuição e substituição da biodiversidade nativa por plantações de palma, muitas vezes acompanhadas pelo uso de pesticidas. Outro efeito foi o aumento na incidência de insetos e animais peçonhentos em áreas habitadas, representando um risco adicional para a saúde e o bem-estar das comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos municípios do nordeste do Pará, identificados como áreas-chave devido aos conflitos frequentes relacionados ao cultivo de dendê, proporcionou um vislumbre sobre os impactos dessa monocultura na região. A coleta dos dados foi realizada por meio da aplicação de

formulários a trinta famílias residentes próximas às plantações de palma, seguida pela análise dos resultados em relação aos parâmetros de conservação ambiental. A pesquisa se concentrou em seis questões do formulário relacionadas às mudanças ambientais percebidas, buscando compreender as percepções das comunidades locais sobre essas mudanças e avaliar a eficácia das medidas de conservação implementadas.

Os resultados da pesquisa revelaram impactos significativos do cultivo de palma na região amazônica. Houve relatos de mudanças na qualidade da água, como contaminação e diminuição do fluxo dos rios, indicando possíveis efeitos do uso de agrotóxicos. Além disso, foram observadas alterações na disponibilidade e qualidade dos alimentos consumidos, incluindo peixes e produtos agrícolas, sugerindo uma deterioração ambiental mais ampla. Relatos de redução da biodiversidade, queimadas e substituição de vegetação nativa por plantações de palma também foram evidenciados, com consequente aumento na incidência de insetos e animais peçonhentos em áreas habitadas. Esses impactos vão além da destruição e contaminação da água e do solo, afetando significativamente o modo de vida sustentável das populações locais.

Os relatos de aumento na incidência de insetos e animais peçonhentos, juntamente com a contaminação da água utilizada para consumo, levantam preocupações significativas com a saúde pública e levantam um alerta sobre possíveis casos doenças transmitidas por vetores ou zoonoses e de intoxicação.

Além disso, há a necessidade de ampliar o discurso em relação às certificações, pois as mesmas, especialmente a RSPO em relação a empresa Agropalma, se baseiam em amostragens internas, sem realizar auditorias nas comunidades afetadas.

Diante dessas percepções locais, ressalta-se a urgência de investigações adicionais e intervenções para promover a conservação, proteção da biodiversidade e redução dos impactos socioambientais associados às monoculturas na Amazônia.

REFERENCIAS

AQUINO JUNIOR, **Paulo Olivio Correa de. Campesionato e agronegocio do dende no ramal do cravo (Acará/PA)**: Disputas em torno da terra e futuro. Orientador: Profª Drª Marcela Vecchione Gonçalves. 2019. Tese (Mestrado) - Curso de Pós graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido , Universidade Federal do Pará, Belém, 2019

BARROS, S. **Brazil –biofuels anual. USDA Foreing Agricultural Service – Global agricultural information network**. Public distribuition, 15.set.2017.

BOLWIG, S.; PONTE, S., DU TOIT, A., RIISGAARD, L., & HALBERG, N. Integrating poverty and environmental concerns into value chain analysis: a conceptual framework. - Development policy review, 28(2), 173-194. 2010.

BRUYNE, Paul de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica por Paul de Bruyne, Jacques Herman lel Marc de Schoutheete; tradução de Ruth Joffily, prefácio de Jean Laáritre. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977

DA SILVA, Edfranklin Moreira; NAVEGANTES-ALVES, Lívia. **A ocupação do espaço pela dendeicultura e seus efeitos na produção agrícola familiar na Amazônia Oriental**. Confins Revista franco-brasileira de geografia. 20 fev. 2017. Disponível em: SILVAeNAVEGANTES ALVES_2017_Ocupaodoespaopeladendeiculturaeefeitosnaproduoagrcolafamiliar.pdf. Acesso em: 28.set. 2023.

DAMIANI, S. et al.. "Ficou só Chão e Céu": Dendeicultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembé na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1, 2020.

GEREFI, G.; HUMPHREY, J. STURGEON, T. The Governance of Global Value Chains. In: Review of International Political Economy, Vol. 12, No. 1, **Aspects of Globalization**, pp. 78-104. 2005.

NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. **Impactos socioambientais da dendeicultura em Comunidades tradicionais na Amazônia paraense**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. Disponível em: http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/issue/view/117/showToc. Acessado em Acesso em: 29 set.2023.

PIRES DO RIO, G. A. **Escalas de política energética: o programa nacional de bio diesel**. In: ARACRI, L. A. S & BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia. Rio de Janeiro. Arquimedes Ed/CNPQ/UFRJ: 2011.

RAMOS, L. A. S; RIBASKI, N.G; THIESEN, M. P. Papel das certificações ambientais na agricultura brasileira com foco na certificação de soja. **Revista Políticas Públicas e Cidades**. v. 11 n. 1 p. 46-56, 2022.

RSPO. RSPO Supply Chain Certification Standard. 2020

RSPO. RSPO Independent Smallholder Standard. 2019

VEIGA, João Paulo Cândia; PIETRO, Carlos Rodrigues. Arenas transnacionais, políticas públicas e meio ambiente: o caso da palma na amazônia. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1-22. 2016

REFERÊNCIAS DIVERSAS

CARNEIRO, Taymã. "Guerra do dendê" no Pará tem acusação de grilagem, cartório- fantasma e conflitos entre empresas, indígenas e quilombolas. G1 Pará, Belém, 29. set. 2023.

Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/03/guerra-do-dende-no-para-acusacao-de-grilagem-cartorio-fantasma-e-conflitos-entre-empresas-indigenas-e-quilombolas-entenda.ghtml. Acesso em: 29. set. 2022

GUERRA, 2020. Guerra do dendê no Pará: veja perguntas e respostas. G1 Pará, Belém, 05.jul. 2022. Disponível https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/05/guerra-do-dende-no-para-veja-perguntas-e-respostas.ghtml. Acesso em: 29. set. 2022.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

O MEGA PROJETO DE EXTRAÇÃO DE POTÁSSIO EM AUTAZES – AM COMO PROMESSA DE MITIGAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

Verônica Maria Félix da Silva(UEA)[1]
Roselma Coelho Santana (UEA)[2]
Bianor Nogueira Saraiva Júnior(UEA)[3]

RESUMO: O Brasil depende da importação de fertilizantes à base de nitrogênio, fósforo e potássio para garantir a produção agrícola. O potássio é primordial para o agronegócio brasileiro, contudo o Brasil produz apenas 5% (cerca de 500 mil toneladas) do que precisa. Há em andamento o projeto de extração do potássio em Autazes-AM, sendo assinalado como uma solução à dependência do Brasil de fertilizantes de outros países. Esta pesquisa debruçou-se a analisar de que forma o Mega Projeto poderá reduzir a dependência externa de fertilizantes, bem como elencar quais os possíveis impactos ambientais e sociais que poderão advir, caso o projeto venha a se concretizar. Como metodologia utilizado foi o hipotético dedutivo, tendo como abordagem a pesquisa qualitativa, quanto ao procedimento a pesquisa bibliográfica com consulta em artigos, periódicos, site da empresa Potássio do Brasil , bem como acesso ao EIA (Estudo de Impactos Ambientais, elaborado pelo IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas).Ao final, pode -se inferir que a mina em Autazes tem a capacidade de produzir de 20% do potássio consumido no Brasil por mais de 20 anos, baseado nestes dados concluiu-se que de fato haverá uma redução considerável de importação de fertilizantes. Já em reação aos impactos ambientais , não há de se negar que serão de grande magnitude, pois engloba a fauna , flora, os rios, o solo bem como alteração na dinâmica de vida das comunidades que vivem nas redondezas do empreendimento e principalmente alteração no modo de vida dos povos originários.

Palavras -chave: Independência de fertilizantes ; Impactos ambientais ; Potássio;

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é considerada a maior diversidade de reserva biológica do planeta, com indicações de que abriga, ao menos, metade de todas as espécies vivas do planeta.Riqueza que se estende além das terras brasileiras para ocupar também partes de países vizinhos (Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa).A região Amazônica é riquíssima em recursos naturais, e com isso sempre está no centro de várias discussões relacionadas a exploração dos seus recursos,territórios indígenas,grilagem dentre outros.

O Brasil figura como portagonista na produção de grãos, ficando em quarto colocado no ranking mundial. Paralelo a isso, urge a necessidade de fertilizantes, e nessa seara o país apresenta deficiência na produção, recorrendo a importanção para suprir a demanda. O Brasil importa da

[1]Universidade do Estado do Amazonas.E-mail:veronica.mfsjesus@gmail.com
[2]Universidade do Estado do Amazonas.E-mail:veronica.mfsjesus@gmail.com
[3]Universidade do Estado do Amazonas.E-mail:veronica.mfsjesus@gmail.com

Rússia e Canadá,cerca de 95% de cloreto de potássio.No ano de 2009,a empresa Canadense Potássio do Brasil, deu início a um projeto no coração da Amazônia que garante explorar o potássio de Autazes- AM, trazer desenvovimento econômico e social para a região sem causar impactos críticos ao meio ambiente.

O empreendimento, que atualmente está cumprindo algumas determinaçõe judiciais oriundas da Ação Cívil Pública proposta pelo Ministério Público Fedral em 2016, promete mais de 23 anos de extração e colocará o estado do Amazonas no ranking de maior produtor do fertilizante no Brasil, quando atingir a produção anual média de 2,4 milhões de toneladas de Cloreto de Potássio encontrado a 800 metros de profundidade. A oferta deste insumo corresponderá a cerca de 20% do volume consumido no Brasil.

O Brasil está consolidado como um grande produtor mundial de grão e paralelo a isso urge a carência por fertilizantes. A produção ocorre na mina de Taquari-Vassouras, que engloba os municípios de Carmópolis, Santa Rosa de Lima e Rosário do Catete, no estado de Sergipe. Para atender à demanda, o país importa, por ano,
cerca de 10 milhões de toneladas do minério de países como o Canadá, Rússia, Belarus e Alemanha.

O projeto de extração de potássio em Autazes- AM, envolve questões extremamente sensíveis, haja vista tratar-se de um mega projeto de mineração. A mineração na Amazônia sempre deixa marcas mais negativas que positivas. Muito se fala desenvolvimento ambiental e social o que não passa muita das vezes de uma grande utopia, por outro lado pouco se discute os malefícios desses gigantes empreendimentos.

1.1 **O MERCADO DE POTÁSSIO NO BRASIL**

É indubitável o potencial agrícola brasileiro, o país figura como o quarto maior exportador mundial de produtos agrícolas, ficando atrás apenas da China, Índia e Estados Unidos sendo capaz de atender a demanda interna e externa. Porém, esse grande destaque não seria concebível sem o agronegócio, que guarda relação muito forte com fertilizantes e por conseguinte com a mineração, responsável pela extração do potássio. O Brasil é um país que hoje protagoniza uma posição relevante no cenário de segurança alimentar mundial , não é à toa que é o maior produtor mundial da commoditie de soja conforme dados da Embrapa.

Figura1 Produção e Exportações Brasileiras no Ranking Mundial em 2020



Fonte: IBGE / Elaboração CNA- 2020.Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro.Acesso em 20 de mar. de 2024

Para a produção de alimentos naturais, faz-se imprescindível o uso de fertilizantes. O NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) é um dos fertilizantes mais conhecidos e fundamentais para o desenvolvimento da agricultura, tendo o potássio como insumo indispensável. Hodiernamente, cerca de 95% da produção mundial de Potássio é destinada a agricultura e somente 5% é aplicado na indústria. O Brasil sempre dependeu da importação de potássio, fato que só aumenta a cada ano.

O potássio é um minério que fornece nutrientes para as plantas. O seu uso é imprescindível para a melhoria e manutenção da fertilidade do solo, aumento da produtividade das culturas, qualidade de alimentos e para a sustentabilidade econômica e ambiental. O solo brasileiro é considerado ácido e pobre em nutrientes, não dando conta sozinho de garantir a nutrição necessária para as plantações. Ítalo Guedes é engenheiro agrônomo, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Hortaliças) desde dezembro de 2008, traz a seguinte abordagem acerca da qualidade do solo amazônico:

> Muitos já terão ouvido ou lido que os solos da região amazônica são quimicamente pobres. Certamente esta informação foi recebida com um certo ceticismo, afinal como uma vegetação tão exuberante quanto à da floresta amazônica pode se manter sobre um solo pouco fértil? Bem, apesar de estranho, a informação é verdadeira. Os solos se desenvolvem a partir da destruição (intemperismo) das rochas, que chamamos de material de origem. Este intemperismo é causado pela água (chuvas) que em geral são levemente ácidas devido à reação da água com o CO2 da atmosfera, formando ácido carbônico (H2O + CO2 = H2CO3).O tal H2CO3 é o ácido carbônico, que ataca as rochas, decompondo-as. Além disso, os organismos (fungos, algas, líquens, raízes de plantas) também contribuem para o intemperismo

> porque também produzem ácidos. Mas de toda forma, o principal agente intemperizador das rochas e formador de solos é a água (o ditado "água mole em pedra dura tanto bate até que fura" é verdadeiro e resume bem o intemperismo físico e químico pela água). GUEDES, Ítalo Moraes Rocha, **Solo pobre, mata exuberante, agricultura insustentável** 26 de ago de 2009.Disponível em:https://www.blogs.unicamp.br/geofagos/2009/08/26/solo_pobre_mata_exuberante_agr/.Acesso em: 30 de out.de 2024.

O Brasil importa 96,5% do cloreto de potássio que utiliza para fertilização do solo. Também estampa o título de maior importador mundial de potássio, com 10,45 milhões de toneladas adquiridas em 2019, de acordo com dados do Ministério da Economia. A mineração e a agricultura possuem um vínculo bem próximo. Grande parte da produção de commodities agrícolas depende da oferta de fertilizantes, e alguns fertilizantes dependem diretamente da mineração.

O Ministério da Agricultura afirma que, na projeção para a próxima década, a produção agrícola do Brasil vai saltar dos atuais 250,9 milhões (2019/2022), para 318,3 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 27%.Com esse panorama, é fundamental para o país ampliar suas pesquisas voltadas para insumos agrícolas, tanto
para produção dos fertilizantes convencionais (NPK e outras formulações), como para fertilizantes alternativos.

> A respeito da demanda mundial, um dos fatores que fortemente influencia a demanda por potássio é o crescimento da população mundial que pode chegar a 11,3 bilhões de habitantes em 2100. Em recentes publicações, o Brasil foi citado pelo fato de sua produção agrícola alimentar aproximadamente 800 milhões de pessoas, ou seja, pouco mais de 10% da população mundial. Dados revelam que a produção mundial de potássio entre 2000 (25,3 milhões de t) e 2010 (33,7 milhões de t) aumentou 23,7%, enquanto, entre 2011 (36,3 milhões de t) e 2020 (43,2 milhões de t), aumentou 15,9%. As principais regiões consumidoras de potássio em 2020 foram a Ásia e a América do Sul, devido a suas expressivas participações na população mundial e área agricultável. Espera-se que, em 2021, a demanda global de potássio atinja um recorde entre 68 e 70 milhões de t. BRASIL. Decreto n. 83.221, de 8 de nov. de 1990. Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de navio em serviço nacional. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Rio de Janeiro, v. 43, p. 1-7, jan. 1990. Legislação Federal e marginália.

A agricultura é historicamente o setor mais estável e elementar que, ao longo de vários séculos, foi responsável pelo fornecimento de matérias-primas para as indústrias de alimentos e rações. Com a Revolução Verde de 1960, o suprimento global de alimentos aumentou enormemente, porque a agricultura se beneficiou de uma diversidade de inovações tecnológicas introduzidas pelos setores de biotecnologia e produtos químicos. Entretanto, mesmo com todos esses avanços, existe uma crescente necessidade em atender às demandas nutricionais da população mundial que se encontra em expansão de crescimento.

O PROJETO DE EXTRAÇÃO DE POTÁSSIO EM AUTAZES E SUAS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

A mineradora Potássio do Brasil, a PDB, que é controlada pela gigante canadense Forbes & Manhattan, uma empresa privada com sede no Canadá. No Brasil,a sede fica em Manaus-AM com filiais em Autazes-AM e Belo Horizonte-MG, que atua na fabricação de fertilizantes e está presente na região amazônica, desde 2009. Possui investidores brasileiros, ingleses, australianos e canadenses, com perspectivas de atração de mais investidores à medida que o projeto seja construído e entre em operação, a partir da extração e tratamento do minério de potássio no município de Autazes no Amazonas.O responsável por presidir os trabalhos do projeto é o Engenheiro de minas formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com MBA em Gestão de Negócios pela Universidade de São Paulo (USP), Adriano Espeschit.

O município de Autazes-AM, distante 112 Km de Manaus,abriga uma imensa mina de cloreto de potássio, devido a isso, a região tornou-se centro de grande interesse no âmbito da exploração deste mineral em prol de seu uso como fertilizante. Autazes é um município com pouco mais de 40 mil habitantes e dificuldades de infraestrutura. Segundo dados do IBGE, a maior parte dos moradores não tem acesso ao saneamento básico adequado e sofre com falhas na rede elétrica. Em cerca de 50% dos domicílios o rendimento por pessoa é de meio salário mínimo.

No ano de 2015, foi realizado o Estudo de Impaco Ambiental (EIA) sendo um documento de natureza técnica e científica que identifica e avalia, a partir das características do projeto e do diagnóstico ambiental da área onde se pretende implantá-lo, os impactos negativos e positivos que serão gerados pelo empreendimento sobre o meio físico, o meio biótico e o meio socioeconômico elaborado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). O relatório destacou os prováveis imapctos ambientais caso o projeto venha a ser concretizado, dentre eles pode- se destacar :alteração da fauna da flora, alteração da dinâmica dos rios,problemas sociais dentre outros. No entado ao final o parecer conclusivo foi :

> Por fim, cabe concluir que como resultado da implantação e operação do empreendimento e das ações socioambientais apresentadas, ocorrerá o estabelecimento de uma nova condição de equilíbrio em relação aos meios físico, biótico e socioeconômico. Desta forma, pode-se prever que será colocada em prática uma realidade em que os benefícios decorrentes da instalação do empreendimento serão notados pela sociedade, de certa maneira justificando os impactos ambientais causados. As medidas com caráter de controle, redução na intensidade dos impactos e monitoramento dos impactos negativos têm a capacidade de gerar respostas adequadas às interferências previstas sobre o meio ambiente, de maneira que as mudanças causadas pelo empreendimento ocorram dentro de limites considerados aceitáveis pela legislação ambiental vigente e, principalmente, pela sociedade. Portanto, diante das razões apresentadas, a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental é pela viabilidade ambiental do Projeto Potássio Amazonas – Autazes. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia . Relatório de impacto

> ambiental. Disponível em : <Relatorio-de-Impacto-Ambiental-Potássio-do-Brasil-Mina-de-Silvinita-IPAAM-site.pdf>.Acesso em 05 de fev. de 2024.

O relatório, está disponível ao público e prevê mais de 30 planos e programas socioeconômicos e ambientais para eliminar, controlar, minimizar ou compensar possíveis impactos negativos. Alguns programas e planos serão implantados para potencializar os impactos positivos. Atualmente, a Potássio do Brasil possui a licença prévia, faltando ainda a liberação da licença de instalação e da licença de operação que serão concedidas ou não apenas após o cumprimentos das exigências impostas na Ação Civil Pública.

O representante da empresa canadense no Brasil, o engenheiro de minas formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com MBA em Gestão de Negócios pela Universidade de São Paulo (USP), Adriano Espeschit lidera a Potássio do Brasil neste projeto. Atual presidente da companhia, ele possui mais de 35 anos à frente do setor minerário, tendo exercido cargos de gestão no Brasil e no exterior.Sobre o grandioso projeto ele diz que :

> O Potássio é encontrado a 800 metros de profundidade, na região do município de Autazes (AM), foco inicial de nossa empresa. Vamos retirar a rocha Silvinita (composta pela Halita que é o cloreto de sódio, o nosso sal de cozinha e também pela Silvita que é o cloreto de potássio, nossa matéria prima) do subsolo e tratá-la para que ela se transforme em fertilizante. Esse produto enriquecerá a terra, na superfície, e ajudará a melhorar a qualidade do que é colhido do solo. O agronegócio brasileiro se desenvolve e os alimentos chegam à mesa fortalecidos por um mineral que é essencial para a saúde humana.
> Disponível em : https://potassiodobrasil.com.br/o-que-fazemos/. Acesso em : 29 de mar. de 2024.

As pesquisas realizadas pela empresa Canadense Potássio do Brasil desde 2009 tem identificado que a extração do minério na região é viável devido a grande quantidade ali encontrada. Contudo, o projeto está enfentando vários óbces, que vai desde a polêmica territorial, na qual os indígenas dizem que a mina está dentro de suas terras, até uma ação civil pública proposta pelo Minitério Púbico Federal do Amazonas no ano de 2016, que está tramitando até o presente momento.

Na ação,o Ministério Público questiona a falta da Consulta Prévia prevista na OIT 169, esta baseia-se no respeito às culturas e aos modos de vida dos povos indígenas e reconhece os direitos deles à terra e aos recursos naturais, e a definir suas próprias prioridades para o desenvolvimento,bem como solicita a Criação de um Grupo de trabalho pela Funai, pedido este que foi aceito pela juíza do caso,por meio da Portaria de nº 741, do dia 03 de agosto de 2023, com a missão de realizar estudos de natureza antropológica, etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ao final elucidar a celuma da localização do projeto .

Figura 03: localização e distância das terras indígenas;



Projeto encontra-se a 8 quilômetros de distância dos limites da terra indígena Jauary (em demarcação) e da terra indígena Paracuhuba (demarcada) — Foto: Imagem Valor Econômico . Walendorff, Rafael .Ipaam avalia prosseguir com licenciamento da exploração de potássio no Amazonas. Disponível em: https://globorural.globo.com/infraestrutura-e-logistica/noticia/2023/10/ipaam-avalia-prosseguir-com-licenciamento-da-explorao-de-potssio-no-amazonas.ghtml. Acesso em 30 de mar. de 2024.

O projeto de extração de potássio traz consigo muitas questões sensíveis, disputa judicial e muitos interesses envolvidos. Trata-se de algo colossal, que envolve vultuosos valores monetários e muitas promessas. Sem dúvidas, a problemática referente a localização do projeto é o maior gargalo a ser resolvido. A Constituição Federal estabelece em seu art. 231 que :

> São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
> 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
>
> § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
> § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Os povos originarios são os protagonista deste empreendimento, faz-se mesmo necessário que se cumpram todos os trâmites que forem exigidos pela justiça. Os indígenas querem sim o progresso , economia e desenvolvimento , porém diante de tudo que já viveram e vivem, não podem

simplismente concordar com tudo que chega até eles, principalmente quando se trata de um fabuloso empreendimento com previsão de mais de 20 anos de atividade minerária , que se não for executado com muita seriedade e responsabilidade , trará prejuízos irreparáveis para as presente e futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autazes é um município brasileiro localizado no estado do Amazonas, e a extração de minerais na região amazônica geralmente desperta preocupações ambientais devido à importância da floresta e sua biodiversidade.

Projetos de mineração, incluindo a extração de potássio, podem ter impactos significativos no meio ambiente, como desmatamento, contaminação de água e solo, mudanças no curso de rios, perda de habitat e impactos na vida selvagem. Esses impactos podem ser especialmente preocupantes na região amazônica, que é uma das áreas mais biodiversas do mundo e desempenha um papel vital na regulação do clima global.

Quando projetos de mineração são propostos, é importante que sejam realizadas avaliações ambientais completas para entender e mitigar os impactos potenciais. Além disso, o envolvimento das comunidades locais é fundamental para garantir que seus interesses sejam considerados e que possíveis benefícios sejam compartilhados de forma justa.

Verificou-se, também, se que há necessidade de se ampliar o debate acerca do tema, além da elaboração de estudos antropológicos, sociais e ambientais mais detalhados, com acompanhamento de todos os órgãos da sociedade civil frente à evolução do caso, com o intuito de que o interesse do governo e de empresas não sobressaiam aos direitos das comunidades tradicionais, onde o "desenvolvimento de um país" não ocorra às custas de graves violações às comunidades tradicionais e ao próprio meio ambiente, que segundo o artigo 225 da Constituição Federal, é direito de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal >. Acesso em: 20 mar. de 2024.

BRASIL. Decreto n. 83.221, de 8 de nov. de 1990. Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de navio em serviço nacional. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Rio de Janeiro, v. 43, p. 1-7, jan. 1990. Legislação Federal e marginália.

GUEDES, Ítalo Moraes Rocha, Solo pobre, mata exuberante, agricultura insustentável 26 de ago de 2009.Disponível

em:https://www.blogs.unicamp.br/geofagos/2009/08/26/solo_pobre_mata_exuberante_agr/.Acesso em: 30 de out. De 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Relatório de impacto ambiental. Disponível em : <Relatorio-de-Impacto-Ambiental-Potássio-do-Brasil-Mina-de-Silvinita-IPAAM-site.pdf>.Acesso em 05 de fev. de 2024.

O Que Fazemos. Disponível em: <https://potassiodobrasil.com.br/o-que-fazemos/>. Acesso em : 29 de mar. de 2024.

Walendorff, Rafael .Ipaam avalia prosseguir com licenciamento da exploração de potássio no Amazonas. Disponível em:
https://globorural.globo.com/infraestrutura-e-logistica/noticia/2023/10/ipaam-avalia-prosseguir-com-licenciamento-da-explorao-de-potssio-no-amazonas.ghtml. Acesso em 30 de mar. de 2024.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

O OURO DO TAPAJÓS. ESTADO E NEOEXTRATIVISMO EM ITAITUBA

Igor de Lima Basílio-Silva[1] (ICMBio,GPA)

RESUMO: A progressiva demanda por ouro, ativo financeiro fiável em tempos de economia instável, provoca a alta do preço dessa commodity e consequentemente uma intensa busca por este metal pelo mundo. O Brasil figura entre os vinte maiores produtores do planeta, sendo aqui extraído por meio de concessões de lavra ou permissões de lavra garimpeira, essas últimas concentradas na Amazônia. À parte os projetos mineradores de grande escala, financiados por capital transnacional, existem variadas frentes de trabalho de mineradores individuais ou cooperativas, mormente atuando em desconformidade com a legislação ambiental, cuja produção aurífera é igualmente destinada ao mercado internacional. Importante elo na cadeia extrativa, Itaituba no Pará viu uma corrida ao ouro na década 1980 e nos últimos dez anos tem sido um centro extrativo na região do Tapajós, o qual se espraia para unidades de conservação e terras indígenas. Ainda que o Brasil se encontre num contexto neoextrativista, no *hinterland* amazônico pratica-se um extrativismo rentista, onde riscos e danos ambientais são compartilhados por aqueles que ocupam o território minerado. Essa economia mineral é alavancada pela facilitação do Estado ao conceder indiscriminadamente licenças ambientais, sob um pretexto de desburocratização, engendrando uma cupidez por recursos financeiros - imposto e compensações - para o município, o que tem resultado em desmatamento, poluição, e ironicamente, em evasão de divisas. Para além da discussão teórica envolvendo o neoextrativismo mineral, agregam-se dados de desmatamento conjugados com a evolução das licenças ambientais emitidas para a atividade garimpeira no município de Itaituba, a fim de demonstrar que o estabelecimento de um modelo neoextrativista, convive em alguma medida com o suporte institucional a uma exploração meramente rentista.

Palavras-chave: Garimpo; Itaituba; Neoextrativismo; Ouro; Tapajós.

INTRODUÇÃO

O Brasil fechou ano de 2023 como o 14º maior produtor de ouro do mundo[2], chegando acerca de 68 toneladas, com um montante aproximado de US$ 3,5 bilhões exportados[3]; sendo Canadá, Suíça, Reino Unido, Índia e Emirados Árabes os cinco primeiros destinos do minério brasileiro. Apesar de uma queda nas exportações em 2023 (67 T), o patamar dos últimos cinco anos esteve acima das 90 toneladas exportadas. De acordo com o *Mineral Commodity Summaries* 2024 (USGS, 2024), o consumo mundial de ouro (excetuado o ouro como ativo de investimento) estava distribuído dessa maneira:

[1] Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio; Grupo de Pesquisa Grandes Projetos na Amazônia (GPA); Brasil. E-mail: igor.basilio-silva@icmbio.gov.br

[2] Dados do Serviço Geológico Americano de janeiro de 2024, ainda com estimativas de valores. Disponível em: https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024-gold.pdf. Acesso em 29/03/2024.

[3] Dados para ouro em forma bruta, semimanufaturadas, ou em pó. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral. Acesso: 29/03/2024.

46% em joias; 23% em bancos centrais e instituições similares; 16% em barras; 9% em moedas e medalhas; 5% em matérias elétrico-eletrônico; 1% outros usos.

O país está posicionado dentre os maiores *players* de commodities minerais, sendo previsto no período 2024-2028 investimentos no montante de US$ 64,5 bilhões, dos quais US$ 1,5 bilhão destinados à mineração de ouro[4]. Nota-se que o capital empregado na atividade é extremamente fluído, podendo realizar-se ou não a depender da conjuntura econômica, a qual determina o valor da commodity. Ao ser questionado sobre o número de mineradoras canadenses atuando no país, o diretor comercial da Câmara de Comércio Brasil-Canadá disse em entrevista que: "*O número de empresas é difícil de precisar e é volátil, mas estima-se existir ao menos 20 empresas de origem canadense com exploração e ativos minerários no Brasil, isso sem levar em conta o número de companhias de investimento* (...)"[5].

A Constituição brasileira traz que os recursos minerais são bens da União, ou seja, sua exploração deve gerar uma compensação financeira. A modalidade de exploração desses recursos é a autorização ou a concessão de lavra pelo Estado a particulares. Atualmente a exploração de ouro pode ocorrer por **concessão de lavra**, destinada a empresas de grande porte, ou por **permissão de lavra garimpeira**, essa destinada exclusivamente aos se enquadrariam como garimpeiros (indivíduos ou cooperativas), assim definidos no Código de Mineração (Decreto-Lei Federal nº 227/1967). Na própria Carta Magna há menção direta à organização da atividade garimpeira, privilegiando-se as cooperativas[6].

Segundo dados da plataforma SIGMINE[7] da Agência Nacional de Mineração estão registrados no país 2.074 processos para lavra garimpeira de ouro, 69% desses processos estão no bioma Amazônia (1.430), a maior parte está localizada no Estado do Pará (930) – sendo que 86% estão na região do rio Tapajós, entre os municípios de Itaituba (745) e Jacareacanga (62). Para os processos de concessão de lavra há uma redução substancial dos números. Há 246 concessões para extração de ouro no Brasil, 43 estão no bioma Amazônia, apenas 10 estão no Pará, sendo apenas duas na região do Tapajós.

[4] Revista Brasil Mineral, Ed. 436. Disponível em: https://www.brasilmineral.com.br/revista/436/?p=6. Acesso em 1º/4/2024.
[5] Ibidem.
[6] Artigo 174, §3º e 4º.
[7] Disponível em: https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908. Acesso em 2/4/2024.

Denota-se que a região do Tapajós (Figura 1) concentra mais da metade das permissões de lavra garimpeira para ouro situadas na Amazônia. Aqui enfoca-se como ocorre a exploração desse ouro no município de Itaituba e sua lógica de extração mediada pelo Estado.

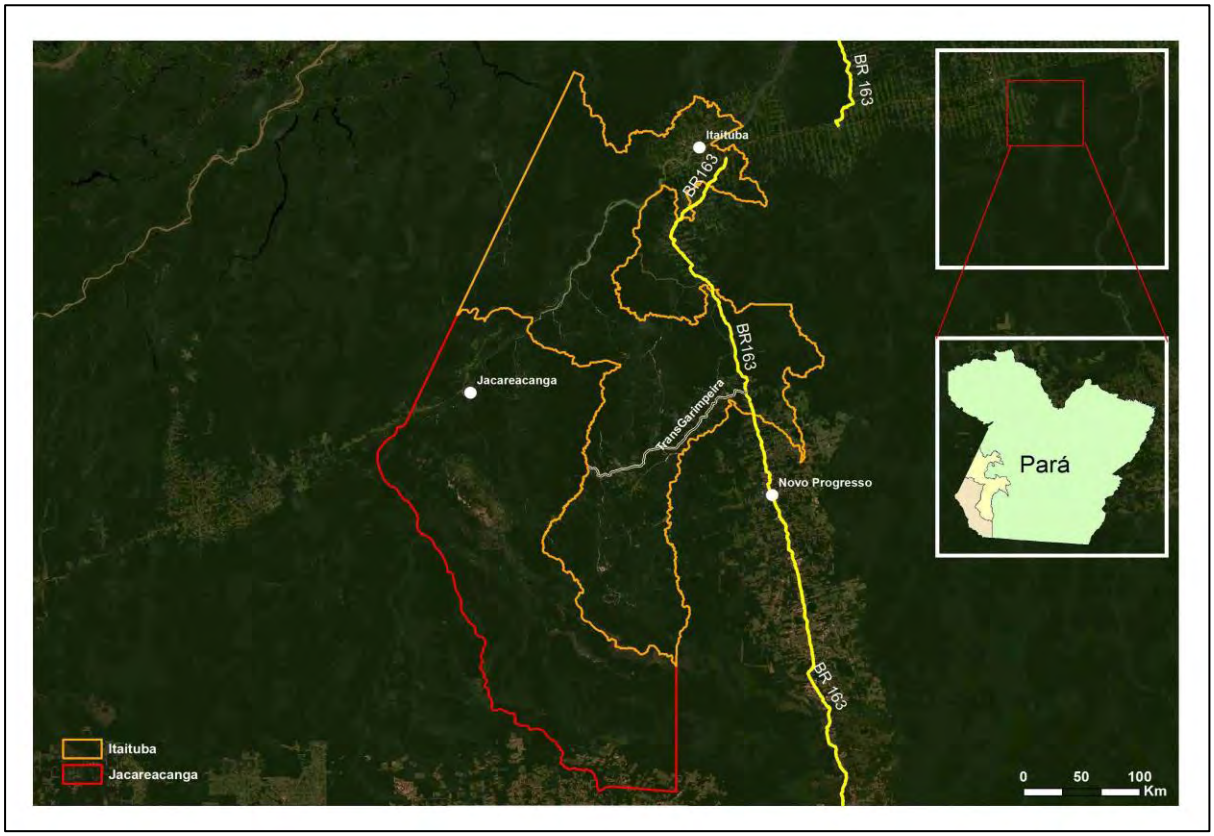


Figura 1. Localização da região do alto e médio Tapajós, entre Itaituba e Jacareacanga.

O extrativismo mineral em Itaituba

É senso comum entre os moradores de Itaituba e veiculado na imprensa local, que a economia municipal é dependente da extração aurífera[8]. Visualmente é perceptível no comércio da cidade diversas casas de compras de ouro, lojas de materiais de insumos para garimpagem, ofertando desde peneiras a bombas hidráulicas, e concessionárias de maquinário pesado, vendendo tratores e máquinas escavadoras.

A mineração do ouro em Itaituba remonta ao final da década de 1950 quando são descobertas as primeiras jazidas em tributários do rio Tapajós, como o rio das Tropas e o rio Crepori. Rapidamente novos garimpos são abertos disseminando a atividade por todo o médio Tapajós entre as décadas de 1960 e 1970 (ARAÚJO *et al.*, 2008). O paroxismo ocorre nos anos 1980 quando o município se torna o maior polo garimpeiro depois de Serra Pelada; se estimou para a região do Tapajós uma produção de 227 toneladas de ouro nessa década, uma média de 22 T/ano (BARBOSA,

[8] No munícipio ainda são explorados cassiterita e diamante.

1995). Até aquele momento a tecnologia de exploração permanecia praticamente a mesma: nos rios, com balsas transportando motores de sucção cujas mangueiras sugavam o leito dos cursos d'água em busca de cascalho aurífero; em terra com o desmatamento da floresta, abertura de cavas e desmonte hidráulico de barrancos em busca do mesmo cascalho aurífero.

O início dos anos 1990 marca a queda na exploração, motivada pela estabilidade do preço do ouro no mercado internacional (entorno US$ 10/g), a crise hiperinflacionária no Brasil e o esgotamento das jazidas até então exploradas. Esses fatores tornam a busca por novas áreas mais cara, deixando baixa a lucratividade do garimpeiro. A atividade entra em franca crise reduzindo a mobilização de trabalhadores para a região. Permanecem ativas as frentes de trabalho no entorno das vilas e comunidades criadas nos anos pioneiros.

Cuide-se que o processo de lavra no Tapajós não mantinha qualquer observância às parcas normativas ambientais vigentes à época (cite-se a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente nº 1/1986), o que resultou no assoreamento de drenagens e no despejo de toneladas de mercúrio usadas no processo de amalgamação na bacia hidrográfica do Tapajós (MATHIS; REHAAG, 1993). Ainda, quando o ouro era submetido à queima para a retirada do mercúrio do amálgama, essa substância era volatilizada para o meio ambiente, contaminando não somente o perímetro dos garimpos, mas também o perímetro urbano de Itaituba onde se encontram as casas de compra do metal que fazem o processo de purificação (GUIMARÃES; SILVA; DUTRA, 1994).

Apesar existir tributos para a taxação do ouro anteriores à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) como o Imposto Único sobre Minerais, Operação e o Imposto sobre Operações Financeiras (incidindo somente quando o ouro se torna um ativo financeiro), uma compensação pela danos da mineração ao Estado e ao município onde ela ocorre só foi instituída com a CFEM a partir da Constituição Federal de 1988 e efetivamente implementada com a Lei Federal nº 7.990/1989 – note-se que a aplicação da CFEM ocorre já nos últimos anos de fausto da atividade aurífera no Tapajós. Assim, aliado aos danos ambientais cumulados desde o final da década de 1950, não houve uma compensação pelos impactos aos munícipes. Isso está refletido no Índice de Desenvolvimento Humano[9] de Itaituba (conjugando: longevidade, a partir da expectativa de vida; educação, calculando a escolaridade; e renda, através da renda municipal *per capita*) registrado em 1991: 0,355 num escore de 0 a 1, correspondendo à categoria 'muito baixa' e permanecendo nesta categoria até o ano 2000 (escore 0,489).

A despeito das compilações oficiais sobre produção e exportação de ouro oriundo de garimpos oferecerem dados estimativos e por vezes contraditórios, essa coleção de informações

[9] Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map. Acesso em 4/4/2024.

permite compreender a evolução da produção nacional e inferir uma preponderância da produção garimpeira sobre a produção industrial, assim como uma exportação aurífera fora dos meios oficiais de taxação.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) dispõe de dados sobre a tonelagem de minério extraído apenas por Estado. Para a região do Tapajós há estimativas (sem metodologia clara) que somente o ouro extraído de **garimpos ilegais** somaria 20 toneladas anuais[10] – valor próximo à média extraída nos anos 1980, como indicado por Barbosa (1995). Para efeito de comparação, o Anuário Mineral Brasileiro de 2022 (ANM, 2022) indica 22,2 T como a produção aurífera do Estado do Pará para 2021 (incluindo garimpos legais). Tomando-se como realista essas estimativas, se está diante um quadro crônico de sonegação fiscal. Mais, se estaria diante de lavagem de ouro, pois se é provável uma burla total no pagamento de tributos, é de se supor que o ouro proveniente de garimpos sem licenciamento ambiental, possa ser tributado como se tivesse origem lícita, como já foi apontado em investigações do Ministério Público Federal[11] e por Manzolli *et. al.* (2021).

Ao se coligir os dados do Anuário Mineral Brasileiro (2001-2022)[12], produzido pela Agência Nacional de Mineração e as informações de exportação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços[13], equalizou-se um comparativo entre a produção de ouro beneficiada (a qual inclui o ouro oriundo de lavras garimpeiras) no Estado do Pará e sua respectiva exportação entre 2000-2021 (Gráfico 1).

Considerando-se que a atividade garimpeira nunca foi desmobilizada, nem cessou no Estado do Pará, causa surpresa dois dados na tabela abaixo: a baixa produção entre 2003 (22 kg) e 2004 (109 kg) e a grande discrepância entre os valores produzidos e aqueles exportados com origem no Estado do Pará. Surgem duas hipóteses: ou grande parte da produção dos garimpos está sendo internalizada na economia nacional, ou esta é dirigida ao mercado internacional de forma clandestina. Em recentes matérias na imprensa são mencionados casos de ouro extraído ilegalmente da Amazônia sendo produto de exportação[14] e aquisição por empresas de tecnologia globais[15]. Ainda,

[10] Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/esquema-ilegal-envolvendo-garimpeiros-no-para-movimenta-20-toneladas-de-ouro-da-amazonia-por-ano-23823354. Acesso em 10/4/24.
[11] Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/acoes-do-mpf-no-para-apontam-provas-do-completo-descontrole-da-cadeia-economica-do-ouro-no-brasil. Acesso em 5/4/2024.
[12] Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral. Acesso em 8/4/24.
[13] Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral. Acesso: 29/03/2024.
[14] Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2023/04/empresa-de-nova-york-tem-ligacao-com-contrabando-de-ouro-ilegal-da-amazonia/. Acesso em 5/4/2024.
[15] Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2022/07/exclusivo-apple-google-microsoft-e-amazon-usaram-ouro-ilegal-de-terras-indigenas-brasileiras/. Acesso em 5/4/2024.

o Instituto Escolhas (2021) estimou que em 2020 17% do ouro exportado pelo país teriam origem irregular, com outros estados da federação, que não possuem qualquer mineração de ouro, exportando a produção aurífera ilegal da Amazônia.

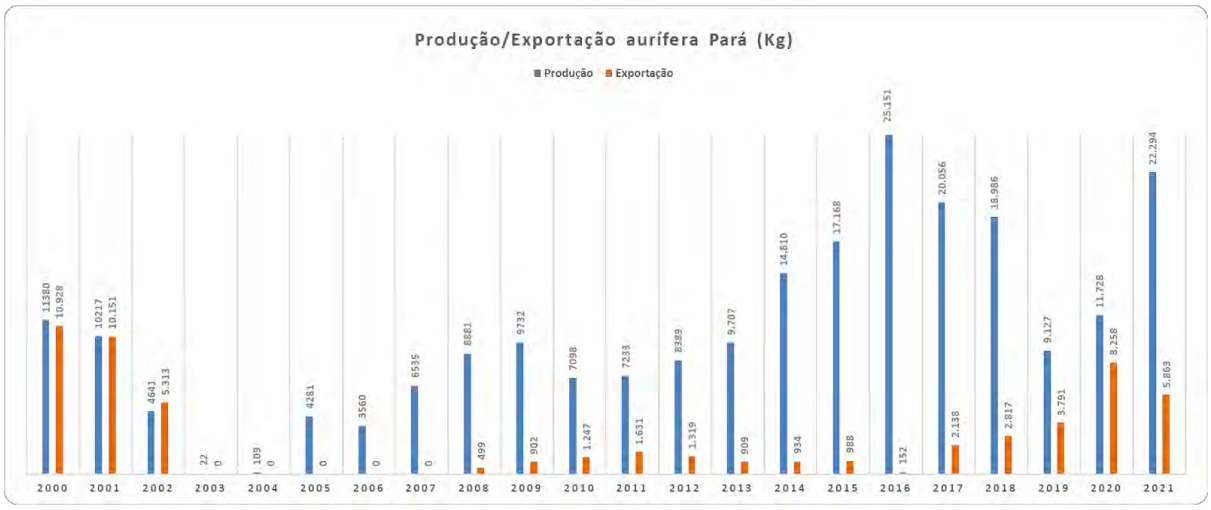


Gráfico 1. Relação entre a produção e a exportação de ouro no Estado do Pará.

Acosta (2013) define extrativismo como: "*aquelas atividades que removem grandes quantidades de recursos naturais sem beneficiamento (ou com beneficiamento limitado) para a exportação*". É notório que a extração mineral em Itaituba entre a década de 1950 e os anos 1980 é bastante característica de uma economia extrativa onde danos socioambientais são infligidos em troca de uma lógica rentista que persevera na mera dilapidação de recursos minerais pautada por uma racionalidade acumulativa (CASTRO; CASTRO, 2022).

Traços de neoextrativismo

Uma economia neoextrativa não estaria tão distante do conceito expressado acima para o extrativismo. Como posto por Gudynas (2012) o neoextrativismo carrega traços do extrativismo clássico e ao mesmo tempo propala que a economia local está inserida em um meio internacional competitivo baseado em vantagens comparativas. Seguindo esses preceitos autores tem denominado esse novo movimento de exportação de bens primários de reprimarização da economia, especialmente acentuado no países latino-americanos (MILANEZ; SANTOS, 2013; BURCHARDT; DIETZ, 2014; HECHT *et. al.*, 2021). Ademais, o Estado neoextrativista busca ampliar a captura de recursos sobre as atividades extrativas, fazendo incidir em seus lucros compensações e tributos. Isto é patente no caso da exploração mineral no Brasil com a criação da CFEM e do IOF-ouro e mais especificamente no Estado do Pará (com equivalente em Minas Gerais e Amapá), a criação da Taxa

Mineral[16], cujo objetivo é tributar empresas extrativas para a fiscalização e controle da atividade em função do grau de poluição potencial.

Mas ao mesmo tempo em que se criam mecanismos de tributação de excedentes, cria-se uma dependência entre o Estado e os projetos extrativistas, os quais indiretamente se tornam financiadores das políticas públicas. Gudynas (2012) fala que a captura do Estado pelo capital extrativo caracterizaria uma desterritorialização - quando a postura estatal é negligente no ordenamento da atividade, contribuindo para desregulação ambiental e em grande medida para uma vulnerabilidade social. Em muitos casos as próprias empresas extrativas se incumbem da realização de obras públicas criando uma relação perniciosa entre público e privado, legitimando *per si* o extrativismo como indutor do desenvolvimento, ao menos em uma dimensão local. Essa legitimação dos empreendimentos minerais, quando estes são taxados pelo Estado, vertendo-se parte do capital do extrativismo em investimentos sociais (GUDYNAS, 2012), corresponderia a um *social washing* – alienando-se o questionamento da atividade em si e enfocando-se somente nos seus benefícios.

A exploração mineral desconhece barreiras geográficas tanto quanto limites legais de territórios protegidos (VALETIM, 2022). O uso do recurso por vezes atropela o regramento de acesso ao próprio recurso, provocando a elaboração ou readequação de instrumentos administrativos que permitem uma expansão da atividade extrativa. Sendo progressistas ou neoliberais governos ainda dependem da receita das exportações minerais (ACOSTA, 2013; GUDYNAS, 2012). Em que pese um pendor mais laxativo no trato ambiental nas gestões de centro- e extrema-direita - citem-se a proposição de medidas provisórias para recategorização e redução de limites de unidades de conservação[17] e o encaminhamento de projeto de lei para mineração em terras indígenas[18], respectivamente - não menos permissivas foram as gestões de centro-esquerda que aprofundaram a dependência da extração mineral e chancelaram dispositivos legais que sobrepujam o quesito de proteção ambiental para valorização da mineração (MILANEZ; SANTOS, 2013), como o que classifica a mineração como atividade de utilidade pública no Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012)[19], onde uma área de proteção permanente (APP) pode ser suprimida em face da extração mineral.

No nível estadual se percebe a mesma ambiguidade em relação à regulação da atividade extrativa sem deixar de manter um mecanismo laxista. A legislação que instituiu a Taxa Mineral foi proposta em um governo de centro-direita (2011). Ao ser modificada em um governo centrista (2022)

[16] Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), Lei Estadual nº 7591/2011.

[17] Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2121849. Acesso 7/4/24.

[18] Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236765. Acesso em 7/4/24

[19] Art. 3º, inc. VII, alínea b.

a lei indica que o fator gerador do tributo é o exercício regular do poder de polícia, que será exercido por meio do Programa Estrutura Pará, o qual tem entre os seus objetivos: 1) diminuir os impactos negativos da atividade de mineração; 2) geração de desenvolvimento socioeconômico a partir dos ganhos da extração mineral; 3) conservar os recursos e potencialidades ambientais do Estado do Pará e em aparente conflito com os objetivos anteriores: - 4) "*fomentar a liberdade econômica ao setor minerário*".

Essa "liberdade econômica" ganhou literalidade na modificação de 2022[20] ao oferecer um desconto de 50% às empresas que aderirem a um programa estadual de obras públicas indicadas pelo Executivo[21]. Assim, há um desvirtuamento da lei e uma quebra no nexo de causalidade entre o impacto e a sua compensação, visto que essas obras podem ser conduzidas em local diversos da extração. Assim, ainda que esse novo modelo extrativista destine algo dos recursos financeiros para programas compensatórios, no neoextrativismo as ações para enfrentamentos das externalidades negativas dos empreendimentos extrativos ainda são insuficientes tanto para abarcar os impactos, quanto para inserir os países extrativistas num projeto de desenvolvimento com menor dependência dos recursos primários (GUDYNAS, 2012).

O que se percebe é uma dualidade do Estado em relação a extração mineral: ora taxando grandes companhias para internalizar o regramento ambiental e capturar compensações ambientais; ora relativizando o mesmo regramento ambiental para permitir um desempenho mais efetivo da atividade extrativa, emprestando a isso um discurso de competitividade e efetividade da gestão pública.

O 'neoextrativismo' em Itaituba

A extração mineral em Itaituba data desde o final da década de 1950. Em quase 70 anos as intervenções do Governo Federal sobre esta atividade oscilaram entre o incentivo, a regulação e a repressão. Aos Estados cabia o licenciamento ambiental provendo quando muito legislação suplementar. Em 2011 lei federal[22] estabeleceu a distribuição de competência entre os entes federados, o que viabilizou o licenciamento ambiental por municípios. A condução do licenciamento ambiental variou de acordo com as gestões municipais que se sucederam desde o início da delegação de competência. Em 2016 a secretaria municipal de Itaituba contava com 27 funcionários, sede

[20] Disponível em: https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/9165. Acesso em 6/4/24.
[21] Art. 3ºA, §2º.
[22] Lei Complementar nº 140/2011.

própria e equipamentos a disposição para fiscalização[23]. Entretanto o processo de licenciamento era visto por alguns como "*um excesso de burocracia (...) em vez de criar mecanismos para simplificar, criou dificuldades*"[24]. Para contrapor essa percepção burocrática, a gestão municipal adotou procedimentos mais expeditos para o licenciamento "*para que, dentro da lei, os processos sejam agilizados para que os empreendedores possam trabalhar e para que aumente a arrecadação do município*"[25]. Um ano após essa declaração o secretário de meio ambiente celebrava os avanços da gestão: "*Nós conseguimos fiscalizar e emitir quase o dobro de licenças que foram emitidas no ano de 2016. Avançamos, também, na questão das PLGs, expedindo 5 vezes mais licenças do que vinha sendo emitido nos anos anteriores*"[26].



Gráfico 2. Evolução do número de áreas licenciadas por ano. No triênio 2017-2019 houve uma rápida emissão de licenças de operação que superou a soma dos anos anteriores.

Consultando-se os processos de lavra garimpeira no SIGMINE da ANM e os processos de licenciamento ambiental de lavra garimpeira conduzidos pelo Estado do Pará na plataforma SIMLAM, é possível correlacionar quantos processos minerários foram licenciados pelo município de Itaituba. Para o escopo deste trabalho foram identificados os processos licenciados entre 2012 e 2019, anteriores o período pandêmico da COVID-19 (Gráfico 2). A emissão de licenças ambientais é bastante condicionada pela ênfase com que a gestão municipal dá a este tema. O espaço temporal 2012-2019 enfeixa três gestões municipais diferentes. Entre 2017 e 2019 houve um avanço

[23] Relatório de Diagnóstico Ambiental para o município de Itaituba do PMV Vol. 7
[24] Disponível em https://www.jotaparente.com/2016/09/se-o-garimpo-parar-economia-de-itaituba.html. Acesso em 7/4/24
[25] Disponível em: https://www.jotaparente.com/2017/01/70-dos-empreendimentos-trabalham-sem.html. Acesso em 7/4/24
[26] Disponível em: https://www.jotaparente.com/2018/01/combater-poluicao-sonora-e-uma-das.html. Acesso em 7/4/24.

significativo na emissão de licenças para garimpo, inclusive em unidade de conservação federal, sem anuência do governo federal. Nota-se inclusive que o ritmo de emissão de licenças para garimpo foi superior ao de análise de requerimentos pela ANM. Em 2019, foram registradas 99 licenças de operação na ANM para requerimentos de lavra garimpeira, 47 requerimentos evoluíram à lavra garimpeira, 52 ainda aguardavam deliberação da Agência de Mineração.

Como ironiza Acosta (2013) os conflitos pelo uso dos recursos – no caso a adequação a ambiental – supostamente seriam resolvidos com a correta governança do problema, ou seja, pela análise técnica precisa dos documentos de controle ambiental e a respectiva vistoria dos empreendimentos. O que se revelou em Itaituba foi um completo desgoverno na emissão de licenças de operação, culminando na fala do prefeito da cidade de que não haviam vistoriado qualquer garimpo: "*Demos mais de 500 licenças e nunca fomos fiscalizar*"[27]. Deixado por si só o extrativismo se dá na maior maximização de lucro e produtividade, cabendo somente ao empreendedor definir qual será o *compliance* que adotará, se adotar algum *compliance* legal.



Gráfico 3. Evolução da área dedicada ao garimpo no município de Itaituba entre 1985-2021 (Fonte: Mapbiomas).

Repercute-se com frequência o discurso da riqueza natural pertencente aos municípios, a qual geraria riqueza material para seus habitantes, havendo um embate entre a preservação do meio natural e a concepção utilitarista da natureza. Nessa conflagração a biodiversidade tem perdido terreno para as atividades extrativas. Isso é captado pelas taxas crescentes de desmatamento no município de Itaituba. Dados da plataforma MapBiomas[28] indicam uma rápida expansão da

[27] Disponível em : https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/02/demos-mais-de-500-licencas-nunca-fomos-fiscalizar-diz-prefeito-da-cidade-campea-em-autorizacoes-de-garimpo-de-ouro-no-brasil-25405557.ghtml. Acesso em 7/4/24.
[28] Disponível em https://brasil.mapbiomas.org/estatisticas/. Acesso em 7/4/24.

supressão vegetal (Gráfico 3) que coincide com uma alta no preço do ouro no mercado internacional: passando de US$ 9/g em 2001, para US$ 45/g em 2011 e chegando a US$ 60/g no final de 2021; atualmente o valor está em torno de US$ 70/g[29].

Há um evidente apoio da sociedade itaitubense ao negócio do ouro, muito impulsionado pela classe garimpeira que propala a dependência do setor de serviços (o consumo em si) em relação à atividade extrativa, sendo essa uma 'geradora de riqueza' (MILANEZ; SANTOS, 2013). O apelo ainda é reforçado pelo poder público municipal – o qual aufere renda proveniente da CFEM[30] e IOF-Ouro[31] (Gráfico 4) – que continua a agir com presteza para na emissão de licenças, retroalimentando essa cadeia extrativa, o que Acosta (2013) chama de lógica consumista.

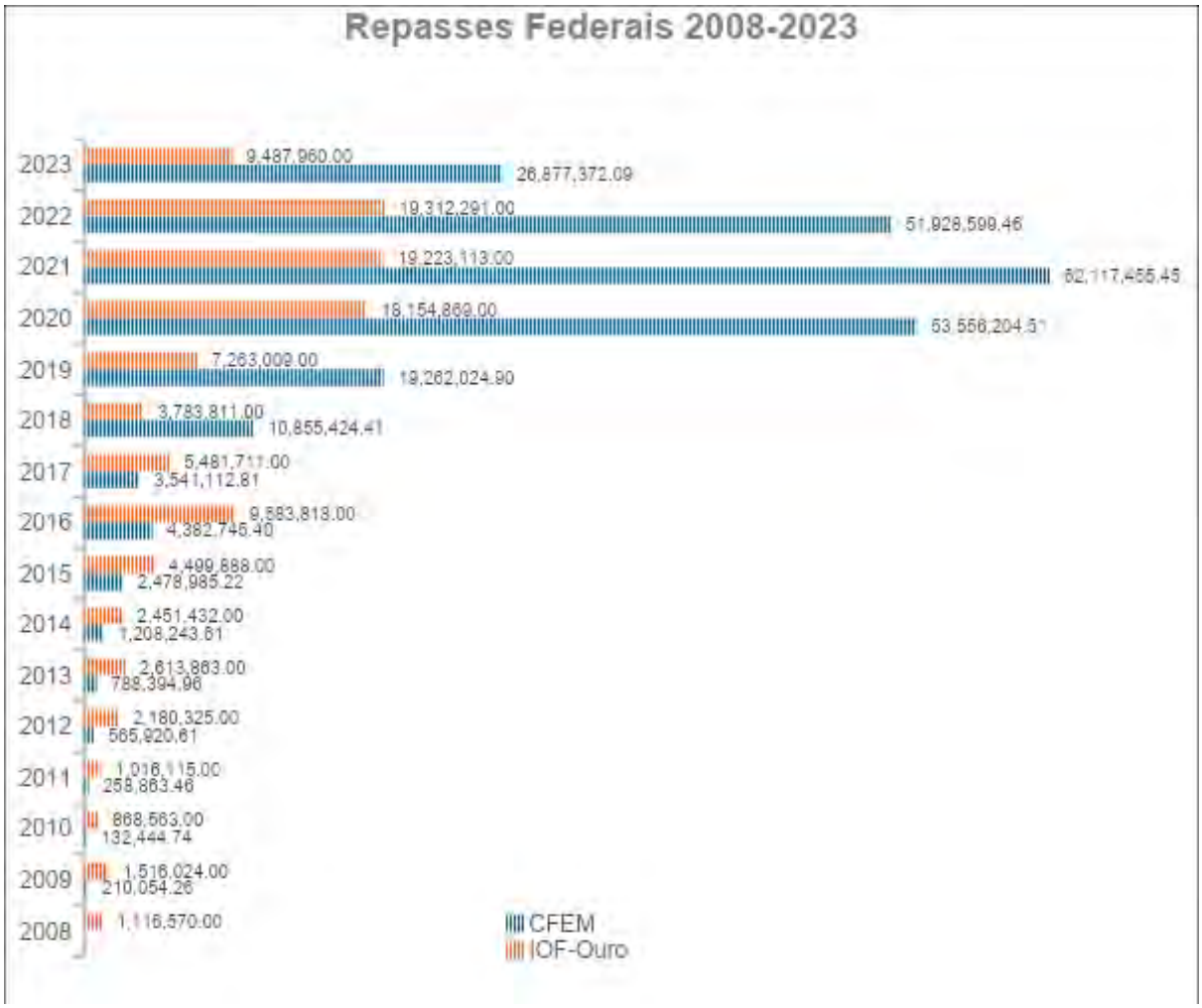


Gráfico 4. Repasses de compensações e tributos referentes a mineração de ouro para o município de Itaituba.

[29] Disponível em https://goldprice.org/spot-gold.html. Acesso em 7/4/24.
[30] Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx. Acesso em 7/4/24.
[31] Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios. Acesso em 7/4/24.

Por fim, além do município, o governo estadual também contribuiria para o caráter rentista do extrativismo. Apesar de instituída a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários, esta não incide sobre as lavras garimpeiras, mesmo operando vultosas somas monetárias captadas na primeira venda de ouro (somente em 2023 as operações de ouro em Itaituba somaram R$ 1,7 bilhão, tendo chegado a R$ 4 bilhões em 2021, de acordo com os relatórios sobre a CFEM da ANM). Embora não seja em sua maioria companhias transnacionais que extraem ouro no Tapajós e sim garimpeiros, estes se beneficiam do tratamento diferenciado do Estado sobre essa atividade. Assim, contrariando a legislação estadual, não havendo o controle da atividade, não se poderia atender aos objetivos de diminuir os impactos negativos, gerar desenvolvimento socioeconômico, ou conservar os recursos e potencialidades ambientais.

CONCLUSÃO

Em razão dos parcos recursos para investimentos os países latino-americanos se tornaram dependentes de uma economia global e da exportação de commodities naturais, dentre elas as jazidas minerais. Essa dependência está estruturada como um projeto de desenvolvimento e de manutenção de externalidade sociais e ambientais negativas. Ainda que haja um regramento para uso, acesso e controle dos recursos minerais, como a legislação ambiental e mineral, essas normativas são infringidas pelo próprio Estado, surgindo a singularidade de uma atividade extrativista num contexto neoextrativo. A cidade de Itaituba no Estado do Pará se mostra como um exemplo dessa singularidade, onde a extração mineral pelo garimpo aufere cifras bilionárias com a venda e exportação de ouro sem beneficiamento, gera problemas ambientais há décadas e, apesar de ser taxada por tributos federais, opera sem a devida fiscalização do poder municipal que simplesmente lhe outorga licenças ambientais em troca dos repasses de tributos inerentes à atividade. A imbricação perniciosa entre mercado, privados e Estado, onde cada uma das partes contribui para a manutenção de um ciclo de dependência econômica e danos ambientais, dá suporte a uma atividade de caráter extrativo e rentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. *In*: **Beyond development. Alternative visions from Latin America**. Quito: Fundacíon Rosa Luxemburgo, 2013.

p. 61-86. Disponível em: https://www.tni.org/files/download/beyonddevelopment_complete.pdf. Acesso em 8/4/24.

ANM. **Anuário Mineral Brasileiro 2022**. Brasília: ANM, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral. Acesso em 8/4/24.

ARAÚJO, R. *et al.* Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. *In*: CASTRO, Edna (org.). **Sociedade, território e conflito: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008. p.13-83.

BARBOSA, A. C. Agentes químicos tóxicos. *In*: IBAMA. (Org.). **Conhecimento científico para gestão ambiental**. Brasília: IBAMA, 1995, v. I, p. 233-269. Disponível em: https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Outros%20documentos/Barbosa-A-C-Mercurio-Parte%204.pdf. Acesso 7/4/24.

BURCHARDT, H.J.; DIETZ, K. (Neo-)extractivism - a new challenge for development theory from Latin America. In: **Third World Quarterly**, 2014, Vol.35, n.3, p.468-486.

CASTRO, E.M.R.; CASTRO, C.P. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 25, n. 1, p. 11-36, jan-abr 2022.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. *In*: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 303-318. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326671300_O_novo_extrativismo_progressista_na_America_do_Sul_teses_sobre_um_velho_problema_sob_novas_expressoes. Acesso em 8/4/24.

GUIMARÃES, G. A., SILVA, A.R.B., DUTRA, M.S. (Org.). **Contaminação Mercurial: homem versus meio ambiente nos garimpos de ouro da Amazônia**. Belém (PA): UNAMAZ, 1994, 388p. (Série Cooperação Amazônica, vol 12)

HECHT, S. *et. al.* The Amazon in Motion: Changing Politics, Development Strategies, Peoples, Landscapes, and Livelihoods. *In*: NOBRE, C. *et. al.* (Eds.). **Amazon Assessment Report 2021.** New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network**.** New York: Science panel for the Amazon, 2021, cap. 14, p. 4-51. Disponível em: https://www.theamazonwewant.org/amazon-assessment-report-2021/. Acesso em 8/4/24.

INSTITUTO ESCOLHAS. Brasil exporta ouro ilegal. São Paulo, 2021. Disponível em: https://escolhas.org/wp-content/uploads/Brasil-Exporta-Ouro-Ilegal.pdf. Acesso em 7/4/24.

MANZOLLI, B. *et. al.* **Legalidade da produção de ouro no Brasil**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2021, 45 p.

MATHIS, A.; REHAAG, R. (org.). Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia. Belém: CEJUP, 1993.

MILANEZ, B.; SANTOS, R.S.P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *In*: Encontro Anual da ANPOCS, 37, 2013, Água de Lindoia. **Seminário Temático 39: Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais.** Águas de Lindoia: ANPOCS, 2013. Disponível em: https://www2.ufjf.br/poemas//files/2014/07/Milanez-2013-Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf. Acesso em 8/4/24

USGS. **Mineral Commodity Summaries 2024**. Disponível em: https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024.pdf. Acesso em 8/4/24.

VALENTIM, G.D.S. Ouro: commodity, ativo financeiro e a (não) governança transnacional. *In*: Seminário Discente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 9, 2021, São Paulo. **Mesa "Políticas de Meio Ambiente: disputas domésticas e internacionais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/SeminárioDiscente_GiovannaValentim%20-%20Giovanna%20Valentim.pdf. Acesso em 8/4/24.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

Os impactos socioambientais do garimpo ilegal na terra indígena kayapó: o avanço do neoextrativismo a criação de zonas de sacrifícios na TIK

Alberto da Silva Amaral[32](MPEG),

RESUMO: O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida no MPEG, que objetiva compreender os impactos socioambientais gerados pela atividade ilegal do garimpo na terra indígena Kayapó (TIK), situada na região sudeste do Estado do Pará. A partir do levantamento bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa e enfoque histórico e socioantropológico, no qual buscamos compreender como o discurso do desenvolvimento e do progresso, atrelado em uma lógica colonial, contribui para o avanço do garimpo ilegal nas terras indígenas, em especial a TIK, considerando a Inoperância do Estado, no qual contribui para essa atividade ilegal. A mineração na Amazônia assim como na América Latina é fruto do processo de colonização nesses territórios, ocasionando fortes impactos nas populações, sobretudo nos povos indígenas. Nesse sentindo observamos que em decorrência desses impactos socioambientais em virtude do avanço do neoextrativismo na TI Kayapó está se criando Zonas de Sacrifício. gerando forte impactos na sociabilidade dos Mebêngôkre-Kayapó. A contribuição dos povos e territórios indígenas na defesa da soberania nacional, na preservação do meio ambiente, dos bens naturais, das florestas, das águas, da biodiversidade e do equilibrio climático, como comprovou o Relatório da Word Resources Institute segue rigorosamente ingnorada por seguidos governos, desde os mais "à direita" aos "mais a esquerda". O tema da mineração e do garimpo ilegal em Terras Indígenas (TIs) ganhou destaque social e político no Brasil especialmente após a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, pelos ataques promovidos aos povos indígenas do país e, de maneira mais intensa, aos povos indígenas da Amazônia.

Palavras-chaves: Impactos socioambientais; garimpo ilegal; Terra Indígena Kayapó.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscar compreender questões que estão diretamente ligadas à destruição da floresta amazônica, uma vez que, os impactos gerados pela atividade ilegal do garimpo têm ocasionado fortes mudanças na geografia territorial e humana do povo indígena Mebêngôke-Kayapó que vive na TI Kayapó. O nosso interesse é analisar os impactos gerados por esta atividade extrativista que têm gerado grandes impactos socioambientais para os povos indígenas, em especial os Mebêngôkre-Kayapó que habitam o território em questão.

Essas questões contribuem diretamente para a instabilidade sociocultural entre os Indígenas, uma vez que suas terras estão sendo devastadas com o avanço do garimpo ilegal, atividade responsável por 60% do desmatamento da Amazônia, conforme poderemos ver ao longo deste relatório.

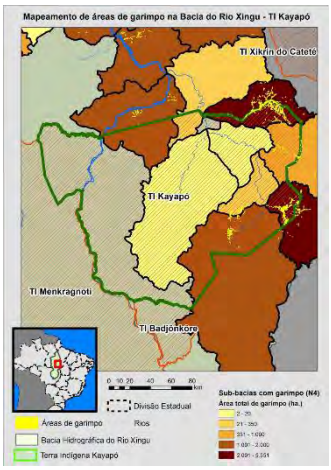
[32] Pesquisador da Coordenação de Ciências Humanas, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) - Albertoamaral||@gmail.com

Para isso, tentamos imergir na literatura histórica, socioantropológica e em fontes documentais que nos possibilite a análise e compreensão sobre o impacto do garimpo na Terra Indígena Kayapó, situada na região Sudeste do Estado do Pará. Importante compreender os cuidados que devemos ter ao tratar desse assunto, tendo em vista que existem vários interesses envolvidos nessa questão, mas ressalto que ao nos aprofundarmos nas fontes que foram consultadas, nos textos e nas informações de geoprocessamento, ficamos assustados com o avanço do garimpo nas terras indígenas na Amazônia, em especial o avanço do garimpo na TI Kayapó – um dos garimpos com maior índice de destruição da floresta.

SITUANDO O TERRITÓRIO - TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

Antes de focar nossos olhares para a questão do garimpo na TIK, busco apresentar ao leitor esse território. A Terra Indígena Kayapó (TIK) foi homologada e registrada na Secretária de Patrimônio da União pelo decreto 316 de 30/10/1991, está situada no Estado do Pará, abrangendo os municípios de Bannach, Cumaru do Norte, São Felix do Xingu e Ourilândia do Norte.

Figura 1 Terra Indígena Kayapó



Fonte: Dossiê. Xingu Vivo – 2021

De acordo com o censo de 2014, 4.548 pessoas do Povo Mebêngôkre Kayapó vivem na Terra Indígena Kayapó. (Terras Indígenas no Brasil, 2021). Nesta terra, se faz presente algumas atividades geradoras de conflitos ocasionadas da expansão fundiária como é o caso da grilhagem de terra, situação que tem marcado fortemente o povo Mebêngôkre-Kayapó no Estado do Pará, em espacial na TI Kayapó. Outro problema que se faz muito presente em seu cotidiano é o uso do solo para a garimpagem, que o foco de nossas investigações assim como a venda e extração ilegal de madeira em seu território, provocando conflitos externos e internos, questão que sempre foi motivo de

preocupação, conforme nos mostram os dados do relatório da violência contra os povos indígenas de 2006-2007:

> Os indígenas estão numa situação de miséria, após **a exploração de ouro e mogno**. Não há um projeto de vida laborado e acompanhado pela Funai. Encontram se indígenas caídos nas calçadas pelas ruas do município de São Felix do Xingu. Os indígenas denunciam a administração local da Funai pela má administração dos recursos. (CIMI, 2006-2007. p. 171)

Notemos que o clima de tensão se faz presente no cotidiano dos Mebêngôkre-Kayapó, e a ausência dos órgãos de fiscalização aumenta ainda mais a tensão entre os indígenas e não indígenas da região sudeste do Pará, tendo em vista que os indígenas lutam constantemente pela preservação da floresta e os demais recursos naturais que ali se faz presente. (CIMI, 2006-2007. p. 144)

A exploração de recursos na Terra Indígena Kayapó ganhou impulso a partir de 1980, quando fazendeiros, colonos, madeireiros, **garimpeiros** e especulação fundiária, passam a se fazer presentes no entorno e dentro deste território. Por sua vez, o governo não faz cumprir as leis que protegem as terras indígenas de invasão, usurpação e extração de recursos naturais, marcando ao longo da história a devastação pelo garimpo na TI Kayapó.

Como podemos observar, a questão do garimpo na TI Kayapó tem acarretado enormes prejuízos para os habitantes daquela terra, atividade altamente influenciada por um discurso de que a exploração traria benefício ao povo indígena, mas o que iremos apresentar a seguir irá mostrar que a esperança de riqueza e melhoria para eles se dará de modo contrário.

O GARIMPO NA TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

Ressaltamos que a presença inicial do garimpo na TI Kayapó iniciou-se nos anos 60, com pico nos anos de 1980, quando 10 mil garimpeiros chegaram à então reserva Gorotire para realizar a atividade de extraçaõ de ouro da mina Cumarú (HECHT, 2010). Consultando as fontes que já foram apresentadas em capítulos anteriores, a presença do garimpo na TIK remonta a década de 1970 com o inicio do Projeto Cumaru, onde reservas de ouro foram descobertas na região da Serra Gradaús pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Atraindo empressas mineradoras para a região em busca de conseguirem o direito de exploração, no entanto, a noticia se espalhou de forma vertiginosa e rapidamente garimpeiros se deslocaram para a região chegando inclusive primeiro que as empressas de mineração, iniciando a lavra de forma manual em 1980. Sobretudo por que os depósitos de ouro estavam dispersos pela região, propiciando dessa maneira a chegada da garimpagem em território Kayapó (Cedi, 1984). Lideranças da aldeia chegaram a solicitar para o então presidente da Funai que ensinasse os indíos a garimpar para que assim pudesse retirar os não indíos

de suas terras, uma vez que, os indigenas desejavam altenar a produção extratisvista da Castanha com a extração do Ouro (O Globo, 1980), fato que não teve apoio da Funai. No entanto, o Ministério de Minas e Energias e o Ministério do Interior pretendiam não só manter a garimpagem em Cumaru, como transferir para a área parte dos 40 mil garimpeiros que se encontravam em Serra Pelada (Folha de São Paulo, 1984).

Mediante o impasse, a solução encontrada pelo governo federal da época foi a instalação, em março de 1981, de um sistema de controle análoga ao que ocorria em Serra Pelada, com a manuntenção dos garimpeiros e a chegada de diversos orgão para abastecimento, segurança, atendimento de saúde e, principalemnte o monopólio da compra do ouro, atividade exercida pela Caixa Econômica Federal. Se estava criado o então Projeto Cumaru, parte dele progredindo sobre a terra Kayapó. (Cedi, 1984) Como podemos verificar na Figura 17, hoje a devastação desse território é enorme. Com o controle do governo federal sobre a extração do ouro, os Kayapó não passaram a garimpar em sua própria terra, mas firmaram convênio com a Caixa, recebendo parte do valor arrecadado. Entretanto, não demorou muito para os índios sentirem os efeitos nocivos da garimpagem. Com a poluição das águas próximas ao garimpo, o número de doentes nas aldeias aumentava e a pesca era uma atividade cada vez menos frequente (O Liberal, 1981). Mais tarde, eles começaram também a demonstrar sinais de insatisfação quanto à porcentagem recebida pela atividade e, em 1984, comunicaram aos órgãos federais que estavam dispostos a desativar os garimpos caso os donos de barrancos não aceitassem aumentar o valor repassado (O Liberal, 1984).

O convênio que garantia o repasse aos Kayapó terminou em março de 1985, não foi renovado e a Caixa Econômica Federal suspendeu os pagamentos. Em 1º abril do mesmo ano, cerca de 200 indígenas já estavam em Maria Bonita, ocupando o campo de pouso do garimpo e passando a controlar o fluxo de pessoas, mercadorias e, claro, do próprio ouro extraído. Exigiram, de imediato, a presença da Funai, do DNPM e da imprensa, dando início a um tenso período de negociações. Os indígenas se dividiam entre a saída imediata dos garimpeiros e a permanência das atividades, mas com aumento do percentual pago sobre a retirada do ouro. As duas frentes eram unânimes, contudo, ao exigir a demarcação de suas terras (O Liberal, 1985a). Essa determinação foi diversas vezes anunciada pelos Kayapó durante as negociações (O Globo, 1985). Paulinho Payakã – que a essa altura já havia se tornado um dos porta-vozes dos Kayapó, servindo também de tradutor para os caciques na maioria das reuniões – declarou que qualquer negociação sobre o garimpo somente ocorreria após a conclusão do processo de demarcação. Antes disso, não haveria extração de ouro e a retirada das máquinas apreendidas estava sujeita ao pagamento de indenização para compensar os danos causados (O Liberal, 1985a).

Vale resaltar que a atividade garimpeira não se extrai apenas o ouro, muito pelo contrário, outras substâncias minerárias e pedras preciosas também são combiçados pelos garimpeiros e mercados internacionais. A extração ilegal de diamentes tem marcado os conflitos entre os Cinta Larga e não indios ao longo da história, como bem nos mostra o relátorio da violência de 2010 do Cimi, "Garimpeiros continuam invadindo e extraindo ilegalmente diamantes na terra indígena. Essa atividade acontece há nove anos em uma área que equivale a mais de 500 campos de futebol" (CIMI, 2010. P. 61).

De acordo com o Mapa de Conflitos da Fiocruz, a Terra Indígena Kayapó tem sofrido com as atividades ilegais de garimpo há pelo menos 40 anos. Nesse sentido, o nosso enfoque nessa pesquisa é verificar como o garimpo tem avançado ao longo do século XXI, visto que essa atividade tem atingido bastante a vida dos indígenas nesse território (MAPA DE CONFLITOS, FIOCRUZ, 2022). A atividade garimpeira se intensifica nos anos 80 na TI Kayapó, "no leito do rio Arraias, um tributário do rio Fresco", se prolongando até meados dos anos 90:

> Nesta mesma época surgiu outro foco de atividade garimpeira a montante da aldeia Gorotire, no rio Fresco, um dos principais tributários do Xingu próximo à cidade de São Félix do Xingu. Em 2014, uma nova frente garimpeira começou a operar na região do rio Branco, no limite nordeste da TI Kayapó. A atividade iniciou de forma incipiente e acelerou a partir de 2015, promovendo danos extensos e irreparáveis à calha do rio Branco e às populações das aldeias próximas aos garimpos. A partir de 2018, a atividade garimpeira ali começou a declinar, mas migrou novamente para os rios Arraias e Fresco, atualmente em rápida expansão. Em apenas quatro anos, entre julho de 2015 e julho de 2019, 5.713 hectares já foram destruídos pela atividade garimpeira que se aproxima cada vez mais das aldeias, colocando a saúde dos indígenas em risco e provocando conflitos associados à repartição inadequada dos benefícios gerados, à promoção da prostituição, assim como à violência causada pela facilidade de acesso a bebidas alcoólicas e outras drogas. Este número é maior do que o dobro de todo o desmatamento ocorrido na TI Kayapó desde a década de 1980 até junho de 2015. Em 2020, apenas nos cinco primeiros meses do ano, já foram desmatados 684 hectares - 182 ha só em maio. (DOSSIE – GARIMPO NO XINGU, 2021, p. 05).

Através da análise dos dados coletados nas fontes, verificamos que a Funai, Ministério Público Federal – MPF, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos naturais – Ibama, a Polícia Federal _ PF, a Marinha e a Força Nacional, "desde 1994 até agosto de 2018, realizaram mais de 14 operações de combate ao garimpo ilegal." (CIMI – 2018).

Fatos que não favoreceu a diminuição das tensões em torno da exploração de recursos naturais, muito pelo contrário, o que presenciamos foi o crescimento do desmatamento e da atividade garimpeira dentro da TI Kayapó. Como bem podemos observar nas análises realizadas na coleção 06 do Mapbiomas, a TI Kayapó lidera o ranking de desmatamento na Amazônia, como já foi

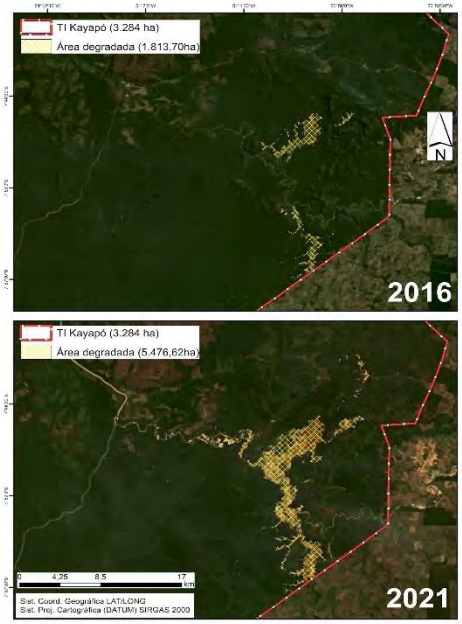
visto anteriormente. Para que possamos compreender visualmente esse avanço do garimpo, as Figuras 20 e 21 nos mostra como o garimpo tem avançado na TI Kayapó:

Figura 2 Cor da água do Rio da Ponte e Rio Fresco sendo indicativo de particulados provenientes da lavagem de material (solos) em atividade garimpeira na TI Kayapó.



Fonte: Mural Interdisciplinar

Figura 3. Análise temporal por imagem de satélite (mosaico) Planet referente à degradação do solo por atividade garimpeira na Terra Indígena Kayapó, no município de Cumaru do Norte, Pará, Brasil.



Fonte: Mural Interdisciplinar

A partir das imagens acima, percebemos o quanto a atividade garimpeira é perversa no processo de "ursurpação" e violento nas transações garimpeiras em terras indígenas. O avanço do

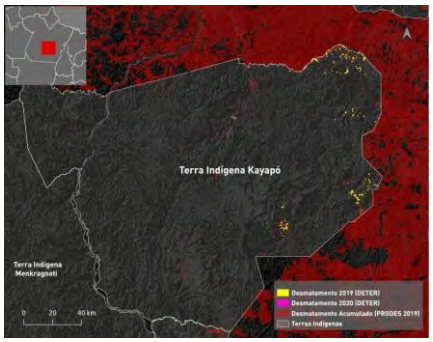
Garimpo na TI Kayapó só nos mostra a triste realidade que os povos indígenas tem enfrentado ao longo dos anos "dentro desse modelo mineral brasileiro, alguns inclusive já possuem investigações e monitoramento sistemático como os estudos desenvolvidos pelas organizações indígenas e o Instituto Socioambiental (ISA)." (WANDERLEY, 2021. p. 12)

A partir das análises das fontes, observamos que hoje existem cerca de 110 conflitos ambientais envolvendo mineração e garimpo conforme nos mostra o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2019), Apesar das limitações legais, os povos indígenas estão envolvidos em 36 casos, seja porque foram afetados indiretamente por acidentes ambientais e outras consequências das atividades de mineração, seja porque seus territórios foram invadidos por garimpos ilegais como é o caso da TI Kayapó. O garimpo não afeta apenas os territórios indígenas através dos impactos diretos relacionados à perda do território, o desmatamento, a poluição dos rios, a diminuição das terras agricultáveis ou pela redução na variedade e disponibilidade de caça e outros frutos da floresta, dos campos e das águas, questões importantes para a sua alimentação e saúde.

Nesse sentindo ressaltamos que entre 2017 e 2020, várias ações dos órgãos de fiscalização composta pelo Ibama, Polícia Federal e em algumas ocasiões a Polícia Militar e o Exército, "deflagaram" diversas operações contra o garimpo ilegal na TI Kayapó (CIMI, 2017, 2018, 2019). Entre essas ações destacamos a queima de balsas, maquinários e outros equipamentos, apreensão de retroescavadeiras e combustível, além de detenções de garimpeiros. Lembrando que o objetivo dessas ações é a desestruturação da logística do garimpo e a desarticulação da venda ilícita do ouro, pedras preciosas e mercúrio na região, no país e em nível internacional.

Segundo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (**DETER**) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) entre 2018 e 2019 houve um crescimento de 118% da área de floresta destruída na Terra Indígena Kayapó. Sendo o garimpo a principal fonte da degradação ambiental: em 2019 dos 1.926 hectares de desmatamento registrados na TIK, 71% haviam sido causados por atividades de mineração ilegal. **Dos 197 hectares de degradação registrados nos primeiros meses de 2020, 90% foi devido a esse tipo de atividade**. O aumento das áreas de garimpo tem força na elevação do preço do ouro no mercado e na falta de ações continuadas de fiscalização.

Figura 4: Alertas de desmatamento na TI Kayapó entre 2019 e 10.06.2020 (DETER).



Fonte: Sistema Deter - 2020

O DESENVOLVIMENTO COMO DISCURSO COLONIAL

Durante a revisão bibliográfica e documental podemos notar o quanto o conflito na Amazônia, em decorrência do avanço do garimpo, se faz presente nos dias atuais, sobretudo quando observamos os retrocessos legais e desrespeito com a legislação sobre a extração de recursos minerais em terras indígenas. Conforme fomos avançando nos documentos, relatórios, e demais notícias que nos apontam o avanço do garimpo em Terras Indígenas (Tis), em especial os garimpos ao logo da TI Kayapó, soubemos que ao Lado dos Garimpos da TI Yanomami e Munduruku, esta atividade ilegal e responsável por 60% do desmatamento da Amazônia.

O impacto da mineração na Amazônia assim como na América Latina, é fruto do processo de colonização nesses territórios, ocasionando fortes impactos nas populações, sobretudo nos povos indígenas, conforme nos aponta Aráoz:

> A mineração na América Latina, sua história, seus avatares, foram desde cedo definidos pela metáfora das veias abertas. Seus impactos bem podem figurar como a passagem de um furacão; um furacão chamado **"progresso"**. **A noção ilustrada, moderna, cientifica, positiva de progresso**, convertido em religião – religião colonial -, é o que ainda a essa altura, no século XXI, permite vislumbrar, mais que as razões, as emoções que mobilizam essa dinâmica sacrificial da mineração transnacional, propriamente colonial. A fé do **desenvolvimento infinito** (2020, p. 20).

Como podemos perceber, todo esse massacre contra os povos indígenas sempre tem um nome chamado DESENVOLVIMENTO. A experiência da colonização europeia na América provocou, aos povos indígenas, enormes prejuízos, construindo um cenário onde se observariam todos os tipos de violências materiais e simbólicas. As implicações mais recorrentes da colonialidade remontam ao atual racismo institucional e estrutural, aos massacres e espoliações, tudo com raízes lá no sistema colonial, que perduram, mesmo com ressignificações, até a atualidade. Porém, uma questão que surge é: o que nos sobra para além da colonialidade? O que, de fato, não sucumbiu a esse padrão de poder, ou quais os meios acionados para encontrar o **"Buen Vivir"**? Pretendemos, aqui, argumentar

que os nossos processos de resistência à essa dominação é o fator que sobra à colonialidade. Resistências que mantêm uma grande intimidade com o **primitivo**, ou seja, que de fato melhor representariam a identidade que foge à colonialidade.

A colonialidade se funda na imposição de uma classificação racial e étnica, sendo o melhor instrumento de dominação capitalista, em especial para a consolidação da forma de pensar e organizar europeia ou "central" sobre os novos territórios a serem "conquistados" (QUIJANO, 2014, p. 285-6).

Não podemos nos esquecer que a resistência dos Povos Indígenas em relação ao avanço do Garimpo em terras indígenas, é uma resistência ao conceito colonizador de *Desenvolvimento* imposto nas sociedades ameríndias deste as invasões no início do séc. XVI até os dias atuais. "Desenvolvimento é uma moderna ideologia e utopia do Ocidente" (RIBEIRO, 2009, p. 67)

> Desde os meados do século 20, um fantasma ronda o mundo. Esse fantasma é o desenvolvimento. Apesar de a maioria das pessoas seguramente não acreditar em fantasmas, ao menos em algum momento acreditou no "desenvolvimento", deixou-se influenciar pelo "desenvolvimento", perseguiu o "desenvolvimento", trabalhou pelo "desenvolvimento", viveu do "desenvolvimento". E é muito provável que continue assim. (ACOSTA, 2016, p. 46)

Nesse sentindo, gostaríamos de debater neste trabalho o conceito de *Desenvolvimento* a partir de um viés crítico por meio do estudo do Impacto Sociocultural que o garimpo tem acarretado as Terras Indígenas na Amazônia, em especial na Terra Indígena Kayapó.

O desenvolvimento, ao longo da história, se confunde com o avanço do modo de pensar colonial, em que a economia é colocada sobre os demais aspectos da vida em sociedade. E é essa ideia de desenvolvimento, comumente confundido com o acúmulo de riquezas e transformado em fundamento do modo de produção capitalista, que vem tornando o extrativismo do Ouro e outros minérios em terras indígenas uma atividade necessária ao progresso. Nesse sentido Gudynas nos diz:

> O avanço da exploração de recursos minerais e petrolíferos e as monoculturas de exportação desencadeiam profundos impactos territoriais. Em muitos casos, representam a chegada, em áreas remotas, de contingentes de operários e técnicos e seus equipamentos, voltando a criar economias de enclave. Este processo determina e fortalece um processo de "desterritorialização", no qual o Estado não consegue garantir sua presença de forma adequada e homogênea em todo o território e se vê limitado na proteção dos direitos dos cidadãos ou na prestação de serviços públicos, mas, ao mesmo tempo, é muito ativo na promoção e defesa desses enclaves extrativistas (GUDYNAS, 2012, p. 310).

Estes projetos sempre se apresentam com a ideia de avanço para o país alcançar o status de desenvolvido, como apontava o exemplo norte-americano, dever-se-ia passar por um crescimento econômico. O "bolo" deveria primeiro crescer para depois distribuí-lo – embora não igualmente

dividido – na perspectiva do ministro da fazendo Antônio Delfin Netto, durante o chamado "milagre econômico", como nos ponta Gudynas (2011):

> La idea del desarrollo quedó, por tanto, atada al crecimento económico y en consecuencia, también quedaron subordinados los temas del binestar humano, ya que se consideraba que la desigualdad y la pobreza se resolverían esencialmente por medios económicos. (GUDYNAS, 2011, p. 23)

Nesse mesmo debate, Gudynas nos aponta maiores detalhes e características dominantes sobre essa perspectiva de desenvolvimento que tanto impacta os povos indígenas:

> Las ideias convencionales acerca del desarollo lo entienden como un continuado progresso que se desenvuelve em vários planos, todos vinculados entre si, como crecimiento económico, el avance de la ciencia y la tecnologia, o una construcción política y cultural a imagem de los países industrializados. El desarrollo es, por lo tanto, un conjunto de conceptos, sus institucionalidades y prácticas, [...] entendido en esa pluralidad, el desarrollo es una idea dominante, donde una de sus expresiones actuales más vigorosa es el extractivismo. (GUDYNAS, 2013. P. 190)

Falando em escala global, pode-se identificar os países ditos subdesenvolvidos como atores do espaço marginalizado. Se a lógica do discurso hegemônico de desenvolvimento foi deixada de lado, surgem outros enunciados, o que revela a existência de "*locus* enunciativo contra-hegemônico" em relação às verdades imputadas pela modernidade (NESKE, 2014). Tal sobreposição do colonizador sobre o colonizado se perpetuou na história pós-colonial, de modo que há uma inferiorização, não só dos sujeitos, como dos lugares tidos como regiões incompetentes para alcançar o modelo estabelecido de desenvolvimento. Essas regiões serão rotuladas como subdesenvolvidas, atrasadas, e pobres devendo por isso servir àquelas que conseguem "sustentar" o mundo.

MINERAÇÃO E GARIMPO

A tentativa de historicizar o avanço da Mineração e o Garimpo na Amazônia com destaque para a Terra Indígena Kayapó, situada na região sudeste do Pará, parte do pressuposto que o passado e o presente são momentos diferenciados de um mesmo processo. Porquanto, a periodização nessa pesquisa assume uma perspectiva analítica em que cada período reflete especificidades, papeis e importâncias diferenciadas do garimpo na TIK. A história da formação dos garimpos e do surgimento da atividade de mineração no estado do Pará traz em seu bojo especificidades, seja pelas peculiaridades geológicas, seja pelo seu caráter de múltiplas fronteiras: geopolíticas, demográficas, económicas e étnicas, marcadas por fortes conflitos e aniquilamentos dos povos indígenas ao longo de sua história e atualmente estamos presenciando novamente essa triste história, conforme Costa (1993) nos diz:

> Os projetos de inserção da região amazônica aos circuitos mundiais da mercadoria e do capital têm sido marcados por grandes promessas, elevados de surpresas, permeados de decepções. Ainda no Século XVI, a Amazônia chegou à Europa na forma de pais de El Dorado e de pais dos Omaguas. As reluzentes paisagens destes dois reinos de fantasia [...] A realidade da conquista, seja nas incursões de holandeses, franceses e ingleses, seja no estabelecimento definitivo do poder português, iniciado em 1616, desvaneceria gradativamente essa primeira ilusão: a excursão de Pedro Texeira, de Belém a Quito, uma epopeia que durou 26 meses, encerrando-se em 12 de dezembro de 1639, não constatou o que as lendas davam por certo. Tampouco as entradas que fizeram posteriormente na busca de metais preciosos, expedições das quais se tem notícias até meados do século XVII, demostrara sucesso digno de nota (COSTA, 1993. p.10).

Avançando na história, percebemos que as atividades minerárias na região irão avançar na região amazônica a partir dos anos 20 do século passado e a garimpagem "incorpora-se como elemento de peso na conformação de estruturas na região apenas nos anos 1939-40" (COSTA, 1993, p.10).

Dadas essas informações gostaríamos de distinguir tais atividades econômicas: mineração e garimpagem. A Mineração "(...) consiste na atividade de transformação da natureza, especificamente extração de substância mineral" (RODRIGUES, 2017), ressaltando que o Estado do Pará é o maior produtor de ferro do planeta desde a implementação do projeto Carajás nos anos de 1970, sendo a região de Carajás fortemente marcada pela lógica do desenvolvimento, aceitando o avanço dos grandes projetos minerários na região. No entanto, para que possamos compreender a distinção entre mineração e garimpagem evocamos as palavras de PINTO (1993), segundo o qual:

> A **mineração** engloba a prospecção, a pesquisa, o desenvolvimento, a lavra, além do transporte, manuseio, beneficiamento, e toda infraestrutura necessária a esta operação, excluindo a metalurgia e a transformação. A face simplória da atividade mineral é chamada **garimpagem**, embora reconhecida também como atividade econômica pela Constituição Brasileira de 1988. (PINTO, 1993. p. 27).

A garimpagem de pequena e média escala, tem contribuído com a maior parte da produção aurífera do País. Desde 1978 até o final da década de 1980, a produção das atividades de garimpagem representava mais de 50% da produção oficial de ouro no Brasil. Em 1983 e 1984, a produção de ouro oriunda dos garimpos equivalia a 88,46% e 82,12%, respectivamente, de toda a produção do Brasil (DNPM). O que não difere dos dias atuais, onde 84,15% do ouro extraído é oriundo de garimpo ilegais. Sobre isso Rodrigues (2017) nos diz:

> A mineração como atividade econômica poderá então ser subdividida em atividade formal e informal. Nesta discussão, fica evidenciada a dificuldade de falar de mineração como um todo, porque há uma parte que é tratada apenas com base em estimativas, tais como população garimpeira e produção. (RODRIGUES, 2017. p. 90)

> Diferente das reflexões de Pinto (1993), o geografo Luiz Jardim Wanderley (2021), que tem dedicado suas pesquisas para compreender o avanço do garimpo em terras indígenas, nos explica que:
>
> Primeiro, sobre os **usos dos termos "garimpo" e "mineração"** aqui. A garimpagem ilegal em terras indígenas, enquanto **um problema socioambiental, cultural, político e econômico**, é analisada neste relatório não a partir do imbróglio normativo em torno de sua classificação em termos de "garimpo" ou "mineração" (e dos problemas administrativos em torno disso, como entraves à fiscalização), mas sobretudo a partir dos danos que promove e dos desafios que suscita em todos esses âmbitos. Isso, porque a realidade desse problema, tanto no caso Munduruku (foco deste trabalho), [**no nosso caso o foco é a Terra Indígena Kayapó]**[33]como nos demais citados aqui, está longe de corresponder à extração artesanal de ouro: trata-se de uma garimpagem altamente mecanizada e amparada por uma rede de atores que financiam as caríssimas máquinas e todo o complexo esquema de infraestrutura e logística que garante a instalação e a operação dos garimpos dentro de áreas protegidas. (WANDERLEY, 2021, p. 20)

A relação do garimpo com a consequente desestruturação do modo de vida e os impactos sobre o bem-estar dos povos indígenas na América são coetâneas ao próprio processo de colonização do continente. Desde o início da conquista das terras americanas pelos Europeus, o desejo de rápida riqueza através do extrativismo, da prata e de outros metais e pedras preciosas tem mobilizado o translado da população europeia para as Américas e impulsionados processos de extermínio e desterritorialização dos povos que aqui viviam. E nesse sentindo que evoco as palavras de Andréa Zhouri e Raquel Oliveira (2010):

> Muitos processos de territorialização hoje em curso são processos de luta pelo significado e pela apropriação do meio ambiente (quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros etc) contra a apropriação global pelo capital, que transforma territórios sociais (Litle, 2002) em espaços abstratos, ou seja, lugares em espaços que contêm recursos naturais para a exploração capitalista. Entretanto, os grupos sociais sujeitados à desterritorialização não são vítimas passivas e expressam outras formas de existência nos lugares. [...] A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. A direção desses movimentos é contrária à atopia, pois ela insiste em nomear os lugares, em definir lhes seus usos legítimos, vinculados a sua existência à trajetória desses grupos. Não é uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da mudança. (ZHOURI, OLIVEIRA, 2010. p. 445)

AMAZÔNIA – Terra de Lama e Sangue**.**

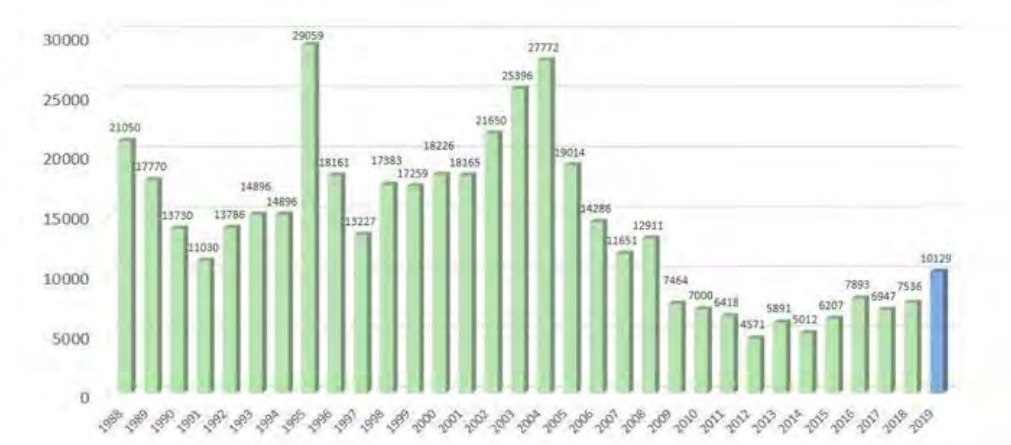
> *(...) O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, isto é, com seus policiais e guardas, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de*

[33] Grifo nosso

> *quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta o colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, nunca habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética. Ausência de valores, e também negação de valores. Ele é, ousemos dizer, o inimigo dos valores. Nesse sentido, ele é o mal absoluto. Elemento corrosivo destruindo tudo que se aproxima, elemento deformante, desfigurando tudo que se refere à estética e ou à moral, depositário de forças maléficas instrumentos inconsciente e irrecuperável de forças cegas.*
>
> *(Frantz Fanon, 2005. p. 57-58)*

Como bem nos mostra as palavras de Fanon (2005), os indígenas ainda hoje são vistos como sujeitos sem direitos, ou melhor, sujeitos que deveriam deixar de existir, uma vez que, o Estado não faz nenhuma questão de assegurar os seus direitos, muito menos o seu território, e, nesse caso, esse território no qual nos referimos é a Amazônia, região fortemente marcada pelos conflitos agrários, contaminação dos rios, desmatamento da floresta, implementação de grandes projetos hidrelétricos e minerários.. De acordo com a Gráfico 1 e (gráfico do INPE[34] – 2020) e Gráfico 2 – Gráficos do Sistema DETER do desmatamento na Amazônia proveniente do garimpo ilegal 2015-2022 – INPE – 2022. demostramos como o desmatamento da Amazônia vem crescendo ao longo dos anos:

Gráfico 1. Total de área desmatada na Amazônia Legal entre 1988-2019



Fonte: INPE – 2020

O garimpo é uma atividade econômica que tem crescido ao longo dos anos nos solos amazônicos, agente de forte destruição ambiental, resultando em impactos diretos entre os povos indígenas e comunidades tradicionais, uma vez que, grande parte dessa atividade tem sido desenvolvida em terras indígenas. Os impactos diretos é o desmatamento, a poluição dos rios, os conflitos fundiários, criando um forte clima de tensão entre os envolvidos nessa atividade.

Um dos efeitos da destruição gerada por esta atividade pode ser notada nos garimpos de ouro que estão instalados em diversas terras indígenas na Amazônia, ressaltando que as TI Yanomami, TI

[34] Instituto Nacional de Pesquisa Espacial.

Munduruku e a TI Kayapó tem sido as mais impactadas por conta dessa atividade ilegal, uma vez que, uma grande carga de sedimentos é despejada ao longo dos rios, provocando forte contaminação dos rios e das pessoas em decorrência da utilização do Mercúrio, criando uma forte preocupação na saúde pública na região amazônica. O alto preço do ouro tem impulsionado essa atividade clandestina, como ocorreu durante o pico de exploração com a alta de preços de ouro na década de 1980. A utilização de mercúrio para amalgamar as partículas finas de ouro no processo de sua extração, lança aos rios centenas de toneladas de mercúrio, substância altamente tóxica. Concentrações de mercúrio nos peixes do rio Fresco na região sudeste do Pará, tem atingido diretamente os Mebêngôkre-Kayapó da TIK. Lembrando que o peixe é a proteína que se faz, mas presente na dieta dos residentes na Amazônia, incluindo os povos indígenas que habitam as regiões fortemente atingidas por essa atividade ilegal. Como bem nos mostra Kopenawa (2015):

> (...) Tinha visto os brancos rasgarem a floresta para construir uma estrada. Eu os tinha visto derrubar suas árvores e queimá-las para plantar capim. Eu conhecia o rastro de terras vazias e de doenças que deixam atrás de si. Apesar disso, sabia ainda pouca coisa a respeito deles. Foi quando os garimpeiros chegaram até nós que realmente entendi de que eram capazes os *napë.* Multidões desses forasteiros bravos surgiram de repente, de todos os lados, e cercaram em pouco tempo todas as nossas casas. Buscavam com frenesi uma coisa maléfica da qual jamais tínhamos ouvido falar e cujo nome repetiam sem parar: *oru* – ouro. Começaram a revirar a terra como bando de queixadas. (...) Entendi logo que os garimpeiros eram verdadeiros comedores de terra e que iam devastar tudo na floresta. (...) Se deixarmos os garimpeiros cavarem por toda parte, como porcos-do-mato, os rios da floresta logo vão se transformar em poças lamacentas. (KOPENAWA, 2015, p.335-36).

A questão da mineração em terras indígenas não é um problema social novo, mas se tornou urgente na atual conjuntura do país. Os conflitos entre indígenas e garimpeiros se reconfiguram a partir da década de 1980, com a corrida do ouro na Amazônia (ALMEIDA et al, 2020). Inúmeros danos sociais e ambientais foram gerados aos povos indígenas, inclusive com perdas humanas, por conta da invasão de seus territórios por corporações mineradoras e garimpeiros. Os recorrentes conflitos levaram constituintes de 1988 a proibir o garimpo em Terras Indígenas (TI), assim como exigiu da mineração industrial uma regulamentação especifica que contemplasse consultas ao Congresso Nacional, para garantir o interesse nacional e as oitivas aos povos indígenas (Art.231, § 3º) (Curi, 2005; Silva, 2012).

A contribuição dos povos e territórios indígenas na defesa da soberania nacional, na preservação do meio ambiente, dos bens naturais, das florestas, das águas, da biodiversidade e do equilibrio climático, como comprovou o Relatório da Word Resources Institute (WRL, 2016) segue rigorosamente ingnorada por seguidos governos, desde os mais “à direita” aos “mais a esquerda”. .

O tema da mineração e do garimpo ilegal em Terras Indígenas (TIs) ganhou destaque social e político no Brasil especialmente após a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018, pelos ataques promovidos aos povos indígenas do país e, de maneira mais intensa, aos povos indígenas da Amazônia. Bolsonaro se mostrou favorável a liberação das atividades em TIs e buscou incentivar o garimpo na Amazônia. Seu governo chegou a enviar para o Congresso Nacional o Projeto de Lei 191/2020, que regulamenta a atividade mineral em TI.

Como bem podemos observar nas imagens acima, o avanço do garimpo em terras indígenas vem se consolidando ao longo da história, deixando um rastro de sangue e destruição, do mesmo modo que, com o passar dos anos, os direitos dos povos indígenas são cada vez mais desrespeitados. No entanto, um fato ocorrido em 2021, no que tange a ineficiência e o desrespeito com os povos indígenas, possibilita entender o grande retrocesso da política ambiental no Brasil, conforme nos aponta BRONZ; ZHOURI; CASTRO, (2020):

> (...) "Em uma reunião ministerial realizada no dia 22 de abril de 2020, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, valendo-se da comoção nacional em torno das mortes provocadas pela pandemia, sugere às autoridades presentes que aproveitem o momento para conforme suas próprias palavras "ir passando a boiada, ir mudando o regramento, ir simplificando normas" (STF..., 2020). Diante das câmeras e de 15 autoridades presentes, incluindo o presidente da república, Salles desnudou as intenções subjacentes aos dispositivos, que não são novos, voltados para subverter os sentidos da regulação ambiental brasileira. (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020. p.03).

Percebendo que a Amazônia se torna um enorme palco de ilegalidade e desrespeito aos direitos dos povos indígenas, a crise global abre brechas para que os povos indígenas e outros grupos sociais se mobilizem junto com a sociedade para proteger seus direitos territoriais e modos de vida, mas também possibilita o avanço de uma agenda política face ao caos político que o país vive nesse momento e que deverá continuar a viver nos próximos tempos.

Há muitos processos econômicos que estão por trás das exclusões e vulnerabilizações dos povos indígenas, mas reforço que para esse momento da pesquisa procuro aprofundar os efeitos da expansão dos garimpos sobre as terras indígenas devido querer adquirir mais conhecimento para poder lutar contra essa injustiça ambiental e em defesa dos povos indígenas, no entanto, as prioridades que tais atividades predatórias tanto neste governo como nos anteriores que já falamos anteriormente, e que deixou fortes marcas do neoextrativismo e pelo potencial para des(re)organização socio territorial que este setor possui.

Nas últimas décadas as lógicas de exclusão e violência foram acentuadas pelo modelo de desenvolvimento neoextrativista que possui seus alicerces em setores como a mineração, o agronegócio, e a construção de infraestrutura como hidrelétricas, rodovias e portos de exportação.

Esse modelo intensifica a degradação ambiental e vulnerabiliza ainda mais os povos que vivem com e dependem da natureza, nesse caso, os povos indígenas conforme nos mostra Castro (2019):

> As dinâmicas recentes no Brasil, desde as últimas décadas do século XX, mostram o paradoxo de uma legislação ambiental avançada, com aprovação de dispositivos legais e institucionais, mas cujo desafio principal de manter a floresta em pé e sua biodiversidade com usos pelo menos já previstos na legislação e no ordenamento ambiental, se torna impossível pelo avanço da fronteira do capital floresta adentro. Assim, o que se observa é a crescente desregulamentação, seja pela via da mudança nos próprios dispositivos legai, ou pelo seu não cumprimento, morosidade de processos e de autuações dos crimes, portanto um movimento de deslocamento do Estado para a ilegalidade. O paradoxo também se evidencia do reconhecimento constitucional de direitos de povos e quilombolas à terra como bem comum, coletivo, ao mesmo tempo em que o próprio Estado financia o avanço rápido da pecuária, das plantações de soja e dendê, e dos megaempreendimentos, em direção a esses territórios ocupados por populações tradicionais. (CASTRO, 2019. p. 21)

Conforme percebemos nas palavras da socióloga paraense, o neoextrativismo tem sido o grande responsável pela degradação dos povos indígenas, por essa razão incluímos o avanço do garimpo em terras indígenas como uma dessas atividades econômicas que tem causado forte impacto nas vidas dos povos indígenas pois:

> A persistência do neoextrativismo seja na gestão de governos progressistas ou conservadores, na América Latina, conforme assinala Gudynas (2009). É um pilar do desenvolvimentismo, pois "para além da propriedade dos recursos, reproduzem-se as regras e o funcionamento dos processos produtivos voltados para a competividade, a eficiência, a maximização da renda e a externalização dos impactos", considerando que esse termo aponta para a inserção subordinada e funcional ao mercado do capitalismo transnacional marcado pelo mito do progresso e do desenvolvimento e que se atualiza no imaginário contemporâneo e na cultura política. (CASTRO, 2019. p. 22)

A extração ilegal de ouro em terras indígenas na Amazônia é uma atividade neoextrativista gerando grandes impactos, conforme observamos ao longo da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, apresentamos como o discurso do desenvolvimento gera fortes impactos na natureza em especial nas terras indígenas, em seguida realizamos a distinção conceitual entre Mineração e Garimpo, por julgarmos serem dois conceitos chaves para essa pesquisa, explicando como essas duas atividades tem avançado na Amazônia, ressaltando que ambas as atividades em terras indígenas são ilegais, conforme consta na Constituição de 1988. No entanto, sendo o nosso objetivo central compreender como o garimpo ilegal tem avançado ao longo dos anos

na Terra Indígena Kayapó, avançamos na análise desse processo no século XXI, e fizemos uma retrospectiva histórica dessa atividade no bioma amazônico.

Com base nas fontes consultadas ao longo dessa pesquisa histórico-antropológica, apresentamos como o avanço do garimpo ilegal tem se consolidado na TI Kayapó desde os anos 80 até os dias atuais, inclusive mostrando que nenhuma das ações do poder público tem sido o suficiente para impedir essa ação predatória, de violência e destruição, em nome de um capitalismo nefasto que inclusive pode aniquilar os seres humanos e não humanos.

Durante a pesquisa ficou muito esclarecido qual a real intenção do Poder Político brasileiro sobre a questão da exploração de recursos minerais em terras indígenas, pois através do PL 191/2020, fica em evidência a agenda anti-indígena do atual governo. Essa questão se reforça com a Instrução Normativa 09/2020 da Funai, que limita a categoria de terras indígenas àquelas já homologadas para efeito de emissão de declaração e limites e respostas a consultas oficiais sobre a existência ou não de terras indígenas em determinadas áreas. Mostramos como essas mudanças legais têm sido denunciadas pelos movimentos indígenas como tentativa de inviabilizar o histórico de exclusão dos povos indígenas pela inercia de governos anteriores no tocante ao dever de demarcar os territórios tradicionais indígenas para permitir o avanço de empreendimentos danosos nessas áreas.

Além dos efeitos PL191/2020 e da IN/FUNAI/09/2020, que diretamente beneficiam os interesses de garimpeiros e mineradores, os povos indígenas atualmente ainda enfrentam outra importante tentativa de flexibilização do garimpo e de ameaça a seus direitos territoriais: Trata-se da Medida Provisória 910, publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019, cujo objetivo é “modificar a sistemática legal que trata da regularização fundiária das ocupações incidentes sobre terras situadas em áreas da União”.

Sabemos que ainda temos muito trabalho pela frente, uma vez que não analisamos com profundidade as questões dos conflitos internos que ocorrem em decorrência do garimpo na TI Kayapó, questão que pretendemos analisar na segunda etapa da pesquisa. Durante o levantamento das fontes para esta pesquisa, foi verificado que a TI que mais tem sofrido com o avanço do garimpo é a TI Kayapó, no entanto, tivemos grandes dificuldades em encontrar notícias, relatórios de organizações não governamentais, ações do MPF entre outros, fato que nos instiga a investigar qual os reais motivos ou interesses que envolve essa ausência de informação.

Nas veredas da escrita deste trabalho, que também vejo como um manifesto de denúncia em defesa da TI Kayapó, observamos o enorme esforço de investigações e monitoramento sistemático, bem como estudos desenvolvidos por acadêmicos e organizações indígenas, assim como

organizações não governamentais que buscam analisar o avanço da atividade ilegal do garimpo em terras indígenas. No entanto, percebemos o quanto ainda se carece de material sobre a questão abordada nessa pesquisa, tendo em vista que o avanço do garimpo na TIK, assim como em outras TIs, teve um aumento significativo nos últimos anos.

Essa hostilidade contra os povos indígenas é fortemente marcada pelo histórico de dominação colonial, exclusão jurídica, política e econômica. De forma que a "criminalização dos povos indígenas possibilita, cada vez mais, a concretização do ideal integracionista ainda vigente na legislação indigenista ordinária a partir do princípio da igualdade" (MOREIRA, 2015, p. 76). A constituição e o quadro jurídico fundamental do país constituem uma base impressionante de proteção aos direitos fundamentais e humanos, no entanto, o Estado não tem respeitado estes direitos como se deferia, afinal, o que estamos presenciando ao longo dos anos é um verdadeiro genocídio contra os povos indígenas e o garimpo ilegal tem uma considerável parcela nesse processo. Assim, podemos constatar que esses problemas gerados contra os povos indígenas que foram apresentados ao longo desta pesquisa é uma consequência do colonialismo que ainda vigora na organização do Estado brasileiro, uma vez que esse sistema admite que as diferenças culturais e de formação social não sejam valorizadas e que apenas os padrões de comportamentos reconhecidos pelo Estado, composto de não indígenas, e possam ter seus direitos e garantias assegurados por esse, ou seja, é um sistema que preserva privilégios, que exclui os grupos e indivíduos que não se enquadram no padrão da suposta superioridade racial, entre eles indígenas e negros.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto**. O bem viver:** Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: ed. Elefante, 2016.

ARÁOZ. H.M. **Mineração, genealogia do desastre**. São Paulo: Ed Elefante, 2020.

ARAÚJO JÚNIOR, Júlio José. **A constituição de 1988 e os direitos indígenas: uma prática assimilacionista?** In: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel Rodrigues. (Orgs). Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: Unesp, 2018.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final – Volume II – textos temáticos**, Capítulo Indígena. Brasília. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, ano 126, n. 191-A, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Inventário Nacional de Emissões e Liberações de Mercúrio no Âmbito da Mineração Artesanal e de Pequena Escala no Brasil.** Coord.Zuleica C. Castilhos.

Brasília, 2018. Disponível em: 5es-de-merc%C3%BÁrio.pdf. Acessoem: 13 de jan. 2022. Relatório técnico final.

_____. Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989. Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, p/ 12027, 20 jul. 1989.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, p.1, 20 abr. 2004.

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. **Passando a boiada: Violações de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil**. Revista Antropolítica, n. 49, 2. quadr. 2020.

CAVALCANTE, Thiago L. V. **Terra Indígena**: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. História. São Paulo v.35, e75, 2016.

CASTRO, C. **Estratégias de Expansão territorial de empresas minerais na Amazônia, desastres socioambientais e "Zonas de Sacrifício".** In. CASTRO, E.; CARMO, E. (Org,) Dossiê Desastre e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho. Belém: Naea: UFPA. 2019.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2014.** Brasília 2014. Disponível https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf. Acesso em 12 jan. 2022

_____. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2018.** Brasília 2018. Disponível https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf. Acesso em 12 jan. 2022

_____. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2019.** Brasília 2019. Disponível https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf. Acesso em 12 jan. 2022

_____. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2020.** Brasília 2020. Disponível https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf. Acesso 12 jan. 2022

INSTITUTO ESCOLHAS. **A nova corrida do ouro na Amazônia.** [S.l.], 2020. Disponível em: http://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/05/TD_04_GARIMPO_A-NOVA-CORRIDA-DO-OURO-NA-AMAZONIA_maio_2020.pdf. Acesso em: 5 nov. 2021.

FANON. F. **Os condenados da Terra.** Juiz de Fora – MG. Ed. UFJF. 2005.

FIOCRUZ, ENSP, PUC RIO, HUTUKARA, ISA, [S.I], 2016. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/diagnostico_contaminacao_mercurio_terra_indigena_yanomami.pdf. Acesso em: 6 de fev. 2021.

GONÇALVES, E. **Candidatos do garimpo: o potencial eleitoral da exploração da Amazônia**. Veja, 27 de out. 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/candidatos-do-garimpo-o-potencial-eleitoral-da-exploracao-da-amazonia/. Acesso em: 23 de nov. 2021.

GUDYNAS, E. **Postextractivismo y alternativas al desarollo desde la sociedade civil**. In. Alternativas al Capitalismo/colonialismo des siglo XX/anónimo: copilado por Mirian Lang. Buenos Aires: Cuidaded Autónoma, 2013.

_____. **Desarollo, extrativismo y buen vivir.** In Más Allá des Desarollo. Quitor: Aby Yala, 2011.
_____. **O novo extrativismo progressista na América do Sul:** teses sobre um velho problema sob novas expressões. In. LÉNA, Phillipe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, descrecimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

LANDER. E. (Org.) **A colonialidade do Saber** – Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americano. CLACSO. 2005.

KAYAPÓ – **Manifesto Kayapó contra o Garimpo.** Out. de 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/manifesto_kayapo_contra_garimpo_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Editora Companhia das Letras, 2019.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomas – Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil - Coleção 6. Disponível https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf. Acessado 10 jan. 2022.

_____. **Brasil 1985-2020: A Expansão da Mineração e do Garimpo no Brasil nos últimos 36 anos. 2021.** Disponível https://www.youtube.com/watch?v=0LEwXnGNf6c&t=43s. acessado 11 ago.2021.

MAPA DE CONFLITO: **Território Kayapó sofre com expressivo processo de contaminação, desmatamento, destruição e garimpo ilegal**. Mapa de Conflitos Envolvendo InjustiçaAmbiental e Saúde no Brasil, 2018. Disponível em: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-territorio-kayapo-sofre-com-expressivo-processo-de contaminacao-desmatamento-destruicao-e-garimpo-ilegal/. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. **Invasão de posseiros e garimpeiros em Terra Yanomami**. Mapa de

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Pará. **Mineração Ilegal de Ouro Na Amazonia: Marcos Jurídicos e Questões Controversas.** Brasília: MPF, 2020a. Disponível em: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/204922. Acesso em: 8 jan. 2022.

_____. **Em nota pública, MPF critica projeto de lei que permite mineração em terras indígenas.** 2020. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Nota Pública. 2020b. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-nota-publica-mpf-critica-projeto-de-lei-que permite-mineracao-em-terras-indigenas. Acesso em: 05 dez. 2021.

MURAL INTERDISCIPLINAR. **Garimpo na Terra indígena Kayapó**. 2021. Disponível https://muralinterdisciplinar.blogspot.com/2021/10/garimpo-na-terra-indigena kayapo.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+MuralInterd isciplinar-ProfRaphaelMaiaAveiroCessa+%28MURAL+INTERDISCIPLINAR+- +Prof.+Raphael+Maia+Aveiro+Cessa%29. Acesso em 12 nov. 2021.

QUIJANO. A. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander. E. Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americano. CLACSO. 2005.

WANDERLEY, L. J. M. **Corrida do ouro, garimpo e fronteira mineral na Amazônia.** Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. v.8, N.2, p.113-137.
WANDERLEY, L.; GONÇALVES, R.; MILANEZ, B. **O Interesse é no Minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro.** Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 549 - 593, 2020.

WANDERLEY, L.; MOLINA, M. **O cerco do ouro: Garimpo, destruição e lutas em terra Munduruku.** Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração. Brasília – DF. 2021.

ZHOURI, A. **Desregulação Ambiental e Desastres da Mineração no Brasil – Uma perspectiva da Ecologia Política.** In. CASTRO, E.; CARMO, E. (Org,) Dossiê Desastre e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho. Belém: Naea: UFPA. 2019.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CORREDOR CARAJÁS

Larissa Pereira Santos (UFPA)[35]

RESUMO: O Corredor Carajás, presente na Amazônia brasileira pode ser considerado um grande projeto de mineração e por isso desencadeia uma serie incontável de impactos e de conflitos socioambientais. O presente artigo busca entender quais os entendimentos sobre conflitos socioambientais podemos ter a partir da atuação de um grande projeto de mineração na Amazônia. Para isso realizamos uma abordagem qualitativa-descritiva, um estudo bibliográfico e uma discussão conceitual com base no estudo bibliográfico e na aproximação da autora com o tema de pesquisa. Os resultados da discussão apontam a vinculação entre conflitos socioambientais e a atuação de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, sejam eles de mineração ou de outra temática.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Socioambientais, Corredor Carajás, Mineração, Amazônia.

INTRODUÇÃO[36]

Corredor Carajás é uma denominação que, se buscada na internet, estará sempre ligada ao que é a Estrada de Ferro Carajás (EFC). Em algumas publicações EFC e Corredor Carajás são apresentadas como sinônimos. O presente artigo vai discorrer sobre o conceito "Conflitos Socioambientais", a partir das características de inserção do Corredor Carajás na Amazônia brasileira. Para tanto, é preciso explicar o que é o Corredor Carajás, em que ambiente ele se insere, quais sujeitas e sujeitos[37] afeta, ou seja, em que contexto e histórias o Corredor se insere, para depois fazer uma discussão sobre "Conflitos Socioambientais".

A primeira explicação que precisamos fazer é que Corredor Carajás e Estrada de Ferro Carajás (EFC) fazem parte de um mesmo contexto e representam um só projeto de mineração nas realidades das pessoas e da natureza: o Projeto Grande Carajás. De acordo com a Organização Não Governamental Justiça nos Trilhos, "o Corredor Carajás compreende a extensão da Estrada de Ferro

[35] Mestra e Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará - PPGCom -UFPA. Integrante do Grupo/Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (CNPq-UFPA) e do projeto Cidadania Comunicativa: desafios, lutas e direitos compartilhados na Amazônia. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Email: lariiperoxo@gmail.com

[36] As informações contextualizadas nesse artigo levam em consideração a metodologia apresentada e a aproximação da autora com o tema da mineração nos últimos dez anos, através dos trabalhos realizados na organização Justiça nos Trilhos. A organização tem o objetivo de fortalecer comunidades afetadas pela mineração e pelo agronegócio no estado do Maranhão.

[37] A escrita deste artigo lança o desafio de construir uma linguagem que marca a questão de gênero como uma questão transversal. Por isso usaremos as terminologias sujeitas e sujeitos, mulheres e homens, elas e eles todas as vezes que nos referirmos às pessoas.

Carajás (EFC), que inicia na Serra de Carajás, no estado Pará, e segue até o litoral maranhense, no nordeste do Brasil" (Justiça nos Trilhos, 2022, online).

A presente discussão leva em conta a dimensão do significado de corredor, como uma extensão que inclui a EFC, mas também inclui diversos outros elementos: rios, florestas, comunidades, territórios, pessoas, natureza, ferrovias, portos, minas, etc. Para além de uma estrada de ferro, o corredor abarca o que se comunica com essa estrada. Portanto, vamos aqui usar a expressão Corredor Carajás como principal para a discussão, que leva o título deste artigo, sem diminuir o que é a Estrada de Ferro Carajás e os impactos que ela provoca na Amazônia. Entendemos a EFC como um dos elementos constituintes do Corredor.

> O termo Corredor Carajás se refere a toda a região cortada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), das minas (na Serra dos Carajás, em Parauapebas – PA) e do Projeto S11D (em Canaã do Carajás – PA) até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (em São Luís – MA) (Medonça, et al, 2021, p. 141).

Muitas literaturas já reproduzem essa ideia, como é o exemplo mencionado acima. Então, o Corredor Carajás é muito mais que uma estrada de ferro e pode ser considerado um grande projeto pela sua estrutura, pelo seu tamanho, e o mais importante, pelos impactos provocados na natureza e nas pessoas.

A Estrada de Ferro Carajás, como uma das principais estruturas desse Corredor, tem 892 quilômetros de extensão e atravessa parte da Amazônia paraense e parte da Amazônia maranhense. Nesse trecho há 27 municípios e mais de 100 comunidades, dentre elas comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais (Justiça nos Trilhos, 2022, online).

No início da EFC existem as minas de Carajás, de onde são extraídas grandes quantidades de minério de ferro, colocadas em vagões de trem, que percorrem a ferrovia e chegam até o Porto de Ponta da Madeira, no município de São Luís do Maranhão, em seguida elas são levadas em navios para fora do país. Mendonça (2021) chama esse complexo que evolve as minas de Carajás, a EFC e o Porto de Ponta da Madeira de "cadeia produtiva da mineração do Sistema Norte da Vale S.A."

A mineradora Vale S.A. é concessionária da Estrada de Ferro Carajás e responsável pela extração de minérios na Serra de Carajás, no estado do Pará. "No ano de 2020, segundo a própria Vale, a produção de minério de ferro no Sistema Norte alcançou a ordem de 192.266.000 de toneladas" (Mendonça, 2021, p. 147). A empresa é a principal no ramo da mineração no Brasil e uma das maiores do mundo. Segundo o site da mineradora, ela é "a maior produtora de minério de ferro, pelotas e níquel. Também temos operações de manganês, ferroligas, cobre, ouro, prata e cobalto" (Vale, 2023, online).

Como dito, a cadeia de mineração da Vale S.A. faz parte do Projeto Grande Carajás, que foi pensado durante a Ditadura Militar no Brasil, como uma proposta de projeto de desenvolvimento para a Amazônia. Há pesquisadores que destacam o caminho frustrado desse desenvolvimento e evidenciam os impactos negativos do Programa, especialmente para comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais. Se considerarmos o nível de empobrecimento e a falta de desenvolvimento humano nos estados do Pará e Maranhão é possível comprovar que esse projeto de desenvolvimento não deu certo.

> O Programa Grande Carajás (PGC), lançado em 1982, foi concebido para a implementação de um Complexo logístico – composto por uma mina a céu aberto, uma ferrovia com 890 km de extensão e um porto – orientado à exportação, no começo, de 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano" (FIDH, 2011).

Esse complexo gera impactos socioambientais que podem ser identificados desde o problema do desmatamento provocado pela abertura de grandes minas na Floresta de Carajás até rachaduras nas casas das pessoas que moram próximas à Estrada de Ferro Carajás, na extensão que vai do Pará ao Maranhão. A Floresta de Carajás está localizada no sudoeste do Pará, uma área rica em minerais, especialmente minério de ferro e foi privatizada pela mineradora Vale, que faz uso da área há mais de quatro décadas.

Diante disso, compreendemos a existência do Corredor Carajás como um grande projeto de mineração na Amazônia maranhense e por isso desencadeia não só uma serie incontável de impactos, como também de conflitos socioambientais. Partindo desse pressuposto, o presente artigo busca fazer uma revisão bibliográfica sobre o conceito conflitos socioambientais, com o objetivo de responder o seguinte questionamento: quais os entendimentos sobre conflitos socioambientais podemos ter a partir da atuação de um grande projeto de mineração na Amazônia?

A importância desta análise se dar pela necessidade de atualização sobre o conceito abordado, suas relações com outros conceitos e a contextualização sobre o Corredor Carajás na Amazônia brasileira. Não se trata de uma pesquisa fechada, pelo contrário, sua importância também ser pode ser confirmada pelo caráter de abertura para novas pesquisas. As discussões a seguir não se encerram com este artigo, mas abrem para novos horizontes.

Assim, esperamos contribuir com o debate teórico sobre conflitos socioambientais, para que o mesmo seja enfrentado levando em consideração casos concretos e experiências de vida, como é o caso do Corredor Carajás. Abaixo explicamos a metodologia com mais detalhes.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem base qualitativa-descritiva e em um primeiro momento realiza um estudo bibliográfico sobre o conceito conflitos socioambientais, tendo como referência um caso concreto de análise, que é o Corredor Carajás, na Amazônia brasileira, mais especificamente em sua extensão que atravessa o estado do Maranhão, região nordeste do país.

A escolha do conceito foi realizada durante a disciplina "Grandes Projetos na Amazônia: danos, riscos e conflitos socioambientais", ministrada pelos professores André Farias, Otávio do Canto e Sildiane Cantanhede, no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará, durante o mês de junho de 2023.

A pesquisa bibliográfica também é ponto de partida para a descrição do Corredor Carajás como caso concreto, apresentando suas características, localização e relações mais importantes. Nessa etapa também levamos em consideração o contato da autora da pesquisa com o caso, que por mais de 10 anos atua em comunidades atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás, no estado do Maranhão.

Para dar conta do objetivo de compreender o conceito conflitos socioambientais a partir da atuação de um grande projeto de mineração na Amazônia, descrevemos abaixo os principais resultados encontrados com a revisão bibliográfica realizada e as interpretações de tais revisões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Wanderley (2018), a última década foi permeada por conflitos envolvendo a mineração no Brasil. Em um rápido exercício de memória podemos lembrar dos graves rompimentos de barragens no estado de Minas Gerais, primeiro no município de Mariana, e três anos depois no município de Brumadinho. Mas o autor (2018) relata um total de 1123 conflitos entre 2004 e 2018.

> Estes conflitos aumentaram significativamente após 2010, especialmente nos estados de Minas Gerais, Pará, Maranhão e Espírito Santo, onde se ampliaram os projetos de exploração mineral e de infraestruturas relacionadas à mineração (Mendonça, 2021, p. 141).

O Maranhão e o Pará fazem parte da Amazônia brasileira, uma característica significativa para as compreensões de como se dão os conflitos. Nessa discussão optamos pelo uso do conceito conflitos socioambientais, utilizado no plural, para explicar algumas dimensões de como eles se manifestam nas literaturas que estudam questões ambientais na Amazônia.

A utilização de uma abordagem plural para o conceito é uma escolha para este estudo e é fruto das contribuições teóricas do pesquisador André Luís Assunção de Farias, com a obra "Grandes Projetos na Amazônia, a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais", publicada em 2023

e discutida no âmbito da disciplina “Grandes Projetos na Amazônia: danos, riscos e conflitos socioambientais”, na Universidade Federal do Pará. O livro faz um esforço coletivo para entender grandes projetos na Amazônia e apresenta a mineração como um vetor importante para esses projetos.

> Os Grandes Projetos são instrumentos do modelo capitalista de produção, assumindo várias máscaras, conforme o processo histórico, e configurando a dinâmica territorial, por meio de sua estrutura predatória, exógena e de distribuição desigual de danos e de riscos, produzindo inúmeros conflitos socioambientais (Farias; Monte, 2023, p. 13).

Os autores apresentam exemplos de conflitos socioambientais em contextos urbanos, rurais e indígenas e em todos eles tais conflitos são narrados como uma das faces que descortinam o caráter dominador e colonizador de um grande projeto de desenvolvimento. Os grandes projetos podem ser assim descritos tanto pelo seu tamanho quanto pela quantidade de impactos e conflitos que geram. Por isso, quando muito se fala em conflitos socioambientais, estes estão relacionados a atuação de um grande projeto, seja ele de mineração, como é o caso do Corredor Carajás nos estados do Pará e Maranhão, seja de outra temática.

A obra mencionada acima também evidencia que a recorrência de conflitos socioambientais na Amazônia está ligada ao uso e apropriação de terras e pela falta de habilidade dos Governos em fazer a gestão de terras públicas. A terra, como bem comum, é assim, uma característica central no debate sobre conflitos socioambientais, especialmente na Amazônia.

> A falta de responsabilidade socioambiental do Estado pode ser compreendida ao analisarmos a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia, conforme descrito por Fenzl et al. (2020), o qual diz que as mudanças estruturais ocorridas na Amazônia (construção de estradas, implantação de redes de energias, transformação de uma economia extrativista tradicional para economia extrativista moderna, entre outras) induzidas pelo estado tiveram como resultados conflitos socioambientais, territoriais e agravamento das diferenças sociais da região (Santos; Silva; 2023, p.50).

Os exemplos mencionados acima, como a construção de rodovias, instalação de linhões de energia, estruturas para hidrelétricas, dentre outros, foram pensados para a Amazônia sem levar em consideração as realidades das pessoas, suas culturas, formas de organização popular e suas relações com a natureza. Por isso as autoras falam de falta de responsabilidade socioambiental do Estado, onde grandes projetos são instalados por empresas sob anuência do Estado, mas desconsideram as questões sociais, culturais e ambientais.

Aqui podemos destacar outra característica presente nas discussões sobre conflitos socioambientais: o uso do conceito se insere dentro de uma crítica ao modo como funcionam os

grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia. O "sócio" contrapõe a invisibilidade dada aos povos, comunidades e culturas, e o "ambiental" se contrapõe à ausência de respeito à natureza.

Assim sendo, socioambiental é um conceito abrangente que tenta quebrar o ciclo de pensamento sobre desenvolvimento na Amazônia que leva em consideração apenas o viés econômico. Ao apresentar debates sobre conflitos socioambientais, as autoras e os autores também criticam o *modus operandi* dos projetos de desenvolvimento. O caso levantado como exemplo neste estudo se configura dentro desse modelo. Lucena (2020, p.6) diz que ele "espelha a perpetuação de processos coloniais nas ações empresariais, que atravessam as vidas, principalmente de mulheres negras, em suas relações com o ambiente".

O Corredor Carajás exemplifica, na verdade, um modelo de projeto que coloca o Brasil dentro de uma economia baseada no setor produtivo primário, um pais que explora a natureza para exportar produtos em larga escala. A mineração é uma das principais atividades econômicas que garante esse modelo. Para Coelho (2015) esse é um modelo de desenvolvimento frustrado.

Este Corredor, apesar de ser um corredor logístico, criado para o transporte de minerais, conecta impactos que vão desde as minas de Carajás (no estado do Pará) até o Porto de Ponta da Madeira (no estado do Maranhão). Para realizar exploração mineral na Serra de Carajás, floresta localizada no estado do Pará é preciso cavar buracos que ficam a céu aberto, construir barragens para armazenamento de resíduos ou água. Além disso, é preciso desmatar áreas extensas.

Seguindo o mesmo fluxo de impactos, numa área portuária, comunidades ribeirinhas e pescadoras são afetadas pois suas práticas com o mar mudam, a vida aquática modifica, a paisagem se transforma com a chegada de grandes embarcações, etc. O Corredor Carajás une, assim, impactos do Pará ao Maranhão, que segundo Santos (2020) podem ser inseridos em uma lista incontável de violações aos direitos humanos, consagrados internacionalmente, como por exemplo:

> o direito a uma alimentação adequada; o direito à água e ao saneamento básico; o direito à saúde; o direito à moradia; o direito ao trabalho; o direito de não ser privado dos meios de subsistência; o direito de participar da vida cultural; o direito de participar de assuntos públicos; o direito à liberdade e à segurança individual; o direito0 ao livre acesso à informação; o direito de ir e vir; e o direito a um meio ambiente saudável (Santos, 2020, p.6).

É diante dessas violações que surgem também incontáveis conflitos socioambientais. Geralmente eles nascem da relação opressora estabelecida entre uma empresa e uma comunidade, ou entre uma empresa e a natureza, ou entre o Estado e as pessoas, ou entre todos esses atores ao mesmo tempo. Empresas, Estado, pessoas e natureza se repetem nesse contexto e evidenciam mais uma caraterística.

Muitas literaturas fazem suas análises de conflitos socioambientais sem levar em conta a natureza e as pessoas; outras oferecem uma contribuição pelo viés ambiental, sem inserir as populações e suas culturas. A presente discussão lança o desafio de pensar tais conflitos dentro de uma dimensão mais complexa, sem desvincular os diferentes atores de poder mencionados anteriormente (Empresas, Estado, Natureza e pessoas) e sem deixar de explicar as conexões entre eles.

No Corredor Carajás, a empresa Vale S.A. (antiga Vale do Rio Doce) é a principal responsável pelos impactos e violações já descritas neste artigo. A relação histórica da mineradora com o Estado brasileiro e a chegada e permanência nos territórios do Pará e do Maranhão fez dela a empresa quem mais lucra no setor mineral do Brasil. A Vale abre caminhos para a instalação de outras pequenas e médias empresas na Amazônia, como é o caso das siderúrgicas presentes nos municípios de Marabá (Pará) e Açailândia (Maranhão), que recebem o minério de ferro de Carajás e o transformam em aço para depois enviar pela Estrada de Ferro Carajás para exportação.

Se pensarmos em Carajás hoje, certamente vamos relacionar a região à atividade mineradora e, consequentemente à atuação da Vale S.A. Nem se pensa mais que Carajás é um nome indígena, que vem da Floresta e que representa a conexão entre Natureza e seres humanos. A relação que os povos indígenas nos ensinaram foi rompida pela ação capitalista das empresas e do Estado.

A característica plural inserida nos debates sobre conflitos socioambientais também leva em consideração os diferentes atores inseridos em um conflito. Um conflito sempre surge do embate entre dois ou mais atores e tem a ver com relações de poder inseridas em um contexto. Um conflito socioambiental não pode deixar de marcar o ambiente e todos os seres nele habitam como elementos centrais. Retomando as contribuições do principal dialogo que fazemos nesse estudo, Farias (2022) identifica outros atores na discussão sobre conflitos socioambientais.

> Os conflitos socioambientais produzidos por grandes projetos na Amazônia envolvem diferentes atores, como grandes empreendimentos rodoviários, hidrelétricos, portuários, minero-metalúrgicos e urbanos, gerando danos ambientais e colocando grupos sociais em colisão (Farias; Malato, 2022, p. 32).

Para Farias, os conflitos socioambientais vêm aumentando nos últimos anos em decorrência das disputas pelos recursos naturais e pela emergência das mudanças climáticas. As "queimadas, o desmatamento, o garimpo ilegal em terras indígenas e as lutas urbanas por água e saneamento" são colocadas pelo autor como exemplos de conflitos socioambientais recentes na Amazônia brasileira.

Num campo mais vasto, que sai da Amazônia, Henrique Leff (1998) diz que

> "los conflitos socioambintales emergen de princípios éticos, derechos culturales y luchas por la apropriación de la naturaliza, que van más allá de la internacionalización de los costos ecológicos para asegurar um crescimiento sostenido. Las identidades culturales y los valores de la naturaleza no pueden ser contabilizados y regulados por el sistema económico (Leff, 1998, p.39-40).

Se na Amazônia identificamos André Luís de Farias como um dos principais autores que tratam sobre o conceito abordado neste artigo, a nível de América Latina podemos identificar Henrique Leff. A contribuição desse último nos leva para uma compreensão acerca dos conflitos socioambientais que incorpora a dimensão cultural dos povos inseridos nos ambientes. Entretanto, é evidente que esse artigo não tem nenhuma pretensão em esgotar o assunto e torna reconhecível o fato de que há outras literaturas importantes para a análise e aprofundamento bibliográfico dos conceitos discutidos aqui. Este artigo é apenas um recorte já justificado anteriormente.

A presente perspectiva teórica é importante para o aprofundamento dos estudos socioambientais e também para outras áreas do conhecimento, como a comunicação, economia e o direito, que vão pensar novas configurações econômicas e reparações às violações cometidas em contextos de atuação de grandes projetos; e vão pensar narrativas que valorizem o papel das sujeitas, dos sujeitos e da natureza em temas como mineração, energia, etc.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste artigo levantamos algumas contribuições teóricas, incluindo a visão da própria autora, sobre conflitos socioambientais na Amazônia, elegendo como caso concreto o Corredor Carajás, na Amazônia brasileira. Portanto, conseguimos apontar entendimentos sobre conflitos socioambientais a partir da atuação de um grande projeto de mineração na Amazônia, o que responde o problema da pesquisa.

Certamente que, este é um debate aberto, que pode ser aprofundado e melhorado conforme o diálogo com novas referências. Nenhuma pesquisa está fechada e pode contribuir para que outros pesquisadores e pesquisadoras deem continuidade em um debate. O conhecimento deve ser coletivo.

Para destacar algumas considerações pontuamos o fato de que o conceito conflitos socioambientais não aparece nas literaturas como um conceito fechado e passa a ser discutido como consequência da atuação de grandes projetos, especialmente se considerarmos a região amazônica.

A pluralidade dada ao conceito foi uma escolha da autora deste artigo, influenciada principalmente pelas contribuições de André Assunção de Farias, que apresenta o conceito desta maneira. Essa é uma contribuição importante, uma vez que estamos falando de questões que emergem na relação com a natureza. A própria natureza é pensada de maneira diferente por

diferentes culturas, assim não podemos fechar o conceito dentro de uma singularidade, pois corremos o risco de não praticar os entendimentos levantados aqui.

As referências levantadas neste artigo ainda não dão conta da interseccionalidade necessária para o debate sobre conflitos socioambientais na Amazônia. Raça e gênero são questões que não são colocadas ainda como importantes para o entendimento de um conceito que tem como característica a relação entre povos, natureza e grandes projetos de desenvolvimento. Apenas a referência "Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero" porque já é objetivo da pesquisa. Os demais precisam ter essas questões como transversais nas suas escritas acadêmicas.

Este estudo confirma a hipótese de que o Corredor Carajás deve ser entendido como um grande projeto de mineração inserido na Amazônia maranhense e brasileira e por isso desencadeia não só uma serie incontável de impactos, como também de conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2015.

FARIAS, André Luís Assunção de. **Grandes Projetos na Amazônia: A ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. 1. ed. Guarujá: Científica digital, 2023.

_____MALATO, Aline Pantoja. Conflitos Socioambientais de Grandes Projetos Urbanos: disputas desiguais no território metropolitano de Belém (PA). **Universidade e Meio Ambiente: Revista do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA.** V. 7, N. 1, 2022, ISSN online 2595-9239.

FEDERAÇÃO INTERNACONAL DE DIREITOS HUMANOS - **FIDH.** Brasil: quanto valem os direitos humanos? [S.l.]: FIDH, 2011.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Comunidades do Corredor Carajás, no Maranhão, se preparam para participar do FOSPA 2022.** Disponível em: https://justicanostrilhos.org/comunidades-do-corredor-carajas-no-maranhao-se-preparam-para-participar-do-fospa-2022/. Acesso em: 24/jun 2023.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: Sostenibilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder. México: Editorial Siglo XXI, 1998.

MEDONÇA, Bartolomeu Rodrigues de. Estrutura logística e portuária da cadeia produtiva da mineração do sistema norte da Vale S.A. (Minas de Carajás – PA), englobando o Corredor de Carajás. In: **Quatro décadas do projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia.** Luiz Jardim Wanderley, Tádzio Peters Coelho (Org) - Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.

SANTOS, Amanda Karolina S. dos; SILVA, Jonas da Conceição. O conflito socioambiental e gestão de terra pública: monocultura de Palma versus Comunidades do Vale do Acará – PA. In: FARIAS, André

Luís Assunção de. **Grandes Projetos na Amazônia: A ecologia política dos danos e conflitos socioambientais.** 1. ed. Guarujá: Científica digital, 2023.
SANTOS, Mariana Lucena Sousa. **Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero**. Justiça nos Trilhos. Fevereiro de 2020: ww.justicanostrilhos.org.

VALE. **Nosso principal negócio é uma atividade essencial para o mundo.** Disponível em: https://www.vale.com/pt/mineracao. Acesso em: 24/jun 2023.

WANDERLEY, Luiz. **Quatro décadas do projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia.** Luiz Jardim Wanderley, Tádzio Peters Coelho (Org) - Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

ANÁLSE DAS MUDANÇAS DE USO E COBERTURA DO SOLO DOS ANOS DE 1990, 2000, 2010 E 2020 DA RESEX IPAU-ANILZINHO, NO MUNICÍPIO DE BAIÃO-PA

Paula Izadora do Egyto Tavares(UFPA)

RESUMO: O presente trabalho visa analisar às mudanças no uso e cobertura do solo na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, no município de Baião– Pará, vinculando grandes projetos de infraestrutura e de regulamentação fundiária nos anos 1990, 2004, 2009 e 2020 através das imagens da plataforma MapBiomas dos anos de 1990, 2004, 2009 e 2020. Foi possível perceber o avanço das atividades e a modificação da cobertura do solo nesta mesma área, evidente a oscilações proporcionais entre as atividades pecuária e a floresta, quando uma decresce a outra cresce.

Palavras-chaves: Uso e ocupação do solo; Expansão Agropecuária; Antropização

INTRODUÇÃO

A partir do século XVII, várias frentes de colonização se expandiram ao longo do curso dos rios na região Amazônica, dentre eles o Tocantins, logo, a região do Baixo Tocantins representa uma das mais importantes e antigas ocupações da colonização da Amazônia, e é também cenário de diversos conflitos. Os diferentes ciclos econômicos na região em conjunto com a diversidade de etnias ocasionada do processo de colonização (remanescentes de africanos e as influências étnicas de indígenas), refletem hoje no mosaico que é a estrutura fundiária (BRITO e TRECCANI, 2019).

Empreendimentos com incentivos voltados para o setor agropecuário formam uma nova lógica econômica possibilitando a expansão das atividades devido a possibilidade de escoamento da produção e o surgimento de novos povoamentos ao longo das estradas o que resultada na mudança do uso e cobertura do solo com desmatamento e aumento de conflitos agrários (TRECANI, 2010).

Em paralelo a esse contexto, desde a década de 70 crescem os debates nacionais e internacionais sobre proteção ao meio ambiente e seus recursos naturais, o Brasil incentivado por essa nova lógica de conservação passa a adotar medidas proteger sua biodiversidade e dentre elas estimula a criação de áreas de conservação (BRITO e TRECCANI, 2019) e no ano de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) com o objetivo de estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Sendo as Unidades de Conservação um espaço territorial com objetivos de conservação (PLANALTO, 2000).

Em Baião, município localizado na região do Baixo Tocantins, partir da mobilização das comunidades tradicionais de Joana Peres e Anilzinho, que se autodefinem remanescentes de quilombos, reivindicam problemas de sobreposições territoriais, a qual refere-se "a distintas situações jurídicas ordenando um mesmo espaço territorial" (GRABNER, 2013) a partir da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, na década de 1960. Desde então foram intensificados os conflitos agrários e mudanças no uso e cobertura do solo na região, que devido ao seu histórico de formação possui a presença de diversificadas atividades agrícolas. Por tanto, o presente trabalho visa analisar às mudanças no uso e cobertura do solo na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, no município de Baião– Pará, vinculando grandes projetos de infraestrutura e de regulamentação fundiária nos anos 1990, 2004, 2009 e 2020.

METODOLOGIA

O município de Baião, pertence à região geográfica intermediária de Marabá, no estado do Pará. Essa é uma das áreas mais antigas de ocupação do estado e apresenta extensas áreas antropizadas. A região intermediária é conhecida também como Região de Integração Tocantins ou região do Baixo Tocantis, composta pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Mojú, Oeiras do Pará e Tailândia somando 36.024,20km² (IBGE, 2023).

Na Resex Ipaú-Anilzinho, a luta da população tradicional, resultou a criação da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, instituída através do Decreto Presidencial s/n.º em 14 de junho de 2005 e insere-se no modelo de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável. O local que abriga duas tradicionais remanescentes de quilombos: Anilzinho e Joana Peres, e sua composição é composta de seis comunidades, sendo elas: Joana Peres, Anilzinho, Xininga, Lucas, Espírito Santo e Fé em Deus. Essa era uma área de castanhais que sofreram duros ataques durante o período da ditadura militar. A região é marcada pelos diversos conflitos ao longo da sua história, lutas que foram passadas por gerações para que não permitissem que seus territórios ancestrais fossem invadidos por parte de arrendatários e grileiros (SILVA, 2021).

Para a realização deste estudo, foram utilizadas imagens Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil – MapBiomas onde são confeccionados através de imagens Landsat 8 com resolução espacial de 30 metros (PROJETO MAPBIOMAS, 2019).

> A metodologia utiliza todas as imagens disponíveis de cada ano, além de índices espectrais, índices de textura e informações de relevo para que o classificador por aprendizagem de máquina possa diferenciar as classes mapeadas. A estratégia de coleta de amostras estáveis e a utilização de filtros temporais têm como objetivo

> produzir mapas comparáveis em todo período de mapeamento, permitindo o monitoramento das mudanças de uso e cobertura vegetal do solo (PROJETO MAPBIOMAS, 2019)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ocupação no Vale do Tocantins foi marcada por lutas intensas de resistência de povos indígenas, da tribo dos Aruã que viviam na região e habitavam as florestas e áreas de várzeas e portuguesa (CASTRO E INDIO). Esta é uma região de intensos conflitos ao longo de sua formação social e econômica. No século XVI e XVII o vale do Tocantins se tornou a área mais expressiva na produção extrativa, devido a intensa coleta de especiarias como cravo, canela, salsaparrilha, madeira, cacau, castanha, frutas, peixes, manteiga de tartaruga, tartaruga e outros produtos que eram exportados para o consumo interno da Provincia do Grão Pará Maranhão. No decorrer dos séculos XVII ao XVIII, se formaram fazendas e engenhos na região do baixo Tocantins e a mão de obra baseada em africanos e indígenas submetidos ao sistema escravista (BASTOS, PIMENTEL et. al., 2010).

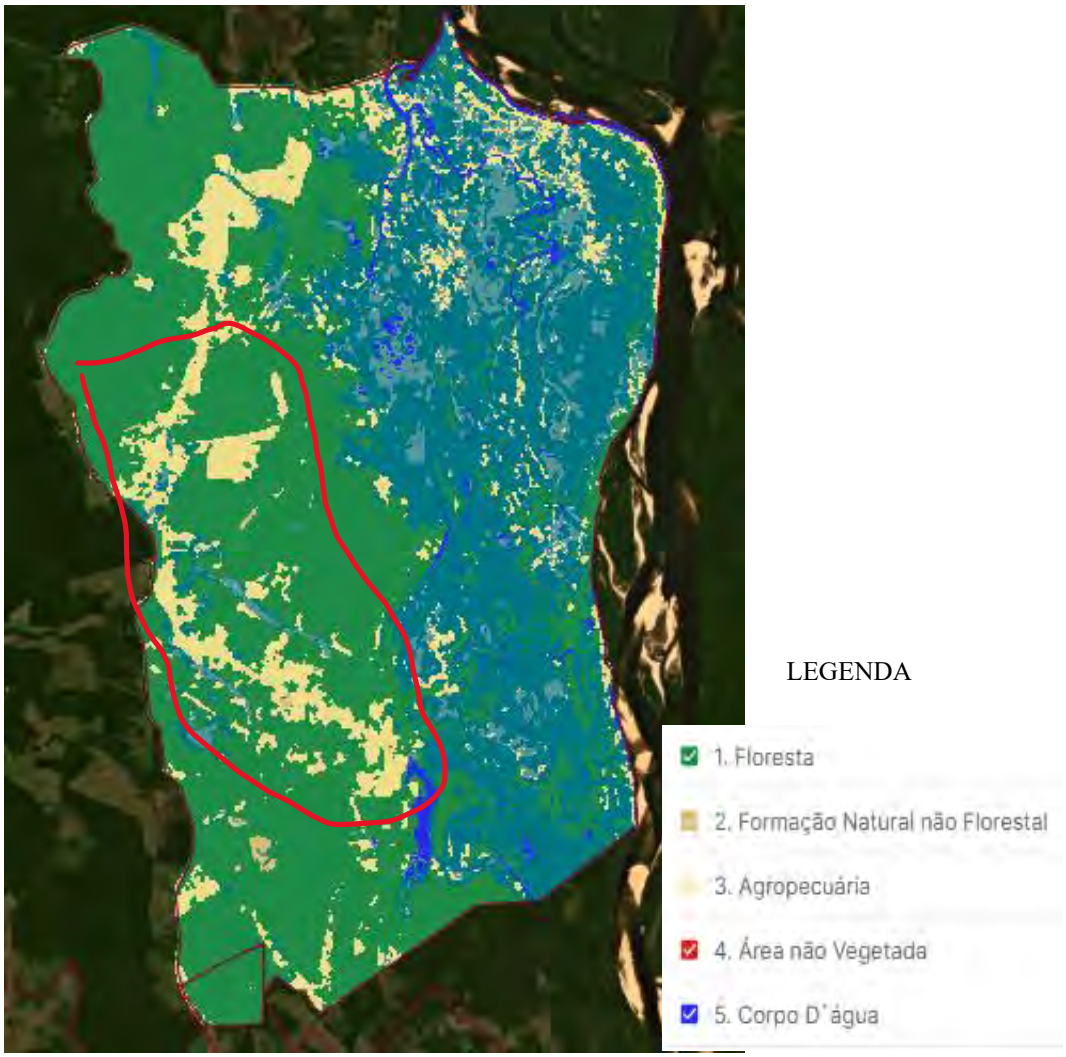
No início do século XX o arrefecimento da economia da borracha refletiu no Baixo Tocantins e, em algumas localidades passou a se desenvolver a produção de juta, malva e castanha do Pará (POMPEU, 2002). O cacau e a cana-de-açúcar foram os produtos de uma economia de *plantation* implantada na região do Tocantins (BASTOS ET AL, 2010)

Foi a partir de meados das décadas de 1940 até 1960, com o desenvolvimento dos II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) na década de 60, que passam a se instalar os grandes projetos ao longo do curso rio Tocantins, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí ao longo do seu médio curso, o complexo Albras-Alunorte nas proximidades de sua foz, além desses a abertura de estradas como PA-150, que liga Moju a Redenção, a PA – 151 que vai do porto do Arapari, no município de Barcarena, até Baião, esta passa por Abaetetuba, Igarapé Miri, Cametá e Mocajuba, além da Transcametá (PA-156) que liga Tucuruí a Limoeiro do Ajuru (MALHEIROS e TRINDADE JÚNIOR, 2010).

A partir do ano de 1964, afetados pela construção da UHT trabalhadores rurais do município de Baião, pertencente ao Baixo Tocantins, e demais nativos locais, se organizam com o objetivo de combater a grilagem de terras, por meio da realização de Encontros na comunidade denominada Anilzinho para denunciar os conflitos por terra (TRECCANI). O resultado foi a criação da Lei Anilzinho, “uma estratégia de territorialidade coletiva elaborada e escrita pelos próprios trabalhadores rurais em assessoria da Igreja Católica e sem intervenção do Estado” (FIGUEIREIDO, 2014, p. 20) onde sugeria a titulação de terras para a população aí residente.

Os anos 1990 foi marcado pela regulamentação das Reservas Extrativistas pelo Decreto n.º 98.987/90, constante na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O território de Ipaú-Anilzinho apresentava uma área de floresta de 44.148 hectares e 6.638 hectares eram de pastagens, concentradas, principalmente, na área grifada em vermelho (Figura 1).

Figura 1: USO DO SOLO NA RESEX IPAÚ-ANILZINO EM 1990



FONTE: PLATAFORMA MAPBIOMAS (2023)

A década de 1990 é marcada também pelo crescimento de rebanho bovino brasileiro na região Amazônica em função ao aumento das áreas de pasto, subsídios públicos e controle da febre aftosa (FREITAS JUNIOR, BARROS, 2021). Esse aumento da produção bovina gera impactos ambientais principalmente se tratando da abertura de novas áreas intensificando o desmatamento.

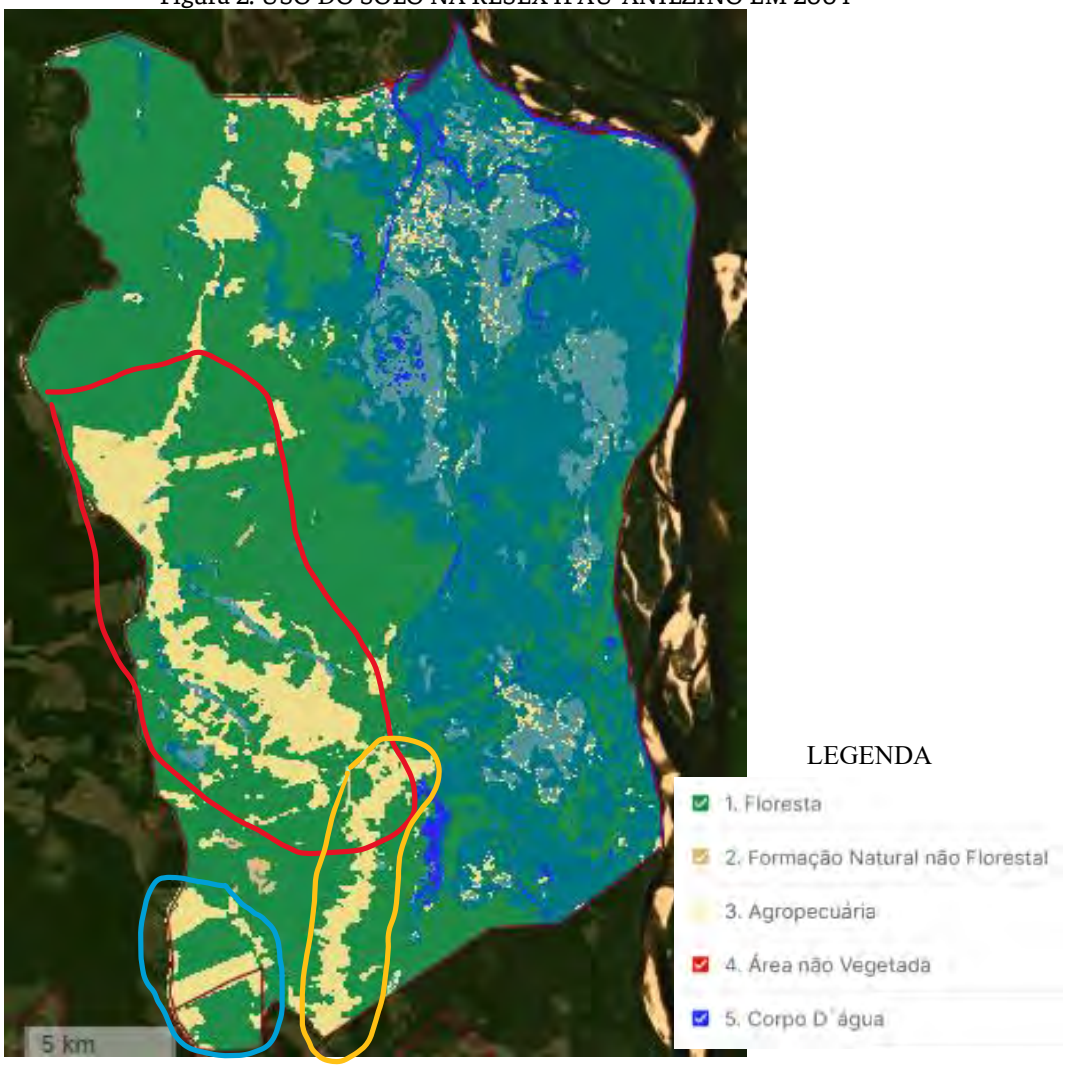
Em 1990, as regiões com maior número de cabeças de gado se concentravam na região Centro-Oeste do país, com pouco expressividade na Amazônia Legal, porém, a partir dos anos 2000

passas a ocorrer o deslocamento da produção pecuária do bioma Cerrado para o Amazônico (FREITAS JUNIOR, BARROS, 2021).

Diversos fatores corroboraram para tal avanço entre eles a abertura de estradas, a concessão de incentivos fiscais e crédito rural subsidiado, fatores esses que implementados com o discurso de desenvolvimento socioeconômico da região. Na Amazônia Legal havia 26,2 milhões de cabeças em 1990 e sobe para 80,7 milhões de cabeças em 2013, um acréscimo de 207,38% em pouco mais de duas décadas, sendo que os estados de Mato Grosso e Pará, juntos, corresponderam por quase 60% destes números (FREITAS JUNIOR, BARROS, 2021).

Podemos perceber o crescimento da atividade pecuária também dentro da RESEX, por meio das manchas nas imagens da plataforma MapBiomas que representam a atividade (IMAGEM 2). Durante a década de 2000 é percebível transformação de uso e cobertura do solo na Resex com crescente aumento no número de áreas com pastagem. A partir do ano de 2004 ocorre perda de floresta que se apresenta com 43.093 hectares e a consequente diminuição das manchas verdes, as quais representam as florestas. Percebe-se o aumento nas manchas que representam a pastagem, essas se alargam e se espalham dentro do território da RESEX, são ligadas, são áreas que se encontram, com exceção das manchas destacadas em azul que parecem mais isoladas. Percebe-se também o alargamento das manchas nas áreas em destaque alaranjado quase incipiente no cenário anterior, neste ano os pastos apresentaram 6.788 hectares (Figura 2).

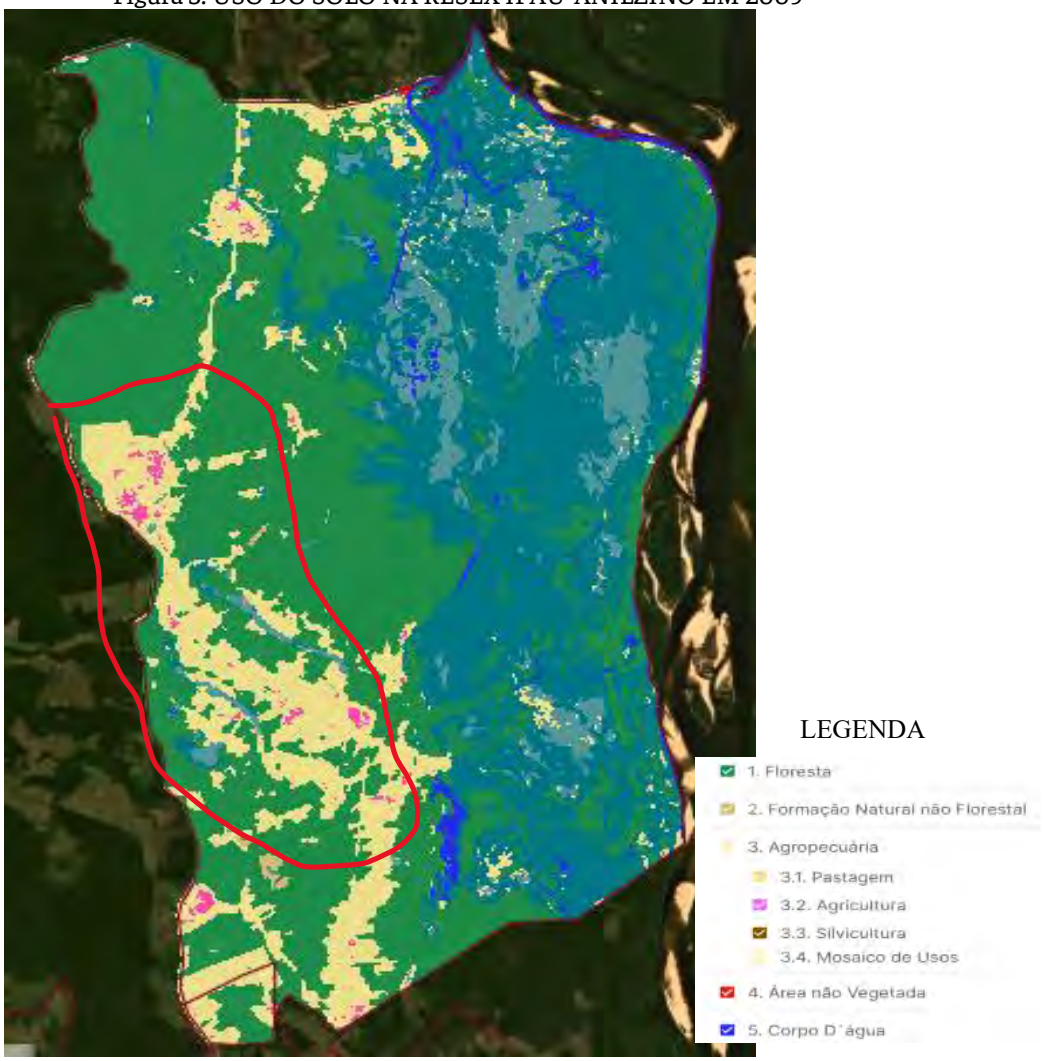
Figura 2: USO DO SOLO NA RESEX IPAÚ-ANILZINO EM 2004



FONTE: PLATAFORMA MAPBIOMAS (2023)

No ano de 2023, inicia-se os plantios de lavoura temporária, com seu ápice em 2009 com 301 hectares. Em 2005 houve a criação da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, e, o esperado era que após isso, se mantivessem áreas de floresta e feriassem a expansão da pecuária. Porém, no ano, de 2009, as áreas com pastagem apresentaram um dos maiores índices com 7.626 hectares e as áreas de floresta apresentaram um dos menores números com 42.653 hectares. Neste cenário, apesar do aumento, percebe-se que as manchas de pastagens quase não se modificam, a diferença é o aparecimento das manchas rosas, as quais representam a lavoura em áreas que anteriormente eram pasto (Figura 3).

Figura 3: USO DO SOLO NA RESEX IPAÚ-ANILZINO EM 2009

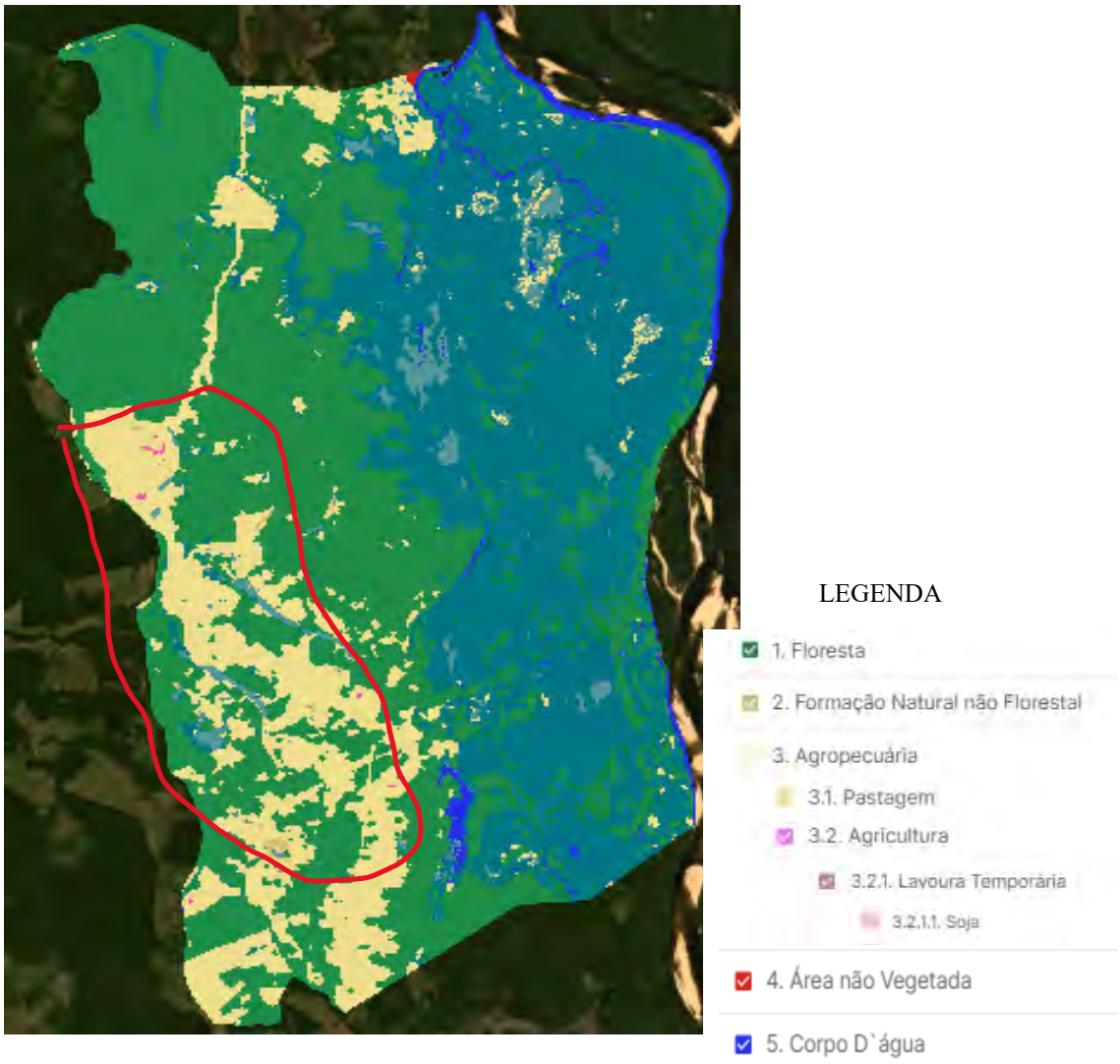


FONTE: PLATAFORMA MAPBIOMAS (2023)

A RESEX passou por uma crescente no número de áreas com pastagem, chegando ao seu maior número em 2020 com 8400 hectares. E frequente oscilação em áreas de floresta até 44804 hectares em 2020. De acordo com Silva (2016) as populações tradicionais de Ipaú-Anilzinho se confrontaram "com vários personagens que foram inseridos na região, tais como grileiros, ou gatos, latifundiários centro-sulistas e muitos outros que em conflitos que ainda se desdobra em pleno século XXI, mesmo no período de redemocratização do Brasil".

E o mais recente é a adentrada da soja na Resex. No ano de 2022 as áreas de florestas tiveram um pequeno aumento (45.154 hectares), as pastagens diminuíram (8.308 hectares) e houve aumento na agricultura com a inserção da soja que ocupa uma área de 6 hectares (Figura 4).

Figura 4: USO DO SOLO NA RESEX IPAÚ-ANILZINO EM 2022



FONTE: PLATAFORMA MAPBIOMAS (2023)

CONCLUSÃO

Fica nítido a oscilações proporcionais entre as atividades pecuária e a floresta, quando uma decresce a outra cresce. Este não é uma problemática exclusiva da Resex Ipau-Anilzinho, diversos casos são encontrados sobre o processo conhecido como "pecuarização" das reservas, mesmo sendo uma atividade proibida por lei neste tipo de unidade de conservação que e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

Este modelo de ocupação e uso do solo possui seu custo socioambiental, pois a área por onde se expande o agronegócio é ocupada por populações tradicionais, quilombolas, agricultores familiares, em comunidades tradicionais que desde a ocupação na região se auto-organizam para defender seus modos de viver. Desde a colonização nos anos 1960 e 1970, frente à expansão “desenvolvimentista” militar, nos anos 1990, frente a uma nova fase de exploração dos recursos

naturais com base no agronegócio, como a pecuária e mais recente, a soja que inicia sua expansão na região.

REFERÊNCIAS

BRITO, Stephanie Vieira; TRECCANI, Girolamo Domenico. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA E TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE IPAÚ-ANILZINHO. **Revista de Direito e Sustentabilidade**. Belém. v. 5. n. 2. p. 95 – 113. Jul/Dez. 2019.

FIGUEIREDO, Rodrigo Augusto Alves de. A comida que vem da mata aspectos etnoecológicos da caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Amazônia, Brasil). Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFPA. 2014.

FREITAS JUNIOR, Adirson Maciel de; BARROS, Pedro Henrique Batista de. A expansão da pecuária para a Amazônia legal: externalidades espaciais, acesso ao mercado de crédito e intensificação do sistema produtivo. **Nova Economia**. v.31. n.1. p.303-333. 2021.

GRABNER, Maria Luiza. Territórios Tradicionais e Unidades de Conservação: diálogos e perspectivas em debate. Workshop. VI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social. Belo Horizonte (UFMG), 17 de setembro de 2013. Disponível em: < https://etnico.wordpress.com/category /sobre posicoes-territoriais/>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

PLANALTO - Presidência da República. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

PROJETO MAPBIOMAS. Projeto MapBiomas – Coleção 4.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. MAPBIOMAS, 2019. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/. Acesso em: 31 de novembro de 2023.

SILVA, Adriane dos Prazeres .AS TERRAS DE USO COMUM E OS CASTANHAIS DO VALE AMAZÔNICO: Luta, Resistência e a lei dos posseiros (1930 - 1991). Doutorado (Tese). Universidade Federal do Pará, Belém, 2021

SILVA, Adriane dos Prazeres. O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros (1961-1981). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Pará, do caos fundiário à terra de Direitos. In: **ITERPA**. Relatório de Gestão 2010 e Análise do Período 2007 – 2010. Belém, 2010, p. 47 – 61.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

(DES)ENVOLVIMENTO E EXPROPRIAÇÃO: O AVANÇO DA EXPLORAÇÃO DE GÁS SOBRE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NA REGIÃO DO MÉDIO MEARIM MARANHENSE.

Ravena Araujo Paiva[38] (UFPA),

RESUMO: A região do Médio Mearim maranhense vem enfrentando profundas modificações em decorrência da implantação e expansão das estruturas de exploração e produção de gás. Essa expansão, capitaneada pela empresa Eneva, teve sua atuação inicial em 2013 circunscrita aos municípios próximos ao local de instalação da Termoelétrica Parnaíba. Desde então a empresa tem ampliado sua área de atuação, alcançando territórios e territorialidades baseados na pequena agricultura, na pesca e no extrativismo, desestruturando modos de vida que têm resistido e se organizado politicamente em um passado recente, no enfrentamento à expansão da agropecuária. Movimentos sociais e comunidades, cujas conquistas socioterritoriais advêm desse processo de enfrentamento, hoje se confrontam com as ameaças de desterritorialização e de degradação ambiental impostas pela expansão das atividades da prospecção e exploração de gás que se configuram atualmente como o Complexo Parnaíba

Palavras-chaves: Desenvolvimento; termelétricas; expropriação; comunidades tradicionais

INTRODUÇÃO

Com a implementação do período civil-militar no Brasil, a região amazônica começa a ser alvo de políticas de integração nacional que marcam uma forma diferente de apropriação dessa região que desde o início do processo de exploração colonial vem sendo invadida e ressignificada por europeus e seus descendentes. A política pensada para essa região durante a ditadura militar estava eivada de uma concepção modernizante que visava colonizar e desenvolver a Amazônia, considerada região com grande vazio demográfico e cultural (PORTO GONÇALVES, 2008) e que, por isso, deveria ser desenvolvida. Salvo modificações estruturais e políticas, a Amazônia segue sendo alvo de projetos de dominação e apropriação das suas riquezas naturais, dos seus saberes e dos povos que a compõem.

A construção desses projetos no território amazônico gerou e vem gerando inúmeros impactos ambientais, políticos, sociais, culturais, etc. A ambivalência entre desenvolvimento econômico e a questão ambiental, por exemplo, fez proliferar vários conflitos. A luta desencadeada no Acre por Chico Mendes e seus companheiros trouxe à tona uma outra concepção de defesa da natureza. Esta estava amplamente coadunada com as experiências de produção e reprodução dos grupos sociais que viviam naquela região. Além disso, o conjunto de iniciativas desenvolvimentistas decorrentes do planejamento oficial, bem como os projetos que envolvem a iniciativa privada

[38] Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA-UFPA, Brasil, email:ravesociologia@gmail.com

continuam provocando inúmeros e profundos impactos socioambientais. O caso da instalação da Hidrelétrica de Belo Monte no Pará e a consequente ameaça à reprodução social das comunidades indígenas afetadas por sua implantação evidencia os antagonismos e violência que perpassam essas iniciativas (FLEURY, 2013).

No Maranhão, esferas governamentais vêm atuando desde o período de 1970/80, de forma decisiva na conformação do espaço econômico maranhense por meio de diferentes mecanismos que vão desde a implantação de empreendimentos diretos como obras de infraestrutura e projetos econômicos, passando por mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas (CARNEIRO, 2013). Um exemplo dessas iniciativas é o Projeto Grande Carajás (PGC), criado em 1980 o projeto objetivava a exploração de minério de ferro no estado do Pará, a construção de uma estrutura logística que possibilitasse seu escoamento via São Luís (capital do Maranhão), bem como a construção de hidrelétricas.

A instalação desses grandes projetos e investimentos confronta-se com lógicas diferenciadas de apropriação do espaço e com a existência de formas fundiárias distintas. Ao passo que vem criando um processo de conformação do espaço econômico do Maranhão (CARNEIRO, 2013, p. 20), o Estado junto a propriedade privada vem colocando em segundo plano os direitos dessas comunidades, tornando-as beneficiárias de políticas de mitigação e responsabilidade ambiental de empresas.

Como expressão desse cenário temos a construção da Termelétrica Parnaíba no município de Santo Antônio dos Lopes, com incidência também em Capinzal do Norte, município próximo, ambos localizados na região do Médio Mearim, estado do Maranhão. Boa parte dos municípios que compõem esta região estão localizados na Amazônia Legal Brasileira[39], como os dois citados anteriormente.

A construção da termoelétrica vem modificando sobremaneira o cotidiano de inúmeras comunidades que se localizam próximas à obra, culminado inclusive no deslocamento de famílias de seus territórios. Os municípios de Santo dos Lopes e Capinzal do Norte estão situados na Bacia do Parnaíba. Está é considerada uma "descoberta" em termos de áreas com incidência de gás.

[39] O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais. Baseados em análises estruturais e conjunturais, seus limites territoriais tem um viés sociopolítico e não geográfico, isto é, não são definidos pelo bioma Amazônia - que ocupa cerca de 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Disponível em: http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/. Acesso em: 29/08/2022.

Há na política desenvolvimentista em execução no estado um processo de negação de territorialidades e existências múltiplas, orientado pela execução de dispositivos que podem sem pensados dentro dos marcos da colonialidade do poder e do saber, enquanto elementos do padrão mundial capitalista (QUIJANO, 2010). Esse modelo tem deixado um rastro de destruição ambiental, expropriando territórios tradicionais e flexibilizado direitos historicamente conquistados.

A UTE PARNAÍBA E A NARRATIVA DO DESENVOLVIMENTO

Segundo Costa (2015), a partir dos anos 2000 vem se desenhando com mais intensidade uma nova configuração socioeconômica no estado do Maranhão. O documento "O Maranhão e a Nova Década Oportunidades e Desafios" (2012), produzido pelas Secretarias de Comunicação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Governo do Estado do Maranhão (2010-2014), possibilita dimensionar esse processo. O documento demonstra a diversidade de empreendimentos pensados para o estado e a possibilidade, a partir disso, da configuração de um "Novo Maranhão".

> Com um ritmo forte de crescimento, o Maranhão detém na atualidade um dos maiores volumes de investimentos privados entre todos os estados brasileiros. Alguns desses projetos já est ão em fase de conclusão, enquanto outros estão sendo implantados ou projetados. São empreendimentos nas áreas de refino de petróleo, exploração de gás e petróleo, geração de energias limpas e fabricação de celulose, biomassa, cimento, aço, alumínio, alimentos, dentre outros relevantes setores da economia, que já estão gerando emprego e renda em diversos polos distribuídos por todas as regiões do estado. Com volumes que ultrapassa a casa dos R$ 100 bilhões, entre recursos públicos e privados, o novo Maranhão já está em construção (SECRETARIAS DE COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2012, p. 8-9).

O documento citado acima destaca ainda a construção da Termelétrica Parnaíba, pertencente. Pelo o que se nota no decorrer do documento, esse projeto possui um lugar especial dentro da expansão desenvolvimentista prevista para o estado, pois com ele:

> O Maranhão entra definitivamente no setor de gás e petróleo, um dos que mais crescem na economia brasileira, refletindo o grande momento econômico vivido pelo estado. Empresas como a Petrobras, OGX, Petra Energia, Gasmar, Engept e a Panergy aproveitam o enorme potencial do estado nesse setor e investem em diversos projetos como os de refinaria, gasodutos, exploração de petróleo e gás natural (SECRETARIAS DE COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2012, p. 21).

Na criação da UTE Parnaíba está implicado um conjunto de iniciativas que vão desde o uso mais generalizado da produção de energia elétrica a partir do gás natural nos últimos 20 anos,

passando pela "descoberta" da Bacia do Parnaíba[40] nos anos de 1980, bem como pela implementação de uma política neoliberal que possibilitou, a partir da Lei 9.478/1997, que empresas privadas executassem atividades de exploração e produção de petróleo e seus derivados no Brasil.

Em 2007 foi publicada a Resolução n° 02/2007 de responsabilidade do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A mesma autorizou a realização da 9° Rodada de Licitações para áreas exploratórias de petróleo e gás natural. Essa Rodada durou de junho a novembro de 2007 e colocou em oferta 271 blocos, distribuído em 14 setores, totalizando cerca de 73 mil km². Segundo Costa (2015) as áreas em ofertas abrangeram nove bacias sedimentares, quais sejam: Campos, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Santos, Recôncavo e Rio do Peixe. Ainda segundo a autora, é nesse contexto que se inicia a atuação da MPX no Mercado regulado de Energia, com a venda de energia através da UTE Itaqui, no Maranhão e Energia Pecém, no estado do Ceará, com a vitória no chamado Leilão A-5, promovido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2009 foram realizados os primeiros levantamentos e estudos nas áreas classificadas como de influência direta e indireta do empreendimento, principalmente em Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Pedreiras.

O processo de licenciamento ambiental da UTE Parnaíba foi iniciado no ano de 2011 por meio da solicitação para as atividades de Produção, Escoamento e Tratamento do Gás junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão (SEMA), pela empresa responsável por sua instalação. Para realização do trabalho foi contratada a empresa de consultoria ambiental AECOM. Em maio de 2011 a SEMA/MA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado – concede Licença de Instalação para a construção da Usina Termelétrica Parnaíba. Em agosto do mesmo ano, as empresas Duro Felguera47 e Initec48 foram selecionadas para a implantação da UTE Parnaíba. Em setembro, a OGX aumenta o seu domínio e passa a deter oito blocos exploratórios na Bacia Parnaíba.

Importante notar que obras como a UTE Parnaíba são classificadas como um grande projeto, comumente atrelado a narrativa do desenvolvimento. Os grandes projetos de investimento se caracterizam como grandes unidades produtivas relacionadas ao desenvolvimento de atividades básicas, início de cadeias produtivas, para extração e produção de minérios, grandes obras de infraestrutura, complexos industriais portuários, termelétricas, hidrelétricas, etc. (LAURELLI, 1987

[40]Trata-se da Bacia sedimentar definida geologicamente como uma depressão da superfície terrestre que ao longo do tempo teve seu preenchimento por depósitos de sedimentos de origem biológica ou de materiais vulcânicos. A Bacia do Parnaíba possui cerca de 600.000 km2, que se distribuem principalmente pelos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Ceará e Bahia.

apud VAINER, 1990). Além disso, segundo Vainer (2007), os grandes projetos se configuram enquanto modos de apropriação e organização territorial.

Os denominados grandes projetos de investimento demandam um elevado consumo de recursos naturais e como a história tem demonstrado suas instalações vem acompanhadas de conflitos socioambientais justamente por sua lógica de apropriação e controle de espaços e territórios. Acselrad (2004, p. 111) nos lembra ainda que essas obras requerem "quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais".

Em 07 de novembro de 2013 é inaugurada a UTE com 845 MW de potência, com a presença de inúmeras autoridades locais, do governo estadual e federal. Ao passo que a exploração de gás foi se estruturando avançou também os efeitos nocivos sobre territórios tradicionais na região. Ainda em 2013/2014, quando do início da construção da UTE, comunidades próximas foram submetidas a condições adversas, culminando no deslocamento da comunidade Demanda.

A instalação da UTE Parnaíba representou para as comunidades próximas ao empreendimento uma mudança radical nos seus modos de viver, impondo um ritmo diferente aquelas famílias, mudando profundamente a organização local e suas projeções de futuro. O contexto de desenvolvimento trazido pela empresa obrigou moradores a conviverem com o barulho gerado pelas turbinas, forte odor de gás, a água contaminada e escassez de água apropriada para o consumo. Além disso, provocou a paralização das atividades econômicas do grupo, como a quebra do coco pelas mulheres. Com a interrupção de atividades que garantiam o sustento da maioria das famílias, os moradores acabam por entrar numa situação de vulnerabilidade socioeconômica que fortaleceu a dependência de ações/projetos desenvolvidos pela empresa e por fim o deslocamento de famílias de seus territórios. Importante notar que processos de desterritorialização implicados nesse tipo de projeto "faz parte de um processo mais amplo de apropriação privada por estruturas do mercado, dos territórios de uso comum, produzindo deslocamentos forçados de milhares de famílias" (CASTRO, 2019, p.30).

Embora com os impactos negativos descritos acima, a construção desse empreendimento é lida como estratégia necessária para desenvolver as forças produtivas do Maranhão. Numa das audiências públicas para a construção do licenciamento ambiental da UTE, Israel Ferreira, secretário estadual de Assuntos Estratégicos à época, afirmava que "o Governo está preocupado em ouvir as demandas do município visando à preparação deste para o desenvolvimento", assinalando a incorporação da percepção oficial deste tipo de atividade. O processo pelo qual vem passando a região

do Médio Mearim desde 2009 com a chegada desse empreendimento representa um novo momento de conformação do espaço daquele território, marcado fortemente pelo discurso do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Esteva (2000) afirma que o uso indiscriminado da palavra desenvolvimento vem gerando mal entendidos, pois, atualmente "quando a maioria das pessoas utiliza o termo desenvolvimento estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar" (ESTEVA, 2000, p. 59). Há mesmo um processo de naturalização no uso dessa categoria. Alcançar o estágio de civilização correspondente torna-se cada vez mais obrigação daqueles que desejam sair do lugar onde estão em busca de um destino inevitável e necessário, mesmo que de fato não saibam o que esse desenvolvimento significa.

A perspectiva assinalada acima tem raízes antigas no pensamento Ocidental, no qual desenvolver significa o estabelecimento da razão e a superação do estado de natureza. De base positivista, esta concepção vê o desenvolvimento como um processo linear a que todas as sociedades terão que necessariamente passar. Sobretudo, a partir do Iluminismo, no que se convencionou chamar de Idade Moderna, construiu-se uma forma de conceber o mundo e a relação homem-natureza: "a influência de Descartes, Galileu, Leibniz e, particularmente de Isaac Newton contribuiu para formar o imaginário iluminista, fundado na ideia de uma *physis* ordenada tal e qual um relógio" (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 100). O conhecimento adquiriu um caráter meramente pragmático e a ciência se afirmou frente à religião e à filosofia. Essa mesma ciência começa a operar em torno de três eixos: a oposição entre homem e natureza; a oposição entre sujeito e objeto; e o paradigma atomístico-individualista (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A modernidade, dessa forma, não diz respeito somente a um período histórico, mas faz referência a um modelo de sociedade com valores e práticas específicas e mais ainda, diz respeito a "um movimento societário que apesar de sua fluidez e dinamicidade ou por isto mesmo, atinge sociedades e regiões inteiras, interagindo e alterando suas mais variadas dimensões" (SANT'ANA JÚNIOR, 2005, p. 23).

Segundo Finokiet (2016, p. 104), o desenvolvimento pode ser considerado como um produto de relações históricas de conhecimento e poder que levou à construção de categorias (subdesenvolvimento) e, consequentemente, à necessidade de demandas específicas que os lugares ainda não desenvolvidos precisam obter como saúde, educação e outros.

Nesse contexto de subdesenvolvimento, "a complexidade da vida das pessoas acaba se reduzindo às carências que elas possuem e que precisam ser supridas para que possam se tornar

desenvolvidas" (FINOKIET, 2016, p. 103). Nesse sentido, "as pessoas e os lugares são pensados e compreendidos com base na ideia de 'falta' e não pela sua capacidade de criatividade e resistência".

Na construção da legitimidade do desenvolvimento, como já foi mencionado anteriormente, há uma normatização do outro a ser desenvolvido. É recorrente pensarmos esse desenvolvimento como o lado da cultura em oposição à noção de natureza que por sua vez se assemelha ao selvagem e/ ou atrasado. Nessa perspectiva, "a tecnologia é tomada como parâmetro desse grau de desenvolvimento dos povos e regiões" (PORTO GONÇALVES, 2008, p. 20), e os grupos que não dominam esse aparato são normalmente considerados como atrasados, ficando do outro lado da cultura, ou seja, vistos como seres muito próximos a natureza.

> Podemos verificar que esses espaços em que vivem grupos com lógicas sociais e culturais diferentes daquela dita moderna, são sempre vistos como lugares com potencial de ocupação, vazios, como se tudo e todos que deixem de contemplar e seguir os estatutos da modernidade [...] passassem ao não ser, ao, não existir sócio-culturalmente (MENDONÇA, 2009 p. 280).

São construídas imagens desse lugares como sendo vazios demográficos e culturais, estratégias de dominação que reduzem o mundo do outro a lugares *developmentalizable* (Escobar, 2008). Desse modo, "pelas imagens se inventa o 'outro' e desenha os limites e a natureza da 'relação de alteridade' (CASTRO, 2019, p.32).

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E EXPROPRIAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

O conceito de expropriação camponesa neste trabalho remete aos processos ligados aos efeitos dos chamados *grandes projetos* dirigidos pelo Estado, mas também por setores privados. Assim, buscar evidenciar que em seu processo de instalação e operação os *grandes projetos* fundam disputas territoriais e conflitos socioambientais gravíssimos, conformando verdadeiras zonas de conflito, de modo que as assimetrias de poder se ancoram em processos violentos de expropriação das populações locais (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p.121. Os principais afetados por essa dinâmica são as populações tradicionais, pois as atividades referentes à implantação dos grandes projetos é construída por meio de mecanismos que invisibilizam sua existência.

A situação vivenciada pelos territórios e comunidades articulados impactados pela construção da UTE Parnaíba, marca a existência dos conflitos territoriais caracterizados "pela sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial" (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Dessa forma, o processo de expropriação realizado pelos grandes empreendimentos e pela expansão

capitalista de modo geral está fortemente marcada pela "razão instrumental", que suplanta a "razão histórica" dos grupos afetados e impactados, instalando contendas territoriais (LITTLE, 2002, p. 21).

Em 2014 o Ministério Público Federal do Maranhão demandou a construção de um Laudo Antropológico com o objetivo de apreender possíveis impactos socioambientais sobre comunidades tradicionais que vivem e trabalham nas áreas de influência da UTE PARNAÍBA, nos municípios de Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte, Pedreiras e outros, no âmbito do Inquérito Civil Público número 1.19.000.000400/2011-59. O referido Inquérito Civil foi instaurado pela Portaria nº 93/2011, de 16 de novembro de 2011, provocado pela observação técnica do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Maranhão –, de janeiro de 2011, apontando que os estudos socioambientais apresentados pela empresa responsável pelo empreendimento continham lacunas estruturais no diagnóstico de bens culturais, o que dificultava sua avaliação pelo órgão, em termos de preservação ou salvaguarda do patrimônio cultural (COSTA, 2015).

O Laudo apontou que a instalação e funcionamento do Complexo Parnaíba vem gerando impactos diretamente relacionados ao modo de vida dessas comunidades, sobretudo, pela supressão dos recursos ambientais que garantem a sobrevivência nesses territórios. Isso se relaciona diretamente com os fatores sociais, econômicos e identitários que caracterizam essas populações como sendo tradicionais.

Relacionado às especificidades sociais e históricas das comunidades afetadas, bem como as matrizes culturais em jogo no processo de instalação do Complexo Parnaíba, os pesquisadores que construíram o laudo apontam a necessidade de se refletir sobre a dimensão e o próprio entendimento da noção de impacto sobre a vida dessas populações. No estudo em questão ficou evidenciando que os principais impactos da exploração de gás sobre comunidades tradicionais eram de três ordens: 1) a supressão de amplas áreas com existência de recursos ambientais fundamentais à reprodução material e social das famílias; 2) as alterações na organização social e econômica das famílias, enquanto unidades de produção camponesa, que deles faziam uso; 3) as perturbações de variados tipos que as atingem, decorrentes do funcionamento das próprias UTEs.

Importante notar que a demanda para realização do Laudo deu-se por incongruências no Relatório de Impacto Ambiental apresentado pela Eneva a Secretária Estadual de Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, cabe questionar quem e partir de quais capitais define o que é impacto, além da amplitude deste. No geral, o conteúdo desses estudos tem se restringido a descrição de indicadores demográficos e socioeconômicos (MONTAÑO, 2014) e não evidência as consequências desse tipo de empreendimento. De todo modo, os impactos são lidos como elementos a serem resolvidos e o licenciamento acaba por se converter em elemento que orientará as políticas de mitigação e

compensação ambiental, configurando-se em aparato do "paradigma da adequação ambiental". Insere-se, nesse sentido, dentro de uma estrutura que tem por objetivo final a construção de determinado projeto desenvolvimentista, em que o projeto social que o orienta não é contestado.

Como mencionado anteriormente, no que diz respeito aos impactos iniciais gerados com a instalação do Complexo Parnaíba a comunidade Demanda ganha destaque pela proximidade com a sede do empreendimento, cerca de 2km, e também pelo consequente deslocamento que sofreu.

Um dos primeiros impactos gerados para as famílias de Demanda foi a supressão do extenso babaçual acessado, sobretudo, pelas mulheres quebreiras de coco e que se constitua como local de trabalho há gerações. No EIA/RIMA é assinalado que "para a instalação da UTG e dos gasodutos será necessária a limpeza da área de pastagens com babaçu e fragmentos de babaçu" (RIMA, 2011, p.30). Como medida para minimizar os efeitos o relatório apresenta o Programa de Compensação Ambiental e o desvio, o máximo, possível, das áreas de influência do babaçu. A realidade se mostrou diferente, houve a devastação considerável de babaçuais, afetando a atividade das quebradeiras e a relação estabelecida com comunidades vizinhas que faziam uso dessa área também para quebrar coco. Numa tentativa de compensação desse dano, a empresa se responsabilizou por plantar 700 mudas da palmácea, que não vigoraram. É importante frisar que o próprio plantar contraria os princípios das quebradeiras, sobretudo daquelas organizadas em movimentos como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) para quem a palmeira se reproduz naturalmente num processo que lhe é próprio. O plantar representaria ainda a propriedade da palmeira, contrariando o princípio do livre acesso aos babaçuais defendido por essas mulheres.

O processo de desgaste do solo com a consequente diminuição da incidência da palmeira de coco babaçu veio aumentando gradativamente com a intensificação dos trabalhos no gasoduto. De acordo com I.A.S moradora da comunidade Demanda e quebradeira de coco, "o babaçu não dá mais como dava, diminuiu bastante. Além da obra ser feita na terra mais baixa, as outras terra que eram encostadas os matos engrossaram e coco não dar muito em mato grosso. Ele gosta é de terra limpa".

Esse palmeiral, área vital para a economia desse grupo, devastado completamente pelo empreendedor para instalar as usinas, é descrito pelas famílias como um local de grande incidência de babaçu e assim, pelas condições de umidade e de outras características do solo, propiciava um maior desenvolvimento das palmeiras. Em relação a esse aspecto, as quebradeiras de coco de Demanda explicam que as palmeiras dessa área eram mais baixas, facilitando a coleta, além de apresentarem muitos cachos de coco por palmeira o que é entendido como sinônimo de fartura.

Um outro impacto gerado com a chegada do empreendimento diz respeito a interdição dos caminhos tradicionais. Ao cercar o perímetro da propriedade onde iniciava-se a construção da UTE, a Eneva impossibilitou que as famílias da comunidade acessassem os caminhos por onde costumam andar, seja para acessar áreas de trabalho, seja para chegar em outras comunidades.

Os relatos possibilitam refletir sobre possíveis novas formas de cercamento dos camponeses, que não se efetivam com a materialidade das cercas, como ocorria nessa mesma região na década de 1980, mas pelo aspecto simbólico subjacente ao processo de apropriação do território do grupo, neste caso, através da interdição dos caminhos tradicionais ao grupo e a proibição ao seu acesso (COSTA, 2015).

Como em outros momentos da relação que estabeleceu com a comunidade, interditando os caminhos tradicionais, a empresa ressalta apenas o aspecto físico do espaço desconsiderando as relações sociais existentes, forjadas historicamente pelas famílias no uso dos recursos daquela área e que se forjaram bem antes da instalação da UTE. Institui uma invisibilidade sobre o território conformado pelo grupo ao longo de gerações. O que é problemático é a classificação do espaço, de modo que, a área onde está instalado o empreendimento, é vista pela empresa apenas juridicamente, ou seja, como propriedade privada. Para as famílias de Demanda aquele mesmo espaço faz parte do seu território.

No Relatório de Impacto Ambiental é apontada a questão dos impactos sobre as condições de reprodução e social da comunidade, definindo como meio de compensação ações dentro dos Programas Socioambientais para os chamados Meio Físico, Meio Biótico e Meio Socioeconômico. A ação prioritária para lidar com as condições criadas por esses impactos foi a proposição de um plano de reassentamento *voluntário* para as famílias de Demanda.

> A implantação do Plano de Reassentamento abre à Comunidade da Demanda a possibilidade de escolha, por meio de processo transparente e participativo. Tem como objetivo evitar possíveis efeitos negativos associados à implantação do empreendimento e sua operação. Atualmente a maior parte da comunidade vive em condições precárias de habitação, infraestrutura, trabalho e renda. Este Plano objetiva ainda a melhoria na qualidade de vida da população residente na comunidade da Demanda (RIMA UTE PARNAÍBA 2, 2011, p.968).

Como demonstra o trecho acima o Plano de Reassentamento é apresentado como uma das benesses trazida pela instalação da UTE, ao garantir que as pessoas daquela localidade possam finalmente sair da precariedade e atingir o desenvolvimento. Mendonça (2017) alerta para a existência de um paradoxo nos processos de deslocamento de povos e comunidades tradicionais, tendo em vista que esses processos são legitimados pelo discurso de promoção do progresso e para tanto é necessário excluir esses povos para então inclui-los no desenvolvimento.

Importante notar que inicialmente não havia desejo por parte das famílias de sair da comunidade, pois ali era seu território há gerações, mesmo com a implantação da UTE, sair não era possibilidade. Inicialmente, o conteúdo da abordagem da empresa ao moradores fazia referência ao estabelecimento de uma *boa vizinhança*, que iriam juntos partilhar de todas as melhorias trazidas pelo empreendimento. Segundo informações obtidas a partir dos depoimentos das famílias, inicialmente a relação com a empresa se deu de forma harmoniosa, onde o tratamento dispensado aos moradores era caracterizado por gentilizas e promessas: "a gente ficou foi animado, disseram que ia ser vizinho da gente, que essa obra ia construir casa boa pra gente, ia encanar água pra nós, todas essas promessas tiveram (I.A.S, quebradeira de coco babaçu, Demanda). Sobre essa questão outra moradora relata "no começo tinha muita conversa, eles conversavam muito assim. No começo tinha muita promessa né?

Os moradores relatam que até se opuseram ao Programa de Reassentamento, porém diante do cotidiano insalubre a que foram submetidos com a instalação da UTE, bem como das pressões da empresa, terminaram por assinar um Termo de Adesão ao Reassentamento Voluntário de Demanda. Se coloca assim para a comunidade, um cenário que Isabelle Stengers chama de alternativas infernais, este se caracteriza, sobretudo, pela morte da escolha política e pela impossibilidade de pensar o futuro. Nesse sentido, está posta a impossibilidade do reassentamento que se propunha ser voluntário, como quis fazer crer a empresa.

Em Abril de 2015, o Ministério Federal do Maranhão (MPF/MA) e o Ministério Público do Maranhão (MP/MA) por meio da 38° promotoria de Justiça especializada m Conflitos Agrários propuseram Ação Civil pública contra a empresa ENEVA S.A. A ação visava garantir os direitos das comunidades tradicionais impactadas pela implantação da Termelétrica Parnaíba, em especial a Comunidade Demanda, e questionava a omissão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na implementação das medidas de mitigação. O MPF e o MPMA exigiram da Eneva S.A., no prazo improrrogável de 180 dias, o reassentamento efetivo em condições adequadas de todas as famílias, além da inclusão em seus cadastros, no prazo de 30 dias, para os planos de reassentamento de todas as famílias efetivamente impactadas, sem qualquer tipo de discriminação, e a não restrição ao modo de vida das famílias enquanto não fosse realizado o reassentamento, assegurando-lhes a realização de benfeitorias necessárias em suas moradias e áreas produtivas e o direito de realizar livremente as suas atividades produtivas. Após pressões, em meados de 2016 as famílias de Demanda foram finalmente reassentadas. Porém, questões não resolvidas perduraram e novas problemáticas surgiram com a mudança para o novo lugar.

Como salienta Escobar (1995) ao analisar o dispositivo do desenvolvimento, a violência não é um efeito do descaso, do acesso desigual a políticas e dos efeitos prometidos e não cumpridos dos programas. Ou seja," a violência e a desigualdade não são resultadas das contradições da mudança social induzida, mas é o resultado próprio do dispositivo como um todo, ao movimentar, planejar, dispor e quantificar a vida das pessoas" (RADOMSKY, 2013, p.153).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das fronteiras de exploração sobre os territórios tradicionais no estado do Maranhão com seus respectivos reordenamentos territoriais cria uma invisibilidade de povos e comunidades, intensificando processos de violência e negação de direitos.

Os denominados projetos de desenvolvimento têm gerado expropriações e contribuído para a não afirmação de direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, tornando mais morosos processos de reconhecimento e titulações. Os discursos e dispositivos que legitimam a execução desse modelo reproduzem uma série de classificações: ao passo que imprimem uma carga positiva a esses projetos lidos como sendo geradores de benefícios à população.

Os atuais enfrentamentos vivenciados por povos e comunidades tradicionais possuem antagonistas historicamente conhecidos e outros que se apresentam com nova roupagem/modos de dominação, de modo que famílias camponesas sofrem novos processos de expropriação não só pelo "grande fazendeiro", mas por novos agentes sociais, ora vinculados a setores empresariais, bem como ao próprio Estado brasileiro, por meio de seus distintos aparatos, que demandam grandes extensões de terra para instalação dos chamados *grandes projetos* ou *empreendimentos* e se estruturam a partir de uma retórica de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. "In-visibilizar" populações e legitimar iniquidades. A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do Setor Elétrico. In: ZHOURI, Andréa (org.). **As tensões do lugar:** hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 219-238, 2011.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, Trabalho e Poder:** conflitos e lutas no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

CASTRO, Edna - Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: Castro, Edna & Pinto, Renan- **Decolonialidade e Sociologia na América Latina**. NAEA/UFPA, 2019. p. 25-52.

COSTA, Benedita de Cássia Ferreira. **Briga com poderosos – resistência camponesa face à expropriação por grandes projetos em Santo Antônio dos Lopes, MA**. São Luís. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Maranhão, 2015.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**, Construcción y deconstrucción del desarrollo. 1. ed. Fundacion Editorial el perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference:** Place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine:** "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e comopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre: UFRGS, 2013. 97

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC). 2012.

LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e Equidade Ambiental. As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento "circular"? (Desenvolvimento e povos autóctones; paradoxos e alternativas). **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 219-232, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Meneses (Eds.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos**, São Paulo, n. 80, 2008.

RIST, Gilbert, 2008. Le development . Histoire d'une croyance occidentale. Paris, Presses de Sciences Po, 2001

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. Amazônia e Modernidade: leitura da invasão, ocupação e incorporação da Amazônia no mundo moderno. **Revista Muiraquitã**, v. 01, n. 01, p. 11-28, 2013.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, p. 1-32, 2002.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o campesinato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldhi**, Belém, v. 8, n. 1, p. 25-64, 1992.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MONTAÑO, Marcelo. Planejamento às avessas: os descompassos da avaliação dos impactos sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco; COHN, Clarice. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília, ABA, 2014.

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

Agrotóxicos e o Avanço da Cadeia de Valor da Soja na Amazônia

Alana Paula de Araujo Aires[41](UFPA/NAEA/PPGDSTU),
Nirvia Ravena[42](UFPA/NAEA/PPGDSTU)

RESUMO: Os Agrotóxicos são produtos químicos sintéticos utilizados para matar insetos, larvas, fungos, carrapatos mediante a justificativa de controlar as doenças provocadas por esses vetores e de regular o crescimento da vegetação, tanto no ambiente rural quanto urbano. Seu uso é Institucionalizado pela Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, regulado pelo Decreto 4.074 de 04 de janeiro de 2002 e recentemente, foi aprovada a Lei 1.459/2022 que acaba acelerando o processo de registro de novos agrotóxicos. A utilização e comercialização de agrotóxicos foram popularizados com o advento da Revolução Verde que na prática foi incapaz de atender a demanda global por alimentos. No entanto, o avanço da indústria de agrotóxicos tem provocado danos à saúde humana e ao meio ambiente, a partir do avanço de monoculturas como a da soja na Amazônia. Este processo está intrinsicamente ligado ao processo de modernização agrícola. Neste contexto, o objetivo geral é demonstrar como a regulação e a desregulação de agrotóxicos vem ocorrendo. Para isto, os objetivos específicos são: demonstrar o panorama da comercialização de agrotóxicos na Amazônia; demonstrar os danos à saúde humana e ao meio ambiente provocados pela comercialização e utilização massiva de agrotóxicos; analisar os principais atores sociais dentro da arena de ação onde se desenvolve os debates sobre agrotóxicos. Dessa forma a questão norteadora deste artigo é compreender como a desregulação de agrotóxicos vem ocorrendo na Amazônia. A abordagem metodológica incluiu procedimentos qualitativos e quantitativos envolvendo análise documental e o IAD Framework. A hipótese apresentada aqui é a de que i) corporações do setor da soja vinculadas ao agronegócio utilizam massivamente agrotóxicos em sua produção em larga escala na região, contaminando comunidades adjacentes e contaminando seus ecossistemas e territórios.; ii) o acréscimo progressivo na produção da commodities volta-se para o atendimento a demandas produtivas associadas aos interesses do mercado, em uma economia cada vez mais globalizada.

Palavras-chaves: Agrotóxicos. Soja. Amazônia. Territórios. Danos.

INTRODUÇÃO

O padrão agrícola estabelecido no pós-guerra vincula-se à base tecnológica na utilização de agroquímicos (agrotóxicos, fertilizantes e corretivos), mecanização, cultivo de alto potencial de rendimento e técnicas de irrigação, visando a elevação dos índices de produtividade. Há, portanto, uma estreita relação entre a agricultura moderna intensiva e a utilização de agrotóxicos. A partir da década de 1960, tal modelo agrícola foi difundido para as regiões do Terceiro Mundo, diante de um processo conhecido como Revolução Verde (SPADOTTO, 2004).

O monopólio exercido pelas transnacionais do setor agroquímico configura uma expressão clara da grande e, pode-se afirmar específica forma do capital se reproduzir na agricultura

[41] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. Email: alanah.aires@gmail.com
[42] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. Email: niravena@uol.com

(BOMBARDI, 2011). Com a Revolução Verde isto ficou cada vez mais evidente. De forma conceitual, a Revolução Verde é considerada como elemento impulsionador de tecnologias agrícolas que possibilitaram um aumento considerável na produção, principalmente em países classificados como menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas (OCTAVIANO, 2010).

Consequentemente, os agrotóxicos para o agronegócio possuem a função de proteger as culturas agrícolas das pragas, doenças e plantas daninhas, no entanto, oferecem riscos à saúde humana e ao ambiente. O seu uso frequente, e muitas das vezes incorreto, oferece perigos alarmantes como contaminação dos solos agrícolas, das águas superficiais e subterrâneas, dos alimentos, apresentando, consequentemente, riscos de efeitos negativos em organismos terrestres e aquáticos e de intoxicação humana pelo consumo de água e alimentos contaminados, assim como o risco de intoxicação ocupacional de trabalhadores e produtores rurais.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de mortes provocadas por intoxicação com agrotóxicos alcançam 20.000 em todo o mundo, sendo que 14 mil são das nações de terceiro mundo. No entanto, as estatísticas reais podem ser ainda maiores em função da falta de documentação a respeito das intoxicações subagudas, causadas por exposição moderada ou pequena a produtos de alta toxicidade, de aparecimento lento e sintomatologia subjetiva, e intoxicações crônicas, que requerem meses ou anos de exposição, e de forma tardia causam danos de saúde como neoplasias. Diante disto, o artigo buscar responder a seguinte pergunta: como a desregulação de agrotóxicos vem ocorrendo na Amazônia?

Nesse contexto, o objetivo geral do artigo é demonstrar como a regulação e a desregulação de agrotóxicos vem ocorrendo. Para isto, os objetivos específicos são: (i) demonstrar o panorama da comercialização de agrotóxicos na Amazônia; (ii) demonstrar os danos à saúde humana e ao meio ambiente provocados pela comercialização e utilização massiva de agrotóxicos; (iii) analisar os principais atores sociais dentro da arena de ação onde se desenvolve os debates sobre agrotóxicos. Para além desta introdução, em função dos objetivos, o artigo está estruturado em quatro seções. A segunda seção trata do âmbito metodológico do trabalho. A terceira seção apresenta os resultados e discussões do trabalho com um breve panorama sobre os agrotóxicos no Brasil; Os danos dos agrotóxicos na saúde humana e sobre o meio ambiente. Por fim, na quarta seção são apresentadas as considerações finais do trabalho.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se a metodologia de Revisão Integrativa; a qual, de acordo com o descrito por Souza (2010, p. 102), "[...] determina o conhecimento atual sobre uma

temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto". A pesquisa dos artigos considerou os seguintes termos: "agrotóxicos", "saúde pública", "pesticides", "intoxicação", "danos ambientais da contaminação por agrotóxicos", "comercialização de agrotóxicos no Pará", "periculosidade dos agrotóxicos", "meio ambiente e saúde humana". Os parâmetros selecionados para a inclusão de todo e qualquer estudo no recorte final da pesquisa foram: i) produções que abordassem debates relativos aos agrotóxicos; ii) que houvessem sido publicadas entre 2015 a 2023; iii) que estivessem em formato de artigo científico; iv) e que, além de se encaixarem nos itens anteriores, tratassem de modo particular das consequências provocadas por agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente no Estado do Pará.

Além disso, foi realizado Pesquisa documental para suplementar estes referenciais. Analisou-se, dentro do mesmo recorte temporal, dados socioeconômicos e de infraestrutura do Estado do Pará, por meio de bases provenientes de instituições nacionais que produzem dados sociais, ambientais e toxicológicos, como: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA); o Sistema de Informações de Agravos e Notificações (SINAN); o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional do Câncer (INCA);

QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL DOS AGROTÓXICOS

Os efeitos danosos, em função da expansão no uso de agrotóxicos, provocados na saúde dos trabalhadores rurais e ao meio ambiente aumentam na mesma proporção. De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), somente no ano de 2022 o Estado do Pará comercializou 15.652,92 toneladas de ingredientes ativos de agrotóxicos. Isto representou uma variação de quase 10% se comparado ao ano de 2021. O Pará foi o segundo Estado da região Norte que mais comercializou estes componentes, ficando abaixo somente do Estado de Tocantins. O Glifosato, da classe dos herbicidas, foi o mais comercializado. Apesar de ser classificado pela Agência Nacional de Vigilância Nacional (ANVISA) como pouco tóxico (Categoria IV), o Glifosato é responsável por apresentar propriedades mutagênicas e cancerígenas.

O avanço das indústrias de agrotóxicos está intrinsecamente vinculado ao processo de modernização agrícola mundial pós-Segunda Guerra; caracterizado pelo uso intensivo de insumos químicos, biológicos e mecânicos (PELAEZ; TERRA; SILVA, 2010). De acordo com Folhes (2022, p. 3), "[...] a agenda do uso de tecnologias foi imposta pelos Estados Unidos e Europa para as regiões

tropicais, alegando o crescimento e combate a pobreza". Diante do contexto internacional, o processo historicamente recente do desenvolvimento da agricultura tem sido influenciado por três pilares fundamentais, a saber: a revolução verde, a implementação de políticas de desenvolvimento e os debates voltados para a questão ambiental. No âmbito brasileiro, a potencialização no uso de agrotóxicos iniciou-se na década de 1970.

A lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989 que define agrotóxicos como produtos químicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, é regulada pelo decreto nº 4.074/02.

De acordo com a legislação vigente é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) executar a avaliação da eficácia econômica; de competência do Ministério da Saúde executar a avaliação e classificação toxicológica; e, a avaliação e classificação do potencial de periculosidade cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Já o controle e fiscalização da comercialização e uso desses componentes fica sob a responsabilidade dos órgãos estaduais e do Distrito Federal (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003).. No entanto, há uma série de contradições na forma como são concedidos estes registros. Além disso, mudanças mais prejudiciais ainda podem ocorrer se o Projeto de Lei 1459 de 2022, mais conhecido como PL do veneno, for aprovado, pois prevê que a responsabilidade de aprovação dos agrotóxicos fica a cargo do MAPA, retirando dessa forma a gestão tripartite do pleito de registro destes produtos.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de notificação (SINAN), demonstram que, entre os anos de 2010 a 2020, no Estado do Pará, ocorreram 609 casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola. Isto significa sem dúvida maiores incidências de afastamento do trabalho, maiores probabilidade do desenvolvimento do câncer e maior expansão do agronegócio no Estado.

Conforme foi visto anteriormente, a Revolução Verde não produziu alimentos na proporção que se esperava e foi provocou impactos extremamente negativos para o meio ambiente e para a sociedade (BALESTRO; SAUER, 2009). Além dos impactos ambientais, causados pela utilização de tecnologias nocivas e não adaptadas, a implantação do novo modelo produtivo foi negativo também para os grupos sociais que viviam no campo. Estes foram, via de regra, expropriados. Pautada no discurso de acabar com a fome, a Revolução Verde provocou o efeito oposto, pois intensificou a deficiência na disponibilidade de alimentos, expulsou camponeses para as áreas urbanas, diminuindo a força de trabalho no campo. E, além disso, eliminando a possibilidade de aumento

desta produção com a inserção de novos camponeses com a Reforma Agrária. Daí alguns autores denominarem este processo de modernização conservadora.

Como afirma Delgado (2012, p. 13): "É importante ter em conta que a chamada "modernização conservadora" da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária". A base estrutural da organização agrária brasileira, estabelecida em função da colonização, foi mantida. No Brasil existem políticas públicas que contribuem para o uso e o comércio de agrotóxicos. A exemplo disto, somente nos oito primeiros meses de 2021 foram realizados 229 novos registros para agrotóxicos, conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (2021).

> Desde 2008, o Brasil vem sendo o país que apresenta o maior consumo destes produtos, em função do desenvolvimento do agronegócio no setor econômico, havendo graves problemas em relação ao uso de agrotóxicos no país como a permissão de agrotóxicos já banidos em outros países e venda ilegal de agrotóxico que já foram proibidos. A Tabela 1 apresenta alguns agrotóxicos e seus malefícios para saúde humana. (CARNEIRO *et. al*, 2015)

Tabela 1 - Características de alguns agrotóxicos

Classificação quanto a praga que controla	Nome técnico	Sintoma de Intoxicação
Herbicida	2-4,D (Ácido Diclorofenaxiático)	Alterações genéticas, má formação de embriões, neurotoxicidades, alterações hematológicas, desregulação hormonal
Herbicida	Glifosato	Irritação dérmica e ocular, aumento de susceptibilidade de danos hepáticos e renais, doenças respiratórias e dermatológicas e malefícios gastrointestinais
Inseticida	Tricloform	Aumento de incidência de quebras de cromossomos, redução do número de espermatozóides e do líquido seminal, anormalidades fetais, redução do número de fetos vivos, alterações estruturais na tireóide e adrenais.

Fonte: Dias *et. al*, 2018. Elaboração própria, 2024.

O último PARA (Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Alimentos) publicado em 2019 e realizado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), analisou 4.616 amostras, 270 agrotóxicos de 14 alimentos de origem vegetal que são comumente encontrados na dieta da população brasileira. Das amostras testadas cerca de 45,18% apresentaram resíduos de agrotóxicos.

Isto significa graus excessivos de intoxicação, o que, consequentemente, causam sérios problemas de saúde. Nestes termos, (Dias *et al*. 2018) afirma que os agrotóxicos podem provocar desde alergias a mudanças em vários sistemas humanos, como o imunológico, nervoso, gastrointestinal, respiratório, circulatório, endócrino, reprodutivo, entre outros.

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA (2021) (Figura 1) os agrotóxicos são definidos, para fins de registro e reavaliação, de acordo com sua toxicidade. É importante lembrar que a sistematização dos produtos, regulada pela legislação de 1989, que previa a existência de quatro categorias segundo o nível de perigo oferecido pelos pesticidas, agora passa a ter cinco divisões. Com a mudança, aqueles que pertencem ao segmento dos "extremamente tóxicos", atualmente com 800 tipos, podem cair para 300.

Figura 1- Classificação dos Agrotóxicos quanto a sua toxicidade

CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	CATEGORIA 3	CATEGORIA 4	CATEGORIA 5	NÃO CLASSIFICADO	
	EXTREMAMENTE TÓXICO	ALTAMENTE TÓXICO	MODERADAMENTE TÓXICO	POUCO TÓXICO	IMPROVÁVEL CAUSAR DANO AGUDO	NÃO CLASSIFICADO
PICTOGRAMA					Sem símbolo	Sem símbolo
PALAVRA DE ADVERTÊNCIA	PERIGO	PERIGO	PERIGO	CUIDADO	CUIDADO	Sem advertência
			CLASSE DE PERIGO			
ORAL	Fatal se ingerido	Fatal se ingerido	Tóxico se ingerido	Nocivo se ingerido	Pode ser perigoso se ingerido	-
DÉRMICA	Fatal em contato com a pele	Fatal em contato com a pele	Tóxico em contato com a pele	Nocivo em contato com a	Pode ser perigoso em contato com a pele	-
INALATÓRIA	Fatal se inalado	Fatal se inalado	Tóxico se inalado	Nocivo se inalado	Pode ser perigoso se inalado	-
COR DA FAIXA	VERMELHO	VERMELHO	AMARELO	AZUL	AZUL	VERDE

Fonte: ANVISA, 2022. Elaboração própria, 2024.

Além disso, segundo a ANVISA e considerando o tipo de ação, os agrotóxicos podem ser classificados, de acordo com a praga a que se destinam, como inseticidas (contra insetos em geral), larvicidas (contra larvas de insetos), formicidas (contra formigas), acaricidas (contra ácaros de plantas) carrapaticidas (contra Garrapatos de animais), nematicidas (contra nematóides parasitas de plantas, que formam nodulos ou "galhas" nas raízes), moluscicidas (para combate a moluscos), rodenticidas (para combate a roedores em geral), raticidas (para combate a ratos, em particular), avicidas (para controle de algumas aves comedoras de sementes), fungicidas (contra fungos), herbicidas (contra ervas daninhas e outros vegetais indesejáveis, mesmo do porte de arbustos ou árvores).

De acordo com o INCA (2021), por extensão, incluem-se também na definição de agrotóxicos os agentes desfolhantes (p. ex., 2, 4-D e 2, 4, 5-T), os antibrotantes (p. ex., hidrazida malêica, que tem como impureza a hidrazina, que é um produto cancerígeno), os dessecantes (p. ex., o paraquat) e os conservadores de madeiras (p. ex., pentaclorofenol, com algumas impurezas como o hexaclorobenzeno — responsável por uma síndrome denominada porfiria cutânea tardia e uma dioxina bastante tóxica).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Brasil possui uma diversidade de categorias das unidades de conservação, nos níveis federal, estadual e municipal. As unidades de uso sustentável possuem o objetivo vincular a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Em outras palavras há a permissão da exploração e uso econômico das áreas, mas de forma organizada e regulamentada. Estão inclusas as categorias de manejo Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (IBAMA, 2004).

O grupo das unidades de proteção integral tem o objetivo de conservar a biodiversidade e engloba as categorias de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. De acordo com o IBAMA estas categorias visam a preservação integral da biota e de outros atributos naturais existentes em seus limites relacionados a realização de pesquisas científicas que precisam de autorização do IBAMA. As Terras Indígenas são outras categorias de áreas institucionais na Amazônia Legal que estão diante da jurisdição do governo federal, através da FUNAI. Muitos autores vêm debatendo se essas áreas podem ser consideradas áreas protegidas, uma vez que estas não obedecem aos critérios estabelecidos pelo SNUC. (FERREIRA; VENTICINQUE, 2005). As Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável (Estadual e Federal), Terras Indígenas e o desmatamento na Amazônia legal são responsáveis atualmente por ocupar 4,9%, 9,1%, 20,4% e 16,5% respectivamente. O fato é o questionamento se essas áreas consideradas protegidas poderiam contribuir para a gestão de políticas públicas e de mecanismos de comando e controle do desmatamento na Amazônia ou se mais uma vez estariam fomentando a lógica do discurso. Uma vez que ao mesmo tempo o Governo cria também políticas Públicas que fomentam o desmatamento.

O AVANÇO DA CADEIA DE VALOR DA SOJA NA AMAZÔNIA

As exportações agrícolas foram a principal causa da evolução da produção no Brasil. As vendas realizadas para o exterior executadas pelo setor do agronegócio totalizaram, em 2004, 39 bilhões de dólares, o que correspondia a um valor 27% maior se comparado ao ano anterior (MIRANDA *et al*., 2007). Neste sentido, o Brasil vem adotando um modelo agroexportador com a produção de commodities visando atender o mercado externo e deixando sérios impactos socioeconômicos e ambientais nas regiões de produção.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), o Pará produziu em média cerca de dois milhões de toneladas de soja. Além disso, ocupa o 10º lugar na exportação da soja em grãos (SECEX). A questão é: em que condições isto ocorre? Pois, decorrente da atividade do cultivo de soja foram realizadas aberturas de fronteira provocando a transformação dos

pequenos centros urbanos. Diante disto, este processo desencadeou uma mudança de cenário nunca antes vista na história do país. Uma vez que impulsionada pelo trigo foi a soja pioneira na implantação da agricultura comercial no Brasil. (DOMINGUES; BERMANN, 2012). Além disso, também foi responsável por acelerar a mecanização das lavouras no país, ampliar a fronteira agrícola, modernizar o sistema de transportes e incrementar o comércio internacional.

A ocupação desordenada e predatória do espaço físico paraense alterou a estrutura espacial do Estado e suas características demográficas (CABRAL; GOMES, 2013). Além disso, ainda existem alguns fatores que são preocupantes provocadas pelas contradições entre conservação e o uso sustentável da terra, ampliação da fronteira agrícola, desmatamento, fluxos migratórios e reforma agrária, pois o ambiente em que estão assentados apresentam interesses divergentes. O fato é que há um impasse entre os interesses socioambientais e os interesses econômicos privados.

Destarte, é importante salientar que no Brasil o plantio da soja transgênica iniciou de forma ilegal em 1997, e por meio da medida provisória 223/04 foi realizada sua legalização. Com isso em 2004 houve uma elevação de 66% da área plantada de soja transgênica no Brasil.

> Entre 2003 e 2004, o crescimento do cultivo de soja transgênica foi maior entre os países em desenvolvimento (35%) que entre os países desenvolvidos (13%). O International Service for Aquisition of Aplication in Agrobiology (ISAAA) estima ainda que 90% dos agricultores que plantaram soja transgênica em 2004 são de países em desenvolvimento e em sua maioria produtores familiares. (Miranda *et. al* p. 9)

Ainda de acordo com a autora, este fato gera preocupação, pois sem considerar todos potenciais e riscos que a propagação na natureza de plantas geneticamente modificadas traz consigo, a principal semente de soja geneticamente modificada é a Soja RR que apresenta resistência ao herbicida Glifosato. Neste contexto, é possível perceber que a expansão da produção de soja no Brasil reflete no desmatamento da Amazônia. Para conseguir essa produção em larga escala o uso de agrotóxicos é defendido pelo agronegócio como indispensável. Não levam em consideração os efeitos sobre a saúde humana que estes produtos causam e muito menos os efeitos negativos ao meio ambiente.

Consequentemente, o desmatamento no Estado do Pará cresce a cada ano. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais o Pará foi o Estado da Amazônia Legal que liderou o ranking de desmatamento em 2023 com um total de 52.366,90 km^2.

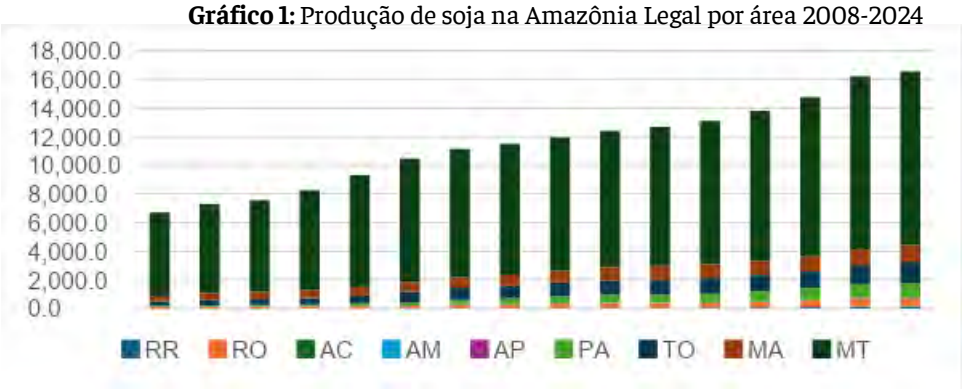
> as causas do desmatamento já estão amplamente estudadas e incluem diversos fatores, como o preço dos produtos agropecuários, as condições de acesso, os gastos do governo, o nível de renda e a presença da população, por exemplo, cabendo aqui a ressalva de que alguns fatores estão mais presentes e atuantes em alguns Estados

> que em outros. Muitos dos fatores causadores do desmatamento relacionados na literatura, direta ou indiretamente, são derivados de políticas realizadas pelo governo federal, como crédito rural ou ampliação e melhoria das rodovias, por exemplo. (Prates; Serra, 2009, p.2)

Nesse contexto, muitas políticas estatais acabam fomentando e financiando o desmatamento no Estado do Pará. O Governo estimula esse fenômeno quando aprova recursos para atividades que irão impactar diretamente no uso do solo como a agropecuária, quando reduz os impostos e promovem isenção fiscal para a compra de agrotóxicos, quando abre estradas com o discurso desenvolvimentista, mas o verdadeiro objetivo é ter melhor escoamento da produção nos municípios que atuam na produção da monocultura de soja por exemplo.

Após uma década, de 2008 a 2018, conforme os dados do Gráfico 1, todos os municípios do Pará passaram a ser produtores de soja, permanecendo a principal produção ainda no estado do Tocantins, seguido do Pará e de Rondônia, que tiveram uma expansão surpreendente da área utilizada e da produção de soja. É evidente as dificuldades em desenvolver um método integrador da contabilidade ecológica a econômica, a fim de desenvolver uma análise de um modelo ótimo de desenvolvimento sustentável que considere o desempenho socioambiental, tal como o conceito do Produto Interno Líquido Ambientalmente Ajustado (PILAA), como indicado por Costanza (1994).

Gráfico 1: Produção de soja na Amazônia Legal por área 2008-2024



Fonte: CONAB, 2024.

O asfaltamento da BR-163 tende, no entanto, a ter um impacto bastante significativo no avanço da soja sobre a floresta, pois o seu asfaltamento possibilitará o acesso a áreas que não foram alcançadas pelo mercado do agronegócio, como no sudoeste do Pará. É válido ressaltar que o ritmo de expansão territorial e de organização dos empreendimentos ligados à economia da soja se intensificou em plena crise dos projetos federais, ou seja, em meados da década de 1980.

Consequentemente, o segundo produtor brasileiro de grãos de soja para o mercado externo é o Mato Grosso. Para esse resultado, contribuíram diversos eventos significativos na história recente

da sub-região: os estudos sobre o aproveitamento do cerrado na década de 1960; o projeto POLONOROESTE; a colonização privada, incentivadora da imigração de colonos procedentes do sul do país desde a década de 1970; e a iniciativa empresarial de grandes grupos exportadores de São Paulo na década de 1980. Além disso, novas áreas de plantio estão surgindo nos cerrados, com perfil imigratório e de financiamento distinto. A estruturação de um arranjo espacial em sintonia com a expansão de organizações agroindustriais não é de responsabilidade exclusiva da soja.

As diferentes visões de desenvolvimento também embasam diferentes ações governamentais e não-governamentais. No entanto, apesar de algumas controvérsias, os países agem em prol do crescimento econômico, e essa via, por si só, não parece ser condição suficiente para reduzir a pobreza, melhorar a qualidade de vida e erradicar a miséria. É possível notar que os estados nos quais foram aplicadas um quantitativo maior de políticas desenvolvimentistas desde os anos 70, com programas de colonização, abertura de estradas e incentivos fiscais direcionados para a pecuária, mineração e exploração madeireira, são também os que têm maiores taxas de desmatamento acumulado. Isso é válido para Maranhão, Pará, Rondônia e Mato Grosso; os três últimos apresentam as maiores taxas até o presente momento.

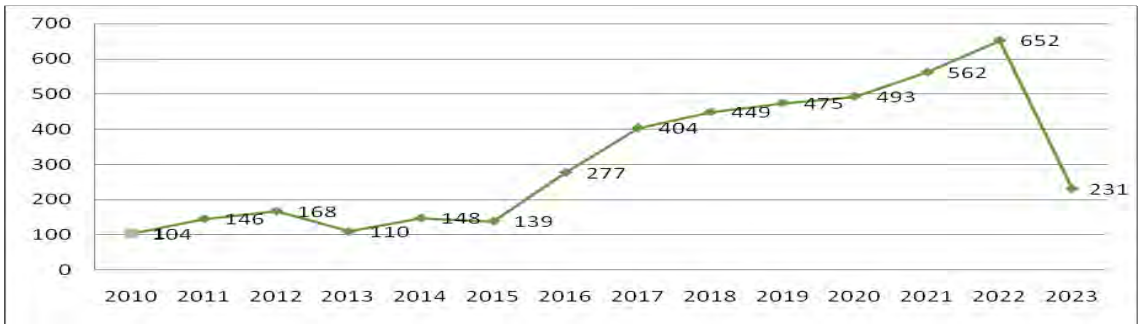
Percebe-se que a temática tem estreitas ligações com a preservação do meio ambiente, uma vez que a própria exploração predatória dos recursos naturais não renováveis ou mesmo renováveis pode antecipar o esgotamento das fontes fitoterápicas, utilizadas para tratar diversas doenças da civilização moderna. Embora a preocupação atual com a preservação da natureza tenha obtido espaço na mídia, aumentando significativamente a conscientização das pessoas sobre questões ambientais, ainda não foi possível alcançar um nível de conscientização minimamente adequado para transformar o discurso em ação coletiva em prol do desenvolvimento sustentável, isto é, passar do campo teórico para o campo prático.

Diante do exposto, o objetivo do processo de registro de agrotóxicos, ou seja, da sua regulação, em teoria, seria o de reduzir os riscos à saúde humana e à conservação ambiental. Entretanto, os danos decorrentes do uso indiscriminado destes produtos mantêm-se severos de um ponto de vista socioambiental, considerando que o registro em si não impede seu uso por determinados agentes. Consequentemente, este cenário se reflete em pressões do setor agrícola regulado, seja nos espaços institucionais de discussão, ou por meio de lobby diante dos poderes executivo e legislativo. Como as avaliações com maior grau de complexidade referem-se aos impactos ambientais e à saúde humana, estas levam muito mais tempo para serem concluídas. (Pelaez et al., 2015).

Desse modo, com o discurso de modernizar a agricultura e de conceber ao processo de registro dos agrotóxicos maior rigor técnico, está em discussão no Senado o Projeto de Lei nº

1459/2022; o qual, na sua essência, mesmo com alguns vetos flexibiliza a utilização, registro e comercialização destes produtos químicos. O fato é que os números de registros de agrotóxicos no Brasil, desde 2010, só aumentam (Gráfico 1). Caso a Lei venha a ser sancionada, a tendência é que o uso de tais contaminantes amplie-se exponencialmente, ocasionando danos ainda maiores à saúde humana e ao meio ambiente.

Gráfico 2: Total de Registros de Agrotóxicos, seus componentes e Afins

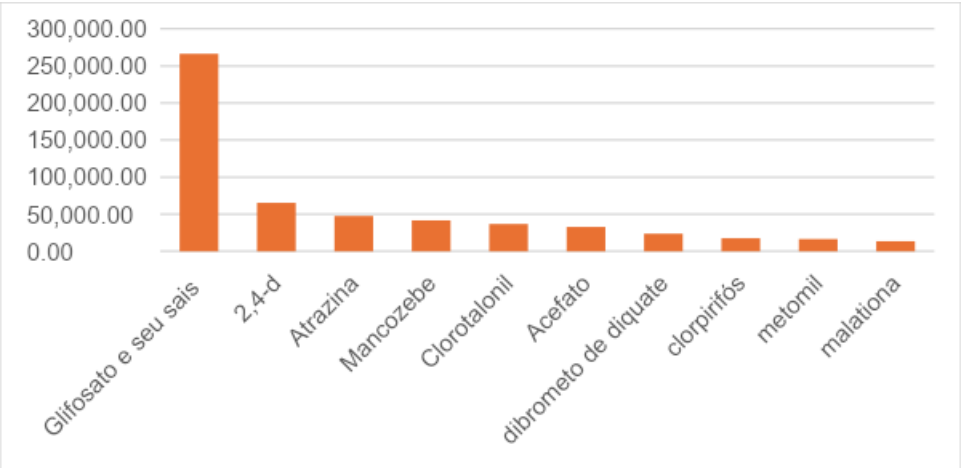


Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2023. Elaboração da pesquisadora, 2024.

.

Além disso, de acordo com o relatório do IBAMA, o estado do Pará liderou em 2021 a venda de agrotóxicos. Em 2009, ele ocupava a 3ª posição na venda de agrotóxicos. Mas, nos últimos anos, o cenário mudou – em função da expansão de cadeias produtivas agrícolas no estado, como a da soja – resultando na intensificação de sua comercialização no estado (Tabela 1). Neste contexto, o panorama da comercialização de agrotóxicos já demonstra que as políticas econômicas recentes revelam-se, em sua maioria, favoráveis aos interesses do agronegócio em detrimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e justiça social (Ferreira, 2012).

Tabela 1: os 10 ingredientes ativos mais vendidos no Pará em 2022



Fonte: IBAMA, 2022 (Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto n° 4.074/2002)
Unidade de medida: toneladas de IA. Elaboração da Pesquisadora, 2024.

Assim, somente no Estado do Pará, as intoxicações exógenas por agrotóxicos entre os anos de 2012 a 2022 corresponderam a um total de 6.951 casos notificados, sendo que o agrotóxico agrícola glifosato é responsável por 921 casos desse panorama das intoxicações exógenas. Isto sem mencionar o quadro das subnotificações, o que acarreta um agravante para toda a situação. (DATASUS/SINAN, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio para realizar o combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos e promover a produção sustentável é desafiadora. A Lei de agrotóxicos bem como o decreto que a regulamenta 4.074/2002 apresentaram avanços significativos, porém não foram suficientes para evitar e combater os elevados níveis de intoxicação causadas por seus componentes e os impactos negativos sobre o meio ambiente. E o agravante é que mesmo com suas limitações, a lei atual encontra-se ameaçada por um novo projeto de lei que visa flexibilizar ainda mais a aprovação e comercialização de agrotóxicos (PL 1459/2022).

Por outro lado, a prática do neoliberalismo, utilizada no Brasil, só tem agravado ainda mais o problema colaborando com as empresas multinacionais visando atender o mercado externo e deixando o desenvolvimento, de fato, em último plano ou inexistente. Diante disto, acaba havendo uma grande contradição, pois ao mesmo tempo que o governo cria políticas públicas que contribuem para a preservação do meio ambiente, há também a criação de políticas que vão contra essa preservação a partir do momento que há incentivo do agronegócio, ocorrendo assim pouco ou nenhum avanço neste sentido.

A sociedade precisa, por sua vez, precisa estabelecer pressões e ações para tentar limitar a mão invisível do mercado representado pelas multinacionais. Um modelo alternativo frente a tudo que vem ocorrendo é a agroecologia como forma de justiça ambiental, isto é, quadro de vida futuro no qual a dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada (ACSELRAD, 2009), diante de toda desigualdade que o sistema econômico provocado pela comercialização dos agrotóxicos provoca. Ela é uma ciência que segundo CAPORAL; COSTABEBER (2002), a partir dos estudos de Altieri, Gliessman, Noorgard, Sevilla Guzmá, Toledo e Leff, vêm se constituindo como uma ciência ou disciplina científica. É estabelecida assim como área de conhecimento multidisciplinar com seus princípios, conceitos e metodologias. Além disso, para a Agroecologia, a estrutura dos modelos

agrícolas/agrários alternativos, de fonte ecológica, forma-se no elemento mediante o que se pretende gerar estratégias de desenvolvimento sustentável (GUSMÁN, 2001).

Portanto, a agroecologia tem se mostrado como alternativa para o combate ao uso indicrisminado de agrotóxicos, pois busca um desenvolvimento com justiça ambiental. Além disso, a partir da revisão realizada fica claro que os agrotóxicos são extremamente nocivos para a saúde humana e para o meio ambiente. O discurso de usá-los para aumentar a produtividade agrícola não se sustenta, uma vez que a produção pouco contribui com o PIB e suas externalidades negativas são maiores. A legislação atual sobre agrotóxicos, seus processos de registro e comercialização apresentam-se extremamente falhos. Ocorre liberações cada vez maiores de pesticidas impulsionados pela própria legislação, com estímulo total do Estado e por cadeias globais de valor, como a da soja aqui na Amazônia. Isto provoca danos diretos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Neste sentido, a contribuição inédita deste trabalho consistiu em demonstrar um breve panorama sobre os agrotóxicos na Amazônia e seus danos socioambientais. Concluiu-se que, apesar da redução no número de registro de agrotóxicos nos últimos anos, sua comercialização ainda se mantém elevada, provocando assim a desregulação de pesticicidas na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. CAMPELLO, Cecília. MELLO, Gustavo das Neves Bezerra. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia:** os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 7-16.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. **Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, [...] e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 5, p. 1-12, 8 jan. 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

BOTELHO, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão E Sociedade**, 5(11), 121–136. https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220. Acesso em 10 Mar. 2024.

CABRAL, Eugênia Rosa; GOMES, Sérgio Castro. Gestão ambiental pública em municípios com forte correlação entre desmatamento e expansão da pecuária, soja e madeira. **Ensaios FEE**, v. 34, n. 1, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARNEIRO, F. F. et al. Segurança Alimentar e nutricional e saúde. Parte 1. In CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: Acesso: 15 mar. 2024.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. F**ourth national report on human exposure to environmental chemicals**. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention, 2009.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144p.

DIAS, A. P., do Monte Gurgel, A., Rosa, A. C. S., B´urigo, A. C., and de Oliveira, A. C. **Agrotóxicos e Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz, 1st edition, 2018.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, p. 473-488, 2022.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & sociedade**, v. 15, p. 1-22, 2012.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos avançados**, v. 19, p. 157-166, 2005.

FOLHES, Ricardo Theophilo; FERNANDES, Danilo Araújo. A dominância do paradigma tecnológico mecânico-químico-genético nas políticas para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia (Paper 540). **Papers do NAEA**, v. 31, n. 1, 2022.

IBAMA-INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto n° 4.074/2002.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Exposição no trabalho e no ambiente. **Agrotóxico**. Rio de Janeiro: INCA, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Ambiente, trabalho e câncer: aspectos epidemiológicos, toxicológicos e regulatórios** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. – Rio de Janeiro: INCA, 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Processo político e decisório no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente** – Conama. Brasília: Ipea, 2011. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <http:// goo.gl/mja6T2>. Acesso em 16 de março de 2024.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre**, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

OCTAVIANO, Caroline. Muito além da Tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência** , n.120. Campinas , 2010.

PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio Henrique Bittes; DA SILVA, Letícia Rodrigues. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. **Revista de Economia**, v. 36, n. 1, 2010**.**

PRATES, Rodolfo Coelho; SERRA, Maurício. O impacto dos gastos do governo federal no desmatamento no Estado do Pará. **Nova Economia**, v. 19, p. 95-116, 2009.

MIRANDA, Ary Carvalho de et al. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 7-14, 2007.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

SPADOTTO, Claudio A. et. al. **Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações**.-- Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 29 p.-- (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 42).

GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA: IMPLANTAÇÃO DA ÁREA PORTUÁRIA II NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

Alexandro Napoleão Sant'Ana[43] (UFPA)
Tatiane Rodrigues de Vasconcelos[44] (UFPA)

RESUMO: O artigo propõe discutir sobre conflitos socioambientais que ameaçam a territorialidade de populações quilombolas na cidade de Santarém/PA, no território quilombola Pérola do Maicá. Analisa a relação dos agentes do capital com o poder público e os processos de resistência social frente ao projeto de implantação da Área Portuária II, no território quilombola Pérola do Maicá, em Santarém/PA. Assim, por meio de uma pesquisa exploratória, levantamentos bibliográfico e documental, constatou como o estado de coisas atinge as comunidades quilombolas na luta pelo território objeto de estudo. A pesquisa revisitou o conceito de descolonialidade construído na perspectiva de autores como Dussel e Quijano como contraponto ao discurso desenvolvimentista frequentemente utilizado. Alfim, a conclusão alcançada é a constatação da violação dos direitos da população quilombola local. A inobservância do direito à consulta prévia, livre e informada, bem como a um desenvolvimento sustentável de acordo com seus modos de ser, fazer e viver, em seu território, conforme aludido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, e outros instrumentos legais, ficou evidenciada.

Palavras-chave: Populações tradicionais. Quilombolas. Desenvolvimento. Descolonialidade.

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do censo 2022, o país conta com uma população de 1.327.802 pessoas que se autodeclaram quilombolas (IBGE, 2023). Este contingente populacional está dividido por todas as regiões brasileiras. Estima-se que o Brasil possua 5.972 localidades quilombolas espalhadas por suas 5 regiões político-administrativas, conforme dados estatísticos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram coletados em 2019 e consolidados na Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre Indígenas e Quilombolas. Vejamos:

> Das 5.972 localidades, 404 são territórios oficialmente reconhecidos, 2.308 são denominados agrupamentos quilombolas e 3.260 são identificados como outras localidades quilombolas. Entre os agrupamentos, 709 estão localizados dentro dos territórios quilombolas oficialmente delimitados e 1.599 estão fora dessas terras. O Nordeste é a região do Brasil que concentra o maior número de localidades quilombolas, 3.171. Logo em seguida vem a região Sudeste com 1.359 quilombos. As demais regiões têm os menores números: Norte (873), Sul (319) e Centro-Oeste (250). É no Nordeste também que está localizado o maior número de territórios quilombolas oficialmente reconhecidos (176). Mas é no estado do Pará, na região Norte, que está a maioria das localidades com delimitação oficial (75) (IBGE, 2019).

[43]Doutorando no Programa de Pós-graduação em Direito, UFPA, Brasil. Email:sandronapoleao@yahoo.com.br
[44] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Direito, UFPA, Brasil. Email:tatirov@yahoo.com.br

Assim, a região Norte ocupa a 3ª posição deste *ranking*. Nesta conjuntura, verificamos que o Pará se destaca com seu maior número de territórios oficialmente delimitados. De um universo de 516 localidades quilombolas, 75 conquistaram tal direito (IBGE, 2019). O estado do Pará é o líder nacional em demarcações desta natureza.

Não se pode olvidar que, atualmente, estamos vivendo a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), um programa da Organização das Nações Unidas (ONU) voltado à erradicação da pobreza e da exploração, propiciando a participação de afrodescendentes na vida pública, política e econômica. O programa reconhece a vulnerabilização desta população e incentiva os Estados nacionais a buscarem alternativas capazes de garantir educação e trabalho para a superação de desigualdades, por meio de medidas especiais como ações afirmativas.

> A população afrodescendente compreende um grupo heterogêneo com histórias, experiências e identidades diversas. As circunstâncias nas quais eles vivem e os problemas que eles enfrentam variam conforme país e região. Há cerca de 200 milhões de afrodescendentes vivendo nas Américas e muitos outros milhões em outros continentes. Seja como descendentes de vítimas da escravidão e do comércio transatlântico de escravos ou como migrantes recentes, eles enfrentam uma série de problemas globais e transversais que devem ser abordados (ONU, 2015).

Logo, este artigo apresenta a conflituosidade vivida na cidade de Santarém, localizada na região oeste do estado do Pará, entre a população afrodescendente quilombola local e grandes empreendimentos ligados ao agronegócio, que buscam instalar-se nas imediações de seus territórios com o apoio explícito do poder público. A intenção da pesquisa é verificar se a almejada criação de uma nova área portuária no município afronta os direitos da população quilombola à luz da legislação existente.

Para tanto, além da introdução e conclusão deste estudo, o primeiro capítulo aborda diretamente a histórica ocupação territorial da Amazônia. Na sequência, o texto traz um capítulo que trata da população quilombola santarena no contexto municipal, bem como o histórico das deliberações políticas que levaram à criação de uma nova área portuária e a legislação correlata. Finalmente, a discussão atravessa a perspectiva descolonial e o conceito de Bem Viver como alternativas ao desenvolvimentismo.

2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL AMAZÔNICA

Sem descuidar da questão ambiental, destacamos a percepção quanto ao incremento na qualidade de vida, oportunidades econômicas e cidadania dos habitantes da região amazônica, em um equilíbrio entre perdas e ganhos advindo das transformações de ordem social, econômica e

política sobre a problemática socioambiental, no viés de interesses nacionais e internacionais, nas últimas décadas.

Ainda assim, com todas as alterações produzidas – no tempo e no espaço – a tradição cultural de povos e comunidades locais ainda resiste, sendo constatada a sua resiliência, íntima ligação com a biodiversidade local e a capacidade de preservação do meio ambiente, em razão de sua diversidade cultural e saberes acerca da história ecológica do território amazônico.

Lado outro, as dinâmicas socioambientais percebidas por Organizações Não Governamentais (ONG), pesquisadores, agências e órgãos governamentais dão conta dos avanços da biotecnologia e os novos interesses mercadológicos. Neste sentido, existe uma forte pressão do capital em integrar a região à economia de mercado com a apropriação e uso da terra, a dilapidação do meio ambiente, a expropriação de seus povos tradicionais e outras medidas, que favoreçam um modelo capitalista predatório, que beira o racismo.

Historicamente, dois empreendimentos são simbólicos deste esforço de integração da região à economia nacional, a saber: a construção de Brasília (1960) e a abertura da Rodovia Belém-Brasília (1974). Neste ínterim, promoveu-se a migração de enormes contingentes de brasileiros, das mais diversas regiões, impulsionados pelo sonho de adquirir terras para plantar e colonizar, bem como, por meio de incentivos fiscais, atraíram-se capital e empreendedores que iriam conduzir obras de infraestrutura, extração de madeira e agroextrativos, pecuária, garimpo e a grande mineração.

O financiamento público foi decisivo neste processo de atração de empresas de médio e grande porte, no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, tendo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), conforme denunciado por Violeta Loureiro, sido "um poderoso mecanismo de concentração de riqueza, num extremo, e de pobreza, noutro extremo" (Loureiro, 2022, p. 30).

A nova fronteira agrícola também tinha por objetivo aplacar as tensões populacionais nas regiões Sul e Nordeste por meio da ocupação deste "vazio demográfico". A migração consistiu em uma estratégia geopolítica de reordenamento socioeconômico. E esta fronteira continua sendo um lugar de ilegalidade, abuso, violência, de criminalidade social e ambiental, alicerçada na impunidade acarretada por uma rede de arranjos político-econômicos em nível regional e nacional (Castro, 2004).

Por conseguinte, ressaltamos que neste período a violência simbólica e, sobretudo, física torna-se uma marca indelével do processo de ocupação do Norte. A busca ambiciosa por novas terras e recursos naturais levou ao surgimento de fenômenos como pistolagem, grilagem, trabalho escravo, chacinas e outras mazelas sociais às quais as populações locais não estavam habituadas.

Em que pese a existência de estudos, na década de 1970, apontando impactos no ecossistema amazônico, foi somente a partir da dramática construção da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará – e posteriormente Balbina, no Amazonas –, que se despertou para uma reflexão e mobilização de grupos locais.

Contra esta nova dinâmica político-econômica na região, uniram-se religiosos, ONG's, pesquisadores e diversos representantes da sociedade local tradicional, como seringueiros e atingidos por barragens. Não tardou para que a Amazônia fosse alçada ao noticiário mundial, na década de 1980, em virtude do tema ambiental. Já naquela época, a exemplo do que novamente se constata em 2023, os indígenas Yanomami de Roraima eram afetados pela exploração descontrolada dos recursos naturais de suas terras invadidas, em um processo classificado por muitos como genocídio.

O mito de que a Amazônia era uma planície homogênea foi superado. Estudos conduzidos por geólogos, botânicos e biólogos demonstraram a riqueza da biodiversidade deste bioma único no planeta. Um mosaico ecológico de ecossistemas interligados, ocupado por grupos humanos adaptados a dele retirar os recursos necessários à própria subsistência produzindo o mínimo de impacto com seus modos de ser, fazer e viver.

A partir dos anos 1990, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Eco-92 ou Rio-92, ocorre uma convergência mundial em prol da questão ambiental e sobre as contradições da sociedade brasileira, que são desnudadas no cenário global por conta de suas agressões contra seu próprio patrimônio genético e populações tradicionais. Uma nova cultura é instaurada em torno do potencial ecológico da região em uma sinergia de esforços que envolve diversos atores.

Rapidamente, as populações tradicionais são alçadas ao cenário internacional como bandeira do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental. Sua presença em fóruns mundiais passa a ser rotineira, revalidando os saberes locais no cenário das mudanças globais de viés econômico e tecnológico. A Amazônia passa a figurar em um novo contexto, o dos mercados internacionais que visam os produtos da floresta com propriedades cosméticas e medicinais. Era o surgimento da marca Amazônia com todo seu conteúdo cultural e ambiental (Castro, 2004).

A par desta rápida guinada no cenário mundial, o Brasil passa a adotar algumas estratégias voltadas a um maior controle sobre seu patrimônio natural por meio de iniciativas governamentais introduzindo políticas e programas, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Programa Piloto para Proteção das Florestas

Brasileiras (PPG-7). Desta forma, a Amazônia desempenha um papel fundamental na política externa dando voz ao Brasil frente à comunidade internacional.

Outrossim, essa maior integração internacional da região foi capaz de acarretar consequências de natureza geopolítica sobre a apropriação do território amazônico na perspectiva da sociedade civil organizada, governos estaduais e a cooperação internacional, ao longo do século XX (Becker, 2005). Enfatiza-se, ademais, as dificuldades de políticas públicas na região em razão das disputas territoriais em escala, até mesmo, global. Logo, o fortalecimento institucional em ciência, tecnologia e inovação regionalizadas seria uma forma de garantir a consolidação do desenvolvimento local.

Pontua-se que as disputas territoriais amazônicas são marcadas pela geopolítica, na perspectiva de "um campo de conhecimento que analisa as relações entre poder e espaço geográfico" (Becker, 2005, p. 71). As relações alteraram-se ao longo do tempo e hoje observa-se uma coerção forçada de atores diversos sobre os processos de tomada de decisões dos Estados, a ocupação e uso de territórios.

Portanto, na visão de Becker (2005), dois movimentos internacionais regulam tais atividades, a saber: o sistema financeiro informacional e o internacionalismo dos movimentos sociais. Essa articulação é multifacetada e conta com a participação de diversos atores. Neste sentido, a Amazônia destaca-se no cenário global:

> A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista (p. 72).

Apesar disso, as forças locais têm desenvolvido processos de lutas de resistência frente ao avanço de indivíduos exógenos ávidos pela ocupação territorial que, durante décadas passadas, agiram livremente. As lutas sempre ocorreram, a tomada deste território nunca fora pacífica, porém, os meios de resistir sofisticaram-se por meio da interação cada vez maior possibilitada pelo avanço tecnológico. A capacidade de mobilização por meio das redes é um dado novo.

No passado, a mercantilização da natureza foi o propulsor para a ocupação e exploração do espaço amazônico, alicerçado na ideia de nova fronteira, inculta e inabitada, que demandava sua integração à economia nacional. O que se sucedeu, infelizmente, foi uma tragédia socioambiental.

Por conta destes fatores, Becker (2005) define a região amazônica como uma "floresta urbanizada". A globalização foi responsável pela integração da Amazônia ao cenário global. Seu principal ativo é o capital natural. E assim descreve:

> A primeira lógica é a civilizatória ou cultural, que possui uma preocupação legítima com a natureza pela questão da vida, o que dá origem aos movimentos ambientalistas. A outra lógica é a da acumulação, que vê a natureza como recurso escasso e como reserva de valor para a realização de capital futuro, fundamentalmente no que tange ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço da tecnologia. Outro recurso de que pouco se fala, mas que já é fundamental, é a água como fonte de vida e de energia em razão dos isótopos de hidrogênio, questão teórica ainda não solucionada, mas que vem sendo pesquisada em muitos países, especialmente na Alemanha e nos EUA (p. 74).

Conforme transcrito, outro dado destacado pela autora é o interesse das grandes potências por este território. Ao lado da Antártica e do fundo do mar, a Amazônia é um ativo grandemente cobiçado. Entretanto, diferentemente dos outros dois, este território florestal encontra-se sob o domínio de diversos Estados nacionais, mormente o Brasil.

Vale frisar que os entes subnacionais também exercem seus interesses neste intrincado cenário de exploração. O protagonismo de atores locais na condução de modelos de crescimento rural e urbano vai ao encontro de um modelo de desenvolvimento econômico que nem sempre privilegia os interesses das populações.

> O Mato Grosso e o Pará têm estratégias extensivas de uso da terra, o estado do Amazonas tem uma estratégia pontual industrial, localizada em Manaus; o Acre e o Amapá se baseiam na estratégia da florestania, modernização do extrativismo; em Rondônia procura-se expandir a pecuária e mesmo a soja, e, em Roraima, a soja no lavrado (cerrado) cercado por florestas e terras indígenas. O município também é um ente político que tem voz na região, embora sem recursos financeiros. Economicamente, não tem força, mas a tem do ponto de vista político, e é responsável pela urbanização recente, transformando as vilas em cidades (Becker, 2005, p. 82). O avanço acelerado do agronegócio, em especial a monocultura da soja e a pecuária, tem se mostrado o maior desafio da região nas últimas décadas, sufocando as comunidades tradicionais da Amazônia e exercendo forte pressão sobre o bioma.

3. QUILOMBOLAS DE SANTARÉM: TERRITORIALIDADE AMEAÇADA

O município de Santarém registra 10 territórios quilombolas certificadas, a saber: Arapemã, Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba, Maria Valentina (que engloba as comunidades Nova Vista do Ituqui, São Raimundo do Ituqui e São José do Ituqui), Patos do Ituqui, Pérola do Maicá, Saracura, Surubiu-Açu e Tiningu, de acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (FCP).

A cidade possui importância local e regional como polo de influência cultural, econômica e de lazer, conforme dados da prefeitura municipal de Santarém (2021):

> O Município de Santarém localiza-se na Mesorregião do Baixo Amazonas, na margem direita do Rio Tapajós, sendo a terceira maior cidade do Estado do Pará e o

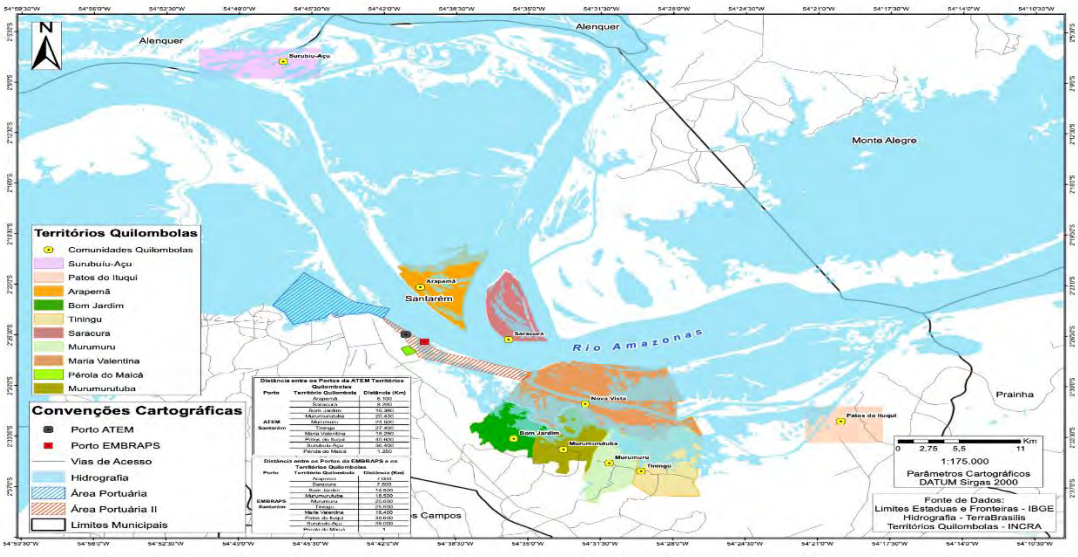
> principal centro socioeconômico do oeste do estado, porque oferece melhor infraestrutura econômica e social (como escolas, hospitais, universidades, estradas, portos, aeroportos, comunicações, indústria, comércio e etc.) e o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural do oeste do estado. Santarém possui uma área de 22.887,080 km^2, sendo que 77 km^2 estão em perímetro urbano. O município pertence à mesorregião e a microrregião do Baixo Amazonas, situa-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas e por ser localizada a cerca de 800 km das metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém), ficou conhecida poeticamente como "Pérola do Tapajós". [...] Em 2020, a população de Santarém/PA foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em um quantitativo de 306.480 habitantes, sendo então o terceiro município paraense mais populoso, o sétimo mais populoso da Região Norte e o 83º mais populoso município do Brasil.

De acordo com o censo 2022, a cidade de Santarém possui uma população de 4.363 quilombolas, o que corresponde a 1,3% da população total de 331.917 moradores (IBGE, 2023). Todavia, a despeito do reconhecimento de toda esta população e do andamento dos processos de reconhecimento e titulação territorial pelo qual vem passando, os interesses de agentes do capital tem voltado seus olhos para a região.

No ano de 2018, a câmara municipal de Santarém aprovou – em desacordo com a manifestação popular – a alteração do Plano Diretor Urbano de Santarém (PDU) transformando a Área de Proteção Ambiental (APA) do Maicá em área de expansão portuária. Esta decisão legislativa viabilizou a rápida instalação do porto da empresa de combustíveis Atem's Distribuidora de Petróleo LTDA, vejamos:

> O Plano Diretor - texto que rege o ordenamento urbanístico da cidade - foi modificado pela Câmara dos Vereadores e apreciado às pressas na última sessão legislativa de 2018, contrariando decisão popular validada em Conferência Municipal de novembro de 2017 que estabelecia a necessidade de consulta prévia, livre e informada aos povos tradicionais da região antes de qualquer projeto ou obra no Lago, seguindo princípios da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A mudança violou o direito ao território, participação social e à consulta prévia de povos e comunidades tradicionais da região, que a partir disso acompanharam a consolidação de empreendimentos no Lago. A instalação das obras tem afetado os seus modos de vida e o meio ambiente. Onde antes era uma área de proteção ambiental com grande diversidade de espécies da fauna e flora, forte atividade pesqueira tradicional e turismo comunitário, hoje passa a contar com a presença de estruturas portuárias e movimentações de navios de cargas e descargas que já afetam a profundidade das águas, provocando o assoreamento de braços do rio e igarapés, como observam as comunidades. Além disso, os moradores também convivem com a constante ameaça de vazamentos de óleo dos carregamentos e contaminações, uma vez que já há um porto de exportação de combustível no local (Terra de Direitos, 2022).

Figura 1 – Localização de territórios quilombolas e áreas portuárias de Santarém/PA.



Fonte: Elaborado pela ONG Terra de Direitos, 2022.

É possível verificar na Figura 1, logo acima, que o porto da Atem's está localizado a 1,250 km de distância do território quilombola Pérola do Maicá, enquanto outro projeto – de instalação do porto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), destinado ao escoamento de grãos, paralisado por ordem judicial – encontra-se a apenas 1 km. Ambos os empreendimentos têm um elevado potencial de impacto socioambiental sobre o modo de vida das populações locais, o que é proibido pela Portaria Interministerial nº 60/2015, que estipula uma distância mínima de 10 km para portos, mineração e termoelétricas em relação à terra [sic] quilombola.

No entanto, a publicidade que envolve a implantação da Área Portuária II apresenta as mesmas características que notabilizaram a implantação da empresa estadunidense de transporte de cargas CARGILL, que se encontra encrustada na orla principal da cidade, denominada Área Portuária I:

> O projeto é vendido para a população com a promessa de expressiva geração de renda e emprego em Santarém, além de uma quantidade maciça de impostos que seria captada pelo Estado com a implementação do empreendimento – mesmo que o porto da Cargill, presente na região desde a década de 1970, seja um grande exemplo de que esse tipo de empreendimento não traz benefícios para a população local (Amazônia Latitude, 2019).

O território Pérola do Maicá, formado por 34 famílias quilombolas, possui titulação parcial das terras (mais de 70%), com a devida expedição de títulos de propriedade pela prefeitura municipal de Santarém (Terra de Direitos, 2020). O local encontra-se em uma área de transição urbano-rural (periurbana) caracterizada por várzea, lagos e terra firme, estando situado a aproximadamente 8 km de distância por via terrestre e a 1 hora de viagem fluvial, a partir do centro da cidade.

E é justamente esta proximidade com o meio urbano que torna aquela comunidade especialmente vulnerável à exploração do meio ambiente pelo capital, com a aquiescência do poder público. Este território – e os demais – está localizado às proximidades da rodovia federal BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da rodovia estadual PA-370 (que se liga à rodovia federal BR-230/Transamazônica), importantes corredores que integram um projeto de expansão do escoamento de grãos oriundos do estado do Mato Grosso e da já considerável produção paraense, que avança avidamente às margens destas rodovias.

A rigor, esta localidade da cidade de Santarém é ocupada por povos e comunidades tradicionais que buscam resgatar sua identidade e o reconhecimento de seus direitos territoriais garantidos legalmente. Neste diapasão, nunca é demais relembrar e ressaltar a proteção constitucional de que gozam essas populações:

> No caso dos remanescentes das comunidades dos quilombos, a titularidade pertence a eles seja o uso ou gozo, cujo pleno domínio lhes garantem a autoadministração e autogestão. A Constituição Federal, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegura às comunidades quilombolas não apenas a posse ou manejo das áreas que estejam ocupando, mas também o domínio absoluto (Benatti, 2011).

Ainda, conforme definido pelo Decreto 6.040/2007, da Presidência da República, as comunidades quilombolas locais podem assim ser entendidas juridicamente:

> [...] I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Destacamos, ainda, a existência do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, como previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

Isto posto, além da Portaria Interministerial nº 60/2015, constata-se que o território quilombola Pérola do Maicá goza de plena proteção legal, assim como os demais territórios desta cidade que, direta ou indiretamente, serão atingidos por intervenções no Lago do Maicá pelo comprometimento dos seus modos de ser, fazer e viver, o que irremediavelmente inviabilizará sua reprodução física e cultural na região.

Ainda, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê, entre outras medidas, o direito à consulta prévia, livre e informada desta população, o que não fora realizado em momento algum naquela região. Portanto, nenhum desses respaldos legais parece ser suficiente para garantir os direitos daquela população. É fato – não isolado – que interesses econômicos poderosos têm colocado em xeque a existência de diversas comunidades tradicionais na Amazônia.

Em Santarém, é possível fazer a inquietante constatação de que os agentes do capital têm avançado ferozmente sobre uma área de raízes tradicionais protegida por recomendações, legislações e instrumentos normativos diversos, contando com a colaboração do poder público municipal – executivo e legislativo. O chamado desenvolvimentismo, sempre associado à ideia de evolução, é a justificativa por trás deste processo de produção e acumulação capitalista infindável e insaciável.

Mas, será mesmo que um futuro melhor só poderá ser alcançado por este tipo de "progresso"? Segundo as reflexões filosóficas de Mário Sérgio Cortella a respeito do conceito de evolução humana:

> Se nós acreditamos que a humanidade sempre evoluirá para melhor, a tendência é esquecermos a natureza deletéria do homem, esquecermos que ele é um animal destrutivo. Assim, até a própria noção de ecologia fica prejudicada, uma vez que as pessoas cultivam uma esperança vã de que a humanidade só vai melhorar e de que, portanto, todos os transtornos causados pelo homem - efeito estufa, mudanças climáticas, poluição, desequilíbrio da vida - são ritos de passagem para um mundo melhor. É como se a humanidade acreditasse que em algum momento da existência haverá uma purificação natural e incontestável do homem. [...] É por tais razões que evolução não necessariamente é melhoria - e nem autoconhecimento (Cortella, 2021, p. 141-142).

4. A PERSPECTIVA DESCOLONIAL DIANTE DO DESENVOLVIMENTO

Nota-se que, neste contexto desenvolvimentista da região Norte, novas dinâmicas territoriais foram sendo criadas a partir dos anos de 1960, conforme aludido nos tópicos anteriores. Como fruto deste processo, passou-se a identificar novos interesses e a consequente necessidade de reconsiderar os processos de territorialização de povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas incluídos). O Estado passou a rever seus instrumentos de definição da territorialidade na condição de articulador dos processos de crescimento e desenvolvimento regionais.

Em que pese sua importância para a definição da presença do Estado no espaço, com o tempo, ocorreu uma reinterpretação dos mapas para delimitar fronteiras, propriedades ou jurisdições administrativas. Atualmente, tem-se encarado o mapeamento como um instrumento do desenvolvimento, a saber:

> Finalmente, um outro tipo de mapa, o mapa de zoneamento, pretendeu prescrever utilizações para o território. Este último tipo é próprio de um período mais recente da história dos Estados, quando se pretendeu atingir um nível elevado de racionalização das formas de ocupação do território, por meio da mobilização de diferentes saberes científicos para atribuir a cada porção do espaço nacional o que se entendia por "sua vocação". Assim, tipos de solo, de subsolo, de ecossistemas, de cobertura vegetal, etc., são caracterizados à fim de definir-se, para cada pedaço do território, seu potencial para a produção de riquezas - para seu chamado "desenvolvimento" (Acselrad, 2017, p. 26).

Fica evidenciado que o mapeamento visa zonear o território para sua fragmentação em porções viáveis ao seu apoderamento. Áreas mapeadas são classificadas conforme as chamadas "vocações", que são atribuídas pelo Zoneamento Ecológico- Econômico (ZEE). Na opinião de Acselrad (2017, p. 27): "Essas vocações são, porém, definidas na perspectiva de alguém, de alguma disciplina, de algum ator social, atribuições efetuadas a partir de algum projeto de uso e exploração do território".

A região oeste do Pará também foi contemplada por um planejamento estratégico desta natureza. Para tanto, por ato do poder público estadual, o ZEE da região oeste do Pará – área de influência das rodovias BR-163 e BR-230 – foi instituído por meio da Lei 7.243/2009.

O cenário evidenciado no território quilombola Pérola do Maicá, replicando em parte o que ocorrera no século passado com a implantação do porto da empresa CARGILL, representa o resultado do processo desenvolvimentista capitalista oriundo da colonialidade. Este fenômeno tem raízes profundas na história da América Latina e de outros territórios considerados periféricos no planeta (Sul Global), de acordo com a percepção eurocêntrica dominante. A própria globalização pode ser compreendida como o auge deste processo, que sucedeu o colonialismo tradicional, senão vejamos:

> A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 117).

A colonialidade pode ser entendida como a imposição cultural e econômica por meio da ocupação, exploração e colonização da territorialidade alheia: "A colonização da América é central, uma vez que foi a partir dela que se constituiu a própria modernidade e, logo, a colonialidade" (Carvalho, 2020, p.22). Tal processo é muito anterior ao movimento expansionista europeu do século XV em diante no contexto ultramarino (colonialismo). Mas, é a partir deste período que temos uma

violenta eliminação da subjetividade, do saber, das práticas religiosas e tradicionais, da produção histórico-cultural dos povos que habitavam o denominado "Novo Mundo".

> Para uma compreensão realmente mundial e não provinciana da modernidade, como a hegemônica e eurocêntrica, o movimento descolonial compreende que, como dito anteriormente, a constituição do sistema-mundo moderno/colonial e capitalista é inaugurado a partir da invasão das Américas (Wallerstein, 1992, *apud* Carvalho, 2020, p. 15).

Portanto, a narrativa da superioridade epistemológica, jurídico-administrativa e racial europeia se sedimenta de forma consistente neste momento histórico. Na visão de Enrique Dussel, inaugura-se aí a Modernidade, senão vejamos:

> A Modernidade realmente pode nascer quando se deram as condições históricas de sua origem efetiva: o ano de 1492 - sua mundialização empírica, a organização de um mundo colonial, e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico. A Modernidade nasce realmente em 1492: essa é nossa tese (Dussel, 1993, p. 187-188).

Por meio da perspectiva da descolonialidade, como construída nas últimas décadas, admite-se a percepção de que a preservação ambiental e os direitos da natureza – hoje tão debatidos – merecem protagonismo na discussão de políticas públicas de dimensão socioambiental. A rigor, inquietar-se e impor um movimento contrário à lógica desenvolvimentista atual, ter outras formas de pensar a realidade:

> As cidades nos trópicos cresceram com o estigma de que para alcançar o progresso e o crescimento era necessário destruir, dominar, sufocar e controlar o mundo natural. A arquitetura desenvolve-se sob o signo da desnaturalização das paisagens para que o humano prevaleça. Neste sentido, as necessidades humanas de alimentação seriam supridas por atividades de agricultura situadas longe da cidade, no mundo rural, frequentemente, associado ao atraso (Guimarães, 2022, p. 239).

A influência do modelo de acumulação capitalista – que tudo e todos transforma em coisa – encontra-se tão fortemente arraigada entre nós que se torna árdua tarefa a sua desconstrução, posto que nos converte em sujeitos subalternizados.

> A visão de mundo racionalista e mecanicista, de tradição cartesiana, que imprime sua força nos processos colonialistas e neocolonialistas, moldou nossos corpos e mentes no sentido de viver pela divisão: humano-natureza; campo-cidade; material-espiritual, dentre outras dicotomias forjadas a partir do paradigma eurocêntrico (Guimarães, 2022, p. 239).

O Sul Global encontra-se cada vez mais dependente da exportação de matérias-primas. Esta política extrativista acarreta, pois, uma apropriação irresponsável de recursos naturais não

renováveis, causando novas assimetrias de ordem econômica, ambiental e política. E isto nada tem a ver com o "destino", e sim, com opções políticas dos governantes locais. Com isso, as economias latino-americanas, do México à Argentina, sofrem um processo brutal de reprimarização (Svampa, 2016).

Como fruto deste processo histórico, eclodem conflitos socioambientais por toda a região calcados em lutas ancestrais pela terra por parte de grupos tradicionais. Logo, a defesa dos bens comuns – recursos naturais –, biodiversidade e meio ambiente tornam-se bandeiras cada vez mais catalizadoras de participação cidadã.

Isto posto, Santarém conforma-se como mais um de diversos palcos de conflituosidade ambiental na América Latina, ou seja: "aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle de recursos naturais, que supõem, por parte dos autores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder" (Svampa, 2016, p. 143).

Não obstante, pelo recente reconhecimento dos direitos de identidade e territorialidade de populações tradicionais, verifica-se uma maior compreensão da ideia de desenvolvimento sustentável, na perspectiva descolonial, como contraposição à ideia de desenvolvimento capitalista – pelo próprio Estado –, reforçada por padrões eurocêntricos, que nos mantêm em contexto de colonialidade permanente:

> Assim, o *trade-off* geração de divisas versus recrudescimento da desigualdade produtiva regional deve ser repensado, seja pela necessária melhoria da qualidade de vida da população da região amazônica, seja pela introdução de um modelo de desenvolvimento que supere o atual padrão de mero celeiro de produtos básicos, com efeitos deletérios crescentes sobre o meio ambiente e com baixo retorno social, basta conferir os indicadores de desenvolvimento humano da região [...] (Oliveira; Trindade, 2022, p. 119).

Assim, destaca-se o valor de documentos como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) para os povos indígenas, por meio da exigência da consulta prévia, livre e informada como meio de controle/recuperação de territórios, além de outras providências.

Por conseguinte, parece-nos extremamente imperativo desvelar que outros modos de ser, fazer e viver são possíveis, independente dos padrões de comportamento que secularmente nos são impostos e normalizados pela porção norte do globo terrestre:

> [...] vários elementos do nosso dia a dia que nos parece tão comuns refletem a colonialidade e reforçam padrões eurocêntricos e estadunidenses, incluindo o que consideramos como desenvolvido e moderno. Nesse sentido, considera-se "em desenvolvimento" ou mais desenvolvidos do que na época da colonização, além disso, busca-se cada vez mais "modernizar" por ter como meta o padrão acima

> mencionado. E por não estar totalmente dentro desses padrões, o Brasil é considerado como país subdesenvolvido e de Terceiro Mundo (Furtado; Nunes, 2022, p. 58).

4.1 O Bem Viver como Alternativa

Diante deste cenário, convém explorarmos o conceito filosófico do "Bem Viver", de matriz equatoriana, que nos é apresentado por Alberto Acosta, e que traz em si mesmo a possiblidade de extração de um discurso descolonial pela confrontação da episteme eurocêntrica, que ainda permeia nossa apropriação do meio ambiente. A quebra do paradigma epistemológico colonial na dimensão do poder (estrutura, cultura), do saber (objetividade, metodologia) e do ser (subjetividade, tempo, espaço) é urgente, pois viver em harmonia com a natureza é, essencialmente, viver bem.

Oriundo da cosmovisão indígena andina (Equador e Bolívia), o Bem Viver é entendido como um elo entre passado e futuro, comunitário e ecologista, implicando um redirecionamento da cultura da acumulação para a vida. A matriz indígena originária é a mola propulsora desta categoria, que assume diferentes matizes naqueles países.

> O Bem Viver, como anotamos, nos ordena a dissolver os tradicionais conceitos de progresso, em sua derivação produtivista, e de desenvolvimento, enquanto direção única, sobretudo com sua visão mecanicista do crescimento econômico (Acosta, 2016, p. 90).

A noção de descolonialidade, por intermédio do Bem Viver, se adequa bem às necessidades dos territórios tradicionais quilombolas de Santarém frente ao brutal processo de apropriação do seu espaço que está ocorrendo em nome do "progresso desenvolvimentista", baseado na suposta vocação local para a exportação.

Podemos apontar no processo desenvolvimentista da Amazônia as características de uma colonialidade do meio ambiente, através da qual cultura e natureza separam-se binariamente, o que proporcionaria ao homem o hegemônico direito de exploração destes recursos em detrimento das demais espécies, sendo esta a visão dominante por muito tempo em grande parte da economia global:

> É interessante notar que o desenvolvimento transcorrido em boa parte dos países esteve calcado no mito de uma sociedade industrializada e no mito econômico tecnocrático, reforçando a ideia moderna da razão instrumental. Assim, desenvolvimento tornou-se sinônimo de desenvolvimento capitalista, servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural (Souza, 1996, *apud* Cardoso *et al*, 2018, p. 35).

A esse respeito, convém asseverar que a própria ideia de desenvolvimento não é uma unanimidade entre os estudiosos, a saber:

> Dessa forma, há que se atentar para o fato de que o conceito de desenvolvimento, tanto quanto o de 'justiça social' ou de 'democracia' é um conceito em disputa. É provável que nunca alcancemos consenso sobre o conceito, sobre suas diversas interpretações ou sobre sua aplicação e esse é um dos motivos pelos quais o conceito de desenvolvimento precisa, necessariamente, ser sempre contextualizado, adjetivado, explicado ou justificado. Enquanto uns acreditam que tudo se resume ao crescimento econômico, à expansão dos mercados, outros acreditam que a melhoria qualitativa da sociedade só será possível por meio da produção massiva de conhecimento, da evolução das tecnologias da informação e, principalmente, do desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento que seja sociocêntrico e endógeno (Cardoso *et al*, 2018, p. 35).

A construção de uma nova alternativa ao *status quo* vigente encontra diversos obstáculos, de ordem governamental e social. Contrapor-se aos projetos agroextrativistas, que ameaçam os modos de vida dos mais vulneráveis e o futuro das novas gerações, é o lugar para o qual se deve apontar.

A opressão sofrida pelos quilombolas santarenos que vivem às margens do Lago do Maicá – e o meio ambiente que habitam – demonstra a dimensão segundo a qual são percebidos: de atraso e primitivismo. E, assim sendo, "aqueles que não são vistos como modernos são desconsiderados e desvalorizados, tanto no processo histórico quanto na atualidade, mas também na construção de um futuro" (Furtado; Nunes, 2022).

Reconhecendo o direito das comunidades quilombolas e outros povos tradicionais da região, como ribeirinhos, à consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção 169 da OIT e outras garantias legais que assistem a essas pessoas, bem como pela necessidade de retificação e complementação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu consequente relatório (RIMA), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu liminar impedindo as obras de implantação do porto da EMBRAPS.

Por meio da suspensão do licenciamento ambiental, após Ação Civil Pública patrocinada conjuntamente pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Pará, o empreendimento encontra-se paralisado.

Em meio a todo este imbróglio jurídico, as comunidades articularam-se por meio de sua associação representativa, FOQS, e elaboraram seu próprio protocolo de consulta no ano de 2016. Tal instrumento é fruto de um conjunto de oficinas, orientações, reuniões e mobilizações que foram realizadas em parceria com a ONG Terra de Direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações tradicionais brasileiras sempre estiveram invisibilizadas, sobretudo os quilombolas, que costumeiramente eram associados à ideia de criminalidade, fuga, atraso, entre outras concepções preconceituosas em razão da sua reminiscência histórica dos tempos de ancestralidade na escravidão.

A Constituição Cidadã, aliada a outros instrumentos legais – inclusive internacionais – passou a reconhecer a existência e o direito à propriedade destas comunidades. Um amplo arcabouço jurídico garante os meios necessários à reprodução física e cultural dessas pessoas. Contudo, fazer valer tais direitos no plano concreto não tem sido tarefa fácil, mormente em razão de conflitos de interesses entre agentes do capital – e do Estado – frente aos territórios dessas populações, que são zoneados – por "vocação" – como de interesse para a expansão econômica atendendo ao velho conceito desenvolvimentista de décadas passadas.

Em Santarém, as comunidades quilombolas às margens do rio Amazonas – e do Lago do Maicá – têm sofrido com essa realidade, na medida em que seus direitos vêm sendo sistematicamente violados pelo avanço do capital e por decisões do poder público que claramente vão de encontro ao previsto na legislação.

O Lago do Maicá é considerado uma das zonas de maior diversidade de pescado na cidade de Santarém, é fonte de alimentação e meio de locomoção das populações locais. Portanto, quilombolas, indígenas e ribeirinhos da região encontram-se expostos a impactos ambientais que podem inviabilizar a sua reprodução física e cultural, e acarretar sua consequente migração para a periferia da cidade em busca de sobrevivência. Ressalte-se, ainda, que o fato de estarem enfrentando empresas com conexões nacionais e internacionais, expondo-se ao conflito, vivendo em um constante estado de insegurança, também causa àquela população danos de ordem moral que precisam ser considerados.

A forma de desenvolvimento que se verifica, fundamentada no capitalismo predatório, procura escamotear suas intenções sob a mensagem da geração de emprego e renda, velhos mitos de oportunidades que se sobrepõem ao discurso da preservação ambiental ou ao respeito pelos povos tradicionais que há muito habitam aquela região.

Tal modelo de desenvolvimento capitalista apresenta argumentos que, diante da situação de falta de chances e desemprego, encontra aceitação em grande parcela da sociedade, que não compreende os perigos dos impactos ambientais em suas vidas no médio e longo prazo. Fazer com que o conceito de Bem Viver, associado ao discurso de desenvolvimento sustentável, seja difundido e absorvido pela sociedade é extremamente difícil, sobretudo diante do poderio midiático de setores como o agronegócio.

Portanto, trazer à discussão conflitos socioambientais como o que assola as comunidades quilombolas do Lago do Maicá, em Santarém, e pensar outras formas de crescimento econômico, é uma maneira de garantir o direito de fala a essas pessoas e a possibilidade de contrapor-se aos interesses predatórios através da academia, da mídia e do Poder Judiciário que, até agora, na medida do possível, tem sido a última barreira defensiva destas populações com o apoio dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AMAZÔNIA LATITUDE. **Em Santarém, projeto de porto da Embraps ameaça Lago do Maicá.** Disponível em: https://www.amazonialatitude.com/2019/03/12/projeto-de-porto-da-embraps-ameaca-meio-ambiente-e-povos-tradicionais-do-lago-do-maica/. Acessado em: 20 nov. 2022.

BENATTI, José Heder. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. *In*: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Org.). **Terras e territórios na Amazônia:** demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. (p. 93-113).

BENATTI, José Heder. Internacionalização da Amazônia e a questão ambiental: o direito das populações tradicionais e indígenas à terra. *In*: **Revista Amazônia de estudos sócio-jurídicos-ambientais.** Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2007. (p. 23-39).

BRASIL. Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em: 19 nov. 2022.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos... Disponível em: file:///Users/napoleao/Downloads/_PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%2060,%20DE%2024%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202015.pdf. Acessado em: 19 nov. 2022.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *In*: **Revista Estudos Avançados**, 19, São Paulo: USP, 2005.

CARDOSO, Ana Cláudia D.; PERES, Janaina L. P.; RAVENA, Nírvia; SANTOS, Renata C. G. dos. **Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira.** Revista Nau Social, vol. 09, n. 17, pp. 33-45, 2018-2019.

CARVALHO, Rayann Kettuly Massahud de. **Direito e Pensamento Descolonial: aspectos introdutórios.** Revista de Direito Viçosa, vol. 12, n. 2, pp. 1–30, 2020.

CASTRO, Edna. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. *In*: **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. 2ª ed. rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004 (p. 45-78).

CORTELLA, Mário Sérgio. **Viver em paz para morrer em paz:** se você não existisse, que falta faria? 4ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2021.

DUSSEL, Enrique. **1492 – o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves; NUNES, Thainá Guedelha. Decolonialidade e bem viver: uma reflexão a partir do contexto ribeirinho da ilha do Combu. *In*: **Revista Novos Rumos Sociológicos.** v. 10, n, 17. Belém, 2022. (p. 46-69).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Matérias especiais quilombolas no Brasil.** Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20tem%20uma,de%20localidades%20ind%C3%ADgenas%20(827). Acessado em: 19 nov. 2022.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia, colônia do Brasil.** Manaus: Editora Valer, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Década internacional de afrodescendentes:** 2015-2024 reconhecimento, justiça, desenvolvimento. Disponível em: https://decada-afro-onu.org/. Acesso em: 19 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo**. Santarém: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, 2021. Disponível em: https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/posts/May2021/plano-municipal-de-atendimento-socioeducativo-final-609c2e35f156f.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Ensayos em torno a la colonialidad del poder.** 1.ed. Buenos Aires: Del Signo, 2019

SHIRAISHI, Joaquim Neto. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil:** declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In*: **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Autonomia literária, 2016.

TERRA DE DIREITOS. **Quilombo Pérola do Maicá, em Santarém (PA), conquista título de segunda parte da área.** Disponível em: https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/quilombo-perola-do-maica-em-santarem-pa-conquista-titulo-de-segunda-parte-da-area/23238. Acessado em: 19 nov. 2022.

TERRA DE DIREITOS. **Justiça do Pará proíbe Prefeitura de Santarém de autorizar novos portos no Lago do Maicá (PA)**. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/justica-do-para-proibe-prefeitura-de-santarem-de-autorizar-novos-portos-no-lago-do-maica-pa/23770. Acessado em: 19 nov. 2022.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 06

Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o bem viver na América Latina e no Caribe

Coordenadoras/es

Dalva Mota (Embrapa) • Sabrina Nascimento (NAEA/UFPA)
Manoel Pereira de Andrade (NEA/CEAM/UNB) • Andrés Felipe Ortiz Gordillo (PPGSA/ Universidade Colômbia) • Uriens Maximiliano Ravena Cañete (GEPREV)

Ementa: Nas últimas décadas governos nacionais, juntamente com grandes empresas, ampliaram seu campo de atuação e do avanço do capital com a implantação de grandes projetos de desenvolvimento observando-se a instauração de conflitos na medida em que eles alcançam os territórios de camponeses, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores e povos indígenas. Organizados a partir de diferentes regimes de acesso aos recursos, dentre os quais, commons e áreas de reforma agrária, eles vivenciam a produção agroecológica em sistemas diversificados de produção e agroflorestais, e criar artesanatos e uma gama de produtos alimentares, utilitários, lúdicos e curativos a partir dos recursos locais. Os grandes projetos provocam impactos significativos sobre os seus territórios, os sistemas alimentares, os saberes, as relações de gênero e a segurança alimentar. De modo ampliado, as cidades têm seus mercados de abastecimentos subtraídos pela falta da produção familiar. Interessa ao GT analisar as novas formas de mobilização e de produção de processos coletivos de enfrentamento e de construção de alternativas, assim como, de narrativas visando garantir projetos de vida que assegurem o Bem Viver.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

IMPACTOS DE POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS E AVANÇO DO CAPITAL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE ABAETETUBA/PA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES SOCIAIS DE BEM VIVER

Bianca Rodrigues da Silva[1] (PPGSS/UFPA)
Marcel Theodoor Hazeu[2] (ICSA/PPGSS/UFPA)

RESUMO: A ofensiva capitalista que tem se feito imperativa à região amazônica vem atingindo desde o final do Século XX o município de Abaetetuba, nordeste paraense. O presente trabalho objetiva contribuir com a avaliação de impactos socioambientais oriundos de políticas desenvolvimentistas advindas do avanço do capital em territórios tradicionalmente ocupados do município, utilizando-se de indicadores sociais de Bem Viver para analisar o antes e depois da implantação de intervenções públicas e/ou privadas na região. Propõe-se ainda a servir como fonte de dados de resistência e testar as possibilidades da concepção de Bem Viver em indicadores sociais propostos para essa finalidade. Realizou-se observação participante e levantamento documental e bibliográfico de produções elaboradas em relação a territórios tradicionalmente ocupados. A existência e disponibilidade dessas produções guiou a escolha dos territórios focos de pesquisa, sendo eles os quilombolas Itacuruçá, Bom Remédio, Laranjituba e África e o território agroextrativista do Pirocaba. Conclui-se que os indicadores de Bem Viver, que, assim como a concepção andino-amazônida que o inspira e queestá em constante processo de aprimoramento, demonstraram-se mais adequados para abordar as profundas contradições vivenciadas localmente. Os indicadores convencionais têm sido utilizados para respaldar o Estado no aval ao desenvolvimentismo que expropria, espolia e violenta as populações locais, desconsiderando as expressões de Bem Viver, as quais são abordados dentro das especificidades do que cada povo demonstra como necessário à sua reprodução social e é secularmente vivenciada no território municipal.

Palavras-chave: Povos e comunidades tradicionais. Avanço Capitalista. Bem Viver. Abaetetuba. Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

O município de Abaetetuba localiza-se no nordeste do Estado do Pará e integra a microrregião do Baixo Tocantins, dispõe de área territorial de 1.610,654 km e uma população de 158.188 habitantes (IBGE, 2022). O território delimita-se, segundo uma percepção dual, em urbano e rural, sendo o rural composto por "aproximadamente 49 colônias ligadas por ramais, estradas e o distrito de Vila de Beja, além de 72 ilhas que se interligam por furos, igarapés e rios" (Silva, 2021, p.36), o que, segundo IBGE, leva a uma identificação de 59% de área urbana e 41% de área rural (IBGE, 2010).

Por ser um município caracteristicamente de rios e floresta (Trindade Júnior, 2013) ela vincula-se à presença e modos de vida de povos e comunidades tradicionais que garantem a

[1] Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: Biancarodrigues1298@gmail.com
[2] Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: Celzeu@gmail.com

segurança alimentar de seus territórios e da cidade como um todo, dentre eles os territórios quilombolas Itacuruçá, Bom Remédio, Laranjituba e África e o Território Agroextrativista do Pirocaba, focos desta pesquisa.

No entanto, nas últimas cinco décadas os territórios tradicionais em Abaetetuba vêm sofrendo com uma intensificação de uma ofensiva do capital fomentada via políticas desenvolvimentistas pelo Estado brasileiro e paraense. A partir de 1980, se instalou no município vizinho de Barcarena um complexo industrial-portuário de grande porte, com indústrias de beneficiamento e portos para exportação de minério e commodities do agronegócio. Este complexo continua em plena expansão desde sua criação e gerou inúmeros desastres e problemas socioambientais que se espalharam e atingiram também as comunidades abaetetubenses.

Mais recentemente, o município vive grandes transformações e conflitos pelo aumento de monoculturas de dendê, ameaça de anexação de portos e outros grandes empreendimentos para a infraestrutura logística do capital dentro do território municipal. Assim, para se aproximar e visibilizar as contradições expressas localmente, os indicadores sociais apresentam-se como uma importante estratégia, pois são considerados "uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, utilizado a fim de substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato" (Jannuzzi, 2002).

Indicadores sociais surgiram amplamente estruturados no modelo de acumulação capitalista consolidado nos centros hegemônicos após o fim da Segunda Guerra Mundial, pautado sobremaneira no mito do desenvolvimento, o qual fora utilizado em 1949 pelo presidente dos Estados Unidos Harry Truman para afirmar que as áreas subdesenvolvidas deveriam correr pelo desenvolvimento, a fim de superar ou alcançar os países melhor desenvolvidos economicamente. De modo que o termo indicador social aparece como referência em 1966 nos EUA e é exportado para América Latina na tentativa de compreender as "disfunções sociais" do sistema (Santagada, 2007).

Após a reestruturação capitalista neoliberal do final do Século XX e as urgências sociais e político-econômicas, os indicadores sociais passaram a fazer parte do rol de preocupações dos governos, que aliaram qualidade de vida e bem-estar ao enfoque econômico como critério de demonstração do estado social de países, estados e municípios. Consequentemente, atrelaram-se ao planejamento estatal e a elaboração e avaliação de políticas públicas (Santagada, 2007).

Todavia, apesar da importante atualização, indicadores sociais convencionais apresentam limites ao abordar a sociobiodiversidade abaetetubense e basear o planejamento público municipal. Tendo em vista que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de Abaetetuba é de 0,628 (IBGE, 2010), tido como médio, mas não está sendo utilizado para inspirar a compreensão das

dificuldades que a população ainda enfrenta, ao contrário, justifica que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 486/2016) fomente o etnocídio de povos e comunidades tradicionais em troca da anexação dos corredores capitalistas, afirmando que essa escolha "promoverá o desenvolvimento do município de Abaetetuba pela melhoria da qualidade de vida de seus habitantes" (Abaetetuba, 2016, p.1).

O PDDU apresenta o mesmo viés dos indicadores em seu surgimento e a ideia de Amazônia como fronteira de expansão que serve como fonte inesgotável de recursos naturais e humanos por supostamente viver o atraso (Porto-Gonçalves, 2017). À vista disso, há a necessidade de que sejam utilizadas categorias próprias das populações que historicamente constroem o município para tratar de suas problemáticas, entendendo que território não é um conceito meramente administrativo, mas dotado de sentido diverso, tanto em seu uso, quanto em sua ocupação, com especificidades ainda maiores em territórios tradicionais.

Nesse sentido, almejando aproximar-se dos processos sócio-históricos perpetrados na Amazônia e refletidos no município de Abaetetuba, o trabalho objetiva contribuir com a avaliação de impactos socioambientais oriundos de políticas desenvolvimentistas advindas do avanço do capital em territórios tradicionais do referido município, a qual foi desenvolvida por meio da análise do antes e depois da implantação de intervenções públicas e privadas nos territórios a partir de indicadores de Bem Viver. Com isto, intenta-se subsidiar uma fonte de dados de resistência para povos e comunidades tradicionais, além de prestar-se a testar o processo de aprofundamento da concepção de Bem Viver em indicadores sociais elaborados para essa finalidade, os quais poderão ser muito úteis no direcionamento de políticas públicas para a região, dado o acionamento de outras bases de conhecimento que podem ser aplicadas.

Os indicadores sociais de Bem Viver almejam através da descrição narrativa e análise crítica se relacionar ao bem-estar subjetivo e buscam "uma complementaridade entre aspectos subjetivos, objetivos e intersubjetividade" (Alcântara; Sampaio, 2020, p.78). Dessa forma, o que se considerada riqueza é abordado dentro das especificidades do que cada povo demonstra como necessário à sua reprodução social, de maneira pontuada, diversa, mas não universalizada. E, tal qual a concepção autogestionada que o inspira, confrontam a base colonial-capitalista do desenvolvimentismo desde sua matriz, pois o Bem Viver advém de valores, práticas e experiências dos povos andino-amazônidas que resistirem à colonização e continuam a apontar outros mundos possíveis (Acosta, 2016), elucidando de forma mais aprofundada as experiências socioeconômicas e ambientais que envolvem o contexto latino-americano.

A matriz de indicadores sociais utilizada para levantamento e análise dos dados baseou-se no sistema de indicadores de Bem Viver elaborado por Alcântara e Sampaio (2020), os quais podem ser classificados como composto, descritivo, objetivo e subjetivo, bem como qualitativos. Para sua operacionalização realizou-se levantamento documental e bibliográfico, tendo como prioridade documentos e produções acadêmicas elaboradas junto, a partir ou pelos habitantes dos territórios tradicionalmente ocupados e com foco no fator historicidade, para que fosse possível analisar a temporalidade dos impactos socioambientais ao Bem Viver das populações locais.

Sendo assim, dada a disponibilidade de documentos e textos definiu-se como foco de pesquisa os territórios quilombolas Itacuruçá, Bom Remédio, Laranjituba e África e o território agroextrativista Pirocaba. Para análise na matriz estabeleceu-se a Supradimensão Social (Alcântara, Sampaio, 2020), que aborda a harmonia com a comunidade integral e trata das dimensões específicas relativas a: 1) Fatores produtivos; 2) Participação; 3) Família; 4) Segurança; 5) Educação e 6) Saúde. Também se fundamentou na Supradimensão Integral, a qual se relaciona com a harmonia com a natureza e possui por indicadores e atributos específicos: 1) Território; 2) Natureza e 3) Pertencimento.

Destarte, além desta introdução na qual apresenta-se o município de Abaetetuba e a ideia de indicadores sociais em relação a realidade dos territórios tradicionais, o trabalho divide-se nas seções "Conceituando o Bem Viver: Uma busca por outros mundos possíveis", na qual discute-se de forma concisa a concepção de Bem Viver e "Indicadores de Bem Viver em territórios tradicionais de Abaetetuba: Um olhar para os impactos do avanço do capital na Amazônia", que aborda o que se evidenciou com os referidos indicadores e as respectivas ameaças nos territórios focos de pesquisa, conclui-se trazendo reflexões acerca da importância da utilização de categorias que discutam as especificidades de povos e comunidades tradicionais e aponta-se outros direcionamentos.

2. CONCEITUANDO O BEM VIVER: UMA BUSCA POR OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS

Conforme o economista equatoriano Alberto Acosta[3] (2016), o Bem Viver é um processo de matriz essencialmente comunitária de povos que se relacionam de forma respeitosa com a natureza e se apresenta como uma oportunidade de construir novos mundos. Dessa forma, não se trata de

[3] Político e economista, nasceu em Quito, capital do Equador, em 1948. Participou da fundação do Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo e do partido Alianza País, que levou Rafael Correa ao poder em 2007. Foi ministro de Energia e Minas e presidente da Assembleia Constituinte do Equador. Em 2013, lançou-se como candidato à Presidência da República pela Unidad Plurinacional de las Izquierdas, obtendo escasso apoio popular. Publicou o livro "O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos" (Elefante & Autonomia Literária, 2016) (https://autonomialiteraria.com.br/book-author/alberto-acosta/)

outro regime de desenvolvimento, mas de valores, experiências e práticas amazônidas e andinas que sintetizam uma civilização viva e capaz de enfrentar a modernidade colonial sob a qual o sistema capitalista está assentado.

Cunha e Sousa (2023), ao analisarem a produção acadêmica brasileira acerca do Bem Viver nos últimos quatro anos, demonstram que há uma predominância de adesão à concepção original kíchwa-equatoriana de *Sumak Kawsay*, que se divide em duas dimensões fundamentais: Territorial e Ética. Na dimensão territorial define-se que o Bem Viver só ocorre em territórios onde há a presença de elementos materiais e espirituais, sendo estes a base para uma boa relação com o território. Em complemento, a dimensão ética envolve valores como "harmonia doméstica (*mikuna*, *upina* e *huarmita yukuna*), solidariedade ou compaixão (*llakina*), ajuda (*yanapana*), generosidade (*kuna*), a obrigação de receber (*japina*), a reciprocidade (*kunakuna*), o conselho (*kamachi*) e a escuta (*uyana*) (Hidalgo-Capitán; Arias, 2014, p.36 *apud* Cunha; Sousa, 2023, p.325).

A concepção de Bem Viver, Vivir Bien ou Buen Vivir encontra ainda correspondência nas cosmologias *suma qamaña* (aymara), *nhandereko* (guarani) e outras cosmologias autogestionadas vivenciadas por povos indígenas e diversas comunidades tradicionais. As quais, segundo Sólon[4] (2019), se fundamentam na visão do todo ou da Pacha, na convivência pautada na multipolaridade, na busca do equilíbrio, na complementariedade da diversidade e na descolonização, todavia, não receberam atenção de organizações urbanas e setores de esquerda até o final do Século XX, momento que a reestruturação capitalista neoliberal formulada pelo Consenso de Washington (1989), a intensa mercantilização de variadas esferas da natureza, a generalização de privatizações, o fim do socialismo soviético e a evidente falta de alternativas contribuíram para que compreensões desprezadas pela modernidade ganhassem notoriedade.

Em países andinos a efetivação de medidas neoliberais se agudizou, visibilizando as possibilidades que o Bem Viver representava e reafirmando que indígenas e camponeses possuíam horizontes emancipatórios como parte de suas próprias concepções de vida. O novo contexto histórico-social e político, atrelado às lutas de povos e comunidades tradicionais levou à institucionalização do Bem Viver nas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Contudo, esse relevante avanço esteve acompanhado por um entendimento simplista e falseado do que significa o Bem Viver, inclusive o fazendo ser mencionado em instituições abertamente capitalistas,

[4] Ativista ambiental e político boliviano. Serviu como embaixador da Bolívia nas Nações Unidas entre 2009 e 2011, durante o governo do presidente Evo Morales, trabalhando pelos direitos dos povos indígenas, pelo direito humano à água e pelo Dia Internacional da Mãe Terra. Ajudou a impulsionar parte das negociações sobre mudanças climáticas e a articular a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba em 2010. (https://editoraelefante.com.br/autores/pablo-solon/)

conformando-o como ‘’um espaço de controvérsia e diálogo, no qual não há verdade absoluta, mas múltiplas verdades - e inumeráveis mentiras canonizadas em seu nome’’ (Solón, 2019, p.19).

Esses falseamentos fizeram ainda com que o Bem Viver seja por vezes utilizado como sinônimo de bem-estar e outras terminologias elaboradas numa conjuntura desterritorializada e individualista, as quais tem por principal objetivo o fomento ao acesso ao consumo em detrimento da degradação dos territórios, desconsiderando que o Bem Viver representa a “relação dialética entre subjetividade e bem comum e a complementaridade entre ser-humano e natureza” (Sampaio, *et al*., 2017, p.40).

Quijano[5] (2013) aponta o Bem Viver como a contínua produção democrática de uma existência social radicalmente oposta à Colonialidade do Poder (Quijano, 2005) e a Colonialidade/Modernidade/Eurocentrada, destacando a América Latina como o lócus do novo mundo histórico, haja vista que se constituiu como o espaço/tempo original do genocídio colonizador de diversos povos hoje nomeados de indígenas, massacre que permitiu via dominação e espoliação o enriquecimento da Europa e as bases de surgimento do capitalismo. Logo, torna-se natural que concepções latino-americanas assumam “lugar e papel na subversão epistémica/teórica/histórica/estética/ética/política deste padrão de poder em crise” (Quijano, 2013, p.55)

Nesse sentido, a “indigenidade histórica das populações vítimas da colonialidade global do poder” (Quijano, 2013, p.57) delineiam não apenas a herança do passado, mas também a aprendizagem oriunda da resistência de tantos séculos, caminhando numa identidade estruturalmente urgente, diferente de todas as demais e capaz de produzir existências sociais livres de qualquer tipo de dominação, violência e exploração. Assim, o Bem Viver se modifica com a re-existência de povos e comunidades tradicionais, que ao serem ameaçados e/ou desterritorializados, se “reterritorializam” (Haesbaert, 2007) em meio às relações de poder conflituosas num permanente movimento de reinvenção de suas trajetórias, pois baseados na tradição do passado lutam no presente para inventar um futuro diferente, possibilitando constantemente novos sentidos à existência (Porto-Gonçalves; Hurtado, 2022).

3. INDICADORES DE BEM VIVER EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE ABAETETUBA: UM OLHAR PARA OS IMPACTOS DO AVANÇO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA

[5] Foi um sociólogo e pensador humanista peruano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder".[1] Seu corpo de trabalho tem sido influente nos campos dos estudos decoloniais e da teoria crítica. (https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADbal_Quijano)

As problemáticas envolvendo as tentativas de mensuração da realidade vivida circundam questões estruturais vivenciadas por povos e comunidades tradicionais, tendo em vista a importância de indicadores sociais que compõem o planejamento público e podem aproximar suas condições reais de reprodução social para todo o restante da sociedade, permitindo assim engajamento em diversificadas frentes. Em Abaetetuba, como um município localizado no interior da Amazônia, os impactos aos modos de vida de comunidades tradicionais advindos do avanço do capital na região não fazem parte do rol de prioridades do planejamento público, a exemplo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em vigência, que desconsiderou completamente os territórios tradicionais para permitir a anexação capitalista no município.

Imposição que demonstra que os eixos principais de estruturação da divisão social e racial do trabalho e, necessariamente, de produção de valor e de superexploração no padrão mundial capitalista evidenciam herdar identidades sociais estruturadas na destruição simbólico–cultural dos diversos povos advinda do período colonial, constituindo o que Quijano (2005) nomeia Colonialidade do Poder, a qual se apresenta particularmente voraz na Amazônia e faz com que povos e comunidades tradicionais sejam consideradas empecilhos ao dito desenvolvimento.

Em contexto abaetetubense essas imposições se deram, mesmo com 16 quilombos titulados e presença de diversas populações das ilhas, estradas e ramais produzindo por meio da agricultura familiar a maior parte dos alimentos consumidos na cidade (Abaetetuba, 2022) e constituindo quase metade do território municipal, desconsiderando legislações como o decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, e define como povos e comunidades tradicionais:

> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Têm se invisibilizado a importância histórica do território para esses grupos sociais e desses grupos sociais para o território, tornando-se fundamental aproximar-se das contradições experienciadas localmente e visibilizar o que comunidades tradicionais estão apontando como fundantes de suas mazelas e suas riquezas, utilizando-se para isso de indicadores sociais de Bem Viver, os quais podem ser muito mais relevantes que os de bem-estar para circundar as demandas dessas populações. Indicadores de Bem Viver não são universais, mas surgem dentro do que cada povo e comunidade apresenta como importante para sua reprodução social e possibilita abarcar

“desde uma concepção filosófica do tempo e do espaço até uma cosmovisão sobre a relação entre os seres humanos e a natureza” (Solón, 2019, p.23).

Em relação aos territórios focos de pesquisa, o Território Quilombola do Itacuruçá como composto pelas comunidades Nossa Sra. de Nazaré (Alto Itacuruçá), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Baixo Itacuruçá), Nossa Senhora de Nazaré do Pau Podre (Médio Itacuruçá) e uma pequena ilha chamada Ilinha. As quais somam juntas cerca de 335 famílias e localizam-se entre os rios Arapapu e Piquiarana, possuindo conhecimento de seus antepassados no território desde 1800 (Protocolo de Consulta Território Quilombola Alto Itacuruçá, 2019).

O Território Quilombola Bom Remédio localiza-se na ilha Urubuéua, às margens do Rio Açacu, possui aproximadamente 305 famílias e registra desde o Século XIX viver em harmonia com as águas, as florestas, os animais e a terra (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020).

Os territórios quilombolas Laranjituba e África localizam-se na zona rural dos municípios de Abaetetuba e Moju, no quilômetro 68 da Rodovia Alça Viária, ramal Caeté. A maior parte dos territórios está dentro do município de Abaetetuba e outra menor no município de Moju, contabilizando por volta de 150 famílias que se uniram pela luta do título coletivo da terra, visto que antes da titulação eram separadas e existiam dois povoados chamados Castanhanduba e Laranjituba Centro, os quais migraram para formar o Território de Laranjituba junto de África devido à necessidade da titulação e de receber políticas públicas (Nascimento, 2017).

O Território Agroextrativista do Pirocaba situa-se na zona rural, entre o início do Rio Tauerázinho e o início do Rio Jarumã. Existem registros de ocupação no território desde 1890, mas há relatos de que a comunidade existe há mais tempo (Protocolo de Consulta do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018). Mantém-se em torno de 300 famílias e as mulheres tornaram-se protagonistas políticas essenciais na defesa territorial, “uma vez à frente de uma organização e mobilizações nas quais os fins envolveram a busca de reconhecimento delas próprias e do direito à vida de/e com um território'' (Oliveira; Teisserenc, 2022, p.48).

Dada a diversidade e as nuances territoriais, a seguir destacam-se de forma sintetizada as análises realizadas a partir dos indicadores de Bem Viver. No que se refere à dimensão específica de participação, é frisar o protagonismo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), advindas da Teologia da Libertação (1960) da Igreja Católica, pois aliaram-se a Paróquia das Ilhas de Abaetetuba, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), ao Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzea de Abaetetuba (MORIVA) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR), levando ao processo de mobilização

e reconhecimento dos territórios enquanto tradicionais, sobretudo na titulação dos quilombos. Processo que se deu de forma lenta e levou a criação em março de 2001 da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) (Silva, 2021).

A Associação foi criada com objetivo de administrar as terras quilombolas das ilhas, buscar projetos de geração de renda e resgatar a cultura negra (Cardoso, 2012), representando um marco, considerando que grande parte dos territórios quilombolas titulados pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) no município possui o título em nome da ARQUIA, que é o caso dos Territórios Quilombolas Itacuruçá e Bom Remédio, ambos titulados em 2002. A entidade conquistou ademais a revogação da dívida no Imposto Territorial Rural - ITR e a autodefinição e regularização das terras, o que influenciou diretamente na diminuição do êxodo rural (Ranieri, 2016).

Em 2001 também foi fundada a Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África (AQUIBAC), para representar os territórios quilombolas do Baixo Caeté, como os Territórios Laranjituba e África, titulados pelo ITERPA em 2002 de forma individual e em 2008 de forma coletiva, após intensas mobilizações. O Território Agroextrativista do Pirocaba dispõe como principal entidade de participação a Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP), mas todas as comunidades nos territórios articulam-se ainda em grupos religiosos (católicos, evangélicos e umbandistas), colônias de pescadores, grupos de futebol, grupos de mulheres, de jovens, projetos sociais e dentre outros.

Os territórios quilombolas compõem também entidades estaduais e nacionais, a exemplo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Coordenação das Associações Remanescentes de Quilombo do Estado do Pará (MALUNGU) e Fundação Cultural Palmares (FCP), da qual os remanescentes de quilombos receberam título de reconhecimento no ano de 2007, com exceção do Território Bom Remédio, titulado em 2014 (Silva, 2021). Evidencia-se a partir disso como a participação em articulações para o fortalecimento da luta coletiva é um marcador para defesa territorial e identitária.

Em relação aos fatores produtivos, evidenciou-se que no quilombo Itacuruçá cultivam-se a terra pela agricultura familiar, manejam açaí, produzem telhas e tijolos em olarias, pescam de visor e arpão, colocam matapi, fazem farinha e cuidam das plantas e dos animais. As olarias são construídas à beira do rio pela facilidade de embarque do barro, da lenha e escoamento dos produtos produzidos. O cultivo do açaí também é feito à beira do rio (várzea) por conta de a terra ser mais fértil para esse tipo de plantio, já na terra firme (onde a maré não alaga) encontram-se os cultivos de roças com a plantação de mandioca, macaxeira, milho, arroz e gergelim.

No quilombo Bom Remédio as familias vivem da agricultura e extrativismo, sobretudo do açaí, caça e coleta. Os moradores gapuiam usando o pari (feito da tala do jupatizeiro), fazem tapagem no igarapé e na praia para pegar peixe, além de tirarem cipós para construir matapi, fazer artesanato e coletar palha para cobertura dos espaços, criam pequenos animais e caças, processo que se dá preservando igarapés, castanhais, açaizais, ervas medicinais e outros bens considerados essenciais.

Os territórios Laranjituba e África têm por base da economia familiar a farinha de mandioca, sendo que o processo de preparação da terra para o plantio da maniva até a produção da farinha é dividido em diversas etapas e envolve todos os membros da família em trabalhos específicos. Outro trabalho desenvolvido é a produção de panelas de barro, atividade na qual fazem questão de preservar alguns saberes tradicionais como o acabamento feito pela defumação de folhas.

No território Pirocaba vivem da pesca, da agricultura, do artesanato e do agroextrativismo. A agricultura do açaí é uma das principais formas de renda no território, mas também há a produção de diversificadas frutas, legumes e plantas medicinais, as quais também são entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA[6]. As sementes e fibras são coletadas para a produção de bijuterias e artesanato como brinquedos de miriti, todos comercializados na comunidade e em eventos que os moradores participam a nível regional e nacional.

Ao se tratar da concepção e vivência da natureza demonstra-se que há grandes esforços para manter o território vivo e próspero, sendo demarcada a grandeza de viver livre e em harmonia com os rios, as florestas, os animais e a terra. Utilizando-se de muitos meios para que a pesca, a caça e o extrativismo não sejam degradantes, mas sim respeitosos seguindo os tempos e ciclos dos ecossistemas.

Em relação ao território, basilar para as condições de produção e reprodução social, destacou-se que essas populações dependem dele para a sobrevivência e a manutenção também simbólico-cultural. O empréstimo de materiais de trabalho é tido como construção territorial e há diversos espaços comunitários, como casa de farinha, galpão para fazer utensílios domésticos e/ou artesanato. Assim, reconhecem não ser possível dividi-lo, pois trata-se de um bem de uso comum e coletivo das comunidades, as quais a partir dele unem-se pelo forte laço de parentesco e vizinhança.

No contraponto, as ameaças a essas dimensões específicas demonstram-se particularmente alarmantes, tendo em conta a centralidade que desempenham na vida dessas populações. O Território Bom Remédio aponta que o complexo minero-metalúrgico Albrás/Alunorte instalado no município de Barcarena no final da década de 1980 causou poluição das águas, do ar e

[6] O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi em 02 de julho de 2003 pelo art. 19 da Lei nº 10.696, e possui como duas finalidades básicas promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

dos solos, de tal forma que os açaizais, principal fonte de alimento e renda, decresceram de produção e antes da época de colheita começam a secar, afetando a palmeira como um todo.

De acordo com as denúncias essa realidade é reflexo também da água contaminada, a qual até os anos 2000 era captada diretamente do rio por toda a comunidade e posteriormente ninguém mais teve coragem de beber. Houve ainda a redução da quantidade de camarão e peixes, a exemplo das seguintes espécies: filhote, piraíba, bacu, mapará, pescada, tainha e ituí-terçado. Em meio a isso, os pescadores precisaram passar a pescar em outras regiões, pois não tem mais cardumes e a pesca artesanal está ameaçada (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020).

Além das denúncias em relação aos municípios vizinhos, agora o capital ameaça adentrar e se expandir dentro do município de Abaetetuba, sendo a maior delas o Terminal de Uso Privado (TUP) da multinacional norte-americana Cargill[7], segunda maior empresa de capital privado do mundo, a apenas 2,3 km de distância do Bom Remédio Há associadamente o risco do TUP da empresa francesa Louis Dreyfus Company (LDC) no município de Ponta de Pedras, a Hidrovia Tocantina e outras ameaças a todos os territórios tradicionais.

O Território Itacuruçá, além de todas as ameaças mencionadas que impactam diretamente na poluição e assoreamento de igarapés, falta de peixes, fechamento das nascentes e contaminação da água, enfrenta a destruição e diminuição de árvores frutíferas como tucumã, bacuri, inajá, bacaba, sumiço de animais e a inserção na rota dos riscos da miséria, abuso e exploração sexual, tal qual o aumento de outras formas de violência (Protocolo de Consulta Território Quilombola Alto Itacuruçá, 2019). Nos últimos anos o quilombo vivência conjuntamente os impactos da monocultura do Dendê, que teve suas primeiras fases produtivas nos municípios de Moju e Tailândia e fora introduzida pela facilidade de escoamento que Barcarena representa e por receber incentivos fiscais do governo estadual com objetivo de atrair capital estrangeiro (Silva, 2021).

Os Territórios Laranjituba e África sofrem os impactos diretos da poluição e assoreamento de igarapés, causados pelos empreendimentos que já existem na região (Protocolo de Consulta Territórios Quilombolas Laranjituba e África, 2018), como linhões, minerodutos, monoculturas, portos e re-xistem à criação de outros, como a construção da Ferrovia Paraense S. A. (FEPASA), que pretende integrar o Pará de norte a sul para facilitar o escoamento da produção capitalista em escala global. O Estado desconsidera que nos territórios há formas altamente eficazes de gestão dos recursos

[7] Em 2018 a empresa apresentou o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para anexação do Terminal de Uso Privado na Ilha do Urubuéua.

naturais, não necessitando que sejam fomentados grandes projetos para “desenvolver” a região (Nascimento, 2017).

O Território Agroextrativista do Pirocaba também sofre há décadas os malefícios advindos do complexo minero-metalúrgico em Barcarena, pois a poluição do ar emitida pelas chaminés das fábricas é levada pelo vento diretamente para cima da população, o que afeta a produção e a saúde. Afirmam que quando os navios que carregam os produtos trazidos para beneficiar o alumínio são lavados, os dejetos caem nos rios e junto com o derrame de óleo atingem as áreas de pesca, diminuindo a quantidade e diversidade de peixes e camarãoe afetando conjuntamente a pesca artesanal.

Além disso, a poluição pelo esgoto e lixo de Abaetetuba contribui para a diminuição do fluxo pesqueiro. Frutas típicas como a pupunha são prejudicadas, “o agricultor Francisco dos Santos Araújo relata que antes da instalação das fábricas ele tirava 180 cachos por apanha (que tem o intervalo de três meses dentro da safra) e agora não existe mais essa fartura” (Protocolo de Consulta do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018, p.7-8).

O Pirocaba teme de igual modo a instalação do TUP da Cargill, sendo uma das comunidades que sofreu a grande violação de ser tornada Zona de Expansão Industrial no macrozoneamento definido em 2016 no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município, sem que nem fossem informados. Articularam-se e aprovaram em 2022 por autodeterminação no Plano de Gestão Territorial o zoneamento em: Área de Moradia (AM); Unidade de Produção Familiar (UPF) e Área Patrimonial da Comunidade (APC). Essa mobilização se deu em grande medida pelas mulheres do território, que por diversas vezes eram desconsideradas, evidenciando que a dominação territorial se vincula estruturalmente à dominação fundamentada em gênero.

Dessa forma, as grandes ameaças aos fatores produtivos, território e natureza influenciam diretamente em todos os outros aspectos relacionados ao Bem Viver, sobretudo no que se direciona à segurança, saúde e família, tendo-se evidenciado que o território proporciona segurança e os moradores se organizam para que isso não se perca. Um exemplo é o indicador família, atribuído pela permanência dos jovens na comunidade, que envolve grandes esforços para que compreendam a importância do território e se disponham a representá-lo, preocupando-se e dialogando o que vivenciam por serem o futuro e os maiores prejudicados com a violência e a possível mudança para a cidade (Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018).

A cultura e as tradições transmitidas quase em sua totalidade oralmente pelos mais velhos pulsa para que não seja perdida (Cardoso, 2012), visibilizando-se que o avanço de políticas

desenvolvimentistas faz com que alguns jovens passem a ter certo preconceito com a identidade local, realidade na qual outros jovens dos territórios intervêm, dialogando para reafirmação identitária/territorial (Costa; Oliveira, 2019).

No entanto, com todos os impactos e ameaças as comunidades socializam negativamente a ineficácia da segurança pública e a inexistência de delegacias em torno dos territórios, os fazendo sofrer com o aumento de furtos e assaltos. O aumento do fluxo de pessoas desconhecidas atraídas com ocupações organizadas por interesses diversos e as invasões e presença de "estranhos" é umas das maiores causas de desconforto. Ressalta-se que dentre os desconhecidos que circulam pelo território estão os funcionários das empresas que tentam fazer pesquisas sem o consentimento da população, a qual denúncia à órgãos municipais e estaduais e não obtém respostas (Silva, 2021).

Essa circulação de desconhecidos influencia diretamente no aumento do tráfico de drogas, da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes, da prostituição, da invasão das casas e desrespeito as comunidades (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020). Ademais, a segurança pública e privada é mencionada de forma específica para frisar que as empresas e/ou o Estado podem utilizá-las para coagir os moradores em possíveis invasões e/ou expulsões.

No quesito saúde, almeja-se que a política pública de saúde respeite e valorize práticas e saberes compartilhados que são constitutivos de uma medicina própria, vinculada ao território, à história e à ancestralidade dos sujeitos, a exemplo dos remédios caseiros, benzedeiras, curandeiras, plantas medicinais e variados conhecimentos. Todavia, o que se têm a nível governamental é uma saúde pública precária. No que tange ao atendimento particularizado, somente Laranjituba e África dispõe minimamente de "um posto de atendimento à saúde e uma ambulância'' (Chaves; Sousa, 2018, p.5), pois nos outros territórios não há, "havendo constantemente a necessidade de deslocamento dessa população para a sede municipal ou outras cidades próximas'' (Torres; *et al*., 2021, p.110).

Devido à poluição do rio, do ar e da terra, as comunidades sofrem com queda de cabelo, coceira, bactérias, feridas pelo corpo e doenças decorrentes do uso de água contaminada (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020), tendo como uma das únicas formas de atendimento público as agentes comunitárias de saúde, que além de darem orientações sobre prevenção às doenças contribuem na mobilização local (Protocolo de Consulta do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018).

Na epidemia da Covid-19, iniciada em 2020, os remédios naturais auxiliaram para que povos e comunidades tradicionais tivessem acesso a algum tipo de tratamento, levando em conta que muitos territórios não possuem nem acesso a água encanada tratada para lavar as mãos. A CONAQ, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), desenvolveu o Observatório da Covid-19

nos Quilombos e constatou que até janeiro de 2022 confirmaram-se 5.666 casos e 301 óbitos de quilombolas por Covid-19, sublinhando a política genocida de Estado com essas populações. Assim, os curandeiros, benzedeiras, parteiras e todos os que detêm os conhecimentos tradicionais contribuíram e contribuem para que vidas sejam salvas, a exemplo do que mostram os resultados de pesquisa realizada por Torres *et al*. (2021) no Quilombo Itacuruçá:

> Os dados obtidos durante a pesquisa demonstraram que a maioria dos moradores da comunidade optou por utilizar o conhecimento tradicional sobre as plantas como tratamento dos sintomas da Covid-19, tal como já era feito para tratar outras enfermidades. Sendo que a principal via de transmissão desses saberes é fortemente atrelada à participação feminina dentro das comunidades tradicionais (p. 124).

O processo de reafirmação se dá em grande medida pela educação, inicialmente extraescolar, expressa nas práticas sociais de produção e reprodução, visualizando-se que os modos de vida, as práticas tradicionais de produção e as práticas culturais são ensinadas de geração em geração (Protocolo de Consulta do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2018). Mas recentemente se representa um aumento de acesso ao ensino superior, o qual se tornou uma bandeira de luta para muitos jovens, em especial após a Universidade Federal do Pará (UFPA), aprovar como parte de suas políticas de ações afirmativas o Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE-IQ), voltado a garantir o acesso dessas populações tradicionais ao ensino superior. Trajetória evidente no relato de Chaves (2018), pesquisadora de Laranjituba e África:

> A educação abre um leque de conhecimento e esses conhecimentos que adquiri durante a pesquisa serviu como uma espécie de libertação de alguns fantasmas que apareciam na minha vida como, por exemplo: o medo que eu sentia de ser eu mesma, agora posso dizer que estou mais preparada para ajudar e lutar por dias melhores para meu quilombo. Por isso, sou muito grata a tudo de bom que a universidade me proporcionou, principalmente o (re)conhecimento de uma identidade cultural que até então não reconhecia direito o quanto é valiosa (p.4).

Notoriamente grandes limites surgem, visto que universidades são espaços atravessados por relações de poder aptas a violentar populações tradicionais, a exemplo do pouco número de vagas, vide o informado por jovens do Quilombo Itacuruçá à Ranieri (2016) acerca do papel de defesa que possuem dentro do território:

> Esse é o nosso papel. Mas cadê a condição? Para onde vamos? Temos sonhos, mas será que vamos conseguir realizar? Ontem saiu a lista do vestibular para quilombola, três jovens passaram, acho que ainda é pouco. Tinha que ter mais vaga [...]" (Ranieri, 2016, p.54-55).

Na educação básica outras limitações se apresentam. Os territórios conseguiram ter acesso a escolas depois de muitas mobilizações e décadas de intensa precariedade, utilizando-se até de suas casas para dar aulas ou de recursos próprios para construção dos prédios escolares. Na escola, a prática pedagógica ainda "propaga o preconceito e a discriminação através das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas pelos/as educadores/as, além do mais, os materiais pedagógicos e os livros didáticos continuam apresentando ideologias branqueadoras" (Ranieri, 2016, p.82).

Essa realidade se dá significativamente pelo fato de terem seus saberes trabalhados em anexo aos das escolas da zona urbana e um Projeto Político-Pedagógico – PPP, que não está aberto a modificações para as particularidades de cada território, tendo por acréscimo que muitos professores da cidade encaminhados para os territórios possuem resistência em trabalhá-las (Costa; Oliveira, 2019), levando a violências como as apontadas no Protocolo de Consulta do Quilombo Bom Remédio, expressas em: "os alunos receberam atividades de pesquisa sobre suas vidas e de suas famílias e após os módulos soubemos que os professores passaram essas informações às empresas'' (2020, p.19).

Nesse sentido, educadores e lideranças locais tem perpetrado movimentos de resistência às influências externas, apontando que já há pessoas dos territórios licenciadas e dispostas a promoverem a valorização cultural e demarcando que o município precisa entender que um plano de educação não funciona da mesma maneira para toda cidade e que ele não precisa se desvincular dos territórios (Costa; Oliveira, 2019), mas valorizar de forma autônoma os saberes e práticas que o conformam enquanto um município da Amazônia.

Essas práticas insurgem de variadas maneiras, a exemplo do Território Agroextrativista do Pirocaba que nomeou sua única escola com o nome de Deocleciana Pereira de Araújo, ancestral indígena de grande referência para a comunidade, assim como os Quilombos Laranjituba e África, que nomearam suas escolas com os nomes de Osmarina e Bento Lima de Oliveira, respectivamente os dois primeiros quilombolas professores que tiveram.

Em meio a tantas ameaças, o pertencimento faz com que essas populações sigam na defesa e autodeterminação de suas vidas. Povos e comunidades tradicionais conhecem cada animal, pedaço de terra, rios, furos e igarapés que envolvem o território porque estão imbricadas "num complexo processo de coevolução com um geossistema altamente diversificado biologicamente que deu ensejo a uma enorme diversidade cultural" (Porto-Gonçalves, 2017, p.25)

Para além das sínteses aqui apresentadas, são muitas as formas que o Bem Viver se destaca, mostrando as experiências coletivas que ensinam o que se considera riqueza localmente, essas pessoas rememoram saberes e fazeres repassados de geração em geração para demarcar como necessidade presente e futura a valorização das práticas seculares de respeito mútuo com o território,

logo, as práticas sociais de produção e reprodução de povos e comunidades tradicionais se delineiam para o encontro com a valorização territorial em toda sua diversidade, afinal, tudo o que conforma o território é considerado de fundamental relevância para a valorização da vida.

Portanto, trazem a temporalidade amazônida, vivenciaram o período colonial, a anexação ao domínio português e demonstram que até meados do Século XX todas "as incursões capitalistas moderno-coloniais foram descontínuas no espaço e no tempo, configurando frentes de expansão/invasão localizadas" (Porto-Gonçalves, 2017, p.31). No entanto, a hegemonia estadunidense pós-Segunda Guerra Mundial e sua ideologia desenvolvimentista fez com o Estado brasileiro, considerado subdesenvolvido, reconfigura-se as formas de expropriação que historicamente violentam povos e comunidades tradicionais.

Destaca-se ainda na análise dos impactos socioambientais às comunidades tradicionais a ausência ou pouca efetividade das políticas públicas sociais, afinal, com muita luta e mobilização conjunta, as comunidades têm minimamente acesso à segurança, saúde, educação e dentre outras políticas intimamente relacionadas à proteção e valorização territorial, frisando-se que o município em seu PDDU descartou as populações tradicionais para atrair os corredores de circulação capitalistas em nome do "desenvolvimento local" (Abaetetuba, 2016).

Práticas que comprovam que a legislação brasileira possui "um sistema de regulamentação de terras estruturado por legislações que criminalizaram a posse e não resolvem a questão da má distribuição e, ainda, promove o caráter privatista da terra" (Costa; Hazeu, 2022, p.110). Logo, é necessário se pautar no Bem Viver desses povos para elaboração e implementação de políticas públicas que verdadeiramente compreendam a importância que representam e validem seus direitos, políticas que não os ataquem ou tentem condicioná-los a um modelo padronizado e etnocida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises tornaram profundamente evidente a necessidade de utilização de indicadores sociais de Bem Viver em territórios tradicionalmente ocupados, cada um à sua maneira, com suas especificidades territoriais e históricas. Destaca-se que os quilombos Itacuruçá, Bom Remédio, Laranjituba, África e o território agroextrativista Pirocaba, constituíram projetos de vida próprios no município de Abaetetuba, resistiram ao período colonial e em confluência com as florestas e rios definiram seus modos de saber e fazer. Contudo, com a reestruturação capitalista e o decorrente fomento ao desenvolvimentismo, essas populações passaram a ser constantemente afetadas com o avanço do capital na Amazônia.

Nessa perspectiva, ao utilizar os indicadores de Bem Viver para anunciar as realidades e perspectivas locais e para avaliar os impactos socioambientais oriundos de políticas desenvolvimentistas em territórios tradicionais do município de Abaetetuba, compreendeu-se que antes da implantação de intervenções públicas e privadas nos municípios vizinhos e dentro do território municipal, essas populações já viviam suas vidas de modo particular, que sofriam ao mesmo tempo com a precariedade de políticas públicas, mas organizavam-se para mitigar essas faltas.

Todavia, depois da implantação do capital na região com o aval do Estado, as comunidades vivem em constante alerta, pois são obrigadas a viverem com os resultados da poluição da terra, das águas, do ar e com os desrespeitos a seus modos de vida. Onde antes se sentiam seguros, agora se preocupam se vai ser possível colher o que plantou, pescar e caçar o que foram ensinados a comer, se serão acometidos com as doenças que surgiram ou se serão as próximas vítimas do aumento das diversas formas de violência dentro dos territórios.

Isto é, a partir do momento que o Estado brasileiro fomenta políticas desenvolvimentistas com o discurso de melhorar os indicadores de bem-estar e este discurso se reproduz como uma "verdade" localmente, o que se faz é ocultar os indicadores de Bem Viver, que são secularmente vivenciados pelas populações que compõe a América Latina e que baseiam os modos de vida que surgem no encontro, conflito e resistência com a ameaça e invasão capitalista e desenvolvimentista. Os indicadores de Bem Viver se mostram relevantes para discutir a ausência ou ineficiência de políticas públicas e impactos de projetos desenvolvimentistas, pois representam a necessidade de valorizar a sociobiodiversidade amazônida.

Políticas públicas precisam estar voltadas para garantir direitos e superar as violações sofridas. Povos e comunidades tradicionais não são "atrasados", "primitivos", dependentes de "desenvolvimento" para alcançar o bem-estar social, ao contrário, construíram e constroem com suas próprias mãos a diversidade territorial. É o capital assessorado pelo Estado com seus portos, latifúndios, ferrovias e tantas outras práticas que importuna, espolia e empobrece essas populações.

É imprescindível lembrar que indicadores sociais surgiram pela busca das "disfunções sociais" do modelo desenvolvimentista, considerando-se que o crescente desenvolvimento econômico não representava igualdade de oportunidades e/ou mitigação da pobreza, a qual sim passou a ser cada vez mais disseminada, inversamente a riqueza produzida. E, como qualquer conceito, pôde se atualizar no espaço-tempo, vindo a basear o planejamento público com viés democrático. Sendo assim, por que não se reatualizar e aprofundar na concepção de Bem Viver? Acionar bases de conhecimento propriamente latino-americanas para pensar suas problemáticas?

Há amplos caminhos para se testar e aprimorar, haja vista que não há democracia se territórios e seus povos são deliberadamente violentados para que pequenas parcelas da população tenham acesso à bens materiais e serviços.

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. Cidades e Estados. **IBGE**, 2023. Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/abaetetuba.html. Acesso em: 15 mar. 2023.

ABAETETUBA. Lei nº 486 de 21 de dezembro de 2016. Altera a Lei Municipal nº 222 de 10 de outubro de 2006 que institui o Plano Diretor do Município de Abaetetuba e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará**: edição 1636. 26 dez. 2016.

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, p. 78-101, jan./jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040/2007**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidente da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

CARDOSO, M. B. da C. **Saberes ribeirinhos quilombolas e sua relação com a educação de jovens e adultos da comunidade de São João do Médio Itacuruçá, Abaetetuba/PA**. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

CHAVES, E. R.; SOUSA, D. M. Titularização: Processo de Luta para o Reconhecimento de Identidade Quilombola da Vila Caeté. **Fato & Versões: Revista de História**, v. 10, n. 20, p. 3-19, 2018.

COSTA, L. F. da.; OLIVEIRA, M. R. D. de. Os saberes tradicionais e os dispositivos legais: Uma análise das práticas culturais da Comunidade Remanescente de Quilombo do Itacuruçá (Abaetetuba/PA). **Estudos IAT**, v.4, n.2, p. 246-260, set. 2019.

COSTA, S. G.; HAZEU, M. T. Democracia de base: o direito à consulta prévia nos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista em Pauta**, v. 20, n. 50, p. 109-124, jul./dez. 2022.

CUNHA, E. V. da; SOUSA, W. J. de. O Bem Viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **Revista Katálysis**, v. 26, n. 2, p. 321-332, maio/ago. 2023.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: Um debate. **GEOgraphia**, n. 17, p. 19-46, 2007.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36(1):51-72, jan./fev. 2002.

NASCIMENTO, R. M. C. **Comunidades quilombolas África e**

Laranjituba um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional. 92 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, M. N. **Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, instrumento de fortalecimento, resistência e defesa de territórios dos povos e comunidades tradicionais: um estudo a partir da Comunidade Quilombola Bom Remédio**. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Belém, 2021.

Observatório da Covid-19 nos quilombos. **CONAQ**, 2022. Disponível em:<quilombosemcovid19.org>. Acesso em: 24 jun. 2023.

OLIVEIRA, F. L. de; TEISSERENC, M. J. da S. A. Ecofeminismo no Pirocaba (Abaetetuba-PA): Resistências e estratégias socioterritoriais amazônicas na rota de "mais um" grande projeto. **REUMAM**, v. 7, n. 1, p. 45-52, 2022.

Plano de Gestão Territorial da Comunidade Pirocaba, Abaetetuba, Pará. **Associação dos Agroextrativistas, Pescadores (as) e Artesãos (ãs) do Pirocaba - ASAPAP**, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia:** Encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; HURTADO, L. M. Resistir e Re-existir. **GEOgraphia**, vol. 24, n. 53, 2022.

Protocolo de consulta Comunidade Agroextrativista do Pirocaba/Abaetetuba - PA. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2018. Disponível em:<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-comunidade-agroextrativista-do-pirocaba-abaetetuba-para-2018/#>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Consentimento do Território Quilombola Laranjituba e África. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2018. Disponível em:<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-livre-informada-e-de-consentimento-do-territorio-quilombola-laranjituba-e-africa/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Protocolo de Consulta – Território Quilombola Bom Remédio. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2020. Disponível em:<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-territorio-quilombola-bom-remedio/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Protocolo do Território Quilombola do Rio Itacuruçá Alto – Ilhas de Abaetetuba. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2022. Disponível em:<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-do-territorio-quilombola-do-rio-itacuruca-alto-ilhas-de-abaetetuba/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. "Bem Viver": Entre o "Desenvolvimento" e a "Des/colonialidade" do Poder. **Revista de Direito da UFG**, v. 37, n. 1, p. 46-57, jan./jun., 2013.

RANIERI, C. C. Q. **Educação e Resistência na Comunidade do Baixo Itacuruçá em Abaetetuba: Memória de Luta na Afirmação e Valorização da Identidade de Quilombo**. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PGGEDUC), Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, 2016.

SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C. D.; JUNIOR, O. M.; QUINLAN, R. J.; ALCANTÂRA, L. S. Bem Viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Saúde Soc.**, v. 26, n. 1, p. 40-50, 2017.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: Uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural** | Pelotas [01]: p. 113 - 142, jul./dez. 2007.

SOLÓN, P. Alternativas sistêmicas: **Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": Espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Papers do NAEA**, n. 321, dez. 2013.

TORRES, P.; SANTANA, F.; PEREIRA, T. R.; SILVA, A.; LOBATO, F.; RAVENA-CAÑETE, V. Uso de Plantas Medicinais na Comunidade Quilombola do Baixo Itacuruçá (PA): Saberes para enfrentamento da COVID-19. *In:* CARVALHO, L. G. de; NASCIMENTO, R. M.; NASCIMENTO, V. B. do (org.). **Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**. Belém: NUMA/UFPA, p. 103-128, 2022.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CAATINGA: DISCUTINDO POLÍTICAS CONVERGENTES

Leonardo Milanez de Lima Leandro[1] (Univasf)
José Raimundo Cordeiro Neto[2] (Univasf)

RESUMo: No semiárido brasileiro, alguns fóruns da sociedade civil reivindicam um paradigma de desenvolvimento baseado no uso sustentável de seu principal bioma, a Caatinga. Nessa região, merece atenção o segmento da agricultura familiar, que apresenta potencialidades para um melhor posicionamento em cadeias de alto valor agregado, para produtos oriundos da sociobiodiversidade local. A partir da observação de iniciativas que congregam ações nos campos do desenvolvimento regional e da ciência e tecnologia, o objetivo do trabalho é discutir possibilidades para a agricultura familiar radicada na Caatinga. A pesquisa levantou dados documentais e estatísticos secundários, entre os quais textos legislativos, relatórios de políticas e fontes censitárias, para compor o quadro de análise. O texto apresenta uma interpretação de como foram construídas as visões que influenciaram a ação do Estado no território semiárido brasileiro. Em seguida, são relacionadas algumas das políticas que buscaram fortalecer a agricultura familiar no século XXI, quando também características do segmento da agricultura familiar que se reproduz na Caatinga são descritas e o caso de uma cooperativa agropecuária familiar localizada no sertão da Bahia é relatado. As iniciativas no campo da ciência e tecnologia, em convergência com as estratégias para o desenvolvimento regional, que apontam perspectivas abertas para a agricultura familiar são anotadas antes das considerações finais, onde se pontua a convergência possibilitada pela conjugação de esforços nos campos do desenvolvimento regional, da saúde, da ciência e tecnologia e dos movimentos sociais, como estratégia de fortalecimento de trajetórias tecnológicas que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente saudáveis.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Caatinga. Desenvolvimento sustentável. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro. Apesar da primeira vista sobre a sua vegetação sugerir pouca diversidade, Silva et al. (2017) registraram que ela abriga mais de 3,1 mil espécies de plantas vasculares, além de 183 de mamíferos (com 6% de taxa de endemismo), 276 de formigas, 386 de peixes (das quais mais da metade é endêmica), 98 de anfíbios, 191 de répteis e 548 de aves. Seu regime edafoclimático lhe impõe características únicas: ao mesmo tempo que apresenta risco de escassez hídrica, fundamento que mais se lança mão para explicar a pobreza regional, também é a região semiárida mais biodiversa e uma das que mais abriga seres humanos no planeta (SILVA et al., 2017).

[1] Colegiado de Administração, Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: leonardo.leandro@univasf.edu.br.
[2] Programa de Pós-Graduação em Política, Cultura e Meio Ambiente, Colegiado de Administração, Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: raimundo.cordeiro@univasf.edu.br.

A Figura 1 apresenta a localização geográfica do Nordeste, com a delimitação de suas 9 unidades federativas, bem como os limites da região semiárida e da Caatinga.

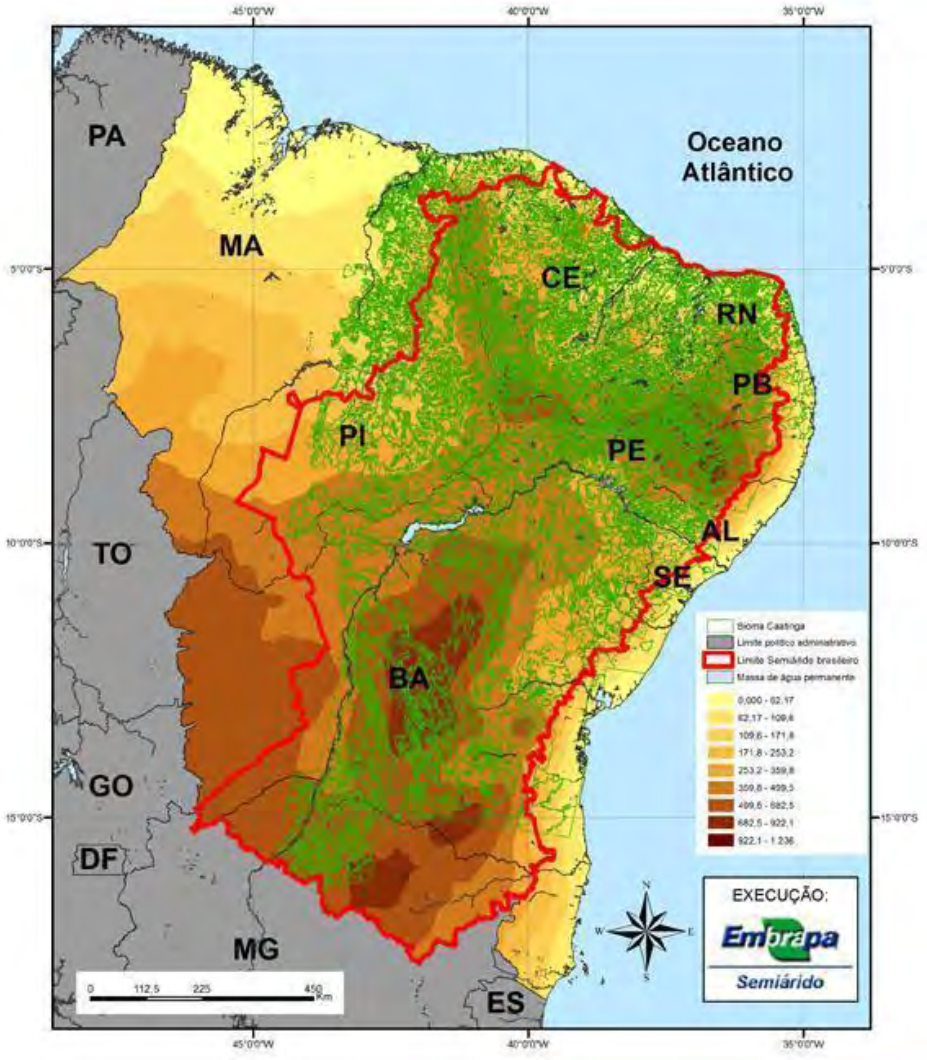


Figura 1. Mapa de localização geográfica do Nordeste, com delimitação da região semiárida e do bioma Caatinga.
Fonte: Laboratório de Geoprocessamento Embrapa Semiárido.

São cerca de 28 milhões de pessoas morando em 1.262 municípios, numa área de mais de 840 mil quilômetros quadrados, distribuídos em 10 unidades da federação, sendo as 9 da região Nordeste e mais Minas Gerais, da região Sudeste[3]. A soma da riqueza produzida pelos municípios da Caatinga na região Nordeste em 2020 totalizou R$ 422 bilhões, correspondendo a 5% do PIB brasileiro. É por parte da Caatinga que corre o rio São Francisco, dotado de 9 barragens e 12 complexos

[3] Silva et al. (2017) propuseram novos limites para a Caatinga. Na configuração proposta, a Caatinga teria 912,5 km².

produtores de energia hidrelétrica, além de 2 canais construídos com o objetivo de levar água a mais lugares além de suas margens.

Como se pode notar, há coincidência em boa parte do Nordeste no que se refere aos territórios semiáridos e o bioma Caatinga. As maiores áreas da Caatinga estão na Bahia e no Piauí, respectivamente. A menor área está no Maranhão, que tem apenas 2 municípios classificados como integrantes do bioma Caatinga. As áreas de ocorrência em cada unidade federativa podem ser vistas na Tabela 1, abaixo. Estão também registrados o número de municípios considerados dentro do semiárido em cada unidade federativa.

Tabela 1. Municípios semiáridos e área (ha) da Caatinga por Unidade da Federação.

UF	Municípios do Semiárido	Área da Caatinga	Áreas protegidas UC[a]	Áreas protegidas TI
Maranhão	2	375.413	17.549	
Piauí	185	15.775.888	1.805.608	
Ceará	175	14.552.078	945.411	6.668
Rio Grande do Norte	147	4.997.984	18.115	
Paraíba	194	5.126.119	62.022	
Pernambuco	123	8.138.842	490.076	122.876
Alagoas	38	1.258.334		1.390
Sergipe	29	1.053.683	2.138	7.582
Bahia	278	30.092.536	2.559.316	69.912
Minas Gerais	91	1.109.895	51.208	507
Total	1.262	82.480.772	5.642.480	208.935

Fonte: BRASIL, MMA, 2008.

[a] No total, não estão incluídos 281.927 hectares em litígio entre os estados do Ceará e do Piauí. Dentro dessa área, 57.166 hectares estão destinados à Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba.

O território da Caatinga demarcado em unidades de conservação e terras indígenas é de cerca de 6,9% de sua área total. Se somarmos a área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar no semiárido brasileiro com as dos territórios das unidades de conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável, além das terras indígenas demarcadas, um total de 277 km² da Caatinga é passível de colaborar para o balanço físico e energético do planeta através dos seus sistemas desenvolvidos para conviver com os fenômenos climáticos regionais. Tabarelli et al. (2018, p. 25) pontuam que, após décadas de pesquisa, é necessário "reconhecer o semiárido com um espaço denso", se não em função de sua biomassa, uma vez que sua vegetação é predominantemente arbustiva, mas dos pontos de vista biológico, arqueológico e sociocultural. Aí se "conformou um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja" (RIBEIRO, 1999, p. 339), resultado

da expansão da atividade de pastoreio, acessória à cultura do açúcar. Aí, a população estabelecida, desenvolveu formas de conhecer e lidar e conviver com seu regime edafoclimático, característico de região semiárida, com frequentes períodos de estiagem. Significa dizer que o segmento da agricultura familiar que aí se constituiu se coloca como agente estratégico do moderno paradigma do desenvolvimento.

Esse segmento da socioeconomia brasileira, em particular, da nordestina, ao longo dessas décadas do século XXI, foi afetado por diversas políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional da Alimentação Escolar, além do fenômeno da estiagem, considerada a mais severa em termos climáticos. Ainda, como historicamente enfrentam, grandes obras de infraestrutura deslocaram populações de seus territórios originários, como são os casos das barragens das usinas hidrelétricas e, mais recentemente, das obras de transposição do rio São Francisco, ou ainda a construção dos grandes parques eólicos. Outras pressões e conflitos estão vinculados ao campo da mineração, notadamente na Bahia e no Rio Grande do Norte.

Assim, enquanto houve um cenário favorável, marcado também por limites importantes, que caracterizou a primeira década do século XXI, na segunda metade da década de 2010, a manutenção de uma trajetória de desenvolvimento sustentado das organizações e movimentos sociais do campo foi severamente impactada. Descontinuidades institucionais, obras de infraestrutura hídrica e fenômenos climáticos impuseram uma conjuntura bastante adversa.

Atravessadas as situações mais graves, a agenda de políticas pode voltar a fortalecer trajetórias tecnológicas que guardam aderência com uma agenda sustentável (COSTA, 2009). Nessa agenda de desenvolvimento, a valorização de conhecimentos tradicionais e da biodiversidade da Caatinga confere à agricultura familiar uma posição privilegiada em cadeias de valor nas quais já participa, todavia em condições menos favoráveis.

A partir da observação de iniciativas que congregam ações nos campos do desenvolvimento regional e da ciência e tecnologia, nosso objetivo é discutir possibilidades para a agricultura familiar radicada na Caatinga. A pesquisa levantou dados documentais e estatísticos secundários, entre os quais textos legislativos, relatórios de políticas e fontes censitárias, para compor o quadro de análise. Além dessa introdução, apresentamos um roteiro de como foram construídas as interpretações que influenciaram a ação do Estado no território semiárido brasileiro. Em seguida, são relacionadas algumas das políticas que foram fundamentais para o desenvolvimento e os tensionamentos dos movimentos sociais do campo até as bordas dessa nova década, quando também características do segmento da agricultura familiar que se reproduz na Caatinga são descritas, abrindo espaço para apresentação do caso de uma cooperativa agropecuária familiar localizada no sertão da Bahia. As

iniciativas no campo da ciência e tecnologia, em convergência com as estratégias para o desenvolvimento regional, que apontam perspectivas abertas para a agricultura familiar são anotadas antes das considerações finais, onde apontamos agendas que abrem possibilidades de desenvolvimento para o segmento da agricultura familiar na Caatinga, que pode ser considerado um agente estratégico no novo ciclo de negócios em curso.

CAATINGA: INTERPRETAÇÕES QUE INFLUENCIARAM A AÇÃO DO ESTADO

Nas narrativas que se referem ao território que a Caatinga ocupa normalmente são encontradas construções de uma região pobre e de baixa produtividade agrícola. Tabarelli et al. (2018) observaram que a literatura e o cinema brasileiros, até meados do século XX, contribuíram para reforçar o estigma. Eventualmente, isso ficou ligado à visão de sua rala vegetação e à ocorrência de períodos de estiagem que afetam sobremaneira o balanço fartura-fome, escassez-abundância.

Lima; Magalhães (2018), ao realizarem um levantamento dos registros histórico a respeito das secas no Nordeste, perceberam que, na medida em que iriam sendo relatados e detalhados os seus efeitos sobre a população, assentaram-se aí os fundamentos de uma visão trágica, de uma região ligada à pobreza, à miséria, à calamidade. Como fizeram Tabarelli et al. (2018), deixamos anotado aqui que não pretendemos contrapor a qualquer das narrativas, sejam elas fictícias ou verídicas.

As secas que assolam a região de tempos em tempos, secularmente, imprimiram marchas de flagelados que ocuparam estradas, vilas, cidades, levando consigo o retrato da miséria e da fome. Estamos distantes de discordar de Darcy Ribeiro, que depois de analisar profundamente a formação e o sentido do "Brasil Sertanejo", adverte que manteve acesa a lembrança da "imagem de uma fieira de nordestinos, adultos e crianças, maltrapilhos, cabeça coberta com seus chapéus de palha e de couro, agachados..." (RIBEIRO, 1999, p. 362). Ou mesmo do conceito de fome epidêmica, de Josué de Castro (1984). Conforme deixou registrado o autor, o sertão do Nordeste é uma região onde o fenômeno da fome se apresenta para a sua população como um todo, pondo-a em situação de calamidade coletiva, espalhando-se de forma epidêmica, cujos surtos são provocados pelas longas estiagens.

A estiagem, por sua vez, é um fenômeno climático recorrente no Nordeste do Brasil, característico do bioma Caatinga. Conforme levantaram Lima; Magalhães (2018), desde o século XVI há registros conhecidos. Todavia, a dinâmica que promoveu a colonização do sertão brasileiro, levou a ele uma população que desconhecia as idiossincrasias do território, em especial, seus longos períodos de estiagem, o que dificultava a preparação para seu enfrentamento. Os relatos acerca do fenômeno, como anotam os autores, levantaram, além de questões econômicas, aquelas relacionadas com as tragédias humanitárias (LIMA; MAGALHÃES, 2018). Vale anotar que os autores discutem dois

conceitos para seca, um vinculado ao fenômeno climático e outro a um fenômeno social. Enquanto fenômeno climático, a seca está representada pela não ocorrência de chuvas, ocasionando baixa presença e disponibilidade de água, inviabilizando as lavouras temporárias e afetando a manutenção dos estoques, inclusive rebanhos. Do lado do fenômeno social, a seca provoca a epidemia de fome relatada por Castro (1984, p. 177), uma fome global, dentro de "uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimentos", cujas marcas só são vistas quando a seca já promoveu seus estragos (LIMA; MAGALHÃES, 2018). Estiagem e seca, portanto, são construções teóricas vinculadas com a escassez hídrica. Todavia, a seca é uma construção social, que está correlacionada a um fenômeno climático, a estiagem, que provoca a escassez hídrica em parte do território nordestino, onde se desenvolveu a agricultura de sequeiro[4].

Predominaram, portanto, a respeito da Caatinga, as narrativas que a puseram na condição de espaço-problema, vinculada à fome, à pobreza, ao baixo nível técnico, à baixa produtividade, decorrente de suas condições edafoclimáticas.

Sendo a estiagem considerada um problema, as intervenções que a Caatinga recebeu ao longo do tempo, até mesmo das agências de governos que foram criadas, buscaram enfocar soluções para criar infraestrutura para levar água a lonjuras variadas, para minimizar os impactos da escassez hídrica. Mas como bem pontuou Ribeiro (1999), esse tipo de solução, mesmo mais recentemente (MATTOS; FERREIRA; MAY, 2021), acabou por privilegiar determinados grupos, reforçando velhas práticas clientelistas e eleitoreiras. Um breve histórico da ação pública no território da Caatinga denota o descompasso entre estas e as reais necessidades da população que ocupou aquele espaço.

No século XIX, como ponto de partida, podemos registrar a criação do Ministério de Obras Públicas, em 1860. Sua finalidade era assumir a responsabilidade de regular e fomentar obras, num contexto de crescente demanda por infraestrutura. Mas concentrava seus gastos no Distrito Federal, onde estava a Corte do Império, mesmo já sendo conhecidos os fenômenos das estiagens. Todavia, Dandaro; Marcondes (2018) observaram que a partir de 1879 houve um maior aporte de recursos da pasta na região Nordeste, para promover ações em decorrência das secas.

No início do século XX, com a criação da Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, embrião do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), patenteou-se o mote do enfrentamento das condições edafoclimáticas regionais: a execução de obras para viabilizar sistemas de captação, acúmulo e distribuição de água e obras de infraestrutura (ANDRADE, 1985; LIMA; MAGALHÃES, 2018). A ação para o desenvolvimento da região foi orientada,

[4] Trata-se de uma prática agrícola cuja característica fundamental é sua dependência das chuvas, ou seja, realizada em áreas onde a água necessária para as culturas é armazenada a partir das chuvas e com culturas que podem suportar longos períodos de estiagem. Ver Lopes (1992).

portanto, pelo paradigma do "combate às secas". Mas, como mostraram Dandaro; Marcondes (2018), e também Lima; Magalhães (2018), as políticas endereçadas à região, desde o Império, privilegiaram a distribuição de auxílios para o socorro aos desamparados.

Ainda nesse ínterim, percebeu-se que aquelas condições edafoclimáticas eram adequadas à aclimatação de frutas, fazendo com que a região recebesse investimentos externos, políticas de colonização, de infraestrutura hídrica e estruturação de um complexo agroindustrial, despontando como importante polo fruticultor, integrado às cadeias globais de valor. Por essa via, entendemos que o território da Caatinga é interpretado como uma fronteira econômica, como reserva de valor, que serve como elemento de acumulação dependente do avanço tecnológico.

Recentemente, em busca de subverter essa trajetória, a noção de "convivência com o semiárido" emergiu, a partir da movimentação de organizações sociais locais (SILVA, 2003; AGUIAR et al., 2019). Assim, o que outrora foi concebido como um espaço-problema, desponta como possibilidade de ser interpretado como uma fronteira de capital natural[5], com capacidades únicas para o desenvolvimento tecnológico e social, atendendo demandas e enfrentando desafios da sociedade contemporânea. Implica reconhecer, portanto, que não se pode conceber processos de desenvolvimento que busquem subtrair recursos e substituir ecossistemas e paisagens em detrimento de uma suposta melhoria nas condições de vida, medida pela elevação da renda média da sociedade. Ora, é do conhecimento acerca dos processos de conservação da capacidade dos territórios em manter a oferta dos recursos disponíveis que modernos valores de uso são incorporados pela sociedade, via arranjos político-institucionais e econômicos variados. É na natural diversidade que está o valor bioeconômico do território.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Um dos segmentos responsáveis pela manutenção da Caatinga produtiva corresponde às formas que a agricultura familiar assumiu na região semiárida do Brasil. E, ao longo do tempo, como brevemente resumido acima, o grosso da população radicada no território semiárido não pode contar com políticas específicas, que atendessem suas reais necessidades. Só mais recentemente é que o segmento pode ser alvo de ações que conferiram a ele maior resiliência. Vejamos um roteiro das políticas públicas recentes que beneficiaram o segmento da agricultura familiar no Brasil, e que, em função de suas características, tiveram maior repercussão na região Nordeste.

[5] Conforme anotou Becker (2005), na fronteira de capital natural o principal valor deriva da diversidade dos recursos disponíveis no território, onde também estão pessoas que desenvolveram formas variadas de convivência e organização socioprodutiva em função da disponibilidade de recursos, integrando-se a sistemas políticos-institucionais e econômicos para realizar excedentes e internalizar recursos não produzidos.

Grisa; Schneider (2014) propuseram uma periodização para analisar a trajetória da construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, apontando 3 gerações. De meados do século XX até sua última década, a primeira geração de políticas públicas teria como característica fundamental a construção de um referencial agrícola. É também nessa última década do século XX que se tem início a segunda geração de políticas públicas para a agricultura familiar. Os motes principais do debate giravam em torno da construção de um referencial social e assistencial. Na terceira geração, iniciada neste século XXI, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental têm dominado o debate.

Sem propor um esquema cronológico, a interpretação de Mattos; Ferreira; May (2021) contribui para a observação de como as políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido brasileiro se desdobraram ao longo do tempo. Utilizando Índices de Precipitação Padronizados para os primeiros 6 meses do ano como referência analítica, observaram o fenômeno da estiagem no início da década de 1980, no início da década de 1990 e em meados da década de 2010. Ao verificarem a intensidade e a abrangência da estiagem nos três períodos, notaram que foi mais intensa no último, na "Grande Seca", ocorrida entre 2012 e 2017. Todavia, os efeitos trágicos da seca foram mais sentidos pela população nos dois primeiros períodos. Na avaliação dos autores, foram as políticas públicas destinadas ao segmento da agricultura familiar, junto com suas formas de se organizarem produtivamente, que puderam constituir condições mínimas para que as famílias enfrentassem a estiagem de maneira a resistirem e se adaptarem à exaustão contínua dos estoques, convivendo com a seca. Aquino; Vidal; Alves (2021) corroboram com a avaliação, uma vez que a estiagem ocorrida no período de 2012-2017 atingiu com gravidade a agricultura familiar do semiárido, que tem suas atividades predominantemente realizadas em áreas de sequeiro.

Nota-se que, com a ditadura vigente até a penúltima década do século XX, as lutas camponesas, outrora reprimidas, trouxeram algum avanço na década de 1990, com a Lei nº. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei Agrícola, demarcando uma vitória histórica na primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar. É também da década de 1990 a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio das resoluções 2.101/1994 e 2.191/1995, que criaram uma linha de crédito e buscaram apoiar financeiramente as atividades de unidades produtivas exploradas com mão de obra familiar. O PRONAF, que se coloca na segunda geração de políticas dedicadas ao segmento da agricultura familiar, tornou-se política de governo no ano seguinte, por meio do Decreto n.º 1.946, em 26 de junho. Nas raízes da terceira geração de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar estão o Programa Fome Zero, de onde emergiram o Programa de Aquisição de Alimentos, ainda na primeira metade da primeira década do

século XXI, e renovação do Programa Nacional da Alimentação Escolar, na segunda metade, quando também é regulamentada a Política Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos.

É nessa terceira geração de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar que concentramos as observações aqui apresentadas. Nela, podemos observar a ação do Estado em busca de criar mercados capazes de dinamizar a agricultura familiar, através da possibilidade dos agricultores realizarem vendas diretamente aos programas de governos. Na medida em que fortaleceu a agricultura familiar, garantindo mercados para a realização de seus excedentes, assegurou alimento saudável para a população.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiu como mecanismo de operacionalização do Programa Fome Zero, instituído por meio da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003. A lei foi promulgada na intenção de repactuar e alongar dívidas de crédito rural de modo a reduzir os problemas de endividamento no PRONAF (SAMBUICHI et al., 2020), criado quase uma década antes. Mas trouxe consigo um dispositivo específico que criava o PAA, com a principal finalidade de incentivar a agricultura familiar por meio de ações de aquisições de produtos agropecuários a servirem de estoques para combater a fome e promover a segurança alimentar (BRASIL, 2003; CONAB, 2004).

Operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), eram 6 mecanismos distintos para aquisição de estoques da agricultura familiar: a compra com doação simultânea, a compra direta, o apoio à formação de estoques, o incentivo à produção e ao consumo de Leite (PAA Leite), a compra institucional e a aquisição de sementes. Assim, o PAA tornou-se um importante instrumento de combate à pobreza e insegurança alimentar, abastecendo, regularmente, instituições filantrópicas, de amparo a idosos e crianças, associações comunitárias, creches, hospitais, entre outras (BRASIL, 2014; SAMBUICHI, 2020).

Ao longo da última década, mesmo com as rupturas de descontinuidades, o programa foi capaz de aplicar R$ 5,9 bilhões naquelas modalidades, adquirindo 2,1 bilhões de toneladas de alimentos, beneficiando mais de 450 mil agricultores familiares em 4,4 mil municípios brasileiros. Desse montante, quase metade foi aplicada na região Nordeste, onde esteve quase metade dos agricultores beneficiados, a metade dos alimentos adquiridos nas diversas modalidades do programa e pouco mais de 1/3 dos municípios abrangidos (SAMBUICHI et al., 2020).

O PNAE, por sua vez, foi criado em 1955, com o nome de Campanha da Merenda Escolar, um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. A partir de 1995, o governo federal estabeleceu a descentralização da merenda escolar, com o objetivo de diminuir os custos operacionais, estimular a participação da comunidade local, promover a educação nutricional no

âmbito da escola, de forma a reforçar a aquisição de bons hábitos alimentares, reduzir a evasão e a repetência escolar (BRASIL, 2009). Com a descentralização, houve a transferência das funções do nível federal para os níveis estadual e, principalmente, municipal, passando a ser responsabilidade dos administradores às operações de aquisição de alimentos, elaboração de cardápios, contratação de recursos humanos, oferta e instalação de infraestrutura física, equipamentos e outros utensílios, como pratos, talheres etc.

As instituições envolvidas no processo de operacionalização do PNAE são o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela definição das regras do Programa, e as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios e as escolas federais, que visam o cumprimento do PNAE considerando os aspectos legais. Conta ainda com uma Unidade Executora (UEx) que acompanha a entrega dos produtos, com finalidades de fiscalizar as condições higiênico-sanitárias. O arranjo institucional do PNAE ainda integra os Conselhos de Alimentação Escolar, o Tribunal de Contas da União (TCU), a Secretaria Federal de Controle Interno e o Ministério Público.

Desde uma revisão e realinhamento, em 2009, as escolas foram obrigadas a utilizarem 30% de seus fundos para a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. Para as cooperativas e famílias, foram estabelecidos valores para uma quantidade máxima anual de compra. E os produtos orgânicos produzidos recebem um prêmio de preços com 30%. Aliada a outras políticas de fortalecimento da agricultura familiar como o Programa Um Milhão de Cisterna (P1MC), o PRONAF e política de assistência técnica e extensão rural, permitiu que os produtores ampliassem os investimentos e promovessem a diversificação de sua produção, motivando muitos pequenos produtores a produzirem pela primeira vez além das próprias necessidades. A renda gerada pelo programa PNAE motivou e ajudou a expandir a produção, além da garantia de clientes escolares e institucionais, incentivou a conquistar os mercados vizinhos.

Essa estrutura de produção e comercialização deu uma importante contribuição para a segurança alimentar, ao mesmo tempo que ampliou as fontes de renda para a pequena agricultura familiar. De acordo com Cortez (2017) e Mattos; Ferreira; May (2021), é possível identificar vários impactos do PNAE na renda familiar que se reflete, por sua vez, positivamente na manutenção da estrutura social e cultural, e mais fortemente nas questões de reprodução social e econômica da família, resultando em novos arranjos de distribuição do trabalho entre seus membros, bem como oferece às mulheres e aos jovens novas e melhores perspectivas.

Não se pode deixar de notar, ainda, os avanços no campo da meteorologia e da capacidade do Estado em criar e monitorar sistemas de informação capazes de oferecer maior acurácia para a

tomada de decisão, além dos programas que promoveram a descentralização da água, que influenciaram positivamente nas decisões de investimento das unidades familiares (MATTOS; FERREIRA; MAY, 2021).

A AGRICULTURA FAMILIAR NA CAATINGA

Por agricultura familiar, compreendemos as formas variadas de organização da produção que tem origem no campo, na interação direta com a base natural de recursos disponíveis nos territórios, sejam eles ancestrais ou incorporados por grupos e movimentos sociais em função de suas lutas por existência, e que são manejadas quase que exclusivamente pela força de trabalho da unidade familiar. Ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, quebradeiras de coco, comunidades de fundos de pastos, atingidos por barragens, assentados e acampados pela reforma agrária, agroflorestеiros e agrocaatingueiros, são algumas das expressões da agricultura familiar presente nos territórios que compreendem o bioma Caatinga.

No Brasil, o segmento da agricultura familiar corresponde a pouco mais de 3/4 do número de estabelecimentos rurais levantados pelo Censo Agropecuário em 2017 (IBGE, 2019). Dos quase 3,9 milhões de estabelecimentos, 47,18% estão no Nordeste. E, dentro do Nordeste, onde está a região semiárida mais biodiversa do mundo, são mais de 1,44 milhão de estabelecimentos liderados pela agricultura familiar. Os dados denotam a importância social do segmento, que foi alvo de políticas ou tensões específicas, ao longo deste século XXI.

Mas enquanto o número de estabelecimentos rurais liderados pela agricultura familiar no semiárido brasileiro corresponde a mais de 3/4 do total dos estabelecimentos aí localizados, a área por eles ocupada corresponde a pouco mais de 2/5 da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no semiárido. Entretanto, a agricultura familiar só ocupa efetivamente 4,2% das terras consideradas agricultáveis. É também aí que vive quase metade da população brasileira que utiliza lenha e carvão vegetal para a produção de alimentos.

Vejamos os casos específicos do PAA e do PNAE, e seus desdobramentos em 3 municípios situados na Caatinga baiana. Em seguida, como uma cooperativa que atua nesses municípios pode articular ações do Estado, iniciativas de organismos não governamentais, pautas dos movimentos sociais do campo, compondo uma rede em busca do desenvolvimento sustentável.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ: O CASO DA COOPERCUC

Souza; Santiago; Leandro (2019) procederam um estudo preliminar do PAA nos municípios de Canudos, Curaçá e Uauá, e notaram a importância do programa para o desenvolvimento sustentável da região, a partir das ações articuladas por uma cooperativa. Trata-se da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc).

A Coopercuc tem sua trajetória ligada ao trabalho das comunidades eclesiais de base, que vinha tendo abrigo em algumas comunidades de fundos de pastos localizadas no município de Uauá, ainda na década de 1980 (GENTILE; BURGOS, 2016). Na década seguinte, com apoio do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), através do Programa de Convivência com o Semiárido em Canudos, Uauá e Curaçá (Procuc), uma série de oficinas voltadas para os agricultores e agricultoras daqueles municípios findou por concretizar as experiências em uma organização social dentro da doutrina cooperativista (MARTINS, 2016). Formalmente criada no ano de 2004, ela reaplicou a experiência de beneficiamento e comercialização de frutos endêmicos da Caatinga, especialmente o umbu (*Spondia tuberosa* Arr.) e o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), que vinham desenvolvendo desde 2 décadas antes, promovendo ações produtivas conectadas com a conservação da biodiversidade do território.

Atualmente, congrega mais de 270 cooperados, mantém mais de 134 km² do bioma Caatinga produtivo e preservado, certificados para a produção de orgânicos, com um portfólio de mais de 50 produtos agroindustrializados, elaborados com tecnologias sociais e agroecológicas, por comunidades de fundos de pastos, extrativistas, agrocaatingueiras. Possui 3 plantas para agroindustrialização de seus processos, sendo uma de processamento de frutas e produção de doces, geleias e polpas, uma de laticínios de caprinos e outra unidade empacotadora de grãos, além de 11 minifábricas de produção de doces e geleias.

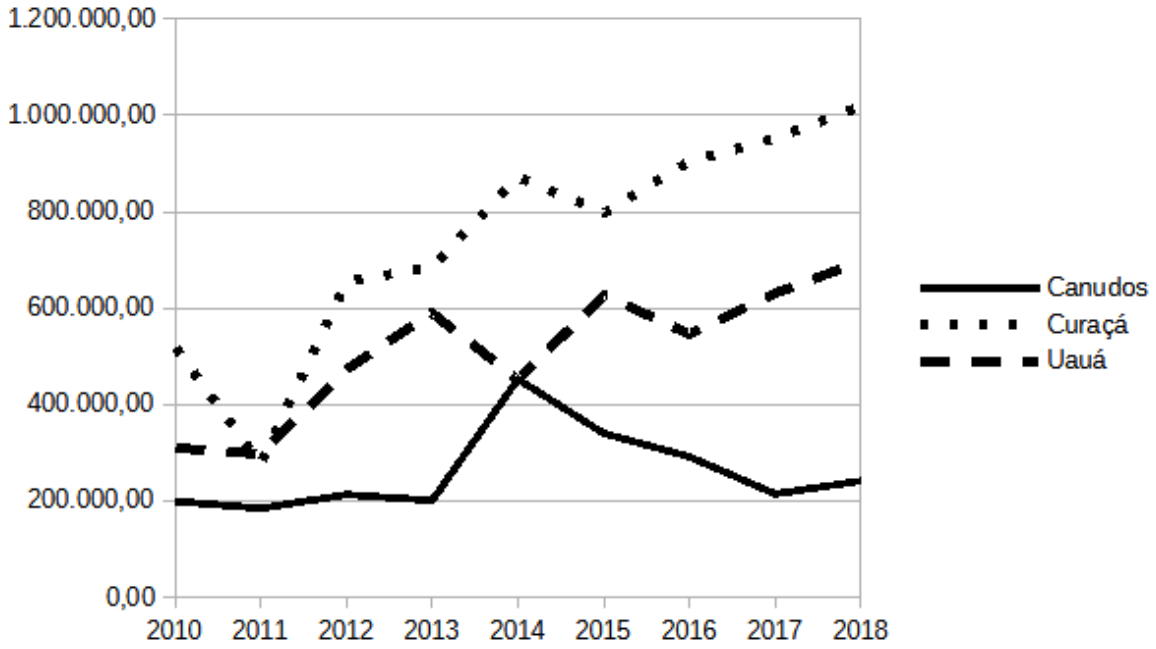
Sua unidade de processamento de frutas e produção de doces, geleias e polpas tem uma capacidade instalada para processamento e armazenamento de cerca de 200 toneladas de frutas por ano. Seu processo produtivo é agroecológico e realizado em unidades de processamento e áreas produtivas certificadas para a produção de orgânicos. As frutas que a cooperativa processa são sazonais, de origem extrativista ou de agricultura de sequeiro. Assim, os cooperados desenvolveram métodos de conservação das frutas para uso durante todo o ano. Seus principais produtos contam com o umbu (*Spondia tuberosa* Arr.) e o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.) como os insumos básicos para a produção de doces, compotas, geleias, polpas e bebidas, comercializadas local, regional e nacionalmente, alcançando mesmo alguns mercados internacionais, com marca própria.

Além das agroindústria de processamento de frutas, apenas as instalações para processamento e produção de laticínios de caprinos estão em operação. As descontinuidades dos programas, especialmente do PAA, reduziram as atividades da cooperativa ao ponto dela não mais utilizar a sua unidade para empacotar grãos, além das 11 minifábricas terem se tornado ociosas em função de mudanças institucionais e de requisitos sanitários para o atendimento dos mercados que outrora absorvia sua produção.

Com uma emblemática trajetória, as ações da Coopercuc puderam movimentar, apenas dentro do PAA, a valores correntes de 2018, cerca de R$ 10 milhões entre os anos de 2004 e 2015. O montante é equivalente ao que as prefeituras dos 3 municípios receberam para executar o PNAE entre os anos de 2011 e 2018, por exemplo.

Na Bahia, estado onde a Coopercuc atua, naquele intervalo de tempo, foram repassados mais de R$ 2,3 bilhões, um valor equivalente ao que foi injetado em todo o Nordeste por meio do PAA no mesmo intervalo de tempo (SAMBUICHI et al., 2020). Na área de atuação direta da Coopercuc, os municípios de Canudos, Curaçá e Uauá, o PNAE foi responsável pelo repasse de R$ 13,6 milhões. O Gráfico 1 apresenta os montantes repassados às prefeituras de Canudos, Curaçá e Uauá entre os anos de 2011 e 2018.

Gráfico 1. Recursos do PNAE repassados para as prefeituras de Canudos, Curaçá e Uauá (2011-2018).



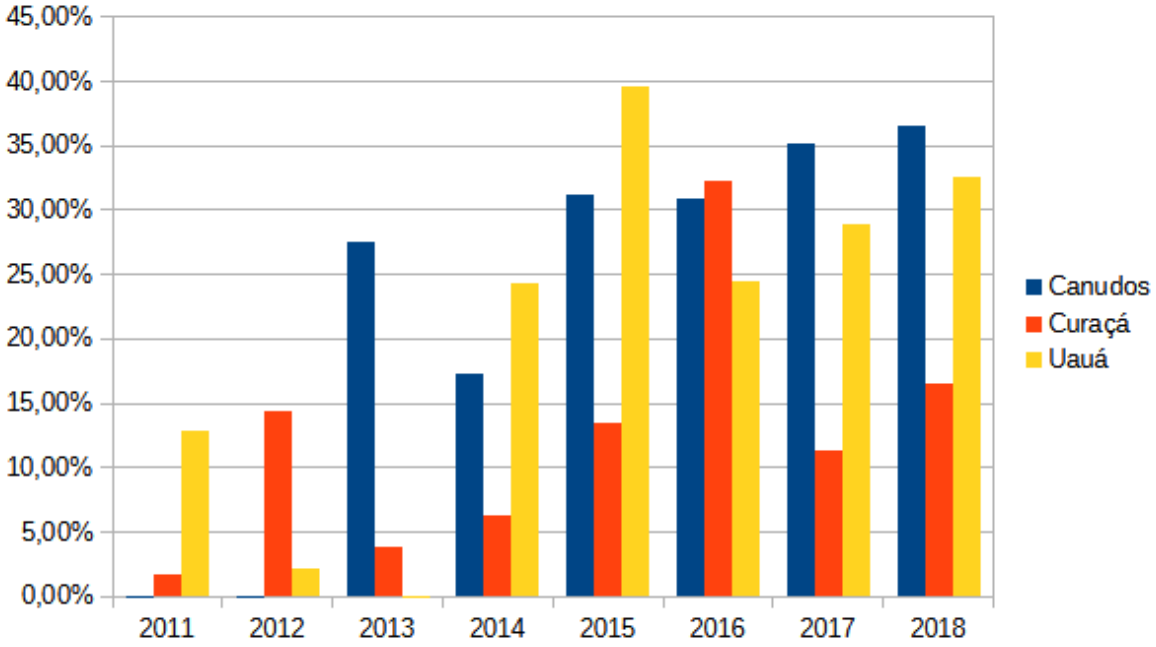
Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. MEC. Vários anos.

É importante lembrar um requisito fundamental do PNAE, anotado anteriormente: dos recursos repassados, um mínimo de 30% deveria ser executado em compras feitas junto à agricultura familiar. Adicionalmente, os produtos com certificação de orgânicos recebiam um adicional de 30%

no preço dos itens comercializados. Entretanto, essa não era a regra geral que se pode observar nos municípios em tela.

O Gráfico 2 apresenta os dados da execução dos recursos repassados às prefeituras de Canudos, Curaçá e Uauá, junto à agricultura familiar, entre os anos de 2011 e 2018.

Gráfico 2. Percentual de execução dos recursos do PNAE para aquisições junto à agricultura familiar (2011-2018).



Fonte: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. MEC. Vários anos.

Como se nota, em apenas 1/4 das oportunidades, somando as operações nos 3 municípios, a regra de execução do mínimo de 30% dos recursos junto à agricultura familiar pode ser atendida. E em metade das oportunidades, os recursos executados foram inferiores a 20% dos repasses. No município de Canudos a regra foi observada com mais frequência. Já em Curaçá e Uauá não houve tanto investimento da agricultura familiar a partir do PNAE.

De todo modo, puderam ser registrados os impactos na geração de renda para os produtores locais, no empoderamento feminino e na conservação e regeneração do meio ambiente, através das práticas agroecológicas certificadas.

Antes de fazer comentários finais, é importante registrar que novas possibilidades podem ser visualizadas na agenda do desenvolvimento brasileiro. Nela, a agricultura familiar terá uma oportunidade para ampliar suas conquistas e integrar novas cadeias de valor, intensivas em conhecimento e voltadas para atender demandas da saúde, de modo a dar suporte à soberania nacional.

Lembremos aqui que a Caatinga é um território sociobiodiverso, com recursos endêmicos, ou seja, que ocorrem apenas nesse espaço geográfico. Entre os seus recursos endêmicos, cabe destacar o umbu (*Spondia tuberosa* Arr.) e o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), que além de sua relevância socioambiental, denotada pela trajetória da Coopercuc comentada antes, têm sido observadas como potenciais fontes de bioinsumos para a produção de fitoterápicos e cosméticos. Pesquisas possibilitaram a identificação da atividade fotoprotetora do umbuzeiro (*Spondia tuberosa* Arr.), a partir de extratos obtidos de ramos da planta (ARAÚJO et al., 2021), e a verificação do crescente interesse industrial pelas plantas do gênero Passiflora, entre as quais está o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), em função de suas propriedades farmacológicas (LEAL et al., 2022).

Como apontado anteriormente, a Coopercuc tem capacidade de processar cerca de 200 toneladas de frutas por ano. Mas o aproveitamento dos frutos é limitado à sua polpa. Cascas e sementes são descartados após o processamento agroindustrial primário. Na natureza, considerando apenas os serviços ambientais, essa biomassa irá se decompor e seus nutrientes serão absorvidos pelo solo. Tanto para o umbu (*Spondia tuberosa* Arr.) quanto para o maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), após o processo de obtenção da polpa, cascas e sementes são descartadas.

Todavia, sementes e cascas de umbu (*Spondia tuberosa* Arr.), conforme as caracterizações feitas por Feitoza (2017), Xavier (2019) e Alves et al. (2021), podem resultar em uma farinha rica em nutrientes e compostos bioativos, podendo ser utilizado para enriquecimento de fórmulas alimentares. De acordo com Feitoza (2017) e Xavier (2019), a farinha pode ser classificada como uma boa fonte de cálcio, fósforo e magnésio, e excelente fonte de ferro, zinco e cobre. Alves et al. (2021) destacaram também o baixo custo de obtenção da farinha e as possibilidades de, ao gerar renda extra ao produtor rural, colaborar para a mitigação dos impactos ambientais com o descarte das sementes.

Para o caso do maracujá-da-caatinga (*Passiflora cincinnata* Mast.), Leal et al. (2023), ao avaliarem a ação do extrato etanólico e da farinha da casca do fruto, notaram o potencial redutor de lipídios, sem sinais de toxicidade, o que abre perspectivas para o desenvolvimento de medicamentos que auxiliam no controle de dislipidemias. Já Dutra et al. (2023), ao notarem diferenças nos perfis genotípicos de plantas do gênero Passiflora, entre as quais a P. cincinnata, observaram sua equivalência química em relação àquelas demais integrantes do gênero e mais conhecidas comercialmente, o que sugere a possibilidade de sua utilização na produção de fitoterápicos.

A que se reconhecer, portanto, que há possibilidades para que as organizações socioprodutivas estejam inseridas em cadeias de valor mais bem posicionadas, em relação àquelas

que já integra no setor agroalimentar, oferecendo produtos e serviços de alto valor agregado. E algumas dessas organizações reúnem as condições para esse salto de inovação. Produzem em sistemas que impactam a Caatinga de forma positiva, contam com capacidade instalada e algum nível de conhecimento acumulado na etapa da agroindustrialização de suas cadeias de valor, e encontram na biodiversidade do bioma as possibilidades de realização de excedentes econômicos para seus congregados. Como se pode notar, são tecnologias já desenvolvidas, que agregadas à capacidade instalada das organizações, ao conhecimento e tecnologias sociais localmente desenvolvidas, podem gerar importantes excedentes para as economias locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atuais agendas do desenvolvimento regional, da indústria e comércio, da saúde e da ciência e tecnologia estão promovendo ações capazes de conectar a agricultura familiar em cadeias de maior valor agregado, a partir daquelas em que já atua. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, órgão que faz parte da estrutura do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, está financiando projetos para economias baseadas em biomas. Um desses projetos é a Estruturação da Rede Impacta Bioeconomia, que está em busca de desenvolver uma estratégia que tenha a capacidade de agroindustrializar a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, fazer com que as inovações no campo da saúde possam ser apropriadas por ela, que pode passar a fornecer bioinsumos de alto valor agregado, reduzindo a dependência das indústrias química e farmoquímica brasileiras, de cadeias globais de valor.

Ao mesmo tempo, urgem as ações para mitigar os efeitos catastróficos do modo linear de produção, que se funda na desagregação dos ecossistemas para a implementação de recursos de alta tecnologia, desenvolvidos fora do território, capturando, transformando e descartando valores de uso, numa sanha voraz contra a manutenção da vida no planeta. E, novamente, a agricultura familiar ocupa um papel privilegiado para assumir protagonismo nessa agenda, pois desenvolveu técnicas e sistemas baseados em conhecimento tácito, mas capazes de promoverem a regeneração dos ecossistemas e garantirem a justa repartição dos benefícios econômicos gerados pelas atividades. Ou seja, um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente saudável.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão da literatura. **Rev. Econ. NE**. Fortaleza, v. 50, n. 2, 2019.

ALVES, I. A. et al. Potencial nutricional e funcional da farinha da casca de umbu (Spondias tuberosa Arruda Cam.). **Revista Brasileira de Agrotecnologia**, v. 11, n.2, p. 964-974, abr-jun, 2021.

ANDRADE, M. C. **O caso do nordeste brasileiro**. Pernambuco: Asa Pernambuco. 1985.

ANGELOTTI, F. et al. Agricultura sustentável como medida de adaptação para o polo gesseiro do Araripe. In: SABOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E S. **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

AQUINO, J. R.; VIDAL, M. F.; ALVES, M. O. Políticas públicas de adaptação à seca prolongada no Nordeste: o papel do PRONAF e do Garantia-Safra. In: SABOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E S. **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

ARAÚJO, A. D. et al. Phytochemical screening, in vitro antioxidant, photoprotective and hemolytic activities of ethyl acetate extracts of the fruits and branches from Spondias tuberosa (umbu). **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e38610111825, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11825.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de aquisição de alimentos** - PAA: ações da CONAB em 2003. MAPA; CONAB: 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA**: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de conservação e terras indígenas do bioma Caatinga**. MMA; TNC, 2008. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/estruturas/203/_arquivos/mapa_das_ucs.pdf>. Acesso em: março de 2024.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: maio 2021.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

COSTA, F. de A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, 2009. DOI: https://doi.org/10.20396/rbi.v8i1.8648975

DANDARO, F. M.; MARCONDES, R. L. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no nordeste brasileiro (1860-1940). **Rev. Econ. NE**. Fortaleza, v. 49, n. 3, 2018.

DUTRA, L. M. et al. 1H NMR-based metabolic profile and chemometric analysis for the discrimination of Passiflora species genotypic variations. **Food Research International**, v. 164, p. 112441-112448, 2023.

EMBRAPA SEMIÁRIDO. **Área de ocorrência do Bioma Caatinga e altimetria do Semiárido brasileiro**. Lagoa Grande: Embrapa, [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-caatinga/introducao>. Acesso em: março de 2024.

FEITOZA, G. S. **Caracterização da farinha de subprodutos do processamento do Umbu (Spondia tuberosa Arr. Cam)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Bioquímica e Fisiologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Repasses financeiros por entidade executora**: Dados Financeiros do PNAE – Redes Estadual, Distrital e Municipal – Por Entidade Executora. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/repasses-financeiros-por-entidade-executora/pnae-repasses-financeiros>. Acesso em: janeiro 2024.

GENTILE, Chiara; BURGOS, Andrés. Coopercuc: percursos de valorização dos recursos locais e de convivência com o Semiárido. **Sustainability in Debate**, *[S. l.]*, v. 7, p. 136–151, 2016. DOI: 10.18472/SustDeb.v7n0.2016.18321

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125–146, 2014.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**. Brasília/DF, v. 23, n. 46, p. 191-212, jan.-jun. 2018.

LEAL, A. E. B. P. et al. Hypolipidemic potential and safety profile of the ethanolic extract and flour of the peel of Passiflora Cincinnata Mast. (Passifloraceae) in mice. **Drug and Chemical Toxicology**, v. 46, n. 4, p. 640-649, 2023.

LOPES, L. H. O. **Manejo de culturas em áreas de sequeiro**. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1992.

MARTINS, Matteus Guimarães. **Cooperativismo, Agroindústria da Agricultura Familiar e Mercado**: um estudo de caso da COOPERCUC/BA. 2016. 147 f., il. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MATTOS, L. C.; FERREIRA, A. P.; MAY, P. H. Seca e estiagem: dois sentidos para o mesmo fenômeno. In: SABOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E S. **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

OLIVEIRA, M. A. C.; SHINOHARA, A. H.. A experiência com gás natural/GLP no polo gesseiro do Araripe, PE. **Cerâmica**, v. 60, n. 354, p. 243–253, abr. 2014.

ROLIM, M. M.; FRAIDENRAICH, N.; VILELA, O. C. Energia solar na produção de gesso – renovando definições. **Anais...** IV Congresso Brasileiro de Energia Solar e V Conferencia Latino-Americana da ISES. São Paulo, 2012.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. Execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios. **Texto para discussão**. IPEA: Brasília; Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, J. M. C.; LEAL, I. R.; TABARELLI, M. **Caatinga**. The largest tropical dry forest region in South America. Cahm: Springer International Publishing, 2017.

SOUSA, J. D.; SANTIAGO, A. M. S.; LEANDRO, L. M. L. O fortalecimento da agricultura familiar através das políticas públicas: PAA em Canudos, Uauá e Curaçá – BA. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Extensão Rural, 2., 2019, Juazeiro-BA. **Anais** [...]. Juazeiro: Univasf, 2019.

TABARELLI, M. et al. Caatinga: legado, trajetória e desafios rumo à sustentabilidade. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 25-29, Oct. 2018. http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000400009.

XAVIER, V. L. **Potencial tecnológico de frutos do umbuzeiro (Spondias tuberosa Arr. Cam.)**: aproveitamento integral do umbu na elaboração de produtos alimentícios funcionais. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

Consequências da Transição para a Produção de Dendê na Ocupação de Agricultores Familiares: Um Estudo em Concórdia do Pará.

Ana Caroline do Rosário Sousa[1](NAEA)

Nírvia Ravena[2](NAEA)

Diego de Mendonça Costa[3] (NAEA)

Resumo: O Nordeste do estado do Pará concentra a produção nacional da *commodity* óleo de palma. Dentre os municípios da mesorregião que mais produzem cachos da espécie, Concórdia do Pará ocupa a terceira colocação no ranking estadual. Considerando as influências produtivas, socioeconômicas e ambientais decorrentes da expansão da atividade na Amazônia oriental (e, concomitantemente, no cotidiano de seus residentes), o presente estudo investiga as principais transformações ocorridas em zona rural composta por agricultores familiares que aderiram à produção de dendê no município, concentrando-se nas consequências provocadas em seus respectivos lotes e em suas relações interpessoais pela conversão progressiva de atividades agrícolas tradicionais em monoculturas da espécie. Para tal, combinou-se Pesquisa de Campo com Revisão Bibliográfica; visando a coleta de dados primários e secundários confiáveis para auxiliar os autores na composição do estudo. Os resultados revelaram alterações significativas nas práticas ocupacionais dos agricultores familiares entrevistados após aderirem à produção de dendê. A maioria deles converteu áreas anteriormente ocupadas por atividades agrícolas tradicionais (como o plantio de roçados e sistemas agroflorestais) em espaços voltados para a produção da *commodity*; motivados, principalmente, pelas promessas de incremento da renda e de garantia de estabilidade financeira associadas à nova cultura. Observou-se também diminuição substancial no tempo e nos recursos investidos em culturas tradicionais, como a da mandioca, à medida que os agricultores concentravam seus esforços laborais no cumprimento de demandas relacionadas à produção de dendê. Do mesmo modo, a ausência de experiência prévia dos agricultores em relação ao cultivo da espécie dificulta a adaptação do grupo à recente atividade. Além disso, as constantes flutuações nos preços e na demanda do mercado em relação à *commodity* geram incertezas econômicas na comunidade. Ademais, a redução na produção de culturas tradicionais impactou negativamente a segurança alimentar das famílias e a diversificação da produção agrícola, aumentando a vulnerabilidade desses agricultores a choques externos. Em suma, concluiu-se que a transição para a produção de dendê entre agricultores familiares de Concórdia do Pará apresenta desafios substanciais no tocante à sua implementação, evidenciando a necessidade de se avaliar criticamente os impactos estimulados pela introdução compulsiva da atividade em pequenas zonas agrícolas amazônicas.

Palavras-chaves: Agricultores Familiares, Produção de Dendê, Mudança Ocupacional, Concórdia do Pará, Transição Agrícola.

1. INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira, atividades agrícolas tradicionais instituídas pela agricultura familiar – como o cultivo extensivo e diversificado de Sistemas Agroflorestais (SAF) (CARNEIRO e

[1] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. E-mail: ac.rosario98@gmail.com
[2] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. E-mail: niravena@gmail.com
[3] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. E-mail: diegodemendonca23@gmail.com

NAVEGANTES-ALVES, 2019) –, dispõem de forte caráter agroecológico, contribuindo para o acréscimo da diversidade biológica e conservação ambiental na região (PLOEG, 2014). Agricultores familiares desempenham papel crucial no fornecimento e produção de alimentos para abastecimento interno, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, e oferece oportunidades de emprego que impulsionam o crescimento das economias rurais. Além disso, seus modos de produção, em geral, são compatíveis com a manutenção dos recursos naturais, ao integrarem cultivos diversificados à produção familiar (IMAS, 2020).

Nesse sentido, a agricultura familiar representa um segmento de extrema relevância no contexto rural brasileiro; devido à sua importância econômica, social e ambiental. De acordo com o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017), dos 3,84 milhões de estabelecimento agropecuários existentes no país, 77% pertencem à agricultura familiar (ainda que a categoria ocupe apenas 23% da área total compreendida pelo setor no país). Em termos de produção, os imóveis provenientes da agricultura familiar respondem por aproximadamente um quarto do valor total de produção nacional, ocupando 66% (11,6 milhões de pessoas) da mão-de-obra agropecuária (VALADARES, 2022).

Apesar de apresentarem valores de produção muito menores quando comparados aos das grandes cadeias produtivas nacionais de *commodities* agrícolas destinadas à exportação, como a soja e o milho, os cultivos produzidos pela agricultura familiar são responsáveis pelo abastecimento interno de inúmeros alimentos no Brasil. Em relação às culturas permanentes, por exemplo, a agricultura familiar responde por 48% da produção de café e banana; no que tange as culturas temporárias, o segmento é responsável por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017).

Apesar da relevância da agricultura familiar no contexto alimentar nacional, a categoria enfrenta desafios estruturais; relativos não apenas à dificuldade de acessar créditos bancários, programas de extensão rural, insumos agrícolas e terras; mas, também, à constante exposição a pressões fundiárias e violência no campo. Tais fatores, em muitos casos, resultam em limitações significativas para os agricultores familiares – que incluem: a redução da capacidade de produção, o uso de práticas insustentáveis em seus lotes e a limitação de acesso a mercados competitivos com preços justos (SOUZA FILHO, BUAINAIN, GUANZIROLI, 2004). Além disso, a evasão de jovens do meio rural tem contribuído para o envelhecimento da população nessas áreas, dificultando a continuidade das atividades agrícolas tradicionais (SOUZA FILHO, BUAINAIN, GUANZIROLI, 2004).

Diante desses desafios, aliados aos incentivos de políticas públicas, como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (PSPO), muitos agricultores familiares têm buscado integra-se à cadeia produtiva do dendê. Essa integração é motivada pelo desejo de alcançar melhorias significativas, especialmente em termos de renda e bem-estar. Além disso, os agricultores baseiam-se na percepção de que a participação nessas cadeias facilita o acesso ao crédito rural e proporciona oportunidades de mercado mais amplas (SILVA, 2023).

No entanto, a integração da agricultura familiar na cadeia produtiva do óleo de palma, por vezes, resulta na padronização das práticas agrícolas em comunidades rurais amazônicas; devido ao espaço, técnicas específicas, mão de obra e tempo demandados para a produção da *commodity* (SILVA, 2020); comprometendo a autonomia de agricultores familiares (que tradicionalmente cultivam de forma diversificada e em menor escala), obrigados a adaptarem-se a modelos de produção que não estão alinhados com suas práticas e valores socioculturais (PIRAUX, RAPIAU, TIMONE, 2017).

Além disso, a cadeia do óleo de palma termina por expor agricultores familiares a flutuações de preços e à demanda do mercado, tornando-os mais suscetíveis a choques econômicos; afetando diretamente a estabilidade financeira e a segurança alimentar de comunidades rurais amazônicas e das regiões por elas abastecidas (PIRAUX, RAPIAU, TIMONE, 2017).

Do ponto de vista ambiental, a intensificação da produção para atender às demandas do mercado pelo produto estimula diversos impactos negativos – como: o desmatamento (para abertura de novas áreas de cultivo), a perda de biodiversidade (devido à substituição progressiva de espécies diversas pela monocultura), a contaminação do solo e dos corpos hídricos (devido ao uso excessivo de agrotóxicos nos plantios de dendê e lançamento de efluentes não tratados pela indústria de beneficiamento da espécie) (CARVALHO, 2013; FERREIRA ET AL., 2016; RIBEIRO E SCHMITZ, 2018). Práticas agrícolas insustentáveis têm o potencial de comprometer a saúde dos ecossistemas locais e a qualidade do solo, afetando a capacidade de produção a longo prazo (ZIMMERMANN, 2009).

A integração dos agricultores familiares à cadeia produtiva pode ser interpretada como uma transição na estrutura produtiva da região. Embora os discursos proferidos durante esse processo enfatizem a viabilidade do cultivo concomitante de dendê e de culturas tradicionais manejadas pelos agricultores familiares, a prática revela uma realidade diferente, na qual muitos desses agricultores acabam por abandonar suas culturas tradicionais, como a mandioca, para se dedicarem exclusivamente ao cultivo do dendê. Este fenômeno é, em grande parte, motivado pela escassez de mão-de-obra e recursos disponíveis para gerir simultaneamente as plantações tradicionais e as de dendê (DIETZ et al. 2015). Ademais, a complexidade das relações contratuais inerentes à integração

com a cadeia produtiva do dendê desempenha papel significativo nesse processo. Tais contratos frequentemente estabelecem cláusulas e exigências que devem ser cumpridas pelos agricultores familiares, sob a pena de sanções contratuais. Nesse contexto, a priorização do cultivo de dendê em detrimento das culturas tradicionais é, em parte, uma resposta à necessidade de adesão estrita às disposições contratuais, a fim de evitar consequências adversas (MOTA et al. 2015).

É importante ressaltar que essa mudança de foco na produção agrícola dos agricultores familiares pode resultar em implicações socioeconômicas significativas, tanto para eles quanto para suas comunidades. A concentração de esforços no cultivo do dendê leva à diminuição da diversidade produtiva nas áreas rurais, com potenciais impactos na segurança alimentar e na resiliência econômica das famílias envolvidas. Além disso, o abandono das práticas agrícolas tradicionais possui ramificações culturais e ambientais, afetando a preservação do conhecimento tradicional e a conservação dos ecossistemas locais (SANTILLI, 2009; SILVA, 2020).

A integração dos agricultores familiares à cadeia produtiva do óleo de palma na Amazônia é um fenômeno multifacetado que demanda análise cuidadosa de suas implicações sociais, econômicas e ambientais. Sendo assim, a pesquisa investiga as principais transformações ocorridas em comunidade rural de Concórdia do Pará (PA) composta por agricultores familiares que aderiram à produção de dendê no município. É fundamental considerar esses aspectos ao formular políticas públicas e estratégias destinadas a promover o desenvolvimento ecológico e justo das comunidades rurais; garantindo a equidade e a resiliência dos sistemas agrícolas familiares.

1.1 METODOLOGIA

Foram realizadas três incursões ao campo entre agosto e outubro de 2017 para coleta de dados, além da obtenção de informações através do acesso a fontes secundárias. Na primeira visita, realizada em agosto, efetuou-se visita à Secretaria Municipal de Agricultura de Concórdia do Pará para compreender a implantação da dendeicultura na região, além de levantar informações sobre a empresa produtora de dendê e os agricultores familiares participantes do projeto. Esses dados preliminares foram utilizados para elaborar os formulários de pesquisa.

A segunda visita, em setembro do mesmo ano, objetivou localizar as propriedades dos agricultores familiares selecionados e testar os formulários. Por fim, em outubro de 2017, os formulários foram aplicados entre os agricultores. As entrevistas foram conduzidas por meio de formulários semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas; visando a obtenção de informações relevantes sobre o perfil socioeconômico dos agricultores e suas famílias, bem como dados relacionados às implicações sociais e de bem-estar no contexto da produção de dendê com contrato desde 2010 junto à empresa beneficiadora do óleo de palma.

Os dados coletados foram organizados e tabulados a partir das variáveis pré- definidas, e tratados estatisticamente através do pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 20.0. A análise quantitativa dos dados obtidos foi realizada por meio de estatística descritiva, seguida da análise qualitativa que possibilitou uma visão holística das informações coletadas.

2. A EXPANSÃO DO DENDÊ NO NORDESTE PARAENSE

Os estudos relativos à avaliação da viabilidade da implantação da dendeicultura no Brasil iniciaram ainda na década 1950, com a colaboração estabelecida entre o governo brasileiro e o Institut de RecherchesPour Lês Huiles et Les Oleagineux (IRHO). O propósito dessa parceria era identificar regiões que apresentassem condições edafoclimáticas propícias para o cultivo do dendê em uma escala agroindustrial, a fim de promover a produção de agrocombustíveis, diversificar a matriz energética nacional e reduzir a dependência de combustíveis fósseis (CRUZ; ROCHA, 2007).

A avaliação da aptidão edafoclimática ou pedoclimática de terras para o cultivo de uma determinada cultura fundamenta-se na análise comparativa entre as exigências ecofisiológicas da espécie e as condições ambientais disponíveis na área de interesse, visando a obtenção de uma relação custo/benefício favorável. Essa abordagem metodológica parte do pressuposto de que cada espécie vegetal apresenta um conjunto específico de requisitos em relação ao solo, relevo, clima e outros fatores ambientais, nos quais sua adaptação é considerada ótima e sua introdução minimiza o impacto negativo sobre o ambiente (RAMALHO FILHO, 2010).

Com base nesses estudos, a viabilidade da implantação da dendeicultura no Brasil foi avaliada a partir da identificação de condições propícias em áreas situadas na região amazônica e no sul da Bahia. A região amazônica, em particular o nordeste paraense, foi reconhecida como a mais promissora devido às suas excelentes condições edafoclimáticas e à abundância de terras disponíveis a preços competitivos para a implementação de projetos agropecuários, aliado ao interesse de promover a inclusão social dos agricultores familiares (ou camponeses) na cadeia produtiva do óleo de palma (SOUSA E MACEDO, 2019).

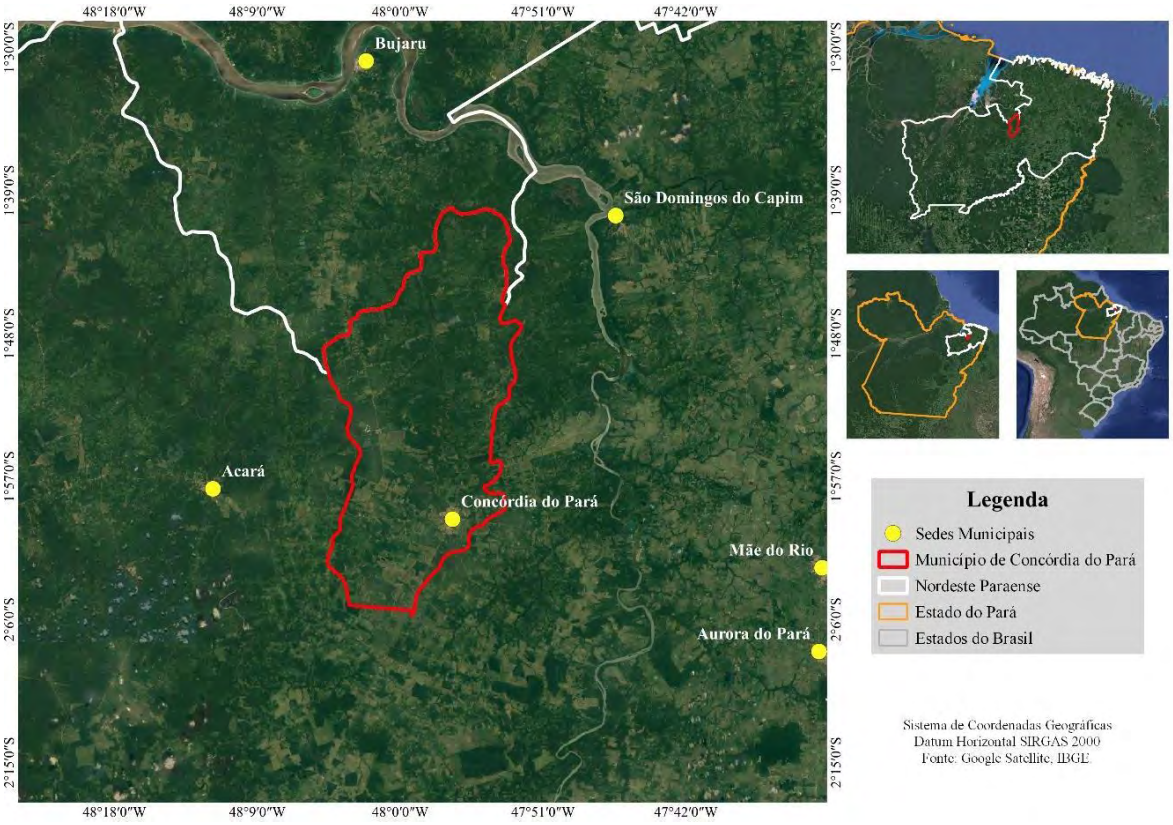
Sendo assim, os primeiros projetos agroindustriais do dendê instalados na Amazônia datam da década de 1960 (VILLELA et al. 2014). Inicialmente, os cultivos foram estabelecidos em Ananindeua, Benevides, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, nos quais empresas do setor já vinculavam suas atividades aos pequenos produtores rurais (CARVALHO; NASCIMENTO; NAHUM, 2014).

O Pará se destaca como o principal polo produtor de dendê no Brasil, com uma produção anual estimada em 2.901.177 toneladas de cachos dessa espécie, o que representa cerca de 98% da produção nacional anual (PARÁ, 2020). Nahum e Santos (2020) destacam que o crescimento do

cultivo do dendê na Amazônia paraense está associado à implementação de políticas públicas, programas e projetos concebidos a partir do século XXI, como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (PSPO). Esses incentivos estão diretamente relacionados à integração de agricultores familiares à cadeia produtiva.

Dentre os maiores municípios produtores de dendê no estado, está o município de Concórdia do Pará (figura 1) que se encontra localizado no nordeste paraense, na microrregião de Tomé-Açu. Possuindo 700,590 km² de extensão territorial e uma população estimada de 34.236 pessoas, ele faz limite com os municípios de Acará, São Domingos do Capim e Mãe do Rio.

Figura 01: Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Autores, 2023.

3. A AGRICULTURA FAMILIAR E O DENDÊ EM CONCÓRDIA DO PARÁ

Levando-se em consideração a produção da palma de óleo em Concórdia do Pará, foram realizadas entrevistas com 19 famílias de agricultores familiares; a fim de investigar as possíveis implicações da inclusão desses agricultores na cadeia produtiva da commodity em relação: às

motivações da adesão, à mudança ocupacional, às condições laborais e aos impactos nos cultivos de culturas tradicionais.

No que diz respeito às motivações dos agricultores familiares para introduzirem a espécie em seus lotes, destacam-se os seguintes motivos: a perspectiva de aumento na renda familiar (42,1%), o estímulo por parte da empresa (31,6%) e a redução no cultivo de culturas anteriores (15,8%). Quatro agricultores (cada um com um projeto de dendê instituído em sua respectiva residência) mencionaram a última motivação. Segundo os relatos, a divulgação feita pelos funcionários incentivando o cultivo do dendê coincidiu com o momento em que as plantações anteriormente cultivadas pelos agricultores começaram a declinar. Assim, a adesão aos projetos do dendê foi considerada a alternativa mais viável encontrada por eles como fonte de renda substitutiva.

Entre os cultivos realizados antes da integração com o dendê, destacaram-se: os plantios de mandioca (cultivada por 84,2% dos agricultores) e pimenta-do-reino, (cultivada por 73,7% dos agricultores). A mandioca é predominantemente cultivada para a produção de farinha, destinada tanto para consumo próprio quanto para comercialização no mercado local. Por sua vez, a pimenta-do-reino é direcionada ao comércio local e a outros municípios. Outras culturas foram mencionadas em menor escala.

Com a integração da cadeia produtiva do dendê, 68,4% dos agricultores entrevistados relataram a necessidade de reduzir a quantidade das culturas anteriormente cultivadas. Essa adaptação decorreu de dois fatores principais: a necessidade de expansão da área de cultivo (já que eles destinam cerca de 10 hectares de terra para o plantio do dendê), e as exigências específicas da cultura durante os primeiros três anos (que demanda mais tempo e atenção por parte dos agricultores).

No que se refere à ocupação da mão-de-obra familiar, observou-se uma redução significativa. Essa diminuição pode ser atribuída a duas causas principais: o êxodo rural de parte da família, sobretudo os jovens, e a diminuição da demanda de trabalho relacionada ao dendê, que se torna menos intensa a partir do terceiro ano. Apesar dessa redução na ocupação da mão-de-obra familiar, todos os entrevistados afirmaram a necessidade de contratar de 1 a 4 diaristas durante os períodos de corte e colheita.

Em relação à qualidade das condições de trabalho, 47% dos entrevistados apontaram uma redução, resultante das demandas específicas do cultivo do dendê, principalmente nos primeiros três anos da cultura. A segurança alimentar também foi afetada devido à necessidade de reduzir a quantidade produzida de outras culturas.

Quanto ao uso de defensivos agrícolas, segundo 63,2% dos entrevistados, houve um aumento no uso de pesticidas, herbicidas ou fungicidas após a adoção do cultivo do dendê. Essa elevação se deve ao uso inicial desses produtos para controlar o crescimento de plantas concorrentes com o dendê por espaço, bem como para prevenir doenças e infestações por parasitas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme constatado nas entrevistas realizadas, a inclusão de agricultores familiares em cadeias produtivas, como a do óleo de palma, promove alterações significativas na transição de práticas agrícolas e mudança ocupacional da agricultura familiar na Amazônia.

A adesão ao cultivo do dendê implica na impossibilidade dos agricultores realizarem suas atividades habituais enquanto se dedicam ao novo cultivo. Isso se deve às exigências específicas do cultivo da palma de óleo, que demandam dedicação quase exclusiva, especialmente nos primeiros três anos, levando as famílias, geralmente compostas por poucos membros, a direcionarem seus esforços para o dendê. Mesmo assim, durante os períodos de colheita, há a necessidade de contratação de pelo menos uma pessoa adicional.

Essa mudança ocupacional dos agricultores familiares implica na transição de práticas tradicionais para o cultivo de monoculturas, além da perda de autonomia sobre o imóvel rural, uma vez que deixam de decidir o que plantar e quando os plantios serão introduzidos. Além disso, a falta de predominância da mão de obra familiar é ocasionada por fatores que vão do envelhecimento da população rural, ao êxodo dos jovens em busca de melhores condições de vida, resultando na necessidade de contratação de trabalhadores externos para auxiliar no cultivo do dendê.

Nessa perspectiva, as condições laborais se apresentam como um ponto importante de atenção. Os entrevistados destacaram que o cultivo do dendê, desde a fase de plantio até a colheita, envolve elevado esforço físico devido às longas jornadas de trabalho (de até 12 horas diárias). Além disso, os trabalhadores estão expostos a produtos químicos nocivos utilizados no cultivo do dendê, e muitas vezes não têm acesso adequado a equipamentos de segurança individual.

Além dessas consequências, uma preocupação adicional em relação a transição produtiva é a segurança alimentar. Como mencionado, a agricultura familiar é fundamental para o abastecimento interno do país. No entanto, a diminuição do cultivo de culturas tradicionais, como mandioca, arroz e feijão, devido a obrigações contratuais com as agroindústrias, afeta diretamente a promoção da segurança alimentar.

Portanto, é essencial considerar desafios e consequências da transição dos agricultores familiares para a cadeia produtiva do óleo de palma, garantindo que medidas adequadas sejam

tomadas para proteger os interesses e o bem-estar desses agricultores, além de preservar a segurança alimentar e as práticas sustentáveis de produção.

5. REFERÊNCIAS

CARNEIRO, R. do V.; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. A diversidade de experiências de recuperação florestal praticada por agricultores familiares do Nordeste do Pará. **Geoambiente on-line**, Goiânia, n. 35, p. 293-314, dez. 2019.

CARVALHO, G. Por quem os sinos dobram? As implicações da expansão do dendê na Amazônia paraense. **Terceira Margem Amazônia, Manaus**, v. 1, n. 3, jan. 2013.

CARVALHO, A. C. A.; NASCIMENTO, E. N.; NAHUM, J. S. **A dendeicultura e sua expansão no estado do Pará: uma interpretação geográfica do evento**. *In*: Congreso Ibero Americano de Estudios Territoriales y Ambientales, 6., 2014, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2014, p. 3929-3941.

CRUZ, B.; ROCHA, G. **Dendê como projeto de Estado: Uma alternativa Econômica, Social e Ecológica para a Amazônia**. *In*: Encontro de Geógrafos da América Latina, 11., 2007, Colômbia. Anais... Colômbia: UNC, 2007, 19 p.

DIETZ, et al. **The Political Ecology of Agrofuels**. New York: Routledge, 2015. 278 p.

FERREIRA, V. A.; SANTANA, A. C.; RAVENA, N.; OLIVEIRA, C. M. M. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 39, dez. 2016.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos Naea**. v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun. 2005.

IMAS, Victor. **Agricultura Familiar, ODS y recuperación económica post pandemia.** Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2020.

MOTA, D. M; SILVA, E. M; SCHIMITZ, H; ALVES, L. N; FERREIRA, M. S. G. **Produção de culturas alimentares e dendê nos estabelecimentos familiares no Nordeste Paraense**. *In*: Anais do Seminário Internacional América Latina. Belém: GETTAM - NAEA - UFPA, 2015. p. 120-125.

NAHUM, J. S.; SANTOS, L. S. dos; SANTOS, C. B. dos. Formação da dendeicultura na Amazônia Paraense. **Mercator** (Fortaleza), v. 19, 2020.

PARÁ. **Panorama agrícola do Pará (2015-2019) – Dendê (cacho de coco)**. Belém: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, 2020.

PIRAUX, M; RAPIAU, J; TIMONE, E. Percepção dos atores locais sobre a cultura do dendê na agricultura familiar na Amazônia oriental brasileira. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 11, n. 2, p. 57-70, jul-dez 2017.

PLOEG, J. D.V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. Extra, p. 7-14, fev. 2014.

RAMALHO FILHO, A. **Zoneamento Agroecológico, Produção e Manejo para a Cultura da Palma de Óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa solos, 2010. 216 p.

RIBEIRO, L. C.; SCHMITZ, H. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia paraense. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2018.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009. 520 p.

SILVA, J. A. Avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel no Brasil – PNPB. **Revista de Política Agrícola**, ano XXII, n. 3, jul/set. 2013.

SOUSA, R. B.; MACEDO, C. O. Agronegócio do dendê e campesinato no Pará. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 525-549, abril. 2019. Disponível em: http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p525.

SOUZA FILHO, H. M; BUAINAIN, A. M; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: **características, desafios e obstáculos**. *In:* CONGRESSO da Sober, 42., Cuiabá, Mato Grosso, 2004. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Hildo-Souza Filho/publication/266244829_Agricultura_Familiar_e_Tecnologia_no_Brasil_caracteristicas_desafios_e_obstaculos/links/551aea470cf251c35b503316/Agricultura-Familiar-e-Tecnologia-no-Brasil-caracteristicas-desafios-e-obstaculos.pdf>. Acesso em 30 de março de 2024.

VALADARES, A. A. **Agricultura Familiar (AF) no Brasil: um panorama da produção, do perfil e dos sinais de mudanças entre os censos agropecuários de 2006 e 2017.**

VILLELA, A. A.; et al. Status and prospects of oil palm in the Brazilian Amazon. **Journals Biomass and Energecy**, n. 67, p. 270-278, apr/jun, 2014.

ZIMMERMANN, C. L. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 79-100, jul/dez. 2009.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

IMPASSES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARÁ, FRENTE AO AVANÇO NEOLIBERAL, SOB O OLHAR FEMININO

Rosane Brito (IRD)[1]

RESUMO: A agricultura familiar no oeste do Pará, na Amazônia brasileira, vem sendo investigada a partir do olhar feminino, em pesquisa com trabalhadoras rurais que assumem frentes de trabalho e de mobilização política no entorno da rodovia BR-163, e, particularmente, em Itaituba. O recorte apresentado parte de pesquisa mais ampla, que inclui também pescadoras artesanais e garimpeiras. Há aspectos fortemente desafiadores na região, por questões históricas (BENATTI, José Heder et al; CASTRO, Edna, 2019) e, também, em vista das dinâmicas atuais do capitalismo mundial, movidas por interesses neoliberais (BROWN, Wendy, 2019; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, 2016) e de exploração desenfreada de riquezas e terras, nessas áreas de fronteira do agronegócio e da mineração. A pesquisa, em nível de pós-doutoramento, inclui, entre as pequenas produtoras rurais, trabalhadoras de áreas de assentamento, terras federais destinadas à reforma agrária, e de comunidade rural situada na Vicinal do Cacau, naquele município. A debilidade das políticas e investimentos públicos estatais na região denuncia a prioridade historicamente afirmada em benefício do grande capital, que, aliada à ofensiva neoliberal, tem provocado consequências sociais graves, como aumento da pobreza, da vulnerabilidade social (IPEA, 2018; CASTRO, Eduardo Viveiros, 2017) e profundo sofrimento social (VÍCTORA, C. G.; SARTI, C. A, 2014; FONSECA, Claudia; MARICATO, Glaucia). A metodologia da pesquisa, de cunho etnográfico, associada também a análises sociológicas, inclui entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Entre os participantes, além das trabalhadoras, constam representantes de órgãos municipais e federais e membro da direção da Fetagri Estadual. A perspectiva feminina (FRASER, Nancy, 2019; SARTY, Cynthia, 2004), conforme o trabalho de campo, traz elementos sutis e complexos, e inclui discussões sobre conflitos no sindicalismo rural da região (LAZZARETTI, 2023; SILVA, Osvaldo Heller, 2009), bem como expõe expectativas em relação ao atual governo federal brasileiro.

Palavras-chaves: agricultura familiar; neoliberalismo; feminino; sofrimento social.

O oeste do Pará está ligado aos interesses do capitalismo global por deter riquezas que interessam diretamente agentes transnacionais ligados à expansão do grande capital mundial, por meio de estoques de terras, madeiras e outras riquezas da floresta amazônica, do grande potencial energético e de transporte para fins de exportação da bacia do rio Tapajós, pelas reservas minerais que possui, em especial de ouro, assim como pela posição geográfica que ocupa, ligando o centro-oeste do país, fortemente voltado ao agronegócio, às rotas hidroviárias e rodoviárias que dão acesso aos portos, por onde são exportadas *commodities* para os demais continentes. São, portanto, áreas de fronteira do capital internacional. Ao mesmo tempo, a região possui rica diversidade étnica e cultural, sendo ocupada por populações tradicionais, ribeirinhas e povos indígenas, que têm lutado por direitos de reconhecimento, condições dignas de vida e de trabalho, pelos territórios que ocupam

[1] [1]Pós-doutoranda do Institut de Recherche pour le Développment (IRD). Email: rosanesbaraujo@gmail.com

e contra o avanço devastador das dinâmicas capitalistas neoliberais sobre a natureza e as sociedades da região. Na presente etapa da pesquisa, foi escolhida a cidade de Itaituba como referência para o aprofundamento do estudo que vem sendo realizado desde 2006, na região.

Conforme analisa Brown (2019, p. 9), vivemos tempos de ascensão do autoritarismo e de articulação de forças de extrema direita no mundo. Brown (p.17) aprofunda em sua análise o poder da racionalidade neoliberal que, para além de legitimar forças antidemocráticas e racistas, tenta incutir seus valores na cultura e na subjetividade políticas. No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que ascendeu ao poder federal nesse contexto de articulação mundial das forças de extrema direita, representou retrocesso ainda maior, em relação aos processos históricos da Amazônia, quanto aos direitos das populações às suas terras e culturas, buscando liberar terras indígenas para o garimpo ilegal, sufocando condições de sobrevivência da pequena produção, inclusive pelo esvaziamento de investimentos públicos na reforma agrária. Nesse período, os detentores de poder no agronegócio - ligados à produção madeireira, de carne e grãos - avançaram ainda mais sobre grandes áreas da Amazônia, que passaram a ter níveis crescentes de desmatamento, assim como mostraram, sem disfarces, o poder da opressão e da violência sobre os povos da região.

Dardot e Laval (2016, p. 190), ao esquadrinhar as formas políticas neoliberais, concluem que "revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo". Quanto ao Estado, os autores contrapõem-se às análises que afirmam haver a "retirada de cena do Estado" (p.190), nas formas políticas que dão sustentação ao neoliberalismo. Muito pelo contrário, Dardot e Laval captam os Estados "como elementos-chave dessa concorrência exacerbada, procurando atrair uma maior parte dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital" (p. 199). Nesse sentido, os Estados contribuíram para

> A criação de uma ordem que os submete a novas restrições, que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir "direitos adquiridos" considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 199).

Ao aprofundar a investigação sobre como esses processos vêm incidindo sobre a Amazônia, o papel cumprido pelo Estado brasileiro e a financeirização de capitais, Castro e Castro (2022, p. 12), examinam a complexidade do que está em jogo:

> A Amazônia se encontra no meio de conexões globais, de grupos, corporações e sistemas de poder operados com eficácia em função das novas tecnologias de comunicação que alteram profundamente as logísticas e o controle do próprio mercado mundial sobre territórios-espaços
> colonizados. Por isso, nos parece fundamental entender o significado desse jogo no campo da ação política e dos modos de regulação do Estado no Brasil, que tem

> modificado com enorme rapidez, nesses últimos anos, os dispositivos legais, visando flexibilizar os regulamentos ambientais, sociais e étnicos, e permitir o livre fluxo do capital financeiro transnacional. Observam-se territórios devastados pelas intensas conexões do local com o mercado global e a dominância dos movimentos de brasileiros voltados à exportação de commodities de carne, de grãos e de minérios (CASTRO e CASTRO, 2022, p.12)

Com base na perspectiva dessas dimensões do neoliberalismo e do papel que cabe ao Estado, conduzimos a análise, utilizando como metodologia a aproximação etnográfica, combinada com abordagens sociológicas, buscando captar, a partir da estruturação e relações entre essas forças mundiais, a visão dos sujeitos sociais da região, sob a perspectiva feminina. Parte-se das condições de vida e de trabalho de mulheres que trabalham na agricultura familiar, quando avaliam as transformações por que tem passado o oeste do Pará, em meio ao dinamismo do agronegócio. O recorte neste trabalho parte de pesquisa mais ampla[2], incluindo mulheres trabalhadoras da pesca artesanal, do garimpo e da agricultura familiar, que assumem frentes de trabalho, o sustento de suas famílias e também, em alguns casos, integram organizações e mobilizações políticas, em contexto de desenvolvimentismo acelerado, não apenas do agronegócio, como também da mineração e dos megaempreendimentos exigidos pelo modelo de superexploração da natureza. O período mais recente da pesquisa foi iniciado no segundo semestre de 2022 e segue em curso.

Os vultosos investimentos públicos, aliados à financeirização mundial de capitais, em rodovias, portos, aeroportos, estações de transbordo de cargas, hidrovias, ferrovia, etc., apresentam disparidade alarmante se comparados aos valores que têm sido destinados pelo Estado brasileiro à reforma agrária, às obras nas vicinais, pontes, assistência técnica, essenciais para a sobrevivência e produtividade do campo, da pequena produção.

Tendo, então, por foco a agricultura familiar, neste trabalho, parte-se da interlocução na pesquisa com trabalhadoras da Comunidade Monte Moriá[3], uma das nove comunidades existentes na vicinal do Cacau, presidida por uma agricultora, em Itaituba, e com a presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras (Fetagri - PA), Regional da BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá), criada há cerca de dez anos, para buscar inserir a diversidade e representatividade do entorno dessa rodovia nas definições e prioridades da Federação e da Confederação a que está vinculada - a Contag. Em vista da dimensão territorial do estado do Pará, o segundo maior estado brasileiro em extensão, com área total de 1,248 milhão de quilômetros quadrados - equivalente, se comparada a países europeus, a mais de duas vezes a extensão

[2] A pesquisa vincula-se ao projeto "Conflitos territoriais sobre as frentes de expansão agrícola (Amazônia brasileira): violências, expulsões e dominação política", financiado pela Agence Nationale de La Recherche - ANR CONTER (ANR-21-CE41-0021).

[3] [3]As nove comunidades na vicinal do Cacau são: Monte Moriá, Monte Sião, Perpétuo Socorro, São Sebastião, São Raimundo, Bom Jesus, Santa Luzia, Monte Dourado e Cristo Rei.

territorial da França e a mais de cinco vezes a do Reino Unido - e das diferenças de acesso, investimentos públicos, infraestrutura para escoamento da produção, etc., dentro do próprio estado, era à época e continua sendo atualmente, ainda mais intensamente, indispensável chegar mais perto das diferenças sociopolíticas e econômicas dessa região, no Pará.

Por meio de longas entrevistas, foram ouvidas, além da presidente da Fetagri- BR 163, doze mulheres da Comunidade Monte Moriá, responsáveis pela Feira da Trabalhadora Rural, que ocorre todos os meses em praça do centro de Itaituba. A participação na feira, entre as mulheres, é lugar que merece destaque na Comunidade e que muito as honra, inclusive porque, para além de tudo o que precisam vencer para transportar os produtos e fazê-los chegar na sede do município para abastecer cerca de dezesseis barracas da feira, são elas próprias que cultivam e produzem os frutos variados, doces, derivados do cacau e da mandioca, etc, que são comercializados.

Com vistas a levantar dados e outras informações sobre as políticas públicas em andamento, impasses e problemas levantados pelas agricultoras, foram também ouvidos na pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas, dirigente da Fetagri estadual, em Belém, e, em Itaituba, representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Mineração (Semmam), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio – Unidade Especial Avançada) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra – Unidade Avançada). Considerando as questões diretamente relacionadas à competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi também entrevistado o Gerente Executivo, em Santarém.

A perspectiva feminina da análise parte da consideração de que as mulheres participantes da pesquisa estão à frente de suas atividades e ações coletivas, em seus campos de trabalho ou de mobilizações em movimentos de mulheres, neste caso também articulados com outros movimentos sociais, ocupando postos de decisão e garantindo o sustento de suas famílias, papéis que antes tinham o protagonismo masculino. As trajetórias dessas trabalhadoras, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, nos âmbitos doméstico, social e político, são marcadas por lutas e vitórias, que têm trazido projeção na abertura de espaços de representação das mulheres, que cada vez mais se firmam. Não por acaso, no meio rural do oeste do Pará, vários sindicatos de trabalhadores e comunidades são presididos por mulheres.

No âmbito das políticas públicas de Estado, também tem sido a luta pelo reconhecimento de direitos que tem produzido a inserção das mulheres em programas como o Pronaf-Mulher, para fortalecimento da agricultura familiar, com linhas de crédito específicas para as mulheres, e a linha Fomento-Mulher, sob a responsabilidade do Incra, embora essas políticas careçam de investimentos maiores pelo Estado. Em relação a outras atividades rurais, como a pesca artesanal em regime de economia familiar, a luta das mulheres também tem trazido o reconhecimento de direitos. Apesar de

ser essa atividade tradicionalmente exercida também por mulheres na região, somente após intensa mobilização tornou-se possível a obtenção do direito ao salário-maternidade, em 2004, e ao seguro defeso, em 2006, até então somente concedido aos pescadores homens.

Não obstante os avanços obtidos, a divisão sexual do trabalho doméstico segue sendo o padrão, acumulando as mulheres as responsabilidades relativas às tarefas da casa, cuidados e afazeres ligados ao grupo familiar, com as demandas e agendas externas. Embora essa questão não seja em geral formulada como queixa nos relatos das interlocutoras, a sobrecarga de todas essas tarefas e o peso disso sobre as vidas e os corpos das mulheres estão presentes em quase todos os relatos.

Apesar de muitas questões trazidas pelas agricultoras serem muito semelhantes, no que diz respeito à falta da execução de políticas públicas, apoio e investimentos estatais, o que leva à precariedade dos serviços de saúde, de infraestrutura para a produção, escoamento e venda dos produtos, da educação para os filhos, entre outros, que serão mais bem detalhados a seguir, há nos relatos distinções entre as condições das trabalhadoras das áreas dos projetos de assentamento, sobre os quais foi ouvida a presidente da Fetagri da BR-163 e dirigente estadual da Federação, das que vivem nos lotes criados durante o projeto de colonização de Itaituba, na década de 1970, como as da Comunidade Monte Moriá. Grande parte das diferenças é atribuída à vinculação dos assentamentos ao Incra, órgão incumbido da gestão da reforma agrária no país. A avaliação do dirigente estadual da Fetagri, ao comparar os assentamentos aos lotes de terra do projeto de colonização, refere essa questão:

> São os mesmos problemas, mas em situações diferentes. Os moradores das áreas do projeto de colonização, que é antigo, chegaram a ter os títulos das terras, que depois foram cancelados em 2016-2018, de quem não pagou. Quanto aos assentamentos, a dificuldade é terrível, principalmente na região de Itaituba, Aveiro, Jacareacanga e Novo Progresso. Na verdade, foram criados os assentamentos, mas as políticas públicas não chegaram.

Após cerca de quatro décadas da criação dos assentamentos rurais em Itaituba, a situação é crítica, sem a consolidação dos quatro Projetos de Assentamento (PAs) existentes no município - Mirituba, Ypiranga, São Benedito e Universo. Entre os assentamentos, há, ainda, dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)[4] no município - Nova União e Nova Brasília II -, que seguem também sem regularização fundiária. Ao ouvir representantes do próprio Incra, em Itaituba, a gravidade e a vulnerabilidade da situação dos assentados são confirmadas:

[4] O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento, que se destina a populações tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e outros), em que não há individualização das parcelas de terra.

> Nenhum projeto de assentamento foi consolidado. Infelizmente, o povo foi atraído pelas promessas desses programas que eram pra melhorar a vida das pessoas, e que, sem nenhuma explicação, não foram consolidados[...] o povo fica refém dessas instituições, que não dão cabo das políticas, nem liberam as pessoas para seguirem [...]. Recentemente foram criados também alguns PDS e há também agora um PAE, que fica na região sub-80, mas todos com essas mesmas carências e necessidades.

O que tem impedido o Incra de consolidar políticas que são a razão da existência do órgão? Um dos representantes do órgão responde: "Pois é, são respostas que ... a gente acha que o governo não fez porque não quis, porque tem muito dinheiro, mas não tem o foco da prioridade e as coisas vão acontecendo". Cabe aqui a reflexão trazida por Viveiros de Castro (2017, p. 8), ao analisar a resistência secular indígena no Brasil, por lhe serem negados direitos essenciais à terra, às formas próprias de produção e de vida, impondo-lhes a condição de subcidadãos. Trata-se, infere o autor, de

> Exemplo de rexistência secular a uma guerra feroz contra eles para desexistí los, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja desindianizando-os e tornando-os "cidadãos civilizados", isto é, brasileiros pobres, sem terra, sem meios de subsistência próprios, forçados a vender seus braços — seus corpos — para enriquecer os pretensos novos donos da terra (CASTRO, Viveiros de, 2017, p. 8).

Diante da situação, as pressões e expectativas em relação ao atual governo do país se ampliam, em busca de soluções, como discutido no encontro da regional Norte da CONTAG, ocorrido em Belém, em novembro de 2023, em que estavam presentes delegações de todos os estados da região. Informou a dirigente regional da Fetagri da BR-163 que o encontro objetivava tratar sobre políticas públicas e terras como espaço de produção de alimentos saudáveis e bem-viver. O Incra, informou a liderança, também esteve presente no evento e ouviu das agricultoras e agricultores sobre a necessidade emergencial de ser apresentado pelo órgão o planejamento para a retomada da reforma agrária na região. Apesar da pressão, relatou a interlocutora, o representante do Incra alegou não haver recursos federais disponíveis.

O georreferenciamento do perímetro total dos assentamentos, trabalho que deve seguir posteriormente para cada lote, com a individualização da terra e a regularização dos assentados, encontra-se ainda em fase inicial. Essa etapa é essencial para o acesso à titulação pelas agricultoras e agricultores, assim como aos direitos que dela resultam, como por exemplo o de receber créditos públicos. Nos quatro PAs de Itaituba, a informação atualizada, da Unidade Regional do Incra, em abril de 2024, é de que uma parcela do georreferenciamento do São Benedito está sendo concluída. O georreferenciamento em si, relata a presidente da Fetagri da BR-163, é questão que tem trazido discussões e desavenças, em função dos valores apresentados pelas empresas que participam das licitações, para o trabalho terceirizado pelo Incra, uma vez que há grande diferença entre os

orçamentos apresentados e que cada assentado terá que assumir o valor relativo à parcela de terra que ocupa.

Ainda em relação à agenda política, o debate no encontro regional da Contag incluiu a necessidade de a regularização fundiária integrar as pautas prioritárias do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em 2023. A avaliação da dirigente regional da Fetagri é que:

> Em 2025 vai ter a COP 30[5] e não tem nada pra nós no PAC, sobre regularização fundiária e a gente quer incluir. As nossas pautas precisam ser incluídas nesse PAC [...] quando terminar [a Conferência] a gente vai ficar como? Não estão discutindo pra quem está aqui dentro, pra quem vive aqui dentro da Amazônia. Não estão olhando pra quem vive aqui, então, tudo isso está sendo abordado ali no encontro, porque a gente quer que venha alguma coisa pra gente. Por isso que tudo isso tem que ser pautado pra ir para negociação.

A dificuldade maior do Incra, em dar respostas mais ágeis no atual governo, de acordo com o dirigente estadual da Fetagri, deve-se a alguns fatores, entre eles a desestruturação do órgão em Itaituba, ocorrida há cerca de dez anos e agravada durante os governos Temer e Bolsonaro, que tinham por objetivo extinguir o órgão. Afora a ação deliberada dos governos anteriores, no sentido de asfixiar a reforma agrária, em benefício de grandes projetos desenvolvimentistas, a Unidade Regional do Incra, em Itaituba, refere o dirigente da Fetagri estadual, tem sob sua competência assentamentos que ocupam grandes extensões de terras, por incluírem também os municípios de Aveiro, Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso. Se, por um lado, faltam investimentos do órgão e infraestrutura adequada de trabalho, de outro, relata o membro da Fetagri estadual, que informa ter nascido e sido criado em Itaituba, ter dirigido o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba (STTR) e coordenado anteriormente a Fetagri da BR-163, sobre o que tem sido enfrentado pelos assentados desde então:

> Os fazendeiros, latifundiários, muitas vezes já tomaram conta da área do assentamento e o Incra não deu conta. Houve reunião em Jacareacanga e em Aveiro, em novembro passado, com o Incra, e apareceram muitos dos grandes, que estão querendo que cheguem políticas públicas.

A situação é, então, de tal sorte absurda, que os grileiros de terras de assentamentos, daqueles municípios, comparecem às reuniões do Incra e demandam políticas do governo para beneficiá-los. O quadro descrito pelo dirigente estadual da Fetagri, de coação e invasão das áreas de assentamento por fazendeiros e outros latifundiários, que se apropriam de forma fraudulenta de terras federais, é vivenciado pelas agricultoras de Itaituba, que têm sido submetidas a várias formas de violência, como descreve a presidente da Fetagri da BR-163:

[5] A 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP 30, será realizada em Belém, em novembro de 2025.

> Os fazendeiros vão comprando e apertando o outro que não quer vender, fazendo pressão, soltando o gado para comer a plantação do agricultor, oprimindo, até aquela pessoa vender a terra também [...] vão entrando e criando conflito porque quem ficar lá dentro fica submisso a eles [...] Foram queimadas casas, colocaram pimenta nas roupas das mulheres, de malvadeza, pra botar medo e forçar o povo a sair. O Ministério Público já fez várias audiências, mas nunca foi resolvido. Morte não tem havido, mas há queima e invasão de casas, gente que foi presa, ameaças e muitas barbaridades.

Como ficará a situação dos grileiros de terras, muitos deles grandes produtores de gado, de madeira, ou plantadores de grãos no município, após finalizada a etapa de georreferenciamento dos perímetros totais dos PAs de Itaituba? A resposta a essa questão segue pendente, como refere a dirigente da Fetagri-BR 163:

> Essa é a realidade em todos os assentamentos, que têm fazendeiros grandes, com 10, 15, 20 lotes. E eles têm toda a documentação. Eles têm CAR (Cadastro Ambiental Rural) e tudo, porque têm dinheiro e podem fazer isso. Depois que eles fizerem o 'geo' (georreferenciamento) é que vai ter que se ver isso, porque fazendeiro tem demais dentro dos assentamentos. A maior parte é de produtores de gado e não sei como o Incra vai fazer com esse povo.

Embora não vinculadas ao Incra e, segundo a visão dos membros da Fetagri, tendo assim mais 'liberdade' para conduzir o processo produtivo em seus lotes, as agricultoras da Comunidade Monte Moriá enfrentam também árdua batalha cotidianamente. As condições de trafegabilidade pela vicinal do Cacau, em suas ramificações e pontes, difíceis mesmo durante o verão, quando exigem transporte com tração nas rodas e perícia do condutor, tornam-se muito piores durante o período das chuvas, que se estende por cerca de cinco meses, interferindo assim nas condições de trabalho e de vida, em quase metade do ano. Nesses períodos, informam os interlocutores que se chega por vezes a demorar cinco horas para percorrer de moto 55 km, ficando as estradas intrafegáveis para carro. Uma das agricultoras mais antigas da vicinal do Cacau relembra situações vividas, ainda mais dramáticas quando iniciaram a venda na feira de Itaituba, e como tem sido atualmente:

> A gente já sofreu muito. Aqui, no inverno, não dava pra gente atravessar, porque ficava cheio de buracos de lama, a gente dormia na estrada. Mas graças a Deus nós estamos aqui contando da vitória, e continuamos aqui trabalhando e lutando. Eu mexo mais com farinha e tapioca. A luta é a mesma, agora a gente já tá velha, cansada, as pernas doendo, mas a gente vai levando a vida. Quando a gente chega lá já chega cansada, mas vai sobrevivendo. Na primeira noite dorme e já acorda melhorzinha.

Há também a questão do precário fornecimento de energia na vicinal do Cacau, insumo básico para a produção nas casas e pequenas 'oficinas' de trabalho localizadas nos quintais, em que as agricultoras armazenam e processam polpas de frutas, doces e outros produtos, a serem comercializados na feira. De acordo com a presidente da Comunidade, são frequentes e longas as interrupções no fornecimento da energia - que chegam a dez, doze horas, por dia- comprometendo o

trabalho e a conservação dos produtos. O trabalho segue assim rotina constante, sem que seja possível tirar férias. O repouso é eventual e por poucos dias, o que mesmo assim implica reduzir a produção.

O sofrimento social, como referem Víctora e Ruas-Neto (2011, p. 41), não pode ser dissociado dos domínios político e econômico, uma vez que existem na dor, na doença e no desamparo "múltiplas interrelações com o mundo social", com aquilo que denominam como "políticas e economias da vida". Ao analisar antropologicamente a comunidade indígena Charrua, os autores afirmam que "a dimensão da luta e da discriminação histórica", são componentes fundamentais do sofrimento social do grupo, assim como ressaltam a inabilidade das instituições políticas e sociais em lidar com este fenômeno (2011, p. 47). Consideram também o sofrimento social como "fenômeno mais amplo, que perpassa o tempo e carrega consigo a história para dentro do presente"' (2011, p. 56). A abordagem dos autores traz elementos que mantêm estreita conexão com os relatos das agricultoras do oeste do Pará, tanto pela vinculação do sofrimento social com aspectos políticos, econômicos e históricos, como pelos desdobramentos para o tempo presente, inclusive no âmbito familiar, como mencionado por integrantes da Comunidade Monte Moriá.

Em outro trabalho, Fonseca e Maricato (2013), contestam abordagens que analisam discursos de sofrimento dos sujeitos como meras formas de submissão ao estado. Consideram as autoras que a "dimensão da experiência vivida dos sujeitos envolvidos" (2013, p. 272), traduzida em "depoimentos de sofrimento adquire nova produtividade: além de apoiar a denúncia pública, sensibilizando as autoridades e a opinião pública, serve como liga emocional de uma comunidade política" (2013, p. 272). Nesse sentido, trazer a análise do sofrimento por que têm passado as agricultoras familiares daquela região do Pará, dos reflexos em seus corpos, em suas vidas, famílias e trabalho, é também mecanismo de denúncia.

Em termos ambientais, as agricultoras manifestam também a preocupação com a manutenção da floresta em pé nos 20% dos lotes, para fins de preservação da vegetação, como definido na lei da reforma agrária, e temem ter que pagar multas, ou ficar inadimplentes junto ao governo. Nas vizinhanças das comunidades da vicinal do Cacau, entretanto, a forte presença de fazendeiros, dos 'grandes', leva ao avanço sobre os estoques naturais e ao desmatamento da floresta muito além do autorizado por lei, sem que isso, na percepção das trabalhadoras, gere qualquer tipo de preocupação ou punição.

A avaliação dos serviços de saúde disponíveis para os moradores da vicinal do Cacau suscitou a manifestação veemente de quase todas as doze mulheres participantes da pesquisa. Os problemas, de várias ordens, resultam em desassistência, mesmo nos casos de doenças triviais no grupo, como hipertensão e problemas ósseos-articulares, por conta do trabalho fisicamente pesado, passando por picadas de escorpião, acidentes no trânsito, etc, situação que se arrasta por anos. O socorro poderia ser prestado em posto de saúde próximo, já construído, mas não há profissionais, medicamentos, nem vacinas, como referem as agricultoras:

> Foi inaugurado um posto de saúde, em Monte Dourado, mas não tem profissional lá. Havia uma agente de saúde, em outra localidade, mas que não é vista em Monte Moriá há sete anos. Eu acho que se juntasse todo mundo dessas nove comunidades que têm filhos e fizesse uma pressão no secretário de saúde, ele ia ter que dar um jeito de inaugurar esse posto. Porque, em vez de andar 30 km, você viaja 5 km e chega no posto. Essa é a questão, é que a gente é muito quieto. O posto está lá, mas não há ninguém trabalhando e nada acontece. A gente fica muito quieto e o tempo vai passando. Até para vacinar os filhos, a mãe ou o pai precisa faltar ao trabalho, no horário de aula, porque tem que percorrer 30 km de ida e mais trinta de volta para conseguir vacinar.

Diante dos muitos problemas enfrentados, apesar de toda a coragem e persistência das mulheres em manter a produção diversificada e a presença na feira, que garante o sustento delas próprias e de suas famílias, com a liberdade de usarem o dinheiro em pequenas compras 'sem depender dos maridos', a sucessão na terra para as novas gerações de agricultores indica estar chegando a um nível de estrangulamento. Caso não haja mudança nas prioridades do Estado, que implique destinação de investimentos e políticas públicas eficazes para a agricultura familiar, o êxodo rural da juventude tenderá a crescer ainda mais. Os pais que conseguem ter condição, buscam encaminhar filhas e filhos para a cidade, em geral para Itaituba, sob os cuidados de alguém de confiança, para que tenham acesso a níveis de estudo que possam torná-los profissionais em outras áreas, não ligadas à terra. Refere a única professora da escola da Comunidade Monte Moriá:

> Hoje, tem sete alunos no período da manhã e cinco alunos à tarde. Quando chega no final do ano, em geral eles migram para a cidade, não ficam aqui na comunidade ou na região. Ou eles ficam na casa de familiares, que moram na cidade, ou os pais vão embora também para a cidade [...] a gente vê que a cada dia que passa a quantidade de alunos tende a diminuir. A escola é multi série, vai do maternal ao 5º ano e no outro turno, da tarde, da 6ª a 9ª séries. Outra questão é que o ensino médio não é responsabilidade do município, mas sim do estado. Há até demanda para o ensino médio e pais que levam os filhos para estudar em outra comunidade, em Campo Verde, que fica a quase 40 km desta comunidade [...] os pais querem que os filhos vão para a cidade, para ter outras oportunidades, porque vão fazer o quê aqui? A ideia não é trazer os jovens que estão na cidade de volta para o interior.

Em entrevista na Unidade Regional do Incra, um dos gestores entrevistados compara o que ocorre no Pará e no Mato Grosso, ao tratar sobre as precárias políticas públicas de educação, que não dão oportunidade para as novas gerações do município de Itaituba e do entorno, de estudar em nível técnico qualificado ou superior para seguir nas atividades da família, que possa resultar em melhoria das condições de vida e trabalho, como por exemplo, em profissões como engenheiro agrônomo, de pesca, médico veterinário. Na avaliação do gestor, o investimento do Estado em políticas de educação, no nível que leva a esse grau de formação, está diretamente relacionado ao investimento

na grande produção das áreas mais 'desenvolvidas', como a do agronegócio, no estado do Mato Grosso, o que não ocorre no estado do Pará:

> No caso da nossa realidade aqui, subdesenvolvida até mesmo na questão do estudo, em muitas localidades se tem dificuldade de concluir até mesmo o nível fundamental. Tem lugar em que só se ensina até o 4º ou 5º ano. Aí o êxodo é iminente e muitas vezes os jovens vão para casas de pessoas da família, na cidade. Depois que o filho sai do mato, o pai espera o tempo de se aposentar e já passa a terra pra outro [...], que já vai pegar a terra com o propósito de, na sua 'sazonalidade', passar a terra [adiante] também.

Para além do que vem ocorrendo com as juventudes, a situação no campo para os mais velhos, pela dificuldade de obter o sustento da família em condições mínimas de vida e de trabalho e com a pressão para a saída dos lotes, quer pela falta de investimentos do Estado, quer pela coação e violência dos grandes proprietários de terra, tem provocado também o êxodo para a zona urbana, em busca de saída para o sofrimento e para que seja possível sobreviver, o que em grande parte das situações gera outras vulnerabilidades e precariedades, como refere a agricultora da Comunidade Monte Moriá:

> Aqui mesmo na nossa região, têm muitas pessoas abandonando a terra e saindo por falta de condições financeiras para comprar a terra. Aí vai pra periferia de Itaituba, ou para o bairro novo ali do km 30, faz um casebrezinho e se esconde debaixo. Dizem que abandonaram porque não tinham condições de tocar, porque já estão com 60, 65 anos, e cansaram. Tem um monte de lote abandonado, outros foram vendidos para os grandes fazendeiros, que desmataram tudo, acabaram com tudo, e essas pessoas que saíram ficaram sem nada, porque não têm mais forças.

A capacidade de análise das agricultoras sobre as questões que devastam não apenas a natureza, mas também a própria vida e o trabalho nos assentamentos da reforma agrária, assim como nos lotes de terras da área de colonização de Itaituba, é rica em detalhes das trajetórias por elas percorridas e permeada de sentimentos, como o valor da solidariedade. O sofrimento constante e a busca de alternativas diante da usurpação de suas terras e direitos, pelos representantes do grande capital, que se confundem com as elites político-econômicas locais, assim como pela falta de garantias pelo Estado, aos poucos parecem mais nítidos - e inaceitáveis - no decorrer das longas conversas. Na Comunidade Monte Moriá, as mulheres parecem se dar conta de que o simples fato de ter um tempo para falar sobre suas experiências, relações de trabalho e amizade, das dificuldades partilhadas, da solidariedade que as sustenta, já é algo em si valioso, o que trouxe à tona em alguns momentos emoções e lágrimas. O reconhecimento dos vínculos fortes entre elas ressoa como bálsamo, em meio a tantas dificuldades. E parece também que, ao rever todas as dificuldades por que têm passado, são mobilizadas, de algum modo, a atuar não apenas dentro do grupo, mas indo também em busca dos direitos que têm clareza de terem lhes sido usurpados.

Alerta Fraser (2019), ao analisar feminismo e capitalismo, que é necessário ampliar nossa consciência histórica, compreendendo também que os "processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal" (2019, p. 46). Quanto à luta feminista, defende a autora que seja buscada "forma de vida que descentralize o trabalho assalariado e valorize atividades desmercadorizadas, como os trabalhos de cuidado" (p. 46).

Federici (2021), ao fazer crítica ao marxismo, também alerta para a sobrecarga que pesa sobre as mulheres, pois, mesmo quando conseguem trabalho assalariado e exercem funções desempenhadas por homens, não estão liberadas do trabalho doméstico. Isso ocorre, como afirma a autora, em diferentes planos do trabalho feminino, indiferentemente se a força de trabalho está a serviço de trabalho não especializado, ou atendendo à demanda técnica e especializada. Em outro trabalho, Federici (2020, p. 3) ressalta que "as mulheres desempenham um papel central nas lutas ecológicas por serem as mais afetadas pela desapropriação e pela degradação ambiental, por serem responsáveis pela reprodução de suas famílias", e fala da importância do ativismo das mulheres atualmente, como

> uma força importante para a mudança social na América Latina e uma inspiração para as feministas e os outros movimentos ao redor do mundo. Ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcalismo e da destruição ecológica, as mulheres estão construindo novas formas de existência que rejeitam a lógica de mercado e as políticas mais recentes sobre a reprodução da vida cotidiana, canalizando o poder das relações afetivas que tradicionalmente caracterizaram a esfera doméstica na produção da solidariedade social (FEDERICI, Silvia, 2020, p. 3).

A consciência dos problemas trazidos pelas mulheres, das causas e consequências no cotidiano de suas vidas, territórios e trabalhos, articuladas de forma contundente pelas mulheres da agricultura familiar, nos assentamentos da reforma agrária e nos lotes da área de colonização, que aceitaram e dedicaram parte preciosa de seu tempo à participação como interlocutoras na pesquisa, trouxeram conexões e indagações importantes para a pesquisa. Entre estas, o que leva a diferentes níveis de organização e de mobilização política entre elas, se há profunda capacidade de interpretação das violências a que estão submetidas, das responsabilidades do Estado e dos demais detentores de poder na região? De um lado, o poder dos agentes econômicos - especialmente, no caso, ligados ao agronegócio -, fortemente ancorados pelas elites políticas das três esferas e poderes do Estado, aliado à precariedade das condições de vida e de trabalho das mulheres da agricultura familiar, torna a produção, em nível capaz de sustentar o abastecimento mensal da feira em Itaituba, pelas agricultoras da Comunidade Monte Moriá, que vão além dos limites da subsistência de suas famílias, tarefa árdua, que parece levá-las quase à exaustão e, de certo modo, as coloca como reféns da luta e do sofrimento a que são submetidas. De outro lado, embora plenamente esclarecidas sobre os problemas e capazes de realizar trabalho coletivo com alto nível de organização e solidariedade, tomando por base os relatos, não estão conectadas diretamente, no que se refere à ação e mobilização

política, a outros grupos e movimentos de mulheres, nem mesmo com as demais comunidades da vicinal do Cacau.

As trabalhadoras rurais vinculadas à Fetagri e, portanto, aos sindicatos de trabalhadores, conforme relata a presidente regional da BR-163, têm buscado interagir politicamente com outras organizações de mulheres e movimentos sociais - como os que se contrapõem à construção de grandes barragens, ao garimpo ilegal em Unidades de Conservação e em Terras Indígenas, e defendem os povos tradicionais, a floresta e as águas - por meio de ações e debates construídos coletivamente. Muitas debilidades, entretanto, vêm sendo enfrentadas, como as divisões e disputas políticas no interior do sindicalismo rural brasileiro, inclusive na região oeste do Pará, entre os sindicatos, federações e confederações ligados à agricultura familiar, representados pela Fetagri

Contag e pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf) e da confederação a que está vinculada - a Contraf (LAZZARETTI, Mateus, 2023; SILVA, Osvaldo Heller da, 2009).

É fato que se faz necessário e urgente todo mecanismo que torne possível a articulação entre trabalhadores, movimentos sociais, povos tradicionais e demais forças políticas populares na contra-ordem das ofensivas do grande capital na região, o que envolve diretamente, também, a exigência de que o Estado atue em defesa dos direitos da natureza, dos povos e culturas da região.

CONCLUSÕES

O estrangulamento das agriculturas familiares nas áreas destinadas à reforma agrária e nas terras que provêm da colonização do município de Itaituba está diretamente vinculado às definições do Estado e aos ditames do modelo econômico neoliberal - desenvolvimentista, predador e excludente -, que tem levado a região e o país, cada vez mais, a condições desiguais, com aumento da pobreza e das desigualdades sociais. A pequena produção, tanto mais em região cobiçada mundialmente, inclusive por agentes fortemente capitalizados do agronegócio, detentores de fortunas provenientes da financeirização do capital, necessita de medidas públicas estatais urgentes, no sentido da garantia da vida, da terra, do trabalho, da produção e acesso aos mercados pelas agriculturas familiares.

No município de Itaituba, apesar da luta sem trégua de agricultoras familiares organizadas em comunidades, como a de Monte Moriá, não há o incentivo para que produzam e forneçam, por exemplo, nem mesmo parte dos produtos que compõem a merenda escolar, ou alimentos para outros órgãos públicos. Se não há incentivo, não há meios para conseguir ofertar e atender possíveis demandas, o que reproduz incessantemente o ciclo de pobreza e precariedade. Em muitos casos, como atesta o representante do Incra, os assentados da reforma agrária produzem apenas para a

subsistência de suas famílias.

A deslocalização de trabalhadores assentados, empurrados para fora de suas terras, tem se dado tanto pela decisão do Estado, ao longo de décadas, em não investir em condições para a fixação das famílias produtoras agrícolas na terra, como pela forte pressão dos fazendeiros e demais agentes do agronegócio, que atuam ilegalmente. O processo avassalador de expropriação, pressão e violência sobre trabalhadores, que se encontram em terras federais destinadas à agricultura familiar, segue celeremente na região, produzindo vulnerabilidades e sofrimento social cada vez mais intensos.

Sem garantias, ao longo de décadas, os assentados da reforma agrária cujos projetos de assentamento sequer foram consolidados, seguem sem a titulação da terra, sem financiamento, nem meios para produzir, escoar a produção e acessar possíveis mercados consumidores. Serviços essenciais à vida para os trabalhadores da pequena produção, como educação e saúde, também não são garantidos, o que vem produzindo êxodo cada vez mais intenso das juventudes do campo para a cidade. Não apenas jovens, mas também agricultoras e agricultores já cansados da luta, da opressão e da pobreza, mais velhos e cansados, estão saindo do campo sem perspectiva, para tentar a vida em outro lugar, sem terra, sem teto, nem trabalho.

As expectativas em relação à gestão do atual governo federal, de incentivo à pequena produção e de retomada da consolidação da reforma agrária vão no sentido de exigir medidas enérgicas e imediatas, que se traduzam em possibilidades concretas de melhoria. Para isso, investimentos públicos precisam ser destinados à região, por meio do Incra e demais órgãos e instituições governamentais, decisivos para a mudança do desolador quadro atual. As mulheres que estão à frente de comunidades e assentamentos rurais têm feito a sua parte, dado o seu sangue e suas energias para que a agricultura familiar possa, para além da subsistência, garantir o sustento e condições de vida às suas famílias, com direito à terra e sem abrir mão do direito à vida, constantemente sob ameaça.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Trad. MARINO, Mário A.; SANTOS, Eduardo Altheman C. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. **Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de *commodities***. Novos Cadernos NAEA, v. 25 n. 1, p. 11-36; jan-abr 2022.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Os involuntários da pátria**: elogio do subdesenvolvimento. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira. Caderno de Leituras. n. 65. Série Intempestiva, 2017.

COLLETE, Guillaumin; TABET, Paola; MATHIEU, Nicole-Claude. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. FERREIRA, Verônica et al. (Org.). Recife: SOS Corpo, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo. Boi tempo, 2016.

EMPRAPA. **Zoneamento Ecológico-Econômico da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)**: gestão territorial. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). CANDIANI, Heci Regina (Trad). TORRE, Bruna Della (contribuinte). Editora: Boitempo; 1ª edição, 2021. 208 p. ISBN-10: 6557170546 ISBN-13: 978-6557170540.

____. **Na luta para mudar o mundo**: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. VALIO, Luciana Benetti Marques (Trad.). Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

FRASER, Nancy. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história.** In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais. HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-48.

LAZZARETTI, Mateus. **A relação do sindicalismo da agricultura familiar com o estado**: a FETRAF-RS no período recente. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2023.

SILVA, Osvaldo Heller da. **Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade**. Revista de Sociologia e Política nº 12: 161-167 Jun. 1999.

VÍCTORA, Ceres Gomes; RUAS-NETO, Antonio Leite. **Querem matar os 'últimos Charruas'**: sofrimento social e 'luta' dos indígenas que vivem nas cidades. Revista Anthropológicas, ano 15, vol.22(1): 37-59 (2011).

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

SOBERANIA ALIMENTAR NO LITORAL DA AMAZÔNIA PARAENSE: RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA COMIDA DAS MARÉS

Jessica Silva França Nascimento[1] (UFPA),

RESUMO: Esta comunicação tem como objetivo analisar o papel da Soberania Alimentar na luta pela garantia de reconhecimento das dinâmicas socioculturais de populações tradicionais extrativistas costeiras e marinhas, mais especificamente, do litoral da Amazônia, no estado do Pará. Nos maretórios que compreendem a Resex-Mar Mãe Grande de Curuçá, a soberania alimentar é praticada de forma ancestral e coletiva pelas populações costeiras marinhas, tudo isso impresso na jornada de trabalho, ordenadas pela temporalidade da maré, que resulta naturalmente no alimento na mesa das famílias, protagonizando maneiras próprias de preparar e comer a comida, juntamente as sociabilidades advindas das beiras de água salobra. Dessa forma, a soberania alimentar está a construir os maretórios através da autonomia e da segurança alimentar, enquanto instrumentos de ação de vida e reprodução da mesma.

Palavras-chaves: Amazônia. Soberania Alimentar. Maretórios. Autonomia.

1) MARÉS E MANGUES DE SABERES: A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS NOS MARETÓRIOS

Nessa comunicação serão evidenciadas, especialmente, algumas facetas do processo de construção do modo de vida nos maretórios, que auxiliarão no entendimento relacionado a soberania alimentar dessa pesquisa. Mesmo que as concepções acerca do termo "território" sejam diversas, o conceito mais geral agrega dupla conotação, material e simbólica, dessa forma, uma voltada para o espaço físico e outra para as relações sociais, mitos e símbolos formados durante a interação com o lugar. Em seu trabalho empírico sobre a ilha de Tanna, no arquipélago de Vanuatu, Bonnemaison (1997) discute o fato de que os habitantes de Tuva não "possuem" o território, mas se identificam com ele. Já Milton Santos, em diálogo com Jean Gottman, aplica a distinção de território como "recurso" para "atores hegemônicos", e território como a "abrigo" para "atores hegemonizados" (SANTOS et al., 2000). A partir dessas observações, tem-se que o conceito de território engloba toda a compreensão sociopolítica do ser humano sobre o mundo em que vive.

As comunidades costeiras marinhas possuem especificidades dadas em função do modo e produção da vida. Para Diegues (1999) a quantidade e variedade de trabalhos publicados no Brasil a partir da década de 70, que remetem as dinâmicas de maritimidade de comunidades pesqueiras e

[1] Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email: jessicasilvanascim@gmail.com.

litorâneas é suficiente para construção de um novo campo característico de conhecimento das ciências sociais, chamado de Socio-Antropologia Marítima. Aqui entende-se a maritimidade como construção do mar enquanto espaço de vida de pescadores marítimos.

No entanto, o conceito de maritimidade (DIEGUES, 1999; MALDONADO, 1994) diferencia-se da maretorialidade proposta pelas populações costeiras marinhas amazônicas, devido as especificidades das paisagens e dinamicidades das marés que formam a identidade coletiva em maretórios (SOUSA, 2022). Isso significa que, para pescadores extrativistas (que possuem a arte da pesca e também do extrativismo, seja de mariscos ou vegetais) as representações da vida social vão além da personagem do pescador em alto mar, mas abarcam um pescador que também pode compor outros cenários, como o mangue, ou até mesmo a roça, considerando a sazonalidade do período de pescar e de plantar presente em comunidades tradicionais do litoral paraense. Nesse sentido, Célia Neves, integrante da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), aborda a complexidade do litoral em que vive no seguinte relato:

> Não é muito simples a gente compreender o litoral. A gente até brinca, diz assim: a gente não é muita coisa não, mano. A gente só é oito mil quilômetros de costa, né! A coisa se diferencia muito, até mesmo aqui no Pará. Vai no Uiapoque, vai em Calçoene, aí vai lá em Pirajubaé, no Arraial do Cabo, ou lá na Bahia (...) tem que andar por aí pra você ver como é que pensa, como se organiza..." (CÉLIA NEVES, 2022).

Imagem 01 - Praia do Tapari



Fonte: Jessica França (2022)

Ao se referir ao litoral brasileiro, a liderança afirma que a costa possui especificidades que só podem ser compreendidas por meio das vivências e da escuta ativa das populações tradicionais costeiras. Desse modo, os maretórios paraenses percorrem e são concebidos também nos mangues, nas restingas, na barraca do pescador, nos pequenos quintais produtivos, na medicina tradicional, na produção familiar de farinha e licores de frutas nativas, nas festas e lazeres, nas múltiplas dinâmicas sociais dos trapiches, até as formas de preparo e comensalidade das comidas de maré. Outro relato que fez parte dessa pesquisa e que abrange a noção de maretório a partir da percepção do ser humano sobre o ambiente, foi o comentário do morador da comunidade de Mutucal[2], de 63 anos, identificado como "Pescador 05", que mesmo nunca tendo escutado a palavra "maretório", concebe as relações sociais e subjetivas de trabalho em busca do alimento nas marés como essenciais para a manutenção da vida: "Trabalho de acordo com a maré aqui. Parece lixo, quando a maré vaza, a gente vai também, a maré enche, a gente volta de novo!" (Pescador 05, 2022).

Para o interlocutor, que exemplifica em seu relato um dos sentidos do maretório, o movimento das marés é o que rege sua vida e da família, que aguarda seu retorno para casa, planeja cada detalhe da vida social a partir das dinâmicas da natureza, e transforma o ir e vir da maré em relações de transporte, obtenção, coleta, pesca, espiritualidade e medicina. O interlocutor continua ainda, ao abordar como o trabalho em comunidades tradicionais garante o aprendizado de saberes empíricos que colaboram no entendimento da vida social:

> Quem trabalha aqui que sabe tudo, os pontos onde o peixe fica, de pegar o peixe, da lua. A gente olhando a lua, sabe se a maré tá enchendo ou se tá vazando. Por exemplo, a maré encheu quatro da tarde, amanhã é uma hora de tempo, vai encher cinco da tarde, uma hora de diferença, entendeu? (Pescador 05, 2022).

Com base nesse apontamento, entende-se as formas que a natureza enlaça a vida social, onde indivíduos traçam planos a partir do entendimento do funcionamento do ambiente. No caso dos maretórios, a vida social é organizada a partir das diversas características presentes na beira das marés, nos furos de manguezais, com o despertar do corpo para o trabalho de acordo com o movimento das marés, na linguagem local, e no conjunto de sociabilidades próprias presentes entre os moradores da comunidade.

A partir da compreensão da espacialidade dos maretórios que compreendem as comunidades tradicionais pesqueiras da Resex-Mar Mãe Grande, é notória a multiplicidade de

[2] Vila de Mutucal localiza-se na ilha fluviomarinha conhecida como Ilha de Fora, dentro das delimitações da Resex-Mar Mãe Grande, sendo originada a partir da migração populacional dos municípios de Curuçá e Vigia, os quais se fixaram no local por causa da tranquilidade e boas condições para a pesca, uma vez que essa atividade consiste em um dos principais fatores econômicos do lugar (SANTOS, 2006).

manifestações culturais presentes em terra e em água, únicas de grupos costeiros do nordeste paraense. Acerca dessa lógica espacial que inicialmente se parece híbrida (terra/água), Cardoso (2003) ao discutir a apropriação da natureza e a construção de territórios pesqueiros, destaca que a atividade pesqueira está além de espaços exclusivamente aquáticos, avançando sob a atmosfera terrestre, através da destinação dos pescados capturados nos pontos terrestres de venda e troca, na garantia da reprodução social e econômica. Não se limitando apenas aos processos do pescado, em ecossistemas costeiros, tais como manguezais e restingas, existem recursos importantes para alimentação e composição das subjetividades dessas comunidades tradicionais litorâneas.

Além da observação feita por Cardoso (2003), propõe-se aqui que o espaço da água, formado tanto pelo mar quanto pelos rios; e a terra firme; existem de maneira interdependente, relacional, mútua e solidária. Entre esses dois ambientes distintos, estão presentes ecossistemas de transição, estes manguezais e restingas, que interligam terra e água, completando de maneira criativa as vivências nos maretórios, através de cheiros, sabores, saberes, texturas, sons, trabalho, afetos e afinidades. Por vezes são conhecidos como “beiradas” ou “beira”, onde identidades são produzidas, comidas são compartilhadas, trocadas, vendidas, e os afetos são constantemente renovados. Nas imagens abaixo (07 e 08) a dinamicidade das marés é manifestada no encher e no vazar.

Imagem 02 - Manguezal na Comunidade de Mutucal



Fonte: Jessica França (2022)

Imagem 03 - Rede de pesca na vazante da maré



Fonte: Jessica França (2022)

Cada um dos elementos de áreas costeiras provoca impressões diversas nos grupos que participam e produzem a vida social nas beiradas de maré (SILVA, 2020). Quando se entra no manguezal, como a Imagem 04 apresenta abaixo, há uma série de características físicas que identificam e constroem percepções, o cheiro forte, texturas, o contato com as grandes raízes, ali expressam-se experiências sensoriais e sociais, assim como o movimento e o som natural das águas, o encher e o vazar, ou o bater na maré nas embarcações ancoradas, faz parte do experenciar diário dos moradores. Na imagem, a marisqueira adentrou o manguezal no horário exato da vazante completa da maré, que no dia do registro da foto, se deu às 13 horas. Assim, para buscar o turu, que fica em troncos caídos no meio do manguezal, monitorar o horário das marés é uma tarefa exercida naturalmente.

Imagem 04 - Marisqueira entrando no manguezal



Fonte: Jessica França (2022)

Esses ambientes de transição, transformação e produção, são essencialmente importantes, pois neles o sentido do maretório é construído e depois distribuído para espaços da comunidade e Resex-Mar que não tem contato direto/visível com a maré. O que é produzido na beirada é um substrato social forte o suficiente para categorizar novos territórios e repensar conceitos cunhados na dualidade e dicotomias cartesianas. Isso faz sentido, quando se compreende que os maretórios não fazem oposição ao conceito de território, na logística entre terra e água, mas edificam um conjunto de relações mescladas entre essas paisagens, típicas de ambientes costeiros.

Para Ribaric (2020), a Água (o mar, rios, lagos e lagoas), assim como os territórios, são espaços de vida e representação. As mobilizações dos sujeitos coletivos nas comunidades extrativistas costeiras estão fortemente relacionadas ao contato com a instabilidade e sazonalidade das marés,

estes manifestam suas identidades demarcando socioculturalmente os maretórios, a influência das marés, em suas vivências. Sendo assim, a apropriação social do espaço marinho e afins, e a reprodução dos modos de vida costeiros são patrimônios culturais que compõem os argumentos pela defesa e proteção do ecossistema marinho.

De acordo com Silva (2007) ao discorrer sobre saberes e modos de vida locais na Amazônia, chama atenção para os processos de constituição do território, onde o tempo de vida é refletido no tempo e espaço das formas de apropriação e uso dos recursos naturais, com a reprodução da vida material e cultural resultante da apropriação destes recursos. E neste caso, dos recursos disponíveis nas marés e mangues.

Como um território tradicionalmente ocupado, o espaço que compreende a Resex-Mar Mãe Grande possui relação configurativa com o que é produzido a partir da ancestralidade e subjetividade das comunidades viventes no maretório, de forma que, os fenômenos naturais advindos das marés sejam fomentadores da cosmografia dessas populações. Sobre os elementos que compreendem a cosmografia de um povo:

> A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2002, p. 04).

Nesse tocante, todos esses elementos: os vínculos afetivos, a história de ocupação, a memória coletiva e uso social do espaço, constituem os aspectos materiais e simbólicos de um grupo. Os conhecimentos ambientais, sejam pesqueiros ou marisqueiros, ligados ao comportamento da paisagem, são transmitidos de forma geracional e ancestral, garantindo a tradicionalidade das formas de uso, ocupação e demarcação mesmo com a dinamicidade das marés. Sobre isto, segundo Nascimento e Barros (2021), o conhecimento tradicional de pescadores locais é moldado de acordo com o tempo, incorporando a manutenção da atividade da pesca de forma a acompanhar as principais transformações sociais e ecológicas ocasionadas no espaço e no decorrer do tempo.

2) SOBERANIA ALIMENTAR DAS MARETÓRIOS

Para Maluf e Reis (2013), reconhecer e evidenciar os fluxos e circuitos da comida em cada sociedade é fundamental. Primeiro, porque são esses movimentos que propiciam grande parte da sobrevivência material de uma comunidade. Ainda, entre os diversos aspectos que formam uma cultura, a sobrevivência material é um elo forte e central na constituição da subjetividade de uma localidade. Neste seguimento, nos importa observar as complexidades das interações nos maretórios

amazônicos, que possuem sistemas sociais materiais e simbólicos gerados por suas populações durante a apropriação do espaço marinho, em prol da garantia da sobrevivência e reprodução de suas multiculturas.

A multiplicidade de expressões humanas e sociais produz uma variedade de tipos de territórios com particularidades culturais próprias, de saberes ambientais e ideologias variadas. Acerca dos espaços que imprimem as suas identidades sociais por meio das conexões do indivíduo com o meio marinho/costeiro, estes são lidos por algumas lideranças, e mais recentemente pela academia, através do termo "maretório", que combina os aspectos ecológicos do ambiente com as relações culturais, políticas e econômicas existentes no lugar.

À vista disso, por meio da reivindicação conceitual de relações políticas e de poder pelo espaço de produção e reprodução dos modos de vida costeiros do nordeste paraense (NASCIMENTO, 2021) os maretórios vem se desenvolvendo com características singulares e múltiplas das populações tradicionais amazônicas.

É evidente para Conceição Silva (2020) que a prática pesqueira é uma atividade produtiva que além de constituir subjetividades, identidades coletivas e modos de reprodução do cotidiano, também representam autonomia de vida. Dessa forma, a autonomia está presente enquanto liberdade de escolha do que comer e coletar na natureza, ainda que respeitando as condições naturais de sazonalidade.

Nesse sentido, as artes de como ser e fazer pesca estão ligadas à liberdade da busca e consumo de alimentos, formando uma soberania alimentar própria de pescadores e marisqueiras. Por conseguinte, para entender o maretório como maretorialidade construída a partir da soberania alimentar, é necessário pensar perspectivas sistêmicas e estruturais de sociedade, partilhadas em comunidades tradicionais, que giram em torno da defesa do território e da dignidade do viver bem nele. Lembra-se disso, pois a soberania alimentar surge por meio de provocações de movimentos sociais de camponeses e pequenos agricultores diante a imposição de sistemas alimentares arquitetados pelo capital e baseados na usurpação dos recursos naturais e na lógica técnico-racionalista. Dessa maneira, considerar as complexidades ecológicas, econômicas e sociais que comparecem nos litorais, tais como as dinâmicas típicas dos maretórios, torna a alimentação ponte para compreender as dinâmicas da sociedade e, por conseguinte, transforma-las.

Dessa maneira, o conceito de SA está relacionado aos modelos de produção alternativos à exploração aguda da natureza proveniente do agronegócio e hidronegócio. Se estende à garantia de permanência da reprodução da cultura na alimentação dos povos, tal como foi firmado na Declaração de Nyéléni (2007):

> A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo. (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

Somado a isso, destaca-se a luta pela autonomia e autogerenciamento do território, de modo que os que produzem, distribuem e consomem, estejam presentes participando ativamente nos sistemas de políticas alimentares, ressaltando a valorização de modelos de produção sustentáveis e ecológicos, em contraste as exigências dos mercados e das empresas. Além disso, é importante ressalvar o caráter internacional da proposta geradora da SA, que engloba múltiplos modos de vida e produção, da terra até as águas. Dentro dessa perspectiva, a SA engloba uma diversidade de elementos pontuais de análise, sendo um conceito que abarca uma ótica social, econômica e política.

As mobilizações desses sujeitos coletivos estão relacionadas ao contato com a instabilidade e sazonalidade das marés e ciclos lunares, estes manifestam suas identidades demarcando socioculturalmente os maretórios em suas vivências. Nesse sentido, a apropriação social do espaço marinho e a reprodução dos modos de vida costeiros são impressos como patrimônios culturais imateriais que compõem os argumentos pela defesa e proteção dos ecossistemas marinhos.

Dentro da perspectiva da luta pela garantia de reconhecimento sociopolítico e das dinâmicas socioculturais de populações tradicionais costeiras, o Maretório tem a Soberania Alimentar como um de seus instrumentos de ação de vida e reprodução da mesma. Nos maretórios que compreendem a Resex-Mar Mãe Grande, a soberania alimentar é praticada de forma ancestral e coletiva pelas populações costeiras marinhas, tudo isso impresso na jornada de trabalho, ordenadas pela temporalidade da maré, que resulta naturalmente no alimento na mesa das famílias, protagonizando maneiras próprias de preparar e comer a comida, juntamente as sociabilidades advindas das beiras de água salobra. Enquanto isso, a Soberania Alimentar está a construir o Maretório através da autonomia e da segurança alimentar.

3) SABORES DA MARÉ: ANÁLISE SOBRE PREFERÊNCIAS ALIMENTARES

Quando Fraxe (2000) escreve sobre os “homens anfíbios” ao se referir ao campesinato das águas que vive na beira de rios, lagos e igarapés da Amazônia, lembra que as atividades de subsistência acabam sendo divididas entre a terra e a água, já que a parte em que trabalham (várzea) fica submersa durante certo período do ano (quatro a cinco meses), resultando em uma população que habita e trabalha em dois tipos de ambiente: terrestre e aquático.

Mesmo que a referência metafórica aos anfíbios, sirva para esmiuçar a complexidade da sazonalidade de ambientes influenciados pelas águas doces, é evidente que a região do nordeste paraense, influenciada potentemente pela salinidade dos oceanos e pelos ciclos da lua, necessita de instrumentos de análise capazes de descrever a instabilidade dos processos produtivos presentes nos maretórios. Acerca dessa lógica e considerando as múltiplas facetas das diversas Amazônias, a riqueza de sociobiodiversidade garante pluralidade de olhares para cada cenário que forma o bioma amazônico (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Nesse sentido, as preferências alimentares ajudam a compreender essas pluralidades e múltiplas facetas das Amazônias. Logo, as escolhas alimentares são resultantes de interações dialéticas entre estruturas e hábitos do cotidiano, ciclos ecológicos, dinâmicas político-econômicas dos mercados locais e regionais e também, preferências individuais (MURRIETA, 2001).

Na comunidade de Mutucal, a preferência por peixe foi destaque entre os entrevistados. Quando perguntados[3] "Qual sua comida preferida?", foi ressaltado várias vezes que a resposta era livre e podia-se incluir qualquer tipo de alimento. Em ocasiões que a resposta não era imediata optando por peixe, antes de afirmarem a predileção por peixe, foi comum a flexibilidade quanto preferências alimentares, como por exemplo, "tudo vai, ainda mais quando tá brocado", "gosto de comer tudo", "não tenho luxo com comida, o que tiver pronto, eu como".

[3] Acerca da metodologia dessa pesquisa, foi utilizada abordagem de caráter quali-quantitativo, de forma que os dados coletados são resultados de interações com moradores da Resex-Mar Mãe Grande, especificamente, da comunidade de Mutucal. Os dados foram coletados durante pesquisa de campo, realizada em duas fases, nos meses de janeiro e julho de 2022. Nesse cenário, a observação participante foi o método a ser explorado em campo, considerando o destaque da sua caracterização sobre o trabalho de campo antropológico. Assim, foi realizado o acompanhamento durante o processo de aquisição e busca pelo alimento das pessoas da comunidade, com registro em diário de campo e por meio de fotografias.

Além disso, quando perguntados sobre o modo de preparo que tinham mais apreço, foi predominante a versatilidade da cocção de determinado peixe predileto, ressaltando que gostavam do cozimento de todas as formas possíveis, frito, cozido, assado ou moqueado, a ainda, que o mais importante naquele processo era comer. Acerca dessa lógica, nas narrativas compartilhadas abaixo, estão presentes, além da unanimidade na preferência por pescados, diferentes motivos da escolha dos interlocutores.

Quadro 01 – Ideia acerca da Preferência Alimentar

INTERLOCUTOR/ INFORMANTE	EXPRESSÕES CHAVE/NARRATIVA-ENTREVISTA	IDEIA CENTRAL
Marisqueiro 01	"Peixe. Sou apaixonado por peixe. Eu gosto mais de comer bagre. De espinhel, de rede, que eu pesco. Todo tipo, assado, frito, cozido..."	Paixão
Curralista 02	"Peixe. Oriseca. Frita, assada, cozida, de qualquer jeito!"	Variedade
Pescador 14	"Arraia, como de um lado, como do outro!"	Aproveitamento
Pescador 04	"Peixe... de qualquer jeito, quando não é frito é cozido, assado... eu como uma carne, um frango, mas tem que ter o peixe, o caranguejo...	Requisito
Pescador 05	"Peixe. Pratiqueira, peixe pedra. Cozido, assado, tudo vai, ainda mais quando tá brocado!"	Fome
Marisqueira 06	"Você acredita que se eu comer uma carne agora, vinte minutos depois eu já tô com fome? E o peixe não..."	Saciedade

Fonte: Pesquisa de Campo - Entrevistas na Comunidade de Mutucal. Brasil/Pará – Curuçá. Fev. /Jul./ 2022.

No que diz respeito as ideias transmitidas pelos entrevistados através dos comentários acerca de suas preferências, pode-se observar que manifestam noções diferenciadas sobre um mesmo elemento, o peixe. A partir disso, o aspecto comunicativo da comida é fortemente destacado nos estudos de Ellen Woortmann (2013) ao postular a capacidade que os alimentos possuem de serem pensados, e não somente comidos. Nessa mesma perspectiva, através da caracterização dos costumes alimentares de um povo, percebe-se as questões relacionadas ao modo de vida, de maneira que:

> A comida, é uma categoria nucleante e hábitos alimentares são textos. Quando se classificam alimentos, classificam-se pessoas, notadamente os gêneros homem e mulher, pois, se o alimento é percebido em sua relação com o corpo individual, este é uma metáfora do corpo social. (WOORTMANN, K, 2006, p. 32).

Para Fernandes (1997) o exercício da comensalidade destaca-se em um campo particular de ritualização, e a pluralidade de significados desse fenômeno tem a ver com as diversas realidades sociais existentes. Acerca dessa lógica, a relação dos moradores da comunidade de Mutucal com a comida na mesa, e a maleabilidade na forma de cozinhar, está permeada por uma série de significações ligadas a conexão deles com a natureza, e principalmente com sua identidade cultural. Na tabela 02, pode observar as preferências alimentares de cada entrevistado, sendo que as espécies

de pescados foram reunidas em uma única categoria, de “peixe”, sendo essa a predominante nas narrativas, juntamente ao modo de preparo mais flexível “assado, cozido, frito”:

Nesse sentido, percebe-se que nas respostas dos entrevistados acima, mesmo alguns escolhendo uma ou mais espécies de peixes preferidos, a categoria “pescados” possui um potencial tão grande e especial na comunidade de Mutucal, que a configuração do tipo de cozer ou preparo não é um critério tão importante quanto o fato se estar comendo peixe. Sendo assim, ficaram em segundo plano alimentos como carne e frango.

Para Vila (2012), o papel do estudo da alimentação apresenta também uma perspectiva ecológica, ao relacionar o meio ambiente com a cultura de determinada sociedade. Isso mostra que existe entre os indivíduos uma ligação social com as marés, que é desenvolvida através da alimentação, ou seja, o ato de comer o que vem da maré, e ainda no caso das comunidades tradicionais costeiro marinhas, também se refere à terra, visto que algumas famílias são produtoras de outros insumos que complementam as refeições, como a farinha, quintais com arvores frutíferas e horticultura. Na imagem abaixo, à esquerda tem-se o pescado ainda cru, temperado com sal, e à direita, já cozido com bastante chicória, retirada do próprio quintal de uma casa na Comunidade de Mutucal.

Imagem 05 - Cozido de Peixe



Fonte: Jessica França (2022)

Imagem 06 - Peixe (sardinha) sendo assado na brasa



Fonte: Jessica França (2022)

Imagem 07 - Pescado assado servido com feijão, legumes, arroz branco e farinha



Fonte: Jessica França (2022)

Sobre essa ótica, afirma Maciel (2005) que durante o processo de construção e afirmação da identidade, elementos culturais, tais como a comida, podem posicionar-se como marcadores e símbolos potentes de reivindicação, logo, os hábitos alimentares expressam mais do que a nutrição de um povo, como também se caracterizam como formas de manifestação de pertencimento e reconhecimento social, tais como as receitas tradicionais e formas de preparar e comer a comida,

presentes na vila de Mutucal. Nesse sentido, durante a formação da identidade cultural, a comida demarca aspectos sociais, políticos e econômicos da comunidade.

CONCLUSÃO

Reconhecer e evidenciar os caminhos que a comida percorre até a chegada na mesa nessa pesquisa, deu destaque para as representações materiais e imateriais da vida das populações das beiradas e dos mangues, possibilitando construir ferramentas de descrição das múltiplas trajetórias que interligam a alimentação a assuntos diversos. Sob esta ótica, estão dispostas nessa pesquisa, caminhos percorridos dentro do compartilhamento, da cultura, da preocupação, da cura, nutrição, lazer, trabalho, luta, natureza e autonomia.

Depois de reconhecer limitações e relembrar situações importantes até aqui, finalizo este trabalho com a certeza de que os maretórios são sementes de vida, onde é permitido viver porque a maré é permitida encher e secar livremente. Certo que, na liberdade dessas águas, salobras, constrói-se um mundo de possibilidades, não violentas, produtivas e alternativas.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, E. S. Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 119-125, 2003. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123837. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123837. Acesso em: 5 out. 2022.

DIEGUES, Antônio Carlos. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

FRAXE, Therezinha. **Homens Anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. Fortaleza: Annablume, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter. Porto. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, [S.l.] 1-32. 2002. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7433387>. Acesso em: 23 fev 2022.

MACIEL, M. **Olhares antropológicos sobre a alimentação**: identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A.; GARCIA, R. (Org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MALDONADO, Simone. **Mestres & Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MALUF, Renato; REIS, Márcio. Segurança Alimentar e Nutricional e Perspectiva Sistêmica. In: ROCHA, C; BURLANDY, L; MAGALHÃES, R. (Org). **Segurança Alimentar e Nutricional:** perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas publicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 43-67. 2013.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, v. 44, p. 39-88, 2001.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis. **Nos maretórios da Amazônia:** os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**.** 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, A; BARROS, F. Dimensões da pesca na Comunidade Quilombola de Mangueiras (Ilha do Marajó, Pará): características, conhecimentos tradicionais e cosmologias. **Anthropológicas**, vol. 32(1):199-230, 2021.

RIBARIC, Alan. Maritimidade: patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo. **Revista Emblemas**, v. 17, n. 2, p. 39-56, 2020.

SILVA, Heberty Ruan da Conceição. **Entre Manguezais, Rios e Restingas:** Soberania Alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/Se. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SILVA, Maria das Graças. Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais. **Revista Cocar**, vol 01, n 1, jan-jun, 2007.

SILVA, Heberty Ruan da Conceição. **Entre Manguezais, Rios e Restingas:** Soberania Alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/Se. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SILVA, Maria das Graças. Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais. **Revista Cocar**, vol 01, n 1, jan-jun, 2007.

SOUSA, Paulo Victor. **Maretório:** O Giro Ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia Paraense do litoral da Amazônia Paraense? 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

WOORTMANN, Ellen. A comida como linguagem. Goiânia: **Revista Habitus**,v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

SISTEMAS AGROALIMENTARES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: SABERES E PRÁTICAS NA MARGEM ESQUERDA DO RIO TOCANTINS EM CAMETÁ- PA QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA DO BEM VIVER

Ana Julia Mourão Salheb do Amaral[1](PGDR-UFRGS),
Lovois de Andrade Miguel[2](PGDR-UFRGS)
Aquiles Simões[3](NUMA-UFPA)
Leonardo Figueiredo[4] (PPGAA-UFPA)

RESUMO: Esta pesquisa se desenvolveu no âmbito do doutoramento no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Grupo de Pesquisa Diversidade Socioagroambiental na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. O objetivo deste trabalho é caracterizar os sistemas agroalimentares tradicionais amazônicos, evidenciando os saberes e práticas que promovem o bem-viver das sociedades rurais de ribeirinhos e agricultores familiares, localizados na margem esquerda do Rio Tocantins, no município de Cametá, estado do Pará. Para tal, utilizou-se como metodologia a abordagem dos sistemas agrários, utilizando como ferramentas metodológicas: o zoneamento geomorfoambiental, entrevistas semi-estruturadas e leitura da paisagem. Através deste conjunto metodológico foi realizada uma tipologia em pesquisa de campo realizada em agosto de 2022 para identificação e caracterização de quais tipos produtivos existem neste território em área de terra firme e área de várzea em duas comunidades rurais: Caripi e Fazenda. Através desta metodologia, foram identificados e caracterizados seis tipos produtivos, dois em área de terra firme: Sistema de Produção Tradicional e Sistema de Produção Diversificado e quatro na área de várzea: Sistema de Produção Agroextrativista tradicional, Sistema de Produção Agroextrativista com especialização no açaí, Sistema de Produção Agroextrativista com piscicultura e Sistema de Produção Agroextrativista diversificado. O estudo evidenciou a presença de uma diversidade de uso em diferentes combinações dos tipos de sistemas produtivos e estratégias de manejo e gestão dos bens comuns disponíveis, bem como a organização e reprodução socioeconômica vinculados ao bem viver associado ao território e a importância de práticas tradicionais agroecológicas na diferenciação dos ambientes realizados por essas populações. Em tempos de crise climática global, os Sistemas Agroalimentares baseados nos saberes tradicionais de indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos apresentam-se como uma alternativa aos grandes projetos modernos e modernizantes para a Amazônia. É nesse sentido que a caracterização dos diferentes Sistemas Agroalimentares desvela não só a diversidade produtiva desenvolvida pelos ribeirinhos e agricultores familiares, mas também a capacidade de se adaptar (ou adaptar a si) as transformações históricas que ocorrem globalmente sem renunciar seus saberes endógenos ou assumir uma lógica produtiva ambientalmente nociva, trazendo importantes reflexões para a construção ou reconstrução do bem viver.

Palavras-chave: Baixo Tocantins, Território, Sistema de produção, Bens Comuns.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é conhecida mundialmente por sua grandiosa biodiversidade, e pela ocorrência de processos de ocupação e de desenvolvimento dinâmicos e específicos que, ao longo dos

[1] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Brasil. Email: ana.salheb@ufrgs.br.
[2] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Brasil. Email: lovois@ufrgs.br.
[3] Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, UFPA, Brasil. Email: aquiles@ufpa.br.
[4] Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFPA, Brasil. Email: leof.amazonia@gmail.com.

processos históricos e produtivos, se manifesta na complexidade dos ambientes que são utilizados por diferentes populações locais. Algumas dessas populações podem ter existido por mais de 10.00 anos, mantendo um grande contingente populacional e operando transformações na paisagem no período pré-colonial (LUI; MOLINA, 2009).

A Amazônia tem espaços agrários extremamente distintos e, portanto, "valorizados" e utilizados por diferentes populações locais. Estes espaços são submetidos a diferentes elementos culturais, materiais e simbólicos, características socioagroambientais e particularidades de modos de vida e de formas de agricultura.

A construção da tipologia do sistema agrário contemporâneo forneceu uma visão inicial das principais características socioeconômicas e produtivas dos diferentes tipos produtivos e sociais presentes nas zonas de várzea e terra firme na margem esquerda do Rio Tocantins, no município de Cametá- PA. Conforme Dufumer; Couto (2007) a elaboração de uma tipologia das explorações agrícolas em seus sistemas agroalimentares em cada uma das zonas identificadas têm por finalidade mostrar como as diversas categorias de agricultores que por sua vez praticam diferentes sistemas agroalimentares de acordo com os recursos de que eles dispõem e com a natureza das relações sociais em cujo contexto eles operam. Em que até mesmo em uma mesma zona, considerada relativamente homogênea do ponto de vista das grandes transformações da agricultura, pode também apresentar heterogeneidades internas que provêm de variações socioagroambientais.

Essa compreensão dos vários modelos de diferenciação que levam os espaços e os produtores a se distinguirem uns dos outros, torna imprescindível uma análise rigorosa da complexidade de processos que compõem e conformam cada localidade ou região. Este fato implica admitir que não existe um único modelo de percurso para o desenvolvimento rural das regiões, mas múltiplos, em que as diferenciações se reproduzem e são importantes (FONTOURA; NEUMANN; SABRITO, 2005).

2. CONSTRUÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA

A construção teórica-metodológica da pesquisa, iniciou com a elaboração da pré-tipologia buscou se produzir uma primeira aproximação dos diferentes tipos de agricultores e seus sistemas de produção existentes no espaço agrário do município de Cametá- PA. A pré-tipologia foi construída a partir das entrevistas, zoneamento e análise da paisagem.

As entrevistas foram feitas com as categorias sociais nas comunidades visitadas na margem esquerda do Rio Tocantins em diversos ambientes: Caripi (várzea e terra firme), Fazenda (várzea e terra firme), Aricurá (várzea), Ajó (terra firme e várzea) e Ponta Grande (terra firme-campo de natureza) durante o período de pré-campo. Foram utilizadas perguntas abertas sobre: sobre o contexto histórico geral das comunidades, a trajetória do entrevistado (a)/família, formas de trabalho,

práticas utilizadas e a respeito dos sistemas agroalimentares praticados pelas famílias e suas transformações ao longo do tempo e espaço. A partir desta primeira organização buscou-se identificar os sistemas agroalimentares praticados pelas diferentes categorias sociais, nas suas respectivas zonas de paisagem- várzea e terra firme identificadas e caracterizadas com o auxílio do zoneamento geomorfoambiental, da observação local e da análise da paisagem.

A ênfase de se trabalhar com tipologia é pelo fato que em geral, os produtores trabalham em condições ambientais e socioeconômicas distintas, mesmo dentro de uma mesma região [...] com racionalidades socioeconômicas distintas, os produtores fazem escolhas diferentes em matéria de culturas, criações, técnicas, práticas agrícolas e econômicas etc. Nem todos adotam, portanto, o mesmo sistema de produção e as mesmas formas de exploração do ecossistema (GARCIA FILHO 1999).

A organização então da complexidade em grandes grupos identificados reflete a diversidade de uso em diferentes combinações dos tipos de sistemas produtivos e estratégias de manejo e gestão dos recursos naturais disponíveis nas zonas de várzea e terra firme. Tendo assim a necessidade de se criar grupos/tipos para diferenciar suas heterogeneidades e agrupá-los conforme suas homogeneidades.

2.1 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada no período de 1 a 31 de agosto de 2022, no município de Cametá-PA. Foi realizada a tipologia dos sistemas produtivos, através da validação da pré-tipologia foram conduzidas 6 entrevistas com os 12 agricultores (as) e ribeirinhos (as) (casais donos das propriedades). Nesta fase, a pesquisa se baseou no modelo tipológico produtivo da pré-tipologia, na qual, foi validado todos os tipos identificados na pré-tipologia, através de uma pesquisa exploratória aplicada a pessoas conhecedoras da realidade da região de estudo construída a partir de entrevistas com informantes-chave. Diante desta validação foram realizados então seis estudos de caso representativos, de acordo com cada tipo identificado na margem esquerda do Rio Tocantins em Cametá- PA, apresentados no quadro 1.

Quadro 1- Tipos de Sistemas de produção praticados pelas diferentes categorias sociais, nas suas respectivas zonas de paisagem, na margem esquerda do Rio Tocantins no município de Cametá-PA.

Zona de Paisagem	Categoria social	Tipo de Sistema de Produção
Várzea	Ribeirinhos	Tipo 1- Sistema de Produção Agroextrativista tradicional (açaí + pesca + extrativismo)
		Tipo 2- Sistema de Produção Agroextrativista com especialização no açaí
		Tipo 3- Sistema de Produção Agroextrativista com especialização na piscicultura (açaí + pesca + extrativismo + piscicultura)
		Tipo 4- Sistema de Produção Agroextrativista diversificado (açaí + pesca + extrativismo + piscicultura + frutíferas + pequenos jiraus)
Terra firme	Agricultores familiares	Tipo 1-Sistema de Produção Tradicional (produção de farinha + extrativismo)
		Tipo 2- Sistema de Produção Diversificado (frutíferas + criações + produção de farinha + extrativismo)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Pesquisa (2022).

3. CARACTERIZAÇÃO DAS CATEGORIAS SOCIAIS

3.1 Os povos ribeirinhos da margem esquerda do Rio Tocantins em Cametá- PA

Os povos ribeirinhos da Amazônia, como uma categoria social compreendida no contexto do chamado campesinato histórico, emergem como importante referência das primeiras formas de produção e organização do espaço amazônico presentes antes mesmo do início da colonização portuguesa. Considera-se que os ribeirinhos da Amazônia são, em grande parte, herdeiros legítimos do modo de vida dos indígenas das águas "porque estão diretamente ligados biológica, histórica e culturalmente à população ameríndia que ocupava a planície amazônica na época do contato com os europeus" (WITKOSKI, 2007, p. 97).

Os povos ribeirinhos têm seus ritmos de vida diferenciados de outras categorias sociais presentes nas sociedades rurais amazônicas, possuindo uma estreita relação com a natureza, especialmente com os rios e matas, fazendo parte da sua identidade cultural. No rio, a atividade da pesca é a característica mais presente nas comunidades, a maioria dos moradores ribeirinhos acima de 18 anos no município de Cametá são cadastrados na colônia de pescadores Z- 16 do município de Cametá, de acordo com o vice-presidente da colônia de pescadores Z-16 são 18 mil pescadores cadastrados na colônia, umas das maiores do estado do Pará[4] (DADOS DA PESQUISA, 2022).

[4] No Brasil, o consumo de peixes pela população brasileira é, em média, de aproximadamente 9 kg/habitante/ano. A recomendação da o FAO é de 12 kg/habitante/ano. Entretanto, na região hidrográfica amazônica, o consumo *per capita* de pescado pelas comunidades ribeirinhas está próximo de 150 kg por ano. E o estado do Pará, é o segundo maior consumidor de peixe dentre os estados brasileiros. Retirado de: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/rede-do-pescado/consumo-e-tipos-de-peixes-no-brasil.

Essa pesca é classificada como pesca continental feita de forma artesanal, em pequena escala, multiespecífica, diversificada, multiaparelhada e sazonal. É praticada por comunidades ribeirinhas. A maioria das embarcações são de barcos simples, com casco de madeira medindo de 4 a 16 metros de comprimento, com ou sem propulsão conforme publicação do Ministério da Agricultura e Pecuária[5].

Nas matas realiza-se o extrativismo vegetal de frutos e espécies florestais e a caça, que são considerados extensões de seus estabelecimentos familiares (AMARAL, 2018). Próximas às suas casas são feitas também criações de pequenos animais (aves e suínos) e pequenos jiraus[6]. Como também é realizada a atividade da piscicultura que está crescendo atualmente nessas comunidades como alternativa à escassez de peixes nos rios da região (SILVA JUNIOR, 2016; CALDAS NETO, 2017).

Detentores de uma sabedoria tradicional, a dinâmica de trabalho em seus sistemas produtivos é regida pelo tempo de natureza e se caracterizam como modo de vida tradicional "pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais [...] e pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente" (DIEGUES, 1996, p. 87-88). Assim são os rios e as várzeas, às suas margens, são referência para as relações que as pessoas da comunidade estabelecem na própria comunidade e com as comunidades vizinhas incluindo também o lazer (AMARAL, 2018).

3.2 Os agricultores familiares da margem esquerda do Rio Tocantins em Cametá- PA

Os agricultores familiares estão predominantemente localizados na zona de terra firme, conforme descrito na diferenciação dos sistemas agrários. Esta categoria emergiu de forma gradual com a expansão dos rios em direção às estradas e ramais. Organizam-se em pequenas vilas familiares e comunidades rurais, ocasionalmente estendendo suas atividades para áreas de várzea. A base do seu sistema de cultivo é principalmente a mandioca, destinada à produção de farinha, sendo o principal produto alimentar e comercial. Além disso, cultivam permanentemente pimenta-do-reino e praticam cultivos agroextrativistas de frutíferas, além da criação de pequenos animais. Utilizam também espécies vegetais como a ucuúba (*Virola surinamensis*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), piquiá (*Caryocar villosum* (Aubl.). Pres) e andiroba (*Carapa guianensis*). Recentemente, outras atividades foram introduzidas, como a produção de hortaliças e piscicultura em tanques escavados, impulsionadas pela atuação incentivadora da APACC.

[5]Retirado de: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/rede-do-pescado/atividade-pesqueira/modalidades-de-pesca/pesca-continental.

[6] Armação feita com varas ou pedaços de madeira, usados em forma suspensa, na qual se utiliza uma base de madeira para produção de hortaliças, ervas medicinais e temperos, geralmente ficam próximos as residências para facilitar o acesso a determinado alimento e ao manuseio da produção.

3.3 Breve descrição das comunidades rurais

As comunidades rurais do Caripi e da Fazenda, que fazem parte desta pesquisa, estão localizadas no distrito de Juaba (ao sul do distrito sede de Cametá) na margem esquerda do município de Cametá, a cerca de 14 km da sede do município. As comunidades são acessíveis por meio de transporte disponibilizado pelos próprios moradores, uma espécie de transporte coletivo alternativo rodoviário por estrada de chão o "ramal" com qual o estado de conservação considerado bom (cerca de 20 minutos de viagem da sede do município). No entanto, durante o período de inverno amazônico, com a intensidade das chuvas, fica numa condição muito ruim para os moradores. Outra forma de acesso é por via fluvial, pelo rio Tocantins (cerca de 1 hora de viagem da sede do município).

Comunidade do Caripi

A comunidade tem o nome de Caripi porque segundo alguns moradores mais antigos e com base no livro da história da comunidade escrito por Geisinaldo Henriques Siqueira o lugar tinha muita a existência da árvore castanha-do-pará e tinha também a presença de araras que através de seu bico forte conseguia quebrar o ouriço da castanha em cima das árvores e ao quebrar emitia o som de "caà", então o ouriço se partia, e as castanhas caia entre os galhos de árvores emitindo um outro som "riiiii" e quando o ouriço caia sob o solo emitiu outro som "pi", surge então a junção das sílabas ca-ri-pi.

A comunidade foi fundada no ano de 1979, o número de famílias no ano de 2022 era de aproximadamente 126 famílias. As famílias que fundaram a comunidade vieram de distritos de Cametá como: Juaba, uxipiari, mendaruçu, pacovatuba e de outras ilhas e do interior do município de Oeiras, segundo Seu José Garcia coordenador geral da comunidade.

Na margem do rio Tocantins são construídas residências familiares erguidas em palafitas na beira do rio, na sua maioria de madeira, que se "ligam" pelas pontes que são erguidas também em madeira, para os moradores se locomoverem entre as residências, existem pequenos estabelecimentos comerciais, barracão comunitário, escolas de ensino fundamental e igrejas católicas e evangélicas, assim como associações comunitárias, áreas de lazer, cultivo agrícola e criação de animais domésticos.

Em cada residência possui seu próprio "porto" conhecido como trapiche localizado em frente à moradia, que se estendem até o rio servindo de ponto de apoio para as embarcações da família e para o embarque e desembarque das pessoas e das mercadorias e produtos que chegam e/ou saem da residência. No trapiche também fica guardado as embarcações das famílias.

Comunidade da Fazenda

A comunidade tem o nome de Fazenda, pois era conhecida pela forte criação de gado, formando grandes fazendas na localidade. Essa criação de gado era utilizada como gado de corte para a venda de carne e transporte de pessoas e produtos até a sede do município de Cametá e/ou outras comunidades próximas. A fundação da comunidade foi nos anos 70, o número de famílias no ano de 2022 é de aproximadamente 80 famílias, segundo uma das lideranças e um dos fundadores da comunidade Seu Raimundo Rodrigues.

A comunidade é atravessada por uma estrada de chão, conhecida como "ramal" (apresentado na figura 33), construído nos anos 90, e a ponte sobre o igarapé do Una que dá a divisa entre a comunidade do Caripi. As residências famílias estão localizadas a beira do ramal, sendo suas casas de alvenaria e madeira. Após a construção do ramal, facilitou para os moradores o acesso até a sede do município de Cametá, num trajeto de em torno de trinta minutos, para casos de emergência de saúde e para escoar a produção agrícola.

Caracterização dos tipos de sistema de produção

A totalidade dos entrevistados podem ser classificados como agricultores familiares, na qual o trabalho é quase exclusivamente familiar conforme o Guia Metodológico INCRA/ FAO (GARCIA FILHO *et al.*, 1999). Trata-se então de produtores do mesmo tipo de unidade de produção adotando sistemas de produção diferentes.

O campesinato da várzea

> *"é difícil encontrar palavras que captem melhor os desafios e as potencialidades analíticas envolvidas no estudo das regiões de várzea da Amazônia. Um lugar, um mythos, a várzea é uma paisagem em todos os sentidos da palavra" (RAFFLES, 2019, p. 17).*

Na várzea foram identificados quatro tipos produtivos, caracterizados como Sistemas de Produção Agroextrativistas. O sistema de produção tipo 1- Sistema de Produção Agroextrativista Tradicional é praticado por ribeirinhos que possuem como principais atividades o manejo do açaí para obtenção do fruto, extrativismo vegetal, a pesca e captura de camarão nos rios. Esses produtores se caracterizam por propriedades familiares pequenas com áreas que variam entre de 6 a 10 hectares.

Dispõem de utensílios e ferramentas artesanais como: o matapi[7], a malhadeira, rede para a atividade de pesca e a fação, machado, enxada para o manejo do açaizal, tendo como mão-de-obra essencialmente familiar.

Essas atividades produtivas são, sobretudo, para o autoconsumo, intuindo garantir a base de sua alimentação, características das comunidades ribeirinhas. O excedente é comercializado na feira local do município de Cametá. Contudo, podemos observar o interesse das famílias em desenvolver outras atividades produtivas para não ficar dependendo somente das atividades agroextrativistas.

O sistema de produção tipo 2- Sistema de Produção Agroextrativista com especialização no açaí é praticado por ribeirinhos que possuem como principal atividade o manejo do açaizal tanto para obtenção do fruto quanto do palmito tendo como objetivo a comercialização. Esses produtores se caracterizam por propriedades familiares maiores do que a de tipo 1, com áreas variando em torno de 10 a 16 hectares. Dispõem de utensílios como motosserra, machado, facão e enxada para o manejo do açaizal, tendo como mão-de-obra familiar e quando necessária contratada.

O sistema de produção tipo 3 - Sistema de Produção Agroextrativista com especialização na piscicultura é praticada por ribeirinhos que possuem como atividades todas do tipo 1 e 3, com a inclusão da atividade da piscicultura. Com propriedades familiares maiores do que o tipo 2 entre 15 a 20 hectares. Dispõem dos mesmos utensílios do tipo 2, tendo como mão-de-obra familiar, e quando necessária, contratada.

A atividade da piscicultura foi implantada pelos ribeirinhos fortemente pelos cursos de formação promovidos pela APACC, com o objetivo diversificação do sistema produtivo nas várzeas como “um complemento no alimento e no trabalho”. A escolha e construção do viveiro requer uma série de cuidados que envolvem a época, a topografia e a hierarquização dos rios (SILVA JUNIOR, 2016). A construção dos tanques ou viveiros é feita de forma manual em tanques escavados como uma variação de espécies de peixes criadas, como: tambaqui, pirabanha, tambatinga, dentre outros.

O sistema de produção tipo 4 - Sistema de Produção Agroextrativista Diversificado é a representação mais diversificada praticada pelos ribeirinhos, além de possuírem todas as atividades dos tipos 1, 2 e 3 nesse tipo também há pequenos cultivos podendo ser caracterizados como Sistemas Agroflorestais (SAF´s), com consórcio de frutíferas e espécies florestais e os jiraus. Nesse tipo as áreas das propriedades familiares são maiores do que no tipo 1, 2 e 3 variando em torno entre 15 a 30 hectares. Os cultivos são tanto para autoconsumo como para a comercialização. Dispõem dos mesmos utensílios dos tipos 2 e 3 tendo como mão-de-obra familiar e quando necessário contratada.

[7]Armadilha cilíndrica, confeccionada com tala de miriti, utilizada para capturar camarão nos rios da Amazônia.

O campesinato da Terra firme

Na terra firme, foram identificados dois tipos produtivos. O sistema de produção tipo 1- Sistema de Produção Tradicional, é praticado por agricultores familiares que possuem como principais atividades o extrativismo vegetal de frutíferas, castanhas e espécies florestais e a produção de mandioca para o beneficiamento de seus derivados a exemplo da farinha muito consumida na região amazônica. Essa produção é tanto para autoconsumo, como para comercialização na feira local do município de Cametá. Esses produtores se caracterizam por propriedades familiares pequenas variando em torno de 6 a 10 hectares. Com utilização de utensílios tradicionais como: enxada, facão e machado.

O sistema de produção tipo 2- Sistema de Produção Diversificado é representado pelos agricultores familiares mais diversificados, muito também pela forte contribuição da APACC, com o cultivo das hortaliças (alface, couve e cheiro-verde - composto por cebolinha e salsa), SAF´s e piscicultura em tanques escavados. As áreas das propriedades também são maiores: variam de 10 a 40 hectares. Com utilização de utensílios tradicionais como: enxada, facão, machado e equipamentos mecânicos como a motosserra.

Os ribeirinhos e os agricultores familiares e as contribuições para o Bem-viver

Segundo Carlos Marés (2017), a modernidade expulsou a natureza do convívio humano. Os animais foram domesticados, os rios canalizados, o solo asfaltado ou cimentados, ambientes foram artificializados. Tais alterações são oriundas de uma lógica desenvolvimentista cujo objetivo é o progresso, o desenvolvimento econômico e a humanização daquilo que é natural.

Em tempos de crise climática global, os Sistemas Agroalimentares baseados nos saberes tradicionais de indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos apresentam-se como uma alternativa aos grandes projetos modernos e modernizantes para a Amazônia. É nesse sentido que a caracterização dos diferentes Sistemas Agroalimentares desvela não só a diversidade produtiva desenvolvida pelos ribeirinhos e agricultores familiares, mas também a capacidade de se adaptar (ou adaptar a si) as transformações históricas que ocorrem globalmente sem renunciar seus saberes endógenos ou assumir uma lógica produtiva ambientalmente nociva, trazendo importantes reflexões para a construção ou reconstrução do bem viver.

Nas últimas décadas surgiram na América Latina mudanças civilizatórias no modo de viver de indígenas equatorianos e bolivianos. Nesses países o Viver Bem pode ser interpretado como *Sumak kawsay*, *Buen Vivir* no Equador ou *Vivir Bien* na Bolívia, que busca uma nova forma de vida e um novo modo de desenvolvimento de civilização.

Embora o conceito de bem viver não esteja presente no vocabulário das famílias entrevistadas nesta pesquisa, tampouco sua teoria seja conhecida por estes não quer dizer que sua concepção não esteja presente ali, pois como destaca Acosta (2016, p. 32) “o Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza”.

Nesta perspectiva, o Bem Viver não é algo pronto e acabado, mas um processo que se constrói de forma dinâmica (como é a vida), conforme salientam Alcântara e Sampaio (2017, p. 236) “para o Bem Viver, existe uma identidade cultural que emerge de uma relação profunda com o lugar onde se habita, no qual surgem modos de vida, expressões, como arte, dança, música, vestimenta, etc.”

Os diferentes tipos de Sistemas Agroalimentares desenvolvidos pelos ribeirinhos da margem esquerda do Rio Tocantins exemplificam a capacidade adaptativa e a conciliação entre conhecimento tradicional e conhecimento científico oriundo de projetos desenvolvidos na região, além da produção de alimentos cujo objetivo é o autoconsumo, mas também a venda. Em outras palavras, os ribeirinhos constroem suas estratégias de bem viver adaptadas às condições locais, sua cultura, seu modo de vida, mas ao mesmo tempo adaptam outros conhecimentos (como o conhecimento científico) aos seus interesses.

Ao mesmo tempo em que não renunciam sua participação no mercado, por onde trocam parte de sua produção, os ribeirinhos não o transformam em fim último, mas o utilizam como uma estratégia de garantir seu *bem viver* e garantir as necessidades que não são supridas diretamente com os produtos ou recursos produzidos endogenamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas agroalimentares desempenham um papel fundamental na nossa sociedade, não apenas fornecendo alimentos, mas também moldando nosso ambiente, economia e até nossas próprias culturas. No entanto, a forma como esses sistemas são estruturados pode ter profundas implicações para o bem-estar das pessoas e do planeta. É nesse contexto que o conceito de "bem-viver" surge como uma abordagem holística e sustentável para a relação entre seres humanos, meio ambiente e alimentos. Quando relacionado aos sistemas agroalimentares, o bem-viver implica uma série de princípios e práticas. Primeiramente, promove a soberania alimentar, dando às comunidades a autonomia sobre seus próprios sistemas de produção e distribuição de alimentos, em vez de dependerem de modelos centralizados e globalizados. Isso inclui valorizar e preservar as práticas agrícolas tradicionais, que muitas vezes são mais sustentáveis e respeitosas com o meio ambiente.

Além disso, o bem-viver permite a interdependência entre os sistemas agrícolas, a biodiversidade e os ecossistemas naturais. Isso significa adotar práticas agrícolas regenerativas que

regeneram a saúde do solo, promovem a diversidade de culturas e protegem os recursos hídricos e a fauna silvestre. Agricultura orgânica, agroecologia e permacultura são abordagens aprovadas com esse princípio.

Por fim, os sistemas agroalimentares aliados ao bem-viver têm o potencial de promover não apenas a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, mas também o bem-estar humano e a justiça social. Essa abordagem nos convida a compensar profundamente nossas relações com a terra, com os alimentos e uns com os outros, em busca de uma forma mais equilibrada e harmoniosa de viver e prosperar juntos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALCÂNTARA, L.; SAMPAIO, C. A. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 40, p. 231-251, 2017. Disponivel em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4653458/mod_folder/content/0/Textos%20complementares%20-%20Bem%20Viver/Bem%20viver.pdf. Acesso em: 05 de jul. de 2022.

AMARAL, A. J. M. S. do. **Várzea ou terra firme? a (re) produção do sistema família-estabelecimento na Microbacia do Aricurá - Cametá - Pará**. 2018. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018.

CALDAS NETO, F. R. Qualidade da água em viveiros de criação de peixe na bacia do Rio Aricurá, Cametá-Pará. *In*: **28° seminário de iniciação científica na 121 UFPA/campus universitário do Tocantins/UFPA-Cametá**, 28, 2017, set. 18-19.

DIEGUES, A. C. S. A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DUFUMIER, M; COUTO, V. de A. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: Edufba, 2007.

FONTOURA, A. F.; NEUMANN, P. S.; SA BRITO, A. N.. Tipologia dos estabelecimentos rurais do município de Paraíso do Sul. *In:* Anais do I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar, São Luis Gonzaga, p. 106-111, 2005.

GARCIA FILHO, D P *et al.* **Guia metodológico do Curso "Análise diagnóstico de sistemas agrários.** S/l: INCRA/FAO, 1999.

LUI, G. H; MOLINA, S. M. G. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Amazônica-Revista de antropologia**, v. 1, n. 1, 2009.

MARÉS, C. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Revista de Direitos Difusos.** v.68, n.2, julho-dezembro, 2017. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/Hn8krTX9QhT3XxgW9gdHkPB/. Acesso: 05 de jul. de 2020.

RAFFLES, H. Prefácio. *In*: Stoll, E *et al.* (orgs.). **Paisagens evanescentes**: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos. Belém: NAEA, 2019, P. 17-18.

SILVA JUNIOR, W. A. **A várzea está para peixe: Viabilidade socioeconômica da piscicultura praticada na Bacia do Aricurá, Cametá, Pará**. 2016. Dissertação (mestrado) Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2016.

WITKOSKI, A. C. **Terras Florestas e águas do trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Série: Amazônia: a terra e o homem. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

INTEGRAÇÃO DA CRIAÇÃO DE ABELHAS SEM FERRÃO (MELÍPONAS) AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES: TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA DIVERSIFICAÇÃO, PRODUÇÃO DE ALIMENTO, GERAÇÃO DE RENDA E SUSTENTABILIDADE

Lindomar de Jesus de Sousa Silva [1] (Embrapa Amazônia Ocidental)
Gilmar Antônio Meneghetti[2] (Embrapa Amazônia Ocidental)
Alessandro Carvalho dos Santos[3] (Embrapa Amazônia Ocidental)
José Olenilson Costa Pinheiro[4] (Embrapa Amazônia Oriental)

RESUMO: A importância das abelhas nativas como polinizadores de plantas silvestres e cultivadas é reconhecida e é uma prática cada vez mais adotada pelos agricultores. O presente trabalho faz uma análise da introdução da meliponicultura em sistemas de produção de comunidades ribeirinhas e indígenas da região metropolitana de Manaus, buscando identificar as percepções do impacto dessa atividade no desenvolvimento de cultivos e polinização, com impactos positivos nos ecossistemas da comunidade e aumento da produtividade. Para alcançar o objetivo e analisar a ação de pesquisa, adotamos a pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa em quatro comunidades, sendo três localizadas no município de Manaus e uma localizada no município de Manacapuru, ambas no estado do Amazonas. Como estratégia, foi utilizada a coleta de dados a campo, por meio de entrevistas, com perguntas semiestruturadas, observação e acompanhamento das atividades de campo junto aos agricultores. Como resultados, identificaram-se a melhoria da produção, a diversificação da paisagem e cores presentes nas áreas florestais, porém, em muitas comunidades, houve também um maior engajamento de jovens e adolescentes, principalmente pela facilidade e a leveza do trabalho, quando comparado a outras atividades agrícolas. Não se observou essa mesma participação entre as mulheres, pois ainda há receio em manejar as abelhas. Tais aspectos mostram a adoção da meliponicultura, abelhas sem ferrão, como uma possibilidade de incremento da produção, como também é um fator de maior coesão social e proteção aos ecossistemas das comunidades.

Palavras-chave: Meliponicultura; Polinização; Geração de renda; Participação dos jovens; Preservação dos ecossistemas.

INTRODUÇÃO

Villas-Bôas (2012, p. 11) observa, em sua análise, que "um terço da alimentação humana depende direta ou indiretamente da polinização realizada por abelhas". Essa afirmação mostra que a criação e a conservação dos habitats de abelhas são práticas cada vez mais valorizadas e incentivadas, principalmente, na diversificação e ampliação da produtividade de cultivos essenciais

[1] Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br
[2] Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFFRJ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail gilmar.meneghetti@embrapa.br
[3] Bacharel em Ciências Econômicas-UFAM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: Alessandrocarvalho1999@gmail.com
[4] Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental, Brasil, E-mail: jose.pinheiro@embrapa.br

para a alimentação humana. Para Aidar (1996, p.14) a criação e o manejo de abelhas é "vital em nossa sociedade, não apenas para a produção de mel e outros subprodutos, mas também para a manutenção da vida vegetal nos trópicos, por meio da polinização de plantas e manutenção da diversidade genotípica deste importante ecossistema".

Freitas e Bomfim (2016, p.33) apontam que a "humanidade se encontra diante de um grande problema; como aumentar a produção mundial de alimentos em até 60% para atender à demanda de uma população crescente que chegará a nove bilhões de pessoas em 2050". Para os autores, as pesquisas e estudos realizados nos últimos 20 anos mostram que a "polinização pode variar entre as diferentes culturas, tanto na sua forma de ação, quanto na maneira como pode contribuir para maiores ganhos de produtividade em cada espécie em particular".

Para Freitas e Silva (2015, p.13), o Brasil é um país de "vocação agrícola" e, historicamente, "...a agricultura tem se constituído em uma das principais, senão a principal, atividade econômica da nação. Atualmente, a agropecuária é responsável pela maior parcela do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro" e nesse "contexto, os polinizadores assumem papel de extrema importância para o país, sem falar que, com o cenário que se avizinha de redução da produção agrícola mundial em função das mudanças climáticas, a questão da segurança alimentar será crucial para a estabilidade financeira e política das nações".

Klein *et al*. (2007) estabelecem que, aproximadamente, 70% das plantas cultivadas para o consumo humano aumentam sua produção em decorrência da polinização realizada por animais, principalmente abelhas. Giannini *et al*. (2015) dizem que das 141 espécies de plantas cultivadas no Brasil – tanto com objetivos alimentares, humano, animal, como também, para biodiesel e fibras –, cerca de 60% (85 espécies) são dependentes, em certo grau, da polinização animal.

De Jong (2000) estimou que a valoração das abelhas nos Estados Unidos alcança um valor superior a 10 bilhões de dólares. Freitas, Imperatriz-Fonseca (2005) expõem oito culturas em que a polinização é importante para a produtividade e qualidade (melão, café, maracujá, laranja, soja, algodão, maçã e caju), e que chegam a responder por US$ 9,3 bilhões em exportações; porém ainda existe pouca informação sobre a importância dos polinizadores para as culturas agrícolas e plantas silvestres de importância econômica ou social.

O Instituto Peabiru (2016, p. 8) apontou que as melíponas são essenciais para: 1) polinizar plantas comerciais – na Amazônia, a maioria dos grandes produtos agrícolas e não madeireiros tem forte relação com os meliponídeos. Entre estes, destacam-se as palmeiras, como o açaí (Euterpe olereacea), as castanhas como a castanheira-do-brasil (Bertholletia excelsa), o cacau (Theobroma cacao), o cupuaçu (Theobroma grandiflora), as pimentas (Capsicum spp) e a maioria das frutíferas; 2)

Açaí – somente no estado do Pará, a cadeia de valor do açaí movimenta anualmente cerca de R$ 4 bilhões (cerca de US$ 500 milhões), envolvendo mais de 300 mil pessoas [CORDEIRO, 2010]. Hoje, isso representa mais de 70% da renda de diversas comunidades tradicionais na região [CONAB, 2013]; e, 3) Cacau – para o cacau, o Pará representa 42% da produção brasileira, com 160 mil ha plantados [GOV. DO PARA, 2016].

Tabela 1 – Benefícios da polinização natural ou assistida para as principais culturas

Culturas	Benefícios
Algodão	Peso da fibra tem um acréscimo de 12 a 16% e as sementes por fruta intensificaram em 17%
Café	Com a utilização de 4 a 6 colmeias por hectare pode se ter um aumento de 25 a 30%
Caju	As plantações de cajueiros a 1 Km da reserva florestal, onde a visitação de polinizadores é maior, apresentaram maior produtividade do que áreas a mais de 2,5 km de distância
Canola	Aumento da produção de 40% a 50% com 4-6 colmeias por hectares. Duração da floração de 45-60 dias
Castanha	Cerca de 2,7 % das flores manipuladas pelos pesquisadores produziram frutos, com taxa de rejeição de 75% , enquanto 10% das flores polinizadas por polinizadores naturais produziram frutos e nenhuma rejeição foi notada após 70 dias
Laranja	Aumento de 20-30% com 4 a 6 colmeias por hectare, duração da floração, aproximadamente 30 dias
Maçã	A combinação de abelhas africanas (*Apis mellifera*) com abelhas sem ferrão (*Melipona quadrifasciata)* resultou em um aumento de 44% na produção de frutos e de 67% na produção de sementes
Melão	Em teste com a polinização adequada (1 colmeia de abelhas para cada 3.000 plantas) foi encontrado um aumento de até 150% no número de visitas às flores, com aumento 50% na qualidade dos frutos e de até 155 na produtividade
Soja	Dependendo do cultivar, aumento de 56%. Recomenda-se de 4-6 colmeias por hectare. Duração da floração, aproximadamente 20 dias
Tomate	As plantas de tomate podem se autopolinizar, mas quando as abelhas vêm visitar, a frutificação é aumentada em 12%. Os tomateiros são 41% mais pesados e produzem 11% a mais de sementes

Fonte: Barreto; Nordi, 2016 *apud* Rocha (2022, p.10).

Viana (2017, p. 50) afirma que mesmo diante de grandes evidências disponibilizadas pela comunidade científica sobre os "impactos causados pelas atividades humanas à perda da

biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, e os consequentes prejuízos dessa perda à qualidade de vida e à segurança alimentar global", ainda, a incorporação desses "conhecimentos no processo político, na tomada de decisão pelos gestores e no engajamento da sociedade civil é ainda uma lacuna a ser preenchida". Compreender a importância das abelhas para a manutenção dos ecossistemas e sua contribuição para a produção de alimentos exige reduzir cada vez mais os impactos das atividades antrópicas sobre os recursos naturais. Brown e Oliveira (2014) em estudo mostram que há relação significativa entre o desmatamento e a redução na riqueza de espécies de abelhas sem ferrão, que são essenciais para a manutenção de diversas espécies vegetais na região.

Para Thompson (2003), as alterações e a degradação dos habitats têm efeitos imediatos na conservação da biodiversidade. Kevan (1999) sistematizou três efeitos principais da destruição dos ecossistemas, em que estão os habitats dos polinizadores silvestres, a saber: 1) fontes de alimento; 2) locais de nidificação ou oviposição; e 3) de repouso ou acasalamento.

Carvalho Zilse (2019, p.1) mostra que na Amazônia há uma "vasta diversidade de abelhas nativas sem ferrão, assim como de povos amazônicos, os quais, desde sempre, convivem com estes insetos e lhes conferem diferentes nomes, valores e usos". Diversos relatos e escritos científicos mostram que, para os povos originários, o mel e o pólen são essenciais para o preparo de produtos medicinais, como também, o consumo em alimentos diários, além de usos mais diversos na produção de artefatos para uso diário.

Na Amazônia, segundo Slaa *et al.* (2006), estudos mostram que culturas como Açaizeiro e o cupuaçuzeiro, no Pará e Amapá, possuem relação direta com os polinizadores para aumentar a quantidade e a qualidade dos frutos, além de agregar, ao mercado, valor e sabor a um produto com maior doçura e formato vistoso. Kerr *et al.* (2001) estimam que se as abelhas nativas desaparecessem, a biodiversidade local seria prejudicada, com impactos diretos de 35% a 90% das espécies de árvores que têm nas abelhas os polinizadores primários.

Para o Instituto Peabiru (2020, p.17), a meliponicultura, enquanto "tecnologia social, tem se mostrado como potencial ferramenta de suporte da gestão territorial e do desenvolvimento local, especialmente em comunidades rurais na Amazônia, na medida em que, enquanto atividade socioprodutiva, que valoriza a sociobiodiversidade", também pode contribuir para a "organização social e qualificação territorial, além de estimular o capital social. Contudo, a meliponicultura deve ser encarada como uma atividade rural complementar, assim como as demais".

Portanto, meliponicultura pode contribuir para a continuidade do homem no campo, para ter acesso a sistemas produtivos capazes de utilizar o potencial da sociobiodiversidade local, na qual se encaixa a criação de abelhas. Para Cavalcante, Matos e Pinheiro (2009), a meliponicultura está em

consonância da realidade dos pequenos agricultores, por ser de baixo custo de implantação, manejo simplificado, empoderamento de grupos menos favorecidos, alto potencial de replicabilidade, valorização dos serviços ambientais e inclusão pelo mercado.

METODOLOGIA

Segundo Ander-Egg (1978, p. 28), a pesquisa é uma ação "reflexivo sistemática, controlada e crítica". Barros e Lehfeld (2003) consideram a pesquisa como ato da natureza humana, e visa a coleta de informações para a resolução de um problema.

A pesquisa tem objetivo exploratório e é de abordagem qualitativa. Para Barros e Lehfeld (1990, p.14), a pesquisa científica exploratória permite descobrir, explicar e compreender os fatos, contextualizando uma determinada realidade e diante de estudo sistematizado a "finalidade de incorporar os resultados obtidos em expressões comunicáveis e comprovadas aos níveis do conhecimento obtido".

A pesquisa é a abordagem qualitativa, como expõe Creswell (2010, p. 43); ela é "um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano". Ao adotar objetivo exploratório e qualitativo, a presente pesquisa visa interpretar os acontecimentos, entender e analisar relações existentes, levando em consideração vieses, valores e interações socioeconômicas e culturais, além da liberdade para moldar as interpretações durante o estudo.

Para alcançarmos esse objetivo, adotamos a pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com a perspectiva de realizar a inquirição sobre o processo de Integração da criação e abelhas sem ferrão (melíponas) aos sistemas de produção familiar de agricultores familiares amazônicos. A pesquisa foi realizada em quatro comunidades, sendo três localizadas no município de Manaus e uma no município de Manacapuru, ambos no estado

do Amazonas. A estratégia utilizada foi a coleta de dados em campo, por meio de entrevistas com perguntas semiestruturadas, observação e acompanhamento das atividades de campo junto aos agricultores, com um total de oito familiares e lideranças comunitárias que adotaram a meliponicultura em seus sistemas produtivos.

RESULTADOS

Há estudos que mostram a importância da criação de abelhas sem ferrão para os indígenas, e como elas contribuem para fomentar e fortalecer a consciência ambiental na comunidade.

Rodrigues (2005) relata que os Guaranis saíam cedo para olhar e ouvir os zunidos das abelhas nas flores, e assim localizar os ninhos. Estudos etnográficos mostram que, em diversas comunidades indígenas, a importância da observação e desenvolvimento dos sentidos para a captura e o manejo dos ecossistemas para a manutenção das abelhas pelos indígenas, com objetivo de terem recursos como o cerume, utilizado na produção suas armas, na fabricação de pontas de suas flechas; como também o mel, o pólen e a cera, utilizados na sua alimentação e na fabricação de remédios (POSEY, 1990).

A introdução da meliponicultura entre as comunidades ribeirinhas e indígenas, através das ações de transferência de tecnologia, tem contribuído para desenvolver, cada vez mais, os sentidos e a relação dessas comunidades com o meio ambiente. A escuta do zunido das abelhas na madrugada, quando o agricultor ainda está na rede ou no campo, tem levado a ampliar os conhecimentos da importância da biodiversidade e, consequentemente, a manutenção de plantas e árvores que iram facilmente ser retiradas durante a limpeza ou a necessidade de obtenção de lenhas para a produção de farinhas e na produção de alimento. O informante 01 diz que:

> "Hoje eu tenho aquela consciência, pô, essas árvores aqui são boas porque a gente tem abelha, a gente cria abelha. E aí se a gente não trabalha em cima dela, então a abelha teve um grande impacto aqui conosco. E a gente sabe que hoje a gente não faz mais o que a gente fazia de desmatamento, derrubar aquelas árvores grandes que floravam".

O zunido e a observação passam a fazer parte do dia a dia e dos relatos dos que buscam cada vez mais identificar plantas e conservar a diversificação em suas áreas produtivas. No Amazonas, é comum o agricultor limpar seu quintal, limpando todo o verde que está ao redor da casa, deixando solo completamente nu, a ponto de ser tornar um espelho para luz solar. Um exemplo de mudança está na manutenção da planta chanana, conhecida também com o damiana, flor-do-guarujá ou bom-dia, que apesar de estudos que mostram seu potencial medicinal e comestível, nas grandes maiorias das propriedades amazonenses, é considerada mato, invasora e era eliminada junto com outras que produzem floração. Com a criação das abelhas, os agricultores passam a deixar a chanana na propriedade, como diz o informante 02: "Eu não sabia que esse mato servia. Eu sempre arrancava quando limpava o quintal. Depois vi que as abelhas visitam logo cedo. Não só abelhas, como também borboletas. E aí passei a deixar no quintal".

Figura 1 – Manejos de melíponas nas comunidades



Fonte: Acervo Lindomar Silva, 2023.

A pesquisa já comprovou a importância das abelhas para ampliar a colheita e a produtividade. Entre os agricultores, esse serviço prestado pelas abelhas também é notado, como diz o informante 03, quando observa que "... o rendimento dos frutos que morriam, ele começou a fortalecer a árvore mesmo, ficar mais consistente, com mais resistência e dar mais fruto nas árvores que a abelha coleta o mel"

A observação da importância das abelhas na manutenção da biodiversidade das unidades familiares, como também a ampliação da necessidade de garantir uma diversidade produtiva voltada a disponibilizar produtos para o consumo e comercialização, como aqueles que não possuem objetivos de atender o interesse humano e sim o das abelhas, mostra cada vez mais a criação de uma relação de solidariedade entre humanos e abelhas.

> ...depois que a gente já teve nossas abelhas aqui, que a gente tem na produção, a gente viu que nossas plantações já deram uma melhorada no fruto. Porque quando ela florava, quando dava aquele fruto era pouco. E depois que a gente começou a passar a ter abelha aqui na aldeia, já modificou bastante nas floradas.

A adoção de abelhas em sistemas produtivos diversificados pode levar os agricultores a cultivar o pensamento da reflexão e da educação para alcançar a reforma da sociedade e da vida, num sentido que leva a um caminho da solidariedade e o sentimento de pertencimento para a junção dos elementos e da vida em comunhão (MORIN,2017). Essa solidariedade pode ser observada nos depoimentos do informante 04:

> Então, hoje a gente trabalha ali, mas muito antes eu já trabalhava de preservar os cuidados, né? Só tirar o que vai ser preciso na aldeia, não desmatar. Se você vai desmatar, você vai ter que plantar. Então, desde o começo a gente já quase trabalhou a respeito disso, né? E agora mais, porque descobrimos que a abelhinha faz o seu trabalhinho.

As abelhas passam a fazer parte da vida e da família dos agricultores, criando uma conexão entre agricultor e meio ambiente. Cada uma passa a ser sentir responsável pelo cuidado com as abelhas, como mostra o informante 05:

> Hoje eu já tenho outro jeito de pensar. Eu tenho ali um trabalho para fazer ali. Eu tenho que ir lá fazer. Ninguém vai me adular. Tu tens que ir lá olhar a abelha. Não. Eu já tenho. Eu tenho aquele compromisso de ir lá olhar a abelha. De ver o que tá faltando, fazer manutenção.

Com a introdução das abelhas, os agricultores passam a vivenciar novas fases, ampliar suas tarefas e, mesmo diante de tantos afazeres, há produtores sempre preocupados e lembram os filhos da necessidade de cuidar das abelhas, proteger dos insetos que atacam as colmeias.

> Pra mim, esse é meu pensamento, que a abelha veio e acho que mudou muita coisa em mim, pra mim, simplesmente. Bom, pra mim, como liderança da aldeia, sendo mulher, é uma correria. Porque, primeiro, tem que cuidar de casa, segundo, as plantações, terceiro não, as reuniões fora. Mas, quando eu não vou ver a abelha, principalmente as abelhinhas que a gente tem agora, que foi como eu falei para os meninos, quando eu saio, vocês vão lá olhar como elas estão devido aos insetos. E também a alimentação, né?

A introdução das abelhas sem ferrão nos projetos junto aos agricultores permite fomentar o potencial para desenvolvimento social e econômico, além de ser uma fonte de geração de renda. Percebe-se que ao aguçar os sentidos para observar as abelhas e ampliar o sentido de cuidado, se fortalece a relação do agricultor com a natureza ao longo dos anos e promove uma reflexão sobre a degradação ambiental; isso é a sobrevivência da humanidade, assim como nos direitos e deveres de todos (BARROS, 2020).

Figura 2 – Flores e frutos onde estão os meliponários



Fonte: Acervo Lindomar Silva, 2023.

É possível observar que a criação das abelhas permite que cada agricultor e seus familiares que participam do cuidado das colmeias desenvolvam capacidades, talentos e o compromisso com o meio ambiente e com a comunidade, a partir de trabalhos coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas.

A contribuição das abelhas para o desenvolvimento do agricultor e da comunidade está em trazer para o dia a dia a perspectiva da sustentabilidade e do cuidado na perspectiva de Boff (2014, p.35) que "abrange mais que um momento de atenção, de zelo e
de desvelo [diz respeito a] uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro". Nesse sentido, é possível pensar a propriedade, a comunidade e ações rurais numa perspectiva holística, apoiada na multidisciplinaridade e inclui a relação do ser humano consigo mesmo, com o outro e com seu meio, como também amplia o tratamento sistemático da regulação do ser humano, em sua interação com o meio-ambiente e o compromisso de proteção da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução e a criação de melíponas por meio de projetos de transferência de tecnologia, ou outras formas de introdução, promovem um impacto positivo nos ecossistemas e contribuem para o desenvolvimento agrícola das comunidades e para a natureza em sua trajetória evolutiva, assim como desperta no agricultor e nos indígenas o cuidado e maior atenção ao que se considera essencial às comunidades humanas e de todas as espécies, em especial as abelhas.

É possível perceber que o conhecimento com o manejo das abelhas baseia-se em observações detalhadas, em que as abelhas são vistas, escutadas e tocadas. É evidente que ao manejar e observar as abelhas, estas sofrem constante mudança ou adaptação e aprimoramento ligado à realidade da comunidade e ampliação do conhecimento sobre a diversidade em que as comunidades estão envolvidas.

A introdução das abelhas melíponas, por meio de projetos de transferência de tecnologia, permite transpor os limites econômicos e vislumbrar a questão da conservação e evolução dos ecossistemas complexos amazônicos, na teoria e na práxis. Nessa perspectiva, entende-se que as melíponas permitem uma discussão, que é urgente e necessária sobre a relação entre os sujeitos e a natureza, como também o debate e a necessidade de se fazer uma transferência de tecnologia que contemple a multidisciplinaridade e a visão sistêmica, superando a visão economicista e produtivista, e enfatize as dimensões ambientais, social, política e organizativa das comunidades, numa transformação, com um recorte nas mudanças do clima, na biodiversidade e na sustentabilidade.

AGRADECIMENTO

Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) – Editais: N. 005/2022 - HUMANITAS – CT&I FAPEAM

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

AIDAR, D.S. **A mandaçaia: biologia de abelhas, manejo e multiplicação artificial de colônias de Melipona quadrifasciata**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética. 1996.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1990

BARROS, A. C. V. O ser humano globalizado e a sua relação com a natureza: a pauta do desenvolvimento sustentável e o estabelecimento da bioeconomia. **Braz. J. of Develop**., Curitiba, v. 6, n. 6, p. 38147-38161, jun. 2020. ISSN 2525-8761

BOFF, L. **Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 20. ed. Petrópolis:Vozes, 2014.

BROWN, J.C.; OLIVEIRA, M.L. O impacto da colonização agrícola e do desmatamento na composição e riqueza de abelhas sem ferrão (Apidae: Meliponini), Rondônia, Brasil. **Apidologie 45**, [*s.l.*], p. 172-188, 2014. Disponível em: https://link-springer- com.ez3.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007% 2Fs13592-013- 0236-3#citeas. Acesso em: 20 mar 2024.

CARVALHO-ZILSE, G. A. Os Programas de Meliponicultura nas populações da região Amazônica. **Revista Mensagem Doce**, n.15, 2019. Disponível em: http://apacame.org.br/site/revista/mensagem-doce-n-151-maio-de-2019/artigo-5/ .Acesso em : 15 abr 2024.

CAVALCANTE, D. G.; MATOS, L. L.; PINHEIRO, E. S**. Meliponicultura como fator de permanência do homem nas zonas de várzea do município de Boa Vista do Ramos/AM**. XIX ENGA, São Paulo, 2009

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). **Importância dos polinizadores na produção de alimentos e na segurança alimentar global**, DF: 2017. 124p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CORDEIRO, A de S. **Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: açaí, mandioca, pesca artesanal e pecuária**. Belém:UFRA & Instituto Peabiru, 2011.

DE JONG, David. O valor da abelha na produção mundial de alimentos. 2000, **Anais.**. Florianópolis: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2000. . Acesso em: 14 abr. 2024.

FREITAS B.M. ; IMPERATRIZ -FONSECA. **A importância econômica da polinização**. Mensagem Doce, V. 80, p. 44-46, 2005.

FREITAS, Breno M; BOMFIM, Isac G. A. CAPÍTULO 2 - A necessidade de uma convivência harmônica da agricultura com os polinizadores. *In*: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS,, A. **O papel dos polinizadores na produção de alimentos e o fenômeno do desaparecimento das abelhas**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017. p. 33-50.

FREITAS, Breno Magalhães; SILVA, Cláudia Inês da. O papel dos polinizadores na produção agrícola no Brasil. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DAS ABELHAS, A. **Agricultura e Polinizadores**. São Paulo - SP: [*s. n.*], 2015. p. 9-18.

GOVERNO DO PARÁ. Pará 2030. Belém, PA:Governo do Estado do Pará, 2016.

IMPERATRIZ-FONSECA, Vera Lucia. Avaliação Polinizadores, Polinização e Produção de alimentos da Plataforma intergovernamental de Biodiversidade e serviços de ecossistemas (IPBES). *In*: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS,, A. **O papel dos polinizadores na produção de alimentos e o fenômeno do desaparecimento das abelhas**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017. p. 12-32

INSTITUTO PEABIRU. **Criação de abelhas nativas (meliponicultura) pela agricultura familiar da Amazônia - Meliponicultura legal: Campanha para o licenciamento simplificado da meliponicultura na Amazônia**. Belém, PA: Instituto Peabiru,2016. Disponível em: https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/11/campanha_autorizacao_meliponicultura. pdf .Acesso em: 15 abr 2024.

INSTITUTO PEABIRU, A. **Dossiê Cadeia de Valor das Abelhas sem Ferrão da Amazônia**. Belém, PA: Instituto Peabiru, 2020.

KEVAN, P. G. Pollinators as bioindicators of the state of the envinment: species, activity and diversity. Agriculture Ecosystems & Environment, Amsterdan, v. 74, p. 373-393, 1999.

KLEIN A-M, et al**. Importance of pollinators in changing landscapes for world crops**. Proc Roy Soc B: Biol Sci n.274, p. 303-313. 2007.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 23ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária; capoeira, campos e cerrados (Kayapo). In: RIBEIRO, B. G. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**. Volume 1: Etnobiologia. Petrópolis: Vozes, p. 173-185, 1990.

ROCHA, Lucas Ribeiro da. **Potencialidades e desafios para adoção da polinização dirigida em cultivos agrícolas no Brasil**. Orientador: Daniel Nicodemo. 2022. 1-42 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, Dracena, SP, 2022.

SLAA, E. et al. "**Stingless bees in applied pollination: practice and perspectives**." Apidologie 37.2, 2006.

THOMPSON, H. M**. Behavioural effects of pesticides in bees – their potential for use in risk assessment**. Ecoto-xicology, v. 12, p. 317-330, 2003.

VILLAS BÔAS, J. **Manual Tecnológico Mel de Abelhas sem Ferrão**. 1. ed. Brasília, DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 2012.

.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

AGRICULTURA FAMILIAR, PRÁTICAS PRODUTIVAS CONVENCIONAIS E SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA: O CASO DOS AGRICULTORES PRODUTORES DE MANDIOCA NA REGIÃO DO LAGO DO JANAUACÁ

Lindomar de Jesus de Sousa Silva [1] (Embrapa Amazônia Ocidental)
Gilmar Antônio Meneghetti[2] (Embrapa Amazônia Ocidental)
Alessandro Carvalho dos Santos[3] (Embrapa Amazônia Ocidental)
José Olenilson Costa Pinheiro[4] (Embrapa Amazônia Oriental)

RESUMO: O estudo teve como objetivo analisar a agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade, investigando os sistemas agrícolas convencionais e sustentáveis no Amazonas, adotados pelos agricultores no desenvolvimento de suas atividades. O estudo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a experiência da agricultura familiar na região do lago do Janauacá, envolvendo comunidades dos municípios de Manaquiri, Careiro Castanho e Careiro da Várzea - AM. A metodologia adotada é a do estudo de caso, numa perspectiva exploratória, já que busca a familiaridade com as vivências dos agricultores. No que se refere aos dados obtidos, eles mostram uma pesquisa qualitativa. Na pesquisa de campo, foram entrevistados quinze agricultores produtores de mandioca na região citada. São pequenos agricultores familiares que representam a estrutura de produção do Estado, onde os estabelecimentos de agricultores familiares representando 86,9% do total e ocupam 44% da área. O estudo mostrou uma situação socioeconômica em que os agricultores têm disponíveis poucos agentes de assistência técnica, baixo nível de organização social e, como consequência, têm dificuldades em acessar políticas de apoio à produção, à comercialização e ao desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Sem os instrumentos de apoio, os agricultores reproduzem os sistemas apreendidos com os ancestrais e que, com algumas modificações, poderiam ser mais rentáveis, menos penosos e com melhor produtividade no trabalho.

Palavras-chave: sustentabilidade, agricultura familiar, sistemas convencionais, sistemas sustentáveis, organização.

INTRODUÇÃO

Os dados do censo agropecuário de 2017-2018 mostraram que a agricultura familiar ocupa 86,9% dos estabelecimentos agropecuários do Amazonas e 44% da área. Pela importância, a agricultura familiar ocupa papel central num processo de desenvolvimento rural do Estado, assim como nos debates sobre as mudanças climáticas e a construção de modelos sustentáveis de produção

[1] Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br
[2] Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFFRJ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail gilmar.meneghetti@embrapa.br
[3] Bacharel em Ciências Econômicas-UFAM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Ocidental, Brasil, E-mail: Alessandrocarvalho1999@gmail.com
[4] Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental, Brasil, E-mail: jose.pinheiro@embrapa.br

de alimentos, cuja principal atividade é a produção de mandioca, visando à produção de farinha, em uma abordagem comparativa da produção convencional com uma produção sustentável.

A análise apresenta indicadores socioeconômicos, considerando a diversidade das formas de produção e as suas características, bem como faz uma caracterização dos agricultores que participaram do estudo. A perspectiva do estudo é, também, fazer uma reflexão sobre os problemas socioambientais relacionados à agricultura, debatendo e apontando modelos alternativos de desenvolvimento rural. O estudo busca conectar o debate da agricultura realizada no Amazonas com o debate em curso na América Latina, que tem produzido experiências de desenvolvimento rural sob enfoques sustentáveis. Podemos relacionar diversos movimentos de agricultores e instituições vinculadas ao setor primário que indicam uma opção pelo desenvolvimento rural sustentável, como: agricultura de base ecológica, biodinâmica, natural, orgânica, biológica e permacultura.

Essas perspectivas estão vinculadas a princípios distintos e técnicas produtivas particulares, mas que visam à sustentabilidade dos agroecossistemas e estão em oposição ao modelo agroquímico. Nesse debate, a agricultura familiar ganhar centralidade como ator na implementação de tais concepções, que promovem o desenvolvimento econômico, a geração de trabalho e renda, assim como promove a segurança alimentar e nutricional, ela consolida e fortalece a resiliência ecológica e socioeconômica no meio rural.

A agricultura, ao longo da história, passou por diversas revoluções que levaram à redução de ambientes naturais e intensificaram a produtividade do trabalho (ASSIS; ROMEIRO, 2002). A agricultura moderna surgiu a partir da década de 1950 e estava focada em um modelo tecnológico organizado com uso intensivo da mecanização de adubos minerais de alta solubilidade e agrotóxicos, e foi denominada de revolução verde (KAMIYAMA *et al*., 2011). Desde então, a agricultura passou impactar os serviços ecossistêmicos (BARBOZA *et al*., 2012).

Steffen *et al*. (2011) entendem que a modernização da agricultura trouxe tecnologias eficientes, elaboradas a partir de substâncias organossintéticas para o controle de insetos, plantas daninhas e fitopatógenos indesejáveis aos cultivos agrícolas, levando à expansão das áreas cultivadas em todo o mundo, bem como no aumento da produção de alimentos.

Porto e Soares (2012) expõem que com o sucesso demasiado dos insumos, com a produção de novas moléculas, ocorreu o fortalecimento das grandes indústrias de agroquímicos presentes nos dias de hoje, o que amplia cada vez mais a dependência da agricultura brasileira aos agrotóxicos. Para Carneiro *et al.* (2012), essa dependência levou o Brasil à condição de maior consumidor mundial de agrotóxicos nos últimos anos.

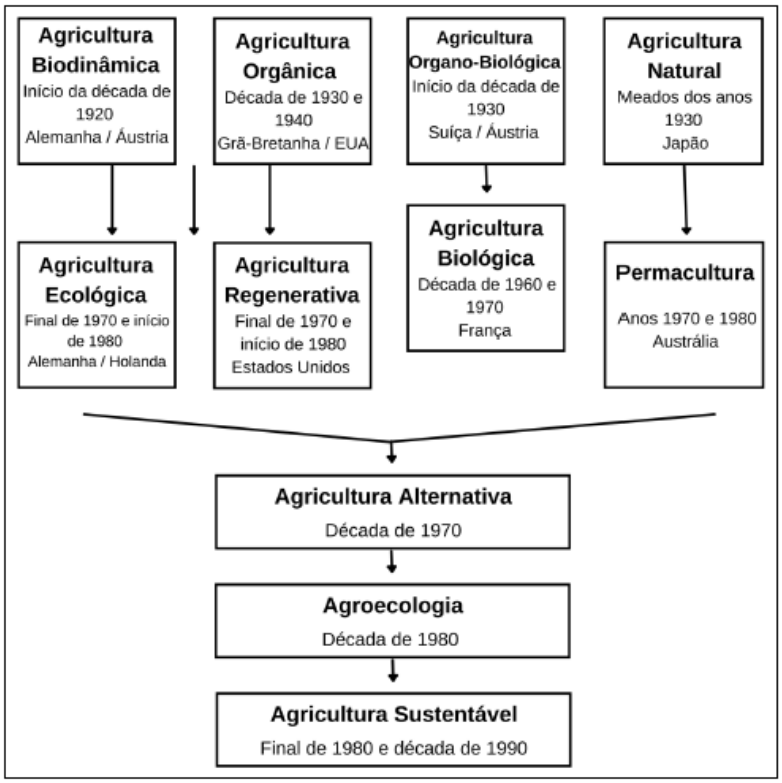
O desenvolvimento contínuo da modernização da agricultura e a incorporação de novas tecnologias geraram um crescimento econômico e tornaram o Brasil um dos principais produtores de alimento do mundo. Porém, esse crescimento pode elevar os riscos decorrentes de práticas inadequadas de manejo do solo e das culturas, desmatamento, perda da biodiversidade, salinização, desertificação (FOLEY *et al*., 2011), como também de erosão dos solos (STOCKING, 2003) e contaminação dos recursos naturais (BARBOZA e*t al.*, 2012).

Para Diaz e Rosenberg (2008), a agricultura convencional tem grande participação na poluição de recursos hídricos, como a salinidade e a contaminação por nitratos, que são os principais indicadores de poluição. Brito *et al.* (2005) entendem que o sistema convencional em determinadas condições de solo e clima, associado ao uso excessivo ou ao manejo inadequado de fertilizantes, pode levar à eutrofização de águas.

Para Porto e Soares (2012), os impactos negativos do uso de agrotóxicos incluem danos à saúde humana e o desequilíbrio ambiental, em decorrência do surgimento de novas pragas, doenças e plantas daninhas resistentes a herbicidas ou mesmo pela resistência destas. Hoje, esses impactos passam despercebidos pelos bons índices de produtividade, e acabam retardando a adoção de práticas mais sustentáveis na agricultura. Na justificativa da necessidade de ganhos econômicos e produtividade, o sistema convencional produz com a "utilização maciça de máquinas e implementos agrícolas pesados, aplicação de doses significativas de fertilizantes minerais e insumos químicos, em especial os agrotóxicos, sem a preocupação com a preservação do ambiente rural" (ANDREOLI, PHILIPPI JÚNIOR, 2021, p. 99).

Como reação ao sistema de produção agropecuário vigente, surgiram sistemas produtivos alternativos aos sistemas convencionais e à lógica da revolução verde, a saber: agricultura com base ecológica, biodinâmica, natural, orgânica, biológica e permacultura, que estão vinculadas a princípios distintos e técnicas produtivas particulares, mas que visam a sustentabilidade dos agroecossistemas e estão em oposição ao modelo agroquímico.

Figura 1 - Principais correntes de pensamento associadas à agricultura alternativa



Fonte: Adaptado de Darolt (2002) *apud* Hirozawa (2002) (p.20).

Carneiro e Maluf (2005) apontam que os agricultores familiares são essenciais na consolidação de modelos de produção que manteêm as paisagens e os recursos naturais. Para Sachs (2001, p.78), os agricultores familiares são os "protagonistas importantes da transição à economia sustentável". Para Noda e Noda (2003, p.55), na Amazônia, a agricultura familiar tem em suas "raízes a contribuição cultural das populações tradicionais", essencialmente das "populações indígenas", que desenvolveram sistemas de manejo que integram a "agricultura aos diversos ambientes e recursos da região amazônica".

Com base na abordagem de Campo (2011, p.6), é possível compreende o desafio e a necessidade de fortalecer na Amazônia processos agrícolas produtivos sustentáveis, já que "talvez em nenhum outro ecossistema, os ditames da natureza sobre a atividade antrópica sejam tão fortes", principalmente devido à "floresta diversificada, densa e úmida, sobreviver em solos de baixa fertilidade graças a complexos mecanismos de reciclagem de nutrientes, em ciclos determinados por estações chuvosas e secas bem definidas, que condicionam o regime dos rios", sendo que nessas condições "a retirada da cobertura vegetal implica na rápida degradação dos solos".

Homma (2020, p.17), numa afirmação contundente, diz que na região amazônica "muito pouco existe, como padrão dominante que oriente as atividades agropecuárias, que se assemelhe à

agricultura moderna", claro, com exceção da "borda sul e partes do leste paraense, nos quais esse padrão agrícola (soja, algodão, milho) têm se expandido". Segundo o autor, "o Pará é um dos maiores produtores brasileiros de farinha de mandioca, mas os plantios centram-se nos pequenos estabelecimentos rurais com baixa tecnologia e formas ainda primárias de integração mercantil".

Na Amazônia, a produção agrícola é desenvolvida predominantemente pela agricultura familiar, com características tradicionais no processo produtivo, e com foco no atendimento das necessidades da manutenção e reprodução biológica e social (NODA *et al.*, 2007). Outro aspecto muito presente na agricultura amazônica é o isolamento, marca do ambiente amazônico. Isolamento decorrente das dificuldades de acesso aos mercados, políticas e tecnologia.

Para Hurtienne (2005, p.20), o desenvolvimento com foco na agricultura amazônica precisa consolidar "sistemas de uso da terra/sistemas de produção sustentáveis adaptados às condições de produção da agricultura familiar". As comunidades de agricultores da Amazônia, numa perspectiva observada por Almeida (2010), se apoiam nas unidades de trabalho familiar, em diferentes formas de uso comum dos recursos naturais, e não reduzem sua perspectiva à dinâmica econômica ou à relação com os meios de produção.

O presente estudo foi realizado na região do lago do Janauacá, que banha os municípios de Manaquiri e Careiro. A principal produção agrícola é o cultivo da mandioca, processada em casas de farinha flutuantes e terrestres. A mandioca processada nas casas de farinha é oriunda de sistema de produção que traz alguns elementos convencionais, principalmente o uso de insumos externos como corretivos, fertilizantes químicos e controle de invasoras com agroquímicos. Entretanto, mesmo com uso de alguns insumos modernos, não pode ser considerado ou comparado aos sistemas convencionais de outras regiões do país, e, de sistemas de produção ditos sustentáveis, devido ao seu perfil tradicional, sistema de corte e queima e que, como afirma Oliveira (2015, p.25), utilizam espécies de ciclo anual, isso é "possível dispondo, simultaneamente, uma pequena área de produção e áreas de pousio, onde ocorre a recomposição dos ambientes cultivados".

O principal cultivo é o da mandioca, espécie de ciclo anual, cultivada em pequenas áreas e que tem o pousio como principal técnica para recomposição dos ambientes cultivados. A mandioca é conhecida pela sua rusticidade e seu importante papel social e de segurança alimentar entre as populações de baixa renda e amazônicas de um modo geral. Outro aspecto que faz da mandioca um excelente cultivo para as populações locais, é a adaptabilidade aos mais diversos ecossistemas, o que lhe reserva um lugar e possibilita seu cultivo em qualquer parte do mundo (OTSUBO e PEZARICO, 2002).

A região do Janauáca tem uma diversidade étnica e de origens da sua população pela chegada dos Nordestinos a partir de 1877, que em decorrência de uma grande seca, e sucessivas correntes migratórias espontâneas dirigidas ao lago desde então (REIS, 1989, p.221), povoaram a região. Para Mourão e Masulo (2011), a região do lago Janauacá, possui diversas territorialidades organizadas pelas formas de uso dos recursos, e as suas relações de produção são os reflexos dos limites estabelecidos nas comunidades. Nesse lago, os limites de uso da água entre os pescadores que pescam para a comercialização e os que produzem mandioca e pescam para sua alimentação são bem definidos. Há Um acordo que é respeitado, surgido por causa de um confronto entre os habitantes, conhecido como a guerra do peixe[5].

METODOLOGIA

Para o estudo, foi proposta uma pesquisa de cunho exploratório, descritivo e explicativo com viés qualitativo e quantitativo (GIL, 2002, p.41). Os dados foram coletados juntos a agricultores familiares que usam alguns insumos externos, que fazem parte do rol de produtos da agricultura convencional, e com agricultores que desenvolvem técnicas tradicionais, produzem sem o uso de insumos, utilizam apenas os recursos disponível na própria natureza, e é considerada uma prática natural, "sustentável".

[5] Para Soares (2005, p.3), em "Janauacá, seu paraná, igarapés e inúmeros lagos, foi palco, na década de 1980, do maior conflito que resultou em mortes, noticiado pela imprensa de Manaus como Guerra do Peixe. O episódio teve como principais envolvidos, camponeses produtores de goma de tapioca e de farinha de mandioca e pescadores da própria localidade. O objeto do conflito era uso de lagos e igarapés para a pesca feita com equipamentos inadequados, com a captura indiscriminada principalmente de tucunaré, curimatã, pacu, jaraqui e mapará durante o ano todo.

Figura 2 – Imagem do Lago do Janauacá



Fonte: Dados mapa (2024)

O *locus* da pesquisa foram as comunidades de agricultores do entorno do lago Janaucá que, segundo Erazo, Silva e Costa (2020), situa-se entre os municípios de: "Careiro e Manaquiri, ambos no Estado do Amazonas. O lago encontra-se à margem direita do rio Solimões. Este lago localiza-se, entre as coordenadas a 60° 07' a 60° 27' Longitude Oeste e 3° 14' a 3° 37' Latitude Sul". Foram entrevistados 29 agricultores com perfil convencional e sustentável, buscando estabelecer um perfil ou aspectos que pudessem ter reflexo sobre a prática adotada.

Para obtenção da amostra, optou-se pela seleção aleatória simples, considerando a dimensão do lago, a indicação de liderança e agricultores e a disponibilidade para o fornecimento de informações, garantindo que as amostras mantivessem a natureza probabilística (VASCONCELOS, 2016).

A coleta dos dados foi obtida através de um roteiro com entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos agricultores no segundo semestre de 2022. O roteiro continha questões abertas e fechadas e com os dados coletados, traçou-se um perfil das unidades, considerando a utilização da terra, composição familiar e outros aspectos vinculados ao sistema de produção dos agricultores. No processo de pesquisa, obteve-se o apoio de técnicos de extensão rural do município do Careiro IDAM e da prefeitura.

O tratamento dos dados coletados foi realizado por meio da técnica de sistematização e análise, que, com base nas características dos dados, tem por finalidade categorizar e sistematizar a percepção dos atores frente ao objeto de estudo (VERGARA 2009).

RESULTADO

Os dados nas entrevistas com agricultores mostram que 79% são homens e 21% mulheres que desenvolvem a atividade. Essas porcentagens indicam a presença dos homens à frente das atividades produtivas, características comuns no meio rural. Na observação de campo, é possível identificar a mulher em atividades complementares no processo de cultivo e processamento de farinha, como a raspagem das raízes e de peneirar a massa. O papel da mulher no sistema produção da farinha no lago Janauacá necessita de maiores estudos e análises. Em relação à idade, é possível identificar que 38% dos agricultores encontram-se na faixa etária de 20 a 40 anos, o mesmo que a faixa de 51 a mais de 60, que tem o mesmo percentual. Há uma presença significativa de jovens entre os agricultores que cultivam mandioca. A presença de jovens pode estar associada à quantidade de farinha de mandioca nas comunidades da região do Lago. Essa região é uma das maiores fornecedoras do produto para a cidade de Manaus, que tem um mercado consumidor de mais de dois milhões de habitantes.

A questão da educação mostra-se como um grande desafio, com 70% dos agricultores nas categorias de não alfabetizados e de ensino médio incompleto. Esses percentuais indicam a carência histórica por educação no meio rural, principalmente entre os agricultores que trabalham com uma cultura voltada para o autoconsumo, como é o caso da mandioca.

Em se tratando de renda, a pesquisa mostra que somente 35% informaram que vivem somente da renda proveniente da atividade agrícola, o que indica que a atividade é produtiva e tem condições, mensalmente, de garantir recursos necessários à manutenção e reprodução da sua família. Em contrapartida, 65% dos agricultores precisam agregar aos seus rendimentos recursos provenientes de transferências de renda, como o bolsa família, aposentadoria e renda provenientes de atividade não agrícolas, como prestação de serviços e diárias em atividades agrícolas e não agrícolas.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados na região do Lago do Janauacá, por faixa etária, sexo, escolaridade e origem das fontes de renda da família, em percentual

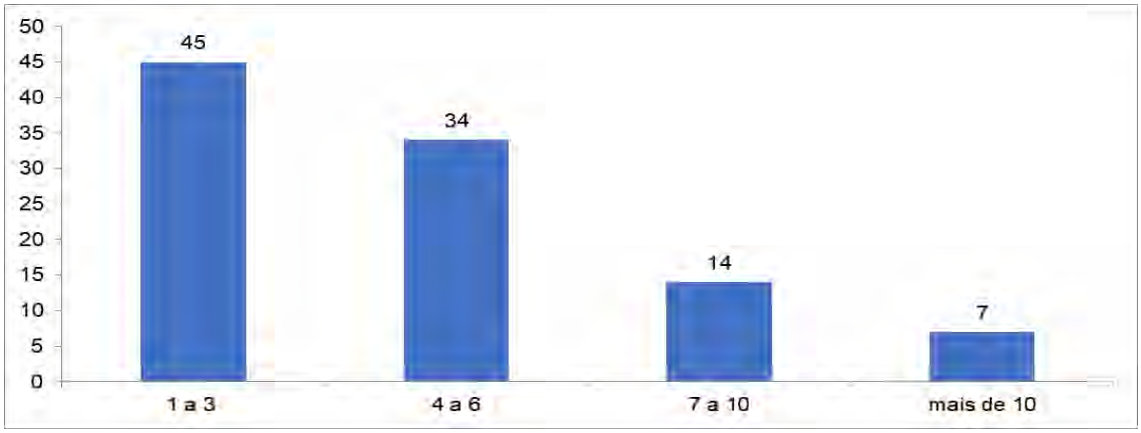
Variável	Categoria da estratificação	%
Sexo		
	Homem	79
	Mulher	21
Idade (faixa etária)		
	20-30	10
	31-40	28
	41-50	24
	51 a 60	21
	Mais 60	17

Escolaridade		
	Não alfabetizado	17
	Ensino Fundamental Incompleto	53
	Ensino Fundamental completo	14
	Ensino Médio Incompleto	10
	Ensino Médio Completo	3
	Ensino Superior Incompleto	3
	Ensino Superior Completo	0
Fonte de renda		
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento; Rendas de benefícios sociais ou transferências do governo (bolsa família, BPC).	40
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento.	35
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento; Rendas de aposentadorias ou pensões.	6
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento; Rendas de atividades não agrícolas fora dos estabelecimentos – trabalho assalariado ou prestação de serviços.	16
	Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento; Rendas de benefícios sociais ou transferências do governo (bolsa família, BPC); Rendas de aposentadorias ou pensões, outras rendas.	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2023

A figura 3 mostra os dados relacionados à área de terra, em hectares, destinados à produção de mandioca. A pesquisa mostrou que em 45% das unidades produtivas destinam à principal atividade de 1 a 3 hectares, o que segue um padrão estadual de áreas destinadas à cultura da mandioca nas unidades, segundo o censo agropecuário de 2017. Os agricultores que destinam entre 4 a 6 hectares chegam a 34%; de 7 a 10 hectares são 14% e mais de 10 hectares, 7%. Essa variação de tamanho de áreas para a produção de mandioca pode estar relacionada a diversos fatores socioeconômico, como: disponibilidade de mão de obra, uso de tecnologia, idade das pessoas e acesso a mercados, entre outros, porém há a necessidade de maiores estudos.

Figura 3 – Área destinada à cultura da mandioca (ha) segundo os entrevistados, em percentual

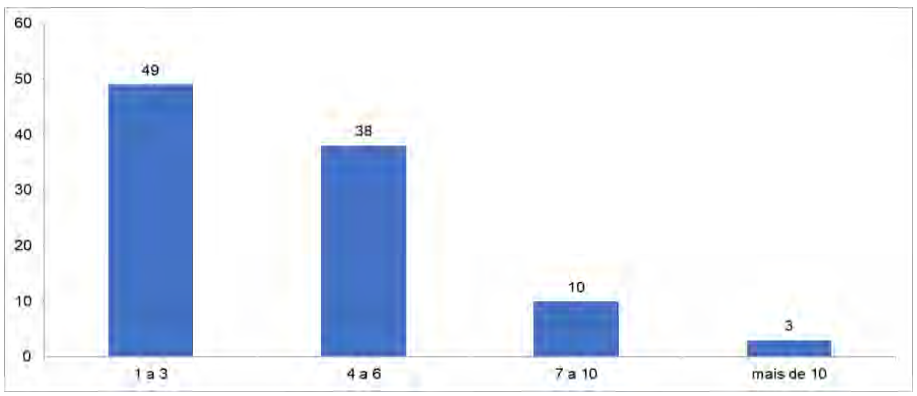


Fonte: Dados de campo coletados pelos autores, 2023.

A figura 4 mostra a quantidade de pessoas por unidade familiar que moram na propriedade e que, de alguma forma, participam das atividades produtivas. Alguns agricultores relataram que têm familiares que residem na cidade para trabalhar ou estudar. As respostas mostram que em 49% das unidades familiares dos agricultores, há de 1 a 3 pessoas na propriedade; 38% de 4 a 6 pessoas; 10% de 7 a 10; e 3% mais de 10 pessoas. Nem todos trabalham na unidade de produção. Para a produção de farinha de mandioca, há a necessidade de contratar diaristas para execução de atividades de limpeza de área, raspagem, colheita e outras práticas de produção. Alguns agricultores, sem condições de manutenção e colheita do roçado, utilizam a prática de vender o roçado, prática em que o comprador é responsável pela colheita e a produção de farinha.

O proprietário da unidade produtiva se responsabiliza pela contratação de pessoas para limpar a área e plantar, e quando o roçado fica maduro, o proprietário vende a lavoura a uma casa de farinha que, por sua vez, colhe e faz o processamento. Nessas mudanças, também encontramos agricultores produtores de farinha que têm a casa de farinha, mas não têm terra para plantio e produzem farinha com a aquisição de roçados de terceiros.

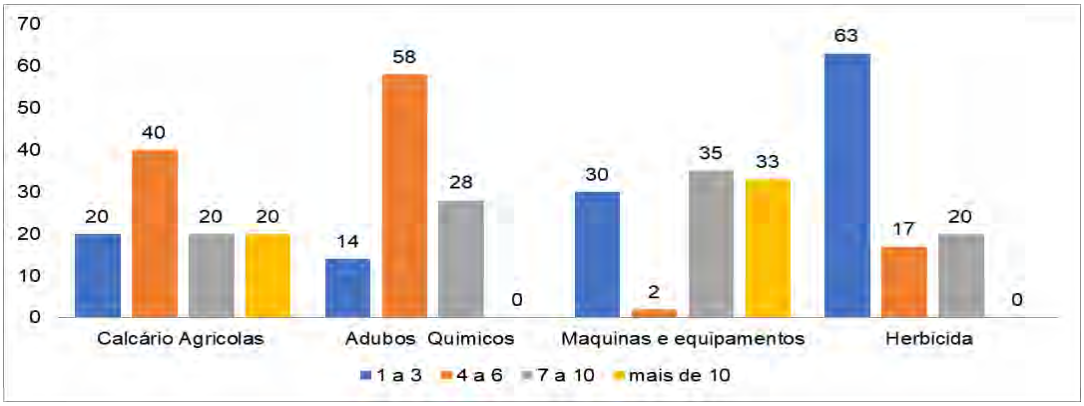
Figura 4 – Número de pessoas por unidade familiar



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2023.

Considerando o objetivo da pesquisa, que é o de identificar práticas de cultivos de mandioca, convencionais e sustentáveis, procuramos identificar que insumos externos à propriedade são adicionados ao cultivo de mandioca e qual a porcentagem de adoção dos agricultores. Nesse sentido, identificamos que os agricultores utilizam na lavoura de mandioca: 38% utilizam herbicida; 10% alguma máquina e equipamento; 24% usam adubos químicos, principalmente o fósforo e adubo formulado NPK; 7% usam esterco; e 17% utilizam o calcário. A grande maioria dos agricultores não utiliza insumos externos em seu sistema produtivo, cultivam com base em técnicas tradicionais de corte e queima, com pousio e com poucas técnicas de manejo. É preciso observar que há agricultores que adotaram a técnica do trio da produtividade, que consiste em um conjunto de boas práticas que possibilita colher mais e melhor em diferentes regiões do Brasil[6].

Figura 5 - Principais insumos e equipamentos utilizados (%) dos entrevistados



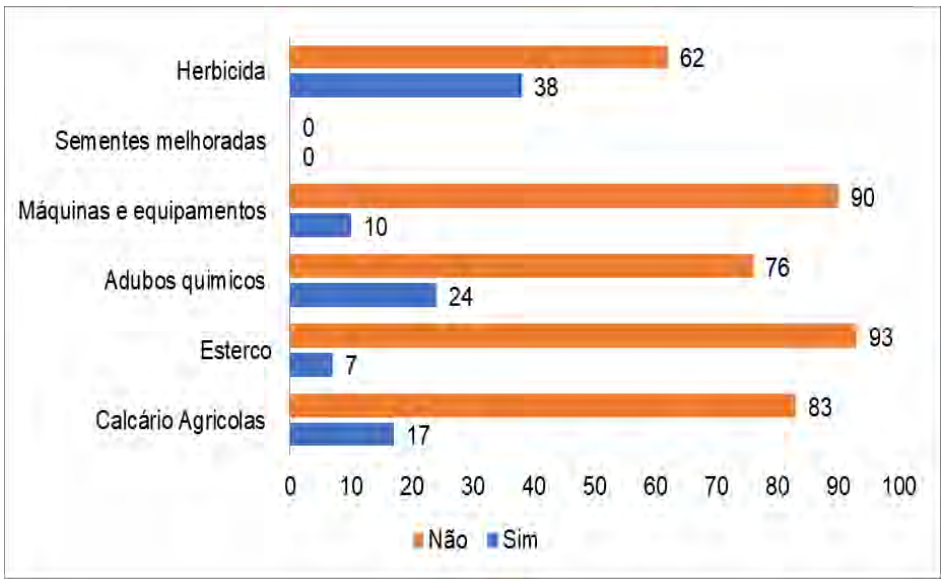
Fonte: pesquisa de campo dos autores, 2023

Analisamos alguns fatores e dados vinculados a agricultores convencionais, incluindo a utilização de calcário, adubos químicos e herbicidas, com áreas destinadas ao cultivo, número de pessoas nas unidades produtivas geração de renda.

Analisamos o número de pessoas por unidade familiar de produção. Nesse cruzamento destaca-se a utilização de herbicida (63%) entre os agricultores que possui áreas, calcário em áreas de 4 a 6, como também de insumos químicos e mais uso de maquinário em áreas maiores de 7 a 10 hectares. Esse fator indica que o herbicida pode ter sido utilizado como um fator de redução de trabalho, já a limpeza do roçado exige muito tempo e grande parte dos agricultores utilizam apenas o terçado e a enxada.

[6] O Trio da Produtividade na cultura da mandioca é um conjunto de boas práticas que possibilita colher mais e melhor em diferentes regiões do Brasil. As técnicas consistem basicamente na seleção de manivas-semente, plantio em espaçamento de 1m x 1m e capina durante os primeiros cinco meses após o plantio da mandioca. A inovação, tendo como base a simples adoção de tecnologias de processo, pode dobrar a produtividade dos plantios de mandioca sem aumentar o custo do produtor (https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/1712/trio-da-produtividade-na-cultura-da-mandioca).

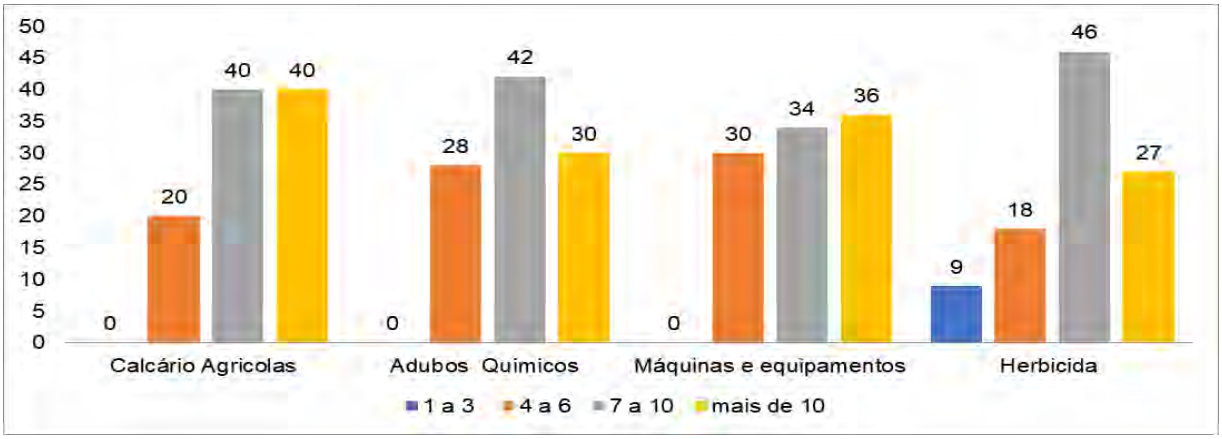
Figura 5 – Grupo de pessoas por unidade de produção e uso de e percentual de uso de insumos e máquinas agrícolas



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2023

Quando cruzamos o número de pessoas em relação à área, destacamos a utilização de insumos externos, principalmente no grupo de áreas de 7 a 10 hectares. Isso pode indicar que, na medida em que se amplia a área, o agricultor visa mais o mercado e, consequentemente, adiciona elementos que podem melhorar a produtividade e reduzir trabalho.

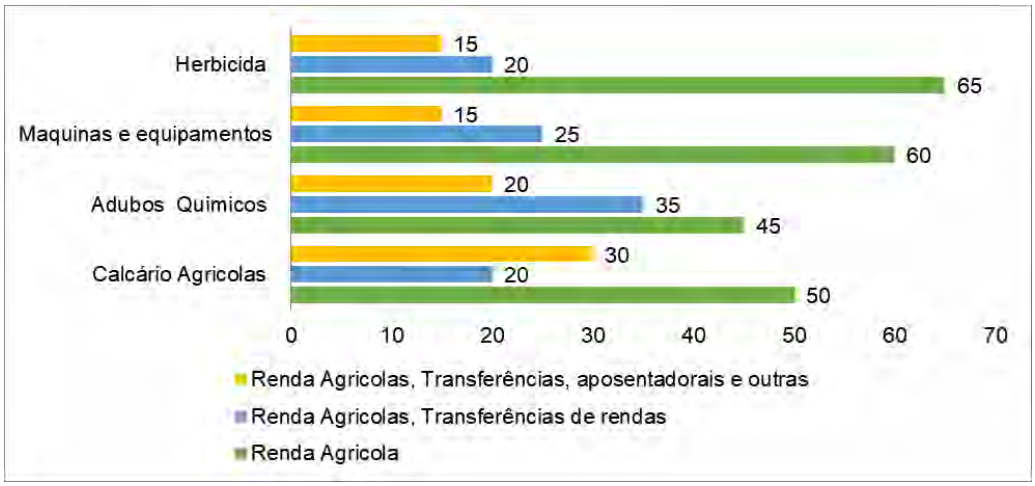
Figura 6 – Grupos de áreas cultivadas em relação ao uso de insumos e equipamento



Fonte: Pesquisa de Campo,2023

Com relação à renda, ocorre que os agricultores que declaram viver somente da renda agrícola utilizam mais insumos externos, ou adicionam fatores da agricultura convencional aos seus plantios. São os que mais utilizam herbicidas, adubos químicos calcário e equipamentos. Porém, há de se observar que a existência de outras rendas não significa o não investimento em fatores relacionados ao aumento da produtividade, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 7 – Uso de insumos e máquinas, por origem e natureza da renda



Fonte: Pesquisa de Campo,2023

Como resultado, podemos apontar que a situação socioeconômica com a ausência de agentes de assistência técnica, organizações públicas e privadas, ausência de políticas públicas de apoio à produção e a comercializam, com a concepção produtiva antagônica à conservação de ecossistemas, limitam a compreensão e adoção de práticas sustentáveis. Portanto, mesmo sem ser de forma integral, predomina a produção agropecuária de forma convencional, com destaque para o monocultivo (mandioca), com baixa utilização de insumos químicos, máquinas e equipamentos, sem orientação técnica e protocolos que reduzam os riscos aos ecossistemas do lago.

A consolidação de sistemas sustentáveis passa, necessariamente, pela participação das pessoas, por estabelecimento de metas, orientações, participação de instituições que se interessem pela temática de dinâmicas socioprodutivas sustentáveis. Além desses fatores, é fundamental o incentivo do poder público com ações direcionadas do apoio e assistência técnica, para o desenvolvimento de atividades sustentáveis na agricultura familiar, propondo, implementando e executando políticas públicas direcionadas às necessidades das dinâmicas atualmente existentes, bem como para o incentivo de novas alternativas sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura na região do Janauacá, e de modo especial na produção de mandioca, tem um forte componente masculino no desenvolvimento das práticas agrícolas mais pesadas, como preparo de área, limpeza e outras práticas até a produção da farinha. Entretanto, as mulheres têm um papel fundamental no pós-colheita, principalmente no descascar das raízes e fabricação da farinha. Essa participação da mulher, às vezes, é invisível, mas é importantíssima porque o processo de descascar não é mecanizado ainda.

Os sistemas de produção desenvolvidos na região, a maior parte deles, não têm um caráter sustentável, consciente, que busca a redução de dependências externas às unidades, que tenha na pauta a preservação do solo, com processos de reciclagens de nutrientes, e preservação do solo e da água. Podemos caracterizar como sistemas tradicionais, de baixa produtividade do trabalho, que quando possível usam insumos externos e mecanizam. Usar insumos externos e mecanização não necessariamente são elementos de insustentabilidade, a questão é como ocorre. A mecanização humaniza aumenta a produtividade do trabalho.

A pesquisa mostra que para um número considerável de entrevistados, a renda agrícola não é muito elevada. Os programas de transferência contribuem significativamente com a renda familiar. E até parece lógico, quanto maior for a renda agrícola, maior é o uso de insumos e mecanização no desenvolvimento dos plantios de mandioca e produção de farinha. Há um processo de desenvolvimento da produção, de um modo convencional.

Pode-se dizer que, poucos agricultores conscientemente desenvolvem sistemas sustentáveis. Essa perspectiva de sustentabilidade precisa ser acalentada e desenvolvida pela sociedade como um todo: agricultores, instituições e poderes, pensando na autonomia.

Um aspecto importante para a mudança dos rumos dos sistemas é a quantidade de jovens que ainda têm na região. Há tempo e possibilidade de mudança.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) – Editais: N. 005/2022 - HUMANITAS – CT&I FAPEAM;

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. "Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios", in A. W. B. Almeida *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo** .Rio de Janeiro, Lamparina: 101-143,2010.

ANDREOLI, C. V.; PHILIPPI JÚNIOR, A. (ed**.). Sustentabilidade no agronegócio**. 1 ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. 806 p. (Coleção Ambiental).

ASSIS, Renato Linhares de; ROMERO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [*s. l.*], ed. 6, p. 67-80, Jul/ Dez 2002. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129. Acesso em: 4 abr. 2024

BARBOZA, L.G.A.; THOMÉ, H.V.; RATZ, R.J.; MORAES, A.J**. Para além do discurso ambientalista: percepções, práticas e perspectivas da agricultura agroecológica**. Ambiência, Guarapuava, v.8, n.2, p.389-401, 2012.

CAMPOS, Indio. A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA NA AMAZÔNIA. **PAPERS DO NAEA Nº 278**, Belém, PA, Junho 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea /article/view/11337. Acesso em: 4 abr. 2024

CARNEIRO, F.F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R.M.; AUGUSTO, L.G.S.; RIZOLLO, A.; MULLER, N.M.; ALEXANDRE, V.P.; FRIEDRICH, K.; MELLO, M.S.C**. Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde - 1ª Parte**. ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 98p.

DIAZ, R.J.; ROSENBERG, R. **Spreading dead zones and consequences for marine ecosystems**. Science, Nova York, v.321, p.926-929, 2008.

ERAZO, R. L; SILVA, L. J. de S; COSTA, S. C. F. das C. Sociologia rural na amazônia: relação entre gênero e escolaridade de agricultores familiares no Lago Janauacá, Careiro Castanho – AM . **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 6, n.15, p. 114- 121, 2020. Doi: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i15p114-121.

FOLEY, J.A.; RAMANKUTTY, N.; BRAUMAN, K.A.; CASSIDY, E.S.; GERBER,J.S.; JOHNSTON, M.; MUELLER, N.D.; O'CONNELL, C.; RAY, D.K.; WEST, P.C.; BALZER, C.; BENNETT, E.M.; CARPENTER, S.R.; HILL, J.; MONFREDA, C.; POLASKY, S.; ROCKSTROM, J.; SHEEHAN, J.; SIEBERT, S.; TILMAN, D.; ZAKS, D.P.M. **Solutions for a cultivated planet**. Nature:Londres, v.478, p.337-342, 2011.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; MENEZES, Antônio José Elias Amorim de; SANTANA, Carlos Augusto Mattos; NAVARRO, Zander. O desenvolvimento mais sustentável da região amazônica: entre (muitas) controvérsias e o caminho possível. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat**, Taquara/RS, v. 17, n. 4, p. 1-27, Out/ Dez 2020. Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1804. Acesso em: 4 abr. 2024

KAMIYAMA, A.; MARIA, I.C.; SOUZA, D.C.C.; SILVEIRA, A.P.D. **Percepção ambiental dos produtores e qualidade do solo em propriedades orgânicas e convencionais**. Bragantina, Campinas, v.70, n.1, p.176-184, 2011.

MOURÃO, M. H. C.; MASULO, M. J. C. **Uma Gestão participativa no Lago Janauacá – AM -BR - Uso da Água Para agricultura**. II Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo, 2011.

NODA, Hiroshi; NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. **Revista Internacional de Desenvolvimento Loca**, [*s. l.*], v. 4, n. 6, p. 55-66, Mar. 2003. Disponível em: https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/559/595. Acesso em: 3 abr. 2024

OLIVEIRA, Marcos de. Hiroshi Noda: Agricultura sustentável na Amazônia. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 227, p. 1-1, 14 jan. 2015. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/ hiroshi-noda -agricultura-sustentavel-na-amazonia/. Acesso em: 3 abr. 2024.

OTSUBO, A. A.; PEZARICO, C. R. A cultura da mandioca em Mato Grosso do Sul. In: OTSUBO, A.A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. de S. (Coord.). **Aspectos d Cultivo da Mandioca em Mato Grosso do Sul**. Dourados/Campo Grande: Embrapa Agropecuária Oeste/UNIDERP, 2002. p. 31-47

PORTO, M.F.; SOARES, W.L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.37, n.125, p.17-31, jan./jun., 2012.

REIS, Arthur C. F. **História do Amazonas**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia. 1989. 261 p.

SACHS, I. Brasil rural da redescoberta à reinvenção. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-92, 2001.

STEFFEN, G.P.K.; STEFFEN, R.B.; ANTONIOLLI, Z.I. Contaminação do solo e da água pelo uso de agrotóxicos**. Tecnológica**, Santa Cruz do Sul, v.15, n.1, p.15-21, jan./jun. 2011.

SOARES, A. P.A. JANAUACÁ, CONFLITOS E TERRITORIALIDADES NAS ÁGUAS. III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2005, Presidente Prudente,. **Anais** [...]. Presidente Prudente,: [*s. n.*], 2005. 1-7 p. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Ana%20Paulina%20Aguiar%20Soares.pdf. Acesso em: 3 abr. 2024.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. AMOSTRAGEM E EXECUÇÃO DA SURVEY NO BRASIL. *In*: DWYER, Tom *et al*. **Jovens universitários em um mundo em transformação : uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília, DF: IPEA, 2016. cap. Jovens universitários em um mundo em transformação : uma pesquisa sino-brasileira.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas,2009.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

"E A ESPÉCIE HUMANA? " TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA NA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ NO PARÁ.

Karen Gabriely Sousa Santos [1] (PPGDSTU/NAEA/UFPA)
Ligia Terezinha Lopes Simonian [2] (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

RESUMO: As trajetórias de resistência na Resex Mãe Grande no município de Curuçá centralizam-se em discursos conflitantes de 3 interlocutores diferentes. Este artigo é fruto de um conjunto de pesquisas etnográficas realizadas no segundo semestre do ano passado, e teve como objetivo principal investigar o projeto "mães do mangue", **foram** entrevistados duas mulheres marisqueiras e um pescador no município de Curuçá. Parte do título deste trabalho explicita uma inquietação dos usuários das Resexs "e a espécie humana? ", essa fala foi de uma das entrevistadas da pesquisa que relatou que a entrada e saída de agências de fomento e universidades direcionam-se a pesquisas biológicas e com foco na biodiversidade marinha dos mangues. Contudo, nenhuma atenção é dada aos moradores e extrativistas que sobrevivem dos recursos naturais desses territórios. Como lente teórica utilizou-se o conceito de (re)patriarcalização do território desenvolvido por autoras equatorianas. A definição traduz as modalidades de violência entrelaçadas que se relacionam com a expansão do capital em áreas sócio ambientais protegidas pelo Estado.

Palavras-chave: Extrativismo; Gênero; Resistência e Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

O trabalho é consequência de uma série de pesquisas desenvolvidas na reserva extrativista Mãe Grande, que fica localizada no munícipio de Curuçá no Estado do Pará no ano de 2023. A investigação concentrou-se no projeto "Mães do mangue" liderado por mulheres marisqueiras, pescadoras e extrativistas da região. A perspectiva de gênero na reprodução e desenvolvimento da comunidade foram os motes da investigação. Em conformidade com Simonian (2018) as pesquisas de campo nas Resex revelam uma realidade nem sempre evidenciada pela legislação ambiental.

Foram identificados conflitos na exploração dos recursos naturais pelos usuários das Resex, seja em relação ao setor público que carece de estrutura e agentes especializados, seja na cultura predatória da extração de subsistência. A participação de associações e cooperativas tem fortalecida a demanda socioambiental do espaço. Políticas de transferência de renda com foco na perspectiva familiar e de gênero são escamoteadas, como o caso da "bolsa verde" e "bolsa escola" relatados pela moradora de Arapari em Curuperé, uma comunidade próxima ao mangue vocacionada a pesca.

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável (PPGDSTU/NAEA/UFPA/BR) karen.santos@naea.ufpa.br.
[2] Pós-Doutora pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY). Professora Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA/BR). simonianl@gmail.com.

De acordo com Maria de Fátima Vieira de Souza, 40 anos – uma das entrevistadas da pesquisa – a não possibilidade de acumulação da bolsa verde com o seguro defeso aumenta a vulnerabilidade financeira da família impactando na soberania alimentar e na sobrevivência. Com a escassez de peixe na região a pesca tornou-se mais difícil, obrigando pescadores a um deslocamento custoso para áreas mais distantes. Os impasses na gestão territorial pelas instituições públicas de controle se chocam com os interesses municipais e dos usuários da Resex. Na reserva Mãe Grande de Curuçá foram relatadas ações truculentas dos agentes do ICMBIO a pescadores curuçaenses.

Os impactos relatados pelos interlocutores não atingiram apenas a atividade extrativista em si, mas também a saúde mental de pescadores que adoeceram por não manusearem a tarrafa o outros instrumentas de pesca. Um caminho encontrado na mediação desse conflito foi instituído em agosto de 2023. O Plano de Gerenciamento Costeiro Integrado de Curuçá (Gerco), sancionado pela prefeitura municipal de Curuçá prevê um conjunto de atividades de caráter participativa com o foco no uso sustentável e na qualidade de vida das populações extrativistas da Resex.

Dentre os principais objetivos está a gestão territorial pelo município, já que é um território é de administração federal e implica na maneira em que a gestão de recursos e políticas públicas socioambientais serão manejadas e implementadas. (Estado do Pará, 2023). Os conflitos e tensões territoriais tem atingido substancialmente a criação de novas lideranças nas Resexs. Em busca de qualidade vida e melhor perspectiva educacional há uma fuga dos jovens usuários das unidades de conservação às cidades próximas e mais estruturadas em termos de acesso a bens, serviços e direitos. Esse cenário desfavorece uma continuidade da vida extrativista, que não só garante um uso sustentável dos recursos naturais, mas também cumpre o papel de resistência ao avanço do capital na região amazônica com a valorização econômica e socioambiental da floresta em pé.

As comunidades extrativistas da Amazônia Legal resistem ao avanço predatório do capital na região. Associações de pescadores, marisqueiras, coletores de castanhas, entre outros, têm continuamente se organizado na garantia da regularização de seus territórios. Isso a partir da valorização econômica, cultural, social e ambiental da floresta em pé. As Reservas Extrativistas (RESEX) resultam de um legado de mobilização liderado por seringueiros como Chico Mendes na década iniciada em 1980, como destaca Alegretti (2002) e Simonian (2008).

O surgimento das RESEX na perspectiva socioambiental de base comunitária foi fortemente influenciado pela participação sindical nas áreas mais profundas da Amazônia brasileira. Inicialmente, esse processo ocorreu na Amazônia Sul-Ocidental, mas em seguida ele alastrou-se por toda a Amazônia brasileira. Inclusive presentemente, propostas para a criação de novas RESEX estão sendo articuladas.

Essa pesquisa foi construída a partir da disciplina “antropologia social” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). A antropologia do desenvolvimento não pode ser separada do desenvolvimento antropológico, tanto no que diz respeito ao trabalho de campo quanto à capacidade de teorização dos estudos etnográficos. Como ressaltam Gardner e Lewis (1996) ao invés de ficar presa nos discursos dominantes do desenvolvimento, a antropologia do desenvolvimento tem que ser usada para desafiar seus principais pressupostos e representações.

Ainda segundo Gardner e Lewis (1996) a dicotomia entre "conhecimento para compreensão” e “conhecimento para ação” é equivocada. De fato, essas possibilidades no trato do desenvolvimento estão sempre interrelacionadas. Mas o que se configura como essencial nos termos de Simonian (2007) é incluir a perspectiva dos extrativistas e agroextrativistas – no caso, da Amazônia brasileira – nas discussões, nas análises e no encaminhamento das políticas e ações relativas ao desenvolvimento.

O intento do trabalho concentra-se na resistência local às atividades de desenvolvimento, o que contradiz noções estáticas e dualistas de tradicional e moderno. O aporte teórico-conceitual desenvolve-se a partir de uma pesquisa de campo no município de Curuçá, na Reserva Extrativista Mãe Grande. Ela é uma Unidade de Conservação de administração federal no bioma Amazônia de Marinha Costeiro. A reserva dispõe de uma área de 37.062,00ha, instituída pelo decreto nº 4340 em 22 de agosto de 2002 (Curuçá, 2023). O órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Além do decreto, a gestão da unidade dispõe de cinco portarias instituídas entre os anos de 2005 e 2020. Bem como, duas concessões de uso, uma entre órgãos governamentais e outra de concessão para a comunidade que vive do extrativismo. A concedente é o ICMBIO e a concessionária é a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG). Uma das entrevistadas desse estudo é a senhora Sandra Regina Gonçalves, liderança da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) e representante da AUREMAG.

O foco da investigação surgiu a partir da ampla divulgação do projeto “Mães do Mangue” patrocinado pela agência internacional Purpose. A agência de impacto social intermedia ações de responsabilidade e sustentabilidade entre empresas privadas e comunidades em pelo menos em sete países do mundo. O “Mães do Mangue” surge do financiamento e parceria entre Purpose e Rare Brasil. Esta última se intitula como um grupo de liderança global, na mudança da relação entre o ser humano e a natureza, com foco em projetos de aquicultura.

De acordo com o site institucional, a Rare direciona seus esforços para o estado do Pará, por este concentrar a maior quantidade de pescadores artesanais estimada do Brasil, com cerca de 224 mil pescadores ou 25% dos pescadores no país. A pesquisa de campo dispõe de duas entrevistas realizadas no município de Curuçá, mesorregião do Marajó e sede da microrregião de Salgado, entre os dias 25 e 27 de agosto desse ano. As ações de empoderamento de mulheres marisqueiras, discursos e conflitos foram o mote do trabalho.

A perspectiva teórica do capítulo caminha pelos modos de resistência das mulheres da floresta e das águas. Por isso, utilizou-se a visão conceitual de Garcia-Torres et al (2023) que constroem cinco dimensões da (re)patriarcalização do território: a) política; b) econômica; c) ecológica; d) cultural; e) corporal. A primeira diz respeito aos sujeitos políticos que tem o poder de implementar projetos extrativistas de desenvolvimento no território, essa dimensão expõe a hierarquia de gênero predominante nas instâncias políticas, no qual as mulheres têm presença insuficiente ou voz inaudível.

A não possibilidade de acumulação da bolsa verde com o seguro defeso aumenta a vulnerabilidade financeira da família, impactando na soberania alimentar e na sobrevivência. Com a escassez de peixe na região, a prática tornou-se mais difícil, obrigando pescadores a se deslocarem para áreas mais distantes o que encareceu os custos de deslocamento. Conforme o Índice de Progresso Social da Amazônia (IPS) (2023) Curuçá aparece na posição de número 252 entre os municípios da Amazônia legal. De acordo com o relatório, a "violência contra a mulher" e a "vulnerabilidade familiar" possuem altos percentuais que correspondem a violações de direitos dos usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo de abordagem etnográfica supõe que o escrever é tão fundamental quanto o olhar e o ouvir (OLIVEIRA, 1996). As interpretações construídas orientaram-se na realidade dos mangues e sua conjuntura espacial de sociabilidade. Como enfatiza Simonian (2018), as pesquisas de campo nas RESEX apresentam uma realidade nem sempre evidenciada pela legislação ambiental. Os conflitos na exploração dos recursos naturais pelos usuários dessas Unidades de Conservação de Uso Sustentável são constantes.

Consideradas como nova modalidade de ocupação nos termos de Batista e Siomian (2013), na RESEX Mãe Grande de Curuçá vislumbrou-se a partir dos programas de crédito, novos insumos voltados às atividades produtivas e a dignidade das famílias da região, o que demarca um território em disputa. As lideranças femininas atraem a atenção de ONG e agências de fomento ambiental, sendo os trechos das entrevistas a seguir de duas mulheres residentes nessa RESEX. Uma, a Sandra

Regina Gonçalves (Imagem 1) é liderança da CONFREM e da AUREMAG e uma das idealizadoras do Projeto “Mães do Mangue”. A segunda interlocutora é Maria de Fátima Vieira de Souza (Imagem 2), marisqueira e pescadora da comunidade de Arapuri em Curuperé/Curuçá.

Imagem 1- Pesquisadoras Karen Santos e Ligia Simonian e com a entrevistada Sandra Gonçalves (imagem com referência nominal da direita para esquerda)



Fonte: Arquivo pessoal, Santos e Simonian, 2023.

Note-se que o uso da fotografia histórica e/ou atual tem sido considerada e utilizada na produção científica desde a segunda metade do século XIX. Também, essa questão vem sendo trabalhada na Antropologia Visual e na Etnofotografia desde então e no sentido de evidenciar os simbolismos e os significados das imagens fotográficas. (Simonian, 2007). Aliás, sobre a RESEX Mãe Grande e o município de Curuçá, existe toda uma produção artística e fotográfica, com destaque para o Dr. Alexandre Sequeira, a Dra, Ligia Simonian e para o Museu Virtual de Curuçá, este organizado pelo historiador Paulo Henrique.

O reconhecimento da inserção histórica da etnografia vem crescendo nas últimas décadas. Isso está associado ao recente surto de autocrítica e reflexividade da antropologia, e a críticas mais amplas à maneira como a erudição ocidental apresentou "outros" atemporais e a-históricos. É amplamente reconhecido que a cultura não existe em um vácuo, mas é determinado por, e por sua vez determina, contextos políticos e econômicos historicamente específicos.

Outras vozes foram trazidas na contextualização da pesquisa, duas delas residiam na comunidade Curuperé em Arapuri que fica distante do centro de Curuçá. Uma delas é Maria Souza, marisqueira desde os 16 anos de idade, mãe de 7 filhos. A marisqueira relatou-nos sobre as

dificuldades de viver apenas da pesca e da mariscagem na região, e do difícil acesso aos programas sociais direcionados aos trabalhadores do campo. Maria nos contou ainda, sobre a extração da raiz do mangue por uma empresa de cosméticos, que tem cooptado pescadores da comunidade.

O pescador Nilson Monteiro, marido de Maria Souza também participou da entrevista e relatou um cenário conflituoso de exploração da mão de obra de pescadores por uma empresa de cosméticos nacional. O discurso de entrada da empresa na Reserva Extrativista seria de reflorestamento e até agora nenhuma ação nesse sentido foi realizada, apenas a de extração da Raiz do Mangue.

Imagem 2 - Pesquisadoras Karen Santos e Ligia Simonian e com a entrevistada Maria Souza na comunidade Curuperé em Arapuri



Fonte: Arquivo pessoal, Santos e Simonian, 2023.

ARTICULAÇÃO TEÓRICA

A concepção de "repatriarcalização do território" mobilizada neste trabalho dialoga com o retorno do discurso desenvolvimentista do neo-extrativismo para a Amazônia sob o contexto de reprimarização das economias latino-americanas. Os projetos de valorização econômica desse território em disputa atingem com maior brutalidade corpos feminizados que veem seus territórios expropriados de si e de suas subjetividades. (Garcia-Torres et al, 2023).

Repatriarcalizar o território caminha com a reprimarização das forças produtivas por meio de megaprojetos neo-extrativistas. Isto quer dizer que, a cada nova crise do capitalismo que converge em uma nova capacidade de adaptação a cristalização da desigualdade de gênero é agudizada na reificação de modelos patriarcais de família. Em governos progressistas por mais amplas e inclusivas

que determinadas políticas sociais possam ser, elas não conseguiram eliminar o conglomerado opressivo de classe, gênero, raça, orientação sexual etc. (Garcia-Torres et al, 2023)

No modelo neoextrativistas que avança sobre reservas federais no Brasil o espolio dos afetos é dividido entre corpos que cuidam de outros corpos que são explorados. Como discutido pelas autoras o conceito de repatriarcalização do território é o modo de nomear o entrelaçamento de violências nos territórios tradicionalmente ocupados por uma comunidade que maneja o extrativismo como "bem-viver" (Gudynas e Acosta, 2011).

Os autores destacam cinco dimensões imbricadas na repatriarcalização do território: a) politica; b) econômica; c) ecológica; d) cultural; e) corporal. Juntas formam um mecanismo interseccional de percepção das violências em territórios explorados pelo neoextrativismo. A dimensão política salienta os privilégios de determinados sujeitos na construção do poder decisório, Estado, empresas nacionais e transnacionais ditam o controle político dos projetos de exploração dos recursos naturais. A maneira de persuasão dessas instituições promove a desarticulação coletiva dessas comunidades.

A dimensão econômica reordena as economias locais, substitui a coleta de subsistência por uma lógica de mão de obra masculina assalariada. De acordo com Campanario Baqué e García Hierro (2013) os homens nessa comunidade começam a trabalhar em cargos temporários, não qualificados e muitas vezes em condição de exploração. As mulheres por sua vez são excluídas do processo de coleta uma vez que o modelo de exploração se centraliza na força produtiva masculina.

Excluídas dos empregos e da subsistência a partir dos recursos naturais as mulheres são apartadas de sua autonomia e ficam reféns dos salários de seus maridos. Como destaca Federice (2019) "a família é essencialmente a institucionalização do nosso trabalho não assalariado, da nossa dependência não assalariada dos homens e, consequentemente, a institucionalização da divisão desigual do trabalho..." (Federice, p.73, 2019). O neoextrativismo contribui para agudizar as diferenças estruturais de sobrevivência entre mulheres e homens no espaço das comunidades como na Reserva Extrativista Mãe Grande em Curuçá no Pará.

No âmbito da dimensão ecológica um dos impactos destacados pela teoria é a ruptura com os ciclos de reprodução da vida, rios poluídos, solos contaminados, desmatamento. A subsistência dentro da RESEX fica ameaçada. Nesse ponto, é crucial distinguir o extrativismo como subsistência e extrativismo de commodities realizados por empresas transnacionais. A primeira relaciona-se com o decreto pela União para garantir a proteção dos manguezais e dos territórios (político-administrativo, físico-ambiental, socioeconômico e cultural) das comunidades tradicionais. (Associação dos usuários das reservas extrativistas marinhas do estado do Pará – AUREMS, 2023).

A segunda se enquadra na concepção de exploração indiscriminada dos recursos naturais, prioriza a reprimarização do território e esvazia a concepção de subsistência da comunidade. É esse extrativismo de commodities o responsável pela captura do trabalho gratuito e subvalorizado realizado pelas mulheres. Na dimensão cultural, o discurso da fartura de mão de obra atraí uma massa pessoas que passam a ocupar e reconfigurar o território. As dinâmicas de relacionamento transformam o lazer e os espaços de convivência em lugares masculinizados propícios ao consumo de bebidas alcóolicas e ao consumo da prostituição de corpos femininos.

A dimensão corporal congrega a extensão do território por meio das subjetividades que o habitam. A violência de instituições externas na captação dos recursos naturais disciplina e impõe sanções que reverberam nas comunidades tradicionais. O agravamento de estereótipos sexistas, racistas, capacitistas, classistas denotam o controle nocivo sobre os corpos a partir do neoextrativismo. As dimensões conglomeradas da repatriarcalização apontam para um movimento perigoso na América Latina, o de reconfiguração das relações de poder em função de megaprojetos extrativistas.

Como destacado por García-Torres, Vázquez, Hernández e Jiménez (2023): "o conceito de repatriarcalização do território procura desenvolver a ideia de que: capitalismo, colonialismo e patriarcado estão intrinsecamente relacionados". A RESEX Mãe Grande em Curuçá no estado do Pará é um retrato de um território em processo de "repatriarcalização", dessa maneira interseccionar as opressões e violências é uma estratégia para pensar a transição para uma sociedade pós-extrativista e/ou no fortalecimento do extrativismo de base comunitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A igualdade de gênero é uma das metas da quinta ODS, e por isso, é interessante atentar-se para o contexto de inclusão de atores sociais antes marginalizados. As "ações afirmativas para as mulheres dos povos e comunidades tradicionais", faz parte das atividades do projeto "Direitos humanos das mulheres indígenas e quilombolas: uma questão de governança! ", que atualmente é financiado pela Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e as Florestas, do Governo da Noruega.

Dessa maneira, o gênero é fator relevante ao ser relacionado com o desenvolvimento de um país, seja por se conectar com o alcance dos direitos civis e políticos ou por enfatizar as taxas de direito social e econômico. É indiscutível na literatura sobre desenvolvimento humano que o investimento nas mulheres e a sensibilidade ao gênero oferece um caminho a longo prazo. E segundo Alaei, Akgüngör, Chao W-F et al. (2017) e Rankin (2001), isso ocorre principalmente em relação à saúde, a educação e o desenvolvimento local.

O projeto “mães do mangue” surge a partir de uma proposta intermediada pela Rare Brasil entre a agência Purpose e a Sandra Gonçalves da AUREMAG de Curuçá. A Rare desde 2017 desenvolve pesquisas sobre o pescado e o camarão na RESEX Mãe Grande. A partir de 2019, o grupo começou a instrumentalizar a Associação incentivando um “clube de poupança” na comunidade. Sobre o Projeto “Mães do Mangue”, Sandra Gonçalves ressaltou que: “E aí a Monique me ligou, ela disse “Sandra” tem uma ONG elas são só de mulheres, não tem homem dentro da ONG, o nome é Purpose elas querem ser madrinhas de vocês”. (Gonçalves, 2023)

Sandra Regina (2023) pontuou que toda e qualquer ação desenvolvida na RESEX por grupos ou instituições de fora devem dar um retorno à comunidade:

> O que é que a gente está mais discutindo né, que realmente quem está fazendo os estudos que faça a devolutiva dentro do processo para comunidade onde você está fazendo o trabalho, para a Associação está dando espaço e no conselho que é o lugar maior. O que importa é a base, a base que está ali, eles que são os guardiões, eles que protegem, no dia a dia.

Os guardiões referidos pela Sandra são as marisqueiras, pescadores e demais comunidades tradicionais que vivem e sobrevivem da RESEX. A liderança ressaltou a maneira em que os laços foram estreitados com a RARE. (Gonçalves, 2023)

> [...] nós conhecemos a rare em 2012, nós conhecemos Rare lá no Rio de Janeiro e a Rare foi e pediu uma reunião com o ICMbio e fez um termo de cooperação técnica com o ICMbio e com a CONFREM nacional para descer para a instituição. Aí foi feito todo esse processo e nós ficamos aguardando, aí eles optaram pelo pelos seis Estados. Sendo que dois eram da Amazônia legal e os três já não eram da Amazônia Legal. Que já pegava Santa Catarina, só que o início da “Rare” aqui eles começaram assim com a pesquisa. Fazendo um Trabalho aqui em Curuçá com o camarão, com uma espécie. E aí começamos a questionar assim, não, vocês começaram errado não era, para vocês terem começado com essa espécie. Era para terem começado sim, mas com a espécie humana, começar um processo todo com os humanos, no caso quem degrada não é caranguejo não é o camarão, somos nós humanos. Somos nós que fazemos a pesca totalmente errada, somos nós que muitas das vezes fazemos a pesca predatória porque essa foi a cultura que saiu de pai para filho e hoje ainda existe essa cultura, então não era dessa forma para ter começado, foi embate.

A liderança ressaltou a entrada da agencia de maneira lateral, no que diz respeito ao desenvolvimento dos moradores da comunidade. Essa percepção revela que, a entrada nas RESEX se dá em função da natureza e da biodiversidade que habitam os mangues. Instituições de pesquisa, de estudo e desenvolvimento concentram-se na espécie animal e nos potenciais recursos residentes no maretório[3], o que escamoteia a comunidade e as necessidades de aprendizado. Como ressaltado por

[3] Denominação dada pela comunidade aos movimentos das “mares”. O território é classificado de maretório pois é atingido pelas marés.

Sandra existe uma cultura arraigada no manejo dos animais, e que fere o ideal de sustentabilidade reafirmados no mundo. A educação ambiental voltada à comunidade seria uma das formas de desenvolvimento local e comunitário nas palavras dela.

Sandra (2023) compartilhou a instrumentalização do pescado realizada pela agencia a partir de um aplicativo de monitoramento da economia familiar. Não foi questionado quem era o desenvolvedor do aplicativo e se a Rare teria acesso aos dados privados de cada pescador. Identificar isso na pesquisa torna-se relevante pois o monitoramento individual de algum modo chega como informação a agencia. De acordo com Sandra, o Estado nunca apresentou essa alternativa tecnológica de controle do escoamento da pesca no município, e que para eles era um ganho importante. Fora o aplicativo o clube de poupança também é uma ação coordenada desenvolvida pela Rare no município.

O projeto, de acordo com a entrevistada, se configura em uma rede de pessoas – principalmente mulheres – que se reúnem para conjuntamente guardar dinheiro em uma espécie de "caixinha". Quando perguntada sobre de quem foi a ideia do clube de poupança Sandra (2023) foi taxativa "Foi esse grupo da rare, já veio de lá com ideia, aí vai até 50 reais o valor individual. Tem o poupar dinheiro individual e tem um poupar coletivo que é o do lanche da reunião, se eu poupo 10 reais no individual aí eu poupo cinco para o coletivo" (Gonçalves, 2023).

A partir daí indaga-se por quê o gerenciamento da pesca possui recursos tecnológicos no monitoramento e escoação da produção, mas o clube de poupança é gerenciado exclusivamente pelas lideranças femininas e organizado de modo manual? A palavra empoderamento, por exemplo, surge a todo momento durante a entrevista. A partir dessa lógica a pesquisadora Katharine Rankin (2001) faz a seguinte pergunta ao analisar o microcrédito voltado mulheres agricultoras do Nepal: "how can microcredit then operate as a governmental strategy through which this particular political rationality is exercised on the social body?" (Rankin, p.352, 2023).

Como pensar a ruptura da hierarquia de gênero a partir de uma política que delega ao mercado o empoderamento econômico e consequentemente social? A luz do recurso do microcrédito a subjetividade particularmente feminina seria a responsável pelo desenvolvimento coletivo de uma sociedade civil. Ainda de acordo com Sandra (2023):

> Aí quando foi em 2021 uma coordenadora de uma, também de uma associação, que ela se diz empresa elas são só de mulheres e aí elas conheceram a presidente a Monique Galvão, e elas perguntaram a Monique se ela não conhecia grupos de mulheres que elas queriam ajudar de alguma forma. Eles não iriam dar o dinheiro por dar o dinheiro, eles queriam que aquele dinheiro fosse investido em alguma coisa, e aí ela disse que ela tinha 12 filhas, porque ela se dizia mãe das Resexs.

A ideia do "dar dinheiro por dar" como ressaltado destaque o investimento que a "agência Purpose" fez na RESEX a partir da liderança e da história de vida das mulheres marisqueiras. Ao financiar o projeto a agencia teria – como de fato teve – acesso aos resultados do investimento e utilizaria – como de fato utilizou – as imagens de execução. Bem como a construção de relatórios de reponsabilidade social compartilhados com a empresas que compram o serviço da agência.

Durante a entrevista a presidente da AUREMAG destaca que liderou durante a execução do projeto 700 mulheres das 12 Reservas Extrativistas da região. A campanha "Mães do mangue" foi definida pelas lideranças femininas da Reserva e expressou a atuação das mulheres na proteção do maretório. A definição do nome e do projeto demarcou a atuação e o investimento da agência internacional. Dessa maneira, um livro de receitas desenvolvida nas 12 unidades foi produzido, a produção traz fotografia e texto culinário sobre a cultura alimentar nas unidades a partir da extração de mariscos, camarão, caranguejo, sarnambi, turu e demais outras espécies que demarcam a sobrevivência nos mangues da Amazônia.

A produção foi conduzida por entrevistas, filmagens e montagens dos cardápios em cada unidade, e o investimento foi feita atrelado a uma mútua divulgação de acordo com a Sandra, isto é, a agencia divulgou os livros e a produção de minidocumentários em seu site institucional e as mulheres das 12 RESEX estabeleceriam uma parceria duradoura com a agencia vinculando a imagem do projeto à responsabilidade social e sustentabilidade das empresas gerenciadas pela "Purpose".

O projeto teve como resultado o lançamento de um livro de receitas, a criação de uma logo e a gravação de um minidocumentário sobre "mulheres no mangue". As imagens e evidências do projeto são utilizadas como propaganda por empresas parceiras da Purpose e da Rare. É necessário considerar como é transversalizada a perspectiva de gênero em ações de responsabilidade social pela iniciativa privada desde os acordos, pactos e convenções em favor dos direitos das mulheres.

O conceito de "empoderamento" e o esvaziamento dado a ele com o mote de operacionalizá-lo é um exemplo dessa transversalização instrumental. De acordo com Berth (2019) o termo "empowerment" foi criado pelo sociólogo americano Julian Rappaport em 1977 e de modo simples significaria "ganhar a liberdade e poder fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você". (Berth, p.184, 2019). Note-se, no entanto, que um termo mais próximo com o que ocorre na sociedade amazônica é fortalecimento.

A presença da agencia na comunidade levou as autoras a uma nova interlocutora, a dona Maria Souza[4] de uma localidade distante do centro de Curuçá. Ela compartilhou por

[4] SOUZA, M. de F. V. de. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

meio de uma entrevista gravada sobre um projeto de extração da raiz do mangue capitaneado por uma empresa de cosméticos, e que tem cooptado pescadores da Região diariamente. O discurso de entrada da empresa na Reserva Extrativista seria de reflorestamento e até agora nenhuma ação nesse sentido foi realizada, apenas a de extração da Raiz do Mangue.

Nos termos de Maria de Curuperé, a associação está atuando junto com empresa em questão. O esposo de Maria, o senhor Nilson Monteiro tem trabalhado com a empresa e compartilha "essa questão da extração da raiz do mangue, eles chegam pela manhã, não pagam nenhuma diária. O discurso de reflorestamento será a partir da extração."[5] De acordo com o pescador ele está fazendo parte pois tem curiosidade:

> [...] na hora que dê para barrar ele será o primeiro a ser realista e dizer que não vai dá certo. Até porque nós fizemos um experimento com a "ponteira" e ela não se regenera. O Mangueiro, a raiz aérea se recompõe, mas aí temos que ver quanto tempo essa raiz vai demorar para se recompor. Daí a auremag fechou um projeto de 3 anos com essa empresa, daí eles buscaram os pescadores para trabalhar junto, ganhando uma diária de 90 reais trabalhando de 07h da manhã até 17h da tarde para ganhar isso? É um sacrifício. Começou com 5kg, 7kg, a última foi a extração de 22kg. E já estão se falando em extrair em uma tonelada, e uma tonelada e meia. O icmbio está dentro, a Sandra está dentro. "Então os poderosos aqui estão articulados e devastam o mangue dentro das suas propriedades, agora vai um pescador como eu agarrar 30 caranguejos no período de para o sustento da minha família, eles vêm logo me prender ou me desmoralizar perante a comunidade.

Nilson reafirma que o pessoal do centro é "colonizado" e que os moradores das comunidades mais distantes como Curuperé vivem à mercê das decisões da associação que administra a RESEX. Ainda de acordo com Maria de Fátima Vieira de Souza – marisqueira e pescadora entrevistada na comunidade de Arapuri em Curuperé – a escassez de peixe é uma realidade frequente na região. A economia familiar se sustenta pelos auxílios governamentais, seja a bolsa escola ou seguro defeso. Mãe de sete filhos, essa interlocutora retrata a dificuldade do extrativismo de camarão e da pesca ultimamente.

Ao ser questionada sobre a variabilidade de peixe na RESEX, Maria respondeu que "[...] tem de tudo, mas agora está numa época 'vasqueira'[6]. Agora a gente pega mais para comer e vende dois, três quilos e olhe lá" (Souza, 2023). Sobre o auxílio governamental, Souza (2023) expôs dificuldades

[5] MONTEIRO, Nilson. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

[6] Significa escassez

em acessar as políticas de redistribuição de renda; e quando perguntada se recebia algum auxílio do Estado ela respondeu: "[...] recebo e não recebo, tipo assim, a gente recebe seis meses de seguro defeso, quer dizer, foi o primeiro ano que a gente recebeu o seguro defeso. Aí recebe defeso e corta a bolsa" (Souza, 2023).

A fala da marisqueira retrata a dificuldade de várias famílias que dependem do extrativismo nos mangues. Durante a entrevista, ela contou que trabalha na pesca e na "mariscagem" desde os 16 anos de idade. Aos 40 anos, pela primeira vez ela e a família tiveram acesso ao seguro defeso, política essencial na sobrevivência de comunidades que vivem da pesca artesanal no período da piracema. Maria relatou ainda que boa parte do bolsa família é investida na educação formal dos filhos para que não vivam da pesca como os pais.

CONCLUSÕES

Na RESEX Mãe Grande de Curuçá, no que se refere à dimensão política de "repatriarcalização" território, percebeu-se o confronto político entre lideranças masculinas tradicionais, e que permitem a entrada de grandes empreendimentos no município. Em algumas sondagens etnográficas realizadas no território, a seguinte frase foi ouvida: "ela está empoderada" –, essa frase na maioria das vezes era destinada para se referir à Sandra Gonçalves, liderança da AUREMAG. Essa perspectiva apresenta um choque de interesses tipicamente patriarcais no interior da RESEX.

Na dimensão econômica, o processo de reestruturação econômico foi o que se destacou das cinco dimensões, a exploração da mão de obra de pescadores na extração da raiz do mangue como relatada por Nilson Monteiro exemplifica a precarização do trabalho assalariado com o foco na reprimarização dos recursos naturais na área. A partir disso, o papel da "Rare" no território coloca-se como questionamento: se pescadores e marisqueiras estivessem em condições de segurança econômica a agência estaria tão presente? A presença da instituição converge com o contexto de vulnerabilidade da comunidade.

Na mesma proporção que o elemento econômico desponta, a dimensão ecológica se fundamenta na fala de Nilson e Maria da comunidade de Curuperé; nestes termos, a extração da raiz do mangue por uma empresa de cosméticos revela a expansão do neoextrativismo de commodities. O discurso de reflorestamento da empresa encobre a degradação do espaço. Quanto ao aspecto cultural e corporal um dos principais impactos captados é o vazio corporal e cultural, o investimento educacional nos jovens da RESEX seria a fuga do território em busca de qualidade de vida e dignidade. A valorização do trabalho reprodutivo com a educação dos filhos é a maneira que mulheres encontram para fazer ecoar a própria voz.

A participação de mulheres amazônidas – indígenas ou não indígenas – é escassa na construção de programas e projetos de desenvolvimento na região. E quando são incluídas na construção de políticas públicas, nota-se que prevalece uma perspectiva de essencialidades e idealizações do ser mulher. A exemplo, a "Rede Mães do Mangue" traduz uma participação reificada a partir do gênero, da maternidade como a característica do cuidado.

Contudo, destaca-se a escolha do nome pelas próprias mulheres do "maretório", que tem construído a noção de desenvolvimento local a partir da perspectiva coletiva que representa seus anseios e escolhas. Como ressalta D'Incao (1997) a sociedade amazônica passou pelo processo avesso da modernização. Quer dizer que o efeito dos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado incorre em desapropriação de espaços e de redes sociais, culturais e ambientais, sem a contrapartida da reinserção concomitante em novos espaços.

REFERÊNCIAS

ALAEI K, AKGÜNGÖR S, CHAO W-F, et al. Cross-country analysis of correlation between protection of women's economic and social rights, health improvement and sustainable development. BMJ Open 2019;9:e021350. doi:10.1136/ bmjopen-2017-021350.

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília, Tese (Desenvolvimento Sustentável) – UNB, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO ESTADO DO PARÁ – AUREMS (Pará) (org.). Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do estado do Pará (2023-2025). Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2023. 49 p.

BATISTA, I. M. da S.; SIMONIAN, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? Novos Cadernos: NAEA, Belém, v. 16, n. 1, p. 203-2020, jun. 2013. Semestral. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/ 1325. Acesso em: 28 ago. 2023.

BERTH, J. Empoderamento/ Joice Berth. – São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. p. 184 (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

CAMPANARIO BAQUÉ, Y. & P. GARCÍA HIERRO. Empresas domiciliadas en países ratificantes del convenio 169-OIT operando en territorios de pueblos indígenas en Perú. El caso de la empresa española Repsol. Perú-Equidad/CODPI; en http://creativecommons.org/ licenses/by-nc-nd/3.0/es.

CURUÇÁ, Reserva Extrativista Mãe Grande de. Unidades de Conservação no Brasil: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3469> Acesso em: set. 2023.

D'INCAO, M. Â. Mulher e modernidade na Amazônia. In: ÁLVARES, M. L. M. et al. Mulher e Modernidade na Amazônia. Belém: Gepem/Cfch/Ufpa, 1997. Cap. 22. p. 4-383.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GARCÍA-TORRES, Miriam; VÁZQUEZ, Eva; HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Extrativismo e (Re)Patriarcalização dos Territórios. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Elefante, 2023. Cap. 1. p. 31-50. Tradução de: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M. M. Silveira, Sislene Costa da Silva.

GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). Anthropology, development and the post-modern challenge. London: Pluto Press, 1996. p. 50-76.

GONÇALVES, S. R. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito do Projeto Mãe do Mangue. Curuçá, 25 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación y la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. Revista CEPAL y Praxis Latinoamericana. Venezuela, Facultad de Ciéncias Económicas y Sociales, Universidad del Zulia, Ano 16, n°. 53, p. 71-83, avr.-jun. 2011.

MONTEIRO, Nilson. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

RANKIN, K. N. Governing development: neoliberalism, microcredit, and rational economic woman, Economy and Society, 30:1, 18-37, 2001. DOI: 10.1080/03085140020019070.

SANTOS, D.; LIMA, M.; WILM, M.; SEIFER, P.; E VERÍSSIMO, B. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2023. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2023.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 48, n. 1, p. 118-139, 30 nov. 2018. Semestral. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58920.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). População e meio ambiente na Pan-Amazônia. Belém, NAEA-UFPA. 2007. p. 25-44.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007, p. 15-52. [Fotografias].

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres da Amazônia brasileira: entre trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

SOUZA, M. de F. V. de. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

VEGÈS, F. Uma teoria feminista da violência. Traduzido por Raquel Camargo – São Paulo: Ubu Editora, 2021.

GT 06 – Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o Bem Viver na América Latina e Caribe

A AÇAIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: O CAMINHO REVERSO DA FLORESTA ANTROPOGÊNICA

Edivandro Ferreira Machado[1](UFPA)
Leonaldo de Carvalho Brandão[2](UNICAMP)
Jakson da Silva Gonçalves[3](UFPA)

Resumo: Este estudo suscita discussões acerca da avassaladora açaização da Amazônia, fazendo um paralelo com a floresta antropogênica, em época de acentuação das discussões sobre conservação e sustentabilidade em decorrência da COP 30. Adota-se uma abordagem de cunho bibliográfico. Este estudo traz dois conceitos fundamentais: a "açaização da Amazônia" e a "floresta antropogênica". Este se refere a uma floresta cultivada e manejada por indígenas pré-colombianos ao longo de milhares de anos, resultando em uma floresta biodiversa e culturalmente enriquecida. Aquele, por outro lado, diz respeito a um fenômeno contemporâneo oposto, caracterizado pelo aumento da produção de açaí em grande escala, levando à homogeneização da floresta e causando impactos sociais, ambientais e culturais, nem sempre benéficos às populações, territórios e culturas locais. A "Floresta antropogênica" revela como as práticas ecológicas indígenas contribuíram para o aumento da biodiversidade florestal ao longo do tempo, enquanto a "açaização da Amazônia" reflete a influência do mercado global na transformação da paisagem amazônica em monoculturas de açaí. Isso resulta na perda de autonomia das populações locais sobre seus territórios e na destruição do meio ambiente. Hoje é possível reconhecer outras populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas que contribuem para a conservação da Amazônia, muitas das quais têm muito a ensinar à sociedade capitalista, sobretudo que é possível fazer um caminho reverso da açaização da Amazônia.

Palavras-chave: açaização; floresta antropogênica; Amazônia; conservação; biodiversidade.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo transita por referenciais que abordam os conceitos de “açaização da Amazônia” e “floresta antropogênica”. Este diz respeito a uma floresta cultivada e manejada por indígenas pré-colombianos por milhares de anos, de maneira que a floresta se alterou sem, contudo, deixar de ser floresta. Ou seja, a “Amazônia tornou-se ‘antropogênica’ - a um só tempo cultural e natural, consequência de uma relação integrada: o Homem e Floresta, na qual a ação de um não anula a do outro” (Pardini, 2020, p. 1).

Quando essa floresta se “torna outra”, ela e suas árvores se tornam artefatos vivos que contam, na contemporaneidade, a história do passado das populações amazônicas e de como esses

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: edivandro22ferreira@gmail.com.
[2] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, UNICAMP, Brasil. Email: leonaldocarvalho123@gmail.com.
[3] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: jaksonsg95@gmail.com.

grupos humanos transformaram pontos da floresta em locais biodiversos. Desse modo, é possível detectar "transformações primárias da paisagem, onde enriquecimento em espécies resultaram em melhorias ambientais, não degradação" (Balée, 2008, p. 9).

Por outro lado, o outro conceito aqui sustentado, a açaização da Amazônia, opõe-se à floresta antropogênica, haja vista que não tem a ver com enriquecimento, diversidade e biodiversidade do bioma, e sim com o oposto disso: com a homogeneização da floresta. Açaização é um evento que tem feito o caminho inverso, tem levado ao empobrecimento da floresta, tem desencadeado problemas de natureza diversa, perpassando aspectos ambientais, sociais e culturais, gerando impactos imediatos na vida de populações amazônicas, reiteradamente não salutares.

Isso acontece porque os açaizais, que antes respeitavam o tempo da natureza, passaram a sofrer grandes e constantes interferências humanas para se aumentar, ano após ano, a produção de açaí, que cada vez mais adentra os fluxos comerciais dentro e fora do Brasil. Isto é, precisa-se, a qualquer custo, aumentar essa produção para atender uma demanda de mercado, seja aumentando os açaizais, seja suplantando a biodiversidade local, seja explorando mão de obra barata.

Nesse contexto, autores como Fonseca (2020) argumentam que o açaí está seguindo o caminho para se tornar uma *commodity*. Isso se deve à crescente transformação na forma do seu cultivo. Anteriormente, os açaizeiros cresciam naturalmente nas florestas de várzea, porém, atualmente, há um esforço para que sejam cultivados em larga escala em diferentes ambientes, passando por modificações e adaptações para se ajustarem a outras condições ambientais. O autor também observa que o açaí costumava ser uma cultura extrativa, agora está se tornando cada vez mais semelhante a um monocultivo.

Em vista disso, este estudo tenciona suscitar discussões acerca da avassaladora açaização da Amazônia, em época em que muito se discutirá conservação e sustentabilidade em decorrência da COP 30, marcada para acontecer, pela primeira vez, nessa cobiçada região latino-americana. Com isso, faz-se um paralelo com a floresta antropogênica, um ideário global, realidade amazônica. Para que se alcance esse objetivo, este estudo traz uma abordagem de cunho bibliográfico (Macedo, 1994).

2. A AMAZÔNIA ANTROPOGÊNICA

Muitos discursos contemporâneos sobre a Amazônia são símiles aos encontrados nos relatos de cronistas e de viajantes do século XVI. No Novo Mundo, o imaginário do colonizador europeu ganhou vida ao se deparar com a Amazônia rica, viva e biodiversa, ao passo que se criou noções trivializadas sobre a região ao ponto de reduzi-la a inferno verde, grande vazio demográfico, região folclórica, com pessoas selvagens. Essa visão deturpada desconsidera as relações sociais

amazônicas, considera o espaço sem as relações humanas (Gondin, 1994; Oliveira, 2001; Soranz, 2010).

Essa construção do pensamento social sobre a Amazônia, na contemporaneidade, é reproduzida pelas grandes mídias, artistas e até no meio acadêmico. Assim, em muitos casos, divulga-se uma Amazônia pensada por outros, e, por consequência, há uma autoexotização (Belluzzo, 1996; Soranz, 2010). No caso dos estudos que buscam entender o processo de ocupação da Amazônia, do uso e domesticação de plantas, construção e modificação de paisagens, muitos ainda usam conceitos, informações e até métodos do Velho Mundo (Fausto; Neves, 2018). No entanto, a busca para entender as relações entre ambiente, sociedade e cultura nessa região não é tarefa fácil e é repleta de incertezas, dada a sua complexidade (Menezes; Lopes, 2018). Contudo, é possível considerar e compreender partes dessa Amazônia como sendo laboratórios abertos, a exemplo dos quintais, locais de experimentações contínuas, envolvendo as relações históricas entre humanos e não humanos, humanos e plantas, como mostram Leitão-Barboza *et al*. (2021).

A vida humana na Amazônia não começou em 1500 com a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, tampouco com a chegada de Cristóvão Colombo, em 1492, ao continente americano. Nessa direção, diferentes grupos indígenas ocuparam a Amazônia há milhares de anos. Eles não apenas habitavam a região, mas também cultivavam e exploravam uma variedade de plantas para diversos fins. Essa interação humana com o meio ambiente resultou em mudanças duradouras nas paisagens, algumas das quais ainda são evidentes até hoje (Lima, Costa, 1997; Shepard Jr *et al*., 2020). Com isso, o conceito de "terra preta" é um marcador cultural significativo deixado pelos povos indígenas, diz respeito aos solos férteis de origem antropogênica, e são importantes para entender o passado e a formação das paisagens amazônicas (Shepard Jr *et al*., 2020), além de indicarem processos de domesticação de culturas vegetais (Clement *et al*., 2010).

Na contemporaneidade, autores como Magalhães (2016) destacam que boa parte da floresta amazônica é de origem antrópica, portanto, produto da ação humana. A domesticação de inúmeras espécies pelo Homem evidencia um domínio dele sobre elas (Allaby *et al*., 2014). Essa domesticação, que levou a mudanças duradoras nas paisagens amazônicas, soa como se o Homem tivesse dominado a natureza. Entretanto, a domesticação, como colocada, parece involucrada por uma *Grande Narrativa* que se criou (Santos; Soares, 2021). Conquanto, a depender de quem olha, como olha e por onde olha, ela, a domesticação, parece violenta. Por outro lado, outros autores enfatizam que “não houve um processo crescente ou progressivo de dominação e controle dos humanos sobre as plantas, tal como descrito pela Grande Narrativa” (Santos; Soares, 2021, p. 284), desenrolou-se, na verdade, idem, um

cultivo que não necessariamente requeria uma domesticação, existiu uma domesticação sem agricultura e, ainda, manejo de vegetais sem carecer de um cultivo (Shepard *et al.*, 2020).

Avultando a discordância, não necessariamente um desprezo ou supressão à domesticação, conceitos outros têm sido propostos, tendo como exemplo o conceito de *familiarização*, sustentado por Carlos Fausto e Eduardo Góes Neves (2018); *antidomesticação*, recentemente discutido pela Manuela Carneiro da Cunha (2019), e, também, *contradomesticação*, debatido por Miguel Aparicio (2021).

O conceito de "familiarização", proposto por Fausto e Neves (2018), oferece uma perspectiva interessante e diferente do conceito tradicional de "domesticação" ao discutir a relação entre os seres humanos e as plantas, por exemplo. O conceito de familiarização reconhece a complexidade das interações entre os indígenas e as plantas ao longo do tempo. Ao adotar essa abordagem, é possível compreender as plantas não como recursos a serem manipulados/dominados, mas como partes das relações humanas e dos espaços sociais. Isso implica reconhecer como os povos indígenas percebem as plantas e os animais como semelhantes, atribuindo-lhes agência e reconhecendo a floresta como sujeito. Essa perspectiva holística ajuda a entender melhor a complexidade das relações humanas com o meio ambiente na Amazônia, permitindo apreciar as diferentes formas de conhecimento e sabedoria indígenas que têm sido moldadas ao longo de milhares de anos de interação com o ambiente natural.

À medida em que esses povos se deslocavam, elas atribuíam memórias aos lugares e adquiriam novos conhecimentos e experiências (Bowser; Zedeño, 2009), pois o conhecimento tradicional é altamente dinâmico (Cassino *et al.*, 2021). Isso resultava em mudanças nas paisagens, na domesticação e manejo de plantas, variando de acordo com as diferentes culturas humanas. No contexto contemporâneo, essas plantas e paisagens domesticadas representam artefatos culturais que refletem os conhecimentos e hábitos alimentares de cada cultura.

Destaca-se, também, o trabalho de Shock e Moraes (2019). O conceito de inclusão, conforme adotado pelos autores, sugere que o processo de construção, uso e modificação das paisagens na Amazônia é cumulativo, pois cada grupo que interagiu com a paisagem contribuiu para a sua formação e transformação, enriquecendo-a ao longo do tempo.

Com isso, é fato que os *sistemas de produção de alimentos*, desde os mais simples, ocasionaram grandiosas transformações nas paisagens amazônicas. E por isso não existe um inferno verde, uma mata virgem; existe uma floresta antropogênica, resultado da ação humana. E, nos últimos 35 anos, principalmente a Arqueologia, Ecologia Histórica e a Antropologia têm mostrado,

por meio da descoberta de matas culturais e de solos antropogênicos, que essa floresta virgem é um mito (Pardini, 2020). Esse autor ainda ressalta que:

> O que houve na Amazônia, durante toda a sua longa história pré-colonial, não foi a clássica antropização dos espaços naturais, a Cultura suplantando a Natureza de modo violento e irreversível, com base na pura e simples 'negação da floresta'. O que houve foi o aparecimento, a invenção de uma autêntica 'cultura da floresta', isto é, a transformação cultural da floresta, o seu 'cultivo', sem que ela deixasse de ser floresta. Isso aconteceu porque, nas sociedades indígenas da planície amazônica, prevalece, não a relação sujeito-objeto, antropocêntrica, de poder e dominação, mas a relação entre sujeitos, humanos e não humanos, baseada na troca e na reciprocidade. De fato, sabe-se que essas sociedades conferem aos animais e às plantas, via de regra, os caracteres subjetivos da pessoa humana: consciência de si, motivações, afetos, capacidade comunicativa e sociabilidade e, com eles, estabelecem relações de pessoa para pessoa (Pardini, 2020, p. 2).

Falar em *floresta antropogênica* é reconhecer que as práticas ecológicas indígenas pré-colombianas contribuíram para o aumento da biodiversidade florestal amazônica, pois suas interferências nos ecossistemas amazônicos, que não foram predatórias, levaram ao aparecimento de ilhas de recursos com alta diversidade, que receberam atenção e manejo em benéfico de gerações presentes e vindouras. Assim, "os vestígios mais evidentes de cultivo humano se extinguiram, e o que resta hoje é uma porção de floresta mais rica e biodiversa, caracterizada pela alta frequência de espécies florestais úteis aos humanos" (Pardini, 2020, p. 3).

3. A Açaização da Amazônia

A Amazônia vem passando por transformações há séculos. Por muito tempo, como visto na primeira parte deste texto, a relação do ser humano com essa Amazônia não era predatória. Atualmente, por outro lado, existem movimentos de grupos e de empresas, do Brasil e estrangeiros, que buscam adquirir e negociar terras amazônicas a qualquer custo, pois impera a mercantilização da natureza (Castro; Castro 2022), e há muito tempo já se violou os limites dessa natureza, como disserta Shiva (2000).

Essas terras ambicionadas podem ser direcionadas para as grandes *commodities*, que ganham mais espaços na Amazônia, ano após ano. Nesse contexto insere-se, também, o açaí e a açaização da Amazônia. Esse fruto já é apontado como uma nova *commodity* da região amazônica, e tem sua produção e área de produção aumentadas anualmente, recebendo grande influência e investimento de fora dos limites amazônicos, para atender a uma demanda global de consumo desse fruto, enquanto invade-se, transforma-se e subverte-se territórios tradicionais e corpos amazônicos.

A Amazônia Legal é conhecida por sua biodiversidade e diversidade sociocultural. Dentre os muitos recursos florestais amazônicos, o açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) se destaca, sobretudo pela importância alimentar e econômica às comunidades tradicionais e populações urbanas. De ocorrência natural, tanto em matas de terra firme quanto de várzeas e igapós amazônicos, os açaizeiros apresentam diferentes importâncias, pois não apenas os frutos são utilizados, como apontaram Jardim, Mourão e Grossmann (2004). Populações amazônicas também usam o estipe do açaizeiro na construção, as raízes têm fim medicinal e as folhas são usadas para a cobertura de casas e na construção de outros itens.

Para Enríquez (2008), a Amazônia é uma das poucas regiões do mundo que poderia retratar um modelo de exploração sustentável da biodiversidade. Muitos produtos amazônicos oriundos do extrativismo já conquistaram o mercado mundial de produtos naturais, como a borracha, a castanha-do-pará, a andiroba, a copaíba e, na contemporaneidade, o açaí. Mas nas últimas décadas, forças externas, como a pressão do mercado e programas de desenvolvimento, afetaram diretamente as estratégias de subsistências de populações amazônicas (Brondizio *et al.*, 1994).

O crescente plantio de açaizeiros nas florestas de várzea amazônicas está diretamente relacionado com o aumento da demanda nacional e internacional pelo açaí. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2020), o aumento na produção do açaí resulta sobretudo de uma combinação: do aumento de áreas cultivadas, manejadas, extrativas e do uso de técnicas de manejo que levam ao aumento da produção.

Esse aumento de áreas cultivadas e manejadas para uma maior produção do açaí tem levado à predominância do açaizeiro em muitas florestas de várzea e de terra firme. Essa dominação de apenas uma espécie (enquanto espécies outras diminuem) já foi entendida como *florestas oligárquicas* (Peters, 1992) e *açaização da paisagem* (Hiraoka, 1993), no caso dos açaizeiros (Santos; Azevedo-Ramos; Guedes, 2021), e hoje se tem falado em *açaização da Amazônia*.

Batista Calzavara, na segunda metade do século XX, já determinava que “convém ressaltar, que atualmente, a finalidade tradicional do açaizeiro como fonte exclusiva para produção do "vinho" está superada”, porque estudos passaram a ser feitos e “demonstraram boas oportunidades para seu aproveitamento integral nas indústrias alimentícias, quer humana ou animal, e as de celulose e papel” (Calzavara, 1988, p. 249). Essa colocação de Calzavara já nos dá um vislumbre do que é a mercantilização do açaí.

Em 1972, Calzavara pontuou que o açaí era importante para o desenvolvimento da região, especialmente para o desenvolvimento agroindustrial. Mas esse desenvolvimento tem feito com que

"o processo de produção, o ato de plantar e de extrair" venha se "tornando cada vez menos "artesanal" ou tradicional", como destacam Fontes e Ribeiro (2012). Para os autores,

> atualmente, o açaí faz parte de um processo industrializado, sendo em muitos casos pasteurizado, embalado e exportado para fora do Estado do Pará, ou até mesmo para outros países. Nesse cenário, observamos que a bebida do fruto, além de ser comercializada em variados pontos de venda na cidade de Belém, ganhou espaço nos supermercados, adquirindo uma nova lógica destinada à comercialização do produto que, historicamente, fez e faz parte da cultura alimentar de populações ribeirinhas, indígenas, periféricas e da maioria dos paraenses (Fontes; Ribeiro, 2012, p. 84).

Em vista disso, quando se observa a extração do açaí na Amazônia, considerando as mudanças ecológicas, sociais e econômicas, vê-se que não é apontado uma inviabilidade econômica e ambiental, isto é, não é apontado um declínio; pelo contrário, aponta-se um fortalecimento dessa extração, aponta-se que é uma atividade que tende a crescer (Marinho, 2005).

No Pará, por muito tempo, quiçá até aquela superação apontada por Calzavara (1988), a comercialização do açaí esteve relacionada com o mercado local e regional. Uma boa relação imperava entre o açaizeiro e o ambiente no qual se encontrava essa ambicionada palmeira, assim como uma boa relação existia entre esses e os trabalhadores envolvidos com a cultura de comercialização do fruto do açaizeiro, o açaí. Essas pessoas adquiriam conhecimentos a partir das suas relações com a natureza e o trabalho com açaí envolvia essencialmente o núcleo familiar (Fontes; Ribeiro, 2012). É válido pontuar que o consumo do açaí vem desde as populações pré-colombianas (Paula, 2007).

Não é que esses modos de trabalhar e de se relacionar com o açaí estejam perdidos e totalmente superados. O ponto é: eles estão em constante mudança, sobretudo após o açaí alcançar o *status* de produto exportável, após haver, enfim, a otimização desse recurso florestal, após a inserção de novos sujeitos, sujeitos alóctones, assim como empresas e associações que, pouco a pouco, foram se apropriando do processo de produção do açaí, inserindo "mecanismos para a exploração e o aumento da lucratividade, possibilitando mudanças, principalmente no aperfeiçoamento do plantio do fruto" (Fontes; Ribeiro, 2012, p. 89).

De acordo com Fontes e Ribeiro (2012, p. 90), "com a modernização da produção, ocorreu uma nova forma de exploração, em que a indústria passou a controlar o processo produtivo, apropriando-se de um trabalho familiar". Os autores acrescentam que "a padronização dos terrenos passou a figurar nessa cultura comercial, em que associações e empresas se fortalecem na busca de alcançar maior lucratividade". Essa cultura comercial chega a dominar a própria safra do açaí. Antes, o tempo da natureza ditava o período de abundância ou não desse fruto, agora, contudo, parece que

superaram a natureza, há um controle da safra do açaí, que não mais sucumbe à sazonalidade amazônica. Ou melhor, criou-se tecnologias, produtos e cultivares que mudam o processo de produção do açaí, mas toda essa aparente benfeitoria se restringe a poucos, a quem tem mais dinheiro, a quem mais lucra com o açaí, e não é mais o ribeirinho, o trabalhador, o amazônida, em seu território tradicional.

O ribeirinho, o trabalhador, o amazônida, em seu território tradicional, sente os períodos da safra e da entressafra, que representam maior ou menor período de produção do açaí, a entrada de mais dinheiro ou não, a presença de mais alimento na mesa ou não. De outro modo, as grandes empresas e produtores não mais precisam respeitar ou se limitar ao tempo da natureza. Agora eles podem ter grande produção o ano todo, produção maior que a proporcionada pela natureza, pelos ambientes naturais. Para Fontes e Ribeiro (2012, p. 90),

> a produção passou a ser exercida em padrões de grande escala, voltada para atender principalmente o mercado externo, como os eixos sul-sudeste e o exterior, com destinos prioritários. O processo de produção ganhou características de indústria, e os novos sujeitos passaram a padronizar as plantações, surgindo os novos açaizais. O processo de exploração dessa atividade passou a ser exercido, na sua grande maioria, pelas indústrias de exportação do fruto, por mais que ainda coexistam as duas técnicas de exploração do açaí: extrativista e padronizada.

Por sua vez, Ferreira e Freitas (2018), a partir da análise de aspectos teóricos da teoria do desenvolvimento, questionam se é possível falar em desenvolvimento na cadeia de produção do açaí. Para os autores, a produção e a extração desse fruto já foram de natureza familiar, já imperou a família campesina enquanto unidade de força do trabalho (Chayanov, 1996), mas tomou ares de atividade produtiva diante da progressiva procura pelo açaí nacional e internacionalmente. Em vista disso, as populações locais viram seus modos de vida sendo profundamente alterados, bem como presenciaram um expoente reforço para a produção desse fruto, para que aquela procura fosse/seja atendida.

Não há por que só falar dessa visível expansão, é preciso questioná-la e entendê-la em toda a sua magnitude e completude. Faz-se necessário, por exemplo, compreender as consequências dessa expansão progressiva para a biodiversidade local. Freitas *et al.* (2015) destacam que essas consequências são pouco conhecidas. Esses autores já mostraram que o modelo de exploração contemporâneo realizado por comunidades ribeirinhas amazônicas, mantendo uma densidade média de 200 caules/ha, reduziu em mais de 50% a diversidade de espécies arbóreas e em 63% o número de espécies pioneiras.

Por seu turno, uma pesquisa iniciada em 2013 analisou áreas na região da foz do rio Amazonas, estado do Pará, o maior produtor de açaí. Dentre os importantes apontamentos, esse

estudo mostrou que tanto a densidade quanto a riqueza de espécies arbóreas foram negativamente afetadas pelo açaí. Na concepção dos autores, a intensificação dos açaizais altera a estrutura de assembleias de plantas lenhosas em áreas de floresta estuarina. Eles também pontuam que com o aumento dos açaizeiros por esses diferentes espaços, a abundância e a riqueza de espécies decrescem consistentemente, sendo raro a presença de árvores, pois o avanço dos açaizais tem levado ao empobrecimento dos ambientes amazônicos outrora biodiversos (Freitas *et al.*, 2021).

Esse empobrecimento é fruto das "exigências regionais de "crescimento econômico", e mesmo de "desenvolvimento econômico" capitalista, (que) incorpora cada vez mais a região amazônica aos mercados, seus circuitos de produção, circulação e reprodução de mercadorias e serviços" (Costa *et al.*, 2022, p. 3), gerando profundos impactos sobre os espaços da vida (Randolph, 2018), sobre os territórios e as diferentes formas de vida que eles abrigam.

4. CONCLUSÃO

A Amazônia antropogênica é cultural e natural. Recebeu interferências humanas, mas que não resultaram em sua degradação, como ocorre nas últimas décadas. Essas interferências levaram ao enriquecimento em espécies, que foi incorporado pelo próprio ambiente. Enquanto as sociedades humanas sucumbiam ao tempo por não serem eviternas, suas ações sobre a natureza foram ficando, incorporaram-se ao ambiente natural de modo que hoje se vê pontos com alta biodiversidade na Amazônia, frutos da relação não predatória Homem-Natureza.

Mas um fenômeno crescente na Amazônia tem feito o caminho reverso da floresta antropogênica: a açaização da Amazônia. Embora seja, também, fruto da ação humana, o seu resultado não tem levado à diversidade da floresta, tem, por outro enfoque, ocasionado o empobrecimento dela. Essa açaização está cada vez mais atrelada ao sistema capitalista hegemônico, que transforma a natureza e a força de trabalho humano em mercadorias.

Diferentes estudos já apontam que a açaização da Amazônia tem levado à homogeneização da floresta, pois se direciona apenas a uma cultura, a mais lucrativa. Essa busca incessante pelo aumento dos açaizais está causando mudanças ecológicas, sociais, econômicas e culturais, nem sempre positivas. As populações locais têm perdido a autonomia sobre seus territórios, estão sucumbindo ao sistema dominante ao passo que destroem seus territórios para produzir mais e mais açaí, que está ganhando o mercado global e já se tornou uma grande *commodity* amazônica.

Compreender a Amazônia antropogênica é importante para reconhecer e valorizar a diversidade de conhecimentos e práticas indígenas pré-colombianas e contemporâneas, pois ela não apenas enriquece nossa compreensão da história humana na região amazônica, mas também pode fornecer *insights* importantes para a conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

Hoje também é possível reconhecer outras populações tradicionais, ribeirinhos, quilombolas que contribuem para a conservação da Amazônia, muitas das quais têm muito a ensinar à sociedade capitalista, sobretudo que é possível fazer um caminho reverso da açaização da Amazônia: ao invés de transformar a floresta em monocultura, dá para manter essa floresta biodiversa, conviver com ela e usá-la para a alimentação, geração de renda, para o cuidado da saúde humana e para o bem-estar dos sujeitos humanos e não humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLABY, R. G. *et al*. Archaeogenomic insights into the adaptation of plants to the human environment: pushing plant–hominin co-evolution back to the Pliocene. **Journal of Human Evolution**, Volume 79, 2014. pp. 150-157. ISSN 0047-2484. DOI: 10.1016/j.jhevol.2014.10.014.

APARICIO, M. Contradomesticação na Amazônia indígena: a botânica da precaução. *In:* **Vozes Vegetais**: diversidade, resistências e histórias da floresta. Joana Cabral de Oliveira *et al*. São Paulo: Ubu, 2021.

BALÉE, W. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de arqueologia**, v. 21, n. 2, 2008.

BELLUZZO, A. M. A propósito d'o Brasil dos viajantes. **Revista USP,** n. 30. São Paulo: Universidade de São Paulo, junho/julho/agosto de 1996.

BOWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. N. **The archaeology of meaningful places**. University of Utah Press, Salt Lake City, 2009.

BRONDIZIO, E. S. *et al*. Land use change in the Amazon Estuary: patterns of caboclo settlement and landscape management. **Hum Ecol**, 22, 249–278, 1994.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Açaí - Análise Mensal**, dezembro 2020.

CUNHA, Manuela C da. Antidomestication in the Amazon. Swidden and its foes. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, 9(1), 126–136, 2019.

CASSINO, M. F. *et al.* Archaeobotany of Brazilian Indigenous Peoples and their Food Plants. *In*: **Local Food Plants of Brazil** (Eds. Michelle Jacob And Ulysses Paulino Albuquerque), Springer International Publishing, 2021.

CALZAVARA, B. B. G. Importância do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) como produtor de frutos e palmito para o estado do Pará. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE PALMITO, 1., 1987, Curitiba. **Anais**. Curitiba: EMBRAPA-CNPF, 1988. p. 249-260.

CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. Thorner. Irwin, 1966.

COSTA, G. S. *et al*. Economia açaífera na Amazônia - alto crescimento, baixo desenvolvimento e declínio alimentar dos povos regionais. *In*: **Crescimento e desenvolvimento numa perspectiva interdisciplinar**: ensaios sobre o crescimento econômico brasileiro. Camila de Moura Vogt; André Cutrim Carvalho (org.). São Paulo: Editora Digital, 2022.

CALZAVARA, B. B. G. **As possibilidades do açaizeiro no estuário amazônico**. Belém, FCAP. Boletim, n. 5, 1972.

CLEMENT, C. R. *et al*. Origin and domestication of native Amazonian crops. **Diversity** 2010, 2, 72-106; doi:10.3390/d2010072.

CASTRO, E. M. R de; CASTRO, C. P. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 1, abr. 2022.

ENRÍQUEZ, G. V. **Biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas**. 2008. 460f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2008.

FONTES, E. RIBEIRO, F. Os trabalhadores do açaí na Amazônia: cotidiano, natureza, memória e cultura. **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 81-106, 2012.

FERREIRA, O. B. S.; FREITAS, J. R. É possível falar em desenvolvimento na cadeia produtiva do açaí? **Rev. de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 55 – 75, 2018.

FONSECA, R. N. **O regime agroalimentar corporativo**: questionamentos sobre a materialização do açaí ultraprocessado no século XXI. 2020. 11f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional). João Pessoa: UFPB, 2020.

FREITAS, M. A. B. *et al*. Floristic impoverishment of Amazonian floodplain forests managed for açaí fruit production. **Forest Ecology and Management**. Volume 351, 1 September, 2015.

FREITAS, M. A. B. *et al*. Intensification of açaí palm management largely impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest. **Biological Conservation**. Volume 261, September, 2021.

FAUSTO, C.; NEVES, E. G. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon. **Antiquity,** 92(366), 1604-1618. 2018.

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. *In*: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex de (org.). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

JARDIM, M. A. G. MOURÃO, L. GROSSMANN, M. **Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.)**: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

JARDIM, M. A. G. MOURÃO, L. GROSSMANN, M. **Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.)**: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

LEITÃO-BARBOZA, M. S. *et al*. Open air laboratories: Amazonian home gardens as sites of experimentation, collaboration, and negotiation across time. **Journal of Anthropological Archaeology**, 62, 2021.

LIMA, R. R.; COSTA, J. P. C da. a. **Coleta de plantas de cultura pré-colombiana na Amazônia brasileira**. Parte I - Metodologia e expedições realizadas para coleta de germoplasma. Belém: EMBRAPA - CPATU, 1997. 148p.

MENEZES, G. M de.; LOPES, R. de. F. Ambiente e processos socioculturais (re) configurando redes comunicacionais na Amazônia. **Temática**, NAMID/UFPB. Ano XIV, n. 05. maio/2018.

MAGALHÃES, M. P. **Amazônia antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. 429 p.

MACEDO, N. D de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 59p.

MARINHO, J. A. M. **Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no extrativismo do açaí:** o caso do médio rio Pracuuba, São Sebastião da Boa Vista, Marajó (PA). 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Belém, UFPA, 2005.

OLIVEIRA, J. A de. Amazônias: sociedades diversas e culturas múltiplas. *In*: Peruzzo, Cicília Maria Krohlling e Pinho, José Benedito. **Comunicação e Multiculturalismo**. São Paulo: Intercom, Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

PARDINI, P. Amazônia indígena: a floresta como sujeito. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 15, n. 1, e20190009, 2020.

PAULA, G. A de. **Caracterização físico-química e estudo do escurecimento enzimático em produtos derivados de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.).** 2007. 89 f. Dissertação (mestrado em Tecnologia de Alimentos) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Tecnologia de Alimentos, Curso de Mestrado em Tecnologia de Alimentos, Fortaleza, 2007.

PETERS, C. M. The ecology and economics of oligarchic forests. **Advances in Economic Botany**, vol. 9, 1992.

RANDOLPH, R. Espaço de vida, espaço econômico e as contradições no desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 21, n. 2, dez. 2018.

SORANZ, G. Do pensamento social sobre a Amazônia. **Somanlu**, ano 10, n. 2, jul./dez. 2010.

SANTOS, E. S dos.; AZEVEDO-RAMOS, C.; GUEDES, M. C. Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24 n. 2, p. 195-221, 2021.

SHIVA, V. Recursos naturais. *In*: **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Wolfgang Sachs (editor). Vera Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime Clasen (tradutores). Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Gilton Mendes dos.; SOARES, Guilherme Henriques. A Amazônia indomável: relações fora do alcance da domesticação. **Mundo Amazónico** 12(1), 2021 | 281-300.

SHEPARD JR, G. H. *et al*. Ancient and Traditional Agriculture in South America: Tropical Lowlands. Printed from **Oxford Research Encyclopedias**, Environmental Science, 2020.

SHOCK, M. P.; MORAES, C. de P. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 2, p. 263-289, maio-ago. 2019.

SORANZ, G. Do pensamento social sobre a Amazônia. **Somanlu**, ano 10, n. 2, jul./dez. 2010.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 07

Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

Coordenadoras/es

Voyner Ravena Cañete (PPGSA/IFCH) • Leila da Costa Ferreira (IFCH/UNICAMP)
Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA) • Carlos Potiara Castro (PPGSA/UFPA)
Larissa Carreira (GETTAM/NAEA) • Claudio Fabian Szlafsztein (NAEA/UFPA)

Ementa: Este GT tem o objetivo de acolher trabalhos que tragam contribuições ao debate crítico e analítico concernente às questões ambientais contemporâneas e à justiça ambiental. São bem vindos os trabalhos com ênfase nas problemáticas de transformação da natureza relacionadas à ação humana, como o desmatamento e a intensificação da exploração de recursos naturais, que levado a aumentar os impactos sobre a vida das pessoas paralelamente à destruição de ecossistemas. Por isso, entre outros, interessa abordar temas relacionados ao desenvolvimento e modelo capitalista de produção, mudanças climáticas, políticas públicas ambientais, movimentos ambientalistas, biodiversidade, degradação ambiental urbana e rural, energia e ambiente, e o debate sobre a categoria "sustentabilidade", polêmica e pouco esclarecida. Como temos observado, aumentam os eventos climáticos extremos com escalada das ondas de calor devastadoras em diversas regiões, chuvas e alagamentos, deslizamento de encostas, queimadas e outras situações críticas sem controle possível pela sociedade e mesmo pela ciência e tecnologia que temos. Esse cenário analisado há bastante tempo pela ciência e explicitado pelo pensamento holístico de povos tradicionais reforça a urgência de medidas globais para enfrentar as mudanças climáticas igualmente planetárias e reduzir a emissão de gases de efeito estufa, visando evitar os impactos catastróficos previstos para o futuro. A principal questão em análise no GT será que sustentabilidade para sustentar que modelo de desenvolvimento? Em exame o desenvolvimento enquanto modelo e seu esgotamento revelado pelas crises sociais, ambientais, morais e de sociedade. Nesse sentido pensar e liberar as utopias de uma nova época.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

A INFLUÊNCIA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UM PAÍS SUSTENTÁVEL

Rafael da Silva Paiva [1](UFPA),
Ilziane Simões de Oliveira [2](UFPA);
Yuri Antonio da Silva Rocha[3](UFPA);
Maria Isabel Vitorino[4](UFPA).

RESUMO: O Brasil mostra vulnerabilidades ambientais e climáticas. O observado aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos têm impactado o funcionamento dos ecossistemas, a produção agrícola e aumentado os riscos a desastres naturais. O presente estudo busca avaliar publicações atuais sobre o efeito das mudanças climáticas sobre a produtividade agrícola nos estados brasileiros, averiguando a influência da temperatura e da precipitação sobre a produtividade de culturas agrícolas, realizando uma avaliação crítica e sistêmica sobre o assunto, considerando as metodologias utilizadas em cada trabalho e os principais resultados. Para a coleta de dados foram utilizados como critérios de inclusão os artigos publicados nos últimos cinco anos (2020-2024), pesquisados nas bases de dados de artigo científico *SciELO* e *Science Direct* em um período de quinze dias, com os temas "*mudanças climáticas e agricultura brasileira*" e "*climate change and Brazilian agriculture*". Como resultado, obteve-se 4.847 artigos, dos quais 50 artigos foram selecionados, considerando a correlação com o tema supracitado e que abordassem os impactos das mudanças climáticas na agricultura brasileira. Os resultados apontaram que os impactos das mudanças climáticas na agricultura brasileira devem ser avaliados e quantificados, especialmente porque o setor agropecuário contribuiu diretamente com 23,5% do produto interno bruto (PIB) nacional em 2017. O setor também responde por 38,5% do total nacional de exportações, colocando o país como o terceiro maior exportador mundial de commodities agrícolas.

Palavras-chaves: Mudanças climáticas; Produtividade Agrícola; Adaptação; Agricultura brasileira.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças a longo prazo nos padrões climáticos médios em todo o mundo, chamadas de "mudanças climáticas", estão fazendo com que muitos eventos climáticos extremos se tornem mais intensos e frequentes. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) o clima é a descrição estatística em termos da média e variabilidade de variáveis como temperatura e precipitação ao longo de um período de tempo que varia de meses a milhares ou milhões anos. Neste contexto, as mudanças climáticas são alterações no estado do clima que pode

[1] Mestrando em Ciências Ambientais (PPGCA). Universidade Federal do Pará (UFPA/Belém). paivarrafael@gmail.com
[2] Mestranda em Ciências Ambientais (PPGCA). Laboratório de Estudos e Modelagem Hidroambientais, Universidade Federal do Pará (UFPA/Belém). ilziane_oliveira@ymail.com
[3] Mestrando em Ciências Ambientais (PPGCA). Laboratório de Estudos e Modelagem Hidroambientais, Universidade Federal do Pará (UFPA/Belém). eng.yurirocha@gmail.com
[4] Doutora em Meteorologia. Universidade Federal do Pará (UFPA/Belém). vitorino@ufpa.br

ser identificada por mudanças na média ou na variabilidade de suas propriedades e que persiste por um período prolongado. As mudanças climáticas são resultantes de processos internos naturais ou forçantes externas, como modulações dos ciclos solares, erupções vulcânicas, e mudanças antropogênicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso do solo (IPCC, 2018).

Nos últimos anos, o agronegócio brasileiro passou por significativas mudanças econômicas e tecnológicas, destacando-se como uma importante fonte de riqueza e alimentos. Essas transformações colocaram o Brasil em uma posição de destaque na produção e exportação de produtos agrícolas (EMBRAPA, 2018). Em 2020, o Brasil alcançou a posição de segundo maior exportador de grãos, incluindo arroz, cevada, soja, milho e trigo, com uma fatia de 19% do mercado global. Por exemplo, o país detém metade do mercado de soja, liderando a produção e exportação desse produto. Além disso, o Brasil tornou-se o maior produtor e exportador de café e açúcar, e possui o maior rebanho bovino do mundo. Também se destacou como o terceiro maior produtor de frutas (CEPEA, 2021).

No período de 2020 a 2021, o PIB do agronegócio brasileiro alcançou recordes consecutivos, marcando um dos melhores momentos da história do setor. Em 2020, o agronegócio representou 26,4% do PIB nacional, aumentando sua participação para 27,6% em 2021, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Henschel; Queiroz; Gimenes, 2023). De maneira geral, as literaturas sobre as mudanças climáticas apontam que atividade agrícola poderá ser afetada de forma direta decorrentes de mudanças nas condições de precipitação. Além disso, a agricultura é vulnerável aos efeitos indiretos da mudança climática por meio de alterações na disponibilidade de recursos hídricos e nas propriedades do solo (Anita *et al.*, 2010; Maharjan; Joshi, 2013).

As mudanças climáticas vêm causando diversos efeitos na produtividade agrícola (Tol, 2018). Que se apresenta como um segmento importante na cadeia produtiva que depende em grande parte das condições naturais principalmente a do clima que é capaz de controlar seu crescimento e desenvolvimento e isto pode ser afirmado por estudos como o de Rodrigues e Szlafsztein (2009) que comprovaram que os produtores das comunidades dos projetos de assentamento do município de Alenquer - PA tiveram perdas significativas em suas produções agrícola (farinha de mandioca e Castanha do Pará) devido ao excesso de chuva ocorrido no ano de 2009.

Além disso, Oliveira *et al.* (2010) estudaram a resposta térmica e hídrica sobre a cultura de milho e arroz no município de Altamira-PA, no período de 1998 a 2005 e constataram que os elementos meteorológicos (radiação solar incidente, precipitação e temperatura) são fatores importantes na produção dessas culturas. Portanto, este trabalho tem como objetivo principal avaliar

o efeito das mudanças climáticas sobre a produtividade agrícola no Brasil, com foco na influência da temperatura e da precipitação.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo se constitui em uma revisão sistemática descritiva de caráter analítico de bibliografias que abordem sobre o efeito das mudanças climáticas sobre a produtividade agrícola no Brasil, averiguando a influência da temperatura e da precipitação sobre a produtividade de culturas agrícolas esta metodologia de revisão difere da revisão tradicional pois, responde a uma pergunta mais pontual (De-la-torre-ugarte, 2011).

Para a coleta de dados foram utilizados como critérios de inclusão os artigos publicados nos últimos cinco anos (2020-2024), pesquisados nas bases de dados de artigo científico *SciELO* e *Science Direct* em um período de quinze dias, com os temas "*mudanças climáticas e agricultura brasileira*" e "*climate change and Brazilian agriculture*". Como resultado, obteve-se 4.847 artigos, dos quais 50 artigos foram selecionados, considerando a correlação com o tema supracitado e que abordassem os impactos das mudanças climáticas na agricultura brasileira

Após a seleção dos artigos de acordo com os critérios de inclusão definidos, foram seguidos os seguintes passos: tradução dos artigos em língua estrangeira, leitura exploratória, leitura seletiva e escolha do material que se adequam aos objetivos e tema do estudo, leitura analítica e análise dos textos finalizando com a realização de leitura interpretativa (Gonçalves, 2019). Por conseguinte, selecionou-se os temas mais abordados, seguindo a seguinte sequência: agricultura; variáveis meteorológicas e mudanças climáticas no Brasil.

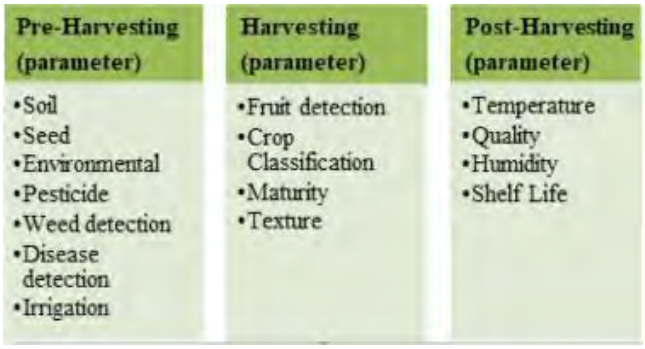
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Agricultura

A agricultura representa um setor econômico vital e fundamental para enfrentar diversos desafios relacionados à infraestrutura, ao envelhecimento da população e aos obstáculos à atividade econômica nessas regiões. Quando se trata da agricultura em áreas rurais, há uma série de desafios a serem superados. Esses desafios estão interligados e envolvem lidar com os impactos das mudanças climáticas nos ecossistemas, as pressões sobre os sistemas alimentares locais e globais, e garantir que a agricultura possa evoluir para modelos organizacionais que atendam às necessidades da sociedade. Para enfrentar efetivamente esses desafios complexos, é fundamental incentivar e facilitar mudanças no comportamento e na responsabilidade de várias partes interessadas (Mcphee *et al.*, 2021; Cascone *et al.*, 2024).

Deste modo, a agricultura é considerada a espinha dorsal da maioria dos países, pois o sistema econômico de um país frequentemente depende dela. O ciclo de vida agrícola é composto por três fases: pré-colheita, colheita e pós-colheita, cada uma com seus próprios parâmetros distintos que são interdependentes. Para obter um bom rendimento, é essencial aplicar os parâmetros de cada fase de forma suficiente e apropriada, adaptando-os às necessidades do campo de cultivo. No entanto, na agricultura tradicional, é difícil detectar, classificar, manter e controlar esses parâmetros com precisão (Couliably *et al.*, 2022).

Figura 1- Tipos de parâmetros no ciclo de vida agrícola.



Fonte: Saranya *et al.* (2023)

Por exemplo, durante a fase de pré-colheita, é necessário prever a quantidade e o tipo de pesticidas a serem aplicados. Se o agricultor confiar apenas em previsões habituais, isso pode levar a problemas. Além disso, o setor agrícola enfrenta diversos desafios, como mudanças climáticas, gestão do solo, controle de ervas daninhas e insetos, gestão da irrigação e escassez de água (Dheeraj *et al.*, 2022). Os problemas mais comuns na agricultura convencional incluem a detecção de pragas e doenças, a previsão de rendimento e de semeadura, a detecção de nutrientes no solo, a detecção de ervas daninhas, a irrigação, a detecção de fertilizantes, o monitoramento, a manutenção e a detecção climática (Akhter; Sofi, 2020).

A política agrícola brasileira passou por uma transformação significativa desde os anos 1950. Inicialmente, era parte secundária das políticas voltadas para a industrialização do país, conhecida como Política de Substituição de Importações (PSI), que durou cerca de 40 anos. A PSI impactou a agricultura com taxação e políticas de apoio interno, como crédito rural e garantia de preço mínimo. Após esse período, a política agrícola passou por mudanças, com o governo se retirando gradualmente de intervenções nos mercados agrícolas. Nos últimos 15 anos, houve uma ênfase em disciplina fiscal e controle monetário, visando à estabilização econômica, além de uma liberalização do comércio internacional (Lopes; Lopes, 2023).

Trabalhos como de Valadares *et al.* (2020) e Oliveira e Lavarda (2024), elucidam que a agricultura familiar tem sido cada vez mais valorizada nas discussões sobre a produção de alimentos

no Brasil. Além de proporcionar uma melhor qualidade de vida para os agricultores, ela também desempenha um papel significativo na economia do país. Até o início de 2020, os agricultores familiares comercializavam seus produtos em diversos locais, como mercados, feiras livres e escolas. A agricultura familiar no Brasil é extremamente diversificada, abrangendo famílias com diferentes níveis de renda e acesso a recursos. Ela engloba desde aquelas que possuem apenas pequenas áreas de terra para subsistência até aquelas com maior poder aquisitivo, que utilizam suas terras para produzir e comercializar alimentos. Além disso, a agricultura familiar desempenha um papel crucial na produção de uma variedade de alimentos essenciais, contribuindo significativamente para a qualidade de vida das pessoas (Cavalli *et al.*, 2020).

Fortalecer a agricultura familiar não apenas garante o abastecimento de alimentos para a sociedade, mas também contribui para a geração de renda, a redução da pobreza e a diminuição da vulnerabilidade social dos agricultores. Isso porque a agricultura familiar promove a melhoria das condições de vida no meio rural e tem um impacto positivo no meio ambiente (Araújo; Canteri; Bittencourt, 2021). Deste modo, a agricultura desempenha um papel crucial na economia global e local, enfrentando uma série de desafios complexos. Para superar esses desafios, é fundamental incentivar mudanças no comportamento e na responsabilidade de várias partes interessadas. Além disso, é essencial aplicar os parâmetros de cada fase do ciclo agrícola de forma adequada, adaptando-os às necessidades do campo de cultivo (Petrovic *et al.*, 2024).

3.2 Variáveis meteorológicas

De acordo com Silva *et al.* (2020) a chuva é considerada como o principal tipo de precipitação, sendo uma das variáveis meteorológicas fundamentais na determinação das condições do tempo e do clima em escala local. A chuva desempenha um papel crucial nos estudos relacionados ao clima e ao meio ambiente, afetando uma ampla gama de atividades humanas, incluindo agricultura, indústria e padrões sazonais de chuvas e secas. Além disso, tem um impacto significativo na preservação dos ecossistemas e no fluxo dos rios (Silva *et al.*, 2020). Numerosos estudos investigaram os efeitos da variabilidade da precipitação através dos gradientes latitudinais e altitudinais na ciclagem do nitrogênio no solo em regiões com baixa precipitação média anual (Feyissa *et al.*, 2021; Wang *et al.*, 2021; Li *et al.*, 2022).

No Brasil, cerca de 95% da produção agrícola depende das chuvas. As mudanças climáticas têm causado um impacto significativo na temperatura e na quantidade de chuvas, afetando a produção, o rendimento e a segurança alimentar, e aumentando os riscos para o setor agrícola. Isso deixa as pessoas e comunidades mais pobres e vulneráveis. Os países em desenvolvimento são os mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, e o Brasil, considerando seus ecossistemas

e agricultura, está particularmente exposto. Entre os impactos negativos no setor agrícola estão alterações nos ciclos de desenvolvimento das culturas e aumento na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como secas e chuvas intensas (Assad *et al.*, 2020; IPCC, 2021).

Para melhor compreender as variações na precipitação, é essencial contar com uma extensa rede de pluviômetros que permitam detectar as mudanças neste parâmetro ao longo do sistema de produção. No entanto, a falta de dados locais é uma lacuna significativa. Para contornar essa questão, é necessário combinar dados coletados em estações terrestres com informações de satélite. No Brasil, a maioria das estações meteorológicas está concentrada em regiões costeiras, e não há uma rede nacional abrangente para medir as temperaturas nos sistemas de produção. Os estudos geralmente se baseiam em dados experimentais locais, enquanto as leituras oficiais de temperatura provêm de termômetros protegidos da exposição direta ao sol (Assad *et al.*, 2022).

As práticas agrícolas que envolvem o plantio de árvores podem ter um impacto significativo na temperatura. A presença de árvores pode reduzir tanto a temperatura máxima quanto a média diária, dependendo do nível de sombreamento e da capacidade de as copas das árvores bloquearem a radiação solar. Essa menor quantidade de radiação que atinge o solo pode resultar em uma redução significativa da temperatura (Magalhães *et al.*, 2020).

A temperatura do ar é, dentre os elementos climáticos, o que promove maiores efeitos diretos e significativos sobre muitos processos fisiológicos que ocorrem nas plantas. Por tanto, o seu conhecimento se torna fundamental em estudos de planejamento agrícola e em análises de adaptação a culturas de determinadas regiões com distintas características. Além disso, a relação direta da altitude com a temperatura é especialmente importante para as regiões tropicais e subtropicais, onde uma diferença atitudinal de alguns metros provoca mudanças sensíveis no clima, no solo, na vegetação e consequentemente, na adaptação de espécies vegetais e na aptidão para os vários sistemas de uso da terra (Geande *et al.*, 2021).

O relatório do IPCC AR6 (IPCC, 2023) indica que a temperatura média global aumentou em 1,1°C em relação à era pré-industrial, de 1850 até 2020. Segundo o Atlas do IPCC (IPCC 2023), a temperatura do ar no Brasil aumentou 0,15 o C por década desde 1961 até 2015. As projeções do clima para o final do século XXI apontam aumento de temperatura e variações na precipitação.

As florestas amazônicas experimentam uma tendência crescente na temperatura do ar de 0,5°C por década nos últimos 35 anos. Prevê-se que estes aumentos de temperatura continuem sendo provável que condições mais quentes ocorram cada vez mais em combinação com secas mais longas e severas em grande parte da Amazônia. A resposta das florestas a estas mudanças climáticas dependerá da sua capacidade de aclimatação às mudanças nas condições ambientais de base e da

resiliência ao estresse extremo. Atualmente, existem dados limitados disponíveis para ajudar na compreensão da sensibilidade das florestas tropicais ao aumento das temperaturas (Krivchikov, 2024).

No entanto, as quantificações das temperaturas médias e das mudanças de temperatura não são adequadas para determinar os efeitos do tempo/clima e das alterações climáticas na agricultura. Dado que a sensibilidade da agricultura à temperatura do ar varia com o tipo de cultura e a fisiologia durante a estação de crescimento, fatores importantes para a agricultura são o momento das mudanças de temperatura, as mudanças na distribuição da temperatura e a duração das mudanças. Além disso, grande parte da vulnerabilidade da agricultura e da maioria dos outros sectores às alterações climáticas reside nas mudanças de temperaturas extremas, que podem ter associações não lineares com alterações de temperatura média e ainda não foram extensivamente estudadas (Silva, Lopes; Santos, 2023).

Estudos em desenvolvimento no Sul do Brasil, especialmente aqueles relacionados aos registros de dados meteorológicos do último século, apontam um aumento na temperatura média do ar e uma intensificação da chuva em períodos reduzidos. É importante notar que variações climáticas sempre ocorreram como fenômenos normais aos ciclos naturais terrestres, como as alterações causadas pelo fenômeno El Niño. No entanto, a intensificação do volume de precipitações em períodos reduzidos, inundações e secas têm se tornado mais frequentes no cotidiano de muitas comunidades (Viola; Mendes, 2022).

3.3 Mudanças climáticas no Brasil

As mudanças climáticas representam um dos desafios mais urgentes da atualidade para a humanidade, como ressaltado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO, 2022). Esse problema tem gerado debates intensos e motivado a implementação de ações em todo o mundo, devido aos impactos cada vez mais evidentes que causa na sociedade e no meio ambiente. No contexto das mudanças climáticas, o mundo contemporâneo apresenta uma rede cada vez mais complexa de relações em diversos níveis locais, regionais e globais e em várias dimensões social, ambiental, econômica e cultural. Isso requer uma produção de conhecimento e governança que sejam adaptados a essas diferentes configurações. A ciência tem mostrado que o paradigma anteriormente dominante não é capaz de abranger toda essa complexidade (Coutinho *et al.*, 2021).

As previsões de um aumento de mais de 4 graus Celsius na temperatura média global e mudanças significativas nos padrões de chuva até o final do século afetarão as espécies de várias maneiras. Isso inclui alterações em sua fisiologia, em seu ciclo de vida, nas interações com outras formas de vida e na redução ou deslocamento de suas áreas de distribuição (Malecha et al., 2023). É

inegável falar de mudanças climáticas no Brasil sem mencionar as questões envolvidas a segurança alimentar que tem sido cada vez mais debatidas, as mudanças climáticas representam desafios significativos para a população mundial, especialmente para o setor agrícola.

O aumento da temperatura e as mudanças nos padrões de chuva estão afetando a produção agropecuária em várias regiões, principalmente nos países em desenvolvimento. Isso é preocupante, já que a demanda por alimentos está prevista para aumentar até 2% ao ano nas próximas décadas, devido ao crescimento populacional e à melhoria das condições econômicas (Rodrigues *et al.*, 2024; Da Encarnação Paiva *et al.*, 2024; Yamahaki; Breviglieri; Von Luepke, 2024). É importante ressaltar que o setor agrícola também contribui para intensificar as mudanças climáticas, liberando gases causadores do efeito estufa (GEEs) por meio do desmatamento, uso de fertilizantes, pecuária e outras práticas agrícolas. Atualmente, o setor de Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra (AFOLU) é responsável por cerca de 30% de todas as emissões antropogênicas de GEEs. A produção agropecuária sozinha responde por metade das emissões de metano (CH4) e dois terços das emissões de óxido nitroso (N2O) resultantes de atividades humanas (Delmotte *et al.*, 2020).

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios globais atualmente, e têm sido amplamente discutidas em diversos níveis governamentais. Tanto iniciativas públicas quanto privadas têm se empenhado em promover uma transição para uma economia mais verde e com baixas emissões de carbono. Essa transição busca encontrar soluções e modelos de negócios que usem de forma eficiente os recursos naturais, além de promover tecnologias limpas e verdes, contribuindo assim para a redução dos impactos ambientais e a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelas mudanças climáticas. Os governos têm um papel crucial na promoção e indução dessa transição energética (Ferreira, 2022).

Diante dos desafios atuais, é crucial investir em pesquisa científica e tecnológica para impulsionar inovações e o desenvolvimento de tecnologias limpas, que possam conduzir as nações a um caminho de desenvolvimento sustentável. As tecnologias têm um papel fundamental ao oferecer soluções que melhorem a qualidade, consumo e tratamento da água, otimizem a produção de energia, diversifiquem as fontes renováveis e aprimorem a infraestrutura (Rosa *et al.*, 2020).

De maneira geral, as mudanças climáticas representam um dos maiores desafios globais, especialmente para os centros urbanos, que tendem a ser mais afetados. Cidades localizadas em regiões do Sul Global, como as brasileiras, enfrentam maior risco de impactos negativos devido à presença significativa de vulnerabilidades climáticas e à falta de infraestrutura institucional, física e financeira para lidar com essa questão. Para enfrentar a crise climática, são necessárias medidas de mitigação e adaptação, com foco especial nos centros urbanos, que oferecem oportunidades

significativas para ações concretas e diretas. É importante considerar as competências locais, a capacidade de articulação entre diferentes atores e uma atuação mais específica para enfrentar efetivamente esses desafios (Casimiro; Jereissati, 2020).

Com a intensificação dos eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes em várias partes do mundo, cresce a preocupação sobre a eficácia das políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Deste modo, no Brasil ainda há poucos dispositivos legais que abordam de maneira detalhada a questão das mudanças climáticas no contexto da agricultura familiar (Ferretti e Nepomoceno, 2024). Além disso, cabe salientar que as mudanças climáticas tiveram um impacto significativo sobre os povos indígenas no Brasil. Com cerca de 900.000 indivíduos pertencentes a aproximadamente 305 grupos étnicos, essas comunidades enfrentam desafios crescentes devido ao aumento das temperaturas e às alterações nos padrões de precipitação.

Isso resultou no fracasso das colheitas e em insegurança alimentar, dificultando a manutenção dos meios de subsistência tradicionais, como a caça e a pesca. A ligação profunda com a natureza é essencial para as práticas e crenças diárias das comunidades indígenas, refletindo-se em suas tradições, costumes e crenças. A terra não é apenas um local físico para muitas comunidades, mas também representa uma fonte de identidade, história e bem-estar espiritual (Zisis; Lee, 2021; Papworth; Maslin; Randalls, 2022).

4. CONCLUSÃO

Em síntese, este estudo analítico destacou a relevância da agricultura brasileira e sua vulnerabilidade às mudanças climáticas, particularmente em relação à influência da temperatura e da precipitação. A revisão sistemática dos artigos selecionados permitiu identificar que as mudanças climáticas têm impactado significativamente a agricultura no Brasil, afetando o ciclo de vida agrícola, a produção agropecuária e a segurança alimentar.

Os resultados indicaram que a temperatura média global e a temperatura do ar no Brasil têm aumentado, enquanto os padrões de chuva têm variado, impactando diretamente a produção agrícola. Além disso, a falta de dados locais e a concentração de estações meteorológicas em regiões costeiras foram identificadas como desafios para a compreensão das variações na precipitação e na temperatura.

Diante desses desafios, é fundamental incentivar mudanças no comportamento e na responsabilidade de várias partes interessadas, incluindo agricultores, pesquisadores, governos e a sociedade em geral. Ademais, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e a implementação de políticas públicas adequadas são essenciais para mitigar os impactos das mudanças climáticas na agricultura brasileira.

Portanto, este estudo reforça a importância de se compreender e adaptar a agricultura às mudanças climáticas, a fim de garantir a sustentabilidade do setor e a segurança alimentar no Brasil. Espera-se que os resultados e as discussões apresentadas possam contribuir para o avanço do conhecimento científico nessa área e para a formulação de políticas públicas eficazes.

REFERÊNCIAS

AKHTER, Ravesa; SOFI, Shabir Ahmad. Precision agriculture using IoT data analytics and machine learning. **Journal of King Saud University-Computer and Information Sciences**, v. 34, n. 8, p. 5602-5618, 2022.

ANITA, Wreford; DOMINIC, Moran; NEIL, Adger. **Climate change and agriculture impacts, adaptation and Mitigation: Impacts, adaptation and Mitigation**. OECD publishing, 2010.

ASSAD, E. D. et al. Role of the ABC Plan and Planaveg in the adaptation of crop and cattle farming to climate change. **São Paulo: WRI-Brasil**, 2020.

ASSAD, Eduardo Delgado et al. Adaptation and resilience of agricultural systems to local climate change and extreme events: an integrative review. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 52, p. e72899, 2022.

CASCONE, Giulio et al. Promoting innovations in agriculture: Living labs in the development of rural areas. **Journal of Cleaner Production**, p. 141247, 2024.

CAVALLI, Suzi Barletto et al. Family farming in times of Covid-19. **Revista de Nutrição**, v. 33, p. e200180, 2020.

CEPEA, DATA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. 2021.

COULIABLY, S. et al. Deep learning for precision agriculture: A bibliometric analysis. Intelligent Systems with Applications. 2022.

COUTINHO, Sonia Maria Viggiani et al. Adaptação às mudanças climáticas no Brasil: complexidade, incertezas e estratégias existentes. **Revista ClimaCom, Coexistências e Cocriações**, v. 8, n. 20, p. 1-22, 2021.

DA ENCARNAÇÃO PAIVA, Ana Carolina et al. Inter-basin water transfers under changing climate and land use: Assessing water security and hydropower in the Paraíba do Sul River basin, Brazil. **Journal of South American Earth Sciences**, v. 133, p. 104707, 2024.

DA ROSA, Jessica et al. Cidades inteligentes: conceitos, desafios de implantação e principais modelos utilizados no cenário atual. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020.

DA SILVA, Richarde Marques; LOPES, Aricson Garcia; SANTOS, Celso Augusto Guimarães. Deforestation and fires in the Brazilian Amazon from 2001 to 2020: Impacts on rainfall variability and land surface temperature. **Journal of Environmental Management**, v. 326, p. 116664, 2023.

DE ARAÚJO, Alcione Lino; CANTERI, Maria Helene Giovanetti; BITTENCOURT, Juliana Vitória Messias. Agricultura familiar e o impacto do Covid-19 aos programas de políticas públicas-PNAE e PAA. 2021.

DE CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo; JEREISSATI, Lucas Campos. Smart cities e mudanças climáticas no Brasil: debates e tensões no âmbito da gestão urbana contemporânea. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 22, n. 88, p. 201-232, 2022.

DE OLIVEIRA, Rosana Santos; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. A Agricultura familiar na Pandemia de Covid-19: estratégias inovadoras que emergiram entre as agricultoras da Feira da Mulher Rural no município de Itaituba no estado do Pará. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 10, n. 1, p. 80-100, 2024.

DE-LA-TORRE-UGARTE, Mônica Cecilia et al. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.

DELMOTTE, Valérie Masson et al. Mudança de clima e terra. 2020.

DHEERAJ, Godi et al. Plant leaf diseases identification using deep learning approach for sustainable agriculture. In: **2022 6th International Conference on Intelligent Computing and Control Systems (ICICCS)**. IEEE, 2022. p. 1429-1434.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –EMBRAPA. (2018). Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira. Brasília, DF: Embrapa, 2018. ISBN 978-85-7035-799-1.

FERREIRA, M. S. Economia sustentável: caminho para eficiência e inovação econômica. 2022. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/28992/1/tcc%20com%20fixa.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

FERRETTI, Kleber Destefani; NEPOMOCENO, Taiane Aparecida Ribeiro. MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL. **Revista Grifos**, v. 33, n. 61, p. 01-18, 2024.

FEYISSA, Adugna et al. Soil nitrogen dynamics at a regional scale along a precipitation gradient in secondary grassland of China. **Science of The Total Environment**, v. 781, p. 146736, 2021.

GEANGE, Sonya R. et al. The thermal tolerance of photosynthetic tissues: a global systematic review and agenda for future research. **New Phytologist**, v. 229, n. 5, p. 2497-2513, 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 29-55, 2019.

HENSCHEL, Daniely; DE QUEIROZ, Ricardo Guimarães; GIMENES, Régio Marcio Toesca. Revisão sistemática sobre o crédito rural no Brasil, com destaque para a operação barter. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 12, p. 21104-21123, 2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate change 2021: the physical science basis. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). O efeito da variabilidade e mudanças climáticas na terra. Disponível em:< https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/chapter-2/>. Acesso em: 30. out. 2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Annex I: Glossary. Matthews, J.B.R. (ed.). Cambridge University Press. 2018.

KRIVCHIKOV, A. I. et al. Enhancing thermal transport in ABS polymer with graphene oxide: insights into low-temperature thermal conductivity behavior and correlation with Boson peak anomaly. **Thermochimica Acta**, p. 179696, 2024.

LI, Yuqian et al. Effects of multiple global change factors on soil microbial richness, diversity and functional gene abundances: A meta-analysis. **Science of the Total Environment**, v. 815, p. 152737, 2022.

LOPES, Ignez Vidigal; LOPES, Mauro de Rezende. O fim das cinco décadas de tributação da agricultura no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 19, n. 5, p. 31, 2023.

MAGALHÃES, CAS; ZOLIN, CA; LULU, J.; LOPES, L.B.; FURTINI, IV; VENDRÚSCULO, LG; ZAIATZ, APSR; PEDREIRA, BC; PEZZOPANE, JRM Melhoria dos índices de conforto térmico em sistemas agroflorestais no sul da Amazônia brasileira. Jornal de Biologia Térmica , v. 91, e102636, 2020.

MAHARJAN, Keshav Lall; JOSHI, Niraj Prakash. **Climate change, agriculture and rural livelihoods in developing countries**. Japan: Springer, 2013.

MALECHA, Artur; VALE, Mariana M.; MANES, Stella. Increasing Brazilian protected areas network is vital in a changing climate. **Biological Conservation**, v. 288, p. 110360, 2023.

MCPHEE, Chris et al. The defining characteristics of agroecosystem living labs. **Sustainability**, v. 13, n. 4, p. 1718, 2021.

OLIVEIRA, M. C. F; JÚNIOR, J. A. S.; FRANCO, V. S.; SIQUEIRA, I. S; ALBUQUERQUE, M. F. Influências dos Recursos térmicos e hídricos na produção de grãos do milho e do arroz no municípios de Altamira-Pa, 1998 a 2005.In: XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia, 2010, Belém - PA. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia, 2010.

PAPWORTH, Andrew J.; MASLIN, Mark; RANDALLS, Samuel. How food-system resilience is undermined by the weather: the case of the Rama Indigenous group, Nicaragua. **Ecology and Society**, v. 27, n. 4, 2022.

PETROVIĆ, Bojana et al. Application of precision agriculture technologies in Central Europe-review. **Journal of Agriculture and Food Research**, p. 101048, 2024.

RODRIGUES, Eugénio; PARENTE, Jean; FERNANDES, Marco S. Building for tomorrow: Analyzing ideal thermal transmittances in the face of climate change in Brazil. **Applied Energy**, v. 355, p. 122360, 2024.

RODRIGUES, J.; SZLAFSZTEIN, C. Caracterização do meio rural no município de Alenquer no contexto de Mudanças Climáticas. Relatório preparado para o projeto Calha Norte, ITT/Iniciativa Amazônica, UFPA, Belém. 2009.

SARANYA, T. et al. A comparative study of deep learning and Internet of Things for precision agriculture. **Engineering Applications of Artificial Intelligence**, v. 122, p. 106034, 2023.

SILVA, Darlan Teles et al. Precipitação estimada por sensoriamento remoto no estado de Sergipe. **Nativa**, v. 8, n. 2, p. 198-204, 2020.

TOL, Richard SJ. The economic impacts of climate change. **Review of Environmental Economics and Policy**, 2018.

VALADARES, Alexandre Arbex et al. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. In: **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. 2020. p. 23-23.

VIOLA, Eduardo; MENDES, Vinícius. Agricultura 4.0 e mudanças climáticas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. e02462, 2022.

WANG, Nannan et al. Seasonality of gross ammonification and nitrification altered by precipitation in a semi-arid grassland of Northern China. **Soil Biology and Biochemistry**, v. 154, p. 108146, 2021.

WIPO. Revista da OMPI. Mudanças climáticas: A hora de agir é agora. Disponível em: https://www.wipo.int/wipo_magazine/pt/2020/01/article_0001.html#:~:text=As%20mudan%C3%A7as%20clim%C3%A1ticas%20s%C3%A3o%20um,sustentar%20uma%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20expans%C3%A3o. Acesso em 10 março 2024.

YAMAHAKI, Camila; BREVIGLIERI, Gustavo Velloso; VON LUEPKE, Heiner. Explaining the absence of climate change integration in low-carbon sectoral policies: An analysis of Brazil's maritime cabotage policy. **Case Studies on Transport Policy**, p. 101183, 2024.

ZISIS, Evaline; HAKIMI, Shawn; LEE, Eun-Young. Climate change, 24-hour movement behaviors, and health: a mini umbrella review. **Global Health Research and Policy**, v. 6, n. 1, p. 15, 2021.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

JUVENTUDES E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA: entre as fronteiras do calor e do medo frente à crise ambiental na Amazônia paraense

Pedro Israel Mota Pinto[1] (UFPR),
Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga[2] (COJOVEM)

RESUMO: Essse trabalho teve como objetivos compreender como as problemáticas ambientais se relacionam com a vivência das juventudes, seguido do objetivo específico de interpretar a relação das adaptações climáticas promovidas por juventudes na Amazônia paraense. Como metodologia, essa pesquisa utiliza-se dos métodos quantitativos e qualitativos, através da produção de dados primários e secundários, bem como a interpretação de mapeamento de políticas públicas, análises de dossiês, formulários aplicados, entrevistas abertas e imersão com lideranças de juventudes. Assim, baseando-se em dados e em evidências, trouxe como resultados o que as juventudes esperam do gerenciamento do Estado diante a crise climática, bem como diretrizes para a promoção de adaptações climáticas próximas da realidade dos interiores da Amazônia, além de promover princípios constituído por juventudes para jovens do Estado do Pará.

Palavras-chaves: políticas públicas; mitigação; advocacy; jovens; estado do Pará;

De acordo com os estudos de Gatti et al. (2022), em 2018, cerca de 37% do nordeste da Amazônia estava desmatado, isso representou uma perda de 34% de chuva no período das queimadas, em agosto, setembro e outubro. No Sudeste, segunda região mais desmatada, com 28% de perda florestal, houve 24% a menos de chuva e a temperatura subiu 2,5 graus. A estação seca nessas regiões tem ficado mais seca, mais quente e mais longa, como apresenta Gatti et al. (2022). Em uma sociedade cujos recursos são contraditoriamente divididos, até o nosso dormir nos fere quando o tempo, manipulado por ações externas a nossa região, nos adoece, nos mata e nos faz sentir, fisicamente, a dor do abuso que o meio ambiente sofre a cada ano.

Dentro dos públicos mais afetados pelas mudanças climáticas, sabe-se que crianças, adolescentes e jovens já estão sendo impactados de forma desproporcional por mudanças nos ambientes em que vivem, frente à sua singularidade de seu metabolismo, à sua fisiologia e às suas necessidades de desenvolvimento (UNICEF, 2021c). As consequências mais graves de mudanças na temperatura, na qualidade do ar e da água, e nos meios disponíveis para a nutrição afetam mais diretamente o desenvolvimento e o bem-estar das juventudes. Crianças no começo da vida, cuja fisiologia e cujos sistemas imunológicos ainda são pouco desenvolvidos, sofrem mais intensamente os efeitos do estresse relacionado às mudanças climáticas (UNICEF, 2021c).

Um ponto que intensifica a vulnerabilidade de crianças e adolescentes trata-se do fato de que os efeitos das mudanças climáticas são sentidos mais intensamente pelos mais pobres e, consequentemente, os menos protegidos pelas políticas públicas (CABRAL, 2019). Nessa perspectiva, a urgência da construção de uma justiça ambiental se faz necessária, bem como aponta Herculano (2008), ao levantar o procedimento estratégico de um conjunto de princípios e valores sociais que assegure grupos de comunidades que possuem forte relação com a sua habitação, dentre eles, étnicos, raciais ou classes, de não suportarem, em alguma medida, os reflexos de projetos econômicos que abalem diretamente a terra onde os grupos residem, isto é, na promoção de justiça ambiental.

[1] Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, e-mail: pedromota777@gmail.com.
[2] Coop. da Juventude Amazônida pelo Desenvolvimento Sustentável, e-mail: karlagiovannabraga@gmail.com.

Segundo Giulio et al., (2016), no contexto das mudanças climáticas, o conceito de adaptação precisa ser urgentemente reivindicado nos contextos de políticas, publicidade e também na ciência. Os autores defendem que a adaptação pode ser entendida como atividades consecutivas que se ajustam para prevenir-se ou remediar ações do efeito da crise climática. Ressaltam por meio de uma revisão de literatura, que a pobreza e a vulnerabilidade social, intensificam a dificuldade em promover a adaptação às ações climáticas.

Para o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), a principal fonte de emissões em territórios paraenses é a mudança do uso da terra e que elas vêm em ascendência na última década devido, em especial, ao aumento do desmatamento e da incidência de queimadas na região, afetando populações, levantadas em especial aqui as juventudes. Para lidar de forma efetiva com a mudança do clima na região, é inevitável considerar o nexo adaptação climática, juventudes e fronteiras das dinâmicas do uso da terra e as relações dos problemas ambientais.

Frente a essa contextualização é importante notar que o caminho do desenvolvimento não têm envolvido as populações amazônidas na construção de seus próprios territórios e assim como as veias abertas da américa latina, nas Amazônias se abrem meandros que soterram-se com a baixa participação da população no desenvolvimento de políticas, projetos e programas gerando, por vezes, uma série de tomada de decisões descontextualizadas que acentuam não só os impactos da crise climática mas que também desconsideram as mãos, mentes e corações responsáveis por conservar a floresta viva.

Assim, a pesquisa tem por problemática: de que forma os impactos das problemáticas ambientais influenciam a vida de juventudes no Pará? e também quais são os indicadores da relação entre as urgências das adaptações climáticas e juventudes na Amazônia paraense? Dessa forma, os objetivos da pesquisa se fazem em: compreender como as problemáticas ambientais se relacionam com a vivência das juventudes, seguido do objetivo específico de interpretar a relação das adaptações climáticas promovidas por juventudes na Amazônia paraense.

Esse estudo se justifica assim pela contribuição com estudos acerca das juventudes, o qual se faz com precariedade. Bem como contribuir cientificamente com a promoção de políticas públicas desenvolvidas na Amazônia, para juventudes do Pará, que tem por necessidade o levantamento de dados necessários para essa promoção. Além disso, observa-se como justificativa, a contribuição com as propostas de adaptação frente à crise climática que assola a região amazônica, afetando populações entre as fronteiras do calor e outras consequências dessa crise, além do medo pelo futuro ainda incerto dentro desse cenário.

Como metodologia, essa pesquisa utiliza-se dos métodos quantitativos e qualitativos, através da produção de dados primários e secundários, bem como a interpretação de mapeamento de políticas públicas, análises de dossiês, formulários aplicados, entrevistas abertas e imersão com lideranças de juventudes. Assim, baseando-se em dados e em evidências, trouxe como resultados o que as juventudes esperam do gerenciamento do Estado diante a crise climática, bem como diretrizes para a promoção de adaptações climáticas próximas da realidade dos interiores da Amazônia, além de promover princípios constituído por juventudes para jovens do Estado do Pará.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que mecanismos de governança e de adaptação climática promovidas por juventudes sejam efetivamente capazes de favorecer a participação representativa de jovens no planejamento, execução e monitoramento de produtos e atividades de forma avaliativa e propositiva, consideramos fundamental a escuta a pessoas de diferentes perfis e de municípios distintos no Pará, para o entendimento dos mecanismos de participação cidadã existentes das juventudes paraenses, as oportunidades e limitações existentes para participação e elaboração de propostas feitas por juventudes.

Para tanto, a metodologia para esta etapa inclui: (i) mapeamento e análise políticas públicas voltadas para as juventudes no horizonte de anos entre 2000 a 2022; (ii) mapeamento de organizações e atores-chave para a pauta de juventudes; (iii) aplicação pesquisa quali-quantitativa buscando identificar oportunidades, barreiras e anseios das juventudes paraenses entre 16 a 35 anos no que tange a criação de políticas públicas, projetos e programas; (iv) priorização de organizações, secretarias e atores a serem escutados sobre mecanismos de participação existentes, oportunidades e barreiras à participação cidadã no Pará; (v) imersão com 37 lideranças de juventudes para o desenvolvimento de uma agenda propositiva para ampliar os mecanismos de participação cidadã, mapear problemas e cocriar propostas de resolução para os problemas mapeados.

O levantamento e diagnóstico de políticas públicas teve como objetivo o entendimento do estado da arte das políticas das políticas para juventudes no Estado do Pará entre os anos de 2000 a 2022. Essa etapa é essencial para o entendimento do contexto atual e para a proposição de novas ações ligadas a essa área. A metodologia utilizada para a realização do diagnóstico é baseada em uma pesquisa qualitativa utilizando essencialmente dados secundários com o cruzamento de dados primários obtidos em entrevistas individuais e coletivas com uma série de coletivos que trabalham com a referida temática no Estado. Abaixo estão ilustradas as etapas para esse processo:

Figura 1 - Fluxograma de Processos da Etapa de Mapeamento de Políticas Públicas, 2022.



Fonte: Pesquisa, Fala Juventudes do Pará (2023).

Acerca dos formulários aplicados, visou entender de forma quantitativa os mecanismos de participação cidadã, desafios e oportunidades que as juventudes do Estado do Pará têm encontrado em sua trajetória e quais seus anseios políticos e sociais para o agora. Dessa forma, foi elaborado um questionário com 37 perguntas, o qual contou com a participação de 388 juventudes localizadas pelo território do Pará, como expõe a Figura 2. Nesse cenário, observamos uma das problemáticas levantadas pelas juventudes acerca da Exclusão Digital, como um impedimento de jovens de estarem presentes em processos de desenvolvimento social a partir da internet.

Figura 2 – Localização das juventudes participantes da pesquisa, 2022.



Fonte: Pesquisa, Fala Juventudes do Pará (2023)

Do questionário diversos dados foram retirados para subsidiar propostas de adaptações climáticas, entender prioridades elencadas pelas juventudes do Pará no que tange planos de governos, entender dificuldades e quais os melhores caminhos para a construção de projetos, programas e políticas públicas que possam mitigar os impactos da crise climática nas juventudes do Estado, assim como subsidiar os tópicos desta pesquisa para a construção de uma análise efetivamente participativa e que faça sentido para as necessidades das juventudes que nasceram e vivem no Pará.

Para a fase de entrevistas abertas com demais juventudes do Pará, foram mapeados 90 atores, dentre os quais 47, 77% representam coletivos, ONGs e demais entes da sociedade civil organizada; 23,33% representam o poder público; 14,44% são de coletivos não formalizados e 11,11% representavam o setor da educação popular. Definir apenas um setor para a educação popular justifica-se devido a importância que o setor educacional tem para a construção da percepção das juventudes amazônidas como corpos amazônidas e sua formação política, social, cultural e econômica para esse território.

Além disso, houve a imersão em campo com 34 lideranças políticas, para a construção da Agenda de Políticas Públicas, Projetos e Programas para Juventudes do Pará (2023), Figura 3, intitulada Imersão Rebujo, na qual são apontados princípios e diretrizes para a construção de uma política com a participação de juventudes no enfrentamento da crise climática em seus territórios, sistematizando adaptações climáticas baseadas na realidade dessas juventudes e em ações já efetuadas por essa população nas suas frentes de atuação pelo Pará.

Figura 3 – Localização das juventudes participantes da pesquisa, 2022.



Fonte: Pesquisa, Fala Juventudes do Pará (2023)

JUVENTUDES PARAENSES, POLÍTICAS PÚBLICAS E A URGÊNCIA DE PROPOSTAS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA

O conceito de adaptação climática diz respeito aos sistemas socioambientais de terem a capacidade de recuperação frente o cenário de desastres, permitindo a esses sistemas a absorvição de impactos para encarregar-se dos eventos antes e depois da realidade ambiental hostil que se estabelece, isto é, tornar sociedades vulneráveis resilientes antes que mudem as suas características essenciais para a vida (OBERMAIER e ROSA, 2013).

Pensando a adaptação como um ajuste na perspectiva ecológica, social ou econômica de sistemas em resposta a estímulos climáticos que já estão acontecendo ou que estão por acontecer. Entende-se que é essencial envolver processos que levem à redução da vulnerabilidade em função da exposição e sensibilidade à mudança e capacidade adaptativa. Já a capacidade adaptativa é determinada por uma série de fatores como o acesso ao capital, tecnologia, acesso a instituições e meios, resposta e capacidade política, influência e redes de parentescos (SMIT e WANDEL , 2006).

O conhecimento local pode ser definido por um saber único que se desenvolve em um longo período de tempo e que é mantido por uma determinada sociedade em um local específico (WARREN et. al, 1995). Sendo assim, os conhecimentos locais, os quais também podem ser lidos como conhecimentos tradicionais, estão intimamente ligados aos territórios em uma perspectiva de gestão, instituições e visões de mundo que são moldados em contextos locais.

Em 2016, o Governo Federal deu o primeiro passo rumo a adaptação climática com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), que está ligado à construção de estratégias de soluções das problemáticas ambientais no país a médio e longo prazo. No Estado do Pará, segundo o Agência Pará (2023), as políticas públicas voltadas para a adaptação climática são intensas desde 2019, com a promoção do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC), o Comitê Gestor do Sistema Estadual Sobre Mudanças Climáticas (Coges-Clima), o Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas (já foi realizada a quarta edição em 2022).

Por conseguinte, o Plano Estadual de Bioeconomia, e a participação e atual liderança no Consórcio Amazônia Legal (AGÊNCIA PARÁ, 2023), são algumas políticas mais expressivas apresentadas pelo Estado para a sociedade paraense. É fato que no PNA há a inclusão de gestantes e crianças menores de cinco anos como grupos prioritários, mas a correlação desses públicos no que tange o encaminhamento de medidas factíveis dentro das abordagens como eficiência energética, controle do desmatamento, descarbonização da matriz energética nacional, e semelhantes não trazem esse recorte sensível às dinâmicas sociais que estão intrinsecamente conectadas.

Dentro desse mapeamento, levantamos que apenas 36 Políticas Públicas, ao longo de 20 anos (2002 e 2022), são encontradas que pautam juventudes em seus Decretos, Resoluções ou Leis

Ordinárias no Estado do Pará, tendo por consequência a presença precária dessa população no ambiente político na região. Nesse cenário, jovens amazônidas do Pará encontram-se não assistidos desde o desamparo da segurança de suas vidas no campo, como a segurança alimentar nas cidades.

Em 2021, o jovem Isac Tembé foi assassinado, e segundo seus parentes indígenas, o crime partiu de policiais militares que faziam segurança privada para o dono da fazenda, onde o crime ocorreu (G1, 2021). A morte da liderança jovem indígena ocorrida em Capitão Poço, nordeste do Estado do Pará, não é um ponto fora da curva, e sim faz parte de uma longa trajetória do plano de genocídio da população indígena, do apagamento de suas histórias e destruição de suas terras.

Segundo Almeida e Almeida (2021), a fome na Amazônia é uma realidade perturbadora e triste, visto tamanha riqueza frente a cenários contrastados com tanta pobreza. Um forte indicador apontado pelos autores é a pobreza extrema que se instala na região, sendo os dados apresentados, a pobreza extrema na Amazônia atinge 17% de sua população, e no estado do Maranhão chega a 25%, e nos estados do Pará e Acre atinge 18%, quando a taxa nacional é de 11% (ALMEIDA E ALMEIDA, 2021). O que desencadeia quadros de violência social, atrelados aos aumentos dos preços dos alimentos, que na cidade, sobretudo, jovens em situação de vulnerabilidade sofrem na pele.

Ferrari (2014), aponta que refletir conceitualmente acerca das fronteiras, físicas ou metafóricas, requer compreender duas realidades opostas. Dessa forma, observa-se que as juventudes presentes precariamente nas Políticas Públicas do Estado, são uma realidade tidas opostas ao cenário de Adaptações Climáticas do Estado para a Amazônia paraense. Em Raffestin (1993), o Estado existe, e se faz pertinente à soberania de uma população que se instala no território. Para esse cenário, se tem como prerrogativa a compreensão que a população jovem é uma parcela da Amazônia que necessariamente está para o Estado como um povo a ser gerido, entretanto, as lacunas apresentados nesse estudo evidenciam que nesse território, os conflitos, além de ambientais, também são sociais e nitidamente delimitado entre quem sofre e quem deixa sofrer diante a crise ambiental.

Em uma abordagem (i)material do território (SAQUET, 2020, p. 129), se entende a relação matéria-ideia, dialeticamente observada na construção imaginária e física desse território, a partir dos processos político-econômicos e culturais ligados ao desenvolvimento territorial (SAQUET, 2020), e também da constituição violenta das relações do corpo (AHMED, 2006; SILVA, 2009) que por tanto produziu uma sociedade violenta para os ditos transgressores da cidade e do campo, implicando diretamente na dinâmica de territorialidade dos agentes modeladores desse território e as práticas de "desenvolvimento territorial" (SILVA, 2009).

Comumente, juventudes são vistas dentro da sociedade como transgressores, ou baderneiros, sem levar em consideração os atravessamentos sociais e ambientais que também perpassam essa população. A partir dos estudos de Catani e Gilioli (2008) e Santos et. al. (2023), compreende-se juventudes no plural a partir de uma concepção das diversas formas de se construir jovens. Na Amazônia, essa pluralidade se intensifica, visto as problemáticas sociais e ambientais que limitam as juventudes dentro de seus territórios.

Em Dayrell (2005, 1999), as privações de espaço para as juventudes, geram a ausência da esperança por um futuro. É negado assim a possibilidade da construção futura, visto que são atravessados por uma existência que os nega e os coloca em um lugar de proibição de seus corpos no espaço. Para esse estudo, os corpos jovens pautados são dissidentes por não se encaixarem nas normas padronizadas de existência, logo, não consideradas em espaços de deliberação política que gerenciam seus corpos. Sendo assim jovens, em idade e em processo de vida nas suas construções espaciais limitadas pela crise climática.

FRONTEIRAS DO CALOR E DO MEDO QUE DELIMITAM E LIMITAM OS TERRITÓRIOS DE JUVENTUDES NA AMAZÔNIA PARAENSE

Segundo o Atlas das Juventudes (2020), a concentração de jovens no Brasil perpassa pela macrorregião norte, com 28%, localizados majoritariamente em zonas urbanas. Esse contraste

justamente interfere na autodeclaração enquanto amazônida, pois a paisagem que se inserem, difere da Amazônia vendida nas grandes mídias e nos mecanismos hegemônicos de educação. A juventude urbana, ainda que vivencie a realidade das ferramentas urbanas e suas tecnologias, não estão afastados das práticas, rituais, cultura e formas de vivenciar o espaço amazônico.

A pesquisa, que foi inserida no Estado do Pará, abarcou 29 municípios, especializados em 48,5% em áreas urbanas centrais, o que identifica a atividade de jovens em redes urbanas inseridos nesse processo ser mais intenso, em detrimento de 8,8% em área rural. Em consonância com Dayrell (1999), a juventude como ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Isto é, suas espacialidades representam onde estão, e porque são. Por isso, suas respostas estão ligadas ao processo de formação identitárias de acordo com as realidades desenvolvidas pelas dinâmicas espaciais do urbano ou do rural.

Para tanto, no limite da Amazônia paraense, os conflitos do tráfico de drogas, da precariedade social, da vulnerabilidade ambiental (GONÇALVES, 2005) (CHAGAS, 2014) (COUTO, 2018), acometem para essa região tensionamentos que provocam princípios, diretrizes e prioridades complexas pela sua população. As juventudes então levantam assim a exclusão digital nas Amazônias, isto é, das peculiaridades geográficas que dificultam a abrangência das tecnologias digitais pelo território, até os preconceitos ignorantes acerca da utilização de tecnologias digitais por povos originários, isto é "indígena pode usar celular?". Segundo Karla Braga, coordenadora de Sustentabilidade e Gestão de Projetos da Cooperação da Juventude Amazônida para o Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM) e diretora e roteirista do webdocumentário, uma das entrevistadas da matéria:

> "A gente não pode mais ignorar a problemática da exclusão digital, porque quanto mais amazônidas estão excluídos digitalmente, isso significa que, consequentemente, nós temos mais amazônidas a margem do debate climático, sendo que nós somos uma das populações mais vulneráveis no que tange isso, ou seja, é uma questão de justiça climática inserir os amazônidas no contexto digital para que cada vez mais a gente possa ter acesso a informação de qualidade. Então, a partir do investimento em inclusão digital nós podemos traçar diversos impactos positivos que vão desde o fortalecimento econômico, social ao ambiental do território amazônico". (NIC. BR. 2021)

Isto também deve ser levado em consideração devido a seu impacto nas limitações de acesso a informações seguras e aos debates que limitam a juventude do Pará em suas articulações, movimentos e atuações políticas:

> Sim, aqui no meu bairro mesmo, por ser um bairro periférico, essa democratização de acesso à informação acaba não chegando de forma muito precisa, e quando chega, infelizmente os jovens acabam não tendo muito tempo para olhar. Ou seja, muito ligado à falta de informação, já tive conhecimento e contato com pessoas que nem sabiam direito o que eram pessoas amazônidas, quem dirá se reconhecer como tais. (Tapajós de Fato, 2022)

Ao pautar a esfera da informatização, outro levantamento prioritário para as juventudes se fez em relação à Educação. Ao serem questionadas sobre as três ações prioritárias para lidar com as juventudes na pós-pandemia, os respondentes do nosso questionário perpassam pela urgência de se pautar a manutenção e sustentabilidade de jovens na Amazônia a partir do financiamento e bolsas estudantis, Figura 4. Isto é, colocar como prioridade o incentivo à educação qualificada, que não somente para o mercado de trabalho, mas para a somatória de jovens em espaços de crescimento acadêmico. Promover viagens formativas, projetos abrangentes e que pautem os seus territórios, é uma construção urgente a ser priorizada por instituições públicas e privadas pelo Estado do Pará.

O acesso à internet, como já exposto, é também uma prioridade elencada pelas juventudes, no que tange ao processo de desenvolvimento de seus territórios, pensando sobretudo na conectividade e integralidade dessa população nas oportunidades educacionais que são manifestadas e comunicadas via internet, como o acesso à editais, financiamentos, espaços formativos, possibilidade de empregabilidade, dentre outros mecanismos de mantimento e sustentabilidade que é possibilitado pelo advento da internet.

Além disso, se observa que a prioridade das juventudes perpassa pela oferta de qualificação profissional, sabendo elas que quanto mais qualificadas forem, mais serão candidatos/as expressivos em seleções de empregabilidade e de espaços decisórios. Jovens amazônidas entendem que somente suas formações não as deixam seguras em ambientes seletivos. Se faz necessário estar sempre à frente, e isso se dá com apoio também de iniciativas públicas e privadas de investimento em juventudes através da EDUCAÇÃO.

Figura 4 – Pensando no futuro das juventudes, quais são as três ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia considerando questões relativas à EDUCAÇÃO das juventudes?.



Fonte: Pesquisa, Fala Juventudes do Pará (2023).

Além disso, se coloca em evidência o que juventudes, se tivessem o poder de governar o Estado do Pará, em 100 primeiros dias de trabalho, dedicariam seu início de governo criando um Plano de fortalecimento da educação, seguido do Plano de preservação do meio ambiente, e, formando a tríade de principais preocupações gerais das juventudes do Estado do Pará, o Combate à fome se coloca também como importante trabalho a ser desenvolvido pelo Estado a pedido das juventudes, Figura 5.

Essas prioridades elencadas pelas juventudes, se faz em entender que seus anseios perpassam pelo asseguramento da educação, do meio ambiente e também na segurança alimentar. Priorizam as juventudes Planos e financiamentos, visto que pouco se investe em juventudes no que tange a verbas orçamentárias para secretaria de juventudes e outros mecanismos que poderiam ser utilizados para fomentar intervenções de jovens na educação, meio ambiente e seguridade alimentar.

Figura 5 – Juventudes e o que querem do Estado.



Fonte: Pesquisa, Fala Juventudes do Pará (2023)

Observamos que se imaginar Governante do Pará coloca em pauta para as juventudes as suas reais preocupações, aquelas que são expressadas com as vivências de jovens, que são atravessados pela falta de incentivo à educação, com a degradação de seus territórios e que também sentem a fome de forma mais intensa e violenta. Esperam-se de jovens atuação social, mas nas suas realidades não há um ensino de qualidade, um meio ambiente saudável e alimento na mesa. Os números de jovens sempre escancaram que estão no limiar dados de violência urbana (Anuário de Segurança Pública, 2023), violência de gênero e de sexualidade (Dossiê de Mortes e Violências com Pessoas LGBT, 2023), de evasão escolar e de ocupações informais, e essa deve ser uma realidade a ser transformada.

Riscos, ameaças e desastres são conceitos fundamentais para a compreensão dos efeitos das mudanças climáticas sobre a população. Sinteticamente, risco é a probabilidade de um resultado ter um efeito negativo sobre pessoas, sistemas ou recursos (UNDRR, 2022). Ameaças são fatores ou eventos naturais ou antrópicos (provocados pelo homem) que podem causar morte, lesão, danos materiais, interrupção de atividades sociais ou econômicas, ou degradação ambiental.

Sabe-se que a relação entre vulnerabilidade e os impactos da crise climática nas pessoas se acentuam quanto menor for a idade de crianças, adolescentes e jovens, tendo em vista o fato de que respiram mais ar e consomem mais água e comida de forma proporcional ao seu peso do que adultos (PRB, 2002). Assim como existem significativas diferenças no senso de percepção de risco, na capacidade motora, na utilização da visão periférica, entre outras. Estão mais expostas aos desastres ambientais, visto o cenário de maior incidência de calor no Norte em 2023 (METSUL, 2023).

Tal prioridade se justifica não somente pelas consequências imediatas (desnutrição, surtos de doenças infecciosas, interrupção das atividades escolares, perda da moradia e do contato com a família, riscos de abuso e exploração sexual e outras formas de violência), mas também as de longo prazo, com respeito ao seu bem-estar e seu desenvolvimento futuro (comprometimento da saúde e nutrição, atraso educacional e traumas psicológicos permanentes). (UNICEF et al., 2014, p.13).

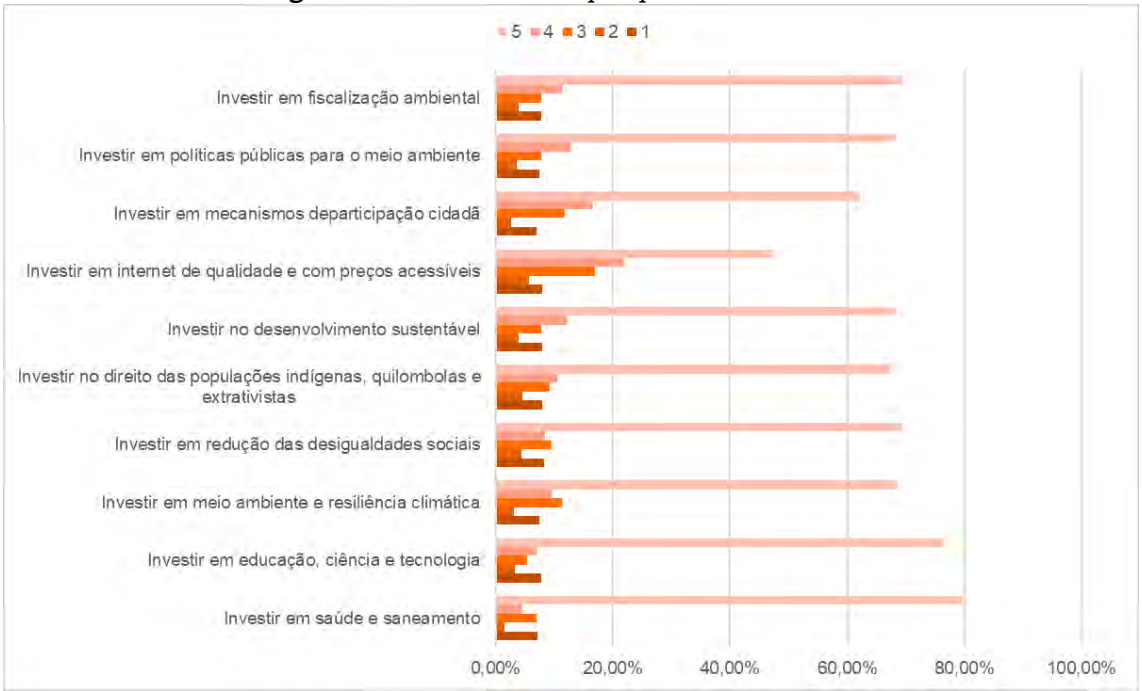
ADAPTAÇÕES CLIMÁTICAS CONSTRUÍDAS PELAS JUVENTUDES A PARTIR DE SUAS REALIDADES LOCAIS

Inquietam-se as juventudes acerca das narrativas e atuações nos interiores do Estado, na preocupação com o clima e com a população jovem, frente às adaptações climáticas. Em certa medida, observa-se que a maior base construtiva desses Planos é a economia (GIULIO et. al., 2016). E isso pode ser refletido no cenário de precarização dos territórios onde as juventudes, líderes de

movimentos sociais, apresentam para a pesquisa, a precarização da educação, saneamento básico, sustentabilidade da terra de seus territórios, a saúde e a economia de sua própria família.

Muito se levanta acerca da política de REDD+, que visa, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), promover o "mecanismo que permite a remuneração daqueles que mantém suas florestas em pé, sem desmatar, e com isso, evitam as emissões de gases de efeito estufa associadas ao desmatamento e degradação florestal". Entretanto, para as juventudes, esse mecanismo se mostra entre as fronteiras do conhecimento e informatização, visto a complexidade que se dá dentro das empresas e comunidades que estão estreitamente ligadas aos projetos de REDD+. Salientam assim medidas e propostas levantadas pela população jovem a fim de adaptar-se diante a crise climática.

Figura 6 – Juventudes e o que querem do Estado.



Fonte: Pesquisa, Fala Juventudes do Pará (2023)

A partir do estudo, pode-se compreender como as juventudes estão se sentindo e se preocupando com as políticas públicas desenvolvidas, ou não, no Estado do Pará, partindo do princípio do que entendem por necessidades sociais vivenciadas pela própria juventude nesses territórios abordados.

Pensar na preocupação das juventudes quanto aos investimentos necessários nas áreas elencadas, expõe, como mostra a Figura 6, a construção de uma agenda social equivalente às demandas reais expostas. Investimento em educação, ciência, tecnologia, saúde e saneamento são, para jovens, a construção base de um desenvolvimento mais sustentável e realista quanto a vivência espacial, social, política e cultural em seus respectivos territórios.

Em Freire (2009), a agenda norteadora do Estado para políticas públicas das juventudes, se pauta em uma tripla relação entre Estado e sociedade – funcional, material e de dominação (FREIRE, 2009). Ainda acerca dos estudos da autora, baseada em outros pensadores acerca da agenda política para juventudes, faz-se pertinente pontuar o motivo pelos quais "algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas", elencando assim três respostas:

1) o reconhecimento e a definição do problema pautam a necessária intervenção para sua solução, o que impacta em seus resultados;

2) a consciência coletiva sobre o problema e a necessidade de seu enfrentamento e solução;

3) a (in)visibilidade dos participantes, sendo considerados visíveis os atores que definem a agenda, a exemplo de políticos, mídia etc. e invisíveis os que formulam alternativas aos problemas como os acadêmicos, por exemplo.

Por assim dizer, trazer à tona os sentimentos, vontades e interesses das juventudes para as juventudes, no contexto de agenda de políticas públicas, faz-se não somente necessário, mas sobretudo urgente no que tange ao processo de desenvolvimento de um grupo social que muito movimenta a população, não somente com sua força de trabalho, mas com sua energia de transformação social:

> Não pensar em mudanças climáticas em uma agenda do governo do Pará é deixar de fora o Pará inteiro. Sabemos que esse comprometimento com crise climática não existe, o governo atual, principalmente o federal, não tem esse comprometimento com a gente, mas o governo do estado precisa sair um pouco dessa pauta federal e criar seus próprios programas e formas de trabalhar, porque quem está sofrendo as consequências imediatas somos nós. (FETAGRI, 2022)

Nesse sentido, como ainda coloca Freire (2009), é importante ressaltar as esferas de agendas a serem pensadas de acordo com as demandas problemáticas da população que surgem ao ouvi-las e vivenciá-las. Isto é, uma agenda social, agenda cultural, agenda econômica, agenda de saúde... São exemplos de áreas nas quais estão inseridas as várias necessidades das juventudes, que ao serem questionadas através das entrevistas e formulários aplicados, podemos traçar não somente as suas necessidades dentro das políticas públicas, mas também arquitetar estratégias ativas e eficazes de intervenção e melhoria de desenvolvimento desses jovens, com perspectivas e caminhos traçados por eles.

Dessa forma, a Cooperação da Juventude Amazônida para o Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM), juntamente com outras lideranças e coletivos de juventudes do Estado do Pará, lançam em março de 2023, a Agenda de Políticas Públicas, Projetos e Programas como um material que possui, como objetivo geral, fornecer evidências para a construção de ações sensíveis às juventudes e ao clima no Estado do Pará, principalmente na perspectiva de políticas públicas e estratégias socioambientais no âmbito da adaptação climática.

Pontuando majoritariamente a urgência de gestores que pensem em amplos cenários que possam estar em convergência com os direitos dessa população na Amazônia paraense. Disseminando as particularidades e fundamentando a não generalização de questões, mas sim reivindicando o direito de existir com qualidade em todos os interiores e municípios do Estado do Pará. Ouvi-los em seus anseios, ausências e urgências. E, partindo disso, materializar as inquietações e projeções dessas juventudes em financiamentos, inclusão nos espaços de tomada de decisões, nos planos, projetos, programas, estratégias e políticas públicas do Estado.

Outro caminho proposto, é a elaboração de programas, projetos e editais que tenham participação de jovens que coloquem em pauta as questões da juventude no Pará. Essa proposição visa a ampliação de debates sobre diversos temas, para assim, conciliar coletivos políticos e educacionais com fomento institucional estatal e privado que fomentem o incentivo e sustento desses movimentos de jovens em prol de agendas que pautem ser importante para o desenvolvimento de seus territórios.

Ademais a ocupação de espaços institucionais e políticos pelas juventudes são formas de afirmações democráticas destes espaços, no que diz respeito à realidade paraense, como já foi discutido amplamente neste relatório, há uma ausência de órgãos que possam contemplar suas demandas. Desta forma, redesenhar os locais existentes para que as juventudes possam estar integradas é urgente, e estes locais devem ser estabelecidos desde órgãos públicos oficiais e organizações não governamentais.

A promoção de planos diretores municipais sensíveis ao clima garante a abrangência de tantas lacunas levantadas na pesquisa, diante das diferenciações das juventudes pela Estado do Pará, que perpassam pelas problemáticas ambientais de forma desigual e também que priorizam os apontamentos mais urgentes de cada município, que se estabelecem desde cidades atravessadas pelos conflitos no campo, e outras com as urgências urbanas.

Ademais, o combate à fome, muito discutido no país, visto tantas regressões dentro desse cenário, quem a sente sabe como tantas outras relações sociais nocivas poderiam ser evitados com o prato de comida na mesa, que se torna tão difícil ao se tratar do sistema econômico que limita corpos que comem e corpos que não comem, mesmo sendo o alimento em riqueza no território brasileiro. Logo, se faz urgente um plano estratégico que pense a fome como um problema setorizado e regionalizado, frente às diferenças entre os municípios do Pará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que os prejuízos sejam minimizados no Estado do Pará, é necessário incluir propostas de adaptação sensíveis às infâncias e juventudes nas políticas públicas e orçamentos, os quais devem estar previstos nos Planos Diretores dos municípios. Essa ação é fundamental não só para evitar perdas monetárias mas, também, para evitar a perda de vidas das populações mais vulneráveis que, como os dados explicitam, tratam-se de crianças, principalmente, nortistas, com ênfase para aquelas que residem no Estado do Pará, frente ao cenário infraestrutural de resiliência climática enfraquecido.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Johana. Políticas públicas de proteção para as crianças na condição de refúgio no Brasil: limites e possibilidades. 2019.

METSUL. CALOR EXTREMO BATE RECORDES NO NORTE E VAI PIORAR NO BRASIL. 2023. Disponível em: https://metsul.com/calor-extremo-bate-recordes-no-norte-e-vai-piorar-no-brasil/ acesso em: 13/11/2023

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, amazônias. Editora Contexto, 2005.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. Perspectiva Geográfica, v. 9, n. 10, 2014.

OBERMAIER, Martin; ROSA, Luiz Pinguelli. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. Estudos avançados, v. 27, p. 155-176, 2013.

NIC.BR. Webdocumentário discute sobre exclusão digital e emergência climática na Amazônia a partir da visão de jovens lideranças. Isabella Botelho. 2021. Disponível em: https://www.nic.br/noticia/na-midia/webdocumentario-discute-sobre-exclusao-digital-e-emergencia-climatica-na-amazonia-a-partir-da-visao-de-jovens-liderancas/

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Cartografias das violências na Região Amazônica: relatório final. 2022. Disponível em:<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf> Acesso: 10 out. 2022

DAYRELL, J. A juventude no Brasil. SESI, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.

DAYRELL, J. A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

AHMED, Sara. Queer phenomenology: orientations, objects, others. Durham; Londres: Duke University Press, 2006.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS MACRORREGIÕES HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO PARÁ, BRASIL

Roberta Cristina de Oliveira Soares (NAEA/UFPA)[1]

Nirvia Ravena (NAEA/UFPA)[2]

RESUMO: Este artigo aborda um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: a cobrança pelo uso da água com enfoque nas águas pertencentes ao território do estado do Pará. Inicialmente faz-se um panorama geral da gestão de águas no País e experiências na América do Sul. Após isso é demonstrado como de fato o instrumento de cobrança está sendo executado no Brasil, incluindo as ferramentas e modos de cobrança disponíveis, destacando o Princípio Usuário Pagador e em seguida, a gestão de águas no estado do Pará, que ainda se mostra jovem e insuficiente, com alguns instrumentos sem execução e implantação, incluindo a cobrança efetiva em si das águas. Após a análise através de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, conclui-se que a previsão tardia de implantação da cobrança no estado se mostra preocupante em relação a segurança hídrica de gerações futuras, bem como se o valor econômico das águas futuramente arrecadado será aplicado de maneira que oportunize uma gestão dos recursos hídricos eficiente afim de garantir sustentabilidade nos usos dos mananciais.

PALAVRAS-CHAVE: cobrança pelo uso da água; gestão de águas no Pará; Princípio Usuário Pagador; segurança hídrica.

INTRODUÇÃO

A água, recurso natural de suma importância para a vida, está em crise. Muito mais do que uma crise de escassez e de qualidade está a ausência de um gerenciamento eficaz, pois acredita-se que a maior das crises seja justamente no que tange a gestão dos recursos hídricos. A ONU, através das Metas do Milênio, propõe um gerenciamento das águas atuante afim de garantir melhoria da oferta a gerações futuras e de forma sustentável (Bicudo; Tundisi; Scheuenstuhl, 2010).

Enquanto países desenvolvidos detêm legislações sobre a temática da água desde a segunda metade do século XX, o Brasil só teve sua primeira legislação mais robusta em relação a gestão de águas no território Nacional quase no final desse século, mais precisamente em 1997, com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Essa nova legislação trouxe novos princípios e relevâncias ao tema. Um desses princípios é reconhecer a água como bem de valor econômico. O preço desse recurso natural pode ser confundido com o que já pagamos como consumidor, porém é totalmente diferente. A cobrança pelo uso da água, constante como um dos instrumentos da legislação em questão, implica no preço correspondente a retirada desse recurso, bem como o despejo de esgoto em rios e não somente nos custos de tratamento e distribuição, que como consumidores já estamos habituados (Bicudo; Tundisi; Scheuenstuhl, 2010).

Em 2002 ocorreu a primeira cobrança efetiva pelo uso da água no Brasil. Essa primeira aplicação ocorreu na bacia do Rio Paraiba Sul, através do comitê de bacia de mesmo nome.

A necessidade de se cobrar pelo uso da água é justificada pela ocorrência das alterações ambientais negativas que vêm ocorrendo nos últimos anos. A cobrança forneceria maior consciência ambiental e ajudaria a resolver problemas de poluição, disponibilidade, procura e conflitos no uso dos mananciais.

Mas seria possível, de forma efetiva e eficaz, converter a arrecadação financeira da cobrança pelo uso da água em investimentos reais na gestão hídrica? Infelizmente o cenário da gestão de águas no estado do Pará na atualidade ainda é insuficiente. O Plano Estadual de Recursos Hídricos está em fase de atualização, mas já aponta para um investimento futuro no que tange a implantação da cobrança pelo uso da água afim de que, com o surgimento também de um número maior de comitês de bacia, possamos cuidar de forma mais justa dos corpos hídricos da região.

A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NO BRASIL

A Lei Federal nº 9433/97 dispõe sobre um novo modelo e abordagem para as águas no Brasil. Suas primeiras contribuições mais relevantes consistem em fundamentar a água como um bem de recurso finito, limitado, pertencente ao domínio público e dotado de valor econômico. O valor econômico citado na legislação corresponde a um dos instrumentos da PNRH, onde são elencados no art.5º da referida lei e são esses: a) os planos de recursos hídricos; b) o enquadramento de corpos da água em classes, conforme seu uso; c) a outorga dos direitos pelo uso da água; d) a cobrança pelo uso da água; e) a compensação a municípios; f) o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SIRH). (BRASIL, 1997).

A cobrança pelo uso da água consiste em justamente reconhecer esse valor econômico. O reconhecimento através desse valor dará uma maior sustentabilidade ao seu uso, incentivando a racionalidade e a qualidade dos rios do Brasil, além de obter recursos financeiros para uma gestão eficaz das águas, financiando programas e intervenções descritos, que devem constar em cada Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Quando um corpo hídrico é utilizado seja para lançamento de efluentes ou abastecimento humano, sua disponibilidade é afetada. Não há segurança hídrica quando um manancial é usado para fins de despejo de efluentes sem uma gestão adequada onde garanta a sua qualidade da água. Não se pode falar em sustentabilidade quando não há um controle sobre a disponibilidade daquele manancial para gerações futuras.

Conforme a PNRH, a água é classificada conforme seus usos preponderantes. Essa classificação citada em lei federal e posteriormente detalhada em resolução nº 357 de 2005 e

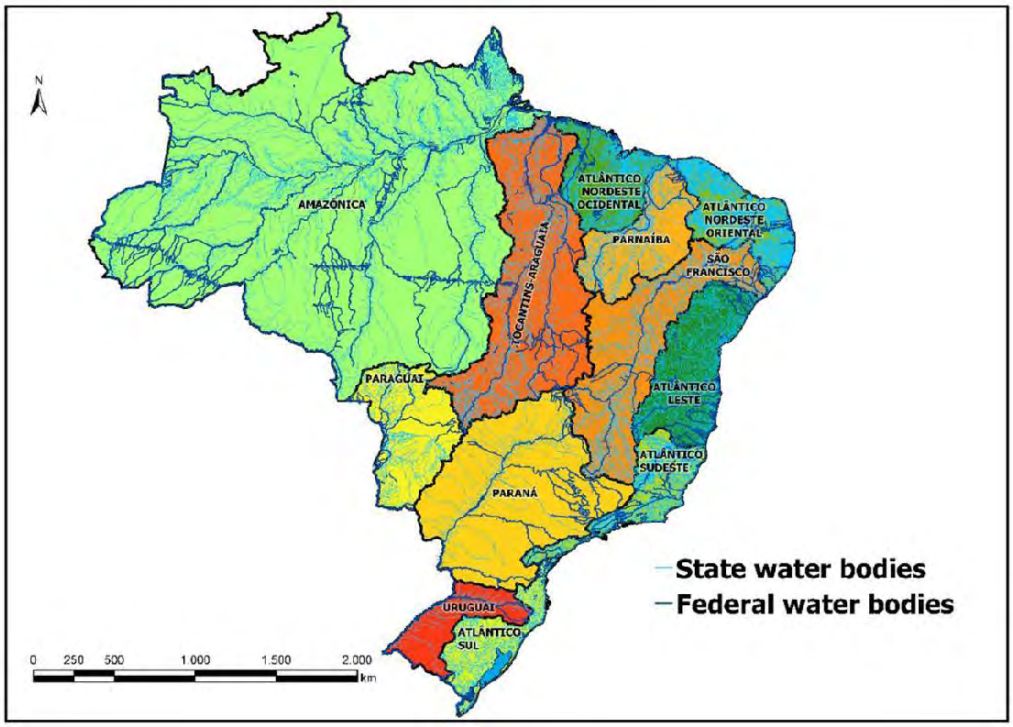
alterações do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) foi proposta com a finalidade de atender a qualidade dos mananciais. De acordo com sua classificação, padrões de qualidade lhe são atribuídos. As águas doces, salobras e salinas são classificadas em treze classes de qualidade, conforme a qualidade requerida de seu uso preponderante.

Os usos, sejam eles consuntivos ou não consuntivos, geram impactos positivos e negativos. Na gestão de recursos hídricos um dos objetivos é ordenar os conflitos existentes em mananciais de múltiplos usos, tendo uma maior valoração dessa água e reduzindo a sua degradação (SANTOS, 2002).

Após quase 30 anos de sua publicação, a gestão de águas no país ainda é um desafio (Brito; Azevedo, 2020). De antemão, deve-se entender quem tem o domínio sobre as águas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a União e os Estados tem o poder de gerenciar as águas no território nacional.

O governo federal se baseia na divisão hidrográfica do país em 12 regiões, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Regiões Hidrográficas e Corpos hídricos brasileiros



Fonte: Brito; Azevedo, 2020

No Brasil, a cobrança pelo uso da água deve ser feita sob o comando de outro instrumento da PNRH: a outorga de direito de uso. Sendo assim, a cobrança seria aplicada de acordo com o objeto de outorga, que vão desde abastecimento público até descarte de esgoto e potencial hidrelétrico.
Na legislação brasileira, a cobrança deve considerar como parâmetro o volume captado e seu regime de variação nas captações. Em caso de despejo de efluentes, deverá ser considerado o volume liberado, seu regime de variação dentre outras características físico-químicas do efluente. (Brito; Azevedo, 2020)

Somente o uso para potencial hidrelétrico tem uma legislação específica para sua cobrança, onde 7% do valor da energia hidrelétrica produzida é cobrada, onde a concessionária que realiza a exploração do aproveitamento hidráulico é taxada. Desse percentual, apenas 0,75% é destinado a Agência Nacional de Águas (ANA) afim de financiar ações de gestão na Política Nacional de Recursos Hídricos, assim como o Programa Nacional de Recursos Hídricos. Esse pequeno percentual é caracterizado como cobrança pelo uso não consuntivo do manancial. (Brasil, 2010)

A lei das águas no Brasil estabelece também um Sistema que tem como função a gestão das águas no país. Trata-se do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (SINGRH). Nele estão participando ativamente da gestão das águas o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a ANA, os Comitês de bacias hidrográficas, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, as Gerências estaduais de Gestão de Recursos Hídricos e Agência de Águas. Todos tem uma função delimitada no que concerne a cobrança e estão demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Componentes do SINGERH e suas atribuições relacionados a cobrança das águas

Componente SINGRH	**Atribuição relacionada a cobrança do uso da água**
Conselho de Recursos Hídricos	Estabelecer critérios gerais do uso da água;
ANA e Autoridades Estaduais;	Realizar estudos técnicos para aplicação da definição da Água; Definir valores a serem cobrados pela utilização dos RH com base nos mecanismos e valores sugeridos pelos comitês de bacias; Implementar a cobrança pelo uso da água em conjunto com os comitês de bacias; Arrecadar, distribuir e aplicar as receitas aferidas com a cobrança.
Comitês de bacias hidrográficas	Estabelecer mecanismos de cobrança e sugerir valores a serem cobrados;
Agência de Águas	Realizar a cobrança da água através de delegação do concedente; Analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com os recursos advindos de tal cobrança; Acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados;

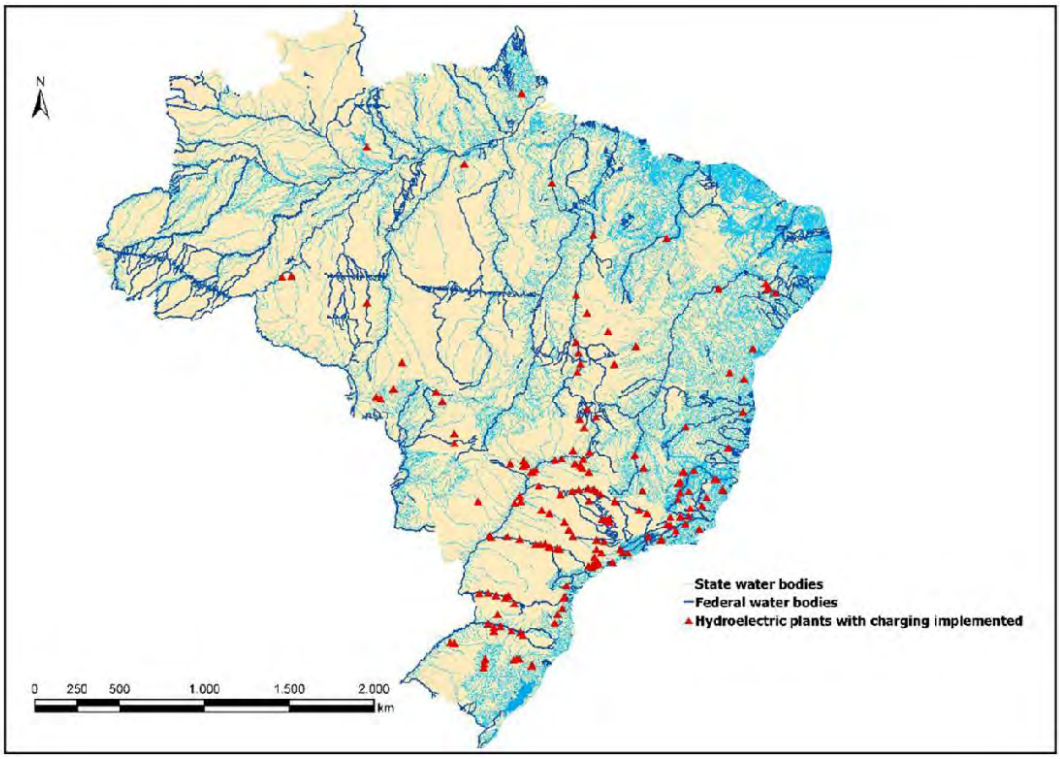
	Propor ao comitê de bacia valores a serem cobrados pela utilização dos RH, bem como seu devido plano de aplicação de arrecadação.

Fonte: Brito; Azevedo, 2020

Os comitês de bacia hidrográfica tem papel fundamental no instrumento de cobrança, pois são através desses que há a implementação dos valores a serem cobrados. Para efeito de aplicação de tais taxas, divide-se em comitês de bacia da União e dos estados e o setor hidrelétrico, que caracteriza-se pelo uso não consuntivo (Figura 2).

A bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul foi a pioneira na efetiva cobrança pelo uso da água e se iniciou em 2003, seguido da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba-Capivari-Jundiaí em 2006, da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em 2008 e da Bacia hidrográfica do Rio Doce em 2011. Os mais recentes com cobranças implementadas são a Bacia do Rio Verde Grande e Bacia do Rio Paranaíba em 2017, todos de domínio da União. (Brito; Azevedo, 2020)

Figura 2 – Hidrelétricas com cobrança implementada

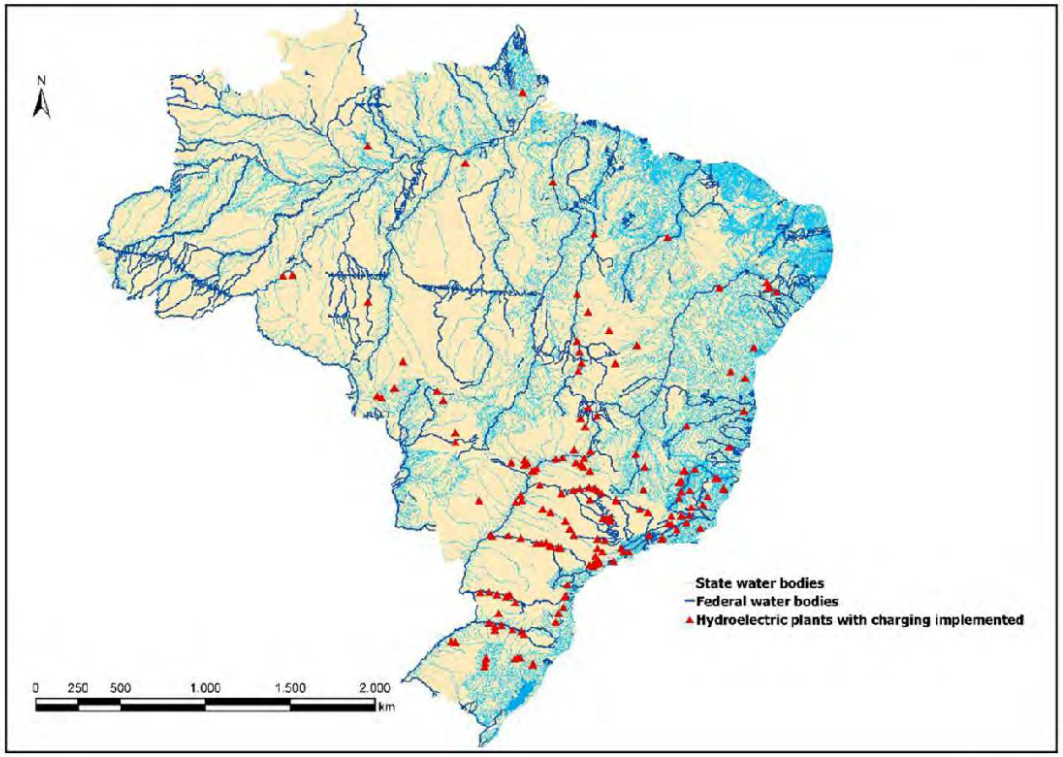


Fonte: Brito; Azevedo, 2020

Na atual conjuntura, menos da metade dos estados brasileiros possuem uma cobrança pelo uso da água implementada. Na figura 3 é possível observar em verde claro os estados que já se

encontram em processo de implementação e em azul escuro os que já estão com suas cobranças sendo executadas e consolidadas.

Figura 3 – Painel da implementação da cobrança pelo uso da água em bacias hidrográficas de domínio estadual



Fonte: (Brito; Azevedo, 2020)

O INTRUMENTO DA COBRANÇA EM PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

A América do Sul foi a região que mais recebeu investimentos do Banco Mundial (BM) para fomentar a gestão de recursos hídricos no continente. Já identificada como recursos natural potencialmente escasso, o BM defendeu no final da década de 70 e início da década de 90, que a temática merecia interesse internacional para que a cooperação entre países seja o caminho e não o conflito. (Corradi, 2007)

De maneira sintetizada e sem aprofundamentos econômicos, o BM se interessava pela gestão de águas em países em desenvolvimento com um interesse num chamado Mercado de água, onde o setor seria aberto à iniciativa privada com a premissa de maior eficiência na gestão de águas

no continente. O período discutido coincide com o aumento de políticas neoliberais nos países subdesenvolvidos.

Mas o comportamento perante essa conjuntura entre os países da América do Sul não foi homogênea. No que tange a gestão de águas, a América do Sul tem casos divergentes entre os países. (Corradi, 2007)

Na Argentina não existe uma Lei Nacional. As legislações são provinciais onde o país tem regiões que possuem seu código de águas e outras não. Outro ponto é que nenhum manancial é de gestão federal e a cobrança por seu uso pode variar conforme território. A província de Mendoza tem uma lei das águas que é referência na América Latina, mas não cita a cobrança pelo uso da água, ou seja, um preço pela retirada e uso do manancial. (Brito et Al, 2011; Argentina, 14)

Nos países do mercosul, a década de 90 foi marcada por revisões nas legilaçãoes de água dos países. Na Bolívia, o seu código de águas foi revisado em 1999 e o país recebeu seu primeiro contrato de concessão de serviços de água por iniciativa privada,onde essa experiência rendeu até certo ponto um aumento no acesso a saneamento, mas em termos de gestão a eficiência não foi alcançada como se esperava. (Corradi, 2007).

O cenário nos leva a concluir que a força do pensamento neoliberal, impulsionando o processo de privatizações em setores como a distribuição e tratamento de água, não foram suficientes para se obter uma gestão que resultasse em um acesso mais homogêneo da sociedade, bem como na eficiência da gestão e dos instrumentos do código de águas.

O PRINCÍPIO DO USUÁRIO PAGADOR E DA COBRANÇA POR CAPTAÇÃO DE ÁGUA

O Princípio Usuário Pagador (PUP) consiste em uma Política Ambiental de custo efetivo do valor de captação da água bruta, gerando incentivação da sustentabilidade hídrica, onde a cobrança engloba a captação de água do manancial pelo seu consumo, bem como o lançamento de efluentes no corpo hídrico (Cánepa; Pereira; Lanna, 2010).

A demanda de água a ser retirada e cobrada pode ou não sofrer restrições. Quando, seja por sazonalidade ou por alta oferta, houver abundância de determinado recurso hídrico não há razão para se restringir uma demanda de retirada desse manancial. Porém, quando o cenário é o oposto, pode-se além de executar a cobrança restringir o volume de retirada, afim de manter a segurança hídrica (Cánepa; Pereira; Lanna, 2010).

A cobrança pelo uso da água também poderia ser efetuada conforme períodos pré-estabelecidos. Em períodos chuvosos, onde o volume de água aumenta, pode-se configurar uma situação em que não haveria necessidade de cobrança para refrear o consumo, sendo essa cobrança efetuada em períodos de estiagem. Esse modo de gestão é estabelecido mediante normas do Comitê

de Bacia, que detêm a função de executar a cobrança e analisa as alternativas disponíveis conforme o uso e enquadramento do corpo hídrico (Cánepa; Pereira; Lanna, 2010).

Critérios de cobrança devem ser analisados com cautela, pois dependendo do modo de cobrança pode-se levar a impasses quando os consumidores são diversos. Isto é, a demanda de um grupo pode ser alta em relação a outro, levando um dos setores a inviabilização. Por isso, o estabelecimento de preços mais fixos, negociados com a gestão dos comitês de bacia pode ser mais coerente com a realidade da região. Nesse contexto percebe-se a importância dos comitsê de bacia no cenário da gestão de recursos hídricos (Cánepa; Pereira; Lanna, 2010).

Quando o manancial é utilizado para fins de despejo de efluentes, o aspecto incitativo com preços crescentes cobrados por comitês de bacia é utilizado afim de contribuir para que agentes utilizadores diminuam o lançamento de efluentes e tenham mais cautela no que tange ao despejo de material contaminado. O que podemos perceber é que o papel dos comitês de bacia é crucial, pois as diferentes formas de cobrança que podem ser adotadas, bem como repercussões financeiras e ambientais sobre os níveis de qualidade do corpo hídrico gerarão uma maior sustentabilidade, objetivo final da cobrança pelo uso da água.

GESTÃO DE ÁGUAS NO ESTADO DO PARÁ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A lei das águas no Brasil foi implementada em 1997 e em 2001 foi promulgada a Política Estadual de Recursos Hídricos no Pará (Lei nº 6381 de 2001), porém somente em 2018 através da parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) e a Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE) foi iniciada a elaboração completa de seu Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), com todo diagnóstico da região bem como as ferramentas de gestão das águas, programas e monitoramento. (Pará, 2021)

A elaboração do PERH bem como a criação de comitês de bacias hidrográficas são essenciais para uma gestão eficiente dos mananciais do estado. O PERH deve apresentar diagnóstico dos recursos hídricos do estado, diretrizes, programas e metas afim de que possa ser atendida todas as demandas e anseios da sociedade paraense, o que não é uma tarefa fácil devido sua grande extensão territorial e diversidades sociais.

Consoante os estudos relacionados as águas do estado do Pará, o Pará está em 3 das doze regiões hidrográficas do Brasil, distribuídos em: 73% na região hidrográfica da Amazônia; 23% na região hidrográfica Tocantins-Araguaia e 4% na região hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental. (Pará, 2021)

Para fins de gestão mais eficaz e compreendendo as peculiaridades de cada região, o Pará também é dividido em regiões de interação e unidades de planejamento que consistem em uma divisão para auxiliar o planejamento territorial, socioeconômico, político e cultural. (Pará, 2008)

Figura 4 – Regiões de Integração, MRH's e unidades de Planejamento do Estado do Pará.



Fonte: Pará, 2021

Conforme a figura 4, o Pará possui 7 Macrorregiões Hidrográficas (MRH), são elas: Calha Norte, Tapajós, Baixo Amazonas, Xingu, Portel-Marajo, Costa Atlântico-Nordeste e Tocantins-Araguaia. Somente em 2018 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos através da Resolução nº 16/2018 regulamentou as diretrizes para a formação e funcionamento de Comitês de Bacia hidrográficas no estado e em 2019, através do Decreto nº 288 foi criada a Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, o primeiro comitê de Bacia exclusivo do território Paraense, pois deve-se entender que existem comitês de bacia transfronteiriços, isto é, bacias de estados vizinhos que atravessam a região do Pará.

Em uma comparação aos instrumentos da PNRH, a PERH acrescenta mais um tópico: a capacitação, o desenvolvimento tecnológico e educação ambiental. Esse está regulamentado e em vigor. (Pará, 2021).

Os outros instrumentos, como a PERH e a compensação aos municípios ainda estão em fase de implementação. A outorga e o SEIRH estão regulamentados, porém apresentam problemas como desatualização de dados e divergências legislativas, respectivamente. Destacam-se de forma negativa o enquadramento de corpos hídricos e a cobrança pelo uso da água que nem sequer estão implementados e executados.

A cobrança pelo uso da água no estado do Pará ainda não ocorre na região, como já citado acima, porém encontra-se dentro das propostas de programas em que o Sumário Executivo (parte do produto final da PERH) expõe. A regulamentação desse instrumento está dentro do Programa denominado Fortalecimento dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos. Nesse programa cita-se que as MRH prioritárias a receber a implantação do sistema de cobrança seriam a MRH Costa Atlântica-Nordeste, a Tocantins-Araguaia e Xingu. (Pará, 2021)

Os agentes envolvidos nessa cobrança pelo uso da água no estado do Pará seriam os Comitês de Bacia juntamente com o CERH, a SEMAS e os usuários. A previsão para se iniciar a sua implantação ocorre conforme escala de prioridade, onde a cobrança se enquadra em último, com previsão de início com o maior prazo, no ano de 2040 e um investimento estimado em R$ 824.052,00. (Pará, 2021)

Com um início programado daqui há quase duas décadas, essa demora na implantação de um instrumento que proporciona um sistema de custo efetivo da gestão dos recursos hídricos poderão trazer problemas no futuro, pois como citado no início o momento é de alerta e gravidade diante da situação mundial em frente a disponibilidade hídrica para gerações futuras. Na Amazônia, por mais que se tenha uma impressão de abundância e rios com alta depuração, deve-se haver investimentos em qualidade da água que pode ser proporcionado com as verbas da cobrança pelo uso da água de tais mananciais.

COBRANÇA DO USO DA ÁGUA: OPORTUNIDADE PARA UMA MELHOR GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS?

O instrumento de cobrança têm em sua proposta central o objetivo de proteção e gerenciamento dos recursos hídricos partindo do princípio do usuário poluidor. A implementação e execução de tais cobranças deve ser acompanhada de uma campanha de esclarecimentos para os usuários, com clareza e transparência, afim de que não se consolide como mais um tributo a ser pago.

Infelizmente a tradição pública de desperdício de recursos é enraizada em nosso país. A viabilidade do sistema de cobrança no Pará se dará com uma ampla negociação dos agentes interessados, esclarecimento da opinião pública aliado a um processo transparente de gasto. Os fundos arrecadados na cobrança devem de fato serem alocados para a gestão das bacias hidrográficas.

No final de década de 90 início dos anos 2000 já se previa que, por volta de 2025, haveria sim um conjunto legal instituído, mas com grandes variações regionais. Enquanto algumas bacias já estão com a cobrança sendo executadas, outras ainda estão na formação de comitês, como no caso do estado do Pará. (Tucci; Hespanhol; Cordeiro Neto, 2000)

É interessante que ao acessar o sumário executivo da SEMAS em relação a implementação do instrumento de cobrança é que pouco se discute sobre o valor econômico e os moldes em que tal cobrança serão aplicados. Certo de que a Amazônia é uma região de conflitos e de cenários heterogêneos, pode-se pensar que o tributo, se não for bem planejado, trará controvérsias.

Outro ponto a ser considerado é em relação a quem a cobrança irá se direcionar, se nas atividades agrícolas, como a irrigação, se no despejo de efluentes em mananciais ou aos usuários finais, isto é a população, gerando mais taxas no serviço de distribuição e tratamento.

O desafio deste artigo foi de identificar algumas questões relacionadas a valoração da água na Amazônia, estado do Pará. O momento ainda é de incertezas não só no instrumento em questão, mas em outras áreas da gestão de recursos hídricos da região. O Brasil se desenvolve de forma diferenciada entre as regiões e a Amazônia tem uma certa tendência de atraso em gestão e planejamento urbano. Portanto, a execução da cobrança das águas prevista para 2040, pode ou não trazer uma melhoria na gestão de águas tanto na área institucional quanto de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BICUDO, C. E de M; TUNDISI, J.G; SCHEUENSTUHL, MCB. **Águas do Brasil: análises estratégicas.** Instituto de Botânica, São Paulo. 224p. 2010

BRASIL. **Decreto nº 7402 de 2010**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7402.htm. Acesso em 20 de Setembro de 2023

BRASIL. Lei nº 9433 de 08 de Janeiro de 1997. **Politica Nacional de Recursos Hídricos.** p. 12. Brasília, 1997

BRASIL. Resolução CONAMA nº 357 de 17 de Março de 2005. **Classificação e enquadramento dos corpos de água e lançamento de efluentes.** p.23. Brasília, 2005

BRITO, Pedro Lucas Cosmo de; AZEVEDO, José Paulo Soares de. Charging for Water Use in Brazil: State of the Art and Challenges. **Water Resource Management.** https://doi.org/10.1007/s11269-020-02501-y. 2020

CÁNEPA, E.M; PEREIRA, J.S; LANNA, A.E. **Água e Economia In: Águas do Brasil: análises estratégicas**. P. 43-54. 2010

CORRADI, Rodrigo de S. **O papel preponderante do Banco Mundial na gestão de recursos hídricos na américa do sul: de 1993-2004.** Tese. UFRGS. Porto Alegre, 2007.

PARÁ, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Sumário Executivo – Plano Estadual de Recursos Hídricos do estado do Pará.** SEMAS. 2021

SANTOS, Marilene de Oliveira Ramos dos. **O impacto da cobrança do uso da água no comportamento do usuário**. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. 231 p. 2002

TUCCI, Carlos E.M; HESPANHOL, Ivanildo; CORDEIRO NETO, Oscar de M. **Cenários da gestão da água no Brasil: uma contribuição para a "visão mundial de água".** RBRH. V. 5, n.3. 2000.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

REFLEXÕES SOBRE UM DEVIR FLORESTA NA CIDADE: A CRISE CLIMÁTICA E AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO ANCESTRAL PARA PENSAR O URBANO

Tiago Medina de Carvalho[1](Propur/Ufrgs)
Veridiana Dalla Vecchia[2] (Gerima/Ufrgs)

RESUMO: Em um contexto de crise climática, a ciência pode estar prestes a determinar o marco inicial do Antropoceno, período no qual a humanidade passa a ter um papel geologicamente reconhecido de influência direta no planeta. Enquanto a pesquisa que embasa a hipótese é avaliada pela União Internacional de Ciências Geológicas, o meio ambiente vem dando mostras cada vez mais hostis à vida através de eventos seguidamente mais extremos. Com as discussões visando soluções ou amenização do problema cada vez mais frequentes na sociedade, autores oriundos de povos originários e portadores de conhecimentos ancestrais transmitidos principalmente pela oralidade, como Ailton Krenak, David Kopenawa e Antônio Bispo, apresentam suas compreensões e contribuições de possíveis caminhos para um novo velho modo de viver. São ensinamentos com possibilidades de amenizar crises e "reflorestar" o pensamento urbano e/ou social a partir de dizeres que atravessaram gerações em suas respectivas comunidades. Este artigo analisa extratos do pensamento indígena e quilombola a partir das falas desses três autores – que usualmente são invocados para refletir sobre natureza/floresta – para observarmos o urbano a partir de perspectivas teóricas decoloniais e contracoloniais. O objetivo é apresentar as reflexões que estes autores, que são mais distantes de uma ciência dita formal e institucionalizada, trazem às cidades e identificar como um pensamento ancestral, ligado à natureza, pode colaborar com o contexto urbano em crise ambiental e climática. O artigo se debruçou sobre as seguintes obras: "Colonização, Quilombos: modos e significados" e "A terra dá, a terra quer", de Antônio Bispo; "A queda do céu" e "O espírito da floresta", de Davi Kopenawa e Albert Bruce; e "Ideias para adiar o fim do mundo", "A vida não é útil" e "Futuro ancestral", de Ailton Krenak. Analisamos qualitativamente o conteúdo destes sete livros e recolhemos as manifestações dos autores sobre o urbano. Para delimitar o trabalho, estudamos o conteúdo a partir dos trechos em que os autores tratam sobre as cidades e seus contextos urbanos. Concluímos que em paralelo às pesquisas cada vez mais avançadas da ciência na busca por um diagnóstico e prognóstico do momento em que vivemos, Bispo, Kopenawa e Krenak oferecem antigas contribuições para o entendimento do panorama atual de crises que se expressam por meio de eventos extremos climáticos em todo o globo.

Palavras-chave: Ancestralidade, Antropoceno, Cidades, Crise Climática, Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

A ciência compreendida como formal e institucionalizada esteve próxima de reconhecer o Antropoceno, cuja caracterização principal são os efeitos dos humanos no planeta, como uma nova época geológica. No entanto, decisão da Comissão Internacional de Estratigrafia da União Internacional de Ciências Geológicas (Iugs, na sigla em inglês) optou por "manter" a humanidade no Holoceno – o qual é marcado pela estabilidade climática –, iniciado 11 mil anos atrás (IUGS, 2024).

[1] Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, Brasil. Email: nbtiago@gmail.com
[2] Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente e Relações Internacionais, UFRGS, Brasil. Email: veridv@proton.me.

Apesar da decisão, em parte contestada por cientistas que participaram do colegiado, uma vez que ela não foi unânime, existe, em diferentes áreas, o reconhecimento da pegada humana na Terra e que tal situação acarreta mudanças que se fazem sentir em momentos distintos, como, por exemplo, no endurecimento dos efeitos de eventos climáticos extremos não apenas em áreas ermas, mas também no contexto urbano. Para este artigo, trouxemos como exemplo o caso recente de Porto Alegre, que ajuda a entender a gravidade dos fenômenos climáticas e de suas consequências.

Ao passo que cientistas da geologia decidem não ratificar o Antropoceno como uma nova época, as instâncias política e social já procuram debater maneiras aplicáveis de mitigação dos efeitos do Antropoceno nas variadas esferas, da internacional à regional, incluindo o contexto urbano das cidades, que passam a sofrer diretamente com efeitos de eventos extremos, além terem problemas na esfera social.

Nesta busca por soluções, autores portadores de conhecimentos ancestrais oferecem seu conhecimento, os quais são perfeitamente aplicáveis em havendo disposição política e da sociedade, para uma reconexão com a natureza e consequente redução dos efeitos do Antropoceno.

A TENTATIVA DE VALIDAR O ANTROPOCENO

Em julho de 2023, pesquisadores do Grupo de Trabalho do Antropoceno, da Universidade de Southampton, no Reino Unido, elegeram o lago Crawford, no Canadá, como marco zero do Antropoceno (Deutsche Welle, 2023). O lago é meromítico, ou seja, suas águas não se misturam com outras, o que possibilita a existência de camadas de sedimentos bem preservados, os quais são capazes de armazenar informações relevantes à pesquisa sobre as condições de tempos anteriores.

No fundo do lago Crawford, de 24 metros de profundidade, os cientistas encontraram amostras de plutônio liberadas em testes de bombas atômicas nas Ilhas Marshall, em 1952 – considerado por essa pesquisa o período inaugural do que seria essa nova época geológica. O início do Antropoceno, destaca-se, é motivo de discussões em rodas científicas. Há correntes que defendem que o período tenha começado durante a revolução industrial, no século XVIII, outras apontam o período de colonizações europeias e, também, há a defesa de que o Antropoceno tenha tido início com o começo da agricultura.

Para o professor da universidade de Southampton e integrante do grupo que estuda o Antropoceno, Andrew Cundy (University of Southampton, 2023), a presença do plutônio é uma espécie de "impressão digital" da força dominante da humanidade no planeta. Ele embasa seu argumento citando que o plutônio é raro na natureza, mas que sua detecção teve um pico nos anos

1960, período dos testes atômicos. Os níveis reduziram a partir do acordo para o banimento dos testes com armamentos deste tipo.

Não foi apenas o plutônio encontrado que embasou a percepção do Antropoceno, mas também o encontro com metais pesados e microplásticos, esses produzidos pela humanidade, nas águas do lago Crawford. Como seu próprio nome sugere, microplásticos são pequenas partículas de plástico. De escala milimétrica, chegam à natureza principalmente a partir do descarte inadequado deste material. Dentre outros danos, eles são apontados como vetores de poluição em oceanos (Zarfl e Matthies, 2010), a partir do momento em são ingeridos por microrganismos marítimos no início da cadeia alimentar.

A presença dos microplásticos também pode ser detectada no pulmão de moradores de metrópoles, como São Paulo, segundo identificaram pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em 2021 (Geraque, 2021). Não bastasse, estudos também apontam uma presença cada vez mais constante de microplásticos em placentas. No caso de uma pesquisa realizada no Havaí, 100% de placentas analisadas em 2021 continham microplásticos – em 2006, esse índice era de 60%.

Material fabricado a partir de experimentos químicos, o plástico tem sua origem no século XIX, porém o seu uso em escala planetária se deu em meados do século seguinte – o mesmo apontado pelos cientistas britânicos como marco inicial do Antropoceno, quando a humanidade passou a interferir no planeta.

Os resultados da pesquisa foram submetidos à União Internacional de Ciências Geológicas (Iugs), órgão que é responsável pela denominação das eras geológicas da Terra. O Iugs, em decisão que não foi unânime, optou por não reconhecer, em março de 2024, o Antropoceno como um novo período, ainda que suas percepções tenham sido percebidas.

> Embora a sua proposta tenha sido rejeitada de forma decisiva, o AWG (grupo de trabalho do Antropoceno) prestou um serviço importante à comunidade científica ao reunir um vasto conjunto de dados sobre os impactos humanos nos sistemas globais, e esta base de dados será uma fonte essencial de referência no futuro. (IUGS, 2024)

Mas os resquícios do que seria o Antropoceno e sua atual recusa como época geológica, não suprimem, ao menos não completamente, sua relevância enquanto conceito para ações políticas e sociais. Pádua (2022) defende que a ideia de Antropoceno já adquiriu uma realidade autônoma enquanto designação de um novo momento na história humana independentemente da decisão dos geólogos. Para ele, o aumento no uso do termo responde a um "certo vácuo conceitual no entendimento do mundo contemporâneo", visto que alguns conceitos como "modernidade" e

“globalização” já não têm sido suficientes para dar conta da transformação ocorrida no século XX: “A absorção do planeta na história humana e da história humana na dinâmica do planeta”. Pádua destaca que usa a palavra “planeta” e não “natureza”, justamente porque pela primeira vez a tecnologia nos permite medir e quantificar as alterações em nível planetário, “seja de mudanças ambientais ou de movimentos socioeconômicos” (Pádua, 2022).

O CLIMA

No entendimento dos pesquisadores da Universidade de Southampton, a busca pelo entendimento do início do Antropoceno se justifica para compreender o que consideram um momento de “estranheza global” (Anthropocene Curriculum, 2023). Neste primeiro período desta suposta nova época, projetam eles, haverá “mudanças radicais” em padrões ecológicos e estruturas sociais, afetando, em diferentes escalas, a vida dos mais de 8 bilhões de seres humanos.

Talvez a principal amostra dessas “mudanças radicais” seja o clima. E apesar de existirem dados meteorológicos acessíveis que traduzam o aquecimento percebido em diferentes locais, o presente trabalho fará um recorte geográfico e abordará mais proximamente o Rio Grande do Sul e sua capital, Porto Alegre. Isso porque ambos os exemplos acumulam situações provavelmente ocasionadas pelas mudanças climáticas que se credenciam a ser estudadas a partir desta perspectiva.

Estado mais ao sul do Brasil, o Rio Grande do Sul oficialmente possui um clima subtropical úmido e com chuvas bem distribuídas. Tradicionalmente, as estações eram bem perceptíveis, algo que recentemente já não ocorre com a frequência anterior. Nos dois verões anteriores à conclusão dos pesquisadores britânicos sobre o Antropoceno, o estado enfrentou severas estiagens, que colocaram considerável parte da população sob condições hostis, tanto ecológicas, quanto sociais. Segundo a Defesa Civil estadual, dos 497 municípios gaúchos, 362 decretaram situação de emergência por conta da falta de chuva em 2023 (Defesa Civil, 2023). A situação ocorreu, principalmente, no primeiro semestre.

Passados poucos meses, entre o inverno e a primavera de 2023, o problema inverteu-se: chuvas em excesso, além de uma sequência de ciclones – fenômenos esses comuns no período do ano, mas que, a partir do aquecimento oceânico, podem ganhar mais intensidade, afetando em especial regiões mais próximas à costa (Carvalho, 2023).

Desta vez, para além de prejuízos econômicos, os eventos climáticos mais extremos estiveram relacionados à morte de aproximadamente 100 pessoas até o fim de outubro no RS. Dentre os episódios, destacam-se dois, em especial: a passagem de um ciclone no Litoral Norte gaúcho, o

qual afetou principalmente o município de Caraá; e as fortes chuvas de setembro, que devastaram localidades dos Vales do Taquari e do Caí, conforme reportou o site GaúchaZH (GaúchaZH, 2023).

No caso do ciclone de junho, observou-se que as condições logo anteriores ao evento indicaram uma anomalia no mar gaúcho, que estava cerca de 2°C acima da temperatura média habitual para aquele período do ano (Matinal, 2023). Nesta ocasião, o Litoral Norte foi afetado por ventos superiores aos 100 km/h e um volume de chuva de cerca de 250 mm em um curto espaço de tempo.

Importante ressaltar que tal evento, assim como o período de chuva prolongado que ocorreu em setembro no estado, ocorreu quando o continente já estava sob efeito do fenômeno El Niño, caracterizado pelo "aumento da temperatura na superfície do oceano Pacífico Equatorial Oriental e a atmosfera sobre ele" (Rossato, 2011), próximo à costa do Peru, podendo durar de dois a sete anos.

Neste ano ele mostrou-se mais intenso do que sua média, chegando a ser chamado por diversos meteorologistas como "Super El Niño" (Sias, 2024). Uma das consequências deste fenômeno é a maior recorrência de chuvas no sul do Brasil (Rossato, 2011), ao passo que o norte tem mais secas. Ocorreu de forma cristalina em 2023: no momento em que os gaúchos lidavam com o aguaceiro, cidades nortistas, como Manaus, ficaram envoltas de fumaça decorrente de queimadas em meio ao tempo seco na região (Castro, 2023).

Outro exemplo: em um intervalo de poucas semanas, o Guaíba, em Porto Alegre, alcançou a altura de 3,15 metros (Metsul, 2023) no ponto de medição do Cais Mauá, no maior registro em 82 anos, portanto desde a enchente histórica de 1941, e o Rio Negro, no Amazonas, refluiu ao seu menor nível em 121 anos de medições (Nascimento, 2023). Afluente do Amazonas, o Rio Negro é um dos maiores rios em volume de água de todo o mundo.

Há diversos indícios que mudanças climáticas e acentuação dos eventos extremos estejam interligados, no que seria mais uma face de uma nova época geológica. Um deles é o fato de julho de 2023 ter sido considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o mês mais quente já registrado na história (United Nation, 2023). A ONU estimou a temperatura média do planeta em julho em cerca de 1,5°C mais alta do que a média registrada entre 1815 e 1900, na época pré-industrial.

O recorde, todavia, mal se manteve. Em novembro (Copernicus, 2023), o Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus, da União Europeia, calculou que outubro de 2023 teve sua temperatura afetada por "anomalias excepcionais" e projetou que 2023 provavelmente será o ano mais quente em 125 mil anos. A estimativa foi respaldada pela Organização Meteorológica Global, que comunicou oficialmente que 2023 foi o ano mais quente já registrado (WMO, 2024).

Se o diagnóstico da ONU teve um tom grave, o prognóstico não melhorou. A estimativa é de que um dos próximos cinco anos seja ainda mais quente, quebrando este recorde. Existe, ainda, a expectativa de que neste período a marca de 1,5°C acima do período pré-industrial seja superada, mesmo que esse aquecimento tenda a ser temporário (United Nation, 2023).

Situação provisória ou não, a ONU salientou ser necessária a preparação para eventos climáticos mais intensos e frequentes e instou os esforços na direção de medidas mais ambientalmente saudáveis.

AS CIDADES

Enquanto informações acerca das mudanças climáticas em nível global, a partir de notícias como o degelo de calotas polares ou o aquecimento de oceanos, podem gerar uma ideia errônea de problema distante da vida cotidiana nos centros urbanos, o clima mostra-se como uma espécie de cartão de visitas do Antropoceno nas cidades. Em especial a partir de uma sensação cada vez mais frequente dos "eventos extremos" ou de temperaturas atípicas em períodos específicos.

Neste cenário, no Brasil, ainda é necessário avançar neste tema de maneira uniforme. A partir da análise de planos de 15 regiões metropolitanas brasileiras, um estudo (Portela; Bresciani, 2022) classificou sete delas com planos avançados sobre o tema, além de três intermediárias – entre essas, Porto Alegre – e cinco consideradas "iniciantes" no assunto. Neste último quesito, encontra-se Belém, que será sede da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas em 2025, a COP30.

Na perspectiva das políticas públicas voltadas à adaptação às mudanças climáticas, o trabalho de Portela e Bresciani, além de um diálogo interfederativo e planos que abranjam a escala metropolitana, conclui e sugere a ação conjunta de centros urbanos frente à emergência climática, por meio de uma série de ações, como:

> contratação de técnicos ambientais; alocação de recursos financeiros para projetos e ações de combate às mudanças climáticas; investimento em tecnologia, visando estratégias norteadas pelo conceito de "cidades inteligentes" para mitigação e adaptação; comunicação transparente e educação ambiental para conscientização da população; capacitação técnica, com o suporte de instituições de ensino superior, institutos tecnológicos e organizações especializadas (Portela e Bresciani, 2015)

Porto Alegre teve em setembro de 2023 um dos meses mais chuvosos de sua história desde o início dos seus registros meteorológicos, os quais possuem mais de um século de dados registrados (INMET, 2023). Neste episódio, a capital gaúcha não chegou a se deparar com perdas de vidas humanas diretamente por conta das chuvas. Entretanto, foi perceptível a variação do impacto conforme a condição social. E aqui cabe salientar que, em sua negativa de reconhecimento do

Antropoceno como novo período geológico, o IUGS referendou que o trabalho proposto fazia com que o conceito do Antropoceno seja "amplamente utilizado não só pelos cientistas da Terra e do meio ambiente, mas também pelos cientistas sociais, políticos e economistas, bem como pelo público em geral" (IUGS, 2024).

No caso do evento citado em Porto Alegre, enquanto que na periferia, moradores foram obrigados a deixar suas casas – ou encarar o risco de permanecer, por conta do medo de saques – áreas mais ricas sofreram menos, sem a necessidade de desalojamentos ou registros de desabrigados.

De acordo com relatório da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, algo como 20 mil famílias da capital – que é a cidade mais rica do Rio Grande do Sul – vivem atualmente em áreas consideradas de risco. São cerca de 80 mil pessoas que têm suas residências em pontos suscetíveis a alagamentos, deslizamentos, inundações, entre outros possíveis desastres. Este número cresceu nos últimos 10 anos, período entre os levantamentos realizados: eram 109 áreas em 2013 ante 142 uma década mais tarde (Porto Alegre, 2023).

Em que pese a elaboração do relatório, até pelo menos junho deste ano Porto Alegre era uma das 17 capitais do Brasil que não contavam com um Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, segundo informou a Agência Pública. Segundo a Prefeitura relatou à reportagem, esse documento só deverá estar pronto em julho de 2024 (Pública, 2023).

A tentativa de denominação de Antropoceno como uma nova época geológica ocorreu em meio a esforços diplomáticos em torno da questão climática, que se dão a partir de tratados que vêm sendo costurados há décadas visando conter as emissões de gases do efeito estufa e o aquecimento global para assim reduzir os seus efeitos à população. Em nível mundial, os esforços também miram um desenvolvimento sustentável.

Mais relevante dentre os esforços recentes é o Acordo de Paris, cuja construção ocorreu na capital francesa em 2015, durante a COP21. O documento foi aprovado por 195 países, incluindo o Brasil, e prevê metas a serem cumpridas, tais como manter o aquecimento em até 1,5°C acima da época pré-industrial – nível que, conforme a ONU, quase foi superado em 2023, ainda que talvez não permanentemente. Assim, a realidade sugere dificuldade na execução do Acordo de Paris.

Na outra ponta dos esforços diplomáticos, o planejamento urbano tende a adaptar-se para responder a novas demandas que as cidades apresentarão neste novo contexto ambiental, a partir da atenção a diversos fatores que o campo abrange, da prevenção a desastres naturais a projetos considerando conforto térmico, ações de mobilidade ativa, entre outros. Suas aplicações, contudo, seguem prioritariamente a depender de disposição política do gestor ou gestora do momento.

A ANCESTRALIDADE

Ao passo que avançam as discussões a respeito do meio ambiente em esferas diplomáticas, políticas e locais, cresce também um reconhecimento a saberes antes não tão difundidos no meio acadêmico, como o de indígenas e quilombolas. Tratam-se de ensinamentos antigos, de raiz diferente, àquela comum no meio acadêmico. Chegaram aos dias de hoje principalmente por meio da oralidade ao longo de gerações e, recentemente, começaram a ser publicados em livros.

No presente trabalho, aborda-se a perspectiva e a dimensão de conhecimentos de três autores não-brancos, os indígenas Ailton Krenak e Davi Kopenawa, e o quilombola Antônio Bispo. A partir do diálogo de obras dos três pensadores, encontra-se, talvez, não soluções definitivas ao Antropoceno e aos problemas climáticos, mas uma contribuição sobre como seus modos de pensar podem ajudar a humanidade a reinterpretar a relação homem/natureza e estabelecer novas maneiras de compreender a presente situação e as formas de lidar com ela agora e no futuro.

O trio converge no entendimento de que a maneira como a sociedade estruturou-se nas cidades, objetivando o acúmulo, seja de capital ou bens, colaborou para o cenário de emergência. O afastamento e o desrespeito com a natureza, consequentemente, levaram à uma realidade em que o Antropoceno está cada vez mais factível e perceptível.

"A queda do céu", metáfora que dá nome ao livro em que Kopenawa (2015) transmite seus conhecimentos ao antropólogo Bruce Albert, é usada pelos Yanomami como advertência em prol da manutenção de sua terra, a floresta amazônica que abrange partes do norte do Brasil e do sul da Venezuela. Caso ela seja destruída – alerta o xamã – a vida será destruída: "Todos serão arrastados pela mesma catástrofe, a não ser que se compreenda que o respeito pelo outro é a condição de sobrevivência de cada um" (Kopenawa, 2015).

Kopenawa atribui esse entendimento a gerações ancestrais dos Yanomami – algo reforçado por Antônio Bispo (2015), que narra uma entrevista com um Yanomami exatamente sobre o fim do mundo. Na ocasião, segundo a memória do quilombola, o indígena teria afirmado:

> O mundo vai acabando aos poucos, por espécie, então o mundo acaba sempre. E quem vai acabar com as espécies são os brancos, vão acabar inclusive com os Yanomami, até ficarem só eles, os brancos. E aí então eles vão se autodestruir. O mundo até pode continuar, mas acabou-se para as espécies do tempo dos brancos (Bispo, 2015).

Tal frase, relata Bispo, foi escutada por ele muitos anos antes da publicação da obra "Colonização, Quilombos: modos e significações", de 2015. No passar deste tempo, um pensamento e uma urgência ecológica ganharam força. Hoje, a ciência formal não apenas faz eco à ideia de conservação defendida há muito pelos povos ancestrais como são diversas as pesquisas acadêmicas

que alertam sobre os perigos à vida não apenas humana que serão causados com a ampliação dos danos à floresta amazônica.

Autor cujas obras têm origem fundamentalmente de transcrições de palestras orais, Ailton Krenak vem desde antes da divulgação da tentativa de reconhecimento científico do Antropoceno alertando a respeito de seu perigo à vida:

> A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Porque, se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram prosperar e sentir que estávamos em casa. (Krenak, 2022)

Em "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" (2019), Krenak, em consonância ao pensamento Yanomami citado por Bispo, explica que o evento "fim do mundo" ocorreu a diversas populações pelo simples contato com povos estrangeiros em séculos passados, "por um fenômeno que depois se chamou de epidemia" (2019), num entendimento de que o colonialismo europeu ocasionou mortandades. Convém citar, neste momento de indefinição sobre o marco inicial do Antropoceno, que há representantes da ciência formal que veem no expansionismo europeu nas grandes navegações um começo do que consideram ser o Antropoceno.

O colonialismo é um dos principais alvos de Antônio Bispo, um quilombola "escolhido" por seu grupo para a missão de traduzir conhecimentos orais à tradição escrita. Em suas obras, Bispo se esforça para explicar o modo de viver do quilombo e destaca "que nasceu e foi criado por mestras e mestres de ofício em um dos territórios de luta contra a colonização" (2015). Sua fala e sua escrita vêm destes lugares, como quando trata do domínio da técnica de adestramento, que utiliza para explicar o conceito de colonização:

> Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (...) E todo adestramento tem a mesma finalidade: fazer trabalhar ou produzir objetos de estimação e satisfação (Bispo, 2023).

Tal dominação levará ao "território artificializado" que, para o autor, transformou-se na cidade, de onde se originam os problemas hoje enfrentados numa escala global.

KOPENAWA E A SABEDORIA ANCESTRAL

Davi Kopenawa é um dos mais respeitados líderes indígenas do Brasil e do mundo. Sua família foi vítima de outro fim de mundo, como um dos citados por Krekak (2022). Não em séculos passados, mas há poucas décadas, quando doenças infecciosas trazidas por autoridades brasileiras

enfermaram a aldeia, como narrou a Bruce Albert em depoimento colhido em 1998[3]: "Pouco depois (da chegada dos brancos), nossos parentes morreram quase todos em uma epidemia, depois em uma outra".

Tal fato ocorreu quando o hoje xamã era uma criança. E a tragédia teve repetição:

> Mais tarde, muitos outros Yanomami novamente morreram quando a estrada entrou na floresta (A BR-210, Perimetral Norte, aberta em 1973-4 e abandonada em 1976, depois de cortar duzentos quilômetros a sudeste do território yanomami) e bem mais ainda quando os garimpeiros chegaram ali com sua malária. (Kopenawa, 2015)

A partir da chegada dos brancos, além das doenças, quebrou-se a rotina da mata que era a casa dos Yanomami, numa tragédia pessoal que o líder indígena carrega até hoje, mesmo depois de décadas.

> Estávamos sozinhos, não havia garimpeiros para queimar o ouro, fábricas para produzir ferro e gasolina, carros e aviões. A floresta e os que a habitavam não estavam o tempo todo doentes. Foi apenas quando os brancos se tomaram muito numerosos que sua fumaça-epidemia xawara começou a aumentar e a se propagar por toda parte. (Kopenawa, 1998)

A doença acaba por forçar os Yanomami a saírem em busca de um "novo lar" em seu território, pois são uma etnia que preza pela saúde de suas terras. Araújo (2020) conclui que tais deslocamentos compulsórios são antigos e causam maior sofrimento às crianças do grupo, o que corrobora com o horror narrado por Kopenawa a Albert sobre quando, ainda pequeno, viu os brancos pela primeira vez.

Apesar disso, anos mais tarde e dotado de maior sabedoria, Kopenawa decidiu confiar suas palavras e conhecimentos para que elas transcendessem a floresta, a fim de alertar contra o perigo causado pela voracidade do "Povo da Mercadoria", como se refere aos brancos. O apelido é a razão pela qual, de acordo com ele, o espírito dos brancos "obscureceu-se" e, tendo como norte a produção de mais mercadorias, "eles acabaram com sua floresta e sujaram seus rios. Agora, só bebem água 'embrulhada', que precisam comprar. A água de verdade, a que corre nos rios, já não é boa para beber" (2015).

Logo, como pontua Kopenawa, houve a desconexão da sociedade (branca e colonizadora) com a natureza e sua consequente degeneração.

[3] Disponível em <https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/yanomami/descobrindo_os_brancos.pdf>. Acesso em 07/11/2023

O que Kopenawa narra a Albert são palavras que não lhe pertencem. São, conforme o xamã, ensinamentos ancestrais, que atravessaram gerações, não pelo meio formal dos livros, mas sim pelo aprendizado através da conversa.

> Minhas palavras não têm outra origem. As dos brancos são bem diferentes. Eles são engenhosos, é verdade, mas carecem muito de sabedoria. Eu não tenho velhos livros como eles, nos quais estão desenhadas as histórias dos meus antepassados. As palavras dos *xapiri* estão gravadas no meu pensamento, no mais fundo de mim. São as palavras de *Omama*. São muito antigas, mas os xamãs as renovam o tempo todo. Desde sempre, elas vêm protegendo a floresta e seus habitantes. (Kopenawa, 2015)

Kopenawa exalta a distinção originária do conhecimento Yanomami, que vem dos espíritos da floresta e, a partir desta transmissão, o xamã quer, com o depoimento, que ele se expanda também aos brancos. Tal reflexão pode ser compreendida como uma forma de pensamento decolonial

> Não temos leis desenhadas em peles de papel e desconhecemos as palavras de *Teosi*. Em compensação, possuímos a imagem de Omama e a de seu filho, o primeiro xamã. Elas são nossa lei e governo. Nossos antigos não tinham livros. As palavras de *Omama* e as dos espíritos penetram em nosso pensamento com a *yãkoana* e o sonho. E assim guardamos nossa lei dentro de nós. (Kopenawa, 2015)

Teosi, Omama, yãkona, xapiri. São nomes de espíritos e xamãs ancestrais evocados por Kopenawa, que adverte o mundo (e os brancos) dos riscos da destruição da natureza, ora em vigência: "Quando vou às cidades em visita, não paro de pensar em tudo isso. Eu vi coisas perigosas com meus xapiri. Quero alertar os brancos antes que acabem arrancando do solo até as raízes do céu".

Para Kopenawa, é uma nova tentativa, um recobrar de ensinamentos que já foram passados ao povo branco, diretamente por Omama, mas esquecidos posteriormente:

> Puseram-se a procurar minerais e petróleo por toda parte, todas essas coisas perigosas que *Omama* quisera ocultar sob a terra e a água porque seu calor é perigoso. Mas os brancos as encontraram e pensaram fazer com elas ferramentas, máquinas, carros e aviões. Eles se tomaram eufóricos e se disseram: "Nós somos os únicos a ser tão engenhosos, só nós sabemos realmente fabricar as mercadorias e as máquinas!". Foi nesse momento que eles perderam realmente toda sabedoria. Primeiro estragaram sua própria terra antes de ir trabalhar nas dos outros para aumentar suas mercadorias sem parar. (Kopenawa, 2015)

KRENAK E A AÇÃO PELO FUTURO

Em 2019, quando publicou "Ideias para Adiar o Fim do Mundo", o Antropoceno para Ailton Krenak já poderia ser explicado em outras palavras: "A grande maioria está chamando de caos social, desgoverno geral, perda de qualidade no cotidiano, nas relações, e estamos todos jogados nesse abismo" (Krenak, 2019). Nos três anos seguintes, quando lança "Futuro Ancestral", ele aprofunda mais

a sua compreensão de que já estamos no Antropoceno, independentemente do reconhecimento de entidades como o IUGS ou de universidades.

Nesta obra mais recente, o líder indígena o vê como uma causa que deixou o "mundo adoecido" e denuncia a relação direta entre esse adoecimento planetário e o capitalismo, num eco similar ao que Kopenawa considerara na definição sobre "o povo da mercadoria" e na critica que Bispo (2015) faz ao acúmulo e à produção de sintéticos. Esse ímpeto, diz Krenak, deixou a sociedade branca alheia à gravidade dos danos causados à natureza, no que se pode compreender também, o clima: "O tal do progresso vai comandando a gente, e seguimos no piloto automático, devorando o planeta com fúria" (Krenak, 2022).

No caso brasileiro, Krenak cita na mesma obra uma "urbanização tardia" como catalisadora de uma desconexão ainda maior entre sociedade e natureza, com danos expressivos a ambas as partes. Enquanto para a terra ocorre a degradação de seu espaço, os homens são jogados numa produção de pobreza, no entendimento do autor, que sublinha: "O capitalismo precisa de uma plataforma – que é urbana".

> A cidade virou a caixa-preta da civilização. O corpo da Terra não aguenta mais cidades, pelo menos não essas que se configuram como uma continuidade das pólis do mundo antigo, com gente protegida por muros, e o resto do lado de fora – que pode, inclusive, tanto ser bichos selvagens quanto indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros. Além disso, as metrópoles são um sorvedouro de energia. (Krenak, 2022)

Diante desse cenário, evoca uma reflexão a partir da escala das cidades de modo a mitigar os problemas naturais: "Temos que parar com essa fúria de meter asfalto e cimento em tudo (...) Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem" , aponta Krenak (2022), logo antes de questionar: "Como reconverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro?"

> Elemento essencial para um pensamento que tem me provocado: "Como a ideia de que a vida é selvagem poderia incidir sobre a produção do pensamento urbanístico hoje?". É uma convocatória a uma rebelião do ponto de vista epistemológico, de colaborar com a produção da vida. Quando eu falo que a vida é selvagem, quero chamar atenção para uma potência de existir que tem uma poética esquecida, abandonada pelas escolas que formam os profissionais que perpetuam a lógica de que a civilização é urbana, e tudo que está fora das cidades é bárbaro, primitivo – e a gente pode tacar fogo. (Krenak, 2022)

Krenak, em "Ideias...", evocava o saber indígena ao lembrar o "habitat equilibrado com o entorno". Este entorno é compreendido não apenas por seres animais.

> Essa humanidade não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra. (Krenak, 2019)

Uma convivência com respeito e cooperação é exaltada pelo autor, que defende a construção de "alianças afetivas", pressupondo "afetos entre mundos não iguais", em prol deste intuito e acima mesmo de acordos políticos. "Não preciso ser uma entidade política, posso ser só uma pessoa capaz de produzir afetos e sentidos" (Krenak, 2022).

O líder indígena volta a dialogar com Kopenawa num chamamento às alianças com os espíritos da floresta e reitera: "Temos que reflorestar nosso imaginário e assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, ao invés de ficarmos repetindo gregos e romanos" (Krenak, 2022).

Em "Futuro Ancestral", Krenak também exalta uma nova líder como exemplo: Greta Thunberg, que promove desde 2018 o "Fridays for Future", um movimento de jovens e estudantes em prol da ação climática: "A gente devia olhar bem para esse gesto, ouvir a voz dessa criança que ainda não desistiu do mundo e é capaz de propor outra narrativa para ele, pois a que a gente teve até agora precisa ser questionada" (Krenak, 2022).

Em consonância, o autor propõe repensar a educação. Ao contrário da busca por um ensino para formar chefes, deve-se fomentar o companheirismo entre os alunos, acrescido da experiência dos mais velhos: "Escola não é prédio, mas uma experiência geracional" (Krenak, 2022).

Dos espíritos da floresta à educação do futuro, Krenak e Kopenawa, falam também respaldados pela ação dos povos originários do Brasil, que, conforme levantamento recente do MapBiomas, têm papel de extrema relevância para manter matas e florestas de pé. Segundo a pesquisa, as terras indígenas, que ocupam 13% do território brasileiro, contêm 19% de toda vegetação nativa do país e apenas 1% da perda de vegetação nativa no período entre 1985 e 2022 (Mapbiomas, 2023) – neste recorte, o Brasil perdeu uma área equivalente a 2,5 vezes o tamanho da Alemanha de vegetação nativa.

BISPO E O COMEÇO APÓS O MEIO

A (re)conexão com a natureza, defendida pelos autores indígenas, encontra eco nos saberes de Antônio Bispo. Em "A terra dá, a terra quer" (2023), o autor acusa o distanciamento do que é natural como um dos ingredientes do contexto atual de crises.

> O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades

> de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram. (Bispo, 2023)

Essa dominância dos humanos sobre a natureza – uma marca, aliás, do Antropoceno – acarreta a desconexão com o que é natural. Efeito, segundo o autor, da "cosmofobia". Define Bispo (2023): "A cosmofobia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade". Para ele, há inclusive um fundo religioso neste conceito:

> A humanidade se desconectou da natureza exatamente por ter cometido o pecado original. Seu castigo foi se afastar da natureza. Por isso Adão foi expulso do Jardim do Éden e o humanismo passou a ser um sistema, um reino desconectado do reino animal. (Bispo, 2023)

Bispo responde o que torna os homens imunes à cosmofobia e centraliza sua obra: a "contracolonização". Isso porque a colonização é algo tão presente e inerente ao próprio ambiente em que a maioria das pessoas vivem:

> As cidades são estruturas colonialistas. Nem todos os povos da cidade são povos colonialistas, mas a cidade é um território colonialista. Há povos vivendo a duras penas nesse território colonialista. Quando falo em povos da cidade, falo de povos eurocristãos colonialistas, mas do ponto de vista territorial. (Bispo, 2023)

O autor destaca sua origem e o modo de viver de seu povo quilombola, em consonância com a natureza e seus ciclos em prol do bem-estar coletivo – este afetado pelo colonialismo e mesmo pelo humanismo, conceito compreendido por ele como a "ideia de tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores e não criaturas da natureza, que querem superar a natureza" (Bispo, 2023).

Em "Colonização, Quilombos: modos e significações" (2015), Bispo revela que compartilhamento e a colaboração no quilombo como um modo de conexão à vida em natureza, citando exemplos de trabalho na roça e na pescaria. A acumulação não era permitida, pois eram ensinados desde "que o melhor lugar de guardar mandioca é na terra", assim como o "melhor lugar de guarda os peixes é nos rios". Trata-se, como explica, de *biointeração*.

Em sua obra, além de apresentar o seu modo de viver como uma sugestão de caminho mais colaborativo, Bispo também insta a sociedade à compreensão de saberes que chegam ao período contemporâneo após atravessarem gerações por meio da oralidade, ao contrário da literatura. Ele salienta que seu povo aprendeu a escrever para se comunicar, mas talvez ainda os brancos não aprenderam a ouvir.

Propõe ainda, a partir de sua experiência como adestrador, um enfrentamento à sociedade colonialista a partir de uma "guerra de denominações", que, segundo ele, é um "jogo de contraria palavras coloniais como modo de enfraquecê-las" (Bispo, 2023). Exemplifica, na mesma obra: "Para

enfraquecer o *desenvolvimento sustentável*, nós trouxemos a *biointeração*; para a *coincidência*, trouxemos a *confluência*; para o *transporte*, a *transfluência*; para o *dinheiro* (ou a troca), o *compartilhamento*; para a *colonização*, a *contracolonização*".

Conforme o autor (2023), o objetivo é somar para crescer: "Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente".

> Eis aí o grande desafio resolutivo para que possamos chegar ao nível de sabedoria e bem viver por muitos ditos e sonhados. Para mim, um dos meios necessários para chegarmos a esse lugar é transformarmos as nossas divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências (Bispo, 2015)

Ainda que não mencione o Antropoceno ou especificamente a emergência climática em sua obra, Bispo a repercute neste contexto de crise, pregando uma reflexão enquanto sociedade e apresentando a perspectiva quilombola, ancestral às cidades urbanas. Nisso, a conexão com a natureza orgânica – evitando a produção sintética – faz-se de extrema relevância:

> No desenvolvimento sustentável a tríade "reduzir, reutilizar e reciclar" tem como pano de fundo o problema do uso indiscriminado de recursos naturais finitos e não renováveis nos processos de sintetização e de manufaturamento, característicos do desenvolvimentismo. Ou seja, afirma-se a necessidade de transformação do orgânico em sintético como algo inquestionável que inevitavelmente levará a humanidade a uma situação de miséria, fome e escassez generalizada. Nesse sentido, ressaltamos a importância de biointeragirmos com todos os elementos do universo de forma integrada, a ponto de superarmos os processos expropriatórios do desenvolvimentismo colonizador (Bispo, 2015)

Em contraposição à política dominante, que à esquerda ou à direita é, para ele, "eurocristã monoteísta", Bispo (2023) escreve que "é preciso contracolonizar a estrutura organizativa" em meio a um mundo às voltas de desafios que demandam respostas cada vez mais coletivas.

Como num retorno a modos mais sustentáveis e saudáveis, Bispo (2023) chama ao movimento da transfluência, de forma a promover um "começo, meio e começo". Ressalta, então: "Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três autores foram selecionados para embasar o presente artigo por serem referências de seus povos, transportadores de saberes antigos, ainda que os autores reconheçam que têm ganhado

cada vez mais relevância obras de outros autores e autoras, com visões indígenas, feministas e ecofeministas, aos quais devem ser cada vez mais repercutidas, seja no meio científico, seja em sociedade.

Em paralelo aos estudos cada vez mais avançados da ciência na busca por um diagnóstico e prognóstico do momento em que vivemos, Bispo, Kopenawa e Krenak já oferecem contribuições para o entendimento das crises atuais, que se expressa por meio de eventos extremos climáticos em todo o globo, num Antropoceno se não geológico, certamente sócio-político..

Mesmo sem se debruçar especificamente sobre as mudanças climáticas, tais como fazem os pesquisadores na academia, o trio aponta caminhos capazes de mitigar do problema ambiental, que afeta sem exceção a todos – desde os habitantes de grandes metrópoles aos povos originários nas florestas, assim como a fauna e a flora do planeta. Não são caminhos fáceis, em especial se tratando do modo de vida ao qual as urbes se desenvolveram, mas, no mínimo, são reflexões que valem ser consideradas por uma sociedade que se vê às voltas com constantes crises.

Os autores defendem, a partir de suas experiências e vivências, que é necessário frear a ambição econômica o quanto antes neste século XXI. Consequentemente, tal medida poderia provocar uma redução da desigualdade social. Dando voz às suas gerações ancestrais, Bispo, Kopenawa e Krenak frisam, essencialmente, a reaproximação com a natureza, em prol de um ambiente – e um mundo – mais sustentável.

São ao fim contribuições de certa maneira simples, mas ainda assim revolucionárias em um mundo prestes a viver a época da ebulição global, essa provocada pelo Antropoceno. A fim de evitar a catástrofe, uma saída – ou um freio à situação – pode estar no começo, num devir floresta na cidade.

REFERÊNCIAS

Anthropocene Curriculum. Anthropocene Curriculum: Unearthing the present. Disponível em <https://www.anthropocene-curriculum.org/project/evidence-experiment/unearthing-the-present>. Acesso em 06/11/2023.

ARAÚJO, A. N. N. Deslocamento Yanomami para as cidades. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2020.

Balanço: Porto Alegre (RS) teve recorde de chuva em setembro/2023. Instituto Nacional de Meteorologia, 05/10/2023. Disponível em <https://portal.inmet.gov.br/noticias/balan%C3%A7o-porto-alegre-rs-teve-recorde-de-chuva-em-setembro-2023>. Acesso em 08/04/2024.

BIEBER, João Guilherme. Maioria das capitais brasileiras não tem plano de enfrentamento às mudanças climáticas. Agência Pública, 13/06/2023. Disponível em <https://apublica.org/2023/06/maioria-das-capitais-brasileiras-nao-tem-plano-de-enfrentamento-as-mudancas-climaticas/>. Acesso em 07/11/2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: Editora UNB, 2015.

CARVALHO, Tiago Medina. Mais quentes, águas do mar gaúcho favorecem novos eventos climáticos extremos. Matinal Jornalismo, 26/06/2023. Disponível em <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/aguas-do-mar-gaucho-mais-quentes/>. Acesso em 07/11/2023.

WMO. Climate change indicators reached record levels in 2023. World Meteorological Organization, 2023. Disponível em <https://wmo.int/media/news/climate-change-indicators-reached-record-levels-2023-wmo>. Acesso em 05/04/2024.

Copernicus: October 2023 - Exceptional temperature anomalies; 2023 virtually certain to be warmest year on record. Copernicus, 08/11/2023. Disponível em <https://climate.copernicus.eu/copernicus-october-2023-exceptional-temperature-anomalies-2023-virtually-certain-be-warmest-year>. Acesso em 09/11/2023.

Crawford Lake chosen as the primary marker to identify the start of the Anthropocene epoch. University of Southampton, 12/07/2023. Disponível em <https://www.southampton.ac.uk/news/2023/07/crawford-lake-anthropocene.page>. Acesso em 02/11/2023.

Dados confirmam que Pacífico atingiu Super El Niño em 2023-2024. MetSul Meteorologia, 06/02/2024. Disponível em <https://metsul.com/dados-confirmam-que-pacifico-atingiu-super-el-nino-em-2023-2024/>. Acesso em 08/04/2024.

Descobrindo os Brancos, Davi Kopenawa Yanomami. Depoimento recolhido e traduzido por Bruce Albert, na maloca Watoriki, setembro/ 1998. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/yanomami/descobrindo_os_brancos.pdf>. Acesso em: 07/11/2023

GERAQUE, Eduardo. Respirando microplásticos. Pesquisa Fapesp, edição 305, julho de 2021. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/respirando-microplasticos/>. Acesso em 06/11/2023.

Guaíba tem maior nível desde 1941 e reescreve história de Porto Alegre. MetSul Meteorologia, 27/09/2023. Disponível em <https://metsul.com/guaiba-tem-maior-nivel-desde-1941-e-reescreve-historia-de-porto-alegre/>. Acesso em 06/11/2023.

Habitação: novo relatório aponta 142 áreas de risco na Capital. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Demhab, 03/04/2023. Disponível em <https://prefeitura.poa.br/demhab/noticias/habitacao-novo-relatorio-aponta-142-areas-de-risco-na-capital>. Acesso em 06/11/2023.

It's official: July 2023 was the warmest month ever recorded. United Nations, 08/08/2023. Disponível em <https://news.un.org/en/story/2023/08/1139527>. Acesso em 06/11/2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Lago no Canadá pode provar que humanidade mudou o planeta. Deutsche Welle, 12/07/2023. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/lago-no-canad%C3%A1-pode-provar-que-humanidade-mudou-o-planeta/a-66195638>. Acesso em 30/10/2023.

Maioria das capitais brasileiras não tem plano de enfrentamento às mudanças climáticas. Agência Pública, 13/06/2023. Disponível em <https://apublica.org/2023/06/maioria-das-capitais-brasileiras-nao-tem-plano-de-enfrentamento-as-mudancas-climaticas>. Acesso em 07/11/2023.

Municípios em SE e ECP. Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 27/10/2023. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1LnveygP8am04zkP-QtMgKh-FQdeoyZ5V/view>. Acesso em 06/11/2023.

NASCIMENTO, Luciano. Nível do Rio Negro chega a 13,49 metros, o menor da história. Agência Brasil, 17/10/2023. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/nivel-do-rio-negro-chega-1349-metros-o-menor-da-historia>. Acesso em 06/11/2023.

Castro, Matheus. 'Onda' de fumaça se torna mais densa sobre Manaus e fenômeno já dura uma semana; FOTOS. G1, 04/11/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/11/04/onda-de-fumaca-se-torna-mais-densa-sobre-manaus-e-fenomeno-ja-dura-uma-semana-fotos.ghtml>. Acesso em 08/04/2024.

Pádua, José Augusto. Localizando a História do Antropoceno: o Caso do Brasil. In "Os Mil Nomes de Gaia: Do Antropoceno à Idade da Terra. Vol. 1, organizado por Déborah Danowski, Eduardo Viveiros de Castro e Rafael Saldanha. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

Perda de vegetação nativa acelerou na última década. Mapbiomas, 31/08/2023. Disponível em <https://brasil.mapbiomas.org/2023/08/31/perda-de-vegetacao-nativa-no-brasil-acelerou-na-ultima-decada/>. Acesso em 12/11/2023.

Portela, L. C.; Bresciani, L. P. Características da resposta subnacional à mudança climática: iniciativas e políticas públicas nas metrópoles brasileiras. Revista de Iniciação Científica, FGV, p. 1-31, 2022.

ROSSATO, Maíra Suertegaray. Os climas do Rio Grande do Sul : variabilidade, tendências e tipologia. 2011. 240 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências. Programa de Pós---Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

Temporal causa mortes e alagamentos no norte do RS. GaúchaZH, 04/09/2023. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/passo-fundo/geral/noticia/2023/09/temporal-causa-mortes-e-alagamentos-no-norte-do-rs-clm51xrtp001q0143ia2i5z1p.html>. Acesso em 08/04/2024.

The Anthropocene: Iugs-ICS Statement. International Union of Geological Sciences, 30/03/2024. Disponível em <https://www.iugs.org/_files/ugd/f1fc07_ebe2e2b94c35491c8efe570cd2c5a1bf.pdf?index=true>. Acesso em 05/04/2024.

Unearthing the Present. Anthropocene Curriculum, 2022. Disponível em <https://www.anthropocene-curriculum.org/project/evidence-experiment/unearthing-the-present>. Acesso em 06/11/2023.

University of Southampton. Crawford Lake chosen as the primary marker to identify the start of the Anthropocene epoch, 2023. Disponível em <https://www.southampton.ac.uk/news/2023/07/crawford-lake-anthropocene.page>. Acesso em 02/11/2023.

Weingrill, R et al. “Temporal trends in microplastic accumulation in placentas from pregnancies in Hawai‘i”. Environment International, Volume 180, 2023.

Zarfl, Christiane, Matthies, Michael. “Are marine plastic particles transport vectors for organic pollutants to the Arctic?”. Marine Pollution Bulletin, Volume 60, pp 1810-1814, 2010.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

MARETÓRIO DA BIODIVERSIDADE SOB AMEAÇA DA PETROLIZAÇÃO NA FOZ DO AMAZONAS

Nelson Ramos Bastos (INEAF/UFPA)[1]
Carlos Ramos (INEAF/UFPA)[2]
Camila Favacho (INEAF/UFPA)[3]
Taiana Passos (INEAF/UFPA)[4]

Resumo: Este trabalho busca mapear as ameaças à biodiversidade protagonizada pelo modelo desenvolvimentista no maretório da várzea fluvio-marinha costeira da comunidade tradicional de pesca de Jubim em Salvaterra, arquipélago de Marajó, no Pará. O mapeamento será realizado por meio da mobilização de conhecimentos trans-interdisiciplinares dialogando com o conhecimento cientifico, com práticas e saberes dos pescadores artesanais de Jubim. As ações serão co-construídas em dois grupos: Grupo Multifocal Intercomunitário (GMI-1), de natureza interétnica e o interdisciplinar (GMI-2), com grupos de pesquisadores e profissionais dos diversos campos do conhecimento cientifico sobre a biodoversidade em maretório, praticamente inexistente no Brasil, sobretudo na região amazônica. Os GMI's, atuarão como comunidades de aprendizado e práticas no processo de diálogo de saberes entre seus membros durante a implementação do projeto e no de formação mútua dos integrantes das comunidades supramencionadas. Considera-se que o processo e os dados dessa pesquisa, visibilizem o maretório da várzea costeira-marinha de Jubim e seus conflitos existentes, principalmente com a futura petrolização na foz do rio Amazonas, e subsidie processos jurídicos, estabeleça por meio de redes de informação conexão para atuar na proteção, defesa e gestão do maretório. Busca-se assim criar um precedente brasileiro replicável em outras zonas costeiras do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Maretório. Biodiversidade. Pesca artesanal.Petrolização.

INTRODUÇÃO

A nova perspectiva desenvolvimentista para exploração de óleo e gás na foz do Amazonas é mais uma etapa da fronteira do desenvolvimento planejado de forma exógena para a Amazônia, que envolve expropriação, exploração e deslocamentos nesta segunda década do século XXI. Diante dessa possibilidade, aumentam as ameaças a biodiversidade faunística, florística e socioambiental, envolvendo o maretório da várzea fluvio - marinha costeira da Bacia amazônica. Neste contexto insere-se a comunidade tradicional de pesca de Jubim no arquipélago de Marajó, Estado do Pará (HEBETTE, 2004).

[1] Doutorando em Agricultura Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará, Brasil. Email:nelson.bastos@ineaf.ufpa.br

[2] Doutorando em Agricultura Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universdade Fedral do Pará, Brasil.

[3] Doutoranda em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Fedral do Pará, Brasil.

[4] Doutoranda em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Fedral do Pará, Brasil.

O mapeamento que descreve o território como base de conhecimento das realidades localizadas, é retratado a luz de uma pluralidade entradas epistemológicas de realidade localizadas etnooceanográfica, ancorada na linguagem de uma "nova" cartografia social do centro do mar, definida por pescadores artesanais no arquipélago de Marajó. De onde emerge o maretório como aprendizagem de uso comum dos bens da natureza, constituindo territorialidades específicas e identidades coletivas, enfrentando desafios significativos devido ao modelo de desenvolvimentista planejado a partir de grandes projetos extrativos na várzea flúvio-marinha Amazônica (ALMEIDA,2014, MOURA 2013).

A várzea fluvio-marinha é um espaço interflúvio onde a maré inverte a correnteza dos rios no estuário do rio Amazonas (LIMA, 2000, p.35). Nessa hegemonia das águas se forma o maretório no contexto de pescadores artesanais e comunidades tradicionais por toda zona costeira da foz do rio Amazonas, local de encontro entre a água doce e o Oceano Atlântico. Neste espaço há uma dinâmica natural dos fluxos e refluxos das marés e dos diversos tipos de ventos que determinam a complexidade deste ecossistema costeiro-marinho único e vital, cheio de vida e biodiversidade. No entanto, atualmente existem grandes projetos em curso que podem causar problemas para essa região e para as comunidades tradicionais locais.

Atualmente, anuncia-se a territorialização de grandes projetos para acabar com a pobreza nessa região, dentre esses projetos estão: a tentativa exploração de petróleo e gás na foz do Amazonas, grandes fazendas de arroz, portos privados, hidrovias e a bioeconomia do mercado voluntário de carbono. Isso pode ter um impacto negativo para a sociobiodiversidade local.

No caso do Petróleo, se houver vazamentos de óleo, por exemplo, isso poderia prejudicar as espécies marinhas e a pesca artesanal. Imagine que você é um pescador artesanal em Jubim-Salvaterra, no arquipélago de Marajó. Neste espaço, há o uso do mar para a pesca é coletivo, pois todos dependem do mar para sobreviver e sustentar sua família. Se o mar estiver contaminado por óleo, isso afetaria diretamente a produção pesqueira, a segurança e soberania alimentar dos povos, a vida das comunidades tradicionais e a capacidade de financiar o sustento próprio e das famílias de pescadores.

Outro projeto que pode afetar a região é o mercado voluntário de carbono. Esse mercado permite que empresas e indivíduos comprem créditos de carbono para compensar

suas emissões de CO2. Isso pode ser bom, porque pode financiar projetos de conservação ambiental. No entanto, é importante garantir que esses projetos realmente beneficiem as comunidades locais e não se transformem em meios de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Às operações de compra de créditos de carbono ainda é uma "caixa preta" que não leva em consideração os impactos reais nas pessoas que vivem na região.

Um dos grandes desafios é encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. É importante lembrar que os ecossistemas de mangue abundante na costa amazônica e marajoara, desempenha um papel fundamental com grande estoque de carbono, que contribui sobremaneira na regulação do clima global. Os danos causados pelo desmatamento da Amazônia afetam os recursos hídricos, a biodiversidade e o clima. É como se a floresta fosse um guardião de uma riqueza natural única, que precisa ser protegida, mas essa proteção não pode esconder os povos que aprenderam a sobreviver nos trópicos há séculos.

Em resumo, o mapeamento das ameaças a biodiversidade, revelam que não se pode negar a falta de conhecimentos científicos aprofundados com dados sobre a dinâmica ecossistêmica que sustente a exploração de óleo e gás na foz do rio Amazonas. Onde o maretório emerge como nova linguagem de resistência dos pescadores artesanais, através da pluralidade de uma "nova" cartografia social do centro do mar, reivindicando soluções sustentáveis que beneficiem a todos de maneira justa e equitativa, visando o bem-estar dos povos que dependem das águas para a execução da política pública e republicana nos espaços costeiros-marinhos da várzea amazônica.

O Maretório de Jubim no arquipélago de Marajó.

A espacialidade dos ecossistemas de rica biodiversidade faunística e florística que caracterizam o maretório da comunidade de Jubim, estão presentes especialmente no pertencimento das territorialidades do centro do mar, assim como nas várzeas, rios, igarapés, lagos, córregos, canais, praias, florestas, campos, mangues, açaizais, florestas de rios, florestas de lagos, pântanos, nascentes, águas superficiais e subterrâneas, além da paisagem costeira, locais sagrados no mar, espaços coletivo de pesca artesanal, pescadores e pescadoras artesanais, extrativistas, agricultura familiar, coletadores de sementes e frutos, todos esses elementos são parte da biossociodiversidade ameaçada da comunidade tradicional de pesca de Jubim no arquipélago de Marajó no estado do Pará.

A abordagem sobre o "maretório", considera sobretudo a pluralidade dos estudos conceituais já em curso na América Latina e Caribe e as novas perspectivas epistêmicas das dinâmicas costeiras, que abordam a categoria analítica chamada de *("maritory") (maritorio)* e "maretório para o contexto da

várzea costeira-marinha da comunidade tradicional de pesca de Jubim no arquipélago de Marajó. Diante dessa pluralidade de entradas, vamos nos apropriar do termo espanhol *"maritorio"* para analisar e compreender as novas dinâmicas espaciais da várzea ribeirinha costeira-marinha na Amazônia.

O termo espanhol "maritorio" surge pela primeira vez na década de 1970, a partir dos debates acadêmicos na Faculdade de Arquitetura Pontifica Universidade Católica de Val-Paraíso no Chile, a partir da crítica de uma série de dicotomias sobre como o espaço marinho é frequentemente concebido *"y que hoy reacciona de forma traumática ante el modelo de desarrollo hegemónico"* (THER, et al, 2019; HERRERA & CHAPANOFF, 2017). Essa reação de contrainformação se vincula aos mapas da colonialidade presente nos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) de grandes empreendimentos extrativos que invisibilizam modos de vida das comunidades pesqueiras e podem ser assim re-interpretadas:

> suggested it was possible to see that there is another way to perceive the sea, namely that what is portrayed on maps is different to what is seen within those communities. For the maritime communities, the sea contains as many significant factors and details as the land, therefore their sea is as 'drawn' as their land is. It has routes, areas, sectors, and colours, landscapes that are read by the people who are used to that environment. Therefore, if it has symbolism, it has meaning (HERRERA and CHAPANOFF, 2017, p.169).

Para estes autores, que o mar é formado por um conjunto de detalhes e pertencimento significativos, tanto quanto a parte urbanizada da terra, pois o mar se configura na maritimidade e as realidades localizadas que são sempre invisibilizadas nos mapas como representação política de domínio territorial do estado e grandes grupos econômicos. Contrapondo essa escala o maretório ou (maretory) (...)*"that the sea is a meaningful space and, therefore, the subject of cognitive con- struction and reading throughout the centuries" (*HERRERA and CHAPANOFF, 2017, p.169*).*

O conhecimento sobre o maretório está vinculado a ancestralidades de povos que habitaram a Amazônia e o arquipélago de Marajó antes mesmo da chegada dos invasores europeus ainda no século XV (NEVES, 2006) As práticas e saberes estão intrinsecamente associados a consciência cognitiva objetiva e subjetiva sobre o mar e as marés, onde o espaço de pesca é apropriado desde a infância, especialmente na comunidade de Jubim, pois é preciso aprender o que cada maré representa, no calendário da pesca artesanal na comunidade envolvendo os ciclos lunares e as duas estações climáticas inverno e verão marajoara.

O período de grandes volumes de chuvas é denominado de invernada marajoara e até o final dos anos de 1990 tinha início a partir da segunda quinzena de dezembro com a chegada das

primeiras chuvas após as águas de lanço chamadas de águas de Conceição, durante a vazante dessas águas tinha início a andança de grandes quantidades de caranguejo nos manguezais da comunidade, período também conhecido por sauatá.

Os espaços no "mangal" são assim conhecidos: Senhor amigo, água preta, pontilhão, mangalzinho, chácara, bernada, poção, porto da seringa, tabatinga, paritá, mangal do trapiche, mamorana, crua do meio e curuanã. Durante as águas de Conceição a andança é na maioria de caranguejos "machos" esse período de andança termina na última água de lanço no final do mês de março. As últimas águas são chamadas águas de "pólas e, ou conduruas" que são caranguejos fêmeas.

Os caranguejos deixam seus labirintos no mangue geralmente quando a águas começa a vazar e baixar o volume no manguezal, mas também é chamado de na comunidade de "mangal" nessa fase é comum observar os caranguejos machos travando lutas com outros machos pela disputa de território ou defendendo seu esconderijo. É durante essa batalha que são facilmente capturados.

Na comunidade de Jubim, há uma consciência coletiva dos pescadores pela proteção das fêmeas, que não permite capturar "pólas ou condurúas" durante o período de anadanças, pois são responsáveis pela reprodução anual. Nos períodos de andanças (sauatá), as praias de curuanã e outras praias próximas ao são cobertas por caranguejos trazidos pelas águas, ainda assim são capturados apenas os caranguejos machos as fêmeas capturas nas praias são devolvidas ao "mangal".

O "mangal representa para a comunidade uma riqueza de biodiversidade responsável também pela segurança e soberania alimentar das famílias, pois é possível retirar do mangue além do caranguejo o "turu", que é um molusco com potencial propriedades nutricionais, o "caramujo" o "siri" e espécies de peixes de pequeno porte no interior dos "mangais", que são também espaços de pesca.

O mangal é uma espécie de conexão dos pescadores artesanais de Jubim, com o mar costeiro-marinho, através do igarapé histórico que dá nome a comunidade. O igarapé Jubim, está presente em um trecho da narrativa do indígena de etnia Yohna Sacaca, alfabetizado, catequizado e alfabetizado com o nome de Severino dos Santos.

Segundo o historiador José Varela (2015), o sábio de Coimbra coletou a narrativa do convertido e promovido Sargento-mor Severino dos Santos da ordenança da Vila Freguesia de Monfort, durante a viagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua "viagem philosofican em 1783. Severino conta que os Yohnas eram povos muito antigos na ilha grande (Marajó), que sofriam constantes ataques de outros povos indígenas chamados de Aruãs, também conhecidos por

Nheengaíbas, que atravessavam o rio Amazonas e desciam pelo igarapé Jubim para atacar a aldeia dos Yohna nas praias.

Esse relato merece destaque na formação social e histórica do maretório da comunidade tradicional de pesca de Jubim, por ser um dos poucos vestígios históricos que reposiciona esta comunidade no mapa da história do Brasil e do Marajó. Finalizando seu relato o indígena, agora sargento-mor Severino dos Santos, conta que o sofrimento dos Yohnas teve fim no ano de 1686, quando os Aruãn/Nheengaíbas foram surpreendidos com a emboscada no igarapé água Boa pelo poder de fogo dos aliados portugueses que ajudaram os yohnas acabarem com os bravos e temidos guerreiros Aruãs/Nheengaiba. Desse extermínio restaram apenas dois sobreviventes que ficaram nas canoas no igarapé Jubim esperando o retorno dos indígenas que foram todos mortos no ano de 1686.

Segundo José Varela (2015) essas informações foram publicadas em "notícias da ilha grande de Joanes" durante a "viagem philosofica de Alexendre R. Ferreira que ocorreu entre os anos de 1783 a 1792, na ilha de Marajó, iniciando pela Vila Freguesia de Monfort, território onde atualmente estão as comunidades tradicionais de Joanes, Agua Boa-Cururú e Jubim. Nesta época o indígena Severino dos Santos, estava com idade por volta dos 70 anos, falava dessa história que era contada pelos Yohna-Sacaca de geração a geração. Atualmente essa história posiciona a comunidade tradicional Jubim no tempo e no espaço histórico, trazendo o maretório como um novo espaço histórico de resistência.

A conexão realizada pelos Aruãs/Nheengaíbas da foz do rio Amazonas como o igarapé de Jubim, estabelece o maretório da várzea fluvio-marinha costeira da comunidade tradicional de pesca de Jubim em Salvaterra, arquipélago de Marajó, a partir de um conceito plural múltiplas conexões interflúvio no que tange o marítimo e o terrestre e suas interrelações com ecossistemas ricos em biodiversidade de interesse, pois:

> Hoy en día el concepto há continuado siendo utilizado bajo parámetros similares a los de su origen, como una suerte de transición entre dos cuerpos (terrestre y marítimo) que frecuentemente son tratados como das unidades distintas (THER et al, 2019).

Figura 1 – Foz do igarapé Jubim, transição interflúvio do maretório de Jubim (Terra e mar)



Fonte: Trabalho de campo 2024. Foto: Nelson Bastos

A figura nº 1 detém realidades localizadas, possíveis de serem observadas, pois é retratada de maneira objetiva, que de outra maneira poderia ser invisibilizada no mapa desenvolvimentista. O maretório aqui não demonstra a separação de terra-mar e sim uma continuidade interflúvio, retratada no pequeno barco da pesca artesanal, a vegetação rasteira que em determinado período do ano serve alimento para peixes boi-marinho, uma parte do manguezal que faz a transição interflúvio, a vegetação decomposta que serve adubo orgânico para culturas alimentares, os moirões para atracação das embarcações pesqueiras e um abundante estoque de carbono azul.

De outra maneira é coerente ter um olhar interdisciplinar para compreender novas perspectivas plurais na abordagem de novos conceitos e epistemologias ecossistêmicas que informa o maretório da comunidade de tradicional de pesca de Jubim, como um elemento de debate para visibilizar também a vulnerabilidade socioambiental e climática das comunidades pesqueiras no arquipélago de Marajó ameaçadas pela indústria petrolífera.

Figura 2 – Mapa preliminar do território pesqueiro de uso coletivo dos pescadores de Jubim



Fonte: Projeto Maretório Amazônico 2023.

Portanto diante dessa perspectiva, os novos modelos na corrida da transição energética, deve reconhecer o maretório como parâmetro etnooceanográfico transformador de comunidades ribeirinhas costeiras, como é o caso de Jubim, em verdadeiros polos de investimentos em energias renováveis através dos estoques de carbono azul armazenados pelos manguezais, que além da proteção da costa marinha, são "ecossistemas essenciais para a regulação do clima no planeta, pois armazenam até cinco vezes mais carbono que as florestas tropicais (ONU, 2021).

As ameaças de Petrolização na várzea fluviomarinha de Marajó.

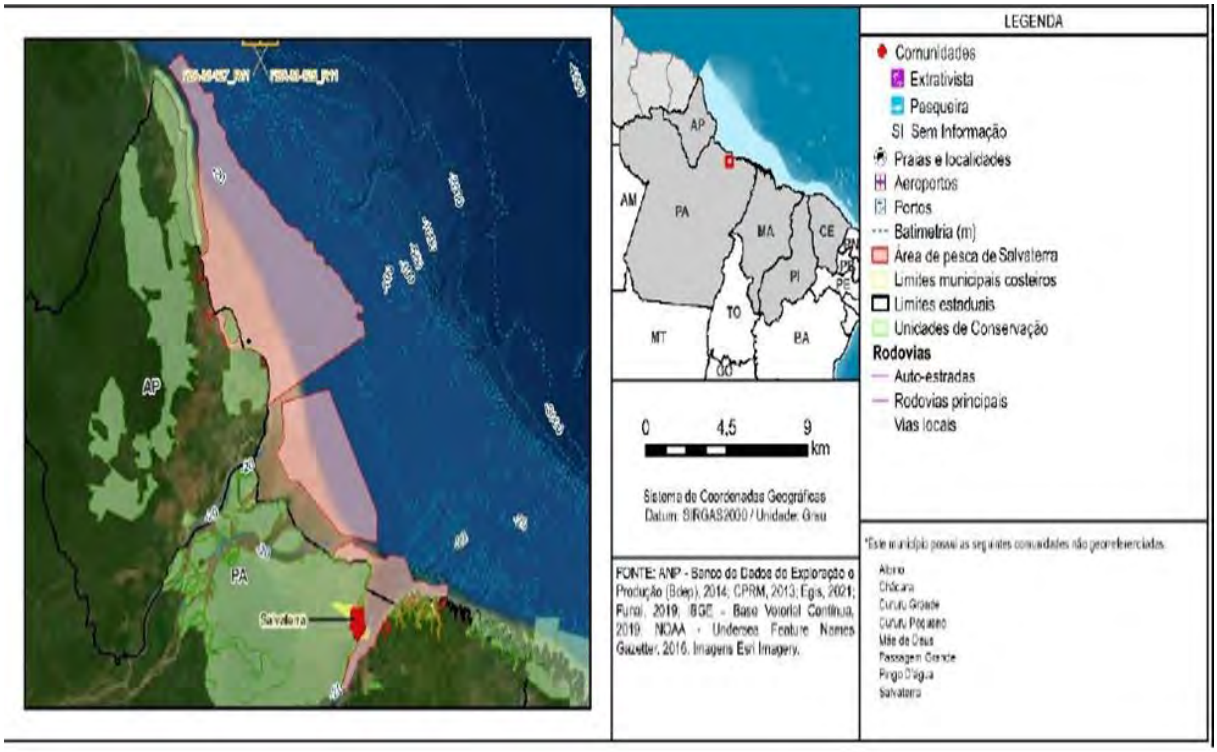
A perspectiva de perfuração no bloco FZA-M-59 pela Petrobras as proximidades da foz do Amazonas, criam um ambiente de incertezas e ameaças biossociodiversidade de espécies vivas, considerando humano a partir de grupos que se autodeclaram por pescadores artesanais, além dos aspectos faunísticos marinho e florísticos. Observa-se que a petrolização é um dano com auto potencial de devastação ecossistêmico, dentre outros aspectos pode ser também um objeto causador de derrame de grandes quantidades de óleo durante a perfuração marinha com contaminação e colaps(Figura 5 - Navio operacional da Petrobras na Baia de Marajó



Fonte: Nelson Bastos. Foto trabalho de campo 2023.

A ofensiva de grandes companhias petrolíferas transnacionais para perfurar e explorar óleo e gás em águas profundas e ultraprofundas na margem equatorial da foz do Amazonas vem se avançando desde 2013 com o leilão dos blocos exploratórios pela Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP). Observando que qualquer mudança de postura, pode gerar indenizações bilionárias do Estado brasileiro para as empresas que arremataram os blocos da foz do rio Amazonas em 2013. Segundo o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Petrobras, as atividades de perfuração na foz do Amazonas não apresentam riscos socioambientais que acarrete grandes perdas e danos ao território coletivo da pesca artesanal de comunidades tradicionais nas três primeiras etapas do empreendimento (Instalação, Operação e desativação).

Figura 3 – mapa da área de pesca delimitada aos pescadores de Salvaterra



Fonte: ANP, 2019.

Os polígonos delimitados pela cor rosa no mapa da figura 3, demonstram as áreas de pesca dos pescadores de Jubim-Salvaterra que terá interferências de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Petrobras, ressaltando que pesca artesanal será uma das atividades de subsistência mais atingidas na área de pesca. A descrição do Impacto Ambiental (IA), apresentada no EIA/RIMA aponta que "na costa de ilha de Marajó, são observados altas taxas de produtividade primária". No entanto o mesmo estudo não consegue estabelecer um parâmetro de estimativo de valor monetizado que representem a riqueza das altas taxas de produtividade primaria de uso coletivo dos pescadores artesanais na costa do arquipélago de Marajó.

As informações sobre a área de pesca delimitada no EIA/RIMA, considera apenas dois fatores de impactos ambientais: as informações coletadas durante a fase do diagnóstico ambiental e a área previstas como rota de embarcações de apoio, além disso reitera que as rotas das embarcações de apoio, apresenta sobreposição com áreas de pesca de 23 municípios incluídos na área de estudo, dentre eles está o município de Salvaterra onde estão situados os pescadores artesanais da comunidade de Jubim, que é a maior comunidade tradicional de pesca artesanal de Salvaterra.

Figura 4 - Porto de pescadores da Bernada- Jubim-Salvaterra



Fonte: Trabalho de campo 2023. Foto: Nelson Bastos

A frota da pesca artesanal de Jubim, de acordo com a figura nº 3 representa parte da produção pesqueira de Salvaterra, que faz o abastecimento dos mercados local, regional e da capital durante o ano todo trazendo uma evolução da qualidade de vida e bem dos pescadores e suas famílias na comunidade. A petrolização pode trazer perdas e danos irreparáveis para todos os pescadores que

dependem única e exclusivamente da pesca como principal atividade produtiva campesina em escala não capitalista.

Os pescadores artesanais da comunidade de Jubim, vivem atualmente na incerteza, de não saberem o que ocorrerá realmente, se confirmada pelo IBAMA a perfuração do bloco exploratório FZA-M-59 pela Petrobras nas proximidades da foz do Amazonas costa do Estado do Amapá e da ilha de Marajó no estado Pará. A já anunciada interferência com a pesca artesanal nas áreas de pesca usada por pescadores afetará especialmente da comunidade de Jubim anexada na área de influência do empreendimento de acordo com o EIA/RIMA. Sendo que essa comunidade é invisibilizada dos mapas ditos oficiais, por estão construindo seus próprios mapas situacionais.

Esta outra forma de representação espacial está vinculado a padrões de conhecimento profundos de realidades localizadas, que jamais será apresentada pelos mapas intencionais do EIA/RIMA e seus dados mirabolantes que quase sempre estão fora das exigências previstas na legislação ambiental e os tratados internacionais de proteção de áreas úmidas, como é o caso do arquipélago de Marajó. Para ilustrar alguns dos equívocos ambientais apresentados pelo EIA/RIMA, citarei um trecho da fala do ministro do Tribunal de Contas de União (TCU) Benjamim Zymler em palestra proferida no I Encontro Nacional das Defensorias Publicas do Brasil, ocorrido no mês de março de 2024 em Belém. Benjamim Zymler afirma que “os acertos técnicos do EIA/RIMA, chegam a 20% por falta de embasamento cientifico”.

O EIA/RIMA é uma peça indispensável para a territorialização de grandes projetos, pois integra um conjunto de informações e exigências técnicas adequados a legislação para a obtenção do licenciamento ambiental (LA) no órgão competente na esfera federativa brasileira. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é um dos organismos responsáveis para liberar ou negar a licença ambiental para grandes projetos em espaços de domínio territorial da União, especialmente na Amazônia. Onde o desenvolvimentismo regional a partir de grandes projetos mobiliza grandes volumes de “recursos, capital e mão de obra, produzindo transformações expressivas nos territórios em que são construídos” (BRONZ, 2016, p.15).

Portanto, o mapeamento das ameaças à biodiversidade protagonizada pelo modelo desenvolvimentista no maretório da várzea fluvio-marinha costeira da comunidade tradicional de pesca de Jubim em Salvaterra, arquipélago de Marajó, traz reflexões acerca das formas que são criadas as epistemologias hegemônicas a partir do Termo de Referência (TR), que é uma das peças exigidas pelos organismos ambientais para o início do processo de licenciamento ambiental para grandes projetos. As propostas previstas no desenvolvimento regional não restaura os ecossistemas de biodiversidade e cria uma dicotomia que envolve sustentabilidade versos desenvolvimento, que

ilustra a base de dados do EIA/RIMA da Petrobras para o bloco exploratório FZA-M-59 na foz do Amazonas.

Bases Teóricas e metodológicas

> El valor y los límites de las ciencias, las humanidades y las técnicas se reformulan con la interdisciplina de los sistemas complejos, que plantean nuevas exigencias y posibilidades a la epistemología de la organización y de los efectos de las acciones organizadas (GONZALEZ CASANOVA, 2017, p.20).

O aporte teórico e metodológico adotado nesse estudo, coloca no centro do debate, uma epistemologia interdisciplinar com categorias analíticas que precisam de novas e ou aprofundamentos detidos em realidades localizadas de comunidades tradicionais pesqueiras. Reelaborando abordagens conceituais de maneira plural a partir de uma linguagem de resistência etnooceanográfica, ancorado em uma "nova" cartografia social do centro do mar expressando de modos de vida no maretório de pescadores artesanais sob ameaça da petrolização na ilharga da foz do Amazonas e do arquipélago de Marajó.

O uso dos diferentes métodos e técnicas teve como objetivo entender e situar os interlocutores da pesquisa e ao mesmo tempo tornar o pesquisador próximo do contexto de vida da comunidade. De onde é possível observar os danos traduzidos por impactos ambientais, sobre a biodiversidade marinha produzida pelo desenvolvimento colonial do Estado moderno tem alterado os modos de vida e desarticulado o sistema socioeconômico do pescador artesanal (MARIN, 2017). A autora afirma que as recentes medidas adotadas pelo governo brasileiro implicam o não reconhecimento de direitos territoriais e étnicos, reiterando posições desiguais da categoria identitária do ribeirinho pescador artesanal, ressemantizando esse termo para agentes sociais portadores de direitos territoriais e de cidadania, para além das fronteiras do direito ao maretório da várzea fluvio-marinha da Amazônia (BASTOS, 2019).

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo interdisciplinar no método quali-quantitativo, adotou-se também uma análise etnográfica se cruzando com a linguagem de uma "nova" cartografia social para coleta de dados junto aos informantes da pesquisa, além da análise dos dados obtidos em campo através de oficina de mapas, rodas de conversa, formulário semiestruturado, conversas informais e levante de documentos históricos sobre a comunidade tradicional de pesca de Jubim no arquipélago de Marajó no Pará.

Resultados e conclusões

A pesca artesanal é a principal fonte de alimentação e renda para a maioria das famílias que habitam o arquipélago de Marajó. Identificou-se que a comunidade tradicional de pesca de Jubim, no município de Salvaterra na micro região do Ararí marajoara, há uma grande capacidade de produção pesqueira primaria, através do uso coletivo da espacialidade do mar onde encontra-se não somente a diversidade de espécies de peixes capturados, mas sobretudo pelo conhecimento de cada palmo de mar com suas especificidades.

O mapeamento possibilitou visibilizar as especificidades através de uma "nova" cartografia social do centro do mar que permite visibilizar o maretório a partir da construção cognitiva de espaços marinhos com baixos de areia e pedras conhecidos pelo nome de gaivotinha, tiririca, canal de Joanes, ilha das cobras, maluco, morósoca, ilha cagada, pedral da Baleia, Salazar, tapariaçu, ponta do garrote, cambu, dunas, ponta fina, pacoval e quiririn.

O avanço da pesquisa demonstra que o conhecimento e proteção de biodiversidade de interesse da comunidade tradicional de pesca de Jubim, está intrinsecamente vinculado a ancestralidades dos primeiros habitantes indígenas (Yohnas-sacaca e Aruãs-Nheengaíbas) sendo os ensinamentos e história oral repassados de geração em geração, pois os pescadores respeitam o "mar" como um espaço de grandes significados, um mundo de construção cognitiva e de leitura ao longo dos séculos.

Considera-se que o resultado nos dados dessa pesquisa, visibilizem o maretório da várzea costeira-marinha de Jubim e seus conflitos existentes, principalmente com a futura petrolização na foz do rio Amazonas, e subsidie processos jurídicos, estabeleça por meio de redes de informação conexão para atuar na proteção, defesa e gestão do maretório como elemento histórico e plural no que tange novas reinvenções territoriais. Busca-se assim criar um precedente brasileiro replicável em outras zonas costeiras do Brasil. Onde a pesca artesanal, seja reconhecida como um novo paradigma emergente da biossocioeconomia.

5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. 2017. **O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social.** GAIOSO, A. V; MARTINS, C. C; NOVAES, J. S. de; NUNES, P. M. P. (Orgs.). Rio de Janeiro/São Luiz: Casa 8. (Coleção Aulas Inaugurais; 4).

ACEVEDO MARIN, R. E; ACEVEDO, R. B. O. 2015. Danos sociais e ambientais pela exploração mineral em Barcarena. In: ACEVEDO MARIN, R. E. NOVAES, J. (orgs). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. UEA Edições.

_____. **Povos tradicionais no Arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. – Rio de Janeiro: CASA 8, 2015

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos archivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BASTOS, Nelson,R. **Territórios em resistência no mundo social da várzea:** a cartografia social dos ribeirinhos e quilombolas das Ilha Xingu/PA. 2019. 187p. Dissertação (Mestrado em Cidades, Territórios e Identidades) Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI / UFPA. 2019.

BOBBIO, Norberto. **Estado, poder e governo**. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 16. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010, pp. 53-126.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1989.

BRASIL. Ministerio da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura:** Brasil 2010. Brasilia, DF, 2012. Disponível em: http:// uesc.br/cursos/pos_graduação/mestrado/animal/bibliografia 2015/luis4.pdf,. Acesso em: 13/10/2021.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI** - 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.** São Paulo: Ed. Ática, 1983.

FAZENDA Ivani, Catarina, Arantes. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1991.

FERDINAND, Malcom. ***Uma ecologia decolonial***: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Curralistas e redeiros de Marudá : pescadores do litoral do Pará / Lourdes Gonçalves Furtado. - Belém : Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HAESBAERT, Rogerio. **Do corpo - território ao território – corpo(da terra)**: contribuições decoloniais. Revista Geogarfia, Universidade Fedral Fluminense – Niteroi – RJ, 2020.

LIMA, Rubens Rodrigues (et. al). **Várzeas Flúvio-marinhas da Amazônia brasileira**: características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 2001.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Belém: Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e tecnológico, CNPq-Museu Paraense Emilio Goeldi 1985.

LUC BOLTANSKI E EVE CHIAPELLO. **O novo espirito do capitalismo.** WMF martinsfontes: São Paulo, 2009.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação:* conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2.

MALCOM FERDINAND. Uma Ecologia Decolonial: Pensar a partir do Mundo Caribenho. 2019

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** Tradução de Lamberto Puccinelli.São Paulo, EPU, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. **Guerras nos Mares do Sul:** a produção de uma monocultura marítima e os processos de resistência – São Paulo 2013. (Tese Doutorado – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo

NEVES, Eduardo Goes. **Arquelogia da Amazonia** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Do fracasso à reforma da reforma do Estado**. Um Estado para sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005, pp 37-74.

PORTO-GONÇALVES. **A globalização da natureza e a natureza da globalização** – 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

THER – Rios Francisco (et al). **Reflexiones sobre el concepto de maritorio y su relevância para los estúdios de Chiloé contemporâneo**. Revista Austral de Ciencias Sociales, 2019.

URPI, Montoya Uriarte. **O que é fazer antropologia para os antropólogos.** Nucleo de antropologia da Universidade de São Paulo, 2012.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

COP 30: UM FRACASSO ANUNCIADO?

Marco Antonio Chagas[1] (UNIFAP)

RESUMO: Este artigo se propõe a prospectar e confrontar ações do governo brasileiro em direção à COP 30 em Belém (PA). Parte-se do Acordo de Paris à COP 28 (Dubai), com foco em declarações e protocolos pactuados para redução de emissões e na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês) do governo brasileiro. Diferencia-se políticas do governo e políticas do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) ao considerar-se o peso secundário deste Ministério nas tomadas de decisão para além do protagonismo climático da atual gestão. As políticas de governo são contraditórias, de curto prazo e de autonomia relativa, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia. O MMA direciona os esforços para a redução do desmatamento e para manter relativamente coeso o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Sustenta-se que a meta do desmatamento zero da Floresta Amazônica até 2030 e a negativa do licenciamento ambiental para possível exploração de petróleo na Margem Equatorial Brasileira (Bloco FZA-M-59) são pontos de inflexão para avaliação do fracasso ou não da COP 30.

Palavras-chave: COP 30; Mudanças Climáticas; Floresta Amazônica; Margem Equatorial Brasileira; Desenvolvimento Regional.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma breve análise do caso da possível exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial Brasileira (Bloco FZA-M-59), com foco em protocolos das mudanças climáticas e em categorias teóricas de desenvolvimento alinhadas ao discurso da exploração de recursos naturais e seus contrapontos.

O texto coloca o debate da sustentabilidade como tema transversal às narrativas que ancoram as diferentes categorias analisadas. Conceitos como território, transversalidade e autonomia relativa são revisados a partir da literatura identificada no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024-2027.

Os protocolos vinculantes do Clima, do Acordo de Paris à COP 28 (Dubai) pactuados para redução de emissões e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês) do governo brasileiro instigam uma reflexão das possíveis contradições governamentais aferidas por metas de desmatamento zero da Floresta Amazônica até 2030.

O artigo parte de perspectivas teóricas e protocolos que se alinham para construção de uma análise crítica à COP 30, enquanto possível fracasso anunciado. Sustenta-se que o "fracasso anunciado" é uma hipótese não otimista à procura de refutação. O termo é inserido no título como

[1] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, Universidade Federal do Amapá (PPGDAS/UNIFAP), Amapá, Brasil. E-mail: marco.chagas@unifap.br

dissenso às estratégias coloniais capitalistas baseadas no discurso da transição energética climática diante de um tempo cronológico inexistente.

Instiga ainda o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas para aferir compromissos não cumpridos pelos países desenvolvidos nas COPs. Cita a iniciativa Yasuní-ITT como uma pedagogia para possíveis planos de transição dos combustíveis fósseis.

O entendimento é que a possibilidade de deixar o petróleo e gás no fundo oceânico, e em contrapartida trazer os países ricos a assumirem a responsabilidade pelas mudanças climáticas, em acordos vinculados à preservação da natureza e a melhorias da qualidade de vida na Amazônia, poderia ser construída como uma "Iniciativa Amazônica pelo Clima".

Este texto é inacabado. É parte do projeto em construção de uma candidatura de estágio pós-doutoral a ser submetido ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UNIFAP).

2. TERRITÓRIO, TRANSVERSALIDADE E AUTONOMIA RELATIVA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Algumas categorias teóricas têm ancorado textos sobre desenvolvimento regional. Neste artigo selecionou-se território, transversalidade e autonomia relativa. A escolha é autoral e justifica-se pelo uso destas categorias em apresentações do PDRA 2024-2027. A intenção é verificar como estas categorias dialogam com protocolos do clima.

Territórios com natureza são aqui entendidos como aqueles dotados de algum valor, material e imaterial. Material são aqueles aos quais usualmente é atribuído o conceito de território usado, cuja função dominante é o uso e a exploração para o desenvolvimento econômico. Imaterial é a natureza que apresenta outros significados de valor, como ética, memória, cultura, espiritualidade, paz, entre outros. Para esta última categoria, a palavra desenvolvimento territorial é uma invenção colonizadora (Castro, 2017; Escobar, 2005; Moraes, 2013).

Para a *inteligtsia* que transita pelo pensamento econômico do desenvolvimento, muitos dos quais vinculados a assessoriais institucionais de tomadores de decisão, o modelo exportador de recursos naturais seria um tema envelhecido. Não é bem assim! Os textos que embasam o debate sobre desenvolvimento regional parecem se "encastelar" em teorias vinculadas a processos de crescimento econômico e de autonomia relativa (Poulantzas, 2019).

No Brasil, um exemplo peculiar são os Planos Regionais de Desenvolvimento (PRDs), cuja somatória não resulta num Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). São tantas "transversalidades" que estes Planos, por mais embasados que se possa reconhecer em relação aos problemas a serem enfrentados, acabam sendo atropelados pelas instâncias políticas que os cercam.

São Planos com execução orçamentária de resultados não avaliados ou de avaliação pelos gastos públicos eleitoreiros da "democracia representativa".

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024-2027, elaborado sob a égide constitucional da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), é pressionado pelas emendas parlamentares (nível de projetos), pelo Consórcio Interestadual de Governadores da Amazônia Legal (nível de plano) e pelo próprio Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

> PRDA 2024-2027 foi elaborado em consonância com os principais instrumentos de planejamento existentes, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento - EFD, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano Plurianual (PPA) da União para 2024-2027, além de observar as propostas presentes nos planejamentos estaduais e Consórcio Interestadual da Amazônia Legal (SUDAM, 2023, p. 9).

Em síntese, quanto ao território, o PDRA 2024-2027 afirma:

> Em muitos aspectos, considera-se a visão do território de Milton Santos, cuja abordagem enfatiza a importância das relações sociais, culturais e econômicas na definição do espaço geográfico e territorial, considerando o território como um espaço não neutro e repleto de relações de poder (SUDAM, 2024, p. 13).

A transversalidade e autonomia relativa são empregadas no PDRA 2024-2027 como esforço de integração de políticas públicas. Isto se confirma em Costa (2017):

> O princípio da transversalidade vai ao encontro das reflexões de Brandão (2013) de articular consistentemente várias instituições – e suas políticas –, como ministérios e secretarias estaduais e municipais, para o desenvolvimento regional, de forma a construir uma prevalência da visão territorial sobre as setoriais (Costa, 2017, p. 101).

Território, transversalidade e autonomia relativa são categorias presentes no texto do PDRA 2024-2027, usadas em consonância com a produção intelectual do desenvolvimento regional nacional. É possível verificar um esforço pela garantia de princípios da sustentabilidade se materializando num programa denominado "sustentabilidade e conservação ambiental". Entretanto, em se tratando de um PDRA que abrange o território sede da COP 30, o desafio apontado por publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ainda está distante:

> Na política regional, cabe o cumprimento desta nova missão como contributiva para o esforço global no tema da mudança climática. Repensar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para que ela inclua em seus objetivos a transição energética, entre outras tarefas, em alinhamento com as agendas do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC) e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, pode

> significar um passo importante para a mudança estrutural da matriz econômica regional a partir de atividades baseadas em conhecimento e em energias limpas (Monteiro Neto; Colombo; Rocha Neto, 2023, p. 24).

Não se tem ainda uma análise fundamentada dos planos plurianuais dos Estados da Amazônia para checagem das ações vinculadas aos compromissos assumidos pelo Brasil para a COP 30. O que se pode antecipar é o consenso do Consórcio Interestadual de Governadores da Amazônia Legal pela possível exploração de petróleo na Margem Equatorial Brasileira. Esta posição, a priori, cria um embaraço ou uma "transversalidade quase impossível" diante da política do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA):

> A crescente importância da pauta climática pressiona por maior integração de políticas federais e uma governança cada vez mais efetiva e inclusiva, com participação de estados, municípios, sociedade civil, pesquisadores e setor privado. Medidas como a reformulação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM); a elaboração de um Plano Clima que oriente e impulsione a mitigação e a adaptação no país até 2035; o aumento da participação social; a redução do desmatamento na Floresta Amazônica; e a disponibilização de recursos pelo Fundo Clima são exemplos das diversas iniciativas em andamento para que o Brasil possa cumprir suas metas e liderar o esforço global na COP30, que ocorrerá em Belém/PA, em 2025 (MMA, 2024).

3. A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NA MARGEM EQUATORIAL BRASILEIRA

A fase de exploração tem início com a assinatura dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural. Nela são realizados estudos para detectar a presença de petróleo e/ou gás natural nas áreas sob contrato, chamadas de blocos, em quantidade suficiente para tornar sua extração economicamente viável. Tendo sucesso nesta etapa, as empresas poderão passar para a fase seguinte do contrato, quando iniciarão a produção e a área contratada passará a ser chamada de campo (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis [ANP], 2023).

A necessidade em ampliar as reservas de petróleo e gás para garantir a produção diante do cenário da escassez dos campos maduros levou a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) à reativação de antigos projetos de exploração em bacias sedimentares brasileiras, incluindo a Bacia da Foz do Amazonas, uma das cinco bacias que integram a Margem Equatorial Brasileira (Figura 1).

Figura 1 – Bacias da Margem Equatorial Brasileira



Fonte: Rodolfo Almeida/SAMAÚMA (Antunes, 2023).

Em 2013, a ANP promoveu a 11ª rodada de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, com bloco da costa do Amapá recebendo o maior bônus da rodada (FZA-M-57), da ordem de 345 milhões de reais. A empresa British Petroleum (BP) obteve a concessão do Bloco na qualidade de operadora, com 70% de participação. O outro parceiro é a Petrobrás, com 30%.

Os fatores dos altos bônus pagos pelo bloco podem ser resumidos em: a) analogias de estruturas geológicas e descobertas em países das Guianas e oeste da África; b) evolução tecnológica para exploração/produção de petróleo e gás *offshore*; c) predomínio do setor *upstream* de projetos de águas ultraprofundas; e d) projeção de aumento da demanda mundial por petróleo. Este último refere-se à visão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC, na sigla em inglês) que projeta um aumento de 23% da demanda global de energia primária até 2045, com demanda incremental mais forte para eólica e solar, mas mantendo ainda a maior participação do petróleo e gás na matriz energética global, com 54% (OPEC, 2023).

O sucesso da licitação dos blocos na Bacia da Foz do Amazonas deu início a expectativas pela possível oportunidade de desenvolvimento para o Amapá, incluindo: a) royalties; b) estímulos à cadeia produtiva e à formação de mão de obra local; e c) geração de emprego e renda. Entretanto, a exploração ainda não se efetivou devido ao indeferimento da licença ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e toda complexidade que envolve uma atividade de alto risco e de potenciais impactos ambientais significativos.

O processo de licenciamento ambiental para a atividade de perfuração marítima da Margem Equatorial Brasileira (Bloco FZA-M-59) é de responsabilidade do IBAMA. O referido processo iniciou em 2014 sob liderança da BP. Em novembro de 2020, a ANP aprovou a passagem da operação do bloco

da BP para a Petrobras. A composição do consórcio permanece a mesma. Em dezembro de 2020, a Petrobras solicitou ao IBAMA a transferência de titularidade do processo de licenciamento ambiental. Os estudos ambientais realizados e demais protocolos estão disponíveis no site do IBAMA[2] e da Petrobras[3].

A exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial Brasileira, especificadamente na Bacia da Foz do Amazonas, passou a ser o centro do debate sobre o desenvolvimento regional. O IBAMA mantém a negação da licença ambiental, com pareceres técnicos vinculados ao processo de licenciamento que se reportam ao Princípio da Precaução, principalmente quanto aos riscos de derramamento de óleo. Teste de simulações com lançamento de derivadores indicaram que o óleo poderia se espalhar até a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana.

As reações, a princípio, emblemáticas ao predomínio do modelo desenvolvimentista pela expropriação, consensua políticos, empresa (Petrobrás) e um público de interesses difusos em desacordo ao indeferimento do IBAMA. Questionando o consenso estão grupos indígenas do Oiapoque que cobram consulta prévia e movimentos socioambientais que se mantêm convictos à tese dos riscos ambientais associados à maldição dos recursos naturais (Ross, 2015).

A movimentação política para emissão da licença ambiental pelo IBAMA tem se intensificado por parte dos políticos da região, principalmente do Amapá e Pará, e da própria estrutura do governo federal liderada pela Petrobras, exceto o Ministério do Meio Ambiente. O ponto de inflexão favorável ao licenciamento ambiental é também pressionado pelas explorações de bacias limítrofes na Guiana e no Suriname. Os mais de 15 bilhões de barris em reservas provadas nas Guianas e Suriname alimentam a possível confirmação das reservas de petróleo e gás da Margem Equatorial Brasileira (Figura 2).

[2] Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf/consultas/consultas.

[3] Disponível em: https://experience.arcgis.com/experience/49eadf2cc4554e43843a924ebe134b80?block_id=layout_0_block_40.

Figura 2 – Reservas provadas na Guiana, Suriname e Brasil



Fonte: Campos Jr. (2023).

A ilusão do desenvolvimento pela exploração de recursos naturais apresenta uma base teórica credível da sociologia crítica latino-americana, conforme demonstram Castro e Pinto (2018). O caso da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, sem perder de vista a pesquisa-ação-lugar, instiga ainda mais o pensamento crítico a uma análise de conjuntura e perspectivas interdisciplinares a partir de experiências de estados produtores de petróleo *offshore*, como Rio de Janeiro, mas também do que acontece em outros países produtores de petróleo (Viglio; Di Giulio; Ferreira, 2017).

Em referências à Iniciativa Amazônica Yasuní-ITT, aqui citada como uma das experiências mais ousadas de transição climática, coloca os países desenvolvidos emissores de CO_2 no "front" da responsabilidade pelas mudanças climáticas e da justiça ambiental (Kothari *et al.*, 2021).

4. ACORDO DE PARIS À COP 28 (DUBAI)

As metas dos países que ratificaram o Acordo de Paris em 2015 foram formalizadas por meio de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês), que devem ser revisadas a cada cinco anos, sempre orientadas pelo Princípio do Não-Retrocesso.

As NDCs apresentadas pelos países na COP 21 foram consideradas insuficientes para cumprir o objetivo do Acordo de Paris em limitar o aumento da temperatura média global abaixo de

2°C, considerando os níveis pré-industriais, e concentrar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C (Intergovernmental Panel on Climate Change [IPCC], 2018).

A primeira revisão da NDC do Brasil aconteceu no final de 2020. Apelidada de "Pedalada Climática", a revisão não apresentou dados absolutos sobre a redução de emissões pretendida pelo Brasil, mantendo as mesmas metas de 2015 de redução de 43% nas emissões em 2030 em relação a 2005, além de uma intenção de atingir a neutralidade em carbono em 2060, dez anos depois do anunciado pela maioria dos países do mundo, exceto a China.

Uma segunda revisão aconteceu em 2022, com o Brasil assumindo o compromisso em reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% em 2025 (no ano da COP 30) e em 50% em 2030, ambas tendo como referência os níveis de 2005. A NDC revisada do Brasil antecipa para 2050, ainda, o objetivo indicativo de longo prazo de alcançar a neutralidade climática.

A terceira revisão, atual NDC brasileira de 2023, estabelece que o País deve reduzir suas emissões em 48% até 2025 e 53% até 2030, em relação às emissões de 2005. O Governo do Brasil reiterou seu objetivo de longo prazo de alcançar a neutralidade climática até 2050.

A queima de combustíveis fósseis representa 75,6% das emissões globais de CO_2. (Ge; Friedrich; Vigna, 2020). No Brasil, as principais fontes de emissões são o desmatamento e a agropecuária, com a energia ocupando o terceiro lugar. Reduzir as emissões do desmatamento é essencial para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C. O Brasil assumiu o compromisso do desmatamento zero da Amazônia até 2030 (MMA, 2023), meta ratificada na Declaração de Belém (OTCA, 2023). A COP 30 servirá como uma espécie de revisão de meio termo à meta do desmatamento zero.

Na COP 28 de Dubai foi aprovada a transição dos combustíveis fósseis — "transitioning away". Existem expectativas de como se dará este processo no Brasil, com críticas à ausência de uma estratégia nacional de transição para o fim dos combustíveis fósseis, com manifestos públicos contraditórios pela manutenção da exploração de petróleo nos planos de governo (Toni, 2024).

Outra questão "mal resolvida", que os países empurraram para a COP 29 e possivelmente voltará para a pauta na COP 30, é quem pagará a conta da transição energética:

> A COP28 adiou a maioria das questões financeiras para a COP29, quando o grande destaque será a adoção de um novo objetivo de financiamento climático – chamado de Novo Objetivo Qualitativo Coletivo (NCQG, na sigla em inglês). Esse novo objetivo substituirá o atual compromisso dos países desenvolvidos, estabelecido em 2009, de fornecer US$ 100 bilhões anualmente em financiamento climático para os países em desenvolvimento. O novo objetivo precisará levar em conta as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento, estimadas entre US$ 5,8 trilhões e US$ 5,9 trilhões até 2030 (Waskow *et al.*, 2023).

Na COP 30 é fundamental que discuta-se benefícios financeiros para os estados que protegem florestas, pois, existe uma atenção maior para quem desmata. Nunca é demais lembrar que áreas protegidas ou unidades de conservação, somadas aos territórios indígenas da Amazônia brasileira, detém 58% do estoque total de carbono da Amazônia e são responsáveis por uma proporção significativa do sequestro de carbono que ocorre em toda a região (Nobre, 2020).

O tema "mudanças climáticas" apresenta alta complexidade, necessitando de pedagogias mais acessíveis para entendimento. Alguns conceitos estão ainda distantes da sociedade, como contextualiza publicação da organização não governamental FASE Solidariedade e Educação em relação ao termo "net zero": "No entanto, esse é um conceito ainda pouco explicado e discutido no Brasil por movimentos e organizações da sociedade civil" (Mello; Tura; Santos, 2023). A COP 30 ocorrerá 10 anos após o Acordo de Paris. Uma oportunidade para tornar as mudanças climáticas um tema mais democrático e justo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os protocolos do clima estão recomendados no Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia – PDRA 2024-2027, mas ainda não se tem uma conclusão em relação aos estados da Amazônia, mantendo-se ainda a hipótese de que a atenção e rigor suficientes para as mudanças climáticas pelos governantes acontece somente pelas ações descendentes do Ministério do Meio Ambiente.

A possível exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial Brasileira, principalmente na Bacia da Foz do Amazônia, coloca o Governo Brasileiro num plano contraditório em relação a NDC pactuada em 2023, com ameaças de retrocesso na COP 30.

O desmatamento zero da Amazônia até 2030 é uma meta ambiciosa, mas possível e deve receber toda atenção, não somente do MMA, mas principalmente dos estados e municípios da Amazônia.

Em se tratando de um tema de alta complexidade e considerando o tempo preparatório, a COP 30 pode também se tornar um processo formativo mais includente. Basta iniciar!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Investimentos na fase exploração podem chegar a R$ 21 bilhões até 2027**. Notícias e comunicados, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/investimentos-na-fase-exploracao-podem-chegar-a-r-21-bilhoes-ate-2027. Acesso em: 23 jul. 2023.

ANTUNES, Claudia. “Quando a mare dobrar, a mancha vai entrar”. Infográfico Rodolfo Almeida. **SAMAÚMA**, 2023. Disponível em: https://sumauma.com/quando-mare-dobrar-mancha-vai-entrar-petroleo-foz-amazonas/. Acesso em: 08 abr. 2024.

CAMPOS JR., Geraldo. Margem Equatorial pode receber R$ 11 bi para exploração de 42 blocos. **Poder360**, 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/energia/margem-equatorial-pode-receber-r-11-bi-para-exploracao-de-42-blocos/. Acesso em: 09 abri. 2024.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; PINTO, Renan Freitas (org.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA, 2018.

COSTA, Rodrigo Portugal. Política Regional na Amazônia: A PNDR II. *In*: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Antonio. **Desenvolvimento regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento? Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

GE, Mengpin; FRIEDRICH, Johannes; VIGNA, Leandro. **4 Charts Explain Greenhouse Gas Emissions by Countries and Sectors**. World Resources Institute, 2020. Disponível em: https://www.wri.org/insights/4-charts-explain-greenhouse-gas-emissions-countries-and-sectors?ap3c=IGYW4_Uu_Kyk23UAAGYW4_U57phRBkpawD-aeVBlBy-It_vl3w. Acesso em: 11 abr. 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5 °C** – Summary for policy makers. 2018. Disponível em http://www.ipcc.ch/report/sr15/. Acesso em: 10 abr. 2024.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. **Pluriverso:** dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm):** 5ª fase (2023 a 2027). Brasília, DF: MMA, 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA. **O Brasil no enfrentamento à mudança do clima**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima. Acesso em: 10 abr. 2024.

MELLO, Maria Beatriz; TURA, Leticia Rangel; SANTOS, Maureen. **Mudar para que nada mude:** zero emissões líquidas não é zero. Rio de Janeiro: FASE Solidariedade e Educação, 2023.

MONTEIRO NETO, Aristides; COLOMBO, Lucileia Aparecida; ROCHA NETO, João Mendes (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas, 3. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

NOBRE, Carlos Afonso. **Relatório Técnico para Embasamento de Ação Civil Pública Climática**. Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos, 2020. Disponível em: https://institutoestudosamazonicos.org.br/acervo/relatorio-tecnico-carlos-nobre-embasamento-acao-civil-publica/. Acesso em: 01 abr. 2024.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES - OPEC. **World Oil Outlook 2023**. Disponível em: https://woo.opec.org/. Acesso em: 08 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – OTCA. **Declaração de Belém**. Disponível em: https://otca.org/pt/conheca-a-declaracao-de-belem-assinada-pelos-paises-amazonicos-na-cupula/. Acesso em: 10 abr. 2024.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

ROSS, Michael. **A maldição do petróleo:** como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações. Porto Alegre: CDG, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024 -2027**. Belém: SUDAM, 2023.

TONI, Ana. Ainda não vi plano no Brasil para petróleo bancar transição energética, diz Ana Toni. **Folha de São Paulo**, 31 mar. 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/ainda-nao-vi-plano-no-brasil-para-petroleo-bancar-transicao-energetica-diz-ana-toni.shtml. Acesso em: 02 abr. 2024.

VIGLIO, José Eduardo; DI GIULIO, Gabriela Marques; FERREIRA, Lúcia da Costa. Nem Tudo Reluz no Ouro Negro: incertezas e ameaças ambientais do Pré-Sal brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 21-38, jul./set. 2017.

WASKOW, David *et al*. **Unpacking COP28:** Key Outcomes from the Dubai Climate Talks, and What Comes Next. World Resources Institute, 2023. Disponível em: https://www.wri.org/insights/cop28-outcomes-next-steps?ap3c=IGYW4_Uu_Kyk23UAAGYW4_U57phRBkpawD-aeVBlBy-It_vl3w. Acesso em: 11 abril. 2024.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

SISTEMA DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ CULTIVO: UM ESTUDO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO IPANEMA

Janete Rodrigues Botelho (PPGSA/UFPA),

RESUMO: O objetivo da pesquisa é mostrar as diferentes práticas agrícolas introduzidas pelos quilombolas com o intuito de aumentar a produção do açaí, seguindo nessa linha, as contribuições que essas práticas trazem para a comunidade, tanto positiva quanto negativa. No que se refere a metodologia, partiu-se da abordagem qualitativa, pesquisa exploratória descritiva e a entrevista semiestruturada, realizada com dezesseis sujeitos, subdivididos em quatro grupos distintos, que envolvem: agricultores adultos/idosos, agricultores jovens, representantes da comunidade e mulheres agricultoras. Os resultados mostram que o novo sistema de produção do açaí agroextrativista, apresenta várias particularidades, englobando uma diversidade de produtores com os mais variados modelos de agrossistemas, os quais tem seu próprio modo de organização que vai além do sistema de produção, a qual perpassa também, pelo processo da comercialização e do sistema de produção cultivo. E o sistema de produção cultivo, demonstrou dentro de suas ações, o aumento da produção do fruto, a melhoria na qualidade de vida dos quilombolas e seus familiares. No entanto, o sistema de produção cultivo, traz consigo impactos conjunto com os danos ambientais, relacionados a homogeneização da paisagem, a redução de espécies, tanto animal, quanto vegetal, levando ao desequilíbrio do ecossistema, o qual não afeta somente os animais e plantas, mas também os próprios quilombolas que dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência, ameaçando dessa forma a principal fonte de renda dessas famílias.

Palavras-chaves: Produção do açaí; Comunidade quilombola; Práticas agrícolas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz alguns resultados da minha dissertação de mestrado que tem como título " Agroextrativismo, sistema de produção do açaí e comercialização: o caso da comunidade quilombola do rio Ipanema, Abaetetuba (pa).", desenvolvida no período de dois anos, pelo programa de pós graduação de cidade, território e identidade (PPGCITI). Assim, o presente texto tem como objetivo mostrar as diferentes práticas agrícolas, introduzidas pelos quilombolas com o intuito de aumentar a produção do açaí, seguindo nessa linha, as contribuições que essas práticas trazem para a comunidade, tanto positiva quanto negativa.

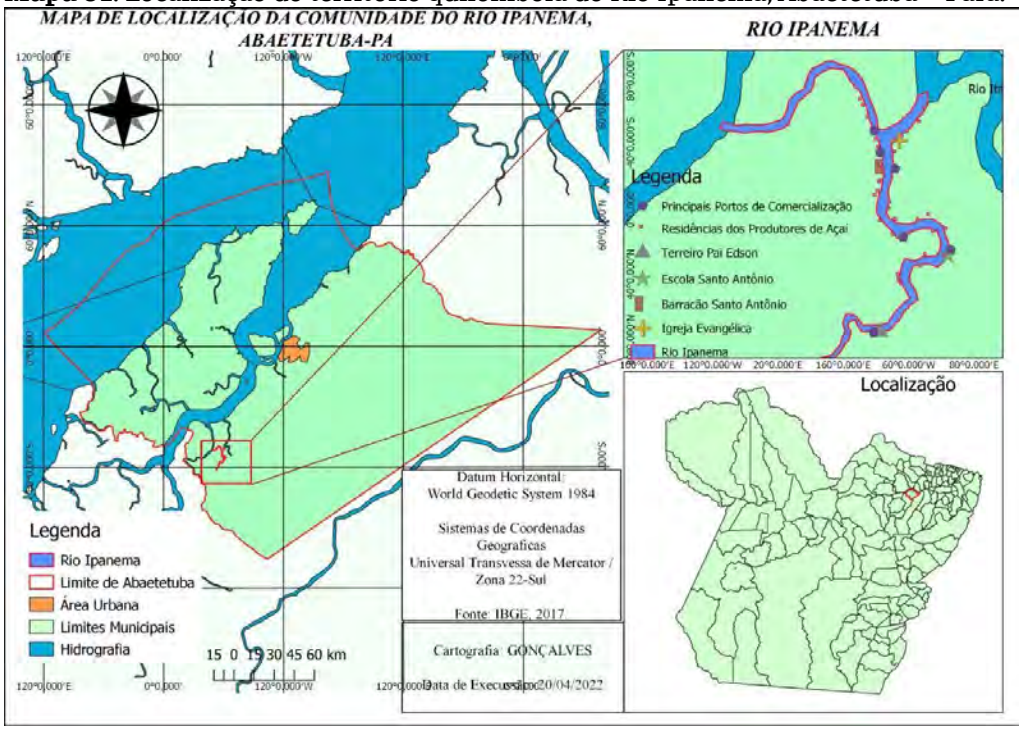
Sendo importante ressaltar que a crescente demanda pela polpa do fruto do Açaizeiro, (Euterpe oleracea) tem aumentado o interesse dos agricultores familiares e das agroindústrias, pela exploração agroextrativista do fruto, uma vez que este, apresenta-se como um produto de grande valor econômico para estas populações. Com o crescimento do mercado, as áreas de ocorrência natural estão sendo manejados, aumentando a sua densidade e transformando as florestas de várzeas heterogêneas, em uma floresta oligárquica dominada pelos açaizeiros (HOMMA et al., 2006; FREITAS et al., 2015).

Logo, o fato de ser quilombola - filha de agricultor- que convive com a presença desse sistema desde a infância e vem acompanhando esse processo de transformação dos açaizais, faz surgir várias inquietações, dentre as quais “em querer saber de fato, quais as ações que esse sistema traz para nós quilombolas?” Pois, apesar da produção do açaí ser algo que está presente no meu cotidiano, existem verdades que fogem do senso comum. Dessa forma, começamos fazendo uma reflexão sobre a utilização do sistema de cultivo, como estratégias dos produtores para aumentar a produção na comunidade; em seguida mostramos as diferentes formas que esse sistema de produção de cultivo se apresenta na comunidade e por fim, mostramos as interfaces do sistema de cultivo.

2- LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

O ambiente determinado como *lócus* da pesquisa, é a Comunidade Quilombola do Rio Ipanema, a qual está localizada no município de Abaetetuba-PA. Sendo uma das 72 ilhas existentes nesse município. A mesma possui aproximadamente, 72 famílias e 250 habitantes. O acesso a essa comunidade, se dá apenas por meio fluvial, sendo comum o uso de rabetas e rabudos como transportes, pois apresenta um rio pouco extenso, em média de dois quilômetros de comprimento e 40 a 70 metros de largura, dependendo do trecho das curvas que este possui. O mapa a seguir, representa além das residências dos produtores de açaí, outros pontos de referências, como a escola quilombola santo Antônio, a igreja evangélica, o barracão do santo Antônio, o terreiro de candomblé e os portos com maior concentração de comercialização do açaí.

Mapa 01: Localização do território quilombola do Rio Ipanema, Abaetetuba – Pará.



Fonte: Google Maps (2022).

Essa comunidade em seus aspectos físicos, tem a presença tanto de terra firme, como de várzea. A terra firme é representada por uma pequena área situada na cabeceira do rio, onde se pode encontrar algumas madeiras de lei e árvores frutíferas, como: de castanhas do Pará, piquiá, tucumã, anajá e outras, mais precisamente as árvores de grande porte, com um solo que não sofre inundações. Essa pequena área não é povoada e nem tem a presença de açaizais. Já a segunda, nos reportamos a terra de várzea, onde estão presentes as árvores de pequeno porte, muitas sem valor comercial, algumas frutíferas, como jambo, manga, ingá, ameixa entre outras, a qual é caracterizada por terras alagadas, com uma paisagem florística de açaizais. Logo, é necessário fazer um breve apanhado sobre a área de várzea, já que esta é predominante na comunidade, é onde encontramos os sistema de produção cultivo.

Com isso, a formação florestal de várzea da comunidade, é composta por diversas espécies de árvores tais como; pracuúba (*Mora paraensis*), anani (*Symphonia globulifera*) o ceru (*Allantoma lineata*), dentre outras, e palmeiras como o açaí (*Euterpe oleracea*), a qual predomina esse ambiente; e o buriti (*Mauritia flexuosa*), muru-muru (*Astrocaryum murumuru*), jupati (*Raphia taedigera* (Mart.) Mart.) e algumas vezes o patauá (*Oenocarpus bataua*). Sendo importante destacar, que a *euterpe oleracea*, são as mais encontradas nessa floresta, não só pela facilidade de adaptação, mas pelo próprio processo de cultivo voltado para esta.

É importante fazer um breve destaque, para informar o leitor que atualmente o Rio Ipanema, é reconhecido como Comunidade Remanescente de Quilombo. De acordo com MALUNGO (2017), as comunidades remanescentes, são grupos sociais com identidades que os diferenciam do restante da sociedade, cuja titulação da área se deu por intermédio da Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA). E a partir daí, passou a assumir direitos e deveres, assim como outras comunidades tradicionais quilombolas.

2.1 Moldura metodológica da investigação.

É uma pesquisa que apresenta caráter de abordagem qualitativa. Gil (2002), afirma que esse tipo de pesquisa tem como finalidade principal, a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou estabelecimento de relações entre variáveis. Nessa perspectiva, procuramos entender as relações presentes dentro do sistema de produção do açaí, da comunidade quilombola, buscando respostas, através da subjetividade dos sujeitos. Assim, esse estudo foi desenvolvido, a partir de uma pesquisa exploratória descritiva, que segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 44) "esse tipo de pesquisa, busca focalizar características e levantar dados sobre opiniões e atitudes de um grupo, buscando [...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno

ou o estabelecimento de relações entre variáveis". Partimos também da pesquisa participante, a qual contribuiu para a compreensão crítica das articulações e dos papéis que são desenvolvidos por cada agente dentro do sistema de produção, dando voz aos sujeitos.

Para ir além daquilo que os olhos podem ver, utilizamos como instrumento metodológico a entrevista semiestruturada e a observação participante. Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos criteriosamente a partir do objeto em estudo e objetivos lançados, somando um total de doze, subdivididos em quatro tipos de sujeitos que envolvem: agricultores adultos/idosos, agricultores jovens, representantes da comunidade e mulheres agricultoras, aos quais, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um documento que menciona do que se trata a pesquisa e pede autorização para a divulgação dos resultados, o qual foi assinado por todos, como forma de autorizar o uso dos dados.

Para a organização e análise dos dados, usamos como referência a análise do conteúdo. De acordo com Bardin (1998), a análise do conteúdo, trabalha a palavra, a pratica da língua realizada pelo emissor identificável, tentando compreender os jogadores ou ambiente do jogo em um determinado momento, com o contributo das partes observáveis, levando em consideração as significações (conteúdo) eventualmente as suas formas e a distribuição destes conteúdos e formas (analises-formais e índices de coerências). Nessa perspectiva, das significações e os índices de coerência, podemos organizar as falas e categorizar os achados da entrevista.

3 SISTEMA DE PRODUÇÃO CULTIVO: COMO ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO

Partimos de um ponto de reflexão em que o açaí é um dos principais recursos da natureza, que além de ter grande importância alimentar para os quilombolas do Rio Ipanema é também a principal fonte de renda dos comunitários. Nessa perspectiva, os quilombolas passaram a realizar o sistema de produção cultivo com o intuito de aumentar a produção e consequentemente melhorar a questão econômico-financeira. Estes, são chamadas pelos produtores de "manejo do açaizal", mencionada por nós de sistema de produção cultivo.

Oliveira et al. (2016), explica que manejo florestal consiste no desenvolvimento e aplicação de um conjunto de técnicas adotadas para separar seletivamente árvores de determinadas espécies de uma área, favorecendo uma espécie e possibilitando a produção do produto. Diante da corroboração do autor, podemos afirmar que as práticas de "manejo" introduzidas pelos produtores visam a sobreposição do açaí em relação as demais culturas presentes nos açaizais.

De acordo com Azevedo (2005), para aumentar a produção do açaí e ainda obter o palmito como subproduto, os ribeirinhos estão manejando seus açaizais. Sendo assim, começaram a surgir

inúmeras práticas, que vão sendo introduzidas pelos quilombolas, as quais são desenvolvidas como estratégias para aumentar a produção.

Segundo seu Antônio (77 anos): Nós começemos primeiro a realizar a seleção dos açaizais, retirando as árvores que eram mais altas e sempre deixando as mais baixas. Nós começemos tirando logo os miritirizeiros, porque a mata era muito fechada, pro açaí se desenvolver mais rápido". Seu Francisco (66 anos) também afirma "eu comecei primeiro derrubando as arvores mais altas, o mitritizeiro a andirobeira, facãozeiro e assim foi pra clariar mais o mato". Josiane (36 anos) relata que "nós começemos a fazer o desbastes nas toceiras, tirando as alvres mais altas que já não tavam mais dando cachos".

Podemos perceber a partir dos relatos dos agricultores, que o início do sistema de cultivo entrelaça com a seleção do próprio açaizeiro, onde o produtor retirava os estipes que estavam apresentando baixa produção e pelo fato destas não apresentarem segurança para quem as escala. Logo em seguida, começam a derruba das árvores de grande porte que afetava a luminosidade das áreas de açaizais. Azevedo (2005), chama o processo de retirada das palmeiras mais altas, de "desbaste das estípes" e a derruba das árvores de grande poste de "raleamento da mata". São duas práticas visíveis que deram início as demais.

Seu Timóteo (62 anos), reflete que "depois de receber o crédito do PRONAF, que os técnicos vieram mostrar pra nós as práticas de manejo aí eu comecei primeiro derrubando as arvores mais altas, o miritizeiro a andirobeira, facãozeiro e assim foi pra clariar mais o mato. Depois eu foi aprendendo outra.... tirar as coropótas da açaizeira". O agricultor relata a relação do PRONAF com o desenvolvimento das práticas.

Dona Maria (56 anos) afirma que "nós passamos a cultivar e cuidar com mais frequência dos açaizais, realizando os manejos a aí entrou a roçagem, o desbastes, a retirada das coropótas e assim ia. A agricultora ainda continua, "os que não conseguia o crédito do PRONAF devido aos requisitos que não conseguiam preencher, pegavam as informações, com quem conseguia fazer o curso do manejo, na verdade socializavam as informações". Logo, os agricultores que não conseguiam o crédito e nem realizavam os cursos de manejo, ainda sim, realizavam seu sistema de cultivo, baseado na socialização de saberes entre eles, os quais dão possibilidade de diversificar os mesmos.

4- DIFERENTES TIPOS DE SISTEMA DE PRODUÇÃO CULTIVO

As práticas agrícolas não surgiram todas de uma vez só, mas aos poucos, a partir das experiências e conhecimentos empíricos dos agricultores, os quais foram reforçados em determinados momentos pelo conhecimento cientifico a partir dos técnicos da EMATER. Podemos

dizer que existe uma soma de saberes, com predominância do tradicional/empírico, o qual é socializado entre os quilombolas, facilitando a diversidade da existência desse sistema de cultivo. Dentre essa diversidade, podemos citar: o raleamento da mata, o desbastes das estípes, a roçagem, a retirada das coropótas, e o plantio/ transplantio. Diante desse contesto, é importante conhece-las, para compreendermos suas ações dentro da comunidade.

4.1- Desbaste do Estipes

O **desbastes dos estipes** (figura 01), é considerada a pioneira de todas, sendo uma espécie de seleção do açaizal. Nessa prática são retiradas as palmeiras (estipes), mais altos que apresentam baixa condição de produção e são deixados os estipes mais baixos que apresentam uma boa produção. A função dos estipes jovens é a de substituir os estipes adultos ou serem aproveitados para a produção de palmito (Azevedo, 2010). Além disso, essa prática possibilita a manutenção do açaizal ativo, uma vez que existe cautela para a derruba. Segundo Nogueira et al. (2004), quanto maior o número de estipes, maior é a concorrência por água, luz e nutrientes entre os estipes em uma mesma touceira. Devido isso, são selecionados os estipes aparentemente saudável para continuar de pé, sendo estes, os mais jovens e baixos.

Figura 01: Processo de seleção e desbaste dos estipes.



Fonte: Janete Rodrigues Botelho (pesquisa de campo, 2020).

Podemos dizer, que esse sistema de produção cultivo, é em parte sustentável e consciente, por retirar os estipes mais altos que não apresentam mais cachos grandes e estão finalizando seu ciclo de vida, podendo causar acidentes relacionados ao risco de quedas. Além disso, é uma forma de

aproveitar o palmito como subproduto, sem realizar as grandes devastações que aconteciam anteriormente. No entanto, devemos salientar que no momento da derruba dos estipes não há preocupação com as demais culturas, que se encontram ao seu redor, as quais sofrem com o impacto direto da queda deste, podendo ser consequentemente quebradas também.

É importante fazer um paralelo com o trabalho realizado na Ilha do Combu, por Jardim e Rombold (1994) o qual demonstrou que o desbaste seletivo de touceira de açaizeiro surtiu efeito no aumento da produção de frutos. Assim também como no Ipanema, uma vez que a seleção dos estipes, fez com que os quilombolas deixassem de realizar a derruba desordenada das palmeiras, que ocasionava a escassez do fruto, essa prática visa a produção do fruto e não do subproduto (palmito).

4.2- Raleamento da Mata

O **raleamento da mata**, consiste no processo de derruba das árvores tanto de grande porte, quanto de pequeno porte, podendo ser de baixo ou alto valor econômico, e também de uso ou frutífera. De acordo com Leidiane (24 anos) esta prática "é uma forma de aumentar a presença da luz do sol e tirar uma boa parte do sombreamento que as árvores de grande porte causam". O objetivo dessa prática de acordo com o agricultor, é abrir a mata fechada para facilitar a penetração da luz solar.

Nogueira (1997, p. 27) relata "que nas áreas destinadas à produção de frutos, normalmente, são eliminados os estipes de açaizeiros excedentes das touceiras e também algumas plantas de outras espécies existentes na área, com vistas a reduzir a grande concorrência entre elas". O autor mostra que a prática do raleamento é uma forma de minimizar ou excluir a concorrência entre o próprio açaizeiro, e deste com as demais culturas.

Todavia, o raleamento não acontece de forma total, pois os produtores não chegam derrubando tudo. "A realização de corte parcial é mais frequente, deixando árvores frutíferas, madeireiras de valor comercial ou que julgam auxiliar no desenvolvimento e manutenção do açaizal" (MAUÉS,2019, p.28). Na verdade, o que acontece é a seleção de determinadas espécies, tirando uma boa parte das frutíferas, deixando muito poucas, quando comparamos ao tamanho da área de açaizais.

Segundo Herraiz e Ribeiro (2013), a limpeza dos açaizais acarreta maior facilidade de produção, devido à abertura da mata para aumentar a luminosidade e a retirada de cipós e cupins, que podem danificar e atrapalhar o desenvolvimento da palmeira. Todavia, é preciso destacar que todas as culturas independente de valor comercial ou não, tem sua importância para o ecossistema,

uma vez que cada um tem seu papel específico de desenvolvimento natural, trabalhando dentro do processo das relações existentes.

Apesar do raleamento da mata atingir espécies vegetais diversificadas, vamos abrir uma reflexão rápida a respeito da derruba dos miritizeiros (Figura 02), por este representar grande importância local, pelo seu valor econômico, alimentar e cultural, pois no período da entressafra, em que o açaí está em baixa, muitas famílias utilizam o vinho do miriti como substituto do vinho do açaí para alimentação e comercialização. Além disso, os miritizeiros tem um grande valor cultural, já que a árvore é símbolo do município de Abaetetuba por conta dos "brinquedos de miriti".

Figura 02: Miritizeiro derrubado ao chão



Fonte: Janete Rodrigues Botelho (pesquisa de campo, 2020).

Logo, podemos refletir que esse sistema de produção cultivo, interfere nos habitats naturais dos animais, afetando os vegetais e os microrganismos presentes nessas árvores que são derrubadas, desiquilibrando as relações de sobrevivência entre eles, o que pode acarretar a extinção dos mesmos. Nogueira (2005), afirma que esse sistema, tem como consequência indireta a redução da biodiversidade de várzea, com a eliminação principalmente de plantas não-produtoras de frutos. De acordo com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2012).

> A identificação e a escolha dos indivíduos que serão suprimidos devem ser feitas de forma cuidadosa e criteriosa. Pois muitos indivíduos têm outras funções dentro da área do açaizal; mesmo que não tenham valor econômico, algumas árvores e cipós funcionam como um equilíbrio fornecendo alimento e néctar para os polinizadores e dispersores naturais, além de outras funções importantes para o fluxo gênico da área como um todo. (MAPA, 2012, p.20).

Assim, é necessário que se adote critérios de raleamento, para que esse sistema não ocasione bruscas transformações no ecossistema, uma vez que este, é estabelecido e equilibrado a partir das relações presentes entre si. Então, é importante ressaltarmos que os quilombolas não realizam o raleamento na beira dos rios e igarapés, deixando dessa forma, a mata ciliar se desenvolver e cumprir o seu papel de proteção do solo, evitando as supostas erosões.

4.3- Roçagem

A **roçagem** é um sistema de produção cultivo muito recorrente nos açaizais, onde são retiradas as árvores de pequeno porte "sem valor comercial", principalmente a tiririca (*Cyperus rotundus*), uma espécie de capim cortante, os quais são retirados para fazer a limpeza nos pés das árvores e abrindo caminhos (Figura 03). Os ribeirinhos realizam a roçagem com o objetivo de abrir caminhos para facilitar a colheita. (Azevedo, 2005, p.58). É mister destacar, que além de facilitar a colheita, esse sistema facilita também o escoamento da produção, uma vez que os caminhos se tornam livres e sem obstáculos que possam causar prejuízo na hora de trazer o açaí da mata para a beira dos igarapés e da casa dos produtores.

Figura 03: Área roçada com a presença de vários caminhos.



Fonte: Janete Rodrigues Botelho (pesquisa de campo, 2020).

Concluímos que esse sistema cultivo apresenta aspectos positivos quando relacionamos a facilidade do escoamento e da colheita, evitando que os peconheiros sejam surpreendidos por animais peçonhentos que podem levar a óbito quando picados por estes. Mas também, devemos refletir seus aspectos negativos, já que a roçagem é feita a partir do corte das tiriricas diretamente no solo, fazendo dos caminhos, espaços desprovidos de plantas rasteiras.

A prática dessa atividade, ao longo dos anos, gera o empobrecimento do solo pela perda do horizonte superficial e consequente perda de matéria orgânica, mineral e nutrientes, levando à queda

da produtividade (BEUTLER et al., 2003), sem esquecer que estes nutrientes são absorvidos pelas plantas para a manutenção da sua sobrevivência, processo esse que também pode ser prejudicado em função das consequências já descritas que dificultam a apropriação dos nutrientes pelo solo.

4.4 Plantio/transplantio

O plantio é um sistema de produção cultivo que tem como objetivo maior, enriquecer ou adensar de açaizeiros, áreas desprovidas deste e também de outas culturas. É o que Azevedo (2015) chama como prática de "enriquecimento". Para obterem maior produção de açaí fruto, os ribeirinhos das Ilhas de Paquetá e Ilha Grande aumentaram a concentração de açaizeiro, com o enriquecimento realizado através do semeio a lanço ou pelo transplantio de mudas (Azevedo 2005, p.56). Dessa mesma forma vem acontecendo na comunidade do Ipanema, uma vez, que os quilombolas passaram a plantar as mudas de açaí em locais com inexistência deste.

De acordo com seu Timóteo (62 anos), "Eu comecei a plantar naqueles lugares que não tinha". Através da fala do agricultor, fica evidente o plantio de mudas, as quais são retiradas de áreas nativas e transplantadas, esse transplantio acontece sem alinhamentos, apenas com uma distância pré-estabelecida de um metro e meio de uma para outra, sem que haja demarcação homogenia. O processo de retida e plantio das mudas, ocorrem principalmente no horário da manhã, no período de maior quantidades de chuvas. Oliveira et al. (2002), sugere o plantio de mudas para o início do período chuvoso, fora do período de estiagem, em covas com dimensões cúbicas de 40 cm, haja vista, que a chuva facilita a adaptação das mudas além de evitar a mortalidade desta, no novo ambiente de realocação.

É válido refletirmos que a prática do enriquecimento forma uma grande concentração de açaizeiros, mudando de imediato a paisagem florística nos açaizais, podendo ainda causar a monocultura. Segundo Zimmermann (2009):

> A monocultura é uma prática ambientalmente insustentável, que precisa ser revista urgentemente, sob pena de tornar estéreis milhares de hectares de terras em todo o mundo, além de agravar os já nefastos efeitos colaterais sobre os demais elementos dos ecossistemas envolvidos, que ameaçam, inclusive, a sobrevivência da espécie humana. (Zimmermann, 2009, p.86)

Sabemos que a monocultora acarreta uma série de problemas ambientais vinculados principalmente às relações ecológicas, podendo afetar diretamente os produtores e também a comunidade como um todo. Nogueira (2004) explica que o cultivo de açaizeiro em várzeas, por meio de plantios em áreas desflorestadas, deve acontecer em associação com outras espécies frutíferas, visto como uma opção para tornar essas áreas ribeirinhas mais produtivas e ecologicamente melhor

protegidas. O autor reflete a importância da associação entre as culturas no locais com inexistência de açaí, pois além de fortalecer a questão das relações presentes na biodiversidade, pode ajudar os agricultores colherem outros frutos além do açaí.

Essa "associação entre espécies" (Figura 04), estão presentes no sistema de produção de alguns quilombolas, quando reportamos as plantas frutíferas como: cacau (Theobroma cacao L), cupuaçu, limoeiro, toranjeira, mamoeiro e coqueiro. Todavia, essa forma de plantio, acontece principalmente nos arredores das casas do produtores, por ser um local em que eles podem cultivar todos os dias. Vale ressaltar, que os quilombolas não utilizam nenhum tipo de adubação química, pois estes fazem uso da adubação orgânica que parte do aproveitamento das bonecas (vassouras) do açaí e das folhagens secas, que são jogados nos pés das palmeiras.

Figura 04: Plantio com associação de diversas espécies.



Fonte: Janete Rodrigues Botelho (pesquisa de campo, 2020).

4.5 Retirada Das Coropótas

A **retirada das coropótas secas** das árvores (Figura 05), é um processo pelo qual, são retiradas as coropótas mais antigas (folhas secas), as quais cobrem as bonecas do açaí que estão localizadas no palmito, para que a árvore do açaizeiro se desenvolva mais rápido e produza com a mesma intensidade. De acordo com seu Timóteo (62 anos) "eu passei a tirar as coropótas da açaizeira eu eliminava as mais velhas, mais antigas aquelas folhas que já tão secas, que cobrem as bonecas do açaí que ta ali na região do palmito, pro açaí se desenvolver mais rápido".

Figura 05: Palmeiras com as coropótas secas retiradas.



FONTE: Pesquisa de campo realizado pela autora- 2020

Esse tipo de sistema de produção cultivo envolve somente a palmeira, uma de cada vez, onde o trabalho é realizado diretamente no estipe, apesar de ser uma forma de agilizar a produção do fruto e desobedecer ao seu processo natural de maturidade dos cachos, não é uma prática que cause grandes agressões ao meio ambiente, uma vez que não envolve as demais culturas que estão ao redor do estipe e não causa transformação na paisagem. Tal prática favorece um melhor desenvolvimento dos cachos e o aumento da produtividade (HERRAIZ; RIBEEIRO, 2013). Logo, seu maior objetivo é favorecer o desenvolvimento dos cachos e consequentemente agilizar o processo da produção.

5 - AS INTERFACES DO SISTEMA DE PRDODUÇÃO CULTIVO

Diante dos diferentes sistema de produção cultivo desenvolvidos pelos produtores, podemos perceber que a grande preocupação é o aumento da produção, uma vez que esse aumento traz consigo muitas contribuições nas questões financeiras, o qual move o econômico, o social e o cultural. De acordo com Josiane (36 anos). “Esses sistemas melhoram nossa produção e a venda, isso ajuda muita gente, o dono do mato, o peconheiro, o atravessador, o marreteiro e próprio dono das fabricas”. A agricultora reflete, que os sistema de cultivo vem **aumentando a sua produção**, e a “ajuda” se estende a todos envolvidos na cadeia da produção, contando com o produtor, o peconheiro, o debulhador, os atravessadores e a comunidade como um todo.

É importante abrir um parêntese para a palavra “ajuda”, citada pela agricultora, pelo significado que esta representa, a qual tem a ver com a questão financeira uma vez que se tem uma boa produção, consequentemente sobe os valores monetários. Dona Maria (45 anos), afirma que as

práticas de manejo **contribuem para a melhora econômica** principalmente no período da safra, todos estão ricos, passou a safra ficamos pobres". Relatos como estes, evidenciam que há uma mudança na vida financeira entre o período da safra e da entressafra, uma vez que a palavra "rico", neste sentido, tem a ver com a presença de dinheiro e "pobre", significa a falta desse recurso, ou seja, o período da safra se vive com "conforto", já na entressafra, diminui o movimento da própria comunidade, principalmente o consumismo.

Segundo Leidiane (24 anos), "é uma época em que as pessoas compram eletros domésticos, saem mais pra passear, por que tem o dinheiro". Com referência ao período da safra, a agricultora traz uma questão muito pertinente, que é a possibilidade, com as quais os comunitários têm de adquirir seus elétrons domésticos. Além disso, eles têm recurso financeiro para passear em outros locais fora da comunidade, realizando um movimento mais expressivo na vida social desses comunitários que tem no açaí uma fonte de possibilidades e melhorias de vida.

"O atrativo econômico que o mercado do açaí sinaliza no momento, tem gerado expectativa de melhoria de vida das populações ribeirinhas e pressupõe aumento de mercado, oportunidades de negócios e melhoria de renda para os ribeirinhos". (Tagore, 2017.p.61). Essas "melhorias" citadas pelo autor, são também mencionadas pelos quilombolas, os quais partem do quesito econômico, entrelaçados no social e cultural. Sendo válido lembrar que esse movimento de melhores condições de vida, social, econômico e etc. , acontece mais na safra.

A partir dos relatos dos agricultores podemos concluir, que o sistema de produção cultivo, de fato vem aumentando a produção dos quilombolas principalmente no período da safra, trazendo consigo **melhorias significativas na vida deste grupo**. Dentre essas melhorias, podemos destacar a de infraestrutura familiar desses comunitários, quando nos reportamos, a melhorias das residências; a aquisição de embarcações como os rabudos, por exemplo; a compra de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, e assim por diante.

Além disso, as famílias tem **maior possibilidade de "passear**" e viver momentos de lazeres, tanto na comunidade quanto em comunidade vizinhas ou outros mais, tendo a oportunidade de conhecer outros lugares em momentos de descontração. E mais, com os recursos financeiros do açaí, eles conseguem manter a **segurança alimentar**, adquirindo alimentos variados e outras iguarias, ampliando dessa forma, sua cultura alimentar.

Sabemos que esse sistema é responsável por melhorias, as quais foram enumeradas acima, mas também impactaram e transformaram os agrossistemas, causando de imediato mudanças na paisagem, na cultura, nos costumes e etc. , desses povos.

Tagore (2017), afirma que:

> Se por um lado ocorreram melhorias no processo de produção e beneficiamento do açaí, por outro, várias inquietações surgiram frente aos impactos das transformações, a intensiva pressão realizada nos ecossistemas de várzea com homogeneização da paisagem, bem como, as alterações de cunho cultural, que precisam ser compreendidas a fim de se preservar a correlação da identidade dos ribeirinhos da Amazônia com seus costumes, tradições e seu ambiente. (Tagore, 2017.p.24).

Em seu relato o autor esclarece que assim como o beneficiamento do açaí traz melhorias para os ribeirinhos, esse mesmo beneficiamento causa impactos alterações no ecossistema. Essa afirmação também foi reforçada nos estudos de Nogueira (1997), quando este relata que o manejo do açaí procura aumentar a rentabilidade, pois há uma preocupação com a qualidade e o aumento na demanda do fruto e não com o meio ambiente.

Carvalho (2013) também explica que as mudanças que ocorrem no manejo dos açaizais, a partir do interesse de adquirir o açaí "*in natura*", pelas populações ribeirinhas para aumentar sua produção, faz com que o ecossistema mude também. Essa discursão é necessária, diante do contexto podemos observar, em que o sistema de produção cultivo, contribuem para melhorar a vida dos quilombolas, mas também causam impactos na comunidade para os próprios comunitários, algumas vezes de forma imediata, outras nem tanto.

Logo, é importante destacarmos, que os agricultores idosos que foram entrevistados, afirmam que os sistema de cultivo localmente não causam nenhum dano ao meio ambiente, uma vez, que eles não analisam as relações existentes no ecossistema. Devido isso, as mudanças passam despercebida, mesmo as mudanças ambientais rápidas, principalmente quando nos reportamos à perda da biodiversidade, a extinção ou domesticação de determinados animais.

De acordo com Nogueira (2005),

> Embora esta atividade provoque danos ambientais menores do que as atividades agrícolas, em comparação com as áreas de terra firme, se constitui um erro analisar as atividades extrativas considerando apenas do ponto de vista estático, esquecendo seu dinamismo, as transformações e as inter-relações ao longo do tempo. (Nogueira, 2005, p.51).

O autor faz uma reflexão em que, as relações ecológicas são dinâmicas e interligadas entre si, e por menor que seja os danos causados pelas práticas na produção do açaí, ainda sim, essa relação será afetada.

Logo, percebemos que as práticas agrícolas desenvolvidas pelos produtores quilombolas, provocam **mudanças na composição florística** (figura 06) da floresta de várzea e afetam também as condições ambientais, consequentemente, as plantas remanescentes e o ecossistema como um todo.

Figura 06: Visão florística da paisagem de açaizais.



FONTE: Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

De acordo com Lediane (24 anos): “essas práticas também causam o desaparecimento de muitos animais, das caças, principalmente e de algumas árvores frutíferas, por exemplo a ameixeira, a maçanzeira, ingazeiro e principalmente o miritizeiro”. A agricultora mostra que vem acontecendo na comunidade, uma **redução tanto vegetal, quanto animal**, quando ela fala sobre as árvores frutíferas que existiam em abundância, assim também como as caças do mato: mucuras, paca, tatu e também o guaxinim.

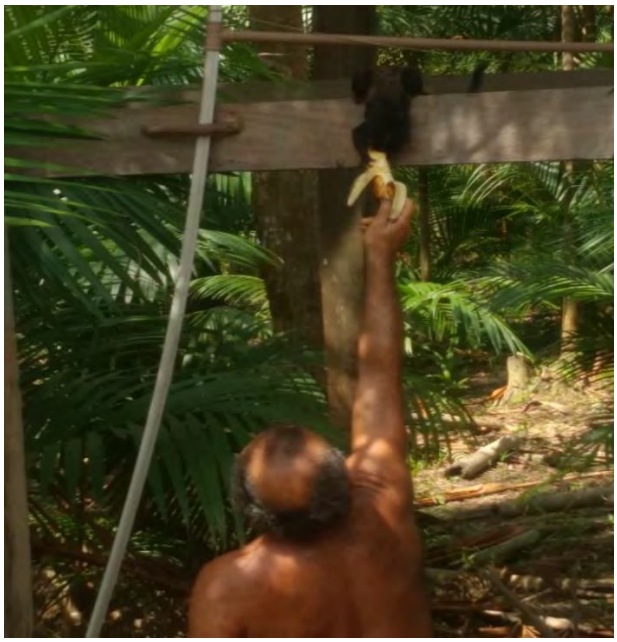
Segundo José (22 anos), “Assim como trazem vantagens em relação a questão econômica, elas também causam a extinção, não só dos animais, mas também das plantas, pois foram retiradas em grande quantidade foi o miritizeiro, então a mucura, o tucano e outros bichos que habitavam o miritizeiro, ficaram sem ter onde morar, não se ver tanta mucura hoje, nem preguiça e assim vai”.

Assim, quando o agricultor cita a grande retirada de miritizeiros, ele associa esse processo ao desaparecimento das mucuras, dos tucanos e demais animais. Este fato trágico ocorre, devido a árvore de miritizeiro ser considerado o habitat natural desses animais, sendo uma árvore de grande porte, o que dificulta a interferência dos homens, já que estes se concentram nas copas, as quais são bastante altas.

Josiane (36 anos) relata que está acontecendo “o sumiço dos bichos, sem contar que tem uns que começam vim pra dentro das casas”. A agricultora deixa claro em sua fala, que além do desaparecimento dos animais, existem casos de animais que começam a vir para as casas a procura de alimentos. Como por exemplo, as mucuras que realizavam esse processo de maneira rara e atualmente se tornaram mais frequente, invadir os galinheiros para comer os pintinhos. Essa busca por alimento ou locais para se abrigar, fazem também, com que os macacos (Figura 07), se aproximem

das residências e desçam para se alimentar na mão dos comunitários. Acarretando dessa forma, o início de um processo de domesticação de animais silvestres.

Figura 31: Agricultor alimentando o macaco



FONTE: Pesquisa de campo realizada pela autora (2020)

Durante as visitas exploratórias aos quilombolas, estes relataram que algumas espécies referentes ao (Quadro 01), foram as que mais sofreram o processo de desaparecimento das espécies vegetais, foram as:

Quadro 01: Espécies vegetais em processo de desaparecimento

Nome popular	Espécie	Utilização
Andirobeira	(*Carapa guianensis*),	Uso medicinal
Miritizeiros	(*Mauritia flexuosa*),	Alimentar
Seringueira	(Hevea brasiliensis Willd. ex A.)	Artesanato
Taperebazeiro	(Spondias mombin L.),	Alimentar/ construção
Ingá batelão	(Inga cinnamomea Spruce ex Benth.)	Alimentar
Paracaxi	(Pentaclethra macroloba (Willd.)	Construção
Andorinhaeira		Lenha
Palheira		Artesanato/construção/medicinal
Jupatí	(Raphia taedigera (Mart.)	Artesanato
Pitaíca	(Swartzia sp.)	Construção
Caxingubeira	(Ficus maxima Mill.)	Medicinal

Jenipapeiro Mururmuru Mututizeiro	(Genipa americana L) (Astrocaryum mururmuru Mart.), (Pterocarpus amazonicus Huber)	Medicinal Artesanato Construção

FONTE: Pesquisa de campo (Janete Rodrigues Botelho, 2020).

Logo, é importante fazer um recorte, que dentre desse desaparecimento das espécies dos vegetais, alguns estão em processo de serem extintos, como por exemplo: o jenipapo, o mututizeiro, a pitaíca, o paracaxi e o murumuru. Já dentre as espécies animais, que mais vem sofrendo com o processo de desaparecimento, são as caças do mato, as quais estão representadas no (Quadro 02), foram as:

Quadro 02: Espécies animais em processo de desaparecimento

Nome popular	Espécie	Utilização
Mucura	Didelphis	Alimentar
Tatu	Dasypodidae	=
Paca	Ciniculus paca	=
Preguiça	Folivora	=
Tamanduá	Myrmecophagidae	=

FONTE: Pesquisa de campo (Janete Rodrigues Botelho, 2019).

Diante da exposição dos quadros de desaparecimento das espécies vegetais e animais, é necessário considerar, os riscos ambientais relacionados ao desequilíbrio, uma vez que existe uma relação ecológica, onde o organismo por menor que seja, não vive isolado, ele precisa interagir com os demais e o meio no qual está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de produção cultivo, são realizados por todos os quilombolas entrevistados, estes demonstraram dentro de suas ações, o aumento da produção do fruto, a melhoria na qualidade de vida dos quilombolas e seus familiares, bem como na comunidade em geral. Pois além do ganho econômico, esse sistema dá a possibilidades desses povos vivenciarem mais momentos de lazer; aquisição de bens, eletrodoméstico e eletrônicos; segurança alimentar, principalmente durante o período da safra.

Em contra partida, traz consigo impactos conjunto com os danos ambientais. Quando mencionamos as alterações visíveis da homogeneização da paisagem, podendo ser associado ao

processo inicial do monocultivo. Assim também, como a redução de espécies, tanto animal, quanto vegetal, de valor econômico ou não, levando ao desequilíbrio do ecossistema, o qual não afeta somente os animais e plantas, mas também os próprios quilombolas que dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência, ameaçando a principal fonte de renda dessas famílias.

Apesar de ser incomparavelmente menor, relacionados aos impactos causados pelo agronegócio e pelas grandes multinacionais. Ainda assim, os quilombolas precisam estar ciente e reconhecer que esse sistema de produção cultivo trazem contribuições, mas também impactos negativos. Logo, é necessário a conscientização sobre a importância econômica e ecológica, na realização de sistemas sustentáveis, que associe as diversas culturas não só em torno das residências, mas também nas matas a dentro. Entretanto, podendo assim inserir e fomentar outras produções, que não sejam unificadas somente no açaí, para que os quilombolas e ribeirinhos não fiquem refém do açaí, no período da safra.

REFERENCIAS

AZEVEDO, J. R. **Sistema de manejo de açaizais nativos praticados por ribeirinhos**. São Luís: EDUFMA, 2010. 100 p. il.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CARVALHO, J. P. L. **Adaptações de agroecossistemas familiares às mudanças no contexto socioeconômico e ambiental no município de Curralinho, Marajó, Pará**. 2013

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia.** Texto para discussão nº 27. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008.

HOMMA, A. K. O.; NOGUEIRA O. L.; MENEZES, A. J. E. A.; CARVALHO, J. E. U.; NICOLI, C. M. L.; MATOS, G. B. Açaí: novos desafios e tendências. **Amazônia:** Ciência e Desenvolvimento, Belém, v. 01, n. 02, jan./jun. 2006.

NOGUEIRA. M, A. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democráticas. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

NOGUEIRA, O. L. Importância do manejo de recursos extrativos em aumentar a capacidade de suporte: o caso de açaizeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico. *In:* HOMMA, A. K. O. (Ed.). **Extrativismo vegetal na Amazônia:** história, ecologia, economia e domesticação. Brasília: EMBRAPA, 2004.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In:* OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A viagem de volta:** 114 Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004. p. 13-42.

OLIVEIRA, M. S. P.; NETO, J. T. F. **Produção de Frutos em Terra Firme.** Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2005. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, nº 114.

PAGLIARUSSI, M. S. **A cadeia produtiva agroindustrial do açaí:** estudo da cadeia e proposta de um modelo matemático. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Engenharia de Produção). Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos-SP: USP, 2010.

TAGORE, Márcia de Pádua Bastos **O aumento da demanda do açaí e as alterações sociais, ambientais e econômicas: o caso das várzeas de Abaetetuba**, Pará / Márcia de Pádua Bastos Tagore. - 2017.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

ALGORITMIZAÇÃO E DEBATE AMBIENTAL: uma análise da repercussão do caso de Apyterewa no *TikTok*

Armando Leandro Ribeiro da Silva[1] (UFPA)

RESUMO: Em 2023 ocorreu a operação de desintrusão da terra indígena (TI) Apyterewa, que é lar do povo Parakanã e está entre as mais ameaçadas pelo desmatamento na Amazônia. A desintrusão repercutiu nas redes sociais, especialmente no *TikTok*. Com isso, o objetivo do artigo é verificar como ocorreu a repercussão do caso de Apyterewa no *TikTok* a partir de uma análise de conteúdo baseada nos procedimentos esquematizados por Bardin (2000). Para tanto, a pesquisa realizada em março de 2024 utiliza as opções de filtros disponibilizadas pela plataforma para chegar nos 20 primeiros vídeos que aparecem a partir do critério de relevância e que são os principais conteúdos com os quais o público terá contato. Além de entender o panorama do caso da desintrusão em Apyterewa, o estudo busca levantar discussões sobre os efeitos da midiatização com base em Hjarvard (2014), algoritmização social e a bolhas virtuais abordados em Santaella (2020) e Salgado (2019), aliados com o debate sobre meio ambiente e ecofascismo presente em Simões (2022) e Matos (2021). Os principais resultados mostram que no *TikTok* a entrega de conteúdo considerado relevante ainda tende a favorecer a visão das pessoas não-indígenas que estavam sendo alvo da operação, prejudicando a luta dos povos indígenas por seus territórios.

Palavras-chave: Apyterewa; Algoritmo; Bolhas Virtuais; *TikTok*.

INTRODUÇÃO

Entre setembro e novembro de 2023, o governo federal brasileiro iniciou a operação de desintrusão da terra indígena (TI) Apyterewa[2], que está entre as áreas protegidas mais ameaçadas pelo avanço do desmatamento e garimpo ilegal na Amazônia, que ameaçavam o modo de vida tradicional e a integridade cultural e territorial das comunidades que nela habitam[3].

Até 2022, a localidade possuiu por quatro anos consecutivos o título de terra indígena mais desmatada do Brasil, perdendo durante esses anos 324km² de floresta, área maior que a capital do Ceará, Fortaleza[4]. Além disso, estudos que utilizam inteligência artificial (IA) para prever quais regiões estão mais propensas a sofrerem com a derrubada de floresta também estimaram quase 2 mil km² de desmatamento na TI até o final de 2022[5].

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), a terra indígena de Apyterewa ocupa uma área de 773 mil hectares e foi homologada em 2007, abrigando cerca de 1383 pessoas pertencentes ao

[1] Discente de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM UFPA). E-mail: arm.ribeiro17@gmail.com.
[2] Ver mais em: https://encurtador.com.br/loAF1. Acesso em: 29 jan. 2024.
[3] Ver mais em: https://encurtador.com.br/bcjO3. Acesso em: 29 jan. 2024.
[4] Ver mais em: https://encurtador.com.br/hlnZ0. Acesso em: 03 mar. 2024.
[5] Ver mais em: https://encurtador.com.br/eyCNU. Acesso em: 03 mar. 2024.

povo indígena Parakanã[6]. Considerados de recente contato, o povo pertence ao tronco linguístico tupi-guarani e teve seu aldeamento definitivo durante o auge da fase de exploração de mogno na região (Cardoso, 2023).

A TI está localizada no Pará, em São Félix do Xingu, que Cardoso (2023) vai definir enquanto uma "fronteira econômica e territorial em constante atualização" (p. 9), ressaltando que, embora mais de 70% da sua extensão territorial seja marcada pela presença de áreas protegidas, o município abriga o maior rebanho de gado bovino do país. Com isso, a autora reforça que a flexibilização dessa produção na área serve para encobrir práticas ilegais, como a invasão e uso de terra indígena.

A própria criação da área protegida de Apyterewa foi motivo de conflito com as pessoas que ocupavam irregularmente o local na época, com mais de mais de três mil pecuaristas e cerca de dois mil colonos realizando diversos protestos e gerando atritos devido à homologação[7]. Assim, se denota que a área está em uma constante disputa territorial entre indígenas e não-indígenas, presente desde antes da sua constituição reconhecida por lei enquanto TI e integra a própria lógica de ocupação da Amazônia (Cardoso, 2023), sofrendo com o avanço de atividades produtivas, legais e ilegais, que pressionam as populações tradicionais do espaço.

> Tendo boa parte da extensão territorial invadida, dentre o perfil de invasores da TI Apyterewa existem os que foram assentados no início dos anos 2000 pelo Incra. A área onde hoje está delimitada a Apyterewa desde os anos 1980 é sinalizada como território indígena, sendo que os primeiros laudos demarcatórios foram elaborados ainda no começo dos anos 1990 e a sua demarcação pública no Diário Oficial da União em 1993 (Cardoso, 2023, p. 89).

A ação de desintrusão foi realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em conjunto com outros órgãos governamentais, e se refere a retirada dos não-indígenas que estavam ocupando ilegalmente o território, restituindo-o aos Parakanã. A operação envolveu a retirada de pessoas e estruturas ilegais, além de medidas de fiscalização e vigilância para evitar novas invasões.

Embora tenha partido de uma iniciativa federal, a retirada teve diversas complicações e atrasos devido à atuação de políticos locais, que tentavam barrar a operação. Em reportagem, o veículo Repórter Brasil[8] revelou que houveram tentativas por parte do governo do estado do Pará, Helder Barbalho (MDB), e do prefeito de São Félix do Xingu, João Cleber de Souza Torres (MDB), e do seu irmão, o deputado estadual Torrinho (Podemos), de suspender a desintrusão. O Ministério Público Federal (MPF) requereu à Justiça Federal o afastamento do prefeito de São Félix do Xingu

[6] Ver mais em: https://encurtador.com.br/cIJO2. Acesso em: 11 fev. 2024.
[7] Ver mais em: https://encurtador.com.br/lnxX9. Acesso em: 11 fev. 2024.
[8] Ver mais em: https://encurtador.com.br/ctLO4. Acesso em: 03 mar. 2024.

devido à sua suposta interferência na retirada de invasores, disseminação de informações falsas e incitação à violência contra os agentes federais que realizavam a operação[9].

A retirada dos invasores chegou a ser suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Nunes Marques, alegando que o livre trânsito dentro da área deveria ser garantido aos colonos. A decisão foi revertida pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que era o relator de uma ação movida pela Associação do Povos Indígenas do Brasil (APIB) e encarregado de decidir sobre a elaboração e aprovação do Plano de Desintrusão das Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira Bacajá[10].

Enquanto o imbróglio jurídico e político ocorria, uma investigação do veículo jornalístico *The Intercept* mostrou que os não-indígenas já superavam em número os indígenas que habitam a TI e possuíam fortes tendências de crescimento com a abertura de uma escola, posto de gasolina, lojas de comércio e 210 casas[11].

TIKTOK: NOVOS OLHARES SOBRE A REALIDADE

Para além da discussão sobre a importância das áreas protegidas ou o significado de pessoas não-indígenas no local, a operação teve ampla visibilidade virtualmente, com produção de diversos vídeos que repercutiram nas redes sociais. Entender como ocorreu essa repercussão é essencial para compreender como o debate sobre a operação chegou ao público em geral, em especial quando se percebe a influência que as novas tecnologias possuem sobre o cotidiano das pessoas, indo além de ferramentas para conectividade e pautando a maneira de ser e estar no mundo (Sodré, 2007).

Com isso, o objetivo do artigo é verificar como ocorreu a repercussão do caso de Apyterewa no *TikTok*, aplicativo focado em produções audiovisuais que, inicialmente, se popularizou entre os mais jovens, mas que hoje conta com ampla diversidade de público (Botta e Santos, 2023). A plataforma é derivada do *Douyin*, chamado de "*TikTok* Chinês"[12], e foi desenvolvida pela empresa chinesa *ByteDance*, que o lançou no ocidente após a aquisição do aplicativo *Musical.ly* (Abidin, 2021).

O *TikTok* teve um crescimento vigoroso no Brasil com a pandemia de Covid-19 e foi a rede social que mais cresceu no país entre 2020 e 2022, sendo considerada um dos principais aplicativos de interações e consumo midiáticos atualmente em circulação (Volpato 2022). Ela ainda possui 82,2

[9] Ver mais em: https://encurtador.com.br/cUWX9. Acesso em: 03 mar. 2024.
[10] Ver mais em: https://encurtador.com.br/gMS35. Acesso em: 03 mar. 2024.
[11] Ver mais em: https://encurtador.com.br/iCK06. Acesso em: 03 mar. 2024.
[12] Ver mais em: https://encurtador.com.br/wMVY3. Acesso em: 03 mar. 2024.

milhões de usuários acima dos 18 anos, perdendo em número apenas para os Estados Unidos, com 113,3 milhões, e a Indonésia, com 109,9 milhões[13].

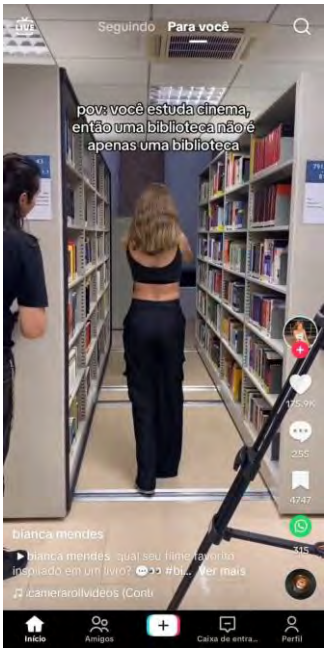
Inicialmente, Kleina (2020) explica que a plataforma conquistou espaço com o público mais jovem, possuindo como foco "a produção de vídeos de curta duração com a possibilidade de usar filtros e música de fundo" (p. 2), mas já vem se consolidando enquanto uma comunidade com conteúdos mais densos e diversos, que exploram outras perspectivas da vida social de seu público, tanto no sentido de entretenimento cultural, com conteúdos de turismo e educação, quanto abraçando a política e movimentos sociais como assuntos relevantes para seus mecanismos de produção.

A construção do aplicativo é voltada para visualização de vídeos na vertical e consumo desses conteúdos em telas de dispositivos móveis, além de contar com mecanismos de interação do público que vão além dos tradicionais botões de curtir, comentários e compartilhamento, mas também expandindo as possibilidades de se relacionar com as publicações, como com os duetos[14] e costuras[15]. No período de realização da exploração desta pesquisa, em março de 2024, o aplicativo do *TikTok* para *smartphones Android* estava na versão 34.2.3. Nesse modelo, na aba início existem duas possibilidades para encontrar vídeos, a primeira é o "Seguindo", que mostra as publicações dos perfis que o usuário segue, a segunda é o "Para você", que contém as recomendações do aplicativo baseado no comportamento e consumo do usuário (ver Figura 1). Também possui a opção "Procurar", em que o público pode buscar por um conteúdo mais específico, encontrar o que está em alta na plataforma ou sugestões baseadas nas suas buscas anteriores (ver Figura 2).

Além disso, sua interface funciona no modo *feed* infinito, com rolagem para baixo que mostram novas opções de publicações, "e conforme o usuário se envolve com esse conteúdo, os próximos vídeos que aparecerão se tornaram cada vez mais personalizados e de acordo com o gosto dele" (Breitenbach, 2021, p. 56). O autor ainda ressalta que o desenvolvimento dessas interfaces está além de questões estéticas, mas serve para "gerar aprendizados, moldar comportamentos, e estabelecer mudanças psicológicas dos usuários" (p. 97).

[13] Ver mais em: https://encurtador.com.br/apqU5. Acesso em: 03 mar. 2024.
[14] Ver mais em: https://shre.ink/8KzU. Acesso em: 03 fev. 2024.
[15] Ver mais em: https://shre.ink/8KRw. Acesso em: 03 fev. 2024.

Figura 1 - Aba "Início" na plataforma *TikTok*



Fonte: Captura de tela feita pelo autor (2024)

Figura 2 - Aba "Procurar" na plataforma *TikTok*



Fonte: Captura de tela feita pelo autor (2024)

As recomendações de vídeo realizadas pelo *TikTok* são feitas com alicerces no uso de inteligência artificial, preparada a partir da catalogação e seleção de sofisticados algoritmos. "Essa personalização leva em conta as atividades do usuário (como os vídeos que você curtiu ou comentou), configurações de preferência feitas no momento do cadastro e tendências atuais na região" (Kleina, 2020, p.23).

Em sua página oficial, a plataforma explica que "parte da mágica do *TikTok* é que enquanto pessoas diferentes podem encontrar alguns dos mesmos vídeos de destaque, o *feed* de cada pessoa é único e adaptado a esse indivíduo específico"[16]. Com isso, se denota que as preferências exclusivas de cada usuário vão ser refletidas por esse sistema de recomendação, que, ainda de acordo com a própria plataforma, se baseia em vários fatores, os principais sendo: interações do usuário, baseado nos compartilhamentos, comentários, contas seguidas e curtidas de cada usuário; informações de vídeo, que coleta as informações de legenda, sons e *hashtags* utilizadas nos conteúdos consumidos e produzidos; e configurações de dispositivo e conta, que coleta as preferências de idioma, localização e tipo de dispositivo.

Ou seja, quando o algoritmo entende que o usuário gosta de determinado tipo de conteúdo ou perfil, a tendência é mandar mais publicações sobre aquele tema ou produtor de conteúdo. Assim, alimentando a noção de bolhas virtuais, em que o público fica preso em um *looping* de assuntos que possuem tendência a agradá-lo e reforçar sua perspectiva de vida (Santaella, 2020).

Ademais, Weimann e Masri (2020) realizaram uma análise sobre a presença de conteúdos com discurso de ódio dentro do aplicativo e perceberam um elevado número de publicações com diversos tipos de ofensas, como as racistas e neonazistas. Dessa forma, os autores perceberam que, dentro desse ciclo de recomendações que alimentam o algoritmo, a plataforma acaba tendo uma forte tendência para difusão desse tipo de conteúdo, uma vez que a propensão na experiência do usuário dentro do *TikTok* seja a de ser direcionado e imerso em conteúdos com as mesmas discussões previamente consumidas.

Essa tendência se torna ainda mais preocupante quando se nota os novos usos dados ao aplicativo, especialmente pelo público mais jovem, que já deixou de ser apenas um veículo para o entretenimento e está sendo utilizado para informar e basear discussões sociais. Segundo apontou o relatório da *Reuters Institute Digital News*, um em cada cinco jovens se informam sobre os debates sociais a partir de pesquisas no TikTok[17].

Além disso, em uma sociedade midiatizada, onde as pessoas vivem e são pautadas pelos assuntos e opiniões que se sobressaem dentro do ambiente virtual (Hjarvard, 2012), entender a lógica por trás da categorização de um conteúdo enquanto relevante ou não por um aplicativo digital é fundamental para indicar onde o debate público está sendo mais influenciado, principalmente quando discutimos temas de urgência social e que afetam a vida e bem-estar dos indivíduos, como os relacionados ao meio ambiente e defesa das áreas protegidas.

[16] Ver mais em: https://shre.ink/8KRy. Acesso em: 03 fev. 2024.
[17] Ver mais em: https://encurtador.com.br/pxM79. Acesso em: 20 jan. 2024.

REPERCUSSÃO DA DESINTRUSÃO DE APYTEREWA NO *TIKTOK*

Percebendo a importância de se aprofundar na discussão que aborde a entrega que a plataforma *TikTok* realiza sobre temas ambientais e que, consequente, ajuda a informar as pessoas e moldar suas perspectivas sobre as temáticas discutidas, neste artigo verificou-se como ocorreu a repercussão do caso de Apyterewa no *TikTok*, propondo uma análise de conteúdo a partir dos procedimentos esquematizados por Bardin (2000).

O uso do método proposto por Bardin (2011) se deve a possibilidade de ele permitir a observação sobre determinados conteúdos e identificar significados de produções feitas em um contexto específico. Para tanto, o primeiro passo da investigação foi acessar o aplicativo e ir na barra de busca, digitando nela a palavra Apyterewa para um primeiro contato com as publicações sugeridas. Nessa etapa, as opções de conteúdo eram separadas em sete diferentes abas: *Top*, Videos, Usuários, Sons, *Live*, Lugares e *Hashtags*, nesta respectiva ordem. O artigo decidiu se limitar aos vídeos que aparecem na primeira aba, intitulada de *Top*, por ser o local de início que o usuário encontra ao acessar a barra de busca e, também, conter os conteúdos que o algoritmo da plataforma considera mais relevantes[18].

Figura 3 - Resultados ao pesquisar Apyterewa na barra de busca do *TikTok*



Fonte: Captura de tela feito pelo autor (2024)

[18] Ver mais em: https://shre.ink/8KRv. Acesso em: 03 mar. 2024.

A próxima fase da etapa metodológica foi utilizar os filtros disponibilizados na barra de busca pelo aplicativo possibilitando encontrar os conteúdos considerados mais relevantes aos usuários. Os filtros selecionados foram: “Ordenar por - relevância”, “Categoria de vídeo - Todos” e “Data de publicação - Todos” (ver Figura 4).

Figura 4 - Aplicação de filtros no *TikTok*



Fonte: Captura de tela feita pelo autor (2024)

Para a separação dos conteúdos a serem escolhidos para análise, foram selecionados os dez primeiros vídeos mais relevantes que apareceram a partir da aplicação dos filtros (ver Figura 5). O período da exploração do aplicativo para a catalogação dos vídeos ocorreu na primeira semana de março de 2024. A escolha por um período de tempo mais recente se deu em consonância com o objetivo da pesquisa de analisar quais conteúdos sobre a desintrusão em Apyterewa a plataforma considera relevante e, assim, quais publicações as pessoas que buscassem se informar sobre a operação nos dias atuais pelo *TikTok* estariam recebendo.

Figura 5 - Respectiva ordem dos vídeos classificados como mais relevantes ao pesquisar Apyterewa no *TikTok*

Fonte: Captura de tela do aplicativo *TikTok* (2024)

A partir dessa triagem, os vídeos foram catalogados da seguinte forma, respectivamente como aparecem de cima para baixo no aplicativo, de acordo com as características: "Posição", "Nome do perfil", "Data da postagem", "Número de curtidas", "Número de compartilhamentos", "Comentários" e "Salvos" (ver Tabela 1). Posteriormente, houve uma breve descrição de cada vídeo para uma maior contextualização (ver Tabela 2).

Tabela 1 - Postagens sobre Apyterewa no *TikTok*

Posição	Nome do perfil que postou	Data da postagem	Número de curtidas	Número de compartilhamentos	Comentários	Salvos
1	@vocesabia025[19]	13/10/2023	6.101	730	0	324
2	@vocesabia025[20]	31/10/2023	5.928	1.891	0	365
3	@locutornetomorais[21]	02/11/2023	312	177	20	20

[19] Ver mais em: https://vm.tiktok.com/ZMMxecQGf/. Acesso em 06 mar. 2024.
[20] Ver mais em: https://vm.tiktok.com/ZMMxdR8Wc/. Acesso em 06 mar. 2024.
[21] Ver mais em: https://vm.tiktok.com/ZMMxeqJVU/. Acesso em 06 mar. 2024.

4	@davidbonsucesso[22]	20/11/2023	3.640	2.794	289	280
5	@davidbonsucesso[23]	15/10/2023	916	42	26	46
6	@davidbonsucesso[24]	08/10/2023	71	5	1	3

Fonte: Elaboração própria (2024)

Tabela 2 - Descrição dos vídeos catalogados

Vídeo	Conteúdo
1	- Uso de *lettering* no vídeo: "Região Apyterewa. São Félix do Xingu para Brasil"; - Homem não identificado falando com agente da polícia responsável pela operação; - Homem pergunta para policial se é verdade a informação de que vai ser barrada a entrada de alimentos para os não-indígenas; - Policial informa que algumas comidas serão, mas que carne de procedência duvidosa não; - Uso de música dramática disponibilizada pelo aplicativo.
2	- Uso de *lettering* no vídeo: "Apyterewa. São Félix do Xingu. A vida das pessoas sem valor"; - Discussão entre homem não-indígena e policiais, com uma multidão ao redor; - Homem falando que não tem pra onde ir e questionando onde serão alojados; - Policial responde que cada caso vai ser analisado; - A pessoa que está filmando dá zoom para gravar a identificação dos policiais; - Homem que está gravando interrompe a conversa alegando que também não tem para onde ir; - Uso de música dramática.
3	- Uso de *lettering*: "Olha a situação do gado na operação Apyterewa"; - Menção ao governo Lula como mandante da operação, o chamando de "Governo do amor"; - Imagens mostram gado morto na região de Apyterewa; - Se referindo a operação como "retirada de mais de duas mil famílias"; - Se refere aos não-indígenas como agricultores; - Fala que os não-indígenas que vivem na região nunca viram nenhum indígena que more por lá e que os não-indígenas não têm para onde levar o gado, que estão todos morrendo.
4	- Uso de *lettering*: "Governo do PT, destruindo casas, currais, sonhos, e o futuro da vila Piranha na extensão Apyterewa, São Félix do XIngu, Pará, Brasil"; - Imagens mostram uma área destruída enquanto um narrador faz críticas ao governo do PT e seus apoiadores. - Uso de música dramática;
5	- Uso de *lettering*: "Apyterewa - vila renascer"; - As imagens exibidas são creditadas como "Jucelino: Show na net"; - Pessoas não identificadas conversando com policiais também não identificados. Indivíduo não-indígena questiona se os policiais vão entrar na vila, este responde que não e mostra quem o não-indígena pode procurar para esclarecer mais dúvidas;

[22] Ver mais em: https://vm.tiktok.com/ZMMxeXce5/. Acesso em 06 mar. 2024.
[23] Ver mais em: https://vm.tiktok.com/ZMMxeTe5o/. Acesso em 06 mar. 2024.
[24] Ver mais em: https://vm.tiktok.com/ZMMxegxuB/. Acesso em 06 mar. 2024.

6	- Uso de lettering: “População da Vila Renascer (Apyterewa) em manifestação pacífica: 05/102023” - Imagens mostram vários não-indígenas em uma passeada, a maioria está em motos, alguns carregam cartazes legíveis, outros estão a pé. - Uso de música dramática;

Fonte: Elaboração própria (2024)

Seguindo os resultados da tabela descritiva, o primeiro detalhe dos vídeos que chama atenção é a baixa pluralidade de perfis produtores de conteúdo que foram recomendados. Dos seis principais conteúdos indicados, dois pertencem ao "@vocesabia025" e três são do "@davidbonsucesso". Embora a plataforma reforce seu compromisso com a entrega de conteúdos diversificados e que venham de diferentes criadores, Kleina (2020) constata em sua pesquisa que determinados perfis recebem destaque dentro da plataforma e acabam se repetindo nas recomendações “em um ambiente que deveria ser mais diverso” (p. 31). Com isso, os resultados encontrados no presente artigo acabam por reforçar as observações do autor sobre a necessidade do *TikTok* ter uma entrega que parte de *influencers* multivozes.

Outro ponto que se destaca é o período de publicação dos conteúdos. Por mais que a pesquisa tenha sido realizada em março de 2024, os conteúdos considerados relevantes são de outubro e novembro de 2023, período que cobre os 90 dias em que a desintrusão foi realizada[25]. O fato chama atenção justamente por não colocar em foco nenhum resultado ou consequência que a desintrusão trouxe, como a redução de 93,6% no desmatamento na TI de Apyterewa após a operação de retirada[26], apenas as ocorrências do momento em que os não-indígenas estavam sendo retirados. Assim, essa narrativa mostra que, mesmo nos dias atuais, o indivíduo que utilizar o *TikTok* para se informar sobre o caso, ainda vai continuar tendo uma visão limitada temporalmente sobre a operação.

Entrando na investigação do que ocorria nos conteúdos de análise, todos os seis vídeos recomendados como relevantes foram narrados, gravados ou protagonizados por não-indígenas que estão mostrando a operação de retirada enquanto a mesma acontece. Os vídeos 1, 2 e 5 exibem interações com os polícias que estão realizando a ação, e nas duas primeiras publicações os policiais aparecem tirando dúvidas dos não-indígenas. No primeiro, eles querem saber se vai ser permitida a entrada de alimentos, enquanto no segundo perguntam para onde vão ser levados e afirmam que não têm para onde ir.

Algo que chama a atenção é que apenas o vídeo 3 possui o rosto de algum produtor de conteúdo aparecendo, os conteúdos 1, 2, 4 e 5 são apenas narrações sem identificações e com imagens

[25] Ver mais em: https://encurtador.com.br/qDSVW. Acesso em: 01 abr. 2024.
[26] Ver mais em: https://encurtador.com.br/dgLMX. Acesso em: 01 abr. 2024.

transcorrendo, a maioria envolvem interações entre pessoas e conversas de fundo, como no caso dos moradores com os policiais. Já o vídeo 6 contém imagens com vários não-indígenas em uma passeata, a maioria está em motos, alguns carregam cartazes legíveis, sob o *lettering* "População da Vila Renascer (Apyterewa) em manifestação pacífica. 05/102023".

Faz-se perceptível, assim, que as recomendações não foram baseadas nos conteúdos produzidos por órgãos responsáveis pela operação, de autoridades da área ou de *influencers* que falem sobre as temáticas envolvidas, como a do meio ambiente. Somando a isso, ainda se fez claro que nenhum vídeo possuía o papel explicativo, científico ou educativo que se propusesse a contextualizar o que foi a operação de desintrusão ou o significado de uma terra indígena, além de não apresentarem nenhuma perspectiva das comunidades indígenas de Apyterewa. A única menção aos povos originários ocorre no vídeo 3 com a afirmação "(...) apesar de que os moradores que moram naquela região disseram que nunca viram um índio. Disseram que moram lá há muitas décadas, desde os anos 1970, 1980, mais de 30 anos morando naquela região e disseram que nunca viram um índio"[27] (Vídeo 3, 0'20", @locutornetomorais, 2024).

Em um último ponto em comum encontrado nos vídeos analisados, houve a percepção de uso político do caso por parte dos conteúdos 3 e 4. No primeiro, o produtor de conteúdo mostra um vídeo com gado morto sob o *lettering* "Olha a situação do gado na operação Apyterewa", afirmando que foi uma retirada de mais de duas famílias promovida pelo "governo do amor":

> Se isso tivesse acontecendo no governo Bolsonaro, a mídia tava batendo em cima, a televisão estava lá dizendo que era maus tratos, dizendo que era governo do ódio, mas como se trata do governo do amor diz que é tudo pela democracia, diz que é porque o amor venceu (Vídeo 3, 1'15", @locutornetomorais, 2024).

No vídeo 4, um narrador não identificado mostra uma área destruída, com várias casas danificadas e restos de madeira e outros entulhos. No *lettering* que acompanha o conteúdo, está escrito "Governo do PT, destruindo casas, currais, sonhos, e o futuro da vila Piranha na extensão Apyterewa, São Félix do XIngu, Pará, Brasil", enquanto o narrador afirma:

> Vou filmar para mostrar aos petistas, porque têm muitos petistas que não acreditam. A gente está falando as coisas e estão fazendo graça. A casa das pessoas, a moradia. Eu quando vejo um petista falando que Lula é o presidente, é o cara, eu fico triste, porque esses retardados não têm memória, não vêem os fatos acontecendo. Olha o que fizeram com a casa do cara", (Vídeo 4, 0'6", @davidbonsucesso, 2024).

[27] No momento da transcrição dos vídeos, a pesquisa optou por seguir com a norma padrão culta da língua portuguesa, por mais que ocorressem deslizes na escrita e fala por parte dos conteúdos. Apesar disso, optou por manter o termo "índio" que é utilizado nos conteúdos por acreditar que é uma traço oral importante para os resultados da pesquisa.

MEIO AMBIENTE EM TEMPOS DE ALGORITMO

A partir dos resultados expostos acima, se denota que a entrega do algoritmo nos conteúdos considerados relevantes, embora apresente diferentes perspectivas sobre o caso, ainda se limita a apenas a visão das pessoas alvo da operação, ou seja, por mais que inicialmente apresente uma multifacetada visão do caso, o que ocorre é a predominância de conteúdos que corroboram com defesa dos não-indígenas e críticas à operação de desintrusão.

A necessidade de olharmos com mais atenção para esse dado se acentua quando se nota a relação midiatizada que a sociedade constrói com as mídias. De acordo com Hjarvard (2014), as mídias estão profundamente imersas na vida das pessoas e do cotidiano delas, se tornando uma parte cada vez mais integral e onipresente no dia a dia e influenciando não apenas como as pessoas se comunicam e recebem informações, mas também moldando a própria compreensão individual do mundo e as interações sociais.

A perspectiva de Hjarvard (2014) é essencial para entender como o público se relaciona com a plataforma do *TikTok*, que, assim que outras mídias e redes sociais, deixa de ser apenas uma influência na vida das pessoas, mas passa a destacar o que é relevante e como um acontecimento social é absorvido por um determinado grupo. Ademais, pode-se inferir a partir das noções apresentadas pelo autor que a plataforma ajuda a despertar uma nova consciência e ordem social, marcada, especialmente, pela interação desses meios, que serve para remodelar e ser um novo cenário ao debate social.

Entrando nessa discussão sobre o papel das novas tecnologias na vida social, Santaella (2019) vai delimitar que a inteligência artificial, que inclui os algoritmos das redes, muda completamente as atividades humanas e a forma como elas se situam em sociedade. “A IA está se espraiando por todas as atividades da vida humana (...) Ela vai tomando conta de tudo até se tornar imperceptível. Onipresente e invisível" (Santaella, 2019, n.p).

Salgado (2019) vai ressaltar que o uso dessa inteligência artificial e necessidade dos algoritmos de hierarquizar os conteúdos é essencial em uma sociedade com cada vez mais informações e conteúdos à disposição. Apesar disso, aponta que essa priorização de conteúdo possui uma tendência de polarização da sociedade e homogeneidade ideológica. Santaella (2020) segue nessa mesma linha de raciocínio, observando que comportamentos polarizados são incentivados pelas bolhas virtuais, que, por sua vez, são “constituídas por pessoas que possuem a mesma visão de mundo, valores similares e o senso de humor em idêntica sintonia” (n.p). Essas bolhas e os filtros utilizados para construí-las, destaca a autora, acabam fechando as pessoas para novas ideias e as deixando vulneráveis para possíveis manipulações.

Partindo dessas reflexões, é possível observar que, dentro do contexto analisado do caso de Apyterewa no *TikTok*, na medida em que um usuário do aplicativo começa a consumir os conteúdos sobre o tema indicados como relevantes pela plataforma, este vai enfrentar dois principais problemas para chegar em ideias que abordam perspectivas diferentes das apresentadas: a primeira é o comportamento de isolamento gerado pelas bolhas virtuais, onde tende a se aprofundar na visão de mundo já pré-estabelecida. A segunda, que também funciona nesse sentido de homogeneidade de ideias, é a própria lógica do algoritmo, que pode entender a preferência do usuário por esse tipo de olhar sobre temas sociais e inclina-se a compartilhar mais assuntos com a mesma caracterização ou dos mesmos perfis.

Esse risco se agrava quando entramos na temática ambiental. Simões (2022) alerta que os discursos extremistas sobre meio ambiente podem ganhar uma nova roupagem para agradar e conquistar um público mais amplo. Analisando grupos de extrema direita, a autora observa que, quando se trata de abordagens em relação ao meio ambiente, eles tendem a adotar posturas predominantes. Uma delas, a mais tradicional, é o negacionismo ambiental, no qual há uma recusa em aceitar políticas e discursos relacionados ao meio ambiente, muitas vezes sendo expressa em oposição às iniciativas ambientais e as associando frequentemente a uma agenda de cunho progressista.

Por outro lado, há uma segunda abordagem que busca englobar um espectro mais amplo, onde se discute a importância da preservação ambiental, contudo, de maneira concomitante ao desenvolvimentismo e vinculada a temas econômicos, defesa dos territórios e apelo a discursos nacionalistas. Essa perspectiva está mais alinhada ao que Simões (2022) analisa como ecofascismo clássico, uma vez que combina a defesa do meio ambiente com uma visão que valoriza o desenvolvimento econômico e que pode incluir aspectos de autoritarismo e exclusão de grupos sociais.

> Com o aumento da conscientização ambiental por parte das opiniões públicas, o comportamento ambiental das empresas e dos governos ganhou outra atenção: ao adotarem práticas sustentáveis, contribuem significativamente para melhorar a sua reputação pública" (Simões, 2022, p. 36).

Os apontamentos indicados pela autora entram em maior evidência quando olhamos para alguns agentes que se apropriam da discussão de Apyterewa e que apareceram entre os principais conteúdos. Com destaque para as menções ao atual governo Lula, creditado pelos vídeos como o responsável pela operação, e que o associam a destruição de casa de cidadãos, retirada de família de seus lares e morte de animais. Além de também salientar as reflexões de Santaella (2020) e Salgado

(2019) sobre inflamamento à polarização, com críticas aos apoiadores do atual governo, negação da existência dos indígenas e vitimização das pessoas que estavam sendo alvo da operação.

Esse uso do tema ambiental para incentivar discussões políticas é verificado por Matos (2021), que vai observar no Brasil a partir de 2016 uma maior disseminação de um discurso que se fundamenta no estranhamento e na demonização das práticas e tradições das comunidades indígenas e rurais. Dessa forma, compreende-se que esse fenômeno é antigo, mas revela uma revitalização impulsionada pela ascensão global da extrema direita, que vai destacar o "outro" como algo estranho e perigoso, promovendo uma visão negativa das comunidades tradicionais, contribuindo para a marginalização e estigmatização desses grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados indicam que, embora o algoritmo destaque uma variedade de perspectivas sobre o assunto em questão, que vão desde conversas com policiais, passando por passeatas e indo à críticas políticas, a entrega de conteúdo relevante ainda tende a favorecer a visão das pessoas alvo da operação. Em outras palavras, apesar de inicialmente aparentar oferecer uma gama diversificada de pontos de vista sobre o tema, o que prevalece são os conteúdos que apoiam a posição dos não-indígenas e criticam a operação de desintrusão. Isso sugere que a pluralidade de opiniões pode estar sendo comprometida, com uma predominância de visões que se alinham com os interesses daqueles que apoiam a presença não-indígena na região em questão.

A partir das discussões apresentadas, se destacou a importância de debater o funcionamento dos algoritmos nas redes sociais, em especial no *TikTok*, aplicativo que cresce consecutivamente nos últimos anos e vem ganhando novas funções para além do entretenimento, servindo para pautar e informar as pessoas dentro de uma sociedade midiatizada.

Aplicar esse olhar sobre a repercussão de temas ambientais na rede é ainda mais urgente, uma vez que eles influenciam e ajudam formar a opinião pública sobre essas temáticas, o que afeta diretamente o meio ambiente. Como exemplifica o caso de Apyterewa, os direitos dos povos tradicionais e proteção da Amazônia são constantemente atacados, tanto virtualmente quanto fora das redes com a invasão de terras tradicionais, expansão do garimpo e avanço de projetos de leis que ameaçam o modo de vida dessas comunidades.

Conseguinte, a primeira sugestão para futuras pesquisas que fica é investigar como ocorreu a repercussão do caso de Apyterewa dentro de perfis no *TikTok* de influenciadores ambientais, autoridades da área e a narrativa apresentada nos conteúdos de órgãos oficiais. Além disso, principalmente verificar essa cobertura sobre a desintrusão dentro de contas indígenas, que é um dos

principais grupos de interesse da temática e que, como visto nos resultados encontrados do presente artigo, não aparecem entre as publicações consideradas relevantes pelo algoritmo.

Apesar disso, não é a intenção da publicação descredibilizar o uso da inteligência artificial ou desmerecer o uso dos algoritmos para a construção e filtragem das sociedades em rede. É essencial destacar a importância dessas tecnologias e reconhecer, como reforça Salgado (2019), que elas são ensinadas a realizarem seus filtros por pessoas e que o processo de desenvolvimento dessas tecnologias para identificarem o que é importante ou não também é mediado por outros sujeitos.

Com isso, o artigo espera também servir de alerta para a urgência de os indivíduos por trás da construção e evolução desses processos refinarem suas políticas de filtros e da sociedade civil se engajar em movimentos que cobrem essas alterações para se alcançar redes, de fato, mais diversificadas.

Outra sugestão que se constrói para o desenvolvimento de pesquisas posteriores é verificar a recepção desses conteúdos pelos usuários do *TikTok*. Tanto Santaella (2020) quanto Salgado (2019) salientam que o comportamento social de buscar por conteúdos que reforcem sua visão de mundo e reforcem opiniões agradáveis é natural do ser humano. Ou seja, embora esses algoritmos incentivem as bolhas virtuais, esses agrupamentos por afinidades ideológicas também seria algo que é buscado pelos próprios indivíduos.

Para além dos resultados encontrados, essas possibilidades para expandir a pesquisa reforçam a importância do desenvolvimento de estudos que analisem o comportamento dos indivíduos dentro das redes sociais e qual papel essa midiatização possui no cotidiano das pessoas, além da sua influência no engajamento social, em especial quando se discute temas ambientais.

Referências

ABIDIN, C. Mapeando celebridades da Internet no TikTok: Explorando Economias da Atenção e Trabalhos de Visibilidade. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1–50, 2021. DOI: 10.5212/19881. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/19881. Acesso em: 11 mar. 2024.

CARDOSO, Núbia Vieira. **O paraíso do gado:** a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade. 2023. 141 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

HJARVARD, STIG. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZes**, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 2, p. 53–91, 2012. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38327. Acesso em: 11 mar. 2024.

HJARVARD, Stig. Mediatization and cultural and social change: An institutional perspective. In: **Mediatization of communication**, v. 21, p. 199-226, 2014.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier. Hora do TikTok: análise exploratória do potencial político da rede no Brasil. **Revista UNINTER de Comunicação**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 18–34, 2020. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/843. Acesso em: 02 abr. 2024.

MATOS, Lucas Ramos. **A Amazônia na virada global da extrema direita**. Ciência Geográfica, Bauru, São Paulo, Vol. XXV - (3): Janeiro/Dezembro, 2021. Disponível em: www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_3/agb_xxv_3_web/agb_xxv_3-03.pdf. Acesso em: 02 abr. 2024.

SALGADO, Marcello de Mattos. Inteligência Artificial: bolhas e polarização nas redes sociais. In: **Inteligência artificial & redes sociais**. EDUC–Editora da PUC-SP, 2019.

SANTAELLA, Lucia (org). **Inteligência artificial & redes sociais**. EDUC–Editora da PUC-SP, 2019.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. Editora estação das letras e cores, 2020.

SIMÕES, Carolline Teixeira. **A Causa Ambiental na Extrema-Direita**: do Negacionismo ao Ecofascismo - Análise da Politização do Meio Ambiente pela Extrema-Direita do Brasil e da Hungria. 2022. Dissertação, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, 2022.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZes.** V.1, n.1, São Paulo, outubro de 2007, p. 15-26. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38174. Acesso em: 10 mar. 2024.

VOLPATO, B. (2022). **Ranking:** as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, com insights e materiais. *Resultados Digitais*. Disponível em: https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil. Acesso em: 11 mar. 2024.

WEIMANN, Gabriel; MASRI, Natalie. Research note: spreading hate on TikTok. **Studies in Conflict & Terrorism**, [s. l.], v. 43, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/1057610X.2020.1780027. Acesso em: 02 abr. 2024.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

POTENCIAIS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS PARA A PRODUÇÃO DE REDD+ NO ESTADO DO PARÁ E AS REPERCUSSÕES OCASIONADAS PELA AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO BRASILEIRA

Manuella Gabrielly Oliveira de Oliveira[1](CESUPA),
Roberta Carolina Araújo dos Reis[2](UFPA),
Ana Luisa Santos Rocha[3](UFPA)

Resumo: Os conhecimentos dos povos tradicionais são fundamentais quando tratamos sobre a proteção territorial e florestal. Demonstrando a relevância que as terras povoadas por comunidades tradicionais possuem, promovendo benefícios no combate as mudanças climáticas. Visto isso, dois instrumentos se destacam os projetos de REDD+, que possuem a finalidade de preservar e manter florestas, e o mercado de carbono voluntário que ainda não possui regulação no Brasil e consiste na venda dos créditos de carbono oriundos dos projetos de REDD+ a particulares para compensar suas emissões. Porém, com o avanços dos problemas enfrentados pela falta de regulamentação deste mercado principalmente no Estado do Pará, como a utilização de terras de povos e comunidades tradicionais para estes projetos sem a anuência e conhecimento dos órgãos responsáveis traz luz a necessidade de haver fiscalização e regulamentação sobre Mercado Voluntário de Crédito de Carbono, na qual assegure os direitos entre os consumidores e, principalmente, o direito e deveres dos povos tradicionais. Desse modo, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta: **Em que medida a falta de regulamentação do Mercado Voluntário de Carbono está afetando os territórios tradicionais do estado do Pará em relação a esse tema?** Tendo como metodologia principal a análise das questões relacionadas ao caso de Portel (PA), os quais há denúncias de projetos de REDD+ em assentamentos estaduais sem a anuência do Estado do Pará se utilizando de territórios tradicionais para lucrar com a venda dos créditos de carbono no Mercado Voluntário.
Palavras-chaves: territórios tradicionais; mercado de carbono voluntário; estado do pará; regulamentação

INTRODUÇÃO

A preocupação com as complicações ambientais e climáticas tem ganhado cada vez mais destaque mundial ocasionando diversas iniciativas, debates e acordos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, com a finalidade de reduzir os danos causados pela ação humana ao longo dos séculos passados e atual. Ademais, é indiscutível que os conhecimentos dos povos tradicionais são fundamentais quando tratamos sobre a proteção territorial e social e florestal dessas comunidades,

[1] Pós-graduanda em Direito Agroambiental, Programa de Pós-graduação em Direito do Centro Universitário do Pará, CESUPA, Brasil. Email: manuellaooliveira@outlook.com
[2] Mestre em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: robertacarolinareis@gmail.com
[3] Doutora em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: analuisarocha@gmail.com

sendo integrados como instrumento de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REED+), na COP-15 (ISPN, 2022).

Nesse sentido, apesar de integrados como instrumento de REDD, as comunidades tradicionais do estado do Pará vem sofrendo pressões ocasionadas pelo mercado voluntário de carbono. Fatores esses que chamaram atenção da Defensoria Pública do Estado do Pará, na qual ajuizou Ações Civis Públicas solicitando a suspensão da criação de projetos; e do Ministério Público Federal em conjunto com o Ministério Público do Estado do Pará, os quais estão acompanhando o desenvolvimento e impactos causados pelo mercado voluntário em territórios tradicionais, conforme Nota Técnica n.º 02/2023. Tornando-se visível a urgência de que haja um regime jurídico brasileiro sobre Mercado Regulado de Crédito de Carbono, no qual vise não apenas em compensar as emissões de GEE, mas, principalmente, garanta segurança contratual que não infrinja o território, cultura e direitos humanos das comunidades tradicionais.

É importante ressaltar a urgência desta regulação para os territórios tradicionais. Pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) dos estados do Acre e Pará, no ano de 2021, apontam potencial de Terra Indígena para produção de crédito de carbono (AMARAL et al, 2021). Demonstrando a relevância que as terras povoadas por comunidades tradicionais possuem, posto a preservação florestal promovida por aqueles que habitam. Promovendo benefícios não apenas ao meio ambiente e clima, mas também para as populações tradicionais, mercado nacional e internacional.

Nesse ínterim, o presente trabalho tem como questão principal analisar os impactos ocasionados pela ausência de regulamentação do Mercado Regulado de Crédito de Carbono para as comunidades tradicionais do estado do Pará. A pesquisa visará estudar os avanços e efeitos do REDD+ dado os potenciais territórios tradicionais da região amazônica para a produção de créditos de carbono frente aos impasses ocasionados pelo Mercado Voluntário de Carbono, tendo como metodologia principal a análise das questões relacionadas ao caso de Portel (PA).

Dessa forma, o processo metodológico utilizado envolveu o método dedutivo, abordagem qualitativa e técnica de pesquisa bibliográfica e documental, cujo objetivo foi explicar o conteúdo das premissas por meio do raciocínio em ordem descendente, partindo da análise do conceito geral para o particular, até chegar à conclusão (PRODANOV; FREITAS, 2013).

1. CONTEXTO INTERNACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INICIAIS E A IMPLEMENTAÇÃO DO MERCADO DE CARBONO E O REDD+

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - também conhecida como Convenção do Clima - adotada na conferência Encontro da Terra, em 1992, foi um acordo internacional fundamental para a posterior ratificação do Protocolo de Kyoto e principalmente para o andamento do mercado de carbono, posto a sua finalidade de "estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em um nível que impeça uma interferência humana perigosa no sistema climático" (MMA, [s.i.]). Para além disso, os países fundaram um grupo de acompanhamento anual das ações relacionadas a essa temática conhecido como Conferência das Partes (COP), cujo objetivo é de examinar e deliberar cautelosamente as decisões a fim de implementar a convenção e instrumentos jurídicos adotados pela Conferência (MMA, 2019 apud SILVEIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 15).

A determinação de metas de mitigação obrigatórias de gases de efeito estufa, por parte do Protocolo de Kyoto, torna-se seu objetivo principal na medida em que essa redução passa a ter valor econômico. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, compreende que:

> Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO2) corresponde a um crédito de carbono. Este crédito pode ser negociado no mercado internacional. A redução da emissão de outros gases, igualmente geradores do efeito estufa, também pode ser convertida em créditos de carbono, utilizando-se o conceito de carbono equivalente. ([s.i.])

Neste cenário, o Protocolo de Kyoto criou mecanismos para atender as metas estabelecidas pelo mesmo de diminuição de emissões de gases GEE sendo eles: a) Comércio de Emissão; b) Mecanismo de Implementação conjunta (IC) e c) Mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) (SOUZA, PAIVA, et al), os quais no futuro seriam remodelados e conhecidos como Mercado de Carbono.

Dessa forma, a criação do mercado de carbono teve como principal objeto o crescimento desenfreado da emissão de GEE ocasionado, principalmente, pelas ações humanas ao longo dos séculos, de modo que os ecossistemas aquáticos e terrestres existentes são incapazes de combater tais danos, fazendo deste mercado uma forma de compensar o aumento surgindo dois tipos de mercado de carbono que são compreendidos e utilizados até o contexto atual.

O mercado de carbono regulado é estabelecido conforme normativas que determinam um limite máximo de emissões de CO2, a partir disso é realizada a compra e venda de permissões para emitir mais, ou seja, caso uma empresa de um determinado setor tenha atingido a máxima permitida

por aquele setor de emitir gás carbônico para que continue sua atividade deverá comprar créditos daquele que ainda não chegou no patamar máximo (OLIVEIRA, 2022).

Em relação ao mercado de carbono voluntário, este se destaca como sendo de regulamentação através de padrões internacionais, tratando-se de uma relação de venda de créditos de carbono advindos de projetos que visam reduzir emissão de GEE paara alienar a particulares que pretendem compensar suas emissões (SOUZA, PAIVA, et al). Logo por necessitar de projetos que visem a preservação e redução emissões de CO2, há de se destacar a trajetória da implementação do REDD+ internacionalmente.

A Convenção de 1994 foi fundamental por ter estabelecido responsabilidades em prol das alterações climáticas globais e composto um regime internacional sobre o clima. No entanto, foi no ano de 2007, ao longo da COP-13, a partir do reconhecimento e introdução da conservação florestal como contribuinte para o equilíbrio climático, que os mecanismos de redução de poluentes ambientais e climáticos ganharam destaques após a instituição do conjunto de incentivos econômicos conhecido como Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) (COSTA, 2012, p.50).

Após veio a COP15 em 2009 com o Acordo de Copenhagen e decisões metodológicas acerca do mecanismo, já em 2010 com a COP16 os chamados Acordos de Cancun, que fortaleceram o conceito do REDD+ e o que seria necessário para reconhecer a atividade como participante do mecanismo (MMA, 2014), como elencado pelo instrumento do REDD+:

> Atividades que caracterizam REDD+: (i) redução das emissões provenientes de desmatamento;(ii) redução das emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação dos estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal. Elementos necessários para o reconhecimento de resultados de REDD+: (i) uma estratégia ou plano de ação nacional; (ii) um nível de referência nacional de emissões florestais ou nível de referência florestal (ou, como uma medida interina, os correspondentes níveis subnacionais); (iii) um sistema nacional robusto e transparente para o monitoramento e a relatoria das atividades de REDD+ (com monitoramento subnacional como medida interina); e (iv) um sistema de informações sobre a implementação das salvaguardas de REDD+. Arquitetura dos incentivos: lógica de pagamento por resultados já atingidos. Diferente da abordagem de projetos, a abordagem consolidada de REDD+ é nacional, e a apresentação dos resultados é de responsabilidade das Partes. Na COP-19, realizada em 2013, foi definido o Marco de Varsóvia para REDD+, um conjunto de sete decisões que estabelecem a arquitetura internacional e as principais regras, ferramentas de transparência e procedimentos para aspectos financeiros, metodológicos e institucionais para REDD+ no plano internacional aoamparo da UNFCCC4 . (MMA, 2016)

O chamado REDD+ então se consolidou como uma alternativa desenvolvida no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC), a qual o Brasil é

signatário, e tem por finalidade promover uma recompensa financeira para países que estão em desenvolvimento, tomando por parâmetro os resultados de medidas para a diminuição do desmatamento e a conservação de florestas. Logo, o mecanismo do REDD+ promove um tipo de pagamento de diversas fontes internacionais pela redução de envio de gases de efeito estufa.

Neste sentido, o que pode-se verificar é que está se lidando com dois instrumentos: os projetos de REDD+ a serem implementados e os créditos de carbono oriundos da preservação e manutenção das florestas provocados pelos projetos e vendidos a particulares por meio do mercado de carbono voluntário.

1.1. PANORAMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS MERCADO DE CARBONO E REDD+ NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

No âmbito nacional, relevantes mudanças ambientais e econômicas no território brasileiro ocorreram, entre os anos 70 e 90, devido ao posicionamento político dentro do sistema internacional. Nesse período, o Brasil e a China foram um dos principais países periféricos contrários a reconhecer a relevância do debate sobre as questões ambientais durante a Conferência de Estocolmo (VIOLA, 2002, p. 34).

Tais aspectos foram reflexos do contexto histórico da época, onde o país se encontrava em constante desenvolvimento econômico no setor agropecuário, compreendido pela introdução de mecanismos tecnológicos, transformando e inovando a maneira de produção do agricultor; e o visível crescimento do estoque de capital humano com intensa exploração de mão-de-obra barata e desqualificada (FREITAS; BACHA; FOSSATI, 2007, p. 114). Fatores esses que, inevitavelmente, acarretaram no aumento de emissões de gases de efeito estufa, detrimentos ambientais e consequentes danos climáticos no território brasileiro.

A postura adotada pelo poder executivo, tendo em vista todo processo de mudança estrutural econômica internacional, trouxe como consequência a crise e declínio econômico ao longo do período de 1980 (MARANGONI, 2012). Em contrapartida, tal repercussão foi fundamental para que mudanças ideológicas acontecessem, a partir dos anos 90, posto a conscientização e sensibilidade pública e, principalmente, política – representada pelo governo Collor, à época - em relação aos eventuais problemas ambientais, dando a oportunidade ao Brasil de promover confiabilidade no âmbito do internacional ambiental.

Assim, após ratificada e promulgada a Convenção do Clima, o Brasil fundou a Coordenadoria de Mudança do Clima no setor da Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (CIDES) - por intermédio do Decreto n. 1.160/1994 - com a finalidade implementar a referida

Convenção no país, visando o desenvolvimento e conservação do meio ambiente (SOARES; HIGUCHI, 2006, p. 576). Em relação a tal aspecto, em 1999, foi criada a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), com a função de coordenar a instalação de ações relevantes para o cumprimento dos compromissos de responsabilidade brasileira, tendo como uma das principais decisões a implementação conjunta de atividades dispostas no Protocolo de Kyoto, as quais poderiam produzir créditos pelos países desenvolvidos, cabendo a esses realizar a compensação em caso de "descumprimento das metas livremente assumidas" para a diminuição do índice de GEE nos seus territórios (CIMGC, 2001 apud SOARES; HIGUCHI, 2006, p. 576). Neste aspecto já pode-se observar a introdução da ideia do mercado de carbono no país com o sistema de compensações.

É importante destacar que apesar de ser o desmatamento um dos maiores emissores de gases de efeito estufa, o Brasil, ainda assim, se destaca por compreender uma significante extensão florestal na região amazônica, tornando-o um relevante candidato para introduzir iniciativas e políticas de produção de créditos de carbono (SOUZA, 2023). Como consequência disso, com a finalidade de promover a comercialização dos títulos de emissão de gases de efeito estufa, o mercado regulado de carbono foi instituído juntamente com a Lei nº. 12.187, de 2009, criando a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), no entanto, sabe-se que a regularização dessa iniciativa se encontra inerte até os dias atuais.

O Projeto de Lei 412/2022 é o responsável pelos trâmites da regulamentação do mercado de carbono no país, com os avanços das discussões já se pode ter uma ideia de que nos próximos anos se verá o mercado de carbono regulado estando presente como uma das medidas de combate às mudanças climáticas no Brasil. Todavia, a falta de regulamentação não impede a atuação do Mercado de Carbono Voluntário no país, que se vê crescendo cada vez mais utilizando-se de projetos de REDD+ para a venda de créditos de carbono a particulares.

Em relação aos projetos de REDD+, de acordo com o pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Paulo Moutinho, et al (2011, p.7), até o ano de 2011, o território brasileiro se destacava mundialmente, em especial com a alteração de florestas para as atividades agropecuárias na região amazônica, tornando-se uma relevante fonte de GEE no âmbito nacional.

Demonstrando possuir elevado potencial para implementação de REDD, haja vista que além de possuir condições naturais, climáticas e sociais, também apresenta recursos tecnológicos e políticos. Não obstante tais questões, a partir da introdução da garantia de direitos, integrando os povos tradicionais como instrumento de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, na COP-15, o território brasileiro passou a ter grande visibilidade posto suas questões geográficas, socioambientais e climáticas (SANTOS, 2011, p. 34; ISPN, 2022).

Nesta conjuntura, a possibilidade de adentrar em um mercado novo com a venda de créditos de carbono gerados, provocou o aumento da implementação de projetos de REDD no Brasil. Veja-se que pela sua alta extensão territorial e biodiversidade, se tornou um país altamente visado para este tipo de investimento. Os projetos de REDD+ começaram a se proliferar e seus resultados além da preservação da natureza também se tornou econômico ao passo que particulares puderam adentrar no mercado de carbono voluntário vendo estes créditos.

2. POTENCIAIS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS PARA A PRODUÇÃO DE CRÉDITO DE CARBONO E O FOMENTO DO MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL

Não é de hoje que a discussão sobre os conhecimentos dos povos tradicionais é reconhecida quando tratamos sobre a proteção territorial e socioambiental dessas comunidades. No entanto, é relevante destacar que abordar sobre as comunidades tradicionais não é algo simples, dado toda complexidade, diversidade étnica e singularidade entre cada povo (MOREIRA, 2006, p. 43).

É sabido que não basta apontar o que deve ou não ser feito, ignorando totalmente os fatores culturais, econômicos, históricos e sociais que especificam cada grupo social. Tais atitudes não serão encontradas ao longo deste trabalho, visto que, conforme afirma Eliane Moreira, "reunir coletividades tão diversas do ponto de vista sócio-cultural é problemático" (2006, p. 43). Contudo, quando tratamos de mudanças climáticas, é notório que seus impactos são alcançados de forma antecipada e de maneira mais densa nos países em desenvolvimentos, em especial em regiões onde se encontram comunidades mais vulneráveis, como são os casos dos povos tradicionais (IPCC, 2007 apud COSTA, 2012 p. 18).

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Socioambiental, os povos originários promovem a proteção e manejo de 27% da biota, bem como conservam cerca de 27% do armazenamento de gás carbônico da Amazônia – ou seja, em torno de 13 bilhões de toneladas (ISA, 2018). Tendo em vista que o estoque de CO2 pelas florestas é necessário para que haja um abrandamento quanto ao acervo de dióxido de carbono na atmosfera terrestre existente na atualidade, os povos tradicionais contribuem significativamente para a redução dos problemas ambientais e climáticos ocasionados pela ação humana.

Não obstante, as matas localizadas em Territórios Indígenas possuem a capacidade de resfriar o espaço territorial ao armazenar uma vasta densidade de carbono, colaborando para o equilíbrio da temperatura da região. Ressalta-se tal importância, pois, de acordo com pesquisas realizadas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, os territórios regularizados compõem em torno

de 12,2% da extensão brasileira, de modo que a maioria se encontra centralizado na Amazônia Legal (FUNAI, 2016).

Uma pesquisa desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) dos estados do Acre e Pará, no ano de 2021, aponta potencial de Terra Indígena para produção de crédito de carbono, apresentando os benefícios promovidos pela preservação desses territórios para o REDD+, além de demonstrando a importância de haver regularização do Mercado Regulado de Crédito de Carbono (AMARAL et al, 2021).

De acordo com a pesquisa, foi possível averiguar que, se o território mantivesse evitando o desmatamento na área até 2025, receberia como remuneração das emissões de CO2 evitadas o equivalente a 197.938 reais, por ano (AMARAL et al, 2021). Comprovando a relevância que as terras povoadas por comunidades tradicionais possuem, posto a preservação florestal promovida por aqueles que habitam. Promovendo benefícios não apenas ao meio ambiente e clima, mas também para as populações tradicionais, mercado nacional e internacional.

Para tanto, não obstante os constantes conflitos fundiários sofridos pelos povos nativos, os quais são continuamente ameaçados e violentados, cujas terras se tornam reféns de grileiros; ainda, os atrasos judiciários nas homologações de demarcação dos territórios tradicionais. Nada disso fará sentido se mantivermos o mercado voluntário ativo – o qual se encontra em desacordo com os tratados e certificadoras internacionais em que o Brasil possui relações – ignorando a relevância de haver fiscalização e regulamentação sobre Mercado Regulado de Crédito de Carbono. Ainda, a necessidade em realizar consulta prévia, livre e informada às comunidades, onde o Estado é responsável em observar os quesitos dispostos nos precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos e na Convenção nº 169 da OIT, visando assegurar os direito e deveres dos povos tradicionais (MPPA, 2023).

3. A REGULARIZAÇÃO DOS PROJETOS DE REDD+ E DE MERCADO DE CARBONO NO ESTADO DO PARÁ

O Estado do Pará possui uma ampla extensão de territórios tradicionais com a presença de povos e comunidades dos mais diversos modos de vida, tradições e cultura. Como resultado, há o desenvolvimento de medidas legislativas que protegem o direito ao uso e preservação destes territórios. Como já visto no tópico anterior, os povos e comunidades tradicionais possuem territórios protegidos e que seu modo de vida traduz um manejo dos recursos naturais de forma sustentável, preservando a natureza e sua biodiversidade.

Pela alta presença de comunidades agroextrativistas o Estado do Pará promove projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativista (PEAX) a partir da análise dos requisitos e da urgência em regular terras para que sejam utilizadas por estes grupos da maneira que atenda aos seus interesses e sua subsistência, conjuntamente articulado com a política agrária do Estado e seus princípios baseados na reforma agrária.

O artigo 35 da Lei Estadual nº 5.849, de 24 de junho de 1994, traz a ideia do assentamento ao pequeno produtor rural para regularizar suas terras cultivadas sendo prioridade na ação fundiária do Estado, uma vez que destinará áreas de grandes extensões a comunidades que a tornarão produtiva. A modalidade dos assentamentos estaduais podem ser inúmeras. O direito possessório que permeia, geralmente é a transferência de títulos de posse reservando o direito de propriedade ao Estado, assim sendo em sua natureza jurídica terra pública.

Por informações e dados oriundos do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) (WRM, 2022), desde 2008 múltiplos projetos de REDD se instalaram em áreas da Amazônia Legal por proponentes diferenciados, principalmente no município de Portel no Estado do Pará, sendo mais de 714 mil hectares de território explorado para estes projetos.

O Intercept Brasil (2022), conjuntamente com a iniciativa WRM(2022), afirmam que desses hectares 200 mil estão sobrepostos em territórios que se têm projetos de assentamento de agroextrativistas estaduais, e sendo utilizado para a venda de créditos de carbono no Mercado Voluntário para particulares, se instalando uma problemática sem precedentes.

Ao se debruçar sobre este cenário Ministério Público Federal em conjunto com o Ministério Público do Estado do Pará, produziu a Nota Técnica n.º 02/2023, detalhando todas as lacunas existentes no ordenamento jurídico estadual para tratar com a questão associada aos projetos de REDD+ e o mercado de carbono voluntário no Estado, principalmente quanto ao tratamento nos territórios protegidos de Povos e Comunidades tradicionais.

Pelo levantamento proposto pela WRM em 2022 (2022), há no município de Portel quatro projetos de REDD que possuem extensão de tempo até meados dos anos 2040 a 2050, o que é extremamente preocupante visualizando a lacuna jurídica existente sobre toda a fase de implementação destes projetos e seus contratos para realizar a venda dos créditos no mercado de carbono voluntário.

Além disso, o documento produzido pela WRM (2022) em conjunto com a reportagem realizada pelo G1 (2023) demonstram que estas empresas estão assediando comunidades extrativistas presentes nos projetos de assentamentos que estão sobrepostos aos projetos de REDD+,

realizando contratos com os mesmos prometendo remuneração ou outros tipos de benefícios que não são devidamente cumpridos.

Neste contexto, abre-se espaço para discutir a falta de regulamentação para implantar projetos deste porte com a venda dos créditos de carbono no Mercado de Carbono Voluntário para particulares oriundos de terras que efetivamente são públicas e atravessando o direito à consulta livre prévia e informada dos povos e comunidades tradicionais presentes nestas áreas. Visando isso, a Defensoria Pública do Estado do Pará ajuizou ações para proteger e discutir a natureza jurídica dos contratos realizados entre as empresas proponentes dos projetos de REDD e as comunidades, além da regularidade deste tipo de projeto inserido tem terras estaduais.

Tabela 1 - Processos judiciais ajuizados pela Defensoria Pública do Estado do Pará

PROCESSO	PARTE REQUERIDA
0806505-59.2023.8.14.0015	Brazil Agfor, LLC, Michael Edward Greene, Jonas Akila Morioka. Amigos dos Ribeirinhos Assessoria Ambiental Ltda.; Associação dos Ribeirinhos e Moradores; BLB Florestal Representação no Brasil Ltda., Município de Portel.
0806631-12.2023.8.14.0015	Floyd Promoção e Representação Ltda, Michael Edward Greene, Brazil Agfor, LLC, Jonas Akila Morioka, Avoided Deforestation Project (Manaus) Limited;
0806582-68.2023.8.14.0015.	RMDLT Property Group Ltda., Brazil Property Group Compra Venda e Locação de Imóveis Ltda, Brazil Agfor, LLC, Agfor Empreendimentos Ltda., Michael Edward Greene e Município de Portel
0806464-92.2023.8.14.0015.	Associação dos Ribeirinhos e Moradores, Sindicato dos Produtores Rurais de Portel, Amigos dos Ribeirinhos Assessoria Ambiental Ltda., Brazil Agfor, LLC e Município de Portel

Porém, tais processos judiciais encontram-se em fases iniciais dos seus trâmites, não podendo ainda realizar pesquisa quanto a sua resolução pelo Poder Judiciário e como esta lacuna jurídica será apreciada pelos juízes e sanada caso a caso. O que comprova ainda mais a necessidade de regulamentação pelo Poder Legislativo Estadual sobre esta questão, visto que, poderá haver disparidades quanto ao julgamento dos processos, já que está diante de situações jurídicas diversa do que usualmente se vem tratando sobre esta matéria, ressaltando a urgência de tutelar este cenário para que maiores violações não ocorram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar o contexto de regulamentação do mercado de carbono voluntário e dos projetos de REDD+ em relação a territórios tradicionais utilizando como sujeito principal o Estado do Pará. Com o aumento das mudanças climáticas, as convenções internacionais e os tratados buscaram novos instrumentos que pudessem auxiliar o combate ao aquecimento global, principalmente quanto a emissão de gases de efeito estuda.

Neste ínterim, a pesquisa trouxe o destaque para o mercado de carbono na sua modalidade voluntária, isto é, que é baseado em padrões internacionais em uma relação de venda de créditos de carbono de particulares, créditos estes principalmente oriundos de projetos que preservem e mantém a floresta. Por conta disso, ressaltou a presença do REDD+ e o aumento deste tipo de projeto em território brasileiro.

Ademais, buscou demonstrar que os territórios tradicionais vem sendo visados para aplicação deste tipo de projeto, justamente por estarem inseridos em um modo de vida sustentável de manejo de recursos naturais a partir do conhecimento tradicional desenvolvido pelos mesmos, todavia, tornando-se perigoso pois o avanço da venda do crédito advinda de projetos presentes nestes territórios não vem respeitando os direitos destes indivíduos.

Por conseguinte, para ilustrar o teor da pesquisa utilizou-se o caso do Estado do Pará, relacionado ao município de Portel, com dados desenvolvidos pela iniciativa Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), que comprovaram a presença massiva de projetos de REDD+ em terras de assentamentos estaduais, ou seja, de territórios tradicionais de propriedade pública.

Neste sentido, demonstrou-se a resposta encontrada pela Defensoria do Estado do Pará frente a este cenário, a partir do ajuizamento das ações judiciais, o que comprova a urgência de preencher as lacunas jurídicas presentes na regulamentação do Mercado de Carbono Voluntário no Estado do Pará, já que ao passo que esses processos judiciais sigam o trâmite, os juízes estarão se debruçando por questões que carecem de regulamentação específica, podendo criar novos entraves para estes instrumentos no país e suas relações com os povos e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL. E. F. et al. Estudo revela potencial de Terra Indígena para gerar créditos de carbono. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Brasília-DF. 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/63600123/estudo-revela-potencial-de-terra-indigena-para-gerar-creditos-de-carbono. Acesso em: 30 fev. 2024

BRASIL. Defensoria do Pará ajuíza cinco ações para suspender construção de projetos de crédito de carbono em Portel. Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA). Disponível em: https://defensoria.pa.def.br/noticia.aspx?NOT_ID=5969. Acesso em: 28 fev. 2024

BRASIL. MPF e MPPA lançam nota técnica para proteção de direitos de comunidades no contexto do mercado de carbono. Ministério Público Federal (MPF). Brasília-DF. 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mercado-carbono-direitos-comunidades. Acesso em: 27 fev. 2024

BRASIL. NOTA TÉCNICA nº. 02/2023. Ministério Público Federal (MPF). Belém-PA. 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2023/mercado-carbono-direitos-comunidades-nota-tecnica-mpf-mppa. Acesso em: 28 fev. 2024

FREITAS, Clailton Ataídes de; BACHA, Carlos José Caetano; FOSSATTI, Daniele Maria. Avaliação do desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil: período de 1970 a 2000. Revista Economia e Sociedade, v. 16, n. 1 (29), p. 111-124. Campinas-SP. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/dD3wZZP3gyyfTtcy4nkfPjr/. Acesso em: 22 mar. 2024

ISPN na COP15: indígenas e comunidades tradicionais são guardiões da natureza. Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN. Brasília-DF. 2022. Disponível em: https://ispn.org.br/ispn-na-cop15-indigenas-e-comunidades-tradicionais-sao-guardioes-da-natureza/#:~:text=Trata%2Dse%20de%20um%20acordo,30%25%20dos%20ecossistemas%20j%C3%A1%20degradados. Acesso em: 10 abr. 2024

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha?. Desafios do Desenvolvimento, revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Ano 9. Edição 72. São Paulo-SP. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28. Acesso em: 15 abr. 2024

MOREIRA, E. C. P. A Proteção Jurídica dos Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade: entre a garantia do direito e a efetividade das políticas públicas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Nucleo de Altos Estudos Amazônicos –

NAEA. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém-PA. 2006. Disponível em: https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2021/ELIANE%20CRISTINA%20PINTO%20MOREIRA.pdf. Acesso em: 30 fev. 2024

MOUTINHO et al. O que é e como funciona o mercado de carbono?. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. Belém, Pará. [s.i]. Disponível em: https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/o-que-e-e-como-funciona-o-mercado-de-carbono/#:~:text=O%20mercado%20de%20carbono%20surgiu,92%2C%20no%20Rio%20de%20Janeiro. Acesso em: 10 abr. 2024

Neocolonialismo na Amazônia: Projetos REDD em Portel, Brasil. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais - WRM. Montevidéu - Uruguai. 2022. Disponível em: https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/neocolonialismo-na-amazonia-projetos-redd-em-portel-brasil. Acesso em: 12 abr. 2024

OLIVEIRA, Y. P. L. Desafios do mercado de carbono após o Acordo de Paris: uma revisão. Open Journal Systems - OJS. Meio Ambiente (Brasil). v. 4, n. 1. p. 002-020. [s.i]. 2021. Disponível em: https://meioambientebrasil.com.br/index.php/MABRA/article/view/167. Acesso em: 10 abr. 2024

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVEIRA, Caroline Soares da; OLIVEIRA, Letícia da. Análise do mercado de carbono no Brasil: histórico e desenvolvimento. Novos Cadernos NAEA, [s.i], v. 24, n. 3, ISSN 2179-7536. Belém-PA. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9354. Acesso em: 26 mar. 2024

SOARES, Terezinha de Jesus; HIGUCHI, Niro. A Convenção do Clima e a legislação brasileira pertinente, com ênfase para legislação ambiental no Amazonas. Acta Amazonica. v. 36(4), p. 573-580. Manaus-AM. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aa/a/DKVr9CwGHt73tNg7LcGWSGb/. Acesso em: 26 jan. 2024

SOUZA, André Luis et al. O MERCADO INTERNACIONAL DE CRÉDITOS DE CARBONO: estudo comparativo entre as vertentes regulada e voluntária no brasil no período de 2004 a 2011. Revista Eletrônica Sistemas & Gestão. v. 7. n 4. p. 526-544. Niterói-RJ. 2012. Disponível em: https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/V7N4A2. Acesso em: 14 abr. 2024

SOUZA, Oswaldo Braga de. Câmara aprova 'PL do Mercado de Carbono' em sua última sessão do ano. Instituto Socioambiental (ISA). [s.i.]. 2023. Disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/camara-aprova-pl-do-mercado-de-carbono-em-sua-ultima-sessao-do-ano. Acesso em: 24 jan. 2024

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais – SCIELO. vol. 17, nº 50. Brasília - DF. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000300003. Acesso em: 26 mar. 2024

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

O SERVIÇO DE COLETA AGENDADA COMO ESTRATÉGIA AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE ÀS CIDADES AMAZÔNICAS: CASE MUNICÍPIO DE MANAUS/AM

Kryslaine de Oliveira Silva [1](UFAM)
Nelcy Renata Silva de Souza[2] (UEA)
Ruan Patrick Teixeira da Costa[3] (UEA)

RESUMO: A pesquisa buscou compreender de que maneira o serviço de coleta agendada pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública (Semulsp) do Município de Manaus/AM constitui uma estratégia ambiental para a construção de uma cidade sustentável no cenário amazônico. Em escala mundial, a produção de resíduos aumentou significativamente de forma contínua e desenfreado, sendo uma ameaça significativa à sustentabilidade. Frente a essa problemática, no caso do Brasil há a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305 de 2010), que orienta a gestão integrada e o manejo adequado dos resíduos sólidos, e tem como princípios fundamentais a prevenção e redução na geração de resíduos. Na cidade de Manaus/AM, a Semulsp possui como meta a integração das atividades de sensibilização sobre coleta seletiva para garantir a conservação ambiental e inclusão social, com o serviço de coleta agendada, uma forma de minimizar o descarte irregular de resíduos sólidos. A pesquisa utilizou o método dedutivo, com a coleta bibliográfica e uso de produções científicas sobre a temática e entrevista; quanto aos fins, quali-quantitativa. Dos resultados, foi identificado junto à Semulsp os 20 (vinte) objetos mais recolhidos no ano de 2023 e a incidência de atendimentos aos bairros da cidade e que as atividades pela Semulsp ainda são incipientes em decorrência da dimensão territorial, demográfica da cidade pesquisada e baixa contingência de pessoal para promoção da Educação Ambiental. Conclui-se que, a coleta agendada constitui uma estratégia ambiental que necessita melhorar o planejamento estratégico, a fim de contribuir para uma cidade mais sustentável.

Palavras-chaves: Estratégia Ambiental; Meio Ambiente; Resíduos sólidos; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Em escala global, a produção de resíduos tem sido crescente com o aumento populacional, mudanças nos padrões de consumo, urbanização acelerada, proliferação de embalagens e matérias descartáveis, bem como ausência de infraestrutura adequada para manejo de resíduos sólidos em muitas regiões, e representa uma ameaça significativa à sustentabilidade e impactos ao meio ambiente, à saúde pública e à qualidade de vida da sociedade, e se faz necessário a destinação adequada.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos dispõe de diretrizes, instrumentos de gestão e gerenciamento para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Já a Política Nacional do Meio Ambiente também definiu que os Estados e municípios são responsáveis

[1]Programa Constitucionalismo e Direitos na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil. E-mail: kryslaine_6@hotmail.com.
[2] Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Brasil. E-mail: nelcy.renata@gmail.com.
[3] Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Brasil. E-mail: ruan.teixeiraadv@gmail.com.

por elaborar normas supletivas e complementares a respeito da proteção, recuperação e melhoria do meio ambiente, visando a proteção da vida.

O presente estudo busca analisar o serviço de coleta agendada pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública (Semulsp) do Município de Manaus/AM a constituir uma estratégia ambiental para a construção de uma cidade sustentável no cenário amazônico.

A pesquisa se justifica pela importância da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, com destaque para o âmbito municipal na cidade de Manaus/AM, pelo Programa Coleta Agendada de Grande Objetos. Os instrumentos de gestão ambiental, como a coleta seletiva, são necessários para a organização do espaço urbano e o desenvolvimento sustentável das cidades.

A coleta seletiva desempenha um papel importante na gestão ambiental e na promoção da sustentabilidade do meio ambiente e da sociedade, contribui para a conservação dos recursos naturais, haja vista, que um ambiente ecologicamente equilibrado requer cuidados, conservação, proteção e promoção da educação ambiental, ao reciclar e reutilizar materiais, diminui-se o consumo de recursos.

A metodologia da pesquisa se baseará no método dedutivo, com a coleta bibliográfica e uso de produções científicas sobre a temática e entrevista; quanto aos fins, quali-quantitativa.

1 Legislação concernente aos Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva

No Brasil, o descarte inadequado de resíduos sólidos é proibido desde 1954, de acordo com o antigo Código Nacional da Saúde (Lei nº 2.312/1954). Tal lei estabelecia que quando não houvesse nas proximidades rede e canalização de esgotos, cabia à autoridade sanitária estabelecer a solução mais conveniente ao destino adequado dos dejetos, além disso, a coleta, o transporte e o destino final dos rejeitos deveriam processar-se em condições que não trouxessem inconveniente à saúde e ao bem-estar público.

Já em 1981, o legislador instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938/1981, cujo objetivo é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, estabeleceu que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades que utilizam recursos ambientais e capazes de gerar danos ambientais devem ter autorização por prévio por licenciamento ambiental.

Ademais, acerca das competências, insta salientar que conforme estabelecido no artigo 23, inciso VI, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a responsabilidade de proteger o meio ambiente e combater a poluição. E o artigo 24, inciso VI, da CRFB/88 dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição, cabendo aos municípios legislar de maneira suplementar, de acordo com artigo 30, II.

Posteriormente, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, para preencher uma lacuna no campo regulatório nacional. A PNRS trouxe diretrizes, princípios, objetivos e instrumentos de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, além de estabelecer metas e ações a serem adotadas pelo governo Federal, Estados, Distrito Federal e municípios. De modo que os instrumentos e as diretrizes devem ser seguidos pelo setor público e pelas empresas para que todos saibam como lidar com os resíduos gerados.

A PNRS trouxe algumas definições no artigo 3º, dentre as quais, a de resíduos sólidos, sendo qualquer "material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade [...] nos estados sólidos ou semissólido", da mesma forma os "gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água", ou seja, resíduo sólido é tudo que é descartado em decorrência das atividades humanas.

Quanto à classificação dos resíduos sólidos, a PNRS os subdividiu em dois grupos, quanto à origem e quanto à periculosidade. No que versa a origem, há os resíduos domiciliares e de limpeza urbana, ambos classificados como sólidos urbanos; de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; dos serviços públicos de saneamento básico, industriais; de serviço de saúde; de construção civil; agrossilvopastoris; de serviços de transportes e de mineração.

E quanto à periculosidade há os perigosos, ou seja, os que têm características de "inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade" e os não perigosos. De acordo com o Relatório do Banco Mundial "What a Waste 2.0: Um Instantâneo Global da Gestão de Resíduos Sólidos até 2050 (IPEA, 2020), estima-se que anualmente o planeta gere mais de 2 bilhões de toneladas de lixo, e em relação à América Latina e Caribe, a pesquisa apontou que o Brasil é o maior produtor de resíduos sólidos, gerando aproximadamente 80 milhões de toneladas ao ano.

A PNRS também trouxe alguns princípios do Direito Ambiental, no artigo 6º, em que se destacam o princípio da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, do protetor-recebedor, da visão sistêmica, do desenvolvimento sustentável e da ecoeficiência.

Ademais, instituiu-se a necessidade da cooperação entre diferentes esferas do poder público, do setor empresarial e da sociedade, bem como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

O artigo 7º a PNRS tratou sobre os objetivos, dentre os quais se ressaltam a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de

resíduos, o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens, a adoção, o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas para minimizar impactos ambientais, o incentivo à reciclagem, a gestão integrada de resíduos sólidos, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, o estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto, o estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

A PNRS, no art. 8º, também instituiu instrumentos voltados à consecução dos objetivos estabelecidos, quais sejam: os planos de resíduos sólidos, os inventários, o sistema declaratório anual de resíduos sólidos, a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou associações de catadores, a educação ambiental, entre outros.

Especificamente quanto aos planos de resíduos sólidos, o legislador prenuncia a elaboração de planos integrados nas três esferas de Poder (Federal, Estadual, Municipal). Assim, estabeleceu que a União sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente é responsável por elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, representando uma estratégia de longo prazo, para operacionalizar os diagnósticos, as metas, os programas, as normas, as medidas, diretrizes e meios para controle e fiscalização da gestão dos resíduos sólidos, garantindo-se para tanto a participação da sociedade.

No que versa o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, a legislação definiu que a elaboração deste é condição para que os Estados tenham acesso a recursos da União, e assim como o Plano Nacional, o estadual a atuação de 20 (vinte) anos e atualizações a cada 4 (quatro) anos.

Além disso, os Estados também podem elaborar planos microrregionais e outros planos específicos voltados às regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, assegurando a participação dos entes municipais, de modo que tais planos devem definir soluções integradas para coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação de resíduos.

E o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, por sua vez, é de responsabilidade dos municípios, também sendo condição para que estes tenham acesso a recursos da União. A legislação definiu que a periodicidade da revisão deve observar o período de vigência do plano plurianual municipal, sendo revistos em no máximo em 10 (dez) anos.

E os municípios que contem com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes poderão ter plano com conteúdo simplificado, salvo se integrantes de áreas turísticas, áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental (regional/nacional) ou que abranjam Unidades de Conservação.

Ainda sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o legislador consignou que a existência do plano não isenta o município de licenciar os aterros sanitários e outras infraestruturas ou instalações operacionais integrantes do serviço de limpeza urbana. Ademais, o

plano pode estar inserido no plano de saneamento básico (Lei 11.445/2007), desde que observe os critérios mínimos da PNRS, e o município que optar por soluções consorciadas intermunicipais poderá ser dispensado da elaboração do plano.

Quanto à coleta seletiva, a PNRS a considera como um dos seus instrumentos, definindo que esta consiste em "coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição", nos termos do artigo 3º da referida política nacional. O legislador também estabeleceu que o poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve conter conteúdos mínimos, quanto a descrição das formas e limites da participação do poder público local na coleta seletiva, de modo que quando estabelecido sistema de coleta seletiva os consumidores serão obrigados a acondicionar adequadamente e de maneira diferenciada os resíduos sólidos e disponibilizar os resíduos que sejam reutilizáveis e recicláveis para coleta ou para devolução.

O Decreto Federal nº 10.936/2022, que regulamenta a PNRS, estabelece que o sistema de coleta seletiva deve ser instituído pelo titular do serviço de limpeza urbana e de manejo, e no plano de resíduos sólidos deve expressamente dispor sobre a separação de resíduos e orgânicos, de forma segregada dos rejeitos, bem como será progressivamente ampliado para separação dos resíduos secos em suas parcelas específicas.

Através da coleta seletiva dá-se destinação adequada aos resíduos sólidos, facilitando a reciclagem, reutilização, recuperação, aproveitamento energético e compostagem. Destacando-se também que essa separação pode aumentar o valor agregado do material e reduzir os custos dos processos destinados ao reaproveitamento desse material.

A hierarquia de gestão de resíduos classifica as opções de gestão de resíduos e estabelece que a opção mais preferível é a redução na fonte de resíduos, seguida pela reutilização, depois pela reciclagem e recuperação de energia (Calabrò; Satira, 2020, p. online) e um dos instrumentos para que isso seja possível é a coleta seletiva.

A coleta seletiva desempenha um papel importante na gestão ambiental e na promoção da sustentabilidade na sociedade, isto porque ajuda a conservar os recursos naturais, posto que ao reciclar e reutilizar materiais, diminui-se o consumo de recursos. Além disso, a destinação adequada (Aguiar; Silva; El-Deir, 2019, p. 324), dos resíduos minimiza os riscos de contaminação do solo, água, ar e danos à flora e fauna, pois ao separar os resíduos em categorias específicas facilita o seu tratamento e reciclagem.

Aduz Milaré (2020, p.1457) que através da coleta seletiva dá-se destinação adequada aos resíduos sólidos, facilitando a reciclagem, reutilização, recuperação, aproveitamento energético e compostagem. E essa separação também pode aumentar o valor agregado do material e reduzir os custos dos processos destinados ao reaproveitamento desse material.

A seletividade do lixo também contribui para redução do consumo de energia e consequentemente para mitigação das emissões de gases, uma vez que reciclar materiais consome menos energia que produzir novos. Outra contribuição advinda da coleta seletiva seria o estímulo à economia circular e à geração de empregos nas diversas etapas do processo, tais como coleta, triagem e transformação em novos materiais, fazendo com que os resíduos se tornem recursos e tenham valor econômico, reduzindo assim o desperdício (Silva R. *et al*, 2018, p. 161).

Outro benefício advindo da coleta seletiva seria o estímulo da participação e engajamento da sociedade (Aguiar; El-Deir; Bezerra, 2017, p.38), a qual seria conscientizada por meio da educação ambiental no que versa a importância da redução, reutilização, reciclagem e descarte correto de resíduos, gerando uma responsabilidade compartilhada para proteção do meio ambiente.

Assim, a coleta seletiva encarrega-se na promoção da sustentabilidade e conservação dos recursos naturais, contribui com a redução da poluição e dos impactos ambientais, bem como com a economia de energia, geração de empregos e promoção da educação ambiental e participação da sociedade.

Ademais, a Lei nº 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento, alterou alguns dispositivos legais da PNRS estabeleceu que capitais e regiões metropolitanas teriam até agosto de 2021 para desativar os chamados lixões, já as cidades com mais de 100 mil habitantes teriam até agosto de 2022, as cidades que tivessem entre 50 e 100 mil habitantes teriam até 2023 e as cidades com menos de 50 mil teriam até 2024, ou seja, o limite máximo para banir todos os lixões seria até 2024 e garantir o descarte em local apropriado.

Assevera-se que a definição de prazos para descarte em local apropriado não significa isenção de responsabilidade aos entes que ainda se utilizam de lixões, isso porque dispor de resíduos sólidos em desacordo com leis e regulamentos é crime ambiental, conforme preconiza o artigo 54 da PNMA, ou seja, os lixões que continuam ativos estão em desacordo tanto com a PNMA quanto com a PNRS.

De acordo com Ministério do Meio Ambiente, as áreas em que funcionam os lixões devem ser desativadas, isoladas e recuperadas ambientalmente, para tanto, é necessário que haja o cercamento da área, realocação dos catadores de lixo, a implementação de drenagem pluvial, a implementação de cobertura com solo e vegetação.

Um dos sistemas de gerenciamento de resíduos que pode ser utilizado pelos municípios é a coleta agendada, tal sistema permite aos cidadãos agendarem a coleta de determinados tipos de resíduos sólidos domiciliares ou comerciais de acordo com suas necessidades e disponibilidade.

Esse modelo de coleta possui uma série de benefícios e vantagens, possibilitando que a comunidade ou empresas programem a coleta de resíduos de acordo com sua própria agenda, evitando a acumulação excessiva de lixo e mantendo o ambiente limpo e organizado (AMAZONAS ATUAL, 2019, p. online). Ao evitar a acumulação de resíduos por longos períodos de tempo, o agendamento pode ajudar a minimizar os impactos ambientais associados à decomposição de resíduos e à proliferação de pragas e doenças.

O agendamento prévio da coleta seletiva permite que as autoridades responsáveis planejem e aloquem recursos de forma mais eficiente, garantindo que as equipes de coleta estejam disponíveis nos momentos e locais adequados. Além de poder reduzir os custos operacionais dos serviços de coleta de resíduos, uma vez que as equipes de coleta podem otimizar suas rotas e evitar viagens desnecessárias (Frota *et al*, 2015, p.131).

O sistema de coleta agendada também pode ser integrado a programas de reciclagem e compostagem, permitindo que os cidadãos separem e disponibilizem resíduos recicláveis e orgânicos para coleta em datas específicas, contribuindo para a redução do volume de resíduos enviados para aterros sanitários. Destacando-se que a implementação bem-sucedida desse sistema requer uma boa comunicação entre o poder público e a sociedade.

Assim, vislumbra-se que as legislações concernentes ao gerenciamento de resíduos sólidos são projetadas para garantir a proteção ao meio ambiente e a gestão adequada dos resíduos pautada na sustentabilidade. Para tanto visam regular a produção, armazenamento, transporte, descarte, tratamento e destinação adequada desses resíduos, buscando contribuir com a diminuição da poluição do solo, da água e do ar.

Tais normas visam proteger a saúde da população ao definir padrões para gestão segura e higiênica desses resíduos. A promoção da reciclagem, tem a contribuir para a adoção de práticas mais sustentáveis, a fim de reduzir a quantidade de resíduos a serem descartados de forma irregular na natureza.

2 Manaus e as Questões Ambientais

A cidade de Manaus, antes conhecida pela exuberância dos seus igarapés, sofre com a degradação ambiental, com a poluição dos cursos de água. As políticas ambientais de intervenção na cidade estão atreladas a rios e igarapés, de acordo com Código Ambiental Municipal de Manaus (Lei

Ordinária n.°605/2001), que exige do poder público uma política de tornar a cidade sustentável, com a realização de saneamento em áreas precárias e populosas.

De acordo com Azevedo (2008, n.p):

> Ocupados há décadas pela população excluída, que outrora encontrou fonte de água para os mais diversos fins e também um local para habitar, tornaram-se grandes bolsões de pobreza encravados na área central da cidade. O aumento da ocupação dos igarapés e ausência de saneamento básico nestes locais, ocasionaram a poluição das águas e colocaram esta população em vulnerabilidade quanto às doenças de veiculação hídrica.

A realização de obras públicas para a expansão urbana, como é o caso do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) e o projeto denominado "Manaus Moderna". O projeto denominado "Manaus Moderna", de acordo com Freire (1994, p. 177) e Silva P. (2016, p. 219) por volta de 37 quilômetros de igarapés que cortam a cidade (sobreviventes do período da borracha e da ocupação indígena) foram considerados pelas autoridades públicas como empecilho para o escoamento do trânsito e crescimento urbano, além de ser um espaço de disputa de interesses diversos.

A produção diária de restos, rejeitos e descartes é crescente, a sociedade consumerista está cada dia mais em ascensão. Rotineiramente uma quantidade de resíduos potencialmente passíveis de reaproveitamento acaba sendo disposta em aterros e lixões, seja por falta de políticas públicas efetivas ou por falta de iniciativas particulares para aproveitamento. Neste cenário, a destinação e a disposição inadequada de resíduos sólidos podem gerar contaminação e risco efetivo tanto à saúde pública quanto ao meio ambiente, além de comprometer os recursos naturais.

Tema delicado e importante sobre a questão urbana na capital amazonense é o PROSAMIM, no sentido de retratar a questão ambiental, social e econômica, além de várias críticas, no que diz respeito à idealização e execução nos últimos anos.

Sob o viés socioeconômico é inegável que tenha trazido um mínimo de dignidade e respeito para a população pobre e marginalizada existente, no entanto, de acordo com as ideias de Batista (2012, p. 37), Azevedo (2006, p. 01) e Ribeiro *et al* (2023, p. 08), vários são os problemas de ordem ambiental que cercam o projeto e a execução do programa, as ações não trouxeram vida aos igarapés de Manaus, muito pelo contrário, a ideia sempre foi aterrar e eliminar qualquer sinal de vida ali existente.

Assevera Azevedo (2006, p. 15) que a recuperação de áreas poluídas e degradadas deveria significar trazer de volta às condições anteriores à ocupação dos igarapés, algo bem distante dos interesses da política governamental, a qual entendeu que seria melhor a canalização, o aterramento

e a construção de vias, tudo isso sem o devido tratamento das águas, o que poderá resultar na morte de vários cursos de água, assim como agravamento da poluição.

Sobre essa ideia, Brauner e Silva (2016, p.74) aduzem que existe um dever de se conciliar a proteção de bens naturais com o desenvolvimento socioeconômico, e dessa forma melhorar a qualidade de vida do ser humano, a exemplo da reciclagem, o que poderia diminuir ou mesmo eliminar o despejo de resíduos sólidos nos igarapés da cidade.

No âmbito legislativo, o artigo 4°, inciso I, da PNMA, dispõe que o desenvolvimento econômico deverá ser atrelado à ideia de preservação ambiental a compatibilizar desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e equilíbrio ecológico, chamado Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com Ribeiro *et al* (2023, p. 08) outra questão que paira no espaço urbano de Manaus, uma espécie de gentrificação[4] das palafitas, é a chamada "onda dos flutuantes", que se valem de construções de modernas sobre a água, estabelecem uma elitização de espaços que remontam às moradias desenvolvidas pelos ribeirinhos, mas que não possuem a mesma finalidade de que se valiam esses povos tradicionais que ocupam a paisagem amazônica, e que tradicionalmente vivem às margens de cursos de água.

Sobre o assunto existe processo judicial a respeito, mais precisamente a Ação Civil Pública (ACP) de nº 0056323-55.2010.8.04.0012[5], e, de acordo com Ribeiro *et al* (2023, p. 14) o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) ajuizou demanda em face de 74 flutuantes empresariais e residenciais localizados na região do Tarumã-Açú, com o intuito de retirá-los dos espaços ocupados, pois os proprietários estariam poluindo as águas com o despejo irregular de detritos.

Constitui extrema complexidade é a retirada dos flutuantes da Bacia do Tarumã, que, de acordo com Ribeiro *et al* (2023, p. 15) está localizada numa área de transição entre a zona urbana e rural manauara, e ocupa uma área de 1.372,73 km^2, abrangendo 12% (doze por cento) do território de Manaus.

A questão do meio ambiente na Amazônia, em especial na cidade de Manaus, a exemplo do que ocorre com políticas públicas para o espaço urbano, como o PROSAMIM e mais recentemente a

[4] O termo gentrificação é a versão aportuguesada de *gentrification* (de *gentry*, "pequena nobreza"), conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990) em *London: Aspects of change* (1964), para descrever e analisar transformações observadas em diversos bairros operários em Londres. *In* ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. "Gentrificação". In: *Enciclopédia de Antropologia.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao. Acesso em 09 mar. 2024.

[5] Em trâmite na Vara Especializada do Meio Ambiente da Comarca de Manaus – VEMA.

problemática retirada dos flutuantes da Bacia do Tarumã-Açú, entram na delicada questão ambiental e que poderiam ganhar mais apoio por parte dos que detêm o poder político e econômico.

Temas como a reciclagem poderiam ganhar mais espaço nas decisões governamentais, em virtude da grande quantidade de objetos descartados todos os dias na cidade manauara e que vão parar em rios e igarapés, como sofás, garrafas pet, geladeiras usadas, e que poderiam ganhar nova serventias.

Sobre isso, a coleta de grandes objetos desempenhada pela Secretaria de Limpeza Urbana (Semulsp) e visa combater o descarte irregular desses materiais pela cidade é um caminho importante para se ter uma cidade mais sustentável, o que será abordado no capítulo seguinte.

3 Coleta agendada de grandes objetos.

A urbanização na cidade de Manaus/AM ocorreu em torno dos igarapés, e a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana- Semulsp possui o programa "Coleta Agendada de Grandes Objetos[6] ", este serviço existe no município desde 2019, pelo Decreto Municipal n.4298/2019, que prorrogou a vigência da Comissão Especial de Divulgação e Orientação da Política de Limpeza Pública (CEDOLP), em que a renovação é anual.

O serviço de coleta agenda é feito por agendamento de forma gratuita, via aplicativo de mensagens (WhatsApp), no número (92) 98415-9563 ou 98459-5618, em que todas a informações constam no sítio eletrônico da Prefeitura de Manaus[7]. A exemplo, um *print* da solicitação do serviço pelo celular:

Figura 1: *Print* do aplicativo de mensagens (WhatsApp) da Coleta Agendada

[6] As informações foram obtidas por meio de entrevista semiestruturada e respostas livres no dia 30/08/2023, após solicitação por e-mail (semulsp@pmm.am.gov.br /gabinete.semulsp@pmm.am.gov.b). A entrevista foi realizada com o responsável da gerência do programa, o Sr. Edeval Ferreira de Oliveira, que forneceu alguns dados de 2023 sobre os materiais coletados e as atividades do programa.

[7]Link do site:https://www.manaus.am.gov.br/semulsp/servicos-semulsp/coleta-agendada-de-grandes-objetos/



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Os resíduos coletados por este serviço são destinados às mais de 200 (duzentas) associações e grupos de catadores cadastrados na Semulsp e o galpão de logística reversa, que realizaram a segregação dos materiais aproveitáveis, sendo o refugo ou rejeito encaminhado para o aterro sanitário de Manaus.

Como forma de diminuir a quantidade de lixos eletrônicos descartados irregularmente pela cidade, de acordo com Silva L. (2023, p.4339), a Prefeitura de Manaus inaugurou, no dia 29 de setembro de 2021, a primeira Central de Logística Reversa de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos da região Norte do país.

A base da central funciona na sede da Associação de Catadores de Recicláveis do Amazonas (Ascarman), localizada no bairro Santa Etelvina, zona Norte da capital (Radar Amazônico, 2021, p. online). A sede da Ascarman foi capacitada para receber o material pós consumo de todos os portes, como aspirador de pó, batedeira, ferro elétrico, fone de ouvido, liquidificador, máquina de costura, micro-ondas, purificador de água, televisão, entre outros.

A destinação do resíduo sólido constitui uma forma estratégica e conscientemente ambiental para a redução de material destinados a lixões ou aterros sanitários na cidade de Manaus, de acordo com a Semulsp, no ano de 2023 foram coletadas 280 toneladas de objetos. Ressalte-se que o Município de Manaus/AM cumpre formalmente as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos- PNRS (Lei Federal de nº 12.305/2010), e tem instituída o Plano Diretor de Resíduos Sólidos em Manaus (Decreto de n.°1349, de novembro de 2011).

O referido plano compreende os resíduos sólidos produzidos na capital amazonense, cuja Secretaria de Limpeza Pública – SEMULSP possuiu as atribuições legais para o seu ordenamento e distribuição. Ressalta-se que a existência do plano municipal é condição essencial para receber os recursos da União (Silva L., 2023, p. 4334), dentre os objetivos específicos, destaca-se o artigo 1º, inciso VII, que dispõe: " fomentar a reutilização, a recuperação, a reciclagem e a valorização dos resíduos.

A coleta agendada visa a sensibilização sobre coleta seletiva para garantir a conservação ambiental e inclusão social, para tanto, há uma integração dos trabalhos com as demais secretarias do ente municipal, como forma de minimizar o descarte irregular de resíduos sólidos, fomentando ações que promovam a sustentabilidade, inclusão social e a Educação Ambiental da população.

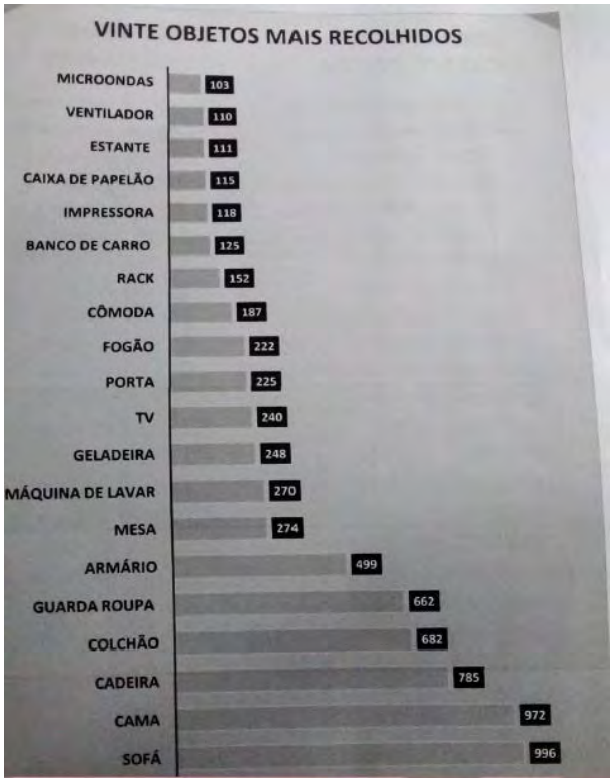
De acordo com o responsável pela gerência da Semulsp, o Sr. Edival Oliveira, em entrevista concedida em agosto de 2023, há uma escala dos 20 bairros mais atendidos e dos 20 bairros menos atendidos na cidade de Manaus, e que a grande demanda de coleta segue as tabelas fornecidas pela Semulsp.

Figura 2: Os vintes Bairros atendidos e os vintes menos atendidos pela Coleta Agendada na Cidade de Manaus/AM



Fonte: Semulsp, 2023.

Figura 3: Os Vintes objetos mais recolhidos pela Coleta Agendada na Cidade de Manaus/AM



Fonte: Semulsp, 2023

Cabe ressaltar, que em consulta ao sítio eletrônico do Portal da Transparência do Município de Manaus/AM, a última atualização consta até junho/2028 (Portal da Transparência Prefeitura de Manaus, 2024), logo as informações constantes nesta pesquisa foram obtidas pela entrevista e bibliografia coletada.

Dessa maneira, o programa de Coleta Agendada de Grande Objetos busca reaproveitar ao máximo objetos que poderiam ser descartados sem qualquer critério nas ruas e mananciais da cidade. Ainda que a cidade de Manaus tenha uma população de 2 milhões de habitantes segundo os dados do CENSO 2022, razão pela qual é obrigatória a instituição de um Plano Diretor (Lei Complementar n.º 002 / 2014), à luz do que determina o Estatuto da Cidade (Badr; Silva; Souza, 2023, p. 26).

De acordo com Badr; Silva; Souza[8], a cidade de Manaus é dividida em seis zonas territoriais urbanas (Norte, Sul, Centro-Sul, Oeste, Leste e Centro-Oeste) como forma estratégica para o desenvolvimento urbano, com o somatório de 63 (sessenta e três) bairros, nos termos da Lei Municipal n.°1.401 de 14 de janeiro de 2010, que trata da criação e divisão de bairros na cidade de

[8] *Ibidem.*

Manaus/AM. Abaixo, o dado fornecido pela Semulsp a respeito das demandas por zonas da cidade com o serviço de Coleta Agendada.

Figura 4: Atendimento da Coleta Agendada por Zonas da Cidade de Manaus/AM



Fonte: Semulsp, 2023.

Nesse sentido, é possível verificar que o atendimento da coleta agendada alcança dois terços da cidade, o que já demonstra significativo impacto da quantidade de resíduos sólidos não destinados de forma irregular, em que, geralmente, são encontrados em torno dos igarapés da cidade.

Dos resultados obtidos, a pesquisa identificou junto à Semulsp os 20 (vinte) objetos mais recolhidos no ano de 2023, com maior incidência para a coleta de sofás, seguido por cama, cadeira, colchão, guarda roupa, armário, mesa, máquina de lavar, geladeira e televisão. A incidência de atendimentos aos bairros da cidade e as atividades desenvolvidas pela Semulsp ainda são incipientes em decorrência da extensão territorial do Município de Manaus que é de 11.401,092 km², apresentando uma densidade demográfica de 181 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE cidades), e do pouco contingente de servidores públicos para a promoção da Educação Ambiental desenvolvida pela referida secretaria (Oliveira, 2023, entrevista).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados, foi identificado junto à Semulsp os 20 (vinte) objetos mais recolhidos no ano de 2023 e a incidência de atendimentos aos bairros da cidade e que as atividades realizadas pelo

Município ainda são tímidas quando levada em consideração a dimensão territorial, a demografia da cidade pesquisada e o baixo efetivo de pessoal para promover a Educação Ambiental.

Embora a geração de resíduos sólidos seja uma problemática antiga, somente nos últimos anos os desafios relacionados à produção e descarte inadequado desses resíduos sólidos têm recebido a devida atenção. De modo que, a implementação de regulamentações jurídicas para orientar as atividades humanas deve ser vista como uma medida essencial para minimizar os problemas ambientais.

As legislações existentes preveem e exigem a implementação de sistemas de gerenciamento dos resíduos, incluindo a promoção da coleta seletiva, implantação de infraestrutura adequada para tratamento e reciclagem, bem como a definição de medidas de controle de poluição em aterros e unidades de tratamento.

Tais normas visam a proteção do meio ambiente, a promoção da saúde pública, o incentivo à reciclagem e economia circular, responsabilização dos produtores e estabelecimento de sistemas de gerenciamento integrado de resíduos, e garantir o cumprimento dessas legislações propicia a existência de um futuro mais sustentável.

Por fim, apreende-se da presente pesquisa que a coleta agendada constitui uma estratégia ambiental que necessita melhorar o planejamento estratégico, pois dessa forma maiores extensões da cidade de Manaus poderão ser atendidas, mais pessoas terão acesso a um serviço essencial, e isso também contribui para uma cidade mais sustentável e que se importa com o meio ambiente e com sua população.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wagner José de; EL-DEIR, Soraya Giovanetti; BEZERRA, Raísa Prota Lins (org.). **Resíduos sólidos: abordagens práticas em educação ambiental**. Recife: EDUFRPE, 2017. 208 p., il. SIMÃO, Nathalia Machado; NEBRA, Silvia Azucena; SANTANA, Paulo Henrique de Mello. A EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA REDUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2348. Acesso em: 05.abr.2024.

AGUIAR, André Cardim de; SILVA, Kardelan Arteiro da; EL-DEIR, Soraya Giovanetti (org.). **Resíduos sólidos: impactos ambientais e inovações tecnológicas**. Recife: EDUFRPE, 2019. 557 p., il. SILVA, Valdenildo Pedro da, ALMEIDA, Louizy Minora Costa Ataide de. RESÍDUOS SÓLIDOS VERSUS

DESASTRES URBANOS: ALGUNS APORTES TEÓRICOS. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2559 Acesso em: 05.abr.2024.

AMAZONAS ATUAL. **Prefeitura lança serviço para coleta agendada de grandes objetos. Reportagem em 11 de julho de 2019**. Disponível em: https://amazonasatual.com.br/prefeitura-lanca-servico-para-coleta-agendada-de-grandes-objetos/#:~:text=%E2%80%9CPara%20solicitar%2C%20basta%20mandar%20uma,secret%C3%A1rio%20da%20Semulsp%2C%20Paulo%20Farias. Acesso em: 05, abr. 2024.

AMAZONAS. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. **Cumprimento de sentença. Processo nº 0056323-55.2010.8.04.0012. Juiz titular: Moacir Pereira Batista; Comarca: Manaus; Órgão Julgador: Vara Especializada do Meio Ambiente (VEMA). Última Movimentação: 08/03/2024**. Disponível em: https://consultasaj.tjam.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=010002S0Y0000&processo.foro=1&processo.numero=0056323-55.2010.8.04.0012. Acesso em: 09 mar. 2024.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. "Gentrificação". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao. Acesso em 09 mar. 2024.

AZEVEDO, Renildo Viana. **Revitalização dos Igarapés: para quem?** Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_humano_adm_pub_renildo_v_azevedo.pdf. Acesso em: 04 abr.2024.

BADR, Eid; SILVA, Kryslaine de Oliveira; SOUZA, Nelcy Renata Silva de. O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO APTO A CONFERIR EFICÁCIA JURÍDICA AO DEVER CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO EM PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE MANAUS. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental** | e-ISSN: 2526-0081| XXX Congresso Nacional |v. 9 | n. 2 | p. 16 – 32 | Jul/Dez. 2023.Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/10020. Acesso em: 06 abr. 2024.

BATISTA, Selma Paula. O ADENSAMENTO URBANO CONSOLIDADO EM IGARAPÉS, COMO PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO PROSAMIM EM MANAUS. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 31 Especial, pp. 33- 43, 2012.

Disponívelem:https://pdfs.semanticscholar.org/db2c/31e1657e3f9ac964885ada310742496a7435.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo; SILVA, Carina Goulart da. "**A Tríplice Responsabilidade Ambiental E a Responsabilidade Penal Da Pessoa Jurídica**." Juris (Rio Grande) 26 (2016): 71-88. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/7657. Acesso em: 06 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 09 mar.2024.

BRASIL. Lei n.° 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978**. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 09 mar. 2024.

BRASIL. Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. **Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10936.htm. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954. **Normas Gerais sobre defesa e proteção da Saúde**. Revogada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2312.htm#:~:text=%C3%89%20obrigat%C3%B3ria%20a%20liga%C3%A7%C3%A3o%20de,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 28 mar.2024.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Diário Oficial da

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2010. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 28 mar.2024.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 29 mar.2024.

CALABRÒ, P. S.; SATIRA, A. (2020). Recent advancements toward resilient and sustainable municipal solid waste collection systems. **Current Opinion in Green and Sustainable Chemistry**, 26, 100375. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S245222362030064X?via%3Dihub. Acesso em: 05.abr.2024.

FREIRE, J. R. B. Manaus, Barés e Tarumãs. Amazônia. **Em Cadernos Revista do Museu Amazônico, Manaus**, v. 2, n.2/3, p. 159-179, 1994. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/2170/1/Anexo%20A%20-%201987%20Bar%C3%A9s%20Mana%C3%B3s%20Tarum%C3%A3s%20%28JRBessaFreire%29.pdf. Acesso em 19 fev. 2024.

FROTA, Antonio Jackson Alcantara; TASSIGNY, Mônica Mota; BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida; OLIVEIRA, Artur Gomes de. IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE COLETA SELETIVA: ASPECTOS

LEGAIS E DE SUSTENTABILIDADE. (2015). **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, 4(1), 129-155. Disponível em: https://doi.org/10.19177/rgsa.v4e12015129-155. Acesso em: 05.abr.2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **IBGE-Cidades**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama. Acesso em: 04 abr. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. **RSU no mundo e no Brasil.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/217-residuos-solidos-urbanos-no-brasil-desafios-tecnologicos-politicos-e-economicos#:~:text=Segundo%20o%20relat%C3%B3rio%20What%20a,um%20aumento%20de%20quase%2070%25. Acesso em: 06 abr. 2024.

MANAUS. Lei Ordinária n.° 605, de 24 de julho de 2001. **Institui o Código Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2001/61/605/lei-ordinaria-n-605-2001-institui-o-codigo-ambiental-do-municipio-de-manaus-e-da-outras-providencias. Acesso em: 04 de abr. 2024.

MANAUS. Decreto 1349, de 09 de novembro de 2011. **Aprova o Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos de Manaus, na forma do Anexo Único deste Decreto**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/decreto/2011/135/1349/decreto-n-1349-2011-aprova-o-plano-diretor-municipal-de-residuos-solidos-de-manaus-na-forma-do-anexo-unico-deste-decreto. Acesso em: 04 abr. 2024.

MANAUS. Secretaria Municipal de Limpeza Urbana. **Serviços Semulsp. Coleta Agendada de Grandes Objetos**. 2024. Disponível em: https://www.manaus.am.gov.br/semulsp/servicos-semulsp/coleta-agendada-de-grandes-objetos/. Acesso em: 22 mar. 2024.

MANAUS. Decreto n.° 4298, de 05 de fevereiro de 2019**. Prorroga o prazo de vigência da Comissão Especial de Divulgação e Orientação da Política de Limpeza Pública - CEDOLP, e dá outras providências**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/decreto/2019/430/4298/decreto-n-4298-2019-

prorroga-o-prazo-de-vigencia-da-comissao-especial-de-divulgacao-e-orientacao-da-politica-de-limpeza-publica-cedolp-e-da-outras-providencias. Acesso em: 06 abr. 2024.

MANAUS. Lei n.° 1.401, de 14 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus, com estabelecimento de novos limites, e dá outras providências**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2010/141/1401/lei-ordinaria-n-1401-2010-dispoe-sobre-a-criacao-e-a-divisao-dos-bairros-da-cidade-de-manaus-com-estabelecimento-de-novos-limites-e-da-outras-providencias. Acesso em: 06 abr. 2024.

MANAUS. Lei Complementar n°002, de 16 de janeiro de 2014. **Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências**. Disponívelem:https://www2.manaus.am.gov.br/docs/portal/secretarias/implurb/PLANO%20DIRETOR%20%20LIVRO%20DIGITAL/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20URBAN%C3%8DSTICA%20MUNICIPAL%20%20PLANO%20DIRETOR%20E%20AMBIENTAL%20DE%20MANAUS%20E%20SUAS%20LEIS%20COMPLEMENTARES%20%20Vers%C3%A3o%2001.pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente** / Edis Milaré - 12. ed. rev., aluai. e ampl - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

OLIVEIRA, Edval Ferreira de. **A importância da Coleta Agendada de Grandes Objetos**. [entrevista concedida a] Nelcy Renata Silva de Souza, dia 30 de agosto de 2023, local: Secretaria Municipal de Limpeza Urbana- Semulsp, Manaus-AM.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**. Programas e Ações**. Descrição do que são Programas e Ações. Prefeitura de Manaus/AM. Disponível em: https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/programasacoes. Acesso em: 06 abr.2024.

RIBEIRO, Glaucia Maria de Araújo; MOTA, Ariel Cristina Braz (In memoriam); DOMINGOS, Leda Mourão; SILVA, Yuri Dutra da. A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DOS PROPRIETÁRIOS DE FLUTUANTES EMPRESARIAIS NA CIDADE DE MANAUS/AM. **Cognitio Juris**. Ano XIII – Número 45 – março de 2023. ISSN 2236-3009. Disponível em: https://cognitiojuris.com.br/a-

responsabilidade-ambiental-dos-proprietarios-de-flutuantes-empresariais-na-cidade-de-manaus-am/. Acesso em: 09 mar. 2024

RADAR AMAZÔNICO. Captando as melhores notícias. **Central de reciclagem para eletroeletrônicos e eletrodomésticos é inaugurada em Manaus**. Notícia em 29 de setembro de 2021. Disponível em: https://radaramazonico.com.br/central-de-reciclagem-para-eletroeletronicos-e-eletrodomesticos-e-inaugurada-em-manaus/. Acesso em: 06 abri. 2024.

SILVA, Lais de Souza. **Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos em Manaus – Análise das Modalidades: Coleta Domiciliar e Coleta Seletiva**. EUROPEAN ACADEMIC RESEARCH Vol. X, Issue 12/ March 2023. Pp. 4333-4341

SILVA, Patrícia Rodrigues. Propondo o alisamento do espaço: disputas em torno da "Manaus moderna". **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 215 - 254. jan./abr. 2016. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308172016215/5699. Acesso em 24 mar. 2024.

SILVA, Rodrigo Cândido Passos da; SANTOS, João Paulo de Oliveira; MELLO, Daniel Pernambucano de; EL-DEIR, Soraya Giovanetti. (org.). **Resíduos sólidos: tecnologias e boas práticas de economia circular**. Recife: EDUFRPE, 2018. 536 p., il. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2415. Acesso em: 05.abr.2024.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

O COMPLEXO SAZONAL IMELÃM/IROMU: UM MODELO DE ALTERNÂNCIA DO POVO ARARA DA TI CACHOEIRA SECA, PARA O USO DO TERRITÓRIO E A BIODIVERSIDADE.

Diego Fernando Builes Puertas[1] (NAEA/UFPA)

RESUMO: A pesar que a homologação da TI Cachoeira Seca foi concedida em 2016, a regularização não foi concluída por falta de um processo de desintrusão de antigos moradores que chegaram acompanhando as iniciativas de colonização do governo militar da década 1960. Aproveitando as lacunas do trâmite fundiário desta TI, invasores ilegais desmatam, traficam com madeira, grilam terra, realizam outras atividades ilegais, sem importar a proteção constitucional. Em adição, outras problemáticas menos evidentes, se tem reproduzido através dos diferentes períodos políticos da história brasileira. Discursos desfavoráveis para os povos indígenas, relacionados com: "território vazio" ou habitado por "povos despossuídos de conhecimento útil para a civilização", têm sido usados para a imposição hegemônica, invasão e tomada dos territórios. O clássico trabalho "História dos Índios no Brasil", chama a atenção para realizar um esvaziamento permanente destes discursos desfavoráveis. Nesse esvaziamento, que se posiciona este trabalho. Se apresentam as informações do acervo de conhecimento tradicional sobre as formas de uso do território e a biodiversidade do grupo da TI Cachoeira Seca. Seu entendimento da sazonalidade, permite aplicar um modelo alternado de usos da biodiversidade, aproveitando a época de sua maior produtividade, para garantira a alimentação e a sobrevivência. As informações apresentadas neste trabalho fazem parte do documento para dissertação de doutorado, no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA), possivelmente intitulado: "(Nosso Território): Histórias, Memória Coletiva e Formas de Uso do Território e a Biodiversidade entre os Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca".

Palavras-chave: Xingu, TI Cachoeira Seca, Povo Arara, Uso do território, Transamazônica.

INTRODUÇÃO

O povo Arara (Karib) do Pará foi contatado oficialmente pela Frente de Atração Arara-FAA, estabelecida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) na década de 1970, após de diversos incidentes durante a execução do Programa de Integração Nacional (PIN) para a colonização e desenvolvimento econômico, implementados pelo governo militar da época (MILANEZ, 2015; MONTEIRO, 2020). O PIN contemplava a instalação de milhares de famílias do nordeste e de outras regiões do Brasil, a partir de projetos de colonização oficial e privada (SANTOS, 2017). Esses projetos de colonização teriam seu eixo articulador na construção de infraestrutura de comunicação das estradas e rodovias, com um sistema de travessões para permitir a ocupação das áreas adjacentes ao traçado, e também, o acesso aos recursos da biodiversidade para a integração no sistema económico extrativo e na alimentação das levas colonizadoras.

Foi durante os estudos e construção do traçado da transamazônica BR-230, que diversos incidentes e conflitos, deram visibilidade a presença dos grupos Arara que defendiam seus locais de

[1] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Brasil. Email: dfbuilesp@gmail.com

perambulação, de assentamento e de instalação de seus roçados. De acordo com as informações, a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), tinha cortado o território desse povo no meio (MILANEZ, 2015; SANTOS, 2017), e imposto uma barreira física para a comunicação entre os subgrupos espalhados no território, e novos competidores para o acesso aos recursos alimentícios. Essa imposição hegemônica, se baseava no discurso oficial que descrevia a Amazônia como um "vazio demográfico", o qual era necessário colonizar e realizar obras de infraestrutura para o desenvolvimento econômico. Nesse marco, e com a intenção de garantir a continuidade do PIN e a construção da Transamazônica, foi criada a FAA (TONACCI, 1980; MILANEZ, 2015).

De acordo com as informações, a FAA, conseguiu o contato oficial com os grupos Arara (Karib) em 1982, 1983 e 1987. Os primeiros grupos contatados foram localizados em um posto de vigilância da FAA instalados ao outro lado do trado da Transamazônica, na margem do rio Iriri, acima de sua foz com o rio Xingú, para evitar a continuidade dos conflitos com os trabalhadores e as levas de colonização pública e privada (MILANEZ, 2015, TONACCI, 1980). Na atualidade esses grupos conformam as aldeias da TI Arara. Por sua parte o grupo contatado em 1987, conforma as aldeias da atual TI Cachoeira Seca, da qual foram declarados os limites só em 2004, após de um interrompido processo de delimitação oficial, devido às continuas contestações das lideranças políticas e econômicas, que concorriam pela adjudicação do território de perambulação tradicional deste grupo (SANTOS,2017).

Apesar que a homologação desta TI foi alcançada em 2016, pelo decreto presidencial que estabelecia o usufruto exclusivo do território e a biodiversidade para a alimentação e sobrevivência cultural deste grupo Arara (BRASIL, 1988; 2016), a falta de conclusão do processo de desintrusão dos não indígenas dentro desta área, tem impedido a regularização fundiária desta TI e a sua inscrição no registro de bens na Secretária de Património da União (SPU), deixando uma lacuna jurídica que permitiu a continuidade das invasões, que não tem parado desde a interdição da área na década de 1980 (MILANEZ, 2015; SANTOS, 2017; TONACCI, 1980). Em adição, os discursos desfavoráveis relacionados com "muita terra pra pouco índio" divulgados oficialmente para colocar as atividades econômicas de exploração e de produção agropecuária, acima dos direitos constitucionais, têm contribuído com o acirramento da proliferação de atividades ilegais na TI Cachoeira Seca depois de 2016.

Na atualidade a TI Cachoeira Seca conta com 734 mil hectares (ha) homologadas, numa área que corresponde com três municípios diferentes: Altamira (76, 27%), Uruará (17,48%) e Placas (7,06%), todos associados ao traçado da mencionada BR-230. As informações produzidas com o acervo de conhecimento tradicional destes grupos Arara depois do contato oficial, indicam uma organização

social em grupos e subgrupos, que se dispersaram para alcançar as áreas produtivas no extenso do território de uso e perambulação. Neste trabalho se apresentam as informações de Teixeira-Pinto (1997), sobre um mecanismo cultural para a concentração dos grupos e subgrupos durante o período sazonal da seca. Nesta concentração os grupos anfitriões, transformavam a produção de seus roçados em bebida fermentada e os grupos visitantes traziam a carne de caça para realizara o intercambio cultural e fortalecer as redes de cooperação e de alianças familiares. Esta informação cultural se complementa com as percepções do acervo de conhecimento sobre o uso do território e da biodiversidade para a alimentação e sobrevivência fica e cultural do grupo da TI Cachoeira Seca.

1.“As vozes de um acervo dinâmico”. Elementos do conhecimento tradicional e das percepções sobre o uso do território e a biodiversidade para a alimentação e a sobrevivência entre os Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca.

As informações em Teixeira-Pinto (1997), mencionam que no acervo de conhecimento dos grupos Arara, existe uma denominação para um grande grupo de substâncias biológicas como: o látex, a seiva, o sangue, o suor, o sêmen, a leite materna, entre outros. Esse grupo de substâncias são denominadas como: ekuru, e são consideradas manifestações da vida. Por tanto, seres humanos, animais, plantas e seres espirituais, estão permanentemente atrás dessas “substâncias vitais”, conformando o que se entende neste trabalho como o contínuo “intercâmbio de ekuro entre os seres”. Em adição, outras de suas informações sugerem um sistema social-territorial com um mecanismo, no qual os grupos principais podem se desagregar, mas também se concentram segundo as suas necessidades. Nesse sentido, Teixeira-Pinto (1997), documenta um processo de concentração/dispersão associado à sazonalidade: época seca/época chuvosa, no qual se sustentam e se renovam as relações de intercâmbio, através das redes de cooperação e troca estabelecidas no seu território de perambulação, além que se estabelecem novas alianças e casamentos.

De acordo com as informações dos primeiros estudos (CLAUSS; 1886; CONDERAU, 1896; MEIRA, 2006; NIMUENDAJU, 1948; 1981), os estudos antropológicos e documentários do contato oficial da FAA (MILANEZ, 2015, MONTEIRO, 2020; TEIXEIRA-PINTO, 1997; TONACCI, 1980) e as compilações gerais sobre o povo Arara (TEIXEIRA-PINTO, 2021), esse plano de habitação coincide com um território ancestral, que de forma general se foi estreitando até ficar configurado numa área de perambulação delimitada pelas calhas dos rios Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu. Os relatos e depoimentos sobre as histórias de vida e a mobilidade do grupo da TI Cachoeira Seca, também dialogam com esta delimitação e evidenciam seu conhecimento destas calhas principais e de outras importantes dentro do território, como os Igarapés Penetecal, Jaracuçu, Cachoeira Seca, Dois Irmãos

e Iriri Velho. Os dois primeiros afluentes da calha do Xingu, onde se concentravam os grupos para efetivar as redes de troca, ou para a defesa do território, segundo as pesquisas e relatos acadêmicos do contato oficial (MILANEZ, 2015; MONTEIRO, 2020; TONACCI, 1980). Os últimos três, afluentes do Iriri.

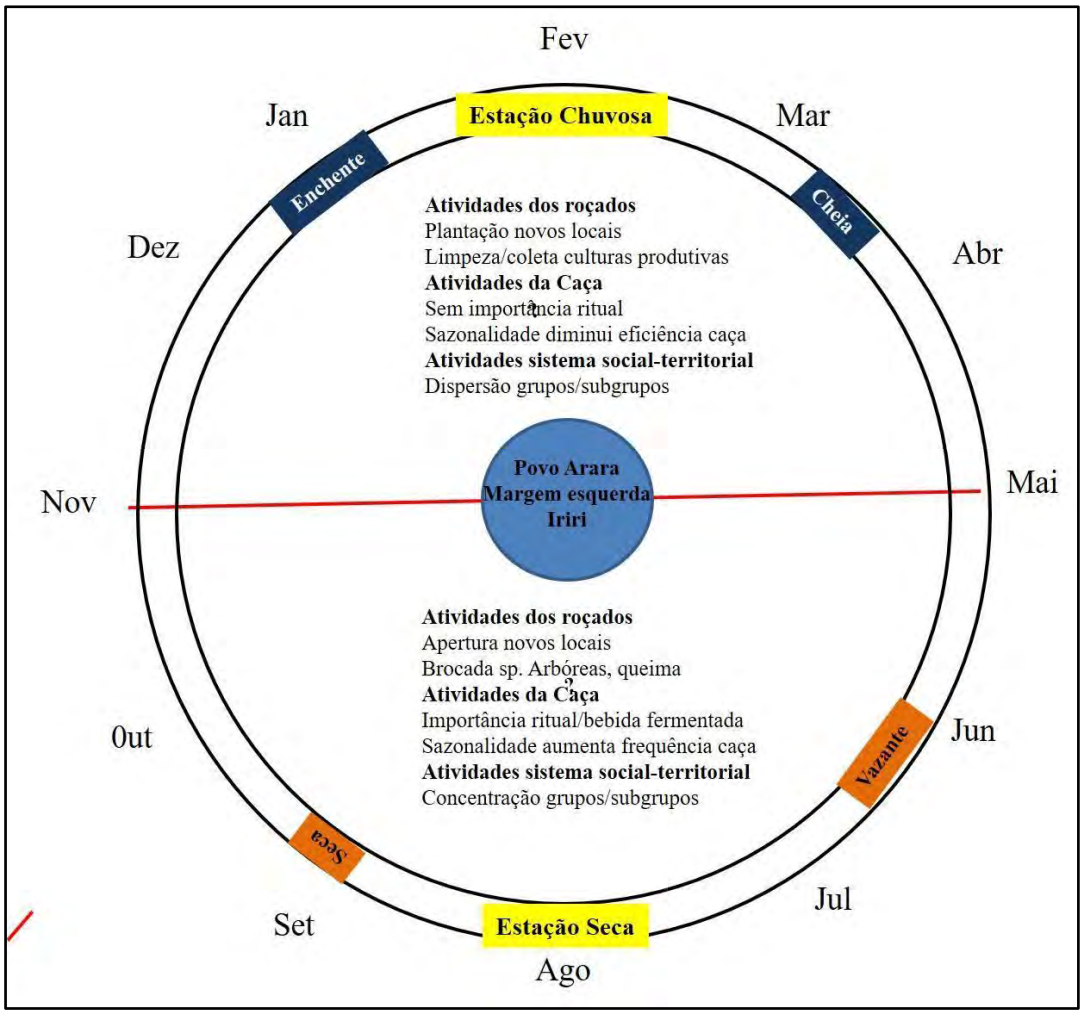
No caso do Igarapé Cachoeira Seca, foi usado como local de proteção, quando o grupo se encontrava em fuga, pelas pressões permanentes, fosse pelos conflitos internos, ou, pelas invasões das frentes de colonização e trabalhadores das obras da Transamazônica, quando tiveram seu período de acirramento, entre as décadas de 1960 e 1970. As informações de Nimuendaju (1948) evidenciam um conhecimento das terras altas que fazem parte da divisória das calhas dos Rios Amazonas, Iriri e Xingu, porque foram usadas como corredor de perambulação e fuga, por outros grupos no passado, que se assentaram nas nascentes do Igarapé Curuá-Uma, afluente do Amazonas, abaixo da foz do Tapajós (NIMUENDAJU, 1948). As informações da memória coletiva do grupo formador da TI Cachoeira Seca, usada para su deslocamento em fuga das margens do igarapé Penetecal às cabeceiras do Igarapé Cachoeira Seca. Neste sentido, os relatos e informações também coincidem com uma distribuição espacial da população, consistente em grupos e subgrupos espalhados pelo território tradicional, caracterizados por uma permanente mobilidade.

Essa permanente mobilidade, que incluía separação e concentração dos grupos, podia obedecer a diversas necessidades ou motivações, como as culturais, mencionadas por Teixeira-Pinto (1997). Por outra parte, as informações históricas, também colocam os conflitos com os não indígenas que começaram a chegar com as levas colonizadoras desde os diferentes períodos dos governos políticos brasileiros, com a outra grande causa da alta mobilidade e separação de grupos e subgrupos (COUDREAU, 1896; NIMUENDAJU, 1948). No entanto, em condições naturais, sem a sobreposição das ocupações não indígenas, os grupos estavam espalhados, para atender os seus próprios roçados das áreas de assentamento e para alcançar as áreas de uso dispersas no território, para a alimentação. E se concentravam nas aldeias com rocados produtivos, durante a estação da seca, para garantir o suprimento de carne de caça, e aproveitar à produção sazonal (TEIXEIRA-PINTO, 1997).

As informações, também evidencia a feroz defesa desses sítios de assentamento e concentração, mas também das áreas de uso dos locais produtivos como roçados, sítios de desova e locais de pesca, no período entre 1960 e 1987, quando se deu o contato do grupo da TI Cachoeira Seca (MILANEZ, 2015; MONTEIRO, 2020; TONACCI, 1980). Todas essas informações, confirmadas após do contato pelas vozes da memória coletiva dos grupos que conformam as TIs do povo Arara (Karib) do Pará na atualidade. Na intenção de sistematizar essas informações sobre o uso do território e da

biodiversidade se apresenta uma primeira a aproximação do calendário sazonal das atividades culturais propostas por Teixeira-Pinto (1997) (Figura 1).

Figura 1. Calendário do sistema social-territorial do povo Arara da margem esquerda do rio Iriri. As informações apresentadas correspondem com as pesquisas e indagações do autor após o contato oficial de 1981, e são baseadas principalmente no acervo de conhecimento tradicional dos grupos da TI Arara. Elaboração: Diego Fernando Builes Puertas. Fonte: Teixeira-Pinto (1997).

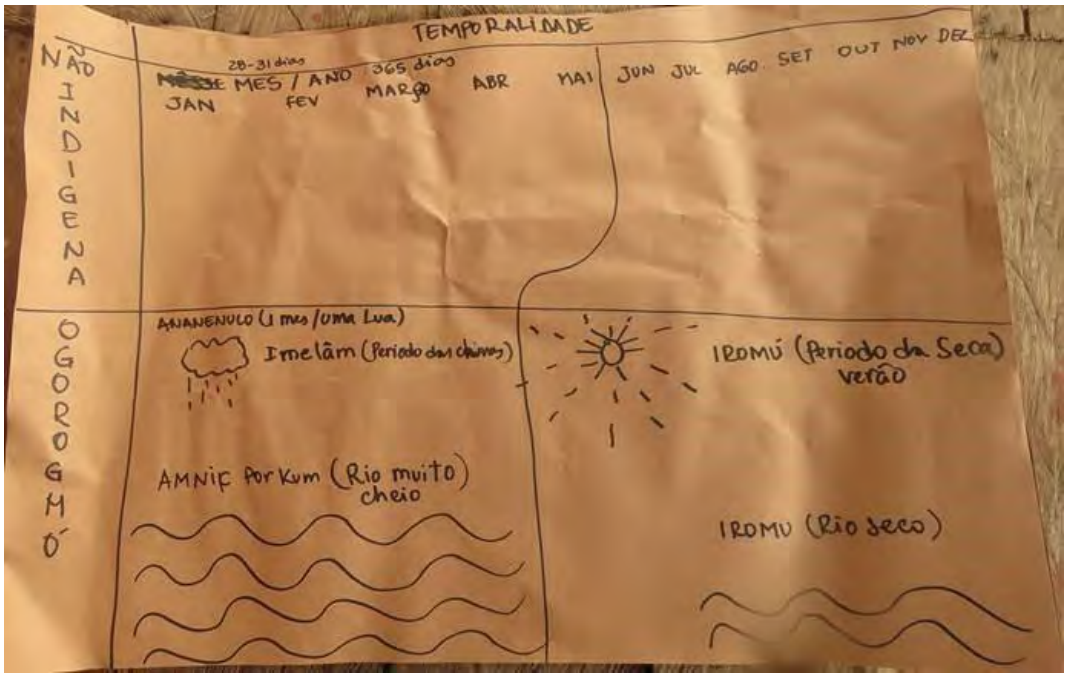


Este calendário se representa em forma circular, para indicar sua continuidade. Na parte de fora, se referenciam os meses que caracterizam a medição anual do calendário não indígena. Também, na faixa circular superior, se colocam as formas de medição sazonal segundo a percepção das comunidades locais de beiradeiros, levando em conta o comportamento de alagação sazonal dos rios principais e igarapés. Neste calendário se resumem três das grandes atividades dos grupos Araras, recopiladas do trabalho etnográfico de Teixeira-Pinto (1997), a partir do conhecimento tradicional dos grupos da TI Arara, para efetivar o intercâmbio de *ekuru* (sustâncias vitais), da bebida fermentada da produção dos rocados e a carne de caça das áreas produtivas.

Por outra parte, para evidenciar o dinamismo deste acervo de conhecimento, se apresentam as percepções do acervo de conhecimento tradicional do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, sobre o

entendimento da sazonalidade e a produtividade da biodiversidade associada, com esse comportamento sazonal. Todas essas percepções foram levantas durante oficinas participativas e colaborativas, realizadas no período de março e abril de 2023. Os principais informantes destas oficinas participativas e colaborativas, foram *Iaut* e *Arapuca Arara*, adolescentes na época do contato oficial de 1987. Suas informações e depoimentos, ajudam no entendimento da medição da sazonalidade anual, baseada principalmente no comportamento dos ciclos, climático e hidrológico. De acordo com a representação esquemática realizada para sistematizar essas informações, o período das chuvas se denomina *imelãm* e o período da seca, *iromu* (Figura 2).

Figura 2. Representação esquemática da percepção da sazonalidade entre os Ogorogmó da TI Cachoeira Seca Na parte de abaixo se esquematizam os períodos Imelãm e Iromu, associados com o ciclo das chuvas e o comportamento das águas do rio. Na parte de cima se representa a medição anual do calendário. Elaboração: Comunidade Aldeia Iriri, com a assessoria de Iaut Arara e Arapuca Arara. Fonte: Oficinas participativas sobre formas de uso do território e a biodiversidade. Data: Março/2023.



Nesses períodos, o rio tem muita água durante *imelãm*, por isto se acompanha da expesão "amnif por kun"(rio muito cheio). Em alternância, no período *iromu*, o rio reduz muito mais que a metade seu nível de água. Usando a informação do calendário não indígena, *Imelãm* ocorreria entre os meses de janeiro e maio e *Iromu* entre os meses de junho e dezembro. A pesar que na representação esquemática do entendimento do comportamento sazonal, não aparecem denominações específicas para os períodos hidrológicos da enchente e vazante respectivamente, é muito possível que dentro do acervo da língua Arara (*Karib*), se exista esse detalhamento para esses períodos, e até pode existir um nível de detalhe maior, para indicar, o início, o fim e as transições, desses fenômenos. No entanto, não se fizeram indagações para apresentar esse detalhamento.

Por outra parte, na representação gráfica, se aprecia que no acervo de conhecimento sobre o território e a biodiversidade, existe um entendimento dos fenômenos climáticos, associados aos fenômenos hidrológicos. Em adição, se evidenciou que neste acervo também se podem encontrar outras associações com locais geográficos específicos que estão influenciados pelas percepções sazonais e comportamento hidrológico, resultando em um complexo de alternância de locais disponíveis para a alimentação e reprodução das espécies biológicas, que é usado pelo grupo Arara da TI Cachoeira Seca para sua sobrevivência. A existência destas construções de conhecimento detalhado, sobre o espaço geográfico habitado e o comportamento das espécies biológicas, sem dúvidas, foi fundamental para resistir nos momentos de fuga, conseguindo se mobilizar pelos locais seguros, e garantindo a sobrevivência, a partir das práticas culturais para a consecução do alimento.

Esses levantamentos dão conta de um refinamento na identificação de locais específicos que se diferenciam por suas características paisagísticas e que se associam com as percepções sobre a sazonalidade, o comportamento hidrológico e a produtividade e distribuição das espécies biológicas. Elementos diferenciados como: rio, igarapé, ilha, praia, beira, igapó e terra firme, numa escala maior, se complementam com outros de escala menor como: pedral (terra e rio), cachoeira, corredeira, poços, morro, baixão, grota, e barreiros, entre outros, que são usados para obtenção de recursos para a alimentação e sobrevivência. As percepções sobre esses elementos e suas associações com a distribuição e produtividade estacional das espécies biológicas, são algumas das questões indagadas. De acordo com os depoimentos do *Iaut Arara* sobre as histórias de vida de *Tjibie Arara*, ela contava que o território do povo Arara chegava até um imenso rio, do qual não se podia ver a outra margem ou beira.

Segundo a história de Tjibie relatada por Iaut, o povo Arara concebia esse grande rio, como um dos limites de seu território tradicional, porque *awi*, a ave mítica deste povo, correspondente com a arara vermelha (*Ara Macao*), não tinha conseguido alcançar a outra margem, perdendo força no intento, e morrendo afogada, depois de cair na água, exausta. Em adição, nos relatos de *Pui Arara* sobre as formas de vida do grupo da TI Cachoeira Seca, antes do contato oficial em 1987, também se evidenciou o estreito conhecimento do sistema hídrico e sua importância para alimentação, quando relatava as artes de pesca com flecha, e a coleta de ovos de quelônios, nas margens dos igarapés associados aos sítios de assentamento dos grupos, nos igarapés Penetecal, Jarauçu e Cachoeira Seca. Por outra parte as informações históricas também mencionam a presença dos grupos Arara, nas margens do rio Iriri e de sua confluência com o Rio Xingu (COUDREAU, 1896; NIMUENDAJU, 1946; 1982; TONACCI, 1980), colocando nestes elementos geográficos, importância para a prática e efetivação das formas de uso do território e a biodiversidade.

Segundo as explicações de *Iaut* e *Arapuca*, os corpos de água que compõem o sistema hidrográfico, tem suas nascentes nas terras altas, e vão se juntando com outros no caminho a jusante. Os córregos que se encontram depois das nascentes, ou que se separam antes de sua foz, são considerados "irmãos. A diferenciação entre rios e igarapés, por tanto, vai depender das percepções sobre a quantidade de água deste corpo, a contribuição com outros corpos de água, a distância entre as margens, e possivelmente a cor, como indica a história de vida da *Tjibie* contada pelo *Iaut*, mencionada acima. As diferenciações de natureza linguísticas de estas classificações não foram aprofundadas, no entanto, se indagou sobre as percepções que dão origem a estas diferenciações. Por exemplo, se encontrou que, quanto à quantidade de água que movem os corpos de água, os rios grandes ou na época da cheia, são definidos como *amnif por kum*, (com muita água) (Ver figura 2).

Também se evidenciou que diferenciam os nascimentos ou cabeceiras, das bocas ou desembocaduras, e que entendem seu aumento da quantidade de água, devido à contribuição dos afluentes que se vão juntando à medida que se avança na jusante. A possibilidade de observar o céu, entre ambas margens, também é um critério para estas classificações. Em termos gerais, as classificações correspondem com as definições locais de rios para os principais corpos de água como: o rio Iriri e o Xingu; igarapés para os corpos de água que desembocam nos rios principais, e grotas para os pequenos corpos de água que nascem nos morros ou terras altas dos interflúvios, permanentemente cobertos pela vegetação de ambas margens, impedindo a observação direta do céu.

Estes últimos, na época das chuvas (*imelãm*) podem ser cruzados de um pulo ou com pontes improvisadas com varas cortadas da vegetação circundante, como se evidenciou nas expedições às áreas de uso em março-abril de 2023. Em alternância, na da época da seca (*iromu*), sua condição fica reduzida e podem estar quase sem água, associados com "barreiros", locais muito visitados pelas espécies de grandes mamíferos como anta (*Tapirus terrestris*), porco de mato (*Tayassu pecari*), veados *(Mazama spp*) e felinos, como a onça (*Panthera onça*). As informações sobre esses barreiros colocam que são locais de afloramento de sais minerais fundamentais para a alimentação e metabolismo das espécies biológicas que os visitam. Na Amazônia são comuns e as comunidades tradicionais as associam com alta presença de fauna e as usam cotidianamente nas artes de caça.

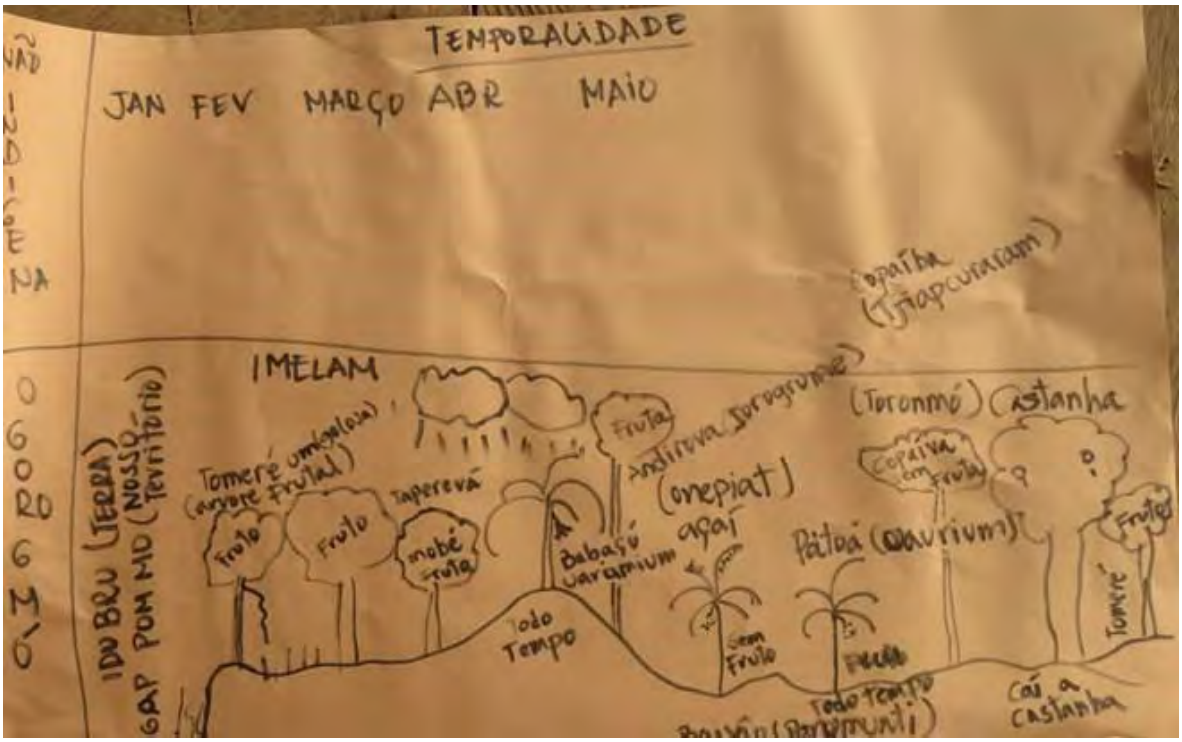
Apesar de existir essas diferenciações nas percepções desses elementos geográficos de maior escala e dos outros de escala menor como as grotas, de acordo com as observações e informações levantadas, esses elementos não são concebidos como independentes, é dizer, não estão isolados dos demais, porque estão em permanente ligação, integração e alternância dependendo do complexo sazonal: *imelãm/iromu*. Nesse sentido, o que é reconhecido como beira, pode se transformar em igapó

durante *imelãm* ou em praia durante *iromu*. Essas dinâmicas de alternância dos elementos geográficos mencionados, já têm sido descritos em vários trabalhos desenvolvidos na Amazônia, alguns deles caracterizam essa alternância, como paisagens evanescentes, que são integrados no acervo de conhecimento das populações tradicionais, para seu aproveitamento e uso para alimentação e sobrevivência (STOLL *et al.*, 2019).

Outro elemento importante que se evidenciou, foi a capacidade de identificação do tipo de coberturas vegetais onde se distribuem as espécies vegetais mais usadas dentro de seu território. Nesse sentido reconhecem de forma geral as diferenças entre as roças, as capoeiras, e outras coberturas vegetais da terra firme, composta por agrupações de espécies biológicas como os castanhais (*Bertholletia excelsa*), os açaizais (*Euterpe oleraceae*) os babaçuais (*Attalea speciosa*) e os tabocais (*Guadua spp.*) por exemplo. Sobre a identificação das capoeiras, na percepção de *Arapuca*, estes locais têm perdido a sua porção de vegetação composta por árvores de grande tamanho, que têm sido removidas em antigos processos de estabelecimento de roçados ou de clareamento de áreas para habitação. Nesse sentido, a maioria de capoeiras são usadas para o estabelecimento dos roçados das aldeias da TI Cachoeira Seca.

Sobre os outros locais da terra firme onde se distribuem as espécies de interesse, se fizeram algumas indagações e oficinas colaborativas. Um dos insumos, foi uma representação esquemática com as percepções sobre as associações entre os períodos sazonais, o comportamento hidrológico, a configuração de alguns dos elementos geográficos e o comportamento e distribuição de algumas das espécies biológicas importantes. Essas percepções se consolidaram em um perfil topográfico, que inicia na margem do rio Iriri e se estende em direção à terra firme, simulando as ondulações naturais. Nesse perfil se foram localizando as espécies biológicas, segundo as percepções sobre as preferências para sua distribuição espacial. Também, os elementos sobre a produtividade destas espécies segundo o período sazonal. Em adição, se localizam alguns dos elementos geográficos de maior e menor escala, como morros, representados na ondulação maior, os baixões de terra firme e as grotas, representados nas depressões menores que o nível da margem do Iriri, e as transições entre estas áreas e outras de maior elevação, no final do perfil. (Figura 3).

Figura 3. Representação esquemática da localização de algumas das espécies vegetais de interesse para o povo da Ogorogmó da TI Cachoeira Seca, num perfil de elevação simulado para o período das chuvas (imelãm). Na parte da esquerda se define a calha do rio e as espécies vegetais se localizam de acordo com suas preferências de elevação e com sua condição produtiva. Elaboração: Comunidade Aldeia Iriri, com a assessoria de *Iaut Arara* e *Arapuca Arara*. Fonte: Oficinas participativas sobre formas de uso do território e a biodiversidade. Data: Março/2023.



O perfil se complementou com a produtividade durante o período *imelãm* (chuvas). Na parte superior do mapa, se colocaram os nomes dos meses do calendário não indígena para ter uma referência do tempo de duração. Também se representa a alternância da composição vegetal, com destaque para as espécies: Golosa (*Chrysophyllum sanguinolentum*), taperebá (*Spondias mombin*), andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera langsdorffii*), castanheira (*B. excelsa*), açaí (*E. oleraceae*), patoá (*Oenocarpus bataua*) e babaçu (*A. speciosa*), que são distribuídos nos diferentes locais de acordo com suas preferências. Essas espécies se podem categorizar em grupos de alimentícias, comerciais e medicinais. No entanto, juntando as percepções do povo Arara com a dos beiradeiros, só andiroba e copaíba, não se usam para a alimentação, o restante, poderiam ser usadas nas três categorias mencionadas. Outras agrupações poderiam diferenciar entre árvores e palmeiras, preferências topográficas para a distribuição, ou produtividade de acordo com o período sazonal.

Segundo as percepções de *Iaut e Arapuca*, sobre a produtividade destas espécies biológicas, durante o período das chuvas (*imelãm*), só açaí está sem fruto, os demais estão em produção. A pesar que as espécies apresentadas mostram um padrão de produtividade associado com o período das chuvas (imelãm), de acordo com as informações subministradas pelos informantes sobre o período da seca (*iromu*), as palmeiras das espécies de babaçu (*A. speciosa*) e patoá (*O. bataua*), estariam em produção nos dois períodos (*imelãm/iromu*). Outras associações, de acordo com as percepções, estariam relacionadas com as preferências topográficas para a distribuição destas espécies. Neste sentido, essas preferências não são tão evidentes no caso da palmeira de babaçu (*A. speciosa*), porque se distribui, tanto nos morros e terras altas, quanto nos baixões, que compõem a terra firme. Em

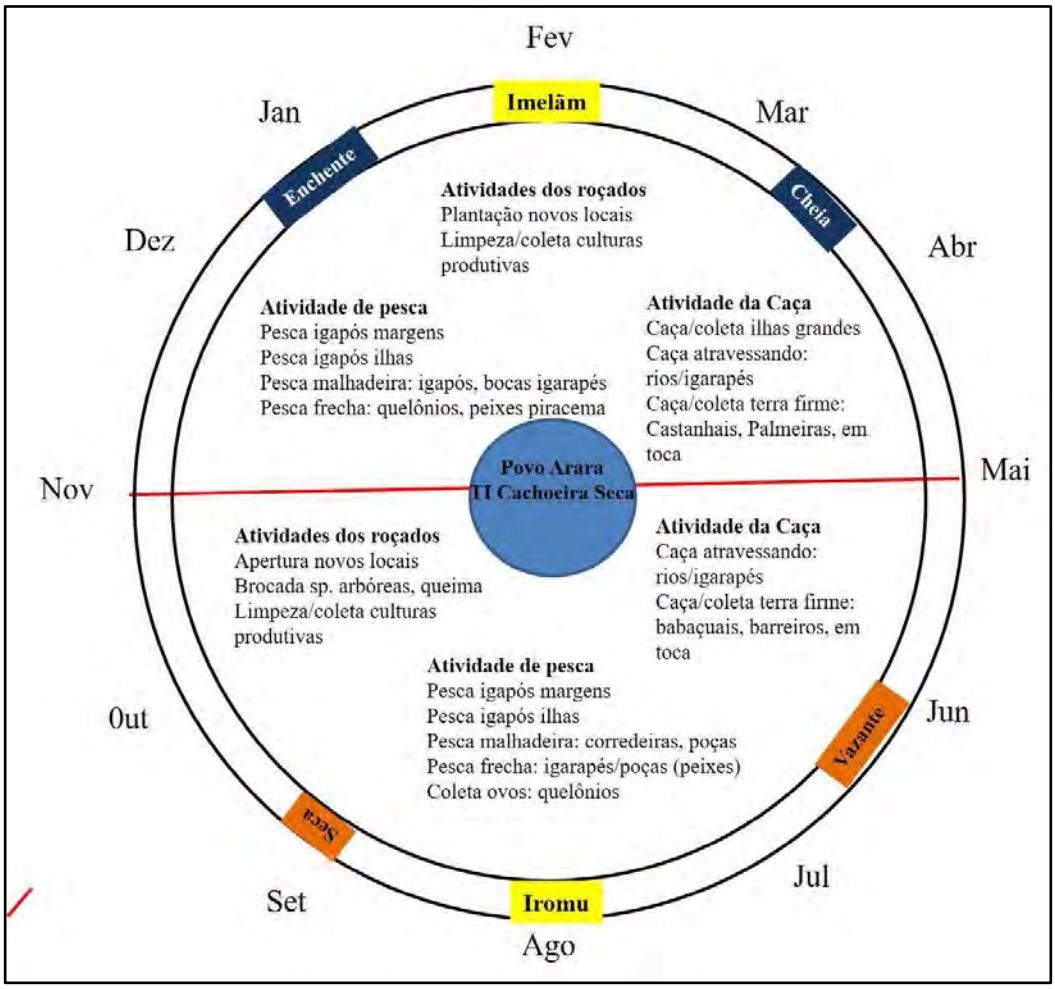
alternância, as palmeiras, açaí (*E. oleraceae*) e patoá (*O. bataua*), preferem os baixões para sua distribuição, se diferenciando da anterior espécie biológica (Ver Figura 3).

Quanto às outras espécies vegetais mencionadas: gulosa (*C. sanguinolentum*), taperebá (*S. mombin*), andiroba (*C. guianensis*), copaíba (*C. langsdorffii*) e castanheira (*B. excelsa*), só a andiroba (*C. guianensis*), é apresentada com preferências exclusivas pelo crescimento em terras altas com menor possibilidade de alagação. As demais: golosa (*C. sanguinolentum*), copaíba (*C. langsdorffii*) e castanheira (*B. excelsa*) podem-se encontrar tanto nas margens próximas dos igapós, quanto em terras altas, próximas aos baixões associados às palmeiras de açaí (*E. oleraceae*) e patoá (*O. bataua*). Referente à sua produtividade, todas as espécies de árvores mencionadas anteriormente, apresentam alternância de acordo com a expressão do complexo sazonal *imelãm/iromu*, sendo produtivas no período *imelãm* (Ver Figura 3).

Entretanto, outras percepções dos beiradeiros que moram nas Resex do Xingu, Iriri e Riozinho, colocam que apesar de que a palmeira de açaí prefere os baixões também se distribui no morro, e a diferença dos açaizais dos baixões, os do morro se encontram produtivos na época das chuvas (*imelãm*). Isto desdobra a possibilidade da expressão da produtividade desta espécie durante quase todo o complexo sazonal *imelãm/iromu*, no entanto, caracterizando uma alternância da produtividade, segundo o local de distribuição. Com todas essas percepções do acervo de conhecimento tradicional sobre as formas de usos do território e a biodiversidade, pode se construir outro calendário ecológico, evidenciando o dinamismo nestas práticas, mencionado no título deste tópico (Figura 4). Igual que na anterior organização (Ver figura 1), se colocam as referências da medição anual, convencional e dos beiradeiros.

De acordo com as informações sistematizadas, se propõe um modelo de "alternância" entre os locais e as práticas desenvolvidas, como resposta ao entendimento da influência do clima e dos pulsos de alagação do sistema hidrológico, na distribuição e comportamento das espécies biológicas. Neste modelo de alternância de locais e de práticas segundo o complexo sazonal *imelãm/iromu*, se encontrariam locais como igapós e praias, que aparecem e se transformam com o avanço do mencionado complexo sazonal, devido a que, em *imelãm* se configuram os igapós, quanto em *iromu*, se configuram as praias, ambos altamente produtivos. Nos igapós, esta produtividade é devida à concentração de peixes associados ao processo ecológico das piracemas, uns buscando refúgio para as ovas e os filhotes, outros procurando seu alimento. Também onde são frequentes os adultos de tracajá (P. unifilis). Nas praias, a produtividade é marcada pela desova dos quelônios, e pela proximidade desses locais com poças e corredeiras, onde se concentram as espécies de peixes após a piracema.

Figura 5. Calendário do complexo sazonal *imelâm/iromu* sistematizado a partir do acervo de conhecimento tradicional do grupo do povo Arara da TI Cachoeira Seca. Com as informações apresentadas, se propõe um modelo de "alternância" entre os locais e as práticas desenvolvidas, como resposta ao entendimento da influência do clima e dos pulsos de alagação do sistema hidrológico, na distribuição e comportamento das espécies biológicas. Elaboração: Diego Fernando Builes Puertas. Fonte: Teixeira-Pinto (1997).



Por outra parte, se evidenciou que tem uma aparente maior produtividade no *imelãm* (estação chuvosa), se comparado com *iromu*. Isto tanto nas percepções do grupo, quanto nas observações da pesquisa. Nesse sentido, uma possível diminuição da produtividade em *iromu* (estação seca), poderia reforçar a necessidade dos grupos se juntar para efetivar a cooperação em procura de aumentar a eficiência das atividades de caça/pesca/coleta, em locais produtivos como poças, corredeiras, praias, morros, e roçados das aldeias, além de efetivar a troca ritual do *ekuro* (sustâncias vitais) expressado no intercâmbio de produtividade da caça/pesca/coleta, por bebida fermentada da produtividade dos roçados, segundo Teixeira-Pinto (1997). Por outra parte essa necessidade não parece tão evidente, em *imelãm* (estação chuvosa), que se percebe como de maior produtividade dos roçados, mas também de outros locais altamente produtivos como: castanhais, babaçuais, açaizais, e concentrações de outras palmeiras de importância ritual e cultural como o inajá (Attalea maripa), dispersos nos interflúvios de terra firme.

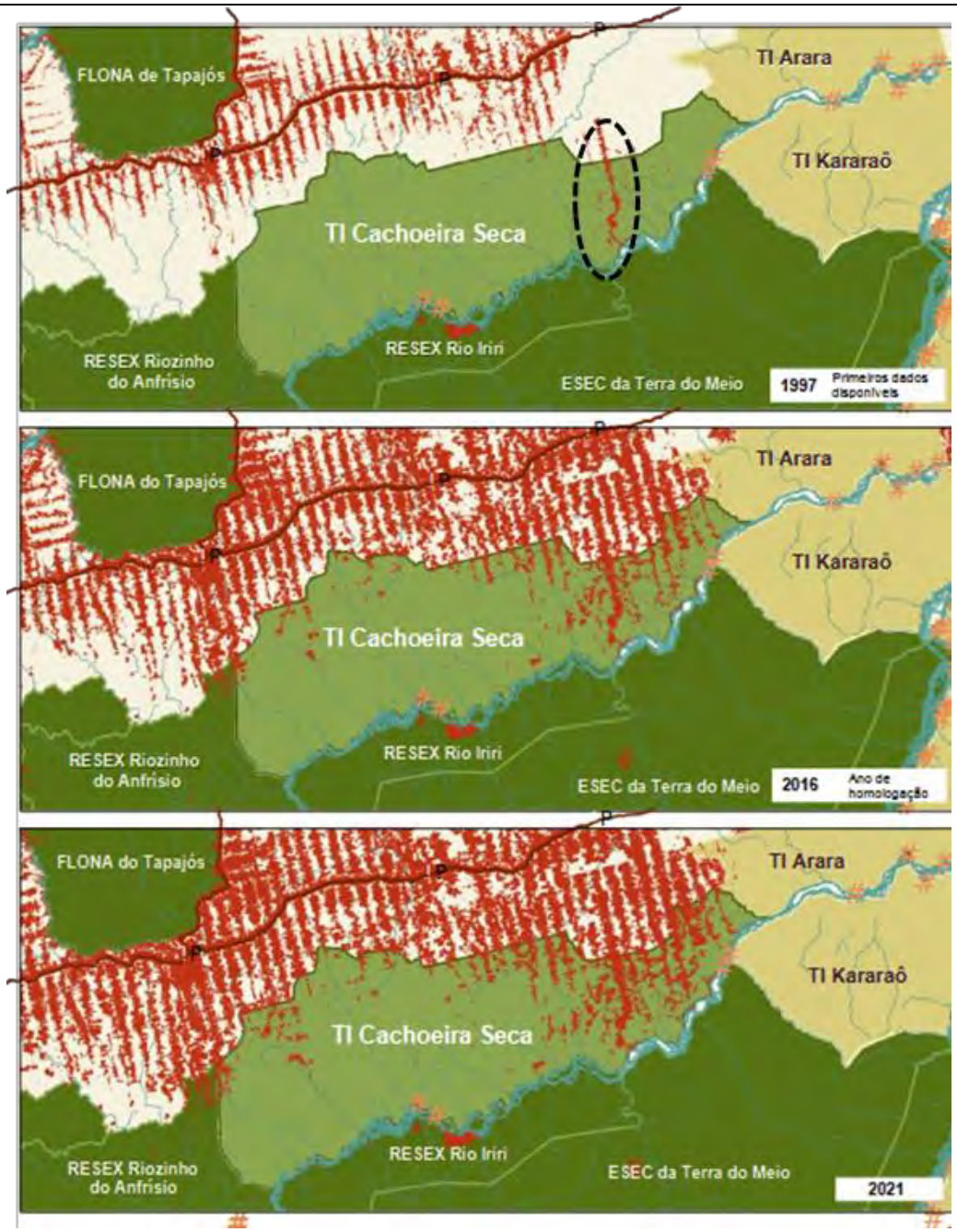
Sejam essas o não, as explicações para a expressão do ritual cultural sazonal *imelãm/iromu* (estação chuvosa/estação seca), na atualidade, essa concentração ritual sazonal e a celebração de festas relacionadas ao intercâmbio de *ekuro*, tem entrado em desuso na TI Arara (TEIXEIRA-PINTO, 1997; 2021), e na TI Cachoeira Seca, não se praticam sequer. Isto é mais evidente, relacionando-o com as informações sobre a mobilidade histórica dos povos do grupo Arara da calha do Xingu, onde se apresenta que com a nova configuração territorial de ambas TIs, não só ficaram por fora importantes áreas para a mobilidade territorial como, o corredor do divisor das aguas, Amazonas-Xingu-Iriri, mais também, outras áreas de manejo especial indígena, como: as áreas de concentração dos grupos nas cabeceiras dos igarapés Jarauçu e Penetecal e as áreas sagradas do lago das nascentes desses igarapés.

Outras, como as áreas de coleta de taboca para frechas, agora só estão disponíveis para os grupos da TI Arara. Além, com a prolongamento do travessão 184-Transiriri, até a margem do rio Iriri, uma barreira de natureza física, muito invasiva, impede de forma agressiva, as possíveis intenções de reconexão do grupo da TI Cachoeira Seca, com os outros grupos/subgrupos da TI Arara com os que, segundo as informações de Teixeira-Pinto (1997), nunca se cortavam definitivamente as relações, pelas redes familiares e de casamentos efetivadas (TEIXEIRA-PINTO, 1997). O Prolongamento de dito travessão, articulado ao traçado da Transamazônica BR-230, começou a ser aberto na década de 1980, durante uma suspensão da FAA entre 1981 e 1982. Esse travessão autorizado pelo Instituto nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA), segundo Santos (2017), favoreceu a colonização espontânea e a exploração de grande quantidade de madeira de lei pela madeireira Bannach, (Mapa 1).

Dita ocupação espontânea, principalmente das famílias de localidades do traçado da Transamazônica, pode ser explicada por vários elementos. Por uma parte, o funcionamento do INCRA na região se dava por meio do Projeto Integrado de Colonização, que se localizava no atual município de Brasil Novo. Desde lá, se teriam iniciado as demarcações para os posseiros e trabalhadores rurais, que ocupariam as margens do traçado e as áreas assignadas para a colonização de cooperativas produtoras particulares. No entanto, com a suspensão dessas demarcações pela interdição de uma área para o contato Arara, e o espalhamento da notícia da abertura da Transiriri, as famílias desesperadas, iniciaram a colonização espontânea das áreas adjacentes, com a esperança de regularizar suas ocupações, o que até a atualidade não ocorreu, após a homologação da TI Cachoeira Seca, em 2016, que prevê a desintrusão da população não indígena, de dentro da área homologada para seu oficial regularização.

Mapa 1. Progressão histórica das invasões da TI Cachoeira Seca a partir dos travessões da Transamazônica BR 230, desde 1997 até 2021. Em detalhe aparece o traçado do ramal chamado "Transiriri", aberto por concessão do

INCRA ao empreendimento particular da empresa Banach, desde a década de 1980, quando apenas se retomavam as ações da Frente de Atração Arara-FAA, lideradas pela Funai. Edição: Diego Fernando Builes Puertas. Fonte: Protocolo de Consulta do Povo Arara da TI Cachoeira Seca. Kowit (2022). Disponível em: https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2022/04/protocolo-cachoeira-seca-web.pdf



Por outra parte, de acordo com as informações de Santos (2017), os políticos locais também incentivaram as famílias para a ocupação, e se manifestaram diretamente durante o processo de delimitação da TI Cachoeira Seca, que se estendeu desde a década de 1990 com a primeira proposta de limites até a declaratória da TI em 2008. Durante esse período municípios, como Uruará, Medicilândia e Brasil Novo, apoiados por cooperativas produtoras, opuseram várias contestações ao processo, retardando a demarcação e incentivando o assentamento de não indígenas, nas áreas de

amortecimento e a prolongação dos travessões ao interior da TI, com justificativas econômicas e discursos desfavoráveis sobre os povos indígenas (Ver mapa 1).Os efeitos colaterais desse choque de trens na década de 1980, continua na atualidade, e coloca maior complexidade, ao momento da conclusão da desintrusão, como evidencia a progressão histórica destas invasões, transformando, desmatando e explorando o território e os recursos da biodiversidade, colocando em risco, a efetivação do modelo de alternância do complexo sazonal *imelam/iromu*.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO KOWIT. 2022. Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca. *Iwaploné endyt Ugorog'mó tantpót karei inabyly wap.* associação Indígena do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca (KOWIT). www.guardioesdoiriri.org.br. @guardioesdoiriri. Aldeia Iriri. 80 p. Disponível em: https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2022/04/protocolo-cachoeira-seca-web.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 nov. 2019.

_____. 2016. Homologação Terra Indígena Cachoeira Seca-PA (Decreto de 4 de abril de 2016). Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/dsn14369.htm#:~:text=DECRETO%20DE%204%20DE%20ABRIL,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 14 set. 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (ORG.). História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (ORG.). São Paulo : Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. 609 p.

CARNEIRO DA CUNHA, M. 2002. Introdução a uma história indígena. Em: História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (ORG). São Paulo : Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. p.p. 9-24.

CLAUSS, O. 1886. Mapa Especial do Rio Xingu. Expedição Karl von den Steinen 1884-1885. In: COELHO-PENTEADO, V. (ORG.) 1993. Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). 1ª edição, impressão de 1993. São Paulo. 640 p.

Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Tn0aDf5U2sEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=Karl+von+den+Steinen+Um+S%C3%A9culo+de+Antropologia+no+Xingu+1993&ots=pUwYZurwRG&sig=axcv16EzbgktgVI3ej-VOpYvO4c#v=onepage&q=Karl%20von%20den%20Steinen%20Um%20S%C3%A9culo%20de%20Antropologia%20no%20Xingu%201993&f=false. Acesso em: 12 jan. 2022.

COUDREAU, H. 1897. Voyage au Xingu. Éditeur A Lahure. 240 p. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acoudreau-1897-xingu/Coudreau_1897_Xingu_BibSenado.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

MILANEZ, F. 2015. Memórias Sertanistas. Cem anos de indigenismo no Brasil. Felipe Milanez (ORG). Edições Sesc. São Paulo. 420 p.

MONTEIRO, R. 2020. Amazônia: espaço-estoque, a negação da vida e das esperanças teimosas. Editora Dalcídio Jurandir. 278 p.

NIMUENDAJU, K. 1948. Tribes of the lower and middle Xingú River. Handbook of South American Indians. Julian H Steward (ED). Vol 3: The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. p.p. 213-243. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hsai%3Avol3p213-243/vol3p213-243_lower_xingu.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

POSSUELO, S. 1980. Depoimento sobre Mobilidade do Povo Arara do Pará. Em: TONACCI, A. 1980. Os Arara. Realização: Interpovos Bandeirantes. Cámera Auxiliar: Adriana Mattoso. Editor: Juaracir de Amaral Jr. Género: Documentário. Duração: 1 h. 47 min. (dividido em dois episódios.

SANTOS, K. D. S. dos. 2017. “Eu não quero o lugar dos outros”: direitos e conflitos na Terra Indígena Cachoeira Seca. 276 p. Dissertação de Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia. Área de Concentração: Bioprospecção e Manejo de Recursos Naturais da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, Santarém. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54666308/Kerlley_SANTOS_Dissertacao_posdefesa.pdf?1507554421=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEu_nao_quero_o_lugar_dos_outros_direito.pdf&Expires=1635195382&Signature=FZSXivGxW3zVQXLLlUEM7CfdtEwZInpb6b4~6wcY-TWmZYpCT2QvKUPSn~CIJlqwbPDRVzJhF07nSWuJ3kntVlroNUuHrpA4ITK7Rx1Yxxp~7lFMDYXJWWvrQIYGoWCIwlKj7PZwHG8U4X~GiCiMs6IkCXGxTLbzGj0zyGGpo07RldZN1CD-

NJ3JO8OeAca5lM19f~u~wbdt6~VIPlQyDaTA5lIMN3f22WPcAUKSxld6~ugoZDUMNqwczKCl72Eu MlurL5wOkPgo2BM0vHqtPbKG-r36RhNbpile9let5JXzvGnavM-rw-BjrktfP8svsc~4Gq-vVZAQZD1zAV4jDQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 20 out. 2021.

STOLL, E.; ALENCAR, E.; FOLHES, R.F.; MEDAETS, C.V. 2019. Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA. Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém-PA. 244 p. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/644. Acesso em: 04 abr. 2022.

TEIXEIRA-PINTO, M. 1997. Ieipari: sacrifício e vida social entre os índios Arara (Caribe). Editora Anpocs/Hucitec/UFPR . Baseado na tese de Doutorado: Ieipari: ensaio sobre um tema ritual Arara. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional (1996). 422 p.

TONACCI, A. 1980. Os Arara. Realização: Interpovos Bandeirantes. Câmera Auxiliar: Adriana Mattoso. Editor: Juraci de Amaral Jr. Género: Documentário. Duração: 1 h. 47 min. (dividido em dois episódios.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

DA INVISIBILIZAÇÃO À SUSTENTABILIDADE: TRANSFORMAÇÕES NAS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA LITERATURA SOBRE PESCA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Quéren Hapuque Pantoja Lobo[1] (UFPA)
Alice Emilly Mendes de Castro Correia[2] (UFPA)
Thyffane Tayana Martins da Rocha[3] (UFPA)
Voyner Ravena-Cañete[4] (UFPA)

RESUMO: Este estudo investiga as transformações nas representações da mulher na literatura sobre pesca na Amazônia Paraense ao longo de quatro décadas, desde os anos 1990 até o decênio atual, de 2020. O objetivo é refletir sobre as mudanças nas representações femininas na pesca, evidenciando a transição significativa que ocorreu, desde a invisibilização até a valorização do protagonismo da mulher em práticas pesqueiras sustentáveis. A partir de dados secundários, realizou-se um levantamento de trabalhos sobre gênero e pesca, focando em comunidades pesqueiras do litoral paraense. A pesquisa considerou publicações em português brasileiro, consultadas em repositórios institucionais, bibliotecas digitais, periódicos e sites oficiais de instituições de pesquisa. Identificou-se vinte e sete publicações, em sua maioria escrita por mulheres, compreendendo artigos de periódicos, trabalhos acadêmicos e livros. Os resultados sugerem um progresso no reconhecimento do papel feminino na pesca. No entanto, tal reconhecimento ainda avança de forma tímida e enfrenta adversidades.

Palavras-chave: Gênero e pesca. Invisibilização da mulher. Pesca artesanal. Sociedade e ambiente. Costa paraense.

INTRODUÇÃO

A região amazônica apresenta uma riqueza biodiversa que proporciona uma variedade de recursos pesqueiros, fundamentais para a reprodução social, material e cultural das comunidades locais que ali habitam. Tal condição natural favorável torna o litoral amazônico propício à reprodução social de comunidades tradicionais pesqueiras, uma vez que a pesca consiste em uma atividade tradicional dessa região, garantindo não somente subsistência, mas uma significativa fonte de renda (Isaac, 2006; Lobo, 2017; Correia *et al*., 2023).

Interpretar o papel feminino na complexa sociedade amazônica demanda, antes de tudo, adquirir conhecimentos acerca de suas narrativas, compreender suas identidades, analisar suas

[1] Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: queren.lobo@ifch.ufpa.br.
[2] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: alice.correia@ifch.ufpa.br.
[3] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: thyffane.rocha@ifch.ufpa.br.
[4] Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca (NEAP), Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: ravenacanete@ufpa.br.

coletividades e, especialmente no contexto hodierno, examinar suas ocupações e funções sociais. Nesse contexto heterogêneo de atividades envoltas na pesca no Estado do Pará, observa-se como as diferenças entre os gêneros são constituídas e destacadas. A construção social do gênero está fortemente atrelada às representações que emergem em relação aos papéis de homens e mulheres em diferentes culturas e sociedades. Em muitas culturas, a exemplo da pesqueira, certas atividades são consideradas inadequadas para as mulheres (Borgonha, 2008; Beck, 1989).

Diante desse cenário, onde uma estrutura influenciada pelas percepções de gênero molda atividades e dinâmicas sociais, este trabalho versa sobre gênero e pesca artesanal em contextos de mudanças socioambientais na Amazônia. A partir da análise de literaturas sobre a temática, objetiva refletir sobre as mudanças nas representações femininas na pesca da costa paraense, evidenciando a transição significativa que ocorreu — desde a invisibilização até a valorização do protagonismo da mulher em práticas pesqueiras sustentáveis.

Para apresentar a metodologia e os resultados alcançados, este trabalho está dividido em 4 (quatro) seções, a contar com esta introdução. A segunda seção traz a metodologia adotada para realizar o levantamento, a revisão e a análise dos trabalhos encontrados. Na sequência, uma terceira parte apresenta e discute as literaturas sobre a temática a partir de uma divisão cronológica, destacando o enfoque dos estudos e observando a transição de temas ao longo de cada período. Por fim, as considerações finais encerram o trabalho, realizando uma reflexão sobre os resultados alcançados e as implicações que eles trazem para a compreensão da temática em discussão.

Trajetória metodológica

Este trabalho faz uso de dados secundários para elaborar uma análise sobre a presença da mulher na pesca da Amazônia. A metodologia consistiu em um levantamento de trabalhos sobre gênero e pesca cuja área de estudo contempla comunidades pesqueiras amazônicas, especialmente do litoral paraense[5]. A pesquisa elegeu somente publicações escritas em português brasileiro. As buscas ocorreram em ambiente virtual, onde foram consultados repositórios institucionais das Universidades Federal do Pará e Universidade Estadual do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), programas de pós-graduação das referidas instituições, bibliotecas digitais de livre acesso, periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e sites oficiais de instituições de pesquisa com tradição na temática em foco.

[5] A microrregião do Salgado Paraense, localizada entre a baía do Marajó e a baía do Gurupi, compreende um vasto sistema estuarino que se estende desde a margem direita do estuário amazônico, em Vigia, no estado do Pará, até a baía de Tubarão, em Ponta de Mangue, no estado do Maranhão (Lobo, 2017 *apud* Franzinelli, 1992).

Para direcionar a busca à temática de interesse, foram eleitas dez palavras-chave, a saber: pesca artesanal; gênero na pesca; mulheres pescadoras; conhecimento feminino; conhecimento tradicional; gênero na Amazônia; Salgado Paraense; trabalho feminino; litoral paraense; invisibilização da mulher. As décadas de 1990 a 2020 foram definidas como critérios de inclusão das publicações na análise. A escolha da década de 1990 para iniciar o levantamento se justifica pelo quantitativo de trabalhos sobre gênero e pesca publicados no período, algo inédito na literatura sobre pesca na Amazônia em contextos anteriores.

Após concluída a etapa de buscas, os trabalhos foram analisados e posteriormente organizados de acordo com a década de publicação, permitindo uma visão cronológica das produções acadêmicas. O intuito foi identificar as principais temáticas abordadas, observando possíveis padrões ao longo do tempo e possibilitando explorar a transição das representações da mulher na literatura. Foram identificadas um total de 27 (vinte e sete) publicações, em sua maioria escritas por mulheres, compreendendo artigos de periódicos, trabalhos acadêmicos e livros que abordam a temática de gênero e pesca. Essas produções foram agrupadas, com base em suas temáticas centrais, em nove temas, a saber: invisibilização da mulher; falta de políticas voltadas às pescadoras; caracterização socioeconômica; transmissão geracional de conhecimentos (relações de gênero e geração); saberes tradicionais femininos e sustentabilidade na pesca artesanal; divisão sexual do trabalho (hierarquia de gênero); movimentos sociais de mulheres pescadoras; representações de sexo em comunidades pesqueiras amazônicas; afastamento da mulher na atividade da pesca.

É importante ressaltar que a seleção dos trabalhos não se limitou àqueles que abordam exclusivamente uma perspectiva de gênero. Também foram incluídos estudos que tratam de comunidades pesqueiras no Salgado Paraense e, em algum momento, discutem a questão da mulher na pesca. Essas literaturas foram analisadas para compreender de que forma a mulher está sendo representada em cada uma delas. Vale salientar que o levantamento bibliográfico não teve como objetivo esgotar todas as principais fontes, nem alcançar todos os trabalhos publicados sobre a presença da mulher na pesca. Os resultados apresentados, portanto, abordam de modo parcial a literatura sobre o tema.

1. Uma análise das transformações nas representações da mulher na literatura sobre pesca na Amazônia paraense

Nesta seção serão apresentadas e discutidas, de forma cronológica, as principais temáticas identificadas ao longo de quatro décadas de produção científica. Para tanto, o capítulo está dividido em 4 (quatro) subseções, cada uma dedicada a uma década. A análise segue uma linha temporal,

destacando o foco central dos estudos em cada período e observando a transição de temas no transcorrer do tempo. De início, são destacados os temas e debates pioneiros que moldaram as discussões sobre gênero e pesca na Amazônia, enquanto nas seções seguintes, são identificadas mudanças e continuidades nas discussões sobre gênero e na diversificação de temas com o passar das décadas.

1.1 Primeiros debates sobre a invisibilização da mulher na pesca amazônica: a década de 1990

De modo a compreender a evolução das discussões sobre gênero e pesca na Amazônia, é importante analisar os principais debates que moldaram as discussões seguintes a década de 1990. Nesse contexto, a invisibilização da mulher na atividade pesqueira emerge como um tema central. Esta seção busca, portanto, explorar como o processo de invisibilização da mulher na pesca artesanal da Amazônia, sobretudo no Salgado Paraense, foi abordado e problematizado nas publicações identificadas, apontando para as primeiras tentativas de visibilizar suas realidades.

Apesar do trabalho desempenhado por mulheres na pesca artesanal ser essencial para a manutenção desse modo de vida, este não é amplamente abordado nos estudos sobre essa atividade. Durante muitos anos, a participação das mulheres na atividade da pesca foi frequentemente subestimada e invisibilizada, refletindo uma narrativa acadêmica dominante que abordava a pesca como uma atividade realizada somente por homens (Motta-Maués, 1999). Esta concepção, influenciada por hierarquias de gênero, resultou na marginalização das mulheres pescadoras e na minimização de suas contribuições para a conservação dos ecossistemas aquáticos e para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

A década de 1990 figura como um marco para o debate sobre a presença da mulher na pesca, pois marcou o início de questionamentos acerca da desconsideração da mulher como um agente importante para as práticas pesqueiras passa a ser questionada. No período, houve uma predominância de análises críticas sobre a invisibilização da mulher na pesca, abordagem que orientou e ainda orienta os trabalhos atuais. Cinco publicações referentes a essa década foram encontradas, as quais enfatizam de maneira semelhante a questão da invisibilização feminina no contexto da pesca. Os estudos foram protagonizados por autoras que se destacaram nessa discussão. Nesse sentido, conforme ilustra o quadro 1, considerou-se os seguintes trabalhos:

Quadro 1 - Trabalhos que discutem gênero e pesca na Amazônia, publicados na década de 1990.

Título da Publicação	**Autora (o)**	**Ano**
Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista	Maués, R. H.; Motta-Maués, M. A.	1990
Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras	Alencar, E. F.	1993
Lugar de mulher: representações sobre os sexos e práticas médicas na Amazônia (Itapuá/Pará)	Motta-Maués, M. A.	1994
A mulher está se afastando da pesca? continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará	Maneschy, M. C.	1995
Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil	Motta-Maués, M. A.	1999

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados secundários.

A crítica sobre a invisibilização feminina na pesca ecoou sobretudo na perspectiva acadêmica, onde se reconhecia uma tendência a reproduzir a narrativa sobre a pesca ser uma atividade estritamente masculina. Para as autoras, esse quadro decorre da divisão tradicional do trabalho por gênero e da tendência em inferiorizar as tarefas secundárias do ofício, onde a presença da mulher é mais significativa. Logo, complementarmente, a temática da divisão sexual do trabalho decorrente de hierarquias de gênero também é discutida nesses estudos.

Nesse sentido, para este trabalho, é fundamental abordar o conceito de invisibilização feminina no contexto da pesca artesanal, destacando que se trata de um processo no qual a mulher é tornada invisível, e não inerentemente invisível. Essa noção pode ser compreendida por meio das reflexões de autoras como Motta-Maués (1999), que problematiza a ideia de "invisibilidade" da mulher na pesca, a partir de críticas voltadas principalmente àqueles que estudam tal questão. A autora teve seu estudo voltado para uma crítica às pesquisas acadêmicas, argumentando que estas favorecem o ponto de vista masculino, o que contribui para a perpetuação do discurso público das comunidades de que a pesca é uma atividade exclusivamente exercida por homens, enquanto as atividades exercidas por mulheres nesse contexto são ignoradas (Motta-Maués, 1999; Souza; Martinez; Gantos, 2017).

De maneira análoga, Alencar (1993), ao analisar materiais etnográficos correspondentes às décadas de 70 e 80, constata que o universo pesqueiro é permeado de relações que se desenvolvem distintivamente na terra e no mar. No entanto, tal divisão, além de refletir uma concepção simbólica

do espaço, moldada pela percepção do grupo, também destacou que a interpretação do pesquisador sobre essa divisão pode ser dominante. A autora reflete sobre um modelo bipolar de divisão do trabalho, no qual destaca a ênfase dada à distinção dos espaços e das atividades conforme os gêneros.

Nesse contexto complexo de relações de gênero na pesca, a participação da mulher é influenciada por diferentes outros fatores, como destacado por Motta-Maués (1994) em seu estudo sobre o universo social em Itapuá-PA. Ao examinar as crenças locais relacionadas ao corpo feminino, como a menopausa, os rituais de reprodução e o resguardo pós-parto, é constatado que a mulher é posicionada em um lugar de submissão em relação ao homem, enquanto também é atribuído a ela um papel ambíguo como fonte de vida e de morte. A autora enfatiza, portanto, a complexidade dessas questões e como os rituais e as práticas médicas limitam a participação feminina em espaços físicos e sociais:

> Designar, neste sentido, um lugar à parte para as mulheres, significa interditar-lhes o trânsito em outros espaços (não só sociais, mas físicos) à base de uma série interminável de prescrições e proibições que vigoram desde que elas "ficam moças" (com a ocorrência da menarca) e são permanentemente seguidas até quando "viram homem" (com a chegada da menopausa) (Motta-Maués, p. 123).

Nota-se, portanto, que esses estudos não possuem como foco central o papel da mulher na atividade pesqueira ou seu conhecimento tradicional particular, mas sim a timidez de estudos que discutem tal temática. É destacado, como consequência, as diversas dificuldades enfrentadas por elas para exercerem seus saberes tradicionais e modos de vida.

1.2 Lacuna na produção acadêmica: a década de 2000

Esta seção se propõe a realizar uma breve análise das produções acadêmicas encontradas na década de 2000, na qual foi observada uma carência de trabalhos voltados para a temática em debate. Apenas duas publicações que atenderam aos critérios de busca estabelecidos foram encontradas, ambas da mesma autora, intituladas: "Mulher, pesca e ambiente" (Cardoso, D. M., 2002) e "Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira" (Cardoso, D. M., 2007). Apesar de persistirem no debate da invisibilização do trabalho feminino na pesca artesanal, principalmente quando se trata do contexto da captura de crustáceos, essas publicações introduzem novas perspectivas ao abordarem a importância dos saberes femininos para a sustentabilidade nessa atividade.

Diante disso, Cardoso (2007) enfatiza a importância dos saberes das catadoras de caranguejo na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. A autora destaca a importância do conhecimento tradicional envolvido na produção da massa de caranguejo, ressaltando que essa

atividade requer um entendimento completo do ecossistema relacionado ao crustáceo, ao mangal, ao rio e às marés.

A quantidade tímida de trabalhos encontrados durante esse período sugere a prevalência de uma lacuna na produção acadêmica sobre essa temática na década de 2000. Implicando, desse modo, em uma menor diversidade de temas abordados.

1.3 Mulheres pescadoras como agentes importantes para a sustentabilidade: a década de 2010

Ainda no esforço de analisar a evolução das discussões sobre gênero e pesca na Amazônia ao longo das últimas décadas, é fundamental dar atenção para a diversificação de temas que surgiram na década de 2010. Dessa forma, esta seção tem como objetivo destacar, para além da persistência dos desafios enfrentados pelas mulheres, o crescente reconhecimento de seus saberes e habilidades diferenciadas.

Nos anos 2010, houve um aumento significativo no número de trabalhos acadêmicos identificados, correspondendo a 13 (treze) publicações. Isso permitiu a ocorrência de uma diversificação nos temas abordados. Além da permanência do debate sobre a invisibilização da mulher e da divisão do trabalho por gênero, emergiram temas acerca do papel, reconhecimento e empoderamento da mulher na pesca. Desse modo, no quadro 2 é possível visualizar os trabalhos encontrados na década de 2010.

Quadro 2 - Trabalhos que discutem gênero e pesca na Amazônia, publicados na década de 2010.

Título da Publicação	**Autora (o)**	**Ano**
Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento.	Maneschy, M. C.; Siqueira, D.; Alvares, M. L. M.	2012
Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA.	Palheta, M. K. S	2013
Divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro amazônico	Costa, N. C. V. *et al.*	2013
"O que é de mulher e o que é de homem": relações de gênero na pesca artesanal comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil.	Vieira, N.; Siqueira, D.; Paolo, D. D.	2014
Processo participativo da mulher na cadeia produtiva do mexilhão Mytella charruana (D'orbgny, 1846) na comunidade Vila Nova, Bragança-PA.	Araujo, Z. T. S.	2015
Análise socioeconômica e esforço de pesca na captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) na Reserva Extrativista Maracanã - costa amazônica do Brasil.	Freitas, A. C. *et al.*	2015

Resex-Mar de São Caetano de Odivelas/PA: uma etnografia dos conflitos socioambientais.	Santos, S. P.	2016
Pesquisa-desenvolvimento e movimentos sociais de pescadores: experiências no Pará.	Leitão, W.; Maneschy, M. C.	2017
As famílias do mangue e suas práticas holísticas: um estudo no Nordeste Paraense, Amazônia, Brasil".	Oliveira, F. P.; Vieira, N. C.; Júnior, S. R.	2017
O caranguejo-uçá e o camarão regional-da-Amazônia no estado do Pará: as cadeias de valor da pesca artesanal de camarão e caranguejo na Costa Amazônica do Brasil; contexto social, econômico, ambiental e produtivo.	Brazil, Fundo Vale *et al.*	2018
Caracterização socioeconômica da pesca de arrasto de camarão na costa Norte e Nordeste do Brasil.	Ravena-Cañete, V. *et al.*	2018
Etnoecologia e pesca de camarão: ações sustentáveis entre mulheres pescadoras de Boa Vista, São Caetano de Odivelas-PA.	Freitas, J. O. S.	2018
Caracterização socioeconômica das mulheres catadoras de caranguejo-uçá na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Pará.	Nogueira, A. S.; Almeida, R. H. C.; Martins, C. M.; Santos, M. A. S.	2019

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados secundários.

Ao contrastar com as décadas anteriores, a análise da produção acadêmica na década de 2010 revela que mesmo diante da permanência de discussões sobre a invisibilização feminina e a divisão sexual do trabalho, uma variedade de estudos emergiu, trazendo questões como o engajamento das mulheres em movimentos sociais e sua relação diferenciada com a fauna e a flora local. Os estudos desse período, em sua maioria, passaram a representar as mulheres como agentes importantes na defesa de seus direitos e na busca pela proteção dos ecossistemas costeiros.

Palheta (2013), após sua experiência na RESEX Mãe Grande em Curuçá (PA), aponta para um cenário de escassez de espécies mais apreciadas, onde o conhecimento feminino sobre as espécies presentes na dieta dos pescadores se destaca como fator crucial para a inserção de novas espécies no mercado. Ademais, afirma que as mulheres pescadoras têm conquistado cada vez mais reconhecimento pela sua participação na pesca artesanal, tanto por meio do trabalho quanto na luta por seus direitos. Elas têm se destacado em associações relacionadas à atividade pesqueira e na participação em colônias de pescadores.

Ainda de acordo com Palheta (2013), o conhecimento tradicional das mulheres acerca do meio ambiente é de extrema relevância para a preservação de espécies, sobretudo em áreas onde a economia se encontra ligada aos recursos naturais. A mulher figura como protagonista na transmissão de saberes relacionados ao manejo sustentável dos recursos, fortalecendo a sua relação com o meio ambiente (Palheta, 2013 *apud* Woortmann, 1991).

Freitas (2018), em seu estudo realizado na comunidade de Boa Vista, São Caetano de Odivelas-PA, destaca o protagonismo feminino na pesca de arrasto de camarão. Essa modalidade de pesca com forte presença de mulheres figura com grande importância na economia local. Além disso, pontua a autora, o conhecimento tradicional das pescadoras se expressa de modo particular na dinâmica da pesca e no trato com os recursos, especialmente no momento da despesca, etapa em que as mulheres tomam várias medidas para evitar o desperdício das espécies que ocorrem de forma incidental nas pescarias, conhecidas como fauna acompanhante[6]. Por se destacarem na esfera das atividades culinárias e assumirem a responsabilidade do preparo de alimentos, e, portanto, do uso dessas espécies da fauna acompanhante, também garantem a segurança e a variedade do cardápio familiar (Freitas, 2018 *apud* ICMBIO, 2018).

De modo similar, Ravena-Cañete *et al.* (2018) explora o papel da mulher na pesca artesanal de arrasto de camarão, no litoral do Pará, não somente como uma auxiliar do parceiro, mas como forte atuante na atividade, demonstrando maior sensibilidade com a fauna acompanhante. Apesar disso, a autora pondera que no contexto da divisão sexual do trabalho, a pesca feminina ainda é invisibilizada, visto que as atividades exercidas pelas mulheres de maneira alguma são vistas na condição de protagonismo, sendo frequentemente percebidas como suporte e auxílio.

Embora haja uma continuidade nas discussões sobre a invisibilização da mulher na pesca amazônica, há também um deslocamento para o reconhecimento do papel das mulheres nessa atividade. Enquanto os estudos anteriores se concentram majoritariamente nas limitações impostas às mulheres decorrentes de hierarquias de gênero e na forma como eram relegadas a papéis secundários, as publicações da década de 2010 começaram a destacar a expertise e os saberes diferenciados femininos na pesca artesanal.

Não obstante, vale frisar que, conforme mencionado anteriormente, Ravena-Cañete *et al.* (2018) reflete que a pesca feminina ainda é invisibilizada, o que indica que apesar dos avanços na representação das mulheres na literatura como participantes ativas, ainda há um longo percurso a ser percorrido para alcançar o pleno reconhecimento de seu papel na atividade pesqueira.

1.4 Protagonismo feminino na pesca amazônica: reflexões no decênio atual (2020)

No decênio atual, nota-se um crescimento contínuo da valorização do protagonismo feminino na luta pelo reconhecimento legal do seu modo de vida e dos territórios essenciais à reprodução social dos povos e comunidades tradicionais costeiras. Portanto, esta seção terá como

[6] Beleza (2023) *apud* Alverson et al (1994) explica que o termo "fauna acompanhante" é utilizado mundialmente para se referir às espécies capturadas incidentalmente, descartadas por motivos econômicos, legais ou individuais, bem como as espécies não visadas que são retidas e comercializadas, juntamente com os descartes.

foco a produção acadêmica referente à presente década (2020). Destaca-se que, embora ainda não tenhamos alcançado sequer a metade deste período, observa-se uma progressão no número de trabalhos identificados, que equivalem a 7 (sete) até o momento, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Trabalhos que discutem gênero e pesca na Amazônia, publicados na década de 2020.

Título da Publicação	**Autora (o)**	**Ano**
Caracterização da pesca artesanal de puçá de arrasto de camarão: sustentabilidade e etnoecologia entre pescadores artesanais em Ponta Bom Jesus - São Caetano de Odivelas.	Da Silva, R. C.	2020
A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil.	Lopes, P. F. M.; Freitas, C. T.; Begossi, A.	2020
Relações de gênero e de geração nas atividades de pesca artesanal dos/as jovens pescadores/as da Amazônia Oriental, Brasil.	Vieira, N. C.; Dos Reis, M. H. A.; Santana, J. D.	2021
Maretório: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense.	Lima, P. V. S.	2022
Trabalho e organização coletiva catadoras de caranguejos em uma reserva extrativista marinha no litoral do Pará.	Silva, A. P. R.	2022
Transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e pesca artesanal.	Monteiro, E. P.; Dos Santos, M. A. S.; Martins, C. M.; Brabo, M. F.; De Araújo, J. G.; Lopes, M. L. B.	2023
Pesca de arrasto de camarão: entre neoextrativismo e coviabilidade.	Lobo, Q. H. P.	2024

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados secundários.

Este aumento progressivo reflete uma possível crescente atenção dedicada ao tema e à sua relevância no contexto da pesca na Amazônia. Desse modo, mesmo antes de atingirmos a marca da metade da década, já é possível observar um quantitativo expressivo de publicações quando comparado aos períodos anteriores, mantendo a diversidade de temas abordados e sinalizando para uma maior representatividade e reconhecimento das mulheres na atividade pesqueira.

Complementando a análise de Freitas (2018), Lobo (2024) destaca que a abordagem feminina diferenciada no manejo da fauna acompanhante não está presente somente na diversificação da dieta de suas famílias, pois cuidados preventivos são tomados em todas as etapas da atividade, desde a espera pelo momento ideal da maré até a despesca, no esforço de minimizar a fauna acompanhante capturada durante a pesca de arrasto de camarão. Nesse sentido, Lobo (2024) evidencia uma série de

práticas cuidadosas que as pescadoras efetuam para diminuir o desperdício de recursos naturais e garantir a eficiência nas capturas. Uma dessas práticas consiste na agitação dos sedimentos do fundo da praia para afastar peixes e atrair camarões. Outra técnica de manejo descrita objetiva resguardar peixes e crustáceos ainda vivos para serem devolvidos ao mar. As mulheres cavam buracos na areia da praia para acumular água e acomodar a fauna acompanhante viva, que com a subida da maré regressam ao mar. Essas técnicas de manejo são essenciais para reduzir o impacto ecológico da atividade e garantir a disponibilidade de recursos pesqueiros tão essenciais à reprodução do modo de vida de comunidades tradicionais da Amazônia.

Dessarte, a atuação feminina surge como fator fundamental na gestão dos recursos naturais, com a adoção de diversas estratégias para preservar ecossistemas costeiros. Isso ressalta a relevância da integração entre práticas inovadoras de baixo impacto ambiental e saberes tradicionais, assegurando a sustentabilidade a longo prazo da pesca artesanal.

A análise das publicações revela um cenário contemporâneo no qual a mulher, além de ser reconhecida como pescadora, também se reconhece como tal. Estudos como o de Lobo (2024) apontam para essa evolução, destacando que a mulher pescadora possui um conjunto de características que compõem sua atuação nesse ofício, não apenas possuindo os petrechos de pesca necessários, mas também dominando o conhecimento sobre as espécies, os petrechos e o ambiente, além de saber como e quando pescar. Segundo a autora, por vezes a mulher possui embarcação própria, o que garante certa autonomia e reconhecimento profissional na conjuntura da pesca no Salgado Paraense.

Nesse contexto, as mulheres são reconhecidas como pescadoras e emergem como agentes fundamentais na defesa de seus direitos e na participação decisiva em suas comunidades. Desse modo, é pertinente abordar a ideia de maretório discutida por Lima (2022). O autor ressalta que entender o conceito faz-se essencial para a compreensão da dinâmica socioambiental presente no litoral amazônico paraense:

> [...] é necessário ressaltar que a palavra maretório emergiu pela primeira vez no litoral do estado do Pará, concomitantemente ao episódio que culminou na criação da CONFREM. No ano de 2008 foi realizado um ciclo de conversas que reuniu mulheres das RESEXs Costeiro-Marinhas do litoral paraense. Em meio às discussões, uma das lideranças comunitárias levantou a seguinte questão: “mas é terra ou maré? Vocês ficam falando de maré, maré, maré e chamam de território”. Essa discussão, que a princípio parecia despretensiosa, deu início a um importante debate que extrapolou as fronteiras daquele encontro (Lima, 2022, p. 23).

Lima conclui que somente através da colaboração entre o técnico ambientalista Waldemar Vergara Filho, junto às mulheres extrativistas costeiro-marinhos, que fez-se possível haver a junção

das palavras “maré” e “território”, originando, desse modo, o conceito exposto. O surgimento da palavra maretório representa não somente a transformação de um termo, mas também simboliza a maneira como essas mulheres percebem suas identidades, tornando evidente a sua relação com os recursos naturais que as cercam.

Por fim, com o propósito de sistematizar a transição de temas abordados nos trabalhos, o quadro abaixo ilustra a frequência de ocorrência das temáticas identificadas entre as quatro décadas supracitadas. É válido mencionar que os temas não são excludentes, visto que uma única publicação pode tratar de múltiplos temas.

Quadro 4. Frequência de ocorrência das temáticas abordadas nos trabalhos identificados, organizados por décadas.

Temas abordados	**Décadas**			
	1990	**2000**	**2010**	**2020**
Invisibilização da mulher	4	2	5	5
Falta de políticas voltadas às pescadoras		1		1
Caracterização socioeconômica			4	3
Transmissão geracional de conhecimentos (relações de gênero e geração)			1	4
Saberes tradicionais femininos e sustentabilidade na pesca artesanal		2	5	4
Divisão sexual do trabalho (hierarquia de gênero)	3		7	4
Movimentos sociais de mulheres pescadoras			2	2
Representações de sexo em comunidades pesqueiras amazônicas	1			
Afastamento da mulher na atividade da pesca	1			

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esse estudo permitiu observar como as perspectivas de gênero são cada vez mais integradas às políticas e práticas de conservação ambiental. Os resultados apresentados neste estudo sugerem um progresso no reconhecimento do papel feminino na pesca. No entanto, conforme destacado por Lopes, Freitas e Begossi (2020), tal reconhecimento ainda avança de forma tímida e enfrenta adversidades. De acordo com as autoras, a superação da invisibilidade feminina no setor pesqueiro requer uma profunda revisão de um modelo que tradicionalmente favorece os homens, portanto, é

imprescindível que a academia e a sociedade em geral se engajem nesse debate, onde é necessário reforçar os pontos debatidos pelas autoras:

> 1) mulheres pescam e exercem papel crucial na segurança alimentar de suas famílias e comunidades, mas suas capturas são raramente computadas; 2) em alguns casos pescadoras assumem postos de liderança, mas em muitos outros ainda são excluídas da oportunidade de se afiliarem em colônias, a depender do entendimento do presidente em exercício sobre o que constitui um(a) pescador(a); 3) pescadoras podem e devem ter melhor retorno financeiro da atividade pesqueira, até porque por vezes fazem melhor uso familiar deste dinheiro que seus maridos; e 4) pescadoras necessitam ter seus direitos trabalhistas reconhecidos, o que inclui ter suas doenças laborais legitimadas e respeitadas pelo sistema de saúde. Ao se ignorar o papel das pescadoras na sociedade, reforçamos a falta de reconhecimento da mulher, seja ela quem for e qual profissão exerça, como sujeito ativo, político, econômico e detentor de direitos (Lopes; Freitas; Begossi, 2020, p. 8).

Considerações finais

Esta seção faz uma breve recapitulação dos principais resultados alcançados neste trabalho, seguida de considerações finais sobre as representações da mulher na pesca da Amazônia paraense, a partir das literaturas encontradas.

Na década de 1990, constatou-se uma predominância de estudos que abordam a invisibilização das mulheres na pesca, evidenciando a falta de reconhecimento do seu papel na atividade. Esses estudos criticam a narrativa acadêmica dominante que retrata a pesca como uma atividade exclusivamente masculina, abordando as hierarquias de gênero presentes nesse contexto. Ao longo dessa década, as pesquisas acadêmicas começam a problematizar a invisibilização feminina, frisando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres pescadoras.

Na década de 2000, embora haja uma continuidade na discussão sobre a invisibilização das mulheres na pesca, observa-se uma introdução de novas perspectivas, especialmente destacando os saberes tradicionais femininos e sua importância para a sustentabilidade da atividade pesqueira. No entanto, a produção acadêmica sobre o tema apontou para uma limitação durante esse período.

A partir da década de 2010, houve um aumento significativo no número de trabalhos acadêmicos que abordam questões de gênero e pesca no Salgado Paraense. Além de persistirem as discussões sobre a invisibilização feminina e a divisão sexual do trabalho, surgem temas relacionados ao reconhecimento do papel das mulheres na pesca e ao empoderamento feminino. Os estudos desse período representam as mulheres como agentes ativos na defesa de seus direitos e protagonistas na preservação dos ecossistemas costeiros.

No decênio atual (2020), há um crescimento contínuo da valorização do protagonismo feminino na pesca, refletido no aumento do número de trabalhos acadêmicos sobre o tema. A análise dessas publicações sugere um maior reconhecimento do papel das mulheres na atividade pesqueira,

destacando sua expertise e seus saberes diferenciados. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a falta de reconhecimento e de políticas voltadas para as pescadoras.

A análise bibliográfica sobre gênero e pesca no Salgado Paraense destaca a complexa relação entre hierarquias de gênero e a atividade pesqueira, influenciando diretamente a participação das mulheres nesse setor, além da forma que estas são representadas na literatura. A participação feminina na pesca é caracterizada por uma série de adversidades, como a falta de reconhecimento de seu trabalho, acesso limitado a recursos produtivos e oportunidades de liderança, além de desigualdades estruturais enraizadas em normas sociais e culturais.

Apesar disso, a transição da interpretação da mulher na pesca, da invisibilização ao protagonismo com práticas sustentáveis, coloca em evidência outros modelos de relação entre sociedade e ambiente que figuram como alternativas ao enfrentamento das crises socioambientais em curso. A partir dos resultados deste estudo é possível visualizar uma mudança significativa nas representações femininas na pesca na costa paraense em meio a mudanças socioambientais na Amazônia.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras, *In*: FURTADO, LEITÃO & DE MELLO (Orgs.) **Povo das águas – realidade e perspectiva na Amazônia**, Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.

ARAUJO, Z. T. S. **Processo participativo da mulher na cadeia produtiva do mexilhão *Mytella charruana* (D'orbgny, 1846) na comunidade Vila Nova, Bragança-PA**. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Estudos Costeiros, Bragança, 2015. Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental.

BECK, A. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. Fórum de discussão sobre o universo social da mulher, a pesca e sua relação com a ecologia. Natal, Rio Grande do Norte. 1989.

BELEZA, Adriann Renato Flexa. Caracterização da fauna acompanhante das pescarias da Costa Norte do Brasil: uma análise dos últimos 10 anos da literatura científica. 2023.

BORGONHA, M. C.; BORGONHA, M. Mulher pescadora e mulher de pescador: a presença da mulher na pesca artesanal na Ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina. Fazendo Género 8-Corpo, Violência e Poder, p. 1-6, 2008.

BRAZIL, Fundo Vale *et al*. **O caranguejo-uçá e o camarão regional-da-Amazônia no estado do Pará: as cadeias de valor da pesca artesanal de camarão e caranguejo na Costa Amazônica do Brasil**; contexto social, econômico, ambiental e produtivo. 2018.

CARDOSO, D. M. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 485-490, 2007.

CARDOSO, D. M. Mulher, pesca e ambiente. *In*: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais**. Salvador, BA. 2002.

CORREIA, A. E. M. C. *et al*. Pesca artesanal de camarão na Costa Amazônica: uma análise das produções bibliográficas. In: III Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento - Pesquisa, ensino e extensão na Amazônia para um desenvolvimento regional com responsabilidade global. **Anais**. Belém, PA. 2023. No prelo.

COSTA, N. C. V. *et al*. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro amazônico. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 3, p. 806-835. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11006.

DA SILVA, R. C. **Caracterização da pesca artesanal de puçá de arrasto de camarão**: sustentabilidade e etnoecologia entre pescadores artesanais em Ponta Bom Jesus - São Caetano de Odivelas (PA). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

FREITAS, A. C. *et al*. Análise socioeconômica e esforço de pesca na captura do caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (*Crustacea: Ucididae*), na Reserva Extrativista Maracanã - costa amazônica do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 10, p. 711-722, 2015.

FREITAS, J. O. S. **Etnoecologia e pesca de camarão**: ações sustentáveis entre mulheres pescadoras de Boa Vista, São Caetano de Odivelas-PA. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H. Pescadores-de-linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Nova Série Antropologia, Belém, n. 82, p. 1-49, abr. 1982.

ISAAC-NAHUM, V.J. 2006. Explotação e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. In: Leff, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Editora Vozes, Ciência e Cultura, 58 (3): 33-36.

LEITÃO, W.; MANESCHY, M. C. Pesquisa-desenvolvimento e movimentos sociais de pescadores: experiências no Pará. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 81-98, jun. 2017. ISSN 2675-7710. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4551>.

LIMA, P. V. S. **Maretório**: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense do litoral da Amazônia paraense. Orientadora: Tania Guimarães Ribeiro. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14881.

LOBO, Q. H. P. **Pesca de arrasto de camarão**: entre neoextrativismo e coviabilidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. No prelo.

LOBO, Q. H. P. **Populações tradicionais da Amazônia**: um estudo de caso na Vila do Aê, em São Caetano de Odivelas - Pará. 2017. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Oceanografia) - Faculdade de Oceanografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/875.

LOPES, P. F. M.; FREITAS, C. T.; BEGOSSI, A. A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil. **Ethnoscientia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 5, n. 1, 2020.

MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**: série antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-166, dez. 1995.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ALVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300007&lng=pt&nrm=iso>.

MAUÉS, R. H.; MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, v. 6, n. 1, p. 29-40, 1990.

MONTEIRO, E. P.; DOS SANTOS, M. A. S.; MARTINS, C. M.; BRABO, M. F.; DE ARAÚJO, J. G.; LOPES, M. L. B. Transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e pesca artesanal. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 8, p. 13083–13108, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i8.1880. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1880. Acesso em: 15 mar. 2024.

MOTTA-MAUÉS, M. A. "Lugar de mulher": representações sobre os sexos e práticas médicas na Amazônia (Itapuá/Pará). In: ALVES, PC; MINAYO, MC S. (Org.). **Saúde e doença**, p. 113-125.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 3, n. 2), p. 377-400, 1999.

NOGUEIRA, A. S.; ALMEIDA, R. H. C.; MARTINS, C. M.; SANTOS, M. A. S. Caracterização Socioeconômica das Mulheres Catadoras de Caranguejo Uçá (*Ucides cordatus*), na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Pará. Biota Amazônia, Macapá, v. 9, n. 4, p. 20-23, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/996.

NORONHA, G. S. T. **Os Pescadores e a pesca em ponta de Pedras, Pará, Amazônia, Brasil**. Orientador: Israel Hidenburgo Aniceto Cintra. 2021. 76 f. Dissertação (Mestrado em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2021. Disponível em: http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1559.

OLIVEIRA, F. P.; VIEIRA, N. C.; JÚNIOR, S. R. As Famílias do Mangue e Suas Práticas Holísticas: Um Estudo no Nordeste Paraense, Amazônia, Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 316-337, fev. 2018. ISSN 2176-0675. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5493>.

PALHETA, M. K. S. **Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca.

RAVENA-CAÑETE, V. *et al.* **Caracterização socioeconômica da pesca de arrasto de camarão na costa Norte e Nordeste do Brasil**. (Relatório de pesquisa). Belém: FAO, 2018.

SANTOS, S. P. **RESEX-MAR DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/ PA**: UMA ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará - Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia. Belém-PA 2016. 2016.

SARAIVA, L. J .C.; CORRÊA, J. S. L. O espaço do mar e o tempo da pesca: reflexões sobre pesca artesanal na Vila do Castelo/Bragança-PA. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, v. 4, n.1, p. 1-13, 2016.

SILVA, A. P. R. **Trabalho e organização coletiva catadoras de caranguejos em uma reserva extrativista marinha no litoral do Pará**. Orientadora: Maria Cristina Alves Maneschy. 2022. 199 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2022. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15089.

VIEIRA, N. C.; DOS REIS, M. H. A.; SANTANA, J. D. Relações de gênero e de geração nas atividades de pesca artesanal dos/as jovens pescadores/as da Amazônia Oriental, Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 43, p. 22-36, 2021.

VIEIRA, N.; SIQUEIRA, D.; PAOLO, D. D. (2014). "O que é de mulher e o que é de homem": relações de gênero na pesca artesanal comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil. **Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas**, 34(1), 8–23. https://doi.org/10.37370/raizes.2014.v34.400.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA COMO INSTRUMENTOS DE COMBATE À POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS.

Fabiana dos Santos Borges (NUMA/UFPA)

RESUMO: Esse trabalho é uma revisão de literatura que busca levantar uma discussão acerca de como a Educação Ambiental e a alfabetização ecológica podem contribuir para o combate à poluição por resíduos sólidos. Para isso utilizou-se da pesquisa bibliográfica e o uso de dados secundários. Espera-se com essa discussão subsidiar uma reflexão científica acerca do tema, através da análise dos principais aspectos da EA, sua relação com a alfabetização ecológica e sua aplicabilidade. Entende-se que buscar um caminho para combater a poluição por RS é uma questão emergente, sendo um dever coletivo. Dessa forma, é preciso ampliar esse debate, para que se possa ter dimensão da complexidade do problema, oportunizando a busca de estratégias para combatê-lo.
Palavras-chaves: alfabetização ecológica; educação ambiental; poluição

ABSTRACT: That paper is a literature review that seeks to raise a discussion about how Environmental Education and ecological literacy can contribute to combating solid waste pollution. For this, bibliographic research and the use of secondary data were used. It is expected that this discussion will support a scientific reflection on the topic, through the analysis of the main aspects of Environmental Education, its relationship with ecological literacy, and its applicability. It is understood that seeking a path to combat solid waste pollution is an emerging issue, being a collective duty. Thus, it is necessary to broaden this debate, in order to understand the complexity of the problem and to seek strategies to combat it.

Keywords: ecological literacy; environmental education; pollution

1. INTRODUÇÃO

Esse texto é uma revisão narrativa de literatura, acerca de como a educação ambiental aliada a alfabetização ecológica podem contribuir para o combate à poluição por resíduos sólidos. A revisão bibliográfica aconteceu a partir da leitura de obras relevantes acerca do tema, (artigos, periódicos, livros, dissertações e teses) trabalhos de Monteiro (2010), Waldman (2012), Loureiro (2007), Costa (2022) e outros. O texto segue uma estrutura básica de três momentos. A primeira parte faz uma breve apresentação do trabalho, trazendo um diálogo contextualizado do assunto. Na segunda parte traz a discussão teórica, abordando leituras relevantes. Na última parte aponta a aplicação da alfabetização ecológica dentro da educação ambiental como ferramenta para combater a poluição por resíduos sólidos. O principal objetivo da pesquisa é subsidiar uma reflexão científica acerca do tema, através da análise dos principais aspectos da alfabetização ecológica dentro da educação ambiental. Utilizou-se do materialismo histórico dialético para construir a discussão, justificada pelo fato de se tratar de uma temática emergente visto o atual cenário de intensa poluição o qual o nosso planeta está inserido.

2. METODOLOGIA

Para a construção desse trabalho, foram revisadas obras de vários autores que escreveram sobre a Educação Ambiental e Alfabetização Ecológica como princípios educativos capazes de contribuir de forma significativa para a redução da poluição por resíduos sólidos. Os textos selecionados tem em comum a maneira de abordar os temas, colocando em evidência as cadeias de consumo desordenado geradas pelo capitalismo, que consequentemente fazem aumentar o descarte de materiais. Depois disso, o conteúdo foi analisado de forma minuciosa, procurando acrescentar veracidade científica a discussão. Por fim, o texto foi elaborado, de forma narrativa e interpretativa a partir do conjunto das principais ideias defendidas pelos autores estudados, acrescentando-se a perspectiva do autor da revisão. O método utilizado para a realização do estudo foi o materialismo histórico dialético.

3. CONTEXTUALIZANDO A DISCUSSÃO

Muitos são os estudos que abordam a poluição por resíduos sólidos e apontam propostas de intervenção para combatê-la. A maior parte dos estudiosos concordam que para combater esse problema ambiental é necessário ampliar o debate sobre as questões ambientais, apontando alternativas que podem contribuir para mitigar os impactos causados pela poluição, ainda que mostre resultados à longo prazo.

> A situação não admite vacilação e precisamos adotar de verdade os famosos quatro "Rs": Repensar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar. A ordem de aplicação é exatamente essa, começando com repensar e terminando com reciclar. Repensar a sistemática de ejeção dos lixos é fundamental, pois o problema, apesar de normalmente visto como uma problemática econômica é, em larga escala, um tema também pavimentado por injunções sociais, políticas e culturais. (Waldman, 2012, p.54)

Nesse contexto, para repensar, é necessário reconsiderar os modos de consumo e os meios de produção, pois ambos estão ligados. É necessário observar que o problema da poluição por resíduos sólidos é mais amplo do que se imagina. Não se trata do simples problema do descarte incorreto, o maior agravante é o modo de produção capitalista onde as coisas são feitas para se tornarem obsoletas. Então, a discussão do lixo põe em xeque a civilização do lixo, impondo uma revolução completa da forma como são produzidas as coisas, como são consumidas e como são descartadas (Waldman, 2012, p.62.).

O termo reduzir, nesse sentido, se refere a redução do consumo desordenado de produtos. Isso gera uma discussão em torno do consumo de industrializados, por exemplo. Atualmente é

praticamente impossível viver sem consumi-los de forma que o consumo de certos produtos tornou-se um estilo de vida, como é o caso de cosméticos e roupas de grifes. Existem produtos específicos para quase tudo. A "indústria" acaba criando necessidades de consumo supérfluas, para que o consumidor possa adquiri-los devido a influências sociais, culturais ou publicitárias.

Ainda de acordo com o que diz Waldman(2012), quanto a reutilização dos materiais, reutilizar é dar novo sentido àquele objeto que seria descartado, observando se é possível dar continuidade a vida útil do produto. Na prática não é tão simples como parece, pois boa parte das embalagens de produtos disponíveis no mercado atual é frágil demais para ser reutilizados (exemplificando o reuso), ou fazem parte do grupo de materiais com toxidade em sua composição, como é o caso de algumas embalagens de plástico, potes e copos de plástico, talheres descartáveis, classificados como BPA-7, quando aquecidos liberam toxicidade que pode desencadear doenças no organismo humano (Bernardo, 2015). É necessário então ter um senso crítico individual quanto a isso, analisando as possibilidades viáveis e sustentáveis de reuso de produtos e embalagens.

Outro viés da reutilização é a logística reversa, porém seu custo nem sempre é acessível a maioria dos grupos sociais menos favorecidos. Observa-se que os discursos em torno dessa temática, mascaram a realidade das dificuldades geográficas para sua implantação em algumas regiões do globo. Ou seja, nem todas as discussões em torno dos temas ambientais se aplicam de forma homogênea. É preciso considerar fatores "sociogeográficos".

Concordamos com Waldman(2012), que reciclar não é uma mágica que irá solucionar o problema ambiental do mundo. Mas ela pode ser um caminho para amenizar o tamanho do problema do descarte incorreto de resíduos sólidos. Através dela e possível evitar que montantes maiores de resíduos possam ser acumulados, pois dentro dos processos de reciclagem é aproveitado o máximo potencial dos materiais, sendo descartado apenas os rejeitos. Dessa maneira materiais como plástico, papel, vidro, metal, e outros, retornam à cadeia produtiva evitando que sejam utilizadas mais matérias-primas e recursos naturais para sua fabricação.

Para De Carvalho (2023) é preciso promover uma cultura do cuidado com o meio através da Educação Ambiental, seja através de oficinas, cursos, palestras ou outras formas de ensino, nos espaços formais e informais. Nesse sentido, o combate da poluição ambiental se dá através da educação. A autora defende que utilizando-se de práticas simples da educação ambiental é possível vislumbrar uma mudança de cenário a longo prazo, combatendo o mal primário, que é a falta de consciência ambiental. Esse "cuidado com o meio" a qual ela se refere pode ser entendido como um modelo de postura crítica em relação a convivência em grupo. Mas para isso, se faz necessário assimilação de conceitos básicos, como a compreensão ecológica do mundo a sua volta, a percepção

de seu papel social e o respeito à natureza. Direcionando o aprendizado a partir de práticas que possam envolver o aluno em propostas de ensino que considere a realidade social é possível que isso seja feito de maneira prática desde os anos iniciais da educação básica até os anos finais.

Para Hamilton(2010), a poluição por resíduos sólidos é causada pelo intenso consumo de mercadorias. Ele afirma que o consumismo principalmente nos países com economia mais elevada torna-se uma cultura, onde o marketing dos produtos é feito com intenção de despertar nos consumidores o desejo do consumo para suprir o ego, garantir status social e inclusão em grupos. Godecke *et al(2012*), concorda que o consumismo tem se mostrado um grande causador de danos ambientais:

> O consumismo estimula indiretamente a depleção ambiental ao aumentar desnecessariamente a extração na natureza dos insumos utilizados nos processos de produção. E diretamente, ao devolver ao meio ambiente volumes de resíduos em quantidades superiores às que ocorreriam numa situação de consumo consciente. A consequente redução da capacidade ambiental para a prestação dos serviços ecossistêmicos vai paulatinamente reduzindo o bem-estar social, pelas doenças, extremos climáticos, perdas na produção de alimentos, disponibilização de água, etc. (Godecke et al, 2012.p.10)

Godecke *et al (*2012, p.10), afirma também que os maiores esforços deveriam estar nas ações visando a não geração de resíduos. Ou seja, deve haver uma intervenção para mudar a maneira de consumir, interceptando o consumidor antes da escolha dos produtos, pois dessa forma será possível garantir uma geração menor de resíduos, uma vez que a aquisição se dará de forma consciente, considerando que o consumidor comprará apenas para suprir suas necessidades fundamentais.

Simoncini *et al*(2023), relata que a geração dos resíduos sólidos aumentou muito nos últimos ano devido o momento pós pandêmico. Segundo ele o que agravou muito a situação durante a pandemia COVID-19 foi a mudança significativa na vida das pessoas, ocasionada pelo surgimento de novas dinâmicas urbanas causadas pela paralização das cidades e pela mudança brusca no modo de vida das populações de maneira geral. Enquanto home-office gerou mais resíduos sólidos domésticos, os resíduos sólidos hospitalares tiveram um aumento gritante, devido a necessidade de proteção aos trabalhadores da saúde e outros fins de consumo dos produtos e EPI's descartáveis.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA

A Educação Ambiental no Brasil, começou a ser abordada desde a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n°6938/81), onde ela foi considerada uma necessidade básica em todos os níveis de ensino (Dalmora 2011). Posteriormente em 1999, tornou-se um componente curricular obrigatório com a instituição da Lei Nº 9.795/99. Isso facilitou a criação de políticas

públicas de ensino para a EA, trazendo uma nova perspectiva em relação a sua aplicabilidade no âmbito escolar.

> Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
> Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. *(Brasil, 1999)*

Mas mesmo assim, não é fácil conseguir ter êxito com as práticas de ensino no âmbito escolar em concordância com o que diz Adams (2012), quando afirma que

a EA é um processo, onde vários fatores estão envolvidos. Dentre esses fatores os principais a serem considerados são:

- Ambiente de convívio do aluno
- Preparo técnico do professor
- Escolha da abordagem da temática ambiental
- Estrutura de trabalho do professor (ambiente escolar)

Não se trata apenas da inserção curricular nas bases de ensino, é preciso pensar numa Educação Ambiental crítica que viabilize ao professor formação necessária para a elaboração de estratégias de ensino que envolva o aluno em sua prática (Loureiro 2007). Para isso há vários caminhos didáticos, mas um deles chama muita atenção pelo modo de abordagem da Educação Ambiental que de certa forma, torna-se mais eficaz no sentido de evolução do aprendizado: a alfabetização ecológica defendida por Monteiro(2010) e outros autores.

Essa Alfabetização Ecológica – AE pode ser considerada uma abordagem crítica da Educação Ambiental - EA, auxiliando sua aplicabilidade em sala de aula, pelo fato de aproximar o aluno da sua realidade vivida partindo do seu ambiente de convívio como base para entender os conceitos da educação ambiental, como diz Costa (2022, p. 21) ampliando as propostas e contribuições quanto à percepção da relação homem - natureza e um aparato epistemológico diverso, possibilitando um rompimento quanto à percepção fragmentada do conhecimento vigente. Nesse contexto, através da alfabetização ecológica o aluno inicia seu aprendizado, partindo da percepção do seu lugar no mundo e compreensão dos conceitos da ecologia (dinâmica dos ecossistemas, biodiversidade, cadeia, etc.) que proporcionarão a ele a formação de uma consciência de respeito pela natureza.

> A Alfabetização Ecológica - AE é um caminho epistemológico que pode promover o diálogo entre os saberes e as vivências do sujeito, apropriando-se não somente da Floresta Amazônica, demais fenômenos e recursos naturais, mas pode se utilizar de

> outros tantos temas para promover a reflexão necessária para a formação de sujeitos comprometidos e conscientes do seu papel social e histórico. (Costa, 2022, p.16)

Dutra (2021) sustenta que o ensino da educação ambiental deve caminhar numa lógica interdisciplinar e ao mesmo tempo intradisciplinar. Dessa forma, os professores de diversas áreas trabalham juntos, compartilhando conhecimentos e metodologias a fim de alcançar uma compreensão mais abrangente e holística do assunto em questão, promovendo uma abordagem mais integrada e multidimensional. E ao mesmo tempo farão uma conexão entre os diversos aspectos da EA, envolvendo a aplicação de diferentes perspectivas, teorias ou metodologias para uma compreensão mais ampla e profunda do tema em estudo, enriquecendo a construção do conhecimento. Concordamos com Dutra(2021) que é necessário articular os diversos campos dos saberes para que se possa construir uma nova consciência crítica em virtude do quão emergente é a causa ambiental. É uma questão que necessita de profunda sensibilidade, priorizando a conscientização das crianças de hoje, para que gerações futuras possam ter respeito pela natureza e pratiquem o consumo consciente.

De acordo com Monteiro (2010), é necessário que a Alfabetização Ecológica- AE, seja uma estratégia de ensino capaz de fazer com que o aluno perceba o peso de suas ações sobre o meio em que vive adquirindo responsabilidade sobre ele. Para o autor é preciso romper com os velhos paradigmas da Educação Ambiental que objetifica a natureza, e traga à luz a realidade do aluno partindo dos aspectos geográficos do seu lugar. Considerado a relação com os ecossistemas que o cercam, a fauna, a flora, a cultura e o saber do seu povo.

Essa estratégia de ensino da EA despertará no aluno a vontade de conhecer sobre seu lugar, sobre seus espaços. Concordamos que isso é um caminho muito longo a ser percorrido, mas é possível realizá-lo. Através da analogia dos conceitos dados em sala de aula com o ambiente vivido pelo aluno. Dessa forma é preciso integrar a Educação Ambiental ao conhecimento empírico do alunado, possibilitando a interação do seu saber com o discurso do docente, para que essa troca traga frutos ao aprendizado de ambos.

Monteiro (2010, p.17), diz que para isso é preciso entender como funciona as dinâmicas dos ecossistemas no contexto sociogeográfico, a fim de revitalizar as estruturas educativas e econômicas de maneira que os princípios da ecologia se manifestem como princípio educativo, administrativo e político.

Loureiro(2007) diz que olhar para o ensino de Educação Ambiental – EA no Brasil nos dias atuais, requer um aprofundamento no tema capaz de explorar os diversos fatores que contribuem para a construção do ambiente em que o aluno se encontra, analisando desde o contexto

socioeconômico até o contexto socioambiental. Significa dizer que o ensino desse componente curricular obrigatório no território nacional (principalmente na região amazônica) é complexo, tendo em vista que são muitas barreiras que se apresentam, não apenas para o professor trabalhar em sala, mas também para a construção do aprendizado. Dentre esses fatores que configuram barreiras para a disseminação do ensino da EA nas escolas públicas da educação básica no Brasil podemos citar:

- Pouca formação técnica disponível para os professores
- Pouco material de apoio disponível nas escolas
- Pouco conhecimento do ambiente de convívio do aluno
- Desconsideração das vivências sociais do aluno

Nesse sentido, a alfabetização ecológica faz romper com a forma de pensamento de dominação humana sobre os recursos naturais, que ver o planeta apenas como fonte de usufruto comum assumindo a responsabilidade pelo bem-estar dos ecossistemas (Dalmora, 2011), desmembrando o modelo tradicional de abordagem da natureza como belo e sagrado como afirma Loureiro (2007). Um grande exemplo desse tipo de equívoco são as datas comemorativas alusivas ao meio ambiente. Nessas datas é comum a maioria das escolas da educação básica explorarem o máximo de atividades possíveis durante esse período, na ilusão de que é assim que se trabalha a EA no âmbito escolar. O problema é que apenas um evento como por exemplo, dia da água, não é suficiente para construir conhecimento a nível de ser considerado "o desenvolvimento da educação ambiental". A EA é mais que isso, é um processo continuo (Adams,2012), trabalhoso, leva tempo e dispende dedicação, desde as mais simples orientações aos mais complexos processos de aprendizado. Certo que as datas alusivas são importante, contudo é preciso cuidar para que a EA não se resuma apenas a esse momento. Ao longo do ano letivo é fundamental insistir nas dicas básicas de conservação do meio e dos recursos naturais, nas campanhas de consumo sustentável, nos projetos de horta escolar, enfim, nas práticas educativas que firmem uma relação do aluno com o meio a sua volta.

5. PARA CONCLUIR A IDEIA, POR ENQUANTO

A alfabetização ecológica é hoje uma grande estratégia para atingir resultados mais eficazes no ensino da EA na educação básica (Monteiro,2010). Isso porque ela possibilita entender a realidade social do aluno destacando os processos dinâmicos de suas vivências, para que a partir disso ele possa compreender o seu papel social e suas responsabilidades para com o meio (Capra, 1997, *apud* Monteiro 2010). Essa abordagem faz o aluno vislumbrar um futuro construído por ele em um coletivo, e ao proporcionar esse sentimento, ele passa a sentir-se contribuinte com o processo de construção

dos seus espaços vividos. Assim será possível que o aluno perceba a Educação Ambiental não só como uma ferramenta preservacionista, ou componente curricular, mas como uma diretriz essencial para que ele adquira consciência ecológica, entendendo a relevância desse processo para sua formação social.

Os estudos analisados apontam que para que seja possível acontecer uma mudança nos modos de consumo ainda que a longo prazo, é preciso garantir acesso a alfabetização ecológica. Essa mudança será um processo, que se iniciará com a intervenção educacional desde os anos inicias da educação básica, desde a descoberta de mundo das crianças, gerando um modo de pensar com viés cultural que respeite a natureza como parte do meio reconhecendo a sua importância para a continuidade da vida humana na terra. As crianças são multiplicadoras de ideias e costumes, nesse sentido, se desde os anos iniciais da educação básica tiverem acesso a alfabetização ecológica, estabelecendo relações com o "meio" que o cerca, a probabilidade de se tornarem cidadãos ambientalmente conscientes é bem maior.

> Assim, a Educação Ambiental na Educação Infantil também está relacionada à formação de valores, atitudes e comportamentos éticos. As crianças são incentivadas a desenvolver empatia pela natureza e pelos seres vivos, compreendendo que fazem parte de um sistema interdependente. Essa compreensão contribui para a construção de uma consciência ambiental desde a infância, que pode perdurar ao longo de sua vida. (Rezende ,2023, p.20-21)

O ensino da Educação Ambiental através da alfabetização ecológica é fundamental para combater a poluição por resíduos sólidos urbanos, uma vez que procura formar sujeitos ecologicamente conscientes, apontando a importância de práticas sustentáveis que valorizem a riqueza do seu lugar. Assim, é possível promover uma cultura de cuidado com o meio (De Carvalho, 2023), a partir de iniciativas educacionais que enfatizem a redução, reutilização e reciclagem de materiais, o que a longo prazo provocará uma diminuição na quantidade de lixo gerado e, consequentemente, uma menor poluição ambiental. Juntos, esses esforços educacionais podem criar comunidades mais informadas e responsáveis, capazes de valorizar e respeitar a natureza.

Esse texto é pequeno demais para comportar tantos processos relevantes dentro da aplicação da Educação Ambiental através da Alfabetização Ecológica. Dessa forma, é preciso ampliar esse debate, para que se possa ter dimensão da complexidade do problema, oportunizando a busca de estratégias para combate-lo. Diante disso, iniciativas simples podem ser colocadas em prática diariamente para contribuir com a diminuição do descarte de materiais:

- Consumo consciente

- Avaliação autocrítica quanto a necessidade de aquisição de produtos se perguntando: “será que preciso mesmo desse produto?”
- Realizar a doação de objetos que podem ser reaproveitados ou reutilizados, antes de fazer o descarte
- Buscar a logística reversa de produtos eletroeletrônicos, pilhas, lâmpadas e baterias
- Incentivar as crianças a terem contato com a natureza

O educador, em seu espaço de trabalho, deve adotar uma abordagem holística que envolva educação, colaboração e incentivos, a fim de promover uma mudança significativa na maneira de lidar com os resíduos sólidos urbanos. É preciso situarmos a realidade, considerando os aspectos sociogeográficos nesse sentido, pois os desafios existentes nesse contexto são muitos:

- O Acesso e a inclusão: A Educação Ambiental e a Alfabetização Ecológica devem se tornar acessíveis a todas as camadas da população, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica.
- Mudança de Comportamento: Superar a resistência ao mudar hábitos arraigados e promover a adoção de novas práticas sustentáveis.
- Educação Continuada: Manter o interesse e o comprometimento dos alunos com a educação ambiental ao longo do tempo, adaptando-se a novas informações e tecnologias.

Esses desafios cobram uma abordagem colaborativa e multifacetada para serem superados, envolvendo esforços conjuntos de indivíduos, comunidades, empresas e governos, para que se possa ao mesmo tempo capacitar o profissional educador, ofertar boas condições de trabalho a ele e oportunizar o acesso à educação de qualidade não só nos ambientes urbanos, mas também nos espaços mais remotos, como ilhas e zonas rurais.

6. REFERÊNCIAS

ADAMS, Berenice Gehlen. **A importância da Lei 9.795/99 e das diretrizes curriculares nacionais da Educação Ambiental para docentes**. Revista monografias ambientais, p. 2148-2157, 2012.

BERNARDO, Paulo Eduardo Masselli et al. Bisfenol A: o uso em embalagens para alimentos, exposição e toxicidade–Uma Revisão. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 74, n. 1, p. 1-11, 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios.**2.ed.. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Luana Monteiro da. **Alfabetização ecológica: concepções, práticas educativas e novos desafios no ensino de ciências em contexto de pandemia. 2022.** 100 f.

Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

DALMORA, Eliane. **Educação Ambiental**/Eliane DALMORA. Indaial: Uniasselvi.2011.197.p.:il

DA COSTA, César Augusto Soares; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Paulo Freire e educação ambiental crítica: por uma práxis intercultural de libertação: Paulo Freire and critical environmental education: for an intercultural praxis of liberation**. Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 47, n. 3, 2023.

DE CARVALHO, Ana Cristina Pegando Gomes. **A importância da Educação Ambiental**. Revista primeira evolução, São Paulo, Brasil, v.1, n.40, p.21-28. 2023

DUTRA, Mário Augusto Alves. Educação ambiental e alfabetização ecológica no ensino fundamental: um estudo de caso com duas professoras de quinto ano em uma escola do município de Porto Alegre/RS. 2021.

GIL, Antonio Carlos**. Métodos e técnicas de pesquisa social** .6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GODECKE, Marcos Vinicius; NAIME, Roberto Harb; FIGUEIREDO, João Alcione Sganderla. **O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Revista Eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental**, p. 1700-1712, 2012.

HAMILTON, C. **Consumerism, self-creation and prospects for a new ecological consciousness. Journal of Cleaner Production**, v.18, issue 6, p. 571-575, 2010.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em 08 de abril de 2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, p. 65, 2007.

_____**Educação ambiental transformadora. Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 65-84, 2004.

_____**Educação Ambiental crítica: contribuições e desafios**. Vamos cuidar do Brasil. Conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. Pag. 65-71. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, Brasil 2007.

MONTEIRO, Benedito. **Ideias sobre alfabetização ecológica – Ecologia e Amazônia**. 2 Ed. – Belém: Editora Amazônia, 2010. 72p

Política Nacional de Educação Ambiental- PNEA Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm acesso em 08/04/2024

REZENDE, Tayná Marçal de. **CONSTRUINDO CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** 2023.

SIMONCINI, João Batista Villas Boas et al. **Educação Ambiental e resíduos sólidos urbanos no Brasil**. ANALECTA-Centro Universitário Academia, v. 8, n. 1, 2023.

WALDMAN, Maurício. **A civilização do lixo**. Revista do Instituto Humanitas Unisino, v. 410, 2012.

GT 07 – Emergências climáticas, ecologia política e desenvolvimento sustentável

ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS PARA A PRESERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES NO BAIRRO DA MARAMBAIA – BELÉM/PA

Laura Cecília Braga Guimarães[1] (UFPA),
Ludmila da Rocha Nogueira[2] (UFPA)

RESUMO
Este estudo aborda a importância da preservação de áreas verdes e estratégias comunitárias para sua conservação, destacando sua relevância para o bem-estar ambiental e a qualidade de vida das populações urbanas. As dinâmicas de produção do espaço urbano, influenciadas pela intensificação das atividades econômicas e especulação imobiliária, frequentemente geram áreas de delimitação à cidadania, resultando na transformação do espaço público em áreas privadas e restringindo o acesso, o que intensifica as desigualdades socioespaciais. Portanto, a implementação de parques, praças e jardins urbanos não apenas contribui para a preservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade do ar, mas também oferece espaços de lazer e convívio social para a população. Deste modo o estudo se concentra na área de estudo do bairro da Marambaia, em Belém, PA, destacando o caso do Parque Ecológico Gunnar Vingren e a atuação da Associação dos Moradores do Médici (AMME) na preservação e promoção do espaço verde. Também foi evidenciada a prática de reabilitação ambiental do espaço urbano através de arranjos paisagísticos. A gestão adequada dessas áreas é fundamental para mitigar os impactos negativos da urbanização desordenada, promovendo uma distribuição equitativa dos recursos naturais e fortalecendo os laços sociais na comunidade.

Palavras-chaves: Áreas Verdes; Urbanização; Sustentabilidade; Preservação Ambiental, Direito à Cidade.

1. INTRODUÇÃO

A preservação de áreas verdes e a implementação de estratégias comunitárias para sua conservação são temas cruciais na atualidade, tendo em vista não apenas o bem-estar ambiental, mas também as implicações diretas na qualidade de vida das populações. No entanto, as dinâmicas de produção do espaço urbano se desenrolam de maneira heterogênea, especialmente devido à intensificação das atividades econômicas e da especulação imobiliária (NEVES; DIAS, 2014).

Esses processos frequentemente geram áreas de delimitação à cidadania, transformando o espaço público em áreas privadas e restringindo o seu acesso. Essa transformação incide diretamente na segregação do meio, intensificando as desigualdades socioespaciais. Tal fenômeno é evidenciado não apenas pela existência de conjuntos habitacionais planejados, mas também pela oferta de serviços restritos a uma classe com maior poder aquisitivo (SANTOS, 2012).

[1] Núcleo de Meio Ambiente, UFPA, Brasil. Email: cecipranto@gmail.com
[2] Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFPA, Brasil. Email: luddmilarn@gmail.com

Por sua vez, a redução gradativa dos espaços verdes urbanos está diretamente relacionada ao adensamento de construções e ao crescimento horizontal, além da carência de planejamento que considere as questões ambientais. Estes fatores estão associados à diminuição da qualidade ambiental das cidades e relacionam-se com o planejamento inadequado dos espaços urbanos, impactando diretamente nas sociabilidades do território (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Ao compreendermos os padrões de uso e ocupação do solo nas cidades, podemos identificar áreas de maior vulnerabilidade ambiental e desenvolver políticas eficazes para mitigar os impactos negativos. No entanto, na prática, poucas ações são voltadas para a melhoria da qualidade ambiental dos espaços urbanos (LONDE; MENDES, 2014).

Entre essas ações, destaca-se a manutenção de áreas verdes públicas. A implementação de parques, praças e jardins urbanos não apenas contribui para a preservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade do ar, mas também oferece espaços de lazer e convívio social para a população. No entanto, apesar de sua importância, a criação e manutenção de áreas verdes muitas vezes enfrentam desafios, como a escassez de recursos financeiros e a pressão por uso do solo para outros fins (LIMA; AMORIM, 2006).

Deste modo, o estudo propõe investigar as estratégias que convergem para a preservação das áreas verdes a partir da revitalização do espaço urbano por meio de arranjos paisagísticos, incluindo a criação de jardins urbanos e áreas de lazer, visando à sustentabilidade do território, além de identificar práticas e iniciativas locais que promovam iniciativas de direito à cidade, inspirando políticas e ações futuras voltadas para a promoção de espaços verdes e sustentáveis no bairro da Marambaia, no município de Belém - PA.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Relação cidade e natureza

A relação histórica entre sociedade e natureza está intrinsecamente ligada à exploração e utilização dos recursos naturais para atender às necessidades humanas, frequentemente resultando na modificação dos ambientes sem considerar as consequências dessas ações. A evolução da interação entre humanos e meio ambiente, através do desenvolvimento de técnicas e organizações sociais e políticas, desempenhou um papel fundamental na construção histórica das cidades, desencadeando um processo contínuo de transformação, tornando-se um símbolo crescente do distanciamento entre seres humanos e natureza, em que as relações sociais moldadas pelo capitalismo resultaram em estruturas urbanas segregadas e excludentes (CARLOS, 1997).

Nas áreas urbanas, essa dinâmica se define pela aquisição e ocupação de territórios que adquirem valor no mercado e são distribuídos segundo as disparidades de classes e poder econômico. Esse processo acarreta em desigualdades sociais e mudanças na paisagem urbana, frequentemente associadas à degradação ambiental, sobretudo em regiões de baixada, onde residem indivíduos com menor poder aquisitivo (COSTA, 2023).

A topografia é transformada em um recurso passível de comercialização no processo de desenvolvimento do ambiente urbano, revelando a capacidade humana de conferir valor mesmo aos elementos físicos da natureza. Isso culmina na conversão de características naturais em construções artificiais, frequentemente alcançadas por meio de práticas como aterramento e canalização de cursos d'água, as quais acarretam impactos ambientais significativos (COSTA, 2023).

O autor Nir (1983), discute como as atividades humanas podem impactar profundamente na paisagem. A ação que a sociedade exerce sobre o meio ambiente incide de forma direta na modificação do mesmo ao ponto de alterar relevo através das intervenções provocadas pelo crescimento urbano. A construção de extensas superfícies impermeáveis como rodovias, avenidas e ruas presentes nas cidades, são intervenções que subtraem a área verde disponível na malha urbana, fazendo com que surjam consequências decorrentes deste processo.

Diante desse cenário complexo, é essencial uma abordagem multidisciplinar que contemple não apenas aspectos ambientais, mas também sociais e econômicos, visando a preservação de áreas verdes, a promoção da equidade socioambiental e o acesso justo a esses recursos essenciais para uma vida saudável e sustentável (LIMA; AMORIM, 2006).

2.2 Áreas verdes para prática de direito a cidade

A falta de planejamento urbano que leve em conta os elementos naturais é um fator agravante para os problemas socioambientais nas cidades. De acordo com Lima et al. (1994), isso é evidenciado pelo crescente processo de privatização das áreas verdes, que são espaços livres caracterizados pela presença predominante de vegetação arbórea, tais como praças, jardins públicos e parques urbanos.

Morero, Santos e Fidalgo (2007) ressaltam a importância de uma distribuição equitativa dessas áreas, garantindo o acesso a todos os estratos sociais e atendendo às necessidades de lazer da população urbana de forma igualitária. Nucci (2008), por sua vez, contribui para essa discussão ao destacar a necessidade de definições mais precisas para as áreas verdes locais, que devem ser caracterizadas não apenas pela presença de vegetação, mas também pela sua

predominância, ocupando pelo menos 70% do espaço e desempenhando múltiplas funções, incluindo aspectos estéticos, ecológicos e recreativos.

Assim, a gestão adequada das áreas verdes no planejamento urbano é crucial para promover uma distribuição equitativa dos recursos naturais e para mitigar os impactos da privatização desses espaços. Tanto o Plano Diretor quanto o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) estabelece diretrizes e normas para o desenvolvimento urbano sustentável a partir do acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, destacado pelo artigo 225 do capítulo VI da Constituição Federal, que incluem a preservação e a promoção de áreas verdes que se conectam diretamente ao direito à cidade (LEFEBVRE, 1991).

O Plano Diretor, como instrumento básico da política urbana do município, define as diretrizes para o uso do solo urbano, incluindo a destinação de áreas verdes. Ele pode estabelecer metas e políticas específicas para a expansão e manutenção desses espaços, garantindo que estejam adequadamente distribuídos, acessíveis à população e integrados ao planejamento urbano de forma sustentável. Estes instrumentos devem ser utilizados para efetivar a democracia territorial e avançar no sentido de garantir o direito de todos. De acordo com Harvey (2012):

> "Morar, circular, trabalhar, conviver, todos são direitos cada vez mais negados às massas populares e concentrados nas mãos de uma "pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos." (HARVEY, 2012, p. 63).

Dessa maneira, a qualidade da fruição do espaço urbano pode ser influenciada pelo estrato socioeconômico do indivíduo, que reflete sua capacidade de usufruir de seus direitos fundamentais como habitante da urbe e evidenciando também sua invisibilidade devido à falta de políticas públicas consistentes (FONTES, 2018).

Nesse sentido, o conceito de direito à cidade, delineado por Lefebvre (1991), reflete a compreensão de que o ambiente urbano é profundamente influenciado por disparidades socioeconômicas, perceptíveis em indicadores que evidenciam desigualdades territoriais, tais como a distribuição desigual de áreas verdes e arborizadas (JUSTINO et al., 2019), constituindo uma segregação caracterizada como "privilégio verde" (LIMA et al., 2020) que afasta a classe popular dos benefícios providos por um ecossistema equilibrado.

A garantia de acesso a áreas verdes de qualidade em todas as regiões urbanas promove a democratização do espaço urbano, permitindo que todos os cidadãos desfrutem dos benefícios proporcionados pela natureza em seus próprios bairros. Isso não apenas melhora a qualidade de vida das comunidades locais, mas também fortalece os laços sociais, promove a saúde física e mental e contribui para a coesão social (LIMA; AMORIN, 2006).

Além disso, as áreas verdes desempenham um papel fundamental e são amplamente citadas na literatura os seus benefícios aos seres humanos, como a redução da poluição atmosférica, regulação térmica, drenagem urbana, diversificação da paisagem construída, contribuindo para a mitigação dos impactos negativos das atividades humanas no ambiente urbano (NUCCI, 2008; TOLEDO, SANTOS, 2008).

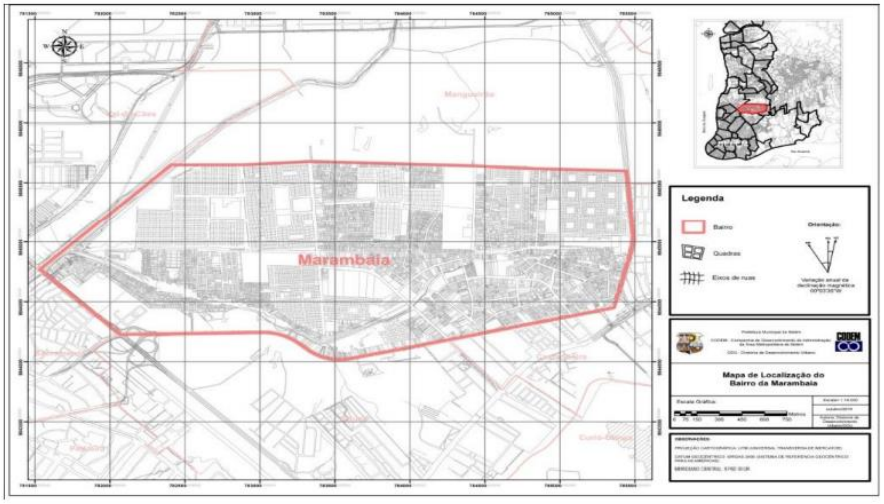
Desse modo, diante das diversas funções ecológicas que as áreas verdes proporcionam se justifica a sua manutenção que favorece a construção de cidades mais sustentáveis e resilientes, atendendo às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras.

3. METODOLOGIA

3.1. Delimitação da área de estudo

O bairro da Marambaia (Figura 1) está localizado no município de Belém, no estado do Pará, e encontra-se situado na porção noroeste da cidade, próximo a área de entrada e saída da BR-316. O bairro faz fronteira com os bairros do Mangueirão, Val De Cães e Souza e está incluído como parte do distrito administrativo do Entroncamento (DAENT), que conta com outros 10 bairros, 3 deles situados na Região Metropolitana de Ananindeua.

Figura 1: Mapa do bairro da Marambaia, Belém, Pará.



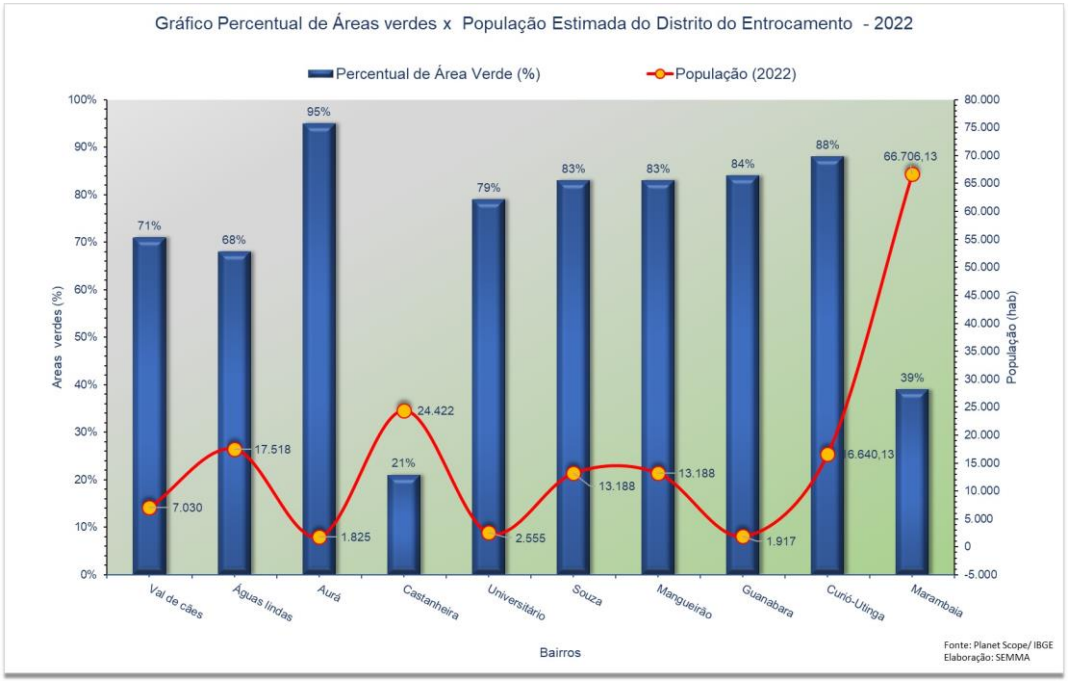
Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (2017).

A articulação da Nova Marambaia foi o primeiro conjunto habitacional da Companhia de Habitação do Estado do Pará, (COHAB) que realocou os moradores do centro da cidade em conjuntos habitacionais. A construção do bairro favoreceu a expansão da Rodovia Augusto Montenegro, que anteriormente, era área considerada de difícil acesso e pouco urbanizada (TRINDADE,1998) e que atualmente é uma das principais rodovias da cidade, conta com

diversos tipos de habitações, como condomínios, casas e prédios, além de supermercados e um shopping center, tornando-se uma área em constante expansão no município de Belém.

O bairro da Marambaia apresenta o percentual de 39% de áreas verdes urbanas, que se concentram prioritariamente em praças públicas pelos conjuntos Euclides Figueiredo, Médici e Gleba. Segundo os dados apresentados pela SEMMA em 2022, as áreas verdes no bairro são constituídas principalmente por áreas públicas de acesso restrito, como a mata da Marinha e o Parque Ambiental Gunnar Vingren, que se estendem da Nova Marambaia ao Conjunto Médice 2.

Gráfico I: Percentual de áreas verdes pela população estimada do distrito do entroncamento.



Fonte: SEMMA (2022).

Ademais, a Marambaia é o bairro com o menor percentual de áreas verdes entre os 10 bairros que constituem a DAENT, ficando na frente apenas do bairro Castanheira, com 21% de áreas verdes. Entretanto, na Marambaia o número de habitantes é maior que todos os outros que compõem a DAENT, o que indica que os bairros mais populosos do distrito administrativo, constam com os menores índices de áreas verdes.

3.2. Coleta e análise de dados

A escolha da área de estudo para a pesquisa foi baseada na proximidade das autoras com o bairro em questão, onde ambas residem, o que possibilita uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais e ambientais presentes na área de investigação.

Diante disso, a metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico e observação direta do uso dos espaços verdes, visando a compreensão das sociabilidades locais e das práticas de preservação ambiental, além da execução de registros fotográficos como ferramenta complementar à observação participante, a fim de identificar evidências visuais que possam ser analisadas e interpretadas em conjunto com as observações qualitativas.

A abordagem integrada desses métodos visa não apenas identificar estratégias existentes, mas também proporcionar reflexões para o desenvolvimento de estratégias que promovam a preservação das áreas verdes na Marambaia que estejam congruentes com as demandas entre o desenvolvimento urbano e a conservação ambiental. Reitera-se portanto que a disposição dessas áreas está relacionada a princípios de sustentabilidade que atendem a objetivos de lazer, qualidade de vida e bem estar, constituindo portanto uma prática de direito à cidade.

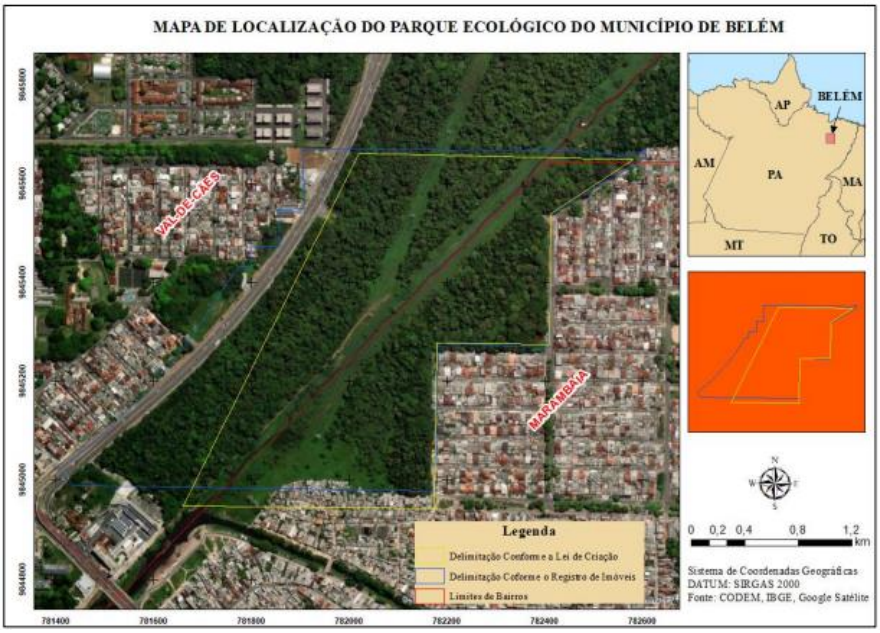
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren (PEGV)

A preservação de espaços verdes e a gestão adequada dos recursos naturais, são temas centrais e têm impacto significativo na promoção da qualidade de vida urbana. No entanto, no bairro da Marambaia, a insuficiência de gestão a essas áreas tem levado à deterioração de importantes fragmentos de natureza, como é o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren (PEGV), situado no conjunto Médici.

Este parque, destinado ao município no ano de 1991, pela Lei nº 7.539/1991, que considera a área como uma Unidade de Conservação (UC) integral e importante remanescente de biodiversidade, tendo em seus 44 hectares de extensão a presença de variados ecossistemas, como a várzea, terra firme e igapó (SEMMA, 2024).

Figura 2: Mapa de localização do Parque Gunnar Vingren.



Fonte: GONÇALVES (2023).

A criação do Parque Ecológico está associada às reivindicações dos moradores do bairro pela preservação da área verde que vinha sofrendo com ocupações irregulares e descarte inadequado de resíduos (CARDOSO, 2012). A contribuição da Associação dos Moradores do Médici (AMME) em 1991 como representante da sociedade civil para ao Conselho Gestor do parque foi crucial para fortalecer a intervenção comunitária frente à defesa do meio ambiente do município de Belém (Belém, 1992).

A área do parque passou por modificações em sua estrutura a partir de intervenções governamentais de dois principais projetos: Macrodrenagem da Bacia do Una em 1998 e o Projeto Ação Metrópole, para a construção da rodovia Centenário em 2010. Essas obras ocorreram quando o parque já havia sido consolidado enquanto UC e impactou significativamente na biodiversidade local. Com a conclusão da obra da Avenida Centenário, a seção que atravessa o parque passou a ser gerenciada pelo Núcleo de Gestão de Transporte Metropolitano (NGTM), deixando de ser responsabilidade de órgãos ambientais (CARDOSO, 2012).

Após quase duas décadas de sua criação, o parque foi finalmente aberto ao público em 2010, como parte de uma medida de compensação pela perda de biodiversidade causada pela intervenção do Projeto Ação Metrópole (CARDOSO; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2015). Que visava mitigar os impactos ocasionados pelo referido projeto através da construção de infraestrutura no parque, que como parte do processo de compensação, tinha como objetivo principal proporcionar o uso público do espaço (PARÁ, 2010).

No entanto, na época da inauguração do parque, o acesso ao espaço público era bastante restrito, requerendo agendamento prévio para entrar no local e utilizar suas instalações, como bancos e malocas, o que limitava as visitas a ocasiões esporádicas, geralmente, realizadas por escolas do bairro e em atividades sociais, como sessões de yoga, oferecida por moradores locais.

A gestão do parque manteve as mesmas normas de visita durante cerca de três anos até a sua completa restrição, deixando o espaço sob a responsabilidade da guarda municipal até o ano de 2020, o que comprometeu a concepção original do espaço como uma área de uso coletivo aberta ao público geral.

Desde então, o parque tem enfrentado o abandono por parte das autoridades públicas, carecendo de segurança e apresentando uma estrutura deteriorada, o que impede o acesso dos moradores locais, o que resulta em sua subutilização, como evidenciado na Figura 3. Isso contribui diretamente para a falta de segurança na área e a limitação do espaço para uso coletivo, visto que em muitos trechos do parque, o muro de proteção encontra-se totalmente deteriorado, o que facilita a entrada de pessoas no parque e diminui a segurança de moradores que utilizam áreas coletivas, como a praça da Figura 4.

Figura 3: Guarita de entrada do parque abandonada, com estrutura deteriorada e sem grade de contenção.



Fonte: Autoras (2024).

Apesar do direcionamento dessas obras para o desenvolvimento urbano do bairro, observou-se um aumento significativo nos processos de degradação ambiental, especulação imobiliária e agravamento da insegurança social como consequência dos projetos feitos na área (CARDOSO; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2015). Além de o parque sofrer influência do ambiente urbano devido ao fluxo dos igarapés do Burrinho e São Joaquim, que atravessam suas extensões e estão poluídos devido ao descarte de esgoto sem tratamento (UFRA, 2008).

Essas situações evidenciam um desafio abrangente relacionado à gestão e conservação de áreas designadas para preservação ambiental, que permanece como uma questão prioritária na pauta de mobilização dos moradores do Conjunto Médici que denunciam a negligência em relação à área verde pública do bairro e tentam protegê-la por conta própria (Figura 5).

Figura 5: Placa da AMME em uma das extensões desprotegidas do Parque.



Fonte: Autoras (2024).

Isso destaca os desafios enfrentados pelos moradores do Conjunto Médici 2, onde a falta de apoio público ao parque e à comunidade local é um obstáculo significativo. Além de seus benefícios ambientais, o parque tem o potencial de enriquecer a vida da comunidade, oferecendo oportunidades de lazer e contato com a natureza se estivesse integrado aos planos governamentais.

4.2 Ações estratégicas dos moradores do bairro da Marambaia

Diante da negligência da administração pública em relação aos espaços verdes na malha urbana do bairro da Marambaia, os residentes têm tomado a frente na iniciativa de revitalizar áreas, especialmente aquelas situadas em locais que carecem de utilidade e correm o risco de se tornarem pontos de despejo irregular de resíduos, conforme mostrado na Figura 5. Assim, os moradores estão se envolvendo em atividades comunitárias para transformar espaços anteriormente subutilizados ou carentes de vegetação em ambientes mais vivos e acolhedores, como pode ser observado nas Figuras 6 e 7.

A manifestação paisagística, portanto, não apenas evidencia tentativas de reabilitação ambiental em áreas degradadas, mas também atua como um indicador comunitário para identificar locais propensos a danos ambientais. Isso destaca a capacidade da comunidade de

discernir e agir diante das lacunas deixadas pela gestão pública, contribuindo para a melhoria do ambiente urbano e a promoção da sustentabilidade local.

De acordo com Corrêa (2015), a reabilitação ambiental transcende a mera restauração física, pois influencia significativamente na dinâmica social. Em áreas degradadas, frequentemente observa-se a proliferação de atividades ilegais, gerando exclusão e marginalização dos residentes locais. Por meio da revitalização desses espaços como ambientes de uso coletivo, promove-se não apenas sua atratividade e segurança, mas também o fortalecimento dos laços comunitários e a inclusão social dos moradores.

Figura 6: Espaços verdes criados pelos moradores do Conjunto Médice.



Fonte: Autoras (2024).

A vegetação presente nas áreas urbanas é frequentemente vista como um componente essencial do paisagismo, destinado a criar ambientes harmoniosos e visualmente agradáveis para os habitantes. No entanto, é importante destacar que a vegetação desempenha funções ambientais fundamentais além de sua contribuição estética, o verde urbano, composto por ruas arborizadas, jardins, parques, praças e áreas de vegetação nativa, tem o poder de modificar as paisagens urbanas, mitigando o clima seco das cidades e aprimorando a qualidade de vida de seus residentes (SANCHES, 2014).

Figura 7: Área verde criada pelos moradores em uma das praças do Conjunto Médice.



Fonte: Autoras (2024).

Portanto, as estratégias comunitárias ambientais na Marambaia estão historicamente associadas ao desenvolvimento do bairro. Isso se reflete não só pela articulação dos moradores junto ao poder público para a criação da unidade de conservação do Parque Ecológico Municipal Gunnar Vingren, mas também por meio de ações independentes dos moradores, como o estabelecimento de canteiros comunitários e o reaproveitamento de materiais, como pneus, para a promoção do paisagismo urbano e bem-estar social.

Observou-se que esses espaços tendem a promover a integração social por meio da reabilitação de áreas anteriormente degradadas, contribuindo assim para a sustentabilidade do uso coletivo do espaço.

5. CONCLUSÃO

Portanto conclui-se que a má gestão das áreas verdes pode levar à subutilização de seus benefícios sociais e ecológicos, conforme apontado por Guzzo (1999). Esses espaços, quando adequadamente administrados, têm o potencial de proporcionar uma série de vantagens, como a melhoria da qualidade do ar, a promoção da saúde mental e física da população, o estímulo à biodiversidade e a criação de áreas de lazer e recreação para os moradores urbanos. Porém, quando a gestão dessas áreas é deficiente, esses benefícios não são plenamente aproveitados e reiteram a lógica de segregação socioespacial que mantém os habitantes da urbe propensos às consequências da degradação ambiental.

Assim, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas que incorporem as áreas verdes à vida urbana, alinhadas ao potencial sustentável dos bairros, visando alcançar benefícios sociais, ambientais e econômicos. Isso pode incluir a revitalização das praças locais para uso coletivo, a reabertura de parques ambientais para atividades ao ar livre e a promoção de pesquisas científicas e programas de extensão que integrem a comunidade à área de conservação e às outras áreas verdes remanescentes no bairro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM. Projeto de Saneamento para recuperação das Baixadas de Belém - Bacia do Una, v. 1, Síntese: **SEGEP/PMB**, Belém, 1992 .268 p.

BENINI, S. M.; Martin, E. S. **DECIFRANDO AS ÁREAS VERDES PÚBLICAS**. 2018.

CARDOSO, S, L, C. Subsídios à gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren (PEGV). 2012. 157 f. **Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente**, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

CARDOSO, S, L, C; VASCONCELLOS, M, S; VASCONCELLOS, A, M, A. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, p. 74-90, 2015.

CARLOS, A. F. A. A cidade. 3. ed. São Paulo: **Contexto**, 1997.98p.

CORRÊA, R. S. Reabilitação ambiental: a vegetação além do paisagismo. **Paranoá**, 8(14), 2015.

DE OLIVEIRA COSTA, H, R. Cidade, ambiente e injustiça: o papel do planejamento urbano na qualidade ambiental. **Geografia**, v. 48, n. 1, p. 1-25, 2023.

FONTES, L. O. São Paulo nos anos 2000: segregação urbana e mobilidade social em termos de renda e escolaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.20, n.2, p.304-324. 2018.

GONÇALVES, J, B. Análise espacial da ocupação e transformação no entorno do Parque Ecológico Gunnar Vingren do município de Belém/Pa. Orientadoras: Carolina da Silva Gonçalves; Larissa Mourão Pantoja. 2023. 55 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura)** - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2023.

JUSTINO, S. T. P; MORAIS, Y. Y. G. A; DE ALMEIDA, N, A. K., SOUTO, P. C. Composição e Georreferenciamento da arborização urbana no distrito de Santa Gertrudes, em Patos–PB. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 24-35, 2019.

LEÃO, M, B, M S. REMOÇÃO E REASSENTAMENTO EM BAIXADAS DE BELÉM: Estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010). **Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará**, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013.

LEFEBVRE, H. O Direito à cidade. São Paulo: **Editora Moraes**, 2001.

LIMA et al. O direito à cidade arborizada: a arborização urbana como indicador da segregação socioeconômica em Belém do Pará. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Curitiba – PR, 2020.

LIMA, V; AMORIM, M, C, C, T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, v. 1, n. 13, 2006.

LOBODA, C, R; DE ANGELIS, B, L, D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.

LONDE, P, R; MENDES, P, C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014.

MORERO, A.M.; SANTOS, R.F.; FIDALGO, E.C.C. Planejamento ambiental de áreas verdes: estudo de caso de Campinas-SP. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, v.19, n.1, p. 19-30, jun. 2007.

NEVES, E; DIAS, F. **A produção do espaço urbano no bairro da Marambaia**, Belém - PA. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2014.

NUCCI, T. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicada ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. Curitiba:o autor, 2.ed.2008. 150 p.

PARÁ. Secretaria Especial de Projetos Estratégicos - SEPE. (2010). **Projeto Ação Metrópole** Recuperado em 15 de março de 2010, em http://www.sepe.pa.gov.br. » http://www.sepe.pa.gov.br

SANCHES, P, M. **De áreas degradadas a espaços vegetados**. Editora Senac São Paulo, 2014.

SANTOS. Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas.** – 6. ed. reimp. – São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2012.

TOLEDO, F, S; SANTOS, Douglas Gomes. Espaços livres de construção. **Revista da sociedade brasileira de arborização urbana**, v. 3, n. 1, p. 73-91, 2008.

UFRA. **A fertilidade do solo em unidades de conservação no município de Belém (PA)**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2008. 54p. (UFRA. Informe Técnico,30)



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 08

Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

Coordenadoras/es

Luzia Miranda Álvares (GEPEM/UFPA) • Patrícia da Silva Santos (PPGSA/UFPA)
Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto (PPGSA/UFPA) • Jane Beltrão (PPGA/IFCH)
Daniela Ribeiro de Oliveira (PPGSA/UFPA) • Ana Manoela Soares Karipuna (PPGSA/UFPA)
Elton Luis da Silva Júnior (UFPA) • Hellen Regina Martins Rocha (PPGSA/UFPA)
Janete Rodrigues Botelho (PPGSA/UFPA) • Maria Amoras (PPGSS/UFPA)
Ignácio Gabriel San Martin (PPGSA/UFPA)

Ementa: São esperados para este GT trabalhos que analisem as sociedades tomando como referência principal a reprodução histórica do racismo pois a euroamérica tem desfavorecido grupos negros e indígenas que conformam, para alguns países, a maioria da população. Ainda que a decolonialidade e sua crítica possa levantar pontos importantes para aprofundar o debate, o GT espera receber resumos também sobre as questões de gênero, os feminismos, os processos de colonização do poder e do saber e as tendências teóricas na análise do pensamento e da cultura na colonialidade/modernidade ocidental. O reconhecimento de que existem sociedades estruturadas com base na discriminação ainda que haja uma legislação que garanta direitos e protetivas, o racismo contra indígenas e negros e a dominação patriarcal permanecem como eixos históricos que modelam as sociedades do presente. E, na contra-corrente, os movimentos afirmativos e sujeitos coletivos ampliam suas mobilizações e sua inserção no campo da política nacional. Serão bem vindos trabalhos que discutam a ação do Estado e de suas políticas de inclusão, de políticas afirmativas de gênero, raça e etnias, como também sobre o debate acadêmico e suas categorias teóricas, o conhecimento produzido por intelectuais negros e indígenas e demais profissionais que entendem a relevância da democracia em toda a América Latina e Caribe.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

CONTRIBUIÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO POVO ARARA (*KARIB*) DA TI CACHOEIRA SECA, UM DIÁLOGO ENTRE AS FONTES ESCRITAS E AS VOZES DA MEMÓRIA COLETIVA SOBRE O CONTATO COM OS *KAREI*.

Diego Fernando Builes Puertas[1] (NAEA/UFPA)

RESUMO: A pesar que a homologação da TI Cachoeira Seca foi concedida em 2016, a regularização não foi concluída por falta de um processo de desintrusão de antigos moradores que chegaram acompanhando as iniciativas de colonização do governo militar da década 1960. Aproveitando as lacunas do trâmite fundiário desta TI, invasores ilegais desmatam, traficam com madeira, grilam terra, realizam outras atividades ilegais, sem importar a proteção constitucional. Em adição, outras problemáticas menos evidentes, se tem reproduzido através dos diferentes períodos políticos da história brasileira. Discursos desfavoráveis para os povos indígenas, relacionados com: "território vazio" ou habitado por "povos despossuídos de conhecimento útil para a civilização", têm sido usados para a imposição hegemônica, invasão e tomada dos territórios. O clássico trabalho "História dos Índios no Brasil", chama a atenção para realizar um esvaziamento permanente destes discursos desfavoráveis. Nesse esvaziamento, que se posiciona este trabalho. Se apresentam as informações da revisão documental sobre a ocupação histórica do povo Arara (Karib) e sua localização geográfica na região da calha do Xingu, e os relatos da memória coletiva do grupo Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca, sobre a estrutura geopolítica da ocupação, o estabelecimento de redes de cooperação e a mobilidade dos grupos espalhados no território. As informações apresentadas neste trabalho fazem parte do documento para dissertação de doutorado, no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA), possivelmente intitulado: "(Nosso Território): Histórias, Memória Coletiva e Formas de Uso do Território e a Biodiversidade entre os Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca".

Palavras-chave: Xingu, TI Cachoeira Seca, Povo Arara, Uso do território, Transamazônica.

INTRODUÇÃO

O povo Arara (Karib) do Pará foi contatado oficialmente pela Frente de Atração Arara-FAA, estabelecida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) na década de 1970, após de diversos incidentes durante a execução do Programa de Integração Nacional (PIN) para a colonização e desenvolvimento econômico, implementados pelo governo militar da época (MILANEZ, 2015; MONTEIRO, 2020). O PIN contemplava a instalação de milhares de famílias do nordeste e de outras regiões do Brasil, a partir de projetos de colonização oficial e privada (SANTOS, 2017). Esses projetos de colonização teriam seu eixo articulador na construção de infraestrutura de comunicação das estradas e rodovias, com um sistema de travessões para permitir a ocupação das áreas adjacentes ao traçado, e também, o acesso aos recursos da biodiversidade para a integração no sistema económico extrativo e na alimentação das levas colonizadoras.

[1] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Brasil. Email: dfbuilesp@gmail.com

Foi durante os estudos e construção do traçado da transamazônica BR-230, que diversos incidentes e conflitos, deram visibilidade a presença dos grupos Arara que defendiam seus locais de perambulação, de assentamento e de instalação de seus roçados. De acordo com as informações, a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), tinha cortado o território desse povo no meio (MILANEZ, 2015; SANTOS, 2017), e imposto uma barreira física para a comunicação entre os subgrupos espalhados no território, e novos competidores para o acesso aos recursos alimentícios. Essa imposição hegemônica, se baseava no discurso oficial que descrevia a Amazônia como um "vazio demográfico", o qual era necessário colonizar e realizar obras de infraestrutura para o desenvolvimento econômico. Nesse marco, e com a intenção de garantir a continuidade do PIN e a construção da Transamazônica, foi criada a FAA (TONACCI, 1980; MILANEZ, 2015).

De acordo com as informações, a FAA, conseguiu o contato oficial com os grupos Arara (Karib) em 1982, 1983 e 1987. Os primeiros grupos contatados foram localizados em um posto de vigilância da FAA instalados ao outro lado do trado da Transamazônica, na margem do rio Iriri, acima de sua foz com o rio Xingú, para evitar a continuidade dos conflitos com os trabalhadores e as levas de colonização pública e privada (MILANEZ, 2015, TONACCI, 1980). Na atualidade esses grupos conformam as aldeias da TI Arara. Por sua parte o grupo contatado em 1987, conforma as aldeias da atual TI Cachoeira Seca, da qual foram declarados os limites só em 2004, após de um interrompido processo de delimitação oficial, devido às continuas contestações das lideranças políticas e econômicas, que concorriam pela adjudicação do território de perambulação tradicional deste grupo (SANTOS,2017).

Apesar que a homologação desta TI foi alcançada em 2016, pelo decreto presidencial que estabelecia o usufruto exclusivo do território e a biodiversidade para a alimentação e sobrevivência cultural deste grupo Arara (BRASIL, 1988; 2016), a falta de conclusão do processo de desintrusão dos não indígenas dentro desta área, tem impedido a regularização fundiária desta TI e a sua inscrição no registro de bens na Secretária de Património da União (SPU), deixando uma lacuna jurídica que permitiu a continuidade das invasões, que não tem parado desde a interdição da área na década de 1980 (MILANEZ, 2015; SANTOS, 2017; TONUCCI, 1980). Em adição, os discursos desfavoráveis relacionados com "muita terra pra pouco índio" divulgados oficialmente para colocar as atividades econômicas de exploração e de produção agropecuária, acima dos direitos constitucionais, têm contribuído com o acirramento da proliferação de atividades ilegais na TI Cachoeira Seca depois de 2016.

Na atualidade a TI cachoeira Seca conta com 734 mil hectares (ha) homologadas, numa área que corresponde com três municípios diferentes: Altamira (76, 27%), Uruará (17,48%) e Placas (7,06%),

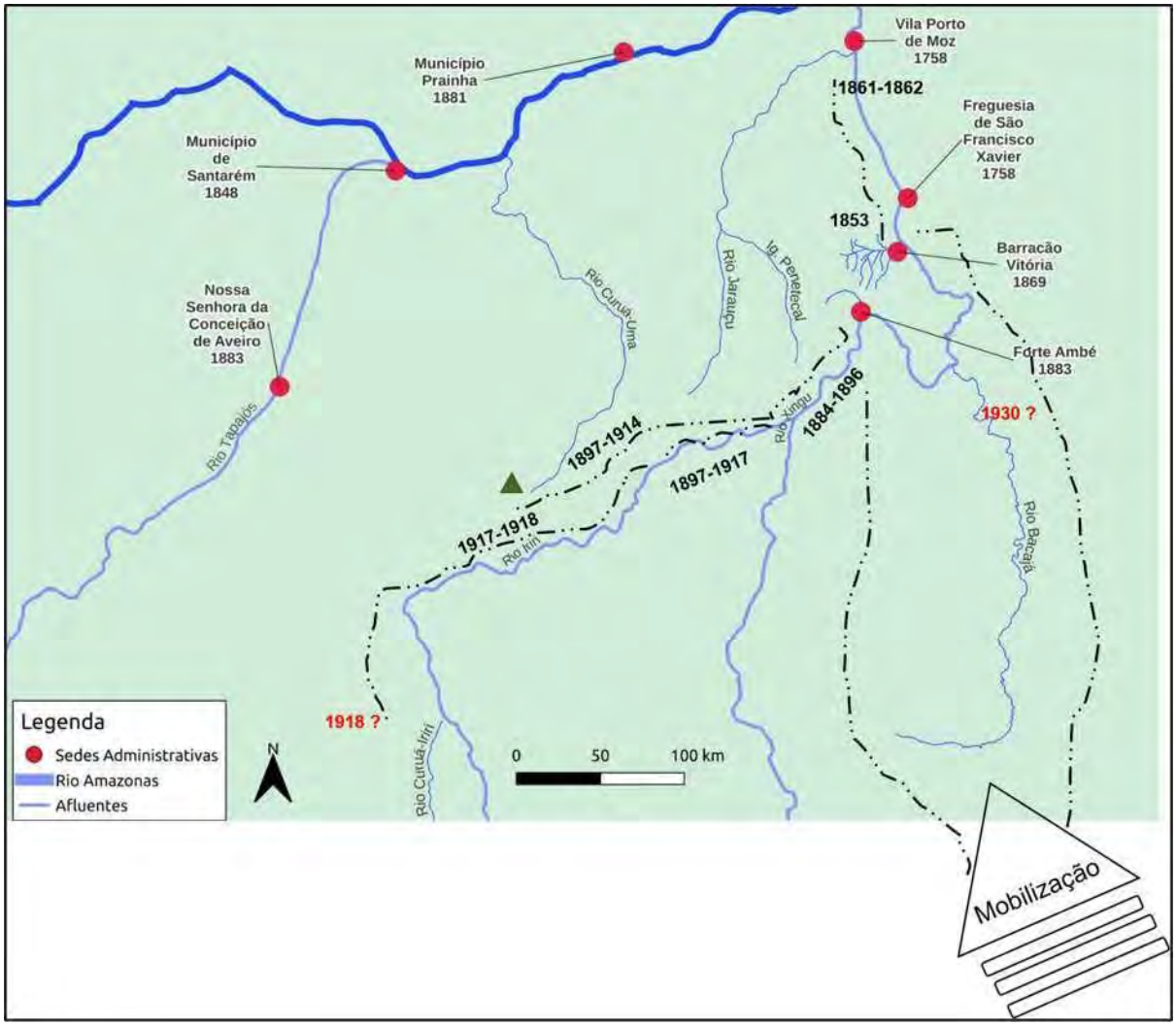
todos associados ao traçado da mencionada BR-230. As informações produzidas com o acervo de conhecimento tradicional destes grupos Arara depois do contato oficial, indicam uma organização social em grupos e subgrupos, que se dispersaram para alcançar as áreas produtivas no extenso do território de uso e perambulação. Neste trabalho se apresentam as informações oficiais sobre a mobilidade dos grupos Arara desde sua chegada na região da Volta Grande do Xingu em 1853 (NIMUNDAJU, 1948), complementadas com o resgate da memória coletiva da *Tjibie Arara*, matriarca do grupo da TI Cachoeira Seca, sobre o contato com os *karei* (não indígenas) das levas colonizadoras.

1. "Das vozes silenciadas ao esquartejamento do território pelo PIN e a Transamazônica". Detalhes da mobilidade e concentração dos grupos Arara até o contato oficial e a homologação da TI Cachoeira Seca.

Recolhendo as informações de Nimuendaju (1946), as primeiras informações sobre os grupos Arara, na região da Volta Grande são aportadas pelos grupos Juruna, que detalham a chegada desses grupos Arara, provenientes de um igarapé afluente no montante do Xingu, de onde teriam mobilizado pelas pressões dos grupos Kayapó. O tamanho do grupo registrado foi de aproximadamente 300 pessoas. Após da sua chegada na região, os registros oficiais, mencionam que em 1853, os grupos já teriam chegado abaixo da Volta Grande, evitando os conflitos com os grupos Juruna, desde onde teriam cruzado para a margem esquerda e convivido por algum tempo entre seringueiros que já ocupavam as diferentes colocações e barracões dos Seringais (CLAUSS, 1886; COUDREAU, 1896). Após isso, em 1861, já teriam alcançado outras localidades do sistema seringalista da margem esquerda abaixo da Volta Grande, e permaneceram lá até 1862, quando abandonaram esses locais. Em 1884 os grupos são registrados ocupando os territórios mais acima, entre a foz do Rios Ambé e a foz do Rio Iriri (CLAUSS, 1886) e em 1896, vários elementos topográficos referenciados fazem menção das possíveis áreas de perambulação e conexão entre locais de ambas as margens do Xingu e da margem esquerda do Rio Iriri (COUDREAU, 1896).

Após de 1897 o grupo da margem esquerda teria tido uma divisão interna, e abandonado os locais de assentamento abaixo da foz do Iriri, por conflitos com os não indígenas dos barracos e colocações seringalistas. Ambos os grupos resistiram as correrias, os ataques, e os conflitos até que as últimas informações sobre os grupos da margem esquerda, só consistiram no registro de clareiras e outros vestígios de sua ocupação no Curuá-Uma em 1914, de seus acampamentos na margem esquerda do Curuá do Iriri em 1917, e do registro em 1930, de um grupo na calha do rio Bacajá na margem direita (NIMUENDAJU, 1948). Isto pode sugerir uma prévia divisão de grupos que cruzaram à margem esquerda, e de grupos que continuaram suas diásporas na margem direita (Mapa1).

Mapa 1. Mapa da diáspora dos Arara, segundo as informações históricas. Em detalhe, as possíveis rotas que os grupos Arara que fugiam das pressões dos kayapó, podiam ter tomado para chegar à região da Volta Grande do Xingú. Edição: Diego Fernando Builes Puertas. Fontes históricas: Clauss (1886); Coudreau (1896); Nimuendaju (1948).



A partir disso, os grupos Arara, só voltaram a ser registrados na década de 1960, quando o governo político da ditadura militar executava o PIN e construía a Transamazônica BR-230 (MILANEZ, 2015; MONTEIRO, 2020; SANTOS, 2017; TONACCI, 1980), no imenso interflúvio delimitado pelos rios: Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu. Segundo as informações, o PIN tinha previsto a promoção da colonização desse interflúvio, a partir de programas públicos para a criação de agrovilas, e privados para a implantação de sistemas económicos, entre os que se incluíam as atividades pecuárias, mas também as extrativas, devido às necessidades de despejo da vegetação natural, para a execução das obras (MILANEZ, 2015; SANTOS, 2017). Esses programas de colonização, tiveram seu eixo articulador, na construção de infraestrutura de comunicação das estradas e rodovias, que por sua vez, teriam um sistema de travessões, que permitiu a ocupação das áreas

adjacentes ao traçado e o acesso aos recursos da biodiversidade para a integração no sistema económico de exploração, que também incluía a alimentação. De acordo com Milanez (2017), milhares de quilômetros quadrados formam desmatados e substituídos por pastagens para a atividade pecuária até a década de 2010. Isto, porque a extração madeireira era uma das atividades principais do sistema económico de exploração durante esse período. Outras economias de exploração extrativa como a dos minerais e o petróleo, também estavam na perspectiva (MILANEZ, 2015).

Segundo as informações de Santos (2017), tanto a colonização pública, quanto a colonização particular contempladas no PIN, já tinham sido definidas e regulamentadas no estatuto da terra em 1964. O estatuto regulava os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, mas segundo a autora, foi direcionada para garantir a hegemonia e o controle das terras da União, pelo seu resultado na reprodução dos modelos de grandes propriedades rurais para as atividades agropecuárias; dos empreendimentos privados com mão de obra articulada como programa de colonização particular; e da especulação do mercado de terras, que rapidamente se articulou com a grilagem. Uma das cooperativas industriais que iria participar do PIN associado à construção da Transamazônica e seus de travessões, era a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda (Cotrijuí) (MILANEZ, 2015; SANTOS, 2017).

Os estudos e levantamentos para a construção do traçado da Transamazônica BR-230 e seu sistema de travessões, interconectados perpendicularmente ao traçado principal, e se internando até por 20 km em ambas margens do mesmo, começaram na década de 1960. Contudo, a colonização oficial de seu traçado, começou a ser efetivada desde 1970, instalando levas colonizadoras de várias partes do país, mas com o enfoque político de atender as necessidades sociais da seca nordestina. Por outra parte, a colonização particular começaria a partir de 1974. De acordo com a previsões, definições e legislações (BRASIL, 1964), a modalidade particular devia ser executada por uma firma de colonização que promoveria o aproveitamento da terra no modelo de “empresa particular” e em adição receberia estímulos como: terras disponíveis e financiamento ao longo prazo; obra e recursos de infraestrutura; seleção e capacitação de agricultores; apoio a pedidos de financiamento dos seus projetos, etc. Segundo essas disposições, a finalidade da colonização particular, era completar e ampliar a ação estatal na política de acesso facilitado à propriedade rural (SANTOS, 2017).

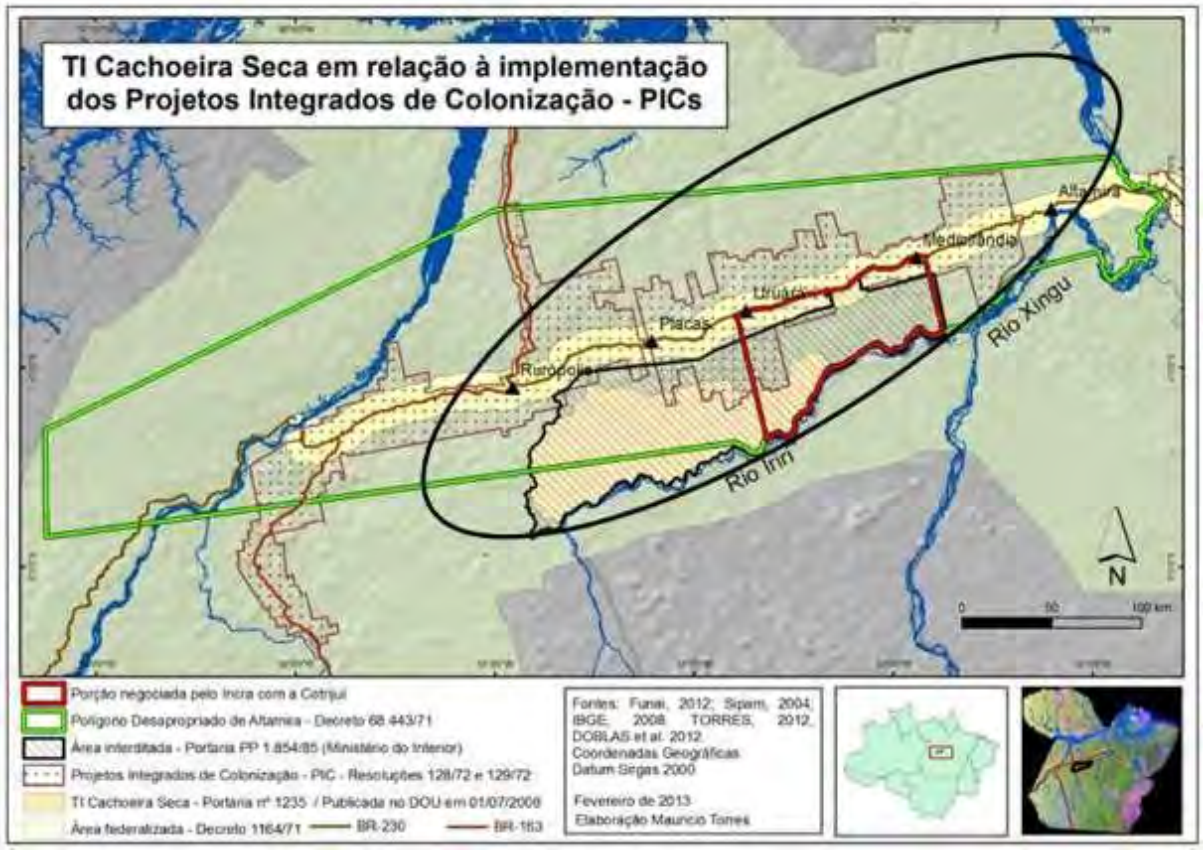
Neste marco, e depois da emissão das instruções especiais do INCRA em 1976; que estabeleceram os critérios para a alienação de terras da União e dos municípios para atender as empresas particulares de colonização; e definiram a participação de cooperativas agropecuárias nos programas de colonização da Amazônia, que a Cotrijuí, uma cooperativa de pequenos agricultores da

região sul de brasileira, recebe 400 mil hectares do polígono desapropriado de Altamira (PDA), em 1977, para a implantação de um projeto de colonização particular voltado para 2 mil famílias, numa área compreendida entre a Transamazônica e o rio Iriri (SANTOS, 2017). Essa evidente sobreposição de áreas, explica a expressão de Santos (2017) "a atuação do Estado gestou o cenário conflitante", para se referir aos impactos sociais de esta sobreposição (Mapa 2).

No mapa, o polígono de linha vermelha, corresponde com a área concedida a Cotrijuí, mediante contrato com o INCRA, assinado no dia 17 de março de 1977, onde se instalaram fisicamente durante o primeiro semestre deste mesmo ano. Nesse trâmite, a Cotrijuí recebeu do governo federal uma certidão negativa de existência de povos indígenas nas terras destinadas à de colonização (SANTOS, 2017). Obviamente, mesma lógica de "certidão negativa" foi usada para a designação dos territórios usados para a construção da infraestrutura da BR-230 e para a implantação dos PICs, e a criação de agrovilas e outros municípios associados como Medicilândia, Brasil Novo, Uruará e Placas, Rurópolis e Trairão. Em adição, os interesses econômicos ligados a economia da exploração madeireira, apareceram com maior clareza na década de 1980, quando a renovada chefia da FAA, continuava os trabalhos de atração dos grupos Arara que se encontravam nas nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu, na Transamazônica.

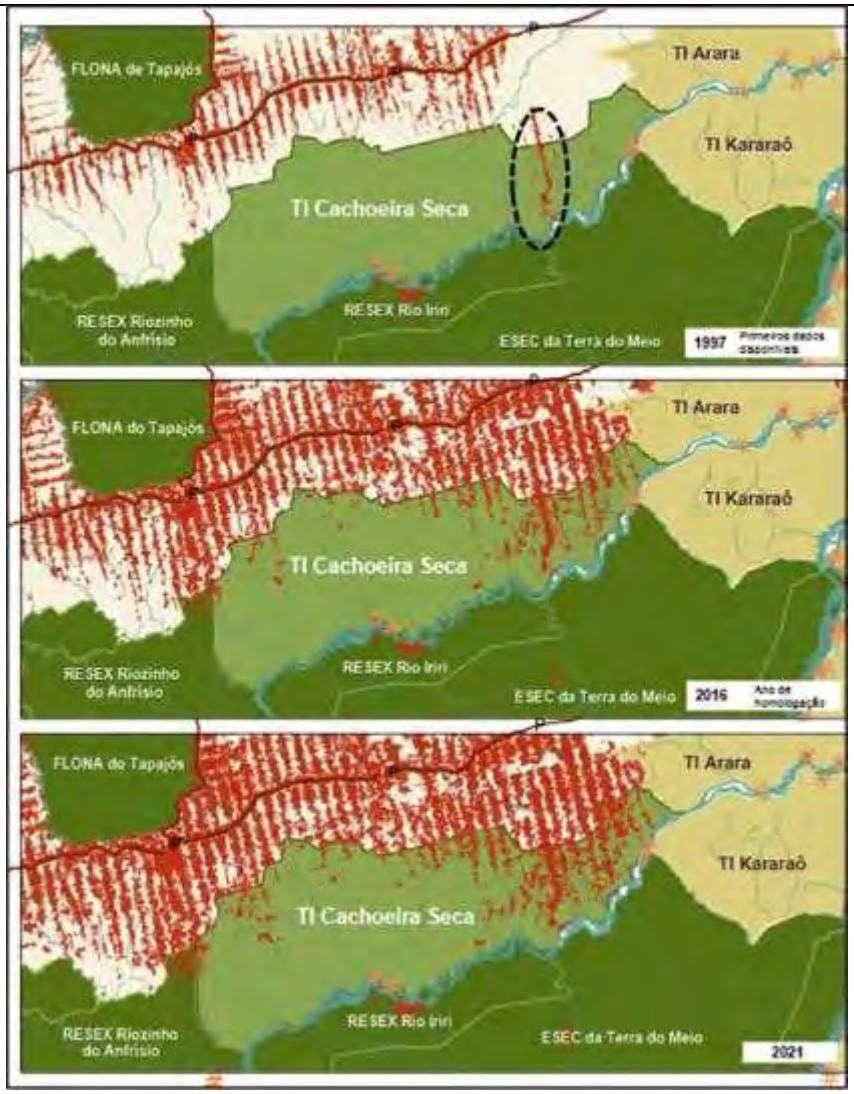
Nesse contexto, a Madernach Indústria, Comércio e Exportação de Madeira, mais conhecida como "Bannach", aparece na década de 1980, em uma coincidência de temporalidade com a suspensão temporal das atividades da FAA entre 1981 e 1982. A empresa madeireira inicia conversações com o INCRA, para combinar a abertura de uma estrada que prolongasse o travessão 185, que iniciava perto do município de Uruará, na parte norte, até a beira do rio Iriri, onde hoje fica o porto Maribel. A prolongação do travessão 185 até Maribel, hoje é conhecido localmente como Transiriri. Segundo as conversações entre o INCRA e a empresa particular, a abertura dessa estrada contribuiria com o êxito dos planos oficiais de colonização, e de passo ajudaria nos interesses da empresa que tinha concessões madeireiras numa área na margem direita do rio Iriri (SANTOS, 2017). Segundo as informações de Santos (2017), A Bannach não só realizou atividade madeireira nas terras da margem direita do Iriri, também o fez em ambas as margens da chamada Transiriri.

Mapa 2. Mapa da localização do polígono desapropriado do município de Altamira, onde se implementaram os Programas Integrados de Colonização oficial (PICs) e os programas de colonização particulares como o da Cotrijuí. Em detalhe, o polígono desapropriado indicado dentro da linha verde, os PICs associados ao traçado da Transamazônica BR-230 e o polígono territorial concedido à Cotrijuí dentro da linha vermelha. Dentro da área da linha negra, estaria um grande conjunto das áreas identificadas pela perambulação histórica deste grupo. Edição: Diego Fernando Builes Puertas. Fonte: Santos (2017). Fontes históricas: Clauss (1886); Coudreau (1896); Nimuendaju (1948);



De fato, as vozes dos antigos colonos que chegaram nessa época, recolhidas pela autora, confirmam que durante a abertura da Transiriri, espécies de madeira de lei como o mogno (*Swietenia macrophylla*), foram escoadas pela Transiriri além de que, assumindo a autorização oficial do INCRA, famílias de colonos se foram instalando espontaneamente ao longo deste traçado, antes da interdição da área da TI Cachoeira Seca (SANTOS, 2017). Uma projeção do avanço dessas invasões desde uma das declaratórias de limites em 1997 até o 2021 (Mapa 3), é apresentada no texto do protocolo oficial de consulta da TI Cachoeira Seca (ASSOCIAÇÃO KOWIT, 2022).

Mapa 3. Progressão histórica das invasões da TI Cachoeira Seca a partir dos travessões da Transamazônica BR 230, desde 1997 até 2021. Em detalhe aparece o traçado do ramal chamado "Transiriri", aberto por concessão do INCRA ao empreendimento particular da empresa Banach, desde a década de 1980, quando apenas se retomavam as ações da Frente de Atração Arara-FAA, lideradas pela Funai. Edição: Diego Fernando Builes Puertas. Fonte: Protocolo de Consulta do Povo Arara da TI Cachoeira Seca. Kowit (2022). Disponível em: https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2022/04/protocolo-cachoeira-seca-web.pdf



Dita ocupação espontânea, principalmente das famílias de localidades do traçado da Transamazônica, pode ser explicada por vários elementos. Por uma parte, o funcionamento do INCRA na região se dava por meio do PIC Altamira, que se localizava no atual município de Brasil Novo. Desde lá, se teriam iniciado as demarcações para os posseiros e trabalhadores rurais, que ocupariam as margens do traçado e as áreas da Cotrijuí. Com a suspensão dessas demarcações pela interdição de uma área para o contato Arara, e o espalhamento da notícia da abertura da Transiriri, as famílias desesperadas, iniciaram a colonização espontânea das áreas adjacentes, com a esperança de regularizar suas ocupações, o que até a atualidade não ocorreu, pela declaração e homologação da

TI Cachoeira Seca, que prevê a desintrusão da população não indígena, de dentro da área homologada para seu oficial regularização.

Por outra parte, de acordo com as informações de Santos (2017), os políticos locais também incentivaram as famílias para a ocupação, e se manifestaram diretamente durante o processo de delimitação da TI Cachoeira Seca, que se estendeu desde a década de 1990 com a primeira proposta de limites até a declaratória da TI em 2008. Durante esse período municípios, como Uruará, Medicilândia e Brasil Novo, apoiados por cooperativas produtoras, opuseram várias contestações ao processo, retardando a demarcação e incentivando o assentamento de não indígenas, nas áreas de amortecimento e a prolongação dos travessões ao interior da TI, com justificativas econômicas e discursos desfavoráveis sobre os povos indígenas (Ver mapa 2). Nesse marco de "choque de trens" entre as políticas oficiais, por um lado, para a colonização e desenvolvimento económico, e por outro, para a proteção dos territórios tradicionalmente ocupados pelas populações indígenas. Os efeitos colaterais desse choque de trens na década de 1980, continua na atualidade, e coloca maior complexidade, ao momento da conclusão da desintrusão.

2. "As vozes dos Ogorogmó resistindo no território". Elementos das percepções sobre o contato com os *karei* (não indígenas) e mobilidade do grupo da TI Cachoeira Seca.

De acordo com as informações os grupos do povo Arara se auto reconhecem como *Ogorogmó*, que teria um significado em português similar à expressão: "gente da mesma família" (ASSOCIAÇÃO KOWIT, 2022; TEIXEIRA-PINTO, 1997; SANTOS, 2017). Segundo as informações levantadas em oficinas participavas e colaborativas, nos períodos de maio e setembro de 2022, e março e abril de 2023, baseadas na memória coletiva acumulada a partir das ensinanças e da experiência de vida das mulheres mais idosas do grupo contatado em 1987: *Tjibie Arara* e sua filha mais velha, *Iogo Arara*. A primeira já falecida, e a segunda ainda viva. A maior parte destas informações, foram depoimentos sobre as lembranças de sua mãe e irmã, mas também das experiências pessoais de outras filhas mais novas como, *Tatji Arara, Onatjiodo Arara e Tupu Arara*, todas adultas no momento do primeiro contato com a equipe da FAA em 1987. Também se incluíram as percepções e a memória de vida de *Piu Arara*, um dos homens adultos mais experientes, no contato oficial (Foto 1) e das atuais lideranças das aldeias Mobo Odo Arara (Aldeia Iriri), Ioru Arara (Aldeia Awi) e Timbek Arara, Presidente Associação Kowit (*In memoriam*).

Segundo as informações e depoimentos, os grupos que tinham abandonado as margens do rio Xingu e Iriri, pelos contínuos conflitos como os não indígenas das colocações do sistema econômico seringalista, desde a colonização dos ciclos da borracha, também desde a primeira

metade do século XIX (VILLAS BÔAS, 2017, WEINSTEIN, 1993). Isto implica que quando formam considerados quase extintos, após seu último registro em 1917, nas proximidades da calha do igarapé Curuá do Iriri, afluente da margem esquerda deste rio (NIMUENDAJU, 1948). Eles permaneceram resistindo e se refugiando, nas terras altas das nascentes de dois grandes igarapés. Juntando as informações, essas áreas de concentração de grupos e subgrupos, correspondia com as nascentes dos Igarapés Penetecal e Jarauçu, afluentes da margem esquerda do Xingu, abaixo da Volta Grande. Nesses locais tinham seus assentamentos, os roçados, as áreas de perambulação e as áreas de caça, pesca e coleta para a alimentação e sobrevivência.

Foto 1. Imagem do contato definitivo do grupo da TI Cachoeira Seca com os servidores da Frente de Atração Arara da Funai (FAA), em 1987. Na direita, aparece *Tjibie Arara*, a matriarca do grupo com aproximadamente 60 anos de idade. Atrás dela, no fundo, aparece *Tatji Arara* com uma criança no colo. Na frente está sentado Puí Arara e no fundo à esquerda estão em pé *Tjibi Arara*, filho da matriarca, com sua mulher *Lipô* do lado. O único vestido é o servidor da FAA Afonso Alves da Cruz. Fotografia: Milton Guran. Fonte: MILANEZ, 2015.



A resistência a esse cercamento, produzido pela presença não indígena, teve que estar acompanhada por estratégias e elaborações sobre o uso do território e a biodiversidade, para segurar a alimentação e reprodução física e cultural dos grupos até o contato oficial e posterior a isso. As informações de Pui Arara sobre a pesca de grandes peixes e quelônios com arco e flecha nos igarapés, e coleta de ovos nas praias durante a seca, nessas áreas de concentração são evidências dessas construções. Em adição, segundo Milanez (2015), na década de 1960 se apresentou um conflito, entre

os grupos Arara e caçadores não indígenas, extrativistas de quelônios, que se aventuraram subindo o Penetecal. Essa disputa demonstra, por um lado, a importância cultural e alimentícia desses recursos, e por outro, a ocupação Arara desses locais antes que as levas colonizadoras ancoradas ao PIN e a construção da Transamazônica.

A defesa do território foi um dos elementos importantes nos depoimentos de muitos membros desta TI. Por exemplo, as lideranças como Mobu Odo e Timbektodem mostravam um amplo conhecimento das grandes problemáticas da TI Cachoeira Seca, começando pelas invasões históricas de suas áreas de uso e assentamento pelas frentes de colonização na década de 1940, através das lembranças de suas mães, filhas de Tjibie Arara. Outra parte dos adultos mais idosos que participaram do contato em 1987, relataram diversos eventos dos encontros com as frentes de colonização incrementados pelos programas oficiais como o PIN e a construção da Transamazônica BR-230, desde finais do ciclo na década de 1950. Um grupo de mulheres encabeçadas por *Tatji*, *Tupu e Onatjiodo*, relatou que por um tempo se deixaram seduzir pelos "brindes" deixados pelos não indígenas nas áreas de perambulação.

Estes brindes institucionalizados pelos sertanistas do indigenismo brasileiro, consistiam em deixar panelas, ferramentas, facas, miçangas e itens alimentícios como farinha, para iniciar processos de contato e relações de troca (MILANEZ, 2015; TONACCI, 1980). Segundo o relato de *Onatjiodo*, filha de *Iogo*, a matriarca *Tjibie Arara*, se juntou por um tempo com um não indígena. De acordo com os detalhes da história de sua avó, o homem abusava da bebida alcoólica e começou a dar maus tratos, cada vez que estava bêbado. Um dia bateu muito forte nela, deixando-a sem sentido, jogada no chão. Quando acordou, juntou forças para fugir em busca do grupo de sua afiliação, aproveitando a embriaguez de seu agressor. Tempo depois, já recuperada, voltou à colocação e tomou vingança do homem.

Por outra parte *Pui Arara*, um dos homens adultos protagonistas do contato de 1987, junto com *Tjibi Arara*, filho de *Tjibie Arara*, relatou que os homens do grupo da TI Cachoeira Seca, ficaram com muita raiva da violência contra sua matriarca, mas também, dos atos traiçoeiros de outros não indígenas, com os que tinham feito contatos ocasionais. Por isto começaram a destruir sistematicamente todos os "tapirís de brindes" que encontravam nas áreas de perambulação. Também a realizar outras ações para incomodar os invasores, consistentes em espalhar armadilhas com pontas de taboca (*Guadua spp*.), enterradas no chão e cobertas com folhas para furar os pés dos desprevenidos que passassem. Em ocasiões, também efetivaram o confronto direto, e lançaram ataques com flechas, a todos os invasores que encontravam perto das áreas de uso e de assentamento. De fato, mencionou que na sua juventude, antes do contato de 1987, ele e seu parceiro de caçada, *Tjibi*,

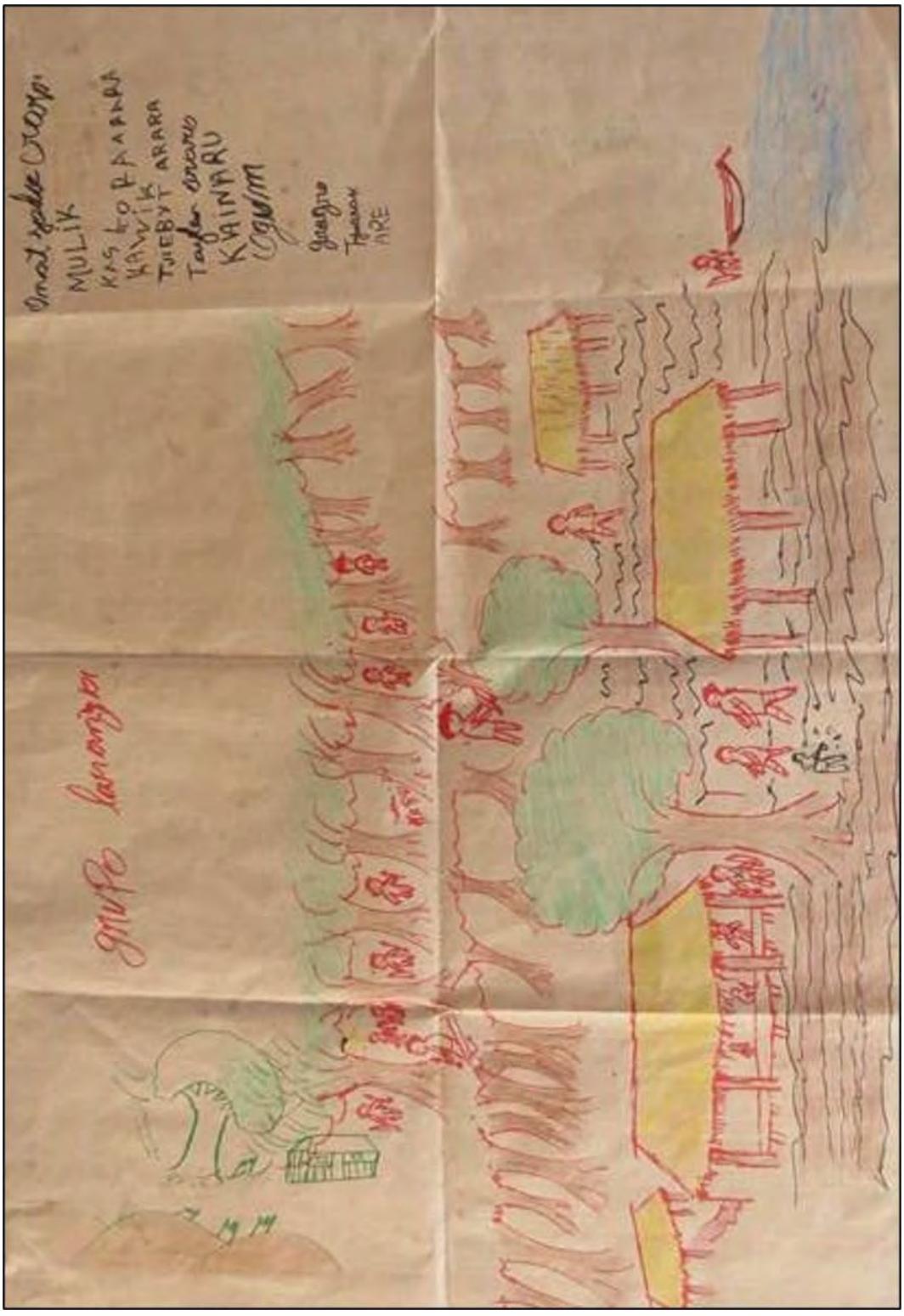
tinham flechado dezenas de homens brancos, segundo a tradução de *Ioru Arara*, cacique da aldeia *Awi*. Muitos outros eventos de violência histórica contra o Povo Arara, já foram mencionados (COUDREAU, 1896; NIMUENDAJU, 1948).

Também foram registrados em outras aproximações sobre a problemática territorial deste povo indígena, operacionalizados por grupos organizados pelas diferentes frentes de colonização que se impuseram no território tradicional desde a década de 1960 (MILANEZ, 2015; MONTEIRO, 2020; TEIXEIRA-PINTO, 1997). O próprio Sidney Possuelo, chefe do processo de atração do povo Arara em 1980, relata que desde a década de 1960, teve evidências que 12 indígenas foram mortos com tiros de espingarda numa das chamadas "correrias" e que hoje seriam categorizadas como chacinas, além de várias evidências de tapiris de brindes com itens alimentícios contaminados com estricnina, que teriam eliminado vilmente, outra dúzia de Araras (TONACCI, 1980). Essas percepções de violência e invasão, também apareceram nos mapas mentais que se foram desdobrando.

Os relatos das mulheres adultas que participaram do contato convergiam em explicar uma intensa mobilidade evasiva, como resposta às invasões e perturbações provocadas pelos estudos e as obras da Transamazônica, iniciados a partir da década de 1960. Num desses mapas mentais se representou a conformação de uma das aldeias de assentamento antes do contato de 1987. Também continha outro cúmulo de elementos, mencionados em todos esses depoimentos e relatos. O grupo responsável pela elaboração deste mapa mental, explicou que nele se resumiam os depoimentos feitos pelos mais velhos sobre os primeiros contatos com não indígenas e pelos adultos que participaram do contato após as perturbações e invasões ocasionadas pelas obras do traçado principal da Transamazônica BR-230 e seus travessões.

Na parte superior do desenho, eles representam os diferentes momentos em que foram narrados, os contatos com não indígenas, fazendo referência aos encontros com seringueiros e colonizadores na época de juventude da *Tjibie Arara*, que deve corresponder com o período entre 1940 e 1960, levando em conta a idade calculada da mulher (aproximadamente 60 anos). Nessa representação destes eventos do contato, os desenhos que identificam os integrantes do povo Arara, estão caracterizados com arco e flecha. Os desenhos dos não indígenas, estão colocados do lado oposto e caracterizados com chapéus e espingardas. Esse acirramento também foi produto das invasões da construção da mencionada BR-230 e seu sistema de travessões. Em adição, os contatos com seringueiros são caracterizados, nas margens do rio, quanto os contatos com as frentes colonizadoras associados ao PIN e a transamazônica, estão localizados em terra firme (Mapa Mental 1)

Mapa Mental 1. Representação de vários eventos de contato do povo Arara da TI Cachoeira Seca com não indígenas. No desenho aparecem os detalhes, de contatos pacíficos inicialmente com seringueiros; dos conflitos com colonos e trabalhadores antes do contato oficial; e dos primeiros encontros com o pessoal da Frente de Atração Arara-FAA, instituída na década de 1970. Elaboração: Comunidade Aldeia Iriri, com os desenhadores na imagem. Fonte: Acompanhamento Curso de Direitos Humanos "*Tjibie Arara*". Data: Maio/2022.



. De acordo com os depoimentos, uma etapa intermediária da diáspora do grupo da TI Cachoeira Seca, se deu em um local remoto de terras altas nas nascentes do igarapé que dá o nome a esta TI, antes do contato com a Frente de Atração Arara (FAA). Isto coloca elementos para contribuir com o debate da data da separação deste grupo, dos grupos que se concentravam nas nascentes do Penetecal e Jaracuçu. Nesse sentido, as informações de De Souza (2010), sugerem que esta separação, tinha ocorrido na década de 1910, com os primeiros conflitos com os seringueiros do rio Iriri (NIMUENDAJU, 1948). Por outra parte, Teixeira-Pinto (1997), estima que essa separação tenha ocorrido, uns 20 anos antes do contato oficial de 1987, é dizer em 1967. Em adição, segundo as informações do grupo Arara, é muito provável que a separação tenha ocorrido em algum ano da década de 1970, pelo que as estimativas do último autor, deveriam ser reduzidas. Isto devido a que, no mapa mental também aparecem as percepções, sobre o primeiro contato com a FAA, com a representação de um ataque realizado por grupos Arara, na parte inferior esquerda deste mapa mental.

Neste detalhe, aparece um grupo de pessoas dentro da construção, dois de elas com marcas em formas de letra “x” em cor vermelha, indicando as duas pessoas não indígenas atingidas (Ver mapa mental 1). Esse relato parece coincidir com um fato ocorrido em 1979, no qual resultou ferido Afonso Alves da Cruz, provocando a interrupção das ações da FAA, até 1982, com a designação da nova chefia, a cargo de Sydney Possuelo e Wellington Figueiredo (MILANEZ, 2015). Nesse sentido, se o grupo da TI Cachoeira Seca tivesse participado nesse ataque específico, reduziria pelo menos dez anos a estimativa de separação do local de concentração das nascentes do Penetecal e Jaracuçu.

Por outra parte, o depoimento, faz alusão a outra mudança de local de assentamento, devido a que, depois do ataque estavam sentido às pressões dos não indígenas, se aproximando. Isto resulta muito evidente, devido a que com a interrupção das ações da FAA, as obras, as máquinas, os trabalhadores e os colonizadores retomaram suas ações livremente (MILANEZ, 2015; TONACCI, 1980). De acordo com o relato de *Iaut Arara*, após do mencionado ataque ao Posto de Vigilância (PV), o grupo se preparou para o revide dos servidores da FAA, mas este não ocorreu. Pouco tempo passou até começar de novo a escutar o intimidador barulho característico dos motores, dos tratores, dos motosserras e dos geradores, acompanhado pelas levas de colonizadores e trabalhadores, que iam se aproximando do local de assentamento. Em resposta, o grupo inicia um novo deslocamento, abandonando os roçados e as moradias. Seguem o corredor de terras altas em direção oeste, até encontrar um sítio seguro para o assentamento permanente, longe das pressões e das intimidações do ruído das máquinas.

Esse local seguro, foi desenhado na parte superior esquerda do mapa mental, onde aparecem uma série de moradias de estilo indígena, na parte alta de uma cadeia de terras altas ou morros (Ver mapa mental 1). De acordo com as informações, neste local o grupo encontrou um período de tranquilidade, durante o qual, não precisaram fugir por um tempo. Esse local pode coincidir com uma faixa de terras altas que causam a divisória de águas dos igarapés que desembocam no Rio Amazonas, ao norte, e o rio Iriri ao sul, com ocorre com o igarapé Cachoeira Seca, em cuias nascentes, moraram até antes do contato de 1987 (MILANEZ, 2015; TONUCCI, 1980). Como mencionado, essa faixa de terras altas poderia ter funcionado como refúgio natural pela dificuldade de acesso a essas zonas quebradas, mas também como corredor de perambulação, como tinha sido indicado por Nimuendaju (1948), informando a localização de um grupo Arara, ao outro lado dessas terras altas, nas nascentes do igarapé Curuá-Uma.

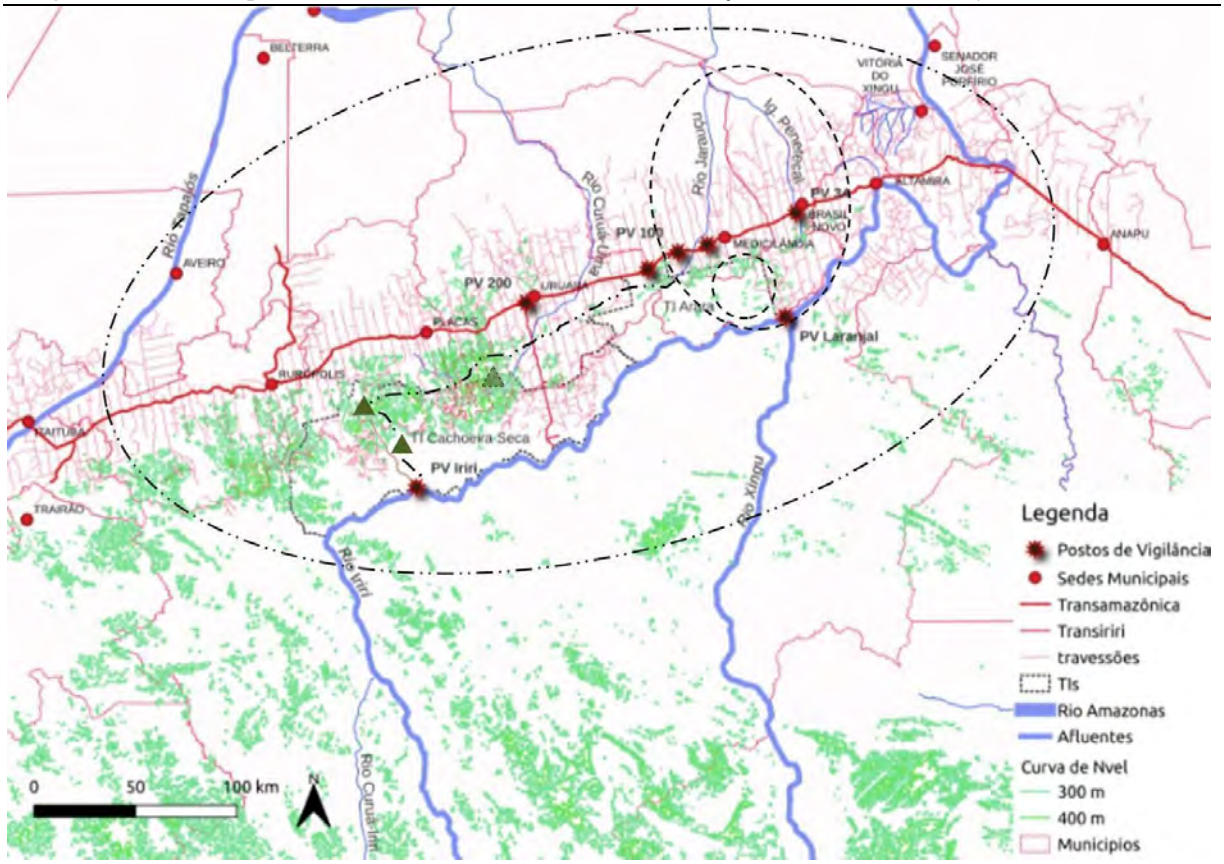
Ao respeito, Iaut Arara complementou: "Majapais moço, esse morro era alto, o céu ficava quase do lado, e de manhã cedinho, quase dava pra tocar as nuvens". Nós ficamos muito *kurep* lá, lá tinha boa caça, fartura mesmo...". Após isso, novas manifestações da presença não indígena, fez que abandonassem as nascentes e se assentassem em algum lugar da calha média, na jusante do Igarapé Cachoeira Seca. Desde esse local, ocorreu o contato oficial e definitivo com a FAA, após sua reativação na década de 1980. A nova chefia tinha mudado sua estratégia de atração, aumentando os PVs, e localizando-os nos sítios onde se apresentavam os conflitos ou os registros da presença dos grupos Arara, principalmente na Transamazônica (Mapa 4). Com essas inovações, mas com a continuidade das velhas práticas de atração consistentes em instalar os "tapiris de brindes", a FAA conseguiu as primeiras aproximações nos PVs da Transamazônica, e do Rio Iriri (MILANEZ, 2015; MONTEIRO, 2020: 215; TEIXEIRA-PINTO, 1997; TONACCI, 1980).

Outros resgates da memória coletiva, indicam mais elementos sobre a disporá dos grupos Arara e os esquartejamento de seu território. Segundo as informações da memória coletiva, os grupos Arara tinham localizado seus assentamentos permanentes nas terras altas das nascentes de dois igarapés "irmãos". Eles usaram o termo irmãos, porque sabiam que mesmo nascendo em locais diferentes, suas calhas se encontravam e continuavam juntas até a foz do Xingu. De acordos com os relatos, tinha assentamentos de grupos Arara, nas nascentes de ambos irmãos e em outros locais à jusante, mais abaixo do seu encontro. Esta informação é consistente com a iconografia toponímica usada na cartografia (CLAUSS, 1886; COUDREAU, 1896) e nas classificações dos povos indígenas da região, que os colocam como dominadores da terra firme e dos interflúvios (NIMUENDAJU, 1948).

Nesses locais, estavam as áreas de concentração sazonal, que segundo Tixeira-Pinto (1997), ocorria no período da seca, quando os grupos se reuniam para realizar o intercambio ritual de

sustância vital (*ekuru*), consistente em bebida fermentada dos roçados e carne de caça, do mato. De acordo com os cálculos geográficos e históricos, essa área de concentração deve estar localizada nas nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu, afluentes da margem esquerda do Xingú, abaixo da Volta Grande. Nessa área de concentração, existiam vários locais de importância cultural, que justificavam e facilitavam, a concentração e dispersão dos grupos. Esses elementos eram: um grande lago entre as duas nascentes, que era considerado a habitação dos espíritos de várias mulheres e homens Arara, que tinham morrido ocupando esses locais; um grande tabocal (*Guadua spp.*) usado para a elaboração de flechas para a defesa, a caça, a pesca e a coleta; e um corredor de perambulação nas terras altas que permitia um maior domínio territorial e comunicação entre os grupos (Mapa 4). Isto pode indicar, um assentamento nesses locais, por várias gerações, levando em conta que Nimuendaju (1948), menciona uma movimentação de um grupo até as nascentes do Curuá-Uma, desde finais do século XIX e continuavam alí resistindo às pressões dos não indígenas até a quase a metade da década de 1910 (Ver mapa 1).

Mapa 4. Representação de vários eventos de contato do povo Arara da TI Cachoeira Seca com não indígenas. No desenho aparecem os detalhes, de contatos pacíficos inicialmente com seringueiros; dos conflitos com colonos e trabalhadores antes do contato oficial; e dos primeiros encontros com o pessoal da Frente de Atração Arara-FAA, instituída na década de 1970. Elaboração: Comunidade Aldeia Iriri, com os desenhadores na imagem. Fonte: Acompanhamento Curso de Direitos Humanos "*Tjibie Arara*". Data: Maio/2022.



Outro resgate da memória coletiva, relata o momento o momento crucial para a separação do grupo da TI Cachoeira Seca, dos outros grupos do povo Arara que que estavam concentrados nas

nascentes do Penetecal e Jarauçu. Segundo o relato, vários grupos do povo Arara se encontravam concentrados num grande assentamento nas nascentes desses dois igarapés irmãos. Em um dos grupos estavam assando um tatu canastra (*Priodontes maximus*). Uma mulher sentiu o cheiro, e deu-lhe muita vontade de comer, pelo qual se deslocou à procura do local e pediu um pedaço. Quando estava comendo, se formou uma grande confusão que terminou ocasionando a separação definitiva do grupo da TI Cachoeira Seca dos demais grupos Arara do território tradicional, pois as barreiras físicas interpostas com a continuação do travessão 185-Transiriri e as pressões da colonização dos não indígenas, não permitiram. Após as constantes pressões das levas colonizadores que invadiam o território desde todo o traçada da Transamazônica, continuaram sua diáspora, seguindo o corredor de terras altas até as nascentes do igarapé Cachoeira Seca, que hoje dá nome a sua terra Indígena. Daí estabeleceram o contato oficial com a equipe da FAA que estava no PV Iriri, em 1987.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO KOWIT. 2022. Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca. *Iwaploné endyt Ugorog'mó tantpót karei inabyly wap.* associação Indígena do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca (KOWIT). www.guardioesdoiriri.org.br. @guardioesdoiriri. Aldeia Iriri. 80 p. Disponível em: https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2022/04/protocolo-cachoeira-seca-web.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 nov. 2019.

_____. 2016. Homologação Terra Indígena Cachoeira Seca-PA (Decreto de 4 de abril de 2016). Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/dsn14369.htm#:~:text=DECRETO%20DE%204%20DE%20ABRIL,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 14 set. 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (ORG.). História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (ORG.). São Paulo : Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. 609 p.

CARNEIRO DA CUNHA, M. 2002. Introdução a uma história indígena. Em: História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (ORG). São Paulo : Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. p.p. 9-24.

CLAUSS, O. 1886. Mapa Especial do Rio Xingu. Expedição Karl von den Steinen 1884-1885. In: COELHO-PENTEADO, V. (ORG.) 1993. Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). 1ª edição, impressão de 1993. São Paulo. 640 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Tn0aDf5U2sEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=Karl+von+den+Steinen+Um+S%C3%A9culo+de+Antropologia+no+Xingu+1993&ots=pUwYZurwRG&sig=axcv16EzbgktgVI3ej-VOpYvO4c#v=onepage&q=Karl%20von%20den%20Steinen%20Um%20S%C3%A9culo%20de%20Antropologia%20no%20Xingu%201993&f=false. Acesso em: 12 jan. 2022.

COUDREAU, H. 1897. Voyage au Xingu. Éditeur A Lahure. 240 p. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acoudreau-1897-xingu/Coudreau_1897_Xingu_BibSenado.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

MILANEZ, F. 2015. Memórias Sertanistas. Cem anos de indigenismo no Brasil. Felipe Milanez (ORG). Edições Sesc. São Paulo. 420 p.

MONTEIRO, R. 2020. Amazônia: espaço-estoque, a negação da vida e das esperanças teimosas. Editora Dalcídio Jurandir. 278 p.

NIMUENDAJU, K. 1948. Tribes of the lower and middle Xingú River. Handbook of South American Indians. Julian H Steward (ED). Vol 3: The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. p.p. 213-243. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hsai%3Avol3p213-243/vol3p213-243_lower_xingu.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

POSSUELO, S. 1980. Depoimento sobre Mobilidade do Povo Arara do Pará. Em: TONACCI, A. 1980. Os Arara. Realização: Interpovos Bandeirantes. Cámera Auxiliar: Adriana Mattoso. Editor: Juaracir de Amaral Jr. Género: Documentário. Duração: 1 h. 47 min. (dividido em dois episódios.

SANTOS, K. D. S. dos. 2017. “Eu não quero o lugar dos outros”: direitos e conflitos na Terra Indígena Cachoeira Seca. 276 p. Dissertação de Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia. Área de Concentração: Bioprospecção e Manejo de Recursos Naturais da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, Santarém. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54666308/Kerlley_SANTOS_Dissertacao_posdefesa.pdf?1507554421=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEu_nao_quero_o_lugar_dos_outros_direito.pdf&Expires=1635195382&Signature=FZSXivGxW3zVQXLLlUEM7CfdtEwZInpb6b4~6wcY-TWmZYpCT2QvKUPSn~CIJlqwbPDRVzJhF07nSWuJ3kntVlroNUuHrpA4ITK7Rx1Yxxp~7lFMDYXJWWvrQIYGoWCIwlKj7PZwHG8U4X~GiCiMs6IkCXGxTLbzGj0zyGGpo07RldZN1CD-NJ3JO8OeAca5lM19f~u~wbdt6~VIPlQyDaTA5lIMN3f22WPcAUKSxld6~ugoZDUMNqwczKCl72EuMlurL5wOkPgo2BM0vHqtPbKG-r36RhNbpile9let5JXzvGnavM-rw-BjrktfP8svsc~4Gq-vVZAQZD1zAV4jDQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 20 out. 2021.

TEIXEIRA-PINTO, M. 1997. Ieipari: sacrifício e vida social entre os índios Arara (Caribe). Editora Anpocs/Hucitec/UFPR . Baseado na tese de Doutorado: Ieipari: ensaio sobre um tema ritual Arara. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional (1996). 422 p.

TONACCI, A. 1980. Os Arara. Realização: Interpovos Bandeirantes. Câmera Auxiliar: Adriana Mattoso. Editor: Juraci de Amaral Jr. Género: Documentário. Duração: 1 h. 47 min. (dividido em dois episódios.

VILLAS BÔAS, A.; ANDRADE, A.M.; POSTIGO, A. 2017. Terra do Meio/Xingu. Os saberes e as práticas dos beiradeiros do rio Iriri e Riozinho do Anfrísio no Pará. Instituto Socioambiental-ISA. Realização: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (Amora). Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri (Amoreri). Associação dos Extrativistas do Rio Iriri / Maribel (Aerim). Instituto Socioambiental-ISA. Mapas: Juan Doblas Prieto e Camila Bonassio. São Paulo. 524 p. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/Livro_Terra_Meio-baixa.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

WEINSTEIN, B. 1993. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Coleção Estudos Históricos. Editora da Universidade de São Paulo-Edusp. 373 p. São Paulo.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO INDÍGENA NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DO PERFIL DOS VEREADORES NO PODER LOCAL

CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA (UFPA)[1]
JORGE LUCAS NERY DE OLIVEIRA (UFPA)[2]

Resumo: Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo entender a participação de candidatos indígenas na esfera da representação política, tendo como *locus* de investigação as eleições para as Câmaras de Vereadores ocorridas em 2020 nos municípios brasileiros. Dados do Tribunal Superior Eleitoral tem demostrado que as candidaturas indígenas vêm crescendo nas últimas eleições no Brasil, especialmente no Plano local. Entretanto, os indígenas ainda carecem de representação na esfera eleitoral e suas demandas quase não são percebidas nos espaços institucionais de tomada de decisões. É no contexto desta discussão que este artigo se insere. Nele pretende-se analisar as candidaturas indígenas, procurando perceber a existência de padrões diferenciados no perfil destas candidaturas em relação a outros grupos étnicos/raciais, de forma a possibilitar a proposição de políticas institucionais que consigam auxiliar as lideranças indígenas na busca por mais espaço nas esferas da representação e deliberação pública.

Palavras-Chaves: Candidaturas Indígenas, Eleições indígenas, representação indígena.

INTRODUÇÃO

Entre os grupos sociais com elevada vulnerabilidade na representação política existentes no Brasil, os indígenas são aqueles que apresentam maior grau de dificuldade para que suas demandas e interesses sejam acolhidos por parte do poder público.

Apesar da população indígena ter na exclusão uma situação historicamente determinada, esta situação veio a se agravar a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousself e o crescimento de bancadas conservadoras no Congresso Nacional, fortemente contrárias aos direitos de grupos sociais fragilizados como: indígenas, negros, mulheres e população LGBTQIA+.

Além disso, na eleição de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, um presidente claramente reacionário, diversos instrumentos presentes no aparelho estatal foram utilizados para desmontar a estrutura de controle, fiscalização e proteção das terras indígenas, além de atacar as políticas de meio ambiente e excluir a ciência e os dados dos centros de pesquisa das decisões estratégicas do governo, incentivando o desmatamento, as queimadas e o genocídio dos povos das florestas, para a apropriação privada de suas terras.

[1] Docente do Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará.

[2] Discente do Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará.

Neste contexto, os povos indígenas passaram a ser constantemente ameaçados e passaram a sofrer todas as formas de violência, seja física, política, cultural e com forte desrespeito aos seus direitos legais de existência. Se no passado os direitos dos povos indígenas eram ameaçados devido as condições impostas pelo desenvolvimento econômico e instalação de grandes projetos na Amazônia, hoje essa situação tem sido agravada pelos incêndios florestais e ainda pela ganância de grupos armados composto por garimpeiros, fazendeiros, grileiros e especuladores, que tem claramente a intenção de extermina-los, para poderem prosseguir com a estratégia de apropriação ilegal de seus territórios.

É neste contexto, que a participação dos indígenas na esfera política se torna importante, uma vez que a garantia e ampliação de seus direitos pressupõe o reconhecimento de sua diferença e especificidades em relação a outros grupos sociais.

Por esta razão, ampliar os canais de participação e representação desta população nas instâncias decisórias se torna fundamental para dar voz a este segmento e aumentar sua representatividade na produção de políticas públicas. É no contexto desta discussão que este artigo está inserido. Nele, pretende-se estudar o perfil das candidaturas indígenas nos estados da Amazônia brasileira e sua diferença em relação a outros grupos sociais, utilizando como campo de investigação as eleições de 2020 para a composição da representação política no poder local.

ASPECTOS CONCEITUAIS: AS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES SOBRE SER INDÍGENA

Durante muito tempo, grande parte da literatura que abordava a questão indígena, se referia a esta população como aqueles que eram descendentes diretos dos povos que habitavam as Américas e o Caribe antes da chegada dos europeus no século XV. Esta população era considerada “selvagem” e se diferenciava dos invasores “dito civilizados”, pois possuíam línguas e culturas próprias e compartilhavam formas de vida e visões de mundo particulares, diferenciadas das civilizações ocidentais (BELLO e RANGEL, 2002, tradução nossa).

Com o passar do tempo, entretanto, essa definição se tornou insatisfatória, pois, não conseguiu acompanhar o processo de integração dos povos originários aos padrões sociais dos brancos, especialmente após a expansão do modo de vida derivados da expansão do capitalismo na América Latina. Nesse sentido, nas sociedades modernas, as definições que englobam as comunidades indígenas, não podem desconsiderar que existem grandes conglomerados indígenas vivendo em áreas urbanas, que não falam sua língua nativa e se adaptaram ou foram assimilados às práticas socioculturais próprias do estilo de vida das grandes cidades.

Neste sentido, segundo Bello e Rangel (2002), do ponto de vista político, a "categoria indígena" deve ser entendida como o reflexo extremo da situação de dominação colonial a que foi

submetido os povos que habitavam as américas na fase colonial. Tal categoria combina simultaneamente aspectos biológicos (raciais e racistas) e culturais, pois ser índio refletiria uma condição de subordinação e negação de um grupo humano frente a outro que se constrói e se coloca como superior (apud BÓNFIL, 1991 e 1992, tradução nossa).

No mundo moderno, mesmo integrado ao sistema de produção capitalista que vigora nas grandes cidades, as diferenças culturais dos povos indígenas e de outros povos portadores de identidades específicas continuam sistematicamente negadas, compreendidas pelo crivo da inferioridade e, desse modo, fadadas a discriminação e ao preconceito.

Reconhecendo que os povos indígenas apresentavam dificuldades em seu reconhecimento, enquanto uma população com características distintas de outros grupos sociais, a ONU, em 1986, passou a considerar indígenas, todos aqueles que se reconheciam como indígenas, mesmo aqueles que não habitavam aldeias ou territórios de concentração de comunidades ancestrais.

Para esta interpretação, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos (ONU, 1986).

Segundo Castro (2005) a denominação de índios ou indígenas para se referir aos povos originários das américas é incorreto ou inadequado, pois, se refere ao erro náutico estabelecido pelo navegador genovês Cristóvão Colombo, que em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha rumo a Índia.

Colombo sonhava em encurtar a rota de comércio com a Ásia, através de um caminho pelo ocidente e argumentava que, navegando para o oeste, conseguiria chegar a Cipango (atual Japão), e de lá conseguiria chegar a Índia. Entretanto, os dados disponíveis pelo navegador se mostraram falhos e Colombo acabou chegando ao novo mundo, como era chamado as terras das Américas naquele momento. Sem saber que tinha encontrada terras desconhecidas pelos europeus, Colombo pensando que tinha chegado a índia, passou a denominar genericamente os habitantes deste território como “índios” que até hoje permanece.

Entretanto, conforme nos lembra Luciano (2006) não existe nenhum povo, tribo ou clã que possa ser classificado como índio. Na verdade, cada indivíduo que se reconhece como indígena pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, Yanomami, Guajajara, Xavante, Kaiapó, etc. Por esta razão,

mesmo que mantendo a denominação genérica, alguns pesquisadores preferem utilizar a palavra "povos indígenas", para acentuar a diversidade de culturas, línguas e identidades sociais que esta população incorpora.

Apesar de sua aceitação nas instituições do Estado, a denominação carrega em si mesmo um sentido pejorativo, pois é um termo colonizador, que reproduz uma ideia de que os povos indígenas são atrasados, resultado de todo o processo histórico de dominação, discriminação e exclusão contra os povos nativos das américas. A denominação de indígena carrega a marca do preconceito, pois ser índio é visto como um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro, entre outras denominações derivada da abordagem colonizadora (Luciano, 2006).

Além do continente americano, a denominação de povos indígenas, povos originários ou povos ancestrais também é usada em diferentes partes do mundo. Na China, por exemplo, utiliza-se o termo "minoria étnica" para todo aquele que deriva de comunidades tradicionais. Na índia, o equivalente a indígena é comumente referido a "tribo agendada" ou adivasi (primeira população). Na região norte da Escandinávia e em algumas partes da Rússia, o termo Saami se refere aos povos originários daquela região. Expressões que descrevem meios de vida socioeconômicos, como pastores, caçadores-coletores e, em alguns casos, pescadores e agricultores, também são usadas na África para se referir a povos ancestrais. Por esta razão deve-se ter cuidado ao usar o termo indígena, pois deve-se levar em consideração o contexto, a população e o país em que esta terminologia é empregada.

A EXCLUSÃO DOS POVOS INDÍGENAS: UMA SITUAÇÃO HISTORICAMENTE DETERMINADA

Do ponto de vista da sua inclusão nos padrões civilizatórios da população ocidental, os povos indígenas das américas foram inseridos de forma desigual, tendo a marca da exclusão, da discriminação e do racismo como parte constitutiva da sua inserção na esfera econômica, social e política.

No Brasil, segundo dados divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI (2008), durante a época da conquista, em 1500, o Brasil era habitado por aproximadamente 1.700 povos indígenas com uma população estimada em 5 milhões de pessoas. Após séculos de genocídio e extermínio, sobreviveram ao violento processo de conquista em torno de 235 povos que falam 180 línguas nativas. Só na primeira metade do século XX, cerca de 83 etnias foram extintas em consequência dos processos de contato promovidos pelo Estado brasileiro, conforme denunciado pelo antropólogo Darcy Ribeiro em 1973.

O extermínio das populações indígenas foi produto tanto da escravização quanto pelos conflitos violentos e pelas doenças trazidas pelos europeus. Nos tempos atuais, esse genocídio persiste com o negligenciamento dos direitos das comunidades indígenas, que ainda resistem e lutam por sua inclusão, cultura, tradições e direito a vida.

Além de terem de se adequar a cultura dominante, os povos indígenas foram sendo gradativamente expropriados de suas terras, e passaram a conviver com diversas formas de agressão contra seus direitos, que se expressam tanto pela desvalorização de suas formas de trabalho e produção quanto pela desqualificação destes povos enquanto uma civilização portadora de padrões diferenciados de cultura, crenças e formas de vida. Neste contexto, os povos indígenas foram relegados a uma condição de inferiorização social que lhe negava tanto o direito a existência quanto a ancestralidade.

Bello e Rangel (2002) informam que além da discriminação e do racismo, a inclusão dos povos indígenas na sociedade de mercado, ocorreu tendo a marca da pobreza e da marginalização social. Para os autores, os indígenas, comparado a outros grupos raciais, enfrentam os maiores níveis de exclusão econômica e política e maiores níveis de pobreza, menor expectativa de vida e os piores resultados educacionais.

De fato, segundo estudo realizado pelo Banco Mundial em parceria com o Fundo para o Desenvolvimento Sustentável Social e do Meio Ambiente da ONU que avaliou o mercado de trabalho para os povos originários em seis países da América Latina em 2010 verificou-se que a grande maioria da população indígena, que estavam em áreas urbanas viviam em situação de pobreza e marginalidade, tendo sido excluída das profissões mais bem remuneradas, sendo obrigados, para sobreviver, a ocupar empregos precários, mal pagos e de baixa qualidade (ONU, 2010).

Além disso, historicamente, os povos indígenas tiveram negado o direito a uma educação que considere suas especificidades culturais, linguísticas e religiosas e o contato mais direto com sua ancestralidade e com seu território. Em muitos casos perderam seus principais recursos de subsistência (como terra e recursos naturais) o que acentua ainda mais a situação de exclusão e marginalização a que esta população foi historicamente submetida.

A imensa maioria da população indígena do Brasil vive em condições abaixo da dignidade aceitável, sem acesso à infraestrutura de água, saneamento, saúde, alimentação, transporte, educação, cultura e trabalho. Ao contrário da narrativa oficial de que o Brasil é marcado por uma democracia racial, os fatos históricos apresentam um país marcado pela violência política contra as lideranças indígenas, uma guerra de extermínio disfarçada de democracia.

Com efeito, passados mais de 500 anos após o encontro com os europeus, o sistema de expropriação e extermínio que as comunidades indígenas enfrentaram ainda não foram sanados. Até hoje, as comunidades indígenas precisam resistir a invasão e grilagem de suas terras, massacres de sua população, expulsões forçadas, assassinato de suas lideranças, além da submissão a um brutal sistema de dominação baseado no racismo e no preconceito contra seu modo de vida e suas tradições.

Por esta razão, a necessidade de estratégias mais consistentes que consigam enfrentar os graves problemas de exclusão, genocídio e preconceito que as comunidades indígenas enfrentam para se manterem enquanto povos com identidades e padrões culturais diferenciados e que, por isso mesmo, precisam de uma ação política mais consistente que consigam estabelecer formas de resistência mais articuladas com as instituições componentes do estado nacional, entre elas a esfera eleitoral.

A ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA E A BUSCA PELO DIREITO À DIFERENÇA

No Brasil, segundo o CENSO de 2022, a população indígena contabilizada pelo critério cor/raça correspondia a 1.693.535 pessoas, o que representa cerca de 0,83% da população total do país. Quando comparado ao Censo de 2010, observa-se que a população indígena teve um crescimento na ordem de 88,8%, pois em 2010 foram contabilizados cerca de 896.917 indígenas no país. Isso significa que em pouco mais de 12 anos a população indígena quase dobrou[3], o que representa a maior taxa de crescimento entre todos os grupos raciais pesquisados, pois o crescimento total da população brasileira nesse mesmo período foi de apenas 6,5%.

É válido destacar que cerca de 63% da população indígena contabilizada pelo IBGE vive fora dos territórios tradicionais, ou seja, moram nas cidades e estão integradas ao meio de vida citadino, o que exige atenção por parte das políticas públicas de inclusão social de minorias vulnerabilizadas.

Os indígenas estão presentes em todos as regiões e em todos os Estados da Federação, inclusive no Distrito Federal, sendo que a Região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos com aproximadamente 44,5% do total (IBGE, 2022). Em seguida, com o segundo maior número, está o Nordeste, que concentra 31,2% do total do país. Juntas, as duas regiões respondem por 75,7% desse total. As demais têm a seguinte distribuição: Centro-Oeste 11,8%, Sudeste 7,3% e Sul 5,2% (IBGE, 2022).

É válido observar que cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa, o que dificulta a conquista de documentação na esfera civil e sua inserção como eleitores e/ou candidatos nas instâncias da representação política.

[3] Nos Censos de 2010 e 2022 o IBGE aprimorou a metodologia e os critérios de investigação sobre a população indígena no país, investigando o pertencimento étnico e introduzindo critérios de identificação internacionalmente reconhecidos, como a língua falada no domicílio e a localização geográfica. Além disso, foram coletadas informações tanto da população autodeclarada indígena residente nas aldeias quanto indígenas residentes fora delas.

Durante o processo histórico da inserção dos direitos indígenas no Estado brasileiro, os povos originários sempre foram tutelados e representados por agentes não indígenas. O próprio código civil de 1916, dava ao Estado o poder sobre a vontade dos povos indígenas, que eram reconhecidos como incapazes, sendo este dispositivo mantido, mesmo com algumas alterações, no Estatuto do Índio de 1973.

Apenas com o advento da Constituição de 1988, que ao aprovar um capítulo para a garantia dos direitos indígenas, que os constituintes estabeleceram condições para a ampliação da cidadania indígena, com todos os direitos políticos garantidos, inclusive podendo se candidatar ou se tornar eleitores, desde que atendam a alguns requisitos legais.

Segundo Bicalho (2010) a grande virada das organizações indígenas para a sua inserção enquanto atores políticos ativos, ocorreu a partir da segunda metade da década de 1970, quando algumas lideranças indígenas, inconformados com o tratamento dispensado aos povos indígenas pelo Estatuto do Índio, passaram a questionar a tutela representada pelo Estado e passaram a dispensar a utilização de porta-vozes para defenderem suas pautas e passaram a querer falar por si mesmos, interagindo diretamente com as instâncias deliberativas do Estado nacional.

Nesse sentido, segundo ainda Bicalho (2010) a primeira experiência de uma ação coletiva estabelecida pela população indígena teve início na década de 1970, quando algumas comunidades da Amazônia, apoiadas pelo Conselho indigenista Missionário (CIMI), passaram a se organizar para contestar a política de ocupação da região por grandes projetos econômicos e a necessidade de proteção de seu território em relação a políticas expansionistas dos governos militares. A partir deste momento, os indígenas passaram a pautar suas demandas através das Assembleias Indígenas que reuniam lideranças de diferentes povos de Norte a Sul do país.

Posteriormente, a reivindicação do movimento indígena foi se transformando e adquirindo novas feições. Entre as décadas de 1970 até meados da década de 1980 a mobilização dos povos indígenas foi marcada predominantemente pela necessidade de garantir seus direitos territoriais. Já na segunda metade da década de 1980 em diante, em razão da redemocratização e da abertura política conferida com a promulgação da Constituição de 1988, as reivindicações começaram a ser caracterizadas por demandas mais amplas, exigindo políticas públicas, que viabilizassem a gestão e o controle dos seus territórios, a sustentabilidade de suas populações, além da estruturação de um sistema educacional e de saúde diferenciados, afeitos às suas especificidades socioculturais (BICALHO, 2010).

A partir da década de 2000, o movimento indígena passou a se articular em torno da necessidade de disputar eleições e, dessa forma, eleger representantes que consigam levar as pautas

indígenas para as instâncias deliberativas, de forma a defenderem seus direitos, diretamente, no interior das instâncias deliberativas (SOUZA et al, 2020).

Neste contexto, a partir da abertura política conferida pela redemocratização, a partir de 1995, verifica-se que as organizações indígenas começam a se expandir e a se diversificar de forma a estabelecer ações coletivas mais amplas e mais integradas entre os diversos povos indígenas. Para se ter uma ideia, em 1995, dados compilados por Bicalho (2010) com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Socioambiental revelou que em 1995 existiam cerca de 109 entidades representativas dos povos indígenas no Brasil. Em 2001 essas associações passaram para 318, sendo que em 2009 já era possível observar a existência de 486 organizações que lutavam pelos direitos dos povos indígenas nos diversos estados da federação brasileira (BICALHO, 2010).

Entretanto, mesmo com a ampliação dos canais de participação e organização política, os povos indígenas continuam pouco representados nas instâncias deliberativas derivadas do processo eleitoral, sendo que a falta de representatividade nas instâncias de poder é apontada como um dos grandes entraves para a garantia, manutenção e consolidação dos direitos indígenas no Brasil.

DIFICULDADES NA INSERÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NA POLÍTICA ELEITORAL

Souza et al (2021) informam que diversas dificuldades se impõem para que as indígenas consigam furar os bloqueios institucionais que os levem a adentrar nas esferas de representação política, de forma a defenderem seus interesses diretamente nos parlamentos nacionais, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

Em primeiro lugar, a viabilidade da eleição de candidatos indígenas, necessita se submeter as regras eleitorais que são bastante rígidas para o ingresso a cargos de poder. Os candidatos indígenas precisam de financiamento para suas campanhas, admissão nas listas e estruturas partidárias e acesso as tecnologias de informação e comunicação.

Nesta situação, os candidatos indígenas são confrontados com um desleal sistema de competição com candidatos não indígenas, e dependem de sua aceitação como representantes por parte da sociedade, o que dificulta o sucesso destas candidaturas em razão dos estereótipos historicamente construídos que ainda enxerga os indígenas como incapazes, indolentes, preguiçosos e irracionais.

Ademais, o sistema eleitoral brasileiro produz formas de controle de determinados grupos sobre as máquinas partidárias e, consequentemente, controle sobre os processos de recrutamento, formação de lideranças e financiamento das candidaturas, o que torna o sistema bastante desigual na inserção de grupos minoritários no processo de formação das bancadas legislativas especialmente em cargos de natureza federal ou estadual (SOUZA et al, 2020).

Portanto, o ingresso em cargos vinculados à representação municipal tem se mostrado mais atrativa para as lideranças indígenas, uma vez que, ao reduzir os custos eleitorais e o número de votos necessários para eleger um representante, possibilita maior capacidade de organização, mobilização e adesão da comunidade indígena local com vistas a um empreendimento eleitoral (IGLESIAS, 2007 apud Souza et all, 2013).

Por outro lado, é conhecida as dificuldades dos povos indígenas em participar do processo de votação em razão de que muitas comunidades estão isoladas ou instaladas em locais de difícil acesso. Além disto, a falta de documentos como Certidão de nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Título de Eleitor, impedem uma melhor participação dos indígenas nos momentos de votação.

Em consequência, o êxito das candidaturas indígenas tem se estabelecido preferencialmente no plano local, pois a passagem de uma representação indígena localista para a Plano estadual e nacional, impõem custos mais elevados para o sucesso desse empreendimento.

Quadro 1 – Dificuldades de acesso dos candidatos indígenas a cargos eletivos

FATORES INSTITUCIONAIS	**Sistema eleitoral – o sistema proporcional, aliado a lista aberta e voto nominal faz com que os candidatos indígenas apresentam dificuldade para acessar as vagas conquistadas pelos partidos, uma vez que precisam disputar essas vagas com candidatos não indígenas, cujo eleitorado é mais numeroso na população.**
	Financiamento de campanha – A maioria dos candidatos indígenas apresentam dificuldades para financiar de forma satisfatória as campanhas eleitorais e quase não há apoio partidário para esta finalidade.
	Quociente eleitoral - em cargos de natureza estadual ou federal, em razão do quociente eleitoral exigido, os indígenas precisariam atingir uma elevada soma de votos, o que torna difícil sua inserção em cargos desta natureza.
	Controle das máquinas partidárias - controle dos partidos por grupos não indígenas, o que dificulta o recrutamento, formação de lideranças e financiamento das candidaturas,
FATORES ENDÓGENOS	**Organização política - os povos indígenas não possuem um padrão de organização política que que permita agregar as diversas etnias em torno de consensos mínimos para possibilitar o voto étnico.**
	Dificuldade de comunicação – diversos grupos indígenas não falam o idioma português o que dificulta sua inserção como eleitores.
	Ausência de documentos – muitos indígenas não possuem documentos como: certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF e título de eleitor
	Diversidade de Etnias – existem cerca de 305 etnias indígenas com culturas e padrões associativos diferenciados.
	Formação político/educacional – O exercício e a prática político requer conhecimento especializado que muitos indígenas não possuem
FATORES EXÓGENOS	**Racismo e Preconceito – os indígenas ainda são vistos como incapazes, indolentes, preguiçosos e irracionais por parte da sociedade brasileira.**
FOTORES DEMOGRÁFICOS	**Contingente populacional inexpressivo – Os indígenas representam cerca de 0,83% do total populacional do país.**
FATORES ECOLÓGICOS	**Isolamento e distância dos locais de votação – a existência de povos isolados e a dificuldade de acesso a muitas aldeias por parte do poder público.**

Fonte: Souza e colaboradores (2020)

AS CANDIDATURAS INDÍGENAS NA ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2020.

Para analisar a participação de candidatos provenientes da população indígenas na esfera da representação política para a composição das bancadas às Câmaras Municipais, a pesquisa utilizou-se do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, referente as eleições 2020, organizando os dados a partir dos seguintes marcadores: município, estado, região, cargo em disputa, idade, escolaridade, gênero, raça, estado civil, partido dos candidatos e ideologia partidária.

A população alvo da pesquisa foi composta por todos os candidatos indígenas ao cargo de vereador nos municípios pertencentes a região norte do Brasil, estabelecendo padrões comparativos dos candidatos indígenas eleitos e não eleitos.

Para efeito de análise os dados das candidaturas e dos eleitos identificados por município foram convertidos para dados estaduais e regionais, de forma a permitir análises regionais, permitindo analisar apenas os estados da região norte, aqui considerado como

Considerou-se apenas as candidaturas deferidas ou deferidas com recurso, excluindo-se aquelas que apareciam na base de dados como: indeferidas, indeferidas com recurso, cassado com recurso e aguardando julgamento. Avaliou-se apenas as candidaturas para o cargo de vereador(a) e exclui-se os dados de prefeitos e vice prefeitos e também relativo ao segundo turno.

Entre os candidatos, como base nos marcadores disponibilizados no banco de dados do TSE, considerou-se tanto os eleitos pela lista partidária, quanto os eleitos por média e os eleitos através do quociente partidário, excluindo-se, portanto, os casos pendentes de julgamento ou sob judice.

O tratamento dos dados foi realizado com base em modelos de estatística descritiva e inferencial, que permite estabelecer padrões comparativos na associação entre as variáveis selecionadas, de forma a distinguir o perfil destas candidaturas para as Câmaras Municipais em 2020.

Para efeito de comparação entre a presença de candidatos indígenas entre as regiões do país, a pesquisa utilizou a taxa de sucesso das candidaturas que permite avaliar o êxito entre aquilo que se esperava e o que foi efetivamente alcançado. No caso do desempenho observado nas candidaturas indígenas este indicador permitiu avaliar a relação entre a totalidade de candidato e os efetivamente eleitos por região do país.

No universo do marketing político a taxa de sucesso se estabelece como uma métrica importante para avaliar a eficácia dos investimentos eleitorais realizados por candidatos e partidos. Quanto maior a taxa de sucesso maior a avaliação de que as estratégias eleitorais estão ressoando positivamente na sociedade, enquanto que uma baixa taxa de sucesso pode levar os partidos e candidatos e identificar falhas de forma a mudar estratégias para as eleições subsequentes.

É válido destacar que no Brasil quase não há pesquisas sobre a participação de candidatos indígenas na esfera da representação política e sua real participação na composição do poder político local. É justamente esta lacuna que esta pesquisa pretende oferecer, procurando abrir janelas de oportunidade para inclusão deste tema na agenda de pesquisas da Ciência Política.

EVOLUÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS NO BRASIL

Em relação a evolução das candidaturas, considerando-se o período histórico que vai de 2004 a 2020, portanto, num percurso de cinco eleições consecutivas, as candidaturas indígenas tiveram um crescimento bastante significativo para o cargo de vereador, saindo de 228 candidatos lançados em 2004 para 1970 em 2020. Isto indica um percentual de crescimento de 725,9% no período de 16 anos, o que atesta que a estratégia do movimento indígena em se inserir ativamente no processo eleitoral através do lançamento de candidaturas de membros da comunidade indígena está apresentando resultados positivos.

De fato, o aumento no número de candidaturas parece ter se refletido no número de candidatos eleitos, pois os dados demonstram que houve uma evolução significativa no número de vereadores indígenas eleitos ao longo do período considerado numa proporção percentual de cerca de 363%. Em 2004 foram eleitos em todo o país apenas 38 indígenas, sendo que em 2020 esse quantitativo subiu para 176 indígenas eleitos para a Câmara de vereadores nos diversos estados do país.

Tabela 1. Evolução das Candidaturas Indígenas nas eleições municipais. 2004 a 2020

Cargo / Ano	VEREADORES	
	Candidatos	Eleitos
2004	228	38
2008	350	61
2012	481	89
2016	1538	108
2020	1883	176

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

A distribuição das candidaturas Indígenas entre as Regiões do Brasil

A partir da organização dos dados e sua distribuição entre as regiões do país, foi possível identificar que do total de candidatos autodeclarados indígenas inscritos no processo eleitoral em 2020, os municípios da região norte concentraram o maior percentual com 39,5%, vindo logo a seguir os municípios da região nordeste com 24,0% e centro-oeste com 17,6%. A região sudeste e sul são as

que apresentaram o menor percentual de candidatos indígenas para as câmaras de vereadores com 7,3% e 11,6% respectivamente.

Os dados sobre candidaturas parecem estar alinhados com os dados do percentual da população indígena entre as regiões, pois norte e nordeste respondem por mais de 75% da população indígena do país, enquanto centro-oeste, sudeste e sul concentram as menores taxas deste segmento populacional.

Entretanto, se levarmos em consideração os dados sobre os eleitos, observa-se uma ligeira discrepância na taxa de sucesso destas candidaturas entre as regiões. A região norte, por exemplo, apesar de responder por 39,5% dos candidatos, só elegeu 35,8% dos mesmos, enquanto que o nordeste foi responsável por 24,0% das candidaturas, mas elegeu cerca de 31,3% dos candidatos indígenas em 2020. Isto indica que entre os municípios nordestinos as estratégias eleitorais que possibilitam a aceitação de candidatos indígenas enquanto representantes da população local nos espaços decisórios é superior à observada nas outras regiões do país, independentemente do contingente populacional indígena presente na região.

Tabela 2 – Candidatos indígenas segundo região e percentual de eleitos. 2020.

Regiões	Percentual da população indígena	Candidatos		Eleitos		Taxa de sucesso
		Freq	%	Freq	%	
Norte	44,5	744	39,5	63	35,8	7,6
Nordeste	31,2	451	24,0	55	31,3	12,2
Centro-Oeste	11,8	331	17,6	25	14,2	7,5
Sudeste	7,3	138	7,3	12	6,8	8,7
Sul	5,2	219	11,6	21	11,9	9,6
Brasil	100,0	1883	100,0	176	100,00	9,3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

A DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS ENTRE OS ESTADOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

A partir da desagregação dos dados, levando-se em consideração apenas os estados da Amazônia Legal, que engloba todos os estados da região note (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) mais os estados do Maranhão (nordeste) e Mato Grosso (centro-oeste), avaliou-se o desempenho das candidaturas indígenas entre estes territórios.

Com base nos dados, levando-se em consideração somente o quantitativo de candidaturas e de eleitos, percebe-se que o estado do Amazonas foi responsável pela maior proporção de candidaturas indígenas e maior proporção dos eleitos, vindo logo a seguir os estados de Mato Grosso e Roraima.

Entretanto, levando-se em consideração a taxa de sucesso, o melhor desempenho na relação entre candidaturas e eleitos foram os estados do Maranhão, vindo logo a seguir Tocantins, Acre e Rondônia. Levando-se em consideração o quantitativo de candidatos e o quantitativo de eleitos o estado do Amazonas que possui a maior população indígena do país teve um dos piores desempenho nesta relação.

Isto indica a necessidade de rever as estratégias de competição eleitoral estabelecida pelo movimento indígena, pois investir apenas no lançamento de candidaturas pode não ser suficiente para alcançar os objetivos de expandir a representação indígena na esfera do poder local.

Tabela 3 – Indígenas candidatos e eleitos nos estados da Amazônia Legal. 2020.

Estados	Candidatos		Eleitos		Taxa de sucesso
	Freq	%	Freq	%	
Acre	60	6,6	7	8,5	11,7
Amazonas	363	39,8	28	34,2	7,7
Amapá	22	2,4	2	2,4	9,1
Maranhão	56	6,1	8	9,8	14,3
Mato Grosso	113	12,4	11	13,4	9,7
Pará	91	10,0	7	8,5	7,7
Rondônia	35	3,8	4	4,9	11,4
Roraima	131	14,3	10	12,2	7,6
Tocantins	42	4,6	5	6,1	11,9
Total	913	100,0	82	100,0	8,9

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS POR GÊNERO

De acordo com os dados da tabela abaixo, as mulheres indígenas responderem por 33,7% das candidaturas, o que significa que em termos de candidaturas elas estão acima do percentual indicado pela lei de cotas.

Por outro lado, quando se avalia o quantitativo de mulheres que foram efetivamente eleitas, percebe-se que elas representam apenas 15,9% do total de eleitos para este segmento. Isto significa que as mulheres indígenas reproduzem o contexto mais geral da representação feminina no Brasil, ou seja, elas estão subrepresentadas em geral, independentemente do grupo racial.

Tabela 4 – Indígenas candidatos e eleitos na Amazônia Legal segundo gênero. 2020

Estados	Candidatos				Eleitos			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Acre	13	21,7	47	78,3	1	14,3	6	85,7
Amazonas	117	32,2	246	67,8	8	28,6	20	71,4
Amapá	5	22,7	17	77,3	1	50,0	1	50,0
Maranhão	22	39,3	34	60,7	1	12,5	7	87,5
Mato Grosso	30	26,5	83	73,5	1	9,1	10	90,9
Pará	25	27,5	66	72,5	0	0,0	7	100,0
Rondônia	8	22,9	27	77,1	0	0,0	4	100,0
Roraima	61	46,6	70	53,4	4	40,0	6	60,0
Tocantins	13	31,0	29	69,0	0	0,0	5	100,0
TOTAL	294	32,2	619	67,8	16	19,5	66	80,5

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS POR ESCOLARIDADE

Os dados sobre escolaridade dos candidatos indígenas indicam que a maior proporção das candidaturas possuía o ensino médio completo que corresponde a 45,7% do total dos candidatos, vindo logo a seguir aqueles com ensino superior completo, que representam 20,6% do total de candidatos que disputaram a eleição de 2020.

A mesma situação se verifica entre os vereadores indígenas eleitos, pois a maioria dos que se elegeram também possuem o ensino médio completo com 48,8% do total, seguido dos que possuem o ensino superior completo com 31,7%.

É válido destacar que os indígenas estão em desvantagem em relação a outros grupos raciais, pois pesquisas anteriores já indicavam que entre os grupos não indígenas os vereadores eleitos que possuem curso superior são proporcionalmente mais significativos (SOUZA, SANTOS e DOLANDELI, 2020).

Insto indica a necessidade de ações afirmativas mais consistentes, de forma a oferecer possibilidades de formação superior para a população indígena, como condição fundamental para possibilitar maiores chances de competição com outros grupos raciais que apresentam maiores vantagens em relação ao acesso à educação superior, principalmente entre os grupos que habitam área mais urbanizadas e com maior infraestrutura educacional, diferentemente do que ocorre nas comunidades indígenas.

Tabela 5 – Indígenas candidatos e eleitos na Amazônia Legal por escolaridade. 2020

Escolaridade	Candidatos		Eleitos	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Lê e escreve	51	5,6	0	0,0
Fundamental completc	97	10,6	6	7,3
Fundamental incompleto	92	10,1	4	4,9
Médio Completo	417	45,7	40	48,8
Médio Incompleto	40	4,4	4	4,9
Superior completo	188	20,6	26	31,7
Superior incompleto	28	3,0	2	2,4
TOTAL	913	100,0	82	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS POR IDADE

Em relação a variável idade a grande proporção dos candidatos e também dos eleitos estão concentrados em duas faixas etárias: 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, que somados representam cerca de 66,9% das candidaturas e 76,9% do total de eleitos.

No extremo oposto da avaliação etária temos os idosos (acima de 60 anos) que representaram cerca de 4,5% do total de candidatos, mas elegeram apenas 2,4% do total de vereadores pertencentes a este grupo, o que indica que quanto mais elevada é a faixa etária dos candidatos, maiores as dificuldades para acesso a representação.

Os jovens (entre 18 a 29 anos) também podem ser definidos como um outro grupo com baixa representação na Câmara de vereadores, pois representaram cerca de 14,2% das candidaturas, mas elegeram apenas 7,3% do total de candidatos, o que também atesta a sub-representação dos jovens no processo de acesso a cargos eletivos.

Tabela 6 – Indígenas candidatos e eleitos na Amazônia Legal por faixa etária – 2020

Faixa etária	Candidatos		Eleitos	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
18 a 29 anos	130	14,2	6	7,3
30 a 39 anos	306	33,5	33	40,3
40 a 49 anos	305	33,4	30	36,6
50 a 59 anos	131	14,4	11	13,4
60 anos ou +	41	4,5	2	2,4
Total	913	100,0	82	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS POR ESTADO CIVIL

Em relação ao estado civil, os dados revelaram que a grande proporção dos candidatos era composta por indígenas solteiros que representaram cerca de 69,3% das candidaturas vindo logo a seguir os casados com 28,6%. Entre os eleitos a mesma situação se observa embora com proporção um pouco menor, pois neste grupo os solteiros representaram cerca de 65,9% e entre os casados cerca de 32,9%.

Isto também reflete uma diferença entre os indígenas e outros grupos raciais, pois pesquisas anteriores realizadas sobre a eleição de vereadores no Brasil indicavam que em relação ao estado civil a maior proporção dos vereadores não indígenas é composta por pessoas casadas.

Tabela 7 – Indígenas candidatos e eleitos por estado civil – 2020

Estado civil	Candidatos		Eleitos	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Solteiro(a)	633	69,3	54	65,9
Casado(a)	261	28,6	27	32,9
Separado(a)/divorciado(a)	14	1,5	1	1,2
Viúvo(a)	5	0,6	0	0,0
Total	913	100,0	82	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS INDÍGENAS POR IDEOLOGIA PARTIDÁRIA

Em relação a ideologia partidária, os dados apresentados indicam que entre os candidatos a grande proporção se candidatou por legendas consideradas de Direita[4] que representaram cerca de 53,5% do total de candidatos. Os partidos de Direita também elegeram a maior proporção dos eleitos com 58,7%. Os candidatos ligados aos partidos de Esquerda ocuparam a segunda colocação entre as candidaturas com 31,3% dos candidatos e 23,8% dos eleitos. Já os partidos vinculados ao campo ideológico de centro ocuparam o último lugar entre as candidaturas indígenas com 15,2% do total, e 17,5% do total de vereadores autodeclarados indígenas.

Estes dados, vão em direção contrária aos estudos que identificam que os partidos de esquerda são mais abertos para a incorporação de grupos minoritários entre seus quadros e na promoção da cidadania inclusiva. Alguns estudiosos, apontam que entre os partidos de esquerda são

[4] A classificação ideológica dos partidos foi inspirada em Tarouco e Madeira (2013): - CENTRO: PMDB; PSDB; PV; PPS. - DIREITA: Solidariedade (SD); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Trabalhista Cristão (PTC); PTB; PT do B; PSL; PSDC; Partido Social Democrático (PSD); PSC; Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB); PRP; PRB; PR; PP; PHS; Partido Ecológico Nacional (PEN); DEM. NOVO; PMB; NOVO; PMB, - ESQUERDA: PT; Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU); PSOL; Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Partido Pátria Livre (PPL); PMN; PDT; Partido da Causa Operária (PCO); Partido Comunista Brasileiro (PCB); PCdoB; REDE.

mais abertos as pautas e reinvindicações de minorias políticas como: negros, mulheres, indígenas, quilombolas e população LGBTQIA+ (MENEGUELLO et al, 2012).

Entretanto, é válido destacar que o melhor desempenho dos partidos de direita no recrutamento e eleição de candidatos indígenas pode apresentar relação com o formato do sistema partidário brasileiro, onde os partidos vinculados ao campo da direita têm maior expressão quantitativa, com a presença de 19 legendas nas disputas eleitorais, contra 6 partidos de centro e 10 de esquerda (TAROUCO e MADEIRA, 2013).

Neste aspecto, Nicolau (1996) informa que no Brasil, o sistema eleitoral organizado sob o manto de elevada fragmentação partidária, os candidatos procuram os partidos com base em cálculos sobre suas reais chances de conquistar uma vaga no parlamento e não por critérios de proximidade ideológica.

Ademais, Souza, Oliveira e Martins (2022) acrescentam que no sistema eleitoral brasileiro, as candidaturas são impulsionadas por determinações provenientes de situações de conjuntura e desde a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, as eleições passaram a se realizar em um contexto de intensa criminalização midiática dos principais partidos de esquerda, trazendo como consequência um protagonismo dos partidos de direita no cenário nacional que contaminou as eleições municipais e possibilitou uma expansão quantitativa de votos para as legendas pertencentes a este campo ideológico.

Tabela 8 – Indígenas candidatos e eleitos por ideologia partidária – 2020

Ideologia Partidária	Candidatos		Eleitos	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Esquerda	286	31,3	17	23,8
Centro	141	15,2	17	17,5
Direita	486	53,5	48	58,7
Total	913	100,0	82	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Considerações Finais

Este artigo, apresentou como proposta de discussão avaliar a situação das candidaturas indígenas no território brasileiro, a partir da análise do perfil das candidaturas. As candidaturas de pessoas autodeclaradas indígenas ocorrem em praticamente todos os estados do Brasil, mas, em poucas unidades da federação os indígenas encontram um ambiente favorável para se elegerem.

Apesar da verificação de um relativo crescimento no plano das eleições municipais, principalmente nos cargos de vereadores, os indígenas ainda estão subrepresentados na política de representação nacional e suas demandas quase não são percebidas nos espaços institucionais de tomada de decisões.

A literatura sobre a participação de indígenas em cargos eletivos é quase inexistente no Brasil. Isto se estabelece, pois antes de 2014 não havia dados confiáveis para se estabelecer a real dimensão deste segmento na esfera eleitoral. Além disto, havia muitas dificuldades metodológicas para produzir pesquisas mais amplas sobre o recorte étnico/racial no parlamento. Os dados disponíveis não apresentavam sistematização e nem dados qualitativos sobre o perfil deste segmento na esfera da competição política. Os dados eleitorais eram imprecisos, pois não se usava qualquer critério da autodeclaração racial ou étnica para organizar as informações referentes às candidaturas e sua diferenciação entre indígenas e não indígenas.

A partir da eleição de 2014, entretanto, o Tribunal Superior Eleitoral começou a adotar a autodeclaração racial como elemento obrigatório para o registro das candidaturas o que tem facilitado a produção de pesquisas sobre a real dimensão da sub-representação destes grupos na esfera eleitoral.

A partir de 2014 já se tornou possível verificar a real dimensão da participação de candidatos indígenas no processo eleitoral e verificar tanto o seu perfil quanto o *locus* de sua atuação.

De qualquer forma, mesmo tendo esta pesquisa embasada em resultados preliminares, os dados indicam a real dificuldade dos grupos indígenas em conseguirem acessar os canais de representação política.

O país necessita rever as instituições eleitorais de forma a melhorar a participação de grupos minoritários no processo decisório de forma a diminuir as desvantagens deste segmento em relação aos segmentos dominantes e mais organizados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, Alvaro e RANGEL, Marta. **La equidad y la exclusión de los pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina y el Caribe**. Revista de la CEPAL, nº 76, abril, 2002.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2010 (Tese de Doutorado).

CAMPOS, Luiz Augusto, et al. **"A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil"**. Revista Brasileira de Ciência Política, no 16, abril de 2015.

CIMI. **Movimento e organizações indígenas no Brasil**. Boletim informativo. Disponível em: https://cimi.org.br/2008/07/27614/

CODATO, Adriano; LOBATO, Tiemi e CASTRO, Andréa Oliveira. "VAMOS LUTAR, PARENTES!" As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 32 N° 93, 2016

CONCEIÇÃO, Keyla Francis de Jesus da. **A INVISIBILIDADE DO INDÍGENA NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO: As Organizações Indígenas e a luta pela representação política**. Brasília. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UNB, 2018 (Dissertação de Mestrado).

FONTELES FILHO, J. M. Heterogeneidade, negatividade e identidade heteroet(n)ica: a participação indígena nas eleições 2000 no Ceara. In: VASCONCELOS, J. G.; MAGALHAES JUNIOR, A. G.; FONTELES FILHO, J. M. (Org.). *Ditos (mau)ditos*. Fortaleza: Editora Gráfica LCR, 2001. p. 161-174.

HASENBALG, Carlos. (1979), **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal.

KLEBA, M. E; WENDAUSEN, A. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

MENEGUELLO, Rachel *et al*. **Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros**. Campinas: UNICAMP/CESOP, 2012. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5119. Acesso em: 23 dez. 2023.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94**. Rio de Janeiro, FGV editora, 1996.

ONU, **Relatório do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas**, 1986

ONU, **relatório global sobre populações indígenas**, 2010. Disponível em: https://unric.org/pt/actualidade/10163. Consultado em 8 de novembro de 2017.

PAULA, Luís Roberto de. A participação indígena em eleições municipais (1976-2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação. Rio de Janeiro. Museu nacional, Série Resenhas & Debates, vol. 2, 2017.

RAMOS, Adriana. **Os índios e o novo Congresso nacional**. In SOUZA, Antônio Carlos Lima et al. (org). **Além da tutela. Bases para uma nova política indigenista III.** Rio de janeiro. Contra Capa Livraria, 2003.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva et al. **O financiamento de campanha dos vereadores indígenas: uma análise comparativa da composição das receitas dos parlamentares eleitos nas regiões, norte, nordeste e centro-oeste nas eleições 2012**. São Paulo, Aguas de Lindoia. 37º Encontro anual da ANPOCS, 2013.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; SOARES, Leonardo Barros e SANTOS, Rodrigo Dolandeli. **Candidatas e candidatos indígenas eleitos e não eleitos para as Câmaras Municipais do Brasil.** In: Antônio Lavareda; Helcimara Telles. (Org.). Eleições municipais: Novas ondas na política. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; OLIVEIRA, Cloves; MARTINS, Joyce Leão. **As minorias políticas: a sub-representação dos gêneros, raças e etnias**. In: Antônio Lavareda; Helcimara Telles. (Org.). Eleições municipais na pandemia. 1º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2022, v. 1, p. 168-191.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

VANZOLINI, Marina. Eleições na aldeia ou o Alto Xingu contra o Estado? Anuário Antropológico [Online], I, 2011.

YOUNG, Iris Marion. **Representação Política, Identidade e Minorias.** Revista Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006**.**

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

PARA ALÉM DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA: ANÁLISE DA DEMANDA WARAO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Romário Edson da Silva Rebelo[1](UFPA e FUNPAPA),
Elenildo Carvalho Souza[2](UFRA e FUNPAPA),
Alex Santiago de Souza[3](UFPA e FUNPAPA).

RESUMO: Os Warao constituem o segundo povo indígena mais numeroso da Venezuela, com quase 50 mil pessoas, permeado por diversos arranjos sociais, inclusive, alguns desses, rivais entre si. Expulsos do território originário pelo agronegócio e, mais recentemente, pela exploração do petróleo, os Warao têm cruzado a fronteira do Brasil na forma de diáspora desde 2017. Após o reconhecimento judicial do estatuto do refugiado, os serviços públicos, sobretudo os da assistência social do Município de Pacaraima, passaram a absorver a demanda, e tão logo, os Municípios de Boa Vista, Manaus, Santarém e Belém se viram obrigados a também absorvê-la por pressão do Sistema de Justiça, organismos internacionais e setores da sociedade civil. O governo federal declarou situação de emergência na fronteira e instituiu a Operação Acolhida. A situação de emergência atravessou os Governos Temer e Bolsonaro e se mantém no atual Governo Lula. Apesar de muitos Warao virem e voltarem em auxílio dos parentes sem condições de migrar, muitos outros têm se fixado no norte do Brasil, e alguns já chegaram a outras regiões do país. Portanto, cabe analisar, em que medida a demanda Warao ainda configura situação de emergência. Análise essa baseada a partir e por dentro da política de assistência social no Município de Belém, onde há cerca de 559 indígenas refugiados. Concluímos que a demanda Warao não é excepcional ou temporária, e mesmo desafiadora, será cada vez mais comum, exigindo parâmetros e protocolos de atendimento desenvolvidos segundo o direito a consulta prévia e informada dos próprios indígenas refugiados.

Palavras-chave: assistência social; indígenas; refugiados; Venezuela; Warao.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos analisar em que medida a demanda Warao, na política de assistência social, ainda se configura como situação de emergência.

[1] Doutorando em Direitos Humanos e Estudos Críticos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestre em Direitos Humanos e Inclusão Social, também pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará – UFPA. Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas Brasil Amazônia. Integrante do Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia com registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CESIP-Margear/CNPq. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Servidor público da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, entidade gestora da Política Nacional de Assistência Social no Município de Belém. Brasil, e-mail: romariorebelo@live.com.

[2] Graduado em Sistemas de Informação pelo Instituto Ciber-Espacial da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Servidor público da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, entidade gestora da Política Nacional de Assistência Social no Município de Belém. Brasil, e-mail: elenildocsouza@gmail.com.

[3] Pós-Graduado em Políticas Públicas pelas Faculdades Integradas de Araguatins. Graduado em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará – UFPA. Servidor público da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, entidade gestora da Política Nacional de Assistência Social no Município de Belém. Brasil, e-mail: alex.ufpa@yahoo.com.br.

Para tanto, primeiro abordaremos alguns elementos da história e da cosmovisão da etnia, dando destaque ao processo de invasão e expulsão do território originário vivido desde a década de 1990 e o *modo de ser Warao* no contexto urbano, para que, em seguida, possamos discutir a diáspora que ocorre para o Brasil desde 2017 e recortes de como o a população local e, em particular, o Poder Público tratou a questão, justamente para que, ao final, compreendamos as muitas violências sofridas, a respectiva resposta da política de assistência social e os caminhos possíveis.

Tudo isso, com base em textos acadêmicos relacionados à etnologia indígena e à teoria crítica dos direitos humanos, dos quais se extraiu as categorias de análise necessárias para articular os dados primários coletados ao longo da atuação profissional na política de assistência social no Município de Belém desde 2019, incluindo atendimentos a Warao no espaço de rua, domiciliar e institucional, fóruns de discussão e eventos de formação. E, também, os dados secundários coletados em pareceres elaborados em 2017 no âmbito de processos coletivos pelo Ministério Público nos Estados de Roraima, Amazonas e Pará, no Protocolo de Consulta Prévia elaborado ao longo de 2019 e 2020 pela rede intersetorial em conjunto com as lideranças Warao, e do diagnóstico sócioterritorial da Fundação Papa João XXIII, que orientou o planejamento da política de assistência social no Município de Belém para o quadriênio 2022-2025.

OS WARAO, O POVO DAS ÁGUAS

Os Warao constituem o segundo povo indígena mais numeroso da Venezuela, com quase 50 mil pessoas, que falam uma língua em comum, de mesmo nome da etnia. Alguns Warao também falam espanhol, cuja fluência, segundo Soneghetti (2017), varia de acordo com o maior ou menor contato tido com o espaço urbano daquele país.

O antropólogo explica que registros históricos indicam que os Warao ocupam o delta do Rio Orinoco há pelo menos 8 mil anos. Essa região se caracteriza por ser uma área cortada por uma série de rios e igarapés, formando várias ilhas fluviais que se encontram com as correntes marinhas do Caribe. Por conta de as águas serem um elemento muito presente na história dos Warao, a etnia acabou desenvolvendo um sofisticado saber naval, sendo retratada como exímia construtora de canoas.

Segundo Ramos, Botelho e Tarragó (2017), tudo indica que as canoas se tornaram uma espécie de referência Warao. Cristóvão Colombo, por exemplo, registrou em 1498 um encontro com a etnia, que fazia uso de canoas muito bem construídas. A habilidade para a construção de canoas também foi observada pelo explorador inglês William Hilhouse em 1834, registrando que algumas podiam transportar até 100 pessoas e que serviam não apenas como meio de transporte, mas

também eram fundamentais para as relações de trocas materiais e intercâmbios da etnia com outros povos indígenas da região, principalmente da Guiana Inglesa.

A propósito, esses mesmos antropólogos sugerem que a distribuição territorial Warao não está relacionada apenas às suas próprias dinâmicas de mobilidade espacial, mas também com o contato que tiveram com outros povos da região, que teriam sido responsáveis, por exemplo, pela introdução da agricultura e formas de processamento da mandioca entre algumas comunidades do delta do Rio Orinoco. Além desse contato, os colonizadores também teriam influenciado a distribuição territorial Warao, sobretudo as missões religiosas. Tudo isso teria contribuído para a divisão da etnia em várias comunidades litorâneas, ribeirinhas, rurais e, nas últimas décadas, urbanas.

São pistas de que o *modo de ser Warao* não é homogêneo. Ramos, Botelho e Tarragó (2017), com base nos estudos etnográficos de Wilbert (1979), explicam que a cosmovisão da etnia se dá a partir da distribuição no território originário, o qual seria composto por quatro espaços nos quais prevalecem determinadas práticas culturais e simbólicas. Esses espaços seriam o *delta central*, o *sudoeste do delta*, o *delta norocidental* e a *boca do Orinoco*.

No *delta central*, os Warao são retratados como pescadores e caçadores, e, por isso, com uma vida mais sazonal. Já no *sudoeste do delta*, eles são descritos como agricultores, com destaque às culturas de milho e mandioca, dispondo de residências fixas instaladas nas bordas dos grandes rios e fazendo uso dos buritizais situados na zona mais próxima dos rios. Os Warao do *delta norocidental*, por sua vez, são ditos como pescadores e construtores de canoas, onde o buriti tem grande importância e, no entanto, a agricultura é incipiente. Por último, na *boca do Orinoco*, que se caracteriza pelas marismas e pântanos, os Warao também são retratados como pescadores e muito vinculados aos buritizeiros, mas sem qualquer forma de agricultura.

Apesar das missões religiosas, a geografia alagadiça do delta do Rio Orinoco pode ter sido um dos fatores que impediu a expansão da colonização no território originário Warao. Foi só com a independência da Venezuela que a etnia passou a sofrer com um intenso processo de invasão e expulsão Isso porque, depois da Declaração Universal das Nações Unidas de 1948, o discurso universalista dos direitos humanos da época, que embora se apresentasse como uma cláusula de inclusão, teria dado fundamento a mais nova forma de assimilação dos povos indígenas, na medida em que "los pueblos indígenas que se encuentran en el interior de las fronteras de Estados no son tomados en consideración ni siquiera cuando se produce esa mención de momento inoperante. Su exclusioan de los derechos humanos es la más radical" (CLAVERO, 2014, p. 53).

Logo, mesmo depois do fim da colonização, categoria que Brighenti (2015) diz se referir à dominação política e econômica de uma determinada nação sobre outra de diferente território, a colonialidade continuou a ocorrer nos países então independentes, enquanto categoria que diz respeito à dominação epistêmica, que se manifesta pela negação da reprodução do modo de vida tradicional, tanto pela destruição dos saberes ancestrais, quanto pela perda do território originário. O que não foi diferente com os Warao.

No início do século XX, Soneghetti (2017) explica que o governo venezuelano intensificou a implementação de projetos que tinham como objetivo "desenvolver" o delta do Rio Orinoco. Projetos que, no entanto, não levavam os Warao em consideração.

Primeiro, entre 1920 e 1940, através do cultivo em larga escala do *ocumo chino* por colonos não indígenas, que diminuiu a área que os Warao tinham para coletar o buriti e outros alimentos. Depois, em 1960, com o objetivo de criar um acesso por terra ao delta do Rio Orinoco e expandir as fronteiras do agronegócio, a *Corporación Venezoelana de Guyana* construiu um dique-estrada que barrou o Rio Manamo, provocando a salinização dos seus afluentes devido ao represamento das suas águas que entraram em contato com as correntes marinhas do Caribe facilmente, e consequentemente, a acidificação do solo, tipicamente encharcado. Por último, em 1990, deu-se início à corrida pelo petróleo na região, levando à instalação de inúmeros empreendimentos de perfuração.

Com o processo de invasão e expulsão do território originário, e por conta dos impactos socioambientais no delta do Rio Orinoco (falta de espaço necessário para a manutenção da subsistência das comunidades rurais da etnia, escassez de água potável ao acesso das comunidades litorâneas e ribeirinhas e epidemias de cólera provocadas pela presença não indígena no delta do Rio Orinoco), muitos Warao passaram a buscar alimentos e assistência à saúde cada vez mais ao sul. Chegaram, assim, às cidades de Tucupita e Barracas, ambas, na própria Venezuela.

Desde então os Warao começaram a traçar estratégias de sobrevivência no espaço urbano, ressignificando muitas de suas práticas tradicionais, a ponto de se falar, de acordo com a categoria proposta por Ciccarone e Moreira (2008, p. 136-137), de uma "reterritorialização da cidade", e não de uma prática tradicional.

Nesse contexto, "algumas regras sobre divisão sexual [do trabalho] podem se apresentar invertidas" (RAMOS, BOTELHO e TARRAGÓ, 2017, p. 14). Enquanto os homens ficam nos locais de hospedagem ou nos acampamentos cuidando dos pertences de todo o grupo familiar, é comum que as mulheres e os respectivos filhos se desloquem para os pontos mais movimentados da cidade para pedir dinheiro, que Castro (2000) supôs tratar-se, para a etnia, de prática análoga à coleta, e que por

isso, não tinha nada a ver com mendicância. Contudo, embora os homens prefiram não acompanhar as mulheres durante o ato de pedir, eles também se mobilizam para vender os artigos de artesanato trazidos de suas comunidades, ou para prestar alguns serviços temporários.

Na medida em que os Warao conseguiam os recursos de que precisavam, voltavam às suas comunidades no delta do Rio Orinoco, levando-os consigo para dividi-los com os que haviam permanecido na região. O retorno também se justificava pela necessidade de se buscar novos artigos de artesanato para venda na cidade, além, é claro, de preservar o sentimento de pertencimento com relação ao território originário e à rede parental.

Assim, segundo Ramos, Botelho e Tarragó (2017), constituiu-se uma nova dinâmica na mobilidade Warao: um contínuo *ir e vir* entre suas comunidades e as cidades, que ao longo do tempo foi ganhando novos contornos. Alguns Warao passaram a formar comunidades no espaço urbano, principalmente depois que começaram a desempenhar atividades mais ou menos fixas, como as de verdureiros em feiras, ajudantes de pedreiro na construção civil, carregadores em locais de embarque e desembarque de passageiros ou professores.

Agora, não era mais todo o grupo familiar que estava nas cidades que voltava ao delta do Rio Orinoco, mas somente alguns membros, o que, obviamente, não comprometeu os laços entre eles, já que aqueles que se estabeleciam no espaço urbano recebiam os parentes que então haviam dado início ao *ir e vir*, caracterizando o que se chama de "sociedade translocal", tida como a "categoria de análise mais adequada para compreender [a] capacidade de habitar ambos os mundos, e mantê-los como partes interdependentes de uma totalidade sociocultural que nunca deixa, entretanto, de manter seu foco orientado na terra natal" (CICCARONE e MOREIRA, 2008, p. 140).

Contudo, desde 2017, com o agravamento da crise econômica na Venezuela, marcada pela hiperinflação que atinge produtos de primeira necessidade, muitos venezuelanos, incluindo os próprios Warao, começaram a cruzar a fronteira com o Brasil, dando início a uma difícil jornada pelo país.

A DIÁSPORA WARAO, O DESLOCAMENTO FORÇADO E A CHEGADA RESISTIDA

O ponto de partida dos Warao no Brasil na jornada pelo país foi o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, onde existem registros oficiais da presença da etnia desde o final de 2014, embora alguns indígenas tenham afirmado a Soneghetti (2017) que já tinham ouvido histórias da vinda de outros Warao para o Brasil em anos anteriores, onde tinham conseguido alimentos, medicamentos e dinheiro através da venda dos artigos de artesanato, do ato de pedir e de serviços braçais.

O deslocamento para o Brasil varia de acordo com o local de partida. Aqueles que saem do delta do Rio Orinoco, por exemplo, iniciam sua viagem por lanchas. Já aqueles que vêm das cidades venezuelanas, fazem por meio de ônibus. Em determinado momento, "na fronteira com a Venezuela, [o percurso] costuma ser feito a pé durante longas caminhadas [...], com o objetivo de evitar que sejam barrados pela Polícia Federal" (SONEGHETTI, 2017, p. 19). Já entre as cidades brasileiras, é comum que eles viajem de ônibus ou de táxi, fazendo uma série de dívidas.

Nas cidades brasileiras, assim como nas cidades venezuelanas, os Warao costumam montar acampamentos próximos aos terminais rodoviários ou viadutos, levantando lonas para protegê-los do sol e da chuva, dormindo em papelões ou colchões doados. Além dos acampamentos, grupos também costumam se hospedar em hotéis ou alugar os chamados quitinetes em pontos centrais da cidade, próximos a feiras e mercados, complexos comerciais e vias de grande circulação.

No Município de Pacaraima, mais precisamente, os Warao montaram acampamento em um terreno baldio, dividindo espaço com o lixo preexistente e que eles mesmos produziam. Esse terreno ficava próximo ao terminal rodoviário da cidade, e ali preparavam o próprio alimento. Comiam basicamente arroz e uma espécie de pão, feito à base de trigo e água. A noite se acomodavam sob o espaço coberto do terminal, junto de imigrantes venezuelanos não indígenas, onde dormiam em papelões. Segundo Ramos, Botelho e Tarragó (2017), a população local passou a se incomodar com a presença dos Warao na cidade. Nessa época, segundo os antropólogos, os Warao foram os únicos imigrantes da Venezuela alvo de deportação.

De igual modo, no Município de Boa Vista, também no Estado de Roraima, os Warao continuaram sendo alvo de deportação. A Polícia Federal chegou a deportar, ao longo de três anos, mais de quinhentos indígenas para a Venezuela, o que só foi interrompido após um *habeas corpus* concedido pela Justiça Federal a pedido da Defensoria Pública da União no qual, enfim, se reconheceu o estatuto do refugiado a etnia ao considerá-la em "deslocamento forçado" em razão de grave violação de direitos humanos.

A Justiça do Estado de Roraima então determinou o acolhimento institucional dos Warao desalojados, e o Governo Estadual disponibilizou um ginásio num bairro afastado do centro do Município de Boa Vista, instituindo o Centro de Referência ao Imigrante, que passou a atender, além dos Warao, imigrantes venezuelanos não indígenas desalojados. O Centro de Referência ao Imigrante, basicamente, era gerenciado pela Federação Humanitária Internacional (Fraternidade), uma organização religiosa, que controlava toda a rotina do espaço, e que segundo relatos aos antropólogos, levou a uma série de conflitos.

Desde então, os serviços públicos, sobretudo os da assistência social passaram a absorver a demanda, e tão logo, naquele mesmo ano, os Municípios de Manaus, no Estado do Amazonas, Santarém e Belém, no Estado do Pará, se viram obrigados a absorvê-la, muito disso, por pressão do Sistema de Justiça e de organismos internacionais, em especial, do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas, além de setores da sociedade civil, embora sem o apoio de boa parte da população local, como sugerem diversos episódios de xenofobia e violência dos quais os Warao foram vítimas.

Pelo menos dois episódios merecem destaque: a campanha nas redes sociais contra a etnia no Município de Boa Vista noticiada por Correia (2016); e uma tentativa de um brasileiro de incendiar uma casa onde vários indígenas se abrigaram no Município de Manaus, no mesmo dia que outro incêndio, de origem então desconhecida, resultou no desalojamento de cerca de sessenta Warao, relatada por Soneghetti (2017).

Diante desse cenário, o Governo Federal declarou situação de emergência na fronteira e, com recursos extraordinários, instituiu a Operação Acolhida sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social e com o suporte das Forças Armadas.

A Operação Acolhida atravessou os Governos Temer e Bolsonaro, e se mantém no atual Governo Lula. Ao mesmo tempo que promove a interiorização, ainda exclusiva, aos imigrantes venezuelanos não indígenas para as demais regiões do Brasil, deu início a um serviço de acolhimento institucional para refugiados, o que inclui os Warao, que seguem concentrados no norte do país. Segundo Cravos (2023), trata-se de abrigos improvisados com capacidade para cerca de mil pessoas, como é o caso do Município de Pacaraima, e cem pessoas, como no Município de Belém, contrariando as normativas da política de assistência social.

A DEMANDA WARAO A PARTIR E POR DENTRO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os Warao chegaram ao Município de Belém em um pequeno número, e logo se hospedaram em uma pousada no centro da cidade, ante a recusa do Abrigo Domingos Salim de recebê-los sob a justificativa de que não atendiam ao perfil (pessoas em situação de rua em trânsito) e por exceder a capacidade de lotação. O Consulado da Venezuela foi procurado para intermediar a comunicação, oportunidade em que também registrou as crianças que ainda não tinham certidão de nascimento.

Lobato (2017) diz que, com pouco tempo da chegada dos Warao em Belém, uma das crianças faleceu em decorrência de uma pneumonia que adquiriu ao longo do deslocamento, que teria agravado o seu quadro de cardiopatia congênita. E a outra foi retirada dos pais pelo Conselho Tutelar, que recebeu ligações anônimas “dando conta de que ela [...] se encontrava em situação de pedinte

junto da mãe, próximo [a uma] boate [...]" (LOBATO, 2017, p. 6). A decisão do Conselho Tutelar, no entanto, não foi ratificada pela Justiça do Estado do Pará, que mandou devolver a criança aos cuidados dos pais.

Foi a partir desse caso, e com a chegada de mais grupos da etnia que o Sistema de Justiça (em especial, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, Justiça, Ministério Público e Defensoria do Estado do Pará), com apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas e de entidades da sociedade civil organizada, pressionou os Governos Federal, Estadual e Municipal pela chamada "assistência humanitária" aos Warao no Município de Belém, em especial, pelo repasse de recursos extraordinários para custeio de abrigos específicos.

Devido ao intenso fluxo de saída e, sobretudo, de chegada dos Warao ao Município de Belém, nenhum dos modelos de abrigo então pensados e executados no âmbito da assistência social foram suficientes para atender a todos os indígenas refugiados então desalojados, estes criaram outras estratégias de sobrevivência.

Não por acaso, em 2021, a Fundação Papa João XXIII, entidade gestora da política de assistência social no Município de Belém, estimou haver 559 indígenas refugiados na cidade. Desse total, 215 no serviço de acolhimento institucional no Bairro do Tapanã, e 344 distribuídos em três grandes comunidades no Distrito do Outeiro. Essas comunidades surgiram sem o suporte direto do Poder Público, a primeira pela modalidade da locação de uma vila de quitinetes, a segunda, pela compra de terreno de uma igreja evangélica, e a terceira, pela ocupação de um terreno desocupado.

Afora as dificuldades no atendimento, seja no espaço da rua, seja em ambiente domiciliar ou institucional por conta da barreira linguística e das cosmovisões distintas, algumas das quais contrárias a certos princípios, neste caso em particular, etnocêntricos da política de assistência social, como noções de infância ou de família e até mesmo padrões alimentares, o fato é que se vive um verdadeiro drama em relação à demanda Warao.

Primeiramente, o ato de pedir, que transita entre a mendicância com crianças e o que se convencionou chamar de "coleta" desde os primeiros estudos antropológicos feitos pelo Ministério Público Federal no Estado do Amazonas, com potenciais repercussões jurídicas, inclusive criminais, que podem inviabilizar a própria concessão do refúgio. Práticas cujas abordagens e intervenções não são consenso entre as equipes de referência, ante a inexistência de legislações e protocolos de atendimento específicos, tanto a nível nacional, quanto a nível local.

Também chama atenção o fato de que a situação de emergência inverte o fluxo regular da política de assistência social. Grosso modo, a demanda deixa de entrar pelos serviços da Proteção Social Básica ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), para entrar pelos

serviços da Proteção Social Especial, seja de Média Complexidade, em especial, o serviço de abordagem social ofertado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP), voltados aos casos de indígenas em situação de rua, seja de Alta Complexidade, como é o caso do serviço de acolhimento institucional ofertado nos abrigos ou casas de autogestão.

Isso nos ajuda a entender o fato, por exemplo, que num universo de 559 indígenas refugiados no Município de Belém, apenas 356, distribuídos em 147 famílias, foram inscritas no Cadastro Único pela Fundação Papa João XXIII (2021). Logo, os CRAS, que devem articular as demais políticas públicas do território para prevenir riscos pessoais e sociais da população, deixa de levar em consideração o fator Warao, que num primeiro momento é absorvido e concentrado principalmente nos abrigos e casas de autogestão, impactando o processo de territorialização dos novos espaços.

A lógica de trabalho decorrente da inversão do fluxo regular também leva a outra questão: o protagonismo. Na medida em que a demanda Warao entra pela Proteção Social Especial, a preocupação central é a imediata resposta às violações de direitos tão logo identificadas e não a construção compartilhada de soluções. Desse modo, mesmo com o Protocolo de Consulta Prévia elaborado ao longo de 2019 e 2020 pela rede intersetorial em conjunto com as lideranças Warao no Município de Belém, o direito à participação e à deliberação da etnia ainda não garante que

> Todos nosotros indígenas venezolanos de la etnía Warao – hombres y mujeres, adultos mayores, jóvenes, niños, curanderos, shamanes, rezanderas, sábios y parteras – debemos participar de la consulta de forma colectiva, cuando sea necesario y emergencial, a través de nuestros representantes que deben ser indicados por las comunidades que están distribuidas y presentes en Belém. Nuestros representantes serán responsables por comunicarnos las decisiones y acuerdos hechos en las reuniones para tratar de las principales necesidades que afectan a nuestras familias, como en las áreas de abrigamiento, asistencia humanitaria, educación, trabajo, salud en general y otras que puedan ser de nuestro interés; más allá de ejercer un papel muy importante dentro de las comunidades que es el de mediar posibles conflictos, dialogar con las familias en dificultades, detectar atendimiento en salud emergencial e incentivar la participación en las actividades educacionales (ALENCAR, 2020, p. 35).

Isso porque, o direito à participação e à deliberação da etnia envolve, necessariamente, etapas complexas e demoradas de interlocução que se inicia com

> el gobierno encamine la invitación por escrito, a través de video en la lengua Warao especificando los asuntos que desean ser tratados con un tiempo mínimo de 15 días de anticipación. El gobierno deberá manifestarse sobre la decisión de los Warao conforme el tiempo definido en conjunto y de acuerdo con el asunto en consulta. Solo aceptaremos reunirnos para la consulta previa con la presencia de los órganos gubernamentales y el Ministerio Público Federal, ya que así estaremos actuando de acuerdo a la Convención 169/OIT. La consulta debe tener tiempo necesario para el entedimiento de los Warao sobre el tema abordado, respetando nuestras costumbres y tradiciones. El gobierno deberá realizar cuantas reuniones sean necesarias, respetando el tiempo para nuestra compresión,

> garantizando la participación de todos nuestros representantes. Las reuniones deben ser en la lengua Warao y nosotros escogeremos quien será el traductor para español y portugués. Los gastos logísticos necesarios para garantizar nuestra participación durante el proceso de consulta así como en las diferentes reuniones, deben ser cubiertos por el Estado u Organización proponente (ALENCAR *et al*, 2020, p. 41-42).

O que, à primeira vista, não dialoga com a metodologia de intervenção voltada a vítimas de violência típica da Proteção Social Especial. Os Warao, assim, deixam de ser vistos em suas potencialidades. Pouco ouvidos, quase nunca consultados e sem nenhum poder deliberativo de fato. O apagamento só é freado pela luta de muitos grupos Warao, que ocupam espaços públicos próximos a pontos estratégicos do centro da cidade, como o acampamento levantado em 2019 na praça em frente ao Fórum Cível e da sede do Ministério Público do Estado do Pará que Magalhães (2019) noticiou.

Para além da situação de emergência, a demanda Warao não deve ser exclusiva da Proteção Social Especial, exigindo, ainda parâmetros e protocolos de atendimento desenvolvidos segundo o direito a consulta prévia e informada dos próprios indígenas refugiados.

CONCLUSÃO

Neste trabalho nos propusemos a analisar em que medida a demanda Warao, na política de assistência social, ainda se configura como situação de emergência.

Para tanto, primeiro abordamos alguns elementos da história e da cosmovisão da etnia, dando destaque ao processo de invasão e expulsão do território originário vivido desde a década de 1990 e o *modo de ser Warao* no contexto urbano, para que, em seguida, pudéssemos discutir a diáspora que ocorre para o Brasil desde 2017 e recortes de como o a população local e, em particular, o Poder Público tratou a questão, justamente para que, ao final, compreendêssemos as muitas violências sofridas, a respectiva resposta da política de assistência social e os caminhos possíveis.

Concluímos que demanda Warao não se trata de uma demanda excepcional e temporária. Trata-se de uma demanda cada vez mais comum para a política de assistência social, pelo menos, na região norte do país, ainda que continue sendo uma demanda desafiadora. Portanto, não podemos continuar ignorando o Protocolo de Consulta Prévia como um elefante branco sentado no canto da sala. Só por meio desse instrumento será minimamente possível construir pontes pelo diálogo. Atualmente é o mais importante marco, e talvez o único marco para a garantia de um atendimento mais livre de preconceitos, esclarecido a partir de acordos firmados, e com real possibilidade de promover condições democráticas, seguras e efetivas de territorialização dos novos espaços ocupados ou a serem ocupados pelos Warao, incluindo os serviços públicos, tanto como público demandante quanto integrando as próprias equipes de referência.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Joelma *et al*. (Org.). **Protocolo de Consulta Prévia do Povo Warao em Belém.** Belém: EdUEPA, 2020.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **PerCursos** – Revista de Ciências Humanas da Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 103-120, set./dez. 2015.

CICCARONE, Celeste; MOREIRA, Eduardo. Os Tupinikim e a cidade: etnicidade no contexto urbano. **Geografares** – Revista de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, n. 6, p. 131-142, jan./dez. 2006.

CLAVERO, Bartolomé. Sujeto sin derechos y enemigo sin garantías en la Declaración Universal de Naciones Unidas, 1945-1966. In: _____. **Derecho global**: por una historia verosímil de lós derechos humanos. Madrid: Trotta, 2014.

CORREIA, Luan Guilherme. **Indígenas continuam pedindo esmolas nos semáforos, mesmo com abrigo**. Boa Vista: Folha Web, 2016. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-continuam-pedindo-esmolas-nos-semaforos--mesmo-com-abrigo/23904>. Acesso em: 28 dez. 2017.

CRAVOS, Bárbara. Proteção Social aos migrantes, refugiados e apátridas: papel do SUAS na acolhida e integração. In: **Oficina no XXIII Encontro Regional do CONGEMAS-Norte:** caminhos para a reconstrução do SUAS no Brasil: o desafio coletivo na eliminação da fome e da pobreza. Belém, 2023.

FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII. **Plano Municipal de Assistência Social de Belém – 2022/2025.** Belém: Nusvisa, 2021.

LOBATO. Maria do Socorro Pamplona. **Parecer jurídico, de 18 de agosto de 2017**. Trata da Medida Protetiva (Processo n. 0039562-29.2017.8.14.0301) e da Ação de Obrigação de Fazer c/c Tutela de Urgência (Processo n. 0039862-88.2017.8.14.0301) que discutem a situação de crianças indígenas da etnia Warao, da Venezuela, em Belém. Belém: Ministério Público do Pará, 2017.

MAGALHÃES, Cleide. **Waraos se instalam em praça no bairro da Cidade Velha**: ao todo são 36 indígenas vindos da Venezuela, dos quais 16 são crianças. Belém: O Liberal, 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/waraos-se-instalam-em-praca-no-bairro-da-cidade-velha-1.187146>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RAMOS, Luciana Maria de Moura; BOTELHO, Emília Ulhoa; TARRAGÓ, Eduardo. **Parecer técnico n. 208, de 14 de março de 2017**. [Dispõe] sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Brasília: Ministério Público Federal, 2017.

SONEGHETTI, Pedro Moutinho da Costa. **Parecer técnico n. 10, de 30 de maio de 2017**. [Dispõe] acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Manaus: Ministério Público Federal, 2017.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

OS EFEITOS DA COLONIALIDADE TERRITORIAL NO PLANEJAMENTO E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO PARAENSE

Ms. Kamila Diniz Oliveira[1] (PPGAU - UFPA)
Ms. Luana Castro[2] (PPGAU - UFPA)
Ana Cláudia Duarte Cardoso, PhD[3] (FAU - PPGAU - UFPA)

RESUMO: O conceito de colonialidade, conforme delineado por Quijano (2005), está intrinsecamente ligado à modernidade e descreve as dinâmicas de poder que buscam perpetuar um modo de vida considerado universal, embora fundamentado na sociedade urbano-industrial. Na região amazônica, as práticas enraizadas na colonialidade têm uma origem dual. A dupla colonização (europeia e brasileira) contribuiu para a perpetuação das relações de poder desiguais na região amazônica, resultando em consequências socioambientais significativas, como a exploração predatória dos recursos naturais, a degradação ambiental, o desmatamento da floresta tropical e a violação dos direitos das populações locais (LOUREIRO, 2022). Essa realidade levou à construção de um imaginário fantasioso em torno da floresta, das comunidades locais e da suposta necessidade imediata de "civilização". A noção de "modernização" e "desenvolvimento" que chegou à Amazônia frequentemente desvalorizou os modos de vida nativos, rotulando-os como "atrasados" ou "tradicionais" em comparação com a rotina "rápida" das cidades (CRUZ, 2008). A imposição de um modelo de urbanização baseado nos ideais da sociedade urbano-industrial (LEFEBVRE, 2001) e sob os efeitos da colonialidade territorial (FARRÉS DELGADO, 2013) na região não apenas causou uma ruptura histórica e simbólica com os modos de vida amazônicos, mas também reforçou visões preconceituosas e supremacistas. Por outro lado, todas as tendências arquitetônicas e urbanísticas são baseadas em antigas metrópoles e são exportadas como ideias de vanguarda para as academias ocidentalizadas dos países pós-coloniais, que acabam por reproduzi-las (FARRÉS DELGADO, 2013, 2019). A colonização brasileira da região foi totalmente consolidada nas décadas de 1960 a 1980, durante o governo militar, marcada por uma forte difusão do mito desenvolvimentista. Esse processo gerou uma ruptura histórica e simbólica na forma de viver na Amazônia, promovendo a ideia de modernização e desenvolvimento a qualquer custo, e direcionou as políticas públicas brasileiras para o apagamento dos registros de configurações ancestrais em territórios nas bordas das cidades (CARDOSO, 2022). Na prática, a rica diversidade socioambiental e cultural da Amazônia foi negligenciada e transformada de acordo com uma perspectiva supremacista e preconceituosa, enraizada em uma visão de cultura branca e industrial, conforme destacado por Faustino (2015). Por esses motivos, este artigo analisa três casos que exemplificam os efeitos da colonialidade na produção do espaço urbano e regional amazônico. O primeiro caso analisa os planos regionais desenvolvidos pela SUDAM visando a integração nacional para facilitar a exploração da região. O segundo caso, aborda os planos urbanísticos para a cidade de Marabá, visando a transformação da forma de ocupação, locomoção, uso dos recursos naturais e sobrevivência da população local. Por último, caso refere-se à comunidade remanescente de quilombo São José de Icatú, localizada no município de Baião - PA, que recebeu um projeto de vila de casas, com sistema de ruas, quadras e lotes definidos,

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU/UFPa, Universidade Federal do Pará - UFPa, Belém/PA, Brasil. E-mail: kamiladinizoliveira@gmail.com
[2] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU/UFPa, Universidade Federal do Pará - UFPa, Belém/PA, Brasil. E-mail:luana.castro.silva@itec.ufpa.br
[3] Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, professora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU/UFPa, Universidade Federal do Pará - UFPa, Belém/PA, Brasil. E-mail: aclaudiacardos@gmail.com

construídos pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-Pa). Ambos os casos destacam a imposição, homogeneização, insensibilidade e inferiorização sobre a forma de apropriação de espaço da população local, visando a transformação do espaço urbano e regional existente por um modelo difundido como o ideal a ser estabelecido pela colonialidade.

Palavras-chave: Colonialidade territorial, Espaço urbano, espaço regional, Amazônia

INTRODUÇÃO

O conceito de colonialidade foi desenvolvido por Quijano em 1989 e explica que as relações de colonialidade na esfera econômica e política não foram destruídas com o fim do colonialismo. Colonialidade seria a continuidade das formas coloniais de dominação (trabalho, cultura, relações intersubjetivas, as identidades e a produção do conhecimento) produzidas pela estrutura do sistema-mundo capitalista que articula os lugares periféricos sob os moldes das cidades metropolitanas globais (Quijano, 2005).

O colonialismo foi fundamental para o projeto cultural de expansão capitalista que teve sua origem no ocidente, especificamente, no continente europeu. Todo esse arcabouço também marcou o início da Modernidade, um processo histórico orientado por diversas perspectivas dominantes de produção de conhecimento baseadas no ponto de vista exclusivamente europeu que acarretou a propagação de diversas formas de desigualdade. (Dussel, 2000; Mignolo, 2016)

O continente Europeu tornou-se a referência mundial de civilização e desenvolvimento, fato que culminou em um sistema de poder fortalecido pela lógica capitalista, introduzindo a chamada globalização. A globalização decorreu como um projeto da Modernidade, dividindo o mundo em países centrais e periféricos. Dessa forma, toda essa superioridade intrínseca ao projeto de expansão cultural, territorial e moderno, mais precisamente, eurocêntrico, iniciado pelo processo de colonização, resultou em acumulação de riquezas, conhecimento e experiências (Dussel, 2000) da Europa em detrimento aos demais continentes.

A colonialidade é praticada atualmente sempre que o "universalismo europeu", conjunto de doutrinas e pontos de vista éticos que derivam do contexto europeu, ambicionam ser valores universais globais ou como tal são apresentados. Na prática, a colonialidade se expressa, principalmente, por meio da pobreza e da opressão sofrida pelos colonizados (Wallerstein, 2005).

O conceito "colonialidade do poder" diz respeito às várias dimensões inter relacionadas (economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade) de poder constitutivas do colonialismo e de seus legados que permanecem na contemporaneidade (Quijano, 2005). A colonialidade possui níveis, exercidos pela colonialidade do saber (elaboração intelectual europeia produziu conhecimento considerado como padrão mundial), do ser (processo colonizador se reflete na subjetividade do ser e sua experiência vivida), da natureza e dos recursos

naturais. Ao tratar destas formas de controle, Mignolo (2016) explana que estas colonialidades mantêm e derivam da colonialidade do poder. Elas constituem-se no pensamento dos colonizados e legitimam as diferenças sociais, culturais, epistêmicas, etc. (Ballestrin, 2013).

O sistema capitalista é dominado pela visão de mundo ocidental moderno desenvolvimentista que universalizou os modos de pensar, agir, produzir e viver. O processo global de homogeneização e perda de identidade local está ligado à configuração de espaços da vida humana. As cidades atuais revelam a tendência de um processo de reprodução de tipologias que pouco tem referência com a cultural ou o território local, fenômeno este reconhecido por uma estética de validade internacional, supermoderna que esvazia a identidade local (Farrés Delgado, 2013).

O padrão dominante ocidental-moderno da expansão capitalista, manifesta-se conforme o paradigma da modernidade/colonialidade. É nesse contexto, que ocorre a produção do espaço no Brasil, sob a lógica da cidade moderna/colonial. Este modelo surge no discurso de modernidade com engrandecimento de imaginários e modos de vida funcionais ao capitalismo, colocando no senso comum a ideia de que a civilização reside nas cidades, tomada como lugar do progresso, do poder e da dominação em contraposição ao rural, ao campesino, ao indígena e outros (Bragato, Fernandes, Romaguera, 2019).

A produção do espaço urbano é um reflexo tangível da hegemonia do modelo moderno/colonial. A colonialidade territorial é conjunto de padrões de poder que na práxis territorial servem para estabelecer hegemonicamente uma concepção de território sobre outros que são inferiorizados. Os padrões que articulam esse território partem de uma estrutura triangular entre a colonialidade territorial do poder, do saber e do ser. Múltiplos fatores comprovam a existência do triângulo da colonialidade territorial pela hegemonia do “ser urbano” sobre as formas não urbanas de existências humanas, consolidada na sociedade mundial através da publicidade de compra e venda de apartamentos ou casas, ou seja, foi estabelecido um modelo universal de morar em cidades (Farrés Delgado, 2013, 2019).

A colonialidade do saber territorial se estabeleceu nas práticas profissionais, onde determinados saberes dominam nas decisões sobre como conceber e habitar o território, a cidade e a arquitetura. As disciplinas científicas universalizam as noções ocidentais de território, cidade e arquitetura, exportando padrões ocidentais de vida urbana, criando a hierarquia conferida ao “ser urbano” sobre o “ser não-urbano” como modelo de existência única e desvalorizando o ensino do desenho tradicional (Delgado, Ruiz, 2014, Farrés Delgado, 2019). O processo de colonização intelectual opera por meio de um duplo movimento: por um lado, a destruição de saberes, ideias, valores e visões de mundo do sujeito colonizado e, por outro, a construção de uma história e memória sistemáticas e violentas a partir da perspectiva do colonizado (Cruz, Monteiro, Oliveira, 2021).

A colonialidade do poder territorial foi definida no campo da subjetividade em que determinado grupo de pessoas define o que é territorialmente correto e, portanto, sustenta o poder de enunciação que determina as configurações espaciais. Agentes internacionais têm poder de decisão, logo os governos locais e outros atores com poder de decisão, são cada vez mais influenciados pelas determinações internacionais impostas ao território (Farrés Delgado, 2019).

As cidades europeias foram colocadas como referência de produção de espaço e planejamento urbano. O contexto em que o urbanismo surgiu enquanto disciplina de organização espacial das cidades é, portanto, aquele de desenvolvimento cultural do ocidente, vinculado à herança da racionalidade, do tecnicismo e cientificismo. O desenvolvimento das cidades brasileiras tomou como modelo as cidades europeias: nas primeiras ocupações com características portuguesas; nos processos de "embelezamento" e "melhoramento" inspirados na Paris de Haussmann; ou na inserção das cidades brasileiras na hierarquia de "cidades globais", principalmente a partir da realização de grandes eventos mundiais (ex: Olimpíadas e Copa do Mundo de Futebol). As Concepções de urbanização e intervenção urbana que prevalecem nas cidades brasileiras são atravessados pela lógica da modernidade/colonialidade, sujeita à imposição de uma forma eurocêntrica de pensar a cidade (Frigeri, Santos, 2020).

Os efeitos da colonialidade são mais complexos no contexto amazônico, desde a colonização brasileira da região, consolidada durante o governo militar entre as décadas de 1960 e 1980, quando houve forte difusão do mito desenvolvimentista. No presente esse mito resultou em desmatamento elevado, conflitos por posse de terra e controle de recursos naturais, e em urbanização descontrolada. A história aponta que o Estado brasileiro não sabe e nunca soube como tratar a Amazônia, embora as ações sejam prementes. Os programas federais têm demonstrado incapacidade de compreender, articular e desenvolver as potencialidades da região, e a decisão se colonizar a região, resultou na violação de direitos em várias ordens (Loureiro, 2019).

Esse processo gerou uma ruptura histórica e simbólica na forma de viver na Amazônia, promovendo a ideia de modernização e desenvolvimento a qualquer custo, e direcionou as políticas públicas brasileiras para o apagamento dos registros de configurações ancestrais em territórios nas bordas das cidades (Cardoso, 2022). Uma nova racionalidade foi introduzida na Amazônia, que assumiu a completa alteração do meio natural e social existente (forma de ocupação, locomoção, uso dos recursos naturais e sobrevivência). As práticas das populações locais, como seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, foram questionadas e julgadas como inferiores. Na prática, a rica diversidade socioambiental e cultural da Amazônia foi negligenciada e

transformada de acordo com uma perspectiva supremacista e preconceituosa, enraizada em uma visão de cultura branca e industrial, conforme destacado por Faustino (2015).

O modo de vida tradicional amazônico, sobrevivendo a partir da pesca, extrativismo vegetal e pequenas plantações de subsistência, onde a vida e dinâmicas são regidas pelo tempo da natureza, foi considerado como "primitivo". Isso porque difere do modo de viver em cidades com sua rotina ditada pelo tempo "rápido", visto principalmente como irradiador de tecnologia, conforto, educação e até mesmo com certa "superioridade" (CRUZ, 2008).

Em função disso, o artigo tem como objetivo analisar os efeitos da colonialidade territorial na produção do espaço urbano e regional amazônico paraense, a partir de três casos. Para análise de ambos são utilizados os documentos oficiais produzidos, como relatórios e projetos. O primeiro caso aborda a atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio de planos regionais. O segundo, os planos urbanísticos para a cidade de Marabá, visando a transformação da forma de ocupação, locomoção, uso dos recursos naturais e sobrevivência da população local. O terceiro caso refere-se à comunidade remanescente de quilombo São José de Icatú, localizada no município de Baião - PA, que recebeu um projeto de vila de casas, com sistema de ruas, quadras e lotes definidos, construídos pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-Pa). Ambos destacam a imposição, homogeneização, insensibilidade e inferiorização sobre a forma de apropriação de espaço da população local, visando a transformação do espaço urbano e regional existente por um modelo difundido como universal.

COLONIALIDADE NA AMAZÔNIA - OS CASOS

Colonizadores europeus e brasileiros criaram uma imagem da Amazônia como o outro inferior. A história da Amazônia tem sido marcada por empenhos maciços, dolorosos e contínuos para mudar a realidade tradicional da região e o que dela resta - povos indígenas, selvas e meios de subsistência. Foi uma tentativa de domesticar o homem e a natureza da região construindo-os de acordo com a visão e as expectativas dos expatriados e expatriadas brasileiros e as perspectivas do passado e do presente (Loureiro, 2019, 2022).

Distanciamento, linguagem diferenciada, predominância de populações indígenas e caboclas, estilo de vida condicionado por rios e matas, escolas precárias e formação intelectual da população em geral, estreita ligação com a natureza, enfim, Bacia Amazônica "atrasada" em relação ao restante do Brasil e outras características acabam por identificar a região como o polo negativo e inferior da dicotomia moderno-atrasado, sendo o centro-sul brasileiro o primeiro elemento desse binômio. O isolamento da Amazônia facilita a transformação da região no "outro" do imaginário brasileiro, tornando-a remota, isolada, desolada e ignorante para transformar essa gigantesca região

na fantasia de sucessivos governos, ignorando completamente as suas características específicas (Loureiro, 2019, 2022).

Até meados do século XX, a identidade cultural ou as economias de base extrativista, a dependência econômica da região em relação aos centros de desenvolvimento nacional, os déficits de educação, saúde e infraestrutura não constituíam a situação neocolonial que a região experimentou posteriormente. Apesar de esses fatores criarem condições favoráveis para isso, ainda não se pode falar em relações neocoloniais ou neocolonialismo regional na Amazônia, pois ainda não se consolidou a perda de domínio político e autonomia na região. O processo é complexo, tem múltiplas faces e se concretiza por meio de leis e programas e ações governamentais. Por fim, completa-se a relação estrutural colonial entre o Brasil "moderno" e a Amazônia "atrasada", transformando-a, no pólo subordinado da relação, em colônia no polo mais desenvolvido. A relação colonial incompleta ainda assim causou alterações no espaço, nos modos de morar, viver e agir na Amazônia que são explicados pela colonialidade territorial (Loureiro, 2019)

A trajetória de transformações na produção do espaço amazônico que originaram as cidades foi marcada por surtos econômicos de produtos voltados para exportação. Essa prática foi estabelecida desde a colonização portuguesa e intensificada com o projeto desenvolvimentista dos governos militares (1964 - 1985) (Becker, 2013). Os governos militares apresentaram políticas públicas para a Amazônia de ocupação de um lugar supostamente considerado como “vazio” e “improdutivo” e convidava grandes grupos econômicos e financeiros para a grande aventura de conquista e exploração econômica. As ações desses governos tinham como propósito alcançar o desenvolvimento, através de políticas de colonização, de projetos agrominerais e planos urbanísticos. Foram identificadas áreas para serem instaladas atividades econômicas que pudessem potencializar o desenvolvimento utilizando os recursos naturais (Corrêa, 2006).

Durante a governos militares houve muitas transformações na região amazônica, com o objetivo de promover o desenvolvimento por meio de um processo de colonização. O Plano de Integração Nacional (PIN) tinha como intuito a criação de eixos de mobilidade entre as regiões norte-sul do Brasil, conectando regiões menos desenvolvidas às mais desenvolvidas. O objetivo era desenvolver e integrar faixas pioneiras mediante a abertura de rodovias e a construção de pólos de colonização às suas margens. O plano contou com o apoio e o desenvolvimento de sete municípios, ao longo da rodovia Transamazônica. Coube ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) o planejamento e a elaboração de projetos de desenvolvimento urbano, incluindo reformas administrativas auxiliares às transformações desejadas para os municípios (SERFHAU, 1972 apud Oliveira et al, 2023).

Além do PIN, os governos militares criaram o Plano de Colonização da Amazônia, que tinha como objetivo a instalação de centros regionais destacados, que receberam maiores investimentos de recursos. As cidades da região deveriam acompanhar o desenvolvimento econômico trazido pelos grandes projetos. Diversos serviços e infraestruturas foram instalados nas cidades mais próximas, que serviram de apoio ao projeto agromineral, o que permitiu a construção de centros regionais (Castro, 2022).

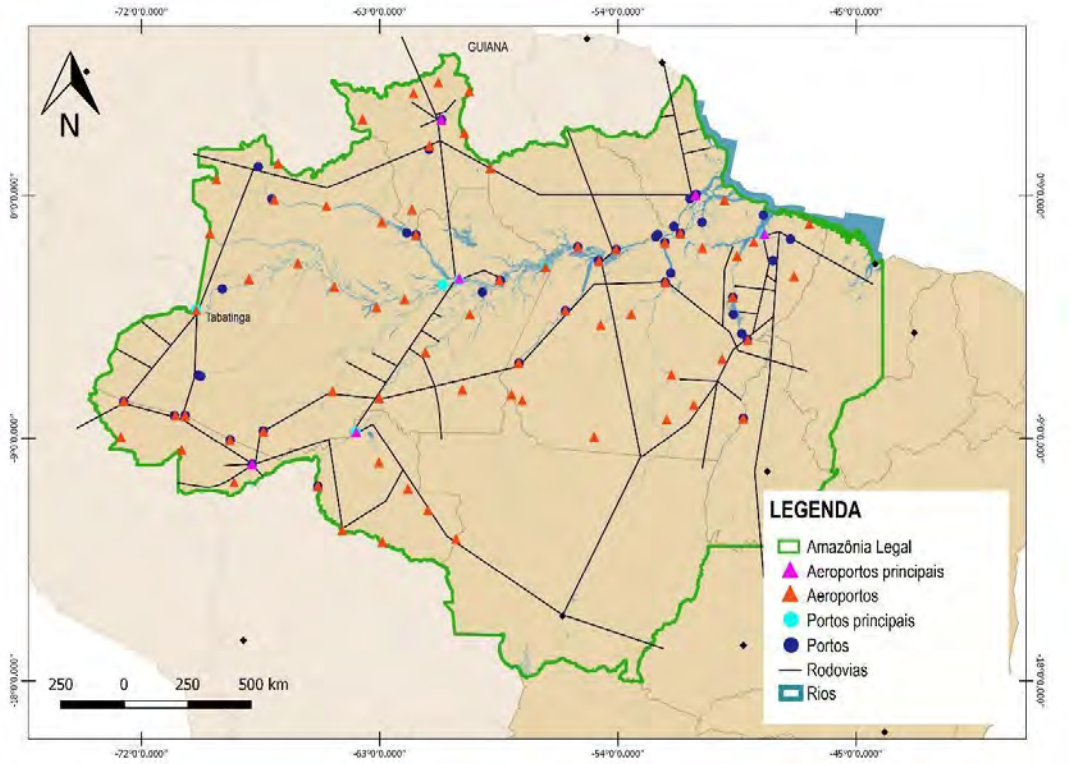
A atuação dos militares na Amazônia foi orientada por pensamento teórico de planejamento urbano da Inglaterra e dos Estados Unidos, conhecidos como Comprehensive Development Planning e Comprehensive Planning (Modesto e Lordello de Melo, 1965 apud Castro et al, 2022). Na tradição de planejamento anglo-saxônica, o planejador urbano passou a ser visto como um administrador ou um tecnocrata, que seria responsável por definir as atividades econômicas, sociais e necessidades de uma região, em vista de seu desenvolvimento (Lucchese, 2009 apud Castro et al, 2022)

A partir desse ideário tecnicista, baseado na forma de planejar anglo-saxônica, foram estabelecidas na Amazônia diretrizes que reconfiguraram o espaço regional amazônico. A rede urbana amazônica, isto é, a posição, hierarquia, quantidade, dinâmica e articulação entre os núcleos urbanos que existiam na Amazônia anteriormente ao estabelecimento dos Grandes Projetos, foi profundamente transformada. A bem da verdade, o peso da metodologia tecnicista importada de contextos exógenos à Amazônia produz anacronismos difíceis de justificar, ainda nos dias de hoje (Castro et al, 2022).

O Plano Integrado de Transporte para a Amazônia, observar Figura 01, articulou aeroportos, portos e rodovias, o que modificou o meio de mobilidade local e contribuiu para a desconfiguração da rede urbana amazônica. Provocou alteração na hierarquia de cidades locais, conduziu à explosão de centros urbanos e inaugurou uma lógica de mobilidade dominante, o eixo rodoviário. Até então, os rios eram a rede de locomoção primordial. Assim, a lógica de articulação, mobilidade e posicionamento de assentamentos foi reformulada, parcelando áreas altas de floresta no interior do território, ocasionando a ampliação do arco do desmatamento, além disso, o plano foi responsável por transformar os elementos centrais da formação socioespacial da Amazônia, inclusive sua lógica de articulação interna (Quadro 01) (CASTRO, 2022). Além da implantação de outro modo de vida, em uma lógica desassociada dos rios, o Plano de Colonização da Amazônia produziu centros regionais destacados, com maiores investimentos de recursos. Um novo padrão de organização social do espaço geográfico, que possuia a estrada como seu eixo de estruturação, provocou alterações significativas nas cidades da região, acentuando o padrão rodoviário como vetor de expansão urbana.

O padrão rodoviário incentivou a urbanização da população, definida pelo incremento da população urbana (Malheiro, Trindade Júnior, 2010).

Figura 01 – Mapa do Plano Integrado de Transportes da Amazônia. Ministério do Interior - SUDAM, 1973. Fonte: Castro et al, 2022



Quadro 01 – Síntese das alterações na lógica de articulação. Fonte: Castro et al, 2022

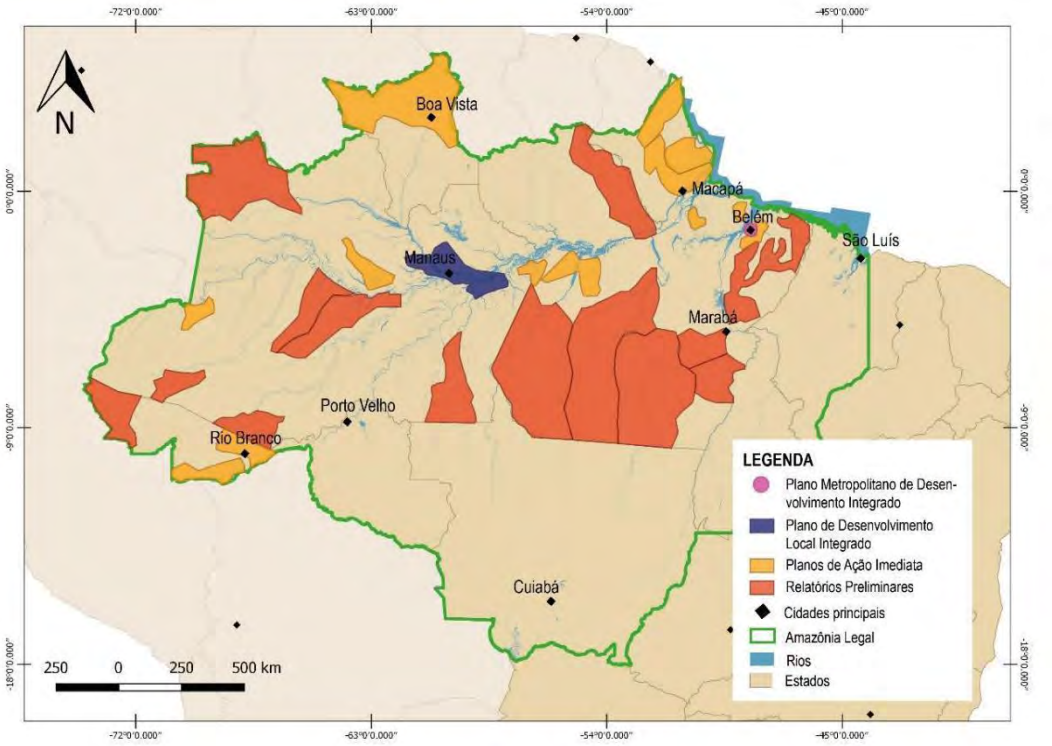
LÓGICA DE ARTICULAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO	ESPAÇO REGIONAL NA REDE URBANA NATIVA	RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL – PLANO INTEGRADO DE TRANSPORTES DA AMAZÔNIA (1973)
Locomoção primordial	Através dos rios	Através de estradas
Posição de assentamentos no território	Dispersos ao longo de rios navegáveis; lógica nativa de ocupação da várzea	Ao longo das novas estradas; parcelamento e colonização de novas terras; altas, ocupando florestas
Infraestrutura portuária formal	Portos antigos (ciclo econômico da borracha) em poucas cidades principais	Novos portos em diversas cidades em diferentes níveis de porte
Infraestrutura para aviação	Aeroportos de pequeno porte nas capitais e algumas cidades	Considerado meio ideal para as grandes distâncias; pistas de pouso distribuídas por todo o território e fronteira nacional
Objetivo da infraestrutura de transporte	**Necessidades cotidianas, acesso a serviços, pequenas trocas e subsistência**	**Escoamento de matéria-prima; distribuição de produtos industrializados; dispor de novas terras no mercado**

Os ideais de planejamento urbano anglo-saxônico foram determinantes para criação de diretrizes para o espaço regional amazônico que revelam a colonialidade do poder e saber territorial. As ações políticas e profissionais da época definiram o que seria adequado para a região, sendo influenciados por modelos de planejamento estabelecidos como universais. O processo de colonialidade do saber territorial ocorre em duplo movimento: por um lado, nega e inferioriza o modo do espaço tradicional e idealiza noções universais de territórios, exportando padrões ocidentais de vida urbana.

A condição da Amazônia expressa preconceito e discriminação com o modo de vida local, a população e própria natureza. O governo brasileiro, as elites e parte expressiva da sociedade jamais aceitaram conviver com culturas diferentes e grupos minoritários ou com diferenças dentro do território nacional. A ideia de que a forma de vida na moderna sociedade ocidental é mais desenvolvida, melhor e, por isso, hierarquicamente superior à das minorias étnicas, e que, ser assimilado pela sociedade nacional significa evoluir, progredir, passando a integrar o mundo moderno. A forma de vida da sociedade ocidental tem prevalência sobre a das minorias étnicas, e se adiciona a esse raciocínio a ideia de inferioridade sobre o modo de vida na floresta (Loureiro, 2019, 2022).

Em 1970, o SERFHAU elaborou um relatório preliminar de desenvolvimento integrado com o objetivo de acelerar a implementação do Programa de Ação Concentrada (PAC), observa Figura 02, a concentração de relatório desenvolvido para o Estado do Pará. Os relatórios eram instrumentos de planejamento para orientar o desenvolvimento dos municípios com limitadas possibilidades administrativas e financeiras. O relatório preliminar elaborado para Marabá revelou que o potencial de desenvolvimento socioeconômico do município estava ligado às grandes reservas de minério, anunciava a construção da ferrovia, bem como o crescimento econômico no setor secundário e terciário, além de prever a entrega de títulos de terra para garantir fixação e produção agrícola. O relatório também destacava a necessidade de transferir a cidade para outro terreno, em função dos problemas das enchentes e do esgotamento do espaço urbano (Ministério do Interior, 1970).

Figura 02 – PAC (Programa de Ação Concentrada) Ministério do Interior - SUDAM, 1973. Fonte: Castro et al, 2022



A cidade de Marabá, localizada no sudoeste paraense, observar Figura 03, teve dois planos urbanísticos para a construção de uma cidade moderna, a Nova Marabá, para que elas acompanhassem o desenvolvimento econômico proporcionado pelas políticas de exploração dos recursos naturais. A racionalidade desenvolvimentista urbano-industrial considerava o modo de vida ribeirinho “atrasado” ou “primitivo”, encontrado na Velha Marabá. A partir disso foi elaborado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM), em 1973 e o Plano de Expansão Urbana de Marabá (PEUM), em 1976, ambos tinham o objetivo de transformação da forma de ocupação, locomoção, uso dos recursos naturais e sobrevivência da população local (Oliveira et al, 2023) (Observar Figura 04).

Figura 03 – Localização da cidade Marabá. Fonte: OLIVEIRA et al, 2022

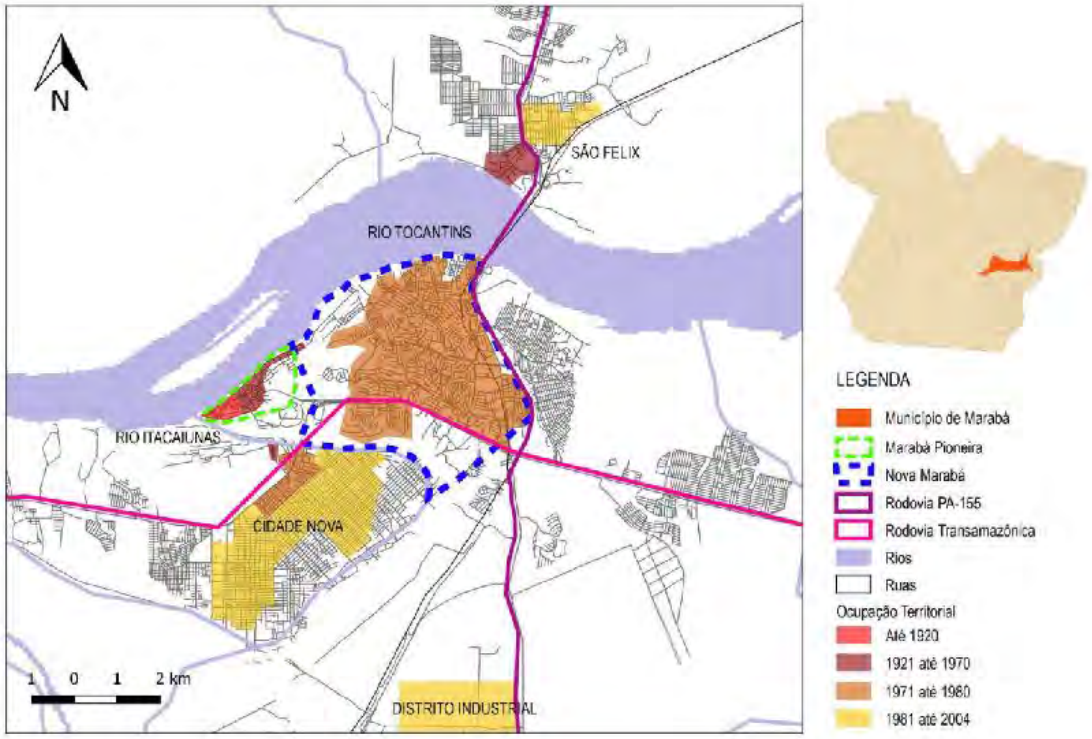


Figura 04 – 01 - Proposta para a Nova Marabá - Plano Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM).



Fonte: MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973 e 02 - Proposta para a Nova Marabá - Plano Expansão Urbano de Marabá (PDUM). Fonte: Ministério do Interior, 1976

O Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM) ficou pronto em 1973, com dimensões e equipamentos adequados a um crescimento populacional da ordem de 50.000 habitantes e previa a implantação do projeto de exploração de ferro em Carajás e, com isso, profissionais sudestinos e sulistas chegariam à cidade trazendo hábitos socioculturais diferentes da população local. A ideia era que esta migração introduzisse valores esperados de uma sociedade moderna e civilizada, modificando o modo de vida primitivo amazônico. Apesar do Plano ressaltar que a implantação ajudaria a manter os costumes locais, com o passar dos anos, o modo de vida

urbano iria se impor. A ideia era que a construção da Nova Marabá orientasse as formas de construir até o comportamento das pessoas, segundo o que era assumido como civilização (Oliveira et al, 2023).

A previsão do abandono da Marabá Pioneira, a cidade ribeirinha seria estimulada pelo acesso a lote com área maior, a infraestrutura de serviços públicos, a equipamentos de utilização comum e a novos trabalhos, assumindo a completa transformação do modo de vida dos nativos que viviam do extrativismo e da pesca. O PDUM reduzia a importância sociocultural da forma da cidade de Marabá, não respeitando nem a tendência natural de expansão urbana. A demora na implantação da Nova Marabá, as mudanças no projeto original e a lentidão no processo de assentamento no novo núcleo fizeram com que outras possibilidades surgissem para os moradores e para a população migrante. O PDUM foi deixado de lado, sob a justificativa de que este tinha sido dimensionado para uma população de 50 mil moradores e a previsão era de que Marabá teria, em meados da década de 1980, pelo menos 100 mil habitantes. Optou-se, dessa vez, por um projeto desconcentrado que pudesse absorver esse crescimento populacional maior, visto que o projeto de colonização ao longo das rodovias havia sido abandonado por pequenos lavadores. Um novo projeto urbanístico cuja implantação aparentemente não ficaria tão custosa foi elaborado por outro escritório de arquitetura: o H. J. Cole + Associados do Rio de Janeiro. Em 1975, foi elaborado o novo Plano de Expansão Urbana de Marabá (PEUM) apresentado pela SUDAM no ano seguinte (Oliveira et al, 2023).

Originalmente, tinha características predominantemente ribeirinhas e tornou-se um núcleo urbano com os mesmos problemas dos principais centros urbanos do Brasil, e uma identidade *cowboy* (derivada da importância do agronegócio). Marabá está localizada em uma área estratégica, segundo as intenções políticas da época, e recebeu planos urbanísticos para a construção de uma nova cidade moderna. O modelo de cidade exógena foi desconexo com a realidade da cidade ribeirinha amazônica, que tinha uma relação intrínseca com a natureza. O mito desenvolvimentista das políticas dos governos militares ignorou o que estava estabelecido nas dinâmicas urbanas e rurais existentes, com suas especificidades socioculturais (Oliveira et al, 2023)

Os modelos de planejamento urbano produzidos para a cidade de Marabá/Pa são completamente desconexos com a realidade ribeirinha local, com a justificativa de adequação ao desenvolvimento pautado em bases colonialistas. A forma de ocupação, de locomoção, de usos dos recursos naturais e os meios de trabalho da população local foram vistos pelo PDUM e PEUM eram modernistas. Os planos tinham propostas distintas para a nova cidade, mas convergiam na desconsideração da identidade e modo de vida local. O PDUM e PEUM apostaram que ocorreria uma completa transformação da região pela economia e isso causaria mudanças na forma de ocupação e uso do espaço, assim como nos modos de viver local, dependente da biodiversidade e regidos pelos

ritmos lentos da natureza e do rio seriam completamente transformados, promessa que não se realizou. A construção de uma nova forma urbana para Marabá visava a completa substituição de costumes julgados como “primitivos”, revelando o preconceito contra a forma de produção de espaço e modo de vida local (Oliveira et al, 2023).

A Nova Marabá deveria ser referência de cidade para as demais na região amazônica, mas tornou-se apenas mais um núcleo na cidade policêntrica de Marabá. O maior legado deixado foi a desigualdade, o racismo e a injustiça ambiental, visto que em todos os núcleos há ocupações informais, que muitas pessoas empobreceram por perderem seu meio de vida a partir do contato com o rio, e mesmo na cidade planejada muitas adaptações e degradações (contaminação dos rios internos, supressão da vegetação, ocupação de áreas públicas) que reforçam exclusão social e espacial (Oliveira et al, 2023).

Os ideais que foram base para os modelos de planos urbanísticos que a cidade de Marabá recebeu expressa os três níveis de colonialidade territorial, isto porque revelam a imposição de um padrão de cidade universal moderna diferente da realidade amazônica paraense. As instituições de poder governamental, como SERFHAU e SUDAM, representaram a colonialidade do poder territorial e a escolha técnica dos profissionais por esses modelos a colonialidade do saber territorial. Os planos expressam ainda a colonialidade de ser territorial porque estabelecem a maneira universal de viver em cidade, negando o modo de viver, ser e trabalhar tradicionais amazônicos (Oliveira et al, 2023).

O último caso de colonialidade territorial, está localizado na comunidade remanescente do quilombo São José de Icatú. A comunidade demarcada pelo ITERPa (Instituto de Terras do Pará) encontra-se no município de Baião, na região do Baixo Tocantins, sendo atingida pela barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí. O acesso principal ao centro da comunidade dá-se pelo ramal da rodovia PA- 151 que leva aos centros urbanos mais próximos. A comunidade São José de Icatú apresenta 85 famílias e 310 habitantes. As famílias praticam a agricultura de subsistência, o extrativismo de coleta, caça e pesca artesanal, comercializando o excedente nas principais feiras da cidade próximas. (Oliveira, 2020).

Desde 2009 a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), atua em São José de Icatú, na construção do conjunto habitacional Climério Rosa Rodrigues com 50 casas (cada lote com dimensões de 9m X 25m), que também beneficiou cerca de 36 casas com o cheque moradia, e construiu os dois reservatórios de água. As políticas públicas implementadas nos últimos 10 anos têm impactado significativamente a vida em comunidade, com mudança nas tipologias das residências e localização delas no espaço da comunidade. O conjunto habitacional criou uma vila de

residências, com arruamamento e lotes, conforme ilustrado nas imagens do conjunto habitacional Climério Rosa Rodrigues em Icatú, expostas no Quadro 02 (Oliveira, 2020).

Quadro 02 - Quadro com imagens e localização do conjunto habitacional de Icatú Acervo da Comunidade São José de Icatú. Fonte: Oliveira, 2020.



O conjunto habitacional na comunidade de Icatú reflete a colonialidade territorial nos três níveis, isto porque representa a imposição de um padrão de cidade universal moderna, onde a habitação é um produto para consumo de massa, diferente da realidade da comunidade tradicional. A instituição promotora do projeto habitacional implantou tipologia e organização espacial não adequadas para as famílias da comunidade. A construção do conjunto de casas revela a imposição quanto ao modo de morar, negando e inferiorizando o modo encontrado na comunidade, o que se enquadra na colonialidade do saber, ser e poder territorial.

CONCLUSÃO

O conceito de colonialidade oferece uma lente poderosa para entender as dinâmicas persistentes de poder, dominação e desigualdade que permeiam nossa sociedade, mesmo após o fim formal do colonialismo. A colonialidade territorial do poder que se materializa nos processos de produção do espaço urbano surge a partir de uma imposição da forma eurocêntrica de pensar a cidade. E nas cidades brasileiras, inseridas nessa relação de dependência num sistema mundial de relações hierárquicas e assimétricas de poder, reproduz-se as ideias de modernização, progresso e desenvolvimento econômico sem a promoção da participação coletiva e sem considerar as respostas

locais e os seus modos particulares de se viver - a cidade europeia persiste em ser modelo a ser reproduzido.

Através da colonialidade territorial do poder, do saber e do ser, podemos entender como as estruturas coloniais continuam a moldar a produção do espaço urbano e regional, especialmente em contextos como a Amazônia brasileira. Ao examinar casos específicos, como a atuação da SUDAM, os planos urbanísticos em Marabá e o projeto habitacional em São José de Icatú, fica evidente como as políticas públicas muitas vezes refletem uma visão eurocêntrica de desenvolvimento, ignorando os conhecimentos locais, desvalorizando as culturas tradicionais e marginalizando as comunidades locais.

O planejamento idealizado pelos governo militares para a Amazônia foi fundamentado em concepções de sociedades industriais, posicionando a região de modo a viabilizar a exploração de recursos naturais e fomentar a formação de centros regionais destacados para promover o desenvolvimento econômico para região, desarticulado dos habitantes e práticas nativas. Essas ações, como foi mostrado, concentram-se na Amazônia paraense, onde são localizados os outros casos.

Em Marabá, os planos urbanísticos para a construção da Nova Marabá foram baseados em ideais desenvolvimentistas que desconsideram por completo o modo de vida tradicional ribeirinho. Esses planos buscavam impor um modelo de cidade moderna, alinhado aos padrões ocidentais, em detrimento das dinâmicas urbanas e rurais já estabelecidas na região. A falta de adequação desses planos à realidade local resultou em desigualdades, injustiças ambientais e exclusão social, perpetuando a colonialidade do poder, do saber e do ser territorial.

Por outro lado, a comunidade quilombola São José de Icatú também enfrentou desafios semelhantes com a implementação de políticas públicas, como a construção do conjunto habitacional Climério Rosa Rodrigues. A intervenção habitacional não respeita as práticas tradicionais e o modo de vida dos habitantes locais. Isso demonstra mais uma vez a persistência da colonialidade territorial, que busca impor modelos externos sem considerar as necessidades e desejos das comunidades locais.

Confirma-se a afirmação de Loureiro (2019, 2022) de que as ações governamentais para a região amazônica têm demonstrado a incapacidade do Estado brasileiro de compreender, articular e desenvolver as potencialidades. Os efeitos da colonialidade territorial expressam preconceito e discriminação com o modo de vida local, a população e a própria natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro Decolonial, 2013

BECKER, B. A urbe amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BRAGATO, F; FERNANDES, K; ROMAGUERA, D. Cidade Moderna colonial e desenvolvimentismo: Uma crítica do cenário urbano brasileiro a partir do pensamento descolonial. Revista de Direito da Cidade. vol. 11, nº 3. ISSN 2317-7721. pp.539-562, 2019.

CARDOSO, A. C. D. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. [S.l.] Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Instituito de Estudos AvançadosTransdisciplinares. 2022.

CASTRO, L; OLIVEIRA, K.; CARDOSO, A. C.; VENTURA NETO, R. O ELEFANTE NA LOJA DE CRISTAIS: A AÇÃO DOS GOVERNOS MILITARES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NA AMAZÔNIA. VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ENANPARQ 2022. Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo : refazer restaurar revisar. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CRUZ, G.; MONTEIRO, P. G.; OLIVEIRA, F. G. de. Tecendo memórias no fio da luta: decolonialidade na história da cidade. V!RUS n. 23, 2021. [online]. Disponível em: . Acesso em: 28 Fev. 2023.

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La colonialidaddel saber: eurocentrismo y cienciassociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: ConsejoLatinoamericano de CienciasSociales-CLACSO, 2000. p. 39-51.

FARRÉS DELGADO, Y. Criticas decoloniales a la arquitectura, el urbanismo y la ordenación del territorio. Hacia una territorialización de los ambientes humanos en Cuba. 2013. Tese (Doutorado em Ordenamento do Território e Meio Ambiente) – Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território, Universidade de Granada, Granada, 2013.

FARRÉS DELGADO, Y. Descolonizar el territorio: consideraciones epistémicas para el caso de la Habana. 2010. Monografia (Diploma de Estudos Avançados em Ordenamento do Território e Meio Ambiente) – Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território, Universidade de Granada, Granada, 2010.

FARRES DELGADO, Y. Dialogar con Quijano: la colonialidad como categoría para comprender el ambiente construido en el sistema-mundo moderno/colonial. 2019. Revista de Sociología 28(2019):49-63. Ed. UNMSM, Lima – Perú. https://doi.org/10.15381/rsoc.v0i28.16895

DELGADO, Y. F; RUIZ, A. M. Para uma teoria urbana transmoderna decolonial: uma introdução. Polis (Santiago), Revista Latino-Americana, v. 13, nº37, p. 339-361, 2014

FAUSTINO, C; FURTADO, F. ECONOMIA VERDE, POVOS DAS FLORESTAS E TERRITÓRIOS: violações de direitos no estado do Acre. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma DHESCA - Brasil. Rio Branco, 2015. Disponível em: https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2015/08/economia_verde_relatorio.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

FRIGERI, A. V.; SANTOS, G. L. da S. (2020). Os processos urbanos sob a ótica da colonialidade do poder, do ser e do saber. Raído, 14(34), 198–209. https://doi.org/10.30612/raido.v14i34.11066

LOUREIRO, V. Amazônia Colônia do Brasil. Editora Valer, 2022..

LOUREIRO, V. R. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: CASTRO, E. (Org.). Pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Annablume, 2019. p. 197-224

LOUREIRO, V. R. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: CASTRO, E. (Org.). Pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Annablume, 2019. p. 197-224

MIGNOLO, W. D. (2003), Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [s. l.], v. 32, n. 94, p. 01–17, 2017. Available at: https://doi.org/10.17666/329402/2017

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Relatório Preliminar de Desenvolvimento Urbano de Marabá-PA. São Paulo, março de 1970. (p. 32-71).

OLIVEIRA, K. D. ; CARDOSO, A. C. D. ; LIMA, A. P. C. ; CASTRO, L. O modelo de cidade moderna: Análise da forma dos planos da Nova Marabá/Pa. Revista Paisagens Híbridas, v. 3, nº1, p. 64-91, 2023. ISSN: 25959638. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ph/article/view/57552/31357

OLIVEIRA, K. D. Entre a Várzea e Terra Firme - Estudo de Espaços de Assentamentos Tradicionais Urbanos Rurais na Região do Baixo Tocantins. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas, [s. l.], p. 227–278, 2005.

SERFHAU. Planejamento urbano e local e o desenvolvimento das faixas pioneiras. Brasília: Ministério do Interior, 1972.

SPOLAOR, S; OLIVEIRA, V. Morfologia Urbana e Informalidade: A Busca da identidade local. Projectare – Revista de Arquitetura e Urbanismo. nº 12. Dezembro. 2021.

WALLERSTEIN, I. M. Análisis de sistemas-mundo: una introducción. México: Siglo XXI, 2005.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

RACISMO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BARCARENA-PA: um giro decolonial

Renata Valéria Pinto Cardoso (UFPA)[1]

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar em que medida o racismo ambiental é um instrumento de colonialidade do poder nas comunidades quilombolas de Barcarena-PA. Este estudo é importante, na medida em que se observa indícios de racismo ambiental nas comunidades quilombolas de Barcarena-PA. . Utilizou-se como metodologia qualitativa de dados, a partir da pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados evidenciaram que as comunidades quilombolas de Barcarena-PA tem sofrido racismo ambiental, na medida em que não são consultadas a respeito de projetos de desenvolvimento em suas áreas comunitárias, o que as deixam mais sujeitas a riscos ambientais. Concluiu-se pela necessidade do desenvolvimento de pesquisas a respeito da racionalidade econômica existente, a fim de fomentar o diálogo de saberes e respeitar o posicionamento das comunidades quilombolas.

Palavras-Chave: racismo ambiental, decolonialidade e quilombolas.

ABSTRACT: This article aims to analyze the extent to which environmental racism is an instrument of coloniality of power in quilombola communities in Barcarena-PA. This study is important, as evidence of environmental racism is observed in the quilombola communities of Barcarena-PA. . It was used as a qualitative data methodology, based on documentary and bibliographical research. The results showed that the quilombola communities of Barcarena-PA have suffered environmental racism, as they are not consulted regarding development projects in their community areas, which leaves them more subject to environmental risks. It was concluded that there was a need to develop research regarding the existing economic rationality, in order to encourage a dialogue of knowledge and respect the position of quilombola communities.

Keywords: environmental racism, decoloniality and quilombolas.

1 INTRODUÇÃO

A resistência desenvolvida por meio dos quilombos se mostra na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio, que confere pertencimento por determinados meios utilizados para indicar inclusão ou exclusão de determinado cidadão (O'DWYER, 2016). A territorialidade, como ocupação coletiva da terra, se expressa das mais diversas maneiras de uso e ocupação, baseando-se em laços de parentesco e vizinhança, assentados na relação de solidariedade e reciprocidade (O'DWYER, 2016).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabeleceu direitos territoriais aos remanescentes de quilombos, nos termos do art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais transitórias (ADCT), trazendo novo significado para o termo quilombo. A expressão "remanescentes de quilombo" torna-

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará. E-mail: renatavpc80@gmail.com .

se um legado, uma herança imaterial que demonstra pertencimento a um lugar e a um grupo específico (O'DWYER, 2016). Nesse sentido, o Decreto Federal nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003) confere direitos aos grupos étnico-raciais que apresentem uma trajetória histórica própria, baseada na territorialidade e na ancestralidade (O'DWYER, 2016).

É reconhecida pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), a posse permanente para terras indígenas e a propriedade definitiva para terras dos quilombos, assim, ambas são consideradas terras tradicionalmente ocupadas, sendo-lhes garantida a titulação definitiva (BRASIL, 1988). O Decreto nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007), que instituiu a política nacional de desenvolvimento sustentável aos povos e comunidades tradicionais, expandiu a abrangência de grupos que se orientam pelas normas constitucionais para os ribeirinhos e povos da floresta (O'DWYER, 2016).

A implantação das fábricas em Barcarena ocasionou um intenso processo de deslocamento compulsório de famílias, acarretando impactos e conflitos ao longo de mais de 30 anos (CASTRO, 2019).

Nesse contexto, em 2018, o município de Barcarena-Pará sofreu um dos maiores desastres ambientais noticiado no Estado do Pará, em razão do transbordamento de rejeitos dos depósitos de resíduos sólidos da Empresa Hydro Alunorte. As comunidades quilombolas buscam até os dias atuais a reparação e redução dos danos sociais e ambientais sofridos. Além disso, as comunidades quilombolas da região ainda lutam pelo seu reconhecimento, que tem sido vilipendiado pelo Município de Barcarena-PA, o qual age na contramão das normas vigentes, com intuito de satisfazer seus próprios interesses.

O debate principal perpassa pelas injustiças ambientais sofridas pelos povos tradicionais brasileiros, acarretando impacto racial. O racismo ambiental se configura como as violências que expulsam estes grupos de seus territórios, em razão de interesses financeiros. As violências praticadas contra povos identitários, formam violações aos direitos humanos, eis que afetam seus modos de vida e dignidade (PACHECO, 2008).

O objetivo do estudo consiste em analisar em que medida o racismo ambiental é um instrumento de colonialidade do poder nas comunidades quilombolas de Barcarena-PA. A pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho consistiu na busca por estudos publicados na plataforma de Periódicos Capes, a partir das palavras-chave: racismo ambiental, decolonialidade e quilombolas.

O trabalho foi dividido em 5 partes: após a introdução, foi descrita a metodologia do trabalho, em seguida, tratou-se da consulta prévia e seus desafios. Após, realizou-se uma

contextualização sobre as comunidades quilombolas de Barcarena-PA e por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Como técnica de pesquisa, utilizou-se a documentação indireta (MARCONI; LAKATOS, 2010), cujo levantamento dos dados foi realizado por meio de pesquisa em fontes primárias e secundárias (MARCONI; LAKATOS, 2010). Como fonte primária, extraiu-se informações de dois processos judiciais, que por questões éticas, preferiu-se omitir os números. Tais processos envolvem conflitos entre a Prefeitura de Barcarena-PA e as comunidades quilombolas de Barcarena-PA, mais especificamente, a comunidade quilombola Sítio Conceição. Para tanto, realizou-se busca no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no campo "Consulta Unificada de Processos". Buscou-se também documentos no site do INCRA e no site da Prefeitura de Barcarena-PA.

Já as fontes secundárias utilizadas foram os artigos científicos analisados com base no protocolo de revisão de literatura desenvolvido. O objetivo da revisão de literatura foi averiguar a a relação existente entre as práticas de racismo ambiental e as comunidades quilombolas de Barcarena-PA. Para tanto, definiu-se um protocolo de revisão de literatura, com pesquisa nas bases de dados Periódicos Capes e Google Acadêmico. Utilizou-se o período de 2013 a 2024 como critério de inclusão, bem como artigos de maior relevância, periódicos revisados por pares, escritos em portugues, inglês ou espanhol. A pesquisa foi realizada com os filtros: racismo ambiental, decolonialidade e quilombolas. Foram excluídos artigos em duplicidade e artigos em desacordo com a temática tratada neste estudo ou que não acrescentaram nenhuma informação ou que tratavam de aspectos específicos que não interessava a este trabalhos.

A revisão de literatura se completou com a leitura de autores renomados acerca da temática, bem como pela busca nas referências bibliográficas dos artigos selecionados. Adiante, foi realizada uma abordagem qualitativa dos dados (TRIVINÕS, 1987), possibilitando a análise dos dados obtidos, em relação à legislação vigente e teoria aplicada à questão.

3 O RACISMO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DO COLONIALISMO

O fundamento da modernidade/colonialidade está no descobrimento e na invenção da América (MIGNOLO, 2003, p. 57).

Para Dussel (CASTRO-GOMEZ, 2005a), a América foi a primeira periferia do sistema-mundo, como também a primeira oportunidade de acumulação primitiva do capital. Segundo Grosfoguel (2008, p. 113), nas Américas, chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista europeu e com ele, a reprodução dos padrões hierárquicos globais existentes.

Conforme afirma Quijano (2005), a ideia de raça não é conhecida antes do descobrimento da América. Essa ideia trouxe identidades sociais novas: indios, negros e mestiços e a raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Os colonizdores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a ideia de raça foi o modo de outrgar legimitidade às relações de dominação impostas pela consquista.

Nesse contexto, o eurocentrimo foi disseminado como uma perspectiva de produzir conhecimento, demonstrando o padrão mundial de poder (QUIJANO, 2005, p. 9). A expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2005, p. 118).

Nessa perspectiva, os povos conquistados e dominados foram postos em situação natural de inferiordade e, por consequencia, seus traços fenotípicos, descobertas mentais e culturais, passando a raça ser o primeiro critério fundamental para a distribuição da população nos lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Assim na visão de Quijano (, 2005, p. 9), o vasto genocídio dos indígenas e afrodescendentes, nas primeiras décadas da colonização, não foi causado pela violência da conquista, mas em razão de serem utilizados como mão de obra descartável, forçados a trabalar até morrer.

Nesse passo, Maldonado (2005) cunhou a expressão “giro decolonial” como o movimento de resistência epistemologico à lógica da modernidade/colonialidade.

As origens da decolonialidade estavam contidas em Quijano e Dussel. O primeiro, ao desenvolver a ideia de colonialidade do poder e o segundo, ao desenvolver a noção de trans-modernidade (BALLESTRIN, 2013, p. 107).

A colonialidade do poder, um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano, exprime a constatação de que as relações de colonialidade nas esferas econômicas e política não findaram com a destruição do colonialismo (BALLESTRIN, 2013, p. 99). A expressao colonialidade do poder designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, o qual articula lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnic-racial ds cidades metropolitanas globais (BALLESTRIN, 2013, p. 100).

A colonialidade foi estendida para uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. Nesse passo, a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade, sendo sua parte constitutiva (BALLESTRIN, 2013, p. 100). Assim, pode-se dizer que não existe modernidade sem colonialidade (QUIJANO, 2000, p. 343). O conceito que a colonialidade do poder traz de novo é a leitura da raça e

do racismo como o "princípio organizador que estrutura todas as multiplas hierarquias do sistema-mundo" (GROSFOGEUL, 2008, p. 123).

Se a raça é uma categoria mental da modernidade, tem-se que seu sentido moderno não tem história conhecida antes da América (QUIJANO, 2005, p. 1). Na mesma linha, Dussel argumenta que a modernidade, assentada e iniciada nesses pilares, justifica uma práxis irracional da violência, eis que a modernidade é um mito que oculta a colonialidade.

Para Barrozo e Sanchez (2015), o ponto comum das bases do racismo, sob a perspectiva da modernidade, da colonialidade e do capitalismo, são as origens da degradação ambiental e das desigualdades sociais, sobre as populações de matriz afrodescendente no Brasil.

A expressão racismo ambiental foi cunhada por Benjamin Chavis e desenvolvida na década de 1980, do século XX. Os protestos capitaneados por Chavis se espalharam pelos Estados Unidos e revelaram que o ônus de receber rejeitos contaminados e indústrias poluentes cabia a bairros habitados pela população negra, o que origina, nesse contexto, o movimento por justiça ambiental (BULLARD, 2004). Nasceu assim, a expressão racismo ambiental, a qual, no primeiro momento, significou a exposição desproporcional de comunidades não brancas e/ou pobres a riscos ambientais (SOUZA, 2015).

No contexto Norte-Americano, a luta contra o racismo ambiental seria a exteriorização da luta por justiça ambiental (ALIER, 2007). Nessa perspectiva, o conceito de racismo ambiental perpassa pelas ideias e práticas das sociedades que aceitam a degradação ambiental e humana, com base no desenvolvimento e inferiorizando determinados segmentos da população afetados, atribuindo-lhes um sacrifício em favor do benefício dos demais segmentos (HERCULANO, 2006).

O racismo ambiental, como conceito autônomo, destaca a investigação de fatores raciais nas circunstâncias de injustiça, eis que uma abordagem classista encobriria o racismo no Brasil, porquanto as dinâmicas territoriais começam como um projeto de resistência ao sistema colonial e permanecem como resistência cultural ao mercado e à economia capitalista (ESCOBAR, 2014).

Para Fanon (2010), o racismo ambiental é o produto e o processo pelo qual um grupo dominante utiliza-se de mecanismos para dearticular as linhas de forma do dominado, para destruir seus valores, sistemas de referência e panorama social. Nesse passo, o racismo é utilizado na sociedade moderna como elemento que torna possível a organização colonial.

Herculano (2006) destaca que os casos de racismo ambiental denunciados no Brasil se exteriorizam de maneira diversa da maneira em que racismo ocorreu nos Estados Unidos. Em locais onde a desigualdade socia alcança grande destaque, o racismo ambiental ganha evidência, uma vez que vai além da questão ambiental e exterioriza os anseios da população diretamente afetada.

A colonialidade do poder construiu a subjetividade do subalternizado, se utilizando do conceito de raça como forma de manter um padrão de poder e de escala social que situa o homem branco como acima dos indígenas e negros. Assim, a colonialidade é um dos elementos formadores do padrão mundial do poder capitalista (QUIJANO, 2005).

Verifica-se a emergência de novos atores coletivos, que se organizam em resposta às situações desiguais de vulnerabilidade (RANGEL, 2016). Emergem situações de injustiça ambiental , em relação a grupos vulneráveis, que arcam com a maior carga dos danos ambientais, advindos de projetos de desenvolvimento (RANGEL, 2016). Nesse contexto, interessante o desenvolvimento de uma perspectiva de justiça ambiental, a partir da visão das lutas protagonizadas por grupos marginalizados, independente raça, cor, origem ou renda (ACSELRAD, 2004).

Mir e Gandolfi (2023) afirmam que o mito da democracia racial no Brasil, bem como a meritocracia contribuem para o negacionismo do racismo ambiental que a população negra sofre. Destacam que a supremacia branca se funda em um discurso racista de meritocracia, que atribui os méritos à branquitude. Nesse passo, as políticas públicas estabelecidas com base na supremacia branca geram maior desigualdade social em relação à população negra.

Mir e Gandolfi (2023) defendem que o racismo ambiental é uma manifestação de injustiça ambiental, evidenciando fatores raciais, por meio de como o Estado exerce seu poder. Nesse passo, o racismo ambiental se exterioriza com políticas públicas diferenciadas em razão da questão racial, beneficiando determinados segmentos populacionais, em detrimento de outros. Dessa maneira, o próprio Estado viabiliza o desenvolvimento do racismo ambiental, por meio da exploração de territórios ancestrais de povos originários e populações tradicionais, com o objetivo de implementar projetos de desenvolvimento, gerando uma situação de injustiça social em relação à povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas (MIR E GANDOLFI, 2023).

Nesse contexto, é possível afirmar que o racismo ambiental no Brasil se expressa de diversas maneiras, tais como a construção de hidrelétricas, projetos turísticos, instalação de lixões próximos a comunidades, que geram diversos danos ambientais, dentre os quais , a contaminação de rios. Desse modo, as consequências do racismo ambiental impactam as populações mais vulneráveis, afetando a saúde pública, os direitos territoriais, o bem-estar coletivo, acarretando enfermidades e mortes (MIR E GANDOLFI, 2023).

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BARCARENA-PA

Neste estudo, analisou-se os autos de dois processos, envolvendo o Município de Barcarena-PA e a Associação Quilombola Indígena Sítio Conceição – ACOMQUISC, os quais tramitam na 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena-PA e se referem ao conflito existente entre a Prefeitura

de Barcarena e a Associação da Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição (ACOMQUISC), relacionado à regularização fundiária da área ocupada pela Comunidade Quilombola Sítio Conceição.

A associação de Moradores do Sítio Conceição foi fundada em 02 de janeiro de 2010 e em junho de 2014, registrou sua Ata de Autodefinição Quilombola Indígena, tendo sido reconhecida pelo Estado do Pará. Em seguida, a Comunidade Sítio Conceição iniciou processo n º 54100.004372/2016-81(INCRA, 2018), o qual foi instaurado de acordo com o Decreto nº 4887/2003, o qual estabelece a atribuição do INCRA no processo de identificação, reconhecimento e titulação de terras dos remanescentes de quilombos, conforme os procedimentos previstos em Instrução Normativa/INCRA nº 57/2009. Em 09.12.2019, foi encaminhado ofício à Prefeitura de Barcarena, informando que o INCRA iria iniciar ações de levantamento de dados para a confecção de peças técnicas para compor o relatório de identificação e delimitação e solicitou informações da prefeitura.

De acordo com a leitura de Informações Técnicas nº/F-4/INCRA-SR-01/2020 (INCRA, 2020), o qual trata do levantamento de campo relacionado a demanda das comunidades Gibrié de São Lourenço; Ramal Cupuaçu; Sítio Conceição; e Sítio São João em Barcarena. Segundo consta na informação técnica, bem como da planta e memorial descritivo dos territórios, a Prefeitura de Barcarena declarou área pertencente ao território das comunidades citadas como sendo de área urbana e, desta forma, passou a ocupar área dentro dos limites do território reivindicado pelas comunidades.

Consta que a Prefeitura de Barcarena passou a efetuar regularização fundiária urbana, emitindo títulos individuais por meio do programa de Regularização Fundiária Urbana (REURB), instituído por meio do Decreto nº 0062/2018, de 06 de março de 2018. A regularização individual de áreas da comunidade, não-quilombolas que ocupam irregularmente os territórios estavam na iminência de ter suas posses regularizadas (INCRA, 2020).

Em 18 de junho de 2020, o INCRA notificou a Prefeitura Municipal recordando a Administração acerca de acordos anteriores e de recomendações do Ministério Público Federal (MPF). A Recomendação nº 30/2018 emitida pelo MPF, determina que não seja emitido título individual nas áreas reivindicadas por comunidades quilombolas já certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e em processo de reconhecimento e titulação coletiva junto ao INCRA.

Em plena pandemia do Covid-19, a prefeitura de Barcarena-PA iniciou a construção de um muro, cercando o território quilombola, realizando corte de árvores ameaçadas de extinção, como as castanheiras. Além disso, o muro foi construído dentro da linha divisória estabelecida pelo INCRA como perímetro de área de terras tradicionalmente ocupada pela comunidade quilombola. Apesar da

intervenção do INCRA e do Ministério Público Federal (MPF), no sentido de que a Prefeitura suspendesse a obra e encerasse a turbação, a Prefeitura ignorou totalmente a manifestação dos Órgãos competentes.

Em 2021, o Município de Barcarena-PA promoveu ação de imissão de posse, com pedido de tutela de urgência, em desfavor da ACOMQUISC, com intuito de executar uma obra pública, relacionada ao saneamento municipal, a fim de implantar a estação de tratamento de esgoto – ETE Pinheiro.

Ainda com intuito de contextualizar a situação das comunidades quilombolas de Barcarena-PA, analisou-se a Lei Complementar Municipal nº 49/2016, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barcarena e percebe-se que as comunidades quilombolas não são mencionadas no Plano Diretor. Desta forma, não há direcionamento de políticas públicas para comunidades tradicionais e quilombolas, entretanto, verifica-se a possibilidade de remoção de populações em áreas de risco, bem como incentivo a projetos de remanejamento de populações existentes em áreas de interesse industrial.

No mesmo sentido, o Plano Plurianual do Município de Barcarena-PA, PPA 2022-2025 - Lei Municipal nº 2273/2021, de 30 de dezembro de 2021 não prevê qualquer ação ou programa , em que haja destinação de verbas públicas para as comunidades tradicionais e quilombolas, desconsiderando a certificação das comunidades junto à Fundação Cultural Palmares (FCP) e argumenta que o INCRA é o órgão que detém a atribuição para a titulação dos territórios quilombolas.

Nota-se a ocorrência de racismo ambiental nas comunidades quilombolas de Barcarena-PA, na medida em que se verifica que a Municipalidade de Barcarena-PA desrespeita normas brasileiras, desobedecendo, inclusive, recomendações de atores do sistema de justiça, como é o caso do descumprimento da recomendação expedida pelo MPF.

Percebe-se também o descaso do Município de Barcarena-PA, na medida em que não promove a consulta prévia, livre e informada, que deve ser garantida às comunidades quilombolas nos projetos de desenvolvimento que impactem suas existências e seus territórios. Além de ser um dos princípios fundamentais da Convenção 169 (OIT/1989) (GRABNER, 2018), a consulta prévia deve ser observada como medida de concretização do Objetivo 8 da Agenda 2023, onde foi definido como meta o crescimento econômico voltado para o desenvolvimento e inclusão (ONU, 2015).

Nessa senda, projetos de desenvolvimento podem impactar sobremaneira a vida das comunidades quilombolas, devendo-se realizar sempre a consulta prévia nesses casos. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Santos e Jesus (2023), no sentido de que o racismo ambiental é uma das

vertentes da desigualdade em saneamento, ressaltando que essa desigualdade socioambiental aflige principalmente mulheres negras, eis que os domicílios chefiados por mulheres tendem a sofrer mais com a precariedade e falta de saneamento básico. Esse cenário de vulnerabilidade culmina em efeitos desastrosos para a população negra brasileira, uma vez que a saúde e a vida dessa população tem sido afetadas por doenças e morte, em razão da falta de saneamento básico adequados.

Jesus (2020) defende que há um perfil racial das pessoas mais vulneráveis e vitimizadas pelas condições ambientais insalubres, o que contribui para o genocídio da população negra. Defende que a população negra é mais acometida por doenças em razão da falta de saneamento do que a população branca. Essa é uma consequência do racismo ambiental, que evidenciam a deficiência de oferta de políticas públicas de saneamento, expondo a população negra a precarização de acesso à água, esgoto e coleta de lixo, tornando-a mais vulnerável a riscos à saúde. Dessa forma, Jesus enfatiza que a omissão do Estado é preponderante para a permanência secular das péssimas condições de higiene e saúde da população negra. Nesse passo, o saneamento básico deve ser alvo de programas e políticas públicas governamentais, eis que tem se estabelecido como um privilégio e mecanismo de controle racial.

Escobar (2014) destaca que os grupos étnicos pensam em estratégias para fortalecer o controle do territorio, a prevenção do deslocamento e o direito à paz e à vida em territórios coletivos. Aponta como estratégias a recuperação do cultivo de arroz, a produção de açúcar, a autonomia alimentar, promoção de conhecimentos e práticas tradicionais, além do fortalecimento de organizações territoriais étnicas. Portanto, a percepção e o entendimento do que significa bem viver (ACOSTA, 2019) para as comunidades quilombolas se torna imprescidível para o desenvolvimento de políticas públicas que realmente atendam as necesisdades das comunidades atingidas.

A luta pela vida e pelo território apontam que a vida não pode ser pensada fora da natureza, eis que dessas lutas emergem mundos relacionais (ESCOBAR, 2014). Melo e Barzano (2021) afirma que a mercantilização de áreas da comunidade, como a nascente do rio é um fator relevante para a modificação das práticas dos moradores, fomentando uma uma lógica comercial privada para os recursos naturais. O rio representa a sobrevivência do território para essa comunidade, seja como espaço coletivo de lazer, seja como recurso fundamental para as atividades produtivas. Conclui que os sujeitos quilombolas são detentores de saberes relevantes para a compreensão de seus modos de vida e do território em que habitam. Afirma que é imprescindível adotar perspectivas decoloniais e insusgentes nas pesquisas relaionadas ao racismo ambiental, a fim de viabilizar outras maneiras de ser, de existir e de se relacionar com a natureza.

Escobar (2014) afirma que a modernidade atribuiu a si o direito de ser o mundo, considerado civilizado, livre e racional, à custa de outros mundos existentes e/ou possíveis. Essas outras experiencias de mundo são chamadas de ontologias relacionais, no sentido de que todos os tipos de seres vivos dependem dos outros para sua existência. Nesse sentido, a pressão sobre os territorios, evidenciada em todo mundo, pode ser observada como uma guerra contra esses mundos relacionais e uma tentativa de dissolver todo o coletivo.

A colonialidade impõe uma classificação racial/étnica da população mundial como fundante deste padrão de poder (QUIJANO, 2005). Nesse contexto, o conceito de raça é uma construção social sem qualquer relação com processos biológicos, entretanto, utilizado da perspectiva política e social, eis quedetermina condições e lugares ocupados por negros e brancos na sociedade (QUIJANO, 2005).

Ainda sobre a questão da colonialidade, Grosfoguel (2018) defende que a hegemonia do conhecimento, no sentido de que a epistemologia eurocêntrica dominante nao admite outra epistemlogia como meio de produção do pensamento crítico. Nesse contexto, essa hegemonia da modernidade europeia anula o legado histórico e intelectual dos povos indígenas, africanos, conceituados como primitivos e irracionais. Evidenciou-se uma geopolítica do conhecimento, no sentido de que o poder , so saber e as dimensões culturais se definiam a partir da loga do pensamento europeu.

Melo e Barzano (2021) destacam que a expropriação do território é uma das bases da inferiorização dos/as quilombolas, tornando claro o racismo ambiental, na medida em que observa-se a apropriação das margens do rio por fazendeiros, os quais degradam o meio ambiente e ameaçam os modos de vida quilombola. Este grupo étnico racial tem sua históriralaiconada com a questão territorial, padece com a ineficácia do Estado em regularizar a situaçã fundiária e os impactos ambientais resultantes da satividades de faxendeiros que degradam e exploram os ecossistemas.

Melo e Barzano (2021) defendem que as injustiças geradas pelo modelo de produção capitalista são além das desigualdades socioeconomicas, na medida em que interferem no acesso aos recursos ambientais e na exposição à degradação ambiental. Nessa senda, a o movimento de justiça ambiental surge para questionar a desigualdade ambiental a que determinados grupos étnicos e sociais estao submetidas e pensar em soluções que permitam a esses grupos o acesso equânime aos recursos ambientais e não precisar suportar uma parcela desigual das consequencias ambietais negativas (ACSELRAD, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com o presente estudo analisar em que medida o racismo ambiental é um instrumento de colonialidade do poder nas comunidades quilombolas de Barcarena-PA. Apesar das diversas normas vigentes, que garantem direitos às comunidades quilombolas, ainda percebe-se o descaso e a violação de seus direitos fundamentais pelo próprio Poder Público.

Projetos de desenvolvimento são pensados e executados à despeito da opinião e consulta às comunidades atingidas, mostrando que a Municipalidade de Barcarena-PA age em desacordo com a Constituição e com a Convenção 169 da OIT, a qual garante o direito fundamental à consulta prévia, livre.

Há mais de 40 anos as comunidades quilombolas de Barcarena-PA lutam por reconhecimento e sofrem com o descaso e racismo ambiental, tendo seus direitos territoriais banalizados, ao ver o avanço de obras públicas, como a estação de tratamento de esgoto, que a Prefeitura pretende construir na comunidade Sítio Conceição.

Percebe-se que as autoridades competentes desconsideram as normas vigentes, em seu verdadeiro sentido, eis que o pensamento e a cosmovisão das comunidades atingidas por projetos de desenvolvimento econômico somente tem sido ouvidas após a ocorrência de desastres ambientais.

O desenvolvimento de pesquisas, no sentido de repensar a racionalidade econômica existente é uma medida que se impõe. Fomentar o diálogo de saberes entre as comunidades e o Poder Público é a melhor forma de minorar os danos centenários sofridos por essas comunidades.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2019.

ACSELRAD, H., Mello, C., & Bezerra, G. (2009). **O que é justiça ambiental.** Garamond.

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização.** Maurício Waldman (trad.). São Paulo: Editora Contexto, 2007.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

Barrozo, L., & Sánchez, C. **Educação Ambiental crítica, interculturalidade e justiça ambiental: Entrelaçando possibilidades.** VIII EPEA — Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Rio de Janeiro, Brasil, 2015. http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/139. pdf.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2003.
BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henry; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça Ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CASTRO, Edna. Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia, desastres socioambientais e "zonas de sacrifício". In: CASTRO, Edna Ramos de; CARMO, Eunápio Dutra do. **DOSSIÊ desastres e crimes da mineração em Barcarena.** Belém: NAEA: UFPA, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latino americanas. Buenos Aires: Clacso**, p. 107-126, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Encoutering Development. The Making and Unmaking of the Thirld World** (Princeton: Princeton University Press), 1995.
ESCOBAR, A. (2014). **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia.** ***Ediciones Unaula.*** http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escpos-unaula/20170802050253/pdf_460.pdf. [Links]
FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.
FUNDAÇÃO CULTURAL DOS PALMARES. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombo.** Disponível em:<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/CRQs_CERTIFICADAS._versao_10_01_241PDF.pdf>. Acesso em: 26 Jan. 2024.

GRABNER, Maria Luiza. A Convenção 169 da OIT e sua aplicação em defesa dos direitos territoriais da comunidades tradicionais quilombolas: a consulta e o livre consentimento como direito fundamental. In: Ministério Público Federal. **Reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília: MPF, 2018.

Grosfoguel, Ramon. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada,** 2018.

Herculano, S. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, Brasil, 2006.

INCRA. **Relação dos processos de regularização quilombolas**. Acesso em 15 abril 2024. Disponível em file:///C:/Users/MPPA/Downloads/processos_abertos.pdf.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In SOUZA, Edileuza Penha. NUNES, Georgina Helena Lima. MELO, Willivane Ferreira de. **Memória, territorialidade e experiências de educação escolar quilombola**. Pelotas (RS). Editora EFPel. 2016. pp. 45-54.

OIT. **Convenção nº 169, de 07 de junho de 1989**. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 25 Jan. 2024.

ONU. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015**. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 25 Jan. 2024.

PACHECO, Tania. **Racismo Ambiental: o que eu tenho a ver com isso?** Disponível em: https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso/. Acesso em 17 Fev. 2024.
RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo ambiental às comunidades quilombolas. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2016.

SANTOS, Izabela Penha de Oliveira. JESUS, Victor de. (In)Consequências da inadequação em saneamento na vida-morte da população negra brasileira. In: Racismo Ambiental. **Revista Diálogos Socioambientais**. Vol. 06, n. 17, 2023. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7957891/mod_resource/content/1/Di%C3%A1logos%20Socioambientais%20Racismo%20Ambiental.pdf>. Acesso em 17 Fev. 2024.

SARMIENTO, Camilo Ernesto Bernal; CABEZAS, Sebastián; FORERO, Alejandro; RIVERA, Iñaki; VIDAL, Iván. Más allá de la criminología. Un debate epistemológico sobre el daño social, los crímenes internacionales y los delitos de los mercados. *In* RIVERA, Iñaki (Coord.). **Delitos de los Estados, de los Mercados y daño social: debates en criminología crítica y sociología jurídico-penal**. Barcelona: Anthropos, 2014.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e Justiça: racismo ambiental no contexto brasileiro. In: **XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais**. ANAIS..., 07-10 ago. 2011, p. 01-16. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306222361_ARQUIVO_racismoambientalsalvador.pdf>. Acesso

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito**. EDUFBA, 2015.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

TÍTULO DO TRABALHO: ESPACIALIDADE E RACIALIDADE NAS ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL EM BELÉM-PA (SÉC. XX AO SÉC. XXI): COMPREENDENDO O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E AS ALTERAÇÕES ESPACIAIS NO CONJUNTO HABITACIONAL DO IAPI DO BAIRRO DE SÃO BRAZ, BELÉM-PA.

Gisele Joicy da Silva Guimarães(PPGAU-UFPA),
Luiz de Jesus Dias da Silva(PPGAU-UFPA)

RESUMO: Nos últimos anos verifica-se uma intensificação de estudos que objetivam compreender como as dimensões racial, gênero e classe estão presentes no processo de formulação e execução das políticas públicas; de tal maneira que as abordagens que antes situavam-se (e limitavam-se) a questões sociais (puramente) passaram a incluir outras questões que vieram a denunciar o processo de hierarquização, subalternidade e de sub-humanização em nossa sociedade. Havendo, portanto, uma necessidade de compreender as desigualdades e as barreiras sociais a partir de um enfoque interseccional, considerando a sobreposição de marcadores sociais (e outras variáveis) como idade, orientação sexual, religião, entre outras. Assim, o presente ensaio teórico busca refletir a herança dos ideais modernistas no campo da Arquitetura e Urbanismo que denunciam o processo de epistemicídio afrodiaspórico, isto é, do apagamento estrutural do conhecimento/ racionalidade afro-indígena, implícito e vinculado às preocupações higienistas que foram e são incorporadas às utopias do urbanismo moderno e contemporâneo, desvelando problemáticas que envolvem a população negra e pobre no âmbito das políticas urbanas e habitacionais; pois, ao longo dos anos, convencionou-se denominar de "favelização" o processo de alterações significativas nas edificações originais dos conjuntos habitacionais que basicamente negam as demandas e as representações simbólicas negras como a corporeidade e a sua relação com o fenômeno da espacialidade não branca. Não estando ambas relacionadas à simples racionalidade projetual e construtiva; não se tratando, portanto, de algo pragmático passível de uma padronização ou universalização de anseios, em que a problemática também está na imposição de vivências específicas (da branquitude) aos indivíduos. Deste modo, pretende-se analisar tais questões processadas a partir dos anos de 1940 e em seus rebatimentos no processo de segregação socioespacial na capital paraense, tendo como foco a questão da racialidade, observadas na construção do Conjunto Habitacional do IAPI, localizado no bairro de São Braz, Belém-Pa.

Palavras-chaves: espacialidade, racialidade, epistemicídio afrodiaspórico, habitação social.

1. INTRODUÇÃO

A Arquitetura e o Urbanismo Modernos expressavam, claramente, em sua retórica a busca de uma racionalidade e ordem que deveriam estar alinhadas às exigências do sistema capitalista, como retórica científica, propunham a separação rígida entre as funções: habitar, produzir, circular e recrear que figuravam como parte fundamental do zoneamento urbano. Por outro lado, na prática, o quanto tais preceitos se alinhavam com teorias supremacistas? O quanto tais ações impactaram e reforçaram o chamado racismo estrutural? Sendo importante compreender o caráter problemático quanto a imposição de vivências específicas aos indivíduos, em que as políticas públicas precisam reconhecer e trabalhar as especificidades humanas, além de combater o epistemicídio

afrodiaspórico, visto que as alterações espaciais em conjuntos habitacionais ainda são entendidas de maneira preconceituosa como um processo de favelização.

Outro aspecto diz respeito à segregação espacial, racismo ambiental e negação de espaços eminentemente negros. O Brasil consolidou-se e estruturou-se crescentemente a partir da desterritorialização de pessoas negras e pobres. Uma constatação evidente trata-se da destinação de negros e pobres às periferias urbanas, algo que teve e tem a capacidade de inferiorizar o lugar do negro dentro da nossa sociedade, bem como no espaço urbano, denunciando assim a não neutralidade do espaço. Assim, no presente trabalho busca-se refletir a herança do modernismo quanto às problemáticas que envolvem a população negra e pobre no âmbito das políticas urbanas e habitacionais.

O presente ensaio, além desta introdução e das considerações finais, estrutura-se em três partes. Primeiramente, no tópico "*O Contexto Histórico*" trataremos das origens da Política Habitacional brasileira e das concepções morfológicas e tipológicas contidas no desenho urbano do conjunto habitacional do IAPI de Belém-Pa sob o ponto de vista da Arquitetura Moderna.

Em seguida, com a "*Revisão Teórica: ideais modernistas*" abordamos importantes categorias de instrumentalização tanto da narrativa, do discurso da Arquitetura Moderna, que serviram de base teórica para os ideais referentes à produção de habitação popular de forma coletiva (ou em larga escala), bem como suscinta reflexões importantes sobre a adoção de soluções desconexas da realidade local, então pautadas na branquitude, no sentido de reverberar reflexões sobre a necessidade de um diálogo entre as teorias de Arquitetura e Urbanismo e as produções teóricas de pensadores negros nacionais e internacionais sob o prisma de importantes categorias como branquitude, proposta por Cida Bento (2022); epistemicídio e dispositivo da racialidade desenvolvidas por Sueli Carneiro (2023).

Por fim, em "Análise dialógica: questão racial e urbanismo" indica-se a importância de se proceder a uma reinterpretação conectada e reveladora quanto a se assumir que o campo teórico adotado apresenta limitações epistemológicas para se pensar as cosmolocalidades afrodiaspóricas, visto que elas incorporaram grandemente ideologias supremacistas, embasadas em realidades de países europeus e anglo-saxões.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO

As origens da habitação social encontram amparo na conjuntura do Pós-primeira Guerra Mundial na década de 1920, assim como advinha da expectativa por transformações políticas que levassem ao socialismo e com a produção em larga escala de moradias para a classe dominada. Tais fatos, nos levam, inevitavelmente, a pensar a habitação social como sendo a materialização dos preceitos do movimento moderno (BONDUKI, 2004).

No ano de 1972, o arquiteto paisagista, Charles Jencks cunhou o termo pós-modernismo e já nesse período o modelo de conjunto habitacional produzido no pós-Segunda Guerra já era contestado, questionado quanto às suas altas aspirações românticas. E, já em idos de 1950, questionava-se inclusive o papel do arquiteto enquanto intérprete dos desejos e esperanças da sociedade, até então figura central dentro da prática urbanística (SOLÁ-MORÁLES, 2011).

A questão é que no mundo ocidental, em especial, no campo teórico da arquitetura, já não se considerava vanguarda a construção de grandes conjuntos habitacionais monofuncionais. Entretanto, no Brasil a concepção de conjuntos habitacionais ainda estava emergindo, florescendo. E, somente no ano de 1964, o modelo em questão passa a ser contemplado como uma forma de promover as intervenções urbanas higienizadoras, tendo dois objetivos principais: estimular o capital imobiliário e dar respostas à insatisfação popular com a promessa de aquisição da casa própria (BONDUKI, 2004).

Em meio à crise habitacional no Brasil na década de 1930, quanto às origens da chamada Habitação Social, no período Vargas entre os anos de 1930 a 1954, observa-se a intervenção estatal quanto à produção espacial, caracterizada como sendo uma ação direta junto ao mercado de aluguéis.

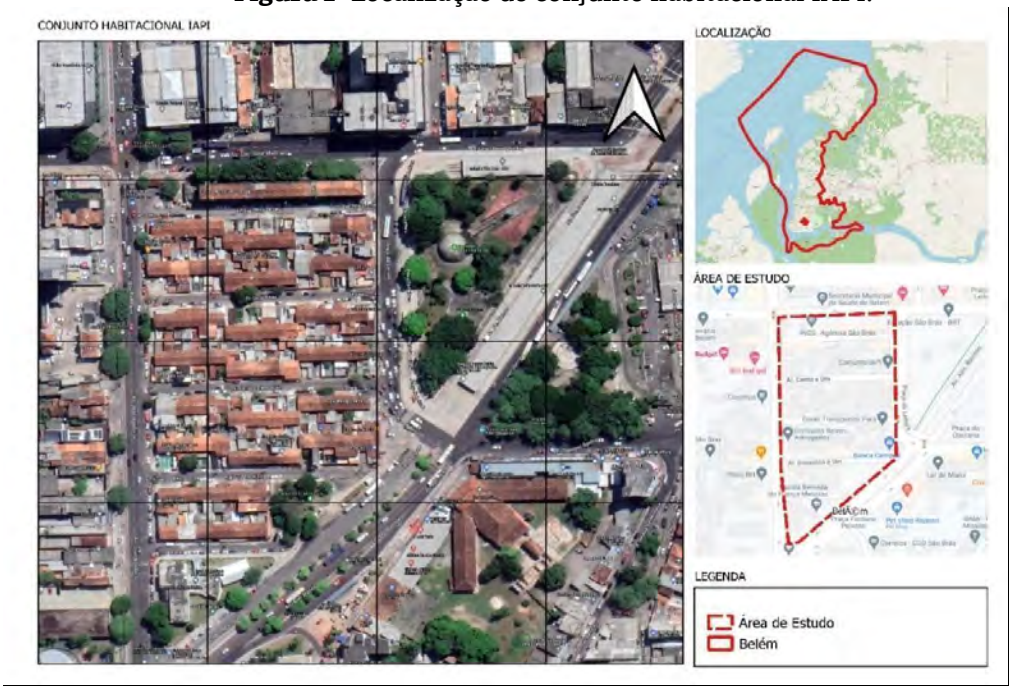
Nesse período, o Estado brasileiro torna-se interventor em questões como a construção, comercialização, financiamento e locação habitacional. A mudança de postura visava impulsionar a formação e o fortalecimento de uma sociedade urbano-industrial, essencialmente, capitalista (BONDUKI, 2004).

Quando Vargas assumiu o poder, entre as medidas tomadas naquele período estava a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), a Fundação da Casa Popular (FCP), o Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro (DHP) que sob controle estatal objetivavam construir conjuntos habitacionais para as classes trabalhadoras. Destaca-se desse período, a forte influência da arquitetura moderna, mas principalmente, a experiência europeia enquanto norteadora dos debates entre arquitetos e engenheiros (BONDUKI, 2004).

O conjunto habitacional do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) foi uma das primeiras intervenções do Estado Novo na habitação social, sendo criado pela Lei nº 367, de 31.12.1936. Os conjuntos do IAPI no Brasil corresponderam à denominada arquitetura pública moderna brasileira que até então estavam concentradas nas regiões do sul e sudeste, cuja intencionalidade estava na difusão da linguagem da arquitetura moderna a partir de novas edificações. Deste período, oportunizou-se, no ano de 1945, o concurso de arquitetura para o Projeto do Ministério da Educação no Rio de Janeiro que deveria ser concebido conforme os manuais técnicos disseminados pelos preceitos modernistas (PANTOJA, 2016; BONDUKI, 2004).

No ano de 1947, Rodolfo Chermont, o então prefeito de Belém do Pará, aderiu à política habitacional de Getúlio Vargas ao apoiar a criação do Instituto dos Industriários e de construir no perímetro da Praça Floriano Peixoto, a vila de casas do IAPI na cidade. É nesse contexto que a capital paraense tem sua primeira habitação social, localizada, especificamente, no então largo de São Brás. E, diferentemente dos dias atuais, sua localização era considerada distante do centro em que as principais vias ainda eram ocupadas por grandes áreas vazias e sobrados; isto é, naquele momento o local era considerado periferia da capital paraense (Figura 1).

Figura 1- Localização do conjunto habitacional IAPI.



Fonte: elaborado pelos autores a partir do Google Earth (2023).

As concepções morfológica e tipológica partiam da ideia de que a grande praça seria dividida em 6 quadras com uma pequena praça triangular no centro da vila. Observa-se uma tentativa tímida de adoção do ideal de unidades de vizinhança, em que o projetista buscou garantir que os equipamentos urbanos ficassem próximos das habitações, além de evitar que as vias de

trânsito interrompessem a vida comunitária, resguardando assim as crianças; pois conforme Ferrari (1991), o equipamento básico de uma unidade de vizinhança é a Escola Primária.

O projeto previa três tipos de casas: Proletárias, Médias e Boas. Cada tipo teria um plano de pagamento diferenciado. A categorização dos tipos em "boas", "médias" e "proletárias" dialogam com a "metodologia" proposta pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) que basicamente atuou na produção habitacional destinada a três segmentos: famílias com renda de até 03 salários-mínimos, entendidos como um mercado popular; famílias com renda mínima de 03 a 06 salários-mínimos, que seria um mercado econômico; e famílias com renda mínima de 6 salários-mínimos, no caso, mercado médio (Figura 2).

Figura 2 - Conjunto do IAPI na década de 1950.



Fonte: Jornal *O Liberal*, de 22.10.1950 apud PANTOJA, 2014.

O conjunto habitacional em questão apresentava 200 unidades, sendo 08 apartamentos de tipologia geminada em cada bloco. A configuração espacial adotada previa a disposição em blocos paralelos e simétricos. O desenho urbano em si valia-se grandemente da referência e inspiração nas cidades-jardins idealizadas por Ebenezer Howard, destacando-se em seu contexto a escola e a vegetação abundante da época (CARVALHO, 2013; PANTOJA, 2016).

Figura 3 – Vista geral da lateral do conjunto do IAPI.



para atestar de futuro, o que será a Vila dos Industriários. A data de sua inauguração não está distante e o público e os associados em especial terão assim oportunidade de constatar a perfeição dasse empreendimento do I. A. P. I.

xxx

As casas são construídas em edifícios de dois pavimentos cada um com oito residências, quatro no terreo e quatro no superior. Ao todo 21 edificios 82 casas portanto. Um outro edificio, denominado coletivo, conterá 30 apartamentos e 10 dependencias destinadas ao

A PRAÇA

Ao contrário do que muitos julgam, a praça da vila do I.

O PREDIO DA AVENIDA 15 DE AGOSTO

Ninguem esconde sua admiração pela grandiosidade da

OUTRO FLAGRANTE DE UMA DAS ALAS DO CONJUNTO RESIDENCIAL, VENDO-SE ALINHADOS VARIOS DOS EDIFICIOS-TIPO

Fontes: BELÉM ANTIGA, 2016.

Sob o ponto de vista arquitetônico, o conjunto do IAPI dispunha de blocos simétricos com unidades geminadas, cujas fachadas apresentavam elemento vazado distribuídos de maneira uniforme, possibilitando assim a ventilação da área de acesso aos apartamentos superiores. Como dito anteriormente, cada edifício apresentava 08 apartamentos (PANTOJA, 2016).

Figura 4 – Um dos edifício-tipo do Conjunto IAPI na década de 1950.

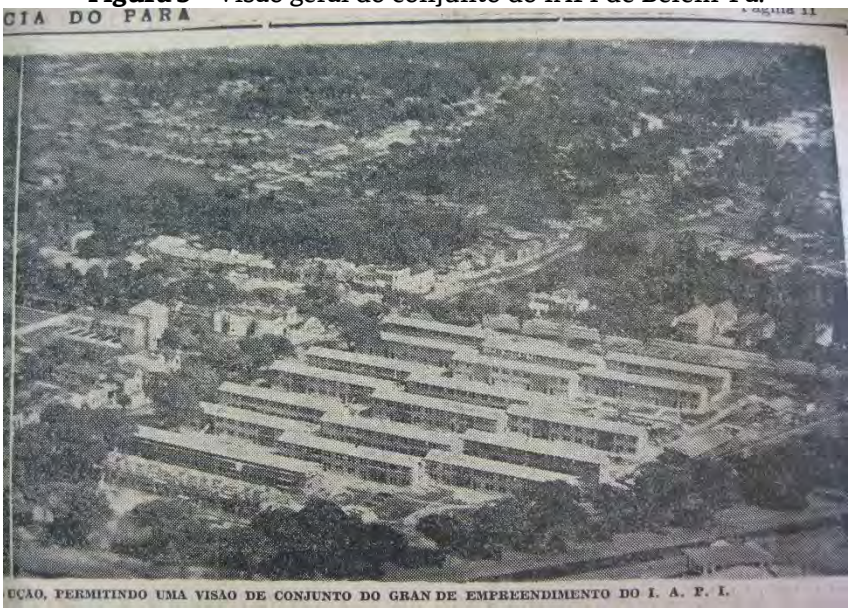


Um dos 21 edificios-tipo do conjunto residencial de São Braz, que, como se vê na fotografia estão recebendo os últimos retoques para o acabamento

Fontes: BELÉM ANTIGA, 2016.

As “cidades-jardins” promovidas pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC) foram uma das primeiras experiências de implantação dessa tipologia no Brasil no ano de 1941. As cidades-jardins brasileiras, na prática, eram modelos distantes do chamado modelo Howardiano; por outro lado, cumpriam seu “papel de harmonizar as contradições sociais emergentes” (FREITAS, 2012 *apud* PANTOJA, 2016, p. 61). A seguir, imagem da fase de construção do conjunto habitacional IAPI de Belém no ano de 1950 (Figura 5).

Figura 5 – Visão geral do conjunto do IAPI de Belém-Pa.



Fonte: Jornal Província do Pará apud BELÉM ANTIGA, 2016.

As habitações "Boas" ficariam localizadas em frente a Tito Franco, atual Av. Almirante Barroso, em frente à estação Central da Estrada de Ferro de Bragança. As "médias", com frente para a José Bonifácio; e as "proletárias", frente para a São Jerônimo/José Malcher. O projeto era um modelo que vinha fazendo sucesso pelo Brasil, e ainda previa a construção de uma escola. No ano de 1950, em 20 de outubro, o jornal a "Província do Pará" publicou a informação de que a obra havia se materializado, saído do papel. Nos registros, há mais de 70 anos atrás, observa-se que havia uma considerável arborização, poucas construções, e um clima quase bucólico, mas que não lembrava exatamente uma ambiência interiorana amazônica. As imagens são registros raros do processo de urbanização de Belém. A seguir imagem atualizada com as indicações das habitações categorizadas originalmente (Figura *6*).

Figura 6 – Conjunto IAPI (atualmente).

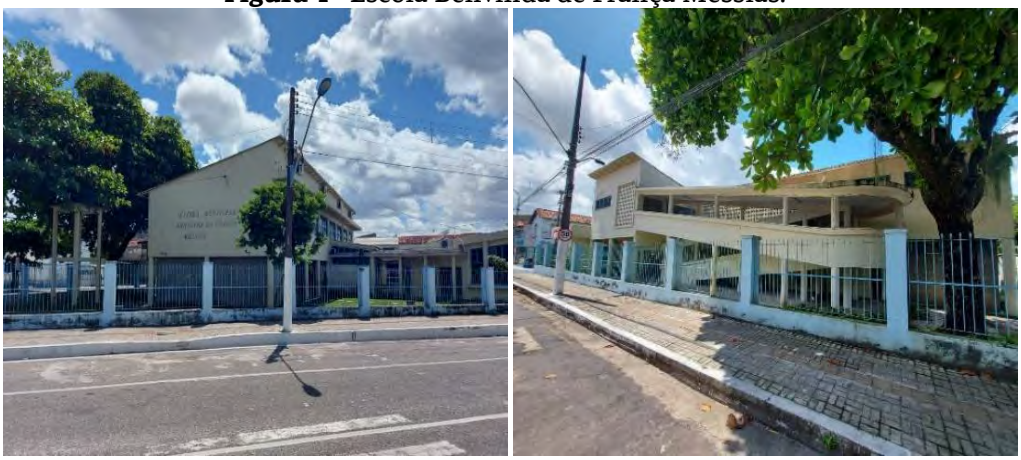


Fonte: elaborado pela autora a partir do Google Earth (2023).

E no cruzamento viário, em direção à saída da cidade da porção compreendida como sendo o final da área urbana da época, entre os anos de 1951 a 1957, foi projetada e construída uma escola de pequenas dimensões que buscava expressar todos os preceitos da arquitetura modernista: a escola Benvinda de França Messias (1952) do arquiteto Edmar Penna de Carvalho, formado na Escola de Belas Artes (CARVALHO, 2013).

Em termos arquitetônicos, a escola apresenta volumetria diversificada, com rampas e pilotis, incluindo elementos regionalizados como os cobogós, além de *brise soleil* (CARVALHO, 2013). Na época, a citada escola foi inaugurada com o nome de "Escola Estados Unidos", como parte do conjunto habitacional do IAPI. Sua construção estava perfeitamente alinhada com os anseios desenvolvimentistas, seja no seu projeto pedagógico, como também no repertório arquitetônico modernista do edifício (Figura 6).

Figura 4 - Escola Benvinda de França Messias.



Fonte: autores (Ano: 2023).

Formalmente, não eram permitidas alterações nas unidades; na época, o próprio Instituto as proibia. Contudo, atualmente são notadas modificações nas características gerais das unidades habitacionais. Podendo-se pontuar, principalmente, o acréscimo de área construída a partir da ampliação sobre o passeio público, em desacordo com alinhamento proposto originalmente. Outro ponto a se destacar que estas ampliações ocasionaram em uma significativa redução das áreas verdes.

Figura 7 *– Alterações no conjunto do IAPI.*





Fonte: autores (Ano: 2023).

Em síntese, o conjunto do IAPI corresponde a um marco para a urbanização da cidade de Belém ao propor uma setorização ligada às tipologias arquitetônicas ou relacionada a uma pretensa racionalidade arquitetônica.

Assim, pode-se considerar com certa segurança que os arquitetos envolvidos com a produção de habitação social adotaram uma atitude de projeto concebida pelo movimento moderno, buscando compatibilizar a economia, a práxis profissional, a técnica e a teoria estética modernista (BONDUKI, 2004).

3. REVISÃO TEÓRICA: IDEAIS MODERNISTAS

Na Europa, os críticos teóricos já se atentavam à questão fragmentária entre teoria e prática e da existência de um pluralismo epistemológico que tendia a tornar o campo teórico da arquitetura e urbanismo algo instável, de paradigmas de pensamentos questionáveis. A única certeza era de que ela era executora de uma ideologia estabelecida (SOLÁ-MORÁLES, 2011). Obviamente, que não abordavam a questão interseccional, mas, compreendiam e reconheciam que existiam limitações desta teoria quanto a uma relação dialógica com outros campos, outras disciplinas como a Antropologia, Psicologia, Sociologia e entre outras.

E pelo ponto de vista técnico, a compreensão deste cenário, nos aponta para uma "defasagem" epistêmica as quais os profissionais e, inclusive, o Brasil viam-se envolvidos. Pois na Europa, a partir dos anos de 1950, já se debatia o fato de que a teorias arquitetônica e urbanística modernas não poderiam ser construídas em detrimento de toda uma intenção sistêmica disciplinar e que viesse a desconsiderar problemas como o saneamento, o transporte, o aproveitamento do solo ou a eficiência nos diferentes níveis do processo de construção da cidade (SOLÁ-MORÁLES, 2011).

O fato de o urbanismo moderno ter emergido no século XIX , com o objetivo de amenizar ou solucionar os resultados negativos produzidos pela industrialização, ainda que justificada pela ideia "romântica" de assegurar os níveis mínimos de saúde e bem-estar em áreas residenciais, na realidade tinha o propósito de garantir a existência do sistema capitalista. As preocupações higienistas presentes no urbanismo modernista incorporaram sinais de uma utopia salvadora. O Estado, nesse aspecto, era tido como o principal interventor do espaço urbano, ao estabelecer limitações ao direito de propriedade e ao direito de construir.

O pensamento moderno tem raízes na pretensão de uma evolução da humanidade quanto à busca de poder e dominação; cujo ideário expressava tensões entre duas perspectivas: a organicista e a mecanicista. A humanidade, contudo, privilegiou a visão de mundo mecânica em que a natureza teria paralelo ou similitude ao funcionamento de uma máquina, denotando intencionalidades e lógicas no processo de produção do espaço urbano (HALL, 2016).

Em síntese, Belém, como em outras capitais brasileiras, para a construção dos conjuntos habitacionais houve a articulação de três concepções urbanísticas, a saber: 1. A forma "satélite" das cidades-jardim inglesas; 2. o Rodoviarismo norte-americano; e 3. o urbanismo modernista, influenciado pela construção de Brasília (HALL, 2016; CHOAY, 1992; GUIMARÃES, 2013). Tais pontos ilustram tanto a questão fragmentária da epistemes arquitetônica no Brasil como o pluralismo epistemológico tomado pela necessidade de "adaptações" das teorias importadas à realidade local.

Esquematicamente, havia duas fórmulas para a definição das tipologias dos conjuntos habitacionais: o primeiro, conjunto de blocos de apartamentos replicados de 3 a 4 pavimentos e o conjunto de casas unifamiliares isoladas em pequenos lotes. Nas duas fórmulas ou esquemas o conjunto habitacional tem uma concepção a partir de um tipo arquitetônico (GUIMARÃES, 2013).

A tipologia vem da noção de "tipo" que é um esquema mental, codificado culturalmente e socialmente enquanto práticas que associam configurações espaciais à necessidade de solucionar uma dada problemática do ambiente construído. Estando subjacente nesse processo a consagração prematura de um tipo arquitetônico e/ou urbanístico; porém, mais implícito ainda estão os mecanismos institucionais e ideológicos dentro da prática de elaboração do projeto do ambiente construído (GUIMARÃES, 2013; SOLÁ-MORÁLES, 2011).

Os ideais urbanísticos modernos antecederam e serviram de arcabouço teórico e retórico para a criação de categorias espaciais que vieram a estabelecer e a criar "funções" para a cidade moderna, como: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e espírito, e circular. Pois, para o Movimento Moderno, eram três tipos fundamentais de estabelecimento humano: a empresa agrícola; a cidade linear; a cidade radiocêntrica das trocas e atividades recreativas; e os espaços livres apropriados (esparsos) (HALL, 2007; CHOAY, 2002; GUIMARÃES, 2013).

No contexto europeu e anglo-saxão, a circulação deveria ser segundo as necessidades das funções; a rua-corredor, com calçadas para pedestres e o asfalto para os veículos, como uma cidade-parque. Em termos de desenho urbano, as construções deveriam estar resguardadas dos principais eixos de transportes, a fim de não comprometer a saúde das pessoas; e as escolas deveriam ficar longe dos perigos da rua. Em resumo, a prática do Urbanismo e sua influência teórica perdurou dos anos de 1950 a 1990 (GUIMARÃES, 2013).

Retomando nosso objeto de análise, o conjunto habitacional do IAPI, nasceu em conformidade com valores ditos nacionalistas, de controle das massas, civilidade e ordem então pautadas na branquitude (dominante). Ideologia esta que guardava e guarda uma relação conflituosa com a negritude (dominada), pois enquanto agente dominador a branquitude há séculos promoveu "apagamentos" ao carregar e impor uma única possibilidade: a cosmovisão dos olhos ocidentais, do sistema branco (GUIMARÃES, 2023).

A isso, cabe destacar a sensação de descontinuidades e discrepâncias na cultura local e na morfologia espacial da época. O novo modo de habitar representada pela construção de habitações sociais padronizadas, sujeitas a normas, como a pesquisa de Pantoja (2016) nos aponta, significava uma ruptura com os modos de vida negros, com as cosmolocalidades negras. Em termos práticos, fim das casas térreas, da liberdade de espaço da rua e da formação espontânea de áreas de convivência.

4. ANÁLISE DIALÓGICA: QUESTÃO RACIAL E POLÍTICAS HABITACIONAIS

A questão essencial para se analisar o aspecto da branquitude enraizada nas teorias de arquitetura e urbanismo vem da compreensão de que seu campo teórico é, na realidade, a execução de uma ideologia estabelecida. Sendo que a Arquitetura Moderna tem base tanto no paradigma da racionalidade técnica como na expressão psicológica de quem pratica esta arquitetura; onde, estruturalmente, sua teoria se ampara nas teorias sociais que refletem as relações de poder vigentes, seja em suas estruturas ou normas sociais (MORALES-SOLÁ, 2011).

Nos últimos anos verifica-se uma intensificação de estudos que objetivam compreender como as dimensões racial, gênero e classe estão presentes no processo de formulação e execução das políticas públicas; de tal maneira que as abordagens que antes situavam-se (e limitavam-se) a questões sociais (puramente) passaram a incluir outras questões que vieram a denunciar o processo

de hierarquização, subalternidade e de sub-humanização em nossa sociedade. Havendo, portanto, uma necessidade de compreender as desigualdades e as barreiras sociais a partir de um enfoque interseccional, considerando a sobreposição de marcadores sociais (e outras variáveis) como idade, orientação sexual, religião, entre outras (LUZ, 2020).

Superficialmente, podemos estabelecer que a racialização espacial, entendida como sendo o processo de atribuição de uma identidade racial ou étnica a determinada prática social ou grupo revela-se na tendência de vincular o processo de alteração dos conjuntos habitacionais com a morfologia de favelas, isto é, os assentamentos autoconstruídos pela população negra e pobre. Existindo uma conotação de recorte racial implícita e que é normalizada dentro de uma sociedade que reproduz racismo.

De acordo com Luz (2020), o interesse pela temática se iniciou no ano de 2000, fomentado, justamente, pelas políticas públicas tanto âmbito jurídico com a elaboração de normativas que abordam a questão racial e de gênero; e no âmbito institucional também por meio da criação de órgãos públicos como a Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres com vistas a atender, especificamente, as demandas de mulheres negras.

Ao longo dos anos, convencionou-se denominar de "favelização" o processo de alterações significativas nas edificações originais dos conjuntos habitacionais. A "favelização", portanto, seria algo caracterizado como sendo a necessidade de solucionar os aspectos não previstos previamente ou inicialmente nos projetos desenvolvidos por arquitetos e engenheiros, revelando demandas e/ou aspectos de ordem tanto das representações simbólicas como da corporeidade. Não estando ambas relacionadas à simples racionalidade projetual e construtiva; não se tratando, portanto, de algo pragmático passível de uma padronização ou universalização de anseios. Podendo-se estabelecer que as demandas desta natureza também variam ao longo dos anos.

Entretanto, não devemos limitar a prática e a existência de racismo somente às subjetividades (e/ou psicologias) negras (RATTS, 2012; VEIGA, 2019), mas aprofundar a análise quanto à sua capilaridade fenomênica dentro de nossa sociedade (CUNHA JÚNIOR, 2023). A isso, a investigação da dimensão racial nas políticas urbanas e habitacionais tendem a denunciar que apesar da negação do direito à moradia e à cidade impactarem em grande medida regiões ocupadas por população negra, o componente racial não se trata de uma categoria de estudo ou variável que seja privilegiada no desenvolvimento de políticas habitacionais (LUZ, 2020).

A subversão dos princípios técnicos que pretensiosamente ordenaram a concepção original desses espaços representaria o comprometimento da qualidade do ambiente construído. As alterações são vistas como processo de favelização, pois o paradigma europeu impregnado nas concepções modernistas compreende que os moradores são incapazes de participar ativamente de um processo; visto que somente os técnicos são formalmente habilitados para o planejamento e o projeto urbano.

O entendimento da existência de um epistemicídio afrodiaspórico refere-se ao apagamento estrutural do conhecimento afro-indígena. Considerando-se que a espacialidade corresponde a adesão espacial, este sendo um forte indicativo da existência de uma conexão entre o sensível com o meio físico, ligado às experiências e vivências nos âmbitos material e emocional do espaço, como considerar que em idos de 1940 e nos dias de hoje, os moradores tanto do centro de Belém como da periferia exerçam de maneira efetiva sua territorialidade? O espaço, nesse sentido, pode ser compreendido como uma superfície de existência, apreendido, percebido por meio da nossa existência (NASCIMENTO, 2023).

De tal modo que existem diferentes formas de humanidade, porém apenas uma forma de humanidade pretende-se ser universal. A universalidade é imposta por meio de parâmetros e referenciais brancos. O brancocentrismo que permeia as concepções modernistas, na realidade, relacionam intrinsecamente todos os campos estruturais da sociedade ao racismo e aos pensamentos supremacistas brancos. E isso precisa ser claramente assumido.

Nota-se que na descrição do projeto em relação à execução da vila, houve grandes modificações. Pois, em resumo, a prática projetual no Brasil além de ter guardado forte ligação com a história e a retórica de pensamentos da Arquitetura e Urbanismo de narrativa colonizadora (isto é, das experiências urbanas inglesas e estadunidenses), a produção habitacional pública brasileiras, ainda que tivesse aspirações mais "românticas" quanto à construção de novas unidades espaciais, no nosso país, tais iniciativas do desenho arquitetônico e urbano esbarravam nas prerrogativas técnicas dadas pelo proponente. Levando assim a uma não efetivação dos ideais modernistas em sua plenitude teórica.

Em termos práticos, a segmentação por classe social adotada pela política habitacional, resultou em uma configuração espacial que reflete uma hierarquia das localizações na cidade de Belém-Pa, estando intrinsecamente ligada a uma lógica de preços da terra em que o poder aquisitivo passou a definir as demandas urbanas e habitacionais. De tal maneira que a racialização espacial encontra-se revelada na lógica conflituosa de produção do espaço urbano enquanto resultado perverso para os segmentos de menor renda que são obviamente negros e do sexo feminino. Sem condições financeiras para ingressar em programas oficiais de habitação, essa população passava a intensificar a ocupação de áreas entendidas como vulneráveis em termos ambientais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática projetual no Brasil guarda forte ligação com a história, a retórica de pensamentos ulteriores da Arquitetura e Urbanismo, especificamente, de influências vindas das experiências urbanas norte-americanas e inglesas. Entretanto, a produção habitacional pública, ainda que tivessem aspirações mais "românticas" quanto à construção de novas unidades espaciais, no Brasil, tais iniciativas do desenho arquitetônico e urbano, em parte, esbarravam nas prerrogativas técnicas dadas pelo proponente.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito ao processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas, mas apropriadas pelo olhar ocidental (colonizador) então denominado de epistemicídio (CARNEIRO, 2023). Cabe considerar, dentro do campo teórico, que a inferiorização epistêmica das cosmologias negras, bem como suas narrativas e a tendência de invalidação ideológica representam a permanência do racismo à brasileira (MUNANGA, 2010).

Visto que a distinção entre o pensar a materialidade do espaço questionando as consequências do pacto da branquitude teve um caráter altamente violento e criminoso; e refletir sobre o quanto isso afeta a formação de cidades latino-americanas, em especial, a Amazônia evidenciam o fascismo de cor (SODRÉ, 2023) que relegou todas as expressões da ancestralidade negra a algo que é ruim ou de menor valor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM ANTIGA. **O Largo de São Brás ainda era um lugar distante do centro**. Facebook: Belém Antiga. Disponível em: < https://www.facebook.com/belemdopassado/posts/o-largo-de-s%C3%A3o-br%C3%A1s-ainda-era-um-lugar-distante-do-centro-as-principais-vias-ain/1764586643762535/?locale=pt_BR>. Acesso em 24 de jun. 2023.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2022.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, Bárbara Moraes de. **Uma caracterização sobre tipologia e lugar na cidade de Belém**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013. Disponível em: https://www.repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/8589/1/Dissertacao_ArquiteturaPublicaModerna.pdf. Acesso em 24/05/2023.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. **Ideologia moderna, planejamento e imagem de cidade na produção do espaço de Brasíli**a. In: Silva, R. C. M. da (org.). A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley; Ed. PROURB, 2006.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo** – utopias e realidades: uma analogia. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. TV ADUFRJ. **Urbanismo africano: 6000 anos construindo cidades**. Disciplina da Universidade Federal do Ceará. Youtube, 05 de fevereiro de 2019. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=tr2Zp843b-M>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GUIMARÃES, Gisele Joicy da Silva. **Comparação de Tipologias Arquitetônicas: Estudo do Processo de Construção do Conjunto Satélite de Belém-Pa**. In: Anais ENANPUR, v. 15, n. 1 (2013). Disponível em: < http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/488>. Acesso em 24/05/2023.

GUIMARÃES, Gisele Joicy da Silva. **A Escrevivência de Espacialidades: a Escrita do Corpo Negro em Espaços Alternativos da Periferia de Belém-Pa**. Revista de Letras Norte@mentos, [S. l.], v. 16, n. 44, 2023. DOI: 10.30681/rln.v16i44.11126. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/11126. Acesso em: 15 abr. 2024.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**: Uma história do planejamento e projetos urbanos no século XX. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

LUZ, Fabiana Cristina. **A Dimensão racial nas políticas urbanas e habitacionais**. DOI 10.31418/2177-2770.2020.v12.c1.p126-152 | ISSN 2177-2770.

MUNANGA, K. **Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**. Cadernos Penesb, n. 12, p. 169-203, 2010. Tradução. Disponível em: <biblio.fflch.usp.br/Munanga_k_TeoriaSocialERelacoesRaciaisNoBrasilContemporaneo.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2023.

PANTOJA, Laura Cristina Monte Palma. **Mercado de São Brás e seu entorno: tramas e sentidos de um lugar**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PPGAU, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2014.

RATTS, Alex. **Os lugares da gente negra:** temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson (org.). Questões Urbanas e Racismo. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia**: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas – Artigos, Niterói: Universidade Federal Fluminense/ Departamento de Psicologia, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

A COLONIZAÇÃO E OS RACISMOS, IMPACTAM PROFUNDAMENTE NA DIÁSPORA DESIGUAL DE NEGRAS E NEGROS EM BAIRROS DE PERIFERIA EM BELÉM DO PARÁ

Domingos Conceição[1] (UFPA)
Dejan Martins Conceição[2] (UFPA)

RESUMO: Este artigo destaca com muita atenção a presença histórica da colonização, da diáspora e dos racismos enfrentados por sujeitos negros e pobres em Bairros como o Jurunas em Belém do Pará. O objetivo deste artigo é analisar a convivência desses sujeitos com realidades tão injustas, desiguais e excludentes, resultado do impacto gerado secularmente pelo colonialismo, a diáspora e os racismos. O desafio do trabalho é se basear na abordagem de Grosfoguel, 2012 para entender o conceito de colonialismo e em Moore, 2012; Guimarães (2012); Conceição (2017), os racismos. A metodologia e as técnicas de pesquisa utilizadas baseiam-se em depoimentos, narratias e entrevistas. Sobre o referencial teórico vamos contar, além dos teóricos já citados acima, os seguintes: Amaral (2004); Hofbauer (2004); Salles (2005); Teixeira (2011) e outros mais. Os resultados e conclusões a que chegamos, dão conta de que ainda há escassez de dados específicos naquilo que toca às questões étnico-raciais, notadamente no que se refere ao negro, com relação aos demais sujeitos afetados os estudos pouco tratam dos mesmos; as conclusões apontam para a relevância do trabalho e que se soma a outros já existentes.

Palavras-chaves: Colonialismo; diáspora; racismos; Juruna.

ABSTRACT: This article carefully highlights the historical presence of colonization, diaspora, and the racism faced by black and poor individuals in neighborhoods such as Jurunas in Belém of Pará. The objective of this article is to analyze the coexistence of these individuals with such unjust, unequal, and exclusionary realities, resulting from the impact generated by centuries of colonialism, diaspora, and racism. The challenge of this work is to base itself on Grosfoguel's (2012) approach to understand the concept of colonialism and on Morre (2012), Guimarães (2012), and Conceição (2017) to understand racism. The methodology and research techniques are based on testimonies, narratives, and interviews. In addition to the theorists mentioned above, the theoretical framework includes the following: Amaral (2004), Hofbauer (2004), Salles (2005), and Teixeira (2011), among others. The results and conclusions reached indicate that there is still a scarcity of specific data on ethnic-racial issues, particularly regarding black people. Studies on other affected subjects are also scarce; the conclusions point to the relevance of this work, which adds to the existing body of knowledge.

Key words: Colonialism, Diaspora, Racisms, Juruna.

RESUMEN: Este artículo destaca con mucha atención la presencia histórica de la colonización, la diáspora y los racismos enfrentados por sujetos negros y pobres en barrios como el Jurunas en Belém do Pará. El objetivo de este artículo es analizar la convivencia de estos sujetos con realidades tan injustas, desiguales y excluyentes, resultado del impacto generado secularmente por el colonialismo, la diáspora y los racismos. El desafío del trabajo es basarse en el enfoque de Grosfoguel (2012) para entender el concepto de colonialismo y en Moore (2012); Guimarães (2012); Conceição (2017), los racismos. La metodología y las técnicas de investigación utilizadas se basan en testimonios, narrativas y entrevistas. Sobre el marco teórico, contaremos, además de los teóricos ya citados anteriormente, con los siguientes: Amaral (2004); Hofbauer (2004); Salles (2005); Teixeira

[1] Mestre em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: coisasdepreto@gmail.com

[2] Mestre em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Brasil. Email: dejan.conceicao@icsa.ufpa.br.

(2011) y otros más. Los resultados y conclusiones a los que llegamos dan cuenta de que todavía hay escasez de datos específicos en lo que respecta a las cuestiones étnico-raciales, especialmente en lo que se refiere a los negros. En cuanto a los demás sujetos afectados, los estudios poco los abordan. Las conclusiones apuntan a la relevancia del trabajo y se suman a otros ya existentes.

Palabras clave: Colonialismo; diáspora; racismo; Juruna.

INTRODUÇÃO

A problemática do abandono de um determinado segmento humano na América Latina e no Caribe, decorre de um condicionamento que, nas direções social, cultural, econômica, étnica e racial, se faz presente, desde a invasão e ocupação, consentida em lugares de capturas. Os Povos Originários ocupantes de territórios como o território brasileiro, foram dizimados, saqueados e aculturados pelos colonizadores brancos Europeus a partir de um processo de extrema violência (Ribeiro, 1979).

Os negros também foram sequestrados e impedidos de exercer seu direito humano à liberdade, e acabaram sendo utilizados como mão de obra escravizada substituta à mão de obra indigena (Leal, 2007). Veja:

> Nossos ancestrais falavam incontáveis línguas e não tinham um nome único para chamar aquilo que o colonizador denominou de *Continente Americano* ou *América*, um nome criado para propagar a farsa do descobrimento, que tenta perpetuar a mentira de que este território era uma imensidão selvagem intocada por seres civilizados até a chegada de Colombo (@ poraquê.mdk, 2024).

Diante dessa compreensão, este artigo pretende analisar a convivência desses sujeitos, ainda que, desde a origem da captura e sequestro, em seus lugares de origem, eles já foram organizados por um processo de separação, que não permitiam relações em comum.

Essa forma demográfica de separar por indivíduos, em aldeias diferentes (comunidade local), para que tais indivíduos que fossem vendidos em países da América do Norte, América Latina e Caribe e nunca pudessem se unir, quando colocados em contato. O que no curso da história de mais de 500 anos de escravidão, espalhados nos lugares referidos acima, cujo impacto, ainda hoje causa danos sociais, culturais, étnicos, raciais, econômicos e etc.

Questões essas, que determinaram os longos processos que geraram a colonização nas américas; combinadas com a diáspora e os racismos, que impactaram profundamente a desigualdade entre negras, negros e não negros em bairros de periferias em Belém do Pará, como por exemplo, o bairro do Jurunas.

Entre esses longos processos, podemos apontar a ocupação portuguesa da Amazônia que começou durante o período da União Ibérica, quando as Coroas de Portugal e Espanha estavam unificadas sob a dinastia filipina.

Afinal, queremos com essas ideias preliminares e provisórias, levar ao conhecimento dos participantes desse Seminário (5º SIALAT), entendendo que a possível integração dos países referidos acima, possa servir para que se faça uma análise dos impactos que o colonialismo ainda gera no Norte, na América Latina, no Caribe e em particular no Brasil.

a) O efeito do colonialismo no Norte do Brasil.

A invasão do colonialismo tem início com a ocorrência do primeiro saque realizado na foz do rio Amazonas pelo navegador espanhol Vicente Pinzón, ocorrido por volta do ano de 1499 (Século XV), que teve fim breve devido ao fenômeno chamado de Pororoca, que o impediu de dar prosseguimento à sua navegação no referido rio, ao que consta Pinzón capturou 36 indígenas e os levou para serem vendidos em leilões na Europa (Leal, 2007).

Entre os inúmeros navegadores colonizadores espanhóis e portugueses da Colônia Ibérica[3], Vicente Pinzón em outro momento seguiu navegando no rio Amazonas, mas neste texto destaco o Século XVII, onde os representantes dos colonizadores do Império brasileiro se dirigirem a Amazônia para prevenir uma ocupação desta por colonizadores concorrentes (Leal, 2007).

Essa delegação chegou à cidade da Vigia por volta de 1606, liderada por Francisco Caldeira Castelo Branco que veio para fundar uma cidade no centro da Amazônia que impedisse a invasão dos colonizadores holandeses, ingleses entre outros, e que pudesse assegurar e prevenir a defesa da Amazônia para os interesse da Coroa Portuguesa em detrimento do interesse dos países europeus que já se encontravam nas imediações em que os portugueses se encontravam.

A ocupação portuguesa da Amazônia começou durante o período da União Ibérica, quando as Coroas de Portugal e Espanha estavam unificadas sob a dinastia filipina, afinal, o Tratado das Tordesilhas, em tese, mantinha os territórios amazônicos sob o controle espanhol. Embora a Amazônia já fosse o lar de diversos povos nativos, outras nações européias, como Inglaterra, Países Baixos e França também cobiçavam as riquezas amazônicas e tentavam se fixar na região (@ poraquê.mdk, 2024).

O destaque deste artigo para efeito de uma análise mais apurada do colonialismo no Norte do Brasil, principalmente na Amazônia, é exatamente pensarmos a partir da fundação de Belém que vai se dar em 12 de janeiro de 1616 (SEGEP, 2020), cuja finalidade é assegurar o direito de domínio à Coroa Portuguesa na Amazônia.

[3] Foi logo após a expulsão dos franceses que, em 1616, o Capitão-Mor português, Francisco Caldeira Castelo Branco, instalou seu Forte do Presépio na aldeia Tupinambá de Mairi, às margens da baía do Guajará, no atual Estado do Pará. No início, os Tupinambás até colaboraram com os portugueses, mas logo se rebelaram por serem tratados como escravizados (@ poraquê.mdk, 2024).

Os Tupinambás e os *Aruãs* tinham uma aldeia na foz do igarapé do Piry, que desaguava na confluência da área que hoje é conhecida como mercado do Ver-O-Peso e Feira do Açaí, exatamente nas proximidades do lugar mais estratégico e mais importante para a Armada Portuguesa poder se *asenhorar* naquele momento.

Chamamos a atenção para a forma violenta como se deu essa ocupação, pela equipe de Caldeira, com o uso de armas letais contra os nativos ocupantes do Território Amazônico sob a ordem do Capitão-Mor da esquadra portuguesa.

O que devemos entender e afirmar é que, houve aplicação da violência por meio do uso de arma de fogo e outros recursos de opressão e dizimação dos habitantes da aldeia referida acima, para que então o caminho ficasse livre, para que ali, naqueles 'barrancos' se edificasse a estratégia de defesa e garantia do domínio do Território Amazônico no Norte do Brasil (Ribeiro, 1979).

Foi então que, naquele planalto, que os colonizadores, comandados pelo Capitão-Mor Castelo Branco iniciaram a construção de uma fortificação às margens da baía do Guajará hoje conhecida como Forte do Presépio (SEGEP, 2020), símbolo mais consistente no início do Século XVII, na Amazônia brasileira, o qual marca os interesses da Coroa Portuguesa pela Amazônia, como descrito a seguir:

> "O núcleo original foi estabelecido em terreno alto, com cota de 10 metros, estrategicamente escolhido. O sítio tinha como limites a Baía do Guajará, a oeste; um grande pântano, chamado de Alagado do Piry, a leste; um pequeno curso d'água, denominado Igarapé do Piry, ao norte; e uma outra ligação do alagado com a baía, ao sul (hoje denominado canal da Tamandaré)" (SEGEP, 2020).

Diante destes fatos históricos que datam do processo de fundação de Belém, outros mais virão, por exemplo, como a própria criação do nome América para homenagear outros colonizadores,

> Nossos ancestrais falavam incontáveis línguas e não tinham um nome único para chamar aquilo que o colonizador denominou de Continente Americano ou América, um nome criado para propagar a farsa do descobrimento, que tenta perpetuar a mentira de que este território era uma imensidão selvagem intocada por seres civilizados até a chegada de Colombo. Assim, não é por acaso que tal nomenclatura surgiu como uma homenagem a Américo Vespúcio, um falsário e mentiroso contumaz de origem florentina, que serviu às Coroas de Portugal e Espanha (@porake.mdk, 2024)

O nosso trabalho quer situar um pensamento que se aproxime ao máximo dos acontecimentos que não sejam cópias do pensamento colonialista. Busque aprofundar ideias dos amazônidas, dos paraenses em particular dos que vivem nos lugares abandonados.

Esse abandono se faz contumaz, na medida que a nossa produção acadêmica perde o compromisso com a comunidade de onde se originam as nossas pesquisas e os nossos objetos de

pesquisas, nos lugares da Amazônia, como em um bairro como o do Jurunas o sentimento de ser é muito grande, mais ao longo do tempo vem se perdendo.

> Guiados pelo conhecimento formal colonizador e colonialista, próprio da ciência moderna, os jovens amazônidas, com exceções, passavam a expressar a epistemologia "binária" da mesma – desenvolvido verso subdesenvolvidos ; moderno verso primitivo; sábio verso burro etc. (Bentes, 2021, p. 16)

O que percebemos é que as estatísticas da classe dominante frente aos Povos Originários e aos negros sempre foi reduzí-los e negá-los, desvalorizá-los e assim por diante. Estudos antropológicos estimam que, no ano de 1.500 cerca de 2 milhões de indígenas habitavam o litoral e mais 1 milhão habitavam os planaltos, enquanto estudos da área da arqueologia amazônica indicam civilizações que datavam de até 10 mil anos antes de Cristo e que poderiam somar mais 5 milhões de indígenas na grande bacia do rio Amazonas e afluentes (Matos et al, 2020).

A esse respeito:

> Quando o colonizador aqui chegou, éramos muitos e eles poucos. As estimativas variam de 5 a 10 milhões de indígenas nos territórios que viriam a ser o Brasil. Em Portugal, na mesma época, a população não passava de 1,2 milhões e poucos deles cruzaram o Atlântico. Hoje nos dizem que dos mais de 203 milhões de brasileiros, nós, indígenas, representamos menos de 1% do total, embora a ascendência indígena seja quase onipresente em nossa população. A quem interessa que sejamos tão poucos? (@porake.mdk, 2024).

O 5º SIALAT como um seminário (nas Américas) de cientistas, pesquisadores, estudantes e outros, deve nessa versão, caso ainda não tenha feito, dedicar-se um pouco mais a Amazônia Brasileira, tendo em vista pensar questões como as que trago para discutir.

b) A diáspora[4] Africana povoou a América Latina e o Caribe.

Não devemos ignorar que no curso da história os negros decorrentes da diáspora forjaram uma ocupação demográfica da América Latina e Caribe, sabemos o quanto essa presença negra advinda dos longos processos que têm a ver principalmente, com a longa escravidão de negros, que carece da diáspora para sua efetivação e que consequentemente gera os racismos, os quais enfrentamos até o presente.

A diáspora dos negros africanos realizada para povoar a América Latina, o Caribe e o Brasil, constitui dominantemente, aspectos negativos no desenvolvimento desses povos, até ao presente, porém essa presença afrodescendente na América Latina e no Caribe, marcada pelo deslocamento

[4] Diáspora é uma categoria usada em estudos culturais para nomear grupos específicos de pessoas que foram violentamente arrancadas de suas terras natais e se estabeleceram em outros lugares no mundo (Matuck, 2023).

forçado de seus territórios desde a época colonial, faz parte dos movimentos humanos da diáspora (LAWA, 2024).

Colonialismo, escravidão, deslocamento forçado, exílio e migração são alguns dos processos pelos quais passaram as comunidades de origem africana para se estabelecerem em territórios onde hoje lhes é negado o direito de serem reconhecidas como cidadãs. O caso do Brasil, que teve uma diáspora que se estendeu, desde 1551 a 1860, com mais de 300 indivíduos, exportados como mercadoria, para serem escravizados neste País (Moura, 2014).

O colonialismo pode ser responsável pela captura forçada de indivíduos que ocorreu nas comunidades negras africanas, assim também compreendemos que a não aceitação de sua condição de negros como, por exemplo, na Argentina, que se costumava dizer que os navios portugueses, eram quem transportaram seus ancestrais. O Brasil, nos anos 1950, segundo Fernandes (2008), iniciou uma política de branqueamento entre os negros.

Na tradição dos processos da diáspora que atingiram o Brasil e povoaram seu território, ela era desenvolvida por um modelo de comércio de negros oriundos da África para várias partes do mundo, entre elas o Brasil, hoje na pós modernidade, a diápora se faz assim:

> "Em 2020, 18 milhões de indianos viviam fora da Índia, colocando o país na liderança das diásporas no mundo, seguida de México e Rússia, China com 10 milhões e Síria com 8 milhões de cidadãos mundo afora. As diásporas contribuem muito para o desenvolvimento dos seus países através da promoção do investimento estrangeiro, comércio, acesso à tecnologia e inclusão financeira" (EasyRemessa, 2024, não paginado).

O que nos deve fazer pensar que, a diáspora mudou de configuração mais ainda se faz ligada a economia e ao trabalho. O que nos alerta para uma diáspora que ainda gera negócio para pessoas de vários países.

c) A mediação de possibilidades de suprimir o abandono de negros no Bairro do jurunas em Belem do Pará.

Este trabalho pretende analisar questões mediadas por possibilidades, relacionadas aos conceitos de colonialismo, diáspora e racismos, na América Latina e Caribe, porém neste tópico, a ideia é de apontar caminhos que possam nos levar a suprimir condições de abandono a pessoas negras em Belém, mais especificamente, no bairro do Jurunas.

Diante desta problemática, apontamos para uma questão central que tem nos incomodado, qual seja: como o colonialismo, a diáspora e os racismos, ainda trazem até nós questões como o abandono de pessoas, em particular, pessoas negras?

Iniciamos este artigo analisando o colonialismo na América Latina e Caribe, chegando até a Amazônia, refletindo sobre os colonizadores espanhóis e portugueses. Apontando que os espanhóis estão na região desde 1499, quando um navegador de nome Vicente Pinzon cometeu, segundo Leal (2007), "o primeiro saque ocorrido na Amazônia".

Veja como no curso da história os colonizadores nos condicionam:

> Guiados pelo conhecimento formal colonizador e colonialista, próprio da ciência moderna, os jovens amazônidas, com exceções, passavam a expressar a epistemologia "binária" da mesma – desenvolvido verso subdesenvolvidos; moderno verso primitivo; sábio verso burro etc. (Bentes, 2021, p. 16).

A tentativa do trabalho é se aproximar das análises de alguns intérpretes dos racismos e das relações raciais, cujo foco de seus estudos e pesquisas tem por cenário o Brasil, América Latina e o Caribe, porém queremos que consiga incidir sobre a Amazônia, em particular à realidade do bairro do Jurunas em Belém do Pará. Para suprimir racismos e as negações contra nativos e regionais seria necessário que fosse assim, entendido.

> A final, foi-lhes ensinados que esses saberes eram próprio do *modus vivendi* dos povos nativos, não europeus, colocados pela ciência moderna no polo negativo: europeu "sábios", "desenvolvidos" *versus* não europeu "burros", "atrasado", "primitivo", "simplório" (Bentes, 2021, p. 16).

Esta forma de ensinar da ciência moderna que pode negar saberes de indivíduos nativos como referido acima, tem muito de um processo que este artigo traz para nossa sala de diálogo sobre como enfrentar os racismos, em lugares abandonados.

A ideia de socializar com os participantes do Seminário SIALAT questões dos longos processos pelos quais passaram os afrodescendentes (negros) no decorrer da colônia portuguesa e espanhola, resultantes da diáspora, impacta em um microterritório como o Bairro do Jurunas, que é mediado pela possibilidade de liberdade.

É porque a longa escravidão ocorrida no Brasil, e lógico que em Belém, resultou em indivíduos descendentes, que formam uma grande parcela dos moradores deste lugar, que em sua maioria não tem liberdade.

É preciso que saibam que, por um acaso, ainda não sabem que a diáspora foi muito forte na Região Amazônica, dispondo de uma presença muito avantajada na formação da população do Pará e, certamente, da população de Belém e do Bairro do Jurunas. Fato que se comprova com a incidência das Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ), já identificadas, chegando a mais de 500 e os resíduos de quilombos urbanos no Jurunas, formando uma população de mais de 70% dos moradores do bairro (IBGE, 2022; ITERPA, 2013).

As pesquisas ou publicações, realizadas por volta dos anos 1970, até 80, apontavam que a Amazônia, ou mesmo o estado do Pará, tinham um déficit de dados muito avantajado com relação a população negra na região, o que hoje, já avançou consideravelmente, que podemos dizer que o passado estava enganado (Salles, 2005; Conceição, 2017).

A formação social do bairro do Jurunas sofre o impacto da presença da colonização portuguesa. A expansão da freguesia da Sé em direção ao Sul de Belém, por volta do século XVIII, dá origem à Fundação do Convento de Nossa Senhora da Piedade, cujas proximidades dão origem ao atual bairro do Jurunas.

RESULTADOS

Nossa compreensão neste texto é fazer com que o colonialismo e a colonialidade, que ainda se fazem presentes em nossas análises, possam ser suprimidos por uma ação coletiva da ciência não permitindo mais com que a diáspora possua a mesma prática que foi no passado bem distante. Para que os racismos possam ser mediados por possibilidades de que, os mesmos sejam suprimidos e distanciados dos sujeitos que por ter sido resultado da diáspora escravista colonial, possa deixar de promover exclusão e desigualdades.

CONSIDERAÇÕES

As conclusões a que chegamos, é que ainda hoje o padrão tradicional e arcaico do colonialismo e do colonizador, ainda influenciam a produção teórica, as relações raciais, sociais, culturas, econômicas e políticas, e os racismos contra negras e negros, continuam presentes nas atitudes e práticas, da maioria da população de Belém do Pará.

Conforme pode se observar nesta linha de análise feita por (Bentes, 2021, p. 16). A final, foi-lhes ensinados que esses saberes eram próprio do *modus vivendi* dos povos nativos, não europeus, colocados pela ciência moderna no polo negativo: europeu “sábios”, “desenvolvidos” *versus* não europeu “burros”, “atrasados”, “primitivos”, “simplórios”.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Assunção José Pureza. Da senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém. Belém: Cejur, 2004. (Coleção Megam)

ABONG. Racismo no Brasil. – São Paulo: Peirópolis; 2002

BENTES, Rosineide da Silva. (Org.). AMAZÔNIA: Meio Ambiente, Qualidade de vida, Saúde e Temas Afins. Curitiba: CRV, 2021. 422p. (Coleção Série Vidas, v. 2).

CONCEIÇÃO, Domingos. Movimento negro em Belém: ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros. Orientadora: Maria Antônia Cardoso Nascimento. 2017. 167 f. Dissertação

(Mestrado em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/14254. Acesso em: 15 Abr. 2024.

DURIGUETTO, Maria Lúcia, MONTÃNO, Carlos. Estado, classe e movimento social. 3.ed.: São Paulo, Cortez, 2011, v5, (pp. 248 - 305)

EasyRemessa. A Diáspora Brasileira Saiba mais sobre a comunidade brasileira vivendo no exterior. Yvoe France SAS. Paris, França. 2024. Disponível em: https://easyremessa.com/blog/brasileirosnoexterior. Acesso em: 15 de abril de 2024.

FAUSTINO, Deivison Mendes. "Por que Fanon? Por que agora?": Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. São Carlos: UFSCar, 2015. 260 f. pp. 187-197

FERNANDES, Florestan, 1920-1995. A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era) volume 2. São Paulo: Globo, 2008

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 de Abr. de 2024.

GROSFOGUEL, Ramón. El concepto de «racismo» in Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? Tabula Rasa, n. 16, Jan-jun, 2012, (pp. 79-102); Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá, Colombia. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39624572006. Acesso em 15 Abr. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneo.11ed. – São Paulo: Loyola, 2014

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. 3ºed - São Paulo, Editora 34, 2012

_____. Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito racial: modo, temas e tempos.– São Paulo: Cortez, 2008, (pp, 53/59)

HANCHARD, Michael George. Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988), 2001

HOFBAUER, Andreas. Raça, cultura e identidade e o "racismo à brasileira". In BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção *et al*. De Preto a Afro-Descendente: Trajetória de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. EdUFSCar, São Carlos-SP, 2003. (pp. 51-69). Disponível em: https://andreashofbauer.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/08/rac3a7a-cultura-e-identidade-texto-publicac3a7c3a3o2-congr-ufscar.pdf. Acesso em: 15 Abr. 2024.

IANNI, Otavio. Dialética das relações raciais. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100003. vol.18 issue 50

IANNI, Otavio. o preconceito racial no Brasil Pode a genética definir quem deve ...Estudos Avançados ... Estud. av. vol.18 no. 50 São Paulo Jan (2004)>. Acesso em 4 de agosto de 2016

_____. Otavio (Org.) Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004, (pp. 7-39)

_____. Otavio. Escravidão e racismo. 2ªed., São Paulo, Hucitec. 1988, (59-90)

_____. Otavio. Raças e classes sociais no Brasil. 3ªed., Brasiliense, 1987, (317-337)

LAWA. Diásporas africanas na América Latina e no Caribe. Latin American Women 's Aid. Londres, Reino Unido. 2024. Disponível em: https://lawadv.org.uk/pt/diasporas-africanas-na-america-latina-e-no-caribe/. Acesso em: 15 Abr. 2024.

LEAL, Aluizio Lins. UMA SINOPSE HISTÓRICA DA AMAZÔNIA (UMA VISÃO POLÍTICA). 2007. Disponível em: https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/09/UMA-SINOPSE-HISTu00D3RICA-DA-AMAZu00D4NIA.pdf. Acesso em 15 Abr. 2024.

MATUCK, Estevão. Dia da Consciência Negra: 483 anos do início da Diáspora Africana n o Brasil e sua relevância na Construção do país. Disponível em: https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=3361. Acesso em: 14 de abril de 2024.

MATOS, R. S. *et al*. Povos originários e comunidades tradicionais, Vol 6: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária [recurso eletrônico] in: Vilso Júnior Chierentin Santi; *et al* (Orgs.). p. 271. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MOORE, Carlos. Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2ed., - Belo Horizonte: Nandyala, 2012

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 2.ed. – São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi; 2014

Movimento negro unificado 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo, Confraria do livro, 1988.

PAIXÃO, Marcelo. Manifesto anti-racista: ideia em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006.

RIBEIRO, D. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 3. ed. v. 05. Rio de Janeiro : Vozes, 1979. 509 p. ; 15 cm.

SALLES, Vicente. O Negro no Pará: sobre o regime da escravidão. 3ed., revista e ampliada. Belém, IAP - Programa Raízes, 20005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América. São Leopoldo, v. 46. N.1, (pp. 18-27,) 2010.

SEGEP. Anuário Estatístico do Município de Belém. Secretaria Municipal de Planejamento. 2020. Prefeitura Municipal de Belém. Disponível em: https://anuario.belem.pa.gov.br/aspectos-do-municipio-de-belem/. Acesso em: 15 Abr. 2024.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

QUESTÃO RACIAL ENQUANTO ESTRUTURANTE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: POR UM GIRO DECOLONIAL NO SERVIÇO SOCIAL

Luana Mesquita de Araújo[1](UFPA/PPGSS)
Katiane de Jesus Souza[2](UFPA/FASS)
Thais Pires Almeida[3](UFPA/FASS)
Bianca Cristina Carvalho Leal[4] (UFPA/FASS)

RESUMO: Este artigo reúne apontamentos históricos sobre as particularidades do processo de formação social brasileira com foco na questão racial como estruturante da questão social no contexto de colonização e pós-abolição no Brasil. Esta pesquisa soma-se aos estudos decoloniais no âmbito do Serviço Social, bem como aos debates de raça e etnia que vêm sendo desenhado e "pretagonizado" por pesquisadoras negras no itinerário científico da profissão. Os caminhos teóricos e metodológicos que orientaram este trabalho partiram de uma Revisão Sistemática da Literatura resultando nas contribuições de: Gonçalves (2018), Eurico (2011), Almeida (2013), Elpídio e Silva (2023), e demais autoras. Os resultados prévios apontam como as teorias evolucionistas e racistas como o eugenismo e o mito da democracia racial contribuíram para a estruturação de um processo de formação social calcada no racismo. Essas ideias mantêm suas bases e tentáculos na atualidade, relegando a população negra nos porões da desigualdade social e subalternidade. Reitera-se que estas reflexões partem de pesquisas que ratificam a questão racial como estruturante da questão social, e não um mero produto, mas o pilar que vai alicerçar e antagonizar a luta de classes em seu viés mais grotesco e desumano. Além disso, compreende-se que a colonialidade vai manter em seus desdobramentos mais contemporâneos a política de "morte" da população negra, que permanece, conforme dados estatísticos atuais, sobreviventes à marginalização e ao racismo. A partir das reflexões teóricas, compreendemos que os estudos decoloniais no Serviço Social é emergente, pois propõem a ruptura com as estruturas das heranças coloniais e desmascara antigas desigualdades sociais historicamente invisibilizadas, resultando na aproximação do Serviço Social de um viés antirracista na produção científica.

Palavras-chaves: Formação social brasileira; Decolonialidade; Serviço Social;

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda como as contribuições do debate decolonial tem ressurgido e desvelando novas diretrizes para uma formação e atuação profissional em Serviço Social combativa sobre todas as formas de opressão. Logo, as pesquisas apontadas neste artigo desafiam a partir da decolonialidade enquanto episteme que reúne em seu âmago os reflexos do colonialismo arraigado

[1] Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da UFPA. Mulher de terreiro, Assistente social e Professora de Língua Portuguesa e Literatura. Membra do Programa IQ- Conhecimento e Resistência, integrante do Grupo de Pesquisas Interfaces: relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em territórios Amazônicos, UFPA, Brasil. E-mail: luanamesquitaseso.icsa@gmail.com.

[2] Graduanda em Serviço Social da UFPA. Bolsista no Programa IQ: conhecimento e resistência, UFPA, Brasil. E-mail: katiane.souza@icsa.ufpa.br

[3] Graduanda em Serviço Social da UFPA. Bolsista no Programa IQ: conhecimento e resistência, UFPA, Brasil. E-mail: thais.almeida@icsa.ufpa.br

[4] Graduanda de Serviço Social, UFPA, Brasil. bianca.leal@icsa.ufpa.br

[3]

nas estruturas sociais e suas reflexões teórico-metodológicas a dialogar com as protoformas da profissão que honram o método marxiano.

Pensar em uma práxis interventiva e combativa sobre todas as formas de opressão anuncia e desafia a nossa profissão a descolonizar-se e a lutar pela centralidade de uma atuação antirracista diante dos desafios postos presentes na realidade. A intenção neste artigo é esboçar os resultados iniciais de uma Revisão da Literatura que abarca como os estudos decoloniais têm sido desenhados no itinerário científico do Serviço Social.

Por ora, neste estudo são apresentados os tópicos das raízes históricas da protoforma do Serviço Social, abordamos a partir de uma perspectiva interseccional as encruzilhadas da questão racial como elemento estruturante das desigualdades sociais no contexto de colonização, e o seu enraizamento presente na contemporaneidade brasileira; por fim, apresentamos como o Serviço Social vem erguendo este debate por meio da problematização de narrativas conservadoras, eugenistas que cercam a história da profissão.

Logo, as discussões aqui propostas buscam enveredar pelas problemáticas espelhadas na dificuldade de avançar politicamente na questão racial enquanto estruturante e imersa nesse complexo de forças em que o sistema capitalista e patriarcal primordialmente estrutura, centraliza e nutre seus tentáculos historicamente pelo viés do roubo e da morte. Ou seja, povos africanos e originários foram subordinados à colonização e à escravidão, pelo racismo e pela cultura do patriarcado e os primeiros processos de acumulação primitiva do colonizador na apropriação privada da terra e de seus corpos. Ou seja, "como sequela, a colonialidade, produzida em ambos os extremos da relação colonial, segue desumanizando povos até os dias atuais." (Barbosa, 2023, p.9) é neste ponto que vamos nos ater.

2. RAÍZES HISTÓRICAS DA PROTOFORMA DO SERVIÇO SOCIAL

As primeiras discussões que envolviam a Questão social no Brasil, segundo Iamamoto e Carvalho (2008), ocorreram no contexto histórico da primeira república entre 1920 e 1930, tal momento era marcado pela ascensão do fluxo de capital e a busca por mão de obra. Este contexto favoreceu a estruturação de uma classe trabalhadora, que passou a se reconhecer enquanto sujeito de direitos e busca por melhores condições de trabalho. Deste modo, a partir dos autores podemos refletir como a questão social no Brasil terá novas particularidades, diferentemente do continente europeu.

> O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de

> alguma forma levem em consideração seus interesses (Iamamoto e Carvalho,2008, p. 126).

Nessa perspectiva, é válido pontuar que, o Estado ainda não reconhecia a questão social, junto a igreja, elas eram entrelaçadas por interesses políticos que privilegiavam a acumulação do capital como interesse maior, enquanto criavam estratégias para burlar o papel importante do movimento da classe operária.

Nesse sentido, compreender como a classe trabalhadora estava inserida em busca de legitimação dentro de sua contradição, entre a demanda de trabalho e sua forma de sobrevivência, mas também leis que reconhecessem seu valor enquanto classe, pois é imprescindível para entender a trajetória por tais conquistas como um marco dentro da implementação do Serviço Social no Brasil.

Iamamoto (2000) afirma como a questão social foi a raiz no processo de implantação do Serviço Social brasileiro:

> O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2000, p.27)

Os autores Iamamoto e Carvalho (2008), referências na discussão do Serviço Social brasileiro, destacam que esta profissão surge de interesses de classe dominante e de grupos específicos que estão interligados à igreja católica. A partir disso, o Estado busca por uma mediação de conflitos entre servir a burguesia e oferecer através de leis sociais que manipulam a classe operária para suas reivindicações. Essa ligação de interesses irá trazer para o Serviço Social uma roupagem conservadora, juntamente com uma formação destinada, prioritariamente, à classe dominante. Pensado por meio de interesses políticos, o Serviço Social se torna um "empreendimento" dentro da sociedade que está passando por conflitos entre classe trabalhadora e capital (Iamamoto; Carvalho, 2008)

Seguindo essa linha histórica, de fato, a questão social passa a ser reconhecida como uma protoforma do Serviço Social por meio dos movimentos sociais que tinham como linha de frente o protagonismo do proletário, "a questão social" fica definitivamente colocada para a sociedade" (Iamamoto; Carvalho, p.140). Além disso, os autores pontuam que o Serviço Social surge do desdobramento da ação social, que terá como base em sua formação a doutrina religiosa da igreja católica.

Neste viés, surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), pensado na primeira formação especializada de assistência, no qual eram destinadas as moças que faziam parte da classe dominante paulista. Essa formação era de base religiosa e tinha como objetivo "promover a

formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais" (Iamamoto; Carvalho, 2008, p.168).

Diante disso, os autores pontuam a discussão de classe enquanto debate central da questão social, formulando ideias a partir de suas concepções sociais e políticas em cada fase histórica que perpassa o Serviço Social, porém eles não identificam/desenvolvem como a questão étnico-racial está presente na formação da sociedade brasileira, mas também, da gênese e desde a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil.

De acordo com Silva (2022, p.38) "ao se tratar da realidade brasileira, todos esses dados precisam ser dissecados em suas articulações com práticas racistas e discriminatórias e com a naturalização das diferenças, como desigualdade, elementos estruturais de nossa formação social e histórica". A autora enfatiza como nas primeiras escolas do Serviço Social brasileiro, teve grande influência do higienismo mental, que estará presente na grade curricular dos primeiros cursos, e na formação das primeiras assistentes sociais brasileiras

> No Brasil foi introduzida em fins de século XIX e difundida nas três primeiras décadas do século XX, sendo amplamente apropriada pela medicina e espraiada nas demais profissões da saúde. O seu período de maior divulgação coincide com a organização do mundo do trabalho livre no pós-abolição e com a preocupação da República brasileira em controlar as massas de população negras trabalhadoras, assalariadas ou não (Silva,2022, p.40)

Silva (2022, p.46) recorre aos estudos de Vasconcelos (2002, p.127) em relação a algumas disciplinas que integravam a composição curricular no CEAS, as quais eram divididas em higiene, higiene mental e higiene do trabalho. O conceito nasce a partir de uma ideia de inferioridade de raça, que passa a ser enxergada "a solução eugênica travestida como higienismo ofereceu a possibilidade de um controle racial alinhado com a formalidade do contrato racial alinhado com a formalidade do contrato social estabelecido pela abolição" (Silva,2022, p. 40).

Sendo resultado uma intervenção do Estado sobre as possibilidades de equilibrar pessoas racialmente, mirados como inferiores, em que sua maioria eram trabalhadores negras/os que impedissem uma nova perpetuação de uma sociedade que fugisse do progresso racial e econômico do país, "{..} período de emergência do Serviço Social vigorou no Brasil entre 1910 e 1930, no qual o Movimento Eugenista contribuiu teoricamente e politicamente para a segregação e eliminação dos negros e indígenas, considerados inferiores e responsáveis pelo subdesenvolvimento do país "sinalizam Elpídio e Da Silva(2022).

Diante do exposto, é indiscutível que "[..]o conservadorismo e o eugenismo presentes na mesma quadra histórica da emergência do Serviço Social, possuem profundas relações com o

racismo (é determinado por ele no Brasil), o que impacta tanto na formação como no exercício profissional (Elpídio; Da Silva, 2022, p.326). Em consequência, essa relação soma-se em práticas racistas e discriminatórias na prática profissional do dia a dia do assistente social.

Portanto, o que estas autoras têm pautado é o reconhecimento do processo de colonização e morte no passado para reivindicar o antirracismo no presente, em que apontamos nesta pesquisa o desenho decolonial da crítica às raízes coloniais que minam as estruturas sociais. A ausência desta lente nos permite enxergar os atravessamentos sociais e raciais do usuário/a/e sem uma formação antirracista e que não prioriza como debate focalizado na formação social, econômica e política na realidade brasileira, pois está enraizada por uma construção colonizada e embranquecida.

3. AS ENCRUZILHADAS DA QUESTÃO RACIAL COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

> No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano.
> Segundo profecia iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. (Akotirene, 2021, p.21).

Exú, dono das encruzilhadas e divindade africana da comunicação, a quem invoco nesta escrita, manifesta-te como o símbolo da sabedoria que por muito tempo viu a língua dos seus filhos aprisionada e voz silenciada pela opressão política, privando-os de sua capacidade de se expressar em sua própria língua e de acessar sua própria fonte de conhecimento (Akotirene, 2021).

As encruzilhadas da questão racial nos remetem a discussão decolonial para pensar a formação da sociedade brasileira, pois a questão racial não pode ser entendida separadamente das desigualdades sociais, mas sim como um componente central que estrutura e perpetua tais desigualdades em nossa sociedade. Assim, recorremos a esta epistemologia reivindicada por autoras e assistentes sociais negras como Renata Gonçalves (2018), Magali Almeida (2022), Carla Akotirene (2021) e outras intelectuais, para fornecer respostas aos acordos estabelecidos com os ancestrais através de análises que explicam como o racismo é estrutural e estruturante das diversas desigualdades como afirma Silvio Almeida (2019, p.15):

> [...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

Ao nos guiarmos pelas palavras de Exu, existe uma lacuna no Serviço Social ao explicar a formação sócio-histórica da sociedade brasileira, pois não reconhece que a ascensão do capital aconteceu pela via colonial, que escravizou, explorou, expropriou, saqueou, traficou e matou povos etnicamente subalternos (Goés, 2022).

No Serviço Social, a questão racial é frequentemente vista como uma mera expressão da questão social, pois está intrinsecamente ligada às estruturas de poder, privilégio e desigualdade presentes na sociedade capitalista. Entretanto, o fator que nos faz reivindicar esta discussão é a forma como tal termo surgiu e foi implantado na sociedade brasileira.

O termo teve sua origem na Europa, durante a Revolução Industrial, período marcado pelo avanço da industrialização e pelo surgimento de condições precárias de trabalho que levaram à pauperização da classe trabalhadora e ao aumento das demandas por direitos laborais. No Brasil, esse termo foi adotado de maneira semelhante e incorporado como objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. No entanto, essa adoção não levou em consideração as especificidades do contexto latino-americano, que é caracterizado pela dependência em relação aos países europeus e pela história de colonização.

Os clássicos do Serviço Social, ao trazer esse conceito para a realidade brasileira, destacam que a emergência da questão social no país ocorreu principalmente durante a década de 1930, com o avanço da industrialização. Esse processo intensificou o pauperismo e deu origem a uma classe proletária que começou a lutar por melhores condições de trabalho e por direitos políticos. Assim, compreendem que as desigualdades sociais, de raça, gênero e étnico-raciais, que se manifestam no acesso limitado ao trabalho, saúde, educação, moradia e previdência, são expressões da questão social. Essas desigualdades são consequências diretas das contradições entre capital e trabalho que se desenvolveram desde a década de 1930 (Santos, 2018).

No entanto, a sociedade brasileira possui um histórico de exploração, expropriação e violência que remonta a períodos anteriores ao desenvolvimento industrial no país. Esse passado sombrio está profundamente enraizado na escravização de pessoas negras, que foram brutalmente retiradas forçadamente de seus continentes de origem para atravessarem o Atlântico. Após a abolição, não houve um projeto de políticas públicas para integrar as pessoas negras na nação, no qual foram jogados de escanteio para marginalização sem acesso a moradia, educação, saúde, alimentação etc.

Conforme Gonçalves (2018), durante o processo de industrialização no Brasil, o Estado promoveu a ideologia do higienismo e da democracia racial, negligenciando os efeitos persistentes da escravidão sobre os corpos negros e marginalizados. Além disso, sustentou a crença de que a mão

de obra negra não era adequada para impulsionar o desenvolvimento econômico do país, influenciado pela noção de eugenia, que associava pessoas negras à pobreza.

> O discurso dominante proclamava que estes(as) ex-cativos(as) não eram qualificados(as) o suficiente para ajudarem a erguer os pilares da futura grandiosa nação capitalista. Aqui se consolidavam as ideias racistas que ganharam status de *verdadeira ciência* no século XIX. Em consonância com as teorias raciais, nestes trópicos, os racistas sentiam-se desconfortados com traço mais característico da população brasileira, *um defeito de cor*, que, segundo tal ciência, representava um grande obstáculo podendo levar o País à tragédia da degeneração (Gonçalves, 2018, p. 516).

Baseado nas ideologias eugenistas e no mito da democracia racial, o Estado brasileiro investiu significativamente em políticas públicas para promover a imigração de europeus e asiáticos pobres, a fim de suprir a demanda por mão de obra no país. A justificativa era de que a imigração resolveria o problema da falta de trabalhadores qualificados para as fábricas (Gonçalves, 2018).

Diante disso, o Estado fechou os olhos para as desigualdades sociais decorrentes da escravidão e colonização. Simplesmente ignorou o fato de que, após a promulgação da Lei Áurea em 1888, não houve melhoria efetiva nas condições de vidas e nem foram criadas políticas públicas para integrar os negros à nação brasileira. Isso resultou na marginalização dessas pessoas, que não foram reconhecidas como parte significativa da nação e não foram incluídas na classe proletária.

Agregando a esta discussão, Moreira (2020) analisa em seu livro sobre "Serviço Social e a luta antirracista", nos primeiros capítulos, o processo de estruturação da classe trabalhadora, e de como os negros "libertos" não serviram aos moldes das novas configurações de trabalho, que exigiam trabalhadores humanos e capacitados. Com isso,

> E no contexto de alto nivel de produção, tinham que competir principalmente com trabalhadores/as que vieram da Europa e que, via de regra, eram mais afeitos/as a esse novo regime de trabalho. Ou seja, não havia lugar para o/a negro/a na sociedade de trabalho livre, a não ser recorrer às condições de trabalho profundamente desumanas, tal como as quais estavam inserido/as. (Moreira, 2020, p.33)

A questão étnico-racial é uma herança profundamente enraizada no legado colonial, cuja complexidade transcende as fronteiras da esfera econômica, social, política e ideológica (Correa, 2020). Compreender a questão étnico-racial como um elemento fundamental para a análise das manifestações da questão social implica desafiar a concepção arraigada de que o protagonismo na produção e reprodução social é unicamente eurocêntrico, masculino e branco (Santos, 2018).

4. PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NO SERVIÇO SOCIAL: DESCONSTRUINDO NARRATIVAS COLONIZADORAS

Falar sobre estudos decoloniais sem mencionar colonialidade do poder e eurocentrismo na América latina de Anibal Quijano (1992), deixaria esta discussão inconclusa, tendo em vista que este autor foi um dos primeiros a dimensionar este debate e a oportunizar novos rumos críticos para as Ciências Sociais e Humanas. A partir de novas matrizes teóricos metodológicas, a colonialidade do poder cunhada por este autor, se soma aos amplos debates sobre o "rombo" de racialização dos corpos e da subalternização que marcou a ferro e grilhões os povos originários e africanos neste continente.

> De una parte, la codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados en la idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en situación natural de inferioridad respecto de los otros. Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. Sobre esa base, en consecuencia, fue clasificada la población de América, y del mundo después, en dicho nuevo patrón de poder". (Quijano, 1989, p.202)

O que o autor chama de codificação entre os "invasores" e daqueles que foram subjugados, existiu um artifício motriz que alavancou este projeto de dominação: a ideia de raça. Este viés da racialização foi basilar para implantar com bases em argumentos biológicos que os povos dominados eram inferiores geneticamente e, sendo esta, uma das justificativas para a destituição de suas humanidades.

Estudos como o de Quijano (1989) e Mignolo (2016) desvelam o percurso inverso de como o sistema capitalista na América latina vai se retroalimentar de outras formas de dominação sistêmicas, e que de certa forma, alastrou seus "tentáculos" de morbidez desde o período colonial. Sobre este panorama conceitual Mignolo (2016/2017) intitula como colonialidade este processo recorrente de opressão que atravessa o tempo e os rumos da história até a contemporaneidade. A respeito disso, ele destaca:

> O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados... é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a "colonialidade (Mignolo,2016,p.2)

Enfatizamos que a importância em descentralizar este eurocentrismo para a compreensão da América Latina, como podemos compreender a partir de Mignolo (2016) envolve o fato de alcançar que a colonização não é apenas um evento histórico no tempo e no espaço, mas uma sistemática de relações de poder nas quais as desigualdades sociais, econômicas e culturais compõem o cotidiano perene dos que são colocados e "ensinados" à margem. É neste ínterim que a colonialidade se apresenta como uma sistemática na qual fortalece as classificações racistas dos que não são enxergados na escala da branquitude do saber, ser, viver, sentir.

Assim sendo, a Revisão da Literatura realizada nesta pesquisa apontou a insurgência do debate decolonial como campo de pesquisa em reivindicação no Serviço Social, revelando o que já existe na literatura sobre a temática. O protocolo de pesquisa que orientou o desenvolvimento desta Revisão foi desenhado para mapear o que as pesquisas têm dimensionado sobre a decolonialidade e de como esta temática tem se sobressaído nos conferenciamentos contemporâneos sobre uma formação e atuação profissional antirracista.

Por conseguinte, os resultados da Revisão da Literatura enfocam pesquisas iniciais sobre a imersão da decolonialidade no âmbito do Serviço Social, bem como os debates de raça e etnia que vêm sendo "pretagonizado" por pesquisadoras negras no itinerário científico da profissão. Os caminhos teóricos e metodológicos que orientaram esta arguição teórica partiram das contribuições de Barbosa (2023), Paz et al (2023), Amoras e Pontes (2022) Gonçalves (2018), Eurico (2011), Almeida (2013) e demais autoras que mergulham na luta para uma atuação e formação profissional antirracista no Serviço Social.

Nesta via de discussão sobre perspectivas decoloniais e Serviço Social, uma das autoras que emerge é Barbosa (2023) ao elencar conceitos chaves primordiais sobre o percurso de ascensão da decolonialidade na pilarização e reafirmação dos estudos críticos e políticos latino-americanos e caribenhos. O que nesta pesquisa compreendemos como giro decolonial destes últimos tempos, cujo pensamento latino-americano tem se renovado em busca de novas interpretações e deslocamento da complexidade e compreensão dos fenômenos sociais levando em consideração os processos e os efeitos da colonização a partir de uma perspectiva crítica. A autora revela o quanto esta teoria como resposta à revisão de narrativas construídas e vistas como hegemônicas desvela os nossos olhares de forma crítica para a compreensão dos reflexos contemporâneos das desigualdades sociais e que estão imbricadas fortemente com este projeto mordaz de colonização.

Por esse motivo, a autora considera que os estudos decoloniais se somam ao percurso investigativo interventivo do Serviço Social, uma vez que complexifica a historiografia hegemônica e expõe os efeitos contemporâneos do colonialismo nas estruturas sociais. "Como sequela, a

colonialidade, produzida em ambos os extremos da relação colonial, segue desumanizando povos até os dias atuais." (Barbosa, 2023, p.9). Para a autora, a decolonialidade se apresenta para além de uma categoria academicista, mas que revela um projeto social e político com vista a descentralizar e enveredar por outras formas de saber e compreender o mundo.

Conforme Barbosa (2023, p.11), este olhar para a diversidade é o pontapé para descolonizar práticas do cotidiano do/a assistente social que muitas vezes não compreende de forma crítica a diversidade dos grupos que reivindicam direitos nos espaços sócio-ocupacionais. Por esse motivo, a autora tonifica "No cotidiano, no qual se efetivam as intervenções junto a pessoas e grupos diversos, gestando relações intersubjetivas e estruturais, o enfoque sobre a diversidade deve fazer parte da práxis com ênfase na descolonização".

Paz et al (2023) esboçam aproximações entre o pensamento decolonial e o Serviço Social a partir de produções que se voltam para esse debate emergente. As autoras analisam as produções teóricas presentes na edição da revista Serviço Social & Sociedade, e de como os artigos apresentam a temática das relações sociais de classe, sexo/gênero, raça/etnia imbricadas na decolonialidade. O cerne das autoras é desvelar temas substanciais que conversam e explicitam o processo de formação da sociedade brasileira, tendo em vista as raízes coloniais que alimentam as desigualdades neste país.

Por esse viés, este sistema colonial se atualiza no tempo por meio das diversas transformações do capitalismo, levando a práticas discriminatórias enraizadas na ideologia da "raça" em todas as fases e funcionalidades deste sistema. Neste retrato, é importante situar a partir de Almeida (2014) que este projeto de dominação tem um ponto de vista comum e central, esse projeto de dominação sofisticou-se com o imperialismo e a instituição dos governos ditatoriais. Sendo possível observar que o racismo e o patriarcalismo estão na base do projeto de colonização nas Américas. E, as formas de acumulação e dominação, próprias do capitalismo, nutrem e aprofundam as desigualdades de gênero, raça e classe.

Conforme, Martins (2012, p.12) as "novas" formas de enfrentamento da crise, pelo capital, só fortaleceram e aprofundaram o desemprego da população negra, bem como a sua inserção no trabalho precário e informal." No decorrer desta pesquisa foram encontradas vastas produções teóricas acerca da temática, e a reafirmação de que corpos etnicamente diferenciados, em destaque: negros, povos originários, são reféns das inúmeras expressões da questão social no Brasil. Sobretudo, estes grupos estão presentes como estatísticas nas bases de dados, e primordialmente, os usuários atendidos por assistentes sociais.

Retomando as explanações centrais, as demais autoras apontadas nos resultados desta pesquisa apresentam os impactos do racismo como modus operandi para as desigualdades e a luta

de classes no Brasil. Com isso, a perspectiva decolonial muito acrescenta para o Serviço Social, e reafirma a conjuntura histórica, que é inerente à profissão, e sobretudo, na qual foi marcada por uma perspectiva crítica pautada no método marxiano.

Nesta perspectiva, os estudos decoloniais não rompem com o método, mas se apresenta como um pensamento social crítico que ratificam e exploram para além do que está posto superficialmente. Ora, se o materialismo histórico-dialético que orienta as diretrizes ético-políticas da profissão exige uma reflexão crítica pautada na célere essência, a decolonialidade, por conseguinte, permite alcançarmos a base desta dimensão estrutural racista, cishétero normativa, patriarcal, capacitista, etarista da qual o sistema capitalista nutre formas de dominação.

O esforço de pesquisadores negros da profissão em retornar às conjunturas históricas para compreender e reconhecer o racismo no interior da nossa formação social no passado está como álibi e é primordial para o fato de enfrentá-lo no presente. Tal como aponta Moreira (2020), o que nesta pesquisa o identificamos como um desses autores que desenvolve reflexões decoloniais importantíssimas para o entendimento das particularidades do processo de formação social brasileira com ênfase no colonialismo e racismo, e nos modos como os negros foram responsabilizados pelas condições sociais de desigualdade em um processo de naturalização e assimilação pelo viés do mito da democracia racial.

Os vastos estudos do autor sobre racismo e "questão social" no Brasil ressignificam o processo de formação social brasileira, não se tratando de uma categoria portanto que se antecede ou uma me um dispositivo acessório da questão social no Brasil, mas que vai alicerçar e acirrar a luta de classes. Apesar de que a questão produzirá um novo modo de pobreza calcada em um pauperismo proveniente da relação capital/trabalho, este novo fenômeno no Brasil perpassa por outros atravessamentos que encontram no racismo os tentáculos para agudização da barbárie no cenário capitalista neoliberal contemporâneo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que o Serviço Social enquanto profissão atuante em meio às contradições da dinâmica da sociedade capitalista, no entanto precisa avançar em discussões que abarcam a diversidade aliada a dívida histórica na qual apresenta com a questão étnico racial. Foi possível enveredar por pesquisas ainda que embrionárias com ênfase a questão decolonial atrelada principalmente ao processo formativo dos futuros assistentes sociais, dada a relevância da pauta presente no discurso profissional, ainda está aquém na prática, e na formação acadêmica.

O debate étnico-racial, além de emergente, mostra-se necessário para que os futuros profissionais possam estar preparados para compreender a complexidade da realidade dos usuários que irão atender. Esses profissionais atuarão em instituições e farão esse atendimento a esses cidadãos que historicamente foram demarcados em um não-lugar de exclusão e subalternização, sendo este grupo não refém apenas das desigualdades de classe, mas de raça e gênero e outros marcadores sociais da diferença.

Em se tratando das pesquisas no campo do Serviço Social, é pertinente levantarmos a necessidade de conhecer, apreender literaturas referentes à questão étnico-racial, assim como, os(as) autores(as) negros(as) que fazem esse debate, entendendo que somos donas de nossa história de nossas vivências enquanto mulheres negras imbricadas nesse processo de formação acadêmica, e acima de tudo cidadãs que sofreram ou sofrem com essa dinâmica que segrega e marginaliza a população negra.

A profissão já se caracterizou por enfrentar estes desafios, questionando e problematizando seu papel na sociedade, tentando assumir perfis mais críticos e comprometidos com os interesses, questionando e problematizando seu papel na sociedade, com os interesses dos trabalhadores e dos setores subalternizados. Este trabalho está longe de abarcar todas as dinâmicas que permeiam a decolonialidade, no entanto, objetivamos somar a urgência desta temática em busca de desconstruir narrativas hegemônicas e naturalizadas sobre as reais desigualdades que assolam este país.

Além disso, buscamos esboçar as discussões sobre decolonialidade ainda que tímido no itinerário científico da profissão, levando em consideração que já rompemos com as ações modalizadoras, o funcionalismo, filantrópia, positivista e demais perspectivas que fortalecem a lógica colonizante e racista do sistema capitalista. É tempo de evidenciar a centralidade da formação e trabalho do/a/e que já não pode servir aos interesses dos supremacistas e ideologias dominantes, mas sobretudo de uma luta antirracista e interseccional que ganhe corpo e coerência ético-política.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo.** EM PAUTA, Rio de Janeiro – 2º semestre de 2014 – nº 34, v. 12, p. 131 – 154. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086. Acesso em 02 outubro de 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. 161-182, 2023.

Elpidio, Maria Helena, and João Paulo da Silva Valdo. "O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional." ***Libertas*** **22.2** (2022): 316-333.Disponível em; https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=O+Servi%C3%A7o+Social+na+encruzilhada%3A+a+quest%C3%A3o++racial+e+o+projeto+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional&btnG=. Acesso em: 7 abril 2024.

GÓES, Weber Lopes. Racismo e eugenia na formação social brasileira. Orgs: EURICO, Márcia Campos; OLIVEIRA, Maria Liduína; PASSOS, Rachel Gouveia. **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 514-522, 2018. Disponível: https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514

IAMAMOTO, Marilda Vilela;CARVALHO, Raul de Carvalho. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 23 ed. São Paulo, Cortez;Lima. Peru: CELATS, 2008.

Iamamoto, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional- 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

MIGNOLO, Walter D.. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. Rev. bras. Ci. **Soc. [online].** 2017, vol.32, n.94, e329402. Epub June 22, 2017.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e a luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. Belo Horizonte, MG: Letramento,2020.

PAZ, R. D. O. DA .; SANTOS, J. F. DE A. DOS .; SANT'ANA, R. S.. Serviço Social e as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e a perspectiva decolonial. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 5–15, 2023.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y modernidad/racionalidad", en **Perú Indígena**, vol. 13, no. 29, Lima, 1992.

SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiro dos . Serviço Social e descolonialidade: relações entre questão colonial e questão social no Brasil. In: **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**. 2018.

SILVA, Ana Paula Procópio. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. EURICO, Márcia Campos; OLIVEIRA, Maria Liduína; PASSOS, Rachel Gouveia. Antirracismos e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2022.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe
Modalidade: Comunicação Oral

A ESTRUTURA DOS DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA: UMA PERSPECTIVA SOBRE RAÇA E RACISMO

Sara Brigida Farias Ferreira[1](UNIFESSPA),

Natália Costa Machado[2](Faculdade dos Carajás)

Bruna Laisy Fernandes Ferreira[3](Faculdade dos Carajás)

Beatrys Oliveira Nunes[4](Faculdade dos Carajás)

RESUMO: Este artigo examina a persistência do racismo e a evolução dos direitos humanos, destacando a importância de movimentos sociais e pensadores no desenvolvimento da consciência sobre liberdade e igualdade. Aborda a problemática do racismo estrutural e suas implicações nas sociedades contemporâneas, justificando a análise pela necessidade urgente de promover uma inclusão efetiva e combater as discriminações raciais. O objetivo é contribuir para uma sociedade mais justa, onde a dignidade e as oportunidades sejam acessíveis a todos, desmantelando assim as barreiras da desigualdade racial. Utilizando uma metodologia analítica que engloba revisão histórica e estudo de casos, o artigo propõe uma reflexão crítica sobre as estruturas que sustentam o racismo e sugere a educação, a solidariedade e políticas públicas eficazes como meios para alcançar a equidade racial. As considerações finais enfatizam a importância de enfrentar o racismo através da união coletiva, políticas eficazes e empatia, visando um futuro de igualdade e respeito.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Direitos Humanos; Políticas Públicas; Solidariedade Social; Educação Antirracista.

INTRODUÇÃO

Examina-se a evolução dos direitos humanos, evidenciada por marcos legislativos cruciais, desde a Declaração de Independência das 13 colônias americanas, passando pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, até a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a formação da

[1] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bacharela em Direito, com habilitação em Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.
E-mail: sara_farias@hotmail.com.
[2] Discente do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade dos Carajás.
Email:nataliamachado.direito@gmail.com
[3] Discente do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade dos Carajás. Email:brunalaisy23@gmail.com.
[4] Discente do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade dos Carajás.
Email: obeatrys2003@gmail.com

ONU, para destacar a persistência do racismo e sublinhar a importância da solidariedade, educação e políticas públicas para forjar uma sociedade mais justa e igualitária.

O estudo aborda o problema multifacetado do racismo, enfatizando suas manifestações tanto nas práticas cotidianas quanto nas estruturas institucionais, e como estas práticas afetam negativamente a vida das pessoas negras e de outras minorias.

A relevância do artigo reside na urgente necessidade de compreender e desmontar as estruturas raciais ainda prevalentes na sociedade, promovendo uma consciência coletiva mais inclusiva e equitativa. A complexidade das crises contemporâneas, que se estendem além do econômico para o social, político e moral, reforça a necessidade de um debate aprofundado sobre estas questões.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a evolução dos direitos humanos e a persistência do racismo, visando contribuir para a construção de uma sociedade em que a dignidade humana e a igualdade de oportunidades sejam acessíveis a todos, desmantelando as barreiras do racismo e da discriminação.

O estudo se apoia em uma revisão histórica e comparativa, analisando documentos legislativos e movimentos sociais significativos, além de explorar contribuições de pensadores como John Locke e intelectuais contemporâneos como Silvio Almeida. Utiliza-se também a análise de incidentes específicos e dados estatísticos para ilustrar a manifestação do racismo na sociedade atual, reforçando a argumentação com a importância da educação e da participação coletiva na luta contra essas desigualdades.

Este estudo contribui para a discussão acadêmica em torno de raça e direitos humanos, servindo como um apelo à sociedade para um engajamento mais profundo na erradicação do racismo. Sublinha a importância da educação, políticas públicas eficazes e a ação coletiva na promoção de uma compreensão mais empática e na construção de um futuro coletivamente mais equitativo e solidário.

DA LIBERDADE À SOLIDARIEDADE: A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Hunt (2009) discute a conexão entre diversas legislações marcantes e sua influência na formulação dos direitos humanos, focando na Declaração de Independência das 13 colônias americanas, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão durante a Revolução Francesa, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada após a Segunda Guerra Mundial, na Conferência de São Francisco, que também culminou na criação da ONU.

John Locke, filósofo do século XVIII, é mencionado por Hunt (2009) como um pensador crucial para o desenvolvimento da ideia de liberdade, enfatizando que o governo deve assegurar as

garantias individuais, não se impondo sobre os indivíduos, mas servindo como um instrumento para proteger seus direitos e liberdades. Os colonos da América do Norte, inspirados por Locke, formaram a sociedade "Os Filhos da Liberdade", promovendo resistência civil e lutando pela independência das 13 colônias, com apoio da França e Espanha, o que levou à Revolução Americana. Este movimento é contextualizado dentro de uma crítica à terminologia "americanos", sugerindo uma visão mais inclusiva do continente americano.

A Revolução Francesa é revisitada, destacando seu impacto além da mudança política, especialmente na posição social das mulheres, que, apesar de terem desempenhado papéis significativos, viram um retrocesso em seus direitos na declaração dos direitos do homem e do cidadão. Já a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto são destacados como eventos catalisadores para a formação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando prevenir futuros conflitos e extremismo. Hunt (2009) aborda o contínuo desafio de proteger os direitos humanos frente a perseguições e ideologias radicais, enfatizando a necessidade de reconhecimento e proteção dos direitos de todos os seres humanos, incluindo refugiados e minorias.

RAÇA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA LUTA CONTRA O RACISMO NO BRASIL

Ao discutir raça, o foco não recai sobre biologia, mas sim sobre aspectos socioculturais e históricos, reconhecendo como a construção social da raça influencia a hierarquia e a discriminação. A questão racial é complexa e varia significativamente entre diferentes contextos geográficos e culturais, o que demanda uma compreensão das categorias raciais como construções socioculturais e históricas, não biológicas (Gaudio, 2019).

No Brasil, o debate sobre ação afirmativa e políticas de inclusão racial tem se intensificado, desafiando o mito da democracia racial e forçando a sociedade a confrontar a existência e as consequências do racismo. Essas discussões são cruciais não apenas para os grupos diretamente afetados, mas para a sociedade como um todo, apontando para a necessidade de medidas que promovam igualdade de oportunidades e reconhecimento dos direitos de grupos historicamente marginalizados (Gaudio, 2019).

Historicamente, a miscigenação foi vista de maneiras distintas, com alguns argumentando que contribuiria para o "branqueamento" da população e a eliminação progressiva da presença negra. Essa visão, embora moderada em comparação com teorias racistas mais extremas, reflete a complexidade e as contradições nas atitudes sociais em relação à raça e à identidade racial no Brasil (Bento, 2003).

O conceito de raça é abordado como uma categoria sócio-histórica, desenvolvida durante a expansão europeia e que estabelece uma hierarquia baseada em características culturais e fenotípicas. Essa perspectiva sublinha a importância do contexto em que as discussões sobre raça ocorrem, e como diferentes sociedades podem interpretar e construir categorias raciais de maneiras variadas. Reconhecer a raça como uma construção sócio-histórica permite uma análise crítica das dinâmicas de poder e discriminação presentes em diversas sociedades.

Silvio Almeida, destacado por suas múltiplas facetas como advogado, filósofo, professor universitário e um dos principais intelectuais do Brasil, aborda a complexidade das crises contemporâneas que transcendem o âmbito econômico, inserindo-se também nas dimensões social, política e moral. Ele discorre sobre como essas crises refletem uma desorientação em relação a valores fundamentais, gerando uma sensação generalizada de perdimento e ansiedade sobre o futuro.

Almeida defende a importância da empatia e da inteligência para transformar essa situação em uma oportunidade para construir um mundo melhor, resgatando a capacidade de sonhar como elemento crucial nesse processo. Ele também enfatiza a necessidade de ação política para reconstruir o tecido social, mencionando a importância de se questionar as estruturas que alimentam o ódio e a intolerância.

Ao dialogar sobre cultura e identidade, o autor destaca a relevância do Carnaval e da cultura negra como expressões de resistência e afirmação, criticando a superficialidade com que estas são frequentemente tratadas pela sociedade maioritariamente branca. O intelectual aponta para a urgência de repensar as formas de comunicação e interação social, criticando a polarização e o extremismo que predominam nas redes sociais, que afetam negativamente a percepção de humanidade e ética nas relações interpessoais.

Almeida (2019) também aborda a necessidade de não compactuar com sintomas de crises sociais, destacando a preocupação com lideranças que não visam o bem comum e se beneficiam de conflitos. Destaca-se a complexidade da constituição subjetiva na era neoliberal, onde prevalece uma lógica de concorrência, inclusive na abordagem da diversidade, minando a solidariedade.

A discussão avança para a importância de se comunicar e se expressar de múltiplas formas, visando conectar-se e compreender as várias camadas da realidade social. Salienta-se a necessidade de construção coletiva, permitindo erros e aprendizados como parte do processo evolutivo da sociedade. O diálogo enfatiza a importância de reconhecer a humanidade em suas múltiplas facetas, inclusive aquelas que representam o pior do ser humano, como o fascismo e o colonialismo,

enfatizando a importância da solidariedade, do amor e da união como expressões igualmente humanas (Almeida, 2019).

A narrativa aponta para a urgência de mudar a percepção sobre a normalização da violência e a cultura de morte, destacando a necessidade de reconhecer a importância de cada vida, incluindo as de minorias sociais e grupos marginalizados. Aborda-se a ideia de que as crises institucionais e os desafios contemporâneos são reflexos de uma cultura pré-existente de ódio e violência, que encontrou espaço para se manifestar politicamente.

O livro "Racismo Estrutural" aponta também para a solidariedade como valor fundamental para a reconstrução de um projeto político e social inclusivo, que visa a construção de um futuro melhor para as próximas gerações, baseado no desejo de transformação coletiva e na importância de sonhar com um mundo mais justo e solidário (Almeida, 2019).

INCIDÊNCIAS E DESAFIOS DO RACISMO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Um incidente ocorrido em Porto Alegre no dia 17 de fevereiro envolveu duas pessoas em uma discussão numa calçada, resultando em Everton Henrique Goandete da Silva, um motoboy de 40 anos, sendo ferido de raspão no pescoço por um homem branco de 72 anos, identificado como Sérgio. Ao chegar ao local, a polícia deteve Everton, alegando agressividade por sua parte, e o acusou de desacato, levantando suspeitas de motivação racista no tratamento policial. O incidente levanta questões sobre o racismo estrutural e o papel da polícia quando o agredido é tratado como agressor (Wandermurem, 2024).

Destaca-se a rápida inversão de papéis que colocou Everton como o agressor na situação. Este caso ilustra a tendência de suspeição sobre pessoas negras por parte das autoridades policiais, mesmo quando há evidências claras de que são vítimas, conforme (Wandermurem, 2024).

Casos semelhantes, mostram a perpetuação do racismo no Brasil, que muitas vezes é sutil e institucionalizado, afetando negativamente a vida de pessoas negras no cotidiano. A formação policial é apontada como um aspecto crucial a ser revisado, incluindo a incorporação de cursos de conscientização racial, mas também a necessidade de uma discussão mais ampla sobre as práticas e técnicas policiais (Campos, 2017).

A estrutura das corporações policiais, onde a base é majoritariamente negra e o comando predominantemente branco, reflete as disparidades raciais presentes na sociedade brasileira e nas instituições. A revisão dessas estruturas e a implementação de políticas eficazes de combate ao racismo são essenciais para mudar o cenário atual e promover uma sociedade mais justa e igualitária (Campos, 2017).

A pesquisa intitulada “Percepções sobre o Racismo no Brasil”, realizada pelo Peregum – Instituto de Referência Negra e pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista), indica que 81% da população brasileira reconhece o racismo no país, embora apenas 11% afirmem ter atitudes racistas (Rio Grande do Norte, 2023).

Juntamente, é importante reconhecer o racismo como um problema estrutural e a necessidade de políticas educacionais antirracistas nas escolas. Segundo as pesquisas acima mencionadas, há em geral a percepção do racismo como uma questão estrutural, sugerindo um avanço na consciência coletiva sobre a desigualdade racial no Brasil. No entanto, persiste um paradoxo: muitos reconhecem o racismo, mas poucos admitem comportamentos racistas, indicando uma visão limitada do racismo como atos individuais de discriminação (Nunes; Silva; Rocha, 2018).

A implementação da Lei 10.639/03, que exige o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, é discutida como fundamental para combater o racismo estrutural através da educação. Apesar dos avanços legais, a aplicação efetiva dessa lei nas escolas é lenta, refletindo a necessidade de maior apoio institucional e recursos financeiros para programas educacionais antirracistas. A educação é apontada como o caminho mais seguro e eficaz para promover uma sociedade mais justa e igualitária, destacando-se a responsabilidade do estado em garantir o direito à educação de qualidade para todos, independente de raça ou etnia (Nunes; Silva; Rocha, 2018).

ENTRE A DEMOCRACIA RACIAL E A REALIDADE DO RACISMO

É notável como, apesar da prevalência de ideias racistas, o Brasil desenvolveu uma autoimagem contraditória, apresentando-se como um paraíso racial, uma nação sem conflitos raciais significativos, diferenciando-se, assim, dos Estados Unidos, que eram vistos como o ápice da intolerância racial. Esta concepção foi amplamente baseada na comparação com as práticas raciais nos Estados Unidos, especialmente após a Guerra Civil e a implementação de leis segregacionistas (Batista, 2016).

Embora no Brasil não existisse segregação racial institucionalizada por leis, a discriminação racial se manifestava na sociedade através de práticas cotidianas de segregação, evidenciada na existência de espaços sociais separados para negros e brancos, como clubes e festas, além de práticas discriminatórias em estabelecimentos públicos e privados. Tal segregação, embora não formalizada por leis, era tão impactante quanto as práticas legais de segregação racial encontradas em outros países (Batista, 2016).

Este autoconceito de uma nação racialmente harmoniosa, contrastando com a realidade de discriminação racial, está enraizado na identidade nacional brasileira, impulsionado pela idealização da democracia racial. Este mito foi fortalecido pela obra de Gilberto Freyre, que, ao

estudar nos Estados Unidos sob a tutela de Franz Boas, adotou uma visão de que a miscigenação no Brasil havia criado uma harmonia racial única, diferenciando-se das tensões raciais observadas nos EUA. As ideias de Freyre foram amplamente divulgadas e adotadas, tornando-se parte do senso comum nacional, embora estudos subsequentes, incluindo aqueles patrocinados pela UNESCO na década de 1950, revelassem problemas raciais significativos na sociedade brasileira, desafiando a noção de uma harmonia racial plena (Maio, 1999).

A análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos revela que, embora as manifestações de racismo e discriminação possam diferir entre os dois países, ambos compartilham histórias de racismo e exclusão racial. Estudos indicam que as diferenças são mais uma questão de grau do que de essência, com ambas as sociedades enfrentando desafios significativos na superação do racismo. A idealização de uma sociedade brasileira livre de conflitos raciais serve, paradoxalmente, como um obstáculo ao reconhecimento e à resolução de questões raciais profundamente enraizadas, perpetuando a discriminação e a desigualdade racial sob o véu de uma suposta democracia racial (Almeida, 2009).

Durante o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, destacado pelo boicote aos ônibus de Montgomery e pela proeminência de Martin Luther King, conforme (Jackson, 2007), o Brasil vivenciava práticas discriminatórias semelhantes, reforçadas por costumes sociais. Em 1951, o Brasil implementou sua primeira legislação contra a discriminação racial, lei Afonso Arinos, que, embora inovadora, apresentava contradições que limitavam sua aplicabilidade prática. A lei surgiu como resposta a um incidente de discriminação contra a dançarina e coreógrafa afro-americana Katherine Dunham em São Paulo, um caso que ganhou notoriedade devido ao seu contexto internacional (Westin, 2020).

A década de 1960 no Brasil não viu avanços significativos na discussão racial, restrita a círculos acadêmicos e reprimida pelo regime militar instaurado em 1964. Contudo, a década seguinte marcou uma mudança, com o surgimento do movimento negro contemporâneo e a influência dos movimentos de descolonização africana e dos direitos civis nos EUA (Ferreira, 2010).

Este período foi caracterizado pela expansão de novas organizações negras em várias cidades brasileiras, apesar das limitações de comunicação da época. A influência americana, além de política, manifestou-se na cultura, por meio do cinema, da música e dos bailes black, contribuindo para uma nova percepção da identidade negra no Brasil. Essa influência também permeou a academia e a política, levando à criação de conselhos do negro e à adoção de políticas afirmativas nas décadas subsequentes.

A partir do final do século XX e início do XXI, observou-se uma crescente aceitação e implementação de políticas afirmativas no Brasil, contrastando com um movimento de recuo nos Estados Unidos em relação aos direitos civis e às políticas de ação afirmativa. O reconhecimento oficial do racismo pelo governo brasileiro e a adoção de leis como a 10.639, que exige o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, são indicativos de um período promissor para o enfrentamento das questões raciais no Brasil (Nunes; Silva; Rocha, 2018).

Este cenário sugere uma maior conscientização e combate ao racismo, enquanto os Estados Unidos experienciam uma "brasilianização", conforme Lage (2024), com o racismo tornando-se mais sutil e disseminado, especialmente diante do aumento da população latina. A situação atual desafia ambos os países a reconhecerem e enfrentarem suas questões raciais, oferecendo uma oportunidade para avançar na construção de sociedades mais inclusivas e justas.

A discussão se estende ao papel dos brancos na luta contra o racismo, enfatizando a importância de sua participação ativa na sensibilização e combate ao preconceito racial dentro de suas próprias comunidades e círculos sociais. Tal envolvimento é considerado fundamental para o avanço na luta contra o racismo.

Outro ponto abordado é a percepção internacional do Brasil, com relatos de experiências pessoais de brasileiros no exterior que questionam a diversidade racial brasileira. Discute-se como a imagem do Brasil projetada ao mundo, e como a realidade interna do país, são percebidas por estrangeiros, destacando a complexidade da identidade nacional brasileira e a influência da mídia e da publicidade na construção dessa imagem.

Por fim, questiona-se a percepção do racismo no Brasil, com menção a pesquisas que revelam uma discrepância entre o reconhecimento do racismo na sociedade e a autoavaliação dos indivíduos como não racistas. Discute-se a dificuldade em reconhecer atitudes racistas em si mesmo e a importância de enfrentar essas questões abertamente para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Nos EUA, há uma aparente igualdade socioeconômica entre negros e brancos que não necessariamente se traduz em convivência harmoniosa. No Brasil, a convivência entre raças ocorre dentro de uma estrutura hierárquica marcada pelo racismo naturalizado, muitas vezes inconsciente.

A representação da mulher negra nas novelas brasileiras é discutida, citando a novela "Da Cor do Pecado" como um exemplo de estereotipação e objetificação. As novelas, especialmente as que retratam a favela, são criticadas por perpetuar estereótipos negativos e reforçar desigualdades sociais (Fulgêncio, 2017).

Legalmente, o Brasil já possui leis contra a discriminação racial, mas enfrenta desafios na implementação e cumprimento dessas leis. A educação surge como um meio fundamental para promover a conscientização e o respeito às diferenças raciais, destacando a importância da lei 10.639 que inclui o estudo da história e cultura africana nos currículos escolares. A efetiva implementação dessa lei é vista como um passo crucial para combater o racismo e promover uma sociedade mais igualitária (Nunes; Silva; Rocha, 2018).

Discute-se a necessidade de ações mais criativas além das cotas raciais para enfrentar o racismo no mercado de trabalho e na sociedade em geral, enfatizando a importância de cumprir e aperfeiçoar a legislação existente para garantir igualdade de oportunidades a todos, independentemente da cor da pele.

Na discussão sobre a legislação relativa à discriminação racial no Brasil, incluindo a lei 10.639, observa-se uma vasta legislação derivada da luta dos movimentos sociais. (Nunes; Silva; Rocha, 2018). Além disso, há uma preparação inadequada de educadores para abordar a matéria em sala de aula e uma falta de treinamento adequado entre os policiais, refletindo-se em taxas de genocídio desproporcionalmente altas na comunidade negra. Discute-se se a raiz do problema seria a falta de vontade política para implementar as conquistas já realizadas (Campos, 2017).

Na área da segurança, o genocídio mostra que o assassinato de indivíduos da comunidade negra é substancialmente maior em comparação aos brancos, questionando-se sobre a precisão dessa percepção e a necessidade de vontade política para a efetivação das conquistas. A influência da eugenia na história brasileira é abordada, com referência à abolição da escravidão e às políticas que favoreceram imigrantes estrangeiros em detrimento dos negros libertos. Questiona-se a persistência da ideologia eugênica e a necessidade de medidas políticas robustas para a efetiva implementação da lei 10.639, destacando-se a importância da força política na luta por direitos e representação.

O preconceito no contexto religioso, especialmente contra religiões de origem africana, é examinado no cenário atual de crescimento do neopentecostalismo. A tensão entre a tolerância religiosa histórica e o aumento da intolerância motivado por novos movimentos religiosos destaca a complexidade do problema e a necessidade de fortalecer movimentos contra a intolerância (Silva, 2007).

Paralelamente, aborda-se o impacto da discriminação racial e religiosa no Brasil, reconhecendo-se a necessidade de abordagens mais inclusivas e tolerantes para avançar na superação de preconceitos e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A discussão sobre diversidade aponta para a existência de um ideal comum entre diferentes movimentos sociais, destacando que atitudes racistas, homofóbicas e machistas frequentemente se

originam das mesmas fontes de preconceito. A sociedade ideal é vista como aquela que permite a convivência harmônica das diferenças, promovendo respeito mútuo e liberdade individual. A união contra o preconceito e a discriminação é enfatizada como crucial para combater as estruturas opressoras que buscam manter certos grupos no topo da hierarquia social (Almeida, 2009).

No que diz respeito à violência e ao feminicídio, especialmente contra mulheres negras, há uma ênfase na necessidade de maior conscientização e ação contra essas práticas. As mulheres negras, sendo as mais afetadas, são encorajadas a denunciar e organizar-se contra tais violências. A primeira marcha nacional de mulheres negras no Brasil é vista como uma oportunidade significativa para chamar atenção para essas questões e pressionar por mudanças políticas e sociais. A relação entre racismo, sexismo e capitalismo é abordada, ressaltando como esses sistemas de dominação se entrelaçam para perpetuar desigualdades e discriminação (Almeida, 2009).

A questão das cotas universitárias é debatida, destacando a necessidade de proporcionar igualdade de oportunidades educacionais como um passo crucial na luta contra o racismo. As cotas são defendidas como uma medida necessária para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos marginalizados.

Também é importante ressaltar a importância de reconhecer e responsabilizar as estruturas e indivíduos que perpetuaram a escravidão e o racismo, bem como a necessidade de superar a invisibilidade do racismo na sociedade brasileira. A valorização da dignidade humana e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária são apresentadas como metas finais desses esforços (Almeida, 2009).

A discussão sobre políticas afirmativas e a crítica à meritocracia são enfatizadas como centrais no debate sobre igualdade de oportunidades. Argumenta-se que a meritocracia, muitas vezes, não considera as vantagens socioeconômicas iniciais de alguns indivíduos sobre outros. Exemplifica-se que o investimento dos pais na educação dos filhos cria desigualdades que não podem ser justificadas apenas pelo mérito individual. Assim, as políticas de cotas e outras formas de ação afirmativa são defendidas como mecanismos necessários para nivelar o campo de atuação e oferecer oportunidades justas para todos (Almeida, 2009).

A questão da Comissão da Verdade sobre a escravidão é abordada, levantando-se preocupações sobre a complexidade de atribuir responsabilidades por práticas que, na época, não eram consideradas criminosas segundo os padrões atuais. Reconhece-se que a escravidão envolveu uma série de atores, inclusive dentro do continente africano, antes da chegada dos europeus. Destaca-se a importância de um exame cuidadoso da história para compreender plenamente suas nuances (OAB-SP, 2024).

A percepção de uma elite branca sentindo seus privilégios ameaçados é discutida em relação às manifestações políticas e sociais no Brasil. Argumenta-se que existe uma resistência significativa às mudanças sociais e às políticas que buscam promover a igualdade racial e socioeconômica. O preconceito racial na educação e seu impacto em crianças é um ponto crítico. Enfatiza-se a importância de fortalecer a autoestima das crianças negras, preparando-as para enfrentar situações de discriminação. Destaca-se a necessidade de famílias e educadores discutirem abertamente sobre racismo e fornecerem recursos que celebrem a herança e as contribuições africanas e afro-brasileiras, contrabalanceando as narrativas negativas (Almeida, 2009).

Por fim, enfatiza-se a necessidade de ações coletivas e o fortalecimento das políticas afirmativas como caminho para uma sociedade mais justa, onde a igualdade de oportunidades possa ser uma realidade para todos, independentemente de sua cor, gênero ou origem socioeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da evolução dos direitos humanos, observada através de marcos legislativos significativos ao longo da história, até os desafios atuais enfrentados em diversas esferas sociais, o trabalho destaca a persistência do racismo e a importância da solidariedade, educação e políticas públicas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A contribuição de pensadores como John Locke e a influência de movimentos sociais históricos na formação da consciência sobre liberdade e direitos fundamentais são ressaltados como fundamentais para o entendimento atual da liberdade humana e da necessidade de proteção dos direitos individuais. Essa base filosófica e histórica serve como pano de fundo para a discussão sobre a complexidade das crises contemporâneas, que, como salientado por Silvio Almeida, transcendem o âmbito econômico e se inserem também nas dimensões social, política e moral.

O papel da educação emerge como um dos pilares essenciais na luta contra o racismo, evidenciado pela importância da implementação de leis como a Lei 10.639/03, que visa a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. A educação é apontada como um meio fundamental para desfazer preconceitos, promover a inclusão e construir uma consciência coletiva sobre a igualdade racial.

A análise comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos, bem como a discussão sobre a influência da internet e dos movimentos sociais na percepção e no combate ao racismo, revelam as complexidades e as nuances da questão racial. O artigo sublinha a necessidade de um engajamento ativo de todos os setores da sociedade, incluindo a participação de brancos na luta contra o racismo, para promover uma mudança significativa nas atitudes e nas estruturas que perpetuam a desigualdade racial.

Em conclusão, este estudo oferece uma visão holística sobre as questões raciais, enfatizando a urgência de ações conjuntas, políticas públicas efetivas e a promoção da empatia e do entendimento mútuo. O trabalho encoraja um olhar crítico sobre o passado e o presente, com o intuito de pavimentar um futuro em que a dignidade humana e a igualdade de oportunidades sejam acessíveis a todos, desmantelando as barreiras do racismo e da discriminação.

Esta análise não apenas contribui significativamente para o debate acadêmico sobre raça e direitos humanos, mas também serve como um chamado à ação para a sociedade em geral, reiterando a importância de sonhar e trabalhar por um mundo mais justo e solidário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

BATISTA, José Carlos. **As políticas de igualdade racial nos Estados Unidos e no Brasil:** Constituição, diferenças e similaridades. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith. **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL**. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.. Acesso em: 23 mar. 2024.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 32.95, 2017.

FULGÊNCIO, Caio Nélio de Freitas. Da cor do pecado: uma análise sobre a construção da identidade negra na telenovela da Rede Globo. **Revista Tropos**, v. 6, n. 2, Dez. 2017. ISSN: 2358-212X.

GAUDIO, Eduarda Souza. Resenha do livro "O que é racismo estrutural?" de Silvio Almeida. **Revista Humanidades e Inovação** v.6, n. 4 – 2019.

FERREIRA, Roquinaldo. A institucionalização dos estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 73–90, jun. 2010.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JACKSON, Thomas F. From Civil Rights to Human Rights: Martin Luther King, Jr., And the Struggle for Economic Justice. Philadelphia, PA**: University of Pennsylvania Press**, 2007.

LAGE, Victor Coutinho. “Brasilianização do Mundo”, por espectros e espelhos. **Insight Inteligência**, 2024. Disponível em: https://inteligencia.insightnet.com.br/brasilianizacao-do-mundo-por-espectros-e-espelhos/. Acesso em: 20 mar. 2024.
MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 111–136, maio 1999.

NUNES, Antonio de Assis Cruz; SILVA, Andréa Luisa Frazão; ROCHA, Luís Félix de Barros Vieira. A Lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva da Interculturalidade. **Dialogia**, São Paulo, n. 29, p. 95-110, mai./ago. 2018.

OAB-SP. **Verdade sobre a escravidão negra no Brasil.** 2024. Disponível em: https://www.oabsp.org.br/comissoes2010/verdade-escravidao-negra#:~:text=Objetivos%3A%20A%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade,de%20repara%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra. Acesso em: 24 mar. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO (TRT-RN). **Data combate a naturalização do racismo para enfrentar exclusão e violências contra a população negra**. 2023. Disponível em: https://www.trt21.jus.br/noticias/noticia/data-combate-naturalizacao-do-racismo-para-enfrentar-exclusao-e-violencias-contra. Acesso em: 24 mar. 2024.

SILVA, V. G. DA .. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 13, n. 1, p. 207–236, abr. 2007.

WESTIN, Ricardo. **Brasil criou 1ª lei antirracismo após hotel em SP negar hospedagem a dançarina negra americana.** Senado Federal, 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/brasil-criou-1a-lei-antirracismo-apos-hotel-em-sp-negar-hospedagem-a-dancarina-negra-americana#:~:text=dan%C3%A7arina%20negra%20americana-,Brasil%20criou%201a%20lei%20antirracismo%20ap%C3%B3s%20hotel%20em,hospedagem%20a%20dan%C3%A7arina%20negra%20americana&text=Involuntariamente%2C%20em%2011%20julho%20de,rumos%20da%20hist%C3%B3ria%20do%20pa%C3%ADs.. Acesso em: 19 mar. 2024.

WANDERMUREM, Isabella**. Entenda o caso do motoboy negro esfaqueado em Porto Alegre.** Portal Terra, 2024. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/entenda-o-caso-do-motoboy-negro-esfaqueado-em-portoalegre,4cde45767d46b7d0f1b0ae65407a2136j1cujcub.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 23 mar. 2024.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

ASSOCIATIVISMO NEGRO E PRÁTICAS CULTURAIS: AÇÕES COLETIVAS NO RECONHECIMENTO DO QUILOMBO URBANO LIBERDADE/MA

Ana Talycia Marques Vale[1] (UFMA)
Karina Almeida de Sousa[2] (UFMA)

Resumo: O trabalho apresentado analisou o fenômeno das práticas culturais no quilombo urbano Liberdade para a compreensão do reconhecimento do território que ocorreu em 2019, como o primeiro quilombo urbano do Maranhão e maior da América Latina. Buscou investigar como as articulações das narrativas ocorrem no sentido de revelar como os diferentes contornos de associações fazem parte da memória cultural do bairro da Liberdade na construção da identidade quilombola no urbano, no qual vem sendo construída por diferentes grupos com diferentes formas de contribuição. Esta pesquisa busca examinar como as formas de associativismo negro ocorrem também através da agência das mulheres negras na preservação e dinamização de uma memória que traz elementos da experiência negra, e que se instrumentaliza através de eixos agenciadores. A pesquisa se dá pela vertente de pensamento da teoria social crítica, os dados da pesquisa foram levantados por meio de entrevistas, onde dialogicamente através da oralidade examinamos o aspecto da memória coletiva e individual dos moradores, realizamos observações e registros bem como a análise das imagens das manifestações culturais presentes no bairro, onde nesta perspectiva tenciona outras formas metodológicas de observação no campo das ciências humanas e sociais. Mediante a pesquisa, foi possível perceber que as novas formas de associativismo negro estão alinhadas a concepção de auto definição de Patrícia Hill Collins quanto ao ser quilombola no espaço urbano, bem como outras maneiras de reconhecimento, tanto em seu aspecto territorial, quanto documental do espaço.

Palavras-Chave: Quilombo Liberdade; Associativismo; Manifestações Culturais

INTRODUÇÃO

As tensões relacionadas à titulação das comunidades quilombolas no Brasil mobilizam discussões para além dos conflitos territoriais, estas estão atrelados aos processos de identificação e pertencimento. Desta forma, abordaremos os processos mobilizados para o reconhecimento do Quilombo Urbano Liberdade, situado no município de São Luís do Maranhão. O quilombo Liberdade foi o primeiro quilombo urbano reconhecido pela Fundação Palmares no estado do Maranhão no ano de 2019 e é composto por quatro bairros, são eles; Liberdade, Camboa, Fé em Deus e Diamante.

Interessa-nos entender como a conjuntura do associativismo negro atua nas mais variadas manifestações (sejam elas artísticas, culturais e religiosas) a partir da agência política frente ao cenário de negação histórica de direitos fundamentais às populações quilombolas. Pretende-se

[1] Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão e Graduada em Estudos Africano e Afro Brasileiros pela mesma Universidade. Email:ana.talycia@discente.ufma.br

[2] Professora da Universidade Federal do Maranhão e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Email:ka.sousa@ufma.br

contextualizar a construção das formas de resistências presentes no Quilombo Liberdade, situado na área central da cidade de São Luís-MA. Observando o processo de identificação e reconhecimento do lugar por seus agentes atrelada a concepção latente da reinvenção do ser quilombola no espaço urbano. Desta maneira abordaremos como as organizações presentes no espaço atuam como um espírito *associativo do negro brasileiro* segundo Artur Ramos (1938) e Clóvis Moura (1983).

> O negro brasileiro foi sempre um organizador. Durante o período que perdurou o regime escravista, e, posteriormente, quando se iniciou após a abolição o seu processo de marginalização, ele se manteve organizado, com organizações frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes: quilombos, confrarias religiosas, irmandades, cantos na Bahia, grupos religiosos como o candomblé, terreiros de xangô e mesmo de umbanda, mais recentemente. (MOURA 1983, p.143)

O Art. 68/ADCT/CF de 1988 diz que "aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos" (BRASIL, Art.68/ 1988). Contudo somente em 2003 o Decreto 4.887 de 20/11/2003 foi publicado. Esse documento veio para regulamentar a forma de titulação das terras quilombolas no Brasil. Mesmo com este dispositivo a luta pela terra tem configurações de violência no Brasil devido aos processos em torno da apropriação desses territórios ainda serem complexos e lentos.

Nesse sentido, o primeiro censo quilombola foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 e demonstrou que o Maranhão possui a 2ª maior população de quilombolas no Brasil, resultados baseados pela autodeclaração. Quase 72% estão na região Nordeste, constatados nas estatísticas. A cidade de Alcântara, por exemplo, possui em seu quantitativo populacional 85,4% de quilombolas e isto caracteriza-se por um dado expressivo. O primeiro censo quilombola surge como uma importante ferramenta para a implantação de políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas em diversos lugares do Brasil.

Vale destacar que a realização deste censo configura uma importante reivindicação das populações quilombolas. Isso porque nos últimos anos, a deficiência do aparato estatal para com essas comunidades foi manifestada através da ineficiência das entidades que deveriam garantir seus direitos. Um outro fator a se apresentar é a necessidade de destacar os processos conflitivos no reconhecimento, uma vez que esta regulação fundiária é direcionada pelo Incra e a Fundação Palmares, órgãos governamentais dissociados entre si.

A Fundação Palmares tem o papel de reconhecimento cultural ligado ao Ministério da Cultura, e a partir disso a comunidade Quilombola frente a criação de uma associação, pode possuir o direito de pleitear o título da terra junto ao Incra. Este título destina-se, portanto, à associação criada, e não pode ser dado individualmente, mas sim a todos os quilombolas reconhecidos ali. No caso do Quilombo Liberdade, já reconhecido em 2019 pela Fundação Palmares como o primeiro

quilombo urbano do Maranhão e maior da América Latina, ainda não teve seu território demarcado, isso ocorre, pois, este processo é muito lento.

Assegurar este direito hoje no Brasil, representa uma difícil tarefa a ser encarada pelas populações quilombolas, pois segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) há pelo menos 1.802 processos abertos, o que indica a existência de comunidades certificadas pela Fundação Palmares, porém sem titulação e demarcação.

Isso nos mostra que o processo de titulação da terra pertencente aos Quilombos no Brasil é mínimo e representa um grande sofrimento para aqueles que lutam por seu território. Os problemas não se limitam apenas aos aspectos de regularização das terras, englobam também direitos fundamentais, como saúde, educação, saneamento básico e etc. Dessa maneira, o acesso a políticas públicas torna-se ainda mais fragilizado. O Censo 2022 possibilitará o acesso a esses e outros direitos, uma vez que se pode dimensionar as populações quilombolas em cada parte do país, na elaboração e levantamento de serviços especializados para cada região.

Assim, a questão de diferenciação entre 'quilombos urbanos' provoca um caráter distintivo na declaração de admissão dos territórios, dada a dificuldade de seus direitos serem reconhecidos, visto o deslocamento da categoria com relação ao senso comum, como sinônimo de rural. A respeito disto, Arruti complementa

> Os chamados 'quilombos urbanos' constituem um fenômeno relativamente deslocado com relação ao sentido que foi sendo consolidado pelos debates relativos à sua aplicabilidade, iniciados em 1992, e cuja normatização se deu em 2003. Com o decreto presidencial 4788/2003 a regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos foi deslocada da Fundação Cultural Palmares para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária, reforçando uma leitura menos cultural e urbana e mais ambiental e ligada aos territórios rurais. Na verdade, a existência de 'quilombos urbanos' implica em um debate silencioso dentro do próprio "movimento quilombola", sobre os limites e a conveniência do deslocamento da categoria com relação ao uso centrado na ideia de "terras de uso comum" (ARRUTI, 2014, p.5-6).

Os quilombos urbanos se caracterizam por uma categoria nova, bem como seus processos de identificação, que se distinguem entre si, por isso o Quilombo Liberdade se constitui frente a resistência da juventude no bairro, ou seja, ao "elaborar esquemas interpretativos que possibilita aos participantes de uma ação social não somente estabelecer uma definição da situação como também alinhar-se de acordo com o status de participação" (ARRUTI, 2014, p.15). Podemos citar o caso do hip hop, movimento artístico composto pelo break, rap, grafite. Elaborado como um instrumento de criticidade o Hip Hop, como forma de resistência leva a uma politização, no sentido de denunciar e provocar reflexões sobre os problemas da comunidade, por parte de seus integrantes.

A arte utilizada pelo movimento passa a ser empregada na luta por melhores condições de vida das pessoas que sofrem com a opressão e discriminação, e isso é observado nas letras das músicas dos raps, nas pinturas grafitadas, assim como nas demais expressões do movimento hip hop, observado nas comunidades e periferias das cidades.

> O mesmo problema do status desfrutado pelas fronteiras nacionais na elaboração da história cultural é evidente em debates recentes sobre a cultura hip-hop, o poderoso meio expressivo dos negros urbanos pobres da América, que criaram um movimento jovem global de considerável importância (GILROY 2001, p.89).

Os quilombos urbanos assim como os quilombos rurais, se configuram como espaços organizacionais que possuem um caráter dinâmico às leis sociais, ao se desenvolver internamente os indivíduos se mobilizam. Segundo SANTOS (2014), a constituição do Quilombo Urbano se apropria do Hip Hop como "instrumento de mobilização", assim podemos perceber que como o hip hop, o bloco afro, o bumba-meu-boi, o reggae, são elementos constitutivos de mobilização na constituição de identidade e territorialidades, que se estabelece frente a essas práticas. Diferentemente da noção dos usos de terras como se dá nos quilombos rurais, o quilombo urbano se baseia na constituição de discursos pautados na afirmação étnica, isto é observado na manutenção dos bens imateriais.

Nesse sentido o surgimento do bairro Liberdade está associado a três fenômenos segundo ASSUNÇÃO (2017) a criação do matadouro modelo ou "campina do matadouro" em 1918 por se situar às margens do Rio Anil, como observado no mapa, no qual desempenhava-se várias funções desde o abate até recepção de mercadorias de outros pontos da cidade e até mesmo de outros estados.

Outro motivo foi a construção do Centro de lançamento em Alcântara, em 1986, onde grande parte da população migrou para o bairro Liberdade com vistas à desapropriação do território. Mais um fator foi a construção do terminal portuário de Ponta da Madeira, em São Luís, impulsionado pelo Programa Grande Carajás através do governo Federal que estimulou muitas obras de infraestrutura que ocorreram entre as décadas de 1960 e 1970 no Maranhão.

> Mais um acontecimento que marca também o surgimento destes bairros é a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), o que impulsionou os deslocamentos de alguns interlocutores dessa pesquisa para a capital maranhense. De acordo com Araújo; Martins; Gaioso (2009, p. 12): "a implantação do CLA acontece em 1983 e implicou na desapropriação de 62% do referido município e afetou aproximadamente três mil famílias constituídas de pescadores, extrativistas, agricultores, pequenos comerciantes e artesãos". (ASSUNÇÃO, 2017, p.36)

Ademais um elemento importante observado por ASSUNÇÃO (2017) é o de refutar o surgimento do bairro ao sítio Itamacacá ou Tamacacá, de propriedade de Ana Joaquina Jansen Pereira, uma vez que para seus entrevistados "seus espaços de trabalho (fábrica, matadouro, porto ou,

o mais recente, o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA) adquiriram maior relevância para situar os processos de organização do bairro que guarda a história da Baronesa de Jansen e seus domínios, exercícios de poder e práticas de violência".(ASSUNÇÃO, 2017, p.26). Isto corrobora com a ideia da memória coletiva dos moradores que entra em confronto com a história oficial veiculada na cidade de São Luís na época. A memória coletiva, segundo Maurice Halbwachs (1990), pode ser entendida pelo grupamento da memória individual, onde se pode selecionar circunstâncias do tempo passado ou datas que somente tem sentido em relação ao grupo pertencente, isto ocorre pois:

> Por história, é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto. Recriminarão se nos despojarmos desta forma de memória coletiva que seria a história de caráter impessoal, desta precisão abstrata e desta relativa simplicidade que dela fazem precisamente um quadro sobre o qual nossa memória individual poderia se apoiar. (...) É nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ele tem tudo o que é preciso para construir um quadro vivo e natural em que o pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado (HALBWACHS, 1990, p. 60-71).

Isso porque ao entendermos as formas de associativismo negro assimilamos que esta articulação esta ligada a uma estratégia de sobrevivência em face a "um estigma que a sociedade lhe impôs, ao invés de procurarem fugir a essa marca, transformá-la em herança positiva e organiza-se através de um *ethos* criado a partir da tomada de consciência da diferença das camadas privilegiadas em uma sociedade etnicamente diferenciada estabeleceram". (MOURA, 1983, p.144). Por isso, nosso objetivo se dá em observar como as formas associativistas ocorrem por meio das manifestações culturais no Quilombo Liberdade e se apoiam na perspectiva da memória coletiva.

Para tanto, faz-se necessário entendermos os processos culturais ocorridos no antigo bairro Liberdade e agora reconhecido Quilombo Urbano Liberdade, este fundamento como princípio entrecruzado com a historicidade do lugar, permite-nos através do entendimento do passado compreendermos os caminhos do presente.

Os eixos agenciadores na composição de uma identidade político cultural

Para entendermos os processos de articulação étnica que ocorreram no bairro Liberdade, elucidamos esse processo a partir de cinco quatro eixos agenciadores. Esse diálogo nos fornece uma tipologia de agência, a partir de elementos que se articulam com a importância que os grupos desempenham na preservação e dinamização de uma memória que traz elementos da experiência negra, e que se instrumentaliza através de eixos agenciadores.

O primeiro eixo é o Boi da Liberdade ou mais popularmente conhecido Boi de Leonardo, de sotaque de zabumba, um dos bois mais antigos e tradicionais de São Luís. O Boi de Leonardo tem

suas raízes na Baixada Maranhense, isso porque os sotaques são determinados pelas suas regiões de origens segundo (SILVEIRA, 2013, p.35)

O Bumba Meu Boi é uma das festividades mais tradicionais do estado do Maranhão e dentre os principais sotaques estão: os sotaques de matraca, zabumba, da baixada, costa-de-mão e sotaque de orquestra e como descrito acima, cada um desses sotaques, compassos e toques diferenciados sofrem influências de dada região do Maranhão, desta maneira o boi sotaque de Zabumba em questão ou de Guimarães "tem sua origem em raízes africanas, uma vez que que os elementos e rituais de matriz africana estão presentes nos ritmos, nas vestimentas, nos instrumentos"(SILVEIRA, X 2013.)

Desde 2018 o Boi de Leonardo faz parte do Complexo Cultural Bumba Meu Boi. O Boi foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, pelo Instituto do Patrimônio Humanístico Artístico Nacional- IPHAN. O IPHAN solicitou junto à Unesco a titulação do Complexo Cultural como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Desta maneira é importante pensar quais fatores fazem com que grupos de bois se apresentarem até hoje. Um dos aspectos ocorre em virtude da tradicionalidade, baseado principalmente pela religiosidade, assim como as festas religiosas praticadas no bairro se dão pela periodicidade e logo tradicionalidade, as festas culturais tais como o Bumba meu boi, ocorrem de maneira parecida.

A sede Afros Netos de Nanã é o segundo eixo agenciador em nossa análise e foi fundada em 1990 no município de Ribamar, logo em seguida se instalou no bairro da Liberdade. A casa pertencia aos pais de Álvaro José, avós de Letícia. O Bloco também se relaciona com as práticas sociais, na promoção de oficinas de percussão e de danças de matriz africana. O bloco ainda tem ligação com a dança cacuriá, uma vez que tem relação também com a festa do Divino. Algo em comum foi percebido nas duas casas culturais, foi o fato de que as mulheres são protagonistas das manifestações culturais, atuando como um eixo agenciador. Tanto Regina, filha do mestre Leonardo, quanto Letícia, filha de Álvaro José, fundador do bloco afro Netos de Nanã, assumiram os legados perpetrados por seus pais, seus ancestrais.

Tanto Regina, filha do mestre Leonardo, quanto Letícia, filha de Álvaro José, fundador do bloco afro Netos de Nanã, assumiram os legados perpetrados por seus pais, seus ancestrais. Esse elemento nos fornecem uma análise para pensar até que ponto as práticas políticas culturais desenvolvidas na Liberdade, estão interseccionadas por raça, gênero e classe na constituição dos espaços de referência.

Isso porque o terceiro eixo presente no Quilombo Liberdade teve seu início na década de 1990 e formou-se a partir de uma organização de mulheres negras. O grupo Preta Anastácia surgiu a partir da articulação do movimento negro no Quilombo Liberdade. Segundo Durans, o movimento negro

atuou “fazendo com que este movimento trouxesse o mérito de ser o primeiro movimento hip-hop do Brasil a ter em sua estrutura interna um núcleo de mulheres (2014, p.76). Posteriormente, em 1997, o Núcleo de Mulheres Preta Anastácia caracterizou-se por uma atuação de mulheres que “cantam rap, que dançam break e que fazem grafite” (DURANS, 2014, p.76). A breve duração o grupo deu-se em razão de gestações precoces das participantes.

> Durante os anos de 1996 e 1997 houve uma desarticulação do grupo, principalmente, em função da gravidez precoce de algumas de suas integrantes. Atualmente reconhecem que estão mais “maduras” e procuram passar suas experiências para as militantes mais jovens que estão entrando no movimento (DIAS, 2002, p. 97).

A importância do estudo desse grupo se dá pelo pioneirismo da atuação de jovens mulheres que por intermédio do hip hop expressam a ideia de autodefinição através das letras escritas por estas. Ao resgatarem a memória de suas ancestrais elas também se resgatam a si próprias, ou seja, essa positivação suscita um elemento importante da construção identitária no bairro Liberdade. Tal dinâmica possibilita-nos entender analiticamente como a agência cultural interliga-se a uma dimensão política através de uma *identidade negra mobilizadora* segundo (MUNANGA, 2000, p. 32-33). Isto é, esta renovação se dá pelo tensionamento que parte de um feminismo negro construido no território. Renovado por coletivos e mobilizados pelos status de *outsider within* ao qual caracteriza Patrícia Hill Collins, apontado pelas mulheres na Liberdade.

A mobilização pelo reconhecimento do bairro relaciona-se diretamente com o aspecto de reivindicação e participação feminina, por isso o penúltimo eixo apresentado é o Coletivo Viva Quilombo, no qual surgiu a partir das experiências de suas fundadoras, moradoras do quilombo urbano Liberdade em realizações de projetos sociais de cunho cultural com foco no fortalecimento de políticas públicas para a população do quilombo liberdade, em São Luís-MA.

Este projeto visa contribuir com o processo de formação de jovens, mulheres e suas famílias, oferecendo práticas educativas de construção de identidade étnica quilombola, autonomia e políticas públicas, bem como ações de roda de conversa, oficinas temáticas e atendimento social com plantão psicológico gratuito na Associação dos Remanescentes Quilombolas da Liberdade, lugar onde desenvolve-se estas e outras atividades.

Nesse sentido refletimos como a reprodução da ideia de subalternidade da mulher negra frente à espaços de lideranças é difundida pela eficiência que as imagens de controles apresentam, segundo Hill Collins (2020) isto ocorre, pois, ao validar as formas de dominação, esse mecanismo anula a possibilidade de tornarem-se sujeitas de conhecimento.

Nesse sentido, o que pretendemos demonstrar através de nossas sujeitas de pesquisa é que ao passo que a agência estabelecida por elas é impetrada, as imagens de controle são substituídas e redefinidas pela autodefinição. Esse "conhecimento construído do eu emerge da luta para substituir imagens controladoras por conhecimento auto definido considerado um conhecimento essencial à sobrevivência das mulheres negras". (COLLINS, 2019 p.286). Por isso o poder da autodefinição além de exercer a coerência de uma política que ao se transversalizar, mobiliza ideias e atitudes em função do coletivo, proporciona ao agente se reconhecer nesse processo de luta por direito.

Por fim, a presença deste último eixo representa um ponto de análise para pensar nos traços diaspóricos existentes entre a Baixada Maranhense e a cidade de São Luís. Nesse sentido a produtora intitulada Novo Quilombo, fundada por Carlos Alberto Pinto Santos em 7 de abril de 2007, fica localizada em uma das principais ruas do bairro, a Gregório de Matos. A produtora conta com programações musicais do ritmo mais celebrado na capital maranhense, o reggae. Durante a imersão no campo de pesquisa, foi decretada a lei nº14.168 de 11 setembro de 2023 que concede ao Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o título de Capital Nacional do Reggae.

Embora o recente título dado à cidade de São Luís, a mesma já era reconhecida como a "Ilha do Reggae", a "Jamaica Brasileira". Para alcançar esse título a capital maranhense passou por vários processos de "socialização, identificação e apropriação desse gênero musical ao longo de mais de trinta anos, tendo em vista que o reggae aportou no Maranhão em meados dos anos 1970." (BRASIL, 2011, p.1.) Frente a isto a Produtora Novo Quilombo concebe o reggae como o mais importante símbolo de resistência, dividido em 10 espaços, cada um é intitulado por uma comunidade quilombola do município de Alcântara.

Quilombos e Quilombolas: Organização e História

A grande incidência de quilombos no Maranhão ocorre por inúmeros aspectos. Um aspecto a ser considerado são as muitas regiões de fronteiras, e por isto ocorreu "uma extraordinária multiplicação de quilombos nessa província durante o século XIX". (ASSUNÇÃO, p.433, 1996). Vale ressaltar que durante o Brasil Império, no Estado do Maranhão ocorreu um dos maiores movimentos de resistência quilombola e camponesa, a Balaiada.

Reconhecemos que a Balaiada foi uma das primeiras revoltas do campesinato no Maranhão, que ocorreu nos anos 1838-1841. O movimento é caracterizado como um dos maiores movimentos de insurreição durante o período imperial dado pela mobilização geral dos bem-te-vis (liberal) contra o poder conservador (cabanos). Formado por um grupo heterogêneo que alcança parte do Maranhão, Piauí, e Ceará, espaços historicamente diferentes, e com distintas versões em cada região, a *Guerra da*

Balaiada traz consigo a desmistificação da passividade política do "povo", e principalmente do povo negro, e caracteriza-se por uma revolta *multiclassista*.

> "O Maranhão passara a ter uma população escrava superior em número à livre, segundo dados estatísticos mais ou menos aproximados da verdade; "o que por si só", dizia, constituía um perigo iminente. Informava que na capital existiam pretos livres que sabiam ler sofrivelmente, e a quem não eram estranhas as ideias que naqueles tempos se vinham manifestando em favor da emancipação dos escravos. E que semelhantes ideias iam se propagando de maneira confusa e vaga pela escravatura da capital e do interior". Nesse documento, o presidente relatava que de certo tempo até aquela data, alguns proprietários que conservavam as suas fazendas entregues a administradores, queixavam-se de se haver manifestado em seus escravos um tal ou qual espírito de insubordinação (...) O número considerável de escravos concentrados no vale de Itapecuru, transformou aquela região num foco permanente de tensões. Por isso os atos de insubordinação reprimidos no dia-dia, as fugas, os suicídios, os assassinatos, os numerosos quilombos ali presentes demonstravam o nível de resistência dos cativos ao regime escravocrata, na área mais povoada da província. Com a Guerra do Paraguai, antigos temores voltavam a acometer os grandes proprietários da província do Maranhão. (ARAÚJO, 2006, p. 27-28)

De acordo com Mathias Assunção (1996) decorrente da iminente instabilidade política da época devido a exploração econômica, a resistência ao recrutamento de homens livres em idade de servir a Pátria que seriam enviados à guerra do Paraguai entre 1864 a 1870 no qual o Brasil fazia parte, a politização advinda do descontentamento para com o Estado e a fragilidade das tropas nas sucessivas fugas dos escravos diante das tentativas sem êxito de captura, desencadearam formas de resistência dos quilombolas com a participação de homens livres no Maranhão Imperial.

A Guerra da Balaiada esteve articulada com outras revoltas negras que, estruturadas em rede, culminaram numa pressão popular frente ao Império. É possível estabelecermos paralelos entre as insurreições ocorridas no Brasil e a iminência da primeira e vitoriosa insurreição de africanos e descendentes escravizados iniciada em 1791 no Haiti. O Haiti tornou-se independente da França em 1803, sendo esta considerada por alguns autores a primeira e maior revolução negra das Américas. Guiados pelo mesmo espírito de insubordinação os Jacobinos negros desejavam o extermínio de seus opressores e a tomada da colônia para si, diante da violência generalizada.

Assim como esses e outros movimentos de insurgência, o movimento abolicionista também se caracteriza como um fenômeno social político e multiclassista, que configurou como o primeiro movimento social brasileiro segundo (ALONSO, 2015). O movimento fundamentou-se numa estratégia o qual moveu-se entre arenas e em três fases distintas, encabeçados principalmente por André Rebouças, Joaquim Nabuco, Luís Gama, José do Patrocínio, o qual culminou na abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. A articulação negra afasta a ideia de que a abolição estava atrelada aos atos da família real. Embora a historiografia oficial, neste caso também, apontasse que o feito da

abolição fosse um ato benevolente, o que se teve foi uma ampla atuação de articuladores nos grandes centros urbanos do país na época.

O debate sobre o protagonismo negro desses e outros agentes na historiografia brasileira ao qual foi cerceado por muito tempo e como afirma Chiavenato " a escravidão foi a única ideologia brasileira (...) que penetrou através da ideologia das classes dominantes na própria história oficial, permeando-se também para largas parcelas da sociedade (CHIAVENATO, 1987, p.13) dado um processo massivo em que o modelo eurocêntrico causou na produção do conhecimento educacional, isto é um projeto de construção do saber pautado na noção e construção da cultura nacional ou *ethos nacional* como denomina Clóvis Moura (1988) a partir do centro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O esforço em compreender um espírito associativista do negro no Brasil a partir desses dados é relevante para considerar que "desde os primeiros tempos da escravidão, existiu um espírito associativo (...) se não fosse esse espírito, ou melhor essa tendência pela sua situação no espaço social, os escravos teriam uma vida muito mais sofrida sob o cativeiro e o negro livre não teria resistido na proporção que resistiu, ao chamado traumatismo da escravidão, incorporado por ele ao seu comportamento após a abolição.(MOURA, 1988, p.111).

Em função disto, a dinâmica que envolve o aquilombamento se dá na passagem da condição de escravizado, por meio da ideia de protesto, dada a contraposição a estrutura de dominação criada frente ao racismo. "E como reação outras formas de comportamento "divergente" em camadas diversas que, por seu turno, influíam para que os escravos ainda passivos se transformassem em elemento dinâmico, passando de escravo a quilombola" (MOURA, 1988, p. 270), nesse sentido a comunidade por meio da cultura impulsiona artifícios referentes ao sentido de pertencimento com base nas simbologias religiosas e mecanismo de estratégias de mobilizações, na qual se faz presente ao analisarmos a construção da ideia de autodefinição desenvolvida por seus agentes.

> Especial atenção foi dada à autodefinição "quilombo urbano" por alguns agentes sociais ouvidos. (...). Há ainda fortes referências históricas da formação destes bairros, especificamente nas narrativas dos antigos moradores, que se vinculam aos territórios quilombolas de Alcântara, no Litoral Ocidental Maranhense e Baixada Maranhense (ASSUNÇÃO, 2017, p. 14).

Pôde-se observar como a construção das formas de resistências presentes no Quilombo Liberdade, são atravessados pelo processo de identificação e reconhecimento do lugar por seus agentes, atrelado à concepção de reinvenção da identidade quilombola no espaço urbano, nesse sentido, segundo Clóvis Moura, "os quilombos traduzem formas de resistência social da população negra dado à forma contínua de protesto" (MOURA, 2020 p.20). Por isso o Quilombo Urbano

Liberdade, situado na cidade de São Luís-MA, estabelece em sua formação relações diretas com quilombolas que vieram da baixada maranhense, fato que lhes atribui importância política, social e cultural, o qual foi percebido ainda em trechos da entrevista realizada com Alberto da Liberdade, como assim se denomina, proprietário da Produtora Novo Quilombo

> .
> Meu pai veio de Santa Helena-Pilões, minha mãe veio de Cururupu, eles ficaram sabendo que estava tendo a construção do Matadouro e vieram tirar um terreno aqui na Liberdade, na Maré e vieram pra cá, entendeu? Então eles fizeram, eles são a minha referência. Além disso, a minha família além de ser composta pelo meu pai, ela é composta também por Leonardo, por Apolônio, por Seu Diquinho, por Dona Benedita, por Pai Coxo. Então essas pessoas que eu falei são as pessoas de maior destaque cultural na Liberdade. E eu sempre estive presente na vida deles participando das ações que eles faziam. (...) E a minha inserção nesse meio se deu pois desde quando eu nasci, as pessoas sempre falavam que o bairro da Liberdade era um bairro perigoso. E eu nunca gostei quando alguém mencionava isso. Então eu fui crescendo, fui crescendo e eu descobri que através da música você consegue educar as pessoas. Então a esquina Bob Marley surgiu justamente para trazer mais paz para a Liberdade. E antes deles titularizarem São Luís do Maranhão como a capital nacional do Reggae, nós do Quilombo já tínhamos titularizado o bairro da Liberdade como o bairro do Reggae. Por que o bairro do Reggae? Porque as pessoas que moram aqui na Liberdade, que foram para a Jamaica e trouxeram as músicas Reggae, tipo Dread Sand, Chico do Reggae, Natty Nayfson, Zé Roxinho *(In memoriam)* e o próprio Júnior Bread *(In memoriam)* também que ele morou aqui na Liberdade. Aí nós titularizamos o bairro da Liberdade como bairro do reggae desde 1970. Então nós saímos na frente do poder público. (PINTO, Alberto. Entrevista concedida em 24/09/2023)

Ao se definir como quilombola através dos laços consanguíneos aos seus pais que se deslocaram da região da Baixada Maranhense para a Liberdade é notório o destaque que Alberto concede ao papel das expressões artísticas no bairro na construção da ideia de reconhecimento. Isto ocorre, pois, a forma de organização do espaço se constitui na busca pela identidade em que os sujeitos em coletividade ou individualmente direcionam-se de forma estratégica. Isto ocorre pois “a consciência da identidade ganha um poder adicional a partir da ideia de que ela não é o produto da "audácia" de algum homem grandioso, mas é o resultado de uma experiência compartilhada, enraizada e vinculada em especial a lugar, localização linguagem e mutualidade”. (GILROY, 2007, p.126) Ao aprofundarmos esse debate, já não se subjaz a ideia de que para Beatriz Nascimento

> o quilombo, especialmente Palmares, podia ser considerado um projeto de nação, protagonizado por negros, mas includente de outros setores subalternos. Quando assume a vertente ideológica do termo, ela estende seu significado para abranger um território de liberdade, não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espaço de paz”. (RATZ, 2006, p. 59).

Alberto da Liberdade, ao mencionar a Esquina do Reggae, onde se destaca uma pintura de Bob Marley, o mesmo atribui a este lugar como um espaço de paz, ao empreender este discurso, tem-

se a tentativa de ressignificar a ideia de um bairro perigoso, que se deu por meio dos discursos de marginalização do bairro.

Isto ocorre, pois, a partir da perspectiva que entende as formas alternativas de protesto, apresenta-se significativamente pelo viés cultural. Dessa forma, as diversas estratégias de agenciamento da comunidade, "ocorre nas tentativas de mobilização simbólica que acompanham todos os movimentos sociais modernos (...) e desenvolve novas identidades que realizaram mudanças através de símbolos que sejam familiares as pessoas baseadas em suas próprias culturas" (TARROW, 2009 p.140). Por isso, um elemento ao qual não se pode ocultar é a perspectiva de que o bairro convive com a noção estigmatizada pela construção de um discurso público midiático, construído frente à noção de barbárie. O relato de uma moradora do bairro nos auxilia nesta compreensão.

> Hoje é um reflexo do que a mídia provocou, pois houve período de grande violência entre a juventude aqui em São Luís e como a TV Difusora fica bem próximo, na Camboa e a Tv Mirante também, facilitava eles virem aqui quando tinha ocorrência de violência na cidade. Essas duas emissoras sempre vinham pra cá e noticiavam, existia morte em vários bairros, mas eles só cobriam as daqui, porque era mais fácil pra eles. Dessa forma, as mortes na Liberdade eram sempre muito divulgadas. Então, isso criou um preconceito das pessoas com o bairro. Um jornalista que foi muito criticado pelo Quilombo Urbano foi Jânio Arley. Ele veio na Liberdade uma vez fazer uma reportagem e foi expulso pela população, um rapaz questionou por que ele só vinha aqui mostrar as coisasruins do bairro, daí, os moradores o colocaram pra correr (ASSUNÇÃO, 2017, p. 116).

A dinâmica de um discurso colonial envolve a concepção de estereótipo como uma estratégia discursiva, pois "ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização". (BHABHA, 1998, p.106). Ao garantir esta repetibilidade de marginalização do bairro pela imprensa local, a estratégia discursiva por meio desta ação se objetiva pelo poder discriminatório, aqui representado pela imprensa local.

A contestação indicada pela moradora, aponta para o que Bhabha (1998) em seu livro *O local das Culturas*, avalia como o constructo das práticas discursivas embasam a hierarquização racial e cultural. Em suma, esta dinâmica envolve a própria construção de um discurso colonial que ao marginalizar uma comunidade apoia-se na capacidade de superioridade e dominação de um povo sobre outro, essa ambivalência se divide em dois conceitos desenvolvidos por ele; o estereótipo e a mímica.

Esses conceitos possibilitam um questionamento ao reconhecer as diferenças culturais como um processo, e a diversidade cultural como categoria. Ainda que convivam com a noção estereotipada, que se dá pela criminalização do lugar, o bairro da liberdade relaciona-se à dinâmica por instaurar a diversidade cultural existente no espaço como ferramenta contra hegemônica frente

a noção de barbárie construída pela mídia local. Por isso, quando Alberto da Liberdade diz *"as pessoas sempre falavam que o bairro da Liberdade era um bairro perigoso. E eu nunca gostei quando alguém mencionava isso. Então eu fui crescendo, fui crescendo e eu descobri que através da música você consegue educar as pessoas.* Alberto explica através de sua experiência um processo intrínseco à emancipação, a negociação, tal estratégia ocorre ao ressignificar o ideário de marginalização através da arte, como *um lugar de paz.*

Os processos pelos quais o bairro da Liberdade adquiriu tais contornos culturais, é resultado dos novos processos diaspóricos, como uma cultura transnacional, isto é essa circulação e fluxos entre a baixada maranhense e o bairro da liberdade que abandona a ideia essencialista de pureza em relação à cultura, mas estabelece que a experiência histórica compartilhada é o centro desta estruturação e construção quilombola no espaço urbano, pois o vínculo de identificação com os locais de origem constroem-se sobre um movimento dinâmico na redefinição das identidades.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, M. R. *'Histórias do Balaio. Historiografia, memória oral e as origens da Balaiada. Revista História Oral*. 2009

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. "Quilombo urbano", Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão / Ana Valéria Lucena Lima Assunção – São Luís, 2017.

ALONSO, Angela**.** A teoria dos movimentos sociais: um balanço da arte. Editora: Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009

ARRUTI, José Maurício. Quilombos e cidades: breve ensaio sobre processos e dicotomias. In: Patrícia Birman. Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e Resistências. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014, v. 1, p. 217-238.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Decreto no 4.887 de 20 de Novembro de 2003. Regulamentação e procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CHIAVENATO, Júlio José. O negro no Brasil: da senzala a guerra do Paraguai.4 ed. Brasiliense: São Paulo,1987, p. 259

DURANS, C. A. As Anastácias do Quilombo: uma análise da participação e representação da mulher no hip-hop maranhense- São Luís/MA. Dissertação. 2014

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência - São Paulo: Ed. 34; Rio de janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Traduzido do original Francês, La mémoire collective, (2ª edição). 1990

MOURA, Clóvis. Quilombos: resistências ao escravismo/ Clóvis Moura. 1° edição - São Paulo: Expressão Popular, 2020. 136 p.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. 2000

SANTOS, Rosenverck Estrela. A história do Hip Hop em São Luís do Maranhão: periferização da cidade e resistência político-cultural da juventude negra nos anos 1990. – Revista Outros tempos. 2008.

SILVEIRA, Marla de Ribamar Silva. Nas entranhas do bumba meu boi: políticas e estratégias para botar o boi de Leonardo na rua. 147 f. São Luís, 2014.

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político.
Tradução de Ana Maria Sallum- Petrópolis/ RJ: Vozes, 2009

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

SOCIO-ANTROPOLOGIA DO HIV/AIDS, CONTEXTO ÉTNICO RACIAL E CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

Marta Giane Machado Torres[1] (PPGSA/UFPA)

RESUMO: Diálogos, estudos, disciplinas em curso. Leituras de teorias decoloniais. Dimensionamentos de situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras étnicas ou raciais seguindo, dentre estas, as contribuições de Lélia Gonzalez, Julieta Paredes e Zélia Amador. Mulheres de inserção política e intelectual que aprofundam nuances histórica sobre a América latina e embasamento teórico de invisibilidades das populações negras com destaque para as que vivem na região norte do Brasil. Abordagens a contribuir com as questões de doutoramento. Viabilidades para descolonizar entendimento sobre a realidade imposta pela dominação do poder, do saber, do ser, que em muito fundamentam nossa lógica epistêmica. A estrutura deste estudo segue desenvolvimento pautado nos textos que dialogam com o entendimento epistemológico decolonial junto ao projeto de pesquisa. Ambientado na interação entre sociedade, Enfermagem e o dimensionamento da prática social desta profissão em território amazônico. Abrangências de discussão teórica e a Enfermagem dentre suas múltiplas inserções de cuidados ao indivíduo e comunidade. Da enfermagem etnográfica ao encontro de conhecimentos, da intelectualidade frente às relações das pessoas em seus contextos culturais. Interação e proposições de doutoramento em Cuidados em casa: interface entre a Enfermagem, o 'viver' com HIV/AIDS e a assistência domiciliar terapêutica. A documentar cuidados de saúde entre as pessoas e profissionais de enfermagem recorrendo à antropologia como ferramenta para compreender as práticas de saúde. Aspiramos que a Enfermagem se estabeleça nesse campo de conhecimentos e que também formule críticas incisivas aos conceitos e práticas reducionistas.

Palavras-chaves: Saúde coletiva; Amazônia paraense; Racismo; Antropologia social

REFLEXÕES INICIAIS

Diálogos, estudos, disciplinas em curso. Sobretudo sobre as leituras de teorias decoloniais. A partir deste caminho optamos por dimensionar situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras étnicas ou raciais seguindo, dentre estas, as contribuições de Lélia Gonzalez (2018), Julieta Paredes (Spyer et al, 2019) e Zélia Amador (2019; 2020). Mulheres de inserção política e intelectual que aprofundam nuances histórica sobre a América latina e embasamento teórico de invisibilidades das populações negras com destaque para as que vivem na região norte do Brasil.

Estes estudos suscitam necessidades de abordagens que possam contribuir com as questões de doutoramento. Como um fio condutor e que abre portas para descolonizar entendimento sobre a realidade imposta pela dominação do poder, do saber, do ser, que em muito fundamentam nossa lógica epistêmica. Ao readequar, disciplinar por agenciamentos mascarados por histórias de

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará - PPGSA/UFPA, Brasil. Email: martagianetorres@gmail.com

heroísmo conforme compreensão subsidiada também por leituras complementares como a de Anibal Quijano (2005). A estrutura deste estudo segue desenvolvimento pautado nos textos que dialogam com o entendimento epistemológico decolonial, como identificado nas escrituras destas pensadoras.

Em dialogia com o projeto de pesquisa. Contextualizadas nas reflexões teóricas e lutas contra a opressão colonial. Em muito expressadas pelas violações dos direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho (Spyer et al, 2019). Ambientado na interação entre sociedade, Enfermagem e o dimensionamento da prática social desta profissão em território amazônico. Abrangências de discussão teórica e a Enfermagem dentre suas múltiplas inserções de cuidados ao indivíduo e comunidade. A partir da proposta de tese Enfermagem etnográfica ao encontro de conhecimentos, da intelectualidade frente às relações das pessoas em seus contextos culturais.

Epistemologias, fazer cotidiano, sofrimento, a vivência do outro, os serviços e cuidados de saúde. Interação e proposições de doutoramento em Cuidados em casa: interface entre a Enfermagem, o 'viver' com HIV/AIDS e a assistência domiciliar terapêutica. A documentar cuidados de saúde entre as pessoas e profissionais de enfermagem recorrendo à antropologia como ferramenta para compreender as práticas de saúde. Em um serviço denominado de Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas Parasitárias Especiais (UREDIPE), em Belém, estado do Pará. Alicerçados por estudos contra hegemônico, decolonial, por uma Enfermagem a potencializar as lutas pelo Bem Viver amazônico (Torres, 2022). Doutoramento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sob orientação da professora doutora Mônica Conrado Prates.

Aspiramos que a Enfermagem se estabeleça nesse campo de conhecimentos e que também formule críticas incisivas aos conceitos e práticas reducionistas. Aplicado à territorialidade afro-indígena onde se fortalece o saber da enfermagem em vias antropológicas. Com potenciais de intersecção entre morbidades no meio amazônico e as políticas públicas afirmativas que subsidiam as ações de saúde e humanidades no recorte a que se imprime a infecção e adoecimento provocado pelo HIV/AIDS e outras comorbidades. Conectadas no combate de injustiças, eliminação do racismo e respeito à autonomia irrestrita dos povos originários (Conrado *et al.*, 2015; Krenak, 2019; Alves, 2020).

SOCIO-ANTROPOLOGIA DO HIV/AIDS, ENFERMAGEM E A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL

A epidemia do HIV/AIDS e demais aspectos que envolve o trato com referido adoecimento. Somando-se ao que tem sido estudado, debatido, e pautado nas pesquisas pelo mundo e no Brasil. Sobretudo no que concerne à área das Ciências Sociais e Saúde Coletiva, com destaque para os

estudos do campo da saúde e para o protagonismo assistencial dos profissionais que se dedicam no trabalho cotidiano. Ao encontro dos caminhos do estado da arte, de análises bibliográfica que contempla a evolução socioantropológica no contexto da terapêutica para o HIV/AIDS e possíveis desdobramentos para os cuidados mediados pela enfermagem.

Destes levantamentos são elencadas impressões da primeira década dos fatos sociais da epidemia da AIDS e desenvolvimento do conhecimento pelas comunidades científicas. Dentre estes estudos consta a tese em SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência. E Ciência, poder, acção: as respostas à SIDA. Escrituras e produções da antropóloga Cristiana Bastos correspondentes às respostas globais à AIDS. O investimento epistemológico de Bastos (1997; 2002) traz contribuições no campo da medicina social no estado do Rio de janeiro em suas articulações mundiais. Uma etnografia local com sistema-mundo. Ao seu ver o estudo em questão agrega o mundo da Antropologia longe de etnografias ligadas à dominação. Dos exotismos sem contexto de domínio colonial conforme reafirma em uma entrevista concedida recentemente (Miller, 2022).

Estes aprofundamentos consubstanciam outras pesquisas que tratam sobre a evolução da AIDS globalmente bem como das expressividades peculiares a determinados contextos. Tais quais os embasamentos como o de Sanabria (2013). Em O Negacionismo do HIV e o Acesso aos Antirretrovirais na África do Sul, tese de doutorado, este pesquisador estabelece correlação com estudos de Cristiana Bastos e outros autores que se dedicam em detalhar os meandros da resposta global ao HIV/AIDS:

> Para Bastos, assim como para Mann & Tarantola, as reações que seguiram-se ao surgimento da AIDS são compreensíveis em decorrência do modo como a epidemia foi caracterizada. Em 1985 já era evidente que a epidemia tinha muito mais implicações, para além da ideia, predominante nos círculos epidemiológicos norte-americanos, de que se tratava de um fenômeno que atingia exclusivamente homossexuais brancos e urbanos. Na Europa, de acordo com Bastos, a compreensão era outra: as manifestações da doença nesse continente apontavam à África, uma vez que muitos dos primeiros pacientes da nova síndrome provinham de lá. Um elo africano parecia mais plausível para os cientistas europeus do que um elo homossexual. Para os pesquisadores estadunidenses, porém, essa ideia era tão bizarra como a de ser uma "doença homossexual" parecia aos europeus e aos africanos. E, assim, foram desenhadas duas representações de duas epidemias, uma de homossexuais americanos e outra da África em geral. Essa polarização persistiria (Sanabria, 2013, p. 219).

O autor em questão chama atenção para o que se tem produzido sobre o assunto ora abordado. Referindo-se a cronologia AIDS desde 1980[2], onde uma parte considerável das informações enfocam,

[2] portal de Internet https://www.beintheknow.org/understanding-hiv-epidemic/context/origin-hiv-and-aids

sobremaneira a emergência dos chamados “grupos de risco”, omitindo, no seu entender outros detalhes da história da doença.

> Passadas quase duas décadas do início da epidemia, Mann & Tarantola (1998) constatavam como a resposta global ao HIV/AIDS ilustra o fato de que o modo como um problema é definido determina aquilo que acreditamos pode ser feito e o que de fato é feito para encará-lo. Esses autores propunham no final dos anos 1990 quatro fases para caracterizar a resposta global ao HIV/AIDS: de ser considerada como um “perigo” sobre o qual era necessário estar alerta, passou a ser vista como um problema de comportamento individual, depois como uma questão de comportamento, mas “contextualizada socialmente” e, enfim, colocou-se como assunto vinculado fundamentalmente aos direitos humanos (lembre-se o caso Nevirapina apresentado na primeira seção). Para estes autores, “a resposta ao HIV/AIDS recapitula a história da Saúde Pública e como ela tem enfrentado e precisa tratar os desafios do comportamento humano”. Bastos (2002, p. 36), por sua vez, assinala que a perspectiva dominante da AIDS definiu a epidemia a partir de um número de variáveis relevantes para os “países desenvolvidos” e de outras para os “países em desenvolvimento”. Nos primeiros enfatizou-se a existência de “risco” em certos grupos sociais em função de comportamentos individuais como a homossexualidade e o uso de drogas injetáveis. Nos segundos a explicação da doença incluiu variáveis sociais como a pobreza, a privação, as imigrações laborais e a urbanização explosiva. Porém, ainda segundo esta autora, os dados do “mundo em desenvolvimento” não foram levados em conta nas formulações teóricas e metodológicas na epidemiologia da AIDS em escala mundial. Assim, as variações epidemiológicas na África “foram domesticadas pela definição de um padrão II, africano, idiossincrático e de referência heterossexual” (Sanabria, 2013, p. 218)

O foco de sua tese e artigo (Sanabria, 2017) retrata o debate da AIDS na África do Sul. Desde a implementação de um programa nacional, desdobramentos e conflitos em torno do caso do medicamento Nevirapina relacionados, sobretudo aos protagonismos das mulheres versos direitos sexuais e direitos reprodutivos:

> Os depoimentos apresentados pelos representantes da TAC incluíam os pareceres técnicos de especialistas de áreas que iam da pediatria, da farmacologia e da epidemiologia à saúde pública, a economia e a estatística. Outros documentos apresentados pela TAC consistiam de testemunhos de médicos, enfermeiras e conselheiros que lidavam diariamente com a “tragédia humana” das mães que viviam com o vírus do HIV e seus bebês. Igualmente, incluíam “relatos comoventes” de mulheres HIV positivas que “suplicavam pelo acesso à nevirapina para elas e seus bebês” nas instituições de saúde públicas onde o fornecimento era proibido (parágrafo 6). [...] Esta mudança na política pública sul-africana do HIV e da AIDS representaria um novo momento da resposta oficial à epidemia. Todavia, os percalços da efetiva implementação de um programa nacional e os desdobramentos deste conflito ao longo dos anos seguintes demonstrariam que o caso Nevirapina surgiria como prenúncio e ao mesmo tempo síntese do que ficaria conhecido como o “debate da AIDS” na África do Sul (Sanabria, 2013, pp. 46, 65)

Avançando na linha de estado da arte deste campo de pesquisa o estudo de Oliveira (2020) mapeou e pesquisou no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES estudos brasileiros em HIV/aids na área de Ciências Sociais no período de 28 anos da epidemia do HIV/AIDS. Estudo de

doutoramento intitulado de A pesquisa em HIV/AIDS nas Ciências Sociais: uma análise das teses e dissertações brasileiras (1990-2018). Os resultados de suas análises apontam as práticas terapêuticas e de cuidado como temas menos frequentes. Bem como a carência de estudos junto à população negra e aos indígenas. Resultados relevantes do que concerne o contexto étnico racial da socioantropologia do HIV/AIDS foco desta análise.

Referido estudo apresenta compilação onde o Brasil se destacou como modelo por suas políticas de diagnóstico e tratamento gratuito. Entretanto, ressalta, respeitado ganhos e conquistas a realidade dos tempos recentes aponta retrocessos, governos conservadores em território nacional e em outras regiões do mundo. Compilado que apresenta conexão entre as ciências e as políticas que possibilitaram estratégias eficazes para o enfrentamento da doença. Como viabilidades de fundos internacionais para financiamento às pesquisas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Criação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), testes diagnósticos e medicamentos; ensaios clínicos pautados na ética e medicamentos com preços reduzidos, fluidez no uso da terapia antirretroviral que torna o HIV uma doença crônica.

> Apesar dos avanços científicos recentes no tratamento e prevenção ao HIV (DAVIS; SQUIRE, 2010)3 , uma vacina preventiva ou a cura universal ainda não foi alcançada e desafios relacionados ao diagnóstico e tratamento persistem (PARKER, 2015). Por esses motivos, a UNAIDS (2018) estima que 74,9 milhões de pessoas foram infectadas pelo HIV e 32 milhões morreram de doenças relacionadas à aids desde o início da pandemia até o fim de 2018. A agência internacional estima ainda que 37,9 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com o HIV atualmente, em maior ou menor grau de vulnerabilidade. (Oliveira, 2020, p. 230).

Outra análise que contribui para os propósitos deste estudo aborda um dossiê da ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) organizado pelo Grupo de Trabalho DST/HIV/AIDS, Políticas e Subjetividades das edições do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, nos anos de 2013 e 2016. O artigo denominado HIV/AIDS: sexualidades, subjetividades e políticas, elaborou conteúdo fruto de debates na Saúde Coletiva (Mora *et al.*, 2018). Precisamente apontam resultados das ações e propósitos da Comissão de Ciências Humanas e Sociais em Saúde da ABRASCO em colaboração com diversas instituições e seus Programa de Pós-Graduação como: Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social/UERJ; Antropologia e Sociologia/UFPB; Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz; Psicologia/UFPE. O artigo fruto destas articulações institucionais de pesquisa sustentam reflexões diante da quarta década da epidemia no Brasil. Entre outras questões dimensionam marcos e transformações nos discursos e nas estratégias de prevenção e de assistência no contexto do HIV/AIDS.

Esta análise proporcionada por Mora *et al.* (2018), seu conteúdo analítico viceja para além da visão epidemiológica em muito imperativa nos estudos relacionados a epidemia do HIV interrelacionados ao adoecimento da AIDS. Referido estudo sustenta que o estado brasileiro sob a égide das Ciências Sociais, Humanas e Saúde Coletiva tem produzido vasta literatura sobre HIV/Aids, políticas e subjetividades desde o início da epidemia. Análises estas que têm contribuído para relativizar conceitos elaborados pela epidemiologia. Ao possibilitar compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos à doença. Resultando na construção de planos e políticas mais próximos das realidades culturais.

Vale acrescentar que o artigo de Mora *et al.* (2018) foi um dos estudos que ancorou um trabalho apresentado no 13 Congresso da ABRASCO[3] enquanto relato de meus estudos em diálogo com o diário de campo. Abordei análise a partir da consulta de enfermagem e uma mulher parda que vive com HIV na sua quarta gravidez (Torres, 2022). Deve-se levar em consideração a relevância da temática AIDS na saúde pública, pois: "sabe-se que, no Brasil, apesar de a epidemia apresentar tendência de estabilização, os casos de aids estão aumentando entre os mais pobres, onde a população negra encontra-se em maior proporção." (Brasil, 2005, pp. 8 e 9). Esta publicação do Ministério da saúde registra que em 2003, quase 62% dos casos notificados de AIDS assinalavam declaração de cor.

No rol dos estudos a respeito das pessoas que tem sido infectada pelo vírus HIV há também compreensões da saúde em antropologia e as políticas de Ações Afirmativas (AA) para a saúde dos negros no Brasil. Encontramos fundamentações na tese de doutorado em Antropologia Social, de Adailton da Silva (2018), intitulada "Corpo negro e saúde: um estudo sobre afrobrasileiros, aids e ações afirmativas". Uma análise crítica sobre como o corpo negro atravessa a questão antropológica a partir do Século XIX, e estabelece diálogo com as ciências da saúde. Estudo enredado nas Políticas públicas, de recorte empírico, numa interface com a população negra e a epidemia de HIV/aids. Traz aportes teóricos, sobretudo como "formulações colonialistas e higienistas acerca desta população contribuíram para a proliferação de certa formulação do lugar destinado aos africanos e seus descendentes na narrativa que trata da epidemia de Aids no mundo" (Oliveira, 2020, p. 256).

O significativo estudo de Adailton da Silva, defendido pelo Universidade Federal do Amazonas no ano 2018, contempla abordagem diante da antropologia que em muito caracterizava os africanos e seus descendentes em uma condição de quase-humanidade, enfatiza este autor. Realça fundamental aspectos desfavoráveis que se perduram ao longo do tempo, tais como a ausência de

[3] Enfermagem e a socioantropologia do HIV/AIDS na Amazônia paraense: mulher, parto, transmissão vertical em fragmentos de um diário de campo. Anais do 13º Congresso brasileiro de Saúde Coletivo ISSN:2965-2154, Vol. 2, 2022 – 161271. Relato de pesquisa.

plena saúde, seja por hábitos e contextos insalubres, por herança cultural e biológica, ou organização social incapaz de prover adequadas condições de vida. Suas afirmações dão conta de incrustadas sustentações pela antropologia colonialista e a militância pan-africanista. Realce depreciações comparativas entre o processo de construção do reconhecimento da diferença de afroamericanos e ameríndios na comunidade das nações. Anunciando o devido lugar destinado aos africanos e seus descendentes na narrativa que trata da epidemia de Aids no mundo (Silva, 2018).

À guisa dessas elocubrações e identificação a respeito da evolução de pesquisas sobre o assunto específico do HIV/AIDS no contexto étnico racial e envolvimento com o mundo enfermático. Vislumbrando possibilidades de integração dessas perspectivas emerge pesquisas científicas do campo da enfermagem da Amazônia paraense. Uma dissertação de mestrado (Moraes, 2018), do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Pará aponta casos de HIV/aids em idosos no Pará. Contextualizada no meio amazônico dimensiona que de 338 notificações HIV/aids em idosos nos dez anos estudados (2006-2015) a grande maioria corresponde a cor da pele negras e pardas. Sendo variáveis preta 16 (4,73%) e parda 273 (80,77%). As informações encontradas na referida pesquisa são provenientes de técnicas de analise espacial e representação em mapas temáticos que identificaram os municípios com maior risco de adoecimento por HIV/aids. A discussão com esse significativo dado consta unicamente "inferiram que o aumento da epidemia na população parda poderia estar vinculado à pauperização da doença e dificuldade de acesso aos serviços de saúde" (Moraes, 2018, p. 45). Aqui o dado coletado referente a cor da pele talvez precise ser mais aprofundadamente explorado. Como diz Zélia Amador de Deus:

> Mas há informações importantes que merecem ser bem mais analisadas (...). Nossa intenção não é só refletir melhor sobre estes dados, mas também ampliar o nosso conhecimento do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Nesta pesquisa, nos concentramos, sobretudo na população pertencente às camadas médias. Todos sabemos que o negro está majoritariamente representado nas camadas subalternas da sociedade (Deus, 2020, p. 31).

Da mesma maneira tecendo articulação com os entendimentos epistêmicos e reflexões do adoecimento provocado pelo HIV e questão racial:

> É possível observar a carência de estudos dedicados à população negra (há apenas duas pesquisas sobre mortalidade de mulheres e homens negros e mulheres vivendo com HIV/aids em contexto africano), indígenas e outras expressões de gênero e sexualidade para além das citadas.[...] estudo que articula múltiplas diferenças e desigualdades em contextos específicos é a primeira tese de doutorado localizada no banco de dados, de autoria de Carmen Dora Guimarães, intitulada "Descobrindo as mulheres: uma antropologia da aids nas camadas populares", defendida em 01/10/1998, no Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa de Guimarães (1998) merece destaque por seu caráter pioneiro ao atentar para as interseções de

múltiplas categorias, como raça e classe, na realidade mulheres de camadas populares do Rio de Janeiro (Oliveira, 2020, p. 247).

Quanto ao substrato epistemológico da Enfermagem da Amazônia paraense aos meandros da política brasileira que vem trabalhando diretamente com HIV ou que se interessam academicamente pelo debate da AIDS. Destaco o estudo de Nunes e Ciosak (2018) que se dedica pela evolução histórica da terapêutica para o HIV/AIDS. Sinalizando avanços e principais mudanças ocorridas durante as várias décadas de epidemia no Brasil. A pesquisa elabora questões relacionadas a efetividade dos atuais protocolos e adesão ao tratamento. Bem como da qualidade da assistência à Pessoa Vivendo com HIV/AIDS (PVHA). A análise projeta o destaque nacional dentre demais países, enquanto modelo para o tratamento, controle e atenção à AIDS.

Esta análise dissertativa levanta questões sobre eficácia e eficiência do conjunto de medidas que incidem no trato com o desdobramento que incorre após diagnóstico confirmado pela presença do HIV. Compreende que tal efetividade é fruto da promoção a intervenções no Sistema Único de Saúde (SUS), mediante o tratamento com antiretrovirais da infecção provocada pelo HIV. Visto determinações governamental que garantem a Terapia Antiretroviral (TARV) como parte da política brasileira de saúde, contemplado o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde e aos medicamentos.

Entretanto este recente estudo (Nunes e Ciosak, 2018), igualmente como a análise de Moraes (2018), ambos oriundos da enfermagem epistemológica deixam de lado reflexões que dialoguem com o contexto étnico racial e a morbidade HIV/AIDS. Retratam aspectos sobre a história da adesão à TARV e seu impacto na prevenção do HIV. E dos desafios, cuja meta é o controle e erradicação da epidemia, assegurando a sua continuidade, desenvolvendo estratégias de mensurar, monitorar, aumentar e manter a adesão. Cadê as referências sobre Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS (Brasil, 2010); Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis (Brasil, 2008); Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids (Brasil, 2005)?

São suscitados fundamentos sem correlação com os fatores e determinação social da saúde. O estudo aponta ser necessário maior conscientização e comprometimento dos profissionais de saúde para fazer parte desta luta rumo à máxima adesão à TARV, no qual a enfermagem tem importante participação (Nunes e Ciosak, 2018). E o que se fala sobre articulação no Programa de Aids do Brasil e a luta contra o racismo e o enfrentamento da epidemia?

> Após décadas desde o aparecimento da epidemia, o tratamento das PVHA sofreu grandes modificações. Os primeiros casos recebiam cuidados paliativos, envolvendo principalmente a enfermagem e a adoção de medicamentos para o

> controle das complicações infecciosas. Com a evolução das pesquisas, foram adotadas novas combinações de drogas conhecidas como terapia antirretroviral (TARV), cujas funções são: inibir a replicação do vírus no organismo; preservar a função imunológica; [...] O Brasil, ao longo de várias décadas de epidemia, tem se preocupado com a qualidade da assistência à pessoa com HIV/AIDS. Vem se destacando como um dos países modelos de tratamento, controle e atenção à AIDS, promovendo intervenções, principalmente devido à introdução a partir de novembro de 1996, no Sistema Único de Saúde (SUS), da TARV como parte da política brasileira de saúde, contemplando o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde e aos medicamentos.
> Comparada a outras doenças milenares e estigmatizantes [...] o tratamento da AIDS, em pouco mais de 30 anos, conseguiu um avanço importante, no qual várias drogas foram utilizadas e substituídas. Melhorou-se o seu tratamento e controle, pois os ARVs são também utilizados como forma de diminuição da transmissão do vírus, uma vez que o uso regular diminui consideravelmente a carga viral e, na maioria dos casos, a mantém indetectável[7] (Nunes Júnior e Ciosak, 2018, p.1104).

Chegando na finalizações deste tópico, no que tangencia a sócio-política do HIV/AIDS no Brasil é imperativo registrar que o quesito raça/cor tem inclusão no SINAN (Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação) a partir de 2001. E que em 2003, em torno de 20% dos casos de AIDS não tinham essa informação preenchida. Ainda sobre constatações presentes no Programa de Ações População Negra e Aids: “Em nenhum estado brasileiro o IDH da população negra foi maior do que o da população branca. Isso significa que as desigualdades raciais permanecem em todos os estados brasileiros, independentemente de seu estágio de desenvolvimento (Brasil, 2005, p. 15)

ENFERMAGEM, DIÁLOGOS EM CONTEXTO TERRITORIAL DA PROPOSIÇÃO DE TESE

A conversa incidente com nosso projeto de tese versam sobre cuidados, adoecimentos, e dessa intercambiação com o saber da enfermagem em território amazônico. Entrelaça-se aos argumentos encontrado no conjunto dos textos, escrituras, e reflexões epistêmicas partilhadas por estudos do campo teórico de percepções e narrativas descolonizadoras vivenciados nos anos de doutoramento entre 2021 e 2024. Estímulos aos exercícios teórico analítico com o campo de pesquisa e práticas cotidianas do mundo enfermático.

Dinâmica reflexiva de análise situacional prática. Campo etnográfico, serviços de âmbito estadual em Belém. Especializado no trato de pessoas infectadas pelo vírus HIV na UREDIPE. Ambientado à enfermagem e aos fatores internos e externos pela implementação da política de saúde. Região amazônica, vias fluviais, estradas asfaltadas e de piçarra. Realidade de chegada e partida diferenciada pelas condições objetivas de deslocamento que se impõe. Aqui ilustrativos fragmentos do diário de campo. O serviço comporta assistência ambulatorial às pessoas que moram nos municípios do Pará, incluindo o município de Belém, mesmo que este município também tenha um serviço especializado a assistir as pessoas infectadas e adoecidas pelo HIV/AIDS. Trazemos

situações do cotidiano do serviço que suscitam reflexões. Naufrágio, adoecimentos, vidas pretas quilombolas de cidades marajoara. E trechos de descrição etnográfica, seguido de análise crítica com base na leitura proposta quanto a morbidade e a política do Programa Nacional de DST/AIDS, com recorte às mulheres vivendo com HIV no período reprodutivo.

Parte desta reflexão mobilizou conexões com o evento da V Reunião de Antropologia da Saúde ocorrido na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em novembro de.2023. Integrando um artigo apresentado sob o título "Antropologia, saúde e enfermagem: reflexões sobre cuidados e a determinação social da saúde no contexto étnico racial amazônico". No grupo de trabalho GT17 - Trabalho, Ambiente e Saúde: experiências de bem viver e resistências nos territórios[4].

Uma segunda-feira, quando na consulta de enfermagem uma pessoa do arquivo com prontuário em mãos se antecipa dizendo aqui tem um faltoso. Há tempos sem remédio do vírus. Entram no consultório um rapaz claudicante e sua tia. O acompanha porque é analfabeto e não sabe andar em Belém. Falam também que viriam na semana anterior e que perderam a viagem por excesso de passageiros. Por pouco não foram vitimados por um naufrágio ocorrido em setembro de 2022. Relatam que muitas das pessoas que morreram, moravam nos quilombos próximos de suas residências. Como na UREDIPE, perdera consulta no Hospital Metropolitano. Sofreu fratura múltipla do fêmur. Acidente ocorrido enquanto trabalhava na pesca em alto mar. Ao lançar a malha um suporte de giro automático desprendeu-se atingindo sua perna. Sem carteira assinada, contrato de trabalho de boca, ressalta sua tia. Com a pandemia da covid 19 e também sem dinheiro não deu para cumprir agendamentos integralmente. Das outras necessidades de cuidados resultou pendências para o controle do vírus HIV.

Quebradura há dois anos, ainda drena secreção. Precisa de cuidados. Tia lamenta limitação do sobrinho para trabalhar e custear tanta despesa. Uma pessoa negra imersa num contexto de culpabilização que a colocam diante de barreiras que impedem, dentre os demais direitos sociais, seu direito de receber tratamento integral aos adoecimentos que lhe afetam a vida. Aqui no papel de enfermeira, no tempo ordinário do trabalho, até podemos dizer que temos um paciente e tia quilombola, mas "Como a gente se relaciona com esse outro que é diferente e marca uma diferença com você? O que significa diferença? – Desigualdade? Inferioridade? Você entendendo o outro tem elementos para se entender" (Gonzalez, 2018, p. 378).

Compreender determinadas realidades e epistemologias. Realidade local, das questões socioculturais explicitadas neste território amazônico, diverso e de peculiaridades plurais. Dentre problematizações e abordagens quais são a base de pensamento que norteiam as condutas opressivas

[4] Ver em https://drive.google.com/file/d/1Tns_G9HxXwSEqITc4mX79EZA79VNn5LB/view

e de humanidades negadas para determinados grupos. Ainda, como estas formas de pensar trazem obstáculos para as políticas públicas. Como trabalhar a compreensão de âmbito global para pensar regionalmente, localmente. Como problematizar outras questões relacionadas a estruturas de dominação que recai sobre a sociedade e o estado.

A outra personagem/interlocutora usuária do serviço. Dos registros de campo correspondentes aos anos 2021 e 2022. FHP tem 30 anos, parda, servidora pública municipal. É Pessoa Vivendo com HIV (PVHIV) desde o nascimento, junto com sua irmã gêmea. Parceiro (convivem há 12 anos) e os três filhos são soronegativos para HIV. Faltosa desde 2019. Quarta gravidez. Na consulta de enfermagem diz ter tentado laqueadura, sem êxito. Encaminhada para pré-natal especializado em outro estabelecimento materno infantil e adolescência. Via telefone relata alegria em ter conseguido retirar as trompas. Enfatiza que ela e sua mãe imploraram por este procedimento há tempo esperado. Quarto parto cesáreo. Profilaxia com antirretrovirais para a criança, alimento fórmula láctea (Diário de campo, UREDIPE, set.2021 e mai. 2022).

FHP apresenta adesão ao tratamento prejudicada. Marido trabalha de bico. Vivem em casa alugada. Mora em um município que tem serviço especializado para sua situação de PVHIV. Mas teme violação do sigilo da sua condição sorológica naquela localidade. No prontuário constam informações pertinentes ao diagnóstico, tratamento, profilaxia da transmissão vertical, terapia antirretroviral em gestantes. Bem como informações que envolvem seus anteriores períodos gravídicos. Sua mãe e irmã também são assistidas pela UREDIPE, igualmente apresentam dificuldades para aderir ao tratamento.

Avanços no acesso à prevenção, diagnóstico, tratamento e cuidados eficazes. A infecção pelo HIV tornou-se uma condição de saúde crônica gerenciável. A região norte desponta em taxa de gestantes infectadas em dez anos segundo Boletim Epidemiológico HIV de 2020. Aponta também que Belém amplia taxa de detecção de HIV em grávidas e crianças abaixo de 5 anos de idade (BRASIL, 2020). A política pública segue a se efetivar, mas os desafios se interpõem exigindo maior presença da gestão estadual e municipal pela garantia além do manejo do diagnóstico no pré-natal e à melhoria da vigilância na prevenção da transmissão vertical do HIV. Neste aspecto, para Zélia Amador de Deus (2020) é necessário antever especificidade do sujeito de direito, em sua particularidade e peculiaridade:

> Conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada. Os grupos que carecem dessa proteção particularizada são aqueles vítimas de discriminações. A discriminação, suprimindo direitos fundamentais, os coloca em situação de vulnerabilidade. É neste cenário que negros, povos indígenas, mulheres, crianças e demais grupos passarão a ser visto nas especificidades e particularidades de sua condição. A cena, portanto, está pronta para que seja adotada uma nova concepção

> de igualdade. Neste caso, uma concepção substancial da igualdade, a igualdade material (Deus, 2020, p.102)."

As leituras de teorias decoloniais são consubstanciais para compreender situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais e reiteradas violações dos direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho (Spyer *et al.*, 2019). Literatura de contextualização sociopolíticos, culturais, locais e regionais, abordagem de gênero, raça, classe e de outras categorias de diferenciação. Caminhos e fluidez do pensamento a partir da centralidade de sujeitos negros, especialmente de mulheres negras. Há que se fortalecer produções que ultrapassem obstáculos diante das referências acadêmicas das Humanidades que vigoram marcadas por uma lógica eurocêntrica que hierarquiza o conhecimento e privilegia apenas uma vertente de pensamento, o Ocidental (Barreto, 2019).

Questões levantadas por estudos como o de Lélia Gonzalez (2018), por exemplo, suscitam necessidades de abordagens que possam contribuir com as nossas questões de doutoramento do mundo enfermático amazônico. Como um fio condutor e que abra portas para descolonizar entendimento sobre a realidade imposta pela dominação do poder, do saber, do ser, que em muito fundamentam nossa lógica epistêmica. Ao readequar, disciplinar por agenciamentos mascarados por histórias de heroísmo. Do que vimos das leituras complementares, Anibal Quijano (2005) consolida uma ponte analítica que aproxima destas epistemologias decoloniais e teoria crítica. "A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e (...) processos históricos (...) codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça" (Quijano, 2005, p.117). Firma parâmetro como a estrutura biológica para situar relação natural de inferioridade. Ideia de raça assumida pelos conquistadores, sustenta Quijano, como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia.

Do contexto apresentado, é fundamental trazer publicações que trabalham construções de conhecimentos dialógicos à linha de pensamentos de autorias que mobilizam a compreensão de ser e estar da enfermagem científica que pesquisa. E das discussões teóricas sobre o cotidiano do cuidado em saúde sob a ótica contra hegemônica do saber em um determinado território com o da Amazônia Paraense. Nesse sentido a leitura de Habitar o antropoceno, e o posicionamento político cultural de Jera Guarani (MOULIN, 2022) estabelece elo profundo com nuances dos determinantes sociais da saúde, iniquidades em saúde e justiça ambiental. Aportes significativos para entender a politização dos processos sociais de saúde-doença, por exemplo. Haja vista as condições de saúde de segmentos sociais situados em contextos espaciais de desigualdades socioeconômicas, ambientais e culturais.

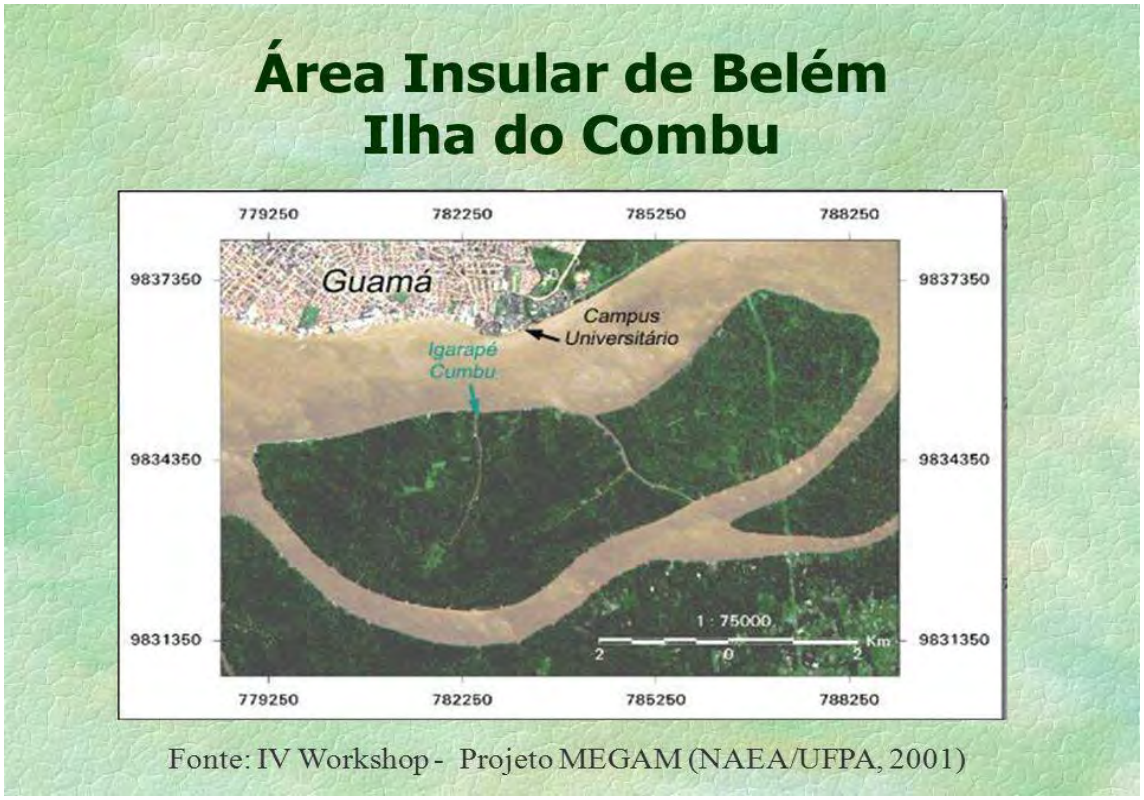
Da mesma forma Zélia Amador de Deus (2019) nos fomenta de embasamento teórico sobre a contexto de invisibilização das populações negras com destaque para as que vivem na região norte. Fala presente em Jornada das pretas 2022, sobre a existência de pessoas negras, censos demográficos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. E afirmações de que no Pará e no Amapá há considerável quantitativo de população negra (Oliveira, 2022). Propõe, portanto maiores aprofundamentos sobre o racismo e discriminação racial por parte da academia:

> Alguns antropólogos, muitas vezes, estão mais interessados em estudar as relações de parentesco, as manifestações folclóricas, a religiosidade e outras temáticas consideradas exóticas, enquanto as práticas racistas são sempre deixadas de lado. Os olhos não veem e, provavelmente, os corações não sentem. Ressalto que essa foi a regra na Academia, muitas vezes, pelo fato de a maioria dos pesquisadores acadêmicos ser originária dos grupos raciais dominantes. Acrescente-se a isso a falta de experiência desses pesquisadores com o racismo e a discriminação racial.
> Nesse caso, há de se considerar, também, o fato de que, em muitas situações, esses pesquisadores acadêmicos beneficiam-se do racismo e da discriminação racial, obtendo privilégios. E mais. A Academia tem-se pautado pelos valores eurocêntricos. Contudo, nem todos os brancos são essencialmente racistas. Felizmente existem muitas pessoas brancas – dissidentes de seu grupo de origem racial – que enfrentaram ou enfrentam o rigor da Academia nesse aspecto. Esses pagaram e muitos ainda pagam o ônus da rebeldia e, nem sempre, o objeto de suas pesquisas é considerado empreendimento relevante. Esses rebeldes costumam enfrentar, também, dificuldades com as agências de fomento e, muitas vezes, não conseguem apoio para desenvolver suas pesquisas (Deus, 2019, p. 19).

CUIDADOS DE ENFERMAGEM, ADESÃO AO TRATAMENTO E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DESCENTRALIZADA PARA O HIV/AIDS EM BELÉM

Políticas públicas e a saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas. Território da Amazônia. A cidade de Belém, capital do Pará (144 municípios) concentra 09 equipamentos de saúde direcionados para assistência ao HIV/AIDS. Destes equipamentos um está localizado no distrito D'água, bairro do Guamá que dá suporte logístico assistencial para a ilha do Combú (figura 01). E ainda há dois destes equipamentos que comportam especificidades na assistência (diagnosticam HIV e prestam acompanhamento ambulatorial com dispensa de medicamentos antiretrovirais). São eles: o Centro de Atenção à Saúde em Doenças Infecciosas Adquiridas/CASADIA que abrange Belém e as ilhas. E a outra é a UREDIPE, que assiste todos os municípios paraense incluindo Belém. Ambos localizado no bairro do Telégrafo.

Figura 01: Mapa localiza o bairro do Guamá nas confluências com a ilha do Combú, Belém/Pará, 2024.



Fonte: Imagem publicado no site Slid Player por Benício Santos[5].

O site do SICLOM GERENCIAL[6] destaca atualizações sobre unidades de saúde cadastradas e ativas que dispensam medicamentos antiretrovirais. Na plataforma de gerenciamento logístico consta que 33 municípios do Pará estão envolvidos no trato ao adoecimento provocado pelo HIV. Deste universo que abrange a descentralização da gestão e assistência às PVHA se efetiva desde 2023 em Belém. Concretamente acontece a descentralização assistencial ao HIV/AIDS nesta parte territorial do Pará. Estendendo-se por todo os lugares que circundam a cidade de Belém, envolvendo potencialmente a região das ilhas. É deste efetivo e substancial fato que coloca em cena um pouco da vivencia de duas trabalhadoras enfermeiras: uma da UREDIPE e a outra da Atenção Primária de Saúde. A contextualizar a dinâmica dos cuidados, tratamento e adesão das pessoas em condições de vida ribeirinha.

Conexões, convivência e interação entre sociedade, enfermagem e o dimensionamento da prática social desta profissão em território amazônico. Reflexões referentes a implementação de políticas públicas a partir dos agentes envolvidos nas elaborações e para qual população as políticas tem sido pensadas. Políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS, por exemplo, numa perspectiva da

[5] https://slideplayer.com.br/slide/3201405/

[6] Unidades Dispensadoras de Medicamento (UDM) ver em https://azt.aids.gov.br/ acesso em 30 mar. 2024

interseccionalidade de raça ou etnia, classe social, localização geográfica entre outros. As enfermeiras (figura 02) se conectam ao conversarem sobre PVHA em situação de abandono na UREDIPE e que aderiram ao tratamento no serviço próximo de sua morada ribeirinha.

Figura 02: Enfermeiras Marta Giane e Tatiane Serrão Paiva no cais da ESF Combú. Furo do Combú, Belém/Pará, 2024.

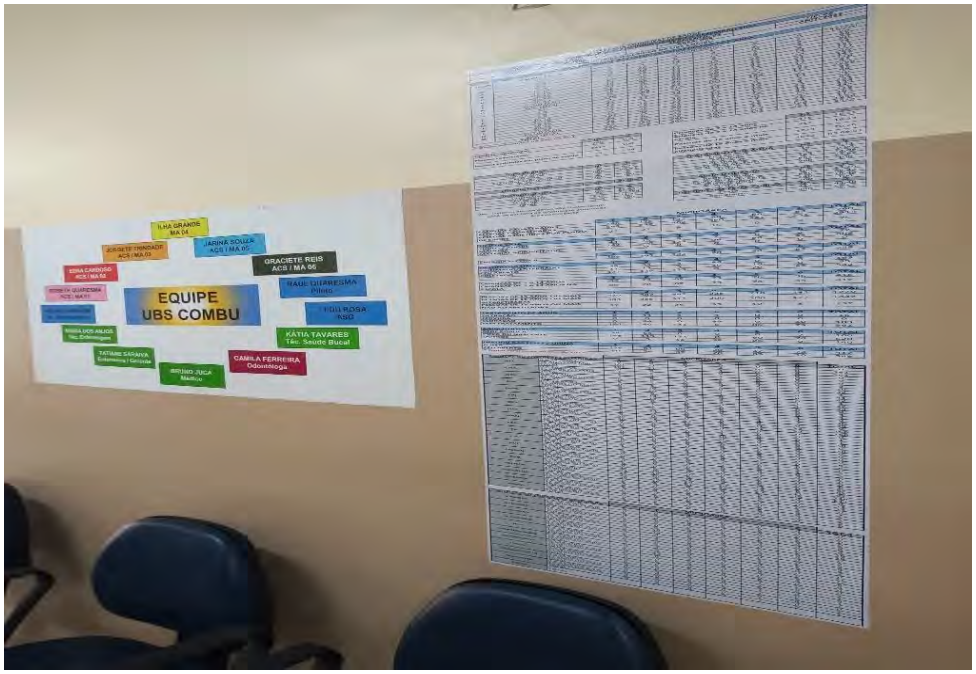


Fonte: Registro fotográfico do arquivo pessoal de Marta Giane Machado Torres.

Panorama situacional e implementação das políticas públicas frente aos desafios marcados pelo cotidiano urbano/periurbano e rural. Observações oriundas nas práticas/processos, estresses diários, fragilidades das redes comunitárias, na ausência de um suporte social, nas restrições de acesso, nas desigualdades e iniquidades do cuidado e assistência. Segue relato dirimindo aspectos do processo municipal de descentralização do tratamento de HIV/AIDS para um serviço de Estratégia Saúde da Família (ESF) ribeirinha.

A ESF Combú acompanha cerca de 03 mil ribeirinhos. Dentre os serviços de saúde recentemente foi incluso a Terapia Antirretroviral/TARV para o tratamento de 05 PVHA moradoras da ilha (figura 03), no ano de 2023. Por conta da dificuldade financeira e de transporte para chegar à CASADIA e UREDIPE em Belém 04 destas pessoas haviam abandonado o tratamento. Outra (52anos), devido apoio logístico da família (transporte fluvial/urbano) sempre teve boa adesão aos medicamentos e assiduidade às consultas/exames.

Figura 03: Painel apresentando equipe de trabalho e quadro de doença ou condição referida na parede do corredor da ESF Combú, Belém/Pará, 2024.



Fonte: Registro fotográfico do arquivo pessoal de Marta Giane Machado Torres.

Há 15 meses, entretanto, as pessoas de idade entre 29 anos e 45 anos, sendo 02 pardas e 03 negras retomaram o tratamento no seu lugar de morada e atravessando o rio já realizam os exames controle CV/CD4 na UMS Guamá (distrito D'ÁGUA). Fato esse que transformou a ESF Combú na primeira APS de Belém a descentralizar dispensação da TARV. Marco afirmativo para os cuidados entre serviço e as pessoas que estavam em situação de abandono. Ressaltando que há 08 meses a pessoa de 45anos se encontra indetectável (carga viral regredindo e melhora do sistema imunológico) e em união estável novamente.

O processo que incorporou importante serviço na ilha aponta perspectiva de vida com qualidade a essas pessoas. Que passaram a ter baixo custo financeiro e acompanhamento mais completo na APS. Entretanto há PVHA na área adstrita que optou por continuar em Belém. Teme violação do sigilo da sua condição sorológica para HIV. Registra a enfermeira assistente e gerente do referido serviço. Esta medida de descentralização viabilizou substrato para garantia da adesão à TARV e seu respectivo impacto na prevenção do HIV. Abrindo possibilidades que incide e vislumbra controle e erradicação da epidemia do HIV. A enfermagem tem importante participação nesta luta!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo levantou questões pertinentes à nossa vida acadêmica e consequentemente ao saber da enfermagem potencialmente exercido em território amazônico. Fomentado por elementos analítico balizadores da produção de tese em andamento. Este compreendido num cenário étnico/racial que pensa na realidade das relações de cuidados com a pessoa que está sob assistência da enfermagem. Para tanto, recorrendo à antropologia que valida outros conhecimentos. Ao reconhecer que existem outras maneiras de produzir o conhecimento sobre saúde e doença, para além da biomedicina.

As análises antropológicas abrangentes, possibilitou maior compreensão e crítica do pensamento científico. Importante contribuições para o campo da saúde e da enfermagem. Visto que permite relativizar conceitos biomédicos e mecanismos terapêuticos. Bem como manter-se antenada para as vias estruturantes das condições gerais de saúde. Para que se promovam redução das desigualdades de saúde e contribuição para o desenvolvimento de modelos alternativos ao desenvolvimento. Da saúde e a sobrevivência de culturas, ecossistemas e as várias formas de vida.

Através das obras estudadas, observa-se considerável atualização dos temas da socioantropologia no território local, nacional e internacional evidenciando o HIV/aids em seus múltiplos alcances e vivências. Entretanto, constata-se a necessidade de serem ampliados os estudos dedicados à população negra, aos indígenas e às expressões de gênero e sexualidade em sua pluralidade. Sendo importante estudar e pesquisar sobre a elaboração e implementação de políticas públicas a partir dos agentes envolvidos nas elaborações e para qual a população as políticas tem sido pensadas.

As reflexões apontadas ao longo do texto reafirmam que o racismo regula as relações entre pessoas, profissionais e gestores, assim como impõe fatores de risco extra biológicos. Uma vez que os sistemas de opressão em nossa sociedade, como os de raça ou etnia, classe social, localização geográfica, entre outras, discriminam e excluem indivíduos ou grupos de diferentes formas. É necessário que a produção de conhecimento se traduza em ações de serviços de atendimento, como o de proteção e promoção da saúde. Aberto a compreensão sobre identidades, sistemas de poder e como estes afetam as pessoas.

A produção deste estudo reafirma o desejo de que a Enfermagem se estabeleça nesse campo de conhecimentos e que também formule críticas incisivas aos conceitos e práticas reducionistas. Aplicado à territorialidade afro-indígena onde se fortalece o saber da enfermagem e intersecção entre morbidades e as políticas públicas afirmativas que subsidiam as ações de saúde e humanidades no recorte a que se imprime a infecção e adoecimento provocado pelo HIV/AIDS. Em conexão e

compromisso no combate de injustiças, eliminação do racismo e respeito à autonomia irrestrita dos povos originários.

.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro Henrique Melo. Reflexões sobre o cuidado integral no contexto étnico-racial: uma revisão integrativa. **Ciência Saúde Coletiva,** v. 25, n. 6, jun., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/KrF99wjct58jZrpqNNyxjRr/?lang=pt#ModalTutors Acesso em: 12 mar. 2023.

BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. **Rev. Cult**. Edição 247, 3 jul. 2019. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/ Acesso em: 11 fev. 2023.

BASTOS, Cristiana. A pesquisa médica, a SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência. **Análise Social**, vol. XXXII (140), p. 75-111, 1997. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221840737T0gOI1vv8Os93EO7.pdf Acesso em: 10 dez. 2023.

BASTOS, Cristiana. **Ciência, poder, acção: as respostas à SIDA**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde do. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Brasilia: Editora MS, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde do. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde do. **Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids.** Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CONRADO, Mônica Prates; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, n. 51, p. 213-246, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/21886-Texto%20do%20artigo-74425-1-10-20170403.pdf Acesso em: 05 mar. 2022.

DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antiracista**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020. (Coleção: Cultura negra e identidades)

DEUS, Zélia Amador de**. Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse**. Belém: Secult/PA, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

KRENAK, Ailton**. Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MILLER, Francisca de Souza. Entrevista com a Antropóloga Portuguesa Cristiana Bastos. **Revista Ayé**´, v. 4 n. 1, 2022. Dossiê: II Semana de Antropologia da UNILAB. Disponível em:

https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/1146/856 Acesso em: 10 dez. 2023.

MORA, Claudia et al. HIV/AIDS: sexualidades, subjetividades e políticas. Sexualidad, Salud e sociedade - **Revista LatinoAmericana**. n. 30 - dic. / dez. / dec. 2018 - pp.141-152. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/nnbnQFV9v5fCTTbYMpCCm4P/?format=pdf&lang=pt Acesso em: set. 2023.

MORAES, Thayse Moraes de**. Expressão geográfica da epidemia de HIV/aids em idosos no Pará: Período 2006 – 2015**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENF), Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: https://ppgenf.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/DISSERTA%C3%87%C3%83O_FINAL_(25.06.18).pdf Acesso em: 18 mar. 2024.

MOULIN, Gabriela et al. (Org.). **Habitar o Antropoceno**. BDMG Cultural/Cosmópolis, 2022.

NUNES JÚNIOR, Sebastião Silveira, CIOSAK, Suely Itsuko. Terapia antirretroviral para HIV/AIDS: o estado da arte .**Rev enferm** UFPE on line., Recife, 12(4):1103-11, abr., 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/231267/28690 Acesso em: 18 dez. 2023.

OLIVEIRA, Kris Herik de. A pesquisa em HIV/AIDS nas Ciências Sociais: uma análise das teses e dissertações brasileiras (1990-2018). **Temáticas**, Campinas, 28, (55): 227-270, fev./jun. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/art07-kris.pdf Acesso em: 12 dez. 2023.

OLIVEIRA, Beatriz. Zélia Amador: 'Não podemos traçar nossas lutas sem a ancestralidade'. **Nós**, 2022. Disponível em: https://nosmulheresdaperiferia.com.br/zelia-amador-nao-podemos-tracar-nossas-lutas-sem-a-ancestralidade/ Acesso em: 04 out. 2023

QUIJANO, Aníbal. **"Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina"**. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

SANABRIA, Guilhermo Veja. Ciência, justiça e antropologia no debate sul-africano da AIDS: produção de sensibilidades e regulação moral entre especialistas. Sexualidad, Salud y Sociedad - **Revista Latinoamericana,** n. 26 – ago, 2017 - pp.191-212. Disponível em https://www.scielo.br/j/sess/a/mkpyShTYPXJhN8zPSYCgvYx/?format=pdf&lang=pt

SILVA, Adailton da. **Corpo negro e saúde: um estudo sobre Afrobrasileiros, Aids e Ações afirmativas**. 318 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/Tese_AdailtonSilva_PPGAS.pdf Acesso em: 21 dez. 2023

SPYER, Tereza; MALHEIROS, Mariana; ORTIZ, María. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. **Revista Epistemologias do Sul,** v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019.

TORRES, Marta Giane Machado. **Enfermagem e a socioantropologia do HIV/AIDS na Amazônia paraense: mulher, parto, transmissão vertical em fragmentos de um diário de campo**. In: Anais do 13º Congresso brasileiro de Saúde Coletiva, 2022, Salvador. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: https://proceedings.science/abrascao-2022/trabalhos/enfermagem-e-a-socioantropologia-do-hivaids-na-amazonia-paraense-mulher-parto-tr?lang=pt-br Acesso em: 18 fev. 2024.

TORRES, Marta Giane Machado; SANTOS, Antônio Luís Parlandin. Educação, ambiente e interculturalidades do nosso viver amazônico: vivência pelo bem viver! **Revista Humanitas**, v. 2, n. 1/2, 117-136, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/User/Documents/DOC.%20DOUTORADO/Atigo%20humanitas%20-%20Marta%20GianexAntonio%20Parlandin.pdf Acesso em: 25 jun. 2023.

VEGA SANABRIA, Guillermo. Ciência, justiça e antropologia no debate sul-africano da AIDS: produção de sensibilidades e regulação moral entre especialistas. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, [s.l.], v. 26, p. 191-212, 2017.

VEGA SANABRIA, Guillermo. **Ciência, justiça e cultura na controvérsia sul-africana sobre as causas e tratamentos da AIDS**. 2013. 275 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/72/teses/824395.pdf

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

Modalidade: Comunicação Oral

Comunidade em festa: ancestralidade e turismo

Stephanni Gabriella Silva Sudré[1](UFNT),
Silvio Lima Figueiredo[2](UFPA),

RESUMO: O foco deste estudo é refletir acerca das práticas sociais estão presentes em festas quilombola e suas confluências para o turismo. Em vista disso, o presente estudo tem como objetivo principal analisar as práticas originais-ancestrais em festa da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, no norte do Tocantins. Nesse contexto, estabelecem-se os objetivos específicos: caracterizar as festas quilombolas e identificar as funções das festas quilombolas na comunidade e no turismo. Como procedimento metodológico, foram utilizados métodos de geração e análises de dados interdisciplinares e qualitativos com base na pesquisa social na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, no norte do estado de Tocantins. Contudo observou-se que as festas quilombola podem ser compreendidas como redes dinâmicas que promovem a reafirmação da autonomia e a organização comunitária e tornam-se fundamentais para a realização de experiências turísticas de base comunitária na Comunidade pesquisada. Nesse sentido, é possível observar que surge assim uma novas visões sobre o Turismo, que se direcionam à realidade das práticas das comunidades, as quais sejam determinadas pelo protagonismo e pelos valores ancestrais-originais quilombolas.

Palavras-chaves: Quilombola. Ancestralidade. Festas. Turismo.

I. Introdução

O desafio em todas as comunidades quilombolas pressupõe uma forma de viver e de agir que busca ferramentas que garantem as perspectivas de valores comunitários de autogestão, organização social. O protagonismo das comunidades deve ser entendido em quaisquer programas ou atividades que visam favorecer um grupo étnico.

Algumas alternativas se destacam no universo das comunidades quilombolas, dentre elas o turismo, pelo seu potencial em fortalecimento do grupo, na medida em que demanda a autogestão e participação comunitária. Tais esforços surgem devido à identificação e são determinados por valores étnicos, e expressões culturais autênticas, em meio a paisagens naturais conservadas, que são aspectos potenciais para o turismo. Assim, a atividade turística nas comunidades quilombolas posiciona-se por considerar relevante a narrativa do sujeito, enquanto demonstração de suas manifestações e saberes.

[1] Centro de Ciências Integradas, Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT, Brasil. Email:stephanni.sudre@ufnt.edu.br
[2] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email:silviolimafigueiredo@gmail.com

As regiões turísticas do Tocantins, através da força política e do mercado, buscam promover-se como destino de belezas naturais (ecoturismo), de economia criativa (artesanato) e das vivências nas comunidades tradicionais, especialmente pelas comunidades quilombolas.

Da região norte do estado do Tocantins, na Região dos Vales do Grandes o que se conhece abrange nacionalmente, as áreas balneárias entre os rios Araguaia e Tocantins, dedicado ao turismo regional através das cachoeiras, praias fluviais, ilhas naturais e lagos artificiais, são atrativos de presença frequente nos roteiros turísticos. Muitos movimentos são identificados nesta região, em particular das comunidades quilombolas, que influenciam o fluxo turístico regional através das festas e têm ampla ressonância nos ciclos de visitação da região.

Neste contexto, em que se identifica este trabalho, teve como objetivo entender a inter-relação entre as comunidades quilombolas em festas e possíveis entrelaces com à visitação turística, na região norte do Tocantins e analisar a percepção da comunidade sobre a maneira que o turismo se estabelece nas festas.

De mesmo modo, admite-se apresentar as expectativas para o turismo que se eleva nas comunidades quilombolas por meio das práticas, que mesmo se aproximando do turismo cultural se ganha vertentes na educação patrimonial, atraído pelas facetas da comunicação social e o encontro cultural.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável em Trópicos Úmidos do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia na Universidade Federal do Pará – UFPA/NAEA, em colaboração com o Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT.

II. Fundamentação teórica

2.1 Festas representações rituais e simbólicas

A festa é, então, um tipo específico de ação conjunta, é, sobretudo, nas palavras de António Ariño (Villarroya, 1992, p. 15) "ação simbólico-ritual, cíclica, recorrente e periódica, e deve ser "[...] entendida como um produto social que expressa e refletem os valores, crenças e até interesses do grupo ou grupos que o lideram".

A festa "[...] não se situa dentro do tempo ordinário da sociedade" (Ortiz, 1980, p. 15), é um corte no cotidiano, e pode ser definido como um marcador da vida de uma comunidade, que reúne "o sagrado e o profano, divino e humano, poder eclesial e poder real vida e morte, mundo de cá e mundo de lá, individual e coletivo, etc." (Perez, 2008, p. 39).

É um procedimentos artísticos de congregação de gestos, falas, músicas e danças, que marcam ritmadamente a história de um povo, através de performances inconscientes que surge de um conjunto de pessoas, dentro de uma duração, para ser assistida por outras pessoas (Goffman, 1985).

Para Moesch citando Maffesoli (1996, p.26), pode-se dizer que:

> O fato culinário, o jogo das aparências, os pequenos momentos festivos, as deambulações diárias, os lazeres não podem ser considerados elementos sem importância ou frívolos da vida social. Expressão das emoções coletivas, eles constituem uma verdadeira "centralidade subterrânea", um irreprimível querer viver, que convém analisar.

As representações simbólicas revelam-se na festa, estabelecem uma atmosfera ritual diferente da vida cotidiana da comunidade, levando os participantes a um momento e/ou uma característica limiar que provoca o fortalecendo o sentimento de grupo (Turner, 1974) e/ou a coesão social (Durkheim, 2003).

Nos rituais, as festas expõem metáforas da vida humana, com o foco no poder representativo e transcendente, e coloca-se como os entendimentos e experiências comuns que podem ser gerados no convívio social (Turner, 2005). E acontece na brincadeira e no reencontro em "uma espécie de ingênuo e poderoso maravilhamento por algum tempo de partilha da alegria por se estar 'ali', vivendo 'aquilo' entre todos (...)" (Brandão, 2010, p. 29).

É um "momento de verdade em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação de mundo, e até filtra metaforicamente todas as suas tensões"(Vovelle, 1987, p. 246).

> "Isso significa um tratamento especial de determinados acontecimentos, que é justamente o que possibilita uma reflexão sobre acontecimentos que a vida cotidiana não permite ... O ritual vai além de uma ação repetida de fórmulas não transformáveis, mas na redefinição de símbolos culturais a partir da reflexão sobre os acontecimentos que a vida cotidiana não permite". (Montoya, 1985, p. 161).

Ainda que pareça um fenômeno de distanciamento da realidade ou fuga, cujo resultado seria negar ou reiterar ao modo pelo qual a comunidade se encontra organizada, as festas podem "estabelecer a mediação entre a utopia e a ação transformadora, pois através da vontade de realização da festa muitos grupos se organizam, em nível local, chegando até mesmo a crescer política e economicamente, mesmo que em modo local" (Amaral, 1998, p.11).

Neste momento de "aproximar dos indivíduos, de colocar em movimento as massas e suscitar um estado de efervescência, às vezes até de delírio que não deixa de ter parentesco com o estado religioso" (Durkheim, 2003, p. 417).

Para Sousa (2017, p. 87), o lugar festivo constitui como uma instituição discursiva que, através das narrativas trazidas pelos rituais das festas e "define uma maneira de se conceber a história de vida de um lugar". Para a autora a memória festiva seria, portanto, "fruto de uma disputa de sentidos que negocia e elege as narrativas válidas sobre a biografia de um espaço".

> [...] uma produção do cotidiano, uma ação coletiva que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objetivo que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes de uma determinada identidade. Festa é a confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes. Festa, portanto, produz identidade. (Guarinello, 2001, p. 973).

Para Oliveira (2007, p. 23), "geralmente o viver na festa demonstra a força de uma coletividade". Observa-se que as festas transformam os espaços em que elas incidem ou ocorrem. E ressalte-se que apesar da atividade turística e das festas serem efêmeras, elas marcam significativamente seus territórios (Almeida, 2011).

Nesse sentido, os festejos da cultura popular são considerados bens patrimoniais de natureza imaterial que englobam outros bens patrimoniais como a gastronomia, as danças, as músicas e adereços que identificam o lugar e são produzidos e compartilhados durante os festejos (Cruz et. al, 2008).

Falcon e Melendez (2001) dizem que as festividades e as celebrações são essenciais para a vida do homem e que pelo caráter social que têm, contribuem para a vitalidade do cotidiano e que são indispensáveis para a saúde da comunidade. Diz também que os integrantes mais jovens destas comunidades, que não tiveram a experiência passada, podem sentir-se parte integrante deste processo através destas celebrações.

2.2 Turismo e as festas culturais

O turismo é tradicionalmente entendido como tudo que envolve as práticas de viagens, e se estabelece através das manifestações dos agentes diretos e indiretos. E na perspectiva de atividade econômica essencialmente empresarial, se torna um vetor de desenvolvimento para os destinos, que vê as festas com uma face do planejamento e organização dos atrativos.

"É tempo de consolidar entre nós a prática da interpretação do patrimônio para propiciar o desenvolvimento cultural das comunidades e fortalecer o turismo sustentável." (Murta; Albano, 2002, p. 11).

É de interesse turístico conhecer, valorizar e utilizar-se dessas práticas culturais como atrativo para a viagem (Cruz et al, 2008). O turismo pode ir além de se apresentar na busca por experiências de viagens por meio de roteiros, e propiciar momentos singulares, únicos, com destaque

as vivências que favorecem o contato direto com comunidades locais e a divulgação das práticas culturais (Leite et al., 2019).

Abramo (1979) menciona que a pesquisa social interdisciplinar apresenta-se na fronteira de dois ou mais campos do conhecimento, e a presente pesquisa se coloca entre a cultura e o turismo. O complexo conjunto de relações e a amplitude dos problemas socioambientais apresentam necessidades de campos teóricos e científicos que percebam a realidade nas suas dimensões de forma interdisciplinar e sistêmica (Sachs, 2000).

Para Moesch (2000, p. 14) "A interdisciplinaridade, fundamental à análise do turismo como fenômeno social, cultural, comunicacional, econômico e subjetivo, avança as fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo do saber". E devem decorrer sedimentando as teorias "tijolo por tijolo" do campo do turismo, em sua estrutura e formação como disciplina da ciência, e tem sido "chamado a assumir um papel verdadeiramente interdisciplinar no mundo acadêmico" (Jafari, 2005, p. 50-51).

O turismo nunca negou as dificuldades de teórico-metodológica da interdisciplinaridade no turismo (Barreto, 2005; Dencker, 2007), talvez pela epistemologia do turismo (Ansarah, 2002), pela fragmentação de seus estudos (Trigo, 2001); complexidade dos seus agentes como o próprio turista (Krippendorf, 2000; Urbain, 1993), e por não se restringir aos fatos sociais (Durkheim, 1972), integrando os aspectos essenciais psicológicos e comportamentais (Wahab, 1988).

O turismo e o poder simbólico, cooperação comunitária, lutas e resistências, que demonstra em sua obra a possibilidade de inversão da lógica e institui nova categoria de análises do turismo (Figueiredo, 2022).

O turismo utiliza-se da cultura como recurso com os Bens culturais imateriais como literatura, música, folclore, línguas, costumes, tradições, símbolos, etc e os Bens culturais materiais como templos, castelos, conjuntos urbanos, artesanatos, pinturas, roupas, esculturas, etc. e Bens materiais e imateriais como a gastronomia e as festas.

O turismo através das festas pode ganhar significados múltiplos que se distanciam da superficialidade muitas vezes proposta, considerando as práticas culturais e de lazer como oportunidade de percepção social, conhecimento, enriquecimento e fortalecimento local.

As festas culturais são fortemente associadas a este aspecto do turismo, segundo Trigueiro (2007) o mundo está constantemente criando, reinventando novos significados culturais através das festas, com isso nascem, as festas natalinas, carnavalesca, juninas e tantas outras, que estão sendo influenciadas pelos interesses dos negócios culturais e do entretenimento.

"Os acontecimentos e os objetos produzidos pelo povo, antes restrito ao seu meio, receberam o interesse de outras organizações sociais, dentre elas o setor do turismo, transformando-se em produtos comercializáveis no campo do entretenimento" (Sicrist, 2007, p. 85). Sendo inseridas no contexto da sociedade midiática e comunicacional, as festas podem ser polissêmicas, multicoloridas e alegóricas, servindo de atrativo não só a comunidade local, mas pessoas de outras comunidades e turistas.

O setor tem sentido a necessidade de evolução das reflexões teórico-prático, pois se observa que a concepção construída pelas empresas e governos ao longo da história, não responde totalmente a muitas das questões que o turismo apresenta para a sociedade, como acontecem nas interpretações das festas culturais.

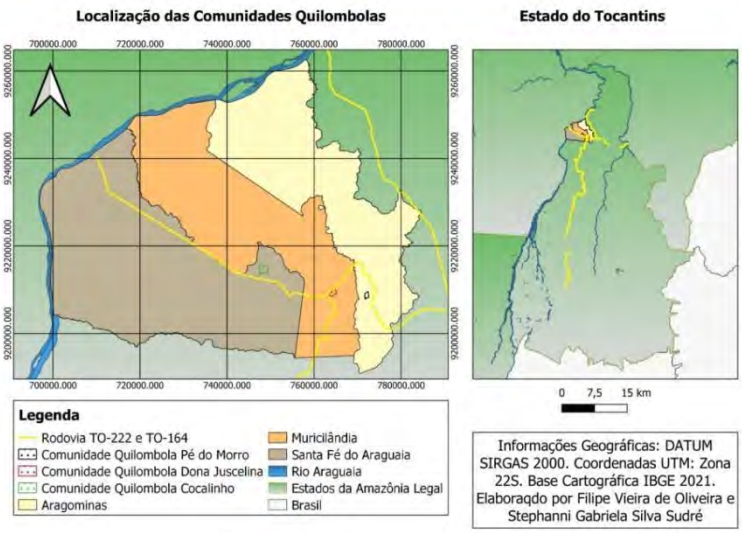
A apropriação da festa pelo turismo é uma dissimulação moderna que tende a ser atrativa e perigosa, que utiliza da perspectiva da exploração das conveniências e constitui espécie de controle sobre os acontecimentos da vida coletiva (Silva, 1995; Farias, 1998). A festa e o turismo vão para além da prática do lazer e devem ser compreendidos pela existência social num espaço e um tempo determinado e carregam significado próprio na história local.

III. Metodologia

As comunidades quilombolas estão na formação histórica e cultural do estado do Tocantins, são ao todo 44 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares no Tocantins, e mais outras dezenas de processos reconhecidos (Sudré et. al., 2021). No meio norte são seis as comunidades: Comunidade Quilombola Pé do Morro; Comunidade Quilombola Cocalinho; Comunidade Quilombola Baviera; Comunidade Quilombola Dona Juscelina; Comunidade Quilombola Grotão; Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente.

A comunidade estudada é a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, localizada em Muricilândia, no norte de Tocantins, que é margeada pela rodovia regional TO-222 que liga a rodovia BR-153 (Rodovia Transbrasiliana). Foi reconhecida em 2010 pela Portaria Interna da Fundação Cultural Palmares (FCP) nº 98 de 26 de novembro, e hoje conta com um grupo de 356 famílias.

Figura 1 - Localização das Comunidades Quilombolas da região norte do Tocantins.



A metodologia empregada nesta pesquisa terá como ponto de partida na pesquisa bibliográfica com revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessitará estudos e análises pelos pesquisadores e bolsistas que irão produzir trabalhos científicos e reunir e analisar textos publicados, para apoiar o projeto. A pesquisa de campo se deu durante a Festa Da Abolição de 13/05/2023, com a observação participante e Entevista de História Oral com três Griôs da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

IV. Resultados

As comunidades quilombolas do norte do Tocantins têm entre suas práticas culturais as festas que constituem momentos de convivência e através dos saberes e fazeres locais e se organizam coletivamente em um calendário diverso, seja por festas, festejos, festivais, shows, encontros ou reuniões, ou com motivação recreativa, religiosa, esportiva ou comunitária, etc.

O turismo compõe o complexo conjunto da realidade social global, considerando seu "tamanho" desdobrando-se em diferentes formatos a partir dos sujeitos que ofertam e dos que o vivenciam como turistas. Nesse universo múltiplo e dinâmico, o turismo conquista significativa visibilidade, configura-se como parte do turismo cultural tendo como atratividade as características culturais étnicas. Em meio ao turismo étnico podem-se encontrar diferentes etnias compostas por quilombolas, ribeirinhos, indígenas, dentre outros grupos, que em si também se subdividem.

A comunidade pesquisada apresenta práticas sociais que motivam a visitação na localidade e todas elas acontecem por meio das festas, que mesmo se aproximando do turismo cultural ganham as vertentes da educação patrimonial, motivado pelas facetas da comunicação social e o encontro cultural. Que através da coordenação do turismo de forma comunitária, estabelece o ambiente de

autodeterminação e apropriação dos dizeres e do turismo com baixa intensidade de intervenção externa demonstrando originalmente sua produção cooperativa.

Os membros da comunidade demonstraram interesse pelo tema de Turismo, e um dos participantes menciona que as festas são marco para a comunidade com o fortalecimento comunitário, e muitas das visitações a pessoa vem ver e conhecer suas origens e nós revivemos as nossas origens.

A ancestralidade apresenta contornos para o turismo que estruturam mecanismos de resistência necessários diante dos frequentes ataques que as comunidades quilombolas vêm sofrendo nos últimos anos. E todo encontro é uma oportunidade de construção de projetos e ações de melhoria para a comunidade, lembrando-se da importância e o compromisso da comunidade em dar continuidade aos projetos que recebem.

O turismo é um assunto que chama atenção, nossa comunidade precisa muito de orientações, isso porque se de um lado já fazemos parte do turismo de outro o turismo é um assunto novo. E a comunidade apresenta diversas práticas culturais de interesse da educação patrimonial e o turismo, através das festas tradicionais com culinária, dança, música, artesanato, literatura, religiosidade, e outros aspectos do patrimônio da cultura quilombola. O patrimônio natural está presente na comunidade e se apresenta para o turismo com a riqueza também com a presença do rio favorecido pelos eventos, a pesca artesanal, a culinária regional e as temporadas de praia no rio Murici.

As festas como principais abordagens dos quilombolas para o turismo são atividades periódicas e tradicionais dessa comunidade, que se organizam em seus momentos de integração coletiva, manifestam suas expressões culturais entre a temporalidade e a espacialidade do mundo real e ritual. As festas ampliam as oportunidades de relação entre a produção dos saberes e a ocupação dos espaços por grupos sociais que buscam assegurar a reprodução de suas marcas identitárias, utilizando o campo da cultura para o 'refazimento' comunitário, buscando nos espaços de memória as lembranças e saberes em torno da história, com momentos de convivência e construção coletiva.

Em uma abordagem multidimensional as práticas culturais envolvem as festas, por meio dos símbolos, lugares, objetos e a interação social dos agentes locais. Contudo, é necessário entender a relação entre a produção dos saberes quilombola e turismo como espaço de vivências coletivas criadas a partir das festas, que formam o ambiente formado pela sociabilidade da dança, canto, as comidas, conversas e religiosidade.

As festas na comunidade quilombola poderão colaborar com a construção e debate sobre os caminhos para o turismo aliado às questões socioambientais das comunidades quilombolas, na tentativa de lidar com as limitações de autogestão, autodeterminação, reconhecimento, conscientização social, justiça social entre outros.

A visão da comunidade sobre as festas está estreitamente ligada à capacidade de representação da ancestralidade negra e das origens afro-brasileiras, e atuam como ferramentas de educação, consciencialização e união.

V. Considerações Finais

As alternativas e oportunidades de enriquecimento da compreensão do turismo podem surgir do reconhecimento dos saberes e fazeres tradicionais, e para tanto, encontraram inúmeras implicações estruturais para a valorização destas atividades culturais.

A divisão gradativa com a reprodução conceitual do turismo exclusivamente pelas experiências empresariais e governamentais deverá marcar através das festas sua reconfiguração como atividade comunitária, por meio de propostas autônomas de legitimamente, autenticidade e originalidade de atuação no turismo.

E nesse contexto, que o presente trabalho se posiciona numa perspectiva crítica e de ruptura aos modelos de turismo e pela valorização das práticas que emergem a partir de dinâmicas, lugares e valores socioculturais como os presentes nas festas quilombolas.

O turismo construído pelas comunidades quilombolas através das festas tradicionais posiciona-se com distanciamento dos modelos de mercado, e apresentam a essência das práticas culturais dos povos quilombolas, e contribuem como produção e organização comunitária. E, assim, observa-se que através das vivências, hospitalidade ancestral e a memória cria-se uma manifestação do encontro e estreitamento dos laços comunitários, onde a coletividade e a partilha são fatores de comemoração e fortalecimento.

E entre as inúmeras práticas culturais as festas representam o conjunto etnográfico da história e da cultural de um povo, que une crenças, hábitos e tradições dos saberes quilombolas, revelados na culinária, nas danças, no artesanato, nas encenações, nos ritos, celebrações e demais manifestações. E possuem o significado de existência, identidade e pertencimento, em que no mesmo espaço-tempo dialogam e jogam entre si, e vem consolidar referências do grupo e alicerce da memória coletiva.

Contudo, o presente estudo demonstrou que a despeito de não terem sido constatadas como agentes do turismo na região, mobilizam visitantes e viajantes, desde suas concepções iniciais,

através de encontros, interações, comemoração e festas, por inúmeros motivos ligados à ancestralidade quilombola.

VI. Referências bibliográficas

ABRAMO. P. In: HIRANO, S. (Org.) **Pesquisa social**: projeto e planejamento. Biblioteca Básica de Ciências Sociais. v. 1. n. 2. TAC: São Paulo. 1979.

ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. **Revista Palmares**, v.1, n.5, p. 163-182. Brasília: FCP, Ministério da Cultura. 2000.

AMARAL, R. de C. Festa à Brasileira: Significado do festejar, no país que "não é sério". **Tese** (Doutorado em Antropologia). FFLCH/USP. 1998.

ANSARAH, M. G. R. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria** – reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil. São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETO FILHO, H. T. Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política. In: **Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. Parati: Rio de Janeiro. 2005.

Brandão, C. R. (2010). **Prece e folia**: festa e romaria. Aparecida, SP: Ideias & Letras.

CRUZ, M. S. R.; Menezes, J. S.; Pinto, O. (2008, dezembro). Festas culturais: tradição, comidas e celebrações. **I Encontro Baiano de Cultura** – I EBECULT – FACOM/UFBA.

DENCKER, A. F. M**. Pesquisa em Turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 2007.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia.** 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003.

FALCON, L. M., MELENDEZ, E. Diferenças raciais e étnicas na procura de emprego nos centros urbanos. In: O'Connor, C. Tilly e LD Bobo (org.). **Desigualdade urbana**: evidências de quatro cidades (341-371). Nova York: Fundação Russel Sage. 2001.

FARIAS, E. O Desfile e a Cidade: O Carnaval Espetáculo Carioca. **Dissertação de Mestrado**, IFCH/Unicamp, Campinas. 1995

FIGUEIREDO, S. J. L. Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. Revista Franco-brasileira de Geografia. Confins, 54 (1). **Dossiê Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas**. 2022. Resgatado de: https://journals.openedition.org/confins/45154

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes. 1985.

GUARINELLO, N. L. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: Jancsó, I.; Kantor, I. (Org.) **Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. (2) 1, 969-975. São Paulo: Hucitec. 2001.

JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. **Política y Sociedad**, 42(1), 39-56. 2005. Recuperado de: https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0505130039A

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo. Ed. Aleph. 186 p. 2000.

LEITE; A. F. R., LAMAS, S. A., NÓBREGA, W. R. M. Sistemas de gestão ambiental e competitividade: uma análise de múltiplos casos em meios de hospedagem de Natal – RN. **Turismo visão e ação**. (21) 1. 2019. Recuperado de: https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/13750

MAFFESOLI, M. No fundo das aparências. Petrópolis, Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Vozes. 1996.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000b.

MONTOYA, A. R. **Conquista espiritual**. Porto Alegre, RS, Brasil: Martins Livreiro. 1985.

MOURA, G. **Festa dos quilombos**. Brasília, DF, Brasil: Editora Universidade de Brasília. 2012.

OLIVEIRA, C. D. M. de**. Festas populares religiosas e suas dinâmicas espaciais**. Mercator, (11)1, 23-32. 2007.

ORTIZ, R. **A consciência fragmentada**. São Paulo, SP, Brasil: Paz e terra. 1980.

Perez, L. F. Festas e viajantes nas Minas oitocentistas. Comunidade virtual de Antropologia. Anais do **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. 2011. São Paulo, Recuperado de: http://www.antropologia.com.br/arti/arti39.htm

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2000.

SIGRIST, M. Folkcomunicação turística. In Gandini, S. L., Woitowicz, K. J. **Noções Básicas da Folkcomunicação**: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões. (p. 85-88). Ponta Grossa, PR, Brasil: UEPG. 2007.

SILVA, A. F. Festa e turismo: cenário de imagens e da apropriação. In Figueiredo, S. J. L., Azevedo, F. F., Nóbrega, W. R. M. (org.). (2015). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém, PA, Brasil: NAEA/UFPA. 2015. Recuperado de: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/16.

SOUSA, P. M. **A festa do Divino Espírito Santo**: memória e religiosidade em Natividade (TO). Editora Fi: Porto Alegre, RS, Brasil. 2017.

SUDRÉ, S. G. S., CALDEIRA, R., SIARES, T. D. (2021). Culinária Tradicional Quilombola: expressões culturais e potencialidades turísticas da Comunidade Cocalinho-Tocantins. **Revista Ágora**. Revista de História, Geografia e Gastronomia. Recuperado de: http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index

TRIGO, L. G. G. In: TRIGO, L. G. G. **Turismo:** Como aprender, como ensinar. 2.ed. São Paulo: Senac, 2001.

TRIGUEIRO, O. A espetacularização das culturas populares. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, (3) 5, 2008.Recuperado de: https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/18642.

TURNER, V. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes. 1974.

_____. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Niterói, RJ, Brasil: EdUFF. 2005.

URBAIN, J-D. **El Idiota que Viaja**. Madrid: Endymion, 1993.

Villarroya, A. A. **La ciudad ritual**: La fiesta de las fallas (1st ed.). Madrid: Anthropos. 1992.

WAHAB, S. **Introdução à Administração do Turismo**. São Paulo, ed. Biblioteca Pioneira, 1977.

VII. Agradecimentos

Agradecemos inicialmente o acolhimento da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Agradecemos a Universidade Federal do Pará, especialmente o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pelo suporte na análise dos dados.

Agradecemos o Grupo de Pesquisa Científica no CNPq, "Turismo, Cultura e Meio Ambiente" e estudos em andamento da Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia (TPP PAN-AMAZÔNIA).

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

PISTAS HISTÓRICAS DECOLONIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA TRANSMODERNIZADORA E ANTIRRACISTA

André Benassuly Arruda[1] (UNIFESSPA),
Flávia Cristina Silveira Santos[2] (UFPA)
Ronilda Bordó de Freitas[3] (UFPA)
Tess Rafaella Lobato de Oliveira[4] (UFPA)

RESUMO: O texto busca analisar criticamente a psicologia latino-americana, com ênfase na brasileira, dentro do contexto da descolonização das ciências humanas. Aborda a influência da modernidade e do racismo que lhe é constitutivo na prática psicológica, destacando a visão de Martín-Baró sobre a formação de subjetividades individualistas e a negligência das dinâmicas geopolíticas. Primeiramente, destaca-se o papel do cartesianismo na formação das epistemologias ocidentalizadas e suas relações com os genocídios dos corpos e epistemicídios dos saberes em face ao colonialismo, bem como seus efeitos contemporâneos atualizados como colonialidades do ser, do poder e do saber com base nos estudos de autores como Dussel, Crosfoguel Mignolo, Santiago Castro-Gomez, Maldonado-Torres e Boaventura de Souza Santos. Propõe-se a descolonização de algumas categorias psicológicas em direção a um projeto transmodernizador para se repensar as políticas da psicologia a partir de uma perspectiva sul-trans e em consideração de uma abordagem mais contextualizada e antirracista.

Palavras-chaves: história decolonial, transmodernização, psicologia, antirracismo.

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo contribuir no processo de crítica e de descolonização das ciências humanas com um recorte específico em relação à psicologia latino-amaricana, mais especificamente a brasileira.

Seguindo as problematizações de Foucault (2005) e Nikolas Rose (2011), partimos do pressuposto que uma das principais tecnologias utilizadas no neoliberalismo – e das relações racistas que lhes são inerentes como modernidade (MIGNOLO, 2017) – para o governo das populações é a psicologia, uma vez que esta tem permitido formas de controle pela chave da subjetivação economicista, onde o sujeito é visto como empresa se relacionando (competindo) com outras empresas (sujeitos). Nesta competição promovida pelos processos de subjetivação neoliberal, o individualismo e o racismo são componentes fundamentais para a manutenção dos privilégios de uns poucos e a subalternização de outros muitos.

[1]Curso de Psicologia, ICBS, UNIFESSPA, Brasil. Email: arruda.belem@gmail.com
[2]Curso de Psicologia, PPGP, UFPA, Brasil. Email: fflavialemos@ufpa.br
[3]Curso de Psicologia, UFPA, PPGP, Brasil. Email: ronilda123bord@gmail.com
[4]Curso de Psicologia, UNAMA, PPGP, Brasil. Email: tessrafaelladeoliveira@yahoo.com

Afunilando e demarcando geopoliticamente nossa discussão, Martín-Baró (1997, 2013) nos afirma que a psicologia produzida de uma forma geral na América-Latina se caracteriza pela contribuição na constituição de subjetividades individualistas. As explicações das ações por processos intrapsicológicos são fundamentais, pois obstaculizam análises por uma chave geopolítica das formas de pensar, agir e sentir bem como dos sofrimentos psíquicos (MARTÍN-BARÓ, 1996, 2013). Nesta empreitada de questionamento da colonialidade utilizamos a historiografia de Dussel, Mignolo, Crosfoguel, Santiago Castro-Gomez, Maldonado-Torres e Boaventura de Souza Santos, entre outros pesquisadores que se alinham no estudo do colonialismo e suas formas de genocismo/epistemicídios e que resultam em uma colonialidade moderna do poder, do saber e do ser fundamentados sempre no cartesianismo. Na direção proposta, foi objetivo do texto investigar como as epistemologias ocidentalizadas foram forjadas desde o início do colonialismo através de genocídios e epistemicídios para compreender seus desdobramentos atuais como colonialidade contemporânea. Na sequência, adentramos no campo da psicologia contemporânea para apresentar possibilidades de descolonização de algumas suas categorias em prol de um projeto transmodernizador neste campo do saber.

2. A IMATERIALIDADE DO EU CARTESIANO E A NÃO LOCALIZAÇÃO DOS SABERES: A EGOPOLÍTICA CONTRA GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

As pesquisas realizadas por autores pós-coloniais como Dussel, Mignolo, Grosfoguel, Castro-Gómez, entre outros se conectam por partilharem, entre inúmeros outros fatores, de um problema de pesquisa comum que pode ser, grosso modo, sintetizado da seguinte maneira: quais os processos históricos que produziram as possibilidades do conhecimento fundadas no racismo/sexismo epistêmico? Para alguns destes autores, entre os inúmeros acontecimentos históricos que possibilitaram a emergência de saberes atravessados pelo racismo/sexismo, está o legado da filosofia cartesiana.

Para uma crítica da modernidade/colonialidade, mais especificamente dos saberes produzidos nos espaços universitários ocidentalizados e, portanto, da ciência, autores como Dussel (2015) e Grosfoguel (2016) debruçaram-se em um projeto de análise crítica da filosofia cartesiana, considerada por eles como uma espécie de "grau zero" da filosofia moderna. Relatam que o "penso, logo existo" desafiou os antigos saberes da cristandade, estabelecendo uma transformação nos saberes filosóficos pelo aparecimento de um saber onde o elemento central do conhecimento passa a ser um novo "eu" que substituiu Deus como a base necessária para a produção de qualquer conhecimento que se possa considerar como válido.

Disto temos que um dos temas centrais na filosofia de René Descartes é a questão da "consciência de si" (autoconsciência), tema que havia lido e se inspirado em Agostinho. Mas enquanto nos discursos produzidos por este autor a subjetividade tem seu fundamento último em Deus, no outro esta se funda em si mesma e a desloca para uma subjetividade solipsista, demarcando sua longa história no ocidente (DUSSEL, 2015).

Esta transformação está na base da passagem do medievo à modernidade através do deslocamento, isto é, da secularização de características de Deus para o eu humano. O eu torna-se capaz – desde que siga um determinado método - de forjar um conhecimento dito como verdadeiro para além do espaço e do tempo e por isso "universal no sentido que não está condicionado a nenhuma particularidade e 'objetivo', sendo entendido da mesma forma que a "neutralidade" e equivalente à visão do 'olho de Deus'" (GROSFOGUEL, 2016, p. 28)

Para a equivalência entre o "Eu" e o "olho de Deus" foi necessário um duplo movimento: ontológico e epistemológico. No primeiro caso temos uma espécie de **"dualismo ontológico"**, onde a mente é uma substância diferente do corpo, retirando-a do campo das determinações materiais e mundanas e localizando-a na dimensão metafísica. Longe da influência terrestre e estranha a ela, seu conhecimento é equivalente à visão do "olho de Deus". Um conhecimento nesta equivalência indica não apenas seu status de "universal" e "neutralidade", mas também estabelece sua autoridade como única possibilidade para a constituição do saber verdadeiro, em outras palavras, determina que apenas por uma única epistemologia, aquela eurocêntrica, se ´pode realizar as perguntas e encontrar as soluções para todos no planeta por estar além de qualquer condição particular de existência material (GROSFOGUEL, 2016).

É neste sentido que o *ego* do *cogito* estabeleceu uma imaterialidade independente de toda materialidade. Para Descartes, a alma, imortal, era substância radicalmente separada do corpo. Encontramos nas relações que este filósofo estabelece com Agostinho, a seguinte passagem:

> [...] Conheci por ele que eu era uma substância (substance) cuja essência em sua totalidade ou natureza consistia somente em pensar e que, para ser, não tinha necessidade de nenhum lugar, nem de depender de qualquer coisa material. Assim que, este eu (moi), ou seja, minha alma (âme), pela qual sou o que sou, era inteiramente distinta do corpo e, mesmo que fosse mais fácil de ser conhecida do que ele e mesmo que ele não fosse ela, não deixaria de ser tudo o que é (DESCARTES apud DUSSEL, 2015, p. 22).

Fica claro a importância do dualismo ontológico para a elaboração de uma filosofia que se pretende universal, afinal ao se partir da proposição de uma mente localizada em um corpo estaria se admitindo um compartilhamento de substâncias similares entre eles, condição que indicaria que o conhecimento estaria relacionado com um espaço/tempo particular e que o "eu" humano não

poderia ser um equivalente da divindade. O saber como verdade não pode emanar de um corpo material.

O segundo movimento argumentativo de Descartes para a fundação do "Eu" moderno está no **nível epistemológico** através do solipsismo, já que é através da prática de um monólogo interior do sujeito com ele próprio que o verdadeiro conhecimento é possível: apenas através da prática de responder perguntas que o sujeito faz a si mesmo como Razão imanente que a filosofia e os outros saberes puderam se fundar e se desenvolver. A dimensão das relações sociais se torna um escrutínio ao verdadeiro saber e um desmoronamento da pretensão do "Eu" de produzir certezas, pois estaria situado nas relações sociais específicas no espaço/tempo. O saber verdadeiro é fundamentalmente antissocial. "Sem o solipsismo epistêmico, o 'Eu' estaria situado nas relações sociais particulares, em contextos históricos e sociais concretos e, então, não haveria uma produção de conhecimento monológica, deslocada de lugar [...]" (GROSFOGUEL, 2016, p.29).

A importância desta análise crítica da filosofia de Descartes para uma descolonização dos saberes está no fato de que ela atravessa profundamente os "projetos ocidentalizados de produção de conhecimento" (GROSFOGUEL, 2016. p. 06). A inauguração do "mito da egopolítica", de uma filosofia com pretensões de uma "não localização", de um conhecimento "não situado", de um "eu" sem lugar, flutuante para além da matéria e indeterminado pela experiência mundana tem sido utilizado pelas universidades e pelas ciências modernas e ocidentais de uma forma geral como base para a fundamentação de uma epistemologia central por onde se valida os demais conhecimentos como verdadeiros ou não. Afinal, "Há questões referentes ao espaço e às relações geopolíticas que enfraquecem a ideia de um sujeito epistêmico neutro, cujas reflexões não são mais do que a resposta aos constrangimentos desse domínio desprovido de espaço que é o universal" (MALDONATO-TORRES, 2008, p. 72)

Como consequência, qualquer conhecimento que busque se situar em uma "geopolítica do conhecimento" (DUSSEL, 2005) em embate aos princípios da imaterialidade universalista do conhecimento cartesiano será considerado tendencioso e inválido e será localizado na "inferioridade epistêmica" (GROSFOGUEL, 2016). Neste sentido, podemos vislumbrar que a "superioridade epistêmica" é privilégio de conhecimentos que operam pela divisão do sujeito e do objeto direcionados à neutralidade e que defendem a possibilidade de um "Eu" que chega a um conhecimento essencialista, uma representação fidedigna da realidade, através de um monólogo interior esterilizado dos perigos dos laços sociais e dos corpos imbuídos de um certo método – o científico tradicional – considerado como válido.

A convicção de Maldonado-Torres (2008) é que a universalidade compõe uma invisibilização estratégica, não tanto a respeito dos espaços, mas dos modos não-europeus de pensar e, consequentemente, das formas históricas de construção e reconstrução das relações coloniais/imperiais entre os considerados centro e periferia global. Essa invisibilização é estratégica porque permite o "esquecimento da colonialidade" em nossas relações cotidianas, afinal "[...] O racismo epistêmico negligência a capacidade epistêmica de certos grupos de pessoas. Pode basear-se na metafísica ou na ontologia, mas os resultados acabam por ser os mesmos: evitar reconhecer os outros como seres inteiramente humanos" (p.79). O racismo epistêmico que orbita uma grande variedade de saberes científicos ajuíza uma "vontade-de-ignorar" direcionado ao esquecimento da condenação de muitos povos por alguns poucos.

3. O *EGO CONQUIRO* COMO POSSIBILIDADE DO *EGO COGITO*: OS GENOCÍDIOS/EPISTEMICÍDIOS CONSTITUTIVOS DA MODERNIDADE.

Frente às análises críticas desenvolvida pelos estudos pós-coloniais sobre o lugar estratégico da filosofia cartesiana para a constituição da modernidade/colonial. Dussel (2005) se questiona:

> Quais são as condições políticas, econômicas, históricas e culturais para que alguém, em meados do século XVII, pretenda ser equivalente aos olhos de Deus e pretenda substituir a divindade do cristianismo?

O autor retrocede em suas pesquisas históricas em 150 anos para alcançar a seguinte resposta: o "penso, logo existo" só pode ser formulado porque antes dele existiu o "conquisto, logo existo". Em sua perspectiva analítica, Dussel constrói uma argumentação de que o famoso *Ego cogito* teve suas condições de emergência no escamoteado *Ego conquiro.*

É necessário também se levar em consideração neste momento histórico que toda a produção filosófica do século XVI, tanto na Espanha como em Portugal, estava diariamente articulada aos movimentos transatlânticos num movimento de abertura da Europa ao mundo. Havia um fluxo devotado de professores e alunos entre as universidades de Salamanca, Valladolid, Coimbra ou Braga com a províncias situadas nas américas. Destas relações entre as universidades europeias e as províncias ultramar formaram-se os primeiros grandes mestres da filosofia moderna. Em sua primeira fase, tivemos filósofos como Pedro de Fonseca, Marcos Jorge, Cipriano Soares, Pedro Gomes, Manuel de Góis e Francisco Suárez (Portugal e Espanha); que possibilitaram o aparecimento dos filósofos da segunda fase desta modernidade inicial, como é o caso de Descartes e Spinoza (DUSSEL, 2015).

Neste contexto histórico, a filosofia europeia e a sua ideia de universalidade que se projeta como centro imaterial do mundo só foi possível na medida que os exércitos europeus conquistaram progressivamente os espaços geográficos. Temos a constituição de um "Ser Imperial" na medida em que

> O "eu conquisto", que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição da possibilidade do "eu penso" idolátrico que secularia todos os atributos do Deus cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento. Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades "divinas" que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais (DUSSEL apud GROSFOGUEL, 2016, p.31).

As explicações em torno de fundamentação e justificação das práticas de dominação colonial transatlântica tiveram como um dos eixos centrais demonstrar que a cultura dominante outorga às mais atrasadas os "benefícios da civilização", questão esta que esteve presente que quase toda a história da filosofia moderna (DUSSEL, 2015). A noção de que as pessoas não conseguem sobreviver e/ou são infelizes sem as conquistas teóricas ou culturais da Europa é um dos mais importantes princípios da modernidade (MALDONADO-TORRES, 2008) e que possibilitou uma inocentação e invisibilização da violência dirigida contra o "bárbaro" que se opõe ao processo civilizador, visto como algo inevitável e benéfico aos outros povos não-europeus, movimento este que faz recair a culpa da violência sobre eles mesmos ao resistir às transformações necessárias ao bem de todos (QUIJANO, 2005) rumo ao progresso da humanidade.

> Será sempre justo e conforme ao direito natural que tais gentes [bárbaras] se submetam ao império de princípios e nações mais cultas e humanas, para que, por suas virtudes e pela prudência de suas leis, deixem a barbárie e se humanizem pelo culto à virtude.
> ...
> E se rejeitam tal império se pode lhes impor por meio das armas e tal guerra será justa segundo o direito natural o declara [...]. Em suma: é justo, conveniente e conforme a lei natural que os homens probos, inteligentes, virtuosos e humanos dominem sobre todos os que não têm estas qualidades (SEPÚLVEDA apud DUSSEL, 2015, p. 25).

Grosfoguel (2016) aprofunda as relações estabelecidas entre o *Ego cogito* e o *Ego conquiro* estabelecendo que o elo entre os dois é o *Ego extermino*, lócus do racismo/sexismo que produz a inferioridade de todos os conhecimentos vindos dos seres humanos classificados como não ocidentais, não masculinos ou não heterossexuais. Ou seja, é o genocídio/epistemicídio o elemento que possibilita a relação histórica entre o "conquistar" e o "pensar".

Neste sentido, são os genocídios históricos (1) contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, (2) contra os povos indígenas do continente americano, (3) contra africanos e (4) contra

as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu que, interconectados analiticamente, possibilitaram o florescimento epistêmico daquilo que os estudos pós-coloniais vão chamar de sistema-mundo/capitalista/patriarcal/ocidental/cristão/moderno/colonialista. Esses quatro genocídios acompanhados dos seus respectivos epistemicídios estão na base da produção do privilégio epistêmico dos homens ocidentais no transcurso da história dos últimos séculos da humanidade. (GROSFOGUEL, 2016, p. 31).Não é nossa pretensão neste texto discutir detalhadamente o percurso histórico destes 4 genocídios, apenas de realizar uma pequena síntese que contribua para uma reflexão histórica.

Quanto da conquista de Al-Andalus no final do século XV, consta-se as práticas que serão reutilizadas e adaptadas em outros momentos da colonização espanhola, no sentido que este território foi o último e o mais difícil a ser conquistado na Península Ibérica, sendo o mais marcante genocídio físico e cultural de mulçumanos e judeus na época e realizado através da expulsão de terras e destruição massiva da espiritualidade destes povos. Contudo, ainda neste período, a questão da humanidade do outro ainda não era colocada em questão, diferenciando-se, portanto, do discurso da "pureza do sangue", sendo assim considerada como um "**protoracismo"**. Nesse sentido, os espanhóis consideravam que os mulçumanos e judeus possuíam um "Deus equivocado", uma "religião errada" (GROSFOGUEL, 2016), mas não questionavam sua humanidade, situação que possibilitava a conversão destes povos ao cristianismo e que fossem integrados de alguma forma na sociedade espanhola. A discriminação praticada pela monarquia cristã espanhola, no final do século XV ainda não era racial e sim religiosa

Em 1542, 9 dias após a conquista definitiva de Al-Andalus, Colombo teve permissão para continuar o processo de colonização dos demais territórios que estiveram sobre poder espanhol. A partir desse momento, as técnicas genocidas e epistemocidas foram transportados para conquista das Índias Ocidentais e das Américas. Neste período um dos acontecimentos históricos fundamentais de toda a modernidade vai se operar: a passagem das diferenças religiosas para as diferenças raciais, criando um imaginário e uma nova hierarquia racial.

> [...] É justamente por essa razão que na Modernidade a episteme dominante não seria mais definida pela tensão e pela colaboração mútuas entre a ideia de religião e a visão imperialista do mundo conhecido, mas, mais precisamente, através de uma relação dinâmica entre o império, a religião e a raça. Ideias sobre raça, religião e império funcionavam como cortes significativos no imaginário do mundo moderno e colonial emergente [...] (Maldonado-Torres, 2008, p. 230).

É necessário ressaltar que na cosmologia cristã da época todos os seres humanos eram considerados como religiosos, mas que nem todos possuiam o "Deus certo". O que se questionava era

a “teologia” do outro. Quando colombo chegou nas américas em 1492[5], tudo foi radicalmente transformado: ao chamar aquela gente de “povos sem religião” não estava mais se referindo a religião certa, mas estava enunciando que eles não possuíam alma e o processo de expulsão da esfera do humano se deu início.

> A referência aos indígenas como sujeitos sem religião os remove da categoria humana. A religião é universal entre os seres humanos. [...] a alegada falta de religiosidade entre os nativos [...] serve para afirmar a existência de sujeitos não completamente humanos no mundo. A assertiva de Colombo sobre a falta de religião dos povos indígenas introduz um novo significado antropológico para o termo. À luz do que vimos até aqui, se faz necessário adicionar que este significado antropológico também se conecta a um método bastante moderno de classificação dos seres humanos: o racial (Maldonado, 2008, p.217).

Nesse sentido, a tese é que a primeira forma de racismo não foi de cor e sim o “racismo religioso”. Esta forma de classificação (“povos com religião” versus “povos sem religião” ou “povos com alma” versus “povos sem alma”) foi a primeira prática racista (GROSFOGUEL, 2016). O debate tornou os “povos sem religião” em povos “sem alma”. O significado de “pureza do sangue” depois da conquista das Américas, com a emergência do conceito de “povos sem alma”, fez com que a questão deixasse de ser sobre confessar a “religião errada” e passasse a ser sobre a humanidade do sujeito. O maior representante destas concepções foi Gines Sepúlveda.

Por mais que o termo “raça” ainda não fosse usado nesse período o debate sobre ter alma ou não possuía uma lógica que vai ser assemelhar ao do discurso científico do século XIX:

> O debate teológico do século XVI tinha a mesma conotação do discurso científico do século XIX sobre a constituição dos seres humanos ou não humanos. Ambos eram debates sobre a humanidade ou a animalidade do outro, articulados pelo discurso racista institucionalizado pelos Estados, como a monarquia espanhola no século XVI ou os Estados-nação da Europa Ocidental no século XIX. Esta lógica institucional racista de “não ter uma alma” no século XVI ou de “não ter uma biologia humana” no século XIX tornou-se o princípio organizador da divisão internacional do trabalho, que culminou na acumulação capitalista em escala mundial (GROSFOGUEL, 2016, p.38).

Mas este não foi um discurso totalmente aceito entre os religiosos; resistências se formaram, tanto da Espanha, como de outros interessados na Europa. Existiam resistências dentro da igreja à racionalização de que o índio não possuía alma. Ele a possuía, mas eram bárbaros que deviam ser

[5] A exploração das Américas levou a uma mudança significativa nas economias europeias, com a extração de riquezas como ouro e prata e a introdução de novas culturas agrícolas. Isso ajudou a impulsionar o capitalismo e a economia de mercado. Este período também marca o início a práticas de dominação e escravidão das populações nativas, além de estabelecer um sistema de hierarquias raciais que continuou a ter efeitos ao longo dos séculos e que ainda sustenta as formas de dominações contemporâneas. Portanto, diferentemente de muitos pensadores europeus que associam a modernidade com o século XIX e com um processo que nasce como fechado à própria Europa, Dussel, ao afirmar que a modernidade inicia no século XV, está denunciando o lado obscuro da modernidade, isto é, embora tenha trazido avanços em várias áreas, tem um lado sombrio, no sentido de que toda a festejada racionalidade e tecnologias que começam a surgir nesta época só foram possíveis pela irracionalidade e brutalidade do colonialismo e do imperialismo Dussel acredita que é importante reconhecer e criticar esses aspectos sombrios da modernidade para construir um mundo mais justo e inclusivo. Ele propõe uma "modernidade alternativa" que não seja baseada na dominação e exploração, mas sim na solidariedade e na justiça social.

cristianizados. O desdobramento é claro: se eles possuem alma, seria pecado escravizá-los e, nessas condições, deveriam ser utilizados métodos pacíficos para a salvação de suas almas. Esse foi o primeiro debate racista na história do mundo, tornando a figura do "índio" um dos elementos centrais em torno dos debates da primeira identidade moderna. O mais famoso defensor dessas noções foi Bartolomé de as Casas (DUSSEL, 2015)

Esta problemática da identidade indígena é considerada como uma das primeiras formulações sobre a identidade moderna dado que suas ressonâncias ainda estão presente nos dias atuais através nos discursos biológicos ou da antropologia moderna como conhecimentos considerados verdadeiros que empobrecem a miríade de identidades étnicas em poucas e reducionistas formas de decodificação do outro, pois a partir daquele momento de embate, "A categoria 'índio' constituiu uma nova invenção da identidade moderna e colonial, homogeneizante das identidades heterogêneas que existiam nas Américas antes da chegada dos europeus." (GROSFOGUEL, 2016, p. 37).

Com o fim do julgamento de Valladolid em 1552, que foi esta disputa argumentativa entre Spúlveda e Bartolomé sobre a compreensão ontológica dos índios, estes foram considerados como portadores de alma e a escravidão indígena se inviabilizou, sendo submetidos a outras formas de dominação. Como sabemos, as conclusões sobre o negro não chegaram ao mesmo resultado e eles foram submetidos ao trabalho forçado, provocando a escravidão de milhões. A escravidão dos africanos, possibilitou uma passagem gradativa do racismo religioso para o racismo de cor, tornando-se uma força fundamental na divisão internacional do trabalho e uma das pedras angulares do capitalismo e da lógica do mundo moderno-colonial que se inicia no século XVI.

Seguindo a trilha histórica das transformações destes discursos, o que encontramos é a atualização do discurso teleológico racista de Sepúlveda como discurso biológico racista do século XIX, isto é, o discurso dos "povos sem alma", se transmutam, através da sua decantação pelas ciências naturais, no discurso "povos sem biologia humana" e "povos sem genes". Na outra via, o discurso de Bartolomé de las Casas em defesa dos índios como bárbaros a serem civilizados transmuta-se nos discursos racistas da antropologia cultural "primitivos a serem civilizados" (GROSFOGUEL, 2016).

Vale ressaltar que Dussel (2015) considera Bartolomé o primeiro crítico frontal da Modernidade, isto é, como um crítico frente ao *Ego conquiro* originário da Modernidade e defende, pela análise realizada dos discursos entre este e o de Spúlveda, que o discurso do primeiro foi totalmente invisibilizado por motivos óbvios de ordem do poder político do momento, fazendo que "Toda a Modernidade, durante cinco séculos, ficará neste estado de uma consciência ético-política em situação 'letárgica', 'dormindo', 'sem sensibilidade' ante a dor do mundo periférico do Sul" (p. 32).

Neste sentido, a modernidade colonizadora pouco se questionará, em termos filosóficos, pelo seu direito de dominação frente ao outro, pois este direito de dominação se estabelecerá pela sua naturalização e estará subjacente a todo conhecimento moderno e, deste modo, visualizamos como o *conquiro* (o poder) imana o *cogito* (o saber).

Destarte, conjuntamente ao estabelecimento do racismo de cor, temos o sexismo moderno que surge em conjunto com o genocídio de mulheres que transmitiam os conhecimentos indo-europeus, afinal os ataques constituíram uma estratégia de consolidação do patriarcado centrado na cristandade, que também destruía formas autônomas e comunais de relação com a terra. (GROSFOGUEL, 2016)

Para finalizar este panorama histórico que iniciou com a expansão colonial/imperial portuguesa e espanhola, é necessário destacar que justamente estes dois países deixaram de figurar entre os privilegiados quando os holandeses venceram a guerra dos Trinta Anos, promovendo um deslocamento da Península Ibérica para o norte da Europa Ocidental dos privilégios epistêmicos. Os atravessamentos do *Ego conquiro* no *Ego cogito* não esteve presente apenas da Europa ao seu exterior, mas foi também determinante dentro da própria geopolítica interna europeia. Assim, se estabeleceu as condições políticas para que Kant formulasse o discurso que posicionava os Pirineus como um "divisor de águas" entre a irracionalidade e a racionalidade nas entranhas da Europa. "Kant aplicou na Península Ibérica, no século XVIII, a mesma visão racista aplicada ao resto do mundo no século XVI. Isto é importante para que possamos entender o porquê dos portugueses e os espanhóis estarem de fora do cânone das universidades ocidentais nos dias de hoje" (GROFOGUEL, 2016, p. 43). Além do mais, os franceses a partir do Iluminismo e as revoluções industriais forneceram justificações acrescidas para que Portugal e Espanha fossem marginalizados da história da modernidade (MALDONATO-TORRES, 2008, p.78)

Trazer para o texto o exercício de problematizar estas formas de genocídios e epistemicídios nos ajuda a traçar os acontecimentos dos séculos XVI e XVII que incidiram na constituição dos poderes raciais e sexistas e os saberes que lhes são correlativos e que estão no cerne da modernidade no século XVIII e XIX e da acumulação global capitalista subjacente e que nos permite analisar seus efeitos atuais dentro do campo dos liberalismos e neoliberalismos.

Como afirma Maldonado-Torres (2008), o outro lado do "penso, logo existo" é a força racista/sexista de imposição pelo "conquisto, logo penso" por vias do "não penso, não existo" aos corpos não-europeus, desembocando em uma "colonização do ser", haja vista que os considerados inferiores possuem uma existência parcial ou nula, sem completude da característica maior humana que é o "pensar" já que não conquistam, não possuem propriedade privada e não professam o

cristianismo. São estas premissas que funcionaram como alicerces da hierarquização do trabalho para a exploração capitalista.

> De todas as regiões incorporadas ao sistema sob a retórica de países avançados e países primitivos, desenvolvidos ou subdesenvolvidos. A expansão colonial institucionalizou e normatizou simultaneamente, a nível global, a supremacia de uma classe, de um grupo etnorracial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo particular de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização da produção de conhecimento, de algumas línguas, de uma pedagogia, e de uma economia orientada para a acumulação de capital em escala global. Não é possível entender estes processos separadamente (GROSFOGUEL, 2012, p. 342)

O que o diálogo realizado com estes autores nos traz como conclusão é a concepção de que o capitalismo não pode ser analisado simplesmente como um sistema econômico, da mesma forma que não podemos pensar o fim do colonialismo unicamente através de aspectos jurídicos-legislativos. O capitalismo como expansão colonial produz saberes, formas específicas de subalternização e formas de vidas em escala global por um "sistema-mundo ocidentalizado cristianocêntrico capitalista patriarcal moderno colonial" (GROSFOGUEL, 2012). Não existiria capitalismo sem as hierarquias globais e seus fundamentos racistas/sexistas. Como veremos adiante, esta tese pós-colonial é de suma importância para se pensar os processos de resistências atuais a partir da transmodernidade.

4. A TRANSMODERNIDADE COMO PROJETO DESCOLONIZADOR DO MUNDO.

Realizado, no tópico anterior, uma pequena síntese historiográfica sobre o desenvolvimento do poder colonial e de seus dispositivos racistas e sexistas e como ele foi bem sucedido em interditar e invisibilizar uma grande extensão da pluralidade dos demais povos do globo e expandir um sistema-mundo moderno/colonial através da sustentação de hierarquias racistas/sexistas em consonância com uma epistême que se autoproclama neutra e com validade de aplicação em qualquer parte do mundo, já que considerada universal e sem riscos de interesses políticos; se faz necessário, em contrapartida, apontar que este – o poder colonial – fracassou em alcançar a totalidade do globo, dado as práticas de resistências. Afinal, os saberes indígenas, judeus, mulçumanos, negros e das mulheres, e de muitos outros corpos coletivos, contrários ao projeto colonial ainda se fazem presentes na atualidade e produzem resistências ao lado de outros saberes críticos, mesmo que tenham sido massacrados ao longo da história da modernidade.

Se podemos argumentar que, em uma direção, quase tudo foi afetado pela modernidade européia, isto é, que praticamente não existem mais tradições culturais e epistêmicas que estejam totalmente intocadas pelo sistema-mundo, é também pertinente defender que, em outra direção, muitas destas forças eurocêntricas foram brecadas pelo que ainda resiste em suas margens como um

“exterioridade relativa” (DUSSEL, 2005) uma vez que não foram totalmente aniquiladas/invisibilizadas e devem ser utilizadas na criação de um “mundo transmoderno”.

É ainda a presença de uma exterioridade relativa, que garante a existência de uma diversidade rica de saberes, marcadora de uma potência descolonizadora para o expurgo da limitação epistêmica em que nos encontramos. A transmodernidade busca redirecionar os principais marcos da modernidade em direção a uma maior amplitude e diversidade epistêmicas e de técnicas até um mundo radicalmente atravessado por uma pluriversalidade de diálogo interespistêmico como projeto universal possível (GROSFOGUEL, 2012), no sentido de que a pluralidade de modos de vida deve ser a base da universalidade.

Dussel (2005) defende que o a Europa monopolizou as definições importantes para a Modernidade como as de democracia, direitos humanos, economia, movimentos sociais, lutas das mulheres, entre outros. Em consonância com este argumento, Quijano (2005) defende que categorias novas como: oriente-ocidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno, foram estabelecidos eurocentricamente. A transmodernidade implicaria em uma redefinição desses elementos em múltiplas direções das diversidades epistêmicas do mundo.

Colocado alguns princípios do projeto de transmodernidade não é difícil vislumbrar que este enfrenta grandes desafios, afinal na ordem epistêmica contemporânea está fortemente estabelecido quem são os grupos e atores que podem falar e o que eles devem falar e como eles devem falar nos contextos científico, filosófico e político. Qualquer pronunciamento que destoe dos grandes centros acadêmicos ocidentalizados é veementemente taxado como fundamentalismo e/ou primitivismo Aliás, ao se falar em fundamentalismo e refletir sobre o local e aqueles que o definem, fica claro como é incomum e até mesmo um exercício que causa certo estranhamento o ato de denunciar o “fundamentalismo eurocênctrico” já que o fundamentalismo está sempre implicado a algo exterior à Europa (DUSSEL, 2005).

Contrário a essas inviabilizações, a transmodernidade é um projeto decolonial de liberação para além das forças capitalistas, patriarcais, eurocênctricas, sexistas, racistas, cristãs, coloniais, entre outras.

Levando em consideração o que foi discutido anteriormente sobre o mito civilizatório que coloca o “bárbaro” como o próprio culpado pelas violências cometidas pelo projeto modernizador, na transmodernidade será necessário reverter estas posições. É apenas quando se nega o mito civilizatório e a inocência da sua violência que o reconhecimento da injustiça e da atrocidade da Modernidade pode emergir e fazer visível as faces obscuras da modernidade: irracionalidade, destruição e culpa. Desta visibilização pode-se, então, vislumbrar a dignidade do outro e afirmação

da sua "alteridade como identidade na exterioridade" (QUIJANO, 2005, p.29). O projeto transmoderno deve ter como norte a inserção da solidariedade entre o que está polarizado como centro e periferia, homem e mulher, diferentes raças e etnias, diversas classes sociais etc. através da incorporação da Alteridade.

Contudo, uma questão importante sobre as proposições da transmodernidade em Dussel é a sua preocupação em não fazer desse projeto uma espécie de celebração liberal multiculturalista, onde a colonialidade conserva-se basicamente inalterada. Para alcançar a descolonização transmodernizador é ncessário estratégias onde o reconhecimento da diversidade dos saberes radicalmente se efetive e que não escambe para um relativismo epistêmico pueril ou cínico de uma posição relativista. A transmodernidade deve se assentar em um movimento compartilhado e solidário contra o capitalismo, o patriarcado, o imperialismo e colonialismo (GROSFOGUEL, 2016).

> De maneira que não se trata de um projeto pré-moderno, como afirmação folclórica do passado, nem um projeto antimoderno de grupos conservadores, de direita, de grupos nazistas ou fascistas ou populistas, nem de um projeto pós-moderno como negação da Modernidade como crítica de toda razão para cair num irracionalismo niilista. Deve ser um projeto "trans-moderno" (e seria então uma "Trans-Modernidade") por subsunção real do caráter emancipador racional da Modernidade e de sua Alteridade negada ("o Outro") da Modernidade [...] (DUSSEL, 2005, p. 29)

Da mesma forma, "movimento compartilhado" não significaria uma universalidade das soluções onde uns definem pelos outros, mas sim um campo de ações políticas onde muitos decidem por muitos, já que diferentes saberes em diferentes espaços produzirão diferentes respostas para problemas parecidos e onde a conversação interepistêmica é um horizonte aberto de pluriversidade decolonial. (Dussel, 2005).

5. ALGUMAS NOTAS PARA UMA PSICOLOGIA TRANSMODERNIZADA

Frente às pistas da historiográfica pós-colonial e do projeto transmodernizador é possível situar algumas análises em torno da Psicologia, dentro do contexto da descolonização das ciências humanas. Deste modo, ao se levantar algumas proposições para uma psicologia não atravessada pela colonialidade não se busca uma espécie de demolição total dos saberes que a ela estão tradicionalmente articulados e instaurar um "grau zero" dentro da disciplina e reconstituir desde suas bases todo um novo corpo teórico que lhe nega qualquer marca da modernidade, da racionalidade moderna.

Seguindo os argumentos dos estudos pós-coloniais elucidados nos tópicos anteriores, é possível argumentar que o movimento de descolonização da psicologia deve envolver a destituição

dos seus componentes racistas/sexistas e travessá-la pela alteridade e multiplicidade das "exterioridades relativas" (DUSSEL, 2005) presentes no mundo presentes nos modos de existência dos indígenas, negros, mulçumanos, judeus e mulheres que, apesar de terem sofrido historicamente com os genocídios/epistemicídios, resistiram a sua aniquilação e se mantêm resistentes e relativamente exteriores a globalidade do sistema-mundo e sua colonialidade.

É necessário também se levar em consideração que as exterioridades relativas também se encontram fortemente presentes nas "mestiçagens" entre os grupos subalternos entre si e de subalternos com não subalternos. No caso do Brasil, encontram-se grupos de mulatos, caboclos, povos das florestas, entre outros, localizados tantos nos centros urbanos e suas periferias, como nas regiões rurais. Há de se levar em conta também que os considerados brancos que se encontram fora dos centros europeus também são marcados por uma certa "exterioridade relativa": é questionável uma insistente equivalência entre o branco europeu e o considerado branco na América-Latina, por exemplo. O branco "Criollo" (GROSFOGUEL, 2012) não é o branco europeu e também pode habitar na exterioridade relativa; o que se precisa demarcar, nestes casos, é que as experiências de subalternidades entre os considerados brancos, negros, indígenas, etc., localizados geopoliticamente no hemisfério sul são diferentes e liberam heterogêneas multiplicidades de "cumplicidades subversivas[6]". Também é possível argumentar, através da negação de qualquer forma de essencialismos entre corpos e localizações, pela formulação saberes não eurocêntricos sem se estar fora da Europa e que, portanto, a exterioridade relativa não é uma marca unicamente dos grupos subalternizados localizados fora da Europa, mas de um combate geral contra racismo/sexismo epistêmico e suas tendências universalizantes e imateriais.

Partindo das exterioridades relativas e mm consonância com o projeto transmodernizador, é possível enunciar que a psicologia necessita fazer emergir em suas discussões o modo como a questão das espacialidades e seus entrelaçamentos com as visibilidades e invisibilidades epistêmicas fazem parte dos atravessamentos que contribuíram na formulação dos conhecimentos psicológicos. A psicologia durante muito tempo não levou em consideração os efeitos do lugar geopolítico, questão

[6] Os corpos brancos "criollos" e suas constituições se encontram geopoliticamente em campos de forças similares ao que Grosfoguel (2012) denomina de "semiperiferias" na divisão internacional do trabalho por se localizarem como periferia para os centros metropolitanos e, por outro lado, serem considerados como uma possibilidade de centro para as periferias. Comumente se opera por meios similares na divisão internacional dos saberes, onde os corpos marcados pela branquitude "criolla" se encontra nos entremeios entre o centro acadêmico da branquitude "pura", não mestiça, localizada na Europa e nos EUA, que o vê como notadamente periférico mas com uma certa condolência a um tipo de "primo" desgarrado e, do outro lado, os corpos periféricos negros, indígenas e mestiços que historicamente sempre estiveram apartados das universidades do sul mas que se relacionam com estes (os brancos "criollos") como se fossem norte-centro, ou representantes ou extensões diretas destes. Estas relações permitem formas diversas de exterioridades relativas e de cumplicidades subversivas

esta em consonância com tendência europeia de "[....] considerar o espaço como algo demasiado simplista para ser filosoficamente relevante" (MALDONATO-TORRES, 2008).

Neste espectro, construir uma psicologia para América Latina perpassa tanto pelo movimento de crítica aos conceitos produzidos nas acepções universalistas em suas pretensões imateriais e não localizáveis, subtraindo a egopolítica dos seus fundamentos em prol uma geopolítica do conhecimento.

Ao desacoplar da psicologia o delírio de imaterialidade do eu colonial é necessário preencher os espaços vazios deixados com os saberes daqueles que historicamente sofreram repetidos epistemicídios, principalmente os negros e índios no caso no caso da América-Latina, em conjunto com constantes problematizações sobre a espacialidade na produção do conhecimento. Também faz parte deste processo descolonizador denunciar a representação que muitos psicólogos latino-americanos possuem da Europa como local epistêmico privilegiado o que os leva a uma constante necessidade paradoxal de afirmação de suas próprias raízes identitárias e espirituais em uma outra região que não as suas.

Produzir uma psicologia contracolonial a partir das perspectivas apresentadas e embasadas nos estudos pós-colonais é apontar para uma psicologia, que não se submeta aos ditames dos poucos corpos masculinos dos países Ocidentais que possuem o privilégio epistêmico atual, mas que se abra corajosamente para outras possibilidades epistêmicas, que se abra para a diversidade de saberes e práticas, que faça o corpo material da psicologia se movimentar pelas linhas de força das conversações interepistêmicas e da pluriversidade decolonial.

É necessário que a formulação de uma psicologia descolonizada expurgue o racismo/sexismo epistêmico dos seus saberes e de suas práticas e dialogue com conhecimentos advindos dos corpos concretos, políticos e historicamente situados em oposição ao eu cartesiano, abstrato e neutro. É necessário pulverizar o conhecimento advindo de "um não lugar" que se quer apolítico e universal e situar a psicologia através de uma geopolítica do conhecimento dos corpos reais e históricos.

Este eu-eurocêntrico que tem as possibilidades históricas do seu ato de pensar no ato de conquistar e exterminar, necessita ser substituído pela alteridade dos corpos em sua diversidade cultural, sexual, de gênero etc. para que uma psicologia contracolonial possa emergir transmodernizada. Uma das grandes estratégias de toda a modernidade foi impor o autoritarismo epistêmico travestido como lógica e neutralidade, pois afinal o *ego cogito* que se autoproclama desinteressado nas coisas terrenas, só pode assim se auto-indentificar assim porque está calcado no autoritarismo do *ego conquiro* que lhe "hamoniza" os contrários. Fazer ciência nestes moldes

eurocêntricos tem como efeito uma metodologia que se operacionaliza pela lógica da exterioridade e da conquista do objeto para submete-lo à vontade do cientista.

Produzir uma psicologia decolonial passa pelo expurgo deste “ser imperial” de suas bases. Praticar uma psicologia decolonial é se comprometer com a não conquista psicológica do outro e pela imposição de tipificações baseadas em nosologias psiquiátricas estrangeiras, por exemplo. Descolonizar a psicologia também significa em não proceder através da objetificação e classificação das subjetividades e imposição de formas de ser e pensar por poucas teorias ocidentalizadas em detrimento de uma multiplicidade de possibilidades de modos de existências e que, ao não se encaixarem ou não permitirem serem colonizadas, são patologizadas, excluídas e, até mesmo, colocadas para morrer ou exterminadas.

Descolonizar a psicologia é renunciar a premissa do colonialismo e das subjetivações pautadas na branquitude (SCHUCMAN, 2012) e seus pactos narcísicos (CIDA, 2022) de que seus conhecimentos são redentores dos atrasados no progresso civilizatório; que os conhecimentos psicológicos são benefícios civilizatórios os quais as populações que se tornam alvos das intervenções psicológicas serão beneficiadas por uma saber que lhes são impossíveis, bastando apenas se submeterem, mas que se resistirem serão conquistados pelas suas filosofias e ciências, tudo em prol, é claro, da sua "salvação. Basta de inocentar a psicologia das suas violências a favor de um suposto bem maior civilizatório. Há aqui todo uma questão de como a floresta amazônica e seus povos são vistos como região e corpos atrasados que impedem o desenvolvimento do Brasil e que necessitam imperiosamente serem modernizados, por exemplo.

A branquitude em todo a sua trajetória, colonial e colonialista, nunca foi colocada como lugar de problematização, dado a herança do eu cartesiano na relação sujeito-objeto, e a sua representação de ideal de sujeito e de cultura; ou seja, ser branco não é ser de uma raça, é ser um ideal de ser. O sujeito branco não é racializado, porque a branquitude é um ideal, forjado pela colonialidade do ser. São outros sujeitos, não considerados brancos, que são racializados e tem os seus processos de subjetivação atravessados por esta categoria de controle (SCHUCMAN, 2014).

Um dos efeitos deste processo é a não percepção, pelo sujeito considerado branco, dos efeitos do racismo nas relações políticas, que lhe dá as condições subjetivas para elaborar racionalizações como: “o conhecimento pode e deve ser neutro e universal”, “a psicologia deve ser a mesma para todos, já que todos são iguais”, “não existe racismo nas teorias científicas”, “não existe racismo no Brasil”, “o racismo é uma questão da cabeça da pessoa, de baixa autoestima, de ‘mimimi”. O sucesso da colonialidade se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios subjetivos, como diria Veiga (2019).

Os saberes e as práticas mais utilizados pelos psicólogos nos dispositivos sociais, são de homens brancos europeus e norte-americanos. Os autores brancos da psicologia produziram teorias e técnicas para manejar subjetividades brancas em contextos sociais elitistas. “A importação e incorporação direta das conceituações psicológica produzidas na Europa desconsideram a singularidade da marca, dos processos de subjetivação não-brancos e impõem uma nosologia à imagem e semelhança da subjetividade do colonizador” (VEIGA, 2019).

Ao contrário do pensamento colonialista, a subjetividade, o sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade do eu consigo mesmo, ele é político. O sofrimento não se produz por um diálogo que se fez falho do sujeito consigo mesmo em função dos seus complexos intrapsicológicos: ele emerge como efeito das relações políticas concretas imersas em um mundo de valores sociais. A opressão do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do cis sobre a/o trans, do hétero sobre o homossexual. Este mundo tal como o conhecemos se funda na violência (VEIGA,2019), no “eu conquisto” da branquitude

Nesse sentido, a relação colonial é sempre uma relação antagônica: “[...] A presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 125). Foi Fanon (2010) uma das primeiras vozes que expressou esse impedimento. É necessário se pensar a branquitude também como processo de produção de violência em massa e pensar os seus efeitos nos corpos considerados negros, indígenas e outras etnias.

Promover uma descolonização da psicologia brasileira é demarcar que ela é majoritariamente branca e cartesiana e que para o trabalho dos psicólogos dentro dos consultórios particulares e nas políticas públicas é insuficiente e mesmo inadequada, na medida que as intervenções clínicas e psicossociais necessitam lidar com a singularidade dos fenômenos psicossociais no território onde se localiza, na geopolítica do ser, e compreender o lugar dos vetores raciais na constituição da subjetividade e seus efeitos no sofrimento psíquico.

E Mais: o quanto das relações estabelecidas entre os técnicos psicólogos nas redes do Sistema Único de Saúde ou Sistema Único de Assistência Social são baseados em uma lógica, tal como nos aponta Carneiro (2023), racial que determina quem deve viver e quem deve morrer através do dispositivo da racialidade na sua relação com o a biopolítica (FOUCAULT, 2005)? Quem são os usuários que os técnicos buscam promover a vida e quem são os usuários que são deixados para morrer através das mais diversas formas de violência institucional, do racismo institucional? Afinal não assumir o racismo como uma força real que atravessam os corpos, formam subjetividades, ditam formas de vida e posicionam os sujeitos na distribuição da violência estatal e social inscrevendo a

negritude e os indígenas “sob o signo da morte” (CARNEIRO, 2023, p. 65) é assumir uma posição política de deixar morrer aqueles que sofrem os impactos violentos e destrutivos do racismo e promover a manutenção da vida dos brancos.

Cabe aos profissionais da psicologia brasileira inseridos nestas políticas públicas oferecer um acompanhamento psicossocial e clínico considerando a diversidade. Uma pessoa pode deprimir em consequência de uma série de situações de racismo, por exemplo. A concepção da depressão como uma disfunção biológica fragmenta o sujeito e impede uma prática potente e social de cuidado de outro. Muitas vezes, nas escutas psicológicas, são ignoradas as pistas deixadas pelos processos de subjetivação raciais e suas consequências psicossociais, moldando a escuta através da lógica patologizante dos pensamentos automáticos e intrusivos, pelos comportamentos compulsivos, pelos traços de personalidade, pela nosologia das psicopatologias, medicalizando o sofrimento do sujeito. O quanto, os psicólogos estão muito mais treinados para construir um diagnóstico baseado nas sintomatologias descritas no DSM-5 e do que preparados para a realização uma compreensão do sujeito em uma perspectiva a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) de raça, gênero e classe?

Da mesma forma, os saberes da psicologia, ao invés de continuarem sustentando os ditames da colonialidade do poder centrados no controle internacional do trabalho e manutenção do sistema econômico capitalista através de técnicas voltadas para o desenvolvimento de habilidades, de assertividade, de controle da raiva, promovendo muito mais a adaptação do sujeito, em sua individualidade, para que ele consiga lidar com estresses inerentes da precarização neoliberalista do trabalho, deve se transmodernizar através de uma valorização da promoção de comportamentos combativos, voltados para a transformação social. Uma psicologia descolonial é uma psicologia que combate o adestramento, a ortopedia social.

REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Karla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.
CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
CIDA, Bento. O Pacto da branquitude. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Edgardo Lander (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade - Parte I. Revista Filosofazer, n. 46, jan./jun. 2015.

DUSSEL, E.. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 51–73, jan. 2016.

FOUCAULT. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Edgardo Lander (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade - Parte I. Revista Filosofazer, n. 46, jan./jun. 2015.

DUSSEL, E.. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 51–73, jan. 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Sociedade e Estado [online]. 2016, v. 31, n. 1, pp. 25-49.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. Revista Caontemporânea. v. 2, n. 2, 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. Los dilemas de los estudios étnicos estadounidenses: multiculturalismo identitario, colonización disciplinaria y epistemologías decoloniales. univ.humanist., Bogotá , n. 63, p. 35-48, jun. 2007 .

MALDONADO-TORRES, Nelson . A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2008.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. Estudos de Psicologia (Natal), v. 2, n. 1, p. 7–27, jan. 1997.

MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia Política Latino-Americana. Revista Psicologia Política, v. 13, n. 28, p. 555-573, 2013.

MIGNOLO, W. D. colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 2023-04-29.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade [online]. 2014, v. 26, n. 1, pp. 83-94.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia [online]. 2019, v. 31, n. spe, pp. 244-248.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: APROXIMAÇÕES E RESSONÂNCIAS ENTRE BRANQUIDADE E NEGRITUDE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.

Adriana Helena Moraes e Moraes (UFPA-Universidade Federal do Pará)

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo identificar e discutir as consequências do período escravocrata pelo qual o Brasil passou, especificamente as nuances estrutural e estruturante do racismo e seus derivados, o qual sustentou e legitimou o sistema político, econômico, social e psicológico do período supracitado. Ancorando-se nas perspectivas das discussões teóricas sobre raça, racismo, discriminação racial, politica de branqueamento, branquidade, negritude e identidade.

PALAVRA-CHAVE: (Educação antirracista, branquitude, negritude, identidade)

A história do Brasil é marcada pelo seu longo período sobre o regime político, econômico, social escravocrata, regime este baseado em perspectivas eugênicas, higienistas e racistas de exploração e exclusão. Embora a categoria raça não possui sustentação científica, continua sendo uma construção política e social, bem como, discursiva sobre a qual se organizou o referido regime de poder sócio-econômico, que tentava legitimar e justificar as desigualdades sociais e raciais, embora a experiência praticada no Brasil refere-se a importância que é atribuída a cor da pele, ou seja, ao colorismo quando mais pigmentada a pele mais racismo se sofre.

Stuart hall (2003) pontua que a categoria raça vem sendo usada pelo estado moderno com o objetivo de implementar tecnologias de poder, controle disciplina, tendo como fim, a organização e administração das populações, hierarquizar as raças é utilizada então pelo Estado para distinguir aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. (Foucault,1997).

Percebe-se que a categoria raça vem sendo usada pelo estado moderno como objetivo de implementar tecnologias de poder, controle e disciplina, tendo como fim, a organização e administração das populações, hierarquizar as raças é utilizada então pelo Estado para distinguir aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. (Foucault,1997).

O contexto social brasileiro passa então a ser palco de disputas de tensões raciais, numa busca de agenciamentos que esconde, falseia, máscara e escamoteia a violência simbólica, psíquica que caracteriza o racismo, a discriminação, bem como o sofrimento psíquico da população negra decorrentes de todos os sortilégios causados por tamanha violência.

Pois, tais medidas parecem inócuas face às constantes queixas MN nas estratégias de enfrentamento ao racismo e seus derivados, principalmente quanto à promoção de saúde mental de tal segmento da população, onde, muitos afirmam não terem sido suficientemente bem amparados pelos profissionais Psicólogos os quais, devido ao histórico da Psicologia se caracterizar por uma profissão homogeneizada parecem pouco instrumentalizados para lidar/intervir neste fenômeno social, isso nos levar a compreender que no processo de combate e enfrentamento ao racismo e ao sexismo, como prática social, participam um conjunto variado de profissionais, entre os quais os Psicólogos com seus conhecimentos teóricos, científicos enquanto atividade profissional.

Como nos diz Foucault (2006):

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros[...]em nossa sociedade a "economia política" da verdade tem características [...] é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação. (p.13).

Em suas discussões Foucault pontua sobre as contingências históricas que dão voz a esses discursos, as quais não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência.". (Foucault, 2006, p.14).

Logo, a partir do conhecimento de tais aspectos que envolvem suas práticas e perspectivas possibilitará o surgimento de um "novo" entendimento, de uma "nova" compreensão, de uma "nova" referência que possa nortear a concepção SOBRE A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DAS RELAÇÕES ETNICO RACIAL no que concerne o enfrentamento deste fenômeno social, pois a rapidez das transformações científica e tecnológicas vem exigindo novas aprendizagens, gerando desafios a serem enfrentados pelas agências formadoras (escolas, universidades e seus integrantes, etc.),

Então, não parece pouco complexa a discussão e problematização ética, profissional e política dos atores sociais imbricados com estas questões, Assim como as principais discursividades que atravessam e que ainda vigoram no campo das relações étnico raciais formação de professores, consequentemente a contribuição da universidade, torna-se um elemento imprescindível nesse processo.

A Psicologia enquanto prática social desenvolvida no Brasil, ou seja, a cultura psicológica e seu discurso ganham uma significação, um status de saber considerável e perigoso pois na medida em que passa a executar certas práticas sociais, é por conseguinte alvo também de julgamentos,

avaliações, dúvidas e questionamentos quanto a sua eficiência e eficácia, sua prática/intervenção ética e política naquilo que se dispõem a estudar e gerar conhecimento.

Tal observação ganha relevância pois a atuação/intervenção de modo irrefletido produz apenas treinamento, habilidades, mecanismos vazios de um posicionamento mais ético e político, tão necessário quando pensamos em educação, ou seja, existe uma historicidade e uma originalidade na criação e utilização das teorias e conceitos, avançando no enfrentamento dos problemas de nosso dia a dia, que acontece na capilaridade das relações.

O início desse processo, talvez esteja na possibilidade de se identificar os pontos de cristalização, os resquícios de estratégias de ensino que se pautam pela exclusiva reprodução de conhecimentos, esvaziadas de um enfrentamento ético-político e que, possibilite a constituição de um movimento contra-hegemônico, aliando as necessidades sociais e o exercício profissional para não "ignorarmos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade."(Foucault, 2006,p.20).

Deste modo, as reflexões aqui levantadas podem representar um a intersecção importante para a compreensão da RR sobre a Psicologia e as vivências dos MN no que concerne o momento atual do processo de inclusão no contexto escolar paraenses, evidenciando, pois como estes vêm se articulando frente a esse fenômeno social, e o modo com a disciplina tem sido cursada pelos licenciados, partindo-se de uma visão mais contextualizada, podendo constituir-se numa crítica epistemológica de toda essa construção. (Schlindwein, 2010, pp.345).

Pois sua práxis não se encontra socialmente isolada, a psicologia assim como o psicólogo enquanto ser social é parte constituinte da realidade de relações que permeia a vida dos sujeitos, logo, sua práxis interessa a todos os que direta ou indiretamente estão a ele relacionados: seus alunos, a sociedade, aos futuros profissionais, seus formadores, à Psicologia enquanto Ciência, etc. pouco tem sido feito em nosso meio no sentido de analisar e definir o campo, os desenvolvimentos recentes, o conteúdo, os problemas e o ensino da Psicologia Educacional.

Situações essas, que em face de seus conteúdos ganham em singularidade, uma singularidade de acontecimentos que não foram debatidas, analisadas, problematizadas se quer comentadas ao longo de seis anos de formação, mas que como dito anteriormente se fazem mostram ali no espaço institucional, as quais se apresentam nas mais variadas formas.

Assim, nesse percurso histórico, realizando pesquisas, as teorias foram surgindo, conhecimentos construídos, discursos de saber foram produzidos, mas ao observar e experienciar a prática psi, é de que parece haver uma dicotomia, uma separação, um hiato, uma linha "imaginária"

que separa teoria e prática, onde os problemas, as dificuldades relatadas pelos professores parecem se avolumar cada vez mais sem uma perspectiva de solução ou pelo menos de minimização dos mesmos, com isso a prática docente parece ganhar um status de “desafio e impossibilidade”.

Durante o seu processo de formação a Psicologia, assim como as demais Ciências, foi chamada a dar sua parcela de contribuição nos processos de construção social, bem como, na compreensão, no entendimento, na explicação dos fenômenos especificamente relacionados ao homem, melhor, a todo o universo de acontecimentos que circunscreve o homem: o trabalho, a família, a escola, a religião, a saúde, a doença, o prazer, o sofrimento, a educação, etc, então, pode-se dizer, de maneira global, que a Psicologia é fundamentalmente um estudo do homem em termos de funções e normas (funções e normas que se podem, de maneira secundária, interpretar a partir dos conflitos e das significações, das regras e dos Sistemas.(Foucault,1992).

Assim, as questões pontuadas neste texto procuram ter um caráter um tanto mais questionador e problematizador do que afirmativo e pragmático, pois não tenta detalhar alguns processos e assuntos nele contidos, tais como: História da Psicologia, História da Educação, Formação de Professores, Currículo, Políticas Públicas, etc, mas por outro lado tentará percorrer uma direção mais provocativa, no sentido de tentar lançar bases para futuros estudos e aprofundamentos, bem como, levantar algumas discussões, problematizações que se ocupam da formação do formador, um olhar sobre a Psicologia, assim, o presente trabalho obviamente não tem a pretensão de esgotar a discussão, ao contrário, pois debates, discussões, problematizações pode sugerir mudanças, transformações, e não o esgotamento.

Em Jurandir Costa encontramos o esboço da noção de branqueamento dentro do pensamento psicológico como aquilo que permitiria sustentar uma ideologia racial e cujos efeitos são a diminuição da hostilidade e da aversão ao negro/mestiço assim que estes apropriam-se de comportamentos sociais dos brancos.

Para Maria Aparecida Bento, o branqueamento é um processo político que nasce do medo das elites brasileiras do crescimento da população negra/mestiça; refere-se à construção de uma identidade branca pela pessoa negra, que incorpora um conjunto de padrões. Mas nesse processo, algo também acontece com os brancos, ocorre um movimento de mudança: os estudos deslocam-se dos racializados para o centro. Nessa perspectiva Iray Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Pizza inauguram estudos sobre branqueamento e branquitude, ou seja, a identidade étnico-racial que uma pessoa branca pode escolher ou não revelar, baseada pelos benefícios simbólicos decorrentes do privilégio em que a hierarquia racial coloca os brancos.

Os estudos sobre branqueamento e branquitude, evidenciam então as relações de poder que essa estrutura leva: ao privilégio simbólico e material dos sujeitos brancos e aos aviltamentos relacionados aos negros em nossa sociedade. Mostram que, assim como as categorias de classe e de gênero, a categoria raça constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade. Os estudos na área devem considerar que o momento atual sugere maior ênfase no aspecto relacional da construção das identidades. Pois com o bem apontou Bento(2002), Florestan Fernades não abordou a deformação que a escravidão provocou na personalidade do branco. Alias,a decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética, ao contrário cita as tentaivas por parte dos negros de ascednsao e intregação social como um sintoma do desejo de branquear, negando-lhe todas as possibilidades de movimentos reais,verdadeiros e genuidos de luta,resistência e potencialidades.

O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também como uma prssao cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abilição da aEscravatura, para que o negro negassse asi mesmo, no seu corpo e na sua mente, co o uma espécie de condição para se "integrar" (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social.(CARONE,2002. Pg.14).

Assim, como pode o negro contitui-se enquanto sujeito, comom pode constituir uma identidade negra, uma negritude tendo suas caracteristcas assolapadas pelo branqueamaneto.Como pensar então uma identidade, uma negritude co-existindo em um sistema estrutural e estruturante de racismo...que culpa-o pela própria discriminação que sofre e que assim legitima as desigualdades sociais e raciais , pois é um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios dfa branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étinica positiva.(CARONE,2002. Pp. 17.

Essa mesma estrutura, conduz a uma negação, silenciamento, omissão, escamoteamento e distorções a respeiot das discussões do papel e do lugar que o branco tem secularmente ocupado nas relações etinico raciais no contexto brasileiro, contribuindo para reinteradamente apontar o negro como algoz de simesmo. E não por acaso a referencia tem sido ao longo dos seculos o negro sendo considerado diferente, especifico, aquele que é investigado,pesquisado, objetivado, subjetivado em contraposição ao humano universal, o branco. Desvelando um silenciamemo nos estudos sobre o branco que não abordam a herança branca da escravidão, nem tao pouco a interferência da branquitude coo guardiã silenciosa de privilegios. Esse daltonismo ou cegueira caracterizam um estranho funcionamento de nossos cientistas e estudiosos, aqui incluídos as psicólogos.(BENTO,2002,pp.47.)

Tal politica, evidencia os prejuízos psicossociais a que estão vulneráveis os negros, como a pessoa negra apreenderá sobre esse julgo? Como será a sua "tomada de consciência"? a construção da sua identidade? para onde vai o não-existir, o não-ser posto a partir dessas tramas simbólicas do branqueamento? sua como também, Há de se estranhar e inquietar também como o fato de que se o referencial do pesquisador esta instalado naquilo que simbolicamente tem representado o poder masculino e branco europeu, este é o olhar do opressor, cabendo então a buscar por deslelar outras potencialidadades possíveis, pois a rebeldia contra a escravidão, aopressao e a submissão tenha sida a mais eloquente das batalhas e das lutas.

Nesse sentido, Munanga (2012) nos diz que a identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite aos seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. Indicando então a necessidade ce entender a questão da negritude e da identidade dentro de um movimento histórico, situando seus lugares e atores sociais de emergência, assim a identidade do negro no brasil seria a identidade politica ou as relações politicas e econômicas de um seguimento importante as sociedade brasileira, excluído, segregado, silenciado, expropriado e violentado.

Esses estudos aqui colocados, bem como, os aspectos teóricos, metodológicos e formativos que a eles estão implicados, lançam um olhar mais crítico e reflexivo sobre a constituição das relações étnica-racial no Brasil e da Psicologia como Ciência e profissão para lidar com esses fenômenos. Assim, compreender a política de branqueamento versus negritude torna-se fundamental para o avanço das questões que envolvem a saúde mental da população negra e o papel da Psicologia enquanto ciência e profissão no que tange essa temática.

Esses estudos aqui colocados, bem como, os aspectos teóricos, metodológicos e formativos que a eles estão implicados, lançam um olhar mais crítico e reflexivo sobre a constituição das relações étnica-racial no Brasil e da Psicologia como Ciência e profissão para lidar com esses fenômenos,Assim , compreender a política de branqueamento versus negritude torna-se fundamental para o avança das questões que envolvem a saúde mental da população negra, com o também.

Pois sabe-se ao longo de sua a Psicologia tem sido continuamente alvo de inúmeras criticas, que ela não mudou, que continua "tradicional", quase inalterada nos seus padrões/concepções de inclusão e exclusão, indicando uma certa maneira genérica e vaga de sujeito (aqui especificamente os negros), onde a mesma tende a continuar não respondendo as necessidades sociais, politicas e psíquicas dos mesmos, camuflando a diversidade em nome de uma pseudo homogeneidade. Tais

criticas são, atualmente endereças dentre outros aspectos ao processo da saúde mental dos negros enquanto consequência perversa e desumanizante a qual a população brasileira tem sido sistemática, ininterrupta e frequentemente vitima de praticas racistas e discriminatórias.

Se partirmos do pressuposto da existência, penetração e atravessamento desse lacuna o na formação dos futuros Psicólogos, talvez esteja ai também as bases ainda presentes de certas concepções, históricas, individualizantes, biologizantes percebidas pois, todas as ciências, análises ou práticas com radical "psico", têm seu lugar nessa troca histórica dos processos de individualização. (Foucault, 1979), deixando um viés de dúvida e constatação sobre a dimensão ética e política desta concepção de subjetividade. Pois parece ainda existir entre os profissionais "psi" uma dimensão interiorizada de subjetividade que obviamente permeia sua prática.

Assim, neste espaço privilegiado em que se configura a Psicologia enquanto Ciência e profissão nos processos sociais e de investigação da produção de subjetividades, de saberes que emergem e circulam, podemos pensar então, considerando como o espaço da experiência e do território amazônico como vetores importantes na produção da subjetividade da população negra, assim o agenciamento experiência-território-subjetividade revela-se como um foco de pesquisa relevante na análise da subjetividade contemporânea e nos estudos sobre subjetividade desta referida população.

Assim, neste espaço privilegiado em que se configura a Psicologia enquanto Ciência e profissão nos processos sociais e de investigação da produção de subjetividades, de saberes que emergem e circulam, podemos pensar então, considerando como o espaço da experiência e do território amazônico como vetores importantes na produção da subjetividade da população negra, assim o agenciamento experiência-território-subjetividade revela-se como um foco de pesquisa relevante na análise da subjetividade contemporânea e nos estudos sobre subjetividade desta referida população.

Isso nos leva a observamos e indagarmos a não neutralidade da Psicologia diante de tais fenômenos e sua possível participação na reprodução das desigualdades sociais e raciais, que podem inferir um parâmetro importante nos estudos das práticas psicológicas, seus efeitos e consequências no que concerne ao racismo, e o sofrimento e a saúde mental da população negra, bem como, a constituição da identidade daí decorrentes, entendidas aqui como a branquitude e .a negritude.

Por conseguinte, a problematização da Psicologia e as Relações Ético Racial do psicólogo brasileiro pressupõe observar como, e em que medida, as práticas atuais mantém um saber hegemônico, a mesma lógica clássica da ação neoliberal? Como evitar que os Psicólogos também não se tornem "dóceis"? A importância da construção da identidade como estratégia de ação política?

Tornar visíveis as mulheres que historicamente sofrem outras opressões além do sexismo ou racismo.

Trazer à luz tais problematização decorre principalmente de minha condição de mulher e negra, bem como, de minha inserção no ensino superior através dos programas de interiorização dos cursos de Licenciatura nos Municípios de Estado do Pará durante os últimos 12 (doze) anos na própria atividade como docente e no acompanhamento e orientações dos alunos em atividades acadêmicas, a qual possibilitou o surgimento de observações, de inquietações diante de um cenário tão desafiador e instigante quanto prazeroso, que demanda certa exigência de um "posicionar-se politicamente" frente às situações cotidianas, a certas singularidades de acontecimentos, aos questionamentos acerca de práticas educacionais instituídas, cristalizadas, naturalizadas que estão ali postas no espaço institucional educacional, considerando que a Psicologia é fundamentalmente um estudo do homem em termos de funções e normas (funções e normas que se podem, de maneira secundária, interpretar a partir dos conflitos e das significações, das regras e dos Sistemas.(Foucault,1992).

Mulheres negras logo conhecem o que pensam, sentem, compreendem, percebem, torna-se relevante, pois a reflexão crítica do racismo significa situar-se no contexto da ação, na sua história para participar dos problemas sociais com uma determinada postura. Assim, qualquer que seja a carga simbólica que o sujeito assume diante deste fenômeno social - RACISMO, à mesma expressa/fundamenta sua posição, sua concepção, seus valores sócio-culturais.

De modo óbvio, devem-se considerar as circunstâncias institucionais dessa produção, uma vez que esse sujeito/educador não se encontra deslocado de sua realidade sócio-cultural, onde tal sujeito/educador (homem) deve ser entendido como um processo, como um devir, porque se constitui como um ser por meio das relações sociais e materiais que estabelece – humanas e históricas, são estabelecidas durante todo o movimento de sua existência e não por um acaso.

Como nos diz Foucault (1992):

nenhum dos conteúdos analisados pelas ciências humanas pode ficar estável em si mesmo nem escapar ao movimento da história [...] por que a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia, mesmo quando aplicadas a objetos – isto é, a homens – que lhes são contemporâneos, não visam jamais senão a cortes sincrônicos no interior de uma historicidade que os constitui e os atravessa; por que as formas assumidas sucessivamente pelas ciências humanas, a escolha que elas fazem de seu objeto, os métodos que lhes aplicam são todos dados pela História.(p.388).

Onde o que está em jogo é a articulação entre as dimensões biológicas e subjetivas, surgindo em ideia de controle da conduta, dos corpos, os "corpos dóceis", parecendo atualmente tão presente

no contexto brasileiras das discussões das relações etinio racial; tudo aquilo que aparece como sendo foram da “ordem” enquadra-se na “desordem”, supondo então quando se trata de tais relações um modo de subjetivação dominante a que poderíamos nomear de individualizada.

Esta troca dialética configura não só a subjetividade do NEGRO como também, indica e revela a maneira como este apreende a realidade social que o permeia, consequentemente de sua práxis, pois a relação dos PSIS com os saberes não se reduz a conhecimentos já construídos, na sua prática.

Assim, o estudo das relações raciais no contexto da educação, representam um importante aporte teórico/prático na discussão das questões raciais no brasil buscando interface entre os estudos sobre branquidade/negritude e Psicologia, possibilitando/servindo de instrumento de interpretação/compreensão/análise/conhecimento dos fenômenos educativos, para que suas repostas/decisões cotidianas possam ser respaldadas no conhecimento. Dentre os arcabouços teóricos da Psicologia, mais especificamente da Psicologia Social, os estudos sobre branquidade/negritude configura-se numa importante contribuição para leitura do fenômeno aqui discutido.

O destaque recai então sobre a variedade, sobre a diversidade - a polissemia, das relações etinico raciais e de tais atores, bem como, as categorias pelas quais a Psicologia tem se utilizado para explicar, entender, organizar, classificar o mundo ao ser redor. Onde analisar esse fenômeno implica na possibilidade de novas compreensões, entendimentos e conhecimentos psicológicos no sentido de auxiliá-los nos grandes desafios que muitos autores têm atribuído à prática docente.

Como também, sustenta-se a urgência de se promover e divulgar mais investigações sobre essa temática universal – AS RELAÇÕES ETNICO RACIAL, em virtude de sua implementação e propagação, onde aspectos/ações perpassam dentre outros e, portanto, pelos registros e reflexões dessa prática. Ratificando-se, portanto, a relevância científica, social, pedagógica e acadêmica de se compartilhar experiências para que avanços na compreensão dessa temática sejam possíveis.

Como nos diz Spink & Medrado (2004):

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas - na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas - constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta. (Spink & Medrado, 2004, pp. 48)

Investigar as relações etnico racial significa pensar nas condições objetivas de vida, de modo indissociado, partindo deste aspecto, a proposta deste trabalho está pontuada também, na perspectiva de contribuir para a reflexão sobre o ser e o fazer dos licenciados enquanto protagonistas

de suas práticas cotidianas, onde tal ponderação pode ser entendida como condição essencial para o desenvolvimento destacancando aqui a mulher negra, bells hoocks ao problematizar o pensamento feminista moderno, aponta quer este sugere que mulhere4s compartilham a mesma sina, que faoteres como classe, raça, religião, preferfencia sexual, etc. não criam diversidade de experiência quw determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cadea mulher, desmascarando o impacto diferenciado da dominação racial e de genero, a mulher negra –e triplamente atingida: classe, raça e gênero. Sua luta pela construção de identidades negra s positivas

Observa-se então, que existem certos grupos de procedimentos, de atores, de instituições que permitem o controle, a circulação, o compartilhamento dos discursos os quais selecionam os sujeitos que falam: o destaque aqui recai sobre o negro, o branco ou o não negro, "trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que pronunciam certo numero de regras e assim não permitir que todo mundo tenha acesso a ales. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo." (Foucault, 2006, p.37).

Torna-se necessário, fazer então aparecer as descontinuidades que nos atravessam, buscando continuamente uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica compreendendo as engrenagens dessa dinâmica, para que se possa contornar aquilo que a partir dessa mesma visão de mundo denominamos de problema, obstáculo, que induza um "olhar para si". Sermos responsáveis por novas formas, maneiras de subjetividade diferente dessa que está aí posta, constituir pontos de resistência, mobilizando uma postura crítica, um posicionamento político, ir para o empate ou nos curvar a cada nova demanda não problematizada.

Essa abordagem é marcada pelo caráter problematizador, que requer análise, reflexão fazendo avançar a formação dos Psicólogos na perspectiva de desenvolver, , um pensamento social e político mais comprometido com a emancipação da condição humana e mais capaz de empreender rupturas nas concepções, instituídas, ingênuas e ideológicas nas RR.

Tal observação ganha relevância pois a atuação/intervenção de modo irrefletido produz apenas treinamento, habilidades, mecanismos vazios de um posicionamento mais ético e político, tão necessário quando pensamos em identidades e subjetividades e, ou seja, existe uma historicidade e uma originalidade na criação e utilização das teorias e conceitos, avançando no enfrentamento dos problemas de nosso contemporâneo.

O início desse processo, talvez esteja na possibilidade de se identificar os pontos de cristalização, os resquícios de estratégias que se pautam pela exclusiva reprodução de conhecimentos, esvaziadas de um enfrentamento ético-político e que, possibilite a constituição de

um movimento contra-hegemônico, aliando as necessidades sociais e o exercício profissional em conformidade com as demandas desse segmento da população brasileira para não "ignorarmos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade."(Foucault, 2006,p.20), tornando-se necessário, fazer então aparecer as descontinuidades que nos atravessam, buscando continuamente uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica

Esse direcionamento perpassa pela valorização da dimensão política da profissão docente, do psicólogo, uma prática que leva-os a se reconhecer como participantes, como atores, protagonistas dessas transformações. Pensar em um protagonismo social da Psicologia no contexto Educacional

Assim, sustenta-se a urgência de se promover e divulgar mais investigações sobre essa temática universal – RR, em virtude de sua relevância científica, pedagógica, acadêmica, social, ética e política, a qual perpassa pelos registros e reflexões dessa prática. Ratificando-se, portanto, a relevância científica, social, pedagógica e acadêmica de se compartilhar experiências para que avanços na compreensão dessa temática sejam possíveis.

Assim a Psicologia tem a importante e longa tarefa de colaborar na construção e divulgação de conhecimento sobre a respeito das repercussões psíquicas que o sistema escravocrata e de branqueamento deixou para as gerações posteriores. Acreditando-se que através deste pode-se alcançar uma compreensão da dinâmica do fenômeno, a partir de sua inter-relação com o social, caracterizando-o, identificando e explicitando suas contradições, bem como, traçar um possível diagnóstico da realidade no qual ele se apresenta.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Identificar qual relação entre o sentido e o significado construídos pelos licenciados sobre a Psicologia e suas vivências acerca do processo de inclusão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Registrar e analisar os sentidos e significados atribuídos a Psicologia pelos licenciados.

Descrever como são vivenciados subjetivamente pelos licenciados no processo de inclusão.

Identificar e analisar quais os aspectos que sustentam a práxis dos licenciados diante do processo de inclusão.

BIBLIOGRAFIA

BRASILEIRO, Tânia Azevedo, & SOUZA, Marilene Proença. P**sicologia, diretrizes curriculares e processos educativos na Amazônia: um estudo da formação de Psicólogos.** In:_____. Revista Semanal da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional/ABRAPEE. São Paulo, v. 14, n.1, jan/jun, 2010, pp.105 a 119.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e Branqueamento no Brasil. In:CARONE,** Iray; BENTO, Maria Aparecida. (Orgs) Psicologia Social do Racismo:estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.Ed. Brasil: LTC, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A,2006.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias Políticas de Combate à Discriminação Racial.** São Paulo: EDUSP/Estação das Letras,1996.

_____. **Negritude: uso dos sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 4. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.**

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SALLES, Vicente Salles. **O Negro no Pará sob regime de Escravidão**. 3.ed. Belém:Programa Raízes, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Foucault, Michel. (1987). **Vigiar e Punir. Petrópolis**: Vozes.

Foucault, Michel. (1979). **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel. (2006). **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France,** pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Loyola.

Foucault, Michel. (2009). **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel. (1992). **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas,** São Paulo: Martins Fontes.

JACQUES, M da G. C. & TITTONI, J. **Pesquisa, In: Psicologia Social Contemporânea:** livro-texto. Petrópolis: Vozes, 2007, pp. 73-85.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

INTERMEDIÁRIOS NAS *WOUT* HAITIANAS: AS DINÂMICAS DAS (I)MOBILIDADES NAS AMÉRICAS

Mélanie Montinard[1] (PPGCOM/UFRJ)

A proposta desta contribuição se propõe a explorar as diferentes figuras de intermediários presentes nas mobilidades dos haitianos nas *wout* (rotas, em crioulo haitiano), as quais eles percorrem ao deixar o Haiti, atravessando as fronteiras de diferentes países das Américas em busca da vida (*chache lavi*) e de *lavi miyò* (uma vida melhor) para realizar o sonho de devir diáspora (*dyaspora*). A partir de uma análise etnográfica sobre as formas e os lugares dos intermediários no decorrer dos movimentos, proponho interrogar com especial atenção a figura do *raketè*. O intuito é entender as dinâmicas e os investimentos emocionais e materiais das (i)mobilidades, e suscitar uma discussão dos mecanismos políticos e legais na construção, desestabilização e governo das redes de mobilidade. Quais são os significados e usos práticos da categoria *raketè*? Como se articulam os movimentos dos *raketè*, dos indivíduos e das famílias junto aos controles dos governos e das agências de imigração? Como as estratégias estão implantadas para que a *wout* dos indivíduos possa acontecer apesar dos impasses físicos e simbólicos? O "*chache lavi*" cria, constrói e desconstrói não apenas relações entre pessoas, mas também implica tensões e dimensões subjetivas, bem como jogos permanentes entre legalidades e ilegalidades.

Palavras-chaves: intermediários, *raketè*, (i)mobilidades, *chache lavi*, diáspora.

INTRODUÇÃO

Este artigo examina as experiências e dinâmicas da mobilidade dos haitianos e analisa, a partir das histórias coletadas durante a minha pesquisa (Montinard, 2019)[2], as diferentes *wout* (rotas ou caminhos, em crioulo haitiano) percorridas por eles, que passam especificamente pelo Brasil para *chache lavi* (buscar qualidade de vida), almejando *lavi miyò* (uma vida melhor). Nesse contexto, o termo *wout* é considerado uma categoria nativa, constitutiva da mobilidade haitiana.

Como, a partir de 2010, o Brasil passou a ser considerado um lugar de passagem para muitos haitianos migrantes que na época estavam tentando chegar à Guiana francesa (Joseph 2015a), o país passou a integrar o espaço sociogeográfico haitiano, bem como se tornou um lugar de passagem e permanência[3], conformando o vasto repertório de paisagens que compõem as diferentes *wout* tomadas pelos haitianos para *chache lavi*. Entretanto, deve-se também considerar a sociedade

[1] Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal de Rio de Janeiro, Brasil (PPGCOM/UFRJ), Pós-doutorado na Fundição de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Email: montinardm@gmail.com

[2] Esta pesquisa foi realizada durante o meu doutorado em antropologia social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ).

[3] O número estimado de haitianos que imigraram para o Brasil varia, porém, segundo dados do Ministério da Justiça em 2019, há aproximadamente 107.000 haitianos localizados, principalmente, nos diferentes estados do sul e sudeste do Brasil, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros.

haitiana sob a perspectiva de sua diáspora (Joseph 2015a e 2015b; Glick-Schiller, 2011), já que nenhum evento produziu ou provocou a migração, mas sim uma tendência histórica de deslocamento e fluxos migratórios. Na verdade, é um emaranhado de diferentes fatores econômicos (cerca de 59% da população vive com uma renda menor que 2.41 US$ por dia, de acordo com a Pesquisa do Banco Mundial sobre Condições de Vida Doméstica, realizada em 2012), sociais, culturais, políticos (os regimes autoritários de François e Jean-Claude Duvalier [1957-1986] e as crises políticas que se seguiram — ver Zolberg & al. 1989), além dos fenômenos naturais (tais como inundações, ciclones ou o terremoto em janeiro de 2010) que fazem com que o Haiti tenha sido construído e se reconstrua através do deslocamento e da mobilidade.

Estudos sobre a historicidade da migração haitiana (Anglade, 1982; Joseph, 2017) mostram que há mais de um século eles tentam chegar aos Estados Unidos — um dos seus destinos favoritos para fugir dos problemas econômicos e políticos. Entretanto, este movimento migratório tem se intensificado e vem encontrando dificuldades devido à recessão econômica no Brasil, que teve início no final de 2015, e tem afetado diretamente os haitianos que já viviam aqui desde 2010 e 2011, principalmente aqueles que se beneficiaram da alta demanda por empregos, em virtude de eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Neste contexto, novos projetos migratórios surgiram, como a *wout Miami* ou *pran wout la* (pegar a rota) — expressões usadas pelos haitianos para se referir a uma pessoa que iniciou a viagem em direção aos Estados Unidos, cruzando as fronteiras de diferentes países da América do Sul e Central em busca do sonho de se tornar uma *dyaspora*.

Como demonstrei em minha tese de doutorado (Montinard, 2019), *pran wout la* não se reduz apenas a uma única viagem do Brasil aos Estados Unidos, nem a uma decisão ou itinerário concreto que incorpore representações sobre países como o do "Tio Sam", do Haiti, do Brasil, do Chile, do México, da República dominicana, do Canadá, entre outros tantos contextos. A expressão denota uma pragmática da mobilidade, um estado de ser e uma transformação dentro da diáspora haitiana contemporânea, fazendo do termo *wout* uma categoria própria que serve para entender a dinâmica das redes de mobilidade:

> *Pran wout la* é um devir, é um estado de construção, uma forma de estar em movimento integrando dimensões físicas e simbólicas, podendo tomar derivados constitutivos da mobilidade (como *ouvè wout la* — abrir o caminho —, ou *kite wout la* — abandonar a rota —, entre outros), bem como uma forma de estar em espaços e momentos de mobilidade diferentes. (*op. cit.*, 2019: 257).

No entanto, analisar a categoria nativa de *wout* a partir dos seus próprios termos e contextos dentro de trajetórias individuais de movimento perpétuo, explorando as diferentes relações e

(des)equilíbrios das lógicas de mobilidade, apresentou-se como um desafio no estudo etnográfico, bem como uma fonte de riqueza analítica para uma teoria etnográfica da mobilidade. De fato, este estudo foi realizado em movimento e em múltiplos locais, o que implicou desafios metodológicos únicos, e só foi possível graças às várias inserções nas redes haitianas e das políticas publicas sobre migrações das quais faço parte e nas quais desempenhei diversos papéis. Tendo, a minha própria pesquisa, necessariamente uma dimensão autoanalítica e autoetnográfica, vejo-me na obrigação de considerar não só os diferentes compromissos e os múltiplos espaços que ocupo, mas também a forma como sou percebida pelos diversos agentes que compõem o universo em análise. Neste sentido, dentro da minha própria experiência etnográfica, a dimensão da "objetivação participante" é indissolúvel da "participação observadora" (Bourdieu, 1991 e 2003).

Durante meu trabalho de campo entre Haiti, Brasil e Estados Unidos, onde me foi possível analisar e compreender a dinâmica da mobilidade haitiana a partir de um estudo etnográfico, apesar dos limites e desafios em jogo nos meus inúmeros compromissos (Montinard, 2019: 54-65), pude observar o significado da palavra *wout*, um termo usado pelos haitianos que estão em movimento ou se preparando para uma (nova) viagem. Este termo pode ter tanto dimensões físicas, quanto simbólicas. Quando a expressão *wout Miami* apareceu, no final de 2015, no cotidiano dos haitianos no Brasil que iniciaram seu caminho para os Estados Unidos, ela foi inserida no vocabulário da mobilidade haitiana com a expressão *pran wout la*, que tornou as fronteiras entre cada uma dessas dimensões ainda mais confusas. Questionar os significados e usos do conceito nativo de *wout* é voltar da pragmática da mobilidade à da diáspora, descrita por Joseph (2015 a, 2015 b) ou Glick-Schiller (2011).

Pran wout la não é apenas para uma pessoa que empreende uma viagem (planejada ou não) que é estabelecida no tempo, mais ou menos curto, entre partidas, trânsitos e chegadas, entre estada, idas e vindas, entre estratégias individuais e coletivas. Portanto, ela navega entre a dimensão física e simbólica da *wout*, porque o termo também se refere a uma ideia de privilégio para aqueles que estão nas *wout*, uma vez que é um processo de sucesso, de construção dos significados da palavra "diáspora", mesmo que tenham sofrido (*pase mizè*). A *wout Miami* atende (ou atendia) principalmente às representações de *ser uma diáspora*, de conseguir enviar dinheiro regularmente para sua família (neste caso, são dólares americanos, uma moeda forte), ser capaz de planejar o projeto para trazer um parente ou visitar o Haiti etc. Tanto essas representações, como o sonho de se tornar uma diáspora, abriram o caminho (*ouvè wout la*) para milhares de haitianos que vivem no Brasil. Enquanto publicam belas fotos nas redes sociais, aqueles que chegaram aos Estados Unidos esperam pela regularização

a fim de abrir outros caminhos para seus parentes que permaneceram no Haiti ou no país de passagem ou residência.

QUANDO *PRAN WOUT LA* LEVA ATÉ MIAMI

Algumas semanas antes de Pipo anunciar a notícia da sua partida, o governo brasileiro acabava de publicar uma decisão no Diário Oficial para regularizar a situação de quase 44.000 haitianos, a maior parte deles entrando pelas fronteiras da Amazônia.[4] Embora os efeitos da recessão econômica começassem no Brasil, no final de 2015 a maioria dos haitianos tinha emprego formal — uma situação revelada pelo Relatório Anual de 2016 do Observatório das Migrações Internacionais (Cavalcanti & al. 2016), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e da Universidade de Brasília, que também mostra que a população Haitiana representou a primeira nacionalidade no mercado de trabalho (referindo-se a uma declaração de trabalho), à frente dos portugueses: os haitianos aumentaram de 815 imigrantes, em 2011, para 33 154, em 2015.

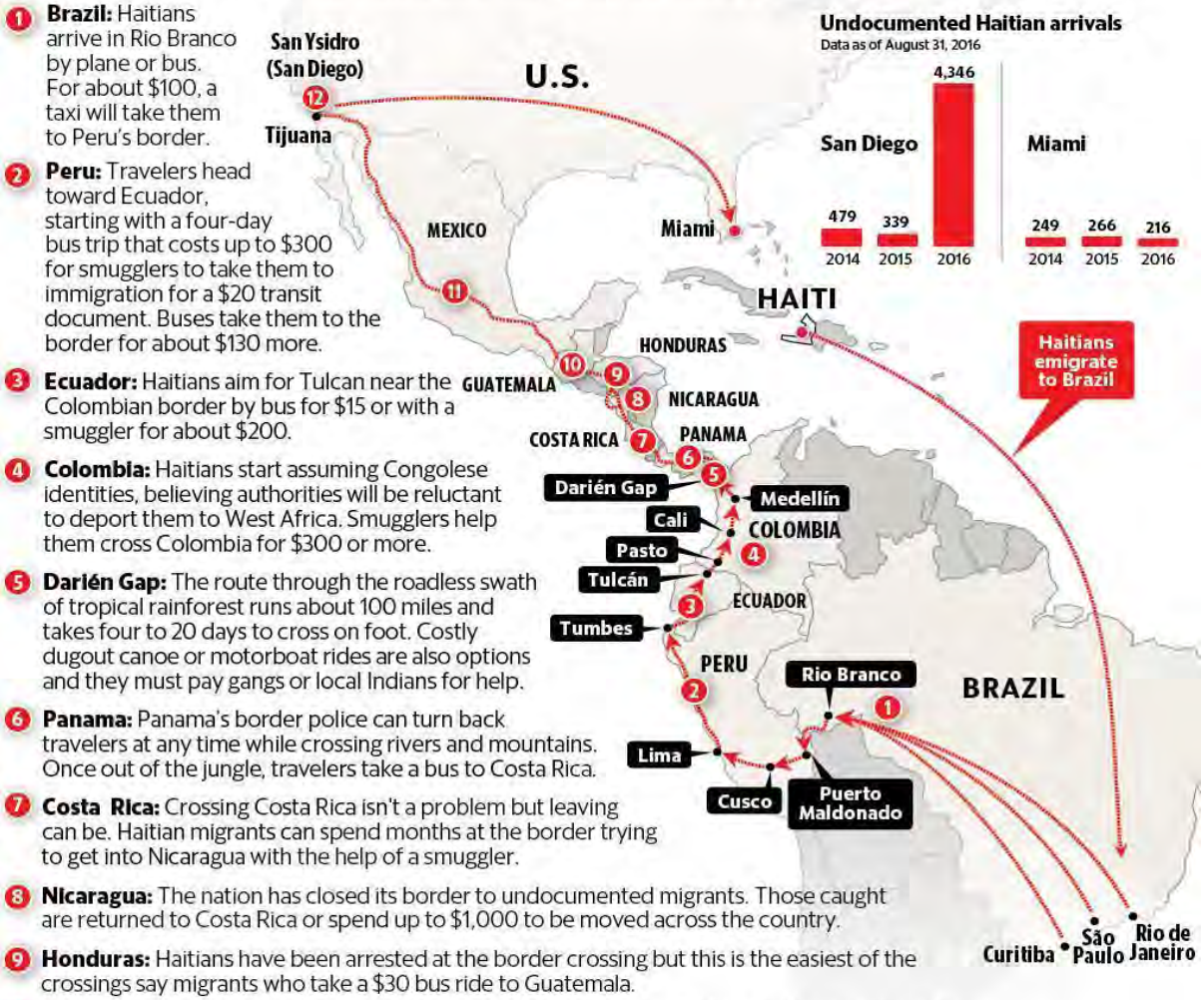
Segundo este relatório, verificou-se que em 2013 os portugueses já tinham sido ultrapassados pelos haitianos, que representavam 26,4% dos trabalhadores imigrantes em 2015. Ainda que, no final de 2015, tenha sido feita uma avaliação positiva em relação a um certo desejo de integração dos cidadãos haitianos no Brasil, cujas políticas públicas e situação econômica responderam bastante favoravelmente, já estavam surgindo novas rotas dentro das redes haitianas que responderam a essa imaginação onde *chache lavi* só poderia ser possível nas terras do Tio Sam.

[4] O Brasil tem respondido o "problema" dos fluxos migratórios dos haitianos com decisões do governo, tais como a Resolução Normativa Nº 97, ou a portaria de 12/11/2015 do Ministério do Trabalho e Emprego (Diário Oficial da União, Seção 1 - 13/01/2012, p.19), que "prevê a concessão de um visto permanente previsto no artigo 16 da Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para interministerial decreto de 12/11/2015 (seção 1, p. 48) a concessão de residência para quase 44 mil pessoas". Ver também Vieira (2014 e 2017).

O mapa abaixo foi produzido pela repórter do *Miami Herald,* Jacqueline Charles, entre meados de agosto e meados de setembro de 2016, em parceria com a minha pesquisa. Algumas das etapas sofreram grandes mudanças a partir dos últimos meses de 2016.

Treacherous trek

Haitians have forged a dangerous and clandestine new path to get the United States. They leave Brazil — which opened its doors after the 2010 earthquake — and travel more than 7,100 miles through South and Central America, crossing 11 countries by bus, boat, car and on foot in a perilous trip that can take two to four months. Nearly 5,000 Haitians have taken this route since October 2015. The goal: the U.S.-Mexican border, and from there, South Florida.



1. **Brazil:** Haitians arrive in Rio Branco by plane or bus. For about $100, a taxi will take them to Peru's border.
2. **Peru:** Travelers head toward Ecuador, starting with a four-day bus trip that costs up to $300 for smugglers to take them to immigration for a $20 transit document. Buses take them to the border for about $130 more.
3. **Ecuador:** Haitians aim for Tulcan near the Colombian border by bus for $15 or with a smuggler for about $200.
4. **Colombia:** Haitians start assuming Congolese identities, believing authorities will be reluctant to deport them to West Africa. Smugglers help them cross Colombia for $300 or more.
5. **Darién Gap:** The route through the roadless swath of tropical rainforest runs about 100 miles and takes four to 20 days to cross on foot. Costly dugout canoe or motorboat rides are also options and they must pay gangs or local Indians for help.
6. **Panama:** Panama's border police can turn back travelers at any time while crossing rivers and mountains. Once out of the jungle, travelers take a bus to Costa Rica.
7. **Costa Rica:** Crossing Costa Rica isn't a problem but leaving can be. Haitian migrants can spend months at the border trying to get into Nicaragua with the help of a smuggler.
8. **Nicaragua:** The nation has closed its border to undocumented migrants. Those caught are returned to Costa Rica or spend up to $1,000 to be moved across the country.
9. **Honduras:** Haitians have been arrested at the border crossing but this is the easiest of the crossings say migrants who take a $30 bus ride to Guatemala.
10. **Guatemala:** Migrants face detention and have to pay smugglers $300 or more to get through.
11. **Mexico:** Haitian migrants are often detained before they receive a 20-day transit document. They take a bus from the border to Tijuana, where they go to any of four migrant shelters or a hotel before presenting themselves to U.S. border patrol.
12. **San Diego:** On the U.S. side of the border, Haitians are helped by a small group of Haitian Americans to find relatives to settle in South Florida.

Source: Miami Herald research, interviews and U.S. Customs and Border Protection

MARCO RUIZ mruiz@miamiherald.com

A jornada do Pipo que descrevi na mina tese (Montinard, 2019) revelara as dimensões físicas e simbólicas da *wout Miami*, nas quais se mobilizaram recursos pessoais e coletivos, estratégias, encontros, inclusive o acaso ou o destino, os *lwa* (espíritos) ou as esperanças em *Bondye* (Deus) quando surgiram obstáculos tais como as montanhas; evidenciando que as fronteiras não eram mais apenas físicas, mas também simbólicas. Em uma das minhas viagens à Flórida, Pipo me revelou os detalhes de sua experiência da *route Miami*. Uma conversa que começou num tom muito sério:

> Cada um vivenciou a *wout* de maneira diferente. Para mim, foi uma *trip*, sabe? Eu sou um Rasta, preciso ver cada etapa da vida de uma forma positiva e acreditar em mim mesmo, que vou conseguir.

Porque a experiência não era, segundo ele, uma experiencia "digna" para um ser humano, ele havia decidido aderir às suas crenças rastafari, cuja positividade o acompanharia em cada etapa da *wout* e lhe daria força e coragem para enfrentar os obstáculos mais difíceis. Essa escolha lhe rendeu uma posição de liderança ao longo da *wout*, por exemplo: ele estava à frente de um grupo que tinha que atravessar águas bastante turbulentas em barcos improvisados (como *lanchas*) e atravessar montanhas para chegar ao Panamá.

Após viajar durante alguns dias em um ônibus de Quito, Pipo embarcou, como milhares de pessoas, na rota com destino a Medellín para obter um visto de 30 dias das autoridades de imigração colombianas, para que pudesse continuar legalmente sua viagem em busca do "Sonho Americano". Chegando em Turbo — uma cidade na costa caribenha no Golfo de Urabá, no norte da Colômbia — a bordo da *lancha* para Capurgana, Pipo reparou em uma senhora, cujo rosto lhe era familiar: era a dona da casa que sua mãe alugava no passado, no centro de Gonaïves-ville, uma cidade no norte do Haiti, onde ele nasceu. O inesperado encontro, deu origem a um momento de volta ao Haiti, ao lugar das memórias. Pipo, contou-me como esta senhora tinha ajudado sua mãe, seu irmãozinho e ele, enquanto seu pai tinha acabado de deixar o Haiti para os Estados Unidos por *canter*,[5] uma história, que revelava os laços de solidariedade entre as duas famílias.

Durante o encontro, eles trocaram notícias uns dos outros, sobre aqueles que tinham permanecido no Haiti, aqueles que tinham morrido, aqueles que tinham tomado a *rota* para o Brasil, Chile ou Estados Unidos, cada um tentando sua sorte em busca de *lavi miyò.* Entretanto, a conversa retornou rapidamente aos detalhes da organização da *wout* e as estratégias para atravessar o Golfo de Urabá e atravessar as montanhas, rios e matas para chegar ao Panamá; estratégias que giram, principalmente, em torno da composição e escolha do grupo. Muitas vezes, contava Pipo, juntar-se a um grupo com crianças ou mulheres para uma travessia marítima ou nas caminhadas em condições

[5] *Li te pran dlo* disse Pipo, uma expressão para dizer que uma pessoa se aventura em uma *wout* perto do mar.

realmente difíceis era arriscado porque elas iam mais devagar e reclamavam mais; no entanto, a escolha e composição do grupo era baseada na necessidade de ter mulheres para cozinhar para o resto do grupo, uma vez que tinha que ser composto essencialmente por pessoas fortes, capazes de suportar as duras condições da travessia.

De fato, chegar ao Panamá vindo de Turbo teria sido a fase mais mortal da *wout Miami*, pois significava afundar no inferno verde da região do Darien, nas mãos de paramilitares e traficantes. Vídeos ou fotos mostrando uma floresta tropical densa e amazônica, com sua fauna e flora desconhecidas pelos haitianos, e testemunhando as condições extremas da viagem, sempre alimentaram intensas discussões no Facebook ou nos grupos de WhatsApp dos quais eu fazia parte. É muito difícil atravessar essa fronteira localizada em um ambiente tropical hostil conhecido como o "tampão de Darien", e não há estradas para cruzar de um país para outro. Na verdade, é o único trecho remanescente da Rodovia Pan-Americana. De Turbo, a maioria dos migrantes cruza a fronteira panamenha clandestinamente por terra, caminhando pela selva de Darien durante dias, ou por mar, pegando um barco comercial através do Golfo de Urabá. De acordo com algumas histórias recolhidas em redes sociais, muitos não resistiram às condições extremas e aos riscos de uma caminhada tão traiçoeira realizada por pessoas inexperientes e sem equipamento, onde encontraram os perigos mais terríveis (grupos criminosos, animais selvagens, doenças, fome ou desidratação); os mais fracos morreram, abandonados na estrada aos gritos e lágrimas dos parentes indefesos, que tiveram que seguir seu caminho.

Entretanto, esta reunião sem dúvida influenciou na decisão de Pipo e da senhora de continuar a viagem juntos, "como se Deus tivesse enviado esta pessoa para me encontrar" (*se Bondye ki voye moun sa bay mwen*), disse o rapaz. Se a senhora viu em Pipo um jovem alegre com um espírito positivo, em quem confiava porque o conhecia desde criança, ele a viu como uma mulher forte e corajosa (*fanm vanyan*) que podia cuidar dele, cozinhar para ele, ajudá-lo ou tomar conta dele em caso de necessidade. Então, formou-se um grupo de doze pessoas e a senhora ficou encarregada de comprar todas as coisas necessárias.

Pipo e seus companheiros de viagem concordaram em liderar o grupo e planejaram a viagem de barco para atravessar o Golfo de Urabá, que custou US $200 por pessoa. Uma viagem perigosa que durou cerca de oito horas, o que finalmente os obrigou a terminar a *wout* a pé até o Panamá. Pipo sorriu quando me explicou que embarcar em *"la lancha"* provavelmente durou tanto quanto a travessia, que deveria levar 2h30, já que era necessário pesar a bagagem — sendo que cada quilo extra teria que ser pago — e pobres daqueles que não tinham protegido seus pertences com sacos de lixo. Uma vez no mar, o motor da *lancha* parou e, em seguida, após alguns minutos, saiu como se nada

tivesse acontecido — *la lancha* tinha três motores funcionando (um após o outro para o bem de economizar gasolina). Durante a viagem marítima foi preciso fazer uma parada noturna em uma ilha para reabastecer e descansar. A mais leve ondulação, em um mar relativamente calmo, fez com que o barco decolasse, batendo com força e sendo arremessado sobre a água como se fosse um casco de noz, o que fez com que os passageiros pulassem de medo, já que muitos deles não sabiam nadar e a maioria tinha enjôo de mar.

Chegando em Capurgana, o grupo partiu novamente para atravessar montanhas e arbustos, uma história que ele me contava com um nó na garganta, revelando que *chache lavi* também poderia estar associada ao significado e às práticas da *mistik* (magia, misticismo) quando a *wout* exigia enfrentar as condições extremas da viagem. Para chegar ao Panamá, tiveram que caminhar por cinco dias nas montanhas, atravessar rios inundados, caminhar na lama, dormir de olho nos arbustos, ficar atentos aos escorpiões, cobras ou outras espécies venenosas. Em Capurgana, Pipo havia negociado a viagem de US $250 por pessoa com um indígena colombiano, que viria a ser seu guia. Ele me explicou que havia, nesta pequena cidade colombiana, um verdadeiro mercado para a passagem de migrantes indocumentados:

> É um mercado, eles sabem que você é um estrangeiro e se aproximam de você para falar o preço. Depois, você negocia. Tem um verdadeiro negócio na região.

Por vezes tivemos que esperar dias, até semanas, porque era mais difícil negociar com os contrabandistas que se recusavam a caminhar nas montanhas quando havia operações militares do Governo do Panamá para combater o narcotráfico, enfraquecendo ainda mais a região do Tampão do Darién. Eles costumavam dizer *la selva come* para indicar que a selva é capaz de engolir, nos casos de chuvas fortes, operações militares ou na presença de grupos paramilitares e traficantes de drogas. Uma vez concluída a negociação, o indígena havia pedido a Pipo que organizasse seu grupo: era preciso carregar água, e ter botas para caminhar em caso de chuva. Começaram a caminhada atrás do indígena que abria o caminho para o resto do grupo com seu facão. A descrição de Pipo revelou uma rota na qual era difícil respirar, devido ao calor e à umidade, embora o guia tivesse planejado paradas a cada 30 minutos para descansar. Era importante que os contrabandistas colombianos entendessem a composição do grupo que levariam até a fronteira panamenha, porque a sua reputação poderia ser questionada. Algumas vezes Pipo ria:

> Quando paramos para descansar, o indígena nos pedia para tirar fotos ou vídeos e mostrar às nossas famílias que estávamos indo bem, que ele nos tratava bem. Mas o objetivo principal era enviar mensagens àqueles que tinham ficado para trás, para informá-los de que Fulano de Tal era um bom rapaz, e que, quando chegassem a Capurgana, deveriam procurá-lo para negociar a travessia da fronteira.

Porém, Pipo me disse que o *raketè*[6] os abandonou após algumas horas de caminhada — provavelmente, na sua opinião, porque o grupo era muito lento devido à presença de crianças —, e eles se viram sozinhos, perdidos, sem um mapa ou bússola, sem saber para onde ir. Enquanto isso, o pânico e o medo invadiam os pensamentos de todos, as crianças choravam sem entender o que estava acontecendo, as mulheres gritavam, Bíblia na mão, implorando para que *Bondye* (Deus) os salvasse desta situação e não os abandonasse. Pipo não podia se render diante das emoções e da desmobilização do grupo, pois tinha que encontrar uma solução para sobreviver e chegar ao Panamá. Então ele rapidamente decidiu se separar em dois grupos, caminhando em paralelo, mas a uma certa distância, para que pudessem se comunicar através de gritos.

Antes de retomar a caminhada, Pipo me explicou que havia tido uma longa conversa com a senhora, pedindo-lhe para convencer o resto do grupo a apoiá-lo nesta decisão e confessou-lhe que havia ouvido uma espécie de voz, um *ti zwazo* (passarinho) cantando para ele o caminho a seguir. Foi então que Pipo me revelou que, como a senhora era uma *manbo* (sacerdotisa vodu), ela soube preparar, com as poucas coisas que tinham à mão, um ritual para implorar a proteção dos antepassados, os *lwa*, que os acompanharam durante toda a viagem para chegar em segurança. Pipo me disse que ela havia coletado algumas plantas (*fèy*) e fervido em água sobre um fogo que havia feito com três pedras (*wòch*), ao pé de uma árvore (*pye bwa*) que ela mesma escolhera com muito cuidado. Não era apenas uma questão de *fè maji* (fazer mágica) ao trazer os elementos importantes do vodu como *fèy*, *wòch* ou *pye bwa*, mas sim para se aproximar dos *lwa* e pedir-lhes proteção para *ouvè wout la* (abrir o caminho) e ajudá-los a superar os obstáculos que poderiam surgir. Neste sentido, *maji* e *mistik* não se referem ao sentido estrito da magia, tal como definido por Richman:

> A palavra *maji* é frequentemente usada, no seu sentido estrito, para se referir à bruxaria e à classe de poderes conhecida como *pwen*. O símbolo dominante de uma opção moral e existencial, a magia evoca o que é transitório, contratual e individualista (Richman 2005: 151).

Durante cinco dias, a canção do *ti zwazo* guiou Pipo e o grupo até o Panamá, onde alguns ficaram três semanas, enquanto outros tiveram que ficar por três meses, dependendo da posição do governo na gestão dos migrantes irregulares. Ouvir o canto de um *ti zwazo* ou praticar um ritual, adquiriu o significado de um pedido de proteção aos espíritos ou ancestrais para enfrentar os impasses da *wout*, ou recitar as orações do evangelho de uma Bíblia que alguns tinham colocado em suas mochilas, como um objeto que garantia sua proteção, significava implorar *Bondye* para salvá-los.

[6] Os *raketè* ocupam um lugar de destaque nas narrativas da mobilidade, não tanto pela possibilidade de serem considerados como "agentes ilegais", e sim por serem atores e facilitadores da mobilidade das pessoas nas *wout* podendo enfrentar restrições legais ou materiais, gerando assim situações de imobilidade. Categoria nativa que definirei mais nas próximas páginas deste artigo.

Portanto, o *pran wout la* estava acompanhado de elementos de uma dimensão coletiva espiritual e transcendental, em que rituais e objetos eram necessários para proteger as pessoas ao longo de sua viagem, inclusive alguns deles consideraram necessário fazer um ritual semelhante antes de partir (Richman, 2005:152).

Chegar ao Panamá não foi fácil e a declaração do Governo panamenho, em 9 de maio de 2016, de que haitianos e cubanos estavam proibidos de entrar no país vindos da Colômbia, complicou a *wout* de milhares de pessoas querendo atravessar o país para, posteriormente, viajar até os Estados Unidos. Um novo obstáculo da *wout Miami* levou à invenção de novas estratégias para atravessar a fronteira, além das negociações de preços.

Quando Pipo e o grupo chegaram ao Panamá, na pequena (e muito pobre) aldeia de Yaviza, foram acolhidos por uma comunidade indígena que tinha muito pouco a oferecer. Uma vez que a passagem da fronteira foi negociada com a polícia por US$ 100 cada, pegaram um ônibus para Paso Canoas — na fronteira com a Costa Rica. Pipo esperou alguns dias para receber os US$ 500 que o seu pai lhe havia enviado por transferência (valor que possibilitou a negociação dos serviços de um *raketè* para chegar à fronteira nicaraguense, em Peñas Blancas) — uma viagem conhecida como *la Ruta del Tráfico* (a rota do tráfico) devido à circulação de drogas, mercadorias ilegais e, até mesmo, tráfico humano. Localizada perto da costa do Pacífico, Peñas Blancas, onde se pode entrar na Nicarágua através de uma estreita faixa de terra, é a única passagem terrestre entre os dois países cujos problemas diplomáticos fazem com que algumas pessoas reclamem seus direitos na mídia local. Em alguns casos, o tempo de espera pode variar de três a quatro meses, e em outros é possível escolher entre as diferentes possibilidades para atravessar a fronteira: a pé pelas montanhas (entre US$ 1.000 e 1.200)[7], de caminhão ou ônibus (entre US$ 1.500 e 1.800) ou de barco por Los Chiles (cerca de US$ 900) — de todas as formas arriscando suas vidas.

Enquanto alguns tinham desistido de seus empregos e usavam o dinheiro de sua demissão ou assistência de desemprego para comprar bilhetes de avião do Rio de Janeiro para Rio Branco, a fim de, financiar sua *wout* da fronteira peruana para Quito, outros compraram seu bilhete de avião a crédito de sua conta bancária, e ainda outros pediram empréstimos de amigos que vivem no Brasil. Mas empreender a *wout,* na maioria dos casos, exigia alguma garantia de que a família da diáspora estivesse pronta para financiar cada passo; por esse motivo que, em seguida, o mercado de transferência de dinheiro decolou, especialmente em Quito (Equador), Peñas Blancas (Costa Rica) e Tijuana (México).

[7] Viagem de cerca de 3 dias se o contrabandista cumprir honestamente a sua missão porque muitos abandonam o grupo no meio do caminho e as pessoas são forçadas a retornar para pagar os serviços de outro *raketè.*

Além disso, o mercado ilegal do *raketè* tem impulsionado as negociações entre os *raketè* e as pessoas que se encontram na *wout* e que recorrem a parentes que vivem na diáspora para solicitar grandes quantias que variam conforme a demanda pela busca por um documento ou na tentativa de atravessar a fronteira de um país para outro. Quanto mais solicitações para cruzar a fronteira, maior será o preço exigido pelos *raketè* — até US$ 1.800 por pessoa, de acordo com o meio de transporte utilizado: barco, veículo motorizado particular (carro, táxi, caminhão etc.) ou público (ônibus), ou a pé por estradas sinuosas. Em geral, a *wout Miami* dura entre três e seis meses e custa, em média, até 7.500 dólares por pessoa, de acordo com as informações coletadas nas longas conversas em grupos do WhatsApp, que marcaram fortemente a vida diária de haitianos no Brasil durante o primeiro semestre de 2016, assim como no contato que tive com relatos pessoais recolhidos durante as minhas estadias em Miami e Haiti. A duração da viagem e o valor do financiamento — indicada por eles com a expressão *fanmi-m ap ede-m* (minha família vai me ajudar) — varia conforme a intensidade dos fluxos ao longo do tempo: quanto maior a demanda, maior o preço exigido pelos *raketè* do local e quanto maior a duração da viagem diminuiu.

Embora Pipo se referisse ao Peru como um *vye peyi*, *peyi lèd*, para dizer que o país não é belo, e sim pouco atraente e onde não seria bom viver, mesmo em trânsito; ele definiu Honduras e Guatemala como países onde era fácil transitar sem papéis, mesmo lembrando das cenas marcadas pela violência. Apesar de contar a sua história com certa resignação (*rezinye*), as tentativas das autoridades fronteiriças locais ou dos *raketè* de negociar dinheiro para um passe do Peru à Guatemala, ao chegar em solo mexicano, uma certa tranquilidade tomou conta dele antes de empreender uma nova *wout* de natureza administrativa, organizada pelas autoridades de imigração mexicanas e americanas.

Após o registro pela Polícia Federal Mexicana e a concessão de um passe de vinte dias, Pipo iniciou uma nova viagem que durou alguns dias de ônibus até a fronteira de Tijuana/San Diego, onde serviços humanitários locais foram implantados, a pedido de *Immigration and Customs Enforcement* e do Serviço de Alfândegas e de Proteção das Fronteiras dos Estados Unidos, para receber e hospedar migrantes. Eles permanecem com uma tornozeleira eletrônica preta até o dia de sua audiência perante o tribunal de imigração, responsável pela decisão sobre a solicitação de asilo ou status de refugiado.

Ao pé da cerca de arame que marca a fronteira entre Tijuana e San Diego, muitas pessoas duvidaram se deveriam cruzar a fronteira quando o governo dos EUA declarou, em 22 de setembro de 2016, o reinício das deportações de haitianos indocumentados em seu território.[8] As mensagens

[8] Artigo do *Miami Herald* de 22/09/2016.

enviadas pelas autoridades americanas a esses migrantes e requerentes de asilo que foram admitidos sob a promessa de deportação, os colocaram numa situação de incerteza. Prestes a chegar ao final da sua *wout*, após uma épica travessia da metade do continente americano, do Brasil à baixa Califórnia, os migrantes estavam no posto fronteiriço de San Ysidro, no lado americano, onde se candidataram a viver nos Estados Unidos, com o risco e a alta probabilidade de serem mandados de volta para o Haiti. Houve quem desanimasse de tentar atravessar a fronteira e, vendo suas esperanças se desvanecerem, decidiu ficar em Tijuana, aos pés do muro, presos entre o mar e o deserto, porque nunca haviam pensado em ficar no México, longe de sua representação do sonho americano, o sonho de se tornar uma diáspora.

Assim como a maioria daqueles que percorreram a *wout Miami* e foram ouvidos por funcionários do Serviço de Imigração dos EUA em San Diego, Pipo passou quatro meses em um centro de detenção, antes de ser liberado em novembro de 2016. Quando saiu, ele se juntou a seu pai em Margate, Flórida, onde vive desde então. Aguardou quase seis meses até obter o documento de autorização de trabalho *(Employment Authorization Document)*, um período que ele aproveitou para fazer aulas de inglês. Ao longo desses poucos meses, passou por três entrevistas do tribunal, durante as quais lhe foi solicitado apresentar provas do seu pedido de asilo ou de seu pedido de reunificação familiar, encontros em que foi representado e acompanhado por um advogado contratado por seu pai por 500 dólares. Em janeiro de 2018, por uma decisão judicial, obteve residência temporária (por um período de dois anos) com base na reunificação familiar.

Isso porque "ser uma diáspora" não se trata apenas de enviar dinheiro ou objetos para aqueles que ficaram no Haiti, nem de realizar um projeto social ou organizar a viagem de um parente, mas também consiste em mostrar publicamente nas redes sociais, que é uma forma de evidenciar o comportamento, o valor moral, social e simbólico do sucesso da *wout.* Tais são as características que definem a pessoa na diáspora, de acordo com o imaginário dos haitianos, nas quais a ideia de *gwo dyaspora* (grande diáspora) só seria possível em *gwo peyi* (países economicamente ricos), como os Estados Unidos. Portanto, *chache lavi* só seria possível além das fronteiras terrestres do Haiti, no exterior, tornando a mobilidade uma fonte cultivada para o progresso social, econômico e cultural do indivíduo.

INTERMEDIARIOS NAS *WOUT* HAITIANAS

Os *intermediários* são uma figura central na literatura antropológica clássica sobre migrações e mobilidades, particularmente no que se refere aos estudos sobre as relações políticas e econômicas em nível local, e são geralmente definidos como *brokers*, termo vindo do inglês. De fato, o termo aparecia como uma figura crítica no contexto de debate da teoria antropológica da descolonialização

e da modernização nas décadas dos anos 1950 e 1960 – especificamente com a escola de Manchester (Gluckman, Mitchell e Barnes, 1949; Fallers, 1955). Mais tarde, com o surgimento do transnacionalismo, o termo *broker* desapareceu amplamente de vista no final da década dos anos 1970, antes de ressurgir na esteira dos interesses atuais na compreensão da reconfiguração planetária suscitada pelo neoliberalismo e nos estudos sobre as sociedades complexas. Assim, as ambiguidades morais do *broker*, como indivíduo que ultrapassa as fronteiras sociais e cujos motivos e lealdades são questionados, ganharam força nos estudos sobre migrações e mobilidade.

De forma diferente, Eric Wolf (1956) e Clifford Geertz (1960) desenvolveram explicitamente a ideia do intermediário e intermediário cultural (*broker* e *cultural-broker*) para descrever formas inconstantes e mutuáveis da autoridade política e das relações transformadoras entre as pequenas localidades e as metrópoles após a descolonialização no México e na Indonésia, respectivamente. Em um contexto de tensões e contradições entre detentores do poder a nível nacional e local, o antropólogo Erick Wolf propôs uma definição dos *brokers* como "indivíduos capazes de atuar em termos de expectativas tanto orientadas para a comunidade quanto para a nação" (1956). Na continuidade de uma forma de desenvolver uma certa teoria "dos grupos intermediários", essa definição permite uma observação das interações entre diversas escalas, local, nacional, transnacional, pois os "intermediários controlam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo" (*op. cit*. 1956). Como lembram Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (2003, pp. 260-261), "essa posição de intermediário constitui uma instância de poder que pode facilitar a mobilidade social desses indivíduos e que pode ser utilizada tanto em prol de benefícios pessoais quanto para atender a sua comunidade ou, ainda, a interesses externos".

A partir de uma etnografia das experiências de mobilidade das pessoas, pretendi detalhar as distintas estratégias utilizadas pelos nacionais do Haiti[9] para cruzarem as cada vez mais reguladas fronteiras dos Estados nacionais. As jornadas podem ser longas, fragmentadas, perigosas, não finalizadas e resignificadas ao longo do processo. Os lugares de destino, inclusive, podem ser redefinidos. Assim, os processos de mobilidade se veem interrompidos por regimes de imobilidade que impedem que os migrantes se movam para as direções desejadas, criando, de fato, uma imobilidade involuntária (Carling, 2001) que acaba por ser a realidade de diversas pessoas que se aventuram nessas jornadas. Esta impossibilidade de dar seguimento à viagem, somada à vergonha de retornar ao país de origem – ou de trânsito – sem ter alcançado o sucesso de devir *dyaspora*, tem

[9] Mas também de Cuba, quando os caminhos dos haitianos e dos cubanos se encontraram a partir do Equador. Ver mapa (Montinard, 2019, p. 119). Se entre 2015 e 2018, a partir do Brasil, o número de Haitianos que entraram ilegalmente nos Estados Unidos cruzando a fronteira do México, atingiu cerca de 30 mil em 3 anos, segundo os dados de *US Customs and Border Protection*, os Cubanos foram certamente de longe os maiores : 28.642 em 2015, 41.523 em 2016, 15.383 em 2017 e 7.079 em 2018. Hoje, muitos congoleses saiam do Brasil para tentar chegar na terra de Tio Sam.

ocasionado um processo de reconfiguração das cidades fronteiriças (por exemplo em Tijuana - Montinard, 2019, pp. 211-222) e das dinâmicas migratórias internas no continente americano. Neste contexto, que tem muitos pontos em comum com as realidades de migração e refúgio de grupos e indivíduos em outras partes do mundo e da América Latina[10], as ações de *intermediários* tornam-se fundamentais. Os *raketè*, portanto, ocupam um lugar de destaque nestas narrativas de mobilidade, menos pela possibilidade de serem considerados "agentes ilegais" do que por ser atores e facilitadores da mobilidade das pessoas nas *wout* que podem enfrentar restrições legais ou materiais, gerando assim situações de imobilidade.

De fato, trata-se de uma figura associada de forma muito simplificada pela literatura ou pelos agentes das organizações internacionais e dos governos com a do *coiote* e, por isso, a figura do *raketè* tem sido objeto de denúncia no contexto do combate ao tráfico internacional de pessoas. No entanto, esse viés criminalizante tem obstruído uma percepção mais apurada da complexidade do *raketè* nas dinâmicas das (i)mobilidades. Em determinados contextos, por exemplo, essas pessoas viabilizam a mobilidade, intermediando rotas, documentos, passagens, informações, seja atuando como indivíduos (*kontak, m konn moun, m gen moun*), seja como instituições (*ajans* ou *ajans vwayaj*) (*op. cit.*, pp. 205-210). Desta maneira, estes são termos cruciais para uma melhor compreensão das dinâmicas da mobilidade haitiana, desde o Haiti ou no estrangeiro, e reanimam as discussões em torno da "governamentabilidade" definida por Foucault como:

> O conjunto formado por instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem o exercício dessa forma bastante específica, ainda que muito complexa, de poder que tem por objeto principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento essencial os dispositivos de segurança (Foucault, curso oferecido no Collège de France em 1978 intitulado *Sécurité, Territoire, Population*, pp. 111-112, 2004).

Neste sentido, uma questão que se sobressai na narrativa etnográfica da minha pesquisa de doutorado é a constante relação dos haitianos com os mais distintos processos de governabilidade migratória em curso em todo o continente americano, e especialmente no Brasil. Nas diferentes *wout* físicas percorridas, são utilizadas rotas inusitadas e práticas construídas em constante reação às tentativas de regulação estatal. Esse contato com as estruturas de controle aparece na escolha de percursos extremamente perigosos e caros, assim como na utilização de serviços dos *raketè* cada vez mais disseminados na rotina migratória de diferentes grupos e indivíduos. De fato, no relato

[10] Ver documentário de Carlos Sandoval Garcia, "Casa en Tierra Ajena" (2017), que conta as histórias e os sonhos de várias pessoas que estão em processo de emigração forçada na América Central. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AkrZIumTRjI&fbclid=IwAR377JOnVTqlIraDeT4yhbGgToljPplXwc5cbk7-E9wxv9ZlOwXhX3iMlHY

etnográfico, surgem regimes de (i)mobilidade, por exemplo, centros de detenção de estrangeiros e anúncios de deportação nos Estados Unidos (Montinard, 2019, pp. 223-233); a atuação de agências internacionais na modulação do controle de populações, como o papel da Organização Internacional pelas Migrações (OIM) no Haiti (*op. cit.* pp. 297-315); as consequências práticas das distintas proibições da mobilidade haitiana na América Central; a atuação do governo brasileiro na restrição da mobilidade das pessoas solicitantes da condição do refúgio (como a medida adotada a partir de 01/01/2017 pelo governo de Michel Temer – *op. cit.* p. 300); além de um conjunto de estratégias dos nacionais do Haiti para contraporem-se às práticas de controle engendradas pelos dispositivos estatais.

Esses regimes de imobilidade podem também se remeter ao retorno ao Haiti. Porém, este retorno segue sendo uma opção quase impossível, visto como um fracasso aos olhos das pessoas que ficaram no Haiti ou no país de transição como o Brasil, ou daquelas que foram deportadas, um fracasso na busca de *chache lavi* para si e para a sua família. E, para alguns, quando a deportação os espreitava, a resposta tomou múltiplas escolhas: alguns decidem não ficar nos Estados Unidos e foram para o Canadá, como um *chimen dekoupe*, enquanto outros, ilegalmente nos Estados Unidos, se lançam em um movimento de *rezistans* (resistência), remetendo a um ideal de mudança individual e coletiva, ou outros voltaram para o Brasil.

Uma vez chegados aos Estados Unidos, alguns vão em busca de seu primeiro emprego para enviar dinheiro ao Haiti, outros trabalham por alguns meses e tentam economizar dinheiro suficiente para financiar uma nova *wout*, o que pode levá-los ao Canadá, enquanto muitos são deportados para o Haiti. De fato, a deportação (ou sua ameaça) desvia a *wout* de muitas pessoas, algumas preferindo esperar na fronteira mexicana em Tijuana, outras (na prisão ou liberadas sob fiança) esperando ser chamado pelo tribunal americano para comparecer perante o juiz que decidirá sobre seu pedido de asilo ou status de refugiado. Finalmente, outros são liberados provisoriamente em solo americano, temendo em seu estômago que serão deportados e, mesmo antes de obter a decisão do tribunal, empreendem a *wout* ao norte do Estado de Nova Iorque para entrar no Canadá, um país fronteiriço que oferece uma política de imigração mais favorável e onde os riscos de deportação são menores.

Na narrativa etnográfica da minha pesquisa, a partida, ou mesmo o retorno ao Brasil, mostra como as estratégias de travessia de fronteiras físicas, simbólicas ou tecnológicas, recorrem quase sempre aos *raketès*, elemento constitutivo da mobilidade haitiana, profundamente ancorado nas redes e nas práticas culturais. Ainda que essas formas possam remeter, para alguns, a um negócio criminoso, por vezes até violento, o *raketè* é uma figura que sempre existiu na história da migração

haitiana e suas práticas contemporâneas podem tomar diferentes formas, como um *kontak* (contato), um *rezo* (rede), pessoas ou instituições facilitando a difusão de informações que serão costuradas ao longo de um discurso confuso, mas que faz com que as pessoas sigam acreditando que *chache lavi* não é possível senão fora das fronteiras do Haiti. E, *chache lavi*, é também bem viver (*byen viv*) no novo país de residência apesar das condições de vida difíceis. Se o Brasil foi a oportunidade para alguns, outros procuraram sair do país sul-americano para tentar sua sorte em novas *wout*, vendo-se obrigados a partir – ou voltar para alguns deles!

As ambiguidades da figura dos intermediários, e especificamente do *raketè*, se revelam nas relações complexas que podem ter os indivíduos e as famílias com eles, podendo ser às vezes um amigo, um vizinho, um membro da família ou um sujeito menos próximo indicado por alguém, um representante de uma autoridade publica ou da sociedade civil, entre outros. Essa multiplicidade de relações entre mediador e migrantes coloca em jogo questões relativas à lealdade, à obrigação, à reputação e ao segredo, as quais vão muito além de uma mera relação de mercado na qual as pessoas apenas pagam por um serviço (no caso, a obtenção de documentos, ou a abertura de uma rota junto às autoridades de um determinado país). Se muitos definem *raketè* como *coiotes* ou como uma empresa que facilita a organização de uma viagem (i)legal, inserindo assim os *raketè* em uma narrativa sobre o tráfico de pessoas, as ambiguidades em torno das formas que podem assumir essas pessoas adquirem muitos sentidos pelo fato de representarem igualmente uma alternativa aos processos legais estabelecidos pelos estados nacionais, cada vez mais rígidos.

Os controles migratórios, as variações nacionais e as mudanças constantes de políticas obrigam os migrantes a lidar com intermediários e "especialistas", como os *raketè*. É necessário não só descrever as políticas públicas relacionadas às questões migratórias em cada país pelos quais se movimentam os haitianos que passam pelo Brasil, mas também compreender as experiências subjetivas e as representações que os indivíduos possuem sobre essas políticas enquanto se deslocam. Será necessário, ainda, observar as relações entre as pessoas que circulam na *wout*, às vezes em grupo[11], os *raketè* que facilitam o cruzamento das fronteiras ou a obtenção de um documento, as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos para passarem de uma fronteira a outra, as agências estatais e os órgãos de segurança, as polícias de fronteira ou os agentes de imigração e outros agentes dos governos.

Tal como nas músicas de Ti Manno, músico e cantor haitiano, que permitiram Glick-Schiller e Fouron (1990) compreender os fatores que podiam explicar a multiplicidade de identidades

[11] A escolha da composição do grupo é importante, pois era vital que houvesse mulheres para cozinhar ao longo da *wout Miami* por exemplo, e era importante que o grupo fosse composto e dirigido por pessoas fisicamente e moralmente fortes, capazes de suportar as duras condições de viagens, quase sempre homens.

próprias aos imigrantes haitianos nos Estados Unidos, o estudo aqui proposto sobre os intermediários, e especificamente os *raketè*, nas *wout*, pretende não só revelar a complexidade dos modos de organização, mas também levantar interrogações relativas às circulações nacionais e transnacionais que podem caracterizar dispersões - nem passageiras, nem pontuais -, mas que dão lugar a estratégias nas quais a extensão espacial é, em si mesma, utilizada como recurso (Ma Mung, 1999).

Finalmente, este artigo propunha descrever e analisar as experiências da mobilidade articulada em rede através das histórias das pessoas que estavam saindo ou haviam saído do Haiti em busca de uma vida melhor. A mobilidade daquelas que partem pode contribuir para a imobilidade daquelas que ficam e vice-versa, especialmente quando aquelas que embarcam nas *wout* participam enviando dinheiro para a manutenção dos que ficam para trás, ou quando aquelas que ficam para trás ou que vivem no exterior participam do financiamento daquelas que partem para embarcar em uma nova *wout.* Explorar a *wout* em que as pessoas se lançam significa falar sobre a busca de uma vida plena, sobre os mecanismos e as estratégias individuais e coletivos que são reinventados e desenvolvidos cada vez dentro de redes e espaços nos quais a criatividade, as esperanças e as incertezas coexistem, às vezes gerando fortes tensões e frustrações (*fristrasyon*). Estas estratégias e mecanismos definem a dinâmica da mobilidade, obrigando-nos a (re)pensar territórios, relações e pessoas.

Assim, existe uma hierarquia entre as diferentes *wout*, físicas ou simbólicas, uma hierarquia econômica e geopolítica, tanto para as pessoas que vivem no Haiti quanto para os haitianos que vivem no exterior. De um indivíduo para outro, a *wout* pode assumir dimensões diferentes e ser modificada ao longo de seu curso, tornando-o uma categoria móvel - não estática, associada a um território de forma dicotômica como se existisse uma separação clara entre os lugares de origem e os lugares de destino. O retorno a um território conhecido ou original é a história de muitos haitianos que tomaram a *wout* cheia de obstáculos, alguns acabando por ser deportados enquanto outros se tornaram *dyaspora*. *Pran wout la* é de fato um devir, um estado de construção, um modo de estar em movimento, que pode assumir derivações constitutivas da mobilidade (como *ouvè wout la*, *kite wout la*, entre outros) como uma forma de estar em diferentes espaços e momentos de mobilidade (Biehl e Locke 2017: 6).

Chache lavi significa saber viver bem (*byen viv*) no novo país de residência e pode assim tomar a forma de uma busca por uma vida melhor, uma busca para realizar o sonho de um dia se tornar *dyaspora*, onde estratégias individuais e coletivas são constantemente reinventadas e repensadas em torno de novos *wout*.

REFERENCIAS

ANGLADE, Georges. 1982. *Espace et liberté en Haïti*. Montréal: ERCE & CRC.

BANQUE MONDIALE. 2017. Rapport sur les migrations et le développement. Available at: http://www.worldbank.org/en/topic/labormarkets/brief/migration-and-remittances. Consulted on: 10 January 2020.

BIEHL, João; LOCKE, Peter. 2017. *Unfinished: The Anthropology of Becoming*. Durham: Duke University Press.

BOURDIEU, P. 1991. "Introduction à la socioanalyse". *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, Paris, Vol. 90, p. 3-5, Dezembro.

_____. 2003. "L'objectivation participante". *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, vol. 150, n. 5, pp. 43-58.

CARLING, J. 2001. *Aspiration and ability in international migration Cape Verdean experiences of mobility and immobility*. Thesis submitted to the Department of Sociology and Human Geography, University of Oslo.

CAVALCANTI, L; TADEU DE OLIVEIRA, A; ARAUJO, D. A. 2016. "Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro". Relatório Anual. *OBMigra*, Brasília. Available at: http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual. Acesso em: 13 January 2019.

CHARLES, Jacqueline. 22 sept. 2016. "US shifts Haiti deportation policy and gives a warming." *Miami Herald*. Miami. Available at: http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/haiti/article1 03373227.html. Acesso em: 17 novembro 2018.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). 12 novembro 2015, Seção 1, p. 48. Available at: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/104076812/dou-secao-1-12-11-2015-pg-48. Consulted on: 17 November 2018.

FALLERS, I. The predicament of the modern African chief: an instance from Uganda. *American Anthropologist*. 57,290-305. 1955.

FOUCAULT, M. 2004. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Seuil.

GEERTZ, C. 1960. "The Javanese kijaji: the changing role of a cultural broker". In: *Comparative Studies in Society and History*. 2, 228-249.

GLICK-SCHILLER, Nina. 2011. "Locality, Globality and the popularization of a diasporic consciousness: Learning from the Haitian case". In: JACKSON, R. *Geographies of the Haitian Diaspora.* New York: Routledge.

_____; FOURON, G. « Everywhere we go, we are in danger »: Ti Manno and the emergence of a Haitian transnational identity. *American Ethnologist.* Vol. 17, n. 2, p. 329-347, 1990.

GLUCKMAN, M. ; MITCHELL, J.C. ; BARNES, J.A. 1949. *The village headman in British Central Africa*. África. 19, 89-106.

JOSEPH, Handerson. 2015a. *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.* Tese, Museu Nacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro.

_____. 2015b. "Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas". In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 21(43).

_____. 2017. "A historicidade da (e)migração internacional haitiana: O Brasil como novo espaço migratório". In: *Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações. Dossiê: Imigração haitiana no Brasil: Estado das Artes*. Brasilia, 1(1): 07-26.

MA MUNG, E. La dispersion comme ressource. *Cultures et Conflits*, Paris, n.33-34, p. 89-103, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Resolução Normativa n. 97, 12 janeiro 2012. *Diário Oficial da União*, 13/01/2012, Seção 1, p. 19: "dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti."

MONTINARD, M. *Pran wout la*: as dinâmicas das redes e da mobilidade haitiana. Tese de doutorado. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. 2019.

RICHMANN, Karen E. 2005. *Migration and voodoo*. Florida: University Press of Florida.

SANDOVAL GARCIA, C. *Casa en Tierra Ajena*. Reportagem 2017. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=AkrZIumTRjI&fbclid=IwAR377JOnVTqlIraDeT4yhbGgToljPplXwc5cbk7-E9wxv9ZlOwXhX3iMlHY

VIEIRA, Rosa. 2014. *Itinerâncias e governo*: *a mobilidade haitiana no Brasil.* Master's dissertation in Sociology and Anthropology, Federal University of Rio de Janeiro.

_____. 2017. "O governo da mobilidade haitiana no Brasil". In: *Mana Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, 23(1): 229-254.

WOLF, E. 1956. "Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico". In: *American Anthropologist*. 58, 1065-1078.

ZOLBERG, Aristide; SUHRKE, Astri; AGUAYO, Sergio. 1989. *Escape from violence: Conflict and the refugee crisis in the developing world.* Oxford: Oxford University Press.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

Berimbau me confirmou: A capoeira situada na agenda transnacional da experiência da Diáspora Africana

Ettore Schimid Batalha[1] (UFSCar)

RESUMO: Este trabalho abordará como os momentos da experiência negra no Atlântico Sul podem ser visualizados na forma de ensino-aprendizagem da capoeira, propondo um prisma diaspórico para as análises desse sistema de codificação. O artigo articula conceitos da Sociologia da Diáspora e debates sobre a estética afro-diaspórica para situar a capoeira na agenda transnacional africana, enxergando a lei 10.639/03, o reconhecimento da capoeira como "instrumento de integração entre os povos" e sua patrimonialização como uma etapa possível de reorganização dessa agenda. O estudo trata de situar alguns pontos de leitura em sua organização que demonstrem essa correspondência em sua agência criada na e pela Diáspora Africana: o primeiro momento que pode ser visto como racialmente particularista, em sua proibição, o segundo momento como nacionalista, com sua esportização e, por fim, o atual momento diaspórico, com a política de patrimonialização.

Palavras-chave: Capoeira; Diáspora Africana; Estética; Transnacional.

INTRODUÇÃO

Eu vou ler o B-a-bá/B-a-bá do Berimbau
A cabaça e o caxixi/ E um pedaço de pau
A moeda e o arame, colega véio
Aí está um berimbau
Berimbau é um instrumento/
Tocado numa corda só
Pra tocar São Bento Grande
Toca Angola em Dó maior
Agora acabei de crer
Berimbau é o maior (M. Pastinha)

A roda de capoeira é reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade (UNESCO, 2014), e é a maior difusora da língua portuguesa, estando presente em mais de 150 países (IPHAN, 2008). Este ritual, ensinado pelos mestres e mestras, carrega elementos de circularidade, expressão corporal, musicalidade, oralidade, frenesi e reconhecimento de lideranças oriundos do códice africano que atravessa a sociedade brasileira. A expressão corporal, oscilando entre a dança e a luta, caracteriza o jogo entre a dor e o prazer; seus instrumentos musicais: o berimbau centro-angolano, o pandeiro português, o agogô banto e o atabaque Mandinga, denotam as rotas percorridas para compor uma orquestra que é situada em uma estética diaspórica; a oralidade, proveniente dos Griots da África Ocidental e das ladainhas jesuítas, é ainda hoje a principal forma de se ensinar e aprender

[1] Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFSCar, Brasil. Email: ettorebatalha@gmail.com

capoeira, a partir das cantigas – versos vernaculares que carregam um léxico próprio de português com elementos quimbundo, mandinga e banto (Silvério, 2013. p. 13), cantam histórias que positivam valores africanos presentes no Brasil (Rego, 1968; Areias, 1987; MEC, 2004)– e das experiências de mestres e mestras, principais difundidores da prática.

Estes elementos conjugados, em uma roda formada por praticantes que batem palmas e entoam o coro, quando não estão no "jogo", compõem uma atmosfera à parte, na qual quem compartilha dos mesmos códigos do ritual e respeitem sua hierarquia são aceitos (MEC, 2004. p. 63).

Toda essa ritualística, no entanto, ao mesmo tempo que evoca uma ancestralidade, é operada pela reinscrição da capoeira, e dos capoeiristas, na modernidade. Esse breve ensaio abordará justamente como os momentos da experiência afro-diaspórica no Atlântico Sul podem ser visualizados na forma de ensino-aprendizagem da capoeira do berimbau, nos seus elementos rituais e nos espaços ocupados em cada etapa.

O ensaio aprofundará alguns conceitos vistos na Sociologia da Diáspora para embasar a capoeira na agenda transnacional africana, enxergando a lei 10.639/03, o reconhecimento da capoeira como "instrumento de integração entre os povos" e seu reconhecimento como patrimônio imaterial da humanidade como uma etapa possível de reorganização dessa agenda. O objetivo, portanto, está em articular como os momentos e modificações da capoeira podem fornecer um prisma de leitura na chave da Sociologia da Diáspora, ou seja, como suas experiências contribuem para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A Sociologia da Diáspora visa aprofundar o debate intelectual da Diáspora enquanto categoria analítica. A Diáspora é um termo em disputa que reinscreve uma agenda político-cultural africana na modernidade. Portanto, ela visa criar (ou realocar) outros sentidos não-racializados para elucidar como o códice africano opera em diferentes sociedades, no que podemos chamar de estética diaspórica. Estabelecer a Diáspora Africana enquanto proposta de contar a História, recolocando a África na Humanidade, desdobra-se em debates que contribuem para analisar a força hegemônica que se organiza para modificar a condição da África e suas Diásporas, como pode ser observado nas pesquisas sobre os desdobramentos da lei 10.639/03, em diálogo com o lançamento do volume IX da História Geral da África, realizado em 2023. Sob o conceito da Diáspora, poderemos então analisar não a "raça", mas sim, formas geo-políticas e geo-culturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem (GILROY, 2001. p.20).

1- **Crime, Identidade Nacional e Patrimônio: Três pontos de leitura da Experiência Africana no Brasil**

De início, uma breve retomada nos processos históricos da capoeira, para compor a hipótese de como ocorre a reinscrição da capoeira na modernidade, denotam pontos-chave que tanto Gilroy quanto Silvério estabelecem como três pontos de leitura para a compreensão da experiência africana no Atlântico Negro: o primeiro momento que pode ser visto como racialmente particularista e assimilacionista, lido no momento de sua proibição e posterior legalização; o segundo como nacionalista e revisionista, quando a capoeira organiza-se como a "arte marcial brasileira" e, por fim, o atual momento diaspórico, em que os mestres atuam como "embaixadores informais da cultura brasileira" (GILROY, 2001; SILVÉRIO, 2018; IPHAN, 2008) e organizam-se transnacionalmente.

Obviamente, são etapas em que suas marcações perpassam todo o processo colonial, possuindo continuidades e rupturas. No entanto, as transformações operadas por capoeiristas para transfigurar o papel da capoeira podem vir a contribuir para analisar tais desdobramentos em sua dinâmica, sugerindo alguns marcos em sua organização. Ou seja, é um elemento possível de análise sobre a atuação do códice africano na sociedade brasileira e suas transformações como uma forma de modernidade vernacular.

O códice africano é aqui entendido como "um conjunto de premissas de sociabilidade e de formas de organização social de referência africana que se mantém estáveis dentro da nação e que nos permite falar sobre uma etnicidade africana que marca nosso modo de vida" (Sorgato *apud* Medeiros, 2018. p. 719).

Considerando a capoeira enquanto uma forma de organização dos povos africanos em Diáspora e seus descendentes em diferentes contextos no período colonial, a primeira etapa citada, racialmente particularista, pode ser exemplificada no processo de criminalização da capoeira, ocorrendo com uma série de restrições a manifestações culturais africanas como o candomblé, o jongo entre outros.

É interessante pontuar que tais restrições foram implementadas em conjunto com a proclamação da República, dois anos após a abolição da escravidão. Nesse sentido, a atribuição do elemento negro enquanto humano, e não mais mercadoria, era visualizado na chave da não-agência. Pensar o negro enquanto indivíduo significava eliminar as Áfricas, elencando o problema da raça como aspecto diferencial da não-cidadania (Gilroy, 2001. p. 249). A nascente República, portanto, caracteriza o negro como problema em sua concepção (Silvério, 2018. p. 135). Para além, era comum associar as práticas e reuniões de indivíduos capoeiras negros a organizações monarquistas, reiterando que suas ações eram portanto contrárias a nascente República (Rego, 1968; Oliveira e Leal, 2009)

Isso pode ser visualizado ao analisar as práticas culturais denominadas por vadiação e capoeiragem entre espaços que não teriam uma conexão comunicativa entre si, mas que denotam uma estética que associava um embate corporal atuante nos fins do século XIX e início do XX. Talvez o mais emblemático desses exemplos seja o movimento de capoeiristas mulheres em Belém na segunda metade do século XIX. Tal cidade registrou a primeira prisão de uma "capoeira" mulher, uma escravizada chamada Jerônima, entre outras mulheres associadas a agressões em que utilizavam o corpo de forma característica (Oliveira e Leal, 2009. p. 148).

As formas organizativas que possuíam como elemento comum a capoeira eram vistas nas cidades portuárias e também nas que passavam por um processo agudo de urbanização ou intenso fluxo econômico. O exemplo já citado de Belém registrou maiores atividades de capoeira no ciclo da borracha (1880-1910). São Paulo tinha uma forma de "batuque" chamada Tiririca, praticada entre os recém-libertos do início do séc. XX, em que os indivíduos tentavam-se derrubar ao som de palmas e cânticos, acompanhados de batidas em caixas de engraxate[2]. Recife com seus "capadócios" ou "valentões" foram até mesmo descritos por Gylberto Freyre ao identificar um tipo específico de negro na capital pernambucana, dando origem ao frevo (IPHAN, 2008).

No Rio de Janeiro pré-abolição até o início da Primeira República, as maltas de capoeira atuavam em muitas freguesias (bairros) do Rio de Janeiro, e participavam ativamente da vida política, principalmente após a Guerra do Paraguai (BATALHA, 2022). Eles se organizavam identitariamente em um movimento que separava pretos, pardos e imigrantes sem utilizar da oposição racial. Com as nomenclaturas Nagoa, originário dos chamados reinos neo-africanos surgidos no Brasil (ASSUNÇÃO, 2005), a organização era composta por africanos e descendentes. Já os Guayamum, que significa caranguejo em Tupi, era a malta composta por pardos brasileiros e imigrantes pobres. Essas organizações remetem a uma outra forma de se diferenciar indivíduos entre si, para além do pensamento racial que "definirá o padrão de democracia, em extensão e profundidade, que corresponderá às exigências da sociedade brasileira" (Fernandes In: Silvério, 2018. p. 135). Elas também conseguiram propor atividades políticas que colocaram os capoeiristas como agentes políticos relevantes no final do século XIX, com os Nagoas criando alianças monarquistas, resultando na Guarda Negra, e no acordo dos Guayamuns com o partido liberal (Rego, 1968; Soares, 1994. p. 95).

Tais movimentos são suprimidos com sucesso nos estados citados, a partir da Constituição de 1890, que proíbe a capoeira e estabelece prisões e deportações a todos os indivíduos que fossem assim identificados. Estabelecendo a primeira fase de enxergar o elemento negro enquanto indivíduos, mas ainda não-cidadãos. Este processo rearranja a estética da capoeira na Bahia para um

[2] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8PuO2TqAePY

componente que mais tarde teria uma dupla função, entre o "ancestral e o imaginário nacional" (ACUÑA, 2016): o berimbau.

O que é Berimbau? O estilo, a música e o corpo no campo da cultura popular negra

A partir da proibição da capoeira que o arco musical milenar passa a associar-se aos movimentos de luta e dança. O toque de aviso, ou cavalaria[3], deveria estabelecer uma outra forma de portar-se os praticantes, para não serem presos ou espancados.

A capoeira do berimbau, da Bahia, foi a sobrevivente. Seus agentes, contemporâneos da Revolta da Chibata, modernizam-se ao estabelecer que sua oralidade seria a responsável por reinvidicar sua legalidade. Ou seja, criam um espaço em que a ancestralidade legitimaria a modernidade, um aspecto que pode ser visualizado como uma modernidade vernacular, como sugere Hall(.

A capoeira de rua era visto por estes agentes, já reconhecidos como mestres, como algo a ser superado. As academias, onde além de mestre deveriam haver "alunos", seriam os espaços para um aprendizado que o Estado não mais suprimiria enquanto crime. Parte dos capoeiristas, portanto, uma reivindicação para que sua prática fosse regulada, em espaços que apropriam dos códigos pedagógicos e esportivos ocidentais seu desenvolvimento. Afinal, como aponta Mercer, a estética diaspórica opera "uma poderosa dinâmica sincrética que se apropria criticamente de elementos dos códigos mestres das culturas dominantes e os 'criouliza', desarticulando certos signos e rearticulando de outra forma seu significado simbólico" (Mercer apud Hall, 2003. p. 34)

Tal organização resulta no surgimento dos estilos, Angola e Regional, que em suas organizações de instrumentos, vestuário, corporeidade e reinvidicação ancestral para operar mudanças, compõem estéticas afro-diaspórica. Estes estilos, portanto, situam onde as transformações da capoeira são operadas desde então: Na utilização do berimbau como instrumento que opera a significação ancestral imaginária, no papel do mestre como detentor da oralidade enquanto forma de educação e na circularidade como terreno da corporeidade enquanto capital cultural. São os terrenos dessa cultura popular negra (HALL, 2003. p. 379) que legitimam a diferença e propõem um campo de atuação em uma estética afro-diaspórica.

Aqui, vou exemplificar como essa estética corresponde a uma forma política exatamente no sentido da dupla consciência de enxergar a política de reconhecimento enquanto estratégia no seio das instituições, mas também transfigurar as suas expressões históricas, até então alocadas na corporeidade e oralidade que estavam como alvo, para uma forma de reinscrever sua condição na

[3] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MaDO1ryEewA

modernidade a partir dos estilos. É nesse sentido que a estética diaspórica opera: a reinscrição da capoeira na modernidade é estabelecida pelo uso de um arco musical para mediar a corporeidade em conjunto com os versos vernaculares. Seu uso, porém, é ao mesmo tempo vinculado a um imaginário nacionalista e a uma "pureza ancestral". Mesmo sabendo que, nos repertórios culturais negros constituídos simultaneamente a partir de duas direções - aqui sendo Angola e Regional- não existem formas puras (HALL, 2003. p. 381)

Eu sugiro que os termos Regional e Angola, que servem para estabelecer como a identidade capoeirista opera na capoeiragem, prescreve uma estética diaspórica para situar o urbano e o rural enquanto construções históricas que atravessam a corporeidade e a oralidade de seus praticantes. Ou seja, como a Diáspora africana reinvidica também um espaço rural e urbano compondo seu mito fundador, para legitimar suas recriações. Essas criações, que operam até hoje nas estéticas, legitimam as transformações no interior da própria dinâmica ritual.

Nesse sentido, observamos dentro deste repertório estético, o estilo, ao invés de significar somente uma casca, torna-se em si a matéria do acontecimento; o deslocamento do mundo logocêntrico e a estrutura cultural funde-se na música e; o uso do corpo como o único capital cultural que lhe era disponível (HALL, 2003. p. 380) cristalizam a capoeira como um terreno da cultura popular negra. Assim, os estilos propõem duas visões distintas de sua ancestralidade para legitimar suas inovações e transfigurar a condição da prática na modernidade.

Agora, vou comparar com os discursos de mestres Bimba, criador da capoeira Regional, e Pastinha, organizador da capoeira Angola, para legitimar suas organizações denominadas estilos.

O discurso de Manoel dos Reis Machado, ao ser perguntado sobre a origem da capoeira, ancora-se justamente em uma "luta contra a escravidão", surgida no interior da Bahia, mais precisamente no Recôncavo baiano. Denota-se que estes lugares possuíam grandes engenhos de açúcar, considerado o grande centro comercial baiano, contando com um grande contingente de escravizados[4].

Já Pastinha pregava uma "legitimidade africana" para a capoeira Angola, remetendo-a enquanto uma expressão banto original, sem maiores misturas ou interferências de outras práticas culturais. Aqui, demonstra-se que sua fala estava inserida em um contexto de diálogos sobre os rituais africanos de maneira mais comum, ressaltando uma conexão com um espaço mítico originário: Angola. A prática desse tipo de capoeira tem como uma marca da diferença a utilização de pés calçados. É proibido ao angoleiro praticar a capoeira descalço. Remetendo o uso de sapato a uma

[4] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HD2PPxL6-j8

outra condição social, quem deveria fazer essa capoeira eram os que já haviam adquirido um status social que não o de escravizado.

Ambos os discursos foram os responsáveis por reinscrever a condição da capoeira na modernidade, inaugurando e protagonizando nessa prática o segundo momento da experiência africana no país. A partir da legalização da capoeira pelos estilos citados, a Regional irá se tornar o elo entre a capoeira baiana e a capoeira esportiva paulista, tornando-a a "arte marcial brasileira". E a capoeira Angola torna-se representante do mito da democracia racial brasileira, ao representar o país no I Festival de Artes Negras em Dakar, no Senegal. O mesmo evento que Abdias do Nascimento denuncia o racismo no Brasil (SILVÉRIO, 2020).

O berimbau, antes um instrumento de aviso, torna-se o regente das rodas da capoeira legalizada. Os versos de mestre Pastinha, cantado também por Caetano Veloso, exprimindo essa experiência transnacional "Pastinha já foi à África/Pra jogar capoeira do Brasil", e a foto de mestre Bimba registrando nove mestres na capital paulista, denotam que a experiência nacionalista dão o tom para a prática desenvolver-se, ao tempo que suas reinvidicações, compostas nos cânticos, vão historicizar a todo momento uma positivação de valores africanos, ou uma luta de resistência a escravidão; o berimbau delimita o espaço em que o ritual da capoeira possui para ocorrer, e a circularidade é o espaço por excelência dos aprendizados e afirmação identitária[5].

Neste terreno, as estéticas operam de maneiras distintas: Na Angola, usa-se três berimbaus na "bateria": (gunga, médio e viola), pandeiro, agogô, reco-reco e atabaque. Na Regional, apenas um berimbau (gunga) e dois pandeiros compõem a "charanga"; na Angola os que não estão jogando ficam sentados em roda, na Regional, em pé, batendo uma palma marcada; Na Angola, joga-se a capoeira calçado, na Regional, descalço.

A viagem de Pastinha, circundada pelo apoio ministerial militar, é no mínimo emblemática. O primeiro país fora do Brasil a visualizar uma organização estética como aquela foi o Senegal de Leopold Senghor, no I Festival de Artes Negras.

Os elementos dos estilos rivais na Bahia ganham uma nova dinâmica em São Paulo, consolidando a capoeira paulista, legitimada pelo diploma de mestre Bimba, com uma estética denominada "capoeira contemporânea", em que a orquestras dos instrumentos deriva da capoeira Angola, e a corporeidade proveniente da capoeira Regional. Aposta-se na apropriação de elementos estéticos das artes marciais para a capoeira criar um nicho de mercado que se expande rapidamente para o mundo. A organização destes capoeiristas culmina na primeira Federação de Capoeira, a

[5] Houveram, como demonstra Reis (2010), tentativas de homogeneização da capoeira, em Simpósios da Aeronáutica que tratava da unificação de golpes, graduações e campeonatos, o que foi imediatamente rechaçado por mestre Bimba e seus alunos.

paulista, e o reconhecimento da capoeira como desporto nacional, na década de 1970. O momento nacionalista da agenda diaspórica tem aqui o seu auge, foratalecendo a ideia da capoeira e do berimbau enquanto sinônimo de "Brasil".

Neste período, mestre Brasília[6], pioneiro da capoeira paulista, apresenta-se na Bélgica e no Japão. Os primeiros trabalhos de capoeira iniciam-se nos EUA na década de 1970 e na Europa na década de 1980 (BATALHA, 2018. p. 149). O momento nacionalista da agenda diaspórica tem aqui o seu auge, foratalecendo a ideia da capoeira e do berimbau enquanto sinônimo de "Brasilidade".

Com a redemocratização, acompanha-se também uma preocupação intelectual pela reafricanização da capoeira Angola na Bahia, com alguns mestres e mestras protagonizando a entrada em conjunto com o ressurgimento do movimento negro, nos blocos afro, na Bahia, e em uma nova diáspora, do Rio de Janeiro para a Bahia.

O Grupo de Capoeira Angola Pelourinho, de mestre Moraes, protagoniza esse movimento ao disputar espaço com a capoeira do Rio de Janeiro, mais esportivista nessa época, e com uma intensificação de resgate dos elementos rituais da capoeira Angola da linhagem de mestre Pastinha. Esse movimento, em diálogo com a afirmação do Movimento Negro no Brasil durante a redemocratização, estabelece uma nova dinâmica de mercado para a capoeira baiana(Assunção, 2005. p.182). Com os primeiros mestres de capoeira Angola alcançando postos de trabalho mais estáveis (Mestre Moraes, fuzileiro naval foi transferido de Salvador para o Rio de Janeiro pela Marinha), estabelece esse revisionismo da capoeiragem enquanto um código de positivação de valores africanos no Brasil, retirando o parâmetro nacionalista de suas reinterpretações das décadas anteriores. A organização do Forte Santo Antônio, em Salvador, como um "centro" de academias de capoeira Angola, demonstram esse rearranjo partindo novamente da Bahia.

No ano de 1983, foi realizado em Salvador o Primeiro Seminário Regional de Capoeira e do Festival de Ritmo de Capoeira (IPHAN, 2008. p. 114), onde houveram os primeiros debates governamentais para a implementação da capoeira enquanto política pública, adentrando no campo profissional da cultura. Suas orientações principais visualizam tal sentido: Pensar estratégias de revitalização da capoeira Angola, a introdução da prática da capoeira nas escolas, o incentivo às pesquisas e aos estudos sobre o tema; a importância de encontrar formas de amparo aos velhos mestres e suas famílias; a realização de novos eventos de capoeira e; a busca de novos espaços para a prática (IPHAN, 2008. p. 114).

Nessa mesma década, a capoeira esportiva oferece um perspectiva que demonstra um rearranjo dos códigos que institucionalizaram-se com a abordagem nacionalista, sugerindo uma

[6] Baiano, discípulo de mestre Canjiquinha, mestre Brasília foi o primeiro capoeirista a excursionar pela Ásia e Europa.

reapropriação dos códigos africanos na roupagem "contemporânea". Um exemplo disso, visto em São Paulo, foi a criação de um sistema de graduações baseadas nos orixás, como forma de identificar a capoeira enquanto uma expressão afro-centrada, em detrimento do sistema nacional-popular dos Capitães da Areia durante a ditadura.

O nome do grupo, Cativeiro, demonstra como a estética diaspórica opera de formas distintas nesse momento político. Fundado por mestre Miguel Machado, campeão nacional de capoeira no ano de 1975, a identificação desportiva de roupas brancas e cordas hibridizava com interpretações das características dos orixás. Criticava-se as apropriações desportivas nacionalistas e o incremento de mais praticantes brancos ocuparem espaços de poder na capoeira paulista.

Por outro lado, a dinâmica nacionalista continuava nos parâmetros desportivos da capoeira, com o sistema de graduações baseados nas cores da bandeira tornando-se a oficial da Federação Brasileira de Capoeira, tornado-se Confederação em 1992.

A década de 1990 aprofunda esse processo, mas também demonstra os limites da política nacionalista para a capoeira. Mesmo que as migrações de capoeiristas para desenvolverem trabalhos no exterior iniciam-se na década de 1970, a partir da última década do século XX estabelece uma condição diferente desses movimentos: uma institucionalização transnacional e uma crise do aspecto esportivista nacional, na tentativa de realocar a condição de capoeirista profissional a educação física, que culmina em uma fragmentação de discursos. Nenhuma delas, no entanto, são agraciadas ou incentivadas por políticas públicas como símbolo da identidade nacional.

Dois marcos dessa institucionalização hemisférica estabelecem a migração Sul-Norte como componente de reconhecimento que não obteve o mesmo êxito no Brasil. Em 1993, a participação de mestre João Grande, discípulo de mestre Pastinha, no Festival de Artes Negras de Atlanta, estabelece a capoeira Angola como prática cultural afro-centrada do Brasil, com seu devido reconhecimento ocorrendo nos EUA. João Grande fixa residência em Nova York, e abre a academia Capoeira Angola Center, em Manhattan. Três anos depois, os mestres Jurandir e Cobra Mansa fundam a FICA, Federação Internacional de Capoeira Angola, em Washington (ARAÚJO, 2015). Em Berkeley, Mestre Acordeon, discípulo de mestre Bimba (IPHAN, 2008), desenvolve um trabalho que culminaria nos álbuns Capoeira Voices, em que todos os participantes, norte-americanos, respondem ao coro em português. A indústria cinematográfica hollywoodiana acompanha esse movimento, lançando o filme Esporte Sangrento, carregado de estereótipos sobre os brasileiros como hispânicos selvagens. Entretanto, neste filme é visualizado um link entre a capoeira e o Hip-Hop[7], construindo uma estética diaspórica distinta com uma mixagem de beats com os versos da cantiga Paranauê.

[7] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TR22IND9hLw

O momento diaspórico, portanto, se cristaliza a partir desses movimentos realizados por capoeiristas de diferentes estilos, que ao levarem a prática para o exterior, criam agendas e organizações relativamente autônomas e que garantiriam sua subsistência. Que as políticas públicas, de chave nacionalista, não conseguiram até os dias de hoje.

Em 1997, a capoeira é considerada um esporte de alto rendimento pelo Comitê Olímpico Nacional. Estabelecida como esporte nas camadas burocráticas, o que se vê no entanto são estratégias do também recente Conselho Federal de Educação Física em submeter as academias ao crivo burocrático dessa para o funcionamento das aulas de capoeira.

Traduzida como Arte Marcial, logo é submetida às resoluções do Conselho Federal de Educação Física, que, com a lei 9696/98[8], de regulamentação da profissão e a criação de seus conselhos Federais e Regionais, começa a estabelecer o controle jurisdicional sobre seu corpo de profissionais, considerando um conjunto de atividades definidas como "artes marciais" como integrante de seu domínio profissional, a atividade física.

Estes recursos foram utilizados de maneira significativa, visto que a capoeira enquanto atividade física consta também nas diretrizes da Educação Física escolar, porém não contemplava toda a comunidade da capoeira. Muito pelo contrário, a disciplinarização da capoeira como um sub-nicho da Educação Física trazia a problemática de não vincular os elementos conjugados de versos vernaculares, circularidade e movimentos corporais nestas ações (ARAÚJO, 2015). Tampouco o papel dos mestres, que ficaram às margens do processo de profissionalização.

Tal incompletude na chave nacionalista estabeleceu estratégias insitucionais que ao fim, esbarravam sempre no processo de racionalizar a prática em modelos exteriores a sua forma de difusão. Tal questionamento desse modelo pode ser visto nas estratégias de transfiguração dos capoeiristas. Isso, entretanto, não foi impeditivo para os capoeiristas organizarem-se nacional e internacionalmente em um movimento contínuo.

Eles vão se associar a um leque de movimentos advindos da comunidade negra para implementar ações afirmativas a partir do primeiro ano do governo Lula. Dois eventos podem ser colocados no sentido de operar as diversas fases da experiência negra codificada na capoeira: A lei 10.639/03, que aponta em sua diretriz a capoeira como uma forma de educação afro-brasileira e africana, e a apresentação de uma comitiva de capoeira na sede da ONU (Organização das Nações Unidas), em 2004, mediada pelo então ministro Gilberto Gil, situando seu papel global enquanto "contribuição do Brasil ao imaginário do mundo" (IPHAN, 2008), incorporando a capoeira à agenda do Ministério da Cultura.

[8] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9696.htm

Nas diretrizes da lei, a capoeira é sugerida como ferramenta para as ações afirmativas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (BRASIL, 2003). A prática é mencionada em três passagens, vinculada à questão da circularidade como alternativa pedagógica na Educação Infantil e Ensino Fundamental (MEC, 2004. p. 63), na descoberta do corpo e da positivação histórica no Ensino Médio (idem, p. 197), e na sugestão de abordagens de trabalhos interdisciplinares para desencadear um estudo sobre a cultura negra (p.186)

Quatro anos mais tarde, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - lança um dossiê para reconhecer a roda de capoeira e o ofício dos mestres da prática como patrimônio imaterial do Brasil, inaugurando uma nova Tradução Cultural e uma série de debates de políticas públicas para a salvaguarda e a profissionalização da capoeira, estabelecendo uma nova ótica sobre as formas de organização da prática: A necessidade de aposentadoria especial para os velhos mestres de capoeira; a criação de alternativas para facilitação dos mestres para o exterior, como divulgadores da cultura brasileira; a necessidade de criar mecanismos que facilitariam o ensino da capoeira nos espaços públicos; o reconhecimento do ofício e do saber do mestre de capoeira, para que ele possa ensinar em escolas e universidades; a criação de um centro unificado de Referências da Capoeira, que concentrasse toda a produção acadêmica sobre a capoeira e; um plano ambiental de manejo da biriba, principal madeira para confecção de berimbaus (IPHAN, 2007. p. 121)

No mesmo ano, uma comissão da Câmara dos Deputados aprova a profissionalização do capoeirista, estabelecendo que esse quadro fosse submetido à Confederação Brasileira de Capoeira para regularização do exercício profissional, e também a obrigatoriedade do Ensino Superior a estes capoeiristas. Como a associação à CBC poderia causar um impeditivo à liberdade profissional, a proposta passou por reprovações na esfera tanto dos capoeiristas profissionais quanto de políticos alinhados à ideia da capoeira enquanto patrimônio. Esse foi provavelmente o ponto final que a capoeira esportiva conseguiu implementar burocraticamente.

Com a patrimonialização, há uma "saída" da capoeira para as ruas novamente, impulsionada pelo mainstream que as políticas de patrimonialização e o advento das redes sociais fomentaram pela capoeira enquanto patrimônio imaterial. As rodas tradicionais, pelas mídias digitais, passam a registrar seus jogos e os mestres presentes. Os encontros de salvaguarda tornaram-se recorrentes entre 2008 e 2014, fazendo com que a capoeira, entendida como patrimônio, poderia finalmente viabilizar garantias. Não foi o que ocorreu.

Por outro lado, os estilos de capoeira que denotavam a identidade do capoeirista na roda, adquiriram novas camadas. A agenda diaspórica impulsionou novas formas de identificar o berimbau e a roda como espaços de afirmação identitária não somente esportivistas ou revisionistas,

mas também com o movimento feminista, o movimento LGBTQIAP+ e o movimento neo-pentescotal. O terreno da capoeira está cada vez mais amplo e plural, sugerindo que sua agenda, mesmo lutando por políticas públicas, se situa em outros processos educacionais que não somente o da "grade curricular"

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situando a capoeira na agenda diaspórica africana, em seus três principais momentos de experiência no Brasil, eu aponto que há pelo menos três formas de reinterpretar a capoeira no momento institucional atual: a educacional a partir da lei de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a patrimonial, de chave nacionalista, protagonizada pelo IPHAN. Essa última condição, no entanto, ainda não acompanha a agenda própria dos capoeiristas que, ao estabelecer esse imaginário do Brasil por elementos estéticos afro-diaspóricos mundo afora, estabelece uma chave de configuração histórica entre diversas identidades. Nem mesmo consegue garantir políticas públicas mínimas de

A figura do berimbau, possuindo uma "agência", como sugerido por Acuña, perpassa da capoeira feminista negra à capoeira travesti, e também opera dinâmicas distintas na capoeira israelense e no fenômeno recente e em amplo crescimento da capoeira gospel, que argumenta em sua prática que o "berimbau chega onde o terno não chega". Essa apropriação crítica diversa e multifacetada, que estabelece a dinâmica da estética diaspórica no mesmo elemento simbólico do arco musical, que faz a capoeira ser relevante nas reflexões sobre as contribuições do Brasil enquanto sexta região da África. Trata-se de situar essa agenda brevemente esplanada no frame da Diáspora Africana, nas categorias analíticas e metodológicas.

BIBLIOGRAFIA

ACUÑA, Mauricio. **The Berimbau's Social Ginga: Notes towards a comprehension of agency in capoeira.** Rio de Janeiro: Revista de Sociologia e Antropologia. 2016 (págs. 383-405). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752016000200383

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **Capoeira – The History of an Afro-Brazilian Martial Art.** Londres: Routledge, 2005.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Minas Gerais: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. **Comitê Olímpico Brasileiro: Confederação Brasileira de Capoeira**. Disponível em: https://www.cob.org.br/pt/cob/confederacoes

_____. Lei nº 11.645. **Inclusão no currículo oficial a obrigatoriedade da Temática de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Brasília, 2008.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-**

raciais. Brasília: SECAD, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GREEN, Dan S. WORTHAM, Robert A. **The sociological insight of W.E.B DuBois.** North Carolina: Sociological Inquiry, Vol. xx, No. x, 2017, 1–23, 2017.

HALL, Stuart. . **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.** Brasília, 2007.

MEDEIROS, Priscila. **Rearticulando Narrativas Sociológicas: Teoria social Brasileira, Diáspora Africana e Desracialização da experiência negra.** Brasília: Revista Sociedade e Estado. Vol. 33. Nº 3 (Setembro/Dezembro 2018).

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, Identidade e Gênero: Ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil.** Salvador: UFBA, 2009.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico**. Salvador: Editora Itapoan, 1968.

REIS, Letícia Vidor de Souza. **O Mundo de Pernas pro Ar: A Capoeira no Brasil.** Curitiba: Editora CRV, 2010.

SILVÉRIO, Valter R (Org.). ***Síntese da História Geral da África: Do Século XVI ao Século XX.*** Brasil: Unesco/UFSCar, 2013.

_____. **O Programa Brasil-África na Construção da Ideia de Diáspora Africana.** Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais | Vol.1 - n.1 - 2018

SILVÉRIO,Valter Roberto, HOFBAUER, Andreas, KAWAKAMI, Érica Aparecida e FLOR, Cauê Gomes. **"Diáspora africana": caminhando entre genealogias, abrindo novos horizontes**.Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 10, n. 3, set.-dez. 2020, pp. 877-902.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

A POLÍTICA DE ESTADO DO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO (PEB) COM OS "*COMMODITIES* TECNOLÓGICOS" NO PARADIGMA DA COLONIALIDADE DO PODER.

Artêmio Macedo Costa (GEDEPET/PPDSR/UEMA)[1]

RESUMO: O artigo "A política de Estado do Programa Espacial Brasileiro (PEB) com os '*commodities* tecnológicos' no paradigma da Colonialidade do Poder" descortina a política estratégica brasileira instaurada no início da década de 1960 para obter o ciclo completo de lançamentos de foguetes a partir da década de 1980. O município de Alcântara no Estado do Maranhão, região pretendida com uma geografia privilegiada, contudo, a existência da população quilombola implicou em um processo traumático no conflito que se arrasta até os dias atuais. De "interesse público", o PEB passa a ter um caráter neocolonialista caracterizado pelo interesse de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) em novos territórios quilombolas. Os primeiros passos concretos iniciaram com a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre o Brasil e os EUA em 2019. É a partir dessa agenda neoliberal transnacional de expansão do CLA que se caracteriza como um "*commodity* tecnológico". O artigo consiste em explorar, trazendo dentro de uma análise dialética do conflito entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas de Alcântara/MA que mantêm uma resistência há mais de 40 anos caracterizado pelo paradigma da "colonialidade do poder". O trabalho guia-se na interpretação da história do tempo presente com o método do materialismo histórico e dialético para além da perspectiva marxiana clássica, ampliação epistemológica mutualista da dialética serial proudhoniana e materialismo bakuninista com a "sociologia das insurgências" de Andrey Ferreira e de "desobediência epistêmica" de Mignolo, assim como o "giro decolonial" em que Quijano caracteriza a "colonialidade do poder".

Palavras-chaves: Colonialidade do poder, Programa Espacial Brasileiro, "*Commodities* tecnológicos", Quilombolas de Alcântara.

APRESENTAÇÃO

O Estado brasileiro ao longo de sua trajetória na política estratégica do Programa Espacial Brasileiro (PEB) acompanha sua formação em uma linha temporal concomitante aos restritos líderes mundiais de tecnologia espacial envolvidos na Guerra Fria na segunda metade do século XX pela primeira fase da corrida espacial: EUA, Rússia (Ex-URSS), União Europeia (em especial França, Alemanha), sendo até mais antigo em relação à China, Japão, Índia, Coréia do Sul, Canadá.

O Brasil desenvolveu de maneira significativa setores estratégicos importantíssimos da tecnologia espacial: um centro de estudos científicos voltados para o setor aeroespacial e uma excelência na produção da indústria de satélites. Contudo, um terceiro setor imprescindível para a

[1] Historiador, Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Pesquisador do Grupo de Estudos de Desenvolvimento, Política e Trabalho (GEDEPET/PPDSR/UEMA), Brasil. Email: artemiodesigner@gmail.com

autonomia de uma gestão tecnológica espacial segue sendo uma etapa a cumprir: o ciclo completo de lançamento de foguetes.

Para compreender essa defasagem da infraestrutura espacial vinculado ao domínio de lançamento de foguetes, o PEB transferiu o controle do desenvolvimento dos trabalhos iniciados no Centro de Lançamento Barreira do Inferno (CLBI) localizado no estado do Rio Grande do Norte para o estado do Maranhão, mais precisamente no município de Alcântara na década de 1980 nos últimos anos da Ditadura Militar.

O início da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) por decreto n.º 7.820 do então Governador Biônico João Castelo em 1980 desencadeou um processo violento de desapropriação territorial quilombola, deslocando compulsoriamente centenas de famílias para 07 "Agrovilas" sob tutela da Aeronáutica com a justificativa de "interesse público" para caracterizar o alinhamento estratégico científico na corrida espacial de "segurança e soberania nacional".

Com o fim da Ditadura Civil-Militar e o processo de redemocratização com a Constituição de 1988, o PEB passa a ter um caráter dual (civil-militar) e a política neoliberal transnacional passou a incorporar a pauta no setor espacial anulando a justificativa de "interesse público" para abertura de mercado no uso da nova "área institucional"[2], o Centro Espacial de Alcântara (CEA). Para que ocorra o desmembramento instrumental do PEB em seus aspectos militar e civil, respectivamente, do CLA vinculado à Aeronáutica para consolidar o CEA que se pretende como um Polo Mundial de lançamento de foguetes a ser controlado pelo setor civil, o Estado brasileiro condiciona a supressão de novos territórios quilombolas de Alcântara/MA. Tal desmembramento não condiciona a supressão de uma por outra, sobretudo, é a efetivação das duas: CLA para fim militar e CEA para fim civil/comercial (PDI-CEA, 2022, p. 15).

Todo esse contexto abre análise para compreendermos a segunda fase da corrida espacial que diminuiu até certo ponto a prioridade do paradigma estratégico-militar com o fim da "Guerra Fria" para uma lógica do poder econômico neoliberal transnacional no "Sistema-Mundo" (Wallerstein, 2002).

O Estado brasileiro buscou desenvolver uma governança espacial civil através da criação da Agência Espacial Brasileira (AEB) junto com o setor militar da Aeronáutica através do CLA

[2] Mesmo sendo atribuída como nova área a ser expandida em novos territórios quilombolas como veremos no desenvolvimento deste artigo, já era uma área prevista desde o projeto original da instalação do CLA. Ver o "slide 30" apresentado em uma Audiência Pública Interativa com o título: Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". – Link: https://www.defesanet.com.br/seguranca/alcantara-no-senado-autoridades-negam-privatizacao/

constituindo "Instrumentos Institucionais" (GEI-Alcântara; CDPEB; CDI/CEA)[3] para assim se articular nesta nova corrida espacial do mercado transnacional da tecnologia espacial através de uma política de "cooperação espacial" entre países que detém a tecnologia completa de lançamento de foguetes voltando-se internacionalmente cada vez "o aumento da participação privada no segmento espacial" (PDI-CEA, 2022, p. 20).

O problema central em viabilizar uma política diplomática concreta de "cooperação espacial" está na política imperialista que os EUA desenvolvem pelo processo de "embargo tecnológico", principalmente com o Acordo de Salvaguardas Tecnológicos (AST) que o Brasil assinou com os EUA nos governos Bolsonaro-Trump e que vinculou a estratégia de tentativa de consolidação do CEA somente como mero enclave de aluguel de bases de lançamentos de foguetes, característica essa definida como políticas de "*commodities* tecnológicos".

O atual cenário de conflito de interesses entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas de Alcântara apresentam um corolário de incertezas frente a perda de autonomia do PEB para o ciclo completo de lançamento de foguetes pelo enfoque geopolítico neoliberal transnacional e a titulação coletiva definitiva dos territórios quilombolas de Alcântara/MA através dos "instrumentos jurídicos" pleiteados internacionalmente, uma vez que no processo de "invisibilidade jurídica" a qual as comunidades quilombolas se encontravam antes da redemocratização de 1988 passaram a constituir um protagonismo de lutas contra o que podemos denominar de "Colonialidade do poder".

O PEB na encruzilhada da dependência espacial com os "*commodities* tecnológicos"

Sabe-se que o Brasil, como estado-nação semiperiférico, historicamente desenvolveu uma política econômica agroexportadora colonial das *plantations*, conservando esse mesmo modelo como *commodities* no setor de produção primária (insumos agrícolas e minerais). O setor espacial brasileiro ainda se encontra nos primórdios de uma produção industrial de veículos de foguetes que pretende alcançar um patamar competitivo no âmbito do seleto grupo de países que dispõe do monopólio tecnológico espacial e é dessa forma que atualmente o Estado brasileiro busca agregar como "*commodities* tecnológicas" (alta tecnologia) com as políticas de "cooperação espacial" (PNAE, 2012) como moeda de troca para conseguir "transferência de tecnologia" (o que demonstra a continuidade

[3] Grupo executivo Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara (GEI-Alcântara) formado na primeira gestão do governo Lula / Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) formado no governo de Michel Temer em 2018 / Comissão Integrada de Desenvolvimento para o Centro Espacial de Alcântara (CDI-CEA) formado pelo governo de Jair Bolsonaro em 2020 / Grupo de Trabalho Interministerial de Alcântara (GTI-Alcântara) formado pelo Governo Lula em 2023.

de um mesmo modelo do final do século XIX e início do século XX com as primeiras indústrias têxteis) através da implementação de "aluguel"[4] das novas plataformas de lançamento de foguetes que se pretende definir nos novos territórios quilombolas de Alcântara/MA.

Martins (2011, p. 341) avalia que, por ocupar uma posição de dependência, na América Latina existe uma "combinação de importação de tecnologias de ponta e o esforço de capacitação local". No caso brasileiro, os ASTs se convertem no único modelo agregador do PEB. Com isso, o Estado brasileiro tenta se inserir naquele espaço restrito internacional de tecnologia espacial através de um tipo de *commodity tecnológico*[5]:

> O lançamento de veículos espaciais possui um caráter cada vez mais estratégico, e não apenas relacionado à soberania nacional, mas também ao fato de que **o acesso ao espaço tem se transformado numa *commodity*** dominada por poucos países. Porém, é necessário ressaltar que após desenvolvidos satélite e veículo lançador, o primeiro a se tornar mais oneroso quanto à sua produção e seu lançamento (RT, 2018, p. 35). Grifos meus.

O Programa Espacial Brasileiro (PEB) no atual cenário em que o Estado brasileiro emprega suas políticas no âmbito da tecnologia espacial, alienou o "interesse público" previsto na instalação do CLA na década de 1980 aos acordos internacionais com uma política de "cooperação espacial" (PNAE, 2012), na tentativa de alcançar o *know-how* por meio de transferência de tecnologia, nivelando as diferenças desta transição tecnológica entre os países detentores do monopólio tecnológico espacial e sob "imperativo de mercado" (Wood, 2001). Nesse sentido, os ASTs têm como prerrogativas um modelo comercial de "alugar" o território do CLA, uma espécie de "*commodity* tecnológico" para financiar o PEB.

> Apesar da concorrência que o estabelecimento de novos sítios de lançamentos impõe aos já existentes, os espaçoportos mais antigos tendem a atrair a maioria das novas empresas de

[4] Este seja talvez um dos pontos mais argumentados na utilização da retórica de "aluguel" do AST para os EUA quando utiliza a analogia de "gerenciamento de um hotel onde o cliente recebe uma chave de um quarto que passa a ser uma área restrita na qual ele tem a proteção de seus bens pessoais" (AST, 2019, p. 14) para representar a definição de proteção de propriedade tecnológica e que não assume em princípio nenhuma perda de soberania nacional do controle territorial do CLA em Alcântara.

[5] ***Commodity* tecnológico:** apresento esse conceito para ampliar seu sentido clássico de *commodity* em que o Estado brasileiro pretendeu justificar do estado de natureza geográfica promissora do território de Alcântara, em proximidade à linha do equador para garantir o baixo uso de combustível e baixa densidade demográfica (PDI-CEA, 2022, p. 42), atendendo da mesma forma às políticas macroeconômicas de estrutura de exportações de produção primária (agronegócio, matérias-primas; minério, petróleo), nos moldes coloniais em que historicamente forjou-se a "pretensa acumulação primitiva de capital" (Marx, 1979). Esses suportes despertam o interesse de investimento espacial internacional, para um futuro impreciso do desenvolvimento tecnológico, novamente orientado pela desapropriação territorial quilombola de Alcântara/MA em detrimento da consolidação do CEA como entreposto de plataformas de lançamento de foguetes como paradigma da "acumulação por desapossamento" (HARVEY, 2005), na mesma lógica neocolonial centro-periferia das relações macroeconômicas neoliberais. Assim, a moeda da expansão territorial do CLA funciona como este "*commodity* tecnológico" agregado no mero aluguel de futuras plataformas de lançamento de foguetes. Como commodity (mercadoria), o território de Alcântara é usado para a troca da pretensa "transferência de tecnologia" dentro deste modelo apresentado pelos ASTs, pois: "Nas relações internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial (...) Havendo uma relação de troca desfavorável aos países subdesenvolvidos, Prebisch argumentava que poderia ocorrer um crescimento empobrecedor. Ou seja, cada vez mais precisaria se aumentar a exportação de *commodities*, para continuar importando a mesma quantidade de manufaturados dos países industrializados, favorecendo estes últimos" (Dallabrida, 2017, p. 68).

> lançamento. Isso se deve às vantagens competitivas que apresentam em relação a vários fatores, entre os quais se destacam as capacidades que se relacionam a infraestruturas, ***commodities***, licenciamento e força de trabalho. (PDI-CEA, 2022, p. 24) (Grifo meu)

O que não leva em consideração é que os EUA em sua prerrogativa de preservar o domínio tecnológico espacial sob um grupo restrito de Nações e nessa nova "corrida espacial" visa consolidar um monopólio estratégico-militar e principalmente comercial através do AST assinado em 2019 com o Estado brasileiro.

A nova expropriação territorial quilombola de Alcântara/MA em que o Estado brasileiro visa na nova política do PEB com os "*commodities* tecnológicos" é a forma com que os EUA buscam consolidar seu monopólio tecnológico espacial através do controle do mercado espacial com o AST no CLA/CEA. Proudhon (2007) define o monopólio como "uma espécie de arrendamento que só interessa ao homem em vista do lucro":

> O monopolizador não se apega a nenhuma indústria, a nenhum instrumento de trabalho, a nenhuma residência: é cosmopolita e oni-funcionário; pouco lhe importa, contanto que ganhe; sua alma não está ligada a um ponto do horizonte, a uma partícula da matéria. Sua existência permanece vaga, enquanto a sociedade, que lhe conferiu o monopólio como meio de fortuna, não faz para ele desse monopólio uma necessidade de vida.
>
> O que era, com efeito, o monopólio antes do estabelecimento do crédito, antes do reino dos bancos? Um privilégio de *ganho*, não um direito de *soberania*; um privilégio sobre o produto, muito mais que um privilégio sobre o instrumento. O monopolizador permanecia estranho à terra em que habitava, mas que realmente não possuía; em vão multiplicava suas explorações, aumentava suas fábricas, juntava terras e terras; era sempre um gerente, antes que um dono; não imprimia às coisas seu caráter; não as fazia à sua imagem; não as amava por si mesmas, mas unicamente pelos valores que lhe deviam render; numa palavra, não queria o monopólio como fim, mas como meio (Proudhon, Tomo II, p. 201-202).

Esse monopólio estabelece ações que permitem aos EUA instrumentarem "embargos tecnológicos" (Pereira, 2008) para dificultar o desenvolvimento tecnológico de outros países que coloque em risco sua hegemonia como potência tecnológica espacial. Exercem forte pressão à Soberania do Brasil sobre os demais acordos que busca viabilizar com outras potências na tecnologia espacial, como ocorreu com o acordo entre a Ucrânia em 2004[6], visto que, a principal linha de tentativa de superação das diferenças entre as potências tecnológicas seriam os acordos de transferência de tecnologia com a "cooperação espacial" (PNAE, 2012) em detrimento do aluguel do CLA[7].

---

[6] Decreto n.º 5.436 de 28 de abril de 2005 promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=80C3FEBF83D6050BA168BCCF98E79B18.proposicoesWebExterno1?codteor=385543&filename=LegislacaoCitada+-INC+8337/2006

[7] Em publicação do Jornal "O IMPARCIAL", 1.º de janeiro de 2006, com o título: Programa Espacial do Brasil avança em 2005, a AEB anunciou que as parcerias internacionais desenvolvidas com a Rússia, Alemanha e em especial com a Ucrânia, criavam um marco para "tornar o país exportador de tecnologia espacial" e que "Hoje a Aeb [sic] está decidindo como será feita a transferência da tecnologia de fabricação do foguete para a iniciativa privada". (Costa, 2019)

Essas medidas paralisaram o desenvolvimento dos veículos lançadores de satélites, "invariavelmente para fins pacíficos" (PNAE, 2012, p. 11). Tais "restrições" podem ser caracterizadas como "embargos tecnológicos" (Pereira, 2008) com a interferência imperialista dos EUA nas relações políticas internacionais interligadas à agenda da globalização da economia, ainda que com perda progressiva da sua hegemonia global. Trata-se "do emergente processo político global que cada vez mais vai apagando as tradicionais distinções entre a política interna e internacional" (Brzezinski, 1971, p.13).

Na transição do Governo Dilma/Temer, em um Relatório de Gestão do exercício de 2016 do Ministério da Defesa (MD), aponta "um alinhamento à Diretriz estratégica do governo federal de garantir a defesa nacional e a **integridade territorial**; promover a defesa da paz, dos **direitos humanos**; e de **cooperação com as nações**" (MD, 2017, pág. 17) Grifos meus.

Esse apontamento torna-se incongruente quando menciona a necessidade de agregar a política de expansão do CLA conforme adoção do "Acordo-Quadro" em negociação (MD, 2017, pág. 3), pois afirma que busca desenvolver um programa espacial sobre a estratégia dual (civil e militar) como "A Estratégia Nacional de Defesa" (MD, 2017, pág. 8). Como exemplo, para a aprovação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), o AST tem como prerrogativa com os EUA o processo de "embargo tecnológico" (PEREIRA, 2008), principalmente sobre a questão dos recursos recebidos pelos "aluguéis" do CLA para fins militares estratégicos[8]. Esse documento ainda tenta apresentar de maneira contraditória com o item já exposto da cláusula do AST (Artigo III) que possíveis ASTs tornem inviáveis à "transferência de tecnologia", como na parceria com a África do Sul, com um míssil de curto alcance de 5.ª geração (MD, 2017, pág. 15).

Esse redirecionamento do PEB do "interesse público" para o mercado privatizado pelas grandes corporações transnacionais fragiliza o setor estratégico de soberania nacional. Durante o Governo Temer, setores estratégicos entraram na pauta de privatizações, como o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) da Telebrás[9]; e o processo de privatização da empresa EMBRAER para a megacorporação Boeing que (com outras megacorporações privadas) definiram as políticas estratégicas e comerciais aeroespaciais[10]. Ou seja,

[8] Conforme o Artigo III dos "Dispositivos Gerais" (item 2, página 31 do AST de 2019): "O Governo da República Federativa do Brasil poderá utilizar recursos financeiros obtidos por intermédio das Atividades de Lançamento para desenvolvimento e aperfeiçoamento do Programa Espacial Brasileiro, mas não poderá usar tais recursos para a aquisição, desenvolvimento, produção, teste, emprego ou utilização de sistemas da Categoria I do MTRC (seja na República Federativa do Brasil ou em outros países)".

[9] https://jornalggn.com.br/na-rede/privatizacao-do-satelite-da-telebras-por-marcio-patusco/

[10] https://oglobo.globo.com/economia/governo-bolsonaro-autoriza-fusao-entre-boeing-embraer-23362191

as megacorporações ditam as normas que conduzem as políticas aeroespaciais em escala no "Sistema-Mundo":

> Nas primeiras décadas da Era Espacial, as corporações foram usadas pelos órgãos do governo enquanto que hoje os órgãos do governo tendem a ser usados pelas mais poderosas corporações, apoiando seus planos e interesses (Monserrat Filho, 2007, p. 59).

O CDPEB em sua primeira reunião do Grupo de Trabalho – Empresa Pública (GT4) de 21 de março de 2018, ressaltou a importância da criação de uma "empresa pública não dependente" denominada "Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil - ALADA", contudo, abriu-se precedentes de cair em uma tendência de privatização ou cair em inatividade ou extinção[11] além da ingerência política em empresas públicas:

> O representante do MCTIC ressaltou a preocupação da AEB em ter uma base industrial forte pública, tendo em vista dificuldades para contratar pessoas, via concurso público, e dificuldade com a contratação pública, de um modo geral. Levantou-se a questão de como esses problemas seriam solucionados por meio de uma organização pública. Considera que o País está em um momento difícil para a criação de mais uma empresa pública, tendo em vista que as maiores, atualmente, enfrentam um cenário de dificuldades, havendo, inclusive, um viés de privatização. (REQ 296/2018 CCTCI, p. 217)

O então Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) da gestão do Governo Bolsonaro, o astronauta Marcos Pontes, pronunciou em entrevista a uma *podcast*[12] nas redes sociais que a tendência através do PDI-CEA expõe a necessidade do Centro Espacial de Alcântara ser comercial e que a criação da empresa estatal chamada ALADA em nas suas palavras literalmente: "já nasce independente e vai nascer com um tempo de vida, vamos dizer assim, um tempo de vida determinado antes de ser privatizada, ou seja, desestatizada"[13]. Pontes ainda afirma que a ALADA passaria por ajustes com o Ministério da Defesa através da Aeronáutica para ajustar o funcionamento comercial e militar, atribuição completamente fora das diretrizes iniciais em que o CEA é de natureza institucional civil e que ela quem deveria normatizar essas funções no plano da "governança". Para Marcos Pontes, houve a falta de habilidade ou prioridade nessas décadas do PEB em relação a política de desenvolvimento do setor industrial espacial voltado para o ciclo completo de lançamento de foguetes, ***não menciona de forma alguma*** o real problema que é o conflito territorial com as comunidades quilombolas de Alcântara que o Estado brasileiro visa expropriar novos territórios

[11] Caso inclusive como ocorreu com a empresa binacional (Brasil-Ucrânia) "Alcântara Cyclone Space" criada no primeiro Governo Lula e que no Governo Temer com o CDPEB passou a definir o processo de sua extinção.

[12] Entrevista no Canal "Cortes Podcast, Brazuca: https://www.youtube.com/watch?v=80Iy7TScuxo

[13] Marcos Pontes com esta entrevista, descortina uma tentativa institucional em novembro de 2017 em uma audiência pública reiterar um "compromisso" que a Base de Alcântara não seria privatizada. Em todo caso, pode-se considerar que o CLA (controle militar) pode-se manter sob controle do Estado brasileiro, porem com a perda de Soberania por conta do AST assinado com os EUA, contudo, o CEA tem um projeto de se constituir a médio prazo um mero enclave comercial controlado pelo monopólio do modelo neoliberal transnacional e que os EUA pretendem buscar novo controle hegemônico imperialista nessa nova corrida espacial. Site oficial da Agência Espacial Brasileira (AEB), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI): "Presidente da AEB afirma que privatização da Base de Alcântara é Mito" - https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/presidente-da-aeb-afirma-que-privatizacao-da-base-de-alcantara-e-mito

étnicos para a consolidação do CEA, caracterizando assim: uma "invisibilidade expropriadora" (Leite, 1990)

Os argumentos do então ministro Marcos Pontes de política de desestatização corrobora com o atual Programa Nacional de Atividades Espaciais: 2022-2031 trazendo categoricamente o "uso privado" como prioridade "na exploração dos mercados nacional e internacional de lançamentos de veículos espaciais" (PNAE, 2023, p. 26, 58); outrossim, quando analisamos o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara do CDI-CEA, tem-se uma antinomia no que tange a política de Estado na dita relevância dentro de um esforço "(...) conjunto de todas as políticas públicas em execução no País que viabilizarão a execução do potencial do CEA." (PDI-CEA, 2022, P. 31)

Toda essa manobra por parte de uma política de Estado do PEB como foi apresentada na pauta da segunda reunião do Grupo de Trabalho – Governança (GT1) do CDPEB apresentou claramente o interesse estritamente comercial para a política de expansão do CLA, obedecendo ao paradigma do neoliberalismo transnacional dos ASTs, "Tendo em vista o papel central da cooperação internacional no desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, e o acordo de salvaguardas tecnológicas na viabilização da equação econômica da Base de Alcântara" (REQ 296/2018 CCTCI, p. 192) e que nos atuais desdobramentos do Governo Lula não modificou, como veremos no próximo bloco deste artigo.

Insurgência quilombola de Alcântara frente ao paradigma da "Colonialidade do Poder"

A persistência dos discursos tratados pelo Estado brasileiro em dissuadir a preponderância de um projeto hegemônico de progresso tecnológico para englobar toda a sociedade brasileira dentro da perspectiva em que o ciclo completo de lançamento de foguetes já se encontra na quarta revolução industrial na perspectiva de colonização intergaláctica remete um ***processo histórico de ciclos econômicos coloniais que obedeciam a antinomia de apogeu/declínio***, o "Programa Espacial Brasileiro apresenta uma de suas mais ricas jóias [*sic.*]" (PDI-CEA, 2022, p. 34) e assim podemos identificar no prefácio do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara o pretenso vetor de desenvolvimento regional:

> No início dos anos 80, quando os primeiros passos das atividades espaciais eram ensaiados em Alcântara, um carrossel de slides abria uma apresentação da seguinte forma: ***"Alcântara morreu! Gritam fantasmas de condes e barões"***. A voz muito bem entoada do narrador acompanhava imagem em **tons escuros de uma ruína**. Mas, no slide seguinte, surgia um vigoroso contraponto: com imagens coloridas e música vibrante, o narrador retomava dizendo que, na verdade, ***Alcântara vive! Ressurge para uma nova era***, descortinada pela **chegada dos empreendimentos espaciais.** (PDI-CEA, 2022, p.5) (Grifos meus)

Nossa atualidade, precisamos superar este paradigma, ainda carregada dessa premissa da "Colonialidade do Poder" (Quijano, 2005) que impinge todo um processo de alienação e "invisibilidade expropriadora" (Leite, 1990) a qual o Estado brasileiro tenta tratar o conflito com as comunidades quilombolas de Alcântara de seus direitos territoriais como mero "problema fundiário" como Estado patrimonialista e as remetem como entrave a esse "progresso tecnológico"[14], retratadas como "ideologia da decadência" (Almeida, 2008).

Ao analisar a economia contemporânea de Alcântara, o CDI-CEA atribui o município com profunda dependência econômica do CLA além de apresentar a maior parte da população de Alcântara de maneira desconstruída de sua identidade étnica quilombola[15], relacionando-o dentro de uma matriz campesina de "áreas rurais" estereotipando como decadência em um "cenário que resulta em um baixo nível de produtividade e na impossibilidade de atuação da produção agropecuária alcantarense em escala comercial"[16] (PDI-CEA, 2022, p. 38) não correspondendo a sua caracterização real de como se correlacionam com seus territórios autogestionários de "uso comum". Esse processo de alienação é o que vai caracterizar a antinomia que se definiu com os primeiros deslocamentos compulsórios na década de 1980 e que se pretendem transformar o modo de vida coletivo de "uso comum" para o modelo fundiário parcelar privado das "Agrovilas". Podemos destacar justamente no atual Programa Nacional de Atividades Espaciais (2022-2031) a forma como há uma descrição do conceito de "território" onde passa a invisibilizar as comunidades quilombolas passando a ter uma definição de tutela "para os desdobramentos que o CEA carrega" (PNAE, 2023, p.59) quando cita as comunidades quilombolas dentro da demanda "identitária".

Diferentemente do modelo fundiário parcelar privado das "agrovilas", as comunidades quilombolas de Alcântara buscam a via de luta através de "instrumentos jurídicos" com suas entidades representativas – STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), MABE

[14] "Progresso tecnológico" está mais relacionado nessa antinomia do conflito entre o Estado brasileiro através do PEB com as comunidades quilombolas de Alcântara vinculado ao paradigma de "determinismo tecnológico" de Mészáros (2011) como *fetichismo* do mercado espacial: "uma interpretação mecanicista não dialética entre 'estrutura global' e suas 'microestruturas', sem as quais somente seria possível falar de algum agregado caótico de elementos díspares, e não de uma totalidade social em desenvolvimento, com tendências identificáveis próprias".

[15] E quando cita, de maneira estanque e pouco destacada, visa coloca-la dentro do viés de subordinação na lógica de tutela do CDI-CEA. (PDI-CEA, 2022, p. 103)

[16] Essa atribuição podemos caracterizar analiticamente dentro de uma definição do "pré-capitalismo" sob uma perspectiva do materialismo histórico e dialético, em que devemos utilizar de esforços teóricos para inserção do negro na sociedade de classes. Isso fez Florestan Fernandes nos dois volumes "A integração do negro na sociedade de classes", reconhecendo a construção de um mito democrático como transição de uma "sociedade de castas para a ordem competitiva". Daí a necessidade de se perceber como o negro ainda nas estruturas sociais não pertencentes ao modelo capitalista (como os quilombolas de Alcântara) estão sendo traduzidos nesta nova configuração das instituições na ordem liberal-burguesa, que conduz as desigualdades raciais, (antes tratadas de "ordem racial escravocrata") para uma desigualdade mitificada nas "desigualdades de classes da ordem competitiva" (Fernandes, 2008, 10-11).

(Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara), ATEQUILA (Associação Territorial Étnica Quilombola de Alcântara) e MOMTRA (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara) – a constituição do território coletivo de "uso comum" estruturando-se para além das normas economicistas e jurídicas abstratas, alcançando uma dimensão étnica e política de autonomia na autogestão, aproximando-se a um "princípio mutualista" (Ferreira, *et. al.*, 2015, p. 20, 21):

> (...) O mutualismo assim é a extensão para a teoria econômica de um princípio de "justiça" ou igualitarista, o da troca igual que corresponde na teoria federativa ao "pacto" federal. A ideia de mutualidade é em certo sentido o correspondente econômico da ideia de federação. Por outro lado, comunidade para Proudhon é a "ideia econômica" de Estado elevada até a negação do indivíduo e das coletividades reais.

A organização política das comunidades quilombolas de Alcântara não mantém somente uma disputa jurídico-institucional das entidades representativas, a base comunitária articula-se nas ações diretas[17] e ganharam uma dimensão de "empoderamento", momentos cruciais em que o Estado brasileiro buscou avançar no processo de expansão do CLA.

No entanto, observa-se um crescente esvaziamento no processo de mobilizações e articulações de denúncias sobre a não definição do Estado brasileiro enquanto titular definitivamente seus territórios e, por isso, as comunidades quilombolas de Alcântara amparam-se exclusivamente na frágil execução de direito constitucional. Esse processo permanece alienado pelo Estado brasileiro, que converte o PEB de uma política de Segurança Nacional e Soberania de "interesse público" para uma política de mercado internacional espacial através dos ASTs:

> O que podemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e o ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder (Quijano, 2005, p. 138-139).

Mesmo com essa fragilidade na manutenção da luta através do "instrumento Institucional do Protocolo de Consulta" espaçando longo tempo de participação direta das comunidades quilombolas no protagonismo de resistência frente as articulações institucionais do Estado brasileiro através de seus dispositivos (GEI-Alcântara; CDPEB; CDI-CEA) as entidades

[17] Que, pela definição de Bakunin, seria "uma análise que lança mão de um conjunto de oposições dialéticas que, ao mesmo tempo englobam e materializam suas categorias, indo do abstrato ao concreto e do lógico ao histórico, da unidade à multiplicidade, começando pela dialética autoridade-liberdade e se materializando em oposições como natureza/sociedade e reação/revolução". Sobre a "natureza" dos conflitos sociais de Alcântara: "O conceito de natureza como mundo material engloba a totalidade das causas, seres orgânicos e inorgânicos que exercem incessantemente uma ação-reação e formam a totalidade concreta, que surge como imperativo racional do método" (Ferreira; Toniatti, 2014, p. 41-42; 56). As "ações diretas" definidas situam-se nos recortes históricos vividos pelas comunidades quilombolas, nas lutas pelas suas identidades territoriais. Em um primeiro momento vivido em "1.ºde abril de 1986 com a intenção de não permitir que autoridades públicas realizassem a inauguração das 'agrovilas', os trabalhadores rurais fecharam a MA 106 na altura da Agrovila Espera.", sendo este primeiro momento denominado como "ações de mobilização" denominada "Barricada". (Pereira, *et. al.*, 2016, p. 142). Em um segundo momento muito importante que se assemelha à "Barricada" de 1986, houve as paralisações nas obras, com que a empresa Binacional (Brasil-Ucrânia) "Alcântara Cyclone Space" estava expandindo o CLA ilegalmente em terras quilombolas, em 2008 através de sabotagens no enfrentamento direto às máquinas.

representativas das comunidades quilombolas de Alcântara recorrem internamente de sua autogestão através da construção de seu Protocolo de Consulta para realizar Formação de Base nas visitas permanentes dos territórios quilombolas em Alcântara/MA. Destaca-se a consolidação do "Texto Base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI) das Comunidades Quilombolas do Território Étnico da Alcântara/MA" realizado nos anos de 2018-2019.

São 44 anos de negação e alienação de seus territórios e que visa desde a gênese do CLA até a atualidade na tentativa de consolidação do CEA, gerar um processo de Etnocídio ao não abrir mão de desestruturação de novos territórios quilombolas, desrespeitando suas autonomias consolidadas pela Constituição de 1988 através artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), regulamentado pelo Decreto 4.887 (2003) e pela convenção internacional 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A dissimulação de tutela no discurso institucional do PEB através do PCI-CEA de tentar criar uma falsa ideia de integração/sinergia remete à herança ideológica do "milagre econômico" da ditadura civil-militar e deve ser analisada como uma "semiótica do discurso" (Fontanille, 2008), desconsiderando suas especificidades de "uso comum" enquanto cultura, valores tradicionais que transcendem um mero caráter economicista de seus territórios violados dentro desse modelo colonialista sem submeter a uma "consulta prévia, livre e informada" (Glass, *et. al.*, 2019) que constitui um protocolo assegurado constitucionalmente dentro de um "instrumento jurídico" adquirido pelos quilombolas de Alcântara através de suas articulações políticas no nível local, regional e internacional.

> Alcântara e região possuem, em acréscimo, um rico caldeirão cultural, patrimônio singular do Brasil e da Humanidade. Não interligar esse potencial com as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico que o setor espacial apresenta seria um desperdício imperdoável. (PDI-CEA, 2022, p. 5)

A insistência de buscar expropriar novos territórios quilombolas para consolidar o CEA entra em antinomia com o pretenso comprometimento de desenvolvimento socioeconômico da região que aponta como uma de suas premissas: "preservação da cultura e tradição das comunidades locais, de maneira a promover uma convivência harmônica das atividades dessas comunidades com as do centro de lançamento." (PDI-CEA, 2022, p. 17)

Toda análise sobre a iminente política de expansão do CLA para consolidação do CEA, apresenta a necessidade de uma abordagem mais voltada ao processo dos "estudos decoloniais, subalternos e pós-colonialismos", para se localizar os protagonismos dos novos sujeitos históricos que buscam a consolidação de suas identidades. A profunda marca do enfoque eurocentrista do

progresso técnico defende a perspectiva da competitividade racionalizada do sistema capitalista, principalmente no âmbito da "colonialidade do poder" forjado pelo domínio dos EUA (Brocardo; Tecchio, 2017, p. 38)

> A formação de relações sociais fundadas nessa idéia produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 117).

A insurgência das comunidades quilombolas de Alcântara através de suas identidades (ressemantizadas pela Constituição de 1988) devem estar agendadas nas lutas de classes e identidades (Ferreira, *et al.*, 2018, p. 46, 61, 106), não sendo consideradas corporativas centralizadoras hierárquicas nas relações de poder dentro de um amálgama clássico das categorias de classes que prevalecem em uma análise ortodoxa do materialismo histórico e dialético marxista[18], um processo de decolonização epistemológica:

> Como indica Proudhon, a ciência exige a insurreição do pensamento, ou seja, o contraponto da autoridade que engessa o saber pela liberdade crítica. (...) A insurreição do pensamento é assim um ato de ruptura com o poder e busca pela ciência, que longe de adquirir sua cientificidade da neutralidade, produz essa cientificidade pela sua relação de antagonismo/engajamento ou não nas estruturas de poder e regimes de verdade que esta estrutura impõe ou invizibiliza, e com os planos do real e do vivido que apreende e no qual se institui. (Ferreira, *et al.*, 2016, p. 37)

> O paradigma da teoria anarquista clássica compreende dois sistemas, a **dialética proudhoniana e o materialismo bakuninista**. Essa teoria se desenvolveu não somente sob a forma de saber científico, mas de saber político e saber perceptivo do mundo exterior. As experiências das tradições populares rebeldes, das revoluções e das opressões foram fundamentais para a constituição da teoria anarquista clássica como um tipo de saber científico. (Ferreira, *et al.*, 2016, p. 56) Grifos meus

[18] No conflito territorial em Alcântara, as lutas de classes e identitária foram além da dita vanguarda urbana e industrial do proletariado (da ortodoxia marxista, refere-se às relações de poder no processo produtivo industrial), que Mészáros define como instrumentalização do paradigma do "determinismo tecnológico" atribuídos a Kautsky e Bukharin como "distorções mecânicas da concepção marxiana" (Mészaros, 2011, p. 47). Esse princípio de ruptura epistemológica de organização política institucional destaca-se quando a esquerda institucional em um primeiro momento de apresentação do AST em 2001 no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi rechaçado em nome da dita "Soberania Nacional" através de uma mobilização ampla local, regional e internacional com campanhas no Fórum Social Mundial em Porto Alegre promovendo uma grande campanha de Plebiscito para pressionar o Parlamento em engavetar o AST, todavia, em 2019 o Governo Estadual de Flávio Dino, então considerado pela oposição da ultradireita vinculada ao então presidente Bolsonaro, alinha toda a bancada maranhense do Parlamento em Brasília para que aceite o AST com o argumento de não ferir a Soberania Nacional, sendo que o escopo do Acordo não se difere em nada do apresentado em 2001. Sabe-se que o AST aprovado pelo Parlamento e homologado pelo presidente Bolsonaro foi regido de maneira irregular como **"regime de urgência"**, não seguindo os tramites exigidos de discussão entre as comissões (Ciência e Tecnologia; Constituição de Justiça e Cidadania) além de não instalar uma Consulta Prévia Informada e Livre com participação ativa das comunidades quilombolas, parte diretamente vinculada, haja vista o AST é marco inicial para todo processo de consolidação do CEA.
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1794809&filename=Tramitacao-MSC+208/2019 (requerimento de urgência)

Esta ampliação epistemológica no campo do materialismo histórico e dialético tratado por Ferreira (2016) na exigência da "insurreição do pensamento" podemos destacar dentro da perspectiva atribuída por uma "desobediência epistêmica" (Mignolo, 2008).

É preciso destacar aqui a proximidade epistemológica entre o materialismo histórico e dialético do marxismo e do anarquismo (Gurvitch, 1980), principalmente em se tratando à questão central deste artigo que é a relação da "luta de classes e identidades" de confronto com a propriedade privada - questão fundiária parcelar privada das "agrovilas" x "uso comum" - que condiciona a luta territorial quilombola entre o Estado brasileiro com a expansão do CLA:

> Esta abordagem foi então aplicada por Proudhon para estudo da propriedade. A ideia da dialética serial expressa em conjunto de procedimentos aplicados à análise da economia e política. Proudhon para chegar ao que chamou de teoria do sistema das contradições econômicas começou pela compreensão crítica de uma unidade, a propriedade, para enfim chegar a teorias particulares de instituições particulares e à teoria geral do sistema econômico (Ferreira, *et al.*,2016, p. 61).

Podemos identificar o atual cenário de incertezas frente a necessidade de superação do conflito de interesses entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas de Alcântara à medida que em uma decisão histórica ocorrida na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) ocorrido em abril de 2023 no Chile, através de uma ação de denúncia articulada em parceria com a Associação sem fins lucrativos de defesa e promoção dos direitos humanos "Justiça Global" desde 2001, o Estado brasileiro foi condenado e o governo Lula chegou a reconhecer e trabalhar um pedido de desculpas, contudo, dentro de uma percepção abstrata sem uma ação concreta de reparação coletiva, pois, na mesma audiência, apresentou a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), desdobramento do Comitê de Desenvolvimento Interministerial para o Centro Espacial de Alcântara (CDI-CEA).

A tentativa de entendimento que se trabalhou ao longo de 05 (cinco) reuniões no GTI levou à conclusão por parte das entidades representativas das comunidades quilombolas de Alcântara, uma negligência do CDI-CEA no que tange a necessidade urgente de titulação territorial coletiva de seus territórios para assim se definir qualquer aspecto subsequente da consolidação do CEA. E pela não apresentação concreta desta premissa, inclusive sendo cláusula que ocorra a operacionalização do CEA mediante a ações do Estado brasileiro deveria conter "implementação de medidas socioambientais de modo a mitigarem ou compensarem os eventuais impactos que venham a surgir com a implantação do CEA" (PDI-CEA, 2022, p. 17), decidiram romper provisoriamente a participação dos diálogos na mesa do GTI. O rompimento se deu também em decorrência da não participação equilibrada nas mesas de negociação impedindo que houvesse um equilíbrio político diante da dimensão que se remete aos interesses em curso.

Podemos apresentar a Nota Pública das entidades representativas das comunidades quilombolas de Alcântara sobre a retirada do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-Alcântara) o seguinte destaque:

> As representantes também apontam como quebra da boa-fé a realização de reunião trabalho entre consultorias jurídicas ocorrida ainda no mês de dezembro de 2023 sem a presença das assessorias jurídicas das representações quilombolas para tratar de propostas e instrumentos ou cenários jurídicos hipotéticos de eventual acordo de compatibilização dos interesses em questão. Fato que demonstra desprezo em oportunizar efetivamente às comunidades participação nos espaços de decisão e debate, reduzindo as entidades representativas a mera participação alegórica com vistas a legitimar ou anuir a decisões tomadas no âmbito dos órgãos governamentais. (NP, 2024, p. 03)

Nessa mesma proporção o Governo Lula não respeita o dispositivo constitucional federal de procedimento da instalação do Protocolo de Consulta Prévia, negando a autonomia das entidades representativas das comunidades quilombolas que apresentaram seu "Documento Base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio Livre e Informado (CCPLI) das Comunidades Quilombolas do Território Étnico de Alcântara":

> Por essa razão, as representações quilombolas participantes do GTI acreditaram que o Governo Federal respeitaria o referido Documento Base, cumprindo as diferentes etapas ali previstas. **Isso nunca ocorreu!** Ao contrário, conforme consta no artigo 2º, II, do referido Decreto n. 11.502, o governo pretende *"formular proposta de ato normativo que regulamenta o Protocolo de Consultas Prévias, Livres e Informadas às Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara"* em clara afronta ao princípio da autodeterminação dos povos, presente na Convenção n. 169 da OIT. Essa proposta tem sido reiteradamente rechaçada pelas representações quilombolas no GTI, por entender que ela ofende a referida Convenção. (NP, 2024, p. 3-4)

A resistência das comunidades quilombolas nas representações de seus agentes mediadores (STTR, MABE, ATEQUIMA, MOMTRA, SINTRAF) traz dentro do paradigma de "luta de classes e identidade étnica" quanto ao uso do "instrumento jurídico" através do "Texto Base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPPLI) das Comunidades Quilombolas do Território Étnico de Alcântara/MA" (CCPLI, 2019) uma forma de reorganização de trabalho de base que precisam acentuar suas articulações em torno das 197 comunidades quilombolas existentes em que cada unidade comunitária tem seus territórios autônomos articulando-se na dialética do "uso comum" que funcionam dentro de um modelo bem próximo ao princípio "mutualista" e "federalista" interpretado pelo filósofo anarquista Pierre-Joseph Proudhon visando valorizar o uso coletivo de seus territórios étnicos para além do economicismo em que o Estado brasileiro visa alienar para justificar a consolidação do CEA, praticando assim um Etnocídio em detrimento do mercado especulativo de "*commodities* tecnológicos" do neoliberalismo transnacional sob a égide do imperialismo estadunidense que tenta recuperar nesta nova "corrida espacial" seu domínio. Doravante, esse amadurecimento político de organização apresenta um protagonismo das comunidades quilombolas de Alcântara inquestionável de uma nova "utopia":

> Se, portanto, a economia social é ainda hoje mais uma aspiração rumo ao futuro que o conhecimento da realidade, deve-se reconhecer também que os elementos desse estudo estão todos contidos na economia política; é creio exprimir o sentimento geral ao dizer que essa opinião se tornou a da imensa maioria dos espíritos. O presente encontra poucos defensores, é verdade, mas o desagrado pela utopia não é menos universal: e todos compreendem que a verdade está numa fórmula que conciliaria estes dois termos: conservação e movimento (Proudhon, Tomo I, p. 67).

CONSIDERAÇÕES GERAIS

As lutas de classes e identidade étnica das comunidades quilombolas de Alcântara na busca pela autodeterminação de seus territórios desenvolvem-se no interior da ordem hegemônica da autoridade fundada na abstração dos princípios da Democracia Representativa liberal, que definem a "Soberania Nacional" como retórica do "consenso" aos cidadãos, amparado pela Constituição de 1988 dita "dialógica". No entanto, há uma "Soberania do Estado" (Dallabrida, 2017) no plano concreto às convulsões sociais produzidas pelo PEB no contexto da expansão do CLA sobrepondo como mercadoria o controle territorial aparentemente constituído pelos quilombolas de Alcântara quebrando a lógica da igualdade jurídica: um projeto espacial nacional em nome de um pretenso princípio positivista do "progresso tecnológico". Na crítica a essa imposição *fetichista* do "determinismo tecnológico" (Mészáros, 2011), a existência entre esta crítica nas relações de poder a partir da dialética serial proudhoniana analisada por Rugai (2011) utilizando os conceitos de progresso e de revolução:

> A primeira crítica proudhoniana à democracia tem uma relação estreita com os conceitos de *progresso* e de *revolução* e um sentido muito preciso. Para Proudhon, da monarquia à democracia há evidente progresso, mas não revolução, porque ambos os regimes se baseiam na soberania: de "um", no caso da monarquia; da "maioria nacional", no caso da democracia. Para ele, a questão não está no número, o problema residiria na própria ideia de soberania como o "poder de fazer leis", um absurdo oriundo do despotismo.
> Para Proudhon, o progresso está associado à descoberta de critérios racionais na aplicação da justiça: assim, a própria ideia sobre o que é justo evoluiu sem cessar, alcançando cada vez maior precisão. Todavia, ele pergunta, "terá chegado à última fase?"; responde que não, ainda restaria um último obstáculo a vencer: a instituição do domínio da propriedade", cuja abolição seria a condição necessária "para terminar a reforma do governo e consumar a revolução"; **por isso a propriedade privada deveria ser atacada.** Nessa passagem fica evidente a ideia de continuidade num processo que culminaria na revolução; ao mesmo tempo, fala em "reforma do governo", ou seja, até aqui ele não sugere nada parecido com a abolição do governo ou Estado (Rugai, 2011, p. 104-106). (**Grifo meu**)

Ao contrário do que se pretende estabelecer das comunidades quilombolas de Alcântara como negacionistas do "progresso" através da resistência das comunidades quilombolas de Alcântara ao não abrirem mão de novos territórios étnicos para suprir à demanda mercadológica de expansão do CLA para consolidação do CEA promovida pela política espacial do Estado brasileiro, seus agentes mediadores sempre foram categóricos em não se oporem ao PEB, de outro modo, não buscam a recomposição dos territórios já perdidos na instalação do CLA convertidos em "Agrovilas" e buscam

sim reparações concretas de suas perdas com a titulação definitiva de seus territórios que ainda possuem e políticas públicas nas áreas afetadas nas "Agrovilas", todavia, combatem que novos territórios tornem-se novas "zonas de sacrifícios" (Souza Filho, 2013, p. 19). A resistência das comunidades quilombolas torna-se um ato "revolucionário".

O Estado brasileiro busca mediar um processo "de mitigação das desigualdades sociais", com a celebração de "convênios com prefeituras municipais para a realização de obras e aquisição de equipamentos, o que termina por justificar um modelo verticalizado de 'promoção do desenvolvimento local sustentável'" (MD, 2017, pág. 15-16) buscando desarticular o protagonismo dos reais representantes quilombolas. Tal modelo já produzido nas "Agrovilas" demonstrou a total incongruência com o dito paradigma do "desenvolvimento" da política de expansão do CLA através do GEI-Alcântara e CDPEB e atualmente com o CDI-CEA.

Podemos identificar essa posição, nos dias 24 e 25 de novembro de 2017 com o "II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os impasses sociais" no Campus do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) em Alcântara, onde elaboraram uma Carta Documento[19] com o título homônimo ao Seminário que analisa todo processo envolvido com suas propostas na tentativa de convivência nos espaços já utilizados, inclusive no item 2 do documento pronunciar na defesa da Soberania Nacional contra o AST que "configura desvio de finalidade da Base Espacial, uma vez que se afasta da precípua função de desenvolvimento da tecnologia aeroespacial nacional e sucumbe aos interesses estrangeiros".

Manter o AST traz sérios comprometimentos de "embargos tecnológicos" representando à medida que a estratégia de Estado desvirtua sua constituição institucional de sua política espacial de "desenvolvimento nacional sustentável" (Monserrat Filho, 2007, p. 145). O modelo neoliberal transnacional direcionando o PEB e a expansão do CLA é parte importante dessa dinâmica espacial no "Sistema Mundo" (Wallerstein, 2002). O Direito Espacial Internacional determina que os critérios técnicos/jurídicos e diplomáticos das políticas de cooperação internacional dos ASTs sejam obedecidos e que os Estados-Nação igualmente soberanos, assegurem o processo de negociações numa perspectiva multilateral. No entanto, observa-se:

> Que tendo o capitalismo conquistado na prática todo o planeta, suas forças mais poderosas tendem a abandonar os valores da legalidade e da justiça universais que elas apoiaram no passado, em particular desde o final da Segunda Guerra Mundial. A Soberania dos Estados de modo geral foi reduzida, limitada e/ou ignorada em grande escala pela porosidade e a erosão das fronteiras nacionais, pelos fluxos globais livres de capitais, pela crescente dominação do mercado mundial sobre as economias nacionais e pelo crescimento das corporações transnacionais (Monserrat Filho, 2007, p. 64).

[19] Encontra-se disponível no Site "Combate Racismo Ambiental": https://racismoambiental.net.br/2017/11/30/carta-do-ii-seminario-alcantara-a-base-espacial-e-os-impasses-sociais/

Ao contrário do que afirma o CDI-CEA ser um "indutor de desenvolvimento regional" que resguarda "qualidade de vida a todo o País, especialmente à população da região de Alcântara" (PDI-CEA, p. 15), o Estado brasileiro deveria assumir uma postura concreta de superação do conflito territorial, promovendo a titulação territorial das comunidades quilombolas de Alcântara assumindo assim uma política verdadeira de desenvolvimento regional territorial. Assim, permitiria um retorno ao PEB autônomo, superando as distorções de dependência pela política de expansão do CLA, determinada pela relação dialética centro-periferia da reestruturação produtiva do capital que os EUA querem impor com a "nova corrida espacial" dentro do "Sistema Mundo" (Wallerstein, 2002). Atualmente baseado no consórcio dinâmico do mercado espacial, impõe-se através dos ASTs:

> Apesar da diversidade de posições, poderia se considerar que em termos gerais as teorias do centro-periferia como as da dependência, defendem a existência de uma ordem mundial com uns países centrais, que aliados às elites dominantes dos países da periferia, se enriquecem progressivamente à custa dos países mais pobres.
> As análises sobre a teoria da dependência são centradas nas relações entre a economia dos países ricos (centrais) e a dos países pobres (periféricos) e isto não apenas de um ponto de vista econômico, mas principalmente político. Referindo-se aos âmbitos regionais, as relações desiguais de dominação, se reproduziriam entre as diferentes regiões e territórios das nações, dando lugar a uma espécie de **colonialismo interno** (Dallabrida, 2017, p. 71). Grifos meus.

O Estado brasileiro comporta-se nesse processo de alienação territorial quilombola em Alcântara nesse prisma de "colonialismo interno" em que acreditar-se-á alcançar o ciclo completo de lançamento de foguetes espaciais em um pretenso jogo diplomático de "cooperação tecnológica" com os AST's, na medida oposta em que os EUA sempre vincularam políticas de "embargo tecnológico" e dessa forma, dentro dessa "ordem global capitalista, e imperialista" obedecendo assim a modelos "hierarquicamente diferentes na estrutura de poder e na colonização epistêmica" (Castro; Pinto, 2018, p. 27).

O Relatório Técnico da AEB de 2018 avaliou a razão da dificuldade do "desenvolvimento econômico regional" dentro de um modelo em que "uma empresa privada se deve à natureza agressiva necessária para as atividades de comercialização de lançamentos". Para não alcançar a definição de enclave como Polo Mundial Espacial através da consolidação do CEA, a principal premissa seria "a não aprovação, pelo Congresso Nacional, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os Estados Unidos." (RT, 2018, p. 61, 43). Devemos avaliar que para alcançar a autonomia do PEB como um "programa de Estado" (PDI-CEA, 2022, p. 15) a revogação do AST é uma condição *sine qua non*.

Com tudo exposto nas relações antinômicas entre o Estado brasileiro com o PEB voltado na subalternidade de uma política externa imperialista dos EUA no âmbito da "nova corrida espacial" e a esse novo modelo epistêmico de protagonismo na insurgência das comunidades quilombolas no

combate à "Colonialidade do Poder" doravante quebrando a sua "invisibilidade" no "Sistema Mundo" (Wallerstein, 2002) é que precisamos mergulhar na crítica do paradigma do "antipoder":

> Como podemos tomar o mundo sem tomar poder? A **ideia é um sonho** atraente, e todos gostamos dos sonhos atraentes, mas o que é sua realidade? Como podemos sonhar depois da experiência do século XX, quando tantos sonhos fracassaram, quando tantos sonhos terminaram em miséria e em desastre?
>
> Deixamos muita coisa de lado. E quantas coisas importantes nós perdemos? Um sujeito definido foi substituído por uma subjetividade indefinível. O poder do proletariado foi substituído por um antipoder indefinido.
>
> O primeiro problema ao se falar do antipoder é sua invisibilidade. Não é invisível porque seja imaginário, mas porque nossos conceitos para ver o mundo são conceitos de poder (de identidade, de indicativo). Para ver o antipoder, necessitamos de conceitos diferentes (da não-identidade, do ainda-não, do subjuntivo).
>
> Todos os movimentos rebeldes são movimentos contra a invisibilidade (Holloway, 2003, p. 229-231). Grifo meu

Esta "ideai é um sonho" no século XXI, e se realiza através de uma "utopia", que "exige o imaginário" e visa à "libertação da América Latina", que se encontra sob dependência e exclusão do modelo neoliberal transnacional, assim, "seus elementos já se apresentam nas tensões e no movimento das forças sociais" (Martins, 2011, p. 346). As contradições produzidas pela atual fase de capitalismo neoliberal transnacional são ignoradas pelo Estado, mas os movimentos sociais internacionais, regionais e locais, em especial as comunidades quilombolas de Alcântara, manifestam-se mesmo que no refluxo das lutas sociais contemporâneas, com uma tendência a se ampliar devido a essas mesmas contradições.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão**. – Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade da Amazônia, 2008.

AST. **Acordo de Salvaguardas Tecnológicas**, 2019. http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/folder_AST-minist%C3%A9rios.pdf

BROCARDO, Daniele; TECCHIO, Caroline. **Olhares para a história: pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade.** In: Diálogos do tempo presente: historiografia e história. [recurso eletrônico] / Rafael Saraiva Lapuente; Rafael Ganster; Tiago Arcanjo Orben (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Entre duas eras. América: Laboratório do Mundo**. Rio de Janeiro-RJ. Ed. Artenova S.A., 1971.

CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas. **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. – Belém: NAEA: UFPA, 2018.

CCPLI. **Texto Base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI) das Comunidades Quilombolas do Território Étnico da Alcântara/MA**. Gráfica EDG, 2019. http://novacartografiasocial.com.br/download/documento-base-do-protocolo-comunitario-sobre-consulta-e-consentimento-previo-livre-e-informado-ccpli-das-comunidades-quilombolas-de-alcantara-ma/

COSTA, Artêmio Macedo. **"PELOURINHO TECNOLÓGICO": a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no contexto do Novo Imperialismo.** Dissertação defendida em 30/09/2019. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão. https://drive.google.com/file/d/1XFCh1gF8qMMzLTe4yNkN05kiayIrhFod/view?fbclid=IwAR3P4E1jOQyJzicIFpzxD8ZBYPb8uYld7CA9hquIW3Jpifq3ejmXGRPI-78

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento – Aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países.** Curitiba: CVR, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes (O legado da raça branca). Volume I.** 5.ª Ed. – São Paulo. Globo, 2008.

FERREIRA, A. C.; TONIATTI, T. B. **De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin.** – Niterói: Alternativa, 2014.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. [*et al.*]. **A classe por si: Teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo**. – Revista Digital em Debate, UFSC, 2015. https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2014n11p4

_____. **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. – Niterói: Alternativa, 2016

_____. **Anarquismo Anticolonial. Ed. Adandé. Livro digital**. – Niterói: Alternativa, 2018. https://editorialadande.wordpress.com/2018/12/19/anarquismo-anticolonial/

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. – São Paulo: Contexto, 2008.

GLASS, Vera (Org.). **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação.** – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019

GURVITCH, Georges. **Proudhon e Marx I.** Biblioteca de Ciências Sociais. Editorial Presença. Livraria Martins Fontes, 1980

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **TERRAS E TERRITÓRIOS DE NEGROS NO BRASIL.** Textos e Debates. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. – UFSC, ano I, n.º 2, 1990

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Edição Popular. 5.ª Ed. Edições 70, 1979

MÉSZÁROS, Instván. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.** – São Paulo. Boitempo, 2009.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade.** Cadernos de Letras da UFF. – Dossiê: Literatura, Lingua e identidade, n.º 34, p. 287-324, 2008

MINISTÉRIO DA DEFESA. (MD). **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Secretaria-Geral, 2017. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/lai/auditoria/contas_anuais/relatorio_de_gestao_sg_2016.pdf

MONSERRAT FILHO, José. **Direito e Política na Era Espacial**. Ed. Vieira Lent, 2007.

PDI-CEA. **Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara**. Comitê de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara. Agência Espacial Brasileira – Brasília: AEB, 2022. https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/politica-organizacoes-programa-e-projetos/programa-de-desenvolvimento-integrado-para-o-centro-espacial-de-alcantara-2013-pdi-cea

NOTA PÚBLICA (NP). **Nota Pública das entidades representativas das comunidades quilombolas de Alcântara sobre a retirada do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-Alcântara)**. 2024. http://novacartografiasocial.com.br/nota-publica-das-entidades-representativas-das-comunidades-quilombolas-de-alcantara-sobre-a-retirada-do-grupo-de-trabalho-interministerial-gti-alcantara/

PEREIRA, Aniceto Araújo et. al. **Lutas em memória: a luta pela 'terra' reforçada pela luta em defesa dos 'territórios' quilombolas** / Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Morais, Marcos Antônio Pinho Diniz, Samuel Araújo Morais; Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes org; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

PEREIRA, Guilherme Reis. **Política Espacial Brasileira e a trajetória do INPE (1961-2007)**. Tese de Doutorado Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Campinas-SP, 2008. (colocar acesso do site)

PNAE. **Programa Nacional de Atividades Espaciais – 2012-2021**. Agência Espacial Brasileira. – Brasília: AEB, 2012 - http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/PNAE-Portugues.pdf

PNAE. **Programa Nacional de Atividades Espaciais – 2022-2031**. Agência Espacial Brasileira. – Brasília: AEB, 2023 - https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/politica-organizacoes-programa-e-projetos/programa-nacional-de-atividades-espaciais

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Filosofia da Miséria ou Sistema das contradições econômicas. Tomo I.** Ed. Escala, 2007

_____. **Filosofia da Miséria ou Sistema das contradições econômicas. Tomo II.** Ed. Escala, 2007

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, 2005. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RELATÓRIO TÉCNICO (RT). **Do Centro de Lançamento de Alcântara ao Centro Espacial de Alcântara: perspectivas para a exploração comercial das atividades de lançamento no Brasil**. Programa Espacial Brasileiro. Agência Espacial Brasileira (AEB), 2018. Acessado no link: https://indd.adobe.com/view/f08086ae-0409-4e99-aeb7-8c296a7c4555 em 01/12/2018 às 15h35.

REQ 296/2018 CCTCI. **Requerimento de Audiência Pública n. 296/2018, pelo Deputado Sibá Machado (PT-AC), que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a criação do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), de acordo com o Decreto 9.279/2018**. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2177089

RUGAI, Ricardo Ramos. **O socialismo como crítica da Economia Política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847).** Tese – São Paulo, 2011. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11012012-142123/pt-br.php

SOUZA FILHO, Benedito. **Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara**. São Luís-MA: EDUFMA, 2013

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo.** – Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

WOOD, Elen Meiksins. **A origem do Capitalismo.** Ed. Jorge Zahar, 2001.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

AS FORÇAS E AS FORMAS DE IFÁ NA SOCIOLOGIA NIGERIANA E SUAS INFLUÊNCIAS NO BRASIL

Camillo César Alvarenga (PPGS/UFPB) [1]

RESUMO: No contexto da guerra epistemológica colonial, transformações da sociologia na Modernidade nos apresentam uma crítica da razão onto-epistemológica colonial através da razão cosmológica iorubá. Numa investigação da ordem cosmológica iorubá, através do culto de Ifá e suas práticas rituais, busca-se compreender as implicações epistemológicas das sociologias indígenas da África Ocidental e sua Diáspora, em especial, na sociologia nigeriana, para política científica internacional no campo das Ciências Sociais e no Brasil, em especial. Estas experiências – tanto a prática de Ifá quanto da Sociologia – presentes no contexto brasileiro podem ser compreendidas como chaves analíticas para o entendimento da emergência de sociologias "contracoloniais" no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Ifá; Sociologias Indígenas; Guerra Epistemológica Colonial; Sociologia Nigeriana; Estudos Africanos no Brasil.

INTRODUÇÃO

Desde a narrativa das invasões berberes no sul do Egito no final do século 6 a.c. até a origem e formação do povo e território iorubá aliado ao "poder das culturas africanas" (FALOLA, 2020)[2] tudo isso nos faz pensar na colonização inglesa na Nigéria e a conquista da *yorubaland* pelos ingleses em suas formas de dominação e reprodução colonial como a exemplo da instalação dos protetorados criados a partir do início do século XIX, como molde político vasado sob a forma britânica de uma ocupação territorial e a posterior e consequente implementação das instituições coloniais ao longo do século XX até os anos 1960.

Para assim compreender o lugar da crítica onto-epistemológica (GHERARDI, 2021[3]) das práticas na cosmologia iorubá, seus rituais, processos de produção de conhecimento tradicional, sua cultura material, bem como o culto dos mortos, o culto dos orixás apoiados e tendo como suporte ao conceito de ancestralidade nas palavras de Ifá, ou seja, tudo isso que se compreende dentro do conceito de "socio-materialidades" em uma perspectiva epistemológica pós-humanista (GHERARDI, 2017)[4].

---

[1] Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB), Brasil. E-mail: ccsalvarenga@gmail.com

[2] FALOLA, Toyin. O poder das culturas africanas. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras – Petrópolis, RJ: Vozes. 2020

[3] GHERARDI, Silvia. Sociomateriality. In: Posthuman Practice Theory. In: Hui, S., Shove, E. and Schatzki, T. (eds). 'The Nexus of Practices: Connections, Constellations, and Practitioners', Routledge 2017, pp. 38-51.

[4] GHERARDI, Silvia. A Posthumanist Epistemology of Practice. Springer Nature Switzerland AG 2021. C. Neesham, S. Segal (eds.), Handbook of Philosophy of Management, Handbooks in Philosophy.

Estas sociomaterialidades, que se compreendem com conceitos como "*orí*" acerca da noção de pessoa iorubá que é fundamentada em "ywapelé" – o bom caráter – o que lhe traz um bom destino, ou seja, um caminho para as coisas desejáveis ("Ti'ire"). Destino este por sua vez, descrito, encenado, narrado, cartografado, analisado e remediado visto pela ótica do *opelê*, que compreende a sabedoria sagrada da divinação[5] reunida nos ensinamentos dos *odus e itans*, que informam ainda acerca de aspectos como parentesco e questões como sobre a *egbé* – comunidade/sociedade - *orun* – mundo cosmológico, *ayé* – mundo onto-epistemológico.

Uma pesquisa etnográfica seria capaz de demonstrar como o culto de Obatalá apreende e significa a noção de um *nacionalismo sócio-cósmico yorubá* na qual se compreende a figura do Onii de Ilê Ifé em relação a figura do Alafin de Oyó, este enquanto representante do poder político no campo da nação, e tendo o Onii sua relação com o culto de Obatalá que se lhe faz ainda receber reverências públicas a uma entidade de institucionalidade sacerdotal e sacralizada em ritos e práticas do culto tradicional e de valor moral e cívico tanto para o Estado político moderno quanto para sociedade tradicional.

Nesse sentido, a apresentação de uma metafisica do nacionalismo yorubá não pode prescindir de indicar também suas influências islâmicas. Outras noções que podem ser lidas, descritas e interpretadas nas noções presentes nos conceitos como "ywapele" enquanto a performance e o reconhecimento social do bom caráter e no que lhe toca à moralidade iorubá posta em função da questão da idoneidade da pessoa humana.

Já em seguida, estamos a pensar as formas modernas de guerra colonial e suas estratégias revestida sob formas um nacionalismo de estado que busca capturar a prática e o sentido da nação iorubá – em sua dimensão étnica – posta entre a colonização e a independência do território nigeriano no final dos anos 60. Também analiso como pensar para e contra uma Teoria do "guetto" (BAUMAN, 1998)[6] ao identificar e caracterizar as formas como a modernidade provocou rupturas nas sociedades tradicionais, impactos esses muitas vezes pouco considerados em debates ditos progressistas ou de esquerda.

O que revela persistência da dimensão étnica no capitalismo tanto do ponto de vista epistemológico quanto cosmológico, num sistema no qual o capitalismo, o racismo e a modernidade numa articulação estrutural-funcionalista e sistêmica atribuem sentido político e valor social aos

[5] Diferença entre adivinhação e divinação.

[6] BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

fundamentos filosóficos, sociológicos e psicanalíticos da era burguesa ocidental, do imperialismo e do neocolonialismo (N'UKRUMAH, 1967)[7].

Assim, com esta comunicação, procuro apontar como exemplos da influência dos Estudos Africanos no Brasil a importância de formas de resistência e projetos intelectuais emancipatórios desenvolvidos e presentes no contexto do pensamento social africano e brasileiro, através das contribuições de Elisio Macamo (2002; 2022) e Félix Ominidirê (2023) cada um a seu modo representantes dos Estudos Africanos e o segundo, por sua vez, daquilo que chamamos aqui de Yorubá Studies, ambos com fortes contribuições no contexto brasileiro.

Sob o efeito da linguagem narrativa da força intelectual capaz de compreender-se num prisma que, ao pôr em diálogo e em relação hermenêutica as Ciências Sociais, os Estudos Africanos e os *Yorubá Studies* , ser capaz de, ao realizar um cotejamento dos argumentos apresentados, alcançar assim as raias dos debates mais contemporâneos do Afropessimismo (PINHO, 2021a, b; WILDERSON, 2010; 2018; 2020) e sua noção de "morte social" entre outras, vistas aqui do ponto de vista da crítica da ontologia e epistemologia ocidental, num movimento entre a crítica da sociedade antiga ocidental dada por Bachofen em sua sociedade patriarcal e baseada no ctônismo – forma antiga de culto a terra e aos mortos (BENJAMIN, 2013, pp.117-118) e a necropolítica (MBEMBE, 2018b), mediado pela ancestralidade africana (LEITE, 1984, 2008; PINHO, 2021a) bem como ao mobilizar noções interrelacionadas pela condição do ancestral nessas sociedades reforçar as relações entre a noção de pessoa e as questões da morte.

Nesse sentido, busca-se indicar a atualidade da africanidade, no continente e sua diáspora, sob a forma de um pensamento africano radical para o qual, no contexto dos Estudos Africanos, os *Yorubá Studies* trazem uma contribuição às Ciências Sociais e, em especial, para a sociologia ao abordar aspectos étnicos, êmicos, éticos, endógenos com uma linguagem científica própria e marcada pela intelectualidade da oralidade indígena yorubá revelando como e o quanto isso nos ensina sobre a diferença.

INTERPELANDO OS ESTUDOS AFRICANOS E OS CAMINHOS PARA OS YORUBÁ STUDIES.

O surgimento dos *African Studies*, ou Estudos Internacionais, como dado no contexto europeu, advêm da necessidade da investigação sociológica da intercontinentalidade e a transnacionalidade, em especial da África, e desta etnorregião, que configura a diáspora africana, com as migrações e imigrações históricas e recentes, em moto contínuo.

[7] N'KRUMAH, Kwame. Neocolonialismo – último estágio do imperialismo. Trad. Maurício C. Pedreira. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1967.

Seja por razões ontológicas e epistemológicas ou por questões de razão humanitária, busca-se pensar formas e formações políticas e culturais em território africano, em seus aspectos críticos face os processos de colonização, compreendendo as dinâmicas sociais das conjunturas de extensão cultural e/ou acolhimento de refugiados, seja por razões de guerra (neocolonização), economia (escravidão) ou "fluxo e refluxo" dos móveis culturais: práticas artísticas, ritos xamânicos ou sistemas de parentesco, enfim, as linguagens da socialidade postas entre a ancestralidade e a modernidade no contexto dos esquemas das sociabilidades africanas na atualidade.

Se a diáspora europeia influenciou a constituição da paisagem social e política das comunidades e sociedades autóctones africanas, com exemplo no contato com o norte da África realizado pela França, Itália e Inglaterra, e na África subsaariana em contato com os portugueses por um lado, e o restante da Europa por outro, gerou, a partir da alteridade interessada, as bases que desdobraram o racismo enquanto desnaturalização da diferença. Por conseguinte, o surgimento dos centros de pesquisa se desenvolve em meio a uma agenda política voltada, entre outros temas, para a sociologia do risco, a xenofobia, o terrorismo e as migrações africanas para Europa.

Nos Estados Unidos, o interesse dos intelectuais em refletir sobre a África e sua diáspora revela-se a partir das influências do Pan-africanismo desde W. Du Bois (1869 – 1963) e Marcus Garvey (1887-1940), no desenvolvimento de uma consciência africana que ultrapassa as condições materiais e territoriais e alcança os raios dos moldes contemporâneos de esquemas de pensamento dos African Studies. Enquanto na Europa, surgem os Estudos Coloniais e os Estudos de Desenvolvimento, estes consideram a multidisciplinaridade e observam sobre um prisma analítico relativo à condição de um Sul global, que ainda abarcaria o continente africano, China, Índia e Brasil.

Num exemplo da dualidade do paradigma centro-periferia, tem-se Frederick Lugard (1858-1945), administrador colonial britânico na Nigéria, que escreve em 1926, "The Dual mandate in British Tropical Africa" este entre outros olhares, contrasta com as visões da periferia que se revela diversa, no intelectual de Campala, em Uganda, Mahmood Mamdani (1946 -), que já no final da metade do século 20, escreve Citizen and Subject. Obras nas quais se pode observar a forma como se deram as construções de ideias como: povos não-colonizáveis, de origem rural, dominados por suas próprias tradições, onde os regimes de indigenato, através de chefes e régulos atuam enquanto regra de controle direto face aos assimilados – que usavam sapatos, sabiam ler e escrever na língua do colonizador, comer de garfo e faca, etc. – até a constituição dos povos civilizados.

Nesse sentido, pensar o desenvolvimento destes estudos não desconsidera a origem dos financiamentos das pesquisas desde o início da Era Colonial até hoje. A colonização científica de Portugal, França, Inglaterra, Bélgica, todos esses países que desenvolvem pesquisas científicas em

África e, em especial, os estudos sobre os sistemas políticos africanos em 1940 oriundos de trabalhos de campo dos anos 30, realizados pela antropologia social britânica com Radicliff Brown (1881 – 1955) e Bronislaw Malinowski (1884 – 1942) fazem com que o Ocidente lance sombras sobre as ontologias indígenas africanas e recubra política e epistemologicamente as atenções à África e sua Diáspora.

Trabalhos expoentes como os de Frantz Fanon (1925 -1961) médico e psiquiatra antilhano, da Martinica, que publica Pour la revolution africaine e Peaux noires, masques blancs, do poeta Aimé Cesaire (1913 – 2008), o primeiro negro licenciado na França ou Leopold Senghor (1906 – 2001), são todos nomes que, no pós segunda guerra, influenciam e se envolvem, com a formulação do conceito de negritude numa crítica da essencialização das diferenças culturais e religiosas, base para todo racismo, colocando em certame a constituição de uma personalidade africana e a questão da ideia de raça, tendo como veículo de propagação de ideia e propaganda a revista Presence Africaine, fundada em 1947.

Um ano antes, em 1946, havia sido criada a União Africana, para lutar contra a hegemonia colonial erigindo o Pan-africanismo como forma de luta política por reconhecimento das novas nações africanas em estado de independência e, também, uma forma de combate intelectual no plano da academia, destacando-se nesse contexto as figura do ganês Kuame Nkrumah (1909 – 1972), do queniano Jomo Kennyata (1891 – 1978) e do tanzaniano Julius Nyerere (1922 – 1999), enquanto a Líbia e Angola são financiadores da African Union.

Na América do Norte, os estudos africanistas passam a ser considerados Area Studies. Dá-se, então, aos poucos, a fundação de um campo de pesquisas que vai mobilizar uma série de departamentos e institutos. A interdisciplinaridade que perpassa a Antropologia, a Ciência Política e os estudos linguísticos permitem observar os surgimentos de estudos como os do etno-linguista Lorenzo Turner, do antropólogo M. Herskovits (1895 - 1963), pelo Center for African Studies, em 1948, ou, os de Jan Vansina sobre temas e questões como a exigência metodológica da história oral nestes contextos de investigação.

A articulação entre cultura e exclusão social, ganhou reforço com a antropologia norte-americana feita em África e, juntamente, com a ingerência europeia (francesa, alemã e inglesa, principalmente) atuando no reforço da divisão do mundo em regiões aptas aos Area Studies organizados por institutos de pesquisa como pode se ver na criação e manutenção, entre outros da SOAS (School of Oriental and African Studies) na Inglaterra; ORSTOM (Office de la recherche scientifique et technique outre-mer) e IRD (Institut de recherche pour le développement) na França. Somam-se a esses o CODESRIA (Council for the Development of Social Science Research in Africa); OSSREA (Organization for Social Science Research in Eastern and Southern Africa); os Centros de Estudos Africanos: Nordiska African Institute, Uppsala, Suécia (1962); African Studies Center, Leiden,

Países Baixos (1947); German Institute of Global and Area Studies, em Hamburgo (1964/2006); Grupo de Estudos Interdisciplinares África-Europa (1991); e o Zentrum für Afrikastudien Basel (Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basiléia), na Suíça, coordenado pelo sociólogo moçambicano Prof. Elísio Macamo. Em entrevista, Macamo diz que: "Agora, de fato, em termos de temática, acho que o que me parece importante, para o que hoje interessa do ponto de vista acadêmico, é que tipo de conceitualização, que tipo de abordagem teórica utilizar para estudarmos a África." E segue dizendo que

> É uma discussão epistemológica e metodológica extremamente crucial, que tem a ver com a própria natureza daquilo que chamamos de "Estudos Africanos", mas também com a relação entre os Estudos africanos e aquilo que se costuma chamar de disciplinas sistemáticas, como por exemplo, Sociologia, Antropologia ou História (MUTZEMBERG, VERAS: 2009: 16).

Os Estudos africanos são pesquisas multidisciplinares em Ciências Sociais, políticas e econômicas. Gostaria de chamar atenção aos pontos de vista de intelectuais africanos do Egito e África do Sul, bem como, em especial, para a sociologia ioruba nigeriana.

> Um debate sempre lembrado entre os sociólogos relaciona-se às chamadas *indigenous sociologies*, de extração africana. Esse debate foi consolidado pelo cientista social nigeriano Akinsola Akiwowo, que em famoso artigo publicado na década de 1980 buscou no universo cognitivo e filosófico da cultura ioruba elementos para pensar novas construções conceituais sociológicas, que evitassem assumir os conceitos europeus como naturalmente universais. Este debate hoje é reconhecido como um dos principais momentos na crítica ao eurocentrismo na teoria social, embora também seja alvo de críticas por suas inconsistências e pela dificuldade de aplicação fora do contexto particular no qual foi gestado (MAIA, 2013: 108).

O autor moçambicano ainda aponta que: "Existe, infelizmente, a ideia de que existe a Sociologia e que o conhecimento, o olhar da Sociologia sobre a África ou sobre tudo aquilo que não seja europeu tenha apenas um caráter ilustrativo. Existe essa relação problemática." E ele, continua:

> Acho que um dos grandes desafios – penso que é algo em que o Brasil está melhor posicionado do que nós poderíamos estar por exemplo na Europa ou em África – é de quebrar isso aí. De mostrar que o conhecimento sobre a África não está a ilustrar nada fora do que é normal, mas faz parte do trabalho da Sociologia. Infelizmente essa atitude que as disciplinas sistemáticas têm em relação aos Estudos Africanos conduziu, como costuma ser o caso, a uma situação de reação radical. Por exemplo, tenho ouvido dos colegas, em África, acusações de imperialismo, de etnocentrismo e a questão de etnocentrismo é muito forte aqui na discussão na América Latina (MUTZEMBERG, VERAS, 2009: 16).

Levando a termo as palavras de Macamo, poder-se-ia considerar dizer, ainda que mesmo sendo um pouco arriscado, que, nesse sentido o grau e força do nexo sociológico moderno diretamente ligados aos princípios de homogeneidade cultural, integração e coesão – o etnocentrismo europeu – se desestruturariam por conta da luta por reconhecimento dos povos que resistem à hegemonia

ocidental. Na atualidade, vê-se como o debate se intensificou principalmente pela necessidade surgida de estudos para e sobre a segurança e a paz, ante as fortes militarizações dos estados nacionais, pós 11 de setembro e a ascensão da extrema direita mundialmente antes, durante e depois da Pandemia do Covid-19.

Assim, qual a linguagem de Orunmilá-Ifá[8] – sistêmica e oracular – esta "tese" tem "ciência", ciência ancestral. Ao partir duma crítica africana ao paradigma "centro periferia" – nas discussões em Ciências Sociais – projeta-se em investigação uma análise das transformações da sociologia nigeriana, a partir dos anos 1970, à luz do processo de constituição, persistência e *ressurgência* de uma sociologia indígena yorubá, em meio a *guerra epistemológica colonial*.

Os Yorubás, grupos étnicos que se organizaram em torno do tronco linguístico yorubá se estendendo territorialmente entre as terras que viriam a ser, no Oeste africano, os atuais países do Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Nigéria[9] e Camarões, além de sua presença na diáspora como no Brasil, Cuba, Haiti entre outras regiões do mundo. Estes povos – no processo de desenvolvimento de suas diversas formas de "socialidade" são uma das formas de expressão de uma dimensão prática de uma epistemologia endógena africana, assim como significam, a seus modos, uma dimensão cosmológica para uma sociologia feita na e sobre a *yorubaland* (MATORY, 1998).

Assim, desenvolve-se o argumento ao considerar a ancestralidade dos yorubás no centro de uma filosofia política e pensamento social no contexto do presente sociológico das relações sociais contemporâneas (AKIWOWO, 1975; ADESINA, 2002; FAYEMI,2009). De um lado, a "*colonial mentality*" (MEMMI, 1967) enquanto centro de uma teoria do capitalismo e da colonização, revestidas sob o signo da Modernidade; e de outro lado, as *ressurgências* da ancestralidade africana – de origem yorubá – presente na sociologia nigeriana (AKIWOWO, 1975) sob a forma intelectual de uma passagem dos *african studies* em direção aos *yorubá studies*.

Com vistas à compreensão analítica da origem e formação do povo e do território da nação iorubá, postulo a hipótese de um *nacionalismo sócio-cósmico*, presente na sociologia nigeriana como

[8] Orunmilá é uma deidade do panteão dos yorubás que o identificam como testemunha do destino humano. Ifá é também como chamado o sistema de divinação que compreende a sabedoria ancestral dos yorubá no que toca cosmovisão pré-colonial. Orunmilá e Ifá por vezes confundidos um no outro tem significados próprios, mas não concorrentes onde Orunmilá enquanto orixá é o operador de Ifá enquanto sistema de conhecimento baseado na antiga geomancia dos desertos.

[9] "A Nigéria, oficialmente República Federal da Nigéria (em inglês: Federal Republic of Nigeria), é uma república constitucional federal que compreende 36 estados e o Território da Capital Federal. O país está localizado na África Ocidental e compartilha fronteiras terrestres com a República do Benim a oeste; com Chade e Camarões a leste e com o Níger ao norte. Sua costa encontra-se ao sul, no Golfo da Guiné, no Oceano Atlântico." (Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nigeria)

contribuição para as sociologias indígenas frente à uma teoria da colonização tomada enquanto paradigma epistemológico do mundo moderno num sistema complexo de tecnologias de caça e captura desta ancestralidade africana.

Para tanto, percebendo assim no desenvolvimento da história social nigeriana, a persistência de uma sociologia yorubá estabelecida em função da "cosmopercepção" (OREYUMI,1997a) da ancestralidade africana. Deste modo, para uma contribuição junto aos debates acerca da atualização da experiência fenomenológica do ser africano e sua consciência de si e do outro, problematiza-se a violência como linguagem ética e moral da Colonização da natureza e da cultura humana não-ocidental (PINHO, 2021).

Nesse sentido, este projeto se realiza metodologicamente através de uma crítica fenomenológica hermenêutica das narrativas vernáculas da *yorubaland – odus* e *itans* – em diálogo com a crítica da sociologia nigeriana, dos *yorubá studies* e dos *african studies*. Ao compreender as relações entre a filosofia política yorubá, sob essa forma de "nacionalismo cultural" (MATORY, 1998) e a *condensação ressurgente* da sua cosmologia através da crítica analítica da "sociologia indígena", numa apreensão sócio-cósmica de sua cosmologia, ancestralidade, prática epistemológica e ritual.

A identificação de categorias como a "endogenização" (HOUNTONDJI, 1980) ou "aberturas epistêmicas" (ADESINA, 2002) no contexto dos estudos africanos é interpretada e compreendida pelo viés da "noção de pessoa" (GOLDMAN,1996) em sua persistência na produção de sentido dos *African Studies* de cariz filosófico, artístico e científico nos contextos nos quais se dão os *yorubá studies* enquanto caraterística da razão sociológica indígena realizada na região da *Yorubaland.*

GUERRA EPISTEMOLÓGICA COLONIAL – COLONIAL MENTALITY E UMA TEORIA DO CAPITALISMO.

Abordando aspectos sociológicos e epistemológicos acerca de teorias e métodos em Ciências Sociais, coloca-se em teste os *regimes de classificação* sociológicos – noções e conceitos – elementos críticos e analíticos para fazê-las pensar a partir de outros *"sistemas de classificação"*, como, no nosso caso, a partir das formas do pensamento das sociologias indígenas de matriz yorubá. E nesse sentido, "é importante saber que Weber não explica tudo, que Marx tem limites, que Bourdieu tem limites nisso e naquilo..." (ROSA, 2020: 142).

Nessa seara, arrisco apostar em formulações metodológicas, não só advindas da experiência investigada bem como da própria crítica dos métodos tradicionais como o bibliográfico ao considerar

o dicionário[10] como um dispositivo metodológico – numa forma de crítica genética das categorias e conceitos. Aliado a genealogia de categorias e conceitos típicos do contexto dos sociológicos dos *African Studies* e *Yourubá Studies*, coloco-me a pensar em termos do ponto de vista de uma teoria crítica da interpretação para poder também como segundo o sociólogo Elísio Macamo, levar em consideração os Estudos Africanos como metodologia para as Ciências Sociais (MACAMO, 2022).

Além de vislumbrar um esquema analítico-descritivo que pode se caracterizar pela interpretação de iconografias, diagramas, cartografias, mapas, esquema este composto por uma sequência de captura e tratamento sistemático das informações, ideias, imagens num processo de *clippings*, e posterior processo de montagem e arranjo de *puzzles sócio-históricos* – e biográfico, quando for o caso – para daí extrair dados empíricos para uma pesquisa em sociologia sob a forma de um possível levantamento de *tags* – a partir das quais se pode prospectar conceitos. Como no nosso estudo de caso de compreender as transformações entre os Estudos Africanos e os *Yorubá Studies*.

Tendo realizado em parte este trabalho bibliográfico e exploratório, com origem em debates críticos na Associação Internacional de Sociologia (ISA) nos anos 1980 e 90 apresentando uma distinção entre África e cultura africana realizada por sociólogos (as) africanos (as), a caracterização e descrição crítica e analítica desta chamada "sociologia indígena" constitui-se assim enquanto teoria – mas não etno-teoria – e também não qualquer teoria desalojada de seu estrato cosmológico, ou seja, isto é, teria sua origem em uma forma de filosofia da linguagem sendo tributária essa sociologia nigeriana do desenvolvimento que se dá em relação "a teoria a partir da poesia yorubá" (ROSA, 2020: 143).

> "o problema da "sociologia indígena", que era a sociologia africana para o ocidente, era que nem na Nigéria era lida quando foi produzida. Lá se liam também os clássicos que conhecemos por aqui. Ela foi feita por cientistas sociais africanos para uma audiência internacional aberta ao diálogo com a África" (ROSA, 2020: 143).

Partindo da validade metodológica e epistemológica no contexto de nosso referencial teórico, para considerar a noção de "ontoformatividade na pesquisa social" (ROSA, 2020; 2022), é aí onde o conceito de "ontoformatividade" caracteriza, marca e distingue as relações de força entre teoria social, teoria sociológica e pensamento social, ou seja, entre o norte global, tomado aqui enquanto, mundo colonial, e o mundo yorubá, que representa a *yorubaland* e a sua diáspora.

Assim, convencionou-se encarar como "tradições nacionais" (LEVINE, 1997), marcadas por uma ontologia própria a cada nação ou estado-nação euro-americano as escolas teórico-

[10] Tendo em vista um sem-número de dicionários publicados nas áreas das Ciências Sociais.

metodológicas com orientações éticas, morais e epistemológicas que compartilham princípios filosóficos para pesquisa em Ciências Sociais. Logo, a centralidade ontologia ocidental e a relativização das cosmologias e ancestralidades não-ocidentais, com a especificidade narrativa da sua "linguagem" cultural (LEPENIES, 1996), o que a partir da nossa crítica à racionalidade como violência passam a dar o tom nos embates postos entre natureza e cultura, razão e memória situando-se para além das disputas que se dão a partir dos conflitos entre intelectualidade e oralidade.

As distinções postas entre a ideia de razão, e a noção de memória, num contexto paradigmático, resolve-se na elaboração de uma crítica cultural da instrumentalização da linguagem e do conceito no encontro e definição de uma forma de *intelectualidade da oralidade*. Distinção esta, expressa na aporia entre a memória oral e escrita científica representada como uma das críticas na experiência da sociologia nigeriana, apresentada também sob a forma de uma sociologia do conhecimento ou, melhor, na falta de outra expressão, essa sociologia da sociologia.

No percurso – para se compreender as contribuições da linguagem filosófica yorubá à sociologia nos processos de produção de conhecimento e formação política e cultural yorubá – cabe levarmos a cabo a tarefa histórica de analisar criticamente aspectos históricos da colonização na África do Oeste bem como reconhecer estratégias, práticas e técnicas de luta de libertação nacional na consideração e abordagens sociológicas sobre a Yorubaland. Assim, ao investigar chaves conceituais para a intepretação de processos epistemológicos e ontológicos formativos da cosmologia das narrativas iorubá, a partir das quais fazer ser possível operar uma tradução cultural de conceitos dos *Odus-Itans* da filosofia ioruba à sociologia.

Se a Modernidade é o processo de Colonização da ontologia não-ocidental e apreensão, a partir do Capitalismo – tomado aqui, enquanto, "tecnologia de caça e captura" (CLASTRES, 2003) – das terras, dos territórios e das formas assumidas pela subjetividade e identidade do Ser, dentro do contexto de predação do sistema capitalista atual. Logo, este ente humano (*humankind*), tomado sob o ponto de vista de noções de sujeito e indivíduo não-ocidentais no contexto das relações sociais intra-e-intersubjetivas se põe sob o escrutínio da crítica do desenvolvimento de uma correlação objetiva entre consciência – eu, *self*, ego, máscara – e as formas assumidas pela tomada de decisão – interpretadas pelo pensamento ocidental sob as formas de uma teoria da escolha racional, teoria da ação ou da agência – frente a deliberação objetiva da vontade de movência das práticas indígenas yorubás face as forças que emanam das instituições sociais pré-coloniais.

Enquanto *estruturas mnemônicas*, essas formas associativas em processo contínuo de adaptação, transformação e reprodução no tempo histórico do fenômeno observado – *a guerra epistemológica colonial* – estabelecem-se assim as bases para a crítica sociológica da formação e da

prática epistemológica social dos *Yorubá Studies* como base para a elaboração de uma orientação crítica para uma Teoria da Ação Indígena. Assim, ante o dado da prática do ser, como um processo de produção de conhecimento, faz-se deste ponto de vista a identificação e o apontamento das condições de possibilidade do Ser – atualização do ancestral – como uma agência epistemológica, ou seja, implicada com realização de algo que possa ser conhecido, ou seja, numa ação social que produz um saber.

Nesse sentido, a produção da socialidade dessa cosmologia yorubana se dá através de um conjunto de interações e operações entre as práticas, em face do jogo social que perpassa regras (*rules*) e papéis (*roles*), condutas éticas, morais e rituais, além de mitos, narrativas e deuses que compreendem e significam ao mesmo tempo em que representam as lógicas nativas de agência e ação social, alcançando, com esse complexo de redes e agentes, a natureza extra-humana.

Deste modo, esta comunicação, partindo do referencial teórico que que se articula em torno do conceito de "sociologias emergentes" (ROSA, 2020), ao propor reconsiderações sobre a ordem epistemológica nas Ciências Sociais, coloca em xeque o paradigma "centro-periferia" (KEIM, 2008, 2010, 2014). No contexto de uma *guerra epistemológica colonial*, essa geopolítica do conhecimento – produz "assimetrias epistêmicas" na produção de saberes – numa hierarquização de valores – com base na institucionalidade formal e burocrática da razão de estado nação constitutiva da *"colonial mentality"* (MEMMI, 1967).

Sugere-se então pensar nos termos de "aberturas epistêmicas" (ADESINA, 2002) para tratar dos conceitos enquanto instrumentos de trabalho e tecnologias de acesso, sendo ao mesmo tempo, estratégia de resistências à captura da realidade operada pela crítica do sistema de predação ontológico e cosmológico do capitalismo. No contexto da Teoria Sociológica, a Sociologia do Conhecimento dedica-se, nesta tese, a compreender as contribuições da filosofia social nigeriana para as Ciências Sociais e, em especial, para a Sociologia, no processo de internacionalização da disciplina.

A mobilização de uma série articulada de conceitos, críticas e métodos a partir e virados em direção à uma sociologia nigeriana "nativa" compreende diversas formas e forças do Pensamento Social do Oeste africano sob a forma que pode ser interpretada aos modos dos Estudos Africanos em distinção à organização ocidental de "tradições nacionais" (LEVINE,1997) enquanto sistema de classificação inserindo os *Yorubá Studies* nessa arena epistêmica e geopolítica de efetuação do ancestral e contra-efetuação do colonial, contra a "morte social" e as políticas de morte da "necropolítica" – epistemicídio e genocídio do ponto de vista do Afropessimismo.

Ao reconhecer uma pesquisa que tem como ponto de partida aspectos bibliográficos e documentais, toma-se o corpus literário e oral oracular dos yorubás, enquanto material de pesquisa produzido através de registros e contidos em arquivos da ciência que interpretados por uma hermenêutica fenomenológica dos tratados de Ifá bem como outras fontes onde se encontram esses dados bem como, também, na etapa etnológica da pesquisa *in loco* em meio aos sacerdotes do culto para Orunmilá-Ifá, em solo nigeriano em Ibadan e Ilê Ifé.

As pesquisas desenvolvidas nesse campo, se revelam constitutivas daquilo que poderia se chamar "Sociologia Indígena Yorubá", ou melhor, Yorubá Studies, caracterizadas por variadas técnicas de produção de dados, a seleção e produção epistemológica que vão abranger elementos diversos aspectos desde registros arqueológicos, religiosos, relatórios de inteligência, estudos sobre a religião tradicional, bem como problemas do estado e democracia, assim como relações internacionais e segurança, além de economia, terrorismo e migrações.

Como textos de pesquisas que falam através dos interlocutores e analistas, sujeitos de sua própria pesquisa, ao serem analisados por diversos procedimentos metodológicos, como os Estudos Africanos para os quais na sociologia, a interpretação é mais que uma forma do debate teórico. No nosso contexto, a filosofia africana iorubana nos oferece um conjunto de conceitos como: *Orí*, *Ywapele* e *Omoluabi* (FAYEMI, 2009). Que, sob a crítica epistemológica, oferecem a oportunidade de reconhecer formas do pensamento social africano[11] a partir dos trabalhos dos *Yorubá Studies* voltados a temas como africanidade, pan-africanismo e interpretações sociológicas contemporâneas da modernidade, democracia e vida urbana na Nigéria, bem como suas relações com o Brasil.

A síntese entre História e Sociologia, em distinção a história da teoria social, reflete o embate de contradições das ciências maduras. Nessas ciências, encontram-se ambiguidades, estas são capazes de revelar novos conhecimentos, lembrando-se sempre de que ainda boa parte deste conhecimento novo se encontre na realidade das coisas. A fenomenologia hermenêutica, numa exegese do discurso colonial e emergente dá conta de uma intencionalidade que permeia interesses teóricos e interpretativos dos sujeitos de pesquisa. Definindo, desta forma, a visão do conhecimento sociológico enquanto uma escritura estética e científica compreendendo "a construção intencional e não o reflexo de uma dada realidade" (ALEXANDER, 1999, p.55).

Assim, ao pensar as condições de possibilidade do conhecimento sobre o continente africano, em especial, a África subsaariana do Oeste, especificamente da "*yorubaland*", a fenomenologia emerge enquanto metodologia de apreensão da realidade a partir dos fenômenos que nos dão conta do

[11] No corpus literário de Orunmilá-Ifá o pensamento social é capaz de elaborar uma visão filosófica e sistematicamente sociológica do panorama histórico-analítico da formação da sociedade iorubana, a partir da exegese de seu corpus mítico e literário oracular por meio de uma hermenêutica dos *odus-itans.*

mundo. Para tentar responder como é que as pessoas chegam à conclusão de que o que estão a ver é de fato o que estão a ver?

A sociedade é a forma que toma a organização e circulação do conhecimento oriundo da vida social, logo, a apreensão do mundo se dá através de estímulos indiretos aos sentidos, a razão na produção social do conhecimento garante a certeza de que o mundo existe. Então, a sociologia quer saber de onde vem essa certeza e a sociologia do conhecimento indaga sobre a distribuição social do estoque, do acervo de conhecimento produzido pela sociedade..

Entre o visível e apreensível frente a fantasia da realidade, a vida em sociedade é descortinada pelo conhecimento que torna concreto o mundo e o complexo das relações sociais no contexto epistêmico e científico de como fazer uma sociologia das sociedades africanas, no caso deste projeto, dar contornos sociológicos a filosofia social iorubana.

A partir da crítica discursiva e analítica, de conceitos como *Orí*, *Ywapele e Omoluabí*, em que os primeiros intermediam a compreensão e entendimento da realidade, enquanto o segundo requer uma reflexão prévia e estipula um sentido esperado, logo a interpelação dos conceitos se opõe à fixação de definições em direção ao cuidado analítico no uso de noções como "África" ou "africanos".

No entanto, a problematização da violência, que fundamenta a dúvida filosófica sobre o paradigma estabelecido, é mais importante que a descrição, a partir da qual, enquanto técnica de pesquisa a etnografia deve ser capaz de interrogar não só a realidade que se descortina no texto mas também, questionar a nossa capacidade de produzir conhecimento sobre a África, ante a formulação de um argumento que através de testes científicos e experiências em campo possam apontar a ambivalência da colonização que sugere a civilização mas nega a condição de sujeito ao africano em regime de luta por existência e representação a partir do seu saber local.

Sabe-se que o Sul global, ou a periferia do capitalismo, de acordo com o paradigma em revista crítica, neste trabalho, em especial para América Latina e o continente africano, ou, melhor, crítica posta entre Brasil e Nigéria que compartilham um percurso histórico da colonização. Assim para a compreensão das consequências das inúmeras formas de arbitrariedade deste processo necessita-se de uma articulação científica entre a possibilidade de conceituar e nomear experiências a partir do si e não do outro. Nesse sentido, este projeto procura ir em busca de conceitos analíticos para conceitualização do que acontece em África, do que as pessoas fazem em África ou como vivem em relação à África.

Nessa esteira, chegamos metodologicamente ao pensamento social iorubano a partir não só dos trabalhos científicos e acadêmicos da teoria social dos estudos étnicos e africanos, mas também em função do conhecimento tradicional. A ciência do africano ioruba está contida no corpus literário

oral e oracular de Orunmilá-Ifá, enquanto forma histórica e social capaz de elaborar uma visão filosófica e sistematicamente sociológica do panorama ético e moral normativo e prescritivo analítico e codificado num corpus oral e literário da formação da sociedade iorubana.

Uma forma aparente de método para a constituição da Teoria da Ação Social Yorubá que se dá a partir da exegese de seu corpus oral e literário ancestral por meio de uma hermenêutica crítica dos odus-itans[12] através dos quais se é possível investigar e revelar a constituição arqueológica, histórica e política cultural das formas sociológicas do pensamento ioruba e das relações sociais dos africanos na *yorubaland* em face das formas críticas desenvolvidas ora por intelectuais acadêmicos ora por sacerdotes do culto a Orunmilá-Ifa, os Babalawôs.

Para responder a questões e abordar aspectos abrangentes de uma maneira ampla é que a sociologia desenvolve o saber nomotético para ser capaz de criticamente a partir de *insights* teóricos derivar e desdobra-se à uma pretensa universalidade desejada. No entanto, uma sociologia das sociedades africanas, em consonância com uma sociologia global e internacional e não dependente do modelo centro periferia, se esboça a partir de pontos de vista não-ocidentais como a sociologia filosófica ioruba.

A hermenêutica da voz africana no pensamento social contemporâneo é condição para ir adiante na superação da precária condição da representação do continente africano no contexto das Ciências Sociais no interior do projeto de hegemonia cientifica colonial. O método de trabalho a ser desenvolvido visa através da fenomenologia e da hermenêutica (RICOEUR, 1974), tanto dos trabalhos no campo dos *african studies*, quanto dos textos orais oraculares dos Odus-Itans, diretamente ligadas ao trabalho crítico-teórico e bibliográfico de conceitualização analítica, indicar sentidos de deslocamento da estrutura epistêmica ocidental em direção aos estudos étnicos e africanos a partir da potencialidade do sistema de conhecimento "nativo" iorubano.

A complexidade das narrativas oraculares iorubanas, opõe-se diretamente a "lógica binária" aristotélica. A memória da oralidade e o corpus literário iorubano lança uma interrogação à sociologia ocidental pela necessidade de uma linguagem e postura contracolonial (SANTOS,2019) e anti-imperialista (N'KRUMAH, 1967), sob a forma da alteridade radical numa revolta política, metodológica e epistemológica.

Ao construir uma resposta filosófica, sociológica e teórico-conceitual ao modelo "centro-periferia" e à hegemonia do pensamento ocidental, a partir da investigação do *ethos* da sociedade ioruba, a nossa hipótese testa os limites da "imaginação sociológica" iorubana ao repensar a teoria

[12] Estrofes do discurso oracular de Orunmilá-Ifá.

social moderna e contemporânea aos modos do pensamento e filosofia ioruba em suas condições locais, mas em escala internacional no dado da extensão de sua contribuição para os *African Studies*.

Assim, em busca de uma crítica aos paradigmas ocidentais desenvolve-se a investigação dos elementos como família (parentesco, linhagens e clãs), território (localidade e país) e a etnicidade (povo, grupo e nação) bases categoriais para a organização da vida social, nos discursos acadêmicos e nativos relevantes para as sociedades iorubanas contra a aplicação de um uso instrumental dos estudos africanistas e do conhecimento tradicional local. O que, a partir da operacionalização do princípio de "refutação radical" (ADÈSÌNA, 2002: 93) dos valores utilitaristas e da pragmática epistemológica ocidentais, se conforma o fundamento para a revolta política, a rebelião científica e a consequente crítica à colonização.

No desafio epistêmico de uma sociologia internacionalmente global, as sociologias periféricas como as da América do Sul, Índia, China ou do continente africano, no nosso caso, a sociologia indígena ioruba, apresenta-se como uma aposta a ser investigada a partir do reconhecimento da crise da sociologia ocidental tradicional diante do pós-modernismo desencadeador de uma anarquia epistemológica[13] pós a queda do positivismo e a ascensão do antifuncionalismo, desde o desconstrucionismo de J.F. Lyotard e J.Derrida (ADÈSÌNA, 2002: 94). Assim, este trabalho visa proceder em mais uma intervenção epistêmica criativa na disciplina, que informada pelas narrativas ancestrais dos discursos oraculares de Orunmilá possibilite "epistemic openings", aberturas epistêmicas através das narrativas sociológicas e filosóficas indígenas iorubas.

> [...] outside the tendency to 'embrace' and put into a 'ghetto' opening for critical epistemic interventions in the discipline, which is informed by the ontological narratives of the Òrúnmìlà oracular discourses (ADÈSÌNA, 2002: 95).

Sobre os aspectos semióticos e linguísticos inerentes a pesquisa, tomamos mais uma vez as palavras de J. Adèsìna na sua análise do projeto de Akiwowo (1986):

> 1. The distinctly ethereal and grounded nature of the language. Yorùbá language is broadly situational and at the level of what is called its orature (esè Ifá and ohùn enu), this situational use of words and phrases is even more profound. [...] 2. An appreciation of wordplay is vital for a situational reading of Yorùbá language. The significance of rhyming sound; the rhythmic movement of even everyday phrases and the 'musicality' of the everyday dimension of the language is important. I will, indeed, argue that often the preference is for musicality above meaning. Indeed, it is in the rhythmical movement and musical connectedness of words and phrases that meaningfulness (or meaning) emerges. This is as much in everyday use of the language as it is in more specialised use in oral poetry. Prose and poetry share this penchant for musicality. 3. The tonal nature of the language - where minor inflections in sound may produce a dramatically different meaning to two words that share similar letters. For this reason, reading written Yorùbá becomes impossible, at some stage, without the tone marks. The nuanced nature of the language requires attention to ethereal use and context of words and phrases.

[13] FEYERABEND, P. Contra o método. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

Nesse sentido, o movimento metodológico fenomenológico, tomado pela crítica ao estrutural-funcionalismo, atua na extração de conceitos contidos nas narrativas ontológicas de língua ioruba e em sua literatura oral, prenhes de vida sociológica, marcadas por aspectos como consanguinidade – *"Àjobí"* – correspondente a relações sociais entre aqueles que alegam tais relações de sangue ou ancestralidade, e coabitação – *"Àjobé"*– marcada pela vida societária mais ampla na coexistência de um grupo com maior número de pessoas (ADESINA, 2002; AKIWOWO, 1986). Estes conceitos, enquanto dois aspectos definidores da estrutura social, como descritores da sociação, dissociação e transmissão da força vital – *èmí*, aos modos do *mana*, para os melanésios.

Na intenção de identificar e caracterizar orientações éticas, morais e sociais da cultura e do povo ioruba, a partir da narrativa oral e literária oracular de Orunmilá, como instrumento de trabalho, busca-se contribuir para crítica filosófica e sistemática da sociologia através de uma leitura que além de contribuir para o aumento da literatura sociológica sobre Ifá, em língua portuguesa, procura pela definição de conceitos nos Yorubá Studies que possam compreender a natureza dinâmica da estrutura do processo de socialização, assim como desenvolver uma tradução conceitual sociológica de ideias e palavras iorubanos para o nível global intervindo metodologicamente na sociologia para além dos modelos centro-periferia e da reprodução da ordem hegemônica e excludente que estes operam com as formas de um sociologia "não-exemplar".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÈSÌNA, J. Sociology and yoruba studies: Epistemic intervention or doing sociology ein the 'vernacular'? African Sociological Review, 6, (1), 2002, pp. 91-114.

ADEUYAN, Jacob Oluwatayo. Contributions of Yoruba people in the economics & political development of Nigeria. Author House. Bloomington, EUA. 2011.

AKE, Claude. Social Science as Imperialism: The Theory of Political Development. Ibadan: Ibadan University Press, 1982.

AKIWOWO, Akinsola. Contemporary Sociology in Nigeria. In: MOHAN, Raj P.; MARTINDALE, D. A. (Org.). Handbook of contemporary developments in world sociology. Contribuitions in Sociology, Number 17. International Journal od contemporary Sociology.1975

_____, Akinsola. Contributions to the sociology of knowledge from an African oral poetry. International Sociology. 1, pp. 345-358, 1986.

ALVES, Jorge L. dos S. A importância estratégica da Nigéria para as relações entre o Brasil e a África Subsaariana. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro. 2018.

AMUSAM, Lere. Social Science as Imperialism: Analysis of the global economic crisis of 2008 na development gap in the third world States. Yönetim Bilimleri Dergisi. Journal of Administrative Sciences. Cilt. Vol.: 14, Sayi. N.27, ss, pp.:1331. 2016.

AROWOSSEGBE, J. O. The social sciences and knowledge production in Africa: The contibuition of Claude Ake. Afrika Spectrum, 43(3), 333-351. 2008.

BENJAMIN, Walter. Sociologia. Org. Flávio R. Kothe; Coordenador Florestan Fernandes. Editora Ática, 2ª edição. São Paulo.1991.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política, São Paulo, Livraria Francisco Alves, (1988). Tradução de Theo Santiago. Republicação: São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

CONNELL, Raewyn. Southern theory: the social sciences and the global dynamics of knowledge. London: Polity. 2007.

CONNELL, Raewyn. Why is classical theory classical? American Journal of Sociology, v.102, n.6, p.1511-1557. 1997.9

CRAWFORD, G.; MAI-BORNU, Z.; LANDSTRÖM, K. Decolonising knowledge prodution on África: Why it's stile necessery na what can be done. Journal of the British Academy, 9 (s1):21-46. 2021

ERINOSHO, Olayiwola Thirty-three years of sociology in Nigeria. International Sociology 9(2):209-216. 1994.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010[1961].

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas/Frantz Fanon tradução de Renato da Silveira. – Salvador: Edufba, 2008.

FAYEMI, Ademola Kazeem. Human Personality and the Yoruba Worldview: An Ethico-Sociological Interpretation. The Journal of Pan African Studies, vol.2, no.9, March 2009. pp. 166-176

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. S.Paulo: Unesp.2.ed.1991

GOLDMAN, M. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. Revista de Antropologia, São Paulo: Departamento de Antropologia/ USP, vol. 39, n. 1, p. 83-110, 1996.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais [online], 80, 2008.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. In: Revista crítica de ciências sociais. n.80. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, março de 1980.

HUDSON-WENS, Cleonora. Mulherismo Africana: o outro lado da moeda In: Coleção Pensamento Preto: Epistemologia do renascimento africano. volume I. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2018.

HUDSON-WENS, Cleonora. Mulherismo Africana: uma visão geral In: Coleção Pensamento Preto: Epistemologia do renascimento africano. volume III. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2019.

KEIM, Wiebke. Conceptualizing circulation of knowledge in the social sciences. In: Keim, Wiebke et al. (Org.). Global knowledge production in the social sciences: made in circulation. Farnham: Ashgate. 2014.

KEIM, Wiebke. Pour une modèle centre-périphérie dans les sciences sociales: aspects problematiques des relations internationales en sciences sociales. Revue des Anthropologies des Connaissances, v.4, n.3, p.570-598. 2010.

KEIM, Wiebke. Social sciences internationally: the problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology. African Sociological Review 12, 2, 2008. pp. 22-48.

KLEIN, S.; BOATCA, M. . Lendo a teoria sociológica a contrapelo. Sociedade e Estado, [S. l.], v. 37, n. 03, p. 751–755, 2022. DOI: 10.1590/s0102-6992-202237030001. Disponível em: https://www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/45611. Acesso em: 3 nov. 2023.

KOTHE, Flávio R. Poesia e proletariado: ruínas e rumores da história. Introdução. In: BENJAMIN, Walter. Sociologia; Org. Flávio R. Kothe; Coordenador Florestan Fernandes. Editora Ática, 2ª edição. São Paulo.1991.

KUHN. Thomas. The structure of scientific revolutions. Chicago: Chicago University Press. 1962.

LEPENIES, Wolf. As três culturas. São Paulo: Edusp. 1996.

LEVINE, Donald. Visões da tradição sociológica. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

MACAMO, Elísio. A constituição de uma sociologia das sociedades africanas. Estudos Moçambicanos, 19: 5-26. 2002. Também disponível em: http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/468250.pdf

MACAMO, Elísio. Estudos Africanos como Metodologia das Ciências Sociais. Simbiótica. V.9, n.2, mai-ago./2022.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Além da pós-colonialidade: a sociologia periférica e a crítica ao eurocentrismo. Cadernos de Estudos Culturais, Campo Grande, MS, v. 5, p. 103-116, jan./jun. 2013.

MBEMBE, A. Crítica da razão negra. Traduzido por Sebastião Nascimento – São Pulo: n.1 edições, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de exceção, Política da morte. Traduzido por Renata Santini – São Paulo: n.1 edições, 2018.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Trad. R. Corbisier e M. Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MOHAN, Raj P.; MARTINDALE, D. A.. Handbook of contemporary developments in world sociology. Contribuitions in Sociology, Number 17. International Journal od contemporary Sociology.1975

MUDIMBE, V.Y. The Invention of Africa – Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge. James Currey, Londres. 1988.

MUTZEMBERG, Remo; VERAS, Eliane. Entrevista Com Elísio Salvado Macamo. Estudos de Sociologia. Rev. Do Progr. De Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 15. N. 2. P. 15 – 34.2009.

OGUNDIRAN, Akinwumi O. Filling a Gap in the Ife-Benin Interaction Field (Thirteenth-Sixteenth Centuries AD): Excavations in Iloyi Settlement, Ijesaland. The African Archaeological Review, Vol. 19, No. 1. Mar. 2002, pp. 27-60.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. O papel da guerra de Biafra na construção do estado nigeriano: Da Independência à segunda república (1960 -1979). Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 3, n.6, ju-dez, 2014.

OLUPONA, Jacob K. The Study of yoruba Religions Tradition in Historical Perspective. Numen, Sep. Vo.40, n.3.1993. pp. 240-273.

ONWUZURUIGBO, Ifeanyi. Indigenising Eurocentric sociology: The 'captive mind' and five decades of sociology in Nigeria. Volume: 66 issue: 6. p.p.: 831-848. 2017.

OYEÚMÍ, O. Visualizing the Body: Western Theories and africam Subjects. IN: Oyeúmí, O. The nvention of Woman – Making na African Sense os Western Gender discourses. Mineapólis: University of Minnesota Press. 1997. pp.1-30

PALMIE, Stephan. O trabalho cultural da globalização iorubá. Relig. soc. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 77-113, July 2007.

PINHO, Osmundo S. de A. Sobre a mentalidade africana: A antropologia Colonial na África Portuguesa (1950-1960) e a Antropologia do Negro no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. VOl. 38, nº111. 2023.

_____, Osmundo. Cativeiro Antinegritude e Ancestralidade. 1ed. Salvador: Editora Segundo Selo, 2021a.

_____, Osmundo. Ontologia (s) Perspectivismo e Afropessimismo. Novos Debates, 7 (2): E7218, 2021b.

RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich. Por uma razão decolonial Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Civitas, Porto Alegre v. 14 n. 1 p. 66-80 jan.-abr. 2014

ROSA, Marcelo. Sociologias indígenas ioruba: A África, o desconcerto e ontologiaas na sociedade contemporânea. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, p. 389-408, maio-agosto 2019.

_____, Marcelo. Sociologias Emergentes: uma agenda não-exemplar. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 8, n. 1, pp. 136-148, 2020.

_____, Marcelo. Por uma ética da ontoformatividade: reflexões e proposições sobre a relação ontológica entre teoria e pesquisa na sociologia contemporânea do Sul Global. Revista Sociedade e Estado – Volume 37, Número 3, Setembro/Dezembro 2022.

ROYAL ANTROPOLOGICAL INSTITUTE. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. Notes and queries on anthropology. London: Routledge and Kegan Paul. (Ed. brasileira: Guia prático de antropologia, trad., Otavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix. 1971). 1951.

SAFATLE, Vladimir. Usar a força contra a força. https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625522-usar-a-forca-contra-a-forca-artigo-de-vladimir-safatle (acessado em 7/6/2023)

SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, Quilombos: Modos e Significações. Ed. 2 Brasília, 2019.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIEIRA, Tâmara. História e Cultura Africana em Sociologia: as Religiões de Matriz Africana. Revista Relegens Thréskeia. V. 09.N.1 (2020), pp. 161-180.

WALLERSTEIN, Immanuel “Societal development, or development of the World- System?”. International Sociology, I, 1, March, 1986, 3-17.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

QUAL A COR DA DOCÊNCIA EM JORNALISMO? Um mapeamento do perfil das professoras amazônidas

Janaina Lopes de Amorim[1]
Rosaly de Seixas Brito[2]
Thaisa Bueno[3]

Resumo: Este estudo trata-se de parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, sobre a narrativa de mulheres racializadas que atuam na docência em jornalismo na Região Amazônica. Neste artigo, serão apresentados os dados socioeconômicos, uma fase crucial da pesquisa. Isso porque a contextualização é essencial para interpretar os significados, proporcionar uma análise mais completa, precisa e sensível das experiências dessas mulheres. Para reunir as informações, foram aplicados questionários eletrônicos por meio do Google Forms, com a participação de 47 interlocutoras, de um total de 83 que compõem o universo da pesquisa. "O levantamento inicial revela dados importantes, como a presença majoritária de mulheres racializadas neste campo profissional. A proposta parte da urgência de se pensar em um projeto feminista de ciência que evidencie a experiência histórica e cultural e saberes das mulheres das margens (Rago, 2019), reconhecendo suas experiências e o que elas tematizam (França, 2006).

Palavras-chaves: Mulheres racializadas. Docência, Jornalismo. Narrativas.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata do perfil das mulheres racializadas que atuam na docência em jornalismo na Amazônia Oriental Brasileira. Ele integra uma pesquisa mais ampla que visa se debruçar sobre as suas experiências no exercício da docência e, nessa fase de levantamento, a proposta é conhecer melhor o contexto em que são produzidas as opiniões das sujeitas.

Entender esse universo é importante porque as mulheres constituem mais da metade (57,8%) da força de trabalho no jornalismo brasileiro. Dentre elas, há franco predomínio de pessoas brancas

[1] Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA). Jornalista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Orcid: http://orcid.org/0000-0003-1190-2547. E-mail: jannaina.amorim@gmail.com

[2] Professora da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É uma das líderes do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7102-0293. E-mail: rosaly@ufpa.br.

[3] Professora adjunta de Jornalismo na pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Campus Imperatriz). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e mestra em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Jornalista pela mesma instituição. Orcid: http://orcid.org/0000-0002-7048-3920 E-mail: thaisabu@gmail.com.

(67,8%), seguidas de pardas (20,6%). As jornalistas autodeclaradas pretas, em contraponto, são minoria (9,3%), assim como as indígenas (4%) e amarelas (1,3%). Os dados são do Perfil do Jornalista Brasileiro[4]. Nesse universo de atuação profissional no mercado de trabalho em jornalismo, conforme dados da pesquisa, somente 7,4% atuam na docência, sendo a maioria (88%) vinculada a cursos de Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. O relatório não traz dados sobre a diferença de gênero ou raça na docência em jornalismo, mas oferece apontamentos importantes para que se possa inferir algumas configurações sobre o campo de atuação das mulheres nessa área.

Esses dados mostram a importância de se discutir uma epistemologia feminista, já que, segundo Margareth Rago (2019, p. 354) este é "o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico", consequentemente, é nesta chave epistêmica que serão estabelecidas questões fundamentais na pesquisa aqui apresentada.

A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) fez um balanço sobre a participação dos encontros nacionais de pesquisa organizados por ela e apontou que 60% dos participantes têm sido mulheres, sendo que elas são responsáveis por coordenar 20 dos 33 Grupos de Pesquisa, o que mostra que as pesquisadoras não só têm ocupado amplamente o espaço acadêmico, como também estão em lugares de protagonismo.

No entanto, no geral, ainda há poucos estudos voltados a entender as mulheres e sua atuação na docência, em especial as racializadas, segundo levantamento exploratório realizado para esta pesquisa sobre as produções envolvendo a atuação das mulheres professoras no ensino superior no jornalismo, tendo como foco as abordagens e metodologias. A busca foi guiada por três conjuntos de palavras-chave: "Docência; Jornalismo; Gênero" e "Docência; Mulheres; Jornalismo"; "Mulheres, Ensino Superior, Jornalismo" realizadas nas plataformas da CAPES, Scielo e no Google Acadêmico. O recorte temporal foi de 2009 a 2023. Isso porque corresponde ao período em que as pesquisas que relacionam gênero e comunicação ganham fôlego, motivadas pela amplitude que o gênero assume como categoria analítica nas pesquisas da área desde a primeira década deste século (Tavares, Massuchin, Sousa, Silva, 2021). Na comunicação, apenas duas produções científicas foram mapeadas, uma trata da narrativa das mulheres, tanto na docência quanto no mercado, e a outra do que as mulheres produzem na carreira acadêmica. Nenhuma das pesquisas mapeadas na área da comunicação trata das questões interseccionais, como as de raça, etnia ou território.

[4] LIMA, Samuel Pantoja et al. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021:** Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1 ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

A escassez de publicações aponta para a necessidade de ampliar as discussões sobre gênero e raça, dando mais visibilidade ao protagonismo feminino das mulheres negras, pardas e indígenas que atuam no ensino superior no Jornalismo que, por sua vez, é uma área fundamental para o funcionamento pleno da democracia. Demonstra, ainda, a importância da realização de estudos como este, que busca compreender os atravessamentos ou interações entre as múltiplas formas de subalternização de mulheres como de raça, gênero, etnia, território e classe (Gonzalez, 1984; Davis, 2016; Crenshaw, 1991, Collins, Bilge, 2020), por meio de um levantamento socioeconômico das professoras que atuam na docência no jornalismo na Amazônia Oriental.

Para reunir os dados deste artigo, foram enviados formulários eletrônicos às 83 professoras que integram o quadro de docentes em jornalismo na região, destas 47 participaram das pesquisas, entre brancas e negras. Das 47 respostas, 26 não se consideram brancas, número que revela a importância de entender melhor a realidade de mulheres racializadas neste campo de atuação.

Percurso metodológico e conceitos norteadores

Como explicitado antes, trazemos neste artigo dados relativos à primeira etapa da pesquisa, voltada a conhecer melhor o contexto em que são produzidas as narrativas das sujeitas sobre sua experiência docente. Esta é uma etapa fundamental porque as ideias produzidas, bem como a recepção das construções simbólicas, não são descoladas dos contextos sociais e econômicos, em que estamos inseridos (Thompson, 2011).

As questões foram formuladas de modo a apreenderem como a interseccionalidade incide na vida das interlocutoras, entendendo que, mais que uma teoria, a interseccionalidade se constitui também como um caminho metodológico e como um meio de lidar e dar visibilidade às mais diversas marginalizações e diversidades dentro dos grupos sociais. A ideia é fundamentar o processo do estudo "para além da diferença, mas para o que fundamenta, a partir da diferença, a opressão" (Carrera, 2020, p. 5), considerando o conceito de roleta interseccional que a autora propõe, como base para a construção de um quadro metodológico no campo da comunicação. Segundo ela, "a observância das matrizes de opressão que atravessam os corpos e os sujeitos é fundamental para a compreensão dos efeitos comunicacionais por eles engendrados" (2020, p. 2).

Carrera (2020 p. 12) defende a ideia de roleta interseccional "pensada em prol do direcionamento das perguntas e da análise dos objetos de pesquisa em Comunicação. A vareta gira à procura do atravessamento relevante para o sujeito ou situação pesquisada. A cada momento da pesquisa, essa vareta deve ser acionada pelo pesquisador para que as categorias, se relevantes, sejam iluminadas".

Para chegar a esta etapa, foi feito um levantamento exploratório das universidades públicas que ofertam o curso de jornalismo em toda a Amazônia Oriental, que abrange os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Amapá. Importante destacar que estas instituições não são consideradas apenas como um espaço físico e geográfico, já que elas dão forma e podem constituir os campos de interação, entendidos como "espaço de posições e trajetórias que determinam algumas das relações e algumas das oportunidades disponíveis. Pode-se entender nesse nível os diferentes tipos de 'capital', as normas e as táticas disponíveis a pessoas, grupos e instituições, incluindo as regras tácitas vigentes naquele espaço" (Nazário, Reino, Manfredini, 2016, p. 293)

Como explica Thompson (2011, p. 367), as instituições "estão situadas dentro de campos de interação, aos quais elas dão forma através da fixação de uma gama de posições e trajetórias; ao mesmo tempo, porém, elas criam também campos de interação ao estabelecer novas posições e novas trajetórias". São as instituições que dão forma aos campos e, nelas, se materializam as estruturas sociais. Segundo Thompson (2011), é neste espaço que é possível identificar as assimetrias, como as de gênero e raça no mundo do trabalho, assim como as diferenças individuais e coletivas de acesso e distribuição de poder. Acrescentamos a essa lista as formas de resistências também. É nesses espaços que ocorrem as distribuições de poder, sendo campos sociais em que "objetos e expressões" circulam (Thompson, 2011, p. 369).

Em seguida, iniciou-se um processo de identificação dessas professoras, por meio dos sites das instituições de ensino públicas que possuem o curso superior de jornalismo. Foram catalogados os e-mails e realizado o convite para participar da pesquisa, preenchendo o formulário socioeconômico. As informações foram coletadas via formulário do Google Forms, enviado pessoalmente a professoras que atuam nos cursos de jornalismo na região Amazônica. Foram feitos três envios de convite, os dois primeiros nominais e o último em grupo, de acordo com a universidade.

O campo é composto por seis universidades, localizadas no Maranhão, Mato Grosso, Amapá e Tocantins, sendo elas: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em Rondon, Universidade Federal do Maranhão (UFMA, campus de Imperatriz e São Luís), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade de Gurupi (Unirg), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em Tangará da Serra, Universidade Federal do Amapá (Unifap), em Macapá e Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Esse recorte inclui tanto universidades de capitais, quanto do interior, o que possibilita resultados mais plurais. Foram 47 formulários respondidos, que correspondem a mais da metade das interlocutoras. Dessas respostas, cinco são da Unemat, quatro na Unifap, seis da Ufma de Imperatriz, oito de São Luís, sete da UFT, dois da Unifesspa, cinco da

UFPA, e três da Unirg. A quantidade e a distribuição das respostas já permitem traçar um panorama e algumas inferências, conforme veremos a seguir.

Para analisar os resultados, dividimos as professoras em dois grupos: brancas e racializadas. A ideia foi comparar os dados relativos a cada um deles. Cabe pontuar que decidimos incluir outras categorias no formulário, além das clássicas do IBGE, por entender que nem sempre essas classificações abarcam a diversidade identitária de cor, raça e etnia das Amazônias. Seguimos o pensamento de Sueli Carneiro (2004) de que o outro costuma ser representado em imagens fixas e estereotipadas, enquanto que é reservado aos racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade, o que se configura também como uma atitude racista.

Essa preocupação surgiu a partir da própria conversa com professoras e colegas estudantes que vivem o dilema de não se reconhecerem como brancas, acreditarem na ideia de parda como uma categoria que clareia o perfil racial no Brasil, mas também não sentirem que sofrem os mesmos racismos que negras de pele escura.

A classificação foi inspirada no último levantamento do Perfil do Jornalista Brasileiro (2021), realizado pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina, em que o campo apontou mestiço/a e mutiétnico/a como uma das opções de identificação. A ideia é que as interlocutoras se sentissem mais abarcadas com possíveis alternativas de identidade racial e étnica. Porém, para análise dos dados, a priori, seguiremos o padrão de considerar como racializadas ou negras todas as categorias que não se enquadram nas brancas.

No total, 47 professoras responderam ao questionário, entre brancas e negras, das 83 que compõem o quadro de docentes. Entre elas, 26 não se consideram brancas, como veremos mais detalhadamente a seguir.

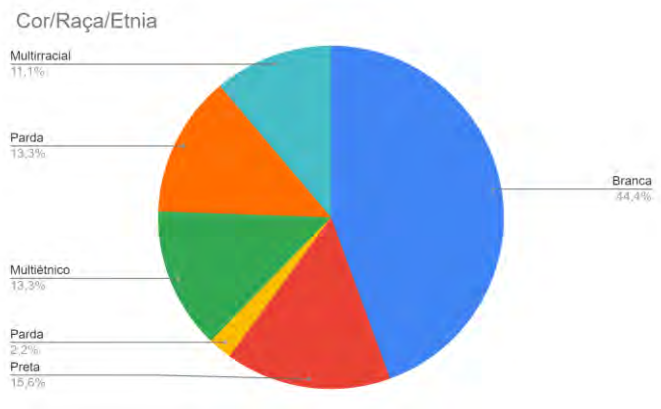
Quem são as professoras que atuam na docência em jornalismo na Região Amazônica?

Esses dados são resultado de um primeiro momento da pesquisa. Corresponde a uma etapa mais exploratória, como um objetivo de levantar um panorama socioeconômico que vai subsidiar a segunda etapa do estudo, composto por entrevistas semiestruturadas.

No total, as universidades mapeadas para esta pesquisa contam com 135 professores, destes são 83 mulheres.

Gráfico 1. Cor, raça e etnia das mulheres da docência em jornalismo. Elaborado pelas autoras.

Em geral, os números são indicativos de que as mulheres participam fortemente da docência em Jornalismo indicando uma feminização, que é presente também em outras áreas profissionais.



Das 47 respostas, 26 não se consideram brancas. Ou seja, a maior parte das mulheres que estão na docência em jornalismo são racializadas, o que pode ser uma característica da área, já que em outros estudos, os dados são bastantes diferentes. Historicamente, no Brasil a educação, sobretudo o ensino superior, que é tanto a porta de entrada da pós-graduação, quanto o espaço de trabalho das interlocutoras deste estudo, é relativamente recente, início do século XIX, e destinava-se, então, à formação cultural e profissional dos herdeiros da elite econômica do país. Dessa forma, esse era um espaço exclusivo dos brancos e de maior poder aquisitivo (Fernandes, 2021). Mesmo com a industrialização e com o processo de redemocratização após a ditadura militar do pós-1964 no país, o acesso continuou limitado. Somente mais recentemente, nos anos 2000, devido à mobilização dos movimentos sociais, foram criadas políticas públicas de cotas sociais e raciais e também de políticas que ocasionaram a expansão das universidades, tanto públicas como privadas. Então, se por um lado, a ocupação desses espaços por essas sujeitas representa uma ruptura desse passado histórico, ainda fica a questão de a maior parte das ocupações de maior prestígio e remuneração serem ocupadas por homens brancos. Para se ter uma ideia, em áreas como Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), elas são 29,8% e em Engenharia, produção e construção, 35,3%, o que reforça a diferença na equidade de gênero conforme a área (Fernandes, 2021).

Além dessas classificações do gráfico, foram usadas amarelo e indígena, porém essas não pontuaram. Esses dados reforçam a ideia moderna e colonial de raça, que também pode se estender a etnia, na qual os povos conquistados, seus traços fenotípicos, descobertas mentais e culturais foram colocados em um lugar de subalternidade, repercutindo em lugares e papéis sociais e estruturas de poder que persistem e moldam a sociedade. O padrão de poder colonial impôs uma perspectiva na

qual o "não-europeu era o passado e, desse modo inferior, sempre primitivo", inclusive reduzindo toda a diversidade de identidade dos povos nativos quando chamou-os simploriamente de índios (Quijano, 2005, p. 116). Vale ressaltar que a ideia aqui não é a hierarquização de saberes, mas o questionamento da ausência desses sujeitos nas instituições de ensino, considerando que suas presenças poderiam contribuir para espaços e saberes mais plurais e diversificados.

Dessa forma, "as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçaram-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (Quijano, 2005, p. 108). Essa articulação resultou em uma tecnologia de dominação/exploração (Quijano, 2005) eficiente, que perdura e sustenta estruturas sociais.

No geral, a maior parte das professoras está na faixa etária de mais de 45 anos, seguida de 35 a 44 anos. Essa tendência segue entre as brancas e negras, com diferença na faixa etária das mais jovens, que é maior entre as brancas, com 10%, enquanto entre as negras é de 7,7%. Embora precise de mais investigação, essa pequena variação entre as mulheres mais jovens pode indicar que negras demoram mais a chegar nessa posição.

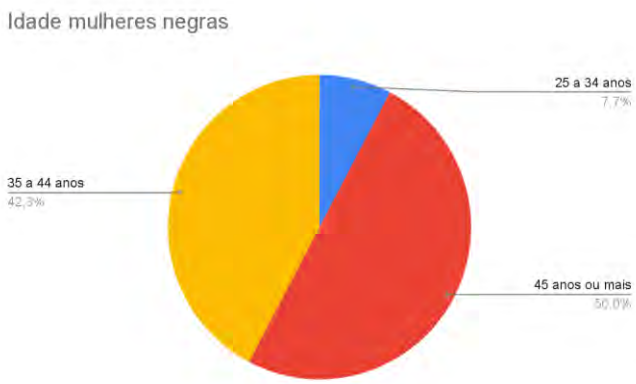


Gráfico 2. Idade das mulheres negras da docência em jornalismo. Elaborado pelas autoras.

Nos dois grupos, elas exercem ou já exerceram cargos de coordenação, com diferenças pequenas. Das brancas, 36,6% já exerceram e 31,6% exercem atualmente; racializadas, 32% e 24%, respectivamente. No entanto, os cargos ocupados por elas, independente da questão racial, em sua maior parte são de coordenação da pós-graduação ou da graduação e não estão em posições

hierárquicas mais altas, como as de reitoria ou pró-reitorias, por exemplo, o que pode ser em função da dificuldades das professoras de chegarem a esses cargos de maior poder.

Em relação ao vínculo amoroso conjugal, as brancas são em sua maioria casadas (60%), seguidas das solteiras (15%), divorciadas (15%) e namorando (10%). Já as negras são majoritariamente solteiras (44%), seguidas das casadas (40%), porém entre elas há outros vínculos de relacionamento: união estável ou relacionamento estável (4% cada). Esses dados sugerem que o casamento parece ter um papel mais proeminente entre as brancas, já que este é o principal vínculo amoroso entre elas.



Gráfico 3. Vínculo amoroso das mulheres negras da docência em jornalismo. Elaborado pelas autoras.

A diferença entre casadas e solteiras entre as negras é bem menor, se comparado com as brancas. Além dos status mais formais de união, como o de casada e solteira, as negras apresentaram outros vínculos como relacionamento estável e união estável.

Em relação à renda, as racializadas possuem salários maiores. Enquanto 30% das brancas recebem de 11 a 20 salários mínimos, elas são 40% na mesma faixa salarial. Estão em menor número, 8% mais precisamente, nos valores mais baixos, que vão de 2 a 5 salários mínimos, contra 10% das não negras.

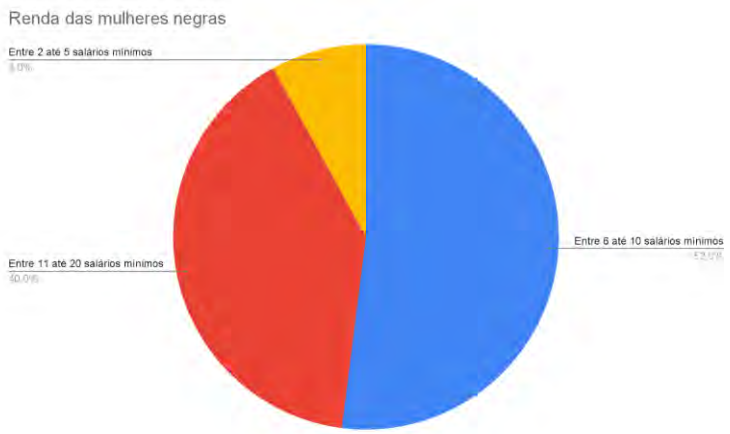


Gráfico 4. Renda das mulheres negras da docência em jornalismo. Elaborado pelas autoras.

Essas informações mostram que a universidade pode ser um espaço de maior equidade salarial entre as mulheres. Porém, embora as negras ganhem mais, 8% delas são as únicas responsáveis pelo sustento da família, 48% são as principais responsáveis e 36% contribuem parcialmente nesse sustento. Das brancas, 40% são as principais responsáveis e 45% contribuem parcialmente. As diferentes porcentagens de mulheres negras e brancas como únicas responsáveis podem refletir a diversidade nas estruturas familiares, incluindo arranjos monoparentais ou com diferentes configurações de membros da família. No geral, os percentuais são semelhantes e indicam que as mulheres têm sido, em muitos casos, as principais provedoras do sustento familiar.

Esses dados são instigantes porque, em ambos os grupos, elas não são as primeiras a ter acesso à universidade (46% no geral, 45% entre as brancas e 52% entre as racializadas). Em teoria, com mais pessoas qualificadas profissionalmente na família, essa divisão de manutenção financeira deveria ser mais simétrica, o que não acontece na prática entre as professoras de jornalismo na Amazônia.



Gráfico 5.Manutenção da família entre mulheres negras da docência em jornalismo. Elaborado pelas autoras.

Em relação à quantidade de pessoas na família, a diferença mais significativa é para as mulheres que vivem sozinhas: 16% das negras contra 30% das brancas. Outra diferença marcante é que 8% das negras moram com quatro a sete pessoas enquanto essa faixa etária não pontuou entre as brancas. Já em relação às que vivem com uma a três pessoas, o número é de 76% para negras e 70% para as brancas.

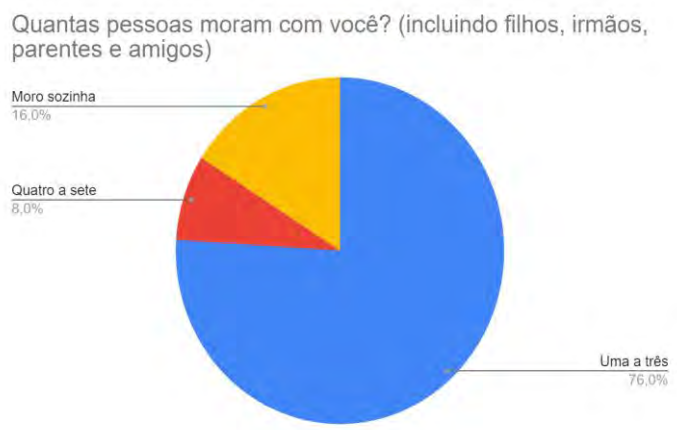


Gráfico 6.Quantidade de pessoas da família de mulheres negras na docência em jornalismo. Elaborado pelas autoras.

Entre os possíveis motivos, pode ser que as negras estejam enfrentando desafios socioeconômicos mais significativos, o que pode impactar o tamanho da família. Se cruzarmos a informação dos gráficos anteriores - em que 8% das negras são as únicas responsáveis pelo sustento da família, enquanto nessa faixa entre as brancas o percentual é de 5%, ao mesmo tempo que 8% das negras vivem com quatro a sete pessoas e entre as brancas essa quantidade de pessoas nem pontuou - isso pode ficar mais evidente.

A pesquisa aponta ainda que a maternidade é uma realidade entre as negras: 68% são mães, sendo que 58% delas tiveram filhos depois de ingressar na pós-graduação. Já entre as brancas 45% são mães e 30% tiveram filhos depois da pós-graduação. É necessário entender melhor as escolhas reprodutivas, porém o alto número de mulheres racializadas terem optado pela maternidade após a pós-graduação pode indicar a possibilidade de mais equilíbrio entre carreira acadêmica e vida familiar. Isso porque, nos dois grupos de mulheres, elas são majoritariamente funcionárias efetivas (86%, no geral), o que pode significar escolhas reprodutivas mais conscientes, como a decisão de planejar a maternidade ou mesmo optar por não exercê-la .

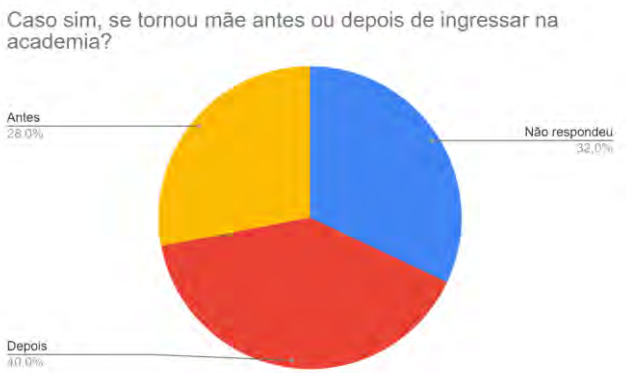


Gráfico 7.Maternidade entre mulheres negras na docência em jornalismo. Elaborado pelas autoras.

Em relação à carga horária de trabalho, ambos os grupos trabalham 40 horas semanais ou mais. Elas também afirmam que trabalham mais horas do que o previsto no contrato: 62,5% das negras trabalham a mais e 33,33% delas disseram que a carga horária corresponde à trabalhada é a prevista no contrato. Entre as brancas, esse número é de 57,9% e 42,1% respectivamente.

A maior parte das mulheres, independente da questão racial, foi bolsista durante a trajetória estudantil. A diferença maior é quando se trata da necessidade conciliar outras atividades remuneradas com as bolsas. Entre as brancas, 45% delas precisaram trabalhar durante todo percurso enquanto estudante totalmente, 50% em uma parte e 5% não precisaram trabalhar. Entre as racializadas, 62,5% exerceram atividades remuneradas além da acadêmica, 29,2% parcialmente e 8% não precisaram. Essa diferença, sobretudo no índice das que precisaram conciliar trabalho e estudo, mostra que o percurso até chegar na docência não é linear e que em algumas situações as negras enfrentam algumas desvantagens.

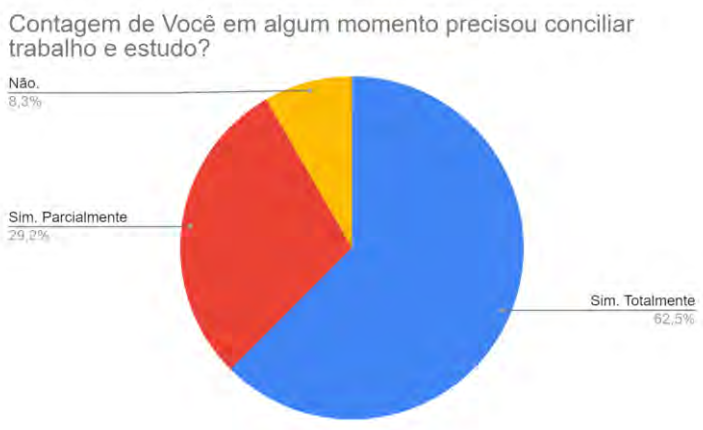


Gráfico 8.Conciliação entre trabalho e estudo. Elaborado pelas autoras.

Em resumo, a diferença entre negras e brancas é pequena na maior parte das categorias, o que pode indicar que as diferenças socioeconômicas são menores quando elas alcançam a docência. No entanto, ainda é preciso entender melhor tanto essas desigualdades, quanto outras, como questões relacionadas ao exercício da função. Alguns números chamam bastante atenção, principalmente os relacionados aos arranjos familiares, em que as diferenças foram mais marcantes: entre as brancas 5% são as únicas responsáveis pelo sustento da família, 30% vivem só. Enquanto entre as negras 12% são as únicas responsáveis pelo sustento da família e 16% vivem só. Além disso, 8% das racializadas moram com 4 a 7 pessoas, já entre as brancas, esse número nem pontuou.

Essa simetria nos dados socioeconômicos pode ser resultado das "regras e normas burocráticas que não admitem diferenciação entre indivíduos de sexos diferentes. Essa situação é compartilhada, claro, por todas as universidades públicas" (Moschkovich, Almeida, 2015, p. 772). No entanto, ainda é preciso investigar mais profundamente as violências simbólicas que marcam a trajetória dessas profissionais, bem como entender as hierarquias e centralidades no fazer docente, já que a universidade é um campo social e como tal pode refletir estruturas mais gerais da sociedade. Assim, essas relações hierarquizadas de poder e entre intelectuais encontram o locus de sua reprodução horizontal, entre "pares"" (...) Perspectivas contra-hegemônicas de compreender a realidade e as formas societárias podem ser, literalmente, "apagados" por serem considerados pouco relevantes, influenciando toda a construção de conhecimento a eles subsequente" (Fernandes, 2021, p. 63).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados socioeconômicos obtidos nesta fase inicial da pesquisa, embora ainda precise de uma escuta atenta, já proporcionam algumas inferências tanto de conquistas significativas, quanto desafios enfrentados pelas mulheres na docência em jornalismo na região da Amazônia Oriental.

Dos 133 professores que compõem o quadro de profissionais, 81 são mulheres. Neste estudo, contamos com a participação de 47 interlocutoras, delas 26 não se consideram brancas. Ou seja, a maior parte dos profissionais são mulheres e são racializadas. Embora não deixe de ser uma conquista histórica, considerando que a educação é uma das formas de ascensão social, esse números podem ser uma realidade específica da área, já que em outros estudos, os dados são bastantes diferentes. Em áreas consideradas de maior prestígio social, como Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), as mulheres são apenas 29,8% e Engenharia, produção e construção, 35,3% (Fernandes, 2021). Cabe pontuar que não foram identificadas mulheres amarelas ou indígena.

No geral, as diferenças socioeconômicas entre brancas e negras são pequenas e estão mais relacionadas à trajetória para chegar à pós-graduação ou à realidade fora do mercado. Por exemplo, em relação aos salários, as racializadas possuem os mais altos e estão em menor quantidade entre as mulheres que recebem menos, o que poderia até ser um indicativo positivo. No entanto, quando se trata de responsabilidade exclusiva pelo sustento da família elas são maioria, o que aponta para a reprodução de barreiras sistemáticas que podem acarretar diferenças socioeconômicas.

Ainda sobre questões familiares, identificamos que há uma diferença entre brancas e negras, tanto em relação à quantidade de mulheres mães, quanto ao momento em que a maternidade se efetivou para elas. Entre as racializadas, 68% são mães e 58% delas tiveram filhos depois de ingressar na pós-graduação. Entre as brancas esses números são 45% e 30%, respectivamente. Embora seja necessário ouvir as interlocutoras para entender melhor, esses números podem indicar a situação em que o vínculo empregatício de maior segurança foi um fator importante. Tivemos esse entendimento porque, nos dois grupos, elas são majoritariamente funcionárias efetivas (86%, no geral), o que pode significar escolhas reprodutivas mais conscientes, como a decisão de planejar a maternidade ou mesmo optar em não exercê-las.

Nos dois grupos, a presença de bolsas é marcante, porém entre as brancas, 45% delas precisaram trabalhar durante todo percurso enquanto estudante. Entre as racializadas esse número é de 62,5%. Esse dado mostra diferenças no percurso que podem configurar uma desvantagem, já que, em tese, exercer atividade remunerada pode significar menos tempo dedicado ao estudo ou sobrecarga mental.

Em suma, embora esses dados necessitem de aprofundamento e de outros elementos para uma análise mais consistente, já é possível identificar a importância de um estudo com ferramentas interseccionais para entender melhor a experiência das mulheres racializadas na docência em jornalismo.

Referências:

CARNEIRO, Sueli. “Negros de pele clara”. Portal Geledés: Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 29, maio 2004. Disponível em: https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/. Acesso em 16 jan. 2024

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Tradução de Carol Correia. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-eviolencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/. Acesso em 15 abr. 2024.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. ***E-Compós***, *2020*.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirme. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, 1994.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Être Affecté". In: **Gradhiva:** Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, 8, 1990.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: **Na mídia, na rua:** narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 61-88.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Desigualdades raciais e de gênero na educação superior no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

GHEDIN, Evandro. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: **Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos** – SIPEQ, 2. ed., 2004. Anais II Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos, Universidade Sagrado Coração: Bauru, São Paulo. p. 1-14.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-244.

MORAES, Andrea, FARIAS, Patrícia Silveira. Na academia. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NAZÁRIO, Heleno Rocha; REINO, Luciana da Silva Souza; MANFREDINI, Rodolfo. Hermenêutica de Profundidade e Suas Aplicações. **Linguagens** - Revista de Letras, Artes e Comunicação, Blumenau, v. 10, n. 2, p. 288-305, mai./ago. 2016. ISSN 1981-9943.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 352-367

TAVARES, Camilla Quesada; MASSUCHIN, Michele Goulart; SOUSA, Nayara Nascimento de; SILVA, Gabriela Almeida. Comunicação e Gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos a partir da análise bibliométrica. **Intercom** - RBCC, São Paulo, v. 44, n. 3, set./dez. 2021, p. 83-102

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO COMO UMA SOCIOLOGIA PÚBLICA: CONSTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA ATRAVES DE PODCASTS BRASILEIROS.

Lorrana Ferreira Lúcio[1](UCAM)

RESUMO: Este artigo examina a intersecção entre o pensamento feminista negro e a sociologia pública, enfatizando o papel crucial do feminismo negro na promoção de uma sociologia mais inclusiva. Ao contextualizar historicamente e ideologicamente o feminismo negro e os princípios da sociologia pública, o estudo destaca a urgência de reconhecer e legitimar o conhecimento produzido por mulheres negras na academia. Além disso, salienta a escassez de produções lideradas por mulheres negras em podcasts, apontando o potencial desses meios de comunicação para difundir o pensamento feminista negro e desmantelar estereótipos. A metodologia de podcast pode ser vista como uma forma de difundir essas ideias e atingir uma audiência mais ampla. O trabalho ressalta a importância da colaboração entre esses dois campos na construção de uma sociologia mais abrangente e engajada com questões de gênero, raça e justiça social.

Palavras-chaves: Feminismo negro; Sociologia pública; Pensamento feminista negro; Podcast.

INTRODUÇÃO

O movimento do feminismo negro emerge como uma força identitária, ideológica e política que desafia as estruturas de poder cultural, social e econômico ao questionar e desconstruir os estereótipos que moldam as percepções sobre as mulheres negras. Esses estereótipos foram historicamente criados para manter esse grupo social subalterno, obscurecendo as interseções de opressão que incluem racismo, machismo, sexismo e classe social. Desde sua ascensão na década de 1960, o pensamento feminista negro tem influenciado profundamente a construção de uma epistemologia própria, centrada na sobrevivência digna e livre das mulheres negras e na luta pela autodefinição, participação social respeitosa e desconstrução de imagens de controle.

Este artigo propõe uma análise crítica do papel do feminismo negro na construção da sociologia pública orgânica, conforme conceituada por Michel Burawoy. No contexto da sociologia pública, o pensamento feminista negro desempenha um papel significativo na construção de uma agenda mais inclusiva e sensível às questões de gênero e raça. Ao desafiar os paradigmas tradicionais da sociologia, que muitas vezes marginalizam as vozes das mulheres negras, esse movimento

[1] Mestranda no programa de pós-graduação em Sociologia Política, PPGSA-UCAM, Brasil. lorrana.f.lucio@gmail.com.

promove um diálogo mais amplo e colaborativo entre os sociólogos e a sociedade em geral. A sociologia pública orgânica, proposta por Michel Burawoy, enfatiza a importância da participação ativa dos públicos na construção do conhecimento sociológico, e o feminismo negro contribui para essa dinâmica ao oferecer uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as estruturas de poder e opressão.

Além disso, este artigo examina o papel dos podcasts como uma ferramenta poderosa na construção da subjetividade das mulheres negras e na desconstrução de estereótipos. Apesar dos desafios relacionados à representatividade e acesso, os podcasts oferecem um espaço para a expressão e reflexão das experiências das mulheres negras, contribuindo para a construção da subjetividade e identidade desse grupo social. Como uma forma de mídia em ascensão, os podcasts representam uma oportunidade única para amplificar as vozes subalternizadas e desafiar os estereótipos e imagens de controle que permeiam a sociedade.

Por meio da análise desses aspectos, este artigo busca destacar a importância do pensamento feminista negro na construção de uma sociologia pública orgânica e na promoção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todas as mulheres, especialmente as mulheres negras.

1. FEMINISMO NEGRO, ESTEREÓTIPOS E IMAGENS DE CONTROLE

Referencio o feminismo negro como um movimento identitário, ideológico, social, político, cultural e econômico que parte da indagação para a explanação perante as formas de culturalização da raça e a desconstrução de estereótipos a respeito de mulheres negras que foram criados para manter esse grupo social no lugar do subalterno, escondendo o segredo público que somatiza o racismo, o machismo, o sexismo, a classe social, entre outras opressões perante os corpos dessas mulheres.

A corrente do pensamento feminista negro ganhou força na década de 60 e segue influenciando e construindo a sua epistemologia dentro da sociedade. Essa linha de pensamento é resultado de um movimento social que busca pela sobrevivência digna e livre de mulheres negras, e luta para a construção de um discurso sobre o feminismo negro partindo de mulheres, fortalecendo esse pensamento e movimento que foi construído, e essa busca se dá em torno da luta pela autodefinição, contra as violências patriarcais e estruturais sofridas por esse grupo, pelo direito a uma educação e uma participação social respeitosa, contra as imagens de controle e os estereótipos construídos sobre esse grupo. A filósofa Ângela Davis expõe a importância do movimento feminista negro se compreender como um movimento a parte do feminismo homogêneo, se apresentando como parte dos feminismos e na busca pela consolidação da noção de que feminismos precisam ser

plurais para abarcar todas as mulheres, democratizando a luta e possibilitando a visibilidade para os mais distintos grupos minoritários.

> "Em alguns sentidos, a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria "mulher". As muitas contestações dessa categoria ajudaram a produzir o que viemos chamar de "teorias e práticas feministas radicais das mulheres de minorias étnicas." (DAVIS, 2018, p. 92)

A historiografia do feminismo negro aponta para esse recorte e constrói seu conhecimento objetivando referenciar assuntos sobre mulheres negras, como de que forma a interssecionalidade impacta na vida dessas mulheres, de que maneiras as imagens de controle voltadas para esse grupo social constroem autoestima, como as relações e afetos são construídos e compreendidos, como o mercado de trabalho e o educacional comporta essas pessoas. De maneira geral, o feminismo negro focou em refletir e lutar por tudo aquilo que foi invisibilizado a sociedade. A construção dessa linha de pensamento conta com contribuições intelectuais riquíssimas que objetivam refletir e documentar sobre o cotidiano dessas mulheres, assim como sobre as estruturas e os indicadores que as rodeiam.

> "O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. (...) Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras (...) o papel feminista negro contem observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns (...) não existe uma plataforma feminista negra a partir da qual se possa medir a "precisão" de uma pensadora; nem deveria haver uma. Em vez disso, como defini acima, existe uma longa e rica tradição de um pensamento feminista negro" (COLLINS, 2016, p.101 e 102)

O pensamento feminista negro foi produzido na relação entre a teoria e a prática, mas principalmente, entre a prática e a teoria. As principais teorias defendem que esse conhecimento é feito, construído, consumido e aplicado pelas próprias mulheres negras mas deve ser consolidado e compreendido por toda a sociedade. A tentativa de compreender as especificidades do pensamento feminista negro caminha para o aprofundamento dos discursos acerca de quais são as produções estão circulando sobre esse tema, de que forma esse pensamento se apresenta na composição da construção de uma epistemologia e, de forma mais abrangente, como esse conhecimento é disseminado na esfera pública e absorvido pelo senso comum.

A construção de referências bibliográficas de mulheres negras pode ser interpretada como um ato de resistência a uma lógica de dominação que as silencia e objetifica, sem considerá-las sujeitos. Essa produção se revela extremamente complexa devido à necessidade de romper com uma

lógica que serve como mecanismo de autopreservação para as mulheres negras diante das pressões e discriminações presentes no contexto dominado pela cultura branca. Ao expor aspectos íntimos e segredos constantemente silenciados e subjugados, a produção do pensamento feminista negro desafia essas barreiras, buscando construir novas trajetórias, novas formas de conhecimento e novas estratégias de autopreservação. Romper com o silêncio dentro de uma estrutura que subjuga as mulheres negras se apresenta como um ato de coragem e de poder, a escrita, a fala, a arte, as ilustrações e as construções dos afetos desse grupo social caminham para a autodefinição como uma forma de enfrentar as tentativas de desumanização e submissão da comunidade de mulheres negras.

A autora Patrícia Hill Collins, em seu texto 'Aprendendo com a Outsider' expõe como a sociologia pode ser hostil para mulheres negras, pois se apresenta em sua maioria sendo construída por homens brancos que inclinam-se a representar essas mulheres como inferiores, subalternas e desprovidas de protagonismo dentro da sociedade, além de que, mulheres negras trabalhadoras "tende a ser bem mais afetada pela falta de encaixe entre suas experiências e os paradigmas da própria sociologia" (COLLINS, 2016, p.119). Podemos compreender que essa hostilidade não se resume somente na sociologia, assim como em toda a vida social da mulher negra. Os papeis de representação que essas mulheres encontram na mídia são, em sua maioria, ridicularizando ou resumindo a sua existência como somente a mãe que cuida e limpa as casas, ou a mulher extremamente sexual que não pode controlar seus próprios impulsos, ou a melhor amiga encalhada da personagem principal, ou ainda, a mãe favelada que aparece nos jornais deitada sob o corpo do seu filho que foi morto por uma bala perdida. Essas imagens de controle moldam a forma como a sociedade enxerga essa mulher e como essa mulher se insere na sociedade, mexendo na psique social e alimentando estereótipos.

> "os estereótipos são uma representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana que têm sido centrais para a desumanização de mulheres negras e para a exploração do seu trabalho." (COLLINS, p. 103)

No contexto cultural, as representações de mulher negra são caracterizadas pela expectativa de disposição contínua para servir, muitas vezes com suas funções e atribuições corporais determinadas por estereótipos. A imagem da 'mulata' é frequentemente vinculada à prontidão para atender aos desejos dos homens que objetificam seus corpos, enquanto as mulheres pretas são estereotipadas como aquelas que devem estar sempre preparadas para realizar tarefas braçais (domésticas e cozinheiras) e/ou incansáveis e afetuosas (amas de leite). Esses estereótipos evidenciam a construção subalterna da mulher negra dentro dessa lógica cultural, o que reforça a

consolidação de uma herança cultural que a relega a um papel de subalternidade no imaginário social.

> "Podemos pensar em cultura material ou simbólica, e essa ideia de cultura simbólica é muito importante para nós que trabalhamos com "raça". Construímos o sentido de nossa vida social e individual, assim como construímos também os artefatos que nos permitem sobreviver e reproduzir de maneira ampliada a nossa vida em sociedade." (GUIMARÃES, p.95,)

A elaboração do imaginário social sobre mulheres negras, considerando a influência persuasiva em massa dos estereótipos e das representações, desempenha um papel fundamental na configuração cultural e identitária de uma nação, contribuindo para tentativas de desumanização e subjugação dessa comunidade. Para Collins, "A opressão vivenciada pela maioria das mulheres negras é moldada por seu status de subordinação em meio a uma série de dualidades do tipo isto ou aquilo." (COLLINS, p.109). Dessa forma, uma estratégia para desafiar essa dinâmica seria a desconstrução desse status subalterno, a ruptura dos estereótipos e a reinterpretação dos símbolos culturais. Nesse sentido, enfatizamos que a mulher negra deve se apropriar e se identificar com sua cultura, seus símbolos e seus valores, destacando a importância da autodefinição e autoafirmação. É fundamental reconhecer o papel crucial do movimento feminista negro nesse processo de empoderamento cultural das mulheres negras, promovendo sua participação ativa na redefinição dos símbolos culturais e, consequentemente, desafiando os estereótipos que as subjugam.

2. O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO APLICANDO A SOCIOLOGIA PÚBLICA: Uma breve aproximação entre os conceitos.

"A sociologia pública é frequentemente uma avenida para os marginalizados, excluídos da arena política e exilados da academia" (BURAWOY, 2006, p.25)., Nesta seção, será abordado o impacto do pensamento feminista negro na construção da agenda da sociologia pública orgânica, conforme proposto por Michel Burawoy. Pretendo explorar como o pensamento feminista negro opera no dia a dia, aplicando as premissas e práticas da sociologia pública em suas ações e discursos.

A ampla produção de conhecimento acadêmico pode sugerir que o acesso a esse conhecimento é amplo e acessível a todos. No entanto, é importante aprofundar essa discussão. Apesar da era digital e da disponibilidade constante de informações, especialmente com a internet acessível à grande parte da população, ter acesso à informação não significa necessariamente ter acesso a conhecimento de qualidade. A qualidade do conhecimento disponível pode variar significativamente, e nem sempre o volume de informações reflete a sua relevância ou precisão.

Dessa forma, um dos desafios fundamentais é tornar os conhecimentos sociológicos mais acessíveis em termos de alcance, disponibilidade e linguagem. Isso envolve a adaptação da linguagem utilizada em artigos científicos, a produção de revistas e jornais especializados, além da criação de influenciadores, vídeos virais e podcasts sobre temas sociológicos. O objetivo é garantir que o conhecimento sociológico seja disseminado para além dos limites da academia, atingindo um público mais amplo sem comprometer a qualidade das informações transmitidas.

Um dos principais desafios das epistemologias é estabelecer um contato efetivo com seu público, envolvendo e permitindo que esse público se aproprie dos conhecimentos, ideologias e os reproduza em seu cotidiano. Michel Burawoy destaca os desafios enfrentados pela sociologia ao tentar estabelecer essa conexão com seu público, e por isso propõe a sociologia pública como uma abordagem que busca contribuir para esse diálogo. No entanto, o pensamento feminista negro se destaca nesse aspecto, pois consegue alcançar as mulheres negras em seu cotidiano de maneira mais direta e eficaz.

Burawoy argumenta que a sociologia pública deve buscar formas de traduzir a sociedade, onde os sociólogos têm uma responsabilidade não apenas de produzir conhecimento sociológico, mas também de tornar esse conhecimento acessível e relevante para a sociedade em geral. Dentro do campo da sociologia pública, o autor constitui a existência de dois subcampos, sendo a sociologia pública tradicional e a sociologia pública orgânica.

> "O que queremos dizer com sociologia pública? Sociologia Pública traz a sociologia para uma conversação com públicos; entendidos como pessoas que estão, elas próprias, envolvidas na conversação." (BURAWOY, 2006, p.14).

Dessa forma, Burawoy destaca a importância de que o debate em torno de uma sociologia pública seja iniciado por meio de uma conversa entre os sociólogos e os sujeitos de pesquisa. Além disso, ele propõe que esses indivíduos também participem ativamente na construção dessa agenda, promovendo uma colaboração mais ampla e inclusiva no processo de produção do conhecimento sociológico.

"A sociologia pública tradicional instiga debates nos e entre públicos, embora ela não participe realmente desses debates. " (BURAWOY,2006, p.15). Nessa passagem, podemos compreender que a sociologia pública tradicional precisa se manter distância do seu objeto, onde existe a noção do "nós e eles", mantendo um afastamento entre o pesquisador e o pesquisado. Já a sociologia pública orgânica tem como objetivo estabelecer um diálogo significativo entre os sociólogos e o público em geral, visando superar a tradicional falta de conexão entre o habitus sociológico e a estrutura global do campo disciplinar. Na sociologia pública orgânica ocorre um

processo educacional em que o cientista social se envolve com seu público, em uma relação de aprendizagem mútua e esse processo educacional contribui para a promoção de um diálogo construtivo e para a formação de uma sociologia que reconhece e legitima novos cenários, compreendendo que a sociedade oferece os temas para a sociologia estudar.

> "As sociologias públicas tradicionais e orgânicas não são antitéticas, mas complementares. Uma informa a outra. (...) Na melhor das circunstâncias a sociologia pública tradicional molda a sociologia pública orgânica, enquanto esta última disciplina, fundamenta e dirige a primeira" (BURAWOY, 2006,p.15)

De acordo com esse pensamento, a sociologia pública tradicional organiza os debates, a comunicação com a sociedade, de forma burocrática e estruturada, enquanto a sociologia pública orgânica, contribui para a aplicação dessa sociologia na sociedade, no cotidiano, no dia a dia, no olho no olho.

A partir da junção das duas, do diálogo entre as duas encontra-se o conceito "ideal e utópico" da sociologia pública. A sociologia pública se torna a esperança, sendo onde estava proposta uma comunicação maior e uma participação mais ativa de indivíduos marginalizados. Na perspectiva da sociologia pública, o conhecimento é construído mediante a realização de consenso entre os sociólogos e seus respectivos públicos, tornando esse público parte da engrenagem.

> "A sociologia pública (...) inaugura uma relação de diálogo entre sociólogos e públicos na qual a agenda de cada um é posta na mesa e passa por um processo de ajuste. Na sociologia pública, a discussão frequentemente envolve valores e objetivos que não são automaticamente compartilhados por ambos os lados, de forma que a reciprocidade ou, como coloca Habermas (1984), a "ação comunicativa", é muitas vezes difícil de manter. E mais, é objetivo da sociologia pública desenvolver tal conversação." (BURAWOY, 2006, p. 18)

De maneira geral, a sociologia pública é traduzida por agendas e produções que buscam inserir temáticas que movem a sociedade para além do cânone sociológico. A partir dessa percepção, a análise do pensamento feminista negro se encaminha para a compreensão desse movimento como um belo exemplo para a sociologia pública, de maneira que enquanto a discussão dessa sociologia estava sendo realizada, a epistemologia do pensamento feminista negro já se apresentava como solida, apesar de todo o apagamento produzido acerca dessa epistemologia.

Dentro da academia e da produção de teoria crítica social, as mulheres negras podem assumir a postura de trazer para público os problemas privados do seu grupo social que por vezes foram invisibilizados, mirando na promoção de mudanças estruturais. Nesse ponto, a produção científica promove soluções que reverberam no contexto público, seja contribuindo para as discussões, seja a promoção de políticas públicas, ou diversas outras possibilidades. A bibliografia do

pensamento feminista negro reconhece os benefícios dessa relação, inclusive para a própria sociologia.

> "Sociólogos podem se beneficiar ao considerarem seriamente a emergência da literatura multidisciplinar que denomino pensamento feminista negro, precisamente porque para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a "marginalidade" tem sido um estímulo à criatividade. Como outsiders within, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de outsider within ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas." (COLLINS, 2016, p.107)

Patrícia Collins mantém o argumento de que essas mulheres negras e não somente elas, mas como pessoas que são colocadas como "marginais" dentro da academia e na vida social, podem ter colaborações extraordinárias para a construção de uma sociologia que compreenda mais a sua sociedade. "E as metodologias feministas podem ajudar de maneiras fundamentais pessoas dedicadas à pesquisa, à academia, ao ativismo e à mobilização. " (DAVIS, 2018, p. 98) O feminismo deveria ser autenticado como um grande aliado da sociologia, seja ela a pública, a profissional, a crítica ou a acadêmica.

UM BREVE ESTUDO SOBRE PODCASTS

Os podcasts representam uma forma de mídia que tem o potencial de influenciar profundamente a construção da subjetividade de um indivíduo. A ascensão dos podcasts como uma forma de mídia consumida pelos brasileiros representa uma significativa mudança nos hábitos de consumo de informação e entretenimento. De acordo com pesquisas recentes, o Brasil se destaca como um dos maiores consumidores de podcasts globalmente, correspondendo a 42.9% de usuários de internet, com idade entre 16 e 64 anos, que escutam podcast toda semana. (DataReportal, 2023). Essa popularidade pode ser atribuída à diversidade de gêneros e temas disponíveis, os quais atendem a uma ampla gama de interesses e preferências do público. Os podcasts oferecem uma experiência única de consumo de conteúdo, permitindo que os ouvintes acessem informações, debates e narrativas em diferentes momentos e locais, por meio de dispositivos móveis e plataformas de streaming. Além disso, os podcasts proporcionam uma abordagem flexível e personalizada ao consumo de mídia, permitindo que os ouvintes selecionem programas específicos e ajustem os horários de escuta de acordo com suas conveniências individuais. Nesse sentido, os podcasts

emergem como uma ferramenta influente na construção de conhecimento, na disseminação de ideias e na criação de conexões entre os diversos aspectos da vida contemporânea dos usuários. Essa crescente adesão aos podcasts reflete não apenas uma mudança nos padrões de consumo de mídia, mas também a crescente importância dessa forma de comunicação na sociedade contemporânea.

Em suma, os podcasts se tornam uma ferramenta poderosa na construção da subjetividade dos indivíduos, oferecendo uma plataforma diversificada para expressão, reflexão, conexão e entretenimento. Como uma forma de mídia em constante evolução e popularidade, os podcasts continuam a moldar e influenciar as identidades e experiências individuais dos ouvintes em um mundo cada vez mais digitalizado e interconectado.

Segundo a pesquisa PodPesquisa de 2021, a maioria dos produtores de podcasts brasileiros eram homens 75,7%, brancos 58,8%, heterossexuais 81,3% e de classe média 73,7%. O questionamento gira em torno de, se cada vez mais brasileiros estão se tornando ouvintes e o perfil dos produtores segue a cartilha invisível da sociedade acerca de quem costuma ser ouvido no cotidiano. A presença de mulheres ainda é escassa, apesar do apontamento de literaturas para a mudança dessa realidade. A pesquisa apresenta os dados da presença feminina, sendo ela 23,3% e a presença de pessoas negras, correspondente a 35,6% dos produtores. Apesar do quantitativo reduzido de mulheres negras em níveis gerais, sua presença é fundamental para a análise abrangente dessa esfera. Os estudos sociológicos precisam estar alinhados com os meios de comunicação e mídia utilizados pela sociedade. São nesses espaços que nos deparamos com as agendas da sociologia pública sendo aplicadas no dia -a- dia da população.

Analisando o recorte sociologicamente, ao relembrar que a produção do pensamento feminista negro positiva e legitima as vivências e concepções de mulheres negras, representando estas como sujeitas de sua própria agencia, sem a objetificação delas como o “outro” que precisa ser pesquisado, observado, mas não possui voz ou força para a sua autodefinição dentro da sua subjetividade "nos desafiando a ver mulheres negras como sujeitos, e não como objetos" (hooks, 2019, p. 29). Produzir conhecimento com base na sua experiência pode ser revolucionário, como podemos observar nos textos de mulheres negras feministas.

> “Pessoas que se veem como plenamente humanas, como sujeitos, se tornam ativistas, não importa quão limitada seja a esfera de seu ativismo. Ao devolverem a subjetividade às mulheres negras, as feministas negras lhe devolvem também o ativismo.” (COLLINS, 2016, p.114)

A construção de podcasts de mulheres negras pode ser interpretado como um ato de resistência a uma lógica de dominação que silencia e objetiva essas mulheres, sem considerá-las sujeitos. Essa produção se torna muito mais complexa de se analisar, romper com essa lógica pode

significar romper com uma autoproteção que as mulheres negras precisam ter para enfrentar o "mundo dos brancos", é trazer a público o seu íntimo e segredos que são constantemente escondidos e subjugados, por mais que essa autoproteção e esse segredo sejam ilusões, a produção do pensamento feminista negro desfaz com isso, para construir novos direcionamentos, novas epistemologias e novas formas de se auto proteger.

Nesse contexto, encontramos os podcasts produzidos por mulheres negras com temáticas que as aproxima, seja de maneira acadêmica ou de forma mais despojada, contando causos da vida cotidiana e refletindo sobre fenômenos sociais sob a perspectiva da vivência de mulheres negras. Ter um espaço para falar e ser ouvido para muitos pode parecer comum, mas para outros esses espaços pode ser transformador. Na bibliografia sobre podcast encontramos a informação de que os ouvintes tendem a se sentirem mais próximos dessa relação. A possibilidade de identificação com aquele áudio que está fornecendo pode se tornar algo inexplicável, incômodo ou admirável. Para mulheres negras, esse processo pode ser ainda mais desafiador. A autodefinição, que Collins retrata como uma potente arma na luta contra o racismo e a estrutura racista, também transforma a psique e romper com isso pode durar um tempo considerável pois a luta contra o sistema que as objetifica e estereotipa causa uma necessidade da autoavaliação e posteriormente, da autodefinição.

CONCLUSÃO

O ponto explorado nesta pesquisa se torna a forma como o pensamento feminista negro se consolidou como uma epistemologia e, posteriormente, age de maneira pública com as mulheres e a sua sociedade ao redor. Collins apresenta que a "busca de uma voz própria para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido das mulheres negras continua sendo um ponto central no pensamento feminista negro. " (Collins, 2019, p. 183) O pensamento feminista negro se apresenta como público, acessível e crítico, como a sociologia deveria se apresentar igualmente. Referenciar a sociologia pública para buscar refletir as aproximações do que Burawoy falou com a atuação dos movimentos sociais, políticos e comprometidos com a agenda pública construindo a noção de que, a cada vez mais, as academias e as ciências precisam incorporar os conhecimentos produzidos por movimentos sociais, como o produzido pelo feminismo negro.

A sociologia pública orgânica requer uma relação de educação e diálogo entre o sociólogo e a sociedade, e é justamente nesse ponto que o movimento feminista negro desempenha um papel crucial. Ao considerar o vasto acervo de conhecimento já produzido até o momento, com suas

conclusões e considerações prontas para serem absorvidas pela sociologia pública de Burawoy, o movimento feminista negro oferece uma perspectiva educacional e questionadora. Além disso, vai além ao produzir suas próprias sociólogas, proporcionando uma ampliação e diversificação do campo acadêmico, enriquecendo-o com uma variedade de vozes e experiências antes marginalizadas. Essa educação e questionamento fornecidos pelo pensamento feminista negro não só enriquecem o discurso sociológico, mas também contribuem para a construção de uma sociologia mais inclusiva, sensível e representativa.

A argumentação apresentada neste artigo evidencia que o pensamento feminista negro desempenhou e desempenha um papel crucial na integração entre o público e a produção acadêmica. Por meio dessa integração, foi possível consolidar uma teoria robusta, fundamentada em estrutura, método, resultados e conclusões, que também orientou ações públicas e políticas. Nesse sentido, o pensamento feminista negro emergiu como um facilitador na construção da agenda pública, fornecendo contribuições significativas e resultados concretos para a sociologia pública orgânica. Essa integração entre teoria e prática demonstra a relevância e o impacto positivo que o pensamento feminista negro exerce na transformação social e na promoção da justiça e igualdade de gênero.

> "Transmitindo coletivamente nossos conhecimentos, nossos recursos, nossas habilidades e nossa sabedoria de uma para a outra, criamos um novo local onde a subjetividade negra radical pode ser nutrida e sustentada." (hooks, 2019, p.125)

Pela contemporaneidade dos podcasts no formato atual, os estudos sobre o tema ainda estão sendo produzidos, muitos pelo viés da comunicação, correspondendo a inquietação inicial do artigo, que caminha em torno da invisibilidade das produções negras nessa área. Se torna essencial para a sociologia acompanhar as novas formas de influencias digitais.

Os podcasts produzidos por mulheres negras são aliados na luta contra o apagamento vivido por essa categoria e podem ser apresentados como um braço do pensamento feminista negro, auxiliando na quebra de estereótipos que circulam pela sociedade, e além disso, essa ferramenta contribui para a construção da subjetividade das ouvintes enquanto mulheres negras. A conversação sobre sentimentos, traumas e situações traumáticas tende a oferecer um alívio para a psique. As situações de racismos podem ser avaliadas como algo pontual ou individual, até mesmo sendo descredibilizado por pessoas que não possuem algum nível de letramento racial, entretanto, os podcasts podem contribuir para a identificação de violências, assim como para a busca por entendimentos de que coisas foram reais e graves, contribuindo subjetivamente na caminhada da autodefinição de mulheres negras. Os mesmos programas contribuem para a humanização e com a quebra de estereótipos sobre as mesmas, promovendo constantemente a mudança no status

individual e, gradualmente, social dessa mulher. E para além do impacto neste grupo focal, ao consumir esses programas, outros grupos sociais vão sendo sensibilizados com os relatos e com as reflexões ali propostas.

REFERÊNCIAS

BURAWOY, M. Por uma sociologia pública. Revista Política & Trabalho, v. 25, p. 21-41, 2006

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P. H. - Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

DIGITAL BRASIL: 2023. Disponível em: https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil. Acesso em: 07 de abril. 2024

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. Universidade de São Paulo. 2003;

HOOKS, Bell. Olhares Negros: raça e representação. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

PODPESQUISA Produtores 2020 - 2021. ABPOD, 2020. Disponível em: https://abpod.org/wp-content/uploads/2021/10/Podpesquisa-Produtor-2020-2021_Abpod-Resultado-ATUALIZADO.pdf. Acesso em: 09 de abril. 2024.

DIGITAL BRASIL: 2023. Disponível em: https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil. Acesso em: 07 de abril. 2024.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

Título do trabalho: Envelhecimento de Mulheres e Relações de Gênero na Amazônia Paraense.

Eula Regina Lima Nascimento[1](UFPA)
Romeu da Costa Brito [2](UFPA)

RESUMO: O fenômeno do envelhecimento humano de mulheres e as relações de gênero, tem conquistado espaço no cenário contemporâneo. Para problematizar as relações de gênero, partimos da compreensão do envelhecer feminino enquanto etapa natural da existência humana. O presente artigo centra-se na condição do envelhecer e as relações de gênero, a partir da perspectiva das mulheres idosas do Programa Grupo de Educação e Trabalho com Pessoas Idosas (GETI), da UFPA, Campus Castanhal/Faculdade de Pedagogia. Os dados empíricos resultam de investigação de natureza qualitativa, tendo como técnica de produção de dados as entrevistas biográficas Josso (2018), coesas as escrevivencias Evaristo (2009), realizadas com dez idosas, participantes do GETI, residentes em Castanhal na Amazônia Paraense. A entrevista biográfica incidiu sobre o processo de envelhecer e as questões de gênero. Dialogamos sobre questão de gênero e feminização da velhice, com Beauvoir (1980), Debert (1999), Salgado (2023), Neri (2014), Camarano (2005). Com relação as questões de opressão e superação dialogamos com Freire (1995), Arroyo (2021). Os resultados trazem contributos sobre o envelhecimento humano feminino no contexto contemporâneo do nordeste paraense, na interface com as questões de gênero, pois as participantes reconheciam a sua condição de mulheres velhas, enquanto protagonistas, em um cotidiano marcado por resistências, lutas na busca por direitos, equidade e respeito na sociedade, se percebiam marcadas pela vulnerabilidade, pelos preconceitos geradores de desafios significativos em diferentes contextos sociais. Bem como, consideravam que o fato de serem idosas limitava oportunidades, possibilidades nessa etapa da vida, e eram críticas sobre a negação de direitos que incidia na vida de mulheres velhas.

.

Palavras-chave: Envelhecimento; Mulheres Velhas; Relações de Gênero

INTRODUÇÃO

Estudos demonstram que o fenômeno do envelhecimento populacional é uma realidade vivenciada mundialmente. Nesse sentido, vemos que na conjuntura brasileira a expectativa de vida humana, a longevidade teve ampliação significativa, nas últimas décadas, superando a barreira dos setenta anos de idade, e essa situação favoreceu o aumento do número de pessoas idosas no território nacional.

Outro aspecto a ser abordado, é a literatura apontando que o processo de envelhecer, expõe forte componente de gênero, pelo fato que existem mais mulheres idosas do que homens idosos. Ademais, dados do IBGE/2023 confirmam que as mulheres vivem mais, caracterizando uma feminilização da velhice, que demanda ser problematizada frente a uma sociedade capitalista e

[1] Faculdade de Pedagogia.CampusCastanhal/UFPA/Brasil Email: eu10eula@gmail.com
[2] Faculdade de Letras.Campus.Castanhal/UFPA/Brasil Email: profromeuletraslp@gmail.com

desigual Arroyo (2021), na qual as relações de gênero são marcadas por processos de opressão Freire (1995), (1997) exclusão, etarismo, machismo, mas também por lutas na busca rumo a garantias de direitos, que afetam as escrevivencias Evaristo (2009) das mulheres velhas, de forma peculiar, aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social, geradora de expressivos desafios.

Nesta discussão, o envelhecer supera a compreensão de viés meramente clínico-biológica, que segue a ordenação linear das fases do corpo, e nos aproximamos do entendimento de Simone de Beauvoir (1980) que situa a velhice como uma fase da vida complexa e multifacetada, que deve ser compreendida e valorizada em sua diversidade. Essa concepção reflete relações de poder, fatores sociais, econômicos, culturais, bem como, perspectivas dos papéis das mulheres velhas, das relações de gênero estabelecidas historicamente e das contradições que se desdobram na vida cotidiana, das conquistas frente ao contexto em que estão inseridas podendo encaminhar para situações de inclusão/ exclusão, opressão/superação.

Nesse sentido, sobre a questão de gênero e feminização da velhice, dialogamos com autores, como Beauvoir (1980), Debert (1999), Salgado (2023), Neri (2014), Camarano (2005), entre outros. Com relação as questões de opressão e superação dialogamos com o Freire (1995), Arroyo (2021). No que tange às escrevivencias com Evaristo (2009), e as entrevistas biográficas, com Josso (2018) dentre outros. Na sequência trazemos o percurso metodológico; no encadeamento situamos as discussões e os resultados, para finalizar as considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo e sua análise em termos metodológicos estão emoldurados na investigação qualitativa vinculada à abordagem biográfica e ao pensamento crítico, realizado através de inserções bibliográficas, documentais, empíricas. O estudo teve sua gênese no envelhecer de mulheres velhas da Amazônia Paraense. Desse modo, nosso objetivo geral foi problematizar a condição do envelhecimento humano de mulheres idosas e as relações de gênero, no cenário contemporâneo, no nordeste paraense. Minayo (2016) contextualiza a presença da pesquisa qualitativa vinculada ao pensamento crítico no Brasil nos últimos tempos, e afirma ter um papel fundamental frente aos avanços no campo das ciências humanas, da educação, haja vista a preocupação com a análise e contextualização do objeto em estudo na sua realidade dinâmica, apropriado a muitas interações.

Nesse sentido, sintonizada com esse arcabouço dialogamos com elementos teóricos, metodológicos da abordagem biográfica, difundida por autores como Josso (2016), Nóvoa (1993), dentre outros. Nóvoa (1993) faz lembrar que essa abordagem possibilita aos sujeitos da investigação, pensar, narrar, ações de resistência individuais, coletivas que contribuem para novas práticas,

capazes de favorecer a construção de novos processos, inspiradores de outras vivências, possibilidades, delineadas em experiências em comum.

Desta feita, nesse estudo de natureza qualitativa Minayo (2016), tivemos como sujeitas participantes 10 (dez) mulheres idosas, acima de sessenta anos de idade e tendo como lócus o Programa Grupo de Educação e Trabalho com Pessoas Idosas/GETI. A entrevista biográfica foi utilizada como técnica para produção dos dados, aqui denominados de escrevivencias.

Os dados coletados pelo viés biográfico incidiram sobre o processo de envelhecer e as questões de gênero enfrentadas pelas idosas. Além disso, as escrevivencias das mulheres idosas pesquisadas desvelaram que as mesmas tinham vidas abalizadas por marcadores de exclusão e negação de direitos. Assim, reconheciam sua condição de mulheres; de idosas, de protagonistas, mesmo em situação de vulnerabilidade socioeconômico, uma vez que a maioria vivia com um salário-mínimo; ou com benefício de prestação continuada/BPC e ou aposentadoria por falecimento do companheiro, ou seja, havia mulheres idosas que estavam na condição de viuvez.

No que tange ao envelhecimento humano e as questões de gênero, as mulheres velhas ressaltaram o tempo histórico e social por elas vivido, ressaltando que hoje vivem um protagonismo que quase sempre lhes foi negado em suas histórias de vida. Os dados situam formas de resistência, tanto no que tange ao envelhecer, bem como as questões de gênero relacionados a persistência pela garantia dos direitos sociais da mulher idosa.

As entrevistadas eram participantes do Programa de Extensão Grupo de Educação e Trabalho com Pessoas Idosas (GETI), que promovia ações educativas, tecnológicas, culturais, informativas, de envelhecimento saudável, de lazer. O lócus da investigação viabilizava ações de ensino, pesquisa e extensão por meio de projetos vinculados entre si, que conjugavam as faculdades de Pedagogia; Educação Física; Computação, Letras, bem como incorporava docentes, discentes, pessoal técnico do Campus, bem como outros parceiros que promoviam atividades diversificadas voltadas a atender anualmente pessoas idosas, em situação de vulnerabilidade de Castanhal, com destaque para o bairro Jaderlândia, onde está situado o Campus da UFPA.

O Programa GETI, da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, completou 25 (vinte e cinco) anos de atuação no município, no dia 08 (oito) de março de 2024. Nesse um quarto de século vem atendendo a população idosa de forma singular. O programa oferecia quatro projetos: 1) UFPA para todos: inclusão de pessoas adultas e idosas no GETI por meio de rodas de conversa sobre suas histórias de vida, que promovia eventos temáticos (reuniões, palestras, oficinas, rodas de conversas, seminários, aniversários, excursões), atividades lideradas pela coordenação do programa GETI em colaboração com docentes e discentes da Faculdade de Pedagogia, e de técnicos/as do

Campus de Castanhal; 2) Envelhecimento Saudável com atividades teóricas e práticas de exercícios físicos para as pessoas adultas e idosas, orientadas por uma docente, juntamente com discentes, bolsistas e voluntários, do Curso de Educação Física do Campus de Castanhal; 3)Tecnologias da Informação e Comunicação integrando a comunidade do GETI/Campus Castanhal, as novas tecnologias de comunicação e informação desenvolvido por docente e bolsistas da Faculdade de Computação. 4) Cinema Cabano que exibe filmes, documentários, curtas, animações para as pessoas idosas, favorecendo reflexões, discussões de forma crítica, reflexiva, coletiva.

Ressalvamos o papel singular do Programa GETI, na vida das pessoas participantes e da UFPA, no município de Castanhal, no interior do nordeste paraense, visto que no Brasil e no mundo, as ações que dialogam com o envelhecer feminino, e com o envelhecimento humano (Lima & Bueno, 2009), serem realizados geralmente em grandes centros urbanos. Nesse sentido, tivemos como foco nesta investigação a problemática do envelhecimento de mulheres e as relações de gênero no contexto da Amazônia Paraense. Na sequência trazemos as discussões e os resultados.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O Brasil possui população idosa superior a 32 (trinta e dois) milhões, segundo dados do IBGE/ 2023, com projeção que sinaliza a tendência de dobrar esse percentual nas próximas décadas. Esse fato nos levou a problematizar o fenômeno do envelhecimento humano feminino e as relações de gênero, no cenário contemporâneo, a partir da perspectiva das mulheres velhas, na idade de sessenta a oitenta anos que majoritariamente frequentavam o Programa Grupo de Educação e Trabalho com Pessoas Idosas (GETI), da Universidade Federal do Pará, do Campus de Castanhal realizado pela Faculdade de Pedagogia.

No que tange ao papel das IES e a população idosa o Estatuto da Pessoa Idosa (2013), Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, no Art. 25 preconiza que: O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas. Nesse sentido, Programa de Extensão denominado GETI realizava educação ao longo da vida, desde o ano 1999, ou seja, mesmo antes da determinação legal do estatuto da pessoa idosa. Em março de 2024, completou vinte e cinco anos implementando o acolhimento de mais de 100 (cem) pessoas idosas anualmente, numa perspectiva intergeracional.

Historicamente as participantes na sua grande maioria são do sexo feminino, em situação de vulnerabilidade da comunidade castanhalense, atendidas por meio de projetos, ações, atividades diversificadas de caráter formativo, garantindo o preceito legal da obrigatoriedade da universidade em receber e garantir a participação deste coletivo forjado por especialmente por mulheres, que demonstravam ousadia em assumir sua condição de mulher idosa.

Ressaltamos que na dinâmica do funcionamento da UFPA, Campus Castanhal, Faculdade de Pedagogia o Programa GETI encontrava - se situado na conexão da tríade ensino, pesquisa e extensão, caracterizado como um programa de viés extensionista que oportunizava a aproximação da universidade com a sociedade ao atender as necessidades da comunidade, nesse caso das mulheres idosas de Castanhal, oriundas de bairros periféricos, em situação de vulnerabilidade contribuindo para que as instituições de ensino superior trabalhem sintonizadas com as demandas da sociedade, bem como contribuindo para a transformação desta realidade social, pois essa aproximação da Universidade com a comunidade, reafirma o verdadeiro sentido do trabalho feito na academia.

Para Cachioni (2005) o trabalho realizado via programas e projetos pelas IES, tem caráter universitário, multidisciplinar. A autora parte do pressuposto que as atividades promovem saúde, bem-estar psicológico, físico, social, cidadania das pessoas idosas. As instituições de ensino superior (IES) tem exercido papel singular no processo de visibilizar, qualificar o envelhecimento humano brasileiro, nas últimas décadas.

Nessa perspectiva, a efetivação do Programa GETI na UFPA/ Campus Castanhal/Faculdade de Pedagogia nas últimas décadas tem contribuído para reafirmar o compromisso político pedagógico, o caráter público, gratuito, de qualidade referenciada da instituição para com a população de pessoas velhas do município de Castanhal, do Nordeste Paraense, especialmente ao favorecer a formação dos graduandos das diversas licenciaturas do Campus de Castanhal, uma vez que o programa promove diversificadas ações educativas permanentes junto as pessoas idosas de viés multidisciplinar, na perspectiva de pautar, visibilizar a velhice, promover a dignidade humana, a autonomia, a cidadania, as relações intergeracionais com objetivo de superar estereótipos, preconceitos associados a velhice.

Neri (2004) defende a ideia que as ações das instituições de ensino superior demandam fundamentação no reconhecimento dos valores inerentes a pessoa idosa e dos direitos de suas oportunidades. Nesse sentido, o arcabouço teórico metodológico do programa GETI dialoga com o paradigma da educação ao longo da vida Licinio (2007) e com o legado da Pedagogia do Oprimido, Freire (1987), que preconiza a educação como prática de liberdade de caráter emancipador, uma pedagogia que faz da opressão e das suas causas objeto de reflexão da pessoa humana oprimida, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por suas libertações e está pedagogia se fará e refará, de forma dialética nesse caso na vida da pessoa idosa, da mulher idosa.

Outrossim o Estatuto da Pessoa Idosa, em seu artigo 21, preconiza que é dever do Estado criar oportunidades de acesso a pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material

didático aos programas educacionais a ele destinados. (BRASIL, 2003). E, no âmbito do Programa GETI são trabalhadas ações de ensino articuladas a pesquisa e a extensão com ênfase na formação das/os graduandas/os das diversas licenciaturas do Campus de Castanhal, de forma peculiar do Curso de Pedagogia que possui em seu Projeto Pedagógico do Curso o componente curricular Pedagogia em Ambientes Não Escolares, com ementa que preconiza na formação acadêmica o papel da pedagogia imbricada as demandas sociais e educacionais, bem como evidencia a questão do envelhecimento humano, na formação dos educadores, com foco na Amazônia Paraense.

Rememoramos que estudos sobre o envelhecimento humano no território brasileiro vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX, de abordagem qualitativa, a presente discussão centra-se na condição do envelhecer na interface com as relações de gênero, a partir da perspectiva das mulheres idosas, participantes do Programa Grupo de Educação e Trabalho com Pessoas Idosas/GETI e como sugere o seu título, objetivou visibilizar o Envelhecimento de Mulheres e Relações de Gênero na Amazônia Paraense.

Nessa perspectiva Palma (2000), pondera ser objetivo da IES junto a população idosa rever estereótipos, preconceitos, promoção da autoestima, resgate da cidadania, incentivo a autonomia, a independência, a auto-expressão e a reinserção social.

Nesta parte do texto continuamos trazendo a discussão e situamos os resultados oriundos dos dados produzidos por meio das entrevistas biográficas com as dez (10) mulheres idosas, cidadãs de direitos em situação de vulnerabilidade, participantes do Programa Grupo de Educação e Trabalho com Pessoas Idosas/GETI, da UFPA, realizado no Campus Castanhal pela Faculdade de Pedagogia. A análise dos dados da entrevista biográfica, aqui denominados de escrevivencias foram articuladas em eixos que retratam a condição do envelhecer e o contexto social mais amplo; a condição de envelhecer interfaceado as relações de gênero e protagonismo feminino; bem como conquistas e negações na velhice, que dialogam entre si.

A análise dos dados foi situada na abordagem qualitativa de viés teórico-metodológico das escrevivencias humanas, Evaristo (2009), que tem como foco potencializar as participantes da investigação, pensar, narrar ações, vivencias, individuais, coletivas que são problematizadas criticamente na interface com a concepção emancipadora Freire (1995).

No que concerne a condição do envelhecer e o contexto social mais amplo; ficou explicitado nas análises das escrevivencias, a centralidade da condição do envelhecer das dez idosas investigadas, que com ousadia e autonomia se reconheceram mulheres idosas da Amazônia paraense, que também reafirmaram o fato de serem mulheres velhas que viviam no momento da investigação em situação de vulnerabilidade socioeconômico, pois viviam com renda de um salário

mínimo, moravam em bairros periféricos e que enfrentavam cotidianamente, desafios relacionados a velhice, em diferentes contextos.

As escrevivencias apontaram enfrentamento de diversas situações sociais, econômicas, culturais, vividas pelas mulheres idosas que contribuem para caracterizar ocorrências que lhes impõe incidências de marginalização, opressão, discriminação, negação de direito, no âmbito da família, do trabalho, da igreja, e em outros espaços como posto de saúde; casa lotérica; supermercado; transporte coletivo, dentre outros.

Nesse sentido, as escrevivencias apontavam enfrentamentos de incidências de atitudes de preconceitos no âmbito da própria família; por meio de falas, gestos, ações de filhos, netos, e de outros membros da familiar que relutavam em não reconhecer efetivamente os direitos da pessoa idosa, a exemplo de tentativas de cercear a liberdade de ir e vir para os lugares que as idosas desejavam, inclusive visando boicotar a frequência as atividades do Programa, impondo restrições tais como: ficar em casa; cuidar dos netos e bisnetos; ficar em casa e ver TV pois seria bem mais seguro. Tentativas que eram enfrentadas pelas mulheres idosas, segundos suas falas.

Outras respostas que demandavam enfrentamentos pelas mulheres idosas apontavam para o impeditivo da pessoa viajar, para dentro e fora do Estado, quase sempre com alegações de segurança; bem como o cerceamento o uso do cartão do banco para prover suas próprias necessidades; ou seja, as atitudes tentavam impedir a tomada de decisões por parte da pessoa idosa, bem como havia tentativas de não reconhecimento da autonomia, da garantia de direitos assegurados legalmente.

As escrevivencias apontavam também situações de enfrentamento no que tange a negação de direitos, em trabalhos, geralmente realizados na informalidade; na condição de cuidadoras, diaristas, faxineiras uma vez que os contratantes não aceitavam pagar os valores pagos as pessoas mais jovens, ou não queriam reconhecer a carga horária de trabalho definida em marcos legais.

As escrevivencias também apontavam a enfrentamento em relação a situações de discriminação, negação de direitos na igreja, pois quase sempre as pessoas mais jovens eram escolhidas para as atividades, consideradas mais significativas no templo, e as mulheres idosas ficavam com tarefas secundarizadas, e por vezes sentiam-se invisibilizadas.

Para Debert, 2007, o envelhecimento é compreendido como uma categoria socialmente produzida é compreendido como fenômeno humano e social, multifacetado com múltiplas significações sócio históricas, políticas e culturais. Portanto, não é um fenômeno homogêneo, ele é heterogêneo e contraditório, que ultrapassa o ciclo biológico.

Nessa perspectiva, as escrevivencias apontavam outros lugares que demandavam enfrentamentos diante o fenômeno do envelhecimento feminino tais como: postos de saúde; casas lotéricas; supermercados; transportes coletivos, espaços frequentados pelas idosas, nos quais eram comuns atitudes de negação de direitos. Ficando evidenciado nas escrevivencias que em diferentes contextos e de diversas formas existiam tentativas de limitar o exercício da cidadania, as oportunidades, as possibilidades nessa etapa da vida contrariando as garantias de direitos da pessoa idosa preconizadas pelo Estatuto da Pessoa Idosa, Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, que determina os direitos legalmente garantidos, com destaque para o Artigo. 2º ao declarar que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais.

As escrevivencias chamavam atenção para a condição de envelhecer das mulheres do programa GETI, que legalmente tem início aos sessenta anos, de acordo com suas falas constitui-se um processo complexo, bastante desafiador, que demanda constantes enfrentamentos, resistências, frente a um contexto desigual, especialmente para mulheres velhas que vivem em bairros periféricos, em situação de vulnerabilidade, na sociedade castanhalense uma vida que envolve históricas situações de negações de direitos e relações marcadas por conservadorismo, machismo, opressões de várias ordens. Lembramos que as escrevivencias desveladas contrariavam princípios democráticos preconizados por ordenamentos legais tais como a Constituição Federal Cidadã de 1988; a Lei Maria da Penha Nº11.340/2006, de 07/09/2006 e o próprio Estatuto da Pessoa Idosa Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

As escrevivencias desvelaram em relação a condição do envelhecer feminino, que ainda são frequentes as situações de preconceitos, de negação de direitos, de invisibilidades no cotidiano das mulheres entrevistadas. No entanto, foi comum nas escrevivencias as mulheres idosas do Programa GETI afirmarem que realizavam inúmeros enfrentamentos no cotidiano, especialmente, no que tangia a cobranças de garantias dos direitos.

Os dados presentes nas escrevivencias assinalavam que apesar de estarmos em pleno século XXI, ainda existiam expressivos estereótipos presentes em diferentes lugares e situações, em relação a mulher idosa do município de Castanhal, no nordeste paraense. Beavouir (1980) nos chama atenção para a incapacidade da sociedade capitalista de tratar humanamente a questão do envelhecimento, e atribui como um fracasso de toda a civilização.

Para Debert (2007) as relações sociais constituem o modo como a velhice vai ser vivida ao considerar que os sentidos e a própria vivência da velhice não são estáticos, mas sim processos humanos marcados pela heterogeneidade, contradições vivenciadas, de modos pluridiversos.

Essa afirmação pressupõe problematizar e enfrentar na teoria e na prática a sociedade capitalista que atribui uma imagem preconcebida, um tipo de padrão construído e consumido socialmente o qual impõe as pessoas idosas, um modelo bem preconceituoso, por vezes desumano. E, as escrevivencias das mulheres idosas dialogavam com esse arquétipo frente ao contexto social mais amplo, no qual o envelhecer está sempre associado a murchar, definhar e que costuma ser entendido como pejorativo, uma vez que a mulher idosa, nessa concepção perde seu capital social.

Beavouir (1980) propõe que se queremos que a condição da pessoa idosa seja aceitável é necessária refazer a humanidade, recriar as relações entre as pessoas.

Arroyo (2021) nos alerta que, especialmente em uma sociedade capitalista, marcada pelo capital, pelo consumo, pelo fetiche da aparência, os corpos velhos sofrem invisibilização social. Nesse sentido, a invisibilidade da mulher velha não é um fenômeno isolado do contexto social mais ampla, é um fato que não se restringe ao aspecto físico, mas na negação dos direitos civis e humanos que precisam ser trabalhados de forma crítica na sociedade, pois os direitos são preconizados por marcos legais.

Simone de Beauvoir (1980) apela as pessoas idosas, para que se juntem à luta e trabalhem em conjunto para desafiar o sistema e fazer acontecer. Pois a reivindicação somente pode ser radical se for capaz de mudar a vida, nessa discussão da mulher idosa.

No que concerne ao eixo condição de envelhecer feminino interfaceada as relações de gênero, as falas coletadas via entrevista biográfica com as idosas do Programa GETI, aqui denominadas de escrevivencias Evaristo (2009), trouxeram evidencias com destaque para o papel da mulher idosa na categoria de protagonista, caracterizada pela resistência, pelo enfrentamento diante as situações de opressões e de negação de direitos.

As escrevivencias apontaram que as mulheres idosas na sua condição de envelhecer interfaceada as relações de gênero, reconheciam o poder ideológico que tem condicionado as mulheres historicamente a determinados papéis sociais, bem como reconheciam a necessidade de hoje exercitarem seu protagonismo, pois no dia a dia travavam significativas lutas em diversos contextos no âmbito familiar; do trabalho; bem como em outros territórios em que estão inseridas na busca por direitos, por equidade e respeito em uma sociedade marcadamente capitalista, machista, misógina.

Simone de Beauvoir (1980), alerta para o fato que a mulher tem tematizado a história, e sua presença marcada por tradições e culturas. Na maioria dos casos, submetida aos homens e/ou a entidades que há muito tentam subjugá-la, essa afirmativa se faz presente nas escrevivencias no que tange a condição de envelhecer feminino interfaceada as relações de gênero, uma vez que as

mulheres idosas rememoram de forma crítica, a existência de um lugar ideologicamente vinculado ao papel social da mulher e da mulher idosa na sociedade

Nesse sentido, as escrevivencias remeteram ao fato de que desde muito cedo em suas vidas as mulheres, hoje na condição de idosas lhes foi atribuído como papel principal cuidar da casa, do marido, dos filhos, da família, ou seja, as bases das suas historicidades foram construídas no âmbito do território doméstico, enquanto espaço de submissão, fato que muito marcou suas existências, inclusive nos brinquedos e nas brincadeiras de meninas. E que hoje, frente um outro momento histórico de suas vidas transformou-se em um espaço marcado pelas resistências, pelos enfrentamentos, pelo protagonismo.

As escrevivencias também ressaltaram que quase sempre as mulheres, nas suas famílias de perfil tradicional, machista, patriarcal foram excluídas da vida social, primeiro pelos pais, depois pelos maridos, pois ficavam condicionadas as tarefas de mãe, de esposa, de cuidadoras como condição obrigatória, determinada socialmente. E, hoje não se submetiam a todas essas determinações, com destaque para o fato de hoje cuidarem de si mesmas, bem como se distanciavam da forma ideológica de pensar a esfera doméstica e do cuidado.

As escrevivencias também desvelaram que o espaço doméstico, inúmeras vezes se caracterizava como lugar de significativas desigualdades, de violência, de negação de direitos. Neri (2014) chama atenção para a questão que as mulheres, em diferentes culturas, são mais envolvidas com a família do que os homens, porque o exercício dos papeis femininos ao longo do curso da vida lhes demanda determinadas performances.

As escrevivencias remeteram ao fato das mulheres idosas terem a possibilidade de falar, de narrar, de refletir, de pensar, repensar ou seja exercitar o protagonismo, a autonomia, a liberdade ao frequentarem um programa de extensão universitário de uma universidade pública, gratuita, na qual essas mulheres idosas se sentem acolhidas, incluídas no território do ensino superior.

Para Paulo Freire (1995), o protagonismo, a autonomia é o próprio ser humano compreender-se capaz de libertar-se das amarras do determinismo, reconhecendo que a história se caracteriza como um tempo de possibilidades. As mulheres idosas, em suas escrevivencias desvelaram, portanto, o desabrochar para um processo de tomada de decisão, de protagonismo que vai sendo construído, a partir de várias e inúmeras decisões que vão sendo tomadas ao longo de um processo. Para Freire (1997), ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência que vão sendo tomadas. [...] A autonomia, como amadurecimento do ser para si, é um processo, é vir a ser. (FREIRE, 1995, p. 120).

Nesse sentido, importante ressaltar o protagonismo, a autonomia, o enfrentamento presente nas escrevivencias que evidenciaram a importância de repensar as questões de gênero, as atitudes, as relações cotidianas, pois influenciam na própria qualidade de vida das mulheres, uma vez que as diferenças entre mulheres e homens na velhice especialmente para as mulheres são determinadas cultural e historicamente com definições de papéis e valores que sobrevêm a ser modelos na sociedade.

Além disso, as escrevivencias apontaram para construções de protagonismo, de resistências, de lutas na busca por direitos, por equidade e respeito na sociedade, das mulheres idosas por meio de novas atitudes, que tendem a contribuir para mudanças no cenário cotidiano sobre o envelhecer e as relações de gênero.

As mulheres afirmaram estarem mais autônomas para protagonizar suas escrevivencias, se sentirem mais livres, resistentes para enfrentar as lutas por direitos ao estarem participando de atividades formativas, inclusivas que contribuem para que cuidem mais de si mesmas, e apontaram ações relacionadas a viagens, passeios, divertimentos que geram bem-estar, encontros, sorrisos. Bem como, identificam a importância de participarem da realização de atividades físicas, rodas de conversas, círculos de estudos, sessões de cinema, aula de informática educativa, dentre outras ações que favorecem a apropriação de conhecimentos, debates, discussões, reflexões.

Merece destaque nas escrevivencias a identificação de novas atitudes, pois os registros apontaram que suas vidas antes eram vividas em função da casa, da família, do ambiente doméstico, do provimento do bem-estar de outras pessoas, ou seja, dedicavam grande parte do tempo a essas demandas. Outrossim, as novas escrevivencias falam sobre a condição de envelhecer interfaceada com as relações de gênero, onde apontaram para lampejos de superação de uma cultura histórica de opressão, exploração e de imposição à mulher idosa. Esse dado contribui para favorecer possibilidades de novas perspectivas, novos contributos capazes de colaborar para refletir sobre uma sociedade mais inclusiva, com capacidade de garantir direitos, equidade, respeito na qual novas ideias possam ser produzidas, difundidas, socializadas rumo a compreensão de novas concepções em relação a essas questões Freire (1995), Beauvoir (1980).

As escrevivencias sobre as conquistas e negações na velhice, apontavam para a importância da participação em espaços de convivência Cachioni (2005), enquanto espaço coletivo, com capacidade de favorecer novos aprendizados, bem como contribuir para a incorporação de novas práticas e atitudes capazes de garantir as mulheres idosas maiores chances de terem uma velhice com mais liberdade, com garantia de direitos, de ir e vir, de sair de casa, de se encontrar com as

amigas, de frequentar outros espaços públicos, privados com garantia de equidade, de participação capazes de favorecer mais qualidade de vida da mulher idosa castanhalense.

Nesse sentido, as escrevivencias apontavam a universidade, no caso o GETI como um espaço de que somos educáveis ao longo da vida. E, Freire alerta para o fato de que mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconheceram inacabados, na consciência de sua inconclusão que gera sua educabilidade. (FREIRE, 1996, p. 64).

Nessa discussão importante ressaltar que as escrevivencias dialogavam com a concepção do programa GETI, com os fundamentos de uma educação como prática de liberdade que demanda o comprometimento individual e coletivo com um projeto de sociedade inclusivo, emancipado no qual a realidade é fruto de um projeto de sociedade vigente, que não é algo pronto e acabado, portanto possibilita agir em outras direções, rumo a novas conquistas, nesse caso na velhice.

As escrevivencias também apontam que em relação ao envelhecimento não devemos assumir um entendimento romântico, pois a vivencias no cotidiano ainda são marcadas pela negações na velhice enquanto expressão de uma sociedade que historicamente exclui, rotula, oprime a pessoa idosa, especialmente as mulheres, pois as mesmas consideravam que o fato de serem idosas limitava suas oportunidades, suas possibilidades nessa etapa da vida, e foram bastante críticas sobre a negação de direitos que incide na vida deste segmento populacional.

Nessa perspectiva reafirma-se o enfrentamento da própria compreensão que a sociedade capitalista, contemporânea tem em relação a pessoa velha quase sempre associada à inutilidade, ao superado, ao debilitado, que perdeu o valor que pode ser descartado. Nas escrevivencias essa negação de direito manifesta-se na imposição de inúmeras situações, com destaque para as tentativas de isolamento forçado das mulheres idosas, para que não estabeleçam relações sociais, com alegações baseadas na fragilidade das forças físicas, da insegurança, e que no cotidiano impossibilita a autonomia, a liberdade, a independência para frequentar espaços públicos ou privados com objetivo de estabelecer outros processos sociais de inclusão, de formação.

Nesse sentido, importante destacar que nem sempre as práticas sociais e educativas têm o compromisso com a transformação, com a mudança, com a diversidade, com a pessoa oprimida, por serem de viés ideológico de dominação e estarem a serviço do capital, dos interesses hegemônicos.

E, para que essas mulheres velhas, bem como a sociedade brasileira, de Castanhal, da Amazônia Paraense busquem rever suas concepções sobre a velhice feminina, necessário se faz outros saberes, outros fazeres pautados em concepções emancipadoras, que compreenda a velhice enquanto uma etapa geradora de novas lutas, de novas possibilidades, novas conquistas individuais

e coletivas, mesmo perante os desafios das relações de gênero diante de uma sociedade capitalista, machista, opressora, misógina.

Daí a importância, o imperativo da participação coletiva em programas, projetos de convivências, a exemplo do GETI, da UFPA, no qual as mulheres por meio da problematização das suas vulnerabilidades são estimuladas a pensar, a repensar, a exercer seus protagonismos. A reconhecerem os desafios das lutas cotidianas no que tange as relações de gênero que demandavam posturas de resistências na busca por garantia de direitos preconizados legalmente, por equidade e respeito frente ao contexto social mais amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos na culminância deste processo de investigação é necessário ponderar sobre a necessidade de continuar realizando mais estudos de abordagem qualitativa sobre a condição do envelhecer e as relações de gênero, a partir da perspectiva das mulheres idosas, via entrevista biográfica, pautadas nas suas escrevivencias humanas, em seus protagonismos contemporâneos, para que mitos, estereótipos sobre o envelhecer de mulheres velhas sejam repensados, revistos. E, para que essas mulheres, bem como a sociedade possam rever seus conceitos, suas concepções sobre a velhice feminina, enquanto uma etapa geradora de novas lutas, de novas possibilidades, novas conquistas individuais e coletivas, mesmo perante os desafios das relações de gênero diante de uma sociedade capitalista, machista, opressora, misógina. Daí a importância, o imperativo da participação coletiva em programas, projetos de convivências, a exemplo do GETI, da UFPA, no qual as mulheres por meio da problematização das suas vulnerabilidades são estimuladas a pensar, a repensar, a exercer seus protagonismos. Pois, se reconheceram na sua condição de mulheres velhas marcadas pelas situações de vulnerabilidade, de preconceitos, que demandavam enfrentamento dos mesmos, em diferentes contextos e situações.

Outrossim, os dados apontavam que as mulheres se enxergavam nos seus protagonismos, e reconheceram desafios das relações de gênero que exigiam posturas de resistências, de lutas cotidianas na busca por garantia de direitos preconizados legalmente, por equidade e respeito frente ao contexto social mais amplo, uma vez que a sociedade contemporânea ainda limita oportunidades, nega direitos as mulheres velhas, fato que demanda a continuidade das lutas para a garantir direitos e para favorecer mudanças de comportamentos, de atitudes frente a realidade do fenômeno do envelhecimento populacional vivido pela sociedade brasileira, em particular em relação as mulheres velhas da Amazônia Paraense.

REFERENCIAS

ARROYO, Miguel. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petropólis, RJ: Vozes,2021

BEAUVOIR, S. A Velhice: A realidade incomoda. Trad. de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Editorial Difusão Europeia do Livro, 1980.

BRASIL. Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 2023.

CAMARANO, A. A. Idosos Brasileiros: indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas. Brasília: Presidência/Secretaria Geral dos Direitos Humanos/Subsecretaria de promoção e defesa dos direitos humanos, 2005.

CACHIONE-Meire. Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para Terceira Idade: A experiência dos alunos da Universidade São Francisco. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Campinas, SP. UNICAMP.1998

CACHIONI, M. & NERI, A. L. Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade. Campinas, SP. Papirus.2004.

CACHIONI, MEIRE. Universidade da Terceira Idade. Em A. L. Neri (Org.), Palavras-chave em Gerontologia . Campinas, SP: Alínea.2005.

CONNELL, R.; PEARSE, R. Gênero: uma perspectiva global. São Paulo: Versos, 2015.

DEBERT, G. G. A Reinvenção da Velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1995.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática de Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1997.

JOSSO, M.C, Experiencia de Vida e Formação. Lisboa. Educa-Formação.2018

LIMA, Licinio. Educação ao Longo da Vida entre a mão direita e a mão esquerda de Miró. São Paulo. Ed.Cortez.2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa. 16ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2016.

NOVOA. A (Org.) O Método autobiográfico e a formação. Porto. Editora Porto. Lisboa, 1993

PALMA, L. T. S. Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida Passo Fundo: UPF Editora. 2000.

PAVIN, R. da S. Mulheres idosas e o apoio social. Curitiba: Crv, 2020.

SALGADO, C. D. S. Mulher idosa: a feminização da velhice. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Revista Envelhecer, Porto Alegre. v. 4. 2002. Disponível em: . Acesso em: 19 mai. 2023.

SOARES, C. Envelhecimento populacional e as condições de rendimento das idosas no Brasil. Revista Gênero. Niterói, v. 12, n. 2, 2012. Disponível em:Acesso em: 07 jan. 2023.

GT 08 – Racismos, colonialismos, patriarcado e diásporas na história presente da América Latina e do Caribe

GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO: AS MASCULINIDADES E A VIOLÊNCIA A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE HOMENS QUE COMETERAM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTO ALEGRE/RS

Karolayne Gonsalves[1] (UFRGS)

RESUMO: Neste trabalho apresentarei o resultado da primeira fase desta pesquisa. A partir dos achados do meu campo exploratório, a pesquisa aborda a influência euro-ocidental na produção de conhecimento sobre gênero, destacando a necessidade de ampliar a perspectiva para incluir a diversidade do Sul global. Como ponto de partida, me inspiro na contribuição da autora Mara Viveros Vigoya para refletir sobre os estudos de gênero e masculinidades, buscando ressaltar a importância de reconhecer o contexto específico da Nossa América e a crítica de Vigoya ao cânone de produção de conhecimento. O trabalho, desse modo, explora os estudos sobre homens e masculinidades na Nossa América, destacando a influência do feminismo e a formação de grupos de pesquisa nas décadas de 1990. Vigoya apresenta uma análise detalhada da produção acadêmica sobre o tema na região, ressaltando temas como identidades masculinas, violências, saúde dos homens e afetos. Por fim, o trabalho busca descolonizar o conhecimento sobre gênero na Nossa América, destacando a importância de perspectivas interseccionais e decoloniais. A metodologia envolve revisão bibliográfica e campo exploratório, buscando compreender as experiências de homens que cometeram violência doméstica na região, traduzindo esses achados com uma epistemologia feminista e decolonial da Nossa América.

Palavras-chaves: Gênero, Masculinidades, Epistemologia Decolonial.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da graduação, minha trajetória na iniciação científica se deu na linha de pesquisa da Sociologia da Violência, sobretudo, dentro dos Estudos de Gênero. As pesquisas que desenvolvi sobre violência contra mulheres e jovens, me despertaram o interesse em compreender o outro lado. Questionamentos difusos me acompanhavam: o que diferencia um homem que cometeu violência doméstica daquele que não tem histórico de violência contra uma mulher? Em que momento um homem sai da condição de um indivíduo sem histórico de violência para aquele que está sendo acusado de feminicídio?

Essa pesquisa me é muito cara, tal como desejada por mim, desde o período do meu trabalho de conclusão de curso da graduação. Ainda lá eu busquei efetivar o meu campo de trabalho nos Grupos Reflexivos de Gênero, mas pelas limitações impostas pela pandemia do Covid-19, não pude efetivá-lo. Felizmente, estou tendo a oportunidade de executá-lo e apresentá-lo.

[1] Mestranda em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Email: karolayne.cke@gmail.com.

Trabalhar com homens que cometeram violência contra mulheres não é uma tarefa simples. No princípio do meu trabalho já estava ciente das adversidades que eu poderia esbarrar. Sou uma mulher jovem, de uma geração que é oriunda de um contexto político brasileiro pós ditadura militar e com um posicionamento ideológico muito sólido e que preza pela igualdade. Não me surpreenderia ouvir algum discurso que pudesse me deixar desconfortável. Esse é um dos principais desafios dessa pesquisa: achar o equilíbrio ético dentro do meu papel como socióloga. Acredito que é um desafio de muitas pesquisadoras mulheres que já tiveram que trabalhar com esses homens nesta situação, mas não é uma experiência normalmente compartilhada nos trabalhos acadêmicos.

Nesse trabalho existe a Karolayne socióloga, mas também muito de uma Karolayne que cresceu e permitiu ouvir e compreender o outro. Foi um exercício árduo como pesquisadora elaborar esse projeto e apresentação, que em breve se tornará uma dissertação, mas foi um trabalho ainda mais exaustivo encontrar o meu ponto de equilíbrio nesse espaço. Uma cautela importante ao trabalhar com homens que cometeram violência doméstica é: cuidar com o tom justificativo das ações dos homens e, igualmente, cuidar com o tom punitivista contra as ações desses homens. Nesse sentido, a minha primeira preocupação foi estruturar um projeto de pesquisa que concentre duas questões, que julgo como quesitos éticos que compõem o presente trabalho: i) compartilhar os meus achados no campo, mas igualmente a minha experiência como socióloga e minhas eventuais dificuldades como uma mulher feminista nesse espaço e ii) falar sobre a trajetória de vida de homens que cometeram violência doméstica e compreender como são construídas essas masculinidades e como a violência é atravessada na vida desses indivíduos. Esse segundo ponto não é uma tentativa de justificar a violência perpetuada por homens em corpos de mulheres, mas o esforço de compreender a construção das masculinidades de homens que cometeram violência doméstica e como isso pode nos auxiliar para analisar o fenômeno a partir de uma perspectiva sociológica pouco explorada.

Diante do transcorrido, na presente pesquisa, iniciarei com a apresentação do tema de pesquisa, buscando introduzir o contexto do Grupo Reflexivo de Gênero em Porto Alegre/RS, assim como os conceitos que serão mobilizados ao longo do trabalho. Depois passarei para as primeiras reflexões nutridas no campo, se concentrando no debate epistemológico e possibilidades teóricas sobre gênero e masculinidades.

2. O GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO NA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida por Lei Maria da Penha, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio da Silva, é reflexo de uma longa jornada de embate social e jurídico,

após o famoso caso da Maria da Penha Maia Fernandes se tornar um paradigma dentro do Brasil. Após sofrer uma tentativa de homicídio pelo ex-marido em 1983, a vítima trilhou uma árdua caminhada para o reconhecimento do crime e a punição do réu. O caso, a partir da mobilização do movimento feminista e de organizações do mesmo teor, acabou chegando na Comissão Interamericana de Direitos Humanas e na Organização dos Estados Americanos (OAS) que gerou uma punição ao Brasil pela negligência do processo. Antes do caso, os crimes de violência contra mulheres eram normalmente tratados no âmbito da Lei nº 9.099/95, que regula os crimes de menor potencial ofensivo para diversos casos, não sendo uma lei especial para mulheres em situação de violência doméstica, tornando a sentença um pouco mais branda, com prestação de serviço à sociedade. Além disso, essas ocorrências normalmente eram tratadas como lesão corporal e ameaça, sem considerar a complexidade da situação, tampouco, a questão de gênero, que era um marcador significativo nos casos.

Com a formulação da lei de 2006, foi constituída uma redação para a punição exclusiva para os casos de violência doméstica, que hoje pondera a violência de gênero[2] da seguinte forma:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.
> Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
> (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Acessado no dia 12 de novembro de 2023. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)

A implementação da lei ainda é alvo de discussão, como o caso das Delegacias Especializadas em Violência Doméstica (DEAMs)[3] e as Varas Especializadas em Violência Doméstica dos Estados do Brasil, são focos de pesquisa no universo acadêmico, em decorrência das suas configurações, problemáticas, funcionalidades e, sobretudo, limitações. A reflexão sobre as políticas públicas do país também é pauta de pesquisas, sobretudo quando é percebido o aumento das estatísticas de mortes e

[2] Alteração realizada em 2015.

[3] A DEAM é anterior à Lei 11.340/2006, no entanto, com o advento da LMP, as delegacias se tornaram um alvo de pesquisa promissor para analisar como os casos de violência contra mulheres são tratados.

violência doméstica contra as mulheres. Nesse sentido, a formulação da lei não foi projetada apenas para punir autores do crime, mas também para subsidiar políticas do Estado para coibir esses fatos e proteger as mulheres.

Sob esse pano de fundo, os Grupos Reflexivos de Gênero surgem no Estado do Rio Grande do Sul em 2011, nos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Alegre, através do Projeto Borboleta. O projeto opera prestando atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e na reeducação de homens que se envolveram em situação de violência familiar ou afetiva contra mulheres, se debruçando na Lei Maria da Penha (11.340/06). Atualmente o GRG[4] está presente em mais de 42 comarcas do RS. A participação dos homens nos grupos está prevista momentos específicos, conforme orienta o art. 22 e o art. 45 da Lei 11.340/2006:

> Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:
>
> I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ;
> II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
> III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
> a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
> b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
> c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
> IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
> V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
> **VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)**
>
> Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 152. .....
> **Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação." (NR)**

No meu campo exploratório eu observei que na Comarca de Porto Alegre os homens podem chegar ao Grupo Reflexivo de Gênero em quatro momentos: o primeiro deles é quando a vítima registra o pedido de medida protetiva e, ainda no formulário de encaminhamento, ela solicita a participação do acusado no grupo. O segundo pode ocorrer ao longo do processo, a partir da solicitação do Ministério Público, Defensoria Pública ou defesa da vítima. O terceiro momento que

[4] A partir daqui, ao escrever GRG, me refiro ao Grupo Reflexivo de Gênero.

pode levar um homem a integrar o GRG, é a própria sugestão da equipe multidisciplinar[5] que acompanha o processo. E, por fim, o quarto momento é quando os homens são encaminhados ao grupo a partir de uma condenação criminal, sobretudo como possibilidade de substituição da pena. A recomendação nº 124/2022 do Conselho Nacional de Justiça nomeia os participantes do grupo como "agressões de violência doméstica e familiar"[6], o que me faz interpretar que o entendimento do Poder Judiciário sobre esses indivíduos, independente do momento que eles são encaminhados ao Grupo Reflexivo de Gênero, é de que são homens autores de violência doméstica.

Nesse sentido, a ação do Poder Judiciário se concentra na reflexão e responsabilização homens que cometeram violência doméstica, a partir de um ciclo de oito encontros reflexivos ocorridos semanalmente, sendo debatidas inúmeras temáticas, como: autoconhecimento do indivíduo, informação sobre as leis que orientam o projeto, sentimentos, gênero, comunicação, violência, saúde e masculinidades. Os encontros são coordenados por facilitadores, ficando a cargo deles as dinâmicas do grupo, bem como o acompanhamento dos homens[7].

Eu conheci os grupos reflexivos de gênero quando ainda era estagiária da Ouvidoria do Tribunal de Justiça do RS, no período da graduação. Por ser um setor que recebe demandas administrativas de todo o judiciário gaúcho, com frequência recebíamos alguma atualização ou notícia sobre as varas do Estado. Como eu já estava inserida dentro de projetos de pesquisa, a minha inquietação sobre homens autores de violência doméstica só cresceu: eu queria saber como se configurava aquele núcleo, como esses homens chegavam até lá e como eu poderia conhecer mais daquele espaço. A partir desse interesse pessoal, eu fui coletando informações aos poucos. Entrei em contato com a Vara de Violência Doméstica e lá acabei conhecendo a Ivete, que é a responsável pelos GRG do Judiciário gaúcho.

Meu primeiro contato foi ainda em 2021, quando eu estava querendo conhecer mais sobre o grupo, afim de montar o projeto de pesquisa para o meu trabalho de conclusão de curso. Nesse período a Ivete me passou uma série de artigos, estatísticas sobre a reincidência desses homens, apresentação sobre a articulação do judiciário e os projetos que são desenvolvidos dentro do Rio Grande do Sul. Esse primeiro passo emoldurou o meu projeto de TCC, mas que não pôde ser executado em razão da pandemia. Consequentemente, esse virou a presente pesquisa, mais

[5] Assistente Social e Psicólogo do Poder Judiciário.

[6] Ver mais em: Conselho Nacional de Justiça. O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha: ano 2022 / Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2023.

[7] Informações coletadas na plataforma do TJRS. Ver em: https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/projetos/grupos-reflexivos-de-genero/. Acesso em 29 de agosto de 2023.

estruturada e com a possibilidade de realizar o campo presencial, sem qualquer eventual dificuldade atrelada às tecnologias.

Ao ingressar no mestrado, conheci a Ana Paula Ranzi, que é servidora da Vara de Violência Doméstica e trabalha como facilitadora desses grupos. Além da afinidade já estabelecida com o campo, ali se consolidou um novo contato e uma perspectiva diferenciada sobre os grupos. Encontrei com a Ana ainda no início de 2023 para ela me contar um pouco sobre o funcionamento dos grupos, a experiência dela como servidora e como ela, que é funcionária, facilitadora e também socióloga, enxergava esse espaço do GRG.

No dia 26 de junho, conforme registro do diário de campo, eu retornei a encontrar a Ivete, para apresentar as propostas do meu projeto de dissertação e meus objetivos dentro dos grupos reflexivos. Ocorre que a Ivete discorreu sobre algumas singulares do campo e narrou a dificuldade de acessar esses homens para desenvolver uma pesquisa, sobretudo uma entrevista, que era (e adianto que ainda é) parte da minha metodologia. Como norma do judiciário, a fim de resguardar os próprios reeducandos, como pesquisadora, mesmo com a autorização do comitê de ética da UFRGS e da Corregedoria Geral do Poder Judiciário, eu não tenho autorização para participar dos encontros dos grupos, a menos que todos os homens autorizem. Essa autorização não é válida para todos os encontros, ou seja, a cada encontro eu precisaria que todos os homens estivessem de acordo com a minha presença. Se um homem não concordasse, eu já não estaria apta a participar daquela reunião. Além disso, essa mediação não seria realizada por mim, ou seja, eu não teria a oportunidade de explicar a minha pesquisa. Essa exposição seria realizada pelo facilitador, que poderia falar sobre a minha pesquisa e sobre mim, de qualquer forma que lhe coubesse no momento. A própria Ivete mencionou que poderia ser um pouco arriscado, pois eu correria risco de até o final do grupo não ter nenhum dado para o meu trabalho.

A segunda sugestão seria eu enviar um material explicando o meu projeto de pesquisa aos integrantes do GRG, com o meu desejo de entrevistá-los. Esse conteúdo seria compartilhado por um facilitador, e os homens que tivessem interesse, poderiam retornar o contato. Mas, mais uma vez, a minha pesquisa estaria em mãos alheias. Todas as alternativas, além disso, não me permitiam criar um laço com esses homens, um vínculo de proximidade. Embora eu não quisesse analisar os discursos durante o grupo reflexivo, eu gostaria de participar efetivamente dos encontros, para enriquecer o meu trabalho e para criar um vínculo de confiança entre a pesquisadora Karol e os integrantes do grupo.

A terceira sugestão, por fim, seria eu realizar a formação como facilitadora do Grupo Reflexivo de Gênero. Formada, eu teria carta branca para participar dos grupos. Como facilitadora, eu poderia

apresentar no final dos grupos a minha pesquisa e convidá-los a fazer parte. Certamente foi a alternativa mais vantajosa apresentada a mim, pois permite um acesso exclusivo e privilegiado na integração dos homens. Todavia, após aceitar o convite, eu percebi que essa alternativa também me colocaria em um risco ético sério: existia agora uma Karolayne facilitadora de grupos reflexivos e uma Karolayne pesquisadora, todas no mesmo ambiente e atuando de forma simultânea.

3. MASCULINIDADES E REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

Os trabalhos que são mais reconhecidos e reproduzimos no campo de estudos de gênero estão localizados em uma região privilegiada na produção de conhecimento: na Europa e nos Estados Unidos. Ou seja, a compreensão de gênero, o ser mulher e homem, era (e muitas vezes ainda é) entendido a partir da realidade em que aqueles autores estão inseridos. Embora algumas contribuições tenham se esforçado para fugir dos limites das fronteiras, ainda assim não conseguiram suprir as múltiplas diversidades existentes. Ainda hoje, teóricas seguem como referência dos estudos de gênero, as contribuições pautadas ainda no final dos anos 80, a partir da influência do pensamento de Scott e a perspectiva de gênero relacional. Esse período foi marcado pela substituição do conceito "mulher" pela categoria "gênero". Esse marco elabora uma nova face dos estudos no Brasil, mas que pouco foi modificado atualmente.

Segundo Rago (1998) a epistemologia feminista, como campo e produção do saber, gerou também um modo "dominante de produção do conhecimento científico" (Rago, 1998). Mesmo com a proposta de repensar nas desigualdades, o feminismo também apaga a experiência de mulheres não brancas (Reis, 2017). Ao refletir sobre a teoria clássica, o cânone das produções da sociologia e a origem do feminismo, é necessário expandir a perspectiva do feminismo que culminou nos estudos de gênero. A epistemologia que constitui o campo de estudos é predominantemente euro-ocidental, limitando-se às realidades de uma conjuntura política liberal e de mulheres brancas.

Ainda que o conceito de gênero tenha se popularizado a partir das contribuições do Norte Global, autores da Nossa América fizeram o uso do conceito partindo das realidades localizadas em nosso continente. Além disso, o reconhecimento do gênero como dimensão relacional, possibilitou os estudos sobre homens, por parte das mulheres feministas, superando críticas e tendências culpabilizadas e receosas. Nesse sentido, ressalto aqui que o presente trabalho não pretende colocar em cheque toda contribuição do movimento feminista, tampouco os trabalhos sobre gênero e teóricas do Norte Global, mas procura valorizar a produção de conhecimento no Sul global, o qual tem o grande potencial de colaborar com os resultados que acabamos encontrando no campo de pesquisa. Ao encontro a essa reflexão, vale relembrar Vigoya (2018), que realiza uma crítica ao cânone

de produção de conhecimento no seu trabalho e traz uma nova perspectiva sobre os as masculinidades, fundamentando-o na marginalização a compreensão da dominação na Nossa América e na sua experiência pessoal, como uma mulher negra e latina, partindo dessa realidade para refletir sobre a masculinidade a partir de uma plano pluridimensional de gênero, articulando esses sentidos com classe, raça e etnicidade, categorias imprescindíveis nas investigações do nosso continente.

Além da compreensão de gênero e masculinidade, que norteiam esse trabalho, utilizo o conceito "Nossa América" para se referir ao continente Latino Americano. Por "Nossa América" compreendo o conceito descrito no livro "As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América" da autora colombiana Mara Viveros Vigoya, publicado em 2018 no Brasil. A "Nossa América" começa a ser discutida por volta do século XIX José Martí já pautava o conceito de forma crítica em uma conferência em Nova York, em que o título levava o nome de "Nossa América". O intelectual cubano chamou atenção para as ameaças que rondavam o continente Sul Americano, com o imperialismo dos Estados Unidos.

A sua pauta era sobre o direito que os estadunidenses julgavam ter para tomar para si o nome de América e se colocar no centro continental. Defendeu uma nova versão da "latinidade", buscava o legado das lutas dos nativos americanos e dos dos americanos de origem africana, em contraposição a uma América anglo-saxã. Fez uma união entre os povos hispano-americanos como uma forma de identidade cultural.

O continente latinoamericano é constituído por diferentes povos indígenas, pessoas afrodescendentes e grupos que questionam a lógica do Norte Global construída sobre a América Latina. Para complementar a perspectiva do cubano Martí, Vigoya (2018) utiliza as autoras Glória Anzaldúa e Silvia Rivera Cusicanqui para aprofundar o conceito da Nossa América com a perspectiva da "Nova Mestiça", que é cunhado nos trabalhos das intelectuais. Segundo Vigoya, a mestiçagem é uma das principais ficções latino-americanas, que garante a homogeneidade nacional da região. A "Nova Mestiça" surge com o objetivo de criar um espaço para juntar e desconstruir as vivências particulares do continente, as lutas políticas, sexuais, raciais e de gênero que estão presentes nessas identidades da Nossa América.

Da forma que a "Nossa América" almeja apropriar-se do significado do mestiço na nossa história, a Nova Mestiça surge para apadrinhar esse projeto e para consolidar a crítica da ideia de um mestiço universal. Todos os países na Nossa América estão unidos pelos atos de violência, desrespeito e pelo autoritarismo do imperialismo norte-americano e do colonialismo europeu, por isso que falar Nossa América é um ato emancipatório, pois foge da dominação que foi desenvolvida

dentro da academia hegemônica das ditas "metrópoles" e, além disso, tem como objetivo dar luz às experiências sociais particulares da nossa realidade.

Nos anos 1970 novos movimentos sociais, como o feminismo, abriram direções para reflexão de argumentos teóricos, paralelamente à perda do enfoque da classe social como objeto de análise (Vigoya, 2018). De forma simultânea aos novos movimentos sociais emergentes, os debates sobre a economia mundial e as implicações globais do capitalismo no "Terceiro Mundo" se tornaram mais potentes nos anos 1990. Esse momento é reconhecido como a "virada da esquerda" e, na ciência política, marcada como parte da revolução colorida. Desde então, inúmeros países foram liderados por partidos de esquerda e de centro-esquerda, sendo que em 2016, haviam pelo menos onze países da Nossa América com governos de esquerda. A segunda transformação estrutural é o reconhecimento da diversidade cultural e étnica do continente, que a autora associa como um resultado das mobilizações das lutas do movimento indígena e negro (Vigoya, 2018).

Essas mudanças políticas, engajadas pelos movimentos sociais, tornaram possíveis novas oportunidades sociais e teóricas, que partissem de uma reflexão sobre a diversidade cultural e étnica. A busca pela igualdade de gênero, nesse contexto, acentuou novas tramas e o debate teórico construído no Norte Global se tornou sem sentido. Diante disso, novas perspectivas foram desenvolvidas para explorar as realidades da Nossa América: a interseccionalidade, a perspectiva decolonial e o feminismo comunitário. A interseccionalidade, para a autora, já tinha sido abordada em outros trabalhos, mas não tinha sido concebida em forma de conceito[8]. Ela entende a interseccionalidade, como a abordagem que pensa a "diferença", a diversidade e pluralidade (Vigoya, 2018). Dessa forma, os estudos de gênero só tomam sentido na Nossa América com o acionamento de outras categorias analíticas, como raça, etnia, classe, escolaridade e etc, pois todo o contexto histórico e social é discutido coletivamente na abordagem do conceito "gênero". A perspectiva decolonial, como o próprio nome já adianta, busca compreender o gênero inserido no contexto colonial e pós colonial. No texto Colonialidad y Género, publicado 2008, da autora Maria Lugones, a pesquisadora realiza investigações a partir de estudos de intelectuais de cor nos Estados Unidos e feministas do Terceiro Mundo. Ela intitula a análise desse cruzamento como "sistema moderno-colonial de gênero" (Lugones, 2008). A autora critica a ideia de gênero hegemônico, pois entende que o conceito precisa compreender a dimensão histórica do sistema colonial. Lugones (2008) ainda critica o conhecimento acadêmico. Para ela, as relações de colonialidade e distribuição geocultural do poder capitalista seriam os responsáveis por guiar o cânone intelectual: mediam, quantificam e padronizam, com o

[8] Os trabalhos da autora Lélia Gonzalez são exemplos sobre interseccionalidade, muito antes do conceito ser elaborado.

objetivo de controlar as pessoas e os meios de produção. Isso gera a ideia de apenas uma verdade e uma divisão social entre superior e inferior, racional e irracional, primitivo e civilizado, tradicional e moderno (Lugones, 2008). Por fim, a terceira abordagem, o feminismo comunitário, vai além da luta das mulheres contra os homens, pois almeja uma alternativa coletiva à sociedade.

Nesse contexto de mudança e novas perspectivas teóricas, os estudos sobre homens e masculinidades, na Nossa América, são oriundos das articulações do feminismo e pautado por mulheres. Apenas mais tarde que os homens, influenciados pelos estudos feministas, passaram a ficar instigados e a explorar o campo de estudos. Os grupos de trabalhos sobre igualdade de gênero, segundo Vigoya (2018), iniciaram por volta dos anos 1990, os países com destaque de atuação dessas iniciativas estavam no México, Argentina, Brasil e Colômbia. Conforme mapeado pela autora (2018), as pesquisas desse teor eram norteadas, principalmente, pela perspectiva da antropologia, sociologia, psicologia social e saúde coletiva.

Segundo o mapeando levantado por Vigoya (2018) as pesquisas com homens e meninos são bem heterogêneas. Os primeiros trabalhos dedicaram-se na compreensão do machismo, que normalmente era associado à virilidade ou, ainda, se dedicavam à socialização de meninas e meninos em diferentes situações sociais. Entre 1950 e 1960 a autora identifica que os trabalhos que discutiam o machismo, tinham o caráter meramente descritivo. A partir de 1980, a partir da compreensão do conceito “gênero”, a contribuição do movimento feminista, estudos sobre sexualidade e construções culturais, os estudos sobre masculinidades começam a ser publicados. Como a ascensão dos estudos sobre homens e masculinidades se dá a partir da década de 80, a autora constrói o seu banco de análise a partir de 1980, somando trinta anos de trabalhos e estudos sobre a temática na Nossa América. Esse conjunto elaborado por Mara Viveros Vigoya (2018) é uma amostra parcial em relação às produções que foram lançadas nesse período no continente, visto que a autora coleta esses dados em dois momentos: i) em um estado da arte publicado em 2002, que reúne trabalhos realizado em 1980 e 1990 e ii) artigos acadêmicos (extraídos do Scientific Eletronic Library Online (Scielo) e a Biblioteca Digital Feminista Ofelia Uribe de Acosta, do Sistema de Biblioteca da Universidade Nacional da Colômbia) e dos anais dos cinco Colóquios internacionais de estudos sobre homens e masculinidades.

Conforme levantado pela autora, no período de análise, a grande parte das publicações são oriundas do Brasil e do México, seguido da Colômbia e do Chile. O país com menor produção no continente é a Argentina. Dos 499 trabalhos, 41% foram produzidos por homens, 40% por mulheres e 19% por grupos mistos. Além disso, 1% dos trabalhos foi lançado em 1980, 13% por volta de 1990 e 2000, 41% entre 2000 e 2010 e o restante (45%) produzidos nos últimos seis anos de análise, ou seja,

de 2010 até 2016 (Vigoya, 2018). Com os trabalhos selecionados, a partir da leitura e da análise, a intelectual desenvolveu sete categorias temáticas: i) identidades masculinas (30% dos trabalhos consultados); ii) masculinidades e violências (18% dos trabalhos consultados); iii) problemas, dilemas e tensões em torno da saúde dos homens (16% dos trabalhos); iv) afetos e sexualidades (14% das produções); v) reflexões epistemológicas sobre os estudos das masculinidades (14% das produções); vi) as representações e produções culturais das masculinidades (6% dos trabalhos) e vii) homossociabilidade masculina (2% dos trabalhos consultados) (Vigoya, 2018).

Além da porcentagem, a autora ainda mobiliza eixos de abordagens dentro das cinco primeiras categorias temáticas sendo: i) identidades masculinas: trabalham com as abordagens da influência do contexto social, econômico e cultural sobre as definições da masculinidade, vínculo entre masculinidade e âmbito laboral e interações entre identidades nacionais e étnico-raciais e construções identitárias masculinas; II) masculinidades e violências: violências políticas e sociais, as violências das torcidas desportivas e das gangues juvenis e violências domésticas; iii) problemas, dilemas e tensões em torno da saúde dos homens: pesquisas sobre a saúde sexual e reprodutiva e fatores de risco para a saúde masculina ou a masculinidade como fator de risco e iv) afetos e sexualidades: as práticas e culturas homoeróticas, as práticas e representações da paternidade, os afetos e expressões emocionais de homens heterossexuais e as masculinidades sem homens (Vigoya, 2018).

Por fim, a presente pesquisa compreende a masculinidade nesse contexto da Nossa América, com perspectiva interseccional e decolonial, buscando valorizar autores do Sul global, dialogando com uma visão sobre gênero que considera outros recortes fundamentais, tais como classe, raça, escolaridade e geração. Conceber o conceito de masculinidade a partir dessa perspectiva e com esses marcadores, se justifica a partir da minha experiência no campo exploratório, ao perceber que os sentidos das masculinidades não se manifestam de uma forma singular, pelo contrário, é configurado uma nova face à medida que marcadores como geração, raça, classe, escolaridade e categoria violência[9] são manifestados. Finalmente, para alcançar um entendimento expressivo desses sentidos, a ideia de masculinidades da autora Mara Viveros Vigoya e a interseccionalidade como ferramenta analítica serão recursos úteis.

[9] O marcador "violência" é algo que pretendo desbravar ao longo da pesquisa. Eu penso como atravessamento da violência pode articular na construção dessas masculinidades e, ao confirmar a influência desse fator na trajetória de vida de homens que cometeram violência doméstica, estarei trazendo uma nova perspectiva para a literatura de estudos sobre gênero e masculinidades, visto que a violência normalmente é pensada como uma consequência ou resultado das masculinidades, mas pouco explorada na constituição desses indivíduos.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao entrar em campo, meu desejo em trabalhar com o conceito de masculinidade já existia, no entanto, eu ainda não compreendia como isso seria mobilizado na minha pesquisa. Já no campo, percebi que a literatura do Norte Global não sustentava o que eu estava observando no campo. O que me parece, de forma crua, é que homens têm códigos morais e sociais padrões, os ditos comportamentos "patriarcais" aos quais são estruturados para reproduzir. Em contrapartida, existe uma série de recortes sociais que moldam a construção dessa(s) masculinidade(s), como raça, classe, geração, escolaridade e etc. A partir desse cenário que eu passei a tratar a masculinidade como algo no plural, pois são infinitos contextos e retratos diferentes, sobretudo na Nossa América, que merecem ser analisados com o devido cuidado.

Esse cenário teórico não se limita apenas aos estudos de gênero, pois quando refletimos sobre masculinidades o repertório teórico é limitado a autores do Norte Global, havendo uma certa dificuldade em reconhecer a origem dos estudos e a influência de movimentos sociais. Ainda que o movimento feminista negro tenha envolvimento direto sobre abertura das discussões sobre masculinidades, sobretudo masculinidades negras, o crédito da origem do debate é atribuído aos estudos de gênero enquanto dimensão relacional, o que em tese, teria permitido uma compreensão ampla e relacional entre a construção histórica-social de gênero. Ou seja, essa epistemologia feminista euro-ocidental branca não só domina a produção de conhecimento científico, ela apaga a história da luta dos movimentos sociais. Esse cânone epistemológico sobre masculinidades negligencia as múltiplas masculinidades existentes, ignorando a vivência de homens da Nossa América, excluindo marcadores sociais que definem a experiência social desses indivíduos, como a própria raça. Quando falamos sobre masculinidades, é impossível contemplar todos os homens, pois as categorias que são acionadas a partir do seu corpo, são fatores fundamentais que determinarão a sua experiência em sociedade como indivíduo, por isso se faz necessário o uso de recursos para identificar trajetórias invisibilizadas pela teoria euro-ocidental.

Para Daniel Santos (2019) a desumanização de homens e mulheres negros é um reflexo das políticas europeias, do colonialismo e da escravidão. Ele resgata bell hooks (1995) que trava o debate sobre o processo de desumanização dos corpos negros e a forma que esse fenômeno articula em forma de dominação, inclusive no que tange a valorização na produção de conhecimento gerado por homens negros e mulheres negras, visto que no imaginário coletivo ocidental, o branco sempre foi colocado como detentor da razão. Por isso que ainda hoje há uma certa dificuldade em articular o próprio movimento feminista, pois a teoria feminista parte de uma necessidade exclusiva das

mulheres brancas eurodescentes, desconsiderando a desigualdade existente dentro da própria vivência compartilhada entre as mulheres.

Nessa direção, ainda que em um relato breve, a presente pesquisa produz um ruído nas produções referente às masculinidades, um campo que, por si só, não tem um acúmulo de material acadêmico na área da sociologia. Busco, inicialmente, introduzir como os Grupos Reflexivos de Gênero acontecem em Porto Alegre/RS e dar luz, a partir das masculinidades na Nossa América, ao que foi observado durante o campo exploratório. Desse modo, a perspectiva de masculinidade patriarcal não traduz as vivências dos homens autores de violência doméstica, tampouco consegue ajudar-nos a compreender o processo de construção dos papeis de gênero, visto que suas trajetórias são marcadas por outros recortes. Nesse sentido, concentrar a teoria para autores do Sul Global, com capacidade analítica dos contextos sociais diversos, teve o efeito de trazer clareza ao discurso dos meus interlocutores, me deixando mais próxima de atingir os objetivos da minha pesquisa geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. 76. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre.

Hooks, bell. “Intelectuais Negras”. In: Revista Estudos Feministas. vol. 03, n. 02, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>.

Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37.

Reis, N. D. (2017). Descolonizando o Gênero: Mulheres Negras e Não Brancas e/no Pensamento Científico. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, v. 11.

Santos, Daniel. Problemas de gênero dos homens negros masculinidades negras através das perspectivas do pensamento feminista negro e decolonial. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 11, n. 30, p. 71-95, 2019. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/773. Acesso em: 10 fev. 2023.

Vigoya, M. V. (2018). As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro/RJ: Papéis Selvagens.

SITES CONSULTADOS

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/projetos/grupos-reflexivos-de-genero/>. Acesso em 01 de out. de 2022.

Planalto do Governo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

GT 08 – RACISMOS, COLONIALISMOS, PATRIARCADO E DIÁSPORAS NA HISTÓRIA PRESENTE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Modalidade: Comunicação Oral

MULHERES E CRIANÇAS NEGRAS NA AMAZÔNIA PARAENSE RIBEIRINHA: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL SOBRE MARCADORES DE GÊNERO, RAÇA, GERAÇÃO E TERRITÓRIO.

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães[10](UFPA)
Maria Ivanilde Rodrigues Fonseca[11](UFPA)
Nayra Rafaela de Lima e Lima[12](UFPA)

RESUMO: No presente estudo damos centralidade aos aspectos como gênero, raça, geração e território numa perspectiva interseccional e decolonial a fim de pensarmos sobre a atuação do Serviço Social em políticas públicas para mulheres e crianças negras que vivem em territórios ribeirinhos da Amazônia paraense. Primeiramente, apresentamos as interseções entre classe, raça, gênero e os seus encontros com os marcadores de geração e território que influenciam nas vivências dos sujeitos amazônidas. Em segundo, nos detemos em considerações sobre o que significa ser mulher e criança negra em um país marcado pelo escravismo e colonialismo, alicerçando, assim uma sociedade racista, sexista e adultocêntrica estabelecendo hierarquias sociais entre grupos e sujeitos, correspondendo às estruturas ideológicas eurocêntricas, patriarcalistas e burguesa, que nos impôs um modelo/exemplo unitário e homogeneizado do que seria cidadão e humano ideal. Quais os impactos dessas estruturas na vida de crianças e mulheres negras que vivem em regiões ribeirinhas da Amazônia paraense? De que modo o Serviço Social pode realizar aproximações que dialoguem diretamente com as vivências e realidades destas sujeitas e sujeitos de direito que ainda são silenciados em nossas políticas públicas? Para refletir sobre estes impactos e consequências dialogamos com 10 (dez) mulheres negras ribeirinhas dos municípios de Melgaço (Marajó Ocidental) e Igarapé-Miri (Tocantins). Para as nossas considerações e nos aproximarmos da trajetória das interlocutoras recorremos ao pensamento de intelectuais negras, nos mais diferentes campos do conhecimento, em como também do Serviço Social. Esta pesquisa por se dá no âmbito do Serviço Social, no processo formativo que visa refletir sobre as possibilidades e potencialidades para a formação, ao final, após a exposição dos resultados, apresentamos as potencialidades da atuação dos

[10] Docente da FACSS/CUMB/UFPA. Doutora em Educação, Mestra em Serviço Social e Bacharel em Serviço Social, coordenadora do Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM) e líder do Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM). Brasil. Email: jacguimaraes@ufpa.br

[11] Acadêmica do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará Campus Marajó/Breves - UFPA. Bolsista do DHIDAM e membra do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM). Brasil. Email: maria.fonseca@breves.ufpa.br

[12] Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará Campus Marajó/Breves - UFPA. Bolsista do DHIDAM e Membra do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM). Brasil. Email: nayra.lima@breves.ufpa.br

assistentes sociais na garantia de políticas públicas que visam contemplar grupos sociais historicamente excluídos. Portanto, a partir de pesquisa de caráter exploratório pautada em levantamento bibliográfico, onde realizamos entrevistas *online* e presenciais nos referidos municípios. Nesse sentido, o Serviço Social é uma importante categoria profissional para atuar em demandas sociais que são fortemente impactadas por marcadores sociais que impedem sujeitas e sujeitos acessarem de forma plena os seus direitos sociais e humanos, desta forma, exigindo o constante repensar os instrumentais utilizados e ampliar e aprofundar debates teóricos ao longo da formação de futuros e presentes profissionais, colocando em pauta a realidade de famílias majoritariamente compostas por mulheres e crianças negras, sobretudo as que se encontram afastadas dos grandes centros, não tendo acesso a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes, bem como às instituições que visam garantir Assistência Social, Saúde e Segurança Pública para mulheres, tornando a população ribeirinha sujeitos historicamente invisibilizados.

Palavras-chaves: Serviço Social; Amazônia; Políticas Públicas; Decolonialidade.

I - INTRODUÇÃO

Inicialmente, destaca-se que o presente estudo é resultado de ações de pesquisa e extensão realizadas nos municípios do Marajó Ocidental e do Tocantins, do estado do Pará, voltando-se para as demandas das crianças e adolescentes quanto à garantia de direitos humanos, tendo como recorte as relações étnico-raciais. Ações estas iniciadas em 2017 e que ao longo de sua trajetória passou a se aproximar das demandas postas também por mães e avós que se encontravam em constante embate na luta pela proteção de seus filhos e netos. Estas mulheres, assim como as crianças, são majoritariamente pretas e pardas, que vivem não somente nas periferias, mas que circulam e são oriundas de comunidades ribeirinhas.

Os diálogos realizados com crianças e mulheres nos levaram à diferentes inquietações quanto aos modelos de Políticas Públicas ainda desconsideram as dimensões de raça, gênero e território, ignorando os desafios que estas enfrentam para terem acesso a serviços básicos, bem como têm as suas vozes desconsideradas nos processos de construção e avaliação de planos e projetos voltados para as suas regiões. Estas experiências possibilitaram, inclusive, refletir e questionar se de fato o Serviço Social, enquanto uma área do conhecimento e profissão interventiva, vêm criando estratégias que contemplem estas dimensões.

No presente estudo damos centralidade aos aspectos como gênero, raça, geração e território numa perspectiva decolonial e intersecional a fim de pensarmos sobre a atuação do Serviço Social em políticas públicas para mulheres e crianças negras que vivem em territórios ribeirinhos da Amazônia paraense. Primeiramente, apresentamos as intersecções entre categorias classe, raça e

gênero e os seus encontros com os marcadores de geração e território num diálogo com a perspectiva teórica decolonial e interseccional. Em segundo, nos detemos em considerações sobre o que significa ser mulher e criança negras em um país atravessado pelo escravismo e colonialismo, alicerçando assim uma sociedade racista, sexista e adultocêntrica, estabelecendo hierarquias sociais entre grupos e sujeitos, correspondendo às estruturas ideológicas eurocentradas, patriarcal e burguesa, produzindo assim um modelo/exemplo unitário e homogeneizado de cidadão e humano ideal.

A partir desses indicativos, então, quais os impactos dessas estruturas na vida de crianças e mulheres negras que vivem em regiões ribeirinhas da Amazônia paraense? De que modo o Serviço Social pode realizar aproximações que dialoguem diretamente com as vivências e realidades destas sujeitas e sujeitos de direito que ainda são silenciados em nossas políticas públicas? Para refletir sobre esses impactos e consequências dialogamos com 10 (dez) mulheres negras ribeirinhas dos municípios de Melgaço (Marajó Ocidental) e Igarapé-Miri (Tocantins).

As considerações tomam por base o pensamento de intelectuais negras dos mais diferentes campos do conhecimento, bem como também do Serviço Social, dentre as quais destacamos os nomes de Bell Hooks (1952), Lélia Gonzalez (1984/2020), Djamila Ribeiro (2017), Jacqueline Guimarães (2021), Angela Davis (2013), Flávia Câmara (2017), Zélia Amador de Deus (2019), Sueli Carneiro (2003).

Esta pesquisa por se dá no âmbito do Serviço Social, no processo formativo que visa refletir sobre as possibilidades e potencialidades para a formação, apresentamos aspectos quanto à atuação dos assistentes sociais. Portanto, a partir de pesquisa de caráter exploratório pautada em levantamento bibliográfico, onde realizamos entrevistas *online* e presenciais nos referidos municípios.

Demarca-se, o Serviço Social enquanto importante categoria profissional para atuar em demandas sociais que são fortemente impactadas por marcadores sociais que impedem sujeitas e sujeitos acessarem de forma plena os seus direitos sociais e humanos, exigindo o constante repensar dos instrumentais utilizados e ampliar e aprofundar debates teóricos ao longo da formação de futuros e presentes profissionais, colocando em pauta a realidade de famílias majoritariamente compostas por mulheres e crianças negras, sobretudo as que se encontram afastadas dos grandes centros, não tendo acesso a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes, bem como às instituições que visam garantir Assistência Social, Saúde e Segurança Pública para mulheres, tornando a população ribeirinha sujeitos historicamente ignorados.

II - RACISMO, SEXISMO E ADULTOCENTRISMO: quais os seus impactos para vida de mulheres e crianças?

Atualmente, observa-se um novo movimento intelectual, protagonizado por intelectuais negras, indicando outros aspectos que até então eram silenciados no processo de análise das opressões e violações, pensando nas articulações, intercessões e síntese entre as opressões de raça, classe e gênero, sem realizar hierarquizações (Ribeiro, 2017). As experiências de ser mulher não são universais. Bell Hooks (2024), é incisiva e contundente ao indicar que as nossas experiências enquanto mulheres são fortemente atravessadas pelos nossos corpos e vivências negras.

Lélia Gonzalez, em 1984, já nos alertava sobre o processo de apagamento imposto pelo feminismo hegemônico europeu e branco, que não dava a atenção devida à realidade de mulheres de países colonizados, ou seja, operando um debate que ao dar visibilidade ao gênero acabava por singularizar e unitarizar experiências do que é ser mulher e esquecendo das demandas das mulheres negras e indígenas.

Portanto, não havendo como desconsiderar o modo como nossos corpos foram percebidos e atacados pela racionalidade colonial, nos retirando, inclusive, a condição de ser mulher. Logo, é importante mencionar que "[...] o grupo dos homens não era o único na sociedade que apoiava o pensamento e o comportamento sexista. " (Hooks, 2024, p.19), assim, podemos perceber que os comportamentos e atitudes que discriminam as mulheres não são exclusivas de homens, mulheres também reproduzem tais atos e pensamentos sexistas, e é necessário um movimento forte e estruturado que faça-nos compreender e assim gradativamente retirá-los da sociedade.

Quando nos referimos a níveis de opressões e marcadores sociais, torna possível compreender, o porquê ser feminista não impedia mulheres brancas dos centros hegemônicos gozarem de privilégios e exercerem livremente atitudes de dominação e subordinação perante a mulheres não brancas das tidas periferias, ex-colônias. Se nos centros hegemônicos, mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho remunerado, mulheres não brancas já exerciam a sua luta por sua sobrevivência e não exploração de seu corpo. Sueli Carneiro (2003) nos diz que:

> No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o "cimento" de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades [...].

Tais aspectos são o que marcam e cristalizam um racismo muito particular que vem sendo impetrado na sociedade brasileira, que por muito tempo foi lido como cordial, quando na verdade tem sido um dos mais cruéis. O racismo presente na sociedade brasileira é resultado de um processo histórico onde homens, mulheres e crianças negras e indígenas foram escravizados e até mortos pelos "senhores". Contudo, mesmo que o racismo se expresse de várias formas na vida de pessoas negras, ao refletirmos o contexto patriarcal, e capitalista que a sociedade se desenvolveu, onde a misoginia e o machismo se fazem presentes de forma intensa, as mulheres negras são aquelas que vivenciam situações de extrema violação e discriminação. Assim, Amador de Deus (2019, p.42) nos diz:

> O racismo, hoje, pode ser definido como um fenômeno que traz consigo uma história de negação dos direitos políticos, cívicos e sociais. O racismo contemporâneo emergiu como uma doutrina de exclusão, para legitimar a dominação de grupos fenotipicamente diferentes, e tem-se mostrado decisivo na criação e na reprodução de estruturas de classe, fundadas na subordinação daqueles definidos como inferiores por natureza.

A partir destes aspectos observa-se que mulheres e crianças negras se encontram em posição de vulnerabilidade justificada por processos históricos de dominação de corpos e mentes, destituindo-os de autonomia, liberdade e dignidade. Gonzáles (2020, p.58) afirma que "Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão." E de fato, vivemos sobrecarregadas com todos os estereótipos impostos naturalmente a nós, nos deixando sem direito a voz ou escolha de ocupar o lugar que quiser, sem que passamos pelo julgamento de uma sociedade altamente racista e sexista; em que fomos forçadas a exaltar e amar a identidade dos povos conquistadores e a negar e esquecer a história de nossos ancestrais negros africanos e indígenas.

Desse modo, refletimos o quanto as práticas discriminatórias contra mulheres, principalmente as não brancas, ainda fazem um cenário desolador. As intelectuais negras dão visibilidade a uma perspectiva de Interseccionalidade que visa não estabelecer hierarquias nos níveis de opressão, que são de diferentes ordens, dentre as quais é possível sinalizar outras hierarquias que impactam diretamente nas existências de homens e mulheres, como a geração. A palavra infante, significa "aquele que não tem voz", estabelecendo assim uma posição de inferioridade não somente às crianças, mas a todos aqueles que não faziam parte do Norte Global, a partir da imposição de linguagens que não faziam parte do repertório dos povos sequestrados e escravizados.

O uso dos termos “criança” e “infância” atrelam-se ao entendimento de que existem sujeitos que não possuem racionalidade o suficiente para serem considerados humanos, racionais, inteligentes e autônomos. Essa percepção crítica quanto ao modo que foi engendrada pela racionalidade colonial os corpos é proporcionada pela perspectiva decolonial, que representa um giro racional e ideológico geopolítico, questionando o que foi historicamente imposto.

Quando paramos para refletir sobre o contexto histórico em que as infâncias já foram inseridas e como chegamos a atual ideia de infância/crianças, nos deparamos com muitas situações onde as mesmas eram atingidas pelo o que hoje compreendemos terem sido práticas violentas. Mulheres e crianças andaram lado a lado, no modelo de família patriarcal, como aqueles que deveriam obedecer aos mandos do “chefe da família” e viverem sob os seus “cuidados”. Todavia, para mulheres e crianças de famílias negras este processo era ainda mais violento, pois enquanto às mulheres negras não seriam vistas como dignas de afeto e formar famílias, para crianças negras o cuidado era travestido de trabalho forçado e violência física.

Guimarães (2023) ao abordar sobre a história das infâncias negras, traçando um paralelo com os direitos de crianças na Amazônia, nos diz que o “sentimento de infância” sinalizado por Phillipe Ariès (2010) como um processo desencadeado a partir do século XVII, nos indica que o mesmo não ocorreu para crianças negras que viveram no Brasil do período do Império a República, não ocorrendo nem mesmo o falso sentimento, que seria a paparicação. Aliás, a autora também indica outras pesquisas que nos mostram que nem em tempos atuais crianças negras têm vivido algo tão superficial como o ser paparicada (Oliveira e Abramowicz, 2010).

Mas por que articular considerações sobre as crianças negras e suas mães também negras? De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, entre os anos de 2012 a 2022, houve um aumento no número de mães solo no país, correspondendo a 1,7 milhão, em que 90% são mães negras. Dar visibilidade e se atentar às particularidades das vivências de crianças negras é também pôr em tela a vida de suas mães negras, que se encontram juntas nos enfrentamentos à uma sociedade racista, sexista, classista e adultocêntrica, que tornam as suas existências descartáveis e ao mesmo tempo úteis à reprodução do capital e as suas desiguais relações.

Além do mais, observa-se que há uma repetição de ciclos e perpetuação da pobreza que atinge mulheres mães e seus filhos, sobretudo, quando se tratam de meninas negras. Crianças e mulheres historicamente vêm experimentando cenários desprivilegiados comparado aos homens adultos, seja em casa, no trabalho ou no cenário político, as diferenças se apresentam intensamente, e quando atrelamos à discussão de gênero, a questões de raça, geração e território podemos observar que as

desigualdades são agudas. Assim, refletimos o quanto mulheres negras pobres que residem em locais distantes, que têm que se reinventar todos os dias para garantir a sua sobrevivência.

A discriminação de raça atrelada a de gênero é perigosa e prejudicial e faz com que mulheres negras sejam desde a infância moldadas para trabalhos que as tornam vulneráveis, onde os mecanismos vigentes na sociedade, foram estruturalmente colocando onde é lugar do negro e do branco, bem como para homens e mulheres. Desses lugares a mulher negra está na escala mais precarizada, dos salários mais baixos, fora dos espaços de decisão e quando procuram alguma política pública ainda são negligenciadas pelo Estado. São marcas que promovem o imaginário e materializam a percepção de que mulheres negras devem viver em situação de subalternidade, do trabalho informal e mal/não remunerado, de violência física e intelectual. Não é à toa que mulheres negras se encontram nas piores colocações quando se trata de violações de direitos

E que pode ser constatado nos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), quando vamos pensar aspectos quanto ao gênero, as mulheres representam 91% nos serviços domésticos ganhando 20% a menos que os homens. As mulheres negras são 28% do total da população brasileira e representam uma significativa parcela que se encontra em situação de vulnerabilidade social e em desvantagens quanto à escolaridade, inserção no mercado de trabalho e estabilidade financeira.

Segundo o Ministério de Igualdade Racial (MIR), apesar de avanços nos indicadores de escolaridade das mulheres negras, ainda assim estas ficam em desvantagem quando comparado ao de mulheres brancas, sendo uma discrepância de 14,70% para 29%. Mulheres negras também se fazem mais presentes em trabalhos informais, especialmente, no setor de serviços domésticos, que são trabalhos que se dão em condições precárias, bem como não oferecem qualquer proteção social.

O MIR, a partir de levantamento divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2023), informa que “Dos quase 6 milhões de trabalhadores domésticos, mais de 67% são mulheres negras que trabalham sem carteira assinada (75,3%) e sem contribuição para a previdência social (64,7%) cujos rendimentos do trabalho as colocam em situação de pobreza (26,2%) ou de extrema pobreza (13,4%)”.

Entretanto, no presente estudo, problematizamos outro importante aspecto: o território como importante marcador social que irá influenciar na vida das pessoas negras, independentemente de suas idades e que vai determinar o acesso ou não às políticas públicas. Nós, mulheres negras amazônidas e autoras desse trabalho, observamos que populações negras da Amazônia brasileira, que não se encontram somente nas periferias de nossas capitais, também se encontram em locais de difícil acesso para a racionalidade instrumental que pensa e executa as

Políticas Públicas, sendo um dos principais sintomas desse "afastamento" a ausência de dados efetivos sobre as manifestações do racismo.

Ao nos voltarmos para a Amazônia brasileira, fazendo o recorte da Região Norte, em especial no estado do Pará, identificamos uma grande problemática que ainda nos impede no avançar das políticas públicas e, por consequência, garantir direitos para grupos socialmente vulnerabilizados: as subnotificações. A ausência de notificações quanto a casos de violações de direitos praticados contra crianças e adolescentes, assim como também ocorre no processo de silenciamento quanto às cores de mulheres e crianças que estão na base das principais violações.

Mas cabe também destacar o levantamento realizado por Lobo et al (2023) sobre o feminicídio de mulheres regras nos municípios paraenses, que ao recorrer aos casos narrados pela mídia no ano de 2022 que "Das 361 edições analisadas do ano de 2022 foram computados 54 casos de feminicídio no Estado do Pará, dentre esses 34 foram contra mulheres negras, que corresponde um total de 62,9% dos casos" (Lobo et al, 2023; p.13817). Número significativo, que exige problematizações a fim de compreender e identificar os lugares sociais e territoriais ocupados por estas mulheres negras assassinadas.

III - OS MARCADORES SOCIAIS NA VIDA DE MULHERES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA: primeiras aproximações.

Diante de todos os aspectos discutidos ao longo do texto, iniciaremos a discussão dos resultados obtidos no decorrer das entrevistas realizadas nos municípios de Melgaço/PA e Igarapé-miri/PA. Assim, realizamos perguntas que giravam em torno de alguns aspectos como gênero, racismo e autodeclaração, bem como seguimos as características fenotípicas dessas mulheres, haja vista, que a entrevista tinha como objetivo compreender quais os rebatimentos que gênero e raça têm sobre a garantia de Direitos Humanos nos referidos municípios.

Iniciaremos a análise com as entrevistas das 5 mulheres negras melgacenses e para preservar suas identidades utilizamos os seguintes nomes fictícios: Bela (moradora da rua Raimundo Anacleto), Neth e Ana (moradoras da rua Abel Soares), Flávia (moradora da rua 31 de Março) e Rosa (moradora da rua Estrada do Moconha). Todas as entrevistadas são mães, sendo que apenas Rosa se autodeclarou como *morena* - apesar de percebermos características fenotípicas de mulher negra -, já as outras entrevistadas se autodeclararam mulheres negras. Vale mencionar que durante a entrevista com Rosa, sem que perguntássemos sobre violência de gênero, a mesma abordou o tema de forma desconfortável e nervosa em dizer apenas o suficiente para deixar nas entrelinhas de suas palavras o que não poderia falar abertamente e sem medo, porém, naquele momento sentiu confiança e

necessidade em nos contar de forma indireta sua vivência como uma mulher negra em negação de sua identidade e, no desconhecimento de como o racismo estrutural nega e oprime os seus direitos.

Percebemos, portanto, o quanto o termo *moreno* representa a tentativa de embranquecimento da população na construção de um sentimento de não lugar ou esquecimento da ancestralidade negra nortista. Dessa maneira, há uma necessidade indispensável em reconhecer que não valorizamos ou esquecemos que somos um povo negro amazônida e, que a morenidade é uma identidade criada para aproximar a negritude em direção ao embranquecimento da população e dos padrões brancos impostos a nós. Câmara (2017, p. 162) nos diz que: "[...]identidade alternativa é um eufemismo ao estigma racista criado sobre a negritude que ameniza a carga pejorativa que termos como 'preto' e 'negro' adquiriram, atenuando os ânimos, confortando angústias e camuflando a dialética da mistura que exclui."

Quando perguntamos se as entrevistadas já haviam sofrido ou presenciado alguma violência de gênero, 4 (quatro) disseram já ter sofrido ou presenciado, principalmente no local de trabalho. E quando abordamos sobre algum episódio de racismo vivenciado, 3 (três) disseram que sim; destacamos a fala de uma das entrevistadas em que nos disse: "Quando criança, talvez por não saber que aquilo era uma violência, muitos colegas me apelidavam de cabelo de bombril".

Das entrevistadas do município de Igarapé-miri, chamaremos de: Camila, Thaís e Cristina (moradoras do Rio Santo Antônio); Tatiane (moradora do rio mamangal Grande) e Bruna (residente às margens do rio Meruú-Açu). Todas têm filhos de 5 a 18 anos, logo quando são indagadas sobre a cor de sua pele podemos perceber a tentativa de ocultar as ancestralidades dos povos tradicionais da Amazônia, assim sendo, 4 delas se autodeclararam pardas e uma se autodeclara como "morena", destas mulheres, 2 disseram não sentir dificuldades para conseguir emprego por conta de seu gênero, já as outras 3 sinalizaram ter dificuldades; é importante ressaltar que somente uma delas possuem o ensino superior completo.

Ao serem perguntadas sobre racismo, somente 2 referiram ter presenciado episódios de racismo e somente uma disse que já sofreu e relatou o acontecido, a entrevistada disse que sofre racismo desde sua infância, onde seus próprios parentes a chamavam em tom de xingamento de: "preta, cabelo de cupim", sabemos que tais situações vivenciadas durante a infância trarão efeitos quando adultos, considerando o que Guimarães (2020, p. 94) nos diz:

> Infelizmente, nascer negro, apresentar a negritude em pele e cabelos, nesta sociedade que vivemos, não pressupõe que seremos negros orgulhosos, conhecedores de nossas potencialidades enquanto um povo que lutou e sobreviveu há anos de violações, ou seja, ostentar a identidade racial negra.

Dessa forma, podemos perceber o quanto é dolorido falar sobre situações onde o racismo se manifesta, fazendo com que algumas pessoas tentem esquecer e apagar de suas memórias. Assim, a maioria se nega a aceitar que já sofreu ou já presenciou algum episódio racista, o mesmo acontece quando falamos sobre violência de gênero, há um certo receio e medo de falar sobre situações presenciadas, o que irá influenciar diretamente no enfrentamento de tais questões.

Acerca da violência de gênero, 2 disseram não ter entendimento sobre e 3 relataram ter entendimento sobre o que é. É importante mencionar que mesmo que algumas das entrevistadas não tenham reconhecido em suas vivências episódios de racismo e/ou violência de gênero, quando perguntadas acerca das condições para o acesso à atendimento médico todas referem sentir dificuldades.

Dessa maneira, podemos também refletir sobre as condições de vida e acesso a políticas públicas das infâncias, filhos e filhas de mulheres que por muitas vezes não conseguem uma consulta médica, pois os locais onde vivem não possuem sequer um posto de saúde para atender demandas básicas e que poderiam amenizar muitas situações. Educação, lazer, saúde são políticas públicas que para algumas pessoas estão distantes de se tornar realidade, infelizmente.

Em suma, consideramos que as respostas das entrevistas realizadas não se diferem, mesmo sendo de regiões diferentes da Amazônia, mulheres e crianças negras são as principais sujeitas atingidas pelo racismo, sexismo e adultocentrismo presente em nossa sociedade. Assim, torna-se inevitável refletir sobre os marcadores sociais que fazem das vivências, dessas mulheres e crianças, um cenário de esquecimento, tanto no que tange a identidade quanto nas violações de direitos, haja vista que todas as entrevistadas já sofreram algum tipo de violência, ainda que as mesmas não tenham identificado como uma violação de seus direitos.

IV - OS DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E MULHERES NEGRAS NA AMAZÔNIA E AS POTENCIALIDADES DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A GARANTIA DE DIREITOS

A racionalidade colonial, capitalista e eurocêntrica atua diretamente não somente numa divisão social, racial de gênero do trabalho, mas impacta e regula a divisão territorial do trabalho, consequentemente, relegando um papel determinado para territórios como a Amazônia, tomado como o lugar a ser explorado, ou melhor, fornecedor de recursos naturais e mão de obra barata. Além disso, outro ponto importante a ser analisado, quanto ao território amazônico, é a negação de sua

ancestralidade e história negra africana, fazendo com que o processo de aceitação de uma identidade étnico-racial não se concretize realmente (Guimarães, 2020).

Guimarães (2020) ao problematizar sobre a negritude amazônida e marajoara, nos apresenta dois aspectos quanto ao debate étnico-racial na Amazônia: I) O mito da democracia racial e II) O apagamento e negação da escravização de sujeitos negros africanos na Amazônia. Estes dois aspectos ao serem aliados às políticas e iniciativas de embranquecimento da população brasileira e amazônida, serviu de base para a construção de um sentimento de não, a partir disso, constrói-se uma compreensão de morenidade como tentativa de ter uma identidade mais próxima dos padrões brancos. Câmara (2017, p.160) nos diz sobre *morenidade*:

> Importante frisar esse desejo pela miscigenação no cotidiano das pessoas que moldam suas identidades a partir da ideologia racial, porque muitas das vezes os movimentos negros passam a ideia de uma violência e sofrimento irremediável, haja vista as expressões máximas do racismo quando do genocídio e desigualdades sociais profundas da população negra, mas o fato é que as negociações das nossas subjetividades estão em volta de lugares socialmente valorizados em determinados sentidos, na medida em que nega os estigmas que recaem sobre uma negritude e permite à população branca seguir isenta das suas dívidas históricas para com o combate ao racismo anti-negro e anti-indígena. O discurso do movimento e do feminismo negro deve considerar que uma das artimanhas do racismo é a ilusão de uma segurança identitária que confere prazer porque camufla e torna indizível o que nós queremos denunciar: o racismo travestido de morenidade.

Este contexto de desigualdades vivenciado por mulheres, especialmente as negras amazônidas, não se difere do cenário de crianças negras. Quando falamos de Amazônia temos o lugar que grandes empresas e grandes investidores do capital tem como ponto central, por outro lado, temos a diversidade tanto de floresta quanto de pessoas que estão em constante luta por sobrevivência e lugar nesta sociedade. É perceptível que os indivíduos que compõem a região Amazônica têm suas características e particularidades que os diferenciam das pessoas que moram nos centros urbanos, no entanto, quando falamos de direitos, temos muitas desigualdades no acesso à direitos fundamentais. Sobre isso Guimarães, Carvalho e Coutinho (2020, p.249) dizem que:

> Os ribeirinhos, quilombolas e indígenas que moram na região amazônica, assim como em qualquer parte do território brasileiro, são amparados por leis e possuem os mesmos direitos. Entretanto, o que os indicadores sociais mostram, é que a maioria desses povos têm seus direitos violados e quando ocorre a efetivação desses direitos é de forma limitada e precária

Nesse viés, podemos refletir sobre os contextos em que crianças e mulheres são inseridas, considerando todas as particularidades que formam os territórios e os sujeitos pertencentes a eles. Haja vista que quando pensamos em Marajó, há uma enorme ausência de dados sistematizados

quanto às violações de direitos de crianças e mulheres, dessa forma, há uma necessidade indiscutível de ouvir e ler os pesquisadores e moradores da região, antes de disseminar discursos fundada em informações distorcidas e sem dados comprobatórios do que é falado; que nas palavras de Guimarães (2021, p.255):

> Consideramos que há uma complexa demanda a ser enfrentada pelos municípios marajoaras, em decorrência da amplitude de seu território que concentra uma população que vive em situação de extrema pobreza, contraditoriamente, num espaço de extensa riqueza natural. Não temos a pretensão de oferecer respostas fechadas e definitivas para um quadro tão complexo, mas sim construir caminhos coletivos que pensem intervenções que se dêem em rede e que sejam interdisciplinares, interprofissionais, interinstitucionais, interpolíticas e fundamentalmente intersetorial.

Dessa maneira, torna-se fundamental a atuação em rede de todos os dispositivos de proteção de crianças e mulheres no combate às violações de direitos, que implica diretamente ao acesso a políticas públicas, pois, os espaços amazônicos são diversos contendo locais distantes e de difícil acesso e que na maioria das vezes os moradores só irão acessar quando ocorre uma ação de caráter assistencialista, visto que, os principais equipamentos se encontram nas cidades e nem todas as pessoas conseguem se deslocar até os centros urbanos.

Diante desta conjuntura de uma diversidade historicamente apagada e explorada, quais seriam as potencialidades da atuação do Serviço Social? O profissional do Serviço Social possui como objeto de sua intervenção as expressões da questão social, que representam as contradições do capital e trabalho, gerando diferentes impactos na vida daqueles que estariam sob o jugo do Capitalismo.

Esse profissional ao lidar diretamente com as contradições próprias as sociedades capitalistas, passou por um longo processo de ressignificação e de autocrítica à sua prática e natureza, se pondo contra o capital, negando as ações imediatistas de viés caritativo, assistencialista e filantrópico.

Desta forma, a profissão passa a reivindicar por uma atuação crítica que alie teoria e prática, exigindo qualificação e atualização constante a fim de que corresponda às demandas que vão surgindo. Ao estar comprometido e sintonizado com os interesses dos grupos sociais e historicamente vulnerabilizados, o Serviço Social, possui um caráter estratégico na efetivação de políticas afirmativas que visam garantir reparações históricas. Márcia Campos Eurico (2022) em Nota Técnica para o Conselho Federal de Serviço Social, assevera que:

> A utilização da categoria 'raça' é assertiva, pois proporciona a identificação das pessoas conforme seu grupo de origem e desvela os processos de inclusão/ exclusão a que elas estão submetidas por serem brancas, negras, indígenas ou asiáticas. A adoção da categoria raça não parte da concepção biológica de ser humano; antes, pressupõe a condição do ser social, a quem se atribuem valores positivos e negativos, com base em uma escala evolutiva, perversamente produzida pelo grupo racial branco. Portanto, a coleta do quesito raça/cor/ etnia não é uma falsa questão.

Desde 2017, atuando no Marajó, nos debruçando no debate étnico-racial, viemos fortalecendo a constatação exposta por Eurico em período pandêmico, a fim de contribuirmos efetivamente para o combate não somente do sexismo e do adultocentrismo, mas sobretudo do racismo na Amazônia que por muito tempo passou ileso pelo Serviço Social da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos muitos debates em torno do racismo, mas quem são essas pessoas que estão falando? As informações que estão sendo compartilhadas nos meios de comunicação são verídicas? E quem realmente tem discernimento e compromisso para falar de temas tão complexos que atravessam a nossa sociedade a tanto tempo e que não somente fazem parte do debate atual, mas que se tratam de questões que impactam fervorosamente a vida de pessoas negras.

Apesar termos um movimento antirracista, onde mulheres negras tem se destacado no debate, no entanto ainda vemos a desvalorização tanto no cenário intelectual quanto no mercado de trabalho, seguindo este pensamento Bell Hooks (2024, p.94) reflete que "[...] Racismo e sexismo combinados criam barreiras nocivas entre mulheres[...]", assim, cria-se uma competição, onde as mulheres representarão a maioria das mulheres em espaços de poder e as não brancas estarão em subempregos ou possivelmente desempregadas.

Pensar o processo de pesquisa de mulheres negras, faz-se necessário e imprescindível conceituar os diversos aspectos que norteiam essas intelectuais, que passam a oferecer considerações que nos permitem avançar na leitura sobre a conjuntura e realidade vivida por diferentes mulheres que não pertencem ou compactuam com os padrões hegemônicos, seja de corpo quanto de vivências e realidade social. Portanto, é fundamental retomá-las para se pensar na existência de outras mulheres não brancas.

.

REFERÊNCIAS

AS dificuldades da população negra no mercado de trabalho. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.** Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/consciencianegra2023.html. Acesso em: 05 de abr. de 2024

Câmara, Flávia Danielle da Silva. **MULHERES NEGRAS AMAZÔNIDAS FRENTE À CIDADE MORENA: O LUGAR DA PSICOLOGIA, OS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA.** Belém, 2017. Disponível em:https://ppgp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Turma%202015/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Flavia%20C%C3%A2mara%202017.pdf. Acesso em: 08 abr. 2024.

DEUS, Z. A. Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult/PA, 2019.

EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

GUIMARÃES, J. T. da S. Direitos humanos de crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** v.13, N°25. Edição Especial de 2021, p.250-286.

GUIMARÃES, J. T. da S. SER NEGRO NO MARAJÓ: NOTAS SOBRE IDENTIDADE E RACISMO NA AMAZÔNIA PARAENSE. @rquivo Brasileiro de Educação, v. 8, n. 17, p. 80-106, 30 nov. 2020.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane Da Silva et al.. Os estudos sobre a infância e a criança a partir da perspectiva decolonial: os desafios para se pensar as infâncias da amazônia brasileira. E-BOOK VII ENESEB... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/87986> . Acesso em: 05/04/2024 15:08

HOOKS, bell, 1952. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 24 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.
LÉLIA, Gonzalez. In.: Flávia Rios e Márcia Lima. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz s.a, 2020.

MULHERES inserção no mercado de trabalho. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.** Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html. Acesso em:

GT 08 – RACISMOS, COLONIALISMOS, PATRIARCADO E DIÁSPORAS NA HISTÓRIA PRESENTE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

QUILOMBO URBANO EM TERRITORIALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE "A RUA DOS PRETOS" NO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM DO PARÁ.

Gilberto Teixeira Lima 13(PPGSA/UFPA),
Herondina Teixeira Lima14(PPGEAA/UFPA)
André dos Santos Cardoso15(UFPA)
Silvia Leticia Santos de Morais16(UFPA)

Resumo. Este artigo tem como objetivo geral compreender a evolução socioespacial do bairro da Terra Firme, em Belém do Pará, utilizando a identidade do lugar como objeto determinante de sua territorialidade. A ocupação dos quilombos urbanos está vinculada geralmente em torno da realidade periférica dos espaços marginalizados e segregados. A exclusão dos quilombos urbanos no planejamento urbano, ainda é uma realidade nos dias atuais, e essas localidades estão sempre inseridos em locais com moradia precária e a ausência de infraestrutura. Nesse contexto, apesar da "Rua dos Pretos não ter o reconhecimento de um quilombo urbano, porém em sua apresentação tem diversos elementos que podemos caracterizar como um Quilombo Urbano, e tendo sua população majoritariamente negra, as heranças do modo de viver existente nos quilombos rurais influenciaram na forma de cooperação entre os moradores para a consolidação do bairro, manifestando ainda sua cultura reggae durante a formação do território, caracterizando uma territorialidade negra no lugar. A pesquisa possui um caráter descritiva histórica e exploratória, com abordagem qualitativa, priorizando a entrevistas como técnica de pesquisa nas vivências dos moradores do bairro. Também complementar o referido trabalho com um estudo bibliográfico dando destaque para Freidrich Engels em sua obra A situação da classe operária na Inglaterra. Por fim, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para estudos futuros sobre o tema, em realidades distintas e semelhantes, partindo de uma visão decolonial, sobre os aquilombamento e ressignificação para as peculiaridades dos quilombos urbanos.

Palavras-chave. territorialidade negra; quilombos urbanos; segregação, segregação espacial,

---

[13] ¹ - LIMA, Gilberto.SANTANA, Fátima. Rua dos Pretos: Unidade na Diversidade . YouTube, Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=FSzFmEo9E3U&t=2s . Acesso em: 27 de agosto de 2023

Programa de Pós-Graduação Sociologia Antropologia PPGSA/UFPA Brasil e-mail: limatgil@gmail.com.
[14]Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos da Amazonia – PPGEAA/UFPA- Brasil e-mail: limaherondina@gmail.com.
[15] Instituto de Ciências Sociais Aplicada – ICSA/UFPA – Brasil. E-mail: *andrebelem19@hotmail.com*
[16] Instituto de Letras e Comunicação – ILC/UFPA Brasil E-mail: leticia40morais@gmail.com

1 - INTRODUÇÃO

O trabalho é resultado de pesquisa do trabalho de conclusão do pós graduação stricto senso a nível de especialização sobre a Lei 10.639/2003 voltado para professores das redes municipais e estaduais do Estado do Pará promovida pela Grupos de Estudos Afro-amazônico – GEAM/UFPA da Universidade Federal do Pará no ano de 2008.[1]

O espaço é a parte fundamental para que a reprodução da sociedade possa ser algo concreto. Porém, para o modo de produção capitalista, o espaço é utilizado como meio de produção para geração de mais-valia, para que assim possa ser consumido produtivamente. Para que se tenha um melhor entendimento da produção do espaço, expõe-se a existência do monopólio imposto por uma classe sobre o espaço, nesse caso, a alta burguesia, detentores do poder, excluindo assim os pobres da propriedade fundiária.

Nesse sentido, Engels, na obra A situação da classe trabalhadora na Inglaterra identifica e analisando as condições de vida nas quais os trabalhadores estavam submetidos a que os operários não tinham acesso à alimentação de qualidade. Inclusive, várias pessoas morriam de fome ou indiretamente pela ausência de alimentos, habitação digna entre outras necessidades básicas humanas não satisfeitas. Obra essa que torna-se fundamental para a compreender e analisar o contexto social,economico, politico da sociedade brasileira.

Na sociedade capitalista a segregação espacial das classes sociais em distintas cidades é uma das características mais marcantesna sociedade brasileira demarcando e definindo os espaço, onde temos um processo desencadeado por arbitrariedades que constroem cidades cada vez mais desiguais. As materialidades não acontecem de maneira espontânea, uma vez que não há uma opção para a classe trabalhadora se aproximar de áreas centrais, mas sim ocorre em decorrência de efeitos de supervalorização do solo que cada vez mais excluem a população pobre para as áreas periféricas. A segregação socioespacial atende apenas aos interesses do sistema social dominante no capitalismo, ao passo, em que age sobre a sociedade recriando novas formas de viver e sobreviver na cidade.

Ao longo da história, as populações negras sempre estiveram instaladas em espaços em situações de vulnerabilidade sociais impostas pelos grupos dominantes (CUNHA JUNIOR, 2019). Os bairros negros são produzidos pela forma como esses indivíduos foram segregados ao funcionamento das cidades, produto do racismo estrutural. Nesses locais, a educação e a expressão cultural são vistas como alternativas para união dos bairros negros, tendo em vista as vulnerabilidades sociais impostas a eles.

Os quilombos foram a primeira forma de resistência ao sistema de escravidão imposto aos negros no Brasil. Aqueles que resistiam à exploração fugiam para áreas distantes ainda não consumidas pelos colonizadores, onde havia a possibilidade de liberdade e recomeço de vida na tentativa de recriar o mundo africano (SILVA, 2011). Dessa forma, os quilombos se tornaram a primeira forma de territorialidade negra no Brasil, diferente dos quilombos de rompimento, como o de Palmares, que preferiam viver em áreas afastadas e longe dos caçadores de recompensas. Nos arredores das grandes cidades, fixaram-se os quilombos urbanos, um importante espaço de resistência para a luta abolicionista, local este que serviam de dormitórios para os negros fugidos que tentavam a vida nos mercados das cidades (CAMPOS, 2006).

Posto isto, esta pesquisa ampara-se no propósito de debater a problemática da construção desses espaços segregados na cidade, tendo como objetivo geral compreender a evolução socioespacial do bairro da Rua dos Pretos no Bairro da Terra Firme , situado na cidade de Belém do pará, utilizando a identidade do lugar como objeto determinante de sua territorialidade. Dessa forma, tem-se o caso dos bairros negros, ou também dos quilombos urbanos como são chamados, que ao longo da construção histórica do Brasil, mesmo após a abolição da escravidão em 1888 e com a promulgação da Constituição de 1988, não houve uma reparação histórica concreta com relação às comunidades remanescente de quilombos, ao qual vivem hoje ainda a margem da sociedade, vinculados à realidade periféricas, dos espaços marginalizados e/ou segregados.

A pesquisa é definida como descritiva e exploratória (GIL, 2008), com abordagem qualitativa. Foram realizadas pesquisas bibliográficas multidisciplinas com a finalidade de reconhecer a dívida histórica e reparar os danos da escravidão causados a população negra. O referencial teórico foi estruturado com base na discussão dos espaços etnicamente construídos e seu processo identitário, as legislações federais e referenciais que narram recortes históricos do objeto de estudo. Além disso, foi realizada a coleta de dados com a comunidade, por meio de entrevistas e questionários, e demais agentes sociais envolvidos com a temática quilombola em Belem do Pará.

Por fim, foi observado que a identidade quilombola se apresenta de forma estruturante vinculada a como esses grupos se relacionam com seu território, levando em consideração a sua ancestralidade, tradições e práticas culturais, numa relação na qual o território e a identidade não se separam. A pesquisa buscou contextualizar o estigma presente nos quilombos urbanos, levantando reflexões no âmbito do planejamento urbano de uma cidade dividida entre o formal

e o informal, sendo algo intrínseco no contexto brasileiro. Assim, espera-se que a inserção da temática dos quilombos urbanos nas pesquisas acadêmicas possam contribuir na proposição de políticas públicas urbanas mais inclusivas.

1 - A Produção do Espaço urbano e os bairros negros no Brasil

A produção do espaço urbano na sociedade capitalista atende aos interesses de uma determinada classe social – a burguesia –, excluindo assim as classes mais pobres do acesso à propriedade fundiária formal. A classe que detém a maior parte do capital pode assim ocupar, modelar e fragmentar o espaço da forma que melhor lhe convém (HARVEY, 2005). Nesse sentido, a forma como se maximizam os valores de troca produzem benefícios desproporcionais para alguns grupos e diminuem as oportunidades para outros.

A reprodução da sociedade depende diretamente do espaço, pois ele é uma condição geral para que essa existência seja possível. De acordo com Botelho (2007) o espaço é utilizado no modo de produção capitalista, como meio de produção para geração de mais-valia, portanto, assim é consumido produtivamente. Para o capitalismo, a privatização dos meios de produção é uma determinação geral, que promove uma crescente privatização do espaço na medida em que ele se incorpora ao capital como meio de produção. Nesse sentido, o consumo e produção do espaço são orientados pelas regras da propriedade privada, e são baseados pelas necessidades do capital em gerar um valor excedente.

Diante da realidade vivida pela população negra em seus bairros degradados e periféricos, onde são estabelecidas relações sociais e o modo de vida em coletivo, faz-se necessário discutir essas propriedades capitalistas, para que os seus indivíduos possam compreender essa realidade, buscando soluções para os problemas urbanos presentes no espaço em que vivem. Nos bairros negros se constroem suas identidades, os hábitos de vida, manifestação de suas culturas, religiões e alegrias, porém em muitas das vezes, também são destruídas potencialidades, resultado daforma como o racismo opera no espaço urbano da sociedade brasileira.

Nesse sentido a fala do morador da “Rua dos pretos” identificcado por José Ribamar(Fumça) no video “ Rua dos Pretos” Unidade na Diversade expressa essa realidade:

> “ aqui todo mundo é unido se eu precisar da dona Carminha ela me serve. Se eu precisar de um para ali, ele me atende. Tudo isso é uma união dentro dessa comunidade, que todo mundo se entende. É o momento que a gente sosmo tudo unido nessa parte da comunidade. Uns estão por

> aqui outros estão por ali, um já aruuma um serviço para o outro pra li. Então é o momento que agente combinamento, somos unidos nessa parte"

Os bairros são lugares que expressam histórias, resultado da forma como os indivíduos se relacionam, sendo elas através da cultura, da economia, das políticas, mas não sendo vistas de maneira dicotômica e separado das disciplinas sociais, e sim sendo analisadas em conjunto de forma de sintonia dos efeitos sociais (SILVA, 2016).

Para Vieira Silva (2010), através das cidades e dos bairros é possível pensar como o racismo estrutural se estabelece nas estruturas edificadas ou não, onde as formas urbanas negras são conceitos e abstrações científicas que explicam como as estruturas das cidades e suas instituições funcionam e são formadas.

A cidade é composta de bairros onde vivem as pessoas e a diversidade humana se manifesta. A relação entre a cidade e a diversidade das populações e dos grupos sociais é um dos principais motivos dos problemas de uma sociedade. A produção da identidade, individual e coletiva e sociabilidade. A qualidade de vida desses grupos populacionais em grande parte se define pelos bairros e encontra-se condicionada à produção dos espaços públicos, da infraestrutura urbana e das condições de moradia (CUNHA JUNIOR, 2019).

Portanto,é possível perceber que dessa forma há uma constante omissão exacerbada para com os africanos e afrodescendentes, causando assim a invisibilidade das populações negras na história por razão e explicações diversas, fazendo com que aconteça o desaparecimento ou minorização dos africanos e afrodescendentes nas diversas ciências.

A forma como o conceito das metrópoles e cidades é impresso através do padrão urbanista brasileiro, para conceber a cidade, é ainda bastante influenciado pelo conceito europeu. Consagrou-se a ideia de padrão periférico, que contempla loteamento ilegal, a autoconstrução e os conjuntos habitacional afastados e desprovidos de equipamentos públicos e espaços urbano. Nesse sentido, a ideia de cidade como um espaço dual se formaliza, onde a cidade é dividida por cidade informal e cidade formal, sendo uma, aquela onde não se tem tecnologia, planejamento e investimentos públicos, e a outra, onde se tem maior investimentos públicos, planejamento e atecnologia é aplicada de forma eficiente. Portanto, são nesses espaços informais que se concentram a população negra, recebendo os títulos tais como: cidades clandestinas, cidades irregulares, cidade informais e periféricas.

Para se ter entendimento da especificidade dos bairros negros, é necessário conhecer o conceito de africanidade e afrodescendência (CUNHA JUNIOR, 2007). A origem dos

conhecimentos e modos de vida africano vem da africanidade, ao qual si modifica na realidade histórica brasileira, e continua se modificando, através das pressões dos sistemas de dominação, formando assim a afrodescendência. Ao longo da história as populações negras sempre estiveram instaladas em locais sobreposta em situações de vulnerabilidade sociais impostas pelos grupos dominantes (CUNHA JUNIOR, 2019).

Os bairros negros são aqueles onde a dinâmica urbana é pautada pela cultura e história dos grupos etnicamente negros, cujo sua determinação vai além do que apenas ter a maioria dos moradores afrodescendentes ou que se autodeclaram negras. Esta interpretação parte da conceituação de Cunha Jr. (2007) acerca dos territórios de maioria afrodescendente, como aqueles espaços urbanos onde a maior parte da população é afrodescendente ao qual se conformam histórica e socialmente a partir das formas de imposição de desigualdades sociais à população negra e do desenvolvimento das culturas de base africana. Para Ramos (2007) a dinâmica sociocultural imposta pela cultura de base africana no espaço geográfico faz parte dos processos de construção das relações histórico-sociais e das identidades das populações.

Para Campos (2007) nos territórios negros urbanos, coabitam relações de (re)produção, de solidariedade e de identidade em processos constantes e transformadores. Resultado das relações socioculturais e econômicas, o território também é o agente formador dessas relações, sendo assim, ele é marca e matriz da sociedade. Portanto, o território é um dos elementos fundamentais para entender a discussão sobre identidade e sobre direito social, uma vez que ele é um dos mais eficazes formadores de identidade e de reprodução social.

Segundo Ramos (2007), aproximadamente 70% da população negra brasileira vive em áreas informais através de moradias autoconstruídas, ou seja, a autoconstrução é a principal forma de construção nos bairros negros. Assim, as populações negras urbanas definem seus espaços de moradia em áreas de periferia ou em periferias sociais (áreas de “invasão” localizadas em meio aos bairros tradicionais ou em áreas centrais), realizando uma linguagem própria, material, imaterial e simbólica, neste espaço urbano autoconstruído dos bairros negros.

A auto construção não deve pertencer sempre a essa realidade da informalidade, ela deve ser questionada ao passo que não é algo de exclusividade dos pobres, onde representa um universo majoritário da provisão habitacional, ela não pode ser interpretada como resultado direto da falta de acesso a legislação ou ao conhecimento técnico. Segundo Maricato (1996, p. 122) uma das grandes razões para ter esse entendimento, é a falta de informação sobre a "vasta ocupação ilegal do solo urbano" por parte não só de órgãos municipais de aprovação dos

projetos e equipes de urbanistas dos governos municipais, mas também de universidades. Em contrapartida, o tema tem sido abordado por pesquisadores que sugerem a elaboração do projeto em alinhamento com o sistema de gestão, a predefinição do sistema construtivo, a transferência de tecnologia e treinamento técnico das famílias como garantias de resultados mais eficazes.

Não há como discutir, a capacidade que famílias pobres, que historicamente são desasitidas pelo orgão responsaveis por uma politica habitacional formal, conseguiram desenvolver meios de superar suas demandas ou necessidades através dos seus próprios recursos. De acordo com Nabil Bonduki (1998, p. 281), o morador "adquire e ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue sua casa" - a autoconstrução nessas áreas, é uma produção doméstica não- capitalista.

Os valores e fatores socioculturais apontam uma pertinente autonomia criativa na construção coletiva dos bairros negros, orientado pelas formas de conduta e de comportamentos que decorrem da cultura de matriz africana. Nesse sentido, Ramos (2007) acredita que as motivações subliminares e os inconscientes culturais que atuam neste processo da organização espacial, estão conservados de forma inconsciente na memória coletiva dos afrodescendentes, através das africanidades não desmanchadas pela diáspora africana, e sim reformuladas em novos contextos espaciais, sociais, econômicos e políticos presentes nos bairros negros.

Para Rossi (2001), a memória coletiva se torna a própria transformação do espaço, como um fio condutor que orienta o espaço urbano, como consciência deste espaço. No contexto, em que muitos dos bairros negros foram construídos por comunidades tradicionais, historicamente consolidados em constante absorção de experiências comuns, através do seu contexto histórico e cultura definidos por suas identidades, simbolismos e significados. Um dos objetivos é verificar se há reciprocidades das formas espaciais ao conjunto dinâmico de práticas sociais que se processam continuamente nestes espaços, os bairros negros, mesmo que inseridos nos contextos metropolitanos de grandes cidades.

Portanto, a sociedade brasileira precisa pensar na situação de vida da população negra dentro da nossa realidade, como um problema específico, envolvendo a cultura negra e o racismo estrutural, a partir da perspectiva da própria população negra. De acordo com Cunha Junior (2019), a análise do tratamento dado a essas áreas, como os grupos sociais que aí habitam,

demonstram que adesigualdade social produzida sobre a população tem um componente especial urbano sintetizadono Bairro Negro. A sistematização de "não lugar" nas ideias urbanísticas é resultado da forma de produção da inclusão precária das populações negras na sociedade brasileira. Nesse sentido, a forma como as ideias urbanísticas contempla as populações negras, retira a especificidade de ser um lugar de maioria de população negra e estigmatiza como lugar de produção espacial urbana informal

3 – BREVE HISTORICO DA FORMAÇÃO DA RUA DOS PRETOS NO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM

A "Rua dos Pretos" é uma comunidade que possui entorno de 200 (duzentos) metros de extensão localizada na Rua São Pedro, passagem Bom Jesus no bairro da Montese, conhecido popularmente como Terra Firme, possui casas em sua maioria construídas em madeira e outras em um misto de madeira com alvenaria, além de pequenos comércios e vendas desenvolvidas pelos moradores nas suas próprias residências. Situado na periferia da cidade de Belém capital do Estado do Pará, Terra Firme é um dos 71 (setenta e um) bairros que compõe Belém, sendo um dos mais populosos e antigos da capital paraense com 61.439 pessoas, das 1.393.399 pessoas que moram na capital segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O bairro apresenta, altos índices de violência urbanas, falta de infraestruturas e de presença do poder público, se destacando ainda, por ser um bairro que possui a maioria de sua população negra.

A comunidade é conhecida localmente como "Rua dos Pretos", por possuir várias famílias de negras e negros com laços familiares e práticas culturais que reforçam em seus cotidianos uma identidade negra, com origem de migrantes em sua maioria que se deslocaram do Estado do Maranhão, os quais, estão na terceira geração de descendentes morando na localidade.

A Rua dos Pretos, no bairro do Guamá (rio que chove), em Belém, emerge uma cidade formada a partir de migrantes, na década de 80 do século passado, boa parte deles oriundos do Maranhão.

Relato da moradora Maria do Carmo Abreu (dona Carminha)

> "Geralmente a geração maranhense vem pra cá é por questão econômica até porque tem necessidade de trabalho. Eu vim prá cá com 14 anos de idade trabalhei em casa de família hoje sou funcionária pública. Isto aqui era tudo alagado, onde tinha que fazer ponte para poder fazer as casas ...

> não tinha água, não tinha nada quer dizer que muitos maranhenses que vieram prá cá vieram por questão econômica"

A cidade é uma cidade de cidades misturadas. A tragédia, às vezes, é que trás a face oculta à tona: incêndio das casas de madeira, alagamento por conta das chuvas, execução de jovens ou o tráfico de drogas. Da Rua dos Pretos, no bairro do Guamá (rio que chove), em Belém, emerge uma cidade formada a partir de migrantes, boa parte deles oriundos do Maranhão. Os maranhenses representam quase 5% da população do Pará. Destes, 92% se identificam como negros ou mestiços, sinalizam dados do IBGE (2010).

Entre os bairros da cidade, o Guamá é o bairro mais populoso. O rio homônimo o irriga. A região cortada por canais e banhada pela baía do Guajará nasceu a partir da ocupação irregular de áreas públicas, em particular de órgãos federais, como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), atualmente Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O setor de Segurança Pública do estado considera o perímetro como zona vermelha. Localizado no extremo sul da cidade, o Guamá é resultado da ocupação desordenada, onde pobreza e a violência integram o cotidiano.

Com base no relatório publicado pelo Projeto Pobreza e Meio Ambiente (Poema) da UFPA divulgada em 2012 atesta que 200 mil moradores do Guamá e Terra Firme sobrevivem com metade do salário mínimo por mês. A informalidade absorve a maior parte da mão-de-obra. A concentração de renda que estrutura a economia do país, aqui também se replica.

De acordo com uma, entre tantas, pesquisa coordenada pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida constatou que 96,28% da população da região metropolitana de Belém absorvem 24,80% da renda, enquanto uma minoria, isto é, 3,72% da população abocanham 75,20% da renda gerada. Baixo nível de escolaridade, desemprego, subemprego, violência, precário serviço de abastecimento de água e ausência de saneamento básico conformam a aquarela da pobreza. O esgoto corre a céu aberto entre as ruas estreitas, onde predomina uma arquitetura de madeira. Não raro, depara-se com um templo evangélico. A água da chuva do dia anterior inunda algumas vias. Às vezes em que a chuva é intensa é comum o transbordamento do canal dos Mundurucus. Ali perto fica a Rua dos Pretos.

Figura 1: Área do bairro da Terra Firme, com moradias construídas em palafitas



Fonte: O mensageiro, 2016.**)**



Fonte:O mensageiro, 2016.**)**

> "É verdadeiramente revoltante o modo como a sociedade moderna trata a imensa massa dos pobres. Ela os atrai para as grandes cidades, onde respiram uma atmosfera muito pior que em sua terra natal. Põe- nos em bairros cuja construção torna a circulação do ar muito mais difícil que em qualquer outro local. Impede-os de usar os meios adequados para se manterem limpos: a água corrente só é instalada contra pagamento e os cursos de água poluídos não podem ser utilizados para a higiene; compele-os a jogar na rua todos os detritos e as imundícies, toda a água servida e até mesmo os excrementos mais nauseabundos, para os quais não há outra forma de escoamento – enfim, obriga-os a empestear seus próprios locais de moradia. E nem isso lhe basta: acumula sobre eles todos os males possíveis. Se, em geral, a população das cidades já é demasiado densa, são os pobres os mais amontoados em espaços exíguos. Não contente com a atmosfera envenenada das ruas, encerra-os às dezenas em habitações deum único cômodo, de tal modo que o ar que respiram à noite é ainda mais sufocante." (Engels. Pag . 137)

A análise socioespacial do bairro buscou obter as vivências dos moradores que fazem parte do processo de construção desse espaço urbano, sem desvincular a história e a cultura deles noprocesso de consolidação e crescimento desse território. As percepções e os relatos dos moradores tanto antigos como novos Rua dos Pretos, foram relevantes para o entendimento de como as relações sociais construíram aquele território.

As percepções dos moradores e os relatos coletados através de entrevistas, foram contextualizados com análise de dados institucionais, de acordo com os últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, onde são fornecidos dados socioeconômicos do bairro com o intuito de aproximar os resultados ao olhar cotidiano, junto arealidade vivenciada no local e dos seus agentes construtores.

Segundo Assunção (2017) a identidade na “Rua dos pretos” no bairro da Terra Firme como Quilombo Urbano se dá através das relações construídas entre as pessoas que se utilizavam da cultura reggae através da “Escolinha do Reggae” quefuncionava e onde os moradores da localidade se reunião ao finais de semana e viriam a definir a memória afetiva dos moradores mais antigos. Através da pesquisa de campo, observou-se que a rua é o principal espaço público, local onde acontecem as interações e as relações entre os moradores, permitindo uma diversidade de uso, agregando vitalidade ao espaço tornando-o mais democrático e seguro, sendo possível ter mais olhos voltados a rua. Isso, traz a ideia de vitalidade urbana que abrange a junção de qualidades de um assentamento ao qual as pessoas sintam vontade de permanecer, na maioria das vezes, localeste onde se concentram de múltiplas atividades e relações econômica (KOURY, 2015).

Mesmo com a forte diversidade cultural presente no bairro, o território da “ R u a d o s P r e t o s ” , ainda carregam a carga elevada de estigmas. Por tempos a mídia, através dos noticiários e programas policiais qualificaram o bairro como "favela" e/ou "periferia" e como "lugar perigoso". Porém, ao contrário do que a sociedade fora do território enxerga, a maioria dos moradores consideram que o território possui baixo nível de violência urbana.

Nas entrevistas, houve relatos descrevendo o bairro como calmo e tranquilo, onde todos se conhecem e são solidários uns com os outros, isso seriam aspectos que contirbuem para a permanência dos moradores no bairro. Nesse sentido, agindo a fim de que seja erradicada essa noção estigmatizante do território, surge a necessidade de mobilização pelo reconhecimento de direitos, principalmente, de acesso aos serviços públicos básicos, pela manutenção e valoração de suas práticas culturais e de sua identidade étnica.

Vale ressaltar que a Rua Bom Jesus recebeu o nome de “Rua dos Pretos”pelo fato que de a pasagem possui uma populaçãopredominantemente preta retintos e parda, com maioria feminina, e isso reflete com a realidade vivida no país, onde as casas são chefiadas majoritariamente por mulheres.

Diante do exporto, percebe-se que território da “Rua dos Pretos” apesar de não possuir a sua certificação como quilombo ,ou seja, o reconhecimento jurídico, deveria ser objeto de projetos e políticas públicas próprios levando em consideração sua identidade étnica e culturalmente diversos. O poder público ainda se faz bem ausente na estruturação do lugar, não havendo ainda saneamento básico adequado para o bairro, o serviço de iluminação pública

insuficiente no período noturno, e também a falta de equipamento públicos de lazer, esporte e cultura e saúde para toda população

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou entender qual lugar os negros ocupam no espaço urbano, visto a exclusão social que vivenciam e de sua identidade cultural, sendo assim traçou-se um caminho histórico desde influência da abolição da escravidão até a formação da área urbanas mais recentes como a “Rua dos Pretos” , como sendo territórios negros e periféricos. Nesse sentido, é importante construir estudos voltados a essas realidades, pois ao longo da pesquisa foi possível perceber a carência de estudos acadêmicos direcionados à tais territórios no que se refere a suas especialidades e características urbanas.

O preconceito ao qual as populações negras e pobres estão submetidos aos olhos da sociedade, acaba por definir os espaços que ocupam como sendo locais violentos, marginalizados ou desorganizados. No entanto, mesmo que tenham sido guiados a essas áreas distantes e menos estruturadas nas bordas das cidades, os moradores/autoconstrutores de forma autônoma construíram seus espaços a partir das lógicas características do local.

Através das cidades e dos bairros é possível pensar como o racismo estrutural se estabelece nas estruturas edificadas ou não, onde as formas urbanas negras são conceitos e abstrações científicas que explicam como as estruturas das cidades e suas instituições funcionam e são formadas. Ao qual, se estruturam com leis e valores, dividindo a cidade em bairros periféricos e nobres, como áreas legais e ilegais. Dessa forma, o desenvolvimento urbano aplica-se apenas para as camadas mais altas da sociedade, enquanto que para as periferias, o contraste e a distância social tornavam-se mais claros. Isto influenciou para a inserção da questão étnica aos estudos urbanos, entendendo que a segregação espacial
tem cor, porém a cor possu iparticularidades culturais próprias e presentes em seus espaços cotidianos.

A integração da população negra na sociedade brasileira e no planejamento urbano não se faz pela sua homogeneização cultural ou de apropriação ou inserção no espaço urbano hegemônico, através de um processo único de civilização, mas garantindo seu direito de realização urbana de acordo com sua especificidade étnica afrodescendente. Ao levar em consideração essa nova abordagem, as relações culturais caracterizam-se como elementos próprios do lugar, o que acaba por influenciar novas dinâmicas espaciais, levando em

consideração pesquisadores e urbanistas que estudam o ambiente urbano a partir do urbanismo negro e africano.

Nesse sentido apesar de todos os avaços no que tange as politicas as politicas as populações quilombolas do país ainda percebe a necessidade de estudos e a compreensão da identidade dos territórios negros urbanos no campo da Arquitetura e Urbanismo pode contribuir no processo de inclusão dessas comunidades no processo d eplanejamento urbano formal, desfazendo um estigma secular atribuído as cidades africanas e aos territórios predominantemente negros brasileiros, diferentemente da visão hegemônica do urbanismo europeu presente nos estudos brasileiros, que ainda hoje influência no modo de planejar nossas cidades.

Por fim, compreender a existencia das populações negras periféricas nos espaços urbanos pode permitir a formulação de políticas públicas mais inclusivas, permitindo o direito à cidade para uma parcela negra da população, reconhecendo toda a riqueza cultural presente nos quilombos urbanos e destacando a importância de suas heranças históricas, culturais e construtivas para toda sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRRAFICA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e Territorialidades Específicas na Amazônia: entre a" proteção" e o" protecionismo". Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 63-72, 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e Novas Etnias.** – Manaus: UEA Edições, 2011.

ASSUNÇÃO, Ana Valéria**. "QUILOMBO URBANO", LIBERDADE, CAMBOA E FÉ EM DEUS:**

Identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão. Mestrado em cartografia social. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Companhia Editorial Nacional: São Paulo, 1995.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998

BONDUKI, Nabil.; ROLNIK, Raquel. **Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho.** In: (MARICATO, E.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

BOTELHO, Adriano. **A produção do espaço como estratégia do capital**. *In*: O URBANO em fragmentos, 2007. p. 21 - 36. Disponível em: https://www.ufjf.br/nugea/files/2014/09/O-urbano-em-

fragmentos.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

BURNETT, Frederico. Lago. O ESPAÇO DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA NA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DO PAC RIO ANIL EM SÃO

LUÍS, MARANHÃO. In: I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2014, São Bernardo do Campo, SP. I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2014.

CALDEIRA, Teresa. **Cidades de Muro: crime, segregação e cidadania**. São Paulo: Edusp, 2000. CAMPOS,

Andrelino de O. **O planejamento urbano e a "invisibilidade" dos afrodescendentes:**

discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio espacial na cidade do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro, 2006

_____, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro.**

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Afrodescendência e Espaço Urbano.** In: CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs.). Espaço Urbanos e Afrodescendência. Fortaleza: Edições UFC, 2007

____. **Bairros Negros: A forma urbana das populações negras**. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2019.

____. **Bairro da Liberdade: A Comunicação Urbana em Território de Maioria Afrodescendente**. In: II ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006, Salvador. II ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006.

ENGELS, Frederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência Urbana: um problema social. **Tempo Social**; Rev.Sociol. USP, S. Paulo, **10** (1): 105-119, maio de 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados do Censo 2010.** São Luís/MA, 2010.HARVEY,

David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, 2005.

KOURY, Rafael. Considerações sobre a boa cidade Justiça ambiental urbana e sustentabilidade. **Vitruvios** ,15 abr. 2015. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5520. Acesso em: 3 jun. 2021

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

LEITE, Carolina Maria de Araújo Martins Silva. **Entre a Preservação e a expansão - Setentaanos de Planejamento Urbanístico em São Luís do Maranhão: do traçado colonial ao plano moderno e à prática contemporânea (1936-2006)**. Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa, 2018

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2010.

MIRANDA, Cássio. **Serviço de saneamento e prophylaxia rural do Maranhão. Maranhão** . Tip. teixeira. 1925

OLIVEIRA, Maysa Mayara Costa de. **O Processo de Socialização na questão da habitação: O Residencial Rio Anil Camboa** . 2016b.167f.

RAMOS, Maria Estela Rocha Penha. **Território afrodescendente: Leitura de cidade atravésdo bairro da Liberdade, Salvador (Bahia).** UFBA: Salvador, 2007.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão.** Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. -2016.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Sessões de Pôsteres



Sessão de Poster 01

Cidade

Coordenadoras/es

Camilla Souza Barbosa NAEA-UFPA
Denny Junior Cabral Ferreira (PPGSA/UFPA)
Iraneide Silva (GETTAM-NAEA-UFPA)
Marinês de Maria Ribeiro Rodrigues (PPGSA/UFPA)
Naiara Videira dos Santos (PPGSA/UFPA)

EM DESTAQUE "Trabalho apresentado contemplado com menção Honrosa"

Cidades

Sessão de Pôster

Contribuição do geoprocessamento na identificação de ilhas fluviais: Efeitos para o desenvolvimento regional no município de Belém-PA

Wellingtton Augusto Andrade Fernandes[1](NAEA/UFPA),
Lucas Melo de Oliveira[2](NAEA/UFPA)
Silvio José de Lima Figueiredo[3](NAEA/UFPA)

O município de Belém-PA tem metade do seu território composto por sua região insular. As ilhas do município têm papel fundamental na organização espacial da cidade, são centros turísticos, de veraneio, sendo parte central das relações sociais, econômicas e comerciais. Entretanto, há certa falta de informação a respeito das ilhas por parte do poder público. O número exato de ilhas que compõem o município é inexato, não há informações a respeito da tipologia das ilhas ou acerca do processo de surgimento e desaparecimento dessas formações, fato que pode gerar um alto grau de insegurança para populações que possam habitar essas ilhas. A distinção entre barras e ilhas fluviais e a correta caracterização das ilhas é fundamental para uma maior compreensão dos ambientes naturais do município de Belém, além de proporcionar meios para melhor gestão dos recursos hídricos e um planejamento regional sustentável. Dessa forma o presente estudo busca identificar, caracterizar e mapear as ilhas pertencentes ao município de Belém, fazendo uso de diferentes técnicas da ciência do geoprocessamento para melhor entender a dinâmica das ilhas fluviais da área insular deste município e as formas e principais desafios enfrentados para que o geoprocessamento possa contribuir no processo de identificação de ilhas fluviais, além de auxiliar na atualização dos dados da gestão municipal.

Palavras-chaves: Região fluvial; Identificação de ilhas; Geoprocessamento;

[1] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Brasil. Email: wfernandes@ufpa.br
[2] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Brasil. Email: lucas.oliveira@ifch.ufpa.br
[3] Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Brasil. Email: slima@ufpa.br

Sessão de Pôster

Resistência da Ocupação Rayana Alves: Estratégias comunicacionais ao processo de despejo

Vitoria RODRIGUES[4] (UFPA),
Beatriz ELERES[5] (UFPA),
Ana Karolini PEREIRA[6] (UFPA),
Danila CAL[4] (UFPA)

RESUMO

A Ocupação de Mulheres Rayana Alves, gerida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, acolhe mulheres vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade social desde 15 de agosto de 2022, e em novembro de 2023, enfrentou uma tentativa de despejo. As ativistas do Movimento adotaram estratégias de comunicação, utilizando tanto meios digitais e abordagens políticas, para denunciar a ordem de despejo, documentar dificuldades e mobilizar apoio, essa atuação possibilitou chamar atenção da população para evitar o encerramento das atividades na Ocupação.

O estudo adota três abordagens metodológicas. Inicialmente, o acolhimento de relatos dos simpatizantes, militantes e apoiadores do Movimento, abordando o desenvolvimento do processo de ocupação massiva, manifestações culturais, protestos políticos, denúncia pública e todas as atividades entre 01 e 08 de novembro, bem como entrevistas com duas coordenadoras do Olga sobre questões do processo de despejo e estratégias de luta. Em seguida, a realização da análise do perfil do movimento e sua repercussão na mídia tradicional, como televisão e portais de notícias. A análise explora o impacto da mobilização através dos meios de comunicação na interrupção do despejo e sua repercussão na mídia e no âmbito parlamentar.

Com isso, propõe-se analisar a atuação da comunicação em favor do MMOB durante o mandado de despejo na Ocupação de Mulheres Rayana Alves. Sob a interpretação do professor doutor Jackson Medeiros do conceito de esfera pública de Jürgen Habermas, a discussão massificada e a movimentação de base promoveram o debate expandido nos meios de comunicação burgueses, onde

[4] Estudante de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Pará, integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa), bolsista de iniciação científica do Projeto Ecoaras - Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Email: rodriguesssvv@gmail.com

[5] Estudante de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Pará, integrante do grupo de pesquisa Compoa, bolsista de iniciação científica do Projeto Ecoaras - CNPq. Email: beatrizeleres512@gmail.com

[6] Estudante de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, da Universidade Federal do Pará, integrante do grupo de pesquisa Compoa, bolsista de iniciação científica do Projeto Ecoaras - CNPq. Email: akarolinipe@gmail.com

[4] Doutora em Comunicação Social (UFMG), Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, coordenadora do Projeto Ecoaras e umas das líderes do Grupo de Pesquisa Compoa. E-mail: danilacalufpa@gmail.com

o “Autoentendimento da função da esfera pública burguesa cristalizou-se no topos da opinião-pública” (Habermas, 2003, p.110., apud Medeiros, 2012, p.28). Assim, as estratégias comunicacionais do Movimento, inicialmente com reverberação limitada entre militantes e apoiadores, evoluiu para uma discussão política institucionalizada, resultando em ações políticas e judiciais favoráveis à ocupação.

A pauta da Ocupação de Mulheres vai contra a mentalidade patriarcal da sociedade e estabelece uma quebra da perspectiva da classe econômica dominante nos discursos veiculados nas grande mídias em um processo de contra-agendamento. Esse fenômeno defendido por Luiz Martins da Silva em 2007 e desenvolvido por Maísa Regina Bilenki e Maria Elisa Máximo, é retomado nesse artigo para pontuar o interesse dos Mass media em noticiar esses levantes contra o sistema patriarcal nos jornais tradicionais de Belém por conta da pressão dos Movimentos e da sociedade civil.

Outrossim, destaca-se a potência dos meios de comunicação na mobilização digital do Movimento, que por meio das publicações, engajamentos com comentários e marcações, conseguiu grande visibilidade nas mídias tradicionais e nos parlamentos, além de apoiadores e voluntários para a Ocupação durante o período de ameaça de despejo.

Portanto, pontua-se a agilidade e o alcance das estratégias comunicacionais essenciais para a adesão da causa das mulheres acolhidas no local, vítimas de violência e do abandono estatal. Assim, a repercussão gerou cobertura em mídias mais tradicionais e também despertou o interesse dos legisladores estaduais. No fim, evidencia a colaboração de vários setores na proteção das mulheres atendidas pela ocupação, com o apoio imprescindível da comunicação para o encontro de todos esses agentes.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência; Feminismos; Movimento Olga Benário; Ocupação de Mulheres; Ativismo Digital,

REFERÊNCIAS

BILENKI, Maisa Regina; MÁXIMO, Maria Elisa. Amor & Sexo: Sexualidade, Feminismo e o Contra-agendamento da Mídia1. In: **Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul–Caxias do Sul-RS–15 a**. 2017.

LANGNER, Ariane; ZULIANI, C. S.; MENDONÇA, Fernanda. O movimento feminista e o ativismo digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas online. In: **3o Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: Mídias e Direitos na Sociedade em Rede e V Congresso Iberoamericano de Investigadores e Docentes de Direito e Informática**. 2015. p. 3-12.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. TransInformação, v. 25, p. 27-33, 2013.

SIEBENEICHLER, F. B. O Conceito Esfera Pública No Pensamento Habermasiano. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, p. 84–96, 2018. DOI: 10.21728/logeion. 2018v5n0.p84-96. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4502. Acesso em: 8 jan. 2024.

Sessão de Pôster

As problemáticas vivenciadas por transeuntes no setor de Saúde da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto (Belém-Pa)

Maria Carolina dos Santos Guimarães[7](FAU/UFPA),
Cintia G. R. da Silva Sousa[8](PPGAU/UFPA)
Bárbara Faciola Pessoa Baleixe da Costa [9](PPGAU-UFPA)
Luiz de Jesus Dias da Silva [10](PPGAU-UFPA)

O presente trabalho tem como objetivo etnografar as dificuldades de mobilidade vivenciadas pelos atores sociais que freqüentam o campus de Saúde, situado nas proximidades do portão 4 da Cidade Universitária José da Silveira Netto na Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém-Pa, contextualizando as relações desses sujeitos com o Igarapé Sapucajuba, como um rio urbano que impacta diretamente a vivência destas pessoas. A metodologia utilizada foi a técnica de observação direta e participante, bem como entrevistas com roteiro estruturado, tendo como recorte de pesquisa, pacientes das clínicas universitárias centralizadas no setor de Saúde, estudantes e servidores da UFPA (que se locomovem dentro do campus sem o auxílio de carros). O entorno do portão 4 tem sofrido alterações físicas em decorrência das construções de novos equipamentos urbanos que estão sendo erigidos, visando suprir as demandas das faculdades situadas na área, a produção de tais edificações tem impactado a mobilidade dos transeuntes. Incursões de campo possibilitaram o aferimento das principais problemáticas experienciadas por estes atores sociais que disputam local de locomoção com carros em trechos onde não há calçamento. Como resultado de pesquisa observou-se através de entrevistas que os pedestres do setor de Saúde da UFPA majoritariamente (cerca de 53,8%) queixam-se de impasses relativos a ausência de calçamento adequado e de passarela coberta, o que gera a segunda problemática mais citada (41%) concernente a falta de acessibilidade dentro do campus, outras dificuldades relatadas referem-se aos alagamentos por influência de marés, que causam desconfortos as pessoas que se deslocam em seu entorno, além de insegurança. No que tange ao bosque do Igarapé Sapucajuba e ao rio urbano em si, os sujeitos, predominantemente (57.7%) denotam ter ciência da existência do Igarapé e que as ações paisagísticas e de limpeza do rio, em andamento, tem contribuído de forma positiva no espaço, proporcionando embelezamento da área. Segundo os entrevistados “tem até aparecido umas flores por aqui, ficou bem bonito, todo mundo tem comentado”[11]. E contribuindo para a diminuição dos alagamentos: “Ano passado teve alguns dias que agente não conseguiu ter aula por conta justamente dos alagamentos, mas esse ano, graças a

[7] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará, FAU/UFPA. Email: mcarolinagsb@gmail.com
[8] Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará, FAU/UFPA. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: cintiadasilva@live.com.
[9] Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Mestre em Antropologia pelo Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFPA. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: barbarabaleixe@gmail.com.
[10] Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/UFRJ. Doutor em Antropologia pelo Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFPA. Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, FAU/UFPA e do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: ljds@ufpa.br.
[11] Entrevista respondida de forma anônima em 22 de Setembro de 2023

Deus, a gente não teve esse empecilho".[12] Os resultados de pesquisa demonstraram que as más condições de mobilidade urbana afetam diretamente as rotas utilizadas dos transeuntes que interagem com o espaço, onde muitos dos quais optam pela utilização de rotas alternativas, popularmente denominadas de atalhos, pelos meandros urbanos e entre os prédios situados na Cidade Universitária da UFPA, e, tem suas vivências e experiências moldadas pelo entorno físico e do espaço.

Palavras-chaves: Transeunte, espaço público, percurso etnográfico, mobilidade.

[12] Entrevista concedida anonimamente em 22 de Setembro de 2023

Sessão de Pôster

Regularização Fundiária e Direito à Cidade: reflexões sobre o trabalho social desenvolvido no Projeto Meu Endereço em Marituba/PA (2022-2023)

Renato César Gomes Cunhal[13] (Estácio Pará),
Francisco dos Santos Neto[14] (PPGSS/UFPA)

Objetiva-se com este ensaio apresentar resultados do trabalho social desenvolvido pelo Projeto Meu Endereço no Município de Marituba no Estado do Pará, no qual um dos autores desenvolveu o Estágio Supervisionado em Serviço Social nas Usinas da Paz, sendo resultado desta experiência um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sintetizado neste artigo. Desta forma, a pesquisa buscou expor a problemática: Qual o impacto do trabalho social desenvolvido no Projeto de Assistência Técnica e Tecnológica em Regularização Fundiária, prevenção de conflitos e melhorias habitacionais e sanitária, no período de 2019 a 2022, no município de Marituba/PA? Assim como os seguintes objetivos específicos: 1) Identificar as principais demandas sociais do Projeto Meu Endereço, no período de 2019 a 2022, a partir dos dados/informações coletadas pela equipe técnica no período; 2) Analisar os principais resultados alcançados pelo Projeto Meu Endereço, a partir das ações realizadas, tendo em vista avaliar se as principais demandas do público-alvo foram atendidas. A partir da teoria e método crítico-dialético de orientação marxista, buscou-se desenvolver um estudo que considere a relação entre singularidade-universalidade-particularidade no processo de interpretação da realidade pesquisada. Enquanto procedimento metodológico utilizou-se o levantamento bibliográfico para a construção de um Estado da Arte preliminar, assim como consulta em banco de dados do próprio Projeto, o que foi fundamental para a construção dos dados que subsidiaram a pesquisa. Por fim, enquanto principais resultados puderam-se evidenciar o seguinte: as principais solicitações circunscrevem-se em: direito de laje; subdivisão de lote; regularização fundiária e melhoria habitacional, sendo que esta última se refere a 47% dos 81 processos atendidos. Quanto ao perfil socioeconômico do público, este é majoritariamente constituído de pessoas em situação de pobreza, as quais subsidiam suas necessidades por meio de Programas de Transferência de Renda como o Bolsa Família. No que se refere a faixa etária a maioria das pessoas atendias é de idosos, entre 50 e 60 anos de idade. Nessa esteira, observa-se também que o público é constituído majoritariamente por 79 % de mulheres (do lar, chefas de família e autônomas). No que se refere ao trabalho desenvolvido pelo Projeto, no período de 2022-2023, foram entregues 22 (vinte e duas) peças técnicas do “Kit Meu Endereço”, composto de planta de localização do imóvel, planta de limite de lote, laudo de condições socioambientais da moradia, laudo de avaliação do imóvel e guia de encaminhamento a programas sociais, as quais são peças fundamentais na identificação dos seus imóveis e terrenos, pois trata-se de uma área de ocupação em que a maioria dos moradores cadastrados não possuem documentos de comprovação de ocupação/posse. Dessa forma, esse estudo possibilitou identificar as dificuldades de moradia na sociedade capitalista, especialmente para as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, especialmente porque suas demandas ultrapassam os limites da política de regularização fundiária, o que expressam a necessidade de construir políticas sociais estruturais/estruturantes que garantam o efetivo direito a cidade.

Palavras-chave: Trabalho Social. Regularização. Fundiária. Marituba.

[13] Assistente Social da Secretaria de Habitação de Marituba/PA. Egresso do Curso de Serviço Social da Faculdade Estácio do Pará. Email: renatogomessocial@gmail.com

[14] Assistente Social. Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Professor e Coordenador do Núcleo de Pesquisa, Extensão, Internacionalização e Sustentabilidade da Faculdade Estácio do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Questão Étnico-Racial e Formação Profissional da Estácio Pará. Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/PPGSS/UFPA). Email: francisco.neto2013@hotmail.com

Sessão de Pôster

Direito à cidade/terra/território/meio ambiente em contextos amazônicos: ações extensionistas na comunidade Pedreirinha, Castanhal/Pará

Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA)[15]
Julyane Santos da Silva (UFPA)[16]
Fabíola Rodrigues Ferreira (UFPA)[17]
Vitória Carolina Santos Carvalho (UFPA)[18]

A Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social/REURB-S tem por objetivo assegurar o direito constitucional de acesso à terra regularizada, atendendo ao princípio da função social da propriedade urbana e a insegurança jurídica quanto a questão de posse e propriedade da terra (Lei Federal n. 13465/2017). Partindo do pressuposto de que as lutas sociais em torno do "direito à cidade" articulam-se, dialeticamente, em torno da terra/território e a um meio ambiente saudável, na cidade e no campo e de que a Regularização Fundiária sozinha não garante o "direito à cidade", pois estas envolvem a garantia das políticas setoriais de habitação, saneamento e mobilidade, foi criado um Projeto de Extensão, vinculado a uma Programa de Extensão e Pesquisa do curso de Serviço Social da UFPA, tendo como *lócus* específico uma das sub-áreas daquele programa, denominada comunidade Pedreirinha, no município de Castanhal. O objetivo maior foi de fomentar o debate sobre o "direito à cidade", pauta do Serviço Social Brasileiro, contribuindo assim tanto para o processo de formação profissional de discentes, como também com os processos organizativos das/os beneficiárias/os da Regularização Fundiária Urbana naquela área, realizando capacitações sobre a questão urbana em sua relação dialética com a questão agrária e a questão ambiental, refletindo assim sobre a importância da organização comunitária na implementação das políticas setoriais de habitação de interesse social, saneamento ambiental, transporte/mobilidade urbana e da própria regularização fundiária.

Palavras-Chave: Amazônia paraense; Direito à cidade; Terra/território/meio ambiente; Ações extensionistas. Castanhal/Pará

[15] Faculdade de Serviço Social/FASS. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS. Universidade Federal do Pará/UFPA. Brasil. E-mail: fialho@ufpa.br.
[16] Faculdade de Serviço Social/FASS. Universidade Federal do Pará/UFPA. Brasil. E-mail: silvajulyane671@gmail.com.
[17] Faculdade de Serviço Social/FASS. Universidade Federal do Pará/UFPA. Brasil. E-mail: fabiola.rodrigues.ferreira@icsa.ufpa.br.
[18] Faculdade de Serviço Social/FASS. Universidade Federal do Pará/UFPA. Brasil. E-mail: vitoria.carvalho@icsa.ufpa.br

Sessão de Pôster

Explorando a Dinâmica Demográfica em Foz do Iguaçu: Mapas dos Fluxos Migratórios

Leyriel Zurita Gonzalez[19](UNILA),
James Humberto Zomighani Junior[20](UNILA)

O mapeamento fornece informações precisas sobre a distribuição da população, a localização das habitações, os serviços públicos e as áreas de desenvolvimento. Isto é essencial para planear o crescimento urbano de forma eficiente e sustentável, garantindo que as novas infraestruturas e serviços sejam localizados onde são mais necessários. Além disso, pode ajudar a identificar áreas com elevada concentração de população migrante e facilitar programas de integração social e cultural. Foz do Iguaçu é um município onde esses fatores convergem e necessita de uma cartografia mais completa e detalhada, para ser analisada, problematizada e interpretada sob diversas perspectivas levando em conta sua alta concentração de migrantes. A questão da migração em Foz do Iguaçu, merece ser mais bem cuidada pelas universidades localizadas no território, como a UNILA, e pelo poder público local, que tem o dever de produzir conhecimentos acerca da migração neste espaço fronteiriço, e de implementar programas, projetos e ações (no caso da Prefeitura e da Câmara Municipal), capazes de criar condições mais favoráveis, acolhedoras, para a imensa quantidade de pessoas, de diversas etnias, que residem em Foz do Iguaçu. O objetivo desta pesquisa é elaborar um atlas temático na Região de Foz do Iguaçu a partir da cartografia e levando em consideração dados quantitativos sobre aspectos da migração no tríplice fronteira, pouco conhecidos pelas universidades, órgãos públicos e a população do município. Para realizar a investigação, os migrantes serão mapeados a partir do Registro Nacional de Migrantes (RNM) da Polícia Federal, dados do município de Foz de Iguaçu.

Palavras-chaves: cartografia, fronteira, mapeamento, migração, município.

[19] Relações Internacionais e Integração, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil. Email: leyrielzguci@gmail.com .
[20] Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT), Geografia, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil. Email: james.junior@unila.edu.br .

Sessão de Pôster

"Ambiências do Centro Histórico de Belém-Pará: percepção sensorial da praça Frei Caetano Brandão como um não lugar."

Marina Monteiro Berredo Reis[21] (Graduanda/ UFPA)
Marcelo Pereira Lourinho[22] (PPGAU/UFPA)
Luiz de Jesus Dias da Silva[23] (PPGAU / UFPA)

O trabalho em questão tem o objetivo de analisar para apresentar uma síntese do aspecto histórico e social de desenvolvimento do Complexo Feliz Lusitânia - CFL, no Centro Histórico de Belém do Pará - CHB, conceituando o processo de transformação de ambiências do lugar ao longo do tempo e dos contextos ao qual foi cenário. Em seguida, instalando-se na contemporaneidade, em um objetivo mais específico, analisar o lugar, a ambiência existente e categorizando, a partir de características encontradas, o espaço da Praça Frei Caetano Brandão, como um não lugar, na conjuntura atual do CFL. Foram adotados metodologicamente, para a construção do trabalho, a pesquisa bibliográfica para fundamentação, seguida pela pesquisa etnográfica, empreendida *in loco*, através de observações e com entrevistas semi-estruturadas, visando assimilar o conhecimento necessário acerca do espaço em questão. O conceito de ambiência citado no título é relevante, pois busca revelar o prisma sensorial, espiritual e psíquico do impacto dos lugares e não lugares sobre o indivíduo para além da análise histórica do CFL, com o intuito de reter e valorar, de forma mais abrangente, o sentido do espaço arquitetônico. Com isso, analisa-se não somente o vasto campo da arquitetura enquanto matéria construída, mas também é possível interpretar a arquitetura enquanto impressão subjetiva de quem apreende o espaço. O conceito de não lugar versa sobre locais que recebem um fluxo constante de pessoas, sendo ele portador de um uso atribuído, mas que tem uma relevância por ser um conector de lugares. Nesse sentido, enquadra-se a Praça Frei Caetano Brandão como não lugar por ela não ter uma função social legitimamente experienciável no contexto do Complexo Feliz Lusitânia. Por fim, voltando a análise ao sistema contemporâneo para se chegar aos resultados da pesquisa, foi observado o ambiente da Praça, bem como procedida a análise acerca da desigualdade social presente entre o público que a frequentam cotidianamente (pessoas em situação de rua e vendedores ambulantes que atuam nas barracas de água de côco e afins) e os sujeitos que só usam aquele espaço público como corredor de passagem, como foi constatado através da observação direta e de entrevistas realizadas com frequentadores da Igreja da Sé ou Catedral de Belém, templo católico que fica em frente à praça, os quais estacionam seus veículos nas suas imediações, sendo que a maioria dos entrevistados residem em outros bairros da cidade e só vão ao CFL para ir à celebração

[21] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará – FAU/UFPA. Email: marinaberredoreis@gmail.com
[22] Arquiteto Urbanista pela UFPA, mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará - PPGAU/UFPA. Email: marcelolourinho.arquitetura@gmail.com
[23] Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/UFRJ. Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFPA. Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, FAU/UFPA e do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: ljds@ufpa.br.

católica; outras pessoas passam pela praça para se dirigir a outros locais do complexo, como o Forte do Castelo ou à Casa das Onze janelas, mas ninguém vai para ir à praça, conformando com a atmosfera do CFL, suas causas, efeitos e possíveis consequências.

Palavras-chaves: Ambiência; Não-lugar; Desigualdade social; Centro Histórico de Belém-Pará.

Sessão de Pôster

Vivências amazônidas utopia ou realidade: o enfrentamento do pseudodesenvolvimento em duas comunidades tradicionais

Rodrigo Souza Soares[24](UFPA),
Aletéia Patricia Vilhena de Souza [25](UFPA)
Clever Cley Corrêa Bulhões [26](UFPA)
Sara Cardoso Lopes [27](UFPA)

O presente trabalho tem por finalidade evidenciar e enaltecer a cultura de duas comunidades na Amazônia, a comunidade Nossa Senhora dos Navegantes que é uma comunidade ribeirinha e tem por volta de 30 anos de existência e o território quilombola do Abacatal com mais de 300 anos de existência, ambos localizados no interior da floresta amazônica travam uma batalha contra o pseudoprogresso. Os desafios são grandes, já que as duas comunidades estão cercadas por centros urbanos e resistem pela preservação da fauna e a flora local. Essas famílias tiram os seus sustentos da floresta, além do conhecimento empírico de plantas, ervas e cascas medicinais, o maior interesse é a preservação consciente do meio ambiente, a preservação da cultura e da história dos seus antepassados que habitavam aquelas terras por muitos anos resistem até hoje. A pesquisa foi realizada através de visita de campo, coleta de dados e rodas de conversas para o conhecimento das comunidades junto aos líderes que evidenciaram os problemas básicos que essas comunidades enfrentam em seus cotidianos.

Palavras-chaves: Povos amazônidas; Resistência; comunidade tradicional.

[24] Programa de pós-graduação em Jornalismo de dados, inteligência artificial e pesquisa netnográfica, UFPA, Brasil. Email:rodrigao103@yahoo.com.br.
[25] Graduando em Geoprocessamento, UFPA, Brasil. Email: aleteiasouza.as@gmail.com
[26] Graduando em Geoprocessamento, UFPA, Brasil. Email:bulhoesclever@gmail.com
[27] Graduando em Geoprocessamento, UFPA, Brasil. Email: saralopes699@gmail.com

Sessão de Pôster

Coprodução do Bem Público: Uma análise na comunidade Vila da Barca-PA

Regeane Kelly Holanda do Carmo[28] (UFPA)

A comunidade Vila da Barca-PA, é considerada uma das maiores favelas sob palafitas do Brasil, fica localizada no bairro do Telégrafo na Região Metropolitana de Belém, nas proximidades do centro comercial e adjacente de importantes vias de escoamento de cargas para o mercado da capital. Tal comunidade é originária da necessidade de melhores condições de vida de pessoas que migraram das regiões interioranas do Estado do Pará, os indivíduos utilizavam o rio como meio de transporte e foi então que se estruturou a comunidade sob palafitas que são habitações sustentadas por estacas de madeiras no Rio Guamá, na Baía do Guajará. Entrementes, a comunidade cresceu e passou então a compor casas na parte asfáltica do bairro, porém, o desenvolvimento não acompanhou o processo de crescimento populacional e os cidadãos passaram para um estágio de vulnerabilidade social. Com isso, os próprios moradores se reuniram para buscar suas garantias fundamentais e com a criação da associação de moradores puderem procurar seus direitos básicos e com muita busca, em 2004 iniciou o processo de construção do conjunto habitacional na Vila da Barca, que por décadas, ficou abandonado e aumentando a fragilidade da comunidade, que somente em 2022 retornou as atividades e segue até o momento em desenvolvimento. Contudo, a participação social se faz presente com a Coprodução do Bem Público (CBP) através de reuniões entre o presidente da associação de moradores e o atual secretário de habitação de Belém, da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Sendo a CBP, segundo SOUZA (2015) "o ser humano como ente multidimensional que integra a sociedade e ao mesmo tempo participa da construção da comunidade e da produção do bem público".

Palavras-chaves: Coprodução do Bem Público; Desenvolvimento; Vila da Barca.

[28] Faculdade de Ciências Contábeis, UFPA, Brasil. regeane.carmo@icsa.ufpa.br

Sessão de Pôster

A (in)efetividade do direito social à educação nas ilhas marajoaras: O problema dos altos índices de evasão escolar

Manuela Anthonelle Amaral Soares [29](UFPA)
Amanda Richelly Ferreira Santos[30](FABEL)
Jaqueline Ramos Marques Ferreira [31](FINAMA)
Valeska Dayanne Pinto Ferreira[32] (UFPA)

Entendida como um direito social, a educação é considerada uma importante forma de mitigar e superar as desigualdades, desde que associada ao desenvolvimento de políticas públicas efetivas (Silva, 2021). Todavia, o seu potencial de transformação social ainda é pouco explorado no contexto brasileiro, à medida que há discrepâncias na efetivação deste direito entre as diferentes regiões do Brasil, que podem ser observadas a partir das taxas de evasão escolar. Segundo o INEP, em 2022, a taxa de abandono escolar nas regiões Centro-oeste e Norte era de 0,9% e 3,8%, respectivamente. Partindo disso, esta pesquisa pretende responder ao seguinte problema: o que explica os maiores índices de evasão escolar na região norte, especialmente no Marajó? O objetivo geral do trabalho consiste em identificar o que gera o abandono escolar massivo nos anos finais do ensino fundamental regular nas escolas marajoaras. São objetivos específicos: I) analisar a educação como direito social no país; II) demonstrar a discrepância de abandono escolar no Brasil, principalmente entre os municípios paraenses de Belém, Igarapé-Miri e Portel; III) compreender os motivos dos altos índices de evasão nas escolas marajoaras. Aplicou-se neste trabalho o método dedutivo – partindo do direito à educação para o problema da evasão escolar na região marajoara – mediante pesquisas do tipo bibliográfica e documental – com a análise de dados gerados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA), pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) e Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Obteve-se como resultado da observação dos dados levantados pelo TCMPA que a taxa de evasão escolar nos anos finais no Brasil é de 1,9% e na região marajoara é de 7,8%, ou seja, enquanto apenas um adolescente abandona a escola no Brasil como um todo, quatro abandonam no Marajó. Além desta latente desigualdade, há a desproporção entre os próprios municípios paraenses. Segundo a FAPESPA, em 2021, a evasão escolar em Belém, capital paraense, era de 3%; já em Igarapé-Miri, localizada no nordeste paraense, atingia 0,4%; e em Portel, município marajoara, o índice alcançava 13,3%. Mendes (2008) averiguo que as causas desse abandono expressivo se explicam por: a) falta de transporte público de qualidade para os alunos, pois a locomoção é realizada primordialmente por barcos particulares, não havendo alternativa de locomoção na hipótese de danificação destes; b) precária infraestrutura escolar, porque o local é frequentemente improvisado, sem iluminação e banheiro; c) trabalho, pois muitos discentes começam a laborar para ajudar no sustento da família; e d) gravidez na adolescência, que corrobora para a formação precoce de famílias. Conclui-se que a altíssima taxa de evasão escolar marajoara é uma evidência da reduzida efetividade do direito social à educação na região, o que se explica pelas precárias condições de acesso e permanência na escola ofertadas pelo Estado aos estudantes

[29] Discente de Direto. Vinculada à Faculdade de Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará. Brasil. E-mail: anthonelledireito@gmail.com
[30] Discente de Direito vinculada à Faculdade de Belém. Brasil. E-mail: amandarfs2003@gmail.com
[31] Discente de Direito vinculada à Faculdade Integrada da Amazônia. Brasil. E-mail: jaqueline.m2806@gmail.com
[32] Professora Substituta da Faculdade de Direito, do Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará FAD-ICJ/UFPA). Mestra em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD-UFPA). Brasil. E-mail: valeskapintoferreira@gmail.com

marajoaras, colaborando para a perpetuação e aprofundamento das desigualdades regionais, em contradição com o objetivo constitucional de promoção da igualdade material.
Palavras-chaves: Evasão escolar; Escolas marajoaras; Desigualdades.

Sessão de Pôster

O crescimento das igrejas evangélicas na comunidade nova esperança na cidade de Ananindeua- PA.

Elinaldo Silva Caldas[33](UFPA),
Camilly Serrão Campos[34](UFPA),
Yasmin Batista Vieira Costa[35](UFPA),
Dra. Mariana Neves Cruz Mello[36](UFPA)

O fenômeno do avanço das igrejas evangélicas nas periferias de Belém reflete uma tendência nacional observada em todo o Brasil. Segundo a BBC News Brasil, entre 1990 e 2019, o número de igrejas evangélicas no país aumentou significativamente, passando de 17.033 para 109.560, representando um impressionante crescimento de 543%. Em 2019, uma média de 17 novos templos evangélicos eram inaugurados diariamente. O presente trabalho tem como objetivo analisar o crescimento das igrejas evangélicas na comunidade nova esperança localizada no município de Ananindeua, região metropolitana de Belém.

Para uma perspectiva mais localizada, em Ananindeua, é interessante considerar dados censitários. Segundo o censo de 2000, a presença de igrejas evangélicas na região já era notável, e ao analisar o censo de 2010, pode-se observar se essa presença continuou a crescer. Esses dados fornecerão uma compreensão mais detalhada do fenômeno no contexto específico de Ananindeua, contribuindo para uma análise mais precisa do panorama religioso na comunidade nova esperança.

Em São Paulo, por exemplo, conforme relatado pelo site Guiame, o número de igrejas evangélicas aumentou em 34% ao longo de 10 anos, com um crescimento ainda mais expressivo nos bairros periféricos. Este rápido aumento pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a falta de confiança nas instituições políticas e a busca por uma comunidade mais coesa e acolhedora. Ademais, as igrejas evangélicas têm investido em tecnologia e mídias sociais para expandir sua influência e alcançar novos fiéis.

A pesquisa não visa postular que a presença das instituições cristãs nesses locais constitui uma problemática para os indivíduos, uma vez que a igreja nas regiões periféricas é o espaço de acolhimento não somente no sentido de afeto, mas também são capazes atingir ou até mesmo substituir aspectos os sociais para a comunidade quando o Estado não chega.

Desse modo podemos reconhecer a natureza religiosa do ser humano implica compreender que sua motivação provém da fé, uma experiência que transcende tanto o indivíduo quanto a coletividade. Para cada devoto, essa vivência possui um significado único, uma conexão direta entre a divindade e o crente. A expressão coletiva se organiza geralmente em instituições como igrejas, templos, sinagogas e mesquitas, as quais assumem uma dimensão simbólica que fundamenta os valores e fortalece a comunidade religiosa como mostra Rosendahl(2005). Diante dessa situação é necessário também analisar que a presença do Estado é mínima nas periferias, a ausência das áreas de lazer como praças ou parques é comum nas regiões mais afastadas dos grandes centros, desse modo a pesquisa pretende fazer um comparativo com outras áreas em que as opções de lazer e outros serviços públicos são mais presentes e entender se o crescimento se deu na mesma proporção.

Palavras-chaves: Ananindeua, igrejas, periferia, crescimento, Estado.

[33] Campus Ananindeua, faculdade de geografia, UFPA, Brasil. Email: elinaldo.caldas@ananindeua.ufpa.br.
[34] Campus Ananindeua, faculdade de geografia, UFPA, Brasil. Email: camsvg1@gmail.com
[35] Campus Ananindeua, faculdade de geografia, UFPA, Brasil. Email: yasbatista19@gmail.com
[36] Campus Ananindeua, faculdade de geografia, UFPA, Brasil. Email: mncruz1988@gmail.com

Sessão de Pôster

Colonialidade e a lógica desenvolvimentista na produção urbana da Amazônia Oriental

Sebastião Gabriel Guimarães Ferreira[37](UFPA),
José Júlio Ferreira Lima[38](UFPA)

A ideia utópica fomentada sobre a Amazônia desde o início de sua ocupação no período colonial, segundo a qual a região é formada por uma abundante rede homogênea de rios e florestas ricos em recursos naturais, sucede a utilização do território como fonte de exploração em benefícios à metrópole. A colonialidade presente nas relações difundidas pelo modo de produção capitalista se reflete nos dias atuais na implementação de grandes projetos econômicos destinados à produção de commodities, reestruturadores do espaço rural e urbano, submetidos a uma nova ordem espacial difusa associada às dinâmicas de reprodução do capital. O presente trabalho busca investigar os efeitos do colonialismo e práticas desenvolvimentistas associadas à conformação e consolidação do espaço urbano na região de Carajás, no sudeste do Estado do Pará. Realizou-se pesquisas bibliográficas referentes à colonialidade, processos de colonização e do desenvolvimentismo naquela região. Para isso, foram realizados estudos acerca dos conceitos de centralidade e expansão urbana, e posteriormente aplicados nas cidades de Marabá e Parauapebas como estudos de caso. A primeira, cidade tradicional assentada às margens do Rio Tocantins, configura-se atualmente por suas dinâmicas de comércio e circulação, conformando uma centralidade na rede urbana da Amazônia Oriental, sede de atividades capazes de gerar emprego e, portanto, multiplicação do capital local. No segundo caso, uma cidade emergente localizada nas proximidades da maior jazida de ferro da região, disputa com Marabá a influência sobre a região. Parauapebas, considerando seu potencial econômico e sua localização tem dinâmicas de ocupação urbana segregadoras com características espaciais contrastantes em uma mesma cidade. Como resultado, tendo em vista a existência da Estrada de Ferro Carajás - Itaqui, analisou-se a interferência do seu trajeto nas malhas urbanas das duas cidades e obteve-se indicações referentes a mudanças em eixos de expansão e tendências de crescimento urbano nas áreas lindeiras ou próximas da estrada de ferro. Constata-se, portanto, que a presença da ferrovia constitui um importante vetor de urbanização, articulador do capital e modificador das dinâmicas socioespaciais no sudeste paraense.

Palavras-chaves: Amazônia; Carajás; colonialidade; desenvolvimentismo.

[37] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil. Email:gmrssebastiao@gmail.com.
[38] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil. Email: jjlimaufpa@gmail.com.

Sessão de Pôster

Desenvolvimento Urbano na América Latina: As Tensões da Desigualdade Social

Amanda Gomes dos Santos[39](UFPA),
Gabriela Gonçalves de Jesus Sarges [40](UFPA)
Cássia Núbia Celso Rodrigues[41](UFPA)
Ana Claudia Barreto Cardoso[4](UFPA)

A América Latina é uma região marcada por uma grande diversidade cultural, econômica e social. Embora o continente tenha alcançado avanços significativos em termos de desenvolvimento, a desigualdade social continua sendo uma questão desafiadora que afeta as cidades latino-americanas. Este trabalho busca abordar a relação complexa entre desenvolvimento, desigualdade social e as cidades na América Latina. O desenvolvimento econômico tem sido uma prioridade para muitos países latino-americanos, visando melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos e impulsionar o crescimento sustentável. No entanto, a desigualdade social tem sido uma barreira significativa para alcançar esses objetivos. Uma grande parcela da população na região ainda vive em condições precárias, com acesso limitado a serviços básicos, como educação, saúde, moradia e emprego digno.

As cidades latino-americanas refletem essa desigualdade social de maneira acentuada.

Enquanto algumas áreas urbanas desfrutam de infraestrutura moderna, oportunidades de emprego e serviços de qualidade, outras enfrentam problemas crônicos de pobreza, violência e exclusão social. A concentração de renda e a disparidade no acesso a oportunidades contribuem para a segregação espacial nas cidades, onde bairros mais ricos e mais pobres coexistem lado a lado, mas com realidades muito diferentes.

Além disso, a rápida urbanização na América Latina tem apresentado desafios adicionais para o desenvolvimento e a desigualdade social. O crescimento desordenado das cidades, a falta de planejamento urbano adequado e a escassez de investimentos em infraestrutura têm contribuído para a criação de áreas urbanas precárias e vulneráveis. Moradias informais, conhecidas como favelas, são comuns em muitas cidades da região, onde famílias lutam para acessar água potável, eletricidade e saneamento básico.

Diante desse cenário, a promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo nas cidades latino-americanas torna-se fundamental.

Políticas e programas que abordem a desigualdade social, melhorem o acesso aos serviços públicos e promovam a inclusão social são essenciais para alcançar uma cidade mais justa e sustentável. Investimentos em educação, saúde e infraestrutura são cruciais para reduzir as disparidades e oferecer oportunidades para todos os residentes urbanos.

Além disso, o fortalecimento da participação cidadã e a promoção de uma governança urbana inclusiva são aspectos-chave para enfrentar os desafios da desigualdade social nas cidades latino-americanas. O envolvimento ativo da comunidade na tomada de decisões e a criação de espaços inclusivos para a sociedade civil podem ajudar a garantir que as políticas e os projetos urbanos atendam às necessidades de todos os moradores, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Em síntese, o desenvolvimento, a desigualdade social e as cidades latino-americanas estão intrinsecamente interligados.

[39] Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: Amandags940@gmail.com .
[40] Universidade Federal do Pará , UFPA, Brasil. Email: gabrielasarges5@gmail.com
[41] Universidade Federal do Pará , UFPA, Brasil. Email: cassiacelso77@gmail.com
[4] Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: anaclaudiabarreto21@gmail.com

Enquanto o progresso econômico e o crescimento urbano continuam a moldar a região, enfrentar as disparidades sociais e promover a inclusão torna-se uma missão crucial para garantir que o desenvolvimento beneficie a todos.
A construção de cidades mais justas e equitativas demanda um compromisso coletivo de líderes políticos, sociedade civil e cidadãos para transformar as realidades urbanas e criar um futuro mais próspero para a América Latina.

Palavras-chaves: (Desenvolvimento – desigualdade social – América Latina – realidade – desafios).

DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E CIDADES LATINO-AMERICANO
Sessão de Pôster

Desenvolvimento para quem? Um estudo de caso da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica e a Declaração de Belém da OTCA

Thais Vitória Borges de Souza[42](UNAMA)
Ágata Poliany Ribeiro Grola de Abreu[43](UNAMA)
Beatriz de Nazaré Cunha da Silva[44](UNAMA)

A Cúpula da Amazônia, ocorrida em Belém do Pará, nos dias 8 e 9 de agosto, marca a IV Reunião dos Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com a presença dos oito países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Este encontro resultou na assinatura da Declaração de Belém, que possuindo como objetivo maior a Cooperação Sul-Sul e a consciência de que uma visão integrada e coletiva são essenciais para os impasses da região, o documento possui como uma das missões o desafio da proteção integral da Amazônia, do combate à pobreza e às desigualdades, e da promoção do desenvolvimento sustentável, harmônico, integral e inclusivo da região. Como mecanismo para que tais obstáculos sejam vencidos, a organização tem entre seus norteadores, a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (2010) e recentemente a Declaração de Belém (2023). Diante disto, a pesquisa tem o objetivo de analisar a proposta de desenvolvimento, proteção e integração da Amazônia de ambos os documentos, tendo como objeto a região da Amazônia Legal, utilizando de uma metodologia documental e bibliográfica e se atentando ao período de 2010 a 2023 para a construção da pesquisa. Ademais, contando com as abordagens teóricas de: Violeta Loureiro acerca do papel da Amazônia para o Brasil e as indagações de Marshall Wolfe acerca do desenvolvimento – um mito "ocidental" definido como um padrão utópico-normativo que é disseminado através das agendas de desenvolvimento sustentável, mundo afora. Como resultado, busca-se identificar na narrativa dos documentos para quem se voltam as propostas de desenvolvimento – se estão direcionadas no plano de desenvolver autonomia econômica, bem-estar social e científico aos amazônidas ou se atém ao crescimento econômico de empresas a partir da exploração dos recursos naturais da área sem entretanto fomentar benefícios para a população local –, e se de fato existem tentativas de implementação destes objetivos para a região.

Palavras-chaves: Amazônia; OTCA; Desenvolvimento; Governança Ambiental.

[42] Graduanda do 7º período do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Amazônia, UNAMA, Brasil. Email: thaisborges.csri@gmail.com.
[43] Graduanda do 7º período do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Amazônia, UNAMA), Brasil. Email: agatapoliany@yahoo.com.br.
[44] Graduanda do 7º período do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Amazônia, UNAMA), Brasil. Email: cunhabeatriz5h@gmail.com.

Sessão de Pôster

Investigação e análise da morfologia urbana de cinco cidades da região de Carajás, Pará.

José Júlio Ferreira Lima[45](UFPA),
Gabriel Victor Oliveira Araújo[46](UFPA)

A Amazônia, a partir de meados do século XX, passa por uma série de transformações atreladas à instalação de grandes projetos de capital intensivo, os quais promoveram grandes fluxos migratórios, que, por sua vez, provocaram uma reorganização urbana na região. Além disso, com a crise do padrão de reprodução do capital urbano industrial, o país assume um novo papel na divisão internacional do trabalho, como exportador de commodities agrícolas e industriais. Em meio a essa conjuntura, cidades de pequeno e médio porte adquirem notoriedade – sobretudo em razão do direcionamento de investimentos do capital internacional para essas cidades -, apresentando um acentuado crescimento populacional e econômico. Diante disso, o presente trabalho tem por escopo analisar as transformações na morfologia de cinco cidades-sedes municipais situadas na região Carajás no Pará por meio de um estudo comparativo de suas configurações espaciais em 2010 e 2020. Utilizou-se como abordagem analítica a Sintaxe Espacial, que permite um entendimento teórico da relação entre os atributos espaciais e processos de apropriação social. Para isso, foram utilizadas bases de logradouros do IBGE, imagens de satélite, processados por pacote de desenho (Computer-Aided Design, CAD) para elaboração dos mapas axiais, geoprocessamento (QGIS) e o *Depthmap* para realização dos cálculos pertinentes à abordagem. Além disso, foram selecionadas como categorias de análise as medidas de integração global, local e núcleos integradores, as quais indicam como resultado que alterações nos potenciais de acessibilidade nas cidades analisadas tiveram alterações devido a suas constituições geométricas caracterizando situações de espraiamento urbano, simultaneamente a mais ou menos compactação em função das forças econômicas que se articulam a centralidades pré-existentes, o que possibilitou o entendimento de tendências de crescimento urbano na região Carajás.

Palavras-chaves: Sintaxe espacial; Morfologia urbana; Expansão urbana; Região Carajás; Amazônia.

[45] Instituto de Tecnologia, UFPA, Brasil. Email:jjlima@ufpa.br.
[46] Instituto de Tecnologia, UFPA, Brasil. Email:baenusg@gmail.com.

Sessão de Pôster

Políticas Públicas no enfrentamento de conflitos socio ambientais na Amazônia paraense: ações extensionistas de formação junto aos movimentos sociais

Nádia Socorro Fialho Nascimento (UFPA)[47]
Maria Elvira Rocha de Sá (UFPA) [48]
Julyane Santos da Silva (UFPA)[49]
Letícia Cristina dos Santos Silva (UFPA)[50]

Na Região Amazônica, os conflitos socio ambientais que, não raramente, culminam com a violação de direitos humanos e sociais, guardam estreita relação com a disputa pela posse da terra, no campo e nas cidades. Estes conflitos têm raízes históricas e são agravados por sucessivos processos de ocupação da região – muito especialmente por mega empreendimentos -, todos eles obedecendo a lógica de exploração/utilização dos abundantes/estratégicos recursos naturais presentes nela. Um dos resultados desses processos é a produção das chamadas expressões da "questão social" que, na Amazônia, resultam em expropriações dos sujeitos sociais que nela residem, nativos ou não, que perdem o direito de viver e produzir em seus territórios de acordo com suas práticas sociais em nome de um "progresso" que produz, pobreza. O enfrentamento dessa realidade requer, entre outras tantas ações – estruturais e estruturantes -, a efetiva implementação de políticas públicas que combatam as desigualdades sociais o que se constitui o foco das ações de um Projeto de Extensão do Curso de Serviço Social da UFPA, formado por docentes extensionistas/pesquisadoras e discentes em processo de formação profissional, particularmente junto aos movimentos sociais. As ações práticas realizadas têm por base uma fundamentação teórico-metodológica centrada no Projeto Ético Político da categoria profissional, comprometida com os princípios de organização social, defesa de direitos sociais e emancipação humana.

Palavras-chaves: Amazônia paraense; Conflitos socio ambientais; Políticas Públicas; Organização Social; Extensão Universitária.

[47] Faculdade de Serviço Social/FASS. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS. Universidade Federal do Pará/UFPA. Brasil. E-mail: fialho@ufpa.br.
[48] Faculdade de Serviço Social/FASS. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS. Universidade Federal do Pará/UFPA. Brasil. E-mail: marel.rdsa@gmail.com.
[49] Faculdade de Serviço Social/FASS. Universidade Federal do Pará/UFPA. Brasil. E-mail: silvajulyane671@gmail.com.
[50] Faculdade de Serviço Social/FASS. Universidade Federal do Pará/UFPA. Brasil. E-mail: leticia.santos.silva@icsa.ufpa.br.

Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

Sessão de Pôster

O SESP e o projeto de Saneamento e Educação sanitária no Pará durante a Segunda Guerra Mundial

Thalyson Souza Pinheiro[51] (UFPA),
Prof. Dr. Edivando da Silva Costa[52] (EAUFPA)

Fundado em 1942, o Serviço Especial de Saúde Pública foi responsável por ações no campo da saúde pública no Brasil durante a década de 1940 até 1991, quando foi desativado. O SESP é consequência de diversas políticas estatais corporificadas em acordos bilaterais com os estadunidenses no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), acordos esses que exploraram matérias primas de regiões estratégicas do Brasil visando seu uso no conflito bélico mundial. Portanto, o SESP alinha-se com os interesses dos norte-americanos na busca pela exploração de riquezas nacionais em troca de recursos para a saúde pública na década de 1940. É neste contexto que o SESP nasce, uma relação de troca de recursos e investimento estadunidense em desenvolvimento de políticas públicas nas cidades do Brasil, principalmente cidades interioranas. O envolvimento do governo varguista com o desenvolvimento da região atende às prerrogativas de marcha para o oeste (Klever, 2020), vinculada ao pensamento da Amazônia como região subdesenvolvida que necessita da integração e crescimento econômico (Petit, 2021). Diante disso, partimos das análises de Edivando Costa (2021), Rômulo Andrade e Gilberto Hochman (2007) e André Campos (2006) sobre a importância e a relevância do SESP na promoção da saúde pública no Brasil. Esses autores discutem e criticam as ações do SESP no meio urbano, sejam elas capitais ou interioranas. Portanto, visto que o SESP foi um serviço que atuou no Brasil inteiro, procuramos trabalhar com as cidades da Amazônia paraense na década de 1940, tendo em foco as cidades do interior do Pará como Alenquer, Santarém, Breves, Altamira, Abaetetuba, Mocajuba e Gurupá. Essas cidades foram alvo das ações do Projeto Amazônia do SESP, uma das inúmeras políticas públicas que o serviço proporcionou para a região. Neste projeto consta o Projeto de Saneamento e Educação Sanitária dessas regiões, e é nesta agenda política que nos debruçamos, pois estas políticas públicas foram postas em prática através de diversas intervenções nas vidas, culturas, espaços e sociabilidades entre as gentes da Amazônia paraense. Para alcançar tal objetivo, analisamos a documentação produzida pelo serviço na década de 1940, sendo os Boletins Informativos, Revistas do SESP e também os periódicos como *O Liberal (PA)* e o *Correio da Manhã (RJ)*. Essa documentação demonstra as ações que o SESP implantou nessas cidades do interior do Pará, bem como descortina as relações complexas que se formaram entre o órgão e o território. Nesse sentido, por fim, o SESP fomentou a criação de cursos de formação de profissionais na área da saúde, sendo eles os Guardas Sanitários, as enfermeiras e as Visitadoras Sanitárias. Além disso, proporcionou o saneamento de diversas regiões, como o vale do Rio Doce em 1943, como consta na documentação do serviço. Ademais, o que analisamos aqui é a complexidade de discursos e relações que o SESP imprimiu sobre a região amazônica em sua documentação, as agências e resistências dos povos que ali habitavam, e ainda habitam até hoje, nos proporciona um caleidoscópio de análises acerca dos modos de vivência e dos saberes ancestrais que ainda ali se fazem presentes.

Palavras-chaves: SESP; Amazônia paraense; Pará.

[51] Faculdade de História, UFPA, Brasil. Email: thalysonp12@gmail.com
[52] Professor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, Brasil. Email:edivandoc@ufpa.br

DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E CIDADES LATINO-AMERICANAS.
Sessão de Pôster

As divergências prático-teóricas da aplicação das despesas públicas na análise econômica e desenvolvimentista das cidades brasileiras

Alice Costa Dias[53] (UFPA)

Uma das principais metas interligadas ao crescimento econômico urbanístico é o desenvolvimento socioespacial dessas localidades, consonante com a garantia dos direitos básicos para os cidadãos, a exemplo da infraestrutura e do saneamento básico. Nesse sentido, é evidente a importância de consolidar não apenas a esfera econômica, como também a desenvolvimentista, haja vista a crescente desigualdade social, de renda e de gênero no cenário dos países emergentes. Com isso, é necessário basear-se em um modelo de justiça na distribuição de bens que não priorize as despesas desnecessárias, mas sim buscando sempre o bem comum (Martins, p. 12, 2023). Dessa maneira, observa-se que essas problemáticas podem ser resolvidas de certa forma através das despesas públicas. No entanto, para analisar se somente isto é eficiente, o objetivo deste estudo se empenha em compreender a dimensão da importância de um uso eficiente das verbas advindas das receitas que o Estado arrecada. Para que assim as cidades brasileiras em desenvolvimento possam melhorar a qualidade de vida da sua população no que toca ao índice de desenvolvimento humano (IDH). Nessa linha de raciocínio, a tentativa de aplicar a teoria do uso correto das despesas públicas na realidade, faz parte da análise, já que é preciso moldar tal recurso alinhado com as necessidades populacionais. Portanto, essa pesquisa se propõe a responder o seguinte problema: em que medida e como a despesa pública pode ser administrada pelo Estado para que, no contexto de subdesenvolvimento urbano, seja possível minimizar as desigualdades sociais? Para tanto, a pesquisa é metodologicamente do tipo bibliográfica, quantitativa e ancorada no método hipotético-dedutivo para comprovar a hipótese resolutiva do problema proposto. Nessa abordagem, o referencial teórico central conta com Maria d'Oliveira Martins e Constantino Cronemberger Mendes, como também com o uso de análises do IBGE, IPEA, e dados próprios sobre as cidades brasileiras com menores índices de desenvolvimento humano (IDH). Ademais, serão utilizados dados que demonstram qual setor foram destinados os recursos dos municípios e se eles são utilizados para reduzir as desigualdades. Desse modo, como resultados preliminares e hipótese indicada, entende-se que as despesas prestadas para serviços públicos e infraestrutura urbana ajudam na redução das desigualdades sociais, bem como no desenvolvimento humano por escala, por meio dos diversos setores como a educação, habitação e saúde. Assim, constata-se que apesar da despesa pública ter certo apelo para melhorar o desenvolvimento das cidades pobres, é necessário entender que ela não alcança um potencial pleno devido à má gestão desses recursos nas cidades que estão tentando sair da situação emergente. Confirmando, com isso, o déficit prático da aplicação dos recursos que destoa das ideias de que existe um devido uso.

Palavras-chaves: Despesa Pública. Desenvolvimento. Economia. Desigualdades.

REFERÊNCIAS.

DE OLIVEIRA, Leandro Saraiva Dantas; ARAÚJO, Aneide Oliveira. As despesas públicas municipais como determinante no desenvolvimento humano. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 38, p. 87-104, 2019. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121691/1/82463375X.pdf>. Acesso em: 28 Jan. 2024.

[53] Graduanda do curso de Direito na Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. E-mail: alicedias944@gmail.com.

MARTINS, Maria d'Oliveira. **A despesa pública justa - Uma análise jurídico-constitucional do tema da Justiça na despesa pública**. Leya, 2023

Receitas e Despesas | IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/receita-despesas.html>. Acesso em: 28 Jan. 2024.

Sessão de Pôster

CAPITALISMO 4.0 E MUNDO DO TRABALHO: RESIGNIFICÂNCIAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

Amália Tatyane Pinto da Silva [54](UFPA),
Andrea Bittencourt Pires Chaves[55](UFPA)
João Carlos da Silva Santiago[56](UFPA)

Há alguns anos, a chegada da indústria 4.0 entrelaçou tecnologias disruptivas ao mundo do trabalho capitalizado. A partir da popularização do universo digital, no séc. XXI, a relação entre seres humanos e máquinas mudou significativamente, tornando-se o novo paradigma do desenvolvimento econômico. A mais recente inovação tecnológica, trata-se da inteligência artificial, que expandiu-se aceleradamente e disseminou-se para além das referências históricas anteriores, atingindo diretamente o mundo do trabalho Latino Americano. Tal como ocorreu nas três primeiras revoluções, o progresso tecnológico nem sempre significa a substituição do trabalho humano, mas sua obsolescência e enquadramento à estrutura capitalista, que estabelece novas relações e exige adaptações que, dificilmente, priorizam a dignidade humana. Nesse sentido, a chegada das inovações disruptivas demarca novos desafios nas dimensões econômicas, sociais e ambientais de todas as sociedades, inclusive a brasileira. Outrossim, a subsunção do trabalhador à chamada "fábrica inteligente", resignifica os modos de existir e coexistir no mundo, sob a supervisão e gerência algorítmica dos processos produtivos, os quais trazem maior eficiência e valor agregado aos produtos e serviços, mas dificulta o acesso do trabalhador a tais "vantagens". Também citada como quarta revolução industrial, a indústria 4.0 estabelece o refinamento da extração de mais-valia, de forma não circunstancial, visto que o capital, nada faz sem a finalidade de submeter às potencialidades humanas ao seu projeto de expansão, como aponta o debate. Para explicar, a Inteligência artificial aplica técnicas avançadas por meio de processos lógicos, como forma de gerenciar a produção através da análise de tendências e comportamentos dos sistemas, porém, para alcançar os níveis desejáveis de eficiência, é necessário reestruturar toda a cadeia do mercado de trabalho, assumir riscos e priorizar o trabalhador. No entanto, esta primazia não acontece. A crítica central realizada neste artigo, aplica-se essencialmente à realidade brasileira. Nesse contexto, é de fundamental importância analisar se a revolução 4.0, idealizada pelos países hegemônicos, pode ser aplicada ao cenário nacional da mesma forma, com a mesma velocidade, intensidade e profundidade requeridas. O Brasil possui particularidades e carências estruturais primárias, portanto, ao observar os funcionários da atualidade, que não conseguem atravessar pelo funil tecnológico, notamos a intencionalidade do capital e seu projeto estratégico. Percebe-se, de mesma forma, que as empresas no território nacional, estão assumindo, gradualmente, a adoção de tais ferramentas avançadas. Para tanto, apostam em força de trabalho altamente qualificada e especifica, geralmente por meio de recrutamento e seleções herméticas, nada inclusivas. Por esta razão, o questionamento apresentado aqui tende a revirar o debate epistemológico das diferentes versões das realidades laborais, por meio da lente do trabalhador e análise da conjuntura industrial brasileira. O referencial teórico são os estudos fundamentais de Karl Marx n´O Capital e outros trabalhos produzidos pelo autor. Utilizou-se, portanto, a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental pré-existentes acerca da temática,

[54] Faculdade de Ciências Sociais, UFPA, Brasil. Email: amalia.silva@ifch.ufpa.br
[55] Faculdade Ciências Sociais, Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, UFPA, Brasil. Email: andreachaves@ufpa.br
[56] Faculdade de Ciências Sociais, UFPA, Brasil. Email: santiago@ufpa.br

além de dados extraídos da CNI (Confederação Nacional da Industria), da Revista MIT Technology Review- Brasil e outras fontes secundárias.

Palavras-chaves: Capitalismo; Trabalho; Industria 4.0; Inteligência artificial; Brasil



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Sessões de Pôsteres



Sessão de Poster 02

Racismos, colonialismos e diásporas na história da América Latina e do Caribe

Coordenadoras/es

Alessandro Sobral Farias (PPGSA/IFCH/UFPA),
Antônio Luis Parlandim dos Santos (PPGSA/UFPA)
Isabel Cristina das Neves Oliveira (PPGSA/UFPA)

EM DESTAQUE "Trabalho apresentado contemplado com menção Honrosa"

Sessão de Pôster

A atuação do Projeto "Letramento Racial como Forma de Combate ao Racismo": Impactos e perspectivas de luta na Amazônia paraense

Áurea Helena Duarte[1](UFPA),
Ubiratan Junior Sardinha[2](UFPA)
Manuela Anthonelle Amaral Soares[3](UFPA)
Sandra Suely Lurine Guimarães[4] (UFPA)

Não é possível a construção de uma sociedade genuinamente democrática, com as profundas desigualdades como aquelas ocasionadas pelo racismo, que opera por meio da discriminação e cria obstáculos fáticos de pessoas negras ao gozo de direitos fundamentais. Dito isso, defende-se que o passo inicial para o enfrentamento ao racismo é conhecê-lo e entender seus mecanismos de operação o que pode ser alcançado por meio do letramento racial. Nesse sentido, o projeto de extensão em apreciação é coordenado pela Profa. Dra. Sandra Suely Lurine Guimarães, contando, atualmente, com 23 integrantes, entre bolsistas e não-bolsistas. Servindo-se do método indutivo e da abordagem quali-quantitativa, o resumo em questão busca apresentar o projeto "Letramento Racial como Forma de Combate ao Racismo", vinculado ao Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), apontando a organização administrativa interna, o planejamento e aplicação pedagógica e os impactos das ações, a partir dos dados colhidos durante o segundo semestre de 2023. Conforme Adilson Moreira (2022, p. 112), "a raça é uma categoria socialmente construída de diferenciação entre seres humanos que surgiu na modernidade". Nesse sentido, a partir de processos de racialização, define-se o lugar que pessoas ocupam dentro das hierarquias sociais, tendo por parâmetro o grupo racial dominante que, em nosso país colonizado pelos europeus, são pessoas brancas. Isso posto, segundo Bárbara Carine (2023), além de falar dos efeitos mais deletérios do racismo na vida de pessoas negras, uma educação verdadeiramente emancipatória deve implodir os estigmas raciais vigentes, ao realizar um movimento contra-hegemônico de celebração da negritude: da história, cultura, arte e conhecimentos das populações negras afro-brasileiras. sob tal perspectiva, o papel do educador, enquanto um doador de memórias, é de ensinar a transgredir o projeto racial vigente e formar alunos conscientes do seu lugar na transformação do mundo. O projeto nasceu da esperança na construção de uma sociedade que respeite a diversidade racial e que a justiça racial seja a condição para a justiça social. Levando em consideração que o letramento racial consiste em uma prática de natureza política e pedagógica traduzida pela necessidade irremediável de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas por um grande sistema de opressão racial que denominamos de racismo. Neste diapasão, as atividades promovidas pelo projeto, sobretudo, em escolas públicas da capital paraense atuam como ferramenta de enfrentamento ao racismo, ao fomentar a consciência racial dos alunos negros e consciência antirracista de alunos não negros. Por fim, o projeto revela-se crucial quando se

[1] Graduanda do curso de Direito pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: aureaduarteufpa@gmail.com
[2] Graduando do Curso de Direito pela Universidade Federal do Pará- UFPA e Graduando de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa na Universidade da Amazônia - UNAMA. Brasil. E-mail: ubiratansardinhajunior@gmail.com
[3] Graduanda do curso de Direito pela Universidade Federal do Pará. UFPA. Brasil. E-mail: anthonelledireito@gmail.com
[4] Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Pará. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará. Coordenadora do projeto Letramento Racial como Forma de Combate ao Racismo. Brasil. E-mail: sandralurine@yahoo.com.br

considera que, na realidade paraense, a população autodeclarada negra é da ordem 81.1%, segundo dados de 2023 do Instituto Brasileiro, de Geografia Estatística (IBGE). Ainda assim, há a famosa perífrase da "Cidade Morena" para designar a capital paraense, enquanto uma contrução identificatória que visa anular a negritude (Pinheiro; Rodrigues, 2020). Nesse sentido, para muito além dos apagamentos da morenidade, o projeto pretende fortalecer as origens negras da Amazônia paraense, a partir da atuação dos membros sob uma pedagogia engajada, em que cada discente se torna educador e aluno, partilhando conhecimentos, experiências e afetos.

Palavras-chaves: Letramento Racial. Racismo. Educação.

Sessão de Pôster

A Política de cotas para quilombolas na educação superior: a perspectiva dos cotistas do Campus Universitário Marajó/Breves-PA.

Tarciane Frota da Rocha[5](UFPA),
Maria Ivanilde Rodrigues Fonseca[6](UFPA)

No presente trabalho iremos apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada durante a disciplina de "Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social III", ministrada pela docente Jacqueline da faculdade de Serviço Social Campus Universitário Marajó/Breves. Nesse sentido, daremos enfoque às políticas de cotas quilombolas, de discentes do Campus Universitário Marajó a fim de verificar como ocorreu o processo, destacando suas perspectivas de avanços e permanência na Universidade, ressaltando a importância das políticas afirmativas para reparação das desigualdades históricas que refletem na vida dos povos tradicionais até a contemporaneidade, para isso tivemos como objetivos específicos: I) Compreender a política de cotas para quilombolas na ampliação do acesso dessas comunidades à educação superior no município de Breves II) Analisar a influência da política de cotas para quilombolas na diversidade cultural e na formação de um ambiente acadêmico enriquecedor, mediante a relatos e experiências desses estudantes que estão na instituição de nível superior do município de Breves III) Investigar os desafios enfrentados pelos estudantes quilombolas beneficiários das cotas, como questões socioeconômicas, adaptação ao ambiente acadêmico bem como o suporte oferecido pela instituição de ensino superior UFPA. Para a realização da pesquisa utilizamos levantamento bibliográfico e documental acerca das políticas de cotas quilombolas e entrevistas presenciais. A partir dos relatos podemos perceber que mesmo com avanços, as políticas de cotas quilombolas ainda necessitam ser ampliadas, além disso, o processo de ingresso desses discentes nos cursos é bastante concorrido e desgastante.

Palavras-chaves: Políticas de cotas. Estudantes quilombolas. Ensino superior. Marajó

[5] Acadêmica do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará Campus Universitário Marajó/Breves – UFPA, Bolsista voluntária no Projeto Fundamentos do Serviço Social: memórias, contextos e tendências da profissão no Marajó (MEFSS-Marajó) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social do Marajó (GESS-Marajó). Brasil. Email: tarciane.rocha@breves.ufpa.br .

[6] Acadêmica do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará Campus Universitário Marajó/Breves – UFPA, Bolsista do Programa Direitos Humanos Infâncias e diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM) e membra do Grupo de Estudos em Direitos Humanos Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM). Brasil. Email: maria.fonseca@breves.ufpa.br .

Sessão de Pôster

Serviço Social e Questão Étnico-Racial: analise da produção do conhecimento

Klicia Livian Lobato Aarão[7](Estácio do Pará),
Francisco dos Santos Neto[8](PPGSS/UFPA)

Este estudo é resultado do Estado da Arte do Projeto de Pesquisa: "Serviço Social, Questão Étnico-Racial e Formação Profissional: analise das tendências teórico-metodológicas na produção do conhecimento", financiado pela Coordenação de Pesquisa, Extensão, Internacionalização e Sustentabilidade, de uma Faculdade privada de ensino superior em Belém do Pará. A pesquisa, ainda em andamento, apresenta o seguinte problema de pesquisa: quais as tendências da produção do conhecimento, em torno da questão étnico-racial no Serviço Social? Sendo desenvolvida, por meio dos seguintes objetivos, Geral: Identificar e analisar as tendências da produção do conhecimento, em torno da questão étnico-racial no Serviço Social, em vistas a salientar se os profissionais têm se debruçado sobre estudos dessa natureza de acordo com o preconizado pelas entidades representativas da área. Específicos: 1) Evidenciar se a discussão étnico-racial tem sido elemento de debate entre os profissionais do Serviço Social, uma vez que a questão tem sido colocada como prioridade pelas entidades representativas da área; 2) Identificar as tendências teórico-metodológicas em discussões na área, em vistas a analisar se estão de acordo com o preconizado pelas orientações ao debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social da ABEPSS. Neste resumo expandido apresenta-se a produção acadêmica relacionada à temática étnico-racial no Serviço Social, analisando 30 artigos publicados nas revistas qualis A1, quais sejam: Textos & Contextos e Serviço Social & Sociedade, entre 2018 e 2023. A pesquisa é de caráter exploratória e bibliográfica, na qual pôde-se destacar alguns padrões e tendências na produção acadêmica. Os resultados preliminares revelaram há aumento importante na produção sobre a temática étnico-racial no Serviço Social, o que vem consolidando esse debate na área. Nesse sentido, verificou-se que a principal tendência teórica presente nas produções é vinculada a tradição marxiana/marxista. Contudo, algumas produções tem apresentado diálogo com o pensamento Decolonial, ainda que no campo da tradição marxista, o que revela que esta tem sido uma tendência teórica em evidencia em algumas produções. Ao analisar as produções da Revista Serviço Social & Sociedade, identificou-se um aumento nas produções, principalmente nas temáticas sobre lutas sociais, trabalho e desigualdades raciais e de classe. Contudo, esse avante na produção ocorre por meio de números temáticos da Revista, evidenciando que a Questão Étnico-Racial ainda não é temática recorrente nas edições continuas. No que se refere a Revista Textos & Contextos, observou-se uma menor incidência da discussão, sendo os temas mais recorrentes no que se refere ao debate racial: a questão quilombola, habitacional e territorialidade. Quanto as principais discussões apresentadas em ambas revistas: pôde-se observar o apontamento da urgência do debate étnico-racial no Serviço Social, sobretudo no campo da formação graduada; a necessidade de expandir os espaços de debate sobre essa questão, principalmente nos espaços da pós-graduação e eventos acadêmicos.

Palavras-chaves: Serviço Social. Produção Acadêmica. Tendências teórico-metodológicas. Questão Étnico-Racial.

[7]Bacharela em Serviço Social pela Faculdade Estácio do Pará. Email: kliciatrabalhos@gmail.com
[8]Assistente Social. Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Professor da Faculdade Estácio do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Questão Étnico-Racial e Formação Profissional da Faculdade Estácio do Pará. Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/PPGSS/UFPA). Email: francisco.neto2013@hotmail.com

Sessão de Pôster

As representações iconográficas acerca da independência no Brasil e na Colômbia

Steffany dos Santos Flores[9](UFPa)

O presente trabalho focou em analisar as representações iconográficas, especificamente pinturas, produzidas nos processos de independência no Brasil e na Colômbia, através de um estudo comparado entre as obras de Pedro Américo de Figueiredo e Melo e José María Espinosa Prieto. Discutiu-se as diferentes formas pelas quais as pinturas e gravuras foram feitas, com significações divergentes que estão intrinsecamente relacionadas a seus respectivos processos independentistas e que produziram memórias diversas sobre a formação de cada Estado nacional. Dentro dessa análise, questões de raça e gênero são abordadas ao discutir-se os sujeitos presentes em cada representação iconográfica.

Palavras-chaves: Representações; pinturas; independência; Brasil; Colômbia.

[9] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, UFPa, Brasil. Email:steffany.flores@ifch.ufpa.br.

Sessão de Pôster

A "arte norte-americana" entre décadas (1950-1960): a relevância do Pop Art na américa latina e a escassez na produção historiográfica

Alessandra Moreira Galvão[10](UFPA)

O Pop Art foi uma expressão artística que criticava o consumo da sociedade norte-americana no final da década de 1950 e início da década de 1960. Toda sua construção e desenvolvimento, baseou-se no contexto do segundo pós-guerra e início da Guerra Fria. Assim, as questões sociais presentes nas sociedades afetadas pelos dois conflitos, e o consumo exacerbado da cultura dos Estados Unidos, serviram de objetos para as produções dos artistas desse período. Contudo, mesmo com a nítida relevância do Pop Art, a produção de pesquisa do tema em História, é escassa. Assim, o trabalho objetiva apresentar um panorama geral sobre o contexto histórico e o que foi o Pop Art, além de apontar a presença da influência deste movimento no contexto latino-americano, encerrando com o questionamento da pouca produção historiográfica.

Palavras-chaves: Pop Art; Indústria Cultural; consumo

[10] Faculdade de História (FAHIS), graduanda em bacharelado em história, Universidade Federal do Pará UFPA, Brasil. Email:alessandramoreiragalvao@gmail.com

Sessão de Pôster

As potencialidades do audiovisual no combate ao racismo no município de breves: relatos de experiência

Maria Fernanda Barros de Carvalho[11](UFPA)

O presente trabalho é fruto das atividades de extensão realizadas no município de Breves/PA, desenvolvidas no plano de trabalho O Cinema Negro na Academia: O uso de audiovisuais no combate ao racismo, inserido no projeto Ser Negro No Marajó: O Uso De Audiovisuais No Combate Ao Racismo Na Amazônia Paraense. Que fazem parte do Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM). Tem como objetivo construir dentro da universidade, espaços de diálogos em prol de uma educação antirracista, sendo o audiovisual o principal fomentador do debate.

Como metodologia partimos do levantamento bibliográfico de autores como Ribeiro (2019) e Almeida (2019), que analisam sobre as questões étnico-raciais e dos diferentes racismos que impactam a sociedade brasileira, e levantamento dos assuntos que o documentário Menino 23 - Infâncias Perdidas aborda, como a Eugenia e o trabalho infantil. Dia 14 de junho de 2023, realizamos no Campus Universitário, um cine debate, no qual tínhamos como público alvo os discentes do campus, em especial os de Serviço Social. Exibimos o documentário "Menino 23 – Infâncias Perdidas" dirigido por Belisário Franca, este audiovisual retrata a história real ocorrida na década de 30, onde 50 crianças, meninos negros, foram retirados de um orfanato no Rio de Janeiro e levados a uma fazenda no interior de São Paulo. O documentário através das lembranças de uma das vítimas, relata a rotina do trabalho infantil análogo a escravidão, que incluía punições e castigos físicos. Por meio dele, também conhecemos um pouco sobre a política Eugenista, muito presente naquela época. De acordo com Stepan (2004), mesmo que a eugenia se voltasse para a parcela pobre da população, não se tratava de classe social, mas sim de aprimoramento racial, visto que era composta majoritariamente por pessoas negras, que eram consideravam responsáveis por doenças e possuintes de problemáticas como imoralidade e alcoolismo.

Participaram do cinema 7 pessoas discentes, ao final do documentário em um diálogo, as mediadoras teceram comentários sobre o que é a Eugenia, e como ela se manifesta em nosso contexto atual. O momento foi muito propício para destacar quais as diferentes manifestações de racismo dentro da universidade, as discentes destacaram os principais pontos que chamaram atenção, bem como expuseram suas opiniões quanto ao racismo no Marajó, seus conhecimentos e vivências.

As discentes comentaram que recorrentemente vêem casos de trabalhos análogos a escravidão passando nos noticiários, que observam as vítimas sendo sempre pessoas negras. A grande pauta da discussão foi o racismo sofrido por crianças, em principal, na escola. De acordo com o relato de uma das participantes, a qual trabalha em uma escola de educação infantil, observa o impacto dessa violência na vida das crianças.

Diante do exposto, ressaltamos a importância do audiovisual como instrumento facilitador do diálogo e sua capacidade educacional e fortalecedora trabalhando com pessoas de diferentes idades. Percebemos o impacto do racismo na vida das pessoas, mesmo sendo uma roda de conversa com adultos, foi trago para o debate os impactos na infância.

[11] Faculdade de Serviço Social, UFPA, Brasil. Email: fernanda27.mariah@gmail.com .

Palavras-chaves: Racismo; Educação; Audiovisual.

Referências

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311-1. Available from SciELO Books.

Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil. Belisario Franca, Brasil, 2016.

Sessão de Pôster

Título do trabalho: O desenvolvimento na América Latina e a profissão do Cientista Social

Andréa Bittencourt Pires Chaves[12](UFPA)
Ágatha Gabrielle Menezes Lobo[13](UFPA)
Daniel Motta Ferreira[14](UFPA)
Emily Giovanna Pinheiro Ferreira[15](UFPA)

O presente trabalho possui o objetivo de analisar como as transformações da América Latina refletem no surgimento da profissão do cientista social. O estudo busca, por meio do materialismo histórico-dialético, compreender a construção das ciências sociais e analisar a visibilidade de seus pesquisadores no contexto de desigualdade social da América Latina no decurso do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a pesquisa teve como metodologia a realização de um levantamento bibliográfico sobre a temática e a execução de um roteiro para entrevista, tanto com estudantes de ciências sociais quanto com profissionais do campo. Nesse viés, o debate desse tema é de interesse científico, haja vista que investiga como o surgimento das ciências sociais na América Latina influencia a compreensão das problemáticas relacionadas ao desenvolvimento e a desigualdade social. Além disso, é válido ressaltar que a pesquisa incentiva o debate acerca da importância das ciências sociais para a América Latina e como essa área investiga e compreende as problemáticas sociais e políticas, com o efeito de criar estratégias de diminuição desses obstáculos. O resultado aponta que as ciências sociais não são reconhecidas como um trabalho pela sociedade, haja vista que se vive em um modelo neoliberal no país, além disso, a América Latina é, muitas vezes, o objeto de pesquisa, mas não possui o protagonismo como região impulsionadora de fazer ciência e do fazer científico. Ademais, a pesquisa também concluiu que o cenário empírico da América Latina é rico em possíveis pesquisas para as ciências sociais, porém é uma área que possui seus pesquisadores invisibilizados do eixo científico nacional e internacional.

Palavras-chaves: Ciências Sociais; Capitalismo; América Latina; Cientista Social.

[12] Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da mesma universidade, coordenadora do Projeto o Mundo do Trabalho em Questão. E-mail: andreachaves@ufpa.br.
[13] Discente de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais (FACS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista PIBIC/UFPA do Projeto o Mundo do Trabalho em Questão. E-mail: agathalobocs@gmail.com.
[14] Discente de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais (FACS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), voluntário PIVIC/UFPA do Projeto o Mundo do Trabalho em Questão. E-mail: contato.danielmottaferreira@gmail.com.
[15] Discente de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais (FACS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista PIBIC/UFPA do Projeto o Mundo do Trabalho em Questão. E-mail: emily.giovannapf@gmail.com.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Sessões de Pôsteres



Sessão de Poster 03

Democracia e lutas por justiça social e ambiental

Coordenadoras/es

Cássia Vieira (NAEA/UFPA)

Raiana Siqueira (NAEA/UFPA)

Raul Vitor Oliveira Paes (PPGCI/ICSA)

Paulo Italo da Silva Laredo (PPGED / UFPA)

EM DESTAQUE "Trabalho apresentado contemplado com menção Honrosa"

Sessão de Pôster

A fala do Território: Identidade e R-existência no Quilombo de Pitimandeua

Emilly Eduarda da Silva Cantanhede[1] (UEPA)

Lucas Vianey Corrêa Silva[2] (UEPA)

Aiala Colares de Oliveira Couto [3] (UEPA)

Resumo: Este artigo busca compreender as estratégias territoriais de resistência do quilombo Menino Jesus de Pitimandeua em Inhangapí-Pará, resultante de um projeto de iniciação científica com duração de um ano. O estudo tem como propósito analisar as estratégias territoriais de resistência empregadas no território quilombola de Pitimandeua. Neste contexto, a resistência é concebida como a persistência de um grupo étnico ancestral que enfrentou processos históricos de invisibilidade e subalternidade. Contudo, por meio de sua identidade distintiva e da interação intrínseca com o ambiente natural, essas comunidades conseguiram preservar sua presença histórica.

Realizou-se um amplo levantamento bibliográfico para fundamentar teoricamente o estudo, e uma semana de trabalho de campo no território quilombola proporcionou uma imersão nas dinâmicas locais, incluindo aspectos culturais e práticas econômicas. A coleta de dados envolveu registros fotográficos e entrevistas com membros da comunidade para melhor compreensão das formas de resistência e a economia sustentável baseada nos recursos naturais da região, buscando compreender a interseção entre identidade, território e natureza na construção da "r-existência" quilombola.

O artigo científico aborda de maneira integrada a relevância política, econômica e cultural dos territórios quilombolas, salientando a ancestralidade, coletividade e relações horizontais como pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável. Inicialmente, o texto contextualiza a formação dos quilombos no Brasil e na Amazônia, abordando aspectos como militarização,

[1] Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: emilly.edscantanhede@aluno.uepa.br

[2] Graduando do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: lucas.vcsilva@aluno.uepa.br

[3] Pós Doutor em Geografia e docente e orientador da pesquisa, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: aialacouto@uepa.br

catequização e a presença de mão de obra indígena e africana. Destaca-se também rebeliões e a titulação de terras quilombolas como estratégias de resistência.

A posteriori o texto direciona seu foco para o quilombo Menino Jesus de Pitimandeua, analisando especialmente suas relações com o território, como o processo de educação quilombola, festividades religiosas e a relevância econômica do extrativismo, em especial do açaí no território. O artigo sobressai a relação simbiótica entre as práticas culturais e econômicas, especificamente a bioeconomia local, evidenciando o papel central do território na segurança alimentar, economia circular e sustentabilidade. A discussão ressalta a importância do extrativismo sustentável, com foco especial no açaí como elemento-chave. A relação intrínseca entre território, identidade e natureza é explorada como fator essencial para a existência quilombola.

Os resultados deste artigo indicaram conquistas significativas na comunidade quilombola analisada, destacando a autonomia econômica como um componente central. Além disso, a soberania alimentar emergiu como um elemento crucial. A união e o trabalho familiar foram identificados como pilares essenciais para o sucesso dessas iniciativas. A coesão social e a colaboração dentro da comunidade foram fatores-chave que impulsionaram o desenvolvimento econômico sustentável.

Este artigo propõe uma reflexão sobre as estratégias identitárias e a r-existência nos quilombos amazônicos, destacando a importância da relação entre terra, território, floresta, família e trabalho. A pesquisa visa contribuir para debates mais amplos sobre a resistência quilombola, enfatizando a vitalidade e a relevância dessas comunidades na Amazônia.

Palavras-chaves: Bioeconomia; Território; R-existência; sustentabilidade.

Sessão de Pôster

Participação Social no Orçamento Público: Uma análise no conceito de orçamento participativo no Brasil e na América Latina.

Regeane Kelly Holanda do Carmo[4](UFPA)

Este trabalho argumenta sobre a participação social no orçamento público no Brasil e na América Latina, com intuito de ressaltar as possibilidades que o OP atribui sobre a governança na gestão pública. No Brasil, o Orçamento Participativo teve início em 1989 com Porto Alegre que se tornou modelo quanto à participação democrática dos cidadãos em influenciar ou decidir sobre o orçamento público. Outras cidades no país que têm o orçamento participativo são Belo Horizonte, Recife e Brasília-DF. A América Latina segue sendo a região com maior registro de experiências de Orçamento Participativo no mundo. A avaliação foi feita pelo professor Giovanni Alegretti, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, durante a Mesa Redonda "OP e Democracia Participativa na América Latina", que faz parte da programação do Fórum Social Temático. A Constituição Federal de 1988 traz o tema "Dos Orçamentos" em seus artigos 165 a 169, os quais dispõem sobre as normas gerais do orçamento público brasileiro. Sendo assim, todas as leis relacionadas ao orçamento público devem estar em harmonia com esses dispositivos. Para esta pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico no Google Scholar e Portal de Periódico da CAPES. Os resultados e discussões sobre a temática permitem entender que o orçamento participativo é tanto utilizado para democratizar a sociedade e fortalecer a sociedade civil, quanto para combater a corrupção e gerar responsabilização dos gestores quanto à prestação de contas do orçamento público. Conclui-se que o OP é um mecanismo governamental de democracia participativa que dá possibilidade ao cidadão em interferir sobre o orçamento público e com isso, seria interessante implementar das demais cidades brasileiras apesar de ser uma parte do que vem a ver o controle das contas públicas.

Palavras-chaves: Democracia Participativa; Orçamento Público; *Accountability*; Governança; Gestão Pública.

[4] Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Faculdade de Ciências Contábeis (FACICON), UFPA, Brasil.
regeane.carmo@icsa.ufpa.br

Sessão de Pôster

A Sociologia Crítica de Florestan Fernandes, e sua contribuição para o debate acerca de crises democráticas.

Douglas Américo de Souza [5](UEPA),
Sérgio Roberto Moraes Correa [6](UEPA)

A presente proposta que toma por base a Sociologia Crítica de Florestan Fernandes, se propõe a tomar como campo investigativo, o pensamento crítico intelectual latino americano, estando em particular, o brasileiro, para analisar contribuições e interpretações para o debate da democracia e crises democráticas, vivenciadas, especialmente, no período de 2016 a 2022. Aqui o objetivo será de mostrar os debates, desafios e limites de como o tema da democracia vem se delienando nos estudos latino-americano, em especial, o caso brasileiro, a partir do esforço investigativo do sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes. Enquanto metodologia, esta pesquisa se assenta em uma breve revisão bibliográfica, focando em como Florestan Fernandes destaca a necessidade das "simples reformas" para a sociedade, ou como poder-se-á pensar em "Reformas ou Revoluções". A pesquisa ainda, parte do projeto investigativo, que esta vinculado ao PIBIC-CNPq, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisa em Pensamento Social e Educacional nas Margens Amazônicas (GEPPSEMA). Assim, as análises apontarão em como se dá a contribuição do pensamento crítico de Florestan Fernandes para o debate da crise da democracia na sociedade. Ainda, observar a visibilidade de uma rica e complexa produção de conhecimento crítico latino-americana, em particular brasileira, no tocante à democracia, que historicamente é desperdiçado por toda uma hegemonia da influência eurocêntrica na ciência moderna das ciências sociais/humanas;

Palavras-chaves: Florestan Fernandes, democracia, pensamento critico.

[5] Graduando do 8° semestre de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil. Email: douglas.souza@aluno.uepa.br .
[6] Departamente de Filosofia e Ciencias Sociais, Universidade do Estado do Pará, UEPA. Email: sergio.correa@uepa.br

Sessão de Pôster

Nosso *Norte é o Sul*: Reflexões sobre o avanço da extrema direita na América do Sul

Amanda Nathalia Pinho Andrade[7] (UFPA),
Gabriel Bahia Vieira[8] (UFPA)
Larissa Monteiro do Santos[9] (UFPA)
Pedro Luiz Costa Ferreira Junior[4] (UFPA)

A partir da análise comparativa entre Brasil e Argentina e seus papéis estratégicos na conjunção e correlação de forças no Cone Sul, este resumo busca apreender as complexidades sócio-históricas e políticas dos países em tela que possibilitaram o avanço da extrema direita, ora ocupando a direção oficial do Estado, por meio do poder executivo, ora assumindo espaços de poder no legislativo e suas repercussões para as classes trabalhadoras. Na última década estes países intercalaram governos de concertação social, com políticas conciliadoras e de frente ampla formadas por segmentos e frações da burguesia (simbolizadas tanto pelo peronismo-kirchnerismo, na Argentina e pelo petismo-lulismo, no Brasil), com governos de extrema direita. Este é um aspecto que nos permite problematizar as particularidades históricas com suas aproximações, afastamentos e conexões com o tema central deste resumo, permitindo-nos apreender melhor a historicidade deste movimento e como ele se expressa nas tendências políticas e sociais dos referidos países. O Brasil vivenciou uma experiência de treze anos de governo petista, solapado pelo golpe jurídico-parlamentar que culminou em impeachment, em 2016, da então Presidenta Dilma Rousseff. Neste mesmo período, a Argentina encontrava-se sobre o comando dos Kirchner (Néstor e Cristina), tendo ambos, políticas sociais e econômicas muito semelhantes. Este cenário vai se alterar para os dois países, a partir de 2015, com a eleição na Argentina do direitista Mauricio Macri, e no Brasil, pós-impeachment, com Michel Temer, que também imprimiu mudanças à direita, vide as contrarreformas aprovadas, particularmente, a trabalhista e previdenciária. O enfraquecimento das organizações autônomas da classe trabalhadora brasileira e a agudização da crise capitalista em nível mundial abriu espaço para uma extrema direita, com base social extremista, ultraconservadora, fascista e com defesa radical dos valores da família tradicional, que foi capitaneada na eleição por Jair Bolsonaro. Na Argentina, após a experiência ultraneoliberal de Macri, houve uma alternância de poder, com a eleição de Alberto Fernández, representando a volta do kirchnerismo. Os dois países, vivem neste período, experiências governamentais diferentes. No Brasil de Jair Bolsonaro, imprimiu-se uma política de morte, que teve como um de seus alvos, o ataque à ciência e cultura, por meio do negacionismo e da pauta de costumes, esta última muito bem representada no aumento de parlamentares de cariz reacionário e religioso. Na Argentina, o governo de Fernandez, foi marcado pela deterioração econômica, crise cambial e aumento galopante da inflação que deteriorou o poder aquisitivo do povo e abriu caminho para a eleição em 2023, do ultradireitista, Javier Milei. No Brasil, houve alternância de poder com o retorno de Lula da Silva, na presidência, mas isso, em nenhum momento, indica o enfraquecimento da extrema-direita, ao contrário. No contexto destas duas conjunturas, percebe-se que é a classe trabalhadora que vivencia os ardis capitalistas, com a intensificação da precarização do mundo do trabalho; do desemprego e da fome; e da escassez de proteção social. Faz-se necessário, assim, apreender os determinantes e as tendências postas, expressas nos projetos societários em

[7] Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. Email: amandanathalia.an@gmail.com
[8] Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. Email: gabrielbahia11908@gmail.com
[9] Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. Email: larissa21monte@gmail.com
[4] Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. Email: pedroferreirajr13@gmail.com

disputa, pela perspectiva de construção de estratégias, alianças e resistências entre as classes trabalhadoras latino-americanas.

Palavras-chaves: Extrema-Direita; Conservadorismo; Contrarreformas sociais; América do sul.

Sessão de Pôster

Defensoria Pública dos Estados: A disputa pela inclusão constitucional e a garantia da promoção de direitos no Estado Democrático de Direito

Adriano Patrício Vieira (UFPA)[1]
Juan Pablo Lima Chaves (UFPA)[2]

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do método dedutivo de investigação e da revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, a fim de responder ao seguinte problema de pesquisa: como embates corporativos no sistema jurídico brasileiro impactam a implementação substantiva de um Estado Democrático de Direito, considerando o caso das Defensorias Públicas Estaduais? Desse modo, visa, como objetivo geral, proceder uma análise histórica e contemporânea acerca dos conflitos jurídico-corporativos que envolveram a inclusão constitucional das DPEs, avaliando os seus impactos para a promoção de direitos. Ainda, apresenta como objetivos específicos (i) Explicar de forma sistêmica o surgimento das defensorias estaduais, inclusive quanto aos órgãos e as razões de oposição à sua institucionalização; (ii) Descrever o papel das DPEs para a preservação do Estado Democrático de Direito; e (iii) Compreender como diferentes conjunturas políticas e articulações jurídicas impactam na função promovedora de direitos pelas Defensorias Estaduais, em contextos judicial e extrajudicial. A Defensoria Pública teve muitos entraves que dificultaram o seu processo de institucionalização na Constituição Federal. Os mais relevantes a serem considerados se resumem à resistência de entidades como a OAB e a PGE à implementação constitucional das defensorias, pois temiam perder atribuições que assumiam dentro do sistema jurídico à época, as quais viriam, com a institucionalização, a ser de responsabilidade das futuras defensorias, assim como a ausência de consenso por parte dos constitucionalistas a respeito de qual seria o papel das defensorias nos estados. Tais impasses levaram a calorosas e intensas discussões na Assembleia Constituinte de 1987-1988 (Moreira, 2019, p. 20). As DPEs ainda sofrem os reflexos desses problemas, que se repercutem na discrepância salarial em comparação a outras instituições jurídicas, o baixo orçamento destinado às atividades das defensorias, a falta de reconhecimento da instituição por parte dos demais órgãos judiciais e os grandes desafios para lutar a favor da democracia e da garantia de direitos durante governos antidemocráticos. Estes são alguns dos principais problemas que dificultam o cumprimento de seu papel constitucional (Neder, 2008, p. 227). Por meio do presente trabalho, é possível compreender os impactos que a institucionalização da Defensoria Pública tem na garantia de direitos da população brasileira. Atualmente as defensorias estão em luta ativa pela adequação dinâmica de seu papel na efetivação de um Estado Democrático de Direito que está em permanente evolução e pelo seu reconhecimento como órgão legitimamente institucionalizado dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Isto pois, mesmo após a sua inclusão constitucional, o que se buscava alcançar com o surgimento dessa instituição ainda parece distante, principalmente pelo fato da implementação das Defensorias nos Estados ter ocorrido de forma heterogênea e gradativa, bem como devido ao seu surgimento em dependência de órgãos como o Ministério Público, em um primeiro momento (MOREIRA, 2019, p. 19). Por fim, esta pesquisa chega à conclusão de quais são os efeitos que tais processos históricos têm na atual conjuntura político-constitucional

das Defensorias Estaduais e elenca possíveis propostas de resolução para esses conflitos, a fim de contribuir para a promoção de direitos e garantias coletivas e individuais dentro do estado brasileiro.

Palavras-chave: Constituição; corporativismo; Defensoria Pública; institucionalização; democracia.

---

[1] Universidade Federal do Pará, Belém, UFPA, Brasil. adrianovieira1210@gmail.com
[2] Universidade Federal do Pará, Belém, UFPA, Brasil. juanpablochaves448@gmail.com

Sessão de Pôster

Da ocupação à resistência na luta pela terra na Amazônia: Uma matriz histórica do Acampamento Quintino Lira (PA)

Arlan Seabra Nunes[10] (UFPA)

O acampamento Quintino Lira, localizado no município de Santa Luzia do Pará, no nordeste paraense, ocupado em 2007, foi estabelecido em uma área denominada de fazendas Cambará I e II, de aproximadamente trezentos mil hectares. O acampamento é associado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e se caracterizou como um território marcado historicamente por diversos conflitos fundiários, representando um exemplo significativo de ocupação de terras no contexto da luta pela reforma agrária e reflete a atuação do movimento em tornar este também um espaço de resistência e mobilização social. O objetivo do presente estudo, portanto, foi traçar uma linha do tempo que possibilite a reflexão e discussão sobre o processo de luta pela terra na Amazônia, seus desafios e a atuação do MST para o debate em torno da reforma agrária. Metodologicamente, foi desenvolvido uma matriz histórica com lideranças, acampados e militantes, permitindo uma abordagem qualitativa e participativa da pesquisa, visando entender e documentar a história e as experiências vividas dentro do território, permitindo o enfoque e a coleta de narrativas pessoais e coletivas, proporcionando uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e políticas que moldam o acampamento e o movimento. As reivindicações coletadas durante todo o processo de desenvolvimento da técnica pelos acampados da área é, segundo os próprios: como em outros acampamentos do MST, a redistribuição de terras improdutivas para o estabelecimento de assentamentos de reforma agrária. Eles reivindicam o direito de cultivar a terra e de viver do trabalho agrícola, ressaltando a importância da reforma agrária para além de buscar justiça social e distribuição de terras, mas também como essencial para o desenvolvimento rural sustentável, a segurança alimentar e a preservação ambiental. Não apenas atuando na diminuição da desigualdade social e territorial, mas também o fortalecimento da economia local através da agricultura familiar e agroecologia. O processo de ocupação e consolidação do acampamento foi marcado por desafios aos processos sistêmicos de vulnerabilização e, segundo os participantes, pelo objetivo de um futuro mais sustentável no campo. Ao longo do processo de desenvolvimento do mapeamento, foi possível coletar dados e identificar padrões que mostram que os ocupantes enfrentam frequentemente a vulnerabilização sistêmica que indicam, desde a ocupação da área, a dificuldade de acesso e consolidação a terra, manifestada também através dos eventos relatados que indicam os despejos forçados, difícil relação e comunicação com as autoridades e poder público, falta de acesso e desmonte a serviços básicos dentro do acampamento, violência e ataques constantes aos acampados e suas produções.

Palavras-chaves: MST. Reforma Agrária. Violência. Amazônia.

[10] Graduando de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil. Email: arlan.nunes@ifch.ufpa.br

Sessão de Pôster

Título do trabalho: Hermenêutica da Diversidade: Compreensão da Linguagem Escrita e Oral na Contextualização Histórica do Movimento e Novas Abordagens

Davi Marvim Willyam Lima Pingarilho[11](UFPA),
Dra. Vera de Souza Paracampo[12](UFPA)
Maria Vitoria de Souza Paracampo[13](UFPA)

A hermenêutica da diversidade é uma abordagem interpretativa que busca compreender a complexidade e multiplicidade de significados presentes nos fenômenos culturais, sociais e linguísticos. Este conceito se torna particularmente relevante quando aplicado à compreensão da linguagem escrita e oral, inserindo-se em um contexto histórico que reflete a evolução dos movimentos sociais e as novas abordagens interpretativas.

A hermenêutica, originada da filosofia grega, refere-se à interpretação de textos e à compreensão profunda dos significados subjacentes. Na contemporaneidade, a hermenêutica se expandiu para abranger a diversidade cultural, reconhecendo que diferentes contextos influenciam a interpretação de símbolos, normas e expressões linguísticas. No âmbito da linguagem escrita e oral, a hermenêutica da diversidade destaca a necessidade de considerar as diversas perspectivas culturais, históricas e sociais que moldam o entendimento dos textos.

A compreensão da linguagem escrita e oral na hermenêutica da diversidade implica reconhecer que as palavras carregam consigo uma carga cultural e histórica. Cada grupo étnico, social ou cultural possui sua própria forma de se expressar, construindo significados que podem variar significativamente. Assim, a interpretação de um texto deve levar em conta não apenas a gramática e o léxico, mas também a bagagem cultural que permeia a linguagem utilizada.

No contexto histórico do movimento da hermenêutica da diversidade, observa-se uma crescente conscientização sobre a importância de dar voz às comunidades marginalizadas. Movimentos sociais têm destacado a necessidade de reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão cultural, buscando superar estereótipos e preconceitos. A hermenêutica da diversidade surge como uma resposta a essa demanda, propondo uma abordagem mais inclusiva na interpretação de textos e discursos.

O advento das novas abordagens na hermenêutica da diversidade também está relacionado ao avanço tecnológico e à globalização. A comunicação instantânea e o acesso rápido à informação permitiram um intercâmbio cultural sem precedentes, desafiando as abordagens tradicionais de interpretação. Nesse contexto, a hermenêutica da diversidade incorpora a ideia de interculturalidade, reconhecendo a constante interação e influência mútua entre diferentes grupos culturais.

Além disso, a hermenêutica da diversidade amplia o escopo da interpretação para além do texto escrito, considerando também a linguagem oral. A tradição oral desempenha um papel crucial em muitas culturas, transmitindo conhecimentos, histórias e valores de geração em geração. A compreensão da herança oral é essencial para uma interpretação abrangente e respeitosa da diversidade linguística.

Em síntese, a hermenêutica da diversidade na compreensão da linguagem escrita e oral é uma abordagem que reconhece a riqueza e complexidade das expressões culturais e linguísticas. Ela se insere em um contexto histórico marcado pelo movimento de valorização das diversidades e busca

[11] Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: davimarvim77@gmail.com.
[12] Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: paracampo@ufpa.br.
[13] Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Email: mvparacampo@ufpa.br.

promover uma interpretação mais inclusiva e sensível às múltiplas formas de comunicação. As novas abordagens nesse campo refletem a necessidade de adaptar as práticas interpretativas às dinâmicas sociais e culturais em constante transformação.
Portanto, neste aspecto o presente trabalho consiste em descrever e esquematizar todo trajeto histórico e filosófico que autores e estudiosos desenvolveram a hermenêutica até que ela assumisse esta roupagem a qual passa a considerar mais profundamente as demais visões culturais e sociais presentes no mundo todo.

Palavras-chaves: Hermenêutica, Diversidade, Culturas, Linguagem, Escrita.

Sessão de Pôster

Indicadores de crimes motivados pela LGBTQIAPN+fobia no Brasil (2022)

Eduardo Henrique Costa Maciel[14](Estácio Pará),
Francisco dos Santos Neto[15](PPGSS/UFPA)

Este trabalho é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de um de seus autores. Considera-se a referida temática como de fundamental importância, tendo em vista que o Brasil está entre os países com maior incidência de crimes de ódio motivados pela livre orientação sexual e identidade de gênero, sendo, portanto, a LGBTI+fobia uma expressão da questão social para a qual o Estado precisa pensar políticas públicas de enfrentamento. Diante disso, é de fundamental importância discutir a referida temática, sendo o problema de pesquisa deste trabalho: investigar quais os indicadores sociais atuais no que se refere aos crimes de ódio contra a população LGBTQIAP+ no Brasil? No que concerne ao objetivo geral da pesquisa propõe-se: analisar os indicadores sociais no que se refere aos crimes de ódio contra a população LGBTQIAP+. Quanto aos específicos: 1) Apresentar um debate sobre sexualidades humanas e a construção da noção de homossexualidade, em uma perspectiva crítica, de modo a desmistificar debates místicos e conservadores sobre a temática; 2) Consultar dados oficiais sobre violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil, em vistas a sistematização e análise destes em uma perspectiva crítica. Para isso, utilizou-se como recurso a pesquisa bibliográfica em autores clássicos e contemporâneos que discutem tal temática, assim como análise documental, em vistas à apreensão e análise de dados oficiais sobre violência contra a população LGBTQIAPN+ no país. Realizou-se a análise de dados, assim como a revisão bibliográfica a partir de uma visão crítico dialética marxista, em vistas a uma historicização acerca dos aspectos da sexualidade humana e da construção da concepção de homossexualidade, a partir de uma visão crítico-reflexiva, uma vez que esta teoria e método favorecem uma análise crítica e de totalidade sobre a realidade social, sem perder de vista aspectos fundamentais do processo de constituição do ser social. Enquanto resultados da pesquisa pôde-se observar: em 2022 registrou-se 159 mortes vioentas de mulheres transsexuais e travestis, sendo esse público o que mais sofre com crimes dessa natureza (58,24%), seguida de homossexuais com 96 mortes violentas registradas (35,16%). Ressalta-se que as mulheres transexuais e travestis negras são maioria quando se trata desses indicadores, sendo 91 mortes (33,33%) do total registrado nesse segmento. Observou-se, ainda, que nesse período foram registradas 86 mortes (31,5%) sem identificação étnico-racial, o que demarca uma invisibilidade do pertencimento racial e pôde significar que esses dados são ainda mais alarmantes. Esses dados revelam o quando a população LGBTQIAPN+ é vulnerável no que se refere às múltiplas violências, dentre as quais a morte motivada pelo ódio à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Palavras-chaves: LGBTQIAPN+fobia. Indicadores. Crimes de ódio.

[14]Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Estácio do Pará. E-mail: eduardobeckman245@gmail.com

[15]Assistente Social. Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Professor da Faculdade Estácio do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Questão Étnico-Racial e Formação Profissional da Faculdade Estácio do Pará. Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/PPGSS/UFPA). E-mail: francisco.neto2013@hotmail.com

Sessão de Pôster

A fala do Território: Identidade e R-existência no Quilombo de Pitimandeua

Emilly Eduarda da Silva Cantanhede[16] (UEPA)

Lucas Vianey Corrêa Silva[17] (UEPA)

Aiala Colares de Oliveira Couto [18] (UEPA)

Resumo: Este artigo busca compreender as estratégias territoriais de resistência do quilombo Menino Jesus de Pitimandeua em Inhangapí-Pará, resultante de um projeto de iniciação científica com duração de um ano. O estudo tem como propósito analisar as estratégias territoriais de resistência empregadas no território quilombola de Pitimandeua. Neste contexto, a resistência é concebida como a persistência de um grupo étnico ancestral que enfrentou processos históricos de invisibilidade e subalternidade. Contudo, por meio de sua identidade distintiva e da interação intrínseca com o ambiente natural, essas comunidades conseguiram preservar sua presença histórica.

Realizou-se um amplo levantamento bibliográfico para fundamentar teoricamente o estudo, e uma semana de trabalho de campo no território quilombola proporcionou uma imersão nas dinâmicas locais, incluindo aspectos culturais e práticas econômicas. A coleta de dados envolveu registros fotográficos e entrevistas com membros da comunidade para melhor compreensão das formas de resistência e a economia sustentável baseada nos recursos naturais da região, buscando compreender a interseção entre identidade, território e natureza na construção da "r-existência" quilombola.

O artigo científico aborda de maneira integrada a relevância política, econômica e cultural dos territórios quilombolas, salientando a ancestralidade, coletividade e relações horizontais como pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável. Inicialmente, o texto contextualiza a formação dos quilombos no Brasil e na Amazônia, abordando aspectos como militarização, catequização e a presença de mão de obra indígena e africana. Destaca-se também rebeliões e a titulação de terras quilombolas como estratégias de resistência.

[16] Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: emilly.edscantanhede@aluno.uepa.br

[17] Graduando do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: lucas.vcsilva@aluno.uepa.br

[18] Pós Doutor em Geografia e docente e orientador da pesquisa, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. Email: aialacouto@uepa.br

A posteriori o texto direciona seu foco para o quilombo Menino Jesus de Pitimandeua, analisando especialmente suas relações com o território, como o processo de educação quilombola, festividades religiosas e a relevância econômica do extrativismo, em especial do açaí no território. O artigo sobressai a relação simbiótica entre as práticas culturais e econômicas, especificamente a bioeconomia local, evidenciando o papel central do território na segurança alimentar, economia circular e sustentabilidade. A discussão ressalta a importância do extrativismo sustentável, com foco especial no açaí como elemento-chave. A relação intrínseca entre território, identidade e natureza é explorada como fator essencial para a existência quilombola.

Os resultados deste artigo indicaram conquistas significativas na comunidade quilombola analisada, destacando a autonomia econômica como um componente central. Além disso, a soberania alimentar emergiu como um elemento crucial. A união e o trabalho familiar foram identificados como pilares essenciais para o sucesso dessas iniciativas. A coesão social e a colaboração dentro da comunidade foram fatores-chave que impulsionaram o desenvolvimento econômico sustentável.

Este artigo propõe uma reflexão sobre as estratégias identitárias e a r-existência nos quilombos amazônicos, destacando a importância da relação entre terra, território, floresta, família e trabalho. A pesquisa visa contribuir para debates mais amplos sobre a resistência quilombola, enfatizando a vitalidade e a relevância dessas comunidades na Amazônia.

Palavras-chaves: Bioeconomia; Território; R-existência; sustentabilidade.

Sessão de Pôster

Vulnerabilidade Socioambiental nas Ilhas de Cotijuba e Combu: Desafios e Perspectivas para o Turismo Comunitário

Giovane Martins Trindade[19] (UFPA),
Valdiney Galiza Teles[20] (UFPA)
Jonathan Rodrigues Nunes[21] (UNIVALI)
Silvia Helena Ribeiro Cruz[22] (UFPA)

A cartografia da vulnerabilidade socioambiental é um tema globalmente relevante, influenciado por fatores como desenvolvimento tecnológico, crescimento populacional, expansão urbana e mudanças climáticas. O Turismo, quando mal planejado, pode agravar essa vulnerabilidade. Nas Ilhas de Cotijuba e Combu, em Belém-PA, o crescimento desordenado do turismo expôs a vulnerabilidade socioambiental dos moradores locais. Este estudo busca analisar essa vulnerabilidade e propor medidas de planejamento e ordenamento para o Turismo de Base Comunitária (TBC) nessas ilhas. O objetivo central deste trabalho é analisar a vulnerabilidade socioambiental nas Ilhas de Cotijuba e Combu, propondo estratégias de planejamento e ordenamento para o Turismo de Base Comunitária (TBC). A metodologia adotada combina abordagens quantitativas e qualitativas. Utilizou-se formulários, entrevistas semiestruturadas e pesquisa in loco para avaliar a capacidade de resistência e resiliência das populações e territórios frente às dinâmicas do turismo. Essa abordagem multidisciplinar permitiu uma compreensão abrangente dos impactos socioambientais. Os resultados preliminares destacam que o turismo, ao induzir especulação imobiliária e aumento da produção de lixo, contribui para a vulnerabilidade socioambiental. A ausência de um plano de manejo nas ilhas, designadas como Área de Proteção Ambiental (APA), acentua essa vulnerabilidade. O TBC surge como uma alternativa sustentável, necessitando de um planejamento eficaz para mitigar os impactos negativos do turismo desordenado. O estudo aponta para a urgência de ações para proteger a sustentabilidade socioambiental local.

Palavras-chaves: Vulnerabilidade socioambiental; Turismo Comunitário; Planejamento turístico.

[19] Graduando em Bacharelado em Turismo,UFPA , Brasil. Email: giovanemartins7x@gmail.com
[20] Graduando em Bacharelado em Turismo,UFPA , Brasil. Email: telesv730@gmail.com
[21] Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, UNIVALI, Brasil. Email: jonathanrodrigues58@hotmail.com
[22] Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, UFPA, Brasil. E-mail: scruz@ufpa.br

Sessão de Pôster

Título do trabalho: A Crise Climática e suas dimensões humanas entre as populações tradicionais na Amazônia brasileira

Luani Carina Aguiar Rodrigues[23](UFPA),
Thainara Silveira Ferreira [24](UFPA)
Tânia Guimarães Ribeiro[25](UFPA)

A crise climática em suas dimensões sociais se apresenta como um desafio à imaginação sociológica, requerendo reflexões e ações que visem produzir um olhar peculiar sobre as desigualdades sociais e ambientais que os efeitos climáticos, de forma acelerada, vêm ampliando. O objetivo deste trabalho é caracterizar a crise climática entre as populações tradicionais, a partir das percepções dos moradores e moradoras que vivem na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, em Bragança-Pa, localizada no nordeste paraense. O Relatório do IPCC (2023) aponta que populações de certas regiões como África, Ásia, América Central e do Sul têm alta vulnerabilidade a desastres climáticos, sobretudo povos indígenas, pequenos agricultores e famílias de baixa renda em vista da ausência de proteção social e ambiental. O social e a iminência da crise vão gerar insegurança alimentar, a perda de renda, adoecimentos, danos materiais, entre outros.

O olhar da ecologia política (ALIER, 2011; SVAMPA, 2007) nos fornece pistas sociológicas para interpretar tais vulnerabilidades, na medida em que a desigualdade ambiental e climática não é provocada por aqueles que mais sentem seus efeitos. O racismo ambiental (HERCULANO,2006) que caracteriza a distinção da estrutura de espaços e de capitais são fundamentos que sustentam a pesquisa exploratória na Iniciação Científica, baseada na análise de dados quantitativos (IPCC, 2023; TRATA BRASIL, 2023) e dos dados qualitativos coletados através de entrevistas com formulários fechados e semiabertos entre moradores e moradoras da Reserva Marinha.

A pesquisa vem privilegiando as entrevistas com as mulheres pela importância desse grupo, que vem se organizando em defesa das Resex Marinhas, ampliando suas redes relações ao nível nacional e internacional. Os resultados obtidos foram compilados em três pontos principais: caracterização socioeconômica das mulheres comunitárias; acesso aos bens e serviços e as percepções sobre a crise climática e mudanças do ambiente em qual habitam.

Os dados coletados em duas comunidades da Resex, não podem ser generalizados, mas indicam a preocupação com as questões climáticas e ambientais, dentro de seus contextos e de suas realidades. O saber tradicional, originado da experiência com o ambiente evidenciam a preocupação com a redução dos pescados e do caranguejo, a diminuição da colheita da maniva, base da alimentação e renda das populações locais. Sobre as variações climáticas, observam a diminuição das chuvas e o aumento da temperatura local e o alastramento das queimadas. Aliado a essas questões constatam-se a ausência de políticas públicas básicas, falta de transporte adequado, a ausência de saneamento e coleta seletiva do lixo.

Esses impactos transcendem fronteiras nacionais, emergindo como uma ameaça existencial global para a humanidade. O consenso científico acerca do agravamento da crise e o amplo reconhecimento

[23] Graduanda da Faculdade de Letras, ILC,bolsista de iniciação científica da Faculdade de Ciências Sociais,campus Guamá Belém-PA, Brasil. Email:luani.carina@gmail.com.
[24] Graduanda da Faculdade de Ciências Sociais,IFCH, bolsista do Projeto de extensão da Faculdade de Ciências Sociais, Campus Guamá Belém-PA, Brasil. Email: thainarasilveira004@gmail.com
[25] Professora Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de pós graduação em Sociologia e Antropologia / IFCH/UFPA,Brasil. Email:taniagr@ufpa.br

dos desafios que elas geram colocaram o clima no centro da política internacional Abdenur; Teixeira et al (2022), unindo vozes do sul global em busca de alternativas sociais, em particular liderado pelas mulheres em busca de um ecofeminismo de sobrevivência (SVAMPA,2007; SHIVA E MIES). É notável que a questão climática tenha assumido um papel preeminente nas agendas das políticas internacionais, demandando uma abordagem coletiva e estratégica.

Palavras-chaves: Crise climática; Sul Global; Amazônia brasileira; Ecofeminismo; Maretório.

Sessão de Pôster

Título do trabalho: Participação Social como promoção do saneamento básico e resiliência climática em Santana do Araguaia

Danarah Ariel Pires Gomes Brito [26](ICJ/UFPA),
Luciana Costa da Fonseca[27]CESUPA/UFPA)

O saneamento básico é fator determinante para o desenvolvimento sustentável, é um importante instrumento de combate à escassez e poluição dos recursos ambientais, como os recursos hídricos, solo e o meio ambiente urbano como um todo; além da promoção da saúde pública. Por essas razões é um direito fundamental da população, que deve ser garantido mediante política pública, essencial para o combate às mudanças climáticas.

O Ranking do Saneamento Básico de 2023, publicado pelo Instituto Trata Brasil (2024) aponta a grande desigualdade de acesso ao saneamento. A pesquisa apontou que 4 municípios do Estado do Pará, Marabá, Santarém, Belém e Ananindeua, no ranking das 10 piores das 100 maiores cidades brasileiras. (TRATA BRASIL, 2024).

Santana do Araguaia é um dos 144 municípios do Estado do Pará na região norte do Brasil. O Painel do Saneamento Brasil aponta que 100% da população não possui coleta de esgoto e 87,2% não tem acesso à água, comprometendo a capacidade de resiliência da população diante das mudanças climáticas. (INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO, 2021)

A informação e a participação da população nas políticas públicas ambientais ampliam a pressão pelo acesso saneamento básico e o combate às mudanças climáticas. Assim, a pesquisa tem como problema identificar quais os meios de participação da sociedade civil na elaboração e execução de políticas públicas de saneamento básico e mudanças climáticas em Santana do Araguaia.

O Objetivo geral é contribuir para efetiva participação social como promoção da justiça climática e ampliação do acesso ao saneamento básico. O método utilizado para pesquisa é dedutivo e técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa ainda está em andamento, mas os resultados parciais demonstram que o Município possui Secretaria de Meio Ambiente e Conselho de Meio Ambiente (COMMASA), órgão da Política Municipal de Meio Ambiente, criado pela Lei Complementar nº 0623/09. Embora a sociedade civil participe do COMMASA, não há regularidade e periodicidade das reuniões. As Atas disponíveis no sítio eletrônico do Órgão serão analisadas para identificar a efetiva participação da sociedade civil, assim como outros conselhos municipais relacionados ao tema.

Palavras-chaves: Mudanças Climáticas, Saneamento Básico, Participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IDEB. Santana do Araguaia, 2021. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/1506708-santana-do-araguaia/ideb. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

[26] Graduanda em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email:danarahariel18@gmail.com.

[27] Professora do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pós Graduação em Direito do Centro Universitário do Pará (CESUPA). Email: advlucianafonseca@gmail.com.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. Municípios e Saneamento. Santana do Araguaia (PA). 2021. Disponível em: https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pa/santana-do-araguaia. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

SEMMA. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santana de Araguaia. 2023. Disponível em https://semmasantana.pa.gov.br/conselho-municipal-de-meio-ambiente. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

Sessão de Pôster

GESTÃO DA PESCA, RENDA E QUALIDADE DE VIDA: ESTUDO SOBRE OS TIPOS DE INVESTIMENTOS REALIZADOS POR PESCADORAS DO ACORDO DE PESCA DO JURUPARI GRANDE, MUNICÍPIO DO MARAÃ, AMAZONAS.

Edgar Augusto de Medeiros Costal[28](UFPA),
Edna Ferreira Alencar[29](UFPA)

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa que analisou as relações de gênero no contexto de um projeto de gestão de recursos pesqueiros voltado para o manejo da espécie pirarucu (*Arapaima gigas*) denominado como Acordo de Pesca do Jurupari Grande, desenvolvido por pescadoras e pescadores que habitam comunidades rurais situados no entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), município de Maraã, Amazonas. O objetivo era conhecer a importância dessa pesca para geração de renda, identificar os tipos de investimentos que são realizados pelas pescadoras e sua relação com a segurança alimentar e qualidade de vida da família. A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho se baseou na análise de dados sociodemográficos coletados entre os anos 2019 e 2022 (Alencar, 2022) e na análise de entrevistas realizadas com pescadoras manejadoras, membros do Acordo de Pesca do Jurupari Grande. Os resultados apontam que o projeto de manejo está estruturado em diversas atividades, realizadas ao longo do ano. A participação em todas elas garante a homens e a mulheres receberem 100% da cota de peixes aos quais têm direito, segundo critérios de repartição previstos no Regimento Interno. As mulheres geralmente não alcançam a cota total por diversos fatores, entre eles a fragmentação de seu tempo de trabalho em função das demandas dos cuidados com os filhos pequenos ou do calendário escolar. Dados sociodemográficos de 16 pescadoras, indicam que 75% investem a renda obtida com a pesca manejada na compra de alimentos, de roupas, calçados e bens duráveis, os quais visam o bem-estar das famílias. Enquanto a pesca cotidiana se destina ao consumo e venda eventual, garantindo a segurança alimentar, a pesca manejada reforça o argumento de algumas pescadoras, cuja motivação para aderir ao projeto de manejo foi a garantia da abundância e a facilidade da captura dos peixes. Concluímos que os investimentos realizados pelas mulheres tem relação com a qualidade de vida de suas famílias. Sua participação no projeto permite o envolvimento de jovens e crianças nessa atividade, garantindo a continuidade na partilha de saberes e das práticas sustentáveis ligadas à pesca artesanal.

Palavras-chaves: Gênero, pesca artesanal, renda, segurança alimentar, qualidade de vida.

[28] Graduando do curso de Ciências Sociais, Instituo de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil. Email: edgaraugustodemedeiroscosta@gmail.com.
[29] Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil. Email: ealencar@ufpa.br.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias:



Sessões de Pôsteres



Sessão de Poster 04

Neoextrativismo e agricultura familiar

Coordenadoras/es

Jader Gama (NAEA/UFPA)

Pedro Loureiro de Bragança (PPGCom/UFPa/Gettam)

EM DESTAQUE "Trabalho apresentado contemplado com menção Honrosa"

Sessão de Pôster

Sistema de Produção Familiar da Farinha de Bragança Patrimônio Cultural do Estado do Pará

Antônia Kátia do Nascimento Lima [1](IFPA),
Jaciane da Costa Araújo [2](IFPA)
Marcelo Primo de Melo [3](IFPA)

O estudo foi realizado na região Bragantina, nas comunidades Tracuateuazinho interior de Tracuateua e Lago campos de cima, comunidades camponesas, onde foi possível acompanhar todo o seu processo de produção, é a principal fonte de renda dos moradores. Apesar de serem comunidades próxima, de maneira que é muito forte a presença da fabricação da nossa farinha de Bragança, reconhecida atualmente como Patrimônio Cultural do Estado, feita com a mandioca sendo utilizadas por produtores familiares das áreas dos campos, sendo bastante presente como complemento na alimentação do paraense. O presente estudo tem como objetivo vivenciar, observar e analisar os diferentes aspectos envolvidos no processo de produção camponesa nas comunidades de Tracuateuazinho e Lago Campos de Cima. Onde buscamos compreender a dinâmica dessas comunidades, explorando as práticas agrícolas adotadas, as estratégias de subsistência empregadas nas produções e os desafios enfrentados pelos produtores agrícolas. A agricultura familiar é uma atividade camponesa que estão presentes na sociedade brasileira desde o início da civilização. O Sistema de Produção Familiar e o Processo de Trabalho no Campo serve como base na alimentação dos camponeses e economia local. O patrimônio cultural do Estado a famosa farinha Bragantina a qual está bastante comum entre a as mesas dos paraenses, sendo fabricada em grande escala por famílias de agricultores na comunidade de Tracuateuazinho e Lago campos de cima, onde o processo ainda é bastante artesanal desde a plantação da mandioca até a preparação da farinha. Após as visitas a cada uma das comunidades, ocorreu a socialização dentro da sala de aula onde cada aluno compartilhou suas experiências, de maneira que foi destacado a importância das produções do campo e valorização dos trabalhadores camponeses, além de servirem para a alimentação dos próprios camponeses serve também para a movimentação da economia da comunidade. Uma frase baste citada em sala foi "se o campo não planta a cidade não almoça e nem janta".Em contexto as experiências vividas nas comunidades onde foi observado o cotidiano dos trabalhadores camponeses foram de fundamental importância para melhor compreensão do sistema de produção da farinha e quão importante é este sistema para a economia da localidade e das próprias famílias, a farinha é mais um adicional para a cultura gastronômica de uma sociedade, a mandioca é riquíssima para nossa gastronomia paraense podendo ser utilizada para o tucupi, carimã, tacacá e claro a nossa farinha e dentre outros pratos que fazem parte do cardápio paraense. De modo que são descobertas de saberes tradicionais do indivíduo do campo.

Palavras-chaves: cultura gastronômica; farinha; economia camponesa; tradição.

[1] Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo, Instituto Federal de Tecnologia e Educação do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email: nascimentolimakatia83@gmail.com
[2] Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo, Instituto Federal de Tecnologia e Educação do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email: jacianea382@gmail.com
[3] Graduando em Licenciatura em Educação do Campo, Instituto Federal de Tecnologia e Educação do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email: marcellomello2707@gmail.com

Sessão de Pôster

ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO USO E COBERTURA DA TERRA NA RODOVIA PA 370 E SEUS IMPACTOS NA REGIÃO DE SANTARÉM, BAIXO TAPAJÓS, PARÁ, BRASIL.

Gabriel Fiorin Pereira[4] (UNESP-FCTE),
Diogo Laércio Gonçalves[5] (UNESP-FCTE),
Messias Modesto dos Passos (UNESP, FCT)

O presente trabalho, tem como objetivo um estudo nas diversas dinâmicas presente na paisagem, observada pelas mudanças no uso e cobertura da terra por meio de imagens de satélites, validados por imagens in loco através de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ao longo da Rodovia PA-370, especialmente o trecho recém pavimentado conhecido como Transuruará, em uma extensão de 220 quilômetros, fundamental para o escoamento das produções agrícolas e nas dinâmicas do deslocamento entre regiões. O trecho estudado está localizado nas proximidades do município de Santarém, na região do baixo Tapajós no estado do Pará. A recente pavimentação desta rodovia, traz um potencial integrador da região além de facilitar o escoamento de grãos (sobretudo soja e milho) no porto de Santarém, atraindo ainda mais o agronegócio para essas localidades, trazendo conflitos junto aos pequenos produtores e aos povos originários locais. Para contextualização, foi utilizada imagens de satélites do conjunto Landsat, e dados de uso e cobertura da terra da coleção 8 do projeto MapBiomas disponíveis pela ferramenta do WebGIS Google Earth Engine, a partir do conjunto de ferramentas do MapBiomas User Toolkit 1.19.0 no período 1985-2022, observando principalmente as mudanças na cobertura da região, antes e depois da criação da rodovia. Os dados coletados pelo MapBiomas serão sintetizados através da construção de mapas pelo ArcGIS e QGIS, tabelas e gráficos produzidos no Excel, disponíveis no pacote Office. Além disso, traremos imagens de drones e fotos da região, contribuindo com uma análise no entendimento da dinâmica e na paisagem local.

Palavras-chaves: Paisagem, Uso e Cobertura da Terra, Agronegócio, MapBiomas.

[4] Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) CNPq, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação, Câmpus de Ourinhos-SP. E-mail: gabriel.fiorin@unesp.br.
[5] Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia e Planejamento, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação, Câmpus de Ourinhos-SP. E-mail: diogo.goncalves@unesp.br.
[3] Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Câmpus de Presidente Prudente-SP. E-mail: modesto.passos@unesp.br.

Sessão de Pôster

Dependência e Desenvolvimento: Uma Análise Crítica dos Impactos Socioambientais da Ferrovia EF-170 (Ferrogrão) na Amazônia

Alan Alysson Da Silva Brito[6] UFPA,

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente os impactos socioambientais decorrentes da implementação da Ferrovia EF-170, popularmente conhecida como Ferrogrão, a ser construída entre os municípios de Sinop/MT e o Porto de Miritituba no Pará. Nesse sentido, o foco do trabalho reside na crítica do modelo de desenvolvimento baseado em commodities que fundamenta o projeto ferroviário da Ferrogrão, a qual se caracteriza de uma economia dependentista e propulsora do avanço das fronteiras agrícolas na Amazônia. Para tal, esse modelo de desenvolvimento, pautado sobretudo na exportação de commodities de soja, tem culminado no aumento no número do desmatamento, conflitos relacionados à preservação ambiental e tensões com comunidades indígenas na região Sudeste do Pará e Norte de Mato Grosso, onde a ferrovia será implementada. Por sua vez a pesquisa parte de uma revisão sistemática da literatura sobre a Ferrogrão e os seus impactos socioambientais na região da Amazônia. Em seguida, realiza uma análise de conteúdo das audiências públicas conduzidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre o licenciamento da ferrovia. O objetivo é compreender as dinâmicas de poder e relações de dominação subjacentes ao projeto, explorando interações entre interesses econômicos, políticos e ambientais. Através de uma abordagem interdisciplinar fundamentada na teóricos da dependência, como o Ruy Mauro Marini e nos estudos críticos do desenvolvimento sustentável na Amazônia da professora Edna Castro, busca-se elucidar os mecanismos pelos quais a Ferrogrão influencia e é influenciada por fatores socioeconômicos e políticos. As conclusões contribuem para discussões mais amplas sobre desenvolvimento sustentável e inclusivo na Amazônia, sublinhando a necessidade de rever estratégias que privilegiam grandes projetos de infraestrutura e commodities em detrimento de populações locais e do meio ambiente. Por sua vez, entende-se que esse modelo tende a reforçar uma economia extrativista dependente, acelerando o desmatamento e os conflitos por terra na região, destacando os riscos para povos indígenas e outras comunidades tradicionais na região e seus impactos ambientais.

1. Palavras-chaves: Impactos Socioambientais; Economia Dependente; Ferrogrão

[6]Faculdade de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Brasil, Email: alan.brito@ifch.ufpa.br.

Sessão de Pôster

Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI

Ana Cristina Gomes de Moraes[7] (CEMEDHARQ/UNIFAP),
Caíque Tenório Farias[8] (CEMEDHARQ/UNIFAP)
Kaylane Pena de Sousa[9] (CEMEDHARQ/UNIFAP)
Yan Quintela de Brito[10] (CEMEDHARQ/UNIFAP)

O projeto que ora pretende se apresentar objetiva salvar o acervo documental do projeto ICOMI. O salvamento ocorre por meio de técnicas de higienização, catalogação e digitalização, as quais são realizadas pelo Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP). O projeto vislumbra tornar a documentação histórica da ICOMI acessível à pesquisa acadêmica e à sociedade civil.
Diante da situação calamitosa de guarda inadequada e a precariedade do acervo manifesta-se o descuido das políticas públicas locais para com a valorização da memória documental do Amapá. Assim, após o início dos trabalhos, o presente projeto já catalogou alguns ítens do acervo: fichas funcionais, contratos de trabalho, mapas, relatórios de custo e produção industrial, fotografias diversas, dados sobre a vida funcional e social de milhares de trabalhadores, dentre outros, os quais foram cautelados e estão sendo salvaguardados. Incluídos no rol dos bens que se encaixam na definição de patrimônio, os documentos históricos devem ser preservados como garantia da preservação da identidade local ou regional. Em virtude disso, no Brasil, existe uma legislação arquivista que objetiva efetivar o acesso à informação. A despeito da legislação, no Amapá, esse acesso é deficitário. O estado ainda não possui um arquivo público que conserve o seu acervo documental, de maneira que, ao longo dos anos, documentos importantíssimos para a salvaguarda da memória e identidades local têm se deteriorado nos interiores de instituições públicas e privadas. Ao higienizar, catalogar e digitalizar o acervo, o projeto viabiliza a conservação de um patrimônio que permite a construção de conhecimento científico sobre o empreendimento produtivo mineral de maior envergadura da história do Amapá.

Palavras-chaves: (máximo 5): ICOMI; produção mineral; salvaguarda; arquivo; memória

[7] Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Email: salvaguardaicomi.profid@unifap.br
[8] Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Email: elkeaniela4@gmail.com
[9]Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Email: elke.nunes@unifap.br
[10] Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Email: tinastn@hotmail.com

Sessão de Pôster

Impactos da expansão da economia de *comodities* para as populações tradicionais em Tracuateua-Pa

Lucas do Rosário Luz[11](IFPA),
Degiane Brito de Amorim[12](IFPA)
Tuany Maria Sousa Moura[13](IFPA)

A apropriação intensiva da Amazônia começou no início da década de 1970 (FEARSIDE, 2022). Através de incentivos ficais, o governo federal militar estimulou atividades econômicas na Amazônia legal com investimentos em infraestrutura e projetos de colonização na região (PRATES; BACHA, 2011). Através desse "desenvolvimento", a difusão das atividades agropastoris geraram o desmatamento da floresta amazônica, com a destruição de bacias hidrográficas, erosão dos rios e compactação do solo com o gado. Hoje, os grandes projetos associados à articulação de um mercado de commodites, através do agronegócio, tem sido um dos grandes vetores de expansão do desmatamento (COSANDEY, 2017). Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo compreender como essa expansão agropastoril, voltada para o agronegócio, está impactando as populações tradicionais de Tracuateua, Pará. Esse trabalho apresenta os resultados parciais do projeto "mudanças socioambientais e as repercussões no modo de vida das populações tradicionais de Tracuateua-PA". A metodologia dessa pesquisa utilizou os instrumentos da pesquisa qualitativa, tais como: elementos da cartografia social, grupos focais e visitas às comunidades mais afetadas da região. Como resultados da pesquisa em andamento, observamos relatos da destruição da biodiversidade, assoreamento e contaminação das nascentes do rio Tracuateua, desmatamento e o crescimento do latifúndio na região ligado ao modelo monocultor e pecuário. Com a destruição da biodiversidade e das florestas, o território (RAFFESTIN, 1993), tanto no sentido físico quanto simbólico, das comunidades tradicionais é ameaçado. Tal situação compromete os conhecimentos etnobotânicos em plantas medicinais, a diversidade e quantidade da produção agrícola e a perspectiva de construção da autonomia camponesa.

Palavras-chaves: desmatamento; atividades agropastoris; populações tradicionais

[11]Graduando em Licenciatura em Educação do Campo: ciências humanas e sociais, IFPA- Campus Bragança, Brasil. Email: lucasdorosarioluz@gmail.com.
[12] Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo: ciências humanas e sociais, IFPA- Campus Bragança, Brasil. Email:degyanne.biologa@gmail.com
[13]Professora da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais, Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email:tuanymoura@ifpa.edu.br.

Sessão de Pôster

A transição agroecológica do MST e desafios ao debate do desenvolvimento rural no Brasil/Amazônia numa perspectiva contra-hegemônica

Gabriel da Cunha Melo[14](UEPA),
Sérgio Roberto Moraes Corrêa[15](UEPA)

Esta pesquisa é referente ao projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que propõe contribuir na temática das ciências sociais sobre a visão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na Amazônia em relação ao debate do desenvolvimento, em particular rural, a partir da sua experiência de transição agroecológica numa perspectiva contra-hegemônica em dialética com o local/nacional, devido ao caráter transnacional do MST, apontando seus impactos e desafios na sociedade brasileira em face da problemática histórica e estrutural da questão agrária e da crise climática global em curso. Para analisar essa realidade, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa utilizando-se revisão de literatura e pesquisa bibliográfica a partir da agroecologia e da sociologia dos movimentos sociais que justapõe as necessidades humanas com o crescimento da natureza sendo possível, a ressignificação do desenvolvimento a partir da transição agroecológica para o MST e sua influência na questão socioeconômica das famílias assentadas apresentando seus avanços e desafios. É um grande desafio para a humanidade nos tempos atuais a substituição da cultura do desmatamento pela cultura da floresta e isso implica diretamente na qualidade de vida das comunidades rurais, ribeirinhas, povos indígenas e quilombolas, também a população urbana que tem sido assolada pelos impactos das mudanças climáticas. Sob esse viés, poderá ser observado que o modelo de ocupação territorial da Amazônia foi colonial e repensar alternativas que se opunham a isso, é uma prática anti-colonial que tem sido pensada pelo agricultores familiares que integram o MST na Amazônia a partir das ressignificações possibilitadas pela transição agroecológica. Em síntese, os resultados desse trabalho evidenciam a importância do diálogo do conhecimento científico produzido pela universidade e o conhecimento do cotidiano dos movimentos sociais e agricultores familiares para um "bem-viver" que situa-se no território amazônico e se coloca no debate como alternativa ao desenvolvimentismo predatório e uma das possíveis saídas para a emergência climática, essas saídas são produzidas a partir do sul global e da periferia do capitalismo, justapondo saberes e práticas como por exemplo, a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAF's). Além disso, o *locus* da pesquisa é o Assentamento João Batista em

[14] Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil. Gabriel.melo@aluno.uepa.br.
[15] Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil. Sergio.correa@uepa.br.

Castanhal (PA), destaca-se o título de “cidade modelo”, cujo possui o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO) que na sua prática agrícola trabalha com agroecologia e princípio de soberania alimentar servindo de inspiração para outros lotes e outros assentamentos, isso pode ser identificado como uma experiência contra-hegemônica devido ao histórico agrário ser definido pela monocultura e uso de agrotóxicos.

Palavras-chaves: Agroecologia; Desenvolvimento; Movimentos Sociais; Ruralidades.

Sessão de Pôster

Sistema de Produção Familiar da Farinha de Bragança Patrimônio Cultural do Estado do Pará

Antônia Kátia do Nascimento Lima [16](IFPA),
Jaciane da Costa Araújo [17](IFPA)
Marcelo Primo de Melo [18](IFPA)

O estudo foi realizado na região Bragantina, nas comunidades Tracuateuazinho interior de Tracuateua e Lago campos de cima, comunidades camponesas, onde foi possível acompanhar todo o seu processo de produção, é a principal fonte de renda dos moradores. Apesar de serem comunidades próxima, de maneira que é muito forte a presença da fabricação da nossa farinha de Bragança, reconhecida atualmente como Patrimônio Cultural do Estado, feita com a mandioca sendo utilizadas por produtores familiares das áreas dos campos, sendo bastante presente como complemento na alimentação do paraense. O presente estudo tem como objetivo vivenciar, observar e analisar os diferentes aspectos envolvidos no processo de produção camponesa nas comunidades de Tracuateuazinho e Lago Campos de Cima. Onde buscamos compreender a dinâmica dessas comunidades, explorando as práticas agrícolas adotadas, as estratégias de subsistência empregadas nas produções e os desafios enfrentados pelos produtores agrícolas. A agricultura familiar é uma atividade camponesa que estão presentes na sociedade brasileira desde o início da civilização. O Sistema de Produção Familiar e o Processo de Trabalho no Campo serve como base na alimentação dos camponeses e economia local. O patrimônio cultural do Estado a famosa farinha Bragantina a qual está bastante comum entre a as mesas dos paraenses, sendo fabricada em grande escala por famílias de agricultores na comunidade de Tracuateuazinho e Lago campos de cima, onde o processo ainda é bastante artesanal desde a plantação da mandioca até a preparação da farinha. Após as visitas a cada uma das comunidades, ocorreu a socialização dentro da sala de aula onde cada aluno compartilhou suas experiências, de maneira que foi destacado a importância das produções do campo e valorização dos trabalhadores camponeses, além de servirem para a alimentação dos próprios camponeses serve também para a movimentação da economia da comunidade. Uma frase baste citada em sala foi “se o campo não planta a cidade não almoça e nem janta”.Em contexto as experiências vividas nas comunidades onde foi observado o cotidiano dos trabalhadores camponeses foram de fundamental importância para melhor compreensão do sistema de produção da farinha e quão importante é este sistema para a economia da localidade e das próprias famílias, a farinha é mais um adicional para a cultura gastronômica de uma sociedade, a mandioca é riquíssima para nossa gastronomia paraense podendo ser utilizada para o tucupi, carimã, tacacá e claro a nossa farinha e dentre outros pratos que fazem parte do cardápio paraense. De modo que são descobertas de saberes tradicionais do indivíduo do campo.

Palavras-chaves: cultura gastronômica; farinha; economia camponesa; tradição.

[16] Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo, Instituto Federal de Tecnologia e Educação do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email: nascimentolimakatia83@gmail.com
[17] Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo, Instituto Federal de Tecnologia e Educação do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email: jacianea382@gmail.com
[18] Graduando em Licenciatura em Educação do Campo, Instituto Federal de Tecnologia e Educação do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email: marcellomello2707@gmail.com



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:

Apoio:

Parcerias: